



RESUMOS DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

CAPACITAÇÃO DE ATENDENTES PARA REALIZAÇÃO DO ENSINO DE AVD PARA JOVENS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL INSTITUCIONALIZADOS. *Iasmin Zanchi Boueri** (Laboratório de Currículo Funcional – Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial – Universidade Federal de São Carlos – São Carlos – SP) e Maria Amélia Almeida (Laboratório de Currículo Funcional – Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial – Universidade Federal de São Carlos – São Carlos – SP).*

As instituições residenciais brasileiras, embora tenham passado por mudanças legislativas, vêm enfrentando dificuldades com relação ao provimento de condições de ensino aos residentes com deficiência intelectual. Observa-se que os profissionais envolvidos neste processo nem sempre tiveram a oportunidade de aprender estratégias que facilitassem o manejo diário com estes jovens residentes. Para tanto, esta pesquisa teve como objetivo geral avaliar a eficácia de uma capacitação realizada com atendentes tendo por finalidade tornar jovens institucionalizados com diagnóstico de deficiência intelectual independentes em atividades instrumentais de vida diária. Para desenvolvimento do trabalho optou-se por dividi-lo em dois estudos, o primeiro contemplando a elaboração do Programa Educacional e o segundo a implementação e avaliação deste programa. Serão apresentados e discutidos os procedimentos e resultados obtidos com a atividade instrumental de vida diária, banhar-se, ensinada aos participantes no segundo estudo. Fizeram parte do ensino desta habilidade quatro participantes, sendo dois jovens com deficiência intelectual, moradores de uma instituição residencial e duas atendentes que estavam em contato diário com os residentes. Foi utilizado o delineamento de múltiplas sondagens para verificar os efeitos da intervenção, uma vez que permite demonstrar a validade do controle experimental, já que a variável independente é seqüencialmente introduzida em diferentes momentos entre os participantes, e a variável dependente é medida antes, durante e após a implementação da capacitação. Os procedimentos de ensino foram embasados na análise aplicada do comportamento e visou amenizar as dificuldades levantadas, assim como favorecer a mudança comportamental dos participantes, fazendo com que as atendentes fossem capazes de ensinar aos residentes comportamentos que os tornassem independentes. Foi utilizado como instrumento para coleta de dados um protocolo de registro de eventos que auxiliou na avaliação do repertório de entrada e na observação de mudança comportamental dos participantes durante e após a implementação da capacitação, possibilitando assim o acompanhamento dos resultados obtidos. Os participantes foram divididos em duas díades e passaram por todas as fases experimentais (linha de base, sondagens, intervenção e manutenção). A linha de base e as sondagens foram desenvolvidas ao mesmo tempo com todos os participantes e as fases experimentais de intervenção e manutenção ocorreram em momentos diferenciados para cada díade. Observa-se, por meio dos resultados, que ao ser aplicado o ensino de estratégias às atendentes, que visassem proporcionar a independência na realização da atividade banhar-se dos residentes, estas passaram a proporcionar oportunidades de aprendizagens aos residentes. Os resultados obtidos apontam que é possível, a partir da implementação de uma capacitação em serviço, modificar as contingências encontradas nas instituições residenciais, tornando-as favoráveis à aprendizagem de comportamentos envolvidos no desenvolvimento de atividades instrumentais diárias. Ao tornar as contingências favoráveis, é possível verificar o desenvolvimento do potencial dos residentes à medida que adquirem maior independência na realização de atividades. O estudo leva à discussão de implementação

de programas educacionais em instituições que abrigam pessoas com deficiência intelectual.

Apoio Financeiro: CAPES.

Palavras-chave: Deficiência intelectual. Análise aplicada do comportamento.

Capacitação de atendentes.

Mestrado concluído em fev de 2010.

Análise Aplicada do Comportamento (AAC)

EFEITOS DO USO COMBINADO DE INFORMAÇÕES E FEEDBACK SOBRE O SEGUIMENTO DE REGRAS PARA ADESÃO AO TRATAMENTO EM ADULTOS COM DIAGNÓSTICO DE DIABETES. *Caroline Maciel Cavalcante de Souza**, *Mariene da Silva Casseb*** e *Eleonora Arnaud Pereira Ferreira*** (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA)

Em função da alta prevalência do diabetes, tem-se realizado estudos na tentativa de informar e educar pacientes para que estes aprimorem seu conhecimento sobre a doença e melhorem sua adesão ao tratamento. Desse modo, é fundamental acompanhar o paciente de perto e avaliar a compreensão deste quanto às orientações recebidas, no sentido de esclarecer dúvidas e promover adesão. A automonitoração apresenta-se como uma técnica comportamental eficaz na instalação de comportamentos de adesão, uma vez que permite que o próprio paciente observe, avalie e intervenha no seu tratamento. O objetivo deste estudo foi verificar se o uso combinado de informações e feedback é eficaz para instalar e manter comportamentos de adesão em adultos com diagnóstico de diabetes, de acordo com as regras fornecidas pela equipe de saúde. Este estudo tem caráter descritivo com análise quanti-qualitativa dos dados. Como participantes, foram selecionados quatro adultos com diagnóstico de diabetes, inscritos no Programa HiperDia de uma unidade básica de saúde e na Casa do Diabético, em Belém do Pará. A seleção dos participantes se deu no ambulatório da unidade ou em sala reservada, e a coleta de dados, em ambiente domiciliar. Os materiais utilizados foram os prontuários dos pacientes, dois roteiros de entrevista inicial (com a finalidade de tomar conhecimento sobre o histórico dos participantes quanto ao tratamento, verificar suas características sócio-demográficas), Critério de Classificação Econômica Brasil, dois roteiros de entrevista final (com a finalidade de verificar a manutenção da adesão e verificar a auto-avaliação dos participantes quanto à sua participação e resultados da pesquisa), Teste de Conhecimento Sobre o Tratamento do Diabetes, Manual de Orientação Sobre Diabetes, Registros de automonitoração da alimentação (em que a pesquisadora anotava a alimentação do dia anterior de cada participante), e o Protocolo de Feedback, no qual a pesquisadora anotava a avaliação que o participante fazia de sua adesão. Durante as visitas os participantes relatavam sua alimentação do dia anterior e, com o auxílio da pesquisadora, comparavam esta com a dieta prescrita pela nutricionista da UBS; seu índice glicêmico também era avaliado. Durante o uso do Protocolo de Feedback, a pesquisadora apresentava reforços sociais (elogios) para todos os comportamentos de adesão descritos pelos participantes. Os resultados demonstram a falta de conhecimento adequado dos participantes sobre a definição da doença, suas causas, modo de prevenção e tratamento adequado, o que influenciou diretamente em seu Índice de Adesão ao Tratamento (IAT), que se mostrou baixo no início da pesquisa. Ao final do estudo, percebeu-se um aumento na adesão ao tratamento, com um número maior de refeições adequadas e diminuição no índice glicêmico. Entretanto, não ocorreu adesão à atividade física regular.

CAPES, FAPESPA, CNPQ.

Palavras-chave: diabetes, adesão ao tratamento, informação e feedback.

Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação).

AEC.

COMPARAÇÃO ENTRE DOIS TIPOS DE INSTRUÇÕES E ADESÃO ÀS REGRAS NUTRICIONAIS EM UM ADULTO COM DIABETES, UM ESTUDO DE CASO. *Caroline Maciel Cavalcante de Souza**, *Talita Ariane Amaro Lobato**, *Amanda de Conceição Leão Mendes*, *Daniela Lopes Gomes*** e *Eleonora Arnaud Pereira Ferreira*** (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA).

O Diabetes *Mellitus* (DM) configura-se hoje como uma epidemia mundial, traduzindo-se em grande desafio para os sistemas de saúde de todo o mundo tornando-se necessário criar estratégias para instalar hábitos saudáveis em pacientes com diagnóstico de diabetes. A automonitoração do comportamento tem se mostrado como uma intervenção eficaz no auxílio de adesão ao tratamento. A partir disto este projeto objetivou comparar os efeitos de dois tipos de regras, Plano alimentar e Contagem Total de Carboidratos, através da automonitoração do registro das refeições realizadas, sobre o comportamento de adesão à dieta em um adulto portador de diabetes *mellitus* Tipo 2. Este estudo tem caráter descritivo com análise quanti-qualitativa dos dados. Foi selecionado um participante, do sexo masculino, com 43 anos de idade, com diagnóstico de diabetes há um ano, inscrito no programa HiperDia de uma unidade básica de saúde da cidade de Belém-PA. Os materiais utilizados foram: um Roteiro de entrevista inicial (para tomar conhecimento dos aspectos sócio-demográficos, bem como o conhecimento do participante sobre a diabetes), Teste de conhecimentos sobre diabetes, Protocolo Nutricional do Serviço de Nutrição (plano alimentar), Tabela de Contagem Total de Carboidratos Adaptada, Diário de Registro Alimentar (onde o participante registrava suas refeições), Quadro para avaliação da adesão à dieta e Roteiro de Entrevista Final, para avaliação do sujeito quanto a sua participação na pesquisa. Após a seleção do participante, este foi convidado a participar de uma oficina sobre diabetes, onde lhe foram oferecidas informações sobre dieta saudável através de exposição oral e uma dinâmica do Jogo da Pirâmide Alimentar, bem como a aplicação do teste de conhecimento sobre diabetes. A partir disso, foram realizadas visitas domiciliares a cada dois dias, durante quinze dias em cada condição, primeiramente a automonitoração do plano alimentar (APA), logo após a automonitoração de contagem total de carboidratos (ACTC). Nos dias em que não havia visita, o participante anotava cada refeição no diário de registro alimentar, e estas eram analisadas pela pesquisadora nos dias da visita, dando feedback positivo para os itens corretos. Os Índices de Adesão ao Tratamento (IAT) do plano alimentar eram calculados dividindo o número de itens corretamente ingeridos divididos pela soma do número de itens recomendados e o número de itens excedentes, multiplicado por 100. O IAT da contagem de carboidrato era medido através do total de gramas de carboidratos ingeridos divididos pelo total de gramas recomendadas, multiplicado por 100. Os dados mostram que o participante apresentou um baixo índice de adesão nos dois primeiros registros da fase de APA, tendo um aumento nos outros seis registros, com uma média de 44,12% de adesão nesta fase. Já na ACTC o participante excedeu as gramas recomendadas em 40% no primeiro registro, seguido de um baixo índice (60%), estabilizando a partir do 4º registro, sendo que nesta fase o participante obteve uma média 85,55% de adesão. No final da pesquisa o participante optou seguir o Plano Alimentar, pois relatou dificuldade para fazer os cálculos da contagem de carboidratos.

FAPESPA, CNPq.

Palavras-chave: diabetes, adesão ao tratamento, plano alimentar e contagem total de carboidratos.

Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação).

AEC.

EMERGÊNCIA DE LEITURA DE FRASES A PARTIR DO ENSINO DE SUAS UNIDADES CONSTITUINTES. *José Gonçalves Medeiros, Larissa Antunes*, Jóici Estácio J. Pokreviescki*, Demian G. Bottenberg*, Camilla de Amorim Ferreira* e Klaus Eickhoff Cavalhieri* (Laboratório de Linguagem e Comportamento Verbal – LAB-LIN, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC).*

Ensinar apenas palavras garante leitura de textos mais complexos? Não seria necessário um repertório mínimo de leitura de frases? Tendo por referência essas duas questões, foi proposto como objetivo desse estudo: ensinar o aluno a ler e escrever palavras, a identificar números e cores e, em situação de teste, ler "frases" compostas por essas classes de estímulos. Após o ensino em separado de palavras, números e nomes de cores, as classes foram agrupadas formando frases que, em situação de teste, foram apresentadas ao participante e solicitado-lhe que a lesse. Nessa fase, denominada de agrupamento, nenhuma consequência experimental foi fornecida ao participante. Pretendeu-se, com esse procedimento, verificar se o ensino em separado das classes de estímulos produziria, quando agrupadas, emergência de um repertório mais amplo, ou seja, a leitura de frases. Participaram desse estudo 14 crianças da primeira série de ambos os sexos, com idade variando entre 6 e 7 anos. Foram alunos de uma escola da rede pública estadual, localizada em uma cidade no sul do Brasil. Foram selecionados por meio dos resultados da aplicação de um teste inicial que avaliou as relações AB, AC, AE, CE, CD, BC e CB de palavras, de números e nomes de cores. Foram escolhidos aqueles que apresentaram as porcentagens mais baixas de acertos, os quais fizeram parte do Grupo Experimental. Os demais participantes fizeram parte do Grupo Controle que participaram, além do teste inicial, de um teste intermediário e de um teste final de leitura. Assim nos períodos inter-testes, apenas as crianças do grupo experimental fizeram parte do procedimento de ensino. O projeto foi desenvolvido dentro de uma das salas da escola na qual estava sendo montado o laboratório de química. Foram utilizados dois computadores de mesa com recurso multimídia nos quais foi instalado o software educativo denominado Mestre@. As classes de respostas de ler e escrever palavras substantivadas, bem como as classes de identificar números e nomes de cores foram ensinadas por meio de um procedimento de discriminação condicional por exclusão dos estímulos conhecidos. Os estímulos modelo e de comparação bem como as contingências experimentais foram apresentados também pelo software. No teste de leitura, as palavras, números e nomes de cores ensinadas foram testados conjuntamente, formando frases, cujo desempenho não foi consequenciado. Um teste de Equivalência de Agrupamento foi realizado para verificar se a leitura estava sendo realizada com significado. Das 11 crianças, seis leram com 100% de acerto as frases apresentadas. Uma criança leu com 100% de acertos o primeiro e segundo conjuntos e duas crianças leram o primeiro conjunto, também com 100% de acertos. Duas crianças desistiram na metade do estudo. O estudo mostrou a possibilidade, após o ensino de palavras isoladas, de produzir emergência de leitura de frases com compreensão.

Estudo financiado pelo CNPq por meio de Bolsa de Produtividade em Pesquisa (Processo n. 305138/2007-3) ao primeiro autor. Os co-autores foram alunos bolsistas do Programa de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq).

Palavras-chave: Ensino de leitura e escrita; Emergência de leitura de frases; Discriminação condicional.

Pesquisador – P

AEC

DIFICULDADES NO ESTABELECIMENTO DE DISCRIMINAÇÕES CONDICIONAIS EM FUNÇÃO DE TREINO PRÉVIO DE DISCRIMINAÇÕES SIMPLES COM PALAVRAS ESCRITAS. *Thiago de Barros***, *Gleiton Nunes de Azevedo***, *Maira Matos*** e *Marcelo Benvenuti (Universidade de Brasília, Brasília, DF)*

Ensino de relações entre palavras escritas e ditadas pode ser realizado por meio do procedimento de pareamento de acordo com o modelo. Desempenho insatisfatório nesse procedimento pode ser aprimorado por treino anterior ou simultâneo de discriminações simples envolvendo os estímulos modelo ou comparação utilizados no procedimento. O presente estudo buscou investigar os efeitos do treino de discriminação simples envolvendo palavras escritas (*versus* pseudopalavras, construídas com as mesmas letras das palavras em ordem diferente) sobre a aquisição de discriminações condicionais auditivo-visuais envolvendo ou não as palavras treinadas anteriormente. Participaram do estudo 5 crianças com idades entre 4 e 6 anos, sem repertório de leitura. Todos os participantes frequentavam regularmente as atividades de uma creche. Apenas uma sessão era realizada por dia, com duração média de 20 minutos. Os participantes foram expostos a três diferentes condições experimentais. Na primeira, foram realizadas sessões de discriminações simples simultâneas em que o participante deveria responder a palavras escritas e não a pseudopalavras compostas das mesmas letras (CAJU/UACJ, REMO/OERM e BIFE/EIBF). Na segunda, foram realizadas sessões com discriminações condicionais em que o participante deveria selecionar uma palavra escrita mediante a apresentação de uma palavra falada. A aquisição das relações condicionais envolvendo as palavras treinadas anteriormente foi comparada com a aquisição de relações condicionais envolvendo palavras novas, de modo a ser possível avaliar o papel do treino prévio de discriminações simples. Por fim, na terceira condição, foi realizado um treino de comportamento textual, em que o participante deveria emitir uma resposta vocal diante de palavras escritas, treinadas na primeira e na segunda condições (discriminações simples e condicionais) ou treinadas apenas na segunda condição (palavras novas da segunda condição, para as quais não houve treino de discriminações simples). O critério para o final de cada uma das três condições experimentais foi a obtenção de 90% ou mais de acertos nas tentativas de uma sessão. Resultados demonstraram que o treino de discriminações simples com palavras não favoreceu a aquisição subsequente das relações condicionais envolvendo as palavras treinadas. Ao contrário, as discriminações condicionais e o comportamento textual envolvendo as palavras treinadas na discriminação simples foram aprendidos mais vagarosamente do que as discriminações condicionais e o comportamento textual envolvendo as palavras não treinadas. Esse resultado pode ser explicado por bloqueio operante em função do controle exercido exclusivamente pela modalidade visual dos estímulos treinados no procedimento de discriminação simples. Esses resultados ajudam na análise de procedimentos que aumentam o controle discriminativo simples exercido por estímulos utilizados em tarefas de discriminações mais complexas. Esse aumento no controle discriminativo pode ser a solução para problemas como o controle parcial ou restrito que, em tarefas de leitura, pode impedir a leitura de palavras novas com base em recombinação de sílabas das palavras treinadas. Por outro lado, estabelecimento de controle discriminativo simples pode dificultar a aquisição de novos controles de estímulos mais complexos, especialmente quando a história de treino de discriminação simples é longa e coloca o comportamento sob controle de propriedades sutis dos estímulos.

Apoio financeiro: PRODOC/CAPES, Bolsas de Mestrado CAPES

Palavras-chave: discriminação condicional, discriminação simples, leitura

Nível do trabalho: M

EFEITOS DE HISTÓRIAS DE EXPOSIÇÃO A JUSTIFICATIVAS SOBRE O SEGUIMENTO DE REGRAS II. *Luiz Carlos de Albuquerque, Vitória Cordovil de Almeida* e Flávia Pinho Almeida* (Universidade Federal do Pará, Belém –PA)*

Em um estudo anterior quatro estudantes universitários foram expostos a um procedimento de escolha de acordo com o modelo com três estímulos de comparação; a tarefa consistia em apontar para cada um dos estímulos de comparação, em sequência. A sequência correta era reforçada, em esquema de reforço contínuo (CRF), com pontos trocáveis por dinheiro. Na Fase 1 (linha de base) nenhuma sequência era reforçada ou instruída. A Fase 2 era iniciada com a apresentação da regra correspondente às contingências e a Fase 3 com a regra discrepante das contingências. A única sequência reforçada durante as Fases 2 e 3, era a sequência especificada pela regra correspondente na Fase 2. As Fases 1 e 2 eram encerradas após a ocorrência de 10 tentativas e após a obtenção de 320 reforços, respectivamente. A Fase 3 era encerrada quando um de dois critérios fosse atingido, o que ocorresse primeiro: a) após a obtenção de 80 pontos ou, b) após a ocorrência de 240 tentativas. Os resultados mostraram que os quatro participantes deixaram de seguir a regra discrepante na Fase 3. O presente trabalho procurou fazer uma replicação sistemática desse estudo com o objetivo de testar a proposição que sugere que uma história de exposição a regras que relatam justificativas para o seguir regras, tal como uma história de promessas de reforço para o seguir e ameaças de punição para o não seguir regras, pode contribuir para a manutenção do seguir regras discrepantes das contingências. Para tanto, oito estudantes universitários foram expostos a um procedimento de escolha segundo o modelo, que diferiu do usado no estudo anterior apenas porque os participantes foram expostos a uma história de regras que relatam justificativas antes de serem expostos à regra discrepante. Assim, no presente estudo a tarefa também era apontar para os estímulos de comparação em sequência. Os participantes foram distribuídos em duas condições, cada uma com quatro fases. Nas duas condições, a Fase 1 era de linha de base. Durante as demais fases, a única sequência correta era reforçada em CRF. Na Fase 2 era apresentada a regra correspondente às contingências. Na Fase 3 era apresentada uma regra discrepante das contingências com justificativa para o seu seguimento. Na Fase 4 era apresentada uma regra discrepante das contingências idêntica à usada no estudo anterior. A justificativa da Fase 3 tinha a forma de promessa na Condição 1 e a forma de ameaça na Condição 2. Diferente do estudo anterior, os resultados do presente estudo mostraram que três dos quatro participantes da Condição 1 e todos os quatro da Condição 2, seguiram a regra discrepante na Fase 4. Os resultados do presente estudo, juntos com os resultados do estudo anterior, sugerem que uma história de regras que relatam justificativas pode exercer a função de manter o seguimento de regras. Por essa visão, a probabilidade de o seguimento de regras vir a ocorrer no futuro pode depender, em parte, das justificativas relatadas na regra. Em outras palavras, pode depender das propriedades formais da regra.

Palavras-chave: Controle instrucional, controle por contingências, controle por história de exposição a justificativas, explicação do comportamento

Iniciação Científica – IC

AEC

ENSINO DE HABILIDADES NO USO DE DINHEIRO A IDOSO COM PERDA DE MEMÓRIA. *Rebeca Lopes Cavaletti** (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e *João dos Santos Carmo* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP)

No Brasil, a prevalência de demência em idosos varia de 1,6% entre pessoas com idade de 65 a 69 anos, e a 38,9% naquelas com idade superior a 84 anos. Dentre as demências, destaca-se a Doença de Alzheimer (DA) que é uma doença neurodegenerativa progressiva que afeta principalmente a memória. Esse quadro tem chamado atenção para as condições de saúde e qualidade de vida nesse contexto populacional. O idoso necessita manter certo grau maior de autonomia em suas atividades diárias para que a sua qualidade de vida esteja mantida por maior tempo possível. Dentro dessa situação, deparamos frequentemente com atividades no dia-a-dia em que o uso de dinheiro é fundamental para garantir um bom envolvimento social como, por exemplo, nas situações de transporte público, compras, etc. O presente estudo objetivou: a) sistematizar um conjunto de testes iniciais para verificação de habilidades numéricas e de uso de dinheiro em idoso com perda inicial de memória e; b) a partir dos resultados obtidos com os testes, programar estratégias de ensino para estabelecimento de habilidades no uso de dinheiro. Participou do estudo uma idosa de 86 anos diagnosticada com DA sem especificação do estágio da doença, com alteração na pontuação no Mini-Exame do Estado Mental (14/24). Os estímulos experimentais utilizados foram: numerais ditados (A), numerais impressos (B), figuras das notas (C) e das moedas (F), numerais intercalados com sinais da adição (D) e notas (C') e moedas verdadeiras (F'). O estudo utilizou tarefas de *matching to sample* para testar e estabelecer relações e habilidades necessárias para que a idosa pudesse manipular o dinheiro. As relações testadas foram BB, AB, A'C, CB, BC, DB, BD, BE, CE, CC', A'C', C'E, A'F, A'F', FF', BF, FB, FE e F'E, sendo que a idosa obteve de 80% a 100% de acertos em todos os testes, excetuando-se os testes FE e F'E em que seu escore foi de apenas 20%. As relações FE e F'E foram então ensinadas. A idosa precisou de 9 tentativas para que se alcançasse o critério de 100% de acertos em duas tarefas consecutivas. Os resultados dos pós-testes para as relações indicadas mostram que a idosa aprendeu tais tarefas já que obteve, logo depois do ensino, 100% de acertos em ambas as tarefas. O procedimento mostrou-se eficiente para a avaliação inicial do repertório de habilidades numéricas necessárias na manipulação de dinheiro sendo que o ensino garantiu a emergência de relações simétricas e transitivas. Para a ampliação do estudo, propõe-se, com a mesma participante, atividades de generalização do uso de dinheiro para a sua vida diária e a aplicação da mesma tecnologia de avaliação-ensino-avaliação final e generalização a outros idosos com perda de memória.

Palavras-chave: idosos com demência, equivalência de estímulos, habilidades monetárias.

IC

AEC

MANUTENÇÃO DE CLASSES DE EQUIVALÊNCIA DE DIFERENTES TAMA-NHOS: UM ESTUDO COM PARTICIPANTES SUBMETIDOS A UMA HISTÓRIA EXPERIMENTAL DE EQUIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS. *Julio César de Camargo**, *Verônica Bender Haydu e Juliana Barboza Caetano de Paula (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR, Brasil)*

Resultados de diversos estudos têm demonstrado que a formação, a manutenção e a recuperação de relações de equivalência podem ser afetadas por uma série de características de procedimento. O presente estudo teve como objetivo investigar o efeito do número de membros das classes sobre a probabilidade de formação e de manutenção de relações de equivalência em participantes com uma história experimental de equivalência de estímulos, com o controle da ordem de formação de classes e do número de apresentações das relações nos testes. Participaram da pesquisa 12 estudantes universitários que foram distribuídos em dois grupos, que diferiram quanto à ordem com que as classes de diferentes tamanhos foram ensinadas e testadas. Foi utilizado o procedimento de escolha de acordo com o modelo e a estrutura de treino CaN (estímulo de comparação como nóculo). O equipamento foi um computador e o *software* Equivalência. Trinta e seis figuras familiares monocromáticas de fácil nomeação, cujos nomes eram dissílabos simples, foram selecionadas como estímulos. A pesquisa foi realizada em cinco etapas. A Etapa 1 consistiu em um pré-teste em que se verificou como os estímulos eram nomeados pelos participantes. A Etapa 2 consistiu do treino e teste de formação de três classes de equivalência com três estímulos (K1J1L1, K2J2L2, K3J3L3), que consistiu na história experimental comum a que os dois grupos de participantes foram expostos. A Etapa 3 consistiu do treino de três classes com três estímulos (W1Y1Z1, W2Y2Z2, W3Y3Z3), seguido pelo treino de três classes com seis estímulos (A1B1C1D1E1F1, A2B2C2D2E2F2, A3B3C3D3E3F3) para o Grupo 1 e na ordem inversa para o Grupo 2. Nos blocos de treino foi utilizado um procedimento em que o número de estímulos de comparação foi aumentado progressivamente e o número de tentativas de teste foi controlado para que ficasse igual, independente do número de membros a serem relacionados. Na Etapa 4, realizou-se o reteste das relações emergentes e de linha de base e na Etapa 5, verificou-se a manutenção das relações de equivalência, após um intervalo de seis semanas. Não foi observado efeito de ordem com que as classes de diferentes tamanhos foram aprendidas. Todos os participantes formaram classes nas Etapas 2 e 3. Na Etapa 5, 8 dos 12 participantes apresentaram porcentagens de acertos maiores no teste de manutenção das classes maiores do que das menores e dois participantes não apresentaram diferença (100% de acertos). Onze participantes atingiram o critério de acertos (90%) na primeira apresentação do teste de manutenção para as classes maiores, enquanto que nas classes menores, seis participantes precisaram refazer o teste. Dois participantes não demonstraram a manutenção das classes menores e apenas um dos 12 participantes não manteve as classes maiores. O tempo médio de realização do teste de manutenção das classes maiores foi menor em todos os casos, com exceção de dois participantes. Pode-se concluir que o procedimento utilizado favoreceu a formação e manutenção das relações de equivalência, e que os dados constituem indícios de que classes maiores são mais provavelmente mantidas.

O trabalho foi realizado com apoio financeiro do CNPq (processo 115211/2009-8). Julio César de Camargo recebeu bolsa do CNPq.

Palavras-chave: **equivalência** de estímulos, tamanho das classes, variações de procedimento.

Iniciação Científica – IC

AEC

LEITURA E EQUIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. *Priscila Benitez** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e Patricia Calocci Marcicano** (Programa de Pós-Graduação em Psicopedagogia, Instituto Superior de Educação de Barretos, Barretos, SP).*

Tentativas de diminuir o aumento do fracasso escolar nos anos iniciais do ensino fundamental, ao longo do processo de alfabetização, vem sendo implementadas com o intuito de complementar o ensino de repertórios básicos de leitura em aprendizes que não apresentaram sucesso com métodos tradicionais em sala de aula. Nessa perspectiva, tem-se desenvolvido procedimentos que auxiliem a emergência do ensino de leitura para populações com diversos repertórios. Na perspectiva da Análise do Comportamento, à luz do paradigma de Equivalência de Estímulos, o comportamento de ler tem sido compreendido como uma rede de relações, dentre as quais, o ensino direto de algumas relações pode levar à emergência de outras, sem treino direto. Esse paradigma tem sido empregado em pesquisas nas ciências do comportamento por oferecer métodos econômicos e eficazes para o ensino de repertórios complexos, como o comportamento de ler. Nesse contexto, esse trabalho teve como objetivo verificar contribuições do paradigma de Equivalência de Estímulos em pesquisas voltadas para o ensino da leitura, a partir do levantamento bibliográfico sistemático em quatro revistas comportamentais de grande impacto: *Journal of Applied Behavior Analysis* (JABA), *Journal of the Experimental Analysis of Behavior* (JEAB), *Revista Brasileira de Análise do Comportamento* (REBAC) e *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva* (RBTCC). O levantamento foi realizado a partir do sistema de palavras-chaves: *leitura*, *reading* e *lecture*. A busca recuperou 179 trabalhos, dentre os quais, todos tiveram seus resumos lidos. Desse total, somente 22 (13 publicados no JABA, 3 no JEAB, 3 na REBAC e 4 na RBTCC) tratavam do paradigma de Equivalência de Estímulos, no período 1974 a 2009, os quais foram classificados conforme o tipo de estudo, participantes, objetivos e procedimento. Desse contingente, 4,5% foram considerados teóricos (n=3), enquanto 86,3% (n=19) tratavam da aplicação de algum tipo de procedimento de ensino de leitura, com o intuito de ensinar certas relações e avaliar a emergência de outras. Com relação aos participantes, 47,3% (n=9) propuseram estudos com deficientes intelectuais, 31,5% (n=6) trabalharam com crianças com histórico de fracasso escolar, 10,5% (n=2) com crianças pré-escolares, 5,2% (n=1) com adultos e 5,2% (n=1) com indivíduos com transtornos neurológicos. Os resultados apontam o quanto é reduzido o número de estudos que envolvem o paradigma de Equivalência de Estímulos, em especial no tocante ao ensino de leitura, na psicologia comportamental. Conclui-se que a maior parte dos estudos levantados referem-se a programação de procedimentos de ensino de leitura direcionados a população de indivíduos com deficiência intelectual e que apesar do paradigma ser uma ferramenta efetiva para o estudo do comportamento simbólico, o presente estudo mostrou que são necessárias maiores aproximações a esta temática, especialmente em termos de produção nacional. Sugere-se que sejam investigados outros periódicos da análise do comportamento a fim de verificar contribuições do paradigma para o ensino da leitura.

Apoio: CAPES.

Palavras-chave: análise do comportamento, equivalência de estímulos, leitura.

Outro.

AEC – Análise Experimental do Comportamento.

CATEGORIZAÇÃO DE RELATOS VERBAIS EMITIDOS POR FAMILIARES DURANTE APLICAÇÃO DE UM PROGRAMA INFORMATIZADO DE ENSINO DE LEITURA E ESCRITA. *Priscila Benitez** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e Camila Domeniconi (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP; INCT-ECCE)*

Pesquisadores têm empreendido esforços para construção de metodologias diferenciadas de ensino que atendam às necessidades de aprendizes com repertórios diferenciados. Nessa direção, um grupo de analistas do comportamento, pautados no paradigma de Equivalência de Estímulos, desenvolveu um software que vem sendo largamente utilizado, em ambiente controlado de laboratório, com resultados comprovadamente positivos na perspectiva de ensinar habilidades básicas de leitura e escrita. O software, denominado Aprendendo a Ler e Escrever em Pequenos Passos, possui algumas das características consagradas como favoráveis para aprendizagem de quaisquer conteúdos por qualquer pessoa, a saber, velocidade e grau de dificuldade programadas de forma gradual, individualizada e fornecimento de feedback constante para o desempenho do aprendiz. Tentativas de ampliação para o uso e acesso desse programa vêm sendo implementadas com o intuito de atender diversos aprendizes, numa escala maior, do que a observada em condição laboratorial. A aplicação do software em contextos aplicados envolveu algumas adaptações, podendo citar, talvez a mais importante delas, o treinamento dos monitores junto ao programa computadorizado. Uma das variáveis identificadas na atuação dos professores, pais e familiares como monitores foi o fornecimento de dicas a fim de auxiliar a aprendizagem dos alunos. Essas dicas revelaram a importância de instrumentalizar o monitor ao fornecimento de relatos padronizados, ao invés de instruí-los a não fornecê-los. Compreendendo que o fornecimento dessas dicas pelos monitores pode ser considerado como uma variável presente em pesquisas que utilizaram essa ferramenta na situação aplicada, acreditou-se que a categorização desse tipo de relato verbal poderia favorecer estudos futuros que possam vir a utilizar o programa em outros contextos aplicados. Por essa razão, o presente trabalho teve como objetivo categorizar os tipos de relatos verbais fornecidos pelos familiares enquanto monitores do programa, quando aplicado no âmbito doméstico. Para tal, centrou-se na interação dos monitores com os aprendizes, mais especificamente, no relato verbal fornecido por eles enquanto seus filhos executavam as tarefas de ensino. Participaram dessa investigação três familiares responsáveis por três aprendizes com deficiência

intelectual, expostos ao programa em suas residências. O procedimento constituiu-se na análise das sessões filmadas, em busca de relatos verbais emitidos pelos monitores. Após o levantamento desses relatos, foram estabelecidas duas categorias de análise – relatos adequados (Dar a instrução da tarefa e Dar reforço) e relatos inadequados (Apontar erros na resposta dada pelo aprendiz e Responder pelo aprendiz). Conclui-se que essa investigação oferece indícios sobre a relevância do estudo do relato verbal emitido pelo monitor, como forma de interação que pode vir a inferir positivamente no desempenho do aprendiz. Sugere-se que seja adotada a categoria de relato adequado em treinamentos futuros de monitores que utilizarão o programa na situação aplicada, a fim de favorecer a interação entre aprendiz e monitor de modo sistematizado e mais inclusivo.

Apoio: CAPES, CNPq: #476414/2008-3.

Palavras-chave: ensino informatizado, leitura, relato verbal.

M

AEC – Análise Experimental do Comportamento

TRICOTILOMANIA: UMA AVALIAÇÃO DAS CLASSES DE RESPOSTA E DAS VARIÁVEIS AMBIENTAIS SOB O PRISMA DA ABORDAGEM ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL. *Luiz Ricardo Vieira Gonzaga** e Maria Martha Hübner (**Mestrando em Psicologia como Profissão e Ciência- PUC-Campinas; Prof^a. Dr^a do Departamento de Psicologia Experimental e Coordenadora do curso de Especialização: “Terapia Comportamental e Cognitiva”-USP)*

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma revisão literária no espectro da Tricotilomania apontando as classes de resposta (componentes operantes e respondentes) apresentadas pelos acometidos por esse transtorno e as variáveis ambientais envolvidas nesta cadeia comportamental. Serão abordadas também neste trabalho as considerações de diversos autores a respeito desta temática e os dados coletados ao longo dos artigos publicados sobre o tema em questão. A Tricotilomania, inserida na classe dos Transtornos do Controle dos Impulsos - segundo o DSM-IV - é caracterizada pelo ato de puxar os próprios cabelos de forma recorrente, seja por prazer, gratificação ou alívio de tensão, acarretando, conseqüentemente, em uma perda capilar perceptível. A literatura aponta que, após o ato, pode ou não haver arrependimento, auto-recriminação ou culpa por parte do indivíduo. Tal transtorno tem como desencadeador as manifestações ansiosas, a tensão e a excitação antes de cometer o ato. Estas manifestações são discriminadas ao longo do estudo como alertas de que algum evento aversivo irá acontecer. São definidas também como variáveis de natureza encoberta de um dado comportamento que são extremamente complexas sendo aconselhável o desenvolvimento de uma metodologia que possa promover uma análise sistemática de outras “variáveis ocultas”, relevantes, que são engajadas também nessa cadeia comportamental (tensão - arrancar fios) dos acometidos por esse transtorno. Seria recomendável, portanto, examinar em detalhe que variáveis seriam essas e como essa proposta de intervenção poderia ser ampliada. Além disso, é necessário que esta alternativa de análise produza mudanças observáveis no comportamento do sujeito. De acordo com alguns autores, a metodologia deve explicar as variáveis que mantêm o comportamento da forma mais parcimoniosa possível. Pode-se observar também, de acordo com o que foi relatado acima, que as variáveis envolvidas no ato de puxar os fios são descritas como estados internos - respondentes - e, pela definição, inobserváveis, sendo, conseqüentemente, difíceis de medir e verificar. Mesmo assim, podemos evidenciar a importância da Abordagem Analítico-Comportamental e da Terapia Cognitivo- Comportamental (TCC) como abordagens de relativo sucesso no tratamento dessa desordem do hábito, visando sempre à prevenção precoce e a intervenção. No que se refere ao tratamento após colocada em prática uma avaliação funcional individualizada e adequada, poderemos ter a nosso favor a descrição da função de um dado comportamento para o sujeito, podendo ser possível deslocar esse comportamento disfuncional por outro comportamento aceitável socialmente e que tenha funções similares ao anterior. É aconselhável ainda a parceria com um psiquiatra ou dermatologista quando os sintomas se mantiverem constantes e beirarem a cronicidade.

Apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq

Palavras-chave: Tricotilomania, Abordagem Analítico-Comportamental, Revisão Bibliográfica.

Pesquisador-P

Área: Análise Experimental do Comportamento

O USO DE JOGOS COMO INSTRUMENTO PARA O ENSINO DE PRINCÍPIOS DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO. *Aline Cristina Monteiro Ferreira**, *Gabriele Gris**, *Gracielly Terziotti de Oliveira**, *Hans Werner Alves** e *Silvia Regina de Souza (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR).*

O jogo, utilizado como ferramenta de ensino, pode contribuir para tornar o processo de ensino e aprendizagem mais interessante para os alunos, em razão de seu aspecto motivacional. Considerando os poucos estudos realizados nessa área e o alto valor motivacional dos jogos, este trabalho teve como objetivo avaliar os efeitos de dois jogos de tabuleiro – *Capitale* e *Senha* - no ensino e na aprendizagem de princípios básicos da Análise do Comportamento. Os jogos utilizados foram adaptados respectivamente dos jogos *Banco Imobiliário*® e *Perfil*®. Participaram da pesquisa 18 universitários, que não possuíam qualquer conhecimento sobre Análise do Comportamento. Inicialmente foi dada aos participantes uma folha contendo 20 questões na forma de “complete” cuja finalidade era avaliar os conhecimentos dos participantes acerca dos princípios trabalhados no jogo (Pré-teste). Após a primeira etapa, os participantes foram divididos em seis grupos com três participantes cada. Três grupos jogaram o jogo *Capitale*, que trabalha com 20 princípios, e três grupos com o jogo *Senha* que trabalha com 10 princípios. No jogo *Capitale*, o participante lançava o dado e movia o peão, parando em uma das casas do tabuleiro. Ao parar em qualquer casa que não pertencesse ao adversário, ele poderia comprá-la e se ela fosse a Casa Princípio, o jogador deveria ler em voz alta a definição do princípio impressa na carta. Se parasse na Casa Princípio que pertencesse ao adversário, o participante tinha três opções: definir sem auxílio, definir com auxílio da carta do adversário (dica) ou desistir. Caso acertasse sem a dica, não pagaria o valor estabelecido na carta. Ao utilizar a dica para definir, pagaria o aluguel correspondente àquela casa e se errasse ou desistisse pagaria o valor estabelecido na carta do adversário. Havia também as casas de “sorte ou revés” que solicitavam algumas tarefas ao jogador, além de cartas de companhias. No jogo *Senha* um dos jogadores escolhia um número referente a uma dica sobre um dos princípios. Um dos oponentes lia uma das dicas e o jogador poderia sugerir o nome de um princípio que julgasse corresponder àquele referente à dica dada pelo pesquisador. Se acertasse, ganhava o cartão com o nome e definição do princípio impressos e deveria lê-lo em voz alta. Ele também deveria deslocar seu peão o número de casas correspondente às dicas não utilizadas. Caso errasse, passaria a vez de jogar para o adversário que poderia, então, pedir uma nova dica. Ganharia aquele jogador que chegasse ao final primeiro. Foi realizada uma sessão de aproximadamente 40 minutos. Após este tempo, foi aplicado um Pós-teste semelhante em estrutura ao Pré-teste. Observou-se que os participantes que jogaram *Capitale* apresentaram em média 0,5% de acerto e os participantes que jogaram *Senha* 3% de acerto no Pré-Teste, enquanto esse percentual, no Pós-Teste, foi de 20% de acerto para os participantes que jogaram *Capitale* e 23% para os que jogaram *Senha*. Esses resultados sugerem a possibilidade do uso de jogos como ferramentas para o ensino de princípios da Análise do Comportamento e apontam a necessidade de mais investigações nessa direção.

Palavras-chaves: Análise do Comportamento. Jogos. Aprendizagem.

Outro

AEC

ENSINO DE RECONTAGEM DE HISTÓRIA: EFEITOS DO USO DE DICAS. *Ana Carolina Sella, Laura Karoline Haidar Rocha*, Aline da Rocha Schultz*, Bruna Amaral Dávolo*, Aline Carvalho Ferreira*, Hilton Caio Vieira* (Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS), Daniela Mendonça Ribeiro** (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP), Carmen Silvia Motta Bandini e Heloisa Helena Motta Bandini (Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Maceió, AL).*

Recontar histórias, assim como eventos diários e fatos históricos, é considerado uma habilidade funcional e acadêmica importante. Déficits nesta habilidade podem resultar em reprovação escolar, visto que a maior parte das aulas requer que os alunos leiam textos e livros e recontem, pelo menos em parte, seu conteúdo. Além disso, no cotidiano, as pessoas são requeridas a se comunicar relatando fatos diários e, um déficit neste repertório, pode acarretar problemas de comunicação. No contexto específico de histórias narrativas, nossa comunidade verbal considera que, para a recontagem de histórias ser eficiente, precisa conter as chamadas categorias estruturais de histórias. Estas podem ser identificadas como: personagens, local, tempo, tema, enredo e resolução, apresentadas nesta sequência. O presente estudo visou investigar se a presença de figuras que ilustrassem cada uma das chamadas categorias estruturais de história facilitaria a inserção destas categorias em tarefas de recontagem de história. Participaram do estudo quatro crianças, com idades entre sete e doze anos, no início do estudo. Todas freqüentavam o segundo ano do ensino fundamental em uma escola pública do município de Dourados, MS. O estudo foi conduzido em uma sala da escola. A variável independente sob investigação foi a apresentação gradual das ilustrações enquanto dicas, durante as tarefas de recontagem de história. Cada figura apresentada ilustrava uma categoria estrutural de história. Cada história tinha suas próprias ilustrações, dependendo da(s) categoria(s) que deveria(m) ser ilustrada(s) naquela história. A variável dependente foi o número total de palavras utilizadas na recontagem, o número de categorias de história inseridas pela criança na recontagem da história e a sequência em que estas categorias foram inseridas na recontagem. Após ouvir uma história, o participante a recontava a um ouvinte ingênuo, ou seja, alguém que não estava presente quando a criança ouvia a história. Isto porque a literatura mostra que, frente a ouvintes ingênuos, crianças costumam inserir mais informações em suas recontagens. Um delineamento de linha de base múltipla entre categorias de história foi utilizado para avaliar os efeitos da variável independente sobre as variáveis dependentes. Os resultados obtidos neste estudo indicaram que as crianças não inseriram mais palavras ou categorias estruturais frente à apresentação das figuras. Em relação à ordenação das categorias, os dados mostram que a presença das ilustrações levou à inserção das categorias de acordo com a sequência esperada em nossa comunidade verbal. Discute-se que este resultado foi semelhante a outros, relatados na literatura: a presença de ilustrações não necessariamente implica em um aumento de palavras utilizadas, nem implica na inserção de mais categorias estruturais durante a recontagem de histórias. Apesar disso, os dados indicam que essa presença de ilustrações pode facilitar a ordenação das categorias.

Palavras chaves: Crianças, dicas visuais, recontagem de histórias.

Nível do trabalho: Pesquisador –P e Iniciação Científica – IC.

AEC: Análise Experimental do Comportamento

ENSINO DE TATO VOCAL PARA UM BEBÊ EMPREGANDO MODELAGEM E INSTRUÇÃO EM SITUAÇÕES LÚDICAS. *Thaise Löhr** e Maria Stella Coutinho de Alcântara Gil (Departamento de Psicologia-Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Universidade Federal de São Carlos/São Carlos-SP)*

Diferentes procedimentos de ensino têm sido empregados para estabelecer novos repertórios. A modelagem e a instrução são procedimentos de eficiência comprovada para instalar comportamentos novos por meio de reforçamento diferencial e de aproximações sucessivas no primeiro caso e de descrição de contingências no segundo. O presente estudo teve por objetivo verificar a eficiência de um procedimento de ensino, composto por instrução e modelagem da resposta de tato vocal para os objetos sapato e pente, ao qual um bebê de 22 meses foi exposto. O participante vivia em um ambiente com exposição restrita à estimulação verbal, emitia sons ao ver os objetos, mas não os nomeava, nem repetia palavras faladas pela pesquisadora e não pegava os objetos solicitados tendo apresentado indicação de cuidado no desenvolvimento da linguagem (Denver II). A coleta de dados foi realizada em seis semanas, num total quinze sessões individuais cada uma delas com duração média de oito minutos. Inicialmente, foram modeladas as respostas de: olhar para o objeto selecionado (sapato/pente) e brincar de colocar o sapato/pentear o cabelo; durante a brincadeira a experimentadora descrevia os objetos e as ações da criança com os objetos. Os comportamentos modelados eram pré-requisitos para seguir as instruções da experimentadora que solicitava: “pegue o sapato, coloque o sapato na boneca, me dá o sapato/pente”. Os passos subseqüentes do procedimento foram o reforçamento da: emissão vocal “to” na presença do sapato; da emissão vocal “to” em complemento à emissão da pesquisadora do tipo “esse é um sapa__”; da repetição oral da palavra falada pela experimentadora “sapato” e, finalmente, do tatear ao ser questionado “o que é isso?”. A participante atingiu o critério de aprendizagem de três acertos consecutivos ao tatear cada um dos objetos e tateou corretamente cada objeto, uma vez, em um contexto diferente da situação experimental, indicando possível generalização. No decorrer das sessões de ensino houve o decréscimo do número de sessões (nove objeto sapato e quatro objeto pente) e da duração das sessões necessárias para atingir o critério de aprendizagem. O controle da emissão da resposta vocal pelo participante passou a ser exercido pelo objeto e não mais pela instrução dada pela experimentadora, assim o participante aprendeu a tatear sem ser solicitado e quando a experimentadora encontrou-a fora da sessão ela olhou para o sapato da experimentadora e disse: “sa-pa-to”, tateando espontaneamente. O procedimento envolveu a instalação do comportamento novo de tatear dois objetos modelando o responder mais simples, que era olhar o objeto, até o responder mais complexo que era tatear os objetos e empregou o reforçamento de aproximações sucessivas das respostas esperadas intercalado com o uso de instruções, aumentando a exigência até chegar ao resultado final. Os resultados do estudo no emprego de modelagem e instruções no procedimento de ensino de tato confirmam dados da literatura sobre a eficácia da combinação de diferentes estratégias no ensino do comportamento verbal para crianças pequenas em ambientes de estimulação restrita.

CAPES/INCT

Palavras Chave: tato vocal, bebê, brincadeira, modelagem e instrução.

M – Mestrado

AEC

MODIFICAÇÕES NA TOPOGRAFIA VOCAL DE DEFICIENTES AUDITIVOS IMPLANTADOS COCLEARES EM TAREFAS DE IMITAÇÃO VOCAL COM E SEM PISTAS OROFACIAIS. *Fabiana Cristina de Souza** (Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP), *Fernanda da Luz Anastácio-Pessan***(Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP) e *Ana Claudia Almeida-Verdu* (Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP; INCT-ECCE).

A deficiência auditiva é definida como qualquer alteração na percepção normal de estimulação sonora. O implante coclear têm se mostrado uma alternativa de reabilitação auditiva, para casos de perda auditiva profunda. Com o uso do implante o ouvir com precisão tem sido obtido. Contudo, há diferenças nas condições de aquisição do repertório receptivo e do expressivo e o falar não acompanha o mesmo ritmo. Um procedimento adotado na aquisição da linguagem expressiva é a modelagem da resposta vocal pela imitação de palavras. O objetivo desse trabalho foi apresentar o processo de modificação gradual da topografia vocal em cinco crianças deficientes auditivas pré-linguais, usuárias do implante coclear, em tarefas de imitação vocal. O delineamento consistiu em um pré-teste que avaliou o nível de entrada em relações de seleção de figura na presença da palavra ditada correspondente, de nomeação de figuras e de imitação vocal de palavras dos quais foram selecionadas três palavras com baixa porcentagem de acertos que compuseram as rotinas de ensino. A modelagem da imitação vocal iniciou-se com a apresentação da palavra ditada pelo auto-falante do computador e, no caso do participante emitir vocalizações sem correspondência pontual, a palavra era ditada novamente e na tela do computador eram exibidos os movimentos orofaciais correspondentes à palavra (pistas orofaciais); caso fosse obtido correspondência pontual na vocalização com as pistas orofaciais, o participante era novamente exposto a tentativas puramente auditivas. Os resultados indicaram desempenhos altos em reconhecimento de palavras (valores entre 86 e 93%) e mais baixos em nomeação (53 a 82%) e imitação vocal (19 a 53%). Durante o ensino de imitação vocal quatro participantes apresentaram modificações graduais na topografia vocal. O pré-teste demonstrou que para estes participantes, todas as topografias vocais necessárias para a vocalização das palavras do ensino, estavam presentes na vocalização de outras palavras. Esta análise não se estende a apenas um participante. Três participantes alcançaram desempenho preciso na vocalização de pelo menos uma palavra com apresentação dos movimentos orofaciais, este desempenho se manteve após a retirada das pistas. Apenas um participante não precisou das dicas orofaciais. Neste caso, é possível afirmar que a proximidade temporal da palavra ditada foi suficiente para que ele fosse capaz de emití-la com correspondência ponto a ponto. Observa-se que para algumas palavras as pistas orofaciais constituíram uma condição necessária a aproximação da vocalização com correspondência pontual à palavra ditada. No caso de implantados fica evidente a necessidade de se reforçar diferentes respostas vocais que se aproximem do operante verbal alvo, mas talvez o número de tentativas conduzido não tenha sido suficiente para alcançar desempenho preciso nas vocalizações.

Apoio FAPESP 08/57994-0.

Palavras-chaves: deficientes auditivos, implante coclear, imitação vocal.

IC

AEC – Análise Experimental do Comportamento

ÊNFASE NAS SÍLABAS DA PALAVRA DITADA E EFEITOS SOBRE A VOCALIZAÇÃO EM DEFICIENTES AUDITIVOS PRÉ-LINGUAIS, USUÁRIOS DE IMPLANTE COCLEAR. *Fabiana Cristina de Souza** (Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP) e *Ana Claudia Almeida-Verdu* (Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP; INCT-ECCE).

O implante coclear é um importante dispositivo para o estabelecimento de repertório receptivo de linguagem, porém, os modos expressivos não apresentam a mesma velocidade de aquisição. Desse modo, questiona-se sob quais condições deficientes auditivos implantados cocleares demonstrariam maior precisão no falar. Pesquisas anteriores têm demonstrado que uma condição necessária para a fala inteligível é o reforço diferencial de respostas vocais diferentes do operante verbal alvo, mas que se aproximem do mesmo a partir do ensino de imitação de palavras. O objetivo desse estudo foi de verificar qual a contribuição do ensino de imitação vocal com ênfase nas sílabas para a vocalização com maior correspondência pontual. Participaram do estudo duas crianças, com sete e nove anos, com deficiência auditiva, pré-lingual, usuárias do implante coclear, com experiência auditiva de três e de cinco anos, respectivamente. O estudo consistiu em (1) um pré-teste que avaliava o repertório de entrada em reconhecimento auditivo, nomeação e ecóico e selecionava três palavras com baixa porcentagem de acertos para serem utilizadas no ensino de imitação vocal; (2) o ensino iniciou com blocos que ensinavam três relações auditivo-visuais (AB) seguida pelo (3) pós-teste de nomeação. Caso os resultados fossem baixos em nomeação, o participante era exposto à (4) Condição 1 de ensino de imitação vocal que iniciou-se com a apresentação da palavra ditada pelo auto-falante do computador, e no caso de vocalizações sem correspondência pontual, a palavra era ditada novamente com os movimentos orofaciais correspondentes à palavra e, seguia-se (5) o segundo pós-teste de nomeação. Caso o desempenho ainda fosse baixo no pós-teste, era introduzida (6) a Condição 2 de ensino de imitação vocal que seguia os mesmos critérios de acerto e erro que a condição anterior, porém, a palavra era ditada com ênfase nas sílaba que a compunha (por exemplo, em vez de /bola/ era ditado /bo/-/la/) e então, o participante era exposto novamente ao (7) terceiro pós-teste de nomeação. O pré-teste demonstrou melhores desempenhos em reconhecimento auditivo (entre 60 e 73% de acertos) em relação à nomeação (entre 13 a 30%) e ao ecóico (acertos entre 23 e 47%); e também que todas as topografias vocais exigidas nas vocalizações dos testes estavam presentes nas vocalizações de outras palavras. Cada participante foi exposto três vezes à Condição 1 de ensino de imitação vocal, mas esta foi suficiente apenas para um participante vocalizar com precisão duas palavras. Após três exposições à Condição 2, um dos participantes vocalizou com correspondência pontual duas palavras e este desempenho se manteve após a retirada das dicas orofaciais. Para o segundo participante, esta se constituiu em uma condição importante para o aumento do desempenho na correspondência pontual entre palavra ditada e palavra vocalizada, mas ainda que sem obter a precisão. Em apenas para um dos participantes se verificou transferência de função da imitação para a nomeação. Dessa maneira, são discutidos se o treino da topografia vocal é suficiente para a nomeação.

Apoio FAPESP 08/57994-0.

Palavras-chaves: deficientes auditivos, implante coclear, imitação vocal.

IC

AEC – Análise Experimental do Comportamento

NOMEAÇÃO DE FIGURAS E LEITURA DE PALAVRAS APÓS O ENSINO DE RELAÇÕES CONDICIONAIS AUDITIVO-VISUAIS E VISUAL-VISUAIS EM SURDOS IMPLANTADOS PRÉ-LINGUAIS. *Marina Pavão Battaglini** e Ana Cláudia Moreira Almeida Verdu (Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Universidade Estadual Paulista, UNESP/Bauru, SP; Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Sobre Comportamento, Cognição e Ensino)*

Pesquisas recentes da Análise do Comportamento têm conduzido investigações sistemáticas cuja finalidade é compreender quais são as variáveis independentes eficazes para o ensino do comportamento de ouvir e de falar em crianças com surdez pré-lingual usuárias de implante coclear. Os resultados têm mostrado progressos no comportamento de ouvinte e ganhos menos expressivos no comportamento de falante. Considerando os desempenhos de vocalização, a análise pode ser a partir da correspondência pontual com as estabelecidas pela comunidade verbal, pela análise fonética, considerando a porcentagem de fonemas emitidos corretamente ou pela análise de bigramas (porcentagem de dois fonemas seqüenciais emitidos corretamente). Este trabalho teve por objetivo analisar as vocalizações (BD e CD) emitidas por implantados pré-linguais após o ensino de relações condicionais auditivo-visuais entre palavra ditada-figura (AB) e visual-visuais entre figura-palavra impressa (BC) e teste de formação de classes (AC e BC). Sete crianças entre cinco e nove anos de idade foram expostas a tarefas de emparelhamento de acordo com o modelo, apresentadas por um *software*. As sessões de coleta de dados foram realizadas individualmente em uma sala equipada com um microcomputador para controle experimental e registro automatizado das respostas, e uma filmadora para registro das sessões, incluindo o desempenho vocal da criança. Os participantes foram expostos ao ensino das relações condicionais auditivo-visuais (AB) e visual-visuais (BC) e, em seguida, aos testes de formação de classes de estímulos equivalentes (AC e CB) e de nomeação de figuras (BD) e de palavras impressas (CD). Nas tentativas de treino, as respostas consideradas corretas eram seguidas por estrelas coloridas acompanhadas por uma seqüência de sons. Respostas consideradas erradas eram seguidas por uma tela preta. Nas tentativas de teste, as respostas não eram seguidas de conseqüências indicando acerto ou erro. Os resultados mostraram que todos os participantes aprenderam as relações ensinadas (AB e BC) e demonstraram formação de classes (AC e CB). Quanto ao desempenho nas tarefas de nomeação de figuras e de palavras impressas, dois participantes emitiram vocalizações com correspondência total às palavras consideradas corretas e uma participante emitiu todas as vocalizações sem nenhuma correspondência. Os outros quatro participantes apresentaram respostas vocais com correspondência parcial (troca ou omissão de fonemas), as quais foram analisadas de acordo com a correspondência pontual com a palavra ditada nas condições de ensino e de acordo com a porcentagem de bigramas corretos. Destes quatro participantes, três apresentaram entre 44% e 53% de bigramas corretos no teste de nomeação de figuras, e um obteve 78%. No teste de leitura, um participante apresentou 44% de bigramas corretos, um obteve 51% e outros dois apresentaram 73%. As porcentagens de bigramas corretos sempre foram superiores às porcentagens de acertos considerando a correspondência pontual, sendo esta uma análise mais molecular dos efeitos do ensino auditivo-visual sobre as vocalizações emitidas por implantados cocleares. Os resultados indicam a necessidade de planejar condições de ensino específicas que possam melhorar o desempenho de surdos implantados em tarefas de nomeação.

FAPESP- Bolsa, Processo nº 08/56904-7.

Palavras-chaves: surdez pré-lingual, implante coclear, comportamento verbal.

M

AEC

DESEMPENHO DE CRIANÇAS SOB CONTINGÊNCIAS DE PRESSÃO EM UMA TAREFA DE MONTAGEM. *Ana Carolina Follador de Creddo**, *Anna Carolina da Rocha Follador**, *Bianca de Andrade Alves**, *Heloíse Caroline da Silva**, *Mariana Danieli Kampa** e *Andréia Schmidt (Universidade Positivo, Curitiba, PR)*

Sob um ponto de vista comportamental, a exposição a contingências aversivas (estimulação aversiva com pré-sinalização) pode gerar a redução na taxa de resposta antes mantida por reforço positivo (a supressão condicionada). Situações cotidianas de “pressão” (prazos a serem cumpridos, grande número de tarefas a serem desempenhadas, etc.) podem ser consideradas como contingências aversivas, tanto por eliciarem respostas fisiológicas comumente chamadas de “ansiedade”, como por favorecerem desempenhos de fuga e esquiva, ou, em outras circunstâncias, o decréscimo na frequência de comportamentos anteriormente reforçados. Tais circunstâncias podem vir acompanhadas de avisos, pedidos ou ameaças que, ao longo do tempo, passam a ter propriedades sinalizadoras de estimulação aversiva. O objetivo desse estudo foi verificar o desempenho de crianças em uma tarefa de montagem de quebra-cabeça, sob uma contingência de pressão. Participaram da pesquisa 20 crianças divididas em dois grupos. O Grupo A era formado por 10 crianças, de ambos os sexos, com idades entre 5 e 6 anos; o Grupo B era formado por 10 crianças, de ambos os sexos, com idades entre 10 a 12 anos. Todos os participantes estavam matriculados no ensino fundamental em escolas municipais. As crianças dos dois grupos, individualmente, passaram pela montagem de três quebra-cabeças, com 30 peças para o Grupo A e com 60 peças para o Grupo B. A montagem dos quebra-cabeças ocorria sob três condições distintas: com tempo livre, tempo pré-determinado e pressão para montagem. Nesta última condição, as crianças eram avisadas a cada 5 minutos, quanto tempo restava para o fim do prazo de montagem (ou, quanto tempo já tinha se passado, no caso das crianças menores). A ordem de apresentação das condições foi balanceada entre os participantes de cada grupo. Foi registrada a frequência individual de erros (encaixes errados) e acertos (encaixes corretos) durante a montagem de cada quebra-cabeça, em todas as condições. Os resultados indicaram que, para o Grupo A, o número de erros sob a condição de pressão foi menor que nas demais condições, independente da ordem de apresentação das condições, indicando que a contingência de pressão teve um efeito organizador na tarefa e não de supressão ou desorganização do comportamento operante. Para o Grupo B, em todas as ordens de apresentação das condições, a frequência de erros foi maior na condição “pressão para a tarefa”, indicando um efeito desorganizador da contingência sobre o comportamento de montar. Os dados sugerem que a condição de pressão de tempo teve um efeito desorganizador para as crianças mais velhas, talvez funcionando como um estímulo aversivo condicionado. O mesmo não ocorreu para as crianças mais novas. Possivelmente, a pressão de tempo para o cumprimento de tarefas seja uma condição que adquira propriedades aversivas a partir da experiência escolar das crianças, o que explicaria porque as mais jovens, com experiência escolar ainda limitada, não tiveram seu comportamento afetado de forma negativa pelas condições do experimento.

Palavras-chave: Controle aversivo. Análise do comportamento. Crianças.
Iniciação Científica

AEC

IDENTIDADE GENERALIZADA VIA PROCEDIMENTO GO/NO-GO EM MACACOS-PREGO (*Cebus spp.*) *Vinicius Kenji Souza Yonezawa**, *Lidianne Lins de Queiroz***, *Sebastião Arlusson Ramos Moura** e *Romariz da Silva Barros (Escola Experimental de Primatas, Universidade Federal do Pará, Belém, PA)*.

A identidade generalizada é um repertório comportamental complexo que pode ser definido como um desempenho de escolha por identidade ao modelo com estímulos novos, ou seja, estímulos nunca antes apresentados durante o treino de linha de base de discriminação condicional por identidade. Este repertório tem sido encontrado com facilidade em sujeitos humanos ditos normais ou mesmo com problemas de aprendizagem, porém com alguma dificuldade em sujeitos não-humanos. Estudos recentes demonstraram que macacos-prego apresentam indícios de identidade generalizada (IG) após treinos de reversões repetidas de discriminação simples (RRDS) e de discriminação condicional por identidade, utilizando-se estímulos bidimensionais e no procedimento de *matching-to-sample* com atraso. Observou-se nesses estudos que os sujeitos apresentaram melhor desempenho nos teste de IG com os estímulos que haviam sido utilizados previamente em treinos de RRDS. Os objetivos do presente estudo foram verificar se é possível obter identidade generalizada a partir de um treino de múltiplos exemplares de discriminações condicionais através de um procedimento alternativo: o *matching-to-sample* sucessivo, e verificar também se é necessário submeter o sujeito a treinos de RRDS para se obter identidade generalizada. Foram utilizados, como participantes, dois macacos-prego: (M20), fêmea, jovem-adulta, com histórico de discriminações simples *via* MTS sucessivo; e (M31) macho, infante, com histórico de discriminações simples simultâneas. O sujeito (M31) foi submetido a um treino preliminar de discriminações simples sucessivas com dois estímulos bidimensionais (Z1, com função S+ e Z2, com função S-). Ao longo do experimento, foram utilizados dez estímulos bidimensionais, os quais foram apresentados aos sujeitos em um monitor com tela sensível ao toque. O experimento foi composto por duas fases: na Fase 1 foi realizado um treino de pareamento ao modelo por identidade, inicialmente com dois estímulos (C1 e C2), acrescentando posteriormente à linha de base mais dois (C3 e C4). Tais estímulos formaram oito combinações (quatro positivas e quatro negativas): C1C1, C2C2, C3C3 e C4C4 (combinações positivas) e C1C2, C2C1, C3C4 e C4C3 (combinações negativas). Respostas emitidas na presença das combinações positivas foram seguidas de reforço. Respostas emitidas na presença das combinações negativas não foram seguidas de reforço. Na Fase 2, foram inseridas mais duas combinações negativas para cada relação condicional treinada, formando assim três combinações negativas (e.g., C3C4, C3C5, C3C6) para cada combinação positiva (e.g., C3C3). Com este procedimento, o sujeito foi exposto a 16 combinações. Dois testes de identidade generalizada foram realizados ao fim de cada fase. O sujeito respondeu por identidade generalizada em ambos os testes realizados ao fim da Fase 2. Os dados obtidos demonstraram que é possível obter identidade generalizada *via matching-to-sample* sucessivo com macacos-prego como sujeitos sem treino prévio de RRDS, utilizando o procedimento da Fase 2 com mais pares inconsistentes.

Financiamento CNPq e FAPESP (para o INCT sobre Comportamento, Cognição e Ensino)

Bolsa de iniciação científica (PIBIC/CNPq) para o primeiro autor; Bolsa de Mestrado CAPES para a segunda autora; Bolsa de Produtividade para o último autor.

Palavras-chave: identidade generalizada; go/no-go; comportamento simbólico.

IC

AEC

TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS COM ADOLESCENTES: INTERVENÇÃO E RESULTADOS. *Carolina Prates Ferreira Rossetto**, *Carla Cristina Cavenage*, *Carolina Abdalla Gomide**, *Mariana Pavan*, *Ana Irene Fonseca Mendes* e *Carmem Beatriz Neufeld* (Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental – LaPICC, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)

O termo habilidades sociais aplica-se a diferentes classes de comportamentos sociais do repertório de um indivíduo que contribuem para a competência social, favorecendo um relacionamento saudável e produtivo com as demais pessoas. O desenvolvimento de um bom repertório de habilidades sociais na infância e início da adolescência é de grande importância, pois a aquisição dessas habilidades pode ser responsável por minimizar fatores de risco e incrementar fatores de proteção ao desenvolvimento. O presente trabalho tem por objetivo relatar uma intervenção através de um programa de Treinamento de Habilidades Sociais (THS) para adolescentes na abordagem cognitivo-comportamental e os resultados obtidos. Esta intervenção teve como meta favorecer que os adolescentes envolvidos no programa desenvolvessem e adquirissem novas habilidades sociais. Foi realizada uma intervenção com dois grupos de adolescentes em uma escola estadual da cidade de Ribeirão Preto-SP. Os participantes, alunos de sexta e sétima séries do Ensino Fundamental, foram convidados a integrar o grupo; aqueles que aceitaram participar receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para ser assinado por seus responsáveis antes da participação efetiva no estudo. Após assinatura do mesmo, todos os alunos voluntários responderam ao Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes (IHSA-Del-Prette) e receberam o THS seguindo um cronograma pré-estruturado. Antes de iniciar as intervenções, os adolescentes foram divididos em três grupos, através de sorteio, sendo dois grupos experimentais, cada um com 9 integrantes e um grupo controle, composto por 15 integrantes. Foram realizadas nove sessões de 50 minutos cada. As sessões de pré-teste e pós-teste foram feitas em dois outros encontros. O cronograma necessitou de reformulações durante o treinamento. Em uma comparação entre o Grupo I e o Grupo II não foram encontradas diferenças estatísticas significativas entre os dois grupos, sendo a partir de então tratados como um único grupo para fim da análise estatística subsequente. Os dois grupos apresentaram baixa adesão às tarefas de casa. Dentre as dificuldades encontradas durante a execução do THS está o tempo de duração de cada sessão, pois foi disponibilizado somente cinquenta minutos, período referente a uma aula, tempo que se mostrou curto demais para realização de um trabalho adequado com as demandas do grupo. Responderam ao pós-teste somente 25 dos 33 adolescentes que fizeram o pré-teste. Através de avaliações qualitativas, com perguntas que foram respondidas pelos participantes verificou-se que os adolescentes do grupo experimental relataram perceber uma melhora em seus comportamentos. Considerando as análises estatísticas, quando tomado o nível de $p < 0,05$, não foi encontrada diferença estatística significativa. No entanto, pode-se falar em uma tendência à diferença entre os dados pois obteve-se um $p=0,09$, sugerindo que um aumento no número de participantes pode mostrar diferença estatística entre o grupo experimental e controle. Considerando-se os resultados apresentados, sugere-se a importância de que essas propostas continuem sendo realizadas com populações adolescentes em ambientes escolares, visando aprimorar as mesmas e continuar contribuindo para a aquisição de comportamentos socialmente habilidosos pelos adolescentes.

Apoio: Pró-reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo

Palavras-chave: grupo, habilidades sociais, adolescentes

IC

Outro

INFLUÊNCIAS NA ESCOLHA DE UTILIZAR TRANSPORTE COLETIVO ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS. *Lude Marieta Gonçalves dos Santos Neves** (Laboratório de Psicologia Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, DF), Camila Tokarski Boaventura** e Daniela Vilarinho Rezende** (Universidade de Brasília, Brasília, DF)*

A Psicologia Ambiental estuda a relação recíproca entre comportamento humano e onde ele se insere (ambiente social ou físico). Assim, desenvolveu-se uma pesquisa de levantamento acerca da influência de fatores ambientais e sociais no comportamento de escolha de utilizar ônibus como meio de transporte a uma universidade em Brasília. Comportamentos pró-sociais e avisos educativos podem auxiliar na melhoria de qualidade do transporte público, utilizado frequentemente por aproximadamente 60% da população urbana. Muitos usuários sentem-se prejudicados por diversos aspectos deste meio de transporte, como baixa regularidade de horários, falta de segurança, lotação excessiva, pouco conforto, tarifas elevadas e baixa qualidade do relacionamento com motoristas e cobradores e mesmo entre passageiros. Também a falta de acessibilidade ao transporte público (pequena oferta na periferia, más condições dos veículos, entre outros) é uma das causas da opção de uso de automóveis por cidadãos da na classe média e alta. Participaram do estudo 60 estudantes universitários (35 mulheres), de variados cursos de graduação, sendo que cada metade recebeu uma versão diferente do questionário (uso frequente de carro x ônibus para se transportar à universidade). O questionário de autorrelato de atitude incluiu uma escala de importância do tipo likert de 5 pontos (nada importante, pouco importante, importante, muito importante, não se aplica) para medir 16 variáveis ambientais (como conforto do ônibus, duração do percurso e limpeza) e sociais (como interação com os demais passageiros, amigabilidade do motorista e forma de dirigir do motorista). Além disso, apresentava três perguntas abertas sobre a existência de algum outro fator que influenciava na escolha por carro ou ônibus e qual foi o fator mais importante e o menos importante dos citados no questionário. Dentre os fatores que foram citados como *muito importantes*, destacam-se horários dos ônibus (66,67%), custo-benefício (60%), preço da passagem (53,33%), segurança (46,67%), ponto no Campus (36,67%), forma de dirigir do motorista (33, 33%) e lotação do ônibus (30%). Com relação aos mais fatores citados como *importantes*, destacam-se estado físico do ônibus (46,67%), conforto (43,33%), forma de dirigir do motorista (43,33%), duração do percurso (40%), percurso (40%), limpeza (40%), ponto na L2 (33,33%) e ponto no Campus (30%). Por outro lado, os fatores mais citados como *nada importantes* foram amigabilidade do motorista (43,33%), companhia (33,33%) e encontrar amigos (30%). Como fatores mais avaliados como *pouco importantes* pode-se citar companhia (36,67%), limpeza (36,67%), encontrar amigos (33,33%), conforto (33,33%), lotação do ônibus (30%) e percurso (30%). O fator horários do ônibus foi o mais citado pelos dois grupos de participantes, (66,67% dos alunos que usam ônibus e 56,67% dos que usam carro). O fator custo-benefício também se destacou, sendo o segundo mais citado pelo grupo que usa ônibus (60%) e o terceiro pelo que usa carro (43,33%). O fator preço da passagem é um dos mais citados como muito importante pelos participantes que usam ônibus (53,33%) e é o mais citado como importante pelos que usam carro (53,33%). Por fim, como agenda de pesquisa sugere-se realizar estudos que considerassem a renda dos alunos e se eles possuem carro.

Bolsa de Mestrado da CAPES

Palavras-chave: Atendimento em Saúde; Propensão a Reclamar; Ignorância Pluralística
M

AMB

PADRÕES DE INTERAÇÃO SOCIAL DE CONSUMIDORES EM AMBIENTES DE ELEVADOR. *Lude Marieta Gonçalves dos Santos Neves***, *Marco Akira Miúra***, *Fabio Iglesias e Hartmut Günther (Laboratório de Psicologia Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, DF).*

O elevador é fundamental no contexto de disputa por espaço, envolvendo o consumo de recursos limitados, pois permite o uso vertical otimizado de edifícios comerciais que oferecem atividades, produtos e serviços. No entanto, poucos estudos têm investigado como consumidores interagem no ambiente do elevador, ambiente corriqueiro e comum nesses locais, envolvendo padrões de gentileza, conflito, estranhamento e outros. Esta pesquisa investigou experimentalmente, em dois estudos, a reação de consumidores a uma pessoa posicionada junto à porta do elevador, dificultando sua entrada. O estudo 1 consistiu em um experimento de campo envolvendo cerca de 1.000 consumidores em um *shopping center*, onde um confederado (mulher jovem; mulher idosa; homem jovem) se posicionava no centro do elevador, logo na entrada, obstruindo a passagem. Foram observados comportamentos como toque (empurrões, esbarrões) em frequência maior quando a confederada "mulher jovem" se posicionou no centro do elevador. Quando a confederada "mulher idosa", por sua vez, se posicionava nesse ponto, foi mais frequente o comportamento verbal. O estudo 2 foi uma simulação experimental das mesmas condições do estudo 1, utilizando uma maquete de elevador e modelos em miniatura dos mesmos confederados do estudo 1. Resultou em 132 interações de 44 participantes (26 homens) codificadas em uma escala (não entrar; entrar sem contato; cumprimentar; pedir licença). As reações mais frequentes foram de entrada sem contato (n=54). Considerando esses resultados, infere-se que é pouco usual as pessoas interagirem num elevador, pois se sentem invadidas em seu espaço pessoal. A cordialidade e a gentileza também são raramente adotadas, tendo em vista a caracterização de grandes centros urbanos (elevador de um *shopping center*, no caso do experimento e um elevador de uso frequente do participante, no caso da simulação: prédio residencial, comercial, hospitalar, dentre outros). Entende-se também que a caracterização multi-método da pesquisa representou um ponto positivo no estudo do tema, tendo em vista que relatar uma atitude (dizer o que acha que faria na situação) *versus* desempenhar de fato um comportamento (verbal ou gestual) são comumente respostas diferentes. As implicações para a psicologia do consumidor incluem a necessidade de uma atenção gerencial a esse tipo de ambiente de elevador, que é responsável por organizar o acesso de consumidores a ambientes de venda de produtos e serviços e palco de fenômenos sociais e ambientais que potencialmente influenciam no comportamento de compra. Como agenda de pesquisa, pretende-se realizar estudos em que os mesmos participantes desempenhem métodos diferentes de coleta de dados, pois assim seria possível realizar análises de amostras pareadas.

Bolsa de Mestrado da CAPES

Palavras-chave: Atendimento em Saúde; Propensão a Reclamar; Ignorância Pluralística

M

AMB

“SERÁ QUE VAI CHOVER HOJE?”: UM ESTUDO A RESPEITO DA INFLUÊNCIA DOS FENÔMENOS METEOROLÓGICOS SOBRE O HUMOR DE MULHERES COM IDADE ENTRE 18 E 45 ANOS RESIDENTES NA CIDADE DE BLUMENAU. *Juliane Labes** e *Karina Tomelin (Uniasselvi, Blumenau - SC)*

Este estudo procurou identificar fatores biológicos e subjetivos que são responsáveis pelas alterações de humor das pessoas em relação aos fenômenos meteorológicos, bem como apontar sua inter-relação. Objetivou-se descobrir se variáveis climáticas podem interferir no comportamento, ou até mesmo transformar rotinas, bem como destacar quais os principais fenômenos meteorológicos que interferem no humor de mulheres residentes na cidade de Blumenau (SC). O método utilizado para a obtenção dos dados foi a aplicação de um questionário com oito perguntas fechadas e uma aberta. Os dados foram analisados quantitativa e qualitativamente. Fizeram parte da amostra, 25 mulheres com idade entre 18 e 45 anos, e que trabalham em um hospital particular da cidade. Para a análise dos resultados utilizou-se 16 destes questionários, pois os demais continham erros de preenchimento. Constatou-se que todos os sujeitos pesquisados, consideram que os fenômenos meteorológicos influenciam, de grau moderado a forte, aspectos do seu humor, bem como já modificaram a sua rotina, especialmente em opções de lazer, como ir ou não à praia ou fazer uma viagem. Dentre os fenômenos apontados pelas entrevistadas como tendo alguma influência sobre o seu humor, destacam-se, positivamente, sol, brisa e calor e, negativamente, céu nublado, frio, chuva e tempestade. Notou-se também, que a exposição ou não à luminosidade do sol, apresentou-se como um dos fatores que influenciam mais significativamente o humor das pesquisadas. A maior parte das entrevistadas (93,75%) assinalou os efeitos positivos alegria, animação e disposição, que podem estar relacionados aos efeitos que a luminosidade do sol tem sobre o humor das pessoas, já que todas assinalaram o sol como um dos fenômenos que influenciam positivamente seu humor. Outro dado da pesquisa que corrobora para esta evidência, é que os fenômenos céu nublado (18,75%) e frio (50%), ambos associados à diminuição da incidência de raios solares, foram assinalados pelas participantes como tendo efeito negativo sobre o seu humor. Além disso, os efeitos negativos decorrentes de fenômenos meteorológicos mais indicados pelas entrevistadas são desânimo (62,5%), preguiça (37,5%) e indisposição (18,75%), que podem estar associados à liberação da melatonina, que é ativada quando a luminosidade do sol diminui. Outro dado significativo apontado pela pesquisa, foi a indicação de chuva (43,75%) e tempestade (31,25%) como fenômenos que afetam negativamente o humor, o que pode estar associado à tragédia climática ocorrida em novembro de 2008 no Vale do Itajaí, região onde residem os sujeitos deste estudo bem como as características climáticas da região de Blumenau. Conclui-se que para a maioria das pessoas a influência da luminosidade do sol sobre o humor é significativa. A instabilidade climática como chuvas e nebulosidade afetam negativamente o humor das pessoas sendo a principal característica o desânimo. Sabe-se que com a jornada de trabalho em período integral, das 8h as 18h, as pessoas estão praticamente impedidas de se exporem aos raios solares e se beneficiarem dos efeitos positivos deste para o seu humor.

Palavras-chave: Humor; Fenômenos Meteorológicos; Comportamento.

Nível do trabalho: Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação).

Código da área da pesquisa ou intervenção: AMB

O PROCESSO DE INTERNALIZAÇÃO DE NORMAS DE SUSTENTABILIDADE EM ESTUDANTES PORTUGUESES. *Raquel Bohn Bertoldo** (Doutoranda em Psicologia Social e das Organizações do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Lisboa – Portugal) e Andréa Barbará (Departamento de Psicologia – Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis – SC).*

Mudanças de comportamento para a sustentabilidade ambiental são cada vez mais promovidas por leis. No entanto, o reflexo destas leis em comportamentos só acontece quando elas são internalizadas pela sociedade. O presente estudo analisa o processo de internalização de normas de sustentabilidade por meio do paradigma experimental da auto-apresentação da abordagem sócio-cognitiva; e parte da hipótese de que a sustentabilidade está sendo progressivamente mais valorizada em nossa sociedade. No entanto, em contextos mais específicos esta valorização pode ser diferente. Para investigar o papel dos contextos nas atitudes e nos comportamentos pró-sustentabilidade, foi realizada uma pesquisa com 119 estudantes portugueses de gestão e psicologia (licenciatura e mestrado), do Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE. A média de idade foi de 20 anos e 4 meses (DP=3,67), sendo que desta amostra 72,3% eram do sexo feminino. Todos os participantes responderam a uma escala de atitudes e comportamentos pró-sustentabilidade três vezes em uma mesma aplicação. A escala de sustentabilidade baseou-se em comportamentos e crenças, positiva ou negativamente orientados, sobre a preservação de recursos naturais em geral ou específicos – reciclagem, economia de água e energia. Inicialmente, os estudantes respondiam a escala de acordo com a sua própria opinião. Após pedia-se para respondê-la de modo a passar uma imagem de si boa (apresentação positiva) ou má (apresentação negativa). Na situação de apresentação positiva ou negativa o alvo poderia ser (1) um outro em geral (N=40); (2) um empregador do sistema bancário (N=41); ou (3) um empregador do sistema de educação (N=38). Os resultados mostram uma preferência por comportamentos e atitudes pró-sustentabilidade em situação de apresentação positiva, que não muda em função do alvo de apresentação. Pudemos também observar que na situação 'própria opinião' as médias das atitudes são superiores em relação aos comportamentos sustentáveis, enquanto as médias de comportamentos são superiores em situação de apresentação positiva ou negativa. Estes resultados nos mostram que os comportamentos e atitudes pró-sustentabilidade são utilizados para transmitir uma imagem valorizada de si. Além disso, o alinhamento de atitudes e comportamentos com as normas acontece inicialmente ao nível atitudinal. As crenças e comportamentos sustentáveis são socialmente valorizados apesar de estes não estarem ainda internalizados. Isto é, a ideia da sustentabilidade como um todo é valorizada por estes estudantes portugueses, mesmo que os comportamentos sustentáveis ainda não tenham integrado ao seu repertório comportamental. A valorização da sustentabilidade faz parte da mudança social necessária para uma existência humana em equilíbrio com o ambiente.

Palavras- Chave: sustentabilidade ambiental, atitudes e estudantes
Trabalho de Doutorado

AMB - Psicologia Ambiental

MEDIDA PSICOMÉTRICA PARA AVALIAÇÃO DE CRENÇAS E ATITUDES SOBRE AMOR ROMÂNTICO. *Alexsandro Luiz de Andrade (Departamento de Psicologia - Universidade Federal do Espírito Santo), Bruna Santos Tomagnini* (Centro Universitário São Camilo – ES), Nayra Monteiro Cruz* (Centro Universitário São Camilo – ES) e Thiago Pereira Machado* (Centro Universitário São Camilo – ES), Vivian Louzada Frossard* (Centro Universitário São Camilo – ES).*

O envolvimento romântico é norteado por variáveis de expressão e observação direta, no entanto elementos internos podem predispor certos padrões de comportamento e conseqüentemente características da interação diádica. Esses elementos internos são compreendidos como aspectos cognitivos ou um sistema de crenças e atitudes que incluem no seu núcleo elementos ligados a variáveis emocionais e traços de personalidade, os quais referenciam pressupostos latentes do indivíduo capazes de direcionar e influenciar sua conduta manifesta. Esta pesquisa tem por objetivo apresentar os dados de construção, validação e confiabilidade de uma nova medida psicológica para avaliação de crenças e atitudes sobre o amor romântico. Trabalhos anteriores com intuito de padronizar a medida de estilos cognitivos de amor de autores americanos no Brasil não foram totalmente eficazes neste intuito. Participaram deste estudo um total de 387 pessoas de duas cidades de um estado do sudeste, dos participantes 47,3 % era do sexo masculino e 52,7% do feminino. A média de idade dos participantes foi de 27 anos e quatro meses, com desvio padrão de 10 anos e três meses. Para condução do estudo um instrumento psicométrico foi montado tomando com base os resultados de validação da escala de estilo de amor de Hendrick e Hendrick (1986) por De Andrade e Garcia (2009), com base na estrutura fatorial e itens com elevadas cargas fatoriais, itens adicionais foram estruturados e anexados ao instrumento, totalizando 70 itens ao invés de 42 da versão anterior. Os procedimentos analíticos ocorreram a partir da análise fatorial exploratória, com cálculos de índices de confiabilidade e correlação dos fatores resultantes. Os resultados da medida mostraram-se amplamente favoráveis e mais adequados que as versões brasileiras anteriores. O KMO teve o valor de 0,80, e o teste de esfericidade de Bartlett foi significativo ($p < 0,001$). A partir do gráfico de sedimentação e análise paralela, decidiu-se pela extração de seis fatores, via análise fatorial exploratória (método de fatoraçoão do eixo principal), com rotação oblíqua (direct oblimin). Os fatores resultantes obtiveram as seguintes nomenclaturas: F1 - Estilo aventureiro e duvidoso: caracterizando-se por um padrão relacional de baixo compromisso e alta possibilidade de infidelidade; F2 - Estilo altruísta: padrão ligado a uma elevada doação, com comportamentos de cuidados claramente manifestos; F3 - Estilo Sensual e erótico: marcado por um envolvimento com elevada carga sexual e erótica em situações de interação diádica; F4 - Estilo ciumento e tenso: caracterizado por um padrão de constante tensão e dúvida sobre a conduta do companheiro(a), envolvendo recorrentes discussões sobre traição e ciúme; F5 - Estilo amistoso romântico: configurado por padrão relacional romântico com características de amizade; e F6 - Estilo racional e planejador: padrão de envolvimento romântico calculista e racional. A medida resultante ficou composta por 43 itens, com coeficientes de confiabilidade alfa de Cronbach variando de 0,65 a 0,85, tendo indicadores favoráveis para uso em pesquisa envolvendo temáticas em relacionamentos interpessoais.

Relacionamento romântico, medida psicológica, crenças e atitudes.

Nível do trabalho: D

Código da área de pesquisa: AVAL

DESCRIÇÃO DOS TRAÇOS DE PERSONALIDADE E SUA RELAÇÃO COM ESTRESSE NO TRABALHO EM PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE. *Rogério Manssanari de Assunção** (Universidade Guarulhos, Guarulhos - SP) e *Paulo Francisco de Castro* (Universidade Guarulhos, Guarulhos - SP e Universidade de Taubaté, Taubaté - SP).

Este trabalho possui o objetivo de apresentar uma descrição das características de personalidade, observadas a partir do Desenho da Casa-Árvore-Pessoa (HTP), de um grupo de profissionais da área de saúde, considerando-se a presença de vulnerabilidade ao estresse no trabalho. O estresse laboral tem sido amplamente estudado atualmente, principalmente devido à grande ocorrência de quadros e de afastamentos por esse motivo. Algumas categorias funcionais encontram-se, devido à natureza de suas atividades, mais propensas ao desenvolvimento de estresse laboral, podem-se destacar, nesse sentido, os profissionais da área de saúde. Dentre as inúmeras variáveis que se associam ao quadro de estresse, tem-se os elementos de personalidade. Foram utilizados dois instrumentos para a coleta de dados: A Escala de Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho (EVENT) na etapa de organização e separação dos grupos e o Teste HTP na segunda etapa para descrição de elementos de personalidade. Inicialmente participaram do estudo 70 sujeitos, de sexo masculino e feminino, com idade entre 20 a 60 anos, profissionais da área de saúde, nas mais variadas funções (auxiliares de enfermagem, técnicos em radiologia, técnicos de enfermagem, enfermeiros e médicos) que se submeteram à EVENT; os dados da escala forneceram informações para a formação de dois grupos de sujeitos: 15 com vulnerabilidade ao estresse com valores elevados e 15 com valores rebaixados, cabe ressaltar que foram selecionados os quinze sujeitos com maior e com menor percentil para o estudo. Após a separação em dois grupos, foi aplicado o HTP para verificação dos elementos de personalidade em todos para levantamento dos dados relacionados à personalidade. Os resultados dos dois grupos foram comparados e houve predomínio dos seguintes itens nos desenhos dos sujeitos com alta vulnerabilidade ao estresse: No que se refere à localização dos desenhos, observou-se uma conduta de utilizarem a região central da folha, que revela tendência à rigidez no comportamento, associada ao uso da margem na região superior da folha no desenho da pessoa, que indica temor ou fuga do ambiente. Grande ênfase no telhado do desenho da casa, que indica uma vivência de introversão e uso de fantasias, gerando uma atitude de desconfiança e defesa. Presença bastante freqüente da linha de solo de forma enfatizada, demonstrando necessidade de segurança e manifestação de maior vivência de ansiedade. Utilização de linhas fortes na grafia dos desenhos, representando tensão e ansiedade, além de grande energia e uma tendência à organicidade. Elaboração de desenhos considerados de tamanho pequeno, indicando insegurança, retraimento e um movimento mais regressivo. Inclusão de pernas juntas no desenho da pessoa, que remete à rigidez e tensão. Dessa forma, os dados obtidos junto aos participantes dessa pesquisa permitem conjecturar que os elementos de personalidade podem influenciar na vulnerabilidade ao estresse no trabalho. Pela relevância do tema, estudos com mais participações e ampliando-se os instrumentos são necessários para possíveis generalizações.

Apoio: PIBIC-UnG - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Guarulhos.

Palavras-Chave: Avaliação Psicológica; Estresse no Trabalho; Avaliação da Personalidade.

Nível do trabalho: IC - Iniciação Científica

Código da área: AVAL - Avaliação Psicológica

LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA RELACIONADA AO ESTRESSE NO TRABALHO. *Rogério Manssanari de Assunção** (Universidade Guarulhos, Guarulhos – SP) e *Paulo Francisco de Castro* (Universidade Guarulhos, Guarulhos - SP e Universidade de Taubaté, Taubaté – SP).

O presente trabalho possui como objetivo a análise dos dados gerais e técnicos sobre a produção científica relacionada ao estresse no trabalho, com ênfase nas estratégias de avaliação psicológica empregada nos estudos realizados. Foram levantados 105 textos obtidos a partir da busca pela combinação de duas palavras-chave: “avaliação” e “estresse no trabalho”, nas bases de dados PsycInfo (*Psychological Information of American Psychological Association*) e BVS-PSi (Biblioteca Virtual de Saúde); destes 12 foram excluídos da presente análise por tratarem de elementos fisiológicos e anatômicos do estresse. Após análise dos dados, dos 93 textos restantes obteve-se as seguintes informações: a maioria dos textos foi publicada na forma de artigos de periódicos científicos (63,44% - N=59), seguida por capítulos de livros (22,58% - N=21) catalogados nas duas bases de dados estudadas. No que se refere ao ano de publicação dos trabalhos, houve maior incidência em 2006 (10,75% - N=10) e 1996 (9,68% - N=19), o período de menor número de publicações foi meados da década de 80 e início dos anos 90. Quando o idioma do texto é verificado, observa-se que prevaleceram as publicações em inglês (94,62% - N=88), possivelmente pelas bases de dados investigadas. A maior parte dos textos tratava de pesquisas com delineamento empírico (72,04% - N=67), utilizando diferentes estratégias de coleta de dados. A maior parte dos estudos foi realizada com sujeitos adolescentes e adultos, perfazendo 39,79% (N=37) dos trabalhos. Quando se verifica os instrumentos aplicados para a coleta de dados, observa-se a utilização de escalas e inventários diversos (39,79% - N=37), seguidos pelo uso de instrumentos variados de avaliação (22,58% - N=21), sem uma especificidade para um determinado teste psicológico. Além das informações já expostas, foi realizado um levantamento do aspecto de investigação exposto no texto, após a leitura o material foi catalogado em seis categorias para agrupamento dos objetivos e conclusões: a maior parte dos estudos tratou sobre alguma estratégia de avaliação do estresse laboral e descrição de diferentes recursos de enfrentamento para os estressores do trabalho (41,94% - N=39); em seguida, observou-se trabalhos que estudavam e descreviam diferentes fatores desencadeantes de estresse profissional, considerando-se o ambiente de trabalho, elementos pessoais ou a integração de ambos (20,43% - N=19); outro componente que recebeu atenção dos textos foi o estresse em trabalhadores da área de saúde, fato decorrente do alto índice de situações de estresse funcional nesse grupo, pelo fato de absorverem, de certa forma, as tensões dos outros indivíduos em sua atuação profissional (11,83% - N=11); por fim, a menor incidência de estudos centrou-se nas pesquisas e reflexões sobre estresse pós traumático (9,68% - N= 9); trabalhos relacionados à Síndrome de Burnout (8,60% - N=8) e algum tipo de relação entre estresse e estrutura familiar (7,52% - N=7). Os estudos em metanálise configuram-se como importante recurso para a caracterização do estado da arte em vários domínios do conhecimento. Nesse trabalho foi possível realizar um recorte dos elementos de avaliação do estresse no contexto de trabalho, outros estudos são importantes para o levantamento global do tema.

Apoio: PIBIC-UnG - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Guarulhos.

Palavras-Chave: Avaliação Psicológica; Estresse no Trabalho; Profissionais de Saúde.

Nível do trabalho: IC - Iniciação Científica

Código da área: AVAL - Avaliação Psicológica

DIFICULDADES NA PONTUAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O FATOR COMPREENSÃO VERBAL DO WISC-III. *Jaciana Marlova Gonçalves Araújo* e Vera Lúcia Marques de Figueiredo (Escola de Psicologia, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas-RS).*

Os testes psicológicos são ferramentas bastante úteis quando empregadas de forma hábil, entretanto, essa não é uma tarefa fácil quando, na correção, é necessário comparar as respostas dos examinandos a respostas-modelo apresentadas no manual para atribuir-lhes uma pontuação. No WISC-III tais dificuldades ocorrem principalmente quando é necessário corrigir os subtestes do fator Compreensão Verbal. O autor do teste propõe que os itens dos subtestes Informação, Semelhanças, Vocabulário e Compreensão são objetivos na sua pontuação, porém, outros autores discordam e evidenciam que tais subtestes envolvem o julgamento do avaliador na correção das respostas. O objetivo do presente estudo será apresentar as dificuldades encontradas por profissionais, na avaliação das respostas dadas por crianças e adolescentes aos subtestes verbais do WISC-III, observadas por ocasião da pesquisa que buscou determinar os coeficientes de fidedignidade do teste com base na concordância entre avaliadores. Nesse trabalho os mesmos subtestes apresentaram os menores índices, indicando serem os mais subjetivos para pontuar. A amostra contou com 42 psicólogos de diferentes regiões do país. Os participantes foram predominantemente mulheres com pós-graduação em nível de mestrado, experiência profissional em torno de 16 anos, atuantes nas regiões sul e sudeste, e que utilizam o WISC-III nas áreas de clínica e pesquisa. A tarefa consistiu em avaliar seis protocolos do teste, selecionados aleatoriamente, do banco de dados da pesquisa de padronização. Diante de cada resposta registrada, os avaliadores deveriam pontuar com base no manual, assinalando suas dúvidas no caso de ocorrerem. Os dados foram analisados calculando-se a frequência de juízes que tiveram dúvidas em cada item dos subtestes em estudo. O subteste que mais provocou dúvidas foi Vocabulário, talvez pelo amplo espectro de verbalizações que as questões suscitam quando o respondente deve conceituar palavras abstratas. Semelhanças, Compreensão e Informação, nessa seqüência, suscitaram menos dúvidas na correção. Pode-se concluir que o processo de correção dos itens verbais do WISC-III envolve subjetividade. Entre os fatores que dificultam a pontuação dos subtestes que formam o índice Compreensão Verbal pode-se destacar: na etapa de aplicação, a falta de questionamentos (Q), que muitas vezes não são feitos, para o esclarecimento das respostas; poucas respostas-modelo no manual para parâmetros da correção, exigindo que o avaliador procure alguma resposta similar mais próxima à do examinando; a pobreza de linguagem dos examinandos resultando em verbalizações incompletas; a pressuposição dos examinadores de idéias que não foram claramente expressas, com a conseqüente superestimação de qualquer verbalização emitida e aspectos culturais como a utilização de termos regionais. O projeto contou com o apoio institucional da FAPERGS e da UCPEL, bolsas de iniciação científica.

Palavras chaves: WISC-III, dificuldades, pontuação
Nível do trabalho – IC.

Área – AVAL.

O CBCL COMO INSTRUMENTO DE APOIO PARA ENCAMINHAMENTOS EM CLÍNICA-ESCOLA. *Annie Wielewicksi, Mariana de Toledo Chagas, Gisela Guilherme*, Fabiane Costa Moraes*, Cíntia Aparecida Barbizan*, Caroline Audibert*, Alex Eduardo Gallo e Camila Carmo de Menezes (Universidade Estadual de Londrina – Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento).*

Este trabalho faz parte de um trabalho mais amplo, oportunizado pelo Programa Universidade Sem Fronteiras, que tinha como objetivo aumentar a quantidade e a qualidade dos serviços prestados por uma clínica-escola de psicologia da UEL. Considerou-se que a primeira medida para aumentar a quantidade de atendimentos de crianças seria oferecer prioritariamente atendimentos na modalidade de grupo, porque poderiam trazer tanto benefícios para os clientes - como a diminuição do tempo em fila de espera e as vantagens ocasionadas por um trabalho em grupo, já amplamente discutidas na literatura – como para a instituição, no sentido de agilizar o acesso da população aos serviços ofertados. Para tanto, 50 pais foram convidados a responder em grupo ao CBCL e a preencher uma ficha de triagem que especificava a queixa. Destes, 46% atenderam à solicitação. O CBCL foi escolhido como instrumento de apoio no encaminhamento dos casos avaliados por ser uma medida confiável e amplamente utilizada; por apresentar facilidades na aplicação, podendo esta ser realizada em grupos e por seus resultados apresentarem um panorama geral dos comportamentos infantis em diferentes áreas. Em posse das triagens e dos resultados do CBCL os casos foram encaminhados para uma das três modalidades de atendimento: a) grupo de habilidades sociais para crianças, b) grupo de orientação de pais e c) atendimentos individuais. Os critérios para os encaminhamentos foram, respectivamente: a) crianças com idade entre 7 e 10 anos; escores clínicos ou limítrofe no CBCL para problemas internalizantes, competência total, ansiedade, retraimento e depressão e queixas específicas de habilidades sociais ou relato de prejuízo nesta área, ainda que não fosse esta a queixa principal; b) queixas específicas de transtorno de conduta, conforme classificação do DSM – IV; escores clínicos no CBCL para problemas externalizantes, problemas totais e comportamento agressivo; crianças que não atingiam estes critérios, mas que tinham idade inferior a 7 anos, foram encaminhadas para este grupo porque a orientação de pais poderia ser uma maneira efetiva de modificar o comportamento da criança, já que são estes os que dispõem a maior parte das contingências de reforçamento nesta idade; c) foram encaminhadas para atendimento individual casos que não apresentavam os critérios para ambos. As crianças avaliadas tinham entre 3 e 14 anos, 73% apresentaram escores clínicos ou limítrofe para competência total, 88% para problemas internalizantes, 76% para problemas externalizantes, 85% para problemas totais e as três síndromes mais prevalentes foram: ansiedade/depressão (48%), comportamento agressivo (44%) e retraído/deprimido (32%). Ao todo, 20% dos casos foram encaminhados para o grupo de habilidades sociais, 64% dos casos para orientação de pais e 16% dos casos para atendimentos individuais. Com isso, um maior número de atendimentos foi oportunizado e observou-se que o CBCL foi um importante instrumento porque auxiliou um diagnóstico rápido, mas confiável que pudesse dar elementos para os devidos encaminhamentos.

Palavras-chave: avaliação, encaminhamento, clínica-escola.

Apoio Financeiro: SETI (Programa Universidade sem Fronteiras) e PROEX-UEL

Nível do Trabalho: Projeto de Extensão / Pesquisador

Código da Área: AVAL

AValiação DO DESENVOLVIMENTO PERCEPTO-MOTOR: RElações ENTRE IDADE E DESEMPENHO NO TESTE DE BENDER. *Paulo Francisco de Castro e Armando Rocha Júnior (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP e Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos - SP), Carolina Notari Mantovani* (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP)*

O presente trabalho apresenta um conjunto de dados acerca do desenvolvimento percepto-motor observado em um grupo de crianças, relacionando os resultados obtidos à idade dos sujeitos, no que se refere ao desempenho das figuras do Teste de Bender. O Teste Gestáltico Visomotor de Bender é um instrumento que visa avaliar o desenvolvimento percepto-motor a partir da cópia de nove figuras geométricas; compreende-se a habilidade percepto-motora como um elemento psicológico responsável pela articulação entre a capacidade de percepção visual e a realização dos movimentos. A correção é efetivada a partir da incidência de erros cometidos na reprodução das figuras, conferindo-se pontuação diante do fracasso parcial ou total na cópia do modelo, sendo assim, quanto maior a pontuação no teste, pior será o desempenho da criança avaliada. Cada figura pode receber de zero a três pontos, sendo que a maior parte delas comporta até dois pontos no máximo. Foi aplicado o Teste de Bender em 48 crianças, entre seis e dez anos de idade, provenientes de escolas públicas e privadas, sem queixas psicológicas ou qualquer tipo de dificuldade escolar. Os testes foram corrigidos e foram formados cinco grupos de acordo com a idade dos sujeitos. Após comparação entre o desempenho de todos (com alfa em 1%) obteve-se os seguintes resultados: No que se refere às proporções da pontuação entre as idades, ou seja, incidência de zero, um, dois ou três pontos em cada figura, observa-se diferença estatisticamente significativa na Figura A ($X^2=68,62$ e $p=0,00$) com variação no desempenho das crianças com sete anos; Figura 1 ($X^2=34,12$ e $p=0,00$) com variação no desempenho das crianças com sete, oito e dez anos; Figura 2 ($X^2=9,5$ e $p=0,00865$) com variação no desempenho das crianças com sete anos; Figura 4 ($X^2=20,37$ e $p=0,00004$) com variação no desempenho das crianças com seis e sete anos; Figura 5 ($X^2=9,5$ e $p=0,00865$) com variação no desempenho das crianças com sete e oito anos; Figura 6 ($X^2=11,625$ e $p=0,00299$) com variação no desempenho das crianças com sete anos; nas Figuras 3, 7 e 8 não foram observadas diferenças significativas entre as proporções das pontuações. Quando os dados são comparados com vistas às diferenças do desempenho entre as idades das crianças, apenas a Figura 4 mostra resultados onde é possível diferenciar as faixas etárias ($X^2=21,6379618$ e $p=0,005632591$), configurando-se como o único estímulo capaz de gerar uma pontuação sensível às capacidades percepto-motoras das crianças de acordo com a idade que possuem. Observa-se, assim, que há maior variação nos resultados apresentados por crianças com sete anos de idade, constituindo-se como a faixa etária onde a capacidade percepto-motora está em menor estabilidade. Conjectura-se que tal aspecto pode estar associado ao momento acadêmico desses indivíduos, período inicial do ensino fundamental, onde há grande investimento escolar e pessoal das crianças no sentido de aquisição de habilidades percepto-motoras mais finas e detalhistas, exigindo assim, maior repertório inicial e maior investimento no desenvolvimento viso-motor. Outras investigações com amostra ampliada e com vistas a esses fatores de influência são necessárias para possíveis generalizações.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Teste de Bender; Desenvolvimento Percepto-motor.

Nível do trabalho: P - Pesquisador

Código da área: AVAL - Avaliação Psicológica

CONSIDERAÇÕES SOBRE A IDADE NA AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO POR MEIO DO DESENHO DA FIGURA HUMANA. *Paulo Francisco de Castro e Armando Rocha Júnior (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP e Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos - SP), Evelyn Fonseca Tambalo* (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP).*

O objetivo deste trabalho é discutir os dados sobre o desenvolvimento cognitivo de um grupo de crianças, obtidos a partir do Desenho da Figura Humana – DFH. Dentre um conjunto de estratégias utilizadas para avaliação das características cognitivas infantis, tem-se o DFH, instrumento de simples aplicação e baixo custo que possibilita a investigação da cognição por meio dos detalhes que a criança insere em sua produção gráfica. Conforme a criança avança em seu desenvolvimento pessoal, existe o aprimoramento do desenho da figura humana a partir da inclusão de detalhes que, sucessivamente, demonstra equivalência com os dados descritos nas pesquisas normativas com o instrumento. Em um processo de desenvolvimento típico, quanto mais idade a criança possui, maior será a quantidade de detalhes observada no desenho, permitindo a avaliação de seu desenvolvimento cognitivo. Segundo a proposta da escala utilizada nesta reflexão, os 30 itens verificados no desenho podem ser divididos, segundo sua complexidade, em três categorias (dez itens em cada uma): itens simples, com baixa complexidade e freqüentes na maioria dos desenhos; itens intermediários, com média complexidade e itens avançados, com alta complexidade, verificados em produções de crianças maiores ou aquelas com desenvolvimento cognitivo mais adiantado. Participaram da presente investigação 47 crianças, com idade entre seis e dez anos, que cursavam seus estudos em escolas públicas e privadas, sem dificuldades escolares ou qualquer tipo de queixa psicológica. Após a análise estatística dos dados, por meio do cálculo de médias e qui-quadrado (com alfa em 1%), observou-se que o desempenho do grupo de crianças investigado obedece aos critérios estabelecidos para avaliação do desenvolvimento cognitivo. Itens mais simples encontram-se presentes em todas as idades e não diferenciam os grupos quando a faixa etária é considerada, excetua-se nessa análise a qualidade do desenho dos pés ($X^2_{17,72-p=0,0014}$), que embora seja considerado um item inicial de análise e, conseqüentemente, considerado mais simples, diferenciou o grupo investigado quanto a idade. Quando são verificados os itens considerados intermediários, observa-se que sete deles possuem escores com diferenças estatisticamente significativas e, portanto, diferenciam as idades na execução do DFH, são eles: pescoço integrado ($X^2_{24,98-p=0,00005}$), ombros ($X^2_{22,59-p=0,00015}$), cabelos ($X^2_{26,73-p=0,00002}$), dedos ($X^2_{22,36-p=0,00017}$), olhos ($X^2_{25,21-p=0,00005}$), braço-cotovelo-ombro ($X^2_{28,23-p=0,00001}$) e contorno de braços e pernas ($X^2_{17,27-p=0,00171}$). Por fim, tem-se que todos os itens considerados avançados dos desenhos podem diferenciar os grupos no que tange à idade dos sujeitos, como: contorno do tronco ($X^2_{20,67-p=0,00037}$), traços fisionômicos ($X^2_{29,72-p=0,00001}$), desenho sem transparência ($X^2_{16,28-p=0,00266}$), vestimenta coerente ($X^2_{30,92-p=0,00}$), contorno da cabeça ($X^2_{39,47-p=0,00}$), boca e nariz ($X^2_{36,65-p=0,00}$), quatro peças de vestir ($X^2_{30,60-p=0,00}$), polegar ($X^2_{28,15-p=0,00001}$), queixo ($X^2_{41,48-p=0,00}$) e orelhas ($X^2_{33,80-p=0,00}$). As diferenças estatisticamente significativas começam a ser observadas a partir da verificação dos itens dos desenhos com maior complexidade e que, segundo a literatura, são esperados em crianças maiores. Pela pertinência do tema e importância do instrumento de avaliação psicológica, investigações com amostras maiores e grupos clínicos são necessárias para possíveis generalizações.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Desenho da Figura Humana; Desenvolvimento Cognitivo.

Nível do trabalho: P - Pesquisador

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

CARACTERIZAÇÃO DAS RESPOSTAS DE COR NO MÉTODO DE RORSCHACH EM INDIVÍDUOS COM TRANSTORNO DE PÂNICO. *Paulo Francisco de Castro* (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP e Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos - SP).

O presente estudo centra-se em refletir sobre a emissão das respostas de cor, tanto cromáticas como acromáticas, observada no Método de Rorschach em pacientes com Transtorno de Pânico. Em termos gerais, o transtorno de pânico pode ser compreendido pela vivência recorrente de ataques de pânico, a partir de crises agudas de ansiedade, onde o indivíduo passa por um mal-estar intenso e uma sensação iminente de perigo e ou morte. No Método de Rorschach, as respostas de cor constituem-se como importante material de análise dos elementos afetivos dos pacientes. Participaram da investigação 60 sujeitos de ambos os sexos, divididos igualmente em um grupo de pacientes e um grupo de não pacientes. Os pacientes foram identificados a partir de prontuários e entrevistas de acordo com o DSM-IV; a amostra de não pacientes foi construída por equivalência de idade e escolaridade e submetidos ao QSG para avaliação do estado de saúde geral. O Rorschach, segundo as especificações técnicas do sistema compreensivo, foi aplicado em todos os colaboradores; as respostas foram codificadas por juízes independentes e os resultados cotados e estatisticamente comparados. No que se refere às variáveis categóricas relacionadas às respostas de cor, tem-se que a maioria dos pacientes e dos não-pacientes indicou predomínio de respostas de forma-cor (FC) sobre as respostas de cor-forma (CF) e cor pura (C), sendo que a proporção $FC > CF + C$ mostrou-se típica nos protocolos dos sujeitos, sem diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos (Teste Exato de Fisher em $p=0.739$), tal aspecto indica que os participantes da pesquisa possuem controle sobre os afetos, organizando a modulação afetiva de forma equilibrada; outra variável categórica estudada foi a proporção entre o valor ponderado das respostas com cores cromáticas (WSumC) e a somatória das respostas com cores acromáticas (SumC'), prevalecendo-se, nos dois grupos, a emissão de respostas com cor cromática, nesse caso também não houve diferença estatisticamente significativa na comparação dos resultados (Teste Exato de Fisher em $p=0.386$), revelando que são capazes de realizar trocas afetivas de forma satisfatória. As variáveis contínuas, observadas a partir do levantamento numérico das respostas de cor cromática e acromática, foram analisadas segundo o Teste de Kruskal-Wallis para comparação dos escores entre os grupos não foram observadas diferenças significativas (Teste post-hoc de Dunn em $p < 0.05$), obtendo-se os seguintes valores: para respostas de forma-cor (FC) $p=0.978$; as respostas de cor-forma (CF) indicaram comparação em $p=0,550$; a emissão de respostas de cor pura (C) com valor de $p=0.082$ e as respostas de cor acromática somadas (SumC') com $p=0.089$. Os dados revelaram que não foi possível diferenciar os grupos de pacientes com pânico e de não-pacientes quando são consideradas as respostas de cor no Método de Rorschach, indicando que os elementos afetivos traduzidos por esse tipo de respostas são comuns aos dois grupos e não caracterizam o Transtorno de Pânico na amostra investigada. Assim, o possível comprometimento afetivo dos indivíduos com pânico, descrito na literatura sobre o tema, poderá ser verificado em outras variáveis de interpretação do Rorschach, sendo necessária a ampliação do estudo para considerações mais efetivas.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Teste de Rorschach; Transtorno de Pânico.

Nível do trabalho: D – Doutorado

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

O PERFIL PSICOLÓGICO DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA ATRAVÉS DO PSICODIAGNÓSTICO DE RORSCHACH. *Roberto Menezes de Oliveira, Cleide Lemes Quirino* e Luciana Melo Martins* (Laboratório de Processos Clínicos – Curso de Psicologia – Universidade Federal de Goiás – Campus Jataí – Jataí – GO)*

Esta pesquisa busca levantar o perfil psicológico de 25 estudantes de primeiro semestre de um Curso de Psicologia (Campus Jataí - Universidade Federal de Goiás). Para tanto utiliza-se o Psicodiagnóstico de Rorschach (Sistema Klopfer). Dos participantes, 40% são naturais da região; 24% residem na cidade entre 01 e 10 anos; e 36% há menos de 01 ano. Da amostra, 84% são do sexo feminino e 16% são do masculino, com idades entre 17 e 28 anos. Do Rorschach destacam-se Tipo Aperceptivo; Exame de Sucessão; Nível de Aspiração; Tipo Vivencial; e os Controles Intelectual, Interno, Externo, da Sensualidade e Geral. Sobre o Tipo Aperceptivo, 100% dos homens apresentam apercepção prática; sendo que nas mulheres, 76.2% apresentam apercepção teórica e 23.8% prática. Pelo Exame de Sucessão, 50% dos homens apresentam sucessão ordenada e 50% irregular; 33.3% das mulheres apresentam sucessão rígida, 28.6% irregular, 28.6% ordenada e 9.5% confusa. Sobre o Nível de Aspiração, 50% dos homens têm nível de aspiração adequado, 25% elevado e 25% acomodado; 47.6% das mulheres têm nível de aspiração elevado, 28.4% adequado e 24% acomodado. Sobre o Tipo Vivencial, 50% dos homens apresentam tipo vivencial extratensivo, 25% introversivo e 25% ambigüal; 57.2% das mulheres têm tipo vivencial introversivo, 28.7% extratensivo, 4.7% coartado, 4.7% coartativo e 4.7% ambigüal. O Controle Intelectual está rebaixado em 100% dos homens e em 61.9% das mulheres. O Controle Interno está adequado em 75% dos homens, sendo que nos 25% restantes, o controle interno apresenta-se no padrão $M > FM$. Entre as mulheres, este controle está adequado em 23.8% destas; 14.3% apresentam-se no padrão $M > FM$; 28.5% com FM precário ou inexistente; 14.3% com elevada incidência de FM; e 14.3% com M equivalente a FM. O Controle Externo está adequado em 50% dos homens e 47.6% das mulheres, sendo que 4.7% destas não possuem respostas C. O Controle da Sensualidade nos homens está adequado em 25%, inadequado em outros 25%, sendo que nos 25% restantes não há respostas c; este controle está adequado em 23.8% das mulheres, sendo que nos restantes 76.2% não há respostas c. Por fim, o Controle Geral está adequado em 100% dos homens e 76.2% das mulheres. Discutem-se diferenças encontradas entre os gêneros, presentes em todos os índices e controles analisados, com exceção do controle externo. Assim, descreve-se o perfil dos participantes masculinos como o de sujeitos orientados pelo pensamento prático, com percepção ordenada, nível de aspiração adequado, com tipo vivencial extratensivo e com a maioria dos controles da personalidade adequados, com exceção dos controles intelectual e da sensualidade. Igualmente, descreve-se o perfil das participantes como a de pessoas orientadas pelo pensamento teórico, com percepção rígida, nível de aspiração elevado, com tipo vivencial introversivo e com importantes controles da personalidade comprometidos (intelectual, interno e da sensualidade). Apesar dos controles comprometidos, não se verificam casos psicopatológicos, em ambos os sexos. Por fim, aponta-se a necessidade de discussão destes perfis com características etárias e culturais dos participantes; igualmente aponta-se a necessidade de uma amostra masculina mais abrangente, em pesquisa posterior.

Palavras-chave: Perfil, Rorschach, Psicologia.

Outro.

AVAL

TRADUÇÃO, ADAPTAÇÃO E VALIDAÇÃO DO *SCHOOLAGERS' COPING STRATEGIES INVENTORY II* PARA CRIANÇAS BRASILEIRAS. *Jean Paulo da Silva**, *Fabiana Riegel-Silva** e *Virginia Azevedo Reis Sachetti* (Departamento de Psicologia - Faculdade Metropolitana de Guarimir – Guarimir SC).

Este trabalho é parte de uma pesquisa intitulada Saúde e Educação: vulnerabilidade e proteção, estresse, *coping* e habilidades sociais na escola. Enfrentamento ou *coping* são respostas comportamentais e cognitivas utilizadas para lidar com situações estressantes que implicam esforços para mudar as circunstâncias ou sua interpretação para torná-las menos ameaçadoras. Há evidências de que o processo de *coping* inclui estratégias que envolvem regular o problema e as emoções em praticamente todos os episódios estressantes e que seu uso varia em eficácia, dependendo do contexto e dos diferentes estressores envolvidos. Algumas das características mais comuns presentes nas estratégias são geralmente agrupadas, pela literatura da área, nas seguintes categorias: comportamento agressivo/defensivo, evitação/distração, busca de apoio social, ação direta e desistência. A necessidade de avaliar recursos que as crianças apresentam para lidar com o estresse faz parte da atuação em prevenção primária, secundária e terciária. Além disso, a carência de estudos na área, especificamente envolvendo estratégias que as crianças empregam, principalmente no Brasil, justifica a necessidade de construir e validar instrumentos. O objetivo foi traduzir, adaptar e validar para o Brasil o *Schoolagers' Coping Strategies Inventory II*, instrumento desenvolvido para investigar o tipo, frequência e eficácia da estratégia de enfrentamento em situações não específicas de estresse. O instrumento original é composto por duas escalas do tipo Likert de 4 pontos, de aplicação simultânea: Escala de Frequência (0=nunca e 4=na maioria das vezes) e Escala de Eficácia (0=não ajuda e 4=sempre ajuda), com 32 itens, que avalia tanto a utilização quanto a eficácia percebida de uma estratégia. O processo foi composto de tradução, tradução reversa e discussões no grupo de pesquisa para que a adaptação fosse sensível à cultura. A versão preliminar foi aplicada a um grupo de 10 crianças, acompanhada por uma entrevista semi-estruturada, para avaliação do instrumento. Posteriormente, foi aplicado a 322 crianças de 8 a 12 anos ($M=9,8$ e $DP=1,32$), sendo 147 meninos e 175 meninas, residentes em cidades pertencentes à micro-região de Jaraguá do Sul, município situado no interior-norte de Santa Catarina. O coeficiente de variação de 13,46% indicou que a amostra foi homogênea. Foi realizada análise fatorial exploratória (método dos componentes principais com rotação oblíqua, pois partiu-se da hipótese de que as variáveis eram correlacionadas). Como critério de exclusão de um item em ambas as escalas, foram consideradas a carga fatorial $<0,30$ e carga fatorial em mais de um fator em, pelo menos, uma escala. A versão validada, elaborada a partir dos critérios estatísticos e teóricos, possui 26 itens divididos em três fatores (diferente da versão original, considerada unidimensional), denominados: ação direta (14 itens), atividade agressiva/defensiva (7 itens) e evitação/distração (5 itens). A consistência interna foi medida pelo alfa de Cronbach (Escala de Frequência $\alpha=0,77$ e Escala de Eficácia $\alpha=0,83$). Os resultados indicam que o instrumento é válido e fidedigno para a avaliação de enfrentamento em crianças brasileiras e apontam para a necessidade de realizar investigações complementares envolvendo outras amostras, dada a diversidade cultural do país.

Bolsa de Pesquisa do FUMDES - Artigo n. 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina

Palavras-chave: estresse, *coping*, avaliação psicológica.

Iniciação Científica - IC

Código: AVAL

METACOGNIÇÃO INFANTIL: ELABORAÇÃO DE ESCALA E ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DE CONTEÚDO. *Jussara Fátima Pascualon** e Patrícia Waltz Schelini (Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP)*

A capacidade do indivíduo de monitorar e autorregular seus próprios processos cognitivos é um aspecto relevante para a aprendizagem, especialmente no âmbito escolar. Relatos mostram que alunos que não utilizam essas habilidades de monitorar e autorregular seus processos cognitivos apresentam rendimento acadêmico inferior aos alunos que utilizam essas habilidades de maneira eficiente. Entendendo a metacognição como os pensamentos e conhecimentos que os indivíduos possuem sobre seus próprios pensamentos e processos cognitivos, e, tendo em vista a carência de instrumentos nacionais que mensurem essa capacidade, este estudo objetivou a elaboração e análise das evidências de validade de conteúdo de uma escala destinada à avaliação da metacognição de crianças entre nove e 12 anos de idade. Baseando-se nos relatos encontrados na literatura, a primeira etapa do estudo foi a construção da Escala de Metacognição, EMETA, que é do tipo *Likert* de seis pontos, sendo que o participante, a partir da leitura de afirmações, deve escolher, dentre as seis possibilidades de resposta, aquela que mais o caracteriza. A segunda etapa iniciou-se com o encaminhamento das instruções e dos 70 itens que compuseram o instrumento a três especialistas para a investigação das evidências de validade de conteúdo. Todos os juízes eram doutores e docentes de programas de pós-graduação, sendo dois especialistas em metacognição, de forma que foram solicitados a analisar a adequação das instruções e dos itens à teoria proposta. O terceiro juiz, por ser especialista em elaboração de instrumentos, analisou a adequação das instruções à tarefa a ser realizada. A análise de concordância, realizada nas respostas dos especialistas em metacognição, apresentou um índice de concordância de 70,3% considerado bom para a avaliação dos itens de uma escala. Esse número indica que aproximadamente 70% dos itens são representações adequadas dos fatores propostos. O especialista em elaboração de instrumentos sugeriu algumas modificações nas instruções, sendo todas incorporadas à escala. A análise dos juízes mostrou-se fundamental ao processo de elaboração da EMETA, proporcionando a melhoria das instruções e adequação da amostra de itens aos pressupostos teóricos.

CAPES

Palavras chaves: metacognição infantil, avaliação, psicometria

M

AVAL

REFLEXÕES CONCERNENTES À PRÁXIS DA PSICOLOGIA TRÂNSITO NAS AVALIAÇÕES PSICOLÓGICAS DE CANDIDATOS À PRIMEIRA HABILITAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. *Maria Elaine Andrade Celeira de Lima***, *Lilian Siqueira do Nascimento* e *Paula Cristina Herbst*** (Curitiba, PR).

O Código de Trânsito Brasileiro regulamenta que, para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), o candidato deve ser considerado apto no âmbito médico e psicológico. No que se refere ao resultado da Avaliação Psicológica, isto significa alcançar percentis padronizados nos testes psicológicos realizados e apresentar comportamento adequado durante a entrevista psicológica. Sendo a avaliação psicológica uma maneira de conhecer fenômenos e processos psicológicos por meio de procedimentos de diagnóstico e prognóstico, é considerada de fundamental importância para a manutenção de um trânsito seguro. A partir de 2008 as avaliações psicológicas para o trânsito, no estado do Paraná, são realizadas em clínicas credenciadas pelo DETRAN PR. Este trabalho objetivou reunir informações sobre: a) as reflexões concernentes à prática da psicologia do trânsito nas avaliações psicológicas realizadas em clínicas credenciadas pelo DETRAN e b) verificar a adequação do trabalho realizado por psicólogos peritos avaliadores de trânsito ao realizarem avaliação psicológica de candidatos a 1ª habilitação no estado do Paraná. Participaram deste estudo, psicólogos peritos em trânsito que trabalham em clínicas credenciadas ao DETRAN PR nas cidades de Araucária, Curitiba e Ponta Grossa. Utilizou-se um questionário com 10 perguntas referentes à atuação do psicólogo, perito examinador do trânsito. O termo de consentimento livre e esclarecido foi encaminhado juntamente com o questionário. Os resultados encontrados sugerem que os pesquisados acreditam na validade da avaliação psicológica para a segurança de acidentes. Apontam que os procedimentos adotados atualmente pelas clínicas seguem uma padronização no que se refere aos testes e às etapas da avaliação psicológica, baseada na determinação do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). Os resultados indicam que tal padronização não está sendo suficiente para produzir um avanço no trabalho realizado pelas clínicas credenciadas ao realizar a avaliação psicológica aos candidatos a CNH. Há indícios de que o advento das clínicas credenciadas no Paraná tem propiciado avaliações mais criteriosas e de qualidade, principalmente pelos esclarecimentos prestados ao candidato, durante as entrevistas devolutivas, diminuindo as dúvidas e o desconhecimento dos candidatos sobre o processo de avaliação e seus critérios. Foi também observado que variáveis externas são agravantes neste processo como a evidência de informações distorcidas vindas dos Centros de Formação de Condutores (CFCs) e de familiares dos candidatos. É possível que, promovendo a modificação e a adaptação dos testes, por meio de novos estudos, melhor atendimento aos candidatos, maior esclarecimento à sociedade dos objetivos e dos critérios da avaliação psicológica para o trânsito e mais compromisso com essa prática, se possa propiciar as adequações necessárias para realização de avaliações psicológicas mais adequadas.

Palavras Chave: Psicologia do Trânsito; Avaliação Psicológica; CNH.

Pesquisador

AVAL

A ESCOLARIDADE COMO ESTRATÉGIA DE PRESERVAR A CONDIÇÃO COGNITIVA DE IDOSOS. *Rômulo Lustosa Pimenteira de Melo**, *Maria do Carmo Eulálio***, *Hermesson Daniel Medeiros da Silva** (Universidade Estadual da Paraíba) e *Isis Simões Leão*** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN).

O envelhecimento é um fenômeno populacional mundial que vem sendo reconhecido pelos mais diversos setores da sociedade. No Brasil há uma tendência de que tal fenômeno se intensifique nas próximas décadas, dessa forma urge a necessidade de políticas públicas que zelem pela saúde dessa população. O conhecimento do Status Cognitivo dos idosos assume fundamental importância, na medida em que seu estudo contribui para o conhecimento do estado de saúde dos idosos. Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo entender a relação da escolaridade e o Status Cognitivo em idosos. O estudo foi do tipo transversal, descritivo e analítico, com abordagem quantitativa. A amostra foi não-probabilística, composta por 212 idosos assistidos pelo Serviço Único de Saúde (SUS) através das Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Campina Grande – PB. Houve inicialmente um contato com os responsáveis das devidas instituições de saúde, com a finalidade de obter consentimento para a utilização dos prontuários cadastrados nas mesmas. Dessa forma, os idosos foram selecionados, para realização das visitas domiciliares e aplicação dos instrumentos. Utilizou-se um questionário sócio-demográfico e o Mini Exame do Estado Mental. O instrumento é composto por questões agrupadas em sete categorias, planejadas para avaliar funções cognitivas específicas. Os dados foram analisados por meio do programa estatístico para ciências sociais aplicadas (*Statistical Package for the Social Sciences – SPSS*) para *Windows*. Os idosos participantes tinham uma média de idade de 73,16 anos (mín.: 65; máx.: 96; DP = 6,42). Com relação ao gênero, observou-se a predominância do sexo feminino na amostra (67,9%). Verificou-se que a maioria dos idosos é casada (47,2%), não trabalha atualmente (85,4%) e é aposentada (76,9%). No que diz respeito à escolaridade, averiguou-se que 77,7% dos idosos declararam ter menos de cinco anos de estudo. A distribuição dos escores do MEEM por intervalo foi calculada em quatro grupos distintos, os resultados indicaram que dos 212 participantes 77 (36,3%) podem estar com níveis de comprometimento cognitivo, o segundo intervalo é composto por 33 idosos (15,6%), o terceiro ficou composto por 54 sujeitos (25,5%) e o quarto grupo demonstrou os mais elevados escores de pontuação da escala. Houve uma correlação entre anos de estudo e MEEM ($r = 0,585$; $p=0,001$). Dessa forma foi realizada uma regressão linear para determinar o efeito da escolaridade no Status Cognitivo. Constatou-se que para cada dois anos de estudos a mais o Status Cognitivo aumenta um ponto no MEEM ($B = 0,502$; $p=0,001$). Portanto, a escolaridade tem um papel fundamental na manutenção das condições cognitivas dos idosos, mostrando que quanto maior a quantidade de anos estudados maior o grau de preservação do status cognitivo da população em questão.

Agência financiadora: CNPq

Palavras-chave: Idoso; Status Cognitivo; Escolaridade.

Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação).

AVAL – Avaliação Psicológica

NÍVEIS DE ESTRESSE EM ALUNOS DE 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO. *Sheila Francisca Machado** (UniCEUB, Brasília, DF), *Heila Magali da Silva Veiga* (UniCEUB, Brasília, DF) e *Sérgio Henrique de Souza Alves* (UniCEUB, Brasília, DF)

O termo “*stress*” aparece pela primeira vez nos estudos da Física, onde estresse é definido como uma resposta dentro do objeto, inerente a ele e provocado por uma força externa. Seyle trouxe o termo para a Fisiologia, definindo estresse como as reações sofridas pelo organismo perante uma situação que lhe exige o esforço em se adaptar a ela. Lipp e Rocha definem o termo dentro da psicologia como sendo uma reação desencadeada por meio de qualquer situação que cause confusão, amedrontamento ou emocione o indivíduo profundamente. Quando o estresse é excessivo, pode gerar sintomas físicos, psicológicos, cognitivos e interpessoais. Lipp divide o estresse em quatro fases: a primeira fase seria alarme, a segunda resistência, a terceira quase-exaustão e a quarta exaustão. O que distingue uma fase da outra é a duração da ação do estressor e os sintomas orgânicos e/ou psicológicos que podem aparecer em cada uma. A presente pesquisa buscou identificar os níveis de estresse dos alunos de 3ª série do ensino médio e, também, verificar se há diferença nesses níveis dependendo do sexo, dos planos futuros e se a decisão do curso a ser cursado na faculdade já foi feita ou não. Participaram da pesquisa 38 alunos de uma escola pública, sendo 65,8% do sexo feminino e 34,2% do sexo masculino. A idade variou entre 16 e 19 anos. Para coletar os dados foi utilizada a Escala de Stress para Adolescentes – ESA. Na análise dos dados foi utilizado o teste-t e ANOVA. Após a análise dos dados foi verificado que 5 dos 38 alunos estavam com estresse. Na comparação entre grupos não houve nenhuma diferença significativa entre as possibilidades de planos futuros, entre as idades e entre já ter escolhido ou não o curso da faculdade. Na comparação entre sexos não foram verificadas diferenças significativas, com exceção do fator interpessoal quando comparado os alunos do sexo masculino que tiveram média de 2,0267 ($dp=1,08461$) com as alunas do sexo feminino que tiveram média de 1,6870 ($dp=0,53877$). Pesquisas anteriores já haviam encontrado diferença entre os sexos, porém por usar outro teste (ISSL) não encontraram o fator interpessoal em específico. O fato dos dados terem sido colhidos no final do ano letivo pode ter influenciado nos índices de estresse na comparação dos planos futuros e a escolha ou não do curso a ser cursado na faculdade, pois é uma época que já exige do aluno ter feito uma decisão.

Palavras-chave: stress, estudantes, 3º ano.

IC

AVAL

AValiação DA DESESPERANÇA ENTRE GRUPO DE IDOSOS ASILARES E NÃO ASILARES. *Nayara T. Naves**, *Katya Luciane de Oliveira*, *Priscila Bernardo**, *Tamiris S. de Oliveira**, *Bruno A. Finoto**, *Karina Stagliano**, *Cristina C. dos Santos**, *Cibely F. Pacífico**, *Camila D. M. Lopes** e *Camilo C. N. Silveira** (Laboratório de Avaliação e Pesquisa Psicológica do Curso de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina/Londrina PR)

As pesquisas da área da psicologia do envelhecimento foram sendo cada vez mais estudadas no Brasil desde a década de 80. A terceira idade é classificada pela Organização Mundial de Saúde para pessoas a partir de 60 anos. Deve-se considerar que os fatores biológicos, psicológicos, socioeconômicos e culturais não podem ser vistos separadamente, a terceira idade também implica no “estado de espírito” da pessoa e seu modo de vida. Nesta fase da vida, o idoso é limitado em algumas de suas funções, as quais faziam parte de seu cotidiano anteriormente, fracassando ou desistindo de realizá-las. Assim, são frequentemente deixadas e podem provocar o sentimento de desesperança. A desesperança é caracterizada por pensamentos autoderrotistas, uma perspectiva negativa e pessimista em relação ao futuro e pelo aparecimento de emoções relacionadas à ansiedade e à depressão. Este estudo visou comparar a prevalência da desesperança em idosos asilares e idosos não asilares, utilizando-se a Escala Beck de Desesperança (BHS). Participaram 164 idosos de instituições asilares e não asilares, a média de idade foi de 70 anos e dois meses (DP=6,2), a idade mínima foi de 60 e a máxima 90. O gênero feminino representou a maioria na amostra (65,2%) enquanto o gênero masculino representou (34,1%) da amostra, sendo que para a comparação dos dois grupos (asilares e não asilares) como foram coletados dados de três instituições asilares e somente 13 idosos tinham sanidade mental para responder o instrumento, selecionou-se do grupo de idosos não asilares 16 sujeitos para que a comparação entre os grupos ficasse equilibrada. Desse modo, trabalhou-se com um total de 28 idosos para efetuar a comparação. Aplicou-se individualmente nos dois grupos a escala de Desesperança de Beck: o aplicador lia o item e o idoso dava a resposta de forma verbal. Cada aplicação teve uma duração aproximada de 15 minutos. Com a aplicação do t de Student para levantar a diferença entre os grupos, foi possível levantar diferença estatisticamente significativa, obtendo-se $t=11,579$; $p=0,000$. Desse modo, o grupo de idosos asilares apresentou um nível de desesperança considerado moderado ($M=13,3$) em relação ao outro grupo ($M=3,7$). Possivelmente por estarem em condições de abandono de suas famílias ou distantes delas, pela falta de autonomia atrelada às dificuldades que permeiam a instituição e a vivência dentro dela, a desesperança apresenta-se com um nível elevado nos idosos asilares em relação aos idosos não-asilares. Tendo em vista tais resultados, é importante atentar ao fato de que a desesperança está vinculada à depressão, ansiedade e à ideia suicida, portanto, sugere-se maior atenção ao idoso nessas condições e novas investigações acerca desse dado, visando futuras intervenções.

Apoio financeiro da iniciação científica Fundação Araucária – Paraná/PR

Palavras-chave: Desesperança; Velhice; Avaliação Psicológica.

Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação)

AVAL

AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE REABILITAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA PARA CRIANÇAS NA CIDADE DE CURITIBA-PR.

*Amanda da Nova Cruz**, *Carina Mitie Ono***, *Júlia Joergensen Schlemm**, *Karine Angleri**, *Lais Faria Mazulk** e *Tatiana Izabele Jaworski de Sá Riechi (Laboratório de Neuropsicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR).*

Objetivo: Este estudo tem como objetivo avaliar a eficácia de um programa de reabilitação neuropsicológica para crianças com baixo desempenho escolar. **Método:** Participaram do estudo 11 crianças com idades entre 7 e 12 anos, as quais passaram por uma avaliação neuropsicológica pré e pós-intervenção de reabilitação neuropsicológica. No processo de avaliação foram utilizados como parte dos instrumentos subtestes da Escala de Inteligência Wechsler para Crianças (WISC-III), obtendo-se através destes o QI Verbal (QI V), o QI de execução (QI E) e QI Total (QI T) dos participantes. O processo de reabilitação neuropsicológica teve duração de uma hora e meia semanais, por um período de 6 meses. As sessões eram divididas por ciclos temáticos com duração de 4 semanas e visavam estimular funções cognitivas dos participantes como a memória, a atenção, a linguagem, as funções executivas, etc; assim como promover oficinas de orientação para os responsáveis e oficinas de interação entre estes e as crianças. **Resultados:** Os dados referentes às variáveis QI V, QI E e QI T foram avaliados quanto ao padrão de distribuição dos valores obtidos na avaliação e reavaliação por meio do teste de Shapiro-Wilk. Os dados foram comparados entre o período de avaliação e reavaliação por meio do teste t para amostras pareadas. Em todas as análises foi utilizado um nível de significância de 0,05. Foi possível verificar que não houve diferença estatística significativa ao comparar os períodos de avaliação e reavaliação das variáveis QI V ($t=0,66$; $GL=10$; $p=0,52$), QI E ($t=0,79$; $GL=10$; $p=0,45$) e QI T ($t=0,96$; $GL=10$; $p=0,36$). **Conclusão:** Através dos resultados é possível concluir que a eficácia da intervenção não pode ser mensurada quantitativamente, já que não houve diferença estatística significativa entre o desempenho dos participantes no pré e pós-teste. Contudo, puderam-se observar ganhos, através de uma análise qualitativa, já que se constatou, mediante o relato dos familiares, dos participantes e das escolas, uma melhora na qualidade de vida das crianças atendidas, tanto no âmbito acadêmico como no âmbito familiar.

CIRCO (Centro Integrado de Reabilitação Cognitiva) da Universidade Federal do Paraná.

Palavras-chave: reabilitação neuropsicológica; dificuldade de aprendizagem, avaliação neuropsicológica

Outro – Pesquisa realizada mediante os resultados obtidos pelo Projeto de Extensão

AVAL – Avaliação Psicológica

PERFIL COGNITIVO DE CRIANÇAS COM TDAH. *Lais Faria Masulk**, *Fabiana Knapik Calixto**, *Karine Angleri**, *Daniele Fajardo Nascimento***, *Gustavo Dória***, *Isaak Bruck.*, *Sérgio Antonio Antoniuk e Tatiana Izabele Jaworski de Sá Riechi* (Departamento de Psicologia-Universidade Federal do Paraná - Curitiba – PR)

A Neuropsicologia consiste em uma área do conhecimento que tem como principal preocupação a complexa organização cerebral e suas relações com o comportamento e a cognição, tanto no caso de doenças como no desenvolvimento normal. Neste contexto insere-se a avaliação neuropsicológica, que tem se solidificado, ao longo dos anos, como um poderoso instrumento de auxílio ao traçar o perfil cognitivo da criança e/ou adolescente com diferentes transtornos mentais, entre eles está o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Sua utilização se faz relevante em processos de reforçamento de hipóteses relacionadas à presença ou não de TDAH, de identificação de disfunções cognitivas e/ou emocionais, de diferenciação deste transtorno de outras alterações neurológicas ou psiquiátricas e de esclarecimento sobre possíveis comorbidades. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo descrever o perfil neuropsicológico dos pacientes portadores de TDAH, com ou sem co-morbidades, atendidos no Centro de Neuropediatria do Hospital de Clínicas (CENEP-HC) de Curitiba-PR. Inicialmente, realizou-se o acompanhamento destes pacientes em consulta no Ambulatório Geral de Neuropediatria, a fim de conhecer mais profundamente o seu caso e quais os encaminhamentos dados pelo médico. Posteriormente estas crianças e adolescentes foram encaminhadas para o processo de Avaliação Neuropsicológica, na qual foram submetidos ao protocolo de Avaliação Neuropsicológica Breve Infantil Revisada (PANBI-R), composto pela Escala Wechsler de Inteligência Para Crianças – Terceira edição (WISC–III), Teste de Lateralidade, Teste de Fluência Verbal (FAS), Teste de Fluência de Animais, Teste Piaget-Head de Discriminação direita-esquerda, Teste da Figura Complexa de Rey, Teste de Atenção Concentrada D2 e Lista de Aprendizagem Auditivo-Verbal de Rey (RAVLT). No ano de 2009 foram avaliados onze sujeitos, sendo nove crianças e dois adolescentes - seis do sexo feminino e cinco do sexo masculino – entre 7 e 13 anos. Podem-se ressaltar como mais significativos, os seguintes resultados: quatro sujeitos (36,4%) apresentaram inteligência inferior à média no WISC III; nove sujeitos (81,8%) apresentaram percentil menor do que 10 no Teste da Figura Complexa de Rey; todos os sujeitos (100%) apresentaram curva de aprendizagem descendente na Lista de Aprendizagem Auditivo-Verbal de Rey (RAVLT); e cinco sujeitos (45,4%) apresentaram percentil inferior a 50 no Teste de Atenção Concentrada D2. Com isso, pode-se concluir que, a avaliação neuropsicológica mostrou-se eficaz na identificação de alterações cognitivas em pessoas portadores de TDAH, com ou sem co-morbidades. Desta forma, contribuiu significativamente para o diagnóstico diferencial dos casos atendidos, possibilitando a realização de reabilitação cognitiva e conseqüente neuroplasticidade, o que permite a redução de danos e uma melhor qualidade de vida.

Bolsas Tesouro Nacional (PROEC-UFPR).

Palavras Chave: Neuropsicologia; Avaliação Neuropsicológica; TDAH

Projeto de Extensão.

AVAL

ANÁLISE DOS FATORES AFETIVO-MOTIVACIONAIS DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS, AVALIADOS PELO CHECKLIST PARA “AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO AFETIVO-MOTIVACIONAL INFANTIL” (ACAMI). *Erika da Silva Ferrão* (Departamento de Psicologia, Centro Universitário Vila Velha-UVV, Vila Velha, ES), *Sônia Regina Fiorim Enumo* (Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES), *Maria Beatriz Martins Linhares* (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP Ribeirão Preto, SP) e *Bárbara da Silva Ferrão** (Departamento de Psicologia, Faculdade Brasileira UNIVIX, Vitória, ES)

Estudos sobre o desempenho cognitivo de crianças com necessidades educacionais especiais (NEE) durante provas cognitivas assistidas revelam que variáveis pessoais relacionadas a afeto e motivação, como tolerância à frustração e expectativa de sucesso, são mediadoras do desempenho infantil. Para avaliar tais fatores durante provas assistidas, foi construído no Brasil o *Checklist para Avaliação do Comportamento Afetivo-motivacional infantil (ACAMI Checklist)*, a partir da observação sistemática de crianças em idade pré-escolar e escolar, com e sem NEE, realizando as referidas provas. Portanto, objetivando testar a sensibilidade das categorias do ACAMI em verificar diferenças entre os comportamentos exibidos pelas crianças em cada fase das provas assistidas, foi proposto este estudo. Assim, foi feito o preenchimento do ACAMI por um avaliador ao observar 21 registros em vídeo de 21 crianças com NEE, sendo 3 crianças com problemas de comunicação de moderado a severo (média = 9 anos; 1ª e 3ª séries); 9 crianças com deficiência visual, desde baixa visão moderada a cegueira (média = 6 anos; 4 pré-escolares); 6 crianças com dificuldade de aprendizagem (média = 9 anos; 3ª e 4ª séries); e 3 crianças com doença crônica (média = 6 anos; pré-escolares). As crianças realizavam provas cognitivas assistidas, estruturadas basicamente em três fases - sem ajuda (SAJ), assistência (ASS) e manutenção (MAN). O preenchimento do ACAMI foi feito pela ocorrência ou não de alguma das suas 48 subcategorias comportamentais observáveis, divididas em Potencialmente Facilitadoras e Potencialmente Não Facilitadoras da aprendizagem, agrupadas em 4 categorias principais- “Iniciativas de interação”, “Auto-avaliação”, “Engajamento na tarefa” e “Estados emocionais”. Sua correção é feita somando-se o total de subcategorias Facilitadoras e Não Facilitadoras para cada uma das 4 categorias, bem como obtido um total final. Das 21 crianças, 17 conseguiram completar todas as fases das provas e 4 delas não completaram as provas. No geral, a partir da análise dos dados das 17 crianças que completaram a prova, observou-se que houve predominância das categorias Facilitadoras sob as categorias Não Facilitadoras. Observou-se ainda que para 82% dessas crianças houve um aumento da proporção de subcategorias Facilitadoras da fase SAJ para a ASS. Já na comparação entre a SAJ e a MAN, com relação às categorias facilitadores, percebeu-se que 9 das 17 aumentaram a proporção nesta última fase, 3 apresentaram a mesma proporção e 5 diminuíram. De qualquer forma, esses dados mostram que a maioria das crianças teve benefícios com a ASS, que promoveu a emissão de mais comportamentos facilitadores para o seu desempenho. Outro resultado relevante foi o de que, para esse grupo, na ASS, quando comparada às outras duas fases, percebeu-se maior incidência de subcategorias como *Provocar o mediador*, *Apresentar comportamento perturbador* e *Afastar-se da tarefa*, ligadas à categoria “Iniciativas de interação”, indicando inacessibilidade à mediação para certas crianças do grupo, bem como *Demonstrar inquietude*, *Demonstrar insegurança para resolver a tarefa*, ligadas à categoria “Auto-avaliação”. Assim, percebeu-se que o instrumento proposto se mostrou sensível para a identificação de comportamentos afetivo-motivacionais importantes para a compreensão do desempenho da criança em provas assistidas.

Financiamento: CAPES (bolsa de doutorado); PIBIC/CNPq (bolsas de iniciação científica)

Palavras-chave: Fatores afetivo-motivacionais; Avaliação infantil; Necessidades educacionais especiais.

Doutorado – D

ANÁLISE DA ANSIEDADE DE DESEMPENHO NO TESTE AC. *Natália Cesar de Brito** (Faculdade Dom Bosco – Curitiba – PR.)

O objetivo desta pesquisa foi investigar a influência da ansiedade de desempenho na atenção concentrada, além de verificar se há diferença de desempenho nos testes, se a diferença é significativa e se há diferença entre os gêneros. Para isto, foram aplicados os testes AC - Atenção Concentrada e EFN - Escala Fatorial de Neuroticismo em 365 universitários, divididos em dois grupos, entre 18 e 35 anos. Não houve utilização do teste EFN completo, somente o bloco que avalia a ansiedade. No primeiro grupo, os instrumentos foram aplicados considerando o padrão descrito nos manuais. No segundo grupo, o tempo transcorrido do Teste AC foi informado a cada trinta segundos. O tempo de aplicação dos dois testes foi de 15 minutos em cada grupo, sendo que o maior tempo foi utilizado para responder a parte de ansiedade do teste EFN. Considerando que a ansiedade é conceituada como um estado emocional transitório ou condição do organismo humano que é caracterizada por sentimentos desagradáveis de tensão e apreensão, conscientemente percebidos e por aumento na atividade do sistema nervoso autônomo. Os escores de ansiedade – estado podem variar em intensidade de acordo com o perigo percebido e flutuar no tempo e que a atenção concentrada A atenção refere-se à capacidade e esforço exercido para focalizar e selecionar um estímulo para ser processado, levando o indivíduo a responder a determinados aspectos do ambiente, em lugar de fazê-lo em relação a outros, permitindo ao ser humano utilizar seus recursos cognitivos para emitir respostas rápidas e adequadas mediante estímulos que julgue importantes Assim, observou-se que não houve correlação entre a adição de um agente ansiogênico e o desempenho no teste AC. Houve um maior número de mulheres participantes (265 mulheres e 93 homens), no entanto, também não houve diferença de desempenho entre os gêneros. As hipóteses existentes para tais resultados são de que o agente ansiogênico não elevou significativamente os níveis de ansiedade nesta situação, uma vez que não oferecia risco nenhum aos participantes e não houve adição de estímulo aversivo. Outra hipótese é a de que não havia uma competição entre os dois grupos, caso fosse uma competição, havia grande possibilidade de que os resultados fossem alterados. E ainda outra consideração de que, caso houvesse uma premiação, os níveis de ansiedade dos participantes também sofreria alterações. Há que se considerar que os hábitos de vida dos participantes não foi considerado, e é outro aspecto importante quando se trata de ansiedade, uma vez que boa parte das alterações na atenção são causadas por experiências diárias e não apenas em situações de teste, ainda que seja uma reação esperada, tal comportamento não se confirmou. Desta forma, os resultados apontaram que a ansiedade não exerce influência sobre a atenção concentrada durante a aplicação coletiva do Teste AC.

Palavras-chave: Ansiedade, atenção concentrada, psicometria.

CONTRIBUIÇÕES DO TESTE IFP PARA O DELINEAMENTO DO PERFIL PSICOLÓGICO DA GUARDA MUNICIPAL. *Cassia Aparecida Rodrigues*** (Associação Catarinense de Ensino – ACE, Joinville/PR)

Nota-se atualmente a abrangência social que a avaliação psicológica vem apresentando no panorama nacional, com a inserção cada vez mais importante no campo da Segurança Pública e Privada. Nas discussões atuais sobre o processo de avaliação psicológica, apresenta-se como necessário a representatividade dos respondentes dos testes utilizados nos processos, caracterizando assim, participantes de todo o país e de contextos específicos de avaliação. De acordo com a Lei 10.826 de 22 de dezembro de 2003, foi instituída a necessidade da aferição de avaliação psicológica para aquisição e porte de arma de fogo, para o Sistema Nacional de Armas. No que se refere à literatura especializada sobre a Avaliação Psicológica e o Porte de Arma de fogo, ainda é escassa as referências bibliográficas no âmbito nacional sobre esta temática e nas poucas publicações há referência da importância da avaliação do construto personalidade neste contexto. O presente estudo tem como objetivo delinear o perfil psicológico de um grupo de 100 guardas municipais, submetidos ao exame periódico para continuar portando arma de fogo durante o exercício da sua função, através do teste IFP – Inventário Fatorial de Personalidade (Pasquali e cols, 1997). O teste realizado por Pasquali e colaboradores, trata-se de uma adaptação modificada que resultou em um inventário baseado na teoria das necessidades básicas formulada por Henry Murray (1938). Este instrumento visa avaliar o indivíduo normal, formado por 15 necessidades ou motivos psicológicos. A abordagem teórico-metodológica utilizada foi a da avaliação psicológica, priorizando um enfoque descritivo, exploratório para possibilitar uma leitura quantitativa e qualitativa, sendo que este tipo de pesquisa visa identificar quais variáveis constituem uma determinada realidade. A amostra para a normatização deste estudo foi formada por candidatos do gênero masculino, com idades a partir de 27 anos a 54 anos e com um tempo de trabalho na instituição de 02 a 24 anos. A partir dos resultados encontrados na análise da amostra dos guardas municipais deste estudo foi elaborado a média e desvio padrão em cada fator do teste IFP, concluindo em linhas gerais, que a maior parte das necessidades avaliadas no teste, apresentou resultados medianos e como resultado o delineamento de um perfil com necessidades mais salientes: a Desejabilidade Social, a Afiliação, a Deferência e a Ordem. E identificadas como necessidades menos salientes: a Denegação, a Mudança, a Autonomia, a Exibição e a Agressão. O material coletado, assim como a análise dos dados, poderá fornecer elementos para que tal perfil seja utilizado como referência nos processos de avaliação psicológica no contexto do porte de arma de fogo e pode-se considerar este trabalho como um ponto de partida para oferecer aos profissionais que trabalham neste contexto a proposta de novas pesquisas com outros grupos.

Palavras-Chave: Avaliação Psicológica, Porte de Arma e Teste IFP.

Pós – Graduação – PG

Código da Área de Pesquisa: AVAL Avaliação Psicológica

PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE TÉCNICAS PROJETIVAS EM ESTUDOS COM A TERCEIRA IDADE. *Mônica Wakao** (Universidade Guarulhos, Guarulhos - SP) e *Paulo Francisco de Castro* (Universidade Guarulhos, Guarulhos - SP e Universidade de Taubaté, Taubaté - SP).

O acelerado crescimento da população idosa no Brasil, atualmente denominada Terceira Idade, tem sido noticiado pelos canais de comunicação de forma geral, anunciando transformações sociais e culturais em curso. A área de Psicologia não pode negligenciar tal fator, devendo atentar para essa mudança. Tendo em vista que a pesquisa de meta análise constitui um novo foco na análise dos dados de pesquisas isoladas e possui a propriedade de julgar um estudo de forma qualitativa, o objetivo do presente estudo foi analisar a produção científica envolvendo técnicas projetivas na investigação da personalidade do indivíduo idoso. Visto que os periódicos científicos são responsáveis pela divulgação mais ágil das recentes descobertas nas mais variadas áreas do conhecimento, efetuou-se levantamento em revistas científicas, através das bases de dados PsycINFO (Psychological Abstracts Information Services, base de dados da American Psychological Association - APA), Medline (Medlars Online, Literatura Internacional), Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e Scielo (Scientific Electronic Library Online). Os critérios de exclusão foram baseados na utilização ou não de técnicas projetivas envolvendo indivíduos de 60 anos ou mais. Dentre os 5047 resumos pesquisados, foram encontrados e analisados 71 resumos: 29 provenientes do PsycINFO, um da base de Lilacs, 39 da Medline e dois do Scielo, os quais apontaram que os Estados Unidos obtiveram maior produtividade na área, com 49% dos trabalhos, seguidos pela Índia (7%) e pelo Brasil (6%). A autoria dos trabalhos foi predominantemente múltipla (71%) e a maior parte da amostra pesquisada foi de faixa etária mista (83%). O instrumento mais utilizado foi o Teste Rorschach (54%), em 16 dos 19 países participantes da pesquisa (84%), denotando sua característica multicultural, utilizado, na maioria dos trabalhos, para análise de amostra de populações específicas (21%). Dos trabalhos com amostragem somente de indivíduos idosos (17%), a grande maioria enfocou aspectos patológicos da personalidade, não se destinando exclusivamente ao estudo do fenômeno do envelhecimento e do indivíduo idoso, os quais foram classificados em dez diferentes temas: Alcoolismo e Rorschach, Análise de amostragem de população idosa no Rorschach, Características de personalidade e etnias no Rorschach, Características de personalidade e patologia Física no Rorschach, Depressão / Psicose no Rorschach, Esquizofrenia e Rorschach, Elementos de Interpretação do sistema Lambda no Teste Rorschach, Imagem corporal no Line-Drawing Figures, Transtorno Depressivo Maior e Suicídio, e Validação. Verificou-se ainda, que o periódico que apresentou maior produtividade no período foi o Journal of Personality Assessment, com 41% das publicações, seguido pelo Journal of Projective Psychology & Mental Health (10%) sendo o inglês o idioma predominante nas pesquisas (86%). Conclui-se que, pelo fato de grande parte da amostra pesquisada ser de faixa etária mista, embora envolva idosos na amostra, esta não reflete o verdadeiro estado da arte na produção científica com sujeitos idosos, uma vez que não torna possível a discriminação dos dados obtidos. Por fim, são necessários mais trabalhos de enfoque biopsicossocial no envelhecimento e que analisem o sujeito como ator principal do fenômeno social e individual do envelhecimento, principalmente com foco no envelhecimento saudável.

Apoio: PIBIC-UnG - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Guarulhos.

Palavras-Chave: Terceira Idade, Avaliação Psicológica, Análise de Produção Científica.

Nível do trabalho: IC - Iniciação Científica

Código da área: AVAL - Avaliação Psicológica.

AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA EM AMBULATÓRIO DE PRIMEIRA CRISE E CRISES RECENTES. *Davi Sidnei de Lima**, *Karina Junqueira de Menezes**, *Giulianna Victoria Yoshie Kume**, *Sérgio Antoniuk*, *Isaack Bruck* e *Tatiana Izabele Javorski de Sá Riechi* (Laboratório de Neuropsicologia. Departamento de Psicologia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba - PR)

As crises convulsivas caracterizam o quadro clínico da epilepsia, havendo a necessidade de acompanhamento ambulatorial para um diagnóstico adequado, assim, o Ambulatório de Primeira Crise e Crises Recentes, composto por uma equipe multidisciplinar do Centro de Neurologia Pediátrica do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, atende crianças e adolescentes encaminhados por crises convulsivas desde a primeira manifestação. O serviço de neuropsicologia participa do atendimento aos pacientes, acompanhando as consultas e reuniões de discussão e realizando avaliações neuropsicológicas para análise das principais habilidades cognitivas antes do início do uso de medicação anticonvulsivante e também para diagnóstico diferencial, bem como para o acompanhamento dos pacientes que apresentam dificuldades de aprendizagem ou outros transtornos. Investigou-se o perfil neuropsicológico dos pacientes avaliados após encaminhamento do ambulatório, no período de 2008 a junho de 2010. Foram analisadas 35 Avaliações Neuropsicológicas compostas de Anamnese Semiestruturada e Protocolo de Avaliação Neuropsicológica Breve Infantil – Revisado (PANBI – R). O público atingido foram crianças e adolescentes de 6 anos e 0 meses a 16 anos e 11 meses. A análise estatística revelou os seguintes dados: 21 pacientes pertencem ao sexo masculino (60%) e 14 ao feminino (40%); a média etária é de 10 anos e 9 meses (idade mínima de 6 anos e máxima de 16 anos e 8 meses), com desvio padrão (DP) de 3 anos; 45,7% apresentaram uma ou mais crise classificada como parcial com generalização secundária; o medicamento mais usado, 42,9%, é Carbamazepina; 83% frequentam o Ensino Fundamental; 65,7% (23) foram avaliados com queixa de dificuldades de aprendizagem; o QI Total teve como média 98 (DP: 21), já o QI Verbal teve média menor que o QI de Execução, 93 (DP 22) e 103 (DP 21), respectivamente; o QI de Resistência à Distração e o QI de velocidade de processamento não tiveram grande diferença nas médias, ficando em 91 (DP 21), o primeiro e o outro em 92 (DP 20); a média da interpretação do QI Total mostra que 31,4% dos pacientes estão na média e 31,5% abaixo da média. Diante desses dados percebe-se que muitos correspondem ao relatado na literatura. As crises convulsivas prejudicam as habilidades cognitivas, principalmente a memória, a atenção e a velocidade de processamento, havendo um prejuízo maior devido ao uso do anticonvulsivante. A avaliação neuropsicológica toma uma importância maior diante desses fatores, pois auxilia no diagnóstico diferencial, resolutividade da equipe interdisciplinar e na melhora da qualidade de vida do paciente, tendo em vista uma abordagem biopsicossocial.

Financiamento: Bolsa extensão Fundação Araucária

Palavras-chave: Neuropsicologia, avaliação, crise convulsiva

Nível: IC

Código da área: AVAL

RECONHECIMENTO DE PALAVRAS EM DUAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DISCUSSÃO SOBRE GENERALIZAÇÃO DE DADOS E VIÉS DA AMOSTRA. *Rui de Moraes Júnior***, *Fernanda Machado*** e *Cláudia Araújo da Cunha (Núcleo de Psicologia Escolar/Educacional, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG).*

Este estudo teve por objetivo evidenciar diferenças na pontuação obtida em uma Escala de Reconhecimento de Palavras entre duas escolas localizadas em regiões diferentes de uma cidade do interior de Minas Gerais. Isso foi feito com a intenção de gerar uma reflexão acerca da capacidade de generalização de dados quando se utiliza diferentes estratos amostrais. Para isso, a escala foi aplicada em 230 alunos, da 2ª, 3ª e 4ª séries do ensino fundamental da rede pública, sendo 150 (65,22%) de uma de escola de periferia e 80 (34,78%) de uma escola localizada no centro. As idades dos alunos variaram de 7 a 16 anos ($X=9$ e $DV=1$ ano e cinco meses). Ao serem analisados os dados, as médias da pontuação entre as séries se mostraram muito díspares ao se comparar as duas escolas. As 2ª, 3ª e 4ª séries da escola central tiveram média de 123,04, 185,55, 176,82 pontos, respectivamente. Já na escola periférica, estes valores foram de 103,81, 143,25 e 147,95 pontos para as mesmas séries, respectivamente. Com o objetivo de verificar a existência de correlações entre os resultados obtidos por alunos de diferentes idades, no teste de Reconhecimento de Palavras, foi aplicado o Coeficiente de Correlação por Postos de Spearman ($\alpha=0,05$, em uma prova bilateral), aos valores obtidos por todos os alunos, considerando-se as escolas, sem considerar as séries e o gênero, sendo que um resultado significativamente estatístico só surgiu para o grupo da escola central ($r_s=0,4$ e $p=0,0001$). Ao se realizar o mesmo teste, porém, levando em consideração a série do aluno, correlações negativas surgiram para a escola periférica na 3ª ($r_s=-0,447$ e $p=0,003$) e 4ª ($r_s=-0,423$ e $p=0,001$) séries. Além disso, um teste U de Mann-Whitney indicou que houve diferenças estatisticamente significativas entre os resultados obtidos por alunos das duas escolas ($p=0,0001$, $\alpha=0,05$, em uma prova bilateral), sendo que os valores mais elevados foram os obtidos pelos alunos da escola central. Há de se supor que as diferenças encontradas aconteçam por causa, em parte, do nível sociocultural dos alunos. Há muito menos uso social da escrita em classes menos favorecidas, visto que a livre exploração da escrita é menos frequente, o que justifica o melhor desempenho no reconhecimento de palavras dos alunos da escola central. O presente estudo apontou diferenças comparativas entre duas amostras aparentemente homogêneas: alunos de 2ª, 3ª, e 4ª séries do ensino fundamental da rede pública de uma mesma cidade. Os resultados distantes entre as duas escolas denotam a dificuldade e o cuidado que se deve ter no tratamento dos dados que não seguem uma distribuição normal e ao unir diferentes estratos numa única amostra para análise com uso de ferramentas estatísticas não-paramétricas em estudos qualitativos de Psicologia Escolar/Educacional. Sendo assim, as particularidades de cada estrato amostral em delineamentos com grande número de indivíduos devem ser levadas em conta ao máximo. Isso diminui o viés amostral para uma melhor generalização dos dados que, conseqüentemente, aumenta a capacidade preditiva na população.

Apoio Financeiro: PIBIC/CNPq/UFU

Palavras-chave: Avaliação Psico-Educacional, Reconhecimento de Palavras, Inferência Estatística

IC

AVAL

INTERAÇÃO DE VARIÁVEIS SÓCIO-AFETIVAS E COGNITIVAS: CORRELAÇÃO ENTRE AUTOCONCEITO E RECONHECIMENTO DE PALAVRAS EM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL. *Rui de Moraes Júnior***, *Fernanda Machado*** e *Cláudia Araújo da Cunha (Núcleo de Psicologia Escolar/Educacional, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG).*

O autoconceito vem a ser o conhecimento que o indivíduo tem de si, as percepções construídas e as atitudes correspondentes que ele desenvolve ao longo de sua vida. O reconhecimento de palavras é um processo de decodificação realizado por um indivíduo durante a leitura ou escrita. Um instrumento de reconhecimento de palavras mede a eficiência das crianças para discriminarem palavras com som e/ou grafia na leitura e na escrita. Seu treino ou bom desempenho conduz o indivíduo ao sucesso em termos de leitura e escrita, sendo assim, um preditor de sucesso escolar. Neste intercâmbio entre a visão que a criança tem de si, um fator eminentemente sócio-afetivo, e sua habilidade de escrita e leitura, uma variável cognitiva, buscaram-se explicações interacionistas que possibilitem maior entendimento do aluno. A partir disso, respostas e soluções para problemas de aprendizagem no contexto escolar podem ser propostas. O presente trabalho investigou estes dois aspectos que influenciam o desempenho escolar e teve por intuito reconhecer dificuldades de aprendizagem na leitura e escrita e verificar correlações entre o reconhecimento de palavras e o autoconceito. Para isso, foram aplicadas a Escala de Autoconceito Infante-Juvenil, subdividida nas esferas pessoal, escolar, familiar e social e a Escala de Reconhecimento de Palavras em 230 alunos, da 2ª, 3ª e 4ª séries do ensino fundamental da rede estadual de ensino, sendo 150 (65,22%) de uma de escola de periferia e 80 (34,78%) de uma escola localizada no centro de uma cidade do interior de Minas Gerais. As idades dos alunos variaram de 7 a 16 anos ($X=9$ e $DV=1$ ano e cinco meses). Verificou-se, a partir do Coeficiente de Correlação por Postos de Spearman, uma correlação positiva entre idade e autoconceito pessoal, para os meninos ($r_s=0,21$ e $p=0,025$) e negativa, entre idade e autoconceito escolar, para as meninas ($r_s=-0,20$ e $p=0,033$). Também foi encontrada diferença significativa ao se levar em consideração o sexo, relativo aos pontos obtidos no autoconceito pessoal ($p=0,002$), por meio do teste U de Mann-Whitney, sendo que os valores mais elevados foram os obtidos por alunos do sexo feminino. A escola central foi expressivamente melhor no teste de Reconhecimento de Palavras ($r_s=0,4$ e $p=0,0001$) ao ser analisada pelo Coeficiente de Spearman, assim como o grupo das meninas também o foram, comparado aos meninos (diferença também com $p=0,02$ no teste U de Mann-Whitney). Por fim, foram encontradas correlações positivas, estatisticamente significativas, por meio do Coeficiente de Spearman, entre os resultados do instrumento de reconhecimento de palavras e de todos os ambientes da escala de autoconceito: pessoal ($r_s=0,20$ e $p=0,0001$), escolar ($r_s=0,31$ e $p=0,0001$), familiar ($r_s=0,27$ e $p=0,0001$), social ($r_s=0,29$ e $p=0,0001$) e no escore geral ($r_s=0,286$ e $p=0,003$). Em todos os testes foi estabelecido um nível de significância menor que 5% em provas bilaterais. Os resultados evidenciam a interação de variáveis sócio-afetivas e cognitivas de processos básicos no desempenho escolar. Isso dá bases para que as intervenções escolares levem em consideração os variados e dinâmicos contextos do aluno, dentro e fora da escola.

Apoio Financeiro: PIBIC/CNPq/UFU

Palavras-chave: Avaliação Psico-Educacional, Autoconceito, Reconhecimento de Palavras.

IC

AVAL

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA TRIAGEM: UMA POSSIBILIDADE DE APRENDIZADO. *Milena de O. Rossetti , Marcos Dantas Teixeira e Valdemira Silva (Associação de Amigos Voluntários do Projeto Pinderê – São Paulo/SP)*

A triagem em uma instituição de assistência pode se constituída por recursos de avaliação psicológica como entrevista inicial, anamnese com exame psíquico, hora lúdica (com crianças), análise funcional do comportamento e aplicação de instrumentos de medida como escalas, inventários e testes psicológicos. Esse modelo de triagem tem possibilitado a estagiários sistematizar a coleta de informações sobre o paciente, evitando inferências e interpretações inadequadas, favorecendo os indivíduos que buscam assistência, uma vez que atua promovendo saúde a partir de diversos recursos com comprovado caráter científico. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo apresentar avaliação realizada na triagem com uma paciente de 28 anos, casada, que buscou atendimento psicológico em uma instituição filantrópica da zona sul da cidade de São Paulo devido à seguinte queixa: comportamentos agressivos com filhos e outros familiares, prejuízo nas relações interpessoais, irritação, impaciência e baixa autoestima. Durante a entrevista apresentou-se amável, simpática, prestativa e organizada. O histórico de vida da paciente obtido por meio da anamnese revelou que a mesma cresceu em um ambiente conturbado, com família desorganizada, tendo vivenciado muitas cenas de agressão física e verbal, com pai alcoolista e violento. Por meio da aplicação do Desenho da Família, observou-se traços de insegurança e impotência diante dos fatos, conduta mais instintiva, insatisfação pessoal, problemas de interação e falta de adaptação social. Com relação ao Teste de Apercepção Temática (TAT), observaram-se conflitos internos relacionados à baixa autoestima, assim como grande necessidade de realização, com frustração diante da não satisfação de suas vontades, tristeza, isolamento, carência afetiva e ansiedade. Percebe vários estímulos como ameaças das quais precisa fugir ou atacar. No Questionário de Saúde Mental (QSG) observou-se a presença de distúrbios do sono e psicossomáticos. Foi administrado também o Inventário Fatorial de Personalidade (IFP), e em Desejabilidade Social, observou-se alto percentil (>75) indicando forte tendência de respostas socialmente aceitas, confirmado pelo escore do fator Agressividade no qual seu percentil encontra-se dentro da faixa média. No Inventário de Habilidades Sociais (IHS), que visa à avaliação do desempenho social do indivíduo, os resultados apresentaram-se dentro da faixa média, mas no fator 4, que é de auto exposição a desconhecidos e situações novas, percentil<25, indicando dificuldade de pedir favores ou fazer perguntas a desconhecidos. Conclui-se que a paciente apresenta distorções cognitivas que ampliam a dimensão dos eventos (estímulos) que a cercam fazendo com que os perceba como fortes ameaças, por isso apresenta comportamentos inadequados de agressividade diante de situações que fogem a seu controle. Em tais situações sente-se ameaçada e frustrada, reagindo com agressividade. Tais comportamentos não são adaptativos uma vez que prejudicam suas relações familiares e contribuem para a permanência dos sintomas observados e podem ser decorrentes da modelagem exercida pela família de origem. A paciente recebeu orientações após a devolutiva da avaliação, na qual ela se identificou bastante e se dispôs a identificar as crenças responsáveis pelos sentimentos de medo, frustração, rejeição, entre outros, que a levavam a funcionar de forma defensiva e agressiva. Técnicas de relaxamento foram ensinadas e treino de habilidades sociais foi indicado.

Palavras-chave: triagem, avaliação psicológica, estagiários.

Código da área da pesquisa ou intervenção: AVAL

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO TRÂNSITO: COMPARAÇÃO DO DESEMPENHO DE CANDIDATOS A CNH DE DOIS ESTADOS DO PAÍS. *Milena de O. Rossetti, Ivan Sant'Ana Rabelo, Rodolfo Ambiel, Sílvia Verônica Pacanaro, Irene A. de Sá Leme e Ingo Bernd Güntert (Departamento de Pesquisa e Produção de Testes da Casa do Psicólogo Livraria e Editora Ltda. São Paulo – SP)*

Entre as diversas definições sobre o tema inteligência encontra-se a que o define como sendo a capacidade global do indivíduo em adaptar-se às circunstâncias, envolvendo a habilidade de julgar, compreender e raciocinar bem. Nesse sentido, entende-se a relevância de avaliá-la em condutores, tendo em vista que essa capacidade é necessária no trânsito. O presente estudo teve como objetivo avaliar candidatos à obtenção da CNH em dois estados brasileiros. Participaram do estudo 143 candidatos, sendo 103 (72%) de Curitiba (PR) e 40 (28%) de Florianópolis (SC). Com relação ao gênero, 129 (90,2%) participantes eram homens e 14 (9,8%) mulheres, com idades entre 18 e 75 anos ($M=36,27$; $DP=12,84$). No que se refere ao tipo de habilitação, 32 (22,4%) eram candidatos à 1ª habilitação e 108 (75,5%) à renovação, destes 97 (67,8%) exerciam atividade remunerada e 46 (32,2%) não exerciam atividade remunerada. Quanto às categorias, 40 (28%) pretendiam a categoria A-AB, 27 (18,9%) a B e 76 (53,1%) a C-D-E. Foram aplicados dois subtestes de uma bateria de testes de inteligência (BETA-III), sendo estes, Raciocínio Matricial (RM) e Código. As análises de variância demonstraram que os candidatos a 1ª habilitação se diferenciaram dos candidatos à renovação no subteste RM ($t=4,525$; $p<0,05$), tendo os candidatos à primeira habilitação as maiores médias, no entanto, o mesmo não foi observado no subteste Código. Resultado semelhante foi obtido quando se comparou as pontuações dos candidatos que exerciam atividade remunerada ou não no subteste RM ($t=7,062$; $p<0,01$), sendo as maiores pontuações obtidas pelos candidatos que não exercem atividade remunerada, e novamente o mesmo resultado não foi observado no subteste Código. Com relação ao tipo de categoria pretendida, observou-se diferenças de desempenho entre os grupos em RM ($F=6,064$; $p<0,01$) e Código ($F=11,936$; $p<0,01$), e para evidenciar a natureza dessas diferenças, realizou-se o Teste de Tukey no qual verificou-se que os candidatos as categorias C-D-E diferenciaram-se das demais, apresentando médias menores de pontos em RM e Código. Também verificou-se diferenças entre o estado de origem dos candidatos para o subteste RM ($t=5,261$; $p<0,05$) no qual os candidatos de PR obtiveram as maiores médias. Os resultados sugerem que o teste é capaz de captar diferenças no desempenho de diferentes grupos, considerando diferentes variáveis, por isso, espera-se ampliar os estudos com amostras de outros estados do país, a fim de se avaliar se apresentam diferenças regionais para elaboração de normas.

Financiador do projeto: Casa do Psicólogo Livraria e Editora Ltda.

Palavras-chave: teste de inteligência, CNH, trânsito.

Nível: Outro

Código: AVAL

PROPOSTA DE ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR NA DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM. *Brígida Haiduk**, *Cláudia Prodossimo**, *Karina Menezes**, *Tatiana Riechi (Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná – Laboratório de Neuropsicologia - Curitiba – PR)*, *Sérgio Antoniuk (Departamento de Pediatria – Universidade Federal do Paraná – Centro de Neuropediatria do Hospital de Clínicas – Curitiba – PR)*, *Giselle Sypczuk*, *Alethea Kampa*, *Joara Durigan*, *Ana Brofman*, *Maria Eliane Lutfi*, *Sandra Silva e Renata Corrêa** (Centro de Neuropediatria do Hospital de Clínicas – Curitiba – PR).

A dificuldade de aprendizagem tem exigido das políticas públicas a integração entre os serviços de saúde e educação. O insucesso escolar tem um custo alto para a família, para o desenvolvimento do sujeito, para a escola e para toda a sociedade, pois demanda atenção específica em função de uma necessidade especial do sujeito. Sendo assim, o Núcleo Interdisciplinar de Desenvolvimento e Aprendizagem (NIDA), com o intuito de atender esta demanda específica, atua no Centro de Neuropediatria do Hospital de Clínicas (CENEP-HC) na cidade de Curitiba – PR e atende crianças e adolescentes, de 6 a 16 anos, usuários do sistema público de saúde com queixa principal de dificuldade de aprendizagem. **Objetivo:** desenvolver métodos e técnicas de avaliação interdisciplinares alternativos aos modelos padrões atuais para definição de melhores critérios diagnósticos, encaminhamentos e atendimentos em reabilitação, com qualidade, baixo custo e alta velocidade. **Método:** atendimento ambulatorial por equipe formada pelas áreas de Neuropsicologia, Psicologia, Fonoaudiologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional e Psicopedagogia. Cada paciente é encaminhado seqüencialmente para triagem em todas as especialidades, com duração de 30 minutos cada. Após a finalização da triagem, realiza-se discussão interdisciplinar que resulta tanto na indicação ou não do paciente para avaliação específica em cada uma das áreas triadas, quanto orientações às famílias. Após o término das avaliações específicas a equipe se reúne para discutir os resultados e os futuros encaminhamentos do paciente. Neste dia, de devolutiva, o paciente é encaminhado para a terapêutica indicada pela equipe e a família recebe orientações a respeito do manejo com a criança/adolescente. **Resultados:** Os seguintes resultados referem-se aos atendimentos realizados entre abril de 2009, ano em que o projeto foi implantado, a junho de 2010. Neste período foram atendidas 41 crianças pelas seis áreas resultando em 246 triagens. Foram realizadas 31 avaliações pela Neuropsicologia, 33 pela Psicopedagogia, 10 pela Terapia Ocupacional, 28 pelo Serviço Social, 21 pela Psicologia, 27 pela Fonoaudiologia, totalizando 150 avaliações. Após as avaliações foram feitas devolutivas para a família de cada criança. Sendo assim, o total de atendimentos, contabilizando triagem, avaliação e devolutiva das seis especialidades, resultou em 546 atendimentos. Vale ressaltar que no período de julho e agosto de 2009 houve uma pausa nos atendimentos em função do surto de Gripe A. **Conclusões:** por trabalhar com a perspectiva da interdisciplinaridade, possibilitando a visão do paciente como um todo, o projeto NIDA garante diagnósticos e encaminhamentos precoces, precisos e seguros. Em função dos ciclos de atendimentos ocorrerem em rodízio, vários pacientes podem ser atendidos ao mesmo tempo por diferentes profissionais. Sendo assim, no período de realização do projeto houve a diminuição da fila de espera por atendimentos especializados e a redução dos gastos pessoais do usuário do sistema e da verba pública, visto que em um período do dia o paciente é atendido por diferentes especialidades.

Apoio financeiro através de bolsas cedidas pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Paraná – Tesouro Nacional (UFPR-TN)

Palavras chaves: interdisciplinaridade, saúde pública, aprendizagem.

Nível do trabalho: Outro (projeto de extensão)

Código da área: AVAL

CRIANÇAS COM DIFERENTES QUEIXAS PSICOLÓGICAS: AVALIAÇÃO DE ASPECTOS AFETIVO-MOTIVACIONAIS INFANTIS EM CONTEXTO CLÍNICO DURANTE A REALIZAÇÃO DE PROVA ASSISTIDA. *Renata Massalai** (Departamento de Psicologia, Centro Universitário Vila Velha, Vila Velha- ES) e *Erika da Silva Ferrão* (Departamento de Psicologia, Centro Universitário Vila Velha- UVV, Vila Velha - ES)

A Avaliação Assistida, que adiciona uma fase intermediária em que se oferece assistência à criança por um mediador, denominada fase de assistência, tem sido promissora, já que demonstra a criança se desempenhando sozinha e com ajuda de um adulto. Desenvolver instrumentos que avaliem aspectos processuais e dinâmicos do desempenho cognitivo da criança, a partir da observação clínica, tal como permite a Avaliação Assistida, tem sido um desafio na área, especificamente para a avaliação de aspectos afetivo-motivacionais. A fim de avaliar estes aspectos, foi elaborado pela segunda autora o instrumento de registro denominado *Checklist* para avaliação do comportamento afetivo-motivacional infantil (ACAMI), a partir da observação sistemática de comportamentos infantis registrados em vídeo, a ser preenchido por um observador durante ou imediatamente após a realização pela criança de uma tarefa cognitiva assistida. Assim, o presente estudo buscou avaliar comportamentos afetivo-motivacionais durante avaliação assistida, através do ACAMI *Checklist*, a fim de identificar, a partir da observação clínica, a frequência de ocorrência de tais comportamentos por crianças com diferentes queixas psicológicas, durante sua realização de um jogo assistido. Participaram desta pesquisa três alunas de psicologia (terapeutas-estagiárias) e oito crianças com idade entre 4 a 12 anos, usuárias dos serviços de psicoterapia individual atendidas em clínica-escola de psicologia de uma instituição particular de ensino superior de Vila Velha/ES. Desse modo, as crianças realizaram, cada uma em uma sessão de em média 60 minutos, o jogo assistido “Pergunta de Figuras de Figuras Diversas” (Pbfd), dividido em cinco fases: preliminar -PRE, sem ajuda – SAJ, assistência - ASS, manutenção - MAN e transferência – TRF; e foi preenchido pelas terapeutas-estagiárias o ACAMI *Checklist*. Este instrumento é composto por 48 subcategorias, divididas em Potencialmente Facilitadoras do desempenho (Demonstrar Segurança para Resolver a Tarefa, Tomar Iniciativa para Iniciar a Tarefa e Demonstrar Bom Humor, por exemplo) e Potencialmente Não Facilitadores (como Ignorar o Mediador, Avaliar Incorretamente o seu Desempenho e Não Reconhecer Dificuldade), organizados dentro de quatro categorias principais (Estados Emocionais, Auto-Avaliação, Iniciativas de Interação e Engajamento na Tarefa), avaliados por cada fase da referida prova assistida. Foram calculadas as frequências de ocorrência ou não ocorrência das quatro categorias principais e 48 categorias para o grupo de oito crianças, bem como foram feitas análises qualitativas dos mesmos. Quanto à categoria Auto-avaliação, percebeu-se que 7 das 8 crianças (87%) apresentaram categorias Facilitadoras e 75% (6 crianças) apresentaram também categorias Não Facilitadoras, o que indica que houve oscilação entre categorias Facilitadoras e Não Facilitadoras, com altas taxas de frequência para estas últimas. Quanto à categoria Engajamento na Tarefa, 62% exibiram categorias Não Facilitadoras como Iniciar Assuntos Impertinentes à Tarefa e Interromper a Tarefa, quanto a Iniciativas de Interação, apenas 25% exibiram categorias Não Facilitadoras (como Parecer Amigável e Obedecer o Mediador), o que pode explicar o fato de que todas as crianças conseguiram completar a tarefa cognitiva assistida adequadamente. Nesse sentido, os dados parecem mostrar comportamentos importantes de serem analisados por um psicólogo clínico a fim de entender que variáveis podem estar relacionadas ao desempenho cognitivo de crianças com diferentes queixas clínicas.

Financiamento: Centro Universitário Vila Velha- UVV.

Palavras-chave: Fatores afetivo-motivacionais; Avaliação Assistida; queixas psicológicas.

Iniciação Científica (IC)

AVAL

ESCALA DE MORALIDADE PARA ADOLESCENTES. *Juliany Gonçalves Guimarães de Aguiar, Frederico Rosa*, Salizza Duarte Mota*, Bruna Guimarães Beletato*, Danielly Alvina Silveira Reis* e Lorraine Ferreira do Carmo* (Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO).*

Estabeleceu-se como objetivo principal deste trabalho, desenvolver uma escala piloto, no formato Likert (1932), que investigasse o traço latente de moralidade de sujeitos adolescentes no contexto escolar. O trabalho norteou-se a partir do modelo proposto por Pasquali (2003) para construção e validação de uma escala. Destarte, a pesquisa foi dividida e executada em três etapas: etapa teórica, etapa empírica e etapa analítica. Na primeira etapa, foi estabelecido o sistema psicológico para fundamentação dos constructos e, posteriormente, definiu-se o instrumento piloto. Na segunda etapa, definiu-se o método de aplicação do instrumento piloto, bem como, a coleta da informação válida para posterior análise da qualidade psicométrica do instrumento. Por fim, na terceira etapa, definiram-se os procedimentos de análises estatísticas que foram executadas sobre os dados coletados. Definiu-se como objetivo específico, analisar as propriedades psicométricas do instrumento, a partir dos dados obtidos com a aplicação dos questionários. Para tanto, contou-se com uma amostra de 96 sujeitos, sendo 59 sujeitos do sexo feminino e 35 sujeitos do sexo masculino, ambas as parcelas da amostra com idade entre 14 e 21 anos na data da coleta. Os adolescentes eram estudantes oriundos de duas escolas da rede estadual de ensino na cidade de Goiânia e uma escola da rede municipal de ensino na região metropolitana de Goiânia. Utilizou-se uma escala piloto composta de 36 situações intercaladas em itens afirmativos e negativos, onde cada item apontava uma situação hipotética do cotidiano dos adolescentes que requeria uma tomada de decisão. O instrumento permitiu a escolha de uma opção, entre cinco constantes no questionário, organizadas em respostas na forma tipo Likert. A aplicação foi feita em sala de aula por um aplicador previamente treinado. Cada sujeito recebeu um questionário e foram fornecidas as instruções para responder ao mesmo. Com os resultados, calcularam-se estatísticas descritivas através do software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), obtendo para cada item, cargas fatoriais e um índice de consistência interna (correlação de Cronbach). Os resultados apontaram que 12 itens não apresentaram correlações significativas, isto é, cargas fatoriais abaixo de 0,40. Por outro lado, 24 itens apresentaram índices fatoriais significativos, isto é, superiores a 0,40, que em seu conjunto apresentaram um Alpha de Cronbach de 0,88. Os resultados permitem concluir que a escala obteve índices de correlações significativas em relação ao traço latente investigado. No entanto, ressalta-se que 1/3 dos itens não apresentaram índices significativos, carecendo, portanto, de uma reavaliação dos mesmos em seus aspectos estruturais, bem como daqueles que obtiveram cargas fatoriais próximas ao limite (0,40) estabelecido.

Palavras Chaves: Escala, Moralidade, Adolescente.

Iniciação Científica – IC

AVAL Avaliação Psicológica

O DESENHO DA PESSOA NA CHUVA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO COM ADOLESCENTES QUE APRESENTAM DIFICULDADES ESCOLARES. *Lucia Helena Jorge Alves (Universidade Veiga de Almeida e Secretaria Municipal de Educação – RJ) e Francisco Takahashi (Universidade Veiga de Almeida e Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro – RJ)*

Constata-se na rede pública de ensino alto percentual de crianças e adolescentes que apresentam dificuldades na aprendizagem e ficam defasados em relação à idade/série. Algumas pesquisas são realizadas no sentido de detectar as causas dos insucessos, mas pouca atenção tem sido dada às características psicológicas destes educandos. Com o objetivo de investigar como o aluno que apresenta defasagens se projeta e age no meio(ambiente??) e de que maneira se defende das pressões, foi aplicado o Teste da Pessoa na Chuva. Trata-se de uma técnica projetiva que ainda não apresenta estudos de validade no Brasil. Sua interpretação baseia-se nos mesmos princípios da Figura Humana de Machover em relação aos elementos expressivos (dimensão, localização, traços, pressão, tempo e seqüência de execução, movimento e sombreado) e ao conteúdo (posição da figura humana, postura, borraduras, linhas, detalhes acessórios e sua localização, vestimenta, guarda-chuva ou substitutos, partes do corpo humano e identidade sexual). O guarda-chuva e a chuva são considerados elementos adicionais no desenho da figura humana, a chuva simboliza uma situação de tensão ou de hostilidade do meio contra o qual o indivíduo precisa se proteger e o guarda-chuva os recursos defensivos por ele utilizados. O Teste da Pessoa na Chuva foi aplicado, individualmente, em 25 adolescentes com histórico de dificuldade escolar, sendo 17 do gênero masculino e 08 do gênero feminino, com idades entre 13 e 18 anos, matriculados no ensino fundamental, em turmas que visam a aceleração da aprendizagem, na rede municipal do Rio de Janeiro. Foi distribuída uma folha de papel A-4, lápis preto e borracha, sendo a consigna usada “desenhe uma pessoa na chuva”. Diante de perguntas por parte dos examinandos se deveriam ou não desenhar a chuva ou o guarda-chuva nenhuma indicação foi dada, apenas foi reafirmada a consigna e os mesmos estimulados a continuar a prova. Ao término da tarefa, detectada a necessidade de esclarecer sobre alguma forma gráfica foi feita a pergunta: “O que é isto?” A análise das produções gráficas revelou que todos os participantes desenharam a chuva. Indicadores de pressões ambientais e tensões também foram encontrados: chuva setorizada em 11 protocolos, nuvens em 15, raios em 09 e gotas como lágrimas, reveladoras de angústia, em 07. Quanto ao guarda-chuva foi constatada a ausência do mesmo em 21 desenhos, sendo sugestivo de falta de defesas. Nos demais casos foram encontrados 03 desenhos com guarda-chuva à direita, indicando que os sujeitos se defendem das pressões sociais do ambiente e 01 cuja proteção é feita com papel, apontando para defesa pobre. Como não foram encontrados registros de pesquisas brasileiras com o teste em pauta com escolares que apresentam dificuldades na aprendizagem e que possibilitassem a confrontação dos nossos achados, este estudo de caráter exploratório, pode ser o ponto de partida para novas investigações no sentido de identificar se as características gráficas mais presentes neste tipo de amostra se confirmam e podem ser representativas da capacidade do uso de defesas para o enfrentamento de situações estressantes.

Palavras-chave: Desenho da Pessoa na Chuva – Teste projetivo – Adolescentes

P – Pesquisador

AVAL – Avaliação Psicológica

ESCALA DE AUTOCONCEITO FORMA A – AFA: PROCESSO DE ADAPTAÇÃO PARA A REALIDADE BRASILEIRA. *Lucia Helena Jorge Alves (Universidade Veiga de Almeida e Secretaria Municipal de Educação – RJ), Cilio Ziviani (PUC-RIO e Universidade Católica de Petrópolis – RJ), Francisco Takahashi (Universidade Veiga de Almeida e Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro – RJ), Leila Borges de Araujo (Centro Universitário da Cidade – Rio de Janeiro – RJ) e Angela Maria Carreiro Monteiro de Barros (Universidade Estácio de Sá - Rio de Janeiro – RJ)*

O autoconceito, segundo o modelo multidimensional, é definido como a percepção que o indivíduo tem de si próprio com base em suas experiências, na relação com os outros e nas atribuições que ele faz da sua conduta. Como no Brasil não contamos com muitos instrumentos para avaliar tal construto a presente pesquisa teve como objetivo adaptar e estudar psicometricamente, para o contexto brasileiro, a versão portuguesa de 2001 da escala espanhola de Autoconceito Forma A – AFA –que contempla quatro áreas: acadêmica, social, emocional e familiar. Primeiramente, procurou-se adaptar para o português corrente do Brasil os itens com a preocupação de manter o mesmo sentido. Em seguida, esta versão foi submetida à apreciação por quatro psicólogos e vinte adolescentes com a finalidade de verificar se os itens que foram modificados estavam compreensíveis, o vocabulário adequado para a nossa realidade e, também, se existia alguma dificuldade no entendimento das instruções. A partir das críticas foram feitos novos ajustes. Após a adaptação da escala foram selecionados 217 adolescentes, sendo 107 do gênero masculino e 110 do feminino, com idades entre 12 e 16 anos, matriculados em turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental de escolas da rede pública municipal da cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, como os participantes eram menores foi realizada, em cada escola previamente contatada, uma reunião de pais para que o procedimento da pesquisa pudesse ser explicado e o termo de consentimento livre e esclarecido assinado. Após a assinatura do termo, por parte dos responsáveis, os pesquisadores iniciaram o trabalho. A aplicação do instrumento ocorreu de forma coletiva e a duração média foi de 20 minutos. Quanto aos resultados encontrados, comparando-se a média, mediana, mínimo, máximo e o desvio padrão da amostra, por escala, observou-se que estes resultados foram similares aos encontrados na adaptação portuguesa. No que tange às intercorrelações entre as escalas estas são relativamente baixas. Entretanto, a correlação de cada uma das escalas com o total foi mais alta o que indica a existência de um construto global subjacente. No que se refere à análise dos itens a maioria se correlaciona acima de 0.20 com o total da escala e verificando-se a precisão obteve-se $\alpha = 0.72$ que se mostrou mais elevado do que o encontrado em Portugal ($\alpha = 0.60$). Os estudos preliminares das qualidades psicométricas da escala apontam para a possibilidade de ampliação do estudo e possível validação do instrumento para a população brasileira.

Palavras-chave: autoconceito – avaliação – adolescentes

P – Pesquisador

AVAL – Avaliação Psicológica

AVALIAÇÃO PSICODIAGNÓSTICA NO CONTEXTO JURÍDICO. *Clênia Maria de Toledo Santana Gonçalves (Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa- PB)***, *Débora Cristina Ribeiro Soares**, *Larissa Barboza Ugulino de Araújo** e *Yordan Bezerra Gouveia** (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa- PB)

O presente trabalho tem por objetivo o relato de um caso na área da Psicologia Jurídica em decorrência da solicitação de um Juiz da Vara da Infância e Juventude com vistas a subsidiar o processo de guarda de uma criança. Tratou-se de uma jovem moradora de rua, a qual, no momento da avaliação psicológica, encontrava-se internada em uma maternidade após dar a luz a uma criança prematura do sexo feminino. Realizou-se, então, um processo de avaliação psicodiagnóstica como recurso de investigação de personalidade da examinanda. Visando dar maior robustez ao caso buscou-se também ouvir a equipe de Assistência Social e de Psicologia institucional. O processo diagnóstico tem por objetivo estudar o funcionamento psíquico individual, numa perspectiva dinâmica e holística da personalidade. Utilizou-se, para tanto, o método de Rorschach – este pertencente ao grupo das técnicas projetivas – uma vez que avalia a estruturação da personalidade, os elementos psicodinâmicos, e suas potencialidades. No processo de avaliação psicológica realizado no contexto clínico, entende-se que o sujeito apresenta um desejo de mudança e fornece, ao psicólogo, abertura para intervir. Entretanto, no contexto jurídico a situação se diferencia, já que apresenta uma configuração distinta da clínica: o desejo de realização do exame localiza-se no outro, e não no sujeito a ser analisado. Na entrevista, a examinanda mostrou um discurso confuso, com incoerências nos relatos e ambigüidades afetivas, além de momentos de irritação. Alegou ter tomado a iniciativa de morar na rua aos nove anos de idade, mas em seguida relatou que ficou sob os cuidados da avó até os doze anos, após ver o pai matar a mãe a facadas. Afirmou, ainda, que o pai era violento e chegou a agredi-la diversas vezes. Também fez referência ao sofrimento do companheiro por ter perdido os pais tragicamente. Porém, em entrevista com um membro da família do mesmo o relato foi outro. A equipe de assistentes sociais e psicólogos ressaltou seu comportamento rebelde e desobediente frente às normas da instituição hospitalar, bem como no tocante à diáde mãe-criança, demonstrando negligência quanto aos cuidados higiênicos e quanto à presença mais efetiva junto à criança, deixando-a sozinha chorando, para estar com o companheiro na frente da maternidade, cujos comportamentos deixam a desejar, posto que algumas vezes, adentrava na instituição alcoolizado, comprometendo a ordem da mesma. Deste modo, constatou-se que o tratamento da mãe para com a criança é marcado por sentimentos de ambivalência e irresponsabilidade, o que compromete suas potencialidades para cuidar do outro. De acordo com os resultados oriundos do método de Rorschach, verificou-se uma organização de personalidade com alterações significativas do ponto de vista emocional e intelectual. Observaram-se, também, elementos defensivos de natureza agressiva, aliados a uma rigidez mental, o que pode advir de aspectos depressivos, ou representar uma espécie de defesa contra a ansiedade. Bolsista: Larissa Barboza Ugulino de Araújo – monitora da disciplina Técnicas de Exame Psicológico IV.

Palavras-chave: Psicologia jurídica, Psicodiagnóstico, Rorschach.

Outro

AVAL

AVALIAÇÃO PSICODIAGNÓSTICA EM UM PACIENTE PSIQUIÁTRICO: CASO PAIDÓS. *Clênia Maria de Toledo Santana Gonçalves (Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa- PB)***, *Débora Cristina Ribeiro Soares**, *Larissa Barboza Ugulino de Araújo** e *Yordan Bezerra Gouveia** (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa- PB)

O presente trabalho tem como finalidade o relato de caso de um sujeito interno, por diversas vezes, em um hospital psiquiátrico da cidade de João Pessoa, o qual foi denominado de Paidós. Este apresenta como queixas “*amores mal correspondidos e decepções com relação ao bispo de sua igreja*” (sic), afirma ainda ter “*devaneios*” relacionados a uma namorada platônica. Neste contexto, como recurso de investigação dinâmica e holística da personalidade, foi realizada uma avaliação psicológica. Esta consiste em um processo científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos por meio de instrumentos, métodos e técnicas. Compreende-se que o caráter essencial de uma técnica projetiva está no que evoca no sujeito, de diversas maneiras, na expressão de seu mundo pessoal e dos processos de sua personalidade. Quando os propósitos da avaliação psicológica são clínicos, esta é denominada de Psicodiagnóstico. Portanto, os objetivos que permeiam este trabalho estão relacionados ao estudo do funcionamento psíquico do examinando, visando alcançar uma descrição e compreensão da personalidade do mesmo. Diante do exposto, foram utilizados os seguintes instrumentos: entrevista pautada, HTP (acromático e cromático), método de Rorschach, e TAT. As técnicas projetivas foram aplicadas em um total de seis sessões, em sala privativa e adequada a situação de exame psicológico. A partir das técnicas utilizadas, verificou-se em Paidós um grande interesse pela área esportiva e religiosa, devotando obediência à doutrina que professa; o desejo de retornar aos estudos; de ter relações amigáveis com forte vínculo afetivo. O mesmo mostra-se cheio de vitalidade e de iniciativa, embora demonstre tensões, insegurança e temores. Quanto aos dados obtidos pelo método de Rorschach, o examinando demonstrou boa capacidade intelectual com um enfoque mental voltado para o global das situações e com capacidade de abstração; além disso, constatou-se um Tipo de Ressonância Íntima Introversivo, junto a um H% abaixo da média, o que pode ser explicado pelo distanciamento do sujeito da realidade imediata, remetendo a dificuldade em estabelecer relações significativas. Com base nos resultados das técnicas projetivas utilizadas, conclui-se que Paidós está imerso em uma realidade fantasmática, alienando-se de modo a apresentar indiferença à realidade concreta, além de demonstrar um desejo de retomar a infância; observou-se, também, o conflito por ser uma pessoa dependente que almeja uma independência, contudo verifica-se que não há uma estrutura psíquica e familiar que propicie o alcance desta. O mesmo apresenta uma energia psíquica direcionada para o interior, com pouca capacidade de adaptação ao ambiente; além de falta de controle dos pensamentos impulsivos. Deste modo, o controle sobre as emoções e afetos se mostra com uma preponderância da subjetividade sobre a objetividade. Constatou-se, ainda, insegurança, instabilidade, impulsividade e desorganização mental. Bolsista: Larissa Barboza Ugulino de Araújo – monitora da disciplina Técnicas de Exame Psicológico IV.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica, Técnicas projetivas, Funcionamento mental.

Outro

AVAL

DISFUNÇÃO EXECUTIVA EM SÍNDROME DE CHARGE. *Mérari Jizar Lavander Ferreira e Fernando Romariz Ferreira (Serviço Ambulatorial, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo, São Paulo, SP).*

CHARGE é um acrônimo para a síndrome caracterizada por coloboma de íris (Coloboma), cardiopatia (Heart), atresia de coanas (Atresia), atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e no crescimento (Retarded), anomalias genitais (Genital), anomalias de orelhas e/ou surdez (Ear). Em geral, existe um atraso nos marcos do desenvolvimento, tais quais, aquisição de linguagem e coordenação motora, em decorrência aos déficits multissensoriais. O diagnóstico é eminentemente clínico. A avaliação cognitiva, por vezes, pode ser difícil devido a escassez de instrumentos destinados para pessoas que apresentam comprometimento auditivo e/ou visual. Os dados sobre funções cognitivas, como memória, atenção e funcionamento executivo, são escassos na literatura nacional. Foi realizada avaliação neuropsicológica de uma paciente com 19 anos, com diagnóstico de síndrome de CHARGE. A paciente apresenta coloboma de íris bilateral, cardiopatia (CIV e CIA), atresia de coanas, retardo de crescimento e anomalias de pavilhões auriculares. A paciente não apresenta comprometimento visual ou auditivo significativo. Foi utilizada bateria neuropsicológica para avaliar inteligência, memória episódica verbal e visuo-espacial, funcionamento executivo, nomeação, atenção seletiva, atenção alternada e atenção sustentada. Os instrumentos utilizados para avaliar tais funções, respectivamente, foram: escala de inteligência WAIS III, Hopkins Verbal Learning Test - Revised, Brief Visuospatial Memory Test - Revised, Teste Winsconsin - versão Nelson, Teste de Nomeação de Boston, Stroop Test, Trail Making A e B e D2. A avaliação foi feita em 5 encontros, com duração de 1 hora. Os resultados indicaram funcionamento intelectual preservado (QI=114; QIV=110; QIE=118), memória episódica verbal de evocação imediata (Z-Score=1,3), tardia (Z-Score=1,3) e de reconhecimento (Z-Score=0,6) preservada, assim como memória episódica visuo-espacial de evocação imediata (Z-Score=1), tardia (Z-Score=0,9) e de reconhecimento (Z-Score>-0,5). A avaliação ainda evidenciou funcionamento preservado em nomeação (Z-Score=0,0), atenção seletiva (Z-Score=-0,3), atenção alternada (Z-Score=-0,1) e atenção sustentada (Z-Score=0,0). Foi observado comprometimento, com dificuldade grave, em funcionamento executivo (Z-Score<-3). Os dados do presente estudo corroboram com dados na literatura internacional, evidenciando disfunção executiva em pacientes com tal síndrome. Um importante crescimento nos estudos sobre aspectos neuropsicológicos em síndromes genéticas tem sido observado. Isto se deve ao fato que a identificação do funcionamento cognitivo pode facilitar, ou mesmo embasar determinados diagnósticos, além de contribuir para intervenções mais precisas. Os resultados da avaliação auxiliam no planejamento de intervenções, como é o caso de pacientes com disfunção executiva em síndrome de CHARGE, que apresentam dificuldade em flexibilidade mental, mudança de estratégias para resolução de problemas, rigidez no pensamento e comportamento perseverativo. Ampliação do estudo deve ser realizada em amostra maior, assim como a investigação de outras síndromes genéticas para delineamento de intervenções mais precisas.

Avaliação Neuropsicológica, Síndrome de CHARGE, Disfunção Executiva
P

AVAL

O DESENHO LIVRE COMO ESTRATÉGIA DE AVALIAÇÃO EM UM GRUPO DE CRIANÇAS. *Regiane Ferreira de Souza* (Comitê de Pesquisa da Universidade Guarulhos - SP), *Ligiana Koller** (Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos - SP), *Paulo Francisco de Castro e Armando Rocha Júnior* (Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos - SP / Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP).

O objetivo da presente exposição é discutir a utilização do desenho livre como recurso para avaliação psicológica em crianças. O ato de desenhar é natural nas crianças, que utilizam a expressão gráfica como forma de exteriorizar um conjunto de conteúdos psicológicos de forma livre e lúdica. Em suas atividades cotidianas e na hora de jogo diagnóstica é comum que a criança faça desenhos espontaneamente, configurando a presente técnica como uma importante via de acesso a seus dinamismos psicológicos. Participaram do estudo 92 crianças, com idade entre seis e dez anos, de ambos os sexos, provenientes de escolas públicas e privadas, sem queixas psicológicas ou dificuldades de qualquer ordem. A cada uma delas foi solicitado que realizasse um desenho, com o tema que escolhessem, sendo fornecido uma folha de papel em branco, lápis do tipo grafite, lápis coloridos e borracha. Os desenhos foram analisados de acordo com a literatura disponível e os dados foram comparados, não foram observadas diferenças quanto ao sexo da criança ou no que tange ao tipo de escola freqüentada. As diferenças gráficas observadas, quando se considerou a idade dos sujeitos, correspondem às capacidades motoras equivalentes à cada faixa etária, demonstrando habilidade dentro do esperado para cada grupo de idade. Por esses fatores, optou-se pela exposição dos dados considerando-se todos os desenhos produzidos. As características de maior incidência foram as seguintes: A maior parte das crianças utilizou toda a extensão da folha (86,9% - N=80), sem caracterização lateral, inferior ou superior; os desenhos foram produzidos de vários tamanhos, predominando a produção gráfica de tamanho médio (73,9% - N=68), que revela adequação do desenho, além de boa percepção da realidade e proporcionalidade dos objetos; quanto ao uso de cores na produção do desenho, estas foram categorizadas em quentes, frias e acromáticas, a maior parte das crianças (81,5% - N=75) fez um esboço com o lápis tipo grafite, colorindo em seguida e utilizaram tanto cores quentes quanto frias, sem predomínio do tipo de cor no desenho, revelando certo equilíbrio nos aspectos de expansão e interiorização; os temas escolhidos para o desenho foram categorizados como cenas ou paisagens simples (35,8% - N=33), cenas com figuras animais (43,5% - N=40), cenas com figuras humanas (13,1% - N=12) e figuras humanas - reais ou fantásticas - (7,6% - N=7), indicando as demandas típicas da idade em que se encontravam. Assim, tem-se que o desenho livre pode ser compreendido como um importante recurso para verificação de elementos psicológicos em crianças, entretanto, como os desenhos mostraram características típicas da idade em que se encontravam, faz-se importante a associação de outras técnicas para aprofundar a avaliação psicológica, principalmente na investigação da personalidade infantil. Outros estudos considerando mais crianças, outras idades e grupos clínicos são importantes para uma possível generalização dos dados.

Palavras-Chave: Avaliação Psicológica, Avaliação Infantil; Desenho Livre.

Nível do trabalho: P - Pesquisador

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

INCIDÊNCIA DE SINAIS PSICOPATOLÓGICOS VERIFICADOS NO MÉTODO DE RORSCHACH EM UM GRUPO DE SUJEITOS NÃO PACIENTES. *Regiane Ferreira de Souza (Comitê de Pesquisa da Universidade Guarulhos - SP) e Paulo Francisco de Castro (Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos - SP / Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP).*

O objetivo do presente estudo é apresentar os dados sobre a incidência das constelações indicadoras de quadros psicopatológicos observadas no Método de Rorschach em uma amostra de indivíduos que não apresentaram alterações de saúde psíquica, quando submetidos ao Questionário de Saúde Geral de Goldberg (QSG). O material interpretativo do Método de Rorschach, segundo as especificações técnicas do sistema compreensivo, possui seis constelações que revelam elementos de cunho mais patológico ou de sofrimento psíquico. São denominadas de constelações, pois agregam um conjunto de sinais quantitativos que, quando observados em conjunto, revelam um quadro psicopatológico específico. Cada constelação possui uma designação e um código que a caracteriza, sendo: índice de perturbação de pensamento (PTI), índice de depressão (DEPI), índice de déficit relacional (CDI), constelação de suicídio (S-Con), índice de hipervigilância (HVI) e índice de estilo obsessivo (OBS). O Questionário de Saúde Geral de Goldberg (QSG) é um inventário que avalia o estado geral de saúde a partir das sub-escalas de estresse psíquico, desejo de morte, desconfiança no desempenho, distúrbios de sono e distúrbios psicossomáticos; em sua avaliação é possível verificar elementos saudáveis dos indivíduos a partir de escores normalizados para a população de pacientes e não pacientes. Participaram, inicialmente, da pesquisa 27 indivíduos adultos, de ambos os sexos, escolaridade e idade variadas, sem queixas psicológicas, que se submeteram ao QSG; destes, nove colaboradores indicaram alguma alteração dos resultados de saúde geral e foram excluídos da segunda parte da pesquisa; assim, o Método de Rorschach foi aplicado nos 18 sujeitos restantes com quadro inicial de saúde psicológica preservada, sendo nove do sexo feminino e nove do sexo masculino. Apesar de terem apresentado resultados positivos na avaliação da saúde geral, foi observada a incidência de PTI em oito colaboradores, revelando graves transtornos em sua percepção e em seu pensamento, dificultando a avaliação da realidade externa, gerando uma percepção de mundo particular e singularizada; CDI em oito colaboradores, demonstrando ineficiência nas situações comuns no seu meio social e dificuldade de relacionamento mais próximo, levando-os a atitudes de grande isolamento e afastamento dos demais indivíduos que fazem parte de seu rol de convívio; DEPI em quatro colaboradores, que é um indicador de depressão, de sintomas depressivos ou algum tipo de transtorno afetivo relacionado às questões de alteração de humor. Cabe ressaltar que cinco participantes apresentaram a incidência de duas constelações simultaneamente. Apenas três colaboradores com saúde geral observada no QSG não apresentaram nenhuma constelação positiva no Rorschach, além disso, as constelações S-Con, HVI e OBS não foram observadas nos participantes da investigação. Assim, foi possível verificar que os indicadores de sofrimento psicopatológico do Rorschach foram assinalados na maior parte dos colaboradores com saúde geral presente no QSG, sendo necessário maiores investigações para a verificação dos motivos dessa ocorrência.

Palavras-Chave: Avaliação Psicológica, Psicopatologia, Teste de Rorschach.

Nível do trabalho: P - Pesquisador

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

VALIDAÇÃO DE ESCALA DE APARÊNCIA CORPORAL (1). *Amalia R. Pérez-Nebra** (Universidade de Brasília, Brasília, DF), Elizabeth Hirata (Universidade de Brasília, Brasília, DF) e Ronaldo Pilati (Universidade de Brasília, Brasília, DF)*

O estudo de aspectos normativos da aparência corporal no país requer o uso de medidas confiáveis e adaptadas. Não foram encontrados estudos nacionais de validação da Escala de Aparência Corporal, de forma a viabilizar a comparação com os estudos internacionais. Assim, este trabalho tem como objetivo validar uma escala de norma social de aparência corporal para homens e mulheres, além de relacionar a escala de norma social da aparência com dados demográficos. Em consonância com a teoria sociocultural, foi elaborada a escala de internalização e percepção da norma social - SATAQ. Nos estudos originais, entende-se que a escala se adéqua a ambos os sexos, ou seja, como se a magreza fosse igualmente desejável e aceita tanto para o grupo de homens quanto de mulheres. No presente estudo participaram 960 usuários de Internet, das 5 regiões do Brasil, os quais responderam ao instrumento. Desses, 72% eram mulheres. A média de idade foi de 33,1 anos (DP=11,5). O instrumento apresentado aos participantes foi o SATAQ original, com 14 itens. Desses, 8 itens refere-se ao fator Internalização. O fator Percepção da norma social contém 6 itens, com 3 itens reversos. Foi realizada a tradução e a revisão dos itens por 6 especialistas em psicologia, fluentes em português e inglês. Os participantes responderam a um questionário online com o método de bola de neve. A primeira página visitada descrevia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa seguiu estritamente os aspectos éticos de pesquisa com seres-humanos. Uma vez aceitas as condições de pesquisa, eles acessavam a página seguinte e respondiam ao questionário. Foram realizadas análises descritivas para verificar dados omissos sistemáticos, assimetria e curtose, não revelando maiores problemas. As análises realizadas incluíram toda a amostra, já que esta escala é considerada adequada a mulheres e homens pelos autores originais. A estrutura fatorial foi analisada por extração dos Eixos Principais (PAF) com rotação oblíqua. A análise da extração de fatores indicou que uma estrutura unifatorial explicava suficientemente os dados (auto-valor superior a 2 e variância explicada de 32,1%). A análise paralela de Horn indicou a extração de cinco fatores. Entretanto, como não havia sentido teórico em tal estrutura, buscou-se testar a estrutura empírica original da escala. Então, foi realizada uma análise fatorial com extração de dois fatores. Os resultados indicam inadequação desta estrutura fatorial, pois o fator Internalização replica o original, mas o fator Percepção manteve apenas quatro dos itens originais. A análise de consistência interna indica que apenas o fator Internalização é adequado ($\alpha = 0,88$), pois Percepção da norma alcança índice de consistência insuficiente ($\alpha = 0,63$). O presente estudo aponta limitações da escala para uso no Brasil. Pretendia-se manter a escala original para facilitar comparações com estudos internacionais. Entretanto, ela apontou a necessidade de adaptações.

Bolsa do CNPQ

Palavras-chave: escalas, normatização corporal, internalização.

Trabalho conjunto de mestrado e doutorado.

AVAL Avaliação Psicológica

VALIDAÇÃO CONJUNTA DE ESCALAS DE NORMATIZAÇÃO CORPORAL
(2). *Elizabeth Hirata* (Universidade de Brasília, Brasília, DF), *Amalia R. Pérez-Nebra*** (Universidade de Brasília, Brasília, DF) e *Ronaldo Pilati* (Universidade de Brasília, Brasília, DF)

O objetivo desse estudo foi desenvolver e validar a versão feminina e masculina de uma escala de ideais de corpo. Participaram do estudo 451 estudantes universitários, a maioria de instituição pública (64,7%), alunos de diversos cursos, sendo que 55,7% da amostra foi composta por mulheres. A média de idade foi de 24 anos (DP=6,7). Foram adaptados itens da SATAQ e SATAQ-3 e propostos novos itens para as escalas, elaboradas na versão feminina e na masculina, nomeadas como EFIC (Escala Feminina de Internalização Corporal) e EMIC (Escala Masculina de Internalização Corporal). A escala buscou medir dois aspectos relevantes da normatização de padrões de corpo, a internalização dos padrões e a descrição de comportamentos de conformidade aos mesmos. Desse modo, hipotetizou-se que essas seriam as duas dimensões principais da escala. A Internalização foi definida operacionalmente como o endosso ou a aceitação de padrões de corpo ideal. Buscou-se medir esforço ou intenção comportamental para se adequar aos padrões, a partir das intenções de comportamentos, como dietas, exercícios, cirurgias plásticas e outros tratamentos estéticos. A versão masculina do instrumento ficou semelhante à feminina, tendo algumas adaptações de gênero. Os dados foram coletados ao vivo, em horários distintos. Após a autorização dos professores, os aplicadores solicitavam a participação dos alunos em sala de aula. Houve também coleta individual de dados nos corredores das instituições. Em ambos os casos, os alunos recebiam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa seguiu estritamente os aspectos éticos de pesquisa com seres-humanos. Os dados foram submetidos a uma análise de componentes principais seguida da análise fatorial exploratória pelo método de fatoração dos eixos principais. As análises foram feitas separadas por sexo, por se tratar de duas medidas distintas. A escala feminina apresentou 2 fatores. O primeiro, nomeado “Internalização” possuiu 10 itens com cargas fatoriais variando entre 0,48 e 0,83 e alpha de Cronbach de 0,81. Seu segundo fator, Intenção de Comportamento, com 6 itens, teve cargas fatoriais variando de 0,45 a 0,73. Seu alpha foi de 0,87. O primeiro fator da EMIC obteve 8 itens, com cargas fatoriais entre 0,37 e 0,85. Seu alpha foi de 0,88 e sua correlação O conteúdo dos itens nesse fator se agrupou em função de conteúdos relativos à Internalização. O segundo fator da EMIC, com 9 itens, obteve cargas fatoriais variando entre 0,38 e 0,69. Seu alpha foi de 0,81 e foi nomeado como Intenção de Comportamento. Os instrumentos EFIC e EMIC se mostraram válidos. A estrutura bifatorial foi comum às duas escalas. Ambas foram entendidas em função da internalização e da intenção comportamental relativa a exercícios e dietas, com alguma diferença entre elas na composição dos itens.

Bolsa do CNPQ

Palavras-chave: escalas, normatização corporal, internalização.

Trabalho conjunto de mestrado e doutorado.

AVAL Avaliação Psicológica

VALIDAÇÃO CONJUNTA DE ESCALAS DE NORMATIZAÇÃO CORPORAL **(3).** *Elizabeth Hirata (Universidade de Brasília, Brasília, DF), Amalia R. Pérez-Nebra** (Universidade de Brasília, Brasília, DF) e Ronaldo Pilati (Universidade de Brasília, Brasília, DF)*

O presente estudo trata de uma validação conjunta de escalas relativas à temática da normatização do corpo e da internalização das normas. Nesse estudo foram validados os itens originais da escala Sociocultural Attitudes Towards Appearance Scale-SATAQ e das Escala de Atitudes feminina e masculina de normatização da aparência (EMIC e EFIC). Buscou-se encontrar uma medida mais fidedigna sobre normas sociais de aparência e possibilitar a comparação com a literatura internacional do tema. Encontraram-se dois fatores neste instrumento, o primeiro relativo à Internalização Geral e o segundo de Intenção de Comportamento relativo à norma, com itens que mesclam a escala original SATAQ e os itens das escalas EFIC e EMIC. O questionário foi disponibilizado online, com 960 respondentes, dos quais 72% eram mulheres (média de idade de 33,1 anos, DP=11,5). Além da escala, foram incluídos dados demográficos. A pesquisa seguiu estritamente os aspectos éticos de pesquisa com seres-humanos. Neste estudo, houve análises separadas por sexo feitas, pois havia itens diferentes entre os sexos. Para a análise de relação entre as variáveis demográficas e os fatores de norma sociais com aparência foram realizadas análises de correlação e ANOVA de uma via. A escala masculina apresentou dois fatores. As cargas fatoriais de cada um apresentaram-se adequadas para posterior análise. A escala feminina apresentou dois fatores. O alfa de Internalização foi de 0,95 e de Intenção e Comportamento de 0,90. Este resultado foi similar ao encontrado na escala masculina. Houve poucas relações entre as variáveis demográficas individuais e as normas sociais de aparência corporal. Não houve diferenças de gênero quanto a pessoa estar numa relação estável ou não (ex. estar namorando, ser casado, ou solteiro), da sua etnia, região de residência no país, renda, escolaridade, tipo de trabalho. Também não houve relações dos fatores com o índice de massa corporal (IMC). Dentre os dados pessoais, o único dado significativo, ainda que com uma relação tímida, foi entre internalização e idade (homens: $r=-0,13$; $p=0,04$; mulheres: $r=-0,13$; $p=0,00$). Este dado indica que o aumento da idade diminui a internalização das normas sociais relativas à aparência. Finalmente, as relações com descrições comportamentais relativas à beleza aparecem significativas com a internalização e intenção comportamental. Neste caso ler, comentar sobre beleza com colegas e amigos e usar produtos de beleza apresentam relações significativas. Apenas para as mulheres há uma relação significativa dos fatores com a frequência de ida ao salão de beleza ($p=0,00$). O objetivo de validar os instrumentos foi atingido. A adaptação dos itens na escala masculina e sua composição de maneira similar nos fatores revelou que, para este público, os conceitos de atletismo e musculosidade são similares e intercambiáveis. A partir dos indicadores psicométricos, conclui-se a adequação da escala para pesquisa sobre imagem corporal.

Bolsa do CNPQ

Palavras-chave: escalas, normatização corporal, internalização.

Trabalho conjunto de mestrado e doutorado.

AVAL Avaliação Psicológica

O DESEMPENHO DA MEMÓRIA APÓS ESTIMULAÇÃO PSICOMOTORA ATRAVÉS DA PRÁTICA DE TÉCNICAS DO KARATÊ. *Liézer Leandro Cardozo** e *Tatiane Isabele Jaworski de Sá Riech* (Laboratório de Neuropsicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba - PR)

A prática esportiva atualmente pode ser empregada em diversos contextos, como: ações sociais, trabalhos de prevenção ou tratamento de doenças. Dentre os benefícios decorrentes desta forma de intervenção, alguns estudos apresentam evidências sobre a influência da atividade física sobre a atividade cerebral, salientam que os benefícios cognitivos adquiridos por meio de exercício físico ocorrem devido a estimulação neural induzida pela organização e aprendizagem de movimentos. Isto indica que existe uma relação entre aprendizagem motora e alterações no desempenho das funções neurológicas, além disso, a estimulação da plasticidade neural ocorre pela prática de atividades físicas com demanda nas funções envolvidas no exercício praticado. Neste íterim, levantou-se a hipótese de que uma intervenção psicomotora realizada através de técnicas básicas do Karatê, poderia interferir no desempenho das memórias auditiva e visual de curto prazo e/ou longo prazo. Este estudo foi realizado pelo Laboratório de Neuropsicologia do curso de Psicologia - Universidade Federal do Paraná. Desta forma, foi comparado a performance da memória auditiva e visual, pré e pós intervenção psicomotora com técnicas básicas do Karatê, com auxílio de dois instrumentos de avaliação Neuropsicológica: Teste de Cópia e Reprodução da Memória de Figuras Complexas de Rey, para a análise do desempenho da memória visual, e Lista de Palavras de Rey – *Rey Auditory-Verbal Learning Test RAVLT*, para mensurar o desempenho da memória auditiva. O processo de intervenção teve duração de 18 sessões, com uma frequência de 1 hora e 30 minutos a cada uma vez por semana de aula de Karatê, quais foram compostas por um conjunto de técnicas específicas, uma série de movimentos sincronizados e previamente estabelecidos nesta arte marcial podem ser denominados como Kata. Esta técnica se caracteriza por movimentos de defesa e ataque, exigiam, além do uso das memórias auditiva e visual, as funções de espacialidade, lateralidade, praxia global, sintetização e planificação. Os resultados referentes à memória visual não apresentaram mudanças consideráveis após as aulas interventivas com o Karatê. Já o desempenho na Lista de Palavras de Rey, pós intervenção psicomotora, sofreu um aumento em relação a pré-avaliação. Concluiu-se que a intervenção psicomotora através de técnicas básicas do Karatê pode favorecer o desempenho da memória. Ao passo que a magnitude de estimulação da memória varia com ênfase dada na modalidade esportiva, sugerindo que as mudanças ocorreram de acordo com as técnicas treinadas no karatê, como visto neste estudo onde a memória auditiva apresentou melhor desempenho nos testes após a intervenção psicomotora através desta Arte Marcial.

Palavras-chave: Memória auditiva, Memória Visual, Intervenção psicomotora.

IC

BIO

AUTO-PERCEPÇÃO DAS VARIAÇÕES COMPORTAMENTAIS AO LONGO DO CICLO MENSTRUAL. *Ariany Maçaneiro** (Universidade do Vale de Itajaí, Itajaí, SC) e *Eduardo José Legal* (Universidade do Vale de Itajaí, Itajaí, SC)

Grande parte das mulheres passa por modificações físicas e psicológicas durante o ciclo menstrual. Na literatura especializada tem-se constatado que sintomas menstruais afetam negativamente no desempenho de diversas atividades cotidianas das mulheres, como a frequência escolar e o tempo de estudo. Diversos autores afirmam que a maioria das mulheres já experimentou algum distúrbio de humor ou mudança comportamental durante o período pré-menstrual. Este trabalho consistiu fundamentalmente no auto-monitoramento realizado por estudantes, as quais observaram, diariamente, fatores relacionados ao seu próprio comportamento. Portanto, os objetivos foram observar se existem variações comportamentais ao longo do ciclo menstrual, e se tais variações ocorrem em algum período específico do ciclo. Também se buscou verificar se as alterações comportamentais prejudicaram na execução de alguma atividade cotidiana e se o fato de se auto-monitorar diariamente provocou alguma alteração na auto-percepção das estudantes quanto ao seu ciclo menstrual e ao seu comportamento no decorrer do mesmo. Para tanto, 10 estudantes da Universidade do Vale do Itajaí, a maioria do curso de Psicologia, responderam, primeiramente, ao Questionário de Saúde Geral (QSG), a fim de verificar os seus índices de saúde mental geral. Em seguida, responderam ao Diário de Registro do Comportamento ao longo do Ciclo Menstrual (DRCCM), instrumento construído pelos pesquisadores a fim de verificar variáveis de humor, auto-estima, auto-imagem, ansiedade, sono, auto-eficácia, apetite e funções cognitivas, durante um período de 30 dias, iniciando no primeiro dia da menstruação até o último dia pré-menstrual. Por fim, as estudantes participaram de uma entrevista gravada em áudio, a fim de verificar a sua auto-percepção acerca do ciclo menstrual. Os resultados da aplicação do DRCCM evidenciaram que existem alterações comportamentais ao longo do ciclo menstrual. As alterações mais proeminentes foram ansiedade, irritabilidade, sonolência e compulsão por doces. Muitas dessas alterações ocorrem no período pré-menstrual do ciclo. As entrevistas confirmaram as evidências encontradas com o DRCCM, uma vez que as participantes demonstraram terem percebido a existência de alterações comportamentais no decorrer do ciclo e que as mesmas ocorrem mais frequentemente no período pré-menstrual e influenciam na realização de atividades cotidianas. Com o auto-monitoramento diário houve alterações na auto-percepção das estudantes quanto ao seu ciclo menstrual, as quais afirmaram que a utilização diária do DRCCM possibilitou que pudessem perceber comportamentos que antes não eram percebidos, bem como relacionar suas alterações comportamentais ao período do ciclo no qual se encontravam. A maioria das estudantes afirmou, na entrevista, acreditar que possui Síndrome Pré-Menstrual (SPM). Porém, nenhuma entrevista diagnóstica foi realizada e por isso, apenas hipotetizou-se tal distúrbio com base na análise do DRCCM. Poucas pesquisas sobre ciclo menstrual têm-se utilizado de uma perspectiva longitudinal, ou seja, observar o fenômeno ao longo de todo o ciclo (comparando os períodos). Os que assim o procederam, utilizaram amostras de mulheres diagnosticadas com SPM. Este trabalho, diferente dos demais na área, investigou o comportamento de mulheres sem diagnóstico de SPM durante um ciclo menstrual inteiro, sem que fossem priorizados períodos específicos do mesmo.

Palavras-chave: ciclo menstrual; estudantes de ciência da saúde; síndrome pré-menstrual.

NIVEL DO TRABALHO: IC

BIO (psicobiologia e neurociências)

A SAÍDA DO PERÍODO REPRODUTIVO FAZ COM QUE AS MULHERES MUDEM O CONCEITO DE RELACIONAMENTO AMOROSO? *Gabriela Di Paula Dias Ribeiro**, *Regina Célia Souza Brito e Marilu Michelly da Silva Cruz*** (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém/PA).

De acordo com a perspectiva da Psicologia Evolucionista, uma das razões da evolução do amor romântico é o fato dele possibilitar um maior compromisso a fim de manter a união entre o casal e facilitar o investimento mútuo nos filhos. Os relacionamentos amorosos estão, assim, diretamente relacionados com o sucesso reprodutivo da espécie. Nesta pesquisa buscou-se compreender como mulheres no período reprodutivo avaliam o relacionamento amoroso, e como as mulheres que não estão mais sob pressões reprodutivas o fazem, levando em consideração vários contextos de suas vidas. Participaram 88 mulheres, divididas em dois grupos etários: Grupo 1, participantes de 19 a 39 anos (G1) e Grupo 2, mulheres de 40 a 60 anos (G2). A média de idade foi de 28,3 anos em G1 e 49 anos em G2. Todas as participantes tinham renda mínima de dois salários mínimos e no mínimo o segundo grau de escolaridade. Os dados foram coletados a partir do método “bola de neve”, por meio de questionário auto-aplicável e de entrevistas. O questionário era composto por uma lista de complementação de frases sobre relacionamento amoroso com as seguintes frases: relacionamento amoroso é; relacionamento amoroso na minha família de origem é; relacionamento amoroso na família que constituí é; relacionamento amoroso na sociedade em geral é; relacionamento amoroso na vida dos meus amigos é; relacionamento amoroso na minha vida é. O procedimento utilizado para a análise dos dados foi a análise de conteúdo e os dados foram interpretados a partir de macro-categorias de análise (“Formação de Vínculo”, “Bom Provedor”, “Bons Genes”, “Passageiro”). A quantidade de respostas dentro de “Formação de Vínculo” foi superior as demais macro-categorias, com 90 respostas em G1 e 64 em G2, demonstrando a importância do estabelecimento de laços afetivos entre os indivíduos. Os resultados sugerem, também, que há uma repetição de padrões comportamentais da família de origem para a família constituída e suas vidas. “Bom Provedor” apresentou uma taxa baixa de resposta em G1 e mais ainda em G2. “Bons Genes” obteve menor taxa de respostas nas frases atreladas à família, isso pode ter ocorrido devido a esta macro-categoria está aparentemente associada com relacionamentos eventuais, enfatizando a relação sexual. Em “Passageiro” observa-se que a percepção de relacionamento amoroso na sociedade e na vida dos amigos se relaciona com um descompromisso e efemeridade. Observa-se, assim, que o estabelecimento de vínculos afetivos e a sua manutenção é fundamental na vida dessas mulheres, independente da idade ou fase que estão vivenciando. As entrevistas possibilitaram uma ampla visualização dos dados do questionário, confirmando os dados que aparecem nos padrões encontrados no questionário.

* Bolsista PIBIC/UFPA.

**Trabalho Financiado parcialmente pela CAPES através de bolsa de mestrado.

Palavras - Chave: Psicologia Evolutiva, Relacionamento Amoroso e Período Reprodutivo e Pós-Reprodutivo.

Iniciação Científica – IC.

O CIÚME ROMÂNTICO E PRÁTICAS CULTURAIS SOB UMA ANÁLISE EVOLUCIONISTA. *Raimundo das Chagas Neto**, *Bruna de Almeida Cruz** e *Marilu Michelly da Silva Cruz*** (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA).

A psicologia evolucionista é um referencial teórico a partir do qual as características, comportamentos e emoções humanos são vistas como produto de indivíduos que tiveram sucesso em sobreviver e se reproduzir. Desta forma, algumas teorias propõem que há um descompasso temporal entre o processo evolutivo o qual moldou nossos comportamentos durante o passado evolutivo e o ambiente atual: seríamos animais pré-históricos vivendo em um mundo novo, animais estes que exibem comportamentos os quais podem não ser, necessariamente, adaptativos. Esse processo evolutivo teria ocorrido também na cultura humana, houve uma coevolução organismo/cultura ao longo da história evolutiva, isto é, o ser humano é biologicamente cultural. Desta forma, falar em características como o ciúme romântico implicaria em pensar de que forma essa emoção contribuiu para adaptação dos indivíduos e no combate aos problemas enfrentados no período em que tal característica foi selecionada, isto é, no Ambiente de Adaptação Evolucionária (AAE), e como ela se apresentaria no mundo de hoje. A partir desta construção teórica do trabalho, pode-se compreender o ciúme romântico, entre casais, como uma emoção selecionada no nosso passado evolucionário, antes mesmo do advento da agricultura, sendo possível a afirmação do ciúme romântico como fenômeno universal, havendo diferenças na ativação desta emoção para cada gênero: o homem sofreria mais com a possibilidade de uma infidelidade sexual – visto haver a probabilidade de criar o filho de outro macho – e a mulher com uma emocional – pois possivelmente perderia/repartiria bens (presentes, amor e atenção, por exemplo) que antes eram exclusivamente da prole e seus para/com outra fêmea. Para formular a discussão do ciúme romântico sob a ótica da psicologia evolucionista, foram levantados dados bibliográficos sobre o tema a partir de 1992, visto a primeira teoria explícita sobre a origem e manutenção do ciúme romântico em homens e mulheres, neste referencial teórico, ser elaborada naquele momento. Os resultados obtidos revelaram uma grande produção norte-americana e europeia e número restrito de pesquisas no Brasil sobre o tema a partir de um olhar evolucionista. No decorrer dessa pesquisa, observou-se também a investigação do ciúme por múltiplos campos do saber (como psicologia, psiquiatria, neurologia, zoologia e biologia), onde a afirmação mais comum foi a de que há manutenção do ciúme romântico por meio de práticas culturais de diversificadas nações e povoados. Pretende-se, a partir desses dados, averiguar a eficácia dos instrumentos de medição do ciúme romântico em relação a que tipo de infidelidade provoca maior sofrimento em homens e em mulheres e o grau de ciúme.

Não houve apoio financeiro e/ou bolsas.

Palavras-chave: Ciúme romântico; Práticas culturais; Psicologia evolucionista.

Nível do Trabalho: Outro.

Código da área da pesquisa: BIO – Psicobiologia e Neurociências

CONVIVÊNCIA E SOCIALIZAÇÃO NA SÍNDROME DE RUBINSTEIN-TAYBI: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA FAMILIAR. *Adsson Magalhães**, *Jarbas Cersósimo Júnior** e *Francisco Kelmo (Departamento de Ciências Humanas e da Saúde, Universidade Salvador, Salvador – BA)*

A Síndrome de Rubinstein-Taybi (RSTS) é uma manifestação genética de baixa frequência na população. Tipicamente caracterizada por retardo mental, baixa estatura e anomalias craniofaciais, sua incidência é de 1:3000 nativos da população geral e 1:300 crianças com retardo mental, com elevada incidência em gêmeos monozigóticos. A causa mais comum desta síndrome é decorrente de uma mutação no gene codificador do coativador transcricional da proteína de ligação CREB-CBP. Diante de uma doença crônica, de repercussões biopsicossociais significativas como a RSTS, a família inicia processos de transição a longo prazo que resultam em uma reorganização qualitativa interior e do comportamento manifesto para com o portador da síndrome. Este estudo, de caráter multidisciplinar, visou o acompanhamento das atividades cotidianas de três adolescentes do sexo masculino, de suas famílias e seus cuidadores, objetivando compreender a relação entre o retardo mental e a socialização na RSTS, refletindo sobre o impacto das múltiplas demandas e perdas associadas à doença genética sobre os processos familiares. A partir da análise de três famílias com portadores de RSTS, coletou-se informações dos inventários médicos além de realizar entrevistas abertas com os familiares dos adolescentes portadores e observação assistemática domiciliar. Na análise do contexto familiar, registrou-se má-adaptação familiar, como o não-reconhecimento de processos de luto entre os membros e cronificação psíquica. Destacou-se a configuração de uma rede social significativa, que ultrapassa a família nuclear e extensa, incluindo todo o conjunto de vínculos interpessoais dos membros do grupo: amigos, relações de trabalho, de estudo, inserção comunitária e de práticas sociais. No que diz respeito ao jovem portador da síndrome, sua participação em redes (família e escola) parece ser um elemento protetor da saúde, pois houve incentivo às atividades pessoais que se associam positivamente à sobrevida: rotina de dieta, exercícios físicos e cognitivos, desenvolvimento afetivo, controle de agressividade, sono, busca de autonomia e cuidados com a saúde em geral. Os dados coletados extrapolam as expectativas teóricas registradas na literatura. Fica evidente a necessidade de inserção dos membros da família em rede de suporte para que possam, através do recebimento de apoio social, aprimorar a noção de pertencimento e a experiência de também serem cuidados. Tais medidas propiciam a intensificação das relações, aperfeiçoamento da comunicação entre os membros e fortalecimento da rede familiar. O sucesso no desenvolvimento do sujeito é devido à estimulação contínua da equipe multidisciplinar que o acompanha. Assim, o comportamento dos membros no sistema familiar pode afetar diretamente a adesão aos tratamentos propostos, acelerar processo de cura, além de aumentar a expectativa de vida e a qualidade de vida do doente.

Apoio Financeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB

Palavras-chave: experiência familiar, Síndrome de Rubinstein-Taybi, socialização.

Nível do trabalho: Iniciação Científica

Código de Área: BIO Psicobiologia e Neurociências

REABILITAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA EM PACIENTES PORTADORES DE EPILEPSIA CONGÊNITA NA CIDADE DE SALVADOR – BA. *Adsson Magalhães** e Francisco Kelmo (Departamento de Ciências Humanas e da Saúde, Universidade Salvador, Salvador – BA)

A epilepsia pode ser definida como um desarranjo intermitente do sistema nervoso devido, presumivelmente, a uma descarga repentina, excessiva e desordenada dos neurônios. Tal descarga pode resultar em um distúrbio quase instantâneo de sensação, deterioração da atividade psíquica, perda de consciência ou movimentos convulsivos. O presente trabalho tem como objetivo avaliar a eficácia da implantação de um programa de reabilitação neuropsicológica em pacientes portadores de epilepsia generalizada geneticamente determinadas residentes na cidade de Salvador. É apresentado em três fases: o processo de reabilitação cognitiva inicia-se após uma avaliação do neurologista, que identifica o insulto neuronal em termos anatômicos e fisiológicos e, nesse estudo, também após confirmação por parte do geneticista acerca da etiologia da doença; em seguida o neuropsicólogo concentra sua atenção na avaliação neuropsicológica das repercussões comportamentais e cognitivas decorrentes de uma disfunção cerebral e desenvolve um programa de atividades que vise preservar, compensar ou desenvolver a independência do paciente, adequar seu déficit de memória à sua rotina diária, melhorando sua qualidade de vida; por fim, o princípio é utilizar as potencialidades do indivíduo e não só concentrar-se apenas na recuperação da deficiência que por vezes, só leva a situações de desespero e frustração. RehaCom foi o instrumento utilizado nesse estudo clínico para treino das habilidades cognitivas. Foram utilizados programas nos quais os pacientes treinam atenção e concentração, atenção dividida, memória topológica, memória para palavras, memória verbal, planejamento de um dia, comportamento reativo e raciocínio lógico. Durante todo o treinamento, o desempenho de cada paciente é medido por gráficos, fornecendo ao terapeuta informações detalhadas e permitindo uma análise aprofundada do progresso do indivíduo. A eficácia da intervenção é avaliada ao final do sexto mês de reabilitação pelo instrumento WMS III por bateria neuropsicológica. Foram estudados 97 pacientes, com idade média 41 anos e escolaridade média de 8 anos, com déficit de memória e atenção avaliados por meio do WMS III e uma bateria neuropsicológica. A duração do treino com RehaCom e planejamento de estratégias foi de seis meses, com duas sessões semanais com uma hora de duração. No final do projeto, 22 pacientes não obtiveram melhora significativa na avaliação neuropsicológica, 9 abandonaram o tratamento antes do término e os 66 restantes obtiveram melhora significativa em atenção e em memória. É possível concluir que embora a amostra ainda seja pequena, é possível demonstrar a existência de melhora das funções de memória e atenção por meio do treino repetitivo de tais funções e de outras estratégias em pacientes com epilepsia generalizada de base genética, com crises controladas. A reabilitação não é uma promessa de cura, mas uma tentativa que visa melhorar a autonomia dos sujeitos e levá-los ao melhor nível possível de competências em todos os ambientes.

Palavras-chave: reabilitação neuropsicológica, epilepsia, intervenção terapêutica.

Nível do trabalho: Pesquisador

Código de Área: BIO Psicobiologia e Neurociências

NEUROMARCADORES DE COMPORTAMENTO VOLTADO PARA SI EM UMA TAREFA DE INTERAÇÃO SELF~OUTRO: UM ESTUDO EM DINÂMICAS DE COORDENAÇÃO SOCIAL. *Daniela Benites*** (Laboratório de Fenomenologia Experimental e Cognição, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS / Human Brain and Behavior Laboratory, Center for Complex Systems and Brain Sciences, Florida Atlantic University, FL/ US), *Emmanuelle Tognoli, Gonzalo C. De Guzman e J. A. Scott Kelso* (Human Brain and Behavior Laboratory, Center for Complex Systems and Brain Sciences, Florida Atlantic University, FL/ US).

No paradigma das ciências complexas, mais especificamente na abordagem de dinâmicas de coordenação, a natureza é formada por sistemas e forças complementares nos seus diferentes níveis. Cada nível sistêmico é emergente das interações de níveis inferiores e investigado a partir de aspectos opostos e complementares cujos embates conferem dinamicidade e adaptatividade ao sistema. Self~outro formam um desses sistemas dinâmicos. A ligação dos termos pelo til pontua a necessidade de uma conceitualização complementar dos aspectos para o alcance da descrição desenvolvimento e função do sistema como um todo. Ou seja, self e outro são posições intercambiáveis e definidas de acordo com o contexto. Uma visão em dinâmicas de coordenação permite monitorar o sistema no tempo e avaliar (1) os estados: se o sistema expressa “self” ou “outro”; e (2) as dinâmicas: quais são as tendências e padrões de expressão de um ou outro estado no tempo. Nas neurociências sociais, o par complementar self~outro é tradicionalmente investigado através de tarefas nas quais as ações e etapas de compartilhamento (aspecto outro) ou preservação de aspectos individuais (aspecto self) são pré-estabelecidas e, portanto, rígidas. Em contraste, este estudo utilizou uma tarefa dinâmica na busca de neuromarcadores de self ou comportamento voltado para si. A tarefa reflete a interação self~outro e seus efeitos continuamente no tempo, sem a existência de regras conhecidas. Dois participantes sentam-se frente a frente e, mediados pela visão da mão do outro, oscilam contínua e simultaneamente o dedo indicador direito. A tarefa apresenta as condições de (1) coordenação na mesma fase (dedos formam ângulo de $\sim 0^\circ$); (2) coordenação na fase oposta (dedos formam ângulo de $\sim 180^\circ$) e (3) comportamento intrínseco (participantes visualizam o comportamento do outro e oscilam os dedos livremente). As diferenças nas tendências comportamentais de cada sujeito geram a emergência espontânea de algumas “estratégias” durante a tarefa. Uma dessas estratégias revelou a transição de comportamentos coordenados (0° ou 180°) para descoordenados (com a variação contínua do ângulo entre dedos). Essa quebra do acoplamento social previamente instaurado revela que um dos sujeitos (agente) ou a interação entre ambos gerou a extinção do comportamento social. A partir da análise dos padrões comportamentais e cerebrais de uma dupla de sujeitos, foram revelados seis padrões cerebrais significativamente associados à transição para o comportamento voltado para si. Esses neuromarcadores são preliminares e evidenciam a emergência do aspecto self no sistema. Futuros avanços irão descrever os padrões cerebrais expressos em indivíduos adaptados e capazes de vivenciar igualmente o extremo self (em questões que exigem concentração, tomada de decisão, etc), e o extremo outro (em situações que exigem empatia e solidariedade, construções cooperativas, etc). Igualmente, serão pesquisados padrões que não permitem a tênue coordenação entre as dinâmicas self e outro que engendram e situam-se na complexidade social. Esses padrões informacionais estariam ligados a dinâmicas não-adaptativas expressas em conflitos e desequilíbrios sociais e em psicopatologias, tais como autismo, esquizofrenia e depressão.

Apoio: NIMH, NSF, ONR, CAPES

Palavras-chave: neuromarcadores, self, dinâmicas de coordenação

D

Área: BIO

DINÂMICAS DE COORDENAÇÃO CEREBRAL: UMA NOVA FORMA DE INVESTIGAÇÃO CÉREBRO~COMPORTAMENTO. *Daniela Benites*** (Laboratório de Fenomenologia Experimental e Cognição, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS / Human Brain and Behavior Laboratory, Center for Complex Systems and Brain Sciences, Florida Atlantic University, FL/ US), Gustavo Gauer (Laboratório de Fenomenologia Experimental e Cognição, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS), Emmanuelle Tognoli, Gonzalo C. De Guzman e J. A. Scott Kelso (Human Brain and Behavior Laboratory, Center for Complex Systems and Brain Sciences, Florida Atlantic University, FL/ US).

A análise qualitativa de sinais eletrofisiológicos revelou a correspondência entre ritmos cerebrais e comportamento já na sua primeira aplicação em 1924 por Hans Berger. Seguidas dos esforços de Gray Walter para uma abordagem quantitativa ao EEG, as dinâmicas cerebrais reais foram perdidas com o crescente uso de técnicas de redução a médias. Considerando que o cérebro é um sistema dinâmico não-linear de atividade não-estacionária, a associação de sinais de EEG com variáveis comportamentais e cognitivas pode ser monitorada através de uma abordagem contínua aos índices temporalmente distintos do sinal elétrico. Essa especificação da informação contida no sinal eletrofisiológico foi alcançada através da associação de uma nova técnica de EEG – o EEG colorimétrico – com a abordagem teórico-metodológico de dinâmicas de coordenação (DC). O presente trabalho apresenta como a técnica de EEG colorimétrico somada à abordagem de DC resultou na especificação de um conjunto de padrões de EEG utilizados na identificação de dinâmicas instantâneas aparentes no escalpo humano. O EEG colorimétrico é um método de visualização de mudanças (transições de fase) nos macroestados cerebrais no tempo. Consiste de um mapeamento espaço-temporal em quatro dimensões (4-D) que expõe as dinâmicas de EEG associadas à performance de tarefas comportamentais e cognitivas. A identificação de sucessões de padrões cerebrais (cada um com aproximadamente 100 milissegundos na escala temporal típica) revela a macro-organização funcional cerebral que emerge da interação entre assembléias neurais. DC é uma abordagem das ciências complexas que permite a caracterização quantitativa do acoplamento entre elementos assimétricos nos diferentes níveis descritivos dos sistemas. A aplicação de princípios de coordenação no entendimento de mecanismos e padrões cerebrais é investigada através de uma tarefa em coordenação social. Nesta tarefa dois participantes sentam-se frente a frente e, mediados pela visão da mão do outro, oscilam continuamente e simultaneamente o dedo indicador direito de acordo com as condições: (1) mesma fase, (2) fase oposta ou (3) comportamento intrínseco compartilhado. Cada prova é realizada durante 20 segundos e é repetida até vinte vezes para cada condição. O primeiro resultado proveniente desta abordagem, recentemente denominada “Dinâmicas de Coordenação Cerebral”, revela um diagrama com sete tipos básicos de dinâmicas instantâneas de EEG, o qual expõe a principal estrutura de interpretação dos padrões sucessivos no EEG qualitativo e colorimétrico. Na área acadêmica, o uso dessa abordagem pode trazer informações sobre, virtualmente, todas as investigações acerca do funcionamento cerebral. Espera-se que seu uso em pesquisas que buscam o entendimento da mente~cérebro auxilie na integração entre áreas científicas através de uma visão dinâmica de processos cognitivos adaptativos e não adaptativos. Além disso, sendo que o EEG é uma técnica tradicionalmente utilizada em hospitais, o desenvolvimento dessa abordagem trará amplos benefícios para o diagnóstico e monitoramento de psicopatologias e doenças do cérebro. Nesse sentido, a abordagem pode propiciar um maior alcance no atendimento a grupos afetados e/ou em risco de serem acometidos por doenças e/ou sofrimento mental que apresentam desenvolvimento ou natureza dinâmica.

Apoio: NIMH, NSF, ONR, CAPES

Palavras-chave: EEG, neurociência social, coordenação.

D

Área: BIO

A ORGANIZAÇÃO PERCEPTUAL EM CRIANÇAS COM HIV. *Bruna Frogeri Fernandes**, *Ana Paula Cunha**, *Ana Paula Almeida de Pereira*, *Tony Tannous Tahan* e *Isac Bruck* (Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná – Curitiba, PR)

A fim de traçar o perfil neuropsicológico de crianças soropositivas atendidas pelo Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná (HC-UFPR), o Laboratório de Neuropsicologia (Labneuro-UFPR), iniciou a pesquisa “O diagnóstico precoce de problemas cognitivos em grupo de crianças com infecção por HIV: estudo preliminar”. Como parte deste projeto, o presente estudo objetiva investigar se o Vírus da Imunodeficiência Adquirida (HIV) compromete a organização perceptual de crianças com o diagnóstico da doença. Diferente dos adultos, em que a infecção pelo vírus acomete um cérebro desenvolvido, na criança, essa acomete um cérebro imaturo, ocasionando, assim, um maior comprometimento do Sistema Nervoso Central (SNC), o que se refere à principal causa das manifestações neuropsicológicas. Nesse âmbito, os testes neuropsicológicos mostram-se como importantes para a avaliação prognóstica da infecção pelo HIV no SNC, uma vez que a atividade viral nesse local pode ser inferida a partir das manifestações neuropsicológicas encontradas. Visando o cumprimento do objetivo do estudo, o instrumento Teste de Figuras Complexas de Rey parte A foi utilizado. Foi proposto um método complementar de correção com critérios mais objetivos para esse teste a fim de torná-lo mais sensível a avaliação da percepção. Assim, aspectos como rotação e o tamanho da figura desenhada, por exemplo, passam a ser pontuados nessa nova correção. Esse teste foi aplicado em dois grupos: (1) composto por 36 crianças soropositivas atendidas no HC da UFPR, com idades entre 8 e 16 anos ($M=11,42$ e $DP=2,68$), e (2) composto por 36 crianças soronegativas, sem queixas neurológicas, pareadas por idade, sexo e escolaridade, recrutadas em duas escolas públicas estaduais de Curitiba, com idades entre 8 e 14 anos ($M=10,48$ e $DP=1,84$). O escore médio obtido pelo grupo de crianças com HIV na pontuação do teste foi de 25,88 ($DP=8,02$) e o escore médio do grupo de crianças não infectadas pelo vírus foi de 28,60 ($DP=5,74$). Diante destes resultados realizou-se o teste T para amostras independentes. Não houve diferença significativa ($t(66) = -1,60$; $p= 0,12$; $\alpha=0,05$). Tal resultado sugere que a hipótese de que o HIV compromete a organização perceptual em crianças não foi confirmada. Contudo, este resultado deve ser visto cautelosamente, pois os instrumentos utilizados nesta pesquisa talvez não tenham sido sensíveis para a detecção de prejuízos na organização perceptual e o tamanho reduzido da amostra é fator limitante. Por outro lado, tal resultado vai de encontro com a literatura, uma vez que a percepção visual não é apresentada dentre as mais freqüentemente atingidas neste grupo pela maioria dos estudos.

Palavras-chave: neuropsicologia; HIV; organização perceptual

IC

NEUROPSICOLOGIA

REESTRUTURAÇÃO COGNITIVA COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO EM GRUPO DE REEDUCAÇÃO ALIMENTAR. *André Luiz Moreno da Silva**, *Gabriela Salim Xavier**, *Ana Irene Fonseca Mendes e Carmem Beatriz Neufeld (Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto - SP).*

A obesidade tem sido considerada um dos maiores problemas de saúde, se transformando atualmente em uma epidemia mundial, devido ao aumento de sua prevalência nos últimos 20 anos em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A existência de fatores ambientais, sociais e psicológicos que interagem entre si para a origem e estabelecimento da obesidade exige a presença de um trabalho multidisciplinar que abarque todas as nuances deste problema. Crenças disfuncionais contribuem para a etiologia e manutenção da obesidade ao desencadear pensamentos distorcidos acerca do peso, do valor pessoal e da alimentação. A terapia cognitivo-comportamental (TCC) vem se mostrando eficaz para o tratamento de distúrbios psiquiátricos e disfunções cognitivas e comportamentais ao trabalhar pensamentos e crenças disfuncionais. Visa a reestruturação cognitiva desses pensamentos e crenças disfuncionais e uma interpretação mais adaptativa e funcional da realidade. O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados da execução de um grupo de reestruturação cognitiva voltado para emagrecimento, em conjunto a um grupo de reeducação alimentar, baseado nos pressupostos teóricos da TCC. Foram selecionados como participantes 20 sujeitos voluntariamente inscritos e selecionados pelo Programa de Reeducação Alimentar da Universidade de São Paulo (PRAUSP). O PRAUSP conta com profissionais das áreas de psicologia, nutrição e enfermagem que, trabalhando de forma multidisciplinar, intervêm nos principais fatores etiológicos e mantenedores da obesidade. Os instrumentos utilizados na coleta de dados incluem entrevista semi-estruturada e questionários clínicos de auto-avaliação. A entrevista semi-estruturada foi composta por tópicos que investigavam fatores como o histórico de sobrepeso do participante, hábitos diários e alimentares, preocupações relativas à questão da obesidade e fatores desencadeadores do problema, além de fatores de resgate que possibilitariam melhor adesão ao grupo e manutenção dos resultados. Os questionários clínicos proporcionaram dados quantitativos e comparativos, sendo selecionados com o objetivo de avaliar parâmetros relativos a variáveis consideradas relevantes, tais como: ansiedade, depressão, desesperança, compulsão alimentar e percepção da auto-imagem corporal. Os instrumentos utilizados na coleta de dados foram em pré-teste e pós-teste. O programa de emagrecimento foi composto por duas sessões de testagem, dez sessões terapêuticas focadas na conceitualização e reestruturação cognitiva e sessões de encorajamento. Após a análise qualitativa dos resultados, obtida através da avaliação da flexibilização das crenças centrais desadaptativas dos participantes, foi possível observar melhora clinicamente significativa tanto nos comportamentos quanto nos pensamentos distorcidos que contribuíam para a manutenção do quadro de obesidade. A análise quantitativa foi realizada através do teste de normalidade Komolgorov-Smirnov, seguido pelo teste *t de student* para as medidas pareadas aos dados que possuem nível de mensuração intervalar e pelo teste Wilcoxon para os dados ordinais. Para todas as análises foi utilizado um intervalo de confiança de $p < 0,05$. Os resultados atestam a efetividade do programa, demonstrada pela redução estatisticamente significativa dos sintomas de ansiedade, depressão e desesperança e compulsão alimentar. Demonstram também redução significativa na distorção e

insatisfação com a imagem corporal, além de redução no índice de massa corpórea. Mais estudos são necessários para comprovar a eficácia do programa para populações de diferentes contextos, bem como avaliar o programa em perspectivas de longo prazo.

Palavras-chave: terapia cognitivo-comportamental; intervenção em grupo; obesidade.

IC

CLIN

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO PRÉ E PÓS OPERATÓRIO A PACIENTES SUBMETIDOS À CIRURGIA CORRETIVA DE PEITO ESCAVADO. *André Luiz Moreno da Silva** (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto - SP), *Gustavo da Silveira Orsi*, *Yvone A.M.V.A. Vicente* (Departamento de Cirurgia e Anatomia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto - SP) e *Renata Panico Gorayeb* (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto - SP)

Peito escavado é uma deformidade congênita da parede torácica anterior, envolvendo o osso esterno e suas articulações com os arcos costais, caracterizada por uma depressão posterior dessas estruturas, que pode ser simétrica ou assimétrica. Dependendo de sua gravidade, pode trazer conseqüências cardíacas e respiratórias para o paciente em função da diminuição do volume pulmonar e da compressão do coração pelo osso esterno. Essa má formação pode também trazer conseqüências de ordem psicológicas, visto que a depressão na caixa torácica causa alterações significativas na auto-imagem desses pacientes. A correção do peito escavado se dá por meio de intervenção cirúrgica, que visa conferir ao osso esterno e suas articulações uma configuração semelhante à apresentada na normalidade. O Ambulatório de Deformidades da Parede Torácica da Cirurgia Pediátrica do HCFMRP-USP (ADPT) atende pacientes com peito escavado, submetendo-os à cirurgia quando esta se faz necessária. Atualmente, no ADPT, é utilizada a Correção Minimamente Invasiva do Peito Escavado (MIRPE) como procedimento cirúrgico corretivo, que é realizado por meio de duas incisões laterais no tórax, através das quais uma barra de aço niquelado é colocada abaixo do osso esterno, promovendo uma elevação deste e, conseqüentemente, correção da depressão. A barra é retirada posteriormente, em outro procedimento, com intervalo médio de três anos após o primeiro. Devido ao fato de nos primeiros três meses de recuperação pós-operatória, o paciente sofrer fortes dores e importantes alterações na rotina, é de suma importância que estes sejam criteriosamente selecionados para o procedimento cirúrgico corretivo. Dentre eles encontramos aqueles que apresentam alterações cardíacas e respiratórias significativas, bem como pacientes que relatam grande incômodo causado pela depressão torácica e avaliados com alterações psíquicas significativas relacionadas à auto-estima e auto-imagem. Nesse sentido, a participação do psicólogo hospitalar como membro da equipe interdisciplinar é fundamental, pois permite que sejam também abordadas questões como a ansiedade frente ao procedimento a que o paciente será submetido, bem como a expectativa de evolução e de correção do problema, além de aspectos ligados à própria hospitalização, necessária para a realização do procedimento. O psicólogo hospitalar, quando integrado à equipe interdisciplinar, avalia no pré-operatório os comprometimentos afetivos causados pelo peito escavado, e maneja sua conduta e percepção para melhor habilitá-lo ao processo de recuperação, em concordância com a realidade. Possibilitando que o paciente seja mais bem preparado para as dores enfrentadas no pós operatório, acolhendo-as e criando estratégias de enfrentamento, e que questões como as alterações na rotina pós-operatória sejam melhor assimiladas. Este relato mostra como os pacientes são acompanhados pela psicologia hospitalar, como protocolo de atendimento no ADPT, e comparativamente a pacientes não preparados psico-afetivamente se mostram menos ansiosos frente aos procedimentos e melhor preparados frente às expectativas de melhora e à rotina pós-operatória, desenvolvendo também melhores estratégias de enfrentamento para as dores e para a reabilitação pós-cirúrgica. Observa-se

assim que o trabalho do psicólogo hospitalar, em conjunto com a equipe interdisciplinar contribui para melhora da ansiedade e o enfrentamento e a qualidade de vida do paciente frente ao procedimento da MIRPE e à rotina pós-operatória.

Palavras-chave: Terapia Cognitivo-Comportamental; Psicologia Hospitalar; Peito Escavado

Iniciação Científica – IC

CLIN

O CONCEITO DE DESEJO EM FREUD E LACAN. *Rodrigo Figueiredo Nocchi**
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ) e Rita Maria Manso de Barros (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ)

O conceito de desejo está presente ao longo do desenvolvimento de toda a teoria psicanalítica. Neste trabalho pretende-se localizá-lo, pensando sua estrutura, na obra freudiana e na do psicanalista pós-freudiano Jacques Lacan. Além disso, pretende-se extrair possíveis consequências dessa contribuição para a psicanálise. Para isso, percorremos os trabalhos de Freud e de Lacan, procurando fazer articulações teórico-clínicas. No pensamento de Freud a noção de desejo (*Wunsch*) é circunscrita em suas formulações a respeito do inconsciente, de seus efeitos e funcionamento. O desejo, para Freud, estaria associado à fixação de representações relacionadas com as primeiras experiências de satisfação, apresentando, por isso, teor sexual, conforme nos é revelado pela sexualidade infantil. Na concepção freudiana o desejo refere-se, simultaneamente, a propensão e a realização da propensão inconsciente. Nesse sentido, o sonho e a fantasia talvez sejam as produções mais significativas para exemplificar a perspectiva freudiana acerca do desejo: o sonho é a realização de um desejo recalcado e a fantasia também é a realização de um desejo, porém sob forma de alucinação. Tal estrutura formulada por Freud apresenta uma importante contribuição clínica: no sintoma do sujeito podemos encontrar o desejo na forma que Freud denominou como formação de compromisso ou, em outras palavras, como o arranjo que se dá para que o recalcado possa ser admitido no consciente, sob as formas de produções inconscientes, tais como o próprio sintoma, sonhos e fantasias. Para Lacan, em sua leitura de Freud, o desejo ocupa posição central no percurso do tratamento. Ele chega a dizer, em concordância com Spinoza, que o desejo é a essência do homem. Assim como Freud, a teoria lacaniana trata, sobretudo, do desejo inconsciente. Lacan traça uma distinção radical entre demanda e necessidade. A necessidade apontaria para os instintos e a demanda, articulada com a necessidade e com amor, produziria como resto o desejo (*désir*). Daí a fórmula de que o desejo é desejo do outro. Na concepção de Lacan o objetivo da cura analítica, independentemente de uma queixa específica, é levar o analisante, por meio da palavra, a reconhecer a verdade de seu desejo, pois ele estaria no âmago de todo sintoma - ou no que ele chamou de formações do inconsciente. Embora haja uma incompatibilidade fundamental entre o desejo e a palavra, de modo que não é possível expressar a totalidade da verdade do desejo, ao falar dele o sujeito não apenas está articulando-o linguisticamente, mas trazendo-o a existência. Nesse momento, apresentamos como principal resultado de pesquisa essa ética revelada pela psicanálise, a ética do desejo como norteadora da condução do tratamento, considerando a singularidade de cada um, conforme o seu desejo.

Bolsa de Iniciação Científica PIBIC CNPq

Palavras-chave: desejo;teoria psicanalítica;ética.

Iniciação Científica – IC

CLIN

AGRESSIVIDADE E IMPULSIVIDADE: UM ESTUDO DE CASO NA ABORDAGEM COGNITIVO-COMPORTAMENTAL. *Marcella Cassiano* e Carmem Beatriz Neufeld (Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo).*

A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) enfoca a relação entre pensamentos, emoções e comportamentos. Através do tratamento buscam-se modificações comportamentais e a reestruturação cognitiva de pensamentos e crenças distorcidas, que são desadaptativas ao indivíduo e lhe trazem prejuízos. Exige participação ativa do paciente e estabelece-se na cooperação entre este e o terapeuta. O presente estudo de caso apresenta o processo terapêutico de um paciente de 25 anos, do sexo masculino, solteiro, com nível superior completo. O paciente ~~que~~ buscou atendimento por considerar-se muito impulsivo ao tomar suas decisões, tendo dificuldade de manter relacionamentos amorosos estáveis, tornando-se incomodado, impaciente e, ocasionalmente, sendo agressivo verbalmente com as pessoas que se relacionava de forma mais próxima. Desejava também compreender melhor suas relações familiares e relacionar-se melhor com o pai, por quem nutria raiva intensa, desde a adolescência, quando descobriu que o mesmo era infiel a sua mãe. A raiva direcionada ao pai trazia prejuízos consideráveis a sua família, já que frequentemente perdia o controle e agredia verbal e fisicamente o pai. Foram realizadas 25 sessões individuais de psicoterapia em TCC, com intervalo semanal entre elas. O paciente mostrou-se muito assíduo no processo terapêutico, embora crítico e, em alguns momentos, desafiador, recusando-se a fazer as tarefas que lhe eram passadas na forma escrita, referindo que escrever trazia sentimentos ruins. A tentativa de controle de seus sentimentos foi observada não só em sessão, mas em diferentes áreas de sua vida, o paciente referia dificuldade em controlar seus impulsos, acreditando ser incapaz de fazê-los e adotando como estratégia compensatória o controle excessivo quando sentia qualquer possibilidade de reagir de forma impulsiva. No entanto, sentia necessidade de ser impulsivo, referindo que sem isso não havia aventura, o que gerava desinteresse nas atividades que desempenhava. Semelhante à estratégia usada para controlar sua impulsividade, o paciente fazia uso da passividade, contrapondo-a a seus rompantes agressivos, adotando padrão de relevar as coisas que o chateavam, embora se irritasse muito com elas e acabasse se descontrolando com a continuidade desses eventos, fazendo com que posteriormente o controle se intensificasse. Entre essas situações que lhe eram incômodas pode-se citar: pequenos problemas de convivência em sua república, divergências operacionais com seus colegas de trabalho e comportamentos que considerava inaceitável do namorado, sendo muito difícil ele a convivência harmoniosa com pessoas muito diferentes de si. Com a terapia o paciente alcançou significativa melhora no manejo de suas emoções e de impulsividade adotando posturas mais assertivas e flexíveis, melhorando sua convivência e diminuindo a necessidade de controle excessivo sobre suas ações. Já em relação a seu pai a reação de aversão intensa não passava pela mesma tentativa de controle que fazia nas outras áreas de sua vida, por acreditar-se no direito de fazer justiça ao sofrimento que o pai causou a mãe e a ele na juventude. Por essa razão foi iniciado tratamento focado na Terapia de Esquemas de Young, que dá especial enfoque à percepção das relações familiares e à modificação dos esquemas desadaptativos iniciados nessas relações.

Palavras-chave: Terapia Cognitivo-Comportamental, Impulsividade e Agressividade
Nível IC (Nível de Graduação)

Área: CLIN

TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL E DÉFICIT COGNITIVO: TRATAMENTO E DIFICULDADES. *Carolina Prates Ferreira Rossetto**, *Ana Paula Uhlmann Corder* e *Carmem Beatriz Neufeld* (Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental – LaPICC, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)

A terapia cognitivo-comportamental (TCC) é uma abordagem que pressupõe que as distorções cognitivas são a chave para os transtornos mentais e que a modificação dessas distorções levaria à melhora significativa dos sintomas. Baseada no modelo cognitivo, ela supõe que os pensamentos e as emoções são influenciados pela percepção que as pessoas têm dos eventos, associada ao modo como elas interpretam e pensam sobre uma situação. Desta forma, a TCC se mostra eficaz no tratamento dos transtornos psiquiátricos e de sintomas relacionados a eles. O objetivo deste trabalho é mostrar os principais resultados e dificuldades da utilização desta abordagem em um cliente em atendimento clínico. O cliente de 24 anos queixava-se de ter dificuldades de se relacionar com as pessoas, principalmente com pessoas mais novas ou da mesma idade que ele e do sexo feminino. Ele relatava ainda que seu maior objetivo era de encontrar uma namorada, mas se achava muito tímido. Apontava ser muito ansioso e queixava-se de ficar nervoso com facilidade, principalmente quando o interrompiam em uma atividade que lhe dava prazer. Aos seis anos de idade, tratou de um câncer na glândula pineal e, como seqüela apresentava principalmente alterações corpóreas, déficits cognitivos e tremores motores. Estes antecedentes prejudicaram o paciente no contato com os outros, pois relatava sofrer preconceito por conta da sua condição, principalmente dos seus pares, afirmando ser esse o motivo pelo qual não conseguia manter amizades com estas pessoas e confiar nelas. Durante a adolescência, o paciente teve dois episódios nos quais relatava sofrer perseguições, levando-o a destruir o seu quarto em busca de microfones em um deles. Demonstrou ter dificuldades em se expressar e em relatar seus sentimentos e pensamentos principalmente com relação às situações ruins que aconteceram com ele. Relatou também se sentir mais seguro ao ficar em casa, demonstrando insegurança diante situações desconhecidas ou que lhe causem dificuldades. O tratamento baseado na TCC incluiu psicoeducação sobre modelo cognitivo, psicoeducação sobre emoções, conceitualização cognitiva, busca de evidências para pensamentos distorcidos, experimentos comportamentais e reattribution. Um dos desafios foi adaptar as técnicas para que o cliente pudesse compreendê-las e beneficiar-se das mesmas. No decorrer das sessões, o cliente obteve melhoras significativas, primeiro conseguindo compreender o modelo cognitivo e aumentando a comunicação com a terapeuta. Mostrou-se mais tranquilo e com significativas melhoras nas habilidades sociais e na forma de expressar seus sentimentos, mas sempre com muita dificuldade em entender conceitos, levando a terapeuta a repetir várias vezes a mesma explicação ou retomar coisas já aprendidas em sessões anteriores por esquecimento do cliente. Esses dados apontam um índice de eficácia significativa da TCC em clientes com esses sintomas, mostrando não ser um impedimento para um tratamento eficiente utilizando tal abordagem. Contudo, é um processo lento e de muitas retomadas que demanda maior esforço por parte do terapeuta, inclusive adaptando as técnicas para melhor aproveitamento do paciente.

Palavras-chave: terapia cognitivo-comportamental, glândula pineal, fobia social.

IC

CLIN

PERFIL DE PACIENTES INTERNADOS PARA TRATAMENTO DA DEPENDÊNCIA DA COCAÍNA E DO CRACK. *Suzana Dias Freire* e Margareth da Silva Oliveira** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Psicologia, Grupo de Pesquisa Avaliação e Atendimento em Psicoterapia Cognitiva, Porto Alegre, RS)*

Introdução: A dependência da cocaína aspirada e fumada é responsável por grande parte das internações especializadas. Os pacientes que buscam tratamento em função do uso dessas drogas apresentam características comuns quanto a dados sócio-demográficos, histórico familiar de abuso de drogas e de tratamento anteriores. A investigação desses aspectos deve embasar estudos para delineamento de estratégias de intervenção que considerem as particularidades dessas adições. **Objetivo:** Identificar o perfil sócio-demográfico, histórico de tratamentos anteriores, e familiares com problemas relacionados a drogas de pacientes internados para o tratamento da dependência da cocaína e crack. **Método:** Levantamento quantitativo com 300 homens internados em três unidades hospitalares de Porto Alegre, especializadas no tratamento da dependência química, por convênios públicos e privados. Os sujeitos estavam em abstinência há, no mínimo, sete dias. Em entrevista individual semi-estruturada, foram aplicados: Mini Exame do Estado Mental; questionário sócio-demográfico e Critérios de Classificação Econômica Brasil (2008). **Resultados:** A aplicação do Mini-Exame do Estado Mental indicou que nenhum entrevistado apresentava confusão mental, de acordo com os resultados interpretados a partir da escolaridade. A idade variou entre 18 e 56 anos (M=27,96; DP=7,28). Dos 300 sujeitos, 225 (75%) estavam internados pelo uso do crack, e 75 (25%) pelo uso de cocaína aspirada. 74,7% eram solteiros, separados ou divorciados. 49% não tinham filhos. 74,3% haviam concluído o ensino médio. 62,7% estavam trabalhando antes da internação. 55% eram católicos. 50% referiam renda mensal familiar acima de cinco salários mínimos. Conforme os Critérios de Classificação Econômica Brasil (2008), 67,6% da amostra se concentrou entre as classes B1 e C1. Para 112 sujeitos (37,3%), aquela estava sendo a primeira internação por uso de drogas. Outros 118 pacientes (36%) já haviam sido internados de duas a três vezes. Quanto aos tratamentos anteriores, 41,3% da amostra já haviam estado em comunidades terapêuticas pelo menos uma vez; e apenas 13% já havia frequentado, no mínimo, uma reunião de grupo de auto-ajuda. Quanto ao histórico familiar, 61,3% dos sujeitos referiram que o(s) tio(s) teve problemas com álcool ou drogas; 47% relataram abuso de substâncias do pai; 36,6% indicaram irmãos com história de adições e 36% avós com esse mesmo problema. **Conclusões:** A amostra é representada por 300 homens com média de 27,96 anos de idade; dependentes de crack; solteiros, separados ou divorciados; sem filhos; com ensino médio completo; renda familiar mensal superior a cinco salários mínimos; classificação econômica entre as classes B1 e C1. A maioria dos sujeitos estava trabalhando antes da internação, e grande parte tem familiares com história de problemas relacionados ao uso de substâncias.

Apoio financeiro: CAPES e CNPq

Palavras-chave: dependência química, perfil, internação.

Nível do trabalho: Mestrado – M

Código da área da pesquisa: CLIN

AVALIAÇÃO EMPÍRICA DE COMORBIDADES PSIQUIÁTRICAS EM DEPENDENTES QUÍMICOS. *Margareth da Silva Oliveira¹, Irani Iracema de Lima Argimon¹, Paola Lucena dos Santos^{*1}, Marina Yates^{*2}, Anderson Siqueira Pereira^{*3}* (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS).

Introdução: O ASR (Adult Self-Report) é um inventário auto-aplicável que avalia aspectos do funcionamento adaptativo a partir da avaliação de problemas comportamentais e emocionais. Além disso, mensura problemas sociais, de pensamento e de atenção. Esses problemas são classificados na faixa normal, limítrofe ou clínica. O instrumento também identifica psicopatologias relacionando com o DSM-IV, sendo estas: Problemas Depressivos, de ansiedade, Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade, Problemas Somáticos, Transtorno de Personalidade Evitativa, Problemas de Personalidade Anti-social. O objetivo do presente estudo é identificar transtornos psicopatológicos em níveis clínicos em uma amostra de usuários de substâncias psicoativas em tratamento para dependência química. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, quantitativo e com delineamento transversal. Critérios de Inclusão: Participaram do estudo homens e mulheres, entre 18 e 60 anos, com no mínimo cinco anos de escolaridade e sete dias de abstinência. Instrumentos: (1) Ficha de Dados Sócio-Demográficos para caracterização amostral; (2) ASR. Os dados foram processados no programa SPSS 17.0 (*Statistical Package for Social Sciences*), onde foram realizadas análises descritivas. **Resultados:** Foram avaliados 64 pacientes, a maior parte deles era do sexo masculino (86,8%) e a idade média foi de 34,20 anos (DP=10,82), com mínima de 17 e máxima de 60 anos. Com relação à escolaridade, a maioria dos participantes estava na faixa do ensino superior (50,1%), 31,3% na faixa do ensino médio; 9,4% na faixa de pós-graduação e 9,2% na faixa do ensino fundamental. Encontraram-se os seguintes resultados nas subescalas: (1) Depressão: 45,3% estavam na faixa normal; 9,4% na faixa limítrofe e 45,3% na faixa clínica; (2) Ansiedade: 29,7% na faixa normal; 20,3% na faixa limítrofe e 50,0% na faixa clínica. (3) Problemas Somáticos: 67,2% na faixa normal; 17,2% na faixa limítrofe e 15,6% estavam na faixa clínica; (4) Transtorno de Personalidade Evitativa: 31,3% na faixa normal; 25,0% na faixa limítrofe e 43,8% na faixa clínica. (5) Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade: 31,3% na faixa normal; 25,0% na faixa limítrofe e 43,8% na faixa clínica; (6) Transtorno de Personalidade Anti-social: 35,9% na faixa normal; 14,1% na faixa limítrofe e 50,0% na faixa clínica. **Conclusão:** A maior parte dos dependentes químicos desta amostra apresentou escores classificados na faixa clínica em todas as subescalas avaliadas, com exceção da subescala de Problemas Somáticos, onde a maioria ficou classificada na faixa normal e da subescala de Depressão, cuja prevalência dos participantes classificados na faixa clínica e na faixa normal foi a mesma. Estes resultados parecem indicar que existe uma maior prevalência de Transtornos de Ansiedade, de TDAH, de Personalidade Evitativa e de Personalidade Anti-Social em dependentes químicos, se considerarmos o que a literatura científica da área apresenta em termos de prevalência dos mesmos na população geral. Ressalta-se a necessidade de novos estudos acerca deste tema a fim de corroborar ou diferir dos resultados ora apresentados.

^{*1}Bolsista de Iniciação Científica CNPq; ^{*2}Bolsista de Iniciação Científica FAPERGS;

^{*3}Bolsista de Iniciação Científica BPA/PUCRS;

Palavras-chave: Transtornos Psicopatológicos, População Geral, Dependentes Químicos.

Nível do trabalho: Pesquisador – P.

Código da Área de pesquisa: CLIN.

FATORES DE RISCO PARA BAIXA ADEÇÃO AO EXERCÍCIO FÍSICO. *Catherine Bortolon*¹, Paola Lucena dos Santos*², Martha Ludwig**¹, Jaqueline Garcia da Silva**², Margareth da Silva Oliveira¹* (Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS).

Introdução: A auto-eficácia (AE) é a percepção que uma pessoa tem da sua capacidade de chegar a um resultado com sucesso. Já a tentação seria a intensidade ou que o indivíduo experimenta para realizar um comportamento. As situações que merecem atenção são aquelas nas quais o indivíduo apresenta níveis altos de tentação e baixos de confiança. Diante disso, o presente estudo visa fazer um levantamento dos possíveis fatores de risco para que os participantes de um Programa de Mudança de Estilo de Vida para Pacientes com Risco Cardiovascular parem de fazer exercício físico. **Instrumentos:** (1) Entrevista estruturada e (2) Escala de Auto-eficácia e Tentação: inclui cinco alternativas de respostas para o quanto confiante se sente em manter-se fazendo exercício e o quanto tentado em não fazê-lo (Nada, Não muito, Mais ou menos, Muito e Extremamente). **Método:** Estudo transversal quantitativo. Participantes de ambos os sexos, idade entre 30 e 59 anos e com diagnóstico de Síndrome Metabólica. Os dados foram computados no software SPSS, versão 17.0, onde foram feitas análises descritivas e de distribuição de frequências. **Resultados:** Do total de 39 participantes, 20,5% são do sexo masculino e 79,5% do sexo feminino, com idade entre 36 e 60 e média de 51,26 anos (DP= 6,636). Com relação à escolaridade, 18% tinham até o Ensino Fundamental, 33,3% até o Ensino Médio, 41,1% até o Ensino Superior e 5,1% estavam na Pós-Graduação. Os fatores de risco para que os indivíduos parem de fazer o exercício físico, são: Dor de Cabeça (nada confiante 37,8% e muito tentado 45,9%); Frio (nada confiante 29,7% e muito tentado 27%); Situação social (não muito confiante 37,8% e muito tentado 43,2%); Quando quem atende não é qualificado (nada confiante 37,8% e extremamente tentado 32,4%); Chovendo (mais ou menos confiante 35,1% e muito tentado 32,4%); Fisicamente cansado (não muito confiante 37,8% e muito tentado 40,5%); Dor física (nada confiante 33,3% muito tentado 45,2%); Alguém próximo está doente (nada confiante 52,8% e muito tentado 44,4%). **Conclusão:** Observa-se que quando os participantes estão em alguma das situações citadas acima, há maior risco para que eles parem de fazer exercício físico, visto que nas mesmas eles apresentam baixa auto-eficácia e alta tentação.

*¹ Bolsista de Iniciação Científica BPA/PUCRS.; *²Bolsista de Iniciação Científica CNPq; **¹ Bolsista de Doutorado CAPES; **² Bolsista de Mestrado CNPq; ¹ Bolsista de Produtividade CNPq.

Palavras-chave: Auto Eficácia, Tentação, Exercício Físico.

Nível do trabalho: Doutorado – D.

Código da Área de pesquisa: CLIN.

DISTORÇÕES COGNITIVAS DE PAIS DE CRIANÇAS EM ATENDIMENTO EM UM SERVIÇO-ESCOLA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO. *Nívea Passos Maehara**, *Dayane Rattis Theodozio** e *Carmem Beatriz Neufeld (LaPICC-Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

A Terapia Cognitivo-comportamental tem como um dos seus objetivos ajudar pacientes no reconhecimento e modificação de esquemas e pensamentos automáticos desadaptados, equívocos na lógica dos pensamentos automáticos e outras cognições. Ao lidar com as distorções cognitivas, os terapeutas ensinam que o ponto mais importante nesta parte do trabalho é reconhecer que se está cometendo erros cognitivos. O enfoque cognitivo na orientação de pais ainda está em desenvolvimento, sendo a literatura na área escassa. Tendo isso em vista, este trabalho tem como objetivo conhecer as distorções cognitivas mais comuns de pais de crianças com dificuldades emocionais e de comportamento. Os pais participaram do PROPAIS (Programa de Orientação de Pais), do LaPICC da USP/RP. O programa é direcionado a pais de crianças atendidas em TCC no serviço escola. É uma intervenção cognitivo-comportamental em grupo, totalizando 10 sessões semanais, com uma hora de duração. Foram identificadas distorções de oito pais, sete mulheres e um homem, durante as sessões de intervenção. Primeiramente, foi explicado sobre distorções cognitivas, sendo ensinadas as de: 1) Pensamento tudo-ou-nada, 2) Catastrofização, 3) Desqualificando ou desconsiderando o positivo, 4) Argumentação emocional, 5) Rotulação, 6) Maximização/Minimização, 7) Abstração seletiva ou filtro mental, 8) Leitura mental, 9) Supergeneralização, 10) Personalização, 11) Declarações do tipo “eu deveria” e “eu devo”, 12) Visão em túnel. Além disso, foram feitos exercícios na sessão para fortalecer o que foi aprendido. Como tarefa de casa, solicitou-se que os pais levantassem uma situação, pensamento automático, comportamento e emoção e analisassem seu pensamento, identificando evidências a favor e contra, classificando-os depois nas categorias de distorções. As que mais apareceram foram Leitura mental (25%), Argumentação emocional (18,75%), Catastrofização (12,5%), Supergeneralização (12,5%). As demais distorções apareceram com frequência de 6,25%. Conhecer erros de pensamentos em pais é fundamental, considerando que estes influenciam a forma como eles interpretam o comportamento de seus filhos e as práticas educativas adotadas, sendo importantes focos de intervenção. Leitura mental e argumentação emocional parecem ser as distorções principais para este grupo de pais. A presença destes erros de pensamento pode levar os pais assumirem práticas educativas supondo que sabem o que seu filho está pensando naquela situação e mais em função do que sentem que das evidências do ambiente. Assim, podem agir de forma inadequada em alguns momentos ao desconsiderar outras possibilidades. Acredita-se que a percepção deste erro de pensamento e a mudança para outro mais adaptativo pode melhorar a relação pai-filho e a formas mais adequadas de educar.

Apoio: CNPq

Palavras-chave: orientação de pais, terapia cognitivo-comportamental, distorção cognitiva

IC

Código da área: CLIN

HABILIDADES SOCIAIS EDUCATIVAS DE TERAPEUTAS INICIANTEs: UM ESTUDO DE CASO. *Ana Aparecida Vilela Miranda**, *Bruna Roberta Pereira dos Santos**, *Nadielle de Paula Moura Lira** e *Sheila Giardini Murta* (Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal)

A aliança terapêutica e o uso adequado das técnicas estão entre os fatores preditores do êxito da psicoterapia. A qualidade da comunicação com o cliente é um dos elementos importantes neste contexto. Por isto, na formação profissional de novos terapeutas, o treino em habilidades sociais educativas torna-se essencial na medida em que os capacitarão para manter uma comunicação adequada com o cliente. Nos cursos de graduação em Psicologia, esse objetivo pode ser alcançado através do estágio obrigatório. Com o amparo da supervisão, é importante que o futuro psicólogo aprenda e aplique na prática as habilidades sociais educativas do terapeuta, um dos principais objetivos do estágio. Sendo assim, a formação do estagiário deve ser constantemente avaliada, permitindo conhecer a evolução no desempenho dos terapeutas aprendizes. Este estudo objetiva descrever as habilidades sociais educativas emitidas por duas estagiárias terapeutas iniciantes, que atuaram em dupla, no atendimento a uma cliente adulta. A formação de ambas compreendeu uma disciplina sobre a abordagem cognitivo-comportamental e supervisão semanal. Nesta última, foram simulados atendimentos, planejadas as sessões, discutida a evolução da cliente e avaliado o desempenho das terapeutas. Para isso, foram analisadas as verbalizações das terapeutas em quatro sessões de atendimento individual, gravadas em áudio. Foi utilizado um *checklist* com 44 categorias de habilidades sociais educativas. Registrou-se a frequência de verbalizações emitidas por cada terapeuta em cada categoria de habilidade. As falas de maior frequência, mínimo de 34 por sessão, foram as que transmitem atenção e interesse (como “huhum”, “certo” e “sim”). As verbalizações que tiveram alta frequência em apenas algumas sessões foram relativas à investigação (como acessar impacto do comportamento-problema), reforçamento de progressos (como auto-observação e esforço para mudança) e valorização de recursos da cliente (como seus aspectos saudáveis). As verbalizações de menor frequência (com uma ou duas ocorrências no total) foram: pedir *feedback*, resumir progressos da cliente, acessar crenças, conectar os comportamentos da cliente na sessão e na vida cotidiana, acessar adesão ao tratamento, resumir resultados de intervenções e avaliar conhecimento da cliente sobre os assuntos trabalhados. Identificou-se que mais da metade (24) do total de habilidades tiveram frequência constante entre as sessões. Além disso, verificou-se que algumas habilidades educativas ainda não foram estabelecidas no repertório comportamental das terapeutas: investigação com o cliente sobre o foco da sessão; perguntas relativas à percepção do cliente sobre os ganhos e perdas decorrentes de sua ação; estabelecimento de conexões entre os comportamentos do cliente na situação terapêutica e sua vida cotidiana e discussão de eventuais problemas relacionados a adesão ao tratamento. Os resultados evidenciam algumas habilidades consolidadas nos repertórios das terapeutas iniciantes e outras habilidades a serem fortalecidas. Implicações para a formação profissional são discutidas.

Palavras-chave: habilidades sociais; aliança terapêutica; formação de psicoterapeutas.

Trabalho de graduação (IC)

CLIN

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: REVISÃO DE LITERATURA (2000-2009). *Ana Lucia Ivatiuk* ** (PUCCAMP, Campinas – SP; FACEL, Curitiba - PR) e *Elisa Medici Pizão Yoshida* (PUCCAMP, Campinas – SP)

A Orientação Profissional (OP) pode ser compreendida como o conjunto de estratégias que visam auxiliar um indivíduo a tomar decisões sobre sua vida profissional, às quais podem estar relacionadas com a primeira escolha, reorientação profissional, mercado de trabalho ou inserção profissional. Esta forma de intervenção tem se tornado crescente nos últimos anos, nos diversos estratos da população e faixas etárias. As pessoas que possuem algum tipo de deficiência também podem apresentar esse tipo de dúvida e necessitar desse auxílio. No Brasil, esta população pode corresponder a 14,5% do número total de brasileiros em idade de inserção no mercado de trabalho. Este trabalho teve como objetivo realizar uma revisão na literatura em relação à orientação profissional em populações que apresentam algum tipo de deficiência na última década. Foi desenvolvida a partir da busca em bases de dados eletrônicas, onde foram selecionados artigos (N=41), teses e dissertações (N=6), e capítulos de livros (N=2) e livros (N=4) que tivessem relação com a temática, totalizando 55 produções. Destas, 30 eram nacionais e 25 estrangeiras. Considerando-se que os trabalhos abrangeram uma década, esse número foi pequeno se comparado a outras áreas da psicologia. As referências foram analisadas quantitativa e qualitativamente com base em categorias de análise previamente desenvolvidas e constantes em um Formulário organizado para esta finalidade. Os resultados apontaram que 31% dos trabalhos abordaram questões relativas à inserção profissional, 18% sobre mercado de trabalho e 13% sobre a primeira escolha. Poucos trabalhos focalizavam práticas propriamente ditas de OP (27,3%). Em relação à natureza dos trabalhos, houve um predomínio dos estudos empíricos (43%), seguidos das revisões de literatura (20%), sendo que estas em geral referiam-se a um ou outro tema e não aos dois em conjunto. Os estudos encontrados apontaram como foco os portadores de deficiência propriamente ditos (58%), ou pessoas de seu convívio como, empregadores e/ou familiares e/ou educadores (23%). Os resultados apontaram o predomínio de artigos em periódicos das áreas de Psicologia e Educação, referentes a pesquisas de levantamento sobre jovens adultos atendidos individualmente em OP, com abordagem comportamental ou psicanalítica e com pouca ênfase no processo. A pesquisa teve alguns limitadores, como à questão da definição dos descritores comuns aos dois tipos de literatura pesquisada. A literatura estrangeira apresenta alguns delineamentos de pesquisa mais refinada e com número de participantes mais significativos. Identifica-se que a área pesquisada está em fase de expansão de conhecimentos.

Financiamento: Bolsa Capes II

Trabalho de Doutorado

Palavras-chave: Orientação Profissional, Escolha Profissional, Pessoas com deficiência.

CLIN Psicologia Clínica e da Personalidade

A SEXUALIDADE E SEU CONTROLE ENTRE ADOLESCENTES EM BRASÍLIA: QUANDO DIZER É FAZER. *Bruna Bukowitz**, *Elisa Coelho*** e *Valeska Zanella (Instituto de Educação Superior de Brasília/Brasília-DF)*

O xingamento é uma poderosa arma de controle social, pois aponta determinados lugares sociais que não devem ser ocupados pelos sujeitos. No entanto o que é julgado como favorável e o que é indesejável socialmente depende da cultura da qual o sujeito faz parte, de seus valores e de importantes papéis de gênero, de modo que o que é elogioso para um homem pode não sê-lo para uma mulher, e vice-versa. Da mesma maneira, o mesmo xingamento atribuído a um homem ou a uma mulher pode adquirir conotações bem diferentes. O presente trabalho teve como objetivo fazer o levantamento dos piores xingamentos atribuídos aos homens e às mulheres, em grupos de adolescentes de classes sociais diferentes no Distrito Federal. Para tanto, foram utilizados questionários semi-estruturados contendo quatro perguntas, acerca dos piores xingamentos atribuídos tanto às mulheres quanto aos homens; e as situações nas quais esses xingamentos são utilizados. Os questionários foram aplicados em duas escolas, uma particular de Brasília, e outra pública, da periferia do Distrito Federal, num grupo de alunos que cursava o terceiro ano do Ensino Médio. Ao todo, foram aplicados 86 questionários em adolescentes homens: 18 na escola pública, 68 na escola particular; e 99 questionários em adolescentes mulheres: 52 na escola particular, 47 questionários na escola pública. As respostas passaram por uma análise de conteúdo. Dentro dos resultados obtidos, foi possível se criar seis categorias que buscaram o enquadre dos xingamentos, tais quais: atributos físicos, atributos intelectuais, comportamento sexual, traços de caráter, Relacionados à Família e outros. Foram encontrados 875 xingamentos no total, 42,74% atribuídos aos homens e 57,26% às mulheres. Observou-se que o comportamento sexual foi a categoria mais expressiva, tanto para homens quanto para mulheres, porém, o caráter do xingamento se difere: para os homens, quando estes apresentam comportamento passivo, por exemplo, “viado”, “broxa”; já para as mulheres, quando estas apresentam comportamento sexual ativo, como “puta”. Assim, para os homens percebe-se que ser ativo sexualmente, potente, viril é o almejado. Em contraste, a passividade sexual é motivo para xingamento, ou seja, lugar que não se deve ocupar. Em relação às mulheres, percebe-se que a atividade no comportamento sexual é considerada (justamente por ser xingamento) como inadequada e mal vista. Assim, a afirmação do desejo feminino é tida como lugar que uma mulher não deve ocupar. Podemos concluir assim que os xingamentos são uma espécie de sintoma da nossa sociedade, mostrando seu modo de funcionamento e controle social. Ao xingar, o sujeito não apenas aponta para a sociedade (e os valores relacionados às relações de gênero) da qual faz parte, mas age mesmo como reprodutor e reforçador desses valores.

Palavras-chave: Xingamentos, Relações de Gênero, Sexualidade
IC

Cod. Área de Pesquisa: CLIN

ESTABILIZAÇÃO PARA PACIENTES COM TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO (TEPT): ANÁLISE DA ESPECIFICIDADE CULTURAL DE TÉCNICAS IMAGINATIVAS. *Luciana Frei Bruel* e Konrad Reschke (Universität Leipzig, Alemanha)*

Seguindo o conceito da Terapia Integrativa do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT; CID-10: F43.1), com as diretrizes de terapia da Associação Alemã de Psicotraumatologia (DEGPT), no tratamento de pacientes traumatizados deve-se atingir numa primeira fase sua a estabilização psíquica. Sendo a revivescência repetida do evento traumático na forma de imagens, pesadelos ou lembranças invasivas, a esquiva de estímulos associados com o traumatismo e a hiperatividade neurovegetativa sintomas cardinais de TEPT, que podem interferir no tratamento do transtorno e além disso podem se revelar como fatores de risco de re-traumatização dentro do processo terapêutico, a estabilização é vista como uma premissa para o trabalho de superação do traumatismo. O trabalho aqui apresentado aborda o uso da Imaginação como técnica de atingir estabilidade psíquica de pacientes traumatizados com o intuito de amenizar os sintomas típicos e possibilitar assim a elaboração e integração traumática. A Imaginação é utilizada como método de intervenção em diferentes abordagens da Psicologia Clínica e em diferentes formas da Psicoterapia tanto no contexto de tratamento de transtornos específicos quanto como método de relaxamento modificado para a promoção da saúde. No conceito da terapia do trauma são descritos exercícios imaginativos com duas finalidades: distanciamento emocional (para obter controle sobre o conteúdo e o decorrer de pensamentos intrusivos relacionados a momentos críticos) e ativação de recursos (através do fortalecimento de redes associativas de conteúdo positivo). Para a análise da sensibilidade intercultural desta técnica, com intuito de investigar a aplicabilidade dela no contexto psicoterapêutico no Brasil, foi feita uma seleção de três exercícios de distanciamento e três de ativação de recursos, quais vem do repertório usado em países de língua alemã (autoria de L. Reddemann). As respectivas instruções foram traduzidas para o português e apresentadas dentro de um workshop para os estudantes do mestrado em Psicologia Clínica da Universidade Federal do Amazonas. Depois de conhecerem os exercícios na prática os quinze mestrandos os avaliaram respectivamente sob o ponto de vista da adaptação da instrução e da expectativa de aplicabilidade do imaginário utilizado. Isso ocorreu na base de um perfil de polaridades considerando tanto aspectos estruturais dos exercícios como a especificidade das sensações evocadas através deles. Os dados confirmam uma expectativa positiva perante efeitos dos exercícios para a estabilização de pacientes sendo levadas em consideração características culturais do Brasil. Foi confirmado também que o grau de exigência dos exercícios para o paciente não é elevado demais. Estes resultados revelam a aceitação e a expectativa de aplicabilidade da adaptação dos exercícios imaginativos. Além disso os participantes expressaram interesse voltado ao desenvolvimento de exercícios para tipos específicos de temas traumatizantes, sendo que as sugestões não se relacionavam a aspectos culturais, o que pode ser interpretado como mais um indício da adequação dos exercícios de estabilização independentemente do contexto cultural.

Transtorno de Estresse Pós-Traumático; Técnicas de Estabilização Psíquica; Terapia Integrativa

IC

CLIN

O ACOLHIMENTO DA DOR NO NÃO DITO: UM CAMINHO PARA NOVAS PRODUÇÕES DE SENTIDOS NA RELAÇÃO PAIS E FILHOS. *Cristianne Spirandelli Marques** (Centro Universitário de Patos de Minas, MG) e Viviane Souto Lopes Lima* (Centro Universitário de Patos de Minas, MG).*

Trata-se da análise de três situações de atendimento familiar realizada na clínica-escola, por meio de um estágio profissionalizante em atendimento conjunto pais-filhos por estagiária do curso de psicologia. O trabalho realizado com as famílias teve duração de aproximadamente um ano. Parte-se do resgate histórico sobre a posição social da criança de, inicialmente, ser considerada como inocente e frágil, para passar à condição de emancipada, usufruindo de autonomia, independência e liberdade. No entanto, na atualidade as crianças adoecem psiquicamente e isto faz com que as famílias as tragam para o atendimento psicoterápico, muitas vezes demonstrando dificuldade e sofrimento na relação vivida com elas. As famílias que chegam para o processo de análise apresentam certa necessidade por meio dos próprios sintomas, de alguém para ouvi-las, de se sentirem acolhidos, de ter alguém que os aceite, que os olhe e os tome em consideração. Neste sentido assistimos ser trazido pela criança na relação terapêutica, no momento de acolhimento na sessão, todo o conteúdo inconsciente, expresso por meio do lúdico na formação de suas próprias teorias, enquanto ela brinca. A reflexão sobre esses atendimentos partiu de dois pontos importantes. O primeiro diz respeito à forma de acolhimento, por parte da estagiária, da dor do grupo familiar e ao trabalho de descoberta por estagiária e família do sentido dessa dor. O segundo, ao que vai se mostrando para o grupo familiar de suas dificuldades frente ao desconhecimento sobre o infantil. Revelaram-se, então, tanto a força do desconhecimento da condição relacional que era própria à família, quanto o fato de a estagiária também ir se descobrindo no exercício da escuta e do acolhimento diante desse desconhecido não dito no encontro familiar. De uma postura que antecipava a condição relacional própria à família viu-se desdobrar em alguns momentos dos atendimentos uma postura interrogante, por parte da estagiária, que servia como interpretante, ou seja, como possibilidade de ruptura para novos sentidos frente às condições limitantes, que se impunham às famílias atendidas. O atendimento conjunto grupo familiar utilizado visa trazer as famílias para o atendimento e possibilita ao terapeuta ter acesso às interações existentes e presentes entre os membros que a compõe, assim como a princípio visa também à implicação com a participação de todos, em relação à situação problema. O trabalho com essas três famílias revelou tanto um diálogo entre a dor presente no não dito na relação pais e filhos, quanto na relação da estagiária com sua condição re-descoberta de trabalho com a psique humana.

Acolhimento; Não-dito; Atendimento Familiar.

Nível do trabalho- Iniciação Científica- IC -(trabalho de graduação)

MATERNIDADE E A CONSTRUÇÃO DO BEBÊ IMAGINADO. *Regiane Rosa de Oliveira**, *Jane Palmeira Nóbrega Cavalcanti****, *Rafeli Andrade Gomes**, *Camila Pereira de Souza**, *Ionara Maria da Silva** e *Maria de Lourdes Almeida** (Faculdade do Vale do Ipojuca – FAVIP. Caruaru - PE).

O objetivo principal do presente estudo foi o de analisar a constituição da maternidade e aspectos subjetivos da gestação. A fim de atingir a meta proposta, foi elaborada uma pesquisa descritiva, com a utilização de entrevista semi-estruturada. Participaram desse estudo 30 mulheres gestantes que vivenciavam e se subdividiam em primeiro, segundo e terceiro trimestre. De acordo com as hipóteses elaboradas, observou-se que a maternidade pode ser para a mulher um período de atualização das vivências infantis. cada gravidez deve ser considerada em seu contexto e histórico pessoal da vida da mulher. O desejo de ter um filho é nutrido por muitos motivos e impulsos diferentes, de ordem consciente ou inconsciente. A gestação é um evento um tanto complexo, marcado pelas diversas mudanças na vida da mulher que vivencia sentimentos, intensos e ambivalentes que possibilitam o acesso a conteúdos inconscientes da mãe. A gestação é considerada um período de imensas mudanças físicas, psicológicas e sociais para a mulher que podemos dividir em três trimestres. O primeiro está relacionado a possibilidade de gravidez e as transformações corporais. O segundo a personificação através dos movimentos e pelas alterações do corpo da gestante. O terceiro esta relacionado a proximidade do momento do parto e ansiedades e temores. Desde o início da gestação a futura mãe estabelece uma relação imaginária com o feto. A mulher grávida estabelece um relacionamento com o feto, como se este, fizesse parte de si mesma. A representação que a mãe faz dele não é a de um embrião que está se desenvolvendo, mas de um corpo imaginado já desenvolvido, com todas as atribuições que são necessárias para a completude de um corpo. O feto é representado por um bebê completo e unificado, o qual possibilita a mãe o processo de despejar toda sua imaginação na formação deste. Através da ultra-sonografia a mãe pode conhecer algumas características do seu bebê ainda durante a gestação, o que pode alimentar ainda mais as suas fantasias em relação a este bebê, ou frustrá-la por se deparar com características que não faziam parte dessa imaginação. O bebê imaginado é uma primeira inserção da criança no mundo imaginário da mãe. A necessidade de investimento do desejo e fantasias da mãe no bebê possibilita a existência deste bebê enquanto ser humano. Portanto estas expectativas são consideradas positivas, pois através disto, a gestante dispõe de um nível de relação próximo com o bebê, imaginando-o, depositando seus investimentos nesta imagem, ainda que estes sejam narcísico. Conclui-se que o bebê já existe muito antes do seu nascimento, ele existe no interior dos pais e nas expectativas destes pais a espera dele, nos projetos que preparam o lugar para o seu acolhimento, como a preparação do seu quarto, suas roupas, escolha do seu nome. Todos estes aspectos são de suma importância, pois são atitudes e palavras que vão dando forma ao feto e se farão presentes nesta dinâmica familiar após o nascimento.

Palavras: Maternidade, Gestação, Bebê Imaginado.
(Trabalho de Graduação)

INTERVENÇÃO JUNTO A UMA ADOLESCENTE COM IDEAÇÕES SUICIDAS À LUZ DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL. *Fernanda Prata Leite Damiani** (Faculdade Pitágoras, Linhares-ES) e *Jucineide Della Valentina de Oliveira*** (Faculdade Pitágoras, Linhares-ES)

O fenômeno da adolescência na sociedade capitalista ocidental é visto como um período de transição que favorece a emergência de conflitos existenciais. Quer esses conflitos se configurem ou não na vida do adolescente, ele merece ser olhado e acolhido em seus sentimentos, a fim de que receba o apoio necessário para desenvolver estratégias adaptativas para lidar com os problemas. O comportamento suicida nessa etapa da vida tem aumentado nas últimas décadas, configurando-se como uma solução permanente para problemas temporários. Este trabalho tem por objetivo descrever as intervenções realizadas com uma adolescente de catorze de idade com ideias suicidas segundo o referencial teórico da abordagem cognitivo-comportamental. As sessões psicoterápicas aconteceram no Centro de Atendimento Integrado à Comunidade da Faculdade Pitágoras no município de Linhares-ES. A adolescente foi encaminhada ao serviço de psicologia pela tentativa de suicídio causada por superdosagem medicamentosa. Embora o comportamento autodestrutivo não tenha se repetido no decorrer da terapia, as ideias suicidas persistiam e, em virtude disso, foi criado um programa de tratamento. Este programa visou avaliar os riscos do comportamento suicida, desenvolver um plano de segurança, realizar intervenções comportamentais com a programação de atividades prazerosas, treinamento de habilidades sociais para solução de problemas, reestruturação cognitiva de pensamentos automáticos e crenças disfuncionais, primando pela manutenção e promoção da vida da paciente. As intervenções psicoterapêuticas foram direcionadas à adolescente e sua responsável, uma tia paterna com quem reside atualmente. Os instrumentos utilizados nas sessões foram: *Beck Depression Inventory* (BDI) – Inventário Beck de Depressão, exercícios de registro de pensamento e sentimentos, atividades lúdicas, com o emprego de técnicas de origami e jogos de tabuleiro, agenda semanal de atividades prazerosas, exercícios de ensaio comportamental, cartões de enfrentamento e elaboração de um contrato de segurança por escrito. Os escores obtidos no BDI (total= 25) revelaram um nível moderado na intensidade da depressão, sinalizando desesperança e riscos de novo episódio suicida. Por isso, foi feito encaminhamento para um psiquiatra, mediante a avaliação da necessidade de intervenção farmacológica. Os resultados obtidos com o tratamento psicológico apontam para a efetividade da terapia devido ao estabelecimento de uma boa aliança terapêutica, de modo que a paciente pode entrar em contato com seus sentimentos e modificar crenças distorcidas a respeito de si mesma e de seu futuro, repercutindo na criação de novos sentidos para sua vida. Acompanhar este caso clínico foi uma experiência desafiadora e ao mesmo tempo recompensadora mediante os efeitos positivos advindos desse processo, com a instrumentalização da paciente com técnicas para lidar com as adversidades cotidianas de forma mais assertiva e, por conseguinte, reduzir seu potencial suicida.

Suicídio, Adolescência, Terapia Cognitivo-Comportamental.

OUTROS

CLIN

A COMBINAÇÃO DA ORIENTAÇÃO FAMILIAR COM A PSICOTERAPIA INFANTO-JUVENIL. *Fernanda Prata Leite Damiani** (Faculdade Pitágoras, Linhares-ES) e *Jucineide Della Valentina de Oliveira*** (Faculdade Pitágoras, Linhares-ES)

O tratamento psicoterápico voltado para crianças e adolescentes assume diversas modalidades, de acordo com o enfoque da intervenção. Havendo práticas dirigidas aos pais e/ou aos filhos, contudo a literatura aponta que a combinação de orientação de pais com a terapia individual do filho apresenta relativa superioridade na eficácia do tratamento psicoterápico. Dentro dessa perspectiva, a orientação familiar é uma via para a instrumentalização dos pais a fim de treinar habilidades necessárias para lidar com as questões do filho, o que pode reduzir as queixas de problemas de comportamento e promover uma maior qualidade na interação entre os mesmos. Este relato de intervenção objetiva descrever o processo de orientação familiar combinado à psicoterapia infanto-juvenil realizado na clínica-escola da Faculdade Pitágoras de Linhares-ES no período que compreende o segundo semestre de 2009 ao primeiro semestre de 2010, segundo a fundamentação teórica da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC). Realizaram-se sessões de orientação com os pais de cinco pacientes em processo terapêutico com idades entre dez e quatorze anos. Os instrumentos utilizados na orientação familiar foram: Anamnese – utilizada para averiguar os problemas que trouxeram os filhos à terapia e seus eventos desencadeantes e mantenedores, conhecer o padrão interacional estabelecida entre pais e filhos, assim como coletar dados adicionais referentes à sua história de vida e verificar as expectativas dos pais quanto à terapia; Orientação Familiar Informatizada – com a apresentação de *slides* visando propiciar uma psicoeducação em TCC, auxiliado por um Folder Instrucional com o intuito de dotar os pais dos pacientes de ferramentas dessa abordagem psicoterápica e Registro Comportamental – prescrito com o objetivo de identificar os comportamentos dos filhos que os pais trazem como queixa, observando a frequência com que eles ocorrem, seus antecedentes e consequentes, a fim de analisar a função dos comportamentos-problema no contexto em que eles acontecem. Houve variação dos instrumentos adotados em cada caso, de acordo com a demanda clínica. Os resultados mostram que um fator inviabilizante para a construção de relações mais positivas entre pais e filhos deveu-se a uma indisponibilidade da maioria dos pais a se comprometerem em modificar seus próprios comportamentos, cujos efeitos reforçavam as condutas desadaptativas dos filhos. Isso pode se averiguado quando os pais descreviam a forma como lidavam com as situações cotidianas onde a apresentação de regras era indispensável para a autorregulação dos comportamentos das crianças/ adolescentes. Observou-se que, geralmente, essas regras eram colocadas de forma vaga, incoerentes ao contexto vivencial do filho, sobretudo havendo inconsistência na sua consequenciação. A terapia cognitivo-comportamental infanto-juvenil combinada à orientação familiar apresentou resultados mais efetivos nos casos onde houve engajamento na mudança por parte dos pais, tendo como resultado a melhoria na qualidade da interação intrafamiliar.

Orientação Familiar, Psicoterapia Infanto-juvenil, Terapia Cognitivo-Comportamental.

OUTROS

CLIN

INTERVENÇÃO CLÍNICA COM CRIANÇA E MODELAÇÃO DOS PAIS AO SEGUIMENTO DE REGRAS. *Angélica Bohrer Ferreira** e *Rodrigo Cruvinel Salgado***(Centro Universitário Vila Velha, Vila Velha/ES)

O objetivo deste trabalho é relatar de modo sistemático duas frentes de uma intervenção clínica: a primeira sobre os comportamentos de uma criança, e outra sobre os comportamentos de seus pais, tendo como base a Análise do Comportamento. As queixas dos pais se referiam a uma classe operante, cujas respostas eram nomeadas como birra, alta dependência da mãe e intolerância a regras. Foram realizadas 12 sessões de atendimento a um menino de cinco anos e 10 sessões de orientação ao pai ou à mãe, como parte das atividades de Estágio supervisionado em uma clínica-escola. As sessões foram gravadas e transcritas com o consentimento dos responsáveis. Uma análise funcional preliminar levou em conta que os comportamentos da criança considerados inadequados em geral produzem uma condição aversiva para os pais. Quando o problema está caracterizado dessa forma, duas importantes relações de contingência podem ser identificadas: os pais se comportam por reforço negativo imediato, cedendo as demandas do filho; a criança, por sua vez, tem parte de seus comportamentos indesejáveis modelados por reforço positivo, quando os pais cedem. Estas relações de contingência podem ser suficientemente poderosas para concorrer com instruções diretas do terapeuta, sobre como devem proceder. Esse conflito entre as instruções e a demanda da situação, em um primeiro momento, não é desejável ao processo terapêutico porque, em última análise, isso se torna aversivo aos adultos, que não conseguem seguir as orientações e, menos ainda, obter resultados. Tendo em vista essas considerações, os procedimentos consistiram em a) Manipulação deliberada de relações de contingência no contato direto com a criança no ambiente terapêutico, especialmente *reforçamento diferencial de outro comportamento* (DRO) e *time out*, utilizando-se da atenção da terapeuta como reforçador positivo. b) Modelação do comportamento dos pais, por meio de descrições dos comportamentos da terapeuta na sessão e de seus efeitos sobre o comportamento do menino c) Anotações de comportamentos adequados e inadequados da criança, como tarefa de casa para os pais d) Instruções diretas para os pais sobre como se comportar com o menino. Os resultados em ambiente terapêutico com a criança mostraram-se eficazes, ao diminuir comportamentos considerados inadequados, que compunham parte das queixas, e ao modelar novos comportamentos considerados adequados, sem o uso de qualquer tipo de punição. Com relação a orientação aos pais, os resultados sugerem que a modelação foi um procedimento preparatório indicado nesses casos: a medida que a terapeuta descreveu seu comportamento em sessão, ofereceu modelos iniciais de como agir, de modo que isso pudesse aumentar as chances de que comportamentos alternativos dos pais pudessem ser reforçados em outros ambientes. As anotações de comportamentos do filho, em adição, permitiram aos pais aprenderem a descrever algumas relações de contingência relevantes para que, finalmente, orientações diretas tivessem maior probabilidade de que fossem realmente seguidas.

Análise funcional; modelação; orientação a pais.

Trabalho de Graduação.

PROJETO DE EXTENSÃO NA CLÍNICA DE PSICOLOGIA: POSSIBILIDADE DE MAXIMIZAR O ATENDIMENTO DURANTE AS FÉRIAS LETIVAS. *Ana Luiza Rocha Paixão** (Universidade Tiradentes, Aracaju/SE), *Janaina Bianca Barletta* (Universidade Tiradentes, Aracaju/SE) e *Ligia Maria L. de Sanctis Pires* (Universidade Tiradentes, Aracaju/SE).

A demanda para atendimento infantil na Clínica de Psicologia da Unit tem crescido significativamente nos últimos semestres, formando uma fila de espera. Um agravante para este fato é que apenas os alunos dos dois últimos períodos do curso estão habilitados para o acompanhamento psicoterápico, mesmo que outros alunos possam fazer triagens e psicodiagnósticos. Além disso, as férias letivas, que ocorrem nos meses de julho, dezembro e janeiro são outra dificuldade encontrada, uma vez que nesses meses a clínica encontra-se fechada para atendimento. Esse período também é considerado uma barreira à adesão ao tratamento psicológico, em função do tempo de espera para iniciar o acompanhamento. Com o objetivo de minimizar esse tempo, diminuir a fila e estimular a vinculação da criança com a instituição foi realizado um projeto de extensão durante os meses de dezembro de 2009 e janeiro de 2010. Inicialmente foi proposto grupos de espera recreativos infantis, já que neste tipo de intervenção é terapêutico, lúdico e possibilita uma avaliação comportamental que facilita o encaminhamento e a priorização de atendimentos mais urgentes. Porém, no início do projeto houve a necessidade de fazer uma triagem inicial das 80 crianças da fila de espera, o que ocorreu no mês de dezembro. Nesse sentido treze alunos voluntários, do oitavo ao décimo período, identificaram a queixa dos pais e separaram as crianças por faixa etária de 6 a 8 anos e de 9 a 11 anos. As crianças de 3 a 5 anos foram excluídas por três motivos: a demanda era muito pequena em relação as outras idades, a falta de estagiário suficiente e pouca urgência de atendimento. Outra adequação foi a inclusão de grupos psicoeducativos de pais e/ou responsáveis, a fim de viabilizar uma orientação adequada e integrar a família ao tratamento. Foram efetivados nove grupos, sendo cinco infantis e quatro com pais, que aconteceram no mês de janeiro, com quatro encontros semanais de 1h30min por grupo. Os grupos infantis e de pais ocorriam ao mesmo tempo, sendo que um dos dias ocorria dois grupos infantis e um de pais. Apenas um dos grupos de pais foi facilitado por um único estagiário, enquanto os outros eram compostos por dois alunos. Além disso, toda semana havia supervisão com duas professoras responsáveis pelo projeto. Foi possível identificar divergências entre as queixas iniciais dos pais e o comportamento das crianças apresentado nos grupos. Em relação aos pais ficou evidente a dificuldade de estabelecimento de regras sem uso da agressão ou punição, apontando um estilo educativo parental negativo. Os *feedbacks* obtidos ao longo e no final do processo foram extremamente positivos, tanto das crianças como dos pais. Além disso, o projeto promoveu um espaço de conhecimento teórico, prático e de integração acadêmica para os alunos, facilitando o primeiro contato com o atendimento clínico para a maioria dos estagiários. A finalidade primordial do projeto foi alcançada, uma vez que houve diminuição da evasão ao processo psicoterápico na volta às aulas, maior agilidade para início do atendimento e aumento da adesão ao tratamento ao longo do semestre.

PALAVRAS CHAVE: Projeto de extensão, clínica de psicologia, férias letivas.

OFICINA TERAPÊUTICA: UMA EXPERIÊNCIA DE PRÁTICA EDUCATIVA E PROMOÇÃO DE SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA. *Jamile Santana Teles**, *Marília Oliveira Soares**, *Janáina Bianca Barletta*, *Luciana Britto Aragão Nascimento (Universidade Tiradentes, Aracaju/SE)* e *Maria Inês Oliveira Santos (Universidade Tiradentes, UBS Anália Pina de Assis, Aracaju/SE)*.

Após uma análise de demanda foi verificado que a UBS Anália Pina recebia um público com queixa de dificuldades emocionais e comportamentais paralelas a queixa física. A fim de promover um espaço de apoio psicológico e acolhedor das vivências pessoais dentro de um espaço coletivo, de promover a redução de ansiedade e estimular habilidades manuais desses usuários foi realizado um grupo aberto no formato de oficina terapêutica (OT). Neste sentido, o grupo foi formado por pacientes do sexo feminino, com transtorno de ansiedade reativo a situação psicossocial comprometida que as tornam pessoas com baixa auto-estima, que apresentam sintomas depressivos e de desesperança. Os encontros aconteceram semanalmente, no total de 39 encontros, cada um com duração média de duas horas, atendendo um público médio de 12 usuárias por encontro. A partir do acolhimento realizado inicialmente, foi possível elencar algumas temáticas para serem trabalhadas, já as demais foram escolhidas no decorrer dos encontros, de acordo com a demanda do grupo e passaram por: autoconhecimento, autoestima, afetividade, ansiedade, autocontrole, motivação, resolução de problemas. Os encontros foram desenvolvidos em três fases: aquecimento, arte e fechamento. Os aquecimentos tinham como intuito de integrar as participantes e estabelecer um clima propício ao trabalho, e foram diversificados em função da temática do encontro, desde o uso de relaxamento, alongamento corporal, dinâmicas até palestras psicoeducativas. A etapa das artes manuais era desenvolvida por uma especialista específica, porém durante todo o processo era estimulada a expressão de sentimentos, pensamentos e comportamentos a partir da fala das usuárias e da escuta atenta das estagiárias de psicologia. O fechamento era um *feedback* do grupo sobre a vivência de cada encontro e a escolha da temática da semana seguinte. No início e no final das sessões eram feitas avaliações do humor através do termômetro das emoções, a fim de acompanhar as mudanças nas emoções, assim como, identificar suas relações ambientais. A possibilidade de acolhimento do grupo, maximizado pela troca de experiências, facilitou o vínculo e a coesão grupal. Foi possível observar o aumento no conhecimento sobre as temáticas específicas e no repertório de habilidades interpessoais das participantes, assim como, nas interpretações mais positivas de suas vivências a partir da descatastrofização de eventos aversivos. O relato do grupo confirmou a melhora de aspectos da qualidade de vida e do convívio social no cotidiano de cada uma. Verificou-se que o nível de adesão foi alto e este foi associado ao nível de satisfação das participantes. Ao final foram indicadas expressivas modificações no comportamento dessas, já que as usuárias aprenderam a desenvolver recursos que permitem lidar com as questões de suas vidas, o que potencializou a diminuição do nível de ansiedade. Dessa forma, pode-se dizer que o grupo de OT teve efeitos positivos na autoestima das participantes, contribuiu para a maximização dos recursos pessoais como o auxílio do processo de tomada de identidade, redução dos sintomas ansiosos e melhora no desenvolvimento de relações pessoais, além de oferecer a oportunidade de aprendizado de habilidades manuais, por meio do artesanato, facilitando a geração de renda.

PALAVRAS-CHAVE: Oficina terapêutica, psicoeducação, autoconhecimento.
Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação)

CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade

GRUPO PSICOEDUCATIVO COMO FACILITADOR DE HABILIDADES PARENTAIS EDUCATIVAS POSITIVAS. *Jamile Santana Teles**, *Janaina Bianca Barletta e Ligia Maria L. de Sanctis Pires (Clínica de Psicologia, Universidade Tiradentes, Aracaju/SE)*

A partir do projeto de extensão desenvolvido com a grande demanda de pacientes infantis a serem atendidos pela Clínica de Psicologia da Unit, houve a necessidade de implantar o atendimento paralelo aos pais. Desta forma, para que os pais e/ou responsáveis pelas crianças não precisassem ficar esperando-as na sala de espera, foram construídos grupos psicoeducativos e temáticos com objetivo de proporcionar espaço para troca de vivências sobre os problemas no comportamento infantil, facilitar o relacionamento entre pais e filhos, e aumentar o repertório de práticas educativas parentais positivas. Os participantes foram encaminhados para os grupos de pais quando seus filhos foram selecionados para atendimento grupal recreativo. Os quatro encontros aconteceram semanalmente concomitantes aos grupos de crianças, durante as férias letivas, com duração média de 1h30min, atendendo um público médio de 13 pessoas. A partir da Triagem Psicológica realizada inicialmente foi possível escolher alguns temas para serem trabalhados com os participantes e os demais foram escolhidos no decorrer dos encontros, sendo estes: autoconhecimento, autoestima, afetividade, agressividade e reforço positivo. O trabalho primordial foi psicoeducativo, ajudando os pais a definirem e analisarem comportamentos. No primeiro encontro foi realizada uma palestra com as duas primeiras temáticas, que foi finalizado com a elaboração do contrato pelos participantes. No segundo encontro foi realizado um ensaio comportamental com fantoches, no qual os pais deveriam reproduzir uma cena incluindo a afetividade entre eles e seus filhos. Ao final foi realizada a troca de papéis onde os pais representavam os comportamentos de seus filhos diante de uma situação-problema. A discussão perpassou pelo sentimento dos filhos diante às punições emitidas pelos genitores, pela identificação de comportamentos indesejáveis de seus filhos e pelo desenvolvimento de novas formas de interação. A partir deste *link*, o terceiro encontro focou na agressividade, sempre buscando alternativas de forma participativa, com foco na extinção da punição e no aumento do desenvolvimento do limite com consequências lógicas. O último encontro teve como temática a importância do reforçamento positivo, gerando uma discussão sobre as vantagens de se perceber o comportamento desejável dos seus filhos, de valorizá-los, assim como, na necessidade da comunicação positiva, incluindo o ouvir. A dinâmica “repetindo sem querer” finalizou o encontro mostrando a importância da modelação, uma vez que os filhos tendem a imitar os comportamentos paternos. Foi verificado, durante os encontros, que os pais puderam compartilhar as dificuldades que tinham com os filhos, aumentando o vínculo grupal. Ao final os participantes pontuaram expressivas modificações no comportamento dos mesmos para com seus filhos, indicando o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento de algumas situações aversivas, o aumento do conhecimento sobre as temáticas específicas, o aumento do repertório de habilidades interpessoais e a reflexão sobre práticas parentais positivas. Assim, apesar do pouco tempo de intervenção, pode-se dizer que os pais puderam desenvolver recursos próprios que os permitissem lidar com os conflitos familiares de forma mais assertiva, coerente e saudável. Verifica-se a necessidade de continuação do projeto para inserção de novos temas, aumento do repertório de solução de problemas e consolidação de habilidades educativas parentais positivas.

PALAVRAS-CHAVE: Grupos temáticos, psicoeducação, habilidades parentais educativas positivas.

Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação)

CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade

A PROPAGAÇÃO DO COMPORTAMENTO ANORÉXICO NA INTERNET E SUA APROPRIAÇÃO COMO ESTILO DE VIDA: UMA ANÁLISE DE DISCURSO COMPORTAMENTAL. *Cloves Amorim e Mariana Bueno** (Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba/PR)*

O aparente aumento da incidência de transtornos alimentares no mundo inteiro tem gerado olhares diferentes sobre o problema, dentre os quais, aqueles que os veem como um caminho para a autorrealização. Estes grupos proliferam-se por meio das redes sociais e *blogs* por meio da internet e vem influenciando a conduta de muitas pessoas, sobretudo jovens do sexo feminino. Transtornos alimentares são caracterizados por graves perturbações no comportamento alimentar, de etiologia multifatorial, compostos de predisposições genéticas, socioculturais e vulnerabilidades biológicas e psicológicas, sendo muito frequentes nos portadores as características de obsessividade, perfeccionismo, passividade, déficit de autoestima, autoavaliação negativa e alexitimia. A anorexia nervosa é o transtorno mais conhecido e divulgado, sendo descrita sob diferentes contextos no decorrer da história. Estima-se que 90% das vítimas desta patologia seja mulher, e especula-se sobre o papel das mídias (televisiva, impressa e internet) no aumento da incidência destas doenças. Este trabalho foi redigido tendo como molde a metodologia de um estudo de caso de dois participantes (neste caso, dois *blogs*) com os dados obtidos por meio de levantamento de arquivos de base virtual. Cabe ressaltar que o conteúdo expresso em sites abertos é considerado domínio público. Foram levantados *blogs* que faziam referência ‘pró-anorexia’ no buscador Google e o critério de inclusão na pesquisa foi apresentar mais de 20 postagens, distribuídas em no mínimo dois meses, eleito de forma arbitrária por denotar razoável constância. Foram eleitos dois, após uma pré-análise de cinco, na qual os outros foram descartados por conterem poucos elementos passíveis de análise. Desta forma foram comparados os *blogs* de uma mulher que declara ter a anorexia nervosa diagnosticada há 20 anos ao de uma adolescente que afirma ter escolhido desenvolver a doença com o intuito de emagrecer. O conteúdo destes dois *blogs* foi examinado com o objetivo de buscar relações causais dos transtornos baseado em análise funcional do comportamento expresso no discurso escrito; clarificar o comportamento anoréxico (definido aqui como condutas desadaptativas visando a perda de peso); e levantar hipóteses sobre seu desenvolvimento e propagação no contexto das comunidades virtuais. Concluiu-se que a ‘vontade’ pode ser um fator psicológico importante no desenvolvimento da doença, mesmo porque muitos dos sintomas do quadro são perpetuados pela inanição decorrente da privação alimentar. Ademais, com base nos dados levantados verificou-se que a anorexia nervosa pode ser desenvolvida enquanto comportamento desadaptativo elaborado a partir de uma gama de seleções de comportamentos, tendo por base a gordura corporal como aversivo, história de punição (sofrida ou vicária) em relação ao excesso de peso, alto valor reforçador do autocontrole, baixo grau de resiliência e autoestima e déficit de habilidades sociais.

Palavras-chave: transtornos alimentares, mídia, comportamento.

Nível do trabalho: Outro

OUTROS

OCORRÊNCIA DE ABUSO SEXUAL EM USUÁRIOS DA INTERNET QUE FAZEM SEXO VIRTUAL. *Flávia de Ávlila Oliveira** e *Maria Cristina Antunes* (Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR)

O objetivo desse trabalho foi analisar o índice de ocorrência de abuso sexual em usuários de internet que faziam sexo virtual. Os objetivos específicos foram: analisar as informações sobre abuso sexual e a ocorrência de pedofilia na internet. Participaram do estudo 269 usuários de internet que tinham práticas de sexo virtual, recrutados em salas de bate papo, Orkut, MSN e Skype. As salas de bate-papo foram acessadas em diferentes horários e dias da semana e os usuários foram convidados para participar da pesquisa respondendo um questionário online. Cada participante recebeu um login e senha para acesso ao site, evitando múltiplas entradas de dados. Foi realizado um termo de consentimento informado, explicando os objetivos da pesquisa, garantindo sigilo e anonimato, informando que a pesquisa seria realizada com apenas com maiores de 18 anos. O questionário continha questões de múltipla escolha e escalas likert, sobre: dados sócio-demográficos, comportamento sexual e motivos para o sexo virtual. Foram formuladas tabelas de frequência utilizando-se o SPSS 16.0. A amostra foi composta por 86% do sexo masculino e 14% eram do sexo feminino; idade média de 24 anos; 6 % da amostra concluiu Ensino Fundamental; 29 % Ensino Médio; 53 % Ensino Superior e 12 % Pós Graduação; a maioria residia no estado do Paraná (49%), 21% no estado de São Paulo, 6% no Rio de Janeiro, 5% em Minas Gerais, 5 % em Santa Catarina, 14 % de outros estados; renda familiar média de R\$ 3.828,45. Observou-se que 5% concordou que se excitava com pornografia infantil, 5% afirmou que procurava crianças para sexo virtual. Em relação aos usuários que utilizavam *webcam*, 4% afirmou que utilizavam para visualizar crianças na prática do sexo virtual. Observou-se que 50% dos participantes relataram ter vivenciado algum tipo de situação de abuso sexual: 26% afirmou que lhe mostraram imagens pornográficas contra sua vontade, 40% afirmou que passaram a mão em seus órgãos sexuais sem sua permissão, 4% foi obrigado a manter relações sexuais e 6% foi obrigado a acariciar os órgãos sexuais de outra pessoa. Apesar desse alto índice de ocorrência de situações abusivas, apenas 5% considerou ter sofrido abuso sexual, sendo que a idade média do abuso foi com 12 anos. Observou-se que 9% dos participantes relataram que o abusador era um parente, 36% amigo da família e 55% professor. Os resultados demonstraram que 14% se excitava ao ver imagens de abuso, estupro ou relações forçada e 4% afirmou ter abusado sexualmente de alguém. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o abuso sexual é um dos maiores problemas de saúde pública. Os estudos realizados em diferentes partes do mundo sugerem que entre 7 e 36% das meninas e entre 3 e 29% dos meninos sofreram abuso sexual. Estes não são dados absolutos, pois trata-se de um fenômeno que é encoberto pelo segredo. A pesquisa realizada através da internet pode ser uma forma de ter acesso à pessoas envolvidas com pedofilia e abuso sexual de menores.

Palavras-Chave: Sexo Virtual, Abuso Sexual, Pedofilia.

IC

FATORES TERAPÊUTICOS NA TERAPIA DE GRUPO COGNITIVO-COMPORTAMENTAL: UM ESTUDO CLÍNICO. *Sheila Giardini Murta, Eduardo dos Santos Silveira Barbosa*, Juliana Silva Rocha Aguiar* e Sara Nunes Rodrigues de Queiroz* (Universidade de Brasília, Brasília, DF)*

Os fatores terapêuticos são importantes elementos da terapia de grupo relacionados à mudança e resultam tanto das ações do terapeuta quanto dos participantes do grupo. É essencial atentar-se para os fatores terapêuticos dentro da estrutura das sessões de terapia cognitivo-comportamental, a qual inclui revisão de tarefas, apresentação de novas informações, práticas de habilidades e planejamento de tarefas de casa. O objetivo deste trabalho é descrever uma experiência de intervenção em grupo de base cognitivo-comportamental para adultos e os fatores terapêuticos do grupo ocorridos ao longo das sessões. O grupo iniciou-se com seis participantes e posteriormente cinco membros participaram regularmente das sessões. Faziam parte do grupo inicial um homem, C, 32 anos e cinco mulheres: J, 23 anos; S, 27 anos; L, 31; F, 32 e A, 61. Foram realizadas em média três sessões individuais prévias com todos os participantes do grupo, no intuito de estabelecer as demandas e auxiliar no planejamento das sessões. Para tal foi utilizado um roteiro de formulação de caso, abordando o motivo de busca de terapia, a caracterização do problema, as características sócio-demográficas, história de vida, rede de apoio social, recursos e informações sobre experiências anteriores em psicoterapia seguida de psicoeducação. Após as sessões individuais foram delimitados os objetivos a serem trabalhados em grupo, a saber: autoconhecimento, habilidades sociais, enfrentamento e resolução de problemas, relacionamentos interpessoais, crenças e autoestima e empoderamento. Os temas abordados no decorrer do grupo terapêutico foram respectivamente: resiliência, risco e proteção (1ª sessão); habilidades sociais assertivas e empáticas (2ª sessão); culpa x responsabilidade e relações familiares (3ª sessão); erros de pensamento e resolução de problemas (4ª a 6ª sessão); vínculo e responsividade (7ª sessão) e esquemas disfuncionais (8ª a 10ª sessão). Foram realizadas 10 sessões com frequência semanal e duração de duas horas, onde três estagiários se revezavam nos papéis de terapeuta, co-terapeuta e observador. Todas as sessões foram relatadas em registro escrito com as observações pessoais de cada um dos estagiários a parte. As sessões são ilustrativas de diversos fatores terapêuticos, principalmente coesão grupal, catarse, fatores existenciais, instilação de esperança, universalidade, compartilhamento de informações e desenvolvimento de técnicas de socialização. Conclui-se que as desistências, faltas e número reduzido de sessões foram limitadores da experiência. O equilíbrio entre estruturação da sessão e abertura para demandas predominantes do grupo fez-se necessário para alcançar os objetivos propostos. Por fim, pode-se perceber o resultado das primeiras sessões no caráter psicoterapêutico marcante do grupo.

Palavras chaves: fatores terapêuticos, psicoterapia de grupo, terapia cognitivo-comportamental.

Nível do trabalho: Iniciação Científica - IC

COMO A QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS É AFETADA PELO ESTRESSE.

*Irene da Conceição Martins de Souza Rogati** (Universidade São Judas Tadeu – SãoPaulo/SP), *Lidiane dos Santos Silva** (Universidade São Judas Tadeu – SãoPaulo/SP), *Priscila Cabral Lima** (Universidade São Judas Tadeu – SãoPaulo/SP) e *Raudriane Viana Albert** (Universidade São Judas Tadeu – SãoPaulo/SP).

Tendo em vista que no país a expectativa de vida vem crescendo significativamente, é importante analisar quais são os fatores que podem contribuir para melhorar a qualidade de vida para os idosos, tais como ter propósito de vida, interação social, aceitar o fato de estar envelhecendo, coisas que podem ajudar o idoso a se desenvolver bem. Um dos fatores mais relevantes que interfere no processo de envelhecimento saudável é o estresse. O presente trabalho teve por objetivo pesquisar em uma base de dados, artigos científicos com as temáticas sobre envelhecimento relacionado com o estresse, e o objetivo específico foi levantar no material pesquisado como o envelhecimento associado ao estresse afeta a qualidade de vida dos idosos. A base de dados utilizada para pesquisa foi o *site* da *Scielo*, uma biblioteca eletrônica *online* de revistas e artigos científicos, foi realizado uma busca sistemática de palavras-chave, tais como: envelhecimento, idoso, idosos, terceira idade, estresse, *stress*, palavras que envolveram o objetivo em questão, buscou-se artigos publicados entre 2001 a 2009. Foi obtido no total 30 artigos atendendo ao objetivo desse trabalho, e as características analisadas nos artigos foram: Análise de dados, Instituição dos autores, Composição do resumo, Tipo de pesquisa, Idade dos participantes e Ano de publicação do artigo. Foram obtidos os seguintes resultados, a análise qualitativa foi a mais utilizada pelos pesquisadores com 66,6%, ao que se refere à Instituição dos autores a mais freqüente é a Instituições Públicas com 80%, em Composição do resumo foi verificado se atendiam ou não aos requisitos: Frase de contextualização, Objetivo, Método, Resultado e Conclusão, sendo que 16 artigos atenderam a frase de contextualização, 21 atenderam ao objetivo, 25 artigos apresentaram o método, 24 mostraram os resultados, e 16 artigos expuseram a conclusão. O Tipo de pesquisa mais freqüente é a descritiva com 63,3%, Com relação à idade dos participantes a média das idades foi de 67 anos, e o Ano que obteve mais publicações foi 2009 com 26,6%. Mesmo sendo encontrado um número relevante de artigos, fica evidente a falta de pesquisas que identifiquem e discutam aspectos que contribuem para a melhora da qualidade de vida das pessoas que estão em processo de envelhecimento, e como podem lidar com fatores externos e internos como o estresse e seus efeitos na população idosa, assim como também todas as possibilidades de viver a velhice de maneira saudável e produtiva, descobrindo nas atividades do seu dia a dia formas mais prazerosas de realizá-las.

Palavras-chave: Estresse. Velhice. Aspectos Psicológicos.

Trabalho de Iniciação Científica – IC (Trabalho de Graduação).

ESTILOS DE REFLEXIVIDADE NAS DELIBERAÇÕES DO SELF POR AUTORRELATOS DE CONVERSA INTERNA. *Juri Silva da Silva** e *Helen Longhi Wagner*** (*Laboratório de Fenomenologia Experimental e Cognição – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS*)

Conversas internas são as deliberações que as pessoas realizam continuamente a respeito de si em relação aos contextos sociais em que estão inseridas e que influenciam possíveis cursos para ações futuras. Pesquisas apontam a existência de quatro estilos reflexivos: reflexivo-autônomos, reflexivo-comunicativos, metarreflexivos e reflexivo-fraturados. Os reflexivo-autônomos consideram suas deliberações internas suficientes, não havendo necessidade de partilhá-las. Reflexivo-comunicativos iniciam sua conversa interna de forma privativa, completando-a através da externalização de seus pensamentos. Metarreflexivos refletem sobre a própria reflexividade, ou seja, sua conversa interna versa sobre os assuntos que são pensados. Por fim, os reflexivo-fraturados tiveram sua capacidade reflexiva suspensa em algum momento da vida. O presente estudo teve por objetivo explorar os diferentes estilos de conversa interna através de autorrelatos sobre a experiência da conversa interna. Participaram sete mulheres e três homens com perfis e idades diversos, residentes na cidade de Porto Alegre e Região Metropolitana. Foi utilizada uma entrevista semi-estruturada, dividida em duas partes. A primeira buscou uma descrição geral da experiência: os participantes foram questionados sobre sua experiência de praticar a conversa interna, sendo solicitados a falar livremente sobre o assunto. A segunda focalizou a conversa interna como estratégia para pensar e planejar o futuro. Nesta etapa, foram investigadas as principais preocupações e as áreas da vida que tinham maior importância para os participantes no momento. Os informantes foram encorajados a avaliar e descrever seus projetos futuros, relacionando-os a sua prática de conversa interna. Foi investigada ainda a percepção da conversa interna como ferramenta facilitadora ou não dessas situações. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas. A análise das entrevistas seguiu as etapas do método fenomenológico: Descrição, Redução e Interpretação. Os resultados permitiram observar a ocorrência dos quatro estilos de reflexividade descritos em estudos anteriores. Contudo, o modo reflexivo-fraturado requer maiores investigações para diferenciá-lo: 1) de dificuldades circunstanciais, ou o contrário; 2) modo dominante de reflexão, acarretando prejuízos à agência; e 3) associação com psicopatologia ou comprometimentos dos sistemas cognitivos. Conclui-se que a conversa interna, enquanto fenômeno universal, é de difícil investigação empírica. Entretanto, entrevistas semi-estruturadas constituem uma forma fidedigna de acessar o fenômeno através dos dados de primeira pessoa. Desta forma é possível sugerir que a reflexividade é um fenômeno humano único, embora apresente expressividades e articulações variantes. Os relatos dos participantes apontaram para o que parece ser uma característica intercultural da conversa interna: sua variância conforme a situação específica e à área de vida à qual se relaciona.

Bolsa de Iniciação Científica – CNPq

Palavras-chave: Reflexividade, Conversa interna, Autorrelatos.

PROJETO WINNICOTTIANO: ADEQUAÇÃO ENTRE TEORIA/TÉCNICA E CERTAS CATEGORIAS DE PACIENTES. *Carolina Nunes de Antonio** (Instituto Paulista de Psicologia, Estudos Sociais e Pesquisa – São Paulo-SP) e Joaquim Gonçalves Coelho Filho (Instituto Paulista de Psicologia, Estudos Sociais e Pesquisa – São Paulo-SP)*

A retomada do projeto winnicottiano, no final de um século predominantemente freudiano, é o grande alento para pacientes de certas categorias de classificação e para a Psicologia do século 21. Sem se opor a Freud, quando se trata de pacientes configurados pela organização neurótica de personalidade, Winnicott, no período entre 1940 e 1970, propõe uma nova leitura de certos conflitos apresentados e, conseqüentemente, uma nova técnica de atendimento para os pacientes não contemplados pelo projeto freudiano. São pacientes que tiveram o seu desenvolvimento emocional interrompido, diante de falhas ambientais, apresentando-se com egos fragilizados, pela falta de integração e personalização. Este trabalho ocupa-se em destacar a contribuição de Winnicott para o atendimento de categorias de pacientes cada vez mais presentes no universo clínico, seja público ou privado. A título de ilustração das discussões, é apresentado um processo, pautado na técnica breve, de paciente de 24 anos, cursando Contabilidade, estagiária, mais velha de cinco filhos, solteira, com histórico de episódios de pânico, que apresentou como queixa sofrer de muita ansiedade. Nas entrevistas preliminares, a paciente relatou, permeado de sentimentos ambivalentes, o fato de ter sido adotada, recém-nascida, dois meses antes do nascimento de um filho do casal que a adotou. Fala em tom de agradecimento ao mesmo tempo em que deixa transparecer que tal situação a deixou em desvantagem em relação ao filho biológico dos pais adotivos. Confirma a ambivalência de sentimentos ao repetir as palavras da mãe adotiva ao referir-se a ela: “era um bebê que a mãe não queria e como iria ter meu primeiro bebê dali a 2 meses, pensei ‘quem cria um, cria dois’ ”. Evidencia, assim, que sua adoção não foi desejada, mas sim, uma combinação de fatores, um arranjo. A dificuldade subjacente à queixa residia no estabelecimento do lugar a ocupar nessa família, sendo esta o foco de trabalho estabelecido para o processo. Como objetivo foi estabelecido o resgate de limites e circunscrição da sua pessoa, principalmente em relação à família que a adotou, uma vez que cresceu sendo coadjuvante da história do irmão, nunca tendo sido protagonista de sua própria história. Neste caso, faltou validação da sua pessoa, evidenciada na insegurança, sempre que se via obrigada a estabelecer relacionamentos com terceiros, incluindo os membros da família adotiva. O planejamento psicoterapêutico pressupôs o ‘holding’ winnicottiano, já que a paciente não tinha história própria e necessitava de um lugar onde pudesse vivenciar o sentimento de pertencimento e apropriação de si mesma. A técnica winnicottiana pauta-se na reprodução aproximada da relação mãe-bebê, uma vez que esse tipo de paciente queixa-se do não-acontecido, do não-vivenciado, contrariamente à queixa dos pacientes integrados, atendidos pelo projeto freudiano, que se referem ao que aconteceu, ou seja, frustraram-se diante da perda da mãe que tiveram. Evidencia-se a contribuição de Winnicott e o ‘setting’ terapêutico proposto por ele, com vistas ao desenvolvimento da confiabilidade em relação ao psicoterapeuta e, por extensão, a terceiros que o cercam, pois a questão principal ainda se prende à relação a dois, distante da vivência da tríade freudiana.

Palavras-chave: Projeto Winnicottiano; Projeto Freudiano; Manejo Terapêutico.

Pesquisador – P ou Outro

PLANEJAMENTO EM PSICOTERAPIA NA TERCEIRA IDADE. *Ana Lúcia Gatti (Universidade São Judas Tadeu – São Paulo-SP-Brasil), Antonio Carlos Possa (Instituto Paulista de Psicologia, Estudos Sociais e Pesquisas e Faculdades Metropolitanas Unidas – São Paulo-SP-Brasil) e Joaquim Gonçalves Coelho Filho (Instituto Paulista de Psicologia, Estudos Sociais e Pesquisas – São Paulo-SP-Brasil)*

Como herança da *Phármakon* de Platão, a clínica é vista como o lugar onde se encontra a droga (remédio), com poder de estancar a dor vivenciada; a tintura, com poder de transformar algo em alguma coisa mais vistosa; a escritura, representada pela homologação da dor; e, por fim, o objeto numinoso, ou melhor, a solução mágica. Desta forma, este trabalho procura refletir sobre a busca por terapia e o alto índice de abandono de processos clínicos pela população da 3ª idade, a despeito do aumento da busca por psicoterapia, principalmente em decorrência da elevação da longevidade da população. São questões envolvendo o reposicionamento de identidade, em função da quebra da identidade profissional ou da identidade conjugal, bem como da quebra de toda a dinâmica familiar, com a adesão ou perda de componentes. Assim, é importante que o terapeuta recorra ao planejamento de seu trabalho, a fim de que todas as variáveis apresentadas possam ser contempladas. A técnica da psicoterapia breve oferece bons subsídios para o estabelecimento de um foco de trabalho, a partir do núcleo do conflito, que foi sintetizado na queixa apresentada pelo paciente. O planejamento deve considerar os objetivos estabelecidos para o processo, a melhor combinação de intervenções que norteará o manejo dos atendimentos, além do período em que se desenvolverá o processo. Como ilustração de um planejamento psicoterápico, utiliza-se um processo breve de paciente de 55 anos, solteira, auxiliar de dentista, cuja queixa principal referia-se à depressão, que associava a sua vida ‘descolorida’, por não conseguir nada que a empolgasse, decorrente de seu núcleo de conflito atrelado ao sentimento de abandono. Após as três sessões iniciais, com o estabelecimento da aliança terapêutica, foi traçado o planejamento do processo, que estabelecia como foco a dificuldade em reconhecer suas potencialidades, traduzido no objetivo de encorajá-la a tomar iniciativas, diante das oportunidades surgidas no seu cotidiano. Subjacente a esse objetivo, encontrava-se a possibilidade de resgate de sua autoestima, evidenciada em intervenções de apoio, validação empática e de encorajamento à elaboração. No decorrer do processo, a cliente passou a demonstrar maior confiança em si mesma, diante das primeiras iniciativas tomadas, já que, até então, como foi verbalizado pela cliente, ela não canalizaria sua atenção para as oportunidades surgidas, considerando-se derrotada de antemão. Nessa altura do processo, a terapeuta atualizou o planejamento inicial, incorporando novo conjunto de intervenções, em face da maior disponibilidade de recursos internos da cliente, apoiando-se em intervenções de clarificação e confrontações, em que eram destacadas as suas contradições entre desejo e falta de iniciativa. O processo foi finalizado após 6 meses de atendimento, com 23 sessões, incluindo-se três faltas justificadas, com a paciente apresentando ganhos efetivos em suas conquistas, confirmados no contato para as entrevistas de follow-up, marcado para dali a 6 meses. Conclui-se, assim, que o planejamento psicoterápico é um bom orientador para a condução de processos terapêuticos com população idosa, principalmente quando atendida pela técnica breve, já que o tempo determinado exige um profissional mais ativo e focalizado no exercício de seu trabalho.

Palavras-chave: Terceira Idade; Psicoterapia Breve; Planejamento Psicoterápico.

Pesquisador – P ou Outro

PSICOTERAPIAS HUMANISTAS E FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAIS: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS. Joanneliese de Lucas Freitas, Luana Martins Sorrentino*, Thayane Leonardi Zomkowski* e Leticia Bender* (Núcleo de Estudos do Desenvolvimento Humano do Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR)

Frente à diversidade das abordagens fenomenológico-existenciais e uma pretensa identidade com as perspectivas humanistas, a presente pesquisa teve como objetivo compreender as formas pelas quais tais abordagens têm sido apresentadas na literatura científica brasileira, bem como apontar semelhanças e diferenças encontradas que possam esclarecer e delimitar o campo dessas psicoterapias. A metodologia de coleta de dados foi a revisão bibliográfica, com busca eletrônica em duas bases de dados de periódicos brasileiros em psicologia (PePsic e Scielo). Os parâmetros de inclusão dos artigos foram: indexadores “psicoterapia fenomenológica”, “psicoterapia humanista”, “psicoterapia existencial”, “psicologia e fenomenologia”, “psicoterapia fenomenológico-existencial”, artigos publicados entre os anos de 1986 e 2009, em português. Encontrou-se 18 artigos, submetidos a uma análise qualitativa comparativa. A primeira constatação foi da impossibilidade de separação dos textos por categorias, já que os próprios autores não distinguem claramente as psicoterapias “humanistas”, “existenciais” e “fenomenológicas”, exceto aqueles que se referenciam à *daseinanalyse* (seis textos), à psicoterapia existencial de Binswanger (três textos) e aos textos de referência rogeriana (três textos), por sua clara delimitação teórico-prática. Não foram encontrados argumentos que apontassem para as diferenças entre “fenomenologia”, “psicoterapias fenomenológicas” e “psicoterapias humanistas”. Entretanto, é freqüente na literatura a defesa da filiação das terapias humanistas à fenomenologia: considera-se na literatura que as bases da Gestalt-terapia, por exemplo, são provenientes da abordagem fenomenológica de campo, inspirada na fenomenologia de Husserl. Percebe-se que os seguintes elementos são apontados como delimitadores das relações entre psicoterapias humanistas e a fenomenologia: a crença na subjetividade, a incorporação da noção de intencionalidade de Husserl e o foco na característica básica da consciência. A partir da literatura estudada, podemos inferir que: a gestalt-terapia é vista como uma abordagem existencial, junto à Binswanger e Rollo May; a terapia rogeriana como uma perspectiva que dialoga e pode ser interpretada a partir de um ponto de vista existencial e fenomenológico, entretanto, não pode ser considerada como uma terapia que surge no seio do existencialismo e da fenomenologia por ter uma visão dualista do homem e por seu contexto histórico. A psicoterapia existencial é uma prática que se diferencia das outras pela forma como o terapeuta é capaz de chegar à essência dos fatos e pode, então, compreender a vivência do paciente (*epoché*). A *daseinanalyse*, por sua vez, se distinguiria das demais abordagens devido à inquirição hermenêutica de Heidegger que envolve a autocompreensão do intérprete (psicoterapeuta) no processo de compreensão do outro. O compreender não é uma mera questão de técnicas e metodologias e o mais importante é o próprio ser do homem. Partindo da diversidade dos discursos teóricos que subsidiam a prática psicoterápica, constatamos a necessidade do desenvolvimento de estudos mais aprofundados que possibilitem uma discriminação precisa das concordâncias e divergências entre essas abordagens e que forneçam bases sólidas para que se faça uma categorização válida das mesmas. Entendemos que a delimitação do campo dessas abordagens facilitaria o estudo e a produção de conhecimento em cada uma das áreas o que repercutirá, possivelmente, numa qualidade superior no atendimento clínico.

Palavras chave: Psicoterapia, Fenomenologia, Humanismo, Existencialismo

Trabalho de Graduação

Código da área: CLIN

CORPO E SUBJETIVAÇÃO: UM PANORAMA DOS PARADIGMAS ATUAIS NA PSICOLOGIA BRASILEIRA. Joanneliese de Lucas Freitas, *Simone Fonseca de Macedo**, Luana Martins Sorrentino* e Nutty Nadir Stroiek (Núcleo de Estudos do Desenvolvimento Humano do Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR)

Esta pesquisa teve como objetivo estudar a forma como o corpo tem sido estudado e conceituado pela psicologia no Brasil. A metodologia de coleta de dados foi a revisão bibliográfica, com busca eletrônica em duas bases de dados de periódicos brasileiros em psicologia (PePsic e Scielo). Os parâmetros de inclusão dos artigos foram: indexadores “corpo” ou “corporeidade”, publicações entre os anos 2000 e 2010, com texto em português. Foi realizada uma análise qualitativa onde, a partir da leitura dos textos, os mesmos foram agrupados em três conjuntos de categorias: os dois primeiros com duas sub-categorias cada e o terceiro com nove sub-categorias. O primeiro grupo analisa se o texto cita “corpo” ou “corporeidade” a partir de um constructo teórico já elaborado (CITA) ou se elabora uma nova compreensão para tais termos (PROBLEMATIZA). O segundo grupo avalia se “corpo” é compreendido como participante inalienável dos processos psicológicos (RECONHECE) ou se é compreendido como um objeto separado da subjetividade (ALIENA). O terceiro grupo de categorias foi construído a partir das definições encontradas sobre “corpo” e “corporeidade” nos próprios textos. Foram lidos e classificados 33 artigos, dos quais 20 (60,6%) se enquadram na categoria “cita” e 13 (39,4%) na categoria “problematiza”. O corpo é reconhecido em 23 (69,7%) destes artigos como integrante da totalidade psíquica humana. No terceiro grupo a sub-categoria que se destaca é aquela que compreende o corpo como uma “unidade corpo-mente”, concepção encontrada em 7 (20%) artigos. Em seguida, destacam-se as sub-categorias “corpo como efeito de linguagem” e “corpo como estrutura experiencial vivida”, ambas como paradigmas de 6 textos (17,14%). “Corpo como imagem ou representação” e “corpo como lócus relacional” foram encontradas em 5 textos (14,29%). O restante dos artigos (6 - 17,14%) se dividiu entre as seguintes sub-categorias: “corpo como sensação e intuição” (2 - 5,71%), “corpo-sujeito” (2 - 5,71%), “corpo-objeto” (1 - 2,86%) e “não definido” (1 - 2,86%). Percebe-se que são em menor número os artigos que trazem uma elaboração dos conceitos “corpo” e “corporeidade” em comparação aos que citam conceitos já existentes na literatura. Percebe-se também uma correlação entre artigos que reconhecem o papel do corpo nos processos psíquicos com as sub-categorias “unidade corpo-mente” e “estrutura experiencial vivida”, pois ambas foram compostas em sua totalidade por artigos da categoria “reconhece”. Nota-se que há um pequeno número de artigos que entendem corpo apenas como objeto ou como sujeito separadamente (3 - 8,57%). Por outro lado, verificamos que os paradigmas presentes nas sub-categorias “corpo como efeito de linguagem” e “corpo como imagem ou representação” apontam para uma compreensão do corpo como elemento secundário em relação a outros elementos da totalidade psíquica.

Palavras-chave: corpo, corporeidade, paradigmas

IC (trabalho de graduação)

CLIN

EFEITOS PROVENIENTES DE ABUSO SEXUAL NO DESENVOLVIMENTO DO PSIQUISMO INFANTIL. *Nathalia Mellão**, *Anna Thereza Carneiro Pinto Abdala**; *Aldine Gimenez Martim Reges**, *Damaris Pereira Inêz** e *Marcionila Rodrigues da Silva Brito (Instituto de Psicologia - Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia, MG)*

Devido à alta incidência de abuso sexual infantil que tem ocorrido no Brasil e no mundo, este trabalho, resultante da intervenção de prática clínica, tem como importância sua contribuição a respeito das implicações e efeitos provenientes do abuso sexual. O presente estudo foi realizado com seis crianças com idades entre 4 a 12 anos, de ambos os sexos, vítimas de abuso sexual, atendidas no estágio supervisionado em Psicoterapia Psicanalítica na Clínica Psicológica da Universidade Federal de Uberlândia. O trabalho possui como principal objetivo discutir as conseqüências do abuso sexual no desenvolvimento do psiquismo da criança, com reflexo em todos os aspectos subjetivos e objetivos de suas relações com o mundo. Utilizou-se neste estudo entrevistas de anamnese realizadas com os responsáveis pelas crianças, hora lúdica, aplicação do HTP (Casa - Árvore - Pessoa), WISC (Escala de Inteligência Weschler para Crianças), DFH-III (Desenho da Figura Humana) e análise das sessões de Psicoterapia Psicanalítica durante supervisão de estágio. De acordo com o relato dos responsáveis, as crianças, antes do abuso, tinham um desenvolvimento biopsicossocial dentro do esperado para a normalidade, entretanto, necessitaram receber atendimento psicológico após o abuso, já que passaram a apresentar mudanças de comportamento significativamente negativas, denunciando seu sofrimento físico e psicológico. Dessa forma, foram enunciadas queixas tais como mudanças de comportamento na escola, dificuldade no processo de alfabetização, dificuldade de concentração e lapsos de memória que prejudicaram os estudos, ocasionando baixo rendimento escolar, além da agressividade dirigida a colegas e professores. Para além do âmbito escolar, verificaram-se comportamentos de introversão, isolamento, timidez, perturbação do sono com pesadelos e agitação noturna, reprodução de comportamentos sexualizados incomuns para a idade, presença de comportamentos adultos racionais, dentre outros. Foram constatados durante as sessões de Psicoterapia Psicanalítica com as crianças sentimentos de culpa desestruturantes, vergonha, ansiedade, medo, angústia, auto-conceito denegrido, baixa auto-estima. Além disso, elas entendem que não são merecedoras de carinho, amor, atenção, cuidado de seus familiares, amigos e pessoas de sua convivência devido ao abuso sexual ocorrido, pois se sentem culpadas pelo acontecimento. A Psicoterapia Psicanalítica tem se mostrado adequada e eficaz para o tratamento de crianças vítimas de abuso sexual por proporcionar aos pacientes um ambiente seguro e acolhedor para exporem seus sentimentos e então, nas relações transferenciais da criança com o terapeuta, é possível atuar sobre as identificações da vítima com o abusador para que este paciente não venha a tornar-se um abusador futuramente. Diante de tantas complicações que o abuso sexual pode causar, entende-se que esta é uma das mais graves formas de violência contra crianças que precisa ser prevenida.

Sem apoio financeiro

Palavras-Chave: Abuso Sexual; Criança; Psicoterapia Psicanalítica

Nível do Trabalho: Outro (Prática de Estágio Supervisionado)

CLIN

ESTUDO DE CASO DE TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADA E CARACTERÍSTICAS DE TRANSTORNO DA PERSONALIDADE OBSESSIVO-COMPULSIVA NA PERSPECTIVA DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL. *Camila Garcia Zanca** e *Carmem Beatriz Neufeld* (Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)

O Transtorno de Ansiedade Generalizada caracteriza-se pela excessiva preocupação com eventos diversos na maior parte do tempo, preocupação de difícil controle que pode afetar o desempenho do indivíduo em tarefas cotidianas. O transtorno, cuja incidência em contextos clínicos é maior em mulheres, é comumente acompanhado por sintomas somáticos e pode predispor a perturbações de personalidade que se assemelham ao Transtorno da Personalidade Obsessivo-Compulsiva. Indivíduos com este transtorno da personalidade em geral apresentam uma significativa preocupação com perfeccionismo e controle mental e interpessoal em diversos contextos, impondo a si mesmo e aos outros padrões muito elevados de desempenho. São convictos de que há um modo certo de executar as atividades, o que os faz serem extremamente inflexíveis. Considerando essa associação, objetivou-se apresentar um estudo de caso de uma paciente diagnosticada com Transtorno de Ansiedade Generalizada e características de Transtorno da Personalidade Obsessivo-Compulsiva submetida a intervenções clínicas individuais na abordagem da Terapia Cognitivo-Comportamental. A paciente, de 34 anos, demonstrava intensa e constante preocupação com diversos fatores, entre eles o comportamento de seu filho de quatro anos, a elaboração do trabalho de conclusão de seu curso profissionalizante e suas condições de saúde. Tais preocupações interferiam na qualidade de seu sono (relatava pesadelos e despertares noturnos recorrentes), na concentração durante a realização de atividades acadêmicas e ocupacionais e favoreciam a manifestação de sintomas somáticos como náusea e dores de cabeça, principalmente quando confrontada com eventos ansiogênicos (por exemplo, apresentar um trabalho para um professor). Também mantinha um padrão de desempenho bastante exigente consigo própria e com a filha (de 17 anos, com a qual travava muitas discussões), além de apresentar grande dificuldade em tomar decisões, processo árduo especialmente quando se tratava de medidas de longo prazo. A intervenção psicoterápica, realizada em uma clínica-escola, teve duração de 15 sessões de intervalo semanal e incluiu o emprego de técnicas cognitivo-comportamentais. Primeiramente, a paciente efetuou registro diário de pensamentos disfuncionais (RPD) e agenda de preocupações, tarefas que facilitaram o contato com seus pensamentos automáticos distorcidos associados à ansiedade e a elaboração de sua conceitualização cognitiva. Posteriormente, adotaram-se estratégias para enfrentamento da ansiedade e do padrão perfeccionista, como a descatastrofização, psicoeducação sobre suas distorções cognitivas e exame de evidências, principalmente em relação à crença de vulnerabilidade detectada. Incluíram-se ainda treino de respiração e higiene do sono a fim de reduzir a frequência dos pesadelos, julgamento de tomada de decisão e resolução de problemas, os quais a orientaram no momento de tomar uma decisão que classificava como muito difícil. Observou-se que, ao final dessa etapa do tratamento, a paciente pôde flexibilizar algumas de suas crenças disfuncionais, passando a adotar padrões de desempenho mais realistas e a reconhecer seus esforços; também se tornou mais consciente da inevitabilidade dos riscos implicados em suas escolhas. Além disso, verificou-se que aprendeu a manejar sua ansiedade principalmente no momento de dormir e passou a examinar de forma mais adaptativa eventos que antes lhe causavam excessiva preocupação, como aqueles associados à sua saúde.

Palavras-Chave: Terapia Cognitivo-Comportamental; Transtorno de Ansiedade Generalizada; Transtorno da Personalidade Obsessivo-Compulsiva.
Outro

Código: CLIN

MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL: A DISTORÇÃO DO MUNDO OBJETIVO PARA REDUZIR DISSONÂNCIAS. *Tânia Mendonça Marques, Isabela Rezende Carneiro*, Taíssa Gomide da Silveira*, Mak Alisson Borges de Moraes* e Paula Fuchs* (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG)*

O acolhimento desenvolvido na Delegacia da Mulher de Uberlândia por alunos e monitores supervisionados pela docente da Disciplina Psicologia Social, permitiu a construção de hipóteses relativas à permanência em um relacionamento conjugal violento, conforme a Teoria da Dissonância Cognitiva. Esta salienta que quando as pessoas sustentam duas cognições inconsistentes, elas são motivadas a eliminar ou, a reduzir a dissonância, através da busca de coerência. Uma das fontes de dissonância cognitiva é a não confirmação de uma expectativa firmemente alimentada e defendida. As entrevistas individuais, com questões norteadoras relativas à queixa, conflitos do casal, problemas na família de origem e sentimentos predominantes, visam auxiliar as mulheres a enfrentar os conflitos vividos. Para fins de exemplificação das hipóteses utilizou-se um dos relatos que representasse a população das mulheres que sofrem violência conjugal. Tereza (fictício), 27 anos, desempregada, 7 filhos, chega à delegacia buscando proteção, devido às ameaças de morte, agressões do parceiro contra os filhos e problemas de saúde agravados pelas agressões. Casou-se aos 15 anos e mudou-se para a terra natal de seu parceiro. Logo percebeu que ele não era o príncipe que aparentava ser. *“Ele só não me deu o céu porque não alcançou ..., mas depois ...”*. Relata que sempre procurava se desviar da verdade, com a esperança de que conseguiria mudá-lo ou ele poderia mudar por conta própria. *“Eu já parei para pensar sobre isso, mas não o suficiente como agora”*. Sua mãe abandonou seu pai quando ela tinha sete anos. Seu parceiro é idêntico ao seu sogro. Duas frases marcaram sua memória: a de sua mãe, *“Quando ele te encher de filhos, beber e te bater, você vai lembrar que eu te avisei”*, e a da sogra, *“Tenha paciência, ele um dia vai mudar”*. O relato de Tereza mostra uma adolescente apaixonada que investe muito nessa travessia simbólica que faz à terra natal do parceiro. Acreditava que tudo seria muito sólido e que um dia ele poderia trazer a ela um pote de ouro: *“ele só não me deu o céu...”*. Lá descobre que ele não é amigo do rei, mas sua crença muito intensa, a faz ignorar a realidade. Assim, continua a esperar que um dia ele ainda possa realizar algo que ela fantasiou. É como se esperasse que ele, em algum momento, desse uma saída, um direcionamento diferente. Desenvolve uma esperança bastante intensa de que vai ocorrer algo que vai fazer essa mudança para ela, o que torna difícil uma tomada de consciência. A questão básica é: ter paciência X a profecia da mãe. Isso é exatamente o que se poderia prever através da teoria da dissonância: quando uma forte expectativa resulta falsa, mas já há comprometimento num certo estado de coisas, ocorre dissonância. Para reduzir essa dissonância Tereza refuta a prova, ou deforma a evidência. Conclui-se que o comportamento de reduzir a dissonância em mulheres vítimas de violência conjugal é mal adaptado, no sentido de que pode impedir que elas apreendam fatos importantes ou encontrem soluções reais para seus problemas.

Palavras-chave: violência conjugal, dissonância cognitiva, acolhimento.

Nível do trabalho: Outro

Código da área: CLIN

INTERVENÇÃO INDIVIDUAL EM ORIENTAÇÃO PARA CARREIRA: UM ESTUDO DE CASO. *Carolina Abdalla Gomide** e *Lucy Leal Melo-Silva (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP)*

A literatura aponta que o contexto familiar, em especial os pais, exerce grande influência sobre a escolha da carreira, bem como sobre o desenvolvimento vocacional dos filhos, ampliando ou restringindo suas possibilidades de estudo. O presente estudo visa analisar uma intervenção individual em orientação de carreira realizada durante atendimento em um estágio profissionalizante em Orientação Profissional em uma clínica escola de universidade pública, considerando-se a influência familiar nos processos de escolha da cliente. A participante deste estudo é uma jovem de 19 anos, em situação de desvantagem socioeconômica, cursando o segundo ano de Educação Física, que buscou ajuda em Orientação Profissional por motivo de insatisfação em relação ao conteúdo e área de atuação do curso escolhido. Foram realizadas 10 sessões, utilizando instrumentos e técnicas, bem como solicitadas tarefas de casa, estas visando promover mais momentos de reflexão sobre a escolha da carreira. Os instrumentos foram a “Escala de Maturidade para Escolha Profissional” (EMEP) pré e pós o processo de OP, e o “Teste de Fotos de Profissões” (BBT-Br). Foram utilizadas técnicas para promoção de autoconhecimento da cliente, já que esta era a subdimensão da EMEP menos desenvolvida. A cliente afirmou ter maior interesse em atividades mais voltadas para o âmbito psicológico do ser humano, que não se restringissem ao corpo físico. As questões familiares sempre estiveram presentes nas escolhas da cliente, que relatou problemas de indecisão também com seu irmão, que já mudou de carreira universitária. Os pais, com baixa escolaridade, incentivavam que a filha cursasse apenas algumas carreiras de maior prestígio, e a cliente relatou não sentir que podia receber apoio deles, nem em sua escolha por Educação Física na ocasião do vestibular, nem no momento atual, em que se encontra insatisfeita com o curso. A participante chegou a mencionar, inclusive, que se sentia bastante insegura para tomar decisões, e com sentimento de incapacidade diante de seu insucesso na universidade e frente aos comentários da mãe a respeito de suas capacidades. Assim, a participante relatava muito medo de errar novamente. Além disso, trabalhou-se como era para a cliente lidar com essa falta de apoio dos pais, estimulando que ela pensasse e agisse de maneira mais independente em relação às suas decisões. No processo de Orientação Profissional, a cliente pôde se voltar para sua escolha, investindo na busca de informações por profissões de ajuda que extrapolassem o foco no corpo humano, e pôde pensar em carreiras como psicologia e terapia ocupacional, que visam ajudar as pessoas do modo como ela se interessava. Além destas opções, a carreira de biologia também a atraiu, mesmo que não tivesse como conteúdo do trabalho lidar com aspectos psicológicos das pessoas, é uma carreira que, na visão da cliente, permite ajudar o meio ambiente, e assim ajudar as pessoas indiretamente. Percebeu-se que a cliente pôde avaliar seu problema de (in)decisão de maneira autônoma, a despeito de sua situação familiar. Num plano mais amplo, conclui-se que este estudo contribui para uma maior compreensão dos casos que necessitam de intervenção individual na orientação para a carreira.

Palavras-chave: orientação profissional; reorientação de carreira; influência familiar
Outro

CLI

AVALIAÇÃO DE ASPECTOS DE PERSONALIDADE, COGNITIVOS E FAMILIARES DE UMA ADOLESCENTE EM CONTEXTO CLÍNICO: UM RELATO DE CASO. *Sthéfany Soares Santos Alvarenga**, *Erika da Silva Ferrão*, *Renata Massalai e Sarah Muzi Cardoso** (Departamento de Psicologia, Centro Universitário Vila Velha, Vila Velha- ES).

Pesquisas constataam que os maiores motivos da procura de atendimento psicológico de adolescentes são dificuldades de aprendizagem relacionadas à falta de motivação, baixa auto-estima, falta de encorajamento parental e problemas disciplinares. Tais fatores são exemplificados e caracterizados pelas seguintes situações: brigas na escola; isolamento dos colegas ou adesão a grupos marginais; conflitos com professores; dificuldades no relacionamento com os pais e dificuldades dos pais em acompanhar os filhos nas atividades escolares, nas lições de casa e em relação aos comportamentos considerados indisciplinados. Em contrapartida, pode-se afirmar que as dificuldades apresentadas pelo adolescente, estejam elas relacionadas ao ajustamento social, auto-estima, patologias como a depressão e a ansiedade, competência interpessoal, comportamentos agressivos ou desempenho escolar apresentam ligação com o estilo e as práticas parentais, os quais são definidos por estratégias utilizadas pelos pais no processo de ensino de valores morais e comportamentos aos filhos, alcançadas por meio de uso de recompensas ou punições. Neste trabalho buscou-se observar as implicações da adoção de práticas parentais negativas sobre o comportamento de uma adolescente, em atendimento numa clínica escola, de uma instituição de ensino privada, do município de Vila Velha. Foram realizadas 20 sessões, com duração média de 60 minutos, no período de março a junho de 2010. As principais queixas apresentadas pelos pais eram: dificuldades de aprendizagem e dificuldade de concentração. Já a adolescente relatava dificuldade para se relacionar com os pais. Ao longo das sessões foram utilizados os seguintes instrumentos: Anamnese Padrão utilizada na Clínica Escola; Inventário de Recursos do Ambiente Familiar (RAF); Inventário de Estilos Parentais (IEP); Teste de Atenção Concentrada; Teste Projetivo HTP (Home, Tree, Person); Roteiro de avaliação da Auto Eficácia; Escala de Motivação para Aprender; Escala de Autoconceito Infanto-Juvenil; Escala de Stress Infantil e Acami (Checklist para Avaliação de Comportamentos Afetivo-motivacionais Infantis). Mediante aplicação e apuração de resultados foi possível verificar que a adolescente dispõe de adequada habilidade para se relacionar, apresentando uma postura receptiva e sendo capaz de dirigir afeto para as pessoas. Demonstrou ser orientada por fatores motivacionais intrínsecos, apontando mais comportamentos facilitadores para o desempenho de provas. No entanto, revelou dificuldades para manter sua atenção concentrada e para lidar com perdas, mostrando uma postura de isolamento diante dessas situações. Além disso, observou-se a prevalência de práticas parentais negativas, o que pode ter influenciado diretamente no autoconceito da adolescente ao refletir baixa auto-estima na escala de autoconceito. Em geral, foi possível perceber que o emprego de práticas parentais negativas pode interferir na percepção do sujeito sobre si, influenciando no seu comportamento e na maneira de se relacionar com o outro, pois crianças que lidam com pais que utilizam práticas negativas, tendem a revelar sentimento de rejeição, percepção de falta de afeto e amor, além de contribuir para a não interiorização de valores morais, podendo apresentar distúrbios psiquiátricos, problemas de saúde e déficits cognitivos e socioemocionais.

Apoio Financeiro: Centro Universitário Vila Velha

Palavras chave: Práticas Parentais, Adolescente, Déficits Comportamentais.

Outro

CLIN

ANÁLISE DOS FATORES AFETIVO-MOTIVACIONAIS INFANTIS: VALIDAÇÃO DE UM INSTRUMENTO. *Sthéfany Soares Santos Alvarenga** (Departamento de Psicologia, Centro Universitário Vila Velha- Vila Velha –ES) e *Erika da Silva Ferrão* (Departamento de Psicologia, Centro Universitário Vila Velha, Vila Velha – ES).

Estudos sobre crianças com queixas psicológicas diversas revelam que variáveis pessoais relacionadas a traços de personalidade, afeto e motivação como stress, auto-eficácia e motivação intrínseca, dentre outros exibidos pela criança numa tarefa, são prejudiciais ao seu desempenho. Nesse sentido, reconhece-se a importância da construção de instrumentos que avaliem esses aspectos a partir da observação clínica. Objetivou-se com esse estudo, realizar análises para validação do instrumento de registro *Checklist* para Avaliação do Comportamento Afetivo-motivacional infantil (ACAMI *Checklist*), construído para crianças de 4 a 12 anos. Assim, 8 crianças e adolescentes, com idades entre 7 a 13 anos, responderam as seguintes escalas para avaliação de aspectos afetivos e motivacionais: Roteiro de Auto Eficácia (RAE); Escala de Avaliação da Motivação para Aprender (EMA); Escala de Autoconceito Infanto-Juvenil (EACIJ) e Escala de Stress Infantil (ESI). As crianças também realizaram o Jogo de Perguntas de Busca de Figuras Diversas (Pbfd) e o aplicador preencheu o instrumento ACAMI observando a criança durante seu desempenho. O referido instrumento é organizado em 4 categorias de comportamentais infantis observáveis (Iniciativas de Interação, Auto-avaliação, Engajamento na Tarefa e Estados Emocionais) e suas 48 subcategorias, divididas em Potencialmente Facilitadoras e Potencialmente Não Facilitadoras da aprendizagem, ligadas a fatores afetivo-motivacionais propostos pela literatura psicológica. Foi realizado um total de 16 sessões para aplicação dos instrumentos, de aproximadamente 60 minutos cada. Foi feita uma análise por grupo dos resultados obtidos nos instrumentos, buscando investigar a existência de significância clínica entre os resultados obtidos em todos os instrumentos, com exceção do Pbfd. Como um dos resultados, podemos apontar a relação entre os níveis de auto-eficácia avaliados pelo RAE e as categorias diretamente ligadas à auto-eficácia do ACAMI. No caso das crianças Lai, Sthé, Cla, que obtiveram bom senso de auto-eficácia avaliadas pelo primeiro instrumento, algumas também foram avaliadas pelo ACAMI, como foi o caso de Lai e Sthé, como tendo boa eficácia, especificamente por terem apresentado em mais de uma fase 3 categorias (Lai), dentre elas, facilitadoras (avaliar corretamente seu desempenho, Demonstrar Segurança para Resolver a Tarefa) ou 1 categoria (Sthé e Cla), e ausência de não facilitadoras (Avaliar Incorretamente seu Desempenho, Demonstrar Insegurança para resolver a tarefa e Interromper a Tarefa), todos indicadores de bom senso de auto-eficácia. No entanto para criança Sthé não foi observada correspondência entre os resultados obtidos pelos dois instrumentos, que se mostraram contraditórios. Outro resultado que se mostrou relevante foi que crianças que obtiveram bons índices na EMA (Lai, Cla, Sab, Gab, Bre) apresentaram ocorrências de categorias ligadas à boa motivação do ACAMI (5: Cla; 4: Sab e Lai; 3: Gab; 2: Bre). A partir dos resultados percebe-se que existe relação clínica entre categorias do ACAMI e alguns resultados obtidos nos instrumentos de auto-relato aplicados. No entanto, contradições foram encontradas. Tais resultados podem ser decorrentes do fato dos limites de instrumentos de auto-relato, que não são totalmente confiáveis na medida em que são preenchidos pela criança em sua auto avaliação. Percebe-se, com isso a necessidade de mais estudos na área para validação do instrumento ACAMI.

Apoio Financeiro: Centro Universitário Vila Velha

Palavras Chave: Fatores Afetivo-motivacionais; Validação de Instrumento; Avaliação Psicológica Infantil.

Outro

CLIN

POR QUE ELES NÃO VÃO EMBORA? UMA RELAÇÃO COMPLEMENTAR E OPOSTA. *Tânia Mendonça Marques, Paula Fuchs*, Camila Pereira Teixeira*, Tayná Portilho do Prado* e Daiane Márcia de Lima* (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG).*

O que leva um casal, mesmo sofrendo juntos, a permanecerem encerrados em uma relação conjugal violenta, quando nada aparentemente, impediria uma separação? Uma possível explicação para alguns casos seria a formação de um laço, caracterizado por uma relação complementar e oposta entre os pares, conforme contribuições da Teoria do Equilíbrio Cognitivo. Esta teoria sustenta que a semelhança das pessoas no pensar e no agir é fundamental no fenômeno da atração interpessoal. Contudo, sugere que sobre determinadas condições, os opostos se atraem, isto é, a diferença pode levar a associação entre duas pessoas porque as mesmas têm necessidades e características que se complementam. O domínio/submissão, o sádico e o masoquista são alguns desses **aspectos**. Assim, o objetivo do presente estudo é tratar desse tema através da análise do relato de uma mulher acolhida na Delegacia de Atendimento à Mulher de Uberlândia-MG, por alunos e monitores supervisionados pela docente da Disciplina Psicologia Social. A entrevista individual, semi-estruturada com questões relativas à queixa, conflitos do casal, problemas na família de origem e sentimentos permitiu que a problemática fosse expressada e trabalhada possibilitando encaminhamento. Luana (fictício), 50 anos, casada há 32, 3 filhos e 2 empregos, procurou a delegacia como uma tentativa de proteção jurídica já que, na última briga para se defender, ela o acertou com uma faca, ele saiu de casa, foi morar na casa da irmã e registrou queixa contra ela. O parceiro, 55 anos, violento desde o namoro, alcoólatra, a trai, bate nela constantemente, ameaça colocar fogo em sua casa, chegou a incendiar alguns de seus pertences, não a deixa dormir, ameaçou matar a ela e aos filhos ainda pequenos tentando bater o carro na rodovia. Relata que o relacionamento de seus pais era bom e avisa: “Quando você for casar, não olha o homem, olha a família dele.” Luana enfatizou: “*se eu gosto daquele vaso, ele vai lá e quebra*”; “*Eu já falei que a gente não combina que temos personalidades diferentes, vamos largar, mas ele diz*”: ‘*não vou largar você*’. Seus três filhos dizem ter se cansado de ajudá-la, pois apesar de insistentes tentativas, até mesmo da polícia, ela não abandona a situação violenta. No relato, fica claro que ela está órfã: os filhos se cansaram, a polícia também. A relação mostra comportamentos perversos dele: fogo nas roupas, o requinte de não deixa-la dormir. Estão juntos por se sentirem estorvo um na vida do outro. A ameaça vai continuar ela estando lá ou não. Ele não tem escrúpulos e monta o cenário de que ela é a vilã. Ele já se afastou dela em todos os sentidos: financeiramente, sexualmente, como marido, companheiro, pai dos filhos dela. Então por que permanece lá? Para tornar a vida dela um inferno. Hipotetiza-se a complementaridade sado/masoquista no sentido do exercício da violência, formando as duas faces de uma só moeda, indissociáveis. Apesar da plausibilidade da hipótese da complementaridade como uma cola que pode manter um casal unido, verificou-se que o ajuste entre casais parece depender mais da similaridade do que da complementaridade. Palavras-chave: violência conjugal, relação complementar e oposta, acolhimento.

Nível do trabalho: Outro

Código da área: CLIN

ESTUDO DE CASO INFANTIL: TRANSTORNO DO CONTROLE DO IMPULSO.

*Danyelle Monte Fernandes da Costa** (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB) e Patrícia Diniz Santana** (Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, João Pessoa - PB).*

Esse trabalho é um estudo de caso clínico infantil com base na prática clínica ambulatorial de um Hospital Militar da Guarnição de João Pessoa. Aborda o impulso do hábito de chupar dedo de uma criança, de quatro anos, que foi submetida a tratamento psicoterápico na abordagem teórica Cognitivo-Comportamental com intervenção para controle dos impulsos. O estudo irá demonstrar e descrever o caso clínico, identificando e explicando toda a terapêutica utilizada e indicada no caso em si. Tem como objetivo mostrar a importância do tratamento baseado na Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) nos transtornos de impulsos na Psicoterapia infantil; apresentar os resultados de mudança de comportamento da criança em relação ao hábito de chupar o dedo e a eficácia de técnicas interventivas da TCC, tanto no impulso citado do caso proposto, quanto nos demais impulsos e em outros casos de controle de impulsos, inclusive em adultos, tendo a adaptação devida das técnicas para cada caso. As técnicas utilizadas foram as seguintes: Reestruturação cognitiva, Diálogo Socrático e Registro Diário de Pensamentos; por fim, utilizou-se a técnica de Economia de Fichas, que consiste em facilitar ao paciente a obtenção de reforçadores positivos que podem ser trocados por uma determinada quantidade de fichas. Neste último, o próprio paciente, através do concreto e lúdico, teve a percepção simbólica da diminuição do impulso e do comportamento inadequado, o que também sugeriu uma auto-estimulação na busca de novas estratégias de enfrentamento do próprio controle dos impulsos, diminuindo e conseqüentemente abandonando o hábito. O processo psicoterápico teve a duração de sete meses, no total de vinte e uma sessões, sendo uma por semana. Contou-se com o apoio da mãe que monitorou o comportamento da criança. Em cada sessão, a criança era premiada de acordo com o número de fichas que ela conseguiu economizar. Os sentimentos positivos diante da superação e a auto-avaliação da importância de abandonar o hábito favoreceram, assim, um aumento na motivação para continuar a aplicação da técnica, diminuindo a ansiedade não só da criança, mas de todos os envolvidos. Enquanto co-terapeuta a mãe percebeu a importância de controlar a ansiedade e minimizar as cobranças intensas, através das sessões de suporte, aprendendo a lidar melhor com situações de estresse. Desse modo, concluiu-se que, gradativamente, a psicoterapia evoluiu para a extinção e abandono total do hábito de chupar dedo, de forma que a criança também aprendeu e percebeu que é possível modificar comportamentos inadequados.

Palavras-chave: chupar dedo; Psicoterapia Cognitivo-Comportamental; Controle dos impulsos.

Nível do trabalho: IC

Código da área da pesquisa: CLIN

RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA DELEGACIA DE ATENDIMENTO À MULHER: UMA INTERFACE COM A TEORIA DA ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE. *Flávio Espíndola Sanches**, *Tassiana Machado Quagliatto** e *Tânia Mendonça Marques (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG)*

Um dos motivos pelo qual uma mulher permanece com seu parceiro abusivo advém do processo de atribuição de causalidade, que constitui um fenômeno identificável em grande parte dos processos de percepção social. Nesse fenômeno, múltiplas influências ocorrem, desde as condições sociais, até os processos psicológicos individuais em nível de valores, atitudes, necessidades, tendenciosidade cognitiva. Desta forma, o processo de atribuição difere do fenômeno da causalidade enquanto lógica da percepção. Assim, o objetivo do presente estudo foi construir através da análise do relato de uma mulher acolhida na Delegacia de Atendimento à Mulher de Uberlândia-MG, hipóteses relativas à permanência em um relacionamento conjugal abusivo, através do enfoque da teoria da atribuição de causalidade. A entrevista semiestruturada, realizada individualmente, com duração de 1 hora e quarenta minutos, permitiu que a problemática fosse expressada e trabalhada. O acolhimento foi escolhido por refletir as dificuldades e os dilemas típicos das mulheres vítimas de violência íntima. Helena, 36 anos, trabalha em serviços gerais, casada há 17 anos, tem um casal de filhos desta relação. Compareceu à Delegacia após seu companheiro destruir sua casa: *“ele cortou o fio do telefone, os fios de eletricidade, tirou todas as torneiras, quebrou os azulejos, e por fim os móveis, então eu resolvi fugir e estou morando nos fundos da casa de uma amiga”*. Bebia muito, parou de beber, mas continuou a descontar toda a raiva nela. Revelou que ainda gosta dele, mas já lhe deu muitas chances. A cada briga batia nela, às vezes agredia a filha, destruía coisas na casa, pedia perdão e ela o aceitava de volta. *“No começo eu tentava consertar sozinha, o que ele estragava”*. Nunca teve coragem de chamar a polícia, por causa dos filhos, desta vez, não agüentou quando o viu agredindo a filha. Hoje percebeu que ele não muda. Fica impressionada por ele continuar vivendo naquele local como se nada tivesse acontecido. No final agradece e fala *“amei este momento”*. Este relato revela que o tipo de vínculo que Helena mantém se sustenta um pouco na questão da família e de um sentimento de que o amor é unilateral. Demora para se perguntar se esse sentimento de “amor” não deve ser questionado, uma vez que o que ela vê no parceiro em relação a ela é desconectado. Tenta passar por cima da mágoa, da raiva, da dor e depois chega à conclusão que por mais que se esforce e tente apagar as marcas da destruição, isso não recupera o “bom” vínculo entre eles. Existe um grau de preocupação em como ele é capaz de viver nesse ambiente, com marcas de destruição. É como se ela se perguntasse: como ele consegue ficar indiferente a toda essa situação? Seu âmago é responder a questões que são iniciadas com “por que?” tópico central da teoria da atribuição. Vislumbra-se que fatores cognitivos, perceptivos e motivacionais, levaram Helena a distorcer sua interpretação da violência do parceiro, viciaram sua avaliação quanto à causa e efeito e através desse erro fundamental da atribuição, ir contra ela mesma. Palavras-chave: violência conjugal, atribuição de causalidade, acolhimento.

Nível do trabalho: Outro

Código da área: CLIN

A TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL COM CRIANÇAS E SEUS DESAFIOS: UM RELATO DE INTERVENÇÃO. *Aysa Mara Roveri Arcanjo* e Carmem Beatriz Neufeld (Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-comportamental da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto).*

A terapia cognitivo-comportamental (TCC) demanda uma capacidade cognitiva do paciente para que ele identifique, questione e desafie seus próprios pensamentos, a fim de suscitar maneiras alternativas de pensar e enxergar as situações a partir de uma perspectiva diferente, desenvolvendo novas habilidades cognitivas. Tendo em vista todos esses aspectos, fazem-se necessárias discussões acerca da maturidade cognitiva das crianças e o engajamento delas nesse tipo de processo. O objetivo desse trabalho se baseia no levantamento das principais dificuldades acerca da utilização dessa abordagem terapêutica no tratamento de crianças, exemplificando algumas técnicas e intervenções em um estudo de caso. A TCC é utilizada em crianças pequenas com bastante frequência e, assim como a terapia com adultos, continua orientada a um objetivo e focalizada no problema. As intervenções precisam ser transpostas de acordo com o nível de desenvolvimento cognitivo da criança, o que se torna um grande desafio para o profissional. Este seria responsável por uma espécie de tradução, transformando conceitos abstratos em exemplos simples e concretos, pertencentes ao cotidiano da criança. Faz-se necessária também uma avaliação por parte do terapeuta a respeito dos sistemas nos quais a criança está inserida como a família, a escola, bem como seus pares. Nesse contexto, a participação dos pais e reuniões com professores podem ser muito úteis, já que existem evidências cada vez maiores sugerindo que envolver os pais na TCC com crianças pode produzir benefícios adicionais. Os esquemas se desenvolvem cedo na vida e, em virtude das experiências, tornam-se reforçados com o passar do tempo. Os esquemas das crianças tendem a não ser tão consolidados quanto os esquemas nos adultos. No entanto, de acordo com a literatura, crianças com problemas psicológicos já apresentam distorções cognitivas. A cliente do estudo de caso é uma criança de 8 anos do sexo feminino, estudante do 4º ano do Ensino fundamental, cujos pais são separados. Mora com a mãe e a irmã de 17 anos e nasceu com lipoma na coluna, um problema neurológico que causa constipação intestinal. Relatado pela mãe, o motivo principal para a consulta é de baixa auto-estima. Possui ainda um padrão exigente para sua idade em relação ao desempenho escolar, acha-se feia, e diz para a mãe que as colegas de escola não gostam dela. É destacada também certa dependência em relação à mãe, não dormindo na ausência da mesma. No processo de avaliação, primeiramente foi realizada uma entrevista com a mãe para se levantar as demandas da criança. Em seguida, durante as sessões foram levadas figuras para que a criança contasse histórias sobre elas, e elaborada uma caixa dos problemas, a fim de se estabelecer metas para a terapia, fazendo com que a criança se envolvesse ao máximo no processo. Paralelamente a isso, ao longo dos atendimentos foi feita a psicoeducação sobre as emoções depois iniciadas as intervenções em relação às metas já escolhidas. Todo esse procedimento foi realizado tendo em vista o uso terapêutico do jogo como meio de identificação e provocação de mudanças de esquemas cognitivos e emocionais disfuncionais.

Palavras-chave: terapia cognitivo-comportamental; crianças; intervenção

Nível do trabalho: Outro

CLIN

A COMPREENSÃO DOS PACIENTES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO PSICOTERÁPICO DURANTE O TRATAMENTO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA. *Evaldo Nunes (Centro Universitário de Patos de Minas, MG) e Nágila Maria Moraes* (Centro Universitário de Patos de Minas, MG).*

O uso e abuso de drogas constitui-se num fenômeno contemporâneo complexo com origens e consequências de caráter biológico, psicológico e social. A desordem crônica decorrente de seu uso requer tratamentos específicos. Em termos psicanalíticos, o uso das drogas pode ser compreendido como uma relação com a linguagem e o sujeito do inconsciente, e não apenas uma realidade objetiva exterior. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo investigar qual a percepção dos usuários de drogas em relação ao tratamento psicoterápico ao qual são submetidos. A pesquisa foi realizada, por meio de entrevista semi-estruturada, com oito sujeitos em tratamento por dependência química numa instituição de Patos de Minas, MG. Esta instituição é responsável pela recuperação e ressocialização de usuários de drogas, em regime de internação. O questionário levanta questões para discutir a percepção dos dependentes de drogas em relação à psicoterapia, e que se procurou verificar: as drogas usadas, fatores que dificultam o tratamento, mudanças que deveriam ser feitas na psicoterapia, características dessa psicoterapia e os sentimentos do dependente em relação ao tratamento do uso de drogas. Para realização da coleta de dados deste estudo foi utilizada entrevista individual elaborada pela pesquisadora, fundamentada na análise de conteúdo. Quanto ao uso de drogas pode-se verificar que todos os internos utilizaram drogas de maneira gradativa. Todos começaram com a utilização de drogas lícitas como o álcool e o tabaco e aos poucos começaram a buscar drogas como a maconha, a cocaína e, na maioria dos casos, por fim o crack. O uso do crack, na percepção dos usuários sinalizou para a necessidade de tratamento e conseqüentemente da internação. Por fim, pode-se concluir que no caso da Instituição pesquisada, a psicoterapia, na percepção dos internos, cumpre sua função, que é possibilitar aos indivíduos (tanto em atendimentos individuais quanto grupais) um momento de resgate dessa subjetividade, trazendo-o novamente para a realidade, mostrando que ele é capaz de se constituir como pessoa, mesmo em face de todas as dificuldades. Os resultados mostraram que os internos consideram a psicoterapia importante e que vêem nela a possibilidade de expressão de sua subjetividade, sinalizando para a necessidade da reflexão acerca do papel do psicólogo nestas instituições. O trabalho, nesse contexto, justifica-se pela importância de estudos que chamem atenção para a visão do paciente em relação à sua problemática, sua doença e o tratamento, decorrentes do uso abusivo e dependência de drogas, promovendo também uma discussão acerca de si próprio e de seu processo de cura, como um sujeito da contemporaneidade.

Palavras chave: Psicoterapia. Toxicômanos. Psicanálise.

IC - Trabalho de Graduação

CLIN

DESAMPARO: CONSEQUÊNCIAS DA NÃO - SIGNIFICAÇÃO DO EVENTO TRAUMÁTICO. *Elaine de Faria Alves**, *Flávia Oliveira de Souza**, *Lucia Nunes de Oliveira**, *Roberta Ferreira Ruguê**, *Wellington Luis Cardoso Bessa*** e *Yasmin Livia Queiroz** (Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara ILES/ULBRA, Itumbiara – GO).

O estudo em desenvolvimento trata sobre Desamparo: Consequências da não-significação do evento traumático. Com essa pesquisa, pretende-se verificar o que gera a impossibilidade do indivíduo significar o evento traumático e conseqüentemente fazer surgir uma patologia. Segundo a literatura, o sentimento de desamparo irá surgir decorrente de contextos onde o sujeito seja acometido por um excesso e que seu aparelho psíquico mostre-se incapaz de processar. A não-ab-reação da experiência faz com que ela permaneça no psiquismo como um “corpo estranho”. Dessa maneira, a irrupção do trauma está na origem da psicopatologia, representada fundamentalmente pela incapacidade do sujeito em liquidar os efeitos de determinada situação vivida como traumática. O que torna traumático é a forma como um acontecimento pôde ser tratado e elaborado. A literatura aponta uma variedade de sintomas decorrentes da não-ab-reação da experiência traumática, entre elas a ansiedade, irritabilidade, impulsividade, depressão, estresse pós-trauma, tentativa de suicídio, entre outras. O desenvolvimento deste projeto foi estruturado de forma descritiva com pesquisa de campo. É uma pesquisa em psicanálise aplicada e através do instrumental psicanalítico é feita a leitura do fenômeno estudado a partir do discurso das pessoas. A amostragem da pesquisa foi constituída por três pessoas de uma cidade de médio porte do interior do estado de Goiás que passaram recentemente por um evento considerado traumático. Como instrumento metodológico foi utilizado a entrevista aberta, na qual através do relato oral obtivemos informações a respeito da história individual de cada participante. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente. Foram tomados os cuidados éticos preconizados pela Resolução 196 que estabelece as regras para pesquisas com humanos. Os dados coletados foram tratados por meio de uma análise qualitativa. A pesquisa está em andamento, porém, os dados preliminares indicam que situações traumáticas estão sempre ligadas a perdas, seja do objeto amoroso, das partes de si próprio, de ideais, de laços significativos que davam sentido à vida, entre outros. Se um determinado acontecimento traumatiza, não é apenas pelo fato de representar um perigo real de destruição de si mesmo ou dos mais próximos, mas também porque, ao desfazer os referentes simbólicos e imaginários que dão segurança, ameaçam os significantes a que o ser se enlaça para ordenar a vida. Quanto maior o sentimento de desamparo, maior também a disposição para o desenvolvimento de patologias. Dessa maneira, até mesmo as “pequenas” tragédias tem um valor traumático, pois o que é determinante nesta situação é a invasão do sentimento de desamparo, a ruptura da continuidade significativa do eu sem que, necessariamente, a causa traumática em si seja algo de dimensão avassaladora.

Palavras-chave: Desamparo, patologia, trauma.

IC

CLIN

DEMANDA E DESFECHO EM PROCESSOS PSICOTERÁPICOS DE PESSOAS MADURAS E IDOSAS. *Ana Lúcia Gatti (Universidade São Judas Tadeu – São Paulo-SP-Brasil), Antonio Carlos Possa (Instituto Paulista de Psicologia, Estudos Sociais e Pesquisa e Faculdades Metropolitanas Unidas – São Paulo-SP-Brasil) e Joaquim Gonçalves Coelho Filho (Instituto Paulista de Psicologia, Estudos Sociais e Pesquisa – São Paulo-SP-Brasil)*

As perdas são uma constante na vida dos indivíduos; entretanto, com o passar do tempo, estas passam a ser vivenciadas, via de regra, de modo mais intenso, na medida em que as possibilidades são percebidas, muito mais do que na infância, juventude ou vida adulta, como dependentes de um tempo que talvez não se chegue a gozar. Os sentimentos que entram em cena na maturidade e na velhice, somados às alterações concretas da vida, poderiam representar um impulso para a busca de atendimento psicológico, o qual vem sendo considerado por muitos teóricos e práticos da psicologia como pouco profícuo nesta fase da vida. O objetivo da presente investigação foi o de verificar, em um serviço de atendimento a adultos, na cidade de São Paulo, a população de maiores de 55 anos que buscou psicoterapia durante um período de seis anos (2004-2009) e mapear suas características, com vistas a um aprimoramento do atendimento. A partir do livro de inscrição, fichas e prontuários, foram levantadas as características: idade, gênero, estado civil, escolaridade, queixas declaradas na entrevista de triagem e o desfecho quanto ao atendimento. Os resultados revelam que, ao longo dos anos considerados, o grupo de pessoas com mais de 55 anos (N=122) oscilou de 8,7% a 14,6% do total de inscritos; o mais idoso dos inscritos contava 83 anos, mas a média do grupo não superou 63 anos e 8 meses, o qual foi prioritariamente constituído por mulheres (86,1%). Quanto ao nível de instrução, há menor incidência de pessoas com escolaridade básica, até oito anos de estudo formal (24,6%), seguidas por pessoas que ao menos iniciaram o ensino superior (34,4%), sendo o grupo das pessoas com escolaridade média o maior (41,0%). Também esteve mais representado o grupo de pessoas que não tinham um parceiro (55,7%) em relação aos que viviam um relacionamento afetivo estável. Quanto às queixas, estas foram categorizadas em “psíquicas”, “físicas”, relativas a “perdas”, a “relacionamentos” e “outras”, tomando-se por base a dimensão principal do aspecto envolvido, e obteve-se maior incidência de queixas “psíquicas” (52,2%), seguidas por “perdas” (17,6%) e “relacionamento” (16,4%). Os desfechos dos atendimentos, computados como conclusão, desistência e encaminhamento, revelam que 44,3% dos inscritos chegam a concluir seus processos psicoterápicos, mas é alto o índice de desistência, muitas vezes sem que haja comparecimento à primeira entrevista para a qual a pessoa é convocada após a triagem. Apesar de os dados refletirem incidência de abandono semelhante à que ocorre em outros núcleos de atendimento à população, independente da faixa etária dos usuários, considera-se de importância refletir sobre modos de aprimorar o atendimento, dado que haveria, em princípio, a possibilidade de promover maior saúde às pessoas que se aproximam da velhice, por meio de uma intervenção que oferecesse um momento preventivo em relação ao agravamento de problemas comuns neste período.

Palavras-chave: Maturidade, Processos Psicoterapêuticos, Atendimento à Comunidade.
Pesquisador – P

CLI

UMA PROPOSTA EDUCATIVA E INTERVENTIVA, POR MEIO DE HISTÓRIAS PARA CRIANÇAS, BASEADA NA TERAPIA DE ESQUEMAS DE YOUNG. *Donizete Tadeu Leite ** e Renata Ferrarez Fernandes Lopes (Laboratório de Psicologia Experimental, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG.)*

Os esquemas desadaptativos remotos, conforme propostos por Jeffrey Young, são formados por condições prejudiciais na infância e tendem a se repetir e a se recriar involuntariamente como padrões negativos na vida adulta. Identificá-los e alterá-los já desde a infância, por meio de ludoterapia é fundamental para que se evite a perpetuação e sedimentação dos seus efeitos negativos ao longo do tempo. Desenvolver técnicas interventivas/educativas que auxiliem nesse processo são formas de adaptar a terapia baseada no esquema para criança. O objetivo desse trabalho consiste na apresentação de três histórias infantis, criadas com base na teoria dos esquemas de Young, mais especificamente, dos esquemas de abandono/instabilidade, subjugação e arrogância/grandiosidade, enquanto técnicas interventivas e psicoeducativa para crianças de 6 a 10 anos de ambos os sexos. Em “A história de Aban: o cãozinho que não gostava de ficar sozinho” estimula-se a criança falar de suas crenças sobre o temor do abandono e de idéias paralelas a esse tema central. “Aban” vive o esquema de abandono/instabilidade representando crianças incapazes de formar vínculos seguros e satisfatórios com outras pessoas. Ele ilustra a criança que acredita que suas necessidades não serão atendidas, pois vive na constante expectativa de ser abandonada, e que ficará para sempre só, sem recursos emocionais para viver. Em “A história de Agradim: o jumentinho submisso”, tem-se uma narrativa que estimula a criança a falar de suas crenças desadaptadas relacionadas à necessidade de agradar outros, em detrimento de si mesma. “Agradim” é um jumentinho de carga que acaba vivendo debaixo de um “jogo opressivo” de responsabilidades excessivas, geradas e mantidas por seus pais. “Agradim” ilustra as crianças que vão perdendo seu senso de identidade (de saber e expressar o que gosta, quer e precisa), assumindo uma disposição passiva diante da vida que vai acontecendo simplesmente ao sabor da obediência a comandos. “A história de Arroar: o leãozinho sem limites” apresenta ao psicoterapeuta possibilidades para o trabalho com crianças cujas crenças se estabelecem em torno de se perceberem sem limites. “Arroar” é o personagem que deseja controlar tudo do seu próprio jeito e para seu próprio conforto. É exigente e acredita que as outras pessoas existem para satisfazer seus caprichos. Essas histórias infantis apresentadas constituem uma ótima oportunidade para o psicoterapeuta fazer perguntas que avaliem diretamente como a criança pensa, sente ou se comporta. Através das situações “concretas” propostas em cada história (p.ex. personagens, narrativa, metáforas, situações) o terapeuta (a) pode estabelecer um diálogo socrático de fácil acompanhamento por parte da criança; (b) ele pode conversar com a criança buscando fazer paralelos entre o personagem e os problemas da criança; (c) pode questionar pensamentos (automáticos) semelhantes àqueles expressos pelo personagem da história; (d) pode levar a criança a perceber as conseqüências negativas advindas de uma determinada forma de pensar do personagem; (e) e pode também levantar questões sobre os comportamentos alternativos e mais adaptados que foram assumidos pelo personagem, ressaltando seus ganhos. Os resultados clínicos da utilização das histórias têm sido muito satisfatório para a mudança de esquemas desadaptados na infância.

Palavras chave: Terapia do Esquema; Técnicas educativas; Terapia infantil, Histórias infantis.

M

CLIN

FRAGILIZAÇÃO EGOICA DIANTE DE IMPERFEIÇÃO FÍSICA. *José Enedino da Silva** (Instituto Paulista de Psicologia, Estudos Sociais e Pesquisa – São Paulo-SP), Antonio Carlos Possa (Instituto Paulista de Psicologia, Estudos Sociais e Pesquisa e Faculdades Metropolitanas Unidas – São Paulo-SP-Brasil) e Joaquim Gonçalves Coelho Filho (Instituto Paulista de Psicologia, Estudos Sociais e Pesquisa – São Paulo-SP)*

Acidentes físicos podem provocar pequenas sequelas, às vezes, imperceptíveis a terceiros; no entanto, para as vítimas desses acidentes, as pequenas sequelas podem ser potencializadas quando aderidas à autoimagem negativa e baixa autoestima que subjaziam à percepção de si, mesmo antes da ocorrência do acidente. Tais eventos funcionam como a confirmação para o paciente de que ele realmente é uma pessoa insignificante, merecedora da piedade do mundo. A partir de um processo psicoterapêutico, este trabalho procura discriminar o atendimento voltado ao fortalecimento egoico daquele que o paciente apresenta como queixa e como motivo de suas dificuldades de inserção social, diante de sua seqüela. Trata-se de paciente de 27 anos, superior incompleto, administrador de empresas, solteiro, com irmã de 30 anos, pais separados, ambos mantendo novos relacionamentos. Relata que é muito rígido, muito controlador, e que busca melhor controle da sua ansiedade. Aos 11 anos, apresentou infecção generalizada, sem causa aparente, com comprometimento do fêmur, incorrendo no uso de muletas, após quatro meses de internação. Em decorrência da doença, apresenta uma perna mais curta que a outra, corrigindo a diferença com o uso de palmilhas. Ainda assim, já se apresentou para emprego dentro da cota de deficientes físicos, como também incomoda-se com o olhar do outro, por acreditar que seu ‘defeito’ será percebido e generalizado para a sua pessoa. Queixa-se do descaso dos pais diante de suas falas acerca do mal-estar que sentia, nos dias anteriores à descoberta da infecção que o acometeu. A partir de então, sente-se distante dos pais, ao mesmo tempo em que se sente endividado por tudo o que os pais fizeram pela sua recuperação. Mais recentemente, envolveu-se com álcool e drogas, mas diz ter controle sobre isso. Dentro do planejamento proposto pela técnica breve, estabeleceu-se como foco de trabalho a sua persecutoriedade em relação à avaliação dos outros em tudo o que faz. O objetivo do processo residiu em identificar seus reais limites, mas também suas potencialidades, assim como seus defeitos e virtudes, uma vez que se esconde atrás de relacionamentos distantes, mesmo com a namorada, e de defesas como o senso de autossuficiência. Observa-se que a aderência à seqüela na perna mistura-se com autoimagem prejudicada pela dinâmica familiar, que primava pela extrema liberdade que os pais dedicavam aos filhos, já que pertenciam a um casamento já falido, mas não assumido, restando pouco tempo para a criação e reconhecimento da importância dos filhos. Observa-se, ainda, que o manejo winnicottiano adequou-se a esse processo, já que se trata de paciente com ego fragilizado, não-integrado, embora aparente domínio das situações que vivencia. Conclui-se que, diante de aderências a aspectos físicos, o manejo psicoterapêutico exige sensibilidade na circunscrição das reais dificuldades do paciente, sem, no entanto, menosprezar as dificuldades decorrentes das sequelas físicas, sendo a técnica winnicottiana a mais indicada para esse tipo de paciente.

Palavras-chave: Fragilização egoica; Manejo Psicoterapêutico; Deficiência Física.

Pesquisador – P ou Outro

CLI

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELO SERVIÇO DE PSICOLOGIA DO HOSPITAL DE BASE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP.

*Luan Flávia Barufi Fernandes** (Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo/SP) e Edwiges Ferreira de Mattos Silvaes (Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo/SP).*

O levantamento das características de uma população, a quem os serviços de atendimento de certa instituição se destinam, é importante para determinar quando, onde e como atender os que procuram por ajuda, sendo possível tornar este atendimento mais adequado às reais necessidades da comunidade. Atualmente, há vários estudos que descrevem a caracterização de serviços de saúde mental, quanto à clientela, demanda e modalidades terapêuticas, com o intuito de aprimorar o funcionamento institucional. No Brasil, a Psicologia da Saúde é um campo recente de atuação do psicólogo, sendo necessário também caracterizar melhor a clientela, descrever e avaliar as intervenções psicológicas realizadas, pois é importante pesquisar e validar estas práticas para consolidar a Psicologia da Saúde como uma opção de pós-graduação e estágio para os futuros profissionais. Há poucos estudos sobre o perfil da população atendida em serviços de psicologia da saúde, sendo que grande parte deles refere-se à clientela infantil. Os dados indicam que nesta clientela, o perfil é de meninos, em idade escolar, apresentando queixa de dificuldades escolares; e entre os adultos, a maioria são mulheres, com idade entre 30 e 40 anos, com queixas relacionadas à ansiedade. Assim, o objetivo do presente estudo é caracterizar a população atendida pelo serviço-escola de Psicologia do Hospital de Base (SPHB) de São José do Rio Preto/SP. O procedimento constitui-se do registro de dados relevantes (sócio-demográficos e clínicos) dos pacientes atendidos pelos psicólogos do serviço durante um mês de funcionamento institucional. Os dados coletados foram tabulados e as análises estatísticas foram realizadas com o auxílio do SPSS. Foram registrados 1550 atendimentos neste período. Os resultados obtidos na caracterização da população atendida por este serviço indicou a prevalência do seguinte perfil: crianças e adolescentes (320 pacientes): sexo masculino, cor branca, com idade entre 6 a 10 anos, cursando ensino fundamental incompleto, que recebeu como tratamento psicológico a orientação específica para a queixa de dificuldades em manejar o problema de saúde; entre os adultos (1230 pacientes), o perfil foi composto de: mulheres, com idade entre 40 a 49 anos, casadas, com escolaridade de ensino fundamental incompleto, tendo como ocupação trabalhos de serviços diversos, que receberam como tratamento psicológico a modalidade grupo psicoeducacional, apresentando como queixa ansiedade/depressão. As características sócio-demográficas e clínicas da amostra estudada são similares aos dados reportados em poucos estudos sobre esta temática encontrados na literatura. O presente estudo produziu vários dados de grande relevância para o SPHB, que podem sinalizar e favorecer a ocorrência de mudanças em seu funcionamento, dentre eles destaca-se: necessidade de programar um modo mais sistematizado de registrar os atendimentos realizados pelos psicólogos; aumento da oferta de intervenções preventivas para amenizar conseqüências aversivas de condições de saúde adversas em seus clientes, visto que, as queixas mais freqüentes estão relacionadas a estas condições. O SPHB apresenta-se como um centro de atendimento psicológico de grande porte, que atende uma demanda significativa de clientes, com a disponibilidade de várias modalidades terapêuticas e um trabalho conjunto e multidisciplinar com as equipes de saúde.

Apoio: CAPES

Palavras-chave: caracterização da população, psicologia da saúde, serviço-escola.

Mestrado - M

CLIN

PADRÕES DIALÓGICOS QUE INFORMAM A EMERGÊNCIA DE UM SELF SITUACIONAL E TEMPORAL EM BLOGS. *Daniela Benites***, *Karine Puntel**, *Gustavo Gauer* e *William Barbosa Gomes* (Laboratório de Fenomenologia Experimental e Cognição, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS).

Processos cognitivos e comportamentais são altamente adaptativos e possibilitam ao ser humano construir e apreender significados em diferentes contextos. A flexibilidade ou múltiplos graus de liberdade dos organismos dificulta a descrição do espectro entre padrões comportamentais adaptativos e não-adaptativos, e a distinção de aspectos limítrofes a estes funcionamentos. Entende-se que a fina descrição de blocos informacionais vinculados à psicologia humana possa gerar novos conhecimentos acerca do espectro mencionado. Neste trabalho, buscou-se a caracterização de padrões temporais ou dinâmicos que formam um comportamento social, mais especificamente, foram investigados padrões dialógicos que dirigem e engendram a autorreflexão em/com blogs. Blogs são ferramentas de comunicação interpessoal que caracterizam e espelham comportamentos e pensamentos sociais atuais. O conteúdo escrito em blogs foi analisado enquanto resultado do acoplamento entre um organismo intencional (self) e o próprio blog. Acoplamento é o termo sistêmico para incorporação e serve na operacionalização do sistema self~blog e caracterização de self enquanto informação dinâmica, emergente e significativa em diferentes níveis e contextos. Quando analisados individualmente, os textos dos blogs são estados desse sistema. Quando tomados em conjunto, a sequência de textos ou estados pode revelar dinâmicas específicas do sistema self~blog. A fim de descrever os padrões que formam, antecedem a sucedem a autoinovação dialógica do self foi coletada uma amostra de 12 textos de blogs do tipo diário, uniformes quanto à presença de autoinovação. Na abordagem do self dialógico a autoinovação refere-se à emergência de novas posições ou conteúdos incorporados que renovam os diálogos do self ou autoconceitos. No primeiro nível investigativo, os textos ou estados de autoinovação foram caracterizados através de análise qualitativa baseada em critérios fenomenológicos. Infere-se que as categorias dialógicas emergentes da análise (“comunicação”, “descrição”, “conflito”, “confusão”, “abertura” e “conclusão”) informam estágios cognitivos do processamento situacional da autoinovação do self. No segundo nível investigativo, os dez textos precedentes e sucedentes ao texto de autoinovação foram coletados e analisados qualitativamente. Nesta amostra os textos de autoinovação serviram de parâmetro de ordem e marcaram um fenômeno comum aos 12 blogs. Foi identificado que, no uso de blogs, textos autonarrativos tendem a anteceder textos de autoinovação e textos de monitoramento tendem a suceder a mudança dialógica no sistema self~blog. Coletivamente, os resultados apontaram que os padrões expressivos informam processos (1) temporalmente simultâneos: que ocorrem nos textos e nos blogs enquanto micro e macro escalas de autoexpressão e autorreflexão; e (2) significativamente similares: com a presença de processos diálogos que alinham aspectos presentes a intenções futuras do organismo. Este estudo apresenta um delineamento sistêmico de uma natureza coordenada, tendo o potencial de elucidar futuros questionamentos acerca de selves que incorporam conteúdos e diálogos a partir de acoplamentos mediatos e imediatos. Adicionalmente, o exame do sistema self~blog evidenciou que o uso de blogs pode amplificar capacidades de resolução de conflitos internos ao serem dinamicamente acoplados como dispositivos adicionais de memória.

Apoio: CAPES

Palavras-chave: self, blog, autoinovação

D

Área: COG

ARGUMENTAÇÃO EM SALA DE AULA: UM ESTUDO SOBRE A APRENDIZAGEM NA INTERAÇÃO ENTRE PARES. *Geovana Camargo Vargas** e Selma Leitão (Universidade Federal de Pernambuco – Recife-PE)*

Há muito a literatura vem discutindo as diferenças na construção de conhecimento quando alunos interagem entre si e com o professor. Algumas pesquisas defendem que status iguais podem facilitar uma discussão balanceada e o progresso cognitivo, partindo do princípio que entre pares há maior liberdade para exame da lógica das perspectivas, permitindo co-construção de hipóteses. Ao passo que outras acreditam ser a intervenção do professor no contexto escolar que tem maior peso na construção do conhecimento, pois esta se daria por *scaffolding*, isto é, pelo propiciamento, pelo professor, de um “andaime” ao aluno, sendo a extensão da orientação diminuída à medida que a criança se apropria da tarefa. Além da influência do tipo da interação na construção do conhecimento, pode-se destacar o potencial da argumentação para fomentar aprendizagem, uma vez que a oposição neste contexto possibilita a consideração e avaliação de alternativas e, deste modo, abre a possibilidade para uma nova perspectiva. Há uma proposta que defende ser possível, através de três ações discursivas (pragmáticas, argumentativas e epistêmicas), implementar em sala de aula a argumentação com vistas à aprendizagem. As ações no plano epistêmico são as responsáveis por trazer conteúdos, procedimentos e formas de raciocínio típicas do domínio canônico, e estas são pouco frequentes em grupos sem mediação, podendo gerar uma conclusão precipitada de que não há aprendizagem entre pares. Considerando as possíveis configurações de grupo, o potencial da argumentação na construção do conhecimento e os resultados inconclusivos acerca da aprendizagem em contextos argumentativos quando não há mediação do professor, o presente estudo objetivou caracterizar o processo de construção do conhecimento na argumentação com e sem a mediação do professor. Para tanto, foram videogravadas aulas de Geografia em uma sala de aula do 7º ano (antiga 6ª série) do Ensino Fundamental, composta pela professora e 22 alunos. Dentre as 11 aulas videogravadas, três foram destinadas a atividades em grupo com intervenções intermitentes da professora, as quais foram privilegiadas neste estudo. Após a transcrição dos registros, os dados foram submetidos a uma microanálise e posterior análise geral que possibilitou o destaque de algumas reflexões. Observou-se, de uma forma geral, que os alunos quando trabalham entre pares são capazes de enunciar variados tipos de ações epistêmicas, inclusive ações de mesma natureza que as do professor, como o ensino direto de algum conteúdo relacionado ao domínio de conhecimento epistêmico em questão. Percebeu-se também que algumas ações, como a legitimação do conhecimento, foram realizadas apenas pelo professor; outras, da mesma forma, apareceram apenas nos momentos em que não havia mediação docente. De modo geral, as análises mostraram que o processo de aprendizagem entre os alunos é bastante variado e contempla ações típicas do domínio de conhecimento epistêmico, análogas às utilizadas pelo professor, indicando a efetividade de se promover debates em grupo com vistas à aprendizagem.

Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

Palavras-chave: argumentação; aprendizagem; interação entre pares; ações epistêmicas

Nível: Mestrado – M

Código: COG

A VELOCIDADE DE PROCESSAMENTO DAS INFORMAÇÕES EM CRIANÇAS COM HIV. *Ana Paula Cunha**, *Isac Bruck***, *Cristina Rodrigues da Cruz***, *Tony Tanous Tahan*** e *Ana Paula Almeida de Pereira*** (Laboratório de Neuropsicologia – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR)

A velocidade de processamento da informação se caracteriza pela eficiência e rapidez com que o cérebro irá captar e interpretar as informações do ambiente, podendo assim ter um impacto em todo o funcionamento cognitivo. Pesquisas realizadas com adultos infectados pelo vírus HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana), apontam déficits em velocidade de processamento da informação. O HIV na infância pode provocar prejuízos complexos nas habilidades neuropsicológicas devido ao vírus afetar o sistema nervoso central (SNC) em fase de maturação. Estima-se que no Brasil, desde 1980 até junho de 2008, 13. 728 crianças foram infectadas pelo vírus. A avaliação neuropsicológica pode contribuir na identificação dos déficits cognitivos associados ao HIV. Este trabalho objetiva averiguar se há rebaixamento na velocidade de processamento da informação em crianças com HIV atendidas no Hospital de Clínicas (HC) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Para tanto, utilizaram-se os seguintes subtestes da Escala Wechsler para Crianças – Terceira Edição (WISC-III) que avaliam esta função: Procurar Símbolos (PS) e o Código (CO); os quais compõem o índice de velocidade de processamento (IVP). O IVP mostra a velocidade psicomotora e velocidade mental para resolver problemas não-verbais e a capacidade de planejar, organizar, e desenvolver estratégias de ação. Estes subtestes foram aplicados em dois grupos: (1) composto por 34 crianças soropositivas atendidas no HC da UFPR, com idades entre 7 e 16 anos (M=10,68 e DP=2,65); e (2) composto por 34 crianças soronegativas, sem queixas neurológicas, pareadas por idade, sexo e escolaridade, recrutadas de uma escola pública estadual de Curitiba, com idades entre 7 e 14 anos (M=10,12 e DP=1,90). O escore médio do IVP obtido pelo grupo de crianças com HIV foi de 93,68 (DP=13,98) e o escore médio do grupo de crianças não infectadas pelo vírus foi de 102,97 (DP=15,65). Diante destes dados, verificou-se que houve diferença significativa de acordo com o teste paramétrico utilizado para comparação de médias de amostras independentes, T-teste ($t = -2,58$; $p = 0,012$; $\alpha = 0,05$). Tal resultado sugere um escore inferior no índice de velocidade de processamento das informações, em crianças com HIV, quando comparadas a crianças sem a infecção pelo vírus. Os dados também indicam que o grupo de crianças com HIV, no momento, encontram-se dentro da média normativa nesta função. Estes índices podem ocasionar posteriormente comprometimentos mais severos no sistema nervoso central de crianças infectadas pelo HIV. Desta maneira, identificar precocemente estes sinais é de fundamental importância para que seja possível o estabelecimento de intervenções terapêuticas e a reabilitação cognitiva, revertendo as dificuldades impostas e melhorando a qualidade de vida dessas crianças.

Fundação Araucária

Palavras chave: HIV, neuropsicologia, velocidade de processamento das informações

IC

COG

DESENVOLVIMENTO DE PORTAL DE ACESSO VIA INTERNET A UM LABORATÓRIO DE COGNIÇÃO. *José Carlos Tavares da Silva, Eliane Gerk e Eleutério Viegas de Mello Neto* (Laboratório de Cognição, Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, RJ).*

O tema desta pesquisa é o levantamento das funcionalidades, o design do portal web e o desenvolvimento do mesmo para uso do Laboratório de Cognição do Curso de Psicologia da Universidade Católica de Petrópolis. O objetivo é oferecer ferramentas de suporte em tecnologia de informação aos estudos experimentais de processos cognitivos humanos. Em aderência às tendências dos estudos experimentais em Psicologia estarem se deslocando de ambientes baseados em Psicologia animal para laboratórios de simulação baseada em computador, a proposta do portal permite acesso remoto a vários experimentos e sistemas de enquetes e pesquisa de interesse da Psicologia Cognitiva bem como oferece suporte para posterior tratamento estatístico das informações, publicações dos achados e conclusões advindas destes projetos, que ficam à disposição de outras instituições interessadas no tema, que estão ou venham a estar conveniadas com a UCP. Nestes laboratórios baseado em TIC's (tecnologias de informação e computação), os instrumentos combinam equipamentos eletrônicos com equipamentos de computação de dados, ajudando a mensuração de resultados de experimentos efetuados através das técnicas de subtração, tempo de reação e discriminação de estímulos. Nossa proposta de aplicar as TIC's para a exposição dos estímulos e tarefas originais, aliada à potencialidade de conversão das respostas dos sujeitos em dados informatizados, visa a modernização do que no exterior já se revela uma tendência quanto à sua potencialidade maior diante dos limites impostos por laboratórios animais em laboratórios brasileiros de Psicologia Experimental. O portal viabiliza a execução de experimentos para testar hipóteses sobre a estrutura de funções cognitivas, em áreas como atenção, memória e pensamento que tem sido efetuadas através de exposição de estímulos e coleta de resposta em microcomputadores incluso em regime remoto, em que pese a latência no tempo de resposta aos estímulos provocada pelo uso de equipamento em rede. Para solucionar a latência foram preparados experimentos para serem executados no computador remoto, coleta de dados no computador remoto e retorno das informações via invocação remota. Dentre os vários experimentos disponibilizados no portal, temos experimentos que foram conduzidos com imagens (rostos, lugares, objetos) e palavras (inglês, predominantemente) geralmente estranhos à nossa cultura e realidade. O Laboratório de Cognição, na Universidade Católica de Petrópolis está composto de 16 micro computadores em rede local e dois programas fundamentais, o E-Prime 2.0 e o Super Lab. Para cargas (uploads) está reservado um servidor de rede, nos quais os experimentos do COGLAB-UCP estão disponibilizados depois de testados e homologados pela Coordenação do Laboratório. São eles: 1) 'Simon Effect' (Base cognitiva para a compatibilidade estímulo-resposta); 2) 'Spatial Cueling' (componentes da orientação visual e alocação da atenção no campo visual); 3) Stroop Effect (Controle da atenção); 4) rotação mental; 5) fixação mental; 6) memória de longo prazo para um objeto de uso comum; 7) priming; 8) mapeamento do ponto cego. Todos estes experimentos foram traduzidos para a língua portuguesa e adaptados para nossa realidade cultural através da introdução de novas imagens e palavras.

Apoio Financeiro da FAPERJ

*Bolsa de Iniciação Científica da Fundação Rocha Miranda

Palavras Chave: Psicologia Cognitiva, Design Web, Ambiente Virtual, Portal de Acesso. Iniciação Científica

COG

REPRODUÇÃO DE EXPERIMENTOS CLÁSSICOS DE PSICOLOGIA COGNITIVA EM AMBIENTE VIRTUAL. *Eliane Gerk, José Carlos Tavares da Silva, Flávia Glicério**, Rafael Gomes da Silva* e Renata Rosa Costa Farias* (Laboratório de Cognição, Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, RJ).*

O tema desta pesquisa é o estudo experimental de processos cognitivos humanos através da aplicação de tecnologia de informação com softwares desenvolvidos para situações de experimentação. Desde os anos 50, o objeto de interesse da psicologia experimental passou a se deslocar rapidamente dos laboratórios de psicologia animal, de inspiração behaviorista, para os laboratórios de cognição. Nestes laboratórios, os instrumentos eram eletrônicos, ajudando a mensuração de resultados de experimentos efetuados através das técnicas de subtração, tempo de reação e discriminação de estímulos. Com o avanço da microeletrônica estes aparelhos eletrônicos foram rapidamente substituídos por microcomputadores, nos quais os próprios dados de pesquisa eram imediatamente coletados e processados automaticamente. Entretanto, o ensino da psicologia experimental no Brasil continua se restringindo ao emprego de laboratórios experimentais que se limitam ao estudo da psicologia animal. A tecnologia de informação para a exposição dos estímulos e tarefas originais, aliada à potencialidade de conversão das respostas dos sujeitos em dados informatizados, traz uma nova era ao ambiente dos laboratórios brasileiros de Psicologia Experimental. A execução de experimentos para testar hipóteses sobre a estrutura de funções cognitivas, em áreas como atenção, memória e pensamento tem sido efetuadas através de exposição de estímulos e coleta de resposta em microcomputadores. Estes experimentos foram conduzidos com imagens (rostos, lugares) e palavras (inglês, predominantemente) geralmente estranhos à nossa cultura e realidade. A adaptação destes experimentos para o ambiente dos laboratórios brasileiros requer, além do desenvolvimento de programas que apresentem os estímulos, ofereçam as instruções e coletem os dados dos sujeitos, a produção e escolha de novas imagens e palavras (muitas vezes não só a simples tradução) e principalmente, o teste não só da eficácia do novo instrumento produzido, mas também a própria replicação de todos estes experimentos para aferir a validade intercultural de seus resultados originais. Para atingir estes objetivos foi criado um Laboratório de Cognição, na Universidade Católica de Petrópolis, composto de 16 micro computadores e dois programas fundamentais, o E-Prime 2.0 e o Super Lab.. Neste laboratório buscou-se: a) desenvolver de programas que reproduzem situações-problema evocando funções específicas do processo cognitivo, não apenas utilizando o computador como coletor de dados de sujeitos humanos de pesquisa, de tempo de reação e discriminação de estímulos para situações de teste, mas através da dinâmica proposta pela interatividade; b) desenvolver ensaios de situações-problema, depois de construído o programa, testando sua viabilidade em experimentos clássicos de atenção, pensamento e memória. Os experimentos adaptados foram: 1) 'Simon Effect' (Base cognitiva para a compatibilidade estímulo-resposta); 2) 'Spatial Cueing' (componentes da orientação visual e alocação da atenção no campo visual); 3) Stroop Effect (Controle da atenção); 4) rotação mental; 5) fixação mental; 6) memória de longo prazo para um objeto de uso comum; 7) priming; 8). mapeamento do ponto cego. Todos estes experimentos foram traduzidos para a língua portuguesa e adaptados para nossa realidade cultural através da introdução de novas imagens e palavras. Os experimentos foram testados numa amostra de universitários brasileiros e os resultados demonstraram a sua perfeita adequação aos objetivos propostos.

Apoio Financeiro da FAPERJ

*Bolsa de Iniciação Científica do CNPq e da Fundação Rocha Miranda
Palavras Chave: Psicologia Cognitiva, Experimentos Clássicos, Ambiente Virtual.
Iniciação Científica

COG

UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE CONCEITOS ECONÔMICOS NA CRIANÇA. *Maria Carolina Lopes Granja** e Alina Galvão Spinillo (Departamento de Psicologia, Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE).*

Vivemos em um mundo complexo em que o indivíduo precisa criar formas de adaptar-se ao meio em que vive. Dentre as inúmeras formas de adaptação, a formação de conceitos surge como uma maneira de propiciar que os indivíduos se organizem cognitivamente para dar conta desta complexidade. Dentre os vários conceitos que os indivíduos formam durante a infância (científicos, matemáticos, linguísticos), os conceitos econômicos são aqueles menos investigados na literatura, abrindo um campo de estudos interessante, relevante e ainda pouco explorado. O presente estudo teve por objetivo investigar de forma exploratória os conceitos econômicos de crianças, focalizando especificamente as noções que possuem a respeito do dinheiro. Dois aspectos relativos à noção de dinheiro foram investigados: como as crianças o definem e qual a função que atribuem ao dinheiro. Dezesesseis crianças de classe média, frequentando escolas particulares na cidade do Recife foram igualmente divididas em dois grupos: Grupo 1: alunas da pré-escola e do 1º ano do ensino fundamental (5-6 anos); e Grupo 2: alunas do 3º e 4º anos do ensino fundamental (8-9 anos). Foi individualmente realizada uma entrevista clínica que foi gravada em áudio e posteriormente transcrita na íntegra e submetida a uma análise qualitativa. As perguntas-chave da entrevista eram: O que é dinheiro para você? Para que serve o dinheiro? As entrevistas foram analisadas por dois juizes que, através de discussão, classificaram as respostas das crianças em diferentes tipos. As definições foram classificadas em: (1) não define ou resposta vaga; (2) definição baseada nas características materiais (cédula, moeda); (3) definição baseada na função; e (4) definição mista em que se combinam diferentes tipos de respostas. A definição que mais caracterizou o Grupo 1 foi aquela baseada nas características materiais e na função. No Grupo 2, a maioria das definições se concentrava na função do dinheiro; observando-se também definições mistas, que estavam ausentes no Grupo 1. Em relação à função, as respostas foram assim classificadas: (1) não responde ou resposta vaga; (2) funções que expressam relação de troca (comprar, pagar); (3) funções que expressam relação unilateral (dar, receber); (4) funções que expressam a idéia de dinheiro como um bem (juntar, guardar); (5) resposta mista em que se combinam diferentes funções. Ambos os grupos tendiam a apresentar respostas mistas ou baseadas nas relações de troca, sobretudo as crianças mais velhas. Conclui-se que com o aumento da idade, as definições são mais marcadas pela função do dinheiro do que por seus aspectos materiais, bem como tendem a abranger diversos aspectos simultaneamente. Quanto à função, desde cedo as crianças atribuem ao dinheiro a função de comprar, pagar; mas é entre as crianças mais velhas que o dinheiro assume uma função mais social do que entendido como um bem ou propriedade. Embora exploratório, o estudo revela as noções que as crianças possuem sobre dinheiro e com elas se alteram com a idade/escolaridade, contribuindo para uma maior compreensão acerca dos conceitos econômicos na infância, conceitos esses de natureza cognitiva e social.

Palavras-chave: conceitos econômicos; noção de dinheiro; crianças.

Nível do Trabalho: Monografia

COG

BUSCA VISUAL EM 3D. *Joaquim Carlos Rossini** e Michael von Grünau (Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG e Department of Psychology, Concordia University, Montreal, Québec, Canadá)*

A seleção da informação visual é fundamental para a adaptabilidade do comportamento humano no ambiente natural. Nesta situação normalmente buscamos objetos em diferentes planos no campo visual fazendo uso da informação de profundidade disponível (3D). O presente estudo investigou a seleção da informação visual em uma tarefa de busca apresentada em dois planos espaciais. No primeiro plano foram apresentados estímulos relevantes a tarefa de identificação de um alvo (alvo e distratores). Em um segundo plano do campo visual foi apresentado uma textura homogênea composta por estímulos irrelevantes. Em 50% das provas um estímulo com as mesmas características do alvo foi apresentado no mesmo plano visual dos elementos que compunham a textura (intruso). O objetivo deste procedimento foi investigar o processo de seleção da informação visual pelo sistema atento e oculomotor em cenários 3D. A ilusão de profundidade entre o primeiro plano visual (plano de busca) e o segundo plano visual (textura e intruso) foi produzida por um anáglifo da imagem dos estímulos relevantes apresentados na cor magenta e verde. Os participantes fizeram uso de óculos especial para a percepção de anáglifos. Tal procedimento produziu um efeito estéreo dos estímulos relevantes em relação aos estímulos de fundo. Os participantes (6) foram solicitados a realizar uma busca visual por um alvo definido pela conjunção de dois segmentos $1,5^\circ \times 0,1^\circ$ no qual o segmento vertical apresentava um deslocamento de $0,3^\circ$ para a direita ou para a esquerda do ponto central do segmento horizontal. Os estímulos distratores (5, 10 ou 15) foram compostos pela mesma conjunção de segmentos sem o deslocamento do segmento vertical em relação ao ponto central do segmento horizontal. Os estímulos que compunham a textura eram iguais aos distratores dispostos em um ângulo de rotação de 45° , enquanto que o estímulo intruso apresentava as mesmas características do alvo, mas em orientação oposta (ambos sem o anáglifo). Foi solicitado aos participantes que realizassem uma busca visual apenas no primeiro plano. O tempo de reação (TR), a porcentagem de erros, a amplitude do movimento sacádico e o número médio de fixações foram mensurados com o uso do sistema de monitoramento do movimento ocular EyeLink II (250Hz). A análise dos resultados (ANOVA) confirmou um aumento linear do TR em função do aumento no número de distratores ($p < 0,01$). A mesma análise mostrou um aumento significativo no TR em função da presença do estímulo intruso ($p < 0,01$). Uma análise posterior através do teste post-hoc Tukey HSD evidenciou que este efeito é associado à menor carga de distratores (5). A mesma análise foi realizada em relação ao número de erros, número médio de fixações e amplitude e evidenciaram o mesmo padrão de efeito associado à baixa carga de distratores. Estes resultados sugerem um efeito da carga perceptual no processo de seleção e análise da informação relevante em cenários apresentados em 3D.

Apoio Financeiro: JCR- Bolsista CAPES-Estágio pós-doutoral- Processo: BEX 2273/09-8 (Brasil) e MvG- NSERC, FQRSC (Canadá).

Busca Visual, Movimento Ocular, Tempo de Reação

PD

COG

BUSCA VISUAL E SELETIVIDADE OCULAR. *Joaquim Carlos Rossini** e Michael von Grünau (Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG e Department of Psychology, Concordia University, Montreal, Québec, Canadá)*

O processo de busca visual pode ser restrito aos estímulos que apresentam características em comum com o alvo (distratores). Essa relação é expressa por uma função linear positiva entre o tempo de reação (TR) e o aumento do número de distratores no campo visual. Entretanto, quando o número de distratores é mantido constante e os elementos diferem apenas quanto as suas características físicas (cor, forma), a manipulação sistemática da frequência de elementos em cada subgrupo causa um padrão distinto no processo de busca. Este processo é expresso por uma função quadrática entre o TR e a frequência dos tipos de distratores (distractor-ratio effect). Assim, o processo de busca é mais eficiente quando o número de distratores de um dos subgrupos é pequeno (2:10 ou 10:2) em comparação ao processo de busca realizado quando a frequência dos dois tipos de distratores é a mesma (6:6). O presente estudo investigou a seleção da informação visual em cenas nas quais o número de elementos relevantes (12) foi mantido constante. Foram apresentados dois tipos de distratores. O primeiro subgrupo de distratores era composto por elementos compatíveis com o alvo quanto à forma, mas não quanto à cor (sinais verdes de soma “+”; 1,2°x 1,2°). O segundo subgrupo era compatível com o alvo quanto à cor, mas não quanto à forma (círculos vermelhos- mesma dimensão). A relação da frequência entre os tipos de distratores apresentou nove níveis: 2/10; 3/9; 4/8; 5/7; 6/6; 7/5; 8/4; 9/3; e 10/2. O alvo foi definido como um sinal de soma vermelho presente em 50% das provas. Em 2/3 das provas os elementos relevantes eram apresentados em meio a uma textura homogênea composta por segmentos de 1,2° x 0,1° de ângulo visual, dispostos em um ângulo de rotação de 45° (/), irrelevante para a tarefa quanto à forma, mas não quanto à cor. A textura foi apresentada na cor verde (50% das provas) ou vermelha. A tarefa dos participantes (11) era identificar pressionando um botão pré-determinado a presença ou ausência do alvo (presente em 50% das provas). Cada participante realizou um total de 540 provas. O TR e a seletividade das fixações oculares (SFO) foram mensurados com o uso do sistema de monitoramento do movimento ocular EyeLink II (250Hz). A análise dos resultados (ANOVA) mostrou um efeito quadrático significativo no TR em função da frequência dos tipos de distratores nas três condições de texturas (ausente, verde e vermelha) ($p < 0,01$). O fator presença do alvo apresentou um efeito significativo no TR em todas as condições investigadas ($p < 0,01$). A SFO apresentou padrões distintos em função do tipo de textura. Na ausência de textura, a relação entre a SFO e a frequência dos distratores de cada subgrupo foi inversa. Na presença da textura verde a SFO foi maior sobre os distratores vermelhos. Na presença da textura vermelha a SFO foi maior sobre os distratores verdes. Este resultado sugere estratégias distintas entre a análise atenta da informação e a programação dos movimentos oculares na presença de elementos de fundo.

Apoio Financeiro: JCR- Bolsista CAPES-Estágio pós-doutoral- Processo: BEX 2273/09-8 (Brasil) e MvG- NSERC, FQRSC (Canadá).

Busca Visual, Movimento Ocular, Tempo de Reação
PD

COG

MODELO COGNITIVO DA ANSIEDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA CLÍNICA. *André Luiz Moreno da Silva**, *Marcella Cassiano** e *Carmem Beatriz Neufeld (Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo).*

O objetivo desse trabalho é apresentar uma compreensão do modelo cognitivo da ansiedade contribuindo para uma visão integral do processo terapêutico para os transtornos de ansiedade dentro da Terapia Cognitivo-Comportamental. A ansiedade pode ser compreendida como uma interação entre organismo e ambiente que visa favorecer a autoproteção e autopreservação, sendo essencial para sobrevivência da espécie. É uma reação complexa que envolve componentes fisiológicos, comportamentais e cognitivos. Os componentes fisiológicos envolvem processos autonômicos tais como taquicardia, aumento da pressão sanguínea e respiração curta e acelerada, preparando o corpo para alguma resposta ambiental que se faça necessária para sua proteção. Componentes comportamentais, como a esquiva, ajudam os indivíduos a antecipar e evitar um perigo futuro. Os componentes cognitivos envolvem a avaliação de situações e eventos como potencialmente ameaçadoras, sendo especialmente importantes por modularem os outros componentes, que interligados resultam no fenômeno da ansiedade. Por sua importância filogenética constitui parte essencial do repertório comportamental de qualquer indivíduo saudável. Contudo, em situações específicas, quando ultrapassam quantitativamente e qualitativamente seus limites adaptativos e funcionais, pode se tornar componente estrutural de alguns transtornos mentais: os transtornos de ansiedade. O desenvolvimento de transtornos de ansiedade envolve uma íntima relação entre aspectos biológicos e ambientais. Pode-se considerar a existência de uma vulnerabilidade biológica, expressada geneticamente através de especificidades temperamentais, que torna o indivíduo hipersensível ao estresse ambiental, tornando-o mais suscetível a esses transtornos. Cognitivamente, pode-se definir ansiedade como um esquema de vulnerabilidade que envolve avaliações cognitivas automáticas e involuntárias sobre a magnitude e severidade dos estímulos, superestimando a ameaça desses estímulos aliado a uma avaliação subestimada dos recursos psíquicos disponíveis para lidar com eles, sendo ambos os processos constituintes do sistema de crenças do indivíduo patologicamente ansioso. Este sistema se mantém, principalmente, através de uma estratégia compensatória em específico: a hipervigilância aos estímulos ambientais. A atenção seletiva exacerbada sobre esses estímulos favorece a avaliação superestimada dos mesmos ao mesmo tempo em que influencia negativamente a percepção dos recursos de enfrentamento a esses estímulos, gerando sentimentos negativos associados à crença de vulnerabilidade. A vulnerabilidade pode ser direcionada tanto a estímulos mais globais, quanto a específicos e restritos, e é justamente a relação entre a vulnerabilidade e os estímulos ansiogênicos que gera a diferenciação e a especificidade dos transtornos de ansiedade. Contudo, apesar da existência dessas especificidades que caracterizam os diferentes tipos de transtornos de ansiedade, é compreensível e desejada a existência de intervenções comuns nos protocolos de tratamento dos vários transtornos de ansiedade, visto que todos eles compartilham a noção de vulnerabilidade e as estratégias mantenedoras a ela relacionadas. A compreensão desses fatores como bases comuns dos transtornos de ansiedade auxilia no processo terapêutico, permitindo uma maior flexibilidade das intervenções do terapeuta cognitivo-comportamental. Fundamental, nesse contexto, é a psicoeducação sobre ansiedade pautada nesses fatores comuns, que possibilita tanto ao paciente quanto ao terapeuta uma visão integral do processo ansioso patológico e dá ao

paciente condições de participar ativamente em seu tratamento, sendo essa participação um dos pressupostos para a eficácia da Terapia Cognitivo-Comportamental.

Palavras- Chave: Ansiedade, Terapia Cognitivo-Comportamental, Vulnerabilidade, Fundamentos Teóricos

Nível: IC (Nível de Graduação)

Área: COG

CONTROLE ENDOGENO A BASE DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL. *Gaël Clair (Université Claude Bernard Lyon I, Lyon, França), Leonardo Lana de Carvalho (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG), Frédéric Armetta (Université Claude Bernard Lyon I, Lyon, França), Salima Hassas (Université Claude Bernard Lyon I, Lyon, França) e Ederaldo José Lopes (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG)*

O controle da organização e de propriedades emergentes em sistemas multi-agentes (SMA) é um problema difícil e conhecido. Organizações e propriedades emergem das interações entre os agentes, as unidades móveis de cálculo do sistema. Dada a complexidade das interações, a organização final ou suas características, sendo desejadas ou não, são impossíveis de serem previstas através da simples análise do comportamento local dos agentes. Buscando guiar o sistema, existem duas abordagens. A *abordagem por construção* é um método computacional onde o designer do sistema pensa no comportamento global que quer atingir e, em seguida, define as regras de funcionamento dos agentes. A *abordagem por controle dinâmico* procura guiar o sistema para uma solução optimal durante a sua execução. O sistema tem uma meta para alcançar ou manter, mas o designer ou o usuário pode ajustar o comportamento global para o que é desejado. Estas duas abordagens são entendidas como controles exógenos, pois ou o sistema é determinado por regras da arquitetura dos agentes ou ele se torna muito imprevisível demandando uma intervenção externa. Nosso objetivo foi encontrar uma base teórica em computação, ciências cognitivas e psicologia para desenvolver um modelo computacional para o controle endógeno em SMA e viabilizar sua aplicação. A metodologia utilizada é a da computação inspirada na natureza. Novos materiais, estudos experimentais, teorias sobre sistemas naturais e sua observação leva a pensar novas formas de cálculo e técnicas de resolução de problema. Nossos resultados podem ser divididos em duas partes. 1 - Do ponto de vista computacional não é desejado nem um controle local e nem um controle global, mas uma forma de controle intermediária visando ser mais eficaz, a) reduzindo as decisões locais, o que torna a influência de comportamentos locais difíceis de identificar globalmente, e b) mantendo o nível superior, a organização e as propriedades emergentes, acessível e em consonância com a tarefa. 2 - Do lado dos sistemas naturais escolhemos dois: o desenvolvimento cognitivo e as representações sociais. Em psicologia cognitiva o desenvolvimento cognitivo depende: do suporte estrutural e funcional do indivíduo, do ambiente físico e social que alimenta o desenvolvimento de forma contínua, da maturação do organismo e de suas características singulares. Já a representação social envolve conhecimentos compartilhados e comuns para representar a organização social, promover o ajustamento ao ambiente e permitir ao indivíduo encontrar um lugar em um grupo. Como conclusão, identificamos dois sistemas naturais interligados, o desenvolvimento cognitivo e a representação social, que podem ser uma base de inspiração para a elaboração de um modelo computacional de controle endógeno em SMA. Esse controle passará pelo surgimento de grupos de agentes, através de representações sociais emergentes e da internalização dessas representações a fim de desenvolver a capacidade cognitiva individual dos agentes. Destacamos a importância das ciências cognitivas e da psicologia no estudo de sistemas computacionais, mas também a possibilidade de utilizar estes sistemas, incluindo os SMA, para testar hipóteses sobre o funcionamento da mente humana.

Palavras-chave: sistemas multi-agentes, controle, representação social, desenvolvimento cognitivo

D
COG

REPRESENTAÇÕES COLETIVAS EMERGENTES EM SISTEMAS BASEADOS EM TAGGING. *Bertrand Higy (Université Lumière Lyon 2, Lyon, França), Leonardo Lana de Carvalho (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG), Salima Hassas (Université Claude Bernard Lyon 1, Lyon, França) e Ederaldo José Lopes (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG)*

Com o surgimento de aplicações sociais na Internet, a Web baseia-se cada vez mais na inteligência social. Para lidar com a crescente complexidade dos sistemas, a ciência da web combinando as ciências da computação, ciências cognitivas e ciências sociais têm como problemática central a dinâmica em jogo para orientar o desenvolvimento de futuras aplicações. Nosso objetivo foi a análise dos sistemas baseados em *tagging* utilizando um modelo computacional para estudar a criação de um sistema de classificação de recursos correspondendo às representações da maioria dos usuários. Os sistemas baseados em *tagging* colaborativos na web permitem aos usuários organizar uma coleção de recursos (imagens, músicas, links, etc.) usando palavras-chave livres chamadas *tags*. Sabe-se que, apesar da liberdade na escolha das marcas, algumas palavras-chave são utilizadas por um grande número de usuários. As *tags* neste contexto constituem o que se chama de um léxico emergente, uma forma de representação coletiva que modelos computacionais permitem analisar a dinâmica de emergência. A metodologia baseia-se na concepção de modelos e simulações computacionais que recriam o fluxo de *tags* adicionadas a um ou a um conjunto de recursos. Podemos então comparar os fluxos simulados com os fluxos reais para ver se os mecanismos que supostamente descrevem o comportamento do usuário são suficientes. Se os fatores que foram julgados influenciar na atividade do usuário são bons, o modelo poderá reproduzir propriedades conhecidas dos sistemas reais. Os resultados são então comparados a esses dados através de testes estatísticos para verificar a adequação entre os dois conjuntos de dados. Como resultado, encontramos a convergência das proporções de *tags*, característica conhecida dos sistemas reais. As proporções relativas das 25 marcas mais frequentes de um recurso se estabilizam rapidamente (por volta das 100 primeiras marcas adicionadas). A adição de novas etiquetas por outros usuários apenas reforça a distribuição. Isso mostra que a representação emergente é rapidamente estável. Nosso modelo se diferencia ao considerar simultaneamente o conhecimento do usuário e do fenômeno de imitação, enquanto que os modelos convencionais separam estes dois efeitos. Os resultados obtidos a partir de nosso modelo foram comparados com os resultados do modelo de controle usando a medida de divergência de Kullback-Leibler. Isso nos permitiu mostrar que nosso modelo converge mais rápido para a distribuição final como destaca o teste de Wilcoxon ($\rho = 1.22E-7$). Como conclusão, através da variável que caracteriza o nosso modelo, nós podemos destacar a importância do conhecimento compartilhado entre os usuários e a imitação para explicar a rápida convergência e a emergência de classes distintas de recursos no sistema baseado em *tagging*. Ressaltamos a importância das ciências cognitivas e da psicologia no estudo de sistemas computacionais, mas também a possibilidade de utilizar estes sistemas, especialmente a web, para testar hipóteses sobre o funcionamento do pensamento humano.

Palavras-chave:

Web social, sistemas baseados em *tagging*, emergência de representação, classificação

M

COG

A INFLUÊNCIA DO ESTADO DO HUMOR SOBRE OS PROCESSOS ASSIMILATIVOS E ACOMODATIVOS NA FORMAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CRENÇAS AVALIADAS PELOS INVENTÁRIOS YOUNG NA TERAPIA FOCADA EM ESQUEMAS. *Mara Livia de Araújo**, *Carolina Faria Arantes**, *Filipe Silva Castro** e *Renata Ferrarez Fernandes Lopes*** (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG).

Pesquisas recentes demonstraram que crenças nucleares (esquemas centrais) parecem ser particularmente sensíveis à influência afetiva, o que permite supor um forte impacto dos estados de humor sobre a cognição. Neste sentido, alguns estudos têm apontado que as crenças localizam-se na interface entre a cognição e a emoção. Para sustentar a posição que pressupõe a influência afetiva na formação da cognição ou crença, alguns autores como Fidler e Bless, vêm utilizando a concepção dialética de Piaget acerca dos dois tipos de regulação adaptativa: acomodação e assimilação. A assimilação é um processo cognitivo pelo qual a pessoa integra (classifica) um novo estímulo às categorias prévias por meio de processos de discriminação entre categorias e de generalização dentro de uma mesma categoria, através de mecanismos *top-down* de processamento da informação (processamento baseado em conhecimento pré-existente). Já a acomodação é a propriedade de modificar esquemas assimilados anteriormente sob a influência de situações exteriores às quais o organismo está submetido (a informação é dirigida pelo estímulo externo, através de mecanismos *bottom-up*). Como a formação das crenças pertence ao domínio da assimilação, mais do que da acomodação, a conclusão geral é que um estado de humor positivo serve para sustentar a formação de crenças na interface do afeto e cognição. Alguns estudos empíricos demonstram que estados emocionais positivos facilitam a assimilação, enquanto que estados emocionais negativos sustentam a função de acomodação. O presente trabalho tem como intuito analisar o papel do estado de humor no contexto de aplicação dos inventários Young utilizados nas fases iniciais da terapia focada em esquemas, de acordo com processos cognitivos de assimilação e acomodação subjacentes a aplicação deles. Este estudo foi feito por meio de leituras, análises e sínteses comparativas de cada material bibliográfico (livros e artigos essencialmente), de fonte original, com a finalidade de manter a idéia e os dados originais dos autores consultados (Jeffrey Young prioritariamente). As análises teóricas realizadas apontam que a categorização realizada por meio dos inventários Young – Inventário de Reparação Parental de Young e o Questionário de Esquemas de Young – auxilia o terapeuta a selecionar as afirmações mais apropriadas (escores acima de 5 pontos) em função do estado de humor apresentado pelo paciente e decidir as técnicas subseqüentes em uma dada sessão. De acordo com as análises, afirmações do inventário feitas no tempo presente favorecem a acomodação, e são mais eficazes se os pacientes estão em estado de humor negativo, enquanto frases conjugadas no pretérito suscitam nos clientes processamento assimilativo sob humor positivo mais eficazmente. Assim, sugere-se uma reavaliação dos métodos de aplicação dos inventários de Young em função do estado de humor presente durante as sessões terapêuticas a fim de assegurar uma base eficaz para tratamentos cognitivo-comportamentais que visem avaliação de crenças.

Apoio financeiro e/ou bolsas: FAPEMIG

Palavras-chave: estado de humor, assimilação, acomodação, Terapia Focada em Esquemas

Nível do Trabalho: IC

Área: COG

CLASSIFICAÇÃO DE TÉCNICAS COGNITIVO-COMPORTAMENTAIS SEGUNDO O NÍVEL DE ABSTRAÇÃO EXIGIDO E COM BASE EM PROCESSOS ACOMODATIVOS OU ASSIMILATIVOS. *Carolina Faria Arantes**, *Mara Livia de Araújo**, *Filipe Silva Castro** e *Renata Ferrarez Fernandes Lopes*** (Laboratório de Psicologia Experimental, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG)

A ludoterapia baseada na abordagem cognitiva comportamental vem crescendo cada vez mais. A eficácia no desenvolvimento e no uso das técnicas da terapia cognitiva para crianças e adolescentes colabora imensamente para o avanço da abordagem. Já há algum tempo, pesquisas sugerem que as crenças são sensíveis ao estado de humor do paciente e que os estados afetivos têm importante influência na regulação adaptativa dos processos cognitivos e comportamentais. O termo regulação refere-se aos diversos tipos de processos de adaptação que visam manter estímulos e reações dentro de uma amplitude equilibrada. Tratando-se da regulação adaptativa, os processos assimilativos e acomodativos são performados pelo estado afetivo da pessoa. A assimilação é o processo mental no qual o indivíduo incorpora as novas informações às categorias já existentes e a acomodação é caracterizada pela modificação das estruturas internas devido às peculiaridades das externas. Alguns estudos têm mostrado que estados de humor positivo favorecem a assimilação, enquanto estados de humor negativo facilitam a acomodação. Com relação ao nível de codificação dos estímulos, os estados de humor regulam a abstração desse processo. Os afetos positivos colaboram para um aumento da complexidade integrativa, enquanto que os afetos negativos favorecem a utilização de categorias mais estreitas. As representações concretas são guiadas pelo ambiente, refletindo o processo acomodativo, já as representações abstratas são dirigidas pelo conhecimento prévio do indivíduo, sendo assim relacionada à assimilação. Dessa forma, nota-se uma importante relação existente entre a regulação adaptativa, estados de humor e regulação da abstração do pensamento. O objetivo desta pesquisa foi classificar as técnicas comportamentais e cognitivas frequentemente utilizadas na ludoterapia cognitiva de acordo com sua predominância acomodativa ou assimilativa, e considerando também o nível de abstração necessário em cada técnica. Este estudo foi feito por meio de leituras, análises e sínteses comparativas de cada material bibliográfico (livros e artigos essencialmente), de fonte original, com a finalidade de manter a idéia e os dados originais dos autores consultados. As análises teóricas realizadas apontam que técnicas como o círculo mágico, que ajudam a criança a monitorar seus pensamentos e relacioná-los a seus sentimentos e comportamentos, são predominantemente assimilativas, pois induzem a criança a recorrer apenas a seu conhecimento prévio. Devido ao fato das atividades assimilativas requererem o uso de funções cognitivas superiores, tais como inferências e abstrações, pode-se dizer que elas exigem um alto nível de abstração. Diários de pensamentos (registros dos acontecimentos, pensamentos quentes e sentimentos) suscitam ambos os processos mentais (acomodação e assimilação), mas como objetiva-se que a criança observe e registre dados de seu cotidiano com a finalidade de identificar a relação entre pensamentos/sentimentos/comportamentos, exige-se mais processos acomodativos durante a aplicação da mesma. As tarefas acomodativas não exigem um nível de abstração elevado. Os dados teóricos encontrados permitem supor que as técnicas acomodativas são mais produtivas quando aplicadas em estado de humor negativo e exigem menor nível de abstração. Por outro lado, técnicas cognitivas que exigem processos assimilativos são mais efetivas sob estado de humor positivo ou neutro, necessitando de um alto nível de abstração.

Apoio financeiro e/ou bolsas: CNPq

Palavras-chave: assimilação e acomodação; estados de humor; técnicas cognitivas para crianças.

Nível do Trabalho: IC

Área: COG

AS DIFERENÇAS SÓCIO-ECONÔMICAS E AS DIFERENÇAS NOS PADRÕES DE CONSUMO E ESCOLHA DE APARELHOS CELULARES, UM ESTUDO PILOTO. *João Paulo Pazeta Marra Silva**, *Thiago Vinícius Vigário**, *Patrícia Ferreira Ribeiro** e *Alexandre Vianna Montagnero* (Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Psicologia, Uberlândia, MG).

O entendimento de como o mercado consumidor de celulares vem se revelando hoje no cenário brasileiro têm sido muito relevante, visto a numerosa quantidade de telefones móveis circulando por todo o país. Inclusive, estes aparelhos que antes eram de acesso restrito às camadas sociais mais privilegiadas, agora circulam nas mãos de uma amostra bastante diversificada da população, variando desde as pessoas menos privilegiadas financeiramente às mais privilegiadas, de crianças a idosos, e ainda ultrapassando as fronteiras dos níveis de escolarização. No entanto, apesar das empresas que divulgam e vendem aparelhos celulares terem ampliado significativamente o mercado consumidor de seus produtos, estes, por sua vez, precisam estar atentos às necessidades demandadas pelos diferentes grupos consumidores. Essa preocupação é fonte de investigação e pesquisa da psicologia do consumidor. Este estudo teve como objetivo identificar os padrões de consumo de aparelhos celulares, classificando os grupos a partir dos respectivos graus de escolarização. Os dados foram obtidos através do preenchimento de questionários com 30 questões por parte de 144 participantes, que são residentes em três cidades diferentes localizadas nos estados de Goiás e Minas Gerais. Nos questionários o participante tinha a opção de escolher o grau correspondente à sua opinião entre cinco alternativas que vão de “nunca” a “sempre”. A análise dos resultados obtidos através da ANOVA para amostras independentes apontou diferenças estatisticamente significativas em dois aspectos: Comparando-se as médias dadas pelo grupo de participantes com nível de escolarização fundamental incompleto (FI) com aqueles de nível superior em andamento (SA), os resultados demonstraram que para o grupo FI o conhecimento por parte dos amigos do valor gasto com a aquisição do celular é significativamente mais importante do que para o grupo SA com $F=2,757(1-142)$ $p=0,045$. Outra constatação estatisticamente significativa com $F=6,540(1-142)$ $p<0,001$ é encontrada na comparação entre FI e o grupo com nível superior completo (SC), em que mostrou-se mais relevante para a população de SC a função básica do telefone, ou seja, fazer e receber ligações é mais importante para este grupo do que para FI. Esses resultados indicam que na nossa amostra, possivelmente as pessoas com mais tempo de estudo, portanto os participantes dos grupos SC e SA tenham mais conhecimento em relação às estratégias utilizadas pelas empresas que oferecem e vendem os produtos, de maneira que percebem a exagerada exploração de recursos secundários (os que vão além do tradicional fazer e receber ligações) no aparelho para agregarem valor ao produto, e ainda tendo maiores condições de reconhecerem o estímulo à competição por status que o valor do celular pode sugerir. Enquanto participantes FI podem não ter consciência destas estratégias. Portanto, agregar valor através de recursos secundários e estimular a busca de status com o valor do celular parecem não serem estratégias eficazes para atrair este tipo de população consumidora. Esse estudo mostra a relevância das pesquisas na área de padrões de consumo e escolha em psicologia.

Sem apoio financeiro ou bolsa

Palavras chave= comportamento do consumidor, padrão de escolha, diferenças sócio econômicas.

Nível: IC - Iniciação Científica

Área: COG

PREDOMINIO DOS SISTEMAS INTELIGENTES EM SUPERDOTADOS.
Elizabeth Carvalho da Veiga (Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba/PR–Brasil) e Mari Ângela Calderari Oliveira (Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba/PR–Brasil)

O presente trabalho teve por objetivo relacionar os predomínios entre as inteligências múltiplas e as inteligências analítica, prática e criativa. A questão que se delinea na atualidade, no que diz respeito a identificação da superdotação, é saber com quais sistemas inteligentes operamos em destaque que caracterizem uma alta habilidade/superdotação. As ciências neurocognitivas defendem a idéia de que a mente humana é constituída de um conjunto de módulos especializados, sistemas funcionais, inteligências múltiplas, memórias diversas. Com base nesse pressuposto, esta pesquisa foi fundamentada nos estudos de Gardner e Sternberg que integram a natureza multidimensional da inteligência humana. A referida pesquisa foi aplicada em 28 sujeitos entre 8 a 17 anos de diferentes escolas de Curitiba-Pr/ Brasil. A metodologia utilizada para identificação das Altas habilidades/Superdotação foi: entrevista histórica modular e brasão familiar, questionário para os pais, WISC III e provas cognitivas modulares que foram aplicadas em um atendimento semanal de cinquenta minutos, durante 5 meses. Sem perder de vista a complexidade universal do tema superdotação, os resultados mostram que 60,7% (17 sujeitos) confirmam a indicação de superdotação e 39,3% (13 sujeitos) não confirmação este diagnóstico. Este resultado nos reporta a necessidade de capacitar os profissionais da educação para auxilia-los neste processo de reconhecimento, visto que a maioria dos sujeitos foram encaminhados pelas escolas. Quase 40% dos indicados não se enquadravam no critério de superdotação adotado. Os resultados obtidos mostram que por meio da avaliação pode-se identificar um predomínio da inteligência prática em cinco crianças; da inteligência analítica em cinco crianças e da inteligência criativa em uma criança. Seis crianças do grupo avaliado como superdotadas revelaram uma combinação entre as três inteligências(analítica, prática e criativa). Uma mostrou-se prática/criativa, quatro são prática/analítica e uma apresenta-se prática/analítica e criativa. Pelos dados obtidos na pesquisa, percebe-se um predomínio da inteligência prática sobre as demais. Este fato vai na contra mão da literatura sobre a superdotação que aponta como característica a criatividade que neste grupo , é a que menos se destaca. Considerando que a criatividade não é potencializada nos sistemas educativos, nos parece compreensível este resultado. Quanto aos oito sistemas inteligentes de Gardner, destaca-se a inteligência Linguística com cinco crianças, seguida das inteligências Lógico-matemática e Espacial com 2 crianças em cada sistema; na seqüência vem a inteligência Interpessoal e Musical com uma criança em cada sistema. Apareceram casos de mais de uma inteligência. Um caso de inteligência Espacial e Lógica-matemática, um caso de Linguística, Naturalista e Musical e três casos de Linguística e Naturalista. Estes resultados mostram que das 17 crianças com diagnóstico de superdotação, 10 crianças trazem o sistema linguístico como destaque. Conclui-se que o predomínio dos sistemas inteligentes na avaliação da superdotação traz uma identidade ao superdotado, tirando-o da concepção generalista .

Palavras chaves: inteligência, avaliação, superdotação.

Pesquisador-P

Código: AVAL, COG

“ANÁLISE FATORIAL DO TESTE DE RECONHECIMENTO DAS EMOÇÕES NOS OLHOS” DE BARON-COHEN. *Melanie Mendoza**, *Milena de O. Rossetti*** e *Francisco Baptista Assumpção Junior**** (Laboratório Distúrbios do Desenvolvimento do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – São Paulo/SP)

A psicologia cognitiva revela fortes evidências de que haveria prejuízo na habilidade inata de inferir emoções e estados mentais a partir de expressões faciais em portadores de autismo, sendo esse um dos modelos explicativos para os déficits sociais persistentes observados no transtorno. A quantificação dessa habilidade pode fornecer subsídios para o psicólogo compreender os processos cognitivos desses quadros. O presente estudo buscou evidências de validade do “Teste de Ler a Mente através dos Olhos” (*Reading the Mind in the Eyes Test*) de Baron-Cohen. A versão para crianças do teste compreende de 28 itens, mais um de exemplo, que consistem de pranchas com uma foto da região dos olhos, e quatro alternativas de emoções, o indivíduo deve escolher aquela que ele julgue descrever melhor a foto. O instrumento foi submetido a 202 crianças sem o transtorno, estudantes do primeiro ciclo do ensino fundamental, sendo 99 meninos e 103 meninas, com idades entre 6 e 11 anos (Média=8,87;DP=1,67). Os itens foram submetidos ao Alpha de Cronbach, cujo resultado foi de 0,73 e a uma análise fatorial exploratória por componentes principais e rotação Varimax (Kaiser) que admitiu cargas fatoriais = ou > que 0,40. Verificou-se que 9 fatores explicam 56,33% da variabilidade total dos dados. Posteriormente verificou-se uma solução com 6 fatores que explicaram 44,76% da variabilidade. Todos os fatores encontrados revelaram o agrupamento de itens de expressões primárias e secundárias, suspeita-se que isso ocorreu devido à existência de figuras ambíguas ou funcionamento diferencial de item por gênero e faixas etárias. Conclui-se que esse estudo constitui evidência de validade do teste, entretanto, é preciso novas análises, principalmente com autistas de alto funcionamento, uma vez que esse instrumento poderá contribuir na compreensão e diagnóstico dos transtornos do espectro autista.

Financiador do trabalho: Conselho Nacional de Pesquisa e Universidade de São Paulo

Palavras-chave: autismo, Eyes Test, Teoria da Mente.

Nível do trabalho: Iniciação Científica.

Código da área da pesquisa ou intervenção: COG

MMORPGS E COGNIÇÃO À LUZ DA TEORIA DA MEDIAÇÃO COGNITIVA.

*Bruno Campello de Souza (Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE), Leonardo Xavier de Lima e Silva** (Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE), Antonio Roazzi (Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE) e João Francisco Lins Brayner Rangel Junior** (Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE).*

Jogos são encontrados em praticamente toda a sociedade, dos dias pré-históricos até os atuais. O presente artigo é um estudo empírico sobre impactos cognitivos dos Jogos Role-Playing Online com Multijogadores (MMORPGs) em contexto não controlado, à luz da Teoria da Mediação Cognitiva, um modelo de inteligência humana que aponta para explicar o desenvolvimento cognitivo, funcionamento e performance como resultado da atividade cerebral combinando informação-processamento, realizado por estruturas externas ao indivíduo, de modo semelhante a ferramentas, grupos sociais e cultura. Um mecanismo de mediação externa é definido como um sistema físico com uma estrutura, dinâmicas e funções de modo que permita seu uso como um dispositivo informação-processamento. Tal mecanismo pode ser uma ferramenta ou uma máquina, como o papel e o lápis, as calculadoras e os computadores, mas pode também ser um grupo social ou cultural, governado por diretrizes específicas para o comportamento e interação. De forma específica, os objetivos deste estudo consistiram em estimar a prevalência do uso dos MMORPGs entre adolescentes do ensino médio em comparação ao uso de outras formas de tecnologia digital, caracterizar o perfil do típico jogador de MMORPG em contraste aos pares não-jogadores e procurar inferir alguns impactos do seu uso sobre a performance da cognição humana. Foi adotada uma amostra de 1.280 estudantes brasileiros do ensino médio, de ambos os sexos, respondeu um formulário perguntando sobre informações sócio-demográficas acrescentando o uso de jogos de computador e, além disso, foram submetidos a um pequeno exame de conhecimento e um mini teste psicométrico. Os resultados indicaram que a estrutura subjacente e a natureza sociocultural dos MMORPGs, está associada ao elevado nível social e cultural de inserção na Era Digital, elevados níveis de performance lógico-numérica, e superior habilidade escolar. Parece que, mesmo em um país em desenvolvimento como o Brasil, há atualmente, pelo menos dentro de um estrato social específico, uma Geração Digital que apresenta uma distribuição quase onipresente de tecnologias digitais, talvez não contrária ao que se pode encontrar em nações desenvolvidas. Tal uso tende a focar primeiramente em uma comunicação, embora as distribuições para o trabalho e o estudo são também extremamente comuns. Finalmente, são apresentadas sugestões para futuros estudos sobre aspectos cognitivos de MMORPGs, que devem tentar detalhar os mecanismos internos e externos da mediação adotada pelos jogadores, assim como o papel das motivações na dinâmica psicológica do jogo. Em outras palavras, promover outros estudos a respeito dos impactos destes jogos na cognição humana.

Palavras-chave: MMORPG, Cognição, Mediação

Nível do trabalho: Doutorado – D

Código da Área: COG – Psicologia Cognitiva

A ESPECIFICIDADE DOS TRANSTORNOS DE ANSIEDADE E SUAS IMPLICAÇÕES NA COMPREENSÃO DO MODELO COGNITIVO DA ANSIEDADE. *Marcella Cassiano**, *André Luiz Moreno da Silva** e *Carmem Beatriz Neufeld (Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto – SP).*

O objetivo deste trabalho é apresentar as diferenças existentes entre alguns transtornos do espectro ansioso, demonstrando a importância da observação das particularidades de cada transtorno para um processo terapêutico eficaz. A ansiedade pode ser compreendida como uma interação entre organismo e ambiente que visa favorecer a autopreservação. Apesar de seu caráter adaptativo, pode tornar-se patológica quando exacerbada. É uma reação complexa que envolve componentes fisiológicos, comportamentais e cognitivos. Os componentes cognitivos envolvem a avaliação de eventos como potencialmente ameaçadoras. A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) considera a cognição como moduladora dos outros componentes, justifica-se assim a criação de um modelo, focado nos processos cognitivos, que explique o fenômeno da ansiedade. Este modelo foca-se em três aspectos: percepção superestimada dos estímulos ameaçadores, subestimação dos recursos de enfrentamento e hipervigilância aos estímulos ambientais, favorecendo a avaliação superestimada dos mesmos ao mesmo tempo em que influencia negativamente a percepção dos recursos de enfrentamento, retroalimentando o ciclo da ansiedade. O conjunto desses três aspectos define a crença de vulnerabilidade. A crença vulnerabilidade pode ser direcionada tanto a estímulos mais globais quanto a específicos. É justamente a relação entre a vulnerabilidade e os estímulos ansiogênicos que gera a especificidade dos transtornos de ansiedade TAs. Cada transtorno é marcado por distorções cognitivas específicas que levam a estratégias compensatórias particulares. Exemplos de estratégias compensatórias são a evitação e hipervigilância. Justamente pela existência de um espectro dos TAs marcados por especificidades torna-se necessário que o processo terapêutico crie também intervenções particulares para cada TA, tornando-o tratamento mais eficaz. Como exemplo dessas diferenciações temos um TA característico por sua generalidade dos estímulos ameaçadores. Quando a ansiedade se manifesta dessa forma, se estabelece o Transtorno de Ansiedade Generalizada e o tratamento padrão busca aumentar a tolerância à incerteza e identificar quais dos estímulos temidos de fato podem causar perigo ao indivíduo e como ele pode se proteger frente a eles e quais não o ameaçam. Esse enfoque é eficaz por diminuir a generalização da percepção de ameaça otimizando os recursos de enfrentamento para reais perigos. A ansiedade voltada para elementos claramente circunscritos, denominada Fobia Específica, é caracterizada pelo reconhecimento da incompatibilidade existente entre a ameaça potencial do estímulo e a ameaça real do mesmo. O tratamento padrão é caracterizado pela aproximação entre a ameaça potencial e real do estímulo fóbico através de exposições gradativas e progressivas a ele. Já a vertente mais intensa dos TAs é denominada Transtorno de Pânico. Um ataque de pânico é uma reação súbita e exacerbada de ansiedade. Por sua intensidade pode desenvolver um medo de que ocorra novamente, gerando hipervigilância e possível evitação de estímulos associados ao ataque. O tratamento consiste na naturalização dos estímulos fisiológicos, diminuindo a hipervigilância, trabalhando também a aproximação dos estímulos associados ao ataque, diminuindo a evitação. Percebe-se, assim, que apesar de baseados em premissas comuns do modelo cognitivo os protocolos dos TAs apresentam singularidades. Permite-se, através da

observação dessas, que a generalidade, especificidade e intensidade da ansiedade sejam trabalhados em particular, tornando o processo terapêutico mais eficaz por moldar-se às necessidades do paciente.

Palavras-Chave: Ansiedade, Terapia Cognitivo-Comportamental, Vulnerabilidade, Especificidade dos Transtornos Ansiosos, Fundamentos Teóricos.

Nível: IC (Nível de Graduação)

Área: COG

ANÁLISE DA CAPACIDADE DE MODIFICAÇÃO DE ESTÓRIAS EM CRIANÇAS, ADULTOS E IDOSOS. *Florencia Lucia Coelho Justino* e Patricia Waltz Schelini (Laboratório de Desenvolvimento Humano e Cognição, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP)*

A imaginação é uma forma de pensamento que possibilita aos indivíduos a reprodução de experiências derivadas dos sentidos básicos da percepção que passam a se refletir na mente na forma de memórias, fantasias, imagens, devaneios ou sonhos. A função imaginativa do pensamento depende da experiência, das necessidades e dos interesses do indivíduo em constante adaptação ao ambiente. Há, portanto, um vínculo estrito entre imaginação e realidade que ilustra a função adaptativa do processo imaginativo. Os pensamentos sobre coisas que não aconteceram são um tipo importante de pensamento imaginativo. Os pensamentos contrafactuais, que podem ser definidos como pensamentos sobre alternativas a um fato já experienciado, visando alterar a sequência de acontecimentos ou modificar o acontecido com o objetivo de chegar a um desfecho diferente do que realmente ocorrem, são pensamentos desse tipo. A função do pensamento contrafactual relaciona-se à preparação para vivências futuras semelhantes, bem como ao planejamento para evitar situações ruins ou indesejáveis e sentir-se melhor diante de uma situação. Este estudo objetivou analisar a capacidade de modificação de estórias em diferentes grupos etários (crianças, jovens adultos e idosos) em busca de possíveis diferenças no pensamento contrafactual. Objetivou-se, ainda, verificar se há alguma relação entre experiência adquirida e o pensamento contrafactual. A amostra foi constituída por 15 participantes, de ambos os sexos, divididos em três grupos de faixas etárias. Foram apresentadas quatro estórias adaptadas de contos sendo cada uma delas seguida por quatro alternativas de modificação: modificação de ação/inação, de ordem temporal, pensamento ascendente ou descendente e modificação de evento não usual. Em um primeiro momento, os participantes foram solicitados a modificar as três primeiras estórias a partir das alternativas apresentadas. Em seguida, os participantes deveriam modificar livremente algum aspecto de uma quarta estória. Resultados parciais parecem indicar uma tendência a realizações de modificações que envolvem ações e inações (falta de atitude de um personagem) e na ordem temporal dos acontecimentos. Na modificação livre, as crianças têm apresentado menos dificuldade na execução da tarefa e o número de modificações realizadas por elas tem sido maior do que as realizadas por adultos e idosos. O aspecto modificável mais frequente neste grupo foi a adição de aspectos. As mudanças propostas tendem a melhorar a estória, ou seja, o pensamento ascendente tem sido frequente. Os aspectos modificáveis mais frequentes entre os adultos foram a modificação de ação e adição de aspecto. Quanto aos idosos, o aspecto modificação de ação também apareceu com frequência e as modificações propostas, assim como no grupo das crianças, tenderam a melhorar a estória.

Palavras-chave: imaginação; pensamento contrafactual; modificação da realidade.
Iniciação Científica – trabalho de graduação.

COG

A TEORIA PIAGETIANA E SUA INTERFACE COM AS TEORIAS COGNITIVAS SOBRE FORMAÇÃO DE CRENÇAS. *Filipe Silva Castro**(Universidade Federal de Uberlândia – MG), *Mara Livia de Carvalho**(Universidade Federal de Uberlândia – MG), *Carolina Faria Arantes** (Universidade Federal de Uberlândia - MG) e *Renata Ferrarez Fernandes Lopes* (Universidade Federal de Uberlândia – MG).

Atualmente, muitos estudos científicos têm dirigido a atenção à origem das crenças pesquisando a interface entre os processos cognitivos e a emoção, com ênfase no papel afetivo sobre os mesmos. O objetivo deste trabalho foi mostrar a fundamentação, em Piaget, dos conceitos de assimilação e acomodação como processos básicos na formação e modificação de crenças. Para isso, foi utilizado um levantamento bibliográfico, com base nas obras originais de Piaget, para apontar os conceitos piagetianos que fundamentam as teorias cognitivas que pressupõem que a formação e a modificação de crenças ocorrem com base no humor experimentado pela pessoa (teorias pesquisadas em suas fontes originais). Os resultados do levantamento indicaram a assimilação como a organização de estruturas internas relativas ao mundo externo, enquanto a acomodação foi explicitada como toda modificação de estruturas internas a partir de situações externas às quais o indivíduo está submetido. Ambos os processos são pólos funcionais da adaptação, o que supõe um equilíbrio entre a assimilação e a acomodação e os torna processos indissociáveis que ocorrem de forma correlacionada, apesar de em alguns momentos haver uma variação com predomínio de um deles. Essa variação é muito importante na formação e manutenção dos esquemas nucleares, pois permite que o indivíduo ora se volte mais para o estímulo utilizando mais processos acomodativos, ora se volte para as estruturas internas utilizando mais processos assimilativos, buscando sempre as alternativas adequadas às demandas do meio. O predomínio de um dos processos está relacionado à equilibração para a qual o indivíduo sempre tende e à sua auto-regulação, com a finalidade de buscar o que lhe é mais adaptativo. Estas idéias ainda se relacionam com alguns pressupostos teóricos cognitivos que têm indicado que os estados afetivos são elementos que ajudam a direcionar qual o estilo cognitivo (assimilativo ou acomodativo) é mais apropriado ou mais adaptativo às demandas externas. Estudos demonstraram que os estados afetivos positivos, parecem ativar mais os processos de assimilação, ao passo que quando o humor se torna negativo, parece ativar mais processos acomodativos. Assim, pode-se dizer que os estados afetivos ajudam a regular a utilização desses mecanismos cognitivos à medida que o indivíduo se confronta com uma situação-problema. Crenças podem ser conceituadas como inferências baseadas no conhecimento internalizado e caracterizado por um aspecto de confiança e de convicções genuínas. Sendo consideradas também como representações cognitivas que mediam o modo como as pessoas percebem, constroem ou interpretam o mundo ao seu redor. Sua formação pertence ao domínio da assimilação, mais do que da acomodação. A conclusão geral é que estados de humor positivos servem para sustentar a formação de crenças (mediada por processos assimilativos) na interface entre o afeto e cognição, ao passo que o afeto negativo favorece a modificação de crenças via processos acomodativos.

Bolsa: FAPEMIG

Palavras- Chave: Assimilação- Acomodação- Crenças

IC (trabalho de graduação)

Código da área: COG- Psicologia Cognitiva

INVESTIGAÇÃO DO FUNCIONAMENTO EXECUTIVO DE PACIENTES PEDIÁTRICOS COM LEUCEMIA LINFÓIDE AGUDA (LLA). *Samantha Santos de Albuquerque Maranhão**, *Ediana Rosselly de Oliveira Gomes*** e *Izabel Augusta Hazin Pires Loresto* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/ RN).

O presente trabalho teve como objetivo a investigação do funcionamento executivo de crianças submetidas a tratamento de leucemia linfóide aguda (LLA). Inúmeros prejuízos cognitivos estão associados ao tratamento quimioterápico e/ou radioterápico aos quais são submetidas crianças diagnosticadas com tal neoplasia, ocasionando recorrentes e progressivas queixas de dificuldades sócio-acadêmicas. Dentre as funções cognitivas que sofrem maiores impactos destaca-se o sistema atencional de alternância e a memória operacional, ambos integrantes das denominadas funções executivas. Buscou-se identificar as características específicas do funcionamento executivo deste subgrupo, através da análise do desempenho deste no Teste Wisconsin de Classificação de Cartas para Crianças (WCST). Tal instrumento possibilita a avaliação das habilidades executivas de planejamento, verificação e auto-regulação do comportamento, elaboração de estratégias cognitivas, memória operacional, controle inibitório e flexibilidade cognitiva. Participaram deste estudo treze crianças, de ambos os sexos, diagnosticadas com LLA, com idades entre 06 e 12 anos, residentes no Estado do Rio Grande do Norte. Salienta-se que todas as crianças foram tratadas pelo Protocolo do Grupo Brasileiro para Tratamento da Leucemia Linfóide na Infância (GBLTI-99) e submetidas exclusivamente à quimioterapia intratecal tripla, composta por metotrexato, citarabina e dexametasona, como terapêutica voltada à prevenção da doença no Sistema Nervoso Central. A análise dos dados revela que 46% dos avaliados obtiveram um total de erros abaixo do esperado para sua idade, 100% apresentaram desempenho rebaixado no que concerne ao número total de respostas perseverativas, dado que pode ser somado a desempenho inferior atingido por 92% dos sujeitos quanto ao número de erros decorrentes de tais perseverações. Em contrapartida, apenas três sujeitos obtiveram desempenho aquém do esperado no que se refere a erros do tipo não perseverativo, o que levanta a hipótese de que o comportamento perseverativo está associado ao elevado índice de erros e ao desempenho rebaixado no instrumento. Destaca-se que só foi possível avaliar o desempenho de seis crianças no item *Aprendendo a Aprender*, que reflete a mudança média da criança na eficiência conceitual ao longo das categorias realizadas ou tentadas; visto que o restante não concluiu as três categorias. Do total avaliado apenas três crianças obtiveram um desempenho dentro do esperado neste item. Os dados apresentados, em concordância com a literatura da área, sugerem associação entre a presença de déficits no funcionamento executivo e a neurotoxicidade de agentes quimioterápicos. Tais fármacos são capazes de provocar alterações no curso neurodesenvolvimental, em especial, no processo de mielinização das estruturas nervosas – envolvida na velocidade de processamento da informação – bem como na estruturação do funcionamento executivo caracterizado por um desenvolvimento progressivo e gradual associado à maturação cerebral. Tais achados apóiam a discussão de que apesar da acentuada plasticidade do cérebro em desenvolvimento, determinados déficits cognitivos são mais acentuados quando ocorrem lesões em etapas precoces do neurodesenvolvimento, aludindo ao pressuposto de que o desenvolvimento adequado de algumas áreas ou funcionamento estão subjacentes a outras. Deste modo, verifica-se a relevância de estudos brasileiros que analisem os impactos cognitivos associados ao tratamento do câncer infantil, fornecendo assim subsídios para o desenvolvimento de estratégias que minimizem tais prejuízos neste subgrupo de crianças.

Apoio financeiro: Pró-Reitoria de Pesquisa – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Leucemia Linfóide Aguda; Funcionamento Executivo; Teste Wisconsin de Classificação de Cartas para Crianças.

IC (trabalho de graduação)

COG

UM ESTUDO SOBRE O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR EM FESTAS NOTURNAS. *Hudson Henrique de Oliveira Masferrer**, *Rodrigo Carvalho Maciel e Alexandre Vianna Montagnero (UFU - Universidade Federal de Uberlândia, MG)*

Cultura e recreação consomem 1,2 bilhão de reais da renda do Brasileiro, segundo a Federação do Comércio do Estado de São Paulo. Portanto, estes mercados merecem atenção no campo da psicologia focada no comportamento do consumidor. Esta pesquisa tem como objetivo verificar o grau de importância dado a 23 quesitos relacionados às “baladas”. Os participantes foram escolhidos aleatoriamente, em Uberlândia-MG e Ribeirão Preto-SP. Os 140 participantes da pesquisa: 70 homens e 70 mulheres, idade entre 18 e 53 anos, diferentes graus de escolaridade e renda mensal, foram solicitados a conceder um grau de importância aos 23 itens apontados. Usando uma escala de Likert, o participante expressaria um grau de importância em cada item que oscila de 1 (nenhuma importância), a 5 (fundamental), sendo 3 uma posição neutra (indiferente). Para a análise de dados foi utilizada estatística paramétrica, o teste T para amostras independentes. Os resultados indicaram um grande nível de importância dado, sobretudo à: limpeza dos banheiros, ao atendimento, à segurança interna, à organização do evento e ao estilo musical. Todos com notas superiores a 4,5 se aproximando assim do "fundamental". Os itens que se demonstraram menos importantes, entre os 23 investigados, são: a presença de celebridades e superlotação da festa. Esses resultados indicam que, de uma maneira geral, os frequentadores destas festas dão importância significativa aos fatores estruturais do ambiente, importância que transcende àquela dada ao *status quo* das pessoas e à própria temática da festa em si, com exceção do estilo musical, visto que é dada grande importância para organização, segurança, banheiros limpos e funcionais, etc. Ao contrário do que podia parecer, o grau de importância dado aos quesitos, separando os indivíduos por renda mensal ou grau de escolaridade, não demonstrou nenhuma diferença expressiva. Porém, quando separados por gênero, tivemos alguns resultados interessantes: em 8 quesitos, encontramos diferenças significativas entre os gêneros, na nota média concedida. As mulheres dão importância significativamente maior que os homens aos seguintes quesitos: limpeza dos banheiros $p=0,038$, segurança $p=0,041$, além de acesso aos ingressos, atendimento, divulgação e acessibilidade de estacionamento todos com $p<0,05$. Os quesitos que apontam a tradição e celebridades, apesar de terem uma nota final baixa, são significativamente mais importantes para as mulheres que para os homens $p=0,008$. Isto nos leva a concluir que as “chaves” que abrem o sucesso de uma balada devem estar nas mãos das mulheres, sendo elas as consumidoras mais exigentes. Uma possível explicação é que sendo o homem mais ativo na aproximação (por motivos evolutivos e culturais), ele não se preocuparia tanto com o ambiente, pois, estando na balada à procura de uma parceira, ele teria sua mente focada em “procurar”. Já a mulher estaria mais focada na segurança do ambiente onde ela está interagindo, focalizando assim em aspectos estruturais.

Palavras-chave: festas noturnas, “baladas”, comportamento do consumidor
IC (trabalho de graduação)

COG

UM ESTUDO SOBRE O PADRÃO DE ESCOLHA DE RITMOS MÚSICAIS E SUA RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO DE VÍNCULOS AFETIVOS. *Alexandre Vianna Montagnero, Camila Maria Vieira e Silva*, Hudson Henrique de Oliveira Masferrer*, Mayara Abreu Resende* e Yghor Queiroz Gomes* (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia Minas Gerais).*

O interesse da psicologia pela música tem se tornado cada vez mais significativo. A música se relaciona com o organismo, e este pode expressar através dela sua história de aprendizagem, suas vivências. O objetivo dessa pesquisa foi investigar quais os estilos musicais preferidos em uma amostra de 117 participantes de ambos os sexos, e o quanto a incompatibilidade na preferência de estilos musicais influenciaria na escolha de parceiros românticos e amizades. Foi utilizado um inventário em que constavam 19 estilos musicais, tais como reggae, rock pesado, samba, sertanejo, forró, entre outros. O participante deveria cotar com notas entre 1 e 5, sendo o 1 não gosto, não escuto até 5: gosto muito, escuto sempre (Escala Likert). Havia também uma pergunta que pedia para a pessoa responder se ele namoraria ou faria amizade com alguém que escutasse com frequência os 3 estilos musicais que ela deu a menor nota. Os dados foram analisados com a ANOVA para amostras independentes levando em conta o fator idade, sexo, renda, escolaridade, a relação com os estilos musicais e a formação de vínculos. Os resultados demonstraram que os estilos preferidos na amostra foram o sertanejo com nota média=4,13, *dance* $m=3,65$ e pop internacional $m=3,58$, os que obtiveram as menores notas foram o funk com média 2,38, a música clássica $m=2,32$ e o rock pesado com 1,79. Outro resultado importante foi que os homens demonstraram uma maior disposição em ter um vínculo romântico com alguém que escutasse os ritmos musicais que ele menos gosta se comparado à média das mulheres, e essa diferença é estatisticamente significativa $F=4,680$ (1-116) $p=0,033$. Além disso, uma análise pós Hoc usando o teste de Bonferroni, constatou que entre aqueles que não namorariam alguém com gosto musical diferente do dele as menores notas foram dadas ao forró, à música religiosa e ao funk com $p<0,05$, e quanto a aqueles que não formariam uma amizade com alguém que escutasse estilos diferentes do seu, as menores notas dadas foram para o forró, sertanejo, pagode e axé, e essas diferenças são estatisticamente significativas se comparada à preferência desses mesmos estilos em outros grupos com $p<0,05$. Estes dados indicam, que a preferência musical na amostra pesquisada segue o esperado para uma cidade de interior, além disso, as idades apesar de variarem entre 15 e 80 anos tiveram uma média de 26 anos, o que explica a grande preferência por pop e *dance*. Quanto à diferença encontrada entre homens e mulheres, na aceitação do romance com alguém que escuta músicas diferentes da dele podemos inferir que os homens dão prioridades a outros critérios menos subjetivos na hora de escolher uma parceria se comparados às mulheres, além disso, pudemos constatar que aqueles que não aceitam ter relações de amizade ou namoro com outras pessoas tem baixa predileção, sobretudo a estilos “polêmicos” como funk, axé e forró, o que parece indicar que a despeito da popularidade que eles possam ter quem não gosta desses ritmos costuma generalizar sua aversão às pessoas que os escutam.

Palavras chave: padrão de escolha, relacionamentos, música.

IC

COG

INTERAÇÕES IMAGINADAS: SUBSÍDIOS PARA SUA AVALIAÇÃO. *Cristina Yumi Nogueira Sediya**, *Luciana Karine de Souza (Núcleo de Ciências da Cognição; Universidade Federal de Minas Gerais; Belo Horizonte, MG) e Gustavo Gauer (Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Porto Alegre; RS).*

Interações Imaginadas (IntIm's) são processos pelos quais indivíduos simulam, por meio de imagens mentais, conversas com outras pessoas. Ao se imaginar nessas conversas, o sujeito indiretamente experiencia interações verbais ou não verbais, passadas ou futuras. No contexto da cognição social, trata-se de uma das operacionalizações possíveis de fenômenos de comunicação intrapessoal na forma de conversação interna. O presente trabalho apresenta resultados de um estudo-piloto da validação de uma versão brasileira do Questionário de Interações Imaginadas (QII), composto de 69 questões. O QII avalia oito características de IntIm's: frequência com que a pessoa experiencia IntIm's; valência emocional ou grau de agradabilidade; discrepância entre as IntIm's e a interação real; dominância de si como interlocutor; proatividade ou retroatividade; especificidade ou detalhamento; e variedade de tópicos e padrões experienciados. Ao final do Questionário, solicita-se ao participante a descrição da IntIm mais recente que ele experienciou, seguida de questões específicas a esta interação. O objetivo deste estudo foi analisar os seguintes aspectos de IntIm a partir dos relatos da IntIm mais recente: como o participante costuma se ver na interação, ou seja, se o foco é sobre ele mesmo, a outra pessoa, ou ambos; prevalência verbal e visual das IntIm's ou apenas verbal ou visual; principais assuntos das IntIm's. Registrou-se, ainda, há quanto tempo o participante teve a última IntIm; e se o participante re-experienciou e qual o sentimento durante a IntIm. A amostra selecionada intencionalmente contou com 30 alunos de graduação, dos quais 18 eram mulheres e 12 homens. A média de idade dos respondentes foi de 23,3 anos. A análise dos dados foi realizada através de estatísticas descritivas simples de média e frequência. Os resultados revelaram que 13 participantes concentram-se sobre si mesmos e a outra pessoa quando têm IntIm's, enquanto 12 responderam que se concentram em si e apenas 3 responderam que se concentram na outra pessoa; 2 participantes não responderam. As IntIm's foram relatadas em sua maioria como visuais e verbais (f=20), seguidas de verbais (f=8) e visuais (f=1). Os assuntos das IntIm's mais frequentemente relatados pelos participantes foram: relacionamentos amorosos (f=15); trabalho (f=12); faculdade (f=11); família (f=8); lazer (f=7); e amizade (f=5). A média em dias da última IntIm foi de 3,4 e a maioria dos participantes (f=20) re-experienciaram essa IntIm quando responderam ao Questionário. Os sentimentos predominantes foram uma mistura de sentimentos negativos e positivos (f=12); negativos (f=7); positivos (f=7); e neutros (f=3). Esses resultados preliminares contribuem para a adequação de itens para a validação do QII e para a geração de hipóteses para a realização de futuros estudos. Novas investigações sobre IntIm's são incentivadas, por conta da potencial relevância do construto na pesquisa básica em cognição social, bem como na sua aplicação em contextos clínicos e organizacionais.

Apoio: Sem apoio financeiro.

Palavras-chave: Interações Imaginadas, Cognição Social, Comunicação Intrapessoal.

Nível do Trabalho: IC.

Área: COG.

TERAPIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL (TCC) E LIFE COACHING: INTERSECCÕES E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO. José Roberto Leite (*Departamento de Psicobiologia, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo/SP*) e Anna Carolina Muller Queiroz** (*Universidade Federal de São Paulo, São Paulo/SP e Universidade Nove de Julho, São Paulo/SP*).

As técnicas de Coaching como forma de desenvolvimento de habilidades e melhora de performance têm sido muito utilizadas nos últimos anos, muitas vezes por profissionais não suficientemente qualificados e de forma equivocada. Desde a formalização de sua existência, na década de 1980, o Coaching tem sido utilizado não somente no meio empresarial - sua principal aplicação - mas em diversas outras áreas, como esportes, artes, saúde e na vida mostrando excelentes resultados. Os resultados apresentados na utilização do Coaching com foco na melhoria da vida do cliente - também chamado de Lifecoaching - têm demonstrado que a união dessa técnica com abordagens da Psicologia, principalmente a Terapia Cognitiva Comportamental (TCC) são muito promissoras. Estudos demonstram que essa aliança resulta em maior alcance dos objetivos estipulados pelo cliente e melhoria na qualidade de vida. O objetivo deste estudo é identificar métodos para aplicação de Lifecoaching aliados à técnicas de TCC como ferramenta para promoção da qualidade de vida e bem-estar em clientes não clínicos (que não possuam diagnóstico de psicopatologias). O método utilizado foi a revisão bibliográfica. Foi revisada a literatura sobre a história e técnicas de Lifecoaching; técnicas de TCC, seus resultados e aplicações; bem como pontos de convergência entre Lifecoaching e TCC, com intuito de sugerir um modelo de atendimento com foco na promoção do bem-estar e qualidade de vida do cliente. Com base na literatura analisada sobre resultados obtidos na aplicação de técnicas e Lifecoaching e de TCC, é sugerida uma proposta de intervenção composta de 10 sessões iniciadas pela utilização de uma escala de avaliação de qualidade de vida (WHOQOL-Bref) e uma escala de avaliação de bem-estar (Escala de Bem Estar Subjetivo - BES) para avaliação inicial do cliente. Sessões de intervenção são sugeridas baseadas em técnicas de Lifecoaching e de TCC. É sugerida a aplicação dos mesmos instrumentos avaliativos de qualidade de vida e bem-estar no final do atendimento, para avaliação de mudanças ocorridas em função da intervenção e análise de sua efetividade. Conclui-se, com base na literatura, que clientes não clínicos submetidos ao atendimento em Lifecoaching demonstraram melhora significativa no estabelecimento e alcance de objetivos. Uma das possíveis explicações para isso é o fato das técnicas utilizadas em Lifecoaching auxiliar o cliente a desenvolver ferramentas para auto-controle e aumentar sua percepção de controle de eventos internos e externos, o que aumenta o bem-estar do cliente. Uma intervenção programada por profissionais devidamente qualificados surge como uma alternativa complementar às abordagens terapêuticas tradicionais (uma vez que a intervenção em Lifecoaching tem demonstrado grande aceitação por parte da população) como uma forma de promoção de bem-estar, qualidade de vida e até mesmo prevenção de psicopatologias, como ansiedade e depressão. Para estudos futuros, sugere-se a aplicação da proposta de intervenção aqui exposta para avaliação de resultados e de adaptação de técnicas e modelos de intervenção que se mostrem efetivos para promoção de qualidade de vida e bem-estar, com intuito de desenvolver um método de intervenção complementar à Terapia Cognitivo Comportamental.

Bolsa: Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo

Palavras-chave: Terapia Cognitivo Comportamental, Coaching e Bem-estar.

Nível do trabalho: Outro

Código da Área da Psicologia: COG

DISTORÇÃO DA IMAGEM CORPORAL EM UNIVERSITÁRIOS: RELAÇÃO ENTRE AUTOESTIMA, COMPORTAMENTO ALIMENTAR E ESTADO NUTRICIONAL. *Gabriela Salim Xavier** e *Sebastião de Sousa Almeida (Laboratório de Nutrição e Comportamento, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP).*

A complexa relação entre imagem corporal, índice de massa corporal (IMC), autoestima e atitudes alimentares é objeto de consideráveis estudos na literatura. Entretanto, a relação entre as variáveis apontadas apresenta-se pouco explorada no contexto brasileiro. O presente estudo visou analisar, segundo a abordagem cognitivo-comportamental, as possíveis relações entre a distorção da imagem corporal, autoestima, comportamento alimentar e estado nutricional de universitários da região de Ribeirão Preto – SP. Foram avaliados 40 indivíduos (20 homens e 20 mulheres), com idade entre 18 e 25 anos, recrutados na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP, com exclusão dos universitários que cursam Psicologia ou Nutrição, visto que estes possuem conhecimento acerca do tema estudado. Para avaliação da percepção da própria imagem, foi utilizada a Escala de Figuras de Silhuetas e para aferir a autoestima e o comportamento alimentar foram utilizadas, respectivamente, a Escala de Autoestima de Rosenberg e o Teste de Atitudes Alimentares. Os participantes foram pesados e medidos e a partir desses dados foi calculado o IMC pela divisão do valor do peso em quilogramas pelo quadrado da estatura em metros ($IMC = kg/m^2$), sendo o estado nutricional classificado de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS). Com relação ao estado nutricional, observou-se uma prevalência de eutrofia em ambos os sexos, seguida pela categoria de sobrepeso nos homens e de baixo peso nas mulheres. O IMC corporal médio aferido em cada um dos grupos foi de 24,77 kg/m² (±1,0) para os homens e 21,48 kg/m² (±0,6) para mulheres, e esta diferença foi considerada estatisticamente significativa ($p < 0,05$). Quanto à autoestima, a pontuação média da escala foi de 32,1 pontos (±1,0) para os homens e de 31,5 pontos (±0,7) para as mulheres, o que significa altos índices de autoestima para ambos os sexos, porém não existindo diferença significativa entre eles ($p > 0,05$). Tratando-se do comportamento alimentar, a pontuação média no teste foi de 4,4 pontos (±0,5) para os homens e 6,2 (±0,9) para as mulheres. Não houve pontuação sugestiva de comportamento alimentar de risco e não foi encontrada diferença significativa entre os sexos para esta variável ($p > 0,05$). Quanto à percepção da imagem corporal, a escala indicou que os participantes de ambos os sexos superestimaram seu tamanho corporal sendo que as mulheres apresentaram distorção média de +5 kg/m², enquanto os homens de +2,73 kg/m², e esta diferença é estatisticamente significativa ($p < 0,05$). As análises de correlação demonstraram que a autoestima não se correlacionou significativamente com a distorção da imagem corporal ($r = 0,05$, $p > 0,05$) ou com o comportamento alimentar ($r = 0,11$, $p > 0,05$), e também não houve correlação significativa entre a distorção da imagem corporal e o comportamento alimentar ($r = 0,11$, $p > 0,05$). Estes resultados demonstram que, para esta amostra, a distorção da imagem corporal e o comportamento alimentar são independentes entre si e da autoestima que o indivíduo apresenta. Apesar da falta de relações significativas encontradas entre estes fatores neste estudo, a distorção com a imagem corporal foi grande tanto em homens quanto em mulheres o que indica a necessidade de cuidados associados a esta variável na população universitária.

Apoio financeiro: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Palavras-chave: Distorção da imagem corporal, comportamento alimentar, autoestima.

Nível do trabalho: Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação)

COG.

AS DIFERENÇAS ENTRE FAIXAS ETÁRIAS E AS DIFERENÇAS NOS PADRÕES DE CONSUMO E ESCOLHA DE APARELHOS CELULARES.

*Thiago Vinícius Vigário**, *João Paulo Pazeta Marra Silva**, *Patrícia Ferreira Ribeiro** e *Alexandre Vianna Montagnero (Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Psicologia, Uberlândia, MG).*

Nos últimos anos o consumo de celulares aumentou drasticamente abarcando todas as faixas etárias. O entendimento de quais fatores influenciam no consumo desses aparelhos, servem para auxiliar o mercado a compreender melhor as prioridades dos clientes, adaptando-se para atender de forma mais eficiente as diferentes faixas etárias. Esta pesquisa teve o objetivo de comparar as diferenças de demandas levantadas por cada faixa etária e verificar as variações no padrão de escolha e consumo. Para a coleta de dados foram aplicados questionários com algumas situações hipotéticas em que o participante marca o quanto cada situação corresponde à sua maneira de proceder. Para tanto foi usado uma Escala Likert, opções de 1 a 5 variando de nunca a sempre. Foram colhidos dados em 144 questionários subdivididos em 4 categorias: adolescentes (Ad) com idade inferior a 18 anos, adultos jovens (AJ) 19-24 anos, adultos de meia idade (AM) 25-59 anos, e idosos (Id) a partir de 60 anos, em Araguari, Uberlândia e Itumbiara. Foi usada a ANOVA para interpretação dos dados. Para os Ad a capacidade de armazenamento de dados e câmera de vídeo foram destacados como mais importantes que para Id, sendo que o acesso à internet e a capacidade para dois chips não tiveram diferença entre nenhum dos grupos. Os resultados demonstram que os Ad se distinguem dos AM e Id priorizando o lazer através do celular $F=7,739(1-142)\rho=0,001$ enquanto estes dão maior importância à utilidade no trabalho $F=4,403(1-142)\rho=0,005$ e para receber e fazer ligações $F=4,728(1-142)\rho=0,004$. Os Ad se diferenciaram dos demais grupos sendo os que mais utilizam as funções secundárias do aparelho em detrimento da função básica $F=11,076(1-142)\rho<0,0001$. Verifica-se que para os Ad os conhecidos saberem o valor gasto com o celular é mais importante que para AJ $F=3,156(1-142)\rho=0,027$ e ainda priorizam menos aparelhos com baixo custo financeiro em um comparativo com idosos $F=3,578(1-142)\rho=0,016$. Os Ad se destacam por serem os que mais se importam com o design do aparelho $F=8,704(1-142)\rho=0,001$. E se distanciam da população Id e AM concedendo relevância ao modelo de abrir e fechar do celular $F=3,056(1-142)\rho=0,030$, no entanto, também se distanciam destes grupos dando menos importância ao tamanho do celular $F=4,032(1-142)\rho=0,009$. O grupo dos adolescentes se evidenciou como o único que menos destacaram a preferência por celulares menores $F=9,237(1-142)\rho=0,001$. Conclui-se que os Ad acabam por ser um grupo que merece mais atenção por parte dos operadores de propaganda, visto que suas necessidades estão divergindo em muitos aspectos do restante dos grupos, tendo preferências mais próximas as dos AJ e mais distantes das dos AM e Id. Outro aspecto interessante é que as empresas de celulares têm caminhado no sentido de desenvolver celulares cada vez menores, entretanto, o tamanho do celular não pareceu tão importante nessa pesquisada. Esse estudo mostra a relevância da psicologia do consumidor ressaltando a importância da faixa de idade nos padrões de escolha e consumo.

Sem apoio financeiro ou bolsa

Palavras Chave: comportamento do consumidor, padrão de escolha, diferenças entre faixas etárias

Nível: IC - Iniciação Científica

Área: COG

UM ESTUDO PILOTO SOBRE AS DIFERENÇAS DE PADRÃO DE CONSUMO E ESCOLHA DE APARELHOS CELULARES EM HOMENS E MULHERES.

*Patrícia Ferreira Ribeiro**, *João Paulo Pazeta Marra Silva**, *Thiago Vinícius Vigário** e *Alexandre Vianna Montagnero (Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Psicologia, Uberlândia, MG).*

A psicologia do consumidor é uma área em crescimento no Brasil impulsionada pela recuperação econômica e pela diversificação da prestação de serviços. Baseando nesse grande avanço do consumo o telefone celular figura como um bem que mescla características de bem utilitário e de símbolo de status. Pensando nas possíveis diferenças no padrão de escolha e consumo de celulares, foi realizado esse estudo com o objetivo de analisar quantitativamente o comportamento do consumidor de celular comparando o perfil do consumo de mulheres e de homens. Os dados foram coletados aleatoriamente na população de Uberlândia e Araguari formando no total 144 indivíduos, sendo eles, 82 mulheres e 62 homens. Foi utilizado um questionário onde existem situações sobre o consumo do aparelho celular, relacionadas à escolha por preço, recursos, operadora, tipo de teclado entre outras, o indivíduo deveria responder as situações usando uma Escala Lickert onde: (1- nunca; 2-raramente; 3- indiferente; 4- frequentemente; 5- Sempre). Os dados foram analisados através da ANOVA para amostras independentes os principais resultados indicam que os homens ao comprarem um aparelho celular dão mais prioridade àqueles que são úteis para o seu trabalho se comparados com as mulheres $F=6,589(1-142)\rho=0,011$. Os homens também dão mais preferência em procurar aparelhos com maior capacidade de armazenamento de dados do que as mulheres $F=3,922(1-142)\rho=0,050$. Quando se trata de se informar sobre a marca do aparelho para adquiri-lo os homens tem uma preocupação maior com esse quesito se comparado à média das mulheres com $F=4,285(1-142)\rho=0,040$. No entanto quando se refere a maior importância do celular para fazer contato com os familiares, amigos ou conhecidos, as mulheres demonstraram uma diferença estatisticamente significativa se comparada aos homens se importando bem mais do que eles com $F=5,897(1-142)\rho=0,016$. Os resultados obtidos a partir da nossa amostra indicam que as mulheres utilizam o celular prioritariamente para manter contato com familiares e amigos em comparação com os homens, que em nossos resultados parecem utilizar o aparelho celular prioritariamente para o trabalho, dando grande valor a aparelhos com maior capacidade de armazenamento de dados, além de buscarem mais informações a respeito da marca do aparelho antes de adquiri-lo. Esses resultados apontam que os padrões de consumo de um bem corrente e de grande valor funcional na nossa cultura tem suas especificidades parcialmente controladas pelo fator sexo, esses dados são de grande relevância para a produção de propagandas eficientes direcionadas ao público feminino e masculino bem como colabora para as reflexões sobre a diferença de gênero nos padrões de escolha de bens correntes.

Sem apoio financeiro ou bolsa

Palavras Chave: psicologia do consumidor, padrão de escolha, diferenças sexuais.

Nível: IC - Iniciação Científica

Área: COG

DESEMPENHO DAS FUNÇÕES EXECUTIVAS EM USUÁRIOS DE CRACK. *Camila Barbosa** e *Plínio Marco de Toni (Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba-PR).*

As funções executivas são habilidades que permitem ao indivíduo direcionar comportamentos a metas, avaliando a eficiência e a adequação desses comportamentos, podendo assim, abandonar estratégias ineficazes em prol de outras mais eficientes, com o objetivo de resolver problemas imediatos, de médio e de longo prazo, ou seja, as funções executivas permitem ao homem desempenhar atividades dirigidas a um objetivo específico de forma autônoma e independente. Porém, o abuso de substâncias químicas pode ocasionar déficits que interferem na integridade das funções executivas. O crack, forma de uso da cocaína, é considerado uma das substâncias que mais causa consumo compulsivo e dependência, e embora seu uso seja um problema significativo de saúde pública, há uma relativa escassez de dados científicos sobre as consequências neuropsicológicas decorrentes da exposição à substância. Portanto, o objetivo deste estudo foi avaliar a associação entre dependência do crack e o desempenho cognitivo nas funções executivas relacionadas às áreas pré-frontais do cérebro. Uma bateria de testes neuropsicológicos foi aplicada a 112 dependentes de crack em tratamento em regime de internação, e em 57 indivíduos controles, não usuários de drogas, com idades entre 16 a 57 anos de ambos os sexos. Foram utilizados como instrumentos o Teste AC de Atenção Concentrada, os Subtestes Semelhanças e Dígitos do WAIS-III e a Figura Complexa de Rey – Forma A. Os resultados indicaram significação estatística em testes de atenção concentrada ($t = -5,41$; $gl = 93,89$; $p = 0,001$), memória operacional ($t = 2,89$; $gl = 113,14$; $p = 0,005$), pensamento lógico ($t = -7,72$; $gl = 100,54$; $p = 0,001$), planejamento ($t = 5,72$; $gl = 167$; $p = 0,001$) e memória visual ($t = 3,45$; $gl = 65,76$; $p = 0,001$). Esses dados apontam evidências de que o abuso do crack está associado a déficits cognitivos semelhantes aos que ocorrem em transtornos cognitivos. Vale ressaltar que esses déficits podem se estender além dos danos neuropsicológicos, na medida em que podem comprometer também as relações sociais, familiares e profissionais, uma vez que as funções executivas são a base para o desenvolvimento de novas habilidades e para o desempenho ocupacional competente, sendo essenciais para a adaptação do indivíduo às rotinas da vida diária e para o convívio social adequado. O conhecimento de tais danos neuropsicológicos específicos pode ser útil no planejamento de programas de prevenção e tratamento mais efetivo para usuários de crack, pois assim, podem-se relacionar as reações e o padrão de funcionamento neuropsicológico com o objetivo proposto pelo tratamento. Este trabalho sugere a necessidade de ampliação do estudo para outras regiões, contribuindo para uma melhor análise das consequências neuropsicológicas causadas pelo uso desta substância. Sugere também o desenvolvimento de metodologias longitudinais, que poderiam esclarecer até que ponto os comprometimentos cognitivos encontrados em usuários de crack são permanentes, pois após um longo período de abstinência é possível que as alterações neuroquímicas se regularizem, ocorrendo recuperação de suas capacidades neuropsicológicas.

Palavras-chave: Neuropsicologia, funções executivas, uso de drogas, crack.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).

COG Psicologia Cognitiva

ESTUDOS SOBRE COMPORTAMENTOS INTERNALIZANTES E DESEMPENHO COGNITIVO DE CRIANÇAS DE 6 A 8 ANOS NA CIDADE DE SANTO ANTONIO DE JESUS- BA. *Jacqueline Miranda Pereira, Ana Ribeiro Santana, Carine Mendes Rocha, Thiago da Silva Gusmão Cardoso e Patrícia Martins de Freitas (Universidade Federal do Recôncavo, Santo Antônio de Jesus - Bahia)*

Os problemas de comportamento representam déficits ou excedentes comportamentais que prejudicam o desenvolvimento cognitivo, físico e psicossocial. Pesquisas sobre crianças relacionadas ao atendimento na rede de saúde com dificuldades escolares têm encontrado altas taxas relacionadas a problemas emocionais e comportamentais e apontam que os problemas de comportamento apresentados por crianças agravam também o repertório de habilidades sociais e o autoconceito das mesmas. O objetivo do estudo foi correlacionar comportamentos internalizantes com desempenho cognitivo em crianças na fase escolar do ensino fundamental. Participaram do estudo 50 crianças de 6 a 8 anos de idade (média = 7,0 e dp = 0,79), sendo 62,8% do sexo masculino e 51,2% de escolas públicas da cidade de Santo Antônio de Jesus-BA. Os instrumentos utilizados foram: Bateria de Avaliação Neuropsicológica do Processamento Lexical (BANPLE), Construções Tridimensionais, Santucci e Lista de Verificação Comportamental (*Child Behavior Checklist-CBCL*). Foram utilizadas no estudo as seguintes sub escalas do CBCL: Ansioso/depressivo; Retraído/depressivo e Queixas somáticas. O estudo foi dividido em duas etapas: na primeira utilizou-se o método correlacional verificando a relação entre o padrão internalizante e desempenho cognitivo; na segunda analisou-se o desempenho cognitivo acima do ponto de corte nos fatores do CBCL que representam o padrão internalizante. Os resultados referentes à primeira etapa demonstraram correlações negativas. Têm-se as significativas correlações: Fator ansioso/depressivo: tarefas de Detecção de Rimas ($r = -0,30$ e $p < 0,03$); Associação Semântica Palavra-Figura ($r = -0,30$ e $p < 0,01$); e Nomeação de figura ($r = -0,29$ e $p < 0,03$). Fator Retraído: Tarefa de Detecção de Rimas ($r = -0,39$ e $p < 0,005$); Associação Semântica Palavra-Figura ($r = -0,29$ e $p < 0,04$); Julgamento de Rimas ($r = -0,42$ e $p < 0,002$); Discriminação de Fonemas ($r = -0,39$ e $p < 0,005$). Os resultados confirmam a hipótese que quanto maior o escore nos fatores comportamentais internalizantes, menor o desempenho cognitivo. Os resultados demonstraram que as crianças acima do ponto de corte nos fatores internalizantes apresentaram resultados abaixo do esperado nas tarefas cognitivas em relação à média geral da amostra. Os comportamentos internalizados nas crianças atribuem um sentimento de empobrecimento na capacidade pessoal, e incute o sentimento de incompetência pessoal, que podem se apresentar na forma de sentimentos de vergonha, dúvidas sobre si mesmas, baixa estima e distanciamento das demandas da aprendizagem. Essas crenças sobre competência, valores e percepção de suporte efetivo estão associadas a sentimentos de estima se expressa em sentimentos de incompetência, menos valia e pouco suporte associados a ansiosos de vergonha e dúvida, desinteresse e isolamento.

Apoio: FAPESB (Fundação de Amparo a Pesquisa da Bahia)

Palavras chaves: crianças - desempenho cognitivo - comportamentos internalizantes

IC - trabalho de graduação

COG

CRENÇAS E PRÁTICAS MATERNAS EM DOIS CONTEXTOS DISTINTOS RELACIONADAS COM OS MODELOS DE INDEPENDÊNCIA E INTERDEPENDÊNCIA.

*Ana Paula Ribeiro Kobarg ***, Mauro Luís Vieira (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Infantil - Universidade Federal de Santa Catarina) e Maria Lúcia Seidl-de-Moura (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Diferenças sociais e culturais nas crenças parentais acerca do desenvolvimento humano têm sido sistematicamente relatadas na literatura. Nesse sentido, é importante investigar qual é o papel dos modelos culturais que os cuidadores têm em relação ao desenvolvimento infantil. O presente estudo tem como objetivo identificar características dos modelos culturais de mães residentes em dois contextos distintos. Foram entrevistadas 50 mães residentes nas cidades de Itajaí em Santa Catarina (ITJ) e 38 na cidade do Rio de Janeiro (RJ). As mães residentes em Itajaí tinham uma média de idade de aproximadamente 29 anos, enquanto no Rio de Janeiro esse valor foi de aproximadamente 33 anos. A escolaridade das participantes em Itajaí totalizou 12% com Ensino Fundamental, 42% com Ensino Médio e 46% com Ensino Superior. No Rio de Janeiro, 21% das mães tinham Ensino Fundamental, 39,5% Ensino Médio e 39,5% Ensino Superior. Para a coleta dos dados e caracterização das mães nos modelos culturais foram usadas três escalas de avaliação: 1- Inventário de metas de socialização; 2- Inventário de práticas parentais no primeiro ano; 3- Inventário de aloctrismo familiar. Por meio de resultados estatísticos constatou-se que não houve diferenças significativas na valorização de práticas relacionais e de autonomia tanto pelas mães residentes em Itajaí como no Rio de Janeiro. O mesmo foi observado em relação às metas. No entanto, embora as mães de Itajaí dêem importância aos dois tipos de metas, elas privilegiam significativamente ($p < 0,05$) mais as metas relacionais ($M=4,25\pm 0,53$) do que as metas de autonomia ($M=4,06\pm 0,59$). Em relação ao aloctrismo, também não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas. Como não foram encontradas diferenças significativas entre as duas cidades, optou-se em unificar a amostra em um segundo momento da análise. Sendo assim, ao comparar as práticas relacionais com as de autonomia, constatou-se que não houve diferença estatisticamente significativa entre as mesmas ($Z=-0,23$; $p<0,815$). No entanto, ao comparar as metas relacionais com as de autonomia observou-se uma diferença estatisticamente significativa ($Z=-2,66$; $p<0,008$). Esse resultado aponta para uma tendência das mães serem mais relacionais. Quando as práticas de autonomia são comparadas com as metas de autonomia, observa-se que os valores das metas são mais elevados do que os das práticas ($Z=-5,73$; $p<0,001$). Também na comparação entre práticas relacionais e metas relacionais aparece a mesma tendência ($Z=-6,78$; $p<0,001$). Ou seja, as mães valorizaram significativamente mais metas relacionais e de autonomia do que em práticas relacionais e de autonomia. Conclui-se, portanto, que os grupos de mães das duas localidades apresentam uma trajetória autonôma-relacional, ou seja, em que são valorizados aspectos que enfatizam tanto as metas pessoais (focando-se nas necessidades e direitos do indivíduo) como grupais (relacionadas com papéis sociais, deveres e obrigações). Além disso, parece haver certa discrepância entre o que elas pensam sobre seus filhos (metas de socialização) em relação ao que elas fazem (práticas de criação de filhos no primeiro ano).

Apoio financeiro: CNPq

Palavras-chave: crenças maternas; modelos culturais; contextos de desenvolvimento.
Nível do trabalho: Doutorado

Código da área de apresentação: **DES** - Psicologia do Desenvolvimento

DESENVOLVIMENTO MORAL: ESTUDO DAS CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL CONSTRUTIVISTA. *Alia Barrios** e Angela Uchôa Branco*
(*Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF*)

Nos últimos anos, o crescente interesse pelo estudo do desenvolvimento moral abriu espaço para diversas pesquisas sobre o tema e sua relação com o sistema educacional. As mudanças sociais e suas conseqüências colocaram no centro das discussões pedagógicas a necessidade de uma educação que considere o desenvolvimento do ser humano de forma integral, sem deixar de lado aspectos relevantes como moralidade, ética e cidadania. Entretanto, o desenvolvimento moral, por sua complexidade e natureza social, é um dos aspectos mais prejudicados nas diversas práticas educativas. Nas escolas, o desenvolvimento moral faz parte de um currículo oculto e desconhecido para a maioria dos professores, o que sugere a necessidade de estudos sobre o tema, sobretudo a partir de uma perspectiva sistêmica que valorize o papel do contexto sociocultural e das relações sociais no desenvolvimento do conjunto de crenças e valores sócio-morais, que orientam a ação do sujeito em suas relações. Em função disso, o presente estudo teve como fundamentação teórica e metodológica a perspectiva sociocultural construtivista, que parte de uma visão de desenvolvimento moral enquanto processo que se constitui a partir das múltiplas relações sociais nas quais a criança está envolvida, tendo ela um papel ativo no seu próprio desenvolvimento. O estudo teve como objetivo identificar e analisar as concepções de desenvolvimento moral presentes nas interações professor-criança e nas diferentes estratégias educativas, em situações que pudessem ser significativas para o desenvolvimento da moralidade, de acordo com a literatura: conflitos interpessoais e processo de internalização de regras. Participaram da pesquisa 10 educadores e 77 crianças de 4 a 6 anos de idade, de uma instituição pública de Educação Infantil situada no Plano Piloto, em Brasília. A análise microgenética das interações sociais professor-criança, e a análise interpretativa do discurso dos profissionais da instituição fizeram parte da metodologia qualitativa utilizada. Foram observadas, gravadas em vídeo e analisadas diferentes atividades do dia-a-dia, em quatro turmas do período matutino. Também foram gravadas e analisadas entrevistas individuais com os profissionais da escola, procurando destacar padrões de consistência e inconsistência entre as interações concretas analisadas e a elaboração discursiva dos educadores. Observou-se que a tendência entre os profissionais investigados é conceber o desenvolvimento moral como a promoção de um conjunto de regras relacionadas ao controle do comportamento da criança, restringindo o conceito de moralidade ao conceito de disciplina. O desenvolvimento moral apareceu como tarefa por excelência da família, sendo papel da escola a transmissão de regras necessárias para o convívio harmônico no espaço escolar. Segundo os resultados, o desenvolvimento moral se confundiu com a transmissão unilateral de valores e a aprendizagem passiva, por parte das crianças, de normas estabelecidas verticalmente pelos adultos. Além disso, o estudo constatou que o desenvolvimento moral faz parte do currículo oculto, e se veicula principalmente através das interações sociais no ambiente escolar, apontando a importância da reflexão e da consciência do educador no que diz respeito às suas interações com as crianças. O estudo também aponta a necessidade de formação do educador em relação ao desenvolvimento da moralidade.

Apoio financeiro: CAPES (Bolsa de Mestrado) e CNPq (Bolsa de Pesquisa)

Palavras-chave: desenvolvimento moral, socialização, perspectiva sociocultural construtivista.

Nível do trabalho: Mestrado – M

Área de pesquisa: DES

AS CONCEPÇÕES DE GÊNERO NAS NARRATIVAS DE DOIS GRUPOS DE ADOLESCENTES HOMENS. *Gabriela Sagebin Bordini** e Tania Mara Sperb (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS)*

A construção das identidades depende da capacidade de comunicação, que possibilita que o indivíduo interaja. É na interação que ocorre a identificação do indivíduo como masculino/feminino, através do contato com os significados referentes ao masculino e ao feminino. Esses significados referem-se comumente às expectativas e normas, culturalmente construídas e compartilhadas socialmente, que orientam o sujeito quanto às características, aos comportamentos, às atividades consideradas femininas e masculinas. Por serem decorrentes da interação indivíduo-indivíduo e indivíduo-cultura, essas concepções acerca do que é ser homem e do que é ser mulher encontram-se em permanente construção. O objetivo desse estudo foi investigar as concepções de adolescentes sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, já que a adolescência é tida como um período de redefinição das identidades e, portanto, de construção de sentidos. Dada a importância da interação, optou-se por trabalhar com as narrativas interacionais dos participantes. Sabendo-se que, para os jovens, a *internet* é essencialmente um meio de comunicação, a pesquisa foi realizada através da técnica de grupo focal *online*, utilizando o programa de bate-papo MSN. Cada grupo focal contou com a participação de sete adolescentes diferentes, com idades entre os 14 e os 15 anos. Os grupos tiveram lugar na sala de informática das escolas em que eles estudavam e foram moderados pela pesquisadora. Esta e todos os adolescentes tinham um computador à sua disposição, conectado ao MSN. A discussão era realizada por escrito, sendo iniciada pela questão de abertura colocada pela moderadora: “Contem histórias que vocês acham que mostram bem o que é ser homem ou o que é ser mulher hoje.”. Neste trabalho são apresentados os resultados de dois grupos focais, formados por adolescentes homens: um grupo de estudantes de uma escola pública e outro de uma escola privada de Porto Alegre. A Análise de Conteúdo temática das narrativas interacionais produzidas por eles mostrou que o grupo da escola pública contou, principalmente, histórias que associavam a masculinidade com a heterossexualidade e com a promiscuidade e que relacionavam ser mulher a ser uma mãe responsável. Já os adolescentes da escola privada narraram situações que tratavam, sobretudo, das reações familiares diante da sexualidade da mulher, enfatizando a repressão existente à expressão desta. Em relação a ser homem, as histórias revelavam a aceitação da vida sexual ativa do filho pela família, motivo de orgulho paterno. As narrativas indicaram, então, que o grupo da escola privada estava mais atento aos significados reducionistas e estáticos atribuídos à feminilidade, ao contrário dos adolescentes homens da escola pública, que associaram ser mulher especialmente a ser mãe e pareceram muito centrados nas questões relativas à masculinidade tradicional.

Apoio financeiro: CNPq

Palavras-chave: gênero; adolescência; narrativas interacionais.

Nível do trabalho: M

Código da área: DES

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DE CRIANÇAS DE 8 A 12 ANOS DIANTE DE EVENTOS ESTRESSANTES. *Fabiana Riegel-Silva** (Departamento de Psicologia – Faculdade Metropolitana de Guaramirim – Guaramirim SC), *Jean Paulo da Silva** (Departamento de Psicologia – Faculdade Metropolitana de Guaramirim – Guaramirim SC) e *Virginia Azevedo Reis Sachetti* (Departamento de Psicologia – Faculdade Metropolitana de Guaramirim – Guaramirim SC).

Enfrentamento ou *coping* designa o processo pelo qual uma pessoa lida com as necessidades criadas por fatores estressores, sendo o conjunto das estratégias utilizadas pelas pessoas para avaliar e adaptar-se à circunstâncias adversas, direcionando pensamentos, emoções e comportamentos. Estratégia de enfrentamento é o comportamento utilizado para lidar com o estresse, é aprendida, varia ao longo do tempo e pode ser modificada. A eficácia e adaptabilidade destas estratégias são subjetivas e variam de acordo com a situação, o que determina que a percepção da criança deve ser o critério básico para avaliar a eficácia de uma estratégia de enfrentamento. O objetivo da presente pesquisa foi investigar estratégias de enfrentamento empregadas por crianças utilizando a versão validada para o Brasil do Inventário de Estratégias de Enfrentamento para Crianças II. O instrumento é composto por duas escalas do tipo Likert de 4 pontos, de aplicação simultânea (Escala de Frequência: $\alpha=0,77$ e Escala de Eficácia: $\alpha=0,83$), com 26 itens divididos em três fatores (ação direta, atividade agressiva/defensiva e evitação/distração). Participaram da pesquisa 322 crianças (147 meninos e 175 meninas) de 8 a 12 anos ($M=9,8$ e $DP=1,32$) residentes em cidades pertencentes à micro-região de Jaraguá do Sul, interior-norte de Santa Catarina. Os resultados, de modo geral, sugerem que as crianças consideram os itens isoladamente e que são capazes de discriminar entre possíveis respostas, pois nenhuma criança marcou a mesma resposta para todas as estratégias. São também capazes de avaliar a frequência e eficácia de seus recursos de enfrentamento. Além disso, todas as 26 estratégias foram empregadas, indicando que foram aprendidas antes dos 8 anos. As crianças utilizam, em média, 18,09 e atribuem eficácia a 17,03 estratégias para enfrentar estressores. As crianças mais novas ($N=153$) de 8-9 anos ($M=8,61$ e $DP=0,49$) utilizam, em média, 17,3 e atribuem eficácia a 16,42 estratégias, enquanto as crianças mais velhas ($N=169$) de 10-12 anos ($M=10,88$ e $DP=0,81$) utilizam, em média, 18,7 e atribuem eficácia a 17,59 estratégias, indicando que as tarefas do desenvolvimento, que aumentam com a idade, podem ampliar a quantidade e eficácia de estratégias disponíveis, mas isso não significa que as crianças empregam todas as estratégias aprendidas e nem que as crianças menores enfrentam o estresse com menos eficácia. A maioria das crianças menores (72,5%) utiliza mais estratégias e atribui mais eficácia ao tipo evitação/distração e as maiores (78,1%) utilizam e atribuem mais eficácia ao tipo ação direta. Assim, crianças menores apresentam médias maiores e mais eficácia atribuída para evitação/distração ($M=1,32$, $DP=0,29$ e $M=1,44$, $DP=0,3$, respectivamente), enquanto as crianças maiores empregam mais estratégias e com mais eficácia atribuída para ação direta ($M=1,42$, $DP=0,27$ e $M=1,56$, $DP=0,27$, respectivamente), demonstrando que, à medida que avançam no desenvolvimento, mais recursos de intervir diretamente no estressor ficam disponíveis. Ressalta-se a importância do estudo de estratégias de enfrentamento de estresse, da construção de instrumentos específicos para crianças brasileiras e de intervenções focalizadas na prevenção para reduzir a ocorrência de problemas sociais e emocionais e promover a construção de competências nas crianças em situações percebidas como ameaçadoras.

Bolsa de Pesquisa do FUMDES – Artigo n. 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina

Palavras-chave: estresse, enfrentamento, desenvolvimento infantil.

Iniciação Científica – IC

Código: DES

MEMÓRIA E CAPACIDADE FUNCIONAL EM IDOSOS. *Fernanda Kamimura** (Universidade de Mogi das Cruzes), *Michel Mott*** (Universidade de Mogi das Cruzes) e *Maria do Socorro Leite Buriti*** (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, SP)

Considerando-se que a prática de atividade física corresponde a um dos fatores significantes para a diminuição das queixas quanto a perda de memória, além de outros benefícios biopsicossociais, objetivou-se, com o presente estudo, verificar se a atividade da vida diária (capacidade funcional) possui o mesmo efeito sobre a saúde mental dos idosos. Objetivou-se verificar se há relação entre memória e capacidade funcional em idosos, verificar o estado geral de saúde e verificar possíveis alterações cognitivas. Participaram do estudo 40 idosos, sendo 20 do sexo masculino e 20 do sexo feminino, com média de 67,47 ($\pm 6,38$) anos. Os instrumentos utilizados para avaliar o estado de saúde física, de saúde mental (incluindo memória) e a capacidade funcional foram: o questionário Anamnese Clínica e os testes Mini-Exame do Estado Mental (MEEM) e Medida de Incapacidade Funcional (MIF). Os resultados mostraram que na variável do estado geral de saúde, 55% dos participantes são hipertensos, sendo que 17,5% apresentam ou apresentaram problemas cardíacos, 27,5% apresentam colesterol alto, 22,5% são diabéticos, 87,5% apresentam alterações oculares (uso de óculos), 32,5% apresentam dores de cabeça, 20% sentem tontura, 80% fazem uso de medicamentos, dentro dos quais 55% são anti-hipertensivos, 62,5% dos idosos praticam atividade física, com frequência, em média, de 4,85 ($\pm 2,10$) vezes por semana e 57,5% já se submeteram a procedimento cirúrgico. Quanto às possíveis alterações cognitivas, 37,5% dos participantes estão na faixa de suspeita de quadro demencial (resultado fundamentado nos dados da literatura, pontuação inferior a 20 em indivíduos sem escolaridade e a 24 em indivíduos com escolaridade), indicando a necessidade de maiores avaliações. A média do desempenho dos participantes no MEEM foi de 23,87 ($\pm 3,00$) pontos, sendo 23,8 ($\pm 2,64$) pontos para o sexo feminino e 23,95 ($\pm 3,39$) pontos para o sexo masculino. Relacionando-se ao nível escolar, os indivíduos sem escolaridade apresentaram 22,16 ($\pm 3,18$) pontos, indivíduos com ensino fundamental 24,29 ($\pm 2,63$) pontos e com ensino médio e/ou superior 23,66 ($\pm 4,27$) pontos. Com relação à memória e capacidade funcional, não foram observados resultados estatisticamente significantes. De acordo com os dados obtidos na pesquisa, pode-se verificar que não há relação entre memória e capacidade funcional em idosos. É importante salientar que a amostra foi pequena, recomenda-se replicar o estudo com amostras maiores possibilitando resultados e evidências significantes.

Palavras-chave: Atividade de vida diária. Envelhecimento. Independência funcional.

IC

DES

O PAPEL DOS TRABALHADORES DE GRANDES OBRAS NA PERPETRAÇÃO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. *Diogo Araújo de Sousa** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE), *Alexsandro Conceição Rocha** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE), *Othon Cardoso de Melo Neto** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE) e *Elder Cerqueira-Santos* (Orientador, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE)

A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes tem sido amplamente investigada como um problema comunitário e de desenvolvimento humano. Embora mais de 100.000 crianças e adolescentes sejam vítimas de violência sexual no Brasil (dados da OIT), poucos estudos focam os perpetradores deste fenômeno. O objetivo deste estudo foi investigar um grupo de homens potencialmente envolvidos com a exploração sexual de crianças e adolescentes: os trabalhadores de grandes obras. Participaram do estudo 288 homens, com renda mensal média de R\$ 1497,13 (DP = R\$ 1452,59), com idades entre 18 e 64 anos (M = 32,78; DP = 10,91), 51,9% casados, 66,3% pais, que vivem fora de casa em áreas não-urbanas isoladas pelo Brasil (por exemplo, na Amazônia), engajados na construção de hidrelétricas. As entrevistas foram realizadas nos canteiros de obras durante os intervalos de trabalho, por entre cinco estados brasileiros. O instrumento foi um questionário composto de 48 perguntas e cinco escalas padronizadas investigando cinco dimensões: dados sócio-demográficos, questões de trabalho, sexualidade, saúde e bem-estar. Os dados foram analisados estatisticamente por meio de análises descritivas e inferenciais. Cerca de 97% dos entrevistados alegaram que os seus colegas de trabalho costumam ter relações sexuais com prostitutas, e 56,7% deles relataram seu próprio envolvimento com o comércio sexual. No que diz respeito à exploração sexual de crianças e adolescentes, 66,9% apontaram o envolvimento dos seus colegas de trabalho com o problema, e 25,4% relataram já terem saído uma ou mais vezes numa relação de comércio sexual com crianças ou adolescentes. Comparando grupos de clientes e não clientes da exploração sexual, aqueles que afirmaram serem clientes são um pouco mais jovens (médias de 30,93 X 33,39 anos, $p = 0,218$), mantêm-se fora de casa por um período mais curto de tempo (7,75 meses X 10,61 meses, $p = 0,001$) e não são casados (30,1% dos não-casados X 20,5% dos casados, $p = 0,063$). Uma análise de regressão logística mostrou que ser solteiro, não ter filhos, se envolver com prostitutas adultas e ficar fora de casa por menos tempo são as variáveis mais importantes no esclarecimento da participação na exploração sexual de crianças e adolescentes. Os resultados não corroboram a crença popular de que os clientes da exploração sexual são homens mais velhos que estão acostumados a passar longos períodos fora de casa. Este é o primeiro estudo que tenta traçar um perfil para os clientes da exploração sexual entre os trabalhadores de grandes obras no Brasil. Intervenções nesta área exigem maior conhecimento acerca dos perpetradores.

Apoio financeiro: Instituto *Childhood* Brasil

Bolsas de apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC

Palavras-chave: Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Grandes Obras, Trabalhador de Grandes Obras.

P

DES

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O BOLSA FAMÍLIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA. *Viviam Rafaela Barbosa Pinheiro Freire** e Vitória Cordovil de Almeida* (Universidade Federal do Pará, Belém – PA)*

É reconhecido que os grupos familiares na sociedade capitalista não dispõem de igualdade de condições, sendo que os mais pobres tendem a reproduzir continuamente o ciclo da pobreza: baixo nível educacional, má alimentação e saúde, instabilidade no emprego e baixa renda. Ao intervir nas questões sociais, o Poder Público fornece mecanismos de enfrentamento da desigualdade social, numa tentativa de diminuir a situação de vulnerabilidade à curto prazo e criar condições de quebra do ciclo de pobreza à longo prazo. Considerado na atualidade um dos principais programas de combate à pobreza do mundo, o Programa Bolsa Família (PBF) busca amenizar o problema da fome por meio principalmente da transferência de renda condicionada a ações de responsabilidade educacional com o cumprimento da frequência escolar e de ações de saúde. Nesta perspectiva esta pesquisa teve como objetivo mapear a produção científica sobre o PBF, registrada no Portal Periódicos da CAPES, contribuindo com o processo construtivo de conhecimento das diversas áreas que tomam este programa como objeto de estudo. Utilizaram-se como critérios de inclusão os artigos que discutiam ou avaliaram os dados sobre o PBF. A busca foi realizada através da palavra chave “Bolsa família” na área de conhecimento multidisciplinar. Foram encontrados 167 registros nacionais e internacionais, sendo 20 selecionados por estarem de acordo com o critério da pesquisa. Estes registros eleitos foram analisados e contabilizados de acordo com as seguintes categorias: a) Empíricos / Não empíricos; b) Idioma: Inglês / Português; c) Variáveis analisadas; d) Avaliação do programa; e) Ano de publicação; f) Palavras-Chave. A análise demonstrou a prevalência de artigos não empíricos (55%). Cerca de 60% avaliavam o PBF, discutindo aspectos que favorecem ou não sua execução. O idioma mais utilizado nas publicações foi o Português (60%). As variáveis mais avaliadas foram Renda, Dimensão política do programa, Acessibilidade e Saúde. A palavra chave Bolsa Família esteve presente em 60% dos registros, mas também foi freqüente o uso de termos como Política Social Focalizada, Pobreza, Governo Lula, Programas sociais, Eleições e Voto. Considerando a importância e o tempo relativamente curto de implementação do PBF, percebe-se que este tema tem sido pouco explorado entre as diversas áreas do conhecimento, havendo pouco interesse na avaliação da dimensão social que o Programa, direta ou indiretamente, já alcançou ou se propõe a alcançar. Mais estudos acadêmicos devem ser estimulados e publicados, especialmente envolvendo análise do impacto no desenvolvimento das famílias participantes do PBF, afim de servirem de base para possíveis medidas de aperfeiçoamento deste benefício.

Palavras-chave: Bolsa Família, programa e transferência de renda, desenvolvimento
Mestrado – M

DES

DESENVOLVIMENTO DOS INDICADORES MOTORES INICIAIS DE CRIANÇAS NASCIDAS PREMATURAS E DE MUITO BAIXO PESO. *Martina Estevam Brom Vieira** (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP); Renan Neves Urzêda* (Curso de Fisioterapia, Universidade Estadual de Goiás); Cibelle Kayenne Martins Roberto Formiga (Curso de Fisioterapia, Universidade Estadual de Goiás, Goiânia-GO) e Maria Beatriz Martins Linhares (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP).*

O desenvolvimento das habilidades motoras amplas envolve a aquisição de estabilidade (busca da postura ereta) e locomoção. Bebês que nascem com muito baixo peso (< 1.500g) são mais susceptíveis à morbimortalidade e, na maioria das vezes, são pré-termo, sendo considerados bebês de risco para atrasos ou desvios no desenvolvimento psicomotor. Portanto, essas crianças devem receber atenção especial dos profissionais da saúde. Assim sendo, o objetivo do presente estudo foi verificar a influência do muito baixo peso ao nascer na aquisição das habilidades motoras amplas em crianças de risco para atrasos e/ou desvios de desenvolvimento. Os critérios de inclusão no estudo foram: todas as crianças deveriam ser pré-termo, ter até quatro meses de idade cronológica corrigida, serem suspeitas de risco pela equipe multidisciplinar do Hospital Materno Infantil de Goiânia (GO) e acompanhadas no berçário e/ou ambulatório do mesmo. A amostra constituiu-se de 66 crianças que preenchiam tais critérios. A amostra foi dividida em dois grupos de acordo com o peso ao nascimento: grupo caso (n=33), caracterizado como muito baixo peso e com média de idade corrigida de 2 meses e 1 dia (DP ± 24 dias) e média de peso ao nascer de 1214,4g (DP ± 248g); e grupo controle (n=33), com peso ao nascer maior que 1.500g (média de 1899,8g; DP ± 320g) e média de idade corrigida de 1 mês e 28 dias (DP ± 28 dias). Essas crianças foram avaliadas pelo Teste de Triagem do Desenvolvimento de Denver II, o qual classifica o desempenho da criança dicotomicamente em Risco ou Normal. No presente estudo foi utilizada somente a avaliação da área motora ampla do referido teste. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa e os pais autorizaram a participação dos bebês por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os resultados foram tratados por meio de análise descritiva. Os dados do teste revelaram que no grupo caso 45,5 % das crianças foram classificadas em Risco na área motora, enquanto no grupo controle 36,4% de crianças classificadas como Normal. Os achados sugerem indicadores de risco para problemas de desenvolvimento motor nas crianças de muito baixo peso ao nascer. Neste sentido, o acompanhamento longitudinal, especialmente nos dois primeiros anos, para monitoramento do risco faz-se necessário, a fim de diagnosticar a confirmação de problemas e encaminhar para a intervenção terapêutica, quando necessário.

Apoio: CNPq

Palavras-chave: lactentes pré-termo; muito baixo peso; desenvolvimento motor.

Nível: M

DES

EXPLORANDO A RELAÇÃO ENTRE A CONSCIÊNCIA MORFOLÓGICA, ROCESSAMENTO COGNITIVO E O DESEMPENHO NA ESCRITA. *Márcia da Mota*** (Departamento de Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, RJ); *Andressa Bianchi Gumier** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG); *Auxiliatrice Caneschi Badaró** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG); *Carolina Ferreira Conti*** (Departamento de pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG); *Lídia Reis Fernandes** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG); *Leonice Bárbara de Rezende** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG); *Nádia Delgado Paiva** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG); *Silvia Brilhante*** (Departamento de pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG); *Silvia Miranda Amorim** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG) e *Tiago Nunes Linhares** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG) .

Nas últimas décadas verifica-se um número expressivo de trabalhos que mostram a relação entre as habilidades metalingüísticas e os processos de leitura e de escrita. A atividade metalingüística pode ser entendida tanto como a habilidade de se refletir sobre os aspectos formais da língua, como também sobre os aspectos cognitivos e metacognitivos envolvidos neste processamento. Atualmente há um relativo consenso entre pesquisadores dessa área de que o desenvolvimento metalingüístico está intrinsecamente relacionado com o desenvolvimento da alfabetização. Algum grau de reflexão sobre a linguagem é necessário para que a criança possa se alfabetizar, mas a habilidade realmente metalingüística é decorrente das aprendizagens explícitas. A consciência metalingüística compreende uma série de habilidades, entre elas destaca-se a consciência morfológica. Esta habilidade refere-se à capacidade do sujeito em refletir e manipular intencionalmente os morfemas, menores unidades lingüísticas que tem significado próprio, que compõem as palavras. Ela pode ajudar na alfabetização porque a ortografia de muitas palavras depende da morfologia. Palavras como “laranjeira”, que têm ortografia ambígua podendo ser escritas de forma correta se for conhecida sua origem: “laranja”. Estudos realizados em línguas alfabéticas vêm apontando evidência do papel facilitador da consciência morfológica na aquisição da leitura e escrita. O princípio alfabético é o de que letras devem corresponder perfeitamente aos sons das palavras, mas as línguas alfabéticas variam quanto ao grau de correspondência entre as letras e os sons da fala. No inglês essas relações são mais opacas do que em ortografias como o português ou o espanhol. Muitas das irregularidades encontradas no inglês podem ser explicadas pela estrutura morfológica das palavras. Nesse sentido, este estudo buscou investigar se o processamento da morfologia contribui de forma significativa para a escrita no português e se essa contribuição é independente de outros aspectos cognitivos da linguagem como vocabulário e memória auditiva. A amostra foi composta por 52 crianças, sendo que dessas 25 pertenciam ao 2º ano e 27 ao 3º ano do ensino fundamental. As crianças responderam a duas tarefas de consciência morfológica (analogia flexional, analogia derivacional) e também aos subtestes do WISC de dígitos e vocabulário. Correlações parciais entre as medidas de consciência morfológica e alfabetização foram computadas, controlando para a variância partilhada pela tarefa de dígitos (processamento morfológico) e vocabulário foram computadas. Os resultados mostram uma relação que se mantém positiva e significativa menos depois dos controles terem sido executados para tarefa de analogia gramatical ($r=0,29$, $p< 0,038$). Esse é um

dado importante, pois o efeito da consciência morfológica sobre a escrita continua a existir de forma independente mostrando a importância dessa habilidade.

Palavras chaves: habilidades metalinguísticas, consciência morfológica fonológica, escrita

Iniciação Científica – IC

DES

ADULTOS EM CONFLITO COM A LEI: IMPREVISIBILIDADE FAMILIAR E PROPENSÃO AO RISCO. *Anna Beatriz Carnielli Howat-Rodrigues** (Universidade Federal do Espírito Santo), Carolina Alves Lima* (Universidade Federal do Espírito Santo) e Rosana Suemi Tokumaru (Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento – Universidade Federal do Espírito Santo).*

A escolha por atitudes criminosas tem sido considerada por alguns pesquisadores como representando o nível máximo de propensão ao risco. De acordo com a perspectiva evolucionista, a propensão ao risco é dependente da certeza dos resultados das ações e da garantia de obtenção dos recursos no futuro. Este trabalho teve o objetivo de analisar correlações entre aspectos de imprevisibilidade familiar durante a infância e propensão ao risco a partir da percepção de adultos em conflito com a lei. O mesmo esteve apoiado na hipótese de que maiores níveis de imprevisibilidade familiar na infância contribuem para maior propensão ao risco na vida adulta, já que há pouca certeza da obtenção de recursos. Participaram deste estudo 149 homens e nove mulheres em situação de conflito com a lei que já haviam passado por situação de aprisionamento. Foram utilizados como instrumentos um questionário com dados sociodemográficos (sexo, idade, escolaridade, critério de renda Brasil), dados processuais e duas escalas em processo de validação (EIF–Escala de Imprevisibilidade Familiar; EPR–Escala de Propensão ao Risco). Todos os participantes estavam respondendo a processo criminal na época da entrevista e 97,5% havia passado por situação de encarceramento com tempo médio de prisão de 38,72 meses ($dp=35,71$) e tempo médio de saída da prisão de 29,59 meses ($dp=25,56$). A média de idade foi de 34,23 anos ($dp=10,17$), os participantes declararam-se, na maioria, pardos (64,6%), escolaridade de ensino fundamental (65,8%) e média de escore no Critério de Renda Brasil (ABEP) de 17,9 ($dp=6,25$) dos 47 pontos possíveis. A propensão ao risco de abuso de substâncias correlacionou-se positivamente à imprevisibilidade de cuidado/apoio e disciplina. A imprevisibilidade de alimentação correlacionou-se positivamente à propensão ao risco de saúde/segurança. Todavia, há de se considerar que variáveis como renda e idade também apresentaram impacto sobre a propensão ao risco. Os escores do Critério de Renda Brasil estiveram associados negativamente com a imprevisibilidade de recursos financeiros e cuidado/apoio. A variável idade demonstrou correlação positiva com a imprevisibilidade de recursos financeiros e correlação negativa com a imprevisibilidade de alimentação e risco de abuso de substâncias. No geral, maiores taxas de renda e idade relacionaram-se a menores taxas de imprevisibilidade do ambiente familiar. Nossos resultados concordam com os de outros autores quanto ao perfil das pessoas em conflito com a lei: a maioria da nossa amostra foi composta por homens pardos, de baixa renda e escolaridade, cabendo aqui a consideração de que, de acordo com a literatura, estas características estão relacionadas a maiores taxas de condenações nos tribunais brasileiros. Apesar de poucas correlações entre risco e imprevisibilidade (3 das 16 possíveis), as correlações confirmaram a hipótese de que maior imprevisibilidade em alguns domínios favorece aspectos da propensão ao risco. Conclui-se que a compreensão das relações entre fatores individuais, como idade e sexo, condições socioeconômicas e fatores da história de vida, como a imprevisibilidade do ambiente familiar na infância, pode ampliar a compreensão das condições que influenciam a propensão ao risco e o envolvimento em conflito com a lei.

Agência Financiadora: FAPES; Bolsas de pesquisa: FAPES e CAPES

Palavras chave: Risco, Imprevisibilidade Familiar, Psicologia Evolucionista.

DES

IMPORTÂNCIA DO LAZER NA QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS. *Thiago Leite Buriti** (Universidade São Judas Tadeu) e *Maria do Socorro Leite Buriti*** (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, São Paulo, SP)

Os idosos estão realmente cada vez mais ativamente presentes em nossa sociedade, e seu engajamento em atividade de lazer está, inclusive, previsto no artigo 20 do Estatuto do Idoso, que lhes assegura o direito à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, a diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade. O lazer pode ser entendido como uma ocupação não obrigatória de livre escolha do indivíduo. As pessoas idosas, via de regra, estão aposentadas e lhes sobra tempo para usufruir de lazer. Na presente pesquisa, objetivou-se verificar o conceito, a apreciação e frequência de lazer, em idosos. Foram participantes da pesquisa dois grupos com 20 participantes cada, de ambos os sexos, o (GA) idosos de São Paulo e (GB) de Mogi das Cruzes, idade mínima de 70 anos. Utilizou-se um questionário com perguntas relacionadas à frequência de atividades de lazer, principais atividades durante o tempo livre, e ainda, as principais dificuldades para sua realização. A coleta dos dados ocorreu em dia e hora marcados pelos próprios sujeitos da pesquisa. Os resultados mostram que, o GA tende a ter uma frequência diária de atividades de lazer, com o $\chi^2_o = 87,50$, e para o GB esta frequência é mais aleatória, $\chi^2_o = 15,00$ ($\chi^2_c = 9,49$ e $p = 0,05$ e n.g.l= 4). Quanto às principais atividades de lazer, observou-se que para 18,59% dos sujeitos do GA, a melhor opção são passeios diversos com $\chi^2_o = 21,10$ e $\chi^2_c = 14,07$, já para o GB a principal atividade é a leitura com 18,18% das respostas sendo $\chi^2_o = 14,18$ e $\chi^2_c = 12,59$. A falta de companhia é um dos itens mais citados pelo GA como principal dificuldade para a realização do lazer sendo o $\chi^2_o = 37,55$ e $\chi^2_c = 12,59$, já para o GB a questão financeira é a maior causa do não lazer com $\chi^2_o = 35,36$ e $\chi^2_c = 12,59$. Conclui-se que ambos os grupos percebem a importância do lazer e esta prática está presente em suas vidas, porém com atividades diferenciadas. As dificuldades para se ter um bom lazer também diferem, o que já era esperado. O lazer é uma atividade livre, que traz prazer e influi na satisfação e qualidade de vida dos idosos. Merece a atenção das autoridades, familiares e pesquisadores. A falta de educação para a prática do lazer faz com que a maioria da população pense que o lazer demanda grandes períodos de tempo e que não pode ocorrer no dia-a-dia, ou seja, o valor do lazer é subvertido e subestimado de forma a induzir a pessoa a sentir-se inútil e culpada, quando não ocupada com o trabalho.

Palavras – Chave: Tempo Livre, Desenvolvimento, Educação, Envelhecimento

IC

DES

ATIVIDADE FÍSICA E ASPECTOS BIOPSIKOSSOCIAIS EM IDOSOS. *Orlando Helder dos Santos Camargo** (Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP), *Sandra de Lima Lourenço** (Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP), *Gabriela Basílio Umpierre** (Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP) e *Maria do Socorro Leite Buriti***(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSP, São Paulo, SP).

A prática de atividades físicas é muito importante para a saúde e bem estar de uma população. Observa-se que há relação entre o exercício físico e a melhora do bem estar, auto-confiança, habilidade cognitiva, e auto-eficácia. O objetivo desta pesquisa foi avaliar a relação entre a saúde mental de idosos a partir da prática de atividades físicas e o quanto esta prática é importante na fase de envelhecimento. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo, quantitativa. Participaram da pesquisa 48 idosos que praticam atividades físicas em SESC's, associações e no dia-a-dia. A média de idade dos participantes foi de 69 anos, sendo 79,16% do sexo feminino e 20,83% do sexo masculino, todos da região metropolitana de São Paulo. Para avaliação dos resultados, foram utilizados dois instrumentos: Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ) onde 21,91% dos idosos foram considerados muito ativos fisicamente, o que significa que realizam mais que 8 horas e 30 minutos de atividades por dia, outros 39,58% considerados ativos, realizam cerca de 5 horas de atividades por dia, 33,33% insuficientemente ativos, realizam menos de 1 hora de atividades diárias e 4,16% classificados como sedentários, não realizam nenhum tipo de atividade física diária. No Questionário de Avaliação de Qualidade de Vida (WHOQOL-ABREVIADO), os resultados mostraram que em seus domínios físicos que indicam aspectos de energia e fadiga, sono e repouso, mobilidade, atividades da vida cotidiana, e capacidade para o trabalho, obteve-se média de respostas $4,58 \pm 0,58$ o que indica satisfação, as respostas de dor, desconforto e dependência de medicação ou de tratamentos com média de $2,7 \pm 0,85$ e indicam que essas condições os impedem muito pouco de fazerem o que precisam; o domínio psicológico que se refere a sentimentos positivos, pensar, aprender, nível de memória e concentração, auto-estima, imagem corporal e crenças pessoais, as respostas tiveram média de $4,58 \pm 0,65$ mostrando que os participantes sentem-se satisfeitos com estes aspectos. As respostas sobre sentimentos negativos tiveram uma média de $1,58 \pm 0,58$, o que demonstra que somente em algumas vezes os participantes têm sentimentos negativos tais como mau humor, desespero, ansiedade e depressão. Os domínios de relações pessoais e apoio social, mostram uma média de $4,62 \pm 0,67$, resultado de satisfação entre os idosos, o último domínio de meio ambiente com critérios de segurança física e conforto no lar, recursos financeiros, cuidados de responsabilidade social, oportunidade de adquirir novas informações e habilidades, participação e oportunidades de recreação e lazer, onde também avaliam ambiente físico e os meios de transporte, suas respostas tiveram média de $3,78 \pm 1,04$. Tais dados indicam que os idosos estão nem satisfeitos nem insatisfeitos. Concluiu-se que a maioria dos participantes são ativos fisicamente e que possuem boa qualidade de vida, algumas vezes possuem sentimentos negativos que não influenciam em sua funcionalidade social e sentem-se satisfeitos em relação às condições de vida e ambiente, o que confirma a hipótese de que a atividade física é importante para a qualidade de vida em idosos.

Palavras-chave: Atividade física. Qualidade de vida. Idosos.

IC

DES

DESEMPENHO SOCIAL DE CRIANÇAS ABRIGADAS E NÃO ABRIGADAS.

*Ligia Cristina Biciesto** (Departamento de Psicologia - Faculdade Metropolitana de Guaramirim – Guaramirim SC), *Amanda Mathias Franklin** (Departamento de Psicologia - Faculdade Metropolitana de Guaramirim – Guaramirim SC) e *Virginia Azevedo Reis Sachetti* (Departamento de Psicologia - Faculdade Metropolitana de Guaramirim – Guaramirim SC).

Situações de maus-tratos são atos cometidos ou omissões na proteção da criança que resultem em danos físico, emocional, intelectual ou social, perpetrados pelos responsáveis por seu bem estar. São categorizados em: abuso físico, sexual, emocional e negligência. Partiu-se do pressuposto de que a situação não determina o comportamento, mas a percepção que se tem dela. Tratou-se de um estudo de corte transversal, descritivo e comparativo objetivando investigar o desempenho social (estratégias de *coping* em eventos estressantes e habilidades sociais em situações de conflito) em crianças de 8 a 12 anos, sendo 28 abrigadas (em órgãos de proteção especial, por motivos de risco psicossocial e pessoal, abandono, maus-tratos, perda dos pais ou decisões judiciais) e 33 não abrigadas (inseridas no núcleo familiar, sem constatação de violação dos direitos). Os dados foram coletados em quatro instituições, do tipo casa-lar, aldeia e escola, pertencentes a duas cidades no interior de Santa Catarina. Foram realizadas entrevistas individuais para investigar estratégias de *coping*, por meio de três pranchas com desenhos que ilustravam situações estressantes (elaborada a partir de observações anteriores), onde a criança respondia qual estratégia empregaria para solucionar o conflito. As crianças responderam também o Inventário Multimídia de Habilidades Sociais para Crianças (IMHSC). As estratégias de *coping* foram classificadas em categorias estabelecidas *a priori* a partir de descrições constantes na literatura: atividade agressiva, evitação/distração, busca de apoio social, ação direta, inação, aceitação e expressão emocional. O IMHSC foi avaliado segundo critérios próprios. As crianças abrigadas e não abrigadas apresentaram 112 e 103 estratégias de *coping*, respectivamente. As respostas apontam que as crianças abrigadas possuem mais estratégias de ação direta ($n=45$), enquanto as não abrigadas buscam mais apoio social ($n=15$). Os dois grupos apresentaram o mesmo número de estratégias de expressão emocional ($n=9$); porém, o grupo abrigado as apresenta em situações envolvendo pares, enquanto o grupo de não abrigados, em situações envolvendo adultos. Os dados do IMHSC permitem afirmar que as crianças não abrigadas tiveram mais respostas não habilidosas ativas ($n=82$) do que as crianças abrigadas ($n=26$); tendo semelhança nas respostas não habilidosas passivas ($n=108$ e $n=94$, respectivamente). Partindo do número total de respostas de abrigados ($N=588$) e não abrigados ($N=693$), o primeiro grupo foi mais habilidoso ($n=468$) do que o segundo ($n=503$). Os resultados evidenciam que, tanto nas estratégias de *coping*, quanto no IMHSC, os dois grupos possuem dificuldades em ter desempenho socialmente habilidoso, sobretudo em situações envolvendo pares. Conclui-se que as crianças institucionalizadas demonstraram melhor desempenho, explicado pela hipótese de que as situações específicas vivenciadas e a necessidade de serem socialmente ativas e de resolverem os problemas sozinhas levam a um amadurecimento precoce, que não significa, necessariamente, saúde mental. É importante destacar que possuem um repertório empobrecido de suporte social. Além disso, a presença da deseabilidade social nas respostas ficou evidente nas observações realizadas durante a situação de aplicação.

Palavras-chave: desempenho social, desenvolvimento infantil, fatores de risco e proteção.

Iniciação Científica: IC

Código: DES

A REPRESENTAÇÃO DE REGULARIDADE MORFOLÓGICA POR CRIANÇAS.

Jane Correa, Juliana Lugarinho e Camila Roque* (Universidade Federal do Rio de Janeiro)*

O domínio do sistema de escrita depende do entendimento da relação estabelecida pelo aprendiz entre a pauta sonora e a pauta gráfica. No entanto, para escrever de acordo com a norma ortográfica, a criança deverá ir além do conhecimento das correspondências letra-som regulares, observando que há grafias que variam em função do contexto grafofonêmico, grafias determinadas em nível morfológico, como também grafias irregulares. Neste sentido, o aprendizado da ortografia é bem mais complexo do que a mera repetição de palavras ou o conhecimento de listas de vocabulário. A escrita ortográfica requer da criança o entendimento de regularidades relacionadas a diferentes níveis de análise linguística, o que não se realiza de forma imediata à alfabetização, mas ao longo da escolaridade. O presente estudo investiga a construção do conhecimento ortográfico por crianças do 5º. ano do ensino fundamental. Em particular, pretende examinar o domínio da regularidade morfológica relacionada ao emprego dos sufixos *esa* e *eza* por estas crianças. Para tanto, foram analisadas as grafias produzidas por 26 crianças para trissílabos de baixa frequência com os sufixos em questão. A partir do emprego da análise de agrupamentos foi possível organizar as crianças em quatro grupos segundo seu desempenho ortográfico. O primeiro grupo, com 38% das crianças mostrou o domínio da regularidade morfológica, diferenciando o emprego das letras *s* e *z* segundo o morfema que compõe a palavra. O segundo (19%), apesar da consistência na grafia do sufixo *esa*, mostrou um desempenho mediano (50% de acertos) no que se refere à escrita de palavras com sufixo *eza*. Um terceiro grupo, 8% das crianças, usou indistintamente a letra *z* para grafar ambos os sufixos. Em contrapartida, o quarto grupo (35%) empregou a letra *s* para grafar ambos os sufixos. Tais resultados evidenciam que o domínio da regularidade relacionada ao emprego das letras *s* e *z* nos sufixos *esa* e *eza* só foi alcançado por menos de 50% das crianças entrevistadas 5º. ano. O bom desempenho dos dois outros grupos na grafia do sufixo *esa* e a dificuldade encontrada na grafia sufixo *eza* pode ser um indicativo da aplicação de uma regularidade de contexto que diz que a letra *s* quando utilizada entre vogais representa o fonema /z/. Nesta etapa da escolaridade, poucas crianças, menos de 10% da turma, realizam a escrita destes sufixos tendo como referência a hipótese de regularidade grafofonêmica biunívoca em que a letra *z* representa invariavelmente o fonema /z/. Neste sentido, para o domínio da grafia do fonema /z/ nos sufixos *esa* e *eza*, o que se segue à desilusão da criança quanto à regularidade grafofonêmica absoluta não é o entendimento parcial da regularidade morfológica como hipótese intermediária à compreensão plena da regra de uso dos sufixos em questão. Nossos dados indicam que este conhecimento intermediário é construído como uma regularidade contextual sendo posteriormente e finalmente redescrito em sua natureza morfológica levando, então, à escrita convencional dos sufixos.

Apoio: FAPERJ; Bolsas Iniciação Científica CNPq/PIBIC/UFRJ

Palavras-chave: conhecimento ortográfico, morfologia, crianças

Pesquisador –P

Área: DES e COG

PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL: A PREPARAÇÃO DE ALUNOS DE CURSOS DA ÁREA DE SAÚDE. *Sueli Aparecida Freire; Tatiana Ávila de Lucia*; Daiane Rodrigues Araújo* (Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG)*

A formação de recursos humanos em gerontologia durante os cursos de graduação tem sido tema de discussão entre os profissionais que atuam na área da saúde do idoso uma vez que diz respeito diretamente ao atendimento da população idosa. Assim como o ambiente físico e as disposições individuais, os recursos sociais (relações pessoais formais e informais com pessoas significantes) e o ambiente social exercem papel relevante na promoção da boa qualidade de vida do idoso. Assim, é importante que alunos de cursos voltados para a área da saúde sejam sensibilizados para as questões do envelhecimento, especialmente quando durante sua formação ainda não são oferecidas disciplinas específicas da área da Gerontologia. Sendo assim, têm sido oferecidos estágios curriculares para alunos do curso de formação de psicólogo, com o objetivo geral de oportunizar a vivência de trabalhos de educação e promoção da saúde e de formação de recursos humanos na área da psicogerontologia. Dentro dessa proposta, foi proposto um curso de preparação de recursos humanos para promoção do envelhecimento saudável de idosos residentes na comunidade e em instituições de longa permanência (ILPi), tendo por base teórica os estudos sobre Psicologia do Envelhecimento, especialmente a partir do Modelo das Oito Idades, de E. Erikson, o Modelo Sócio-Interacional de B. Neugarten e o Modelo Life Span do Desenvolvimento, de P. Baltes. Concluíram o curso 15 alunos dos seguintes cursos de graduação: Educação Física (4); Enfermagem (10) e Psicologia (1). Foram realizados 10 encontros semanais de duas horas/aula cada, durante os quais foram dadas aulas expositivas com apoio de projeção de slides e textos para estudo extra-classe; projeção e discussão de filmes; discussões em sala de aula acerca de reportagens e de relatos de visitas a ILPis; e dinâmicas de grupo (jogos e dramatizações). Houve controle de frequência às aulas para posterior emissão de certificado de participação (máximo de 25% de faltas). Além disso, as atividades propostas foram avaliadas e a média obtida foi de 82 pontos. O curso foi avaliado em relação a seis itens (conteúdo; aproveitamento para a formação pessoal; aproveitamento para a vida profissional; aproveitamento para a vida pessoal; recursos utilizados; atuação da facilitadora) e a média geral foi de 4,87 numa escala de cinco pontos (1 = ruim; 5 = ótimo). A facilitadora (estagiária de Psicologia) avaliou a experiência como ótima uma vez que conseguiu atingir os objetivos propostos para o estágio e para o curso. Considerou que a experiência adquirida ampliou a sua visão em relação ao envelhecimento bem como sua capacidade de desenvolver e/ou analisar projetos de intervenção propostos para idosos residentes na comunidade e em ILPis. Considerando a importância da formação de recursos humanos voltados para a promoção do envelhecimento saudável, é importante que estágios e cursos nessa área continuem a ser promovidos durante a formação dos alunos de cursos da área de saúde. Além disso, é interessante que as turmas sejam compostas por alunos de diferentes cursos o que facilita a integração dos conhecimentos e a discussão multidisciplinar das questões do envelhecimento.

Palavras-chave: Formação de Recursos Humanos; Promoção do Envelhecimento Saudável; Psicogerontologia

Nível do trabalho: Outro

DES

“ADOLESER”: PERSPECTIVA PSICOSSOCIAL DE ADOLESCENTES DE DUAS FAIXAS ETÁRIAS. *Beatriz Tiziotti**, *Laura Lazzeri Vieira**, *Mariana Borges da Fonseca**, *Melina Borges Martinho Freire** e *Áderson Luiz Costa Junior (Universidade de Brasília. Brasília. DF).*

A adolescência sempre foi caracterizada, pelas concepções teóricas mais tradicionais da psicologia, como um período de potenciais conflitos, desde alterações pubertárias até mudanças psicossociais, incluindo a busca pela identidade, a conquista da autonomia e da competência social. Estudos recentes não caracterizam a adolescência, necessariamente, como uma época de problemas, mas apontam que todo adolescente passa por momentos de dificuldade e confusão. Alguns estudos ainda destacam a idade como variável determinante dos comportamentos manifestados por adolescentes, enquanto outros a caracterizam como variável disposicional, considerada em função do contexto de desenvolvimento. Este estudo analisa a percepção dos adolescentes acerca da adolescência, especialmente sobre a definição de começo e término desta fase e eventos positivos e adversos que ela gera. A partir de um roteiro de entrevista semi-estruturado, 144 adolescentes, moradores de diferentes áreas do Distrito Federal, selecionados aleatoriamente, foram entrevistados e divididos em dois grupos: Grupo 1, com 69 participantes de 12 a 15 anos incompletos e Grupo 2, com 75 participantes de 15 a 19 anos de idade. O roteiro solicitava, entre outros, informações perceptuais dos participantes sobre o que é adolescência, quando começa e termina, as melhores e as piores coisas deste período e o que os participantes escolheriam se pudessem mudar alguma coisa/acontecimento na adolescência. Os dados destacam que no Grupo 1, 44 indivíduos (64%) e, no Grupo 2, 55 indivíduos (73%) apontaram a idade como fator determinante do início da adolescência, com indicações que variavam de 10 a 15 anos e maior referência para 12 anos em ambos os grupos. No Grupo 1, nove pessoas (13%) e, no Grupo 2, 16 pessoas (21%), afirmaram que o início e o término da adolescência dependem de fatores pessoais e culturais. Declararam-se adolescentes 51 pessoas do Grupo 1 (74%) e 62 pessoas do Grupo 2 (83%). A melhor coisa da adolescência, para o Grupo 1, é sair e compartilhar experiências com amigos, seguida dos benefícios da liberdade, sair sem os pais e falar o que pensa; já no Grupo 2, as prioridades são não ter muitas responsabilidades, sair com os amigos e ir a festas. A pior coisa da adolescência para o Grupo 1 é, primeiramente, a puberdade e as modificações corporais que ela acarreta, e, em seguida, a necessidade de ir à escola e estudar; para o Grupo 2, a puberdade e a transição para a fase adulta, com as responsabilidades decorrentes e a proximidade da necessidade de sair de casa foram as mais referidas. Se pudessem mudar alguma coisa, os integrantes Grupo 1 gostariam que seus pais fossem menos rígidos em termos de exigências e mais liberais em termos de horários de sair e chegar em casa; em contrapartida, no Grupo 2, queixas quanto à rigidez de horários foram menos frequentes quando comparadas à necessidade dos pais de serem mais compreensivos e haver maior comunicação entre os membros da família. Os dados apontam semelhanças de perfil psicossocial e de demandas entre os dois grupos de adolescentes, mas indicam especificidades que poderiam ser abordadas em intervenções separadas com cada grupo. Palavras-Chave: Adolescência, Desenvolvimento Humano, Percepção Adolescente.

IC - Iniciação Científica

DES - Psicologia do Desenvolvimento

FAMÍLIA E IDOSO: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA PUBLICADA NA SCIELO. *Sueli dos Santos Vitorino** (Universidade São Judas Tadeu, São Paulo-SP), Hisabel Pereira de Araújo** (Universidade São Judas Tadeu, São Paulo-SP), Carla Witter (Universidade São Judas Tadeu, São Paulo-SP) e Maria Luiza de Jesus Miranda (Universidade São Judas Tadeu, São Paulo-SP).*

O objetivo geral deste estudo foi capturar e analisar as publicações, em língua portuguesa, acerca do tema *idoso e família* disponível na base de dados Scielo (on line), sendo estabelecido como objetivo específico, investigar as seguintes variáveis: (1) autoria (gênero e número), (2) tipo de estudo, (3) tipo de pesquisa, (4) participante da pesquisa (tamanho do N e características), (5) instrumentos utilizados para coleta de dados, (6) revista publicada e (7) ano de publicação. O material analisado foi composto de 114 resumos de artigos, publicados no período de 1978 à 2010, levantados utilizando as palavras-chave: *idoso e família*, sem determinar a data de publicação e nem o tipo de revista, de periódicos indexados na base de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online) que é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros, ela foi escolhida por: (1) ser considerada uma fonte de artigos científicos reconhecida pela comunidade científica; (2) permitir a pesquisa e captura dos artigos na íntegra; (3) ser aberta, ou seja, de acesso livre e (4) abranger periódicos de diversas áreas do conhecimento. Foi feita a leitura dos 114 resumos, três estavam fora dos parâmetros e foram descartados. Nos demais foi feita a avaliação das categorias delimitadas utilizando fichas de registro para a tabulação de cada um dos objetivos específicos que resultaram em tabelas de frequência e de porcentagem, as quais foram analisadas estatisticamente com o teste do Qui-quadrado. Os resultados permitem observar que, na autoria, a múltipla (68%) foi predominante e o gênero dos pesquisadores foi o feminino (76%). No tipo de estudo a pesquisa de campo foi identificada em 90% dos resumos, sendo 100% do tipo descritivas. Quanto aos participantes, 52% foi feita com idosos, categoria em que surgiu, também, o maior número de participantes (N=7920 pessoas) e o menor número (N=4 pessoas). A entrevista foi o instrumento mais utilizado para coleta de dados (39%). A Revista Caderno de Saúde Pública contemplou 15% das publicações estudadas e o ano em que mais se publicou foi 2008 (21%). A partir dos dados levantados é possível concluir que a produção nacional tem sido feita em autoria múltipla com predominância de pesquisadoras mulheres, o que está de acordo com tendências da área de pesquisa, sobretudo na área de saúde em que houve maior índice de publicações. O fato de haver predomínio de pesquisas de campo do tipo descritivas pode sinalizar uma tendência a que a pesquisa resulte numa intervenção prática junto aos maiores interessados: os idosos. Entretanto, revela que as pesquisas precisam avançar no tipo de delineamento (quase e experimental) para aprofundar as análises com bases em evidências científicas. É importante ressaltar que se trata de um estudo feito sobre a publicação em língua portuguesa, portanto, com limitações. Faz-se necessárias novas pesquisas, especialmente em línguas estrangeiras, que visem corroborar os dados encontrados.

Palavras-chave: metanálise; envelhecimento; gerontologia.

Mestrado-M

DES

PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM EDUCAÇÃO FÍSICA, ENFERMAGEM E FISIOTERAPIA SOBRE ENVELHECIMENTO NA SCIELO (2005 – 2009). *Danielle da Silva Dias** (Universidade São Judas Tadeu – SP), Rosângela M. Cordeiro Garoto** (Universidade São Judas Tadeu – SP), Silvana Flora de Melo** (Universidade São Judas Tadeu – SP) e Carla Witter (Universidade São Judas Tadeu – SP).*

A análise da produção científica permite avaliar o desenvolvimento de uma determinada área de conhecimento, tais como a Educação Física, a Enfermagem e a Fisioterapia; assim como possibilita a análise específica de um tema e/ou um objeto de estudo como: o envelhecimento e o idoso. A produção científica no envelhecimento deve ser estimulada tendo em vista que a proporção de idosos aumenta cada dia mais e os profissionais da saúde devem encarar o idoso numa visão mais ampla respeitando as características individuais de cada um. O objetivo do estudo foi analisar os artigos publicados sobre envelhecimento e idosos na base de dados da *Scielo*, no período de 2005 à 2009. Foram capturados e analisados 79 artigos com o cruzamento das palavras-chave *Educação Física e Envelhecimento; Enfermagem e Envelhecimento e Fisioterapia e Envelhecimento*. Os dados foram analisados e comparados nas três áreas de conhecimento da saúde, sendo que as seguintes variáveis específicas foram investigadas quanto: (1) gênero, (2) autoria, (3) tipo de pesquisa, (4) tipo de análise de dados e (5) anos de publicação. Para análise dos dados foi utilizado o teste estatístico do qui-quadrado e o nível de significância adotado foi = 0,05. Os resultados revelaram o predomínio significativo de autoria feminina (62%; $X^2_o= 45,48$; $X^2_c= 5,99$ para n.g.l.= 2) e de autoria múltipla (71,25%; $X^2_o= 56,30$; $X^2_c= 5,99$); quanto ao tipo de pesquisa, a que mais se destacou foi a descritiva (84,81%; $X^2_o= 38,29$; $X^2_c= 5,99$ para n.g.l.= 2); a tipologia de análise de dados mais utilizada foi a qualitativa (60,76%; $X^2_o=27,67$; $X^2_c= 5,99$) demonstrando diferença estatisticamente significativa e não houve diferença estatisticamente significativa no número de publicações durante os cinco anos de análise ($X^2_o=2,45$; $X^2_c=9,48$ para n.g.l.=2), ocorrendo um certo equilíbrio na quantidade de trabalhos publicados por ano, cuja média foi de 15,8 trabalhos por ano. Conclui-se que a maioria das pesquisas são realizadas pelo gênero feminino, devido ao fato de que as áreas da enfermagem e fisioterapia são ocupadas principalmente por mulheres, o tipo de autoria mais frequente foi a múltipla o que é uma tendência mundial; quanto ao tipologia de pesquisa a que se destacou foi a descritiva e os dados foram analisados de forma qualitativa. Além disso, os dados demonstraram que não houve diferença significativa no número de publicações durante os anos analisados. Dessa forma, sugere-se que as áreas da Educação Física, Enfermagem e Fisioterapia produzam conhecimento científico sobre o processo de envelhecimento dentro do enfoque multidisciplinar visto que o mesmo deve ser explorado e pesquisado desta maneira.

Palavras-Chave. Envelhecimento, Fisioterapia, Educação Física, Enfermagem e Produção Científica

Mestrado – M

DES

ENVELHECIMENTO E QUALIDADE DE VIDA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA SCIELO. *Nathaly Wehbe Dawalibi (Universidade São Judas Tadeu – São Paulo –SP), Geovana M. C. Anacleto (Universidade São Judas Tadeu – São Paulo – SP), Carla Witter (Universidade São Judas Tadeu – São Paulo –SP), Rita Maria Monteiro Goulart (Universidade São Judas Tadeu – São Paulo –SP) e Rita de Cássia de Aquino (Universidade São Judas Tadeu – São Paulo –SP)*

O envelhecimento é um fenômeno social multifacetado que demanda enfrentamentos interdisciplinares e é uma realidade presente em todo o mundo, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2003), o Brasil será a sexta população mundial com o maior número de idosos, em 2025, atingindo 32 milhões, em números absolutos. Neste contexto, foi elaborada uma produção científica sobre envelhecimento e qualidade de vida. A produção científica é um processo contínuo, dinâmico, que envolve a descoberta, a alteração e a democratização do conhecimento com a comunidade científica e a sociedade. Foi estabelecido, como objetivo geral, levantar artigos na base de dados *Scielo* sobre envelhecimento e qualidade de vida e, como objetivos específicos: Analisar os artigos quanto à extensão dos títulos (12 vocábulos, menos de 12 ou mais de 12); quanto à autoria (única, co-autoria ou múltipla) e ao gênero (masculino, feminino ou indefinido); quanto às áreas de produção de conhecimento (Educação Física, Nutrição, Psicologia ou Outras) e quanto à área de conhecimento dos periódicos (Ciências Humanas ou Ciências da Saúde). Foram levantados 69 artigos, utilizando os seguintes descritores: *qualidade de vida, terceira idade, velhice, envelhecimento e idosos*. A estatística descritiva e não paramétrica (teste de qui-quadrado) foi aplicada e os resultados encontrados foram discutidos com base na literatura científica da área. O nível de significância considerado foi de 5%. Os resultados mostraram que títulos com menos e com 12 vocábulos somaram, respectivamente, 46,48% e 11,59%, e com mais de 12 vocábulos foram 42,03%, sendo $\chi^2_o = 13,87$ e $\chi^2_c = 5,99$, existindo diferença estatisticamente significativa, já que o valor do qui-quadrado observado foi superior ao crítico. A publicação em autoria múltipla somou 89,79%, sendo $\chi^2_o = 156,44$ e $\chi^2_c = 3,14$, e 62,86% dos autores eram do gênero feminino, sendo $\chi^2_o = 135,20$ e $\chi^2_c = 5,99$, existindo diferença estatisticamente significativa ($\chi^2_o > \chi^2_c$). As áreas que mais produziram sobre o tema foram Psicologia (26,09%) e Medicina (21,74%), sendo $\chi^2_o = 0,14$ e $\chi^2_c = 9,49$, não havendo diferença estatisticamente significativa ($\chi^2_o < \chi^2_c$). O periódico com maior representatividade foi a Revista de Saúde Pública, com 17,39%, da área de Ciências da Saúde, com o total de 85,51%, sendo $\chi^2_o = 33,79$ e $\chi^2_c = 3,14$, existindo diferença estatística significativa com a área de Ciências Humanas ($\chi^2_o > \chi^2_c$). A partir dos resultados encontrados, concluiu-se que houve predomínio de títulos com menos de 12 vocábulos, de autoria múltipla e feminina nos artigos. As áreas que mais produziram sobre o tema foram Psicologia e Medicina, mostrando carência nas demais áreas do conhecimento analisadas, e o periódico com maior representatividade foi a Revista de Saúde Pública, representante da área de Ciências da Saúde.

Palavras chave: WHOQOL. Velhice. Idoso.

Nível do Trabalho: M

Código área de pesquisa: DES

PERCEPÇÕES DA COMUNIDADE RIBEIRINHA ACERCA DE FAMÍLIAS COM CRIANÇAS COM ATRASO NO DESENVOLVIMENTO. *Kátia Carvalho Amaral**, *Simone Souza da Costa Silva* e *Fernando Augusto Ramos Pontes* (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento/Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Pará, Belém PA)

A compreensão do desenvolvimento como um fenômeno que resulta da ação da combinação de elementos individuais e ambientais tem sido amplamente explorada pela psicologia. Nesta perspectiva, o ambiente tem sido definido não apenas em termos físicos, mas também de modo subjetivo e relacional. Neste sentido, as percepções do ambiente social em torno da pessoa em desenvolvimento repercutem em seus relacionamentos e conseqüentemente em seu desenvolvimento. Esta compreensão é fundamental quando se investiga o processo de mudança de crianças com atraso de desenvolvimento, em particular quando estas vivem em contextos peculiares, cujas características pouco têm sido descritas na literatura, como a Amazônia brasileira, que ainda apresenta modos de vida tradicionais, onde o isolamento e os fatores de risco fazem parte de seu cotidiano, que prejudicam o desenvolvimento satisfatório. O objetivo deste estudo foi analisar como uma comunidade ribeirinha amazônica percebe a família de crianças com atraso no desenvolvimento e como isso interfere nas relações familiares imediatas. A pesquisa foi realizada com um observador (morador da comunidade) para cada família investigada, sendo 3 o número de famílias e de observadores. Foi utilizado um Questionário Sócio-demográfico (QSD) e o Teste da Identificação Familiar (FIT) proposta por Teodoro (2000) que tem por objetivo verificar as relações de identificação na família a partir de palavras que descrevem atributos da personalidade entre o seu self real (como se é) e self ideal (como gostaria de ser) e o de outro membro da família. No entanto, ao se adaptar o FIT para os objetivos desta pesquisa coletou-se, a partir da ótica de um observador externo, apenas os dados referentes ao self real. A análise do conjunto dos dados obtidos pelo QSD, DC e FIT revelaram-se contraditórios entre si, já que, se por um lado as informações do QSD e DC indicam uma relação de proximidade e atenção entre a comunidade e a família, o que poderia sugerir a inclusão deste grupo familiar; por outro lado, os dados do FIT revelaram que a percepção dos atributos do observador do seu self real, mostrou-se em grande parte diferente da percepção que este tem dos membros da família, o que sugere que não há uma identificação entre os observadores e alguns membros da família, principalmente a criança com atraso no desenvolvimento. Os escores demonstraram que os observadores vêem as crianças de forma estereotipada, no que diz respeito à dependência dos mesmos para sua sobrevivência. Os resultados da pesquisa reforçaram a hipótese do modo como a criança e seu ambiente imediato são influenciados pelas percepções do contexto no qual ela está inserida.

Agência Financiadora: PIBIC/UFPA

Palavras-chave: Percepção; atraso no desenvolvimento; contexto ribeirinho.

Nível do Trabalho: Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação)

Código da área da Pesquisa: DES

RESIDENCE DE AUTENTICAÇÃO: RELAÇÃO ENTRE CONCEITUAÇÃO E EXERCÍCIO DO AUTOSSUSTENTO EM JOVENS. *Ana Paula Mariano Pregadier** e Josiane Beatriz Piccin Barbieri** (Faculdade Antonio Meneghetti – São João do Polésine – RS)*

Este trabalho é o produto de uma pesquisa realizada com jovens abordando o tema autossustento. Teve como objetivo identificar a relação entre a compreensão dos jovens sobre o autossustento e a suas atitudes práticas entre aqueles que participaram do Residence de Autenticação e aqueles que nunca tiveram essa vivência. O problema de pesquisa centrou-se na investigação do Residence de Autenticação como elemento facilitador e funcional, para o jovem, na conquista do autossustento. O Residence de Autenticação é um instrumento de intervenção da escola ontopsicológica, que consiste em um estágio *full immersion*, dirigido a grupos com diversificados interesses, de duração de três a sete dias, período no qual é realizada uma revisão crítica da consciência dos participantes. É composto por atividades práticas (visam evitar a dissociação entre fazer e pensar), metanoia interior (ação de reconduzir o sujeito a sua intencionalidade de natureza) e formação intelectual (dá uma base concreta e racional à ação do Residence). A pesquisa, de cunho qualitativo e quantitativo, foi realizada nos meses de março e abril do ano de 2009, com 82 jovens. Destes, 41 já haviam participado do Residence de Autenticação (G1) e 41 que nunca participaram e não conheciam tal instrumento de intervenção (G2). A coleta de dados foi realizada em duas etapas: a) questionário constituído por 39 questões objetivas e quatro questões discursivas – aplicado a todos os pesquisados; b) questionário constituído por nove questões objetivas e uma discursiva – aplicado apenas aos jovens que já haviam participado do Residence de Autenticação. Os dados demonstraram que, para ambos os grupos, o conceito de autossustento é o mesmo: “Ter independência, pagar todas as suas contas e ter liberdade”. No G1 observou-se coerência entre o conceito expresso e as atitudes dos jovens, ou seja, os mesmos 68% pesquisados que afirmaram se autossustentar, arcavam com todos os seus custos. Já, no G2, verificou-se incoerência entre o conceito expresso e as atitudes, pois 76% afirmaram se autossustentar, mas apenas 43% arcavam com todos seus custos. Sendo o Residence de Autenticação um instrumento que influencia positivamente na formação de jovens, é pertinente afirmar, com base nos resultados obtidos através desta pesquisa, que o seu uso, aliado à tomada de consciência do jovem sobre sua responsabilidade pessoal e social, favorece a conquista do autossustento.

Palavras-Chave: Residence de Autenticação. Autossustento. Jovens.

Nível do Trabalho: Outro – Trabalho de pesquisa MBA

Área de pesquisa: DES

AVALIAÇÃO DE UM GRUPO DE DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS COM ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA. *Ana Paula Viezzer Salvador, Chanary Procek*, Cristiani Aparecida da Silva*, Eduardo de Almeida Silva*, Aline Lenhart Nesi*, Antoniaela Yara Marques da Silva*, Heloisa Formigão*, Leiliane Silva do Nascimento*, Maria Luíza Melo Machado*, Fernanda Suemi Oda* e Camila de Moura* (Núcleo de Análise do Comportamento do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR).*

As queixas recorrentes em escolas brasileiras se focam em temas relacionados a habilidades sociais e bullying. Muitas pesquisas enfocam o contexto de violência presente no ambiente escolar, tanto na relação aluno-aluno, quanto na relação aluno-professor, o que poderia ser explicado pelo déficit no repertório de habilidades sociais dos alunos e professores. Apesar de tal afirmação, é necessário considerar a existência de outras variáveis importantes, como por exemplo, o ambiente familiar. Diante deste complexo contexto, no qual família e escola exercem forte influência, o presente trabalho teve como objetivo avaliar um programa de intervenção, que foi aplicado em alunos de cinco turmas de 5ª série, com idade entre 11 e 15 anos, de uma escola estadual da cidade de Curitiba. O programa, intitulado “Espaço Interação”, foi realizado ao longo de sete encontros semanais, durante o período de aula, e tinha como propósito o desenvolvimento de habilidades sociais. Após um semestre da realização do programa, com o objetivo de avaliar seu resultado, foi feita a aplicação de um questionário composto por quatro escalas (Escala multidimensional de reatividade interpessoal de Davis – EMRI; Escala de ansiedade para adolescentes; Escala de violência psicológica e Escala de bullying). Os dados foram analisados através do Teste t de Student e Correlação de Pearson. A aplicação foi feita em 121 alunos, entre os quais 41,9% participaram da intervenção e 58,1% não participaram (grupo controle). Verificou-se a partir dos resultados obtidos, que houve uma diferença significativa na média de reatividade interpessoal ($t = 1,929$; $p < 0,05$), sendo que o grupo que participou da intervenção apresentou maior índice. Esse dado demonstra que a intervenção pode ter contribuído para o desenvolvimento de habilidades como “consideração empática”, “tomada de perspectiva do outro” e “personal distress”, que são as três dimensões que compõem a escala de reatividade interpessoal. Pôde-se observar que houve uma correlação significativa entre reatividade interpessoal e bullying ($r = -0,275$; $p < 0,05$), mostrando que quanto maior é o nível de reatividade interpessoal, menor é o nível de comportamentos agressivos em relação aos colegas. Este dado é importante por mostrar que ao se trabalhar o desenvolvimento da reatividade interpessoal, pode-se obter um efeito indireto para minimizar a incidência do bullying. Além disso, analisando todos os participantes, verificou-se uma correlação significativa entre ansiedade e violência psicológica ($r = 0,596$; $p < 0,05$). Ao se comparar os resultados de reatividade interpessoal ($t = -2,526$; $p < 0,05$) e de ansiedade ($t = -2,345$; $p < 0,05$) entre meninos e meninas, verificou-se que as meninas apresentaram médias significativamente maiores nas duas variáveis. Pôde-se concluir que a intervenção realizada apresentou efeitos positivos no que se refere ao desenvolvimento de reatividade interpessoal. Os dados encontrados também mostram a necessidade de outros tipos de intervenção (com professores e famílias), pois se verificou que estes alunos vivem numa contingência fortemente coercitiva, apresentando alto nível de ansiedade e de exposição à violência psicológica.

Palavras-chave: habilidades sociais; empatia; bullying; ansiedade.

Outro (graduação)

DES

AVALIAÇÃO DA EMPATIA EM CRIANÇAS PARTICIPANTES E NÃO-PARTICIPANTES DE UM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOCOGNITIVO. *Marisa Cosenza Rodrigues e Nathalie Nehmy Ribeiro**
(Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG).

A empatia, inserida como um dos componentes das habilidades sociais, é considerada um elemento fundamental para o desempenho socialmente competente da criança em diferentes contextos sociais. Habilidades empáticas parecem ser aprimoradas com o desenvolvimento de fatores sociocognitivos, tal como o desenvolvimento da teoria da mente, que constitui o entendimento que as crianças vão construindo acerca das emoções, intenções, pensamentos e crenças próprias e alheias. Essa capacidade permite que os seres humanos se relacionem socialmente e possam inserir-se de modo mais adaptativo ao seu meio sociocultural. É fundamental focalizar o modo como o ambiente vem contribuindo para o desenvolvimento das habilidades sociocognitivas, destacando a importância da escola como um ambiente facilitador e estimulador nesse processo. **Objetivo:** Investigar diferenças no grau de habilidades empáticas de um grupo de crianças participantes de um programa de desenvolvimento sociocognitivo e de um grupo de crianças não-participantes deste programa, bem como analisar diferenças entre gênero. **Método:** Participaram 40 crianças, com média de idade de 6 anos e 11 meses (21 meninos e 19 meninas). O Gr 1 (20 crianças) foi composto por crianças que participaram e o GR2 (20 crianças) por crianças que não participaram do programa de intervenção. Após procedimentos éticos e estabelecimento de um bom “rapport”, foi aplicada, de forma individual, a Escala de Empatia para Crianças e Adolescentes (EECA), composta por 22 itens, adaptada e traduzida para utilização no contexto nacional. Ao término, os instrumentos da pesquisa foram tabulados, analisados e armazenados. **Resultados:** Constatou-se, um total de 284 respostas (65%) consideradas empáticas no grupo 1 (participantes do programa) e 244 respostas (55%) empáticas no grupo 2 (não-participantes). Tal diferença mostrou-se estatisticamente significativa, mediante a utilização do Teste Mann-Whitney, ou seja, o grupo participante do programa respondeu de forma mais empática aos itens da escala que o grupo não-participante. Quanto ao gênero, não foram encontradas diferenças significativas na comparação dos grupos de pré-escolares. **Conclusão:** Os resultados permitem considerar que o programa de desenvolvimento sociocognitivo realizado em sala de aula que focalizou, numa ótica sociocognitiva, a compreensão dos estados mentais por meio dos livros infantis (crenças, emoções, desejos/intenções dos personagens), contribuiu, positivamente, para a promoção das capacidades empáticas infantis. Conclui-se pela viabilidade de se implementar esse tipo de programa no contexto escolar, inserindo-se a empatia como um dos componentes no contexto da educação infantil. O estudo reforça a hipótese de uma relação positiva entre linguagem, teoria da mente e desenvolvimento social e sugere a necessidade de que o psicólogo escolar desenvolva intervenções de cunho preventivo e promotor de habilidades infantis e que envolvam, nessa ótica proativa, os professores como agentes mediadores. PROPESQ/UFJF.

Palavras chaves: empatia; desenvolvimento sociocognitivo; pré-escolares.

IC – Iniciação Científica

DES - Psicologia do Desenvolvimento

LEITURA MEDIADA E LITERATURA INFANTIL: UM ENFOQUE SOCIOCOGNITIVO NA PRÁTICA DOCENTE. *Marisa Cosenza Rodrigues (Orientadora), Nathalie Nehmy Ribeiro* e Priscila Campos Cunha* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais)*

A literatura nacional e internacional vem indicando o livro de história infantil como recurso para promover o desenvolvimento sociocognitivo de crianças pré-escolares, na medida em que favorece o conhecimento e a compreensão infantil do mundo social, estimulando a ampliação da linguagem referente aos estados mentais. Nessa perspectiva, torna-se relevante qualificar os educadores no sentido de redimensionar a prática tradicional com a literatura infantil. **Objetivo:** Realizar uma análise qualitativa de uma pesquisa intervenção com foco na mediação sociocognitiva de livros infantis, realizada com cinco professoras da educação infantil de uma escola pública federal mineira. A pesquisa visou o acompanhamento e a avaliação do trabalho docente, envolvendo observações em sala de aula que focalizaram três eixos: a mediação docente da leitura dos livros na sala de aula, a interatividade professor-aluno, e o envolvimento/participação das crianças no decorrer do trabalho. A implementação e o aperfeiçoamento da proposta de leitura mediada foi realizada, durante um ano letivo por meio de discussões semanais subsidiadas pelas observações das pesquisadoras em sala de aula como também pela troca de experiências do grupo docente. **Avaliação do trabalho realizado:** A análise qualitativa oriunda das observações e do acompanhamento semanal aponta indicadores positivos em quatro direções: 1) aprimoramento quanto à seleção e critérios sociocognitivos na escolha dos livros infantis, 2) aprendizagem quanto à etapa preliminar envolvendo o mapeamento sociocognitivo e adequação das narrativas (identificação de termos mentais), 3) aperfeiçoamento crescente da exploração mediada da leitura no contexto de sala de aula, contemplando de forma híbrida, a autodescoberta das crianças e a instrução tutorada e 4) aperfeiçoamento do manejo relativo à interatividade e conflitos sociocognitivos que emergiram no desenvolvimento da atividade de leitura mediada no contexto de sala de aula. Na finalização do trabalho foi realizada uma sondagem através de um questionário contendo cinco perguntas para avaliar a opinião das professoras referente ao programa implementado e suas implicações práticas. Todas as docentes relataram que obtiveram êxito ao aplicar o conhecimento adquirido na prática cotidiana em sala de aula, considerando importante e necessário que este trabalho seja realizado pelo professor. O consenso docente em relação aos itens avaliativos indicaram, de forma clara, que o acompanhamento semanal, realizado ao longo do ano letivo, contribuiu para uma prática reflexiva e diferenciada por parte das professoras com os livros infantis. **Conclusão:** O acompanhamento e a avaliação do trabalho permitem considerar a viabilidade concreta de se implementar a proposta de leitura mediada com enfoque sociocognitivo no contexto escolar, pois foram verificados benefícios tanto para os alunos (ampliação da linguagem, conhecimento e compreensão referente aos estados mentais bem como, de forma, mas ampla, para a compreensão infantil do mundo social), quanto para o redimensionamento da prática docente com a literatura infantil. Conclui-se que o trabalho docente com os livros de histórias infantis, nessa perspectiva ampliada, constitui uma estratégia psicoeducativa valiosa e potencialmente útil para o desenvolvimento e aprendizagem infantis.

PROPESQ/UFJF.

Palavra-chave: leitura mediada, pré-escolares, desenvolvimento sociocognitivo.

IC - Iniciação Científica

DES - Psicologia do Desenvolvimento

AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA PROMOTOR DE COMPETÊNCIAS SOCIOCÓGNITIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL. *Marisa Cosenza Rodrigues (Orientadora), Nathalie Nehmy Ribeiro* e Priscila Campos Cunha* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais)*

Explicar e prever as ações humanas nas situações cotidianas exige uma compreensão acerca dos estados mentais. Estimular a capacidade infantil que envolve essa compreensão do mundo social torna-se relevante. Perspectivas possíveis nessa direção sociocognitiva vêm sendo oferecidas pela interface entre linguagem e teoria da mente bem como de modelos voltados para o processamento de informação social. No contexto aplicado, destaca-se a utilização da literatura infantil como recurso viável para professores, que atuando como agentes mediadores podem favorecer a promoção das habilidades sociocognitivas em pré-escolares. **Objetivo:** Avaliar o impacto de um programa que utilizou livros de histórias para ampliar a compreensão dos estados mentais e aprimorar o processamento de informação social infantil. **Metodologia:** Participaram 57 crianças com média de idade de 6 anos e 1 mês (30 meninos e 27 meninas) de uma escola pública federal mineira. Cinco docentes, após serem capacitadas, implementaram o programa em suas respectivas salas de aula com a orientação das pesquisadoras, durante 6 meses utilizando durante o ano letivo 38 livros de histórias. Nas etapas pré e pós-intervenção foram avaliadas a linguagem infantil referente aos estados mentais por meio da leitura individual de uma narrativa por imagem (“A bruxinha e o Godofredo - Eva Furnari”). Os relatos infantis foram gravados, transcritos e codificados utilizando-se a seguinte taxonomia: termos cognitivos, emocionais, desejo/intenção e perceptivos. Na pré e pós-avaliação, investigou-se o processamento de informação social através da leitura individual do livro (“Lúcia já vou indo – Maria Heloísa Penteado”) e mediante a utilização de instrumento específico dirigido a “Avaliação sociocognitiva de respostas infantis pós-exploração dialogada de narrativa textual”. **Resultados:** Os resultados obtidos por meio da utilização do teste Mann-Whitney evidenciaram uma diferença significativa entre o total de termos mentais (2625 na pré e 3141 na pós-avaliação), como também entre todas as categorias de termos, comparando-se as duas etapas de avaliação. A categoria de termos mais evocada foi a de desejo/intenção (942 ocorrências - 35,9% na pré e 1126 na pós-avaliação - 35,8%), seguida pela categoria de termos cognitivos (830 ocorrências - 31,6% na pré e 1051 na fase pós-avaliação - 33,5%), de termos emocionais (612 termos - 23,3% na pré e na segunda, 733 termos - 23,4%), e de termos perceptivos (241 ocorrências - 9,2% na pré e na etapa pós-avaliação 231 ocorrências - 7,3%). O teste Wilcoxon evidenciou diferença significativa com relação aos nove itens do instrumento de avaliação sociocognitiva, indicando um aperfeiçoamento expressivo referente ao processamento de informação social das crianças após a intervenção. **Conclusão:** Os resultados sugerem que o programa implementado teve um impacto positivo no sentido de promover habilidades sociocognitivas dos pré-escolares. Destaca-se a viabilidade dos professores promoverem o desenvolvimento sociocognitivo no contexto escolar, utilizando como ferramenta os livros de histórias. Esse recurso mostrou-se rico em pistas sociais e em linguagem referente a estados mentais. Sugere-se a relevância de que sejam empreendidos outros estudos incluindo um grupo comparativo, bem como programas de intervenção nessa direção em outros contextos educativos.

PROPESQ/UFJF.

Palavra-chave: Desenvolvimento sociocognitivo, literatura infantil, pré-escolares.

IC - Iniciação Científica.

DES - Psicologia do Desenvolvimento

AVALIANDO A METAPARENTAGEM DE MÃES BRASILEIRAS: DADOS PRELIMINARES. *Sabrina Mazo D’Affonseca**; Nahara Rodrigues Laterza Lopes* e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams*** (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP).*

A metaparentagem consiste em um conjunto de pensamentos de avaliação dos pais a respeito da educação dos filhos que tipicamente ocorre antes ou depois das interações pais-filhos. Tal constructo tem três funções centrais para os pais: (1) promover uma parentagem efetiva; (2) promover relações sociais e suportes sociais ao levar os pais a procurar ajuda em relação a questões cognitivas (informações adicionais, conselhos, assistência etc.) ou afetivas (reasseguramento, conforto, encorajamento etc.), de tal modo, que pode ocorrer uma redução no stress relacionado aos cuidados com as crianças; (3) levar a mudanças parentais. Em relação às crianças, uma das funções mais importantes seria ajudá-la a proteger a mesma criança de lesões, resguardá-la de situações que seriam difíceis e a modelação de comportamentos adequados. Espera-se que os pais que praticam a *metaparentagem* com frequência terão menor probabilidade de se engajar em práticas parentais mal-adaptativas ou extremas, tornando esse constructo um fator importante de se avaliar quando se pensa na prevenção de maus-tratos. Assim, o presente trabalho é um recorte da pesquisa de doutorado da primeira autora e objetivou avaliar a metaparentagem de mães brasileiras, uma vez que no Brasil, tal constructo ainda é pouco conhecido. Participaram do estudo 14 mulheres (26-53 anos, $M=36,6$; $dp=7,6$) com pelo menos um filho de 3 a 12 anos ($M=7,7$, $dp=2,8$). A maioria das participantes (50%) tinha o ensino médio completo. Metade das participantes tinham renda familiar superior a 5 salários mínimos (SM), 35,7% tinham renda mensal de 2 a 3 SM e 14,5% de 4 a 5 SM. Todas as mães responderam à versão traduzida e adaptada do Questionário de Metaparentagem, composto por 24 questões relativas aos quatro componentes do constructo: antecipação (5 itens), avaliação (6 itens), reflexão (6 itens) e resolução de problemas (7 itens). Os dados obtidos demonstraram que todas as mães praticavam a metaparentagem sendo que, em média, as mães praticavam mais a resolução de problemas ($M=39,5$, $dp=23,8$), seguido por avaliação ($M=34,1$, $dp=19$), reflexão ($M=31,9$, $dp=22,5$), e antecipação ($M=25,1$, $dp=14,2$). Tais dados se assemelham aos obtidos por pesquisas realizadas em outros países. Pesquisas futuras poderão investigar a influência de algumas variáveis presentes na educação dos filhos (problemas de disciplina, características da criança) ou variáveis da mãe (problemas no relacionamento conjugal, problemas de saúde mental, stress parental) influenciam na metaparentagem com amostras maiores.

* Bolsista IC, CNPq

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFSCar

*** Bolsista Produtividade CNPq

Palavras-chave: mães, metaparentagem, habilidades maternas

Nível D - Doutorado

DES – Psicologia do Desenvolvimento

A EXPERIÊNCIA E A PRÁTICA DA MATERNIDADE DE MÃES ADOLESCENTES E ADULTAS NO TERCEIRO MÊS DE VIDA DO BEBÊ.

*Daniela Levandowski (Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre), Cesar Augusto Piccinini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Ana Cristina Garcia Dias (Universidade Federal de Santa Maria), Adriana Fleck** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Rita Sobreira Lopes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).*

A experiência e a prática da maternidade têm sido mais investigadas entre adultas do que entre adolescentes. Estudos relativos às adolescentes são mais recentes e menos numerosos, e visam identificar, principalmente, motivações e experiências frente ao evento. Seus achados destacam fatores facilitadores e não-facilitadores da maternidade adolescente, o que demonstra a complexidade do fenômeno. Dentre os primeiros encontram-se: aumento da responsabilidade, amadurecimento emocional, afastamento de grupos de risco, realização pessoal, orgulho pelo bebê e estabelecimento de um relacionamento afetivo com ele. Já entre os fatores não facilitadores, são mencionadas: discriminação social, restrição do tempo para as atividades adolescentes, preocupações financeiras, dificuldades na amamentação, isolamento social, impaciência e insegurança frente aos cuidados com o bebê. Estudos com mães adultas têm indicado sensibilidade às necessidades do bebê e responsabilização pelos seus cuidados, embora também apareçam dificuldades, como ansiedade, estresse e sintomas depressivos. Contudo, poucas pesquisas compararam mães adolescentes e adultas em relação à experiência e à prática da maternidade. Dentre essas, verifica-se, por exemplo, poucas diferenças na responsividade ao bebê. Assim, o presente estudo buscou identificar eventuais semelhanças e diferenças entre mães adolescentes e adultas. Para tanto, utilizou-se um delineamento de estudos de casos coletivos, representando dois grupos contrastantes. Participaram 21 mães primíparas, sendo 12 adolescentes (14 a 18 anos) e 09 adultas (24 a 26 anos), cujos bebês eram saudáveis e tinham três meses de vida. O nível socioeconômico variou entre baixo e médio e a escolaridade foi emparelhada entre os grupos. Todas foram entrevistadas sobre a experiência e a prática da maternidade. A entrevista foi gravada e, posteriormente, transcrita. Análise de conteúdo qualitativa, baseada nas duas categorias principais (experiência e prática da maternidade), revelou diversas semelhanças e particularidades entre os grupos. Quanto à experiência da maternidade, em ambos os grupos observou-se satisfação e felicidade. As adolescentes revelaram sentimentos de insegurança, medo e estranheza frente à maternidade, assim como aumento da responsabilidade e amadurecimento. Já as adultas relataram maior segurança, apesar de cansaço e preocupações com a qualidade da maternidade. Quanto às dificuldades, foram citadas a impossibilidade de retorno à rotina anterior (mais freqüentemente entre as adolescentes), problemas no relacionamento conjugal e nos cuidados com o bebê. Além disso, entre as adolescentes foram mais comuns considerações negativas a respeito do desempenho do papel materno. Em relação à prática da maternidade, nos dois grupos ressaltou-se a responsabilização das participantes frente aos cuidados do bebê e a satisfação com a sua realização. Entretanto, as adultas relataram mais preocupações e cuidados com a saúde e o desenvolvimento emocional do bebê, maior segurança frente ao afastamento do bebê e o auxílio de outros cuidadores. As adolescentes, por sua vez, apresentaram mais sentimento de obrigação frente aos cuidados. Juntos, os resultados mostraram a satisfação dessas mães com a maternidade, embora a experiência pareça mais difícil

para as adolescentes. Quanto à prática, em ambos os grupos evidenciou-se iniciativa e disposição para assumir os cuidados do bebê.

Apoio financeiro: CNPq

Palavras-chave: adolescência, maternidade, experiência

Nível do trabalho: Outro

Código da área: DES

O BEBÊ IMAGINÁRIO E O BEBÊ REAL NO CONTEXTO DA PREMATURIDADE. *Adriana Fleck** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre- RS) e Cesar Augusto Piccinini (Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS)*

O nascimento pré-termo é caracterizado pelo parto ocorrido até 37 semanas de gestação, sendo os bebês de baixo a extremo baixo peso. A prevalência desses nascimentos mostra-se em tendência crescente no Brasil, podendo estar relacionado com o avanço tecnológico da medicina. Afora os eventuais problemas físicos, em termos de saúde mental, o nascimento pré-termo é um evento potencialmente traumático na vida do bebê e da mãe, podendo acarretar em diversos prejuízos para a maternidade, para a relação mãe-filho e para o desenvolvimento do bebê. Devido à separação abrupta após o nascimento, a possibilidade de perda, as características do prematuro e o distanciamento físico frente aos cuidados, a mãe pode apresentar conflitos e dificuldades frente ao *bebê real* por este ser bastante diferente do *bebê imaginário* da gestação. O bebê imaginário é caracterizado por fantasias conscientes da mãe sobre o bebê e sobre a maternidade durante a gestação, enquanto o bebê real é o recém-nascido. Conforme a literatura, após o nascimento e contato com o bebê, é importante que a mãe consiga elaborar a perda do bebê imaginário e investir emocionalmente em seu recém-nascido. Porém, no contexto da prematuridade, a mãe pode ter dificuldade nesse processo. Dessa forma, o presente estudo teve por objetivo investigar as representações maternas sobre o bebê imaginário e o bebê real prematuro. As participantes foram cinco mães primíparas, com idades entre 19 e 31 anos, cujos bebês eram pré-termo. Todas eram casadas ou coabitavam com seus companheiros e eram de nível socioeconômico médio e baixo e foram selecionadas em hospitais públicos de Porto Alegre. Foi utilizado um delineamento de estudo de caso coletivo utilizando-se de entrevistas. Uma delas investigou retrospectivamente, diversos aspectos da gestação, em particular o bebê imaginário. Outra entrevista investigou a maternidade no contexto da prematuridade, em particular o bebê real. Análise de conteúdo qualitativa das respostas das mães revelou que o bebê imaginário era idealizado e envolto em expectativas positivas, apesar dos problemas de saúde da mãe e das preocupações acerca do parto. Já o bebê real prematuro gerou um grande impacto emocional nas mães e na maternidade devido a suas características e contexto de tristeza, preocupações, frustrações e culpa. No entanto, apesar das dificuldades com o bebê real prematuro as mães buscaram interagir, cuidar e se vincular ao filho, sentindo-se satisfeitas e felizes. Assim, é possível concluir que, apesar do impacto emocional frente ao confronto entre o bebê imaginário e o bebê real, as mães buscam adaptarem-se às novas características e necessidades do bebê já nas primeiras semanas após o parto.

Apoio financeiro e bolsas do CNPQ

Palavras chave: representações maternas, prematuridade, maternidade

Nível do trabalho: M-Mestrado

Código da área: DES

O QUE É A PRODUÇÃO DE SENTIDOS? UMA REFLEXÃO A PARTIR DA NARRATIVA DE CRIANÇAS SOBRE A ÁGUA. *Carine de Almeida Arruda Rhodes** e *Nadja Maria Vieira da Silva (Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte – Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL).*

A produção de sentidos, embora bastante focalizada na Psicologia Cultural e na Lingüística, não se configura como um consenso para os pesquisadores. O interesse desse estudo foi destacar aspectos na elaboração de procedimentos metodológicos adequados para a análise da natureza dinâmica, situada e intersubjetiva dos contextos da produção de sentidos. O principal fundamento para essa investigação foi a observação de que a produção de sentidos emerge em contextos de uso da linguagem. Dentro da literatura da Psicologia Cultural buscou-se apoio conceptual nos conceitos revelados por Bakhtin e reflexões de pesquisadores que nele se baseiam. Dos conceitos revelados por Bakhtin, focalizou-se neste estudo, a função do contexto, da alteridade e a ação axiológica, todos aspectos relacionados com o uso da linguagem, e, por conseguinte, implicados na produção de sentidos. Trata-se de uma análise de seis casos, com o objetivo de analisar a produção de sentidos de crianças na educação infantil e no ensino fundamental. Para promover um contexto que incentive os participantes ao uso da linguagem e produção de sentidos, trabalhou-se com o tema o “uso da água”, que também oportunizou, em segundo plano, uma reflexão acerca da urgência ecológica relacionada com o uso da água. Participaram desse estudo três crianças entre quatro e cinco anos matriculadas na educação infantil e três crianças entre nove e dez anos matriculadas no ensino fundamental. A metodologia consistiu das seguintes etapas: Inicialmente, sessões onde as crianças assistiam a um vídeo com o tema sobre a água. Posteriormente, para as crianças entre quatro e cinco anos, foi solicitado que produzissem um desenho sobre o filme e, em seguida, falassem sobre o desenho. Para as crianças entre nove e dez anos, solicitou-se que escrevessem um texto e produzissem desenho sobre o filme e, em seguida, também falassem sobre o desenho. Essas sessões foram filmadas e transcritas. Os resultados revelaram diferentes configurações da inter-relação entre os diferentes fatores envolvidos no contexto de investigação. Todas as crianças refletiram o conteúdo do filme no desenho, no texto escrito e nas narrativas orais. Além disso, observou-se que os desenhos das crianças com menos idade tenderam a se constituir por elementos isolados. Muitas vezes esses elementos, que pareciam rabiscos sem formas pré-definidas, passaram a ter um sentido, apenas a partir do momento em que fora apresentado para o pesquisador. Os desenhos das crianças com mais idades, tenderam a complementar ou continuar as narrativas escritas. Isto é, eles se constituíram como uma composição; figuras que se inter-relacionavam, como as palavras no texto escrito. Foi concluído que, para a análise da produção de sentidos faz-se necessário métodos que capturem a multidimensionalidade do fenômeno.

Palavras – Chave: Produção de Sentidos, Desenvolvimento Infantil, Cognição.

Trabalho de Conclusão de Curso

Código da Área: DES

PERFIL COGNITIVO DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR COM HISTÓRICO DE NASCIMENTO PRÉ-TERMO. *Giulianna Victória Yoshie Kume**, *Carina Mitie Ono***, *Isac Bruck e Tatiana Izabele Jaworski de Sá Riechi (Universidade Federal do Paraná, Curitiba –PR)*

O nascimento pré-termo é o maior determinante da mortalidade e morbidade neonatal e possui conseqüências adversas para o neurodesenvolvimento. As injúrias cerebrais podem não só resultar em lesões estruturais do sistema, como também geram mudanças processuais neurofuncionais. Estas alterações funcionais compensatórias ou não, determinam formas diferenciadas de cognição, conduta e conseqüentemente, da aprendizagem. A avaliação das funções neuropsicológicas constitui-se em um novo indicador, sutilmente refinado, capaz de gerar um complexo sistema de informações a respeito do neurodesenvolvimento das crianças, ao longo de toda sua vida. O objetivo deste trabalho é traçar o perfil cognitivo de crianças nascidas pré-termo atendidas no Ambulatório de Neuropuericultura do Centro de Neuropediatria do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná. O instrumento utilizado para investigar as funções cognitivas foi a Escala de Inteligência Wechsler para Crianças – 3ª Edição, com a realização de 4 subtestes verbais: Informação, Semelhanças, Aritmética e Dígitos e 4 subtestes de execução: Completar Figuras, Código, Cubos e Procurar Símbolos. Foram avaliadas 8 crianças, de ambos os sexos, com idades de 6 e 7 anos. A amostra foi composta por 5 meninos e 3 meninas, com idade gestacional média de 32,07 semanas (DP=3,48). Dos participantes, 75% freqüentavam o 2º ano e 25% o 1º, com média de idade de 6,56 (DP=0,55). O QIT médio foi 101,25 (DP=16,5), o QIV médio foi 100,88 (DP=17,41) e o QIE médio foi 97 (DP=18,92). Os escores médios nos subteste foram: Informação 10,25 (DP=2,96); Semelhanças 9,38 (DP=4,59); Aritmética 11,25 (DP=2,66); Dígitos 9,63 (DP=2,67); Completar Figuras 12,38 (DP=3,85); Código 10 (DP=4,07); Cubos 9,38 (DP=2,39) e Procurar Símbolos 9,63 (DP=3,42). A amostra estudada, segundo classificação sugerida pelo manual, encontra-se dentro da média da população geral tanto nos escores de QI quanto nos escores ponderados dos subtestes aplicados. Sugere-se que as intercorrências pré, peri e pós natais, e o nascimento pré-termo das crianças estudadas não resultaram em comprometimento da capacidade intelectual e das funções cognitivas por este estudo avaliada, como: habilidades visuais, raciocínio abstrato, memória, atenção e funções executivas. Entretanto, devido à limitação do estudo com relação ao tamanho da amostra, ressalta-se a necessidade de mais pesquisas na área, com caráter longitudinal, para que se obtenham dados consistentes a respeito de toda vida escolar das crianças nascidas pré-termo. Desta forma, se torna possível o desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção precoces mais adequadas para esta população. A presença de profissionais da Neuropsicologia em ambulatórios de seguimento de crianças com risco de alterações no neurodesenvolvimento se faz então imprescindível, pois contribui para a otimização do trabalho interdisciplinar, resultando na melhora da qualidade de vida das crianças atendidas.

Palavras-Chave: Prematuridade, Cognição, Neuropsicologia.

P

DES

CRENÇAS DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS A RESPEITO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL. *Kelly Cristina Alvaredo Matubaro** (Universidade Estadual Paulista /Unesp - campus de Bauru – SP) e *Lígia Ebner Melchiori***(Universidade Estadual Paulista /Unesp - campus de Bauru – SP)

As crenças têm sido estudadas porque podem representar uma interessante forma de cognição e desenvolvimento do adulto, ajudando também a compreender as ações dos pais e dos educadores de modo geral, apontando aspectos do contexto no qual a criança está inserida. Crença relaciona-se ao processo de acreditar, como uma forma de expressar algo que se encontra no pensamento, sendo que tal conceito é formado a partir do que o indivíduo apreende da cultura. Alguns autores têm apontado uma correlação direta entre o sistema de crenças dos genitores com o nível de escolaridade e status socioeconômico dos mesmos. Profissionais ou estudantes de diversas áreas também podem ter crenças diferentes em relação ao desenvolvimento infantil, que de um lado refletem suas tradições culturais e sociais e, de outro, os conhecimentos acadêmicos adquiridos. A partir destas considerações, o presente estudo teve o objetivo de investigar qual o sistema de crenças, se Inatista, Ambientalista ou Interacionista, que estudantes universitários da área de Exatas, Humanas e Biológicas possuem a respeito do desenvolvimento infantil. O interesse em estudar estudantes universitários se dá porque, a maioria deles, provavelmente será futuros pais e, alguns deles, já o são. Além disso, muitos deles, quando se tornarem profissionais, também poderão atuar com crianças. Participaram do estudo 90 universitários, sendo 30 estudantes do primeiro semestre do primeiro ano de cada curso: **Psicologia, Engenharia e Biologia.** Para a coleta de dados foi utilizada uma Ficha de Dados Sóciodemográficos e uma Escala de Desenvolvimento sobre Crianças. Na análise inicial dos dados utilizou-se técnicas da estatística descritiva, a fim de determinar algumas medidas usuais para a sumarização dos dados sociodemográficos, tais como porcentagem, média e desvio padrão. O tipo de crença que mais se destacou nos estudantes dos três cursos foi a Ambientalista (39%), seguida da Interacionista. Quando analisados os dados dos estudantes de cada curso, os de Engenharia Civil e Biologia mantêm a crença Ambientalista em primeiro lugar, seguida da Interacionista, e os alunos do curso de Psicologia invertem, destacando em primeiro lugar a crença Interacionista, seguida da Ambientalista. A explicação desses resultados pode se dar em função do maior interesse a respeito do desenvolvimento infantil em alunos da área de Humanas, ou pode haver diferenças em função de fatores sociodemográficos importantes a serem considerados, na medida em que estes podem interferir no tipo de crença predominante. Pode-se sugerir que o estudo de crenças provavelmente vem indicar aspectos culturais e sociais envolvidos, bem como a influência destes na escolha dos cursos. Em geral, a crença predominante em todos os cursos pesquisados confirma os dados encontrados na literatura. Apesar do enfoque Interacionista estar sendo divulgado desde a década de 70, em nosso país, ele ainda não faz parte da maioria dos sistemas de crenças das pessoas.

Apoio Fapesp

Palavras-chave: Crenças. Desenvolvimento infantil. Universitários.

Iniciação Científica – IC

Pesquisador – P

DES – Psicologia do Desenvolvimento

RELAÇÃO ENTRE INDICADORES DE TEMPERAMENTO EM CRIANÇAS E RISCO PSICOSSOCIAL. *Luciana Cosentino Rocha***, Vivian Caroline Klein, Rafaela Guilherme Monte Cassiano e Maria Beatriz Martins Linhares (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento; Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)

O temperamento pode ser definido como diferenças individuais na reatividade e auto-regulação do indivíduo. Apesar da forte composição biológica, o temperamento sofre influência ambiental, o que possibilita que seja modificado pelas experiências do indivíduo ao longo do ciclo vital. Ambientes que apresentam risco psicossocial, incluindo baixa escolaridade dos pais e baixa renda familiar, podem ter influência sobre características do temperamento e comportamento de crianças. O objetivo do estudo foi identificar as associações entre fatores e dimensões do temperamento e variáveis da criança (sexo e idade) e os indicadores sócio-econômicos do ambiente de desenvolvimento de crianças na fase pré-escolar. A amostra foi recrutada em duas creches da periferia da cidade de Ribeirão Preto (n=59; sendo 27 meninas) de 18 a 58 meses, nascidas a termo em boas condições de saúde. O temperamento das crianças foi avaliado pelo *Early Childhood Behavior Questionnaire* (ECBQ) (18 a 36 meses) e *Child Behavior Questionnaire* (CBQ) (37 a 58 meses). Ambos os questionários avaliam o temperamento na abordagem de Rothbart, incluindo três fatores: Afeto Negativo-AN, Extroversão-E e Controle com Esforço-CE e as suas respectivas dimensões. Os questionários de temperamento foram aplicados em uma entrevista com as mães. Além disso, foram obtidos os dados sócio-demográficos e aplicado o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa (ABEP) para classificação sócio-econômica da família. Foi processada a análise de correlação de Spearman entre escores nas escalas de temperamento e classificação sócio-econômica. Os resultados mostraram que, no grupo de crianças de 18 a 36 meses, quanto menor a classificação econômica maiores eram os escores do fator Afeto Negativo e suas dimensões Tristeza, Medo e Ativação Motora. Por outro lado, quanto menor a classificação econômica, menores eram os escores do fator Controle com Esforço e sua dimensão Controle Inibitório. Quanto ao sexo das crianças, verificou-se que a condição de ser menina associava-se a maior escore na dimensão de Medo-NA. Encontrou-se também que quanto mais velha a criança, maior era o escore de Nível de Atividade-E. Por fim, maior escore na dimensão de Aconchego-CE esteve associado com a mãe ser empregada ou estudante, e maior escore em Prazer de Alta Intensidade-E esteve associado com a mãe que permanecia em casa. Nas crianças entre 37 e 58 meses, ocorreram poucas correlações significativas, sendo que quanto menor a classificação econômica das famílias, maiores escores da dimensão de Desconforto-AN. Verificou-se também que maiores escores no fator Controle com Esforço e na dimensão de Prazer de Baixa Intensidade-CE estiveram associados com a mãe que permanecia em casa. Assim percebe-se que os fatores e dimensões relacionados à composição de afetividade negativa e autocontrole da criança, são mais relacionados com riscos psicossociais. Nas crianças mais novas, houve maior associação das características sócio-demográficas com dimensões referentes ao Controle com Esforço e Afeto Negativo, indicando que o amadurecimento da criança poderia amenizar os riscos advindos de condições sócio-demográficas precárias. Os achados mostram que preventivas com crianças de baixo nível sócio-econômico, devem levar em conta traços do temperamento que podem ter relação com psicopatologias futuras.

Apoio: CAPES; FAPESP; CNPq

Palavras-chave: temperamento; crianças; risco psicossocial

M

Código: DES

ORIENTAÇÃO AFETIVO-SEXUAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO: RELATO DE PESSOAS SOBRE A INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E RELAÇÕES FAMILIARES. *Felipe Ganzert Oliveira** (UNESP-Bauru/SP) e Ana Cláudia Bortolozzi Maia (UNESP-Bauru/SP)*

A sexualidade é um tema complexo e muitas vezes confuso para grande parte das pessoas, especialmente no que diz respeito ao seu desenvolvimento, pois cada idade traz as suas próprias características e desafios. A construção da sexualidade implica também na expressão da orientação afetivo-sexual, que se refere à atração tanto afetiva quanto sexual de uma pessoa em relação à outra. A heterossexualidade é considerada a expressão de desejo “normal” e “natural”, reforçando a idéia de que a homossexualidade seria um desvio. Assim, é comum que muitas famílias, diante de um(a) filho(a) que se assume homossexual vivencie um processo de luto, ansiedade e culpa. Partindo da perspectiva da análise do comportamento a orientação afetivo-sexual, assim como qualquer outro comportamento, é determinada pelos três níveis de seleção, ou seja, é resultante de uma carga genética (filogênese), somado a um histórico de aprendizagem (ontogênese) e ao contexto onde o indivíduo está inserido (cultura). Todavia, até o momento, não existe uma teoria que explique, por si só, como ocorre o desenvolvimento da orientação afetivo-sexual, uma vez que o estudo da sexualidade, em geral, pauta-se numa visão multidisciplinar, envolvendo aspectos biológicos, sociais e psicológicos do desenvolvimento. Diante da revisão da literatura e da escassez de pesquisas sobre o tema durante o período do desenvolvimento infantil e adolescente, seria importante estudar o modo como as pessoas compreendem o desenvolvimento da sexualidade na infância e adolescência relacionando à influência de vínculos familiares e sociais. Partindo desses pressupostos, esta pesquisa qualitativa teve por objetivo investigar, por meio de relatos de jovens homossexuais e heterossexuais, a percepção sobre o desenvolvimento da sexualidade e da orientação afetivo-sexual na infância e na adolescência. Foi elaborado pelos autores um roteiro de entrevista que objetivou, além do levantamento das informações sobre os dados dos participantes e seus familiares, a descrição da infância e adolescência, incluindo suas relações com pares e familiares, assim como a descrição da sexualidade em questão, ou seja, como esse processo se iniciou, desenvolveu-se e se apresenta atualmente, abordando as expectativas dos participantes com relação à própria sexualidade. Participaram do estudo oito jovens adultos, com idade entre 20 e 30 anos, sendo 4 homens e 4 mulheres, respondendo a entrevistas semi-estruturadas individualmente. Após a transcrição e análise dos dados obtidos, buscou-se verificar as similaridades do desenvolvimento, assim como as diferenças no processo de aquisição de um repertório comportamental heterossexual ou homossexual, evidenciando a influência de padrões sociais na construção da sexualidade e no modo como as pessoas são expostas a certas regras sobre como poderão – ou não – exteriorizar seus desejos eróticos na vida adulta.

Palavras-chave: desenvolvimento humano; sexualidade; orientação afetivo-sexual

M – Mestrado

DES – Psicologia do Desenvolvimento

DEFINIÇÕES OPERACIONAIS DE COMPORTAMENTOS VERBAIS DE CEGOS.

Ana Carolina Sella, Taís Chiodelli, Camila de Almeida Mendes*, Gustavo Wolff Cardoso*, Suzana Saab de Souza*, Ana Carla Penzo de Souza*, Young Sam Otávio de Almeida* e Silviane Krokosz* (Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS).*

É estimado que 80 a 90% do aprendizado inicial de uma criança acontece tendo por base informações visuais. Nessa perspectiva, a cegueira na infância pode ser um fator dificultador da inserção da criança cega em seu ambiente sócio-afetivo e cultural, com consequências negativas ao desenvolvimento infantil. Comportamentos linguísticos estão entre aqueles que podem ser afetados pela ausência de visão, visto que esta é a principal modalidade, dentre os cinco sentidos, processadora de *inputs* ambientais na aquisição das primeiras habilidades linguísticas (verbais). Conforme descrito na literatura, a maior parte das formas de comunicação pré-verbais são dominadas por experiências visuais como, por exemplo, o uso de contato visual na regulação de trocas entre mães e seus filhos, o papel da direção do olhar no monitoramento da atenção mútua a objetos e eventos distantes, e o uso de gestos como o apontar e o alcançar para comunicar intenções. Diversos estudos têm sido conduzidos para analisar a influência da cegueira no desenvolvimento da linguagem, porém os dados até agora obtidos são controversos. Pesquisadores da área concordam apenas que há diferenças na aquisição de habilidades linguísticas quando se comparam crianças cegas e com visão, mesmo que estas diferenças não possam ser consideradas como atrasos do desenvolvimento. Devido à diversidade de comportamentos descritos na literatura como pré-linguísticos e linguísticos, o presente projeto realizou uma compilação de comportamentos ~~que são~~ definidos como pré-linguísticos e que servem como base para o desenvolvimento da linguagem. Derivada de uma revisão bibliográfica sistemática da literatura científica, esta compilação focalizou a descrição de comportamentos pré-linguísticos de crianças cegas, buscando-se desvendar peculiaridades desenvolvimentais. Termos como comportamento verbal, comportamentos linguísticos, comportamentos pré-linguísticos, linguagem, comunicação, cegueira e deficiência visual foram investigados em português, inglês e espanhol, em bases de dados como Medline, PsycInfo, Google Scholar e ERIC. A partir desta revisão, chegou-se a definições operacionais acerca dos principais comportamentos pré-linguísticos de crianças cegas. De acordo com a maior parte dos estudos compilados, muitos comportamentos pré-linguísticos de crianças cegas diferem-se daqueles de crianças com visão. Os dados obtidos com as informações compiladas serão a base para a criação de um instrumento que favoreça a observação sistemática de comportamentos pré-linguísticos de crianças cegas. Acredita-se que as informações obtidas poderão fornecer ferramentas para a avaliação dos comportamentos pré-linguísticos destas crianças e para propostas de intervenções precoces efetivas que favoreçam o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Criança, cegueira, desenvolvimento, comportamento pré-linguístico.

Nível do trabalho: Iniciação Científica - IC e pesquisador - P.

DES: Psicologia do Desenvolvimento

INFLUÊNCIA DO BAIXO PESO AO NASCER NO DESENVOLVIMENTO DE BEBÊS. *Maria Carolina Fontana Antunes de Oliveira**, *Olga Maria Piazzentin, Rolim Rodrigues, Viviane Vedovato Pereira da Silva* e Ana Claudia* (Unesp – Bauru, SP)*

Os primeiros anos de vida são fundamentais no desenvolvimento da criança, uma vez que é nesta fase que o cérebro humano apresenta maior plasticidade e, portanto, está mais suscetível à estimulação. Neste sentido é necessário identificar e reconhecer o impacto de fatores de risco ao desenvolvimento infantil para que o prognóstico de crianças de risco seja otimizado pelo diagnóstico e intervenção precoce. O baixo peso ao nascer é um fator de risco que pode desencadear uma baixa responsividade dos bebês aos estímulos ambientais, resultando em menos estimulação oferecida pelos pais aos seus bebês e reforçamento insuficiente para as poucas tentativas deles, o que pode passar despercebido por pais desinformados a respeito da estimulação que deve ser oferecida. O CID-10 (1997) define Baixo Peso (BP) ao nascer, quando nascido a termo, o bebê apresenta menos de 2500g. Existem poucos estudos na literatura acerca do BP ao nascer como um fator de risco único, sendo este na maioria das vezes associado à prematuridade. O presente estudo tomou como base a variável peso ao nascer de bebês nascidos com menos de 2500g e procurou avaliar os repertórios comportamentais dos bebês com maior peso (BP+) e compará-los com os bebês com menor peso (BP-). Participaram 20 bebês nascidos a termo, com menos de 2500g, do primeiro até o décimo segundo mês de vida, sendo que o número de bebês a cada mês varia em função de faltas e abandono. Os bebês foram organizados do menor para o maior peso. Os bebês com menor peso formaram o grupo BP- e os bebês com maior peso formaram o grupo BP+. Para esta avaliação foi utilizado o Inventário Portage Operacionalizado (IPO), instrumento que avalia 154 comportamentos distribuídos nas áreas de Socialização, Cognição, Linguagem, Autocuidado e Desenvolvimento Motor. Os resultados mostram que em Linguagem o desempenho do grupo BP- foi mais baixo do que os de bebês BP+ em todos os meses analisados. Em Autocuidado, Cognição e Desenvolvimento Motor, os bebês BP- foram melhores que os BP+ em apenas um dos meses avaliados. Em Socialização em apenas um mês o resultado foi igual para os dois grupos. No total, em 93% das avaliações conduzidas os bebês com peso menor tiveram desempenho pior. Os resultados parecem indicar que, quanto menor o peso, pior é o desempenho do bebê. Análises mais refinadas deverão ser conduzidas posteriormente, confirmando ou não os resultados até aqui obtidos. As constatações obtidas comprovam a importância das pesquisas nesta área e pretendem incentivar novos estudos de modo a produzir conhecimento que possa beneficiar a população geral. Também ressalta-se a necessidade de acompanhamento destas crianças por equipe multidisciplinar, bem como a realização de programas de estimulação. Estar atento aos riscos que o BP pode causar ao desenvolvimento infantil permite um diagnóstico precoce mais preciso e uma estimulação mais eficaz, permitindo que estas crianças possam se desenvolver sem conseqüências negativas.

Desenvolvimento de bebês, baixo-peso, Inventário Portage Operacionalizado
Bolsista de Iniciação Científica FAPESP

DES

CONCILIAÇÃO FAMÍLIA E TRABALHO: A PERSPECTIVA DE CRIANÇAS SOBRE O TRABALHO DOS PAIS. *Maria Tereza de França Souza** e *Regina Helena Lima Caldana (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP).*

Paradoxalmente a família é algo muito antigo e muito novo ao mesmo tempo, pois ela se remodela e transforma segundo a sociedade na qual está inserida. Com sociedade burguesa surge o sentimento de infância e a família se organiza em torno da criança, tendo o pai como provedor financeiro e a mãe como responsável pelas tarefas domésticas e educação das crianças. Esta estrutura é transformada quando a mulher passa a trabalhar fora do lar. Nesse contexto, muitas vezes emerge a sensação de um afastamento dos filhos do convívio familiar e com os pais e de uma socialização das crianças destinada a outros. Assim sendo, este trabalho tem como objetivo conhecer melhor a perspectiva da criança sobre o trabalho dos pais, em situações em que ambos os pais exercem uma atividade profissional fora do lar. Este é um assunto recorrente na literatura, porém poucos são os trabalhos que levam em consideração o ponto de vista da criança. O referencial teórico metodológico utilizado é o da *Rede de Significações*, constituindo-se em um estudo de natureza qualitativa, tendo na entrevista realizada com crianças o material empírico. Essas entrevistas são chamadas de “conversas”, sendo uma mescla de entrevista semi-estruturada tradicional com desenhos e jogos. Foram quatro as crianças participantes, elas tinham entre seis e dez anos, duas possuíam a mãe trabalhando em período integral e as outras duas a mãe trabalhava em período parcial. Foram realizados dois encontros com cada criança, o primeiro com o tema relacionamento entre pais e filhos e o segundo sobre o trabalho dos pais. Todos os encontros foram gravados em áudio e transcritos na íntegra. Os resultados obtidos mostram que as crianças percebem a necessidade da presença de outros que ajudem os pais no cuidado para com elas, como escolas, ajudantes domésticas e parentes próximos. Todas as crianças têm boa apreensão da rotina da família e do trabalho que os pais exercem. Elas dão grande ênfase à importância financeira do trabalho, vendo-o como uma necessidade para o sustento da família, assim como para o consumo de bens e propiciador de momentos de lazer. No entanto, também apontam que o trabalho é necessário para a realização pessoal dos pais, sendo importante que eles gostem de sua atividade profissional. As quatro crianças entrevistadas parecem valorizar os momentos de interação com os pais e sentem a ausência dos mesmos, porém demonstram entender esta ausência, não a encarando com grande peso. Conclui-se que, apesar de sentirem saudade enquanto os pais estão ausentes, nenhuma criança relatou que aquilo era algo difícil para elas no momento de vida pelo qual estavam passando. Elas Evidenciam que foram se acostumando com a situação e aprendendo a usufruir dos momentos em que estão juntos e dos retornos financeiros do trabalho dos pais.

Apoio: FAPESP

Palavras-chave: família, trabalho, crianças.

IC

Código: DES

DISTINÇÕES DE GÊNERO NA INTERAÇÃO ENTRE IRMÃOS EM UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA DA AMAZÔNIA. *Thamyris Maués dos Santos**, *Tatiana Afonso***, *Sarah Danielle Baía da Silva*, *Fernando Augusto Ramos Pontes* e *Simone Souza da Costa Silva* (Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Pará, Belém – PA).

Segundo o modelo bioecológico de desenvolvimento, o *contexto*, as características da *pessoa*, os *processos* proximais efetivados por ela e o *tempo* são elementos que definem o curso de desenvolvimento do indivíduo. As práticas de socialização infantil estabelecidas para cada gênero, promovidas pela família por excelência, proporcionam a apreensão das normas e valores vigentes na sociedade a qual o indivíduo faz parte. O relacionamento entre irmãos produz um dos principais subsistemas familiares, sendo que o contato prolongado e diário dentro do mesmo ambiente familiar e o compartilhamento das mesmas figuras parentais são elementos indicadores da ampla influência da relação entre irmãos sobre o curso do desenvolvimento. Ressalta-se que irmãos do mesmo sexo tendem a ficar um pouco mais próximos e brincarem juntos de forma mais pacífica do que os pares de sexo oposto. Dado que a maioria dos estudos na área realiza-se em contextos urbanos, busca-se neste trabalho identificar as características predominantes na relação entre irmãos que vivem em uma comunidade ribeirinha isolada na Amazônia, atentando para as questões de gênero. Este trabalho realizou um estudo de caso em uma família ribeirinha da Amazônia, composta pelos pais, quatro filhos e um sobrinho. Os participantes são moradores do Rio Araraiana (Ilha do Marajó-PA), que possui cerca de 19,680 km de extensão, com distância de 68,730 km de Belém, capital do Estado. A comunidade é formada por 22 famílias, sendo o contato com centros urbanos raro e difícil. Foram aplicados o Inventário Sócio-Demográfico, Inventário de Rotina, Diários de Campo e entrevistas semi-estruturadas. As transcrições realizadas foram divididas em partes referentes à rotina da família e ao agrupamento dos irmãos. Posteriormente, foram construídos os Diagramas de Atividades Familiares, a fim de auxiliar a visualização das atividades realizadas e das companhias estabelecidas durante a realização das tarefas. O gênero é o principal circunscritor da organização de atividades dentro da fratria. Durante a semana, as três filhas desenvolvem trabalhos de auxílio à mãe e o filho fica à parte, envolvido em atividades lúdicas ou de estudo. O sobrinho, considerado deficiente mental, acaba mais envolvido com atividades de âmbito doméstico, possivelmente pela peculiaridade do seu papel na família. Uma das irmãs e seu irmão, apesar da proximidade etária, compartilham poucas atividades. Seus contatos mais intensos parecem restringir-se às idas e voltas da escola, o banho da tarde (onde em geral, o sobrinho também está presente) e as brincadeiras que ocorrem em companhia de outras crianças e adolescentes. Tal distanciamento reflete os interesses de gênero diferenciados, que são evidenciados com a chegada do fim de semana, uma vez que as três filhas permanecem no âmbito doméstico e o filho sai para pescar com o pai e o cunhado. A posição destinada ao sobrinho dentro do grupo de irmãos caracteriza-se como o de complementador das atividades dos filhos do casal. O filho recebe atenções e tratamento diferenciado por todos da casa. Infere-se que tal privilégio se deva a uma valoração parental por este ser o único homem do grupo de filhos.

Trabalho financiado via PIBIC/ CNPq período 2009-2010.

Palavras-chave: Comunidade ribeirinha, relacionamento entre irmãos, distinções de gênero.

Trabalho de Iniciação Científica – IC.

Código de área da pesquisa: DES

MEU FILHO NÃO COME. *Teresa Helena Schoen-Ferreira (Unifesp, São Paulo - SP) e Márcia Regina Fumagalli Marteleto (Uninove, São Paulo - SP)*

Problemas de alimentação na infância constituem um largo espectro, que vão desde problemas mais leves que não envolvem riscos consideráveis à saúde até problemas envolvendo desnutrição significativa. Problemas na hora das refeições ocorrem em aproximadamente um terço das crianças com desenvolvimento normal, sendo que este número aumenta para 80% quando envolve o aprendizado. A recusa alimentar pode variar desde a recusa de uma criança a comer todos ou quase todos os alimentos apresentados até a apresentação de comportamentos específicos associados à recusa de alimentos, como cuspir a comida, engasgar, comer devagar, brincar com a comida, ser extremamente seletivo quanto ao tipo ou textura do alimento ou pular refeições. Mães de crianças que não comem acabam oferecendo substitutos de baixo valor nutritivo, assim a criança associa que se ela não comer obterá o que deseja. O termo de recusa alimentar parece implicar que a criança controla a sua ingestão. A literatura, entretanto, sugere que a recusa alimentar não é apenas uma questão da vontade, mas sim um problema na alimentação complexo, cujo desenvolvimento e manutenção envolve múltiplos fatores como fatores orgânicos, afetivos e ambientais. O presente estudo teve por objetivo verificar a incidência de queixa de má alimentação por parte de mães de crianças e adolescentes. **Participantes:** 855 responsáveis por crianças ou adolescentes de 04 a 18 anos preencheram o Child Behavior Checklist – CBCL. Da lista de 113 problemas de comportamento, que podiam ser respondidos por 0 (frase falsa), 1 (frase às vezes verdadeira) ou 2 (frase frequentemente verdadeira), para este estudo, foi selecionado o item 24 “Não come bem”, os dados demográficos e os resultados gerais do instrumento. **Resultados:** 15,09% dos responsáveis assinalaram como sendo freqüente o comportamento de não comer e 24,33% que este comportamento está às vezes presente. O comportamento de dificuldades com a alimentação esteve associado à idade (crianças mais novas apresentaram mais este problema, $p < 0,001$), ao sexo masculino ($p = 0,009$) e às escalas internalizante e Total de problemas ($p < 0,001$). Não apresentar o comportamento esteve associado ao fato da criança não ser considerada clínica nas escalas internalizante, externalizante ou Total ($p < 0,001$). **Discussão:** Mais de um terço dos responsáveis assinalaram que às vezes ou sempre a criança ou adolescente sob seu cuidado apresenta dificuldades às refeições, o que vai ao encontro da literatura. Este comportamento preocupa mais os pais de crianças menores, embora seja extremamente importante estar atento a ele na adolescência, tanto pelas questões nutricionais que esta fase demanda, quanto por ser um sintoma de distúrbios psiquiátricos, como anorexia nervosa. Importante salientar que este comportamento esteve associado a comportamentos problemáticos do tipo internalizante, sinalizando um grande sofrimento por parte dessas crianças. A dificuldade frente às refeições pode ser um indicativo de que alguma coisa não vai bem com a criança/adolescente e não somente alterações qualitativas na aceitação dos alimentos.

Palavras-Chaves: comportamento alimentar, alimentação, problemas de comportamento

Nível do Trabalho: Outros

Código da área da Pesquisa: DES

PERCEPÇÃO DE SOLIDÃO EM ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Teresa Helena Schoen-Ferreira e Graziela Sapienza****(UNIFESP, São Paulo - SP)*

Para os indivíduos que possuem dificuldades em formar amigos ou pertencer a grupos de pares, a adolescência pode transformar-se em um período de solidão. A solidão é uma experiência desagradável em que as relações sociais do indivíduo não chegam a satisfazer suas necessidades de companheirismo. As redes sociais dos adolescentes geralmente incluem membros da família, parentes e amigos, que os apóiam nos momentos de transição e de desafios que o crescimento impõe. Quanto maior o suporte social, mais bem ajustados socialmente os adolescentes se encontram, inclusive apresentando média escolar mais alta. Além disso, a solidão é considerada um fator de risco para maus tratos, abusos físicos e transtornos psicológicos. O objetivo do presente trabalho foi de verificar a incidência de percepção de solidão em adolescentes e sua repercussão no rendimento escolar. O *Youth Self Report* foi preenchido por 1973 adolescentes de seis escolas do município de São Paulo e de dois ambulatorios de saúde, como parte de um protocolo de avaliação de problemas de comportamento. Para este trabalho, do questionário foram retirados duas questões: o item 12 (“sinto-me sozinho”) e o item 61 (“meus trabalhos escolares são fracos”), aos quais o adolescente assinalou com valores (2), (1) ou (0) para frequentemente presente, às vezes presente, ou ausência do comportamento, respectivamente. A idade da amostra variou de 10 a 19 anos, subdividida nas faixas etárias de 10 a 12 anos (adolescência inicial), de 13 a 15 (adolescência média), e de 16 a 19 (adolescência final). Para análise dos resultados foram utilizados os testes Anova e Qui-quadrado. Dos 1973 adolescentes, 50,9% disseram que não se sentiam sozinhos (item 12). Ao comparar as respostas por sexo, percebeu-se que mais adolescentes do sexo masculino (62,3%) disseram que a frase era falsa, enquanto que mais adolescentes do sexo feminino (41,5%) disseram que às vezes se sentiam sozinhos ($p < 0,001$). Em relação à faixa etária, 56,1% dos mais novos assinalaram a opção a frase é falsa, enquanto que 40,9% dos adolescentes mais velhos disseram que às vezes se sentiam sozinhos. Houve uma associação estatisticamente significativa entre as duas questões: mais adolescentes que afirmaram se sentirem sozinhos também afirmaram que seus trabalhos escolares eram fracos ($p < 0,001$). O sentimento de solidão parece afetar mais as meninas, que necessitam de uma interação maior e mais íntima com seus pares e familiares. Os adolescentes mais novos parecem receber mais apoio para enfrentarem a transição da infância para a adolescência. Atualmente, tanto as escolas quanto as famílias estão mais preocupadas com esta época do desenvolvimento e ajudando-os a se tornarem autônomos. As atividades do final da adolescência (final do ensino médio, trabalho, vestibular) fazem com que muitos jovens deixem de conviver tão intimamente com seus pares do que em épocas anteriores. Parece que o final da adolescência traz mais sentimentos de solidão, indicando que a preparação para a vida adulta pode acabar sendo uma tarefa solitária. O sentimento de solidão esteve associado ao sexo e à faixa etária, assim como à percepção de fracasso acadêmico.

Palavras-Chave: Adolescência, Solidão, Rendimento Escolar

Nível do Trabalho: Outro

Código das Áreas da Psicologia: DES

O SELF DIALÓGICO A PARTIR DO DESENHO INFANTIL: O DESENVOLVIMENTO HUMANO CONSTITUÍDO NA LINGUAGEM. *Nadja Maria Vieira e Angelina Nunes Vasconcelos** (Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte – Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL).

Discutem-se nesse estudo questões acerca da emergência e desenvolvimento do *self* dialógico relacionado com as produções de desenho infantil. Na literatura, as concepções de *self* dialógico fundamentam-se em pressupostos da Psicologia Cultural. Esta abordagem discorda de concepções que relacionam o *self* com processos essencialmente internos, defendendo a linguagem como função essencialmente social constitutiva do *self*. O interesse desse estudo é explorar possibilidades metodológicas para análise do desenvolvimento do *self*. Nessa perspectiva, destaca-se aqui a produção do desenho infantil, como atividade potencialmente favorável à configuração de processos relacionados com a emergência do *self* dialógico. Isto porque, segundo a literatura, os primeiros desenhos infantis surgem como resultado de gestos manuais. O gesto constitui a primeira representação de significados no desenho infantil. Os rabiscos feitos no papel são nomeados a partir da relação entre os gestos e a produção gráfica. Mais tarde a representação gráfica começa a designar algum objeto. O desenho revela-se como uma atividade potencial para se observar o modo como a criança começa a produzir significados através de sua fala e gestos relacionados à sua produção gráfica. Nesse pensamento, o desenho e o *self* dialógico têm como base a linguagem verbal. Considerando essas observações, realizou-se um estudo de seis casos com o objetivo de analisar os processos emergentes na manifestação do *self* dialógico a partir da produção de desenhos infantis. Participaram dessa investigação seis crianças entre dois e três anos. A construção do material analisado foi realizada na casa de cada criança com a autorização e supervisão dos pais. Lá, a pesquisadora solicitou às crianças que desenhassem. Depois de desenhar, as crianças foram estimuladas a produzir narrativas acerca dos desenhos produzidos. Todo procedimento foi videografado. Na análise microgenética dos dados, focalizou-se a produção de significados configurados na alternância de turnos entre a criança e a pesquisadora. Nos resultados, destacou-se o papel da relação de alteridade na produção de significados acerca do desenho pela criança. Nesse contexto, observou-se que as crianças regularam seu próprio comportamento, suas ações e suas produções verbais a partir da interlocução com a pesquisadora. Isto é, a produção de significados pela criança esteve em constante transformação, sendo negociada a todo o momento. Foi possível observar que as crianças responderam à fala da pesquisadora, modificando seus desenhos e suas narrativas a partir da interação. Concluiu-se que a emergência do *self* dialógico nas produções do desenho infantil revelou a interconstituição entre fala, ação e a regulação do ambiente, fenômeno essencial no desenvolvimento humano na perspectiva Psicologia Cultural. A relação de alteridade, isto é, o endereçamento das ações e da fala foi o aspecto fundamental para essa interconstituição.

Palavras – Chave: Desenho Infantil; *Self* Dialógico; Linguagem
Trabalho de Conclusão de Curso

Código da Área: DES

TENSÃO E (RE)ELABORAÇÃO NA COMPREENSÃO DE REGRAS NO JOGO INFANTIL: REFLETINDO A RELAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO. *Nadja Maria Vieira e Renata Baraldi Sobral** (Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte – Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL).

Discutiram-se no presente aspectos do desenvolvimento cognitivo, considerando-se pressupostos da Psicologia Cultural. Pesquisadores fundamentados nessa abordagem observam que as regras aparecem como uma constante no brincar. Num primeiro momento aparecem ocultas, enquanto a situação imaginária aparece explícita. Conforme deixam de ser elemento oculto, as regras são indicadoras de desenvolvimento. Refletindo essas observações, realizou-se uma pesquisa com o objetivo de analisar a relação entre o conhecimento de regras do jogo e o desenvolvimento cognitivo. Participaram dessa pesquisa doze crianças que conheciam as regras dos jogos escolhidos. As crianças foram divididas em dois grupos, seis com idade entre 4-5 anos (grupo 1) e seis com idade entre 7-8 anos (grupo 2). Os jogos foram definidos a partir de observações prévias da pesquisadora, durante recreio na escola, de sondagem com as professoras das crianças. Com relação ao grupo 1, escolheu-se o jogo de trilha; com o grupo 2, o jogo de dominó. Os dados foram situações gravadas em vídeos onde a pesquisadora quebrou regras quando jogava com uma criança durante três partidas. Também foi gravado um momento final concebido como conversa exploratória após as três partidas, quando a criança falou como foi o jogo. Nos resultados, as reações das crianças dos dois grupos foram predominantemente verbais. Na análise dessas reações foram levantadas algumas categorias: Correção: Quando a criança retrocedeu a jogada; Aceitação: Embora estranhando a jogada a criança aceitou a situação de quebra de regra; Questionamento: Quando a criança expressou não ter certeza se a jogada que correspondia à situação de quebra de regra seria válida ou não; Explicação: Diante da situação da quebra de regra, a criança explicou como deveria ser a jogada e Incorporação: A criança aderiu à quebra de regra. Na disposição dessas categorias em um gráfico de barras, foi possível observar que o grupo 1 revelou maior frequência na categoria de incorporação e no grupo 2 os maiores índices foram nas categorias de correção e explicação. Durante a conversa exploratória, destacou-se uma tensão que fomentava (re) elaborações na significação das regras. Outro aspecto revelado na conversa exploratória foi a relação entre a fala, a ação e a reorganização do ambiente, tópico relevante na Psicologia Cultural. Foi concluído que a imaturidade no lidar com conceitos relacionados às regras do jogo traduziu-se nas atitudes de aceitação e incorporação das jogadas irregulares presentes nas situações de quebras de regras. Por outro lado, a habilidade com esses conceitos possibilitou que as crianças explicassem as regras em questão e corrigissem as jogadas incorretas, revelando-se como um aspecto do desenvolvimento cognitivo eminentemente envolvido no conhecimento de regras. A não incorporação das quebras de regras, reveladas pelas crianças do grupo 2, sugere que elas foram capazes de abstrair generalizações que normalizam ações apropriadas e inapropriadas. Além disso, a associação entre fala e ação, revelada nas construções narrativas das crianças, revelou-se como uma tendência na atividade do jogo por envolver tensão e conflito. Nessa associação, a criança assegurava a mudança do ambiente conflitante. No presente, essas mudanças refletiram-se na revisão do significado das regras.

Pesquisa

Palavras – Chave: Regras do Jogo, Desenvolvimento Cognitivo, Psicologia Cultural.

Código da Área: DES

FREQUÊNCIA DE COMPORTAMENTOS SEXUAIS DA CRIANÇA NO CSBI.

Milena de O. Rossetti e Francisco Baptista Assumpção Junior (Laboratório Distúrbios do Desenvolvimento do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – São Paulo/SP)

Estudos ainda são necessários para expandir a base de conhecimentos existente sobre o que é normativo no comportamento sexual de crianças e assim distinguir o que é produto de influências externas, uma vez que há evidências da relação consistente entre comportamento sexual inadequado e abuso sexual em crianças. Nesse sentido, no presente estudo buscou-se descrever a frequência de comportamentos sexuais de crianças de diferentes faixas etárias a fim de se observar quais comportamentos são mais apresentados em cada fase do desenvolvimento. O estudo foi desenvolvido com um grupo de mães ou responsáveis pelas crianças, todas residentes no estado de São Paulo. O grupo foi composto por mães ou responsáveis de 32 crianças de 2 a 12 anos, sem história ou suspeita de abuso sexual. A mãe ou responsável pela criança foi instruída para responder o TCLE, o Inventário de Comportamentos Sexuais da Criança (CSBI) e os instrumentos da pesquisa. A análise dos dados foi desenvolvida de forma descritiva e inferencial por meio de correlação (Pearson) e análise de variância (ANOVA). Entre os resultados observou-se que na faixa etária entre 2 e 5 anos a manifestação de comportamentos dos 9 domínios do CSBI, enquanto que as crianças entre a faixa de 6 a 9 anos não apresentaram comportamentos de Intromissão Sexual, Representação de Papéis Sexuais e Comportamento Voyerístico. Com relação às crianças de 10 a 12 anos, observa-se que não apresentaram comportamentos relacionados a Exibicionismo, Representação de Papéis Sexuais, Conhecimento Sexual, Comportamento Voyerístico e Interesse Sexual. Não se observaram correlações significativas entre a pontuação obtida no inventário e a idade da criança. Também não se observaram associações entre a idade ou grau de escolaridade da mãe e a pontuação. A análise de variância não encontrou diferenças significativas entre os grupos etários com relação à pontuação obtida no inventário. Esses resultados indicam maior frequência de comportamentos em crianças pequenas; entretanto, essas análises precisam ser reavaliadas a partir de uma amostra com maior número de participantes. Em estudos futuros, espera-se comparar os resultados desse grupo com o de mães e/ou responsáveis por crianças com histórico ou suspeita de terem sofrido abuso sexual para verificar a manifestação dos comportamentos e as convergências e divergências desses dois grupos.

Palavras-chave: comportamento sexual infantil, CSBI, criança.

Código da área da pesquisa ou intervenção: DES

ENVELHECIMENTO E *COPING* RELIGIOSO: UM ESTUDO FENOMENOLÓGICO.

*Amanda Oliveira Moura**, *Isabela Rezende Carneiro** e *Mara Livia de Araújo** (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG)

Torna-se cada vez mais importante estudar o envelhecer, dado o volume crescente desse segmento populacional, requerendo cuidados e atenção. O envelhecimento pode ser entendido como um fenômeno que se insere num processo de desenvolvimento, de aprendizagem e de aperfeiçoamento humano, caracterizado por mudanças físicas, cognitivas e psicossociais que refletem as peculiaridades desse período de vida. A ocorrência de eventos não controláveis na velhice demanda estratégias de enfrentamento mais específicas e eficazes, o que pode ser proporcionado pela crença e prática religiosa. O *coping* religioso é o modo como os indivíduos utilizam sua fé para lidar com o estresse e problemas da vida. Assim como o *coping* , a resiliência realiza um gerenciamento das adversidades dessa etapa, tornando a vida mais saudável. Mediante isso, a religiosidade, na vida do idoso, revela-se um forte indicador de resiliência na superação das adversidades, pela capacidade de encontrar significado na vida a partir da fé. O presente estudo teve o objetivo de compreender como idosas da cidade de Uberlândia-MG tecem a relação entre religiosidade e resiliência, com vistas ao atendimento clínico desta população. Usamos o método de análise fenomenológica para compreender os sentidos das vivências destas idosas. O instrumento utilizado para coleta dos dados foi uma entrevista semidirigida, a qual favorece a descrição dos modos como as senhoras lidam com a sua religiosidade e como enfrentam seus problemas. Participaram da pesquisa quatro idosas pertencentes ao grupo do Apostolado da Oração do bairro Jardim Umuarama da cidade de Uberlândia-MG, obtendo-se ao longo da realização das entrevistas a suficiência na descrição, permitindo vislumbrar aspectos necessários para a compreensão do fenômeno – critério de saturação. Após a descrição, redução e interpretação, o estudo mostra que a fé e a religiosidade são uma fonte de sustentação e de apoio. Apesar das dificuldades, a religiosidade ajuda as idosas a administrar suas angústias e encontrar sentidos para o envelhecimento. As perdas são vividas sem sofrimentos desnecessários, pois a relação com o Sagrado ajuda a compreender a fragilidade humana e toda limitação própria da nossa condição. Além disso, a rede de relacionamentos sociais tecida na Igreja sustenta suas vivências cotidianas impedindo que os sentimentos de vazio e solidão sejam maximizados. Em relação a estes dados, sugerimos que seja dada uma maior atenção à dimensão religiosa do ser humano nos cursos de formação de psicólogos, por ser uma área capaz de auxiliar as pessoas no enfrentamento de suas angústias e fragilidades no envelhecimento, condição própria do ser que tem consciência da finitude da vida.

Palavras-chave: *coping* religioso, envelhecimento, estudo fenomenológico.

Nível do Trabalho: Outro

Código da Área: DES

CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS: A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO CONTEXTO DE FEIRA LIVRE. *Livia Cruz Vilela Cid, Rosângela Francischini, Antonielli Jatobá Bezerra Tinôco e Mariana Pinheiro Cabral (Núcleo de Estudos Sócio-Culturais da Infância e Adolescência – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN)*

A violação dos direitos da criança via exploração do trabalho dessa população persiste, em nossa sociedade, apesar de dispormos de um aparato jurídico que proíbe a inserção de crianças em atividades de trabalho, desde a Constituição Federal de 1988. Soma-se ao texto Constitucional o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90, e as inúmeras intervenções propostas, seja pelos órgãos governamentais, seja por organizações da sociedade civil. A persistência dessa condição manifesta-se em vários contextos, dentre eles, o das feiras livres, *lôcus* de realização deste trabalho. Com o objetivo de identificar alguns aspectos relacionados ao exercício da atividade de vendedores, com ênfase nas relações que se estabelecem entre a criança e os possíveis fregueses, foram observadas e entrevistadas três crianças com 10 anos de idade, cujas atividades desenvolvem-se aproximadamente das cinco às 14 horas. O domínio de habilidades necessárias ao exercício dessa atividade foi o aspecto mais evidenciado na pesquisa: formas peculiares - linguagem e gestos - de abordar o possível cliente, definição dos preços em função da avaliação de dados do contexto (disponibilidade do produto, preço praticado por outros feirantes) agilidade e competência ao lidar com o dinheiro. Contribuir com a renda familiar, ajudar o pai e/ou a mãe e ter rendimento próprio para poder assumir seus gastos, foram as justificativas identificadas nos discursos das crianças. Em relação à interação com o freguês, por vezes, há a mediação do adulto - pai, mãe ou irmão - para oferecer o produto. Por vezes, no entanto, essa mediação não é necessária; a criança resolve, sozinha, as demandas da situação de venda. Não foram observados tratamentos como cumprimentos (bom dia, olá ou similares) ou agradecimentos e despedidas, por parte dos fregueses. Eles se aproximam, olham ou tocam os produtos e se afastam como se a presença do outro - vendedor - não existisse. As crianças observam que alguns fregueses, por vezes, têm atitudes que acabam danificando o produto, como, por exemplo, apalpar frutas. Em alguns casos, há reação de desaprovação por parte da criança, o que ocorre somente após o afastamento do cliente. A jornada exaustiva de trabalho, as responsabilidades a ela vinculadas e as conseqüências para a vida da criança estão, igualmente, sendo consideradas. Cansaço físico e alusão a condições de vida diferenciadas daquelas até então vivenciadas comparecem nos discursos das crianças. Observamos a necessidade de redobrar esforços para que essas crianças possam vivenciar outras condições de vida, uma vez que estão excluídas, dentre outras questões, da possibilidade de desenvolver-se enquanto sujeito em condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Palavras-chave: Trabalho infantil, crianças, feira livre.

Nível do Trabalho: Iniciação científica – IC (trabalho de graduação)

DES

O IMPACTO DA APOSENTADORIA NA QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO *Fernando Lopes Silva** (Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP) e *Simone Ferreira** (Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP)

O envelhecimento é uma questão amplamente analisada por pesquisadores das mais diversas áreas, seus efeitos e conseqüências recebem cada vez mais atenção da comunidade científica. A aposentadoria é um momento na vida esperado como recompensa por uma vida inteira de trabalho ou é encarada com angústia por ser o momento mudança em sua relação de produtividade. Esta pesquisa visa comparar o impacto da aposentadoria na qualidade de vida de idosos aposentados com aqueles que ainda não se aposentaram. Participaram da pesquisa 30 voluntários com idade igual ou superior a 55 anos, os participantes foram divididos em dois grupos. O primeiro grupo é formado por 15 indivíduos com idade média de $59 \pm 5,5$ anos que ainda não se aposentaram e o segundo grupo é formado por outras 15 pessoas aposentadas há mais de 6 meses com idade média de $69,9 \pm 6,2$ anos. Os participantes responderam de próprio punho a três instrumentos: o Whoqol-bref que avalia os domínios Físico, Psicológico, Relações Sociais e Meio-Ambiente e o Whoqol-old, que complementa o Whoqol-bref, deste instrumento foram utilizados os seguintes domínios Sensoriais, Atividades Passadas, Presente e Futuras e Participação Social e junto aos questionários foi utilizado uma Escala de Satisfação Global com a vida. Os resultados obtidos no Whoqol-bref foram: no Domínio Físico a média foi de $3,20 \pm 0,34$ para aposentados e $4,10 \pm 0,33$ para não aposentados, no Domínio Psicológico a média para aposentados foi $3,61 \pm 0,38$ e para não aposentados $4,1 \pm 0,33$. No Domínio de Relações Sociais a média foi de $3,58 \pm 0,50$ para aposentados e $3,90 \pm 0,21$ para não aposentados. A média do Domínio relacionado ao Meio-Ambiente foi de $2,81 \pm 0,52$ para aposentados e $3,29 \pm 0,30$ para não aposentados. No Domínio Satisfação Geral a média foi $3,33 \pm 0,09$ para aposentados e $3,68 \pm 0,05$ para não aposentados. Os resultados obtidos no Whoqol-old foram: no Domínio Sensorial a média foi $2,68 \pm 0,52$ para aposentados e $2,79 \pm 0,79$ para não aposentados, quanto ao Domínio de Atividades Passadas, Presentes e Futuras a média foi $3,35 \pm 0,37$ para aposentados e $3,55 \pm 0,33$ para não aposentados, quanto a Participação Social a média foi de $3,30 \pm 0,32$ para aposentados e $3,55 \pm 0,21$ para o grupo de não aposentados. Na Escala de Satisfação Global com a Vida o resultado para o grupo de aposentados foi média $7,3 \pm 1,68$ e para não aposentados a média foi $8 \pm 1,3$. Conclui-se que o grupo de não aposentados tem melhor qualidade de vida se comparado com os aposentados e esta situação é mais clara quando envolve as situações de bem-estar físico que remete a questões de dor, desconforto, energia, fadiga e qualidade de sono e no domínio psicológico que corresponde a sentimentos, memória, concentração e auto-estima. Comparando o momento presente o não aposentado apresenta melhor qualidade de vida que o aposentado. Ressaltamos que o número de participantes da pesquisa é pequeno e se faz necessário a realização de pesquisas na área com amostras maiores.

Palavras-chave: envelhecimento, bem-estar, desenvolvimento

IC

DES

INFLUÊNCIA DE UM DESENHO ANIMADO COM CENAS DE VIOLÊNCIA SOBRE O COMPORTAMENTO AGRESSIVO DE CRIANÇAS. *Ana Priscila Batista (UNICENTRO, Irati, PR), Fernanda Raphaella Mariano César* (UNICENTRO, Irati, PR) e Lidia Natalia Dobrianskyj Weber (UFPR, Curitiba, PR)*

Na atualidade, a maioria das crianças passa um tempo considerável assistindo televisão, sendo exposta, dentre vários conteúdos, a programações que envolvem violência. Dessa forma, a presente pesquisa buscou investigar o efeito de um desenho animado contendo cenas de violência sobre o comportamento agressivo de crianças em idade escolar, expresso no enredo de redações. Participaram do estudo 39 alunos de uma escola pública de um município do interior do Paraná, sendo 20 meninas e 19 meninos, com idades entre 9 e 12 anos. A pesquisa foi realizada em uma sala de aula da própria escola e foram utilizados dois episódios de um desenho animado infantil com cenas de violência (Dragon Ball Z) e dois textos com inícios pré-estabelecidos elaborados pelas pesquisadoras, os quais envolviam uma situação-problema que deveria ser solucionada no decorrer das redações. Primeiramente os participantes redigiram uma redação contendo um início pré-estabelecido. Quarenta e oito horas depois, assistiram a dois episódios do desenho animado Dragon Ball Z e, logo após, realizaram a outra redação com outro início pré-estabelecido. Foram criadas categorias para análise da frequência de ocorrência de eventos contendo agressividade nas redações, sendo: agressão física direcionada ao outro; agressão física direcionada a si mesmo; agressão verbal direcionada ao outro; agressão contra objeto/patrimônio e agressão psicológica. Os resultados mostraram que assistir ao desenho animado com cenas de violência não resultou em aumento significativo de comportamento agressivo descrito nas redações dos participantes, pois a média de eventos que se inserissem em qualquer categoria, antes e após assistir ao desenho, foi menor do que um, para meninos e meninas. Isso pode ter ocorrido em função da exposição repetida das crianças a esse desenho animado, já que tal entretenimento foi veiculado, por muitos anos, em canais abertos da televisão. Outra hipótese seria o fato do desenho animado apresentar violência mais figurada, onde a luta muitas vezes ocorria entre “monstros”, como os dinossauros e *aliens*, além de indivíduos com diferentes poderes e de diferentes planetas. Apesar de haver lutas e brigas, estas diferem da violência mais realista apresentada em filmes, como *Mortal Kombat*, utilizado em outras pesquisas. Mesmo que a frequência de ocorrência dos eventos contendo agressividade tenha sido baixa, pode-se perceber que para os meninos a categoria mais frequente foi em relação “à agressão física direcionada ao outro”, aparecendo três vezes antes e oito vezes após a apresentação do desenho. Para as meninas, a categoria “agressão verbal direcionada ao outro” apresentou maior variação, não aparecendo nenhuma vez antes e cinco vezes após a exibição do desenho. Outros estudos também relatam diferenças de gênero na forma de expressar a agressividade. Conclui-se pela necessidade de mais estudos que verifiquem a influência da dessensibilização, da violência realista *versus* violência figurada e diferenças entre gêneros, o que possibilitará a reflexão sobre influências de entretenimento violento no desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: comportamento agressivo infantil; desenho animado com cenas de violência; violência na mídia.

IC (trabalho de graduação)

Área: DES

A INSTALAÇÃO DA PREOCUPAÇÃO MÉDICO-PRIMÁRIA NA RELAÇÃO MÃE-BEBÊ PREMATURO DURANTE O PERÍODO DE INTERNAÇÃO NA UTI NEONATAL. *Denise Steibel** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS), Cris Aline Krindges* (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS) e Rita Sobreira Lopes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS).*

O nascimento pré-termo em que o recém-nascido precisa de tratamento intensivo neonatal é considerado fator prejudicial ao desenvolvimento físico e psicológico dos bebês. Nestes momentos a mãe depara-se com impedimentos que podem dificultar uma aproximação corporal mãe-bebê. Baseado nas idéias teóricas de Winnicott, que enfatiza que as experiências dos processos corporais do bebê estão imbricadas nas experiências maternas, questiona-se como este processo ocorre quando há algo que impede essa aproximação corporal, principal forma da mãe conhecer seu bebê. Inspirado nas idéias de Winnicott, o presente trabalho utiliza-se do conceito de ‘preocupação médico-primária’, descrito por Agman et al (1999), que é caracterizado por um maior envolvimento da mãe com questões médicas do que com que as questões da própria maternagem, descritas como estado de ‘preocupação materna primária’. Neste sentido, o presente trabalho teve como objetivo compreender o processo de aproximação gradual da mãe com seu bebê na situação de prematuridade, entendendo como estes dois conceitos são encontrados na relação diádica. Foi utilizado um delineamento de estudo de caso coletivo, de caráter longitudinal, acompanhando o período de internação do bebê. Participaram deste estudo quatro mães e seus filhos nascidos pré-termo. A idade gestacional dos bebês variaram entre 27 e 31 semanas e o peso entre 900 e 1800 gramas. Todos eles precisaram de intervenções médicas devido a sua extrema prematuridade, tendo que, assim, permanecer internados por alguns dias ou semanas. A coleta de dados foi feita em um hospital público da capital e ocorreu em dois momentos distintos, sendo o primeiro aproximadamente 15 dias após o parto e o segundo no período que antecedeu a alta do bebê. Nestes dois momentos foram realizadas entrevistas semiestruturadas adaptadas ao contexto da UTI, que abordaram a experiência materna em cada etapa. Através da análise destes casos foi possível identificar que durante o período de internação e de situação crítica de saúde do bebê, as mães focaram-se no entendimento da situação clínica do bebê, bem como sua evolução através de indicadores médicos. Além disso, quando as mães foram questionadas sobre aspectos do relacionamento mãe-bebê, estas mostraram dificuldades em relatar aspectos emocionais do relacionamento da díade, dando prioridade aos aspectos médicos desta vivência. Entretanto, em um segundo momento, frente à alta do bebê e, conseqüentemente, a sua estabilidade clínica, as mães mostram-se mais disponíveis em relatar aspectos emocionais da dupla. Frente a estes dados, podemos pensar que no contexto de internação na UTI neonatal, a relação mãe-bebê está permeada por esta preocupação médico-primária, pois a sobrevivência física do bebê parece ser prioridade. No entanto, ao passo que esse bebê apresenta melhora física, indicado aqui pela alta, a mãe pode se voltar mais aos aspectos emocionais da dupla, podendo assim quando questionada falar sobre suas ansiedades e percepções subjetivas do seu bebê.

Apoio financeiro: CNPq

Palavras-chave: pré-termo, maternidade, preocupação médico-primária

Nível do trabalho: Outro

Código da área: DES

PERCEPÇÕES DE GESTANTES ADOLESCENTES E ADULTAS SOBRE A MATERNIDADE. Ana Cristina Garcia Dias (Universidade Federal de Santa Maria), Cesar Augusto Piccinini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Daniela Levandowski (Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre), Denise Steibel** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Rita Sobreira Lopes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

A maternidade pode representar um momento de redefinição de papéis para a mulher, que além de filha, passa a ser mãe, redefinindo sua relação com a própria mãe (Bassof, 1991). É possível se pensar que este processo possa ser diferenciado em função da idade da mãe, especialmente, quando ela está convivendo com outras mudanças desenvolvimentais, como é o caso de mães adolescentes. Neste sentido, o presente estudo buscou identificar eventuais semelhanças e diferenças na percepção de gestantes adolescentes e adultas sobre a maternidade. Para tanto, utilizou-se um delineamento de estudos de casos coletivos, desenvolvido com dois grupos contrastantes compostos por 8 gestantes adolescentes (14 a 17 anos) e 8 gestantes adultas (21 a 24 anos). Todas se encontravam no terceiro trimestre de gestação e não apresentavam complicações físicas durante a gravidez. O nível socioeconômico variou entre baixo e médio baixo e a escolaridade foi emparelhada entre os grupos. Todas foram entrevistadas sobre suas percepções e expectativas sobre a maternidade e sua experiência com a própria mãe. A entrevista foi gravada e, posteriormente, transcrita. Análise de conteúdo qualitativa foi utilizada para examinar as respostas das mães, baseada num conjunto de categorias derivadas da literatura e do próprio material, a saber: *Experiências com a própria mãe*, *Experiências prévias de cuidado com crianças*, *Expectativas em relação à maternidade*, *Modelo de mãe a ser seguido*, *Modelo de mãe a ser evitado* e *Características de uma boa mãe*. Os resultados não revelaram diferenças entre os grupos na forma como as mães construíram o modelo de maternidade. Na descrição das experiências com a própria mãe, não se observou diferenças nas descrições dos grupos, verificou-se que as vivências variaram bastante, sendo referidas tanto experiências satisfatórias como permeadas por dificuldades. Identificou-se a dificuldade, em algumas participantes, de descreverem tais experiências. Poucas gestantes descreveram uma experiência de cuidado com crianças anterior à gestação, em especial, entre as adultas. De modo geral, todas as gestantes apresentavam expectativas favoráveis em relação à maternidade, esperando desempenhar seu papel de maneira adequada. No que se refere ao modelo de mãe a ser seguido, a maioria citou a própria mãe, afirmando a importância do cuidado e do carinho dela recebidos. Outras gestantes não conseguiram identificar uma pessoa em especial ou citaram outros familiares como modelos (avó, sogra, primas). Já quanto ao modelo de mãe a ser evitado, algumas participantes sentiram dificuldade de identificar uma pessoa específica, descrevendo apenas comportamentos considerados inadequados, como dar uma palmada, não orientar a criança, mimá-la ou não manter um diálogo com ela. Em ambos os grupos uma boa mãe foi descrita de maneira similar, como uma pessoa carinhosa, atenciosa, preocupada com o filho e que fornece uma boa educação à criança. Juntos os resultados indicam que as gestantes adolescentes e adultas apresentaram diversas semelhanças na construção de seus modelos de maternidade, valorizando especialmente características como carinho e cuidado/preocupação.

Apoio financeiro: CNPq

Palavras-chave: gestação, percepção, maternidade

Nível do trabalho: Outro

Código da área: DES

LAZER E APOSENTADORIA NO ENVELHECIMENTO: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA SCIELO (2000 - 2009). *Carlos Alberto Treff Junior***, *Elizete Fagundes Montalvão*** e *Ana Martha de Almeida Limongelli* (Universidade São Judas Tadeu – São Paulo – SP).

O processo de construção do conhecimento está diretamente ligado à produção científica, sendo um processo contínuo que envolve a dinâmica da descoberta, sempre em fase de ampliação e comprovação. Objetivou-se analisar os artigos publicados sobre o tema lazer e aposentadoria quanto às seguintes variáveis: autoria, gênero, instituição, tipo de pesquisa, estratégia de pesquisa e instrumentos de coleta de dados. A coleta de dados foi realizada com as palavras-chave *lazer*, *idoso*, *idosos*, *velhice* e *envelhecimento*. Os descritores *lazer* e *idoso* capturou 19 artigos, sendo que 16 artigos eram relevantes à pesquisa; na segunda busca que contou com as palavras-chave *lazer* e *envelhecimento* foram encontrados 13 artigos, sendo 11 deles repetidos, sendo usados apenas 2 artigos; na terceira busca foram utilizadas as palavras *lazer* e *velhice* e foi encontrado apenas um artigo que foi aproveitado; na quarta busca, com as palavras *lazer* e *idosos* foram encontrados 25 artigos, sendo que apenas seis foram utilizados, pois os demais eram repetidos (18 artigos). O critério de inclusão utilizado foi o período temporal entre os anos de 2000 até 2009. O mesmo procedimento foi utilizado para a captura dos resumos sobre aposentadoria, a qual resultou em 35 artigos: as palavras-chave *idoso* e *aposentadoria* capturaram 11 artigos sendo utilizados dez trabalhos; com as palavras *idosos* e *aposentadoria* retornaram 12 artigos sendo utilizados seis estudos; com os descritores *velhice* e *aposentadoria* foram encontrados dois artigos que foram excluídos por serem repetidos; com as palavras *envelhecimento* e *aposentadoria* foram encontrados 10 artigos e nenhum foi utilizado, pois todos eram repetidos. Os resultados encontrados quanto à autoria apresentaram diferença estatisticamente significativa para trabalhos em conjunto ($\chi^2_o = 11,90$ e $\chi^2_c = 5,99$). O gênero apresentou o $\chi^2_o = 14,49$ e $\chi^2_c = 3,84$, apontando diferença significativa para o gênero feminino (68,57%). O tipo de pesquisa apresentou o $\chi^2_o = 2,54$ e $\chi^2_c = 5,99$, não existindo diferença estatisticamente significativa entre pesquisa descritiva e experimental. Na análise da estratégia de pesquisa foi encontrada a predominância significativa de pesquisas de campo com 78,05% ($\chi^2_o = 12,90$ e $\chi^2_c = 3,84$). A análise de pesquisa apresentou os seguintes resultados $\chi^2_o = 0,11$ e $\chi^2_c = 3,84$, não havendo diferença significativa entre a análise qualitativa e quantitativa. Nos instrumentos houve diferença significativa, sendo o questionário o material mais utilizado nas pesquisas ($\chi^2_o = 11,16$ e $\chi^2_c = 3,84$). Em relação às instituições, foram encontrados o $\chi^2_o = 80,6$ e $\chi^2_c = 5,99$, cujos resultados são significantes, havendo predomínio da instituição pública. Portanto, conclui-se que há necessidade de mais pesquisas sobre os temas com delineamentos mais aprofundados, pois não houve diferença significativa para as pesquisas baseadas em evidências – experimentais e nem para o tipo de análises de dados, sendo semelhantes à quantidade de pesquisas com tratamento qualitativo e quantitativo. Em relação aos instrumentos, há necessidade de maior variedade na utilização dos instrumentos ou validação de novos instrumentos para investigar a temática do lazer e da aposentadoria no processo de envelhecimento.

Palavras – Chave: Atividades recreativas, Trabalho, Metanálise.

M – Mestrado

DES – Psicologia do Desenvolvimento

HABILIDADES SOCIAIS E A PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EM UM GRUPO DE IDOSOS. *Ana Flávia Gouvea de Souza**, *Gabriele Gualda**, *Lara Cristina Amorim Bueno**, *Marla Fernanda Bastos Lima** e *Ana Paula Araújo Fonseca* (Centro Universitário de Votuporanga, Votuporanga-SP).

As habilidades sociais têm sido definidas como diferentes classes de comportamentos sociais importantes para lidar de maneira adequada com as demandas das situações interpessoais, seja no âmbito profissional, social ou familiar. Essas habilidades começam a aparecer em nosso repertório desde criança e, ao longo do ciclo de vida (infância, adolescência, idade adulta e velhice), esse repertório social se torna progressivamente mais elaborado. Na velhice, com frequência, ocorre a diminuição e redução das capacidades sensoriais e a prontidão das respostas, o que faz com que o contato social seja importante neste período, auxiliando no aperfeiçoamento das habilidades sociais e promovendo situações potencializadoras de desenvolvimento. O presente trabalho teve como referência os princípios da Análise do Comportamento e o objetivo era desenvolver interações sociais bem-sucedidas em um grupo de idosos, a partir do exercício de habilidades sociais, tais como: empatia, assertividade e capacidade de solucionar problemas interpessoais. Foram realizadas atividades semanais sequenciadas com duração de 12 encontros, com um grupo de idosos de faixa etária entre 50 e 70 anos, tendo em média 15 participantes, contando com 13 mulheres e 2 homens. Nos encontros, discutia-se sobre a importância de se manter boas relações sociais e ensinavam-se os participantes a discriminar a relação entre comportamentos e consequências. A metodologia dos encontros consistiu em, inicialmente, ouvir relatos do grupo sobre as principais dificuldades interpessoais, bem como realizar uma observação inicial dos participantes durante as dinâmicas propostas. Em seguida, foram treinadas habilidades sociais a partir de estratégias como: dinâmicas de grupo, letras de música, poemas e diário de anotações. Ao final de cada encontro eram oferecidos feedbacks por parte dos participantes e das coordenadoras, a fim de ressaltar os comportamentos desejados para o grupo. Os comportamentos dos participantes dentro do grupo foram utilizados como exemplos para demonstrar modelos de assertividade e/ou empatia. Os resultados demonstraram que houve mudanças significativas dentro do grupo, como ouvir atentamente o relato do outro, respeitar seu momento de falar, bem como as opiniões divergentes. Além disso, houve redução da frequência de comportamentos inadequados e relatos de mudanças nos relacionamentos familiares, onde eles passaram a elogiar o que percebiam de bom em sua família e demonstraram compreender seu papel de agente nas relações e não mais vítimas de suas próprias histórias de vida. Relataram ainda que expressar os sentimentos e contar sobre suas vidas trouxe alívio e compreensão de fatores acerca de seus repertórios comportamentais. Concluímos que o enfoque dado às habilidades sociais na velhice pode contribuir positivamente nas relações interpessoais junto a essa clientela e promover situações potencializadoras de desenvolvimento, alterando a visão de velhice como período de perdas e estagnação.

Palavras-chave: habilidades sociais, velhice, desenvolvimento humano.

Outro

Área: DES

DIFICULDADES ENCONTRADAS PELAS MÃES NA EDUCAÇÃO/CRIAÇÃO DOS FILHOS NA SEGUNDA INFÂNCIA. *Alessandra Castegnaro de Freitas**, *Zelinda Olinda Zornitta** (Faculdade Assis Gurgacz- Cascavel-Pr) e *Aline Henriques Reis*** (Faculdade Assis Gurgacz- Cascavel- Pr; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre-RS)

Denomina-se segunda infância a fase da criança entre os dois e seis anos de idade. É nesse período que ocorrem muitas mudanças nos processos em construção do homem, como a compreensão dos aspectos da vida cotidiana e a formação das peculiaridades enquanto sujeito social e individual. O conhecimento dos pais da criança, em relação a esse período de desenvolvimento é relevante por se tratar de um período de muita aprendizagem e interação entre pais e filhos. Um pai cria espaço para seu filho expressar seu potencial quando tem consciência da situação de sua família e a visão de um futuro melhor que o presente. Nesse sentido, objetivou-se identificar as principais dificuldades encontradas pelas mães na educação/criação dos filhos na segunda infância, bem como verificar se haveria diferença entre as dificuldades levantadas comparando-se os dados da escola pública e da escola particular. Para tanto, foram aplicados questionários em 30 mães de crianças na segunda infância que estudavam em escola particular e 30 mães de crianças na segunda infância que estudavam em escola pública. Obteve-se autorização das escolas e professoras para divulgação da pesquisa e entrega do material a ser preenchido pelas mães. O questionário era auto-aplicável e foi enviado às mães por intermédio dos filhos juntamente ao termo de consentimento livre e esclarecido. O recolhimento ocorreu em data posterior agendada com os acadêmicos e professora. O questionário continha 09 questões abertas e 10 questões fechadas relacionadas à interação da mãe com os filhos, apoio paterno e às dificuldades encontradas pelas mães na educação dos filhos neste período. A análise dos dados envolveu análise de conteúdo e quantificação das respostas em categorias semelhantes. A comparação dos dados entre as escolas foi feita por meio de análise bivariada utilizando o teste Chi-square. Para as questões que envolviam média, por exemplo, tempo que a mãe gasta com o trabalho e tempo que a mãe passa com o filho foi aplicado o teste T para amostras independentes. Os resultados mostraram que as mães encontraram dificuldades na educação/criação dos filhos em questões como fazer a tarefa escolar, falar sem chorar, dormir no horário, alimentar-se adequadamente, desobediência e teimosia. Quanto à comparação das respostas entre as escolas, houve diferença estatisticamente significativa em quatro aspectos, sendo eles, idade das mães, o casamento em que se encontram (se é primeiro, segundo ou terceiro), no momento de fazer a tarefa e quanto a dormir no horário adequado. Os resultados apontaram algumas dificuldades das mães em educar/criar seus filhos na fase da segunda infância, e de maneira geral, o fato de a criança estudar em escola pública ou particular não interferiu significativamente nas dificuldades ou facilidades que a mãe encontrou na sua educação/criação. Indica-se a realização de novas pesquisas ampliando a amostra e as questões abordadas. Planos de intervenção específicos podem ser delineados de modo a auxiliar as mães na tarefa de educar/criar os filhos adequadamente. Um suporte de ordem psicológica e social seria a grande ferramenta para promover mudanças nas relações familiares.

Palavras - Chave: Segunda Infância, orientação as mães, dificuldades na educação.

IC (trabalho de graduação)

DES Psicologia do Desenvolvimento

A TEORIA DOS ESTÁGIOS DE HENRI WALLON E SEUS CORRELATOS COM OS ESTUDOS EMPÍRICOS NEO-PIAGETIANOS. *Hudson Golino**, *Cristiano Mauro Assis Gomes (orientador)*, *Alberto Medeiros** e *Ana Carolina Teixeira** (Laboratório de Investigação da Arquitetura Cognitiva – LaiCo – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG).

Henri Wallon foi um autor que abordou de maneira ampla a noção de que o desenvolvimento humano se dá por meio de um processo descontínuo, envolvendo várias etapas, fases, ou estágios de desenvolvimento. O autor elaborou um arcabouço teórico robusto acerca das características marcantes de cada estágio, do nascimento ao final da adolescência. Essa concepção de desenvolvimento, no entanto, foi amplamente difundida pelos trabalhos de Jean Piaget, que desenvolveu uma metodologia para a sua investigação empírica, e fundou as bases de uma nova área científica, denominada Epistemologia Genética. Apesar da sua larga influência na Psicologia do Desenvolvimento, a proposta piagetiana foi colocada em cheque a partir do surgimento, em meados dos anos de 1970, de um vasto número de estudos empíricos cujos resultados diferiam sensivelmente daqueles encontrados pela escola de Genebra. A partir desse ponto, as teorias dos estágios têm sua influência e amplitude diminuída nas pesquisas de desenvolvimento. Tendo em vista esse cenário, no qual a teoria dos estágios tem sua influência diminuída na Psicologia do Desenvolvimento, o presente trabalho irá tentar verificar se os trabalhos empíricos dos neo-piagetianos podem fornecer evidências para a sustentação das proposições acerca de estágio, focando-se especificamente em algumas proposições de Wallon. Essa estratégia pode ser justificada uma vez que: 1) mesmo sendo um autor clássico da área, Wallon possui poucos trabalhos empíricos que busquem validar suas proposições; 2) os trabalhos desenvolvidos por alguns neo-piagetianos possuem fortes correlatos com as propostas wallonianas, sendo possível uma articulação entre as duas *escolas*. Quatro propostas de Henri Wallon foram selecionadas: 1) O desenvolvimento humano ocorre por meio de etapas descontínuas, marcada por rupturas, retrocessos e reviravoltas; 2) Cada etapa traz mudanças nas formas da atividade do estágio anterior ao mesmo tempo em que condutas dos estágios anteriores podem aparecer configurando sobreposições; 3) A passagem de um estágio ao outro constitui uma reformulação, e podem ocorrer crises no momento dessas passagens que afetam visivelmente a conduta da criança; 4) O desenvolvimento é concebido como uma construção progressiva em que se sucedem estágios com predominância alternadamente afetiva e cognitiva. Analisando-se os trabalhos da *Dynamic Skill Theory*, de Kurt W. Fischer, pode-se verificar que: 1) É possível verificar empiricamente mudanças descontínuas no desenvolvimento das habilidades (ações em contexto), com trajetórias complexas apresentando saltos abruptos, platôs e quedas acentuadas, utilizando modelagens matemáticas do desempenho de indivíduos em tarefas específicas em vários domínios; 2) Essas mudanças descontínuas seguem um padrão dialético de integração e diferenciação, e ocorrem de maneiras distintas em domínios distintos, possuindo característica de rede (*web*) e não de escada (*letter-like*); e 3) O desempenho varia em função do contexto (nível funcional *versus* nível ótimo) e da reação emocional do sujeito. Os estudos da *Dynamic Skill Theory* fornecem evidências que ajudam a sustentar as três primeiras proposições de Wallon, mas **refutam** a quarta proposição ao verificar que a afetividade e as emoções não se alternam às alterações cognitivas, mas são co-ocorrentes.

Apoio: Fapemig

Palavras-chave: Estágios de desenvolvimento, neo-piagetianos, Wallon.
Nível do trabalho: Graduação.

Código: DES

IDENTIFICANDO DESCONTINUIDADES NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO. *Hudson Golino** e *Cristiano Mauro Assis Gomes (Laboratório de Investigação da Arquitetura Cognitiva – LaiCo / Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG).*

Até meados dos anos de 1980, a teoria de estágios piagetianos exercia uma influência significativa dentro do campo de pesquisa em psicologia do desenvolvimento no Brasil e no mundo. No entanto, essa influência começa a declinar devido, principalmente, ao crescente corpo de evidências que ajudaram a convencer alguns pesquisadores de que o conceito de estágio era inapropriado para descrever o desenvolvimento cognitivo. Um grupo de pesquisadores neopiagetianos tem buscado superar os desafios e as limitações apontadas à teoria piagetiana, propondo abordagens teórico-metodológicas que possibilitam a identificação empírica de estágios. Os modelos teóricos utilizados baseiam-se em pressupostos matemáticos de organização da informação, permitindo a construção de testes e tarefas capazes de verificar descontinuidades. Essa qualidade é alcançada por meio da tecnologia envolvida na construção desses instrumentos, cujo foco situa-se na complexidade hierárquica, que diz respeito a diferenças qualitativas entre os elementos de uma tarefa, envolvendo a coordenação de componentes de menor ordem para a resolução correta da mesma. O presente estudo, portanto, tem como objetivo verificar se é possível identificar descontinuidades a partir de um instrumento construído com foco na complexidade hierárquica das tarefas: o Teste de Desenvolvimento do Raciocínio Indutivo (TDRI). O TDRI possui seis conjuntos de itens, um para cada estágio: Representação Singular, Mapa de Representação, Sistema de Representação, Abstração Singular, Mapa de Abstração e Sistema de Abstração. Ele foi aplicado em 188 pessoas da cidade de Belo Horizonte, com idades variando entre 6 e 65 anos ($m = 121,75$ e $dp = 14,31$), sendo 54,8% do sexo feminino. Para analisar os dados, foi utilizada a análise de Rasch, que possibilita verificar a existência de seqüências hierárquicas de itens e de pessoas, sendo relevante para a identificação de estágios de desenvolvimento. Os resultados apontam que o TDRI possui uma confiabilidade de 0,95 para as pessoas e de 0,99 para os itens. O índice Infit, indicador sensível da relação entre o nível de desempenho atribuído às pessoas e o nível de dificuldade atribuído aos itens, situa-se em uma faixa que varia de 0,55 até 1,46 ($m = 0,94$ e $dp = 0,22$), considerada produtiva para a medida, evidenciando que o teste apresenta ajuste adequado. No geral, itens que representam diferentes níveis de complexidade apresentam-se em diferentes grupamentos no mapa de variáveis, com distância diferente de zero entre eles. Além dos *gaps* entre diferentes grupamentos de itens, a descontinuidade pode ser verificada por meio do Índice de Segmentação de Wilson: $S = \min(\beta_j b) - \max(\beta_j a)$; sendo β_j a dificuldade do item, b o estágio inferior e a o estágio superior. Apenas os dois últimos níveis apresentaram S menor ou igual a zero, indicando uma sobreposição de dificuldades entre alguns de seus itens. A partir dos resultados, é possível afirmar que os itens são distribuídos na ordem prevista pela complexidade hierárquica, formam grupamentos por estágio e que há *saltos* entre os estágios, com exceção dos dois últimos. Utilizando-se tecnologias específicas é possível identificar empiricamente descontinuidades. Por último, serão apontadas considerações para pesquisas futuras e limitações do trabalho.

Apoio: Fapemig

Palavras-chave: Congruência, motivação, avaliação psicológica.

Nível do trabalho: Iniciação Científica (Graduação)

Código: DES

QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS PRATICANTES DE BOCHA. *Michel Monteiro Macedo**, *Michele da Silva Pereira**, *Joyce Vieira Martins dos Santos** e *Isabela Lemos de Lima Cascão** (Educação Física, Universidade de Mogi das Cruzes – SP)

O envelhecimento populacional global tem levado pesquisadores ao redor de todo o mundo a estudar aspectos relacionados à qualidade de vida nesta faixa etária. Quatro grandes dimensões compreendem qualidade de vida, sendo elas dimensão psicológica, social, ambiental e física, destacando esta última por estar diretamente associada à saúde, que pode ser definida como *status* de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas ausência de doença ou enfermidade. Este trabalho teve como objetivo verificar a qualidade de vida nas últimas duas semanas de indivíduos idosos praticantes de Bocha, em clubes esportivos do Alto Tietê. Participaram da pesquisa 18 idosos; por se tratar de um esporte específico a amostra foi escolhida por conveniência, quanto ao gênero, 94,5% eram do sexo masculino e 5,5% feminino, com faixa etária variando de 60 a 85 anos. Os dados foram obtidos por meio do questionário *WHOQOL-bref*, aplicado de maneira individual após a atividade esportiva. A apresentação dos dados foi feita de maneira descritiva utilizando-se média e o desvio padrão. Quanto ao sentimento relacionado à qualidade de vida nas duas últimas semanas, o item que atingiu o maior valor foi encontrado no aspecto da vida ter sentido ($4,05 \pm 0,63$), seguido da capacidade dos idosos em aproveitarem suas vidas ($3,88 \pm 0,58$). Os menores valores “muito pouco” foram encontrados na percepção da dor física ($2,55 \pm 1,24$) e no tratamento médico ($2,61 \pm 1,14$). No que concerne ao aspecto de quão completamente tem sentido ou é capaz de fazer certas coisas nas últimas duas semanas, os itens que se mostraram mais relevantes para os participantes foram a aceitação da própria aparência ($4,0 \pm 0,76$), e a energia suficiente para o dia a dia ($3,88 \pm 0,83$). Quando perguntados se têm dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades, a avaliação foi “médio” ($3,22 \pm 0,64$), destacando-se como item de menor expressão para este aspecto. No que diz respeito à satisfação com vários aspectos de sua vida nas duas últimas semanas, a satisfação com relações pessoais ($4,38 \pm 0,50$), consigo mesmo ($4,33 \pm 0,68$), com as condições do local onde mora ($4,27 \pm 0,57$), e com a capacidade de desempenhar atividades do dia a dia ($4,05 \pm 0,53$), obtiveram valores elevados classificando-se como “satisfeito”. Já os itens satisfação com a vida sexual ($3,50 \pm 0,85$), e com o acesso aos serviços de saúde ($3,50 \pm 1,04$), foram classificados como “nem satisfeito nem insatisfeito” pelos participantes. Conclui-se que a maior parte dos idosos praticantes de Bocha avaliou sua qualidade de vida como “boa”. Contudo, quando abordada a satisfação com sua saúde, responderam sentir-se “nem satisfeito nem insatisfeito”. O valor encontrado referente à frequência com que têm sentimentos negativos foi pequeno, o que demonstra a baixa ocorrência deste tipo de sentimento entre a amostra analisada.

Palavras-chave: Bem-estar. Envelhecimento. Atividade Física.

Nível do trabalho: Iniciação Científica (IC)

Área da pesquisa: Psicologia do Desenvolvimento (DES)

LEVANTAMENTO DAS CONCEPÇÕES MATERNAS ACERCA DAS CAPACIDADES SOCIOCOMUNICATIVAS DE BEBÊS NO PRIMEIRO ANO DE VIDA: UM ESTUDO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE (PB)

*Frankleudo Luan de Lima Silva**, *Ranielly Cristina Silva Santos**, *Thiago Francisco de Andrade**, *Andreza Gomes de Souza**, *Ianna de Oliveira Barreto**, *Raquel Souza Coelho**, *Mariana Couto Assis**, *Jacqueline Ramos Loureiro Marinho** e, *Fabiola de Sousa Braz Aquino*** (Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB)

As ideias de Vigotski relativas ao papel da interação social para o desenvolvimento infantil têm sido resgatadas com frequência na literatura acerca do desenvolvimento humano. As linhas centrais do modelo deste autor têm norteado estudos que destacam a relevância da qualidade das interações iniciais adulto-criança para o desenvolvimento infantil, já no primeiro ano de vida. Pressupondo-se que as interações sociais são fatores que engendram o desenvolvimento infantil, investigações sobre as concepções maternas acerca desse desenvolvimento mostram-se relevantes, dado que tais concepções terão impacto nos tipos de interações estabelecidas. Seguindo essa perspectiva, o presente estudo investigou as concepções maternas acerca das habilidades sociocomunicativas de bebês no primeiro ano de vida. A amostra foi composta por 22 mães de bebês de 6 meses, 19 mães de bebês de 9 meses e 25 mães de bebês de 12 meses, totalizando 66 mães de diversos níveis instrucionais, entrevistadas individualmente em postos de saúde da cidade de Campina Grande (PB). Para conhecer as concepções das mães referentes a tais habilidades dos bebês, foi utilizado o *The Pragmatics Profile of Everyday Communication Skills in Children*, uma entrevista estruturada que aborda os aspectos sociopragmáticos da linguagem. Os resultados obtidos das entrevistas foram analisados tendo por base as quatro sessões que compõem o referido instrumento. As análises permitiram identificar variações das concepções maternas em função da idade dos bebês, da idade e nível instrucional maternos. De acordo com os relatos maternos, os bebês passam a apresentar, ao longo dos três períodos evolutivos estudados, sofisticação gestual e outras habilidades sociocomunicativas mais complexas tais como o uso de gestos coordenados com vocalizações. De forma geral, verificou-se que os relatos maternos refletem um desconhecimento acerca das capacidades sociocomunicativas de seus bebês e da importância dessas capacidades para o desenvolvimento linguístico e cognitivo infantil. Variáveis como nível instrucional e idade materna, número de filhos e características individuais infantis, tais como idade e sexo dos bebês foram consideradas como fatores intervenientes na percepção das mães estudadas. Considera-se que os dados obtidos neste estudo contribuem para a compreensão das percepções maternas acerca das habilidades sociocognitivas e comunicativas infantis e suas repercussões nas interações estabelecidas e nas práticas de cuidado materno. Destaca-se a importância da influência das concepções maternas para a promoção de condições estimuladoras ao desenvolvimento infantil, traduzidas na estruturação, organização e enriquecimento do ambiente de desenvolvimento dos filhos. Ademais, os resultados obtidos podem ser úteis para subsidiar programas de intervenção com mães, educadores e bebês já no primeiro ano de vida.

Palavras-chave: interação mãe-bebê, concepções maternas, capacidades sociocomunicativas.

Nível do trabalho: IC (Trabalho de graduação)

Código da área: DES-Psicologia do Desenvolvimento

O APEGO COMPARTILHADO EM CASAIS COM UM FILHO COM AUTISMO.

*Márcia Rejane Semensato ** e Cleonice Alves Bosa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS)*

O nível de suporte conjugal tem sido considerado um aspecto relevante nos estudos sobre estresse e família de crianças autistas, pois a necessidade de apoio bem como a sensação da falta deste mostram-se frequentes nessas famílias. A capacidade de confiar e de apoiar e sentir-se apoiado pelo outro vem sendo explicada pela teoria do apego, através das relações que o indivíduo estabelece com sua família desde a infância. Isto porque os seres humanos são mais capazes de se desenvolverem quando estão seguros de que alguém virá ao seu auxílio em caso de dificuldades. Nos adultos essa necessidade pode ser menos evidente, mas continua presente, especialmente frente à necessidade de apoio ao lidar com eventos estressores, pois nesse momento é provável que ocorra uma reativação do apego. A fase final da transformação do sistema de apego da infância seria a escolha do parceiro. O conceito de base segura familiar provê um modelo sistêmico de entendimento do padrão de apego familiar, no qual as influências mútuas entre os diferentes apegos podem ser pensadas, com a formação de um *script* de apego compartilhado pelo casal. Esse novo *script* familiar é influenciado tanto pelas representações de apego do passado, quanto pelo relacionamento atual com um(a) parceiro(a) e pela história da família que criaram (ex. aspectos da conjugalidade e das vivências familiares). O *script* compartilhado é importante no estudo do sistema familiar, especialmente na vivência de situações potencialmente estressantes, como no caso de ter um filho com autismo. Isto porque nos casais que tem um filho com autismo, as características dessas crianças parecem ter um grande impacto no sistema familiar, o que reflete a importância do relacionamento existente entre os membros do casal e sua capacidade de apoio recíproco. Baseado nisso, esse estudo investigou o apego compartilhado em três casais cujo filho, entre 8 e dez anos, apresenta autismo. Realizou-se um estudo de caso coletivo de caráter exploratório e descritivo. O instrumento usado foi uma entrevista semi-estruturada, a qual investigava dimensões do apego de casais encontradas na literatura. As entrevistas foram realizadas de forma conjunta com cada casal e os dados sobre os indicativos de *script* compartilhado pelo casal foram submetidos a uma análise de conteúdo. Os resultados mostraram que a relação conjugal estava afetada na vida de todos os casais, porém em casais com mais indicativos de *script* de apego compartilhado seguro, apesar dos conflitos na vida conjugal, havia expectativas e perspectivas com o casal trabalhando para atingir essa meta. Os casais que relataram mais indicadores de apego compartilhado em sua relação, tais como capacidade de apoio mútuo, reciprocidade, confiança e segurança na relação, tinham uma divisão de tarefas sentida como mais justa, a relação como parceiros parentais estava mais preservada e usavam estratégias mais eficazes e coerentes com sua realidade para a resolução de conflitos. Os resultados parecem corroborar a noção de que o apego compartilhado é mais do que a junção de apegos individualizados, sendo resultado de uma construção do casal, ao longo do convívio.

Pesquisa realizada com financiamento do CNPq

Palavras-chave: apego; relação conjugal; autismo

Dissertação de Mestrado - M

DES

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA PUBLICADA SOBRE A TERCEIRA IDADE: UMA BUSCA DE COMPREENSÃO DO ESTADO DA ARTE COM IDOSOS. *Mônica Wakao** (Universidade Guarulhos, Guarulhos - SP) e *Paulo Francisco de Castro* (Universidade Guarulhos, Guarulhos - SP e Universidade de Taubaté, Taubaté - SP).

O acelerado crescimento da população idosa no Brasil, atualmente denominada Terceira Idade tem sido noticiado pelos canais de comunicação de forma geral, anunciando grandes transformações sociais e culturais em curso. A área de Psicologia, como ciência que estuda o comportamento humano e os processos que o envolvem, tendo como principal foco o Homem e que, como ciência, compõe-se de um conjunto de conhecimentos sobre seu objeto de estudo, não pode negligenciar tal fator, devendo atentar para essa mudança. O objetivo do presente trabalho foi analisar a produção científica em psicologia sobre o indivíduo idoso. Efetuou-se levantamento de publicações sobre o idoso, nas bases de dados PsycINFO (Psychological Abstracts Information Services, base de dados da American Psychological Association - APA) e SciELO (Scientific Eletronic Library Online), nos últimos dez anos e, através da revisão da literatura, procedeu-se à análise e unificação dos dados. Foram encontrados e analisados 3.997 resumos, sendo a maioria das publicações, de autoria múltipla (N=1629). Verificou-se uma produção média de 400 artigos ao ano, com um leve crescimento a partir do ano de 2002, sendo que o ano de 2008 alcançou maior produtividade, com 15% do total. A maior parte dos trabalhos foi de natureza empírica (77%), sendo que o Mini Mental State Examination foi o instrumento mais utilizado nas pesquisas, mundialmente (15%), seguido pelo Geriatric Depression Scale (6%) e pelo Center for Epidemiological Studies of Depression Scale (4%), estando a maior parte da divulgação na área concentrada em Artigos de Periódicos (81,86%). A Psicologia, seguido da Gerontologia, foram as áreas de maior produção no tema. Dentre os 73 países que tiveram seus trabalhos publicados, os Estados Unidos apresentaram maior produção na área, totalizando 51,46% das publicações, seguido pelo Canadá, com 9,73% e pelo Brasil, com 3,88%, sendo o inglês (92,04%), o idioma predominante. Foram levantadas 780 fontes de publicação diferentes, de diversos países, sendo que o Dissertation Abstracts International (6,03%), seguido pelo Journal of the American Geriatrics Society (3,18%) foram responsáveis pelo maior número de publicações na área. Os periódicos foram classificados por área temática, onde se apurou que os periódicos de Psicologia (26%), seguidos pela Psiquiatria (9%) e Neurologia (6%) participaram em maior número das publicações e que o maior número de trabalhos publicados foram de periódicos na área de Geriatria / Gerontologia (N=660), seguido pela Psicologia (N=604) e Psiquiatria (N=391). Conclui-se que: a área de estudo do envelhecimento é multicultural e multidisciplinar e encontra-se em plena expansão: além disso, a Ciência ainda tem seu olhar voltado à degenerescência e aos aspectos negativos da velhice. Enfatiza-se a necessidade de realização de mais estudos de enfoque biopsicossocial no envelhecimento e a realização de pesquisas de meta-análise, longitudinais, que permitam a visualização dos principais resultados alcançados nessas pesquisas, de forma mais aprofundada, colaborando desta forma, para um delineamento e direcionamento das necessidades de realização e inovação dos temas levantados.

Palavras-Chave: Terceira Idade; Análise de Produção Científica; Psicologia do Desenvolvimento.

Nível do trabalho: IC - Iniciação Científica

Código da área: DES - Psicologia do Desenvolvimento.

PAI IDEAL: DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES. *Marília Reginato Gabriel** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS) e Ana Cristina Garcia Dias (Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS).*

Os modelos de paternidade existentes, produzidos pela sociedade, muitas vezes, ditam as formas de ser e estar no mundo, permitindo poucas escolhas pessoais e subjetivas para o homem (Staudt, 2007). O objetivo deste estudo é analisar como os homens (pais) percebem o pai ideal. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito homens de idades entre 28 e 41 anos. Todos se encontravam em sua primeira experiência de paternidade e casados com a mãe de seu filho (idades entre 11 meses e 5 anos). As entrevistas foram transcritas e submetidas a análises de conteúdo (Bardin, 1977). Identificaram-se quatro categorias relacionadas a essa questão, que são ilustradas e comentadas a seguir. Oferece uma boa educação: “*Tu tem que educar de uma forma que ele enfrente o mundo com condições pra isso*”; “*À medida que dá, a boa educação é esta: ser rígido o quanto tem que ser, ser carinhoso o quanto tem que ser*”. Atributos pessoais: “*Além de toda a preocupação que um pai tem que ter com a criança, ele também tem que estar num estágio de maturidade razoável, porque é complicado você ter que tomar conta de um ser humano que você não consegue tomar conta de você mesmo*”. Pai ideal é ser exemplo: “*O modelo de como eu acho que deve se portar um pai que é uma espécie de exemplo pro filho. Se você quer que seu filho não beba ou não fume, então não beba, não fume. Seja um exemplo a ser seguido*”. Dificuldade em ser um pai ideal: “*Uma preocupação que eu tenho, que eu acho que é uma falha mesmo minha, que eu não deixei do dito cigarro. Eu acho que o pai tem que, em primeiro lugar, ser um bom exemplo pro seu filho; nessa parte eu vou tentar corrigir, melhorar*”; “*O pai ideal teria que ter mais tempo durante a semana, pelo menos. É o meu caso*”. Para os participantes, o pai ideal é descrito como presente na vida da criança, que participa da vida da mesma, principalmente fornecendo educação e carinho, através do seu exemplo. Não é exigido do pai ideal que ele acerte em todas as suas atitudes, mas que se empenhe em fazer o melhor, sendo atencioso, preocupado, maduro e que saiba colocar os limites necessários para que o filho tenha uma boa educação. Entende-se que o pai idealizado faz parte da identidade do homem como pai, uma vez que este parece se basear no que considera ideal para desempenhar o seu papel, fazendo com que aspectos idealizados tornem-se reais. Os participantes reconhecem a dificuldade que possuem em estar neste lugar efetivamente. Deslizes no comportamento e nos hábitos levam os homens a um afastamento da posição ideal de paternagem. Dessa forma, percebe-se que os homens estão vivenciando um momento histórico no qual a função paternal está em transformação, existindo um distanciamento entre o que se idealiza e o que acontece na prática, o que gera um sentimento de inadequação por parte dos pais.

Palavras-chave: paternidade, representações, pai ideal.
Trabalho de Graduação (monografia)

DES

PATERNIDADE: DESCRREVENDO O PRÓPRIO PAI COMO PAI. *Marília Reginato Gabriel***(Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS) e *Ana Cristina Garcia Dias* (Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS).

O modo como o pai enxerga a sua criação em relação ao seu próprio pai é essencial para a constituição da paternidade. O objetivo deste estudo é analisar como os homens (pais) percebem a paternidade exercida pelo seu próprio pai, enfatizando as diferenças e semelhanças na sua prática como pai em relação a esse modelo paterno. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito homens de idades entre 28 e 41 anos. Todos se encontravam em sua primeira experiência de paternidade e casados com a mãe de seu filho (idades entre 11 meses e 5 anos). As entrevistas foram transcritas e submetidas a análises de conteúdo. Identificaram-se duas categorias relacionadas a essa questão, que são ilustradas e comentadas a seguir. O pai como pai: *“Meu pai sempre foi um bom pai. Eu acho que ele foi bem rígido na medida certa e foi carinhoso na medida certa, sempre foi muito carinhoso com a gente”*. Nesta categoria, os pais descrevem seus pais a partir de dois polos que giram em torno do eixo da afetividade. De um lado, estão os pais que são vistos como carinhosos e, de outro, aqueles que são distantes e despreocupados. Estas vivências de paternidade podem representar possibilidades efetivas tanto de rupturas como de espelhamento do modelo de pai vivido. Diferenças e Semelhanças: *“Algumas coisas eram proibidas e pronto. Outras coisas, era obrigado a fazer e não sabia nem porque era assim. Fui perceber depois que era assim porque o pai queria simplesmente. Se é certo ou errado é outra história. Então é um aspecto que eu vejo que é diferente da época que era filho”*. As diferenças apontam que os novos pais buscam um lugar de diálogo e de compartilhamento de saberes com seus filhos, passando o sentimento a ser a âncora do relacionamento entre pais e filhos, ao invés da relação de autoridade. Por outro lado, ao reconhecer as semelhanças com o pai, o homem constrói o seu modo de ser pai se baseando em suas vivências como filho, validando a experiência paterna. Contudo, observa-se que o homem não deixa de questionar as concepções de paternidade dadas *a priori* pela geração precedente. Ao tomar esta atitude, o homem concebe uma nova e singular maneira de ser pai, baseando-se no que está vivenciando no momento e no que viveu na relação com seu pai, exercendo a sua paternidade de modo espontâneo e único.

Palavras-chave: paternidade, representações, modelos.

Trabalho de Graduação (monografia)

DES

ESSE AMOR ME ADOECE: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DA TEORIA DO APEGO ADULTO COM MULHER EM CONFLITO NAS RELAÇÕES AFETIVO-CONJUGAL. *Lucilene Ribeiro da Silva**, *Geovana Rodrigues Santos*** e *Alisandra Barboza** (Departamento de Psicologia, Faculdade de Ciências Humanas de Olinda, Olinda – PE)

A teoria do apego é uma teoria psicológica, evolutiva e etológica sobre as relações entre os seres humanos e o desenvolvimento das relações sócio-afetivas. É concebida como um processo relacional de co-criação de um senso de confiança mútua entre os parceiros, processos esses, vinculados às interações afetivas desde o início da vida. Esta teoria formulou-se a partir dos estudos do psiquiatra londrino John Bowlby com a publicação do artigo ‘*The nature of the child’s tie to his mother*’ tornando-se um marco nas pesquisas na área do apego. No início da década de 50, a equipe de pesquisadores de Bowlby acolheu a norte-americana Mary Ainsworth que após alguns anos elaborando pesquisas junto à equipe viajou para Uganda e realizou um estudo de observação naturalista que veio a confirmar novas idéias etológicas de Bowlby. Baseando-se nos dados provenientes deste estudo, foram identificadas diferenças individuais na qualidade das relações mãe-bebê que pareciam estar associadas com diferentes padrões de apego denominadas *Situação Estranha* que possibilitaram a identificação de três padrões de apego diferentes. No entanto, Bowlby, ao longo de sua obra, reconheceu em diversas ocasiões a importância do apego ao longo de todo o ciclo da vida humana, porém, as suas investigações centraram-se apenas na infância, focando as atenções nas origens desenvolvimentais das relações de apego da criança e seus pais, sobretudo, com a cuidadora. A partir da década de 1980, alguns pesquisadores ofereceram contribuições que tornaram relevantes os estudos das relações de apego na adolescência e na vida adulta. Entre eles, salientam-se as pesquisas de Mary Main e sua equipe sobre a dimensão representacional dos vínculos dos quais resultaram a construção do AAI – Adult Attachment Interview (George, Kaplan & Main, 1984) e posteriormente os estilos de apego adulto. Este estudo objetivou analisar, exploratoriamente, as influências das relações de apego adulto no relacionamento afetivo-conjugal de uma voluntária que freqüentava programas anônimos de recuperação. Participou deste estudo uma mulher, NSE médio, vivendo em zona urbana, nível escolar médio, profissional autônoma freqüentadora do programa de esposas de co-dependentes químicos. Utilizamos como análise metodológica os conceitos da teoria do apego propostos por Main (1990), baseado no Protocolo de Entrevista de Apego Adulto - AAI, versão em língua portuguesa, Casellato (2004). A pesquisa desenvolveu-se em dois momentos distintos; no primeiro, utilizamos a versão do AAI; no segundo, utilizamos uma entrevista semi-estruturada referente às relações afetivo-conjugais. Objetivamos investigar: (a) O histórico do relacionamento, (b) A qualidade da relação, (c) A estrutura familiar, (d) Identificar as principais figuras de apego e as experiências significativas dos vínculos desenvolvidos até o momento. A partir de uma análise qualitativa das respostas fornecidas pela voluntária, pudemos observar características de uma co-dependência afetiva e, mesmo se tratando de uma experiência inaugural com o método apresentado, identificamos traços do quarto estilo de apego proposto por Main & Cols. denominado apego desorganizado/desorientado. Este estudo objetivou ser mais um viés que introduzisse investigações acerca das relações de apego adulto e como as influências do curso deste desenvolvimento podem influenciar nas relações adulta, sócio-afetiva com os pares. Palavras-chaves: Apego; relacionamento afetivo-conjugal; AAI.

IC

DES

DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DO BEBÊ COM SÍNDROME DE DOWN: PESQUISA BIBLIOGRÁFICA. *Karina Junqueira de Menezes** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR) e *Maria Augusta Bolsanello* (Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR)

A Síndrome de Down (SD) é considerada uma das mais frequentes anomalias cromossômicas, sendo a mais antiga causa genética de retardo mental. Este erro genético acarreta desde alterações do fenótipo até distúrbios cognitivos que repercutem no desenvolvimento e na aprendizagem destes indivíduos. O estudo, que foi realizado como projeto de Iniciação Científica, propõe uma revisão de literatura atualizada visando levantar as principais características e especificidades do desenvolvimento e da aprendizagem do bebê com Síndrome de Down, com o objetivo de fornecer noções atualizadas para profissionais envolvidos no atendimento em atenção/estimulação precoce e professores de bebês com esta síndrome. A metodologia utilizada consistiu em buscar pesquisas dos últimos dez anos (de 1999 a 2009) nas seguintes bases de dados nacionais e internacionais: a) ERIC - Education Resources Information Center; b) [SciELO - Scientific Electronic Library Online](#); c) PubMed; d) Portal de Periódicos e Teses CAPES; e) Bireme - Biblioteca Virtual em Saúde. Alguns documentos foram pesquisados em sites como o DEFNET – Banco de Dados Para e Sobre Pessoas com Deficiências, o National Information Center for Children and Youth with Disabilities e o National Down Syndrome Society. A busca se deu a partir das seguintes palavras-chave: síndrome de Down (down syndrome); desenvolvimento (development); deficiência mental (mental disability); intervenção precoce (early intervention); educação especial (special education); inclusão (inclusion). O material coletado resultou em 50 artigos, 2 dissertações de mestrado, 2 documentos oficiais, 9 capítulos de livros e 2 livros na íntegra. A partir da análise do material, procedeu-se a sua organização levando em conta os seguintes aspectos relacionados à Síndrome de Down: físicos e fisiológicos, motores e cognitivos, aspectos familiares e de desenvolvimento, intervenção precoce e inclusão escolar. Os estudos apontam que as crianças com esta síndrome têm prejuízos em suas funções fisiológicas, motoras e cognitivas que acarretam dificuldades na adaptação ao ambiente escolar, no desempenho escolar e, frequentemente, nos relacionamentos interpessoais. Frente à essas características, a pesquisa ressalta a importância da implementação de programas de atenção/estimulação precoce na promoção do desenvolvimento dessas crianças. Enfatiza que as famílias precisam de compreensão e apoio especializado, a fim de que possam centrar-se não mais na deficiência do filho, mas em ações para promover o seu desenvolvimento. Ressalta a necessidade de mudanças nas práticas educacionais, na capacitação de profissionais e professores a fim de que novas ações sejam realizadas para que as diferenças sejam contempladas, visando a inclusão escolar e social da criança com Síndrome de Down.

Apoio financeiro: Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ)

Palavras-chave: Educação Especial, Estimulação Precoce, Síndrome de Down

IC

DES

INDEPENDÊNCIA DO IDOSO INSTITUCIONALIZADO. *Andréa Batista Ribeiro**, *Camylla Basso Franke**, *Carla Cristina Cabral**, *Cleide Stefania Jacob**, *Joscelina Pereira Sena**, *Keila Soares Rodrigues** e *Marlon Eldon Martins** (Faculdade Evangélica do Paraná, Curitiba PR).

O presente estudo teve a finalidade de responder qual o grau de independência do idoso institucionalizado e comparar os resultados, utilizando idosos não institucionalizados como grupo controle. Este problema de pesquisa foi escolhido para apontar as dificuldades que os idosos têm em suas habilidades ou independências para realizar atividades básicas da vida diária. Portanto, este estudo teve como objetivo pesquisar e comparar os maiores obstáculos dos idosos institucionalizados e não institucionalizados em realizar atividades diárias e viver independentemente. De acordo com a literatura, a capacidade funcional implica a habilidade para realização de atividades, podendo ser medida por meio de instrumentos padronizados que avaliam o desempenho do idoso nas atividades da vida diária e nas atividades instrumentais da vida diária. Outro aspecto encontrado na literatura é a necessidade de assistência e apoio nos abrigos, tendo em vista que a grande maioria é abandonada, vivendo na solidão pela falta da família, o que pode contribuir para o aumento do grau de sua dependência. Estudos nesta área mostram que o idoso que se sente inútil pode ter o comprometimento de sua condição física e com isso ficar muitas vezes debilitado ao executar seus cuidados pessoais sozinhos. O instrumento utilizado na pesquisa foi o Índice de Katz, sendo uma escala que permite avaliar os diferentes níveis de independência dos idosos, tais como banhar-se, vestir-se, usar o sanitário, mover-se da cama para a cadeira, ter continência das eliminações e alimentar-se. O idoso foi considerado independente quando realizou as funções sem a ajuda de outros, sendo a independência medida em níveis que vão de A (totalmente independentes para todas as funções) a G (completa dependência para todas as funções). Foram realizadas 120 entrevistas em 4 instituições asilares, todas na cidade de Curitiba-PR, onde participaram 60 idosos (sexo masculino e feminino); os 60 questionários restantes foram aplicados em 60 idosos não institucionalizados (sexo masculino e feminino) na mesma cidade, compondo assim toda a amostra dessa pesquisa. Todas as entrevistas foram aplicadas verbalmente pelos pesquisadores. Como resultado, a pesquisa mostrou que os idosos não institucionalizados possuem nível de independência maior que aqueles residentes em instituições em todas as categorias medidas pelo instrumento. Segundo os resultados obtidos, foi possível concluir que o maior grau de independência está entre os idosos não institucionalizados o que corrobora com a visão de que os institucionalizados, se encontram nessa condição pelo fato de já ser de alguma forma limitado para realizar suas necessidades de vida diária ou ainda que a institucionalização limita a capacidade física destes idosos.

Palavras-chave: idosos, institucionalização, Índice de Katz.

IC (trabalho de graduação)

DES

MULHERES IDOSAS E SUAS RELAÇÕES DE AMIZADE EM COMUNIDADES RELIGIOSAS NA CIDADE DE CURITIBA. *Priscila Susiane Matos Badotti** e *Ana Cláudia Wanderbroocke (Universidade Tuiuti do Paraná – Curitiba/PR).*

Em virtude do crescimento da população idosa brasileira, faz-se necessária uma reflexão acerca desta fase da vida, considerando a influência que a amizade exerce sobre a mesma. Esse crescente envelhecimento populacional remete a uma nova concepção do idoso, pois sua participação no cotidiano contemporâneo aumenta consideravelmente e sua permanência como agente participante de todo o processo dinâmico da vida em sociedade é um fato que vem derrubar alguns paradigmas sociais. No entanto, um país que envelhece enfrenta desafios e o primeiro deles é a necessidade de se adaptar ao novo perfil da população, conseguindo maior expectativa de vida com melhor qualidade de vida. Para tanto, é necessário conhecer este perfil, e, antes ainda, entender o processo pelo qual passam aqueles que envelhecem. É necessário que se promova a participação social, saúde e segurança para os idosos. As comunidades religiosas vão de encontro à proposta de promoção do envelhecimento ativo, com a finalidade de preservar as capacidades e o potencial de desenvolvimento do indivíduo idoso. Portanto, o objetivo dessa pesquisa foi analisar as relações de amizade de mulheres idosas que participam de comunidades religiosas na cidade de Curitiba, assim como, caracterizar a rede de amizades dessas mulheres e compreender como estas percebem as relações de amizade atuais comparadas a outras etapas da vida. Os dados foram coletados por meio de um questionário sócio-demográfico e de entrevistas com roteiros estruturados com quarenta idosas com idades entre 60 e 84 anos que participavam de comunidades religiosas. Os dados das perguntas foram submetidos à análise estatística descritiva e os dados emergentes nas entrevistas foram categorizados. Os resultados apontaram para uma mudança no perfil das mulheres idosas: se antes a velhice era vista como uma fase de declínio e isolamento, hoje essa etapa da vida é encarada por essas mulheres como o momento de participar ativamente de seu contexto sócio-histórico, demonstrando grande capacidade adaptativa e de aceitação à sua idade, cultivando laços de amizade e participando de atividades sociais, manifestando saúde física e mental, o que lhes garante maior autonomia. E, embora fossem participantes de comunidades religiosas, não viviam somente em prol das atividades propostas pela igreja, pois elas participavam de outros programas e possuíam outras amizades fora deste espaço. E o mais relevante, que garantia toda esta disposição era, principalmente, a amizade, a importância de existir para outro, ser amado e ter sua companhia desejada. Dessa forma, concluiu-se que, se forem tomados todos os cuidados necessários para uma vida saudável e equilibrada, ou seja, uma vida ativa, em todos os aspectos, principalmente no âmbito social, a velhice certamente se caracterizará como sendo um período de muita satisfação e tranquilidade para as pessoas de um modo geral. Ela pode ser vista como uma etapa que permite aos sujeitos realizarem atividades diversas e vivenciarem papéis sociais e emocionais relevantes nessa fase da vida.

Palavras-chave: Envelhecimento; mulher; amizade.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).

DES Psicologia do Desenvolvimento

EFEITOS DE UMA INTERVENÇÃO SOBRE OS COMPORTAMENTOS INTERATIVOS ENTRE MÃE E BEBÊ. *Renata Stankewitz** (Universidade Positivo – Curitiba-PR) e *Olivia Justen Brandenburg* (Universidade Positivo; Faculdades de Administração Ciências, Educação e Letras – Curitiba-PR)

Os primeiros meses de vida são considerados primordiais para o desenvolvimento do vínculo entre o bebê e sua mãe. Verifica-se na literatura a importância que uma relação de apego pode ter sobre o desenvolvimento da criança: a mãe deve criar um vínculo afetivo seguro com seu bebê desde o início. Assim, a presente pesquisa teve o objetivo de verificar o efeito de uma intervenção baseada na análise do comportamento sobre os comportamentos interativos da mãe com o bebê. Participaram desta pesquisa um bebê de dois meses e sua mãe. O critério de seleção da mãe foi apresentar indicativos de depressão pós-parto. Foi realizada uma entrevista inicial com a mãe e aplicada a Escala de Edimburgo, que avalia depressão pós-parto. A partir dos dados obtidos, foi possível confirmar sintomas depressivos na mãe e planejar a intervenção. Esta consistiu em oito sessões semanais, de duração média de 30 minutos, com atividades de estimulação para promover o vínculo da díade mãe-bebê. A pesquisadora utilizou procedimento de modelagem dos comportamentos interativos da mãe com a filha. Em cada sessão houve registro de memória dos comportamentos da díade, os quais foram analisados de forma qualitativa, havendo análise funcional de alguns comportamentos. Além disso, foi feita análise quantitativa da frequência de comportamentos interativos (olhar, falar, sorrir, tocar e embalar) da díade, registrados a partir da filmagem da 1ª, 4ª e 8ª sessões. Na última sessão, foi feita uma entrevista e a segunda aplicação da Escala de Edimburgo. O resultado da comparação entre as sessões mostrou evidências de que inicialmente a mãe tinha repertório menor de habilidades com seu bebê e que aos poucos foi aprendendo comportamentos interativos novos, como o toque (ao fazer massagem, estimular o movimento dos braços e pernas) ou como a fala (ao cantar músicas infantis). No geral, os dados mostraram que a mãe se tornou mais responsiva, conseguindo discriminar os diferentes choros do seu bebê. Com relação aos sintomas emocionais, estes diminuíram entre a primeira e a última entrevista e aplicações da escala de Edimburgo. A mãe relatou melhora em seu estado emocional, afirmando que passou a ter mais paciência e mais disponibilidade para estar com a filha e cuidar dela. Conclui-se que a intervenção baseada na abordagem comportamental foi eficaz para ensinar comportamentos interativos para a mãe com seu bebê. Ressalta-se a importância do desenvolvimento desse trabalho, de conotação preventiva, pois a garantia do vínculo afetivo entre mãe e bebê contribui para o desenvolvimento mais saudável da criança.

Palavras-Chave: Relação mãe-bebê, Intervenção, Análise do comportamento.

Nível do trabalho: IC (trabalho de graduação)

DES

AS IMPLICAÇÕES DA BUSCA DE UM CURSO SUPERIOR NA IDADE ADULTA INTERMEDIÁRIA. *Adalgisa Rejane Santos Cardoso** e *Ana Claudia Nunes de Souza Wanderbroocke (Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba/PR).*

O objetivo geral deste estudo foi analisar as implicações nas esferas biopsicossociais da busca de um curso superior por pessoas na idade adulta intermediária na cidade de Curitiba. Teve como objetivos específicos investigar os motivos que levam uma pessoa de meia-idade a buscar um curso superior e identificar as possíveis mudanças ocasionadas na vida de pessoas que cursam uma graduação na meia idade. A pesquisa teve como participantes 40 estudantes devidamente matriculados em cursos de graduação das áreas de Ciências Humanas e Ciências da Saúde na cidade de Curitiba, com idades entre 40 e 60 anos, sendo 31 do sexo feminino e 9 do sexo masculino. As entrevistas semi-estruturadas utilizadas para coleta dos dados obedeceram ao critério de preservação do sigilo da identidade dos entrevistados. A coleta dos dados sócio-demográficos demonstrou que a média de idade dos entrevistados foi de 46,6 anos. A análise dos resultados das entrevistas foi discutida à luz dos conceitos e das perspectivas que permeiam essa etapa do ciclo vital, a conhecida meia-idade. Apesar dessa faixa etária, entre os 40 e 60 anos, ser um dos períodos mais estáveis do ciclo de vida, as pessoas na contemporaneidade têm vivenciado movimentos de mudanças. Normalmente elas realizam uma revisão do passado; avaliando se os compromissos e o estilo de vida que foram assumidos na fase em que eram jovens adultos ainda estão valendo à pena. Diante desta reflexão, muitas estão buscando investir em algo que torne suas vidas significativas e plenas. Os resultados da pesquisa tanto indicaram que os participantes vivenciaram consideráveis mudanças de ordem cognitiva, emocional e social ao buscarem um curso superior na idade adulta intermediária, como também deixaram claro que o impacto de eventos não-normativos projetou-se predominantemente de maneira positiva, pois possibilitou que os participantes da pesquisa não limitassem suas vidas à espera resignada da passagem do tempo. Tornar a vida mais significativa com a integração de um novo papel em suas vidas, possibilitando a realização de um sonho e, em conseqüência, o aumento da auto-estima se apresentou como um dos ganhos mais importantes. Concluiu-se que no que diz respeito às implicações da busca de um curso superior na idade adulta intermediária, os entrevistados foram contundentes quando falaram sobre os ganhos provenientes do ingresso numa graduação na meia-idade, entretanto as perdas também tiveram o seu lugar e foram bem ressaltadas. Mas, isto não os impediram de avaliar seus recursos pessoais e aperfeiçoar suas capacidades de reserva para lidar com as perdas e optar por desfrutar dos ganhos que esse evento lhes conferiu. Pesquisas futuras poderão investigar questões referentes ao enfrentamento que cada gênero tem frente às mudanças nas esferas biopsicossociais, quando ingressam num curso superior na idade adulta intermediária.

Palavras-chave: idade adulta intermediária, curso superior, mudanças.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação).

DES

EFEITOS DE UM CURSO PARA PROFESSORES SOBRE O COMPORTAMENTO E DESEMPENHO ACADÊMICO DE SEUS ALUNOS.

*Marta Regina Gonçalves Correia-Zanini e Olga Maria Piazzentim Rolim Rodrigues
(Departamento de Psicologia - Universidade Estadual Paulista – Unesp – Bauru / SP)*

A escola desempenha importante papel na socialização da criança, proporcionando diversas experiências, com repercussões diferentes na vida do indivíduo que por ela passa, sendo que o período escolar pode influenciar diretamente sobre os comportamentos futuros do indivíduo e acometendo outras instâncias como relacionamento com colegas e com a família. A literatura aponta para correlações entre o baixo rendimento acadêmico e a emissão de problemas de comportamento, mas também traz como uma variável importante as relações estabelecidas entre professores e alunos. O objetivo deste trabalho foi verificar os efeitos de uma intervenção com professores sobre os repertórios comportamental e acadêmico de alunos. Participaram deste estudo quatro professoras do Ciclo I do Ensino Fundamental, de uma escola estadual de um município do interior do estado de São Paulo (PA, 2ª série, PB, 3ª série, PC, 3ª série e PD, 4ª série). Essas professoras foram solicitadas a indicar cinco alunos de sua sala com problemas de comportamento (GI) e tiveram outros cinco sorteados (GS) cada uma, totalizando 40 alunos. O instrumento utilizado para obter o rendimento acadêmico foi o Teste de Desempenho Escolar (TDE) e para verificar o repertório acadêmico as professoras responderam ao Questionário de Comportamentos Socialmente Adequados para professores (QCSA-PR) e a Escala de Comportamentos Infantis (ECI). O procedimento constou de cinco etapas: Etapa Preliminar – procedimentos éticos e caracterização dos participantes; Etapa I – avaliação do rendimento acadêmico e comportamental dos alunos; Etapa II – Intervenção através do curso “O Manejo Comportamental do Professor em Sala de Aula”; Etapa III – Reavaliação do rendimento acadêmico e comportamental dos alunos e Etapa IV – Devolutiva e avaliação do processo. Os resultados mostraram que os professores que melhor avaliaram o repertório de comportamentos adequados de seus alunos no QCSA-PR, obtiveram um aumento maior na média do rendimento acadêmico, sugerindo que o curso promoveu uma melhor observação do comportamento adequado e conseqüentemente para diminuição dos comportamentos inadequados para três das quatro professora, porém para os valores médios obtidos por GS são superiores aos obtidos por GI para quatro das cinco professoras no TDE, a exceção ocorre para os alunos indicados de PD, que no Total e em Escrita obtiveram maiores médias que GS. Considerando que professores têm pouco acesso em sua formação aos conteúdos oferecidos pela Análise do Comportamento, além de poucas oportunidades de reciclar o conhecimento já obtido, o presente estudo pretendeu contribuir com a literatura da área, realizando um curso de formação continuada, durante o horário de trabalho dos participantes, partindo da realidade vivenciada pelos professores e seus alunos.

e um grupo controle, para verificar a consistência destes resultados e intervenção.

Palavras-Chaves: Intervenção; Avaliação de Programa; Interação Professor-Aluno.

Nível do trabalho: M

Código de pesquisa ou intervenção: ESC

BARREIRAS À CRIATIVIDADE EM SALA DE AULA SEGUNDO COORDENADORES PEDAGÓGICOS. Eunice M. L. Soriano de Alencar (Universidade Católica de Brasília), Denise de Souza Fleith (Universidade de Brasília), Evely Boruchovitch (Universidade Estadual de Campinas), Clarissa Nogueira Borges* e Juliana Carvalho de Oliveira Cei* (Universidade Católica de Brasília, Brasília–DF).

Um número crescente de educadores tem reconhecido a importância de um ambiente propício ao desenvolvimento da criatividade na escola. Ressalta-se a necessidade de se preparar os alunos para pensarem de forma criativa e inovadora, uma vez que esta habilidade pode ajudar o indivíduo a lidar com a complexidade e desafios típicos do atual momento. Apesar do reconhecimento da importância de uma educação que privilegie a criatividade, constata-se que o seu desenvolvimento tem recebido pouca atenção nos distintos níveis de ensino, persistindo vários fatores que constituem barreiras à sua promoção. Esta pesquisa teve como objetivo principal identificar fatores que dificultam ao professor do ensino fundamental promover o desenvolvimento da criatividade do aluno, segundo coordenadores pedagógicos. Foram também investigadas possíveis diferenças entre coordenadores de instituições públicas e particulares nos fatores apontados. Participaram do estudo 66 coordenadores pedagógicos, sendo sete (10,6%) do sexo masculino e 59 (89,4%) do sexo feminino. Trinta e cinco (53,0%) atuavam em escolas públicas e 31 (47,0%) em escolas particulares de distintas regiões administrativas do Distrito Federal. Os participantes responderam, em aplicações individuais e coletivas, a uma *checklist* com fatores que podem se constituir em barreiras à promoção da criatividade em sala de aula. Foram calculadas frequência e porcentagem em cada item da *checklist* (total e por tipo de instituição de ensino). Utilizou-se o qui-quadrado para análise das diferenças entre coordenadores de instituições públicas e particulares. Os fatores mais apontados pelos coordenadores pedagógicos como entraves ao professor do ensino fundamental para promover o desenvolvimento da criatividade foram: desconhecimento de práticas pedagógicas que poderiam propiciar o desenvolvimento da criatividade dos alunos; insegurança para testar novas práticas pedagógicas; e baixo reconhecimento do trabalho do professor. Um percentual significativamente superior de coordenadores de instituições públicas de ensino indicou as seguintes barreiras enfrentadas pelo professor para desenvolver a criatividade discente: presença de alunos indisciplinados que perturbam o trabalho docente; desinteresse do aluno pelo conteúdo ministrado; escassez de material didático disponível na escola; e alunos com dificuldades de aprendizagem em sala de aula. Por outro lado, significativamente mais coordenadores de instituições particulares indicaram como barreiras enfrentadas pelo professor para desenvolver a criatividade discente: desconhecimento de práticas pedagógicas que poderiam ser utilizadas para propiciar o desenvolvimento da criatividade dos alunos; desconhecimento de textos a respeito de como implementar a criatividade em sala de aula; poucas oportunidades para discutir e trocar ideias com colegas de trabalho sobre estratégias instrucionais; e falta de autonomia na forma de conduzir as atividades docentes. Os resultados obtidos sinalizam distintos fatores que vêm dificultando a promoção da criatividade do aluno em sala de aula que merecem atenção das autoridades educacionais, dada a importância e a necessidade de se garantir uma educação de boa qualidade, que leve em conta tanto a dimensão cognitiva quanto a afetiva do aluno.

Palavras-chave: Escola pública vs privada; pensamento divergente; condições de ensino

Apoio: CNPq

Nível do trabalho: Pesquisador – P

Código da área: ESC

AVALIAÇÃO DA VIDA ACADÊMICA EM UNIVERSITÁRIOS: COMPARAÇÃO ENTRE DUAS MEDIDAS. *Jocemara Ferreira Mognon**, *Thalyta Hulsen Lemos*** e *Acácia Aparecida Angeli dos Santos (Laboratório de Avaliação Psicoeducacional – LAPE 2. Universidade São Francisco – Itatiba/SP)*

A vida acadêmica proporciona aos estudantes não só a preparação formal para seguir uma carreira, como também o amadurecimento pessoal devido à influência de vários aspectos do seu cotidiano na universidade. Sob essa perspectiva, o objetivo deste estudo foi verificar a relação entre os instrumentos Escala de avaliação da vida acadêmica (EAVA) e o Questionário de vivência acadêmica - versão reduzida (QVA-r) e possíveis diferenças em razão do sexo, semestre e curso. A amostra foi composta por 146 universitários de uma instituição particular do estado da Paraíba - Brasil, sendo que 65,1% ($n=95$) eram do sexo masculino e 34,9% ($n=51$) do feminino, com idade de 17 a 49 anos ($M=21,51$; $DP= 7,21$). Os estudantes freqüentavam os cursos Ciência da Computação ($n=49$); Educação Física ($n=55$) e Fisioterapia ($n=42$), sendo do 2º, 3º e 4º semestre ($n=112$) e 5º, 6º e 8º semestres ($n=44$). Após a aprovação do comitê de ética e a autorização dos coordenadores e professores e dos alunos terem assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os instrumentos foram aplicados coletivamente em sala de aula. Os resultados indicaram haver correlações significativas e positivas entre todos os fatores da EAVA (ambiente universitário; compromisso com o curso; habilidade do estudante; envolvimento em atividades não-obrigatórias e condições para o estudo e desempenho acadêmico) com duas das dimensões do QVA-r (estudo e institucional). Ainda, os fatores (compromisso com o curso e habilidade do estudante) apresentaram correlações significativas com as dimensões do QVA-r (pessoal e carreira). O fator da EAVA (envolvimento em atividades não-obrigatórias) correlacionou-se com duas das dimensões do QVA-r (pessoal e interpessoal). Por fim, o fator da EAVA (condições para o estudo e desempenho acadêmico) correlacionou-se com a dimensão pessoal do QVA-r. Foram encontradas diferenças significativas em relação à variável sexo, nos fatores da EAVA (compromisso com o curso e habilidade do estudante) e no QVA-r (dimensão pessoal) nas quais os homens obtiveram escores superiores. Em relação aos cursos também foram encontradas diferenças significativas, sendo que o curso de Educação Física obteve pontuação superior aos demais cursos nos fatores da EAVA (compromisso com o curso; envolvimento em atividades não-obrigatórias; condições para o estudo e desempenho acadêmico). Já nas dimensões do QVA-r o curso de Educação Física apresentou escores significativamente mais altos na dimensão carreira, enquanto que o curso de Ciência da Computação apresentou médias significativamente mais elevadas na dimensão Pessoal. Em relação ao semestre foram encontradas diferenças significativas apenas na dimensão estudo do QVA-r, em que o 2º semestre obteve pontuações superiores. Os resultados encontram respaldo na literatura, mas sugere-se que novos estudos sejam feitos para ampliar o conhecimento a respeito da vida acadêmica bem como o seu impacto na formação do universitário.

APOIO: CAPES

Palavras Chaves: avaliação psicoeducacional; ensino superior; universitários;

M

ESC

VIDA ACADÊMICA E AUTOEFICÁCIA NA TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO EM UNIVERSITÁRIOS. *Jocemara Ferreira Mognon** e *Acácia Aparecida Angeli dos Santos (Laboratório de Avaliação Psicoeducacional - LAPE 2. Universidade São Francisco. Itatiba/SP)*

A vida acadêmica pode ser influenciada por vários fatores que a constituem e permitem ao estudante modificar as suas percepções, escolhas, objetivos, esforços e ações. Sendo esse processo de amadurecimento importante nas crenças de autoeficácia e destas para, posteriormente a inserção no mercado de trabalho. Para tanto, o objetivo deste estudo foi verificar a relação entre a vida acadêmica e a autoeficácia para o trabalho e também analisar possíveis diferenças nas variáveis sexo, idade, curso e semestre. Participaram da pesquisa 213 estudantes formandos de diversos cursos de uma instituição particular do interior do estado de São Paulo. Destes, 64,8% (n=138) eram do sexo masculino e 35,2% (n=75) do feminino. As idades variaram de 21 a 57 anos ($M=24,68$; $DP=2,47$). Em relação ao semestre, os estudantes eram do 10º (n=87; 40,8%), do 9º (n=82; 38,5%), do 8º (n=26; 12,3%) e do 7º (n=18; 8,5%). Os instrumentos utilizados foram a Escala de Avaliação da Vida Acadêmica (EAVA) e a Escala de Autoeficácia na Transição para o Trabalho (ABTT-Br). Após a aprovação do comitê de ética, a autorização dos coordenadores e professores e dos alunos terem assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os instrumentos foram aplicados coletivamente em sala de aula. Os resultados indicaram haver correlações positivas e significativas, porém de magnitude baixa entre os fatores da EAVA (compromisso com o curso; habilidade do estudante) com as dimensões da ABTT-Br (autoeficácia na adaptação ao trabalho; autoeficácia na regulação emocional, autoeficácia na procura por emprego). Também houve correlações entre o fator da EAVA (envolvimento em atividades não-obrigatórias) e as duas dimensões da ABTT-Br (autoeficácia na adaptação ao trabalho e autoeficácia na procura por emprego). Foram encontradas diferenças significativas nas variáveis estudadas apenas nos fatores da EAVA. Na variável sexo, nos fatores (habilidade do estudante; e envolvimento em atividades não-obrigatórias) nas quais as mulheres obtiveram escores superiores. Para as idades houve diferenças significativas nos fatores (compromisso com o curso; habilidade do estudante; e envolvimento em atividades não-obrigatórias) em que a faixa etária dos 21 aos 23 anos apresentou médias maiores. Quanto aos cursos foram encontradas diferenças significativas nos seguintes fatores (ambiente universitário; compromisso com o curso; habilidade do estudante e envolvimento em atividades não-obrigatórias) em que o curso de Fisioterapia obteve as maiores médias quando comparado com os demais cursos. Em relação ao semestre foram encontradas diferenças estatisticamente significativas do sétimo semestre no fator (ambiente universitário) e do oitavo semestre nos fatores (compromisso com o curso, habilidade do estudante, e envolvimento em atividades não-obrigatórias). Os resultados demonstram que os alunos vivenciam de forma diferente a sua passagem pela universidade e que as experiências positivas dentro deste contexto contribuem com o sentimento de capacidade do aluno para o momento de transição para o mercado de trabalho.

APOIO: CNPq

Palavras-chaves: avaliação psicoeducacional; universidade; formandos

IC

ESC

DANDO VOZ AO ADOLESCENTE: DIÁLOGOS COM A PSICOLOGIA ESCOLAR – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA. *Sávia Vieira Santos**, *Stella Braga dos Santos** e *Anyellem Pereira Rosa* (Centro Universitário de Patos de Minas, Patos de Minas, MG).

A Psicologia Escolar e Educacional é uma área de pesquisa teórica e prática que tem contribuído com as questões educacionais há mais de um século, tendo como base o apoio de diferentes referenciais da Psicologia. Leontiev (1978), correlaciona o progresso da humanidade com a relevância da prática Sócio-Histórica, percebendo o crescente papel da educação, bem como da complexidade de sua tarefa frente à sociedade. Assim, Bock (1980), apoiando-se nas reflexões de Leontiev entende a adolescência como uma construção social que tem suas repercussões na subjetividade e no desenvolvimento do homem moderno. Pensando nisso, este trabalho é um relato de experiência referente a um estágio profissionalizante na área de Psicologia Escolar, o qual foi realizado em uma escola estadual na cidade de Patos de Minas com alunos do 1º ano do ensino médio. Sobretudo, esta intervenção visou propiciar um espaço de discussão e reflexão sobre temas relacionados à adolescência, buscando contemplar o ser humano em seus aspectos afetivo, cognitivo, social e psicológico. Para tanto, a intervenção teve seis encontros, cujos temas foram sugeridos pelos próprios adolescentes, com exceção do primeiro, que teve o objetivo de apresentação e socialização, os demais foram: Namoro, Diferença de gêneros, Auto-estima, Amizade e Vida. Diante destes, foi utilizado os recursos de dinâmicas, textos, poemas, músicas e rodas de discussões. A participação e integração do grupo à proposta da intervenção se deram de forma gradativa, pois de início os adolescentes se mostraram tímidos e resistentes quando solicitados a expor opiniões, vivências e sentimentos referentes às situações peculiares aos mesmos. Visto que, um grupo é uma estrutura social; é uma realidade total, um conjunto que não pode ser reduzido à soma de seus membros; é uma totalidade que supõe vínculos e interdependência entre os indivíduos, conforme discorre Lane (1984). Contudo, com o decorrer dos encontros, alguns adolescentes se ausentaram, permanecendo no grupo, aqueles que se mostraram participativos e interessados na proposta. Mediante a esta participação, os adolescentes demonstraram maturidade, estando cientes das obrigações e dos deveres que lhes são exigidos nesta etapa da vida, entretanto, as questões de falar e demonstrar sentimentos foram colocadas como algo vergonhoso, confuso e um tanto quanto distante à realidade deles. Segundo eles, demonstrar o que sentem de forma coerente, através de diálogos e gestos de carinho, é sinônimo de fragilidade, mas admitem que, agindo assim, seriam mais felizes. Sendo assim, percebe-se que a atuação do Psicólogo Escolar dentro das instituições de ensino vai além do auxílio em questões de ensino-aprendizagem, pois criar um espaço onde se trata de questões pessoais e cotidianas do aluno, também pode interferir na aprendizagem e no desenvolvimento deste enquanto ser humano. Em suma, esta experiência criou uma oportunidade para os adolescentes exporem situações e sentimentos angustiantes que, até então, não eram falados, proporcionando aos mesmos uma prevenção às situações adversas e condições psicológicas para um desenvolvimento sadio.

Palavras - chave: Adolescentes, Prevenção, Psicologia Escolar.

IC (trabalho de graduação).

ESC

ATIVIDADES CULTURAIS ENTRE INGRESSANTES E CONCLUINTES DE UM CURSO DE PSICOLOGIA. *Jamili Rasoul Salem de Souza (Coordenadora do Curso de Psicologia – Universidade Camilo Castelo Branco, São Paulo, SP) e Carla Witter (Coordenadora do Curso de Psicologia e do Curso de Pós-Graduação Estudos Multidisciplinares da Velhice – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP).*

Embora seja difícil definir cultura, há consenso em que todo o ciclo de vida transcorre em contexto cultural e que há uma ampla gama de possibilidades de formação cultural. Para os que chegam ao 3º nível é considerado que ao longo da vida universitária deve crescer e diversificar a cultura na vida acadêmica. O desenvolvimento dos alunos na Universidade deve privilegiar a formação profissional, mas não pode esquecer que é preciso que se estimule também a sua evolução cultural, a qual complementa e enriquece a atuação do futuro profissional. Foi realizada pesquisa com os **objetivos** de descrever o envolvimento de universitários com atividades culturais, analisar a influência do ano (principiantes e concluintes) e de gênero. **Método – Participantes** foram compostos por dois grupos: G1 (iniciantes) com 17 alunos (13 femininos) e G2 (concluintes) com 19 alunos sendo 15 femininos. Em ambos os grupos prevaleciam a classe média baixa e baixa. **Material:** Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o instrumento Vivência Cultural. **Procedimento** consistiu na obtenção da aprovação pelo CEP (2134-2354/08) e aplicação do Vivência Cultural. Os **resultados** mostraram variabilidade nos envoltimentos não havendo correlação ($r_o=0,48$, $r_c=0,56$, $p\leq 0,05$) entre os envoltimentos dos dois grupos. Entre iniciantes predominaram leitura (58,8%), teatro (52,9%) e cinema (52,9%), entre os concluintes foram cinema (94,7%), leitura (78,9%) e teatro (57,9%), mas as hierarquias nos dois grupos foram diferentes. Também não houve diferenças entre os grupos em envolvimento com produção cultural ($\chi^2_o=2,27 < \chi^2_c=5,99$, $gl=2$, $p\leq 0,05$) ou no desejo de se envolver em atividade deste tipo ($\chi^2_o=0,12 < \chi^2_c=5,99$). Embora os resultados dos concluintes seja ligeiramente superior em alguns tópicos, não chega a existir diferenças com significância estatística. Os participantes atribuíram notas de 1 a 10, conforme seu envolvimento e apreciação de 21 atividades culturais. Os iniciantes valorizaram mais TV (7,5), literatura (6,8) e cinema (6,4) e os concluintes, as festas familiares (7,4), TV (7,0) e cinema (6,5). Houve correlações entre as duas avaliações ($r_o=0,80 > r_c=0,44$, $N=21$, $p\leq 0,05$). **Conclusão** – o contexto cultural externo vivenciado pelos alunos fora da Universidade é preponderante e tende a igualar os dois grupos. É evidente a necessidade de maior investimento da Universidade na formação cultural geral de seus alunos para que o crescimento cultural ocorra paralelamente ao acadêmico.

Palavras-chave: desenvolvimento cultural; educação cultural; universitários

P

ESC

ENSINO-APRENDIZAGEM DE BIOLOGIA: COMPARAÇÕES DE BASES BIBLIOGRÁFICAS. *Giovana Ardoino Paschoal** e *Geraldina Porto Witter (Universidade Camilo Castelo Branco – São Paulo, SP)*

Ter conhecimentos científicos básicos tornou-se essencial para o homem, assim o ensino das ciências passou a ser fundamental modernamente para várias áreas de sua vida. Todavia, se o desempenho acadêmico em ciências está aquém do esperado em muitos países, inclusive no Brasil, também a produção científica sobre o ensino-aprendizagem carece de desenvolvimento, inclusive no que concerne à Biologia, área do saber científico aqui enfocada. O objetivo da pesquisa foi comparar a produção científica sobre ensino-aprendizagem de Biologia nas bases de dados ERIC, voltada principalmente para a Educação, PsycINFO, focada na Psicologia, incluindo a Educacional, e SciELO, que abrange todas as áreas do conhecimento. Foi definido por marco o ano de 2009. A comparação enfocou a amplitude e variáveis pesquisadas. Como expressões de busca foram usadas as palavras ensino e aprendizagem de Biologia. A análise dos resultados mostrou, de um modo geral, pouca produção e os dados são descritos quanto ao tipo de trabalho classificados em: teóricos, relatos/pesquisas descritivas e relatos/pesquisas avaliativas, usando a classificação feita na base ERIC na qual foram encontradas 19 referências: oito relatos de pesquisas, seis descritivos e cinco avaliativos. Nenhum trabalho teórico foi registrado e entre os de pesquisa, não houve diferença significativa de ocorrência ($\chi^2_o=1,70$, $\chi^2_c=5,99$, $p\leq 0,05$) No PsycINFO foram localizadas quatro referências: três pesquisas qualitativas e uma quantitativa, nenhum texto teórico. Na SciELO não é viável a busca por ano, então levantou-se o que tinha disponível na base até 2009, constatando-se que as primeiras inclusões eram de 2005. Foram encontrados três trabalhos: dois relatos avaliativos de livro didático e currículo e um de relato descritivo. A baixa ocorrência de registros nas duas últimas bases inviabilizou alguns cálculos, sendo feitas análises qualitativas. A base ERIC foi mais inclusiva quanto ao total de trabalhos do que PsycINFO ($\chi^2_o=8,04 > \chi^2_c=3,84$, $p\leq 0,05$) o que se confirmou na comparação das três, favorecendo a ERIC ($\chi^2_o=15,13 > \chi^2_c=5,99$, $p\leq 0,05$). Cada texto poderia tratar de uma ou mais variáveis, sendo a tendência dos estudos mais complexos envolver diversas. A média de variáveis temáticas na SciELO foi de 1,6, na PsycINFO de 3,0, no ERIC de 2,2, que também é o valor da média total. É indício de uma hierarquia a merecer mais estudos. Quanto aos temas mais enfocados, no total, foram estratégias de ensino (42,6%) e materiais didáticos (31,1%). Os testes de correlação dos temas tratados, para $p\leq 0,05$ e $r_c=0,87$, não alcançaram significância para SciELO vs PsycINFO ($r_s=0,38$) e entre SciELO vs ERIC ($r_s=0,53$), mas estava na faixa de significância para PsycINFO e ERIC ($r_s=0,97$). É muito baixa a produção em área importante para a formação do ser humano. Embora os aspectos mais tratados sejam essenciais para o êxito do ensino-aprendizagem, há necessidade de pesquisas de avaliação dos programas de ensino de Biologia para analisar sua eficiência e obter dados para reformulações que tragam melhorias.

Palavras-chave: meta-análise; produção científica; psicologia escolar

P

ESC

LEITURA E ESCRITA EM ALUNOS DE ESCOLA PÚBLICA: ESCOLARIDADE E GÊNERO. *Priscila Fernandes de Carvalho* e Elza Maria Tavares Silva (Universidade de Mogi das Cruzes – Mogi das Cruzes, SP)*

Leitura e escrita são comportamentos de grande importância para o desenvolvimento da pessoa e da sociedade. O contexto educacional da escola é o espaço em que elas são prioritariamente ensinadas e desenvolvidas. Torna-se necessário frequentemente verificar se as metas educacionais para formar o leitor e escritor estão sendo alcançadas, o que pede constantes avaliações internas e externas. Este estudo visou descrever o desempenho de alunos da 3ª e 4ª séries (nomenclatura adotada na época da coleta) do ensino fundamental em compreensão de leitura, produção escrita de descrição e de narração; enfoca também a variável gênero. Participaram 60 alunos (3ª/4ª fundamental - escola pública S/P), divididos em quatro grupos G3F=15 meninas, G3M=15 meninos, G4F=15 meninas e G4M=15 meninos, todos de classe média baixa e baixa, da periferia de São Paulo. Os materiais foram: Termos de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Processo CEP - 2133-2353/08) aplicado ao diretor, pais e alunos; teste para compreensão em leitura que consistiu em texto (cloze convencional); material para elaboração de descrição a partir de uma figura (uma família fazendo piquenique) e uma narração (Do que gosto de brincar). Procedimento – após obter os TCLE dos envolvidos, aplicou-se os instrumentos aos que deram a anuência para uso de seus dados. A aplicação foi coletiva, na própria sala de aula dos alunos. Como havia mais participantes e em número irregular em cada classe, foram sorteados igual número de meninos e meninas para compor os quatro grupos com o mesmo N. Feita a comparação entre os quatro grupos - ANOVA ($N=15, k=4, p \leq 0,05, d_c=297,8$) observou-se não haver qualquer diferença com significância em compreensão em leitura, embora a 4ªM fosse melhor; em descrição o melhor desempenho foi do G4M, mas sem significância estatística e, em narração foi o G3M. Em leitura no desempenho da 4ª série (desconsiderando gênero) foi estatisticamente superior ($R_1=1590, R_2=658, U_1=225, U_2=707, z=3,80, p=0,001$) e focando gênero, o feminino foi superior com $R_1=938, R_2=982, U_1=427, U_2=383, z=7,21, p>0,00003$. Em descrição não houve diferença estatística atribuível à escolaridade ($R_1=1060,5, R_2=769, U_1=304,5, U_2=596, z=1,76, p=0,08$) ou à gênero ($R_1=863, R_2=967, U_1=502, U_2=398, z=0,77, p=0,22$). Em narração, para escolaridade, houve diferença significativa estatística ($R_1=907,5, R_2=452,5, U_1=457,5, U_2=907,5, z=6,76, p=0,00003$), mas não para gênero ($R_1=981,5, R_2=821,5, U_1=383,5, U_2=457,5, z=0,98, p=0,16$). Os dados evidenciaram que o desempenho foi muito baixo, tanto em leitura como em escrita. Na leitura, o nível de dependência de ajuda é dominante. Na escrita, limitaram-se a escrever umas poucas linhas na descrição com enunciados com muitos erros. O mesmo ocorreu na redação, em que muitos apenas enumeraram os brinquedos, sem mesmo estruturar uma oração. Os resultados mostram que o desempenho dos escolares foi muito baixo e há necessidade de se trabalhar a integração das duas habilidades: leitura e escrita. Em ambas é preciso trabalhar os tipos de gênero discursivos, recorrer a técnicas de desenvolvimento vocabular efetivas, bem como flexibilizar o comportamento verbal dos alunos. É importante capacitar os professores no uso de tecnologias de ensino cujas evidências científicas de eficiência estão disponíveis, a maioria de baixo custo e alto impacto.

Palavras-chave: competência verbal; formação leitor/escritor; avaliação do ensino-aprendizagem

P

ESC

LEITURA E ESCRITA: 3ª e 4ª SÉRIES DO FUNDAMENTAL DE ESCOLA PRIVADA. *Elza Maria Tavares Silva (Universidade de Mogi das Cruzes - Mogi das Cruzes, SP), Geraldina Porto Witter (Universidade Camilo Castelo Branco - São Paulo, SP) e Joelma Gomes Oliveira Lisboa**

Estudos mostram que os mecanismos da aprendizagem da leitura e da escrita contêm elementos comuns, porém requerem desenvolvimentos específicos. A cada ano de escolaridade, espera-se que a criança agregue competências e habilidades tanto em leitura como em escrita. São aprendizagens essenciais ao ser humano, sendo a escola a principal responsável por seus desenvolvimentos. Os objetivos da pesquisa foram comparar o desempenho de alunos do ensino fundamental em leitura e escrita levando em consideração as variáveis gênero e ano de escolaridade. Participaram alunos das 3ª e 4ª séries de uma escola particular, cada subgrupo com 10 participantes. O material consistiu em um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a escola, pais e alunos; texto para compreensão da leitura e, produções textuais (descrição e narração). O comitê de Ética aprovou o projeto (Processo nº 2132-2352/2008). A aplicação foi coletiva na própria classe dos alunos. Os resultados obtidos foram: em compreensão de texto verificou-se diferença significativa entre 3ªF e 4ªM, 3ª M e 4ª M (ANOVA, $p \geq 0,05$); em descrição e em narração nenhuma diferença de desempenho foi encontrada entre os quatro grupos, ou seja, não houve diferença atribuível a gênero e escolaridade. A análise do efeito de gênero para compreensão não indicou diferença significativa ($U_o = 253,5 < U_c = 127$, $p \geq 0,05$), mas diferença significativa para a variável série ($U_o = 48 > U_c = 138$, $p \geq 0,05$) favorável à 4ª série. Em descrição, a variável gênero não foi significativa ($U_o = 196$) e o mesmo ocorrendo com nível de escolaridade ($U_o = 149$). Em narrativa não houve diferença significativa entre gênero e séries ($U_o = 167$ e 106 respectivamente). O mesmo ocorreu em leitura, assim a ordem do melhor para o pior desempenho nos subgrupos foi 4ªM, 4ªF, 3ªM e 3ªF, só houve significância favorável ao gênero masculino da 4ª série. Na narrativa a ordem foi a seguinte: 4ªM, 4ªF, 3ªM e 3ªF. Quanto à descrição, observou-se o seguinte: 4ªM, 4ªF, 3ªF e 3ªM. Mesmo se distinguindo dos demais, a 4ªM não demonstrou bom desempenho. A análise qualitativa mostrou baixo desempenho em todas as atividades. O maior número de acertos em Compreensão de Leitura (23 acertos num total de 40 possibilidades) foi apresentado pelo 4ªM; em descrição a melhor nota (7.0) correspondeu às 3ªM e 4ªM; e em narrativa a 3ªM ficou com a melhor nota (6.5). O menor número de acertos em Compreensão de Leitura foi da 3ªF (0 acerto num total de 40); em descrição e em narrativa nos quatro subgrupos (3ªF, 3ªM, 4ªF, 4ªM) houve a nota mínima (1.0). Sempre predominaram notas baixas e poucos acertos. Conclui-se que há necessidade de melhoria na qualidade de ensino. São recomendados programas de intervenção e de diversificação de estratégias de ensino-aprendizagem para que haja prevenção, identificação e remediação das dificuldades nessas áreas de ensino-aprendizagem. Também a capacitação e atualização dos professores quanto à necessária viabilidade de estratégias de ensino são pontos a serem observados e postos em prática.

Palavras-chave: Descrição, redação, compreensão de texto

P

ESC

COMPARAÇÃO ENTRE O BBT-BR E A AIP: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO.
*Daniele Pena da Silva**, *Taciane Mota Marconato** e *Lucy Leal Melo-Silva (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, SP).*

O Interesse profissional pode ser definido como uma preferência por determinadas atividades relacionadas ao trabalho. No campo da Orientação Profissional, diversos instrumentos auxiliam no levantamento de indicadores de áreas de interesse. Este estudo focaliza dois instrumentos: o Teste de Fotos de Profissões (BBT-Br) e a Escala de Avaliação dos Interesses Profissionais (EAP). O BBT-Br consiste em um instrumento adequado para a investigação dos interesses profissionais e motivações em relação realidade brasileira atual. O instrumento possui duas versões, uma masculina e uma feminina, cada qual com 96 fotos de pessoas exercendo uma atividade laborar. As fotos relacionam-se a determinados fatores de inclinação, que são: W (ternura, necessidade de tocar), K (força física), S (aspecto social), Z (necessidade de representar, estética), V (inteligência, razão, lógica), G (imaginação criadora), M (matéria, concreto) e O (oralidade). A AIP é um instrumento que aponta áreas ou campos de interesses profissionais, sendo que cada campo ou área relaciona-se a uma série de profissões. Os campos ou áreas de interesses são: Campo Físico/ Matemático, Campo Físico/ Químico, Campo Cálculos/ Finanças, Campo Organizacional/Administrativo, Campo Jurídico/Social, Campo Comunicação/Persuasão, Campo Simbólico/Lingüístico, Campo Manual/ Artístico, Campo Comportamental/Educacional e Campo Biológico/ Saúde. Assim sendo, o presente trabalho tem como objetivo avaliar a correspondência dos resultados de ambos os instrumentos, buscando identificar a existência de relação entre eles. Para isto, foi realizada uma comparação entre os fatores do BBT e os campos de interesse da AIP, de acordo com as definições dos respectivos manuais, de forma a relacioná-los; tal comparação foi validada por diferentes juízes independentes. Encontrou-se a seguinte correspondência: CFM: FATOR V; CFQ: FATORES V/M; CCF: FATORES V/G; COA: FATORES V/G; CJS: FATORES S/V; CCP: FATORES O/S; CSL: FATORES O/G; CMA: FATORES M/Z; CCE: FATOR S E CBS: FATORES S/V. A seguir, foram avaliados protocolos de apuração tanto do BBT quanto da AIP de 15 integrantes de um grupo de orientação profissional, comparando-se as principais áreas de interesse da AIP à série de fatores primários positivos do BBT-Br de cada protocolo. A comparação entre os resultados indicou existência de correspondência entre os campos de interesse da AIP e pelo menos um dos fatores principais da estrutura positiva do BBT em 13 dos 15 casos; com pelo menos um dos fatores acessórios em oito casos e com um dos fatores residuais em um caso. Somente em um caso não foi encontrada relação entre os campos da AIP e os fatores principais ou acessórios do BBT-Br. Há indicativos de que quanto menos campos de interesses da AIP apresentam resultados sobressalentes, mais direta a relação destes campos com os fatores de inclinação do BBT-Br. Os dados obtidos a partir deste estudo preliminar indicam a existência de relação positiva entre os fatores de inclinação do BBT e os campos de interesse da AIP. Desta forma, sugere-se a realização de estudos mais completos, que abarquem um número maior de participantes e tratamento estatístico dos dados, de forma a confirmar a existência da correlação apontada.

Palavras chave: BBT-Br; AIP; orientação profissional; interesse profissional; avaliação psicológica; diagnóstico vocacional.

Outro.

Código: ESC

ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE DE CRIANÇAS ÀS SITUAÇÕES DE INTERAÇÃO SOCIAL NA ESCOLA. *Maira Maria da Costa** (Departamento de Psicologia - Faculdade Metropolitana de Guaramirim – Guaramirim SC), *Jean Paulo da Silva** (Departamento de Psicologia - Faculdade Metropolitana de Guaramirim – Guaramirim SC), *Edinara da Costa Mittmann** (Departamento de Psicologia - Faculdade Metropolitana de Guaramirim – Guaramirim SC), *Ana Paula Girolla** (Departamento de Psicologia - Faculdade Metropolitana de Guaramirim – Guaramirim SC) e *Virginia Azevedo Reis Sachetti* (Departamento de Psicologia - Faculdade Metropolitana de Guaramirim – Guaramirim SC)

Atribuição de causalidade é a interpretação individual sobre as causas de determinado evento. Inferências atribucionais costumam retratar as experiências pessoais do indivíduo e as causas são classificadas em três dimensões: localização, estabilidade e controlabilidade. A atribuição de causalidade desempenha um importante papel diante das expectativas, emoções e motivação para realização de tarefas e conhecê-la possibilita previsão e compreensão do comportamento. O objetivo foi investigar as atribuições de causalidade de crianças às situações de interação social na escola. Foram elaboradas sete pranchas contendo uma situação escrita e ilustrada com uma gravura, desenvolvidas com base em estudos que descrevem estímulos eliciadores de timidez e conflitos, sendo cinco situações negativas (apontando dificuldades de interação social) e duas positivas (apontando facilidade de interação). Os dados foram coletados em entrevista individual, nas escolas, com 31 crianças de 8 a 10 anos, em uma cidade do interior de Santa Catarina, na qual a criança tinha a tarefa de observar a ilustração, compreender a situação escrita e responder quais eram as atribuições de causalidade àquelas situações. As respostas foram transcritas e agrupadas em categorias criadas *a posteriori* e realizada análise de frequência sobre o número de respostas. Em primeiro lugar, os dados foram agrupados em respostas às situações negativas e positivas. Na categoria das situações positivas, para respostas sobre crianças que fazem amizade com facilidade ($n=125$), todas indicam causas internas, sendo 61 respostas para qualidades da própria criança, como: legal, inteligente, engraçada. Sobre sair-se bem nas atividades, obteve-se respostas em relação a possuir habilidades cognitivas ($n=33$). Por outro lado, sair-se mal implica déficit cognitivo ($n=8$) ou social ($n=22$). Dentro da categoria de situações negativas, as respostas foram classificadas em: interações envolvendo adultos ($n=73$) e pares ($n=221$). Nas situações negativas envolvendo adultos teve-se 41 respostas sobre dificuldade para compreender o conteúdo, sendo 36 respostas para causas internas, especialmente na categoria não prestam atenção ($n=27$). Sobre não conseguir pedir ajuda para concluir uma tarefa ($n=32$), todas as causas foram internas, como, por exemplo, ter medo ($n=16$). Para as situações negativas envolvendo pares obteve-se 38 respostas sobre dificuldades para brincar com outras crianças, sendo que a maioria das respostas aponta para causas internas ($n=29$), sendo 16 respostas para ter vergonha. Sobre ficar sozinha ou não conversar com outras crianças, todas as respostas ($n=110$) foram atribuições a causas internas, com 68 respostas para ter vergonha/timidez. Sobre dificuldades para resolver conflitos ($n=35$), todas as respostas apontaram para causas internas, sendo 22 respostas para falta de habilidade social, como, por exemplo, não conseguem se entender ($n=10$). Sobre rejeitar um colega ($n=38$), dentre as 37 respostas atribuídas a causas internas, 33 respostas apontaram a diferença do outro como causa da rejeição. As respostas indicaram que as situações utilizadas foram realmente consideradas eliciadoras de estresse e que as crianças fazem atribuições internas, estáveis e incontroláveis. A atribuição de causalidade de crianças, especialmente na escola, ainda é pouco estudada, mas é importante para a compreensão

das relações sociais existentes e para promover estratégias que estimulem desenvolvimento e saúde mental.

Bolsa-Pesquisa do FUMDES – Artigo n. 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina

Palavras-chave: atribuição de causalidade, desenvolvimento social, interação social.

Iniciação Científica – IC

Código: ESC

ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO SOBRE OS TIPOS DE VIOLÊNCIA PRESENTES NO AMBIENTE ESCOLAR. *Karina Soledad Maldonado Molina Pagnez, Karina Borges, Fabio H. Sebata e João Vitor Guedes (Universidade Braz Cubas, Programa de Mestrado em Semiótica Tecnologia da Informação e Educação, Mogi das Cruzes - SP)*

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de uma investigação a respeito das diferentes modalidades de violência presentes em duas escolas de ensino fundamental e médio. Foram utilizadas na coleta de dados as modalidades de violência propostas por Blin em seu livro *Classes Difíceis: violência simbólica, incivilidade ou delitos e violências físicas*. Nesta proposta considera-se não somente a violência em atos ou de linguagem, mas também os sentimentos subjetivos de violência, pois o que reforça o medo no ambiente escolar e legitima um clima de insegurança são as incivilidades e as perturbações cotidianas. Para entender tal fenômeno, fora necessário realizar um estudo sobre o desenvolvimento dos adolescentes e os diversos fatores contribuintes para a manifestação da violência. A investigação compreende a adolescência como fenômeno sócio-cultural, no qual estão implicados elementos físicos e psicológicos, decorrentes da puberdade. Nesta fase, pode ocorrer ganho de experiência e maturidade emocional, biológica e social. Autores da psicologia discutem que o comportamento adolescente apresenta ganho cognitivo que pode levar a conflitos, dos quais se destacam: a competição que trava para ser reconhecido como um adulto; a busca por uma identidade; e a transgressão de regras e desrespeito a autoridades. Diversos autores consideram a escola como palco de manifestação de tais comportamentos violentos, pois a escola funciona como palco para análise das interações entre os adolescentes, a expressão de seus conflitos, problemas e dificuldades reativas ao desenvolvimento. A questão da violência na escola constitui-se como problema central do processo educativo nas diferentes redes de ensino públicas e privadas. Todavia, atribuir toda responsabilidade aos jovens e ao ambiente social impede qualquer investigação no âmbito do sistema escolar. A parte prática desta pesquisa foi realizada através da observação em duas escolas no alto Tietê, uma particular e outra pública. As observações ocorreram durante uma semana e a coleta de dados foi realizada em duplas, ficando cada dupla responsável por observar em um dia as violências na opinião dos profissionais e no outro as violências na opinião dos alunos. O acompanhamento desses dados sobre a violência permite identificar padrões de comportamentos violentos e as condutas da criança junto à escola, em suas interações com outros adolescentes e adultos, para ser possível a elaboração de um programa de prevenção e intervenção multidisciplinar, minimizando o impacto desses problemas no desenvolvimento do indivíduo. Nesta investigação, temos entre os alunos a Violência Simbólica com incidência de 554 episódios, Incivilidades com incidência de 509 episódios e a Violência Física com incidência de 208 episódios, o que valida a hierarquia proposta por Blin. Quanto aos professores, temos uma inversão dos dados de Blin(2005), pois as Incivilidades 20 episódios foram observadas em número maior que a Violência Simbólica 12 episódios. Ao propor uma discussão do fenômeno da violência – a partir do olhar dos profissionais da educação e também dos alunos – temos como pressuposto que o diálogo dos atores da escola poderão contribuir para uma mudança nas relações dentro da escola e nos outros espaços sociais com um efeito progressivo.

Palavras-chave: Adolescência, violência na escola, ensino médio

Iniciação Científica

Pesquisador

ESC

VIOLÊNCIA NA ESCOLA: LEVAMENTO DAS PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS DE 1986 A 2009. *Karina Soledad Maldonado Molina Pagnez, Karina Borges e João Vitor Guedes (Universidade Braz Cubas, Programa de Mestrado em Semiótica Tecnologia da Informação e Educação, Mogi das Cruzes - SP)*

Este trabalho tem como objetivo apresentar um levantamento das produções bibliográficas sobre a temática da violência em escolas. Esta temática tem como fundamento a preocupação com a recorrência de episódios de violência nas escolas, divulgados pelos meios de comunicação tanto no Brasil quanto em outros países. O período investigado compreende os anos de 1986 a 2009, recorte realizado em função da produção de pesquisas presentes no Banco de Teses da Capes. O levantamento foi realizado via internet e os bancos de dados digitais pesquisados foram: Banco de Teses da Capes para o levantamento das pesquisas realizadas em programas de Mestrado e Doutorado (www.capes.gov.br); os artigos científicos foram pesquisados em dois bancos de dados Scielo (www.scielo.br) e Bireme (www.bireme.br); foram incluídos neste levantamento os livros referentes à temática produzidos nesse período. Foram utilizadas como palavras chave para a busca: violência na escola, bullying, crimes em escolas e drogadicção em escolas. O levantamento de pesquisas aponta uma produção de 73 dissertações de mestrado e 13 teses de doutorado. Quanto aos artigos foram encontrados 29 nos dois bancos de dados, o número de livros publicados foi de 51. O levantamento demonstrou que a problemática da violência escolar tem se tornado um tema recorrente nas últimas décadas, tanto nas pesquisas quanto na publicação de livros, quanto aos artigos científicos pode-se inferir que o número de pesquisas que se tornam artigos é de 39.7%. Foram consideradas publicações abrangendo estudos em escolas de ensino médio e fundamental, tanto públicas quanto particulares. Constatou-se maior interesse na temática pelas áreas da Educação, Sociologia e Psicologia, sendo que no período de 1998 a 2008 a quantidade de estudos aumentou consideravelmente, destacando-se o foco crescente no fenômeno do Bullying. De acordo com Blin entende-se a violência como consequência de diversas relações multifatoriais, o que nos possibilita compreendê-la como consequência de instabilidade dos vínculos familiares, ambiente social conturbado, entre outros determinantes biopsicossociais. Soma-se a esse dado o fato de que há notável ênfase em pesquisas envolvendo escolas públicas, pois elas apresentam dados mais evidentes de episódios de violência, enquanto agressão, drogas e crimes. Há também grande necessidade das publicações que investiguem o ambiente escolar como palco de relações conflituosas, entendendo o sistema educacional e a própria instituição de ensino como parte dessa problemática. Blin aponta que diversas formas de degradações constituem o cotidiano escolar, originando o surgimento de tensões entre os atores. Para o autor a escola como fabricante de desigualdade, contribuindo assim para a legitimação de uma sociedade fundada na hierarquização e no estigma, causando exclusão social. As publicações pesquisadas apontam o constante crescimento da violência presente nas escolas e sugerem também a necessidade de intervenção multidisciplinar diante deste fenômeno visando à prevenção da violência e patológicas decorrentes da mesma, bem como a promoção da saúde no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Violência na escola, educação, bullying

Iniciação Científica UBC

Pesquisador –P

ESC

HABILIDADES SOCIAIS E ENFRENTAMENTO DE ESTRESSE EM CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL. *Tatiane Cristine Sasse Altini** (Departamento de Psicologia - Faculdade Metropolitana de Guaramirim – Guaramirim, SC), *Mariane Manske Oechsler** (Departamento de Psicologia - Faculdade Metropolitana de Guaramirim – Guaramirim, SC) e *Virginia Azevedo Reis Sachetti* (Departamento de Psicologia - Faculdade Metropolitana de Guaramirim – Guaramirim, SC).

Habilidades sociais são categorias de comportamentos socialmente aprendidos, classificados em habilidosos e não habilidosos, objetivando relacionamento eficaz e saudável com as demais pessoas. Enfrentamento ou *coping* refere-se às estratégias utilizadas para lidar com situações adversas, envolvendo respostas comportamentais e cognitivas. Tratou-se de um estudo de corte transversal, dividido em duas partes, com o objetivo de investigar habilidades sociais e enfrentamento de crianças de 9 a 12 anos ($M= 9,42$ e $DP=0,72$), regularmente matriculadas no Ensino Fundamental, no interior de Santa Catarina. O coeficiente de variação de 7,64% indicou uma amostra homogênea. O Estudo 1 consistiu na aplicação coletiva do Inventário Multimídia de Habilidades Sociais para Crianças (IMHSC) e do Inventário de Estratégias de Enfrentamento de Crianças em Idade Escolar (SCSI-II) em 31 crianças. O IMHSC classifica os comportamentos em habilidosos (subclasses: empatia e civilidade, assertividade de enfrentamento, auto controle e participação) e não habilidosos. O SCSI-II é composto por duas escalas de aplicação simultânea (Escala de Frequência e Escala de Eficácia) com 26 itens divididos em três fatores (ação direta, atividade agressiva/defensiva e evitação/distração). O Estudo II consistiu na aplicação do IMHSC com o professor. Segundo critérios de avaliação do IMHSC , 84,6% das respostas das crianças indicam habilidade social para resolver situações de conflito. Já na avaliação do professor este número cai para 54,7%, que sugerem possivelmente que as crianças conhecem o desempenho socialmente habilidoso, mas não necessariamente se comportem desta forma. Os alunos apresentaram 92,3% de respostas para empatia e civilidade, sendo que a avaliação do professor nesta mesma categoria apontou 68,2%. Para assertividade, os alunos atingiram 70,9% e na avaliação do professor este número caiu para 43,2%. A categoria autocontrole teve um índice de 83,1% que caiu para 45,2% na avaliação do professor. Os alunos apresentaram 90,3% respostas para participação e na avaliação do professor este número caiu para 49,5%. Pareadas as repostas dos alunos com a avaliação do professor identificou-se casos em que o aluno apresentou todas as repostas habilidosas (N=21) enquanto o professor destaca 3 repostas habilidosas e 18 repostas não habilidosas passivas, o que sugere presença da desejabilidade social. Na avaliação geral da classe, as respostas não habilidosas passivas tiveram um índice de 12,4%, enquanto o professor avalia a mesma classe em 39,8%. Segundo avaliação do SCSI-II verificou-se que as crianças utilizaram todas as estratégias apresentadas pelo inventário, indicando que foram aprendidas antes dos 9 anos. Na Escala de Frequência, verificou-se que a frequência das estratégias mais utilizadas (N=93) foram: fazer algo divertido ($n=55$), torcer pelo melhor ($n=47$), sonhar acordado ($n=47$). Para Escala de Eficácia, as estratégias percebidas como mais eficazes (N=93) são: fazer algo divertido ($n=52$), sonhar acordado ($n=47$), torcer pelo melhor ($n=47$). As crianças utilizam mais estratégias e com mais eficácia atribuída de ação direta e atividade agressiva/defensiva. Sugere-se um trabalho voltado a promoção de habilidades sociais e investimento na capacitação dos professores para promover habilidades sociais na escola porque comportamentos não habilidosos estão correlacionados com distúrbios emocionais, fraco desempenho acadêmico, uso de drogas e delinquência.

Bolsa de Pesquisa do FUMDES - Artigo 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina

Palavras-chave: habilidades sociais; enfrentamento; desenvolvimento infantil.

Iniciação Científica – IC

Código da área de pesquisa: ESC

APLICAÇÃO DE UMA ESCALA DE ANSIEDADE À MATEMÁTICA: DIFERENÇAS DE GÊNERO EM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO.

*Alessandra Campanini Mendes***, *Daniela Fassis** e *João dos Santos Carmo*
(Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP)

A literatura internacional denomina ansiedade à matemática ao conjunto de reações emocionais negativas que certos indivíduos apresentam em situações que envolvem matemática, porém não há dados suficientes que identifiquem diferenças significativas em relação ao gênero. A presente pesquisa partiu de coletas anteriores sobre diferentes graus de ansiedade à matemática em estudantes de Ensino Fundamental, tendo por base uma Escala de Ansiedade à Matemática, que apresenta 24 situações do cotidiano da sala de aula. Para cada situação o aluno deveria escolher uma dentre as seguintes alternativas: nenhuma ansiedade; baixa ansiedade; ansiedade moderada; alta ansiedade; extrema ansiedade. O objetivo deste estudo foi verificar se há diferenças de gênero quanto aos graus de ansiedade à matemática em estudantes do Ensino Médio. Participaram 49 alunos do primeiro ano de duas escolas de São Carlos/SP, 23 de uma escola pública (Escola A), e 26 de uma escola particular (Escola C). Na instituição A participaram 13 alunas e 13 alunos; na instituição C participaram 16 alunas e 07 alunos. Cada estudante respondeu individualmente à escala. Os resultados mostraram que na escola A, mais alunos que alunas escolheram as quatro primeiras opções de ansiedade, à exceção de *ansiedade extrema que foi predominante nas meninas*. As situações mais escolhidas de acordo com o gênero e graus de ansiedade foram: “quando encontro o professor de matemática fora da sala de aula” (11 meninas e 08 meninos escolheram nenhuma ansiedade); “durante a aula de matemática, quando apenas devo copiar o que está na lousa” (05 meninas e 01 menino apontaram baixa ansiedade); “quando em casa não consigo resolver a tarefa de matemática” (08 meninas e 02 meninos destacaram ansiedade moderada); “um dia antes de entregar uma tarefa de matemática que não consegui resolver” (01 menina e 07 meninos escolheram alta ansiedade); “no dia da entrega das notas de matemática” (09 meninas e 05 meninos apontaram extrema ansiedade). Na Escola C, mais alunas que alunos escolheram quatro das cinco opções de ansiedade. As situações mais escolhidas de acordo com os graus de ansiedade e gênero foram: “após a aula de matemática” (12 meninas e 06 meninos optaram por nenhuma ansiedade); “durante a aula de matemática, quando participo de trabalhos em equipe” (07 meninas e 03 meninos escolheram baixa ansiedade); “durante a prova de matemática” e “no dia da entrega das notas de matemática” (em ambas as situações 07 meninas e 01 menino indicaram ansiedade moderada); “no dia do resultado final, ao término do ano” (07 meninas e 02 meninos apontaram alta ansiedade); “no dia do resultado final, ao término do ano” (05 meninas e 04 meninos elegeram extrema ansiedade). Não foram identificadas diferenças significativas quanto a gênero e ansiedade à matemática, o que replica os dados presentes na literatura específica. Os dados são discutidos em relação a como a aversão à matemática é modelada culturalmente.

Palavras-chave: ansiedade à matemática; diferenças de gênero; escala de ansiedade matemática.

M

ESC

ANSIEDADE À MATEMÁTICA E DIFERENÇA DE GÊNERO EM ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA. *Daniela Fassis**, *Alessandra Campanini Mendes*** e *João dos Santos Carmo* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP)

A ansiedade à matemática constitui-se de padrões desadaptativos diante de situações que envolvem a disciplina. Embora, na literatura internacional, haja ligeira predominância de ansiedade à matemática em meninas, a diferença não é significativa. A presente pesquisa consistiu na aplicação de uma escala que avaliou diferentes graus de ansiedade (“nenhuma ansiedade”, “baixa ansiedade”, “ansiedade moderada”, “alta ansiedade” e “extrema ansiedade”), em 24 situações. O objetivo do presente estudo foi verificar se há diferenças de gênero quanto aos graus de ansiedade à matemática, diante das situações apresentadas na escala. Participaram 45 estudantes do sexto ano do Ensino Fundamental de duas escolas da cidade de São Carlos / SP – 24 alunos de uma escola pública (Escola A) e 21 alunos de uma escola particular (Escola C). Na Instituição A foram 13 alunos e 11 alunas; na Instituição C participaram 08 alunos e 13 alunas. Cada estudante respondia individualmente à escala. Os resultados indicaram que, na escola A, os alunos disseram sentir nenhuma e baixa ansiedade em 23 situações, assim como os do gênero feminino, mostraram nenhuma e baixa ansiedade em 22 e 23 situações, respectivamente. Na escola A, as situações mais citadas, de acordo com gênero e graus de ansiedade, foram: “quando ouço a palavra 'matemática'”, “quando escrevo a palavra 'matemática'”, e “após a aula de matemática” (com 11 meninos e 8 meninas, 10 meninos e 9 meninas, e mais uma vez, 10 meninos e 9 meninas optando por nenhuma ansiedade, respectivamente); “um dia antes de entregar uma tarefa de matemática que não consegui resolver” (5 meninos e 7 meninas assinalaram baixa ansiedade); “ao fazer a tarefa de matemática”, e “um dia antes da prova de matemática” (4 meninos e 3 meninas no primeiro, e 3 meninos e 4 meninas no segundo, também relataram sentir ansiedade moderada); em “minutos antes da prova de matemática”, e “no dia da entrega das notas de matemática”(6 meninos e 4 meninas sentem alta ansiedade); “durante a prova de matemática”, como também “no dia do resultado final , ao término do ano” (5 meninos e 2 meninas sentem extrema ansiedade); Já na escola C: “após a aula de matemática” (com 6 meninos e 10 meninas dizendo sentir nenhuma ansiedade); “durante a aula de matemática, quando participo de trabalhos em equipe” (2 meninos e 7 meninas sentem baixa ansiedade); “ao fazer tarefa de matemática” (4 meninos e 2 meninas apontaram ansiedade moderada); “quando o professor de matemática me dirige a palavra, fazendo perguntas sobre matemática” (2 meninos e 5 meninas com alta ansiedade); “durante a prova de matemática” (4 meninos e 6 meninas relataram extrema ansiedade); “no dia do resultado final, ao término do ano” (5 meninos e 5 meninas também sentem extrema ansiedade). Na escola A, os meninos indicaram maiores graus de ansiedade, enquanto na C, os graus mais elevados de ansiedade foram apresentados pelas meninas. Os dados são discutidos quanto à não ausência de diferenças significativas quanto ao gênero, o que está de acordo com a literatura da área.

Palavras-chave: Ansiedade à matemática, Diferença de gênero, Alunos do ensino fundamental.

IC

ESC

PERCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE HABILIDADES SOCIAIS DAS CRIANÇAS. *Mariane Manske Oechsler** (Departamento de Psicologia - Faculdade Metropolitana de Guaramirim – Guaramirim SC), *Tatiane Cristine Sasse Altini** (Departamento de Psicologia - Faculdade Metropolitana de Guaramirim – Guaramirim SC) e *Virginia Azevedo Reis Sachetti* (Departamento de Psicologia - Faculdade Metropolitana de Guaramirim – Guaramirim SC).

Este trabalho é parte inicial de um projeto de treinamento de professores para prevenção de problemas de interação social e promoção de habilidades sociais em crianças, realizado por um Serviço-Escola de Psicologia de uma faculdade situada ao norte de Santa Catarina. O conceito de habilidades sociais refere-se a um padrão de comportamento que o indivíduo utiliza diante das relações interpessoais, visando um relacionamento socialmente saudável. Estes comportamentos aprendidos caracterizam-se em habilidosos e não habilidosos (internalizantes ou externalizantes). Assim, um repertório social empobrecido serve de alerta para possível disfunção e é forte indicativo de fator de risco para o desenvolvimento infantil. Tratou-se de um estudo de corte transversal com 36 professores graduandos do último semestre do curso de Pedagogia/Normal superior, sendo que 32 já possuem até cinco anos de atuação no Ensino Fundamental. O objetivo foi investigar o conhecimento teórico e a percepção sobre habilidades sociais em crianças por meio de uma entrevista individual estruturada dividida em cinco partes (caracterização dos participantes, dificuldades de relacionamento social, promoção de habilidades sociais, identificação de comportamentos não habilidosos e atribuição de causalidade às dificuldades de interação social). As respostas foram organizadas em categorias criadas *a posteriori*, elaboradas a partir do referencial teórico e realizada análise de frequência sobre o número de respostas. Os resultados indicaram que a maioria dos professores ($n=28$) afirma ter alunos com dificuldade de relacionamento interpessoal na escola, sendo que, das 76 dificuldades relatadas, 30 foram descritas como comportamentos inadequados e 26 como limitações pessoais. Embora a maioria ($n=25$) dos professores tenha conhecimento teórico sobre habilidades sociais, apresentam dificuldades práticas em promovê-las. Apontaram 101 ações para promover habilidades sociais, que foram categorizadas em ações focadas nos alunos ($n=59$), tais como atividades pedagógicas diversificadas e promoção de relações interpessoais positivas, seguidas por ações externas aos alunos ($n=42$), tais como promover interação família/escola, capacitação de professores e encaminhamentos para profissionais específicos. A maioria dos professores ($n=29$) reconheceu que há relação forte ou muito forte entre habilidades sociais e desempenho escolar. Identificaram 92 comportamentos não habilidosos nos alunos, que foram descritos como indicadores de agressividade ($n=23$), isolamento ($n=18$) e hiperatividade/impaciência ($n=14$). Além disso, atribuíram as causas das dificuldades de relacionamento interpessoal ($N=106$) principalmente à família ($n=47$) e a fatores internos ao aluno ($n=32$), indicando causas internas e incontroláveis. Estes dados apontam a existência de relação entre aprendizagem e desenvolvimento social, enfatizando a necessidade da formação continuada dos professores e também da inserção do psicólogo no âmbito escolar, trabalhando em equipe multidisciplinar com o objetivo de promover saúde mental.

Bolsa de Pesquisa do FUMDES - Artigo n. 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina

Palavras-chave: habilidades sociais; desenvolvimento infantil; ensino fundamental.

Iniciação Científica – IC

Código da área de pesquisa: ESC

A NECESSIDADE DE EMPODERAMENTO DAS FAMÍLIAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA E AS PARCERIAS ESCOLA-COMUNIDADE. *Susana Maria Mana de Araújo* (Curso de Pedagogia do Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná RO e Associação Brasileira de Pais e Amigos dos Surdocegos e Múltiplos Deficientes Sensoriais), *Maria da Piedade Resende da Costa* (Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos) e *Shirley Rodrigues Maia* (Ahimsa – Instituição Educacional para a Múltipla Deficiência)

Como parte dos resultados da pesquisa-ação realizada na implementação de um programa de apoio a inclusão de alunos com deficiência múltipla, centrando o olhar nas necessidades da pessoa e nos aspectos positivos de seu comportamento, foram desenvolvidas ações de empoderamento. O programa foi realizado com quatro grupos compostos por um aluno, um representante da família, de situação econômica baixa como mais um estressante, além da deficiência do filho. Os representantes das famílias foram mães dedicadas somente ao cuidado da casa. Este último dado coincide com o de outros trabalhos publicados que indicam serem as mães, as encarregadas de estender os cuidados intensivos que são dados à criança, aos filhos com deficiência múltipla de forma intensa e continuada. Também o grupo contou com um representante da instituição educacional e um representante da comunidade. Nas reuniões surgiu a necessidade que as famílias tinham de compreensão de seus sentimentos, de conhecimento sobre as metodologias a serem utilizadas com os filhos, do esforço que realizavam e do insucesso que suas ações tinham a maioria das vezes. Diante deste quadro viu-se a necessidade de ações de empoderamento, ou seja, de reforço dos recursos naturais da pessoa que atuam na resiliência quando ela está passando por grandes dificuldades. Colocou-se em prática o acompanhamento psicológico individualizado de uma mãe em crise e foi programada a execução de um seminário. Este foi possível graças ao apoio dos membros dos grupos representantes da escola e da comunidade, de uma instituição educacional dedicada à múltipla deficiência e pela intervenção de uma associação de pais de múltiplos deficientes que já vem desenvolvendo esse trabalho desde sua fundação há mais de dez anos, e que conta com subsídios financeiros e de conhecimento de uma fundação internacional. Nos estatutos dessa instituição um dos objetivos principais é ser apoio da família e ajudar a que compreenda seus direitos e deveres e possa se sentir acompanhada nas suas dificuldades e não como um ser sozinho no mundo a enfrentar esses desafios. Na programação conjunta para famílias e profissionais foram desenvolvidas palestras com especialistas, oficinas de sensibilização e de aprendizado de técnicas úteis para o dia a dia da família com seu filho com deficiência múltipla. O público atingido foi de 60 pessoas, 30 familiares e 30 profissionais de instituições especializadas e de escolas da rede regular de ensino, todos dispostos a colaborar para que a inclusão aconteça, fazendo sua parte. O resultado do apoio às famílias foi satisfatório, fizeram amizades, disseram que nunca tinham participado ativamente de uma discussão sobre as características de seu filho e que passaram a compreender melhor seu comportamento, sentirem mais segurança nas suas ações em casa e esperança no programa de educação proposto. Também ficaram dispostas a participarem com frequência de reuniões entre os pais porque sentiram que tem muito a oferecer uns para os outros. Pode-se concluir que o papel das associações de pais comprometidos com o bem estar de seus filhos menores ou dependentes com deficiência auxilia no empoderamento das famílias aumentando a resiliência das mesmas.

Palavras chave: Deficiência múltipla. Resiliência. Empoderamento.

Nível do trabalho: D

Área: Psicologia Social

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DE ADOLESCENTES DA REDE PRIVADA E PÚBLICA DE ENSINO. *Camila Polisello* * (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP), *Joviane Marcondelli Dias Maia*** (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP) e *Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams**** (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP)

A violência é um fenômeno que está presente em todos os âmbitos da sociedade, dentre os vários tipos de violência, a forma mais comum a qual crianças e adolescentes sofrem é a violência intrafamiliar, sendo considerada um fator de risco para o desenvolvimento dessa população. A violência intrafamiliar possui quatro principais formas quando é desferida contra a criança e o adolescente: violência física, psicológica, sexual e negligência. Diante de situações estressantes como essas, o indivíduo pode fazer uso de estratégias de enfrentamento, que são definidas como o conjunto de esforços, cognitivos e comportamentais, utilizado com o objetivo de lidar com demandas que surgem em situações de adversidade. As estratégias de enfrentamento apresentadas pelos indivíduos relacionam-se aos seus recursos culturais, valores, crenças, habilidades sociais, apoio social e recursos materiais. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo comparar as estratégias de enfrentamento de adolescentes de uma escola da rede pública de ensino com as de uma escola da rede privada sobre violência intrafamiliar. Os participantes foram 42 adolescentes de ambos os sexos, que tinham idades entre 15 e 17 anos, sendo 25 deles pertencentes a rede pública de ensino, e 15 da rede privada. O projeto foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da UFSCar. A coleta de dados foi realizada por meio de um critério socioeconômico (Critério de Classificação Econômica Brasil) e de um questionário (Questionário sobre as Estratégias de Enfrentamento), elaborado pela primeira autora, com quatro situações fictícias referentes à violência intrafamiliar, nas quais foram solicitadas aos adolescentes, por meio de quatro perguntas, as conseqüências daquela situação de violência para o personagem, quais as estratégias de enfrentamento mais adequadas para esses eventos; as razões para essa escolha, bem como as conseqüências que sua escolha trizeria e, por fim, se ele acreditava que aquela situação de violência poderia acontecer em seu meio social. A aplicação dos instrumentos ocorreu na própria sala de aula dos participantes, em aula cedida pela diretoria da instituição. Na análise dos dados foi ressaltada a comparação entre as respostas dos alunos da rede pública e da rede privada de ensino, sendo que as respostas ao questionário foram examinadas de acordo com a técnica de Análise de Conteúdo, que através do estabelecimento de categorias permitiu a descoberta e a classificação das idéias e conceitos que abarcavam a resposta dos participantes. As estratégias de enfrentamento foram categorizadas em estratégias focalizadas na emoção, estratégias focalizadas no problema, como também estratégias de ação agressiva, evitação, distração, apoio social, ação direta, busca de suporte religioso, inação e outras. No estudo, os adolescentes apresentaram principalmente estratégias focadas no problema, sendo que na situação de violência física e psicológica a estratégia com maior número de resposta foi ação direta. Na situação de negligência, a estratégia de evitação foi a mais sugerida e na situação de violência sexual a principal estratégia apresentada foi a de apoio social. Os resultados indicam não haver diferenças significativas na escolha de estratégias pelos adolescentes de ambas as instituições de ensino.

*Graduanda em Psicologia UFSCar

****Psicóloga. Especialista em Terapia Familiar, Mestre e Doutora em Educação Especial pela UFSCar**

***** Professora Titular do Departamento de Psicologia, Coordenadora do LAPREV e Bolsista Produtividade CNPq**

Palavras chave: Violência Intrafamiliar, Estratégias de Enfrentamento, Adolescentes Iniciação Científica (IC)

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

CIRANDA NO TRÂNSITO: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO INTEGRANDO A PSICOLOGIA DO TRÂNSITO E A PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO. *Dafne Thaïssa Mineguel Assis** (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR), *Aline Mayara O. B. Machado** (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR), *Amanda Leitão Montani** (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR), *Marina de Cuffa*** (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR), *Thais Freitas Lima** (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR), *Rafaele Marhie Furtado Miyashita** (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR), *Valkiria Gregory** (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR) e *Alessandra Sant'Anna Bianchi* (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR).

Milhares de crianças a cada ano morrem em acidentes de trânsito no Brasil ou ficam com sequelas para toda a vida. O Código de Trânsito Brasileiro determina que a educação para o trânsito deva ser trabalhada em todos os níveis. Assim esse projeto de intervenção teve por objetivo promover comportamentos de segurança no trânsito, com crianças de 2 a 10 anos, por meio da discussão de problemas do seu cotidiano que estão relacionados com a acidentalidade no trânsito. Essa proposta foi testada através de projeto piloto em 2008 e implementada a partir de 2009 tendo dela participado 1054 crianças. O projeto teve como metodologia um processo dividido em seis etapas. Primeiramente a apresentação dos objetivos e atividades à equipe de coordenação pedagógica das escolas e aos professores. Esse foi um momento utilizado para trabalhar com os professores as questões de segurança que permeiam as atividades desenvolvidas com os alunos. Nas quatro etapas seguintes o trabalho foi desenvolvido por meio de cenários, com grupos de no máximo 10 crianças, abordando as seguintes temáticas: o trânsito como um sistema em que toda sociedade está integrada, segurança da criança enquanto pedestre, ciclista e passageira. Também foi solicitada, ao final das atividades, avaliação dos alunos participantes e dos professores que os acompanharam, de modo que puderam apontar se julgaram que os objetivos foram alcançados, os aspectos positivos e negativos do projeto, assim como sugestões. Após leitura das avaliações o projeto foi discutido a cada supervisão e as modificações sugeridas foram implantadas quando teórica e tecnicamente justificáveis. Assim, concluiu-se que para aplicações futuras devem ser alterados a dinâmica do cenário que trabalha a questão da segurança da criança enquanto ciclista e o desenvolvimento de duas sistemáticas distintas para trabalhar a questão da pertinência ao sistema trânsito, conforme o grupo de idade. As avaliações, tanto das crianças quanto dos professores, também indicaram a eficiência da dinâmica para alcançar os objetivos propostos e a sua significância no contexto da educação para o trânsito. O projeto articula-se com os princípios da extensão universitária ao propiciar campo para aplicação dos conhecimentos (*extensão*) adquiridos em disciplinas da área de psicologia da aprendizagem, desenvolvimento e trânsito (*ensino*). Também se caracteriza por ser gerador de problemas de pesquisa que têm suscitado trabalhos de monografia e uma proposta de trabalho de mestrado. Finalmente, articula-se com a comunidade externa ao oferecer o apoio da universidade em uma área tão carente de recursos como a de educação para o trânsito, mas que ao mesmo tempo ceifa milhares de vidas a cada ano.

Apoios: Bolsas UFPR e CAPES/REUNI

Palavras-chave: educação, prevenção, trânsito

Nível do Trabalho: Outro

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E A TÉCNICA MINHAS QUALIDADES: CONTRIBUIÇÕES PARA O AUTOCONHECIMENTO. *Milena Callegari*, Mara de Souza Leal* e Lucy Leal Melo-Silva (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, SP.)*

É sabido que a motivação e o desempenho dos indivíduos ao realizar uma ação estão intimamente relacionados às crenças que eles possuem deles próprios a respeito de suas capacidades. Bandura, teórico da abordagem Social Cognitiva, ao estudar este fenômeno o definiu como teoria da autoeficácia na qual, a percepção pessoal sobre inteligência, conhecimentos e habilidades gerais influenciam mais diretamente na performance das atividades relacionadas a estas variáveis, do que o fato dos indivíduos possuí-las realmente. De acordo com este referencial teórico, transposto para a orientação de carreira por Lent, Brown e Hackett, as ações das pessoas se direcionam as ocupações que requerem as capacidades que elas pensam ter ou podem desenvolver, estabelecendo metas e objetivos de maneira a persistir frente às barreiras que possam surgir na trajetória de sua realização pessoal e profissional. Assim, o objetivo deste estudo é apresentar os efeitos da atividade “Minhas Qualidades” como possível indicativo da autoeficácia percebida nos participantes de um grupo de vestibulandos atendidos no Serviço de Orientação Profissional da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP/USP). Foram realizadas doze sessões, semanalmente, com duas horas de duração, nas quais foram trabalhados os seguintes eixos temáticos: escolha da carreira, autoconhecimento, vestibular e estudo, informação profissional e mercado de trabalho. O grupo participante constituiu-se de 10 adolescentes entre 16 a 19 anos de idade, provenientes de escolas públicas e particulares. Na terceira sessão solicitou-se ao grupo a elaboração de uma lista com “qualidades”, objetivando aprofundar o autoconhecimento. A atividade foi discutida em grupo operativo no qual alguns adolescentes explicitaram que ao realizarem a tarefa descobriram qualidades nas quais se consideravam bons. Muitos deles conseguiram relacionar essas qualidades com características próprias de certas profissões, que ainda não tinham sido cogitadas como possíveis opções para a escolha da carreira. As respostas foram computadas e classificadas em frequência. Os resultados mostram predomínio das seguintes “qualidades”: perseverante, sociável, solidário, sincero, educado, companheiro, alegre, cuidadoso, carinhoso e confiável. Foram observadas respostas que caracterizam a adolescência jovem (sociável e alegre) e ao mesmo tempo sinalizam comportamentos proativos (perseverante, solidário, autoconfiante). Alguns deles registraram “qualidades” contrárias à conduta proativa (como medroso, desconfiado, desorganizado). Observou-se que os clientes que registraram maior número de qualidades proativas, encontravam-se em uma situação menos conflituosa em relação à escolha profissional do que os que apresentaram poucas qualidades em geral. Esta atividade favoreceu aos adolescentes maior autoconhecimento. A autoeficácia percebida possibilitou ao grupo trabalhar os conceitos de aptidões, potencialidades e o alcance de metas que representem a fonte primordial do desenvolvimento da autoeficácia e uma postura positiva frente às perspectivas de futuro. E, assim o grupo de jovens pôde explicitar interesses por atividades em que acreditam ter domínio e que poderão levar a resultados positivos. Refletir sobre as crenças de autoeficácia no processo de orientação profissional é útil, pois resulta em aprendizagens sobre as pessoas e os seus contextos. Ainda, contribui com o aperfeiçoamento das estratégias de intervenção.

Palavras chave: orientação profissional; técnica de intervenção, autoconhecimento
Outro.

ESC

OFICINA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL; UMA PRÁTICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA ESCOLAR. *Thiago da Luz Martins*
(Departamento de Psicologia. Universidade Federal do Maranhão. São Luis. Maranhão)

Foi realizada uma oficina de Orientação Profissional em uma escola da rede pública de São Luis, junto a alunos do Ensino Médio. O objetivo da oficina era fornecer aos alunos ferramentas que pudessem auxiliá-los na escolha de uma carreira a ser seguida, através da promoção de autoconhecimento, conhecimento das profissões e tomada de decisão. A partir da compreensão de Homem sob a ótica do Behaviorismo Radical, buscou-se oferecer aos participantes subsídios para que pudessem realizar uma tomada de decisão e escolher de maneira coerente aquilo que melhor se adaptava à sua realidade e a seus objetivos. Realizou-se uma replicação reduzida de Moura (2004) onde ocorreram seis encontros com 31 alunos de três turmas diferentes (8; 7 e 14). Os encontros foram realizados em cada turma de acordo com os dias e horários disponíveis em cada uma. Primeiramente foram realizadas atividades que promoviam autoconhecimento, através de dinâmicas e exercícios nos quais os alunos trabalhavam com características próprias, analisando a si mesmos, de modo que refletiam sobre quem eram e o que faziam. Logo após foram feitas explanações acerca das diversas profissões, de maneira expositiva, trazendo características das profissões e o que era necessário para ingressar nas mesmas, através de informações como o que cada profissional faz, onde trabalha, trabalha em equipe ou sozinho, média salarial, atributos pessoais necessários para o ingresso na área entre outras. Posteriormente, foi realizada uma atividade na qual foram comparadas as principais opções de profissões de cada um com as características dos alunos e com aquilo que desejavam alcançar na vida profissional, com o objetivo de fazê-los refletir sobre as possibilidades reais da carreira que estavam pensando em seguir. De posse das informações levadas e das discussões feitas os alunos relataram que ficaram mais bem preparados e mais confiantes em decidir sobre a carreira a ser seguida. Foram entregues questionários de avaliação da oficina, nos quais os alunos relataram satisfação com as informações levadas a eles e com o desempenho dos estagiários. Sugeriram também algumas mudanças, como mais encontros e mais recursos audiovisuais. Os principais resultados da oficina foram: 74% dos alunos relataram que o auxílio recebido na oficina foi bom/muito bom; 84% relataram que progrediram na habilidade de fazer escolhas. Em suma, os alunos relataram que se sentiam mais capazes de escolher a profissão a seguir e mesmo que ainda não o tenham feito, afirmaram que a oficina ofereceu-lhes informações relevantes para a tomada de decisão. Do ponto de vista do Estágio ressalta-se que o objetivo da oficina era fazer com que os alunos obtivessem mais subsídios para uma escolha coerente, através da posse dos conhecimentos que eles mesmos construíram durante os encontros, através das atividades propostas; se houvesse a possibilidade de acompanhá-los individualmente, talvez o trabalho tivesse sido mais efetivo, pois haveria um maior número de informações e a possibilidade de intervenção poderia ser mais efetiva. Sugere-se que em oficinas futuras o procedimento seja ampliado e possibilite a produção de dados mais efetivos para intervenção junto aos participantes.

Aluno de Graduação

Palavras-Chave: Estágio em Psicologia Escolar; Orientação profissional; Alunos do ensino Médio

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

TRADUÇÃO, ADAPTAÇÃO E APLICAÇÃO DO *CONCERNS REPORT METHOD* PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE DOURADOS. *Ana Carolina Sella, Morgana de Fátima Agostini Martins, Jaume Ferran Aran Cebria* e Carla Suzana Oliveira e Silva* (Curso de Psicologia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS).*

O chamado *concerns report method* (CRM) é um método de pesquisa no qual os participantes auxiliam na identificação de questões a serem pesquisadas em seu grupo ou comunidade. O uso deste tipo de método traz informações relevantes acerca de problemas únicos de uma comunidade que muito provavelmente não seriam encontrados na literatura científica em geral. Cada comunidade possui forças e fraquezas específicas e é importante identificá-las quando se pretende realizar uma pesquisa que tenha não apenas relevância científica, mas também social. Este tipo de método incentiva não apenas a participação na pesquisa, mas também auxilia as pessoas a se conscientizarem das potencialidades e necessidades de seu grupo e os incentiva a se engajarem ativamente em um processo de busca pela resolução de problemas. O CRM pode assumir diversas formas e em qualquer uma delas, preconiza que diversos passos devem ser seguidos para que as informações obtidas efetivamente possam derivar em intervenções relevantes. O objetivo do presente estudo foi traduzir e adaptar o CRM para a língua portuguesa do Brasil, visando tornar este instrumento disponível para pesquisas participativas na realidade brasileira. Após a tradução e adaptação deste método, este foi utilizado para elaboração de um inventário de interesses a ser utilizado com professores da Educação Infantil da rede municipal de Dourados, MS. Esta população foi escolhida devido às diversas queixas destes professores em relação à sua preparação para trabalhar com crianças com comportamentos desviantes da média e, ainda, por compreender-se que as intervenções se tornam mais efetivas se feitas nos níveis mais iniciais do ensino. O inventário foi baseado nos passos traduzidos e foi elaborado por profissionais envolvidos na formação dos professores participantes. O inventário foi composto por 20 perguntas que abordaram questões sobre o que as professoras consideravam importante e acerca de sua satisfação em relação à Educação Infantil. As respostas consistiram em marcar, em uma escala de 0 a 4, a resposta que mais representasse a importância e a satisfação com determinada questão dentro do contexto em que trabalhavam. Para a aplicação, os inventários foram explicados às professoras e, a seguir, distribuídos. Em nenhum dos inventários havia formas de identificação das professoras. De forma geral, as professoras atribuíram importância às questões pesquisadas, apesar de não estarem tão satisfeitas com o que vem sendo feito em relação a estas questões. Foi encontrado também que os pontos mais importantes e com os quais as professoras se encontram mais satisfeitas dizem respeito ao apoio de diretores e coordenadores da escola. Por outro lado, os pontos menos importantes e com os quais as professoras se sentem menos satisfeitas dizem respeito a recursos materiais. Discute-se 1) as questões de importância *versus* satisfação; 2) se os resultados encontrados estão relacionados a uma cultura de valorizar as pessoas mais do que os recursos materiais ou se, devido à inexistência de recursos materiais, os professores não estajam mais sensíveis a estas questões e 3) quais tipos de intervenções devem ser planejadas tendo em vista os resultados do inventário de interesses.

Palavras-chave: *concerns report method*, levantamento de interesses, professores da Educação Infantil.

Nível do trabalho: Pesquisador –P e Iniciação Científica – IC.

Área de Pesquisa: ESC (Psicologia Escolar e da Educação)

EXPERIÊNCIAS EM GRUPO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL COM ADOLESCENTES *Carla Camillo**, *Carolina Prates Ferreira Rossetto** e *Lucy Leal Melo-Silva* (Serviço de Orientação Profissional - SOP, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)

A Orientação Profissional (OP) tem por objetivo facilitar o momento da escolha ao jovem, auxiliando-o a compreender sua situação específica de vida, na qual ocorrem influências pessoais, familiares e socioeconômicas. É a partir da compreensão dos mecanismos que influenciam as decisões que o jovem aspirante à carreira universitária poderá pensar em um projeto de vida, como estudante e futuro trabalhador. A OP em grupo se mostra eficaz como estratégia de intervenção nessa etapa do desenvolvimento humano, pois são importantes as experiências com os pares para que os jovens possam compartilhar sentimentos de dúvida, indecisão e insegurança quanto ao futuro, e tenham a possibilidade de se ajudar mutuamente, auxiliar e ser auxiliado no conhecimento que cada membro busca de si mesmo. Coordenar esse processo significa facilitar, para que o próprio jovem descubra quais caminhos pode seguir (considerando os constrangimentos pessoais e econômicos) e, para isso, devem ser trabalhados aspectos como autoconhecimento, conhecimento das profissões e do mundo do trabalho para que possam tomar decisões conscientes e autônomas relativas aos estudos e/ou trabalho. Esse estudo objetiva descrever uma experiência realizada em um Serviço de Orientação Profissional (SOP), do serviço-escola do curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP/USP). Participaram do grupo 14 adolescentes, estudantes de ensino médio de escolas particulares. Todos os participantes se inscreveram no programa, passaram por uma entrevista de triagem e foram selecionados para atendimento. O grupo foi coordenado por duas estagiárias do SOP. Durante o atendimento foram utilizados alguns instrumentos de avaliação psicológica, como a EMEP (Escala de Maturidade para a Escolha Profissional), de Neiva, que mensura a maturidade dos adolescentes para fazer a escolha de sua profissão, e o Teste de Fotos de Profissões (BBT), de Achtnich, que visa clarificar interesses profissionais com base em oito fatores de inclinação profissional. Outras técnicas foram utilizadas visando à exploração vocacional como jogo de Critérios para a Escolha Profissional. A intervenção em grupo foi baseada no referencial de Pichon-Rivière.. O uso dos referidos instrumentos e técnicas objetivaram auxiliar os participantes na escolha de suas carreiras universitárias. A intervenção focalizou o processo grupal. O grupo inicialmente funcionou racionalmente e com dificuldade em se envolver com atividades mais expressivas como a técnica do cartaz; preferindo atividades de leituras e discussões em grupo. Paralelamente às tarefas de “escolha” da carreira, foram trabalhados os vínculos entre os integrantes, entre integrantes e as psicólogas e com a tarefa da “escolha”. A dificuldade inicial de vinculação no grupo deu lugar ao funcionamento em pequenos grupos, e a seguir no grupo maior. Os adolescentes em geral, e os que se diziam tímidos em particular, produziram bem e refletiram bastante sobre todo o processo; o que também foi verificado pelo comprometimento com as tarefas de casa, as entrevistas individuais, e observado nos registros das falas das sessões grupais. Ao todo, foram realizadas onze sessões. Ao término da intervenção o grupo se mostrou bem resolvido em relação à escolha profissional e já na fase de resolução, ou seja, de encaminhamento das decisões.

Palavras-chave: orientação profissional, intervenção em grupos, relato de experiência
Outro

ESC

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESPAÇO PARA REFLEXÃO. *Carmen Lúcia Reis**, Lúcia Helena Ferreira Mendonça Costa**, Mariana Tanus Jorge* e Nathalia Mellão** (Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG).

Uma ocupação representa muito mais do que um conjunto de habilidades e funções é um meio de vida. Proporciona e determina muito do ambiente físico e social em que uma pessoa vive, seleciona traços que são utilizados com maior frequência, fortalecendo-os, e, usualmente, tem seu status na comunidade, provendo papéis e padrões para viver. Por determinar que tipo de pessoa alguém vai ser durante parte da vida, uma vocação influencia marcadamente juízos de valor e padrões éticos. Nesta perspectiva, escolher uma profissão é uma tarefa complexa, de grande responsabilidade e seriedade na vida do indivíduo. Quando esta é feita de modo adequado e consciente, há maior probabilidade de benefícios não só para aquele que escolhe, mas também para a sociedade. Assim, a escolha profissional assume uma significativa importância no plano individual, já que se relaciona com uma definição de quem se deseja ser, muito mais do que fazer. O processo de escolha profissional é uma necessidade premente no bojo de nossa sociedade voltada para a idéia de produção. Entretanto, a cada dia, os jovens têm apresentado maior dificuldade para fazer as suas opções, já que um universo de cursos e especializações novas tem surgido, e que a tecnologia se faz presente em todas as áreas, exigindo um novo perfil profissional. Tomando como base a proposta da abordagem sócio-histórica, que compreende o processo de escolha profissional considerando diversas determinações, como valores pessoais, mercado de trabalho, expectativas familiares e pessoais, experiência escolar, gênero, conhecimento das profissões, autoconhecimento e situação econômica, social e política, o presente trabalho tem como objetivo apresentar um atendimento realizado com um grupo de trinta alunos do terceiro ano do ensino médio de uma escola estadual de Uberlândia/MG. Realizaram-se cinco encontros quinzenais de uma hora e meia cada. Durante os encontros, percebeu-se que aqueles jovens desconheciam algumas profissões e nutriam olhares estereotipados sobre determinadas profissões. Notou-se, também, sentimentos de menosvalia, o que poderia estar associado às condições sociais, culturais e econômicas que atravessam a realidade dos mesmos; parte do grupo não acreditava que tinha potencial para cursar um curso do Ensino Superior ou ser aprovado no vestibular de uma universidade federal e se conformava com isso. Diante da ampliação de perspectivas que foi construída ao longo dos encontros, os alunos se depararam com novos desafios referentes à mudança de comportamento e modos de pensar que viabilizam diferentes possibilidades de escolhas profissionais. Notou-se que a escola demonstrava dificuldades em acolher as angústias apresentadas pelos alunos prestes a finalizar o Ensino Médio. A devolutiva fornecida à escola consistiu na orientação de algumas propostas de atividades que possibilitem informação sobre profissões.

Palavras chave: Orientação profissional, abordagem sócio-histórica, autoconhecimento.
IC

ESC

MATERIAL DIDÁTICO ADAPTADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM. *José Murilo Calixto Vaz** (Universidade Federal de Alfenas), *Ana Laura de Souza Paulino** (Universidade Federal de Alfenas), *Carolina Carvalho de Mello** (Universidade Federal de Alfenas), *Michele Xavier dos Reis** (Universidade Federal de Alfenas); *Keila Bossolani Kiill* (Universidade Federal de Alfenas), *Tereza Cristina Orlando* (Universidade Federal de Alfenas) e *Fernanda Vilhena Mafra Bazon* (Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras, SP).

A educação inclusiva é tema de grande relevância no meio educacional, sendo amplamente estudada em diversas áreas do conhecimento, como a Psicologia da Educação. O alunado com necessidades educacionais especiais (NEE) tem seus direitos assegurados por lei com relação à possibilidade de frequentar o ensino regular. Entretanto, podem encontrar certos obstáculos, como por exemplo, a falta de materiais que auxiliem no processo de aprendizagem, em especial ao se tratar de alunos com deficiência, que fazem parte da população atendida pela inclusão escolar. Góes a partir dos pressupostos de Vigotski afirma que ao se tratar da aprendizagem de alunos com deficiência, é fundamental a presença de recursos especiais e caminhos alternativos, que atuam como formas compensatórias possibilitando assim o desenvolvimento da potencialidade destes estudantes. Sendo assim, o material didático adaptado pode ser considerado como um recurso especial que auxilia o processo de aprendizagem de alunos com deficiência. Tendo por base estas considerações os objetivos deste estudo foram: a) elaborar material didático inclusivo para o ensino de biologia, mais especificadamente um modelo de tradução, com características que respeitam o referencial perceptual de alunos com deficiência visual; b) analisar o papel do material elaborado no processo de aprendizagem. Optou-se pela abordagem de pesquisa qualitativa, sendo, portanto, necessária a observação, o registro e a análise do fenômeno estudado visando o entendimento de sua complexidade. Para a confecção do modelo de tradução foram utilizados: mdf, EVA, velcro, massa para artesanato, cola quente, cola branca, isopor, tinta, lixa. Além disso, foi confeccionado um modelo de representação em madeira com texturas e cores diferenciadas e legendas em braile. A avaliação deste material foi realizada por meio de questionários aplicados a 3 professores especialistas em educação inclusiva, 3 professores-pesquisadores na área de genética, 3 na área de ensino de ciências e 17 alunos, sendo 15 videntes e 2 com deficiência visual. Para a avaliação quanto ao aspecto inclusivo foram consideradas as seguintes propriedades do material: forma, cor e facilidade de manuseio. Pelos avaliadores da área de ciências e genética, o modelo foi avaliado quanto à coerência dos conceitos que o material busca representar. O modelo de tradução foi considerado adaptado na avaliação dos professores especialistas em educação inclusiva por apresentar cores contrastantes e formas distintas entre as diversas estruturas do modelo, favorecendo a percepção visual e tátil. Os professores de genética e de ensino de ciências consideraram o modelo um material que contempla todos os conceitos biológicos do conteúdo a que se refere, por apresentar todas as estruturas envolvidas na tradução de proteínas assim como seu funcionamento. Os alunos com deficiência visual e videntes apontaram a presença de cores contrastantes, de diferentes texturas e formas nas estruturas, aspectos facilitadores da aprendizagem. Consideraram também que a representação concreta de um processo complexo facilita a aprendizagem do mesmo. A partir das avaliações pode-se verificar que o material desenvolvido possui características que podem auxiliar na disciplina de

biologia e se encontra adaptado para uso de alunos com deficiência visual e também videntes, sendo assim um material potencialmente inclusivo.

Apoio financeiro/Bolsa: CNPq

Palavras-chave: deficiência visual, educação inclusiva, material didático.

IC

ESC

A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL.
Fernanda Vilhena Mafra Bazon (Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras, SP) e Elcie Aparecida Fortes Salzano Masini (Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP).

Na sociedade atual, a inclusão escolar de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) constitui tema de grande relevância, havendo uma grande alusão a este processo em diversas instâncias sociais. No âmbito acadêmico cabe destacar a necessidade do desenvolvimento de estudos sobre o processo inclusivo e como este vem afetando o desenvolvimento destes alunos. As NEE, conforme proposto na Declaração de Salamanca, podem ser apresentadas por uma grande diversidade de indivíduos, incluindo aqueles com deficiência, dentre as quais a visual. Considerando que a escola e a família afetam diretamente o desenvolvimento das pessoas, faz-se relevante a compreensão das influências entre estas instituições no processo de inclusão escolar de alunos com NEE. Nessa perspectiva, este estudo teve como objetivo a compreensão das mútuas influências, escola-família, no processo de inclusão de alunos com cegueira. Esta investigação compôs - se de estudo aprofundado de duas famílias, residentes em uma cidade de médio porte no Paraná, nas quais pelo menos um de seus membros apresentava cegueira. Uma família era composta por pai, mãe e três filhos e a outra por pai, mãe e cinco filhos. Pautou-se pela abordagem qualitativa, descritiva e exploratória de dados das famílias, de professores e da coordenadora da instituição especializada frequentada pelas crianças. A coleta de dados se deu por meio da realização de entrevistas semi-estruturadas com as crianças com cegueira, com suas mães, com a família em conjunto e com a coordenadora da instituição especializada e com a aplicação de questionário para os professores da escola regular que atuavam com esses alunos. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. A análise desse material registrado por escrito evidenciou o papel fundamental da interação entre família e escola para o processo de inclusão escolar. Ficou assinalado que as famílias ao estabelecerem atitudes cooperativas junto à escola favoreciam a inclusão, da mesma forma que, na escola, atitudes de abertura e disponibilidade para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência, configuraram-se como fundamentais para a interação e desenvolvimento dos mesmos. Em uma das famílias foi constatado que o distanciamento entre família e escola dificultava a efetivação do processo de inclusão e o conseqüente desenvolvimento escolar e social da criança. A análise evidenciou que a inserção do aluno com cegueira na escola afetava a dinâmica familiar, alterando-a e trazendo para as famílias novas perspectivas acerca do desenvolvimento da criança e das expectativas e confiança em suas potencialidades. Constatou - se, também, que atitudes de preconceito, barreiras atitudinais e *deficit* na formação de professores afetavam de forma negativa o processo de inclusão. A reflexão sobre os dados desta pesquisa confirmam que a relação entre escola e família influencia diretamente a inclusão do aluno com deficiência no ambiente escolar, afetando seu desempenho e interação com professores e colegas.

Palavras-chave: deficiência visual, educação inclusiva, relação escola-família.

D

ESC

A PERCEÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ACERCA DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO ESCOLAR: ESPAÇO EM CONSTRUÇÃO.

Blenda Lúcia Silva, Joelder de Lima Silva*, Josiane Rosa Amaral*, Juliana Borges de Oliveira*, Sávia Vieira Santos*, Tatielle Galvão Amorim* e Thamiris Mara de Melo Caixeta* (Centro Universitário de Patos de Minas, Patos de Minas, MG.)*

A psicologia escolar tem adquirido espaço no contexto educacional contemporâneo através de novas práticas e idéias do psicólogo que emergem como meio de transformação englobando o processo de escolarização em toda a sua complexidade. Neste ponto, sabe-se que se antes os alunos eram vistos como portadores da queixa escolar, com a crescente inserção desse profissional no âmbito da educação ele passa a ser percebido como ser biopsicossocial, ou seja, como pessoa inserida em um contexto social e familiar que pode influenciar de maneira significativa no processo de aprendizagem, assim como há influência de questões biológicas e psíquicas. Vê-se, então, o processo de aprendizagem como um todo que se constitui não só do aluno e do professor, mas de um contexto social no qual toda a comunidade escolar está inserida. Ressaltada a importância do psicólogo nesse contexto realizou-se uma pesquisa com quinze profissionais da área da educação cujo objetivo foi fazer um levantamento acerca da percepção desses profissionais sobre o trabalho do psicólogo escolar. Nesse sentido, foi realizada pesquisa qualitativa na qual professoras, especialistas em educação, vice-diretoras, supervisoras e orientadoras educacionais corroboraram acerca de questões pertinentes à necessidade de se ter um psicólogo na escola. Os resultados apresentam que 93,5% das entrevistadas relataram não contar com esse profissional em sua instituição de ensino, afirmando que, caso houvesse, seu papel se relacionaria ao auxílio na diminuição de comportamentos negativos, assim como ao que se refere a conflitos familiares e distúrbios de aprendizagem. Também foi apontado na pesquisa que dentro de suas funções, o psicólogo deve ajudar a melhorar a perspectiva de mundo do aluno, auxiliando-o em sua aprendizagem. Todas as participantes consideram existir demanda para o psicólogo no contexto escolar, sendo apresentada de maneira significativa a necessidade deste profissional para trabalhar com questões familiares e dificuldade de aprendizagem. Foi ressaltado, ainda, que o profissional da psicologia tem demanda para trabalhar com orientação psicopedagógica e profissional de atendimento à comunidade escolar como um todo. 80% das entrevistadas responderam que a instituição de ensino sente falta de um profissional da área para realização de intervenção em questões relacionadas a comportamento do aluno, para atender às famílias, professores e demais funcionários da escola. Em relação às medidas adotadas, quando se observa uma dificuldade escolar nos contextos de aprendizagem e/ou comportamento, foi apontado, em sua maioria, que os alunos são encaminhados a atendimentos específicos, com psicólogo. Por fim, 73,3% das participantes relatam a importância deste profissional na instituição. Partindo dessa pesquisa, percebe-se que a psicologia escolar é um campo que está em construção, sendo necessário que trabalhos se realizem de maneira constante, a fim de que outros profissionais que trabalham com a área da educação possam estar esclarecidos das funções e do bom trabalho que pode ser realizado em conjunto, em prol da comunidade escolar como um todo.

Palavras-chave: Psicologia, educação, percepção de profissionais da educação.

IC (trabalho de graduação)

ESC

Psicologia Escolar e da Educação

OPOSIÇÃO E ARGUMENTAÇÃO INFANTIL: COMO ABORDAR ESSA RELAÇÃO?

Nadja Maria Vieira, Carine Rhodes, Carine Valéria*, Bárbara Abreu*, Walkíria da Anunciação* e Fabíola Brandão* (Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte – Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL).*

Discute-se nesse estudo de iniciação científica o papel da oposição no desenvolvimento da argumentação oral infantil. Para alguns pesquisadores, o estudo da atividade argumentativa infantil deve ser iniciado mais tardiamente, uma vez que deve-se esperar o amadurecimento no uso da linguagem pela criança. Considerando essa observação, investiram-se nesse estudo, na possibilidade de se construir informações acerca dos processos preliminares da atividade argumentativa humana. A oposição foi concebida, como um fenômeno onde incide a emergência desses processos. Isto porque, segundo a literatura, a argumentação adulta revela-se como um processo dialógico de negociação de pontos de vista, com destaque para a presença do contrargumento e da justificativa. Por analogia, defende-se no presente, a estreita aproximação entre a argumentação e a oposição, traduzindo-se esta última também como uma experiência dialógica formatada no confronto de pontos de vista. Uma vez que a oposição é uma manifestação natural do ser humano nos seus estágios iniciais de desenvolvimento, concebeu-se que estudá-la possibilita construir os primeiros passos da atividade argumentativa humana. Partindo dessa compreensão realizou-se um estudo longitudinal com o objetivo de caracterizar a oposição de crianças na educação infantil. Participaram desse estudo vinte e cinco crianças entre três e cinco anos de idade. Os dados foram registros semanais videografados dessas crianças em interação, durante atividade em sala de aula, num período de dois anos. Na análise micro genética, focalizaram-se as mudanças na manifestação de oposição ao longo do tempo. Os resultados apontaram para variações nas características de oposição das crianças em função do tempo de desenvolvimento. Nos registros iniciais, a manifestação de oposição das crianças se constituía por visíveis apelos empíricos, como por exemplo, aumento no volume da voz, repetições de padrões de comportamento inclusive fala, uso do corpo definindo conteúdos semânticos, solicitação do apoio da professora. Nos últimos registros, observaram-se outras características na oposição. Esta não mais foi marcada necessariamente com o uso da palavra “não”, como faziam antes. Nos registros observou-se que essa manifestação poderia ser introduzida com estratégias não verbais diferenciadas, sugerindo que a interação se sustentava principalmente na intersubjetividade. Além disso, o conteúdo compartilhado na oposição estava mais circunscrito a construções no texto verbal. A oposição e a defesa do ponto de vista se faziam com a seleção e escolha no uso das palavras. Nesses últimos registros, a presença freqüente do elemento lingüístico “porque” marcou a incidência progressiva das justificativas para o ponto de vista defendido. Concluiu-se que as estratégias de convencimento no contexto da oposição evoluíram com o desenvolvimento das crianças, de um ponto em que a relação entre a fala e a ação enfatizava a reorganização do espaço físico da interação para um ponto em que essa relação enfatizava reorganizações do espaço intersubjetivo.

APOIO/CNPQ

Palavras – Chave: Oposição Infantil; Estratégias de Convencimento; Intersubjetividade

Trabalho de Iniciação Científica

Código da Área: ESC

A EMOÇÃO E O PRAZER DO CONHECIMENTO. UMA EXPERIÊNCIA COM CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL. *Ana Rita Silva Almeida (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia- Catu -Ba) e Ariane de Brito Santos* (Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE)*

A partir do momento em que a criança entra na escola, o desenvolvimento infantil adquire um novo rumo. A criança deixa a exclusividade do berço familiar para ingressar num novo ambiente. A vida da criança passa a ser dirigida não somente pelo meio familiar, mas, também, segundo as condições estabelecidas pela escola. A criança passa, assim, a fazer parte de um novo meio cuja adaptação exige a submissão às suas determinações. Neste ambiente adquire novos amigos, convive em grupo, obedece aos horários, respeita as regras, sendo sua vida totalmente administrada em função dos interesses da escola. Partindo dessa premissa, o âmbito escolar, especificadamente, a sala de aula, engloba vários aspectos que são indispensáveis para o desenvolvimento afetivo, cognitivo, pessoal e social da criança, bem como para uma satisfatória formação educacional da mesma. Tais aspectos, como a formação do professor, os métodos de ensino, a organização escolar, entre outros, interagem de maneira equitativa na dinâmica escolar, influenciando tanto “o fazer pedagógico” quanto, particularmente, a maneira como o aluno concebe/percebe a sua própria escola. O objetivo deste estudo é conhecer, como as crianças da educação infantil percebem a própria escola, cujo “discurso pedagógico” inclui práticas que, exercem um exacerbado controle sobre a liberdade de expressão das crianças. Os sujeitos da pesquisa foram 28 crianças de três a cinco anos de uma escola de educação infantil municipal, da cidade de Aracaju. A entrevista continha oito perguntas fechadas e quatro alternativas de respostas, sendo três painéis fotográficos e uma opção para nenhuma das respostas. Os painéis continham tanto figuras de expressões de crianças: alegre, triste, e com raiva, quanto figuras que representavam o desenhar e pintar, histórias, brincar, professora, coleguinhas, e a hora da merenda. Para se chegar aos dez painéis fotográficos definitivos, foi necessária a realização de uma pré-testagem com crianças da mesma faixa etária, a fim de verificar se as figuras escolhidas expressavam com clareza o objetivo proposto. Os resultados apontam a alegria como uma das emoções preponderantes, seguida respectivamente da tristeza e da raiva. Do total dos sujeitos, 82% ficam alegres quando chegam à escola, 85% ficam alegres na hora do recreio e 82% sentem-se alegres na hora de ir embora. A professora e os coleguinhas ficaram entre o que os sujeitos mais gostam na escola. Já o sentimento em relação à professora, 86% das crianças afirmam sentirem-se alegres ao vê-la, e nenhuma relata ter medo dela. Em relação às práticas pedagógicas utilizadas pelas professoras, ao ensinar a ler e a fazer continhas, a maioria afirma gostar desses momentos, apresentando um percentual de 81% e 78%, consecutivamente. Já no que diz respeito às práticas pedagógicas que mais gostam, quando feitas em sala de aula, houve um equilíbrio entre as opções: o “brincar” obteve 35%; o “desenhar e pintar”, 32%; as “histórias” obteve 29%, e a opção “outro” apenas 4%. Isso mostra que tais práticas podem ser mais exploradas pelas professoras, já que o sentimento sobre elas favorece um bom desempenho e/ou participação das crianças na atividade.

Palavras-chave: criança, escola, professor.

Trabalho de Iniciação Científica - IC

Código da Área da Pesquisa: ESC

HABILIDADES SOCIAIS ENTRE JOVENS ESTUDANTES: UMA COMPARAÇÃO ENTRE GÊNEROS. *Thiago Francisco de Andrade**, *Rômulo Lustosa Pimenteira de Melo**, *Hermesson Daniel Medeiros da Silva** (Universidade Estadual da Paraíba – UEPB) e *Joilson Pereira da Silva*** (Universidade Federal de Sergipe – UFS).

Conceituam-se Habilidades Sociais como sendo o repertório de comportamentos de que um indivíduo dispõe para lidar com as demandas das situações interpessoais, tais como fazer e receber elogios e críticas, defender seus direitos, controlar a agressividade, etc. As Habilidades Sociais têm sido frequentemente associadas ao bom desempenho acadêmico, uma vez que o contexto escolar é repleto de situações que demandam do estudante certo “traquejo social”. Nesse sentido e mais especificamente, buscou-se investigar as possíveis diferenças entre os repertórios de Habilidades Sociais de rapazes e moças em preparação para o vestibular (terceiro ano e cursinhos pré-vestibulares). Participaram do presente estudo 309 estudantes, com idade média de 19,6 anos ($dp=4,35$), oriundos de instituições públicas (39,2%) e privadas (60,8%), cursando o 3º ano (52,1%) e cursinhos pré-vestibulares (47,9%). Os participantes responderam ao Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette), composto de 38 itens agrupados em cinco fatores, bem como uma folha de dados sociodemográficos. Os instrumentos foram aplicados após a devida autorização dos responsáveis pelas instituições. Os dados foram tabulados com a utilização do pacote computacional SPSS para *Windows* (versão 16), onde foram computadas medidas de tendência central e dispersão, bem como análises de diferenças entre médias através da estatística *t* de Student. A estimativa do tamanho do efeito (*d*) da variável gênero foi calculada através do Microsoft Excel. As pontuações totais em Habilidades Sociais situaram-se no intervalo 16,9-62,9, com média em 45,5 ($dp=6,6$). As pontuações fatoriais médias foram: “Enfrentamento com risco”: 12,14 ($dp=3,3$); “Autoafirmação na Expressão de Afeto Positivo”: 10,99 ($dp=2,17$); “Conversação e Desenvoltura Social”: 9,83 ($dp=1,95$); “Autoexposição a desconhecidos”: 4,83 ($dp=1,25$) e “Autocontrole da Agressividade”: 7,70 ($dp=0,81$). Na medida global de Habilidades Sociais, as médias de homens e mulheres não apresentaram diferenças estatisticamente significativas [$t(307)=1,679$; $p=0,094$; $d=0,20$]. Por sua vez, os fatores “Enfrentamento com Risco” [$t(307)=3,608$; $p<0,001$; $d=0,422$] e “Autoafirmação” [$t(307)=-2,833$; $p=0,005$; $d=-0,326$] foram os únicos que apresentaram diferenças significativas a nível de 5%. As estatísticas para os demais fatores são: “Conversação e Desenvoltura Social”: [$t(307)=1,336$; $p=0,183$; $d=0,161$]; “Autoexposição a Desconhecidos”: [$t(307)=1,684$; $p=0,093$; $d=0,20$]; “Autocontrole da Agressividade”: [$t(307)=0,473$; $p=0,637$; $d=0,048$]. Apesar de não terem sido encontradas diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres em relação à pontuação total em Habilidades Sociais, as diferenças significativas entre os fatores são sugestivas. Os homens obtiveram escores mais elevados no primeiro fator, “Enfrentamento com Risco”. Este fator engloba a subárea das Habilidades Sociais denominada Assertividade. Os homens parecem mais propensos a ir em busca da defesa de suas opiniões e direitos em comparação com as mulheres. Estas, por sua vez, pontuaram mais alto no fator “Autoafirmação na Expressão de Afeto Positivo”, o que sugere que estas têm maior facilidade no tocante a comportamentos como, por exemplo, fazer elogios. Os resultados obtidos deste estudo podem servir para ampliar os conhecimentos acerca das diferenças entre as Habilidades Sociais de homens e mulheres. Entretanto, em virtude do alcance desse estudo, sugerimos sua replicação em outros contextos e com populações variadas.

Palavras-chave: Habilidades Sociais; Estudantes; Gênero.
Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação).

ESC – Psicologia Escolar e da Educação.

PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVALI-MULHER APRESENTA A IMPORTÂNCIA DE UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL. *Karoline Kirchner**, *Roberta Borghetti Alves**, *Sâmia Silva Almeida**, *Silvia Luci de Almeida Dias*** e *Tiago Haubert** (Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC)

Sabe-se atualmente que existe uma relação direta entre nutrição e bem-estar físico e mental. Muitas pesquisas vêm trazendo o respaldo que a boa alimentação tem um papel fundamental na prevenção e no tratamento de doenças, conforme já é levantado pela literatura especializada no assunto. Em contrapartida, cotidianamente encontram-se pessoas que acabam por alimentar-se de maneira prejudicial à própria saúde, sendo grande parte dessa população formada por desconhecedores de tal prática. Para que a população venha a ser informada sobre esses aspectos, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos criou a Pirâmide dos Alimentos, que consiste em um instrumento educativo que pode ser usado juntamente com qualquer tipo de população. Para tanto, para a presente pesquisa foram realizados dois encontros com o objetivo de promover a saúde das crianças, de modo a dialogar com as mesmas sobre seus hábitos alimentares. Participaram do estudo 17 meninas, na faixa etária de 7 a 11 anos, de uma escola municipal de Itajaí/SC. Tais encontros foram realizados nas dependências de uma escola pública, uma vez por semana, com duração de 2 horas, no 2º semestre de 2008. A população envolvida pertencia ao Programa de Extensão “UNIVALI MULHER: aprendendo e ensinando saúde e cidadania”, da Universidade do Vale do Itajaí, que foram selecionadas e convidadas pela própria escola a participar do referido projeto. Os encontros foram coordenados por 4 bolsistas dos Cursos de Farmácia, Fisioterapia, Música e Psicologia, e por um professor do Curso de Fisioterapia. Foi utilizado o grupo focal como método de pesquisa qualitativa, sendo realizadas dinâmicas como: pirâmide alimentar; tabela de vitaminas; gincana: alimente-se bem; música: “*Lá-lá-ia da alimentação*”; grupos de alimentos e o teste fome de saber. Para tanto, este trabalho utilizou-se do instrumento Pirâmide de Alimentos, citado acima, como subsídio do mesmo. Durante as discussões, as participantes começaram a discutir e trazer exemplos de seus hábitos alimentares e, em cima desses relatos, ia-se dialogando sobre quais alimentos poderiam ser comidos em cada refeição. Dentre os principais resultados, contempla-se a falta de conhecimento da população envolvida na pesquisa acerca dos alimentos que trariam benefícios e os que seriam prejudiciais para a saúde. O conhecimento que tinham perante o tema era o que os grupos parentais haviam lhe passado, sendo muitos dos dizeres utilizados ao longo das discussões provenientes do senso comum. As participantes relataram que as discussões do tema serviram para que elas percebessem sobre como era sua alimentação, colocando para as colegas o que estavam comendo de prejudicial à sua saúde e o que era benéfico. Também é válido ressaltar que ao longo do processo houve relatos de muitas delas demonstrando que as mesmas também se tornaram agentes multiplicadores, passando para suas famílias e para as colegas os aprendizados destes encontros, dando aulas em suas respectivas casas, de modo que muitos que estavam ao seu redor mudaram hábitos alimentares.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação, saúde, equipe multidisciplinar.

IC – Iniciação Científica

Código: ESC

TRAUMA E HISTÓRICO DE VITIMIZAÇÃO NA ESCOLA: UM ESTUDO RETROSPECTIVO COM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS. *Tatiane Alves Correia**, *Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams*, *Sabrina Mazo D’Affonseca*** e *Paloma Pegolo de Albuquerque*** (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP)

A escola, quando marcada pela violência, pode ser um local de risco para o desenvolvimento saudável da criança. Como exemplos de violência ocorrida na escola podemos citar o abuso físico e emocional de alunos pelos professores e funcionários e o *bullying*, modalidade de agressão na qual um (ou mais alunos) agride outro (ou outros), de forma repetitiva ou crônica. Diversos estudos investigaram as consequências psicológicas de eventos traumáticos na infância, incluindo exposição à violência, e observaram que os mesmos levam a diversos problemas, dentre eles sintomas do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). No entanto, poucos estudos investigaram o impacto de vitimização e trauma na escola com indivíduos adultos. Assim, o objetivo da presente pesquisa foi ampliar o conhecimento sobre as consequências da vitimização escolar, através da investigação dos piores eventos experienciados por estudantes universitários durante a época escolar anterior à Universidade. Procurou-se investigar quais desses eventos seriam mais frequentes e a existência e persistência de sintomas traumáticos desenvolvidos após esses eventos. Participou do estudo uma amostra aleatória de 81 estudantes dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de São Carlos, com idade entre 18 e 34 anos (M=21 anos), sendo 77% do sexo feminino e 23% do sexo masculino. Os estudantes responderam o *Student Alienation and Trauma Survey – R* (Levantamento sobre Alienação e Trauma em Estudantes - Revisado, SATS–R) traduzido e adaptado pelas autoras. A análise estatística dos dados demonstrou que a pessoa envolvida na pior experiência escolar, em 52% dos casos, foi outro estudante e em 26% um professor, sendo 52% dos autores do sexo feminino e 48% do sexo masculino. Quarenta e cinco por cento dos participantes sofreram tal experiência com idade entre 11 e 14 anos e 55% estavam entre a 4ª e 8ª série. Quarenta e três por cento das piores experiências ocorreram em escola particular e 51% em escola pública. Quase metade dos participantes (45,3%) relatou uma situação de violência verbal como sendo sua pior experiência, 29,3% agressão relacional, 24% violência física e 1,3% violência sexual. Oitenta e nove por cento dos participantes sentiram-se abalados após a experiência e dentre os sintomas de estresse mais frequentes destacam-se nervosismo, sentimentos de raiva, tristeza e solidão e lembrança do fato ocorrido, sendo que 38% dos participantes apresentaram os sintomas por mais de um mês. Quase metade da amostra apresentou quadro indicativo de TEPT, assim o impacto de eventos traumáticos foi sugerido nesse estudo, sendo possível traçar um esboço de como a violência se expressa nas escolas, o que pode auxiliar a elaboração e implementação de programas de intervenção que objetivem prevenir e reduzir casos de violência entre pares e conscientizar professores e demais funcionários sobre os males que uma única experiência traumatizante pode trazer ao indivíduo. Contudo, tais dados devem ser olhados com cautela, pois a análise dos dados revelou possíveis inconsistências nas respostas dos participantes nas questões sobre TEPT, sendo necessário aprimorar o instrumento ou alterar o modo de aplicação do mesmo. Destaca-se também a necessidade de novos estudos, com amostras maiores e mais representativas.

Bolsa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UFSCar

Palavras-chave: violência escolar, *bullying*, transtorno de estresse pós-traumático.

IC (trabalho de graduação)

PREVALÊNCIAS DE VIOLÊNCIA ESCOLAR: ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO ENTRE ESCOLAS COM CARACTERÍSTICAS DE RISCO CONTRASTANTES. *Ana Carina Stelko-Pereira** (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, UFSCar, São Carlos-SP)*

O contexto escolar é apontado como favorável para a realização de prevenção de violência. Contudo, estudos brasileiros indicaram a existência de violência em escolas, ainda que com instrumentos não validados e, em sua maioria, sem seguirem todos os preceitos científicos. Além disso, não há estudos comparativos de escolas com diferentes graus de risco para a violência e poucos investigaram fatores contribuintes para a violência escolar. Essa dissertação se divide em dois estudos, aprovados pelo Comitê de Ética em pesquisa da UFSCAR. O estudo 1 teve como objetivos: (a) criar e realizar a validação de um instrumento que avaliasse violência escolar e (b) criar e aplicar um instrumento que investigasse a percepção de funcionários sobre um programa de prevenção de violência escolar. O estudo 2 caracterizou a violência vivenciada em três escolas com indicadores de risco diferenciados: status sócio-econômico e taxa de homicídio diversos dos respectivos bairros, bem como investigou as percepções de funcionários sobre prevenção de violência escolar, tendo utilizado dos instrumentos desenvolvidos no estudo 1. Participaram da pesquisa 706 alunos, de 5ª. a 8ª. séries, 88 funcionários de três escolas públicas da cidade de Curitiba e seis pesquisadores da área de violência. Foram conduzidas análises estatísticas descritivas e inferenciais. Os instrumentos foram compreensíveis e atraentes ao público alvo e 76,6% dos itens obtiveram concordância de três juízes referente ao que mediam. Foram altos os índices de violência nas escolas independentemente do bairro onde se situavam. Delinearam-se condições antecedentes a comportamentos agressivos (por exemplo, os alunos vítimas referiram que o motivo mais freqüente para as agressões foram brincadeiras violentas). Revelou-se, também, a topografia dos comportamentos violentos, por exemplo, para os alunos vítimas a forma de vitimização mais comum foi xingamentos e/ou apelidos. Aludiu-se, também, condições conseqüentes aos comportamentos agressivos dos alunos, como a alternativa “nada aconteceu” ser a mais assinalada. Em geral, os alunos apontaram que a escola mais exposta a riscos (Escola MAR) não se diferenciou da escola exposta a risco intermediário (Escola INT) e da menor risco (Escola MER). Para os funcionários, a escola MAR foi a mais violenta, seguida pela INT e esta pela MER, sendo que a escola MAR estava mais relacionada ao abuso de substâncias por alunos, gangues, tráfico de drogas e porte de armas. Supõe-se que a escola MAR foi a mais violenta, conforme as seguintes hipóteses: os alunos podem ter sentido medo de preencher fielmente o instrumento, ocorre menos situações de violência aos alunos na escola MAR, porém quando elas ocorrem são mais graves e o instrumento avaliou apenas freqüência e não gravidade ou, ainda, os alunos da escola MAR minimizam situações de violência. Os funcionários consideraram relevante prevenir violência, porém somente na escola MAR este objetivo foi mais importante que outros. Nas três escolas, profissionais externos à escola, seguidos pelos pais, foram os mais citados como quem deveria realizar tal prevenção. Em conclusão, o estudo traçou um panorama da violência escolar e investigou variáveis contribuintes. Seria pertinente replicá-lo, realizando outras etapas da validação dos instrumentos e abordando os aspectos percebidos em intervenções.

Apoio/Financiamento: Bolsa de mestrado da FAPESP

Palavras-chave: violência, violência na escola, prevenção de violência escolar.

M

ESC

SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: PROPOSTA DE UM CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA PAIS. *Paloma Pegolo de Albuquerque** (Universidade Federal de São Carlos – São Carlos/SP)*

Apesar dos diversos avanços propostos pela inclusão social, ainda há muitos mitos sobre a questão da sexualidade na deficiência intelectual, como o de que essas pessoas seriam assexuadas ou hipersexuadas. São percebidas também muitas dificuldades entre os indivíduos que lidam diretamente com essa população, como pais e professores, tais como: visão biologizada acerca da sexualidade, inseguranças para o diálogo com os filhos/alunos, superproteção, e omissão quanto a seu papel na orientação sexual dos mesmos. Partindo da importância apontada pela literatura da execução de intervenções para os familiares de pessoas com deficiência, o objetivo desse estudo foi investigar os efeitos de um programa de intervenção sobre educação sexual para pais de jovens com deficiência intelectual e conhecer como a questão da sexualidade está sendo trabalhada por esta amostra populacional. O estudo foi realizado numa escola especial de uma cidade de porte médio do interior de São Paulo. Foram realizadas entrevistas pré-curso com 16 pais ou responsáveis de jovens com deficiência intelectual, que foram gravadas e posteriormente transcritas pela pesquisadora. A partir das necessidades levantadas por meio da análise das entrevistas, foi oferecido o curso “Sexualidade e deficiência intelectual” a 13 pais ou responsáveis. Foram oito encontros semanais, com duração de duas horas cada um, tendo sido trabalhados diversos temas, tais como: o papel da família, da escola e da sociedade na educação sexual; comportamentos sexuais inadequados; e relacionamentos amorosos de pessoas com deficiência intelectual. Os encontros tiveram uma parte teórica e momentos para se trabalhar as dificuldades e necessidades relatadas pelos participantes, por meio de discussões, dinâmicas, atividades de role-playing, atividades de resolução de problemas, filmes e outras. Após três meses foram realizadas entrevistas pós-curso para verificar se houve alguma mudança em relação à forma como os participantes estavam agindo com seus filhos no que se refere à sexualidade. As entrevistas foram transcritas e divididas em categorias para análise; todos os dados foram interpretados qualitativamente, utilizando-se a análise de conteúdo. Foram percebidas muitas dificuldades com o tema da sexualidade por parte dos participantes, como insegurança sobre o assunto, incapacidade para agir diante de comportamentos sexuais dos filhos, considerados por eles como inadequados, falta de diálogo e confusão quanto a seu papel. Apesar das limitações do estudo, percebeu-se que a participação no grupo fez com que os pais refletissem sobre a questão da sexualidade na deficiência intelectual, e especificamente sobre seus filhos, e os levassem a uma revisão de sua postura como educadores sexuais. Quanto às mudanças adquiridas com o curso, elas parecem estar mais ligadas à mudança de visão sobre o tema e não necessariamente mudança de atitude e de comportamentos, o que exigiria intervenções mais específicas. Percebe-se assim a importância de um trabalho permanente de debate sobre sexualidade, tanto na escola, como no contexto doméstico; e recomendam-se novos estudos sobre o tema da sexualidade na deficiência intelectual com ênfase no desenvolvimento de programas de orientação aos jovens e a suas famílias.

Bolsa: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

Palavras-chave: Sexualidade, Deficiência Intelectual, Curso de Educação Sexual.

Mestrado – M

ESC – Psicologia Escolar e da Educação

QUALIDADE EM AMBIENTES DE CRECHES. *Scheila Machado da Silveira Becker** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS), Juliana Bezzon da Silva** (Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP) e Tatiana Noronha de Souza (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Jaboticabal-SP)*

Dada a importância da creche como um contexto de desenvolvimento infantil, esta pesquisa buscou avaliar a qualidade do atendimento oferecido a crianças de 0-3 anos em creches. Participaram da pesquisa sete turmas de crianças que pertenciam a seis creches distintas (uma creche universitária, uma creche municipal, duas creches filantrópicas e duas particulares). Para a avaliação, utilizou-se a versão traduzida da escala norte-americana Infant/Toddler Environment Rating Scale – Revised Edition. Esta escala é composta por 39 itens agrupados em sete subescalas, que contemplam diversas dimensões do ambiente de creches: Espaço e mobiliário (5 itens); Rotinas de cuidado pessoal (6); Falar e compreender (3); Atividades (10); Interação (4); Estrutura do programa (4); Pais e equipe (7). Tais itens servem de guia para observações feitas nas várias áreas da creche, durante atividades rotineiras de uma turma de crianças e sua(s) educadora(s); com base nas condições observadas e nas descrições dos indicadores de qualidade da escala, o avaliador atribui pontuação de 1 (inadequado) a 7 (excelente) para cada item. Para fins de descrição dos resultados, as turmas foram numeradas. Os resultados indicaram que quatro das sete turmas avaliadas apresentam um nível adequado de qualidade, sendo elas, a turma da creche universitária, que apresentou o Escore Total (ET) mais elevado (4,97), seguido da turma da creche particular 1 (ET 3,85), turma municipal 1 (ET 3,58) e turma municipal 2 (ET 3,33). Já as turmas conveniada 2 (ET 2,7), conveniada 1 (ET 1,61) e particular 2 (ET 1,57) apresentaram escores que indicam má qualidade do atendimento. De um modo geral as subescalas Pais e Equipe e Interação obtiveram os escores mais elevados, enquanto as subescalas Atividades e Rotinas de cuidado pessoal receberam os menores escores. O escore mais elevado foi atribuído à turma universitária na subescala Falar e Compreender (6,6) e o mais baixo (1) foi atribuído à turma conveniada 1 nas subescalas Falar e compreender e Estrutura do programa e à turma particular 2 na subescala Interação. Os resultados revelaram uma grande variação dos escores de qualidade entre as turmas e entre as subescalas de uma mesma turma. Os escores permitem identificar quais subescalas já estavam com um nível adequado de qualidade e quais apresentavam um nível de má qualidade e necessitavam de melhorias. Entende-se que é necessário avançar na discussão acerca da qualidade destas instituições e, acima de tudo, promover práticas efetivas para a melhoria do atendimento oferecido, para então promover o desenvolvimento integral das crianças frequentadoras de creches, oferecendo a elas oportunidade de aprendizagem, socialização, além de cuidado físico e emocional.

Bolsas Capes e PIBIC-CNPq

Palavras-chave: Educação Infantil, Qualidade do atendimento, Avaliação

M

Código da área da pesquisa: ESC

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO EM CRECHES. *Scheila Machado da Silveira Becker** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS) e Mara Ignez Campos-de-Carvalho (Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP).*

Dada a inexistência de instrumentos brasileiros para avaliar o atendimento oferecido às crianças de 0-3 anos em creches, esta pesquisa objetivou verificar a adequabilidade para o nosso contexto da versão traduzida da escala norte-americana Infant/Toddler Environment Rating Scale – Revised Edition. Esta escala é composta por 39 itens agrupados em sete subescalas, que contemplam diversas dimensões do ambiente de creches: Espaço e mobiliário (5 itens); Rotinas de cuidado pessoal (6); Falar e compreender (3); Atividades (10); Interação (4); Estrutura do programa (4); Pais e equipe (7). Tais itens servem de guia para observações feitas nas várias áreas da creche, durante atividades rotineiras de uma turma de crianças e sua(s) educadora(s); com base nas condições observadas e nas descrições dos indicadores de qualidade da escala, o avaliador atribui pontuação de 1 (inadequado) a 7 (excelente) para cada item. Esta pesquisa englobou quatro etapas: (1) análise semântica; (2) treinamento e familiarização com a escala; (3) verificação da discriminabilidade; (4) verificação da concordância entre aplicadores treinados. Na Etapa 1, seis participantes avaliaram se as sentenças escritas nos indicadores de qualidade da escala expressavam claramente o que deveria ser observado. Dos 466 indicadores, 80% foram considerados compreensíveis por todas as participantes; os 93 indicadores considerados com dificuldades de compreensão semântica passaram por revisão e 57% foram reescritos. Na Etapa 2, realizou-se treino através de vídeo e aplicação da escala por dois aplicadores independentes em três turmas (uma de creche universitária e duas de creche filantrópica), o índice de acordo obtido entre os dois aplicadores na terceira turma (82%) permitiu encerrar o treinamento. Na Etapa 3, a escala foi aplicada em quatro turmas de creches com tipos diferentes de gestão (universitária, municipal, filantrópica e particular), a escala discriminou níveis diferentes de qualidade, conforme o escore total obtido (E.T.): as turmas Universitária (E.T.=4,97) e Municipal (E.T.=3,33) apresentaram nível de qualidade suficiente e as turmas Filantrópica (E.T.=2,7) e Particular (E.T.=1,57), nível de má qualidade. Na etapa 4, dois aplicadores treinados avaliaram, simultânea e independentemente, duas turmas, uma de creche municipal e outra universitária; o Coeficiente de Correlação Intraclasse indicou uma concordância quase perfeita (0,83) e substancial (0,66), respectivamente para cada turma; a análise de concordância sugeriu um nível satisfatório de precisão da escala. As avaliações realizadas identificaram, em cada turma, aspectos positivos da qualidade do atendimento e aspectos que necessitam de melhorias, os quais foram apresentados às coordenadoras das creches, favorecendo reflexões sobre a qualidade do atendimento oferecido pela instituição e oferecendo a elas subsídios para o desenvolvimento de trabalhos junto às educadoras. Concluiu-se que a escala é adequada para o contexto nacional, podendo ser um instrumento útil tanto na avaliação como na promoção da qualidade do atendimento infantil em creches brasileiras, pois além de identificar os aspectos adequados e os que necessitam de melhorias, também é capaz de fomentar discussões visando formação dos educadores e a elaboração de plano de ação visando melhoria do atendimento.

Bolsa Capes

Palavras-chave: Educação Infantil, Qualidade do atendimento, Avaliação

M

Código da área da pesquisa: ESC

ESTREITANDO OS LAÇOS ENTRE A SAÚDE E EDUCAÇÃO: COLHENDO FRUTOS DO PROJETO NEUROEDUCA EM SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ. *Rafaela Ladeira de Souza**, *Bárbara Romanelli Britto Conde**, *Leonor Bezerra Guerra e Alexandre Hatem Pereira*** (Departamento de Morfologia - Instituto de Ciências Biológicas e Departamento de Psicologia - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG)

A escola é espaço privilegiado de informações sobre o aprendiz, já que estimula e avalia o desenvolvimento de suas capacidades e conhece seu desempenho. A interface entre a educação e a saúde torna-se importante diante de uma queixa de dificuldade para aprendizagem devido a esse rico conjunto de informações que pode ser compartilhado com os profissionais de saúde, incluindo os psicólogos. O projeto “NeuroEduca: a inserção da neurobiologia na educação”, que divulga os conhecimentos das neurociências aplicados à prática de ensino, tem o objetivo de integrar os dois setores, saúde e educação, em benefício do desenvolvimento cognitivo e emocional do indivíduo na escola. Para isso, oferecemos palestras de sensibilização e capacitação para educadores, profissionais da saúde, aprendizes e pais sobre o funcionamento cerebral durante o desenvolvimento humano com ênfase no processo da aprendizagem. Buscamos ampliar a percepção dos participantes sobre os problemas de aprendizagem, enfatizando a importância do trabalho conjunto para melhor identificá-los e compreendê-los, possibilitando maior sucesso nas intervenções. Em 2007 iniciamos o NeuroEduca na cidade de São Brás do Suaçuí, Minas Gerais, (pop.:3.500 hab.). As atividades envolveram 54 educadores e 10 profissionais da saúde que tiveram oportunidade de conhecer sobre o funcionamento cerebral durante a aprendizagem. Em 2008, 37 educadores e profissionais de saúde foram capacitados nos temas dislexia, discalculia e transtornos do comportamento e 30 pais participaram de palestra que destacou a influência da família na aprendizagem. Após estas atividades, os educadores se mobilizaram para envolver e estabelecer compromissos com a equipe de saúde que, sensibilizada, disponibilizou quatro consultas semanais para avaliar alunos que apresentavam queixa de dificuldade para aprendizagem. Além disso, uma psicóloga foi designada para atendimento exclusivo às escolas do município. A profissional, trabalhando na escola, pode reunir informações sobre o aluno no ambiente escolar e familiar e integrá-las com as dos demais profissionais da saúde pelos quais o aluno foi avaliado. O atendimento das crianças encaminhadas, além de mais rápido, tornou-se mais eficaz, devido à identificação do problema e intervenção terapêutica numa abordagem multidisciplinar, resultando em prevenção ou eliminação da dificuldade para a aprendizagem. As mudanças motivadas pelas capacitações possibilitaram uma abordagem mais integral do problema devido ao conhecimento mais preciso do caso, o que auxiliou no estabelecimento de hipóteses, diagnósticos e escolha de estratégias e intervenções mais apropriadas. As queixas de aprendizagem passaram a receber uma atenção diferenciada pelos profissionais da saúde, com vistas à resolutividade. Esse trabalho conjunto permite que dificuldades para aprendizagem possam ser abordadas de forma preventiva: conhecendo as condições de saúde da criança que inicia sua vida escolar, a escola pode propiciar estratégias pedagógicas mais adequadas e, com apoio dos serviços de saúde para intervenções necessárias, é possível promover as condições mínimas de saúde para a aprendizagem. Quando o profissional da saúde compreende sua participação na abordagem do problema de aprendizagem e o educador entende como a saúde interfere no processo, o psicólogo, ao abordar uma queixa escolar, pode integrar os dados dos contextos familiar, escolar e da saúde para melhor compreensão do sujeito e intervenção frente ao problema.

Apoio financeiro: Programa de Bolsas de Extensão – PROEX – UFMG

Palavras-chave: Neurociências, educação e saúde.

Nível: Outro (relato de experiência de trabalho em extensão)

Código: ESC

A INCLUSÃO QUE PRECISA INCLUIR. *Adalgisa Regina Teixeira, Máisa Roberta Pereira Ramos Lopes* e Simone Moreira Alves Candido* (Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás).*

O trabalho educativo de instrução/informação realizado pelos psicólogos escolares dentro das escolas é fator facilitador para o agregamento de novas tendências de ação na instituição de ensino, bem como é elemento preventivo para futuras atuações do corpo escolar. A inclusão dos portadores de necessidades especiais (IPNEs) nas escolas é por muitas vezes trabalhoso e sinônimo de problemas no campo escolar, uma vez que o trabalho dos docentes para com os portadores de necessidades especiais (PNEs) precisa estar pautado em uma relação de conhecimento, engajamento para o trabalho e ainda interesse pela busca de ações acertadas que visem resultados adequados e satisfatórios. O presente relato de intervenção teve como objetivo desenvolver, junto aos professores de uma rede estadual de ensino da cidade de Goiânia, uma reflexão quanto a IPNEs. Para tanto foram realizadas observações não sistemáticas do tipo simples para o levantamento de necessidades dentro da escola. O processo de intervenção visando a reflexão se desenvolveu em três etapas: na primeira, foi realizada a coleta de respostas sobre o que é inclusão para os professores e coordenadores, através de uma questão aberta. A segunda etapa se deu mediante a comparação dos dados coletados para formar um quadro semântico entre as respostas dos professores e coordenadores e as propostas teórico - políticas da IPNEs. O terceiro momento se caracterizou pela discussão das respostas com os professores, por meio da criação de um espaço de interlocução com os docentes e coordenadores mediado pelas estagiárias. Esse espaço de interlocução fomentou uma discussão e aproximação dos professores e coordenadores à proposta da IPNEs. A partir do desenvolvimento da segunda e terceira etapas houve uma mobilização por parte dos docentes quanto ao trabalho para os PNEs. Os docentes se mostraram reflexivos quanto ao tema, começaram a discutir e trocar experiências entre si sobre como trabalhar com o alunado portador de necessidades especiais e ainda se voltaram para as estagiárias e colegas docentes em busca de alternativas para solução de problemas e dúvidas que emergiram. O trabalho reforçou a idéia da informação/instrução na perspectiva de atuação do psicólogo escolar dentro das instituições de ensino como elemento de destaque para resolução de dificuldades apresentadas e como forma de prevenção para futuras ações.

Palavras Chaves: Instrução/Informação, Portadores de Necessidades Especiais, Reflexão.

Nível do Trabalho: Iniciação Científica – IC

Área: ESC

CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA E DA QUEIXA ESCOLAR NO CENTRO DE PSICOLOGIA APLICADA DA UFJF(MG). *Marisa Cosenza Rodrigues (Orientadora), Ana Paula Soares Campos* e Isabela Andrade Fernandes* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais)*

O encaminhamento de crianças e adolescentes com queixa escolar aos serviços de psicologia aplicada intensificou-se nas últimas décadas, redundando em críticas e questionamentos acerca da formação e das práticas de supervisão de estágio na área de Psicologia Escolar/Educacional. Diante da necessidade de aperfeiçoar, redimensionar a triagem e os atendimentos à clientela que procura os serviços de psicologia universitários, cresce o número de pesquisas que buscam investigar a especificidade destas queixas e da clientela. **Objetivo:** caracterizar a clientela e as queixas específicas de indivíduos encaminhados para atendimento na área de psicologia escolar/educacional do CPA/UFJF. **Metodologia:** o trabalho envolveu pesquisa documental. Foram analisados o universo dos prontuários referentes à queixa escolar entre 1996 a 2009, totalizando 1590 fichas. Para a coleta de dados, elaborou-se um software visando coletar informações acerca da clientela e das queixas escolares. Após aprovação do comitê de ética, coletaram-se dados nos arquivos e no banco de dados do próprio Centro sendo submetidos à uma análise quantitativa.. **Resultados:** evidenciou-se a predominância de indivíduos do sexo masculino (66%), estudantes do ensino fundamental (74,4%), entre a faixa etária de 7 e 10 anos (40%). Embora 41,8% dos documentos analisados não contivessem informações relacionadas à renda, constatou-se dentre os demais prontuários que; 26,5% possuíam renda inferior a um salário mínimo; 45,7% entre um e três salários e 27,8% acima de três salários. O estudo mostrou que 82,2% dos encaminhamentos originaram-se de regiões periféricas da cidade; 15,3% provinham do centro sendo pouco frequentes encaminhamentos oriundos de outras cidades. 35,7%, foram encaminhados por escolas (35,7%), 34% por instituições públicas locais e 21, 7% configuraram demanda espontânea (21,7%).. Evidenciou-se ainda que a busca por atendimento referente às questões escolares foi mais frequente entre os anos de 2001 a 2005 (49,7%). Quanto às queixas constatou-se o predomínio da ocorrência de problemas comportamentais e dificuldades de aprendizagem perfazendo 30,3%, seguido, isoladamente, das dificuldades de aprendizagem (26,5%) e dos problemas comportamentais (24%), totalizando 80,8% das queixas escolares. **Conclusão:** Os resultados convergem com a realidade de outros serviços públicos universitários de psicologia no contexto nacional no que tange ao atendimento às queixas escolares, no que tange tanto às características da clientela quanto à tipologia das queixas. O estudo reafirmou a tendência das escolas de encaminhar crianças-problema, denotando uma visão tradicional patologizante das queixas escolares. Identificaram-se também lacunas quanto às triagens analisadas o que tem oferecido subsídios relevantes para a organização, funcionamento e redimensionamento do atendimento à queixa escolar bem como para o aperfeiçoamento do processo de triagem realizada pelos estagiários.

Programa BIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UFJF

Palavra-chave: perfil da clientela, dificuldades escolares, problemas de comportamento

IC - Iniciação Científica

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

SATISFAÇÃO COM A ESCOLHA PROFISSIONAL DE UNIVERSITÁRIAS EM MEIO DE CURSOS SUPERIORES NO INTERIOR DE RONDÔNIA. *Gislene de Fátima Alves**, *Ícaro Luiz Votri**, *Pablo Antônio Votri**, *Gislene de Fátima Alves**, *Patrícia Ribeiro Furtunato**, *Vanessa Oliveira Gaia**, *Vanessa Gomes Porto**, *Abraão Roberto Fonseca *** e *Ricardo Alexandre Aneas Botta *** (UNESC - Faculdades Integradas de Cacoal, Cacoal, RO)

O problema da evasão universitária está presente tanto em instituições públicas como em privadas. As perdas de estudantes que iniciaram, mas não terminam seus cursos, são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. A escolha profissional envolve processos de ordem psicológica com influências diretamente ligadas ao convívio familiar, às questões sociais e econômicas que contribuem para a escolha de uma profissão que garantirá um novo papel social de caráter profissional. Este estudo teve o objetivo de investigar o nível de satisfação com a escolha profissional de universitárias em meio de cursos de nível superior. Participaram 80 universitárias (M=25,13) de uma Instituição de Ensino Superior Privada na cidade de Cacoal no Estado de Rondônia, distribuídas em 4 grupos de 20 participantes cada que pertenciam aos seguintes cursos: Psicologia, Pedagogia, Direito e Administração. A coleta foi realizada através da aplicação individual de um questionário semi-estruturado composto por 22 itens que englobaram questões sócio-demográficas, trajetória acadêmica, participação em atividades acadêmicas, nível de satisfação com a escolha profissional e interesse por processos de orientação profissional. Os dados foram submetidos à análise quantitativa. A maioria das universitárias mostrou satisfação no nível de 57,5% /ou muito satisfeitas 28,7% com sua escolha profissional; 92,5% da população pretende seguir carreira do curso escolhido e 76,2 % acreditam que poderiam ter sido beneficiadas com algum processo de orientação vocacional. Caberia aos educadores e psicólogos ajudarem as pessoas que fizeram essas escolhas a terem mais segurança nesse momento em que várias dúvidas se apresentam. Por esse motivo muitos jovens acabam por fazer escolhas sem um apoio desses agentes, levando-os a uma má escolha profissional criando insatisfação pela mesma e influenciando a evasão universitária.

Palavras-chave: **orientação vocacional, evasão universitária, autoavaliação**

IC

ESC

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM CONTEXTO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA. *Amanda Dri Lima** (Universidade Federal de Santa Catarina – Núcleo de Estudos sobre Deficiência - Florianópolis/SC) e *Adriano Henrique Nuernberg* (Núcleo de Estudos sobre Deficiência – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis/SC)

Este relato de intervenção decorreu de uma proposta de estágio em uma escola da rede pública da cidade de Florianópolis, que se voltou ao estudo de uma forma de avaliar que garantisse a visibilidade de avanços no aprendizado, interação e comunicação de uma aluna com deficiência intelectual. Foram utilizadas a observação e registro periódico dos comportamentos apresentados pela aluna, de acordo com seu potencial de desenvolvimento proximal, conforme a teoria histórico-cultural vygotskyana. Em conjunto com a professora, elaborou-se um sistema de observação do comportamento da aluna que favorecesse a visibilidade dos avanços, por meio de procedimentos de sistematização das observações, calcado em categorias *a priori* (interação, comunicação e aprendizado). Foram realizadas observações em sala de aula durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2009, com a utilização do instrumento de observação. Um dos grandes desafios que a inclusão escolar de alunos com deficiência demanda é a flexibilização e aprimoramento dos procedimentos de avaliação. Uma vez propondo o acolhimento da diversidade, cabe também a essa atividade contemplar a singularidade de cada aluno e permitir um olhar atento aos avanços proporcionados no processo de desenvolvimento e aprendizagem. Foi possível perceber, ao final das observações, que a aluna obteve avanços com relação à aprendizagem, comparado ao início das observações. A partir destes dados pode-se perceber a importância de instrumentos como este fazendo parte dos processos de aprendizagem de crianças com deficiência. Ficou evidente o quanto esta criança com deficiência intelectual foi capaz de interagir, integrar-se e comunicar-se de forma fluida com seus colegas de classe, estando sua dificuldade maior calcada no aprendizado do currículo formal, por isso a importância de ações como esta na identificação das dificuldades e potencialidades, na reflexão sobre as mesmas com o intuito de garantir uma melhor visibilidade da aprendizagem por parte destas crianças. Esse método diferenciado de avaliação de aprendizagem, bem como a participação dos profissionais implicados no processo, mostrou-se imprescindível para a apresentação desses avanços, promovendo maiores subsídios ao trabalho pedagógico voltado à inclusão escolar. O acompanhamento sistemático por meio de instrumentos de avaliação, bem como reuniões periódicas formativas e participação da escola na promoção da capacitação dos professores para trabalharem com a deficiência, demonstraram-se indispensáveis na promoção e no acesso de crianças com deficiência ao conteúdo ministrado nas escolas, bem como a possibilidade de receberem avaliações com conteúdos mais concretos a respeito dos avanços em sua aprendizagem. Conclui-se esse trabalho apontando a importância de se proporcionar o suporte aos professores que vivenciam a presença de alunos com deficiência em suas turmas, favorecendo seu comprometimento com todos seus alunos numa perspectiva inclusiva.

Palavras-chave: avaliação; inclusão escolar; deficiência intelectual.

Nível do trabalho: IC

Código de área: ESC

DISCUTINDO A VIOLÊNCIA COM ADOLESCENTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA NA CIDADE DE ITAJAÍ-SC.

*João Rodrigo Maciel Portes**, *Jéssica Pereira Cardozo**, *Daniel David Dalfovo** e *Léia Viviane Fontoura*** (Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC).

A violência no ambiente escolar reflete um dos principais problemas que acometem a sociedade contemporânea. Alguns desses reflexos são os atos violentos que estão acontecendo dentro das salas de aula, comprometendo o aprendizado e as relações interpessoais dos diferentes atores que compõem essa instituição. Este estudo teve como objetivo geral discutir com os adolescentes como convivem com a violência no espaço escolar problematizando com estes atores possíveis soluções para as situações violentas que os acometem em seu cotidiano. O presente trabalho é um recorte de um estágio curricular obrigatório em Psicologia Educacional, em uma escola pública da rede municipal de ensino na cidade de Itajaí-SC, que ocorreu no período de março a junho de 2010. Os participantes do trabalho eram alunos de ambos os sexos com idades entre 12 a 14 anos, oriundos da 7ª série do ensino fundamental da escola. Os facilitadores buscavam nos conhecimentos dos participantes dispositivos que produzissem as discussões e reflexões acerca da violência na escola, utilizando metodologias participativas, como jogos, vivências e trabalhos coletivos. Foram realizados cinco encontros com cada turma de 7ª série. No primeiro encontro foi efetivada a atividade “meu crachá” que tinha como objetivo conhecer os participantes e também foi estabelecido o contrato de convivência dos encontros. No segundo encontro o objetivo era compreender como os adolescentes percebiam a escola e a violência na sua vida, por meio de um cartaz cada grupo apresentou como percebia a escola, outro grupo sobre violência e outro acerca da violência na escola. O terceiro encontro trabalhou-se com situações-problema sobre de preconceito e o bullying. Os alunos dramatizavam a cena proposta na situação-problema e depois os facilitadores solicitavam que montassem a cena, porém de forma diferente, sem ações preconceituosas buscando questionar os adolescentes sobre outras possibilidades de atitudes nas relações que estabelecem em seu cotidiano. Já o quarto encontro discutiu-se acerca da linguagem ofensiva dirigida ao outro. Os adolescentes escreviam em uma folha todas as frases ofensivas que falam em seu cotidiano, e ao lado deveriam reescrever a frase com o mesmo sentido, mas de uma forma não ofensiva. Discutia-se ao final sobre a diferença com que a forma de se expressar surge nas relações, trazendo também a importância de saber falar de forma mais educada, principalmente em outros ambientes como o de trabalho. No último encontro os adolescentes expressaram em uma ficha de avaliação a sua opinião sobre os trabalhos realizados. Dos 165 participantes, 82% apontaram que houve uma mudança na sua forma de perceber a violência após os encontros. Por meio das atividades também foi possível identificar a relação dos comportamentos violentos com os diferentes espaços e contextos e em como a violência vem se reproduzindo de maneira desordenada em todos os espaços, inclusive na escola. Os encontros possibilitaram que os adolescentes se colocassem no lugar do outro, promovendo uma reflexão sobre as diferenças, procurando construir relações mais saudáveis.

Palavras-chave: violência na escola; agressividade; preconceito

OUTRO

ESC

O/A PSICÓLOGO/A E O RESGATE DO PRAZER EM APRENDER. *Mônica Correia (coordenadora), Ana Karolina de Oliveira Silva* e Bárbara Bezerra Arruda Câmara* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB)*

A realidade acerca do cenário educacional brasileiro, principalmente nas escolas públicas, aponta para altos índices de fracasso escolar. As crianças vistas como “portadoras de dificuldades de aprendizagem” são vítimas de práticas em que ainda se faz uso de instrumentos (laudos psicológicos e testes de inteligência), que comumente classificam e endossam a estigmatização destes aprendentes. Ocorre que familiares, professores e outros personagens envolvidos no processo de aprendizagem, geralmente não reconhecem suas parcelas de participação na construção desse fracasso, tampouco seu poder para transformação desta realidade. Diante desta problemática, este trabalho objetivou realizar ações junto aos principais atores envolvidos no processo – as crianças, seus pais e professores – buscando (a) à conscientização da influência das posturas dos professores no fenômeno, a discussão do processo de aprendizagem, suas inter-relações e diversidade de fatores envolvidos; (b) a realização de atividades com as crianças para aumento da auto-estima destas e (c) reuniões com os responsáveis visando à reflexão de formas para ajudar as crianças no cotidiano extra-escolar. Em síntese, buscou-se construir subsídios que direcionem as ações dos profissionais e familiares para uma ação contextualizada e em equipe, proporcionando o enfrentamento adequado aos “problemas de aprendizagem”. Para tanto, realizou-se um levantamento das escolas da cidade de João Pessoa-PB que apresentavam elevados índices de evasão e repetência, selecionando duas delas. A ação iniciou-se com a participação de 16 crianças com histórico de fracasso escolar do ensino fundamental, seus respectivos professores e responsáveis. O plano de ação considerou a análise de entrevistas realizadas com os professores e familiares, através das quais levantou-se informações sobre concepções em relação aos problemas de aprendizagem, conhecimentos prévios, implicações de apoio e participação na vida escolar das crianças, entre outros. Realizou-se visitas aos domicílios e às escolas para observar as condições destes, como adequação para o estudo, estímulos recebidos e condições que possam prejudicar ou favorecer a aprendizagem. O projeto incluiu seis encontros com os professores, nos quais houve reflexões acerca das posturas que resultariam em formas negativas e/ou positivas de relacionamento com o aprendente e com o aprender, bem como atividades que objetivaram conscientizá-los de seus papéis, buscando alternativas e práticas para ajudar as crianças e desconstruir os estereótipos a elas atribuídos. Com os estudantes, foram realizados cinco encontros em cada escola, nos quais se buscou promover o aprendizado através de jogos e brincadeiras, objetivando o resgate da auto-estima e do prazer em aprender. Com os pais realizaram-se cinco reuniões em cada escola, nas quais foram construídas com eles, maneiras de contribuir com a aprendizagem dos filhos, fazendo-os refletir sobre atitudes simples que podem gerar efeitos surpreendentes. Os resultados do projeto podem ser observados na evolução das crianças, no que se refere especialmente à relação com o aprender, além disso, identificou-se mudanças nas atitudes dos pais, que se mostraram mais interessados no relacionamento filho-escola, percebendo a relevância de suas participações no processo. Quanto aos professores existiram dificuldades nas realizações das reuniões, mas naquelas viabilizadas promoveu-se discussões que favoreceram mudanças de atitudes frente às necessidades apresentadas pelos estudantes.

Apoio financeiro e bolsas – PROBEX E PROLICEN

Palavras-chaves: dificuldades de aprendizagem, psicologia escolar, aprendizagem

Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação)

Código da área de pesquisa - ESC

A IMPORTÂNCIA DO CONSTRUTO LÓCUS DE CONTROLE NO CONTEXTO DE REALIZAÇÃO ACADÊMICA. *Alberto Medeiros** (Laboratório das Avaliação das Diferenças Individuais – LADI / Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG), *Ana Carolina Teixeira Santos**, *Cristiano Mauro Assis Gomes e Hudson Golino** (Laboratório de Investigação da Arquitetura Cognitiva – LaiCo / Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG).

Locus de Controle (LOC) é um construto dimensional que representa o grau em que indivíduos percebem eventos reforçadores em suas vidas como resultados de suas próprias ações (LOC interno) ou do destino (LOC externo). LOC está relacionado a diversas variáveis associadas ao rendimento acadêmico. Especificamente, estudantes que tiram boas notas tendem a identificar seu esforço e habilidade como causas de seu sucesso (LOC interno); enquanto aqueles que têm mal desempenho, são mais propensos a citar fatores externos, como por exemplo: má sorte, como causa de seu fracasso (LOC externo). Essas atribuições de locus de controle podem gerar comportamentos futuros consonantes às suas crenças, gerando um ciclo. Esse trabalho visa realizar uma revisão na literatura a fim de verificar a relevância do construto de LOC em contexto de realização acadêmica, bem como, verificar sua aplicabilidade prática e de pesquisa nesse contexto. Para isto, foi realizado um levantamento bibliográfico nos Periódicos Capes utilizando-se os descritores: locus of control e academic achievement. Foram selecionados para revisão 23 artigos dos 154 publicados entre 2000-2010, a partir da relevância dos mesmos, no que diz respeito aos objetivos do presente trabalho. Os resultados demonstram que: 1) estudantes com LOC internalista parecem ter mais conhecimento sobre seus ambientes que lhes permitem identificar pistas importantes e assim se beneficiam das situações de aprendizagem incidental; 2) LOC externalista pode representar uma ameaça ao desenvolvimento dos estudantes no que diz respeito à: déficits cognitivos, motivacionais e afetivos; 3) Estudantes bem sucedidos ganham auto-estima ao tomar crédito pelo sucesso, enquanto pessoas menos sucedidas evitam perda na auto-estima atribuindo o fracasso de seu desempenho a fatores externos; 4) A maior parte dos estudantes que se classificam como bem sucedidos classificam fatores internos como mais importantes em seu sucesso do que os estudantes médios, já estudantes mal sucedidos relatam que fatores externos são mais importantes e acreditam serem impotentes para alterar eventos futuros; 5) Diferentes emoções vivenciadas pelos estudantes no contexto acadêmico estão intimamente relacionadas com a atribuição de locus de controle; 6) o conceito de LOC é facilmente medido utilizando-se principalmente inventários breves; 7) o LOC é potencialmente modificável por intervenções curtas e de baixo custo. Após essa revisão, concluímos que o LOC é um construto de suma importância que deve ser levado em conta em pesquisas e intervenções em áreas acadêmicas. Há necessidade de maiores investimentos em pesquisas relacionando LOC e realização acadêmica, principalmente no âmbito de intervenções, que é o desafio para estudos futuros.

Palavras-chave: locus interno, locus externo, intervenções de LOC.

IC

Código da área: ESC

FAZERES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA CONSTRUÇÃO DA PRÁXIS DO PSICÓLOGO. *Carla Nayara Dias**, *Daiane Rodrigues Araújo**, *Daiene Souza Rabelo**, *Glenda Matias de Oliveira**, *Lúcia Helena F. Mendonça Costa e Mônica Mota de Souza** (Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG).

A educação das crianças em escolas infantis especializadas vem crescendo de forma acelerada no mundo inteiro, devido a grande necessidade de a família ter uma instituição que se encarregue do cuidado e da educação de seus filhos pequenos. Tendo essa realidade em vista, educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis. Neste sentido, este trabalho retrata uma experiência que se voltou para a construção de um saber sobre as contribuições do psicólogo na Educação Infantil, a partir da ótica de educadoras de uma escola particular para crianças de zero a cinco anos. Objetivou compreender o cotidiano de educadoras e suas concepções sobre a criança, bem como instrumentalizá-las sobre os processos do desenvolvimento infantil à luz da teoria walloniana e suas inter-relações com a prática de cuidar e de educar no contexto educacional. Os participantes foram cinco educadoras e a diretora da instituição. O trabalho foi estruturado da seguinte forma: (1) entrevista individual com cada profissional - que versou sobre a expectativa que tinham a respeito da presença do psicólogo na escola e de que forma este poderia contribuir com a instituição; o cotidiano com as crianças; o relacionamento com os pais e com os colegas de trabalho. As entrevistas apontaram que as educadoras tinham boas expectativas em relação ao trabalho do psicólogo, receptividade e enfatizaram sobre a importância da contribuição desse profissional para o seus fazeres na instituição. Ficou evidenciado, também, que elas possuem conhecimento técnico, mas que tem dificuldade de relacioná-lo com sua prática. (2) Atividades com as educadoras, que aconteceram em três encontros semanais, com duração de uma hora e meia cada. Considerando o conhecimento do processo de desenvolvimento da criança como indispensável para a constituição do ser educador, em cada encontro buscou-se discutir as contribuições da teoria de Henri Wallon como base para a construção de um diálogo com as educadoras. Isso foi feito por meio de discussões e dinâmicas, como a “caixinha da memória” que levou as educadoras a pensar sobre suas próprias experiências escolares; o teatro com bonecos de palito que propiciou a vivência de troca de papéis com os seus alunos. Assim, esses encontros contribuíram como um espaço de escuta e de aprendizagem junto às educadoras. O mais importante é que esse espaço, também, possibilitou a troca de experiências, não somente entre essas profissionais e as pesquisadoras, mas entre elas mesmas. Ao trazer as suas experiências, não somente as educadoras puderam relacionar a teoria com a prática como também as pesquisadoras, puderam aproveitar deste espaço de discussão para fazer esta mesma conexão. Considerando, assim, os fazeres do psicólogo na Educação Infantil, fazer a conexão entre teoria do desenvolvimento infantil e a prática educativa, contribui para a formação do educador e dos profissionais que dedicam à educação infantil, em especial, para a formação do psicólogo escolar.

Palavras-chave: desenvolvimento infantil, Henri Wallon; educadoras

Nível do trabalho: Outro

ESC

INCORPORANDO O CONCEITO DE CONGRUÊNCIA À TEORIA DA AUTODETERMINAÇÃO. *Hudson Golino** e *Cristiano Mauro Assis Gomes* (orientador) (Laboratório de Investigação da Arquitetura Cognitiva – LaiCo – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG).

A teoria da autodeterminação (TAD) e a abordagem centrada na pessoa (ACP) possuem fortes similaridades e afinidades, e juntas podem fornecer elementos teóricos relevantes para a psicologia educacional, mais especificamente a questões relativas à motivação para o aprendizado. O presente trabalho visa a sistematizar essa proposta e a elaborar uma metodologia que incorpore à *TAD* o conceito de congruência. A *TAD* postula que a motivação intrínseca é sustentada pela satisfação das necessidades de autonomia, competência e vínculo, considerados como motivos básicos e inatos da espécie humana, presentes em todas as culturas. O suprimento dessas necessidades básicas associa-se ao engajamento e melhor rendimento, enquanto sua ausência ou inadequação é associada com o desengajamento e baixo desempenho. O conceito de congruência, por sua vez, pode ser entendido como a proximidade da pessoa com as suas necessidades fundamentais. Quanto mais o ego constrói aspirações, expectativas e atribuições que o distanciam de suas necessidades básicas, menos a pessoa apresenta congruência. Segundo a *ACP*, a congruência entre as aspirações do ego e as necessidades básicas humanas leva a pessoa a experienciar de forma mais plena e significativa a vida e gera um maior bem-estar e saúde psicológica. Com relação ao contexto acadêmico, defende-se o argumento de este pode ser um favorecedor ou dificultador da experiência de congruência. Buscando-se analisar empiricamente a proposta, foi elaborado um modelo segundo o qual quanto maior a congruência discente, maior a valoração e percepção de comportamentos que se relacionam às necessidades básicas de autonomia, competência e vínculo. O modelo foi testado a partir de um instrumento denominado *Congruência Discente* (Codis) que visa mensurar o quanto cada estudante (1) percebe em sua vida e (2) valoriza a presença de comportamentos relacionados às três grandes necessidades apontadas pela *TAD*. Este instrumento foi aplicado em 644 alunos da sexta série do ensino fundamental a terceira série do ensino médio de uma escola particular de Belo Horizonte, Minas Gerais, com idades variando entre 8 e 18 anos ($m = 13,71$ e $dp = 2,11$). Para averiguar o modelo teórico, utilizou-se a modelagem por equação estrutural. O grau de adequação do modelo aos dados é informado através do índice comparativo de ajuste – CFI – e da estatística raiz quadrática média residual padronizada – RMSEA. O resultado aponta que o modelo teórico estabelecido e defendido neste trabalho mostra sustentação empírica, uma vez que se ajusta adequadamente aos dados do estudo ($\chi^2 = 1286,29$; $GL = 634$; $CFI = 0,92$; $RMSEA = 0,04$). Conclui-se, a partir dos resultados apresentados, que é possível incorporar o conceito de congruência às necessidades básicas apontadas pela Teoria da Autodeterminação. A congruência, nesse caso, poderá ser utilizada como indicador para investigações futuras a respeito de como os ambientes sócio-ambientais podem induzir a caminhos mais saudáveis ou psicopatológicos de desenvolvimento e aprendizagem.

Apoio: Fapemig

Palavras-chave: Motivação, autonomia, competência, vínculo

Nível do trabalho: Iniciação Científica (Graduação)

Código: ESC

A IMPORTÂNCIA DAS BRINQUEDOTECAS: CONTRIBUIÇÕES DO LABORATÓRIO DE BRINQUEDOS E MATERIAIS PEDAGÓGICOS DA USP (LABRIMP/USP) PARA A APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO INFANTIL. *Edda Bomtempo (Departamento de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP), Anna Carolina Muller Queiroz** (Universidade de São Paulo, São Paulo/SP e Universidade Nove de Julho, São Paulo/SP), Giscarla Dantas** (Universidade de São Paulo, São Paulo/SP) e Mauro Lana Vieira** (Universidade de São Paulo, São Paulo/SP).*

A Brinquedoteca surgiu em 1934 em Los Angeles (EUA), com a principal atividade de empréstimos de brinquedos. Divulgada na Europa a partir dos anos 60, a brinquedoteca teve o apoio da UNESCO, que lançou a idéia em nível internacional, originando diferentes iniciativas. Estabeleceu-se definitivamente no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980. No contexto social brasileiro, a oportunização do brincar assumiu, através da brinquedoteca, características próprias, voltadas para a necessidade de melhor atender as crianças e as famílias brasileiras. Como consequência deste fato, seu papel dentro do campo da educação cresceu, e pode-se afirmar que ela é um agente de mudança do ponto de vista educacional. No contexto da aprendizagem, a atividade lúdica na brinquedoteca pode ser utilizada como um instrumento de desafio cognitivo, de acordo com a mediação do educador brinquedista e também com o caráter da brincadeira estabelecida. É necessária a presença de um profissional, o brinquedista, que faça a intermediação das brincadeiras, jogos e momentos em que a criança estiver na brinquedoteca, sendo importante sua capacitação teórica, pedagógica e pessoal. O presente estudo tem como objetivo identificar quais brincadeiras e seus respectivos aprendizados são mais frequentes quando a criança se encontra em um ambiente livre para brincar, especificamente a brinquedoteca, valorizando a importância deste espaço para a expressão da criatividade e espontaneidade da criança, e ajudando-a também na ampliação de seu conhecimento de mundo e interações sociais. Neste estudo foi realizada observação no LABRIMP (Laboratório de Brinquedos e Materiais Pedagógicos), conhecida como a brinquedoteca da USP. Participaram do estudo aproximadamente 20 crianças entre 10 e 12 anos. Foi realizada entrevista semi-estruturada com o brinquedista responsável pelas atividades com as crianças e entrevista não estruturada com a responsável pelo LABRIMP. Os dados obtidos foram analisados de acordo com a literatura sobre a importância da brincadeira para a aprendizagem num ambiente livre para brincar - a brinquedoteca, sobre a importância do brincar para o desenvolvimento psicológico, cognitivo e social, e, sobre a importância do mediador (especificamente o brinquedista) no processo de brincar e aprendizagem. Os resultados convergem com a literatura de que a brinquedoteca constitui-se um importante local para a brincadeira e contribui sobremaneira para a aprendizagem, por permitir o brincar espontâneo e livre. Identificou-se que crianças de 10 a 12 anos envolvem-se com maior frequência no brincar sociodramático e que este constitui uma forma de interação social, além de favorecer habilidades de linguagem e de desempenho de papéis. O LABRIMP mostra-se como importante local de brincadeira e aprendizagem para crianças da comunidade próxima à USP, bem como alunos que frequentam o colégio Aplicação da USP. Conclui-se que embora se tenha dado mais atenção à importância do brincar e às brinquedotecas nas últimas décadas, principalmente à sua contribuição para o desenvolvimento psicológico, cognitivo e social das crianças, pouca importância tem se dado à formação do brinquedista que atua juntamente com as crianças.

Palavras-chave: brinquedoteca; aprendizagem; Psicologia Escolar e da Educação.

Nível do trabalho: Mestrado

Código da Área da Psicologia: ESC

CONCEPÇÕES DE PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL ACERCA DA INCLUSÃO ESCOLAR. *Frankleudo Luan de Lima Silva** (Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB), *Ellis Regina Ferreira dos Santos*** (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB), *Carolina Silva de Medeiros*** (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB) e *José Andrade Costa Filho*** (Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB)

Nacionalmente difundida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), a política de Educação Inclusiva tem implementado ações que priorizam a ampliação do acesso e do atendimento educacional especializado, criando condições necessárias para a inclusão nas escolas de ensino regular. Nessa perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) designa a obrigatoriedade de as escolas públicas aceitarem crianças com necessidades educativas especiais. A inclusão visa possibilitar o rompimento das barreiras à aprendizagem, facilitando a construção de um espaço escolar mais dinâmico e aberto à diversidade. Segundo a literatura, o movimento da inclusão considera necessária uma política pública que objetive a diversidade e a equidade das oportunidades educativas como eixos centrais do processo de aprendizagem na classe comum. Destarte, este estudo objetivou identificar as concepções de professores/as do Ensino Fundamental sobre a inclusão escolar e sobre suas formações/capacitações para atender a demandas da Educação Inclusiva. Foi adotada a metodologia descritiva-analítica. A coleta de dados foi realizada em duas Escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de Campina Grande-PB. Participaram deste estudo 14 professoras. A pesquisa foi aberta a participantes de ambos os sexos, mas durante a coleta, encontravam-se presentes somente professoras, que foram escolhidas aleatoriamente, levando-se em consideração a disponibilidade das mesmas em participar do estudo. Para apreender aspectos fundamentais da temática estudada, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados um formulário com questões objetivas para traçar o perfil sócio-demográfico das participantes e uma entrevista semi-estruturada, contendo questões elaboradas a partir do referencial teórico utilizado. Os dados coletados foram agrupados e categorizados a partir da análise qualitativa do conteúdo apreendido no discurso dos sujeitos da pesquisa, tendo como base teórica a literatura consultada. Os resultados sinalizaram, de maneira geral, primeiramente, que a Inclusão Escolar para as participantes define-se a partir da própria proposta de Educação Inclusiva estudada e debatida nos espaços educacionais, ou seja, é uma definição que parte do princípio de educação para todos independentemente das limitações individuais. Mas, as respostas emitidas indicaram também pontos de não incorporação deste princípio, tendo em vista apresentarem, em alguns de seus discursos, a ‘defesa’ por escolas especiais. Em segundo lugar, a relação estabelecida entre as entrevistadas e o processo de inclusão escolar demonstrou o quanto há um reconhecimento da proposta de inclusão como interessante, mas que há dificuldades de colocá-la em prática por falta de apoio pedagógico e de capacitações. Esses aspectos muitas vezes acabam culminando em uma inversão de propostas, passando-se a viver a exclusão, quando a intenção era incluir. Assim, buscou-se com este estudo mergulhar no universo de uma amostra de professores/as e apreender suas concepções sobre a Inclusão Escolar, enquanto processo familiar ou não às suas experiências em sala de aula. A inclusão escolar é um processo complexo que configura diferentes dimensões: ideológica, sociocultural, política e econômica. É, pois, de suma importância projetos pedagógicos que contemplem conceitos, princípios e estratégias educacionais inclusivas que respondam às necessidades educacionais especiais dos/as alunos/as e propiciem seu desenvolvimento social, afetivo e cognitivo.

Palavras-chave: Inclusão Escolar; Concepções de Professoras; Educação.
Nível do trabalho: IC (Trabalho de graduação)

Código da área: ESC-Psicologia Escolar e da Educação

PROVINHA BRASIL: CONCEPÇÕES DE APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM ESCRITA. *Cibelle Andrade Xavier da Silva** e *Patrícia Maria Uchoa Simões (Fundação Joaquim Nabuco, Recife-PE)*

A *Provinha Brasil* foi proposta em 2007 pelo MEC/INEP e deu início a um debate sobre a avaliação em larga escala nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Segundo o MEC/INEP, esse instrumento investiga as lacunas nas habilidades de leitura e escrita e diagnostica o nível de alfabetização em que se encontram as crianças recém ingressas no Ensino Fundamental das escolas públicas. Essa avaliação focaliza a Educação Infantil, uma vez que coleta dados referentes à aprendizagem de alunos que acabaram de passar por essa etapa do ensino. O objetivo da análise das provas é contribuir para a construção de propostas pedagógicas que melhorem a qualidade do ensino da alfabetização e do desenvolvimento da linguagem escrita. Os documentos do MEC e os estudos referentes à temática de avaliação e alfabetização enfatizam a necessidade de uma distinção entre a avaliação na Educação Infantil e aquela herdada do ensino regular. Na Educação Infantil, a avaliação pressupõe o acompanhamento do desenvolvimento integral das crianças, numa abordagem processual, e a melhoria da prática pedagógica, sem assumir caráter classificatório ou de avaliação de resultados. Nesses documentos, a alfabetização é concebida como a aprendizagem de uma prática cultural, configurando-se como um processo que não tem início na escola e não termina na entrada no Ensino Fundamental. Estudos sobre a aquisição da leitura e da escrita apresentam diferentes concepções sobre esse processo. Numa perspectiva cognitiva da leitura, a ênfase é dada ao processo de decodificação de grafemas em fonemas (e vice-versa) e de identificação de informações no texto. Na perspectiva sócio-histórica, os estudos focalizam o uso social da linguagem escrita, enquanto prática cultural. O presente estudo buscou analisar as concepções subjacentes de aquisição da leitura e escrita presentes na Provinha Brasil. Para tanto, foram analisadas as questões das provas do primeiro semestre de 2008, 2009 e 2010. A análise procurou identificar as habilidades requeridas em cada questão que foram assim categorizadas: a) questões de identificação de letras, sílabas e palavras; b) questões de identificação de informações no texto; c) questões de identificação do gênero textual e de suas finalidades. Das 72 questões analisadas nas três provas, 45 requeriam apenas habilidades de decodificação dos grafemas, 11 questões focalizavam a identificação de informações literais do texto e 8 questões requeriam a identificação do gênero textual e/ou de suas finalidades. Ainda foi observado que 8 questões envolviam tanto a identificação de informações no texto como o conhecimento dos gêneros dos textos apresentados. Essa análise aponta para a predominância de questões da Provinha Brasil que avaliam habilidades relacionadas à identificação de grafemas (processo de decodificação). Apesar de outras habilidades também estarem sendo avaliadas, discute-se se a predominância observada não estaria em discordância com as orientações para essa etapa do ensino. Pretende-se que essa análise contribua para a reflexão sobre o ensino e a aquisição da linguagem escrita na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Apoio: CNPq/PIBIC

Palavras-chave: Avaliação educacional; alfabetização; leitura; qualidade do ensino IC (trabalho de graduação)

ALIANÇA EDUCATIVA: UNIVERSIDADE E ESCOLA ALIADAS. *Rafaela Roman de Faria***, *Mariita Bertassoni da Silva e Isabel Cristina Fochesato (Pontifícia Universidade Católica do Paraná- PUCPR, Curitiba-PR)*

O presente trabalho tem por finalidade apresentar os resultados das intervenções desenvolvidas na área da Psicologia Escolar/Educacional, com enfoque na Orientação Profissional (OP), na modalidade clínica. O processo de Orientação Profissional tem como objetivos orientar o indivíduo para que este reflita sobre as influências na escolha, desenvolver o autoconhecimento e ampliar o conhecimento sobre a realidade do mundo do trabalho, para que assim o orientando possa decidir com mais autonomia e maturidade que carreira deseja seguir. Pode-se dizer que o objetivo geral do processo é auxiliar na solução das dificuldades que se enfrenta ao encarar a escolha da carreira. O trabalho foi desenvolvido por três psicólogas, contratadas por uma universidade particular da cidade de Curitiba nos anos de 2009 e 2010, por meio do programa Aliança Educativa. Esse programa tem por finalidade a parceria entre a universidade e as escolas de ensino médio, públicas e privadas, visando o conhecimento dos alunos sobre os cursos oferecidos pela universidade, a infra-estrutura necessária para a prática educativa, assim como o contato com a realidade do cotidiano universitário, aumentando as chances de construir uma carreira de sucesso e de conquistar a realização pessoal e profissional. Nos dois anos foram atendidos cento e dezoito estudantes, sendo cinquenta e quatro no ano de 2009 por meio de cinco grupos, e em 2010 foram desenvolvidos seis grupos somando sessenta e quatro clientes. Os orientandos eram provenientes de escolas que realizaram a parceria com a universidade, provenientes de diferentes regiões do município e também de cidades próximas, como potenciais clientes. Os alunos cursavam primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Médio e possuíam idade entre 15 e 18 anos. Foram realizados dez encontros com cada grupo, sendo o primeiro e o último individual e em todos desenvolvidas atividades que propiciassem autoconhecimento e conhecimento da realidade profissional. Como resultado verificou-se que mais de 50% dos estudantes, que concluíram o processo de Orientação Profissional, aumentaram a maturidade em relação a escolha profissional. Estes resultados foram medidos por meio da Escala de Maturidade para escolha profissional (EMEP), que foi aplicada no início e final do processo de OP naqueles estudantes que permaneceram até o final da atividade. Além desse resultado quantitativo, pôde-se coletar respostas qualitativas sobre o processo, relatadas pelos orientandos na técnica “carta de despedida”, indicando a eficácia do trabalho realizado.

Palavras-chaves: Universidade, escola, orientação profissional

Pesquisador – P

Psicologia Escolar e da Educação

CRENÇAS DE AUTO-EFICÁCIA E DESEMPENHO MATEMÁTICO EM DIFERENTES SÉRIES ESCOLARES. *Liliane Ferreira Neves Inglez de Souza (Faculdade de Administração e Artes de Limeira e Universidade Paulista – Limeira, SP) e Márcia Regina Ferreira de Brito (Faculdade de Educação – Unicamp – Campinas, SP)*

O presente trabalho, baseado no modelo sócio-cognitivista proposto por Albert Bandura, tem como foco o constructo de auto-eficácia. Este conceito foi definido como a crença na própria capacidade de executar ações necessárias para alcançar determinados desempenhos. De acordo com o modelo teórico, a auto-eficácia influencia o desempenho e a motivação dos alunos nas diversas disciplinas, dentre elas a Matemática. Em contrapartida, é também importante ressaltar que a formação destas crenças está muito vinculada a experiências vivenciadas no contexto escolar. Neste sentido, esta pesquisa teve como objetivo investigar a auto-eficácia matemática, buscando-se identificar a existência de relações entre estas crenças e o desempenho escolar em Matemática, bem como possíveis diferenças na auto-eficácia entre alunos de diferentes séries escolares. Participaram da pesquisa 119 estudantes de quarta, sexta e oitava séries de ensino fundamental de uma escola pública estadual do município de Limeira – SP, sendo 52,1% do gênero feminino e 47,9 % do gênero masculino, com idades variando de 9 a 16 anos. Para a coleta de dados, foi utilizada uma escala de auto-eficácia matemática, traduzida e adaptada da Língua Inglesa, e validada em um estudo paralelo. O instrumento foi elaborado originalmente com nove proposições voltadas ao desempenho acadêmico em geral e foi adaptado ao presente estudo, tendo as proposições sido focadas na aprendizagem da Matemática. Além desses dados, como medida de desempenho, foram obtidas as notas bimestrais e finais em Matemática, durante o ano letivo. A coleta de dados ocorreu coletivamente em horário normal de aula. A participação foi voluntária, e o instrumento, bem como os procedimentos foram previamente testados em um estudo preliminar. Para se verificar a existência de relações entre auto-eficácia e desempenho, foi efetuada a análise de correlação, utilizando-se o coeficiente de *Pearson*, que apontou uma relação positiva e significativa entre as pontuações na escala de auto-eficácia e as notas escolares em Matemática. A análise dos resultados também mostrou que as médias nas pontuações da escala de auto-eficácia diminuíram ao longo das séries. As médias de quarta, sexta e oitava séries foram respectivamente: $M = 41,58$ ($SD = 5,34$); $M = 38,46$ ($SD = 6,03$); $M = 37,35$ ($SD = 5,00$). Uma análise de variância (*ANOVA*) apontou a existência de diferenças significativas entre os grupos [$F(2, 116) = 15,93$; $p = 0,000$]. Um teste de *Tukey* revelou que as diferenças de média estavam presentes entre a quarta e a oitava série e entre a sexta e a oitava série, mas não entre a quarta e a sexta série. De modo geral, é possível afirmar que os resultados do presente estudo, corroborando dados de pesquisas anteriores, confirmam as relações entre desempenho e auto-eficácia, estando em acordo com o modelo teórico proposto. Com relação às diferenças na auto-eficácia entre os grupos, notou-se que a menor média foi encontrada entre os participantes da oitava série, apontando, assim, para uma diminuição na auto-eficácia conforme se avança em escolaridade, aspecto já discutido anteriormente na literatura.

Apoio financeiro: CAPES

Palavras-chave: Auto-eficácia, aprendizagem, desempenho acadêmico.

Nível do trabalho: D

Código da área: ESC

BARREIRAS À CRIATIVIDADE EM SALA DE AULA SEGUNDO GESTORES DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL. *Eunice Maria Lima Soriano de Alencar (Universidade Católica de Brasília – Brasília – DF), Denise de Souza Fleith (Universidade de Brasília – Brasília – DF), Evely Boruchovitch (Universidade Estadual de Campinas – Campinas – SP), Juliana Carvalho de Oliveira Cei* (Universidade Católica de Brasília – Brasília – DF), Clarissa Nogueira Borges* (Universidade Católica de Brasília – Brasília – DF) e Laís Tartuce Franco* (Universidade Católica de Brasília – Brasília – DF).*

A importância de um ambiente propício à criatividade na escola tem sido reconhecida por um número crescente de educadores. Tem sido lembrado que a instituição educacional não pode se restringir à transmissão apenas de conteúdos, uma vez que isto não garante adaptação e sucesso do indivíduo em um mundo marcado por mudanças que vêm ocorrendo em um ritmo acelerado. Apesar de se reconhecer a importância da criatividade, constata-se que o seu desenvolvimento tem recebido pouca atenção nos distintos níveis de ensino. Muitos são os fatores que contribuem para tal. Alguns têm sua origem em valores arraigados no contexto sociocultural. Outros espelham a cultura da escola, na qual a pressão ao conformismo ocupa um lugar central. Ainda outros refletem uma formação incompleta ou inadequada de muitos professores no que diz respeito a estratégias que poderiam ser utilizadas para promover a criatividade dos alunos. Este estudo investigou fatores apontados por gestores de instituições de ensino fundamental localizadas no Distrito Federal como barreiras ao professor para o desenvolvimento da criatividade dos alunos em sala de aula. Participaram 96 gestores de instituições públicas e 22 de instituições particulares. Os dados foram coletados por meio de um questionário composto de três partes: (1) levantamento de dados biográficos dos respondentes (gênero, idade, experiência docente e em gestão de instituições de ensino, formação acadêmica) e obter informações a respeito do tipo e local da escola em que trabalhavam; (2) *checklist* com distintos fatores que podem se constituir em barreiras à promoção da criatividade em sala de aula; (3) quatro questões abertas, visando explorar a percepção dos gestores quanto ao que poderia ser feito para ajudar o professor a estabelecer condições favoráveis à criatividade em sala de aula. Foram calculadas frequência e porcentagem em cada item da *checklist*. O qui-quadrado foi utilizado para análise de diferenças entre as respostas de gestores de instituições públicas e particulares. Para análise das questões abertas do questionário foi utilizada análise de conteúdo. As barreiras à promoção da criatividade em sala de aula mais apontadas foram o desconhecimento de práticas pedagógicas que poderiam propiciar o desenvolvimento da criatividade dos alunos e a falta de entusiasmo pela atividade docente. As barreiras mais indicadas por gestores de instituições públicas foram relativas ao aluno, como a presença de alunos indisciplinados e o elevado número de alunos em sala de aula. Os gestores de instituições particulares, por outro lado, indicaram barreiras relacionadas à realidade institucional, como a extensão do programa a ser cumprido no decorrer do ano letivo e poucas oportunidades para discutir e trocar ideias com colegas sobre estratégias de ensino. A análise das respostas às questões abertas do questionário revelou que as práticas pedagógicas mais indicadas pelos gestores como promotoras de criatividade foram as que envolviam atividades diversificadas, como jogos, arte e esportes. As estratégias para eliminar as barreiras à criatividade mais citadas foram capacitação dos docentes e apoio e incentivo ao seu trabalho.

Apoio: CNPq

Palavras chave: pensamento divergente, condições de ensino, escola pública vs particular

Nível do trabalho: P – Pesquisador

Código da área da pesquisa: ESC Psicologia Escolar e da Educação

PSICOLOGIA E FILMES COMO RECURSO DIDÁTICO: ANÁLISE DE PRODUÇÕES. *Felipe Queiroz Dias Rocha**, *Aline Iris Gil Parra Magnani* e *Carla Witter* (Universidade São Judas Tadeu; São Paulo - SP)

Os filmes são um poderoso recurso no processo de educação, tanto pelas imagens oferecidas quanto pela música e sons produzidos que configuram o ambiente real. Eles servem de referência aos estudantes, mas não enredam a verdade absoluta, apenas exibem parte de uma realidade concreta. Essa pesquisa tem por objetivo levantar a quantidade de artigos científicos sobre o uso de filmes como recurso didático publicados na SciELO e na PEPSIC e verificar a autoria, data, área, abordagem da Psicologia, periódicos onde foram publicados e os termos mais comuns no título e nas palavras-chave. Na primeira base de dados, foram realizadas três buscas distintas: a primeira com os termos “filme” e “ensino”, a segunda com os vocábulos “filme” e “educação” e a terceira com as palavras “filmes” e “ensino”, e selecionados 10 artigos a respeito do tema, nenhum era da área da Psicologia. Na segunda base foi realizada somente uma busca utilizando apenas o verbete “filme”; 48 trabalhos foram encontrados, todos eram de Psicologia. Na SciELO, percebeu-se que os autores do sexo Masculino produziram 85,71% das pesquisas em Múltipla autoria e as mulheres 77,77% das Individuais; em contrapartida, as mulheres produziram 60,34% das publicações em grupo encontradas na PEPSIC e os homens 52,64% das Individuais. No total, a área da Psicologia foi a que mais publicou artigos - 82,75% -, seguida pela área da Educação. Percebeu-se um aumento gradual de produções sobre o tema nos últimos cinco anos, 60% foram publicadas nesse período, sendo 34,38% em 2008. Considerando apenas os trabalhos de Psicologia, as revistas ligadas à Psicanálise publicaram 72,91% dos artigos selecionados sobre filmes como material didático, em especial a Cogito e a Ide, com 18,75% das publicações cada uma. Dentre as pesquisas de Psicologia, a palavra-chave mais comum foi “cinema”, surgindo em 20,83% dos trabalhos; esse mesmo vocábulo apareceu 6,25% nos títulos, assim como o verbete “filme”. Conclui-se que a utilização de filmes como recurso em sala de aula é um tema que vem sendo explorado nos últimos anos e que a quantidade de artigos de Psicologia sobre esse tema na PEPSIC é quase cinco vezes maior do que na SciELO. Recomenda-se que sejam realizadas mais pesquisas de campo sobre esse tema na área da Psicologia para investigar novas facetas, como conclusões subjetivas que os próprios alunos formulam após assistirem um filme e o encaixe desse material no plano de ensino dos professores, a fim de as contribuições que esse recurso tem para dar à ciência sejam atualizadas e aprofundadas.

Palavras-chave: educação; estudantes; sala de aula.

Outro

ESC

IMAGEM CORPORAL EM BAILARINAS. *Andressa Melina Becker da Silva*** (Laboratório de Pesquisa em Psicofisiologia do Exercício e Esporte - Universidade Federal do Paraná- Mestrado Psicologia do Esporte, Universidade Tuiuti do Paraná – Graduação Psicologia. Curitiba – PR), *Daniela Mussi Maestrelli** (Universidade Tuiuti do Paraná – Graduação Psicologia. Curitiba – PR).

Objetivo: O presente estudo teve como objetivo verificar a diferença entre a imagem tida como ideal e a atual em bailarinos, tendo em vista que as mesmas sofrem pressões por seus treinadores para terem um corpo perfeito, sendo essa uma das únicas maneiras de conseguir um bom desempenho na modalidade. **Metodologia:** Os participantes foram determinados de forma intencional, sendo 56 bailarinos sendo 7 homens e 49 mulheres, com idade média de 17,64 (dp = 4,53) anos, peso médio de 53,68 (dp=8,83) Kg, IMC médio de 20 (dp= 2,48), participantes do maior Festival de Dança Internacional. Para avaliação da imagem corporal utilizou-se o SMT (Silhouette Matching Task) onde consta o desenho de doze silhuetas, onde é indicada qual acha ser a “silhueta atual” e qual seria a “silhueta ideal”, ou seja, como ele gostaria de estar. A análise estatística foi realizada com o auxílio do programa estatístico SPSS 18.0, considerando um nível de significância de $p < 0,05$. Para verificar a normalidade dos dados foi empregado o teste de *Shapiro-Wilk* e Kolmogorov-Smirnov onde não foi observada normalidade das variáveis. Na descrição das variáveis foram empregados os procedimentos descritivos de média e desvio padrão. Para verificar a relação da silhueta corporal atual e ideal foi utilizado o teste de Wilcoxon como teste não-paramétrico já que os dados não apresentam normalidade. **Desenvolvimento:** Houve diferença significativa entre a imagem corporal atual e a ideal percebida pelos bailarinos, tendo em vista que $z = -4,453$ e $p = 0,000$. É possível que essa diferença significativa seja explicada pelo fato de que os bailarinos sofrem pressão de seus treinadores e coreógrafos para reduzir o peso corporal e estar cada dia mais magros. Assim gera-se uma insatisfação e uma busca desenfreada pelo corpo perfeito, além de uma distorção de imagem entre o que é real, o que é percebido e o que seria o ideal. Todos os indivíduos relataram desejar uma silhueta menor do que a atual. É necessário que fiquemos atentos a essas condições para que futuramente não ocasionem um distúrbio nervoso alimentar como anorexia e bulimia. **Conclusão:** Conclui-se que houve diferença significativa entre a imagem corporal atual e a desejada, acreditando-se ser desencadeada pela cobrança por um corpo perfeito destinada aos bailarinos. Faz-se necessário um processo de reeducação tanto dos bailarinos quanto dos treinadores e coreógrafos mostrando-os que nem sempre um corpo esquelético é sinônimo de bom desempenho físico e artístico. Outros estudos devem ser realizados com diferentes populações para confirmar estes resultados.

Bolsa Reuni (CAPES) para Mestrado pela Universidade Federal do Paraná.

Palavras-chaves: Bailarinos.Imagem Corporal.Jazz.

Nível do Trabalho: Outro.

Código da Área de Pesquisa: ESP

ESTÍMULO AUDITIVO E MUDANÇA CONTINGENTE EM *PACE* DE CORREDOR DE RUA: ESTUDO PRELIMINAR. *Abraão Roberto Fonseca (UNESC – Faculdades Integradas de Cacoal).*

Pesquisas têm descrito o repertório humano enquanto multideterminado, dentre estes repertórios o esportivo tem sido alvo de pesquisas na área de psicologia do esporte. Este repertório esportivo pode ser caracterizado a partir da atuação do indivíduo sob determinadas regras que atuam historicamente sobre determinada modalidade. Tal repertório é alvo de pesquisas em âmbitos de recreação, tempo-livre, alto rendimento e educacional. Quanto à *performance* dos sujeitos praticantes de modalidades esportivas em âmbito de alto rendimento, uma contínua busca por procedimentos de melhoria de desempenho é alvo de equipe multidisciplinares, incluindo profissionais de psicologia. A psicologia esportiva tem utilizado principalmente os procedimentos de (a) postagem de resultados, (b) *feedback* próprio, audiovisual e/ou gráfico. Anterior ao teste de procedimentos de melhoria de desempenho em atletas de alto rendimento, preferível que atletas de tempo-livre amador sejam alvo, já que os padrões de rendimento do atleta profissional podem deteriorar. Dessa forma, o presente estudo testou um procedimento de melhoria de desempenho de um corredor de rua amador. O sujeito foi um corredor de rua de 32 anos, com seis anos de experiência em corridas de rua oficiais. O material utilizado foi um medidor de passos/distância e monitoramento cardíaco, um Ipod shuffle, um fone de ouvido esportivo. O procedimento foi (1) determinação de preferências musicais, (2) determinação de *pace* em um percurso de 10km, medido três vezes e (3) elencada uma linha de tendência a partir dos dados coletados, (4) selecionado os pontos de diminuição acentuada no *pace* na linha de tendência, (5) seleção de 3 músicas com maior frequência sonora, (6) medição do *pace* em todo o percurso, com ênfase nos pontos em que a músicas eram acionadas via Ipod nos pontos determinados, (7) cruzamento do repertório em teste com a linha de tendência. Os resultados mostram incremento do *pace* nos 3 pontos em (4) contingentes à mudança musical, em comparação aos 2 pontos em que houve diminuição e ausência de mudança musical. De posse dos resultados preliminares, compreende-se que contingências podem ser modificadas com adição de variáveis programadas e previamente relacionadas a repertórios adequados, o que na Análise do Comportamento é denominado de “operações estabelecedoras”, já que mudam a função do estímulo ambiental, gerando um responder diferenciado. Este estudo ainda pretende servir de base para a programação de contingências ambientais para melhoria de repertórios esportivos não apenas em corrida de rua, contudo em outros esportes individuais que possam utilizar equipamentos musicais, bem como a generalização para possíveis estímulos visuais ou táteis programados de acordo com eventos específicos previamente medidos.

Palavras-chave: corrida de rua, estímulo auditivo, *performance*.

P

ESP

MÃES COM HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA: AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DE PROCEDIMENTOS DE INTERVENÇÃO COGNITIVO-COMPORTAMENTAIS. *Paolla Magioni Santini** e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, UFSCar, São Carlos-SP).*

Vários estudos ilustraram que estilos parentais problemáticos são desenvolvidos por meio do aprendizado do comportamento modelado pelos pais de origem. Além disso, os estudos demonstram que pais com histórico de agressão na infância tendem a continuar sofrendo dificuldades sociais, comportamentais e de saúde; assim como seus filhos. Por outro lado, a literatura verificou que o envolvimento dos pais no dia-a-dia das crianças, estimulação cognitiva, acolhimento e apoio durante a criação são pontos importantes para evitar tais males citados anteriormente. Sendo assim, intervenções com os pais no sentido de orientá-los a educar seus filhos de maneira adequada seria uma estratégia a se tomar frente a essa problemática. No entanto, não basta informar os pais sobre quais métodos são mais positivos e efetivos, é preciso instrumentalizá-los para que possam estabelecer limites, prevenindo e/ou resolvendo problemas de comportamento sem prejudicar o relacionamento interpessoal com seus filhos. O Projeto Parceria realiza um programa mesclado com componentes psicoterapêuticos (Módulo 1) e educacionais (Módulo 2) para mães com histórico de violência conjugal, havendo uma cartilha por módulo. O objetivo do presente estudo consiste em comparar a eficácia de três procedimentos diferentes de intervenção baseado no Projeto Parceira, em termos das variáveis bem-estar e senso de competência parental. Os procedimentos são: a) módulo psicoterapêutico seguido de módulo educacional; b) módulo educacional seguido de módulo psicoterapêutico; e c) módulo psicoterapêutico e educacional, apresentados simultaneamente. Pretendeu-se verificar qual tipo de intervenção teria resultados mais favoráveis e, assim, propor uma metodologia que seja de fácil acesso, simples replicação e que possa ser disseminada em outras organizações de apoio a mulheres deste perfil. Primeiramente, o projeto foi aprovado pelo comitê de ética da UFSCar. Em seguida, foi realizada uma triagem das participantes e, então, uma entrevista específica, a fim de se formar grupos de maneira homogênea, cada um contemplando um tipo de procedimento. Em seqüência, foi desenvolvida a intervenção no período de março a dezembro de 2009, empregando as cartilhas segundo a ordem proposta em cada grupo. Foi utilizada uma ficha de Registro Diário de Bem-Estar e Senso de Competência Parental, coletada semanalmente. Além disso, foram aplicados, nos momentos pré e pós-teste, os seguintes instrumentos: Inventário de Estilos Parentais (IEP), *Child Abuse Potential Inventory* (CAP) e Inventário Beck de Depressão (BDI). Por fim, foi feita uma avaliação do programa pelas participantes. Utilizou-se um delineamento quase-experimental de teste múltiplo com vários sujeitos. Resultados parciais indicam 100% de adesão, índices mais positivos na maioria dos instrumentos aplicados quando comparados nos momentos pré e pós-teste, sendo necessário completar a análise estatística para avaliar qual foi procedimento mais eficaz. Estudos preliminares sugerem o modelo concomitante.

Apoio/Financiamento: FAPESP

Palavras-Chave: violência doméstica; estilos parentais; avaliação de intervenção com mães.

Nível do trabalho: M

Código da área de pesquisa: FAMI

CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS PELA FAMÍLIA DIANTE DA MORTE TRÁGICA DE UM FILHO. *Zinaldo Barbosa Coutinho** e *Ivânia Jann Luna*** (Curso de Psicologia, Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, SC)

A morte trágica e repentina de um filho desafia inesperadamente o ciclo vital da família e as representações dos membros familiares quanto à existência de um mundo seguro e estável. No luto por mortes repentinas e trágicas a necessidade de construir significados relacionados a este evento é crucial, na medida em que possibilita que a perda seja recolocada numa perspectiva que possa ser assimilada por todos da família. Foi realizada uma pesquisa cujo objetivo geral foi compreender os mediadores presentes na construção de significados por membros familiares diante de repentinas e trágicas mortes de um filho. Os objetivos específicos foram identificar os recursos e a rede social utilizada pela família diante da perda, o significado da perda e as reações de luto. Este estudo pode ser caracterizado como qualitativo com delineamento exploratório. Os sujeitos da pesquisa foram um casal e duas mães que perderam um filho, sendo que todas as perdas ocorreram devido a um acidente. O instrumento de coleta de dados foi a entrevista semi-estruturada. Foi realizada uma análise qualitativa dos dados por meio da técnica de análise de conteúdo temático categorial. Foram construídas nove categorias temáticas a partir das quais serão apresentados os principais resultados. Quanto ao significado de vida e de morte a primeira era vista como positiva e a segunda como algo sem sentido, sendo que o acidente trágico foi interpretado pelos pais como algo premeditado, pois receberam avisos, por meio de um sonho que ocorreu um dia antes da morte acontecer. Por outro lado, também apontaram que a morte ocorreu por fatalidade ou descuido por parte da pessoa que morreu. A comunicação da notícia da perda foi postergada para alguns familiares, sendo que somente em uma família ela foi dada de forma direta. Todos os entrevistados participaram do velório e manifestaram reações de choque, desespero, desmaio e nervosismo. O recurso utilizado para lidarem com estes sentimentos, durante os rituais de luto, foi a medicação psicotrópica. Após o sepultamento, os membros familiares apoiaram-se em familiares, na fé em Deus e na Igreja. Quanto ao tipo de perda, esta foi considerada a pior ocorrida na família, sendo que a pessoa que morreu era percebida como alguém com características positivas e que, após a perda, estas fizeram falta na rotina familiar. As principais mudanças na família foram a incapacidade de sair de casa, a solidão e a falta de perspectivas. Concluiu-se que os membros familiares utilizaram a rede social disponível para mediar a importância do vínculo perdido e as resposta de luto, possibilitando desta forma que a perda repentina fosse significada e reinterpretada a partir de vários olhares como o médico, o religioso e o familiar.

Mortes trágicas; Luto; Significado

IC

FAMI

RELAÇÃO ENTRE MIGRAÇÃO, SUPORTE SOCIAL E DEPRESSÃO PÓS-PARTO. *Jonathan Miller Santos Mota**, *Lilian Tidori Konta**, *Gabriela Andrade da Silva***, *Marina Cecchini*** e *Emma Otta* (Departamento de Psicologia Experimental, Universidade de São Paulo, São Paulo - SP)

Estudos têm apontado que mães que percebem disponibilidade insuficiente de apoio social (suporte oferecido pela rede social, ou seja, parentes, amigos, vizinhos, etc., auxiliando os indivíduos a lidarem de forma mais apropriada com estressores ambientais) têm maior risco de apresentar depressão pós-parto (DPP). O presente estudo objetivou comparar mães migrantes e não migrantes quanto à prevalência de DPP e a percepção de disponibilidade de apoio social durante a gestação. Adicionalmente, investigou-se a associação entre DPP e apoio social percebido. A hipótese de estudo era que mulheres migrantes teriam risco aumentado de DPP, pois a rede social da cidade de origem estaria distante e a nova rede, formada na cidade destino, poderia não oferecer apoio social adequado. As participantes (N = 172) foram recrutadas em três Unidades Básicas de Saúde da Zona Oeste de São Paulo e entrevistadas em dois momentos: no terceiro trimestre de gestação, quando foi aplicada a Escala de Apoio Social (EAS), e entre dois e quatro meses após o parto, quando foi aplicada a Escala de Depressão Pós-Parto de Edimburgo (EDPE). As mães tinham idade entre 16 e 43 anos, sendo 67 migrantes e 105 não migrantes. A prevalência de DPP foi de 27,3% na amostra total (considerando-se deprimidas as mães com pontuação maior ou igual a 12 na EDPE). Essa prevalência foi semelhante entre mães que migraram (29,9%) e que não migraram (25,7%), não havendo diferença estatisticamente significativa de acordo com o teste de qui-quadrado. Para analisar a relação entre a EAS e as demais variáveis, além da pontuação total na escala, foram usadas suas três dimensões: “apoio material”, “apoio emocional e informação” e “apoio afetivo e interação positiva”. A pontuação total da EAS apresentou correlação negativa com a pontuação da EDPE, bem como as dimensões “apoio emocional e informação” e “apoio afetivo e interação positiva”, ou seja: nessas dimensões, quanto maior o apoio percebido na gestação, menor foi o nível de sintomas depressivos no puerpério. Não houve diferenças significativas entre mães que migraram e que não migraram na percepção de disponibilidade de apoio social em nenhuma das dimensões da EAS. A associação negativa entre apoio social e DPP está de acordo com o que foi encontrado em estudos anteriores. Ao contrário do que previa a hipótese inicial do presente estudo, a migração não esteve associada com percepção de menor disponibilidade de apoio social, nem com DPP. Esse resultado pode indicar que as migrantes foram capazes de formar uma nova rede social na cidade de destino, a qual proporcionou apoio percebido como suficiente. Também pode indicar que o vínculo com a rede social da cidade de origem se manteve, seja através dos meios de comunicação (telefone, por exemplo) ou de visitas de parentes e amigos. Assim, a migração não foi um fator de risco para baixo apoio social ou para DPP.

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Palavras-chave: migração, depressão pós-parto, suporte social
Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação)

RELAÇÃO DA FAMÍLIA COM O USUÁRIO DE DROGAS *Blenda Lúcia Silva**,
*Evaldo Nunes, Joeuder de Lima Silva**, *Josiane Rosa Amaral**, *Juliana Borges de Oliveira**,
*Sávia Vieira Santos** e *Tatielle Galvão Amorim** (Centro Universitário de Patos de Minas –
UNIPAM, Patos de Minas, MG).

A família é a primeira fonte de socialização do indivíduo, sendo através dela que o sujeito aprende os valores e normas que norteiam a sociedade. Por essa razão, o uso de drogas está associado às consequências negativas tanto para esta quanto para o usuário. Além de se tornar também questão de saúde pública, tanto em termos de morbidade como de mortalidade. Diante disso, este estudo visa salientar a importância da família no tratamento de drogadicto, uma vez que o uso de drogas pode ser um sinal de conflitos familiares. Objetiva também investigar a relação da família com usuário de drogas e verificar os sentimentos vividos pela família diante da convivência com o mesmo. Trata-se de um estudo qualitativo realizado sob forma de pesquisa de campo, em que foi utilizado como instrumento um questionário com questões referentes à relação família-usuário e seus comportamentos frente ao uso de drogas. Participaram desta pesquisa, familiares de usuários de drogas, que responderam individualmente ao questionário, de maio a junho de 2010. Em relação à descoberta de que o parente é usuário, os familiares relataram que primeiramente suspeitaram das atitudes e comportamentos do indivíduo, sendo essa suspeita posteriormente confirmada por ele. Diante desta descoberta a primeira reação da família foi não querer acreditar e aceitar essa dependência, ocasionando sentimentos de tristeza e decepção, porém ao perceberem a complexidade da situação tentaram ajudá-lo. Quanto à relação do usuário com a família alguns afirmaram que mantém uma boa relação familiar, já outros afirmaram ser uma relação difícil e distante. A família em relação ao usuário sente-se preocupada, desconfiada e decepcionada. Quanto ao fator que pode ter contribuído para o membro familiar ter se tornado usuário, ressaltaram a falta de instrução da família, ausência e/ou negligência do pai, problemas conjugais e alcoolismo na família. Frente à família o usuário sem estar sob efeito das drogas é considerado como uma pessoa tranqüila, porém sob o efeito é agressivo e confuso. As famílias participantes são constituídas de mãe, irmãos e/ou esposa, sendo apenas duas que contam com a presença paterna. Todos os membros da família entrevistados relataram que o usuário causou perda financeira e danos emocionais para toda a família. Afirmaram também que seu parente foi internado para recuperação mais de uma vez, porém sempre há recaídas. As famílias julgam ser o tratamento mais eficiente a internação, porém sabem e reconhecem que mudar de vida depende dele. Muitos fatores contribuem para o desenvolvimento da dependência química, no entanto, a organização familiar mantém uma posição de saliência no desenvolvimento e prognóstico do quadro de dependência química. Através desse estudo, podemos ver que a presença da família é de suma importância na vida do ser humano. Destacando que todos os usuários estudados com exceção de apenas um tiveram a ausência do pai em sua vida. A realização deste trabalho, e todos os aspectos abordados no questionário nos incitam a manter a postura de aprendizes e principalmente compartilhar o conhecimento adquirido, nos incentivando como profissionais da saúde estar trabalhando nessa luta contra as drogas.

Palavras-chave: Família e o uso de drogas; Usuários de drogas; Drogas
IC - Iniciação Científica (trabalho de graduação).

FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade

A CASCA OU O MIOLO DO PÃO: UM ESTUDO SOBRE RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO CASAMENTO. Lidia Natalia Dobrianskyj Weber e Antoniela Yara Marques da Silva* (Departamento de Psicologia, Núcleo de Análise do Comportamento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR)

Esta pesquisa teve por objetivo explorar e investigar alguns aspectos relevantes em casais com suas interações familiares, conjugais atuais e possíveis relações entre as diversas variáveis de estilos parentais, assertividade, satisfação conjugal e comunicação. Ao todo, 157 participantes responderam questionários com escalas sobre assertividade, satisfação conjugal, problemas no relacionamento, dificuldades na comunicação, estilos parentais e ajustamento diádico. Os participantes eram casais que estivessem legalmente (ou não) casados que responderam os seguintes instrumentos: *Inventário Assertivo* (Alberti & Emmons, 1983), *Escala de Satisfação conjugal* (Dela Coleta, 1989), *Escala de Problemas no Relacionamento* (Beck, 1995), *Escala sobre Dificuldades no Estilo de Comunicação* (Beck, 1995), *Escala de Estilos Parentais* (Lamborn & cols., 1991) e *Escala de Ajustamento Diádico* (Spanier, 1976). Os principais resultados referentes aos estilos parentais mostram que os casais que percebem que seus pais foram exigentes ($r=0,20$, $p<0,05$) e responsivos ($r=0,19$, $p<0,05$) durante sua adolescência são os mais coesos em seu relacionamento conjugal; casais cujas respostas indicaram estilo negligente dos pais na adolescência foram os que obtiveram médias mais baixas na Escala de Ajustamento Diádico ($F=2,455$, $p<0,05$). Com relação às Habilidades Sociais, os principais resultados apontam que os participantes cujos pais foram negligentes são mais agressivos do que aqueles com pais permissivos ($F=3,669$, $p<0,05$); os participantes que eram pouco assertivos ($F=5,375$, $p<0,01$) ou agressivos ($F=5,485$, $p<0,01$) em seus relacionamentos mostram médias mais baixas na satisfação conjugal. No que tange à comunicação, os resultados apontam que quanto maior agressividade na relação conjugal, maior é a dificuldade na comunicação com o parceiro ($r=0,33$, $p<0,01$). Além disso, os participantes que relataram elevada satisfação conjugal mostram níveis mais baixos de dificuldade na comunicação conjugal, tanto em relação à comunicação interpessoal do casal ($F=11,852$, $p<0,01$) quanto aos aspectos que incomodam na relação ($F=14,797$, $p<0,01$). Com relação à satisfação conjugal, os participantes que indicam estilo negligente de seus pais (pai e mãe combinados) na juventude apresentam baixa satisfação conjugal e os que percebem seus pais como autoritativos apresentam elevada satisfação conjugal ($X^2=27,947$, $gl=6$, $p<0,01$). Os participantes mais ajustados em seu relacionamento conjugal ($X^2=54,752$, $gl=2$, $p<0,01$) também foram aqueles que apresentaram elevada satisfação conjugal. Esses resultados mostram várias facetas do relacionamento conjugal, levantam várias perguntas a ainda serem respondidas, bem como enfocam a importância de serem feitos ainda mais estudos sobre o tema para que sejam possíveis estratégias de otimização em relação ao relacionamento conjugal.

Apoio: CNPq, Bolsa PIBIC

Palavras-chave: casamento, comunicação, estilos parentais

Iniciação Científica (IC)

FAMI Psicologia da Família e da Comunidade

ESTILOS E PRÁTICAS PARENTAIS PERCEBIDOS POR DEPENDENTES QUÍMICOS E FATORES PSICOSSOCIAIS RELACIONADOS AO ABUSO DE DROGAS. *Gesicléia Fernanda de Lima, Lidia Natalia Dobrianskyj Weber e Cristina Lopes Pereira** (Núcleo de Análise do Comportamento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR).*

Um dos fenômenos atuais que tem suscitado grande preocupação na sociedade é o consumo de drogas. O crescente número de usuários e as conseqüências negativas que as drogas acarretam, tanto para quem utiliza quanto para a sociedade, fizeram com que o seu uso passasse a ser considerado um problema de saúde pública. Diversos estudos têm sido realizados para investigar os fatores de risco e proteção para o consumo de drogas. Dentre uma série de fatores apontados pelas pesquisas, a família apresenta-se como um dos principais, uma vez que sendo uma das fontes primárias de socialização do indivíduo, contribui tanto para a aprendizagem de comportamentos socialmente adequados quanto a de comportamentos inadequados, entre estes a utilização de drogas. Considerando a importância das interações familiares, este estudo investigou os estilos e as práticas parentais percebidos por indivíduos em tratamento para dependência química e a sua relação entre variáveis sociodemográficas e psicossociais com o abuso de drogas. Fizeram parte desta pesquisa 67 adultos (59 homens e 8 mulheres) em tratamento para dependência química, com idades entre os 19 e 74 anos. A seleção da amostra foi realizada por conveniência por meio de contatos com clínicas de tratamento. Os dados dos participantes foram coletados em comunidades terapêuticas situadas em Curitiba e Região Metropolitana. Os participantes responderam as Escalas de Qualidade na Interação Familiar, as Escalas de Exigência e Responsividade, a Escala de Resiliência, a Escala de Autoestima, a Escala de Violência Psicológica e um questionário elaborado especialmente para a pesquisa. Por meio dos dados obtidos, foi possível constatar que as primeiras drogas utilizadas pela maioria dos participantes foram o álcool (31%) e o tabaco (33%) e o primeiro consumo ocorreu entre 14 e 17 anos (46%) na companhia de amigos (52%). Referente aos estilos parentais, a maioria das mães (40,7%) e dos pais (59,4%) foi percebida com estilo negligente pelos participantes. Quanto às práticas educativas parentais, destacou-se a percepção dos filhos de baixa monitoria e colocação de regras e alta comunicação negativa (abuso verbal) por parte dos pais. Ao investigar a relação entre práticas educativas e realização de tratamentos para dependência química, constatou-se que os participantes que estavam realizando o primeiro tratamento relataram maior envolvimento do pai ($t=2,444$; $p<0,05$) quando comparados aos participantes que realizaram outras intervenções terapêuticas para o abuso de drogas. Em relação ao consumo de drogas por familiares, os resultados mostraram que quando o participante relatou consumo de drogas pelos pais também havia um relacionamento conjugal mais conflituoso e uma tendência de autoestima mais baixa no filho. A partir dos dados desta pesquisa, pode-se ressaltar a importância de programas de intervenção junto aos pais, os quais representam uma das influências mais significativas para o engajamento – ou não - dos filhos com as drogas, sendo a monitoria e a supervisão parental, além da qualidade da comunicação entre pai e filho, fatores relevantes para a prevenção de comportamentos de risco.

Palavras chave: Práticas educativas parentais, Família, Dependência Química.

Pesquisador – P

FAMI

PRETENDENTES À ADOÇÃO: CARACTERÍSTICAS, PERFIL E BEM-ESTAR PSICOLÓGICO. Lidia Natalia Dobrianskyj Weber e Cristina Lopes Pereira**
(Núcleo de Análise do Comportamento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR)

Esta pesquisa teve como objetivos realizar um levantamento do perfil das crianças desejadas por pessoas interessadas em adotar e investigar a relação entre bem-estar psicológico e parentalidade em pretendentes à adoção. Para a composição da amostra foi realizada uma amostragem de conveniência, constituída por 150 participantes, contactados por meio do curso para pretendentes à adoção da Vara da Infância e Juventude de Curitiba e de comunidades sobre adoção no site de relacionamentos *Orkut*. Os participantes responderam as escalas de Satisfação com a Vida, Satisfação Conjugal e Autoestima. A análise dos dados foi realizada por meio do programa de estatística SPSS (*Statistical Package for the Social Science*). A análise dos resultados apontou que os pretendentes à adoção desta amostra relatam que não possuem preferência quanto à cor de pele (40,0%) e ao gênero do futuro filho (52,0%), mas desejam adotar crianças com no máximo três anos (24,0%) e aceitam aquelas que apresentarem doenças leves ou tratáveis (42,0%). Constatou-se a influência de algumas variáveis no perfil requerido pelos adotantes. Há uma maior indiferença quanto ao sexo da criança entre participantes sem filhos ($X^2=14,286$; $gl=1$; $p<0,001$) e casados ($X^2=4,248$; $gl=1$; $p<0,05$); há menos participantes que desejam somente a adoção de crianças saudáveis entre os protestantes ($X^2=10,413$; $gl=8$; $p>0,05$) e maior tolerância em relação às adoções inter-étnicas ($X^2=12,698$; $gl=2$; $p<0,05$) e tardias ($X^2=10,005$; $gl=5$; $p>0,05$) entre os adotantes com menor escolaridade. A investigação entre as variáveis de bem-estar psicológico e parentalidade indicou algumas diferenças apenas entre as mulheres e em relação com a satisfação com a vida e satisfação conjugal. As mulheres que não tiveram filhos genéticos, seja por infertilidade ($t=-2,353$; $p<0,05$) ou por terem postergado a maternidade ($t=2,485$; $p<0,05$), apresentaram menor satisfação com a vida quando comparadas às adotantes que tem filhos genéticos. Por outro lado, os dados evidenciaram que as mulheres que optaram por não terem filhos genéticos estão mais satisfeitas em seu casamento do que as participantes que tiveram filhos genéticos ($U=35,000$; $p<0,05$) ou aquelas que não puderam tê-los por infertilidade ($U=86,500$; $p<0,05$). Não foi encontrada nenhuma relação estatisticamente significativa entre autoestima e parentalidade nem para homens ou mulheres. Os dados obtidos nesta pesquisa são importantes por permitirem uma percepção maior das variáveis associadas à escolha dos adotantes quanto ao perfil da criança. Além do mais, possibilitam a discussão da relação entre bem-estar e parentalidade genética, indicando fatores úteis para a compreensão de características comportamentais de pretendentes à adoção e sua percepção sobre a vida, o que permite traçar estratégias de prevenção e discussão em cursos de preparação de adotantes.

Apoio: Pibic/CNPq e Capes

Palavras-chave: Adoção, Pretendentes à adoção, Bem-estar psicológico.

Nível do trabalho: Outro

Código da área: FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade

ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: TRAJETÓRIAS E PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO. *Renata Martins Ferrari**, *Marina Rezende Bazon (Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial – GEPDIP, Faculdade de Filosofia Ciência e Letras de Ribeirão Preto, Departamento de Psicologia e Educação, Universidade de São Paulo).*

Pesquisas indicam a forte associação entre problemas escolares/acadêmicos e “delinquência juvenil”. O modo como a escolarização de adolescentes em conflito com a Lei se dá é, contudo, pouco investigado. A presente pesquisa tem por objetivo descrever a trajetória de escolarização de adolescentes em conflito com a lei, buscando-se compreender o processo e como as vivências escolares podem ter contribuído para a construção do envolvimento infracional. Para o estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa e o referencial do Interacionismo Simbólico, o qual enfatiza a importância, para o processo de socialização, da tomada de perspectiva do outro, em função da qual o indivíduo vai se tornando, em parte, aquilo que ele pensa que o outro pensa dele. Os dados são coletados por meio de entrevistas realizadas com os próprios adolescentes, seus responsáveis e com agentes dos estabelecimentos educacionais pelos quais passaram. Informações complementares são coletadas por análise de documentos escolares. Até o momento, procedeu-se à investigação concernindo quatro adolescentes, recrutados em um Programa de Semi-Liberdade. Todos cumpriam a medida por roubo. Os dados referentes a cada um dos adolescentes são tratados por análise de conteúdo e, em seguida, cruzados e sintetizados num corpo único. Tal procedimento permite, num primeiro momento, a descrição da trajetória de escolarização, pautada em fatos e/ou eventos escolares/pára-escolares, e, num segundo momento, privilegiando-se a percepção do adolescente, a apreensão dos processos subjetivos em função dos quais a trajetória é descrita. Um terceiro consiste em comparar os resultados para cada um dos adolescentes, no sentido de encontrar semelhanças e diferenças nas trajetórias e nos processos. Preliminarmente, os resultados indicam trajetórias marcadas pela passagem/frequência de muitos estabelecimentos educacionais (quatro, sete, oito e dez, respectivamente, desde a creche até sua última escola indicada), e por períodos mais ou menos longos de afastamento escolar/evasão, reprovações/expulsões e conseqüente defasagem idade/série escolar. Quanto aos processos subjetivos, depreendem-se pontos relevantes na percepção que os adolescentes têm de sua escolarização e de como são percebidos, ressaltando-se a verificação de dois momentos, passado e presente. Um dos adolescentes se percebe e é percebido como bom aluno por não dar “problema de comportamento”, pois era muito “quieto”, embora nada aprendesse, sendo que no presente a quietude passa a explicar o envolvimento infracional, como se fosse um indicador de carências e problemas familiares. Os demais adolescentes se caracterizam como alunos que “não eram quietos” e, portanto, maus alunos, independentemente de suas capacidades para a aprendizagem. O fato de no presente tais adolescentes serem “oficialmente reconhecidos como infratores”, para os profissionais da escola, comprova a “profecia do passado”. Para todos os adolescentes, para os seus responsáveis e para os agentes escolares as causas do envolvimento infracional está na família e/ou na má influência de colegas, eximindo a escola de qualquer responsabilidade, até porque “eles teriam abandonado os estudos” (sem remeter em questão o peso desse aspecto para o fenômeno da delinquência). O presente estudo deve ter continuidade, ampliando-se a amostra e aprofundando-se as análises, com vistas à consolidação e aperfeiçoamento dos achados acima indicados.

(FAPESP)

Palavras-chave: Delinquência Juvenil; Escola; Interacionismo Simbólico

IC (trabalho de graduação)

FAMI

ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DA ÁREA DE EDUCAÇÃO FRENTE AOS MAUS-TRATOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONCEPÇÕES E FORMAÇÃO. *Denise Bachega* e Rachel de Faria Brino (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).*

Apesar da seriedade de suas consequências e da frequência estimada da ocorrência dos casos de maus tratos contra crianças e adolescente, as informações e ações concretas a esse respeito são precárias. As principais causas de subnotificação, por profissionais da área de educação, apontadas pela literatura são: formação profissional inadequada e despreparo quanto à identificação da violência; possíveis transtornos legais advindos da notificação; desejo, ou tentativa, de impedir a notificação por parte da família; questões estruturais como a não existência de Conselho Tutelar em determinados municípios brasileiros, e a cultura familiar. Para que as ações de prevenção e combate aos maus tratos infantis sejam realmente efetivas, é fundamental que os profissionais presentes em escolas sejam devidamente preparados, não apenas na identificação dos sinais que sugerem a ocorrência desses casos, mas também quanto aos encaminhamentos legais. Em vista disso, o presente estudo avaliou a formação de 16 estudantes do último ano de graduação dos cursos de Pedagogia e Letras de uma universidade do interior de São Paulo, em relação a suas responsabilidades legais frente à questão dos maus tratos contra a criança e o adolescente com que possam se deparar no seu cotidiano de trabalho. Para tanto, foram utilizados três questionários, sendo um sobre a formação recebida acerca dos maus tratos infantil e de adolescentes, um sobre conceitos e ações relacionados ao tema e o último de avaliação sobre a formação recebida durante a graduação. Os resultados indicam que há divergências entre os relatos dos alunos de uma mesma turma sobre a formação recebida acerca dos cinco tópicos relacionados aos maus tratos de crianças e adolescente investigados no questionário 1, tanto para o curso de pedagogia como para o curso de letras. Todos os participantes do curso de letras e 66,6% dos participantes do curso de pedagogia relataram que, a partir da formação recebida, não se consideram capacitados para agir em situação que envolva violência contra criança. Apenas um participante do curso de pedagogia considerou como satisfatória a formação recebida sobre o tópico “Encaminhamento e funcionamento da Rede de Proteção a Criança”. Quanto ao curso de letras, apenas um participante considerou como satisfatória a formação recebida quanto ao tópico “obrigatoriedade de notificação” e dois participantes consideraram como satisfatória a formação recebida em relação ao tópico “artigos presentes no ECA acerca dos maus-tratos contra crianças e adolescentes”. Em relação aos demais tópicos desses participantes, bem como a todos os tópicos dos demais participantes desses cursos foi respondido que eles não receberam nenhuma formação (30,1% do curso de Pedagogia e 63,3% do curso de Letras) ou que consideram a formação recebida como superficial (63,7% para o curso de Pedagogia e 26,7% para o curso de Letras). Assim, os resultados do estudo parecem corroborar os dados encontrados na literatura quanto a formação insuficiente recebida pelos profissionais de educação frente a casos supostos de violência contra a criança e o adolescente.

Palavras-chave: maus-tratos, formação, estudantes de graduação, área da educação.

IC – Iniciação Científica

FAMI – Psicologia da Família e da Comunidade

PRÁTICAS EDUCATIVAS NA INFÂNCIA. *Lidia Natalia Dobrianskyj Weber e Liliane da Costa D'Ambrós** (Núcleo de Análise do Comportamento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR).

As estratégias de socialização de crianças é um tema relevante das pesquisas internacionais atuais, especialmente em relação às técnicas coercitivas utilizadas pelos pais. Seu uso recorrente deve-se principalmente a sua aparente eficácia, uma vez que diante de um estímulo aversivo é mais provável que a criança torne-se obediente. Porém, as conseqüências a longo prazo de uma educação baseada na coerção são preocupantes. Com base nisso, alguns países já possuem leis que proíbem a utilização da punição corporal como prática educativa. O objetivo deste trabalho foi observar a prevalência de estratégias disciplinares coercitivas no repertório comportamental dos pais, por meio do relato retrospectivo de universitários de diferentes cursos. Responderam a um questionário dividido em cinco seções, 308 estudantes universitários da cidade de Curitiba, selecionados ao acaso, de ambos os sexos e com idade entre dezesseis e 30 anos. A maioria dos participantes relatou que já recebera palmadas, tapetes e tapas da mãe (73,7%) e do pai (63,6%), mas somente 2% dos estudantes acreditam que a utilização desta técnica sempre é correta. Uma porcentagem considerável dos participantes já apanhou com objetos como raquete, cinto ou escova de cabelo (42,8% da mãe e 36,5% do pai). O cruzamento dos dados e a análise estatística revelaram que quanto mais os pais utilizam técnicas coercitivas, menos os filhos crêem que estas técnicas são eficazes ($r = -0,2$, $p < 0,05$), o que comprova seu caráter aversivo. Foi encontrada maior frequência de disciplina justa (na opinião dos participantes) quando os pais são casados ($X^2 = 55,9$, $gl = 20$, $p < 0,05$), sendo a mãe mais responsável pela educação do que o pai, e de disciplina muito solta quando o namorado da mãe faz o papel do pai ($X^2 = 41,6$, $gl = 20$, $p < 0,05$). Não foi encontrada diferença significativa entre pais biológicos e adotivos no que se refere à utilização de técnicas coercitivas ($T = 1,8$, $p > 0,05$) e punição corporal ($T = 1,9$, $p > 0,05$). Foi verificada maior frequência de utilização de técnicas coercitivas na educação dos filhos nas famílias orientais, que já têm um histórico de disciplina rígida ($F = 5,6$, $p < 0,01$). A renda familiar e o grau de educação da mãe e do pai não interferem na frequência de utilização de técnicas coercitivas ($F = 0,93$, $p > 0,05$ e $F = 1,6$, $p > 0,05$), o que indica que o modo como se educa não depende das condições sócio-econômicas. Uma vez que foi utilizado o relato retrospectivo de estudantes com idade média de 21 anos, conclui-se que a utilização destas práticas coercitivas era comum entre as famílias há 10 anos. As mães tendiam a utilizá-las mais frequentemente do que os pais e os filhos que foram educados de tal maneira não acreditam que sejam eficazes. As implicações do uso de técnicas coercitivas e de punição corporal foram discutidas.

Apoio Financeiro: Fundação Araucária.

Palavras-chave: práticas parentais, punição corporal, técnicas coercitivas.

Iniciação Científica (IC)

FAMI

A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NA AQUISIÇÃO DE MODELOS AGRESSIVOS PELAS CRIANÇAS. *Eraldo Carlos Batista**, *Benedito Alves de Oliveira** e *Simone Lia Pires* (Departamento de Psicologia da Faculdade de Rolim de Moura (FAROL) – Rolim de Moura – RO).

Por ser o primeiro sistema no qual o indivíduo interage, a família consiste num microsistema onde cada membro tem uma posição e um papel socialmente definido, que reflete sua organização estrutural e funcional (Gomes *et al.* 2007). Desse modo, podemos entender que a família é responsável pela sobrevivência física e psíquica da criança, porém, nem sempre essa imagem de proteção cumpre sua função. O interior da família, lugar mitificado em sua função de cuidado e proteção, pode ser palco de muitas violências. A violência familiar é um problema social grave que atinge toda a população e precisa ser estudada sob múltiplos enfoques. Para alguns pesquisadores é possível inferir que as várias modalidades de violência ocorridas no ambiente familiar podem ser responsáveis por grande parte dos atos violentos da criança. Ou seja, a violência no âmbito familiar tem sido associada com agressividade infantil e delinquência. A teoria social da aprendizagem (Bandura, 1973) é de grande importância para a compreensão da agressividade humana na medida em que focaliza o papel do ambiente social na aquisição, manutenção e modificação das respostas agressivas. De acordo com Azzi, Polydoro & Cols (2008), as principais fontes de estilos de comportamento agressivo na sociedade moderna são a agressão modelada e reforçada pela família, onde o sujeito: 1. Aprende um estilo de conduta agressivo; 2. Altera suas restrições sobre comportamento agressivo; 3. Torna-se insensível e habituado com a violência. Para o autor, a mera observação de modelos agressivos parece ser condição suficiente para produzir respostas imitativas de agressão. O objetivo dessa pesquisa foi investigar a correlação entre o comportamento agressivo da criança no espaço escolar e a violência familiar. A pesquisa foi realizada com doze alunos do quarto ano de uma escola da rede pública municipal de uma cidade do interior do Estado de Rondônia, que preencheram dois questionários contendo questões referentes à percepção da criança frente ao suporte familiar recebido e às práticas educativas paterno-maternas. Os resultados apontaram para uma forte associação entre a dinâmica do funcionamento familiar e o comportamento desviante dessas crianças. Verificou-se que a maioria das crianças convive em famílias as quais se encontram na zona de estilo parental de risco e mantém relacionamento conflituoso entre seus membros. Portanto, confirma-se a hipótese proposta, de que o núcleo familiar no qual essas crianças estão inseridas, configura-se enquanto espaço de geração de comportamentos anti-sociais e modelos agressivos para as mesmas.

Apoio financeiro: Faculdade de Rolim de Moura - FAROL

Palavras-chave: família; criança; comportamento agressivo.

Nível do Trabalho: IC

Área da pesquisa: FAMI

ESTILOS PARENTAIS: COMPARAÇÃO ENTRE FAMÍLIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM E SEM ALTAS HABILIDADES. *Ana Paula Viezzer Salvador, Prof^a Dr^a Lidia N. D. Weber, Franciny Sombrio*, Maria Luíza Melo Machado*, Pollyanna Carolina de Azevedo Hamilton Pierdoná*, Priscila Lopes Albuquerque* (Núcleo de Análise do Comportamento do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR) e Paula Sakaguti (Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR).*

O desenvolvimento da criança e do adolescente está intimamente ligado aos contextos familiar e escolar. É na relação com os pais que a criança encontra o suporte para lidar com as demandas escolares, pois são eles que transmitem as primeiras informações e interpretações sobre o mundo. Dentro desse contexto, o objetivo dessa pesquisa foi o de comparar estilos parentais de crianças/adolescentes que possuem altas habilidades com crianças/adolescentes que não possuem altas habilidades. Para tal objetivo foi utilizada uma amostra de 48 crianças e adolescentes de instituições públicas de ensino da região de Curitiba-PR, com idade entre 9 e 18 anos. Ressalta-se que essa amostra foi dividida em dois grupos de igual número, sendo 24 participantes com altas habilidades de uma instituição (alunos que frequentam sala de recursos) e 24 participantes sem altas habilidades de outra instituição. Os instrumentos utilizados foram: Escala de Estilos Parentais (Escala de Exigência e Responsividade) e Escala de Ansiedade para Adolescentes. Os questionários foram aplicados coletivamente com a devida autorização das instituições. Os dados foram analisados quantitativamente através de testes estatísticos (Teste t de Student e Qui-quadrado). Verificou-se que, ao comparar os dois grupos, a variável ansiedade apresentou-se com média mais alta para aqueles sem altas habilidades ($t = -3,911$; $p < 0,05$). Quanto às análises dos estilos parentais e suas duas dimensões (exigência e responsividade), observou-se que a exigência do pai apresentou-se com média maior para o grupo com altas habilidades ($t = 2,117$; $p < 0,05$). Vale pontuar que a responsividade do pai e a exigência e responsividade da mãe não apresentaram diferenças significativas entre os grupos ($p > 0,05$). Com relação a análise dos estilos parentais, o teste qui-quadrado não apontou diferenças significativas ($p > 0,05$), entretanto, foi possível observar algumas porcentagens interessantes. Em relação ao estilo parental do pai, observou-se que entre os alunos que apresentam altas habilidades a porcentagem foi de: 34,8% com pai participativo; 30,4% com pai negligente; 17,4% com pai autoritário; e 17,4% com pai permissivo. Entre os alunos que não apresentam altas habilidades, a porcentagem foi de: 45,8% com pai negligente; 29,2% com pai participativo; 16,7% com pai permissivo; e 8,3% com pai autoritário. Em relação ao estilo parental da mãe, observou-se que entre os alunos que apresentam altas habilidades a porcentagem foi de: 29,2% com mãe negligente; 25,0% com mãe participativa; 25,5% com mãe autoritária; e 20,8% com mãe permissiva. Entre os alunos que não apresentam altas habilidades, a porcentagem foi de: 52,2% com mãe negligente; 34,8% com mãe participativa; 8,7% com mãe permissiva; e 4,3% com mãe autoritária. A pesquisa demonstrou certa diferença entre os grupos analisados, porém vale lembrar que a amostra coletada é relativamente pequena. Portanto, pretende-se coletar mais dados com o intuito de enriquecer ainda mais o trabalho proposto. Ressalta-se também a importância de estudos nesta área, visto que a interação familiar tem extrema importância para o desenvolvimento de um repertório comportamental adequado dos filhos.

Palavras-chave: estilos parentais; práticas parentais; altas habilidades.

Outro (graduação)

FAMI

A RELAÇÃO ENTRE ESTILOS PARENTAIS E O DESEMPENHO ACADÊMICO DE ADOLESCENTES. *Ana Paula Viezzer Salvador, Prof^a Dr^a Lidia N. D. Weber, Chanary Procek*, Cristiani Aparecida da Silva*, Eduardo de Almeida Silva* (Núcleo de Análise do Comportamento do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR).*

As práticas educativas parentais representam um importante fator para o desenvolvimento e aprimoramento de habilidades da criança necessárias tanto ao ambiente escolar quanto ao relacionamento social. Considerando a importância das interações familiares, pesquisadores têm estudado cada vez mais as práticas e estilos parentais (autoritativo, permissivo, autoritário e negligente) como também a influência de cada estilo no desenvolvimento social e escolar dos filhos. O objetivo do presente estudo foi o de verificar a relação entre estilos parentais e o desempenho escolar de adolescentes em duas disciplinas específicas (matemática e português). A pesquisa foi realizada com 236 participantes de escolas públicas de Curitiba, de turmas de 6^a e 7^a séries. O método utilizado foi a aplicação de um questionário composto por uma escala (Estilos Parentais - Escalas de Exigência e Responsividade), e por perguntas sobre o desempenho acadêmico, nas quais o aluno deveria responder se suas notas bimestrais em matemática e português estavam acima ou abaixo da média. Os resultados obtidos foram analisados estatisticamente através do Teste *t* de Student e do Qui-Quadrado. Verificou-se uma relação significativa ($p < 0,05$) entre o desempenho em matemática e português e as dimensões de exigência do pai ($t = -2,667$ e $t = 0,569$) e de exigência da mãe ($t = -2,839$ e $t = -2,426$), sendo que os alunos com notas escolares acima da média relataram ter pais com maior nível de exigência. Verificou-se também relação significativa ($p < 0,05$) entre o desempenho em matemática e a dimensão de responsividade da mãe ($t = -2,927$), sendo que os alunos com notas escolares em matemática acima da média relataram ter mães com maior nível de responsividade. Quando analisada a classificação dos quatro estilos parentais, observou-se que entre os alunos com notas de matemática abaixo da média, 54,7% eram filhos de pais negligentes, 18,9% filhos de pais permissivos, 15,1% filhos de pais autoritativos e 11,3% filhos de pais autoritários. Quanto aos alunos com notas de português abaixo da média, observou-se que 48% eram filhos de pais negligentes, 24% filhos de pais autoritativos, 22% filhos de pais permissivos e 6% filhos de pais autoritários. Ao analisar os alunos com médias escolares acima da média em matemática e português, observou-se que a maioria eram filhos de pais autoritativos (40,5% e 36,7%). Pôde-se concluir que os estilos parentais, assim como as dimensões que o compõem, especialmente a exigência, estão relacionados com o desempenho acadêmico dos filhos, confirmando que a família pode exercer forte influência no desenvolvimento de habilidades necessárias diante do contexto escolar.

Palavras-chave: estilos parentais; práticas parentais; desempenho acadêmico.
Outro (graduação)

FAMI

CONTEXTO DE VIDA DE JOVENS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO. *Luana Isabelle Cabral dos Santos**, *Andressa Maia de Oliveira** e *Ilana Lemos de Paiva* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN)

A situação de desigualdades sociais gera uma série de conseqüências na sociedade brasileira. Tal fato se agrava quando se constata a ausência de políticas públicas que sejam capazes de atuar minimamente nesse “vácuo”, isto é, não há ações e estratégias que consigam dar conta de uma parcela considerável da população que não possui condições básicas de existência, que não tem seus direitos respeitados e que, muitas vezes, é vista como responsável e culpabilizada pela situação em que se encontra. Esta pesquisa tem por objetivo mapear os contextos de vida no qual os jovens, vítimas de homicídios, estavam inseridos. Para tanto, foram realizadas entrevistas com os familiares de sete jovens vítimas de homicídio, atendidos pela CODEM (Coordenadoria de Direitos Humanos e Defesa das Minorias) de Natal-RN. As entrevistas eram compostas por questões amplas, porém direcionadas, que tinham como objetivo apreender o contexto de vida desses jovens; a opinião dos familiares acerca de questões relacionadas à violência (basicamente, o que eles entendiam por violência e como a vivenciavam no cotidiano dos bairros); e o acesso ou não a políticas públicas. Os sete jovens mortos, que compuseram o presente estudo, tinham idade que variava entre 15 e 23 anos; cinco eram do sexo masculino e dois do sexo feminino. Os dois que possuíam união estável e filhos eram homens, os demais eram solteiros. No que se refere à escolaridade, três possuíam ensino fundamental incompleto; dois, ensino médio incompleto; um, ensino fundamental completo e um, não foi informado. Cinco deles moravam em bairros com altos índices de violência (Nossa Senhora da Apresentação – Zona Norte; Bom Pastor e Cidade da Esperança – Zona Oeste e Rocas e Santos Reis – Zona Leste) e que apresentam pouca assistência social, ou seja, locais com policiamento, serviços de saúde e educação precários. No que se refere aos homicídios, cinco foram mortos por arma de fogo, um foi vítima de espaçamento e um foi morto em virtude de asfixia, seguido de violência sexual. Com relação à questão da violência, as respostas dos familiares giraram em torno da atribuição de fatores que podem levar à violência, ao invés da elaboração de um conceito de violência propriamente dito. Além disso, observa-se que muitos relacionam a violência a fatores externos, como presença de drogas nos bairros (uso e/ou tráfico), precariedade dos equipamentos públicos, ausência de segurança, entre outros. Com isso, é possível refletir que há uma questão de base que perpassa toda essa discussão e análise do contexto de vida desses jovens que estão morrendo, vítimas de homicídio, que é a própria condição juvenil reforçada por uma organização e reprodução da sociedade que define quem pode ou não viver. Nesse sentido, tal estudo reflete, também, sobre a importância de mais ações e intervenções que tenham o jovem como foco e que busquem uma atuação articulando as várias instituições nas quais os jovens se inserem, como a família, a escola e a comunidade.

Apoio financeiro e bolsas concedidas: CNPq.

Políticas Públicas; homicídio juvenil; juventude

IC

FAMI

GRUPO DE GESTANTES: APORTES DA TEORIA PSICODRAMÁTICA. *Livia Caetano da Silva Leão** (Mestranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS), Caroline Gonçalves Carneiro da Silva** (Psicóloga Residente do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG) e Fabiane Daniela Barboni (Mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Psicodramatista pelo Instituto de Psicodrama de Ribeirão Preto, SP, Terapeuta Familiar pela Escola de Sociodrama Familiar Sistêmico, SP, Docente e Supervisora de Estágios pela Universidade de Ribeirão Preto, SP).*

A gravidez é um período marcado por conflitos, angústias e ambivalências em relação ao bebê que se espera e às modificações inerentes desta fase. Esses sentimentos contraditórios são comuns entre as gestantes, e acabam causando culpa e desconforto emocional. Cada mulher vivencia e elabora essas emoções de acordo com seus recursos internos e sua rede de apoio social. Assim, uma das possibilidades vislumbradas no trabalho com gestantes é o grupo psicoterapêutico em Psicodrama. Esta modalidade de intervenção proporciona um espaço para o autoconhecimento das gestantes, a expressão de sentimentos e vivências, a troca de experiências e informações, o resgate da espontaneidade criativa e a recuperação de condições mais saudáveis para o inter-relacionamento e para lidar com aspectos insatisfatórios e inconscientemente conflitantes. O objetivo desta intervenção foi a realização de um grupo de gestantes, com fins psicoterapêuticos, na abordagem psicodramática. Participaram 37 gestantes, com idades entre 15 e 39 anos, cuja frequência aos encontros variou ao longo do grupo, sendo este caracterizado como aberto. Os encontros ocorreram na instituição onde as gestantes estavam inscritas, em um bairro periférico da cidade de Ribeirão Preto, SP. Foram realizadas 11 sessões de aproximadamente 90 minutos cada, coordenadas por duas estagiárias em psicoterapia de grupo, nas quais se trabalhou questões emergentes e relativas ao período grávido puerperal, além de outras trazidas por elas. Utilizou-se diferentes tipos de materiais (cartolinas, canetinhas, guache) e objetos (mamadeira, chupeta, fralda etc) na fase de aquecimento da sessão, e como subsídio para dinâmicas de grupo e jogos dramáticos. A adesão das gestantes ao grupo mostrou-se significativa, uma vez que se observou integração grupal e vínculo com as coordenadoras do grupo. No trabalho grupal destacaram-se aspectos como a aceitação da gravidez, que foi relativa para cada gestante, independente do tempo de gestação; os desejos e fantasias em relação ao sexo do bebê; renúncia de algumas questões próprias para cuidar do filho esperado; medos, inseguranças e dúvidas em relação ao parto e à capacidade de cuidar do bebê. No espaço proporcionado às gestantes foi possível acolher as angústias das participantes e repensar, em conjunto, estratégias e soluções para conflitos comuns à gravidez. Estes foram exemplificados por dificuldades de relacionamento com o companheiro, ambivalência em relação à gestação e ao bebê esperado, além da necessidade em buscar apoio junto à rede social da qual participavam. As participantes trouxeram a questão da rejeição ao bebê como danosa ao mesmo, além da dificuldade em assumir o papel de mãe. Concluiu-se que este grupo foi válido por favorecer a expressão das angústias, compartilhamento e elaboração de vivências e conflitos entre as gestantes neste momento de transição. As intervenções grupais possibilitaram o amadurecimento das participantes, que puderam criar um espaço para incluir seu bebê na família. Além disso, constatou-se que o processo de tornar-se mãe é construído ao longo da gestação, e que pode ser auxiliado pelas intervenções psicoterapêuticas grupais. Destacou-se a relevância em atentar para a demanda do grupo, o que exigiu criatividade e sensibilidade das estagiárias.

Palavras-chave: grupo de gestantes; maternidade; Psicodrama.

Outro

FAMI

PAIS E FILHOS: UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DA SEXUALIDADE.
*Narjara dos Santos**, *Priscila Maristela Teodoro** e *Márcia Aparecida Miranda de Oliveira*** (Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC).

A sexualidade é fundamental para o ser humano, estando presente desde o início de nossas vidas e sendo um importante meio para se relacionar e se comunicar. Mas, ainda hoje, é vista como um tema restrito e vivenciada como um dilema. É também um tema que causa polêmica, especialmente porque envolve aspectos morais, éticos e culturais. A partir desses aspectos, identificou-se a necessidade desta pesquisa, que teve como objetivo analisar a percepção dos pais sobre a sexualidade dos filhos adolescentes e a percepção dos filhos sobre a sexualidade dos pais, sendo posteriormente realizada uma análise sob uma perspectiva de gênero. Os participantes da pesquisa foram 12 pessoas, sendo quatro famílias, das quais duas famílias, com uma filha adolescente e seus respectivos pais e duas famílias, com um filho adolescente e seus respectivos pais. As idades dos adolescentes se encontram entre 14 e 17 anos, por ser considerada a fase onde o elemento central são as questões relacionadas à sexualidade. Esta investigação foi proposta através do método qualitativo. Para isto foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas, as quais foram analisadas através da Análise de Conteúdo, onde primeiramente foi realizada a organização e leitura do material coletado. Em seguida o material foi categorizado em três categorias e duas subcategorias. Por último foi realizada a análise das categorias de acordo com a literatura pesquisada. Através desta pesquisa foi possível perceber que os pais estão abertos para conversarem com os adolescentes sobre o tema sexualidade, porém pode-se notar, também, que eles a percebem mais como o ato sexual, assim como os adolescentes que trouxeram em suas falas sobre a sexualidade dos pais, a questão do sexo, muito mais que outros aspectos relacionados à sexualidade. Porém, mesmo com a questão 'sexo' freqüente nas respostas dos adolescentes, se identificou, entre eles, uma percepção acerca da sexualidade de seus pais referente à questão de maturidade, prazer e amor, aspectos esses positivos, uma vez que não se limitaram apenas ao sexo. Os pais indicaram em suas falas preocupações acerca da identidade sexual de seus filhos, na questão dos papéis sexuais que estes desempenham, mostrando suas expectativas em relação à estes. Sob uma perspectiva de gênero, observou-se que os pais (homens) se mostraram muito mais à vontade em falar sobre o assunto do que as mães, assim como demonstraram também uma maior percepção em relação ao desenvolvimento da sexualidade dos adolescentes. Porém no que diz respeito as questões referentes a relações de gênero, esta pesquisa não conseguiu explorar devidamente.

Palavras-chaves: Sexualidade humana, percepção, relações familiares.

IC

FAMI

VIOLÊNCIA E ÁLCOOL: COMPREENDENDO SEUS EFEITOS NA SAÚDE DA FAMÍLIA. *Aline Vilhena Lisboa* (Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Psicossomática-NUIPSO da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG), *Nádia Delgado Paiva*** (pesquisadora colaboradora do NUIPSO/UFJF), *Fernanda Anselmo Bassoli**, *Juliana Dornelas da Silva**, *Géssica Castellani Andrade** e *Rosiane Silveira Silva** (alunas de graduação do curso de Psicologia da UFJF)

O presente trabalho é resultado de pesquisa desenvolvida com famílias da estratégia de saúde de uma unidade básica no interior de Minas Gerais, durante dois anos. O objetivo da pesquisa foi de compreender o processo de adoecimento na família, a partir da relação psicodinâmica e de histórias significativas através das gerações. Trabalhamos os conceitos de família, transmissão geracional, saúde, violência e álcool. Acreditamos que a família representa a primeira referência identitária do sujeito e espaço de promoção de saúde. Em muitos contextos familiares estão incluídos a violência e o álcool, afetando toda a sua dinâmica. Do ponto de vista psíquico e social, respectivamente, a violência é considerada uma descontinuidade entre amor e raiva/ódio, uma impossibilidade do sujeito de se inscrever na ordem do humano e uma imposição de força numa relação. A violência física e/ou psicológica acontece, geralmente, num cenário onde há um alcoolista. Esta situação pode ser considerada grave fator de risco para a saúde e um elemento condicionante de adoecimentos para os membros, pois cada alcoolista afeta diretamente a vida de pelo menos quatro ou cinco pessoas. A pesquisa baseou-se em uma investigação qualitativa e quantitativa, com o uso da análise de conteúdo para a compreensão dos depoimentos gravados e transcritos. Foram avaliadas 11 famílias, cujas entrevistas ocorreram em domicílio durante um mês. Foram realizadas 4 entrevistas com perguntas semidirigidas e dirigidas. Em todas as famílias observamos que há registro de pelo menos um usuário de álcool na geração atual e/ou na anterior. A presença de violência física e/ou psicológica aparece em 63,5%, sendo que 82% dos casos de violência estavam relacionados ao uso de álcool. Em 55% desta amostra, a presença de álcool é mais forte na geração atual (filhos) e na anterior (pais). Isso significa que em 62% das famílias com usuário de álcool, a doença afeta diretamente a relação afetiva entre pais e filhos. A relação é carente de afeto, orientação e apoio psicológico. Destas famílias, 38%, a esposa é diretamente afetada com situações de violência e abandono, principalmente no período da gestação e de criação dos filhos. Os fatos mais significativos da história da família aconteciam na infância e na adolescência na presença do alcoolista. Constatamos outros problemas relacionados ao álcool e à violência: a) agravamento de doenças como hipertensão, diabetes e doenças cardíacas; b) convivência familiar sob tensão constante; c) rejeição parental; d) negligência nos cuidados dos filhos; e) relações conjugais conflituosas e consequências graves nas relações com os filhos e f) uso de álcool durante gestação e amamentação. Acreditamos que violência e álcool compreendem fatores condicionantes de adoecimento na família, pois fragilizam as relações afetivas e o desenvolvimento de alguns membros. As histórias geracionais são marcadas por fatos violentos, que comprometem a saúde das gerações futuras. Esta pesquisa contribui para melhor compreensão do trabalho do psicólogo na atenção básica com famílias. Pensamos que o acolhimento domiciliar e um diálogo mais amplo com os profissionais da estratégia podem influenciar na reavaliação de casos e redirecionamento de tratamentos.

Pesquisa financiada pela CAPES.

Palavras-chave: violência; saúde; família

Doutorado – D

Código: FAMI

Psicologia da Família e da Comunidade

PROCESSO DE LUTO DIANTE DA SEPARAÇÃO AMOROSA. *Juliane Roberta de Andrade** e *Ivânia Jann Luna*** (Curso de Psicologia, Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, SC)

A experiência emocional diante de uma separação amorosa é considerada, pela literatura, como uma vivência de luto, podendo ser identificada como uma morte em vida. Devido à escassa produção científica brasileira sobre este tema, foi realizada uma pesquisa cujo objetivo geral foi compreender o processo de luto diante da separação amorosa e como objetivos específicos procurou-se identificar a experiência emocional vivenciada diante da perda do parceiro, as características do relacionamento amoroso e o impacto nas relações familiares. Este estudo pode ser caracterizado como qualitativo com delineamento exploratório. Os sujeitos da pesquisa foram três homens e três mulheres, sendo que estes perderam seus parceiros amorosos no mínimo há um ano. O instrumento de coleta de dados foi a entrevista semi-estruturada. Foi realizada uma análise qualitativa categorial, por meio de cinco categorias, quais sejam: caracterização do vínculo afetivo; processo de separação; reações à perda; processo de elaboração do luto e impacto nas relações familiares. Os resultados obtidos apontam que diferentes significados foram atribuídos ao vínculo afetivo com o parceiro amoroso e o processo de separação ocorreu após brigas, mentiras e traições. Quanto às reações à perda, as mais citadas foram choque, entorpecimento e dificuldades de entender que a relação amorosa findou, sendo que, no processo de luto, observou-se, em dois dos entrevistados, a ambigüidade quanto ao que se perdeu, ou seja, perdeu-se o relacionamento amoroso, mas a relação com a pessoa ainda permanecia, devido à presença dos filhos. O tempo do luto variou para cada entrevistado, mas tanto a aprendizagem de novos papéis como o intenso sofrimento permearam a experiência de elaboração do luto. O impacto nas relações familiares foi de que a perda desencadeou um processo de luto da conjugalidade, dos ideais (casamento e/ou parceiros idealizados), da família sonhada, dos bens materiais, do *status* e da identidade. Observou-se a dificuldade de um entrevistado quanto a novos relacionamentos afetivos; o outro apontou que a perda possibilitou o resgate do *self* e da autonomia dentro da família; e para outro entrevistado a dificuldade foi perceber os novos vínculos familiares desenvolvido com o seu recasamento, ou seja, na sua visão a sua família era a anterior, nuclear e intacta. Concluiu-se que o processo de luto pela separação amorosa se fez acompanhar de sentimentos próprios, acompanhado pela reconstrução da rotina familiar e pela redistribuição das tarefas desempenhadas pela pessoa perdida. Embora vivenciando a mesma dor, foi possível analisar a questão do gênero, assim homens e mulheres manifestam-se diferentemente em relação a seus sentimentos de perda.

Separação Amorosa; Luto; Vínculo

IC

FAMI

QUALIDADE DA RELAÇÃO CONJUGAL ENTRE RIBEIRINHOS DE BELÉM-PARÁ, ROTINA E PERCEPÇÕES. *Leandro Cavalcante Lima**, *Tatiana Afonso***, *Simone Souza da Costa Silva* e *Fernando Ramos Pontes* (Universidade Federal do Pará, Belém – PA)

Estudos com população ribeirinha têm contribuído com o conhecimento do processo de desenvolvimento de famílias durante o ciclo de vida em contextos ecológicos diferenciados. Este trabalho objetivou avaliar a qualidade da relação de cônjuges ribeirinhos moradores do Igarapé Piriquitaquara, Ilha do Combu – Belém Insular – Pará, a partir da descrição da rotina e das percepções de identificação de 4 casais. Foram utilizados: Questionário Sócio-Demográfico para caracterizar os participantes por idade, escolaridade, ocupação, *status* conjugal, tempo de convivência, número de filhos e suas idades, avaliação sobre a vida conjugal e expectativas; Inventário de Rotina, com o objetivo de descrever em termos de três dimensões (atividade, local e companhia) cada hora do dia típico da semana e do fim de semana (domingo) e Teste de Identificação Familiar que avalia as relações de identificação entre os cônjuges (o quanto meu parceiro é como eu gostaria que fosse, o quanto me assemelho a ele e se gostaria de ser como ele). Os cuidados éticos tomados estão balizados na aprovação do projeto pela UFPA, no esclarecimento dos participantes sobre os objetivos e os riscos inócuos envolvidos assim como o sigilo de suas identidades. As informações coletadas foram analisadas considerando o contexto sócio-cultural ribeirinho, conhecido pela observação *in locus* e pela literatura. Os resultados apresentam casais com as faixas etárias de 66-65, 40-45, 34-41 e 33-34 anos; cada casal têm em média 3 filhos, biológicos ou adotados; a escolaridade é da 3ª a 6ª do Ensino Fundamental; todos trabalham em atividades de coleta de açaí e pesca. As mulheres são donas de casa. Uma moradora trabalha junto ao marido fazendo o transporte dos estudantes da escola local. Dois participantes homens trabalham como carpinteiros e um é aposentado. As atividades são claramente divididas em função do gênero. Ao longo do dia as mulheres se ocupam com atividades domésticas, sendo auxiliadas pelas filhas. Aos homens cabem as atividades de provimento, como coleta, pesca, carpintaria para terceiros, sendo por vezes auxiliados pelas esposas. Os casais estudados encontram-se grande parte do tempo juntos ao longo de seu dia-dia e assim, além das tarefas, dividem momentos de lazer, conversa e namoro/intimidade. Todos se dizem felizes, embora ocorram brigas e situações de estresse mútuo, como dificuldades financeiras. As expectativas dos casais para o futuro estão sempre orientadas para uma melhoria na vida dos filhos. Em relação ao teste de identificação familiar, dois casais se percebem com algumas características de personalidade semelhantes, os demais indicaram diferenças entre si. Os dados mostram famílias com características parecidas a outros contextos sociais de vulnerabilidade e baixa renda. Considera-se finalmente, que os casos expostos ampliam as informações sobre os relacionamentos conjugais contextualizando-os em seu ambiente físico, social, cultural e psicológico. Novas investigações se sobreporão aos dados ora apresentados, para identificarmos como o sistema ecológico ribeirinho atua sobre os relacionamentos.

Pesquisa parcialmente financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Pará – PIBIC/UFPA

Palavras-chave: ribeirinho amazônico; relação conjugal; gênero.

Nível do trabalho: Iniciação Científica – IC

Área de pesquisa: Psicologia da Família e da Comunidade – FAMI

AUTOCONHECIMENTO E AUTOESTIMA: APRENDENDO A EXERCITAR A CIDADANIA. *Juliana Brendolan**, *Crislene Imhof**, *Maria Isabel Nascimento-André***, *Tiago Fernandes Oliveira**, *Thaís Oliveira Santana** e *Simone Valin** (Curso de Psicologia, Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí, SC).

A proposta a seguir foi a continuação de um trabalho realizado com base nos conhecimentos da Psicomotricidade aliados às técnicas de dinâmicas grupais, com o propósito de autoconhecimento de sujeitos, objetivando desenvolver a autoestima e resgate da cidadania em um grupo de vulnerabilidade social. A Psicomotricidade percebe o indivíduo como um todo, levando em conta aspectos cognitivos, motores, afetivos e relacionais entre o homem e seu corpo, sendo os movimentos e expressões corporais a base do desenvolvimento e consciência humana. A partir do momento que a pessoa gosta de seu corpo interna e externamente, esta se vê preparada para gostar do outro, respeitando as diferenças que permeiam as relações humanas. A conscientização a respeito de si e este respeito pelo outro promove a autoestima, a socialização, a valorização de si próprio e do coletivo. As atividades foram realizadas semanalmente durante o período de seis meses, sendo a continuação de outro trabalho realizado pelo mesmo período de tempo, em uma instituição de recuperação e reabilitação para mulheres com transtorno mental e histórico de uso abusivo de substâncias químicas, totalizando dezesseis mulheres entre residentes fixas e temporárias em processo de tratamento e reintegração à sociedade. O principal tema deste trabalho foi enfatizar o esquema corporal de autoconhecimento, sendo que as atividades compreendiam: técnicas de aquecimento específicas ao tema que seria abordado no dia; a dinâmica específica do encontro, buscando promover reflexão do grupo acerca da prática; e fechamentos de atividades que propiciassem uma preparação para o tema a ser abordado no encontro seguinte. Dentre as atividades que foram propostas, estava “como eu percebo?”, que consistia em estimular os sentidos e percepção corporal, com artifícios incentivadores para atingir o objetivo proposto. A auto-imagem do sujeito é uma organização pessoal formada por dois planos, um real e um subjetivo, sendo uma forma determinante e de grande significado para a compreensão do contexto em que está inserido. Portanto, a auto-imagem surge na interação com o social, sendo consequência das relações do sujeito consigo mesmo e com outras pessoas. Sabendo que a auto-imagem é mutável, o trabalho apresentou-se importante para esse grupo de mulheres para re-significar esse conceito, visto que o autoconhecimento é um meio de fortalecer o amor próprio e a autoestima. Ao final das atividades propostas, as participantes demonstraram a vontade de continuação deste trabalho, devido ao conhecimento que o mesmo as proporcionou, avaliando-o como positivo, pois puderam expor seus pensamentos, sonhos e idéias para utilizarem no seu cotidiano na instituição, evolução do tratamento e posterior reinserção à sociedade.

Palavras-chave: autoconhecimento, autoestima, psicomotricidade.

Nível do trabalho: IC.

Código da área: FAMI

PRÁTICAS PARENTAIS EM FAMÍLIAS RECASADAS E O COMPORTAMENTO INFANTIL DURANTE A TRANSIÇÃO PARA A PRIMEIRA SÉRIE. *Vanessa Barbosa Romera Leme** (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP-SP) e Edna Maria Marturano (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP-SP)*

A literatura sobre recasamento vem sinalizando que tal evento é fonte de estresse para toda a família, especialmente quando os filhos passam por um momento de transição ecológica, tal com a entrada na primeira série, quando são exigidas, tanto das crianças quanto dos pais, novas habilidades para lidar com as demandas do novo contexto. A partir do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, o presente estudo tem por objetivo investigar possíveis relações entre as práticas parentais (positivas e negativas) e o comportamento infantil (habilidades sociais, competência acadêmica e problemas de comportamento) em famílias recasadas em transição recente. Participaram da pesquisa 31 mães que estavam recasadas há menos de três anos, cujos filhos passavam pela transição à primeira série do ensino fundamental em cinco escolas públicas municipais, de uma cidade do interior do Estado de São Paulo, e 22 professoras das crianças. Os dados foram coletados com as mães, individualmente, por meio de entrevistas estruturadas nas suas residências e/ou locais de trabalho. Em seguida, as professoras foram entrevistadas, pela pesquisadora, nas escolas. As mães responderam a um inventário sobre práticas parentais (IPP), um inventário sobre recursos do ambiente familiar que podem contribuir para o desempenho acadêmico (RAF) e um inventário que avalia habilidades sociais e problemas de comportamentos infantis (SSRS-BR-Pais). As professoras responderam a um inventário que avalia habilidades sociais, problemas de comportamentos infantis e competência acadêmica (SSRS-BR-Professor). Para investigar as possíveis associações entre as práticas parentais positivas e negativas, os recursos do ambiente familiar e os comportamentos infantis (habilidades sociais, problemas de comportamento e competência acadêmica), empregou-se o teste estatístico de correlação *Pearson* (* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$). Os resultados indicaram que as práticas parentais positivas foram correlacionadas positivamente com as habilidades sociais avaliadas pelas mães (0,699**) e pelas professoras (0,386*) e com a competência acadêmica das crianças, avaliadas pelas professoras (0,414*). Inversamente, quanto mais freqüentemente as mães relataram práticas positivas, menos as crianças apresentaram problemas de comportamento na família (-0,737**) e na escola (-0,452*). As práticas parentais negativas foram correlacionadas negativamente com as habilidades sociais infantis identificadas pelas mães (-0,747**) e pelas professoras (-0,474**) e com a competência escolar (-0,590**). Por sua vez, as práticas negativas correlacionaram positivamente com os problemas de comportamento avaliados pelas mães (0,881**) e pelas professoras (0,673**), sugerindo que, quanto mais as mães apresentavam práticas negativas, mais freqüentemente os seus filhos apresentavam problemas de comportamento em casa e na escola. Finalmente, os recursos do ambiente familiar que podem contribuir para o desempenho acadêmico correlacionaram positivamente com as habilidades sociais das crianças (0,579**) e negativamente com os problemas de comportamento infantis (-0,527**), segundo as avaliações das mães. As correlações encontradas neste grupo de famílias recasadas apresentam configuração semelhante ao que tem sido relatado na literatura que investiga, em famílias intactas, o impacto de práticas parentais sobre o ajustamento da criança na transição da 1ª série. As mães de famílias recasadas em transição recente relataram apresentar tanto práticas positivas, quanto negativas que parecem repercutir na

freqüência dos problemas de comportamento apresentados pelos filhos tanto no microssistema familiar, quanto no microssistema escolar.

Apoio Financeiro: FAPESP

Palavras-chave: práticas parentais; recasamento; comportamento e desempenho infantil.

Doutorado – D

FAMI

RELAÇÕES DE GÊNERO EM FAMÍLIAS DE UMA COMUNIDADE LITORANÊA DE ALAGOAS: AS FALAS DE ADULTOS E CRIANÇAS. *Heliane de Almeida Lins Leitão (Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL), Gabriel Fortes Cavalcanti de Macêdo* (Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL) e, Angelina Nunes de Vasconcelos* (Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL).*

O presente trabalho apresenta resultados de uma pesquisa realizada com o objetivo de investigar questões de gênero em famílias de uma comunidade litorânea do Estado de Alagoas. Esta investigação baseou-se na compreensão de que a organização familiar é construída em relação com o contexto sócio-cultural em que está inserida, sendo o grupo familiar e os papéis atribuídos aos seus membros afetados por mudanças sociais mais amplas. Entretanto, as grandes transformações que afetam a família contemporânea não atingem todos os grupos sociais da mesma maneira, sendo necessário investigar os diferentes contextos comunitários em suas especificidades, procurando compreender a relação entre os valores tradicionais comunitários e os novos ideais quanto a questões de gênero. A partir disto, o presente estudo buscou analisar as relações de gênero em famílias de uma comunidade litorânea tradicionalmente pesqueira, a qual sofreu grandes transformações ambientais e culturais com a chegada do turismo. A pesquisa procurou identificar e compreender as concepções de masculino e feminino, indicadores de transmissão intergeracional, papéis, expectativas e relações de gênero no contexto da vida familiar. Os participantes foram seis famílias residentes na localidade, constituídas por pai, mãe e, pelo menos, duas crianças em idade escolar. Os procedimentos utilizados para a coleta de dados foram: entrevistas semi-estruturadas; histórias semi-projetivas; “retratos de família” (produção de desenhos e fotografias feitas pelas crianças participantes) e estudos observacionais nas residências de duas das famílias e na comunidade. A análise qualitativa dos dados focalizou as perspectivas de homens, mulheres, meninos e meninas. As famílias estudadas apresentam um modelo tradicional de organização de papéis, hierarquias e expectativas de gênero, o qual é transmitido à nova geração. A experiência na escola, no entanto, gera descontinuidades intergeracionais na medida em que amplia as possibilidades quanto aos lugares de gênero e que a valorização da escolaridade cria expectativas igualitárias quanto ao futuro de meninos e meninas. A presença mais efetiva da mãe e outras mulheres no cotidiano das crianças vincula fortemente a experiência da infância ao mundo feminino. Os resultados evidenciaram, ainda, diferenças de gênero na experiência subjetiva dos adultos, tais como necessidades, aspirações e sentimentos vivenciados no contexto da vida familiar. As mulheres apresentaram um modo de pensar mais prático, demonstrando preocupações com o cotidiano da família e com as necessidades financeiras. Já os homens tendiam a fazer afirmações de cunho moral, preocupando-se com a imagem e reputação da família, defendendo um modelo de família ideal e a manutenção do lugar tradicional de pai. Este trabalho ganha relevância acadêmica na medida em que ajuda a por em pauta a questão dos gêneros para além do conceito; neste sentido, entendemos que gênero é uma categoria em relação e que deve ser estudada em sua dimensão social e cultural procurando-se compreender como é percebida e vivenciada em contextos sócio-culturais particulares.

Apoio financeiro: 1 Bolsa CNPq e 1 Bolsa FAPEAL.

Gênero, Família, Comunidade.

IC

Código da área: FAMI.

INFÂNCIA EM PERSPECTIVA: POSSIBILIDADES NA INFÂNCIA VIVIDA NUMA COMUNIDADE LITORANÊA DE ALAGOAS. *Heliane de Almeida Lins Leitão (Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL), Gabriel Fortes Cavalcanti de Macêdo* (Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL) e Angelina Nunes de Vasconcelos* (Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL).*

Este trabalho apresenta resultados de um estudo que visou analisar a fala de adultos e crianças de famílias de uma comunidade litorânea acerca da infância e do lugar da criança neste contexto. Propomos a visualização da infância como contextualizada e politizada, com notória relevância social, tendo seu marco teórico inicial no clássico trabalho de Ariès, afastando-se de uma concepção cristalizada e naturalizada como categoria idealizada. A criança é entendida como o sujeito real e ativo, enquanto infância remete à categoria teórica e mais abrangente, e neste sentido, não são excludentes entre si. Participaram do estudo seis famílias nucleares com pelo menos duas crianças em idade escolar, resultando na seguinte composição: seis homens, seis mulheres e catorze crianças, sendo nove meninos e cinco meninas. As famílias foram convidadas a participar num estudo sobre relações familiares e paternidade, sendo utilizados diversos procedimentos de coleta de dados: entrevistas semi-estruturadas, histórias semi-projetivas, retratos de família (fotos e desenhos realizados pelas crianças) e estudos observacionais nas residências e no espaço público comunitário. Foi observado um distanciamento entre a fala da criança e a do adulto; a criança fala de sua realidade viva e rica, enquanto o adulto se refere a uma infância submissa e amordaçada. Um diferencial na constituição desta infância é a sua relação com o lugar. A comunidade litorânea está na faixa de pobreza econômica, sendo amplamente marcada pela invasão do turismo de massa que é visto como ecologicamente devastador, diminuindo os espaços de convivência e modificando o panorama das expectativas comunitárias sobre sua realidade. As crianças parecem apresentar uma experiência diferenciada em relação às infâncias urbanas, evidenciada nas brincadeiras na rua e nos espaços naturais, tais como o mar e a prática do surfe, situação que revela também um relacionamento amistoso entre locais e “estrangeiros” com a natureza. O brincar surge, portanto, como forma de existência social e de visibilidade comunitária. Destaca-se o protagonismo social da criança que, enquanto na classe média parece ser atrelado ao poder de compra, na classe pobre se dá no sentido das políticas públicas e do lugar da criança nas relações de poder na localidade. Esta infância é marcada pela falta de perspectiva de futuro, especialmente se associada à comunidade em que se insere e às atividades tradicionalmente repassadas entre gerações. O futuro aparece vinculado à escolaridade, porém longe da comunidade, o que acarreta um rompimento com as gerações passadas, revelando um possível novo sentido de infância.

Apoio financeiro CNPq – 2 bolsas de estudo.

Palavras-chave: Infância, Comunidade, Intergeracionalidade.

IC

Código da área: FAMI.

INTEGRANDO CONHECIMENTOS E CONSTRUINDO SABERES: UMA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR DO PET/SAÚDE NO MUNICÍPIO DE MARIALVA – PR. *Flávia Thomaz Brandel**, *Isabelle Maurutto Schoffen**, *Marcella Bellini**, *Noélton Panini** e *Ronise Schiavoni** (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá – PR).

O Programa de Educação pelo Trabalho PET/Saúde-Marialva é um projeto interdisciplinar desenvolvido pelos acadêmicos dos cursos de Psicologia, Enfermagem, Farmácia, Educação Física, Odontologia e Medicina da Universidade Estadual de Maringá. Compõe o grupo, professores e preceptores, os quais são profissionais servidores da rede pública de saúde do município de Marialva. Tem por objetivo promover a integração dos cursos da área de saúde e servidores, em regime multidisciplinar, no sentido de refletir e construir modos de intervenção na rede Básica de Saúde, aproximando a Universidade e o Serviço Público e Saúde. Os trabalhos realizados iniciaram em 2009 e no período de um ano foram desenvolvidas várias atividades. Uma delas consistiu em palestras informativas pelos preceptores e professores, que retratavam assuntos pertinentes à realidade do município em questão e esclarecimentos acerca do SUS, em específico da ESF. Assim, foram abordados os temas: Drogas, Abuso Sexual – intrafamiliar – contra crianças e adolescentes, Palestra sobre o Município de Marialva, o fator econômico como determinante social, Programa Sentinela- CREAS – Violência familiar e Antropologia da Saúde. A segunda etapa foi o reconhecimento da comunidade dos bairros Vila Antônio e João de Barros, por meio de visitas domiciliares acompanhadas por ACSs, as quais serviram para os alunos tomarem conhecimento da realidade social e para coletar dados para propostas de intervenções. Também foram organizados encontros com a comunidade nos dispositivos de saúde, em que os alunos desenvolveram teatros, jogos, dinâmicas de grupo, além de doações de brinquedos às crianças carentes do bairro “km 113” e à creche do bairro Vila Antônio. Outra atividade desenvolvida foi a participação de alunos nos encontros do Grupo de Trabalho e Humanização (GTH), desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde de Marialva. Nesse contexto, o Programa continuou suas atividades em 2010 devido à constatação da necessidade desta população em receber uma atenção interdisciplinar diferenciada. Iniciou-se a arrecadação de livros didáticos, de literatura infantil, de literatura adulta, gibis, entre outros. Com isso, tem-se como objetivo a formação de uma biblioteca itinerante para que a população tenha acesso e oportunidades de leitura. Durante os eventos os alunos realizaram brincadeiras e dinâmicas de grupos com as crianças que estavam presentes, bem como exames clínicos, medição de peso e altura dos moradores do bairro. Os acadêmicos de Psicologia iniciaram o preenchimento de um questionário atentando para as necessidades da população, a fim de obter subsídios para a continuidade dos trabalhos. Visando a implementação do trabalho e intervenções mais pontuais, o grupo foi dividido em subgrupos temáticos com ênfases diferentes para cada tipo de ação: Síndrome metabólica: diabetes e hipertensão, Gestão em serviço: territorialização e biblioteca viva, Epidemiologia e educação em saúde, Infância e adolescência: gravidez precoce/ DST/ drogas, Grupo de Trabalho e Humanização com servidores da saúde. Sendo assim, o PET/Saúde está proporcionando aos acadêmicos um novo olhar sobre a atenção básica de saúde, possibilitando reflexões, e propostas de intervenção que busquem o funcionamento do SUS em seus objetivos básicos de Promoção, Prevenção e Recuperação da Saúde embasados nos princípios de Integralidade, Equidade e Universalidade.

Palavras-chave: PET-Saúde, SUS, interdisciplinariedade.

Trabalho de Graduação.

FAMI.

LUTO NÃO FRANQUEADO: A EXPERIÊNCIA DE MÃES QUE PERDERAM FILHOS NO TRÁFICO DE DROGAS. *Thaís Leocides de Souza Vicente** e *Ivânia Jann Luna*** (Curso de Psicologia, Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, SC).

Esta pesquisa refere-se a uma investigação sobre o luto de mães devido à morte de seu filho inserido no tráfico de drogas. A morte seguiu por homicídio e por acidente devido a balas perdidas, decorrente do ambiente de risco que a família convive, na qual se presencia a violência e pobreza. Considerando que esse tipo de perda promove a morte prematura de crianças e adolescentes, observou-se a necessidade de estudar o luto materno das mães e as principais características e conseqüências deste luto. A pesquisa tem como objetivo geral compreender a percepção materna da perda do filho no tráfico de drogas e o processo de luto desenvolvido nas mães. Como objetivo específico procurou-se identificar os sentimentos e as reações do luto materno, identificar se a mãe percebe o apoio social da comunidade diante do processo de luto, identificar o significado atribuído à morte do filho envolvido no tráfico de drogas, reconhecer os rituais de que as mães realizam no processo de enlutamento e identificar os sintomas de luto não franqueado. Tal trabalho desenvolvido foi embasado em uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória, onde a população alvo foram 02 mulheres, com idades entre 35 e 45 anos, uma casada e outra separada. Quanto ao tipo de amostragem, foi utilizada a indicação de pessoas próximas da pesquisadora sendo selecionadas 02 mulheres. Como instrumento de coleta de dados foi utilizada a entrevista semi-estruturada sendo esta composta de um roteiro básico de 11 questões, e o procedimento de análise dos dados foi realizado através da análise de conteúdo. Foram formadas oito categorias analíticas para que as respostas da pesquisa fossem melhor analisadas. As categorias são: sentimento e reações de luto após a perda e no momento atual, participação nos rituais de luto das mães e principais sentimentos, significados atribuído à morte do filho no tráfico, relação com o filho adolescente, conhecimento da situação de ameaça de morte, estratégias para enfrentar a dor da perda, apoio social diante do processo do luto e reconhecimento social da perda. Dentre alguns resultados obtidos, quanto ao significado de perda e luto materno, foi relatado muita tristeza, saudade e dificuldade para aceitar a morte, sentimento de inutilidade frente à situação e a falta de sentido na vida; e sobre o luto não franqueado, identificou-se que a maneira como seus filhos morreram não contribuiu para que elas pudessem expressar completamente sua dor, pois existe revolta e uma certa insegurança para expressar publicamente seu luto. O trabalho foi concluído destacando que as respectivas mães apresentaram perda não reconhecida, pois socialmente esta perda não foi validada ou lamentada tornando-se um luto não-franqueado.

Perda; Luto não franqueado; Estigma.

IC

FAMI

SENTIMENTOS DA FAMÍLIA DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN. *Karina Junqueira de Menezes** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR) e *Maria Augusta Bolsanello* (Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR)

A Síndrome de Down (SD) é considerada uma das mais frequentes anomalias cromossômicas e representa a mais antiga causa genética de retardo mental. Tal frequência tornou-a uma das síndromes mais conhecidas, estudadas e divulgadas. Entretanto, pode-se perceber que esta habitualidade não redimensionou os significados construídos em torno dela, tão pouco reduziu a confusão emocional decorrente do nascimento de um bebê com esta deficiência. A família que experiencia o nascimento de um bebê com SD vivencia uma confusão de sentimentos nada semelhante ao esperado para a ocasião da chegada de um filho. Baseado nestes fatos, o presente estudo objetivou investigar os sentimentos de pais que recebem o diagnóstico da síndrome de seus filhos, bem como evidenciar o impacto desta notícia sobre a família como um todo. A metodologia utilizada consistiu em revisão de literatura que abrangeu livros e periódicos relevantes, em base de dados nacionais e internacionais. Os resultados mostraram que diversos autores concordam que quando a síndrome é diagnosticada, o choque traz a tona sentimentos negativos e exacerbados dos pais, tais como: rejeição, ciúmes, ressentimento, medo, depressão, raiva, amargura, pesar, incerteza, fracasso, constrangimento, hostilidade, entre outros. Estes sentimentos podem estar atrelados à idéia da perda do filho idealizado, ao receio quanto ao futuro deste filho quando os pais não estiverem mais presentes, à preocupação quanto a possíveis preconceitos que o filho irá sofrer, bem como podem estar associados à idéias pré-concebidas relacionadas à imagem e ao histórico de pessoas com SD. A literatura evidencia que tais sentimentos dificultam a comunicação da notícia da síndrome à parentes e amigos, talvez por que falar da deficiência da criança reafirma que o que aconteceu é real. Por outro lado, mostra que quando os pais comunicam o diagnóstico aos parentes e amigos eles costumam receber um apoio e suporte que os auxilia na estruturação psicológica da família. Averiguou-se também que os irmãos de crianças com SD são afetados, porém são raramente consultados sobre seus sentimentos e pensamentos. Os estudos apontam que a maneira mais adequada de comunicar o diagnóstico aos irmãos de crianças com SD depende da idade em que eles se encontram e da capacidade de compreensão que eles têm. Conclui-se que frente aos sentimentos decorrentes do nascimento de um filho com SD, a família necessita de compreensão e apoio especializado. Faz-se necessário que ela tenha um suporte e acompanhamento psicológico, o acesso a informações sobre a síndrome, sobre os programas de estimulação precoce e as entidades de apoio existentes bem como acesso aos profissionais especializados, a fim de que a família possa reconstruir a imagem que tinha da SD para formular outra que permita centrar-se, não mais na deficiência, mas no filho e engajar-se na promoção do seu desenvolvimento.

Apoio financeiro: Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ)

Palavras-chave: síndrome de Down; família; sentimentos.

IC

FAMI

AVALIAÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL EM ADOLESCENTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS / BA. *Bruna Rafaela Soares de Assis, Marianna Santos Rodrigues, Júlio César dos Santos e Patrícia Martins de Freitas (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Santo Antônio de Jesus – Ba)*

Evidências científicas afirmam que transtornos depressivos apresentam alta e crescente prevalência na população geral situando estes entre as doenças mais comuns, prejudiciais e que causam mais custos sociais representando um problema dos mais graves em saúde pública, com impacto em todos os níveis da sociedade. Uma vez que um desenvolvimento psicossocial mal sucedido pode levar alguns adolescentes a assumir uma identidade difusa, caracterizada pela confusão acerca do próprio lugar no mundo, sendo que adolescentes deprimidos não estão sempre tristes; apresentam-se principalmente irritáveis e instáveis, podendo ocorrer crises de explosão e raiva em seu comportamento, este estudo investiga se esse período pode favorecer ao desencadeamento de transtornos psiquiátricos, dentre os quais, os transtornos depressivos nesta fase da adolescência. Desta forma, este trabalho teve como objetivo mensurar adolescentes estudantes de escola pública da cidade de Santo Antônio de Jesus- Bahia. Este estudo resulta do projeto de pesquisa Intervenção em Planejamento Familiar na Perspectiva do Desenvolvimento, onde o trabalho é voltado para famílias de baixa renda com finalidade de articular ações para promoção da saúde adequando o desenvolvimento pessoal e familiar. Para tanto foi utilizado dois instrumentos de avaliação psicossocial: o Inventário de Depressão de Beck – IDB (instrumento de auto-relato que sinaliza os sintomas referentes ao estado depressivo do indivíduo) e o Questionário de Saúde Geral – QSG (promove uma avaliação subjetiva do estado de saúde mental e qualidade de vida do indivíduo). Este tem cinco escores parciais: Fator I- Estresse psíquico; Fator II- Desejo de morte; Fator III- Desconfiança no Próprio Desempenho; Fator IV- Distúrbio do Sono; Fator V- Distúrbios Psicossomáticos. A aplicação destes foi realizada em estudantes de quatro escolas públicas de tal cidade, com duração média de 60 minutos. Para tanto os pais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A amostra foi composta por 80 estudantes, sendo 27% do sexo masculino e 73% do sexo feminino, com a média de idade de 20 anos. Assim foram apresentados resultados significativos no fator I, com 3,75%. No fator II, 11,25% dos sujeitos. No fator III, 3,75% dos sujeitos. No fator IV, 5%. E no fator V 10% das pessoas apresentaram resultado significativo. No fator geral do QSG 5% dos indivíduos apresentaram uma resposta sintomática. No IDB a pontuação acima de 18 é considerada como estado de depressão. Este teste apontou que 10% das pessoas apresentaram resposta sintomática de depressão. A inferência estatística apresentada confirma a hipótese inicial que na fase de adolescência alguns transtornos psiquiátricos podem ser desencadeados. Os fatores medidos no teste QSG podem ser relacionados a problemas de saúde, o que pode refletir na qualidade de vida de um indivíduo. Compreende-se que todos estes fatores analisados em conjunto ou isolados podem influenciar e gerar impactos negativos para a sociedade e no ciclo de vida familiar, o que pode vir a traduzir em problemas de conduta, risco de fracasso e abandono escolar. Esta fase é preocupante por ser um período marcado de muitas mudanças, de modo que características patológicas podem passar despercebidas ao senso comum.

Apoio: FAPESB (Fundação de Amparo a Pesquisa da Bahia)

Palavras - chave: transtorno depressivo; adolescentes; desenvolvimento psicossocial.

Nível do Trabalho: Iniciação Científica (IC) - trabalho de graduação

Código da área da pesquisa ou intervenção: FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade

DESCRIÇÃO DE COMPORTAMENTOS INTERNALIZANTES E EXTERNALIZANTES POR GÊNERO EM CRIANÇAS DE 6 A 8 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE SANTO ANTONIO DE JESUS-BA. *Ana Ribeiro Santana, Jacqueline Miranda Pereira e Patrícia Martins de Freitas (Universidade Federal do Recôncavo, Santo Antônio de Jesus - BA)*

Nas diferentes fases de transição que existem no processo de desenvolvimento, é necessário aprender a lidar com novas demandas sociais. Nas crianças, em fase escolar o comportamento, torna-se um fator importante para seu ajustamento social e sucesso no ambiente escolar. Os problemas de ordem afetiva e emocional, problemas de conduta e comportamento, são situações fora da esfera de atuação da escola, mas que interferem na relação com a aprendizagem. Esses problemas de comportamento estão presentes no cotidiano de meninos e meninas e sua frequência pode variar entre os sexos. O objetivo do estudo foi identificar a presença de problemas comportamentais internalizantes e externalizantes, diferenciando por gênero em crianças de 6 a 8 anos, de escolas públicas da cidade de Santo Antônio de Jesus-BA. O método utilizado para a coleta de dados foi aplicação do Inventário de Comportamentos da Infância e adolescência “Child Behavior Checklist” (CBCL). A aplicação foi realizada após uma palestra com os pais que teve como objetivo dar as informações gerais sobre o projeto e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O CBCL é um questionário que avalia competência social e problemas de comportamento em crianças e adolescente de 4 à 18 anos. Os problemas de comportamento são agrupados em fatores de internalização e externalização, e são divididos em 8 sub-escalas. O padrão internalizante é definido pelas sub-escalas: Ansiedade/Depressão/ Retraído; Queixas Somáticas; Emocionalmente Reativo; Problemas de Pensamento. Enquanto o padrão externalizante é definido pelas sub-escalas: Quebra de Regra; Comportamento Agressivo; Problemas com a Atenção. A amostra do estudo foi composta de 118 crianças, de escolas públicas. Sendo 57,7% crianças do sexo masculino e 48,3% crianças do feminino. A análise de dados foi realizada por técnicas descritivas, identificando o percentual de crianças acima do ponto de corte. A porcentagem de comportamentos internalizantes para o sexo feminino foi Ansiedade/Depressão 15,8%, Retraído 21,1%, Queixas Somáticas 14%, Emocionalmente Reativo 8,8% Problemas de pensamento 19,3%, em relação ao sexo masculino a diferença de indícios desses comportamentos foram menores Ansiedade/Depressão 14,8%, Retraído 16,4%, Queixas Somáticas 9,8% Emocionalmente Reativo 18,0%, Problemas de pensamento 18,0%. Para os comportamentos externalizantes no sexo feminino Quebra de Regra 12,3% Comportamento Agressivo 10,5% e Problemas com Atenção 7,0%, contudo o sexo masculino a porcentagem de comportamentos externalizantes foi maior. Sendo Quebra de Regra 18,0%, Comportamento Agressivo 24,6% e Problemas com a Atenção 4,9%. Os resultados encontrados corroboram com outros estudos da área, na qual mostram que meninos apresentaram maior nível de agressividade e comportamentos anti-sociais, observado principalmente no comportamento externalizantes. Quanto às meninas foram mais competentes socialmente e com maior número de comportamentos pró-sociais. Essas diferenças entre os gêneros denotam a relação que essas crianças estabelecem no contexto de sua educação infantil, com a tarefa, com professores e com companheiros.

Apoio: FAPESB (Fundação de Amparo a Pesquisa da Bahia)

Palavras - chave: CBCL; Desempenho escolar; Comportamentos

Nível do Trabalho: Iniciação Científica (IC) - trabalho de graduação

Código da área da pesquisa ou intervenção: FAMI

ADOÇÃO E FAMÍLIA: UMA EXPERIÊNCIA NA CLÍNICA E NA PESQUISA.

*Anne Caroline Lima Pereira**, *Caroline Cristina Ambrósio**, *Larissa Bergamo Zanardo**, *Lorraine Seixas Ferreira**, *Bruna Rafaela Ortiz** e *Maria Luisa Castro de Louro Valente*** (Departamento de Psicologia Clínica da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Campus de Assis-SP)

Pretendemos com esse trabalho trazer um relato de nossa experiência em clínica e pesquisa com a temática de adoção. Trata-se de um projeto de extensão universitária que acontece há 9 anos na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP campus de Assis e está vinculado a PROEX – UNESP. Este vem com o objetivo de colaborar com a formação acadêmica dos alunos do 4º e 5º ano do curso de Psicologia assim como atender a comunidade. No referido projeto buscamos discutir questões relativas à adoção e seus aspectos psico-sociais e legais, além de oferecer espaço para reflexão, orientação e atendimento clínico a famílias com indivíduos adotados e/ou pretendentes à adoção. Entendemos que essas práticas possibilitam outros olhares, menos preconceituosos e mais reais sobre maternidade, paternidade e parentalidade. Entre as atividades realizadas, podemos citar na parte que diz respeito a formação dos alunos participantes, discussões acerca de conhecimentos teóricos com base psicanalítica sobre Psicologia do Desenvolvimento Humano, Psicologia da Personalidade e da Família. Dessa forma contribuindo na responsabilidade social dos futuros profissionais a serem formados. As formas de atuação prática se iniciam com a divulgação e conseqüente mobilização da população para atividades de atendimento clínico individual, atendendo a casais e famílias com membros adotados, ou sobre a forma de grupo de pais adotivos e postulantes a adoção, realizados semanalmente no Centro de Pesquisa e Psicologia Aplicada – CPPA. Outra forma de atuação se faz através de entrevistas para difusão nos vários meios de comunicação, buscando esclarecer a temática em questão, assim abrangendo amplas camadas da população. Numa futura prática o projeto englobará também um curso preparatório direcionado a candidatos à adoção encaminhados pelos fóruns de alguns municípios da região. Ao nosso ver, a adoção é a formação de uma família através de laços de amor, e que estes são significativamente mais importantes que laços sanguíneos. É preciso romper com a cultura vigente de que a adoção é apenas um ato de caridade. Acreditamos que com o desenvolvimento desse trabalho, possibilitamos a comunidade uma ressignificação sobre a cultura da adoção, ressaltando que mais do que uma “boa ação”, a adoção é um direito garantido, a criança e ao adolescente, pelo ECA de possuir uma família. Através dessas ações, é possível observar que o olhar do psicólogo pode contribuir na construção de novos entendimentos sobre a adoção, tanto na visão da sociedade como das famílias.

Palavras-chave: Psicanálise, Adoção, Projeto de extensão universitária

IC

FAMI

CLASSES DE COMPORTAMENTOS PROFISSIONAIS DE PSICÓLOGOS AO INTERVIR DIRETAMENTE SOBRE FENÔMENOS PSICOLÓGICOS. *Ana Luiza Gonçalves da Silva** e Olga Mitsue Kubo (Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Psicologia – Florianópolis, SC)*

Estudos avaliativos sobre a qualidade da intervenção de psicólogos que atuam no País, conduzidos principalmente pelo Conselho Federal de Psicologia, publicados nas décadas de 1980, 1990 e nos anos 2000 tem possibilitado identificar que, embora haja trabalhos de intervenção inovadores em diversos campos, o trabalho do psicólogo ainda se restringe aos tradicionalmente conhecidos. Os estudos tem possibilitado evidenciar que o profissional de Psicologia no país é caracterizado pela dominância de um modelo de atuação restrito, dito muitas vezes como limitado por não explorar suficientemente todo o potencial de conhecimentos que a Psicologia avançou. Caracterizar os comportamentos profissionais relevantes do psicólogo auxilia na identificação das lacunas de comportamentos propostos pelos cursos de psicologia como necessários a serem aprendidos pelos alunos e futuros profissionais. Quais são os comportamentos profissionais necessários aos psicólogos para intervirem sobre as necessidades que essa sociedade apresenta? Para produzir respostas a essa questão foram examinados dois projetos de curso de psicologia de duas organizações de ensino do País. As classes de comportamentos foram identificadas nas fontes de informações por meio da análise das sentenças gramaticais, nas quais o sujeito exposto nas sentenças gramaticais foi considerado como o profissional formado; o verbo como referente ao que necessita ser realizado pelo sujeito (classes de respostas do organismo) e o complemento como expressão dos aspectos do meio com o qual o sujeito deverá realizar algo. Depois de identificadas ou derivadas essas classes foram organizadas em sistemas comportamentais por graus de abrangência de complexidade do comportamento de acordo com a sua função relativa no conjunto dos comportamentos identificados a partir das fontes. Esses sistemas comportamentais foram representados em diagramas de decomposição orientados por seis classes gerais: 1) Caracterizar necessidades sociais em relação a alterações em processos comportamentais, 2) Projetar intervenções diretas relacionadas a processos comportamentais, 3) Executar intervenções diretas relacionadas a processos comportamentais, 4) Avaliar intervenções realizadas em relação a processos comportamentais, 5) Aperfeiçoar intervenções em relação a processos comportamentais a partir dos dados de avaliação e 6) Comunicar descobertas feitas em intervenções sobre processos comportamentais. O exame das classes de comportamentos identificadas nos projetos de curso possibilitou evidenciar que ainda há ênfase em comportamentos relativos à formação técnica do psicólogo. Por outro lado, parece haver uma coerência entre o que está descrito nas Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação e aquilo que foi evidenciado nos projetos de curso analisados, que é a ênfase na execução de tarefas ou atividades próprias do psicólogo. Nos projetos de cursos analisados foram encontrados poucos comportamentos que faziam menção a ética profissional, sendo que ética parece estar associada a um código de princípios. Na classe geral de comportamentos Aperfeiçoar intervenções em relação a processos comportamentais a partir dos dados de avaliação foram encontrados somente 17 comportamentos e na classe geral Comunicar descobertas feitas em intervenções sobre processos comportamentais somente 19 comportamentos. As classes de comportamentos identificadas nos projetos de curso parecem ser insuficientes para uma organização homogênea das competências ou comportamentos que necessitam constituir a formação do psicólogo ao intervir diretamente sobre fenômenos psicológicos.

Palavras-chave: formação do psicólogo; projetos de curso, intervenção direta
D

FORM

AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO A PARTIR DAQUILO QUE ESTÁ PROPOSTO NOS PLANOS DE ENSINO DE DISCIPLINAS RELACIONADAS AO SEU CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL. *Junior Vicente Franken*
(*Instituto Nacional do Seguro Social – INSS*)

Quais aprendizagens professores de disciplinas relacionadas à Psicologia Organizacional e do Trabalho estão propondo para compor a formação dos futuros profissionais para atuarem nesse campo de atuação? O que pode revelar as expressões que constituem os objetivos de ensino? A definição clara e precisa de objetivos de ensino é importante e influencia na probabilidade de o ensino ser eficaz. Avaliar a formação do psicólogo organizacional e do trabalho a partir dos objetivos propostos nos planos de ensino de disciplinas específicas desse campo de atuação explicita o tipo de profissional que a sociedade terá nos próximos anos, decorrente da formação que este teve nas universidades. Essa avaliação possibilita identificar se aquilo que está sendo proposto como aprendizagem nos objetivos de ensino faz referência a comportamentos significativos para compor o seu repertório profissional. Para isso, foram examinados planos de ensino de disciplinas relacionadas à formação do psicólogo organizacional e do trabalho em 3 universidades do Estado de Santa Catarina, sendo duas delas públicas não gratuitas, e a outra, pública e gratuita. Foram observadas, nos objetivos gerais e específicos das disciplinas selecionadas, as características estruturais de cada expressão apresentadas como objetivo de ensino (quantidade de objetivos em uma única expressão). Após, foram examinadas as características relacionadas à natureza do verbo e do complemento que constituíam a sentença do objetivo de ensino daquilo que estava sendo proposto. Dentro dos critérios estabelecidos, foram identificadas 14 disciplinas que apresentavam, em sua formulação original, 81 objetivos de ensino, entre eles, gerais, específicos e sem especificação, sendo que 58% destes apresentavam múltiplas unidades em cada expressão indicada como objetivo de ensino. A partir da análise das expressões em relação à quantidade de unidades de aprendizagem em um único objetivo proposto, foram identificadas 179 unidades, sendo que 37% desse total correspondem a expressões vagas ou ambíguas; 16% correspondem a declarações de intenção; 15% correspondem a atividades ou ações de professores; 13% correspondem a comportamentos; 10% correspondem a comportamentos intermediários; 8 % correspondem a atividades ou atuações escolares dos alunos, e 1% corresponde a “classes de informações expressas sob a forma de verbos com um complemento”. Por meio dos resultados obtidos, foi possível avaliar que os “objetivos de ensino” analisados não explicitam aquilo que o futuro profissional deverá realizar depois de formado, ignorando uma grande e antiga produção científica sobre formulação de objetivos de ensino. Há, na estruturação das sentenças que constituem os objetivos de ensino, problemas na sua formulação que impossibilitam a identificação clara e precisa dos comportamentos profissionais. Os dados possibilitam aos profissionais responsáveis pela formação de psicólogos avaliarem a importância de formularem e se orientarem pelos comportamentos profissionais socialmente significativos que caracterizam o trabalho do psicólogo organizacional e do trabalho. Uma possibilidade de superação para esse problema é propor aprendizagens com base em comportamentos profissionais, tendo como centro do processo de ensino aquilo que o aluno deverá estar apto a fazer diante de fenômenos e processos psicológicos em organizações de trabalho.

Palavras-chave: Objetivos de Ensino. Formação Profissional. Aprendizagem. Psicologia Organizacional e do Trabalho. Comportamento profissional.

Dissertação de Mestrado

FORM

CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO DE DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE A PROFISSÃO DE PSICÓLOGO NO BRASIL. *Fellipe Coelho-Lima**, *Pablo Sousa Seixas*** e *Oswaldo Hajime Yamamoto*** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN)

As pesquisas sobre a profissão de psicólogo cresceram continuamente ao longo dos anos no Brasil. Sabe-se que, no país, a produção científica está concentrada nos programas de pós-graduações (PPG) das instituições de ensino superior (IES). Assim, a caracterização desse meio torna-se fundamental para a compreensão do processo de produção do conhecimento científico. A presente pesquisa objetivou caracterizar a origem institucional da produção de dissertações e teses sobre a profissão de psicólogo no Brasil. Esse estudo é integrante do projeto “Historiografia da produção sobre a profissão de psicólogo no Brasil”, coordenado pelo Prof^o Dr^o Oswaldo Hajime Yamamoto. Analisaram-se as 323 dissertações e 83 teses coligidas nesse projeto, quanto à IES e PPG de origem, bem como os orientadores desses trabalhos. Os resultados apontam que 22 IES públicas são responsáveis por 57% da produção de ambos os materiais, 14 IES confessionais participam com 38% das dissertações e 43% das teses e 10 IES privadas possuem 6% das dissertações e não produziram teses no tema. Cinquenta e quatro por cento das IES estão no Sudeste e 46% estão divididas, em ordem, entre Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte. A primeira região detém quatro das 10 IES que mais produziram dissertações sobre o tema e seis das que mais produziram teses. No âmbito dos PPG, 12 programas são responsáveis por 50,2% das dissertações e cinco pelo das teses. Setenta e oito por cento dos orientadores apenas orientaram um trabalho no tema. A USP concentra 16% destes, a PUC-SP, 12% e a UFSC, 5,3%. Também se identificou que sete orientadores o fizeram entre quatro e nove vezes para dissertações e quatro orientaram entre três e cinco vezes doutorados no tema. A análise do currículo Lattes desses orientadores indicou que somente um possuiu projeto de pesquisa voltado à temática: os demais possuíam projetos sobre a atuação do profissional em subáreas específicas. 85% desses orientadores nunca publicaram artigos sobre o tema. Os dados demonstram que a produção analisada segue as tendências gerais nacionais quanto as IES onde se realiza a produção e na região que estão. Por outro lado, os PPG e os orientadores são responsáveis, em alguns casos, pela concentração de produção em algumas IES. Também foi possível verificar que os orientadores não se destacam no cenário nacional quanto à produção específica sobre a profissão, mas que podem ser renomes de suas áreas específicas. Percebeu-se, por fim, que esse tipo de produção, mesmo apresentando-se como transversal em outras temáticas, mostra-se com expressividade no escopo da produção em Psicologia.

Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Palavras-Chave: produção científica, pós-graduação, profissão de Psicologia

Nível do Trabalho: IC

Código da área: FORM

INSERÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO BRASILEIRO NAS POLÍTICAS SOCIAIS. *Andressa Maia de Oliveira**, *Pablo de Sousa Seixas** e Oswaldo Hajime Yamamoto (Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN)*

Desde a segunda metade da década de 1980, a profissão de psicólogo vem se inserindo em campos profissionais diferentes das chamadas áreas clássicas: clínica, organizacional e escolar. Dentre esses novos espaços de atuação, ressalta-se a inserção no campo das políticas sociais. A entrada do profissional de psicologia nas políticas sociais se deu nas últimas três décadas, primeiramente na saúde pública (década de 1980), posteriormente, no “terceiro setor” (década de 1990) e na assistência social (início do século XXI). Tal inserção vem levantando discussões acerca da prática do psicólogo nesses novos espaços, no sentido de que essas ações possam dar conta das novas demandas impostas. Atualmente 39,5% dos psicólogos brasileiros atuam no campo das políticas sociais. Esse dado ressalta a importância de se estudar o tema da inserção e atuação profissional do psicólogo, na medida em que pode ajudar a elucidar uma identidade social para sua ação, revelando novos determinantes para o mercado e suas condições de trabalho. O objetivo deste trabalho é investigar aspectos relacionados à inserção profissional, características e condições de trabalho dos psicólogos brasileiros, que atualmente trabalham em políticas sociais. A pesquisa foi realizada numa parceria com o CFP e é parte da pesquisa nacional “Quem é o psicólogo brasileiro”. Os dados foram coletados por meio de questionário *on line* e organizados em um banco eletrônico, com uso do software SPSS 16. Resultados mostram indicativos de precarização nas relações de trabalho: baixa remuneração (50,1% ganham até 4,8 SM); múltiplas empregos simultâneos (76,7% desses profissionais tem mais de um emprego); e, no “terceiro setor”, vínculos empregatícios instáveis (37,4% são voluntários, 31% prestadores de serviço). Sobre a atuação profissional temos que as atividades desenvolvidas são aquelas tradicionais da clínica psicológica (as três atividades mais citadas foram: Psicodiagnóstico, Aplicação de testes psicológicos, Atendimento a crianças com distúrbios de aprendizagem); sobre a abordagem teórica 51,1% combinam mais de uma abordagem e 20,6% adotam a psicanálise. O panorama que podemos traçar a partir dos dados encontrados é de um profissional inserido em locais de atuação diferentes dos campos clássicos, mas que ainda mantém uma atuação tradicional embasada nos pressupostos teóricos já conhecidos e estabelecidos historicamente. Cabe uma reflexão acerca dessa conjuntura, pois as demandas impostas pelas políticas sociais apresentam novo público-alvo e novas problemáticas que são estranhas à formulação dos constructos teórico-técnicos tradicionais, na expectativa de uma renovação de teorias, técnicas e práticas. Não se pode afirmar que a prática estagnada dos psicólogos nesses locais se dê apenas por fatores internos (falta de conhecimento, por exemplo). A importância do presente estudo encontra-se exatamente na investigação dos fatores internos (atuação) e externos (inserção), uma vez que as condições de trabalho nas políticas sociais não parecem dar subsídios para atuação mais comprometida por parte do psicólogo e podem ser vetores de desmotivação no mesmo. Apoio financeiro e bolsas concedidas: CAPES/CNPq.

Políticas sociais, Profissão de psicólogo, Atuação do psicólogo.

IC

Outros

LEVANTAMENTO DE DADOS DE POPULAÇÃO E ATENDIMENTO NA CLÍNICA PSICOLÓGICA DA UEL ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2010. *Gisela Guilherme*, Fabiane Costa Moraes*, Laura Bagalho Ferucci*, Annie Catharine Wielewicki Bueno, Mariana de Toledo Chagas, Alex Eduardo Gallo, Renata Grossi e Edmarcia Manfredin Vila (Universidade Estadual de Londrina – Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento).*

A Clínica Psicológica da Universidade Estadual de Londrina (UEL) presta atendimento gratuito à comunidade interna e externa, de Londrina e região. Estes atendimentos estão vinculados às práticas de estágio curricular e atividades de projetos de ensino, pesquisa e extensão e são conduzidos por alunos e supervisionados por profissionais da Universidade. No entanto, estes alunos nem sempre estão satisfatoriamente preparados para atender casos urgentes e de problemática específica. Além disso, o número de alunos que prestam atendimento na Clínica não tem sido suficiente para dar conta da demanda da lista de espera, que se prolonga por muitos anos. Sendo assim, buscou-se traçar o perfil da população atendida, bem como do atendimento oferecido para que fosse possível identificar pontos falhos do processo e, a partir daí, propor intervenções adequadas que possibilitassem uma melhora com relação à agilidade dos atendimentos oferecidos. Para tanto, foram levantados dados da clínica, dos anos de 2006 a 2010, dentre os quais foram selecionadas as informações referentes ao nome, sexo, data de nascimento de cada cliente, a data em que foi realizado o primeiro contato com a clínica, a data da realização da triagem, a data em que o atendimento teve início e a data em que o caso foi encerrado, a quantidade de sessões realizadas, quantidade de terapeutas que atenderam cada cliente, abordagem na qual trabalharam e se houve ou não desistência por parte do cliente. A data do primeiro contato foi obtida a partir da lista de espera e os demais dados foram obtidos a partir das fichas de cada cliente que se encontravam arquivadas na clínica. Estes dados foram organizados numa planilha e verificou-se que a maioria dos dados necessários para realizar uma análise significativa não eram registrados. Dessa forma, foi possível verificar uma das grandes dificuldades com a qual a clínica-escola se depara, que se refere ao registro, organização e controle dos dados relevantes ao processo de atendimento oferecido por ela. Sendo assim, propõe-se que haja um controle com relação ao registro dos dados, por meio do cadastro em um banco de dados único, que inclua todas as informações pessoais do cliente e os dados sobre o seu atendimento. Para que este registro seja mais controlado, poderia, por exemplo, ser desenvolvido um software adequado. Sugere-se ainda que cada supervisor assine um termo de responsabilidade pela coleta destes dados e registros do andamento dos casos aos quais supervisiona, assim como avaliar o estagiário em termos de cumprimento das normas estabelecidas. Padronizar os procedimentos para coleta e registro de dados em clínica-escola pode ser um meio de garantir que esta cumpra seu papel: fomentar ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Clínica-Escola, triagens, atendimento clínico.

Apoio Financeiro: SETI (Programa Universidade Sem Fronteiras) e PROEX-UEL.

Nível do Trabalho: Projeto de Extensão

Código da Área: Saúde

OPINIÃO DOS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA EM RELAÇÃO AO USO DOS PSICOFÁRMACOS. *Leziane Parré* e Arthur Kümmer** (*Curso de Psicologia, Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, MG. **Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Neurociências, Grupo de Neuropsiquiatria, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.)*

Os psicofármacos são parte essencial do tratamento de vários transtornos mentais. O avanço da indústria farmacêutica somado ao conhecimento neuroquímico das psicopatologias permitiu maior compreensão do sofrimento mental, resultando em medicamentos mais eficazes e com menos efeitos colaterais, o que contribuiu para o aumento de prescrições. Concomitantemente, observamos um aumento no uso dos psicofármacos em paralelo aos estudos que mostram o uso irracional destes. Atualmente, presenciamos uma desvalorização das psicoterapias e uma promoção dos psicofármacos para situações existenciais, sugerindo uma dissolução dos conflitos através da medicação, reforçando o poder mágico de devolver a alegria e a vontade de viver. O discurso médico circula na sociedade que procura causas biológicas para as patologias psíquicas, buscando curas imediatas para o sofrimento, muitas vezes não considerando outros fatores, como psíquicos e sociais, deixando de lado a subjetividade do paciente. Nesse contexto, os profissionais de psicologia tendem a ser resistentes quanto ao uso dos psicofármacos. Todavia, o psicólogo, independentemente de sua área de atuação, depara-se frequentemente com sujeitos que fazem uso de psicofármacos ou que necessitariam de seu uso. Portanto, é importante que o psicólogo tenha um conhecimento básico de psicofarmacologia para a primazia do cuidado ao paciente. Estudos mais recentes, indicam que a associação entre psicoterapia e farmacoterapia oferece mais vantagens para o paciente em comparação com tratamentos isolados. O presente estudo teve como objetivo verificar de que maneira os estudantes de Psicologia de uma universidade particular da cidade de Belo Horizonte compreendem o uso dos psicofármacos no tratamento das psicopatologias. Participaram deste estudo 225 alunos (F/M:178/47) do 3º. ao 10º. período de Psicologia. Utilizou-se um questionário estruturado com 16 questões abrangendo o uso de psicofármacos no tratamento de psicopatologias específicas ou condições especiais (ex: infância ou gravidez). Os resultados demonstraram que a postura dos estudantes de Psicologia em relação aos psicofármacos não foi influenciada por gênero, idade ou período do curso. Entretanto, os estudantes que cursaram a disciplina eletiva de Psicofarmacologia (n=32) apresentam uma postura mais pró-fármaco, enquanto os que não cursaram apresentam uma postura mais anti-fármaco ($p=0.003$). O grupo que cursou a disciplina não diferia do restante da amostra quanto a gênero, idade ou período. Conclui-se que os resultados demonstram que a postura dos estudantes de Psicologia em relação ao uso dos psicofármacos é diferenciada no que tange à opção pela disciplina de Psicofarmacologia. Trabalhos futuros deverão investigar se a disciplina é responsável pela diferenciação da postura ou se os estudantes que optam por fazer a disciplina já possuem tal postura.

Palavras-chave: Estudantes, Psicologia, Psicofármacos.

Nível do trabalho: IC

FORM

VULNERABILIDADE E PROTEÇÃO: A PRÁTICA E A PESQUISA EM PSICOLOGIA DESDE A FORMAÇÃO. *Alice Maggi (Curso de Psicologia, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS)*

Para se conhecer o risco e cuidar da maneira mais eficiente possível também é preciso pesquisar com mais profundidade a natureza desses processos, já que ao risco o único que pode se oferecer é proteção e quem sabe, prevenção em outros níveis. Nesse momento, somam-se os impasses, e se for pesquisa com grupos vulneráveis também se duplicam as exigências. E então, o que fazer? Abandonar a pesquisa imediatamente? Positivamente não, mas pelo contrário seguir investigando tais situações, desde que protegidos e ancorados - os pesquisadores - pelas prerrogativas que os pares acadêmicos e profissionais estabelecem. Desde a posição dos docentes, é genuíno o convite a oferecer exercícios metodológicos desde a graduação com o intuito de despertar o caráter investigativo na formação superior. Até recentemente na Psicologia e possivelmente em outras áreas afins, a pesquisa era tarefa de uma minoria de Docentes Doutores, em geral formados no exterior, até porque inexistiam tais cursos nas universidades brasileiras e, que realizavam pesquisas junto aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, denominados de excelência na comunidade científica nacional e internacional. Sabe-se que esse modelo teve que ser expandido e, atualmente, um estudante de graduação tem a tarefa de coletar dados em algum momento de sua grade curricular. Não se pode ficar na direção contrária da socialização do ensino superior, mas é obrigatório refletir se essa é a melhor ou a única saída para tais impasses, quando se discute a pesquisa em psicologia, a vulnerabilidade e a proteção. O estudo discute algumas considerações a respeito dos conceitos de vulnerabilidade e proteção, quando relacionados à prática e pesquisa em psicologia. Estabelece ligações entre conceitos clássicos, principalmente, na área da filosofia e demais ciências humanas – como ética, moral e educação e as circunstâncias cotidianas e contemporâneas, como o acesso facilitado às informações, o incentivo para a formação de recursos humanos na área da pesquisa e o desenvolvimento tecnológico das últimas décadas. Ao final, sinalizam-se alternativas práticas e possíveis para operacionalizar a manutenção da pesquisa no contexto da vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, para garantir o cumprimento das recomendações éticas vigentes. Ou seja, dominar os conhecimentos teóricos e metodológicos disponíveis para orientar decisões acertadas, ultrapassar o senso comum, afinar-se com os pares da comunidade científica e com as demandas da assistência, harmonizar-se com todos os atores do contexto em que se dará a pesquisa e garantir cuidado e proteção diante dos que se recusam a participar de estudos e ensaios científicos. Entende-se que somente dessa maneira não se invertem os meios e os fins, aliás, decisão sempre tão simples e sábia e nem sempre atingível.

Palavras-chave: psicologia; práticas profissionais; vulnerabilidade.

Pesquisador - P

FORM Formação em Psicologia

MET Metodologia de Pesquisa e Instrumentação

CONCEPÇÕES E EXPECTATIVAS DE ESTUDANTES DO PRIMEIRO SEMESTRE DE PSICOLOGIA. *Lúisa Cássia da Paixão** e *Áderson Luiz Costa Junior* (Universidade de Brasília. Brasília. DF).

O ingresso na universidade é reconhecidamente uma etapa potencialmente conturbada na qual o aluno tem de se adaptar a novas demandas, desenvolver crescente autonomia e dirigir sua atenção a aspectos generalistas e específicos da área escolhida. Uma concepção errônea sobre o curso e a profissão pode resultar em desmotivação, dificuldades de aprendizagem ou mesmo em desistência do curso. O presente estudo investigou o perfil dos alunos do primeiro semestre do curso de graduação em psicologia da Universidade de Brasília, considerando os motivos da escolha pelo curso, o que esperam e o que compreendem como sendo a psicologia e as atividades típicas de um psicólogo. Foram aplicados questionários impressos, ou em versão online, respondidos por 48 de um total de 50 alunos matriculados no primeiro semestre do curso. O instrumento, desenvolvido especialmente para o estudo, continha questões abertas, com possibilidade de mais de uma resposta por questão, e questões de múltipla escolha. Dos respondentes, 33 (68,75%) eram do sexo feminino. A idade média dos participantes foi de 18,6 anos. Pouco mais de um terço (35,41%) fizeram orientação vocacional durante o ensino médio. Dos motivos apresentados para a escolha do curso, a decisão pessoal foi citada por 39 (81,25%), seguida por seis (12,5%) participantes que referiram outras razões e apenas um aluno referiu a escolha do curso por influência familiar. À questão sobre o que é psicologia, foram registradas 106 respostas. A mais referida, por 27 participantes (56,3%) descrevia a psicologia como o estudo da mente humana, 26 (54,2%) a descreveram como o estudo do comportamento humano, 11 (22,9%) se referiram à psicologia como uma ciência e 10 (20,8%) como uma forma de ajudar as pessoas. Sobre atividades profissionais típicas de um psicólogo, todos os 36 (75%) participantes que responderam à questão de acordo com o que era solicitado, apontaram a clínica como a opção prioritária. Destes 36 respondentes, 25 (52,1%) também apontaram a área organizacional como uma possibilidade, 20 (41,7%) destacaram também a área de psicologia escolar e 16 (44,44%) ainda se referiram às atividades de pesquisa científica. Quando questionados sobre suas expectativas quanto ao que esperam aprender ao longo do curso, foram registradas 84 respostas, sendo que 29 alunos (60,4%) esperam entender o homem e/ou seus comportamentos e 15 alunos (31,3%) referiram que pretendem ajudar as pessoas. Quando solicitados a sugerirem temas que gostariam de discutir, os mais citados foram psicopatologias (18 alunos - 37,5%), psicologia jurídica/forense (14 alunos - 29,2%), psicanálise (nove alunos - 18,8%), psicologia social (sete alunos - 14,6%) e psicologia cognitiva (seis alunos - 12,5%). Os dados apontam uma prevalência de características que comumente permeiam os cursos de graduação em psicologia, como uma maioria de mulheres, uma concepção do psicólogo como alguém que estuda o comportamento humano, possui habilidades para ajudar outras pessoas e é primariamente um clínico. O estudo pode contribuir para o planejamento de atividades diversificadas e sistemáticas do curso, que ampliem a concepção tradicional da psicologia, incluindo áreas emergentes, novas exigências do mercado de trabalho e uma sólida formação em pesquisa.

Bolsa do Programa de Educação Tutorial/MEC para primeira autora.

Palavras-Chave: Formação em Psicologia, Curso de Graduação, Levantamento.

Iniciação Científica - IC

Área de Pesquisa: FORM

ANÁLISE DE CONTINGÊNCIAS APRESENTADAS NO FILME “SETE VIDAS”. *Aline Cristina Monteiro Ferreira**, *Géssica Denora Ribeiro** e *Silvia Aparecida Fornazari* (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil)

O objetivo deste trabalho foi analisar as contingências responsáveis pelos comportamentos do protagonista e dos personagens que foram beneficiados por esses comportamentos na história do filme “Sete Vidas”. No filme, o protagonista envolveu-se em um acidente em que se julgou culpado por ter causado a morte de sete pessoas, inclusive de sua esposa. Devido esse fato, ele tomou a decisão de doar sua vida a outras sete pessoas, doando seus órgãos e sua residência a quem, em sua concepção, precisava e principalmente merecia. Foi observado como o protagonista se relacionou em diferentes situações e com diferentes pessoas que ele havia selecionado para ajudar e como essas pessoas reagem. Para o estudo foi utilizado o DVD do filme “Sete Vidas” de gênero drama, dirigido por Gabriele Muccino com duração de 118 minutos, um notebook tela 17 polegadas, blocos de anotações e canetas. O método do trabalho consistiu em assistir ao filme repetidas vezes, pausando sempre que necessário para obter melhores informações e permitir o desenvolvimento das anotações, facilitando o relato da análise funcional dos comportamentos de dez personagens ao todo: O protagonista; outros sete, que foram ajudados por ele; e outros dois coadjuvantes da história que também estavam envolvidos. Os resultados demonstraram que os comportamentos mais expressivos dos personagens, mostrados no filme foram de modo geral: autocontrole, resolução de problemas, tomada de decisão, comportamento de lembrar, comportamento governado por regras, comportamentos de sentir (culpa, amor, dor, etc) e fuga/esquiva. Como exemplo da análise realizada, na análise dos comportamentos do protagonista e considerando o comportamento de autocontrole, ele tirou a própria vida para salvar ou melhorar a vida de sete pessoas, pode-se inferir que seu comportamento tenha sido emitido por reforço negativo, para livrar-se da “culpa” por ter sido responsável pela morte das outras sete pessoas no acidente. A história de amor que acontece no filme, entre o protagonista e a garota que recebe a doação de seu coração, pode ser analisada a partir de algumas variáveis relevantes: em primeiro lugar, ela poderia ser um estímulo discriminativo importante para o comportamento de lembrar da responsabilidade pela morte da esposa, uma segunda variável relevante poderia ser o significado que foi construído culturalmente para o coração, ou seja, frases como “te amo com todo o meu coração”, demonstram a relevância de literalmente “lhe entregar o coração”, e neste caso, essa possibilidade poderia ser considerada um reforço positivo. É claro que toda a história está baseada na construção do repertório comportamental do protagonista, que a partir dos três níveis de seleção do comportamento pelas conseqüências, comporta-se de forma a valorizar a vida, e assim, a responsabilidade que acredita ter pela morte das pessoas constitui-se em um estímulo aversivo de grande intensidade, o que fez com que ele se engajasse em comportamentos que proporcionassem a conseqüência de eliminá-lo, no caso, literalmente doar-se para que outros pudessem viver. Por fim, o trabalho de análise do filme “Sete Vidas” possibilitou um maior conhecimento e aprofundamento nos conceitos fundamentais da Análise do Comportamento, contribuindo para a compreensão do cotidiano.

Palavras-chave: análise de contingências; repertório comportamental; análise do comportamento
Outro

FORM

CARACTERÍSTICAS DO COMPORTAMENTO DE DELIMITAR PROBLEMA DE PESQUISA EM MONOGRAFIAS DE ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA. *Ingrid Agassi** (Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, SC) e *Nádia Kienen* (Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, SC)

A partir da homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia, em 2004, o processo de pesquisar passou a ser considerado básico para a formação do psicólogo. Ser pesquisador parece ser uma característica fundamental para que o profissional de psicologia possa intervir sobre fenômenos psicológicos e, para isso, precisa desenvolver algumas competências, como produzir conhecimento científico sobre eles. Isso porque pode se deparar com situações de intervenção em que não há conhecimento disponível para subsidiar sua intervenção, o que exigirá que ele produza conhecimento sobre as mesmas como condição para a intervenção. Sendo assim, é fundamental que o psicólogo tenha uma formação científica bem desenvolvida para que possa criar condições que possibilitem a intervenção sobre fenômenos psicológicos. Diante disso, vale a pena produzir respostas à seguinte pergunta: Quais as características do comportamento de delimitar problema de pesquisa de estudantes de graduação em Psicologia? Para respondê-la, foi realizada uma pesquisa documental sendo utilizadas como fontes de informação 20 monografias de estudantes de graduação em Psicologia de uma universidade privada da região da Grande Florianópolis. Foi elaborado um protocolo de registro no qual constavam variáveis relativas às características dos seguintes processos comportamentais constituintes do processo de delimitar um problema de pesquisa: 1. Delimitar fenômeno de pesquisa; 2. Apresentar problema de pesquisa; 3. Sistematizar o conhecimento existente sobre o fenômeno de pesquisa; 4. Observar fenômeno de pesquisa. As informações das monografias relacionadas às variáveis investigadas foram transcritas para o protocolo de registro. Os dados coletados e registrados foram organizados e tabulados de acordo com as variáveis investigadas nas monografias, que serviram como categorias de análise do comportamento “delimitar problema de pesquisa”. Foram realizados cálculos de média e percentual a partir dos dados encontrados, sendo os mesmos apresentados em gráficos para facilitar a visualização dos dados. Foi possível avaliar que os problemas de pesquisa delimitados são vagos e amplos, o que caracteriza implicações para a monografia como um todo, uma vez que todas as decisões de uma pesquisa dependem da clara e precisa delimitação do problema. Com relação às características dos objetivos específicos, foi constatado que parte deles refere-se à decomposição do objetivo geral e a procedimentos metodológicos. No que tange à demonstração da relevância da pesquisa, uma parcela significativa de monografias investigadas não apresenta relevância científica. Sendo assim, parece que os futuros psicólogos desenvolvem somente parte dos comportamentos necessários para delimitar problemas de pesquisa durante a graduação, o que implica a formação de profissionais que ainda não desenvolveram parte das competências importantes para intervir sobre fenômenos psicológicos.

Bolsa PUIC - Programa Unisul de Iniciação Científica - Universidade do Sul de Santa Catarina.

Palavras-chave: monografias; problema de pesquisa; graduação em Psicologia.

Área: FORM – Formação em Psicologia

"A MELHOR AMIGA QUE JÁ TIVE EM TODA MINHA VIDA": OS VÍNCULOS VIRTUAIS NOS BLOGS, UM ESTUDO NO CONTEXTO MATRIMONIAL. *Rafaela Donhini** e *Karina Tomelin (Uniasselvi, Blumenau SC)*

O número de usuários brasileiros que lêem blogs atingiu 10 milhões de pessoas em fevereiro de 2008, segundo dados do Ibope/NetRatings, o que representa 45,5% dos internautas ativos. Em dezembro do ano passado, eram 9,6 milhões que acessavam os blogs. Dentre as várias categorias desse instrumento, está o de madrinha virtual que aparentemente, sua única finalidade é a demonstração de carinho. Baseado nestes conceitos, realizou-se um estudo a fim de reconhecer como se constituem e como se estabelecem os vínculos virtuais nos blogs de contexto matrimonial. O objetivo central da pesquisa pautou-se na produção de subsídios teóricos que possibilitasse compreender, a singularidade da relação afetiva estabelecida pela internet, definir como ocorreram as ligações que intermediavam essa estrutura e por fim, enumerar os fatos que se sucederam dessa interação. Utilizou-se o método exploratório, que proporcionou maior familiaridade com o problema. A pesquisa foi desenvolvida por meio de um questionário elaborado com oito perguntas das quais foram entrevistadas oito mulheres que utilizaram os blogs para divulgar os preparativos de seus casamentos e eleger madrinhas virtuais. A idade média era de 22 a 30 anos de idade, sendo quatro delas do estado do Paraná, uma do Rio de Janeiro, uma de São Paulo, uma de Brasília e uma do estado de Alagoas. A análise dos dados foi qualitativa. Com isto pode-se perceber que em 90% dos casos as madrinhas virtuais são definidas por suas características afetivas para as noivas, sendo 10% categorizadas como sendo funcionais. Em nenhum caso entrevistado houve a manifestação de negligência por parte da madrinha virtual. A desvantagem dessa relação indicada pelas noivas se deve ao fato da madrinha virtual não estar presente no dia do casamento em 67% dos casos. Dentre os critérios estabelecidos pelas noivas na escolha da madrinha virtual, 32% indicaram o fato da pessoa ser mais participativa. Na visão familiar em 15% dessa conjuntura os noivos conheciam pessoalmente a madrinha virtual, e a família se manifestava envolvida. Em apenas 8% das famílias não se envolveu com a madrinha virtual. A partir desse estudo, a ligação entre as noivas com suas respectivas madrinhas virtuais, possibilitou compreender a real necessidade da sociedade rever os estereótipos em que a mesma se situa na atualidade. Uma vez que as madrinhas virtuais estão preenchendo lacunas construídas pelo contexto do qual estamos inseridos, atributos de uma geração, escassos na concepção humana do século XXI. Conclui-se que os papéis desempenhados de maneira virtual possuía singularidades e características reconhecidas como necessárias as situações estabelecidas socialmente. Ou seja, papéis desempenhados anteriormente por uma amiga ou parente próximo são reconfigurados para o espaço virtual, a partir de mulheres que desejam auxiliar a noiva no matrimônio.

Palavras - chave: Blogs; Madrinha virtual; Relação virtual

Nível do trabalho: Iniciação científica (IC) Trabalho de Graduação

Formação em Psicologia

ELABORAÇÃO DE CARTILHAS EDUCATIVAS NA FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS: ESTRATÉGIA DE ENSINO, APRENDIZAGEM E MOTIVAÇÃO. *Gislaine Cristhiane Berri de Sousa (Faculdade Metropolitana de Blumenau- FAMEBLU- GRUPO UNIASSELVI-SC)*

Atualmente, com as constantes discussões acerca do processo de ensino-aprendizagem tornou-se inconcebível desvincular um processo do outro. Dentre os fatores implicados nesse complexo processo, destaca-se a motivação. Essa palavra tem origem do latim *movere* que significa mover. Diferentes estratégias de ensino têm buscado favorecer a motivação de modo a mantê-la constante no processo de ensino-aprendizagem por acreditar ser ela importante catalisador de tal processo. Solicitou-se aos alunos do 1º semestre do curso de Psicologia que elaborassem sob supervisão do seu professor cartilhas educativas a respeito da profissão de psicólogo que visassem esclarecer a diferentes populações e ao público leigo as características e atividades profissionais do psicólogo. A cartilha educativa deveria ser um material escrito, gráfico e atrativo com informações pertinentes e consistentes com o objetivo proposto. Esta estratégia exigia como competências iniciais: compreender quais as características e atividades profissionais que o psicólogo exerce, reconhecer as distorções da imagem do profissional e elaborar de maneira criativa, coerente e organizada, material capaz de sensibilizar o público alvo de maneira a contribuir para a transmissão de conhecimento e esclarecimentos sobre a profissão do psicólogo. Tal proposta favoreceu ainda a adesão ao comportamento empático, permitindo que alunos percebessem a realidade de seus interlocutores, a comunicação escrita, bem como a criatividade e contextualização e aplicação dos conhecimentos estudados em sala. Durante a execução da proposta, valorizou-se a diversidade de interesses dos grupos de alunos: alguns preferiram construir material voltado para empresas, outros para o público adulto, outros ainda para jovens e crianças. Os resultados do processo surpreenderam pela qualidade técnica, gráfica e pelo potencial criativo e inovador despertado e fortalecido nos alunos. A socialização dos materiais e a divulgação entre outras pessoas do curso e externas à ele, favorece a adesão dos alunos envolvidos na proposta não só com a disciplina, mas com o curso e com sua futura categoria profissional.

Estratégias de ensino; motivação; formação de psicólogos.

FORM

FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO PARA ATUAR NO SUS: UMA ANÁLISE DO CURRÍCULO DE UM CURSO DE PSICOLOGIA EM SANTA CATARINA. *João Rodrigo Maciel Portes** e *Carlos Eduardo Máximo*** (Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC).

Desde a sua regulamentação a Psicologia, vem acompanhando os diversos desdobramentos sociais, políticos e econômicos do país, e é nesse embate de conflitos que surge a necessidade de uma transformação na formação em Psicologia, que se aproxime do SUS. Justifica-se a relevância deste trabalho para a busca de um novo olhar para a formação do psicólogo, onde a partir da análise do currículo possibilite uma reflexão de como está caminhando essa formação, se está dentro do que propõe as políticas públicas de saúde e as Diretrizes Curriculares Nacionais e se está possibilitando o desenvolvimento das competências necessárias para atuação do psicólogo no SUS. Procurando operacionalizar este estudo, tem-se como objetivo geral: identificar as possíveis relações no currículo de um curso de Psicologia em Santa Catarina com as competências profissionais para atuação no SUS. Tendo como objetivos específicos: a) Identificar a concepção de saúde que perpassa o currículo do curso de Psicologia ; b) Comparar as disciplinas e ementas das duas últimas grades curriculares do curso de Psicologia; c) Levantar eventos e outras atividades culturais e acadêmicas do cotidiano curricular que se aproximam com o SUS; d) Levantar a produção de pesquisa e extensão do curso de Psicologia no SUS. A presente pesquisa fez uso da abordagem qualitativa de caráter documental. Os dados foram coletados em documentos que expressam o currículo de um curso de Psicologia de Santa Catarina. Os documentos estavam dispostos na coordenação do curso, onde optou-se por um recorte a partir do Projeto Pedagógico que é referente a 2006/2007, de levantar dados para alcançar os objetivos desta pesquisa de 2006 ao primeiro semestre de 2009: Projeto Político Pedagógico 2006/2007, Matrizes curriculares 6 e 8, folders dos principais eventos do curso, folders das defesas de trabalhos de conclusão de curso, Catálogo dos programas de estágio de Psicologia Clínica de 2006 a 2008, arquivo digital dos projetos de estágio básico. Como fonte de análise comparativa utilizou-se nesta pesquisa documental como referência oficial, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de Psicologia, aprovadas em 2004. A partir da análise temática de conteúdo documental, buscou-se no currículo evidências que se aproximassem do SUS. Percebeu-se que o currículo do curso de Psicologia pesquisado, reflete diferentes visões do conceito de saúde-doença, a biológica, higienista-preventivista e social. Evidencia-se no currículo que a matriz 6 tem uma influência do modelo flexneriano, voltada a atenção na doença, na uniausalidade dos fatores biológicos, e também na separação dos conteúdos e estágios. Já a matriz 8 é influenciada pelas DCN, demonstra uma possível aproximação com o SUS, tendo uma visão ampliada do conceito de saúde-doença com uma proposta de organização curricular mais integrada, inserido o acadêmico deste a metade do curso na prática, além de uma maior interdisciplinaridade entre as disciplinas. Já quanto a produção científica e os eventos levantados, demonstraram uma baixa proximidade com o SUS, porém os projetos de extensão evidenciaram uma maior aproximação. Apesar das possíveis aproximações do currículo pesquisado com o SUS, entende-se que os atores sociais são os protagonistas para que esse currículo efetivamente aconteça.

Palavras-chave: Formação em Psicologia, Currículo, SUS.

IC

FORM

ENSINO SUPERIOR E A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE: O CENÁRIO DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS. *Laisy Lima Nunes**, *Railda Fernandes Alves***, *Dilene Cardoso de Alcântara**, *Hediany de Andrade Melo**, *Pamela de Sousa Gonzaga**, *Rafaella Azuzzy Diógenes Alves** e *Renally Xavier de Melo** (Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB).

A partir da década de 1970, movido pelo processo da Reforma Psiquiátrica e pela mudança na concepção do processo saúde-doença, o psicólogo foi conquistando novos espaços e novas demandas foram surgindo fundamentadas nas políticas públicas de saúde. Foi exigida uma mudança do campo clínico tradicional, as novas políticas reorganizaram suas intervenções, valorizando o trabalho multiprofissional e requisitando a atuação do psicólogo em suas equipes. Com base nesse novo cenário, tornou-se cada vez mais evidente a necessidade de uma abordagem teórico-prática que forneça o suporte adequado ao exercício das novas intervenções. É nesse contexto que a Psicologia da Saúde se apresenta como possibilidade de subsidiar tais práticas, tendo em vista que surge com a necessidade de promover e de pensar o processo saúde-doença como um fenômeno social. Porém, ainda é uma área de muitas divergências teóricas e que precisa de maior consolidação no sentido de teorias que lhe fundamentem. Nesse artigo, entretanto, o trabalho foi construído sobre o conceito de Psicologia da Saúde como sendo um campo de práticas autônomo em relação à psicologia clínica e mais abrangente que esta, dedicada às práticas de atenção à saúde em todos os níveis de assistência, a saber, primário, secundário e terciário; mas, prioritariamente, voltada à promoção de saúde e à prevenção primária de doenças. Tendo em vista a importância dessa área para a atuação do psicólogo e a necessidade de uma formação que contemple esse âmbito, o presente trabalho objetivou conhecer os discursos de professores de universidades públicas acerca da Psicologia da Saúde e a partir disso, avaliar as suas contribuições para a formação dos psicólogos, nesse novo contexto de intervenções psicológicas. Foi realizada uma pesquisa nas universidades públicas da Paraíba, com professores efetivos dos departamentos de Psicologia. O estudo foi do tipo transversal, descritivo e analítico com abordagem quanti-qualitativa. Para coleta de dados foi utilizado um questionário misto e diário de campo. Os dados foram analisados segundo a análise de conteúdo categorial temática e em seguida foram construídas árvores de associação. A amostra foi composta por 62,9% da população pesquisada, que equivale a 39 professores das duas instituições. Os resultados apontam que apesar da importância que os professores atribuem à inserção dos psicólogos na saúde pública, especialmente no programas de atenção básica, considerando um avanço significativo no sistema de saúde brasileiro, existe um desconhecimento do que seja, de fato, a Psicologia da Saúde, sendo muitas vezes confundida com a Psicologia Clínica. Outro dado relevante é que a formação universitária é inadequada para a construção de conhecimentos teóricos e técnicos nessa área, os professores declararam que os psicólogos não obtêm da universidade formação condizente com a prática solicitada nas instituições públicas de saúde. Assim sendo, fica evidente a desarticulação da formação na perspectiva da Psicologia da Saúde que acarreta a atuação insatisfatória dos psicólogos nas políticas públicas de saúde.

Palavras-chave: Psicologia da Saúde; Ensino Superior; Formação profissional.

Nível do trabalho: IC (Trabalho de graduação)

Código da área: FORM Formação em Psicologia

TODO PSICÓLOGO É CLÍNICO, SOCIAL E DA SAÚDE: REFLEXÕES SOBRE INTERFACES DO FAZER EM PSICOLOGIA. *Adsson Magalhães** e *Ana Flávia Santana* (Departamento de Ciências Humanas e da Saúde, Universidade Salvador, Salvador – BA)

Desde a sua concepção enquanto ciência no findar do século XIX a Psicologia atravessou e atravessa diversos momentos de instabilidade epistemológica que interferem desde o seu objeto de estudo à atuação prática do profissional psicólogo. Ao revisar a Classificação Brasileira de Ocupações pode-se perceber que existe uma titulação e descrição laboral específica para psicólogos clínicos, psicólogos sociais e psicólogos da saúde. O presente trabalho é fruto de uma revisão bibliográfica de autores que discorrem sobre os três campos, ora dissociadamente ora de forma interdisciplinar, cujo objetivo é fazer uma reflexão e análise dos pressupostos que referenciam a atuação de cada psicólogo em sua interface como aplicadores de uma ciência que tem se demonstrado multifacetada, porém integrada. Do ponto de vista psicológico, da mesma forma que afirmamos que “toda Psicologia é social”, podemos pensar e problematizar sobre “qual Psicologia não é da saúde?” e “qual escutar não é clínico?”. Para embasar esses questionamentos, é necessário fazer uma ampliação dos três grandes conceitos supracitados, todos inseridos no contexto psicológico e principalmente sob o ponto de vista da complexidade. Apesar de ter uma definição muito abrangente, a clínica em Psicologia por muito tempo foi associada somente ao *setting* terapêutico fechado. Seu conceito enquanto prática do psicólogo, no sentido da escuta clínica surge dada a importância da linguagem como fonte de constituição de sentido e subjetivação do ser humano. Ampliando o conceito de clínica configurada como um ponto importante no rol de práticas que constituem o atual campo do saber psicológico, é preciso vê-la como uma atitude que se caracteriza sobretudo pela possibilidade de ter um olhar diferenciado e aprofundado sobre a realidade de um sujeito, que se torna inerente e indissociável do psicólogo em sua prática, seja ela de consultório ou não. E ainda que inseridos que enquadrado no espaço, vivenciamos o social pois fazemos parte dele junto a quem escutamos. Os processos de saúde-doença também constituem uma expressão particular do processo geral da vida social. No pensamento sistêmico de ampliar o conceito de saúde, pensá-la como o completo bem-estar físico, mental e social ultrapassa a noção simples de ausência de doença, entretanto pensando nos espaços de atuação do psicólogo, é visível que sua identidade também é pautada pela promoção da saúde num amplo contexto que ultrapassa o biopsicossocial. Dessa forma, é possível pensar uma Psicologia e um psicólogo que não precisem do enquadre limitador de um consultório para ser clínico, nem de um conceito de saúde que reflete simplesmente uma não-doença para atuar. É perceptível como o fazer do profissional psicólogo, independente da área ou campo em que atue, perpassa a clínica, o social e a saúde de forma dialógica, podendo perceber que somos clínicos, pois temos a escuta, sociais pois estamos inseridos num contexto formando e sendo formado por ele, e da saúde pois ajudamos a promover projetos de felicidade em todos os âmbitos de atuação.

Palavras-chave: atuação do psicólogo, interfaces da psicologia, psicologias.

Nível do trabalho: Pesquisador

Código de Área: FORM Formação em Psicologia

FORMAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIVALI/CAMPUS ITAJAÍ – 2007/I A 2008/II. *Carla Luisa Werlang**, *Josiane da Silva Delvan da Silva* e *Sueli Terezinha Bobato*** (Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC)

Conhecer a trajetória acadêmica e a inserção profissional dos egressos constitui-se como uma importante estratégia de gestão para a avaliação da formação oferecida e planejamento de ações em prol da qualidade dos serviços prestados. Esta pesquisa teve como objetivos investigar a percepção dos egressos do curso de Psicologia da UNIVALI, sobre a relação entre sua formação e inserção profissional; identificar o grau de satisfação dos egressos em relação à formação recebida; verificar os aspectos que facilitaram e/ou dificultaram a inserção profissional; levantar informações relacionadas a contextos e âmbitos de atuação profissional e detectar a satisfação em relação à profissão. Contemplou-se uma combinação metodológica, englobando aspectos quantitativos e qualitativos, utilizando, para a coleta de dados, um questionário semi-estruturado, via e-mail, com os egressos do curso de Psicologia, formados entre 2007/I a 2008/II. Participaram da pesquisa 21 egressos que realizaram toda a graduação no campus da UNIVALI/Itajaí e atuam como psicólogo há pelo menos três meses. Os dados foram analisados a partir da distribuição de frequência simples e porcentagem das respostas obtidas e as informações qualitativas foram analisadas por meio de análise de conteúdo, organizadas em categorias temáticas. Constatou-se que 40% dos egressos estão plenamente satisfeitos e 49,5% parcialmente satisfeitos com a formação recebida durante a graduação, a qual contribuiu para a inserção no mercado de trabalho e propiciou conhecimentos teórico-práticos e segurança para o exercício da profissão. A atividade profissional dominante encontra-se nas áreas Clínica e Organizacional e do Trabalho. Os fatores que contribuíram para a inserção profissional referem-se a conhecimentos relacionados a um bom currículo e atitudes variadas como persistência, dedicação, vontade e iniciativa, prevalecendo a rede social como aspecto predominante. As dificuldades, contudo, referem-se à falta de investimento em profissionais que procuram o primeiro emprego, formação da clientela, pouca valorização da profissão pelo mercado, bem como falta de experiência. As estratégias utilizadas pelos egressos para superar as dificuldades encontradas na inserção profissional foram principalmente a busca de especialização: 15 dos 21 participantes estão realizando ou já realizaram pós-graduação, prevalecendo as áreas de Saúde Mental, Psicopatologia e Psicanálise e Psicoterapias Corporais. Quanto aos locais de trabalho prevalece a empresa privada, seguida de consultório e clínica integrada, respectivamente, sendo que as principais formas de admissão foram processo seletivo e relações pessoais. O Curso de Psicologia realizado contribuiu para a inserção e ascensão profissional de 70,3% dos egressos participantes, sendo que praticamente metade está plenamente satisfeita com a profissão e metade está pouco satisfeita, estes últimos justificados pela baixa remuneração, pouca valorização profissional e dificuldade de trabalho em equipe multiprofissional.

Palavras-chave: egressos, formação em Psicologia, inserção profissional.

IC

FORM

COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS EM REUNIÕES ANUAIS DA SBP NAS ÁREAS ESCOLAR E CLÍNICA. *Márcia Regina Bonagamba Rubiano e Sônia Santa Vitaliano Graminha (Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto).*

As Reuniões Anuais da SBP têm sido fórum para divulgação e debate da produção científica em Psicologia no Brasil. Dentre as atividades realizadas, merecem destaque as comunicações científicas que refletem mais diretamente a produção científica. Este trabalho teve como objetivo analisar as comunicações científicas em escolar e clínica, em três momentos históricos da SBP: 1971, por ocasião da criação da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SPRP), precursora da SBP; 1990, ano da penúltima reunião organizada pela SPRP e 2009, época da filiação à Federação Ibero Americana de Associações de Psicologia. Foram consultados Programas e Resumos da I, XX e XXXIX Reunião Anual, considerando as comunicações científicas nas áreas referidas, apresentadas oralmente (sessões coordenadas ou não) e em painéis. A análise tomou por base o título, por vezes o resumo, e a experiência das autoras nas áreas. Inicialmente cada pesquisadora analisou trabalhos de sua área de competência, identificando temática e abordagem. Em conjunto, foram discutidas dúvidas e formas para sistematização e apresentação dos dados. Em 1971, das 20 comunicações científicas publicadas, seis eram de escolar e duas de clínica. O número de trabalhos aumentou em 1990 e 2009, passando de seis para 46 e 66 na área escolar e de dois para 15 e 104 na área clínica. Entretanto, proporcionalmente ao total de comunicações, ocorreu um decréscimo em escolar (30 %, 18% e 11 %) enquanto em clínica houve queda, seguida por aumento (10%, 7% e 17%). Em escolar houve diversificação gradativa dos temas investigados nas três reuniões (quatro, sete e 10 temas), sendo que as temáticas sobre “educação especial”, “alfabetização” e “definição do papel do psicólogo escolar” foram foco de investigação nos diferentes momentos. Chama atenção a alta incidência de trabalhos sobre violência (18%), observados apenas em 2009. Com relação à abordagem, verificou-se que na área de escolar ocorreu predomínio da comportamental em 1971, dos trabalhos descritivos e das abordagens comportamental e piagetiana em 1990 e que em 2009 os trabalhos se distribuíram em pelo menos oito abordagens diferentes. Na área clínica, também ocorreu ampliação de temas e abordagens. Enquanto em 1971, as duas comunicações relatam “intervenção na abordagem comportamental”, em 1990 foram identificados sete temas com predominância de trabalhos descritivos sobre “caracterização de clientela” (47%). Já em 2009 foi muito maior a diversidade de temas (36), com predomínio de trabalhos sobre “transtornos mentais específicos” (23%) e foram identificadas oito abordagens diferentes, com maiores incidências de trabalho na psicanalítica / psicodinâmica (37%), na cognitivo-comportamental (15%) e na comportamental (7%). Os resultados podem ser relacionados a questões sociais que motivam os temas, ao aumento e diversificação dos cursos, à formação de grupos de pesquisa, a exigências da vida acadêmica e da própria SBP. O aprofundamento desta análise pode oferecer subsídios para reflexão sobre organização das reuniões anuais.

Palavras-chave: SBP, produção científica, psicologia escolar e clínica

Nível do trabalho: P

FORM

AUTORIA DE LITERATURA ESPECIALIZADA SOBRE A PROFISSÃO DE PSICÓLOGO NO BRASIL. *Joyce Pereira da Costa**, *Keyla Mafalda de Oliveira Amorim***, *Vanessa Costa Pessanha** e *Oswaldo Hajime Yamamoto (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN)*

As publicações existentes sobre a profissão de psicólogo no Brasil datam de período antecedente à regulamentação profissional, ocorrida em 1962, mas são escassos estudos sobre aspectos da produção de conhecimento referente ao tema, a exemplo da análise de autoria. Reconhecendo-se que o estudo de publicações serve de instrumento para avaliação do desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão, com esta pesquisa, objetivou-se caracterizar os autores principais de trabalhos que discorrem a respeito da profissão de psicólogo no Brasil. Para tanto, buscou-se o Currículo Lattes de 723 autores para coleta de informações ao seu respeito, sendo estas organizadas em banco de dados com o auxílio do *software* de análise estatística *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) – versão 16. Quanto aos resultados, não foram localizados os Currículos Lattes de 20,6% (n = 149). Dessa forma, exceto as análises de gênero, resultados apresentados neste estudo se basearam nas informações obtidas sobre 564 autores. Verificou-se a predominância de autores do sexo feminino (78,6%), sendo a maioria doutores e mestres (65,3%), vinculados a instituições localizadas no eixo sudeste do país (73,7%). Quanto à área de titulação, 61,3% dos autores são da Psicologia, também havendo a presença de 24,8% titulações de outras áreas. Pouco mais da metade dos autores participa de grupos de pesquisa (52,6%), sendo que destes, 41,1% são líderes dos grupos que compõem. Contam com algum tipo de financiamento 22,5% dos autores. Apenas 62 autores assinalaram vínculo com entidades representativas da profissão. Observa-se que parte dos resultados sobre a autoria das produções referentes à profissão de psicólogo no país se coaduna com dados obtidos em outros estudos realizados na Psicologia: maioria feminina, refletindo o perfil profissional da área, e concentrada nas regiões sul e sudeste. Este último dado, por sua vez, pode ser reflexo de desigualdade na distribuição de recursos para financiamento de pesquisas, de oportunidades educacionais e de formação acadêmica existente no Brasil, sendo característico do perfil da ciência brasileira, não restrita à Psicologia. A presença de outras áreas do conhecimento dentre as titulações sugere que há, por parte dos autores, a necessidade de se buscar outros aportes teóricos para o entendimento da temática estudada, ou ainda, que tais autores mantenham algum vínculo com Psicologia participando de grupos de pesquisa na área. O baixo índice de vinculação dos autores a entidades representativas da profissão pode ser indicativo da baixa relação entre o pertencimento a alguma entidade profissional e a produção sobre o psicólogo, sobretudo ao considerar que os autores que mais produziram a respeito da profissão não assinalaram qualquer vinculação com as entidades. Os dados evidenciam também que a profissão de psicólogo é um tema pontual e difuso entre os pesquisadores da área. Salienta-se que as informações contidas nos Currículos Lattes apresentaram incoerências, impondo limites ao trabalho, e sugere-se que outros estudos sejam desenvolvidos com essa temática, utilizando-se outros meios como projetos de pesquisa, relatórios de avaliação dos programas de pós-graduação, entre outros.

Apoio financeiro e bolsas concedidas: CNPq; CAPES; Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Palavras-chave: produção de conhecimento; autores; Psicologia

Nível: IC

Código da área: OUTROS

SER FELIZ: A PERCEPÇÃO DO BEM-ESTAR SUBJETIVO EM UNIVERSITÁRIOS. *Franciele Souza da Silva* e Sandra Maria Sales de Paula da Silva e Sousa (Universidade Tuiuti do Paraná – Curitiba - PR).*

O objetivo deste trabalho foi analisar a percepção de bem-estar subjetivo em estudantes da Universidade Tuiuti do Paraná. A pesquisa teve como participantes 35 estudantes do curso de Psicologia, de ambos os sexos, que frequentavam desde o 1º período até o 10º período do turno da manhã e da noite. Os procedimentos metodológicos tiveram por base um questionário com perguntas abertas, com conteúdo alusivo ao bem-estar subjetivo. A aplicação desse instrumento da pesquisa foi realizada nas dependências da própria universidade e ocorreu de forma coletiva. Buscou-se limitar em até 5 (cinco) participantes por período. A análise dos dados coletados demonstrou que a faixa etária variou entre 18 a 38 anos e foram entrevistados 27 alunos do sexo feminino e 8 do sexo masculino. Observou-se que 29,7% das respostas dos entrevistados atribuíram um significado para a felicidade correspondente aos aspectos pessoais e subjetivos de bem-estar tanto físico quanto psicológico. Quanto aos aspectos mais importantes para que uma pessoa seja feliz, 29,3% das respostas referem-se à aceitação social e ao afeto. Quando questionados se consideram-se felizes ou não, a maioria dos entrevistados afirmou que sim, 77,1% e 22,8% afirmaram que não. Conclui-se que há uma predominância do social contribuindo para o bem-estar subjetivo dos acadêmicos, e que há uma visão positiva dos universitários quanto ao seu curso e a oportunidade de realizá-lo. Este trabalho sugere a possibilidade de serem feitas futuras pesquisas com universitários de outros cursos, comparando os diferentes aspectos de bem-estar subjetivo, contribuindo para uma melhor análise desta temática em universitários.

Palavras-chave: Bem-estar subjetivo, universitários, felicidade, psicologia.

FORM

A PARTICIPAÇÃO DA PSICOLOGIA NA HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA AO DEFICIENTE NA CIDADE DE ASSIS/SP. *Vilma Aparecida Bianchi*** (Faculdade de Ciências e Letras de Assis/SP) e *Jorge Luis Ferreira Abrão* (Departamento de Psicologia Clínica, Faculdade de Ciências e Letras de Assis/SP)

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), 10% da população do país é constituída por pessoas com algum tipo de deficiência. No Brasil, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano 2002, existiam 24,5 milhões de pessoas com deficiência, 14,5% da população brasileira. O aparecimento do primeiro Hospital Psiquiátrico surge no final do século XIX, na Europa, caracterizava-se por um enfoque asilar, e suas intervenções eram mínimas e sem nenhuma especificidade. No século XX, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as pessoas com deficiências começaram a serem vistas de forma diferente, como cidadãos de direitos e deveres. Nessa época ocorreu o surgimento de modelos explicativos sobre a deficiência como o metafísico, o médico, o educacional, o da determinação social e o sócio-histórico. Finalmente no século XXI ocorreu a busca da inclusão sócio-educacional das pessoas com deficiência, na tentativa de equiparação de oportunidades, direitos e deveres. No Brasil, as questões sobre a deficiência começaram a serem pensadas e discutidas a partir de reflexões que iniciaram nos Estados Unidos, por volta da década de 1960. Mas, só em 1978 a Constituição Federal recebeu a primeira emenda que tratava dos direitos das pessoas com deficiência. O que podemos visualizar é que a trajetória revela que as pessoas com deficiência sempre viveram excluídas da sociedade e que inúmeras leis buscam regulamentar os seus direitos. É imprescindível que todos tenham clareza sobre a história da deficiência, sendo ela fundamental para a elaboração de políticas públicas adequadas. Essa pesquisa tem por objetivo investigar, a partir de uma perspectiva histórica, a participação dos profissionais de psicologia na estruturação e desenvolvimento das instituições de assistência ao deficiente na cidade de Assis/SP. Participam da pesquisa três organizações não governamentais deste município. Os dados foram coletados junto aos psicólogos, dirigentes e coordenadores das instituições de assistência a pessoa com deficiência. Utilizamos entrevistas semidirigidas e depoimentos espontâneos, com o enfoque qualitativo e historiográfico como método de pesquisa. Foram realizadas nove entrevistas com pessoas envolvidas nas diversas áreas de atuação das instituições. Os resultados estão sendo analisados a partir da revisão bibliográfica sobre o tema. Verificamos que cada instituição tem diferentes formas de atuação de acordo com as especialidades atendidas. A APAE tem dois eixos de trabalho, mas o foco principal é a escola de Educação Especial *Rotary*, que tem como objetivo o trabalho pedagógico e profissionalizante. A Associação Beneficente de Assis tem como foco o trabalho de profissionalização. Já a Associação Filantrópica Nosso Lar, atende em habilitação e reabilitação os casos com patologias graves ligados a comprometimentos neurológicos. Observamos também que há indícios de que a psicologia contribuiu no desenvolvimento e ampliação do conhecimento sobre a deficiência. Contudo, até o momento, analisamos que os profissionais de psicologia envolvidos nas questões da deficiência direcionam sua atuação para funções técnicas, como avaliação psicológica e orientação psicopedagógica, em detrimento de uma atuação mais ampla que envolve a formulação de políticas públicas adequadas às necessidades das pessoas com deficiência.

Palavras-chaves: Psicologia-História da Assistência-Deficiência
Mestrado-M

HIST.: História em Psicologia

INCIDÊNCIA DE PARRICÍDIO NO BRASIL. **Ana Maria Freitas Teche, *Charize Eloize Sávio, *Debora Nering, *Emanuel Melo, *Gerson Avena da Silva, *Simone Maiorki e *Singra Mara Nadal Cardoso (*Acadêmicos de Psicologia da Faculdade Evangélica do Paraná – Curitiba/PR).*

O estudo levantou dados relacionados à incidência de crimes de parricídio no Brasil, através de reportagens escritas e publicadas em jornais de grande circulação no país e catalogados em sites de busca na internet, ocorrido entre os anos de 2005 a 2009. O assunto foi escolhido uma vez que não há na literatura brasileira, estudos ou pesquisas que mostrem a real dimensão deste tipo de delito e suas incidências dentro das ocorrências em seus aspectos particulares tais como: sexo, faixa etária, tipo de arma utilizada, região geográfica e etnia. Parricídio é um delito em que a vítima é o pai e/ou a mãe do autor do crime e suas condutas possuem um caráter de maior reprovação social. É necessário observar que nos diversos países ao redor do mundo a taxa de ocorrência deste tipo de crime é na média em torno de 3%. Os dados coletados foram expostos em tabelas e refletiram as informações referentes à incidência de parricídio no Brasil. Esses dados foram relacionados com a região do país; data da notícia; se a vítima foi pai, a mãe ou ambos; o sexo e idade do autor e tipo de arma usada no crime. O conteúdo dos dados foi comparado com a literatura existente, que indica as principais características de parricidas como: 1. Evidência de violência familiar. Estas crianças são severamente abusadas, verbal e psicologicamente, além de haver registros de abuso físico e sexual por parte de seus pais; 2. Tentativas de fugir da situação sem sucesso; 3. Tentativas suicídio; 4. Isolamento dos pares; 5. Aumento gradual e intolerável da situação familiar aversiva: matam quando sentem que ninguém pode ajudá-las; diante da adversidade de lidar com a situação e acreditam que não tem outra escolha a não ser a morte do pai ou da mãe opressor; 6. Normalmente são primários, pois não há registros anteriores de comportamento criminoso; 7. A arma do crime está disponível em casa; 8. Os pais são usuários de álcool e outras drogas em casa; 9. Registro de amnésia após o assassinato, não se lembram do ato, nem dos momentos que o antecederam ou precederam; 10. A morte da vítima é percebida com alívio pelos envolvidos, elas não se sentem criminosas. Já no estudo presente, as reportagens coletadas afirmam que o parricídio é um crime que tem peculiaridades, tais como: ocorre por causa de discussões e brigas, em casa, com armas brancas, principalmente cometidas por homens e a vítima é o pai. Os motivos aqui encontrados para a prática deste crime estão em desacordo com os reais motivos relatados em literatura, que destaca como principal motivo abusos sofridos pelo infrator. Concluiu-se que é fundamental existir vínculos afetivos e relações familiares saudáveis, que estabeleçam um desenvolvimento normal e evitem atitudes humanas que rompam com as leis naturais e levem a sociedade a sentimentos de revolta e indignação.

Parricídio - Parricida – Parricide

Iniciação Científica - IC

JUR

A PEDOFILIA EM PARÂMETROS PSICOLÓGICOS E JURÍDICOS. *Blenda Lúcia Silva**, *Joeuder de Lima Silva**, *Josiane Rosa Amaral**, *Juliana Borges de Oliveira**, *Sávia Vieira Santos**, *Stella Braga dos Santos** e *Tatielle Galvão Amorim** (Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM, Patos de Minas, MG).

É histórico o fascínio libidinoso de adultos por menores, tanto que nas culturas primitivas o relacionamento sexual entre estes era percebido como uma prática comum, porém atualmente não é vista da mesma forma, sendo considerada como prática de pedofilia, definida como uma atração sexual de um indivíduo adulto por crianças e adolescentes. Combatida na contemporaneidade por psicólogos e advogados, que criaram movimentos mundiais contra esse abuso. Através dessa perspectiva, buscamos verificar a visão desses profissionais e a relevância de ambas as áreas na condução no caso de pedofilia. Portanto, esse trabalho trata-se de um estudo qualitativo realizado sob forma de pesquisa de campo, em que foi utilizado como instrumento um questionário com questões referentes à visão de profissionais de Psicologia e Direito a respeito da pedofilia. Participaram deste profissionais de cada área, que responderam individualmente ao questionário, em outubro de 2009. Os profissionais de Direito definiram a pedofilia como ato criminoso no qual o sujeito adulto sente atração por criança e adolescente ou pelas imagens das mesmas; a Psicologia, como desvio sexual que cometem as pessoas que sentem atrações por estas. Os fatores que levam o indivíduo cometer esse ato, os respectivos profissionais coadunam a mesma idéia. Ratificam que tais fatores são múltiplos e são determinados pela falta de base familiar, e/ou pela história de vida, baseada em violência física, psicológica ou sexual na infância. Sobre as providências que devem ser tomadas, os profissionais de Direito afirmam que o pedófilo deve receber sanções como reclusão, acompanhamento psicológico no ato da pena, prorrogando o regime fechado se concluindo que o mesmo não esteja reabilitado e acompanhamento após cumprimento da pena. Para os Psicólogos, são necessárias medidas terapêuticas e medicamentosas para reduzir a libido, e por fim, medidas judiciais. Referente às assistências a serem oferecidas as vítimas, ambas as áreas disseram ser relevante à assistência e o acompanhamento psicológico. Sobre a atuação jurídica, Psicólogos e Causídicos entendem que a punição do pedófilo devem ser embasadas nas leis do Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Penal. A opinião dos profissionais de Direito a respeito da atuação dos Psicólogos, é que estes devem atuar junto às vítimas para amainar os danos psíquicos. Já os Psicólogos entendem que os do Direito, devem utilizar todos os recursos jurídicos para preservar e proteger a vítima e agir com firmeza em relação ao pedófilo. Portanto, através desse estudo, entende-se que duas medidas devem-se tomar em relação ao pedófilo: Que deve haver rigorosa punição com pena e reclusão, e que precisa existir acompanhamento terapêutico e medicamentoso, uma vez que não há cura para aquele que vive com este transtorno. Propomos que o pedófilo não seja visto só como um criminoso, mas também como vítima da sua história e/ou de distúrbio sexual. Assim, é necessária uma atuação conjunta de Psicólogos e Advogados, promovendo pesquisas e com base nestas, criar leis que possam servir de proteção, ao pedófilo enquanto vítima e que protejam a sociedade deste enquanto criminoso, criando centros de detenção para reabilitação. Palavras-chaves: Pedofilia; Desvio sexual; Violência intrafamiliar.

IC - Iniciação Científica (trabalho de graduação).

JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

A REINCIDÊNCIA NO CUMPRIMENTO DE MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: DEPOIMENTOS DE ADOLESCENTES.

Érico Douglas Vieira, Camila Fin, Lyris Merívia Pinto* e Silmara Silva Cardoso* (Curso de Psicologia - Universidade Federal de Goiás/Campus Jataí – Jataí-GO).*

O adolescente que comete atos infracionais configura-se como importante tema atual. Este trabalho retrata uma pesquisa cujo foco consistiu na compreensão e o estudo sobre a re-internação de jovens infratores internos do CIAJ – Centro de Internação para Adolescentes de Jataí. O trabalho buscou entender os fatores que influenciam na re-internação de acordo com as interpretações dos próprios adolescentes a este respeito. São inúmeros os fatores que levam o adolescente a cometer um ato infracional. Percebe-se que a desigualdade social e o estímulo ao consumismo podem fomentar atos infracionais como uma maneira de se alcançar um enriquecimento rápido e fácil. A violência pode ser vista como a única resposta frente às humilhações sofridas e o não reconhecimento por parte da sociedade. O ato infracional do adolescente poderia ser entendido como uma transgressão às normas e valores sociais, na medida em que o jovem não se percebe inserido na sociedade. No que se refere aos aspectos metodológicos, pode-se dizer que se trata de uma pesquisa de natureza qualitativa que buscou trabalhar com a vivência, a experiência, as crenças e os valores dos adolescentes. Para a coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas com adolescentes internos do CIAJ indicados pela instituição que sejam exemplares e representativos quanto à questão da re-internação. A exemplaridade e a representatividade serão definidas pela instituição e nos foram indicados quatro jovens que foram entrevistados. A referência para abordarmos os temas nas entrevistas foi, principalmente, a vida do adolescente após a sua saída da instituição. Tivemos como focos a investigação das dificuldades vividas, a relação com os familiares e amigos após o cumprimento da medida, as perspectivas para o futuro. Os dados coletados foram analisados através da análise de conteúdo e foram construídas categorias que representam temas centrais nas falas dos adolescentes em relação à re-internação. Os adolescentes apontaram que se sentem humilhados pelo olhar da sociedade que os desqualifica e que isto contribui para o cometimento de novos atos infracionais, confirmando a hipótese anteriormente descrita de que a violência pode ser vista como uma resposta frente ao não reconhecimento. Nos relatos destes jovens a família é retratada de forma positiva, como uma instância que apóia em todos os momentos, contrariando uma idéia recorrente de que os adolescentes infratores possuem famílias desestruturadas. Percebe-se que o rápido enriquecimento oferecido pelo tráfico de drogas é um fator que seduz fortemente os adolescentes. Através da posse de bens proporcionada pelo tráfico, eles se percebem sendo vistos agora com admiração e até mesmo temor por outras pessoas da comunidade. Tal fato parece amenizar a dor vivida pelo lugar de invisibilidade que antes ocupavam. Finalmente, foi relatado que a instituição de cumprimento de medida sócio-educativa não contribuiu para a ressocialização dos jovens, sendo vista mais como instituição punitiva do que educativa.

Medida sócio-educativa; Adolescentes; Reincidência.

IC

JUR

ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: CONSTRUINDO NOVOS CAMINHOS. *Leziane Parré*, Viviane Ramos Motta* (*Curso de Psicologia, Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, MG.)*

O presente trabalho foi elaborado a partir da prática de Estágio em Interface entre Psicanálise e Direito, na unidade feminina do Sistema Sócioeducativo de Belo Horizonte - MG, o Centro de Reeducação Social São Jerônimo, através do PAI-PJ – Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG. A presença do ato infracional na adolescência tem sido cada vez mais frequente na contemporaneidade. É cada vez maior o número de adolescentes que se envolvem no crime, como um apelo à Lei. O Acompanhamento Terapêutico (A.T.) é um dispositivo utilizado na clínica psicanalítica que tem o objetivo de possibilitar a promoção do estabelecimento ou da reconstrução do laço social através da circulação pela cidade, permitindo ao adolescente fazer novos enlaçamentos; outra via, que não passe pela criminalidade. O chamado A.T., acompanhante terapêutico, é aquele com o qual o adolescente pode falar de suas dúvidas, angústias, contradições e desejos. O ato da palavra constitui uma possibilidade no campo do Outro, mas implica um outro sujeito que deseje escutar, ou seja, essa palavra só pode ser dita perante alguém que deseje ouvi-la. A prática do A.T. possibilita uma outra escuta sobre o adolescente, de maneira que este possa se posicionar diante do seu ato, saindo do lugar de vítima do outro; da sociedade, da família, e até mesmo do acaso, responsabilizando-se. Além disso, é uma possibilidade de promover a circulação do adolescente fora da instituição. Ressalta-se que no A.T. quem conduz o caso é o próprio paciente. É o próprio sujeito quem aponta o caminho a percorrer. O A.T. irá ouvir o paciente de forma a entender o seu modo singular de circular na vida para promover novas possibilidades, bem como, apostar nas possibilidades apontadas pelo próprio adolescente. É a partir dessa escuta que construímos o campo de intervenção. O AT possibilita ao adolescente apresentar-se como sujeito que deseja, um sujeito capaz de se responsabilizar por si e por seus atos, na medida em que pode constituir uma lei que faz referência para o sujeito, promovendo a construção de um saber que orienta sobre o fora de sentido, o fora da lei, permitindo que esse se retifique e se repositone diante do outro, podendo ocupar novo lugar na família e na sociedade. A prática do Acompanhamento Terapêutico (A.T.), tem se mostrado como um dispositivo da Clínica Psicanalítica que, além de possibilitar a escuta do sujeito, promove a reconstrução dos laços familiares e sociais, através da circulação pela cidade e do resgate da cidadania, construindo novos caminhos e permitindo ao adolescente fazer novos enlaçamentos. Enfim, uma outra via, que não passe pela criminalidade.

Palavras-chave: Acompanhamento Terapêutico, Adolescente, Criminalidade.

Nível do trabalho: IC

JUR

ATUAÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES EM CASOS DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. *Nahara Rodrigues Laterza Lopes**, *Karyne de Souza Augusto Rios*** e *Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Laboratório de Análise e Prevenção de Violência, Departamento de psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).*

Tendo em vista a possível falta de identificação por Conselheiros Tutelares de casos de violência psicológica praticados contra crianças e adolescentes e a ausência de publicações em relação ao tema, o presente estudo teve como objetivo investigar como os Conselheiros Tutelares identificam e intervêm em casos de violência psicológica. Participaram do estudo os Conselheiros Tutelares de dois municípios do interior do Estado de São Paulo, em um total de 10 participantes, sendo nove do sexo feminino e um do sexo masculino. Em relação à escolaridade, oito completaram o ensino superior e dois tinham ensino superior incompleto. Três participantes atuaram anteriormente como psicólogos, dois como assistentes sociais, um como fisioterapeuta, um como professor de educação artística, uma como manicure e outra trabalhava em uma Organização não Governamental. A idade média dos participantes foi de 45 anos e o tempo médio de atuação no Conselho Tutelar foi de 3 anos. A coleta de dados envolveu entrevistas, que foram realizadas individualmente nas dependências dos Conselhos Tutelares, de acordo com a disponibilidade do participante. O tempo de duração de cada entrevista foi cerca de uma hora. Foi desenvolvido um Roteiro de Entrevista Semi-estruturado para aplicação aos Conselheiros Tutelares, composto por 29 questões abertas e fechadas a respeito de experiência e conhecimento prévio sobre violência contra crianças, as características do abuso psicológico, suas conseqüências para a criança e o adolescente e as formas de intervenção do Conselho Tutelar nesses casos. Os resultados mostraram que apenas três Conselheiros participaram de cursos sobre violência contra criança. Além disso, apenas cinco participantes realizaram cursos sobre suas atribuições enquanto Conselheiro Tutelar. Apesar disso, os participantes apresentaram conhecimento adequado a respeito da violência psicológica. Os dados indicaram, ainda, uma atuação adequada, porém insuficiente ao previsto legalmente. Apesar de todos os participantes realizarem encaminhamentos das vítimas de violência psicológica ao Sistema Único de Saúde, nenhum mencionou auxiliar na implementação do plano de atendimento à vítima e apenas 10% relatou avaliar a efetividade dos encaminhamentos. Tais dados refletem a necessidade de maior capacitação destes profissionais a respeito da violência contra crianças e adolescentes, bem como de seus deveres enquanto Conselheiros Tutelares, para que seja possível realizar um atendimento eficaz às vítimas de violência psicológica. Além disso, os dados apontam a necessidade de revisão dos formatos e conteúdos dos cursos de capacitação, visto que, apesar de os Conselheiros Tutelares terem conhecimento sobre a violência psicológica, não têm atuado de forma a proteger crianças e adolescentes vítimas dessa forma de violência.

Palavras chave: Violência psicológica; Conselheiro Tutelar; Criança.

IC

JUR

A CREDIBILIDADE DO TESTEMUNHO DA CRIANÇA VÍTIMA DE ABUSO SEXUAL NO CONTEXTO JUDICIÁRIO. *Consuelo Biacchi Eloy** (Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” de Assis/SP)*

A violência sexual contra crianças não é um evento incomum; no entanto há a dificuldade de denúncia, pois além do estabelecimento da relação de dominação que o agressor exerce sobre a vítima, a maneira como tal fato é recebido pela sociedade e como é encaminhado pelas instituições judiciais responsáveis também são determinantes para as omissões. A violência implícita ou explícita dos acontecimentos está contida nos autos processuais, por meio das declarações das pessoas envolvidas e exige procedimentos jurídicos urgentes e eficazes. Inserida no universo dos interrogatórios, muitas vezes, a criança causa confusão ao desmentir o que havia falado antes, reforçando possíveis preconceitos em relação a si. Na especificidade da atuação da Psicologia no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em Comarca do interior foi que surgiu o presente trabalho, mediante a vivência das dificuldades encontradas no atendimento à criança vítima de abuso sexual e a determinação judicial para a avaliação da veracidade de seu discurso. Esta pesquisa, mediante o referencial da teoria das Representações Sociais, traz a análise das diferentes práticas discursivas relacionadas ao processo de produção da verdade contido nos autos processuais de abuso sexual infantil. O principal objetivo foi proporcionar uma revisão dos paradigmas jurídicos frente à problemática da criança vítima de abuso sexual, caracterizando as relações entre a infância e a instituição judiciária, com principal enfoque no sistema de comunicação e notificação desse crime e as consequentes intervenções profissionais que buscam a validação, ou não, do relato da criança. Para tanto, foram pesquisados 51 processos judiciais de crimes de estupro contra crianças, dos quais foram selecionados dois casos exemplares, utilizando-se a metodologia do estudo de caso por oferecer condições para investigar acontecimentos reais em integração com o referencial da Teoria das Representações Sociais. Os casos exemplares apresentam características básicas semelhantes e procedimentos judiciais distintos, revelando a interferência dos sistemas de notificação e de encaminhamento da oitiva da criança na preservação ou desconstrução de seu discurso. Este trabalho evidencia a possibilidade de preservar a criança da revitimização causada pela multiplicidade de interrogatórios sem deixar de cumprir as normas jurídicas necessárias, evitando, assim, a nulidade do processo. Os resultados demonstram que a fragilidade da palavra da criança está na maneira como é acolhida pelos adultos, desde a revelação na família até a denúncia aos órgãos oficiais, revelando a urgência de capacitação aos profissionais que atuam nos crimes de abuso sexual infantil, para os quais a Psicologia, embora já tenha conquistado um espaço efetivo e relevante, indubitavelmente, ainda tem muitas contribuições a dar.

Palavras-chave: criança; justiça e abuso sexual.

M

JUR

ENTENDENDO A UTILIDADE DA PERÍCIA PSICOLÓGICA. *Paula Calazans** (Curso de Direito do Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná), *Osvaldo Nazareno Silva Barbosa** (Curso de Direito do Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná) e *Susana Maria Mana de Araújo* (Curso de Direito do Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná)

A psicologia jurídica desenvolve dois grandes campos de atuação, o tratamento ou acompanhamento realizado em instituições penais como medida socioeducativa com os detentos e acompanhamento do estresse laboral dos funcionários, assim como o acompanhamento da força policial civil e militar e a perícia psicológica. Nesta análise, será abordada a perícia psicológica, que auxilia nas decisões da justiça tendo por objetivo o alargamento da compreensão do tema por acadêmicos de um curso de Direito no estado de Rondônia. A metodologia foi uma pesquisa bibliográfica em publicações recomendadas no plano de ensino da disciplina e artigos disponibilizados no google acadêmico. Foi levantado que a perícia psicologia torna-se necessária para esclarecer comportamentos ou justificativas a serem esclarecidas no processo-crime. Ela pode ser judicial quando solicitada pelo juiz ou extrajudicial quando apresentada pelas partes como provas a serem incluídas nos autos. Os dados levantados vão auxiliar os juizes na tomada de decisões, tanto na área civil quanto criminal. No direito de família ela está tomando uma importância crucial devido a que as relações em julgamento tratam de problemas íntimos que muitas vezes envolvem menores, onde o auxílio do profissional psicólogo é indispensável. Também na análise de danos psicológicos às vítimas de acidentes de trânsito ou de trabalho sua utilidade é cada dia mais aceita porque se compreende que o ser humano é um todo bio-psico-social onde interessam não somente os danos físicos, mas também os psicológicos. Na área criminal pode vir a ser a prova que ofereça esclarecimento para pontos obscuros ou que venha a corroborar outras provas. A perícia em pauta consiste na avaliação psicológica que pode ser aplicada para analisar uma larga classe de funções comportamentais humanas. O comportamento que determina a necessidade da perícia pode ser decorrente de um possível transtorno permanente ou aqueles que aparecem quando o indivíduo foi sujeito de momentos de grande emoção. Desvela estrutura de personalidade, qualidade de raciocínio, desenvolvimento moral. Avalia estresse pós-traumático, predição da periculosidade, atitude de agressores quanto ao seu crime, problemas sexuais, de ansiedade, fraude ou simulação. Os métodos e técnicas utilizados partem das seguintes premissas: a) uma entrevista com a pessoa que será avaliada e, sempre que possível, uma entrevista com informantes, que possam colaborar, podendo assim, acrescentar ou até mesmo contrapor dados do periciado; b) observação comportamental do periciado; c) dados biográficos e registros prévios; d) testes psicológicos. Pode-se concluir que as publicações estudadas coincidem quanto à importância da perícia psicológica no processo, porque oferece subsídios para as várias áreas da aplicação do direito, como fonte de provas indispensáveis ao exercício da justiça.

Palavras Chaves: Perícia psicológica. Comportamento. Aplicação do direito.

Nível do trabalho: IC

Área: Psicologia Jurídica

PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO JURÍDICO NO BRASIL. *Ana Ludmila Costa (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN)*

A atuação psicológica é alvo de pesquisas sistemáticas ao longo desses quase 50 anos de profissão regulamentada. Tais pesquisas objetivam delinear modelos de atuação, apresentar atividades desenvolvidas e apontar desafios e limitações. Na Psicologia Jurídica, subárea relativamente recente, tem-se o registro de material que autoavalia esta prática profissional, ainda que de maneira escassa. O objetivo deste trabalho é descrever e avaliar essa produção científica sobre a atuação do psicólogo jurídico no Brasil. Trata-se de recorte de pesquisa mais ampla referente à produção acadêmica sobre a profissão de psicólogo no Brasil. Realizou-se pesquisa documental nas principais bases de dados (Banco de Teses-Capes, Dedalus-USP, BVS-Psicologia, IBICT) utilizando-se termos de busca referentes à temática (*atuação, prática, exercício profissional*, acrescidos de *Psicologia*), para artigos científicos e dissertações e teses publicadas até 2008, selecionados a partir do título e resumo. 2 juízes foram acionados para classificação deste material quanto à subárea da Psicologia segundo listagem utilizada pela SBP. Foram inseridos em planilha eletrônica do *Excel* dados caracterizadores dos documentos identificados. A amostra final é de 39 trabalhos de Psicologia Jurídica, sendo 17 artigos científicos e 22 dissertações. Os resultados estão agrupados em dois blocos, o primeiro deles referindo-se aos dados cientométricos. Identificou-se que 48% dos trabalhos foram publicados entre 2004-2008, sendo o mais antigo de 1989. O vínculo institucional do primeiro autor de cada trabalho está concentrado em 5 estados da federação (SP=17, RS=9, RJ=6, SC=3, DF=1, *missing*=3), não havendo participação de instituições das regiões norte e nordeste. Enquanto nas dissertações predominou o formato de relatos de pesquisa (n=17), nos artigos científicos foram mais freqüentes os relatos de experiência e estudos teóricos (n=6, em cada categoria). Quanto aos temas abordados, os estudos versaram principalmente sobre o trabalho na Justiça de uma forma geral (9), na área penal (8), família (7) e infância e juventude (7). Para o segundo bloco de resultados, procedeu-se à leitura integral dos artigos científicos para análise do conteúdo. Percebeu-se que os autores atribuem três tipos de papéis ao psicólogo jurídico: parecerista (n=5), terapêutico (n=5) e de transformação social (n=6). A maioria dos trabalhos (46%) fazem referência a uma relação de subordinação da Psicologia ao Direito, em detrimento de uma relação de complementaridade ou de áreas que possuem lógicas distintas. Os principais desafios à Psicologia Jurídica no Brasil apontados pelos pesquisadores foram a melhoria na formação profissional, estímulo à produção científica da área e a manutenção do compromisso técnico e político da Psicologia em meio à lógica positivista do Direito. As principais conclusões destacadas são: o crescimento da produção nos últimos anos e a centralização acadêmico no eixo sudeste-sul seguem não só o padrão da Psicologia como o da ciência brasileira; os temas majoritários referem-se às subáreas em que a inserção do psicólogo é mais consolidada; percebe-se a emergência da discussão a respeito do papel do psicólogo jurídico, passando de simples parecerista à agente de mudança social, suscitando a necessidade de investimento na formação e produção de conhecimento e levando ao rompimento de uma lógica de submissão ao Direito.

Palavras-chave: psicologia jurídica, produção científica, atuação do psicólogo.

Nível do trabalho: pesquisador

Código da área da pesquisa: JUR (Psicologia Jurídica, Forense e Criminal)

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO JURÍDICO EM VARAS DE FAMÍLIA: DEMANDAS TÉCNICAS E DESAFIOS PROFISSIONAIS. *Ana Ludmila Freire Costa (Tribunal de Justiça de Pernambuco, Recife-PE)*

A inserção da Psicologia em novos setores da sociedade deve ser acompanhada de constantes avaliações para que não se configure em mera reprodução de modelos convencionais. Na Psicologia Jurídica, área relativamente recente, é preciso construir referências sobre o papel, objetivos, intervenções técnicas e estratégias de trabalho adequadas. Esta pesquisa objetiva caracterizar o trabalho demandado ao psicólogo jurídico para produzir conhecimento que auxilie em sua atuação profissional. São descritos e avaliados os casos encaminhados para as equipes psicossociais pelos magistrados com o objetivo de auxiliar a decisão judicial. Utilizou-se 3 critérios para recorte da amostra: local (Tribunal de Justiça de Pernambuco), temporal (relatórios do ano de 2009) e temático (processos originados nas varas de família), totalizando 208 relatórios psicossociais avaliados. Os dados foram coletados a partir de fichas de pesquisas preenchidas pelos profissionais do TJPE e tabulados no *software* SPSS versão 13.0 e resultaram em três conjuntos de análises. O primeiro refere-se às características do processo jurídico. Quase 55% têm, no mínimo, um ano de trâmite na Justiça e a grande maioria (70%) das ações refere-se à disputa de guarda e regulamentação de visitas. Os psicólogos trabalharam em 151 casos, sendo que destes, 57 em conjunto com assistente social. O segundo avalia os usuários da Justiça atendidos pela equipe. Os proponentes das ações judiciais são principalmente o genitor (41%), seguido pela genitora (20%) e avós (16%) enquanto que como réu figura majoritariamente a genitora (63%). Chama atenção a existência de 12 casos envolvendo adolescentes de 16 a 18 anos, faixa etária próxima ao período em que não há mais possibilidade de atribuição de guarda e visitas. O último grupo de resultados refere-se à caracterização dos casos. 70% dos estudos requereu até 5 intervenções (entrevistas ou visitas) para coleta de dados por parte dos profissionais, havendo 7 casos em que foram realizadas mais de 15 intervenções. Em 9 casos foram identificadas suspeitas de abuso sexual sofrido pela criança. Em relação à alienação parental, houve a notificação de 35 casos, considerado baixo índice ao se comparar com o grau de litígio atribuído pelos profissionais como sendo moderado a grave em 72 processos. As principais conclusões resultantes são: os conflitos se arrastarem na Justiça se configura como uma questão problemática por envolver a convivência de crianças com seus genitores ou outros parentes significativos; há a necessidade de desenvolver trabalho interdisciplinar, diferenciando a atuação psicológica da social; os novos arranjos familiares são patentes, deixando a genitora de ser a única alternativa para cuidar da criança; a média de 5,2 intervenções realizadas para elaboração de parecer reflete a necessidade de desenvolver um trabalho focado em questões pontuais, concernentes ao conflito judicial e não ao indivíduo como um todo; e esperava-se maior notificação de casos de alienação parental, mas por se tratar de uma questão recentemente nomeada, é provável que os profissionais ainda não tenham a formação necessária para identificá-la. Diante desse quadro, conclui-se que os psicólogos jurídicos tem de lidar com questões específicas e portanto, a área precisa investir na produção de conhecimento e formação técnica.

Palavras-chave: psicologia jurídica, família, formação e atuação do psicólogo.

Nível do trabalho: pesquisador

Código da área da pesquisa: JUR (Psicologia Jurídica, Forense e Criminal)

PROPOSTA DE ACOLHIMENTO E INTERVENÇÃO COM FAMÍLIAS DE ADOLESCENTES ENVOLVIDOS EM ATO INFRACIONAL/ USO DE DROGAS. *Lívia Caetano da Silva Leão** (Mestranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS), Caroline Gonçalves Carneiro da Silva** (Psicóloga Residente do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG) e Solange Aparecida Serrano (Psicóloga do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Doutora pela USP-RP e Docente Universitária).*

A adolescência caracteriza-se por um momento de redefinições e mudanças, que podem ser dificultadas por problemas vivenciados pelos adolescentes, como a violência, o desemprego e questões dentro do lar. Assim, a dependência química pode funcionar como escape e possível solução dessas dificuldades vivenciadas, além de ser uma saída remunerada para aplacar a pobreza, com prestígio e reconhecimento pelo grupo. O trabalho com a família nestes casos torna-se fundamental, uma vez que estando envolvida nas dificuldades de seus membros, é possível compartilhar com semelhantes suas angústias e preocupações. O ECA preconiza a garantia de direitos e a aplicação de medidas socioeducativas a adolescentes envolvidos em atos infracionais. Para isto, foi criado o NAI – Núcleo de Atendimento Integrado, que se responsabiliza por cuidar e aplicar estes pressupostos, desde o acolhimento dos indivíduos até seu encaminhamento para alguma medida. Este trabalho teve como objetivo realizar um grupo socioeducativo com pais/responsáveis dos adolescentes que foram encaminhados ao NAI por uso de substâncias ilícitas ou cometido ato infracional. Os encontros foram realizados na sede do próprio NAI, semanalmente, com familiares dos adolescentes, durante aproximadamente 90 minutos. Utilizou-se vídeos abordando temáticas relativas a educação dos filhos, uso de drogas, atitude da família frente ao filho usuário de drogas, dentre outras, para que subsidiassem as discussões nos encontros e fossem informativos aos participantes. O número de participantes variou, e as sessões acabaram por se estender de 6 para 9 sessões, devido à demanda que surgiu durante a realização das mesmas. Dessa maneira, observou-se que a participação mais expressiva no grupo foi das mães e principais cuidadoras dos adolescentes, as quais referiram em sua maioria a problemática do uso de drogas pelos mesmos. Também, foi necessário abdicar momentaneamente do cronograma estipulado para as sessões, pois os familiares chegavam ao grupo deprimidos, desanimados, ansiosos e angustiados, com necessidade de serem ouvidos. Na medida em que esta ansiedade inicial foi sendo suprimida, então foi possível inserir aos poucos os instrumentos pensados para o grupo, e intervir de forma mais efetiva. No geral, os familiares compartilharam de dificuldades e preocupações bastante semelhantes, como os problemas que passaram a repercutir na família como um todo e na perda da autoridade. Além disso, as famílias se mostraram culpadas e responsáveis pela situação em que se encontravam os adolescentes. Houve dois pais que relataram ter feito uso de drogas na adolescência, porém, não acreditaram que isto tenha influenciado seus filhos no envolvimento com drogas. Outro ponto comentado foi relacionado à ineficiência das políticas públicas para adolescência, que não garantem benefícios como emprego para os jovens e seu afastamento das ruas. Isto trouxe a ideia do abandono e exclusão que vivem estas famílias, e que perpassa gerações. As participantes que apresentaram maior frequência no grupo obtiveram melhora significativa no resgate de seus valores, autoestima e ações afirmativas sobre os adolescentes. Por fim, a integração dos participantes em torno da mesma problemática proporcionou um espaço onde foi possível conter suas angústias e preocupações, de forma a aproximá-los.

Palavras-chave: grupo socioeducativo; adolescente envolvido em ato infracional; drogas

Outro

JUR Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

VITIMIZAÇÃO PSICOLÓGICA: UM ESTUDO NO SISTEMA PENAL BAIANO. *Odilza Lines de Almeida** (Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA)*

O estudo apresentado buscou conhecer os processos e as conseqüências da vitimização vivenciados por pessoas em situação de privação de liberdade numa penitenciária masculina no Estado da Bahia, Brasil. Para tal aproximação utilizamos a observação participante, entrevistas e a entrevista em profundidade com os internos e demais atores do Sistema Penal. Propomos uma análise baseada na identificação dos tipos de vitimização e na compreensão de como os diversos atores do Sistema interpretam e se apropriam dos processos vitimógenos que ocorrem no contexto da instituição penal bem como na identificação de estratégias de enfrentamento com o intuito de contribuir para o estabelecimento de políticas de proteção, ora inexistentes. Essa análise buscou abranger os aspectos micro, meso e macro dos processos de vitimização partindo do pressuposto de que estão inter-relacionados e de que se constroem mutuamente. Seguindo a metodologia de Bourdieu, as idéias centrais encontradas nas falas e nos relatos de campo foram identificadas, e do agrupamento dessas idéias, as categorias empíricas delineadas contando com o auxílio do software NVivo. Para análise dos dados, construímos um modelo específico baseado na teoria da estruturação de Giddens e do estruturalismo construcionista de Bourdieu. De uma população aproximada de 1350 internos foi realizado um *screening survey* com 454 pessoas presas para identificação de possíveis participantes. Dentre eles, 247 (54,4%) relataram algum tipo de vitimização (física, psicológica ou material) dentro do Sistema, totalizando 314 referências. Deste total, 82 foram entrevistadas de forma aprofundada após serem informadas do estudo em tela. Concluímos que o alto índice de vitimização está relacionado com características que vulnerabilizam a pessoa custodiada e aponta para uma maior vitimização física entre pares. A vitimização psicológica mostrou-se inerente à vida prisional cujo cotidiano calcado em relações interpessoais geridas pela cultura prisional tem sido fonte de maior preocupação para os internos do que as condições ou procedimentos institucionais. Essa vitimização perpetrada por outros internos envolvem situações que geram sentimentos de insegurança, humilhação e tensão. Ameaças, bullying, exclusão ou ‘encurrallamento’ e expulsão foram algumas das categorias encontradas além do sentimento de insegurança que permeia todos os demais tipos de vitimização e que está intrinsecamente relacionada com as privações e a vulnerabilidade de cada um no ambiente carcerário. E, especificamente no contexto estudado, a sensação de insegurança pode ser considerada como uma das vitimizações psicológicas mais recorrentes pois atravessa todos os atores que se mostram sempre em estado de alerta o que aumenta o nível de stress e a prontidão para reação e, conseqüentemente, amplia a possibilidade de novas vitimizações. Essa insegurança é alimentada por processos de exclusão, dominação e poder comandados por internos líderes de facções organizadas que atuam dentro e fora da prisão com conseqüências, por vezes, letais para a sociedade intra e extra-muros, ultrapassando, em muito, a pena privativa de liberdade imposta a qualquer um dos condenados à prisão. A falta de segurança, portanto, é uma das principais privações vivenciadas pelos internos e podemos identificá-la como um componente em todas as outras, transformando a pena em um tempo de vitimização contínua.

Palavras-chaves: Vitimização, prisão, violência

D

JUR

O CASAMENTO ACABOU... E OS FILHOS? FAMÍLIA E JUSTIÇA BUSCANDO CAMINHOS PARA A CO-PARENTALIDADE PÓS-DIVÓRCIO

*Beatriz Chaves Ros de Castro** e *Luiza Elita Casado de Vasconcelos Santos***(Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – Brasília-DF)

O Divórcio gera significativo desgaste emocional para pais, filhos e demais familiares. A Justiça de Família, palco de disputas acirradas e de definição de litígios, pode também se constituir em um espaço de acolhimento e reflexão que gere ações que promovam o bem estar da família, especialmente dos filhos. A partir dessa concepção e embasada na Teoria Familiar Sistêmica e na Socionomia, a equipe do SERAF/TJDFT desenvolve uma intervenção focal com ex-casais que disputam a guarda judicial dos filhos e que apresentam um padrão relacional conflituoso que gera sofrimento e inviabiliza o diálogo. Realizada antes do estudo psicossocial propriamente dito, essa intervenção objetiva principalmente: apresentar teorias e pesquisas sobre os dilemas psicossociais envolvidos no processo de divórcio; sensibilizar pais e mães para exercerem a co-parentalidade a partir da identificação das necessidades emocionais dos filhos; e incentivar o par parental a buscar e experimentar respostas inovadoras e adequadas à crise decorrente da separação. Pais e mães são incluídos em grupos diferenciados, com o objetivo de oportunizar uma escuta mais apurada do ponto de vista do pólo relacional equivalente ao do ex-parceiro, sem ensejar reações emocionais desestabilizadoras. A atividade dura quatro horas, com intervalo de 20 minutos. Os grupos têm, em média, 15 participantes e são coordenados pelas autoras, com a colaboração de dois estagiários de Psicologia. Os recursos materiais são: auditório do fórum, cadeiras, mesa, computador, projetor, som e o filme compilado Kramer VS. Kramer (JAFFE, 1979). A intervenção é realizada em três etapas: palestra, exibição de filme e sociodrama. A palestra, com duração de 40 minutos, versa sobre o tema divórcio e parentalidade, sendo apresentada de forma interativa, com o intuito de prestar informações sobre o estudo psicossocial, homogeneizar os conhecimentos sobre os temas a serem abordados e promover reflexões. O filme tem a finalidade de favorecer a identificação com o drama exibido, que gira em torno da parentalidade pós-divórcio, com foco no filho. Avalia-se que as ressonâncias do que é visto na tela com o momento vivido pelos participantes, favorecem a análise de experiências e emoções pessoais, bem como a busca de ações mais efetivas e promotoras de bem estar. O sociodrama, realizado com base nos personagens do filme, tem a duração aproximada de duas horas e oferece aos participantes a oportunidade de buscarem e experimentarem respostas diferenciadas e criativas para as situações de conflito na qual se encontram. Os dados obtidos durante o estudo apontam que os participantes desta intervenção, em geral, se sentem mais acolhidos pela Justiça, aderem mais rapidamente às propostas do estudo psicossocial, mostram-se mais sensíveis às necessidades emocionais dos filhos e iniciam um movimento de empatia frente ao ponto de vista do outro, aspectos importantes para a melhoria das relações familiares e da qualidade da comunicação entre pai e mãe. Em síntese, a intervenção permite aos ex-casais enfrentarem de forma mais eficaz e adequada as tensões sociopsicológicas decorrentes das questões que envolvem o divórcio e a definição de guarda de filhos e a encontrarem um novo equilíbrio social. Palavras Chaves: Parentalidade, Divórcio, Intervenção Psicossocial.

Outro

JUR

PSICOLOGIA JURÍDICA: ANÁLISE DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO SCIELO (2000 A 2009). *Denise de Jesus Borba** (Universidade São Judas Tadeu, São Paulo/ SP).

A Psicologia Jurídica é uma área que esta em pleno crescimento, com isso necessita de constantes avaliações de sua produção, sendo de extrema importância a análise de produção científica sobre a temática. Objetivou-se analisar a produção científica sobre Psicologia Jurídica na base de dados *Scielo* no período de 2000 à 2009, especificamente quanto a autoria das pesquisas, instituição dos autores, tipologias da pesquisas, às análises dos dados, sujeitos pesquisados, o tipo de literatura utilizado pelos autores, relação entre objetivo e conclusão das pesquisas e temática das pesquisas. Foram analisados 17 trabalhos do banco de dados *Scielo*, sendo estes selecionados por meio de resumos e títulos. Os resultados evidenciam que não existe diferença estatisticamente significativa entre as variáveis analisadas quanto a autoria dos trabalhos, com $\chi^2_o = 4,12$ ($\chi^2_c = 5,29$; $p = 0,05$ e n.g.l.=2), sendo similares os resultados entre a co-autoria e autoria múltipla. Já quanto as instituições dos autores da pesquisa o $\chi^2_o = 14,22$ ($\chi^2_c = 3,84$; $p = 0,05$ e n.g.l.=1) existindo diferença estatisticamente significativa, havendo a necessidade de se fazer ciência nas instituições como um todo. Quanto a tipologia dos trabalhos temos $\chi^2_o = 1,46$ ($\chi^2_c = 3,84$; $p = 0,05$ e n.g.l.=1), observando que não existe diferença estatisticamente significativa, sendo pesquisas realizadas tanto de forma teórica como descritiva. Os autores utilizaram em sua maioria análise de dados do tipo qualitativa com 94,11%. Quanto aos sujeitos utilizados nas pesquisas, com 41,17% são trabalhos onde o sujeito é tido como indefinido. Os resultados indicam que quanto a literatura utilizada pelos autores $\chi^2_o = 272,96$ ($\chi^2_c = 9,49$; $p = 0,05$ e n.g.l.=4) existindo diferença estatisticamente significativa, obtendo uma maior frequência de literatura branca. Quanto a relação entre objetivo e conclusão dos trabalhos $\chi^2_o = 0,66$ ($\chi^2_c = 3,84$; $p = 0,05$ e n.g.l.=1) não existindo diferença estatisticamente significativa resultado este que expressa a objetividade dos autores. Os temas mais estudados foram “Revisão teórica sobre Psicologia Jurídica” com 29,41% e “Violência Intrafamiliar” com 17,64%. Conclui-se que os trabalhos pesquisados apresentam um maior índice de autoria múltipla e co-autoria, em sua maioria os pesquisadores são de instituições públicas, visando assim a necessidade de se fazer pesquisas em instituições privadas. O tipo de pesquisa mais utilizada é a descritiva seguida da teórica, havendo um destaque para a análise de dados do tipo qualitativa, sendo que na maioria dos trabalhos os sujeitos utilizados pelos pesquisadores são indefinidos. É possível concluir também que em relação à literatura, os pesquisadores optaram pela utilização de literatura branca, resultado este que pode ser relacionado a escassez de pesquisas sobre o tema em questão, fazendo com que os autores recorram aos livros. Quanto a relação entre objetivo e conclusão das pesquisas verifica-se que os autores seguiram de forma clara o que propuseram para as mesmas. Dentre a temática destacam-se aquelas que abordam a “revisão teórica da Psicologia Jurídica” e “violência intra-familiar”, o que sugere a realização de pesquisas voltadas para outros temas e que levantem mais aspectos sobre a Psicologia Jurídica e o que esta se produzindo nesta área.

Palavras-chave: Psicologia Forense. Processo de Guarda. Meta-análise.

Nível do Trabalho: IC (Iniciação Científica)

ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. *Ana Maria Franchi Pincolini***, *Cláudio Simon Hutz (Orientador)* e *Lorena Larskoski ** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS).*

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define o Abuso Sexual de Crianças (ASC) como o envolvimento de crianças em atividades sexuais que são incapazes de compreender completamente e que violam leis ou tabus sociais. Tais atividades objetivam a gratificação sexual do abusador. A definição inclui indução/coerção, prostituição/exploração de crianças e uso/exposição de crianças a material pornográfico. Quando ocorre dentro da família, o ASC é chamado Abuso Sexual Intrafamiliar (ASI). Nesse caso, o abusador tem para com a criança laços de consangüinidade e/ou responsabilidade. Apesar das determinações dos dispositivos legais com relação à função protetiva da família, pesquisas indicam que o grupo familiar tem sido o palco da maior ocorrência de ASC. Acredita-se que o ASC atinja todas as classes sociais, religiões e etnias, sendo considerado um grande problema de saúde pública pela OMS. Tendo a importância do tema, esse estudo teve como objetivo caracterizar o ASC na região metropolitana de Porto Alegre. Trata-se de um estudo documental, exploratório e descritivo, em que foram coletados dados de denúncias e sentenças judiciais referentes a processos criminais encaminhados à 1ª e 2ª Varas da Infância e Juventude entre 2003 e 2007. O acesso aos documentos foi autorizado judicialmente e respeita as normativas éticas da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Foram examinados 229 processos. A data dos fatos denunciados abrangeu o período compreendido entre 1996 e 2007. O tempo médio decorrido entre o acontecimento do fato e a denúncia pelo MP foi de 14 meses (SD=19). O estudo sugere, corroborando estudos anteriores, que a vítima permanece bastante tempo vulnerável a novos abusos, especialmente nos casos de ASI. Em 12% dos casos a vítima foi abusada mais de uma vez pelo mesmo agressor. As ocorrências mais frequentes foram atentado violento ao pudor (82%) e estupro (22%). Algumas vezes aconteceram os dois crimes. As vítimas foram predominantemente do sexo feminino (68%), com idade média de 8 anos (DP= 3,39). Pais e padrastos representaram 53% dos agressores. Mesmo nos casos de abuso extrafamiliar, a maioria dos acusados tinha contato com a vítima, sendo que vizinhos e conhecidos somaram 65,5%. A maior parte dos abusos aconteceu na casa da vítima (41%) ou de familiares (33%). Esses dados são semelhantes aos descritos na literatura e apontam a necessidade de ações afirmativas visando identificar abusadores e proteger vítimas. Quanto ao desfecho, 48,5% dos processos tiveram sentença condenatória, 22,3% absolutória e em 29,3% dos casos o processo ainda estava em tramitação. O tempo médio de tramitação foi de quase dois anos (22 meses, SD=18), desde a denúncia formal do MP até a sentença de 1 grau. Esses resultados indicam que as vítimas ficam vulneráveis a novos abusos por um tempo considerável e salientam a necessidade de proteger as vítimas e buscar alternativas de responsabilização e acompanhamento de abusadores.

Palavras chave: abuso sexual, vitimização, processo judicial.

Mestrado (M).

JUR

PSICOLOGIA E CRIMINOLOGIA: UMA LEITURA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL DA APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM UM CENTRO EDUCACIONAL. *Ariela Oliveira Holanda* (Universidade de Brasília, Brasília, DF)**

É certo que algumas ciências têm seu objeto de estudo, ou parte desse, em comum. Nesse sentido, o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento mostra-se de grande utilidade, pois a troca de informações lhes permite que passem a discriminar variáveis que controlam seu objeto de estudo, mas que não são vislumbradas por esta área, ou o são de maneira superficial e dissociada de um contexto mais amplo. O recorte que cada ciência faz de seu objeto de estudo, inevitavelmente, põe à parte das investigações algumas variáveis, por vezes, importantes no controle do fenômeno estudado. O diálogo com outras disciplinas permite, por sua vez, o resgate dessas variáveis, que podem estar sendo investigadas por essas outras disciplinas. Dessa forma, pretendeu-se, por meio do presente trabalho, estabelecer um diálogo entre Criminologia e Psicologia, tendo em vista que parte, senão a totalidade, do objeto de estudo da primeira é também contemplado pela segunda, embora seja tomado em seus diferentes aspectos por cada uma. A fim de realizar uma troca produtiva de conhecimentos, fez-se necessária uma breve apresentação de cada uma das ciências, pois, dessa forma, os estudiosos de ambas as áreas poderão conhecer os conceitos e as categorias trabalhados por cada uma para, então, conseguirem uma eficiente comunicação entre si. Dada abrangência do objeto de estudo da Criminologia, bem como a variedade de visões de mundo presentes na Psicologia, recortou-se da primeira a parte de seu objeto de estudo que trata das Políticas Criminais e, com relação à segunda, elegeu-se a Análise do Comportamento como a abordagem psicológica que servirá de referencial teórico para o presente estudo. Para efeitos deste trabalho, tomou-se como elo entre as duas áreas, Psicologia e Criminologia, a aplicação da medida socioeducativa de privação de liberdade. O fato é que, embora obedeçam a regras pré-estabelecidas e uniformes, cada estabelecimento acaba adotando regras próprias que determinam como se dará o cumprimento da referida medida. Buscando-se evitar generalizações que, por serem imprecisas, poderiam ser facilmente contestadas dadas as suas incongruências com diferentes contextos, fez-se o seguinte recorte: analisou-se um determinado Centro Educacional de privação de liberdade. Esse Centro foi descrito em termos dos objetivos da instituição, de seu quadro de funcionários e de seu funcionamento. Dessa forma, à luz da Análise do Comportamento, produziu-se uma análise especulativa do cumprimento da medida de privação de liberdade no contexto ora delimitado. Para a realização de tal análise foram feitas visitas à instituição, bem como entrevistas aos funcionários do local e aos adolescentes que cumpriam a medida. Finalmente, após a análise, foram elencadas as contribuições que a Psicologia, em especial a Análise do Comportamento, poderia fazer à Criminologia, por meio da adoção de estratégias de intervenção a fim de que o cumprimento dessa medida seja mais efetivo no alcance de seus objetivos, tais como reinserir o adolescente em seu contexto social e evitar a reincidência do ato infracional. Levantou-se questões acerca das limitações que sofrem essa medida tal como é aplicada no centro em questão.

Palavras-chave: Psicologia; Criminologia; Análise do Comportamento.

Nível do trabalho: IC

Código da área da Psicologia: JUR

UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DO IMPACTO DA CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES SOBRE O CONHECIMENTO DOS FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL. *Gledson Régis Lobato (Sociedade de Ensino Superior de Patos de Minas, Centro Universitário de Patos de Minas, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Patos de Minas, MG), Ana Cláudia Gomes* (Centro Universitário de Patos de Minas, MG) e Tamiris Martins Braga* (Centro Universitário de Patos de Minas, MG).*

Os fatores de risco são variáveis que, se presentes, aumentam a probabilidade da criança desenvolver uma desordem emocional e comportamental. Fatores de risco como o abuso e a negligência podem ter impactos profundamente negativos no desenvolvimento infantil. Já os fatores de proteção são condições que modificam ou alteram a resposta pessoal para algum risco ambiental que predispõe a resultado mal-adaptativo. Fatores como a qualidade da interação dos pais com a criança, atributos disposicionais da criança, fontes de apoio social, sinalizam mecanismos protetores que diminuem a probabilidade do indivíduo desenvolver problemas de externalização. O Conselho Tutelar é um órgão encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, que tem autonomia para a aplicação de algumas medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em casos que se verificam fatores de risco para a criança e/ou adolescente. Os profissionais que atuam no Conselho Tutelar recebem as notificações de casos de maus-tratos contra crianças ou adolescentes; neste sentido, precisam estar capacitados para identificar situações de risco e de proteção, para assim encontrar a intervenção mais eficaz. Desta forma, os objetivos do presente trabalho foram: realizar uma busca na literatura especializada sobre os fatores de risco e de proteção ao desenvolvimento infantil; elaborar uma capacitação para os conselheiros tutelares, verificar o impacto da capacitação no aumento do conhecimento dos conselheiros tutelares sobre os fatores de risco e proteção ao desenvolvimento infantil. A amostra do estudo foi composta por 6 Conselheiros Tutelares da Comarca de Patos de Minas, que responderam a um questionário, do tipo “v” ou “f” com quarenta e seis afirmativas. Posteriormente, os Conselheiros passaram por uma capacitação de 8 encontros em que foi apresentado aos mesmos, através de recursos didáticos variados, o conhecimento especializado sobre fatores de risco e proteção ao desenvolvimento infantil. Após os encontros de capacitação, o mesmo instrumento foi aplicado novamente e uma análise estatística comparativa dos dados foi realizada. Quanto aos resultados, não houve diferenças estatisticamente significativas no que se refere aos resultados do questionário, uma vez que o escore médio de acerto, na primeira aplicação do questionário, foi de 39,2 e na segunda aplicação o escore médio foi também de 39,2. No entanto, os resultados quantitativos do questionário não foram coerentes com as observações qualitativas dos autores do trabalho. No relato do posicionamento dos Conselheiros Tutelares, diante de demandas apresentadas durante a capacitação, verificou-se um aumento de repertório comportamental derivado do conhecimento de fatores de risco e proteção ao desenvolvimento infantil, uma ampliação do conhecimento dos recursos da rede de atendimentos, bem como verbalizações sugestivas de que uma postura empática em relação às crianças e suas famílias foi desenvolvida. Apesar de não se observarem mudanças na avaliação quantitativa dos resultados, uma análise qualitativa preliminar sinaliza a importância da capacitação contínua de Conselheiros Tutelares. Ademais, os resultados do presente estudo salientam a necessidade da elaboração de instrumentos específicos que auxiliem na análise da efetividade destas capacitações.

Capacitação, Conselho Tutelar, Fatores de Risco e de Proteção.
IC

JUR

CONCEPÇÕES DE EDUCADORAS DE CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL ACERCA DO ABUSO SEXUAL INFANTIL. *Gledson Régis Lobato (Centro Universitário de Patos de Minas, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Patos de Minas) e Tamiris Martins Braga* (Centro Universitário de Patos de Minas, Patos de Minas)*

O Abuso Sexual Infantil (ASI) é o crime menos denunciado no mundo, com altas estimativas de prevalência e impactos danosos a curto e longo prazo no desenvolvimento infantil. Recentemente, a literatura especializada tem sinalizado a necessidade de intervenções preventivas ao ASI. Os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) mostram-se como lugares importantes para detecção e intervenção precoce em casos de ASI, contudo faz-se essencial que as educadoras possuam informações consistentes sobre o tema. Sendo assim, este estudo teve como objetivo verificar o conhecimento de educadoras infantis sobre: 1) o conceito de ASI; 2) a identificação dos sinais e sintomas apresentados por crianças que foram ou estão sendo abusadas sexualmente; 3) os procedimentos a serem adotados em caso de suspeita de ASI; 4) quais medidas poderiam ser adotadas para prevenir o abuso. Realizou-se um estudo exploratório, qualitativo, com delineamento transversal, tendo como amostra seis educadoras dos CMEI de Patos de Minas – MG, com as quais se realizou uma entrevista semi-estruturada. Quanto à análise dos dados, realizou-se análise de conteúdo, utilizando como categorias as informações apresentadas na literatura especializada referentes aos objetivos do estudo. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Patos de Minas. Quanto aos resultados, verificou-se: 1) no que se refere à definição de ASI, as educadoras demonstraram obter um conceito centrado na relação sexual, o qual se mostra limitado, uma vez que a literatura especializada inclui nesta definição o abuso sexual sem contato físico; 2) quanto aos sinais que permitem a identificação do abuso, as educadoras não discriminam tais sinais dos possíveis impactos a curto e longo prazo do ASI; 3) quanto às medidas cabíveis quando verificado o abuso, todas as educadoras citaram a necessidade de comunicar o Conselho Tutelar, sinalizando que possuem conhecimento adequado sobre os procedimentos legais a serem observados; 4) quanto à prevenção do ASI, as educadoras informaram que o maior risco para as crianças estaria no contato com “pessoas estranhas”, o que sugere que desconhecem as estatísticas nacionais e internacionais, que indicam que o abusador sexual é alguém próximo da criança, em sua grande maioria, uma pessoa da própria família. Ainda no sentido da prevenção, as educadoras salientam que intervenções eficazes consistiriam no trabalho de orientação com famílias através de palestras, sugerindo que desconhecem a importância de se incluírem os CMEI no processo de prevenção ao ASI. Sendo assim, é possível afirmar que as educadoras possuíam informações insuficientes acerca do tema, mas que são capazes de adotar procedimentos adequados diante dos casos de suspeita de ASI. Há necessidade de estudos com uma amostra maior de educadoras dos CMEI, o que possibilitaria informações mais amplas acerca dos conhecimentos das mesmas sobre o ASI com vistas ao desenvolvimento de cursos de capacitação específicos, bem como para atestar a generalidade dos resultados. Quanto às contribuições, o presente estudo ofereceu informações exploratórias sobre o conhecimento de educadoras infantis sobre o ASI e sinalizou a importância de trabalhos de capacitação com as mesmas. Abuso Sexual Infantil. Educador Infantil.

IC

JUR

ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A INCIDÊNCIA DE SINAIS E SINTOMAS DA SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL NUMA AMOSTRA DE ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL QUE FAZEM USO DE DROGAS. *Milene Dornelis de Oliveira** e *Gledson Régis Lobato* (Centro Universitário de Patos de Minas, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Patos de Minas/MG).

As mudanças que ocorrem na adolescência contribuem para a vulnerabilidade dos adolescentes a atos infracionais e a comportamentos prejudiciais à saúde como o uso de drogas. Considerando os fatores de risco e protetivos, a família emerge como um fator importante. Em casais de genitores que se encontram em conflito, há um aumento da probabilidade de ocorrência da Síndrome de Alienação Parental (SAP), que se caracteriza pela criação de uma relação singular entre uma criança ou adolescente e um dos genitores, com a exclusão do outro. Estudos recentes sinalizam que a SAP pode se constituir como fator de risco para o uso de drogas e para o cometimento de atos infracionais. O objetivo do trabalho é verificar a incidência de sinais e sintomas da SAP numa amostra de adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa de internação, que relataram uso de drogas. Foi realizada uma análise descritiva, quantitativa e qualitativa em 15 relatórios elaborados pelos Psicólogos Judiciais da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Patos de Minas/MG. A análise de conteúdo foi realizada utilizando-se como categorias os sinais e sintomas da SAP, conforme descritos na literatura especializada, a fim de verificar sua incidência; analisou-se também os dados relativos aos atos infracionais cometidos. Quanto aos resultados, no que se refere às categorias referentes aos sinais e sintomas da SAP: 6,7% não apresentaram tais categorias; 6,7% apresentaram 3; 6,7% apresentaram 5; 26,7% apresentaram 2; e em 53,3% encontrou-se 1 categoria. Dentre as categorias mais prevalentes, a ausência paterna foi encontrada em 6 dos 15 relatórios, totalizando 40%; em relação a categoria sobre o adolescente não sentir culpa em denegrir a imagem do genitor alienado, esta foi encontrada em 4 casos, representando 26,66%. O número de atos infracionais cometidos variou entre 2 e 13 atos, tendo sido encontrados 24 artigos, sendo os mais recorrentes: 121 com 14, referente à tentativa de homicídio, que apareceu em 46,66%; 121, homicídio, que apareceu em 60% dos relatórios; 157, roubo, apareceu em 46,66%; 155, furto, que apareceu em 26,66%; e 28, referente ao uso ou transporte de drogas ilegais, que apareceu em 26,66%. A SAP é descrita como sendo um dos fatores de risco para o uso de drogas e para o comportamento infracional. Na amostra analisada, não se pôde verificar consistentemente a presença de sinais e sintomas da síndrome nos adolescentes, porém, foi possível observar que numa parte significativa da amostra houve a incidência de algum sintoma da SAP. A ausência paterna foi uma das categorias mais prevalentes, sugerindo assim que a separação dos genitores contribuiu para um afastamento entre pais e filhos, o que pode ter contribuído para a conduta dos adolescentes. Conclui-se que a manutenção de um contato saudável entre filhos e pais, mesmo estando os últimos em situação de conflito, é extremamente importante para o bem-estar destes adolescentes, bem como para constituir-se como fator de proteção para o uso de drogas e para a ocorrência de atos infracionais.

Síndrome de Alienação Parental; Adolescência; Drogas; Atos infracionais.

IC – Trabalho de Graduação

JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

MOTIVOS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM PATOS DE MINAS. *Gledson Régis Lobato (Centro Universitário de Patos de Minas, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Patos de Minas, MG) e Fernanda Isabel dos Reis Wenceslau* (Centro Universitário de Patos de Minas).*

A institucionalização na infância e na adolescência é uma realidade presente para muitas famílias brasileiras. O acolhimento institucional é uma das medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em favor de crianças e adolescentes violados ou ameaçados em seus direitos básicos, devendo ser a última opção num contexto de risco para a criança, configurando-se como medida de caráter emergencial e provisório. Dependendo da história pregressa das crianças e adolescentes, a institucionalização pode ou não ser um risco para o desenvolvimento. Dentre os principais motivos do acolhimento institucional, conforme a literatura especializada, estão a carência de recursos materiais da família, a dependência química ou abandono pelos pais ou responsáveis e a violência doméstica. Desta forma, o presente trabalho teve como objetivo verificar os motivos que levaram uma criança ao acolhimento institucional, como forma de verificar aspectos que possam contribuir tanto para a prevenção quanto para o retorno dessas crianças para suas famílias. Quanto ao método, realizou-se um estudo descritivo, através de análise de conteúdo quantitativa, com delineamento transversal, tendo como amostra 43 relatórios, elaborados por assistentes sociais da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Patos de Minas, sobre as crianças acolhidas na referida comarca no ano de 2006. As categorias de análise foram elaboradas a partir da literatura específica sobre motivos do acolhimento institucional, incluindo dados descritivos sobre a medida de acolhimento institucional, sendo os dados tabulados e analisados estatisticamente. Quanto aos resultados, verificou-se a seguinte prevalência de motivos do abrigo: baixo status sócio-econômico e abuso de substâncias, 32,5% dos casos, negligência 25,5%; abuso psicológico 23,2%; abandono 16,2%; abuso físico 13,9%; falecimento dos pais 11,6%; mendicância 6,9%; e abuso sexual 4,6%. A categoria 'não configura situação de risco', com incidência de 6,9%, foi criada pela demanda de três casos particulares, onde o motivo da permanência na instituição estava vinculado à manutenção de uma bolsa de estudos em colégio particular. Ainda como resultados significativos do estudo verificaram-se: que a medida de acolhimento se estende para além do prazo legal de 2 anos, contrariando as Novas Regras do Estatuto da Criança e do Adolescente; que o perfil da criança pleiteada não corresponde ao perfil da criança disponível para adoção; que a instituição de acolhimento é uma entidade protetora que acolhe criança e adolescentes expostos a graves fatores de risco ao seu desenvolvimento. Outro resultado significativo, é que 69,7% das crianças e adolescentes recebem visitas dos pais e de outros familiares, enquanto que 41,8% dos relatórios informam sobre o desconhecimento do endereço destes familiares. Estes dados apontam para a ausência de informações sobre a família de origem, o que dificulta o trabalho de retorno para os respectivos lares. A partir da constatação dos motivos do acolhimento institucional, que são coerentes com os descritos pela literatura especializada, evidencia-se a necessidade de intervenções específicas que contemplem tanto a inserção da família das crianças e adolescentes acolhidas em uma rede social de apoio, quanto um trabalho que vise à promoção das funções parentais.

Infância, Medidas de Proteção, Acolhimento Institucional.

IC

JUR

CRENÇAS CULTURAIS A RESPEITO DA ADOÇÃO: DA ANÁLISE À INTERVENÇÃO SOB O ENFOQUE DA TERAPIA COMPORTAMENTAL-COGNITIVA. *Frank Hiromi Watanabe (Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Patos de Minas), Gledson Régis Lobato (Centro Universitário de Patos de Minas, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Patos de Minas/ MG) e Renata Ferrarez Fernandes Lopes (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG).*

Quando verificada a exposição de uma criança ou adolescente a fatores de risco ao seu desenvolvimento, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê a aplicação de medidas protetivas. Dentre estas medidas há a colocação em família substituta na modalidade de adoção. O procedimento legal para se adotar uma criança ou adolescente inclui a entrada no cadastro de pretendentes à adoção. As Novas Regras para a Adoção, acrescentadas ao ECA no ano de 2009, em seu artigo 50 parágrafo terceiro, afirmam como condição para a inclusão de requerentes no cadastro de pretendentes à adoção a participação numa preparação psicossocial e jurídica sob responsabilidade dos técnicos do judiciário. Esta preparação consistiria em intervenções individuais e/ou grupais, de cunho psicoeducativo, com o objetivo de auxiliar os futuros adotantes a lidar com demandas específicas da adoção no que se refere aos aspectos jurídicos, sociais e psicológicos. Quanto aos aspectos psicológicos, salienta-se a necessidade de se trabalhar as crenças disfuncionais sobre adoção a fim de que prejuízos advindos de interpretações mal-adaptativas possam ser evitados. A Terapia Comportamental-Cognitiva compreende os transtornos psicológicos como resultado de interpretações disfuncionais de situações, oferecendo recursos técnicos para se identificar, avaliar e modificar crenças disfuncionais. O presente estudo teve como objetivos: 1) realizar um levantamento da literatura científica a respeito do tema “pais por adoção”, analisando as crenças culturais disfuncionais mais frequentemente atribuídas à cultura da adoção vigente, assim como as repercussões destas na vivência dos pais adotantes durante as diversas etapas do processo de adoção; 2) elaborar um protocolo de trabalho em grupo para a preparação psicossocial e jurídica para a adoção. Para atingir tais objetivos, realizou-se um levantamento de estudos nas bases de dados PsycINFO e Scielo, do período entre 2002 e 2009, utilizando-se como palavras-chaves: adoção de crianças e adolescentes, filhos por adoção. Quanto aos resultados, a partir da análise da literatura especializada, verificaram-se três grandes grupos de crenças culturais, uma envolvendo a idealização dos vínculos biológicos, uma abrangendo a noção do recém-nascido como “tábua rasa” e outra a respeito da exclusividade afetiva. A partir da análise dessas crenças, foram estruturadas as bases para uma proposta de intervenção em grupos de preparação psicossocial e jurídica para adoção a partir do referencial teórico da Terapia Comportamental-Cognitiva. O protocolo consistiria em sete encontros com 8 a 12 integrantes, estruturados e organizados nos seguintes temas: 1) Motivação para adoção; 2) Crenças sobre adoção; 3) Perfil da criança e/ou adolescente pleiteado; 4) Apresentação do documentário “O que o Destino me Mandar”, o qual trata da situação de crianças e adolescentes acolhidos em instituições; 5) Vínculos: exclusivamente biológicos ?; 6) Orientações jurídicas à respeito da adoção; 7) Encerramento. A literatura especializada sinaliza a necessidade precípua de intervenções que preparem os adotantes, salientando que o papel do Psicólogo neste contexto consistiria em construir um contexto em que as crenças disfuncionais sobre adoção possam ser modificadas. Neste sentido, a Terapia Comportamental-Cognitiva oferece ferramentas técnicas valiosas para intervenções no sistema de crença dos futuros adotantes.

Adoção. Preparação Psicossocial e Jurídica. Terapia Comportamental-Cognitiva.

P

JUR

SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL (SAP): UMA DISCUSSÃO CRÍTICA DO PONTO DE VISTA DA PSICOLOGIA. *Fernanda Monteiro de Castro Bhone** e Lélío Moura Lourenço (Pólo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora – MG).*

A Síndrome da Alienação Parental (SAP), descrita inicialmente na década de 80 pelo psiquiatra americano Richard Gardner, pode ser entendida como uma disfunção nos relacionamentos estabelecidos no sistema familiar. A partir da ação abusiva de um de seus genitores, a criança pode ter sua ligação psicológica com o outro genitor enfraquecida ou destruída. A temática vem sendo discutida por profissionais do direito e da área de saúde mental, sendo que a revisão bibliográfica sobre o assunto buscou investigar as discussões que a síndrome tem gerado do ponto de vista científico, na psicologia. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica na base de dados internacional da área da psicologia, *Psycinfo*, a partir do descritor “*Parental Alienation Syndrome*”. Foram selecionados apenas os artigos publicados entre os anos de 2004 e 2008. Considerada uma forma de abuso psicológico contra a criança, a SAP costuma acontecer em contextos de disputa de guarda. Um genitor (chamado de alienador) objetiva excluir o outro (chamado de genitor alvo da alienação ou alienado) da vida da criança, que passa a apresentar comportamentos de rejeição, os quais podem ser sintetizados através de 8 sintomas: campanha desqualificatória em relação a um genitor; racionalizações absurdas para essa desqualificação; sentimentos sempre negativos em relação a esse genitor; afirmação de que não foi influenciado nesse comportamento de rejeição; defesa do alienador; ausência de culpa em relação ao alienado; relato de situações não vivenciadas; extensão da animosidade a demais pessoas do contexto do alienado. Algumas das pesquisas sobre o assunto versam sobre: estimativas de prevalência da síndrome; formas como a alienação acontece a partir de relatos de adultos que teriam sido vítimas da SAP na infância; caracterização de pais alienadores e alienados. No contexto da prática profissional, a investigação sobre o fenômeno tem sido feita através de observação, entrevistas com envolvidos e colaterais e testes, observando-se baixa uniformidade nos critérios de diagnóstico. Este é importante pois observa-se que a alegação da síndrome pode encobrir situações de abuso, negligência e violência intrafamiliar. Além da atenção para aspectos de identificação da alienação parental, cabe ressaltar a importância da adoção de estratégias de intervenção preventivas, dentre elas, ações em termos de políticas públicas, como a criação de centros de educação para as famílias; programas de prevenção e incentivo para usá-los; treinamentos acerca de importantes eventos do desenvolvimento; treinamento de profissionais para identificar condutas de alienação e de alinhamento; além da ênfase no sistema familiar como fonte de recursos para a formação infantil. Apesar da polêmica quanto a sustentação científica da SAP, ela apresenta-se real na observação clínica, merecendo discussão séria sobre suas implicações.

Palavras-chave: Síndrome de Alienação Parental (SAP); psicologia; psicologia jurídica.

M

JUR

A ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA INTERFACE CONSUMO/COMERCIALIZAÇÃO DE DROGAS E PRÁTICA INFRACIONAL.

*Fernanda Aguiar Pizeta***, *Cláudia Helena Julião e Rogério Tiago Jorge (Fórum da Comarca de Batatais-TJSP, Batatais-SP)*

A legislação que versa sobre a prática infracional de adolescentes no Brasil se insere na doutrina de proteção integral, o que evidencia a preocupação com a ressocialização destes adolescentes, considerados sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento. O olhar sobre tais adolescentes deverá, pois, considerar prioritariamente suas necessidades e as da sociedade, além das circunstâncias e da gravidade da infração cometida. Nesse contexto, torna-se relevante a busca dos indicadores de risco à prática infracional, incluindo aspectos ambientais, sociais e pessoais, dentre os quais se destaca a prevalência do consumo de drogas. Em razão do aumento da prática infracional e do consumo de drogas por adolescentes no município de Batatais- SP, onde desempenhamos nossas atividades profissionais no Poder Judiciário, se torna necessário um maior conhecimento sobre tal realidade, o que se deu por meio do levantamento e da caracterização dos atos infracionais praticados no ano de 2009, bem como da reflexão quanto à interface desta realidade com o consumo e a comercialização de drogas neste município. O referido levantamento foi realizado junto a Seção da Infância e Juventude da Comarca de Batatais, identificando-se os atos infracionais, sua natureza e a relação (direta ou indireta) com o uso e a comercialização de drogas ilícitas. Os dados sinalizaram a instauração de uma média mensal de mais de 34 processos, dos quais 37% referiram-se ao tráfico de entorpecentes e à aquisição/guarda/porte de entorpecentes para uso próprio e cerca de 30% referiram-se a infrações cujos autores apresentavam envolvimento com drogas (em especial, com o consumo de substâncias psicoativas). A reincidência de alguns adolescentes na prática de atos infracionais dessa natureza sinaliza para a existência de recorrência no consumo de drogas, sendo que apenas uma minoria deles já havia se submetido a tratamento para a dependência química. Tal realidade deixa evidente a dificuldade dos pais e dos diversos setores da política de atendimento à criança e ao adolescente quanto à identificação do envolvimento desta clientela com o uso de drogas, o que se soma aos poucos recursos governamentais e não-governamentais do município no atendimento a pessoas com tal demanda, sendo necessário entre outras estratégias buscar recursos externos para a internação de adolescentes dependentes químicos com menos de 16 anos. Para uma compreensão mais ampla de cada caso, a avaliação psicossocial pelos profissionais do Judiciário pode ser um recurso técnico importante para favorecer a convicção dos magistrados quanto à aplicação de medidas socioeducativas que considerem as necessidades do adolescente que faz uso (eventual ou recorrente) de drogas, bem como as que privilegiem a articulação de ações integradas dos diversos setores da sociedade. Além disso, a experiência da Comarca de Batatais evidenciou que o trâmite mais ágil do julgamento da ação de ato infracional e o monitoramento sistemático das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes e das medidas aplicadas aos seus pais/responsáveis são estratégias que potencializam a identificação de condições de risco ao desenvolvimento dos adolescentes bem como a garantia à proteção integral, preconizada pela legislação em vigor.

Palavras-chave: adolescente; drogas; sistema de justiça

Nível do trabalho: Outro (relato de experiência)

Código da área: JUR

ANÁLISE DO CONTEÚDO COM UTILIZAÇÃO DO ALCESTE COMO COMPLEMENTO DE UM ESTUDO QUANTITATIVO SOBRE SATISFAÇÃO NO TRABALHO. *Ângela da Rocha Valle (Banco do Brasil. Brasília. DF) e Âderson Luiz Costa Junior (Universidade de Brasília. Brasília. DF).*

O presente estudo buscou relacionar os resultados quantitativos de um questionário validado de satisfação no trabalho, aplicado em uma empresa financeira, com uma análise de conteúdo extraída de discussões de grupos focais, os quais debateram temáticas relacionadas ao estudo quantitativo: condições físicas de trabalho, trabalho desafiador, remuneração, relacionamento entre colegas e chefia, oportunidades de crescimento e oportunidades de treinamento. Participaram dos grupos focais 35 funcionários do quadro permanente de pessoal da empresa, sendo 19 do sexo masculino e 16 do sexo feminino, distribuídos aleatoriamente por cinco grupos focais de seis a oito indivíduos cada. Os participantes ocupavam cargos diversos na empresa, de operacionais a gerenciais, tinham tempo de trabalho que variava de quatro meses a 36 anos e eram provenientes de Agências, Órgãos Regionais e Direção Geral. A análise de conteúdo do texto transcrito foi realizada por intermédio do software Alceste 4.7. Os resultados revelaram quatro categorias temáticas, denominadas classes, que abarcaram o discurso proveniente dos grupos, cujo roteiro enfatizou seis tópicos, discutidos no estudo quantitativo: relacionamento de colegas e chefia, remuneração, trabalho desafiador (significado do trabalho), condições de trabalho (condições físicas do trabalho), oportunidades de treinamento e crescimento (treinamento e ascensão profissional). A partir da análise do discurso, esses tópicos foram reagrupados em função das associações feitas em três grupos: Grupo I: Condições Físicas do Trabalho; Grupo II: Remuneração Direta e Indireta; e Grupo III: Carreira Profissional. Os Grupos I e II relacionaram-se a aspectos extrínsecos ao trabalho, remuneração direta e indireta e condições físicas do trabalho, referentes diretamente às dimensões condições de trabalho e remuneração do questionário de satisfação no trabalho. O Grupo III voltou-se para aspectos intrínsecos relacionados ao trabalho: relacionamento, reconhecimento social e significado do trabalho (Classe 1) e ascensão e treinamento (Classe 4), referentes diretamente às dimensões trabalho desafiador, relacionamento, oportunidades de treinamento e oportunidades de crescimento, do questionário de satisfação no trabalho. As categorias (classes) identificadas pelo Alceste, apresentaram uma correlação direta com as dimensões identificadas no questionário de satisfação e permitiram análises em profundidade de questões identificadas no instrumento quantitativo. A tecnologia utilizada no procedimento de análise de conteúdo dos grupos permitiu uma análise imparcial, evitando pré-concepções. A partir do texto original, o Alceste realizou uma categorização estatística das palavras, efetuando associações entre palavras que formaram entre si, universos lexicais diferentes, não impondo categorias pré-definidas de análise. Uma limitação para seu uso, no entanto, é não levar em consideração a construção da frase onde as palavras estão inseridas, mas apenas a raiz de palavras mais frequentemente associadas entre si. Esta dificuldade pode fazer com que uma palavra tenha sentido diferente no contexto e o programa confundi-la com um sentido comum, por exemplo, um verbo ser analisado com um substantivo.

Palavras-Chave: Alceste, grupos focais, pesquisa quantitativa.

D - Doutorado

Área de Pesquisa: MET

AGRESSIVIDADE NO TRÂNSITO. *Carla Strozzi**, *Elton Luithardt***, *Noemi Andrade** e *Rima Awada Zahra** (Projeto apresentado à Disciplina de Metodologia Científica, Faculdade Evangélica do Paraná, Curitiba, PR).

Esta pesquisa está relacionada com a identificação e a avaliação dos estressores e causas atribuídas ao comportamento agressivo dos motoristas. Vários estudos verificam uma forte conexão entre agressividade e trânsito, bem como indícios de que a irritação, a agressividade e o comportamento violento no trânsito estão aumentando. Além de símbolo de status social, o carro é produto de forte comercialização no atual mercado capitalista. Os meios de comunicação veiculam propagandas despertando o desejo deste bem material sem preocupar-se com os efeitos colaterais na sociedade. O aumento mundial da frota de veículos é crescente, a poluição está apavorante e no meio urbano a qualidade de vida ficou comprometida com os enormes engarrafamentos. No Brasil, os índices de acidentes de trânsito são altíssimos, fazendo com que o trânsito do nosso país seja considerado um dos piores e mais perigosos do mundo. Paradoxalmente, os estudos acerca das causas e possíveis prevenções são escassos. A relação entre agressividade geral e raiva na direção demonstra que quanto menor a frequência de comportamentos agressivos, menor o índice de raiva na direção. Já a relação entre agressividade e erros e violações de motoristas mostra que quanto menor o índice de agressividade, menores os índices de erros e violações. Em outras palavras, motoristas mais agressivos cometem mais violações. A partir disso, para esta pesquisa foram entrevistados oitenta motoristas, quarenta do sexo masculino e quarenta do sexo feminino, com no mínimo cinco anos de carteira de habilitação. As entrevistas foram realizadas numa abordagem por conveniência de acordo com o conhecimento dos pesquisadores. O instrumento utilizado foi um questionário composto de trinta questões, elaborado pelos pesquisadores, contendo três categorias de estressores: físico, comportamental e emocional. A categoria físico considerou o ambiente externo como situação estressora. Na categoria comportamental levou-se em conta o comportamento de motoristas e pedestres como fonte de estresse. Já na categoria emocional estão incluídos os estímulos internos do estresse do motorista. Dos estressores físicos, o fator preponderante para as mulheres foi a lentidão da pista da esquerda e para os homens foi os buracos e defeitos na pista. Na classe dos estressores comportamentais, para ambos os sexos, motoristas agitados, buzinares e briguentos foram apontados como os maiores estressores. E por fim, dentre os estressores emocionais mais significantes, foi encontrado para ambos os sexos o fator pressa. Entre os estímulos apontados na literatura como geradores de comportamento agressivo, verificam-se os fatores humanos, como, por exemplo, a forma agressiva de dirigir, onde a maior tendência agressiva está nos homens. Contrariando a literatura, a presente pesquisa encontrou dados que demonstram que o sexo feminino apresenta-se mais sensível aos estímulos estressores, quer sejam físicos, comportamentais ou emocionais. Os dados levantados nessa pesquisa deixam abertos caminhos para novos estudos que possibilitem compreender melhor os motivos pelos quais as mulheres encontram-se cada vez mais estressadas e agressivas no trânsito.

Palavras chave: Agressividade; Trânsito; Estressores.

Iniciação Científica (Trabalho de Graduação)

MET

CONSTRUÇÃO DE UMA ESCALA DE POLIDEZ INFANTIL. *Danielle Miky Ueda Ono**, *Germano Rosa Figueiredo**, *Letícia Felipe Nunes**, *Marianna de Macedo Curi Zahle Larsen**, *Michel Mansur Biscaro Reis** e *Sarana de Carvalho Paes** (Faculdade Evangélica do Paraná, Curitiba, PR).

A polidez é a porta de entrada das virtudes, a qual facilita o comportamento moral, relacionamentos e aceitação social. Ela é importante na construção da moral, pois constitui o conjunto de valores e regras que a criança poderá utilizar para penetrar no universo moral e posteriormente reconstruir e transformar estas regras em valores. Ensinar um repertório de comportamentos polidos é fundamental para que este possa transformar a prática, exigida pelo adulto, em sentimento real. A polidez possibilita uma boa convivência social, proporciona a prática da igualdade entre os indivíduos e por meio desta prática é possível surgir o sentimento real de respeito ao próximo, construindo aí um valor moral. Neste contexto existe uma preocupação da ciência que contribui para realização de várias pesquisas na área do comportamento moral. Contudo, existem poucos materiais referidos à polidez no que tange resultados qualitativos, e ainda não existe material que permite medi-la quantitativamente. O instrumento (escala de polidez infantil) tem o objetivo de medir quantitativamente a polidez, o que possibilitaria comprovar, de maneira mais exata, seus impactos sobre a sociedade, contribuindo para que esse assunto volte a ter um foco na esfera global como fator de constituição das relações humanas. Por isso a intenção desta pesquisa de construir uma escala de polidez infantil para crianças entre 7 e 12 anos e aplicação da pré-escala, com 6 classes de comportamentos: cumprimentar, pedir licença, pedir desculpas, pedir por favor, elogiar e agradecer; em um contingente de 12 participantes, sendo estes subdivididos por gênero e em educados e mal educados, escolhidos por observação de convívio ou indicação. Após a necessidade de reformulação do mesmo, com o intuito de facilitar a compreensão do público alvo, foi realizada a reaplicação da escala em dois grupos de 12 crianças, no total de 24 crianças. Cada grupo constituiu-se de: 3 meninos supostamente educados; 3 meninos supostamente mal-educados; 3 meninas supostamente educadas e 3 meninas supostamente mal-educadas; escolhidos por conveniência. A escala tem 7 assertivas para cada comportamento de polidez sendo eles: cumprimentar, pedir licença, pedir por favor, pedir desculpas, elogiar e agradecer, totalizando 42 assertivas. As alternativas para serem assinaladas são: sempre (ocorrendo de 8 a 10 vezes), às vezes (ocorrendo de 3 a 7), nunca (ocorrendo de 0 a 2). Nas duas versões da Escala de Polidez Infantil, os grupos de crianças supostamente educadas, de ambos os sexos, houve pouca modificação nos resultados. No caso do grupo de meninos, supostamente mal educados, os resultados obtidos com uma baixa no total dos valores das respostas podem demonstrar que houve uma melhora na elaboração das perguntas se a escala medir a falta de polidez. No caso das participantes do sexo feminino, supostamente mal educadas, o resultado obtido demonstra um aumento nos valores do segundo grupo, sendo que deveria medir a falta de polidez. É do interesse dos pesquisadores dar continuidade à pesquisa definindo uma versão final para a Escala de Polidez Infantil e posteriormente aplicando em uma amostra maior. Para a obtenção de resultados mais fidedignos, os pesquisadores intencionam aplicar em uma amostra de 320 crianças sendo que estas seriam divididas em dois grupos: 160 pertencentes ao ensino público e 160 pertencentes ao ensino particular. Dividiriam estes grupos em subgrupos de 80 crianças do sexo masculino e 80 do sexo feminino, em ambas as escolas e, todas, entre a faixa etária de 7 à 12 anos.

Palavras-chave: polidez, moral, regras.

Iniciação Científica – IC

MET

ANÁLISE FATORIAL DA VERSÃO BRASILEIRA DA ESCALA DE IMOBILIDADE TÔNICA (TIS). *Wanderson Fernandes de Souza** (Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz; Rio de Janeiro-RJ), Michael Reichenheim (Instituto de Medicina Social/UERJ- Rio de Janeiro-RJ), Ivan Figueira (Instituto de Psiquiatria/UFRJ; Rio de Janeiro-RJ) e Evandro Coutinho Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz; Rio de Janeiro-RJ)*

A imobilidade tônica (IT) é um tema recorrente na literatura de estudos com animais. Entretanto ainda é um tema muito recente quando o consideramos um fenômeno presente nos seres humanos. Nos últimos anos alguns estudos têm avaliado a relação entre IT e o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Pacientes ambulatoriais apresentam maior gravidade de sintomas de TEPT na presença de IT durante o evento traumático desencadeador. A presença de IT também está relacionada a menor redução de sintomas de TEPT após tratamento sendo um indicativo de mal prognóstico. Apesar do recente interesse acerca da IT, apenas dois instrumentos foram desenvolvidos até o momento com o intuito de avaliar tal constructo em humanos: Tonic Immobility Scale (TIS) e Tonic Immobility Questionnaire (TIQ). A TIS foi o primeiro instrumento a tentar avaliar imobilidade tônica em humanos e já foi traduzida para o português. Segundo a única fatorial feita utilizando a escala original, o constructo se divide em 2 fatores chamados de: Imobilidade Tônica e Medo. Em fase de validação foi aplicada, em conjunto com uma série de outros instrumentos, em um estudo epidemiológico nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP). Este trabalho teve por objetivo investigar as características dimensionais desta escala de duas formas: 1) buscando confirmar a estrutura proposta originalmente pelos autores e 2) explorando a estrutura dimensional mais adequada para a versão brasileira. A análise fatorial foi feita com o escore de 3223 indivíduos (2148 em São Paulo e 1075 no Rio de Janeiro) vítimas de algum tipo de trauma. O banco constava inicialmente de 3240 observações, entretanto, 17 (0,52%) foram excluídas por apresentarem dados faltantes em algum item da escala. A análise foi dividida em 4 etapas: 1) Análise Fatorial Confirmatória (CFA) do modelo proposto na literatura utilizando banco de SP; 2) Análise do tipo Exploratória/Confirmatória (E/CFA) para estimar o modelo com melhor ajuste para São Paulo; 3) Análise Fatorial Confirmatória (CFA) do modelo estimado em SP com os dados do RJ e 4) Análise do tipo Exploratória/Confirmatória (E/CFA) para estimar o modelo com melhor ajuste para RJ. Ao final da investigação, o modelo proposto originalmente não foi confirmado. A E/CFA conduzida nas duas cidades sugerem a existência de três fatores distintos, porém, representados por poucos itens cada um deles: Imobilidade Motora, Medo e Dissociação. Esta estrutura dimensional é similar a encontrada na análise fatorial conduzida com um instrumento mais recente para avaliar imobilidade tônica. Portanto, deve-se agir com cautela ao considerar que o instrumento esteja avaliando apenas dois fatores distintos, ignorando a dissociação como um terceiro fator contido no instrumento.

Apoio Financeiro: CNPq e MCT - Institutos do Milênio

Palavras-chave: Imobilidade Tônica, Análise Fatorial, Reações Peritraumáticas.

Nível: P

Código: MET

ESCALA DE MEDIDA DO GRAU DE AUXILIO OFERECIDO PELA INFORMAÇÃO NA ESCOLHA DO CURSO. *Juliany Gonçalves Guimarães de Aguiar, Jacqueline Oliveira de Souza*, Jéssica Vieira de Leal Dias*, Leyslana Vitória R. Rosa*, Maísa Roberta Pereira Ramos Lopes* e Simone Moreira Alves Candido* (Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO).*

O objetivo deste estudo foi o desenvolvimento e a análise dos atributos psicométricos de uma escala de medida piloto que visa mensurar o grau de auxílio oferecido pela informação no momento da escolha do curso pelo aluno. Tendo como embasamento muitos estudos anteriores sobre o tema escolha da profissão/curso pelo aluno, momento este de considerável turbulência na vida do estudante que passa por um alto teor de dúvida. Atualmente a diversidade de cursos existentes dificulta a escolha do adolescente, o conhecimento de suas aptidões, seus interesses, informações sobre as profissões e os requisitos necessários para as mesmas podem auxiliar no momento de decisão. Neste contexto os estudos advertem para o quanto as informações oferecidas nas escolas podem ser influentes e importantes para o discente no momento de sua escolha da graduação. A construção da escala teve como norte o modelo de Pasquali (2003) para elaboração e validação de instrumentos psicológicos, cuja construção perpassa por três grandes pólos de desenvolvimento: pólo teórico, empírico e analítico. A escala piloto construída contou com 29 assertivas intercaladas entre itens positivos e negativos em formato Likert e mais quatro questões sócio demográficas. A escala foi respondida por 98 estudantes de primeiro período de graduação de uma universidade privada de Goiânia, Goiás, sendo 77 mulheres e 21 homens, com idade média de 19,51 anos (17 a 45 anos). Após a coleta das respostas os dados foram computados no programa SPSS 12.2 for Windows. A análise fatorial revelou que dos 29 itens 23 foram validados apresentando correlação maior que 0,40. O coeficiente de consistência interna (Alpha de Cronbach) resultou em 0,887 o que mostra que a escala foi considerada fidedigna. Mesmo retirando os 6 itens não correlacionados o Alpha de Cronbach obteve valor aceitável de 0,884. Os resultados obtidos possibilitam concluir para a adequação da escala na mensuração da influência da informação na escolha do curso. Entretanto são sugeridas pesquisas futuras visando melhoria da escala em relação aos itens não concatenados e a aplicação em uma amostra maior e/ou diferenciada para obtenção de maiores evidências sobre a validade e fidedignidade do instrumento.

Palavras Chaves: construção e validação da escala, influência da informação, escolha do curso.

Nível do Trabalho: Iniciação Científica - IC

Área: MET

A SÍNDROME DE *BURNOUT* NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE BLUMENAU APÓS A ENCHENTE DE NOVEMBRO DE 2008. *Caroline Menin**, *Katy Christine Bremer Boaventura** e *Karina Nones Tomelin*** (Centro Universitário Leonardo da Vinci, Faculdade Metropolitana de Blumenau, Blumenau, S.C).

Síndrome de Burnout é uma doença ocupacional e encontra-se nas profissões que demandam maior afetividade e cuidados com outras pessoas, apresentando níveis de estresse elevados. Caracteriza-se pela presença da tríade de dimensões: exaustão emocional, despersonalização e redução da realização pessoal e por estar relacionada às condições de trabalho. Este trabalho foi realizado na cidade de Blumenau-SC com a equipe do Corpo de Bombeiros Militar situados na região central do município. Buscou-se identificar a presença de *burnout* nessa categoria após o fenômeno da enchente de novembro de 2008 e avaliar o grau de intensidade dos sintomas. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, exploratória e *ex-post-facto*. Coletaram-se dados por meio de questionário com perguntas fechadas e de análise dos dados demográficos. As informações foram analisadas quantitativamente, por meio de técnicas estatísticas. A população da amostra foi de aproximadamente 20% do quadro total, ou seja, 19 bombeiros efetivos e que participaram dos resgates na enchente. De acordo com os resultados, 42% do grupo evidenciaram um ritmo de trabalho excessivo (resposta sempre e freqüentemente) e 58% destacou que é só as vezes que isto acontece. Em relação ao tempo para executar as suas atividades no trabalho, 58% consideram o tempo muito relevante no seu trabalho (respostas sempre e freqüentemente) e 42% não são afetados pela pressão do tempo. Na terceira questão resultou que existe nos profissionais uma pressão na cobrança por resultados (58%). Na questão quatro responderam que há pouco individualismo e disputas em 85% (respostas às vezes, raramente e nunca), contra 15% que responderam freqüentemente e sempre. E, 79% responderam que o trabalho envolve alto risco de acidentes. Quando se questionou a respeito do seu trabalho, a grande maioria (68%) sentem-se com realização profissional. Verificou-se que as exigências físicas e emocionais neste trabalho e riscos de vida são altos, fazendo parte da profissão. Eles permanecem muito tempo executando estas funções, apresentam estabilidade profissional e ascensão na carreira e nos estudos. No item reconhecimento e valorização, 53% se sentem pouco valorizados e reconhecidos. Já os itens estresse e frustração ficaram mais evidentes que a insegurança. Entre o estresse, frustração e a insegurança evidenciaram-se que tanto o estresse em 89% das respostas (sempre e freqüentemente e às vezes), como a frustração em 89% das respostas (sempre e freqüentemente e às vezes), estão presentes nessas atividades laborais. A insegurança apontou baixa (nunca e raramente) em 68%. Em 58% das respostas (totalmente presentes, muito presentes e mais ou menos presentes) evidenciaram que as dores no corpo são fatores de risco a saúde, nessa atividade ocupacional. Isso vem corroborar com a idéia estereotipada de herói, onde a força é muito exigida. Conclui-se que entre os bombeiros não se apresentou a *Síndrome de Burnout* devido às catástrofes ocorridas com a enchente. Constataram-se nessa pesquisa sinais de níveis de estresses acima do nível saudável, porém, não a ponto de caracterizarem a síndrome.

Palavras-chave: Síndrome de Burnout. Bombeiros. Estresse.
IC- Trabalho de Iniciação Científica

Código da área da pesquisa: MET (Metodologia de Pesquisa e Instrumentação)

ASPECTOS PSICOLÓGICOS DO ENVELHECIMENTO NO PERIÓDICO MOTRICIDADE 2008/2009. *Michel Monteiro Macedo**, *Michele da Silva Pereira**, *Isabela Lemos de Lima Cascão** e *Joyce Vieira Martins dos Santos** (Educação Física, Universidade de Mogi das Cruzes – SP)

Devido ao aumento exponencial da população idosa mundial, há uma crescente necessidade de investigação da produção científica referente à qualidade de vida, juntamente com o bem estar e saúde destes indivíduos. A pesquisa de metanálise é um importante instrumento metodológico que analisa individualmente resultados de estudos publicados tendo como foco integrá-los, contribuindo para o desenvolvimento de evidências sólidas. O objetivo deste estudo contemplou analisar a produção científica do periódico base de dados Motricidade (ISSN 1646-107X) QUALIS B1 Internacional durante os anos de 2008 e 2009, sobre a Influência dos Aspectos Psicológicos no Envelhecimento. Os dados foram obtidos por análise individual dos 62 artigos publicados nos volumes 4 e 5, coletados e inseridos em planilhas referentes a cada objetivo específico, sendo apresentados de maneira descritiva e inferencial. Observando a tipologia dos trabalhos produzidos, verificou-se prevalência na produção do tipo experimental (67,74%), seguido do teórico (17,74%) e descritivo (14,51%). Ao final foi realizado o teste de qui-quadrado e o resultado obtido para $\chi^2_o = 31,12 > \chi^2_c = 5,99$ ($p < 0,05$), mostrando que há diferença estatisticamente significativa, neste caso para a maior incidência de trabalhos experimentais durante o período analisado. No que diz respeito à análise dos dados, a maior parte dos artigos (66,12%) utilizou-se de análise mista enquanto que a outra parte (33,87%) analisou seus dados qualitativamente. Recorrendo-se novamente ao teste de qui-quadrado, o resultado encontrado foi de $\chi^2_o = 6,46$ e $\chi^2_c = 3,84$, mostrando que também há diferença estatisticamente significativa para este caso. Quando analisados os tipos de participantes presentes nos trabalhos, 38,32% deles foram classificados como sendo não identificados por serem trabalhos teóricos, ou por impossibilidade de identificação clara dos sujeitos presentes nos estudos, 25% sendo adultos, ou com idade de 18 a 59 anos, e 14,7% adolescentes, ou idade de 13 a 17 anos. Pesquisas adotando idosos ou crianças como sujeitos atingiram apenas 8,82% cada. Quando feito o teste de qui-quadrado $\chi^2_o = 22,46 > \chi^2_c = 9,40$, levando-nos a concluir que novamente a diferença obtida é estatisticamente significativa. Verificando as temáticas presentes, houve maior incidência (25,92%) em publicações voltadas ao esporte, os temas fisiologia e psicologia alcançaram valor de 18,51% cada, totalizando 60,94% da produção no período analisado. Com o teste de qui-quadrado encontramos para $\chi^2_o = 14,77$ e para $\chi^2_c = 9,40$, mostrando diferença estatisticamente significativa na aparição das temáticas observadas. Conclui-se que durante o período analisado as publicações tiveram maior incidência de estudos de natureza experimental, confirmando a tendência dos periódicos em privilegiar trabalhos oriundos de pesquisa. Na tipologia de análise dos dados houve prevalência da análise mista, considerando-se o fato de que publicações envolvendo apenas análise quantitativa não foram encontradas. Quando verificados os sujeitos envolvidos nos estudos, a aparição de indivíduos velhos ainda é baixa, embora haja consenso da comunidade científica sobre a necessidade de se atentar para esta faixa etária. Com relação à temática, a psicologia apresentou número expressivo de produções, demonstrando a importância do enfoque psicológico para pesquisas na área do esporte, saúde e desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Produção Científica. Metanálise. Idoso.

Nível do trabalho: Iniciação Científica (IC)

Área da pesquisa: MET

IMAGEM CORPORAL DO IDOSO E QUALIDADE DE VIDA: METANÁLISE DA REVISTA BRASILEIRA DE MEDICINA DO ESPORTE 2008/2009. *Isabela Lemos de Lima Cascão**, *Joyce Vieira Martins dos Santos**, *Michel Monteiro Macedo** e *Michele da Silva Pereira** (Educação Física – Universidade de Mogi das Cruzes - SP)

Imagem Corporal é uma manifestação humana que tem relação com aspectos psicológicos, sociais, culturais, afetivos, cognitivos e motores. Diversos estudos vêm demonstrando que a atividade física contribui positivamente promovendo melhorias nos aspectos físicos e psicológicos de idosos, uma vez que ao serem ativos os idosos apresentam melhor saúde mental, menor incidência de depressão e ansiedade e, independência, autoestima e sensação de bem estar aumentados. A metanálise é uma pesquisa descritiva e delineamento de levantamento que possui metodologia bem definida com quantificação de resultados relacionados a produção científica de uma área do saber utilizando de uma avaliação cientométrica, permitindo análise quali/quantitativa dos dados pesquisados. Objetivou-se analisar o periódico Revista Brasileira de Medicina do Esporte (RBME) ISSN 1517-8692 QUALIS A- Nacional da CAPES e Internacional - C na área de educação física e saúde coletiva, nos anos de 2008 e 2009 e o tema “Imagem Corporal do Idoso e Qualidade de Vida”. Foi realizada uma revisão sistemática dos 172 artigos publicados nos volumes 14 e 15 do periódico RBME, disponíveis na plataforma Scielo - Scientific Electronic Library. Nos resultados observou-se que quanto à tipologia dos trabalhos publicados $\chi_o^2 = 73,93$ e $\chi_c^2 = 5,99$ ($p = 0,05$) representados por 64% de pesquisas experimentais, demonstrando haver diferença estatisticamente significativa; em relação à temática dos artigos verificou-se maior divulgação de artigos relacionados às Ciências do Esporte e no Exercício com representação de 37,8%, enquanto artigos relacionados à Imagem Corporal do Idoso representaram apenas 1,7% do total das publicações, $\chi_o^2 = 52,23$ e $\chi_c^2 = 7,82$, considerando $p = 0,05$ este resultado foi estatisticamente significativo; nos participantes das pesquisas identificou-se $\chi_o^2 = 83,87$ e $\chi_c^2 = 9,49$ ($p = 0,05$) em que 45,7% de trabalhos foram realizados com adultos como sujeitos; e quanto ao gênero mais pesquisado os homens tornaram-se presentes em 32,56% nos dois volumes, representados por $\chi_o^2 = 17,53$ e $\chi_c^2 = 9,49$ e $p = 0,05$ havendo diferença estatisticamente significativa. Utilizando a correlação de Spearman ($p < 0,05$) verificamos no tipo de trabalho $r_s = 0,80$ e $r_c = 0,81$ ($N = 4$), não havendo correlação estatisticamente significativa entre as publicações de 2008 e 2009, quanto à temática $r_s = 0,90$ e $r_c = 0,75$ ($N = 5$) a correlação foi positiva e o tipo de participantes das pesquisas também confirmou-se positiva com $r_s = 0,89$ e $r_c = 0,67$ ($N = 7$), quanto aos gêneros pesquisados, a correlação foi significativa positiva $r_s = 1,00$ e $r_c = 0,75$ ($N = 5$). Concluiu-se que trabalhos experimentais vem sendo publicados com frequência no periódico. As pesquisas voltadas para área da psicologia poderiam ser amplamente pesquisadas de maneira inter / multidisciplinar. Quanto à temática, embora a revista seja de medicina, suas publicações são voltadas a área da saúde, não exclusivamente à área médica, entretanto os trabalhos que envolvem psicologia ainda tem pequena expressão. Em relação aos participantes observou-se um baixo número de artigos envolvendo idosos com foco na área psicológica, embora seja comprovado que para este grupo em especial, que melhorias físicas promovam melhorias psicológicas. Por fim, concluiu-se que o universo de pesquisas publicadas neste periódico é fortemente voltado ao gênero masculino.

Palavras-chave: Produção Científica. Autoimagem . Autoestima.

Nível do Trabalho: Iniciação Científica (IC)

Área de Pesquisa (SBP): MET

INCLUSÃO DIGITAL PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: PERCEPÇÕES E ATITUDES DOS CAPACITADOS ACERCA DA CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA PARA SUAS AÇÕES QUOTIDIANAS.
*Jamile Santana Teles**, *Marlizete Maldonado Vargas*, *Carolina Castro Santos*, *Ronaldo Nunes Linhares*, *Cristiane Costa da Cunha Oliveira* e *Fabiane Paula Fonseca* (Instituto de Tecnologia e Pesquisa, Universidade Tiradentes, Aracaju/SE).

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) foi criado a partir da compreensão da importância da educação e da comunicação social para a efetiva ação do conceito de saúde. O Agente Comunitário de Saúde (ACS) atua como facilitador da saúde coletiva através de extensões das ações básicas aos núcleos familiares. Esse programa tem realizado capacitações como o projeto de inclusão digital, que utiliza a educação à distância como método de disseminação de informação, comunicação e educação em saúde. Esta pesquisa multimétodo (PMM) objetiva identificar as forças e fraquezas do programa desenvolvido em Sergipe, levantar, discutir e analisar opiniões, percepções, sentimentos e atitudes dos ACS acerca das contribuições da capacitação para suas ações cotidianas. Foi realizado um levantamento de dados, esses foram analisados seguindo um design quali-quantitativo com 800 ACS capacitados pelo programa citado (amostra obtida pela fórmula de Barbeta). Para o levantamento e análise da percepção dos sujeitos desse estudo foi utilizada a técnica de Grupo Focal para identificar percepções, sentimentos e atitudes desses acerca das contribuições da capacitação em inclusão digital para suas ações cotidianas. Pode-se identificar com os dados, que 74,30% não possuem recursos multimídias em casa; 36,60% entendem que a capacitação contribuiu para seu trabalho e 48,60% dos sujeitos pensam que a qualidade do atendimento a população assistida melhorou. No segundo momento com abordagem qualitativa através da técnica de Grupo Focal, identificaram-se as percepções, sentimentos e atitudes dos Agentes Comunitários de Saúde, pode-se perceber verdadeiras cataxes dos participantes, que destacaram as dificuldades do projeto que passaram por: estrutura física, relacionamento interpessoal com os monitores, nivelamento entre os grupos, uso de material didático e facilidades como: associação da teoria à prática, ajuda mútua entre os participantes e aprendizagem, pois através da capacitação os ACS puderam especializar-se em temáticas para atuarem na comunidade assistida através de práticas educativas. Demonstraram ainda em seus relatos a necessidade de continuidade do processo de troca de experiências e de grupos de reflexão sobre suas práticas, que muitas vezes não as vêem valorizadas. Com a finalização do trabalho será possível indicar os impactos da ação estratégica da capacitação dos profissionais em questão, ao fazer o uso das múltiplas mídias tecnológicas que possibilitam a aquisição de habilidades relacionadas à saúde da família. A partir da análise do conhecimento adquirido e resultados dos grupos focais, pode-se oferecer às UBS, subsídios importantes para reestruturação de projetos de formação de ACS nas Estratégias de Saúde da Família e de promoção da saúde no estado de Sergipe.

PALAVRAS-CHAVE: Agentes Comunitários de Saúde, grupos focais, Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação)

MET - Metodologia de Pesquisa e Instrumentação

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE ATRIBUIÇÕES DE LIDERANÇA NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL: PUBLICAÇÕES DE 2000 A 2009. *Frederico Azevedo Alvim Assis (Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG)*

No cotidiano de trabalho, se evidenciam diversos tipos de interações humanas, dentre as quais se destacam as relações de poder. Essas geralmente são associadas a idéias de ordem e políticas ou, então, correlacionadas a comportamentos baseados na imposição de uma vontade egoísta, ou às suposições de conflitos e tensões, uma vez representando a dominação de um determinado grupo que representa uma liderança. Diante dessa diversidade de concepções, essa pesquisa bibliográfica consistiu em levantamentos de publicações em livros e periódicos das áreas de Psicologia e Administração, que apresentavam perspectivas sobre o tema da “liderança nas organizações de trabalho” publicadas no período de 2000 a 2009. Assim como foram identificadas diferentes abordagens sobre o referido tema, também foi possível levantar tipos de liderança que caracterizam perfis e comportamentos organizacionais. De maneira geral, diversos autores e pesquisadores argumentam que a atribuição do papel de líderes a determinadas pessoas, componentes de uma equipe de trabalho, dependerá diretamente da imagem que essas representam para as demais, com quem convivem, sendo que atributos como inteligência e dominância são traços comumente requisitados para a identificação do perfil de um líder. Entende-se que as organizações são “construídas” pelas relações sociais entre as pessoas que as integram. Assim, evidencia-se o interesse em delimitar os possíveis subsídios teóricos para a determinação de lideranças no contexto de trabalho. O objetivo deste trabalho foi levantar fundamentos teóricos do processo de atribuição e caracterização sobre o perfil dos líderes de organizações. Observou-se, neste estudo, que a formulação de teorias sobre o processo da atribuição de causas se concentram no modo como os indivíduos formam inferências causais ao perceberem, por exemplo, a postura de um líder ao delegar tarefas a algum funcionário. Neste estudo, foi possível agrupar diferentes perspectivas sobre liderança, bem como levantar comparações entre as considerações da Psicologia e da Administração acerca do tema; enquanto as publicações na primeira se concentram em identificar traços comportamentais, a segunda apresenta maior ênfase acerca de como o desempenho de um líder determina condições estratégicas para alcançar o maior comprometimento da equipe de trabalho orientada para vantagens competitivas sobre outras organizações. De modo geral, observou-se o consenso de que o sucesso de uma organização é condicionado às maneiras pelas quais seus líderes coordenam suas próprias atividades, e exercem seus respectivos “poderes”. Alguns autores consideraram que pessoas identificadas como tendo alguma habilidade de influenciar são as que mais percebem os potenciais e capacidades das demais, com quem convivem e compartilham o mesmo espaço de trabalho. Deste modo, é possível constatar que as características de personalidade são as forças propulsoras do funcionamento organizacional.

Palavras-chave: Liderança, relações de poder, comportamento organizacional.

P

Código: ORG

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL NO SETOR HOTELEIRO DE JUIZ DE FORA – MG. *Frederico Azevedo Alvim Assis (Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG)*

Esta pesquisa teve por foco identificar como são percebidas as práticas e possíveis contribuições do psicólogo organizacional, diretamente envolvido com a área de Gestão de Pessoas, no cotidiano dos profissionais que trabalham nos hotéis situados em Juiz de Fora, Minas Gerais. Frente à premissa de que a Psicologia Organizacional busca compreender o comportamento das pessoas na realização de suas tarefas, tendo por desafio promover o aprimoramento das capacidades produtivas ao priorizar a qualidade de vida no trabalho, e o bem-estar humano nos contextos organizacionais, surgiu o interesse de se comparar a realidade estudada com tais propostas teóricas, bem como fomentar o conhecimento sobre o que é, de fato, praticado nos hotéis em relação às orientações do desempenho profissional e considerações às relações humanas no ambiente de trabalho por parte do psicólogo organizacional. O método adotado, nessa pesquisa de campo, consistiu em coleta de dados baseada na aplicação de um questionário estruturado a um grupo de 11 gerentes gerais de hotelaria, integrantes dos 24 hotéis situados em Juiz de Fora. O referido instrumento foi constituído por questões focadas às percepções sobre como esses gerentes percebem a potencial contribuição do psicólogo organizacional para melhorias no desempenho de suas equipes de trabalho. A coleta de dados ocorreu no período de 06 de abril de 2010 a 14 de junho de 2010, e a análise das informações possibilitou observar que 27,27% do grupo estudado revelou que a gestão de pessoas assume caráter estratégico ao colaborar para o sucesso do hotel que gerenciam, enquanto 63,64% afirmou que a área de Gestão de Pessoas pode colaborar mais para melhorar o desempenho da respectiva organização. Evidenciou-se, assim, que o capital humano representa um fator importante na percepção dos gerentes gerais dos hotéis pesquisados. Entretanto, 90,91% dos participantes dessa pesquisa afirmaram que nunca houve a contratação de algum especialista em Psicologia Organizacional nos últimos anos. Foi possível, portanto, presumir que os gerentes gerais de hotelaria ainda não conhecem os propósitos de trabalho e as potenciais contribuições de um psicólogo organizacional, bem como se evidenciou que o setor hoteleiro pode representar um interessante campo de atuação para esse profissional. Quanto às argumentações teóricas de que a Psicologia Organizacional apresenta consideráveis contribuições à obtenção de melhorias e considerações às relações humanas e desempenhos de equipes numa organização, observa-se que tais ideais ainda precisam ser apresentados aos gerentes gerais dos hotéis pesquisados, tendo em vista que a inserção do psicólogo nas organizações brasileiras ainda representa uma perspectiva que deve ser melhor apresentada àqueles que se lançam ao desafio de empreender, ou administrar uma empresa. Além disso, atrair, capacitar e valorizar o capital humano de um hotel pode ser fatores determinantes para diferenciais estratégicos no mercado do Turismo, no qual se inserem as organizações hoteleiras.

Palavras-chave: Psicólogo organizacional, comportamento organizacional, hotelaria

Nível de trabalho: P

Código da área de pesquisa: ORG

A EXISTÊNCIA DE CORRELAÇÃO ENTRE SATISFAÇÃO NO TRABALHO E COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL. *Ane Andrade Santa Cecília Silva**, *Carla Medeiros Cruvinel Cunha**, *Jacqueline Sayuri Ramos**, *Marina Baylão Gomide**, *Thais Naiane Barcelos Cunha**, *Professora mestrandia Tatiana Ribeiro Tanabe e Professora Doutora Marília Ferreira Dela Coleta.* - (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG)

O objetivo deste trabalho foi verificar a existência de relação entre satisfação no trabalho e comprometimento organizacional. A satisfação no trabalho representa a totalização do quanto o indivíduo que trabalha vivencia experiências prazerosas no contexto das organizações. Considera-se também que tais experiências influenciam o bem-estar do sujeito como um todo. O conceito de comprometimento envolve uma força que estabiliza e coage; e que dá direção ao comportamento. O comprometimento possui 4 bases, são elas: a do comprometimento afetivo ou atitudinal; a do comprometimento de continuação, calculativo ou instrumental; a do comprometimento normativo; e a do comprometimento comportamental. Para alcançar os objetivos utilizou-se um questionário, compostos por uma parte sobre dados pessoais, a escala de comprometimento organizacional com três dimensões: afetiva (ECOAF), calculativa (ECOC), normativa (ECON), e a escala de satisfação no trabalho (EST), com cinco fatores. Os instrumentos foram aplicados a 27 trabalhadores de empresas privadas, que podiam desempenhar qualquer função, em qualquer nível hierárquico, sendo que o único critério para a seleção dos respondentes foi o de trabalhar em grupo, pela importância do grupo na satisfação dentro de uma empresa, com isso não se excluiu a parte da escala de satisfação que abarca os sentimentos vivenciados entre os colegas de trabalho, e também garantiria a não contaminação da satisfação e comprometimento por parte daqueles trabalhadores que desempenhem suas funções individualmente. Os dados foram tratados pelo programa SPSS for Windows, através de análises descritivas e correlacionais. A amostra ficou constituída por 11 homens e 16 mulheres do total de 27 sujeitos, sendo que a porcentagem de indivíduos do sexo masculino foi de 40,7% e do sexo feminino de 59,3%. 2 sujeitos possuem segundo grau incompleto (7,4%), 4 possuem segundo grau completo (14,8%), 2 possuem ensino superior incompleto (7,4%), e 19 sujeitos não responderam (70,4%). Em relação ao estado civil, 10 sujeitos eram solteiros (37,0%), 14 casados (51,9%), 1 divorciados (3,7%), 2 amasiados (7,4%). A idade dos entrevistados variou de 16 à 49 anos. O tempo de trabalho na empresa variou de 1 mês a 172 meses. Todos os respondentes trabalhavam em empresas privadas (100,0%). As análises correlacionais mostraram que o comprometimento afetivo – ECOAF – está relacionado com a Satisfação no trabalho-escala total ($r=0,50$; $p=0,01$), a satisfação com os colegas ($r=0,42$; $p=0,04$), a satisfação com a chefia ($r=0,59$; $p=0,002$) e a satisfação com a natureza do trabalho ($r=0,52$; $p=0,008$). O comprometimento calculativo - ECOC – perdas sociais no trabalho – relacionou-se com: a Satisfação no trabalho ($r=0,49$; $p=0,01$), com a satisfação com colegas ($r=0,41$; $p=0,038$), satisfação com chefia ($r=0,587$; $p=0,002$), satisfação com a natureza do trabalho ($r=0,52$; $p=0,008$). ECOC – perdas de investimentos feitos - relacionou-se com: satisfação no trabalho ($r=0,51$; $p=0,08$), satisfação com colegas ($r=0,39$; $p=0,50$), satisfação com salário ($r=0,61$; $r=0,01$), satisfação com a chefia ($r=0,60$; $p=0,01$), satisfação com a natureza do trabalho ($r=0,64$; $p=0,01$). ECOC – perdas de retribuições organizacionais – relacionou-se com: a satisfação no trabalho ($r=0,51$; $p=0,08$), satisfação com salário ($r=0,59$; $p=0,02$), satisfação com chefia ($r=0,61$; $p=0,01$), satisfação com a natureza do trabalho ($r=0,57$; $p=0,03$). ECOC relacionou-se com: satisfação no trabalho ($r=0,49$; $p=0,01$), satisfação com o salário ($r=0,59$; $p=0,002$), satisfação com a chefia ($r=0,62$;

p=0,0, 01) satisfação com a natureza do trabalho ($r=0,58$; $p=0,002$). ECON relacionou-se apenas com a Satisfação com a chefia ($r=0,43$; $p=0,03$). A satisfação com as promoções não se correlacionou a nenhuma medida de Comprometimento Organizacional. Todas estas correlações r de Pearson significativas ($p<0,05$) mostram a existência de correlação direta entre satisfação no trabalho e comprometimento organizacional, ou seja, quanto maior o comprometimento organizacional, maior a satisfação no trabalho.

Palavras-chave: comprometimento organizacional, satisfação no trabalho, correlação

Nível: IC

Área: ORG

ESTUDO SOBRE A RECIPROCIDADE ORGANIZACIONAL NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO. *Lilia Aparecida Kanan (Universidade do Planalto Catarinense, Lages, SC) e José Carlos Zanelli (Universidade Federal da Santa Catarina, Florianópolis, SC)*

Caracterizar a reciprocidade organizacional no contexto universitário por meio da percepção de docentes-gestores constituiu objetivo desse estudo. A pesquisa assumiu caráter qualitativo com enfoque exploratório e descritivo. Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas semi-estruturadas baseadas no procedimento recorrência. Neste procedimento, o participante relata livremente ao pesquisador aspectos associados ao problema. Estes relatos são sintetizados pelo pesquisador e incluídos em matrizes de análise. Em novo encontro entre pesquisador e participante, este último checka as matrizes que contém a síntese e a interpretação dada pelo pesquisador aos relatos do participante, corroborando-as ou refutando-as. Cada modificação sugerida pelo participante nas matrizes exige agendamento de novo encontro para que este possa checká-las. O processo se dá por encerrado quando o pesquisador e o entrevistado dão, via consenso, por concluída as matrizes, por se verem diminuídas as possibilidades de contribuição em função dos dados coletados. Os participantes, docentes-gestores de universidades de Santa Catarina, foram selecionados de acordo com três critérios: (a) integrar o conjunto de colaboradores de todas as universidades de Santa Catarina que ofereciam o curso de graduação em Psicologia quando da coleta de dados; (b) estar lotado no *campus* sede dessas universidades; c) ter, no mínimo, seis meses de atividades no exercício da função de coordenação de curso, uma vez que o período de permanência no cargo de coordenador é, em geral, de dois anos. Supunha-se que com seis meses no exercício do cargo as características do fenômeno investigado estariam presentes. O final do processo de seleção se configurou pela participação de dez psicólogos docentes-gestores de curso de Psicologia de nove universidades privadas e uma pública, quantidade considerada suficiente para a obtenção dos dados, pois estava previsto no método o critério de saturação nas entrevistas, ou seja, as entrevistas foram realizadas até o ponto em que não estavam sendo obtidos dados novos. Como principais resultados, os participantes manifestam que reconhecimento e valorização dos esforços que despendem não constituem ou pouco constituem práticas gerenciais de seus superiores; suas expectativas de retribuição não são plenamente consideradas, o que reforça neles a percepção de débito de parte da universidade. Mas, mesmo que tais expectativas sejam frustradas, continuam a emitir atos inovadores, sugestivos e cooperativos, o que demonstra sua dedicação para com o curso e com o trabalho, fato associado e explicado por seu grau de comprometimento com a organização que os emprega.

Palavras-chave: Vínculos no trabalho; reciprocidade organizacional; gestão universitária. D

ORG Psicologia Organizacional e do Trabalho

O USO DO *BALANCED SCORECARD* PARA AVALIAR O DESEMPENHO ESTRATÉGICO EM ORGANIZAÇÕES DE TRABALHO. *Maria Cristina Vieira de Cristo e Silva** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal - RN) e *Cynara Carvalho de Abreu (Prof^a. Dr^a. Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN).*

Durante o período da era industrial, as empresas costumavam obter sucesso apenas gerenciando seus lucros e implementando medidas financeiras. Nas últimas décadas, as organizações têm convivido em um ambiente complexo em que devem se adaptar rapidamente às mudanças e instabilidades. Atualmente, para se obter vantagem competitiva, é preciso avaliar mais do que os lucros. Com a era da informação, nasce, na década de 90, o *Balanced Scorecard* (BSC), um sistema de gestão estratégica para administrar as táticas da empresa em longo prazo, que depende da visão e da estratégia adotadas. Dessa maneira, dividi-se o desempenho organizacional em perspectivas: financeira, do cliente, dos processos internos e de aprendizado e crescimento. O objetivo deste trabalho é compartilhar o uso dessa ferramenta em uma distribuidora de combustível, focando: a implantação do BSC, as dificuldades, as vantagens e desvantagens, a partir da experiência de estágio supervisionado. A empresa em questão é fruto de uma fusão entre duas distribuidoras de combustíveis, em abril de 2006, sendo uma potiguar e a outra mineira. Esta empresa tornou-se a quarta distribuidora do Brasil, com uma rede de 1.700 postos em 22 Estados brasileiros, possuindo 900 colaboradores. A implantação do BSC iniciou-se em junho de 2007, a partir de uma pesquisa de alinhamento e revisão da estratégia da empresa. No final de 2007 foi elaborado o mapa estratégico, dividindo a organização em seis áreas, cada uma delas com uma missão e com objetivos próprios. Esses objetivos são mensurados a partir de indicadores e metas que são criadas seguindo o planejamento estratégico, para acompanhar se eles serão ou não atingidos ao final de um período determinado. Em 2008, iniciou-se o lançamento das primeiras informações em um *software* de gerenciamento de dados chamado *Stratws*. Em 2009, houve a realização de reuniões estratégicas para discutir os dados obtidos até aquele momento e validar o alinhamento estratégico adotado. No momento atual, vem sendo feito o acompanhamento dos indicadores, observando a validade de suas metas e os desempenhos alcançados em cada mês. O BSC está permitindo acompanhar os resultados, tanto de pessoal quanto das finanças, possibilitando a proposição de intervenções relacionadas aos desempenhos que estejam abaixo das metas. Deste modo, a organização pode visualizar em que área a empresa está gerando lucro ou prejuízo, possibilitando fazer previsões para projetos futuros. A desvantagem é a dificuldade em integrar indicadores de uma área com a outra, pois o detalhamento destes dificulta a visualização do todo corporativo. Além disso, observa-se pouco conhecimento e envolvimento do pessoal nos níveis operacionais, ao contrário de como a alta gerência o visualiza, com grande importância. Para o psicólogo, estar envolvido na implantação de um projeto dessa dimensão demonstra a mudança da visão do papel do psicólogo nas organizações, de operacional para estratégico. A partir do BSC, é possível o psicólogo intervir com base nas medições dos índices como *turn over*, absenteísmos, verificar a necessidade de treinamentos na empresa, a eficiência das seleções realizadas, a valorização do seu capital intelectual através das promoções realizadas, tudo isso visando um RH eficiente e produtivo.

Palavras-chaves: *Balanced Scorecard*, avaliação de desempenho, estágio curricular. Outro.

ORG

AS ATUAIS POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA. *Fellipe Coelho-Lima* e Camila Costa Torres** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN)*

Algumas mudanças profundas no mundo do trabalho e do capital podem ser identificadas nas quatro últimas décadas, motivadas principalmente, pela crise do padrão de acumulação do capital da década de 1970. Uma das principais respostas dadas pelo capital a essa situação foi a construção de novos modelos de gerenciamento organizacional, inspirados no toyotismo. Essa mudança insere-se em um quadro mais amplo de alto investimento em micro-tecnologias, a internacionalização dos mercados, o crescimento da competitividade entre as empresas e a elevação dos índices de desemprego. Nesse ínterim, as organizações passaram a atentar para o trabalhador como elemento crucial na elevação do poder de competição das empresas, e começaram a desenvolver modelos de gestão de pessoas, intentando maiores lucros e competitividade. O presente estudo objetivou levantar o atual discurso empresarial a respeito da gestão de pessoas, com foco nas políticas desenvolvidas por essa área e compreender as conseqüências dessas para a classe trabalhadora. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica que elegeu algumas obras de grande circulação acadêmica e empresarial, para caracterização desse discurso, confrontando essas com ensaios teóricos e pesquisas empíricas que apontam na direção contrária. Assim, identificou-se no discurso empresarial, que a atual área de gestão de pessoas geralmente conta com poucos membros e configuram-se como um órgão de consultoria interna, dando suporte às demais gerências. As políticas de gestão de pessoas são voltadas para a estratégia e competitividade organizacional, buscando alinhar os membros da organização com a estratégia, metas e objetivos da empresa. Também intentam identificar e utilizar das competências dos trabalhadores como elemento de competitividade para a organização. Assim, os processos de Gestão de Pessoas são perpassados por essa visão. Decorrente desse quadro identifica-se um processo crescente de capacitação dos trabalhadores, bem como, o desenvolvimento de políticas de valorização de pessoal e implantação de modelos de gestão participativa, as quais conferem, a uma estrita parcela de trabalhadores, maior autonomia e poder de decisão nos processos organizacionais. É presente, também, a elevação do grau de exploração dessa força de trabalho, através de mecanismos que adensam o comprometimento psicológico com a organização e com a tarefa, que podem elevar os índices de estresse e sofrimento dos trabalhadores. Nota-se que as essas políticas valorizam uma estreita parcela de profissionais, corroborando para exclusão de uma grande camada de trabalhadores que não possuem as competências valorizadas. Outra seqüela resultante dessas políticas é a alienação do trabalhador com relação a sua consciência de classe: no momento em que se estabelecem ganhos para sujeitos em particular, reproduzindo entre os sujeitos a competição notada entre as empresas. O estudo indica dois caminhos para discussão: o primeiro é da evidenciação das políticas de gestão de pessoas como um possível lugar de lutas e conquistas para a classe trabalhadora, tendo em vista a urgência da reorientação dos movimentos trabalhistas; e como segundo ponto, a necessidade dos psicólogos assumirem ações politizadas, orientadas para desenvolvimento da classe trabalhadora por meio do trabalho, já que esses psicólogos participam tanto como operadores, quanto elaboradores de tais políticas.

Palavras-Chave: políticas de gestão de pessoas, reestruturação produtiva, papel do psicólogo nas organizações

Nível de Trabalho: IC

Código da área: ORG

A PROFISSÃO DE PSICÓLOGO NO TRABALHO E NAS ORGANIZAÇÕES: CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA. *Fellipe Coelho-Lima** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN), *Ana Ludmila Freire Costa*** (Tribunal de Justiça de Pernambuco, Recife, PE) e *Oswaldo Hajime Yamamoto*** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN)

A Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) foi um dos campos que mais contribuiu para o desenvolvimento da Psicologia como profissão no país. Na evolução da POT no Brasil, o psicólogo inseriu-se em diversos espaços, o que suscita a preocupação da academia com as novas demandas que emergem desse campo. Nesse sentido, a presente pesquisa tem o objetivo de caracterizar a produção científica sobre a profissão de psicólogo no campo do trabalho e das organizações. Este estudo é um recorte do projeto “Historiografia da produção sobre a profissão de psicólogo no Brasil”. Analisaram-se as dissertações, teses (D&T) e artigos coletados naquela pesquisa e que faziam referência à POT. Realizou-se uma coleta paralela nos periódicos “Revista Psicologia: Organizações e Trabalho” e “Cadernos de Psicologia Social do Trabalho” selecionando os artigos que versavam a respeito do tema. O conjunto obtido foi de 25 dissertações, duas teses e 26 artigos, sendo analisados as características bibliométricas e os resumos. Encontrou-se que a concentração temporal está entre os anos de 2002 e 2006 (27%). Verificou-se que o Sudeste possui a maior quantidade de dissertação (48%) se comparado com as demais regiões (32%, Sul; 16%, Nordeste; 4%, Norte) e o Sul é maior produtor de artigos no tema (41%). A UFSC é a instituição que lidera o ranking de produção de D&T, seguida da UFRGS, sendo essas duas IES as que possuem a maior quantidade de orientadores no tema. Focalizando nos artigos, notou-se uma dispersão na produção, já que existem 24 autores diferentes para os 26 artigos. Esses autores concentram-se no eixo Sul-Sudeste (84%). Dos veículos de publicação desses artigos, 78% possuem como linha editorial o campo da Psicologia, e somente 11% detêm-se na Psicologia Social ou na Psicologia Organizacional e do Trabalho. Tem-se o periódico “Psicologia: Ciência e Profissão” como o que mais possui publicações (7), seguido do “Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho” e do “Psicologia & Sociedade” (ambos com três publicações). A análise dos resumos indicou a predominância, entre os artigos, dos trabalhos teórico-ensaísticos (57%) e entre as D&T, os relatos de pesquisa (88%). A análise dos sub-temas indicou que 44% das produções são relacionadas à “Atividade do Psicólogo”, seguida das “Vivências dos Psicólogos” (16%), do “Papel do Psicólogo” (15%) e das “Representações da Profissão (9%)”. Dentro do sub-tema mais recorrente os trabalhos discutem 16 ações diferentes do psicólogo nas organizações e no trabalho, sendo somente dois dedicados ao recrutamento/seleção e treinamento. Os resultados obtidos indicam um descompasso entre o desenvolvimento desse campo profissional e a produção acadêmica sobre o tema, pois existem poucas produções na área, em comparação com outros que possuem menor tempo de inserção no país. Por outro lado essa produção abrange uma grande diversidade de temas, desde reflexões sobre o papel ideológico do psicólogo, até a descrição da atuação desse profissional. Além disso, a produção é voltada para questões emergentes, como Saúde Mental do Trabalhador e novas ações dos psicólogos, o que pode ser uma resposta, ainda que tímida, da academia às questões do campo profissional.

Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Palavras-Chave: produção científica, profissão de psicólogo nas organizações no trabalho, temas em psicologia organizacional e do trabalho

Nível do Trabalho: IC

ORG

O ESTRESSE OCUPACIONAL E A MOTIVAÇÃO COMO DIMENSÃO DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE POLICIAL. *Bruno Fontes do Nascimento**, *Camilla Stembrock Pereira**, *Gabriela Bernardes Pereira Brito**, *Mariana Oliveira do Prado** e *Cláudio São Thiago Cavas* (Departamento de Psicometria, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ).

A violência urbana carioca faz com que as expectativas da sociedade sejam severas sobre a atuação dos agentes de segurança pública. Dessa forma, faz-se relevante avaliar como são as condições de atuação desses agentes, o que é crucial para que realizem seus serviços com sucesso. Com isso, a presente pesquisa tem como objetivo investigar se os agentes se sentem motivados no seu ambiente de trabalho e se a possível falta de motivação estaria correlacionada à presença de estresse entre os agentes. Com base nesses questionamentos, busca-se analisar se há correlação entre a motivação e o estresse ocupacional no exercício da profissão de policial, partindo da hipótese de que, quando o índice de um dos constructos nos policiais é alto, o nível do outro constructo é baixo. Do estudo participaram 50 policiais civis da Coordenadoria de Recursos Especiais, RJ, do sexo masculino, com diferentes cargos, idades entre 26 e 55 anos e tempo de trabalho entre 4 e 28 anos, todos atuando exclusivamente na área operacional externa. Na aplicação, realizada *in loco*, os policiais responderam duas escalas, uma elaborada para medir a motivação, baseada na teoria motivacional de Maslow, e outra para medir os níveis de estresse, adaptada do inventário de estresse Lipp. O instrumento de motivação consistiu de 23 questões, cada uma com três alternativas de resposta, pontuadas numa escala de um a três pontos (quanto menor a pontuação na questão, menor o nível de motivação, quanto maior a pontuação, maior a motivação). Já o instrumento de estresse consistiu de 22 questões, cada uma com quatro alternativas correspondentes à frequência do sintoma de estresse apresentado, também pontuadas de acordo com uma escala de um a quatro pontos (sendo atribuído um ponto à resposta “nunca”, dois pontos à resposta “raramente”, três pontos à resposta “regularmente” e quatro pontos à “sempre”). Para verificar a existência de correlação entre motivação e estresse foi aplicada a Correlação de Pearson ao nível de significância de 0,05 sobre os dados extraídos das escalas. A correlação apresentou o coeficiente de -0,4575, e um nível de significância (p) igual a 0,0008, caracterizando que há uma correlação significativa entre motivação e estresse, de forma que, enquanto um desses constructos apresenta níveis altos, o outro apresenta níveis baixos, confirmando a hipótese inicial da pesquisa. No entanto, diante da análise dos resultados, pôde-se verificar também que houve, predominantemente, níveis moderados de motivação, enquanto houve níveis baixos de estresse entre a maioria da amostra, o que pode ser explicado por diversos motivos, como pela teoria de Dela Coleta e Dela Coleta (2008) de que a percepção do estresse é algo subjetivo, aliada à teoria de Ballardin e Borges (2006), Viana (2007) e Carmo e Constantino (2007) de que há uma crença internalizada entre os policiais de que estes devem ser inabaláveis, não podendo demonstrar quaisquer expressões de medo.

Palavras-chave: policiais; motivação; estresse.

IC

ORG

ANÁLISE DO SETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DE UMA CONCESSIONÁRIA DE GRANDE PORTE DO INTERIOR DE SÃO PAULO.

*Camila Garcia Zanca**, *Maria Claudia Rodrigues**, *Matheus Felipe de Souza**, *Miliane Putti**, *Rafael Vasques**, *Robson Luiz dos Santos Silva** e *Thais Zerbini (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP).*

Diante dos desafios implicados no novo cenário econômico mundial – caracterizado principalmente pelo aumento da competitividade e da imprevisibilidade – as organizações contemporâneas têm reconhecido a importância da implementação de práticas administrativas flexíveis e adaptáveis a contingências cada vez mais complexas. Dentro deste conjunto de práticas, vêm adquirindo crescente posição estratégica aquelas relacionadas à Gestão de Pessoas. Estudos apontam que organizações que empregam sistemas de gestão de recursos humanos consistentes, claros e alinhados às suas metas diferenciam-se quanto à efetividade e alcance de resultados. Este tipo de sistema corresponde ao proposto pela perspectiva teórico-metodológica da Gestão de Pessoas por Competências, a qual busca, em última instância, conciliar interesses da organização e das pessoas com ela envolvidas. À luz destas considerações, o presente estudo objetivou: a) examinar como as atividades relacionadas à Gestão de Pessoas são realizadas em uma concessionária de grande porte do interior do estado de São Paulo; b) compará-las ao proposto pela Gestão de Pessoas por Competências; e c) apontar possibilidades de modificações coerentes com o modelo referido. Para tanto, realizou-se uma entrevista semi-estruturada com duas colaboradoras do setor de Gestão de Pessoas da organização e uma análise de documentos produzidos e disponibilizados pela concessionária. A organização, de estrutura burocrática, dedica-se ao comércio de veículos (caminhões e ônibus), dos quais também promove a respectiva manutenção. Os dados obtidos pela entrevista foram áudio-gravados, transcritos e, em conjunto com as informações da análise documental, examinados sob tratamento qualitativo para identificar as atividades correspondentes aos cinco principais subsistemas de Gestão de Pessoas: gestão de desempenho, administração de carreiras, ações de Treinamento, Desenvolvimento e Educação (TD&E), recrutamento e seleção de pessoal e reconhecimento e remuneração. A implementação da Gestão de Pessoas na organização iniciou-se há três anos, quando foram mapeadas as competências individuais (descrições de cargos). Atualmente verificou-se que a organização vale-se de práticas neste setor ainda bastante obsoletas e desarticuladas entre si, principalmente em se tratando da gestão de desempenho (a avaliação é bilateral) e da administração de carreiras (ausência de um sistema formal). As ações de TD&E promovidas mostraram-se em desalinho às metas organizacionais: não existem procedimentos adequados de avaliação de necessidades, planejamento e de avaliação dos treinamentos realizados. Uma psicóloga terceirizada é a principal responsável pelos processos de recrutamento e seleção, que em geral não contemplam contratações para cargos cujo nível de complexidade de entrega é elevado. Este fato é favorecido pela estrutura organizacional rígida e pela inexistência de contato com fontes de captação. Em relação ao sistema de reconhecimento e remuneração, a concessionária não emprega métodos que incentivam em seus colaboradores o desenvolvimento profissional e o alcance de metas em longo prazo. Aponta-se que fatores como a ausência do mapeamento de competências em níveis funcional e organizacional e a atuação ainda isolada da gerência dos demais setores dificultam a elaboração de um sistema de Gestão de Pessoas adequadamente alinhado às metas e estratégias da concessionária.

Palavras-chave: Organizações e Trabalho; Gestão de Pessoas; Competência

Outro

Código: ORG

A TRANSFORMAÇÃO DA NECESSIDADE EM DESEJO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE O PAPEL DO MARKETING NA CRIAÇÃO DO DESEJO DE CONSUMO DE ÁGUA NO BRASIL E NA FRANÇA. *Sarah Viviane Kirsch**, *Claudio Hoffmann Sampaio e Vinicius Andrade Brei (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS).*

Um dos aspectos centrais da área de marketing é a relação entre necessidade e desejo de consumo e o próprio marketing. Porém poucos autores preocupam-se em estabelecer uma clara diferenciação entre estes conceitos, de modo que os termos, muitas vezes, são empregados de forma confusa. Tendo duas razões para que haja essa ambigüidade entre os termos: sendo a primeira, defendida por autores que acreditam na idéia mais próxima de um discurso hegemônico, ou seja, se posicionam a favor da idéia de que o marketing é “identificador”, “descobridor” ou “transmissor”. O segundo aspecto ambíguo é que não existe uniformidade na utilização dos fatores motivadores do consumo. Como se a necessidade fosse ser a base da atuação, por vez identificamos afirmações de que o objetivo do marketing é satisfazer necessidades, vontades ou desejos. Ou seja, se tem uma utilização indiscriminada desses conceitos como se pouca ou nenhuma diferença entre eles. O presente estudo tem como objetivo analisar o significado do consumo da água engarrafada, investigando o processo de construção do significado do consumo pelo marketing e pela cultura em que o produto esta inserido, Brasil e França, bem como detectar a proximidade do produto com os conceitos de necessidade ou desejo. A escolha da água engarrafada, como objeto de estudo, se deu ao fato de tratar-se de um bem essencial á sobrevivência, onde as diferenças entre as marcas são sutis, tendo pouca diferenciação entre ofertas e mercado, porém pode ser comercializado. Para o trabalho incorporamos alguns pressupostos básicos de Bourdieu, já que consideramos imprescindíveis para a análise de forma aprofundada de um fenômeno social relacional. Desenvolvemos a pesquisa empírica utilizando uma abordagem epistemológica e metodológica, desenvolvida originalmente na sociologia, aplicando-a na construção de três categorias chaves: campo, capital e habitus. Partindo desse ponto, analisamos a formação discursiva empreendida pelas empresas para transformação do significado da água. O método de coleta de dados se deu através de entrevistas, análise documental e análise de peças de marketing (filmes, anúncios, patrocínios). Os resultados encontrados, primeiro na França, depois no Brasil, identificaram as seguintes construções simbólicas das principais marcas de água: Origem Nobre; Remédios ou Medicamentos; Digestão e Gastronomia; Maternidade/Paternidade; emagrecimento e Beleza; Energizante e Desejo sexual; Arte Criatividade; Luxo e Sofisticação; e Bebida Esportiva. O mercado de água engarrafada está com um crescimento acelerado no mundo inteiro inclusive no Brasil. Os estudos comprovam a existência de significados de consumo atribuídos a água engarrafada. Onde os estudos mostram que o mercado da França já está muito mais evoluído do que no Brasil, mas já é possível observar esse crescimento acontecendo aqui.

Bolsa de Produtividade CNPq.

Palavras-chave: Necessidade; desejo de consumo; água potável.

Nível do trabalho: Pesquisador (P).

ORG

A PERCEPÇÃO DE CLIMA COMO PREDITORA DO BEM-ESTAR ORGANIZACIONAL. *Katia Elizabeth Puente-Palacios, Érica Augusta Pachêco* e Aline Fernandes Severino** (Universidade de Brasília, Brasília, DF).*

O efeito do clima da organização sobre comportamentos e desempenhos dos trabalhadores tem sido constante objeto de estudo de pesquisadores da área. Resultados empíricos evidenciam que na presença de climas favoráveis, melhores resultados podem ser esperados, tanto em termos de desempenho como de bem-estar relatado. Pesquisas recentes relativas a esta temática, tem adotado contribuições teóricas do campo das cognições para realizar análises mais complexas e aprofundadas sobre o clima da organização. Essas teorizações focam no papel do compartilhamento das percepções dos indivíduos sobre o clima da organização em que desempenham as suas atividades como elemento de fundamental importância para a correta compreensão do seu efeito preditor. A partir dessas contribuições, o objetivo central deste trabalho foi investigar o efeito do clima da organização sobre o estresse relatado em grupos de trabalho. O diferencial refere-se ao fato da investigação empírica ter levado em consideração as percepções agregadas de membros de grupos de trabalho tanto sobre o clima como sobre o estresse. Para a realização da pesquisa empírica, coletaram-se dados em uma empresa pública e as respostas foram agregadas no nível do grupo, totalizando 2071 unidades de análise. Estas se caracterizaram por estar constituídas de mais de 3 funcionários. O clima foi definido por quatro dimensões, sendo mensurado por meio de fatores correspondentes, sendo estes: 1) Promoção, Recompensa e Benefícios; 2) Relacionamento com os pares; 3) Características da tarefa; e 4) Relacionamento com a chefia. A variável dependente foi mensurada através do nível de estresse ocupacional aferido pelos colaboradores. A análise dos dados foi realizada utilizando-se o método de regressão linear dos dados agregados tanto das variáveis predictoras como da dependente. Prévio à testagem do modelo preditivo foram investigados os pressupostos em que a técnica escolhida se sustenta, os quais dizem respeito à normalidade da distribuição das respostas nas variáveis envolvidas, independência relativa entre as variáveis predictoras e ausência de casos extremos uni e multivariados. Uma vez realizada esta tarefa, a regressão foi executada em dois passos. No primeiro avaliou-se quanto a variável controle “tamanho da amostra” impactaria o estresse e, por meio do segundo, verificou-se quanto os fatores relacionados ao clima explicam o estresse relatado. Como resultado, observou-se que a variável “tamanho” explica 0,6% do estresse, enquanto as variáveis independentes relacionadas ao clima explicam 20,5%. O modelo total, então, explica 21,1% da variável dependente deste estudo. Outra constatação referiu-se à correlação negativa encontrada entre as variáveis independentes e a dependente. Isso significa que quanto pior a percepção sobre os fatores correspondentes ao clima, maior será o estresse sentido pelos respondentes. Os resultados encontrado na pesquisa contribuem para a compreensão do efeito das cognições compartilhadas sobre os resultados do trabalho em equipes assim como do efeito da variável clima organizacional como preditora do estresse.

*Aluna de graduação bolsista de iniciação científica pelo CNPQ.

** Aluna de mestrado no departamento de Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações.

Palavras-chave: clima organizacional, bem-estar ocupacional, regressão linear. Trabalho de Iniciação Científica – IC.

ORG

PESQUISA DE CULTURA E CLIMA ORGANIZACIONAL EM UMA EMPRESA DE CONDUTORES ELÉTRICOS DA CIDADE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ – SC. *Juliana Brendolan**, *Patrícia Zen Moritz**, *Roberta Borghetti Alves**, *Rosana Marques da Silva*** e *Taiana Prado** (Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC).

Este trabalho refere-se ao relato de uma atividade de campo realizada na disciplina de Psicologia Organizacional e do Trabalho, onde foi realizada uma pesquisa para levantar informações sobre variáveis de cultura e clima organizacional em uma empresa localizada na cidade de Balneário Camboriú – SC. A cultura organizacional pode ser entendida como um conjunto de pressupostos básicos que foram aprendidos, ou desenvolvidas em momentos de aprendizagem no combate a problemas que a organização tenha sofrido, e que são passados para os novos funcionários. Já o clima organizacional é um fenômeno complexo e dinâmico, construído na interação entre variáveis organizacionais e pessoais, responsáveis pela satisfação dos funcionários com a organização. Para a realização deste diagnóstico foi efetuada uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa e quantitativa, sendo que os dados da cultura organizacional foram coletados com dois funcionários que ocupam cargos de chefia na empresa: o proprietário/diretor e o coordenador de produção. Para levantamento das informações sobre o clima organizacional, foi aplicado questionário em cinco funcionários do setor de produção. Para a elaboração do roteiro de entrevista foram consideradas as seguintes variáveis de cultura: políticas de RH e organização do processo de trabalho. Para a elaboração do questionário foram utilizadas como categorias de clima organizacional: comunicação, organização do processo de trabalho, políticas de RH, fatores motivadores e desmotivadores. No que se refere aos resultados da cultura organizacional, verificou-se que existem critérios para a seleção dos funcionários, sendo que os candidatos selecionados devem atender aos valores organizacionais e às exigências do cargo, apresentar as competências: trabalho em equipe, responsabilidade, assertividades e motivação; Há um planejamento de cargos e salários definido e as normas e regras estão escritas devido à certificação da ISO-9000. No entanto afirmaram que elas não foram transmitidas formalmente aos funcionários. Quanto aos resultados das categorias de clima organizacional investigadas, mostraram que os funcionários, mesmo que de maneira informal, têm conhecimento sobre as normas e regras da empresa, e as consideram quase sempre suficientes para o adequado funcionamento do trabalho. Outro aspecto positivo foram os fatores apontados como motivo de satisfação com a empresa pela maioria dos funcionários: condições de trabalho e benefícios que a empresa oferece, sendo que dois deles afirmaram não haver nenhum fator de insatisfação. No entanto, um ponto desfavorável foi o processo de comunicação existente dentro desta organização, visto que se verificou que tanto o fluxo de comunicação ascendente, quanto o descendente estão deficitários. Com relação aos fatores de insatisfação, os funcionários apontaram como motivo predominantemente: salário inadequado e falta de reconhecimento do seu trabalho. Diante desses dados, foi sugerido que a gerência se mostre mais disponível para receber os funcionários; que se invista em meios de comunicação mais formais, para manter os funcionários informados sobre o que está acontecendo na empresa, assim como suas normas e regras; que os funcionários tenham conhecimento de suas possibilidades de progresso, bem como reconhecimento nas atividades realizadas; e que se realize entrevista de desligamento dos funcionários para avaliar o clima da empresa.

Palavras-Chave: Psicologia Organizacional e do Trabalho. Cultura Organizacional. Clima organizacional.

IC – Iniciação Científica

ORG

ASPECTOS CULTURAIS E DE CLIMA ORGANIZACIONAL NUM SUPERMERCADO. *Caroliny Veit**, *Cleonice de Almeida**, *Daise Morgana de Simas**, *Liliane Borba de Limas**, *Priscila Mara Pereira**, *Raphaella Francielly Pollein**, *Roberta Borghetti Alves** e *Rosana Marques da Silva ***(Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC).

Estudos sobre cultura organizacional tem sido foco de pesquisas nas últimas três décadas, sendo que as práticas de gestão de cada organização e seus fatores culturais diferenciam o sucesso das mesmas. Neste contexto, o diagnóstico organizacional é considerado uma importante ferramenta na atuação do psicólogo, para entender os aspectos culturais que potencializam o clima organizacional, bem como os que dificultam a sobrevivência das organizações. O presente trabalho objetivou realizar um diagnóstico sobre aspectos da cultura e clima organizacional em um supermercado da cidade de Itajaí – SC. Como objetivos específicos apresentam-se: Investigar as políticas de recursos humanos adotadas pela organização; Levantar os indicadores de clima organizacional; Verificar o nível de satisfação dos funcionários em relação à imagem da empresa, benefícios oferecidos, reconhecimento e condições de trabalho; Levantar os fatores motivacionais e desmotivadores no contexto de trabalho na percepção dos funcionários. A pesquisa foi do tipo exploratório, de cunho qualitativo e quantitativo. Os dados referentes às políticas de Recursos Humanos foram coletados por meio de entrevista semi-estruturada com o Gerente Geral. Para coletar as informações referentes ao nível de satisfação dos funcionários, utilizou-se o questionário composto por questões fechadas, sendo que oito funcionários, que ocupam cargos de chefes de setor, participaram. As informações da entrevista foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo, enquanto as do questionário pela distribuição de frequência simples. Em relação aos resultados, verificou-se que a cultura da organização apresenta características de empresa familiar, sendo que a maioria dos cargos executivos é ocupada por membros da família. Os processos de seleção, avaliação, contratação e promoção são administrados por um gerente de recursos humanos. Como critérios utilizados para as promoções são considerados pontualidade, disponibilidade e competência. No que se refere à demissão primeiramente é realizada uma advertência verbal, suspensão de um dia, suspensão de três dias e na terceira suspensão consecutiva acontece a demissão. Os resultados do clima organizacional apontaram que os funcionários possuem uma imagem positiva da empresa, considerando-a um lugar adequado para se trabalhar e estão satisfeitos com os benefícios oferecidos. Como fatores que mais geram motivação foram citados o relacionamento com os colegas e o salário. Em contrapartida, na categoria reconhecimento no trabalho, os funcionários assinalaram um nível elevado de insatisfação. Este dado também foi apontado nos fatores desmotivadores, onde cinco funcionários responderam a falta de valorização pelo trabalho realizado. Considerando que um dos objetivos da atuação do psicólogo nas organizações é promover um ambiente de trabalho com qualidade, que favoreça um clima organizacional satisfatório; a partir dos resultados dessa pesquisa verificou-se que este profissional pode auxiliar no desenvolvimento de estratégias com foco no desempenho e potencial dos funcionários, beneficiando o reconhecimento pelo trabalho realizado e promovendo a sobrevivência organizacional.

Palavras – chave: Psicologia organizacional e do trabalho; cultura organizacional; clima organizacional.

IC – Iniciação Científica

ORG

PRÁTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS UTILIZADAS PARA ATRAIR E MANTER OS COLABORADORES NA EMPRESA. *Andressa Cardoso Guimarães**, *Celiany Alves Garcia**, *Jéssica Alves de Moura**, *Luma Renata Campos dos Santos**, *Mariana Queiroz Borges de Andrade**, *Marilia Ferreira Dela Coleta e Tatiana Ribeiro Tanabe*** (Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG)

Políticas e práticas de gestão de pessoas são atualmente utilizadas de forma estratégica para atrair e manter colaboradores nas organizações. Este trabalho teve por objetivo identificar as práticas de gestão de pessoas mais utilizadas para atrair e manter os colaboradores nas organizações, considerando o cenário de competitividade e de instabilidade do mercado. Para alcançar tais objetivos, foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturado com 14 questões. As entrevistas foram realizadas com gestoras que atuam na Área de Recursos Humanos, sendo estas as pessoas responsáveis por aplicar as práticas nas organizações onde trabalham. Entre as diversas empresas em que se solicitou permissão para o estudo, houve a anuência por parte de cinco diferentes organizações privadas da cidade de Uberlândia. Todas possuem um setor de Recursos Humanos estruturado e apresentam as seguintes configurações: a empresa 1 atua no setor atacadista e tem aproximadamente 5000 funcionários; a empresa 2 atua na área de telefonia e tem 15 funcionários; a empresa 3 atua na área de transporte e conta com aproximadamente 850 funcionários; a empresa 4 atua na área de prestação de serviço de saúde, contando com 410 funcionários; a empresa 5 atua na área de transporte e conta com 140 funcionários. As entrevistas foram realizadas no espaço físico das próprias empresas, com a devida autorização, sendo que cada gestora foi entrevistada individualmente por uma dupla de pesquisadores. As respostas foram registradas pelas pesquisadoras em uma folha e passaram posteriormente por análise de conteúdo, buscando-se os núcleos das respostas para estabelecer comparações entre as respostas obtidas. Os resultados indicaram que as práticas mais utilizadas pelas empresas pesquisadas para atrair e manter os colaboradores coincidem com as práticas propostas pela literatura revisada. Nota-se que apesar das empresas pesquisadas terem tamanhos e ramos de atuação diferentes, apresentam algumas práticas em comum, sendo que essas tem como finalidade a atração e manutenção do colaborador na organização. Assim, foram encontradas como práticas mais comuns entre as organizações participantes do estudo: práticas de treinamento, com treinamentos internos e externos, práticas de remuneração, sendo essas compatíveis com o mercado e/ou com o cargo, práticas de comunicação e práticas de reconhecimento, como feedback, e práticas relacionadas a um bom clima organizacional. Apesar das gestoras terem apontado algumas práticas específicas como sendo as mais efetivas para atrair e manter os colaboradores na empresa, pode-se constatar com a pesquisa que somente partindo de um conjunto de práticas que sejam satisfatórias tanto para a organização quanto para os colaboradores é que a atração e manutenção destes vai se efetivar.

Palavras-chave: gestão de pessoas; práticas; organizações.

Nível: IC

Área: ORG

A RELAÇÃO DOS BENEFÍCIOS E INCENTIVOS COM O BEM-ESTAR NO TRABALHO. *Hallana de Souza Lima**, *Lethicia Mendes Ribeiro**, *Mak Alisson Borges de Moraes**, *Marilia Ferreira Dela Coleta*, *Roselaine Abadia Bonifácio**, *Taissa Gomide da Silveira** e *Tatiana Ribeiro Tanabe* (Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG).

O bem-estar no trabalho pode ser definido como o predomínio de emoções positivas e a percepção do indivíduo quanto ao desenvolvimento de seus potenciais e alcance de suas metas de vida no trabalho. Este estudo buscou verificar a relação dos benefícios e incentivos oferecidos por uma empresa de auto-peças a seus vendedores com o bem-estar destes no trabalho. De um total de 80 vendedores da empresa, a amostra foi composta por 71 vendedores que consentiram em participar da pesquisa. Destes, 15,5% eram do sexo feminino e 84,5% do sexo masculino, com idades entre 22 e 61 anos ($M=38,31$ anos e $DP=7,902$) e tempo de empresa de um mês a 33,66 anos. O instrumento utilizado foi um questionário composto por perguntas sobre dados pessoais, 29 itens para medida da satisfação com cada um dos benefícios e incentivos oferecidos pela empresa, avaliada através da atribuição de nota variando entre 0 e 10, e a escala de bem estar no trabalho de Paschoal e Tamayo, que avalia três dimensões de BET: afetos positivos, afetos negativos e expressão/realização no trabalho. Os dados foram tratados através do programa SPSS versão 16.0 for Windows, efetuando-se cálculo de frequências, médias e correlações de Pearson. Os resultados sobre a satisfação da amostra de vendedores com os benefícios e incentivos indicaram que o almoço ($M=9,7$), os projetos sociais (Natal, Menor Aprendiz, integração de deficientes) e prêmios em valores financeiros ($M=8,06$) são os benefícios/incentivos com os quais eles mostram maior nível de satisfação, enquanto treinamentos e cursos, a biblioteca e o auxílio educação obtiveram relativamente os níveis mais baixos de satisfação, abaixo do ponto médio 5. A partir dos escores na escala de bem-estar no trabalho, o grupo de vendedores entrevistados obteve médias que indicam que, nos últimos seis meses, o trabalho tem provocado afetos positivos moderados ($M = 3,11$) e um pouco de afetos negativos ($M = 2,25$) e que concordam que se sentem realizados no trabalho ($M = 3,91$). Os resultados das correlações r de Pearson entre a satisfação com cada um dos benefícios/incentivos e as dimensões da escala de bem-estar no trabalho mostraram que os benefícios e incentivos que se correlacionaram com as três dimensões do bem-estar no trabalho foram em primeiro lugar o salário ($AN= -0,53$; $AP= 0,48$; $Rea= 0,42$; todos com $p < 0,001$), em segundo as comissões, depois os prêmios, brindes, lanche, palestras cursos e treinamentos, auxílio educação, festas e alguns projetos. Assim, confirmou-se a relação entre a satisfação com os benefícios e incentivos oferecidos a um grupo de vendedores por uma empresa de auto-peças e o bem-estar destes trabalhadores. Conclui-se que os níveis de bem-estar no trabalho encontrados indicam maior sentimento de realização do que afetos positivos resultantes do trabalho, além de um pouco de afetos negativos. As relações significativas destes com a satisfação em relação aos benefícios avaliados pode ser um indicador do papel importante que as políticas de gestão exercem sobre o bem-estar no trabalho.

Palavras-chave: benefícios; incentivos; bem-estar no trabalho.

Nível do trabalho: IC

Código da área: ORG

PSICODIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL: ETAPA IMPORTANTE PARA INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA NO IML. *Janaina Bianca Barletta (Universidade Tiradentes, Aracaju/SE), Izabella Brito Silva** (PUCCampinas, Campinas/SP) e Fernanda Coelho Monteiro (Psicóloga Clínica)*

Ao entrar em uma instituição muitas vezes o psicólogo não tem parâmetros de trabalho, especialmente onde não há um serviço de psicologia efetivado. Dessa forma, o psicodiagnóstico institucional torna-se um instrumento que permite o profissional conhecer a instituição em que irá realizar o trabalho. Ele permite conhecer quais as estruturas e dinâmicas que funcionam, assim como, quais as expectativas sobre o psicólogo. Outro importante aspecto desse procedimento é nortear o psicólogo quanto às limitações institucionais e quanto às escolhas de intervenção. O Instituto Médico Legal (IML) é uma instituição com uma alta demanda de atendimento psicológico devido à temática e ao público acolhido. No estado de Sergipe ele vem passando por uma série de transformações nos últimos anos. Assim sendo, foi realizado um psicodiagnóstico institucional com o objetivo de fazer uma avaliação do funcionamento e da estrutura do IML para facilitar o desenvolvimento de um projeto de intervenção psicológica adequado. Para tanto, foram utilizadas observações, entrevistas, análise de documentos e de material distribuído pela mídia. A instituição foi fundada em 1979, com 30 funcionários, época na qual o IML ficava vários dias sem atendimento por falta de demanda. Atualmente percebe-se um aumento de funcionários - conta-se com 132 – e da demanda de procura pelo serviço. Somente em 2006 o Setor de Acolhimento foi fundado com objetivo de dar suporte emocional às vítimas de violência, mas sem profissionais especializados. Em 2007, com a entrada de estagiários, o Serviço de Psicologia foi iniciado e passou a funcionar conjuntamente ao Acolhimento. O primeiro olhar para intervenção da psicologia foi no público externo, especialmente para as vítimas de violência sexual, seguido pelas vítimas de violência doméstica, e por último para as pessoas que esperavam para reconhecimento de corpo. O diagnóstico da instituição possibilitou outro foco: o público interno. Após essa análise foi percebido que os funcionários tinham muitas dificuldades em lidar com as questões emocionais e comportamentais relacionadas ao tipo de serviço. Assim, a violência não estava somente na demanda que chegava, mas no tratamento interpessoal entre funcionários e entre funcionários e vítimas. Este fato era agravado pelo volume intenso de trabalho com poucos profissionais especializados ou treinados, pelas mudanças constantes na chefia, pela falta de cumprimento de normas institucionais, pela relação do IML com outras instituições e pelo impacto negativo junto à população. Outra dificuldade encontrada foi a visão sobre o trabalho da psicologia, uma vez que se tinha a idéia de que os estudantes não tem conhecimento ou que são inimigos, fazendo com que qualquer intervenção tivesse uma conotação de invasão de privacidade ou a tentativa de tirar o cargo. Esse procedimento possibilitou o entendimento da dinâmica institucional, favorecendo o desenvolvimento e aplicação de um projeto piloto de curto prazo de práticas educativas junto aos funcionários, porém limitando-se ao Setor de Acolhimento. Pontua-se a necessidade de uma intervenção psicológica de médio e longo prazo, com alcance maior no número de servidores e que promova um aumento no repertório de habilidades sociais e educativas positivas nos funcionários.

PALAVRAS CHAVE: Psicodiagnóstico institucional, intervenção psicológica, IML.

AVALIAÇÃO DE NECESSIDADES DE TREINAMENTO EM UMA AGÊNCIA DE MODELOS: UM ESTUDO DE CASO. *Bruna Roberta Pereira dos Santos**, *Caroline de Paula Gomide**, *Filipe Aguiar Dutra**, *Pedro Paulo Vasconcelos Freire de Melo** e *Rebeca De Paula** (Universidade de Brasília, Brasília, DF)

A Avaliação de Necessidades de Treinamento é um método diagnóstico que tem por finalidade definir quem e o que precisa ser treinado, bem como qual será a finalidade da ação de treinamento. O presente trabalho teve por objetivo avaliar as necessidades de treinamento em uma agência de modelos do DF considerando os seguintes cargos: *Booker* Nacional, *Booker* Internacional e *New Faces*. Inicialmente, foram feitas entrevistas utilizando a técnica dos incidentes críticos com cinco funcionários da agência, distribuídos da seguinte forma: três *bookers* nacionais, um *booker* internacional, um *new faces* e a diretora da empresa. Esses dados, somados à descrição de cargos concedida pela empresa, serviram de base para construção de três tipos de questionários de Avaliação de Necessidades de Treinamento, cada qual específico para um dos cargos selecionados. Participaram da aplicação dos questionários os três *bookers* nacionais, o *booker* internacional e a *new faces* da empresa. Os dados foram analisados em uma planilha eletrônica na qual foram calculadas as seguintes medidas: média e desvio padrão dos escores de importância e domínio das habilidades descritas no questionário, além do cálculo do Índice de Prioridade Geral de necessidade de treinamento (IPG) para cada item do questionário. O IPG varia em um intervalo de zero a nove, sendo o critério mínimo para indicar necessidade de treinamento é igual a três. Nos cargos de *Booker* Internacional e *New faces*, itens relacionados a conhecimento do mercado da moda (como “descrever diferentes perfis de modelos” e “selecionar pessoas de acordo com o perfil desejado”) atingiram o critério mínimo de necessidade de treinamento. Tais habilidades são fundamentais no exercício desses cargos, pois têm implicação direta no cotidiano de trabalho dessas pessoas tendo em vista a responsabilidade de fazer escolhas fundamentadas nesse tipo de domínio. Além disso, outras habilidades que tiveram alto índice de Prioridade Geral de Treinamento não são funções previstas na descrição de cargos da organização, como no caso do *booker* internacional diante da necessidade de dirigir gravações em vídeo dos modelos e tirar fotografia deles com qualidade. Estas habilidades exigidas não estão previstas como requisito para o exercício dessa função. Outra necessidade de treinamento identificada foi na comunicação desses profissionais com os modelos e seus responsáveis (no caso do/a modelo que for menor de idade) para informar os costumes nesse meio de trabalho e as consequências envolvidas nessa atuação, principalmente as negativas (como falta de trabalho e expectativas que nem sempre são atingidas). Tendo em vista os resultados, são discutidas propostas interventivas que visem sanar as necessidades identificadas.

Palavras-chave: Avaliação de necessidades; treinamento; proposta interventiva

Trabalho de graduação (IC)

ORG

AVALIAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS EM UMA EMPRESA DE RIBEIRÃO PRETO. *Carla Camillo**, *Daniele P. Silva**, *Elienay E. R. Umekawa**, *Kátia R. Martins**, *Maria Tereza F. Souza**, *Milena Callegari**, *Nívea P. Maehara**, *Renata M. Ferrari** e *Thaís Zerbini (Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, SP).*

A gestão de pessoas vem passando por transformações significativas nos últimos anos face ao ambiente de negócios cada vez mais competitivo e mudanças rápidas. Tais mudanças impactam na cultura, na liderança, na comunicação, nas relações interpessoais e nas estruturas das organizações. Diante deste cenário torna-se fundamental a adoção de práticas de gestão estratégicas e que estimulem a valorização do capital humano das organizações. Isso seria obtido através do modelo de gestão de pessoas por competências. A competência é compreendida como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA) necessário para que a pessoa desenvolva suas atribuições e responsabilidades. O conhecimento tem relação com a formação acadêmica. A habilidade está ligada ao prático e ao domínio do conhecimento. Já a atitude representa os valores e sentimentos pessoais, ou seja, o comportamento das pessoas. Mas o fato das pessoas possuírem CHAs não significa benefícios para a empresa a menos que ocorra a entrega por parte do colaborador, ou seja, que ele efetivamente coloque em prática essa competência. Portanto, o modelo de gestão de pessoas por competências consiste em planejar, captar, desenvolver e avaliar, nos diferentes níveis da organização (organizacional, funcional e individual), as competências necessárias à consecução dos objetivos organizacionais. Tal modelo tem como diretriz a busca pelo autodesenvolvimento e possibilita um diagnóstico capaz de investigar as reais necessidades apresentadas no contexto de trabalho, bem como aquelas necessárias para se atingir os desafios estratégicos da organização. O presente trabalho buscou identificar e analisar as atividades condizentes com o modelo de Gestão de Pessoas de uma empresa de Ribeirão Preto. Para tanto, foi realizada uma entrevista semi-estruturada com uma psicóloga, analista de Recursos Humanos, e posterior análise documental. A análise qualitativa dos dados baseou-se na literatura da área. Constatou-se o início da implantação do modelo de gestão de pessoas, através do mapeamento de competências individuais. Entretanto, plano de carreira, sistema de recompensas e remuneração mostraram-se ausentes. Já treinamento, avaliação de treinamento e avaliação de desempenho existem, mas não são estruturadas e condizentes com o modelo proposto. Ressalta-se que o mapeamento das competências deva começar pelas competências organizacionais, seguidas das funcionais e posteriormente, as individuais. Ademais, enfatiza-se a importância da atualização do psicólogo organizacional com o desenvolvimento científico e avanço da área, e a realização de pesquisa para se conhecer as demandas, identificar as lacunas, planejar e avaliar as intervenções realizadas. Por fim, as ações devem ser planejadas estrategicamente, alinhadas aos valores, cultura e ambiente organizacional a fim de que a organização tenha um diferencial no mercado e proporcione satisfação e desenvolvimento aos colaboradores.

Palavras-chave: Recursos Humanos, Gestão de Pessoas por Competências, Realidade Organizacional.

Outro

ORG

A PESQUISA DE CLIMA COMO ESTRATÉGIA DE DIAGNÓSTICO EM UMA ORGANIZAÇÃO DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL. *Anna Paula Ibanhez Pimenta, Tania Miotto Peccin e Sueli Terezinha Bobato** (Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC).*

Considerando que a gestão de clima organizacional, interligada sistemicamente a outras ações de gestão de pessoas, oferece subsídios para tomada de decisões gerenciais, a pesquisa de clima constituiu-se como estratégia de diagnóstico organizacional proposta no estágio em Psicologia Organizacional e do Trabalho, realizado em uma empresa do ramo da construção civil de Balneário Camboriú. A empresa é de médio porte e está há 6 anos no mercado. No período de aplicação da pesquisa (de junho a outubro de 2009) contava com um quadro funcional de, aproximadamente, 150 colaboradores, englobando setor administrativo e operacional. Os objetivos da pesquisa consistiram em conhecer a percepção dos colaboradores sobre a natureza do trabalho, valorização e condições de trabalho; levantar dados sobre a integração e cooperação interpessoal e intersetorial; constatar a satisfação dos colaboradores com a comunicação organizacional e fornecer subsídios para o desenvolvimento de propostas de ação no estágio. A técnica de coleta de dados utilizada foi um questionário contendo 41 questões fechadas, incluindo levantamento de dados sociodemográficos, além de um espaço aberto para comentários. A pesquisa, direcionada ao setor operacional, foi aplicada em todos os colaboradores presentes na obra no momento da aplicação, totalizando 129 participantes. Não foram inclusos na amostra colaboradores contratados a menos de um mês. Primeiramente foi realizada uma sensibilização através de cartazes nas obras e de conversas com o grupo, com a finalidade de informar sobre a ocorrência da pesquisa e sua relevância. A aplicação foi realizada em pequenos grupos de, no máximo, 10 pessoas, para que as aplicadoras pudessem esclarecer as possíveis dúvidas e acompanhar aquelas pessoas que apresentassem maior dificuldade em compreender e/ou responder ao questionário. Para a análise dos dados, as questões foram agrupadas em 11 categorias e os dados foram tabulados através de frequência simples, comparando-se os índices de satisfação por obra através de percentuais. Os resultados obtidos demonstraram índices de satisfação acima de 70% para as categorias relacionamento interpessoal, trabalho realizado, comunicação, integração/instruções iniciais e imagem da empresa. Para as categorias salário e benefícios, supervisão e liderança, reconhecimento e condições e recursos de trabalho, os índices de satisfação variaram entre 55,3% e 69,8%. Embora satisfatórios, estes últimos índices foram os mais baixos apresentados nesta pesquisa e, por isso, serviram de subsídio para o planejamento de intervenções e ações de melhoria. A categoria fatores motivacionais trouxe como principais os fatores “oportunidade de crescimento profissional”; “gostar do que faz” e “valorização e reconhecimento”. Em contrapartida, apontou como fatores desmotivadores os aspectos “estabilidade no emprego”; “imagem da empresa” e “instalações físicas”. A categoria saúde do colaborador recebeu atenção especial, pois já havia uma preocupação por parte da empresa com questões relacionadas a uso/abuso de substâncias químicas. Os resultados desta categoria apontaram que 46 colaboradores fazem uso de tabaco; 45 fazem uso de bebida alcoólica, 3 usam alguma droga ilícita e 1 faz uso de medicação. Os resultados foram discutidos em reunião com a equipe gestora, ocasião em que foram apresentadas propostas de intervenção, inclusive no âmbito da saúde do colaborador, visando melhorias dos aspectos levantados.

Palavras-chave: Psicologia Organizacional e do Trabalho, Pesquisa de Clima Organizacional, Construção Civil.

IC

ORG

“PROJETO ACOLHER RH”: UMA INICIATIVA DE GESTÃO DE TALENTOS NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL. *Junior Vicente Franken (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS)*

A gestão de talentos é cada vez mais tratada como elemento de sobrevivência de organizações no mundo contemporâneo e constitui um dos maiores desafios para os seus gestores, dado a complexidade de elementos que interferem nessa temática. No serviço público, de modo especial, a gestão de talentos enfrenta desafios peculiares em comparação com organizações da iniciativa privada, e nem por isso, menos importante. Para começar, a entrada de novos servidores no serviço público é exclusivamente por concurso público, conforme determinação em lei, o que impede qualquer avaliação anterior do perfil profissional do candidato aprovado para o desempenho de suas atividades no serviço público. Outro fator crítico se refere a como manter esses talentos no serviço público, dado que muitos candidatos se utilizam dos cargos do executivo como “trampolim” para cargos públicos do judiciário, em função da remuneração da última ser consideravelmente maior que a primeira. No que tange o assunto remuneração, esse é um aspecto de nenhuma governabilidade dos gestores setoriais, visto que a questão salarial é também definida por Lei, apresentando-se como mais um aspecto limitador para a gestão de talentos no serviço público. Essa condição suscitou o seguinte questionamento: qual ação de gestão poderia ser tomada para reter os novos servidores numa instituição pública? A partir disso, foi lançado um projeto denominado “AcolheRH-Novos”, nome dado em alusão a finalidade do projeto e do setor responsável por essa ação (Acolher + Recursos Humanos), com o objetivo de identificar elementos que estariam facilitando ou dificultando a adaptação dos servidores nos locais de trabalho. O projeto consistia em entrevistas individuais com todos os servidores que haviam ingressado na instituição no último concurso (2008). O projeto consistia na participação voluntária. Durante o “Projeto AcolheRH-NOVOS”, foram entrevistados 17 novos servidores (7 no setor de Engenharia; 7 no setor de Recursos Humanos; 3 no setor de Logística e; 2 no setor de assessoria de Comunicação), atingindo 89% do público-alvo. Como principais aspectos facilitadores da adaptação dos novos servidores nos seus locais de trabalho estão o reconhecimento e valorização profissional pelos trabalhos desenvolvidos, por pares e chefia imediata. Essa percepção é compartilhada por 70% dos novos servidores. Já o campo de atuação profissional limitado, falta de condições de trabalho e gestão truncada representam o principal conjunto de aspectos que dificultavam a adaptação à instituição, aparecendo na fala de 53% dos novos servidores. A partir da identificação dos principais elementos recorrentes nas entrevistas foi possível tratar de maneira pontual os aspectos que dificultavam a adaptação dos novos servidores à instituição, diminuindo assim a sensação de desconforto relatado por esses durante as entrevistas e aumentando a motivação desses em relação ao trabalho.

Palavras-chave: Gestão de talentos, serviço público, valorização profissional.

ORG

DIAGNÓSTICO DE CULTURA E CLIMA ORGANIZACIONAL EM UMA EMPRESA DO RAMO COMERCIAL LOCALIZADA EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ (SC). Pamilla Bittencourt*, Tamara Behenck Borges*, Crislene Imhof*, Tiago Fernandes Oliveira*, Rosana Marques Silva** e Daniela Morgado Souza* (Curso de Psicologia, Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí, SC).

Esta pesquisa foi realizada em uma empresa privada de médio porte do ramo comercial varejista, objetivando conhecer a cultura e clima organizacional da mesma, devido à queixa de desmotivação trazida por meio de levantamento junto aos funcionários. Os indivíduos que ingressam em uma organização, de modo geral, buscam satisfazer as necessidades de auto-realização e de pertencer a um grupo social. Entretanto, existem fatores que podem influenciar suas necessidades no trabalho, como a subjetividade humana, conjunto de preceitos, crenças e regras, implicando na satisfação do funcionário. Para compreender esta relação entre indivíduo e trabalho é necessário investigar a cultura e clima organizacional, considerando sua história, cultura e contexto social. A cultura organizacional constitui-se das linguagens, atitudes, convicções e costumes de uma organização, manifestados nas conduções dos negócios, por meio dos sistemas internos e padrões organizacionais, estruturação e mitos. A atmosfera psicológica que envolve a relação entre funcionários e empresa, refletindo o ânimo e grau de satisfação dos funcionários desta, é chamada de clima organizacional. A empresa escolhida para tal pesquisa possui quatro filiais na cidade de Balneário Camboriú (SC), com a população de trinta funcionários. Para a pesquisa de clima organizacional, a amostra utilizada foi composta por aqueles que possuíam no mínimo seis meses de trabalho nesta organização, resultando na participação de vinte e dois funcionários de ambos os sexos, que trabalham de dez meses a dezoito anos nesta. Foi aplicado individualmente um questionário composto por vinte e três questões fechadas e abertas. Para a pesquisa de cultura organizacional, uma entrevista semi-estruturada com treze questões foi enviada por *e-mail* para o proprietário da organização, sendo respondida pelo mesmo e entregue impresso aos autores da pesquisa. Para a análise dos dados, investigou-se o conteúdo obtido na pesquisa de cultura organizacional por meio de análise de conteúdo das variáveis: história, mitos e normas organizacionais; e para os resultados de clima organizacional distribuiu-se os dados em frequência simples e relativos às categorias: estabilidade no emprego; participação; valorização dos funcionários; fatores motivacionais e desmotivacionais. Constataram-se ao término da análise de clima organizacional alguns fatores relevantes que poderiam estar influenciando a desmotivação dos funcionários: 36% dos participantes citaram que raramente ou nunca participam das tomadas de decisões da empresa; 55% afirmaram que não estão satisfeitos com a estrutura hierárquica a qual estão vinculados ou raramente estão; 54% responderam que raramente ou nunca recebem um retorno do chefe quando realizam um bom trabalho; 40% referiram que raramente sentem-se motivados para trabalhar nesta empresa, citando nas questões abertas que falhas de comunicação, pouca valorização e falta de burocratização de alguns procedimentos são fatores que contribuem para esta condição. Um dado relevante quanto aos fatores motivacionais é que 100% dos entrevistados responderam que o relacionamento com os colegas favorece a execução das tarefas sempre ou quase sempre. Considerando os fatores desmotivacionais apontados, sugeriram-se estratégias de intervenção objetivando favorecer um clima organizacional satisfatório sendo: rever os canais de comunicação objetivando a participação dos funcionários e o processo de *feedback*; atualização da gerência e formalização dos procedimentos adotados pela organização.

Palavras-chave: Clima organizacional, cultura, motivação.

Nível de trabalho: IC (Trabalho de Graduação).

Código de área: ORG.

EXPECTATIVAS DOS GRADUANDOS DE ADMINISTRAÇÃO EM RELAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO. *Priscila Xander** (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina, PR) e Suzie Terci Kaetsu (Departamento de Administração, Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, PR)*

A conquista do primeiro emprego consiste numa tarefa árdua e, em algumas situações, frustrante. Essa situação se encontra maximizada naqueles indivíduos que, após a conclusão do ensino superior, buscam a inserção no mercado de trabalho, e se deparam com um panorama exigente, competitivo e por vezes distante de suas expectativas. A partir deste ponto de vista, objetivou-se averiguar as expectativas em relação ao mercado de trabalho dos formandos de administração de uma instituição privada localizada no norte do Paraná. Este estudo utilizou-se de pesquisa de campo descritiva, baseada no levantamento de dados e análise qualitativa. A população foram os graduandos de administração de uma instituição de ensino superior privada, localizada numa cidade de médio porte, a qual dispõe atualmente de 46 cursos de graduação. O instrumento utilizado foi um questionário contendo questões abertas e fechadas, este foi aplicado aos alunos de administração que cursam o último ano do ensino superior. As questões referiam-se aos dados de identificação (gênero, idade, remuneração pessoal), atuação profissional atual, expectativas em relação à profissão e ao mercado de trabalho bem como avaliação do curso, da instituição de ensino e uma avaliação do desempenho ao longo da graduação. Foram distribuídos 100 questionários, contudo apenas 50 foram devolvidos. Com base na análise dos dados, pode-se traçar um perfil dos estudantes do curso de administração. Seguindo a tendência evidenciada na pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Administração, no ano de 2006, a maioria dos estudantes é do sexo masculino (64%), com idade entre 20 e 43 anos, 90% dos respondentes já atuam no mercado de trabalho. Em relação à atuação profissional futura 27,27% almejam trabalhar com gestão de marketing e vendas, 25,45% com planejamento e desenvolvimento e 20% com gestão financeira. Entretanto, para os próximos cinco anos, o Conselho Federal de Administração aponta que os setores mais promissores serão na área de consultoria, turismo e lazer, instituições financeiras e ensino e educação. Neste sentido, podemos perceber que os anseios dos graduandos não condizem com as oportunidades de trabalho existentes, fato que pode levar a frustração por dificultar a vaga na área almejada. As análises demonstraram ainda que os estudantes reivindicam a aproximação entre teoria e prática, contudo, quando fazem uma auto-avaliação sobre a dedicação dada ao curso salientam que deveriam ter estudado mais e participado das atividades curriculares e extracurriculares. Uma situação preocupante foi o fato dos graduandos fazerem escolhas – desde a opção pelo curso a atuação profissional – baseadas primordialmente nas facilidades presentes no momento ou apenas na identificação pessoal. Dessa forma, não se preparam adequadamente para as exigências e oportunidades do mercado de trabalho, o que pode dificultar a conquista do primeiro emprego ou a busca por novas posições na carreira. Os dados coletados demonstraram existir um distanciamento entre as expectativas dos formandos e as oportunidades do mercado de trabalho. Um programa de orientação profissional para divulgar as áreas em expansão dentro da profissão escolhida poderia facilitar o ingresso no mercado de trabalho ou um melhor direcionamento de carreira. Estudos na área se fazem necessários.

Palavras-chave: expectativas, graduandos, mercado de trabalho.

Outro

ORG

INDICADORES AMBIENTAIS DE VULNERABILIDADE SOCIAL E SUA ASSOCIAÇÃO COM ESGOTAMENTO PROFISSIONAL NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA. *Priscila Bonfante Medeiros**, *Leonardo Fernandes Martins***, *Tamires Jordão Laport**, *Vinícius de Paula Menezes** e *Telmo Mota Ronzani (Pólo de pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG).*

A exposição crônica a estressores ambientais e psicossociais em intensidade acima da capacidade do indivíduo de enfrentá-la pode desencadear reações de estresse. A síndrome de esgotamento profissional (SEP) é uma reação típica à exposição crônica a estes estressores no contexto de trabalho, principalmente aos psicossociais, fruto de relações que geram alta exaustão emocional na prestação de serviços. Além da exaustão emocional, a SEP possui mais duas dimensões: despersonalização e insatisfação no trabalho. O comprometimento nestas três dimensões caracteriza a SEP e associa-se com prejuízos na qualidade dos serviços e bem-estar dos trabalhadores. Poucos estudos no Brasil avaliam a SEP entre profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF), apesar dessa ser uma população que hipoteticamente possui risco para desenvolvê-la, e que em tese, apresentaria índices mais elevados entre profissionais que lidam com usuários expostos a condições ambientais de vulnerabilidade social. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo comparar os níveis das dimensões da SEP entre profissionais da ESF que atuavam em áreas expostas ou não a diferentes fatores ambientais de vulnerabilidade social. Utilizou-se um questionário auto-aplicável para caracterizar a área de cobertura da equipe e para as dimensões da SEP foi utilizado o Malasch Burnout Inventory (MBI). O estudo foi transversal, tipo censo, com 109 profissionais da ESF de três municípios de pequeno porte de Minas Gerais. A dimensão exaustão emocional foi a única que apresentou distribuição normal dos seus escores ($p < 0,06$ no teste de Kolmogorv-Smirnov), portanto, utilizou-se o teste t para comparar suas médias entre trabalhadores que atuavam ou não em áreas vulneráveis. Para as outras duas dimensões da SEP, utilizou-se o teste de Mann-Whitney. Adotou-se o valor de $p < 0,05$. A exaustão emocional foi mais elevada entre aqueles que atuavam em áreas que não possuíam: Saneamento de Esgoto ($p = 0,03$), Pavimentação ($p > 0,01$) e Transporte Público ($p = 0,01$). A Despersonalização foi mais alta entre aqueles que atuavam nas áreas sem: Saneamento de Água ($p = 0,01$), Saneamento de Esgoto ($p > 0,01$) e Pavimentação ($p = 0,03$). Satisfação no Trabalho não se relacionou com a presença de indicadores de vulnerabilidade. A hipótese de associação entre as dimensões da SEP e o trabalho em áreas vulneráveis foi parcialmente corroborada. Neste estudo a insatisfação no trabalho não se relacionou com indicadores de vulnerabilidade. Estudos posteriores são necessários para compreender melhor essa relação. Apesar do delineamento do estudo possuir limitações em sua validade interna, com cautela é possível inferir que os trabalhadores de áreas mais vulneráveis possuem piores indicadores de estresse ocupacional e este pode ser fruto da própria condição da área em que atuam. Os resultados são preocupantes, pois, tais indicadores de estresse estão correlacionados teoricamente com uma pior prestação de serviço, fator que pode agravar a iniquidade em saúde dos municípios, indo contra o princípio de equidade da Atenção Primária à Saúde da ESF. Estratégias de redução de estresse são indicadas para o grupo de profissionais que atuam nestas áreas mais vulneráveis.

PRO-BIC FAPEMIG, Pesquisador Mineiro FAPEMIG, Bolsa de Produtividade em Pesquisa CNPq, Edital CNPq Ciências Humanas.

Palavras-chave: Indicadores Ambientais, Esgotamento Profissional, Atenção Primária a Saúde.

Mestrado - M.

SAÚDE - Psicologia da Saúde, ORG - Psicologia Organizacional e do Trabalho.

ASPECTOS DO ESGOTAMENTO PROFISSIONAL NO DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS DE IDENTIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO BREVE PARA O CONSUMO ABUSIVO DE PSICOTRÓPICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE.

*Tamires Jordão Laport**, *Leonardo Fernandes Martins***, *Priscila Bonfante Medeiros**, *Vinicius de Paula Menezes**, *Daniela Cristina Belchior Mota***, *Erica Cruvinel*** e *Telmo Mota Ronzani (Pólo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG).*

O trabalho em saúde requer condições favoráveis em sua organização para o seu perfeito funcionamento. Entretanto, quando essas condições não são satisfeitas, diversos estressores, quando crônicos, podem gerar a síndrome de esgotamento profissional (SEP). A SEP engloba três dimensões: a *exaustão emocional* - perda de recursos emocionais para lidar com o trabalho; a *despersonalização* - atitudes negativas com aqueles que recebem o serviço prestado e a *falta de realização pessoal* - avaliação do próprio trabalho de forma negativa. Sendo reconhecida por acometer principalmente profissionais que mantêm contato direto com outras pessoas em situação de alta demanda emocional. A literatura aponta que o desenvolvimento de condições negativas para a saúde do trabalhador de Atenção Primária à Saúde (APS), como a SEP, reduz a qualidade deste serviço, prejudicando a construção do vínculo usuário-profissional e, em última instância, a saúde da população. Como parte de um programa de assistência à saúde da população, as estratégias de prevenção ao uso de álcool e outras drogas, necessitam que este vínculo seja bem construído, e embasado em relações empáticas. Dessa forma, a implementação de práticas de Identificação e Intervenções Breve (SBI) na APS, apesar de sua eficácia comprovada, podem ter sua efetividade afetadas por fatores ambientais, organizacionais e individuais. O presente estudo, como parte de um estudo de implantação de estratégias de prevenção ao uso de drogas, avaliou a influência dos fatores individuais das dimensões da SEP com a prática de (SBI). Participaram 109 profissionais da APS de três municípios de pequeno porte de Minas Gerais. A pesquisa se desenvolveu em dois momentos: a capacitação, apresentação da dinâmica da Intervenção Breve (IB) e de sua prática aliada à utilização do instrumento de triagem para a identificação do uso abusivo de psicotrópicos (ASSIST); e o acompanhamento, visitas dos pesquisadores durante três meses aos municípios para suporte teórico e técnico e registro dos números de ASSIST e IB. Assim sendo, a prática de SBI, variável dependente, foi operacionalizada a partir do número de instrumentos aplicados (ASSIST) e o número de intervenções breves (IB) realizadas; enquanto as três dimensões da SEP, variáveis independentes não-manipuladas, foram mensuradas a partir do Maslach Burnout Inventory (MBI), na forma de questionário auto-aplicável, antes do acompanhamento. Através do teste da correlação bi-variada de Spearman analisou-se a correlação entre as dimensões do MBI com os ASSIST' e IB's. Os resultados apontaram para uma correlação negativa, entre a despersonalização e o número de ASSIST's aplicados ($\rho = -0,24$; $p = 0,01$) e entre IB's realizadas ($\rho = -0,29$; $p < 0,01$). A associação encontrada não permite inferir causalidade, contudo, a associação apóia parcialmente a hipótese de que alguns fatores individuais podem estar associados com a efetividade da SBI na rotina das equipes de PSF. Admitindo essa relação como possivelmente causal, pode-se concluir que a despersonalização, apesar de adotada aqui como fator individual, pode diminuir a qualidade e efetividade da prestação de assistência à população, oferecendo prejuízos também em termos de saúde pública.

PRO-BIC FAPEMIG, Pesquisador Mineiro FAPEMIG, Bolsa de Produtividade em Pesquisa CNPq, Edital CNPq Ciências Humanas.

Palavras-chave: Esgotamento Profissional, Prevenção de Álcool e Drogas, Atenção Primária à Saúde.

Mestrado - M.

SAÚDE - Psicologia da Saúde, ORG - Psicologia Organizacional e do Trabalho, SOCIAL - Psicologia Social.

COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL: ANÁLISE E MENSURAÇÃO DESTE CONSTRUCTO EM UMA GRANDE EMPRESA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS DE SANTA CATARINA. *Tatiana Emilia Longhi**, *Beatriz Marcondes de Azevedo*** e *Lilia Aparecida Kanan*** (Universidade do Planalto Catarinense. Lages – SC).

O Estágio em Psicologia Organizacional promoveu a integração das disciplinas Psicologia Organizacional, Psicologia do Trabalho, Saúde Ocupacional e Ergonomia. A partir desta proposta foi possível articular os pressupostos teóricos das mencionadas disciplinas e as práticas adotadas pela organização onde ocorreu o estágio. A pesquisa objetivou caracterizar e analisar o nível de Comprometimento Organizacional dos colaboradores da matriz de uma grande empresa de eletrodomésticos de Santa Catarina. Para a mensuração do Comprometimento Organizacional, utilizou-se um questionário adaptado por Medeiros *et. al.* (2005), que possibilita a análise dos componentes afetivo, normativo, instrumental e afiliativo deste constructo. Definiu-se como critério de inclusão na amostra, todos os colaboradores que atuavam há um ano ou mais na organização, o que representou a participação de 41 colaboradores. Os principais achados foram: **Componente afetivo:** Maior percentual: quanto à vontade de permanecer na organização por muitos anos (85,37%). Menor percentual: quanto à concordância com as práticas adotadas pela organização (65,85%). **Componente normativo:** Maior percentual: a opinião que é preciso esforço para que se obtenham os melhores resultados (95,12%). Menor percentual: quanto ao sentimento de culpa por não conseguir cumprir as tarefas (53,63%). **Componente instrumental:** Maior percentual: quanto ao procurar fazer o que se é esperado para se manter na organização (92,68%). Menor percentual (analisado diferentemente dos demais). **Componente afiliativo:** Maior percentual: quanto à satisfação em fazer parte da organização (90,25%). Menor percentual: quanto ao motivo que os faz lutar pela empresa, ou seja, fazer parte do grupo (68,3%). A análise destes resultados possibilitou comprovar um alto grau de comprometimento dos colaboradores da empresa, contudo, ao focar os quatro tipos de comprometimento, verificou-se que não houve um componente que tivesse se destacado sobremaneira dos demais. Porém, alguns itens merecem ser destacados: Quanto ao comprometimento afiliativo, observou-se numa magnitude maior a percepção de que existe um sentimento de satisfação em fazer parte da organização; no que diz respeito ao componente normativo, chamou atenção o item referente ao sentimento de culpa por não conseguir cumprir as tarefas; em relação ao componente instrumental, um item que se destacou foi referente à necessidade de procurar fazer o que se é esperado para se manter na organização, justamente pelos participantes se mostrarem divididos em suas opiniões. Entretanto, ressalta-se que as pessoas procuram atender as demandas da organização para que lá permaneçam.

Palavras-chave: Psicologia Organizacional; Comprometimento Organizacional; Contexto Laboral.

IC (Trabalho de Graduação)

ORG

“E AGORA, JOSÉ?”: JOVENS PSICÓLOGOS RECÉM FORMADOS NO PROCESSO DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS. *Raquel Guedes Pimentel (Laboratório de Informação e Orientação Profissional – Departamento de Psicologia – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis – SC).*

Esta pesquisa teve como objetivo compreender como os jovens recém-formados em Psicologia vivenciam sua inserção no mercado de trabalho na região da Grande Florianópolis – SC. Os participantes desta pesquisa foram 7 psicólogos, cujo tempo de formação variava da graduação recente a dois anos, dentre os quais, cinco eram mulheres e dois homens, com idades entre 24 e 28 anos. A pesquisa foi de natureza qualitativa, e o instrumento para a coleta das informações foi uma entrevista semi-estruturada. A técnica utilizada para tratar os achados deste estudo foi a análise de conteúdo. Por meio dessa análise, três grandes temas foram identificados: processo de inserção no mercado de trabalho, sentimentos vividos durante o processo de inserção e constituição da identidade profissional. A partir desses temas, emergiram as seguintes categorias: (1) percepções sobre o mercado de trabalho para os psicólogos, (2) estratégias de inserção, (3) o papel da universidade; (4) baixa auto-estima, (5) medo, (6) ansiedade, (7) angústia, (8) depressão, (9) frustração; (10) fim do vínculo com a universidade, (11) inserção como passagem para vida adulta; e (12) inserção como afirmação da identidade profissional. O confronto das expectativas existentes logo após a formatura com as adversidades encontradas nas tentativas de inserção profissional marcou a subjetividade desses jovens de maneira impactante, na medida em que eles se depararam com as contradições no mundo atual do trabalho. As conseqüências subjetivas desse processo para a maioria desses jovens foram: o abalo da auto-estima, ansiedade, depressão, desestruturação da identidade profissional, insegurança, angústia, medo frente ao futuro, vergonha e culpa. Estes, por sua vez, utilizaram como estratégias de inserção: o envio de currículos para empresas privadas da região via *Internet*, a participação em concursos públicos para vagas em Psicologia ou cargos que exigissem apenas o ensino médio, trabalhos voluntários e continuidade dos estudos. Em síntese, as dificuldades de inserção profissional imprimiram nesses recém-graduados uma desestruturação identitária, pois não estavam conseguindo concretizar o saber em fazer.

Bolsa da CAPES/ CNPq

Palavras-chave: Inserção Profissional. Psicologia. Identidade Profissional.

Mestrado – M.

ORG

PERCEPÇÃO HÁPTICA DE PESO: EFEITOS DO MOVIMENTO E DA INTERFERÊNCIA VISUAL. *Márcio Rogério Penha** (Departamento de Psicologia e Educação, Laboratório de Psicofísica, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP), Christina Vretos (Departamento de Morfologia e Genética, Laboratório de Anatomia do Desenvolvimento – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo - SP) e José Aparecido da Silva (Departamento de Psicologia e Educação, Laboratório de Psicofísica, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP)*

Weber sumarizou com excelência as principais questões quanto à relação entre o peso e movimento e verificou que a participação muscular levava a uma maior acurácia da percepção de peso. Sob este aspecto, foi delineado este trabalho, realizado no Laboratório de Psicofísica da FFCLRP-USP, com o objetivo geral de investigar o julgamento de pesos, através do método dos estímulos constantes; e observar a confiabilidade das respostas dos sujeitos, através da aplicação da estimativa de categoria. Objetivos específicos: 1. Por meio de apresentações dos estímulos aos pares, localizamos junto aos sujeitos qual a “diferença apenas percebida” (dap), e se esta estava de acordo com a fração de Weber, postulada em artigos encontrados na literatura; 2. Observar se os julgamentos eram iguais para ambos os sexos (gênero); 3. Verificar se a condição de uma barreira visual tem interferência nos julgamentos dos estímulos, 4. Observar se a condição em relação aos movimentos tem alguma interferência, descritos na pesquisa como “movimento dinâmico” (quando os sujeitos podiam fazer movimentos de flexão e extensão de antebraços) e “estático” (impossibilidade de fazer tais movimentos, quando seus antebraços apenas estavam na condição de extensão no momento em que eram julgados os estímulos dispostos em suas mãos). Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da FFCLRP-USP, sob o número 274/2006 – 2006.1.1540.59.6. Para a sua realização, foram estudados 72 participantes, de ambos os sexos, verificando as condições ausência ou ocorrência de movimento e na ausência ou presença de barreira visual, através dos métodos de estimativa de categoria e dos estímulos constantes. O experimento foi realizado com a utilização dos pesos subdivididos em dois grupos de 11 estímulos, que variavam em espaçamento de 5g e 2g, respectivamente. Durante o procedimento, os participantes foram apresentados aos estímulos em condições diferentes, a saber: movimento (com ausência ou presença de barreira visual) e ausência de movimento (com ausência ou presença de barreira visual). Para a digitação dos dados e construção dos gráficos foi utilizado o programa Microsoft Excel, versão 2003. Foi realizada a análise de variância dos dados através do método de mínimos quadrados, com a aplicação do teste F para verificar o efeito dos diferentes fatores estudados e suas interações, e aplicado o teste de Tukey ao nível de 5 % de probabilidade para as comparações de médias. Para a execução das análises estatísticas foi usado o programa NTIA, versão 4.2.1, de 1995, desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Campinas – São Paulo. Os dados nos levam a concluir que a dap não está de acordo com a fração de Weber, postulada em artigos encontrados na literatura. Além disso, a fração de Weber encontrada para ausência de movimento é menor do que aquela postulada por Weber; embora a participação muscular leve a uma maior percepção de peso. Em relação à barreira visual, a sua presença leva a uma menor percepção do peso. Quanto ao gênero, as mulheres têm uma percepção de peso maior do que os homens principalmente quando há ausência de movimento.

Palavras-chave: fração de Weber, percepção háptica, psicofísica.

Trabalho de Mestrado – M.

PERC Percepção e Psicofísica

O RECONHECIMENTO DE FOTOGRAFIAS COM CONTEÚDO EMOCIONAL APRESENTADAS SUBLIMINARMENTE. *Rui de Moraes Júnior***, *André Vilela Komatsu**, *Léo Pinheiro Salmin**, *Paula Mayara Souza Theodoro**, *Pedro Luis Bevilaqua**, *Rafael Henrique Leite Cardoso**, *Bruno Marinho de Sousa***, *Leonardo Gomes Bernardino*** e *Sérgio Sheiji Fukusima* (Laboratório de Percepção e Psicofísica, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP).

Estímulos com conteúdo emocional podem ser processados mesmo sem a nossa consciência, o que é de grande valor adaptativo. Neste sentido, estudos mostram que a apresentação subliminar de estímulos emocionais produz uma elevada resposta direta na amígdala, região cortical no interior do lobo temporal medial que processa os estímulos emocionais. Entretanto, pouco se sabe sobre o efeito da apresentação subliminar sobre o reconhecimento posterior de figuras com diferentes valências emocionais. Dessa maneira, o presente estudo teve por objetivo investigar se a valência emocional de fotografias apresentadas subliminarmente afeta o reconhecimento posterior destas. Participaram 30 voluntários (15 mulheres), alunos da Universidade de São Paulo do campus de Ribeirão Preto, igualmente distribuídos em 2 grupos, de acordo com a valência emocional das fotografias observadas (agradável ou desagradável). As fotografias utilizadas são do banco de dados *International Affective Picture System – IAPS*, das quais 14 foram de cenas agradáveis e 14 de cenas desagradáveis. As fotografias escolhidas possuem escores aproximados na normativa brasileira do IAPS. O experimento consistia em 2 sessões, na primeira os participantes viam uma seqüência de 7 fotografias cada uma por 20 milissegundos (ms), com uma tela de ruído entre elas por 500 ms. Após um intervalo de 10 minutos, eram apresentadas estas mesmas 7 fotografias e mais 7 fotografias não vistas. A tarefa era indicar se reconhecia ou não as fotografias de acordo com uma escala de 6 alternativas, de (1) tenho certeza que não reconheço até (6) tenho certeza que reconheço, e os participantes eram instruídos a responder o mais rápido possível. Foram calculados as curvas ROC e o parâmetro A_z , definidos pela Teoria de Detecção de Sinal e também os tempos de reação. Os resultados indicaram que os homens reconheceram melhor as imagens em comparação com as mulheres, tanto as agradáveis ($A_z = 0,84$ para os homens e $A_z = 0,81$ para as mulheres) quanto as desagradáveis ($A_z = 0,64$, homens e $A_z = 0,59$, mulheres). Por outro lado, as mulheres obtiveram menores médias para tempos de reação nas duas valências: agradáveis ($X = 4.141$ ms) e desagradáveis ($X = 5.211$ ms) enquanto os homens apresentaram médias maiores ($X = 4.283$ ms e $X = 5.401$ ms, respectivamente). Essa diferença pode ser explicada com base na ênfase motivacional distinta própria dos gêneros, o que é relatado em outras pesquisas. De maneira geral, as imagens agradáveis são mais rápida ($X = 4.559$ ms) e eficientemente recordadas ($A_z = 0,82$), enquanto que o tempo de reação foi significativamente maior para as imagens de conteúdo desagradável ($X = 5.299$ ms), associado a um fraco desempenho no reconhecimento das imagens ($A_z = 0,62$). O baixo desempenho no reconhecimento das imagens desagradáveis pode se relacionar com o aspecto aversivo contido nas fotos, relatado posteriormente pelos participantes. Em pesquisas futuras é interessante fazer um controle sobre o nível de ansiedade dos participantes, o que pode ser um fator que influencie os resultados, bem como utilizar fotografias com conteúdo neutro.

Apoio Financeiro: Capes

Palavras-chave: Percepção Subliminar, Valência Emocional, Teoria de Detecção de Sinal

Outro

PERC

A PERCEPÇÃO SUBJETIVA DO TEMPO NAS ILUSÕES DE EBBINGHAUS E DELBOEUF. *Bruno Marinho de Sousa***, *Camila Bonagamba**, *Danilo Ciconi de Oliveira**, *Flávia Andréa da Cunha Prado**, *Iara da Silva Freitas**, *Leonardo Gomes Bernardino*** e *Sérgio Sheiji Fukusima* (Laboratório de Percepção e Psicofísica, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP).

As ilusões visuais são distorções ocorridas na percepção de estímulos quando estes são vistos em determinados contextos. Exemplos clássicos destas ilusões são a de Ebbinghaus e a de Delboeuf, as quais possuem similaridades de acordo com algumas teorias. Já foi observado que o tamanho de um estímulo pode influenciar a estimativa de tempo. Isso ocorre porque não possuímos receptores específicos para mensurar o tempo, assim utilizamos outras características para realizar esta tarefa. O objetivo deste estudo foi observar a influência das ilusões de Ebbinghaus e de Delboeuf na estimativa de tempo e verificar se ambas são resultados de processos perceptuais e cognitivos semelhantes. Trinta voluntários, alunos da Universidade de São Paulo campus de Ribeirão Preto, foram aleatoriamente designados em 2 grupos, de acordo com a ilusão observada. A tarefa dos participantes era realizar estimativas de tamanho e de tempo. Em cada tentativa, eram apresentados círculos circundantes (quatro para a ilusão de Ebbinghaus e um para a de Delboeuf) por 1000 milissegundos (ms) e estes podiam ser grandes ou pequenos. Depois, o círculo central (estímulo alvo) era apresentado por 150 ou 350 ms e novamente apareciam os círculos circundantes por 1000 ms. Na seqüência, o participante classificava o tempo de apresentação do círculo central em quatro categorias. Após a resposta, oito círculos de comparação eram apresentados e o participante indicava qual destes círculos possuía tamanho idêntico ao do círculo central apresentado. Cada participante realizou 120 tentativas. As estimativas de tempo e de tamanho foram submetidas ao teste t pareado. Para a ilusão de Ebbinghaus, na tarefa de estimar tamanho, o estímulo alvo foi julgado maior quando os estímulos circundantes eram menores ($x=3,04$, $s=1,05$) do que quando estes eram maiores ($x=2,41$, $s=0,84$), diferença esta significativa [$t(29)=$, $p<0,001$]. Também na tarefa de estimar o tempo, observou-se diferença significativa [$t(29)=-4,858$, $p<0,001$] nos julgamentos de acordo com o tamanho dos círculos circundantes ($x=1,75$, $s=0,50$ para os maiores e $x=1,91$, $s=0,52$ para os menores). Os resultados foram semelhantes para a ilusão de Delboeuf. Quando os estímulos circundantes eram maiores, o estímulo alvo foi percebido subjetivamente menor ($x=2,57$, $s=0,87$) e a percepção de passagem do tempo também foi menor ($x=1,79$, $s=0,49$). O contrário ocorreu para estímulos circundantes menores, ou seja, estímulo alvo foi percebido subjetivamente maior ($x=3,39$, $s=0,98$) e as estimativas de tempo também foram maiores ($x=1,93$, $s=0,43$). Essas diferenças foram significativas tanto para a estimativa de tamanho [$t(29)=-6,621$, $p<0,001$] quanto para a estimativa de tempo [$t(29)=-4,966$, $p<0,001$]. Em ambas as ilusões, na tarefa de estimar tamanho, os círculos circundantes afetaram o tamanho subjetivo do círculo central, demonstrando que as ilusões de fato ocorreram. Além disso, nota-se que a estimação de tempo foi afetada pelo tamanho subjetivo do estímulo alvo, isto é, quanto maior o estímulo foi percebido, maior foi a percepção de passagem do tempo. Estes resultados indicam que estas ilusões geométricas são resultado de processos cognitivos semelhantes e que a percepção temporal de eventos visuais também é influenciada por processamentos de alta ordem.

Apoio Financeiro: Capes

Palavras-chave: Percepção de Tamanho, Ilusões Visuais, Percepção Subjetiva de Tempo
Outro

PERC

ASSIMETRIAS NAS COMPARAÇÕES VISUAIS DE TAMANHOS EM CONDIÇÕES DE INFORMAÇÕES PICTÓRICAS DE PROFUNDIDADE. *Bruno Marinho de Sousa** e Sérgio Sheiji Fukusima (Laboratório de Percepção e Psicofísica, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

Objetos de tamanhos iguais em localizações diferentes no campo visual podem ser percebidos com tamanhos desiguais. Supõe-se que este fenômeno seja causado por diversos fatores, como assimetria cerebral, assimetrias no meridiano horizontal e vertical, efeito oblíquo, efeito atento e também pelos indícios de profundidade provenientes de gradientes de textura. A partir disto, o objetivo foi investigar, na tela de um computador, a assimetria na percepção de tamanho devido ao gradiente de textura. Para tal foram analisadas as comparações de tamanho de dois círculos no campo visual, nos seguintes meridianos: horizontal (—), vertical (|), superior esquerdo – inferior direito (\) e superior direito – inferior esquerdo (/), em dois tipos de fundo: cinza homogêneo e outro com gradiente de textura que indicava profundidade. Oito grupos independentes de dez voluntários foram distribuídos nas condições experimentais formadas pelas combinações entre meridiano e fundo. A cada voluntário foram apresentados simultaneamente pares de círculos cinza (padrão e comparação) por 150ms através do método dos estímulos constantes. As posições destes estímulos em cada meridiano eram alternadas aleatoriamente e a tarefa era manter o olhar fixo no centro da tela e julgar qual dos dois era o maior. As bordas dos estímulos em cada meridiano estavam a uma distância fixa de aproximadamente 13,6°. Os pontos de igualdade subjetiva (PIS) e as inclinações da curva psicométrica foram estimados para cada posição do estímulo de comparação (EC) em cada meridiano. Os resultados indicaram correlações negativas entre os PIS provenientes do EC em posições opostas em cada meridiano e em todas as condições de fundo. Isto evidenciou assimetrias perceptuais em todas as condições experimentais, porém com maior saliência no meridiano vertical (|) e no meridiano superior direito – inferior esquerdo (/), na presença do gradiente de textura. As médias das inclinações das curvas psicométricas foram menores nas condições de fundo com gradiente de textura em relação àquelas com fundo cinza e homogêneo, principalmente no meridiano vertical (|) e no meridiano superior esquerdo – inferior direito (\). Isto sugere que a sensibilidade de discriminação de tamanhos se reduz na presença de informações pictóricas de profundidade. Além disso, as análises indicaram que a sensibilidade discriminativa de tamanho sobre o meridiano horizontal é menor no hemisfério visual esquerdo que no direito. A partir destes resultados pode-se concluir: (1) as comparações visuais de tamanhos no meridiano vertical são mais suscetíveis ao efeito das pistas de profundidade; (2) as análises de correlação aplicadas aos PIS são mais adequadas para evidenciar as assimetrias nas comparações de tamanhos sobre os meridianos; e (3) a sensibilidade discriminativa na comparação de tamanhos tende a se reduzir com a presença de informações pictóricas de profundidade.

Apoio financeiro: CNPq

Palavras-chave: Assimetria perceptual, percepção de tamanho, gradiente de textura

M

PERC

DIFERENÇAS DO DESEMPENHO NA IDENTIFICAÇÃO DE PALAVRAS NOS HEMICAMPOS VISUAIS DIREITO E ESQUERDO ENTRE CANHOTAS E DESTROS. *Gabriela Affonso**, *Carolina Magro de Santana Braga**, *Flávia Luvizotto Alcântara de Pádua**, *Sarah Bicudo de Oliveira**, *Tamires Zar**, *Bruno Marinho de Sousa***, *Leonardo Gomes Bernardino*** e *Sérgio S. Fukusima (Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

Assimetrias cerebrais apontam que o hemisfério esquerdo (HE) é dominante no controle da linguagem e o hemisfério direito (HD) nas atividades visuoespaciais. Os estudos que abrangem essa temática possuem grande variabilidade de tarefas, de participantes e na ênfase sobre dominância ocular ou manual, e por isso acabam às vezes contraditórios. A literatura aponta que as mulheres têm melhor desempenho nas atividades de linguagem, e os homens, nas espaciais. Além disso, observa-se que nas mulheres há uma maior simetria funcional quando comparadas aos homens. Esta forma de organização hemisférica aparece de maneira semelhante em canhotos e destros. Porém, os estudos são em sua maioria realizados com homens e raros são aqueles que focam a interação sexo/preferência manual, sobretudo com mulheres. Assim, este estudo teve por objetivo investigar se há diferença de desempenho hemisférico entre mulheres canhotas e destros numa tarefa de identificação de palavras, usando um grupo de homens destros como controle por serem apontados na literatura como mais lateralizados que mulheres. Participaram 5 voluntários adultos em cada grupo. Cada voluntário preencheu um inventário para medir o grau de destreza manual. Foram escolhidas 40 palavras, com sentido abstrato e concreto, de uma lista pré-estabelecida. Para a apresentação das palavras foram utilizados um computador e um apoiador de queixo. As palavras foram apresentadas por 150ms ora no campo visual direito – CVD, ora no esquerdo – CVE após fixação do olhar no centro da tela de um monitor. A tarefa era dizer qual palavra foi apresentada. Foram contabilizadas somente as respostas em que o participante expressou exatamente a palavra observada. Os resultados indicaram maiores médias de freqüências de identificações corretas no CVD/HE em todos os grupos: homem destro (CVD/HE: 16,2; CVE/HD: 9,6), mulher destra (CVD/HE: 17; CVE/HD: 11,6) e mulher canhota (CVD/HE: 17,4; CVE/HD: 15,8). As freqüências de acertos foram submetidas a uma ANOVA *between-within* [3 grupos x (2 hemicampos visuais)]; que indicou diferença significativa ao fator hemicampo visual [$F(1,12)=18,912$, $p=0,001$]. Análise adicional para comparar os hemicampos visuais em cada grupo, pelo teste *t*, indicou que as mulheres destros [$t(4)=3,087$, $p=0,037$] e homens destros [$t(4)=3,359$, $p=0,028$] apresentaram diferenças significativas entre os hemicampos, porém, as canhotas não. Estes resultados sugerem que para identificar palavras existem diferenças entre os hemisférios cerebrais dos destros de ambos os sexos, com melhor desempenho para o HE; e que mulheres canhotas tendem a ser menos lateralizadas, com desempenhos quase similares entre os seus próprios hemisférios, porém, melhores que aqueles dos grupos de destros. Isto sugere uma maior comunicação inter-hemisférica nas mulheres canhotas.

Apoio: Capes

Palavras-chave: assimetria cerebral funcional, lateralidade, canhotas

Outro

PERC

ESTÍMULOS AUDITIVOS E VISUAIS E SEUS EFEITOS EM TAREFAS DE MEMÓRIA VISUO-ESPACIAL. *Isabela Mendes Vilanova e Silva**, *Carla Cristina Daolio**, *Fernanda Galvão Rosa**, *Mariana Furtado Silva**, *Ricardo Basso Garcia** e Sérgio S. Fukusima (Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP).*

Dentre os estudos da memória de curto prazo consagra-se a tarefa de Brooks, a qual o sujeito imagina uma matriz 4 x 4 cujos espaços devem ser preenchidos com 8 números. O embasamento teórico dessa tarefa pressupõe que a imaginação é uma representação interna que envolve o sistema visual. Assim, acredita-se haver um conflito ao se realizar uma tarefa de imaginação, caso o estímulo recebido fosse verbal-escrito. Isso porque tanto para a representação mental dos objetos como para a leitura de uma informação, o indivíduo faria uso do mesmo mecanismo visual, comprometendo seu desempenho. Brooks ratificou essas idéias em seus experimentos, uma vez que participantes que receberam estímulos auditivos mostraram maior taxa de acertos em relação aos participantes da categoria dos estímulos verbais-escritos. Calcado nesses resultados, este estudo teve por objetivo avaliar por meio de tarefas de imaginação se há diferença no desempenho da memória visuo-espacial de curto prazo quando se altera a natureza da informação recebida. Para tanto, variaram-se os estímulos em verbais escritos e auditivos. Participaram 20 voluntários (9H e 11M) após realizar um teste de direção (reconhecimento da diferença entre esquerda e direita). Após treino, a tarefa consistiu de duas etapas experimentais: na primeira, os participantes foram expostos a estímulos auditivos, e na segunda, a estímulos verbais-escritos. Os estímulos eram sentenças que os voluntários ouviam ou liam e continham a descrição de um cômodo constituído por três paredes (esquerda, frontal e direita), e a disposição de quatro objetos comuns (cama, mesa, cadeira, entre outros) dentro deste cômodo. Posteriormente, era solicitado que os participantes representassem, em uma imagem contendo 3 paredes, a posição espacial e objetos específicos, informações que as sentenças, ouvidas ou lidas evidenciavam. O experimento contou com um total de 30 sessões, 15 referentes ao estímulo auditivo e 15, ao estímulo verbal-escrito; cada sessão possuía 4 sentenças (“há uma cama na parede frontal”), as quais eram apresentadas, isoladamente, a cada 3,5s. Os resultados agrupados não evidenciaram diferenças significativas entre as porcentagens médias de acertos nas categorias áudio e leitura (áudio: 77%; leitura: 78%; $p=0.834$). Porém, análise pormenorizada indicou algumas diferenças não evidenciadas pelo agrupamento: houve voluntários com melhor ou igual desempenho nas tarefas áudio e verbal-escrito, levando-se à separação de 3 grupos de resultados: áudio (melhor desempenho na categoria áudio), leitura (melhor desempenho na categoria leitura e igual (igual desempenho nas duas categorias). Assim procedendo-se, encontrou-se uma diferença de desempenho de 17% nas categorias áudio e leitura para o grupo áudio, enquanto que, para o grupo leitura, essa diferença foi de 15%. Valores estes que sugerem a existência de diferenças individuais nas tarefas. Por fim, discute-se algumas falhas metodológicas e a necessidade de novos estudos sobre o tema.

Apoio financeiro: Capes

Palavras chave: memória visuo-espacial de curto prazo; estímulo verbal-auditivo; estímulo verbal-escrito.

Outro

PERC

RECONHECIMENTO DE EXPRESSÕES EMOCIONAIS A PARTIR DE REGIÕES FACIAIS ISOLADAS E DA FACE INTEIRA. *Juliana Siquinelli Padula**, Luiza Campos Menezes, Gabriel A. Gonçalves dos Santos, Natalia Meireles Santos, Vanessa R. Vaz-Gomez, Lina Maria Perilla Rodriguez e Sérgio Sheiji Fukusima (Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP).

O reconhecimento de expressões faciais é importante para comportamento social humano e dentre as teorias sobre reconhecimento ou classificação das expressões faciais de emoções destaca-se a de Ekman, que declara a existência de seis expressões emocionais básicas notadas em quaisquer culturas humanas. Estudos sobre o papel da parte superior e da parte inferior da face no reconhecimento de emoções sugerem que diferentes partes da face mostram-se mais relevantes para diferentes emoções. Baseando-se no FACS de Eckman, que descrevem coordenadas para parâmetros de combinação de Unidades de Ação (AUs) para a configuração de seis tipos de expressões faciais (felicidade, surpresa, tristeza, raiva, medo e nojo), observa-se que existem coincidências entre grande parte das coordenadas para descrever diferentes expressões faciais, como por exemplo, entre medo e surpresa ou entre raiva e nojo. Isso leva a confusões no reconhecimento de expressões, principalmente por crianças pré-escolares e por pessoas provenientes de sociedades primitivas. Ao considerar essas observações, este estudo teve por objetivo investigar o reconhecimento de emoções de determinadas expressões faciais a partir da apresentação de elementos isolados da face, de regiões da face e da face inteira. Para isso foram escolhidas 10 faces do banco de imagens faciais de Ekman, sendo 5 fotos de uma face feminina e 5 de uma face masculina, que expressavam medo, surpresa, raiva, nojo e neutra. As imagens foram recortadas com o auxílio do editor gráfico *Paint* e mostradas como estímulos pelo programa *Super Lab Pro 2.0* (Cedrus); que também registrava as respostas dos participantes durante a execução do experimento. Os participantes deveriam identificar que expressões emocionais se expressavam nas imagens faciais em três condições experimentais: (1) faces originais sem manipulação gráfica, (2) faces divididas em metade superior e metade inferior e (3) elementos faciais isolados (testa; olho e sobrancelha; boca). Não houve limitações ao tempo de exposição das imagens e ao tempo para emitir as respostas. Os resultados indicaram que a face inteira foi a que obteve maior porcentagem de acertos nos julgamentos de expressões faciais. Dentre os elementos isolados, a testa foi o elemento menos relevante e os olhos foram os mais relevantes no reconhecimento das expressões. Houve confusão nos julgamentos de expressões de nojo e raiva, porém, não houve confusão no julgamento das expressões de medo e surpresa conforme se esperava. A partir desses resultados questiona-se a representatividade universal do banco de dados de Ekman, visto que as faces parecem possuir suas particularidades que interagem com os julgamentos ou reconhecimentos das emoções supostamente expressas.

Palavras-chave: Reconhecimento de faces, expressão facial.

PERC Percepção e Psicofísica.

O EFEITO CONTRASTANTE NO JULGAMENTO DA ATRATIVIDADE FACIAL. *Renato Belin Castellucci**, *Gilberto Hoffmann Marcon**, *Leonardo Moura Freitas**, *Victor de Barros Malerba**, *Felipe Sabino**, *Lina Maria Perilla-Rodríguez***, *Ana Irene Fonseca Mendes e Sérgio S. Fukusima (Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

O efeito contrastante no julgamento da atratividade facial pode ser entendido como uma alteração nos padrões de julgamento causada pela habituação prévia a faces de um determinado nível de atratividade. Entender melhor este efeito é importante, pois a literatura indica que as mulheres orientam sua preferência por determinados traços em seus possíveis parceiros a partir da avaliação que fazem do nível de atratividade das demais mulheres de seu meio. Este estudo teve como objetivo analisar o efeito contrastante no julgamento de atratividade facial feminina feito por mulheres previamente habituadas a fotos de faces femininas pouco atrativas e por mulheres previamente habituadas a fotos de faces femininas muito atrativas. O experimento contou com 48 voluntárias entre 18 e 28 anos distribuídas em três grupos de 16 elementos: o grupo 1 foi habituado a faces femininas mais atrativas que aquelas julgadas posteriormente; o grupo 2 foi habituado a faces menos atrativas que aquelas posteriormente julgadas; e o grupo 3 (Controle) não passou por nenhuma etapa de habituação antes do julgamento. Para tanto, os materiais utilizados foram um computador com o software Super Lab Pro 2.0 instalado para controlar a apresentação de 24 faces previamente julgadas quanto à atratividade facial e a Escala VAS pela qual a participante julgava quão atrativa eram as 10 faces apresentadas na etapa de julgamento. Na análise dos dados notou-se que houve uma diferença no julgamento entre os diferentes grupos. A diferença mais notável foi encontrada entre os julgamentos do grupo 2, que julgou que as faces possuíam, em média, um nível de atratividade de 4,2 e o grupo 3 que atribuiu as faces um nível de atratividade médio de 1,8. Esta diferença no julgamento dos dois grupos é estatisticamente significativa ($p < 0,05$). A partir destes resultados pode-se inferir que o fenômeno do efeito contraste no julgamento de atratividade facial ocorreu, assim como apontado pela literatura. Ao comparar-se o grupo 3 com o grupo 1, previamente habituado a faces mais atrativas que as que foram julgadas, pode-se notar que este último julgou as faces como menos atrativas em relação ao julgamento do grupo 3, pois, atribuiu a estas um nível de atratividade médio de 1,4. Contudo, a diferença nos julgamentos destes grupos não é significativa ($p > 0,05$). Portanto, pode-se supor que habituação prévia a faces com níveis menores de atratividade possui um impacto maior sobre o julgamento do que a habituação a faces com níveis de atratividade mais altos. Todavia, discute-se se as faces utilizadas na tarefa de habituação são suficientemente atrativas para que o fenômeno de efeito contraste fosse plenamente observado.

Palavras-chave: Percepção Facial. Atratividade Facial. Efeito Contrastante

Área: PERC

RECONHECIMENTO DE FACES FAMILIARES E NÃO FAMILIARES POR MEIO DOS ELEMENTOS FACIAIS ISOLADOS. *Ana Raquel Righi Gomes**, *Camila Aveiro Mendes Colares**, *Lígia Rosado Antônio**, *Mariane Capellato Melo**, *Raíssa Bárbara Nunes Moraes**, *Lina María Perilla-Rodríguez*** e *Sérgio S. Fukusima* (Universidade de São Paulo; Ribeirão Preto, SP)

Existem evidências que mudanças do ponto de observação, de expressões e de contexto alteram o reconhecimento de faces familiares e não-familiares. Além disso, parece que elementos faciais internos são importantes para o reconhecimento de faces familiares, enquanto que os elementos faciais externos são mais importantes para as faces não familiares. Ao considerar essas observações, esta pesquisa teve como objetivo investigar se o reconhecimento de faces por meio de seus elementos isolados é afetado pela familiaridade das faces. Para esta investigação participaram quarenta voluntários adultos (20 homens e 20 mulheres) na faixa etária entre 18 e 28 anos, distribuídos em dois grupos. Os participantes do grupo 1 memorizaram quatro faces familiares pertencentes ao seu convívio social e o grupo 2, quatro faces não familiares. Após esta fase de memorização, os participantes de cada grupo foram solicitados a reconhecer se elementos isolados (sobrancelhas, olhos, nariz e boca) ou as faces inteiras pertenciam às faces memorizadas quando faces ou partes de faces distratoras eram apresentadas. Para isto deveriam indicar uma categoria que representava o grau de certeza de seu julgamento a cada estímulo (partes isoladas ou faces inteiras) se ele pertencia ou não a face memorizada. Cada estímulo foi apresentado por 1000 ms na tela de um computador. As frequências de respostas às categorias de graus de certeza de reconhecimento de faces familiares e não-familiares permitiram calcular as curvas *Receiver Operating Characteristic* e o parâmetro A_z , preconizado pela Teoria de Detecção de Sinal. A partir desses parâmetros, pôde-se notar que o grupo 2 obteve 100% de reconhecimento para o rosto inteiro, enquanto que o grupo 1 obteve um desempenho inferior para reconhecê-lo. Notou-se que o grupo 1 apresentou um desempenho inferior ao grupo 2, na identificação de olhos, boca e sobrancelha. Dos elementos isolados, os olhos apresentaram o maior índice de reconhecimento, além de obter a maior diferença entre o índice de reconhecimento das faces familiares e face não familiares. O elemento nariz foi o único que não mostrou diferença no reconhecimento entre os grupos. Infere-se que o grupo que julgou faces não familiares apresentou um melhor desempenho do que o grupo que julgou faces familiares.

Palavras-chave: reconhecimento de faces, elementos faciais isolados, teoria de detecção de sinal

Trabalho de Graduação

Área: PERC

RAZÃO DOS COMPRIMENTOS DE DEDOS (2D:4D) DE HOMENS E SUA RELAÇÃO A JULGAMENTOS DE ATRATIVIDADE FACIAL. *Aliene Lago**, *Cristina Perin***, *Jefferson Claudio Urbinatti**, *Larissa Borges Ortega**, *Laura de Oliveira Marangoni** e *Sérgio S. Fukusima (Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

Há evidências em literatura que a razão entre os comprimentos do dedo indicador e do dedo anelar (2D:4D) seja um índice gradativo de traços ou expressões mediados por hormônios sexuais em humanos. Assim, ela poderia ser um potencial indicativo às preferências que determinam a escolha de seus parceiros, o que poderia se refletir nos julgamentos de atratividade facial. Ao considerar esta hipótese, este estudo teve por objetivo explorar as possíveis relações entre a razão 2D:4D de homens com os seus julgamentos de atratividade a faces com traços feminilizados ou masculinizados. Para isto, 40 voluntários do sexo masculino, heterossexuais, com idade entre 18 e 28 anos, permitiram que mensurassem as razões 2D:4D de suas mãos direitas. Após isto, eles foram solicitados a escolher a imagem facial que mais lhe era atraente. Essas imagens pertenciam a uma escala formada por 5 faces, sendo que uma delas era uma face prototípica andrógena, duas eram feminilizadas (25 e 50%) e duas delas masculinizadas (25 e 50%) por técnica de computação gráfica denominada *morphing*. Também foram solicitados a responder a qual das faces eles escolheriam para um curto e longo relacionamento. Os resultados mostraram que quanto menor a razão 2D:4D as faces com maior grau de feminilização tendiam a ser consideradas as mais atraentes. Não houve diferenças entre escolhas de face masculinizadas ou feminilizadas para relacionamentos de curto ou longo período. Segundo a literatura, quanto menor a razão 2D:4D maior foi a exposição à hormônios andrógenos durante o desenvolvimento do embrião, o que pode proporcionar algumas mudanças nos comportamentos humanos. Os resultados do presente estudo favorecem esse raciocínio, visto que foi encontrado certa influência da razão 2D:4D no julgamento de atratividade facial. E na escolha das faces referente ao tipo de relacionamento (curto ou longo), os resultados também fortalecem a literatura, mostrando que a escolha da parceira estaria ligada principalmente ao objetivo de procriação; diferentemente das mulheres, visto que independentemente do tipo de relacionamento, os homens tendem a escolher as faces com maior grau de feminilização. Diante dos achados, o presente estudo tenta preencher as lacunas existentes na literatura sobre o julgamento da atratividade em homens e possibilita a especulação sobre a influência de certos hormônios na preferência e escolha de potenciais parceiras. Tal estudo amplia o conhecimento sobre o comportamento humano e instiga o aumento de pesquisas que melhor explorem o assunto aqui tratado, visto que há a necessidade de utilização de métodos mais exatos de medição hormonal.

Palavras-chaves: atratividade facial; relacionamentos; razão 2D:4D.

IC

PERC

RELAÇÃO ENTRE SONOLÊNCIA E TRÂNSITO EM UNIVERSITÁRIOS: ESTUDO PRELIMINAR. *Francine de Souza Blasius**, *Fátima Raquel Szinwelski**, *Anna Emília Soares** e *Alessandra Bianchi (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR)*

Considerando que a população jovem é a mais vulnerável à ocorrência de acidentes de trânsito, como diversos estudos denotam, faz-se importante estudar a frequência de determinados comportamentos de risco para tais acidentes nesse segmento da população. A sonolência enquanto causa de acidentes de trânsito é, muitas vezes, ignorada por falta de reconhecimento do motorista, que atribui o acidente a outras causas, como a má condição climática ou o estado insuficiente de preservação da rodovia. Muitas vezes essas conseqüências não estão necessariamente associadas ao sono, mas dele provêm. A falta de atenção, fator alterado em função do sono, é muito relatada por jovens como causa de acidentes de trânsito. Em pesquisa realizada em 2000 sobre comportamentos de risco para acidentes de trânsito em universitários a falta de atenção (59,3%) foi o fator mais citado como determinantes para a ocorrência do último acidente, sem diferença entre os sexos. Tendo em vista que sonolência pode afetar substancialmente funções cognitivas como a atenção e que a falta desta, por sua vez, é causa de acidentes automobilísticos, esta pesquisa se propôs a analisar a relação entre ambas em universitários de uma capital da região sul do Brasil. Para tanto, um total de 129 universitários responderam a Escala de Sono de Epworth. O instrumento foi adaptado com relação à noção temporal. Na amostra geral, a qual contém tanto os que dirigem seus carros como forma de locomoção até a faculdade e os que se deslocam de outra forma, 42% dos universitários que estudam à noite apresentaram escores de sono acima de 10 comparados com 32% dos universitários da manhã que apresentaram a mesma característica. Comparando os motoristas que dirigem na ida para a faculdade quanto os que dirigem na volta, os resultados mostram que uma grande parte dos primeiros necessitaria de uma investigação mais aprofundada a respeito de seu sono, já que apresentou 41,6% de frequência de escores altos em comparação com apenas 28,5% em universitários que estudam no período da manhã. Comparando universitários que vão ou voltam de ônibus ou a pé, pôde-se perceber que os estudantes da noite apresentaram escore médio preocupante, visto que este foi de 10,12 pontos na escala de sono, em comparação com 9,52 pontos dos universitários do período da manhã. Dos estudantes noturnos, 37,5% apresentaram escores acima de 10 na escala utilizada, indicando sonolência excessiva que merece ser investigada. Da mesma forma, estudantes da manhã apresentaram 36,84% de escores acima do esperado. Tendo em vista que a sonolência altera os estados de consciência, diminuindo a capacidade de processamento sensorial e reduzindo a eficácia das respostas ao ambiente, pode-se considerar necessária atenção especial aos universitários que estudam no período da noite e dirigem após a aula, já que a diminuição de sua vigília pode acarretar acidentes de trânsito. Isto também pode ser utilizado no caso de pedestres, posto que atingiram um escore médio acima de 10 na escala utilizada.

Palavras chave: sono, trânsito, jovem.

Nível do trabalho: IC

IGREJA DO SANTO DAIME E A CURA DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA. *Mary Rute Gomes Esperandio e Jessé Luiz Cunha** (Programa de Pós-Graduação em Teologia. Linha de Pesquisa: Teologia e Sociedade. Grupo de Pesquisa: Religiosidade e Processos de Subjetivação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba/PR).

As pesquisas atuais da Subjetividade, em particular as empreendidas pela Psicologia, pouco têm contemplado o aspecto da religiosidade. Já na reflexão Teológica, a problematização da subjetividade aparece apenas de modo pontual, através dos debates fomentados pela Teologia Feminista nas investigações voltadas às questões de gênero. Assim, foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Teologia, um projeto de pesquisa voltado ao estudo da subjetividade contemporânea e, especificamente, sobre as Novas Figurações Religiosas. O objetivo principal da pesquisa foi cartografar os processos de subjetivação (modos de existência) produzidos por novos grupos religiosos, apontando as estratégias de adaptação, resistência e/ou criação adotadas pela subjetividade contemporânea, no exercício da fé. Um dos grupos pesquisados na região de Curitiba foi o Santo Daime. Duas igrejas foram estudadas no período entre agosto de 2009 a julho de 2010: a Igreja do Santo Daime Céu do Paraná, pertencente ao Centro Eclético da Luz Fluente Universal Raymundo Irineu da Serra – CEFLURIS, e a Igreja do Santo Daime Céu da Nova Vida, um grupo independente. Um dos principais achados neste estudo, é que ambas as igrejas possuem um importante trabalho social, por eles chamado de cura, voltado à recuperação de dependentes químicos. O trabalho de cura enfatiza tanto a dimensão física quanto mental ou espiritual. Considerando que a dependência de substâncias químicas constitui-se de três elementos: a droga, o indivíduo e o contexto sócio-cultural, é evidente que seu uso afeta em profundidade a subjetividade da pessoa com dependência química. As igrejas Daimistas colocam-se, assim, como alternativa ao processo dominante de subjetivação produzido na sociedade contemporânea, mais voltado à busca de sensações corporais prazerosas, sem preocupação com o espírito. As igrejas daimistas utilizam em seus rituais, a Ayahuasca – denominado por esse grupo como o chá do “Santo Daime” (pois trata-se de um rogativo: “Daí-me paz, “Daí-me luz”, etc.). Considerado um sacramento para os daimistas, a ayahuasca possui propriedades enteógenas e é capaz de expandir a consciência e permitir a quem bebe um contato com o que Carl Gustav Jung chamou de sombra, que é o centro do inconsciente pessoal e o núcleo do material que foi reprimido da consciência, que é liberado pelo rebaixamento da razão proporcionado pela ingestão desse chá alucinógeno. Somado aos rituais, que são sempre musicalizados e ritmizados pelas maracás (chocalho) e as letras das músicas que remetem à formação Católica e Umbanda, os rituais favorecem aos fiéis o exame da consciência e dispara um processo de produção de subjetividade que busca na cura, tanto física quanto emocional e espiritual, a libertação da dependência química e/ou mesmo da depressão. Quer-se a evolução do espírito e a cura dos “defeitos de caráter”. Neste sentido, pode-se afirmar que a religiosidade daimista utiliza-se de estratégias de resistência aos modos dominantes de subjetivação e favorece, pela fé, os processos de cura e de criação afirmativa da vida.

Palavras chave: Subjetividade, cura, ayahuasca

IC – Iniciação Científica

RELIG

SUBJETIVIDADE CONTEMPORÂNEA E RELIGIOSIDADE - COPING RELIGIOSO ESPIRITUAL EM PACIENTES RENAI CRÔNICOS. *Mary Rute Gomes Esperandio e Marina Guebert** (Programa de Pós-Graduação em Teologia. Linha de Pesquisa: Teologia e Sociedade. Grupo de Pesquisa: Religiosidade e Processos de Subjetivação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba-PR)

Atualmente tem havido, no Brasil e no mundo, um aumento progressivo da incidência e prevalência de pacientes com insuficiência renal crônica. Em função da dificuldade de um diagnóstico precoce, este paciente fica à mercê de diferentes tipos de patologias, tanto biológicas como de fundo social e emocional. O modo como estes lidam com o estresse, processo conceituado como *Coping*, tem importância crucial, fazendo diferença no funcionamento humano. O *Coping* diz respeito ao conjunto de estratégias cognitivas e comportamentais utilizadas pelos indivíduos com vistas ao manejo de situações estressantes. O conceito de *Coping* religioso espiritual pode ser definido como o uso de crenças e comportamentos religiosos para facilitar a resolução de problemas e prevenir ou aliviar conseqüências emocionais negativas de situações de vida estressantes. Com estes dados buscou-se pesquisar a utilização destas estratégias por pacientes renais crônicos em tratamento hemodialítico da Fundação Pró-Renal em Curitiba, em três de suas cinco unidades: Clínica Cajuru Ltda, Clínica De Doenças Renais S/C Ltda e Clínica Evangélico S/C Ltda - Hd – Capd. A população total em hemodiálise das clínicas em questão é em torno de 420 pacientes e a aplicação da escala foi em 30% dos pacientes de cada uma das três unidades, resultando em 126. Para obtenção dos dados sobre como os pacientes renais crônicos fazem uso de estratégias de caráter religioso/espiritual foi aplicada a Escala CRE-Breve de Coping Religioso Espiritual, de Pargament, traduzida, adaptada e validada no Brasil, por Panzini e Bandeira, em 2005. Os critérios de inclusão/exclusão foram: gênero e faixa etária. Pelo fato dos pacientes estarem em momento de hemodiálise durante a aplicação do instrumento, a própria pesquisadora foi quem preencheu a Escala. A Escala CRE-Breve, composta de 49 itens, avalia dois padrões de Coping Religioso Espiritual: O Positivo e o Negativo. O padrão Positivo de Coping religioso espiritual refere-se a um senso de espiritualidade, ao relacionamento seguro com Deus, à crença de que existe um sentido na vida a ser encontrado, e ao senso de conexão espiritual com outros. Já o CRE Negativo expressa-se por meio de um relacionamento com um Deus menos seguro, uma fraca e nefasta visão de mundo, uma luta religiosa na busca de significado. A pesquisa revelou que o Coping Religioso Espiritual Positivo foi altamente utilizado pelos pacientes, assim como seus sub-índices e estes altos índices podem ser correlacionados com índices elevados de qualidade de vida, satisfação com a saúde e sentido na vida. O Coping Religioso Espiritual Negativo demonstrou-se pouco utilizado pelos pacientes em questão, apresentando índices baixos também em seus sub-índices. O presente trabalho demonstra que os métodos de Coping Religioso Espiritual constituem-se como fator de suporte no enfrentamento desta patologia, apontando a importância e pertinência de abordar questões religiosas durante o tratamento hemodialítico por parte dos profissionais da saúde.

Bolsa: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)

Palavras -Chave: Pacientes Renais Crônicos; Coping Religioso Espiritual; Subjetividade Contemporânea

Nível do Trabalho: IC

RELIG

CARTOGRAFIA DE NOVAS FIGURAÇÕES RELIGIOSAS – CANÇÃO NOVA. *Keila Silva Mota** e *Mary Rute Gomes Esperandio* (Grupo de Pesquisa: *Religiosidade e Processos de Subjetivação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba – PR*).

Considerando que as investigações atuais acerca da subjetividade pouco têm contemplado o aspecto da religiosidade, e que o fazer teológico caracteriza-se como instância onde se busca evidenciar a relação que o ser humano constrói com o sagrado, justifica-se, pois, um projeto de pesquisa com enfoque na subjetividade contemporânea e nas novas figurações religiosas. O trabalho em questão tem por objetivos cartografar os processos de subjetivação produzidos pela nova figuração religiosa, Canção Nova; apontar as estratégias de adaptação, resistência e/ou criação adotadas pela subjetividade contemporânea, no exercício da fé, face aos processos de assujeitamento e controle produzidos pelo contexto cultural marcado pelo capitalismo; bem como colocar em evidência a forma como as questões de fé e de expressão religiosa se movimentam, se transformam, se (con)formam e de que modo participam no processo de produção de subjetividade na contemporaneidade. A escolha do método é indissociável da própria construção do problema que se quer investigar e dos objetivos que se pretende alcançar. O método mais adequado para os propósitos desejados é a cartografia. Nortearão a prática cartográfica, perguntas como: Como se apresenta essa nova figuração religiosa? Quanto/De que modo suas crenças e rituais se misturam “com” – e/ou proporcionam sua singularização em relação a outras figurações? Quais as configurações mais ou menos estáveis de modos de subjetivação se delineiam nos grupos em estudo: suas estratégias de adaptação, resistência e/ou criação? Que pistas essa nova figuração religiosa nos dá em relação às correntes atuais de sensibilidade? Como se estabelecem as relações de forças de saber, de poder e de constituição de Si se articulam neste modo de produção subjetiva, em especial o modo como lidam com o sofrimento e praticam o cuidado? Tendo este questionamento em pauta, foram realizadas dez entrevistas, com participantes do grupo Canção Nova, gravadas, transcritas e analisadas pela pesquisadora e sua orientadora. As entrevistas realizadas, bem como as visitas feitas à encontros da Canção Nova, em Curitiba, apontam para um grupo católico que tem suas bases nos ritos e práticas tradicionais, porém se diferencia desta ao se expressar de maneira pentecostal. Assemelha-se a outras novas figurações religiosas no que tange a sensações vividas no corpo pois, tal quesito, encontra-se presente em processos descritos pelos entrevistados, de cura, tanto física, quanto espiritual. No que se refere ao sofrimento, é proposto que se supere de maneira otimista e ativa, sendo assim, é visto apenas como um estágio a se transpor para crescimento pessoal e espiritual. Essa nova figuração religiosa revela-se de maneira a proporcionar a seus fiéis modos de vida alternativos e adaptativos frente ao atual modo dominante de subjetivação.

Apoio Financeiro e/ou Bolsa: PIBIC/CNPq

Palavras-chave: Subjetividade; Contemporaneidade, Religião.

Iniciação Científica – IC

Código da Área da Pesquisa: RELIG

EXPERIÊNCIA RELIGIOSA: UMA COMPREENSÃO DO ENCONTRO COM O DIVINO. *Simone Fonseca de Macedo** e *Adriano Furtado Holanda* (Núcleo de Estudos do Desenvolvimento Humano do Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR)

A presente pesquisa teve como objetivo elaborar uma compreensão fenomenológica da experiência religiosa a partir dos relatos de pessoas que vivenciaram significativamente este fenômeno. Para isto, nos utilizamos da linguagem numa procura pelo significado da experiência religiosa, ou seja, do sentido formulado por quem a vivencia. Identificamos na literatura pesquisada a dedicação de muitos pesquisadores e clínicos na busca de uma compreensão da manifestação da experiência religiosa na clínica psicológica, bem como em outras áreas de atuação do psicólogo. Após a realização de levantamento bibliográfico e aprofundamento no estudo de trabalhos científicos já publicados relacionados ao tema, a pesquisa foi desenvolvida em seu contexto empírico, a partir de entrevistas semi-estruturadas em torno dos temas de pesquisa, realizadas com quatro colaboradores que já tinham vivenciado alguma experiência religiosa significativa, cujo conteúdo foi objeto de análise fenomenológica. As questões levantadas nas entrevistas tiveram o intuito de obter uma descrição aprofundada destas experiências, bem como identificar as percepções e sentidos atribuídos por estes sujeitos a respeito do que vivenciaram. Em seguida, trechos dos quatro relatos foram agrupados em unidades temáticas que buscavam deixar em aberto (colocar entre parênteses) as peculiaridades de cada contexto específico, focando no que poderia ser identificado como sendo a apresentação de sentidos gerais desta experiência. Também foram preservadas algumas particularidades, aquelas identificadas como essenciais, de cada relato. A posterior análise dos relatos foi realizada numa perspectiva de pesquisa qualitativo-fenomenológica. Constatamos ser o próprio sujeito quem identifica, nas suas vivências, aquilo que será significativamente relacionado ao divino. A experiência religiosa foi associada a uma proximidade com o divino e a uma confiança de receber amparo, cuidado e orientação. Este momento proporciona um estado de bem-aventurança, plenitude, liberdade e bem-estar, no qual se percebe a mente silenciosa, em paz e consciente. Surge uma grande dificuldade de expressar o ocorrido por palavras, como se inexistissem vocabulário e conceitos capazes de abarcar sua totalidade. A busca espiritual, então, ajudou estas pessoas a esclarecer e dar algum sentido ao indescritível. Os relatos também mencionam milagres, um forte conteúdo emocional relacionado a estas vivências e a questão da diferença entre ser um instrumento e porta-voz de Deus ou de se acessar o divino num voltar-se a si próprio. O retorno espontâneo de dois sujeitos, dizendo o quanto foi bom para eles falar sobre o assunto, é um indicativo da necessidade da Psicologia, cada vez mais, estar voltada ao estudo da Psicologia da Religião, pois não se pode mais cogitar que um aspecto tão importante na vida de tantas pessoas seja negligenciado.

Palavras-Chave: Religiosidade. Experiência Religiosa. Fenomenologia.

Outro (trabalho de conclusão de curso)

Código da área da pesquisa: RELIG

PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE RELIGIOSIDADE/ESPIRITUALIDADE.
*Vera Socci e Juliana Rocha** (Universidade de Mogi das Cruzes, Mogi das Cruzes, SP)

Numa área onde há crescimento de atividades, de pesquisas e de produção científica, justifica-se a análise de metaciência. Estes estudos têm evoluído nas últimas décadas e visam a garantia da qualidade do conhecimento humano, se propondo a evitar, além de corrigir as lacunas científicas; permitem também verificar o progresso, as carências, as contradições, as inconsistências de determinada área, sendo que, a partir desta análise, podem sugerir novos estudos e meios para resolver insuficiências ou divergências existentes. O papel que as religiões ocupam e ocuparam nas diferentes civilizações, durante toda história humana, é inegável. Esta influência se faz presente no desenvolvimento do ser e modela uma parte significativa de suas atitudes e comportamentos. A palavra religião vem do latim *religare* que significa “religar”, ligar-se ao divino; refere-se a uma crença religiosa, ou seja um sistema organizado de crenças, rituais, símbolos que auxilia a proximidade da pessoa ao sagrado e/ou transcendente. Alguns estudiosos usam os termos religiosidade e espiritualidade como sinônimos, outros os diferenciam, conceituando “espiritualidade” como uma busca pessoal de respostas sobre o significado da vida e o relacionamento com o sagrado e/ou transcendente, independentemente da pessoa seguir ou não uma religião. Inúmeras áreas do conhecimento, principalmente das Ciências Humanas e Sociais, se dedicam ao estudo dos comportamentos religiosos, uma vez que fenômenos de grande força social se desenvolvem em nome de crenças pessoais e coletivas. As Ciências da Saúde, no ocidente ao contrário da tradição oriental, descuidaram por muito tempo desta relevante característica humana. Apenas a partir da década de 70 a Medicina e a Psicologia iniciaram estudos mais sistemáticos a respeito. Esta pesquisa teve como objetivo analisar trabalhos que possuísem no título as palavras religiosidade e espiritualidade, encontrados nas bases de dados Scielo, Biblioteca Virtual em Saúde e Banco de Teses da CAPES, dentre os anos de 2006 a 2009. Os textos encontrados foram analisados conforme a proposta metodológica da metanálise.. Dentre os principais resultados verificou-se que houve um maior número de trabalhos no ano de 2007; com prevalência na autoria única. As Universidades Confessionais foram as que mais publicaram; mais da metade dos títulos foram encontrados em Dissertações de Mestrado; e a prevalência quanto a temática se refere a Religiosidade/Espiritualidade e Saúde. A maioria das publicações encontradas são trabalhos descritivos ou pesquisas qualitativas. Encontrou-se trabalhos de cursos de História, Geografia, Antropologia, Literatura, Educação Física, Administração de Empresas, Filosofia, Teologia, Psicologia e Medicina. Definiram-se dez categorias para a classificação dos trabalhos e vale ressaltar que praticamente um quarto dos estudos versam sobre a influência da religiosidade/espiritualidade sobre a saúde. Dentre as principais conclusões destaca-se o fato de que as pesquisas relacionadas à religiosidade/espiritualidade e ao comportamento religioso precisam ser mais aprimoradas, que aspectos como publicações em equipes multiprofissionais, trabalhos que desenvolvam instrumentos mais objetivos e fidedignos, e a utilização de análises que possibilitem generalização dos resultados, podem desvendar índices que favoreçam a cientificidade dos achados.

*aluna do Programa de Iniciação Científica, com bolsa do CNPq.

Palavras-chaves: *Coping*/Enfrentamento, Revisão da literatura, Saúde Integral

RELIG Psicologia da Religião

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO E A RELIGIOSIDADE: PESQUISA TEÓRICA.
*Joanneliese Lucas de Freitas e Mariana Daros** (Núcleo de Estudos do Desenvolvimento Humano do Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR)

A presente pesquisa teve como objetivo estudar como a psicologia brasileira compreende as relações entre religião e a atuação do psicólogo. Tendo como norteador da prática dos psicólogos o Código de Ética profissional percebe-se que a única menção sobre religiosidade no referido código aponta para uma proibição de indução a crenças religiosas ou ideológicas quaisquer na prática profissional. A religiosidade é parte constituinte da vivência humana, desta forma também presente na psicoterapia. A busca de sentido da existência é inerente ao ser humano e muitas vezes a religião é usada como mediadora nessa busca, o que ocorre também na própria experiência subjetiva dos psicólogos. Desta forma espera-se que a atuação prática do psicólogo esteja permeada pela sua particular forma de dar sentido a vida, que muitas vezes está marcada pela própria religiosidade. A pesquisa se delineou como sendo de ordem qualitativa, a metodologia de coleta de dados foi a revisão bibliográfica com busca eletrônica em base de dados de periódicos brasileiros em psicologia (SciELO). A busca de artigos foi realizada por meio de procura dos seguintes verbetes: “Psicoterapeuta e Religião”; “Psicólogo e Religião”; “Psicólogo e Espiritualidade”; “Psicoterapeuta e Espiritualidade”; “Psicologia Clínica e Religião”; “Psicologia Clínica e Espiritualidade”; “Psicologia Clínica e Religiosidade”. Foram encontrados somente três artigos, sendo dois deles do mesmo autor. No primeiro artigo (2002) o autor discute a importância do termo “alma” para a ciência, apesar do forte caráter religioso que tal palavra carrega histórica e culturalmente. O autor conclui que esse conceito é de fundamental importância para o estudo da psicologia, pois é o que há de mais profundo no ser humano, desta forma indispensável para os psicólogos em sua prática. O segundo artigo (2008) destaca a importância do psicólogo que atua junto à pacientes portadores de HIV estar atento ao bem-estar espiritual desses pacientes, pois o estudo ressalta a relevância da religiosidade para o enfrentamento da doença. Por fim, no último artigo (2007) o autor discute sobre o enfrentamento religioso e sua relação com a psicologia científica, considerando-o como essencial para atuação prática do profissional. Com essa breve pesquisa pode-se perceber a necessidade de mais pesquisas que compreendam e identifiquem os elementos religiosos que possam estar envolvidos no vínculo e relação terapêuticos, uma vez que há poucos estudos que relacionam diretamente a prática do psicólogo com a religiosidade. A partir dos artigos analisados percebe-se a relevância de se esclarecer melhor a relação entre religiosidade e psicoterapia já que os estudos indicam que a atuação do psicólogo está diretamente ligada à experiência religiosa dos próprios pacientes, como no caso da pesquisa com sujeitos soropositivos. Esse fato demonstra a importância da religiosidade no enfrentamento de doenças, na própria psicoterapia e em outras áreas de atuação. Os outros dois artigos expõem a importância da religiosidade em pesquisas teóricas no ramo da Psicologia, isso porque a intervenção do psicólogo perpassa por tais conceitos teóricos, que podem possibilitar uma atuação mais coerente.

Palavras - chave: Psicólogo – Religião – Espiritualidade

Iniciação Científica (IC) Trabalho de Graduação

Código da área: RELIG

CARTOGRAFIAS DA UNIÃO DO VEGETAL. *Mary Rute Gomes Esperandio e Thiago Miguel da Silva** (Grupo de Pesquisa Religiosidade e Processos de Subjetivação da Pontifícia Universidade Católica, Curitiba/PR).

Considerando que as investigações atuais acerca da subjetividade pouco têm contemplado o aspecto da religiosidade, e que o fazer teológico caracteriza-se como instância onde se busca evidenciar a relação que o ser humano constrói com o sagrado, justifica-se, pois, um projeto de pesquisa com enfoque na *subjetividade contemporânea e as novas figurações religiosas*, objetivando colocar em evidência a forma como as questões de fé e de expressão religiosa se movimentam, se transformam, se (con)formam e de que modo participam no processo de produção de subjetividade na contemporaneidade. Para tal, o método adequado aos propósitos desejados foi a cartografia. Nortearam a prática cartográfica, perguntas tais como: Como se apresenta essa nova figuração religiosa? Quanto/de que modo suas crenças e rituais se misturam “com” – e/ou proporcionam sua singularização em relação a outras figurações? Quais as estratégias de adaptação, resistência e/ou criação adotadas pela subjetividade contemporânea, no exercício da fé, face aos processos de assujeitamento e controle produzidos pelo contexto cultural marcado pelo capitalismo? Foram cartografados os núcleos: Monte Alegre, localizado no município de Quatro Barras – PR, e a Ordem Maçônica Rosa Luz, localizada em Curitiba – PR. Essas religiões utilizam a Ayahuasca - um chá conhecido como “hoasca” ou ainda “vegetal”, para os membros da UDV - que possui propriedades enteógenas, é capaz de expandir a consciência e permitir a quem bebe, um contato com seu inconsciente ou ainda ao que Carl Gustav Jung chamou de sombra, favorecendo um exame da consciência e disparando um processo de produção de subjetividade baseado numa doutrina cristã-reencarnacionista transmitida de forma exclusivamente oral e criada por José Gabriel da Costa, ou simplesmente Mestre Gabriel. Os adeptos desta forma de religiosidade consideram o chá um veículo ou um instrumento para a aproximação com o sagrado, e pautam seus valores basicamente na instituição familiar. Auto denominam-se “Discretos, mas não secretos”, procuram e pregam uma vida de simplicidade, fraternidade e retidão com o fim de evoluírem espiritualmente. As motivações básicas para a busca dessa forma de expressão religiosa são a cura - predominantemente emocional – e uma busca de sentido para as vivências, objetivando evolução espiritual através da expansão da consciência, e um aperfeiçoamento pessoal constante focado na prática de condutas regradas. Trata-se de um modo de religiosidade mais alternativo do que adaptativo, e também legitima a experiência religiosa através do sentir. Vários dos entrevistados dão testemunhos de abandono do uso de substâncias lícitas ou ilícitas como o álcool, cigarro e drogas.

Palavras chave: Subjetividade, cura, ayahuasca

IC – Iniciação Científica

RELIG

SÍNDROME DE BURNOUT EM OPERADORES DE TELEATENDIMENTO. *Paulo Cesar Porto-Martins** (Universidad Autónoma de Madrid / GEPEB /Faculdades Sant'Ana, Ponta-Grossa-PR.), Ana Maria Teresa Benevides-Pereira (Universidade Estadual de Maringá / Pontifícia Universidade Católica, Maringá-PR.) e Pedro Guilherme Basso Machado** (Universidad Autónoma de Madrid / GEPEB Curitiba-PR.)*

A necessidade das empresas de se comunicarem com seus clientes e destes com as empresas, assim como o persistente crescimento do setor de serviços, transformaram a atividade de teleatendimento em um imperativo na sociedade. Neste contexto dinâmico, este setor encontrou condições ideais para expandir-se no mundo, bem como no Brasil. Nos últimos anos, este segmento ocupacional cresceu 235% em nosso país, gerando inúmeros postos de trabalho. Porém os estudos sobre a qualidade ocupacional dos profissionais desta área não cresceu na mesma proporção. Estes trabalhadores estão expostos a diversos agentes estressores tais como pressão de tempo para atendimento, ouvir e dar suporte a reclamações constantes, seguir um roteiro de atendimento rígido (*script*), metas severas a serem alcançadas, além de condições ambientais muitas vezes inadequadas. Como consequência, estes podem desenvolver estresse ocupacional e, caso esta persista, evoluir para a denominada síndrome de burnout. O objetivo desta pesquisa foi verificar a incidência do burnout em funcionários de uma empresa de teleatendimento da região de Curitiba-Paraná. Utilizou-se o Inventário da Síndrome de Burnout (Benevides-Pereira, 2007) constituído de duas partes: I. Fatores desencadeantes - Condições Organizações Positivas (COP) e Condições Organizacionais Negativas (CON) e II Síndrome de Burnout - Exaustão Emocional (EE), Distanciamento Emocional (DEm), Desumanização (DEs), Realização Profissional (RP), além de um questionário sócio-demográfico elaborado pelos autores. O grupo estudado ficou constituído de 384 pessoas e a aplicação dos instrumentos ocorreu de forma eletrônica, aproveitando o fato dos computadores serem utilizados para execução das atividades cotidianas destes trabalhadores. Os participantes possuíam idade média de 22 anos (Moda=18), tendo os mais jovens 16 anos e o mais velho 50. No grupo, 81,8% era do sexo feminino, 52,7% era solteiro e 87% tinha ensino médio. Apenas 5,7% estava há mais de 2 anos na empresa. As médias apresentadas no ISB foram de 1,88 (DP=0,80) em COP e de 1,81 (DP=0,80) em CON, sendo respectivamente de 39% e 24,3% os valores acima da média. Um total de 22,2% (M=1,81, DP=0,78) denotaram escores elevados em EE; 29,8% em DEs (M=2,04; DP=0,75); 28,6% em DEm (M=1,89; DP=0,82) e 25,5% (M=2,10; DP=0,78) em RP. Distanciamento emocional e desumanização foram fatores que se sobressaíram entre os respondentes. Empregando a mesma concepção de Maslach e Jackson (1986) para a identificação do burnout, 46 pessoas (11,20%) evidenciavam estar com a síndrome, indicando um alerta, principalmente pelo fato da maioria (83,7%) estar na empresa há no máximo um ano e possuírem 25 anos ou menos de idade (80,3%). Provavelmente este resultado explique o elevado índice de rotatividade, ocorrência bastante apontada nesta atividade. Pela seriedade e consequências tanto pessoais como institucionais, o burnout esta previsto entre as doenças ocupacionais elencadas pela Previdência Social, possibilitando afastamento e até mesmo aposentadoria por invalidez. O teleatendimento é tido como a chance por excelência do primeiro emprego para uma grande maioria da população, no entanto, pelas condições em que ocorre, pode ser que esteja incapacitando prematuramente um grande contingente de nossos trabalhadores. Faz-se mister que ações sejam implementadas para garantir qualidade de vida laboral a esta categoria profissional.

Agencia Financiadora: Não contou com financiamento

Palavras-Chave(3): síndrome de burnout, ISB, teleatendimento.

Doutorado - D

Saúde

INVENTÁRIO PARA AVALIAÇÃO FUNCIONAL DA MOTILIDADE INTESTINAL: ANÁLISE FATORIAL PRELIMINAR. *Carlos Henrique Bohm** (Universidade de Brasília, Brasília-DF) e Lincoln da Silva Gimenes (Universidade de Brasília e Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasília-DF).*

A motilidade intestinal pode ser governada ou induzida por contingências operantes, possibilitando a explicação de alguns transtornos intestinais por meio de análises funcionais. Para subsidiar essas análises, foi desenvolvido um inventário contemplando quatro grupos de variáveis associadas à motilidade intestinal, com cada grupo representando um possível fator. A elaboração das questões foi baseada em pesquisas e instrumentos anteriores sobre análise funcional e também sobre motilidade intestinal. Cada fator previsto possuía inicialmente 18 questões, totalizando 72 questões. Para a análise semântica, foi utilizada a técnica de pequenos grupos (compostos por estudantes universitários) para a leitura e discussão sobre o instrumento. Mediante esse procedimento, algumas questões e instruções foram reformuladas e eliminadas. A análise semântica também incluiu a análise de juízes, que avaliaram em qual fator o enunciado de cada questão melhor se enquadrava. O requisito mínimo de concordância para cada questão foi de 70% e a versão final do instrumento permaneceu com 57 questões. Após a elaboração e a análise semântica do instrumento, foi realizada uma aplicação do instrumento em 148 estudantes universitários (com idade média de 23 anos) para a análise fatorial preliminar. Na extração dos fatores pelo método da análise dos componentes principais, foram avaliadas as soluções fatoriais com base no critério de Kaiser, no critério de Harman, no critério de comparação entre autovalores empíricos e aleatórios, e na extração hierárquica para verificar a porcentagem residual de variância não explicada. Em conjunto, esses critérios indicam que a solução mais parcimoniosa seria de quatro fatores, então a rotação foi feita com esse número de fatores. Do total de 57 questões, 55 apresentaram carga fatorial acima 0,30 e foram utilizadas para a interpretação dos fatores, e duas questões apresentaram carga fatorial abaixo de 0,30, as quais não foram utilizadas. O fator contingências de fuga/esquiva de demandas ficou com 20 questões de carga positiva, o fator contingências de reforço social positivo com 15 questões de carga positiva, o fator contingências de fuga/esquiva social com 11 questões de carga negativa e o fator contingências indutoras com nove questões de carga positiva. Algumas questões apresentaram carga fatorial em dois fatores simultaneamente e algumas em um fator diferente do previsto. O próximo passo para a validação do inventário será a realização de uma análise fatorial numa amostra mais abrangente, em termos do número de participantes e características sócio-demográficas e educacionais. Além disso, o inventário deverá ser testado com uma amostra de portadores da Síndrome do Intestino Irritável.

Palavras-chave: motilidade intestinal, avaliação funcional, instrumentos padronizados.

D

SAÚDE, AEC

ASSOCIAÇÃO ENTRE DIMENSÕES DA SÍNDROME DE ESGOTAMENTO PROFISSIONAL E QUALIDADE DE VIDA ENTRE PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE. *Vinícius de Paula Menezes**, *Leonardo Fernandes Martins***, *Priscila Bonfante Medeiros**, *Tamires Jordão Laport**, *Telmo Mota Ronzani* (Pólo de pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG).

Avaliações de saúde e qualidade de vida entre profissionais de saúde têm se tornado cada vez mais presentes na literatura científica. Contudo, poucos são os estudos no Brasil sobre o tema entre profissionais de atenção primária (APS), a despeito de sua importância estratégica para o Sistema Único de Saúde. No contexto de APS, fatores organizacionais podem estar relacionados à saúde destes profissionais, acarretando em prejuízos na qualidade dos seus serviços prestados. O estresse ocupacional crônico é apontado como fator explicativo para indicadores de prejuízo à saúde e baixa qualidade de vida. O presente estudo pretende analisar aspectos da qualidade de vida (QV), mensurada a partir do impacto percebido de problemas de saúde entre profissionais de APS e sua relação com estresse ocupacional crônico mensurado a partir de dimensões da síndrome de esgotamento profissional (EP). Utilizou-se instrumentos psicométricos, auto-aplicáveis e validados para mensurar estes construtos, sendo que para o EP utilizou-se o Malasch Burnout Inventory a partir de suas três dimensões (Esgotamento Emocional, Despersonalização e Insatisfação no Trabalho) e para QV utilizou-se a escala Short-Form Health Survey (SF-36) composta por suas 8 dimensões: Capacidade Funcional, Limitação Física, Dor, Estado Geral de Saúde, Vitalidade, Aspectos Sociais, Limitação Emocional e Saúde Mental. O estudo foi transversal, tipo censo, participaram 109 profissionais de saúde que atuavam na APS de três municípios de pequeno porte de Minas Gerais. Através do teste de Komogorov-Smirnov observou-se que a distribuição dos escores das escalas não podiam ser adotadas como normais, seguiram-se as análises correlacionais bi-variadas através de teste não-paramétricos de Spearman (ρ). Adotou-se como critério de significância estatística o valor de $p < 0,05$. As correlações encontradas foram as seguintes: Exaustão Emocional inversamente proporcional à Saúde Geral ($\rho = -0,35$; $p > 0,01$), e com os domínios Saúde Mental ($\rho = -0,50$; $p > 0,01$), Vitalidade ($\rho = -0,48$; $p > 0,001$), Capacidade Funcional ($\rho = -0,30$; $p > 0,01$), Aspectos Sociais ($\rho = -0,29$; $p = 0,03$), Ausência de Dor ($\rho = -0,26$; $p > 0,01$) e Limitação Emocional ($\rho = -0,21$; $p = 0,03$); Despersonalização inversamente proporcional à Saúde Geral ($\rho = -0,20$; $p = 0,04$), e com os domínios Saúde Mental ($\rho = -0,30$; $p > 0,01$), Vitalidade ($\rho = -0,20$; $p = 0,04$), Aspectos Sociais ($\rho = -0,20$; $p = 0,04$) e Limitação Emocional ($\rho = -0,19$; $p = 0,05$); Satisfação no Trabalho correlacionou-se positivamente com a Saúde Geral ($\rho = 0,19$; $p = 0,05$). O domínio Saúde Geral do SF-36 possuiu uma correlação inversamente proporcional com as três dimensões do MBI corroborando a hipótese da literatura de que o estresse ocupacional crônico está associado com níveis de saúde. Apesar dos métodos utilizados não permitirem generalizações e a proposição de relações causais, é possível inferir que medidas organizacionais que visem reduzir indicadores de estresse ocupacional neste setor poderiam contribuir para melhorar os indicadores de saúde e qualidade de vida destes profissionais.

PRO-BIC FAPEMIG, Pesquisador Mineiro FAPEMIG, Bolsa de Produtividade em Pesquisa CNPq, Edital CNPq Ciências Humanas.

Palavras-chave: Burnout, Qualidade de Vida, Atenção Primária a Saúde.

Mestrado - M.

SAÚDE - Psicologia da Saúde, ORG - Psicologia Organizacional e do Trabalho

TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL E ABUSO DE SUBSTÂNCIAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. *Henrique Pinto Gomide**, *Fabricia Creton Nery**, *Gabriela Correia Lubambo Ferreira**, *Flaviane Bevilaqua Felicíssimo**, *Rhaisa Gontijo Soares***, *Pollyanna Santos da Silveira*** e *Telmo Mota Ronzani (Pólo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG).*

A terapia cognitivo-comportamental é uma das abordagens mais utilizadas para o tratamento da dependência de álcool e de outras drogas. Estudos mostram que a associação entre a terapia cognitivo-comportamental a outras abordagens terapêuticas, como as farmacoterapias, intervenções breves e a entrevista motivacional, apresenta melhor eficácia no tratamento de dependentes de drogas. A análise da produção e da publicação do conhecimento científico permite gerar indicadores importantes além de sintetizar idéias, hipóteses, métodos, resultados, bem como o seu impacto. O objetivo do presente estudo foi avaliar a literatura sobre a Terapia Cognitivo-Comportamental e abuso de substâncias. As pesquisas foram realizadas em quatro bases de dados: Pubmed (via US National Library of Medicine), PsycINFO, Scopus e BVS (Biblioteca Virtual de Saúde). As seguintes palavras-chave foram utilizadas: “addiction”, “alcoholism”, “cognitive-behavioral therapy”. Quinhentos e cinquenta e quatro resumos foram encontrados. Resumos duplicados, estudos publicados anteriores ao ano 2000, revisões de literatura, e resumos que não apresentavam uma relação direta entre Terapia Cognitivo-Comportamental e abuso de substâncias foram excluídos. Cento e dez resumos preencheram o critério de inclusão da pesquisa. Foi observado um crescimento de 163% na produção da literatura científica sobre o tema, comparando as publicações dos anos de 2000-2004 com 2005-2009. A droga pesquisada com mais frequência dentro da amostra selecionada foi o álcool (37,7%), seguida do tabaco (13,9%), cocaína (10,7%), maconha (8,2%), anfetaminas (5,0%), e outras drogas (4,7%) como, por exemplo, os opiáceos. Vinte por cento de todos os estudos tiveram amostras compostas por diferentes tipos de dependentes. Apenas 22% dos estudos tiveram o foco em amostras que apresentavam comorbidades como depressão, esquizofrenia, transtorno de estresse pós-traumático, dentre outras. A farmacoterapia foi associada à TCC ou suas formas adaptadas em 35,5% dos estudos. Aproximadamente, 50% dos estudos incluíram outras abordagens psicossociais, como a gestão de contingências, o programa dos doze passos, intervenções breves e entrevista motivacional. Quarenta e cinco por cento dos artigos compararam a eficácia das abordagens psicossociais. Tem-se observado uma crescente produção científica na área, especialmente sobre álcool e tabaco, drogas que apresentam grande impacto em populações em todo o mundo. Poucas pesquisas têm sido realizadas em populações específicas que apresentam alguma comorbidade, embora alguns estudos tenham mostrado prevalência elevada de comorbidades em populações com abuso de substâncias. Considera-se necessária uma maior atenção para abordar o papel da Terapia Cognitivo-Comportamental em populações com comorbidades associadas ao uso de substâncias psicoativas, assim como comparar a efetividade desta com outras intervenções psicossociais através de estudos meta-analíticos.

Apoio Financeiro: CNPq, FAPEMIG

Palavras-chave: revisão sistemática, terapia cognitivo-comportamental, abuso de substâncias.

Nível do Trabalho: IC

Código: SAÚDE

TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO CULTURAL DA VERSÃO BRASILEIRA DA ESCALA DE ESTIGMA INTERNALIZADO DE DOENÇA MENTAL. *Rhaisa Gontijo Soares***, *Pollyanna Santos da Silveira***, *Henrique Pinto Gomide**, *Fabricsa Creton Nery**, *Flaviane Bevilaqua Felicissimo**, *Gabriela Correia Lubambo Ferreira** e *Telmo Mota Ronzani (Pólo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG).*

Dentre os transtornos mentais, uma das condições consideradas como potencialmente estigmatizadas pela sociedade é a dependência de substâncias. No que se refere às conseqüências negativas para os indivíduos estigmatizados, o principal impacto é a internalização do estigma, conhecido como auto-estigma, o qual ocorre quando membros de um subgrupo imerso em atitudes preconceituosas de uma cultura dominante concordam com esses preconceitos, aplicando as atitudes em si. O objetivo deste estudo consiste em traduzir e adaptar culturalmente para a realidade brasileira a escala Internalized Stigma of Mental Illness – ISMI para dependentes de substâncias psicoativas. Essa escala é composta por 29 itens, numa escala Likert de 4 pontos que varia de discordo totalmente até concordo totalmente. Os itens são agrupados tematicamente em cinco sub-escalas: a) Alienação (6 itens): busca medir a experiência subjetiva de ser avaliado de forma inferior aos demais membros da sociedade ou ter a identidade deteriorada; b) Aprovação do estereótipo (7 itens): procura medir o grau de concordância dos respondentes com os estereótipos sobre doença mental; c) Percepção de discriminação (5 itens): busca identificar a percepção dos respondentes da maneira como são freqüentemente tratados pelos outros; d) Evitação social (6 itens): busca identificar estratégias de evitação; e) Resistência ao estigma (5 itens): procura descrever a experiência de resistir ou não ser afetado pelo estigma internalizado. A adaptação da escala para o Brasil foi realizada através de estudo transversal com uma amostra de pacientes de instituição especializada de tratamento de dependência química de Juiz de Fora – MG. O processo de tradução e adaptação cultural consistiu em cinco passos. O primeiro passo iniciou-se com a tradução do instrumento original, que foi feita por dois tradutores, trabalhando independentemente. Em seguida, procedeu-se a síntese das traduções. Um “juiz neutro” sintetizou em uma versão única as duas traduções. O terceiro passo foi a retro-tradução. Nesta etapa, os tradutores conhecedores da língua do país do instrumento original, trabalharam com a versão única, sem conhecer o instrumento original. Esta etapa destinou-se a averiguar se a versão única traduzida refletia os mesmos conteúdos que a versão original, assegurando a consistência da tradução, a qual contou com a participação da autora da escala. O penúltimo passo foi submeter todo o material ao Comitê de Peritos cujo objetivo foi produzir uma versão final, sintetizando todas as versões produzidas. O último passo foi o pré-teste. O instrumento foi aplicado em 25 indivíduos em uma amostra da população alvo, com o propósito de verificar as dúvidas e a compreensão relativas às questões do instrumento. No entanto, após a aplicação, não foi necessária nenhuma modificação. A versão traduzida utilizada com os 29 itens foi considerada satisfatória e eficaz para ser aplicada em uma amostra maior para verificação das qualidades psicométricas do instrumento. A escala de estigma internalizado validada para o contexto brasileiro poderá, futuramente, contribuir na investigação da magnitude dos efeitos do estigma internalizado entre os usuários de substâncias, assim como incentivar profissionais de saúde a incluir a redução do estigma como parte do tratamento.

Apoio Financeiro: BIC/PIBIC – Propesq/CNPq

Palavras-chave: validação de escala, estigma internalizado, usuários de substâncias.

Nível do Trabalho: M

Código: SAÚDE

A IMPORTÂNCIA DA PROMOÇÃO DO GRUPO DE APOIO PSICOLÓGICO AOS PAIS E ACOMPANHANTES DE CRIANÇAS INTERNADAS EM HOSPITAIS. *Renata Massalai** (Departamento de Psicologia, Centro Universitário Vila Velha, Vila Velha- ES), *Erika da Silva Ferrão* (Departamento de Psicologia, Centro Universitário Vila Velha, Vila Velha - ES), *Sthéfany Soares Santos Alvarenga** (Departamento de Psicologia, Centro Universitário Vila Velha, Vila Velha- ES) e *Sarah Muzi Cardoso** (Departamento de Psicologia, Centro Universitário Vila Velha, Vila Velha- ES).

A vivência de cada pessoa acometida por uma doença vai variar de acordo com a interação de vários fatores: biológicos, psicológicos e sociais. A mudança na rotina familiar através da hospitalização da criança, que se encontra em um ambiente não familiar, ocasiona, por muitas vezes, influências negativas tanto para ela como para seus familiares quanto ao nível psicológico, podendo levar a sentimentos como frustração, dependência, tristeza e angústia e distorções de pensamento, que, por sua vez, acabam por influenciar negativamente o curso da doença. Segundo a Terapia Cognitivo-Comportamental, nossas cognições possuem influências determinantes sobre nossas emoções e comportamentos. Nesse sentido, todos esses componentes devem ser trabalhados por um psicólogo em pacientes e famílias que vivenciam alguma doença de situação de hospitalização. Desse modo, denota-se a importância da realização de grupo de apoio psicológico aos pais ou outros cuidadores dos pacientes internados para ensinar estratégias de enfrentamento, mostrando comportamentos alternativos que auxiliem na vivência da hospitalização. Assim, o objetivo desse trabalho de intervenção em Psicologia Pediátrica, com pais de crianças que se encontravam internadas num hospital infantil e maternidade do município de Vila Velha, ES, foi organizar semanalmente grupos com os acompanhantes de crianças e adolescentes hospitalizados. Em média foram atendidos de três a cinco acompanhantes por semana. O espaço utilizado para o desenvolvimento das atividades era a classe hospitalar e as enfermarias do hospital. No período de janeiro a junho de 2010, foram realizadas 15 reuniões de grupo com os pais enquanto duravam as internações dos filhos, que se caracterizou, portanto, como um grupo de caráter rotativo. A coleta de dados foi realizada através da observação participante das reuniões do grupo e de entrevistas com pais. As atividades com os mesmos buscaram ajudá-los a auto gerirem a doença acometida aos filhos, a fim de reduzirem os níveis de ansiedade e stress ligados ao contexto hospitalar. Buscou-se promover a auto-estima, a autonomia, os comportamentos e pensamentos que ajudassem aos mesmos a construir estratégias de enfrentamento mais facilitadoras, como pensar sobre o sentimento da esperança. Para isso, foram exibidos slides e realizadas dinâmicas de grupo com base na Terapia Cognitivo-comportamental. Houve relatos de pais que referiram sentirem-se mais aliviados de suas angústias ao exporem seus sentimentos, tal como na fala de uma mãe, que revelou que "... depois de expressar toda essa angústia de mudar de rotina, ter que ficar sozinha com meu filho, fora a tristeza por vê-lo internado, me sinto melhor e vejo que toda maneira de enfrentamento dessa situação, depende como vocês falaram de como eu penso e sinto diante disso". A análise a partir da verbalização dos pais, como a citada anteriormente, evidenciou que o grupo de apoio psicológico aos pais proporcionou informação, apoio emocional além da construção e do fortalecimento de suas estratégias ligadas ao contexto hospitalar para que estes pudessem vivenciar de uma melhor forma a hospitalização dos filhos, além de tê-los ajudado a construir estratégias em conjunto uns com os outros, compartilhando experiências que pudessem ajudá-los na tarefa de cuidar de seus filhos. Apoio Financeiro: Centro Universitário Vila Velha- UVV.

Palavras-chave: Grupos de pais, Psicologia Pediátrica, Estratégias de enfrentamento. Graduação-G

A INCIDÊNCIA DE DEPRESSÃO E DEMÊNCIA EM IDOSOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA EM LAGES/SC. *João Augusto Provesi* e Priscila Schneider (Universidade do Planalto Catarinense, Lages – SC).*

Nesta pesquisa, buscou-se avaliar a incidência de depressão e demência em idosos de uma Instituição de Longa Permanência em Lages/SC. Objetivos: Verificar a incidência de depressão e demência previamente identificada entre os idosos; averiguar o número de idosos com depressão e demência a partir de avaliação psicológica; comparar a incidência de depressão e demência previamente identificada com a verificada a partir de avaliação psicológica dos idosos. Para avaliação de depressão, foi utilizado a Escala de Depressão Geriátrica (GDS) e realizado a checagem de sintomas depressivos descritos no DSM IV com os cuidadores asilares. Para avaliação cognitiva para detectar sintomas relativos a demência, foi utilizado o Clinical Dementia Rating (CDR), com os cuidadores asilares que se prontificaram a responder o instrumento. Além do CDR, foi utilizado o Mini-Exame do Estado Mental (MMSE) com os idosos que apresentaram condições de responder o teste. De acordo com o levantamento inicial de sintomas depressivos, 51% dos idosos da ala masculina poderão apresentar depressão em algum grau ou outras patologias que se relacionem com esses sintomas. Desse total, 20% apresentam sintomas que se enquadram nos critérios descritos no DSM IV para depressão maior, e 31% sintomas de depressão menor. Na ala feminina, de acordo com o levantamento inicial de sintomas depressivos, 68% das idosas poderão apresentar depressão em algum grau ou outras patologias que se relacionem com esses sintomas. Desse total, 27% apresentam sintomas que se enquadram nos critérios descritos no DSM IV para depressão maior, e 41% sintomas de depressão menor. A partir da CDR, 17% dos idosos da ala masculina apresentaram sintomas relativos à classificação de demência severa, 24% demência moderada, 14% demência média e 28% demência questionável. Isto significa que 83% dos idosos poderão apresentar demência em algum grau. Na ala feminina, a partir da CDR, 27% apresentaram sintomas relativos à classificação de demência severa, 11% demência moderada, 32% demência média e 13% demência questionável, o que significa que 83% das idosas poderão apresentar demência em algum grau. Para aplicação da Escala de Depressão Geriátrica (GDS) e do Mini-Exame do Estado Mental (MMSE), 28% (8) dos idosos da ala masculina e 24% (11) das idosas da ala feminina apresentaram condições de responder os testes e concordaram em participar da pesquisa. De acordo com a Escala de Depressão Geriátrica (GDS), 62,5 % dos idosos da ala masculina apresentaram sintomas de depressão de leve a moderada e 12,5% apresentaram sintomas de depressão grave. Na ala feminina 45,4% das idosas apresentaram sintomas de depressão de leve a moderada e 9,2% apresentaram sintomas de depressão grave. A partir do Mini-Exame do Estado Mental (MMSE), verificou-se que 37,5 % dos idosos da ala masculina e 45,5% das idosas da ala feminina apresentaram sintomas demenciais. Entrou-se em contato com o profissional clínico responsável pela avaliação clínica e diagnóstica da saúde dos idosos da instituição de longa permanência, entretanto não foi permitido o acesso as informações dos prontuários, o que limitou a comparação dos sintomas com a avaliação médica.

Apoio Financeiro: Financiado pela bolsa do artigo 170 de pesquisa e extensão da Uniplac.

Palavras-chave: Depressão; Demência; Instituições de Longa Permanência.

IC

Saúde.

SEXO VIRTUAL E COMPORTAMENTO SEXUAL DE USUÁRIOS DA INTERNET. *Eliza Penachi * e Maria Cristina Antunes (Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR)*

O objetivo desse trabalho foi descrever a prática de sexo virtual e comportamentos sexuais de usuários de internet. Os objetivos específicos foram: analisar a frequência de sexo virtual e as diferenças com o comportamento sexual (real), uso de preservativo, práticas sexuais e sexo virtual como traição. Participaram do estudo 269 usuários de internet que tinham práticas de sexo virtual, recrutados em salas de bate papo, Orkut, MSN e Skype. As salas de bate-papo foram acessadas em diferentes horários e dias da semana e os usuários foram convidados para participar da pesquisa respondendo um questionário online. Cada participante recebeu um login e senha para acesso ao site, evitando múltiplas entradas de dados. Foi realizado um termo de consentimento informado, explicando os objetivos da pesquisa, garantindo sigilo e anonimato, informando que a pesquisa seria realizada com apenas com maiores de 18 anos. O questionário continha questões de múltipla escolha e escalas likert, sobre: dados sócio-demográficos, comportamento sexual e motivos para o sexo virtual. Foram formuladas tabelas de frequência utilizando-se o SPSS 16.0. A amostra foi composta por 85,6% de homens; idade média de 24,9 anos; 55,6% concluiu ou estava cursando o Ensino superior e 11,5%, possuía ou estava cursando pós-graduação; média salarial familiar mensal R\$ 3.828,45; 40,9%, residia no estado do Paraná, 17,9% no estado de São Paulo, 4,9% no Rio de Janeiro, 3,6% em Minas Gerais, 3,2% em Santa Catarina e 12,5%, residia em outros estados; 62,9% era solteiro, 22,7% namorava e 9,5% era casado. Sobre as práticas sexuais: 46% mantinha parceiros regulares e 34% mantinha parceiros regulares e casuais; 16% já aceitou presentes ou dinheiro para fazer sexo; 75% afirmou que se masturbava, além das vezes que fazia sexo virtual. Com o parceiro regular: 25% já incluiu uma terceira pessoa na relação sexual, 44% fazia sexo oral com o parceiro todas as vezes; 19% fazia sexo anal todas as vezes; 15% nunca revelou suas fantasias ao parceiro; 39% já utilizou objetos comprados em *sex shops*; 21% já utilizou vibrador com o parceiro; 62% afirmou que atingia o orgasmo todas as vezes e 23% não se sentia satisfeito com o seu desempenho sexual; 52% declarou que utilizava a camisinha em todas as práticas sexuais; 36% já fizeram alguma proposta que foi considerada abusiva pelo parceiro; 31% nunca foi há um motel ou drive; 52% já se utilizou de práticas sexuais agressivas; 13% sentiam-se mais a vontade com pessoas desconhecidas; 64% já imaginou outra pessoa, conhecida ou famosa, durante a relação sexual; 76% estavam satisfeitos com o próprio corpo; 16% sentiam medo de relacionar-se sexualmente; 23% não estavam satisfeitos com o próprio desempenho sexual. Observa-se que a internet é um meio importante para a realização de pesquisas e que pode proporcionar acesso à populações consideradas de difícil acesso, como pessoas com orientação bissexual. A prática de sexo virtual e sua relação com as práticas sexuais ainda devem ser mais estudadas.

Práticas sexuais, usuários de internet, psicologia.

IC

SAUDE

INCIDÊNCIA DE INDIVÍDUOS COM INSÔNIA NAS DIFERENTES FASES DO STRESS. *Andréa Macedo Gualberto***, *Greice Maestri Bussoletto***, *Vivian Mascella*** e *Marilda E. N. Lipp* (Laboratório de Estudos Psicofisiológicos do Stress – PUC-Campinas-SP)

Stress é uma resposta do organismo, com componentes físicos e /ou psicológicos, causados pelas alterações psicofisiológicas que acontecem quando uma pessoa se depara com uma situação que, de uma maneira ou de outra, a irrite, confunda, amedronte ou excite. O stress pode ou não levar a um desgaste geral do organismo dependendo da sua intensidade, tempo de duração, da vulnerabilidade do indivíduo e da habilidade de manejá-lo. O processo de stress se desenvolve em quatro fases: alerta, resistência, quase exaustão e exaustão em ordem de gravidade dos sintomas que se manifestam, sendo que insônia é um dos sintomas mais mencionados em pessoas estressadas. A fase de alerta se caracteriza por reações do sistema nervoso simpático, quando o organismo percebe o estressor e esta fase termina em algumas horas se o estressor é de curta duração, após a eliminação da adrenalina e a restauração da homeostase. A resistência se apresenta quando esse estressor permanece por um período maior, ou quando ele é de grande proporção e, nesta fase, a pessoa automaticamente utiliza toda a energia adaptativa para se reequilibrar. Na fase de quase exaustão o indivíduo passa a fazer suas atividades diárias com esforço e, os momentos de funcionamento normal, se intercalam com momentos de total desconforto. Na fase de exaustão as doenças ocorrem com freqüência, tanto na área psicológica, como na área física. O stress não é o elemento patogênico das doenças, mas ele leva a um enfraquecimento do organismo de tal modo que patologias programadas geneticamente se manifestem devido ao estado de exaustão instalado. Insônia é um sintoma que pode ser definido como dificuldade em iniciar e/ ou manter o sono, presença de sono não reparador, ou seja, precário para manter uma boa qualidade de alerta e bem-estar físico e mental durante o dia, com o comprometimento conseqüente na performance das atividades diurnas. Alguns fatores considerados de risco para insônia: o sexo feminino, o envelhecimento, a ocorrência de transtornos mentais ou de doenças clínicas. O presente trabalho objetivou averiguar a incidência de insônia em diferentes fases do stress. Cinquenta e oito adultos de ambos os sexos que participaram de um estudo no Laboratório de Estudos Psicofisiológicos do Stress foram avaliados. Para a coleta dos dados foi utilizado o Inventário de Sintomas de Stress de Lipp. Verificou-se que dos seis que estavam na fase de Alerta 33% apresentavam insônia; dos 27 que estavam na fase de Resistência, 56% apresentava insônia; dos 20 que estavam na fase de quase exaustão, 80% apresentava insônia ,enquanto que dos cinco que estavam na fase de Exaustão, 80 % apresentavam insônia. Conclui-se que quanto mais grave a fase do stress, maior a incidência de insônia. Recomendam-se outros estudos com amostras maiores.

Bolsas: CNPQ / CAPES .Palavras chaves: fases, insônia, stress

Nível do trabalho: M.

Código da área da pesquisa: SAÚDE

DESAFIOS ENFRENTADOS POR UMA EQUIPE DE PSICOLOGIA NOS ATENDIMENTOS DE UM SERVIÇO DE ACONSELHAMENTO GENÉTICO. *Alex Eduardo Gallo, Thamires de Fátima Miranda*, Vanessa Peter Signorini*, Vania Galbes*, Naiara Fernanda Costa, Renata Grossi e Nilza Maria Diniz (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR)*

O Serviço de Aconselhamento Genético da Universidade Estadual de Londrina (SAG-UEL) conta, desde 2005, com a atuação de profissionais e estagiários do curso de Psicologia. Estes têm como objetivos: realizar o estudo dos casos encaminhados ao serviço; realizar avaliação psicoeducacional e/ou acompanhamento psicológico quando necessário; estudar, pesquisar e desenvolver estratégias para aperfeiçoar o atendimento oferecido. Neste contexto, muitos têm sido os desafios e dificuldades enfrentadas por esta equipe, os quais serão apresentados no presente trabalho para contribuir com o aperfeiçoamento desta área enquanto campo de atuação profissional. Em geral, o SAG-UEL ocorre em 4 etapas, sendo elas: 1º) coleta de sangue e entrevista inicial com o paciente e/ou responsável; 2º) supervisão e estudo dos casos atendidos; 3º) devolutiva do resultado do cariótipo e, por fim, 4º) acompanhamento e/ou avaliação psicológica com o paciente ou familiares. Todas estas etapas contam com a presença de graduandos e/ou profissionais da Psicologia que, já na coleta de sangue dos pacientes, observam variáveis importantes para o atendimento ofertado. Em 2009, o roteiro de bioética, o qual investiga o grau de conhecimento do paciente sobre o serviço e sobre o exame ao qual será submetido, avaliando sua autonomia no encaminhamento ao Serviço, apontou que 70% dos pacientes atendidos receberam informações médicas acerca da indicação para o exame, mas, apesar disso, não sabiam explicar o porquê de estarem ali. E, quando questionados se sabiam o que era um Serviço de Aconselhamento Genético, 93% disseram que não tinham nenhum conhecimento a respeito. Esta falta de informação favorece o surgimento de estados emocionais que podem elevar a condição aversiva na qual pacientes e familiares se encontram. Em função de algumas especificidades do trabalho ofertado, o paciente e seus familiares não diferenciam o atendimento médico do atendimento psicológico. Sendo os problemas comportamentais correlacionados com problemas biológicos, os pacientes e outros envolvidos buscam métodos de intervenção com resultados imediatos (remédios e/ou cirurgias), aderindo pouco e/ou mais lentamente aos acompanhamentos e avaliações psicológicas. Além destas questões, a equipe enfrenta os desafios de se fazer compreender as limitações do exame (nem toda alteração genética é diagnosticada pelo cariótipo, o que pode alongar a busca do paciente por outros exames e procedimentos), e de minimizar as expectativas excessivas quanto às possibilidades de tratamento. Questões relacionadas ao escasso investimento governamental para o serviço elevam as dificuldades encontradas. Contudo, apesar de todos os percalços aqui apresentados, a atuação desta equipe tem atingido seus objetivos e a adesão por parte dos pacientes e familiares tem aumentado, sinalizando que a busca por melhorias e capacitação da equipe de Psicologia está contribuindo para um melhor atendimento dos pacientes encaminhados.

Apoio Financeiro: SETI (Programa Universidade Sem Fronteiras) e PROEX-UEL.

Palavras-chave: Serviço de Aconselhamento Genético, Psicologia, Saúde.

Nível do Trabalho: Projeto de Extensão

Código da Área: Saúde

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO DE ACONSELHAMENTO GENÉTICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. *Alex Eduardo Gallo, Milka Selestino Primo*, Naiara Fernanda Costa, Renata Grossi e Tháisa Mara de Carvalho** (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR)

O presente trabalho visa expor informações relevantes sobre o Serviço de Aconselhamento Genético da Universidade estadual de Londrina (SAG-UEL) para contribuir com o desenvolvimento e aprimoramento desta importante área de atuação do Psicólogo, pouco conhecida e divulgada em nosso país. Este serviço foi introduzido na Universidade Estadual de Londrina na década de 80, em virtude da necessidade de diagnóstico das doenças de origem genética. Percebendo o impacto psicológico que o resultado do exame provocava no paciente e nos familiares, profissionais da psicologia passaram a integrar a equipe do SAG- UEL, a partir de 2005. Desta forma, buscou-se oferecer, além do diagnóstico, esclarecimentos, orientação, encaminhamentos, avaliações e apoio psicológico aos envolvidos. A dinâmica do serviço se dá em torno do exame de cariótipo, o qual visa a análise da estrutura e a contagem cromossômica de células em estado de metáfase. A solicitação do exame do cariótipo pode ser realizada por procura espontânea ou por encaminhamento médico de diferentes instituições e especialidades. A população atendida na maioria dos casos busca o serviço em situações de: avaliação pré-matrimonial; avaliação pós-matrimonial e avaliação após o nascimento. O SAG-UEL tem capacidade para atender até seis pacientes por semana, recebendo a população de Londrina e região. O primeiro contato do paciente com a Psicologia se dá no dia da coleta de sangue, onde são realizados a entrevista inicial e o roteiro de bioética, os quais auxiliam na elaboração da devolutiva do exame. Observa-se que a maior parte dos pacientes foi encaminhado por médicos (aproximadamente 70%), mas não possuem informações claras a respeito do exame ou sobre os motivos do encaminhamento do mesmo. Em 2009, o SAG-UEL recebeu aproximadamente 94 casos, sendo que em 51 deles o resultado do exame foi normal e em 26 deles houve alteração. Dos encaminhamentos, 46%, foram realizados pelo Sistema Único de Saúde. Os principais fatores que motivaram o pedido de exame foram faces sindrômicas (7%); suspeita de síndrome de Down e baixa estatura (ambas com 6%); suspeita de síndrome genética, cardiopatia. Na maioria dos casos não houve suspeita de diagnóstico informada (55%), sendo que as suspeitas mais levantadas foram as de síndrome de Down (14%), síndrome genética (11%) e síndrome de Turner (7%). Dos casos encaminhados, 25% informaram que existem casos de alteração genética na família, com graus de parentesco que variaram entre pais, irmãos, filhos, tios e primos. Tais dados podem auxiliar a equipe a traçar um perfil epidemiológico; criar estratégias de divulgação e conscientização do serviço; aprimorar a execução das etapas já realizadas e implantar novas de acordo com as necessidades observadas, além de auxiliar numa análise funcional dos fatores que assolam os portadores ou suspeitos de doenças genéticas, levando ao desenvolvimento de tecnologias para o aperfeiçoamento dos atendimentos realizados.

Apoio Financeiro: O trabalho foi realizado com apoio financeiro da Secretaria de estado de tecnologia e ensino (SETI) e da PROEX - UEL.

Palavras-chave: Serviço de Aconselhamento genético, Psicologia, Saúde Pública.

Nível do Trabalho: Projeto de Extensão

Código da Área: Saúde.

FALANDO DE MORTE COM O PROFISSIONAL DA SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA. *Blenda Lúcia Silva**, *Joeuder de Lima Silva**, *Josiane Rosa Amaral**, *Juliana Borges de Oliveira**, *Sávia Vieira Santos** e *Tatielle Galvão Amorim** (Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM, Patos de Minas, MG).

Este trabalho é o relato de experiência referente a um estágio na área de Psicologia da Saúde. Devido ao fato de na contemporaneidade a morte ter se transferido dos espaços privados para os públicos, houve uma intensificação do contato dos profissionais da saúde com os momentos finais da existência do indivíduo e conseqüentemente com a morte. Na realidade desses profissionais observa-se que o mais difícil não é tanto lidar com a morte, mas acompanhar o paciente vivo que está morrendo. Nesse sentido a missão da equipe de saúde não se restringe somente em evitar a morte, mas melhorar a qualidade de vida do paciente terminal. É importante lembrar que um dos instrumentos que o profissional da saúde utiliza é ele mesmo. Devido a isso é essencial examinar nossa posição diante da morte e do morrer antes de auxiliar o paciente. Procuramos realizar com os futuros profissionais da saúde uma experiência de aprendizagem significativa que integrasse os aspectos cognitivos e afetivos favorecendo a sensibilização e a escuta dos processos internos perante a morte. Considerando os objetivos e metas desse projeto, trabalhamos sobre o contexto da morte com graduandos do sétimo período de farmácia, nos dias 03 e 10 de março de 2010, sendo que cada encontro teve duração média de uma hora e meia. Durante esses dois encontros, duas dinâmicas de sensibilização foram utilizadas: na primeira cada participante deveria ressaltar por escrito qual a maior, mais próxima e mais impactante vivência que teve em relação à morte. Por sua vez, durante a segunda foi solicitado que redigissem seu atestado de óbito e seu epitáfio. Com o auxílio de recursos audiovisuais foram trabalhados conteúdos teóricos relevantes no cotidiano de uma equipe de saúde: os significados da morte (morte domada, morte interdita e morte espetacularizada); o conceito de morte humanizada e cuidados paliativos; eutanásia e distanásia e os estágios do morrer (negação, raiva, barganha, depressão e aceitação). O sentimento de impotência e a solidão foram apontados pelos participantes como fatores altamente relevantes no cenário do atendimento aos pacientes terminais. Houve significativa troca de experiências que favoreceu a reflexão e busca de sentido pessoal para o evento morte. Os participantes perceberam que suas dificuldades no trato com os pacientes terminais estão relacionadas com suas questões pessoais frente ao tema evidenciando dessa forma a necessidade de se proporcionar aos mesmos suporte emocional e espaço para reflexão de suas experiências cotidianas construindo, dessa forma, um novo olhar sobre a morte e o morrer. Ao avaliarem os encontros os alunos mencionaram estar mais preparados para lidar com essa situação no ambiente profissional e manifestaram o desejo de aprofundamento na abordagem do tema. A partir dos resultados alcançados pretende-se ampliar esse trabalho com os demais cursos da área da saúde oferecidos pela respectiva universidade.

Palavras Chaves: Morte humanizada, pacientes terminais, profissionais de saúde.

IC - Iniciação Científica (trabalho de graduação).

SAÚDE - Psicologia da Saúde

SINTOMAS DEPRESSIVOS E DOENÇAS AUTO-RELATADAS EM IDOSOS DA COMUNIDADE DE PATOS DE MINAS - MG. *Cecília Ribeiro Campo**, *Joana D'Arc de Magalhães Almeida**, *Josiane Rosa Amaral**, *Mari Lúcia Costa de Lima** e *Nívia dos Santos Teixeira Lima** (Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM, Patos de Minas, MG).

Como o país vem passando por uma rápida transição demográfica, caracterizada pelo aumento progressivo da população de idosos, e estes estão mais suscetíveis a doenças crônicas, é necessária uma mudança no estilo e qualidade de vida dos mesmos, visando o bem-estar dessa geração. Com este propósito buscamos investigar entre idosos da comunidade, através de auto-relatos, a presença de sintomas depressivos e de doenças crônicas. Participaram 60 idosos, com idade média de 71,05 anos (DP = 7,87), a maioria feminina (70%), residentes na comunidade de Patos de Minas – MG. Utilizaram-se os instrumentos: a) Fichas de informações sócio-demográficas e estilo de vida; b) Questionário de doenças e de sinais e sintomas auto-relatados; c) Escala de Depressão do Centro de Estudos Epidemiológicos (CES-D). Verificou-se que 35% dos idosos definem a saúde como sendo boa, sendo que 60% julgam a mesma como sendo igual à maioria dos outros gerontes. Quanto ao estilo de vida/comportamento de saúde, a maioria não fuma (95%), não fazem atividades físicas regularmente (28,3%), e não participam de centros de convivência (73,3%). Pertinente ao suporte social, a maioria percebe ter suporte social (m=3,43), tendo em vista que se sentem próximos de seus familiares (m=6,02) do quais mantêm contato diariamente (60%). Quanto ao bem-estar subjetivo, avaliando entre pior e melhor vida possível, a maior parte do grupo, deram nota oito a sua vida (m=7,87). Concernente as doenças auto-relatadas e diagnosticadas por médicos, as três mais ressaltadas foram, hipertensão (41,7%), reumatismo (31,7%) e depressão (26,7%). A respeito da depressão, 60% relatam serem depressivos, sendo a maioria do sexo feminino (83,3%) e casados(as) (47,2%). Considerando o suporte social desse grupo, 50% afirmam terem suporte social e 30,6% nunca praticam atividades físicas. Por sua vez, 40% não se consideram depressivos, sendo 50% do sexo feminino, e estado civil casados(as) (83,3%). Sobre o suporte social, 70,8% descrevem terem suporte social e 25% praticam com frequência atividades físicas. Por fim, através da Escala de Depressão verifica-se que a maioria dos idosos que se consideram depressivos os sintomas depressivos apareceram na maioria dos dias na última semana (m = 4,22). Em contrapartida, os idosos não depressivos, descreveram que esses sintomas apareceram poucas vezes durante a semana anterior (m = 1,54). Portanto, percebe-se entre os idosos da comunidade, o aparecimento de doenças crônico - degenerativas, com a maior escala de hipertensão arterial e depressão. Devido à saúde estar diretamente ligada ao estilo e qualidade de vida, verificou-se que esses idosos estão precisando se adequar a estilos de vida mais benéficos. Por essa razão, é essencial que todas as áreas da saúde, visem a prevenção e tratamento das doenças e depressões que são mais suscetíveis à terceira geração, onde existem tão frequentemente eventos de vida estressantes, redução global das perspectivas sociais, declínio da saúde e perdas acumulativas. Sendo necessário haver uma política educativa, esclarecendo a relevância que têm a prática de exercícios físicos e a participação em centros de convivências, já que essas atividades são capazes de promover um envelhecimento ativo. Palavras-chaves: Qualidade de vida, doenças crônico-degenerativas, e depressão na terceira idade. IC - Iniciação Científica (trabalho de graduação).

SAÚDE - Psicologia da Saúde

VALORIZAÇÃO DO SUJEITO EM UM TRABALHO PREVENTIVO AO USO DE DROGAS ENTRE ADOLESCENTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.

*Blenda Lúcia Silva**, *Elen Cristina Marques**, *Evaldo Nunes*, *Ivone Maria Nunes Peres**, *Olinda Maria Ribeiro Soares** e *Stella Braga dos Santos** (Centro Universitário De Patos De Minas- UNIPAM, Patos De Minas – MG)

As questões ligadas às drogas, como o tráfico, o prejuízo individual e coletivo do consumo, está no nosso cotidiano. A relação do homem com as substâncias psicoativas é antiga, envolvendo magia, religião, medicina, ciência e cultura. As drogas são definidas de diversas maneiras, muitas vezes semelhantes ou até iguais. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, drogas são substâncias que quando ingeridas, inaladas, injetadas ou fumadas, alteram o funcionamento do nosso cérebro, modificando nossa atenção, nossos reflexos e nosso comportamento. As drogas podem ser classificadas em três classes, sendo estas: depressoras conhecidas também como sedativas, que diminuem a atividade do sistema nervoso; estimulantes, que aumentam a atividade do sistema nervoso, causando um estado de euforia e aumento da disposição; e perturbadoras conhecidas também como alucinógenas, estas são capazes de alterar a percepção e a orientação no tempo e no espaço. Um trabalho preventivo deve ser mais a favor da vida, da saúde, do prazer saudável, do divertimento, do futuro, do lazer do que contra as drogas. Este trabalho trata-se de um relato de experiência de uma atividade preventiva ao uso de drogas desenvolvido pelo 7º período do curso de Psicologia com supervisão de um professor psicólogo. A atividade educativa foi desenvolvida na Escola Agrícola de Patos de Minas- MG, e foi dirigida a alunos do 1º ano do ensino médio. Na realização da atividade educativa utilizamos o método participativo, sendo que este facilita a integração e comunicação entre educador e educando, permitindo a participação de todos e a livre comunicação e o questionamento do assunto em discussão, de maneira a fixarem melhor o seu aprendizado. Passamos as informações de acordo com a demanda trazida pelos alunos. Utilizamos a técnica de dinâmica de grupo para aquecer o grupo, utilizamos música, um pote com questões relativas às drogas e como fechamento dos encontros passamos uma mensagem, a qual mostra para o adolescente que o responsável pelas suas escolhas e seu futuro é ele mesmo. Tivemos como objetivo fazer com que o jovem pense e reflita sobre sua vida, suas escolhas e seu futuro. Romper com a visão da mera proibição para preparar os adolescentes para suas futuras escolhas. Pôde-se perceber que o trabalho preventivo foi visto positivamente pelos adolescentes, os mesmos relatam não terem oportunidade e espaço de falar sobre drogas com familiares ou com professores, portanto o trabalho proporcionou um espaço para refletir quais as consequências que as drogas podem causar, e também que são responsáveis pelas próprias escolhas. Diante de tudo que foi exposto, percebe-se que se deve oferecer oportunidades para que os adolescentes falem sobre drogas de uma maneira não coercitiva, mas sim reflexiva. O presente trabalho veio contribuir para a reflexão dos mesmos, não atribuindo proibição e amedrontamento.

PALAVRAS-CHAVE: Prevenção ao uso de drogas; Drogas; Adolescentes
IC - Iniciação Científica (trabalho de graduação).

SAÚDE : Psicologia da Saúde

CARACTERIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DO RESPIRADOR BUCAL ATENDIDAS PELO SERVIÇO DE PSICOLOGIA EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO. *Ízabel Cristina da Silva Brasiliense**, *Marília Fontes de Castelo Branco*** e *Eleonora Arnaud Pereira Ferreira (Universidade Federal do Pará, Belém, PA).*

Indivíduos com Síndrome do Respirador Bucal se caracterizam por respirar somente pela boca durante algum momento do dia. Esta síndrome pode provocar alterações físicas e comportamentais, como: dificuldades de aprendizagem, dificuldades de relacionamento interpessoal, alterações do sono e comportamentos hiperativos /desatentos. Essa síndrome ocorre principalmente devido à hipertrofia de adenóides, amígdalas ou de ambas. Para estes casos são realizadas cirurgias de adenoidectomia, amigdalectomia ou adenoamigdalectomia. Estudos demonstram que, após a realização da cirurgia, alguns comportamentos sintomáticos são amenizados ou desaparecem, melhorando a qualidade de vida. O objetivo deste estudo foi caracterizar crianças com Síndrome do Respirador Bucal com indicação para uma das cirurgias mencionadas, atendidas pelo serviço de Psicologia de um Hospital Universitário, no período de agosto/2009 a junho/2010. Fez-se análise de prontuários, obtendo-se informações sobre sexo; idade; escolaridade; dificuldades de aprendizagem; correspondência série-idade; local de moradia; constituição familiar; informações sobre a cirurgia (se foi realizada, se houve adiamento, se foi necessário refazer os exames, quanto tempo decorreu da marcação à sua realização); atendimentos realizados pelo serviço de psicologia; e atendimentos realizados pela equipe multiprofissional. Foram atendidas 42 crianças e seus acompanhantes. Os resultados apontaram que a maioria dos participantes era do sexo masculino (n=23), com média de 7 anos de idade (mínimo= 2; máximo= 14). Quanto à escolaridade, a maioria estava no Ensino Fundamental (n=20), apresentava correspondência série-idade (n=18) e não tinha dificuldade de aprendizagem segundo relato dos acompanhantes (n=23). A maioria dos participantes morava na capital (n=30) e tinha constituição familiar de origem (n=19). No que se refere à cirurgia: a maioria dos participantes não a realizou no período do estudo (n=23); houve adiamento desta para 12 participantes e 5 tiveram que refazer os exames pré-operatórios; a média de tempo entre a indicação da cirurgia até a sua realização foi de 83 dias (mínimo= 1; máximo= 363). Quanto aos atendimentos pelo serviço de psicologia: houve uma média de dois atendimentos para cada paciente (mínimo= 1; máximo= 13) no período pré-cirúrgico. Quanto aos atendimentos por outros serviços: todos os participantes foram atendidos pelo serviço de Otorrinolaringologia; 31 pela Anestesiologia; 29 pela Cardiologia; 28 pelo Serviço Social; 15 pela Enfermagem e 11 pela Pediatria. Os resultados demonstram que o processo cirúrgico não tem atendido a demanda dos pacientes, já que mais da metade destes ainda não realizou a cirurgia, impossibilitando a avaliação dos efeitos da cirurgia sobre alterações físicas e comportamentais. Discute-se ainda a falta de informações acerca dos pacientes e seus atendimentos conforme registro nos prontuários, o que pode dificultar a integração da equipe multidisciplinar no hospital.

Bolsa de extensão (Pibex/UFPa) para a primeira autora.

Bolsa de mestrado (Fapespa) para a segunda autora.

Palavras chave: Psicologia da Saúde; Síndrome do Respirador Bucal; intervenção cirúrgica.

IC

SAÚDE

A INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR NA RELAÇÃO EQUIPE DE SAÚDE - PACIENTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA. *Juliana Borges de Oliveira**, *Renata Marques Braga** e *Yara Pizarro Rodrigues Pinto* (Centro Universitário de Patos de Minas, MG).

O processo de hospitalização fragiliza em diversos aspectos o paciente e seus familiares, sendo o cuidado dispensado pela equipe de saúde, fator determinante para o processo de enfrentamento de tal vivência. Contudo, a condução do cuidado pela equipe de saúde nem sempre contempla todas as variáveis necessárias para otimizar o enfrentamento, principalmente no que diz respeito à comunicação efetiva com o paciente, no sentido de assegurar que seus problemas e preocupações são entendidos pelos seus cuidadores e que as informações pertinentes ao diagnóstico, tratamento, prognóstico e recomendações sejam entendidos, lembrados e efetivados pelos pacientes. Esta pesquisa tem por objetivo investigar qual a importância que membros da equipe de saúde atribuem à comunicação como parte do processo de condução dos cuidados. Esse trabalho surgiu a partir da experiência profissional vivenciada no Estágio de Psicologia Hospitalar, em um Hospital Geral. Para tanto, além da vivência terapêutica proporcionada pelo o estágio, utilizou-se a seguinte metodologia: 1- pesquisa bibliográfica acerca da temática; 2- coleta de dados referente à caracterização física e dinâmica do Hospital Geral; 3- entrevista com seis profissionais da equipe de saúde do Hospital, sendo dois médicos, dois enfermeiros e dois técnicos de enfermagem. Os dados foram obtidos através de uma entrevista, contendo uma pergunta disparadora (O que você pensa sobre a importância de manter o paciente informado sobre as suas condições e a condução do seu tratamento?); 4- sistematização e análise dos dados; 5- buscou-se confrontar as respostas da equipe de saúde com as observações realizadas ao longo do estágio; 6- conclusão. Entre os sujeitos entrevistados: 50% relataram ser de extrema importância manter os pacientes informados; 33,3% referiram informar somente quando necessário e/ou quando questionado pelo paciente; 16,6% relatam não comunicar todos os dados ao paciente, para poupá-los de agitações. Concernente a tais dados, observa-se que a metade dos profissionais de saúde considera relevante que o paciente e seus familiares sejam informados a respeito de sua patologia. No entanto, a outra metade destes profissionais prefere comunicar apenas parcialmente o paciente quanto a seu verdadeiro estado de saúde, sendo tais atitudes pautadas por valores pessoais. Desta forma, conclui-se que os profissionais de saúde não apresentam valores e condutas padronizadas em relação à comunicação ao paciente sobre seu adoecer. Nas intervenções psicológicas realizadas no Hospital, notou-se que grande parte dos pacientes possui informações restritas quanto ao seu processo de adoecer, demonstrando que a comunicação estabelecida não é clara. Tal fator pode ser um agravante, dificultando o enfrentamento, a participação ativa do paciente frente seu tratamento, dificuldade de adesão e continuidade do cuidado, intensificação de sintomas depressivos e ansiosos e dificuldade na elaboração psicológica do momento vivenciado. Portanto enfatiza-se nesse trabalho a importância da comunicação efetiva entre profissionais e pacientes, visto que esta comunicação pode proporcionar melhoras significativas ao tratamento do paciente. Ressalta-se neste também, a necessidade de capacitar a equipe de saúde quanto à importância de uma comunicação efetiva, visto seus benefícios e prejuízos quando não realizada de forma eficaz.

Palavras chave: Comunicação, equipe de saúde, Paciente.

IC (trabalho de graduação)

Psicologia da Saúde.

A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO NA ONCOLOGIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA. *Juliana Borges de Oliveira**, *Renata Marques Braga** e *Yara Pizarro Rodrigues Pinto (Centro Universitário de Patos de Minas, MG).*

Tendo em vista o crescente surgimento de casos de câncer na contemporaneidade, a gravidade da doença e o sofrimento psíquico das pessoas envolvidas neste processo de adoecer, nota-se a importância do trabalho do profissional da Psicologia para proporcionar aos pacientes e seus familiares melhor enfrentamento e qualidade de vida diante das diversas fases do adoecer, seus fatores emocionais, a hospitalização, o tratamento e por vezes, a proximidade com a morte. Diante de tais fatores, esse trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância do acompanhamento psicológico a pacientes oncológicos. O presente trabalho surgiu a partir da experiência profissional vivenciada no Estágio Supervisionado Profissionalizante em Psicologia Hospitalar do curso de Psicologia do UNIPAM, realizado no Hospital Nossa Senhora de Fátima, na cidade de Patos de Minas- MG, com duração de um semestre. Além dos dados coletados na vivência terapêutica possibilitada pelos atendimentos realizados no leito dos pacientes, nas enfermarias, CTI e no ambulatório de oncologia, utilizou-se a seguinte metodologia: 1- inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca da temática; 2- realizou-se uma coleta de dados referente à caracterização física e dinâmica do Hospital; 3- escolheu-se um caso clínico entre os atendidos ao longo do estágio, enfatizando a necessidade do acompanhamento psicológico; 4- foi realizada uma sistematização e análise dos dados identificando a demanda psicológica; 5- o caso clínico foi relacionado ao material bibliográfico pesquisado; 6- na conclusão do trabalho, buscou-se conscientizar os profissionais sobre a importância do acompanhamento psicológico na oncologia. Foi estudado o caso de J.E, sexo masculino, 49 anos, casado, três filhos, portador de câncer no intestino (tumor retirado cirurgicamente) e atualmente em quimioterapia. O diagnóstico de câncer provocou a vivência emocional de uma ruptura, um marco na vida do paciente, tendo como consequência uma revisão no passado e posterior mudança de perspectivas, hábitos, comportamentos e objetivos de vida. J.E extinguiu hábitos avaliados por ele como negativos, assumindo novos comportamentos, aproximou-se mais de seus familiares e tornou-se mais religioso. No entanto o impacto da doença também provocou a intensificação de um quadro ansioso pré-existente. Atualmente, J.E apresenta ansiedade generalizada, distorce orientações médicas, sendo muito rígido aos cuidados necessários à manutenção do tratamento, por vezes, deixa de realizar atividades antes rotineiras por medo de prejudicar o tratamento, acarretando perdas funcionais, sofrimento, isolamento e sensação de incapacidade. Tais fatores fizeram com que o paciente focalizasse os aspectos dolorosos do adoecer, chegando a referir que somente voltará a viver após o tratamento quimioterápico quando se considerará completamente curado. O caso clínico estudado deixa evidente as dificuldades do paciente no enfrentamento da doença, sendo verificado ao longo do acompanhamento psicológico ao paciente a beneficência do trabalho realizado, observando-se melhora nos aspectos emocionais e conseqüentemente físicos do mesmo. Através da presente pesquisa pudemos comprovar quão necessário é o trabalho do psicólogo na oncologia. Portanto, é defendida por nós a inserção do profissional da Psicologia no contexto da oncologia, como também a busca por novos relatos e pesquisas coniventes a este assunto.

Palavras chaves: Hospital – Psicologia – Oncologia.

IC (Trabalho de graduação)

SAUDE: Psicologia da Saúde.

O IMPACTO EMOCIONAL DA HOSPITALIZAÇÃO EM FAMILIARES DE PACIENTES INTERNADOS. *Blenda Lúcia Silva**, *Joeuder de Lima Silva**, *Josiane Rosa Amaral**, *Juliana Borges de Oliveira**, *Sávia Vieira Santos**, *Tatielle Amorim Galvão** e *Yara Pizarro Rodrigues Pinto (Centro Universitário de Patos de Minas - Patos de Minas, MG).*

Não há dúvidas que o adoecimento e a hospitalização sejam grandes geradores de sofrimento para o paciente. Contudo, este sofrimento não se restringe somente a estes, o impacto da hospitalização atinge também a família. Vivenciar a hospitalização de um ente querido, enfrentar as possíveis complicações decorrentes do adoecer e presenciar o sofrimento destes gera um significativo sofrimento aos familiares, sendo importante ressaltar o papel da família como fonte de apoio e suporte. Diante deste fato, o presente trabalho tem como objetivo verificar qual o impacto emocional provocado pela hospitalização para os familiares de pacientes internados em um Hospital Geral, e por vezes, sob risco de morte, assim como verificar a relevância do acompanhamento psicológico à estes familiares. Este trabalho surgiu a partir de uma pesquisa realizada no Hospital Nossa Senhora de Fátima na cidade de Patos de Minas – MG, sendo utilizada a seguinte metodologia: 1- inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca da temática; 2- realizou-se uma coleta de dados referente à caracterização física e dinâmica do Hospital Geral; 3- entrevistaram-se seis familiares de pacientes sob risco de morte. Os sujeitos entrevistados são do sexo feminino, de idade entre 20 e 49 anos, tendo como grau de parentesco: duas filhas, uma esposa, duas netas e uma irmã; a coleta dos depoimentos foi gravada utilizando-se como instrumento a entrevista psicológica, com uma pergunta disparadora (Como você se sente ao ter um parente hospitalizado?); 4- foi realizada uma sistematização e análise dos dados identificando quais os sentimentos prevalentes entre os entrevistados; 5- na conclusão do trabalho buscou-se enfatizar os sentimentos oriundos da hospitalização de um ente querido, conscientizando os profissionais sobre a importância do acompanhamento psicológico a familiares de pacientes internados. Pertinente à pesquisa, obtivemos como resultado o relato de inúmeros sentimentos referidos pelos familiares diante da hospitalização de um ente querido: 83,3% relataram sofrimento; 33,3% sensação de segurança; 66,6% impotência; 50% relataram aceitação, 50% sentimento de dó/pena; 50 % sensação de perda. Observou-se, desta forma, que os familiares dos pacientes internados, sob risco de morte, sofrem um relativo impacto emocional perante a hospitalização de seus entes queridos. Diante da seguinte pesquisa, conclui-se que é de suma importância o acompanhamento psicológico aos familiares de pacientes internados em Hospitais Gerais, principalmente daqueles que possuem entes queridos sob risco de morte. O Psicólogo pode proporcionar apoio significativo e enfrentamento mais ajustado diante do processo de adoecer não só para os pacientes, mas também para seus familiares, como pudemos observar neste estudo. Cabe ressaltar que o trabalho do profissional de psicologia também se estende à equipe de saúde, oferecendo ferramentas capazes de otimizar as capacidades relacionais destes para com os pacientes e seus familiares. Além, se observa a necessidade de novas pesquisas acerca do assunto, podendo proporcionar à profissionais da saúde, principalmente da Psicologia, um novo olhar sobre a importância do apoio psicológico à familiares de pacientes hospitalizados.

PALAVRAS CHAVES: Familiares, Psicologia, Enfrentamento.
IC (trabalho de graduação).

SAÚDE- Psicologia da Saúde.

ELABORAÇÃO DO ISB: INVENTÁRIO DA SÍNDROME DE BURNOUT. *Ana Maria T. Benevides-Pereira (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estresse e Burnout – GEPEB, Universidade Estadual de Maringá e Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Maringá - PR)*

A síndrome de burnout é tida como uma resposta ao estresse ocupacional quando este se torna crônico, acarretando transtornos pessoais intensos que interferem na vida pessoal do trabalhador, no ambiente ocupacional em que este está inserido, assim como com ramificações no meio familiar e social em que convive. No Brasil, esta síndrome está relacionada entre as doenças do trabalho elencadas pela Previdência Social no Decreto 3048/99. No entanto, não possuímos nenhum instrumento de avaliação psicológica especificamente para o burnout, que tenha sido autorizado pelo Satepsi, órgão do Conselho Federal de Psicologia responsável pela análise e recomendação de instrumentos para uso em território nacional. Com o objetivo de se obter uma escala que pudesse avaliar a síndrome de burnout em nosso meio, foi desenvolvido o *ISB – Inventário da Síndrome de Burnout*. Para tanto foram elaborados 47 itens que pudessem aquilatar possíveis desencadeantes da síndrome como uma primeira parte do instrumento e para uma segunda, outros 48 para avaliação do burnout, considerando os aspectos disponíveis na literatura sobre este constructo. Os itens foram formulados de modo a contemplar qualquer tipo de atividade profissional. Foram convidados 15 psicólogos com conhecimento concomitante em elaboração de instrumentos de avaliação psicológica e na síndrome propriamente dita, para que pudessem ponderar a clareza e pertinência de cada item proposto, sendo que 8 destes aceitaram colaborar com o estudo. Após analisar cada contribuição e realizar as modificações sugeridas, alguns itens tiveram sua redação alterada e um foi eliminado. Posteriormente aplicou-se o questionário resultante em 604 trabalhadores de diversas categorias profissionais (enfermeiros, professores, funcionários de empresas...) que tendo os esclarecimentos necessários, consentiram participar do estudo. O tratamento estatístico reduziu de 94 para 35 o número de itens. Nas análises fatoriais e de fiabilidade, a Parte I denotou possuir 2 fatores contendo 8 itens cada um: *COP – Condições Organizacionais Positivas*, com saturações de 0,793 a 0,576 e alfa de Crombach de 0,842 e *CON - Condições Organizacionais Negativas* com saturações de 0,672 a 0,346 e alfa de 0,780, apresentando 43,293% do total de variância explicada. Na Parte II, ao invés de 3 fatores como o observado em outros instrumentos, este inventário revelou possuir 4, onde *despersonalização*, que muito frequentemente apresenta índices baixos de fiabilidade em estudos de língua não inglesa, se subdividiu em dois que foram denominados de *distanciamento emocional (DEm)* contendo 5 itens com saturações variando de 0,825 a 0,384 ($\alpha=0,793$) e *desumanização (DEs)*, com 4 e 0,864 a 0,477 de saturações ($\alpha=0,738$). Para *exaustão emocional (EE)* e *realização pessoal no trabalho (RP)*, os dois com 5 itens cada, os índices foram respectivamente de 0,850 a 0,654 ($\alpha=0,864$) e de 0,849 a 0,724 ($\alpha=0,902$). Nesta segunda parte a variancia total explicada foi de 62,644%. Estes resultados evidenciam que este inventário possui boa qualidade psicométrica e está indicado para avaliar a síndrome de burnout em diferentes categorias profissionais. Como próximo passo pretende-se expandir o estudo para que haja um número mais representativo com vistas a uma padronização.

Este estudo não constou com auxílio financeiro.

Palavras chave: avaliação psicológica, síndrome de burnout, ISB.

Nível do trabalho: pesquisador – P

Código de área: SAUDE

CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE COM UTILIZAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIZADO: ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA. *Silvia Aparecida Fornazari; Márcio Francisco Dias*; Maria Beatriz Carvalho Devides*; Marina Rodrigues Salviati* e Raquel Akemi Hamada* (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento; Universidade Estadual de Londrina; Londrina – PR).*

Este trabalho é resultado de um projeto de extensão e tem como população de estudo pessoas com deficiência múltipla: cegueira associada a déficit intelectual. De forma geral, a deficiência múltipla é entendida como a associação de duas ou mais deficiências. Assim como acontece com pessoas com deficiência mental severa, aquelas com déficits sensoriais, ou ainda, com deficiências múltiplas geralmente emitem uma frequência elevada de comportamentos inadequados. O objetivo é capacitar profissionais da área da saúde para atuar de forma a reduzir comportamentos inadequados e aumentar comportamentos adequados de seus pacientes utilizando-se de princípios da análise do comportamento aplicada, principalmente do conceito de análise funcional e do procedimento de reforçamento diferencial de comportamentos alternativos (DRA). Os participantes são profissionais da área da saúde: fisioterapeutas, fonoaudiólogos, pedagogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais, que trabalham em um instituto especializado na cidade de Londrina, PR. A análise funcional é um recurso que auxilia no manejo de comportamentos, permitindo compreender as contingências que os mantêm, e o DRA é um procedimento que possibilita o ensino de comportamentos alternativos que serão reforçados, enquanto comportamentos inadequados são colocados em extinção. O ensino de novas habilidades é relevante para a população em questão, que muitas vezes, apresenta repertório comportamental limitado. O delineamento foi dividido em dois momentos: 1. Capacitação dos profissionais nos conceitos e procedimentos da análise do comportamento aplicada, através do instrumento informatizado. e; 2. Sessões de vídeo-*feedback*, realizadas com o objetivo de garantir o entendimento e utilização prática do conteúdo transmitido pelo software. O software “Ensino a Professores” foi desenvolvido para o doutorado da primeira autora, e seu conteúdo refere-se aos conhecimentos para a compreensão dos princípios básicos da análise do comportamento, incluindo análise funcional e DRA. É constituído de três etapas: a primeira faz menção aos princípios da análise do comportamento, a segunda direciona à identificação da função do comportamento e a terceira refere-se ao procedimento de DRA. Foram feitas filmagens dos atendimentos dos profissionais, antes, durante e depois da aplicação do software, e entre as sessões de vídeo-*feedback*. Nessas sessões, a partir das filmagens, foram discutidos os conteúdos aprendidos através do software e sua utilização durante os atendimentos. As sessões de vídeo-*feedback* foram gravadas em áudio, transcritas e analisadas. Os resultados obtidos por essa pesquisa indicam que os profissionais que participaram dessa capacitação obtiveram desempenho no software com média geral de acertos superior a 80% em todas as etapas; obtendo na Etapa 3, uma média geral superior a 90%. Além do bom desempenho no software, observou-se também diferenças no comportamento dos profissionais durante o atendimento clínico após as orientações. Relatos de auto-observação feitos durante essa etapa da capacitação indicaram que os profissionais tinham dúvidas após a realização do software, mas ao final do processo conseguiram analisar melhor os comportamentos de seus pacientes e também agir de forma coerente com os procedimentos ensinados, visando o manejo comportamental. Esses resultados indicam que o software foi um instrumento válido como recurso auxiliar de capacitação profissional, complementado pelas sessões de vídeo-*feedback*.

Apoio financeiro: Pró-reitoria de Extensão da UEL (ProEx - UEL)

Palavras-chave: análise funcional do comportamento; deficiência múltipla; DRA

Outros (Projeto de Extensão)

SAÚDE

A TRANSIÇÃO PARA A APOSENTADORIA NA UnB: ANÁLISE DE NECESSIDADES PARA UM PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA O PÓS-CARREIRA. *Sheila Giardini Murta, Cristineide Leandro França, Inara Linn Maracci, Isolda de Araújo Gunther, Karinne Leissa Torres Bezerra, Marcelo Antonio Correia Peixoto, Marina de Souza Pedralho, Samia Abreu Oliveira, Rochelly Karen Moreira e Gilca Starling (Universidade de Brasília, Brasília, DF).*

No Serviço Público Federal, Programas de Preparação para Aposentadoria (PPA) são recomendados para se prevenir adoecimento e promover qualidade de vida no pós-carreira, estando em acordo com as diretrizes da recém lançada Norma Operacional de Saúde do Servidor. Este trabalho aborda a avaliação de necessidades para a implantação de um PPA na Universidade de Brasília-UnB. Isto se justifica ao se considerar que 40% de seus servidores deverão estar aposentados até 2012. O objetivo deste trabalho foi identificar as características do processo de transição para aposentadoria, os estressores vivenciados, as estratégias de enfrentamento adotadas após a aposentadoria por servidores da Universidade de Brasília, a fim de se extrair subsídios para o planejamento do programa. Foram feitas entrevistas individuais e um grupo focal com servidores já aposentados, utilizando um roteiro semi-estruturado contendo questões relacionadas ao processo de aposentadoria, ganhos, estressores, enfrentamento e sugestões para o programa. As informações foram transcritas e submetidas à técnica qualitativa de Análise de Conteúdo do tipo Temática e Estrutural. Verificou-se que 75% dos aposentados tiveram uma experiência negativa com o processo de aposentadoria. Esses participantes indicaram “sentimentos de incapacidade para outras atividades” e “desejo de manutenção da rede social” como principais fatores anteriores à aposentadoria, e “falta de planejamento” e “dúvidas em relação ao processo” como fatores recorrentes durante o processo. Em relação ao período pós-aposentadoria, referiram-se a comportamentos como “manutenção de rotinas relacionadas ao trabalho”, “aumento das tarefas domésticas”, “desejo de voltar a trabalhar” e “manifestação de transtornos psicológicos”. Os outros 25%, que relataram sentimentos positivos, indicaram um engajamento anterior à aposentadoria na preparação, com “negociação de datas com superiores” e “planejamentos das atividades”. Quanto aos ganhos, foram identificados “possibilidade de ler o que gosta”, “possibilidade de viajar” e “estabilidade (relacionada à moradia)”. Quanto aos estressores, destacaram-se “aumento das tarefas domésticas”, “realizar tarefas para outros pelo benefício da idade”, “saída dos filhos de casa”, “viuvez”, “redução salarial”, “gastos maiores com medicamentos” e “ficar longe dos amigos do trabalho”. Foram identificadas estratégias de enfrentamento, como “comprar imóvel ou investir no imóvel atual”, “oferecer serviços particulares” e “participar de grupos e/ou atividades da comunidade”. Foram sugeridos “cursos de capacitação”, “orientação para uma nova carreira”, “prevenção ao alcoolismo” e “orientação jurídica”. Os resultados sugerem que ações de preparação para a aposentadoria favorecem a satisfação no pós-aposentadoria. São discutidas implicações dos resultados para o conteúdo do PPA na UnB, como autocuidados à saúde, educação financeira, redes sociais e orientação profissional.

Palavras-chave: programa de preparação para aposentadoria, envelhecimento, promoção de saúde.

P

Área: Psicologia da Saúde

ESTRESSE NO BANCO DE TESES DA CAPES: ANÁLISE DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA. Vera Socci, *Adriana Aparecida Ferreira de Souza*, Maria Iracema Nunes de Camargo* e Renata Furuiti Aversa* (Universidade de Mogi das Cruzes, Mogi das Cruzes, SP)

O estresse é definido como uma reação do organismo, com componentes físicos e/ou psicológicos, causada pelas alterações psicofisiológicas que ocorrem quando a pessoa se confronta com uma situação que, de um modo ou de outro, a irrite, amedronte, excite ou confunda, ou mesmo que a faça imensamente feliz. Vários fatores podem estar ligados ao estresse e podem se manifestar de diversas formas, tanto no ser humano como nos animais. Nos últimos anos, a produção científica sobre estresse tem se mostrado em constante crescimento. Nesse sentido, o presente estudo objetivou examinar a produção científica disponível relativa ao estresse, buscando apresentar o panorama da área de pesquisa em nível *stricto sensu* no Brasil, bem como identificar possíveis lacunas na produção, orientando o desenvolvimento científico. Especificamente os estudos foram analisados quanto à autoria, tipo de estudo (teórico ou pesquisa), curso, tipo de instituição, participantes, instrumentos e temática. Para a meta-análise foi realizada uma busca no Banco de Teses da CAPES, sendo utilizadas as entradas “estresse”, em português, e “stress”, em inglês. Devido à busca com o termo na língua inglesa e outra com o termo na língua portuguesa, foram eliminados os trabalhos repetidos, os que não apresentaram assunto pertinente ao tema da pesquisa, os que apresentaram falta de resumo e também os que apresentaram resumo insuficiente, totalizando 313 estudos. Os dados foram tabulados por meio de uma ficha de registro. Para as análises foi feita a leitura dos resumos a partir dos quais foram extraídas as categorias apresentadas nos resultados. Verificou-se que a produção científica concentra-se, em sua maioria, em trabalhos de mestrado (74,8%) do gênero feminino (77,3%), sendo esse resultado significativo estatisticamente ($\chi^2_o=93,42$, $\chi^2_c=3,84$, n.g.l.=1). O tipo de estudo predominante é o qualitativo, com 70,9% da amostra ($\chi^2_o=61,1$, $\chi^2_c=3,84$, n.g.l.=1), sendo a maior parte defendida através de instituições públicas (58,1%, $\chi^2_o=12,99$, $\chi^2_c=3,84$, n.g.l.=1). O curso de Psicologia apresenta-se com maior número de produções científicas realizadas (50,5%), seguido por Ciências Médicas e da Saúde (15,9%) e Enfermagem (5,4%). Os demais cursos tiveram produção inferior a 5%. Entre os instrumentos utilizados para coleta de dados, o teste psicológico foi predominante (36,2%), vindo em seguida de Entrevista (19,3%) e Questionário (17,1%). O resultado do qui-quadrado ($\chi^2_o=175,22$, $\chi^2_c=11,07$, n.g.l.=5) confirma o predomínio da utilização de testes psicológicos. Observou-se que a maior parte dos estudos teve por participantes pessoas portadoras de doenças diversas (23,9%), profissionais da saúde (14,4%), trabalhadores de diversos setores (8,6%), estudantes e professores (ambos com 5,5%). Realizado o teste de homogeneidade, observou-se predomínio de participantes portadores de doenças diversas ($\chi^2_o=113,06$, $\chi^2_c=14,07$, n.g.l.=7). Houve grande dispersão de temas relacionados ao estresse. Entre as temáticas mais frequentes estão o Estresse e Síndrome de *Burnout* (21,3%), seguida por doenças físicas associadas ao estresse (16%), estratégia de enfrentamento (coping), resiliência (11,3%) e qualidade de vida (7,5%). O teste do qui-quadrado teve por resultado $\chi^2_o=95,31$ ($\chi^2_c=12,59$, n.g.l.=6), portanto pode-se dizer que há predomínio do tema Estresse Ocupacional e *Burnout*. Conclui-se que se trata de uma área com bom desenvolvimento científico.

Palavras-chave: Estresse, Meta-Análise, Pós-graduação *Stricto Sensu*

IC

Saúde

TERAPIA COGNITIVA APLICADA À PROMOÇÃO DA SAÚDE: ALGUNS SUBSÍDIOS PARA DESENVOLVIMENTO DE COMPORTAMENTOS SAUDÁVEIS. *Lia Silvia Kunzler** (Universidade de Brasília, Brasília, DF), Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de Araujo (Universidade de Brasília, Brasília, DF) e Rogério Alves Lima (Universidade de Brasília, Brasília, DF)*

Inicialmente desenvolvida por Aaron Beck, a Terapia Cognitiva propõe técnicas de aplicação tanto individual como em grupo, sendo que estas últimas mostram-se vantajosas quando se estimam seus benefícios terapêuticos em comparação com os custos exigidos. De acordo com os fundamentos teóricos e técnicos da Terapia Cognitiva, três níveis de cognição devem ser considerados durante a intervenção – pensamento automático, crença intermediária e crença nuclear –, os quais se relacionam às emoções e aos resultados progressivamente alcançados. Em saúde, ainda hoje, discute-se a necessidade de disponibilizar estratégias que promovam comportamentos saudáveis e reduzam ou eliminem comportamentos de risco ou prejudiciais ao indivíduo e ao seu meio. Tendo em vista o interesse clínico-social da aplicação da Terapia Cognitiva na atenção primária em saúde, realizou-se um estudo sobre o uso de uma técnica específica, que admite a adoção de comportamentos saudáveis como uma tomada de decisão que envolve pensamentos e emoções compartilhados com o terapeuta e com um grupo. A investigação foi realizada com 18 servidores de uma instituição de ensino superior, divididos em dois grupos de oito e dez integrantes, entre 24 e 58 anos de idade, todos do sexo feminino. A pesquisa foi autorizada por um Comitê de Ética e todos os servidores, que aceitaram participar, assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram realizadas 12 sessões grupais, tendo sido empregado um exercício sistematizado para reestruturação cognitiva em nível de crença intermediária (cognição que corresponde a uma suposição, ou seja, um pensamento “Se -, então”). Este exercício propicia a identificação de comportamentos não saudáveis e saudáveis, bem como emoções, desvantagens e vantagens respectivamente relacionadas. As hipóteses construídas com a reestruturação cognitiva em nível de crença intermediária foram testadas através dos experimentos comportamentais preparados na sessão em grupo, executados na semana e avaliados na sessão seguinte. A partir da análise de conteúdo das respostas obtidas com o exercício sistematizado, extraíram-se sete categorias gerais de comportamentos saudáveis: a) melhorar relacionamento interpessoal ($n = 6$); b) estudar ($n = 4$); c) manter controle emocional ($n = 4$); d) fazer dieta ($n = 1$); e) viver o presente e parar de ruminar sobre o passado ($n = 1$); f) não procrastinar ($n = 1$); e g) organizar objetos pessoais ($n = 1$). Este trabalho aponta a importância da sistematização e prática da reestruturação cognitiva em nível de crença intermediária para promover saúde e incrementar a qualidade de vida no âmbito de uma intervenção orientada pela abordagem da Terapia Cognitiva. Porém, são necessários mais estudos para avaliação da eficácia dos modelos cognitivos das emoções na facilitação da manutenção de comportamentos saudáveis e redução de comportamentos não-saudáveis.

Palavras-chave: terapia cognitiva, crença intermediária, comportamento.

Mestrado – M

SAÚDE – Psicologia da Saúde

PENSAMENTOS E EMOÇÕES: APORTES DA TERAPIA COGNITIVA PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA. *Lia Silvia Kunzler***
(Universidade de Brasília, Brasília, DF), *Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de Araujo* (Universidade de Brasília, Brasília, DF) e *Rogério Alves Lima* (Universidade de Brasília, Brasília, DF)

Atualmente, a Terapia Cognitiva corresponde a uma abordagem teórico-metodológica que envolve múltiplas técnicas terapêuticas. Sendo assim, elaborou-se uma intervenção específica denominada “Tomada de Decisão e Qualidade de Vida”, baseada nos níveis de cognição identificados pela Terapia Cognitiva, os quais se relacionam às emoções e aos comportamentos. A proposta é composta por 12 sessões de atendimento em grupo, organizadas de acordo com os seguintes tópicos gerais: apresentação dos três níveis de cognição (pensamento automático, crença intermediária e crença nuclear); identificação das dificuldades e determinação dos objetivos terapêuticos; tomada de decisão; comportamento não-saudável: suposições, emoções e desvantagens (em duas sessões: comportamento atual e a relação com um comportamento originado no passado); comportamento saudável: suposições, emoções e vantagens; preparação para experimento comportamental; registro diário de comportamentos saudáveis; monitoramento semanal das atividades planejadas de acordo com os objetivos pessoais; reestruturação cognitiva através do pensamento de ponderação; utilização dos cartões de enfrentamento; e a avaliação dos resultados da intervenção grupal com base no *feedback* dos demais participantes. Mais especificamente, as sessões 2 e 3 são destinadas a listagem, pelo próprio participante, das emoções envolvidas na manutenção do comportamento não-saudável. Assim sendo, realizou-se um estudo visando aplicar e avaliar esta técnica para promoção da saúde e incremento da qualidade de vida. Para tanto, foram constituídos dois grupos, respectivamente de oito e 10 integrantes (entre 24 e 58 anos de idade, todos do sexo feminino), recrutados em uma instituição de ensino superior. Cada participante manifestou sua concordância pela assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Não se limitou o número de emoções a serem citadas e, por conseguinte, foram listadas 55 emoções. Com a análise de conteúdo deste exercício, as unidades temáticas foram reunidas em 18 categorias de emoções e sensações, as quais distribuíram-se de acordo com a seguinte ordem decrescente de frequência: a) ansiedade = 23,64%; b) medo = 12,72 %; c) desânimo, tristeza e raiva = 7,27% cada emoção; d) vergonha, insegurança e angústia = 5,45% cada uma; e) frustração e ressentimento = 3,64% cada um; f) inadequação, impotência, incompreensão, culpa, sobrecarga, rejeição, incompetência e imperfeição = 1,82%, respectivamente. Sugere-se a realização de investigações sobre a reestruturação em nível de crença intermediária com amostras maiores e diversificadas. Do ponto de vista da especificidade da técnica “Tomada de Decisão e Qualidade de Vida”, recomenda-se a condução de pesquisas acerca das vantagens decorrentes da complementação com sessões mensais destinadas ao monitoramento dos resultados alcançados. Também se considera importante empreender estudos sobre o desenvolvimento de técnicas envolvendo modelos cognitivos de emoções para aprimoramento da intervenção terapêutica em Terapia Cognitiva.

Palavras-chave: terapia cognitiva, emoção, promoção da saúde

Mestrado – M

SAÚDE – Psicologia da Saúde

A PRODUÇÃO DE TRABALHOS SOBRE O TEMA AUTISMO A PARTIR DAS PUBLICAÇÕES DOS ANAIS DO ENCONTRO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIA E MEDICINA COMPORTAMENTAL DE 2002 A 2009. *Silvia Cristiane Murari***, *Raquel Akemi Hamada**, *Tatiane Kally Miyamoto Koga**, *Thais Bianchini** e *Thais Fernanda Roberto Oliveira** (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR e Programa de Pós-Graduação Psicologia Experimental: Análise do Comportamento – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo - SP).

A Análise do Comportamento é uma área da Psicologia que pode atuar no campo da saúde. Dentro do espectro de possibilidades de investigação desse campo, destacam-se os estudos e desenvolvimento de tecnologias eficazes para avaliação e intervenção de indivíduos com desenvolvimento atípico dentre eles o Transtorno do Espectro Autístico (TEA). Nos últimos anos, o aumento no número de casos tem chamado a atenção de Psicólogos e outros profissionais da saúde que trabalham com crianças no mundo inteiro. No Brasil estima-se que existam entre 600 mil a 01 milhão de pessoas afetadas, apesar de não se saber exatamente, se esses números refletem um crescimento genuíno do número de casos ou se são reflexos de instrumentos e ou de realizações de diagnósticos e avaliação inadequadas. Considerando os dados apontados na literatura, o objetivo deste trabalho é investigar se e de que forma o analista do comportamento está envolvido com o tema autismo. O primeiro passo para atingir tal objetivo foi selecionar um contexto de busca que contivesse uma representação dos trabalhos realizados por analistas do comportamento e a escolha foi buscar pelos resumos do Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental de 2002 a 2009 disponíveis na página da ABPMC. A busca foi realizada utilizando-se os seguintes descritores: autismo, autista, transtorno global do desenvolvimento, transtorno invasivo do desenvolvimento, desenvolvimento atípico e comportamento atípico. Feita a busca, os dados foram organizados a partir das seguintes categorias: ano, título do trabalho, tipo de trabalho, nome do autor ou autores, instituição que representa e estado. Observou-se nos resultados que em 2002 foram apresentados 07 trabalhos (sendo 05 Painéis e 02 Mesas); em 2003 foram apresentados 02 trabalhos, contudo, não foi possível identificar a categoria tipo de trabalho; em 2004 foram apresentados 42 trabalhos (sendo 10 Painéis, 03 Mesas, 03 Cursos, 15 Simpósios e 11 Comunicações Orais); em 2005 foram apresentados 05 Trabalhos (sendo 01 Curso e 04 Sessões); em 2006 foram apresentados 08 trabalhos (sendo 05 Painéis, 02 Mesas e 01 Comunicação Oral); em 2007 foram apresentados 15 trabalhos (sendo 06 Painéis, 01 Comunicação Oral, 06 Sessões Coordenadas, 01 Simpósio e 01 Primeiro Passo); em 2008 foram apresentados 12 trabalhos (sendo 05 Painéis, 02 Mesas, 01 Curso, 02 Comunicações Orais e 02 Palestras); em 2009 foram apresentados 20 trabalhos (sendo 06 Painéis, 06 Mesas, 01 Curso, 03 Simpósios, 03 Comunicações Orais e 01 Palestra). O estado com maior número de apresentação de trabalhos foi o Estado de São Paulo, seguido pelo Paraná e Minas Gerais. Observa-se nos resultados que em 2004 foi apresentado o maior número de trabalhos, provavelmente porque nesse ano a ABA aconteceu juntamente com a ABPMC. Inclusive, nesse ano, o número de trabalhos internacionais sobre o autismo superou os nacionais. A partir de 2006 é possível observar que o número de trabalhos cresceu e constata-se também o aumento no número de cursos e palestras realizadas por analistas do comportamento brasileiros, o que é um indício de crescimento e maturidade deste profissional no que diz respeito ao tema autismo.

Apoio financeiro: PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Estadual de Londrina

Palavras-chave: análise do comportamento; autismo; produção científica.

Iniciação Científica – IC
Doutorado - D

SAÚDE

PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE ABORDAGEM ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL RELACIONADO À POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA VISUAL. *Silvia Aparecida Fornazari, Carolina Martins Rizardi, Maria Beatriz Carvalho Devides, Marina Rodrigues Salviati e Raquel Akemi Hamada, (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina – Londrina, PR).*

A cegueira é definida por ausência ou deficiência no sentido da visão, podendo ser total ou parcial. Existem vários tipos de cegueiras, que podem ter diversas causas e ocorrer em qualquer faixa etária, sendo congênita ou adquirida ao longo da vida. Tanto fatores genéticos, assim como ambientais podem influenciar nas causas de cegueira. O tema tem sido interesse de muitas áreas da saúde, o que faz com que muitos estudos e pesquisas envolvam tratamentos, prevenções, treinamentos e discussões conceituais / terminológicas sobre o tema. Partindo disso, o objetivo desse estudo foi levantar a quantidade de trabalhos acadêmicos realizados na área, com enfoque em Psicologia Analítico Comportamental devido à necessidade de complementar teoricamente o trabalho feito no Projeto de Extensão da Universidade Estadual de Londrina: “Comportamentos inadequados e adequados em pessoas com deficiência múltipla: capacitação de profissionais através de instrumento informatizado”. Para tanto, foi feita uma busca no site da Biblioteca Virtual em Saúde (www.bvs-psi.org.br) com a palavra “cegueira”. Foram encontradas 975 publicações, excetuando-se os resultados obtidos no Google Acadêmico e Videoteca Digital de Psicologia. Dentro desses resultados, algumas pesquisas não foram contabilizadas no presente estudo por motivos de: repetição do mesmo trabalho; publicação de livros e anais que continham mais de um trabalho acerca do tema; editais e manuais governamentais e de organizações que visavam informar a comunidade; trabalhos que eram direcionados a não-humanos, como por exemplo, o caso de trabalhos da Medicina Veterinária; e trabalhos cujo uso do termo “cegueira” era feito com outro sentido, que não o sentido literal da palavra. Dentre os resultados que passaram por esse refinamento, muito poucos trabalhos pertenciam à área de Psicologia, sendo que a maioria era da área médica. Menor ainda foi o número de publicações com a abordagem Analítico Comportamental. De todos os resultados obtidos, foi percebido que em todas as áreas de conhecimento, as pesquisas obtiveram um crescimento acentuado no número de publicações a partir do ano de 2001. Os resultados ainda mostram que esse tema precisa ainda de muito investimento para ser discutido e pesquisado nas áreas de Psicologia, sobretudo na Análise do Comportamento de forma que acompanhe o crescimento nas outras áreas e consiga atender à comunidade. Estudos apontam que pessoas com cegueira, por representar a perda de um dos sentidos mais úteis no relacionamento do homem com o mundo, emitem muitos comportamentos inadequados por decorrência da falta de visão, além de não desenvolverem totalmente habilidades sociais e comportamentos não-verbais. A Análise do Comportamento tem muito a contribuir a essa população, uma vez que ela detém métodos que auxiliam no manejo de comportamentos adequados e inadequados, podendo também contribuir para a área de educação especial, tanto na capacitação de educadores quanto na intervenção direta com os deficientes visuais.

Apoio financeiro: Pró-Reitoria de Extensão (ProEx) – UEL

Palavras-chave: Psicologia, Análise do Comportamento, cegueira.

Outros: Projeto de extensão

SAÚDE

“TORNAR-SE PSICÓLOGO”: IMPASSES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES. *Rosiane Mercia Lyra Pinheiro*, *Sara Gomes* (Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Social e Saúde da Universidade Salvador, Salvador, BA), Maria Fabiana Esteves ** (Psicóloga, Doutoranda em Psicologia na Universidade De Brasília, Distrito Federal, Brasília)

A graduação em psicologia é complexa, repleta de desafios e descobertas, esses elementos podem despertar nos estudantes os sentimentos de angústia, indecisão, medo e insegurança. A partir dessas demandas apresentadas pelos graduandos de Psicologia numa universidade baiana, foi desenvolvido por estudantes e uma profissional da área de Psicologia um curso de extensão, o qual foi resultado das inquietações, pesquisas e práticas, utilizando-se da temática: “Tornar-se Psicólogo”: Impasses, Desafios e Possibilidades. A prática extencionista teve como objetivo a provocação de reflexões sobre o tema acima citado; a problematização sobre as implicações éticas, políticas e pessoais; a reflexão sobre as dificuldades e os desafios no processo de inserção profissional. Objetiva promover possíveis ações que fortaleçam a trajetória da formação profissional. Foram realizadas vivências em grupo no período do recesso estudantil onde todos os 10 participantes, discentes do curso de Psicologia, entre o 2º e o 9º semestre, discutiram questões pertinentes à sua formação. Para atingir o objetivo proposto, buscou-se referências teóricas em Foucault, Pichon-Rivière e Moreno, fez-se uso de técnicas de dinâmicas de grupo, promoção de atividades lúdicas permeados pelas partilhas e discussões, as quais puderam enriquecer e agregar valores diversos a cada momento. Tal prática extencionista teve como fruto a criação de um projeto, no qual vem possibilitando aos formandos, tanto a aqueles que participaram dos quatro dias da atividade de extensão quanto aos que aderiram a ideia do projeto mediante o relato de tais participantes a promoverem ações com: Fóruns, Encontros, Palestras, as quais têm por finalidade contribuir para a formação em psicologia, ampliando o campo de visão e de diálogo sobre tal formação e a trajetória profissional a qual a permeia, entendendo que, a construção de uma trajetória profissional envolve a escolha por uma profissão, de forma mais específica, a delimitação de uma área de atuação e o desenvolvimento de habilidades. É imprescindível e de grande importância, pesquisar, problematiza e promover reflexões sobre a atuação e trabalhos realizados na área de Psicologia, devolver tanto a população como um todo, quanto a comunidade acadêmica os feitos em tal área, pelo fato de estimar-se que aja uma grande parcela da população que estejam imersas a problemas inerentes a atuação do psicólogo, mas que não o recorre por desconhecimento de sua possibilidade de atuação e efeito do seu trabalho, de outro lado, a troca de informação e experiência serve e muito para enriquecimento e consolidação de tal profissão. Uma trajetória profissional não se estrutura apenas através de aspectos formais, ela fortalece quando há uma possibilidade de reflexão do como se faz e aprende e sobre o sentido do que se faz e do que se aprende.

Programa PIBIC-CNPq

Palavras-chave: PSICOLOGIA – FORMAÇÃO - TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Trabalho de Extensão Universitária.

SAU

ESTUDO DOCUMENTAL ACERCA DOS FATORES QUE PODEM ESTAR ASSOCIADOS AO PROCESSO DE ADESÃO AO TRATAMENTO DE “PACIENTES ATIVOS” QUE VIVEM COM HIV/AIDS. *Giovana Delvan Stuhler** e Mônica Amorim* (Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC).*

Em meados de 1981 foi reconhecida a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, a AIDS e anos depois sua etiologia infecciosa - o HIV (vírus da imunodeficiência humana). A epidemia de AIDS/HIV cresceu mundialmente e tornou-se um dos mais graves problemas de saúde pública no mundo. No final da década de 1980 surgiram os primeiros medicamentos chamados anti-retrovirais para controlar o HIV, que depende de uma adesão quase perfeita para garantir sua efetividade. No Brasil, a taxa de adesão ao tratamento anti-retroviral é de 73%, o que não é considerada como ideal isto porque alguns fatores podem estar associados ao processo de adesão das pessoas que vivem com HIV/AIDS. Destarte, o objetivo da pesquisa foi levantar os fatores que podem estar associados ao processo de adesão ao tratamento anti-retroviral de pacientes. Trata-se de uma pesquisa documental, cuja amostra constituiu-se de 138 prontuários do grupo de pacientes reconhecidos pela equipe de saúde como “pacientes ativos”, que fazem a retirada da medicação anti-retroviral e/ou que estão em tratamento no Centro de Referência em Doenças Infecciosas - CEREDI no município de Itajaí (SC). A coleta foi realizada através da revisão dos prontuários e das fichas de controle de retirada de medicamentos anti-retrovirais da farmácia. Considerou-se para a pesquisa um total de 13 meses, entre fevereiro de 2007 a fevereiro de 2008. Os dados foram submetidos à análise quantitativa de natureza exploratória e descritiva. Pode-se verificar, sobre o perfil sócio-demográfico, que a maioria da amostra, ou seja, 77 pacientes eram do sexo masculino, a idade média foi de 45,3 anos, prevaleceu a escolaridade ensino fundamental incompleto e a etnia branca. Com relação aos dados clínicos constatou-se que 65 pacientes fizeram todas as treze retiradas de medicação anti-retroviral. Entre os anos de 1995 a 2000, 72 pessoas receberam o diagnóstico de HIV/AIDS. Sobre o início da medicação anti-retroviral prevaleceu o grupo de pessoas que a iniciou entre 1997 e 2001. Considerando-se aderentes os pacientes que seguiram no mínimo 80% das prescrições, o que significa retirar por pelo menos 11 meses a medicação, dos treze meses definidos pelo estudo, constatou-se que 53,6%, ou seja, 74 pacientes fizeram adesão ao tratamento anti-retroviral. Resultado este que representa uma adesão medicamentosa dos anti-retrovirais aquém dos resultados de pesquisas realizadas no país. Ao levantar os fatores associados ao processo de adesão ao tratamento dos pacientes cadastrados no CEREDI, não foi possível predizer os fatores associados à adesão anti-retroviral, sendo que as correlações entre as variáveis não foram estatisticamente significativas. Compreender a adesão é mais do que relacioná-la a prescrição medicamentosa, é compreender os aspectos relacionados à própria pessoa em tratamento, à sua doença, ao tratamento efetuado e ao serviço em que é assistido. Ressalta-se que fatores intervenientes que podem estar associados ao processo de adesão ao tratamento estão, muitas vezes, incutidos sobre questões subjetivas que somente o paciente poderá fornecer.

Palavras-chave: HIV/AIDS; Terapia Anti-retroviral; Adesão ao Tratamento.

Iniciação Científica – IC.

ESTRESSE, DEPRESSÃO E QUALIDADE DE VIDA EM CUIDADORES DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO DEFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE (TDAH). *Ana Maria Del Bianco Faria** e Carmen Lúcia Cardoso (Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP).*

Atualmente o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma das desordens neuropsicobiológicas mais frequentemente diagnosticadas na infância. Caracteriza-se como um distúrbio heterogêneo, com etiologia multifatorial, dependendo de fatores genéticos e adversidades biológicas e psicossociais. A literatura aponta que fatores ambientais e relacionais estão associados a esse quadro na infância. O efeito, na dinâmica familiar, da presença de uma criança com tal transtorno tem apontado para um aumento da probabilidade de perturbações na família e em especial no cuidador primário. Nesse contexto, o presente estudo têm por objetivo avaliar as manifestações de estresse, depressão e qualidade de vida em cuidadores primários de crianças com hipótese diagnóstica de TDAH. Participaram do estudo 20 cuidadores primários de crianças, com idade entre 6 e 12 anos, em tratamento neurológico num serviço público de atenção secundária em uma cidade do interior paulista. A seleção dos participantes foi realizada através da hipótese diagnóstica médica registrada no prontuário da criança e da utilização do Questionário de Capacidade e Dificuldades (SDQ). Para a coleta de dados os instrumentos utilizados foram: Inventário de Sintomas de *Stress* para Adultos de Lipp (ISSL), Escala de Qualidade de Vida - versão abreviada (WHOQOL-Bref), Inventário de Depressão de Beck e Roteiro complementar sócio-demográfico. As técnicas foram codificadas de acordo com suas proposições técnicas. Os resultados descritivos apontam manifestações de estresse em 95% dos cuidadores, com predominância na fase de quase exaustão (52,64%), seguida pela fase de resistência (42,10%) e sintomatologia principalmente de ordem psicológica (78,94%). Foram encontrados 55% dos participantes com nível de depressão moderada e 25% com nível leve. Quanto à satisfação com a qualidade de vida verificou-se menor satisfação com os domínios ambiental e físico. A partir do estudo, os indicadores revelam altos níveis de perturbações desses cuidadores, o que dificulta a acolhida às necessidades da criança com TDAH criando um ciclo que se retroalimenta com impactos negativos na qualidade de vida da família. Neste contexto evidencia-se a necessidade de atenção e cuidado integral ao quadro que acomete essas crianças, assim, o tratamento precisa envolver uma abordagem múltipla, englobando intervenções psicofarmacológicas e psicossociais, com envolvimento da família, o que não corresponde ao vivenciado por esses cuidadores. Aponta-se a necessidade de políticas públicas que desenvolvam novas formas de olhar e cuidar dessa realidade, criando estratégias favorecedoras do manejo destas situações, pois tão importante quanto o tratamento da criança, deve ser a atenção dada aos elementos psicossociais que perpassam sua vida.

CAPES

Palavras chave: Estresse; Depressão; Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade
M

SAÚDE

SÍNDROME DE BURNOUT EM MOTORISTAS E COBRADORES DE ÔNIBUS. *Debora Fraiz de Camargo** (GEPEB, Curitiba-PR), Pedro Guilherme Basso Machado** (Universidad Autónoma de Madrid, Curitiba-PR), Paulo César Porto-Martins** (Faculdades Sant'Ana, Ponta-Grossa-PR) e Ana Maria Teresa Benevides-Pereira (Universidade Estadual de Maringá - Pontifícia Universidade Católica, Maringá-PR).*

O capital humano em nossa sociedade é cada vez mais importante nas organizações, influenciado, dentre outros fatores, pelo crescimento dos diversos setores de serviços de uma forma geral, tais como o transporte. No Brasil, o transporte público de passageiros se dá primordialmente por terra e através de sistemas de ônibus urbanos, intermunicipais e interestaduais. Apesar deste segmento ser o que agrega a grande maioria de usuários, com cerca de 363 milhões de pessoas ao mês e um número considerável de acidentes em áreas urbanas, o que se reflete em um gasto de 5.3 bilhões de reais anuais, isto é, 0.4% do PIB, ainda carecemos de mais estudos sobre a qualidade ocupacional dos trabalhadores deste setor. Os profissionais de transporte coletivo lidam com alta responsabilidade, baixo controle, pressão para realizar escalas, horários rígidos, trânsito penoso, assim como dificuldade no relacionamento com os usuários. Por tais características, estas pessoas estão predispostas a sofrer da síndrome de *burnout*, podendo apresentar atitudes e comportamentos negativos na situação de trabalho, com resultados nocivos para a empresa, para os usuários e para si mesmos. Pode-se compreender *burnout* com uma consequência do estresse laboral crônico. O objetivo do presente estudo foi avaliar a incidência desta síndrome em motoristas e cobradores de ônibus de uma empresa de transporte coletivo. Para tanto, utilizou-se o Inventário de Sintomas de *Burnout* (ISB, Benevides-Pereira, 2007) e um questionário sócio-demográfico elaborado pelos autores. A pesquisa contou com 211 participantes de um total de 398 funcionários de uma empresa de transporte coletivo de passageiros do Paraná. Os motoristas tinham em média 7,9 anos de profissão e os cobradores 5,62. As principais queixas se relacionaram ao trânsito, aos horários das escalas e às questões de relacionamento interpessoais. Quanto aos resultados do ISB, no que se refere à percepção das condições organizacionais de trabalho, 14,7% da amostra indicaram níveis elevados de fatores considerados positivos (*COP*; $M=19,97$; $DP=5,72$) enquanto que 46,4% (*CON*; $M=15,50$; $DP=5,65$) observaram os negativos acima da média. Sobre o *burnout*, as médias apresentadas foram de 6,57 ($DP=5,02$) para *EE*, com 26,1% de valores elevados em Exaustão Emocional; de 7,34 ($DP=4,42$) para *DEm* sendo que 55,5% destes denotando níveis altos de Distanciamento Emocional; de 5,25 ($DP=4,21$) em *DEs*, com 28,0% refletindo pontuações superiores à média em Desumanização. No entanto, 46,4% (*RP*, $M=13,90$; $DP=5,26$) indicaram escores elevados em Realização Profissional, sendo que os motoristas se sentiam mais realizados que os cobradores ($t=7,687$; $p=0,000$). As mulheres ($N=24$; 12,90%) revelaram pontuações mais elevadas em distanciamento emocional que os homens ($t=-2,226$; $p=0,027$). Os que haviam tido acidentes no trabalho ($N=32$, 23,02%) apresentavam médias significativamente superiores em *CON*, *EE*, *DEm* e *DEs*. Os fatores organizacionais negativos se correlacionaram positiva e significativamente com *EE*, *DEm* e *DEs* e negativamente com *COP* e *RP*. Estes resultados denotam a importância dos fatores organizacionais negativos e a necessidade de programas que possam vir a minimizá-los possibilitando, desta forma, diminuir seus efeitos. Ações institucionais e orientação aos trabalhadores poderiam melhorar a qualidade de vida laboral deste segmento ocupacional.

Agencia Financiadora: Não contou com financiamento

Palavras-Chave: síndrome de burnout, ISB, motoristas e cobradores.

Doutorado – D

SAUDE

ENGAGEMENT EM MOTORISTAS E COBRADORES DE ÔNIBUS. *Pedro Guilherme Basso Machado** (Universidad Autónoma de Madrid, Curitiba-PR) e Paulo Cesar Porto-Martins** (Faculdades Sant'Ana, Ponta-Grossa-PR / Universidad Autónoma de Madrid).*

No Brasil, segundo a NTU (2008), o transporte público de passageiros se dá primordialmente por terra e através de sistemas de ônibus públicos urbanos, abrangendo 90% dos usuários de transportes coletivos. Apesar deste segmento ser o que agrega a grande maioria de usuários, com cerca de 363 milhões de pessoas ao mês e um número considerável de acidentes em áreas urbanas, o que se reflete em um gasto de 5.3 bilhões de reais anuais, isto é, 0.4% do PIB, ainda se carece de mais estudos sobre a qualidade ocupacional dos trabalhadores deste setor. Os profissionais de transporte coletivo lidam com alta responsabilidade, baixo controle, pressão para realizar escalas, horários rígidos, trânsito penoso, assim como dificuldade no relacionamento com os usuários. Porém, mesmo diante destas adversidades, existem profissionais *engaged* no exercício de suas atividades. Pode-se compreender o constructo *Engagement* no trabalho como um estado mental positivo de realização relacionado com o mundo laboral que se caracteriza por Vigor, Dedicção e Absorção. O objetivo do presente estudo foi avaliar os níveis *Engagement* no trabalho em motoristas e cobradores de ônibus de uma empresa de transporte coletivo do Paraná. Para tanto, utilizou-se o UWES (Utrecht Work Engagement Scale de Schaufeli e Bakker, 2003) e um questionário sócio-demográfico elaborado pelos pesquisadores deste estudo. A pesquisa contou com um total de 398 sujeitos, funcionários de uma empresa de transporte coletivo de passageiros do Paraná, sendo que pelos critérios de exclusão foram analisados 212 protocolos. Os motoristas tinham em média 7,9 anos de profissão e os cobradores 5,62 anos. As principais atividades que preferem realizar em tempo livre são a prática de esportes como futebol, corrida e voleibol, assim como passear com amigos e família, ir ao cinema, jogar baralho etc. Quanto aos resultados do UWES, no que se refere à Vigor encontrou-se, 25,94% médio e 32,08% alto (Média=3,44 / DP = 1,24 / Variância = 1,53), quanto a dimensão Dedicção, os resultados apontam 33,02% médio e 28,77% alto (Média= 3,38 / DP = 1,14 / Variância = 1,13) e na dimensão Absorção, 39,15% médio e 26,41% alto (Média= 3,19 / DP = 1,06 / Variância = 1,31). O instrumento UWES também fornece um Escore Geral de *Engagement* no trabalho o qual demonstrou que 33,49% obtiveram nível médio e 34,43% nível alto (Média = 3,26 / DP = 1,06 / Variância = 1,12). Com a aplicação do UWES, pode-se concluir que aproximadamente um terço dos funcionários estão com elevado índice de *Engagement* no trabalho, são funcionários com energia para trabalhar e que se identificam com suas atividades, estando extremamente envolvidos com suas profissões. Em contra-partida, outro um terço apresenta uma baixa pontuação de *engagement*, o que torna possível inferir que aproximadamente 30% dos funcionários estão insatisfeitos ou não se sentem felizes com relação a atividade profissional que exercem. O mais relevante é destacar a importância de se realizar novos estudos sobre *engagement* com esta população, para que se possa no futuro generalizar com maior precisão em que situação os motoristas e cobradores se encontram.

Agencia Financiadora: Não contou com financiamento

Palavras-Chave: *engagement*, UWES, motoristas e cobradores.

Doutorado - D

PREVALÊNCIA DE SINTOMAS DE STRESS FÍSICOS E PSICOLÓGICOS EM UMA AMOSTRA DE MULHERES. *Andrea Gualberto Macedo***, *Greici Maestri Bussoletto***, *Vivian Mascella*** e *Marilda Emmanuel Novaes Lipp* (Laboratório de Estudos Psicofisiológicos de Stress – PUC – Campinas – SP)

O stress é compreendido como um desgaste geral do organismo, um estado de tensão generalizado que causa uma quebra da homeostase, causada por alterações psicofisiológicas que buscam resgatar o equilíbrio através de um maior esforço diante de uma situação, seja ela positiva ou negativa, e que exija uma adaptação, provocando desgaste físico e mental. Dentre esse desgaste, vários são os sintomas experienciados por quem apresenta stress em sua vida, podendo ser eles tanto físicos como psicológicos e diferenciando em intensidade e durabilidade de pessoa para pessoa e de situação para situação. Diante disto, buscou-se compreender quais os sintomas prevalentes numa amostra de mulheres de pesquisas realizadas no Laboratório de Estudos Psicofisiológico de Stress da PUC de Campinas – SP, totalizando 104 mulheres. Para averiguar estes dados, utilizou-se o Inventário de Sintomas de Stress de Lipp (ISSL). Deste total, 87% apresentam stress, sendo que 64% na fase de quase – exaustão, 31% na fase de resistência e 5% na fase de exaustão. A fase que aparece predominante neste grupo de mulheres, se caracteriza como sendo a fase em que o indivíduo não mais consegue tolerar a presença do evento ou situação considerada estressora e seu organismo passa a desenvolver um comprometimento maior físico e mental, havendo prejuízo na área profissional, com queda da produtividade e interesse pelo trabalho, na saúde, aonde o aparecimento de doenças como depressão, enfarte, pressão alta podem aparecer, necessitando de ajuda médica e psicológica; e no humor, evitando contato com outras pessoas, atividades sociais e surgimento de grande apatia e desânimo geral. Entre os sintomas físicos mais citados por este grupo de mulheres encontram-se sensação de desgaste físico (80%), tensão muscular (74%), cansaço constante (71%), problemas com a memória (65%) e insônia (63%), já em relação aos sintomas psicológicos, irritabilidade excessiva (74%), sensibilidade emotiva excessiva (69%), pensar constantemente em um só assunto (65%), apatia, depressão ou raiva prolongada (60%) e vontade súbita de iniciar novos projetos (59%) foram os mais prevalentes nesta amostra. Desta forma, como outras pesquisas já demonstraram, o número de mulheres com stress é maior que o de homens, e através destes dados dos sintomas, percebe-se que tanto os sintomas físicos quanto os psicológicos acometem grande parte destas mulheres de forma significativa e semelhante entre elas, pois, em sua grande maioria, o acometimento do corpo e o desgaste emocional aparecem como sendo a resposta do organismo ao stress que elas enfrentam diariamente, seja no trabalho, na família ou na esfera pessoal. Avalia-se assim, que o manejo do stress junto a este público necessita visar não apenas a sua qualidade de vida através de relaxamento, exercícios físicos e mudança de hábitos alimentares que vão de encontro principalmente ao bem estar físico, mas também a busca pelo equilíbrio/estabilidade emocional, através de uma postura mais positiva e menos crítica em relação a si, aos outros e ao mundo em geral.

Apoio Financeiro: CNPq

Palavras Chaves: stress, sintomas, homeostase, qualidade de vida.

Nível do Trabalho: Mestrado

Código da Área de Pesquisa: Saúde

PROJETO DE EXTENSÃO UNIVALI MULHER TRABALHANDO A SEXUALIDADE COM MENINAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA NA CIDADE DE ITAJAÍ/SC. *Narjara dos Santos**, *Gladis da Rosa Mendonça**, *Thays Gabriela Campos** e *Ana Paula Veber*** (Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC).

A sexualidade é um aspecto que sofre influências diretas de atores externos, estando mais relacionadas a crenças, ideologias, imaginação e comportamentos socialmente construídos do que ao próprio corpo físico. Tendo em vista que para dar início ao exercício da sexualidade o ser humano precisa não apenas do aparecimento das mudanças corporais, mas também de um desenvolvimento psicoafetivo, torna-se fundamental o trabalho com crianças abordando o tema sexualidade, pois possibilitará à elas uma reflexão e compreensão sobre as transformações físicas e psíquicas atreladas ao seu desenvolvimento, o que permitirá uma maior consciência a respeito do seu corpo e da sua sexualidade. Diante desses aspectos as atividades desenvolvidas tiveram por objetivo propiciar um espaço para discussão e reflexão sobre questões relacionadas a sexualidade. Este trabalho faz parte do Projeto de Extensão denominado UNIVALI Mulher, da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, que desenvolve desde 2005, diversas ações nas áreas de educação, saúde e cidadania, em uma escola da rede pública municipal, de um bairro localizado no município de Itajaí-SC, primordialmente com meninas de 7 a 14 anos, em situação de vulnerabilidade social. Os trabalhos ocorrem por meio de encontros grupais semanalmente conduzidos por meio de um trabalho interdisciplinar com acadêmicos e professores de vários cursos. Este estudo é de cunho qualitativo e foi desenvolvido em um grupo com 16 meninas com idades entre 7 e 11 anos, estudantes do ensino fundamental da escola na qual o projeto desenvolve suas ações. Os encontros ocorreram no primeiro semestre de 2010 e foram mediados por uma acadêmica do curso de psicologia, duas acadêmicas do curso de enfermagem e uma professora do curso de farmácia, participantes do projeto. Através de uma metodologia participativa buscou-se desenvolver atividades simples e prazerosas sobre questões relacionadas a sexualidade. As atividades desenvolvidas nos encontros eram previamente elaboradas pelas acadêmicas com supervisão da professora, nas dependências da universidade. Os encontros eram semanais e como estratégias para desenvolver o assunto com as meninas foram utilizadas figuras sobre materiais de higiene; um boneco para banho; Quiz; técnica da “Linha da vida”; álbuns seriais sobre desenvolvimento do corpo humano e métodos contraceptivos; desenhos do corpo masculino e do corpo feminino confeccionados pelas meninas; técnica do “Semáforo do corpo”; vídeo e; para avaliação final dos encontros um jogo sobre os assuntos trabalhados. As atividades possibilitaram às meninas voz ativa nesse processo de construção de conhecimento, visto que cada atividade desenvolvida proporcionava à elas trazerem experiências de seu cotidiano, possibilitando reflexões e discussões, que contribuíam para um melhor entendimento e compreensão acerca das questões trabalhadas.

Palavras chaves: crianças, desenvolvimento, sexualidade.

Outro

SAÚDE

PRÁTICAS EDUCATIVAS COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO COM FUNCIONÁRIOS DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL. *Izabella Brito Silva***
(PUCCampinas, Campinas/SP), *Janaina Bianca Barletta* (Universidade Tiradentes, Aracaju/SE) e *Fernanda Coelho Monteiro*(Psicóloga clínica)

A violência é um dos fenômenos contemporâneos que mais tem provocado inquietude social, como também vem causando um grande número de vítimas todos os anos. O evento violento causa uma série de problemas emocionais, cognitivos e comportamentais às pessoas vítimas da situação. Como exemplo, podem ser citados a destruição da autoestima e do senso de autoeficácia, o aumento da vulnerabilidade cognitiva, a potencialização de problemas de saúde mental como depressão, fobia, transtorno de estresse pós-traumático, tendência ao suicídio, o consumo abusivo de álcool e drogas. Os profissionais que lidam com essa população são sobrecarregados de grande estresse, uma vez que também se tornam vulneráveis a situação do outro. Desta forma, essa situação pode provocar sentimentos negativos nos cuidadores como raiva, frustração e ansiedade. Uma forma de intervenção psicológica são as práticas educativas, já que aumentam o conhecimento da problemática, favorecem a discriminação de antecedentes e consequentes da situação, favorecem a focalização em eventos que fortalecem comportamentos adequados, facilitam a interpretação mais positiva em relação aos acontecimentos, assim como, potencializam a resolução de problemas. Com intuito de promover um espaço de informação e discussão acerca da violência sexual e doméstica no Instituto Médico Legal – IML do estado de Sergipe durante a realização do estágio curricular em psicologia foi realizado um projeto piloto de intervenção com os servidores do setor de acolhimento no ano de 2008. Foram realizados grupos abertos e psicoeducativos entre os meses de outubro e novembro com dez funcionários, no total de quatro encontros semanais. Para que houvesse adesão aos grupos, estes foram realizados no horário do almoço e por isto a duração foi limitada, tendo em média 50 minutos. Esta decisão foi tomada após um levantamento inicial com os funcionários sobre a motivação e interesse na participação. Cada encontro foi separado por tema: violência e suas vertentes, violência domestica - causas e consequencias, violência sexual - causas e consequências e, Lei Maria da Penha e ECA. Em cada encontro foi realizada uma dinâmica de apresentação para facilitar o aquecimento do grupo, depois era construído um painel sobre o tema a ser discutido com informações trazidas pelos facilitadores. No decorrer das discussões poderiam ser incluídos outros dados. O terceiro passo era a realização de uma dinâmica para esclarecer as dúvidas sobre o assunto e fechar o grupo. Após o término do projeto foi pedido que os facilitadores fizessem mais um grupo envolvendo todas as temáticas para àqueles que não puderam participar. O *feedback* dos funcionários foi muito positivo ao exporem a grande absorção de informações sobre a violência doméstica e sexual em um curto espaço de tempo de forma lúdica e interativa. A troca de experiências também foi um ponto elencado como positivo. Acredita-se que este projeto deve ser continuado por favorecer e potencializar a empatia, a flexibilidade com a dor do outro e a autoreflexão dos funcionários.

PALAVRAS CHAVE: práticas educativas, violência, IML, cuidadores

A PREVALÊNCIA DE DEPRESSÃO E ANSIEDADE EM PESSOAS COM DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA (DPOC) SUBMETIDAS A TRATAMENTO FISIOTERÁPICO. *Anna Paula Ibanhez Pimenta e Giovana Delvan Stühler** (Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC).*

A DPOC é uma condição patológica que se caracteriza pela obstrução crônica do fluxo aéreo e é parcialmente reversível. Quando se nomeia DPOC, duas doenças estão englobadas: a bronquite crônica e o enfisema pulmonar. Os principais sintomas da DPOC são: tosse, produção de expectoração e dispnéia ao esforço, e sua principal causa é o tabagismo. Embora seja pouco conhecida, a DPOC é uma das maiores causas de morbi-mortalidade mundial e está em 5º lugar entre as principais causas de morte no Brasil. Além das implicações físicas, pessoas com DPOC possuem maior propensão a desenvolver depressão e ansiedade quando comparadas à população em geral. A presença de depressão e ansiedade, bem como a percepção que o paciente possui acerca da doença e do tratamento podem afetar a adesão ao tratamento e o prognóstico do quadro clínico. A presente pesquisa teve como objetivo identificar a incidência de depressão e ansiedade em pessoas com DPOC que se encontram em tratamento fisioterápico e a percepção destas acerca da doença e do tratamento. Participaram do estudo nove pacientes cadastrados na Clínica de Fisioterapia da UNIVALI, sendo quatro do sexo masculino e cinco do sexo feminino, com idades entre 49 e 83 anos. O tempo de diagnóstico variou entre quatro meses e mais de vinte anos. Com relação ao nível de escolaridade, a amostra foi composta por uma pessoa com Ensino Médio completo, seis pessoas com Ensino Fundamental incompleto e duas não-alfabetizadas. Foram utilizados como instrumentos: os Inventários de Beck para Depressão e Ansiedade (BDI e BAI) e um questionário para o levantamento de dados sociodemográficos e dados relacionados à percepção e conhecimento dos pacientes frente à doença e ao tratamento. Ambos os instrumentos foram aplicados individualmente. Para a análise dos dados sociodemográficos foi utilizada a frequência simples e as demais informações obtidas foram analisadas qualitativamente sob a luz da Teoria Cognitivo-Comportamental. Os resultados dos inventários indicaram, em sua maioria, níveis mínimo e leve para ansiedade e depressão. Com base nas respostas obtidas através do questionário, foi possível concluir que os participantes possuem uma percepção positiva do tratamento fisioterápico, porém, possuem pouco ou nenhum conhecimento acerca da DPOC e dos tratamentos existentes e, conseqüentemente, apresentam crenças e conceitos distorcidos a respeito da doença, de sua cronicidade e dos tratamentos. Constatou-se ainda que, devido ao fato de os sintomas da doença serem extremamente incômodos e frequentes, a adesão ao tratamento acaba sendo praticamente inevitável. Em relação à prevalência de ansiedade e depressão, os resultados obtidos através do questionário de levantamento de dados foram coerentes aos resultados obtidos através dos inventários: apontaram a visão negativa em relação a si mesmos, ao ambiente e ao futuro, porém, nenhuma sintomatologia que indicasse níveis importantes de ansiedade ou depressão.

Palavras-chave: Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC); Ansiedade; Depressão.
IC

SAÚDE

AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO E DA SOBRECARGA EM FAMILIARES DE USUÁRIOS DE UM SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL. *Maria Claudia Rodrigues e Carmen Lúcia Cardoso (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo).*

As transformações ocorridas no campo da saúde mental, a partir da década de 80 com a chamada Reforma Psiquiátrica, estimularam o desenvolvimento de um dispositivo substitutivo de organização de cuidado em saúde caracterizado pelo modelo de intervenção psicossocial, evidenciando a necessidade de inclusão da família do paciente psiquiátrico ao tratamento. Neste contexto, o presente estudo teve por objetivo avaliar manifestações de sobrecarga em familiares/cuidadores de usuários de um serviço substitutivo de saúde mental e a satisfação destes familiares para com o serviço. Participaram do estudo 20 familiares de usuários de um serviço substitutivo de saúde mental de internação parcial da cidade de Ribeirão Preto. Foram aplicados os seguintes instrumentos: Questionário Complementar; a Escala de Sobrecarga dos Familiares de Pacientes Psiquiátricos (FBIS-BR) e a Escala de Avaliação da Satisfação dos Familiares em Serviços de Saúde Mental (SATIS-BR). O trabalho teve um enfoque quantitativo e os dados apresentados foram tratados por meio de estatística descritiva, destaca-se que os escores de satisfação variam de 0 a 5 sendo que quanto mais próximo à cinco maior a satisfação. Em relação à sobrecarga quanto mais perto de cinco maior a sobrecarga, sendo a variação de zero a cinco. Verificou-se que na escala de satisfação, o escore de satisfação global foi de 4,29. O fator que obteve escore mais elevado de satisfação se relaciona ao “resultado do tratamento” (4,40) e a de menor satisfação, se relaciona à satisfação com a “acolhida e competência da equipe” (4,12). Com relação a escala de sobrecarga, verifica-se que o escore global de sobrecarga objetiva foi de 2,03. A sub-escala que apresentou o escore mais elevado de sobrecarga objetiva foi a de “assistência na vida cotidiana” (2,87) e a de “impacto na rotina” foi a que obteve o menor escore (1,59). Quanto à avaliação da sobrecarga subjetiva, o escore global obtido foi de 1,97. A sub-escala “preocupações com o paciente” obteve o escore mais elevado (3,78) e a de “supervisão de comportamentos problemáticos” o menor escore (0,97). Observa-se que a satisfação global dos familiares/cuidadores com o serviço encontra-se entre moderada e alta em relação aos aspectos avaliados. Já com relação a sobrecarga, os cuidadores participantes apresentam uma sobrecarga global, tanto a objetiva quanto a subjetiva, de leve a moderada. A análise aponta que a avaliação da sobrecarga dos familiares/cuidadores colabora para a compreensão dos fatores que impactam a qualidade de vida dos mesmos e a avaliação da satisfação pode favorecer uma maior instrumentalização das equipes para a construção da parceria serviço-família no cuidado ao usuário, conforme proposto pelo modelo de atenção psicossocial.

Apoio Financeiro e/ou Bolsa: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP

Palavras-chave: Saúde mental; família; serviço de saúde.

Nível do Trabalho: Iniciação Científica - IC (Trabalho de Graduação).

Código da Área: SAÚDE

REABILITAÇÃO EM CASOS DE LESÃO MEDULAR: UM ESTUDO ESPECÍFICO SOBRE ENFRENTAMENTO E QUALIDADE DE VIDA. *Renata Santinoni Vera** (Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, Brasília, DF) e Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de Araujo (Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Brasília, DF)*

Em Reabilitação, diversos estudos internacionais vêm sendo realizados para ampliar a compreensão e aprimorar o manejo clínico de casos de lesão medular. Para tanto, muitos especialistas adotam os modelos de enfrentamento e de qualidade de vida ao fundamentar seus trabalhos. Tendo em vista o interesse clínico da temática, sobretudo para a Psicologia da Reabilitação, foi realizado um estudo exploratório com 12 pacientes (oito homens e quatro mulheres), entre 19 e 45 anos de idade ($M = 31,8$; $DP = 9,2$), diagnóstico de lesão medular torácica ($n = 6$) e cervical ($n = 5$), e síndrome de cauda equina/cone medular ($n = 1$). Nove participantes sofreram lesão classificada como completa. Todos informaram escolaridade mínima equivalente ao Ensino Médio e estavam internados no Centro Internacional de Neurociências e Reabilitação da Rede Sarah de Hospitais, localizado em Brasília. A pesquisa foi previamente autorizada pelo Comitê de Ética da instituição e os participantes expressaram sua concordância por meio da leitura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A coleta de dados envolveu a aplicação dos seguintes instrumentos: Escala de Modos de Enfrentamento de Problemas (EMEP), Questionário Genérico de Avaliação da Qualidade de Vida (SF-36) e o Instrumento Abreviado para Avaliação da Qualidade de Vida proposto pela Organização Mundial de Saúde (WHOQOL-bref). Para a análise dos dados, adotou-se o programa *Statistical Package for the Social Sciences* 13.0. De acordo com os resultados obtidos pela EMEP, os escores do fator Focalização na Emoção foram em geral mais baixos do que os demais. Os resultados gerados pelo SF-36 apontaram que os domínios Capacidade Funcional e Limitações tiveram menor índice geral, o que seria esperado em razão das perdas funcionais decorrentes da lesão medular. O domínio Aspectos Emocionais revelou maior dispersão ($DP = 42,6$), com maior heterogeneidade das respostas. Os dados do WHOQOL-bref revelaram pouca diferença entre os domínios. As medidas extraídas com este instrumento indicaram que todos os domínios avaliados – incluindo-se o item isolado de aferição geral de qualidade de vida – apresentaram assimetria negativa, indicando uma maior frequência de avaliações positivas. É interessante destacar que a amostra deste estudo já se encontra em etapas mais avançadas do programa de reabilitação realizado em contexto hospitalar. É possível supor, então, que estes pacientes estejam focados no enfrentamento de demandas práticas e operacionais da sua condição. Neste sentido, a forte correlação ($r = 0,732$) entre Focalização no Problema e Busca de Suporte Social, as quais se associaram a um melhor enfrentamento, pode ser compreendida pelo acesso a redes de apoio efetivas, onde seriam incluídas as orientações recebidas da equipe de reabilitação. Recomenda-se que futuras investigações avaliem os fatores de proteção e de risco que influenciam a experiência da pessoa em processo de reabilitação por lesão medular.

Palavras-chave: enfrentamento, qualidade de vida, lesão medular

Doutorado – D

RESILIÊNCIA E LESÃO MEDULAR TRAUMÁTICA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO COM PACIENTES DE UM PROGRAMA DE REABILITAÇÃO HOSPITALAR. *Renata Santinoni Vera** (Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, Brasília, DF) e Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de Araujo (Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Brasília, DF)*

Em saúde, progressivamente cresce o interesse dos especialistas por estudos acerca da resiliência de pessoas confrontadas a diferentes adversidades. Dentre as preocupações que norteiam a realização de pesquisas sobre o tema, destacam-se a identificação e a compreensão dos fatores de proteção e fatores de risco que influenciam as respostas dos indivíduos às cronicidades. Especificamente, em reabilitação, tais investigações são relevantes para subsidiar programas de intervenção e prevenção. Sendo assim, foi conduzido um estudo exploratório com uma amostra de 12 pacientes com diagnóstico de lesão medular, há mais de um ano, e hospitalizados no Centro Internacional de Neurociências e Reabilitação, da Rede Sarah de Hospitais, em Brasília, Distrito Federal. A pesquisa foi previamente autorizada pelo Comitê de Ética da instituição e todos os participantes expressaram sua concordância por meio da leitura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os procedimentos de coleta de dados abrangeram a aplicação dos seguintes instrumentos: Escala de Resiliência de Wagnild e Young (adaptada para a população brasileira), Inventário de Resiliência (proposto por Benevides-Pereira) e um roteiro de entrevista semi-estruturada, composto por questões sobre fatores individuais, sociais e ambientais. Os dados quantitativos foram analisados com auxílio do programa *Statistical Package for the Social Sciences* 13.0. A Escala de Resiliência demonstrou boa consistência interna (alfa de Cronbach 0,906). De acordo com a avaliação feita por este instrumento, apenas um participante foi classificado como menos resiliente. O Inventário de Resiliência apresentou consistência interna (alfa de Cronbach 0,7) e classificou alguns indivíduos no percentil de resiliência, ou acima, para os seguintes fatores: hiperemotividade (n = 7), empatia (n = 8), inovação e tenacidade (n = 9), competência emocional (n = 10) e assertividade (n = 11). Todos os participantes foram considerados resilientes pelo fator satisfação no trabalho. Em síntese, ambos os instrumentos revelaram que a amostra estudada apresenta atributos de resiliência. Os relatos obtidos com as entrevistas foram submetidos à análise de conteúdo temática e indicaram que os pacientes são capazes de mobilizar recursos que contribuem para lidar adequadamente com as consequências da lesão. De modo geral, dão ênfase ao suporte oferecido pelos familiares, valorizam a existência humana, adotam uma postura mais reflexiva, buscam ampliar suas interações sociais e reconquistar sua autonomia. Vale salientar que a abordagem multimetodológica adotada nesta investigação mostrou-se adequada, pois os dois primeiros instrumentos empregados forneceram medidas pontuais sobre resiliência. Em contrapartida, os dados provenientes das entrevistas sugeriram uma noção de processo acerca do fenômeno, complementando os resultados anteriores. Por conseguinte, recomenda-se que futuros estudos sejam conduzidos de modo semelhante, sobretudo tendo em vista a complexidade teórico-conceitual que caracteriza a resiliência. Também é importante que estas pesquisas planejem delineamentos metodológicos com amostras mais ampliadas.

Palavras-chave: resiliência, reabilitação, lesão medular
Doutorado – D

RESILIÊNCIA E SUPORTE FAMILIAR ENTRE PACIENTES COM LESÃO MEDULAR: UM ESTUDO PRELIMINAR. *Renata Santinoni Vera** (Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, Brasília, DF) e Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de Araujo (Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Brasília, DF)*

A resiliência vem sendo compreendida como um processo dinâmico que envolve fatores de risco e fatores de proteção, os quais interatuam no sentido de modificar o evento estressor. Diante das evidências já reunidas em diversos estudos, a literatura especializada destaca a premência de uma visão sistêmica – incluindo-se uma perspectiva do contexto sóciofamiliar – para aprofundar a compreensão do fenômeno. De fato, a percepção de um adequado suporte familiar favorece um enfrentamento mais efetivo em situações adversas ao longo da vida, como por exemplo, sofrer um traumatismo raquimedular e ter de lidar com suas consequências. Estudos específicos sobre resiliência familiar revelam a influência de atributos característicos relacionados ao sistema de crenças, padrão de organização e processo de comunicação das famílias. Partindo-se de um modelo biopsicossocial de reabilitação, desenvolveu-se uma investigação visando identificar, analisar e compreender atributos familiares que contribuem para o enfrentamento em casos de lesão medular traumática. Para tanto, constituiu-se uma amostra de 22 pacientes adultos, diagnosticados há no mínimo um ano e internados na Rede Sarah de Hospitais, em Brasília, DF. Todos utilizavam cadeira de rodas para locomoção. A pesquisa foi previamente autorizada pelo Comitê de Ética da instituição e os participantes expressaram sua concordância por meio da leitura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A coleta de dados envolveu a condução de uma entrevista organizada em três eixos principais: fatores facilitadores do enfrentamento, mudanças nos relacionamentos sócio-afetivos e constituição de uma rede de apoio social. As narrativas reunidas foram exploradas a partir dos Processos-Chaves de Resiliência Familiar, propostos por Walsh. Em relação à rede de apoio, 27% tinham a mãe como principal cuidadora, 18% dependiam das esposas e 45% contavam com a ajuda de ambos os pais, irmãos e/ou membros da família extensa. Vale ressaltar que 55% apoiavam-se em um único membro familiar para suporte instrumental. Neste caso, o cuidador era do gênero feminino. Em relação ao enfrentamento da lesão medular, 95% dos participantes reconheceram a importância da flexibilidade familiar para realizar as mudanças necessárias. De acordo com 55% dos indivíduos, decisões compartilhadas com familiares também favorecem este enfrentamento. Contar com a família extensa para auxiliar no manejo das demandas suscitadas foi mencionado por 27% dos entrevistados. Segundo 18% da amostra pesquisada, é essencial ‘não estar sozinho’, pois valorizam a possibilidade de compartilhar sentimentos relacionados ao trauma. Conclui-se com este estudo que fatores associados ao contexto sóciofamiliar devem ser mais amplamente explorados por equipes de reabilitação, tendo em vista o planejamento de programas que promovam resiliência entre seus usuários.

Doutorado – D

SAÚDE – Psicologia da Saúde

ESTRESSE OCUPACIONAL: UMA INVESTIGAÇÃO COM MILITARES DO QUADRO DE SAÚDE DE UM HOSPITAL MILITAR. *Danyelle Monte Fernandes da Costa***(Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB) e *Patrícia Diniz Santana*** (Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, João Pessoa - PB)

A presente pesquisa objetivou investigar os principais fatores estressores do ambiente de trabalho com militares da saúde (técnicos de enfermagem) identificando fatores estressores e as correlações entre eles. O estresse é um mal que alcança a maior parte da população, tendo sido chamado no século passado de “o mal do século”, e ser considerado como um dos determinantes da saúde física e mental dos trabalhadores, predispondo-os a uma série de doenças. O estresse como termo médico associa-se a desgaste corporal e mental que pode levar á alterações orgânicas. O estresse ocupacional é produto da relação entre o indivíduo e o seu ambiente de trabalho, onde as exigências deste ultrapassam as habilidades do trabalhador para enfrentá-las, podendo resultar em um desgaste excessivo do organismo, prejudicando sua produtividade principalmente em pessoas com componentes individuais de personalidade que influenciam seu modo de reagir, interpretar e sentir o acontecimento de forma particular e intensa. No ambiente de trabalho, manifestam-se diversos fatores de estresse no empregado, como

Ambigüidade na função; Sobrecarga quantitativa no trabalho; Sobrecarga qualitativa no trabalho;

Baixas relações interpessoais;

Conflito com outras funções;

Progresso na carreira. A presente pesquisa foi realizada em Organizações Militares de saúde (OMs) da Guarnição de João Pessoa. Os militares devem obedecer às normas disciplinares que condicionam toda a sua vida pessoal e profissional, sendo que estas representam um padrão rígido em relação à sociedade civil, gerando uma dualidade que pode causar conflitos internos. No ambiente hospitalar, cabe aos técnicos de enfermagem; um trabalho mais operacional, que os expõem ao convívio diário com a doença, o sofrimento e a morte. A amostra foi composta de 20 militares, sargentos de saúde. O Instrumento utilizado foi o Inventário de Estresse em Enfermeiras IEE de Stacciarini (2000), que analisa os principais estressores vivenciados por esses profissionais em seu ambiente de trabalho, através de três fatores: relações interpessoais, papéis estressores e fatores intrínsecos ao trabalho. Foram tomados cuidados éticos. Os dados quantitativos, analisados a partir de estatísticas descritivas e inferenciais, mostraram que o fator mais estressor foi o relacionado às relações interpessoais. Foi possível identificar também que a ocorrência de estresse aumenta conforme o tempo de trabalho no mesmo local. Conclui-se que existe uma necessidade de investir em atividades socializadoras em busca de um ajustamento no relacionamento interpessoal e ressignificações de seu ambiente de trabalho. Um fator limitante na pesquisa foi o número de participantes; dessa forma, pesquisas futuras deverão investigar amostras maiores, como também outros locais de trabalho, esperando encontrar diferenças significativas.

Palavras-chave: Exército; Estresse ocupacional; Enfermagem.

Nível do trabalho: IC

Código da área: SAÚDE

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA LITERATURA SOBRE ESTIGMA SOCIAL E DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS. *Rhaisa Gontijo Soares***, *Henrique Pinto Gomide**, *Gabriela Correia Lubambo Ferreira**, *Flaviane Bevilaqua Felicíssimo**, *Fabricia Creton Nery**, *Pollyanna Santos da Silveira*** e *Telmo Mota Ronzani (Pólo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG).*

O presente estudo teve como objetivo avaliar os indicadores bibliométricos da literatura científica com relação aos processos de Estigmatização e sua relação com a Dependência de Substâncias, presentes nas bases de resumos da Pubmed, Lilacs e Psycinfo de janeiro de 2000 a março de 2010. Para a pesquisa na Pubmed, foram empregados os termos indexados “stereotyping” que fazia referência tanto ao processo de estigmatização quanto de estereotipização. Para a dependência de substâncias, o termo utilizado foi “substance-related disorders”. Na Psycinfo foram empregados os termos “social stigma”, “addiction”, “alcoholism” e “drug addiction”. A categoria “drug abuse” e sua sub-categoria “drug dependence” também foram incluídas. Por fim, para a pesquisa na base LILACS, os descritores utilizados foram “estigma”, “dependência a substâncias”, “abuso de álcool” e “abuso de drogas”. Os resultados de cada um dos termos relacionados ao estigma social foram cruzados com os termos relacionados à dependência de substâncias. Utilizando este delineamento foram encontrados 196 estudos. Dentre estes, 13 estavam duplicados, os quais foram excluídos da análise. Os 183 estudos selecionados foram exportados para uma base de dados utilizando o software Excel. Para a coleta dos indicadores bibliométricos foram utilizados os próprios campos de classificação dos autores e das bases de dados, além de categorizações de conteúdo, quando necessário. A partir da análise dos resumos, verificou-se que, 90,7% dos autores publicaram apenas uma vez sobre o tema. Grande parte dos trabalhos (94,5%) foi publicada em revistas; 2,7% referiram-se a capítulos de livros; 1,6% à dissertações e teses. Dos trabalhos publicados em revistas, 89,0% correspondiam a artigos e o restante (6,5%) a comentários de artigos. Dentre os últimos dez anos, 2009 foi o ano que mais teve publicações sobre o tema (19,1%). Estados Unidos foi o país que mais publicou trabalhos (47,0%) seguido por Inglaterra (23,0%). A publicação no Brasil correspondeu apenas a 2,7% do total das publicações na área. O idioma de publicação mais utilizado foi o Inglês (95,6%). Cinquenta e sete por cento dos estudos encontrados não declararam o país onde foi realizado o estudo. Daqueles que declararam, a maioria foi realizado nos EUA (18,0%). Em relação à amostra estudada, 43,1% dos resumos não declararam seus participantes. Dos que revelaram, a maior parte (19,1%) correspondia a usuários de álcool e outras drogas, 12,5% à população geral, seguida por profissionais de saúde (7,6%). A revisão bibliométrica é uma importante ferramenta para conhecer a produção científica da área. Considerando que a literatura sobre estigma social e dependência de substâncias é indispensável para o planejamento das políticas públicas de tratamento e prevenção ao uso de álcool e outras drogas, faz-se necessário maior investimento nas pesquisas para a produção de conhecimento sobre o tema.

Apoio Financeiro: CNPq

Palavras-chaves: Bibliometria, Estigma Social e Dependência a Substâncias.

Nível do Trabalho: M.

Código: SAÚDE

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA LITERATURA SOBRE ESTIGMA INTERNALIZADO E AUTO-ESTIMA. *Flaviane Bevilaqua Felicissimo**, *Gabriela Correia Lubambo Ferreira**, *Fabricia Creton Nery**, *Henrique Pinto Gomide**, *Pollyanna Santos da Silveira***, *Rhaisa Gontijo Soares*** e *Telmo Mota Ronzani (Pólo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva – Universidade Federal de Juiz de Fora – MG).*

Diversos estudos têm sugerido que o estigma internalizado está associado à baixa auto-estima. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo avaliar os indicadores bibliométricos da literatura científica sobre estigma internalizado e auto-estima, visto que a revisão bibliométrica é uma ferramenta importante para a construção de evidências científicas. As buscas foram realizadas nas bases de dados Psycinfo, Scielo e Lilacs, até abril de 2010, utilizando os descritores “self-stigma” e “internalized stigma” que foram cruzados com o termo “self-esteem”. Nas bases de dados Scielo e Lilacs, nenhum estudo foi encontrado. Na base de dados Psycinfo foram encontrados 57 resumos, sendo que dois destes estavam duplicados, um consistia em uma errata de um artigo publicado anteriormente, nove eram dissertações e seis eram livros e capítulos de livros, os quais foram excluídos da análise. Os 39 resumos selecionados foram exportados para uma base de dados utilizando o software Endnote (versão Trial) e foram analisados seguindo os seguintes critérios de inclusão: a) descrever claramente a relação entre o processo de estigmatização e auto-estima; b) ser um estudo empírico, e c) ter o texto completo disponibilizado para leitura. Após a avaliação destes critérios, 23 artigos foram incluídos na amostra final. A partir da análise dos indicadores bibliométricos, verificou-se um crescimento de 475% da publicação entre os intervalos dos anos de 2000-2005 e 2006-2009. Oitenta e sete por cento dos estudos possuíam delineamento transversal e 13% longitudinal. Dentre os artigos analisados, apenas um apresentou a metodologia qualitativa associada à quantitativa, enquanto todos os outros utilizaram metodologia quantitativa. Cinquenta e sete por cento dos estudos foram publicados nos Estados Unidos, 22% na Holanda e 22% no Reino Unido. Dentre os países no qual os estudos foram realizados, destacam-se: Estados Unidos (54%), Suíça e Alemanha (15%) e China (15%). Todos os artigos foram publicados na língua inglesa. No que se refere à população estudada, 52% utilizaram uma amostra de pacientes com transtorno mental: 26% não especificaram qual o tipo de transtorno, 13% se referiam a uma amostra de pacientes com esquizofrenia ou com transtorno esquizoafetivo e 13% investigaram especificamente pacientes com esquizofrenia. Ressalta-se a necessidade de um maior investimento na realização de pesquisas que busquem investigar a relação entre o estigma internalizado e a auto-estima, visto que, apesar do crescimento significativo na publicação de estudos nos últimos anos na área, este não é expressivo diante de sua relevância, principalmente no que se refere às populações estudadas, uma vez que os estudos têm privilegiado somente algumas populações.

Apoio Financeiro: BIC/PIBIC – Propesq/CNPq

Palavras-chave: Bibliometria, estigma internalizado, auto-estima.

Nível do Trabalho: IC

Código: SAÚDE

ANÁLISE FUNCIONAL DO COMPORTAMENTO AUTOLESIVO. *Francisco Bruno Costa Ceppi** e Marcelo Frota Benvenuti (Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF)*

Comportamentos autolesivos, ou SIB (do inglês, *self-injurious behaviors*), são definidos como uma série de ações que produzem dano físico ao próprio indivíduo. Esses comportamentos podem se apresentar de forma crônica e causar riscos graves a quem se engaja neles. Além do mais, podem se manifestar em padrões rítmicos ou repetitivos que variam em intensidade, grau de lesão e rompimento com o ambiente social. A proposta deste trabalho é analisar procedimentos de análise funcional e tratamento do SIB. Para isso, o presente artigo apresenta e analisa estudos que buscaram descrever como comportamento autolesivo relaciona-se funcionalmente com mudanças no ambiente, em geral dependentes do próprio comportamento. Essa descrição tem sido chamada de análise funcional e torna possível, por meio de estratégias experimentais, determinar quais são as mudanças ambientais relevantes na manutenção do SIB. Quarenta e cinco artigos empíricos foram encontrados na revisão, realizada por meio do Portal CAPES com busca pelo *Web of Science*, que permite acesso aos seguintes bancos de dados: *Science Citation Index Expanded*, *Social Sciences Citation Index* e *Arts&Humanities Citation Index*. Os artigos empíricos incluídos na revisão foram organizados em duas categorias gerais: 1) investigações sobre análise funcional do SIB; e 2) estudos aplicados, que propõem tratamentos para SIB. Desse modo, foram analisados em mais detalhes 24 artigos aplicados que se baseiam em métodos empíricos de análises funcionais e propõem tratamentos para SIB. Artigos teóricos, de revisão ou que discutiam criticamente o procedimento de análise funcional não foram incluídos na revisão e são, ocasionalmente, mencionados na seção de conclusão. Entre as mudanças ambientais relevantes na manutenção do SIB, a literatura analisada mostra que o SIB pode depender de apresentação de atenção, evitação (ou fuga) de demandas, ou não depender de qualquer fonte externa de estimulação. Ou seja, há três tipos de consequências reforçadoras que podem ser contingentes ao SIB e responsáveis por sua aquisição e manutenção: reforçamento social positivo (e.g., atenção), reforçamento social negativo (e.g., eliminação de tarefas acadêmicas quando apresentadas) e reforçamento automático (e.g., estimulação tátil). Esses resultados esclarecem sobre os princípios comportamentais básicos que podem contribuir para a manutenção do SIB. A análise funcional do comportamento de SIB tem implicações para o tratamento comportamental. Com base na identificação de qual consequência mantém o SIB, é possível delinear estratégias baseadas no rearranjo de contingências comportamento-ambiente para reduzir e eliminar SIB. Assim, é apontada a necessidade da análise funcional de SIB para embasar tratamentos que visem reduzir esse comportamento. Por fim, defende-se que intervenções comportamentais podem ser inseridas em programas de saúde.

Apoio financeiro: CNPQ - bolsa de mestrado

Palavras-chave: comportamento autolesivo, análise funcional, psicologia da saúde

Nível do trabalho: M

Código da Área de pesquisa: SAUDE

COMUNICAÇÃO DE DIAGNÓSTICO DE SOROPOSITIVIDADE HIV E AIDS POR PROFISSIONAIS DE SAÚDE, PARA PRÉ-ADOLESCENTES, ADOLESCENTES E ADULTOS. *Maria Aparecida Crepaldi e Mariana Schubert Backes** (Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, SC).

Investigar o processo de comunicação de diagnóstico de HIV e de Aids é importante, principalmente no que diz respeito à possibilidade de maior adesão ao tratamento, sendo também, a comunicação uma fonte indispensável de informação acerca da doença, seu prognóstico e sintomas, sendo assim, o estudo objetiva caracterizar as práticas de comunicação de diagnóstico de soropositividade HIV e Aids por profissionais da saúde para adolescentes e adultos, seus familiares e/ou pessoas da rede social de apoio, identificar dificuldades enfrentadas na comunicação do diagnóstico, além de caracterizar as fontes de informação sobre a comunicação de diagnóstico de soropositividade HIV e Aids na formação desses profissionais e o nível de stress dos profissionais. Trata-se de uma pesquisa descritiva de cunho qualitativo, com delineamento transversal e utiliza-se dos seguintes instrumentos: Entrevista semi-estruturada e Inventário de Stress para adultos. Participaram da pesquisa 33 profissionais da saúde que atuavam diretamente no atendimento de pré-adolescentes, adolescentes e adultos vivendo com HIV/Aids, sendo que desses 33 participantes, 22 comunicavam o diagnóstico para HIV /Aids e 11 não comunicavam diretamente, mas atuavam no acolhimento do paciente no serviço após o recebimento do diagnóstico e no acompanhamento do tratamento nas instituições em que a pesquisa foi realizada. O estudo mostra que embora os profissionais tenham se qualificado para trabalhar com pessoas vivendo com HIV/Aids, a maior parte refere que foi por meio da experiência profissional e de vida, de cursos extracurriculares e da informalidade que aprenderam sobre a comunicação do diagnóstico de HIV/Aids, porém admitem não estar satisfeitos com ela. Foram levantados aspectos que facilitam o processo de comunicação do diagnóstico de soropositividade para o HIV e Aids, como o nível de relação com o paciente, a presença da rede de apoio do paciente, características do profissional, equipe de saúde, contexto comunicacional. Dessa forma, revela-se fundamental os profissionais buscarem e optarem por estratégias que permitam que o processo de comunicação do diagnóstico seja facilitado, apoiando-se também em recursos em nível profissional, pessoal e contextual para qualificar seu atendimento.

Programa Nacional de DST/Aids que tem como título: “Comunicação de diagnóstico de soropositividade HIV e Aids para pré-adolescentes, adolescentes e adultos: impacto emocional, aspectos psicossociais e adesão ao tratamento”.

Palavras chave: HIV/Aids, comunicação, diagnóstico.

IC (Trabalho de graduação).

Saúde – Psicologia da Saúde.

PREVENÇÃO DO USO DE ÁLCOOL NA GESTAÇÃO: REVISÃO SISTEMÁTICA. *Vanessa Giovanini Manesco** (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo), *Poliana Patrício Aliane*** (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo) e *Erikson Felipe Furtado* (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo).

O uso de álcool durante a gestação está associado a maiores chances de problemas para a gestante e para o feto, não havendo limites seguros para o consumo de bebidas alcoólicas neste período. Apesar disso, cerca de 20% das gestantes em cidades do Sudeste do Brasil têm um consumo de álcool considerado de risco para a saúde do seu bebê. O presente trabalho procurou mapear a existência e a qualidade da produção de conhecimento científico internacionalmente disponível voltado para a prevenção do uso de álcool durante a gestação. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura indexada nas bases PubMed, PsycInfo e Web of Knowledge, publicados até junho de 2009 em inglês, português ou espanhol, com as palavras-chave *prevention, pregnancy, alcohol drinking e fetal alcohol syndrome* que apresentassem e avaliassem uma estratégia de intervenção destinada a prevenir o uso de álcool na gestação, tendo como medida de desfecho a avaliação do padrão do uso de álcool. Adicionalmente foi realizada uma busca manual nas referências dos trabalhos que compuseram a amostra. Foram encontrados 21 artigos, sendo um deles pela pesquisa manual. Todos escritos em inglês, sendo 20 norte-americanos e um sueco; o trabalho mais antigo encontrado foi publicado em 1983, do total, 13 foram produzidos na última década. A maioria era Longitudinal (havendo 10 Ensaios Clínicos Randomizados com Grupo Controle) e os tipos de intervenção mais utilizados foram as Intervenções Breves e as Entrevistas Motivacionais, que, em linhas gerais, têm em comum a avaliação do padrão de consumo de álcool da gestante, o feedback dessa avaliação, o estabelecimento de metas, discussão de prós e contras do uso, o aconselhamento e o desenvolvimento da auto-eficácia do paciente. Nenhum trabalho utilizou marcadores biológicos para medir a mudança no padrão de consumo de álcool, todos utilizaram auto-relato, alguns acompanhados de relato de terceiros. De maneira geral os trabalhos avaliaram positivamente os resultados de suas intervenções. Considerando-se as bases pesquisadas, observou-se um aumento na produção relacionada ao tema na última década, entretanto, esta se encontra concentrada no hemisfério norte; aconselha-se o desenvolvimento de estratégias de prevenção aplicáveis no Sistema Único de Saúde do Brasil, e sua avaliação no contexto sócio-cultural brasileiro. A análise dos trabalhos demonstra que é possível diminuir a incidência de gestações expostas ao álcool através das intervenções apresentadas, sustentando o direcionamento de recursos para este fim.

CNPq

Palavras-Chave: Consumo de álcool, Gravidez, Síndrome Alcoólica Fetal
IC (trabalho de graduação)

SAÚDE

INVESTIGAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO VIGENTES EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NATAL/RN. *Samantha Santos de Albuquerque Maranhão* e Livia Cruz Vilela Cid* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN).*

O presente estudo teve como objetivo a investigação acerca dos processos de trabalho vigentes em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do município de Natal/RN. A dinâmica de trabalho, aqui enviesada para uma UBS, se configura de uma maneira tal que, pensar sobre este modo implica considerar o processo técnico, social e econômico vigentes neste atual período histórico da saúde, o qual está relacionado com modos de produção movidos pelo conhecimento, pela produção de subjetividade e pelos modos de ser e agir. Neste âmbito, pensar em gestão do trabalho significa ir além de questões organizacionais, ou seja, significa considerar a gestão em saúde como um processo que necessita de modos de produção comprometidos com a vida. Através da simbiose entre normas prescritas e praticadas, analisar os modos de trabalhar alude processos de trabalho pautados pela capacidade de utilizar a autocrítica de refletir sobre o saber instituído das normas prescritas, a fim de promover um movimento de produção para um trabalho vivo em ato com o objetivo de manter a tensão entre o instituído e o instituinte, permanentemente. Nesta perspectiva, buscou-se analisar como os processos de trabalho configuram-se em uma UBS, onde há a operacionalização da Estratégia de Saúde da Família (ESF). Levando em consideração o fato de que toda investigação científica faz um recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objetivo de investigação, o presente estudo optou pela observação participante durante as visitas à instituição, assim como pela técnica da entrevista semi-estruturada com os profissionais da Unidade. Esta abarcou cinco perguntas, as quais procuraram impulsionar discursos que elencassem os processos de trabalho vigentes. A análise das entrevistas releva que a maioria dos profissionais elenca alguns elementos importantes acerca do cuidado em saúde e da humanização. Segundo estes, o trabalho deve ser desempenhado mesmo que não haja recursos para que este seja concretizado: outras alternativas devem ser tomadas para se chegar ao fim desejado. Não foi à toa que durante a investigação, percebeu-se o quanto eles esforçavam-se para fazer um trabalho inventivo como uma tentativa para dinamizar o cotidiano do serviço. Dentre estas inovações, surgiram práticas como um grupo de teatro dos agentes comunitários de saúde, o “posso ajudar?”; rodas semanais entre as equipes com vistas à interdisciplinaridade e, em especial, a “Tenda do Conto”, idealizada por uma enfermeira da Unidade em questão, que se refere a um espaço de expressão para toda a comunidade onde a UBS atende. Neste projeto, há a possibilidade de encontros autopoieticos e espaço artístico, onde poética e poiética se misturam em um movimento de fabulação e expansão da vida. Em suma, verifica-se que nesta UBS a constituição dos modos de fazer está imbricada à constituição de modos de subjetivar. Comprovando, portanto, a relevância desta investigação ao apresentar uma UBS que corrobora com processos de trabalho pautados pela simbiose entre o saber científico e a sabedoria prática para a criação de um trabalho instituinte em saúde pública.

Palavras-chave: Unidade Básica de Saúde; processos de trabalho; prática de saúde pública.

Nível do trabalho: Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação).

Código da área da pesquisa: SAÚDE

RELAÇÃO ENTRE ATIVIDADE FÍSICA E QUALIDADE DE VIDA PARA OS IDOSOS. *Aline Machado Teotônio**, *Claudia Borim da Silva***, *Simone Santana Gomes** e *Tássia Victorino dos Santos** (Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP).

A atividade física tem sido considerada importante na atualidade e tem sido frequentemente procurada pelos idosos, esta reúne aspectos físicos, sociais e psicológicos, O objetivo desse trabalho foi verificar se havia diferença na qualidade de vida de idosos praticantes da atividade física e idosos sedentários. Participaram da pesquisa 31 idosos com idade média de 74 anos e desvio padrão de 1,41, que freqüentavam três instituições, sendo duas religiosas e uma não governamental. Após a autorização dos respectivos responsáveis das instituições, iniciou-se a coleta de dados que foi realizada de forma individualizada. Os participantes responderam um questionário de qualidade de vida, o WHOQOL Bref., e uma entrevista semi estruturada. O questionário continha 26 afirmativas, com cinco possibilidades de resposta, sendo 3 afirmativas negativas, cuja pontuação foi invertida para a obtenção da pontuação por domínio (físico, psicológico, relações pessoais, ambiente), aspecto geral de qualidade de vida e pontuação total. A pontuação em cada domínio poderia variar entre 4 e 20. Foram feitos o Teste t, a Análise de Variância de um fator e medidas repetidas para analisar os resultados, que estão apresentados com média e desvio padrão de cada grupo. Foi usado o software SPSS, versão 12.0 e o nível de significância adotado foi de 5%. Não houve diferença significativa na pontuação média de qualquer domínio, e nem na pontuação total do questionário, quando comparamos os idosos sem doença, com hipertensão e com outras doenças e quando comparamos os que fizeram ou não cirurgia no último ano. Os resultados mostram que a presença de doença e a realização de cirurgia, não influenciam diretamente na qualidade de vida, uma vez que esta não está necessariamente ligada à ausência de doença, mas sim à maneira que o indivíduo se adapta à sua realidade. Dos idosos que frequentam atividades religiosas (n=23), nove fazem alguma atividade física; e dos que não participam de atividades religiosas (n=8), todos praticam atividade física Os idosos que não participam de atividades religiosas apresentaram pontuação média maior no domínio ambiente ($15,94 \pm 1,64$) e nos aspectos gerais de qualidade de vida ($17,00 \pm 2,39$) quando comparados com idosos que participam ($13,85 \pm 1,88$ no domínio ambiente e $14,61 \pm 2,29$ nos aspectos gerais) respectivamente por meio do teste t [$t_{(29)} = 2,79$; $p=0,01$ e $t_{(29)} = 2,52$; $p=0,02$]. Os dados indicam que embora a religiosidade possa ter um papel central na velhice, sendo fonte de apoio emocional e integração na sociedade, contribuindo para a qualidade de vida, quando comparada com a prática de atividade física, não é um fator determinante para esta. A pontuação média nos aspectos gerais de qualidade de vida foi significativamente maior no grupo que pratica atividade física ($16,24 \pm 2,22$) quando comparado com o grupo sedentário ($14,00 \pm 2,35$), mostrando que a atividade física pode produzir qualidade de vida [$t_{(29)} = 2,71$; $p=0,01$]. Devido ao tamanho reduzido da amostra não foi possível verificar se a atividade religiosa e física permitem aumentar a pontuação de qualidade de vida. Vale ressaltar que o estudo está em andamento e espera-se poder verificar essa hipótese.

Palavras-chave: idosos, atividade física, qualidade de vida.

IC (trabalho de graduação)

SAÚDE

A ELABORAÇÃO DE MANUAIS INFORMATIVOS PARA CRIANÇAS COM DERMATITE ATÓPICA E PARA SEUS PAIS E CUIDADORES. *Valquiria Maria Gonçalves**, *Francislaine Flâmia Inácio**, *Caroline Encinas Audibert**, *Magaly Bruna Ramos**, *Robson Zazula***, *Vivian Nagami** e *Márcia Cristina Caserta Gon*** (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR)

A Dermatite Atópica é uma doença crônica de pele que acomete cerca de 10 a 15% da população, com maior prevalência na infância. Por ser uma doença crônica é caracterizada por persistir ao longo da vida do indivíduo e não ter recursos médico-farmacológicos disponíveis para tratamento que sejam suficientes para atingir uma cura. Os sintomas são alterações no organismo que provocam o aparecimento de prurido, vermelhidão e lesões na pele e que, além do incômodo físico, podem causar em crianças portadoras também danos psicológicos, tendo efeito em seu desenvolvimento emocional e nas relações com outras pessoas, principalmente familiares. Observam-se frequentemente queixas dos pais de crianças com dermatite atópica relacionadas principalmente a dificuldades nos relacionamentos entre essas e seus pais ou cuidadores, pouca adesão ao tratamento e também comportamentos de desobediência, ansiedade e depressão por parte da criança. Além disso, essas crianças, comumente, sofrem com o preconceito e discriminação, por ser uma doença que fica exposta, dependendo do lugar em que as lesões ocorrem. Esses fatores geralmente afetam negativamente a qualidade de vida da criança e de seus familiares. Assim, neste contexto, é importante que haja o envolvimento de pais e cuidadores nos procedimentos relacionados à doença. Para isso, a utilização de recursos psicoeducativos pode ser um instrumento de grande relevância. Dentre eles, a elaboração de manuais informativos sobre dermatite atópica pode propiciar a interação entre pais, crianças e profissionais, além de facilitar a adaptação da criança e da família à doença, ensinando estratégias para lidar de modo mais eficaz com a doença e as consequências decorrentes desta, aumentando a adesão ao tratamento, diminuindo o caráter aversivo dos procedimentos e também a ocorrência de problemas comportamentais. Assim, com base na literatura da área e em dados obtidos em projetos de extensão universitária, de atendimento psicológico de crianças com doença crônica de pele e suas mães desde 2003 na Universidade Estadual de Londrina, foram elaborados dois manuais informativos sobre dermatite atópica: um para crianças e outro para pais e cuidadores. O manual para as crianças apresenta os sintomas da doença, informações sobre o tratamento e contém estratégias e formas adequadas de se expressar os sentimentos e comportar-se de forma eficaz diante de provocações. O material tem imagens para colorir e auxilia a criança a compreender melhor a sua doença, facilita a adesão ao tratamento e amplia comunicação com seus cuidadores. O manual para pais e cuidadores apresenta informações sobre a dermatite atópica, buscando esclarecer dúvidas com relação à doença e ao tratamento. Tem enfoque na relação pais-filho na rotina de tratamento da doença e visa favorecer um bom relacionamento entre pais e criança e, assim, um contexto adequado para a melhora da enfermidade, a partir de um ambiente apropriado para que a criança aprenda a cuidar de si. Deste modo, objetiva-se com este trabalho apresentar a importância de manuais informativos sobre doenças crônicas, além de expor os dois manuais elaborados, com um enfoque não apenas biomédico, mas também comportamental, enquanto um importante recurso auxiliar no tratamento da dermatite atópica.

Apoio financeiro: Francislaine Flâmia Inácio é bolsista de extensão pela Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná. Robson Zazula é mestrando bolsista da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Palavras-chave: Manual informativo, Dermatite atópica, Orientação de pais.

Projeto de Extensão.

Código da área: SAÚDE

ESTEREÓTIPOS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM RELAÇÃO A ALCOOLISTAS EM JUIZ DE FORA – MG. *Henrique Pinto Gomide**, *Thais Medeiros Lopes**, *Rhaisa Gontijo Soares***, *Pollyanna Santos da Silveira*** e *Telmo Mota Ronzani (Pólo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG).*

No Brasil, o consumo de álcool se configura como o mais grave problema de saúde pública, visto que este fator determina mais de 10% da morbidade e mortalidade ocorrida no país. O contato inicial dos usuários de álcool com os serviços de saúde acontece através de clínicos gerais, que pouco detectam o acometimento pelo uso. Além de apresentarem falta de conhecimento sobre os sintomas do uso abusivo e da dependência, os profissionais apresentam atitudes estigmatizantes em relação aos alcoolistas. Os estereótipos são um dos componentes da estigmatização, assumindo funções no desenvolvimento, manutenção e perpetuação da estigmatização, formando um conjunto de crenças que guiam o processamento da informação e atribuições, podendo produzir profecias auto-realizadoras. O objetivo deste estudo foi explorar estereótipos sobre usuários de álcool dos profissionais de saúde mental e hospital geral do município de Juiz de Fora - Minas Gerais. As seguintes hipóteses foram testadas: pessoas com menor escolaridade apresentam uma visão mais estereotipada sobre alcoolistas e; a motivação e o convívio direto são fatores relacionados a uma visão mais estereotipada. O estudo foi exploratório, de definição intencional da amostra. Constituiu a amostra deste estudo 183 profissionais de saúde de níveis superior e técnico da cidade de Juiz de Fora - Minas Gerais vinculados ao serviço de saúde mental da rede municipal de saúde (n=51) e dois hospitais gerais (n=132). Os seguintes instrumentos foram utilizados questionário sócio-demográfico e a escala de moralização sobre o uso de álcool. Os entrevistados foram convidados a participar da pesquisa em um momento que não interferisse a rotina de trabalho. Todos os participantes assinaram o TCLE. Após a coleta e as análises, devolutivas foram feitas aos serviços. Os dados foram tabulados e analisados no pacote estatístico SPSS®for Windows. Adotou-se como intervalo de confiança $p < 0,05$. A escala de moralização sobre o uso de álcool apresentou média de 27,85 (DP=12,90) e mediana de 26. Não foram encontradas diferenças significativas entre convívio direto com usuário de álcool, motivação para trabalhar com pacientes que fazem uso nocivo de álcool. Embora tenha sido observada uma diferença entre as medianas dos profissionais de nível superior (M=21) e técnico (M=29) pelo teste de Mann-Whitney, ($p < 0,01$) e em relação ao gênero, masculino (M=27) e feminino (M=24) ($p < 0,05$). Não foram observadas correlações significativas da escala de moralização sobre o uso de álcool com idade e tempo de trabalho na profissão. Avaliar os estereótipos e outros componentes como crenças e atitudes dos profissionais são de grande importância para melhoria dos serviços de saúde e do atendimento para os usuários de álcool, e garantir o atendimento igualitário, uma vez que conhecidos os estereótipos, é possível traçar estratégias para mudança na educação dos profissionais.

Bolsa de Produtividades em Pesquisa CNPq e Programa Pesquisador Mineiro FAPEMIG. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG – pela concessão das bolsas de iniciação científica e de mestrado e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – pela concessão de bolsas de iniciação científica

Estereótipos, Alcoolismo, Profissionais de Saúde
Nível do Trabalho: IC

Código: Saúde

FATORES ASSOCIADOS AO FUNCIONAMENTO COGNITIVO NORMAL: DADOS DOS IDOSOS RESIDENTES NA COMUNIDADE DE PATOS DE MINAS - MG. *Dóris Firmino Rabelo (Mestre em Gerontologia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, BA) e Ana Cláudia Gomes* (Centro Universitário de Patos de Minas, MG).*

O funcionamento cognitivo dos idosos cada vez recebe mais atenção dos profissionais da área da saúde uma vez que, esse processo vai desencadeando vários fenômenos, como a preocupação da qualidade de vida e o bem-estar nesta etapa da vida. Dentro do histórico de vida de cada sujeito é necessário avaliar e analisar possíveis fatores que podem estar relacionados ao não surgimento do declínio cognitivo. O objetivo deste estudo é averiguar quais variáveis podem estar associadas ao funcionamento cognitivo normal de idosos residentes na comunidade de Patos de Minas-MG. Realizou-se um estudo quantitativo, de delineamento transversal com 70 idosos. A coleta dos dados foi feita no domicílio do idoso em duas fases. Na primeira fase foi feita a anamnese, a avaliação do suporte social, das queixas de memória, da saúde mental, do quadro depressivo e o teste de rastreamento de declínio cognitivo (Mini-exame do Estado mental). Na segunda fase foi aplicada a bateria de testes neuropsicológicos. Os dados obtidos foram submetidos à análise estatística com a utilização do programa SPSS. Dentre os 70 idosos pesquisados, 62,8% não apresentaram declínio cognitivo e a média de idade dos entrevistados foi de 68,7 anos. Com relação ao arranjo familiar, 27,3% moram com o cônjuge, no que se refere ao estilo de vida, 88,6% tem o consumo baixo ou nunca ingeriram álcool, 100% da amostra revelou nunca ter usado drogas, 77,3% não fumam, 54,5% dizem que a memória está boa. Na avaliação da funcionalidade familiar, 79,5% mostraram ter boa funcionalidade familiar, 56,8% sempre tem o suporte social, 88,6% apresentam alta percepção de suporte social, 97,7% tem menor dependência de assistência, 88,6% revelam ter menor probabilidade de desenvolvimento de quadro psiquiátrico e 81,8% não apresentam quadro depressivo. No teste mini-exame do estado mental que avalia o funcionamento cognitivo global, 84,1% não apresentaram alterações, revelando um funcionamento normal. Como foi mostrado na pesquisa, acredita-se que aqueles idosos com maior suporte social (indicado pela percepção de suporte e funcionalidade familiar), com um histórico de saúde positivo (indicado por menor índice de hospitalização no último ano, menos doenças crônicas, ausência de eventos que deixam seqüelas, menor quantidade de medicação), com maior engajamento social (participação em atividades sociais e de lazer), com um estilo de vida positivo (boa alimentação, histórico de etilismo e tabagismo), com melhor saúde percebida, com menos queixas subjetivas de memória, com melhor saúde mental e com menos sintomas depressivos apresentam menor declínio cognitivo. Idosos com estilo de vida mais positivo, revelaram ter melhor preservação do funcionamento cognitivo na velhice.

Bolsista – PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica)

Palavras-chave: Idoso. Funcionamento cognitivo normal. Avaliação neuropsicológica.

IC – Trabalho de graduação

SAÚDE

FAMILIARES DE PESSOAS COM AUTISMO: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS COM PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA ASSISTÊNCIA AO FILHO. *Márcia Rejane Semensato ***, *Carlo Schmidt*, *Regina Zanon *** e *Cleonice Alves Bosa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS).*

Este estudo teve como objetivo investigar a percepção parental a respeito das suas dificuldades e sentimentos em relação ao cuidado dos filhos com autismo, a partir dos relatos de cinco encontros de um grupo quinzenal no qual sete participantes, pais ou mães, se reuniam com um terapeuta e um co-terapeuta. Os principais relatos dos pais e as impressões do terapeuta foram registradas e posteriormente examinados através de análise de conteúdo. Das categorias identificadas, destaca-se as dificuldades encontradas pela família na Relação com Profissionais e Serviços de Saúde. As Dificuldades nas Relações com Profissionais e Serviços de Saúde envolve, dentre outros aspectos, a demora e o pouco consenso entre os especialistas a respeito do diagnóstico, o que foi visto como uma fonte de tensão. A demora na busca de um diagnóstico correto causa dor e aumenta a possibilidade de sofrimento, com sentimento de perda de tempo, o que pode gerar ou incrementar frustração, confusão, sentimentos de culpa, expectativas irreais de cura e de desaparecimento dos sintomas do filho. Observou-se que assim como a família se sente, por vezes, insegura no entendimento do filho com autismo, os profissionais também são percebidos pelos pais como evidenciando uma dificuldade de consenso quanto à condição do filho, a medicações e a intervenções. Os relatos dos familiares indicam que as constantes trocas de medicação, por exemplo, tendem a ser percebidas como ineficazes e frustrantes em relação às expectativas iniciais. Os pais também relataram dificuldade de acesso aos serviços de saúde especializados e falta de suporte dos profissionais, principalmente em momentos de urgências. A escola, no entanto, foi vista como um importante recurso auxiliar no manejo de certas rotinas desgastantes e como uma forma de ligação entre os pais e alguns serviços. O manejo dos profissionais/equipes de saúde em relação aos aspectos emocionais com a criança e sua família foi visto como fonte de insatisfação e de estresse e ao mesmo tempo como uma fonte desejada de apoio para lidar com os sentimentos dos pais e com as dúvidas em relação ao manejo do filho. Os resultados remetem à importância do trabalho grupal com os familiares de pessoas com autismo e à necessidade que os profissionais valorizem a escuta da percepção parental sobre suas experiências, sentimentos e dificuldades. A redução da sobrecarga dessas famílias e de seus membros, através da ampliação de seus recursos, passa pela qualidade da comunicação com os profissionais e com os serviços de saúde envolvidos com o filho.

Palavras-chave: autismo, família, grupos de suporte, relação com profissionais

Monografia de especialização

SAÚDE

PREVALÊNCIA E PREDITORES DO ESTRESSE EM ARACAJU (SE). *André Faro Santos** e Marcos Emanuel Pereira (Doutorado em Psicologia Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA).*

O estresse é uma condição psicológica através da qual o sujeito percebe, avalia e interpreta mudanças que afetam o seu bem-estar físico ou psíquico. Apesar de ser estudado como construto psicossocial, os alvos primários do estresse são os processos neurofisiológicos mobilizados frente às experiências estressoras e as alterações do funcionamento psicológico ocasionadas pelo enfrentamento da situação, dinâmicas que facilitam a eclosão de distúrbios psicossociais em curto ou longo prazo. Atualmente, o estresse é considerado objeto de estudo dentro da perspectiva da vulnerabilidade individual e coletiva, posto que a dimensão social vem sendo assinalada como questão basal para o delineamento de fatores que predisõem ao adoecimento ou favorecem à promoção de saúde. Nesse sentido, percebe-se que são poucos os estudos que visam, especificamente, à determinação do impacto conjunto de diferentes características sociodemográficas no desenvolvimento do estresse, lacuna que também se aplica ao contexto nacional das pesquisas sobre este tema. Dado o exposto, a presente pesquisa objetivou determinar a prevalência de estresse em uma amostra populacional, identificar as relações estatísticas e o poder explicativo do perfil sociodemográfico sobre a ocorrência do estresse. A amostra foi composta por 1.871 transeuntes adultos que se encontravam no principal centro comercial de Aracaju (SE). Utilizou-se um questionário composto por dez variáveis sociodemográficas e o estresse foi mensurado por meio da Escala de Faces de sete pontos. Para a análise estatística bivariada foram aplicados os testes *t* de Student e a correlação produto-momento de Pearson. Na análise multivariada foi estimado o poder explicativo das variáveis sociodemográficas sobre o estresse através de regressão linear. Quanto aos resultados, constatou-se o índice de estresse em 14,8% e os fatores a ele associados foram quatro: a renda média individual ($r=-0,84$; $p<0,001$) e o sexo [$t=(1856,3)=2,590$; $p=0,010$], sendo que o feminino obteve maior pontuação média de estresse ($M=3,07$; $DP=1,58$), em comparação ao masculino ($M=2,89$; $DP=1,41$). Além desses, o tabagismo [$t=(276,3)=3,924$; $p<0,001$] e a prática regular de atividade física [$t=(1416,6)=3,935$; $p<0,001$] tiveram diferença, sendo que os indivíduos tabagistas ($M=3,37$; $DP=1,62$) e os que não praticavam atividade física ($M=3,07$; $DP=1,53$) indicaram maiores pontuações na escala de estresse, em comparação aos não tabagistas ($M=2,92$; $DP=1,97$) e os que praticavam atividade física regular ($M=2,80$; $DP=1,40$). Na regressão linear, o tabagismo ($\beta= 0,10$), a prática de atividade física regular ($\beta= -0,06$), a renda média familiar ($\beta= -0,07$) e o sexo feminino ($\beta= 0,05$) foram preditores significativos. Como conclusão, constatou-se que a prevalência de estresse foi compatível com resultados de outras pesquisas com delineamento similar. Embora os preditores tenham exibido escores padronizados relativamente reduzidos, esses resultados são consistentes com a literatura e, por consequência, revelam a maior exposição de grupos sociais específicos. Finalmente, cabe ressaltar que o corrente estudo foi realizado no Estado de Sergipe, sendo que este é o primeiro levantamento acerca da ocorrência do estresse em nível populacional na Região Nordeste do Brasil, e torna-se relevante tentar evidenciar as nuances existentes entre o estresse e as características sociodemográficas da amostra, ou seja, demonstrar como se apresenta o estresse dos indivíduos em geral na cidade de Aracaju.

¹Bolsista de Doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Palavras-Chave: Estresse; Fatores Socioeconômicos; Vulnerabilidade.

Nível do Trabalho: P

Código: SAÚDE

A PERCEÇÃO SOBRE A PRÁTICA DO PSICÓLOGO: UM ESTUDO NO HOSPITAL GERAL CLERISTON ANDRADE. *Vasti da Conceição Silva (FTC - Faculdade de Tecnologia e Ciências Feira de Santana - Bahia)*

Este trabalho objetivou identificar a percepção da população frente à prática do psicólogo hospitalar. Buscou-se traçar um panorama histórico da atuação do psicólogo no hospital. Verificou-se que o papel deste profissional adquire relevância diante do contexto em que se encontram os pacientes por ele atendidos. Realizou-se uma pesquisa de campo na clínica médica do hospital Clériston Andrade em Feira de Santana, Bahia, junto a quarenta e cinco participantes (uma psicóloga, dezesseis pacientes, doze componentes da equipe médica e dezesseis acompanhantes). O instrumento utilizado foi questionário semi-estruturado. Os participantes estavam inseridos no ambiente hospitalar, tanto o profissional psicólogo e a equipe médica, quanto os pacientes e seus acompanhantes. Esta unidade atende à demanda espontânea, e a referida clínica recebe pacientes oriundos, principalmente, dos setores de emergência e estabilização da UTI, embora os casos específicos recebam pacientes da unidade materno infantil. Os dados das entrevistas foram analisados a partir da análise do conteúdo para as questões abertas, buscando identificar as palavras e sentidos expressos pelos entrevistados. Nesta análise utilizou-se a fundamentação teórica que embasa a pesquisa, fazendo uma relação entre teoria e as questões práticas. As questões objetivas foram tratadas através de estatística descritiva, que buscou identificar a frequência das respostas apresentadas pelos participantes: média aritmética e frequência foram as medidas utilizadas. Os resultados indicaram que há uma avaliação positiva dos grupos entrevistados sobre a importância da atuação do psicólogo no contexto do hospital. A maioria dos entrevistados concorda que a presença deste profissional dentro do hospital contribui para o processo de recuperação dos pacientes, auxiliando também os acompanhantes e profissionais da equipe médica. Os entrevistados, em sua grande maioria, vêem este tipo de atuação como adequada e relevante para os indivíduos acometidos por alguma patologia e hospitalizados. Os resultados indicam, também, que a equipe médica possui uma visão positiva sobre a importância do psicólogo. Com a pesquisa foi possível concluir que a prática do psicólogo no hospital geral é vista como importante, necessária e possível, tanto para pacientes hospitalizados, como também para os seus familiares. Outra questão apontada se refere ao fato de que, apesar da reconhecida relevância deste profissional dentro do hospital, as políticas públicas não suprem as demandas das percepções de pacientes, acompanhantes, médicos e da própria psicóloga, na medida em que para uma unidade hospitalar de grande porte, existe apenas um profissional psicólogo que nela atua.

Palavras-chave: Psicologia – Psicologia hospitalar – Psicólogos – Hospitalização

SAÚDE

RECURSOS DE RESILIÊNCIA E ENFRENTAMENTO OBSERVADOS EM MULHERES SUBMETIDAS À CIRURGIA DE CÂNCER DE MAMA. *Patrícia Ferreira Ribeiro**, *Noelle Castilho Caldeira Brant**, *Flávia Borges Carvalho**, *Ana Carolina Silva Ribeiro**, *Ana Cláudia Rubim de Lima**, *Pâmela Tavares Cordeiro**, *Samara de Sousa Soares**, *Bruna Rezende Corrêa**, *Núbia Cristina Silveira Giubilei** e *Vanessa Cristina de Souza*** (Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Psicologia, Uberlândia, MG).

O presente trabalho propõe uma breve revisão do conceito de resiliência e como o mesmo ficou evidenciado no discurso de oito mulheres durante entrevista para aplicação de um questionário de Imagem Corporal após o Câncer de Mama. As entrevistas foram realizadas no Hospital do Câncer de Uberlândia, como parte do projeto de pesquisa intitulado “Validação e Análise Estatística do Questionário Body Image After Breast Cancer Traduzido e Adaptado para o Português”, do Programa de Mestrado do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. O projeto está em andamento desde início de 2009, após aprovação do Comitê de Ética. A amostra do projeto de pesquisa é composta por 300 mulheres, mas foi dado destaque, para este trabalho, aos relatos de oito mulheres que se dispuseram a dar maiores detalhes sobre a experiência de passar pela cirurgia de câncer de mama e dentro desses relatos foi possível observar pontos em comum da amostra, relacionados à resiliência e aos recursos de enfrentamento, ou mesmo a falta deles, a partir da análise do discurso das mesmas. A resiliência é definida como a capacidade de o indivíduo enfrentar adversidades se adequando a elas para conseguir superá-las. Alguns acreditam que a flexibilidade e versatilidade são características da pessoa resiliente, outros apontam a resiliência como traço de personalidade ou temperamento, um atributo individual ou fruto da interação com o ambiente, e pode variar em grau de acordo com as circunstâncias. Foram observados, pelo discurso das entrevistadas, cinco pontos principais que contribuíram para o bom enfrentamento depois do diagnóstico de câncer de mama e da perda total ou parcial da mesma. Os pontos observados no discurso de seis das oito mulheres foram: a religiosidade, a evitação, o apoio da família e ou parceiro, a reconstituição cirúrgica que recupera a auto-estima pela estética, e o realismo. Como exemplo, pode-se citar frases como: “se Deus quis que eu ficasse sem ela (mama), assim eu vou ficar”, “evito ficar pensando ou lembrando, são os pensamentos que enfraquecem as pessoas”, “sempre tive o apoio da minha família, o que me fortaleceu bastante”, “depois da reconstituição pude enfrentar melhor a doença”, “fiquei preocupada, mas sabia que era algo que poderia me recuperar, procurei ajuda médica, fiz todo o tratamento terapêutico necessário, agora estou no acompanhamento médico e com remédios”. As outras duas das oito mulheres entrevistadas relataram ainda sofrer muito e não se conformar, sendo que uma se sente muito dependente e acha isso muito dolorido, e a outra reage “descontando” sua raiva nas outras pessoas.

Sem apoio financeiro ou bolsa

Palavras-chave: câncer de mama, recursos de enfrentamento, análise do discurso.

Nível: M

Área: SAÚDE

ANÁLISE DAS INSTRUÇÕES ODONTOPEDIÁTRICAS RELATIVAS À SAÚDE BUCAL DA CRIANÇA E SUA COMPREENSÃO PELAS MÃES.

Kirchner, L. F.; Haydu, V. B.; Marinho-Casanova, M. L. (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR, Brasil)

O estabelecimento de hábitos saudáveis deve iniciar na primeira infância e pode ser mais favorável se os pais tiverem clareza dos riscos e dos prováveis efeitos negativos da utilização da mamadeira noturna com líquidos açucarados, concomitante à higiene deficiente. Além disso, da importância dos hábitos alimentares; do uso de flúor e dos cuidados quanto à higiene bucal. A dificuldade em orientar os pais de forma que eles possam seguir orientações adequadas é o que tem levado profissionais da odontologia a buscar o auxílio de psicólogos. O presente estudo teve por objetivo realizar uma análise das orientações sobre saúde bucal passadas por uma odontopediatra, residente de um curso de Especialização em Odontologia, e a compreensão das mães sobre o que foi ensinado. As orientações foram descritas como regras a serem seguidas pelas mães (n=3) de crianças entre 1 a 3 anos, que participavam de um programa preventivo odontológico, por meio do qual era feito um acompanhamento a cada 3 meses. As orientações odontopediátricas foram gravadas, transcritas e analisadas quanto à presença da descrição dos eventos antecedentes e conseqüentes para o comportamento a ser emitido. Posteriormente buscou-se investigar com as mães por meio das perguntas: “O que você aprendeu hoje com a (nome da residente)?”, “Porque é importante seguir esta orientação?”, o que elas haviam compreendido das orientações passadas. Os resultados mostraram que das instruções passadas, 7/13 descreveram a relação entre os eventos conseqüentes e o comportamento a ser emitido, sendo que cinco descreveram as prováveis conseqüências para sua emissão e duas apontaram as conseqüências errôneas ou incompletas. Dessas, 4/5 foram caracterizadas por apresentar conseqüências aversivas para a não emissão do comportamento. As instruções recordadas e relatadas pelas mães (7/13) foram aquelas que apontaram conseqüências, mesmo que essas tenham sido errôneas e/ou descritas de forma incompleta. As instruções que especificaram somente o comportamento a ser emitido não foram relatadas pelas mães, mostrando que informar as prováveis conseqüências do comportamento pode resultar na melhor compreensão do que precisa ser seguido e até mesmo elevar a adesão a esses comportamentos. O estudo buscou analisar o conteúdo das instruções e não o seu seguimento, de forma que o fato das mães terem compreendido algumas das orientações passadas não quer dizer que estas serão seguidas. O número restrito de participantes, assim como a falta de informações sobre o conhecimento materno referente aos cuidados de saúde bucal constituem as limitações do presente estudo. Sugere-se para estudos posteriores a ampliação da amostra e investigações mais abrangentes sobre a história comportamental materna referente aos hábitos de saúde bucal da criança.

Palavras-chave: controle instrucional, odontopediatria, orientação de pais.

ANÁLISE FUNCIONAL DO COMPORTAMENTO DE FUMAR: SEGUINDO O MODELO DA PSICOTERAPIA ANALITICO FUNCIONAL – FAP. *Josy Moriyama, Luziane de Fátima Kirchner e Maria Luiza Marinho Casanova (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento/ Programa de Mestrado em Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR)*

O principal instrumento de mudança na Psicoterapia Analítico Funcional (FAP) é a análise funcional da relação e das interações terapeuta-cliente. Esta relação terapêutica tende a evocar os comportamentos do cliente que fazem parte de uma classe funcional relacionada aos seus problemas, estes chamados comportamentos clinicamente relevantes do cliente (CRB). Intervenções direcionadas a cessar o comportamento de fumar têm como objetivo primordial identificar os eventos mantenedores para os comportamentos de cada fumante e propor estratégias individuais. Sendo a FAP pautada na descrição de análises funcionais dos comportamentos problemas do cliente, a análise do comportamento de fumar, seguida deste modelo pode trazer contribuições interessantes. O presente estudo descreve os comportamentos-problema de sete fumantes (entre 21 a 58 anos) participantes de um programa para parar de fumar (Programa de Conduta Determinada/UEL), agrupando os relatos de participantes entre aqueles que sejam clinicamente relevantes, de acordo com a FAP (CRBs 1, 2 e 3). O programa foi realizado na clínica-escola da Universidade Estadual de Londrina-PR, composto de 6 sessões (2 individuais e 4 em grupo) com duração aproximada de 90 minutos. Durante as sessões, foram apresentadas propostas comportamentais, como: levar o participante a identificar os eventos antecedentes e consequentes do seu comportamento de fumar; apresentar e discutir estratégias para lidar com a “fissura” e aliviar os sintomas da síndrome de abstinência; solicitar automonitoramento do participante por meio de auto-registro e realizar apresentação gráfica. Os participantes traziam relatos de situações no decorrer dos encontros, que possibilitaram a realização de análises funcionais e a diminuição dos comportamentos de fumar de acordo com as estratégias apresentadas, pelo terapeuta e/ou pelos outros participantes. Foram identificados CRBs1 (ex.: eu preciso muito parar de fumar. Estou sentindo que minha saúde está cada vez pior), CRBs2 (ex.: quando vejo que o cigarro está acabando, acabo ficando ansiosa e fumo mais que o que foi proposto aqui no grupo), e CRBs3 (ex.: antes de fazer qualquer coisa, eu colocava o cigarro na boca. Então eu percebi que fumava muito mais pelo hábito. Agora faço o contrário, eu faço o que tenho que fazer e só depois pego o cigarro). Verificou-se que os CRBs 2 e 3 aumentam ao longo das sessões de forma que os participantes, além de identificar seus comportamentos na sessão passaram a se comportar de acordo com as estratégias apresentadas. Por meio desta intervenção, a diminuição do consumo do cigarro foi significativa: 7 participantes reduziram pelo menos 40% dos cigarros que fumavam ao iniciar o tratamento. Palavras-chave: programa de tabagismo, análise do comportamento, FAP

SAU

ESTRESSE, UM DILEMA DA MODERNIDADE NA VIDA DO PROFESSOR.

*Patrícia Lamêgo Santana** (Colegiado de Psicologia, Faculdade de Tecnologia e Ciências de Jequié, Jequié, BA), *Jair Magalhães da Silva* (Colegiado de Psicologia, Faculdade de Tecnologia e Ciências de Jequié, Jequié, BA) e *Luciana Maria da Silva* (Colegiado de Psicologia, Faculdade de Tecnologia e Ciências de Jequié, Jequié, BA)

A educação brasileira tem passado por diversas transformações nos últimos anos, gerando novas demandas no cotidiano do ambiente escolar e na rotina de um dos seus principais agentes, o professor. A partir dessas mudanças os professores começam a vivenciar/enfrentar uma série de situações relacionadas ao conflito, ansiedade, opressão e exaustão. Nesse cenário surge um dos grandes dilemas da modernidade a ser enfrentado pelo professor: o estresse, que por sua característica negativa pode levar o indivíduo a um processo de adoecimento desencadeado por manifestações físicas e psíquicas, que limitam a capacidade de adaptação. Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivos: conhecer os fatores desencadeantes do estresse em professores do ensino fundamental da rede pública de uma cidade do interior da Bahia, identificar os principais sintomas físicos e psíquicos do estresse e discutir algumas estratégias para superar as dificuldades oriundas do estresse. O presente estudo é de caráter qualitativo por se aproximar de uma realidade social e valorizar o universo de significados dos professores. Foi desenvolvido nas escolas públicas de uma cidade do interior da Bahia, tendo como informantes 30 professores do quadro efetivo. Os dados foram coletados mediante entrevista estruturada, a partir da qual, pode-se traçar um perfil dos professores, identificando diversos fatores que interferem em sua vida profissional. Foi verificado que os aspectos privilegiados estão relacionados ao papel do professor diante das mudanças na educação brasileira, procurando compreender as alterações físicas e psíquicas provocadas pelo estresse e as possíveis respostas para superar suas conseqüências danosas, garantindo ao professor o desempenho de suas atividades profissionais de maneira mais dinâmica e criativa e proporcionando uma melhor qualidade de vida deste profissional. O presente estudo mostrou que elementos, tais como: reajuste salarial compatível, carga horária, condições de trabalho, falta de acompanhamento dos pais, desinteresse dos alunos e valorização profissional, são queixas que não se encontram somente no discurso de uma classe que está enfrentando problemas, mas sim na possibilidade de modificar o cenário de adoecimento que vem acometendo um número cada vez maior de profissionais da educação. Foi possível notar que os educadores, no seu cotidiano, têm pouco ou quase nenhum conhecimento de que as doenças existentes têm relação direta com a função que exercem, por isso são necessárias ações de orientação e prevenção. Portanto, urge a necessidade de discutir e pesquisar um tema de tamanha relevância por possibilitar reflexões que podem levar a respostas científicas e conhecimentos atualizados sobre o estresse, além de contribuir para que o professor desenvolva suas atividades com competência e manifeste habilidades cognitivas, sociais, psíquicas e afetivas que respondam ao processo de adaptação às mudanças na educação brasileira.

Palavras-chave: educação, mudanças, estresse

Nível do Trabalho: Outro

Código da área: Saúde

ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E PREPARO PSICOLÓGICO PARA A CONSULTA PEDIÁTRICA. *Josiane da Silva Delvan, Marina Menezes, Gabriel Fernandes Camargo Rosa*, Kathllen Daniele Garbari*, Márcia Alves de Camargo Lacerda*, Pamilla Regina Bittencourt*, Valéria Cichela de Deus Pereira* e Vanessa Nicola Cacenet** (Universidade do Vale do Itajaí, S.C.)

O corrente trabalho diz respeito a um relato de experiência proporcionada pelo estágio básico em Psicologia, cujo objetivo foi o de promover o acolhimento da criança ao serviço de saúde ambulatorial realizando o preparo psicológico desta para a consulta pediátrica. Na consulta em pediatria são realizados procedimentos para o acompanhamento do desenvolvimento da criança ou o diagnóstico de alguma doença e que exigem exame físico. Estes procedimentos: auscultar, examinar os olhos, ouvidos e garganta com instrumentos específicos, podem causar desconforto para a criança e desencadear comportamentos aversivos e amendrontadores pelo seu desconhecimento. O embasamento teórico que fundamentou as atividades de estágio foi a Psicologia da saúde, Políticas Públicas em Saúde, Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia Pediátrica. A referida literatura pondera o descontentamento das crianças em relação a sua permanência em lugares específicos para o aguardo da consulta, como fator de desmotivação para futuros atendimentos, refletindo negativamente na interação entre a criança, profissionais de saúde e acompanhantes, afetando a qualidade dos serviços oferecidos. Também tem indicado a utilização do brincar como recurso viável e adequado para crianças enfrentarem situações desconhecidas ou aversivas tais como a consulta pediátrica. As intervenções aconteciam uma vez por semana no ambulatório da Universidade do Vale do Itajaí que se constitui em campo de estágio aos acadêmicos que realizam atendimento à comunidade pelo Sistema Único de Saúde. O ambulatório é referência na região em especialidades médicas e, entre estas, inclui-se a pediatria geral, pediatria endócrina e a gastro-pediatria. Os estagiários de psicologia utilizaram como método de acolhimento o brincar, visando transformar o espaço da sala de espera em um ambiente descontraído, adequando condições psicológicas mais favoráveis aos usuários da mesma. A equipe de estagiários buscou informar as crianças sobre os procedimentos que seriam realizados com ela durante a consulta pediátrica, partindo do princípio que o conhecimento também oferece recursos para o enfrentamento de situações complexas. Para tanto utilizou como mediadores além do brinquedo, fantoches, história em seqüência, o jogo “show da saúde” e jogo da memória. Os resultados das intervenções realizadas indicam que a maior parte da população de crianças atendidas era do sexo masculino, com idade predominante de três anos, sendo a maioria acompanhada pela mãe. Findadas as atividades pode-se contemplar como resultados mais significativos, a partir do *feedback* dado pelos acompanhantes das crianças, os médicos e estagiários de Medicina participantes da avaliação sobre a intervenção realizada pelos estagiários da Psicologia, a contribuição do brincar na diminuição da ansiedade, bem como a melhora na comunicação paciente-médico durante a consulta pediátrica. Conclui-se que a preparação de crianças para a consulta pediátrica ainda se constitui em um campo novo para a psicologia e que ações como esta atendem ao que o Sistema Único de Saúde busca: a humanização dos serviços à população.

Palavras-chave: acolhimento, crianças, preparo psicológico, saúde pública.

IC (trabalho de graduação)

Código de área: SAÚDE

REVITALIZAÇÃO DA BRINQUEDOTECA DE UM HOSPITAL INFANTIL.
Josiane da Silva Delvan da Silva, Marina Menezes, Anne Cristine de Melo e Fernanda Fernandes Valero* (Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, S.C)*

A hospitalização não deve ser vista apenas sob seus aspectos negativos, pois através da hospitalização a criança também aprende a ter autonomia, conhece o funcionamento do seu corpo, as atribuições da equipe de saúde bem como, a utilizar mecanismos de enfrentamento à doença. O presente trabalho é o relato do estágio básico em Psicologia que objetivou revitalizar a brinquedoteca do Hospital Universitário Pequeno Anjo (HUPA) na cidade de Itajaí quanto à sua estruturação e funcionamento. A referida instituição presta serviços clínicos e cirúrgicos ao público infantil que necessita de atendimento médico-hospitalar. As ações desenvolvidas no estágio buscaram propiciar à criança hospitalizada o direito da brincadeira enquanto subsídio necessário ao seu desenvolvimento e qualidade de vida, utilizando-se para isso o espaço já existente da brinquedoteca hospitalar, determinado por lei (Lei nº 11.104 de 21 de março de 2005) e que deve servir de recurso para o brincar. Os fundamentos teóricos utilizados para o desenvolvimento das atividades de estágio básico em Psicologia foram: as tendências atuais em Psicologia da Saúde, Psicologia e a Saúde Pública, a Psicologia do Desenvolvimento, as Políticas Públicas para a saúde da criança, Psicologia Pediátrica e Brinquedoteca hospitalar. A revitalização da brinquedoteca ocorreu por meio de ações como a) a elaboração do inventário dos brinquedos existentes no hospital com o intuito de saber detalhadamente o que a brinquedoteca já possuía como material e a aquisição de outros jogos e brinquedos; b) a elaboração de um folder informativo direcionado aos pais, esclarecendo sobre os aspectos negativos e positivos da hospitalização, assim como a importância do ambiente da Brinquedoteca para a criança internada; c) elaboração de material informativo aos técnicos e auxiliares de enfermagem sobre a finalidade da brinquedoteca hospitalar e o seu funcionamento; d) realização do atendimento às crianças hospitalizadas por meio de atividades desenvolvidas na brinquedoteca de acordo com os princípios elaborados pelo grupo de estagiários para o seu funcionamento; e) organização e sistematização de equipes para o trabalho voluntário de atuação na brinquedoteca, com o propósito de orientar e capacitar pessoal para a monitoria nas atividades desenvolvidas neste espaço. Através dessa atividade de estágio identificou-se a importância da existência e funcionamento da brinquedoteca hospitalar para a conscientização dos pais e profissionais da saúde sobre os benefícios da brincadeira no ambiente hospitalar no desenvolvimento e aprendizagem da criança internada. Enquanto aspectos que se caracterizam como desafios às ações neste âmbito encontram-se: a escassa produção em língua portuguesa sobre brinquedoteca hospitalar e a dificuldade de se manter um monitor responsável pelo setor, oferecendo assim a oportunidade de ocorrer o brincar como auxiliador do processo de hospitalização, bem como, da continuidade das atividades desenvolvidas no estágio.

Palavras Chaves: Brinquedoteca, criança hospitalizada, saúde pública.

IC (trabalho de graduação).

Código da área: SAÚDE

ANSIEDADE E ESTRESSE EM INDIVÍDUOS QUE TRABALHAM NO AMBIENTE HOSPITALAR. *Fernanda Miranda Cavalcante**, *Láís Silva Torres**, *Mirian Gabriella da Silva** e *Abraão Roberto Fonseca*** (UNESC – Faculdades Integradas de Cacoal, Cacoal, RO)

A ansiedade pode ser compreendida de várias maneiras pelas abordagens psicológicas. Dentre elas, a de responder relacionado a eventos pré-aversivos é a que pode configurar a compreensão do fenômeno de maneira analítico-comportamental. Em busca da relação entre “ansiedade”, taxas de estresse e ambiente hospitalar, este trabalho realizou uma breve revisão bibliográfica acerca de artigos com descritores “ansiedade” e “estresse” e “ambiente hospitalar”. Os resultados encontrados foram: (1) a ansiedade caracteriza-se por ser um sentimento vago e desagradável de medo, apreensão, caracterizado por tensão ou desconforto derivado de antecipação de perigo, de algo desconhecido ou estranho, um sinal de alerta que capacita a pessoa a tomar medidas para lidar com ameaça. (2) A média de ansiedade dos profissionais pesquisados da saúde corresponde a um nível de ansiedade médio, dentro da organização hospitalar deve-se considerar também o poder, que possui um caráter disciplinar e coercitivo, que tem por finalidade a organização do espaço por meio do controle do tempo e pela vigilância, que poderá provocar ou potencializar situações conflitivas e ansiógenas, que poderão evidenciar sintomas de estresse. (3) Outros fatores que desencadeiam a ansiedade e estresse referem-se ao excesso de trabalho, ambiente estressor, riscos de morte, salários baixos, falta de recursos materiais e profissionais que geram ansiedade e estresse, devido à cobrança por parte da família dos pacientes, atingindo o repertório de enfermeiros e técnicos de enfermagem. (4) A falta de atendimento, pressão por parte da hierarquia, já que os funcionários além de trabalhar com todos estes riscos citados acima produziam muito, em decorrência da esquivia da demissão. Ressalta-se ainda que (5) enfermeiros que trabalham com jornadas duplas apresentam “níveis” maiores de ansiedade e estresse do que aqueles que trabalham com jornada única. De posse dos dados supracitados só reafirmam a proposição analítico-comportamental quanto à caracterização da ansiedade enquanto repertório que pode ser medido e controlado via observação de eventos antecedentes e conseqüentes. Quanto ao estresse, esse ainda sem uma classificação objetiva no âmbito comportamental, parece compor o repertório de ansiedade como correlato de ausência de foco, aceleração cardíaca, entre outros. Isto demonstra que o que classicamente vem sendo chamado de estresse, pode compor o quadro de respostas da ansiedade, inclusive em ambiente hospitalar, cuja adaptação do repertório é constante e repertório de autocontrole necessário em alta frequência devido à ameaça de morte, pressão por resultados e jornadas alongadas temporalmente com foco de atenção necessária sempre em alta frequência.

Palavras Chaves: Ansiedade; Estresse e Ambiente Hospitalar

IC

Psicologia da Saúde

ANSIEDADE SOCIAL, EVITAMENTO E AUTOCONSCIÊNCIA ENTRE UNIVERSITÁRIOS: EVIDÊNCIAS DE CORRELAÇÕES DOS CONSTRUTOS.

*Leila Gracieli da Silva**, *Bruna Angélica Borges**, *Tatiane Rodrigues Máximo**, *Marcilene Rodrigues da Silva**, *Valdinéia Aparecida Fernandes Benvenuti**, *Eduardo Kenedy Coelho**, *Ademilson dos Santos Ferraz**, *Thayssa de Oliveira Santini** e *Bruno Borine*** (UNESC – Faculdades Integradas de Cacoal, Cacoal, RO).

A ansiedade é um estado emocional com componentes fisiológicos e psicológicos, que acarreta sentimentos desagradáveis de medo, apreensão e com a presença de tensão ou desconforto derivado de antecipação de perigo, de algo desconhecido ou estranho. Desta maneira, a ansiedade referente ao quadro social dificulta a qualidade de vida dos indivíduos, definida, então, como a maneira que as pessoas processam as informações sobre si próprias e seu comportamento social. A ansiedade social encontra-se relacionada ao comportamento de evitamento social, este último é uma ansiedade antecipatória que embora diminua o desconforto momentâneo produz dor e sofrimento em um período posterior, acarretando em um acréscimo no nível de ansiedade. Os comportamentos de evitamento conduzem à diminuição do nível de auto-eficácia, que quanto maior a frequência do comportamento de evitamento, maiores serão os níveis de ansiedade. Existem vários tipos de evitamento: estimulação, do movimento, da atividade, das interações sociais e das atividades de lazer. Outro aspecto importante é a autoconsciência da pessoa que é a imagem que o indivíduo possui de si mesmo, seu senso de autoconsciência que é uma auto-avaliação de suas capacidades e do que considera ser seus aspectos duradouros da personalidade, podendo interferir na ansiedade social e no evitamento de situações sociais. A presente pesquisa teve como objetivo geral correlacionar o nível de ansiedade social, o evitamento social e autoconsciência entre universitários dos cursos de informática, administração, direito, psicologia e ciências contábeis. Participaram da pesquisa 113 universitários de ambos os sexos (58 mulheres e 55 homens), devidamente matriculados, com idade entre 17 e 49 anos com média de 24,8 anos e desvio padrão de 6,8 anos. Para a coleta dos dados foram utilizados os seguintes instrumentos: Escala de Autoconsciência Revisada (EAC-R) e a Escala de Liebowitz para a ansiedade social (LSAS). Todos os instrumentos são de auto-preenchimento e foram aplicados em sala de aula, coletivamente. Os sujeitos que consentiram em participar da pesquisa, de forma livre e esclarecida, foram orientados quanto ao preenchimento do questionário. Garantiu-se o caráter voluntário da participação, bem como o respeito às diretrizes éticas que regem a pesquisa com seres humanos. Através das análises dos dados observou-se correlação positiva e alta entre ansiedade social e evitamento ($r = 0,66$ $p < 0,01$), de modo semelhante, foi encontrada correlação positiva e moderada entre ansiedade social e autoconsciência ($r = 0,47$ $p < 0,01$) e, por fim, observou-se correlação positiva e moderada entre evitamento social e autoconsciência ($r = 0,45$ $p < 0,01$). Diante dos resultados obtidos pode-se observar que pessoas com maiores níveis de ansiedade social tendem a apresentar maiores níveis de evitamento social como também de autoconsciência. Da mesma forma, os indivíduos com um maior nível de evitamento social tenderam a apresentar um maior nível de autoconsciência.

Palavras-chave: Ansiedade social, Evitamento Social, Autoconsciência.

IC

SAUDE

PSICOLOGIA OBSTÉTRICA-PEDIÁTRICA: UMA EXPERIÊNCIA EM PSICOLOGIA HOSPITALAR JUNTO AOS SETORES OBSTÉTRICO E PEDIÁTRICO NO NORTE DO BRASIL. *Leila Gracieli da Silva**, *Roseni Masieiro**, *Marcia Cristina da Silva**, *Marivone Fátima de Assis Rodrigues**, *Josélia Grinivold**, *Marcilene Rodrigues Silva**, *Cleber Lizardo de Assis*** (Departamento de Psicologia, UNESC Faculdades Integradas de Cacoal, RO) e *Ana Nóbrega* (Hospital Municipal Materno Infantil de Cacoal).

A Psicologia tem se constituído em um conhecimento recente no ensino e práticas na região norte do Brasil, em especial na região centro-leste do Estado de Rondônia onde tem sido criadas faculdades, mas sem turmas formadas. A atuação tanto do estagiário como de profissionais junto às instituições hospitalares se constitui em novidade e fenômeno ainda pouco explorado, exigindo das faculdades, corpo docente e discente uma sensibilização sobre o papel e inserção do Psicólogo junto aos serviços de saúde. Essa experiência tem o objetivo de, mediado pelos referenciais da Psicologia Hospitalar, Psicologia Pediátrica e aportes psicanalíticos de D. W. Winnicott, discutir o papel da Psicologia no hospital do norte do país, a partir de uma experiência de estágio curricular supervisionado junto ao Hospital Materno-Infantil da cidade de Cacoal-RO. A psicologia hospitalar não trata apenas de doenças com causas psíquicas, “psicossomáticas”, mas também dos aspectos psicológicos de toda e qualquer doença, acarretando uma maior atenção com o cuidador, que devido suas preocupações com o paciente acaba por deixar de cuidar de si próprio influenciando na recuperação do paciente/criança. Na perspectiva Winnicottiana, as mães são responsáveis pelas seguintes funções: segurar, manipular e apresentar objetos, sendo assim, ao consideramos um bebê devemos analisar as condições ambientais em que ele está inserido e, por trás delas, a mãe, uma vez que esta desempenhará o papel de facilitar a organização do ego do bebê, por meio do processo de identificação. A amamentação, além de ser uma medida profilática, oferece a oportunidade de aprofundar a ligação entre a díade mãe-bebê. A mãe que amamenta proporciona um ambiente facilitador e constrói com este ato a base para o desenvolvimento mental saudável do seu filho. Para tal intervenção foram utilizados diversos recursos metodológicos tais como a pesquisa bibliográfica, a observação-participante, dinâmicas de grupo, entrevistas, questionários, intervenções psicossociais com mães, cuidadores e crianças usuárias do setor de obstetrícia e pediatria. O estágio foi realizado nos meses de fevereiro a junho de 2010. Como resultados destacam-se: a produção de saberes/fazerem em relação a atuação do psicólogo junto ao hospital, sobretudo junto à díade mãe-bebê, a escuta clínica da puérpera e gestante, o fortalecimento do vínculo mãe-criança, amamentação e promoção da saúde de ambos. Destaca-se ainda o fortalecimento do dispositivo dos estágios supervisionados como mecanismo de formação de estudantes de Psicologia, sobretudo junto ao hospital geral e suas especialidades obstetrícia e pediatria onde o profissional de Psicologia vem conquistado espaço; além de reflexão sobre os desafios para faculdades e formação do Psicólogo nos mais diversos contextos da promoção da saúde.

Palavras-chave: Psicologia Pediátrica; Psicologia Obstétrica; Estágio Supervisionado

Outro

Código da área: Saúde

O ESTIGMA DA BELEZA COMO INFLUENCIA A COMORBIDADE DE TRANSTORNOS ALIMENTARES E DEPENDENCIA QUÍMICA. *Carollaine Anghellik Inácio Graciotto** (Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras – FACEL. Curitiba- Pr.)

Tem-se observado cada vez mais freqüente, a imposição da mídia sobre a sociedade, sobre quanto ao que seria o perfil ideal da beleza. A mulher magra, alta, jovem, sempre bem arrumada e produzida é o que se enquadra nesse parâmetro cultural. Como consequência, um estigma de beleza parece estar influenciando negativamente algumas mulheres, as quais podem vir a desenvolver transtornos alimentares associados à dependência de medicamentos redutores de peso. Isso parece estar associado ao desejo de obter o ‘corpo perfeito’ que se enquadre nesses parâmetros sociais. Por essa razão, apesar da literatura que aborda o tema estudado, ainda ser escassa, acredita-se que sejam necessárias mais pesquisas relacionadas ao assunto, a fim de desenvolver métodos terapêuticos mais eficazes no futuro. Para tanto, a presente pesquisa teve como objetivo observar qual a influência do estigma da beleza imposto pela sociedade no desenvolvimento da comorbidade dos transtornos alimentares com a dependência química. Para isso, a metodologia utilizada foi a entrevista, a tabulação das respostas qualitativamente, o que chamaremos no presente trabalho de estudo de caso. A entrevista foi formulada por esta pesquisadora, contendo 10 perguntas, buscando reconhecer o conceito de beleza, o que já se fez para alcançá-la, e o que se pensa sobre o uso de medicamentos redutores de peso. A entrevista foi realizada com uma mulher de 39 anos, que fez uso de medicamentos prescritos, com a finalidade de reduzir o peso. Sendo assim, os resultados mostraram que, além do uso abusivo da droga, a entrevistada desenvolveu dependência de medicamentos em comorbidade com transtorno alimentar não específico. Também se pôde observar a facilidade de acesso e uso da medicação, sem que tenha sido necessário a realização de nenhum exame ou obtenção do histórico de saúde da paciente. Sob essa ótica, observou-se a falta de esclarecimento dos efeitos e resultados obtidos pela exposição, acesso, uso e abuso da droga, que apesar de trazer consequências emocionais negativas a paciente, ainda assim, é utilizada como uma “válvula de escape”. Dessa maneira, questionando o fácil acesso a substâncias que envolvem risco a saúde e potenciais desencadeadores de dependência, tais como as anfetaminas. Muitas vezes, estas substâncias podem ser utilizadas indiscriminadamente para se tentar alcançar o objetivo desejado: um corpo magro, um corpo. Então, concluiu-se que o estigma da beleza, pode levar algumas pessoas a cometer imprudências, colocando a própria vida em risco, para submeter-se a pressão que a sociedade exerce a respeito do que é belo.

Aluna bolsista pela Secretaria do Estado do Paraná (SETI).

Palavras-chaves: Estigma, transtornos alimentares, dependência química.

SAÚDE/SOCIAL

PREVALÊNCIA DE HISTÓRIA DE VIOLÊNCIA NA INFÂNCIA EM UMA AMOSTRA BRASILEIRA. *Daniela Zanoti-Jeronymo** (Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava-PR, Brasil), Marcos Zaleski (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, Brasil), Raul Caetano (University of Texas School of Public Health, Dallas-Texas, USA) Ilana Pinsky (Universidade Federal de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil), Neliana Buzi Figlie (Universidade Federal de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil) e Ronaldo Ramos Laranjeira (Universidade Federal de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil).*

Este estudo teve por objetivo avaliar a prevalência da história de abuso físico (AF) e exposição à violência parental (EVP) na infância segundo características sócio-demográficas em uma amostra representativa da população brasileira. A metodologia de amostragem foi desenhada para ter abrangência de todo o território nacional, representando toda a população brasileira de 14 anos de idade ou mais, de ambos os sexos e sem exclusão de qualquer parte do território nacional, inclusive áreas rurais. Entre novembro de 2005 e abril de 2006 foram realizadas 3007 entrevistas da pesquisa. Foram selecionados 143 municípios brasileiros, totalizando 325 setores censitários, utilizando a metodologia de amostra probabilística estratificada. Uma hora de entrevista foi conduzida na casa dos respondentes por entrevistadores treinados que usaram um questionário padronizado. A taxa de resposta foi de 66,4%. Para avaliação do histórico de violência na infância foi utilizado itens adaptados da Conflict Tactics Scales-CTS, Form R e Revised Conflict Tactics Scales-CTS2. Para o AF, os sujeitos foram alocados em: sem história de AF, AF moderado ou AF severo na infância. Para a EVP, os sujeitos foram alocados em: sem EVP, EVP moderada ou EVP severa. Para as análises foi utilizado o teste qui-quadrado de Pearson. Na amostra havia: 52,10% de mulheres e 47,9% de homens; idade média de 35,7 anos; 50,5% de brancos; 55,4% de casados ou com companheiros; 34% com baixos níveis de instrução; 56,6% que trabalhavam com carteira assinada; maiores concentrações de sujeitos nas classes D e C, (39% e 34% respectivamente), e; 36% com renda familiar mensal de até R\$ 450,00. A prevalência de uma história de AF na infância foi de 44,1%, sendo que 33,8% relataram uma história de AF moderado e 10,3% AF severo. As comparações entre sujeitos sem história de AF e aqueles com algum tipo de AF na infância revelaram que os grupos foram estatisticamente equivalentes quanto ao gênero, faixa etária, cor da pele, estado civil, classe socioeconômica, nível de instrução e região do País. As análises de AF e EVP combinadas demonstraram que 5,1% dos indivíduos sem EVP sofreram AF severo na infância e entre aqueles com EVP moderada esta porcentagem aumentou para 17,4%. Já, entre os com EVP severa, 28,3% sofreram AF severo na infância. A prevalência de EVP na infância foi de 26,1%. Entre os com EVP, 7,5% tiveram EVP moderada e 18,6% EVP severa. Existiram associações significativas entre EVP na infância, sexo, idade, classe sócio-econômica, região do País e instrução. As análises da EVP e AF na infância combinadas demonstraram uma associação significativa entre estes dois tipos de violência na infância, sendo que dos sujeitos que sofreram AF severo, 51% sofreram também EVP severa. Em suma, o estudo mostrou que a ocorrência de AF e EVP na infância, relatada por adultos, é uma situação de comum ocorrência durante a infância nos lares brasileiros.

Apoio Financeiro: Secretaria Nacional Antidrogas pelo financiamento da pesquisa na qual se insere este estudo (SENAD - **Convênio 017/2003**)

Bolsa: Coordenação de Aprimoramento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela concessão de bolsa de doutorado para o primeiro autor na Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP.

Palavras-chave: violência doméstica; prevalência; estudos populacionais.

Nível do Trabalho: Doutorado.

Código de área de Pesquisa: SMental.

A REALIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE CONVIVEM COM A DEPENDÊNCIA QUÍMICA NA FAMÍLIA. *Daniela Zanoti-Jeronymo** (Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava-PR, Brasil), Barbara B. Giusti (Universidade Federal de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil) e Neliana Buzi Figlie (Universidade Federal de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil).*

O objetivo deste trabalho foi caracterizar o perfil de crianças e adolescentes assistidas em um serviço de prevenção seletiva dirigido aos filhos de dependentes químicos. A amostra foi de 394 sujeitos, com idades entre zero e 18 anos, assistidas pelo projeto entre 2004 e 2007. A coleta de dados foi realizada através de uma anamnese estruturada respondida pelas crianças e adolescentes juntamente com pais e/ou cuidadores, com informações referentes a: características sócio-demográficas; histórico e padrão familiar de uso e abuso de substâncias psicoativas; investigação do desempenho escolar, e dificuldades emocionais vivenciadas. O estresse psicossocial foi avaliado por meio de critérios padronizados pela CID-10. Dos 394 sujeitos assistidos 56,1% eram do sexo masculino, com idade média de 9,5 anos, e 66,5% tinham a mãe como acompanhante. Tanto o pai (55,4%) como a mãe (56,1%) possuíam baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto). Apenas 30,2% dos pais tinham uma renda fixa. Ocupações informais foram freqüentes, 31,2% não exerciam nenhuma atividade remunerada, 80,2% pertenciam à classe sócio-econômica D e 36,3% tinham renda mensal inferior a um salário mínimo. Em geral, as famílias relataram a existência de apenas um dependente, sendo que apenas 7,2% apontaram número superior a dois dependentes químicos em uma mesma família. Na maioria das famílias o pai era o dependente químico (67%), O álcool foi a substância de escolha de 73,7% dos dependentes. Em 83,3% dos casos, os dependentes não faziam nenhum tipo de tratamento e segundo informações dos familiares, 78,2% dos dependentes estavam consumindo a substância. Com relação ao dependente químico causar repetidos problemas familiares, 76,4% relataram ter problemas de saúde, trabalho ou legais, sendo que em 77,9% das vezes o pai foi apontado como causador destes problemas. Quanto ao desenvolvimento escolar das crianças, encontrou-se que 14,21% dos assistidos apresentaram alguma reprovação escolar, 22,58% apresentaram dificuldade de leitura e 20,3% fizeram acompanhamento pedagógico. As crianças apresentaram baixa freqüência de uso de substâncias psicoativas (1,23%). Entre os adolescentes esta freqüência foi de 21 (13,81%) que já tinham experimentado alguma substância, sendo que destes, 17 (80,9%) referiram este uso como experimental, 3 (14,28%) como uso regular e 2 adolescentes do sexo masculino como dependentes de substâncias. Em relação aos estressores familiares, observou-se que estas crianças e adolescentes presenciaram no seu cotidiano um grande número de estressores, sendo que: 50,5% presenciaram problemas financeiros, 11,16% divórcio/separação dos pais, 10,65% morte de um ou mais amigos, 5,58% morte do genitor, 5,5% acidentes ou lesão, 4,31% doença grave e 2,79% morte do irmão. As dificuldades emocionais mais relatadas pelos assistidos foram: irritabilidade e agitação (64,9%), nervosismo (60,15%), tensão (50,5%), depressão (39,84%), pensamentos suicidas (17,51%), falta de energia (15,73%) e alterações do sono (10,15%). Do total de assistidos, 57 casos (14,46%) apresentaram diagnósticos de transtornos psiquiátricos. Os resultados corroboram os de outros estudos, chamam a atenção para possíveis vulnerabilidades e demonstram a necessidade de serviços especializados de prevenção seletiva dirigidos a crianças, adolescentes e seus familiares, para tentar minimizar os impactos negativos de se conviver com a dependência química na família.

Palavras-chave: filhos de dependentes químicos; transtornos relacionados ao uso de substâncias; saúde mental.

Nível do Trabalho: Pesquisador– P

Código de área de Pesquisa: SMENTAL.

ASSOCIAÇÃO ENTRE PROBLEMAS DEVIDO AO USO DE ÁLCOOL E HISTÓRIA DE VIOLÊNCIA SOFRIDA NA INFÂNCIA. *Daniela Zanoti-Jeronymo*** (Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava-PR, Brasil), Marcos Zaleski (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, Brasil), Raul Caetano (University of Texas School of Public Health, Dallas-Texas, USA) Ilana Pinsky (Universidade Federal de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil) Neliana Buzi Figlie (Universidade Federal de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil) e Ronaldo Ramos Laranjeira (Universidade Federal de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil).

O objetivo deste trabalho foi examinar as relações entre história de violência na infância e problemas relacionados ao uso de álcool no adulto. Os dados são provenientes do I Levantamento Nacional sobre os Padrões de Consumo de Álcool na População Brasileira. Amostragem de múltiplos estágios foi usada para selecionar 3.007 indivíduos de 14 anos de idade ou mais da população brasileira. A taxa de resposta foi de 66%. O instrumento utilizado no levantamento foi baseado em uma versão do *Hispanic Americans Alcohol Survey* – HABLAS. Foram utilizados os dados referentes a: variáveis sócio-demográficas; padrão de consumo de álcool através de uma versão modificada do Cahalan and Cisin Volume-Variability (V-V) Index; problemas relacionados ao uso de álcool (social, legal, e relacionados à dependência); histórico de abuso físico (AF) e exposição à violência parental (EVP) na infância avaliados através dos itens adaptados da Conflict Tactics Scales-CTS, Form R, e Revised Conflict Tactics Scales-CTS2. Para o AF, os sujeitos foram alocados em três grupos: sem história de AF, AF moderado ou AF severo na infância. Para a EVP, os sujeitos foram alocados em: sem EVP, EVP moderada ou EVP severa. Foi realizada a análise de *cluster* utilizando o Método BIRSCHE e o Teste Qui-Quadrado. A amostra incluiu 1.285 homens e 1.722 mulheres com idade média de 35,7 anos. Dos participantes 57,3% relataram beber alguma quantidade de álcool durante suas vidas e entre estes 87,7% beberam nos 12 meses anteriores à entrevista. Dos que fizeram uso de álcool 41,5% disseram que tem ou tiveram pelo menos um problema. Sujeitos com história de AF na infância relataram mais uso de álcool do que sujeitos sem AF. As estimativas para uso de álcool entre sujeitos com EVP foram mais altas do que sujeitos sem EVP. A análise de *cluster* apontou a formação de quatro grupos segundo o tipo de problemas relacionados ao álcool: Grupo 1 – 58,8% dos sujeitos (não apresentam problema), e são bebedores infreqüentes ou abstinidos; Grupo 2 – 23% dos sujeitos (21,6% - problema familiar; 17% - problemas sociais e 82,9% - problemas físicos) e são bebedores pesados freqüentes (21,0%) e bebedores freqüentes (33,0%); Grupo 3 – 12,7% dos sujeitos (97,7% - problemas físicos; 75,5% - problemas com violência; 58,9% problemas familiares; 52,1% problemas sociais) e são bebedores pesados freqüentes (31,7%); Grupo 4 – 5,6% dos sujeitos (100,0% - problemas físicos; 97,2% - problemas sociais; 82,2% - problemas no trabalho; 81% problemas familiares; 24,5% - problemas legais; 77,3% - problemas com violência) e são bebedores pesados freqüentes (40,1%). A distribuição segundo a história de AF e EVP na infância pelos grupos demonstrou que a história de AF e EVP foi muito similar entre o grupo dos abstinidos e o grupo 1. As porcentagens de AF moderado e severo na infância aumentaram à medida que se passa do grupo 2 para o 4. Padrão similar foi observado para a EVP severa na infância. Os resultados sugerem que uma história de violência na infância esteve associada com a freqüência de uso de álcool e conseqüentemente com o relato de problemas relacionados ao álcool.

Apoio Financeiro: Secretaria Nacional Antidrogas pelo financiamento da pesquisa na qual se insere este estudo (SENAD - **Convênio 017/2003**)

Bolsa: Coordenação de Aprimoramento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela concessão de bolsa de doutorado para o primeiro autor na Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP.

Palavras-chave: violência doméstica; problemas relacionados ao álcool; abuso de álcool.

Nível do Trabalho: Doutorado.

Código de área de Pesquisa: Saúde Mental.

AVANÇOS NA ÁREA DE SAÚDE MENTAL EM REUNIÕES ANUAIS DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA. *Simone Vitaliano Graminha Carraro* (Centro de Atenção Psicossocial, Leme, SP) e *Sônia Santa Vitaliano Graminha* (Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto).

Os avanços na área de Saúde Mental no Brasil têm como marco fundamental o processo da Reforma Psiquiátrica, iniciado no final dos anos 70, com os movimentos sociais pelos direitos dos pacientes psiquiátricos em nosso país. O presente trabalho se propôs a investigar como esses avanços se refletiram nas Reuniões Anuais em três momentos da história da SBP, buscando identificar as diferentes modalidades de atividades realizadas na área de Saúde Mental, suas respectivas frequências e a temática abordada. Foram consultados os Programas e Resumos da I, XX e XXXIX Reunião Anual, realizadas respectivamente nos anos de 1971, 1990 e 2009. Os dados sobre tipos de atividades apresentadas foram tabulados para cada ano e a análise da temática foi efetuada tomando-se por base o título e por vezes o resumo do trabalho. Verificou-se que em 1971, embora os trabalhos não fossem ainda classificados por área, eles abrangeram quatro áreas (Análise Experimental do Comportamento, Psicologia Escolar, Psicologia Clínica e Psicologia Ergonômica), sem qualquer trabalho em Saúde Mental. Na XX Reunião Anual (1990), embora os trabalhos já fossem classificados por área, não consta ainda uma área específica de Saúde Mental, mas já aparece, dentre outras, a de Psicologia da Saúde com 21 comunicações de pesquisa, sendo que três delas seriam, provavelmente, consideradas hoje como pertencentes à área de Saúde Mental. Essas três comunicações estão direcionadas para um mesmo tema, ou seja, “verificar a percepção de estudantes de psicologia, enfermeiros e pacientes psiquiátricos sobre saúde e doença mental”. Já no programa da XXXIX Reunião Anual (2009) consta uma área específica de Saúde Mental, com diferentes modalidades de atividades (um curso, um simpósio, duas mesas redondas e 51 comunicações científicas, sendo 23 em sessões de painéis e 28 em sessões coordenadas). Os seguintes temas são abordados no curso, simpósio e mesas redondas: “os desafios da reforma psiquiátrica para o campo da dependência de drogas”, “aplicação da terapia cognitivo-comportamental em contextos diversos”, “contribuições da fenomenologia para a saúde mental” e “contribuições da psicopatologia clínica para as políticas públicas em saúde mental”. As comunicações científicas também focalizam temas diversificados, sendo os mais frequentes relativos à: “transtornos mentais específicos” (31%), “hospital e reforma psiquiátrica” (14%), “arte e loucura” (12%), “psicanálise e saúde mental” (10%), “prematuridade e desenvolvimento” (8%) e “Centro de Atenção Psicossocial-CAPS” (6%). Os resultados evidenciam o espaço que a área vem ocupando nas Reuniões Anuais da SBP nas últimas décadas, abordando uma temática que reflete o debate sobre as mudanças de paradigmas na área de Saúde Mental. Acredita-se que as informações advindas desse estudo poderão subsidiar novas propostas de atividades na área, em futuras reuniões científicas.

Palavras-chave: saúde mental, produção científica, SBP

Nível do trabalho: P

SMENTAL

VISITA DOMICILIAR: UM DISPOSITIVO EM SAÚDE MENTAL. *Mayla Vieira Diniz**, *Tháís Silva Acácio** (Departamento de Psicologia – Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Juiz de Fora).

O presente trabalho visa apresentar o dispositivo Visita Domiciliar no contexto de Saúde Mental; para tal, uma breve introdução acerca de tal dispositivo faz-se necessária. Diante da Reforma Psiquiátrica o usuário passa a ter acompanhamento em vários serviços, como: Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), hospitais dia e noite, leitos psiquiátricos em hospitais gerais, residências terapêuticas, entre outros. A partir disso, o atendimento territorializado ganha grande importância. No contexto de Saúde Mental a Visita Domiciliar apresenta-se como um dispositivo essencial, uma vez que, com o novo modelo de assistência oferecido através da Lei 10.216, o usuário encontra-se agora presente na sua comunidade. Com isso torna-se necessário um acompanhamento comunitário e familiar. E é através desse dispositivo que os profissionais podem compreender o contexto em que o usuário está inserido, levando em conta questões como moradia e saneamento básico; convivência familiar e comunitária; acesso a outros serviços de saúde, como UBS/PSF; entre outros. Ao se considerar o conceito de saúde como algo muito mais amplo que a “ausência de doenças”, mas sim um bem-estar biopsicossocial, esse tipo de assistência é fundamental a uma prática de qualidade efetiva. O CAPS HU, vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora, possui o projeto “Saúde Mental, Família e Comunidade: Ampliando a Rede de Apoio Psicossocial”, de caráter interdisciplinar, em que visitas domiciliares/hospitalares são feitas para melhor atender e compreender os usuários, bem como se inserir na rede de serviços a qual esses fazem parte. A equipe conta com profissionais na área de Enfermagem, Psicologia, Assistência Social e Terapia Ocupacional, e há ainda dois alunos bolsistas, que podem ser graduandos em Enfermagem, Psicologia e Assistência Social. As visitas são realizadas com pelo menos um profissional (de acordo com o intuito da visita e do técnico de referência do usuário no serviço) e com os dois bolsistas, e ao final um relatório em conjunto é produzido por estes. Para melhor elucidar o que foi abordado até então um caso clínico será apresentado. Teresa, 49 anos, apresenta diagnóstico de neurose histérica e casos orgânicos complicados como diabetes, hipertensão e epilepsia. Seu caso era de grande mobilização por parte de todos os profissionais tanto do CAPS-HU de Juiz de Fora quanto da UBS que frequentava, pois por mais que obtivesse todo o cuidado dos serviços em questão não se via melhora em seu caso. Através da visita domiciliar, a qual não é realizada somente nas residências dos usuários, mas também nos locais frequentados pelos mesmos, foi possível escutar a família e suas queixas, bem como os profissionais da UBS do seu bairro. Foi possível então descobrir as falhas existentes nos serviços e assim fazer com que houvesse um melhor projeto terapêutico para a usuária.

PróEx: Pró Reitoria de Extensão – UFJF

Palavras-chave: Visita Domiciliar, Saúde Mental, Centro de Atenção Psicossocial.

SMENTAL

PREVENÇÃO DA SAÚDE MENTAL DO IDOSO. *Nelsione Carla Gonçalves*,
Josiane Cristina Horevitch*, Mirian Carvalho da Veiga* e Tania Pereira Soares*
(Faculdade Dom Bosco, Curitiba, PR)*

O envelhecimento saudável é um direito de todos, conforme está garantido no Estatuto do Idoso. O processo do envelhecimento acontece naturalmente com uma diminuição progressiva das funções biológicas e cognitivas. No entanto, em condições de sobrecarga como doenças, estresse, acidentes, pode ocorrer patologia que necessite assistência. O envelhecimento saudável se dá em função da história de vida do indivíduo e depende também de uma rede social como apoio. A população de pessoas com mais de sessenta anos está gradativamente aumentando, devido aos avanços da ciência, que possibilita as pessoas viverem mais, o que gera um envelhecimento populacional na realidade brasileira. Diante disso, proporcionar o envelhecimento saudável e ativo torna-se uma função de políticas públicas. O objetivo deste trabalho foi avaliar o impacto das atividades físicas e de lazer realizadas por idosos sobre sua saúde física e mental. A coleta de dados se deu em uma instituição da Prefeitura Municipal de Curitiba, a Unidade de Atenção ao Idoso Ouvidor Pardinho, que oferece atividades específicas para idosos, onde foram entrevistados dois idosos e a coordenadora. A presente pesquisa teve início através da observação da atividade da dança circular, como um dos modos de inserção social do idoso e melhora em seu bem estar biopsicossocial. A partir da análise do discurso da coordenadora percebeu-se que a participação nas atividades promove a interação social entre os idosos. A valorização da pessoa está presente na concepção do trabalho desenvolvido na unidade, com uma proposta holística, envolvendo a pessoa física, o intelecto, o emocional e o espiritual. Há uma preocupação em contribuir para a aquisição da auto-estima dos participantes das atividades. Com a análise do discurso dos idosos verificou-se que estes, ao participar das atividades, procuram uma vida melhor, que venha a lhes proporcionar qualidade de vida. As relações entre os idosos se ampliam, tanto familiares quanto sociais. Crescem as preocupações e iniciativas voltadas para a qualidade de vida e do preenchimento qualitativo de seu tempo livre. O envelhecimento saudável está presente nos idosos que frequentam a instituição, pois estão ativos e vivendo a velhice. Diante do conhecimento do Estatuto do Idoso e da necessidade de promover um envelhecimento saudável, com um espaço adequado, é possível contemplar o idoso com qualidade de vida. As atividades oferecidas pela Unidade Ouvidor Pardinho produzem interação social levando ao idoso um sentimento de pertença à sociedade. A implantação de projetos como este, contribui para o envelhecimento saudável e, dessa forma, cumpre com a obrigação do Estado. Através do aprendizado do processo de envelhecer é possível promover a saúde mental e a qualidade de vida para o idoso. O processo de envelhecimento é um processo normal da vida e deve ser visto como ele realmente é.

Idosos; qualidade de vida; envelhecimento saudável
Iniciação Científica IC

SMENTAL Saúde Mental

ENCONTROS TERAPÊUTICOS EM SAÚDE MENTAL: POTENCIALIDADES DE UMA EXPERIÊNCIA CLÍNICA INTERSUBJETIVA. *Luiz Tadeu Gabriel Filho**, *Caio Mantese de Souza**, *Daniela Adachi Guimarães**, *Silvia Lopes de Menezes**, *Marcelo Soares da Cruz*** e *Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo* (Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Laboratório de Saúde Mental e Psicologia Clínica Social)

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo relatar uma experiência clínica vivenciada no percurso de criação de um enquadre inovador chamado *Projeto Encontros Terapêuticos em Saúde Mental*. Este projeto nasceu no Laboratório de Saúde Mental e Psicologia Clínica Social – APOIAR – do Instituto de Psicologia da USP, a partir do interesse de alunos de graduação em Psicologia pelo aprofundamento nos conhecimentos do campo da psicopatologia psicanalítica. O surgimento deste projeto tem como inspiração o modelo de Consultas Terapêuticas criado pelo psicanalista D. W. Winnicott e responde a uma dupla demanda: prestar atendimento a pacientes na perspectiva da psicologia clínica social e fomentar a formação destes alunos/ terapeutas. Trata-se de um modelo de intervenção que busca ser sustentador de várias subjetividades: a do paciente atendido por um grupo de alunos de graduação em Psicologia juntamente com um aluno de pós-graduação, bem como dos próprios alunos. Entendemos que os alunos de graduação em Psicologia deparam-se com as dificuldades e limitações inerentes ao ofício clínico. O grupo de alunos apresenta-se como dispositivo sustentador, cuidando e amenizando as ameaças emocionais envolvidas nessa formação. Esta vivência clínica permite que este lugar seja utilizado pelo aluno/ terapeuta para experimentar-se na sua formação, buscando em si e no grupo suas próprias potencialidades e angústias, no contato com um paciente real e seu sofrimento. O grupo de alunos/ terapeutas mostra-se fundamental neste enquadre ao apoiar e respaldar a experiência emocional de seus membros. Para o paciente, o grupo de alunos oferece múltiplas subjetividades implicadas no seu cuidado emocional, propiciando reconhecimento e apoio necessários para lidar com suas angústias ou questões. Este contato com diversas subjetividades, favorece ao paciente a possibilidade de expressão singular na relação com cada integrante do grupo de alunos/ terapeutas, abrangendo aspectos variados de si com cada um. Para os alunos/ terapeutas, além do *holding* ofertado pela presença e troca com colegas, este enquadre favorece o exercício de um posicionamento clínico coerente com a personalidade do aluno. Por estarem na graduação, ainda não se filiaram a uma abordagem teórico-clínica e não adquiriram tantos vícios ou adotaram um modelo dissociado de suas crenças pessoais. Estes riscos defensivos são comuns em situações de angústia relacionadas à formação e ao contato com sofrimento emocional intenso. Entendemos que um modelo de intervenção no qual o que é próprio do aluno/ terapeuta seja pertinente e valorizado, favorece o ingresso emocionalmente saudável e verdadeiro na atuação profissional, o que se reflete na qualidade do cuidado ao paciente. A potencialidade clínica deste modelo de atendimento se revela eficaz ao oferecer cuidado no ingresso na prática clínica em Psicopatologia aos alunos participantes, ao mesmo tempo que o paciente conta com o suporte deste grupo implicado em seu cuidado emocional.

Palavras-Chave: psicanálise, Winnicott, consulta terapêutica.

Nível: P

SMENTAL

PREVALÊNCIA DO TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO EM MILITARES DE TROPAS DE PAZ: UMA METANÁLISE. *Wanderson Fernandes de Souza** (Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz; Rio de Janeiro-RJ), Ivan Figueira (Instituto de Psiquiatria/UFRJ; Rio de Janeiro-RJ), Mauro Mendlowicz (Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental/UFF-RJ), Eliane Volchan (Instituto de Biofísica/UFRJ-RJ) e Evandro S. F. Coutinho Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz; Rio de Janeiro-RJ)*

O trabalho militar está diretamente relacionado ao desenvolvimento de uma série de conseqüências físicas e psicológicas e o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) é um dos desfechos mais estudados em populações militares. Apesar da literatura a respeito dos efeitos deletérios da guerra ser muito vasto, tanto para os militares quanto para as vítimas, pouco se sabe a respeito das conseqüências de uma determinada atividade específica do trabalho militar: As missões de paz. O presente estudo teve como objetivo investigar os estudos que avaliem a prevalência de TEPT entre militares participantes de tropas de paz. Foi conduzida uma pesquisa bibliográfica em três bases de dados (PUBMED/MEDLINE, ISI/Web of Science e PILOTS). A seguinte expressão foi utilizada para a busca em todas as bases: “Peacekeep* AND (Stress OR trauma OR PTSD)”. Uma vez coletadas estas referências, foram eliminadas todas as duplicatas resultando em 175 diferentes referências. Na primeira etapa de exclusão, todas as referências tiveram seus títulos e resumos lidos para que fossem excluídas aquelas que não fossem artigos originais ou que porventura não se referissem a amostras compostas por integrantes de tropas de paz. Após a primeira etapa de exclusão, 65 referências foram mantidas para avaliação na segunda etapa. Nesta etapa, todas as referências restantes foram lidas na íntegra excluindo-se os artigos em que não constassem estimativas de prevalência e todos aqueles cuja estimativa fosse derivada de uma sub-amostra cuja amostra principal já tivesse sido considerada em outro artigo. Ao final, foram obtidas 12 estimativas de prevalência que foram ponderadas com base no inverso do erro padrão de cada estudo. A prevalência de TEPT variou de 1% a 25,8% com uma estimativa síntese de 5,3%. Devido ao pequeno número de referências, não foi possível utilizar estratégias como a da meta regressão para investigar a fonte de heterogeneidade dos resultados. Os estudos diferiram muito em todas as categorias avaliadas: a) Instrumento para rastreamento; b) Tempo até o rastreamento; c) Local da missão; d) Duração da missão; e) País de origem; f) Proporção de mulheres; g) Idade dos militares. As metodologias utilizadas foram muito diferentes com o tempo até o rastreamento tendo variado de 30 dias após o retorno da missão até 6,6 anos pós-missão. Também não há consenso quanto ao instrumento para o rastreamento tendo sido utilizados oito diferentes instrumentos nos doze estudos avaliados. É necessário que haja uma mobilização por parte dos grupos que investigam TEPT em militares com o intuito de diminuir a diferença nas metodologias empregadas de modo que seja possível a comparação dos resultados.

Apoio Financeiro: CNPq/Institutos do Milênio e Ministério da Defesa (Pró-Defesa)

Palavras-chave: Tropas de Paz, Transtorno de Estresse Pós-Traumático, Metanálise.

Nível: M

Código: SMENTAL

FATORES DE RISCO PARA O DESENVOLVIMENTO DE SINTOMAS DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO EM MILITARES BRASILEIROS EM MISSÃO DE PAZ NO HAITI. *Wanderson Fernandes de Souza** (Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz-RJ), Ana C.F. Mendonça-de-Souza (Instituto de Biofísica/UFRJ-RJ), Nastassja L. Fischer (Instituto de Biofísica/UFRJ-RJ), Antônio Duarte (IPCFex-RJ), Ivan Figueira (Instituto de Psiquiatria/UFRJ-RJ), Mauro Mendlowicz (Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental/UFF-RJ), Eliane Volchan (Instituto de Biofísica/UFRJ-RJ) e Evandro S.F. Coutinho (Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz-RJ)*

O Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) é um dos diagnósticos mais estudados em amostras militares. Entretanto, apesar de já ser investigado há muitos anos entre sujeitos expostos a situações de violência como as guerras, pouco tem sido estudado a respeito da prevalência destes sintomas em grupos de militares em missões de paz. A contínua participação brasileira neste tipo de atividade militar torna este um tópico importante não apenas na compreensão da gênese destes sintomas, mas também para nos informar sobre o status de saúde dos nossos militares. Através de um desenho longitudinal este estudo teve o objetivo de avaliar a sintomatologia de TEPT em um grupo de militares brasileiros após seis meses de missão no Haiti e investigar que variáveis (anteriores e durante o trauma) estão associadas a estes sintomas. Um grupo de 188 militares foi avaliado menos de um mês antes de ir para a missão (T1) e reavaliado cerca de 40 dias após seu retorno ao Brasil(T2). Em T1 foi investigada história de trauma destes militares (THQ) assim como uma medida de personalidade através de traços positivos e negativos (Escala de Afeto Positivo e Afeto Negativo - PANAS). Em T2 foi investigado tanto o número de eventos estressantes e traumáticos pelos quais eles passaram no Haiti (Inventário de Estressores de Força Militar de paz) como também foram avaliadas três medidas distintas de reações peritraumáticas: Imobilidade tônica (Escala de Imobilidade Tônica), dissociação peritraumática (Escala de Experiência Dissociativa Peritraumática) e reações físicas ao trauma. Diferente do que é encontrado na literatura internacional, este grupo apresentou sintomas muito baixos de TEPT (Média = 21,0; escala de 17 a 85). Apesar de relatarem muitas situações de estresse, uma pequena parcela relata alguma situação de estresse intenso envolvendo risco de vida. Uma análise de regressão foi feita para identificar as variáveis mais associadas com sintomas de TEPT. Mantivemos um critério menos rigoroso na seleção de variáveis ($P < 0,1$). Foi necessário o uso de um modelo de regressão binomial negativo inflado de zeros devido à baixa sintomatologia e ao grande número de indivíduos que não marcavam nenhum item da escala. O modelo de regressão mostrou que o afeto negativo ($p < 0,04$), sintomas de pânico ($p < 0,01$) e a dissociação peritraumática ($p = 0,09$) estavam associados independentemente aos sintomas de TEPT. Felizmente os militares brasileiros parecem estar sofrendo menor impacto do que seria esperado na literatura. Entretanto, avaliações mais tardias (1-2 anos após a missão) podem ser capazes de identificar conseqüências em longo prazo.

Apoio Financeiro: CNPq e MCT - Institutos do Milênio

Palavras-chave: Estresse Pós-Traumático; Tropas de Paz, Reações Peritraumáticas.

Nível: D

Código: SMENTAL

AMBIENTE FAMILIAR E REDE DE APOIO SOCIAL DE CRIANÇAS QUE CONVIVEM COM A DEPRESSÃO MATERNA. *Camila Garcia Zanca** (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP), *Fernanda Aguiar Pizeta*** e *Sonia Regina Loureiro* (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP).

A depressão materna, sob a perspectiva da Psicopatologia do Desenvolvimento, tem sido apontada como uma condição de adversidade favorecedora de dificuldades de adaptação infantil. Na idade escolar, são considerados indicadores de desadaptação os prejuízos na competência escolar e no relacionamento social com os pares. Nesse contexto, considera-se que fatores de proteção podem minimizar tal impacto e, dentre os quais, inclui-se o suporte da rede de apoio social às famílias. Objetivou-se: a) caracterizar o ambiente familiar e a rede de apoio social de famílias que convivem com a depressão materna recorrente, identificando as fontes de suporte relativas aos recursos comunitários e às relações sociais, segundo a percepção das mães, e b) comparar as fontes de suporte referidas para crianças com e sem dificuldades de socialização, estas definidas por indicadores de problemas escolares e/ou comportamentais. Foram avaliadas 40 díades mãe-criança, distribuídas em dois grupos, a saber, G1 (25 crianças com dificuldades de socialização) e G2 (15 crianças com indicadores positivos de socialização). Incluíram-se crianças de ambos os sexos, na faixa etária de sete a 12 anos, cujas mães biológicas apresentavam diagnóstico psiquiátrico confirmado de Depressão Recorrente. As mães responderam aos seguintes instrumentos: a) relativo ao comportamento da criança - Questionário de Capacidades e Dificuldades; b) quanto aos recursos e dificuldades do ambiente familiar - Roteiro para Sondagem de Recursos no Ambiente Familiar, Escala de Eventos Adversos, Escala de Adversidade Crônica; c) aspectos sócio-demográficos – Questionário Geral; d) em relação à percepção sobre a rede de apoio social – Entrevista com Roteiro Semi-Estruturado. As crianças responderam ao teste das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven e ao Teste de Desempenho Escolar. Os instrumentos psicométricos foram codificados conforme as normas. As entrevistas foram transcritas, categorizadas e pontuadas tendo por critérios: o tipo de suporte (comunitário e de relações sociais), a frequência de uso e a percepção de qualidade e, quanto ao suporte das relações sociais, quem são as pessoas de apoio e qual a proximidade de vínculos que guardam com as crianças. Procedeu-se à quantificação e tratamento estatístico dos dados ($p < 0,005$). Não foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos quanto aos recursos do ambiente familiar, à presença de eventos adversos, aos recursos comunitários da rede e à avaliação que as mães fazem desses. Verificou-se, com significância estatística, que as crianças com dificuldades de socialização (G1) estão expostas a um maior

número de adversidades crônicas e suas famílias contam com o suporte de um menor número de pessoas em comparação às de G2. A análise correlacional mostrou para G1, com significância estatística, a associação de menores escores de suporte total e de relações sociais e a presença de dificuldades comportamentais. Verificou-se que contar com o suporte das relações sociais caracterizou-se como um fator de proteção para as dificuldades comportamentais das crianças, minimizando o impacto da adversidade. Tal dado pode ser norteador na orientação a famílias que convivem com a depressão materna.

Apoio financeiro: CNPq

Palavras-chave: Depressão Materna; Criança; Apoio Social

Iniciação Científica – IC

Código: SMENTAL

AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA EM TRANSTORNOS MENTAIS.

*Fabiana Knapik Calixto**, *Daniele Fajardo Nascimento***, *Isac Bruck*, *Gustavo Dória*, *Sérgio Antonio Antoniuk* e *Tatiana Izabele Jaworski de Sá Riechi* (Universidade Federal do Paraná - Curitiba – PR)

A avaliação neuropsicológica tem se solidificado, ao longo dos anos, como um poderoso instrumento de auxílio ao traçar o perfil cognitivo da criança e/ou adolescente com Transtornos mentais. Sua utilização se faz relevante em processos de reforçamento de hipóteses relacionadas à presença ou não de transtornos, de identificação de disfunções cognitivas e/ou emocionais, de diferenciação dos transtornos psiquiátricos de outras alterações neurológicas e de esclarecimento sobre possíveis comorbidades. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo descrever o perfil neuropsicológico dos pacientes portadores de transtornos psiquiátricos, com ou sem comorbidades, atendidos no Centro de Neuropediatria do Hospital de Clínicas (CENEP-HC) de Curitiba-PR. Inicialmente, realizou-se o acompanhamento destes pacientes em consulta no Ambulatório de Psiquiatria da Infância e Adolescência. Posteriormente as crianças e adolescentes foram submetidos a um protocolo de Avaliação Neuropsicológica Breve Infantil Revisada (PANBI-R), composto pela Escala Wechsler de Inteligência Para Crianças – Terceira edição (WISC–III), Teste de Lateralidade, Teste de Fluência Verbal (FAS), Teste de Fluência de Animais, Teste Piaget-Head de Discriminação direita-esquerda, Teste da Figura Complexa de Rey e Lista de Aprendizagem Auditivo-Verbal de Rey (RAVLT). No ano de 2009 foram avaliados cinco sujeitos, sendo três crianças e dois adolescentes - um do sexo feminino e quatro do sexo masculino – entre 7 e 17 anos. Como resultados mais significativos, pode-se destacar que: todos os sujeitos (100%) apresentaram inteligência inferior à média no WISC III; sete sujeitos (77,8%) apresentaram percentil menor do que 10 no Teste da Figura Complexa de Rey; todos os sujeitos (100%) apresentaram curva de aprendizagem descendente na Lista de Aprendizagem Auditivo-Verbal de Rey (RAVLT). Desta forma pode-se concluir que a avaliação neuropsicológica mostrou-se eficaz na identificação de alterações cognitivas em pessoas portadores de transtornos mentais, com ou sem comorbidades, bem como no diagnóstico diferencial passível de contribuição para a reabilitação cognitiva e conseqüente neuroplasticidade, o que permite a redução de danos e uma melhor qualidade de vida.

Palavras chave: avaliação neuropsicológica, perfil cognitivo, transtornos mentais.

Linha de trabalho: Pesquisador

Área: Saúde Mental

DEPRESSÃO PÓS PARTO E O IMPACTO PARA OS FILHOS NA IDADE ESCOLAR. *Ana Vilela Mendes***, *Tatiana Iuriko Kawasaki Nakabayashi***, *José Alexandre de Souza Crippa* (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP, Ribeirão Preto-SP), *Rocio Martin-Santos* (Instituto Clínico de Neurociências, Serviço Psiquiatria, Hospital Clínico, IDIBAPS, CIBERSAM, Barcelona- Espanha) e *Sonia Regina Loureiro* (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP, Ribeirão Preto-SP)

Os transtornos depressivos com início no pós-parto têm sido apontados como uma condição freqüente em mulheres, associados a prejuízos ao desenvolvimento infantil, com impacto negativo à vinculação mãe-criança nos primeiros anos de vida e ao surgimento de psicopatologia em idades posteriores. O presente estudo objetivou caracterizar os indicadores de problemas comportamentais e emocionais de crianças em idade escolar que convivem com mães com Transtorno Depressivo Maior Recorrente, com início no pós-parto, comparando com um grupo de mães com Transtorno Depressivo Maior Recorrente, com início posterior ao pós-parto. Foram incluídas no estudo 60 mulheres/mães com diagnóstico de Depressão Maior Recorrente e seus respectivos filhos, com idade entre seis e 12 anos, de ambos os sexos, identificadas ao buscarem atendimento clínico para si em uma Unidade Básica de Saúde de Uberaba-MG. A identificação das mulheres/mães com depressão ocorreu por meio do Questionário Sobre a Saúde do Paciente-9 (PHQ-9) e Entrevista Clínica Estruturada Para o DSM-IV (SCID) para confirmação diagnóstica e caracterização da idade de exposição da criança à depressão materna. Procedeu-se a avaliação da saúde mental das crianças por meio do Questionário de Dificuldades e Capacidades (SDQ) e das características sócio demográficas por meio de um Questionário Complementar, respondido pelas mães. As crianças foram distribuídas em dois grupos, com base na história clínica das mães: Grupo 1 (G1): 27 crianças filhas de mães com transtorno depressivo recorrente, com início no pós parto e Grupo 2 (G2): 33 crianças filhas de mães com transtorno depressivo recorrente, sem histórico de depressão pós-parto, com início após aproximadamente, quatro anos do nascimento das crianças estudadas. Os instrumentos foram codificados conforme as normas e os grupos comparados por procedimentos estatísticos. Quanto às características sócio demográficas observou-se para o G1 o predomínio de mães com baixa escolaridade (74,1%), não caucásicas (77,8%) e casadas (70,4%) com uma maior taxa de histórico familiar de depressão em parentes de primeiro e segundo grau ($p < 0,01$) em comparação às mães do G2. Quanto à cronicidade do transtorno e gravidade no momento da avaliação, os grupos não se diferenciaram. No momento da avaliação ambos os grupos apresentavam respectivamente: episódio moderado (50,0% vs. 48,0%), episódio atual severo (31,7% vs. 30,0%) e depressão recorrente em remissão (18,7% vs. 22,0%). Com relação à cronicidade em ambos os grupos as mães apresentavam três ou mais episódios depressivos ao ano (86,7% vs. 81,0%). Ao se avaliar aspectos relativos à saúde mental infantil, observou-se que as crianças do G1 apresentaram uma probabilidade 1,6 vezes maior de terem problemas comportamentais que as do G2 ($p = 0,04$), sendo alta a taxa de problemas emocionais nos dois grupos. As crianças do G2 tiveram um menor tempo de exposição à depressão materna e apresentaram menor taxa de problemas comportamentais. Os dados reafirmam que a exposição à depressão materna desde o nascimento teve maior impacto para as crianças, favorecendo o surgimento de problemas futuros, manifestos no período escolar. Destaca-se a relevância de se considerar o tempo de exposição da criança à depressão materna e sua influência nos diferentes períodos do desenvolvimento.

Bolsas: FAPESP, CAPES, CNPq e SGR 2009/1435

Palavras Chave: Depressão materna, saúde mental infantil, crianças

Doutorado – D

Código da área da pesquisa ou intervenção: SMENTAL

DEPRESSÃO INFANTIL E ANTECEDENTES PESSOAIS E FAMILIARES DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR. *Ana Vilela Mendes***, *Tatiana Iuriko Kawasaki Nakabayashi***, *José Alexandre de Souza Crippa* (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP, Ribeirão Preto-SP), *Rocio Martin-Santos* (Instituto Clínico de Neurociências, Serviço Psiquiatria, Hospital Clínico, IDIBAPS, CIBERSAM, Barcelona- Espanha) e *Sonia Regina Loureiro* (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP, Ribeirão Preto-SP)

Os transtornos depressivos têm sido reconhecidos como uma condição cada vez mais freqüente em crianças, com graves repercussões para a vida familiar, social e escolar, configurando-se como um fator de risco ao desenvolvimento infantil. O presente estudo objetivou caracterizar o perfil demográfico e os antecedentes pessoais e familiares psicopatológicos e médicos de crianças depressivas em idade escolar, identificadas em uma Unidade Básica de Saúde. Foram incluídas no estudo 120 crianças de seis a 12 anos, de ambos os sexos, identificadas através de suas mães, quando estas buscavam atendimento clínico para si. A depressão infantil foi avaliada por meio do CDI (Inventário de Depressão Infantil) respondido pelas crianças, e da entrevista diagnóstica DAWBA (Levantamento sobre o Desenvolvimento e Bem-Estar de Crianças e Adolescentes, escala depressão), respondido pelas mães. Características sócio demográficas e antecedentes pessoais e familiares foram avaliados por meio de um Questionário Complementar e da Entrevista Clínica Estruturada Para o DSM-IV (SCID) aplicados com as mães. Os instrumentos foram codificados conforme as normas e os dados tratados por procedimentos estatísticos. Das 120 crianças avaliadas, 28 (23,3%) preencheram critérios diagnósticos para depressão, com indicadores de sintomas como: humor deprimido, insegurança e medo, baixa auto-estima, menor rendimento escolar, mais dificuldades de relacionamento com os colegas e presença de sintomas somáticos ($p < 0,001$). Nesse grupo observou-se o predomínio de crianças do sexo feminino (60,7%), cursando séries iniciais (64,3 %), de baixo status sócio econômico (64,3%) e de etnia não caucásica (75,0%). Ao se comparar os grupos de crianças com e sem depressão, verificou-se que as crianças depressivas apresentaram significativamente mais antecedentes pessoais psicopatológicos ($p < 0,001$) e médicos ($p = 0,001$), caracterizados por uma maior busca por tratamentos psicológicos e/ou psiquiátricos e médicos em geral que as crianças não depressivas. Quanto aos antecedentes familiares, verificou-se que as crianças deprimidas tinham mães com mais histórico psiquiátrico ($p < 0,001$), com mais antecedentes psicopatológicos ($p < 0,001$) e médicos ($p = 0,001$), uma maior prevalência de familiares de primeiro e segundo grau com histórico depressivo ($p < 0,001$) e sem diferenças significativas quanto ao histórico psiquiátrico paterno. Os resultados demonstraram que um quarto das crianças em idade escolar (6-12 anos) apresenta diagnóstico de depressão tendo como perfil predominante o sexo feminino, o baixo status socioeconômico e etnia não caucásica. Verificou-se para tais crianças um maior número de antecedentes médicos e psicopatológicos tanto pessoais como familiares em comparação às crianças não deprimidas. Considera-se que a identificação precoce de sintomas depressivos em crianças é relevante para instrumentar práticas preventivas e interventivas de saúde mental, evidenciando a necessidade de estudos que abordem a associação da depressão infantil a fatores ambientais e genéticos incluindo a transmissão intergeracional.

Bolsas: FAPESP, CAPES, CNPq e SGR 2009/1435

Palavras Chave: Depressão infantil, crianças, antecedentes

Doutorado – D

Código da área da pesquisa ou intervenção: SMENTAL

PROPOSTA DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA PARA UM PROGRAMA DE TREINAMENTO EM HABILIDADES SOCIAIS EM CRIANÇAS NO CONTEXTO ESCOLAR. *Maria Claudia Rodrigues**; *Matheus Felipe de Souza**; *Carolina Prates Ferreira Rossetto**; *Marcella Cassiano** e *Carmem Beatriz Neufeld (Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo).*

As habilidades sociais podem ser definidas como comportamentos aprendidos e socialmente aceitáveis que permitem ao indivíduo a interação efetiva com outras pessoas, bem como a evitação de comportamentos que resultem em interações sociais negativas. No contexto escolar, as habilidades sociais são, conceitualmente, competências que facilitam a iniciação e manutenção de relacionamentos sociais positivos, contribuem para a aceitação por colegas e resultam em ajustamento escolar satisfatório. Na infância, as habilidades sociais atuam como fator de proteção para saúde mental. Evidências indicam que a criança capaz de desenvolver um amplo repertório de habilidades sociais terá maior probabilidade de estabelecer, futuramente, relações sociais mais saudáveis e apresentará menor vulnerabilidade a diversos tipos de transtornos psicológicos. Por isso, o Treinamento de Habilidades Sociais (THS) deve consistir em um programa estratégico cujo objetivo é a prevenção de futuras dificuldades cognitivas e comportamentais por meio do ensino e da facilitação de padrões de comportamentos pró sociais e cognições funcionais que podem reduzir efetivamente a ocorrência de problemas de comportamento e relacionamento. Para a análise de um programa de THS, a avaliação qualitativa torna-se importante para abranger a percepção dos participantes sobre a eficácia deste, o que nos permite obter dados sobre os efeitos do programa na população estudada. Assim, o propósito deste trabalho será apresentar uma proposta de avaliação qualitativa de um Programa de THS para crianças, que teve como base à abordagem cognitivo-comportamental, visando à promoção de saúde em um contexto escolar. O programa foi planejado para 12 sessões de intervenção. A avaliação qualitativa ocorreu na 12ª sessão. As sessões iniciais foram destinadas ao favorecimento do vínculo terapêutico e as demais abrangeram temas como direitos humanos, manejo de emoções, treino de empatia, comportamentos sociais assertivos, agressivos e passivos e o modelo cognitivo. O processo do planejamento da avaliação qualitativa implicou nas seguintes etapas: estabelecimento de uma estrutura geral para a avaliação; avaliação da percepção dos participantes sobre a aprendizagem dos conteúdos desenvolvidos no treinamento e sugestões de mudanças e melhorias. A avaliação foi realizada em grupo de forma dialogada onde foram apresentadas as seguintes questões: *O que você aprendeu com o grupinho?*; *Você mudou depois do grupinho? Se sim, em que?*; *O grupinho te ajudou a melhorar em alguma coisa em especial? Do que você mais gostou?*; *Do que você não gostou? Alguma coisa poderia ser mudada no grupinho? Se sim, o que?* Para a análise desta avaliação foi realizada uma categorização das respostas dos participantes, bem como das suas falas ao longo do treinamento. Os resultados indicam que as crianças perceberam mudanças qualitativas em suas vidas, tais como: “conversar antes de brigar” e “ver o lado do outro”. Estes dados possibilitarão adaptar o programa para futuras intervenções.

Apoio Financeiro e/ou Bolsa: Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo.

Palavras-chave: treinamento de habilidades sociais, avaliação qualitativa, abordagem cognitivo-comportamental.

Nível do Trabalho: Iniciação Científica - IC (Trabalho de Graduação).

Código da área da pesquisa ou intervenção: SMENTAL

TESTAGEM DE UM PROGRAMA DE TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS EM CRIANÇAS ESCOLARES. *Matheus Felipe de Souza**, *Maria Claudia Rodrigues**, *Carolina Prates Ferreira Rossetto**, *Marcella Cassiano** e *Carmem Beatriz Neufeld (Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto - SP).*

As teorias do desenvolvimento atuais têm se voltado para a importância das interações e relações sociais enquanto conseqüências do desenvolvimento psicológico infantil. Alguns autores têm expressado preocupação com estas conseqüências desenvolvimentais, nos casos onde existe déficit em habilidades sociais, pois em etapas formativas da vida do indivíduo tais déficits podem comprometer fases posteriores de seu ciclo vital. As habilidades sociais são comportamentos aprendidos e socialmente aceitáveis que permitem ao indivíduo interagir efetivamente com outros e evitar comportamentos que resultem em interações sociais negativas. A competência social na infância apresenta correlação positiva com vários indicadores de funcionamento adaptativo como rendimento acadêmico, responsabilidade, independência e cooperação. Sabe-se que crianças pouco habilidosas socialmente estão mais vulneráveis à incidência de problemas de conduta tais como: fraco desempenho acadêmico, delinquência e abuso de drogas. Em contraponto, estudos indicam que o desenvolvimento de habilidades sociais na infância pode constituir um fator de proteção contra a ocorrência de dificuldades de aprendizagem e de comportamentos socialmente inadequados. Além disto, evidências indicam que a criança capaz de desenvolver um amplo repertório de habilidades sociais terá maior probabilidade de estabelecer, futuramente, relações sociais mais saudáveis e com menor risco de rejeição por seus pares. Considerando a importância da fase escolar na vida infantil, mostra-se interessante que haja o desenvolvimento de um programa de Treinamento das Habilidades Sociais (THS), capaz de ajudar crianças a superar dificuldades interpessoais. Assim, o propósito deste estudo é testar um programa de THS para grupos de crianças na escola. Para isso, utilizou-se o “Inventário multimídia de habilidades sociais para crianças – Del-Prette” (IMHSC-Del-Prette). Este instrumento consiste de 21 itens multimídia de habilidades sociais, cada um composto por uma situação e três alternativas de reação. A criança é solicitada a indicar a frequência e dificuldade com que apresenta cada reação e a adequação de cada uma delas. A aplicação destinou-se a alunos de uma escola pública do interior de São Paulo, do qual participaram 20 crianças com idades entre oito e dez anos, cursantes do 3º Ano do Ensino Fundamental. Foram estabelecidos dois grupos de dez crianças, sendo um grupo experimental, que foi submetido à intervenção em THS, e um grupo controle, ambos de caráter heterogêneo. A intervenção em THS teve duração de onze sessões. O IMHSC-Del-Prette foi aplicado inicialmente nas 20 crianças e reaplicado cinco meses depois nas mesmas, após a intervenção de um THS que teve como base a abordagem cognitivo-comportamental. Os resultados obtidos apontaram para a melhora das habilidades sociais destas crianças. Comportamentos sociais relacionados como: comunicar-se eficazmente sem expressar agressividade, fazer pedidos e dar notícias a outras pessoas, foram favorecidos ao longo deste treinamento. Apoio Financeiro e/ou Bolsas: Pró-reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo.

Palavras-Chave: Treinamento de Habilidades Sociais; Avaliação Quantitativa; Grupos de Crianças.

Nível do Trabalho: Iniciação Científica - IC (Trabalho de Graduação)

Código da Área: SMENTAL

PSICOLOGIA, ARTE E SAÚDE MENTAL UM DIÁLOGO POSSÍVEL? *Hediany de Andrade Melo** (Departamento de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande – PB), *Morgana Bezerra Bispo** (Departamento de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande – PB), *Rafaela Azuzzy Diógenes Alves** (Departamento de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande – PB) e *Renally Xavier de Melo** (Departamento de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande – PB)

Este trabalho surge a partir de experiências vivenciadas por alunas graduandas em Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em alguns dispositivos na rede de Saúde Mental da cidade de Campina Grande, Paraíba. O campo da Saúde Mental se constitui como um espaço de constantes transformações na atualidade, pois ainda se encontra transitando de um modelo hospitalocêntrico e centralizado para um modelo de assistência descentralizado e desinstitucionalizado. A partir das reformas psiquiátricas que ocorreram em diversos lugares do mundo como Itália e França, o contexto nacional passa a sofrer influências e mudanças a partir da década de 70, este período irá se constituir como um momento inicial de reflexões, bem como de modificações do modelo até então vigente no tratamento dispensado a loucura, que possui(a) como marca principal uma prática medicamentosa, orientada por uma lógica de segregação social do portador de transtornos mentais. No tocante ao cuidado com o “doente mental” houve algumas mudanças para se alcançar o objetivo esperado, que é o alvo dessas novas reflexões. Sendo assim, foram criados dispositivos para a assistência à loucura, onde surgem espaços de atenção, bem como a implementação de determinados programas que nada mais são do que “novos” dispositivos que compõem a rede de assistência a saúde pública nos diversos níveis em que ela ocupa. No modelo criado a partir da reforma psiquiátrica o que fundamenta os dispositivos são os pressupostos da descentralização e desinstitucionalização do doente mental. Deste modo, o objetivo maior do tratamento passa a ser a reinserção social das pessoas que necessitam de tais cuidados. Todavia a partir de nossa prática enquanto estudante de Psicologia nos perguntou, como o profissional desse campo do conhecimento científico pode contribuir para o tratamento da loucura frente às atuais configurações da Saúde Mental? O que percebemos nesses locais é que os mesmos se apresentam de forma rígida e ou despreparada frente ao trato desses transtornos, sendo assim, nos perguntamos até que ponto estes tiveram uma formação que pudesse minimamente em sua prática estar inseridos nesse contexto de atuação? Mas a pergunta que guia esse trabalho vai no sentido de como o profissional da Psicologia pode se colocar nesse contexto de forma ética, em que sua prática tenha as marcas de possibilitar o processo de singularização do sujeito que tem como estrutura a psicose ou neuroses graves. Cremos que é necessário se fazer uma escolha teórica e metodológica para a compreensão dos fatos trazidos pelos pacientes. Nessa escolha o profissional precisa transgredir constantemente, para que não haja uma estagnação frente à própria inovação que a loucura traz, sendo também de fundamental importância que o profissional dialogue com outros campos do conhecimento que não sejam necessariamente científicos, mas que possibilitem a invenção subjetiva como é o caso da arte. Não havendo uma compreensão disto, podemos correr o mesmo risco que outrora um modelo de assistência centralizado produziu, silenciando assim as vozes da loucura, sem que para isso utilizemo-nos dos muros de um hospital, mas em prol de uma ideologia capitalista e burguesa.

Palavras-chave: Saúde Mental, Psicologia e arte

Outro

Código: SMENTAL

RESILIÊNCIA FAMILIAR: PROPOSIÇÃO DE ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTA COM MÃES COM DEPRESSÃO. *Fernanda Aguiar Pizeta** e Sonia Regina Loureiro (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP)*

Indicadores diversos do ambiente familiar tem sido associados a riscos ou a recursos de proteção ao desenvolvimento infantil, configurando-se como condições de adversidades ou de resiliência. Consideram-se necessários estudos que abordem os processos de resiliência familiar, moderadores do impacto negativo das adversidades, em especial frente a psicopatologias específicas. Este estudo objetivou a proposição de uma entrevista semi-estruturada para a avaliação dos processos-chave de resiliência em famílias, com crianças em idade escolar, que convivem com a depressão materna. Tomou-se como norteadoras as proposições de Froma Walsh para o estudo da resiliência familiar, abrangendo os três processos-chave, diferenciados nos seus elementos fundamentais, os quais foram explicitados em um roteiro de perguntas guias. Os processos avaliados foram: (1) o sistema de crenças relativo à percepção sobre a situação de crise e o sentido atribuído à sintomatologia depressiva, bem como a presença de crenças facilitadoras e constrangedoras e as perspectivas frente às adversidades; (2) os padrões organizacionais da família, incluindo o compromisso de compartilhamento de atividades, o apoio mútuo, o respeito às necessidades, às diferenças e aos limites, além da estabilidade das rotinas e reorganização e a adaptação frente aos desafios; (3) os processos de comunicação, abrangendo o compartilhamento de emoções, a empatia e as interações familiares agradáveis e as difíceis, incluindo as reações frente a situações de irritação e contrariedade, e a resolução pró-ativa e colaborativa dos problemas. As perguntas guia foram organizadas de forma a compor um roteiro contendo tópicos sobre: a depressão materna, as interações familiares, as interações com o filho em idade escolar, os recursos financeiros e de suporte da comunidade. Procedeu-se a um estudo piloto com a aplicação da entrevista com oito mães, com diagnóstico de depressão recorrente, moderada ou grave, tendo pelo menos um filho em idade escolar, sendo quatro crianças com dificuldade de socialização e quatro sem tal dificuldade, sistematicamente avaliadas quanto aos problemas de comportamento e de desempenho escolar. As mães foram entrevistadas, em sessões individuais, face-a-face, utilizando-se o Roteiro Semi-estruturado de Avaliação da Resiliência Familiar. As entrevistas foram gravadas e posteriormente categorizadas, de forma independente, tendo por base a caracterização dos processos-chave de resiliência, visando à identificação das condições facilitadoras ou dificultadoras da resiliência familiar. O acordo entre os avaliadores foi satisfatório. Comparando-se os processos de resiliência familiar constatou-se que nas famílias com crianças sem dificuldade de socialização predominaram indicadores de maior coesão familiar, de estabilidade nas práticas educativas e de manifestações afetivas mais explícitas, sugerindo que estes processos podem estar moderando o impacto da depressão materna no ambiente familiar. Considera-se que o roteiro permitiu uma avaliação sistemática dos mecanismos familiares de comunicação, de organização e de interação, favorecendo uma compreensão ampliada tanto do impacto das adversidades relativas à convivência com a depressão materna quanto dos processos de resiliência familiar emergentes nesse contexto. O uso do roteiro poderá contribuir para a compreensão da diversidade de condições presentes no ambiente familiar, expressas em

processos que minimizam ou acentuam as dificuldades frente a uma adversidade crônica, o que poderá nortear a proposição de procedimentos de orientação familiar.

Apoio Financeiro: CAPES/CNPq

Palavras-chave: depressão; ambiente familiar; avaliação

Nível do trabalho: M (mestrado)

Código da área: SMENTAL

RESILIÊNCIA FAMILIAR E RECURSOS DE SOCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS QUE CONVIVEM COM A DEPRESSÃO MATERNA. *Fernanda Aguiar Pizeta** e Sonia Regina Loureiro (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP)*

A psicopatologia do desenvolvimento enfatiza a compreensão dos processos e padrões que potencializam a adaptação e a desadaptação, a partir da interação entre condições adversas e protetoras ao desenvolvimento. A depressão materna tem sido considerada uma das condições adversas que influencia as relações interpessoais e os padrões de organização do ambiente familiar, se configurando como risco ao desenvolvimento infantil, contudo, este desfecho não é exclusivo, o que coloca em foco os recursos protetores e de resiliência. Nesse contexto, objetiva-se estudar os processos de resiliência familiar de crianças em idade escolar que convivem com a depressão materna recorrente associada a outras condições de estresse crônico do ambiente familiar, identificando e comparando tais processos para crianças com e sem dificuldade de socialização. Adotou-se o método de estudo de casos comparativos. Foram avaliadas seis duplas mãe-criança, tendo as mulheres/mães o diagnóstico de depressão recorrente, e as crianças, de ambos os sexos, idades entre oito e 11 anos, sendo três com dificuldade de socialização e três sem tal dificuldade. Definiram-se como dificuldades de socialização, para crianças em idade escolar, problemas de desempenho escolar e de comportamento. Com as mães procedeu-se à aplicação de: (a) entrevista diagnóstica para confirmação do transtorno depressivo recorrente, com episódios moderados ou graves, (b) entrevista com roteiro semi-estruturado sobre os processos-chave de resiliência familiar, (c) escalas de recursos e adversidades do ambiente familiar e (d) questionário sobre capacidades e dificuldades das crianças. Com as crianças, procedeu-se à avaliação intelectual e do desempenho escolar. Para a análise dos dados, integraram-se as informações obtidas em três cenários, delineados a partir das condições contextuais do ambiente familiar associadas à depressão materna, a saber: (1) depressão materna como estressor principal, (2) depressão materna associada prioritariamente a condições socioeconômicas precárias e (3) depressão materna associada prioritariamente à psicopatologia paterna e à discórdia familiar. Em cada cenário, foi incluída uma criança com dificuldade de socialização e uma criança sem tal dificuldade. A análise e a comparação dos casos e dos cenários permitiram identificar para as crianças com dificuldade de socialização a convivência em um ambiente familiar com o predomínio de um sistema de crenças restritivo, com processos falhos de comunicação e com padrões organizacionais pouco flexíveis, o que se mostrou mais acentuado na presença de outros estressores (cenários 2 e 3). Para as crianças sem dificuldade, identificou-se o predomínio de convivência em um ambiente familiar com flexibilidade das rotinas, participação afetiva dos pais no cotidiano, sensibilidade materna quanto às necessidades dos filhos, além da utilização de uma rede de apoio efetiva e da adesão das mães ao tratamento para depressão. Verificou-se que os processos de resiliência que podem ter minimizado o impacto das adversidades e favorecido a adaptação das crianças com socialização positiva mostraram-se relacionados à coesão família, à estabilidade de práticas educativas e à presença de manifestações afetivas no cotidiano das famílias. Conclui-se que os desfechos positivos mostraram-se associados a processos de resiliência familiar, sendo que a identificação e

análise de tais condições podem nortear a orientação de famílias que convivem com tal adversidade.

Apoio Financeiro: CAPES/CNPq

Palavras-chave: depressão; resiliência (psicologia); criança

Nível do trabalho: M (mestrado)

Código da área: SMENTAL

OFICINA DE EXPRESSÃO CORPORAL E IMPROVISAÇÃO CÊNICA COMO FERRAMENTA DE TRABALHO EM SAÚDE MENTAL. *Georgina Carolina de Oliveira Faneco Maniakas, Flávia Barbosa Evangelista* e Yuri Marmorato Torre** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP)

Em 1990 a prefeitura do município de Campinas assinou um convênio de co-gestão com o Serviço de Saúde Candido Ferreira, visando a reinserção social dos usuários do serviço de saúde na vida familiar e comunitária. Em 1993, o programa de atenção à saúde mental desenvolvido por este serviço foi reconhecido pela Organização Mundial de Saúde como referência nacional. Neste contexto - com base na psicanálise e no trabalho desenvolvido por Augusto Boal com o Teatro do Oprimido – em um CAPS da cidade de Campinas foi implantada, durante o segundo semestre de 2009, uma ferramenta no formato de Oficina de Expressão Corporal, com o propósito de promover a expressão da subjetividade dos usuários do serviço (que, antes da reforma à assistência psiquiátrica, era reprimida e ignorada nos manicômios e pela sociedade em geral). Considerando que o sujeito psicótico tem uma relação diferenciada com o seu corpo, os objetivos da oficina foram: (1) oferecer ferramentas para a resignificação do corpo (muitas vezes distante, enrijecido, alheio); (2) desenvolver a criatividade e espontaneidade dos participantes, propiciando condições para que suas idéias e vontades fossem expostas e realizadas. Para isso, a oficina se dividiu em quatro diferentes momentos: alongamento do corpo, expressão corporal, improvisação e encenação. Apesar do planejamento inicial da oficina, as atividades oferecidas semanalmente foram semi-estruturadas – ou seja, livres para sofrer modificações sugeridas pelos próprios participantes – para que o processo expressivo pudesse ser construído em conjunto com os usuários. A participação destes últimos esteve condicionada a cada Projeto Terapêutico Individual (PTI), apesar da oficina se manter aberta a toda população do CAPS. Dentre os ganhos associados à intervenção proposta, destacam-se os relativos à *despatologização* do corpo. Para isto é preciso levar em conta os efeitos indesejáveis apresentados pela medicação anti-psicótica sobre o corpo do sujeito, muitas vezes tornando-o rígido pela impregnação. Dessa forma, foi necessário potencializar o trabalho iniciado por Boal, pois, além da opressão socialmente imposta ao corpo há uma “opressão” química agindo como efeito do medicamento. Nesse sentido, os participantes relataram que a oficina trouxe maior bem-estar, e - respeitando-se os limites de cada um - uma nova perspectiva para a abordagem de certas situações sociais e familiares. Além disso, o alcance dos objetivos deste trabalho pôde ser verificado pela evolução da qualidade de participação dos usuários, demonstrada pela iniciativa na identificação, escolha e proposta de atividades de cada oficina, e pelo reconhecimento verbal da importância do trabalho de expressão corporal para cada um dos participantes. A receptividade da oficina foi demonstrada pela significativa e constante participação dos usuários do serviço, pela participação dos próprios funcionários do CAPS e pela preocupação da instituição em assegurar a continuidade do trabalho iniciado pelos autores. Ao final, a oficina foi assumida por um dos membros da equipe técnica. Em relação aos ganhos acadêmicos obtidos, podemos citar a excelente avaliação realizada pela equipe e pelos próprios usuários, e pela Coordenadoria de Estágios do Serviço de Saúde Candido Ferreira. Recentemente a oficina foi adaptada para a sua aplicação na área de educação matemática da UFSCar.

Palavras chave: Saúde Mental, Psicanálise, Teatro do Oprimido.

Outro (Intervenção)

SMENTAL

RELATO DE EXPERIÊNCIA DA LIGA ACADÊMICA DE SAÚDE MENTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Flávia Borges Carvalho**, *Noelle Castilho Caldeira Brant**, *Carolina Nascimento Dias**, *Fernanda Gomes Faria**, *Laís Fucuta Machado** e *Nayara Machado de Sousa** (Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG)

Considerando a necessidade de ações em promoção da Saúde Mental, este relato tem como finalidade principal expor a experiência das atividades da Liga de Saúde Mental (LISAM), da Universidade Federal de Uberlândia durante um período de seis meses, a fim de que a comunidade acadêmica atente para questões relacionadas aos fatores que aumentem a qualidade de vida da população no sentido de analisar o ser humano como um todo, observando aspectos biopsicossociais. A LISAM é composta por quinze acadêmicos do curso de Medicina e Psicologia que tem amplo interesse pela área de Saúde Mental e também conta com um projeto de extensão que visa à promoção da saúde mental de crianças do Bairro Shopping Park, na periferia de Uberlândia-MG, por meio de oficinas lúdicas. São feitas atividades como pular corda, desenho e colagem, como forma terapêutica de trabalhar o bem-estar, as emoções e a psicomotricidade. Em reuniões semanais, a Liga realiza atividades que visam aprofundar conhecimentos e experiências acerca da mente humana e de suas complexidades, com o objetivo principal de aprimorar conhecimentos relacionados à Psiquiatria e à Psicologia, adquirir vivências e desmistificar preconceitos, além de promover a saúde mental da comunidade através do projeto de extensão. Durante as reuniões são realizados seminários sobre os Transtornos Mentais mais frequentes no Ambulatório de Psiquiatria do Hospital de Clínicas de Uberlândia, como método de adquirir conhecimento teórico. São abordados o conceito, as causas, sinais e sintomas, tratamentos farmacológicos e psicológicos da cada doença, e ainda é feito um estudo de caso clínico. Ao longo do semestre pudemos atestar que houve uma maior aproximação dos integrantes com os conteúdos expostos nos seminários acerca dos Transtornos Mentais, aumentando a bagagem teórica necessária para as experiências práticas previstas para os próximos meses no Hospital Psiquiátrico. Com relação ao Projeto de Extensão, foi criado um espaço de expressão capaz de potencializar o brincar como um elo entre o desenvolvimento humano e a realidade circundante, assim como se conseguiu a melhoria na socialização e na afetividade das crianças envolvidas. Porém, percebe-se a necessidade de ampliação do projeto, com atividades que envolvam não só as crianças, mas toda a família e a realidade do bairro. A LISAM proporciona conhecimento, contato e discussões relacionadas à Saúde Mental, o que corrobora com os preceitos básicos da Psicologia Positiva. Assim, as atividades do semestre se focaram em fortalecer os aspectos virtuosos do ser humano, buscando a diminuição e a prevenção dos prejuízos causados pelos transtornos e eliminando os estigmas comumente associados ao assunto. Para os integrantes, futuros profissionais de saúde, a Liga é uma oportunidade de enriquecimento acadêmico e pessoal.

Sem financiamento ou bolsa

Palavras-chave: saúde mental, promoção da saúde, psicologia positiva

Nível: IC

Área: SMENTAL

AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA EMPATIA PARA GRADUANDOS DE ENFERMAGEM. *Celia Caldeira Fonseca Kestenberg e Eliane Mary de Oliveira Falcone (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ)*

Este estudo objetivou avaliar a eficácia de um Programa de Desenvolvimento da Empatia (PDE) para graduandos de enfermagem. A empatia é uma habilidade socialmente aprendida e fundamental para as relações interpessoais de ajuda, especialmente em profissões como a enfermagem, cujo objeto é o cuidado ao ser humano. Evidenciou-se em estudos anteriores que este aspecto relacional se constitui numa lacuna na formação profissional do enfermeiro. É substancial pensar em tecnologias que potencializem a empatia durante a graduação. Utilizado método experimental no qual 17 estudantes participaram de 16 encontros de treinamento com três horas duração cada, enquanto 16 estudantes compuseram o grupo de controle. O programa foi desenvolvido na modalidade de grupo. A concepção de empatia adotada seguiu perspectiva multidimensional que envolve a dimensão cognitiva caracterizada pela capacidade de interpretar e compreender os pensamentos e sentimentos de alguém; afetiva caracteriza-se por uma tendência a experimentar sinais de simpatia e compaixão pelo outro, além de preocupação com o seu bem estar; a dimensão comportamental que envolve capacidade de comunicar reconhecimento explícito dos sentimentos e perspectiva do outro. Procedimentos utilizados no treinamento objetivaram intensificar a capacidade de: (1) identificar sinais emocionais não-verbais no comportamento do outro; (2) ouvir e compreender sensivelmente a perspectiva e os sentimentos, sem julgar; (3) demonstrar comportamento empático através de comunicação não-verbal; (4) verbalizar de maneira sensível entendimento da perspectiva e sentimentos do outro. As estratégias didático-pedagógicas incluíram: relaxamento, exposição dialogada, vivência, recurso multimídia, desempenho de papéis com *videofeedback* e prática das habilidades aprendidas em ambiente natural. Os participantes dos dois grupos foram avaliados antes da intervenção, imediatamente após e com *follow-up* de 30-40 dias. Os componentes cognitivos e afetivos da empatia foram avaliados através de um Inventário de Empatia. Para a avaliação do comportamento empático verbal, foram gravadas em áudio as verbalizações dos participantes eliciadas a partir de interações enfermeiro-paciente, em situações de desempenho de papéis. Estas verbalizações foram avaliadas por três juízes treinados previamente e cegos para os dois grupos, utilizando o Instrumento de Avaliação do Comportamento Empático Verbal (IACEV), criado para este estudo, no qual é adotada a Escala Likert. O PDE também foi avaliado pelos sujeitos através de suas verbalizações espontâneas durante o treinamento e respostas a um questionário aplicado no final do treinamento, como suplemento às medidas quantitativas. Resultados da análise estatística das duas medidas evidenciaram que o PDE foi eficaz em melhorar significativamente aspectos cognitivos e afetivos da empatia bem como a verbalização empática do grupo experimental quando comparado ao de controle. A avaliação intra-grupo experimental comparando os três momentos avaliativos, revela melhora significativa no comportamento empático verbal. A análise qualitativa dos relatos dos participantes evidenciou benefícios do programa que não foram acessados pelas medidas anteriores. Entre outros, a redução da angústia pessoal diante do sofrimento do paciente e a generalização das habilidades aprendidas para contextos relacionais. Concluiu-se que o objetivo do estudo foi alcançado e o PDE se mostrou eficaz o que ratifica estudos anteriores sobre aprendizagem formal da empatia. Além disto, o PDE pode se constituir numa contribuição para o campo da enfermagem.

Palavras-chave: empatia, desenvolvimento interpessoal, cuidado de enfermagem.
D

Social

AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO AO USO DE RISCO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DE MINAS GERAIS. *Daniela Cristina Belchior Mota***, *Érica Cruvinel***, *Livia Ferreira de Araújo*, *Marina Castro de Oliveira***, *Tamires Jordão Laport**, *Tassiana Cristina Mendes Miranda** e *Telmo Mota Ronzani**** (Departamento de Psicologia; Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF; Pólo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva/POPSS; Juiz de Fora – MG / Programa de Pós-Graduação em Psicologia**, Programa de Graduação em Psicologia*, Professor do Departamento de Psicologia***)

Estratégias de Triage associadas às Intervenções Breves (TIB) constituem-se práticas efetivas para a prevenção do uso de álcool e outras drogas, que podem ser utilizadas por profissionais de saúde de diferentes formações. No entanto, a literatura tem apontado para obstáculos na implementação da TIB na rotina dos serviços de saúde, além de destacar que quando os profissionais possuem atitudes positivas em relação ao usuário de substâncias se sentem tecnicamente mais preparados para utilizar a TIB. Este estudo objetivou avaliar o processo de implementação da TIB enfocando a Atenção Primária à Saúde (APS) de municípios de pequeno porte e, a partir desse processo, analisar a mudança de atitudes dos profissionais. Os participantes foram 168 profissionais de saúde da rede assistencial de três municípios de pequeno porte de Minas Gerais, sendo 129 profissionais da APS, 34 profissionais do Conselho Regional de Assistência Social e 5 profissionais do Conselho Tutelar. O projeto foi desenvolvido em três etapas: sensibilização da comunidade local, capacitação dos profissionais para a prática da TIB e acompanhamento da implementação destas práticas na rotina dos serviços de saúde durante três meses. Foram realizadas avaliações antes da capacitação e avaliações de seguimento após o período de acompanhamento, sendo utilizadas as seguintes abordagens qualitativas e quantitativas: Triangulação de dados qualitativos (observação participante; entrevistas com gestores; grupo focal com um enfermeiro e um agente comunitário de saúde de cada equipe de saúde da família) e uma escala para avaliar as crenças e atitudes dos profissionais, que avalia a percepção de confiança e auto-eficácia para realizar TIB e a percepção de obstáculos. Utilizou-se análise preliminar de conteúdo para se avaliar os dados qualitativos (Bardin, 1977) e os dados quantitativos foram submetidos ao teste student pareado. Adotou-se o Intervalo de Confiança de 95% ($p \leq 0,05$). Os resultados indicam que há fatores que facilitaram a implementação, como: envolvimento de todos os profissionais da Equipe de Saúde da Família (ESF), realização de *feedbacks* parciais e de reuniões para incentivar o gerenciamento do projeto, participação de lideranças em cada ESF para articulação das ações do projeto. Assim como fatores que dificultaram: centralização do papel dos pesquisadores na organização das ações, necessidade de maior acompanhamento e educação permanente. Quanto à mudança de atitudes dos profissionais de saúde os resultados mostraram alterações significativas na média das escalas de atitudes três meses após a capacitação presencial. Houve um aumento da percepção de auto-eficácia para realizarem a TIB, ($t(110) = -3,93$; $p = 0,001$), e na confiança para desenvolverem estas atividades ($t(110) = -2,308$; $p = 0,023$). Concluiu-se que a participação de lideranças em cada ESF e a centralização do papel dos pesquisadores aponta para a função de gerenciamento da TIB como um fator relevante para continuidade destas ações. A metodologia de execução do projeto contribuiu positivamente para mudar atitudes dos profissionais. Entretanto, eles ressaltaram a necessidade de maior acompanhamento da TIB, indicando que seriam necessárias maiores avaliações para se obter considerações mais substanciais quanto à

manutenção e impacto desta mudança de atitudes na prática dos profissionais após o período de implementação do projeto.

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Bolsa de produtividades em Pesquisa CNPq e Programa Pesquisador Mineiro FAPEMIG.

Palavras-Chaves: Prevenção; Atenção Primária à Saúde; Álcool e Outras Drogas
Mestrado – M

SOCIAL

CAPACITAÇÃO DAS EQUIPES DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E PRÁTICAS DE PREVENÇÃO AO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS.

*Carla Ferreira de Paula Gebara***, *Ana Cláudia Ferreira Cezário****, *Tassiana Cristina Mendes Miranda**, *Camila Soares Brum***, *Lélio Moura Lourenço*****, *Telmo Mota Ronzani***** (Departamento de Psicologia; Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF; Pólo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva/POPSS; Juiz de Fora – MG / (Programa de Pós-Graduação em Psicologia**, Programa de Graduação em Psicologia*, Programa de Educação Tutorial - PET-Psicologia/UFJF***, Professor do Departamento de Psicologia****)

O uso de álcool/drogas (AD) e a questão da violência doméstica (VD) são dois temas tratados como prioritários pela Organização Mundial de Saúde. Contudo, há pouca atuação preventiva em relação à VD e ao uso de AD que permita articular estes dois importantes problemas de saúde pública, promovendo a melhoria da saúde da população. Devido à Atenção Primária à Saúde (APS) atingir a maior parte da população, este seria um nível de atenção estratégico para a atuação preventiva em relação ao uso de AD, bem como à VD. Deste modo, face às deficiências na formação dos profissionais de saúde nesta temática, a capacitação dos mesmos é essencial para a prática de estratégias de prevenção. Neste sentido, foram capacitados 129 profissionais de saúde de nível superior, técnico e Agentes Comunitários de Saúde que trabalham nos Programas de Saúde da Família (PSF) de três municípios de pequeno porte da Zona da Mata de Minas Gerais. Antes e três meses após a capacitação, foram utilizados os seguintes instrumentos: escala de crenças e atitudes, questionário a respeito da experiência prévia com possíveis casos de violência doméstica e questionário sobre a frequência e motivação para a realização de intervenções nesses casos. Os resultados indicam que a maior parte dos profissionais (82,7%) estima que até 20% de seus pacientes adultos têm problemas relacionados à violência doméstica. Em relação à frequência com que os profissionais perguntam especificamente sobre a ocorrência e história dos problemas de violência doméstica como parte da consulta, 14,7% o fazem na maioria das vezes ou todas às vezes e 41,4% perguntam algumas vezes. Em contrapartida 37,1% dos profissionais raramente ou nunca perguntam a respeito e 6,9% não entendem isso como parte de sua função. Ao serem questionados sobre atividades de prevenção aos problemas relacionados à VD, 12,7% dos profissionais nem pensam em fazer tais atividades, 28% pensam, mas não fazem, 40,7% fazem algumas vezes e 18,6% afirmam que já faz parte de sua rotina. Os resultados indicam a preocupação destes profissionais frente ao tema, tendo em vista a estimativa de casos atendidos e a frequência com que perguntam, aconselham e realizam atividades de prevenção em sua rotina de trabalho, percebendo o problema como demanda para o setor saúde. Tais resultados refletem a influência da capacitação com abordagem introdutória e puramente informativa, buscando desenvolver competências conceituais, comunicativas, interpessoais e políticas dos profissionais em relação ao impacto da VD sobre a saúde. Contudo, percebe-se, ainda, que os profissionais de saúde, de uma maneira geral, encontram-se pouco capacitados para a realização de atividades de prevenção em álcool e drogas e em relação à violência doméstica.

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Palavras-Chaves: Violência Doméstica; Atenção Primária à Saúde; Capacitação

Mestrado – M

SOCIAL

RECONHECIMENTO DE EMOÇÕES EM EXPRESSÕES FACIAIS (REEF): DESENVOLVIMENTO DE ESCALA. *Rodolfo de Castro Ribas Junior, Felipe Costa Pulcherio Lima*, Felipe Nunes de Lima*, Felipe Salvador Grisolia*, Livia Santos Ferreira**, Luiz Gonzaga Ribeiro Vasconcelos Rosario*, Paula Bandeira Dias* e Paulo Koatz Miragaya*(Departamento de Psicologia Geral e Experimental, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ)*

Pesquisas psicológicas sobre emoções e desenvolvimento humano têm sistematicamente indicado que a regulação afetiva envolveria pelo menos quatro componentes que atuam de forma integrada: 1) a capacidade de reconhecer expressões de emoção (e.g., facial, verbal e postural), 2) conhecimentos sobre as causas das emoções em nós e nos outros, 3) conhecimentos sobre formas de comunicar ou ocultar intencionalmente emoções, e 4) formas de lidar efetivamente com as emoções. Diversos trabalhos de revisão têm enfatizado a importância da capacidade de reconhecimento de emoções através de expressões faciais. Essa capacidade seria importante, por exemplo, no processo de interação social. Apesar da importância dessa habilidade, uma revisão sistemática de literatura revelou a ausência quase que total de publicações e estudos empíricos nacionais sobre o assunto. O presente trabalho reporta fases iniciais do desenvolvimento de uma nova escala para avaliação da capacidade das pessoas para o reconhecimento de emoções em expressões faciais a: Escala de Reconhecimento de Emoções em Expressões Faciais (EREEF). Essa nova escala foi desenvolvida com base no Diagnostic Analysis of Nonverbal Accuracy (DANVA2), de Stephen Nowicki Jr. e colaboradores. A EREEF foi idealizada de forma a tirar vantagens dos avanços da computação (e.g., novos padrões de vídeo) e, diferentemente de outros instrumentos similares, poderá no futuro ser respondida via internet. A versão testada apresenta 28 fotos de expressões faciais de alegria, tristeza, raiva e medo, com diferentes níveis de intensidade. Alunos do Instituto de Psicologia da UFRJ serviram como modelos para o desenvolvimento das fotos utilizadas no instrumento. Uma versão inicial da EREEF foi então aplicada a 46 estudantes universitários que também responderam ao DANVA2. Os estudantes foram convidados a participar da fase inicial de uma pesquisa sobre percepção de emoções. Análises revelaram que tanto a EREEF quanto o DANVA2 apresentaram coeficientes de fidedignidade (alfa de Cronbach) aceitáveis e semelhantes, 0,78 e 0,79, respectivamente. A média de acertos da EREEF (0,80; DP = 0,14) foi ligeiramente superior à do DANVA2 (M=0,73, DP = 0,15). Foi identificada uma correlação positiva e significativa entre os escores totais da EREEF e do DANVA2. Essas escalas compartilharam 46% de suas variâncias. Uma análise fatorial exploratória foi conduzida com o objetivo de examinar quantas dimensões a nova escala possuiria. A análise fatorial indicou a presença de um único fator responsável por 23% da variância. Os resultados iniciais obtidos indicam que a Escala de Reconhecimento de Emoções em Expressões Faciais (EREEF) apresenta qualidades psicométricas adequadas. O EREEF se apresenta como um instrumento promissor na avaliação da capacidade de percepção de emoções. Novas aplicações da escalas estão sendo planejadas. A equipe da pesquisa está trabalhando em versões off-line e versões web dessa escala. Palavras-chave: Reconhecimento de Emoções, Expressão Facial, Escala

Apoio financeiro CNPQ/PIBIC através de bolsa cedido à aluna Paula Bandeira Dias.
Trabalho de Iniciação Científica.

SOCIAL

VALORES RELATIVOS AO TRABALHO ENTRE SERVIDORES DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR. *Fernanda Aline Tavares Amaro**, *Larissa Pena Leite**, *Letícia Vargas de Lima**, *Livia Maria Moreira Pagliaro**, *Mabel Witt Acosta**, *Olivia de Freitas Oliveira**, *Tatiana Ribeiro Tanabe*** e *Marília Ferreira Dela Coleta* (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG)

Valores vêm sendo utilizados para justificar as mudanças da sociedade, o comportamento das pessoas, além de julgar ações e distinguir nações e grupos, desde os primórdios da humanidade. Dentre tais valores, um dos que mais interessam à Psicologia Social são aqueles relativos ao trabalho, os quais podem ser definidos como princípios, hierarquicamente organizados, que norteiam o indivíduo em relação a todos os aspectos referentes às atividades laborais. Dessa forma, este projeto de pesquisa teve como objetivo identificar os valores relativos ao trabalho mais importantes para uma amostra de professores universitários e técnicos administrativos da Universidade Federal de Uberlândia. A partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema, foi desenvolvido um instrumento composto pelos dados pessoais e profissionais do respondente (como tempo de emprego, cargo e função que exerce, estado civil, escolaridade, sexo e idade), e pelo questionário, adequado à realidade brasileira, da Escala de Valores Relativos ao Trabalho (EVT), que foi aplicado a uma amostra não aleatória composta por 27 professores universitários e 34 técnicos administrativos. A EVT é composta de 45 itens agrupados em quatro dimensões: realização no trabalho, relações sociais, prestígio e estabilidade. Os questionários foram aplicados no local de trabalho durante pausas dos funcionários e os dados coletados foram analisados por meio do programa estatístico “Statistical Package for the Social Sciences” versão 17.0, que efetuou análises descritivas e testes de comparação entre médias. O perfil da amostra total (N=61) ficou composto por 59% sujeitos do sexo masculino e 41% do sexo feminino, sendo 54,1% destes casados, 26,2% solteiros e 19,7% classificados em outros estados civis; a média de idade foi de 44 anos, sendo a mínima de 28 anos e a máxima de 65 anos; o tempo médio de emprego foi de 16 anos. Os resultados evidenciaram a seguinte hierarquia das dimensões: realização no trabalho (M=4,26), estabilidade (M=4,15), relações sociais (M=4,05) e prestígio (M=2,60). Foram encontradas diferenças entre as duas categorias profissionais para os valores realização no trabalho e prestígio. Para os professores universitários a “realização no trabalho” demonstra ser mais importante do que para os técnicos administrativos (para aqueles M=4,45 e para estes M=4,11). Já os técnicos administrativos deram maior importância relativa ao “prestígio” do que os professores universitários (para aqueles M=2,80 e para estes M=2,35). Além disso, constatou-se que “relações sociais” e “prestígio” são dimensões valorizadas de forma inversamente proporcional ao grau de escolaridade.

Palavras-chave: valores; professores universitários; técnicos administrativos.

Nível do trabalho: IC.

Área: SOCIAL

CRENÇA E MANIFESTAÇÃO PRÁTICA DA DICOTOMIA SANTA-PROSTITUTA EM UNIVERSITÁRIOS DA CIDADE CURITIBA. *Débora Denardi Brand* e Andrieli Cris Talamini* (Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, Pr).*

Frente a escolha de parceiras, os homens, evolutivamente, desenvolveram um mecanismo que tende a classificar, inconscientemente, as mulheres em santas e prostitutas, sendo a primeira, vista como recatada e valorizada, ideal para relacionamentos de longo prazo; e a segunda como conquista fácil para manter apenas relações sexuais, ideal para relacionamentos de curto prazo. Tal crença se manifesta em comportamentos de leitura do universo feminino: detalhes como a maneira de se vestir, as atitudes perante os amigos do sexo oposto, o comportamento sexual, o linguajar. O presente estudo teve por objetivo analisar a relação existente entre a crença na dicotomia santa-prostituta e suas manifestações práticas na escolha de parceiros. Os dados foram coletados através da aplicação de 400 questionários semi-diretivo, composto por uma escala do tipo Likert. Participaram do estudo 200 homens e 200 mulheres com idade entre 20 e 55 anos, residentes na cidade de Curitiba-Pr. Os resultados foram tratados estatisticamente através do cálculo de correlação de Pearson no programa SPSS for windows 16.0. Foi verificada correlação significativa para o gênero feminino no que tange a crença e prática da dicotomia santa-prostituta $r=0,59$, $p<0,0001$. Os dados afirmam que as mulheres que acreditam na dicotomia são as mesmas que a praticam, que se comportam da forma como querem ser vistas pelos homens. Quando interessadas em relacionamentos de longo prazo, as mulheres demonstram um comportamento mais recatado, se portam na frente dos amigos de seu parceiro de forma mais discreta e preocupam-se em não ceder às tentações sexuais nos primeiros encontros. Isso vem a confirmar que as mulheres fazem o que estiver ao seu alcance para atrair um parceiro em potencial e buscam o recato como uma forma de aumentar seu valor na hora de ser escolhida para uma relação duradoura. Com relação ao gênero masculino observou-se um nível significativo ao domínio acima mensurado, $r=0,42$, $p<0,0001$. Os homens que acreditam também são os mesmos que praticam a dicotomia, e quando interessados em relacionamentos de longo prazo, escolhem as mulheres que assumem uma postura mais discreta frente aos amigos, que se comportam e se vestem de forma mais recatada, que possuem um vocabulário apropriado e que não demonstram interesse sexual nos primeiros encontros. Quando a mulher cede às tentações sexuais já no primeiro encontro, esse comportamento leva o homem a pensar que ela sempre terá essa conduta, e conseqüentemente, não será vista como confiável para uma parceira a longo prazo. No entanto é possível observar uma discrepância nos resultados em relação ao (r). As mulheres apresentam correlação superior a do sexo masculino, em função do alto investimento de tempo e recursos dispensados para cada filho, o que as torna mais seletivas e criteriosas ao escolher um companheiro.

Palavras-Chave: Dicotomia Santa-Prostituta; escolha de parceiros; diferença de gênero. Iniciação Científica – IC

COG

VIAGEM AO TÚNEL DO TEMPO: UMA EXPERIÊNCIA TEATRAL DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA, NA CIDADE DO PORTO EM PORTUGAL.

Maria Sara de Lima Dias (Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, Paraná)

Neste relato de pesquisa e intervenção buscou-se refletir sobre a inserção do psicólogo na comunidade no trabalho com idosos. Considerando o percurso histórico, social, econômico e cultural, a perspectiva sobre o envelhecimento sofreu alterações e a sociedade atual vem criando vários sistemas de segurança social, infra-estruturas de acolhimento e equipamentos sociais destinados para apoiar o crescente número de idosos. Desta forma existem principalmente na Europa mecanismos múltiplos de acolhimento e atendimento aos idosos: casas dia, associações, comunidades, agremiações, etc. No processo do diagnóstico social da Cidade do Porto em Portugal, a autora foi convidada para participar de ações socioculturais por uma comunidade de quarenta idosos localizada na Freguesia da Foz do Douro, cujo objetivo foi desenvolver um processo de formação de um grupo de teatro formado por não-atores, durante um período de quatro meses em que esteve desenvolvendo atividades de pesquisa e intervenção do Diagnóstico Social do Porto junto à equipe técnica da UCP (Universidade Católica do Porto) sob responsabilidade científica da Profa. Dra. Izabel Baptista e do Prof. Dr. Joaquim Azevedo. A metodologia de intervenção adotada foi baseada na linguagem teatral utilizada como um recurso na compreensão das subjetividades, e foram desenvolvidas semanalmente oficinas de improvisação teatral que visaram oportunizar experiências estéticas em diferentes linguagens, anteriormente negadas a essas pessoas. A partir da memória de objetos que remetem a épocas diferentes vivenciou-se uma narrativa onde a história singular (re)conta uma história coletiva a partir das lembranças significativas dos participantes do grupo. Esta narrativa singular é traduzida em uma linguagem comum de um tempo histórico vivenciado permitindo partir para a produção de um texto coletivo, gerado na improvisação e expressão singular e que resultou em uma encenação das memórias e histórias da própria comunidade à qual pertencem. Os ensaios culminaram na exposição e apresentação públicas da peça para a comunidade local que permitiu unir a narração, representação e encenação do espetáculo nomeado “Viagem ao Túnel do Tempo”, que ao mesmo tempo contou a história de uma família de pescadores e comunicou as lembranças da memória e história do local, território da comunidade, vivenciado e compartilhado por todos protagonistas e platéia. Observou-se que a criação do grupo de teatro Os Fozeiros, permitiu o desenvolvimento de autonomia e autoria dos sujeitos na criação do espetáculo, resgatando novas possibilidades de identidade para o idoso, através do desempenho e expressão de um outro papel em relação à comunidade a qual pertencem. Acredita-se que as técnicas do teatro e as oficinas de improviso podem ser utilizadas ações socioculturais mediadoras para desenvolver a auto-estima, a qualidade de vida do idoso, significando de outra forma o direito à autoria do sujeito em uma nova história de pessoas ainda por ser contada. Com este relato de intervenção procurou-se contribuir com a área da psicologia comunitária, estimulando estudos e intervenções com grupos nos quais se possa compreender a diversidade cultural, considerar o processo de aprendizagem ao longo da vida e as experiências subjetivas de cada um na transformação da ação social constitutiva do trabalho com grupos.

Palavras-chave: psicologia comunitária, diagnóstico social, alteridade .

Pesquisador – P.

Cod. Área: Social

O PSICÓLOGO NO CONTEXTO DA SAÚDE PÚBLICA. *Alline Alves de Sousa**
e Marília Ferreira Dela Coleta (Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Universidade Federal de Uberlândia, MG)*

Há um movimento crescente de inserção profissional de psicólogos no Sistema Único de Saúde (SUS), dessa forma, torna-se fundamental ampliar os conhecimentos sobre este novo campo de atuação e sobre as condições de trabalho nestes serviços de saúde. Assim, este estudo teve como objetivos identificar o perfil pessoal e profissional de psicólogos que atuam em serviços de saúde pública, bem como avaliar sua satisfação com os diversos aspectos do trabalho. O instrumento utilizado contém questões que investigaram dados pessoais e profissionais dos participantes e escalas para medida da satisfação. Os dados quantitativos foram analisados pelo *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) for Windows, versão 16. A amostra da pesquisa foi composta por 66 psicólogos, sendo que 25,8% atuavam junto à Secretária de Saúde do Município de Araguari, 36,4% atuavam à Secretaria de Saúde do Município de Uberlândia e 37,9% atuavam junto à Universidade Federal de Uberlândia. Os participantes possuíam um tempo de serviço que variava entre 1 mês a 30 anos (M=10,4 anos), com média de idade de 40,2 anos (variando entre 25 a 58 anos); 97% dos participantes eram do sexo feminino e 3% do sexo masculino. A maioria dos profissionais era casada (62,1%) ou solteira (22,7%). O valor bruto do salário variou entre 600,00 e 8000,00 reais (M=2261,00 reais) e 53% da amostra recebia algum benefício além do salário; ao avaliar o grau de satisfação dos psicólogos com relação ao salário e benefícios recebidos em uma escala que variava de muito insatisfeito a muito satisfeito verificou-se que em média os psicólogos tinham um sentimento de insatisfação à indiferença com relação ao salário e os benefícios recebidos. A maioria dos psicólogos (72,7%) atua em equipes multiprofissionais que predominantemente são compostas por médicos, enfermeiros e assistentes sociais. Ao avaliar o grau de satisfação dos psicólogos quanto ao relacionamento com os outros colegas em uma escala que variava de muito insatisfeito a muito satisfeito verificou-se que em média, os participantes apresentam sentimento de indiferença à satisfação. As demandas de atendimentos destes serviços de saúde são em sua maioria quadros depressivos, ansiedades e angústias. A motivação para o ingresso dos participantes no serviço público esteve relacionada na maioria das vezes com a estabilidade profissional (50,5%), porém 57,6% deles possuem outros vínculos de trabalho além do serviço na saúde pública. Com relação à formação dos respondentes 72,7% possuem curso de especialização, 27,3% possuem mestrado, 27,3% possuem curso de extensão e somente 9,1% concluíram somente a graduação; 42,4% consideram a própria formação suficiente para o trabalho que exercem, porém 57,6% consideram que a formação que tiveram não é suficiente para a própria prática profissional. Este resultado confirma estudos anteriores que defendem que a formação do psicólogo é fragmentada e não o prepara para atuar no contexto da saúde pública.

Palavras-chave: saúde pública, psicólogos, satisfação no trabalho

Nível: Mestrado

Área: SOCIAL

AS REPRESENTAÇÕES DA IDENTIDADE NEGRA NA OBRA DE CAETANO VELOSO. *Marcelo Gonçalves de Souza e Luiz Carlos Avelino da Silva (Universidade Federal de Uberlândia)*

Esse trabalho trata de questões relativas às questões raciais, a saber, a identidade negra, tomando como objeto de análise um produto cultural. O continente africano geralmente é tratado como continente negro, porém a expressão ‘afro-descendente’ utilizada como politicamente correta para amenizar o preconceito gera uma controvérsia e generalização incorreta, a saber, há na África muitos brancos. Africanos não são necessariamente negros, mas um branco em bairro de negros é negro por se encontrar ali? O questionamento se amplia com a pergunta: quem seria realmente negro no Brasil. No estado da Bahia, por exemplo, existem várias expressões para se referir aos diferentes tipos de negros e morenos, a partir dos tons de suas peles. Em sua obra musical o compositor Caetano Veloso, em diversas músicas, leva a questão ao extremo, pois se vê como negro numa cidade como São Paulo e como branco na Bahia. Este trabalho é parte de outro, que teve por objetivo investigar as representações relativas à negritude na obra de Caetano Veloso. Sua questão norteadora é a pergunta sobre o que possibilita um homem branco chamar outro de preto, sem com isso configurar uma situação de desqualificação social, como referido compositor fazia ao chamar de preto o também compositor Gilberto Gil, sabidamente um homem negro. No presente recorte, o **objetivo** foi o de investigar as representações relativas à questão da formação da identidade negra na obra do referido compositor. O trabalho retoma as discussões sobre a construção de representações sobre os escravos vindo da África, classificados de preguiçosos pelos senhores no que era claramente uma forma de resistência, mas que ainda permanece em nossos dias como resto de um imaginário social que sustenta a superioridade racial no homem europeu branco, sobre o negro africano e chega a se reproduzir inclusive entre negros, como relata o compositor na sua música “Haiti”, em que denuncia pretos que batem pretos. Como **recurso metodológico** se retomou as letras de suas músicas que tratam da negritude. Em particular, aquelas que aludem ao tema da formação da identidade negra. Na análise foi feita uma tematização e posteriormente a categorização, sendo a formação da identidade negra a categoria que se aborda nesse trabalho. **As conclusões** indicam que em sua obra Caetano Veloso se demonstra sensível a uma unidade negra, porém como alguém que possui convivência e que se sente próximo aos negros, nega a tese de um país bicolor e despreza o negro que se nega e aquele que sofreu um “branqueamento” e que, mais do que negar a própria negritude se equipara com o branco. A principal conclusão relativa ao compositor o situa, no termos de Goffman, como um sujeito “informado”, cuja experiência pessoal com os negros suprime os preconceitos, por definição, uma posição estereotipada. Quanto a sua obra, ela revela a reafirmação da identidade na valorização da negritude pela sua exaltação estética, de sua cultura e de suas conquistas sócio-econômicas.

SOC

COMUNICAÇÃO INTRAGRUPO RELATIVA A OBJETOS DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS. *João Wachelke** (Dipartimento di Psicologia Applicata, Università degli studi di Padova, Pádua, Itália), Luciane Guisso* e Aline Demantova* (Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC).*

As representações sociais são estruturas de conhecimento compartilhadas e elaboradas por grupos sociais para compreender aspectos da realidade que lhes sejam pertinente; portanto, a existência de comunicação entre os membros é condição indispensável para justificar o status de um objeto de representação social. No entanto, observa-se que na literatura sobre representações sociais nem sempre há um esforço para certificar se os temas escolhidos constituem assunto de comunicação entre os membros do grupo. Desse modo, faz-se útil um mapeamento de aspectos ligados a comunicação acerca de alguns objetos sociais, de modo a identificar aqueles mais propícios para a condução de pesquisa de base junto a grupos de estudantes universitários. O presente estudo enfocou três dimensões: frequência de comunicação sobre o objeto social em potencial, importância percebida da opinião de outros membros sobre o objeto social, e estimativa de concordância com a opinião dos demais membros do grupo. Foram selecionados doze temas passíveis de constituir objetos sociais com base num levantamento qualitativo realizado com uma turma de estudantes e também na literatura. Participaram do estudo 60 estudantes de uma universidade pública de Santa Catarina (55% do sexo feminino) com média de idade de 21,7 anos. Os participantes foram convidados a participar individualmente pelos pesquisadores na biblioteca universitária, respondendo um questionário com três itens em formato Likert de 5 pontos, relativos às dimensões de comunicação abordadas, para cada um dos temas. A análise de dados foi realizada com o auxílio do programa R. A média geral de cada dimensão foi calculada, e posteriormente foram realizados testes t de amostra única para comparar com as médias obtidas. As médias gerais foram 3,18 para frequência de comunicação, 3,03 para importância da opinião do grupo e 3,34 para concordância estimada com a opinião do grupo. Os resultados indicaram que alguns temas se destacaram dos demais: os temas “curso universitário”, “amizade” e “trabalho” apresentaram escores acima da média nas três dimensões, apontando para alta adequação de seu emprego em pesquisas como objetos sociais. Inversamente, “grupo ideal” e “política” tiveram escores abaixo da média em (frequência e concordância) e equivalente à média quanto a importância. Em conclusão, apesar da maior acessibilidade do grupo de estudantes universitários para pesquisas de base, é importante planejar estudos que lidem com objetos que efetivamente impliquem esse grupo e estejam associados a processos sociorepresentacionais. Foi possível observar objetos mais próximos de um ideal de alto nível de práticas de comunicação e, inversamente, aqueles menos propícios ao enquadramento como objetos de representação social. Os objetos “curso universitário”, “trabalho” e “amizade” são os que apresentam maior validade para capturar com maior clareza os fenômenos representacionais, devido à sua compatibilidade com os pressupostos sócio-representacionais. No mesmo sentido, chama atenção o fato de que um objeto clássico, o “grupo ideal”, não apresente indícios de fazer parte da comunicação intragrupo de modo significativo, pelo menos numa amostra brasileira. Recomenda-se que para pesquisa ligada a processos estruturais das representações sociais, busque-se replicar os resultados junto a diversos objetos, para caracterizar aspectos invariantes e independentes de conteúdo.

Apoio: Fondazione Cassa di Risparmio di Padova e Rovigo (Fondazione CARIPARO) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Palavras-chave: representações sociais; comunicação; objetos sociais.
Doutorado - D

SOC

O PAPEL DO SEXO E DA FAIXA ETÁRIA NA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO ENVELHECIMENTO. *Brigido Vizeu Camargo (Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC), [Aline Gonçalves Demantova](#)* (Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC) e Luciane Guisso* (Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC).*

O objetivo dessa pesquisa é analisar o papel do sexo dos participantes e das faixas etárias nas representações sociais do envelhecimento e do envelhecer bem. Recorre-se à teoria das representações sociais (TRS), pois ela possibilita a compreensão do modo pelo qual os grupos constroem e compartilham conhecimentos sobre determinado tema. Estudos tem se utilizado da TRS para entender a compreensão das pessoas acerca do envelhecimento e do que é necessário para se envelhecer bem. Foi constatado que vários aspectos contribuem para a qualidade de vida do idoso, entre eles, as redes sociais e convivência intergeracional. Participaram dessa pesquisa 60 estudantes universitários, divididos em duas faixas etárias, sendo 30 pertencentes à faixa etária dos 18-24 anos (média de idade de 20,63, desvio padrão de 1,65) sendo 15 participantes de cada sexo; e 30 inclusos na faixa dos 25-39 anos (média de idade de 28,96, desvio padrão de 3,06), também 15 participantes de cada sexo. A maioria deles mantem contato freqüente com seus pais e seus amigos e relataram morar com seus pais. Dos entrevistados, 75 % eram solteiros, tendo uma visão mais liberal da vida. Foi utilizado um questionário semi-estruturado e auto-aplicável com questões que objetivaram caracterizar os participantes, obter informações sobre as suas RS do envelhecimento, do contexto intergeracional e das relações com pessoas de idade diferentes. A coleta foi realizada na Universidade Federal de Santa Catarina. Para análise dos questionários foram usados os programas estatísticos SPSS e SPAD. Os resultados obtidos sugerem que os participantes que estão na faixa etária dos 18-24 anos e do sexo feminino acreditam que o envelhecimento esteja associado a variáveis como tempo livre, inatividade, morte e dependência; já os homens dessa mesma faixa etária destacam itens como sabedoria, doença, limitação, utilidade. Para os entrevistados com idade de 25 a 34 anos do sexo feminino, são pontos relevantes do envelhecimento a dependência, inatividade, morte, família, solidão; porém no sexo masculino destacaram-se os seguintes aspectos: declínio, solidão, doença, limitação, utilidade. Esses sujeitos estimaram, em média, que a adolescência se inicia com uma idade em torno de 13 anos, a fase adulta com 21 ou 22 anos e a velhice com 63 anos. Nos resultados da escala de Bem Estar Pessoal (PANAS), prevaleceram os sentimentos positivos em detrimento dos negativos. A maioria dos participantes disse estar interessada, entusiasmada e empolgada com sua vida no último ano. Eles se consideraram raramente culpados, hostis e assustados. Em relação à escala de Bem Estar Social, os participantes apresentaram escores altos no que diz respeito à integração social, aceitação social e contribuição social. Como esses dois grupos ainda não estão implicados com o processo de envelhecimento, muitos aspectos descritos pelos mesmos correspondem a idéias mais gerais e abstratas do que possivelmente pensam estar relacionado ao tema.

Palavras – chave: representação social; envelhecimento; contexto intergeracional.

SOC

AS VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS ENVOLVIDAS NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO DE UM ABRIGO. *Liézer Leandro Cardozo (Fundação Educacional Meninos e Meninas Profeta Elias, Mandirituba - PR)*

No Brasil há um número crescente de pessoas que vivem nas ruas. Neste contexto vivem crianças que fazem das ruas uma referência de “lar”, mesmo a parcela cujos pais tem uma moradia. São vários os motivos que levam estas crianças e adolescentes a abandonarem suas casas, como: violência física, abuso sexual, maus tratos, negligencia, etc.; além disso, muitos acabam fazendo abuso de substâncias lícitas ou ilícitas, e devido a uma baixa aceitação dos familiares e a falta de acesso aos programas de prevenção ou tratamento das drogas, grande parte opta em viver nas ruas. Em contrapartida, mediante a mobilização referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente e o surgimento de mecanismos para intervenção a esta população, tornou-se imprescindível direcionar o foco para a influência dos abrigos na melhoria da qualidade de vida destes sujeitos. Neste ínterim, este trabalho tem como objetivo verificar as variáveis institucionais que estão envolvidas na formação de tais crianças e adolescentes no contexto de um abrigo. Este estudo se realizou na Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias (Chácara Meninos de 4 Pinheiros), localizada no Município de Mandirituba – PR. Organização que, desde 1991, atende cerca de 80 crianças e adolescentes (do sexo masculino), que por alguma circunstância ou ação jurídica ficam temporariamente impossibilitados de conviver com suas famílias. A idade media destes dos sujeitos é 12,5 anos. Para coleta de dados fora realizado entrevista semi dirigida e aberta, com mediação do pesquisador. Os meninos entrevistados estavam há mais de um ano abrigados. Foram abordados aspectos como: a relação com a instituição, o acesso a educação, o vinculo com familiares e a perspectiva de retorno para casa. Nesta breve análise verificou-se que a relação com a instituição era considerada por estes infantes como um lugar seguro, apesar de aproximadamente 40% terem feito algumas ponderações a respeito de possíveis melhorias na instituição. No critério educação, os resultados apontaram que todos os abrigados freqüentavam a escola, mas que metade deles estavam em situação de defasagem escolar, o que possibilitou levantar as seguintes hipóteses de tais situações poderiam ser decorrente de reprovações por notas ou faltas, déficits de aprendizagem ou despreparo do corpo docente para o trabalho com esta população. Para os dois últimos aspectos abordados, constatou-se que estes infantes relatam que gostariam de retornas ao convívio familiar, mesmo nos casos que as famílias eram financeiramente e afetivamente desestruturadas. No entanto, chamou a atenção que 70% não se consideravam aptos, no momento da entrevista, em voltar para suas famílias, argumentando depender do apoio da fundação naquele momento. Os outros meninos estavam em situação de abandono e/ou falecimento dos familiares, bem como, não tinham contato freqüente com seus parentes. Concluiu-se que estes sujeitos consideram a fundação como algo indissociável ao termo estabilidade de um lar, apesar de saberem as diferenças entre as suas antigas casa com a dinâmica do abrigo.

Palavras Chave: Abrigamento, crianças de rua, Meninos de rua.

Outro

SOCIAL

VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA: INCIDÊNCIA DE CRIMES EM BELÉM DO PARÁ. *Lázaro Castro Silva Nascimento** e *Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel* (Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas, Universidade Federal do Pará, Belém, PA)

O objetivo do estudo é fazer uma reflexão sobre homofobia, violência e crimes discriminatórios praticados contra homossexuais masculinos que habitam em Belém do Pará. Quanto ao método, trata-se de uma pesquisa qualitativa, com exame bibliográfico da literatura sobre gênero, para identificar quais discursos mostram-se relacionados à homofobia, e trabalho de campo, enquanto observador participante. Como estudo de iniciação científica, vinculada ao projeto da orientadora, a investigação foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará; os participantes foram informados do objetivo da pesquisa e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Realizou-se um encontro exploratório para delimitar o objeto de estudo e estruturar as perguntas das entrevistas. Os locais de coleta foram a Delegacia de Combate aos Crimes Discriminatórios de Belém, DCCD, criada em 2001, e o Centro de Referência de Prevenção e Combate à Homofobia, criado em 2009, vinculado ao Núcleo de Direitos Humanos da defensoria pública. Foram utilizados como material da pesquisa os boletins de ocorrência registrados na Delegacia de Combate aos Crimes Discriminatórios de Belém referentes aos anos de 2007 e 2008 e entrevistas semi-estruturadas com uma delegada e um defensor público. Abordamos objetivos e funcionamento da delegacia; ocorrências dos crimes; projeto de constituição do centro; objetivos e filosofia; equipe; políticas públicas e promoção dos direitos da comunidade Lésbica, Gay, Bissexual e Travesti; intervenção contra os crimes e a homofobia; legislação nacional e regional. Quanto aos resultados, a análise bibliográfica indicou que a vivência plena da homossexualidade, livre de preconceitos, ainda encontra dificuldades e requer a realização de mais pesquisas e intervenções nesta área. Um diferencial encontrado na Delegacia especializada é uma suposta qualificação dos funcionários para o atendimento das vítimas, por exemplo, travestis. Os crimes denunciados no ano de 2008 na DCCD foram: injúria racial, discriminação, constrangimento racial, preconceito a respeito da orientação sexual e ameaças de morte. O baixo número de registros feitos por homossexuais, em geral, se deve ao fato da vítima não encontrar, por causa do preconceito, pessoas disponíveis a servirem de testemunhas para os crimes e, ainda, por não procurarem denunciar atos discriminatórios. O serviço prestado pelo Centro de Referência é de assistência jurídica e psicossocial. Em conclusão, observou-se que em Belém a violência praticada contra os homossexuais é de diversos tipos, como física e psicológica, e os organismos de atenção são subutilizados. Para enfrentar a situação é oportuno desconstruir a ideologia preconceituosa cujos valores são baseados em conceitos patológicos e imorais que associam a homossexualidade à transgressão do modelo heterossexual, legitimado como única expressão da sexualidade.

Palavras-chaves: Homofobia, Homossexualidade masculina, Crime.

IC

SOCIAL

PRÁTICAS EM PSICOLOGIA SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA TRANSFORMADORA. *Letícia Verardi Madlum**, *Juliana Dal Ponte Tiveron**, *Raquel Redondo Rotta***, *Julia Ritez Martins*** e *José Francisco Miguel Henriques Bairrão* (Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras-USP, Ribeirão Preto, São Paulo).

Esse estudo é o relato da experiência de duas estudantes de psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP de Ribeirão Preto, durante um ano de estágio na Organização Não-Governamental (ONG) Casa das Mangueiras, de Ribeirão Preto-SP. Esta teve sua origem num movimento, liderado por missionários da Igreja Católica, de retirada de crianças e adolescentes que se encontravam detidos em um posto policial em precárias condições. Atualmente, atende ao público infanto-juvenil de um bairro da periferia desta cidade. Esse bairro se caracteriza por um intenso tráfico de drogas, no qual há certo envolvimento das crianças, seja participando ativamente das práticas relacionadas à compra, venda e uso das drogas, ou de forma indireta, no convívio com membros da família e contato com moradores da vizinhança que mantém esse comércio. Com o intuito de oferecer alternativas de se relacionar com esse contexto em que elas se inserem, a ONG desenvolve oficinas de confecções de tapetes, papéis e materiais recicláveis, cultivo de hortas e jardins, dentre outras atividades lúdicas e pedagógicas, coordenadas por educadores contratados e voluntários. O nosso trabalho dentro desta ONG partiu de uma escuta psicanalítica ampliada, que ultrapassa os limites do setting terapêutico individual. Essa escuta se estabelece no contato com o universo simbólico da ONG. Este se delinea pelos diversos elementos que a compõem, desde os ditos das pessoas que ali convivem, suas vestimentas, a organização do tempo, a disposição dos móveis no seu espaço físico, os valores e regras compartilhados, até a maneira de agir para alcançar a missão que ela se propõe. Inseridas nesse contexto, também houve o objetivo de comparar se as práticas da instituição estão de acordo com os desejos desta, e contribuir para que haja essa consonância. Por esse motivo, as ações desenvolvidas ali não partiram da utilização de um modelo pré-configurado, mas sim, das demandas escutadas a partir do contato com as pessoas que fazem parte da ONG. Esses sujeitos, por estarem imersos nesse universo cultural, ao falarem a partir de suas linguagens particulares, trazem nelas marcas de uma estrutura simbólica pública e compartilhada do local onde se encontram. É relevante considerar que esse universo cultural, apesar de desconhecido para as estagiárias, torna-se acessível a partir do momento em que, imersas nesse novo contexto, elas implicam-se e permitem que as suas subjetividades sejam permeadas. A necessidade da ONG era que, uma vez por semana, fosse desenvolvida uma atividade com um grupo de aproximadamente 10 crianças, de cerca de 9 a 12 anos. Como estratégia para se aproximar da vida das crianças, foram utilizados contos da tradição oral. Por serem constituídos de elementos que perpassam a própria constituição da história humana, ao serem contados, ressoam nas pessoas que os ouvem, e estas, se apropriam desses elementos relacionando-os aos significados atribuídos a eles na sua própria vida. Dessa forma, aquele que ouve uma história, cria a sua própria, e esta, ao ser narrada, traz consigo a mistura de todos esses elementos, não só públicos, mas também particulares. (Apoio: CNPq)

Palavras-chaves: Psicologia Social, Organização Não-Governamental, Relato de Experiência.

Outro

Psicologia Social

A PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS DE AÇÃO SOCIAL: A ATUAÇÃO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS. *Livia Rebouças da Costa**, *Avrairan Fabrícia Alves Caetano Sólton***, *Maria Luiza Costa Oliveira**, *Maria Cristina Vieira de Cristo e Silva** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal - RN) e *Isabel Fernandes de Oliveira (Prof.^a Dr.^a Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN).*

Com a Constituição promulgada em 1988, passamos a ter um novo horizonte no tocante à cidadania do povo brasileiro. Conhecido como o tripé da seguridade social, a Assistência Social, a Saúde e a Previdência Social passam a ter destaque dentro das políticas públicas. Entretanto, somente depois da Lei Orgânica de Assistência Social (1993) e a partir de 2005, através da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é que vemos surgir a possibilidade de efetivação e garantia dos direitos sociais. Para tanto, dividiu-se o Sistema Único de Assistência Social em Proteção Social Básica (PSB) e na Proteção Social Especial (PSE), as quais, respectivamente, ficaram responsáveis pela prevenção de violação de direitos e pelo trabalho com aqueles que tiveram seus direitos violados. Aliado à isso, observou-se também um ingresso dos profissionais da Psicologia nesse campo, ganhando destaque a atuação destes no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), no qual executam ações dentro do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), além de outras ações também executadas pelos assistentes sociais no mesmo serviço, sendo ambos os profissionais técnicos sócias do CRAS. Historicamente a Psicologia caminhou distante da construção do SUAS, contudo, há algum tempo é convocada a participar não só dele como de outras políticas públicas sem, contudo, contar com uma formação e produção de conhecimento coerentes com as demandas de tais práticas. Desta forma, entendendo a importância da questão, o presente trabalho visa investigar a inserção do profissional nos Centros de Referência da Assistência Social. Como metodologia, foram utilizadas entrevistas com 7 psicólogos dos 5 CRAS de Natal/ RN, de maneira que pudesse se ter uma noção de quais ações os profissionais da psicologia vêm desenvolvendo e o que eles atribuem como sendo da ceara da Psicologia. Partindo dos dados colhidos, de uma forma geral, o que vemos é uma má preparação para que essa inserção se dê com qualidade, o que faz com que a atuação dos psicólogos fuja, de algum modo, do que a política propõe (orientações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). Além disso, identificou-se a existência de um certo conflito entre o que é da Psicologia, ou seja, aquilo que está sob responsabilidade do psicólogo em termos de execução de tarefas, e o que é do Serviço Social. Assim, percebemos a necessidade de se produzirem conhecimentos capazes de dar conta do campo da assistência, bem como de viabilizar a execução do compromisso social do psicólogo.

Palavras-chave: psicólogo; CRAS; atuação

IC

SOCIAL

LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO DA COMORBIDADE ENTRE FOBIA SOCIAL E USO/ABUSO DE ÁLCOOL. *Leticia Côrtes de Souza**, *Débora Pereira Paiva***, *Sabrina Maura Pereira***, *Francesca Stephan Tavares***, *Daniel Alexandre Gouvêa Gomes**, *Auxiliatrice Caneschi Badaró**, *Cinthia Silva Gonçalves**, *Lélio Moura Lourenço**** e *Telmo Mota Ronzani**** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG).

Caracterizada por uma ansiedade excessiva diante de situações sociais ou de desempenho, a Fobia Social, também conhecida como Transtorno de Ansiedade Social, é uma desordem clara e persistente que muitas das vezes está associada a outras morbidades, como, por exemplo, o abuso ou dependência de álcool, substâncias psicoativas e transtornos psiquiátricos. Consta na literatura que a comorbidade entre a fobia social e o uso de álcool pode estar associada à automedicação. O fóxico social pode estar bebendo para controlar seus medos e tensões e, conseqüentemente, reduzir a sua ansiedade social. Vale ressaltar que o uso de álcool em consonância com esta morbidade estaria ligado, também, a fatores culturais, história familiar, gênero e faixa etária, entre outras variáveis. O presente estudo teve como objetivo realizar um levantamento bibliográfico de artigos indexados nas bases de dados da Plataforma CAPES sobre a comorbidade entre Fobia Social e abuso/dependência de Álcool e analisar o conteúdo da produção encontrada. Foi realizada busca eletrônica dos artigos indexados na base de dados Pubmed, PsycInfo e Web of Science. A escolha das bases considerou o caráter clínico/saúde da Pubmed, psicológico da PsycInfo e multidisciplinar da Web of Science no período de 2006 a 2009, a partir do cruzamento das palavras-chave Fobia Social e Álcool. Foram selecionados e analisados 47 artigos sobre a temática estudada. A análise preliminar dos resumos destes artigos mostrou que há prevalência de metodologia quantitativa, com 43 artigos publicados. Em relação ao ano de publicação, foram encontrados dezesseis artigos em 2006, dez em 2007, onze em 2008 e dez em 2009. No que se refere à amostra pesquisada, foi possível categorizar os artigos em 4 grupos, levando-se em conta a prevalência amostral: 10 artigos que tinham como sujeitos de seus estudos a população em geral; 23 como população clínica (transtornos de ansiedade e/ou alcoolistas, atendidos em ambulatorios ou clínicas); 9 como estudantes e 2 como usuários de álcool. Os estudos variaram desde 40 sujeitos de uma amostra de fóxicos sociais (população clínica) ao máximo de 43.093 sujeitos de um estudo que considerou a população em geral. Ressalta-se, também, que foi encontrado um artigo bibliométrico da base de dados PubMed e duas revisões bibliográficas os quais não entraram em nenhuma categoria listada acima. Quanto ao país de origem do primeiro autor, destacam-se em produção os Estados Unidos com vinte e quatro, Alemanha com quatro, Reino Unido e Brasil com três publicações cada. Levando em conta o primeiro autor dos artigos, vinte e nove produziram um e J. D. Buckner cinco artigos. Encontrou-se também maior produção nos periódicos Journal of Anxiety Disorders e Journal Psychiatry Research, com quatro e três publicações, respectivamente. Nota-se a importância da continuidade dos estudos na área da comorbidade entre fobia social e álcool para uma melhor compreensão do tema e possíveis elucidaciones sobre o seu diagnóstico, tratamento e prognóstico.

Apoio financeiro: Pró-reitoria de extensão e cultura da UFJF e CNPq.

Palavras-chave: Fobia social, alcoolismo e comorbidade.

Iniciação Científica – IC

SOCIAL

OS CONTEXTOS DE BELEZA E SAÚDE NO CONHECIMENTO LEIGO SOBRE O CORPO. *Ana Maria Justo** (Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC), Brígido Vizeu Camargo (Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC) e Catarina Durante Bergue Alves* (Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC).*

Estudos já realizados sobre as representações sociais (RS) do corpo evidenciam que estas se organizam a partir normas relativas à beleza e à saúde. Sabe-se da importância de se considerar o contexto, entendido como um conjunto de características imediatas da situação ou atividade que demanda este tipo de conhecimento leigo, ao estudar as RS. Ele pode ativar diferentes elementos de uma representação. Objetivou-se identificar se há diferenças nas RS sobre o corpo quando este é apresentado em dois contextos (o de beleza e o de saúde). Trata-se de uma pesquisa quase experimental, considerando-se contexto como variável independente e o conteúdo das RS como variável dependente. Utilizaram-se duas apresentações audiovisuais exclusivas da pesquisa, a fim de manipular o contexto das RS sobre o corpo. Participaram 20 universitárias, divididas em quatro grupos de cinco participantes: dois grupos assistiram ao vídeo associado à beleza, e dois grupos assistiram ao vídeo associado à saúde. Para obter as RS, utilizou-se a técnica de grupo focal e o teste de evocação livre com termo indutor “corpo”. Nas sessões experimentais, os grupos assistiam a um dos vídeos e depois respondiam ao teste de evocação livre. Em seguida aplicava-se a técnica do grupo focal (sobre o tema apresentado no audiovisual) e ao final, havia outro teste de evocação livre. Os dados referentes ao conteúdo do grupo focal foram transcritos e submetidos a uma análise de contrastes com o auxílio do software ALCESTE e os dados das evocações livres foram submetidos à análise fatorial de correspondências (AFC). Os resultados encontrados a partir dos grupos focais apontam que no contexto de beleza as participantes falam sobre corpo associando-o a normas sociais e trazem modelos referidos pela mídia, ligados ao consumo. Já no contexto de saúde, a conversa das participantes explicitou o pouco cuidado que as mesmas tem com a saúde do corpo, e a concepção do corpo como a materialização da vida, e que necessita de equilíbrio. Nas evocações livres, AFC explicou em dois fatores 100% da dispersão dos dados. O primeiro fator apresentou o contexto beleza, ligado às palavras “estética, necessidade, padrão, intimidade, identidade, sensação, beleza, aparência e expressão”; em oposição ao segundo fator que, associado ao contexto de saúde, relaciona-se com as palavras “doença, atividade física, bem-estar, vida, equilíbrio, estrutura e atenção”. O segundo fator apresentou as evocações anteriores ao grupo focal, que expressam elementos mais concretos da representação social sobre o corpo; em contraposição às evocações posteriores ao grupo focal, que evidenciam elementos mais abstratos da representação, indícios da reflexão sobre o objeto de pesquisa. Conclui-se que diferentes elementos da representação social foram ativados nos diferentes contextos, estando o contexto da beleza mais associado com normas sociais e modelos estabelecidos pela mídia. Por outro lado, no contexto da saúde, aparecem elementos mais subjetivos, relacionados com cuidados e com o equilíbrio do indivíduo. Pode-se dizer que diferentes representações sobre um mesmo objeto foram empregadas conforme a situação e atividade que demandou as pessoas colocarem como pauta da conversa o corpo.

Apoio Financeiro: CNPq (Financiamento - Edital 02/2009); Capes (Bolsa Mestrado)

Palavras-Chave: Representação social, contexto, corpo.

M

SOCIAL

VIOLÊNCIA E INTERVENÇÃO: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO. *Caroline Basílio**, *Camila Resende Soares Brum***, *Adriana Aparecida de Almeida**, *Ana Cláudia Ferreira Cezario**, *Luciana Senra***, *Lelio Moura Lourenço* e *Telmo Mota Ronzani*. (Departamento de Psicologia, Pólo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora – MG).

A violência é múltipla e pode ser influenciada por fatores psicológicos, sociológicos, culturais e patológicos. Suas conseqüências afetam tanto a saúde individual e coletiva, como os serviços do setor. Ela exige uma readequação da organização tradicional dos serviços de saúde; coloca novos problemas para o atendimento médico preventivo ou curativo; evidencia a necessidade de uma atuação muito mais específica, interdisciplinar, multiprofissional, intersetorial e engajada do setor, visando às necessidades dos cidadãos. Neste sentido destaca-se a importância de estudos capazes de elaborar formas efetivas de prevenção e intervenção a violência. A presente pesquisa visa fazer um levantamento bibliométrico em relação a esta temática, avaliado categorias em comuns de forma a orientar futuras práticas de prevenção e intervenção a violência. A pesquisa bibliográfica foi realizada mediante busca eletrônica na base de dados Web of Science, através da associação no título dos descritores, violence and intervention. Foram selecionados artigos publicados entre o período de 2005 a 2010, até o mês de maio do último ano. As publicações foram selecionadas a partir de uma leitura prévia dos títulos e dos resumos das publicações seguindo os seguintes critérios de inclusão: ano de publicação; tipo de publicação e referências pertinentes ao tema. Os Artigos foram analisados conforme as seguintes categorias: ano, autores, revistas que mais publicaram, direcionamento da intervenção e país das publicações, buscando identificar e avaliar os indicadores bibliométricos da literatura científica com relação a práticas de intervenção a Violência. Excluíram-se teses, monografias, livros e artigos que não se refeririam de maneira específica à violência. A amostra trabalhada foi de oitenta e quatro artigos. Destes, destaca-se o ano de 2005 com 22,5% das publicações, seguido dos anos de 2008, 20%; 2006 e 2007, 18% e 2009 com 15%. Em relação aos países das publicações, 68,6% dos artigos foram publicados nos Estados Unidos; 21,6% na Inglaterra e 10% foram publicados nos demais países; Alemanha, Canadá, Colômbia, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Israel e Brasil. Quanto aos tipos de agressores relatados nos artigos, 30,0% eram homens; 18,0% pais (mãe e pai); 5,0% eram jovens e adolescentes; 3,0% a família; 1,0% mães e 42% não o especificou. Em relação às vítimas, as mais citadas são as mulheres e as crianças. O tipo de intervenção que mais se destacou foi aquela direcionada as vítimas de violência. É possível observar, com estes resultados, um alto número de artigos que apontam o homem como principal agressor e a mulher como principal vítima, configurando uma forte tendência a se criar práticas preventivas mais voltadas para a violência doméstica contra a mulher. Tendo em vista a multiplicidade da violência, destaca-se a importância de mais pesquisas de intervenções nesta área, abrangendo os diversos tipos de manifestações.

Apoio Financeiro: Bolsa de Iniciação Científica PROBIC/FAPEMIG.

Palavras chave: Violência, Intervenção, Estudo bibliométrico.
Nível do trabalho: IC

Código da área da pesquisa: SOCIAL

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INTERVENÇÃO: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO.

*Adriana Aparecida de Almeida**; *Ana Cláudia Ferreira Cezario**, *Camila Resende Soares Brum***, *Caroline Basílio**, *Luciana Senra*, *Lelio Moura Lourenço* e *Telmo Mota Ronzani*. (Departamento de Psicologia, Pólo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora – MG).

Ações realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam danos físicos, emocionais, espirituais a si próprios e aos outros são consideradas violência, com consequências que afetam a saúde individual, coletiva e os serviços de diferentes setores. A violência doméstica (VD) é toda ação ou omissão que prejudica o bem estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família, podendo ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer indivíduo que esteja em relação de poder com a vítima. Este tipo de violência atinge todas as populações do mundo, independente do nível cultural, social e econômico. Seus desdobramentos afetam diferentes segmentos da sociedade. Nesse contexto, mecanismos de intervenção são fundamentais para se tentar minimizar os efeitos, assim como prevenir a ocorrência de novos atos ou situações violentas. Com as significativas implicações negativas para os envolvidos em VD e a necessidade da intervenção adequada nessa área, salienta-se a importância de estudos relativos. Considerando isso, foi feita uma pesquisa bibliométrica em duas bases de dados, a fim de identificar a quantidade e o direcionamento de intervenções no âmbito da VD, para sugestão de novas propostas e redução de novas ocorrências. Tal pesquisa permite levantar indicadores referentes a artigos científicos publicados e indexados em bases de dados; nesse caso, de intervenção no contexto da VD. Realizou-se uma busca eletrônica nas bases, *Web of Science* e *Lilacs*, pela associação dos descritores “*domestic violence*” com “*intervention*”. Foram selecionados artigos entre 2005 e 2009, através de autor, periódico, título, ano, *abstract*, agressor, vítima e intervenção, sendo esta observada a quem ou a que grupo fosse dirigida ou analisada. Excluíram-se teses, monografias, livros, artigos que não continham *abstract* e os referidos descritores. Houve repetição de um artigo e dupla publicação de outro em periódicos diferentes. Dos 12 artigos coletados, verificou-se total diversidade de periódicos. Os autores que tiveram maior representatividade no total de artigos publicados foram Costa L.F. e Penso M.A. O país que apresentou o maior número de publicação, no período analisado, foi o Brasil(7), seguido pelo EUA(3) e Cuba(2), com destaque para os anos de 2006, 2007 e 2009. Em relação ao agressor, 67% dos artigos não relataram, 25% apontaram o homem e 8% os pais. Quanto às vítimas, 42% destacaram apenas mulheres, 34% crianças/adolescentes, 8% mulher, criança/adolescente, 8% não especificou e 8% não apontou. Sobre o tipo e número de intervenção, 5 foram dirigidas aos profissionais de saúde, 2 aos agressores, 2 à famílias, 2 à instituições e 1 à vítimas. Um artigo apresentou uma análise das intervenções. O estudo permitiu constatar que, apesar da VD ter muitos efeitos negativos à saúde física e psicológica, aos comportamentos e a socialização dos indivíduos e que uma intervenção adequada é essencial para se trabalhar nestes casos, ainda existem poucas pesquisas nesta área, tendo a maioria um foco na mulher como vítima, sem abordar outros membros da comunidade, como os idosos. Novas pesquisas devem ser realizadas focando numa intervenção mais direcionada aos diferentes envolvidos em casos de VD.

Apoio Financeiro: Bolsa de Iniciação Científica PROBIC/FAPEMIG.

Palavras chave: Violência Doméstica, Intervenção, Estudo bibliométrico.

Nível do trabalho: Iniciação Científica

Código da área da pesquisa: SOCIAL

POLÍTICA CONTRA A POBREZA OU POBREZA DA POLÍTICA? OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E O PSICÓLOGO NESTE CONTEXTO. *Antonio Euzébios Filho** (Doutorando pelo programa de pós-graduação em Psicologia da PUC-Campinas – São Paulo) e Raquel Souza Lobo Guzzo (Professora titular da faculdade de Psicologia da PUC-Campinas)*

A partir de uma experiência profissional no campo da assistência social, buscamos refletir sobre os limites e possibilidades da atuação do psicólogo nas políticas públicas contra a pobreza, que vem tomando, no Brasil, o caminho do assistencialismo e do paternalismo, a partir da implementação de programas de transferência de renda. Estes programas vêm reforçando a lógica neoliberal, que responsabiliza as famílias pelas tarefas que deveriam ser cumpridas pelo Estado, em um contexto em que os direitos trabalhistas vêm sendo flexibilizados e os serviços públicos essenciais, como Saúde e Educação, vêm sendo precarizados. Estes programas apresentam uma série de aspectos negativos. Um deles é o impacto que eles vêm exercendo no trabalho de profissionais, inclusive, de psicólogos envolvidos em sua operacionalização. É o que pudemos constatar, por meio de um projeto de extensão universitária, denominado “Risco à Proteção”, inserido em uma região da cidade de Campinas (SP). Neste cenário, acompanhamos o cotidiano de um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e participamos da elaboração e execução de cinco encontros promovidos por esta instituição, com trinta beneficiários de um programa assistencial do Estado de São Paulo, o “Renda Cidadã”. Estes encontros constituem uma das condicionalidades para recebimento da renda. Os encontros em que participamos foram relatados em diários de campo. Cada um destes encontros teve uma temática específica ou uma atividade proposta: confecção de material para dia da mulher, oficina de música, debate sobre as eleições, sobre os direitos e atividade para resgate da infância dos beneficiários. Analisando os cinco diários de campo que produzimos, notamos que a atuação dos profissionais envolvidos no referido programa assistencial, ao menos no cenário desta pesquisa, está cada vez mais limitada à transferência de renda. Os benefícios - não necessariamente os beneficiários - tornam-se o foco das políticas de assistência social, fomentando uma relação de subordinação entre Estado e população. O psicólogo, neste contexto, encontra dificuldades para realizar uma intervenção preventiva, uma vez que é visto como uma peça a mais nesta engrenagem social de dominação política. Pudemos observar três características dos encontros em que participamos: (1) predominância absoluta de mulheres – profissionais e beneficiários; (2) a falta de planejamento dos encontros; (3) a relação entre profissionais e beneficiários denota uma relação entre assistentes e assistidos. No entanto, cabe ressaltar que houve um movimento crítico das profissionais, incluindo da psicologia, possibilitando, assim, que os encontros se tornassem um espaço de reflexão sobre o contexto de vida e de trabalho dos beneficiários, gerando um sentido para as participantes. Concluímos, por fim, que, apesar dos aspectos negativos dos programas e seu impacto para a ação dos profissionais envolvidos, o psicólogo pode encontrar brechas para uma atuação comprometida com a maioria da população, compreendendo suas demandas e refletindo com eles, sobre as condições sociais e históricas que geram a pobreza.

Apoio CAPES e CNPq

Palavras chave: política, pobreza, psicólogo.

Nível do trabalho: Outro

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E *BULLYING*: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO.
*Adriana Aparecida de Almeida**, *Luciana Senra*** e *Lélio Moura Lourenço.*
(Departamento de Psicologia, Pólo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva.
Universidade Federal de Juiz de Fora – MG).

A violência doméstica (VD) atinge todas as populações do mundo, independente do nível cultural, social e econômico. Seus desdobramentos afetam diferentes segmentos da sociedade. É caracterizada como toda ação ou omissão que prejudica o bem estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família, podendo ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer indivíduo que esteja em relação de poder com a vítima. *Bullying* é um conjunto de comportamentos agressivos, físicos ou psicológicos, que ocorrem entre colegas sem motivação aparente, mas de forma intencional, repetidas vezes, protagonizado por um ou mais agressores. Tem caráter repetitivo e sistemático, com intenção de causar dano ou prejuízo a alguém normalmente percebido como frágil e que dificilmente consegue se defender ou reverter a situação. Tais comportamentos são usualmente dirigidos a grupos com características físicas, sócio-econômicas, de etnia e orientação sexual específicas. Os motivos relacionados a este tipo de agressão são variados e estão pautados nas experiências que cada indivíduo tem em sua família e/ou comunidade. Considerando isso, torna-se importante investigar se o contexto de VD aumenta a probabilidade da ocorrência de *bullying*. Para isso, foi feito um levantamento bibliométrico, pesquisa que visa alçar elementos de artigos científicos publicados e indexados em bases de dados, a fim de verificar a existência e o tipo de correlação entre VD e envolvidos em *Bullying*. Realizou-se busca eletrônica nas bases Web of Science, Medline, Psyc Info e Dialnet, pelos descritores VD e *bullying* e/ou “*violence*” and “*bullying*”. Excluíram-se artigos sem resumo e sem os descritores no título e/ou *abstract*. A inclusão se deu pelos artigos publicados entre 2005 e 2010, através de autor, periódico, ano, título e pela probabilidade de VD estar associado ao aumento de envolvimento em *bullying* como: agressor, vítima, agressor/vítima, todos os grupos, não especificação ou relação direta. Dos 282 resultados foram selecionados 13 artigos, com ápice de publicação entre os anos de 2007 e 2009, sendo EUA(4) e Espanha(4) os países com maior número de artigos indexados. O periódico de maior incidência foi *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, com 2 publicações. Verificou-se total diversidade de autores. Referente à possibilidade de VD aumentar situações de *bullying*, observou-se que 38% dos artigos apontam para agressor e vítima, 31% agressor, vítima e variações, 23% não especificaram e 23% não fizeram relação direta. Este estudo mostrou que existe correlação entre VD e *bullying*; no entanto, o número de pesquisas com esta temática ainda é muito baixo, havendo necessidade de novos estudos que buscam conhecer a real relação entre estes dois tipos de violência, para que, assim, se possa criar medidas preventivas envolvendo diferentes setores da comunidade, com metodologias eficazes para propor intervenções adequadas na área, visto que tais violências trazem conseqüências reais, que podem ser momentâneas e/ou futuras para a vida social e psíquica dos envolvidos tanto em VD quanto em *Bullying*.

Apoio Financeiro: Bolsa de Iniciação Científica PROBIC/FAPEMIG.

Palavras chave: Violência Doméstica, *Bullying*, Estudo bibliométrico.

Nível do trabalho: IC

Código da área da pesquisa: SOCIAL

O IMPACTO DA EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E/OU INTERPARENTAL EM CRIANÇAS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO. *Luciana Senra***, *Fellipe Soares Salgado*** e *Lélio Moura Lourenço* (Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG.)

No Brasil, a violência contra crianças é considerada um grave problema de saúde pública. A conceituação dessa forma de violência vem sendo ampliada, devido a uma maior conscientização relativa ao bem-estar da criança, aos seus direitos e ao impacto que a mesma exerce sobre o desenvolvimento do indivíduo nesta etapa da vida. Nesse sentido, a exposição à violência doméstica e/ou interpARENTAL, que consiste numa modalidade de violência contra a criança, ocorre no âmbito familiar quando os indivíduos tenham um laço afetivo. Tal exposição os deixa em condição vulnerável, trazendo riscos à saúde. Considerando essa evidência, salienta-se a necessidade de estudos e pesquisas norteadoras do tema em questão. A pesquisa bibliométrica, de caráter quantitativo permite levantar indicadores referentes a artigos científicos publicados e indexados em bases de dados, além de possibilitar, nesse caso, a observação de fatores aos quais a violência doméstica e/ou interpARENTAL aparece correlacionada. Foi realizada uma busca eletrônica em duas diferentes bases de dados, *Medline* (BVS) e *Psyc Info*, através da associação dos descritores “conflito familiar” com “criança” e “*domestic violence*” com “*child*”, respectivamente, em razão de nenhuma das bases utilizadas possuírem como descritor “violência interpARENTAL”, conforme denotam algumas publicações de autorias ibéricas. Foram selecionados os artigos entre 2006 e 2010, observando autor, periódico, metodologia e resultados principais divulgados, com a inclusão daqueles que continham os referidos descritores no título ou *abstract*, excluindo livros, capítulos de livro, monografia, teses e as publicações não relativas ao tema de acordo com os *abstracts*. Dos 211 artigos coletados, foram selecionados 15, destes o país com maior número de publicações foi os EUA(12), seguido por Canadá(2) e Inglaterra(1). Os periódicos que tiveram maior incidência na pesquisa foram *Canadian Psychology*, *Journal of Youth Adolescence*, *Journal of Family Psychology*, cada um com 2 artigos no período analisado. 73% apontaram a criança como vítima, 13% não especificou, 7% adolescentes e 7% crianças e adolescentes. As conseqüências da exposição à violência doméstica e/ou interpARENTAL destacadas foram: 47% sintomas depressivos e insegurança, 33% problemas de ajustamento/conduita, 13% estresse pós-traumático e 7% queda no desempenho acadêmico. O estudo permitiu constatar também, através da leitura dos resumos, que o impacto desse tipo de violência assistida por crianças é evidente no curso de seu desenvolvimento, o que justifica a necessidade de intervenção nesses casos, bem como a continuidade de pesquisas para inovação e criação de metodologias eficazes, pois aquelas já existentes, de acordo com a análise dos artigos, contribuíram para a redução das conseqüências mencionadas.

Palavras Chave: Violência Doméstica e/ou Interparental, criança exposta, estudo bibliométrico.

Outro

SOCIAL

O IMPACTO DO TESTEMUNHO DA VIOLÊNCIA INTERPARENTAL EM CRIANÇAS: UMA BREVE REVISÃO DE LITERATURA. *Fellipe Soares Salgado***, *Luciana Senra*** e *Lélio Moura Lourenço* (Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora - MG).

No Brasil, a violência contra crianças e adolescentes é considerada um grave problema de saúde pública. Os jovens se configuram como os mais afetados pelas violências. Tradicionalmente, a conceituação da violência interpARENTAL vem sendo ampliada, devido a uma maior conscientização relativa ao bem-estar da criança e do adolescente, de seus direitos e do impacto que a mesma exerce sobre o desenvolvimento do indivíduo nesta etapa da vida. Além do contexto político cultural específico brasileiro que conta com o *Estatuto da Criança e do Adolescente* e as diretrizes da *Política de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências*. O contexto familiar é entendido como o espaço primordial de acolhimento e suporte para as crianças. Entretanto, nem sempre este cenário se apresenta dessa forma, como nos casos em que este ambiente é marcado pelo fenômeno da violência. A violência intrafamiliar ocorre nas relações hierárquicas e intergeracionais e consiste em formas agressivas da família se relacionar, por meio do uso da violência como modo de solução de conflito, como estratégia de educação e a falta de cuidados básicos com os filhos. A exposição da criança a esse tipo de conflito familiar é responsável por um conjunto de sintomas que afetam sua saúde e seu desenvolvimento numa etapa da vida extremamente delicada e importante e que requer significativos investimentos afetivos e de suporte social. Nesse contexto, verifica-se que o testemunho do conflito interpARENTAL ocasiona problemas desenvolvimentais como baixo desempenho acadêmico, dificuldades de ajustamento com a reprodução de comportamentos agressivos, hostis e de rejeição assistidos no contexto familiar e comprometimento das relações interpessoais e sociais. Sintomas fisiológicos, emocionais e psicológicos, como: depressão, stress pós-traumático, insegurança ou diminuição da auto-estima, comportamentos evitativos, baixa, dificuldade de gerenciar a raiva e o medo; provavelmente pela internalização do conflito vivido no ambiente familiar com estresse constante. As crianças que testemunham a violência interpARENTAL ainda são vítimas esquecidas, carecem de proteção e benefício de intervenção psicológica e demais apoios da saúde e social para promoção de suporte familiar e bem-estar no curso do desenvolvimento. Os cuidados prestados pela família, por outros grupos sociais e instituições à criança, influenciarão sobremaneira sua possibilidade de sobrevivência e de qualidade de vida. Ademais, servirão também como uma espécie de espelho de valores no qual ela vai se refletindo e formando suas idéias sobre si mesma, sobre o outro e sobre o mundo em que vive. Contudo, mesmo com a existência de instrumentos de intervenções em violência contra a criança, no país principalmente representado pela *notificação de casos de suspeita ou de confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes*, as intervenções carecem em eficácia e eficientes, de mais pesquisas que subsidiem a adequada capacitação dos profissionais de saúde.

Palavras Chave: Violência Doméstica, Criança, Revisão de Literatura.

Nível do trabalho: Outro

Código da área de pesquisa ou intervenção: SOCIAL

PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO ANTI-BULLYING: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA. *Fellipe Soares Salgado***, *Luciana Senra*** e *Lélio Moura Lourenço* (Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora - MG).

O estudo da violência escolar difere-se de outros tipos de violência por suas especificidades. As primeiras pesquisas na década de 80 forneceram dados importantes sobre o que poderia ser considerada violência escolar, adotando o termo, em inglês, *Bullying* para descrever tais características. Ataque físico, verbal e psicológico ou intimidação com o objetivo de causar medo e angústia, comportamentos que trazem danos a vítima e um desequilíbrio de poder, em que a criança mais poderosa oprime a fragilizada num contexto de incidentes repetidos e prolongados com a mesma vítima define o fenômeno. A pesquisa de programas de intervenção anti-bullying na escola tem sido foco de interesse de muitos pesquisadores em contexto internacional. Tal empenho ocorre devido à prevalência do fenômeno alcançar valores entre 10% e 40%, somadas à preocupação com a violência de forma geral como um problema de saúde pública, sobretudo quando observados índices significativamente altos referente a crianças e adolescentes no Brasil. A análise bibliométrica, uma técnica quantitativa e estatística, foi utilizada para indicar aspectos relevantes acerca da produção científica sobre programas de intervenção anti-bullying na escola. Uma busca eletrônica foi feita nas bases de dados *Psyc Info* e *Dialne(espahola)*, com os descritores “*bullying*” e “*intervention*” e busca manual por artigos científicos citados em duas revisões sistemáticas elaboradas pela *The Swedish National Council for Crime Prevention* e *Campbell Collaboration*, respectivamente, *Effectiveness of Programmes to Reduce School Bullying: A Systematic Review* e *School-Based Programs to Reduce Bullying and Victimization* especializada em revisões sistemáticas sobre efetividade de programas desenvolvidos para combater violência, inclusive o *Bullying*. A inclusão de artigos foi feita a partir daqueles que continham os descritores no *título* ou *abstract* e que explorassem a intervenção na escola. Dos 250 artigos coletados selecionou-se 40, dos quais o país com maior número de publicações foi os EUA(12), seguido por Reino Unido(5). Os periódicos mais incidentes foram *Agressive behavior*(4), *Educational Reserch*(4) e *Educational Psychology*(4). Os autores mais citados foram Olweus, D.(128) e Smith, P. K.(120). Os resultados encontrados não se apresentaram padronizados, dificultando quantificar a efetividade dos programas e compará-los, o que indica a necessidade de uma metodologia mais rigorosa. Contudo, não foram encontrados resultados negativos após a intervenção. Além disso, os resultados apontaram influência modesta no conhecimento e atitudes dos estudantes enquanto vítimas, agressores ou observadores de bullying devido à responsabilidade aumentada se comparada à baixa mudança de comportamento observado. A mediação de conflitos, ajuda entre iguais e treino de habilidades apareceram como as técnicas mais utilizadas. O estudo permitiu constatar, também através da leitura dos resumos, que é possível a intervenção anti-bullying, porém um desenho mais rigoroso e um conjunto de critérios melhor especificados podem gerar resultados mais sistemáticos. Justificando, portanto, a continuidade de pesquisas que objetivem promover intervenções mais eficazes e eficientes.

Palavras Chave: Bullying, intervenção, análise bibliométrica.

Nível do trabalho: Outro

Código da área de pesquisa ou intervenção: SOCIAL

INTERVENÇÕES PARA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ENVOLVENDO MULHERES: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO. *Camila Resende Soares Brum***, *Ana Cláudia Ferreira Cezario**, *Caroline Basílio**, *Adriana Aparecida de Almeida**, *Luciana Xavier Senra*** e *Lélio Moura Lourenço* (Departamento de Psicologia, Pólo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora – MG).

A violência contra a mulher tem recebido crescente atenção e mobilização desde o início da década de 70. O problema inclui diferentes manifestações e pode ocorrer por diferentes perpetradores. No entanto, a literatura aponta que o risco de mulheres sofrerem agressões por pessoas próximas, como familiares e parceiros é maior do que por estranhos. Nos últimos 20 anos no Brasil, serviços voltados para a questão foram criados, como delegacias de mulheres, casas-abrigo, centros de referência multiprofissionais, o que tem favorecido um debate intersetorial, bem como diferentes formas e níveis de intervenção. O estudo bibliométrico é uma modalidade de pesquisa que visa quantificar, descrever e fazer prognósticos acerca dos processos de comunicação escrita, sendo capaz de orientar o pesquisador em determinada área do conhecimento. O presente estudo visa alcançar um número representativo da produção científica acerca da temática de intervenções para violência doméstica envolvendo mulheres, através de um levantamento a partir de artigos indexados em diferentes bases de dados internacionais. Foi realizada busca de artigos indexados em três bases de dados diferentes: Web of Science, PsycInfo e Lilacs. A expressão “violência doméstica” foi associada às palavras “mulher” e “intervenção”. Foram incluídos apenas artigos publicados no período de 2007 a 2010 e a análise se deu a partir do ano de publicação, autores, revistas e países que mais publicaram. Além disso, a leitura dos resumos e textos completos permitiu identificar, na maior parte dos estudos, qual era o papel exercido pela mulher na violência (agressora ou vítima) e o tipo de intervenção descrita no estudo. A amostra constitui-se de 19 artigos. Foram excluídos aqueles estudos que não foram publicados no período de 2007 a 2010, não se enquadravam na modalidade de artigo e os que não abordaram a temática de intervenção em violência doméstica envolvendo mulheres. Foram então excluídos 3 artigos, totalizando 16 artigos a serem analisados. Destes, nove (55,62%) foram publicados no ano de 2007. A revista norte-americana *Violence Against Women*, foi responsável pelo maior número de publicações sobre o tema, com dois artigos publicados (12,5%). As demais revistas publicaram, cada uma, um artigo relacionado à temática no período citado. Nenhum autor se destacou, tendo cada um realizado uma publicação no período coletado. O principal foco de intervenção apresentado nos artigos foram protocolos ou instrumentos de rastreamento (4 artigos) e programas para agressores (4 artigos), não sendo especificado neste último o tipo de intervenção realizada. Constituíram, portanto, 50% da amostra. O papel da mulher como vítima de violência doméstica foi abordado em 14 artigos, constituindo 85% da amostra e os demais não especificaram qual era a situação da mulher diante da violência (vítima/agressora). Destaca-se que nenhum artigo tratou da temática de intervenções para mulheres agressoras.

Palavras-chave: violência doméstica; violência contra a mulher; estudo bibliométrico
Mestrado – M

Código da área da pesquisa: Social

CARACTERIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO SEXUAL DE ADOLESCENTES ENTRE 15 E 19 ANOS, ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DA CIDADE DE CURITIBA. *Anne Voss**, *Volnei Pinheiro Junior*, *Simone Faad* e *Roberta Kafrouni* (Universidade Positivo, Curitiba, PR)

O objetivo deste trabalho é apresentar a pesquisa de caracterização do comportamento sexual dos adolescentes de 15 a 19 anos, estudantes do ensino médio de escolas públicas e particulares de Curitiba, considerando as categorias: gênero, classe social, raça e seus cruzamentos, tendo como base teórica a Psicologia Sócio-histórica na qual o ser humano é visto como histórico, constituído a partir das relações sociais e culturais. Desta forma, a adolescência é considerada como construção social que tem repercussão na subjetividade e no desenvolvimento do ser humano moderno, pois é um momento significativo, interpretado e construído pelos seres humanos. As significações sociais construídas nesta etapa tornam-se referencial para que o jovem construa sua identidade e possa converter os elementos do social em individual. Assim, o comportamento sexual e a sexualidade são considerados como um processo de construção social e histórico, em que todos os significados atribuídos pelos jovens, como práticas e orientações das vivências da sexualidade e da reprodução, devem ser entendidas para que haja promoção da saúde com a implementação de políticas públicas efetivas. O intuito do trabalho foi apresentar um quadro geral das concepções dos adolescentes sobre sexualidade. Entende-se que esta caracterização reflete um momento histórico sujeito a constantes mudanças e não deve ser tomado como definitivo. A pesquisa foi feita em duas etapas; a primeira, com entrevistas semi-estruturadas individuais, contendo perguntas sobre o tema adolescência e sexualidade, com 20 participantes voluntários. A partir da análise qualitativa das informações obtidas, foram retirados temas chaves e formadas categorias para a elaboração do questionário e aplicação do mesmo. A segunda etapa, consistiu na aplicação dos questionários em 1.111 participantes, em escolas previamente selecionadas. Os participantes tinham entre 15 e 19 anos de idade, cursando o ensino médio, dos gêneros feminino e masculino, pertencentes às classes sociais de A até E. Os dados foram analisados estatisticamente por meio do programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences* – Pacote Estatístico para as Ciências Sociais). Foi possível verificar como os adolescentes vêem seu próprio comportamento sexual. A maioria considera seu comportamento sexual como sendo promiscuo. Outro aspecto que chama a atenção é que a maioria dos adolescentes que já iniciou sua vida sexual, mas acredita que a idade ideal para a primeira relação é posterior a que iniciaram. Concluiu-se que existem algumas contradições nas definições sobre comportamento sexual e sexualidade feita pelos adolescentes e que não há diferenciação entre gêneros ou entre escolas públicas ou particulares, relacionada às respostas dadas. Os adolescentes demonstraram ter conhecimento de diversos métodos contraceptivos e saber da sua importância, mas apenas pouco mais da metade dos que já iniciaram sua vida sexual fazem uso deles constantemente.

Palavras-chave: adolescência, comportamento sexual, psicologia sócio-histórica

IC

SOCIAL

POSICIONAMENTO POLÍTICO, CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA NA INFÂNCIA E GÊNERO COMO CORRELATOS DE VALORES BÁSICOS. *Daniel Barbieri Freitas**, *André Rabelo**, *Rebeca Harumi**, *Melina Borges M. Freire** e *Ronaldo Pilati (Grupo de Pesquisas em Psicologia Social – GEPS, Laboratório de Psicologia Social, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de Brasília, Brasília, DF).*

Entende-se que os valores são importantes na vida das pessoas e por isso exercem influência em seus comportamentos sociais. O objetivo deste trabalho foi relacionar o posicionamento político, o gênero e a condição sócio-econômica na infância com os valores básicos. Para a aferição dos valores humanos considerou-se a teoria de Schwartz que organiza os valores em dez tipos motivacionais: Autodeterminação, relativos a necessidades orgânicas por controle e dominância; Estimulação que é a necessidade de variedade; Hedonismo, que corresponde ao prazer ou gratificação sensual; Realização, relativo ao sucesso pessoal por meio de demonstração de competência; Poder, relacionado a status social; Segurança entendido como a busca por harmonia, estabilidade da sociedade, dos relacionamentos e de si mesmo; Conformidade, que corresponde a restrição de ações que violam expectativas ou normas sociais; Tradição, definido por respeito, compromisso e aceitação dos costumes e ideias; Benevolência que diz respeito a preservar e fortalecer o bem-estar de pessoas próximas; e Universalismo, descrito como compreensão, agradecimento, tolerância e proteção do bem estar de outras pessoas e da natureza. O posicionamento político foi avaliado por meio da identificação partidária, sendo a amostra categorizada entre esquerda, centro e direita. Considerou-se condição socioeconômica na infância como a situação financeira em que a família do sujeito se encontrava em tal período. Reconhece-se que a literatura aponta que as escolhas políticas e partidárias, centradas na divisão polar de esquerda, direita e centro, interferem no endosso de valores humanos. A amostra do estudo foi de 237 estudantes universitários e o instrumento utilizado foi o inventário de valores humanos e questões sócio-demográficas. Os dados foram analisados por meio de ANOVA. Os resultados indicam que em relação ao posicionamento político, os sujeitos que foram identificados com a esquerda mostraram um maior endosso do universalismo, $F(2,142) = 3,68$, $p = 0,028$, do que os sujeitos de centro e direita. Quando analisada a variável gênero houve diferenças significativas nos valores de realização $F(1, 234) = 15,55$, $p < 0,000$, estimulação $F(1, 234) = 5,28$, $p = 0,022$ e autodeterminação $F(1, 234) = 7,96$, $p = 0,005$, onde os homens endossaram mais os três tipos motivacionais do que as mulheres. Na última variável analisada, referente à condição socioeconômica na infância, não houve diferenças significativas. Os dados concordam com a literatura no que concerne ao fato de sujeitos de esquerda endossarem mais valores universalistas, que são em prol do grupo e em relação ao fato de que os homens endossarem valores que são voltados mais para questões individuais. Em relação à situação sócio-econômica na infância, a literatura aponta que fatores sócio-econômicos influenciam o endosso de valores, principalmente os centrados no coletivismo, o que não pode ser corroborado de acordo com dados da amostra. Demais implicações são discutidas.

Palavras-Chave: Valores humanos, posicionamento político, gênero, condição socioeconômica.

IC – Iniciação Científica

SOCIAL

A RELAÇÃO DO CURSO E DA RELIGIÃO COM OS VALORES HUMANOS DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS. *André Luiz Alves Rabelo**, *Daniel Barbieri**, *Rebeca Harumi**, *Melina Borges Martinho Freire** e *Ronaldo Pilati (Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de Brasília, Brasília, DF).*

Os valores humanos são princípios gerais guiadores da vida das pessoas. Eles são um dos aspectos da cultura que têm sido tomados por estudiosos como elemento central da vida em sociedade. Os autores que defendem a teoria dos valores humanos básicos apresentam, com base em estudos empíricos, uma teoria bidimensional que identifica duas dimensões de segunda ordem: (1) a conservação versus a abertura à mudança; e (2) a autotranscendência versus a autopromoção. Em tal teoria são as contradições entre estes dois eixos que estabelecem o dinamismo das relações entre os dez tipos básicos de valores humanos (dimensões de primeira ordem), distribuídos nessas quatro dimensões de segunda ordem. No presente estudo o objetivo foi relacionar os valores dos participantes com a religião e o curso de graduação deles. A amostra foi composta por 237 estudantes de ambos os sexos dos cursos de psicologia e de engenharia. Aplicou-se o questionário dos valores humanos básicos junto com um questionário de dados sócio-demográficos. As respostas foram registradas e analisadas em um software estatístico e os dados foram analisados por meio de ANOVA. As dimensões de primeira ordem tiveram diferenças significativas entre os grupos. Para os protestantes, o valor tradição é mais importante do que para os participantes dos grupos de ateus, não-religiosos e que possuem outra religião, $F(5, 228) = 13,90$, $p < 0,000$; participantes que se classificaram como não-religiosos apresentaram diferença quando comparados à participantes católicos e espíritas no tocante a esse valor, sendo que esses dois últimos demonstraram maior apreço por ele. Protestantes endossaram mais o valor de conformidade, $F(5, 228) = 5,37$, $p < 0,000$, comparados aos grupos de participantes não-religiosos e ateus. Quanto ao valor de benevolência, participantes protestantes deram maior importância a esse valor do que os grupos de não-religiosos e ateus [$F(5, 228) = 5,79$, $p < 0,000$]. Outra diferença significativa ocorreu com a dimensão hedonista, $F(5, 228) = 3,84$, $p < 0,000$, em que participantes não-religiosos endossaram mais esse valor que participantes dos grupos de protestantes e espíritas. Participantes que se classificaram como não-religiosos deram maior importância à dimensão estimulação do que o grupo de espíritas ($F(5, 228) = 6,27$, $p = 0,002$). Houve diferença significativa entre os valores de estudantes de psicologia e de engenharia nas dimensões realização, $F(1, 235) = 11,22$, $p = 0,001$, estimulação, $F(1, 235) = 5,23$, $p = 0,023$, e conformidade, $F(1, 235) = 4,50$, $p = 0,035$. Estudantes de engenharia endossaram mais as três dimensões comparando-os com estudantes de psicologia. Os resultados obtidos para a relação religião versus valores reforçaram diferenças apontadas na literatura entre os grupos, onde religiosos endossam mais valores do eixo Conservação e Autotranscendência, enquanto ateus e não-religiosos endossam mais valores ligados aos eixos de Abertura a mudança e Auto-determinação. As diferenças entre os estudantes podem refletir suas perspectivas de futuro, sendo que os estudantes de engenharia teriam uma preocupação maior com a adaptação ao mercado de trabalho. Demais implicações são discutidas.

Palavras-Chave: Valores Humanos, Religião, Curso

IC – Iniciação Científica

SOCIAL

VOCÊ DEIXOU ALGO CAIR: UM ESTUDO DE CAMPO SOBRE O COMPORTAMENTO PRÓ-SOCIAL. *Arthur de Oliveira Corrêa e Hartmut Günther*
(Laboratório de Psicologia Ambiental, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF)

O “comportamento pró-social” pode ser entendido como uma ampla categoria de ações consideradas por um grupo social ou por um número relevante de membros de uma sociedade, como sendo benéficas para outros indivíduos. O interesse por tal categoria de comportamentos, que abarca também o comportamento de ajuda, tem incentivado pesquisadores a desenvolver diferentes métodos para a sua observação e avaliação. Contudo, tendo em vista evitar a interferência da desejabilidade social, é interessante optar por estudos de campo, que façam uso de métodos não reativos, ao invés de perguntar diretamente aos indivíduos. Os objetivos do presente trabalho foram: (1) identificar se as características da pessoa que necessita de ajuda – gênero, fenótipo e aparência – interferem de alguma forma na taxa de recebimento de ajuda e como o fazem, se for o caso; e (2) observar se o valor do objeto perdido interfere na taxa de devolução e como o faz, se for o caso. O estudo contou com a participação de 337 transeuntes, dos quais 164 eram mulheres e 172 homens; 191 caucasianos, 119 afro-brasileiros e 22 classificados como “outros”; 236 vestidos casualmente e 93 formalmente. Os demais participantes não tiveram suas características registradas devido à falta de concordância entre os observadores. O estudo consistiu na simulação de um contexto em que um indivíduo necessitava de ajuda: o experimentador deixava um objeto cair, aparentemente por descuido, e o transeunte selecionado tinha a oportunidade de ajudá-lo, sendo o seu comportamento registrado por dois observadores em protocolos independentes. Gênero, fenótipo e aparência do experimentador variaram, bem como o valor do objeto perdido (que poderia ser um celular ou uma caneta). Os dados foram coletados em um trecho de movimento e tráfego intenso de Brasília, em diferentes horários e dias da semana. Foi observada uma diferença estatisticamente significativa em termos da taxa de ajuda apenas no que se refere ao fenótipo dos experimentadores ($\chi^2 = 7,799$; $p = 0,005$). Destaca-se que os experimentadores afro-brasileiros (53,8%) foram mais ajudados que os caucasianos (38,5%). O índice de ajuda também foi maior quando: a pessoa que precisava de ajuda era mulher (49,1% vs 43,6% para experimentadores homens); quando o experimentador estava vestido mais formalmente (47,9% vs 44,9% para vestidos casualmente); se perdia uma caneta ao invés de um celular (47,3% vs 45,4%). Essas diferenças não foram significativas. Os dados implicam em uma maior predisposição geral em ajudar negros, o que pode sugerir a existência de preconceito invertido; nesse sentido, negros acabam sendo mais ajudados do que caucasianos porque os indivíduos acreditam que seria a coisa “certa” a se fazer e que tal conduta levaria à aprovação social pelos seus pares. Não se pode afirmar muito sobre a influência do gênero e da aparência da pessoa necessitada, nem tampouco sobre o valor do objeto aparentemente perdido, o que insinua a necessidade de novos estudos sobre o tema. Futuros trabalhos podem contemplar também a possibilidade de investigar os motivos dos participantes para ajudar pessoas com determinadas características (de gênero, fenótipo e aparência) ou que perderam objetos de valores diferentes.

Apoio financeiro: CNPq – Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília
(ProIC/DPP/UnB)

Palavras-chave: Ajuda; Comportamento Pró-social; Desejabilidade Social
IC

SOCIAL

ELEMENTOS DA SINTOMATOLOGIA DEPRESSIVA EM ADOLESCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DE JOÃO PESSOA/PB. *Israel Lima de Luna Freire** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN), Emily da Silva Nascimento** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN) e Maria da Penha de Lima Coutinho (Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB).*

O transtorno de humor denominado depressão tem índices alarmantes, tanto por seu elevado número de incidência quanto pela velocidade com que este último tem crescido. Um quadro depressivo é marcado por uma ampla gama de sintomas com implicações motoras, cognitivas, somáticas e de humor, sendo as deste último tipo aquelas mais fortemente entendidas como características da depressão. Em razão de a adolescência ser uma fase com muitos eventos novos, tais como mudanças físicas e pressões sociais, ela faz com que os indivíduos nesse estágio se apresentem mais vulneráveis à instalação de uma sintomatologia depressiva. As principais dificuldades encontradas pelos adolescentes centram-se em distonias entre si e modelos tidos como ideais, tanto no que se refere a aspectos físicos quanto a perspectivas futuras, deixando nos jovens baixa auto-estima e não aceitação pessoal. O presente estudo objetivou identificar elementos, característicos da depressão, selecionados com maior e menor frequências por adolescentes com indicativo de sintomatologia deste distúrbio afetivo em três escolas da rede pública da cidade de João Pessoa/PB. A amostra foi proposta de forma não probabilística, intencional e acidental, tendo como participantes 254 alunos matriculados do sétimo ao nono anos do Ensino Fundamental. Para realização do objetivo, foi aplicado o Inventário de Depressão Infantil (CDI), que teve seus dados processados no Pacote Estatístico para Ciências Sociais (*SPSS for Windows 15.0*) e identificaram-se 29 participantes com indicativo de sintomatologia depressiva, vindo estes a compor a amostra de interesse do estudo. Obteve-se faixa etária variando de 12 a 15 anos ($x = 14,62$ anos; $DP = 3,552$), sendo 34,5% do sexo masculino e 65,5% do sexo feminino. A pontuação média obtida no CDI foi 20,76 ($DP = 3,55$). Denotou-se que os indivíduos estudados “sentem vontade de chorar diariamente” (44,8%), “sempre se sentem sozinhos” (48,3%) e que eles não acreditam “ser tão bons quanto os outros jovens” (69%); e que essa amostra, em sua maioria, “só é má de vez em quando” (69%) e “gosta de estar com pessoas” (69%). Apesar de a depressão ser caracterizada por sentimentos de tristeza, solidão e impotência, além de outras implicações como perdas de prazer e da disposição para contatos interpessoais, os resultados demonstraram que choro, isolamento e descrença em si foram os fatores mais marcantes na amostra estudada; aspectos como impressões negativas de si e o prazer em estar com pessoas apresentaram frequências pouco evidentes, o que nos leva a concluir que não existe uma estrutura estática e universal em quadros de sintomatologia depressiva.

Apoios financeiro: CNPq

Palavras-chave: Depressão; Adolescência; Inventário de Depressão Infantil.

Nível do trabalho: IC

SOC

SINTOMATOLOGIA DA DEPRESSÃO INFANTIL EM ESTUDANTES DE JOÃO PESSOA/PB: IMPACTOS PSICOSSOCIAIS *Emily da Silva Nascimento***

*(Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN), Israel Lima de Luna Freire** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN) e Maria da Penha de Lima Coutinho (Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB).*

A infância é marcada por constantes transformações físicas, psíquicas e maturacionais, essa fase mostra-se crítica para a formação da personalidade e os conflitos nela vivenciados, influenciando diretamente a sensibilidade do indivíduo ao estabelecimento de algum quadro psiquiátrico. Faz-se necessário maior atenção à criança nos contextos familiar e escolar, pois neles que ela vivencia suas experiências iniciais. Este trabalho objetivou apurar o índice epidemiológico da depressão em crianças estudantes de ensino fundamental de João Pessoa/PB, assim como conhecer os aspectos da depressão mais frequentes nesse grupo. Sabe-se que quanto mais problemas de comportamento a criança apresentar, maior será a possibilidade de um desenvolvimento irregular. A atenção desse estudo deve-se à crescente incidência da depressão na população geral e seus impactos psicossociais. O estudo foi realizado em três escolas de João Pessoa/PB, composta por 230 crianças de ambos os sexos, idades entre 8 e 14 anos, cursando do quarto ao sexto ano. Foram realizadas aplicações coletivas do Inventário de Depressão Infantil (CDI) de Beck, pelo qual foi assegurado o anonimato dos participantes, bem como a confidencialidade das informações. Os dados foram processados pelo pacote estatístico *SPSS (versão 15)* a fim de obter o índice de depressão da população estudada, bem como os fatores da depressão com frequência mais elevada. Os resultados apontam 7,4% com indicativo de sintomatologia depressiva. Dentre os fatores mais evidentes, as crianças apresentaram percepção negativa do futuro (57,4%), insegurança (57,4%) e serem incapazes de exercer tarefas como as demais crianças (45,3%). Isso indica que grande parte desse público, ainda que não tenha atingido o ponto de corte na escala do CDI (17 pontos), demonstrou possuir essa sintomatologia. Significativa também é a incidência de crianças que responderam pensar em suicídio/morte (25,9%) que, ainda que tenha sido inferior aos demais fatores citados, é um número que desperta atenção, já que demonstra que a morbidez está presente em um quarto das crianças. Todavia, 94,3% responderam gostarem de estar com pessoas, indicando a importância do relacionamento interpessoal como algo precioso para elas. Os resultados demonstram que a sintomatologia da depressão está presente entre as crianças que compõem o ensino fundamental de João Pessoa/PB, afetando não só a autoimagem delas, mas também suas relações sociais e grupos de pertença, uma vez que a criança no meio escolar é integrante de um grupo pelo qual também é afetado por ela. A literatura salienta que, associados às dificuldades escolares, as crianças também podem apresentar outros problemas de ordem psicológica e comportamental, uma vez que o ambiente escolar proporciona experiências que possivelmente interferirão no seu desenvolvimento. Ademais, os avanços no conhecimento da frequência da patologia, bem como de seus fatores de riscos associados possibilitam ao campo da saúde pública elaborar estratégias de atuação na prevenção e minimização dos impactos. Muitos programas de educação em saúde não obtêm o devido êxito por causa da não consideração do saber já existente no coletivo das pessoas. Ter como referencial primeiro o saber compartilhado entre os grupos sociais seria de suma importância para os projetos de intervenção em saúde.

Apoios financeiro: CNPq

Palavras-chave: Depressão Infantil, Estudantes, CDI

Nível do trabalho: IC

SOC

PAIS DE REVISTA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PATERNIDADE NA REVISTA PAIS&FILHOS (1969-2008). Adriano R. A. Nascimento (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG), Gabriela T. Vieira** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG), Ana Carolina R. Mesquita* (Curso de Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG), Michelle M. L. O. Gomes* (Curso de Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG), Monica C. Silva* (Curso de Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG) e Raquel G. S. Alves* (Curso de Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG).

Os meios de comunicação são considerados tradicionalmente uma fonte promissora para o estudo de objetos que possuem reconhecida relevância social durante um maior período de tempo. Especificamente os periódicos que se propõem à abordagem de um grupo específico de temas/objetos sociais, de circulação mais abrangente a partir das primeiras décadas do Século XX, são especialmente interessantes para se procurar acompanhar as mudanças ocorridas nos discursos sobre esses mesmos temas/objetos. Reconhece-se atualmente que esses periódicos, mais do que se caracterizarem como veículos que refletem as concepções de seus editores e colaboradores, propagam representações sociais de determinado objeto, construídas e reiteradas nas relações intergrupo, constituindo um conjunto mais amplamente difundido de percepções e prescrições sobre/para ações cotidianas dos sujeitos aos quais se relaciona diretamente esse objeto. A partir dessa percepção, o objetivo dessa investigação foi acompanhar as manutenções e modificações das representações sociais de paternidade veiculadas por uma publicação já tradicional no mercado brasileiro, a revista Pais&Filhos. Com esse objetivo, foram selecionados 40 exemplares dessa revista, publicados entre 1969 e 2008 (um exemplar por ano; seleção aleatória do mês). Desse conjunto, foram transcritos todos os 190 itens (reportagens, entrevistas, colunas de especialistas, anúncios publicitários) que apresentavam os vocábulos pais (a inclusão desse vocábulo é justificada, pois se presume que sua utilização pressupõe referência a mãe e a pai), pai, paternidade, paternal e variantes. O *corpus* formado foi submetido à análise lexical realizada pelo software ALCESTE. Foram identificados um conjunto de classes e uma classe independente. O conjunto articula as classes “nós, as crianças e nossas histórias” (eu, $X^2=222,76$; gent+, $X^2=201,04$; ach+, $X^2=102,81$; ano+, $X^2=100,15$, entre outras); “relacionando-se com crianças e adolescentes” (pais, $X^2=233,86$; filhos, $X^2=104,79$; adolescente+, $X^2=98,41$; limit+, $X^2=70,63$); “terapia” (soci+, 335,05; familiar, 192,45; terapeut+, 169,39; psiquiatr+, $X^2=132,01$) e “as doenças dos bebês” (beb+, $X^2=503,60$; pediatr+, $X^2=182,27$; fet+, $X^2=160,69$; leite+, $X^2=157,26$). A classe independente agrupa o vocabulário relativo ao que chamamos “pai jurídico” (registr+, $X^2=873,33$; lei, $X^2=453,95$; reconhecimento, $X^2=407,41$; alimentíc+, $X^2=397,36$). A partir desses resultados, podemos afirmar: a) apesar das referências explícitas ao pai nos textos analisados (critério para coleta), ele não aparece como figura em foco a não ser na classe “pai jurídico”, caracterizada não pela presença, mas pela ausência do mesmo; b) referências aos pais (mãe e pai) são características de uma classe onde dar limites (limit+) às crianças e adolescentes aparece como central, o que reitera a relação tradicional paternidade/autoridade; c) o vocábulo família, que também poderia contemplar a referência ao pai, surge, no *corpus* analisado, como associado a problema, sobretudo de ordem psicológica; d) na classe “as doenças dos bebês” encontramos um conjunto de elementos relacionados tanto à profilaxia e ao tratamento quanto à etiologia

de distúrbios nos fetos e nos bebês, ou seja, as referências são ao cuidado e à culpabilização. Em seu conjunto, os resultados indicam que, no *corpus* analisado, o pai aparece recorrentemente como uma referência problemática (causador de problemas ou como eventual possibilidade de solução), o que reitera a tradicional percepção social do pai como um elemento externo a interferir na díade “natural” mãe/filho(a).

Apoio financeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais/FAPEMIG

Palavras-chave: masculinidades; violência; artes marciais.

Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação)

SOCIAL Psicologia Social

MANUAL DO CASCA-GROSSA: (DES)CONSTRUINDO O LUTADOR IDEAL NAS PÁGINAS DAS REVISTAS TATAME E GRACIE. Adriano R. A. do Nascimento (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG), Flávia G. C. Veloso** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG), Ana Carolina C. d'Almeida* (Curso de Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG), Christianne C. L. A. Miranda* (Curso de Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG), Jessyca Fernandes* (Curso de Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG) e Katiuscia C. Nunes* (Curso de Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG)

As tradicionais relações entre masculinidade e virilidade, violência e competição continuam a sustentar um conjunto significativo de eventos cotidianos nos quais alguns homens se envolvem e que acabam resultando em lesões ou morte. Tais situações, nas últimas décadas e em um número não desprezível de vezes, são caracterizadas pela utilização de técnicas das chamadas artes marciais nos espaços extra-ringue e extra-academia, a despeito do recorrente discurso de personagens de destaque no mundo das lutas contra a utilização dessas técnicas fora dos seus contextos “naturais”. É relevante, nesse sentido, questionar o fato de que, na sua base, esses mesmos discursos podem estar reiterando padrões que continuam associando virilidade, competição e violência ao “ser homem”. Assim, o objetivo dessa investigação foi procurar identificar, em publicações direcionadas aos praticantes de artes marciais, como têm sido veiculados conteúdos relativos às características de lutadores profissionais que possuem destaque no universo das lutas. Para tal, submetemos à análise lexical realizada pelo software ALCESTE 40 perfis de lutadores profissionais (20 publicados pela revista Tatame e 20 publicados pela Gracie Magazine, entre os anos de 1996 e 2009). Revista Tatame: Foram identificados dois conjuntos de classes. O primeiro é composto pelas classes “O corpo na luta” (lut+, $X^2=54,79$; minuto+, $X^2=47,43$; cabec+, 45,80) e “Desafio e provocação” (fal+, $X^2=54,67$; eu, $X^2=35,22$; diss+, $X^2=28,97$; brig+, $X^2=28,55$). No segundo, temos referências mais contextuais representadas pelas classes “as artes” (muay_thai, $X^2=68,09$; mestr+, $X^2=52,86$; jiu_jitsu, $X^2=44,13$), “os melhores” (ach+, $X^2=78,53$; melhor+, $X^2=44,45$; pesso+, $X^2=35,30$) e “família” (pai, $X^2=37,38$; avo, $X^2=33,26$; cas+, $X^2=32,15$). Revista Gracie: Foram identificados um conjunto de classes e uma classe independente. O conjunto articula as classes “Estratégias do vencedor” (lut+, $X^2=67,12$; forte+, $X^2=63,74$; estrateg+, $X^2=34,16$), “No ringue” (round, $X^2=66,20$; braço+, $X^2=52,90$; estrangulamento+, $X^2=52,89$) e “Reverência aos mestres” (jiu_jitsu, $X^2=43,81$; academ+, $X^2=40,02$; rolls, $X^2=30,80$). A classe independente é composta por um vocabulário relativo ao “Surf” (onda+, $X^2=231,43$; mar+, $X^2=168,51$; surf+, $X^2=162,87$). Comparando as revistas: a) ambas apresentam classes formadas por vocábulos que descrevem as lutas; b) enquanto a revista Tatame associa a essa descrição o relato de provocações e desafios, a revista Gracie associa a descrição dos combates às estratégias utilizadas pelos lutadores nesses combates; c) há, por parte da revista Gracie, a reiteração de uma hierarquia entre os lutadores, ao passo que a revista Tatame privilegia a citação direta aos melhores em determinada arte ou estilo de luta; d) referências à importância da família como incentivadora e suporte foram encontradas predominantemente na revista Tatame; e) a classe “Surf”, exclusiva da revista Gracie, indica a preocupação da revista em apresentar aos seus leitores alguma diversificação de temas. No conjunto, apesar das especificidades acima apontadas, as duas publicações reiteram características do padrão hegemônico de masculinidade ao enaltecerem de

forma explícita a hierarquia entre homens, hierarquia baseada na reverência aos mestres ou na referência aos melhores, e ao relatarem, como descrição pretensamente objetiva, ações que poderiam, baseadas na percepção dos ringues e tatames como espaços reconhecidamente masculinos, ser encaradas como assuntos de homem resolvidos, como deve ser, no braço.

Apoio financeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais/FAPEMIG

Palavras-chave: masculinidades; violência; artes marciais.

Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação)

SOCIAL Psicologia Social

“NO REVERSO INEVITÁVEL DA PAIXÃO”: AMOR E SAUDADE NA CANÇÃO BRASILEIRA (1927-2010). Adriano Roberto Afonso do Nascimento (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG), Aline Souza Martins* (Bolsista IC/FAPEMIG, Curso de Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG), Bárbara Gonçalves Mendes (Curso de Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG), Gregório Ribeiro de Miranda (Curso de Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG) e Ana Beraldo de Carvalho (Curso de Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG).

No campo de estudos denominado Psicologia Social da Memória, esta investigação procurou investir no entendimento daqueles elementos de nossa memória social que são mediados por componentes evidentemente emocionais, como é o caso da memória saudosa. Nesse sentido, considerando que a saudade amorosa é tema recorrente no nosso cancionário, o que a confirma como temática relevante no cotidiano da nossa sociedade, foi nosso objetivo identificar elementos do discurso memorialístico, mediados por componentes emocionais, em um conjunto formado por 933 letras de canções brasileiras sobre os temas amor e saudade, gravadas entre 1927 e 2010. Critério para a inclusão de uma letra no banco de dados: presença da palavra “saudade” especificamente relacionada à temática amorosa. Submetemos esse conjunto à análise lexical realizada pelo *software* ALCESTE (*Analyse Lexicale par Contexte d’un Ensemble de Segments de Texte*). Como resultantes da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) realizada pelo *software*, obtivemos 04 classes: a Classe 01, nomeada “Não tem jeito de esquecer você”, agrupou 36,40% das Unidades de Contexto Elementar-UCE, e apresentou como formas reduzidas características voce ($x^2= 179,51$), nao ($x^2= 81,96$), esquec+ ($x^2= 63,29$) e jeit+ ($x^2= 53,38$); a Classe 02, nomeada “Sofrer, chorar”, agrupou 25,35% das UCE, e apresentou como formas reduzidas características amizade ($x^2= 67,64$), sofr+ ($x^2= 65,87$), ingr+ ($x^2= 59,11$) e chor+ ($x^2= 43,65$); a Classe 03, nomeada “Canto triste”, agrupou 21,35% das UCE, e apresentou como formas reduzidas características trist+ ($x^2= 139,71$), cant+ ($x^2= 109,14$), flor+ ($x^2= 70,46$), lind+ ($x^2= 65,18$) e canc+ ($x^2= 53,32$); a Classe 04, “Enchendo de trevas a natureza”, agrupou 16,93% das UCE, e apresentou como formas reduzidas características mar+ ($x^2= 119,24$), ceu+ ($x^2= 106,36$), fri+ ($x^2= 105,30$) e estrel+ ($x^2= 104,61$). A análise dos dados evidenciou dois possíveis agrupamentos complementares das classes. No primeiro, teríamos as Classes 01 e 02, com referências ao próprio sujeito e a sua interlocutora (aquela de quem se sente saudade), em oposição às Classes 03 e 04, com referências explícitas a uma exterioridade, ou seja, a uma “saudade no mundo” e à sua veiculação em forma de canção. Sobre o conjunto analisado pode-se, de forma geral, afirmar que a saudade amorosa não repõe, baseada na ausência do ser amado, uma simples diferenciação entre a experiência de um eu isolado no seu sofrimento e um mundo exterior alheio a esse mesmo sofrimento, e sim possibilita, segundo as letras analisadas, a percepção de um mundo triste que se põe em sintonia com o sujeito saudoso.

Apoio financeiro: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais/FAPEMIG.

Palavras-Chave: Memória Social, Saudade, Amor.

Nível do trabalho: Iniciação Científica

SOCIAL

O QUE PENSAM IDOSOS SOBRE A DEPRESSÃO: UMA INVESTIGAÇÃO A LUZ DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS. *Danyelle Monte Fernandes da Costa***(Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB) e *Patrícia Diniz Santana*** (Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, João Pessoa – PB).

Desde 1980, o envelhecimento populacional tem-se tornado um fenômeno mundial. Em compensação, o aumento quantitativo desse grupo social trouxe consigo grandes desafios para as políticas públicas, sobretudo no que tange à necessidade de reestruturação da situação socioeconômica, que possa promover as condições favoráveis ao processo do envelhecimento saudável. O envelhecimento geralmente associa-se à prevalência elevada de doenças, dentre as quais a depressão, sofrimento psíquico multifacetado que transpõe a barreira do biológico, abrangendo diversos componentes (genéticos, históricos e psicossociais). Neste cenário, diferentes disciplinas científicas na atualidade têm o propósito de entender os diversos fatores subjacentes ao processo de envelhecimento, subsidiando com seus achados a orientação de práticas psicossociais que favoreçam condições de vida saudável ao idoso. Nesta perspectiva, este estudo objetivou apreender as representações sociais da depressão elaboradas por idosas usuárias de um hospital da cidade de João Pessoa, PB. A amostra foi de conveniência, composta por 29 mulheres, com idades entre 60 e 86 anos (M=65,97; DP=7,18), as quais responderam a um questionário aberto com perguntas sobre a natureza da depressão, os dados foram processados pelo programa computacional ALCESTE. A análise da Classificação Hierárquica Descendente indicou a emergência de três classes, as quais representaram os aspectos de ancoragens e as objetivações das idosas face à depressão, havendo o aproveitamento de 64% do *corpus* entre as UCE. Levando em conta as que as UCE se agruparam nas classes (1 e 3) e a classe 2 ficou isolada.

A classe 1 correspondeu à definição da depressão, que foi objetivada como uma doença que se caracteriza pela falta de vontade pela vida e pelo sentimento de angústia e os participantes que mais representaram esta classe foram idosas com escolaridade superior. As frases que ilustram esta classe foram do tipo: *“uma doença que se caracteriza pela alteração do humor da pessoa...a pessoa não tem vontade e viver...”* A classe 3 explicou a sintomatologia depressiva, expressada através do abandono, choro, solidão e tristeza. Observa-se nas frases evocadas: *“ É um conjunto de sintomas que envolve tristeza, irritação, apatia..... sentimento de morte, chora com tudo, insônia,...”* Na classe 2, a depressão foi ancorada em aspectos psicossociais, as implicações advindas da doença, objetivadas pelo isolamento social e consequências negativas à pessoa depressiva. Esta classe foi representada pelos participantes com frases como: *“se fechar em si mesmo, não querer tomar conhecimento do mundo... afastar-se dos grupos, isolar-se... um desequilíbrio mental... falta de capacidade de resolver problemas”*. Os resultados apontam a peculiaridade do fenômeno aos olhos das participantes desse grupo de pertença que vivenciam o processo de envelhecimento. Verifica-se a complexidade da depressão, que neste caso foi estudada como um sofrimento psíquico multifacetado que recebe um caráter específico no ciclo de vida dessas idosas. A classe 2 mostrou-se a mais representativa, representou a doença depressão numa visão complexa perpassando enquanto doença física e mental apresentando

sintomas e comprometendo as relações sociais, corroborando com a literatura que apontam a depressão como um adoecimento do corpo e da alma.

Palavras-chave: Idoso; Representação social; Depressão.

Nível do trabalho: IC

Código da área da pesquisa: SOCIAL

ADESÃO E PERMANÊNCIA DOS DEPENDENTES DE ÁLCOOL NO TRATAMENTO DA OFICINA DA VIDA. *Gabriela Franco Almeida**, *Júlia Campos Pedro**, *Luma de Oliveira**, *Maira Andrade**, *Marília Valsecchi Mantovani**, *Marina Arantes**, *Tatiana Ribeiro Tanabe*** e *Marília Ferreira Dela Coleta (Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG)*

O objetivo deste estudo foi identificar os motivos que levam os dependentes de álcool a aderirem e se manterem em tratamento de dependência química, visto que esta questão apresenta uma íntima relação com a saúde pública e busca um maior entendimento sobre a dependência e seu tratamento do ponto de vista dos pacientes. A partir de uma revisão da literatura foram levantados os principais motivos que levam os dependentes de álcool a abandonar o tratamento e que serviram de hipóteses neste estudo. O local selecionado para a coleta de dados foi a Oficina da Vida, um setor da Universidade Federal de Uberlândia que presta serviços de atendimento a servidores da Universidade dependentes de álcool e a seus familiares. Oito pacientes dependentes de álcool foram entrevistados a partir de um roteiro semi-estruturado composto por nove questões, sendo que as três primeiras referem-se a dados gerais e as outras seis referem-se especificamente ao tema pesquisado. As entrevistas foram realizadas no espaço físico da Oficina da Vida, sendo que cada sujeito foi entrevistado individualmente por uma dupla de pesquisadores. Após a entrevista, foi aplicada a “Escala de Benefícios e Barreiras percebidos em evitar o consumo de bebida alcoólica” para que os próprios sujeitos respondessem sua opinião em uma escala de repostas variando de 1 a 5. A análise qualitativa dos conteúdos foi feita através da organização sistemática dos dados colhidos e posterior interpretação. Verificou-se que os principais motivos que levaram os indivíduos a buscar o tratamento foram as perdas no trabalho e na família. Os ganhos com o tratamento (atenção e acolhimento que recebem na Oficina da Vida, segurança proporcionada pela equipe e a melhora na qualidade de vida) e o incentivo da família foram citados como os principais motivos para o sujeito se manter em tratamento. Este resultado é possivelmente explicado pelo vínculo familiar, que oferece um forte apoio durante o tratamento do dependente. Em relação à escala aplicada, a média de benefícios percebidos em evitar o consumo de bebidas alcoólicas ($M=4,85$) indica alta percepção de benefícios e a média das barreiras percebidas em evitar o consumo de bebidas alcoólicas ($M=4,02$) mostra que os respondentes concordam em parte com as dificuldades de ficar sem beber. Conclui-se que as hipóteses propostas foram confirmadas parcialmente, pois em relação aos motivos que levaram os indivíduos a buscar o tratamento a maioria relatou perdas no trabalho e na família, porém, quanto às crenças religiosas, alguns dos sujeitos acreditam que estas são importantes na busca e na manutenção do tratamento, mas não como o principal motivo. Uma análise destes resultados sugere que parece ser necessária a ocorrência de uma ameaça ou mudança significativa na vida do indivíduo para que este busque e se comprometa com o tratamento. Sugere-se a continuidade de pesquisas aplicadas a este tema que possibilitem o desenvolvimento de tratamentos mais eficazes aos indivíduos dependentes de álcool e que possam ser aplicados na construção de uma política de conscientização e prevenção do uso abusivo do álcool.

Palavras-chave: adesão ao tratamento, dependência química, álcool.

Nível: IC

Área: SOCIAL

VARIÁVEIS ENVOLVIDAS NA ESCOLHA CONJUGAL FEMININA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL.

*Isabella da Silva Arantes Pereira** e *Janaina Cassiano Silva*** (Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara, Itumbiara-GO).

O processo de escolha do cônjuge no Brasil, assim como em outras culturas ocidentais, tem sofrido mudanças ao longo da história, especialmente no tocante à esfera feminina. A presente pesquisa objetivou identificar e analisar as variáveis envolvidas na escolha do primeiro cônjuge em mulheres de uma cidade localizada no interior de Goiás, pertencentes a duas gerações (avós e netas), e como estas afetam sua esfera subjetiva, à luz da Psicologia Histórico-Cultural. Ademais, buscou promover uma reflexão acerca do processo de escolha conjugal da mulher, mostrando sua evolução ao longo dos anos; verificar diferenças e semelhanças entre as duas gerações quanto ao grau de importância das variáveis pesquisadas na escolha do primeiro cônjuge e discutir os fatores sócio-histórico-culturais ligados a escolha conjugal da mulher e como estes afetam sua esfera subjetiva, fundamentando-se na Psicologia Histórico-Cultural. O estudo caracterizou-se como descritivo, de campo. A amostra foi composta por 10 avós que se casaram (incluindo coabitação estável) pela primeira vez até a década de 1960 e suas respectivas netas que nasceram após 1980 e se casaram (incluindo coabitação estável) pela primeira vez após o ano de 2000, residentes em uma cidade do interior de Goiás e região. Como instrumento de pesquisa foi utilizada entrevista individual semiestruturada, guiada por um roteiro de perguntas abertas e um cabeçalho para identificação de dados sócio-demográficos. Nas entrevistas, os sujeitos foram questionados sobre a existência de liberdade na escolha conjugal, principais motivadores desta, bem como o grau de importância de diferentes variáveis na seleção do primeiro marido. Partindo da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, a análise objetivou captar, através das falas, os sentidos expressos pelos sujeitos acerca dos fatores relacionados à escolha do primeiro cônjuge e suas determinações constitutivas. Os resultados obtidos apontam que o processo de escolha do cônjuge sofreu mudanças significativas ao longo das duas gerações (avós e netas) pesquisadas, porém mais no sentido de incorporação de novos valores do que abandono dos antigos. Aprovação familiar, atributos ligados à conduta moral do cônjuge, fatores econômicos e controle de ciúme pelo parceiro apareceram como os principais motivadores da escolha conjugal das avós entrevistadas. Exceto a aprovação familiar, todos os fatores relevantes para esse último grupo também tiveram peso bastante significativo na seleção marital da maioria das netas, além de outros critérios como atração sexual, atenciosidade, afetividade e compatibilidade de ideais. A trajetória histórica da mulher e dos relacionamentos amorosos nos mostra que crenças, valores e padrões de comportamento são processos que se constituem nas relações que o indivíduo estabelece com a realidade objetiva, e sendo assim refletem aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais a ela relacionados.

Palavras-chave: escolha conjugal feminina, gerações, Psicologia Histórico-Cultural.

IC- Iniciação Científica

SOCIAL Psicologia Social

EFEITOS DE PRIMEIRA IMPRESSÃO NA AVALIAÇÃO DE PROFESSOR A PARTIR DE TERMOS CENTRAIS *Carolynne dos Reis Silva**, *Gabriela Dottori de Sá Barreto**, *Gabriela Impellizieri Silva Cesário de Mello**, *Isa Kaplan Vieira**, *Juliana Siqueira de Lara**, *Luciana Santos Pucci**, *Marcus Augusto Fernandes Pinho**, *Pedro Henrique Teodoro Siqueira** e *Angela Donato Oliva (Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ).*

Este estudo teve como objetivo investigar a influência dos termos “frio” e “afetuoso”, considerados termos centrais em um estudo com mais de dez anos, na percepção e avaliação de um professor. A percepção de pessoas, na área de Psicologia Social, tem mostrado que os indivíduos dispõem de uma relativa habilidade para julgar as qualidades, emoções, sentimentos e intenções alheias. Estudos indicam que uma informação previamente dada sobre uma pessoa pode influenciar significativamente na percepção que os outros podem fazer sobre ela. Além disso, alguns traços parecem adquirir maior importância na formação da impressão, sendo conhecidos como termos centrais. Termos periféricos não teriam a mesma propriedade. Na presente pesquisa, foi simulada uma aula e, após o seu término, os alunos avaliaram os aspectos de personalidade e de didática do suposto professor, baseados na aula e em uma breve biografia do mesmo. Participaram 76 graduandos do curso de administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, divididos em três grupos aleatoriamente. Foi ministrada uma aula em cada uma das universidades. Em cada aula estavam presentes todos os participantes dessas instituições. Os participantes se diferenciaram em grupos por receberem questionários que continham no início uma breve biografia do docente, mas apresentavam três formas distintas apenas pela ausência ou presença do termo central. Vinte e cinco participantes receberam questionários que continham na breve biografia do docente o termo central “frio”. Outros vinte e cinco participantes receberam questionário em cuja breve biografia havia o termo central “afetuoso”. Para os restantes vinte e quatro participantes que funcionaram como grupo controle, os questionários continham a breve biografia sem a presença de qualquer termo central. O estudo ocorreu em horário de aula em ambas as universidades e as variáveis “professor”, “matéria”, “tempo de aula” foram as mesmas. O tempo para leitura da breve biografia e para responder ao questionário foi o mesmo para as duas aulas. Para análise dos dados foi utilizada a ANOVA. Os resultados não indicaram diferença significativa entre os grupos. Uma possível interpretação é a de que os termos centrais pudessem ser, na atualidade, periféricos e assim não interfeririam no julgamento dos discentes. Também é possível que o número de participantes seja pequeno para apresentar diferença significativa visto que foram divididos em três grupos. Em virtude disso, novos estudos mostram-se necessários para avaliar se determinados atributos podem ser considerados como “termos centrais” em salas de aula na atualidade. O que pode ter mudado nos últimos dez anos nas percepções que fazemos dos outros?

Palavras-chave: Impressão; Avaliação de Professor; Termos Centrais

Nível do trabalho: IC

Área de pesquisa: Psicologia Social

MASTURBAÇÃO FEMININA: DIFERENÇA DE ATITUDE ENTRE MULHERES SOLTEIRAS E CASADAS. *Aymara Fernandez Escobar**, *Isa Kaplan Vieira**, *Juliana Siqueira de Lara**, *Luciana Pucci Santos**, *Renata Rodrigues Carbonel** e *Sara Silva Fereira** e *Cláudio Cavas (Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ).*

O presente estudo buscou investigar se existe diferença entre a atitude de mulheres solteiras e casadas frente ao tema da masturbação feminina. Há muito tempo, as mulheres vêm deixando a imagem cristalizada de submissas, sem grande valor, dependentes do homem e circunscritas a exercerem o papel de dona-de-casa, mãe e esposa. As mudanças graduais deste pensamento foram ocorrendo por uma série de razões que incluem, principalmente, a maior liberdade para se discutir e aceitar a sexualidade da mulher. O tema masturbação feminina, foco desta pesquisa, sofreu através da história uma série de recriminações morais e religiosas, instaurando-se muitas vezes como um tabu na sociedade. Percebeu-se através da revisão de literatura que muitas das idéias falsas e errôneas, fora da realidade, que foram sendo construídas sobre o tema masturbação feminina, poderiam ser encontradas nas atitudes de mulheres nos dias de hoje. Pesquisas inseridas em uma tentativa ampla de medir diversos aspectos da sexualidade dos indivíduos revelaram ainda que a variável “estado civil” causaria diferenças significativas na atitude das mulheres, entretanto, por não abordarem unicamente o tema da masturbação feminina deixaram uma lacuna na no que se refere a este tema. Participaram desta pesquisa 123 mulheres, sendo que 63 eram casadas e 60 eram solteiras, todas com idade entre 25 e 35 anos, universitárias e moradoras do estado do Rio de Janeiro. Como instrumento foi elaborado um questionário que continha 26 afirmativas, seguidas das seguintes opções de resposta: Concordo, Indiferente e Discordo. Tais afirmativas estavam referidas categoricamente aos componentes da atitude: aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais. Os sujeitos foram abordados em instituições de ensino superior e possuíam autonomia para responder sozinhos e com o tempo de resposta livre. A análise estatística para verificar se havia diferença entre as atitudes foi realizada com auxílio do pacote estatístico *Bioestat IV* e foram utilizados a prova do Qui-Quadrado e Teste G ao nível de significância de 0.05. Os resultados encontrados apontam para uma atitude favorável em relação à masturbação feminina em ambos os grupos estudados, tanto solteiras quanto casadas, não revelando uma diferença significativa estatisticamente. Entretanto, a análise qualitativa dos dados, para cada afirmativa e respectivas categorias, apontou que as solteiras têm atitudes mais favoráveis ao tema do que as casadas. De forma geral constatou-se um posicionamento mais favorável à aceitação e discussão da masturbação como um dos importantes aspectos da sexualidade feminina, sobre o qual as mulheres estão mais atentas, deixando idéias falsas e errôneas construídas culturalmente, assim como aumentando sua percepção em relação a sua conduta sexual, que é essencial tanto fisicamente quanto emocionalmente. Sugere-se futuros estudos que abordem essa mesma temática com o intuito de ampliar a amostra utilizada ou contrastá-la com outras variáveis que podem vir a ser utilizadas.

Palavras-chave: masturbação feminina; mulheres; atitudes.

Nível do Trabalho: IC

Área de Pesquisa: Psicologia Social

CRENÇAS DE MULHERES DE 20 A 30 ANOS DIANTE DO MERCADO DE TRABALHO E DA PERSPECTIVA DE SER MÃE. *Andréa Yaghdjian** , *Karen Treiger**, *Luciana Macedo Matos**, *Pedro Barros**, *Priscila do Nascimento Marques**, *Sabrina Esther Dias Tabac** e *Angela Donato Oliva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ)*

As mulheres se fazem cada vez mais presentes no mercado de trabalho; com ótimos desempenhos, em virtude da boa qualificação a que hoje têm acesso. Nesta sociedade cada vez mais competitiva, ter muitos filhos se torna uma desvantagem para a mulher e ter poucos filhos ou só um representa um desafio, visto que conciliar vida profissional e criação dos filhos nem sempre é fácil. Um dos pontos que embasam o presente estudo é a crescente participação da mulher no mercado de trabalho aliado à necessidade de conciliar vida profissional e cuidado com os filhos. Estudos anteriores mostraram a existência de um impacto negativo da maternidade sobre a participação da mulher no mercado de trabalho. A partir dos anos 50 um menor número de filhos estaria relacionado a um maior engajamento no mercado de trabalho. A hipótese subjacente a este trabalho foi a de que haveria crenças diferentes sobre a maternidade entre mulheres que trabalham fora e as que não trabalham fora de casa. O objetivo dessa pesquisa foi mapear inicialmente como é a visão, tanto de mulheres que trabalham fora como as que não trabalham fora, que desenvolvem em relação ao acúmulo de papéis sociais, o de ser mãe e profissional bem-sucedida. Como seria para as mulheres equacionar a maternidade e o engajamento no mercado de trabalho. Participaram dessa pesquisa 90 mulheres com idade entre 20 e 30 anos moradoras da cidade do Rio de Janeiro. As participantes foram divididas em dois grupos contendo 45 pessoas cada, sendo que um grupo era composto por mulheres que não trabalham fora e o outro por mulheres que trabalham fora. Foi utilizado um questionário fechado com 14 perguntas. Nos resultados inicialmente analisados o Qui-quadrado apontou para uma diferença não significativa entre os grupos de mulheres. Foi feita uma correlação Phi com a idade, renda familiar e escolaridade. Os resultados apontaram uma correlação significativa ($p < 0,05$) entre as variáveis idade e escolaridade e o cuidado dos filhos. Em relação à questão se abririam mão da vida profissional para se dedicarem aos filhos, as mães mais jovens não largariam a vida profissional. O mesmo ocorreu para as mães cuja escolaridade era de nível superior. Os resultados não foram significativos para a variável número de filhos. Outro resultado indicou diferença significativa para as mães com baixa renda que disseram que não abririam mão de sua profissão. Pode-se concluir-se que para essa amostra a idade, a escolaridade interferem na permanência e no investimento da carreira profissional. Em outra direção, mulheres de baixa renda não parecem ter escolha em relação à vida profissional e dedicação à maternidade. Precisam trabalhar, pois contribuem significativamente para o sustento da casa e dos filhos.

Palavras-chave: Mulheres, Maternidade, Mercado de Trabalho

IC

SOCIAL

ESTEREÓTIPOS DOS ALUNOS DE PSICOLOGIA: UM ESTUDO REVISITADO. *Giulia Drummond Battesini**, *Nathália Ramos Pereira**, *Marcelo Duffles Mello**, *Paula Rubea Bretanha Mendonça Vieira**, *Sílvia Nunes Ribeiro Maia** e *Angela Donato Oliva.* (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ)

Estudos de psicologia social revelam a grande frequência da formação de estereótipos. Os estereótipos são a base cognitiva do preconceito, apesar de frequentemente serem apenas um meio de simplificar a visão do mundo, numa tentativa de auto-preservação. Eles são crenças compartilhadas acerca de atributos ou comportamentos costumeiros de indivíduos ou grupos sociais. As crenças são fortemente influenciadas pelos contextos e estes parecem mudar rapidamente auxiliados por tecnologias e por alterações de valores e papéis sociais. Em virtude disso, o presente trabalho buscou avaliar se o estereótipo que havia sido identificado em um estudo anterior, há mais de dez anos, sofreu modificações. No estudo anterior, o resultado apontava para a existência de um estereótipo predominantemente positivo em relação aos estudantes de psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Como atualmente os alunos de psicologia apontam para uma formação menos rigorosa e tecem críticas ao curso, é possível pensar em alterações nesse estereótipo feitas pelos alunos que cursam a faculdade de psicologia. A hipótese subjacente a este trabalho foi a de que para os alunos de psicologia o estereótipo não seria positivo, ao passo que os alunos não estudantes de psicologia expressariam um estereótipo positivo. O objetivo dessa pesquisa, portanto, foi mapear como estudantes universitários do curso de psicologia se auto-avaliam e comparar com a avaliação de alunos da área de ciências humanas em relação ao estereótipo que fazem sobre os estudantes de psicologia do Campus da Praia Vermelha da UFRJ. Participaram desta pesquisa 50 alunos de psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e 50 alunos de cursos da Área de Ciências Humanas, tais como Serviço Social, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação, Educação e Administração, não havendo restrições quanto ao sexo, a idade e ao período cursado. A testagem foi individual. Foi apresentado aos participantes um questionário já validado composto por 89 adjetivos. Os alunos deveriam escolher 10 itens que julgassem melhor representar as características dos estudantes de Psicologia. No instrumento utilizado 30 itens tinham conotação positiva, 53 apresentavam conotação negativa e seis encerravam conotação neutra. Para comparar se o estereótipo dos alunos de Psicologia era mais negativo que aquele dos demais cursos, foi calculado o escore dos adjetivos positivos de cada grupo e comparada as médias dos grupos utilizando o teste t. Os resultados não indicaram diferenças significativas entre os dois grupos. O estudo atual corroborou os resultados encontrados anteriormente. Pode-se concluir, portanto, que não há diferenças no estereótipo de alunos de psicologia e de alunos de outras áreas em relação aos estudantes de psicologia. Ambos classificaram como sendo positivo o estereótipo dos alunos de psicologia. O ingresso no curso de psicologia não parece interferir na imagem que se tem sobre aqueles que estudam psicologia.

Palavras-chave: Estereótipo, Alunos de Psicologia, Crenças Sociais

IC

SOCIAL

CRENÇAS DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA. *Helmuth Ricardo Krüger, Anderson Medeiros Valente* e Diego de Almeida Macedo* (Centro de Ciências da Saúde da Universidade Católica de Petrópolis, Rio de Janeiro)*

Crenças são declarações baseadas na experiência pessoal. Essa experiência pode ter origem na percepção, portanto, na sensibilidade, ou na própria cognição, como seria o caso do pensamento e da imaginação. Trata-se de representações simbólicas, que podem ser expressas e tornadas públicas através da linguagem oral. De modo geral, tais representações articulam-se, organizando-se sob a forma de sistemas de crenças, assumindo estruturas específicas, de acordo com a natureza de seu conteúdo e dos atributos psicológicos da pessoa que as configura. Na pesquisa psicológica das crenças, destacam-se os temas da influência exercida por sistemas de crenças na cognição social, na composição da escala de valores, na formação de valores, no estabelecimento de preconceitos, na tomada de decisão e na conduta social. Justificando-se, desta forma, a pesquisa empírica orientada no sentido da investigação da origem e formação de sistemas de crenças. Nesta perspectiva, foi realizado um levantamento de crenças de estudantes de um Curso de Psicologia de uma Universidade confessional do Estado do Rio de Janeiro. Tendo em vista o interesse descritivo da pesquisa, foi elaborado um instrumento de coleta de dados bastante simples, no qual o participante seria solicitado a escrever suas 10 principais crenças, classificando-as de acordo com a importância a elas atribuída. Foram três os níveis de importância considerados: crenças muito importantes, crenças de média importância e crenças de menor importância. Entretanto, no tratamento e na interpretação dos dados da pesquisa, só foram consideradas as crenças avaliadas como muito importantes. Participaram da pesquisa 103 estudantes, selecionados aleatoriamente, dos 3º, 4º, 6º e 7º períodos do referido Curso. Foi proposital a escolha de estudantes desses períodos, pois, desejava-se realizar uma comparação dos dados obtidos junto a estudantes que se encontram na etapa final da formação básica (3º e 4º períodos), com os dados de estudantes que iniciam sua formação profissional (6º e 7º períodos). Na apuração dos dados, foram consideradas as cinco crenças mais proeminentes referidas por estudantes em cada um dos períodos do Curso. Nos cálculos gerais, incluindo as informações de todos os participantes, foram destacadas as seguintes crenças: Deus (67,96%), família (45,63%), emoção/sentimento (45,63%), educação/conhecimento (33,01%) e profissão (12,63%). Comparativamente, considerando, portanto, os dados obtidos nos quatro períodos, foram observados os seguintes resultados: as crenças em Deus e na família mantiveram-se estáveis; as crenças acerca da importância das emoções/sentimentos e da profissão obtiveram progressivamente maior aceitação ao longo dos períodos; e, a crença na educação apresentou oscilações, na comparação dos períodos. A importância concedida às crenças identificadas através da pesquisa talvez decorra da orientação confessional da Universidade. Neste sentido, sugere-se uma comparação interinstitucional, selecionando-se, nessa futura possibilidade de pesquisa, estudantes de universidades leigas, públicas e privadas.

Apoio financeiro: Bolsa de IC do CNPq

Palavras-chave: Crença, sistema de crenças, cognição

Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação)

Código da área: SOCIAL

RESPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O DISCURSO DAS PROFESSORAS SOBRE O SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO INFANTIL. *Filipe Silva Castro**, *Gercino José Neto**, *Lorena Candelori Vidal**, *Maristela de Souza Pereira*, *Táisa Resende Sousa** e *Tassiana Machado Quagliatto** (Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia/MG).

O presente trabalho visou investigar representações sociais de professoras da Educação Infantil da rede pública de Ensino de Uberlândia-MG, a respeito do seu papel social. Realizou-se um estudo qualitativo de caráter exploratório, através de entrevistas semiestruturadas com dez professoras que lecionam para crianças de três a seis anos. Os dados foram interpretados a partir da análise de conteúdo temática, podendo-se fazer algumas considerações sobre: a visão do papel de professora, percebido pelos alunos e por si própria; a influência sobre os discentes; a valorização de seu papel social e profissional, a motivação para a atuação e o impacto em sua atividade dos recursos materiais disponíveis. Os resultados indicam que a Representação Social que as professoras têm do seu papel é abrangente, pois envolve diversos fatores. O primeiro a ser considerado é que as professoras acreditam que o seu trabalho é desvalorizado, e atribuem a isto algumas causas como: baixos salários, políticas públicas e o fato do mesmo ser visto como inferior a outras atividades laborais, além de considerarem que a própria classe tende a desvalorizá-lo. Outro fator aponta que as professoras investigadas percebem-se como fonte de influência sobre os alunos, acreditando serem modelo e referência que as crianças buscam seguir. Assim, elas podem influenciar também, em diversos âmbitos, a própria maneira destas se comportarem no meio social. Foi identificado, além disto, que as professoras se veem como um agente importante para a passagem de conhecimentos e para a construção da criança, enquanto indivíduo. Esse foi um dos aspectos apontados como motivador para continuarem com seu trabalho, estando relacionado ainda com a questão da realização pessoal. Apesar da desvalorização social presente, as professoras dizem gostar do que fazem e estar engajadas e comprometidas com a educação. Outro ponto importante refere-se à visão que estas têm de si mesmas, principalmente no aspecto afetivo. Elas entendem que precisam agir de forma afetiva, sendo tal ação uma aliada do processo educacional. Último fator a ser considerado foi a afirmação das entrevistadas de que mesmo na ausência de recursos materiais, elas devem estar preparadas para executar um bom trabalho, considerando os recursos como fonte de apoio, mas não determinante para o seu desempenho. Concluiu-se que apesar de as professoras relatarem aspectos de desvalorização social e falta de recursos, estas profissionais continuam desempenhando sua atividade por considerar interessante, envolvente ou satisfatória, ou ainda, por acreditarem ser uma forte fonte de influência para os alunos. A partir dos resultados e discussões do trabalho, foi constatado que este estudo levantou muitas questões para além das formuladas inicialmente pelos pesquisadores, uma vez que vários são os olhares possíveis sobre a dinâmica e as relações estabelecidas no contexto escolar, seja pelo sujeito consigo mesmo, com o trabalho e com o mundo social.

Palavras-chave: Representações Sociais; Professores da Educação Infantil; Papel Social. Outro

SOCIAL

PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA TEORIA SOBRE IDENTIDADE EM PSICOLOGIA NA CULTURA NORTE-AMERICANA. *Alberto Medeiros** (Laboratório de Avaliação das Diferenças Individuais – LADI / Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG), *Ana Carolina Teixeira Santos** e *Hudson Golino** (Laboratório de Investigação da Arquitetura Cognitiva – LaiCo / Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG).

O presente trabalho propõe uma revisão histórica parcial sobre os estudos da identidade ao longo de cem anos de psicologia americana, questionando se realmente houve transformações históricas, buscando compreender a atual concepção vigente nos dias atuais. Os estudos sobre identidade perderam sua força na psicologia com a dominação do behaviorismo americano. Anteriormente, com a escola pragmático-funcionalista, havia uma maior atribuição de importância a estes estudos, com William James governando pesquisas filosóficas sobre o tema. Após sua morte muitas de suas contribuições caem no esquecimento e inicia-se uma era de transformações nos estudos psicológicos. A partir de 1965, ressurgem as questões psicológicas acompanhadas das filosóficas. Baldwin promoveu uma elaboração e revisão sobre as noções de James sobre a identidade e observou que o desenvolvimento da identidade é resultante da dialética entre a criança e o social. Posteriormente, ele vai influenciar Cooley que, como James, “rejeita a noção de um ego puro – substantivo ou metafísico”. Mead surge com uma nova concepção na historiografia da identidade. Ela irá formar novas relações entre mente, identidade e sociedade, acreditando que o homem não nasce com uma identidade e que ela é fruto do intercâmbio social. Desse modo, descreve as ações simbólicas como meios essenciais à criação e manutenção das identidades e sociedade. Segundo Mead, a unidade da identidade é resultado do outro generalizado, através do outro o indivíduo pode ver a si mesmo. Graças a Mead, as teorias de James surgem na sociologia como semente para o desenvolvimento do interacionismo simbólico e para a teoria do papel. Outra concepção de identidade surge nos estudos psicanalíticos de Freud. Devido ao período de conturbação política e autoritarismo, pode-se observar a influência deste meio nas concepções freudianas da identidade. Freud acredita que a relação entre indivíduo e sociedade é de inimizade, existindo grande incongruência entre os desejos do indivíduo e as pressões exercidas pela sociedade. O indivíduo, diante de suas renúncias, passa a trabalhar a culpa, e através desta ação ele contribui para o desenvolvimento da sociedade. As concepções criadas por Freud são opostas àquelas criadas por Mead. Como meio termo a ambos, identifica-se a Psiquiatria Interpessoal de Sullivan. Sullivan possui grande afinidade com a linha teórica correspondente a de James e a de Mead. Muitos de seus escritos estão de acordo com as concepções de Mead. Sua importância para a pesquisa da identidade dá-se através de sua concepção sobre a ansiedade como um mecanismo de criação de uma ilusão de individualidade pessoal.

Palavras-chave: identidade, representações sociais, psicologia social norte-americana.

Nível do trabalho: Graduação.

Código: SOCIAL

TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONCEITO(S), LEGISLAÇÃO, FATORES EXPLICATIVOS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO IDENTIFICADOS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA EM PERIÓDICOS EM PSICOLOGIA (1990-2008). *Antonielli Jatobá Bezerra Tinoco (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)*

Este trabalho é resultado de um levantamento da produção bibliográfica sobre trabalho infantil nos periódicos de Psicologia, veiculados através do SCIELO, no período de 1990 a 2008, em língua portuguesa. A partir dos indexadores trabalho infantil, trabalho infantil produtivo, trabalho precoce, trabalho infantil agrícola, trabalho infantil na rua, trabalho de crianças e adolescentes, trabalho infanto-juvenil, rua, trabalho informal, criança e trabalho e posterior leitura dos resumos dos trabalhos identificados, chegou-se a um total de 53 artigos. Esse número justifica-se uma vez que foram selecionados artigos que contemplassem o objetivo da pesquisa, qual seja, identificar, nas produções em Psicologia sobre o tema, dentre outras questões, os conceitos de trabalho infantil com os quais os autores trabalham, os fatores explicativos para inserção de crianças nessa condição, o histórico da legislação, internacional e nacional e as propostas de intervenção governamentais ou não governamentais. Em relação ao primeiro aspecto, os conceitos contemplam, total ou parcialmente, critérios diferenciados como: faixa etária, condição social, remuneração ou ganho indireto com a atividade, regularidade ou não da atividade, fatores de risco associados às atividades. Vários fatores são apontados pela bibliografia como explicativos dessa condição, dentre os quais destacamos a pobreza e a necessidade de sobrevivência da família com a contribuição da renda resultante do trabalho da criança; a baixa escolarização dos pais; a pouca atratividade da escola; a estagnação econômica, principalmente em países em desenvolvimento; a inatividade do poder público e a valorização do trabalho, enraizada em nossa cultura. Poucas referências são feitas às consequências para o desenvolvimento bio-psico-social da criança. A legislação que comparece nessas produções gira em torno das principais Resoluções ou tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Em nível nacional, destacamos a oscilação entre a aceitação e até incentivo da inserção da mão-de-obra infantil e a proibição total dessa inserção, configurada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa variação, certamente, além de estar vinculada a questões estruturais, econômicas e culturais, carrega determinadas concepções de infância que foram construídas, elas próprias, enquanto justificativas da aceitação ou não da criança em condição de trabalho. Por fim, as propostas de intervenção primam por retirar a criança da situação de trabalho e inseri-la em contextos de escolarização e/ou de atividades culturais, aliados à complementação da renda familiar, principalmente através de programas do governo federal. A relação entre essas questões e as possibilidades de reflexão e atuação da Psicologia é que fica em aberto, uma vez que seu comparecimento é mínimo nos artigos acessados.

SOC

REVISANDO A LITERATURA SOBRE O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: EM BUSCA DE CONCEPÇÕES SOBRE INFÂNCIA(S). *Lia da Rocha Lordelo** e Antonio Marcos Chaves (Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia – Salvador, BA)*

A utilização da infância como mão-de-obra produtiva possui profundas raízes históricas; isso parece se ligar, em certo sentido, à fundação do próprio conceito moderno de infância. Isso significa que os estudos e pesquisas que têm se destinado a investigar crianças e adolescentes trabalhadores, as condições determinantes e os impactos do trabalho na vida desses jovens precisam considerar que, em alguma instância, a ideia do trabalho infantil não exatamente é um problema, mas *tornou-se* um problema a partir de certo momento e por determinadas condições. Este trabalho, parte de uma pesquisa que investiga significados de trabalho para crianças trabalhadoras e não-trabalhadoras, tem o objetivo de traçar um breve panorama da produção científica sobre o trabalho infanto-juvenil no Brasil nos últimos quinze anos. Ao investigarmos a literatura sobre a temática, um dos aspectos que tivemos em mente foi exatamente tentar encontrar, nos artigos e pesquisas, possíveis concepções de infância e perspectivas que coloquem em evidência precisamente a infância que esteve em foco no estudo. Os principais pontos de reflexão levantados foram: a diversidade de áreas e disciplinas que abordam o trabalho infanto-juvenil no Brasil, refletindo o caráter complexo e multifatorial do problema; uma pouca teorização, nos artigos, acerca do que se compreende por infância, sendo da Sociologia e da Psicologia as principais exceções a esse aspecto; ainda nessas duas áreas, notou-se maior preocupação na realização de estudos de orientação mais qualitativa e interrogadora do ponto-de-vista das crianças, adolescentes trabalhadores, seus pais, professores etc., ou seja, dos atores sociais diretamente envolvidos na situação, o que consideramos fundamental para uma melhor compreensão do trabalho infanto-juvenil. Percebeu-se, ainda, por parte de artigos no campo das Ciências Sociais, uma preocupação com um recorte de gênero, chamando a atenção para o trabalho muitas vezes invisível e socialmente legitimado de meninas crianças e adolescentes; outro ponto que emergiu foi o claro direcionamento das pesquisas a uma infância especificamente pobre, o que indica que possíveis formas de atividade laboral de crianças e adolescentes pertencentes a um status sócio-econômico privilegiado são, quando não ignoradas, socialmente legitimadas pelas pessoas envolvidas na situação em questão. Por fim, buscando os artigos que propunham uma reflexão crítica e relativização da concepção de infância, notou-se uma certa distância entre o nível teórico e o empírico: isto aconteceu quando alguns estudos defendiam teoricamente a ideia de infâncias possíveis e, no nível da pesquisa empírica e de enfrentamento dos problemas sociais, voltavam a uma ideia mais tradicional do que vem a ser a criança – retratando e defendendo UMA infância específica, e não muitas. Concluindo, a literatura sobre a infância e a juventude trabalhadoras aponta, assim, para a necessidade de um olhar crítico acerca desta faixa etária; torna-se necessário, para compreender mesmo um problema social complexo como o trabalho infanto-juvenil, estudar os modos de subjetivação na infância, ou seja, estudar, do ponto-de-vista das crianças, o significado que elas próprias dão a suas experiências; justamente pela possibilidade de desconstruir a infância, tal como a percebemos.

Apoio Financeiro CAPES

Palavras-chave: trabalho infanto-juvenil, infância, significado

Doutorado –D

SOCIAL Psicologia Social

MUDANÇA DE CURSO E PROFISSÃO: UMA PESQUISA ALIADA À VIVÊNCIA
*Valquiria Maria Gonçalves**, *Lucas Costa Germano**, *Tháisa Mara de Carvalho**, *Thalita Carla Antonioli**, *Thamires de Fátima Miranda**, *Vanessa Peter Signorini** e *Vivian Nagami**
(Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR)

Mudanças no âmbito profissional, desde a escolha do curso de graduação até a não atuação na área profissional escolhida, podem ser experienciadas de diferentes formas pelas pessoas e podem ser percebidas tanto como negativas, quanto positivas. Dessa forma, propôs-se neste estudo analisar as razões que levam as pessoas com nível superior a optar por mudanças na carreira profissional, bem como durante o curso de graduação. Buscou-se também compreender por quais motivos a opção pela mudança geralmente é tão difícil. Para isso, a partir de conversas informais sobre o tema, que aconteceram principalmente em bares e lanchonetes da cidade de Londrina - PR e nas cantinas da Universidade Estadual de Londrina, foram escolhidas pessoas para participarem da pesquisa de forma mais central, a fim de dar mais visibilidade à maneira como as pessoas lidam com tais mudanças. Por convite informal, foram escolhidas quatro pessoas para a realização de uma entrevista individual do tipo narrativa, sendo estas, três estudantes universitários, que já mudaram seu curso de graduação, sendo dois do sexo masculino e um do sexo feminino, e um profissional que não atua na área para a qual se formou, do sexo masculino. Depois de analisada, a entrevista foi mostrada ao entrevistado para que este confirmasse se a análise feita estava condizente com sua realidade, podendo alterar ou acrescentar informações. Essa metodologia foi utilizada para preservar ao máximo o ponto de vista dos entrevistados durante todo o processo de construção do estudo. Além disso, possibilitou maior interação entre pesquisador e entrevistado, sendo assim, através das conexões com o outro que a produção e difusão do conhecimento foram viabilizadas. Com a realização deste trabalho foi possível identificar que o processo de mudança é normal e que todos, em algum momento da vida, vão vivenciar esse processo, seja no âmbito profissional, abordado neste trabalho, ou em outros aspectos da vida. No entanto, parece haver no discurso das pessoas uma espécie de dever de se fazer escolhas profissionais e de estas serem tomadas como definitivas, sem que se possa fazer novas opções durante a vida; como se fossem únicas, irreversíveis. Verificou-se, também, algumas forças que influenciam este processo de mudança e pensamento a respeito das escolhas, como: a opinião familiar e de amigos, a questão financeira vinculada à diferença de gêneros, a desinformação quanto ao curso ou profissão e a perda de tempo entre uma mudança e outra. Constatou-se que as forças, embora apareçam em mais de um relato, geram um efeito singular em cada pessoa e mostram uma mistura dos dispositivos disciplinares e de controle e o envolvimento destes no processo de mudança.

Palavras-chave: Escolha profissional, mudança profissional, dispositivos disciplinares e de controle.

Projeto de pesquisa apresentado como requisito da disciplina de Psicologia Social.

Código da área: SOCIAL

COMPORTAMENTO SEXUAL E PREVENÇÃO DA AIDS ENTRE UNIVERSITÁRIOS. *Marilia Ferreira Dela Coleta, Eduardo Oliveira Santos*, Júnia Cristina Teixeira* e Aline Alves de Sousa* (Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG)*

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) é uma doença responsável por uma alta incidência de óbitos no mundo todo, constituindo um dos mais graves problemas de saúde pública a nível mundial. Mesmo depois de vários anos de informação na mídia, a contaminação através do ato sexual continua ocorrendo. Este estudo pretendeu verificar a frequência da utilização do preservativo masculino e da adoção de outros comportamentos de prevenção da AIDS, bem como a relação destes comportamentos com variáveis biográficas, locus de controle da saúde, crenças sobre saúde, tomada de risco e questões referentes à AIDS. A amostra foi composta por universitários solteiros, de orientação heterossexual e com experiência sexual, todos graduandos da Universidade Federal de Uberlândia, de cursos de áreas não biomédicas. Participaram 94 estudantes, com média de idade de 20,52 anos, sendo 26 do sexo masculino e 68 do feminino. O instrumento empregado na coleta de dados foi uma adaptação do “Questionário sobre AIDS” utilizado em estudos anteriores realizados em 1992 e 2004, e composto de questões fechadas e de escalas para a medida das variáveis do estudo. A partir da autorização da instituição, os estudantes responderam o questionário voluntariamente, em salas de aulas cedidas pelos professores. Os dados foram codificados e tratados estatisticamente utilizando-se o programa SPSS for Windows, versão 16. A análise dos dados descritivos mostrou que 52,1% tinham um parceiro sexual fixo e 8,5% tinham mais de um parceiro; a maioria era proveniente de cidades de porte médio (53,2%) e de grandes cidades ou capital (23,6%). Das 94 pessoas entrevistadas, a maior parte (51,1%) afirmou ter várias relações sexuais em um mês; 32% sempre usaram o preservativo e 36% o usaram na maioria das vezes nas relações. Em uma escala analógica bipolar numerada de 1 a 10, o preservativo foi percebido pela amostra como altamente necessário ($M= 8,8$) e importante ($M= 9,2$), mas também desconfortável e desagradável para o homem, além de dificultar a intimidade e a satisfação (valores abaixo do ponto médio); em média a amostra tem 83% de intenção de usar o preservativo na próxima relação, mas não havendo preservativos, a probabilidade de ter relações não seguras é de 45%. Esta probabilidade é maior quanto maior for a frequência das relações ($r=0,46$; $p<0,001$), quanto menor for o número de relações anteriores usando preservativo ($r=0,45$; $p<0,001$), quanto mais o preservativo é desconfortável para o homem ($r=0,30$; $p<0,01$), quanto menos grave a pessoa avalia a doença ($r=-0,29$; $p<0,01$) e quanto menos ela se preocupa em contaminar-se ($r=-0,26$; $p<0,01$). Uma análise de regressão múltipla indicou que estas variáveis explicam 38% da variância do comportamento sexual não seguro. O locus de controle da saúde e a tomada de risco não se relacionaram aos comportamentos sexuais. Conclui-se que as atitudes com relação ao preservativo foram mais positivas neste estudo do que em pesquisas anteriores semelhantes, indicando mudança atitudinal quanto ao sexo seguro, porém a utilização do preservativo ainda permanece inconstante.

Palavras-chave: AIDS, preservativo, universitários

Nível: IC

Área: SOCIAL

PRECONCEITO E ORIENTAÇÃO SEXUAL HOMOAFETIVA: A RELAÇÃO ENTRE O ENFRENTAMENTO E A ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE. *André Faro Santos*** e *Sheyla Christine Santos Fernandes* ** (Doutorado em Psicologia Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA).

O estresse ocorre em situações que excedem os recursos pessoais para lidar com eventos externos e/ou internos, ou mesmo que sobrecarreguem a capacidade adaptativa dos indivíduos. Para fazer frente ao estresse, as pessoas mobilizam recursos cognitivos e/ou sociais para tentar minimizar o impacto do estressor, dentre os quais podem ser citados dois tipos: as estratégias de enfrentamento e a atribuição de causalidade. As estratégias de enfrentamento correspondem às ações, comportamentos e/ou pensamentos que são usados para lidar com um conjunto de estressores, visando-se a redução ou mesmo a extinção do estímulo estressógeno. Dentro da teoria da atribuição de causalidade, o *locus* de controle faz referência ao fato que as pessoas tendem a se utilizar de causas externas ou internas para explicar os acontecimentos que ocorrem consigo cotidianamente. Na temática do estresse, a análise das estratégias de enfrentamento e do *locus* de controle permitem investigar como os indivíduos enfrentam situações estressoras, como por exemplo, o preconceito. O preconceito sexual é conceituado como atitudes negativas e comportamentos de intolerância direcionados aos indivíduos, ou assuntos ligados a esses, em virtude de sua orientação sexual diversa da norma heterossexual. No que se refere a essa diversidade, a orientação sexual homoafetiva é entendida como a direção do desejo e/ou identidade sexual para com pessoas do mesmo sexo ou de ambos os sexos. Sobre o estresse e o preconceito sexual, estudos mostram que indivíduos expostos a situações freqüentes de discriminação podem desenvolver altos níveis de estresse. Logo, as pessoas com orientação sexual homoafetiva, em virtude da não heterossexualidade, podem ser consideradas como possíveis focos de vulnerabilidade ante essa problemática. Dado o exposto, esta pesquisa objetivou identificar os tipos de enfrentamento da discriminação mais utilizados por pessoas de orientação sexual homoafetiva, frente a situações de preconceito sexual, além de verificar a adesão ao tipo de *locus* de controle utilizado para explicar os acontecimentos de suas vidas e, por fim, analisar as relações entre modos de enfrentamento e *locus* de controle. Participaram da pesquisa 31 pessoas de orientação sexual homoafetiva residentes em Aracaju (SE). Realizou-se a coleta através da Escala de Modos de Enfrentamento de Problemas (EMEP) e uma escala de *Locus* de Controle. As principais estratégias de enfrentamento utilizadas foram o foco no problema ($M=3,56$; $DP=.68$) e o suporte social ($M=3,54$; $DP=.71$), seguindo-se da busca pela religiosidade ($M=3,21$; $DP=.79$) e o foco na emoção ($M=2,76$; $DP=.77$). O *locus* de controle interno predominou como explicação da causalidade ($M=4,26$; $DP=.47$), em detrimento ao *locus* externo ($M=2,69$; $DP=.84$). Além disso, o *locus* interno apresentou correlação positiva com o foco no problema ($r=.568$; $p<.01$) e o suporte social ($r=.501$; $p<.05$), enquanto que o *locus* externo correlacionou-se positivamente com o foco na emoção ($r=.544$; $p<.01$) e busca pela religiosidade ($r=.434$; $p<.05$). Enfim, os achados permitem considerar que as estratégias de enfrentamento e o *locus* de controle são variáveis que apresentam importantes associações, sendo pertinente utilizá-las no estudo do preconceito e da discriminação sexual, tendo em vista que são construtos essenciais na determinação da tomada de decisão e escolhas comportamentais.

¹Bolsista de Doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Palavras-Chave: Estratégias de Enfrentamento; Preconceito Sexual; *Locus* de Controle.

Nível do Trabalho: P

Código: SOCIAL

A DISTRIBUIÇÃO SOCIAL DO ESTRESSE: ANÁLISE SOBRE RACISMO E SAÚDE. *André Faro Santos** e Marcos Emanuel Pereira (Doutorado em Psicologia Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA).*

Iniquidades em saúde existem globalmente, porém, peculiaridades da estruturação social tendem a revelar as diferentes facetas para a desigualdade. Por menos desejável que isto seja, a iniquidade parece ser uma característica marcante em sociedades pautadas na racialização das relações sociais, nas quais a cor da pele geralmente surge associada à segregação de minorias e à discrepância no acesso aos recursos necessários para o desenvolvimento humano. Nos estudos sobre as iniquidades em saúde, as disparidades em relação ao critério raça parecem ser consenso quanto ao seu papel crucial na compreensão do processo saúde-doença dos diversos estratos sociais. Como se constata a partir da literatura, as minorias raciais são alvos mais frequentes de fatores estressores dos mais variados tipos (biológicos, psicológicos e sociais), o que impacta negativamente através da produção de um pior perfil de saúde, quando comparados aos grupos majoritários. Diante disso, o presente trabalho explorou os conceitos de raça e racismo, delimitando particularidades quanto ao perfil de saúde de indivíduos ou grupos submetidos à discriminação ou preconceito racial. Igualmente importante, pretendeu-se levantar evidências da relação entre racismo e saúde a partir dos estudos sobre o estresse. Concebe-se a desigualdade social como um poderoso fator na causação de iniquidades em saúde, o que fomenta disparidades em relação à prevalência de estresse. Conceitualmente, o termo desigualdade social significa a ocupação de diferentes posições na estrutura social e, por consequência, na variabilidade do privilégio de acesso a bens e serviços com disponibilidade limitada no meio social. A falta de equidade, ou iniquidade, como o fenômeno é comumente denominado na literatura social, refere-se às desigualdades sociais que são consideradas como inaceitáveis ou ainda muito amplas e, no que tange ao tema saúde, incorre em distintos padrões de vulnerabilização ao adoecimento e chance de morte, a depender do grupo social que se enfatize. Sendo a discriminação racial um elemento criador e mantenedor de estressores no âmbito das relações sociais, entende-se que o racismo cria limitações fundamentais na vida dos indivíduos, implicando em maiores ameaças contingentes e afetando o seu senso de integridade individual. A discriminação racial atua como fator restritivo ao acesso a importantes recursos como educação, saúde, ocupação e habitação, isto por meio da segregação institucionalizada, além do que também impacta diretamente sobre a autocategorização, por pertencer a um grupo desprivilegiado socialmente. Logo, pesquisadores sobre a temática afirmam que são objetivas as evidências de que a discriminação reduz o campo de desenvolvimento do indivíduo, modulando significativamente a sua saúde física e psicológica, variações essas que são intimamente associadas à distribuição social do estresse. De modo especial para a presente investigação, pelo fato da raça negra estar relacionada a diversos outros aspectos sociais na sociedade brasileira, tais como a pobreza e as disparidades em saúde, a análise das diferenças segundo a raça se mostra como ponto de crucial no delineamento de inúmeros estudos. Enfim, o presente trabalho procurou sistematizar o conhecimento acerca das relações entre raça e saúde, investigando-se o impacto deletério do racismo sob o princípio da distribuição social do estresse.

¹Bolsista de Doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Palavras-Chave: Estresse; Racismo; Saúde.

Nível do Trabalho: P

Código: SOCIAL

ATITUDES EM RELAÇÃO À VIDA E ESCOLARIDADE DOS PAIS COMO ANTECEDENTES DE VALORES DE UNIVERSITÁRIOS. *Melina Borges Martinho Freire**, *André Luiz Alves Rabelo**, *Daniel Barbieri**, *Rebeca Harumi** e *Ronaldo Pilati (Grupo de Pesquisa em Psicologia Social – GEPS, Laboratório de Psicologia Social, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de Brasília, Brasília, DF).*

Valores são metas desejáveis que variam em importância e servem como princípios orientadores da vida de uma pessoa ou uma entidade social/ cultural. De acordo com o principal modelo de valores em psicologia social os valores baseiam-se em objetivos básicos, necessidades universais à existência humana e são divididos em dez tipos motivacionais (Autodeterminação, Estimulação, Hedonismo, Realização, Poder, Segurança, Conformidade, Tradição, Benevolência, Universalismo). A relação entre esses tipos motivacionais é dinâmica e sua estrutura é caracterizada por meio de relações de conflito e compatibilidade. Esse estudo tem como objetivo relacionar os valores dos participantes, os anos de escolaridade de seus pais, sua raça, e atitudes gerais em relação à vida e ao país (*i.e.* opiniões em relação aos meios de comunicação, às experiências sexuais, entre outros). Participaram do estudo 237 alunos de graduação de ambos os sexos, que responderam um questionário contendo o Inventário de Valores Sociais, atitudes em relação a situações pessoais e do país e dados sócio-demográficos. Os dados foram tabulados e analisados por meio de ANOVA e correlação bivariada. Não houve diferenças significativas entre os tipos motivacionais e os anos de escolaridade dos pais. Quanto à raça foram encontradas relações significativas para os valores de Hedonismo [$F(3, 232) = 3,036, p = 0,030$], com maior endosso de brancos; e Universalismo [$F(3, 232) = 2,567, p = 0,055$] e Segurança [$F(3, 232) = 3,106, p = 0,027$], mais endossados por pardos. Quanto às atitudes pessoais e do país houve relação significativa entre: atitude favorável à diminuição de hábitos de consumo e Universalismo ($r = 0,348; p < 0,000$); atitude negativa em relação à permissão de opiniões na mídia e Tradição ($r = 0,278; p < 0,000$); atitude à forma de vida tradicional e Hedonismo ($r = - 0,347; p < 0,000$) e Tradição ($r = 0,227; p < 0,000$); e atitude favorável ao sexo antes do casamento e Hedonismo ($r = 0,393; p < 0,000$) e Tradição ($r = - 0,337; p < 0,000$). Os resultados indicam que pessoas pertencentes a grupos que se categorizam como brancos ressaltaram o valor Hedonismo, o que demonstra uma preocupação maior com necessidades individuais do que grupais; enquanto que os indivíduos que se consideram como pardos priorizam o Universalismo e a Segurança, o que indica necessidades de proteção da humanidade e preservação da própria existência. Percebe-se também que quem considera importante preservar os recursos naturais endossa mais questões concernentes à tolerância e proteção do bem-estar de todas as pessoas e da natureza. Além disso, vale ressaltar a relação de itens de atitude pessoal com dois tipos motivacionais opostos, referentes à importância dada ao prazer pessoal e ao respeito a tradições. Demais implicações são discutidas.

Palavras-Chave: Valores Humanos, raça, atitudes.

IC – Iniciação Científica

SOCIAL

FATORES BIOGRÁFICOS RELACIONADOS À SATISFAÇÃO CONJUGAL.

*Adriana Lima da Silva**, *Alline Alves de Sousa***, *Bruna Rezende Corrêa**, *Camila Campos Curcino Vieira**, *Camila Resende Castro** e *Marília Ferreira Dela Coleta (Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG)*

A satisfação no casamento é uma avaliação baseada na experiência, em geral distinta para cada um dos cônjuges, que resulta da diferença entre as expectativas destes e o modo como percebem a relação conjugal. Este estudo pretendeu avaliar e verificar diferenças quanto ao nível de satisfação conjugal em subgrupos de uma amostra de casais heterossexuais com união civil e correlacionar a satisfação conjugal com dados sócio-biográficos tais como idade, sexo, escolaridade, religião, trabalho, presença de filhos e tempo de casamento. Utilizou-se como instrumento um questionário auto-administrável composto de questões sobre dados pessoais e pela Escala de Satisfação Conjugal de Dela Coleta contendo 24 itens, que abrange diferentes aspectos da vida conjugal, a saber, aspectos emocionais do outro, aspectos estruturais da vida em comum e a interação conjugal. A amostra foi não probabilística e de conveniência, sendo incluídos indivíduos casados ou que viviam maritalmente e que se dispuseram a colaborar. Ao entrar em contato com os participantes a equipe explicava os objetivos do estudo e solicitava o preenchimento do questionário, garantindo o anonimato e a voluntariedade da participação. Os dados coletados foram transcritos para uma planilha do programa de análise estatística SPSS, o qual calculou as frequências, médias e correlações entre o nível de satisfação conjugal e demais variáveis do estudo. Participaram do estudo 99 sujeitos casados por um tempo a partir de um ano até 59 anos ($M=16$), residentes no Triângulo Mineiro, sendo 49 homens e 50 mulheres, com média de idade de 41,79 anos (variando entre 18 e 76 anos), a maioria (82,8%) com 1 ou 2 filhos ($M=1,6$), a maior parte destes (45,5%) com idade entre 18 a 30 anos. A maioria dos sujeitos tem o ensino superior completo (38,4%) ou médio completo (33,3%) e, quanto à religião, o catolicismo foi predominante (64,6%); 74,7% dos entrevistados estão empregados atualmente, sendo grande parte dos participantes constituída de profissionais das ciências gerais (28,2%) ou profissionais de serviços administrativos (22,2%). De acordo com os resultados das correlações de Pearson, foi possível observar que quanto maior o nível de escolaridade dos participantes, menor a quantidade de filhos. No que se refere à satisfação conjugal, observou-se que quanto maior a idade dos sujeitos, o tempo de casamento, a quantidade de filhos, e a permanência destes morando com os pais, menor é a satisfação com a interação conjugal. Esta última ainda apresentou correlação significativa positiva com os demais aspectos da satisfação conjugal avaliados pelo instrumento. As mulheres ($M=10,24$) mostraram-se significativamente mais insatisfeitas que os homens ($M=8,77$) em relação aos aspectos emocionais do outro ($F=5,67$; $p=0,02$). Estes resultados confirmam estudos anteriores com método semelhante e amostras distintas, em que o tempo de casamento, o número de filhos e o gênero diferenciaram os sujeitos quanto à satisfação conjugal.

Palavras-chave: satisfação conjugal, casais, diferença de gênero

Nível: IC

SOCIAL

INTERCÂMBIO CULTURAL PARA ADOLESCENTES: UMA EXPERIÊNCIA INTERCULTURAL E OS PROCESSOS DE IDENTIDADE SOCIAL. *Paola Vargas Barbosa** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS) e Zeidi Araújo Trindade (Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES)*

Diante das modificações que enfrentamos no mundo de hoje, como a globalização, a possibilidade de comunicação mais rápida e diversificada e a facilidade de acesso à informação acerca do mundo, os estudos sobre os processos de construção identitária se mostram relevantes. Tendo como base a Teoria das Identidades Sociais, o presente trabalho buscou conhecer os estereótipos sobre os brasileiros e estrangeiros em um grupo de adolescentes intercambistas, discutindo as mudanças identitárias possibilitadas através do contato com outra cultura, além de explorar a experiência de intercâmbio cultural de *High School* (Ensino Médio no Exterior). Para tanto, foi aplicado um questionário a 30 alunos participantes de um programa de intercâmbio cultural para os Estados Unidos, Canadá ou Europa, inscritos através de uma agência de intercâmbio cultural na cidade de Vitória/ES. O questionário trazia questões sobre a escolha do país hospedeiro e os motivos que levaram o jovem a participar da experiência intercultural. Além disso, foram entrevistados 15 desses adolescentes, inscritos em programas de semestre ou ano acadêmico nos Estados Unidos, Canadá e Espanha. As entrevistas foram realizadas antes e depois da experiência no exterior. A primeira entrevista (entrevista de ida) tratava sobre as expectativas com relação a realização do programa no exterior e os motivos que o levaram à escolha do intercâmbio. A segunda entrevista (entrevista de volta) falava sobre a experiência no exterior e as consequências da vivência do intercâmbio. Tanto a primeira quanto a segunda entrevista também questionavam sobre a imagem do Brasil e do brasileiro, e do país hospedeiro e seu povo. Os resultados indicaram que a experiência de intercâmbio cultural produz modificações nos estereótipos existentes anteriormente, além de modificações nas habilidades sociais (como amadurecimento e independência) e nas relações com os familiares e amigos. Também observou-se que parte das expectativas com relação ao intercâmbio (ter uma experiência intercultural, tornar-se mais maduro e independente) são alcançadas pelos participantes, enquanto outras expectativas (aprender outro idioma), apesar de alcançadas são deixadas em segundo plano, pela valorização de outros ganhos como novos relacionamentos, mudança nos relacionamentos com família e amigos, uma nova visão de mundo ou planos mais claros para o futuro. Os principais descritores do estereótipo do brasileiro e do estrangeiro foram semelhantes nas entrevistas realizadas antes e depois da experiência no exterior, porém pode-se observar uma imagem que passa de superficial e não embasada (na ida) para uma imagem embasada na experiência (na volta), evidenciando a importância dos estereótipos para a organização sócio-cognitiva, e a importância da experiência para a construção desses estereótipos. Também foi possível concluir que a experiência de intercâmbio cultural traz à tona questões sobre a juventude na atualidade, especialmente de grupos de adolescentes de classe média/alta, e suas relações com seus pais e pares.

Bolsa Capes

Palavras Chave: Intercâmbio Cultural, Estereótipos, Adolescentes

(M)

SOCIAL

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO SOCIAL DO TRABALHO NO ESPAÇO DO MOVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Angélica de Carvalho**, *Camila Barbosa** e *Marilene Zazula Beatriz (Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba – PR).*

A presente pesquisa teve como objetivo compreender a atuação do Psicólogo Social do Trabalho no espaço do movimento da Economia Solidária. A Economia Solidária é uma nova economia que tem como base o ser humano e o bem viver coletivo movido por valores de: autogestão, cooperação, democracia, solidariedade, respeito à natureza e a valorização e promoção da dignidade do trabalho humano. A Economia Solidária propõe uma lógica de funcionamento da economia que deve ser solidária ao invés de competitiva, privilegiando o coletivo ao invés do individualismo. No entanto, uma das grandes dificuldades encontradas é a de que se vive em uma sociedade onde predominam os valores da competitividade e do individualismo dificultando, sobremaneira, a introdução da cultura solidária, por significar enfrentar inúmeras contradições. O excesso de competitividade gerou impactos sociais, ambientais, culturais e econômicos devastadores, a ponto de exigir uma grande e eficiente soma de esforços para sua reversão. Os indivíduos estão tão habituados a agir individualmente que acaba se tornando um grande desafio a articulação eficiente de ações coletivas na sociedade. Dentro deste novo contexto, optou-se por pesquisar a atuação do psicólogo para conhecer quais são as suas funções neste campo de trabalho, partindo-se do pressuposto que a psicologia pode contribuir firmemente para o estabelecimento de estratégias de resgate da cidadania e da consciência coletiva, estimulando a reflexão dos trabalhadores sobre seu potencial como agentes de mudança. O psicólogo deve proporcionar a todos que queiram aderir a esse movimento, uma melhoria das relações humanas, uma construção da autonomia e uma conscientização da participação dos mesmos como membros de uma cooperativa que tem como pilares a cooperação e a solidariedade, informando-os sobre a proposta da Economia Solidária, confrontando os interesses individuais e coletivos e escutando as expectativas de todos. Esse trabalho deve ser feito antes mesmo da associação dos cooperados a este novo movimento. Os dados foram levantados a partir de uma pesquisa de cunho exploratório com a aplicação de um questionário virtual. Para o tratamento dos dados foram empregados procedimentos quantitativos. Partindo-se deste contexto, observou-se que grande parte dos psicólogos (as) pesquisados encontram-se envolvidos em empreendimentos solidários, como: grupos de trabalhos informais, incubadoras tecnológicas, cooperativas populares, clubes de trocas, associações de trabalhos e bancos comunitários. Os referidos profissionais atuam fortemente com os grupos no que tange a resolução de conflitos, nas relações humanas, nas relações democráticas, participativas e autônomas, além disso, encontram-se atuantes em trabalhos de assessoria técnica na formação e na gestão do empreendimento solidário. Pode-se concluir a importância da atuação do profissional da psicologia na Economia Solidária a partir do momento em que auxilia o grupo a ter diálogo, solidariedade e cooperativismo, envolvendo-se em uma luta coletiva contra a desigualdade social.

Apoio: Graduando Camila Barbosa - Bolsista CNPQ.

Palavras - chave: Trabalho - Economia Solidária – Psicologia - Psicologia do trabalho.

Iniciação Científica – IC

“COMEMORANDO A GLÓRIA REFLETIDA”: EFEITOS DA OPINIÃO PÚBLICA AO EXPRESSAR IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL. Flávia Schechtman Belham* e Fabio Iglesias (Laboratório de Psicologia Social, Universidade de Brasília, Brasília DF).

Como parte de uma série de processos de influência social, as pessoas tendem a reforçar sua identificação com grupos socialmente valorizados e diminuir sua identificação com grupos socialmente desvalorizados. Estes fenômenos são conhecidos em psicologia social como “comemorar uma glória refletida” (traduzido de *basking in reflected glory* - BIRG) e “isolar o fracasso refletido” (traduzido de *cutting off reflected failure* - CORF). No primeiro caso, verifica-se a exibição de elementos de identificação visual e a utilização de mais expressões inclusivas para se referir, por exemplo, aos seus times quando eles são vitoriosos numa disputa esportiva. No segundo caso as pessoas deixam de ostentar, por exemplo, camisetas, bonés e bandeiras, e passam a utilizar expressões mais exclusivas, já que a derrota não traz benefícios de status social para os torcedores. A literatura tem evidenciado diversos estudos sobre esses fenômenos no esporte, porém a identificação com a categoria profissional não parece ter recebido a mesma atenção. Esta pesquisa teve como objetivo verificar a ocorrência de BIRG e CORF na expressão de como graduandos se identificam com suas futuras profissões, cuja avaliação social foi experimentalmente manipulada. Participaram da pesquisa 60 alunos, de ambos os sexos, em diversos semestres de graduação de uma universidade pública. Os experimentadores se passaram por alunos do curso de Estatística que estavam realizando uma avaliação de opinião pública sobre o status das profissões. Os participantes foram perguntados sobre seu curso de graduação e apresentados aos resultados de uma pesquisa fictícia em duas condições experimentais: um grupo recebeu uma descrição com informações de que 78% dos entrevistados avaliaram positivamente sua profissão; enquanto o outro grupo recebeu uma descrição com informações de que 78% dos entrevistados avaliaram negativamente sua profissão. Em seguida foram perguntados sobre como achavam que o trabalho do profissional de sua área havia influenciado a opinião pública. Para testar as hipóteses da pesquisa foi verificada a frequência com que os participantes utilizavam expressões mais inclusivas em seus comentários (ex: "meu curso", "nós engenheiros", "a gente", "minha profissão", etc) frente a expressões mais exclusivas (ex: "eles" , "os engenheiros", "a engenharia", etc). Um teste do qui-quadrado revelou uma associação significativa entre a condição experimental positiva e o uso de expressões inclusivas, enquanto a condição negativa gerou maior uso de expressões exclusivas ($\chi^2 = 5,45$; $p = 0,02$). Reuniram-se evidências preliminares, portanto, de que os fenômenos de comemorar a glória refletida e isolar o fracasso refletido podem ocorrer na identificação com grupos profissionais e não apenas nas disputas esportivas. Além de sua importância metodológica para os estudos sobre opinião pública, estes dados geram implicações para os efeitos da divulgação de resultados de pesquisas na mídia, incluindo o modo como podem influenciar decisões de preferência, de voto, de consumo e, especialmente, de escolha profissional no contexto universitário.

Palavras chave: influência social, conformidade, identificação grupal.

IC

SOCIAL

PERCEPÇÃO DE NORMAS SOCIAIS APLICADAS AO JEITINHO BRASILEIRO NA POPULAÇÃO UNIVERSITÁRIA. *Marco Akira Miura** e Ronaldo Pilati (Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social – GEPS, Laboratório de Psicologia Social, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de Brasília, Brasília, DF).*

As normas sociais desempenham um papel central na coexistência de indivíduos dentro de um grupo. Este conceito pode ser entendido como regras compreendidas e compartilhadas por membros de um grupo que guiam ou restringem o comportamento social sem a força de uma lei. A literatura sobre o jeitinho brasileiro aponta que esta estratégia de resolução de problemas está intimamente relacionada ao conceito de Normas Sociais: a utilização da estratégia do jeitinho gera conflitos entre o que é esperado e o que é geralmente feito por aqueles que usam o jeitinho. Todavia, observa-se que, embora o jeitinho leve a uma violação de normas, a maioria dos brasileiros o reconhecem como um modo válido de resolver problemas. Com base nisso, este estudo teve como objetivo avaliar a percepção da norma descritiva aplicada a uma situação típica do jeitinho em uma população universitária. A principal hipótese do projeto é de que o jeitinho é visto como uma norma de comportamento a despeito da própria decisão de usar, ou não, esta estratégia. Para tal, foi utilizado um cenário selecionado a partir de uma pesquisa prévia. O estudo contou com 68 participantes, dos quais a maioria é composta por mulheres (N=44), com idade média de 19,5 anos (DP=2,30), estudantes do primeiro ao nono semestre. O instrumento foi composto por uma questão aberta à qual o participante era solicitado a propor uma solução ao problema ilustrado no cenário. Em seguida, perguntou-se com que frequência ele estimava que as outras pessoas adotavam a estratégia proposta. Por fim, foi apresentado o questionário sócio-demográfico. Antecedendo à análise dos dados, foi realizada a categorização das respostas dos participantes em termos de tipicidade do jeitinho brasileiro, partindo de sua definição como uma estratégia de resolução de problemas que contorna regras, leis e convenções sociais por meio do uso de estratégias de influência social. Observou-se que 86,6% dos participantes propuseram estratégias avaliadas como jeitinho, indicando diferença significativa do uso desta estratégia ($\chi^2=35,83$; $p<0,001$). Todavia, não foi observada diferença significativa na percepção da norma de acordo com o tipo estratégia proposta [$F(1,63)=3,19$; $p=0,79$]. A análise de correlação parcial com controle de sexo indica que existe uma relação marginalmente significativa entre o tipo de estratégia proposta pelo participante e sua avaliação acerca de seu uso por outras pessoas ($r=-0,26$; $p=0,60$). Os resultados obtidos indicam que o indivíduo avalia a norma de modo coerente com o próprio comportamento, e não com o jeitinho; porém, o sexo parece influenciar esta relação. Dados complementares serão coletados a fim de ampliar a amostra da pesquisa e, assim, avaliar a influência das demais variáveis sócio-demográficas.

Bolsista da CAPES

Palavras-chave: jeitinho, normas sociais, cenário

M

SOCIAL

ADESÃO AO TRATAMENTO EM PESSOAS COM DIABETES. *Ana Carolina Silva Ribeiro**, *Ana Cláudia Rubim de Lima**, *Carolina Azevedo Cherulli**, *Núbia Cristina Silveira Giubilei**, *Pâmela Cordeiro Tavares**, *Samantha Mundim Fontes**, *Samara de Sousa Soares**, *Alline Alves de Sousa*** e *Marília Ferreira Dela Coleta* (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG)

Diabetes é uma doença causada pela deficiência na produção e/ou na ação da insulina no organismo, envolvendo o metabolismo da glicose, das gorduras e das proteínas. Essa doença pode causar problemas graves no que se refere ao comprometimento do organismo. A forma como o portador controla os níveis glicêmicos é um fator condicionante das complicações, tanto agudas quanto as crônicas originadas pelo diabetes. Dessa forma, há um significativo interesse no estudo do comportamento de portadores de diabetes e como eles lidam com esse quadro. As cognições e o comportamento das pessoas com diabetes são importantes no processo de adesão ao tratamento. Diante disso, o objetivo do presente estudo é analisar o perfil pessoal, clínico e os comportamentos de adesão ao tratamento da diabetes. O instrumento utilizado contém questões que investigaram dados pessoais, dados clínicos e dados complementares que abordavam os comportamentos de adesão ao tratamento dos pacientes. Os dados quantitativos foram analisados pelo *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) for Windows. A amostra da pesquisa foi composta por 22 pacientes com diabetes que estão fazendo tratamentos e acompanhamentos em serviços de saúde pública da cidade Uberlândia, sendo que 43,5% eram do sexo masculino e 56,5% eram do sexo feminino. A média de idade foi de 57,8 (variando entre 26 e 83 anos), os sujeitos sabem que tem a diabetes em média há 11,8 anos. Os participantes em sua maioria eram casados (65,2%) e viúvos (17,4%); 43,8% possuíam o ensino fundamental completo e 21,7% possuíam o ensino superior. A maior parte da amostra continuava exercendo as suas atividades de trabalho (43,5%), mas 34,8 % dos participantes estavam aposentados. Os participantes em sua maioria viveram a maior parte de suas vidas em cidades pequenas (39,1%) ou cidades médias (39,1%). 93% amostra possuía religião. Com relação aos dados clínicos, verificou-se que 87% dos sujeitos possuíam taxa alta de glicose no sangue, 78,3 % faziam uso de medicamentos para o controle da diabetes. A maioria dos pacientes 43,5% faziam consultas de três em três meses com os médicos. Ao analisar os dados referentes à adesão ao tratamento verificou-se que 73,9% haviam feito exame de glicemia até nos últimos seis meses antes da entrevista. 78,3% dos participantes praticavam atividade física, sendo que na maioria dos casos essas atividades eram realizadas três vezes por semana. 82,6% relatam fazer dietas alimentares; 60,9% da amostra desenvolviam alguma atividade lazer. Os resultados evidenciaram, portanto que os sujeitos faziam dieta, praticavam atividades físicas, e de lazer apresentando comportamentos de adesão e cuidados necessários à saúde.

Palavras Chave: adesão ao tratamento, diabetes

Iniciação Científica - IC

SOCIAL

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E ADOLESCENTES: LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO. *Fernanda Monteiro de Castro Bhone***, *Camila Resende Soares Brum***, *Francesca Stephan Tavares*** e *Lélio Moura Lourenço (Pólo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora – MG)*.

A violência é considerada um problema de saúde pública por seus comprometimentos na saúde e qualidade de vida das pessoas, sendo o ambiente doméstico o lugar de predominante expressão da violência contra crianças e adolescentes. O presente estudo analisou a produção científica acerca da temática da violência doméstica relacionada especificamente aos adolescentes. Visando alcançar um número representativo da produção científica acerca dos fenômenos “violência doméstica” e “adolescência” foi realizada busca eletrônica no Portal CAPES em três diferentes bases de dados: Web of Science, Psyc Info e Lilacs, tendo como limite temporal o período de 2007 a 2010. Foram encontrados 14 artigos sobre a temática pesquisada, que parece ser pouco explorada em sua associação. Mais da metade dos textos não apresentou a adolescência como categoria diferenciada, utilizando a referência a “crianças e adolescentes”. O Brasil foi o país que mais apresentou publicações sobre o assunto. Com relação ao ano de publicação, os anos de 2007 e de 2008 apresentaram 06 publicações cada. Em 2009 houve uma publicação sobre o tema, assim como em 2010, quando foi publicado somente um artigo até o mês de maio. A maior parte dos artigos baseou-se numa abordagem qualitativa (42,85%), sendo que em todos esses estudos a técnica da entrevista foi utilizada. Dos estudos que adotaram uma perspectiva quantitativa (28,57%), apenas 01 utilizou um desenho longitudinal. Os demais foram estudos transversais (02) e 01 *survey*. Também foram identificados artigos que apresentaram metodologia combinada, quali-quantitativa (02), bem como estudos que apresentaram uma revisão de pesquisas anteriores (02), revisão bibliográfica e meta-análise. Metade das pesquisas selecionou suas amostras em locais voltados para o atendimento de vítimas de violência: agências de proteção social (04), conselhos tutelares (02), Vara da Infância e Juventude (01). Também foram realizadas pesquisas com a população escolar e em instituições de saúde, em 02 e 03 estudos respectivamente. A realização do levantamento bibliométrico relacionando violência doméstica e adolescência indicou que a temática ainda é pouco explorada, quando associada especificamente a essa faixa etária. Foi observada certa diversidade metodológica (estudos de abordagem qualitativa, quantitativa e de revisão), das fontes de recrutamento das amostras, bem como de aspectos/temas abordados sobre o assunto (consequências da violência e da exposição, caracterização da violência, concepções de profissionais, dinâmica familiar e estratégias de *coping*). Futuras pesquisas visando investigar a violência doméstica numa amostra significativa da população adolescente em geral, bem como abordando essa faixa etária como agressora, e não apenas como vítima parecem ser relevantes e não foram identificadas no presente estudo.

Palavras-chave: violência doméstica, adolescente, bibliometria.

M

SOCIAL

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO. *Fernanda Monteiro de Castro Bhone***, *Camila Resende Soares Brum*** e *Lélio Moura Lourenço (Pólo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora – MG).*

A amplitude dos comportamentos que podem ser entendidos como violentos no âmbito das relações familiares (da violência física à negligência), sua aceitabilidade ou tolerância nas culturas, bem como questões de gênero, são alguns dos importantes aspectos a serem considerados na delimitação da temática da violência doméstica. Nesse sentido, destaca-se a importância de estudos capazes de orientar o pesquisador em determinada área do conhecimento, tal como o estudo bibliométrico. Esta modalidade de pesquisa visa quantificar, descrever e fazer prognósticos acerca dos processos de comunicação escrita, sendo útil na gestão da informação e do conhecimento por fornecer referências para avaliação da comunicação científica. O presente estudo, visando alcançar um número representativo da produção científica acerca da temática da violência doméstica, teve como objetivo realizar um levantamento bibliométrico a partir de artigos indexados em bases de dados internacionais. Foi realizada busca eletrônica em três diferentes bases de dados (*Web of Science*, *Psyc Info* e *Lilacs*) através da associação da expressão “*domestic violence*” com as palavras: “homem”, “mulher”, “criança”, “adolescente” e “idoso”. Foram selecionados os artigos publicados entre os anos de 2006 e 2009, os quais foram analisados conforme o ano de publicação, autores e revistas que mais publicaram. Através da leitura dos títulos e dos *abstracts* das publicações buscou-se identificar os membros da relação familiar que mais comumente aparecem como autores da violência (agressores), bem como os que costumam aparecer como vítimas nos estudos apresentados. Dos 636 artigos coletados a maior parte foi publicada no ano de 2006 (214 textos). As revistas que mais publicaram sobre a temática foram *Journal of Family Violence*, *Violence Against Women* e *Journal of Interpersonal Violence*, as quais juntas englobaram 21,9% da amostra (8,8%, 7,3% e 5,8%, respectivamente). O assunto vem sendo alvo de pesquisas em diversos campos do saber. Um grande número de autores apresentou apenas uma publicação no período analisado, sendo que os que apresentaram maior produção individual foram Edleson, J. L. e Reichenheim, M. E., este último vinculado a universidade brasileira. A produção somada desses dois autores corresponde a 2,5% do total das publicações. Mulheres vítimas constituíram o principal foco dos artigos (51,25%), seguidas de crianças (10,22%), as quais podem aparecer como vítimas diretas e também indiretas da violência doméstica (através da exposição). Apesar da multiplicidade de relações contidas no espaço doméstico, a maior parte dos artigos aborda apenas um tipo de vítima da violência no espaço familiar. Predominou a identificação do homem como praticante (agressor) da violência doméstica (27,73%). A reciprocidade dos comportamentos violentos no âmbito da família, bem como aspectos específicos relacionados à violência doméstica com ênfase nos idosos e nos adolescentes, são temas que ainda parecem poucos explorados nos artigos publicados.

Palavras-chave: violência doméstica; bibliometria; vítima/agressor.

M

SOCIAL

RELACIONAMENTOS ÍNTIMOS E IGNORÂNCIA PLURALÍSTICA NAS PERCEPÇÕES DE FIDELIDADE E COMPROMISSO. *Lúisa Ferrari Tomé* e Fabio Iglesias (Laboratório de Psicologia Social, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de Brasília, DF).*

Os padrões de relacionamentos íntimos mudam conforme a cultura e têm apresentado uma dinâmica cada vez mais diversificada, principalmente entre os jovens, considerando os termos utilizados para expressá-los e os sentidos a que são associados. No entanto, as etapas e comportamentos associados a um relacionamento também dependem da forma como as pessoas percebem e estabelecem normas sociais, mesmo que não sejam compartilhadas efetivamente por todos. Considerando os episódios entre o momento em que duas pessoas se conhecem até quando podem consolidar um vínculo, o objetivo desta pesquisa foi investigar como as pessoas percebem e classificam as possíveis etapas de um relacionamento em função do sexo. Objetivou-se investigar também a ocorrência de ignorância pluralística, caracterizado como um fenômeno de má percepção das normas, em que as pessoas podem acabar se conformando com normas que acreditam ser apoiadas por todos, mas que rejeitam pessoalmente. A pesquisa foi dividida em duas partes: um levantamento preliminar de expressões e um survey pela internet. Na primeira parte solicitou-se a 50 jovens universitários (25 homens) com idade média de 20,14 anos (DP = 2,89), que indicassem expressões formais e coloquiais para descrever relacionamentos. Foram indicados 89 termos diferentes, que incluíram desde expressões pouco compreensíveis até mais agressivas. Para análise dos resultados foram selecionadas apenas as expressões que apresentaram maior frequência, excluindo-se as que denotaram estado civil (i.e., casado, divorciado) e reunindo-se aquelas que indicavam conceitos semelhantes (ex: "rolo" e "enrolado"; "pegando" e "peguete"). Uma lista final com sete expressões foi então utilizada para a elaboração de uma escala, contendo: rolo, namorico, saindo, caso, ficando, pegando e namoro. Na segunda parte da pesquisa 135 jovens (89 mulheres) com idade média de 23,5 anos participaram de um survey online, que incluiu escalas de avaliação dos níveis de comprometimento e fidelidade percebidos para os sete termos selecionados na primeira parte da pesquisa. As escalas apresentaram bons índices de fidedignidade, com alphas variando de 0,77 a 0,87. Os participantes fizeram três tipos de avaliação: de si mesmos; dos amigos; e das outras pessoas em geral. ANOVAs para medidas repetidas usando os três alvos de avaliação mostraram sistematicamente que as pessoas se consideram mais comprometidas e fiéis do que aquilo que percebem em seus amigos e nas outras pessoas ($p < 0,05$). Não foram encontradas diferenças sistemáticas entre os sexos nas diferentes avaliações, mas destaca-se que mulheres relataram significativamente mais comprometimento e fidelidade própria do que a percebida nas outras pessoas quando avaliam alguns dos tipos de relacionamento, com destaque para "saindo" ($t=2,38$; $p < 0,05$) e "ficando" ($t=2,14$; $p < 0,05$). As diferenças de sexo sugerem que homens e mulheres têm não somente uma perspectiva distinta de como se comportar em diferentes tipos de relacionamento, mas também uma perspectiva equivocada ao relatar como acham que as outras pessoas se comportam. Esses resultados evidenciam a ocorrência de estados de ignorância pluralística, que podem explicar algumas das conseqüências indesejáveis da má percepção de normas sociais, incluindo desentendimentos sobre os papéis e responsabilidades em um relacionamento, reações a traição e desrespeito às liberdades individuais.

Palavras-chave: relações interpessoais; ignorância pluralística; normas sociais.

SOCIAL

COMPORTAMENTOS ANTISSOCIAIS DE CONDUTORES ENVOLVIDOS EM ACIDENTES DE TRÂNSITO NA CIDADE DE ARACAJU/SE. *Ana Luiza Rocha Paixão** (Universidade Tiradentes, Aracaju/SE), *Anne Grazielle Andrade Santos** (Universidade Tiradentes, Aracaju/SE) e *Luciana Britto Aragão Nascimento* (Universidade Tiradentes, Aracaju/SE).

A Psicologia de Trânsito é uma área da Psicologia que investiga os comportamentos humanos no trânsito, seu início no Brasil ocorreu na década de 1950, com a finalidade de estudar o comportamento dos condutores. O comportamento do motorista é o principal fator responsável pelos acidentes de trânsito, e em sua maioria, são causados por falhas humanas (não observação das leis e sinais de trânsito, excesso de velocidade e tomada de decisões no momento de ultrapassar outro carro ou de cruzar uma rua), sendo essas atitudes consideradas comportamentos antissociais. Esses são utilizados para se referir a todo comportamento que infringe regras sociais ou que seja uma ação contra os outros, tais como comportamento agressivo, comportamento infrator como furto, roubo, vandalismo, entre outros. Apesar de ser um dos temas mais discutidos nas últimas décadas, os estudos sobre acidentes de trânsito (AT) no Brasil, são escassos, as ações de prevenção e controle estão apenas iniciando e pouco se conhece a respeito do comportamento do motorista e do pedestre, das condições de segurança das vias e veículos, da engenharia de tráfego, dos custos humanos e ambientais do uso de veículos motorizados e das consequências traumáticas resultantes dos AT. Além disso, conhecer os aspectos do comportamento humano no trânsito é uma necessidade social e científica, visto que cada vez mais as condições de transporte, deslocamento e circulação humana de um modo geral tem determinado significativamente a qualidade de vida e trabalho das pessoas. Diante do que foi exposto, o trabalho teve como objetivo verificar os comportamentos antissociais de condutores envolvidos em acidentes de trânsito na cidade de Aracaju/SE, identificar o comportamento de maior incidência, as causas dos acidentes, verificar a continuidade ou não dos comportamentos após o acidente e se ocorreu influência de estressores na prática de comportamentos antissociais vinculados ao acidente. Para realização da pesquisa foi aplicado um questionário composto de variáveis sócio-demográficas (sexo e idade) e variáveis associadas ao AT que descreveram dimensões do evento em estudo, como tipo e causa do acidente, mudanças comportamentais após o mesmo e fatos relevantes no dia do acidente que poderiam ter influenciado sua ocorrência. Participaram da pesquisa 30 condutores, 47% do sexo masculino e 53% do sexo feminino. Os resultados evidenciaram o uso do celular como o comportamento antissocial mais frequente no trânsito, tanto antes (17%) como após do acidente (21%); a principal causa foi a distância de segmento indevida com 24%; e a colisão traseira como o tipo de acidente mais frequente com 33%. Os comportamentos antissociais mais frequentes praticados antes do acidente tiveram um aumento após o mesmo, e não foram constatados estressores significativos que pudessem tê-lo influenciado, pois 83% dos participantes registraram não ter sofrido esse tipo de influência. Portanto, esse trabalho pretende contribuir para o desenvolvimento da psicologia do trânsito, servindo como parâmetro para estudos futuros na área, pois por ser um campo recente da psicologia carece de estudos voltados para ele.

PALAVRAS CHAVES: psicologia do transito, comportamentos antissociais, acidente de transito.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E RELACIONAMENTO INTERPESSOAL ENTRE MIGRANTES E NÃO MIGRANTES. *Clarisse Lourenço Cintra (Universidade Federal do Espírito Santo), Alessandro Luiz de Andrade (Departamento de Psicologia - Universidade Federal do Espírito Santo), Sâmia Gabler Eira (Universidade Federal do Espírito Santo), Felipe Cypriano Sabino (Universidade Federal do Espírito) e Claudia Balestreiro Pepino (Universidade Federal do Espírito Santo).*

Os relacionamentos interpessoais são comumente definidos como as modalidades de contato entre pessoas, ocorrido nos diversos meios (familiar, educacional, social, institucional, profissional). Entre os diversos assuntos que envolvem a temática, temos um sub-campo focado no estabelecimento de novos relacionamentos e o papel dos processos de mudança geográfica e cultural na formação de relações satisfatórias. Enquadrado neste grupo, a migração figura-se na maioria das vezes como uma experiência difícil, especialmente quando a transferência para um novo lugar encontra percalços durante o processo de construção das relações interpessoais. Este estudo objetivou investigar de que maneira os migrantes residentes numa capital de um estado do sudeste percebem a receptividade, disponibilidade para interação e base da construção de relacionamentos interpessoais, bem como visou compreender elementos de representações sociais que os migrantes construíram sobre os “nativos” e as pessoas da sua cidade de origem. Participaram da pesquisa 30 pessoas de ambos os sexos migrantes há pelo menos um ano, com idades variando entre 20 e 59 anos. Os dados foram coletados por meio de um questionário semi-aberto que envolveu questões do tipo fechado no formato de diferencial semântico para avaliação de qualidade de relacionamentos interpessoais, dificuldades e facilitadores de adaptação a nova cidade, qualidade de vida, e questões de evocação levantando elementos da representação social construída pelo migrante em relação às pessoas do seu local de origem e aos "nativos" do lugar para onde migrou. Os dados foram tratados por meio do *software* SPSS e, no que diz respeito às questões de evocação, através do programa EVOC. Os resultados demonstram que as representações sociais das pessoas não migrantes tiveram como núcleo central elementos representacionais negativos, tais como *fechados* e *reservados*, dados que se associam com as características atribuídas aos não migrantes nas escalas de diferencial semântico. Observou-se, também, que a maioria dos participantes apresentou dificuldades no processo de adaptação à nova cidade, declarando dificuldades no estabelecimento de relações interpessoais e interação com pessoas nativas. Do ponto de vista dos aspectos determinantes da qualidade de vida na nova cidade, foi encontrada uma correlação positiva entre o quanto o migrante sentiu-se bem recepcionado e facilmente adaptado e as vivências de bem-estar e satisfação com a vida. Conhecer o processo de interação entre os migrantes e os não migrantes permite um melhor entendimento de como este fenômeno se constrói e quais as implicações para os migrantes que dele participam, repercutindo num nicho de pesquisa de interesse e aplicação num contexto cada vez maior de globalização.

Palavras chaves: representações sociais, relacionamento interpessoal, migração.

Nível do trabalho: IC

Código da área de pesquisa: SOCIAL

OS CORRELATOS VALORATIVOS DO AUTOCONTROLE. *Valdiney Veloso Gouveia, Viviany Silva Pessoa**, Luana Elayne Cunha de Souza**, Leogildo Alves Freires* (Universidade Federal da Paraíba – Departamento de Psicologia – João Pessoa – PB) e Marina Pereira Gonçalves** (Universidade Federal do Vale do São Francisco – Departamento de Psicologia – Petrolina – PE).*

A Teoria Geral do Crime defende que tal fenômeno pode ser explicado por meio de dois construtos principais: autocontrole e oportunidade. Uma idéia básica do modelo é a de que tais comportamentos derivam-se da interação entre uma “oportunidade” contextual e algumas características individuais. Especificamente, considera-se que alguns indivíduos adquirem certa capacidade para conter o hedonismo, enquanto outros não interiorizam tais mecanismos, ou seja, não adquirem autocontrole, o que faz deste construto um dos elementos centrais da teoria. O autocontrole integra um conjunto de fatores individuais que fazem com que uma pessoa apresente a tendência (ou não) a ceder diante da “tentação” do delito. É adquirido por meio da socialização, especialmente a familiar, nas etapas iniciais da vida. Uma vez estabelecido, permanece estável durante toda a vida e tem influência nos comportamentos. Neste sentido, os valores humanos são compreendidos como critérios de orientação, que guiam os comportamentos e representam cognitivamente as necessidades humanas podendo relacionar-se ao autocontrole. Assim, objetivou-se conhecer como os valores humanos, estariam correlacionados às dimensões do autocontrole, a saber: 1) interesse por experiências arriscadas e emocionantes; 2) baixa tolerância à frustração e alta frente à dor; 3) preferência por tarefas simples, frente às complexas; 4) egocentrismo; 5) orientação voltada para o aqui e o agora; e 6) inabilidade para planificar o comportamento e planejar objetivos em longo prazo. Participaram deste estudo 399 estudantes do ensino fundamental (25,8 %), médio (22,6%) e superior (51,6%) de escolas públicas (49,6%) e privadas (50,4%) da cidade de João Pessoa – PB. A maioria dos estudantes foi do sexo feminino (58,1%), solteiros (92,1%), com idades compreendidas entre os 12 e 42 anos ($m = 17,9$; $dp = 4,54$). No que diz respeito à religião, a maioria afirmou ser católica (61%). Todos os participantes responderam aos seguintes instrumentos: Questionário de Valores Básicos (QVB), Escala de Autocontrole e questões sócio-demográficas. Os resultados indicaram que os valores normativos se correlacionaram negativamente com o fator 1 ($r = -0,17$; $p < 0,01$) e 2 ($r = -0,10$; $p < 0,05$) e diretamente com o fator 3 ($r = 0,10$; $p < 0,05$). Já a prioridade valorativa de realização se correlacionou positivamente com os fatores 1 ($r = 0,19$; $p < 0,01$), 2 ($r = 0,13$; $p < 0,01$) e 4 ($r = 0,19$; $p < 0,01$). Por sua vez, os valores de experimentação se correlacionaram positivamente com cinco dos fatores do autocontrole: 1 ($r = 0,39$; $p < 0,01$), 2 ($r = 0,18$; $p < 0,01$), 3 ($r = 0,19$; $p < 0,01$), 4 ($r = 0,15$; $p < 0,01$) e 5 ($r = 0,11$; $p < 0,05$). Ademais, as subfunções valorativas suprapessoal ($r = -0,10$; $p < 0,05$) e de existência ($r = 0,10$; $p < 0,05$) se correlacionaram com o fator 3. O fator 6 da escala de autocontrole não apresentou nenhum padrão de correlação significativo. Diante destes resultados, sugere-se que os valores humanos podem contribuir, em alguma medida, para a explicação do autocontrole e de suas dimensões.

Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior

Palavras-chave: Autocontrole, Valores Humanos, Crime.

Pós-Doutorado – PD

Área: Social

O AUTOCONTROLE EM FUNÇÃO DA IDADE E DO GÊNERO. *Valdiney Veloso Gouveia, Tiago Jessé Souza de Lima**, Ana Isabel Araújo Silva de Brito Gomes**, Leogildo Alves Freires* (Universidade Federal da Paraíba – Departamento de Psicologia – João Pessoa – PB) e Rildésia Silva Veloso Gouveia (Centro Universitário de João Pessoa – Departamento de Direito – João Pessoa – PB).*

A questão criminal tem sido estudada por diversas áreas do conhecimento, tais como a psiquiatria, a sociologia, o direito e a psicologia. Entretanto, as intervenções realizadas no âmbito das políticas públicas pouco contribuem para a redução do impacto dos crimes e da violência na sociedade brasileira. Uma das teorias que tem obtido melhores resultados é a Teoria Geral do Crime, que tenta explicar o crime utilizando dois construtos principais: autocontrole e oportunidade. Especificamente, considera-se que alguns indivíduos adquirem certa capacidade para conter o hedonismo, enquanto outros não internalizam tais mecanismos, ou seja, não adquirem autocontrole, o que faz deste construto um dos elementos centrais da teoria. Este é adquirido por meio da socialização, especialmente a familiar, nas etapas iniciais da vida. Uma vez estabelecido, permanece estável e durante toda a vida e tem influência nos comportamentos. Nesse sentido, a presente pesquisa teve como objetivo principal conhecer em que medida a idade e o sexo do participante se correlaciona com as seis dimensões do autocontrole. Participaram deste estudo 399 estudantes do ensino fundamental (25,8 %), médio (22,6%) e superior (51,6%) de escolas públicas (49,6%) e privadas (50,4%) da cidade de João Pessoa – PB. A maioria dos estudantes foi do sexo feminino (58,1%), solteiro (92,1%), com idades compreendidas entre os 12 e 42 anos ($m = 17,9$; $dp = 4,54$). No que diz respeito à religião, a maioria afirmou ser católica (61%). Todos os participantes responderam a Escala de Autocontrole e questões sócio-demográficas (sexo, idade, religião, escolaridade). Os resultados indicaram que a idade correlacionou negativamente com todas as dimensões do autocontrole: 1) interesse por experiências arriscadas e emocionantes ($r = -0,24$; $p < 0,01$); 2) baixa tolerância à frustração e alta frente à dor ($r = -0,20$; $p < 0,01$); 3) preferência por tarefas simples, frente às complexas ($r = -0,19$; $p < 0,01$); 4) egocentrismo ($r = -0,13$; $p < 0,05$); 5) orientação voltada para o aqui e o agora ($r = -0,14$; $p < 0,01$); e 6) incapacidade para planificar o comportamento e planejar objetivos em longo prazo ($r = -0,11$; $p < 0,05$). Igualmente, o sexo apresentou um padrão de correlação negativo com interesse por experiências arriscadas e emocionantes ($r = -0,19$; $p < 0,01$), preferência por tarefas simples, frente às complexas ($r = -0,29$; $p < 0,01$), egocentrismo ($r = -0,16$; $p < 0,01$) e orientação voltada para o aqui e agora ($r = -0,14$; $p < 0,01$). De acordo com os resultados, sugere-se que com o aumento da idade aumenta-se também o nível de autocontrole. Além disso, foram verificadas correlações significativas entre os índices de autocontrole e o gênero, fato que deve ser melhor explorado em estudos futuros.

Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior

Palavras-chave: Autocontrole, Gênero, Idade.

Pós-Doutorado – PD

Área: Social

A VERDADE NUNCA PARECE ÓBVIA ATÉ QUE SE TORNE CONHECIDA.
Tânia Mendonça Marques, Dulce Pires Flauzino, Isabela Rezende Carneiro, Paula Fuchs* e Camila Pereira Teixeira* (Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Psicologia, Uberlândia, MG).*

Apesar da crescente atenção de pesquisadores e clínicos ao fenômeno da violência, só recentemente os estudiosos começaram a estudar o papel potencial dos processos cognitivos na violência conjugal. Um elemento chamativo é a dificuldade de a mulher pôr um fim no relacionamento. Dificilmente as mulheres vítimas de agressões constantes conseguem separar-se, apesar de manterem um relacionamento marcado pelo sofrimento. Dessa forma, existe uma independência relativa entre os comportamentos do parceiro e a permanência da mulher nesses relacionamentos, uma vez que esse é um fenômeno que se insere no campo das realidades subjetivas. Sob o ponto de vista da Psicologia Social, uma das maneiras de se explicar essa situação é através de um fenômeno denominado Perseverança da Cognição, que mostra que as convicções podem ter vida própria e sobreviver às evidências da realidade. Com o objetivo identificar processos cognitivos das mulheres que vivenciam um relacionamento conjugal violento e a resposta de continuar com o parceiro, realizou-se este estudo exploratório. A amostra constituiu-se por 83 mulheres vítimas de violência múltipla por parte do parceiro, que procuraram ajuda na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher. A entrevista individual, semi-estruturada, permitiu às mulheres falarem livremente sobre os eventos violentos. A partir dos relatos obtidos nas entrevistas, foram extraídas informações sobre as convicções das entrevistadas a respeito do parceiro íntimo. Essas convicções foram categorizadas em função dos indicadores predeterminados pelo fenômeno da perseverança da convicção e da semelhança das respostas das entrevistadas. Foram identificados como cognições prevaletentes para a manutenção do relacionamento conjugal violento dessas mulheres: 1) a qualidade persistente das ilusões a respeito do parceiro; 2) a formação, a solidificação e a sustentação das falsas cognições; 3) a crença na própria capacidade de controlar ou modificar o relacionamento devido às generalizações feitas a partir de pequenos episódios positivos. Assim, os erros decorrentes de julgamentos equivocados e persistentes da mulher distorcem suas percepções da realidade do relacionamento com o parceiro e fazem-na acreditar que o comportamento dele pode ser mudado ou superado. Os mecanismos de adaptação e de sobrevivência comumente acionados são a distorção do pensamento e a anulação dos sentimentos, o que exerce um efeito mutilador sobre as capacidades cognitivas e sobre a capacidade de ação efetiva das mulheres. A maior suscetibilidade da mulher vítima de violência cometer distorções da realidade impõe a necessidade de o psicólogo promover, juntamente com ela, um processo de reconhecimento das fontes prováveis de erros em sua percepção do parceiro a fim de ajudá-la a estabelecer a separação entre realidade e ilusão, perspectiva esta que pode auxiliá-la a mudar sua atitude para que encare todas as circunstâncias do relacionamento vivido.

Palavras chave: violência conjugal, perseverança da cognição, psicologia social.

Nível do trabalho: Outro

Código da área: SOCIAL

SATISFAÇÃO COM A VIDA E RESILIÊNCIA: O BEM-ESTAR NO ENVELHECER. *Mara Livia de Araujo**, *Isabela Rezende Carneiro**, *Amanda Oliveira Moura**, *Andressa Dantas Rodrigues**, *Débora Gomes**, *Alline Alves de Sousa*** e *Marilia Ferreira Dela Coleta***(Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG)

A resiliência tem sido investigada como fator de proteção capaz de diminuir o impacto das adversidades do envelhecimento, mantendo o nível de satisfação com a vida, qualidade de vida e bem-estar subjetivo dos idosos. A satisfação com a vida pode ser definida como um julgamento cognitivo de alguns domínios específicos na vida, que depende de uma comparação entre as vivências do indivíduo e um padrão pré-estabelecido pelo mesmo. A utilização de recursos internos e de estratégias de enfrentamento – resiliência – exerce um papel fundamental na manutenção e na reestruturação do bem-estar do idoso. Assim, o objetivo deste estudo foi avaliar a satisfação com a vida e a resiliência do idoso que vive em instituições e daquele que vive em sua residência (com a família ou sozinho) e verificar a relação entre estas variáveis. Participaram 57 idosos, sendo 42 do sexo feminino e 15 do sexo masculino, tendo em média 74 anos, residentes na cidade de Uberlândia, Minas Gerais. Destes, 30 idosos vivem em instituições de longa permanência e 27 moram em suas casas. Os instrumentos incluíram um questionário de dados pessoais, a escala de Satisfação com a Vida (avaliada de 1 a 5), uma medida do sentimento atual sobre a vida, uma avaliação de valores e a escala de Resiliência, esta constituída de 25 itens e 3 fatores, avaliados em opções de resposta variando de 1 a 7. A análise dos dados foi feita através do programa *SPSS for Windows*, que efetuou análises descritivas e correlacionais. Os resultados indicaram que o grupo de idosos considera mais importante ter amor ($M=6,44$) e felicidade ($M=6,44$) do que ter dinheiro ($M=4,75$); sobre a vida, o grupo se sente “principalmente satisfeito” ($M=4,98$); na escala de satisfação com a vida o resultado da amostra indicou tendência à satisfação ($M=3,74$) e na escala de resiliência foram obtidos os seguintes resultados: o fator 1, que se refere à resolução de ações e valores que dão sentido à vida, apresentou média de 5,39; o fator 2, reativo à independência e determinação obteve média de 4,43, e o fator 3, indicativo de autoconfiança e capacidade de adaptação a situações obteve média igual a 5,06, sendo estes valores acima do ponto médio de avaliação. Constatou-se que a resiliência se correlacionou significativa e positivamente com a Satisfação de vida ($r=0,51$; $p<0,001$), com o sentimento atual sobre a vida ($r=0,47$; $p<0,001$), com o grau de importância atribuída ao amor ($r=0,47$; $p<0,001$), a ter satisfação com a vida ($r=0,49$; $p<0,001$), a ter humildade ($r=0,41$; $p<0,001$) e a ter felicidade ($r=0,45$; $p<0,001$). Os idosos que vivem sozinhos mostraram mais resiliência ($F= 8,83$; $p<0,001$) e sentimento atual mais positivo sobre a vida ($F= 5,12$; $p< 0,01$) do que os demais, seguidos pelos que vivem com a família e, por último, os que vivem em instituições. Os resultados sugerem a importância da resiliência e dos valores para a satisfação com a vida em idosos, de modo consistente com estudos feitos com outras amostras.

Palavras-chave: Satisfação com a Vida, Resiliência, Envelhecimento

Nível do Trabalho: IC

Área: SOCIAL

ENVELHECIMENTO FISIOLÓGICO VERSUS AVANÇO TECNOLÓGICO: UMA PESQUISA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ENTRE OS ANOS DE 2000 E 2009. *Alex Cares Moura, Marcelo Costa dos Anjos*, Tiago Ramos* e Marcelo de Almeida Buriti*** (Universidade São Judas Tadeu – São Paulo/SP).

A produção de ciência é o meio pelo qual são revelados novos conhecimentos e a divulgação de temas pesquisados nas mais diversas áreas do conhecimento. A produção científica colabora com o avanço da ciência por meios avaliativos e comparativos, buscando os limites e avanços atingidos e o ponto onde se possa dar continuação a um novo trabalho, enriquecendo e contribuindo com a sociedade, independentemente da área do saber. Esta pesquisa teve como objetivo analisar a produção científica a respeito da relação que o idoso tem com as novas tecnologias, por meio de um levantamento de todas as Teses e Dissertações realizadas num período de 2000 a 2009 que se encontra na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Neste período temporal foram encontrados 35 resumos, sendo que 30 deles eram Dissertações e apenas 05 eram Teses que mantinham certa proximidade com a temática, obtidos por meio do cruzamento de palavras-chave como envelhecimento e informática; e com objetivos específicos foram analisados a Análise dos Dados, Conclusão/Objetivos, Áreas do Conhecimento e a Faixa Etária pesquisada. Os resultados obtidos na análise dos dados foram: 66,67% pesquisas Qualitativas e do tipo Mista, com 26,67% no Mestrado; já no Doutorado houve prevalência de 80% em Qualitativas. Da conclusão/objetivos buscou-se avaliar a relação entre a conclusão e o objetivo dos resumos encontrados na CAPES e vimos que 43,33% dos resumos de Mestrado atende completamente aos critérios propostos pelos próprios autores e 36,67% atende parcialmente; e no Doutorado apenas 20% dos resumos atende completamente. Nas áreas do conhecimento, houve a prevalência, tanto no Mestrado (52,17%) quanto no Doutorado (57,17%), em Ciências Humanas; e apenas 6,52% em Mestrado não foi especificado. Na faixa etária, buscou-se verificar a idade dos idosos com que os Mestres e Doutores estavam trabalhando em suas pesquisas; no Mestrado 12 dissertações indicavam 60 anos e 17 não especificaram a idade e no Doutorado quatro das cinco Teses não foram especificadas. O método escolhido foi a pesquisa documental descritiva, com uma análise qualitativa, que dá ao pesquisador um conjunto de princípios e definições para uma organização lógica dos aspectos da realidade. A partir destes dados podemos considerar que a conclusão/objetivos se mostrou divergente, principalmente no Doutorado, de tal modo que sua forma inicial de contato com o leitor se perde, pois os trabalhos pesquisados não são claros o suficiente. Nas áreas do conhecimento, as ciências humanas se mostraram prevalentes, pelo fato do objeto ser o próprio ser humano. A faixa etária não foi levada em consideração pelos pesquisadores, porém percebemos que este dado é de suma importância, pois para cada ano a mais que o idoso tiver a condição fisiológica pode ser um fator relevante e que, portanto, deveria ser dada uma maior atenção a ela. Consideramos, também, que pela análise dos dados, dentro desse período temporal de nove anos, poucas pesquisas relatam a relação entre o idoso e a tecnologia, havendo uma maior necessidade de investigação sobre o idoso e essa relação existente entre eles.

Palavras-chave: Envelhecimento, Tecnologia e Qualidade de vida

Trabalho de Iniciação Científica – IC (Trabalho de Graduação)

DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL: A PESQUISA SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NOS CURSOS DE PSICOLOGIA EM GOIÁS.

*Alice de Alencar Arraes Canuto***, *Amanda Lopes**, *João Paulo de Carvalho Maschio** e *Lenise Santana Borges, Renatha Pinheiro Vaz**** (Departamento de Psicologia, Núcleo de Estudos Psicossociológicos, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO).

O presente estudo objetiva investigar como os conceitos de gênero e de sexualidade, e suas intersecções, são articulados na produção acadêmica dos cursos de psicologia em Goiás. Bem como propor, se necessário, recomendações visando à construção de uma formação profissional mais sintonizada com as demandas da atualidade. Para atingir os objetivos acima mencionados, este estudo exploratório documental seguirá a metodologia qualitativa, cujo foco de análise são as práticas discursivas e os sentidos, entendidos como linguagem em ação, sempre múltiplas, situadas e dialógicas. Comporão o *corpus* da pesquisa os trabalhos (monografias, dissertações e teses) dos cursos de psicologia, no período de 1993 até 2008, período que marca a expansão dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil. Serão considerados os trabalhos que demonstrarem no título uma preocupação central com gênero, sexualidade, e seus entrecortes. Os procedimentos metodológicos serão: 1) Revisão de literatura sobre gênero, sexualidade e intersecções; 2) mapeamento das produções acadêmicas sobre gênero, sexualidade, e intersecções, das Universidades/Faculdades de Goiás, seja na forma de monografia, dissertações ou teses; 3) descrição das concepções teóricas e metodológicas nas produções identificadas; 4) análise das concepções descritas conforme objetivos propostos. A análise dos resultados teve como base teórico-metodológica o arcabouço teórico do construcionismo social, e as interpretações contemporâneas para o gênero e a sexualidade a partir dos estudos feministas e dos estudos gays/lésbicos (ou mais recentemente, os estudos *Queer*). Trabalhos que contemplam a discussão de gênero surgem a partir de 2001, principalmente nas áreas clínica, organizacional, e social. Os temas vinculados a gênero são: saúde, trabalho e violência contra a mulher. Gênero aparece como sinônimo de sexo, diferença sexual e papéis sexuais. Não aparece como categoria analítica articulada com questões de poder ou interseccionado com outros marcadores de diferença. A homossexualidade aparece em 1998, basicamente na área clínica, nos quais destacam-se a perspectiva psicanalítica, comportamental cognitiva, gestalt e psicodrama. Percebe-se uma preocupação em explicar as causas da homossexualidade, vista como perversão, doença ou estigma. No que concerne à sexualidade, os trabalhos iniciam-se em 1995, basicamente nas áreas da psicologia social, da saúde/hospitalar e da clínica. Afetividade, mulher, enfermidades oncológicas, AIDS, identidade e as fases de desenvolvimento (infância, adolescência e terceira idade) são os temas preferenciais. Percebem-se em muitos trabalhos uma atenção voltada para a compreensão da sexualidade sob a ótica das teorias do desenvolvimento com um enfoque mais clínico e individual e com tendências normativas. Poucos trabalhos se propõem a problematizar as relações políticas e sociais que atravessam a sexualidade.

Apoio Financeiro: Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPE), Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Bolsa de Iniciação Científica (BIC).

* Bolsista Voluntário

** Bolsista BIC/PUC Goiás

*** Bolsista PIBIC/CNPq

Palavras-chave: gênero, sexualidade, construcionismo social.
Nível do trabalho: Iniciação Científica (IC)

Área de Pesquisa: SOCIAL

O BEM-ESTAR DOS MOTORISTAS DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE UBERLÂNDIA-MG. *Amanda Tamirys Coelho**, *Andressa da Silva**, *Grace Kelly Barbosa**, *Renata Aparecida Basto Santos**, *Tayná Portilho do Prado**, *Tatiana Ribeiro Tanabe*** e *Marilia Ferreira Dela Coleta (Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG)*

De acordo com a literatura, em Psicologia trabalha-se tradicionalmente com a noção de bem-estar seguindo duas vertentes: bem-estar subjetivo e bem-estar psicológico. Sabendo que, com relação ao bem-estar no trabalho, ainda não se chegou a uma concepção clara sobre tal conceito, adotou-se nesta pesquisa a perspectiva que destaca três variáveis em sua composição: satisfação no trabalho, envolvimento com o trabalho e comprometimento organizacional afetivo. Buscou-se identificar os níveis de bem-estar no trabalho de um grupo de motoristas de ônibus urbano de Uberlândia, MG, através dos afetos positivos e negativos e do sentimento de realização e expressividade no trabalho. O interesse em focar neste aspecto surgiu com base em observações da rotina de trabalho dos motoristas, partindo da hipótese de que a maior intensidade de fatores negativos diminui a satisfação e, conseqüentemente, prejudica o bem-estar laboral. A amostra foi não aleatória e de conveniência. Participaram 33 motoristas que se dispuseram a colaborar, em função de sua disponibilidade. Os condutores foram abordados em três diferentes terminais de ônibus da cidade de Uberlândia-MG. Para isso, utilizou-se como instrumento de pesquisa um questionário composto de uma entrevista semiestruturada, contendo uma parte sobre dados pessoais e profissionais e a escala de Bem-estar no Trabalho, composta de uma seção sobre afetos positivos e negativos e outra seção sobre expressão e realização, somando ao todo 13 itens. Os dados obtidos foram analisados com o auxílio do programa SPSS, for Windows versão 16, que efetuou análises descritivas e correlacionais. Foram obtidos os seguintes resultados: a amostra foi composta integralmente por homens; a maioria casado ou amasiado (85%); a escolaridade variou de primeiro grau incompleto a superior completo, mas a maioria (57%) tinha o ensino médio completo ou o primeiro grau completo (33%); A carga horária semanal variou de 36 a 54 horas, com grande parte da amostra (48%) com 42 horas; o salário variou de 1080,00 a 1700,00, com média de 1190,00 reais; A maioria recebe benefícios (76%); 5 tem outros vínculos e 28 não tem. No que se refere às análises correlacionais, verificou-se que quanto maior a idade do motorista, mas baixo é o nível de escolaridade ($r = -0,40$; $p < 0,05$); o maior tempo de serviço está correlacionado com um menor escore em afeto positivo ($r = -0,35$; $p = 0,05$) e menor escore em sentimento de realização ($r = -0,36$; $p < 0,05$); quanto maior a carga horária semanal, menor o afeto Positivo ($r = -0,48$; $p < 0,01$); o salário e a escolaridade não tiveram relação com o bem-estar no trabalho. Por fim, concluiu-se que carga horária de trabalho semanal está relacionada negativamente com os afetos positivos no trabalho e que o tempo de serviço como motorista está relacionado negativamente com os afetos positivos e com o sentimento de realização, ambos indicadores de bem-estar no trabalho.

Palavras-chave: bem-estar; motorista urbano; satisfação.

Nível do trabalho: IC

Área: SOCIAL

A RELAÇÃO ENTRE LOCUS DE CONTROLE E SATISFAÇÃO CONJUGAL EM RECÉM-CASADOS DE PRIMEIRO CASAMENTO. *Bruna Muniz Machado de Carrijo**, *Diogo Santos Victal**, *Felipe Resende de Souza**, *Katherine Pohl**, *Paula Fuchs**, *Vivian de Sá Vieira**, *Marília Ferreira Dela Coleta e Tatiana Ribeiro Tanabe (Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG)*

A relação entre satisfação conjugal e a percepção de controle vem sendo estudada pelos pesquisadores da área de psicologia social há décadas. Contudo, a ênfase dessas pesquisas não tem sido os recém-casados, sendo este segmento ainda pouco explorado. Dessa forma, este estudo buscou verificar a relação entre o locus de controle para o relacionamento conjugal e a satisfação conjugal em recém-casados de primeiro casamento. A amostra constituiu-se de 50 sujeitos casados, sem filhos, com no mínimo um ano e no máximo cinco anos de união marital, sendo 23 homens e 27 mulheres. Como instrumento, foi utilizado um questionário autoadministrável, composto de questões sobre dados pessoais, uma escala de satisfação conjugal, com 24 itens referentes a diferentes aspectos da vida conjugal e uma escala de locus de controle conjugal reduzida com cinco itens. O contato com os sujeitos foi feito em locais de trabalho, de lazer, de estudo, de reuniões religiosas e em horários livres de atividades, sendo que alguns foram enviados e respondidos por *e-mail*. Os procedimentos envolveram uma explicação sobre os objetivos da pesquisa e esclarecimentos da necessidade de responder em particular, evitando a interferência de outras pessoas. Quando o questionário impresso era respondido, para garantir a privacidade e o anonimato era recomendado que, ao terminar o preenchimento, ele fosse colocado de volta em um envelope, e devolvido fechado. Em seguida os dados foram digitados e tratados através do programa SPSS, calculando-se frequências, médias e correlações. Os resultados demonstram que a amostra foi constituída de sujeitos casados em média há dois anos e média de idade de 28 anos. A situação econômica da família, em média, foi considerada boa ($M=3,2$), sendo que a maior parte dos entrevistados possui o ensino superior completo. A amostra indicou que quanto maior o tempo de casamento maior a insatisfação conjugal ($r=0,30$; $p<0,05$) e maior a insatisfação com os aspectos estruturais e de estabelecimento de regras pelo outro ($r=0,30$). Quanto ao nível de escolaridade, constatou-se que quanto mais alto, maior a satisfação conjugal ($r=0,30$) e a satisfação com os aspectos emocionais do outro ($r=0,32$). No que se refere ao locus de controle conjugal, a crença em que pessoas poderosas influenciam o casamento está relacionada significativamente com a satisfação conjugal ($r=0,36$) e com a satisfação com os aspectos emocionais ($r=0,39$) e estruturais ($r=0,30$) do casamento, de modo que quanto maior a crença nos outros poderosos, pior a satisfação. Vale ressaltar que a externalidade ligada ao acaso e a internalidade não se correlacionaram à satisfação conjugal. Conclui-se, portanto, que os resultados confirmam estudos anteriores em que, com o tempo de casamento, a satisfação conjugal tende a um declínio e que indivíduos com maior grau de escolaridade tendem a ter maior satisfação conjugal. As correlações também confirmaram parcialmente o modelo teórico que relaciona locus de controle conjugal com satisfação conjugal.

Palavras-chave: satisfação, locus, recém-casados

Nível: IC

Área: SOCIAL

ASSOCIAÇÃO ENTRE BULLYING E FOBIA SOCIAL; LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO. *Francesca Stephan Tavares** e Lélío Moura Lourenço*
(Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG)

O presente estudo teve por objetivo a realização de um levantamento bibliométrico de artigos científicos sobre a associação entre *Bullying* e Fobia Social, como uma forma de apropriação dos estudos já realizados sob a mesma temática para permitir o diálogo entre as diferentes compreensões, verificando as características das pesquisas existentes e possibilidades de pesquisas futuras. Nos últimos anos, tem aumentado o interesse pelo estudo das implicações da violência social na vida das pessoas. Estudos relevantes têm apontado para a importante relação do *Bullying* ou vitimização entre pares para a idade adulta, associado ao aumento de estados depressivos, ideação suicida e estados ansiosos naquelas pessoas que foram vitimizadas na infância e adolescência. Foi realizada busca eletrônica no Portal Periódicos CAPES de artigos indexados nas bases de dados LILACS (Literatura Latino-Americana de Ciências da Saúde), MEDLINE (Literatura Internacional em Ciências da Saúde), Web of Science, PsycINFO e SCIELO (Scientific Electronic Library Online), a partir do cruzamento das palavras-chave *Bullying* e Fobia Social, *Bullying* e Ansiedade Social, Violência Escolar e Fobia Social e Violência Escolar e Ansiedade Social, no período de 2005 a 2009. Foram encontrados 239 artigos a partir dos cruzamentos realizados. Não foram encontrados artigos sobre a temática presente neste estudo na base de dados LILACS e SCIELO. A análise dos artigos, segundo o país de origem das pesquisas, demonstrou o destaque dos EUA na publicação de artigos na área. Este país representou mais de 49% do total das pesquisas realizadas, além das parcerias realizadas com outros países, como Inglaterra e Israel. Os 239 artigos selecionados foram agrupados segundo faixa-etária da amostra das pesquisas e foram encontrados 65 estudos com a população. Estes artigos foram analisados através da leitura de seus resumos disponíveis. Em relação à metodologia dos 65 artigos, verificou-se que 56 (86,15%) foram classificados como estudos empíricos e quantitativos. Quanto ao ano de publicação dos artigos, foram 13 em 2005, 14 em 2006, 13 em 2007, 15 em 2008 e dez artigos em 2009. Os periódicos Arch Gen Psychiatry, International Journal of Mental Health, Journal of Family Violence, Nursing Research, Occup Med (Lond), Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology tiveram duas publicações cada, enquanto os demais publicaram somente um artigo no período estudado. Dos 65 estudos realizados com a população adulta, somente dez foram sobre sintomas físicos ou psicológicos, mas apenas cinco dos artigos sobre sintomas relacionaram *bullying* ou vitimização na infância e adolescência com sintomas na vida adulta, objetivo desta pesquisa. O presente trabalho mostrou-se relevante por alguns aspectos. Evidenciou a escassez de pesquisas com a temática *Bullying* e Fobia Social, alvo de interesse de pesquisa futura, mas permitiu traçar um panorama das pesquisas realizadas na área, e obter informações importantes, como metodologia mais utilizada nos estudos, periódicos de publicação e artigos específicos que aprofundaram os estudos sobre o tema.

Palavras-chave: *Bullying*, Fobia Social, Portal CAPES.

Mestrado – M

Códigos das áreas da Psicologia - SOCIAL Psicologia Social

PREVALÊNCIA DA INFIDELIDADE NUMA AMOSTRA PERNAMBUCANA.

*Maria Amanda de Oliveira Rodrigues**, *Jane Palmeira Nóbrega Cavalcanti****, *Devilyn Dayz Vieira de Lucena Tenório**, *Ráfeli Andrade Gomes**, *Deborah Cybelly Tavares Pinangé** e *Ionara Maria da Silva** (Faculdade do Vale do Ipojuca- FAVIP. Caruaru- PE)

O ambiente interativo da internet tem influenciado consideravelmente o comportamento e a vida das pessoas, especialmente no contexto dos relacionamentos amorosos e da infidelidade, configurando novas formas de se relacionar. Diante dessa constatação, o presente trabalho teve como objetivo principal avaliar a infidelidade virtual enquanto desestruturadora da relação amorosa estável e as consequências desta no mundo real. Para tanto, verificou-se que as salas de bate-papo e os *sites* de relacionamento ajudaram a potencializar uma vivência extraconjugal, sobretudo, das pessoas que já possuem uma relação estável. Também foi averiguado o quanto as pessoas consideram legítimo o relacionamento online, e as razões que levam homens e mulheres a buscarem um relacionamento extraconjugal no ambiente virtual, além das repercussões deste tipo de comportamento para a relação conjugal. Participaram deste estudo 468 estudantes universitários de uma instituição de ensino superior da cidade de Caruaru. Estes responderam a um questionário que tratava do fenômeno da infidelidade online, ou seja, os Participantes e a Experiência com a Infidelidade tanto real quanto online com perguntas como: Você tem algum familiar ou amigo que trai atualmente? Você já se relacionou afetivamente com alguém através da internet? No que se refere aos resultados, estes revelaram principalmente que mais da metade dos participantes *assumiram já ter traído seus parceiros através da internet* tanto por *razões afetivas* quanto por *razões sexuais*. Outro dado muito relevante indica que *os sites de relacionamento são utilizados para o envolvimento extraconjugal*. Além disso, uma porcentagem considerável da amostra disse que *a infidelidade virtual culminará em presencial*. Estes resultados confirmam as hipóteses levantadas na elaboração desse estudo. Percebeu-se que a maioria dos participantes (69,9%) conhece ou tem algum familiar ou amigo que estava *traindo* naquele momento, bem como conhece alguém que estava sendo *traído* (67,4%). Quando perguntado se já haviam traído seu parceiro, cerca de 61,6% disseram que não pensavam nesse tipo de comportamento. No entanto 36,9% dos participantes já se envolveram *afetivamente* com alguém através da internet e 13,9% se envolveram *sexualmente*. Na ocasião da pesquisa 90,6 % disseram *não estar traindo* e 91,5% acreditavam que não estavam *sendo traídos*. Para tanto o estudo mostra que 76,6% consideram que relacionar-se *virtualmente* com alguém é traição. Este contexto demonstra que a vivência direta e/ou indireta com a infidelidade tanto real como virtual é de fato constatada no cotidiano das pessoas. Levando em consideração que a amostra é tipicamente de conveniência, confirma-se que o fenômeno ora avaliado foi encontrado o que provavelmente qualifica os resultados aqui destacados.

Palavras-chave: Infidelidade *online*, traição, relacionamentos.

(Trabalho de graduação)

DISTÂNCIA SOCIAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM RELAÇÃO AOS DEPENDENTES DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS. *Rhaisa Gontijo Soares***, *Henrique Pinto Gomide**, *Thais Medeiros Lopes**, *Pollyanna Santos da Silveira*** e *Telmo Mota Ronzani (Pólo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG).*

O processo de estigmatização ocorre quando há coexistência de rotulação, estereótipos, preconceito, perda de status e discriminação em uma situação de poder que permite que esses componentes interajam. Segundo a Teoria da Rotulação, quando se aplica um rótulo a alguém, este rótulo identifica ou define de que tipo é essa pessoa. A atribuição de características indesejáveis a alguém pode conduzir à rejeição da pessoa rotulada, ocasionando o distanciamento social. A distância social “refere-se aos graus e níveis de compreensão e sentimento que as pessoas experienciam em relação umas às outras. Explica a natureza de boa parte de sua interação. Registra o caráter das relações sociais” Este estudo teve como objetivos, avaliar as diferenças entre o desejo de distanciamento social dos profissionais de saúde da cidade de Juiz de Fora – MG, Brasil – em relação aos dependentes de álcool, maconha e cocaína, e identificar possíveis relações entre o desejo de distanciamento social em cada um dos casos e variáveis sócio-demográficas desses profissionais. A amostra foi composta por 183 profissionais de saúde de serviços especializados e ambulatoriais do município de Juiz de Fora – MG, Brasil, provenientes de serviços de Saúde Mental e de dois hospitais. Foram utilizados questionários autoaplicáveis, administrados em grupo ou individualmente, durante o horário de trabalho. Buscou-se intervir o mínimo possível na rotina de trabalho dos profissionais e manteve-se o controle de padronização da aplicação. Os instrumentos são: Questionário Sócio-Demográfico; Vinhetas (Dependência de Álcool, Cocaína e Maconha). Este estudo é do tipo exploratório, não controlado, de definição intencional da amostra, já que faz parte de uma pesquisa mais ampla intitulada “Estereótipos e atribuição moral do uso de álcool entre profissionais de saúde de Juiz de Fora”. Sendo assim, os resultados demonstraram que o distanciamento social foi maior para o dependente de cocaína, não havendo diferença significativa entre os escores das escalas para dependentes de álcool e maconha. Os julgamentos de distância social foram independentes de qualquer característica sócio-demográfica da amostra, com exceção do aspecto “nível profissional” em relação ao dependente de álcool. No presente estudo, encontraram-se resultados convergentes aos encontrados na literatura, no que se refere às evidências de que os efeitos negativos do rótulo em relação ao uso de álcool e outras drogas influenciam diretamente no desejo de distância social. Concorde-se que a maneira como alguns profissionais de saúde percebem seus pacientes e conduzem o tratamento dos mesmos é essencial para a qualidade e adesão ao tratamento e realização de atividades de prevenção, sendo as atitudes estigmatizantes, uma barreira para o tratamento. Portanto, destaca-se a necessidade de uma qualificação profissional que ressalte não só a formação técnico-científica, mas também a mudança de atitudes dos profissionais sobre usuários de álcool e outras drogas, para o alcance de ações mais compreensivas, que visem a implementação de estratégias de prevenção e reabilitação para essa condição de saúde.

Bolsa de Produtividades em Pesquisa CNPq e Programa Pesquisador Mineiro FAPEMIG. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG – pela concessão das bolsas de iniciação científica e de mestrado e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – pela concessão de bolsas de iniciação científica

Distância social; dependência a substâncias; estigmatização.

Nível do Trabalho: IC

Código: Psicologia Social

QUALIDADE DE VIDA, BEM ESTAR SUBJETIVO E SATISFAÇÃO COM A VIDA EM PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL. *Flávia Borges Carvalho**, *Noelle Castilho Caldeira Brant**, *Mariana Rosa Moreira**, *Edjane Cristina Borges**, *Alline Alves de Sousa*** e *Marília Ferreira Dela Coleta (Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG)*

Considerando a importância do professor na formação de indivíduos conscientes na sociedade, este estudo visou analisar qual a percepção de um grupo de professores da rede pública sobre aspectos de sua satisfação com a vida e a relação desta com variáveis biográficas, sentimentos, valores e percepção de controle. Participaram 60 professores do Ensino Fundamental da rede pública estadual do Triângulo Mineiro, Minas Gerais. O instrumento continha questões sobre dados pessoais, itens que avaliavam a satisfação com vários aspectos da vida, uma escala de satisfação com a vida e uma questão aberta na qual o sujeito poderia expor os pontos que estavam faltando em sua vida profissional para que ele fosse mais feliz. Os dados quantitativos foram tratados pelo SPSS for Windows e a questão aberta passou por análise de conteúdo. Na amostra de professores, 13,3 % eram homens e 86,7 % mulheres, com idade entre 22 e 58 anos ($M=38$) e renda pessoal entre 345,00 e 3.000,00 reais ($M=1421,00$). Dos sujeitos entrevistados, 60% são casados ou vivem com algum companheiro(a), 21,7% são solteiros e vivem com namorado(a), e 18,3% são solteiros. O salário proveniente de trabalho remunerado foi a fonte de renda principal para a maioria dos entrevistados (90%). Quanto à estrutura familiar, a maioria vive com mulher/marido e filhos (65%), 21,7% vivem com pai e/ou mãe e/ou irmãos, e o restante dos entrevistados moram sozinhos (6,7%), 3,3% vivem com outros parentes e 3,3 % dividem moradia com outros. De modo geral, a situação econômica da família foi avaliada de média a boa. Em média, os entrevistados indicaram que se sentem de igualmente satisfeitos/insatisfeitos a principalmente satisfeitos sobre suas vidas. Verificou-se que as variáveis do estudo que mostraram maior correlação com a Satisfação de Vida ($p<0,01$) foram: situação financeira da família relativa à população ($r=0,377$), sentimento atual sobre a vida ($r= 0,695$), importância percebida no dinheiro ($r=-0,353$), satisfação com finanças ($r=0,545$), satisfação com recreação ($r=0,440$), satisfação com emprego/escola ($r=0,331$), satisfação com moradia ($r=0,333$), satisfação com a vida sentimental ($r=0,397$) e satisfação consigo ($r=0,372$). Na questão aberta que investigava o que está faltando para os sujeitos serem mais felizes na vida profissional, verificou-se que o aspecto mais citado foi “salários mais dignos” (29,5 %). Analisando-se o salário, encontrou-se que o grupo que ganha de 345,00 a 1300,00 reais ($F = 4,8$; $p<0,05$), bem como aqueles que consideram o dinheiro como pouco ou medianamente importante e valioso ($F=4,34$; $p<0,05$), tiveram médias significativamente mais altas na escala de Satisfação com a Vida do que o grupo que ganha entre 1300,00 e 3000,00 reais e o grupo que avalia o dinheiro como consideravelmente importante e valioso. Por outro lado, a avaliação da situação econômica da família foi relacionada positivamente à satisfação com a vida. Dessa forma, os resultados sugerem que são mais felizes e satisfeitos aqueles que dão pouco valor ao dinheiro e que avaliam sua situação econômica familiar de modo mais positivo, mesmo que recebam salário mais baixo.

Sem financiamento ou bolsa

Palavras-chave: satisfação de vida, professores, valores

Nível: IC

Área: SOCIAL

AMIZADES INTERNACIONAIS: O CASO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE GUINÉ-BISSAU E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE RESIDINDO NO BRASIL. *Dominique Costa Góes** (UFES, Vitória, ES) e *Aginaldo Garcia* (UFES, Vitória, ES)

As amizades internacionais são um assunto ainda pouco explorado e são consideradas aqui como amizades entre pessoas de diferentes nacionalidades. Alguns estudos destacam a influência de questões raciais e étnicas nas amizades. A identificação racial, por exemplo, favorece a escolha de amigos, os laços de amizade e as atividades compartilhadas. As amizades interculturais também estão associadas à sensibilidade multicultural e à competência social.

Alguns autores têm investigado amizades de universitários estudando no exterior, porém de um modo geral, esse ainda é um tema pouco explorado em pesquisas brasileiras. Assim, o objetivo geral de

esta pesquisa foi identificar, descrever e analisar alguns aspectos das amizades de universitários estrangeiros de Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe residindo no Brasil visando obter contribuir para a integração social e cultural destes estudantes. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas baseadas em roteiro pré-estabelecido, contendo perguntas fechadas e abertas sobre dados sócio-demográficos, sobre a rede de amigos (participantes, atividades compartilhadas, interesses comuns, comunicação e percepção de propriedades do relacionamento, como satisfação, intimidade, confiança, apoio, conflito e compromisso) e sobre o relacionamento do participante com seus três amigos mais próximos (histórico da amizade e percepção do amigo, dificuldades e o significado dessa amizade, seu papel para a adaptação ao Brasil e a percepção do país). Os participantes foram entrevistados individualmente e os dados foram gravados, transcritos e, posteriormente submetidos à análise de conteúdo. Foram entrevistados

12 alunos de graduação ou pós-graduação da UFES, os quais citaram, ao todo, 116 amigos, incluindo 64 guineenses, 32 brasileiros e 17 de outros países africanos. Os idiomas mais utilizados com amigos foram o português e o crioulo. A maioria dos amigos residia na Grande Vitória e foram conhecidos no Brasil. Os principais interesses comuns foram estudo, lazer, cultura e relacionamentos e as principais atividades compartilhadas foram conversas, lazer, esportes e estudar juntos. Intimidade, confiança, satisfação, apoio e compromisso foram altos (e ainda maiores para os amigos próximos), ocorrendo o oposto com conflito. Os amigos mais próximos foram descritos com base em características pessoais, seu significado e o relacionamento com o participante, destacando o valor da amizade e a ajuda recebida. Quando dificuldades foram citadas, estas se referiam a características pessoais, dificuldades de comunicação e diferenças culturais. Os episódios marcantes estavam ligados a lazer e ajuda do amigo. A maioria das amizades foi relevante para a adaptação ao Brasil, mas apenas parte delas influenciou a forma de ver o Brasil. Através dos dados analisados, destaca-se a necessidade de desenvolver a cooperação social, cultural e científica entre estudantes estrangeiros e pesquisadores e estudantes brasileiros. Para isto ocorrer, sugere-se o desenvolvimento de programas de inserção social, cultural e científica desses universitários, abrindo novas possibilidades de interação e cooperação internacional, contribuindo para a formação de uma sociedade internacional pautada por princípios de direito, justiça e igualdade entre os povos.

Apoio financeiro e/ou bolsas: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), bolsa concedida pelo CNPq.

Palavras-chave: relações interpessoais; amizades internacionais; universitários.

Nível do trabalho: IC

Código da área de pesquisa: SOCIAL

CONTROLE DE ESTÍMULOS: PROCEDIMENTOS RELACIONADOS À LEITURA E ESCRITA.

O ESTABELECIMENTO DE DISCRIMINAÇÕES SIMPLES SIMULTÂNEAS EM INDIVÍDUOS COM DESENVOLVIMENTO TÍPICO E ATÍPICO. *Daniel Carvalho de Matos***, *Maria Amalia Pie Abib Andery*, *Anna Beatriz Muller Queiroz*** e *Gladys Williams* (Laboratório de Psicologia Experimental, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP; Departamento de Psicologia, Universidade Nove de Julho, São Paulo, SP; Applied Behavior Consultant Services, New York, NY)

De acordo com a literatura sobre controle de estímulos, crianças pequenas (média de 4 anos) e indivíduos com retardo mental severo têm dificuldades no estabelecimento de discriminações de estímulos como letras de grafias semelhantes e suas inversões. O presente trabalho visa o estabelecimento de tais discriminações com pouco ou nenhum erro através do procedimento de atraso da dica aplicado a 09 crianças com desenvolvimento típico e 01 adolescente com desenvolvimento atípico (autista com retardo mental severo). Primeiramente foi feito um pré-teste de relações de identidade (MTS) de letras e inversões. Depois, um treino discriminativo simples simultâneo de cores (laranja e verde como S+) e letras (as que os participantes tiveram dificuldades no pré-teste). As cores eram as dicas atrasadas que deveriam favorecer a seleção dos estímulos letras corretas (S+). Após o treino, foi realizado um pós-teste de relações de identidade (idêntico ao pré-teste) para analisar os possíveis efeitos do treino. Por fim, foi feito um pós-teste de relações arbitrárias (MTS) para verificar o estabelecimento de possíveis relações condicionais entre os estímulos empregados no treino (cores, letras e inversões). Como resultado, verificou-se que tanto os participantes com desenvolvimento típico, como o autista, concluíram o treino discriminativo com poucos erros. Em ambos os casos (com algumas diferenças), o treino discriminativo gerou efeitos positivos (melhoras) nas relações de identidade e arbitrárias testadas.

CAPES

Discriminação sem erro; atraso da dica; desenvolvimento atípico

Outro - O

AEC

REVISÃO DE LITERATURA EM LEITURA RECOMBINATIVA: DISSERTAÇÕES E TESES BRASILEIRAS. *Anna Beatriz Müller Queiroz***, *Paula Suzana Gioia e Sueli de Sousa Amaral*** (Laboratório de Psicologia Experimental, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP)

Neste trabalho serão apresentados dados sobre teses e dissertações no tema leitura recombinitiva e que foram produzidas no Brasil. O controle por unidades mínimas na leitura e escrita pode ser observado em testes de generalização em que unidades mínimas são recombinaadas em novas palavras. Na leitura este controle do responder por unidades mínimas não diretamente treinadas é denominado de leitura generalizada ou recombinitiva. Foram coletadas teses e dissertações brasileiras em sites de bibliotecas virtuais, também por esgotamento bibliográfico a partir dos exemplares encontrados nestes sites e por aferição dos curriculum lattes dos orientadores encontrados nas buscas citadas anteriormente. Dos exemplares de teses e/ou dissertações obtidos apenas foram analisados os últimos três trabalhos por orientador que ao longo dos anos manteve sua produção. Diversos fatores são destacados como favorecedores da leitura recombinitiva nas teses e/ou dissertações e serão aqui apresentados.

CAPES

Leitura recombinitiva; teses; dissertações

Outro - O

AEC

PROCEDIMENTOS DE APRENDIZAGEM SEM ERRO E A DISCRIMINAÇÃO DE ESTÍMULOS GRÁFICOS. *Aline de Carvalho Abdelnur** e Daniel Carvalho de Matos** (Laboratório de Psicologia Experimental, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP e Departamento de Psicologia, Universidade Nove de Julho, São Paulo, SP)*

Tem sido extensamente salientado que o processo de alfabetização envolve múltiplas e complexas habilidades, dentre estas o estabelecimento de discriminações entre letras de grafias semelhantes é crucial. Embora muitas pesquisas tenham focado a discriminação de letras de grafias semelhantes ou formas que se assemelham a letras, parece não haver registros de sistematizações destas pesquisas, seus métodos e resultados mais importantes na Análise do Comportamento. Esse tipo de discriminação pode ser difícil em crianças muito jovens com desenvolvimento típico, assim como em crianças, adolescentes e adultos com certas dificuldades de aprendizagem, como nos casos em que há retardo mental severo. Crianças de 4 a 5 anos comumente apresentam dificuldade em diferenciar letras de grafias muito semelhantes, como os pares b/d, f/t, a/e, /p/q. Além disso, o estabelecimento dessas discriminações está sujeito a muitos erros. Procedimentos de ensino como *fading*, *stimulus shaping*, dica atrasada, exclusão, entre outros, podem ajudar a minimizar a ocorrência de erros. O objetivo do presente trabalho é apresentar os principais estudos que tratam da discriminação de letras de grafia semelhante, formas semelhantes a letras e outros estímulos gráficos, assim como os efeitos dos procedimentos mencionados no processo de estabelecimento dessas discriminações.

CAPES

Procedimentos de aprendizagem sem erro; letras; discriminação

Outro - O

AEC

EFEITO DO ENSINO DE PALAVRAS MONOSSILÁBICAS VIA TREINO DE RELAÇÕES CONDICIONAIS ARBITRÁRIAS SOBRE O CONTROLE POR UNIDADES MÍNIMAS EM LEITURA. *Ariene Coelho Souza** (Instituto de Psicologia –Universidade de São Paulo) e Maria Martha Costa Hübner** (Instituto de Psicologia –Universidade de São Paulo)*

O procedimento de discriminação condicional *Matching - to - Sample* é utilizado em estudos que se propõem a investigar experimentalmente as relações envolvidas no “ler” e, mais especificamente, de verificar as possibilidades de emergência de novas relações a partir das que foram diretamente treinadas . No entanto, para uma leitura proficiente é necessário que o aprendiz esteja sob controle de unidades menores do que a palavra, a fim de que o comportamento de ler sob controle das unidades mínimas possa emergir. A maioria das pesquisas nesta área tem sido realizadas a partir do treino e teste recombinativo de palavras inteiras. A leitura sob controle das unidades mínimas, nestes estudos, é exibida geralmente depois de um extenso treino de múltiplos exemplares. O objetivo do presente trabalho foi investigar a possibilidade de um aumento na velocidade de aquisição do controle pelas unidades menores em leitura em relação a estudos anteriores. Para tanto, partiu-se do treino direto de um repertório de quatro palavras monossilábicas. Foram feitos dois experimentos: no primeiro, participaram quatro crianças, com idades entre 3 anos e 10 meses e 5 anos. Os estímulos experimentais originais (conjunto ABC) foram NO, PE, PA e LU e os estímulos experimentais derivados (conjunto A’B’C’) foram LUPA, PANO, PAPA e LULU. Os resultados demonstraram não houve emergência do desempenho em leitura combinativa para nenhum dos quatro participantes. Foi realizado então o segundo experimento a partir de manipulações de variáveis que possivelmente interferiram nos seus desempenhos. Neste segundo experimento, participaram três crianças, das quatro que foram expostas ao experimento anterior. Os estímulos experimentais originais (conjunto ABC) foram BO, BA, LO e LA e os derivados (conjunto A’B’C’) foram BOBA, BABO, LOLA e LALO. Como resultados, dois dos três participantes exibiram o desempenho de leitura sob controle das unidades mínimas (leitura combinativa). Concluiu-se desta forma, que a partição do estímulos é uma variável importante para a independência funcional das sílabas e posterior emergência da leitura sob controle das unidades mínimas. Assim, o treino monossilábico se mostrou eficaz para aumentar a velocidade de aquisição deste repertório para os participantes deste estudo em comparação com estudos anteriores.

Bolsa de mestrado CAPES para o primeiro autor.

Bolsa Produtividade - CNPq para o segundo autor

Financiamento CNPq e FAPESP (para o INCT sobre Comportamento, Cognição e Ensino)

Palavras chave: equivalência de estímulos; aquisição da linguagem; leitura; *matching to sample*.

M

AEC

O DESENVOLVIMENTO DO REPERTÓRIO DE ESCRITA SOB CONTROLE DE DITADO AO LONGO DE UM PROGRAMA PARA O ENSINO DE LEITURA. *Thaize de Souza Reis** e Deisy das Graças de Souza (Laboratório de Estudos do Comportamento Humano, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP)*

Apesar de interligadas no repertório de um leitor proficiente, leitura e escrita são comportamentos diferentes, com antecedentes e relações de controle distintas e aquisição independente. Isso significa que durante a fase de aprendizagem, a aquisição de uma delas não resulta necessariamente na emergência da outra. A inter-relação entre as habilidades ocorre posteriormente e depende de aprendizagem. Vários estudos vêm investigando a relação entre esses repertórios. Em geral, nesses estudos ensinam-se relações que privilegiam o desenvolvimento do comportamento textual e observa-se o efeito de tal ensino no repertório de escrita sob controle de ditado. Alguns desses estudos empregam o paradigma de equivalência de estímulos no planejamento do ensino, o que permite a emergência de relações não diretamente ensinadas. Esse é o caso do programa para o ensino de leitura e escrita desenvolvido por de Rose e colaboradores. Esse programa ensina discriminações condicionais entre palavras ditadas e figuras e entre palavras ditadas e palavras impressas. Adicionalmente, é empregada a tarefa de cópia. A leitura, embora não diretamente ensinada, emerge a partir das relações entre estímulos ensinadas. O ditado, por sua vez, é apenas avaliado, não havendo consequências experimentais programadas em caso de erro, como ocorre para as tarefas ensinadas ao longo do programa. Ainda assim, dados da aplicação do programa mostram a aquisição de ditado após o ensino das discriminações condicionais e da cópia. O desempenho em ditado, em geral, é inferior ao que se observa em leitura e é variável entre os diferentes participantes. O objetivo do presente estudo foi analisar as condições do programa que contribuíram para o desenvolvimento de tal repertório. Participaram do estudo cinco crianças em idade escolar que apresentaram 0% de acertos em uma avaliação inicial de leitura e de ditado. Essas crianças foram expostas ao programa de ensino e ao término das etapas previstas, todos os participantes atingiram índices de acertos superiores a 90% de acertos em leitura e índices superiores a 70% de acertos em ditado na avaliação final, a mesma aplicada inicialmente. A análise dos desempenhos em ditado ao longo dos passos de ensino mostrou que nos passos iniciais, erros em ditado eram os erros mais comuns. Na maioria das vezes, os participantes não conseguiam escrever corretamente nenhuma das palavras apresentadas naquele passo. Em geral, nessas etapas iniciais, o desempenho em ditado só se desenvolvia após a exposição repetida aos passos de ensino. No entanto, à medida que o participante avançava ao longo do programa, os erros em ditado se tornavam cada vez menos frequentes. Isto pode ter sido efeito da aprendizagem das discriminações condicionais que envolviam palavra ditada e palavra impressa, pois à medida que os participantes aprendiam um número maior de discriminações, os erros diminuía. Outros aspectos que podem ter contribuído foram o controle por unidades menores do que a palavra, pois o programa apresenta tarefas com o objetivo de desenvolver tal controle e a tarefa de cópia, que ainda que não ensine ditado, ensina a sequenciar as letras, habilidade importante na escrita sob controle de ditado.

Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

Palavras-chave: leitura, escrita, equivalência de estímulos

Doutorado

AEC

LEITURA A PARTIR DO PROCEDIMENTO GO/NO-GO COM ESTÍMULOS COMPOSTOS. *Daniela de Souza Canovas** (Departamento de Psicologia Experimental, Universidade de São Paulo, São Paulo - SP), Anna Carolina Muller Queiroz** (Departamento de Psicologia Experimental, Universidade de São Paulo, São Paulo - SP e Universidade Nove de Julho, São Paulo - SP) e Paula Debert (Departamento de Psicologia Experimental, Universidade de São Paulo, São Paulo - SP)*

O comportamento de ler ou comportamento textual é definido como a emissão de respostas vocais ou subvocalis (encobertas) sob controle de estímulos textuais. A leitura com compreensão, entretanto, envolve a formação de classes de estímulos equivalentes compreendidas pelas palavras ditadas, palavras impressas, figuras, objetos e eventos correspondentes. Diversos estudos têm utilizado o procedimento de emparelhamento ao modelo (*matching to sample* - MTS) para ensinar habilidades de leitura e os resultados indicam que o MTS tem sido efetivo para o ensino desses repertórios em diversas populações. O procedimento MTS, entretanto, pode favorecer controle inadvertido por posição em populações específicas tais como crianças com desenvolvimento atípico ou necessidades especiais e, eventualmente, com crianças com desenvolvimento típico. Classes de estímulos equivalentes podem ser produzidas por meio de outros procedimentos além do MTS, por exemplo, o procedimento *go/no-go* com estímulos compostos. A aplicabilidade desse procedimento, entretanto, ainda não foi avaliada. Diante disso, o objetivo do presente estudo foi verificar a aplicabilidade do procedimento *go/no-go* com estímulos compostos no ensino de leitura de palavras e compará-lo com os procedimentos de MTS. Participaram do estudo seis crianças com idade entre quatro anos e sete meses e cinco anos e oito meses. As sessões foram realizadas em uma sala da creche freqüentada pelas crianças onde foi instalado um computador. Os estímulos eram figuras (conjunto B) e palavras impressas (conjunto C) apresentadas na tela do computador e palavras ditadas (conjunto A) previamente gravadas. No procedimento *go/no-go* a tarefa da criança era clicar quando apresentados na tela estímulos com função de S+ e não clicar naqueles designados como S-. Ao longo do treino foram utilizadas palavras selecionadas para cada criança a partir de um pré-teste de leitura. No treino foram ensinadas as relações AB e AC. Após a aprendizagem dessas relações foram realizados os testes das relações BC, CB e CD (leitura). As crianças aprenderam as relações AB e AC por meio do procedimento *go/no-go* com estímulos compostos. Todas as crianças leram as palavras de treino no pós-teste de leitura (ou após re-treino das relações AC) e algumas das crianças leram palavras novas (formadas por sílabas das palavras de treino recombinadas), a depender das palavras empregadas no treino. De forma geral, os resultados indicaram que o procedimento *go/no-go* com estímulos compostos foi efetivo para o ensino de leitura de palavras, o que indica a possibilidade de uso desse procedimento em contexto aplicado. Além disso, a maioria das crianças foi exposta a quantidade relativamente pequena de treino para o estabelecimento das relações AB e AC, e emergência de novas relações não diretamente treinadas (BC, CB e CD). Os resultados dos testes de leitura recombinativa replicam os resultados encontrados nos estudos com o procedimento MTS e sugerem a necessidade de treino direto envolvendo aspectos relevantes no controle pelas unidades mínimas. Comparações mais detalhadas acerca do procedimento MTS e *go/no-go* com estímulos compostos exigiria, entretanto, o controle de parâmetros de procedimento (número de tentativas, número de estímulos apresentados, conseqüências programadas, entre outros).

Palavras-chave: leitura; classes de equivalência; procedimento *go/no-go* com estímulos compostos.

Outro – O

AEC

O PROCEDIMENTO DESENHO-ESTORIA COM TEMA: REFLEXÕES NA PESQUISA CLÍNICA.

AUSÊNCIA TEMPORÁRIA DA FIGURA PATERNA: A PERCEPÇÃO DA CRIANÇA ATRAVÉS DO PROCEDIMENTO DESENHO-ESTÓRIA. *Daniela da Silva Lima (Curso de Psicologia da Universidade de Uberaba, MG) e Martha Franco Diniz Hueb (Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG).*

Atualmente evidencia-se o decréscimo da família nuclear composta por pai, mãe e filhos residindo sob o mesmo teto, e o acréscimo da família reconstituída e da família monoparental. Essa, caracterizada por um único genitor responsável, possui peculiaridades que precisam ser consideradas. Estudos psicanalíticos apontam que enquanto a mãe tem a função de acolher e apresentar o mundo externo ao seu filho, o pai representa a possibilidade do equilíbrio regulador para a criança investir no mundo real. Ressaltam ainda que filhos necessitam do par parental para construir dentro de si a imagem positiva das trocas afetivas na convivência da conjugalidade. O presente estudo teve por objetivo identificar pelo olhar da criança, a percepção da ausência paterna temporária, através do Procedimento Desenho-Estória com Tema. Participaram dessa pesquisa quatro crianças com idades entre cinco e seis anos, sendo duas do sexo feminino e duas do sexo masculino, cujos pais estavam trabalhando e residindo há mais de dois anos nos Estados Unidos da América. Após entrevista de anamnese com as genitoras, procedeu-se uma breve atividade lúdica com as crianças a fim de estabelecer-se um bom *rapport*. Em seguida solicitou-se a cada participante três produções gráficas seguidas de histórias associadas aos desenhos. As temáticas foram: “Gostaria que você desenhasse a sua família”, “Gostaria que desenhasse o que pensa que seu pai está fazendo nesse momento” e “Gostaria que você desenhasse o que faria com seu pai se ele estivesse aqui com você”. O referencial de análise sobre as 12 produções realizadas pelas quatro crianças, seguiu o adotado por Trinca. No que se refere a figuras significativas, duas crianças apresentaram representações positivas da figura paterna, uma apresentou rejeição e outra ambivalência. No que tange a sentimentos expressos, todas as crianças apresentaram tristeza devido ao fato do pai viver fora; duas demonstraram sentimento de abandono, e uma de alegria pela possibilidade do retorno do pai. Também se observou expresso a necessidade de proteção, de atenção e de sanar a carência afetiva em duas crianças. Uma delas, a que apresentou rejeição, expressou claramente impulsos destrutivos em relação à figura paterna; já outras três apresentaram impulsos amorosos, porém em todas se observou a ansiedade paranóide de privação, e de abandono. Os mecanismos de defesas observados em três foram de racionalização e idealização e em uma de formação reativa. Todas as crianças inseriram em seus desenhos outras figuras de ligação: os avós, que na falta do pai fazem a função paterna. E em uma delas um objeto transicional: o videogame enviado pelo pai. O número pequeno de participantes não permite generalizações, contudo observou-se que apesar da distância do pai, o grupo avaliado consegue criar novas formas para lidar com a ausência paterna, utilizando muitas vezes, de figuras substitutas e de objetos ou fenômenos transicionais, dentre eles os meios de comunicação que na atualidade facilitam o contato humano: *o skipe e o msn*. Como se trata de um tema pouco pesquisado, mas que faz parte da realidade brasileira sugere-se mais estudos que possam investigar com mais profundidade este processo.

Palavras-chave: Avaliação psicológica, Ausência paterna, Desenho-estória com tema.

Nível do trabalho: P – Pesquisador

Código da área: AVAL. Avaliação Psicológica

O PROCEDIMENTO DE DESENHO COM TEMA EM PACIENTES COM DOR CRÔNICA: A REPRESENTAÇÃO NA VIDA. *Andrea Mi Chang**, *Adriana Del Giudice Cappa**, *Rubens Bergel* e *Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo* (Laboratório de Saúde Mental e Psicologia Clínica Social do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP)

A dor definida como "uma experiência sensorial e emocional desagradável" é descrita em termos de lesões teciduais, reais ou potenciais. A dor é sempre subjetiva e cada indivíduo aprende a utilizar este termo através de suas experiências traumáticas. Muitas pessoas vêm sofrendo de variados tipos de dor de forma prolongada, conceituadas como Síndromes de Dor Crônica (SDC). Nessas, os agentes nocivos não são demonstráveis, ou seja, não se identificam lesões claras e definidas e, mesmo assim, as pessoas acometidas alegam grau elevado de sofrimento e incapacidade, deixando a equipe médica perplexa pelo desnível entre queixas e sinais objetivos. Nessa ótica a Dor tem um sentido na configuração global da personalidade e na história de vida dessas pessoas. É de extrema importância uma abordagem multidisciplinar durante o processo de diagnóstico desses pacientes, estando a Psicologia entre uma das ciências que possibilita uma melhor compreensão a respeito do sofrimento provocado pela dor e auxilia na recuperação e evolução do paciente, promovendo seu bem estar. Diversos procedimentos podem ser usados pelo psicólogo nessa tarefa de compreensão e apreensão do sentido da Dor, entre entrevistas, testes objetivos e projetivos. O Procedimento de Desenhos com Tema é um procedimento que permite o conhecimento do sentido e a representação que a dor tem para o paciente. Esse procedimento é derivado direto do Procedimento de Desenhos Estórias (D-E) sendo uma extensão do D-E para estudos específicos de determinados temas tem para o paciente, e como o paciente significa sua dor, dentro de seu contexto atual. Os pacientes foram convidados a desenharem "Uma pessoa com dor" e em seguida solicitou-se a história associada ao desenho. Foi empregado o Método Clínico na pesquisa o qual visa a compreensão global do sujeito tendo em conta a sua personalidade como um todo. Analisou-se os Desenhos com Tema e as associações a estes, em 10 pacientes, adultos de ambos os sexos, com diversas formas de dor crônica, em especial a dor lombar e a dor torácica não coronariana. Encontrou-se como resultados que a dor assume um papel central na vida dessas pessoas, tomando muito espaço e comprometendo outros aspectos, permeando seus relacionamentos. Também se evidenciou muitos indícios de depressão, nos sinais gráficos e nos relatos. Foram observadas sensações de paralisia, e de vazio diante da vida. A Dor parece assim ter um sentido na vida dessas pessoas, uma vez que precisam dar conta dela, com exames, idas a médicos, procedimentos. Conclui-se pela necessidade de serem implementadas medidas interventivas que possam favorecer mudanças na percepção que essas pessoas têm de si e da realidade, de forma a propiciar uma maior compreensão e contato com suas reais dificuldades, e apoio para que possam encontrar sentido para a sua vida.

Palavras-Chave: Dor crônica- Procedimento de Desenhos com tema; depressão

Nível do trabalho: P - Pesquisador

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

REPRESENTAÇÃO DO PAPEL DO PSICÓLOGO NA INSERÇÃO DA CRIANÇA NA CRECHE A PARTIR DO DESENHO-ESTÓRIA COM TEMA.

Sirlene Aparecida Alves de Sousa (Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos - SP) e Paulo Francisco de Castro (Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos - SP e Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP).

O objetivo do presente trabalho é discutir a representação simbólica do papel do psicólogo no processo de ingresso da criança na creche, a partir da avaliação de mães, por meio do desenho-estória com tema. A entrada de crianças em instituições como uma creche demanda grande atenção por parte dos profissionais, uma vez que se trata de grande mudança na rotina da criança; esse momento traduz maior ou menor necessidade de adaptação e a atuação do psicólogo pode ser de grande valia para os envolvidos: criança, pais, professores e demais profissionais atuantes nas atividades da creche. Participaram do estudo dez mulheres, mães de crianças com ingresso na creche no momento da coleta de dados, com idade variada e escolaridade fundamental incompleta. Cada colaboradora, após uma breve entrevista sobre a instituição, dados da criança e papel do psicólogo, realizou uma produção gráfica e temática a partir do seguinte tema: “Gostaria que você fizesse um desenho de um psicólogo que trabalha na creche e está recebendo uma criança que acabou de entrar nessa creche”, após esse momento, era solicitado que cada mãe narrasse uma história sobre o desenho que acabara de fazer. No que se refere às figuras representativas expressas nas narrações, observou-se incidência de representações positivas, sendo figura fraterna (ou outras) positiva (N=6) e figura materna positiva (N=4), revelando que as mães atribuem catexia positiva às representações do psicólogo nas histórias, além de conferir-lhes uma valorização feminina/materna. Quanto aos sentimentos projetados nas histórias, a maioria atribuiu sentimentos derivados do instinto de vida (N=6), entretanto, o restante da amostra indicou sentimentos ligados ao conflito (N=4), indicando que os afetos percebidos na atuação do psicólogo são predominantemente construtivos, embora ainda surja a idéia do profissional ser aquele atuante diante de situações conflituosas. As motivações inclinam-se àquelas que tratam da necessidade de suprir faltas básicas (N=6), completadas por ações com tendências construtivas (N=4), que mostra uma representação associada ao atendimento das demandas mais primitivas dos envolvidos na relação da creche, embora uma representação de construção também tenha sido expressa. Os impulsos são predominantemente amorosos (N=9) que apresenta uma posição sentida de acolhimento advinda do profissional psicólogo. No que tange aos mecanismos de defesa, não foi possível qualquer generalização, pois houve a expressão de dez tipos diferentes, ou seja, cada mãe indicou um tipo de movimento defensivo na narrativa, o que impõe uma condição idiossincrática para as defesas aplicadas, não sendo possível verificar um padrão entre as mães que compuseram a pesquisa. Assim, os dados indicaram que as mães que participaram do estudo, cujos filhos haviam ingressado em uma creche há, no máximo, um mês, possuem a representação simbólica do papel do psicólogo como um profissional com relações positivas e construtivas, carregando um referencial daquele que pode resolver problemas básicos, a partir de uma postura amorosa e acolhedora. Como os dados restringem-se à amostra investigada, outras pesquisas mostram-se relevantes para generalizações mais consistentes.

Apoio: PIBIC/UnG

Palavras-Chave: Avaliação psicológica, Papel do psicólogo, Desenho-estória com tema.

Nível do trabalho: P - Pesquisador

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

IMAGINÁRIO COLETIVO DE PROFESSORES DE HATHAIOGA BRASILEIROS: UM ESTUDO SOBRE CAMPOS PSICOLÓGICOS. *Marília Gonçalves (Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo) e Tânia Maria José Aiello-Vaisberg (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Grupo de Pesquisa: Atenção Psicológica Clínica em Instituições: Prevenção e Intervenção, Campinas, São Paulo)*

A primeira conferência para promoção de saúde em Otawa foi um marco indicativo de grande avanço, na concepção de saúde e dos agentes promotores. Os cuidados em saúde podem ser compreendidos hoje como um amplo espectro das condutas promotoras de autonomia, isto é, promotoras da capacidade de tomar decisões e de ter controle sobre as circunstâncias da própria vida. Alinhado a esta aceção de saúde, o presente estudo apresenta um desdobramento inicial do projeto que teve como objetivo investigar, psicanaliticamente, o imaginário coletivo de professores de hathaioga, por meio da identificação de concepções imaginativas sobre equilíbrio psicológico e da captação dos campos psicológicos não conscientes, a partir dos quais emergem. A hathaioga vem sendo sistematicamente utilizada como terapêutica complementar de saúde em estudos clínicos que envolvem o sofrimento físico e emocional: hipertensão, fibromialgia, ansiedade e depressão entre outros. A abrangência da técnica de meditação e os resultados de sua utilização já são consideráveis, mas insuficientes quanto à amplitude de conhecimentos que este campo de estudos pode promover. Desse modo propôs-se investigar as concepções imaginativas de saúde de quatro praticantes de hathaioga. O material clínico foi produzido no contexto de entrevista individual para a abordagem winnicottiana da personalidade coletiva consolidando-se por meio do uso de dois procedimentos dialógicos: a narrativa da história de vida e, o “procedimento de desenhos-estórias com tema”. Decidiu-se utilizar o termo equilíbrio psicológico com o intuito de catalisar as concepções imaginativas de saúde tendo em vista que este é invariavelmente empregado pela comunidade praticante de hathaioga para designar o conforto físico, mental e emocional. A narrativa da história de vida foi solicitada a partir da vivência que o iogue considerara mais importante na atualidade, e em seguida foi requerido um desenho de uma pessoa em equilíbrio, sua história, o desenho de um iogue em equilíbrio e mais uma vez sua história. Foram criados/encontrados os seguintes campos: fruição, devoção, ascese e infância feliz. No campo da fruição, emergem condutas que têm como pressuposto que a entrega ao viver é o caminho para se atingir o equilíbrio. Percebe-se, desse modo, uma valorização do prazer e da alegria, bem como uma visão segundo a qual a vida é fundamentalmente confiável e boa. O campo da devoção define-se pela crença de que o equilíbrio psicológico é alcançado por meio de práticas que promovem a vivência da dimensão sagrada da existência como fundamento ontológico do ser. O campo da ascese caracteriza-se pela crença de que o equilíbrio psicológico é alcançado por meio da disciplina, do controle das funções corporais, dos processos mentais e morais. E finalmente no campo da infância feliz, o equilíbrio psicológico é alcançado quando as pessoas são bem tratadas na sua infância pela família de origem, assim serão seguras, e alegres e poderão desfrutar as experiências da vida. O quadro geral permite concluir que os modos particulares pelos quais são forjadas as concepções imaginativas articulam tentativas de atendimento a necessidades emocionais pessoais por meio do conhecimento e da prática das doutrinas orientais e apropriação de idéias psicanalíticas socialmente circulantes.

Palavras-chave: imaginário coletivo, procedimento de desenhos-estórias com tema, professores de ioga.

Apoio: picdt/capes

Nível de trabalho: d- doutorado

Código da área: aval – avaliação psicológica

EXPERIÊNCIA ELEMENTAR EM PSICOLOGIA: INVESTIGAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS, HISTÓRICAS E CULTURAIS.

A PREGAÇÃO DE ANTÔNIO VIEIRA E O CONCEITO DE EXPERIÊNCIA ELEMENTAR DE GIUSSANI: UMA APROXIMAÇÃO DE IDÉIAS. *Sandro Rodrigues Gontijo** e Marina Massimi (Departamento de Psicologia e Educação – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto/SP)*

O processo de metanóia (conversão) buscado pela pregação de Antônio Vieira (1608-1697) se aproxima da metodologia de trabalho epistemológico de Giussani (1922-2005) em sua premissa tríplice (realismo/razoabilidade/moralidade) e seu conceito de Experiência Elementar. O presente trabalho pretende estabelecer termos de comparação entre os autores. A partir de elementos teóricos retirados da Historiografia buscou-se identificar o contexto de produção dos sermões e resgatar pressupostos “psicológicos”, filosóficos e culturais. A leitura de Vieira se deu a partir da hipótese da unidade teológico-retórico-política de sua matriz sacramental. Em seguida foram aproximados termos e conceitos da pregação vieiriana (metanóia, desengano, pregação, livre alvedrio) com os de Giussani (razoabilidade, moralidade, realismo, liberdade, Experiência Elementar). A obra de Giussani não foi utilizada como grade de leitura para interpretar ou analisar um sermão seiscentista, evitando presentismo. Do mesmo modo a obra de Vieira não transparece um sentido que se estende até a atualidade e tem em Giussani uma configuração moderna, o que seria anacrônico. Para o jesuíta o papel do pregador, sua atuação argumentativa, é apenas um dos elementos do processo de conversão. É implícito na metanóia o posicionamento do sujeito de forma a estabelecer um juízo frente ao que lhe é proposto. Em Vieira se repete o drama da liberdade, trazido por Giussani. Há um movimento próprio do ouvinte para a adesão do discurso, e há um reconhecimento prévio já na composição do discurso da humanidade do ouvinte. Nos sermões a realidade possibilita ao homem colher o sentido dos objetos para então conhecer. Pode-se pensar este reconhecimento da realidade como alteridade e como possibilidade de conhecimento como o *realismo* proposto por Giussani. O objeto (a realidade) se afirma, a postura mais condizente é a de reconhecer esta afirmação, evidenciá-la e, então, partir dela para estabelecer o conhecimento. O desengano busca a apreensão de uma razoabilidade. Mas o que o pregador chama ao centro da arena é a moralidade de seus ouvintes. Busca-se o justo lugar das paixões e apetites. Para Vieira o homem destituído da razão e com a vontade submetida às paixões, descaracterizaria sua humanidade. Seria como que um bruto, animalizado ou reificado, um ser com a potência da razão, mas destituído dela. Não se desqualifica ou inferioriza-se, porém, as demais instâncias anímicas. O desengano busca uma ordenação do universo anímico. Há aqui uma teoria do conhecimento onde o ser humano é considerado em sua totalidade. A percepção, os sentimentos, a vontade e a razão concorrem para que se estruture o conhecimento e a capacidade de deliberar, fazer um juízo. Há a possibilidade da vontade ser regida pelas paixões e apetites, ou ser guiada pela razão. O sermão deve informar, deleitar e convencer. Para tal deve trazer em si um valor heurístico, ou seja, possibilitar de modo pedagógico que o ouvinte chegue por si só a verdade. Isto se dá somente se reconhecer no outro uma dinâmica para percorrer este caminho, uma experiência interna que direcione esta aprendizagem, uma Experiência Elementar.

Apoio: CAPES (bolsa de mestrado).

Palavras-chave: Vieira; Giussani, Experiência Elementar

Mestrado – M

HIST

A CORPOREIDADE SEGUNDO A FENOMENOLOGIA CLÁSSICA COMO ELEMENTO DA IDENTIFICAÇÃO E APREENSÃO DA EXPERIÊNCIA ELEMENTAR. *Inaê de Proença Nunes** e *Cristiano Roque Antunes Barreira (Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

O trabalho é orientado de forma a evidenciar o fenômeno da corporeidade, analisada à luz da fenomenologia clássica, método proposto por Edmund Husserl (1859-1938). A fenomenologia clássica consiste na análise da consciência do ser humano, no âmbito de suas vivências, isto é, da redução à intuição das coisas vistas no modo como estas se dão à consciência. O âmbito das vivências deve ser compreendido como correlativo ao mundo circundante, ou realidade presente, no instante aqui e agora. Examinando o território das vivências, a análise fenomenológica empreendida por Husserl e Edith Stein (1891-1942) resulta na apreensão de uma unidade do humano, constituída por uma estrutura qualitativa tríplice: corporeidade, psique e espírito. Neste trabalho a corporeidade é descrita a partir dos momentos individuados pelas reduções fenomenológicas operadas na obra “*O Problema da Empatia*” de Stein. O fenômeno corpo, presente na esfera vivencial proporciona um movimento essencial, no que tange ao desvelar da teoria fenomenológica. O sujeito está presente nos movimentos que lhe aparecem perceptivamente, portanto, é com a corporeidade que é vivenciada o fluxo da consciência mais originário. Nos momentos da análise da obra de Stein, o corpo é reconhecido como centro de orientação de seu “Eu”, que possibilita a percepção de si, como corpo (*Lieb*), e de seu Eu constituinte, sendo vivenciado como um objeto pessoal, com intencionalidade, considerado, assim, como faceta da unidade da pessoa. O objetivo deste trabalho é trazer um recorte desta pesquisa referente ao estudo da corporeidade na obra de Stein e correlacionar a importância deste fenômeno enquanto presença no reconhecimento do ímpeto das questões fundamentais humanas levantadas por Luigi Giussani, como experiência elementar. A experiência elementar tem como princípio indicar de maneira acabada o ímpeto original com o qual o ser humano se lança na realidade que o suscita, trazendo-o a uma reflexão referente às exigências de beleza, verdade, justiça e bem. Assim, é oferecida uma imagem ideal, a partir da própria realidade, de maneira que estimule o ser humano interiormente. A experiência do sujeito de conhecer o corpo como um centro de orientação de seu “Eu”, permite a si próprio experimentar a vida de maneira coerente, que corresponda às exigências de ideal de vida, no exercício de educação, isto é, reflexão, realização de juízos diante a realidade, que pede um posicionamento diante a vida, facilitando que o sujeito entre de fato na experiência, sendo possível apreender a dinâmica humana, tanto a própria, como a de um *alter ego*. Quando realizada a *redução fenomenológica*, que possibilita o encontro da essência da corporeidade que corresponde ao humano, à sua intencionalidade e pessoalidade, é oferecido um novo horizonte, no que diz respeito ao estudo do corpo, e de certa maneira, ao modo como o mesmo é visto, por exemplo, em uma relação terapêutica. Abre-se, então, a possibilidade de compreender o corpo como dimensão psicofísica, como ativo na realização do movimento empático, já que capaz de sentir, participando da compreensão das vivências e da apreensão do ímpeto, desvelando, assim, os sentidos presentes na dinâmica própria do humano na realidade.

Palavras-chave: fenomenologia, corporeidade, experiência elementar.

Iniciação científica – IC

HIST

TRADIÇÃO, FORMAÇÃO DA PESSOA E EXPERIÊNCIA ELEMENTAR: ARTICULAÇÕES EM LUIGI GIUSSANI. *Roberta Vasconcelos Leite** e Miguel Mahfoud (Laboratório de Análise de Processos em Subjetividade, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG)*

Compreender como a formação da pessoa relaciona-se ao seu contexto sociocultural é tema central em Psicologia Social. O lugar da tradição nesse processo é polêmico: ela tende a ser associada a tradicionalismo, alienação e coletividades retrógradas e herméticas. Buscando contribuir para problematização mais complexa do tema, objetivamos compreender como a tradição articula-se à dinâmica de formação da pessoa. Fundamentando-nos na noção de *Experiência Elementar* – formulada por Luigi Giussani para designar o núcleo de exigências e evidências constitutivas do humano – realizamos pesquisa teórica sobre o tema em Giussani. A vivência da realidade não é aglomerado caótico de sensações, mas sim um todo organizado segundo uma visão de mundo baseada na afirmação de valores e significados. Partindo dessa constatação, Giussani ressalta a radicalidade desse dado originário: toda criança nasce num mundo ordenado por seus predecessores, recebe deles uma tradição como hipótese explicativa da realidade e com ela pode compreender as solicitações que lhe chegam e responder-lhes. Para responder de modo pessoal, é preciso comparar o que se encontra com o critério constitutivo da *Experiência Elementar*, e a tradição também se apresenta como imprescindível nesse processo porque: 1) ela é quadro de elaboração da experiência que permite conceber a totalidade, mesmo que vivamos somente situações circunscritas; 2) ela é afirmação sobre o significado da realidade e, sem uma hipótese de significado, não é possível empenhar-se na busca por compreender a experiência e verificar sua correspondência; 3) a comparação com o critério pessoal se desenvolve na observação de como aqueles que transmitem a tradição se relacionam com o real. A lealdade à tradição, portanto, não se configura como negação da individualidade, mas como condição para o posicionamento pessoal: é tomando instrumentos da própria tradição que o sujeito pode verificar efetivamente a pertinência de suas propostas, rejeitar o que se mostra inconsistente e aderir com maturidade ao que reconhece como valor. Se, pelo contrário, tenta-se negar a tradição como ponto de partida, as respostas possíveis são a manipulação da realidade pela presunção, sua alteração pela fantasia, ou seu esvaziamento pela ilusão. Assim, quem tenta se conceber como independente do seu contexto de formação, aliena-se de si mesmo e não é capaz de construir algo novo. O completar-se do processo se dá quando a pessoa desenvolve o sentimento de si como responsabilidade para algo maior e passa a se empenhar ativamente na manutenção e renovação da tradição por ele verificada, construindo cultura e história. Concluímos que a descrição feita por Giussani do modo como nos desenvolvemos ao receber e verificar uma tradição consegue articular de modo original o reconhecimento de que somos formados pelo meio sociocultural à centralidade de nossa resposta pessoal ao que nos é transmitido. Tal descrição apresenta-se como contribuição efetiva para o desafio de abordar a relação sujeito-contexto em sua complexidade dinâmica, enriquecendo a pesquisa e a intervenção em Psicologia Social com a constatação de que a tradição pode ser conceito central para o entendimento da dinâmica de formação da pessoa.

Apoio: CNPq (Bolsa de Mestrado)

Palavras-chave: Tradição; Experiência Elementar; Fenomenologia
Mestrado – M

SOCIAL

CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS ACERCA DA CONCEPÇÃO DE VERDADE E A EXPERIÊNCIA ELEMENTAR: CONTRIBUIÇÕES PARA A PSICOLOGIA. *Carolina de Resende Damas Cardoso** e Marina Massimi*
(Departamento de Psicologia e Educação – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto – SP)

O objetivo deste trabalho é propor uma reflexão acerca das conseqüências para a psicologia científica, decorridas das concepções da verdade presentes em algumas posições filosóficas (o ceticismo, o positivismo, o naturalismo, o instrumentalismo e o pragmatismo) que, por vezes, fornecem alicerces para abordagens psicológicas. A partir desta análise, buscou-se apresentar a proposta da Experiência Elementar como uma alternativa válida para se considerar questões epistemológicas no âmbito desta ciência. A discussão do tema é pertinente, visto que o conhecimento a respeito dos diversos postulados filosóficos e epistemológicos fornece subsídios que possibilitam ao pesquisador da psicologia, posicionar-se diante de seu proceder. Definiu-se a metodologia do estudo histórico para abordar a temática. Afirma-se a necessidade de compreender as concepções filosóficas inseridas em um determinado contexto histórico-social. Em relação ao ceticismo, pode-se verificar que a atitude cética é um recurso metodológico que levanta questionamentos acerca da validade de teorias já existentes. O ceticismo opõe-se aos sistemas filosóficos que buscam o alcance da verdade sobre determinados temas. Em relação ao conceito de verdade, o positivismo opõe-se às teorias metafísicas, visto afirmarem que os enunciados metafísicos não podem ser decididos quanto ao seu valor de verdade, por não poderem ser verificados. O naturalismo, enquanto doutrina a respeito do caráter da epistemologia, coloca o problema da natureza do próprio conhecimento humano, além do aspecto epistemológico, um aspecto também ontológico. Opõe-se a sistemas axiomáticos, na medida em que afirma haver verdades relativas a um determinado sistema de enunciados, de modo que estes não dão garantia da representação de um mundo real, mas de um mundo possível. O instrumentalismo sustenta como critério de aceitação de um enunciado teórico o fato de ele constituir um bom instrumento para a predição de fenômenos. Sustenta a noção de adequação empírica ao invés da crença na verdade. Já o pragmatismo se caracteriza por priorizar as soluções aos problemas práticos, de modo que a ciência e a verdade nada mais são que recursos utilizados para a solução de tais problemas. Em relação à concepção de verdade, ela não é definida como um ideal final da investigação, a ser progressivamente delineada. A verdade é apenas uma ferramenta linguística para realizar as investigações. Proposta por Luigi Giussani, a Experiência Elementar é a estrutura originária dos seres humanos, ‘motor’ de toda atividade humana, critério a partir do qual todas as demais experiências humanas são julgadas. Constitui-se num conjunto de exigências e evidências com as quais o ser humano é lançado no confronto com tudo o que existe. Portanto, constitui o alicerce no qual se apoiar na busca pelo conhecimento, uma vez que se pauta na abertura da razão diante da totalidade da realidade, enquanto correspondência com a verdade. A respeito da dinâmica do conhecimento, a abordagem da Experiência Elementar se pauta em três premissas, o realismo, a razoabilidade e a moralidade. Diante da proposta da Experiência Elementar, concluiu-se que a psicologia científica pode se beneficiar ao atentar-se a concepções que levem em conta a totalidade da experiência humana, visto ser este seu objeto de estudo.

Palavras-chave: concepção de verdade; experiência elementar; psicologia.

Mestrado - M

HIST

PRECONCEITO E RACISMO NO BRASIL.

FAMÍLIA E HOMOSSEXUALIDADE: PRECONCEITO E HOMOSSEXUALIDADE. *Ana Raquel Rosas Torres (Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa - PB) e Luciene Campos Falcão (Universidade Paulista – Campus Goiânia – Goiânia - GO)*

A pesquisa “Juventudes e Sexualidade” realizada pela Unesco e lançada no dia 8 de março de 2004, revelou que em 14 capitais brasileiras 25% dos estudantes pesquisados não gostariam de ter um colega de classe homossexual. As capitais que obtiveram maior índice de rejeição foram Fortaleza, Recife e Goiânia, sendo que há um percentual maior no grupo de meninos entre os participantes que têm esse posicionamento. Ainda referente a essa pesquisa, foi questionado se consideravam a homossexualidade uma doença. As respostas obtidas revelaram que 18% de goianienses e 11,9% de portoalegrenses acreditam que a homossexualidade é uma doença, configurando como os maiores índices do país. Esses dados apontam a presença de um esquema social discriminatório contra o homossexual na sociedade brasileira, o qual difere-se do preconceito racial na sua forma de expressão. Os poucos trabalhos sobre o preconceito e discriminação contra homossexuais realizados no Brasil apresentam resultados que apontam a expressão do preconceito contra os homossexuais como ainda sendo flagrante, ou seja, mais aberta e mais direta, menos preocupada em atender as normas do igualitarismo. Diante do exposto, este trabalho procurou entender o posicionamento dos estudantes universitários goianos sobre a adoção de crianças por homossexuais, ancorando esse posicionamento numa rede de representações sociais sobre a homossexualidade, sobre a melhor forma de educar as crianças e sobre a influência da relação homossexual na criação dos filhos. Teve também como objetivo, verificar como estudantes expressam seu preconceito contra homossexuais, sobretudo nos índices de rejeição à intimidade e expressão de emoções negativas e positivas. No primeiro estudo (n=288) constatou-se que os estudantes tinham atitudes diferentes sobre a adoção de crianças por homossexuais dependendo de como eles representavam a homossexualidade e de suas pertenças sociais. No segundo estudo (n=134) verificou-se que as pertenças religiosas são preponderantes para entender a posição dos estudantes em relação ao casamento homossexual, sendo que a maior parte dos evangélicos não concorda com o casamento homossexual por acreditar que vai contra os princípios formulados por Deus. No terceiro estudo (n=297) constatou-se que os universitários espíritas que concordam com o casamento homossexual são favoráveis à adoção de crianças por homossexuais. Por outro lado, os estudantes que explicam a homossexualidade em termos de comportamentos imorais ou ligada a problemas hereditários e os estudantes de psicologia são aqueles que consideram errado a adoção por casais homossexuais. Os resultados permitiriam classificar os estudantes em três grupos de indivíduos: preconceituosos flagrantes, preconceituosos sutis e não preconceituosos. O grupo mais representativo era composto por preconceituosos flagrantes, corroborando com o fato do Brasil apresentar altos índices de homofobia (Mott, 2003). Esses resultados apontam a necessidade de discutir a tolerância em relação às minorias sociais na educação popular e pretende subsidiar cientificamente o debate sobre a adoção por casais homossexuais

Palavras-Chave: Homossexualidade, preconceito, discriminação

Nível do Trabalho: P

Código: SOCIAL

COMO A SOCIEDADE OS RECEBERÁ? PRECONCEITO E EXPECTATIVAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DE ESTUDANTES FUTUROS “EX-COTISTAS”. *André Faro Santos*** (Doutorado em Psicologia Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA), *Patrícia da Silva*** (Doutorado em Psicologia Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA), *Sâmela dos Santos Anunciação** (Graduação em Psicologia, Faculdade Pio Décimo, Aracaju, SE), *Karianine Santos Santana** (Graduação em Psicologia, Faculdade Pio Décimo, Aracaju, SE), *Winnie Jéssica Almeida Silva Santos** (Graduação em Psicologia, Faculdade Pio Décimo, Aracaju, SE), *Natalia Silva Santos** (Graduação em Psicologia, Faculdade Pio Décimo, Aracaju, SE), *Catiele dos Reis Santos** (Graduação em Psicologia, Faculdade Pio Décimo, Aracaju, SE) e *Marcíaria de Santana Almeida** (Graduação em Psicologia, Faculdade Pio Décimo, Aracaju, SE)

A política de ações afirmativas é um tema atual e polêmico. Há inúmeros argumentos favoráveis e contrários à legitimidade dessas ações, cuja ambivalência se mostra singular no caso das cotas raciais nas universidades. Várias instituições públicas brasileiras adotam a política de cotas e já existem alguns dados a respeito dessa mudança. Estudos apontam a existência de preconceito contra alunos cotistas, ainda que outras pesquisas demonstrem que o desempenho tende a ser igual ou superior em determinadas condições de comparação com os não cotistas. Frente ao que se discute atualmente, que é a pertinência ou não de tal ação afirmativa, pouco se fala sobre a futura inserção do profissional ex-cotista. Sendo que o tema cotas sugere debates na academia e no senso comum, questiona-se aqui como será a receptividade da sociedade, no que tange à credibilidade e reconhecimento profissional, quando tais estudantes cotistas concluírem sua graduação. Logo, o presente trabalho investigou a existência de diferenças quanto às expectativas de inserção profissional e reconhecimento social futuro de estudantes cotistas e não cotistas, brancos e negros. A amostra foi composta por 265 pré-vestibulandos, de 4 escolas particulares de Aracaju (Sergipe), na maioria mulheres (63,4%), idade média de 18 anos, que se autodeclararam brancas (60,8%) e com *status* socioeconômico médio (60,8%). Elaborou-se instrumento composto por 20 assertivas para avaliação das expectativas futuras de inserção e reconhecimento profissional. Nele, constou breve descrição da história antes de entrar na universidade e o desempenho acadêmico de um personagem fictício (*Este é... ele é estudante da...*), apresentado por uma foto de busto ao lado do texto. Dois estímulos foram modificados nos instrumentos: 1. foto (branco ou negro) e 2. inserção, uma única vez, da palavra “cotista” no início do texto (*Este é... ele é estudante cotista da...*), em metade das escalas. A manipulação experimental formou 4 grupos: branco não cotista (G1) com 67 respondentes, negro não cotista (G2) com 70, branco cotista (G3) também 70 e negro cotista (G4) com 58 respondentes. Os resultados mostraram que os grupos diferiram em 6 condições: G3 e G4 foram avaliados como menos capazes que G1 e G2 no sucesso profissional e capacidade meritocrática. G3 foi avaliado com menor capacidade de superação de dificuldades que G1 e G2, e menor solicitação futura de serviços pela sua capacidade profissional em comparação ao G1. Percebeu-se, também, que a competência profissional do G3 foi pior avaliada em relação aos grupos G1 e G2. Quanto às expectativas positivas de inserção profissional, G3 foi pior avaliado que G1. Todas as diferenças tiveram $p < 0,05$. Conclui-se que os personagens cotistas foram avaliados com menor capacidade futura de inserção e reconhecimento profissional em duas condições, não havendo distinção de cor de pele. Entretanto, o personagem branco cotista foi pior avaliado nas 6 condições significativas. Enfim, apesar de não existirem diferenças em relação ao negro cotista, o resultado remete à análise da percepção social

de incompatibilidade entre não ser negro e ser beneficiado pelas cotas, pois, embora pouco midiaticizada neste sentido, as cotas raciais incluem-se na política das cotas sociais.

Palavras-Chave: Política de Cotas; Preconceito Racial; Inserção Profissional.

Nível do Trabalho: P

Código: SOCIAL

PRECONCEITO IMPLÍCITO: A RELAÇÃO ENTRE PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA. *João Paulo Machado Feitoza** (Universidade Federal de Sergipe – São Cristóvão- SE) e Marcus Eugênio Oliveira Lima (Universidade Federal de Sergipe - São Cristóvão- SE)*

O preconceito é tema de estudo que desperta o interesse dos psicólogos sociais desde o início do século XX, decorrente da necessidade de compreender manifestações violentas ocasionadas pelas diferenciações étnico-raciais. A partir da década de 1970 emergiu interesse pelas “novas formas de preconceito”; e dentre estas, com destaque, o preconceito implícito. Os estudos sobre preconceito implícito utilizam metodologias experimentais, adotando frequentemente o paradigma do tempo de resposta e do *priming*. O grupo de pesquisa Normas Sociais, Estereótipos, Preconceitos e Racismo realizou uma série de estudos nos quais foi constatada a existência de preconceito implícito contra negros no Brasil. No presente trabalho ampliamos esta linha de investigação introduzindo também professores e funcionários de universidades públicas como categorias alvo do preconceito. A nossa hipótese principal é a de que haverá preconceito implícito dos professores contra funcionários, sobretudo quando estes forem negros. Segundo Greenwald e Banaji as atitudes implícitas são definidas como traços ou associações sobre os quais temos pouca ou nenhuma consciência, que decorrem das experiências passadas e que mediam sentimentos e ações pró ou contra objetos sociais. Para pesquisarmos as Atitudes Implícitas face a professores e funcionários utilizamos o *Implicit Association Test*, tendo como material estímulo fotografias de membros exemplares das duas categorias profissionais e palavras não estereotípicas positivas e negativas. Foram apresentadas 8 fotos e 16 palavras. Para o pré-teste das fotos, foram entrevistadas 15 pessoas, com idade entre 20 e 56 anos. Não houve diferença significativa entre as fotos no que concerne à idade, a qualidade gráfica, a simpatia do alvo e a aparência física, $F(7, 119) = \leq 1$, n.s. A cor da pele dos exemplares foi também validada como preta ou branca. O pré-teste das palavras, que foi realizado com 20 participantes, permitiu descartar as palavras que em 50% ou mais das vezes foram consideradas como típicas de uma das duas categorias profissionais. O experimento foi então realizado com 24 pessoas, sendo 12 professores e 12 funcionários de uma universidade pública, com idades variando de 26 a 50 anos. Ele consistiu em apresentar fotos e palavras para que os respondentes associassem às quatro categorias (PROFESSOR, FUNCIONÁRIO, BOM, RUIM). A variável dependente foi a latências nas associações das fotos de negros e brancos, funcionários e professores às características positivas ou negativas. Os resultados encontrados no grupo dos funcionários indicam que houve preconceito automático contra os negros em relação aos brancos ($M_{\text{efeito IAT}} = 71,03$ vs. $M_{\text{efeito IAT}} = -57,92$ respectivamente, $F(1, 11) = 6.71$, $p = .02$. Não Houve efeitos significativos da categoria profissional e nem de interação entre cor e profissão, $F_s(1, 11) < 1$, n.s. Os dados coletados junto aos professores estão em fase de análise e serão comparados com os resultados dos funcionários. Os dados obtidos até então confirmam a hipótese de preconceito automático contra os negros. A nossa segunda hipótese de preconceito contra os funcionários não se verifica no endogrupo. No entanto, estamos testando se aparece nas avaliações dos professores. Teorias sobre identidade social e preconceito nortearão a leitura dos dados. Palavras –chave: Atitudes implícitas, Preconceito, categorias profissionais
Nível do Trabalho: M

Código: SOCIAL

NORMAS SOCIAIS E PRECONCEITO RACIAL EM CRIANÇAS E ADULTOS.
*Saulo Santos Menezes de Almeida** (Universidade Federal de Sergipe – São Cristóvão- SE)*

Estudos sobre o preconceito na infância afirmam que a percepção da consciência da raça é fundamental nesse fenômeno e isso já ocorre desde os 3 anos de idade. O preconceito é condicionado pelas normas sociais, e crianças a partir dos 7 anos começam a expressar suas atitudes para os grupos sociais considerando tais normas. Com base nesses pressupostos realizamos dois estudos. O primeiro teve o objetivo de analisar o preconceito racial em crianças. Participaram deste estudo 19 crianças de uma cidade do interior do estado de Sergipe, 11 meninos (57,9%) e 8 meninas (42,1%) (idade de 5 a 8 anos). Para tanto, foi solicitado às crianças que desenhassem duas crianças: uma criança branca e uma criança negra. Através dos desenhos as crianças responderam a questões sobre escolhas e preferências em relação a cinco categorias: riqueza, beleza, inteligência, proximidade e contato. Os resultados revelaram um alto nível de preconceito. A criança negra foi fortemente rejeitada. As crianças de sete e oito anos de idade apresentaram os maiores índices de preconceito. A discussão sugere que o efeito da norma social de igualdade apenas aparece após os oito anos de idade. Vários estudos mostram que crianças de grupos majoritários exibem uma preferência pela cor de pele branca ao invés da negra e que há uma tendência dessas crianças a avaliar características favoráveis do grupo dominante para a cor de pele branca e características negativas para o grupo negro. Mas, como será que se configura o fenômeno do racismo em adultos? O segundo estudo teve como objetivo mensurar e analisar os níveis de preconceito a partir da teoria de orientação à dominância social. A teoria da dominância social tem como objetivo analisar o desenvolvimento das desigualdades sociais e sua manutenção sendo estas vistas como sistemas. A fim de atingir o objetivo proposto entrevistou-se 205 estudantes universitários do Estado de Sergipe, sendo a maioria de estudantes do sexo feminino (62,9%) e solteiros (85,9%), com uma média de idade de 23,87 (DP = 5,83). Estes responderam à escala de orientação à dominância social e a um conjunto de perguntas sócio-demográficas. Os resultados indicaram ser o instrumento utilizado apto a mensurar o proposto pelos objetivos, apresentando índices psicométricos satisfatórios. As análises se deram em função da extração de um fator denominado de dominância social. Foi evidenciada uma certa ambigüidade nas visões dos participantes referentes a adesão ou rejeição às hierarquias sociais. A discussão discorreu em termos das normas sociais como determinantes das formas de se perceber as relações assimétricas de poder na sociedade.

Palavras-Chave: Normas, socialização, poder e racismo

Nível do Trabalho: M

Código: SOCIAL

ENSINO INFORMATIZADO DE LEITURA PARA POPULAÇÕES ESPECIAIS: PROCEDIMENTOS, VARIÁVEIS DE CONTROLE E DIFICULDADES RESIDUAIS.

ENSINO INFORMATIZADO DE LEITURA PARA POPULAÇÕES ESPECIAIS: PROCEDIMENTOS, VARIÁVEIS DE CONTROLE E DIFICULDADES RESIDUAIS. *Ana Claudia Almeida-Verdu (Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP; INCT-ECCE)*

A presente proposta reúne uma série de estudos que abordaram a temática do ensino informatizado de leitura, na perspectiva da Análise do Comportamento, para indivíduos com deficiência intelectual ou com deficiência auditiva e portadores de implante coclear. A sessão visa reunir esses estudos permitindo a compilação de dados que ilustram quais procedimentos vêm sendo adotados nesses casos, quais variáveis estão sendo controladas e quais ainda necessitam de manipulação adicional, quais os principais resultados encontrados e o que ainda falta para que esses programas caminhem na direção de serem bem sucedidos para todos os aprendizes. Os dois primeiros estudos abordam a manipulação de variáveis diferentes no ensino de indivíduos com deficiência intelectual: o primeiro deles mostra a importância da construção de pré-requisitos, anteriores ao uso de um *software* de ensino de leitura e escrita muito bem sucedido para indivíduos com desenvolvimento típico e o segundo ilustra como pode ser importante e promissor controlar variáveis relacionadas com o ambiente e o monitor responsável pela aplicação do mesmo *software*. Ambos apresentam dados de progresso dos aprendizes, especialmente no segundo caso e fornecem pistas importantes sobre as condições necessárias para aprendizagem por esta população. O terceiro e quarto estudos constituirão tentativas bem sucedidas de ensinar sistematicamente um conjunto de relações entre estímulos, via emparelhamento com o modelo para indivíduos com deficiência auditiva e verificar a emergência tanto de repertórios receptivos (seleção de palavra impressa quando a palavra ditada ou o sinal de LIBRAS foi apresentado). Ambos os estudos mostraram resultados positivos na formação de classes equivalentes entre estímulos não treinados (emparelhamento entre palavra impressa e figura e vice versa); uma diferença entre esses estudos é o desempenho expressivo, qual seja nomear uma figura ou uma palavra impressa vocalizando (terceiro estudo) ou emitindo um sinal (quarto estudo), especialmente no terceiro estudo. Essa mesma diferença foi observada nos resultados do quinto trabalho, que estudou participantes com deficiência intelectual, mas num contexto de discriminações simples e condicionais no qual eles nunca foram expostos ao estímulo auditivo correspondente (ou seja, ao nome da palavra treinada). As diferenças entre o desempenho receptivo e expressivo demonstram a possível necessidade desse tipo de treino para a emergência do repertório expressivo, apesar da formação de classes entre palavras impressas e figuras e vice versa estar garantida. Espera-se que o conjunto de estudos forneça subsídios para uma discussão ampla sobre a eficácia desse tipo de procedimento para o ensino de leitura a populações especiais, evidenciando os sucessos, mas também as dificuldades e propostas de resolução desses problemas visando a elaboração de procedimentos cada vez mais eficazes.

Palavras-chave: ensino informatizado; leitura; populações especiais.

ENSINO DE LEITURA E ESCRITA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MENTAL: FOCO NOS PRÉ-REQUISITOS. *Maria Clara Freitas** (Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e Júlio C. C. de Rose (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP; INCT-ECCE).*

A Análise do Comportamento, há muito, tem se destacado na busca por modos de ensinar repertórios complexos a pessoas com deficiência mental. Neste sentido, metodologias com base em equivalência de estímulos têm sido de extrema contribuição e se mostrado altamente eficazes e econômicas, especialmente com relação a conteúdos acadêmicos e habilidades simbólicas. No Brasil, há uma tradição de pesquisas que têm alcançado muito sucesso no ensino de leitura e escrita para crianças com fracasso escolar e dificuldades de aprendizagem. Um destes programas de ensino, computadorizado, foi recentemente adaptado para aplicação a crianças com deficiência mental e obteve, também, ótimos resultados, similares aos verificados pelos estudos anteriores, com outras populações. Entretanto, para dar início ao treino em leitura, era necessário que as crianças apresentassem uma série de pré-requisitos, como: identidade entre diversos estímulos, cópia com resposta construída e reconhecimento de figuras, habilidades que, comumente, são encontradas em falta no repertório de pessoas com níveis mais comprometidos de deficiência mental. Assim, este trabalho apresenta estudos cujos objetivos são: a) a construção de um programa de pré-requisitos para pessoas com déficits na aquisição de tais habilidades; b) determinar as estratégias necessárias para estabelecer tais habilidades; c) avaliar se tal treino, em médio prazo, pode torná-las aptas a ter sucesso no ensino de leitura propriamente dito. Para tanto, três estudos estão sendo realizados: o Estudo 1, com o objetivo de determinar se as estratégias utilizadas nos programas de leitura anteriores construídos neste mesmo *software* seriam suficientes para estabelecer as habilidades almejadas; o Estudo 2, para modificar e ampliar as possibilidades verificadas no primeiro estudo; e o Estudo 3, com a aplicação do treino de leitura e escrita propriamente dito aos participantes que realizarem os demais estudos, para verificar a eficiência do programa de pré-requisitos. Como produto final, espera-se haver construído um programa de ensino auto-suficiente, que avalie habilidades iniciais, indique caminhos a seguir e leve pessoas com deficiência mental até níveis mais altos de compreensão de leitura. Até o momento foi concluído o Estudo 1, com cinco participantes. Seus resultados indicaram que as tarefas tradicionais foram eficientes para ensinar as habilidades almejadas para apenas uma das crianças, e com uma variação muito grande entre escores finais, tempo de permanência no estudo e repetição do treino. Como conclusão, emerge a necessidade de buscar novas estratégias e tipos de tarefas que otimizem o aprendizado desta população. Para tanto, um novo programa está sendo construído, baseado nos dados do primeiro estudo, e a partir de um novo *software*, mais flexível e delineado especialmente para esta finalidade.

Palavras-chave: deficiência intelectual, leitura e escrita, pré-requisitos.

M

AEC – Análise Experimental do Comportamento

AVALIAÇÃO DE VARIÁVEIS MOTIVACIONAIS E AMBIENTAIS PARA O ENSINO INFORMATIZADO DE LEITURA E ESCRITA EM INDIVÍDUOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL. *Priscila Benitez** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e Camila Domeniconi (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP; INCT-ECCE)*

Leitura e escrita são consideradas habilidades relevantes para o repertório acadêmico, por serem a base para toda a aprendizagem posterior ao processo de alfabetização. Entretanto, diversos aprendizes apresentam dificuldades em desenvolver esses repertórios, principalmente, deficientes intelectuais. Nessa direção, um grupo de analistas do comportamento fundamentados no paradigma da Equivalência de Estímulos desenvolveu um *software* de leitura e escrita, denominado ProgLeit, que tem sido utilizado em situação laboratorial e recentemente em ambiente escolar com o intuito de ensinar habilidades básicas de leitura e escrita para indivíduos com diversos repertórios. Dentre suas principais características podem-se destacar conseqüências diferenciais para o desempenho e progressão gradual do conteúdo a ser ensinado, conforme o ritmo de aprendiz. Todavia, o uso desse programa com deficientes intelectuais em situação laboratorial tem demonstrado determinadas complicações, dentre elas, elevado número de sessões para finalizar o primeiro módulo, com maior número de repetição dos passos e baixa motivação do aprendiz para realizar a sessão completa. Sendo assim, esse trabalho objetivou identificar condições motivacionais e ambientais para aplicação do ProgLeit com deficientes intelectuais. Para tal, as variáveis manipuladas foram: desempenho de pais e familiares como monitores e a introdução do programa no contexto residencial. A aplicação das sessões foi conduzida com três participantes, recrutados em escolas especiais. Com a manipulação dessas variáveis, alcançaram-se resultados compatíveis aos obtidos com a aplicação do ProgLeit no contexto escolar numa população de alunos com histórico de fracasso escolar. Os participantes finalizaram o módulo um do programa respectivamente em 44, 42 e 66 sessões, enquanto na condição escolar foi necessária uma média de 82 sessões. O número médio de repetição dos passos também foi compatível entre tais populações, na condição escolar obteve-se uma média de 1,82 repetições por passo e no presente estudo foi uma média de 2, 2 e 3 repetições por passo, sendo que os três participantes diminuíram o número necessário de repetições para alcance dos critérios de aprendizagem, ao longo da exposição ao procedimento. A presença dos pais e familiares como reforçadores generalizados para os participantes pode ter auxiliado em alguma medida a motivá-los a realizarem as atividades propostas, contribuindo num melhor desempenho. Embora esse dado não seja quantificado, oferece indícios para investigações futuras sobre o desempenho do monitor enquanto agente motivador para atuação do aprendiz. A situação aplicada parece ser funcional pelo fator motivacional tanto por parte do monitor, quanto do participante. O monitor por ter como ajudar seu filho e observar os seus pequenos progressos e o participante por ter a chance de mostrar ao pai ou familiar que aprende ou mesmo que já dispunham em seu repertório inicial conhecimentos até então desconhecidos pelos pais ou familiares. A residência enquanto local de aplicação e os pais ou familiares como monitores mostraram que esse contexto e esse tipo de monitoria podem configurar uma situação promissora de aprendizagem para esse tipo de população.

Apoio: CAPES, CNPq: #476414/2008-3.

Palavras-chave: deficiência intelectual, ensino informatizado, leitura.

M

AEC – Análise Experimental do Comportamento

LEITURA EM DEFICIENTES AUDITIVOS IMPLANTADOS COCLEARES: CONTROLE DE ESTÍMULOS ENVOLVIDOS NAS MODALIDADES EXPRESSIVAS E RECEPTIVAS. *Fernanda da Luz Anastácio-Pessan**(Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP), Fabiana Cristina de Souza*(Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP), Bruna Mares Terra*(Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP), Luiza Quadros Katunda*(Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP e Ana Claudia Almeida-Verdu (Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP; INCT-ECCE).*

A deficiência auditiva é definida como qualquer alteração na percepção normal de estimulação sonora. Para casos de perda auditiva profunda, uma alternativa de reabilitação auditiva é a colocação do implante coclear. Estudos recentes e de caráter multidisciplinar (Audiologia e Análise Experimental do Comportamento) têm demonstrado a eficiência do implante no estabelecimento da linguagem receptiva, porém, a linguagem expressiva não apresenta a mesma velocidade de aquisição. O presente estudo teve como objetivo verificar os efeitos de um programa sistemático de ensino de repertório de linguagem receptiva sobre a leitura receptiva (seleção de palavra impressa quando uma figura é apresentada) e expressiva (vocalização na presença de palavras impressas) em crianças implantadas cocleares. Participaram três crianças entre 11 e 12 anos, deficientes auditivas pré-lingual. O delineamento consistiu no ensino da tarefa pelo procedimento de emparelhamento com o modelo (pré-treino), em seguida uma avaliação do repertório do participante em modos ativos e receptivos de linguagem (pré-testes gerais), dos quais foram selecionadas seis palavras para compor as rotinas de ensino e de teste. As relações de ensino e teste seguintes foram apresentadas em um delineamento de linha de base múltipla composto por duas unidades. Cada unidade ensinava e testava as seguintes relações com um conjunto de três palavras: relações condicionais entre palavra ditada e figura (AB), relações condicionais entre palavra ditada e palavra impressa (AC), testes de formação de classes (BC e CB) que atestariam a leitura receptiva e ensino da seleção de sílabas (ACsil); a nomeação de figuras (BD) e a leitura de palavras (CD) com as seis palavras eram avaliadas após cada um dos quatro passos das duas unidades de ensino. No pré-teste, os três participantes obtiveram melhores resultados em repertório receptivo do que em expressivo. Todos os participantes adquiriram as relações condicionais auditivo-visuais (AB e AC) e atestaram, de forma imediata ou atrasada, a formação de classes, uma medida de leitura receptiva. No ensino de seleção de sílabas o desempenho à exceção de P3, o desempenho foi superior a 80% chegando à precisão. Nos pós-testes de nomeação e de leitura, obtiveram porcentagens cada vez maiores de acertos observando os seguintes resultados (inicial → final) na Unidade 1: P1 16,67% → 66,67%; P2 16,67% → 33,34%; e P3 50% → 100% para as palavras dessa unidade. Na Unidade 2 os desempenhos em nomeação foram: P1 33,34% → 66,67%; P2 16,67% → 58,34%; e P3 50% → 100% para as palavras dessa unidade. Ao longo de todas as unidades de ensino o desempenho em seleção de palavra impressa foi superior ao desempenho na vocalização da mesma; e o desempenho na vocalização da palavra impressa foi superior ao de nomeação em figuras, sugerindo que a leitura pode se constituir em um apoio para vocalizações mais precisas em deficientes auditivos implantados.

Apoio CNPq: #573972/2008-7, FAPESP: #2008/57705-8, CAPES/INC&T-ECCE.

Palavras Chave: deficiência auditiva, implante coclear e nomeação.

M

AEC – Análise Experimental do Comportamento

CONTROLE DE ESTÍMULOS NO ENSINO INFORMATIZADO DE LEITURA EM LIBRAS. *Sandra de Lima Ribeiro dos Santos** (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP) e Ana Claudia Moreira Almeida Verdu (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP; INCT-ECCE).*

Para o surdo a Língua de Sinais exerce a mesma função que a linguagem oral para a comunidade verbal ouvinte, ou seja, as funções descritas ao ouvir e falar também são descritas nas modalidades visual e gestual da língua de sinais. O objetivo desse trabalho foi verificar os efeitos de um ensino sistemático informatizado de seleção de palavras impressas e de figuras sob controle condicional do sinal da Libras sobre a leitura de palavras. Participou desse estudo uma criança de nove anos, com surdez bilateral profunda, usuária de aparelho de amplificação auditiva, aluna do 4º ano do ensino fundamental e cujo comportamento verbal ocorre em Libras. Seu desempenho no TDE (Stein, 1994), sub-teste de leitura, foi um acerto em 70 tentativas. O participante foi exposto a rotinas de ensino e testes programadas em um *iBook* com o *software* MTS®. O delineamento adotado consistiu de um pré-treino que ensinava a tarefa de emparelhamento com o modelo, um pré-teste que avaliava o desempenho de entrada em 30 palavras (seleção de figuras e de palavras impressas na presença do sinal; seleção da palavra impressa na presença da figura e vice-versa; emissão do sinal na presença da palavra impressa e do próprio sinal) e selecionava nove palavras de ensino para as próximas etapas. As relações de ensino e teste seguintes foram apresentadas em um delineamento de linha de base múltipla composto por três passos. Cada passo ensinava três sinais da Libras emparelhados com suas respectivas figuras (AB), e os mesmos três sinais emparelhados com as respectivas palavras impressas (AC); depois era testada a emergência das relações entre figuras e palavras impressas que foram emparelhadas ao mesmo sinal (BC e CB) e a nomeação das nove figuras (BD) e a leitura das nove palavras (CD) eram avaliadas após o ensino e teste de cada um dos três conjuntos de palavras. Nos pré-testes o melhor desempenho foi em seleção de figuras na presença do sinal, atingindo 100% de acertos; nas demais relações que envolviam palavra impressa seu desempenho foi muito baixo (entre zero e 40%). Nos passos de ensino que seguiram o participante aprendeu as relações entre sinal-figura e sinal-palavra impressa demonstrando efeitos de *learning-set*. Nos testes de formação de classes demonstrou emergência das relações entre figura e palavra impressa emparelhadas a um mesmo sinal. Os pós-testes demonstram a emergência gradual de nomeação e de leitura, à medida que cada passo de ensino era apresentado. O ensino sistemático e coerente ofereceu condições para a leitura em um surdo que usa Libras ainda que seu desempenho não fosse compatível com o ano.

Palavras-chave: controle de estímulos, surdez, leitura e escrita, Língua de Sinais.

M

AEC – Análise Experimental do Comportamento

DISCRIMINAÇÕES SIMPLES E REFORÇAMENTO ESPECÍFICO E DIFERENCIAL NO ENSINO DE LEITURA A INDIVÍDUOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL. *Isabela Zaine** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e Camila Domeniconi (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP; INCT-ECCE).*

O paradigma de equivalência de estímulos tem sido utilizado como uma proposta operacional para investigação empírica da formação de relações simbólicas, inclusive a leitura. Procedimentos de treino usualmente baseia-se em discriminações condicionais, com apresentação do estímulo modelo controlando a escolha de um estímulo de comparação. Propostas de treinos baseados em discriminações simples têm sido sugeridas com o intuito de ampliação deste paradigma para aumentar seu potencial empírico e tecnológico. Considerando que o reforço faça parte da classe de estímulos equivalentes, o uso de reforçamento diferente e específico para cada classe ensinada pode auxiliar na emergência de classes estímulos. O presente estudo teve como objetivo avaliar o potencial empírico e tecnológico de um treino combinado de discriminações simples e condicionais com o uso de reforçadores específicos no ensino de leitura de seis palavras simples isoladas a indivíduos com deficiência intelectual. Participaram da pesquisa 15 indivíduos com deficiência intelectual, inseridos numa escola especial de ensino com idades entre nove e 15 anos. Deste contingente, oito foram selecionados randomicamente para participarem do grupo experimental e sete para o grupo controle. Foi utilizado o sistema *Web LECH-GEIC* para programação e aplicação do programa de ensino, cujo treino foi composto por tentativas de discriminações simples e entre figuras e entre palavras impressas seguido por um treino de discriminações condicionais com modelo auditivo (som onomatopéico) entre figuras e entre palavras impressas. Os resultados apontaram que houve maior quantidade de repetições e erros nos blocos de discriminações condicionais. Há sólidas evidências de formação de classes de equivalência de estímulos para todos os participantes do grupo experimental, sendo que a média de porcentagem de acertos nos testes de simetria e transitividade avaliadas pelo emparelhamento entre palavra impressa/figura (CB) e figura/palavra impressa (BC) foi substancialmente maior no pós-teste (CB=77,1%; BC=72,9%) quando comparada ao pré-teste (CB=45,8%; BC=33,3%), sendo essa diferença estatisticamente significativa (*Wilcoxon* $Z=-2,120$, $p<0,034$ (BC); $Z=-2,371$, $p<0,018$ (CB)). A nomeação das palavras de treino para este grupo aumentou de uma média de porcentagem de acerto de 3,12% no pré-teste para 45,8% no pós-teste (*Wilcoxon* $Z=-2,527$, $p<0,012$). Os grupos, experimental e controle, não apresentaram diferenças de desempenho estatisticamente significativas (Teste *Mann-Whitney U*) entre si nos pré-testes, contudo, nos pós-testes o grupo experimental apresentou desempenho significativamente superior ao grupo controle para as relações AC ($U=1,0$; $p<0,002$), BC ($U=4,0$; $p<0,005$), CB ($U=7,5$; $p<0,016$), CC ($U=10,0$; $p<0,033$), CRCCs ($U=8,0$; $p<0,020$) e nomeação de palavras de treino ($U=0,5$; $p<0,001$). Nenhum dos grupos apresentou leitura recombinativa. Ao partir de um treino de discriminações simples prévio do de condicionais, o procedimento criou uma situação de ensino de complexidade do mais simples ao mais elaborado. O uso de reforçadores específicos pode haver auxiliado a emergência de repertórios não treinados, como as relações AC, BC, CB e nomeação. Contudo, discute-se que o desempenho nos testes de nomeação pode haver sido prejudicado pelo fato de os participantes nunca terem sido expostos ao modelo auditivo dos estímulos nos treinos, uma vez que foram utilizados sons onomatopéicos como modelos nas situações de discriminações condicionais.

Apoio: FAPESP:# 08/56893-5.

Palavras-chave: discriminações simples; reforçamento específico; leitura.

M

AEC – Análise Experimental do Comportamento

PROCEDIMENTOS BÁSICOS DE CONTROLE DE ESTÍMULOS I: PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO DE TOPOGRAFIAS DE CONTROLE.

RESPOSTAS DE OBSERVAÇÃO EM UMA TAREFA DE *MATCHING TO SAMPLE*: AVALIANDO OS EFEITOS DE DIFERENTES ESTRUTURAS DE TREINO SOBRE A FORMAÇÃO DE CLASSES DE EQUIVALÊNCIA. *Gerson Yukio Tomanari (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Sobre Comportamento, Cognição e Ensino, Departamento de Psicologia Experimental, Universidade de São Paulo – São Paulo, SP); Erik Arntzen (Akershus University College, Oslo, Noruega); Eliana Isabel de Moraes Hamasaki (Departamento de Psicologia Experimental, Universidade de São Paulo – São Paulo, SP); Paulo Sérgio Dillon Soares Filho** (Departamento de Psicologia Experimental, Universidade de São Paulo – São Paulo, SP) e Lígia Mosolino de Carvalho* (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Sobre Comportamento, Cognição e Ensino, Departamento de Psicologia Experimental, Universidade de São Paulo – São Paulo, SP).*

O treino de relações condicionais que geram classes de equivalência é geralmente estruturado nos formatos Linear (LIN, AB-BC), One to Many (OTM, AB-AC) ou Many to One (MTO, BA-CA). Supõe-se que cada uma dessas estruturas produz diferenças no desempenho de treino e, conseqüentemente, na emergência de relações derivadas. Contudo, as evidências empíricas têm-se apresentado inconclusivas a esse respeito. Assim, na busca por novas alternativas metodológicas, o presente experimento investigou os efeitos das estruturas OTM e MTO sobre as respostas de observação que permitiam aos participantes a visualização dos estímulos em uma tarefa de *matching to sample* (MTS) com três comparações. Participaram quatro estudantes universitários que aprenderam dois conjuntos de relações condicionais, sendo que, em uma fase, o treino foi estruturado na forma OTM e, em outra fase, o treino estruturado na forma MTO. Ao final de cada fase, foram conduzidos testes de relações emergentes. Os resultados mostraram diferenças entre os participantes quanto ao desempenho no treino. Entretanto, individualmente, a acurácia das respostas ao longo da aquisição das relações condicionais em linha de base foi semelhante em ambas as estruturas de treinos que, por sua vez, foram seguidos pela demonstração de classes de equivalência por todos os participantes. As respostas de observação aos estímulos modelo e de comparação também foram bastante semelhantes nas duas estruturas de treino. Porém, para dois participantes sob treino MTO, mas não OTM, o controle das respostas corretas foi claramente mais freqüente pela seleção do estímulo convencionado com o correto do que pela rejeição aos estímulos convencionados como os incorretos. Desta forma, ainda que a acurácia ao longo da aquisição das relações condicionais não pareça ser afetada pelas diferenças das estruturas de treino, o controle de estímulos estabelecido durante a tarefa de MTS pode diferir em OTM e MTO.

Apoio: CNPq e Financiamento CNPq e FAPESP (para o INCT Sobre Comportamento, Cognição e Ensino)

Palavras-chave: matching to sample, resposta de observação, estrutura de treino.

Nível: P

AEC

INVESTIGANDO PROCEDIMENTOS QUE FAVOREÇAM O ESTABELECIMENTO DO CONTROLE POR REJEIÇÃO EM TAREFAS DE EMPARELHAMENTO COM O MODELO. *William Ferreira Perez** (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP) e Gerson Yukio Tomanari (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP)*

Em uma tarefa de emparelhamento com o modelo, respostas emitidas pelo participante podem ocorrer tanto sob controle do estímulo modelo e do estímulo comparação programado como S+ (controle por seleção) quanto do modelo e do comparação programado como S- (controle por rejeição). Estudos recentes tem sugerido que os efeitos desses dois controles sobre a formação de classes de estímulos equivalentes deveriam ser avaliados. Para isso, faz-se necessário que tanto o estabelecimento do controle por seleção quanto por rejeição sejam isolados experimentalmente. Diferentes procedimentos capazes de favorecer o estabelecimento do controle por seleção já foram desenvolvidos. No entanto, pouco foi feito com relação ao desenvolvimento de procedimentos capazes de enviesar o estabelecimento do controle por rejeição. O presente estudo pretendeu avaliar os efeitos de diferentes procedimentos no estabelecimento do controle por rejeição por meio de três experimentos realizados com cinco universitários cada. Em todos os casos, foi realizado um treino AB/BC seguido dos testes de transitividade, simetria, equivalência e reflexividade. As sessões experimentais foram compostas por tentativas de emparelhamento com o modelo utilizando dois estímulos de comparação. A tarefa de emparelhamento foi simultânea e, depois de emitida uma resposta ao modelo, não houve atraso na apresentação dos comparações. Em acordo com estudos anteriores, falhas nos testes de transitividade, equivalência e reflexividade e sucesso nos testes de simetria foram considerados como medidas do estabelecimento do controle por rejeição. No Experimento 1, tentou-se favorecer o estabelecimento do controle por rejeição utilizando um procedimento que consiste em apresentar, ao longo das tentativas, uma maior proporção de S+ em relação aos S- (quatro diferentes S+ para cada S- utilizado). Dois participantes apresentaram falhas nos testes, porém nenhum padrão claro de rejeição foi observado. Os três demais participantes não atingiram o critério de encerramento do treino. No Experimento 2, em adição ao experimento anterior, uma máscara que encobria o S+ foi apresentada em 25% das tentativas. Dois participantes apresentaram um desempenho típico de rejeição. Um participante apresentou 100% de acerto em todos os testes e outro apresentou falhas. O quinto participante não atingiu o critério de encerramento do treino. No Experimento 3, uma mesma proporção de S+/S- foi utilizada e a máscara encobriu o S+ em 75% das tentativas. Nenhum participante apresentou desempenho típico de rejeição durante os testes. Três participantes apresentaram erros em alguns dos testes. Dois participantes não atingiram critério de encerramento do treino. Esses dois últimos participantes responderam sob controle da máscara e, nas tentativas em que esta não era apresentada, as respostas foram emitidas ao nível do acaso. Os resultados mostram que a manipulação da resposta de observação por meio do procedimento de máscara pode favorecer o estabelecimento do controle por rejeição quando um numero maior de S+ em relação ao número de S- é apresentado durante o treino. Discute-se a possibilidade de que o controle por rejeição pode vir a ser produzido caso a resposta de observação do S- seja exigida.

Apoio: FAPESP e Financiamento CNPq e FAPESP (para o INCT sobre Comportamento, Cognição e Ensino)

Palavras-chave: equivalência de estímulos, controle por rejeição, resposta de observação

Nível: D

AEC

ANÁLISE DE TOPOGRAFIAS DE CONTROLE DE ESTÍMULOS POR REJEIÇÃO E POR SELEÇÃO COM USO DO PROCEDIMENTO DE MÁSCARAS (*SINGLE-COMPARISON PROCEDURE*). *Ana Karina Leme Arantes*** (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Sobre Comportamento, Cognição e Ensino, Laboratório de Estudos do Comportamento Humano, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e *Júlio César Coelho de Rose* (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Sobre Comportamento, Cognição e Ensino, Laboratório de Estudos do Comportamento Humano, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).

O comportamento simbólico envolve a formação de relações arbitrárias ou convencionais entre signos e seus referentes, que estabelecem uma equivalência contextualizada entre ambos, com um podendo substituir o outro em alguns contextos. A literatura de equivalência de estímulos tem mostrado dados robustos, porém com certa variabilidade de resultados entre participantes, com alguns formando classes prontamente e outros que não demonstram formação das classes esperadas. O emparelhamento com o modelo (MTS) é o procedimento comumente usado para verificar a formação dessas relações, no entanto uma situação experimental envolvendo MTS é bastante complexa quanto ao número de relações potenciais, de tal modo que o participante pode formar equivalências com base em relações diferentes das que são manipuladas pelo experimentador. Por exemplo, as respostas que são computadas como instâncias de uma mesma relação podem incluir diferentes topografias de controle, sendo algumas respostas controladas por relações de seleção (quando o controle da resposta do participante é dado pelo “selecionar” o estímulo correto diante de um determinado modelo) enquanto outras são controladas por rejeição (quando há a “rejeição” de um estímulo incorreto na presença de um determinado modelo). Uma possibilidade de verificar e controlar as diferentes relações de controle durante a linha de base é utilizar procedimentos especiais para induzir e identificar estas relações. Um desses procedimentos é o procedimento de máscaras (*single-comparison procedure*), em que um quadrado negro é introduzido gradualmente ao longo de tentativas de discriminação condicional de linha de base, de modo a obliterar a visão do estímulo por parte do participante. Assim é possível verificar separadamente as topografias de seleção e de rejeição, bem como as diferenças nas formações de relações de equivalência. Foram programados treinos das relações AB, BC e CD, sendo que cada conjunto apresentava três estímulos diferentes (por exemplo: A1, A2 e A3; B1, B2 e B3 etc.), induzindo o controle apenas por rejeição ou apenas por seleção no treino de relações condicionais de linha de base da relação BC, em um dos treinos, e comparando-o com outro treino em que todas as relações eram ensinadas tanto por seleção quanto por rejeição. Os resultados indicam que a aprendizagem da relação BC com apenas uma das relações de controle não é suficiente para a pronta formação de classes de equivalência.

Financiamento: Capes, FAPESP e Financiamento CNPq e FAPESP (para o INCT Sobre Comportamento, Cognição e Ensino)

Palavras-chave: controle de estímulos, equivalência de estímulos, topografias de controle de estímulos.

Nível: D

AEC

RESPONDER POR SELEÇÃO E POR REJEIÇÃO NA APRENDIZAGEM RELACIONAL DE CRIANÇAS POR MEIO DA INTRODUÇÃO DE RESPOSTAS DE OBSERVAÇÃO EM TAREFAS DE MTS. *Priscila Crespilho Grisante* ******(Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP), *Eliana Isabel de Moraes Hamasaki* (Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP) e *Gerson Yukio Tomanari* (Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP)

O estabelecimento de controles diferentes dos planejados pelo pesquisador durante o treino de discriminações condicionais em tarefas de MTS é apontado como variável que pode afetar a formação de classes de estímulos equivalentes. O responder de um participante pode, por exemplo, ocorrer sob controle exclusivo por seleção (S+), sob controle exclusivo por rejeição (S-) ou sob controle misto (tanto por S+ como por S-). Por isso, alternativas metodológicas na tentativa de se investigar tais sutilezas no estabelecimento dos diferentes tipos de controle têm merecido investimentos. O presente trabalho utilizou em algumas etapas experimentais tarefas de MTS modificado, com a introdução de respostas de observação (RO's) como condição para visualização dos estímulos modelo e de comparação. Objetivou-se: 1) analisar a aquisição do responder por seleção e por rejeição em crianças por meio de manipulações na probabilidade da apresentação dos S+ na primeira ou terceira RO emitida e 2) verificar possíveis influências do responder estabelecido pelas manipulações experimentais na formação de classes de estímulos equivalentes. Quatro meninas de 8 a 10 anos participaram de quatro condições experimentais (replicação intra-sujeito). Todas as condições envolveram tarefas de MTS com atraso 0s, treino de duas discriminações condicionais em estrutura linear e testes das relações emergentes (simetria, transitividade e equivalência). Na Condição 1, foi aplicado o procedimento MTS em sua forma padrão. Na Condição 2, foi empregado MTS modificado (exigência de RO's) com igual probabilidade de o S+ ser apresentado nas três janelas de escolha. Na Condição Seleção, a probabilidade de o S+ aparecer na janela referente à primeira RO efetuada pelas participantes foi de 75%, favorecendo o responder por seleção; e na Condição Rejeição a probabilidade de o S+ aparecer após a RO ao terceiro estímulo era de 75%, favorecendo um responder sob controle de rejeição. As condições 1 e 2 foram empregadas nesta ordem a todas as participantes e as condições Seleção e Rejeição tiveram sua sequência invertida para metade das participantes. Todas as participantes atingiram os critérios para finalização da fase de treino para as quatro condições. A formação de classes de estímulos equivalentes foi atestada para as quatro condições experimentais empregadas. Para as condições 1 e 2, todas as participantes mostraram desempenhos emergentes condizentes com a formação de classes de estímulos prontamente. Para as condições Seleção e Rejeição, respectivamente, uma e três participantes apresentaram emergência atrasada de parte das relações condicionais testadas. Não foram verificados efeitos de ordem de apresentação das condições Seleção e Rejeição. Pode-se discutir que a visualização dos S-, mesmo que em poucas tentativas da linha de base, garante as discriminações entre estímulos necessárias para a formação de classes de estímulos. Adicionalmente, a inclusão de respostas de observação ao procedimento MTS foi eficaz em manipular o responder por seleção ou por rejeição e mostrou-se como ferramenta útil para analisar o desenvolvimento de um padrão do responder ao longo dos blocos de treino e testes.

Apoio: FAPESP

Palavras-chave: equivalência de estímulos, controle por seleção, controle por rejeição, resposta de observação, crianças.

Nível: D

AEC

TREINO DE RELAÇÕES SIMÉTRICAS E TESTES DE SIMETRIA EM CEBUS-APELLA. *Rodolfo da Silva Campos**, *Camilla Ribas de Freitas**, *Carlos Vinicius Rodrigues Soares*, *Ana Leda de Faria Brino* e *Olavo de Faria Galvão* (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA).

A literatura tem apontado o treino de exemplares de relações simétricas como variável capaz de produzir simetria em não-humanos. O presente estudo buscou emergência de simetria em um macaco-prego partindo de linhas de base de 4 ou 5 pares de relações A-B e suas simétricas B-A. Foi usado um procedimento de pareamento ao modelo com atraso de 1 s, sendo requeridos 5 toques ao modelo como resposta de observação. A linha de base (LB) para o primeiro teste era formada por 4 pares de relações (A1-B1/B1-A1, A2-B2/B2-A2, A3-B3/B3-A3, A4-B4/B4-A4) mais a relação para a qual o teste seria aplicado (A5-B5). O teste de simetria permitia a escolha correta com base na exclusão dos S- conhecidos, com resultados positivos. Em uma sessão posterior de teste de relações de controle com máscaras observou-se escolhas incorretas nas tentativas em que o controle por S+ era exigido para a escolha correta na relação simétrica (B5-A5). A relação A5B5 foi incorporada à linha de base. Duas novas relações, A6-B6 e A7-B7, foram treinadas em sessões com seis escolhas que permitiam exclusão. Após duas sessões de exclusão com cada uma das novas relações, iniciou-se um novo treino com tentativas de duas escolhas formadas apenas pelas novas relações. Sessões deste treino eram alternadas com sessões de exclusão. O critério para encerramento da alternância foi o de desempenho acima de 90% de acerto em duas sessões do treino com 2 escolhas, continuando-se o treino apenas com 2 escolhas até 90% de acerto em três sessões sucessivas e mais 2 sessões do mesmo treino, com máscaras, para garantir controle misto. Na sessão de teste de simetria, tentativas das relações B6-A6 e B7-A7 com duas escolhas foram inseridas entre tentativas da LB arbitrária de quatro pares de relações, mais A6-B6 e A7-B7, e excluindo-se os pares A5-B5 e B5-A5, mais recentemente treinados. O teste de simetria, que não permitia exclusão, foi negativo. O treino de cinco exemplares de relações simétricas não foi suficiente para produzir desempenho simétrico com controle por seleção. Um novo treino envolvendo dois novos pares de relações será realizado com o objetivo de verificar exclusão da comparação familiar dados um modelo novo e uma comparação nova (exclusão tipo 1) em linha de base arbitrária em tentativas com 7 escolhas e testar simetria de 2 novas relações, visando ampliar a linha de base arbitrária para testes de desempenho por exclusão com modelo familiar, comparações familiares não correspondentes ao modelo e comparação correta nova (exclusão tipo 2). Os dados até aqui indicam que mesmo mostrando capacidade de desempenhar corretamente o pareamento arbitrário com 6 pares de estímulos, ainda não apareceram indícios de formação de classes de estímulos entre os modelos e as comparações correspondentes, ou seja entre os pares positivamente relacionados no treino, como proposto por Sidman. Financiamento: Edital MCT/CNPq 14/2008 Universal P481438/2008-4. Bolsas de IC do INCT-ECCE (FINEP/CNPq) aos alunos de graduação e de produtividade em pesquisa ao quarto autor.

Palavras-chave: exclusão, simetria, *Cebus apella*.

Nível: IC

AEC

APRENDIZAGEM DE RELAÇÕES CONDICIONAIS AUDITIVO-VISUAIS E VISUAL-VISUAIS POR EXCLUSÃO EM CRIANÇAS COM SURDEZ PRÉ-LINGUAL USUÁRIAS DE IMPLANTE COCLEAR. *Marina Pavão Battaglini** e Ana Cláudia Moreira Almeida Verdu (Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Universidade Estadual Paulista, UNESP/Bauru, SP; Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino)*

O responder por exclusão consiste na seleção de um estímulo de comparação indefinido (novo) entre outros previamente definidos (conhecidos), após apresentação de um estímulo modelo indefinido. Este desempenho tem sido extensivamente investigado e relatado na literatura como um fenômeno diretamente relacionado com a aquisição de vocabulário em crianças pequenas. Considerando a necessidade de aprendizagem e expansão de vocabulário em crianças com surdez pré-lingual usuárias de implante coclear (IC), o presente estudo teve como objetivo verificar se estas crianças aprenderiam relações condicionais auditivo-visuais entre palavra ditada-figura (AB) e visual-visuais entre figura-palavra impressa (BC), a partir de um procedimento de ensino por exclusão. Participaram nove crianças entre cinco e nove anos de idade, com surdez pré-lingual e usuárias de IC modelo *Nucleus 24k*. A tarefa exigida da criança era selecionar, com o mouse, uma de três figuras apresentadas nos vértices da tela do computador, após uma palavra ter sido ditada (ensino AB), e selecionar uma de três palavras impressas após a apresentação de uma figura no centro da tela (ensino BC). O procedimento iniciava com o ensino da tarefa e, em seguida, o repertório inicial era avaliado em trinta relações condicionais entre palavra ditada-figura e figura-palavra impressa (Pré-teste). As palavras avaliadas eram todas dissílabas. Três palavras que a criança obteve acertos no Pré-teste eram escolhidas para funcionarem como estímulos definidos e outras três que a criança errou eram escolhidas para funcionarem como estímulos novos a serem estabelecidos pelo procedimento de ensino. Se a criança apresentasse alto índice de acertos no Pré-teste, eram escolhidas pseudopalavras como estímulos novos. Os participantes foram expostos a quatro tipos de tentativas no ensino das relações AB e das relações BC. Durante as tentativas de (1) Linha de Base, eram apresentadas três relações condicionais com palavras conhecidas do Pré-teste. Nas tentativas de (2) Exclusão, eram apresentadas relações com palavras novas, sendo que o modelo correspondia a um estímulo novo e as comparações a um estímulo novo e dois estímulos conhecidos da linha de base. As tentativas de (3) Controle apresentavam relações com estímulos conhecidos da linha de base, mas o estímulo novo apresentado como comparação a ser selecionada na tentativa de exclusão era apresentado como comparação a ser rejeitada. As tentativas de (4) Aprendizagem apresentavam relações estabelecidas nas tentativas de exclusão, mas todas as comparações correspondiam a estímulos novos. De maneira geral, os resultados mostraram aprendizagem das relações AB e BC. Os participantes foram expostos de quatro a seis tentativas das relações novas AB até demonstrarem aprendizagem, com exceção de dois participantes que precisaram de, no máximo, 12 tentativas; e também de quatro a seis tentativas de relações novas BC, com exceção de uma participante que precisou ser exposta a, no máximo, 11 tentativas. Os resultados replicam estudos com ouvintes que descrevem algumas das condições sob as quais o repertório verbal receptivo de crianças se expande e estendem a ocorrência de exclusão em relações entre figura-palavra impressa.

Financiamento: FAPESP- Bolsa, Processo nº 08/56904-7. Apoio: FAPESP (Bolsa Processo nº 08/56904-7), CNPq e FAPESP (para o INCT sobre Comportamento, Cognição e Ensino)

Palavras-chaves: surdez pré-lingual, implante coclear, exclusão.

Nível: M

AEC

CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO DE RORSCHACH EM DIFERENTES TEMAS NA INVESTIGAÇÃO PSICOLÓGICA.

AValiação PsicoDinâmica de Paciente com Transtorno de Pânico por Meio dos Dados Qualitativos do Método de Rorschach. *Paulo Francisco de Castro (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP e Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos - SP).*

A presente exposição possui o objetivo de discutir os elementos qualitativos observados nos dados do Método de Rorschach de um paciente com Transtorno do Pânico, à luz de uma abordagem psicodinâmica. Os dados qualitativos, oriundos da análise simbólica das verbalizações expressas pelo indivíduo, são de grande importância para a compreensão psicodinâmica da personalidade e são extraídos das respostas com maior carga projetiva, sendo aquelas com elaborações com forma distorcida (classificadas quantitativamente com qualidade formal menos), respostas com elaboração de movimento de qualquer tipo (humano, animal ou inanimado) e respostas com superelaborações verbais. Trata-se da análise de um protocolo do Método de Rorschach de um paciente do sexo masculino, com 36 anos de idade, ensino fundamental incompleto e nível sócio-econômico médio. Quanto ao pânico, relata que a primeira crise surgiu desencadeada em uma situação de discussão com sua mãe pelo fato da televisão e do rádio estarem ligados há muito tempo, diante do fato, sai de casa e tem a primeira crise. Não consegue precisar a frequência das crises antes do tratamento, relatando apenas que foram muitas, cita que as mesmas diminuíram há cerca de dois anos (tempo em que se encontra sob acompanhamento médico e psicológico), e ocorrem quando exposto a sons muito altos, queixa-se de um temor do futuro e da ocorrência de novas crises. Submetido ao Método de Rorschach, segundo o sistema compreensivo, para participação da pesquisa, seus dados qualitativos foram analisados sob enfoque psicodinâmico, verificando-se os seguintes aspectos: Conflitos de superego: indicando certa dificuldade em articular os valores normativos, principalmente os que possuem relação com as orientações parentais, levando-o a uma dificuldade de adaptação. Fragilidade geral e resistência: extrema dificuldade em lidar com conteúdos relacionados à ameaça e perigo, não consegue recursos para articular esses aspectos; dificuldade em articular a angústia, prevalecendo uma vivência de conflitos frente a elementos angustiantes, tensão diante da ansiedade com dificuldade em elaborar esse aspecto; movimento regressivo diante do processo de avaliação e dos contatos sociais, tendência à defesa, regressão e interiorização diante das demandas sociais do ambiente. Atitude de medo ou rejeição diante da identidade masculina: frieza diante do masculino e da representação da masculinidade. Atitude de medo ou rejeição diante da identidade feminina: extrema dificuldade em processar os conteúdos relativos às figuras femininas, principalmente aqueles ligados à figura materna. Atitude de rejeição diante de regras adultas, educacionais e parentais: mobilização de sentimentos relacionados a dificuldades relativas aos primeiros anos de vida. Identidade negativa: elementos regressivos e repressivos relacionados à auto-imagem e anseio por liberdade embora associado a um sentimento de fragilidade e fusão. Aspectos de reprodução e sexualidade: sentimento ambivalente frente às questões sexuais, ora tendendo a uma aproximação, ora distanciando-se por retirada de catexia positiva. Tom emocional e atmosfera interpessoal: vivência fálica nos relacionamentos interpessoais; ambivalência frente aos conteúdos de ordem afetiva. Os dados expostos referem-se ao caso estudado e associam-se às idiosincrasias do paciente em questão, permitindo uma avaliação

pessoal e contextualizada de suas angústias e dificuldades oriundas das vivências do pânico.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica, Teste de Rorschach, Psicodinâmica.

Nível do trabalho: D – Doutorado

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

DESENHOS E RORSCHACH: COMPREENSÃO FENÔMENO-ESTRUTURAL.

Andrés Eduardo Aguirre Antúnez (Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo - SP), Jacqueline Santoantonio (Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo - SP) e Klyus Vieira de Freitas (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - SP).*

A análise fenômeno-estrutural aparece em 1966 na França. Para descrever o ser humano dirige-se à linguagem analisada textualmente assim como à produção de pinturas ou desenhos. São duas formas possíveis de acessar as expressões humanas, seus recursos e suas limitações. A partir do método fenômeno-estrutural acompanhamos as progressões de uma pessoa com histórico de depressão ao longo de dois anos. Administrou-se o Método de Rorschach antes de iniciar o acompanhamento psicológico em grupo - Ateliê de Pintura de Livre Expressão -, e após um e dois anos de participação no mesmo. Neste grupo, a paciente produziu desenhos livres. No primeiro Rorschach revelou, entre outras características de personalidade, movimentos passivos e estáticos. Na segunda avaliação, o movimento não apareceu e na terceira, o movimento se mostrou colaborativo. A simetria e a não integração das cores, representantes da racionalidade e da dificuldade em lidar com os afetos, aparecem nas três avaliações. Os desenhos mostram preocupações e interesses com os detalhes, sendo realizados com ritmo lento, com cuidado e com atenção. As cores são suaves e presentes, contrastando com o Rorschach onde não apresenta respostas associadas à cor. Tanto no Rorschach quanto nos desenhos há pouca expressão dos movimentos, denotando uma racionalidade predominando sobre a sensorialidade. O sofrimento e o desamparo iniciais da paciente diminuíram desenvolvendo possibilidades associativas entre os acontecimentos depressivos e sua história, o que não realizava no início do tratamento. Em suas verbalizações, a paciente relacionou suas vivências com as imagens, experimentando também a possibilidade de se colocar no lugar do outro, dirigindo-se a uma abertura em direção ao porvir, à alteridade e ao reconhecimento do outro. Por meio dos desenhos, de suas revelações e das três avaliações psicológicas realizadas pelo método de Rorschach, nos deparamos com surpresas ao longo desse processo, decorrentes de uma ação, não só psicodiagnóstica, mas terapêutica, através de uma compreensão empática e de ações solidárias ao modo de ser do outro. Por meio dos desenhos e das associações que os acompanham nos cuidados terapêuticos, a paciente gradativamente apropriou-se da possibilidade de reconhecer o outro e integrar suas experiências vividas, retomando aspectos de sua história passada, atual e suas expectativas futuras. Comprovamos que a psicopatologia guarda uma coesão e coerência interna surpreendente ao mesmo tempo em que todo ser humano têm capacidades inatas de adaptação. O foco clínico-investigativo vai de encontro à essência da pessoa e de como ela vive o sofrimento que a afeta. Pudemos verificar uma sensibilidade ao mundo dos afetos que precisava ser integrada e foi possibilitada através dos desenhos e do compartilhar as experiências em grupo. Dessa forma, a inter-relação por meio da interlocução é central no método fenômeno-estrutural onde as evoluções são compreendidas pelo acesso à subjetividade compartilhada.

Apoio: CNPq, PIBIC.

Palavras-chave: Psicopatologia fenômeno-estrutural, Desenhos, Método de Rorschach.

Nível do trabalho: Pesquisador – P

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

ENVELHECIMENTO E O MÉTODO DE RORSCHACH: AVALIAÇÃO DA EVOLUÇÃO DE UM GRUPO DE IDOSOS PARTICIPANTES DE UMA PSICOTERAPIA BREVE. *Lídia Rodrigues Schwarz* (Curso de Psicologia da Universidade Metodista de São Paulo – SP)

O Brasil enfrenta uma evolução demográfica, e desse movimento uma das consequências é o envelhecimento populacional. O conhecimento da psicodinâmica do idoso ainda é limitado, pois até a poucos anos a maior parte das pesquisas enfocou a psicologia do desenvolvimento da infância, da adolescência e os aspectos patológicos e as mudanças físicas do envelhecimento. Conhecer os psicodinamismos do idoso, seu funcionamento intelectual e sua afetividade é, portanto, fundamental. O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise crítica do Método de Rorschach, utilizado como instrumento para avaliar a evolução de um grupo de idosos participantes de um processo psicoterápico grupal breve, de orientação junguiana, e verificar, através dos resultados do Rorschach, os benefícios decorrentes dessa modalidade de intervenção. Participaram desta pesquisa sete idosos, seis mulheres e um homem, com idade entre 60 e 70 anos, estudantes de uma universidade livre da terceira idade, sem histórico de doenças psiquiátricas graves e/ou incapacitantes. Esses alunos foram convidados a participar de um processo psicoterápico grupal, de tempo limitado (dez sessões e uma de *follow up*), com duração de 1h20' cada sessão. Após a realização de entrevistas abertas, o Rorschach foi aplicado na forma de teste-reteste (antes e após a psicoterapia). O referencial adotado para aplicação e análise do Rorschach é o proposto por Bruno Klopfer. As características que mais se destacaram nesse grupo, nos dois momentos, foram: um número alto de respostas, predomínio de um tipo de apreensão de caráter mais subjetivo em detrimento da capacidade de abstração e síntese, atenção aos aspectos mais práticos da realidade dentro do esperado, presença de indicadores de ansiedade situacional, dificuldade no controle racional e na objetividade, acuidade perceptiva perturbada, sensibilidade aos estímulos emocionais, imaturidade emocional e instabilidade afetiva no contato com a realidade. As alterações que apareceram no reteste, após a Psicoterapia Grupal Breve, apontaram para a existência de benefícios significativos, tais como: maior controle da ansiedade, redução do nível de crítica e do nível de ansiedade e medo associados às relações interpessoais, o não aparecimento de conteúdos relacionados à impulsividade e ao descontrole, uma afetividade mais viva, com maior abertura para o contato com o outro e um controle emocional mais eficaz sem prejuízo das manifestações emocionais mais espontâneas. A maior estabilidade emocional observada no reteste é um dado significativo, pois a existência de um controle emocional adequado, nessa fase de profundas transformações, pode facilitar a adaptação às exigências do meio. A partir dessas conclusões, pode-se considerar que o Método de Rorschach favoreceu a identificação dos benefícios decorrentes da Psicoterapia Grupal Breve e possibilitou também vislumbrar a amplitude e a profundidade das transformações psíquicas que ocorreram.

Palavras-chave: Envelhecimento, Avaliação Psicológica, Psicologia Analítica

Nível do trabalho: D – Doutorado

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

DINÂMICA AFETIVA EM IDOSOS: ESTUDO DE CASOS COM A PROVA DE RORSCHACH. *Marilia Gonçalves (Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos - SP)*

O presente estudo é um desdobramento da dissertação de mestrado: “dinâmica afetiva em idosos: um estudo com a prova de rorschach” que traçou o perfil psicodinâmico de idosos preservados cognitivamente objetivando encontrar dados que subsidiassem a proposição de medidas psicológicas preventivas no envelhecimento e, sendo necessário tratamento psicológico. Foram investigados 14 idosos, uma sub-amostra de uma população de idosos que foram seguidos no estudo longitudinal e interdisciplinar o epidoso, “epidemiologia do idoso”, realizado no centro de estudos do envelhecimento da universidade federal de são paulo. Para a realização do perfil psicodinâmico dos idosos utilizou-se o psicodiagnóstico compreensivo realizado por meio de uma aplicação da prova de rorschach e da narrativa da história de vida dirigida por protocolo clínico desenvolvido na experiência de atendimento. O tipo de vivência mais encontrado foi o introversivo, seguido pelo extratensivo, e pelo ambigüal. Houve preponderância de idosos no processo primário do funcionamento mental indicando, desse modo, necessidade de gratificação imediata. Três participantes demonstraram planejamento gratificação em longo prazo, e um apresentou equilíbrio precário pela presença de conteúdos primitivos da personalidade que ameaçam inundar a função egóica. No âmbito da conduta, o grupo apresentou dificuldades quanto a redimensionamento de valores e de vida, tais como mudança na aceitação de novos papéis sexuais e de gênero, dificuldades em empreender atividades que comportassem novos interesses colocando em curso a vontade de realização existente. A concepção psicológica preponderante foi de sentimento de apreensão quanto às incapacidades e dependência de familiares, tanto econômicas quanto funcionais. Cada pessoa traz uma temática psíquica comum a população de idosos e as outras faixas do desenvolvimento psíquico. Alguns deles estavam, paulatinamente, se retirando da vida familiar e social e, nestes casos, pudemos observar que, durante a vida, essa conduta já vinha ocorrendo em outras épocas do desenvolvimento de modo mais ou menos impactante e que, no ingresso do desenvolvimento na velhice, esse isolamento foi ativado com maior evidência. Outros demonstravam sentirem-se impotentes diante do desafio de empreender atividades que lhes possibilitassem realizar novos interesses existentes. Entendemos que o sofrimento psíquico desse grupo traz como tema principal o campo da submissão como conduta de toda vida. Nesse campo as falhas no desenvolvimento psicológico conduzido rumo ao amadurecimento impediram a pessoas alcançarem as capacidades necessárias para a continuidade do ser, de sentir-se vivo, feliz e criativo. O idoso está vulnerável às exigências sociais e precisa ser considerado como pertencente à comunidade, estabelecer vínculos e realizar novos papéis sociais. Está em pauta a necessidade de repensar modos de promover a permanência ativa do idoso como parte integrante de uma cultura que se redimensiona cotidianamente.

Apoio: capes

Palavras-chave: envelhecimento, saúde, psicologia.

Nível de trabalho: m - mestrado

Código da área: aval - avaliação psicológica

EM BUSCA DE UM CORPO: ESTUDO SOBRE OS LIMITES CORPORAIS NO RORSCHACH EM PESSOAS COM SINTOMAS PSICÓTICOS. *Tatiana Tung Gerencer*** (Professora na Universidade Bandeirante de São Paulo, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, ambos em São Paulo-SP) e *Maria Abigail de Souza* (Professora Titular no Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo-SP).

A partir das idéias de Freud sobre a importância da percepção na construção do eu e do papel de mediador que o eu exerce entre o mundo interno e o mundo externo, das contribuições de Klein sobre a angústia de fragmentação e das contribuições de Winnicott sobre o conceito de continência, Anzieu formula seu conceito de eu-pele. O eu é por ele compreendido como o invólucro psíquico que é construído a partir e em continuidade a uma experiência corporal. É também uma experiência progressiva de que a superfície do corpo, a pele, apresenta características de continência e de proteção. A relação com o ambiente vai favorecer a formação desse invólucro psíquico com funções de continência, permitindo a separação entre mundo interno e externo. Na psicose, essa função continente não se estabeleceu adequadamente, tornando fluido os limites entre fantasia e realidade. No Rorschach esse eu fragilizado pode manifestar-se através de imagens corporais degradadas, mórbidas ou mutiladas, que pode ser compreendida como a expressão de um eu-pele esburacado e, portanto, incapaz de conter. Como instrumento perceptivo que propicia a projeção, o Rorschach serve como intermediário para a expressão da qualidade desse envelope corporal. Fischer e Cleveland desenvolveram uma escala que se mostrou sensível à forma como uma pessoa vivencia seu próprio corpo, e como se estabelece o papel de continência da imagem corporal. Esta escala Barreira-Penetração consiste na classificação de qualidades dos conteúdos das respostas ao Rorschach associadas à idéia de conter e proteger, denominada Barreira (“B”), e de passagem ou fragilidade dos limites, denominada Penetração (“P”), que são quantificadas em função de sua frequência no protocolo. De acordo com os autores, é esperado como valor normativo a proporção de 4B para 2P. O objetivo do presente estudo é identificar como se evidencia no Rorschach a noção psíquica de eu-pele através do uso da escala Barreira-Penetração de Fischer e Cleveland. Para tanto, foram comparados 20 protocolos de Rorschach de pessoas com sintomas psicóticos (grupo experimental) e 20 protocolos de pessoas sem esses sintomas (grupo controle). A entrevista, a assinatura do termo de consentimento e a aplicação do Rorschach ocorreram em local propício para a avaliação psicológica. Como resultado, observou-se que seis dos protocolos do Grupo Experimental apresentaram duas ou mais respostas do tipo Penetração acima da quantidade de respostas do tipo Barreira, mas nenhum sujeito do grupo controle apresentou essa diferença ($P - B \geq 2$). Quando as respostas Penetração são quantificadas de forma independente das respostas Barreira, não ocorrem diferenças entre os grupos estudados. Como alguns critérios de classificação das respostas nesta escala incluem a exclusão de certas respostas frequentes aos estímulos Rorschach, discute-se possíveis contribuições à escala, derivadas de estudos teóricos e pesquisas mais recentes.

Palavras-chave: Rorschach, Psicose, Escala barreira-penetração.

Nível do Trabalho: D - Doutorado

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

EXPERIÊNCIA ELEMENTAR EM PSICOLOGIA: FORMAÇÃO DA PESSOA, EXPERIÊNCIA DE DOR E RACIONALIZAÇÃO, IMPLICAÇÕES PARA MARKETING.

TORNAR-SE SI MESMO: EXPERIÊNCIA ELEMENTAR E NÚCLEO PESSOAL EM GIUSSANI E STEIN *Ana Cláudia Bernardes Guimarães** e *Miguel Mahfoud (Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG)*

Discutir acerca da experiência humana, considerando os fatores que permitem a pessoa ser si mesma, é um tema relevante para a psicologia. Objetiva-se analisar a relação entre os conceitos de experiência elementar e de núcleo da pessoa para melhor compreender como o ser humano se posiciona no mundo formando a si mesmo. Realizou-se pesquisa teórica sobre os conceitos de experiência elementar na obra de Luigi Giussani e de núcleo pessoal na obra da fenomenóloga Edith Stein. O conceito de experiência elementar refere-se a um conjunto de exigências (de amor, felicidade, justiça e verdade) e evidências constitutivas do ser humano que geram uma vibração de desejo, direcionando a ação da pessoa. Cada experiência pode ser avaliada a partir desse conjunto de desejos essenciais - a experiência elementar - que ao integrarem a unidade do sujeito correspondem ao ponto de referência singular para os próprios posicionamentos. O núcleo da pessoa dá ao ser humano uma marca única e corresponde a uma disposição original, que é expressada em maior ou em menor grau, dependendo da vontade e das condições externas. As dimensões estruturais humanas (psíquica, espiritual e corporal) associadas de maneira dinâmica pelo núcleo pessoal, compõem a unidade da pessoa, capaz de se posicionar de modo a corresponder às características próprias, podendo alcançar a auto-realização. Pôde-se apreender que ambos os autores propõem uma compreensão acerca de um campo comum: a constituição da pessoa. Além disso, demonstram que, a partir dos posicionamentos pessoais, pode-se conceber a unidade das dimensões humanas. Ou seja, as atividades intelectuais permitem um posicionamento diante das reações psíquicas (estados e sentimentos vitais) emergidas por meio da dimensão corporal que capta os estímulos do mundo. Assim, as ações puramente reativas não condizem com o eu humano, já que a existência dessa unidade pessoal implica na emissão de um juízo diante das provocações da realidade. Os elementos próprios da pessoa direcionam a maneira como experienciam as relações consigo mesma e com a alteridade, remetendo-as a um sentido existencial. Ambos os conceitos também referem-se aos desejos de amor, de conhecimento, de bem, de beleza, de justiça e finalmente, de felicidade que permeiam as relações pessoais. Essas buscas são suscitadas no contato com a realidade, que abrange o meio comunitário com sua cultura cujos conteúdos podem receber novas configurações a partir da atividade criativa peculiar dos sujeitos. Ressaltam que é somente em ação num todo maior que a pessoa é capaz de desvelar as próprias capacidades e interesses que ao serem atuadas auxiliam na formação plena de si mesma. Conclui-se que a experiência elementar, contida em cada vivência humana, solicita a busca de relações condizentes com os desejos essenciais e o núcleo pessoal indica uma direção ao desenvolvimento pessoal de forma plena e singular. Dessa forma, ambos os conceitos, ao abarcarem os dinamismos propriamente humanos, permitem conhecer o processo de formação pessoal em sua inteireza, que contempla o desejo da pessoa de tornar si mesmo possibilitando o alcance da auto-realização e da formação autêntica de si.

Apoio: PROBIC/FAPEMIG

Palavras-Chave: fenomenologia; conceito de pessoa.

Iniciação Científica - IC

SOCIAL

A EXPERIÊNCIA DE DOR SOB O OLHAR FENOMENOLÓGICO: CONTRIBUIÇÕES DA EXPERIÊNCIA ELEMENTAR À DINÂMICA EXISTENCIAL DE ATLETAS LESIONADOS EM TRATAMENTO. *Giovanna Pereira Ottoni** (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo) e *Cristiano Roque Antunes Barreira* (Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)

A dor é parte da existência dos homens e está atrelada irremediavelmente à sua natureza e condição. Esta presença constante pode ser encontrada no contexto do esporte de alto-rendimento, ao se reconhecer uma dor física com desdobramentos psíquicos imediatos e articulados que nascem da experiência de um projeto de vida interrompido ou mesmo perdido pela ocorrência de lesões. Essa realidade no esporte foi ponto de partida para uma pesquisa empírica de cunho fenomenológico que buscou compreender o horizonte existencial de atletas lesionados em tratamento e afastados da prática. Tal pesquisa elucidou o propósito da investigação presente de buscar uma articulação dos resultados encontrados através do método fenomenológico, com o conceito de Experiência Elementar de Giussani, explicitando suas potenciais contribuições ao trabalho do psicólogo. Os dados colhidos através das entrevistas realizadas no primeiro estudo, desvelaram uma experiência de dor que se manifestou como ameaça a esse projeto existencial, sendo tomada como genérica e impessoal, fundada em uma *cultura* do esporte coerciva, pautada na presença de um discurso funcional e performático perante o atleta. Isto aparece direcionando os atletas ao alcance de algo positivo no futuro, sobrepondo à incerteza do momento vivido, uma certeza apoiada em prognósticos definidos e discursos de autoconfiança. Os atletas relatam trazer à tona num primeiro momento, as perguntas que emergem da experiência de dor presente, abandonando-as em seguida por se tratarem de potenciais prejuízos à eficácia do tratamento fisioterápico. Na perspectiva filosófico-existencial de Giussani isto é chamado de **negação prática das perguntas** que, trazida para a discussão, aponta como consequência um ceticismo diante da realidade imposta e correspondendo a uma alienação da experiência referente a uma restrição no acesso à realidade nos seus fatores integrais. À luz da experiência elementar, este questionamento existencial poderia ser retomado pelo psicólogo por via de um relacionamento dialógico com o atleta, solicitando-o a um posicionamento e juízo pessoal. Para tanto, o desdobramento da experiência elementar pode fornecer apontamentos para os temas importantes que a experiência de dor suscita, possibilitando uma coragem do atleta em relação a si mesmo e às perguntas provocadas pela realidade dramática que vive. Conclui-se que essa abertura a uma dor que pertence àquele que a sofre, implica a afirmação do real, uma ênfase no sujeito, uma atenção à dinâmica própria da razão e um processo de elaboração contínua, o que é, segundo Giussani, uma educação para a liberdade. Diante de uma fragilidade psíquica que pode ser encontrada na experiência de dor, a experiência elementar se coloca como proposta afirmativa de como conduzir a existência baseada nas evidências da experiência humana e de suas necessidades. A psicologia tem nessa perspectiva, a tarefa de aprofundar essa questão e contribuir para a compreensão das perguntas fundamentais acerca do ser humano, tomadas de sua raiz filosófica. É nesse ponto de reflexão que a experiência elementar pode ser identificada, isto é, na busca do sujeito por uma correspondência entre o que encontra no mundo e na história, e os anseios que constituem sua própria pessoa na direção de um posicionamento existencial próprio.

Apoio: CNPq

Palavras-chave: Dor, atletas, fenomenologia, experiência elementar

IC

CLIN

RACIONALIZAÇÃO NO CONTEXTO DA CLÍNICA PSICOLÓGICA: COMPREENSÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA ELEMENTAR. *Rafaela Ladeira de Souza**, *Yuri Elias Gaspar*** e *Miguel Mahfoud* (Laboratório de Análise de Processos em Subjetividade, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG).

A racionalização – processo psicológico que consiste em dar razões aparentes, toleradas pelo sujeito, em lugar das razões reais, que não são admitidas – tornou-se tema importante a ser enfrentado devido à sua frequência constatada na clínica psicológica. Tal processo vem acompanhado de insatisfação e angústia frente à impossibilidade de resolver os problemas mesmo de posse dos argumentos que os justifiquem, o que solicita a problematizar o modo como a racionalização pode reduzir a dinâmica de razoabilidade própria da experiência humana. A presente pesquisa teórica, fundamentada na obra do fenomenólogo Luigi Giussani, objetiva investigar a dinâmica característica da racionalização e a possibilidade de superá-la. Razão, para Giussani, se refere à capacidade de abertura, própria do ser humano, que possibilita o conhecimento. Razoabilidade designa o posicionamento na ação que expressa e realiza a razão. Na racionalização, ao contrário, a possibilidade de conhecimento é reduzida a argumentos tomados como resposta suficiente à questão. Ao fazer isso, reduz-se a possibilidade de conhecer o que, de todas as explicações estabelecidas, diz respeito ao que é mais próprio da pessoa. Nesse sentido, impede-se o conhecimento de si mesmo, não provocando seu posicionamento. É dessa ausência de um posicionamento da pessoa, em que ela não se reconhece nos próprios argumentos, que nasce a angústia, por não saber em que ponto ela perdeu sua referência pessoal, e a insatisfação, por ver que o modo como ela se ocupa do problema levado à clínica não é suficiente para resolvê-lo. As justificativas para os problemas se transformam em obstáculo ao contato consigo mesma, dificultando a identificação de vivências correspondentes a suas exigências fundamentais, seu posicionamento pessoal e, conseqüentemente, sua realização pessoal. A possibilidade de realização está justamente em conseguir entrar em contato com o centro da pessoa e fazer a experiência da percepção de si, que para Giussani se refere ao conhecimento daquilo que constitui a Experiência Elementar, as exigências da pessoa que emergem enquanto critérios radicais que fundamentam e norteiam sua ação no mundo. Portanto, a racionalização constitui-se como atitude não razoável diante das perguntas fundamentais, na acepção de Giussani. Conclui-se que o reconhecimento de um núcleo pessoal constitui-se como ponto de referência que permite que a pessoa seja crítica em relação ao processo redutivo da racionalização. Portanto, o contato do sujeito com seu centro de referência se mostra razoável, pois implica em um posicionamento de abertura à totalidade da sua experiência, movimento próprio da razão que o realiza enquanto pessoa.

Palavras-chave: Racionalização; Fenomenologia; Experiência Elementar.
Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação)

Código: CLIN

A ÉTICA DA ESCRITA: UM PERCURSO ONTOLÓGICO ANALISADO À LUZ DA EXPERIÊNCIA ELEMENTAR. *Luciano Inácio Mariano**, *Yuri Elias Gaspar*** e *Miguel Mahfoud (Laboratório de Análise de Processos em Subjetividade, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG).*

A formulação fenomenológica de Giussani acerca da Experiência Elementar – conjunto de exigências e evidências com as quais o homem é lançado no mundo, critério para a ação humana – permite observar a experiência da escrita literária. Escrita é entendida como instrumento pessoal que, ao mesmo tempo em que concretiza e preserva a linguagem e a cultura, pode fazer parte significativa do processo de constituição do sujeito. Objetiva-se compreender como a escrita auxilia no processo de formação do eu, no que concerne ao escritor. Para tanto, realiza-se pesquisa teórica utilizando contribuições de Adélia Prado e Luigi Giussani. Na interação sujeito-mundo, o sujeito conhece a si mesmo na resposta que dá às solicitações do mundo. Na experiência da escrita, o escritor persegue o ser daquilo que observa no mundo, e a incidência da realidade em sua consciência o leva a escrever. Adélia Prado, quando discute o papel e a natureza do escritor, diz que a escrita não é pura expressão do autor, não coincide somente com o pensamento que o autor elabora, por si, sobre a realidade, mas sim com o pensamento que formula no relacionamento com a realidade. Para viabilizar a expressão do ser reconhecido no mundo, é preciso se voltar para a realidade. Segundo Giussani, o olhar realista se volta para as evidências e exigências do mundo e do ser. A escrita pode ser uma resposta do escritor às provocações do mundo. Escrever é exaltar o ser e responder à sua presença – o que constitui processo ontológico –, dar-se conta de si dentro da amplitude do meio; e não é apenas dizer de si mesmo. Considerando as formulações de Giussani, apreende-se o risco de se reduzir a potencialidade da escrita através (1) da evasão sentimental, quando se enfoca o sentimento mais que o objeto inspirador; (2) da auto-afirmação, quando o escritor se auto-afirma perante o objeto, negligenciando sua função como ignição do processo de escrita; (3) da fragmentação do objeto e perda da dinâmica total deste como fonte de inspiração. Entende-se o papel da escrita na afirmação do eu do escritor, na medida em que na escrita o autor pode expressar seu posicionamento diante daquilo que lhe suscita resposta. Vê-se a relevância da elaboração de uma Ética da Escrita que, ao balizar o ato de escrever, facilite o processo de constituição do sujeito de modo correspondente às solicitações do mundo e às suas exigências e evidências fundamentais. Entende-se ética em sua compreensão etimológica, como *Ethos* que remete ao hábito pessoal e ao costume social da escrita. Portanto, a edificação de uma Ética da Escrita favorece a emergência do eu no relacionamento com a realidade, e promove um cuidado para que as exigências e evidências constituam um *Ethos* que dê espaço tanto para a expressão singular quanto para a provocação da realidade. Conclui-se que a experiência da escrita pode possibilitar com que a afirmação do eu coincida com a afirmação do mundo, sem cair numa auto-afirmação ou numa exaltação externa do mundo que desconsidere o posicionamento pessoal do escritor.

Palavras-chave: Experiência Elementar, Fenomenologia, Psicologia e Cultura.
Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação)

Código: CLIN

EXPERIÊNCIA ELEMENTAR, NÚCLEO DA PESSOA E AS SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS DO MARKETING. *Carmen Silvia Porto Brunialti Justo** (Departamento de Psicologia e Educação – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/SP) e Marina Massimi (Departamento de Psicologia e Educação – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/SP)*

O objetivo deste trabalho é abordar os conceitos de experiência elementar e núcleo da pessoa em suas implicações para a psicologia do Marketing, buscando contribuir com a formação de profissionais de Psicologia, Marketing e Comunicação, num enfoque interdisciplinar das questões sobre o ser humano e os temas da motivação, consumo e necessidades humanas. É utilizado em primeiro lugar o conceito de experiência elementar, apresentada na obra “O Senso Religioso” (2009), de Luigi Giussani (1922-2005), que analisa com profundidade a trajetória da realização humana e procura, através de suas experiências com a realidade, compreender o ser humano de uma forma mais completa. A experiência elementar parte de um método que é imposto pelo objeto, pela própria pessoa. A questão que se impõe é: O que é o elemento humano e onde está inserido em nossa atividade? A partir da tríplice premissa: realismo, razoabilidade e incidência da moralidade, Giussani propõe um caminho de aberturas para o encontro com o ser humano e o estudo de como este, através das suas experiências, reage diante das realidades que lhe são impostas. A experiência elementar neste contexto permite buscar o elemento humano, presente no consumidor, enquanto sujeito do ato de consumir. Em segundo lugar, abordamos na perspectiva do método histórico conceitual, as relações entre os temas da motivação, consumo e necessidades humanas e o conceito de núcleo da pessoa da filósofa Edith Stein (1891-1942), sendo que este conceito parece ter semelhanças com o de experiência elementar de Giussani. O conceito de núcleo da pessoa remete a idéia de alma com centro e, segundo a filósofa, desde o princípio configura-se como o elemento principal da diferenciação do homem. Este conceito traz importantes implicações para o processo de formação da pessoa, que segundo Stein, é fruto da integração de fatores internos e externos. E, para que esse percurso aconteça, o ser humano é constantemente provocado pela realidade que o cerca sendo motivado a manifestar desejos e necessidades. Ao analisar e resgatar historicamente as conceituações de Stein, acerca dos temas propostos, buscou-se uma abordagem mais integral da pessoa e da satisfação das necessidades. Resulta que ambos os conceitos, o de experiência elementar e o de núcleo da pessoa, proporcionam uma investigação dos elementos peculiares do ser humano e uma ampliação da abordagem ao conceito de consumidor no mundo contemporâneo. Especialmente fecundos estes dois conceitos se apresentam no que diz respeito à análise do consumidor infantil e da modalidade em que as exigências provocadas pelas aberturas do desenvolvimento da criança são estimuladas e motivadas pelas ações de marketing e comunicação. Visamos assim analisar o ser humano presente no consumidor infantil, a partir do conceito de experiência elementar que segundo Giussani é inerente ao ser humano deste seu nascimento e a ênfase que Stein dá à alma da criança como sendo “tenra e maleável”, ou seja, aquilo que nela penetra pode ser facilmente determinante para toda a sua vida. Conclui-se que a discussão do tema é pertinente para o entendimento das implicações psicológicas que o marketing suscita para este público.

Palavras-chave: experiência elementar; núcleo da pessoa; marketing

M

HIST

ESCOLA, FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

QUALIDADE DA ESCOLA, DESEMPENHO E PERCEPÇÃO DE TENSÕES COTIDIANAS NO INÍCIO ENSINO FUNDAMENTAL. *Edna Maria Marturano (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP) e Elaine Cristina Gardinal-Pizato** (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

A pesquisa focalizou a percepção das crianças sobre tensões cotidianas no início do ensino fundamental, considerando o desempenho, a série cursada e a qualidade da escola. Com base em resultados de pesquisas anteriores, foram testadas as seguintes hipóteses: (a) tensões cotidianas nos relacionamentos têm maior impacto na 1ª série, por ser uma fase de inserção em novo grupo de iguais e de aprendizado das regras do novo contexto; (b) tensões cotidianas relacionadas ao papel de estudante são maiores na 2ª série, quando há maior exigência de desempenho e história prévia mais extensa de exposição a demandas acadêmicas; (c) tensões são menores e o desempenho é melhor na escola com melhores indicadores de qualidade; (d) o desempenho escolar tem relação inversa com a percepção de tensões cotidianas relacionadas ao papel de estudante e contribui para essa percepção independentemente da série e da qualidade da escola. Os participantes foram 122 crianças de ambos os sexos, que frequentavam a 1ª ou a 2ª série em duas dentre as cinco escolas públicas de ensino fundamental de uma cidade do estado de São Paulo. A seleção das escolas teve por base uma avaliação de qualidade feita por 10 juizes, psicólogos e pedagogos, sobre o relato escrito do psicólogo responsável pelo serviço de psicologia escolar do município, abrangendo os quesitos ensino, relação com as famílias, organização e relação entre os alunos. Cada quesito foi avaliado em escala de cinco pontos como ruim, regular, bom, muito bom, excelente. Quatro escolas foram avaliadas. No conjunto das avaliações das escolas nos quatro quesitos, quatorze das 16 apresentaram proporção de acordo $\geq 0,70$ entre os juizes. Foram selecionadas duas escolas que diferiram significativamente em todos os quesitos de qualidade, segundo o teste de Wilcoxon. As crianças foram avaliadas nas escolas com três instrumentos: o IEE – Inventário de Estressores Escolares, com duas dimensões, relacionadas, respectivamente, ao papel de estudante e à inserção na rede social ampliada; o TDE – Teste de Desempenho Escolar; uma prova coletiva sobre conteúdos escolares. As hipóteses foram testadas por meio de análises univariadas com dois fatores para desempenho e com três fatores para percepção de estressores: série x escola x desempenho. Para esta última análise, o desempenho foi classificado em duas categorias: inferior x médio ou superior no caso do TDE; abaixo x acima da mediana no caso da prova coletiva. Nos resultados, a percepção de tensões cotidianas relacionadas ao papel de estudante foi associada inversamente aos indicadores de desempenho, tal como previsto, mas não foi maior entre os alunos da 2ª série. A percepção de tensões cotidianas relacionadas à rede social foi maior nos alunos da 2ª série, contrariando a hipótese inicial. A qualidade da escola foi diretamente associada ao desempenho e inversamente associada à percepção de estressores nas duas dimensões, assim como no escore total do IEE. Os resultados desta sondagem da qualidade da escola como fator influente no desempenho e na exposição das crianças a situações potencialmente estressantes estimulam novas pesquisas, com indicadores de qualidade mais representativos e específicos, derivados de critérios objetivos.

CNPQ, FAPESP

Palavras-chave: ensino fundamental, qualidade, desempenho, tensões cotidianas.
P

DES

MELHORANDO O DESEMPENHO ACADÊMICO DE CRIANÇAS DA 1ª E 2ª SÉRIES: IMPACTOS A CURTO E LONGO PRAZO DE INTERVENÇÃO COM PAIS E MÃES. *Fabiana Cia (Departamento de Psicologia, Curso de Licenciatura em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo) e Elizabeth Joan Barham (Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).*

Existe um amplo interesse na literatura, quanto dos Psicólogos Escolares e Educacionais, sobre as práticas parentais (pais e/ou mães) que auxiliam diretamente no desempenho acadêmico dos filhos. Isso ocorre por causa do alto índice de crianças com problemas de aprendizagem e/ou baixo desempenho acadêmico e do encaminhamento de muitas para classes de reforços ou para atendimento psicopedagógico. Comunicação entre pais e filhos, participação e envolvimento dos pais em atividades diárias dos filhos, suporte emocional, participação em reuniões escolares dos filhos, auxílio nas tarefas de casa e acompanhamento do progresso escolar são comportamentos parentais apontados, como favorecedores para o bom desempenho acadêmico dos filhos. Assim, este estudo teve por objetivo avaliar o impacto a curto e longo prazo, de um programa de intervenção com pais sobre o desempenho acadêmico de crianças da 1ª e 2ª séries. Para avaliar o impacto da intervenção, os participantes foram divididos em três grupos: GE1 (Grupo experimental 1 – 29 crianças cujos pais participaram da intervenção) e GE2 (Grupo experimental 2 – 36 crianças cujas mães participaram da intervenção) e GC (Grupo controle – 34 crianças cujos pais e mães não participaram da intervenção). A maioria dos participantes era de classe socioeconômica baixa e 78,8% das crianças estavam na 2ª série e 21,2% na 1ª série do Ensino Fundamental. Este estudo também contou com a participação de 20 professoras das crianças. A coleta de dados e a intervenção ocorreram em três escolas públicas. Realizou-se a intervenção (objetivo: melhorar as práticas parentais), em 12 sessões semanais de 90-120 minutos. Para responder ao objetivo, as crianças foram avaliadas em três momentos (pré-teste, pós-teste e follow-up, antes, imediatamente após e nove meses após o programa de intervenção, respectivamente) usando o Teste de Desempenho Escolar – TDE (composto por três subtestes: escrita, aritmética e leitura) e as professoras avaliaram o desempenho acadêmico das crianças por meio do Social Skills Rating System–Versão para professores. Para comparar os dados dos três grupos utilizou-se MANOVA. Nas mudanças ocorridas entre o pré-teste e pós-teste (impactos curto prazo), as crianças do GE1 e do GE2 tiveram uma mudança favorável e significativa na pontuação do subteste de leitura, total do TDE e do SSRS-Versão para professores. Entre o pós-teste e o follow-up (impactos longo prazo), as crianças do GE2 tiveram um aumento significativo na pontuação do subteste de leitura (TDE) e do SSRS-Versão para professores, sendo que os demais ganhos a curto prazo não se alteraram no follow-up. Esses dados são indicativos: (a) da importância do envolvimento parental sobre o desempenho acadêmico de crianças escolares; (b) de programas de intervenção com os pais/mães para diminuir a incidência de crianças com baixo desempenho acadêmico e história de fracasso escolar.

Palavras-chave: envolvimento parental, desempenho acadêmico, programa de intervenção, crianças escolares.

Apoio financeiro: Fapesp.

FAMÍLIAS NUCLEARES, MONOPARENTAIS E RECASADAS E O COMPORTAMENTO INFANTIL DURANTE A TRANSIÇÃO PARA A PRIMEIRA SÉRIE. *Vanessa Barbosa Romera Leme** (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP-SP) e Edna Maria Marturano (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP-SP)*

As transições familiares são consideradas pela literatura como eventos estressantes para toda a família, especialmente quando os filhos passam por um momento de transição ecológica, tal com a entrada na primeira série, quando são exigidas, tanto das crianças quanto dos pais, novas habilidades para lidar com as demandas do novo contexto. Contudo, ainda que não haja um consenso quanto à extensão, à duração e à severidade dos efeitos da separação conjugal e do recasamento para o desenvolvimento infantil, estudos sinalizam que os três primeiros anos, após a ruptura conjugal e a formação de uma nova união conjugal, são marcados por imprevisibilidade e instabilidade no ambiente familiar. A partir do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, o presente estudo tem por objetivos investigar e comparar os seguintes aspectos de famílias nucleares, monoparentais e recasadas: a) as práticas parentais; b) o comportamento social e acadêmico infantil; c) os recursos do ambiente familiar; d) preditores do comportamento e da competência acadêmica das crianças. Participaram da pesquisa 160 mães (33 de famílias nucleares, 33 de famílias monoparentais separadas há menos de três anos e 33 separadas há mais de três anos; 31 de famílias recasadas há menos de três anos e 30 recasadas há mais de três anos), cujos filhos passavam pela transição à primeira série do ensino fundamental público, e 22 professoras das crianças. Os dados foram coletados com as mães, individualmente, por meio de entrevistas estruturadas nas suas residências e/ou locais de trabalho. Em seguida, as professoras foram entrevistadas, pela pesquisadora, nas escolas. As mães responderam a um inventário sobre práticas parentais (IPP), um inventário sobre recursos do ambiente familiar que podem contribuir para o desempenho acadêmico (RAF) e um inventário que avalia habilidades sociais e problemas de comportamentos infantis (SSRS-BR-Pais). As professoras responderam a um inventário que avalia habilidades sociais, problemas de comportamentos infantis e competência acadêmica (SSRS-BR-Professor). Os resultados das análises de variância indicaram que as famílias nucleares apresentaram alguns resultados mais positivos que as famílias monoparentais em transição recente e recasadas estáveis. As crianças de famílias monoparentais em transição recente foram avaliadas pelas mães e pelas professoras, como apresentando mais problemas de comportamento e menos habilidades sociais, quando comparadas às demais crianças. Por outro lado, de forma geral, as mães de famílias recasadas estáveis apresentam menos práticas educativas positivas que as outras mães, e seus filhos apresentaram mais problemas de comportamento que as crianças pertencentes às demais famílias. Contudo, as análises de regressão indicaram que as variáveis preditoras que apresentaram maior peso na previsão dos resultados do comportamento infantil não contemplaram a estrutura familiar, mas a qualidade da relação da criança com o pai biológico, os recursos do ambiente familiar e as práticas parentais. Conclui-se que, independentemente de terem passado por transições familiares, as crianças apresentaram muitas habilidades sociais e competência acadêmica, o que pode funcionar como fator de proteção para a transição à primeira série, que é um período sensível para o desenvolvimento da criança, já que ela está particularmente vulnerável a determinadas influências ambientais.

FAPESP

Palavras-chave: transições familiares; práticas parentais; comportamento e desempenho infantil.

D

DES

OS EFEITOS DE UM CURSO PARA PROFESSORES SOBRE O COMPORTAMENTO DE SEUS ALUNOS. *Marta Regina Gonçalves Correia-Zanini e Olga Maria Piazzentim Rolim Rodrigues (Departamento de Psicologia - Universidade Estadual Paulista – Unesp – Bauru / SP)*

Há crianças que emitem com frequência, intensidade ou duração excessiva um determinado comportamento, por exemplo, aquela que se levanta repetidas vezes da carteira, ou então deixam de se comportar da maneira esperada, como no caso de alunos que não tiram dúvidas. As duas maneiras de se comportar prejudicam o desenvolvimento e escolarização e são consideradas problemas de comportamento. Porém, existem comportamentos que são socialmente adequados e atuam como cenário para novos repertórios que são favoráveis à aprendizagem, como o gosto pela leitura. A interação professor-aluno pode influenciar o comportamento da criança em sala, sendo importante subsidiar professores, através cursos de atualização, aperfeiçoamento, treinamentos, para que possam identificar comportamentos problemas ou adequados e a partir deles, programar ações que favoreçam o bom desempenho. Partindo deste pressuposto o objetivo deste trabalho foi descrever e avaliar comportamento de 20 alunos, indicados por seus professores, como emissores de comportamento problema e de outros 20, sorteados dentre os demais da classe, antes e após um curso ministrado aos docentes com o título “O Manejo comportamental do professor em sala de aula”¹, que foi composto por atividades teóricas e práticas e duração de 30 horas. Todas as crianças frequentavam o Ciclo I do Ensino Fundamental, e tinha idade média de 9,2 anos. Também foram participantes quatro professoras, que responderam ao Questionário de Comportamentos Socialmente Adequados (QCSA- PR) e a Escala de Comportamento Infantil de Rutter (ECI-B), que avalia a presença de problemas emocionais e comportamentais. Os resultados indicaram que os grupos se diferiram significativamente em relação as avaliações do QCSA-PR e ECI-B, tanto antes como após o curso, ou seja, GS apresentou maiores médias de comportamentos socialmente adequados e menos indicativos de problemas de comportamento que GI nas duas avaliações, o que demonstra coerência entre a indicação e avaliação comportamental feita pelos professores. No entanto, os valores brutos indicam que GI na segunda avaliação aumentou a média de comportamentos adequados de 23,65 para 26 pontos e diminuiu a média na ECI-B de 11,4 para 9,1, valor esse próximo ao limite proposto pelo instrumento para indicação clínica, que é de 9 pontos, enquanto GS aumentou em 0,21 na média na ECI e em 1,44 no QCSA-PR, na avaliação pós curso. Estes resultados demonstram que os professores conseguiram identificar a presença de comportamentos adequados em alunos que eles consideram com problemas de comportamento, apontando para a efetividade do curso, o qual possibilitou melhor observação docente do comportamento de seus alunos indicados e o instrumentalizou em habilidades e estratégias que possibilitou o manejo de comportamentos inadequados e a consequente instalação de repertório comportamental adequado. Sugere-se a realização de estudos de seguimento e com a comparação de um grupo controle, para verificar a consistência destes resultados e intervenção.

Palavras-Chaves: Problema de comportamento, Comportamento Socialmente Adequados, Interação Professor-Aluno.

Nível do trabalho: M

Código de pesquisa ou intervenção: ESC

HABILIDADE METALINGÜÍSTICAS EM PRIMEIRA E SEGUNDA LÍNGUA.

CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E MORFOLÓGICA - CONTRIBUIÇÕES PARA TEORIAS SOBRE COMPREENSÃO LEITORA. *Marcia Maria Paruzzi Elia da Mota (Universidade Salgado de Oliveira)*

Habilidade metalingüística é a habilidade de refletir sobre a linguagem como objeto do pensamento. Dentre as habilidades metalingüísticas duas parecem estar associadas à leitura e a escrita: a consciência morfológica e consciência fonológica. Consciência fonológica pode ser definida como a habilidade de refletir sobre os fonemas que compõem a fala e a consciência morfológica como a habilidade de refletir sobre os morfemas que compõem as palavras. Esta última parece ser particularmente importante para compreensão de texto, uma vez que além das informações fonológicas, informações sintático-semânticas devem ser utilizadas para que o texto seja compreendido. Teorias sobre a compreensão de texto argumentam que a consciência fonológica não contribuiria para o processo de compreensão, uma vez que na compreensão apenas informações sintático-semântica seriam importantes para o processamento do texto, a decodificação teria um papel secundário. Recentemente, essa visão foi posta em xeque e estudos têm demonstrado a relação entre o processamento fonológico e a compreensão leitora. O presente trabalho se propôs a investigar a relação entre as habilidades metalingüísticas - consciência morfológica e fonológica - e a compreensão de texto. Participaram desse estudo 42 crianças, sendo 19 da 1ª série e 23 da 2ª série do ensino fundamental de escolas particulares da Zona da Mata Mineira, cujas médias de idade foram respectivamente, 87,5 meses ($dp=3,93$) e 98,3 meses ($dp=4,58$). As crianças realizaram tarefas que avaliavam a consciência morfológica (analogia gramatical) e consciência fonológica (rima e aliteração). A compreensão de leitura foi avaliada por dois testes de Cloze. O teste de Cloze é um teste de leitura contextual usualmente utilizado para medir compreensão de texto. Os resultados mostraram que os escores nas tarefas de consciência fonológica e morfológica se associaram aos escores do teste de Cloze ($r = 0,37$; $p < 0,05$ para aliteração e o teste de Cloze 1 e $r = 0,37$; $p < 0,05$ para aliteração e o teste de Cloze 2; e $r = 0,40$; $p < 0,01$ para rima e o teste de Cloze 1 e $r = 0,51$; $p < 0,01$ para rima e o teste de Cloze 2; para tarefa de analogia gramatical $r=0,47$, $p < 0,01$ para o Cloze 1 e $r=0,52$, $p < 0,01$ para o Cloze 2). Os resultados mostram que mesmo no caso da compreensão de texto, a consciência fonológica contribui para a leitura, chamando importância para o papel que a decodificação pode ter para compreensão de leitura.

Palavras chaves: consciência metalingüística, consciência fonológica, consciência morfológica, leitura, compreensão de leitura

DES

PODE A CONSCIÊNCIA METALINGÜÍSTICA EXPLICAR UMA CONEXÃO ENTRE LETRAMENTO EM LÍNGUA MATERNA E PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA? *Donesca Cristina Puntel Xhafaj** (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC)*

Atualmente, na literatura em aquisição de língua estrangeira (LE), há um amplo reconhecimento de que fatores sociais e cognitivos podem influenciar o aprendizado de uma LE. Recentemente, estudiosos compararam o desempenho de aprendizes de LE com diferentes níveis de letramento em sua língua materna (LM) numa atividade comunicativa em pares. O que os autores puderam observar foi que aqueles aprendizes com um nível menor de letramento tinham dificuldades em se lembrar das reformulações (*recasts*) recebidas de seus interlocutores. Na interpretação desses pesquisadores, tal dificuldade provavelmente denota um menor nível de consciência metalingüística, o que faz com que seja mais difícil para esses indivíduos “notarem” a diferença entre sua produção oral e o input recebido do interlocutor. Tal lapso pode acabar por prevenir a reestruturação da interlíngua desses sujeitos, impedindo que o aprendizado da LE transcorra de forma eficiente. O objetivo do presente estudo é investigar mais a fundo a possibilidade de uma conexão entre letramento em LM e proficiência em LE, bem como do papel que a consciência metalingüística pode ter nessa interação. Para tanto, alunos do 1º semestre do curso de Letras/Inglês da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo oito mulheres e três homens (com idades entre 17 e 41 anos) completaram testes de letramento em LM (adaptado da seção de leitura do teste utilizado em 2000 pelo *Programme for International Student Assessment*), proficiência em LE (*Cambridge’s Key English Test*), e consciência fonológica (segmentação fonológica e transposição fonêmica), morfológica (decisão morfo-semântica e associação morfo-semântica) e sintática (correção do erro e reprodução do erro) em ambas as línguas (português e inglês). Os dados foram analisados quantitativamente e regressões lineares mostraram que, apesar de haver uma correlação entre letramento em LM e proficiência em LE, o papel da consciência metalingüística (tanto na LM, quanto na LE) nessa ligação não é claro. Enquanto a consciência fonológica (em LM e LE) se mostrou relacionada ao nível de letramento em LM e à proficiência em LE, a consciência morfológica (em LM apenas) e a consciência sintática (em LE apenas) só tiveram relação com a proficiência em LE. Um motivo possível para os resultados inconclusivos no que concerne a conexão entre letramento em LM e consciência metalingüística e entre consciência metalingüística e proficiência em LE pode ser a inadequação de alguns dos instrumentos utilizados para a coleta de dados. Não obstante, essa parece ser uma linha de investigação frutífera e pode expandir nosso entendimento da equação complexa que é o aprendizado de uma LE.

Bolsa CNPq

Palavras chaves: consciência metalingüística, letramento, proficiência em língua estrangeira.

Doutorado – D

DES

HABILIDADES METALÍNGÜÍSTICAS E COMPREENSÃO DE TEXTO. *Silvia Brilhante Guimarães** (Departamento de pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG)*

A leitura é uma atividade bastante complexa, na qual estão envolvidos diferentes mecanismos como a identificação das letras, o de reconhecimento das palavras e de seus significados, bem como, a interação sintática e semântica. Ela é um processo que compõem dois componentes essenciais: o processo de decodificação, que torna possível a identificação das palavras escritas a partir da análise de suas características visuais e os processos de integração sintática e semântica ligados à compreensão e à interpretação de unidades lingüísticas mais amplas como frases, enunciados e textos. Nesse sentido, estudos vêm investigando os papéis implícitos das habilidades metalingüísticas como a consciência fonológica e a consciência morfossintática com a capacidade de compreensão textual. A consciência fonológica é definida como a habilidade de refletir sobre os sons que compõem a fala. A consciência morfossintática constitui uma habilidade metalingüística que implica reflexão intencional a respeito das normas morfológicas e sintáticas da língua e de sua aplicação. Nesse sentido, o estudo pretendeu investigar a contribuição da consciência fonológica e morfossintática para a compreensão textual. Participaram 134 crianças, de ambos os sexos, entre 6 e 11 anos. Desses estudantes, 73 (54,5 %) eram do sexo feminino e 61 (45,5%) do masculino, sendo que 30 (22,4%) crianças freqüentavam o segundo ano, 52 (38,82%) terceiro ano e 52 (38,82%) o quarto ano. Os dados foram coletados em três escolas públicas de Juiz de Fora no durante o ano de 2009. Foram aplicadas tarefas de consciência fonológica (roteiro de consciência fonológica) e de consciência morfossintática (analogia flexional, analogia derivacional e replicação identificação do erro e replicação oral, além do TDE leitura e dos testes de Cloze como medida de compreensão de texto. Também foi utilizado o WISC III, sub-teste de dígitos e de vocabulário, para avaliar a memória e a inteligência verbal das crianças. Para a análise estatística foi utilizada a análise de correlação. Os resultados apontaram que a medidas de consciência fonológica tem uma relação positiva e uma correlação significativa com os textos do Cloze, o texto 1 “a vingança feliz” ($r = 0,49$; $p < 0,001$) e o texto 2 “a princesa e o fantasma” ($r = 0,57$; $p < 0,001$). A consciência morfossintática também apresentou uma correlação positiva e significativa com a leitura contextual. As tarefas de analogia flexional com o texto 1 ($r = 0,311$; $p < 0,001$) e com o texto 2 ($r = 0,297$; $p < 0,001$); analogia derivacional com o texto 1 ($r = 0,425$; $p < 0,001$) e com o texto 2 ($r = 0,497$; $p < 0,001$); Replicação identificação do erro, com o texto 1 ($r = 0,432$; $p < 0,001$) e com o texto 2 ($r = 0,437$; $p < 0,001$); Replicação oral, com o texto 1 ($r = 0,221$; $p < 0,001$) e com o texto 2 ($r = 0,267$; $p < 0,001$). Esses dados são importantes, pois apontam os efeitos tanto da consciência fonologia quanto da morfossintática na compreensão textual. Assim pode-se inferir que um leitor competente não só decodifica muito bem, mas é capaz de usar as informações contextuais de compreender a mensagem do texto.

Palavras chaves: consciência fonológica, consciência morfológica, leitura contextual.

Mestrado – M

DES

CONSCIÊNCIA METALINGUISTICA E A ESCRITA NO PORTUGUÊS DO BRASIL. *Carolina Ferreira Conti de Matos** (Departamento de pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora MG).*

Estudos recentes têm investigado o papel das habilidades metalingüísticas no aprendizado da leitura e da escrita, sendo essas habilidades essenciais para a construção e manuseio da escrita de forma funcional e reflexiva. A atividade metalingüística pode ser entendida tanto como a habilidade de se refletir sobre os aspectos formais da língua, quanto como também sobre os aspectos cognitivos e metacognitivos envolvidos neste processamento. A consciência metalingüística compreende uma série de habilidades, tais como a consciência morfológica, a consciência fonológica e a pragmática da palavra. Dentre as habilidades metalingüísticas duas parecem estar relacionadas de forma causal com a escrita: a consciência fonológica e a morfológica. A consciência fonológica consiste na reflexão sobre esses sons que compõem a fala (fonemas) enquanto que a consciência morfológica refere-se a consciência, por parte da criança, dos morfemas que compõem as palavras, sua reflexão e manipulação. O objetivo da presente pesquisa foi investigar se as habilidades metalingüísticas (consciência fonológica e morfológica) contribuem para a escrita no português. A amostra constituiu de 134 crianças de quatro escolas públicas da cidade de Juiz de Fora. A idade das crianças variou de 6 a 11 anos (idade média igual a 8 anos e 5 meses; DP= 0,873 meses). Dessas 73 (54,5%) eram do sexo feminino e 61 (45,5%) do masculino, sendo que 30 (22,4%) crianças freqüentavam o segundo ano, 52 (38,82%) o terceiro ano e 52 o (38,82%) o quarto ano do ensino fundamental. As crianças responderam a duas tarefas de consciência morfológica (analogia flexional e analogia derivacional), uma tarefa de consciência fonológica (roteiro de consciência fonológica), uma de memória (subteste do WISC de dígitos), uma de inteligência verbal (subteste do WISC de vocabulário) e ao teste de desempenho escolar-TDE (subteste escrita). Para análise estatística foi utilizado a análise de correlação. Foram encontradas correlações parciais significativas entre as medidas de consciência morfológica - analogia flexional ($r = 0,36$; $p = 0,00$); analogia derivacional ($r = 0,40$; $p = 0,00$), consciência fonológica ($r = 0,54$; $p = 0,00$), tarefa de dígitos ($r = 0,49$; $p = 0,00$), vocabulário ($r = 0,25$; $p = 0,00$) e a tarefa que avaliou a escrita (TDE subteste escrita). Esses dados são importantes, pois confirmam o efeito da consciência metalingüística sobre a escrita. Dessa forma pode-se verificar que para dominar a escrita alfabética a criança necessita, além de refletir sobre os sons que compõe as palavras (consciência fonológica), refletir sobre o significado das mesmas (consciência morfológica).

Palavras chaves: consciência fonológica, consciência morfológica, escrita.

Mestrado – M

DES

DIFERENTES ENFOQUES NO ESTUDO DA NARRATIVA E SUAS IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS.

ADOLESCÊNCIA E IDENTIDADES DE GÊNERO: MICROANÁLISES DE NARRATIVAS INTERACIONAIS. *Gabriela Sagebin Bordini** e Tania Mara Sperb (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS)*

A construção das identidades ocorre em interação, dependendo da capacidade de comunicação entre as pessoas. É a interação que permite, por exemplo, que o indivíduo seja identificado como masculino/feminino, através do contato com os significados referentes ao masculino e ao feminino, presentes na cultura e em permanente construção. As concepções sobre o que é ser homem e ser mulher são, então, decorrentes da interação indivíduo-indivíduo e indivíduo-cultura. Considerada uma construção sobre um período da vida biológica, a adolescência vem sendo caracterizada como um momento de redefinição das identidades, que fomentaria questionamentos em relação ao estabelecido e elaborações de novos sentidos. Diante disso, optou-se por investigar as concepções de adolescentes sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, a partir de suas próprias narrativas em interação. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa e exploratória, através da técnica de grupo focal *online*. Seis grupos focais *online* foram realizados, através do programa de bate-papo MSN, cada um com sete adolescentes diferentes, com idades entre os 14 e os 15 anos. Os grupos foram moderados pela pesquisadora e cada componente tinha um computador à sua disposição, conectado ao MSN. A discussão era realizada por escrito, sendo iniciada pela questão de abertura colocada pela moderadora: “Contem histórias que vocês acham que mostram bem o que é ser homem ou o que é ser mulher hoje.”. As narrativas produzidas através da interação entre os adolescentes e a moderadora foram microanalisadas. Neste trabalho são apresentados os resultados das microanálises de dois trechos – considerados ilustrativos do processo de construção das identidades de gênero dos participantes – retirados de dois grupos focais *online*. Os grupos contaram com adolescentes de ambos os sexos: um composto por alunos de uma escola pública e o outro, de uma escola privada de Porto Alegre. Os dois trechos microanalisados continham uma narrativa interacional que associava ser homem à característica de hipersexualização. Em ambos os grupos observou-se uma predominância de concepções tradicionais sobre o masculino e o feminino, especialmente no grupo da escola pública. Contudo, também foram identificados questionamentos e relativizações; mulheres foram apresentadas em papéis de agente e posicionadas ativamente e homens como receptores e passivos. Percebeu-se que os adolescentes não apenas repetiam, mas reelaboravam e construíam diferenças não só entre homens e mulheres, mas entre as próprias mulheres e entre os próprios homens. Isto é, suas identidades de gênero não são fixas, as masculinidades são produzidas em contraposição às feminilidades, mas também em relação com outras masculinidades, o mesmo valendo para a produção das feminilidades. Concluiu-se que a construção das suas identidades de gênero ocorreu em movimento, na interação narrativa proporcionada pela pesquisa, reforçando a importância da narrativa interacional para que o indivíduo não só apreenda a cultura, mas a construa.

Apoio financeiro: CNPq

Palavras-chave: adolescência; identidades de gênero; narrativas interacionais.

Nível do trabalho: M

Código da área: MET

ANÁLISE ESTRUTURAL E CONVERSACIONAL DAS NARRATIVAS PESSOAIS DE CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS. *Luciane De Conti e Tânia Mara Sperb (Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE; Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS)*

A experiência humana pode ser elaborada pela narração, pois a narrativa possibilita ao sujeito interpretar os fatos vivenciados, atribuindo significado aos mesmos. A narrativa pessoal é uma das formas do sujeito ordenar temporalmente a experiência, construindo uma versão singular acerca da mesma. A habilidade da criança em narrar suas experiências pessoais é uma das primeiras modalidades narrativas a se desenvolver e depende exclusivamente das trocas conversacionais com suporte de um adulto. Nesse sentido, as histórias que contam sobre nós e para nós têm um papel importante na definição de nós mesmos. É o acesso às histórias que contam sobre o seu passado que parece ser difícil e até mesmo impossível para muitas crianças acolhidas em um abrigo o que pode impedi-la de (re)contar a história de sua vida em uma narrativa temporalizada. Partimos da idéia que os contos infantis podem servir como mediadores semióticos na elaboração das narrativas pessoais para essas crianças cujas interações iniciais com seus familiares estão muitas vezes impossibilitadas. Assim, a oficina Hora do conto pode se constituir em um dos espaços possíveis para a construção das narrativas pessoais por parte dessas crianças. Dessa forma, essa pesquisa teve como objetivo geral investigar a construção de narrativas pessoais pela criança no ato de narrar sua história de vida na Hora do conto. Participaram da pesquisa dez crianças entre seis e nove anos, acolhidas em um abrigo de Pernambuco e que fizeram parte de dois grupos Hora do conto. Utilizamos um delineamento de estudo de casos múltiplos, sendo que cada criança constituiu um caso. Os grupos foram compostos por até seis crianças, os encontros foram realizados no abrigo, semanalmente com duração de uma hora e meia, por oito meses. Organizamos os encontros de tal forma que um dos responsáveis pelo grupo narrava o conto; seguia o espaço aberto para o reconto e o debate da história narrada, durante a qual as crianças poderiam desenhar ou utilizar os brinquedos disponibilizados para elas. Analisamos 18 encontros nos quais foram encontradas 45 narrativas pessoais. Para fins deste trabalho, selecionamos um estudo de caso a fim de demonstrarmos como desenvolvemos a microanálise das narrativas. Primeiro, delimitamos a estrutura dessas narrativas. A análise estrutural mostrou que as narrativas pessoais apresentaram um ciclo narrativo incompleto, encerrando a narrativa na situação problema. Isto pode estar relacionado ao papel de suporte do outro mediador (pesquisador ou outra criança) na composição narrativa. Em função disso, realizamos a análise conversacional para visualizarmos o papel da interação social na manutenção ou não dessas narrativas pessoais. Esta análise demonstrou que a mediação do outro social foi essencial na modulação das narrativas pessoais construídas pela criança no caso apresentado.

Apoio financeiro: CNPq

Palavras-chave: narrativas pessoais, mediação, interação social.

Nível do trabalho: P

Código da área: MET

A CONVERSAÇÃO SOBRE EXPERIÊNCIAS EMOCIONAIS EM FAMÍLIA E A REGULAÇÃO DE EMOÇÕES NO PRÉ-ADOLESCENTE. *Lídia Suzana Rocha de Macedo*** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS)

Tendo como enquadre teórico o interacionismo simbólico e o construcionismo social, esse estudo analisa a relação entre a conversação familiar sobre emoções e a regulação de emoções no pré-adolescente. Através da conversação, a família coonstrói sua visão de mundo e seu sistema de crenças e, com base nesses, são construídos os significados para as experiências emocionais das crianças durante as conversações pais-criança. Assim, experiências que evocam raiva, tristeza, medo ou alegria podem ter significados bem diferentes nas famílias, os quais podem gerar diferentes níveis de stress e reações. Especificamente, as conversações em família sobre as experiências da criança com suas emoções negativas permitem que ela possa atribuir sentido à adversidade, ter um olhar positivo e transcender os momentos difíceis, o que irá se refletir na forma como ela regulará suas emoções. Para a criança, a construção do significado para as experiências negativas na família é determinante na avaliação que ela faz de suas experiências negativas, o que por sua vez influencia a maneira de lidar com as emoções que as acompanham. Sabe-se que tende a diminuir a influência da visão de mundo e do sistema de crenças familiar sobre a maneira como lidam os pré-adolescentes com suas experiências negativas, mas há poucas informações sobre o assunto. Para avaliar a conversação familiar sobre experiências emocionais, utilizou-se um questionário com as mesmas perguntas para pais e pré-adolescentes. Para avaliar a regulação de emoções no pré-adolescente, foram utilizadas duas narrativas ficcionais, uma que mobiliza tristeza e outra raiva. São histórias de final aberto seguidas de perguntas sobre as emoções do personagem principal, o que permite ao pré-adolescente atribuir motivos para as emoções, sentimentos e comportamentos. A amostra é constituída por 189 famílias que tem um/a filho/a pré-adolescente com idades entre 10 e 13 anos, provenientes de escolas de classe média da cidade de Porto Alegre. As respostas dadas pelos pré-adolescentes foram classificadas de acordo com o nível de elaboração da estratégia utilizada, desde as menos elaboradas (não sei) até as mais elaboradas em que se utilizam técnicas cognitivas para lidar com as situações difíceis. Quanto ao uso das estratégias, verificou-se que os pré-adolescentes que costumam conversar escolhem com mais frequência agir com altruísmo em situações que despertam raiva, em comparação com aqueles que não costumam. Além disso, as estratégias mais imaturas são mais frequentes no grupo que não costuma conversar sobre suas emoções. Há ainda diferenças de gênero que indicam uma predominância de meninas na escolha de estratégias cognitivas.

Palavras-chave: pré-adolescência; comunicação familiar; regulação de emoções

Nível do trabalho: D

Código da área: MET

A NARRATIVIDADE DO SINTOMA DE APRENDIZAGEM NA LINGUAGEM ESCRITA EM PSICOTERAPIA DE ORIENTAÇÃO PSICANALÍTICA. *Gláucia Grohs (Curso de Psicologia da Universidade Luterana do Brasil ULBRA, Canoas/RS).*

As pesquisas em psicoterapia de orientação psicanalítica que avaliam o processo terapêutico, bem como os seus resultados, discutem a eficácia dos diferentes modelos terapêuticos e mobilizam pesquisadores com o intuito de validar, e repensar, as diferentes práticas sob esta orientação. O objetivo deste trabalho é discutir conceitualmente as questões da aprendizagem da linguagem escrita-alfabetização com adolescentes que falham neste processo, bem como avaliar formas de intervir neste contexto. Busca-se contribuir para algumas reorientações na clínica com adolescentes que não se tornam produtivos no campo da linguagem, conseqüentemente, em suas vidas. Criar instrumentos pontuais que auxiliam o trabalho sobre o sintoma de aprendizagem na linguagem escrita pode tornar-se um recurso técnico importante no próprio desenvolvimento da clínica psicanalítica. Este trabalho traz parte dos resultados da tese intitulada “*O texto narrativo como intervenção em problemas da linguagem escrita na adolescência*”, especificamente, do estudo que se dedicou à análise do discurso narrativo. Através de um delineamento de estudo de caso único realizado com um adolescente institucionalizado de treze anos com sintoma na alfabetização e, em psicoterapia de orientação analítica, ao longo de um ano realizou-se a análise da Voz do Narrador, sobre um conjunto de narrativas produzidas neste período. Esta análise objetivou marcar o estatuto do narrador-paciente em relação às histórias que ele compôs no narrar-se, através de seu sintoma e as posições de seu destinatário, o terapeuta. Os textos narrativos foram examinados quanto às posições do narrador e de seu destinatário nos três subdomínios da categoria Voz – tempo de narração, nível narrativo e pessoa do narrador. Esta análise auxiliou o terapeuta a percorrer o processo terapêutico no reposicionamento do paciente em relação a seu próprio sintoma, bem como no seu trabalho interpretativo. Os resultados apontam: primeiro, para alguns questionamentos ao se abordar o processo de adolecer e suas especificidades, uma vez que todos os movimentos e dificuldades nesta fase do desenvolvimento indicam as particularidades da história de vida de cada um, conseqüentemente, não ler/escrever torna-se um sintoma singular. A análise das composições que foram produzidas ao longo do processo terapêutico em suas repetições possibilitou o acompanhamento do processo terapêutico, uma vez que demonstrou o trabalho sobre o sintoma do paciente - não aprendizagem da linguagem escrita. Ao narrar suas histórias, o adolescente pode recontar-se através de seu sofrimento no não saber ler e escrever, isto é, elaborar o sintoma e se reposicionar em sua vida. Segundo, que é possível delinear uma forma de analisar os textos narrativos produzidos ao longo de um tratamento psicanalítico como um instrumento eficaz de intervenção nos sintomas da não-aprendizagem.

Palavras-chave: adolescência; psicoterapia, narrativas.

Nível do trabalho: D

Código da área: MET

A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DOS SENTIDOS DE BIOIDENTIDADE POR PESSOAS QUE REALIZARAM CIRURGIA BARIÁTRICA. *Karina Moutinho***, Luciano Meira, Luciane De Conti (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE)

A bioidentidade constitui uma forma particular de definição do humano, comum às ciências humanas, na qual o cuidado de si é voltado para o corpo e à manutenção de padrões médicos e estéticos. Nesta definição, que caracteriza uma narrativa social ocidental nos dias atuais, as pessoas agem com reflexividade (taxação contínua de nós mesmos), autonomia (responsabilidade por garantir nossa saúde) e vontade (impulso para cumprir as orientações médicas e manutenção dos ideais de saúde e beleza). Sabendo disto, este estudo tem como objetivo investigar a construção dos sentidos de bioidentidade nas narrativas de pessoas que tenham realizado cirurgia bariátrica. Para integração entre perspectivas narrativistas e psicologia discursiva, recorreremos à noção de “posicionamento agentivo” como forma de construção de sentidos do narrador e na narrativa. Utilizamos a “análise de posicionamento” para definir as posições das participantes em relação a elas mesmas, a outros personagens da história e à narrativa social da bioidentidade. Foram realizadas duas entrevistas narrativas, registradas em áudio, e nas quais as participantes Ísis e Afrodite contaram sua trajetória de vida. No processo analítico, interpretamos a construção de sentidos nas diferentes posições assumidas antes, durante e depois da cirurgia bariátrica. Para Ísis, que tinha 30 anos e pesava 116 quilos quando fez a cirurgia, admitimos as posições de descontrole, ambiguidade e controle. Já para Afrodite, 24 anos e 149 quilos antes da cirurgia, identificou-se as posições de rejeição, superação, desconforto e aceitação. Na transformação destas posições admitimos também mudarem as posições em relação aos demais personagens de suas histórias, assim como suas posições em relação à reflexividade, autonomia e vontade. Ambas também trazem, em suas narrativas, um elemento novo em relação à narrativa social da bioidentidade, a emocionalidade. Destaque às categorias: pequenas histórias, espaço-tempo, personagem, enredo, qualificadores, ação, objeto e recursos explicativos, que nos ajudaram a especificar a “análise de posicionamento”, melhor precisar como se dá o posicionamento das narradoras, e, por conseguinte, a construção dos sentidos de si mesmas que fazem nas narrativas. Ressalta-se ainda a construção dos sentidos de bioidentidade como (1) dependente do uso de recursos discursivos nos quais as pessoas posicionam a si e a outros na narrativa, (2) flexível, uma vez que em cada organização narrativa o narrador se posiciona diferentemente, e (3) individual e culturalmente regulada, uma vez que as posições e narrativas pessoais se definem em afiliação às narrativas sociais.

Apoio financeiro: Capes

Palavras-chave: bioidentidade, narrativas, construção de sentidos.

Nível do trabalho: M

Código da área: MET

CUIDADOS EM PSICOLOGIA DA SAÚDE: ANÁLISE DE CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO EM CONDIÇÕES ADVERSAS.

ANÁLISE DE INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS NA CLÍNICA CIRÚRGICA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA. *Virginia Turra***, *Fabício Almeida Fernandes***, *Fernanda Nascimento Pereira Doca*** (Hospital Universitário de Brasília) e *Áderson Luiz Costa Junior* (Laboratório de Desenvolvimento em Condições Adversas, Universidade de Brasília, Brasília, DF).

A inserção do psicólogo no atendimento ao paciente cirúrgico exige o desenvolvimento, estabelecimento e aperfeiçoamento de intervenções sistematizadas, que produzam impacto positivo sobre a qualidade da assistência, de modo a torná-la menos fragmentada e verdadeiramente mais integral. Em revisão bibliográfica sistemática, com artigos exclusivamente empíricos e voltados à assistência ao paciente cirúrgico internado, verificou-se grande variedade de intervenções psicossociais sugeridas ao paciente cirúrgico. O objetivo deste trabalho foi organizar e analisar o conjunto das intervenções executadas pelo Serviço de Psicologia da Clínica Cirúrgica do Hospital Universitário de Brasília (HUB). Efetuou-se levantamento de registros documentais dos 100 primeiros atendimentos dos anos de 2007 a 2010, separando as intervenções em *manejo* (aspecto focalizado), e *técnica* (recursos empregados). Como resultado foram identificados como focos de manejo: necessidade de suporte social, desenvolvimento de enfrentamento, compreensão do quadro de saúde, incentivo à adesão, indicadores de ansiedade (incluindo medo e apreensão) e manifestações comportamentais indicadoras de dor; como técnicas mais utilizadas, foram identificadas: contato verbal (intermediar, dialogar com equipes, familiares e acompanhantes), escuta (apoiar, validar, legitimar sentimentos e processos psíquicos), orientação (informar, encaminhar, ressignificar, instruir), ronda (acompanhar estado psicológico do paciente) e nenhuma intervenção (quando não há foco identificado). O enfrentamento aparece como maior aspecto focalizado em 2007 a 2009, com 31%; 18% dos registros não apontam aspectos específicos de manejo; em seguida, foram identificados o manejo de ansiedade (16%), de dor (11%), desenvolvimento de suporte social (10%), compreensão do quadro clínico (8%) e incentivo à adesão (6%). Em que pese a importância na literatura da ansiedade, dor e adesão, estes não foram focos significativos de intervenção. A internação breve inviabiliza investigação mais precisa do suporte social. Observa-se baixa demanda quanto à compreensão do quadro de saúde, sabendo-se que explicar para o paciente o estado de saúde e o diagnóstico é parte das tarefas curriculares dos profissionais de saúde e estudantes que integram as equipes que atuam na clínica cirúrgica. Quanto às técnicas, a escuta obteve os maiores índices (32%), seguida da ronda (25%), contato (23%) e orientação (20%). As diferenças ano a ano podem ser contextualizadas nas alterações das equipes atuantes a cada semestre, posto ser um hospital universitário que oferece treinamento de estágio, e implementação gradativa de melhorias de treinamento a partir de avaliação semestral dos pontos fortes e fracos da atuação do serviço. A escuta mostrou-se uma ferramenta técnica importante para a atuação do psicólogo, bem como observou-se, ano a ano, o crescimento da orientação específica e contato, incluindo busca ativa de diálogo e negociações importantes com as equipes de enfermagem, serviço social, nutrição, fisioterapia e 13 equipes diferentes de médicos cirurgiões. Os resultados evidenciam as necessidades de: (a) manter registros sistemáticos sob pena de tornar invisível o serviço de psicologia; (b) conhecer os aspectos focalizados nas intervenções psicossociais, como elemento essencial para a inserção do psicólogo em diferentes equipes de saúde; e (c) ampliar as possibilidades técnicas de intervenção

psicossocial objetivando maior resolutividade de problemas típicos de pacientes cirúrgicos.

Palavras-Chave: sistematização de serviço, hospitalização de adultos, cirurgia, atendimento psicológico.

Doutorado - D

SAU

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO NO CONTEXTO DA TERAPIA COMUNITÁRIA EM UMA CLÍNICA CIRÚRGICA DE HOSPITAL PÚBLICO.

*Virginia Turra***, *Fernanda Nascimento Pereira Doca***, *Fabício Fernandes Almeida*** (Hospital Universitário de Brasília) e *Áderson Luiz Costa Junior* (Laboratório de Desenvolvimento em Condições Adversas, Universidade de Brasília, Brasília, DF).

Dificuldades de enfrentamento têm sido a maior demanda de foco resolutivo de manejo em levantamento realizado de 2007 a 2010 entre pacientes cirúrgicos do Hospital Universitário de Brasília (HUB). O objetivo deste trabalho foi organizar e analisar o conjunto de estratégias de enfrentamento compartilhadas no contexto da Terapia Comunitária Sistêmica Integrativa (TC) implementada desde 2008 pelo Serviço de Psicologia da Clínica Cirúrgica do HUB. Como procedimento, efetuou-se um levantamento dos registros documentais de reuniões de TC realizadas na enfermaria da Clínica Cirúrgica com pacientes, familiares, acompanhantes e membros das equipes de saúde. Para o levantamento, foram utilizadas as nomenclaturas adotadas pela própria técnica de TC, tanto para participantes (adolescentes, adultos ou idosos), como para estratégias e classificação de temas abordados. Como resultado, apurou-se um total de 537 participantes em 44 reuniões, sendo: 74% adultos (20 a 59 anos), 17% idosos (mais de 60 anos) e 9% adolescentes (11-19 anos). Foram identificadas referências a 274 estratégias de enfrentamento, com destaque para empoderamento pessoal (37%), busca de apoio familiar (19%), ênfase em religiosidade/espiritualidade (15%), busca por redes solidárias (13%), solicitação de apoio profissional (12%) e desenvolvimento de autocuidados (4%). Em cada reunião, um tema foi escolhido para ser objeto de compartilhamento de experiências de vida. O tema escolhido em mais da metade das reuniões foi 'a doença em si ou em pessoa próxima' (21), seguido de 'problemas autoestima, culpa, traição, raiva e solidão' (6). Outros demais temas abordados foram: 'perdas de entes queridos' (3), 'exclusão, preconceito, injustiça, discriminação' (3), 'competências e aspectos positivos' (3), 'depressão e outras doenças psiquiátricas' (2), 'conflitos conjugais e familiares' (1), 'alcoolismo e/ou consumo de drogas pessoais ou na família'(1), 'problemas na escola' (1) e 'abandono' (1). Sendo uma técnica desenvolvida para situações comunitárias, a TC é flexível e permite adaptações, mantendo-se a organização sequencial da reunião (acolhimento, escolha do tema, contextualização, partilha de experiências e encerramento) e a estrutura de intervenção, com mote resolutivo, utilizando-se a pergunta-chave: quem já viveu uma situação semelhante e o que fez ou está fazendo para resolver? Os principais resultados evidenciam a TC como: (a) um recurso potencialmente útil ao enfrentamento do contexto de internação e submissão à cirurgia, por meio da ampliação da percepção de problemas, visualização de possibilidades concretas de resolução e descobertas de competências próprias e dos pares; e (b) uma técnica de grupo com boa aceitação e alcance do usuário, uma vez que, sozinha, a TC mobilizou mais pessoas do que a soma dos atendimentos psicológicos individuais de todo o serviço. Destaca-se, ainda, a necessidade do psicólogo da saúde ampliar o menu de possibilidades de intervenção psicossocial, conhecendo e adaptando técnicas grupais para o contexto de internação hospitalar e, ainda, a importância de se manter registros sistemáticos das intervenções do psicólogo. A pesquisa aponta a necessidade de testagem e adaptação das categorizações propostas, para que se possa planejar uma análise funcional de efeitos da TC.

Palavras-Chave: terapia comunitária, enfrentamento, hospitalização de adultos.

Doutorado - D

SAU

COMUNICAÇÃO EM ONCO-HEMATOLOGIA PEDIÁTRICA: ANÁLISE TEMÁTICA EM CONSULTAS DE ACOMPANHAMENTO. *Marina Kohlsdorf***, *Áderson Luiz Costa Júnior*, *Ana Cristina Sidrim**, *Darlene Moura** e *Isabela Brito** (Laboratório de Desenvolvimento em Condições Adversas. Universidade de Brasília. Brasília, DF).

O enfrentamento do câncer na infância representa um contexto potencialmente aversivo a pacientes e familiares. As exigências do tratamento, que pode se estender por vários meses e até anos, incluem a exposição a repetidos procedimentos médicos invasivos, efeitos colaterais de medicação, internações freqüentes, respostas relacionadas a situações de medo e incertezas quanto ao sucesso do tratamento, alterações da rotina social e profissional, mudanças na dinâmica familiar e em práticas parentais. A comunicação entre profissionais e familiares tem sido apontada como uma das variáveis funcionalmente relacionadas ao desenvolvimento de estratégias mais eficientes de enfrentamento do tratamento. Desta forma, é fundamental que a equipe de saúde adote modelo de atendimento baseado no modelo biopsicossocial de atenção à saúde, a fim de proporcionar uma concepção sistêmica de pacientes e cuidadores, contribuindo para a redução dos custos comportamentais associados ao tratamento. Constitui objetivo deste trabalho analisar os temas abordados por médicos durante consultas pediátricas em onco-hematologia, segundo as diretrizes básicas do modelo biopsicossocial de atenção à saúde. O estudo observou e registrou, em áudio, 14 consultas de acompanhamento de tratamento de câncer na infância. Participaram três médicos onco-hematologistas, sete pacientes (média de idade de 5,86 anos, $DP=0,69$) e seus respectivos acompanhantes, entre dois e seis meses de tratamento ($M=3,14$ meses, $DP=1,46$). Os resultados apontam duração média das consultas de 19 minutos e 41 segundos ($DP=7m63s$) e o tempo utilizado para análise de resultados de exames, relatórios médicos e prescrição escrita de medicamentos, comportamentos que, em geral, são concorrentes à interação entre médico e acompanhante ou paciente, correspondente a seis minutos e 37 segundos ($DP=7m19s$), ou 32,81% do tempo total de consulta. A categorização dos temas abordados pelo médico indicou prevalência de tópicos relacionados a aspectos biofisiológicos ($M=7,50$ temas por consulta, $DP=1,87$), tais como medicação, planejamento de internações e estado físico da criança. Fatores de contexto psicossocial relacionados ao tratamento, tais como benefícios legais, impacto profissional do tratamento e estrutura familiar, foram pouco abordados nas consultas ($M=1,36$ temas por consulta, $DP=1,69$). De modo semelhante, aspectos relacionados à vivência afetivo-emocional do tratamento, tais como crenças relativas à culpabilização dos cuidadores ou abordagem de respostas emocionais do acompanhante, foram escassamente abordados ($M=1,14$ temas por consulta, $DP=1,51$). A comunicação entre médicos e pacientes foi caracterizada majoritariamente por interações lúdicas durante o exame físico, com escassas perguntas direcionadas à criança sobre seu estado físico ou fornecimento de suporte social às dificuldades em exames e internações. Destaca-se a necessidade de investimento em intervenções psicossociais que enfatizem a importância da comunicação adequada entre médicos, acompanhantes e pacientes, no sentido de compreender as implicações afetivas e sociais envolvidas ao longo do tratamento do câncer pediátrico e a importância de abordar tais temas em consultas. Além disso, a maior inclusão da criança na comunicação triádica durante as consultas pode beneficiar a participação ativa de pacientes e familiares ao longo do processo de tratamento onco-hematológico, favorecendo a adaptação e enfrentamento de procedimentos dolorosos, alterações psicossociais e respostas emocionais aversivas.

Palavras-chave: comunicação, câncer infantil, psico-oncologia.

Doutorado – D

Área de Pesquisa: SAU

ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DE CUIDADORES DE PACIENTES FORA DE POSSIBILIDADES TERAPÊUTICAS DE CURA EM ONCOLOGIA PEDIÁTRICA *Roberta Albuquerque Ferreira** e Lara Mundim Moreira** (Universidade de Brasília, Brasília, DF).

Apesar da relevância dos cuidadores à continuidade do processo de atendimento integral aos pacientes oncológicos, a atenção dos profissionais de saúde ainda é voltada, na maior parte das vezes, à pessoa em tratamento, sendo poucos os estudos, no país, que identificam necessidades psicossociais de familiares-acompanhantes de pacientes. Menor ainda é o número de pesquisas que já utilizaram instrumentos padronizados de avaliação de medidas psicossociais de cuidadores de crianças e adolescentes com câncer. O familiar-acompanhante de pacientes pode apresentar transtornos físicos, emocionais e sociais, sendo que a identificação precoce e a avaliação de *distress behavior*, isto é, dos comportamentos indicadores de sofrimento físico e psicossocial, deve constituir uma atividade prioritária nesse contexto. O objetivo da primeira fase do presente estudo foi avaliar indicadores afetivos, físicos e sociais de dez cuidadores de crianças e adolescentes com câncer, atendidos em um ambulatório de cuidados paliativos de um hospital público de Brasília, DF, bem com seu nível de *distress behavior*. Para avaliação dos indicadores e do nível de *distress*, foram aplicados os instrumentos *General Comfort Questionnaire* (GCQ) e *Impact of Event Scale* (IES), respectivamente. O delineamento metodológico previa a aplicação dos instrumentos em três etapas, em até uma semana após o encaminhamento do paciente para o atendimento e após dois e quatro meses de tratamento. Contudo, devido ao encaminhamento tardio de pacientes ao ambulatório, não foi possível realizar o acompanhamento planejado, sendo os instrumentos aplicados somente na primeira etapa. Tal dificuldade levou à elaboração de uma segunda fase, para avaliar, por meio de entrevistas, a percepção dos médicos acerca dos cuidados paliativos e das dificuldades no encaminhamento dos pacientes para o ambulatório. As entrevistas foram gravadas em áudio e submetidas à análise de conteúdo. Em relação à primeira fase, os dados da IES apontam que o nível de *distress* entre os familiares-acompanhantes variou significativamente, sendo o maior escore obtido três vezes maior que o menor escore, indicando que a forma como os cuidadores lidam com o encaminhamento ao ambulatório é influenciada, também, por outros fatores e não somente pelo encaminhamento em si. Alguns desses fatores, apontados pelo GCQ, mostram que a preocupação com a família e os pensamentos em relação ao desconforto do paciente e seu futuro incerto afetam negativamente o bem estar dos familiares-acompanhantes, ao passo que a crença na ajuda espiritual e a tranquilidade no quarto da criança ou adolescente são os que mais afetam positivamente. Em relação à segunda fase, verificou-se que os médicos se incomodam com o fato de encaminhar pacientes, que eles sempre atenderam, para outra equipe, justamente no momento em que mais precisam de apoio. Os resultados evidenciam a necessidade de elaboração de um protocolo de acompanhamento para os cuidadores das crianças e adolescentes, que analise funcionalmente as variáveis apontadas pelo IES e GCQ, e auxilie os familiares a lidarem com a perspectiva de perda potencial do paciente. Também ficou evidenciada a necessidade de um protocolo para a equipe médica, com o objetivo de tornar o encaminhamento dos pacientes para o serviço mais sistemático, precoce e integrado.

Bolsa de mestrado do CNPq para a primeira autora e bolsa de iniciação científica (ProIC/UnB) para a segunda autora.

Palavras-chave: cuidadores, cuidados paliativos, psico-oncologia pediátrica.

Mestrado - M

Área de Pesquisa: SAU

ANÁLISE DE ACESSIBILIDADE A UM HOSPITAL PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. *Rafaela Frade Reis**, *Aderson Luiz Costa Junior e Hartmut Günther* (Universidade de Brasília, Brasília, DF).

No Brasil é indiscutível a necessidade de se investir na reestruturação física e funcional dos hospitais públicos. Muitas vezes, pacientes que necessitam de cuidados médicos imediatos não obtêm, do Sistema Único de Saúde (SUS), as condições necessárias para iniciar o tratamento em tempo hábil, tendo seus quadros clínicos agravados, muitas vezes, de modo irreversível. Isso ocorre com frequência, apesar da legislação brasileira garantir, a todo cidadão, o direito de acesso, à educação, à saúde, ao lazer e ao trabalho. Além de dificuldades com o SUS, muitos usuários enfrentam dificuldades de acesso aos hospitais. Por esta razão, estudos sobre acessibilidade em contextos hospitalares têm sido desenvolvidos com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços prestados à população e facilitar o processo de adesão ao tratamento. A presente pesquisa analisou a acessibilidade a um hospital público de atenção terciária e quaternária à saúde, de Brasília, DF. Avaliou-se o impacto de fatores como tempo, conforto e custos de locomoção sobre o acesso ao hospital, localizado em área isolada da cidade, a cerca de 10 quilômetros do centro. A amostra foi composta por 50 acompanhantes de crianças e adolescentes (0 a 18 anos) em tratamento de patologias onco-hematológicas. Os participantes responderam a um questionário (25 questões) sobre sua experiência quanto à acessibilidade ao hospital, além de questões sócio-demográficas. O meio de transporte utilizado pela maioria dos pacientes e acompanhantes (26) para o deslocamento até o hospital é o transporte público. Apenas um em cada quatro acompanhantes tinha carro próprio, cinco utilizam transporte fornecido por uma ONG, três pegam carona com parentes, dois utilizam o carro da Prefeitura do município onde moram e outros dois relataram que, pela precariedade dos ônibus, preferem pagar a desconhecidos pela carona. Os resultados apontam para a seguinte caracterização do transporte público utilizado por essa população: o ônibus é demorado (21), tem bancos duros (20), bancos que não são pequenos (14), mas não tem espaço para colocar os pés (14), sem uma boa ventilação (18), com cheiro desagradável (13). Os participantes também referem que sentem calor durante a viagem (21), não sentem frio (21) e que outros usuários não cedem o assento para a criança doente (17). A maioria fica em pé durante o percurso (21). Um total de 16 participantes referem que, pelo menos, uma vez já acenaram, na parada do ônibus, mas foram ignorados pelo motorista. A maioria (14) refere o tempo de viagem de ônibus como maior que uma hora e menor que três horas. Esses dados apontam para uma precária situação do transporte público do Distrito Federal, que não é capaz de prestar um serviço satisfatório à população estudada. As crianças que necessitam utilizar esse meio de transporte, após sessões de quimioterapia, enfrentam dificuldades que podem proporcionar uma redução da qualidade de vida maior do que aquela já afetada pela doença e tratamento. Sugere-se uma rede viária específica para os hospitais, transportando pacientes aos seus respectivos centros de tratamento, um meio mais rápido e confortável de transporte.

Palavras-Chave: Acessibilidade, hospitais, tratamento.

Pesquisador - P

Área de Pesquisa: SAU

AVALIAÇÃO EM CONTEXTOS DE ATENDIMENTO: INTEGRANDO PESQUISA E INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE.

AVALIAÇÃO EM CONTEXTOS DE ATENDIMENTO: INTEGRANDO PESQUISA E INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE. *Eliane Maria Fleury Seidl (Universidade de Brasília. Brasília, DF)*

A Psicologia da Saúde está em evidente expansão no Brasil em termos profissionais, científicos e acadêmicos. Apesar dos indicadores que apontam o crescimento da inserção dos psicólogos na saúde pública, desafios caracterizam a atuação desse profissional, em função de diversos fatores como a formação ainda muito centrada no modelo clínico e a oferta escassa de estágios supervisionados na área de saúde em nível de graduação. Outro desafio refere-se à qualificação do trabalho do psicólogo da saúde, na medida em que os enfoques teórico-metodológicos que norteiam sua atuação são bastante diversificados, sendo que ainda há predomínio de modelos com forte vertente clínica. Tanto em contextos de pesquisa como da atuação profissional do psicólogo inserido em equipes de saúde, processos de avaliação com base científica (do paciente, da intervenção realizada, entre outras) têm sido valorizados, permitindo melhoria da qualidade das práticas desenvolvidas. Trata-se de valorizar a atuação empiricamente orientada e pautada em evidências. Nessa perspectiva, a intervenção e a pesquisa no cotidiano dos serviços de saúde estão muito relacionadas, fazendo com que a produção de conhecimento faça parte dos diferentes espaços de cuidado, permitindo que a prática profissional seja embasada em processos sistematizados de coleta e análise de dados. Na presente sessão coordenada o objetivo é apresentar pesquisas e experiências profissionais, centradas em processos sistematizados de avaliação de procedimentos e/ou dos próprios pacientes. No caso da avaliação dos pacientes, foi possível a caracterização da clientela do serviço em relação ao aspecto investigado, por exemplo. Todos os trabalhos tiveram lugar em serviços da rede pública de saúde do Distrito Federal. Outro destaque é que foram desenvolvidos junto a pacientes com diversos agravos crônicos: HIV/aids, câncer, enfermidades coronarianas e insuficiência renal associada a transplante de rim.

EFEITOS DE INTERVENÇÃO COMPORTAMENTAL SOBRE A ADESÃO AO TRATAMENTO DE UMA ADOLESCENTE SOROPOSITIVA PARA O HIV.

*Caroline Mota Branco** e Eliane Maria Fleury Seidl (Universidade de Brasília, Brasília, DF).*

A adesão ao tratamento antirretroviral vem recebendo crescente atenção na literatura devido ao controle que variáveis psicossociais podem exercer no manejo e enfrentamento da soropositividade. Dentre os estudos que buscam compreender as variáveis que facilitam a adesão ao tratamento antirretroviral, poucos esforços têm sido dedicados a avaliar os efeitos de procedimentos de intervenção realizados com adolescentes soropositivos. O objetivo desse trabalho é apresentar os resultados encontrados após aplicação de procedimento de intervenção, baseado no modelo analítico-comportamental, sobre a adesão ao tratamento antirretroviral de uma adolescente HIV positiva, infectada por transmissão vertical. A jovem tinha 13 anos, cursava a quinta série do ensino fundamental, vivia com os pais adotivos e apresentava adesão insuficiente ao tratamento. O estudo teve delineamento quase experimental, longitudinal de curto prazo e foi aprovado por comitê de ética em pesquisa. A metodologia foi intra-sujeito, tendo o sujeito como próprio controle. Os dados foram coletados em treze sessões de atendimento, divididas em: (1) entrevista inicial de linha de base, (2) onze sessões de intervenção; (3) entrevista de avaliação pós-intervenção. A principal medida comportamental foi a adesão ao tratamento auto-relatada, calculada pelo percentual de comprimidos ingeridos durante a semana anterior ao encontro. Na linha de base, o percentual de adesão aos medicamentos foi em média de 70%, representando perda importante das doses prescritas. Os instrumentos utilizados na linha de base foram: (a) Roteiro de entrevista, com perguntas abertas e fechadas referentes ao contexto de vida, aspectos sobre viver com HIV/aids e ao uso de medicamentos; (b) Questionário Construcional, adaptado para o contexto da soropositividade e (c) Escala de Auto-eficácia para Adesão ao Tratamento Antiretroviral, com 22 itens referentes a condições do ambiente, do meio social, do tratamento e da própria pessoa que poderiam se constituir em barreiras ao uso dos medicamentos; as respostas foram dadas em escala Likert de cinco pontos. Os instrumentos utilizados na intervenção foram formulários de registro de auto-monitoramento da adesão e materiais educativos com conteúdo relacionado ao HIV/aids específico para adolescentes. Foram usadas técnicas de base comportamental para modificação de crenças relacionadas à soropositividade e ao tratamento, bem como das condutas de adesão e autocuidado. Na sessão de encerramento foram reaplicados os instrumentos utilizados na linha de base. Os principais resultados apontaram para: (a) ampliação do repertório verbal de descrição sobre o processo de manutenção da saúde frente ao HIV/aids, indicativos de maior conhecimento sobre a enfermidade e o tratamento; (b) realização de análise de contingências relacionadas às situações antecedentes e conseqüentes ao uso dos medicamentos; (c) níveis de adesão superiores a 95% de ingestão do número de comprimidos prescritos; (d) manejo satisfatório de barreiras à adesão e no enfrentamento de eventuais dificuldades, evidenciado por meio do auto-relato da paciente e de sua cuidadora primária, bem como pelo aumento da média do escore da escala de auto-eficácia. Conclui-se que o modelo de intervenção foi eficaz, propiciando níveis adequados de adesão da adolescente. A partir dos resultados, informações relevantes foram obtidas para subsidiar o planejamento de intervenções psicológicas com adolescentes soropositivos e seus cuidadores.

Trabalho financiado pelo CNPq, por meio de bolsa de doutorado

Palavras-chave: HIV/aids; adesão ao tratamento; adolescência

Doutorado – D

Área de Pesquisa: SAÚDE

RESULTADOS DE UM PROTOCOLO DE ACOLHIMENTO E TRIAGEM PSICOLÓGICA DE PACIENTES ADULTOS INICIANDO TRATAMENTO EM UM CENTRO DE ALTA COMPLEXIDADE EM ONCOLOGIA – CACON.
*Juciléia Rezende Souza** (Hospital Universitário de Brasília - HUB, Universidade de Brasília. Brasília, DF).*

A literatura aponta a necessidade de se identificar, em fases iniciais do tratamento, pacientes oncológicos com risco de respostas desadaptativas, podendo, assim, encaminhá-los a intervenções que auxiliem na redução do *distress* e facilitem a adaptação psicossocial. A avaliação inicial do *distress* auxilia na triagem e encaminhamento desses pacientes para intervenções delineadas de acordo com o risco de desenvolverem reações desadaptativas. Visando o manejo do *distress*, foi implantado no CACON/HUB um protocolo de acolhimento e triagem em que todos os pacientes, iniciando tratamento, são avaliados. No primeiro dia de atendimento, aproximadamente 10 pacientes e familiares passam por um grupo multidisciplinar de acolhimento, quando o serviço de psicologia se apresenta e realiza uma breve intervenção. Antes do grupo, a equipe de psicologia avalia todos os pacientes utilizando uma adaptação para o português da *Psychological Screening Tool for Cancer Patients* (PSSCAN), composta por 4 domínios: suporte social (SS), qualidade de vida (QV), ansiedade e depressão. Os dados são armazenados numa planilha do *software* SPSS 16.0. Os pacientes com baixo, moderado ou elevado risco psicológico são identificados e os resultados anexados aos prontuários. Os pacientes com risco moderado ou elevado são convidados, via contato telefônico, para atendimento psicológico. O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados obtidos entre junho e novembro de 2009, após a implantação desse protocolo. Os dados se referem à avaliação de 158 pacientes, 107 mulheres e 51 homens, com idade média de 54 anos (DP=15,19). Os resultados indicaram o seguinte perfil: boa rede de SS instrumental (85%); desejo de moderado a elevado de SS emocional (83%); percepção da QV de baixa a moderada (78%); ansiedade subclínica (28,6%); desordem de ansiedade (31,7%); depressão subclínica (31,7%); desordem de depressão (25,4%); ideação suicida (13,9%). Na triagem foram identificados, de acordo com o nível de *distress*, 45 pacientes com risco psicológico baixo (28,5%), 40 com risco moderado (25,3%) e 71 com risco elevado (44,9%). Avaliou-se, ainda, a associação entre as variáveis utilizando-se o coeficiente de correlação de *Pearson* ($p \leq 0,05$; $p \leq 0,001$). Encontrou-se que: quanto maior a disponibilidade de SS instrumental, maior a QV percebida e menor a depressão e o *distress*; quanto maiores os níveis de ansiedade, depressão e *distress*, e menor a QV, maior o desejo de SS emocional; quanto menor a QV, maior a ansiedade, a depressão e o *distress*; quanto maior a ansiedade, maior a adesão ao atendimento psicológico; quanto maior a ansiedade e a depressão, maiores os níveis de *distress*. Autores apontam que pacientes com maior risco possuem mais dificuldade para buscar ajuda profissional, tendo menor adesão às intervenções psicossociais. Dentre os 111 pacientes com moderado e elevado risco, 48(43%) aderiram ao atendimento, ampliando o acesso à psicologia dos pacientes com demandas psicossociais. Percebeu-se que a participação do psicólogo no acolhimento pode ter sensibilizado para a adesão ao atendimento, e que a triagem aumentou a eficiência do serviço de psicologia. Salienta-se a necessidade de compreender melhor as variáveis que interferem na busca pelo atendimento psicológico para elaborar estratégias que aumentem a adesão dos pacientes a essa modalidade de atendimento.

Palavras-chave: psico-oncologia; *distress*; triagem

Pesquisador - P

Código da área de pesquisa ou intervenção: SAÚDE

EFEITOS DE INTERVENÇÃO COMPORTAMENTAL SOBRE O APOIO SOCIAL DISPONIBILIZADO PELO CUIDADOR A UMA PACIENTE COM ENFERMIDADE CORONARIANA. *Marcela Abreu-Rodrigues** e Eliane Maria Fleury Seidl (Universidade de Brasília. Brasília, DF).*

A doença coronariana acomete um grande número de pessoas, sendo a primeira causa de morte em países desenvolvidos e no Brasil. Intervenções e pesquisas têm concentrado esforços para melhorar o prognóstico e a qualidade de vida dos pacientes acometidos. O apoio social, processo que envolve interações com outras pessoas e que facilita o enfrentamento do estresse e de condições aversivas, tem sido diretamente relacionado com a diminuição da morbi-mortalidade desses pacientes ao promover melhora da adesão ao tratamento. O presente trabalho, com delineamento quase experimental, teve como objetivos: 1) realizar procedimento de intervenção, com uso de técnicas comportamentais e cognitivo-comportamentais, com o cuidador de uma paciente coronariana, visando a adequação do suporte social disponibilizado; (2) verificar os efeitos da intervenção para a promoção de apoio social, a partir da frequência e satisfação relatadas pela paciente com o apoio recebido do cuidador, comparando os resultados anterior à intervenção (Momento 1), imediatamente após (Momento 2) e três meses depois da intervenção (Momento 3). Participaram desse estudo de caso uma paciente de 65 anos (casada, com ensino fundamental completo, diagnóstico de doença coronariana há um ano) e seu cuidador (filho, 41 anos, casado, superior completo, não residia com a mãe), indicado pela própria paciente. A intervenção realizada junto ao cuidador consistiu de quatro sessões individuais, uma por semana, com duração de 90 minutos. O comportamento do cuidador foi avaliado pelo número de respostas auto-relatadas de fornecimento de apoio social em relação a cinco categorias comportamentais (adesão ao medicamento, alimentação, atividade física, controle do estresse e atividades de lazer). Foram utilizados questionários sociodemográficos e da situação clínica e a Escala de Suporte Social (22 itens, respostas em escala Likert de cinco pontos; escores mais altos representam maior frequência e satisfação com o apoio social), sendo esta respondida apenas pela paciente. A análise de dados incluiu a utilização do teste *t* de Student para dados pareados. Os resultados revelaram que, no primeiro momento, a paciente relatou um nível moderado de apoio social recebido do cuidador ($M=3,59$), sendo que referiu baixa frequência e nível moderado de satisfação com o apoio instrumental (lembrar a hora de um medicamento, o dia de fazer exames ou acompanhá-la em consultas). Quanto ao apoio social emocional, havia insatisfação quanto ao fornecimento de informações sobre o problema de saúde e falta de companhia para atividades de lazer. Após o procedimento de intervenção, houve um aumento da disponibilidade e satisfação com o apoio recebido, tanto instrumental quanto emocional, sendo que em M2 a paciente relatou um aumento significativo do suporte recebido ($t=4,86$; $p\leq 0,001$) e a manutenção do mesmo em M3 ($t=4,39$; $p\leq 0,001$). Os resultados indicaram a possibilidade de aplicação dos instrumentos, da intervenção e das técnicas utilizadas, para os objetivos do estudo. A partir dos resultados, informações relevantes foram obtidas para subsidiar o planejamento de intervenções psicológicas com cuidadores de pacientes coronarianos. Trabalho financiado pela Capes, por meio de bolsa de mestrado. Palavras-chave: apoio social; cuidador; intervenção comportamental. Mestrado -M

Área de Pesquisa: SAÚDE

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO ADOTADAS POR PACIENTES EM PREPARAÇÃO PARA TRANSPLANTE RENAL INTERVIVOS. *Marina Kohlsdorf** (Hospital Universitário de Brasília, Universidade de Brasília. Brasília, DF).*

O transplante renal constitui uma alternativa importante ao tratamento dialítico para insuficiência renal crônica, proporcionando ao paciente a retomada de atividades sociais, profissionais e pessoais geralmente prejudicadas após diagnóstico. O procedimento pode ser realizado com doadores cadáveres ou intervivos (um indivíduo doa um de seus rins para o paciente). O processo de preparação dos pacientes para transplante é longo e caracterizado por diversas avaliações clínicas e psicossociais. Este processo, associado às exigências do tratamento, promove um contexto potencialmente estressante, que demanda a adoção de estratégias de enfrentamento por parte dos pacientes em espera pelo transplante. O objetivo deste trabalho é analisar estratégias de enfrentamento adotadas por receptores no início do preparo para transplante renal intervivos. Participaram do estudo treze pacientes em tratamento para insuficiência renal crônica, atendidos no Hospital Universitário de Brasília, sendo sete homens e seis mulheres, com média de idade de 41,38 anos ($DP=11,0$) e tratamento entre zero meses (pré-diálise) e nove anos ($M=24,46$ meses; $DP=30,05$). Na primeira consulta de avaliação, os participantes responderam à Escala Modos de Enfrentamento de Problemas - EMEP, que categoriza as estratégias de enfrentamento em quatro fatores: (a) enfrentamento focalizado no problema, (b) enfrentamento baseado na emoção, (c) uso de práticas religiosas e (d) busca por suporte social. Os resultados indicaram prevalência de estratégias focalizadas no problema ($M=4,06$; $DP=0,4$), seguidas por práticas religiosas ($M=3,93$; $DP=0,61$), busca por suporte social ($M=3,23$; $DP=0,78$) e estratégias focalizadas na emoção ($M=2,19$; $DP=0,67$). Testes não-paramétricos (Mann-Whitney, Kruskal-Wallis e correlação de Spearman) avaliaram associações entre dados sociodemográficos e estratégias de enfrentamento. Variáveis como escolaridade, idade do participante, renda mensal e número de filhos não demonstraram associação com preferências por estratégias de enfrentamento. Por outro lado, mulheres indicaram maior utilização de práticas religiosas quando comparadas a homens, mas esta diferença não foi estatisticamente significativa. Pacientes casados referiram maior busca por suporte social, quando comparados a participantes solteiros, mas a diferença entre medianas não foi estatisticamente significativa. Pacientes provenientes de outros Estados da Federação referiram maior enfrentamento focalizado na emoção e maior busca por suporte social, quando comparados aos pacientes residentes no Distrito Federal, embora a diferença entre escores não tenha sido estatisticamente significativa. O uso de estratégias de enfrentamento baseadas no problema esteve correlacionado, de forma positiva e moderada, à idade dos filhos dos participantes ($r=0,5$; $p=0,041$) e ao tempo de tratamento ($r=0,58$; $p=0,019$). Além disso, o estado civil dos participantes foi associado a estratégias de enfrentamento baseadas na emoção, com diferenças marginalmente significativas ($z=1,86$; $p=0,063$), considerando que participantes solteiros indicaram maior uso dessas estratégias ($Md=9,17$) em comparação a pacientes casados ($Md=5,14$). Os participantes relataram estratégias de enfrentamento não abordadas diretamente na escala, tais como distração e uso de terapias complementares. Os resultados apontaram informações relevantes ao planejamento de intervenções psicossociais com pacientes em preparação para transplante renal. Conclui-se que investigar estratégias de enfrentamento adotadas pelos pacientes permite realizar preparação psicológica mais

adequada à situação de transplante, propiciando melhor enfrentamento e adaptação do paciente a este contexto.

Palavras-chave: enfrentamento; transplante renal; psicologia da saúde

Pesquisador – P

Área de Pesquisa: SAÚDE

PSICOLOGIA E CULTURA.

FAMÍLIAS ATRAVÉS DE CULTURAS: UM ESTUDO SOBRE FAMÍLIAS BAIANAS. *Elaine Pedreira Rabinovich, Lúcia Vaz Moreira e Anamélia Lins e Silva Franco (Universidade Católica do Salvador).*

Este estudo objetivou comparar dados da família baiana com os obtidos por Georgas, Berry, Vijver, Kagitçibasi e Poortinga (2006) sobre as mudanças familiares ocorridas em 30 países. Foram replicados: um questionário geral sobre a família; um sobre redes familiares; a escala de auto-construção (independência e interdependência) e introduzido um questionário aberto sobre composição, definição e ideal de família. Participaram 170 universitários baianos que responderam inicialmente a um questionário fechado enfocando papéis, comportamentos, atividades e relações entre os seguintes membros da família: pai, mãe, avô, avó, tio/tia, menino e menina de 10 anos, moça e rapaz de 20 anos. Esses dados foram analisados utilizando o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Em conformidade com o estudo de referência, a mãe foi a figura central nas famílias baianas, o pai compartilhando o poder financeiro com ela; porém, as atividades domésticas de limpar, cozinhar e lavar ficavam mais a cargo dos membros femininos. As avós sucederam aos pais na importância nos papéis familiares e houve mais interdependência emocional do que econômica/funcional com relação à família. Nos três itens sobre rede familiar (distância de moradia, encontros e telefonemas), o contato maior foi com a família nuclear, sendo mais intensificado com relação à mãe, em seguida com os irmãos e depois com o pai, dados de acordo com os obtidos pela pesquisa mais ampla. As frequências de encontros com tios/tias (58,9%) e com a avó (47,2%) foram consideráveis e os telefonemas para tios/tias (43,7%) também, indicando a atuação de uma rede familiar. Portanto, em concordância com Georgas et al. (2006), a residência longe dos parentes não parece levar ao isolamento psicológico. Observou-se uma tendência maior à interdependência, destacando aspectos como cooperar (99,4%), manter a harmonia do grupo (97,1%), respeitar as decisões do grupo (92,9%) e respeitar pessoas modestas (87,6%). Os elementos da independência com porcentagens maiores de concordância foram: agir como uma pessoa independente (95,9%), sentir-se confortável quando elogiado (87,6%) e gostar de ser único (76,9%). Deste modo, esse instrumento resultou problemático, assim como para os autores da pesquisa original por não discriminar entre as tendências por ele propostas. As respostas às questões abertas foram organizadas em categorias por análise de conteúdo. Os principais resultados definiram a família como base segura (65%) e o ideal de família como convivialidade harmônica (50%). Para a composição familiar foram estabelecidas 11 categorias (extensa: 45,2%; nuclear: 22,0%; extensa + amigos: 10,7%, ampliada: 6,5%; monoparental: 5,9%; monoparental ampliada: 4,2% e outros). Esses resultados enfatizam um modo familiar em rede, em que interdependência e independência co-existem, predominando os primeiros. Finalmente, o retrato da família ideal apontou para um movimento em direção a uma família mais horizontal e menos autoritária do que a família tradicional brasileira.

Palavras chave: família, cultura, Brasil.

D

FAM

COMUNIDADES TRADICIONAIS E ENCONTROS INTERCULTURAIS: CONTRIBUIÇÕES DA FENOMENOLOGIA PARA A INVESTIGAÇÃO.

*Roberta Vasconcelos Leite** e Miguel Mahfoud (Laboratório de Análise de Processos em Subjetividade, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG)*

Nas investigações advindas da hodierna intensificação e complexificação dos encontros interculturais, o modo como membros de comunidades tradicionais encontram outras culturas é tema polêmico: estudos com embasamentos distintos tendem a chegar a conclusões divergentes. Nessa pesquisa teórica, objetivamos contribuir para esse debate apresentando como autores da Fenomenologia Clássica podem auxiliar na investigação do encontro intercultural assim como vivido por sujeitos formados em comunidades tradicionais. Os resultados organizam-se em 3 eixos: 1) especificidade da análise fenomenológica dos fenômenos culturais; 2) conceitualização de formação da pessoa e comunidade tradicional; 3) descrição da dinâmica da experiência daquele que vivencia o encontro intercultural. No primeiro eixo, apreendemos com Husserl que a análise fenomenológica busca leitura interior das expressões culturais por um duplo caminho. Escava a subjetividade para explicitar como se manifestam e estruturam as vivências culturais. E investiga o mundo-da-vida enquanto fundamento da cultura, buscando os sentidos e atos do sujeito, bem como as imbricações de suas elaborações com as de seus contemporâneos e predecessores, co-participes do mesmo ambiente social. No segundo eixo, colhemos em Husserl e Stein as implicações de conceber o ser humano como pessoa, ser de relações marcado pela capacidade de autoconsciência e pela indissociabilidade entre sua individualidade e o mundo circundante físico, social, comunitário, cultural, histórico. A formação da pessoa constitui-se na interação entre o dinamismo propriamente humano e os materiais e caminhos de desenvolvimento disponíveis no contexto sociocultural, os quais se configuram como bens culturais que a pessoa recebe e assimila ativamente. Quanto à comunidade tradicional, Berger e Luckmann definem-na fundamentando-se nas vivências intersubjetivas de integração das dimensões da existência; de acolhimento dos referenciais herdados como critério para inserção no mundo e constituição dos relacionamentos internos e externos ao grupo; e de dedicação pessoal à permanência do que é reconhecido como valor. No terceiro eixo, buscamos em Schutz a descrição do mundo social como campo dos atos atuais e possíveis, organizado a partir da significatividade de ações e conhecimentos diretos ou indiretos. No encontro com uma cultura desconhecida, a pessoa é convocada a agir sem possuir critérios de orientação do contexto que adentra e por isso tende a questionar aspectos tidos como inquestionáveis pelos membros do grupo que encontra. E também a pauta cultural em que ela foi formada torna-se objeto de reflexão e reelaboração, pois a diversidade cultural a solicita a rever os próprios referenciais. Nessa situação tensa, a possibilidade de construção da intersubjetividade é vivida como projeto pessoal a ser empreendido num campo de aventura. Articulando os 3 eixos, concluímos que a contribuição da Fenomenologia Clássica para pesquisas sobre o modo como membros de uma comunidade tradicional vivenciam o encontro com culturas diversas ancora-se numa proposta de análise das expressões culturais que colhe a tensão sujeito-mundo evidenciando a imbricação entre ambos. Disso decorre a capacidade de fundamentar-se na vivência de modo rigoroso, o que permite apreender a formação da pessoa e a constituição da comunidade tradicional de modo dinâmico, bem como descrever sistematicamente os processos subjetivos típicos na inserção numa nova cultura.

Apoio: CNPq (Bolsa de Mestrado)

Palavras-chave: Encontro interculturais; Fenomenologia; Psicologia e Cultura
Mestrado – M

SOCIAL

A DUPLA CONSTITUIÇÃO DE PESSOA E CULTURA: CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS EM MEDITAÇÕES CARTESIANAS DE EDMUND HUSSERL. *Cláudia Coscarelli Salum** e Miguel Mahfoud (Laboratório de Análise em Processos de Subjetividade, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte/MG)*

O processo de dupla constituição no qual estão inseridos pessoa e cultura é foco de diversas teorias no campo da Psicologia Social. Nesta pesquisa teórica, buscamos investigar caminhos metodológicos possíveis para a compreensão desse processo. Para isso, selecionamos a obra “Meditações Cartesianas” de Edmund Husserl, na qual examinamos a forma em que o autor descreve esse fenômeno. No texto de Husserl, aparecem duas vias da análise fenomenológica que explicitam significados que emergem entre o eu e o mundo. Na primeira, a de uma *progressão sistemática*, o autor realiza a tarefa de descobrir o sentido transcendental do mundo-da-vida, através de uma explicitação fenomenológica do ego transcendental. A análise se inicia neste e, a partir daí, revela seus crescentes níveis de complexidade que levam o autor a afirmar o sentido pleno do domínio transcendental enquanto intersubjetividade transcendental. Por sua vez, na quinta meditação, Husserl aponta a possibilidade de uma *análise regressiva* do mundo da cultura, ao discutir os problemas ligados a intersubjetividade. Caracteriza-se, então, cultura como parte dos problemas constitutivos, no que diz respeito à constituição de um meio especificamente humano, em que a ação individual e coletiva transforma natureza em um mundo de cultura, revestido de valor para o homem. A elucidação husserliana chega ao ego transcendental, na medida em que a cultura também é orientada em relação a uma esfera primordial, formada pelo eu e pela sua própria cultura. *Tanto pela via progressiva quanto pela via regressiva*, percebemos que o objetivo do caminho percorrido por Husserl está em formular uma inteligibilidade última, uma inteligibilidade transcendental para o conhecimento do eu e do mundo no processo de sua dupla constituição. Aprofundando nos resultados encontrados a respeito dos caminhos da análise fenomenológica, discutimos ainda as *potencialidades presentes na via regressiva*, que se constitui como o trabalho de uma *arqueologia fenomenológica*. As pesquisas sobre culturas não-ocidentais nos fazem considerar a arqueologia fenomenológica como uma possibilidade de realizarmos a análise das vivências, através da qual vamos ao encontro de duas dimensões presentes na experiência: a primeira, hilética, e a segunda, noética. Argumenta-se a respeito da importância de atentarmos para a dimensão hilética, pré-categorial, uma vez que esta revela a centralidade da materialidade na dupla constituição da subjetividade e da cultura. Dessa forma, essa via nos revela com maior nitidez pontos da análise fenomenológica já presentes na análise progressiva do ego transcendental, mas que ficaram obscurecidos pela mediação intelectual dos sentidos, característica da dimensão noética da vivência. Concluimos que a perspectiva da fenomenologia clássica nos mostrou dois caminhos metodológicos fundamentais presentes na pesquisa sobre pessoa e cultura. Partindo do ego transcendental ou do mundo da cultura, essas vias realizam uma explicitação fenomenológica da dupla constituição, que permite evidenciar a complexidade da experiência do eu, do outro e do mundo. Husserl nos apresenta análises em que essas experiências se articulam e se resignificam continuamente, revelando o verdadeiro sentido do ego transcendental e do mundo-da-vida. A possibilidade de nos mantermos atentos a esta complexidade nos faz reconhecer a riqueza da metodologia fenomenológica.

Palavras-Chave: Meditações Cartesianas; pessoa e cultura; fenomenologia social.

Mestrado –M

SOCIAL

A ARTE E O EU HUMANO: CONTRIBUIÇÕES DA FENOMENOLOGIA DE EDITH STEIN. *Ana Cláudia Bernardes Guimarães** e Miguel Mahfoud (Laboratório de Análise de Processos em Subjetividade, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG)

A relação entre o processo de formação da pessoa e as manifestações culturais se apresenta como um desafio contemporâneo na psicologia. O objetivo desta pesquisa teórica é compreender qual é a relação entre a formação do eu humano e as produções artísticas, a partir da obra da fenomenóloga Edith Stein. Pôde-se apreender que a estrutura da pessoa - formada pelas dimensões corporal, psíquica e espiritual - se expressa de maneira singular devido à presença do núcleo pessoal, que acompanha o homem desde sua origem e imprime as particularidades individuais durante o seu desenvolvimento. O núcleo pessoal dá ao ser humano uma marca única e corresponde a uma disposição original, que é expressada em maior ou em menor grau, dependendo da vontade e das condições externas. As dimensões estruturais, associadas de maneira dinâmica pelo núcleo pessoal, compõem a unidade da pessoa, capaz de receber em si influências do entorno social de uma maneira própria e de se posicionar autenticamente diante da comunidade. A expressão do corpo humano, através das ações e intervenções na realidade, como na produção de obras de arte, indica a co-presença dos âmbitos espiritual e psíquico. As vivências próprias das atividades psíquicas - abrangem os sentimentos vitais - são influenciadas pela vontade e intelecto, que caracterizam a vida espiritual. Essa dimensão espiritual possibilita uma abertura do eu corporal às coisas, ao outro e a si mesmo, permitindo uma apreensão de sentido nessas relações. A inclusão do homem num todo maior faz parte da estrutura da pessoa, pois somente em relação com o mundo é que se constitui como tal. A pessoa ao acolher em si uma obra de arte pode elaborar novas percepções, apreender certos valores que condizem consigo mesma e assim, contribuir para a formação autêntica de si mesma por meio de diferentes modos de se posicionar. O maravilhamento surgido diante da beleza de uma obra de arte indica a presença de um desejo de se abrir para a realidade e dessa forma, desperta na pessoa uma vontade de retomar experiências significativas que correspondem a si mesma, ao seu núcleo pessoal, ou seja, são coerentes com as suas características mais próprias. A presença da liberdade e da razão, características do nível espiritual, permite a pessoa buscar os conteúdos culturais que mais auxiliam em sua formação e recusar aquelas influências que não correspondem a si mesma. Além disso, a manifestação da vida interior, através das expressões artísticas, contribui para a atualização de suas potencialidades e singularidades, auxiliando na própria formação pessoal. Dessa forma, explicita-se que o núcleo pessoal permite a apreensão e a construção das produções artísticas de maneira singular e o contato com obras de arte permite à pessoa voltar-se para si de modo a retomar as relações que condizem com seu centro pessoal. Conclui-se, então, que o conceito de núcleo pessoal, ao abarcar os dinamismos propriamente humanos, indica que a interação eu-arte possibilita o alcance tanto da formação pessoal quanto do desenvolvimento de produções culturais.

Apoio: PROBIC/FAPEMIG

Palavras-Chave: pessoa e cultura; fenomenologia; psicologia e cultura.

Iniciação Científica - IC

SOCIAL

VIVÊNCIAS DO TRAUMA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: ELABORAÇÃO DA EXPERIÊNCIA E MEMÓRIA EM MEMBROS DA COMUNIDADE JUDAICA E DESCENDENTES. *Milena Callegari** e *Marina Massimi* (Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)

A questão do trauma psicológico é inerente à vida de todo ser humano, sujeito a vivenciar situações potencialmente traumáticas. O objeto deste trabalho é a relação entre trauma psicológico e memória vivenciada pelas vítimas, especificamente no caso deste evento histórico de cunho social: o Holocausto e a II Guerra Mundial. Tem dois objetivos: em primeiro lugar, analisar as repercussões do trauma na vida de indivíduos que sofreram e de seus descendentes, realizando entrevistas com membros da comunidade judaica de Ribeirão Preto e seus descendentes; em segundo lugar, verificar na literatura a relação entre trauma e memória, pela obra de teóricos da Psicologia judeus que viveram aqueles acontecimentos (Kurt Lewin, Edith Stein, Victor Frankl e Bruno Bettelheim). Primeiramente foram realizadas as entrevistas, com cinco participantes: um sobrevivente da guerra, seus dois filhos e seus dois netos. Utilizou-se o método da História Oral, uma narrativa linear e individual daquilo que o participante considera significativo. Todas foram gravadas e transcritas na íntegra. Em um segundo momento, a obra dos autores da psicologia foram lidas. A memória ligada ao trauma foi estudada segundo a perspectiva do sociólogo Maurice Halbwachs, referencial teórico adotado para a análise dos dados coletados, sendo esta qualitativa. Os temas mais recorrentes nas entrevistas foram: a importância do trabalho, as diferenças de cultura e religião, a influência da sociedade, a necessidade de adaptação como estrangeiro, o desenraizamento, o esporte como vínculo familiar, o valor da experiência do sobrevivente na II Guerra Mundial e a crença que “o tempo cura tudo”. Com relação à obra dos autores judeus, os resultados apontam para o fato de que a situação traumática vivida modificou a maneira deles se posicionarem na teoria psicológica elaborada e na vida, sendo este processo explicitado pelos próprios autores. Pode-se relacionar estas obras com alguns temas encontrados nas entrevistas. A análise dos dados obtidos mostra que a atividade de rememorar ajuda a superar o trauma e que ter consciência de si e do que se passou é um caminho para o enfrentamento, confirmando-se assim a hipótese de Halbwachs: o indivíduo possui uma *memória individual* e uma *coletiva*, sendo a memória uma construção social e um fenômeno coletivo e, em parte, modelada pela família e pelos grupos sociais. Encontra-se nos autores analisados um ponto de referência para nortear a vivência de traumas no momento presente, através da experiência vivenciada e lembrada do trauma que eles documentam e da relação que seus estudos têm com o mesmo.

Apoio: CNPq

Palavras-chave: trauma psicológico; memória coletiva; comunidade judaica.

Iniciação Científica – IC

SOCIAL

CIBERCULTURA E TRANSIÇÃO DESENVOLVIMENTAL: TORNAR-SE MÃE. *Adalene Torres Barreto Sales** (Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia), Denise Maria Barreto Coutinho (Universidade Federal da Bahia), Ana Cecília de Sousa Bittencourt Bastos (Universidade Federal da Bahia).*

Um rápido olhar sobre a contemporaneidade faz ver que as novas tecnologias da informação e comunicação estão tão imbricadas no nosso cotidiano, que é impossível imaginar atividades diárias sem suportes midiáticos (CDs, internet, telefones móveis, TV). Dentre essas tecnologias, a Internet parece ser a mais revolucionária em termos de dissolução de fronteiras e integração global nos variados aspectos da vida sociocultural e econômica de indivíduos e grupos. Mundialmente, há cerca de 1,8 bilhões de internautas. A cada minuto, 500 mil pessoas estão se conectando pela primeira vez em todo o mundo. A Internet já é o terceiro meio de comunicação do Brasil, sendo que, em dezembro de 2009, o país contava com 67,5 milhões de internautas. Na medida em que privilegia o conteúdo gerado por usuários em interação, a Internet desempenha importante papel na construção de significados e símbolos a partir dos quais o sujeito expressa seus sentimentos e elabora julgamentos. Vale notar que essa construção nas redes sociais virtuais se configura a partir de trocas simbólicas entre sujeitos que não se conhecem pessoalmente e da interação destes com conteúdos disponibilizados. A natureza e as dimensões atuais da Internet sugerem que parte significativa das atividades de construção de significados se dá na interação realidade virtual-sujeito-realidade concreta. O sujeito contemporâneo transita intensamente entre realidades, trocando palavras, transformando suas crenças e transformando-se, forjando novas identidades e formas de ser no mundo. Partindo dessas considerações, este estudo utiliza a abordagem autoetnográfica para discutir e descrever como é tornar-se mãe nesse lugar de sujeito que transita entre significados produzidos e compartilhados virtualmente e aqueles produzidos e compartilhados na interação face-a-face, tendo como referencial teórico o conceito de Recurso Simbólico nas Transições Desenvolvimentais. Segundo esse referencial, o recurso simbólico auxilia o sujeito a se ajustar à nova situação, oferecendo-se como suporte para significação dessa nova experiência que lhe tirou o “chão”, possibilitando a recuperação de certa continuidade de si e do mundo, perdida em momentos de ruptura que antecedem a transição desenvolvimental. Tomamos, assim, a própria experiência de uma das autoras na transição para maternidade como uma lente que permite descrever como significados culturalmente compartilhados e construídos no contexto da comunidade virtual Pediatría Radical são incorporados no processo de tornar-se mãe. A análise da autonarrativa de uma das autoras sobre sua transição para a maternidade e inserção na Pediatría Radical, bem como dos diálogos dessa comunidade, nos indica que o fórum é um campo de intensa negociação entre significados pessoais e significados compartilhados, muitas vezes contraditórios, o que impele os sujeitos a se engajarem num intenso processo de construção de novos significados ou significação de experiências. A construção de novos significados sobre si e sobre o mundo permite melhor ajuste ao contexto social, ao mesmo tempo em que devolve o senso de continuidade de si. Tais resultados prévios corroboram o que vem sendo produzido a respeito da utilização de recursos simbólicos em transições desenvolvimentais, pela Psicologia Cultural do Desenvolvimento.

Apoio financeiro: não tem.

Palavras chave: autoetnografia, transição para maternidade, cibercultura.

Nível: M

SOC

DIFERENÇAS ENTRE HOMENS E MULHERES: DOS PAPÉIS DE GÊNERO AOS RELACIONAMENTOS AMOROSOS.

PAPÉIS DE GÊNERO: COMO ADULTOS COM ESCOLARIDADE DE NÍVEL SUPERIOR DESCREVEM HOMENS E MULHERES. *Mônica Colognese Barros** (Instituto de Psicologia, Laboratório de Mensuração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS), Jean Carlos Natividade** (Instituto de Psicologia, Laboratório de Mensuração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS) e Cláudio Simon Hutz (Instituto de Psicologia, Laboratório de Mensuração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS).*

Entende-se por papéis de gênero o conjunto de comportamentos, crenças e valores socialmente esperados e desempenhados por homens e mulheres em uma determinada cultura e época. Ao longo da história, atribuições distintas têm sido designadas a homens e mulheres em função de pressões biológicas, ambientais e sociais. Entretanto, em sociedades democráticas, as condições tecnológicas, econômicas e políticas da atualidade admitem que as pessoas desempenhem funções sociais semelhantes, que poderiam refletir nas demarcações de papéis de gênero. Apesar disso, pesquisas que caracterizam os papéis de gênero continuam a apontar distinções estereotipadas entre os sexos. Ainda se poderia esperar que o nível educacional das pessoas, o acesso ao conhecimento sobre as possibilidades de intercâmbio e similaridades entre papéis, interferisse na descrição desses papéis. A partir da noção descrita acima, elaborou-se um estudo com o objetivo de caracterizar como pessoas com escolaridade de ensino superior descrevem papéis masculinos e femininos. Para isso, aplicou-se individualmente um questionário de respostas abertas, em que os participantes deveriam escrever o que consideravam como papéis de homens e papéis de mulheres. Participaram 202 pessoas com média de idade de 25,1 anos, desvio padrão de 7,7 anos, 76% estudavam em curso de graduação, 14% em curso de pós-graduação, 10% já formadas em curso de pós-graduação; dentre todos, 56% eram mulheres. As respostas foram decompostas em 1481 temas, 70% deles foram enquadrados em 45 categorias previamente definidas a partir de estudo anterior. Contabilizou-se, então, o número de participantes que citou cada uma das categorias para papéis masculinos e papéis femininos; entre essas categorias, 17 tiveram frequência de citação superior a 5% dos participantes. As mais frequentemente evocadas para papéis masculinos foram: sustento; trabalho pesado; comando; veículos e jogos. As mais frequentemente citadas para papéis femininos foram: cuidado casa; cuidado filhos; afetuosidade; vaidade e capricho. As demais tiveram frequência de citação equivalente para papéis masculinos e femininos (teste *McNemar*): cuidado família; responsabilidade; determinação; fisiológicas; inteligência; companheirismo e apoio técnico. Os resultados apontaram mais distinções do que similaridades nas caracterizações de papéis masculinos e femininos. As descrições feitas para os homens ressaltam características de força física, liderança e responsabilidade pelo sustento da família; já as mulheres foram vistas como voltadas para o cuidado de si e dos outros de forma afetuosa. As caracterizações de papéis de homens e mulheres também compartilharam um certo número de categorias, entre elas a responsabilidade pela manutenção do bem-estar da família; e habilidades cognitivas, como a inteligência. Apesar disso, essas categorias compartilhadas em contraposição às diferentemente atribuídas ao sexo masculino e ao feminino, sugerem que estereótipos relacionados aos gêneros estão presentes na demarcação de papéis para essa população.

Palavras-chave: papel social, gênero, papéis sexuais.

M

SOCIAL

DESCRIÇÃO DE PAPÉIS DE GÊNERO POR JOVENS COM ESCOLARIDADE DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO. *Lorena Maria Laskoski** (Instituto de Psicologia, Laboratório de Mensuração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS), Jean Carlos Natividade** (Instituto de Psicologia, Laboratório de Mensuração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS) e Cláudio Simon Hutz (Instituto de Psicologia, Laboratório de Mensuração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS).*

Pode-se pensar que as diferenças entre homens e mulheres extrapolam as determinações biológicas dos sexos e incluem também influências do contexto social e psicológico dos indivíduos. Alguns autores defendem que papéis de gênero descrevem as pessoas a partir dos significados construídos socialmente e associados ao sexo. Elementos de tais papéis podem incluir vestimenta, modo de falar, gestos, profissão e outros fatores que não são limitados pelo sexo biológico. Também se podem destacar distinções entre os gêneros na expressão de emoções, comportamentos sociais e características de personalidade. Além disso, os papéis de gênero acompanhariam as transformações da sociedade. Este estudo teve por objetivo conhecer as características de homens e mulheres a partir de jovens com escolaridade de nível fundamental incompleto. Para tanto, responderam um questionário autoaplicável, em que deveriam citar cinco palavras ou expressões que caracterizassem homens e mulheres, 224 jovens com média de idade de 23,3 anos ($DP=3,9$), escolaridade média de 6,1 anos, renda mensal média de 513 reais, 54% eram mulheres. Obteve-se um total de 2162 evocações distribuídas em 1297 expressões diferentes, que foram agrupadas em 45 categorias de maneira que 95% do total de palavras citadas referiam-se a alguma categoria. Dentre todas, 38 categorias tiveram frequência de participantes que as citaram acima de 5%. Foram citadas mais frequentemente como características masculinas: sustento, esportes, buscar parceiras, comandar, festar, trabalho pesado, álcool, veículos, agressividade, infidelidade, irresponsabilidade, mentira, preguiça e xingamentos; ainda, as categorias apoio doméstico e machismo foram exclusivamente citadas como características masculinas. Como características femininas foram citadas mais frequentemente: cuidar filhos, cuidar casa, comprar, afetuosidade, determinação, beleza, vaidade, elogios, fidelidade, conversar, fisiológicas e capricho. As demais categorias, que se distribuíram de maneira proporcional (teste *McNemar*, $p<0,05$) entre características masculinas e femininas, foram: ciúme, estudo, passear, cuidado família, companheirismo, honestidade, responsabilidade, inteligência, alegria e sexo. Os resultados indicaram haver mais distinções entre papéis masculinos e femininos, do que compartilhamento de papéis para ambos os sexos. Os papéis dos homens foram principalmente vinculados a atividades de liderança e busca pelo sustento da família; além disso, foram considerados menos responsáveis e infratores de normas sociais. Já os papéis das mulheres foram associados à afetuosidade e ao cuidado dos outros e de si mesma. Entre as categorias com frequência de citação proporcional, destaca-se que o cuidado com o bem-estar da família foi apontado como atribuições tanto de homens, quanto de mulheres. Ainda se notam categorias que podem retratar a realidade vivenciada por essa população e, portanto, serem consideradas importantes para eles como papéis de gênero, tal como o interesse pelos estudos. Por fim, ressalta-se que as diferenças apresentadas sugerem caracterizações estereotipadas de papéis de gênero para esses jovens.

Palavras-chave: papel social, gênero, papéis sexuais.

M

SOCIAL

MASCULINIDADES EM MOVIMENTO: PAPÉIS DE GÊNERO E IDENTIDADE EM GRUPOS DE HOMENS TRADICIONAIS, METROSSEXUAIS E HOMOSSEXUAIS. *Paola Vargas Barbosa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS)*

Considerando a diversidade das vivências e concepções acerca da masculinidade, coloca-se a questão: Como homens de diferentes pertencas identitárias significam sua masculinidade em meio à pluralização do que é ser homem? Com o objetivo de conhecer tais vivências, esse estudo, objetivou investigar os processos identitários vinculados ao campo das masculinidades, assim como os papéis de homem construídos pelos sujeitos entrevistados. Participaram deste estudo 15 homens: cinco tradicionais, cinco metrossexuais e cinco homossexuais. Todos os participantes foram selecionados por conveniência, sendo identificados por seus pares como pertencentes aos grupos anteriormente descritos. Apenas os homens homossexuais tinham que necessariamente se identificar com o grupo descrito, mesmo que não assumissem tal identidade publicamente. Todos os participantes eram moradores de áreas urbanas da Região Metropolitana de Vitória/ES, tendo de 18 a 40 anos. Foram realizadas entrevistas individuais, com roteiro semi-estruturado, gravadas e transcritas na íntegra com a autorização dos participantes. O conteúdo das entrevistas versava sobre os papéis de gênero (feminino e masculino) na família, na sociedade e no trabalho, além das modificações observadas nesses papéis em nossa sociedade. O *software* ALCESTE e a técnica de Análise de Conteúdo foram utilizados na análise dos dados. Tratando os dados separadamente e depois em conjunto, apresentamos alguns dos resultados mais relevantes em cada grupo, e as discussões que perpassam o grupo total de participantes. O grupo Tradicional discutiu acerca dos papéis sociais, apresentando a família e a vivência heterossexual como espaço legítimo de vivência da masculinidade, e o embate hetero x homo, como espaço não legítimo dessa mesma vivência. Discutem ainda as mudanças percebidas na sociedade, apontando os conflitos presentes na experiência da masculinidade atual. O grupo Metrossexual discute as mesmas mudanças nos papéis de gênero, enfatizando a flexibilização atual da vivência da masculinidade. O embate hetero x homo se mostra presente, numa aparente tentativa de defesa de sua auto identificação heterossexual. Finalmente, o grupo Homossexual apresenta a família como espaço de vivência dos conflitos entre papéis sociais, e discute a identidade masculina, se diferenciando dos grupos homossexuais “afetados”. As Unidades Temáticas, encontradas através da Análise de Conteúdo de todas as entrevistas foram: A masculinidade hegemônica X as masculinidades – que discute as diferentes vivências da masculinidade e o que se mantém dos padrões hegemônicos desta. Outro tema relevante é a apresentação do feminino como o *out-group* do masculino em todos os grupos, ou seja, a percepção de que a masculinidade tenha que ser resguardada de tudo que possa torná-la feminina, identificada nos dois primeiros grupos pelos homens homossexuais (representantes dos traços femininos na masculinidade) e no grupo homossexuais pelos homossexuais “afetados”.

Palavras-chave: masculinidade, identidade, gênero.

P

SOCIAL

PAPÉIS SEXUAIS E ESTÓRIAS DE AMOR. *José Augusto Evangelho Hernandez (Instituição Educacional São Judas Tadeu e Laboratório de Mensuração do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS) e Mila Fernandes* (Instituição Educacional São Judas Tadeu).*

Esta pesquisa verificou possíveis relações entre os papéis sexuais dos participantes e os tipos de histórias de amor vivenciados pelos mesmos. A Teoria de Esquema de Gênero propõe a ideia de um esquema cognitivo de gênero que estaria estreitamente ligado aos padrões socioculturais de comportamentos esperados para cada um dos sexos. Uma vez aprendido, esse esquema predisporia o indivíduo a perceber o mundo também em termos sexuais. A ideia básica da teoria do Amor como História é que, através da interação dos atributos pessoais com o ambiente, as pessoas desenvolveriam histórias de amor e buscariam vivenciá-las. Assim, seriam atraídas por aqueles que preencheriam mais satisfatoriamente os papéis típicos dessas histórias. Cada história teria papéis complementares, e, em geral, as pessoas tenderiam a se satisfazer em relacionamentos em que o parceiro/a combinaria com o seu ideal de papéis e de histórias. Os dados foram coletados no campus de uma universidade privada do RS. Foram examinados 371 indivíduos, 80,1% do sexo feminino, 18,3% masculino e 1,6% não responderam este dado. A idade dos sujeitos variou de 17 a 60 anos, com média de 28,2 ($DP = 8,7$). Os tipos de relações amorosas foram: namoro, 34,2%; noivado, 8,4%; casamento, 26,1%; companheirismo, 8,6%; outros tipos, 21,6%; e, 1,1% não responderam. O tempo de relação variou de 1 a 564 meses, com média de 77,3 ($DP = 91,2$). Para medir os papéis sexuais foi utilizado o *Bem Sex-Role Inventory*, adaptado para o português. A avaliação das relações amorosas foi realizada através de 12 histórias traduzidas para o português da Escala de Histórias de Amor de Sternberg. Os resultados mostraram que os sujeitos classificados como Andróginos apresentaram preferência por história de Viagem ($\chi^2 = 24.723$, $gl=5$, $p=0,00$), em contrapartida, os Indiferenciados preferiram menos este tipo. Os Andróginos também mostraram frequência maior em histórias de Humor, categoria Comediante ($\chi^2=12.867$, $gl=5$, $p=0,04$). Histórias Pornográficas, categoria Objeto ($\chi^2=13.179$, $gl=5$, $p=0,04$) e Dominador ($\chi^2=16.608$, $gl=5$, $p=0,01$), histórias de Horror ($\chi^2=19.742$, $gl=5$, $p=0,00$), categoria Terrorista, e histórias de Coleção ($\chi^2 = 17.049$, $gl=5$, $p=0,00$) tiveram frequências mais elevadas entre os indivíduos típicos Masculinos. Histórias de Fantasia ($\chi^2 =26.286$, $gl=5$, $p=0,00$) se mostraram com frequência mais elevada nos típicos Femininos e mais baixa nos indivíduos Indiferenciados. As histórias de Viagem se aplicam a relacionamentos dinâmicos e com perspectiva de longa duração, que se associam aos Andróginos devido à flexibilidade e caráter adaptativo destes, oposto aos Indiferenciados. Por outro lado, as preferências dos típicos Masculinos podem estar relacionadas com a tendência a compartimentar a sexualidade, concebida como um ato físico agressivo, de conquista orientada para a penetração e o orgasmo. Além disso, o amante colecionador pode ter dificuldade de estabelecer relacionamentos com maior grau de intimidade com uma única pessoa. A Fantasia corresponderia ao estereótipo feminino de ter interesses em amores românticos e cheios de idealizações.

Palavras-chave: gênero, papéis sexuais, histórias de amor.

IC

SOCIAL

CONSTRUTOS INERENTES AOS RELACIONAMENTOS ROMÂNTICOS: DIFERENÇAS ENTRE SEXOS. *Alexsandro Luiz de Andrade (Departamento de Psicologia - Universidade Federal do Espírito Santo), Agnaldo Garcia (Departamento de Psicologia Social e Desenvolvimento - Universidade Federal do Espírito Santo), Polyana Barbosa Schimith* (Universidade Federal do Espírito Santo) e Rebeca Panceri de Lima* (Universidade Federal do Espírito Santo).*

Relacionar-se romanticamente é parte integrante da vida da maioria das pessoas e comportamento presente em praticamente todas as culturas mundiais. O fenômeno amor não é uma emoção simples de ser entendida, observam-se, no campo da ciência psicológica, diversas teorias propostas na tentativa de conceituar e explicar o emaranhado de variáveis relativas à natureza dos relacionamentos de casal. Grande parte dos modelos e explicações teórico-conceituais sobre o desempenho dos construtos inerentes aos relacionamentos românticos busca um entendimento em termos das diferenças entre homem e mulheres, envolvendo diversos aspectos: crenças, habilidades sócio-conjugais, determinantes da qualidade e sucesso conjugal, fatores determinantes na escolha de um parceiro(a), entre outros. Esta pesquisa tem por objetivo contribuir para tal discussão, traçando como objetivo um levantamento das principais diferenças entre homens e mulheres em termos de habilidades sócio-conjugais, padrões de crenças e atitudes sobre o amor, componentes fundamentais de relacionamento romântico e satisfação conjugal. Participaram desta pesquisa 432 indivíduos, sendo 221 (51,2%) deles do sexo masculino e 211 (48,8%) do sexo feminino, a média de idade dos participantes foi de 28,2 anos, desvio padrão de 10,6 anos. Os instrumentos utilizados foram escalas psicométricas, incluindo entre elas: o inventário de habilidades sócio-conjugais, a escala reduzida de componentes do amor, a escala de avaliação global de qualidade em relacionamentos românticos e a medida de crença e atitudes sobre amor romântico. Os resultados a partir da análise da variância ANOVA apontaram diferenças significativas estatisticamente entre homens e mulheres nas dimensões aventura e altruísmo, dentro da escala de crenças e atitudes sobre o amor, sendo os participantes do sexo masculino possuidores de pontuações mais elevadas em ambos os construtos, fato que referencia uma predisposição para envolvimento em relacionamento sem um grau elevado de compromisso, com possibilidades de jogos românticos e situações de baixo vínculo afetivo, por outro lado os resultados evidenciam também um comportamento mais altruístico, caracterizando elementos de doação e cuidado sem focar recompensas diretas. No que se refere ao repertório de habilidades sócio-conjugais, as participantes do sexo feminino apresentaram um repertório mais adequado relacionado ao padrão de comunicação com eficácia, e os indivíduos do sexo masculino, por sua vez, apresentam maiores médias em termos de habilidades de resolução de conflitos e manejo de agressividade assertiva. Sobre as variáveis ligadas aos componentes do amor: paixão, intimidade e comprometimento, nenhuma delas apresentou diferença significativa neste estudo. Conclui-se que os elementos constituintes da esfera dos relacionamentos entre homens e mulheres apresentam diferenças importantes em termos dos aspectos analisados, as diferenças entre resultados de diversas pesquisas demonstram a natureza ainda inócua do assunto, referenciando uma necessidade de novas pesquisas e discussões sobre estes aspectos.

Palavras chaves: relacionamento romântico, diferenças entre sexo, atração interpessoal.

D

SOCIAL

ADOLESCENTES INFRATORES: PESQUISAS ATUAIS.

PSICOTERAPIA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL COM ADOLESCENTES INFRATORES DE ALTO-RISCO: MODIFICAÇÃO DE PADRÕES ANTISOCIAIS E DIMINUIÇÃO DA REINCIDÊNCIA CRIMINAL. *Giovana Veloso Munhoz da Rocha* (Universidade Tuiuti do Paraná e Faculdade Evangélica do Paraná)

O estudo que aqui será apresentado teve como objetivo principal verificar se intervenções terapêuticas analítico-comportamentais com adolescentes infratores de alto-risco (aqueles que cometem crimes hediondos, são reincidentes, fomentam rebeliões, agridem educadores, dentre outros) estariam relacionadas à diminuição dos comportamentos indesejáveis de hostilidade, mentir e culpar o outro e ao aumento de comportamentos adequados de auto-revelação, expressão de sentimentos positivos e expressão de arrependimento. Visou também identificar as intervenções mais utilizadas pelo psicoterapeuta e verificar se as mudanças estariam relacionadas à diminuição da reincidência criminal, permanência na escola, manutenção do trabalho e promoção de auto-sustento. Participaram deste estudo 11 adolescentes infratores internos de uma unidade do estado do Paraná, considerados infratores de alto risco por terem cometido delitos considerados graves. O Inventário de Estilos Parentais foi utilizado para caracterização dos participantes de acordo com as práticas educativas. Para análise das sessões de psicoterapia foi utilizado um instrumento baseado na observação clínica do terapeuta para avaliar mudanças comportamentais do cliente, e um instrumento formado por categorias de comportamentos do terapeuta para conhecer as intervenções do profissional. Após o desinternamento foram coletadas medidas comportamentais sobre a permanência na escola, manutenção do trabalho, manutenção da psicoterapia, promoção de auto-sustento e a não reincidência criminal. Os resultados gerais provenientes da análise de 99 (noventa e nove) dos atendimentos da mesma psicoterapeuta com 11 (onze) diferentes clientes indicaram que em nove (9) dos onze (11) casos houve aumento de comportamentos adequados e diminuição de inadequados no repertório comportamental dos adolescentes. Nos dois casos onde esta mudança não ocorreu foi possível diagnosticar ao longo do processo a existência de transtorno de personalidade anti-social com características psicopáticas. Ao se considerar os critérios de reinserção social obtidos no acompanhamento dos casos após desinternamento tem-se que: quatro (4) adolescentes continuaram estudando, um parou temporariamente e retomou, dois (2) continuam estudando no internamento e três (3) não continuaram estudando; quanto à manutenção de trabalho seis (6) participantes estavam no mercado informal, como autônomos, três (3) tinham emprego formal e dois (2) não trabalhavam. Quanto ao auto-sustento foi possível verificar que cinco o tinham alcançado, quatro o tinham parcialmente e ainda necessitavam de ajuda de outros e dois não o tinham. Quanto à continuidade em psicoterapia, dadas as dificuldades de mudança de cidade apenas três delas continuaram nos moldes formais, mas dos onze adolescentes só três cessaram contato com a psicoterapeuta e dois que ainda estavam internados manifestaram desejo de continuidade após o desinternamento.

Palavras-chave: Terapia comportamental, Análise do comportamento, Comportamento anti-social, Processos terapêuticos, Delinquência juvenil

Doutorado

JUR

ENSINO DE HABILIDADES PARENTAIS A MÃES DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI. *Alex Eduardo Gallo (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento/Universidade Estadual de Londrina e Laboratório de Análise e Prevenção da Violência/Universidade Federal de São Carlos) e Lucia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Departamento de Psicologia e Laboratório de Análise e Prevenção da Violência/Universidade Federal de São Carlos).*

Pouco tem sido escrito sobre as dificuldades sofridas por pais de jovens em conflito com a lei, embora muito tenha sido relatado sobre tais pais como influência nos comportamentos desviantes dos jovens. Vários autores postularam sobre a influência e os efeitos da parentalidade sobre o desenvolvimento e manutenção dos comportamentos dos filhos. O presente estudo, que é uma parte do doutorado do primeiro autor, avaliou os efeitos de um programa de intervenção elaborado e proposto com o objetivo de ensinar práticas parentais a dez (10) mães monoparentais de adolescentes em conflito com a lei. O programa consistiu em seis (6) sessões de intervenção, acrescido de cinco (5) sessões para avaliação de pré-intervenção e cinco (5) para avaliação dos resultados. Para essas avaliações foram utilizados o Child Behavior Checklist (CBCL), Entrevista com os adolescentes em conflito com a lei e suas mães, Inventário de Estilos Parentais (IEP), e a Escala de Auto-Estima de Rosenberg. Vários temas foram trabalhados, dentre eles foram abordados o estabelecimento de limites, regras e análise funcional (descrição de contingências) dos comportamentos inadequados dos filhos. Na avaliação inicial, as mães começaram a intervenção apresentando baixa auto-estima, um grau moderado de depressão e problemas em lidar com seus filhos. Das dez (10) participantes iniciais, somente quatro (4) terminaram o programa, indicando baixa adesão, provavelmente em função dos temas abordados nas sessões, como exposição à violência doméstica e falta de regras e/ou a falta de consequências adequadas para o seguimento ou o não cumprimento das regras. Os resultados finais indicaram, no geral, um aumento na auto-estima (pontuação média pré-teste na escala de auto-estima de 23,3 pontos e pós-teste de 32 pontos), ausência de índices de depressão (pontuação média pré-teste na escala de depressão de 16,8 pontos e pós-teste de 6,75), e problemas de relacionamento com os filhos diminuíram (pré-teste médio no Child Behavior Checklist de 67,4 e pós-teste de 52,2; pontuação média pré-teste no Inventário de Estilos Parentais de -21 e pós-teste de -11,5), indicando que as mães passaram a usar menos práticas educativas negativas, embora as práticas positivas foram em quantidade inferior em relação as negativas; passaram a ver os filhos de outra forma, valorizando mais os comportamentos adequados que eles apresentavam. A intervenção não foi suficiente para alterar o pêndulo para práticas positivas, por isso, provavelmente, só seria viável em projetos mais abrangentes e de longa duração. Todas as mães relataram que precisaram de ajudar para lidar com seus filhos, quando estes começaram a apresentar problemas de comportamento. Se programas para ajudar pais em situação de risco a lidar com seus filhos estivessem disponíveis e acessíveis, possivelmente a maioria dos problemas que as participantes enfrentaram, com seus filhos em conflito com a lei, talvez não tivessem acontecido, pois elas poderiam aprender a lidar com as contingências e manejá-las antes que seus filhos entrassem em conflito com a lei.

Apoio CNPq

Palavras-chave: ato infracional, intervenção, estilos parentais.

Doutorado

JUR

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE INFRATOR DE ALTO RISCO. *Paula I C Gomide (Universidade Tuiti do Paraná e Faculdade Evangélica do Paraná)*

Levantamentos nacionais recentes revelaram a inexistência de avaliação de programas institucionais para adolescentes em conflito com a lei. Muitas das instituições ditas de socioeducação, e que na realidade nada mais são do que unidades de encarceramento juvenil, não possuem programas especializados, tampouco possuem profissionais capacitados para trabalhar com uma população tão específica. Os critérios utilizados por poucas instituições que procuram de alguma forma promover a reintegração por meio de tratamentos, usam apenas o índice de reincidência como indicador de competência. Este critério é incompleto visto que o egresso poderá estar morto ou cometendo delito sem ter sido preso novamente; além disto poderá ter atingido a maioridade que o levará ao sistema prisional de adulto. Importante dizer que no Brasil não há índices confiáveis acerca da reintegração social de infratores. Esta pesquisa buscou elaborar, implantar e avaliar um programa para atendimento de adolescentes infratores de alto risco em regime de internação em uma Unidade Socioeducativa do Estado do Paraná. Adolescente Infrator de Alto Risco é aquele que cometeu delitos graves, como homicídio, latrocínio, agressão a funcionários ou outros internos, chefia de tráfico de drogas, reincidente e resistente aos atendimentos anteriormente oferecidos. Este Programa Especializado para Adolescentes Infratores de Alto Risco foi executado em uma unidade especializada criada especialmente em conjunto com o governo do estado do Paraná para atender a dezoito (18) adolescentes e continha vários subprogramas, tais como: programa de recepção (multidisciplinar com participação de profissionais da área médica, de enfermagem, pedagogia, terapia ocupacional, psicologia e educadores sociais), oficina da fábula (conduzido por estagiários de psicologia, psicólogos ou educadores), oficina do livro (realizado por pedagogos, professores ou educadores), oficina do filme (conduzido por psicólogos ou estagiários de psicologia, com filmes selecionados para trabalhar questões terapêuticas e ampliar repertório dos adolescentes), treinamento em habilidades sociais (realizado por psicólogos ou estagiários de psicologia), desenvolvimento de comportamento moral (realizado por psicólogos ou estagiários de psicologia), psicoterapia analítico-comportamental (conduzida por profissionais com vasta experiência em psicologia clínica e no mínimo especialização no nível de mestrado), qualificação profissional (realizada por estagiários de psicologia e terapeuta ocupacional), atendimento escolar individualizado (conduzido por pedagogos), Grupo para Controle do Estresse do Educador (conduzido por uma psicóloga especialista) e acompanhamento de egresso (realizado por estagiários de psicologia e serviço social). Os critérios de avaliação positiva do programa eram os seguintes: estar trabalhando e/ou estudando e/ou fazendo psicoterapia, ter endereço fixo, não ter reincidido. Os resultados obtidos com quarenta (40) adolescentes atendidos durante dois anos foram os seguintes: dos quatorze (14) (35%) adolescentes desinternados onze (11) deles (78,57%) não reincidiram, três (3) reincidiram (21,42%) e 1 (7%) foi assassinado; oito (8) (20%) fugiram durante as atividades externas e foram encaminhados para o sistema prisional de adultos; permaneceram na unidade dezessete (17) adolescentes (42%) quando do término do programa; um foi transferido (2,5%) por ter sido abusado e delatado os abusadores e equipe de funcionários envolvidos.

Palavras-chave: adolescente infrator, programa institucional, comportamento antissocial.

Doutorado

JUR

ENTENDENDO A EXPRESSÃO: TER CONDIÇÕES DE SE REINTEGRAR NA SOCIEDADE. *Marta Tonin (Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná)*

Este trabalho apresentará os dados obtidos na Inspeção Nacional às unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei, realizada em 15 de março de 2006 pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e pelo Conselho Federal de Psicologia. Esta operação, promovida concomitantemente em vários estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Ceará, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Sergipe) e Distrito Federal, teve como característica principal o fato de não ter sido comunicada antecipadamente às direções das unidades, com o objetivo de que estas instituições não pudessem alterar suas rotinas para uma inspeção. Desta forma foi possível conhecer a realidade de fato do funcionamento de tais locais. A lei, por melhor que seja, e por si só, não muda a realidade social. É o caso dos adolescentes envolvidos em atos infracionais de natureza grave que são sentenciados com medida sócioeducativa de internação, podendo ficar até três anos privados de liberdade ou até que completem vinte e um (21) anos. A Inspeção Nacional às unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei, realizada em março de 2006 pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e pelo Conselho Federal de Psicologia, bem retratou o descaso das políticas governamentais para com esta temática. De lá para cá a realidade não mudou muito, ou seja, os governos estaduais ainda continuam enfrentando rebeliões e oferecem precárias condições para se alcançar o cumprimento da decantada expressão “ter condições de se reintegrar na sociedade”, quando se trata de resgatar a dignidade dos adolescentes envolvidos em atos infracionais e que suscitam a medida de internação. Cumprir a lei é poder assegurar que uma outra realidade deve ser efetivada: agilização dos processos; direitos fundamentais respeitados; melhorar as condições humano-estruturais, dentre outras, depende de vontade política e do cumprimento dos preceitos constitucionais, dentre eles o da cidadania e o da dignidade da pessoa humana. As conclusões provenientes das vistas nos 21 estados brasileiros e Distrito Federal, revelou que em 56,6% das unidades de internamento os adolescentes realizaram queixas de espaçamentos. Quanto à escolarização e profissionalização: 17% das unidades estavam sem nenhum tipo de escolarização e 50% sem nenhum programa de profissionalização. Quanto à estrutura física das Unidades, alojamentos e lotação, 80% das 30 unidades visitadas possuíam alojamentos inadequados, precários, insalubres, culminando com a superpopulação. 56,6% não possuíam assistência jurídica e/ ou Defensoria Pública.

Palavras-chave: ato infracional, reintegração social, unidades de internamento.

Doutorado

JUR

VIOLÊNCIA EM CONTEXTO ESCOLAR: PREVALÊNCIA, CONSEQÜÊNCIAS E PREVENÇÃO.

VIOLÊNCIA EM CONTEXTO ESCOLAR: PREVALÊNCIA, CONSEQÜÊNCIAS E PREVENÇÃO. *Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, UFSCar, São Carlos-SP).*

A escola tem um papel primordial no desenvolvimento dos indivíduos, contribuindo para o processo de socialização dos mesmos e incorporação dos valores, tecnologias e conhecimentos construídos ao longo dos séculos pela espécie humana. Contudo, situações de desrespeito aos Direitos Humanos têm ocorrido nas escolas brasileiras, sejam ocorrências de violência entre os alunos e entre alunos e educadores. A presente sessão coordenada busca ampliar a análise do fenômeno da violência escolar, apontando a prevalência de violência entre pares em diferentes regiões do país, as conseqüências a curto e longo prazo dessa violência, a relação entre a violência aos alunos e as agressões físicas cometidas do educador para com o estudante. Adicionalmente, haverá a descrição e a avaliação de um programa preventivo de violência escolar, apontando-se caminhos para o enfrentamento do problema. Integrarão a sessão psicólogos, pesquisadores de quatro universidades de duas regiões do país, envolvidos com Programas de Pós-Graduação em nível de Mestrado e Doutorado.

Palavras-Chave: punição corporal, violência escolar, bullying

ESC

VITIMIZAÇÃO ENTRE PARES E AJUSTAMENTO PSICOSOCIAL NA ADOLESCÊNCIA. *Josafá Moreira da Cunha** e Lidia Weber (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR)*

As relações entre pares desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de adolescentes, sendo que um aspecto deste tema tem recebido grande atenção de pesquisadores no Brasil e no exterior, a vitimização entre pares. Esta pode ser definida, de forma ampla, como aquelas interações onde uma pessoa é alvo de atos agressivos de pares, e tem sido consistentemente associada a diversos problemas de ajustamento, tanto internalizados quanto externalizados. No presente trabalho, examina-se a associação entre a vitimização entre pares e indicadores do ajustamento psicossocial na adolescência, especificamente a depressão e comportamento anti-social na adolescência. Os participantes foram 849 estudantes do Ensino Fundamental e Médio (idade média = 14,3 anos; d.p.= 1,9) de quatro cidades brasileiras, que completaram as seguintes medidas: Escala de Agressão e Vitimização entre Pares, Inventário de Depressão Infantil (CDI) e um Inventário de Comportamentos Anti-Sociais. A análise fatorial exploratória foi utilizada para avaliar a estrutura empírica da Escala de Agressão e Vitimização entre Pares, e quatro fatores foram extraídos: agressão direta (α de Cronbach = 0,79), agressão relacional (alfa de Cronbach = 0,72), agressão física indireta (1 item) e vitimização (Alfa de Cronbach = 0,81). Estes fatores foram utilizados para realizar uma análise hierárquica de agrupamento (Método de Ward), resultando em cinco categorias de envolvimento na agressão e vitimização entre pares, com as seguintes incidências: não-envolvidos (34,2%), vítimas (21%), agressores tipo I (29,4%), agressores tipo II (10%) e vítimas-agressoras (5,4%). No que diz respeito à associação entre a vitimização e problemas externalizados, as médias de agressão e vitimização foram positiva e significativamente associadas à frequência das seguintes manifestações de comportamento antisocial: desobediência a autoridade, contar mentiras, ameaçar outros, atacar outros, brigar em gangues, gazar aulas e causar danos a propriedade alheia. Ao comparar as categorias de envolvimento na vitimização e a frequência desses indicadores de anti-socialidade, a diferença mais ampla foi verificada quanto a causar danos a propriedade alheia, com 3,1% dos não-envolvidos relatando ter agido desta forma ao menos uma vez em comparação a 45,7% entre vítimas-agressivas. Ao investigar a diferença na distribuição dos participantes com escores indicando sinais de depressão, por meio do teste do qui-quadrado, foi verificada uma diferença significativa entre as categorias de agressão entre pares, e apesar do reduzido número de participantes do grupo com sinais de depressão (6,5%), estes se concentraram nas categorias vítima, agressor I, agressor II e vítima agressiva, que incluíram 90,2% dos participantes apresentando sinais de depressão. Ressalta-se que, de modo geral, os níveis mais elevados de problemas internalizados e externalizados foram identificados entre agressores e vítimas-agressoras. Os resultados enfatizam a relação entre a vitimização entre pares e o ajustamento psicossocial, enfatizando a situação de risco representada pela vitimização entre pares para todos os envolvidos. A discussão identifica implicações potenciais dos achados, reconhecendo as limitações do estudo e apontando áreas promissoras para investigações adicionais.

Financiamento: O primeiro autor deste trabalho é bolsista de doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq.

Palavras-chave: vitimização entre pares; depressão; comportamento antisocial

M

ESC

EFEITOS TARDIOS DO BULLYING E TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO: REVISÃO E ESTUDO DE CASO. *Paloma Pegolo de Albuquerque** e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência – LAPREV - Universidade Federal de São Carlos – São Carlos/SP).*

Bullying é um tipo de violência escolar no qual o agressor é mais poderoso do que a vítima e os comportamentos agressivos são apresentados intencionalmente e repetidamente, gerando consequências tanto para as vítimas, quanto para os agressores. Embora a mídia tenha enfatizado algumas consequências traumáticas do *bullying* no contexto escolar, tais como dificuldades acadêmicas, rebaixamento de auto-estima e isolamento social e as pesquisas tenham mostrado seus efeitos negativos para as vítimas, as consequências traumáticas a longo prazo não tem sido pesquisadas. Assim, ainda é difícil estimar o quanto uma experiência escolar coercitiva pode causar danos emocionais, a longo prazo, para o ser humano. Entretanto, há pesquisas investigando a ocorrência de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) principal transtorno psiquiátrico associado à violência, após a vivência de *bullying*, especialmente se a vitimização for frequente e persistente. Alguns adultos que experienciaram *bullying* parecem continuar a apresentar uma hiper-excitação crônica do Sistema Nervoso Central (altos níveis de medo, ansiedade e irritabilidade) e, em suas repetições do trauma, retornam ao ambiente escolar, seja em seus pensamentos de vingança, nas dificuldades que apresentam com figuras de autoridade, seja à noite com sonhos intrusivos. Percebe-se, portanto, que alguns indivíduos expostos à vitimização por *bullying* podem apresentar maior vulnerabilidade para apresentar TEPT. O objetivo desse trabalho foi o de identificar e organizar a produção científica atual na área de efeitos tardios do *bullying* e TEPT. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico apoiado em livros e artigos publicados sobre o tema, além de busca eletrônica de artigos indexados nas bases de dados SciELO, LILACS e PubMed. Foram encontrados menos de dez artigos sobre a temática, mostrando que há poucos estudos relacionados. Como ilustração será apresentado um caso clínico atendido pela primeira autora de um estudante universitário de 28 anos que sofreu *bullying* severo e persistente durante todos os seus anos escolares, aproximadamente dos sete aos 18 anos. Ele foi vítima de *bullying* físico, relacional, verbal e sexual, devido a sua orientação homossexual. Os principais sintomas apresentados pelo cliente na infância e adolescência foram timidez, isolamento social, medo dos colegas, sentimento de inferioridade, vergonha das agressões sofridas e tentativa de suicídio. Atualmente apresenta baixa auto-estima e dificuldades de relacionamento interpessoal, evitando relacionamentos próximos, como amizades e relacionamentos amorosos. Ao relatar sobre as agressões sofridas apresenta também choro, tonturas, falta de ar, tremores e dores de estômago, evitando pensar e falar sobre o *bullying* para não reviver as sensações ruins que tinha na época. Percebe-se então que a vitimização na escola exige intervenções, de forma a atender as necessidades das pessoas que se deparam com tais eventos traumáticos. Além disso, mais pesquisas são necessárias para esclarecer os efeitos tardios do *bullying*, com intenção de futuramente embasar cursos para a sua prevenção nas escolas brasileiras, tanto para funcionários, professores, como para alunos; e também contribuir para o tratamento de indivíduos que apresentem efeitos a longo prazo desse tipo de violência.

Palavras-chave: *Bullying*, Transtorno de Estresse Pós-Traumático, Revisão da literatura.

D

ESC

PUNIÇÃO CORPORAL POR FUNCIONÁRIOS NO BRASIL: PREVALÊNCIA EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS. *Ana Carina Stelko-Pereira** ,Paolla Magioni Santini** e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, UFSCar, São Carlos-SP).*

Punição corporal ou castigo físico consiste na aplicação de dor física com o objetivo de educar ou alterar comportamentos considerados inadequados. Vários estudos apresentaram conseqüências negativas da utilização de castigos corporal, como a estreita ligação entre a violência praticada contra as crianças e a violência que elas reproduzirão sobre outros no futuro. Além disso, no contexto escolar, existe a alta probabilidade de muitas crianças ficarem machucadas e desengajadas do processo de aprendizagem, podendo fazer com que repitam o ano ou abandonem os estudos, revoltasse contra o sistema, ficar deprimidos ou até mesmo acabar por aceitar a prática como parte da rotina. Assim, apesar de alguns educadores considerarem a medida eficaz, a punição corporal enfraquece a confiança entre os professores e alunos; permite aos alunos serem agressivos com os colegas e degrada o ambiente educacional. Apesar do impacto negativo do uso de punição corporal na escola, em muitos países, atualmente, ela é ainda permitida. Não foram encontradas pesquisas sobre tal prevalência no Brasil, apesar de a mídia já ter relatado casos de professores que agrediram alunos. O objetivo desse estudo foi identificar qual a freqüência de alunos que são vítimas de agressões físicas por professores de duas escolas segundo os próprios alunos, relacionando com características demográficas (sexo, idade, série, número de irmãos e número de reprovações), índice de depressão e índice de engajamento escolar. Participaram do estudo 400 estudantes que freqüentavam do 6º ao 9º ano de duas escolas públicas de uma cidade de médio porte do interior de São Paulo. Foram aplicados os instrumentos: Questionário de Investigação de Prevalência de Violência Escolar, Inventário de Depressão Infantil e Escala de Engajamento Escolar. Todas as considerações éticas foram respeitadas. Com base nos dados, observou-se que 21 alunos responderam terem sido agredidos por funcionários. Tais alunos eram na maioria do sexo feminino, sendo violentos com os respectivos pares e os que mais sofreram violência por parte dos colegas. Em comparação aos alunos que não foram agredidos fisicamente por funcionários, aqueles que foram agredidos eram mais novos, reprovaram mais e tinham maiores chances de ter depressão e baixo engajamento escolar. A punição corporal em contexto escolar pode ser evitada por meio de programas que privilegiam o manejo do comportamento do aluno, uma boa organização escolar, relações afetivas entre funcionários e alunos e concessão de benefícios aos alunos com comportamentos adequados. O entendimento de que a escola é um local de aprendizado, no qual existe a possibilidade de emissão de comportamentos inadequados, pode contribuir para se construir uma nova postura que possa, efetivamente, alterar a atual concepção e, com isso, melhorar as relações existentes no ambiente escolar.

Apoio/Financiamento: Bolsas de mestrado e doutorado da FAPESP

Palavras-Chave: punição corporal, violência escolar, escola

D

ESC

PROGRAMA PREVENTIVO DE VIOLÊNCIA ESCOLAR: UMA AVALIAÇÃO DE PROCESSO. *Ana Carina Stelko-Pereira** e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, UFSCar, São Carlos-SP)*

Pesquisas têm mostrado a ocorrência de violência no contexto escolar, sendo importante a apresentação de estratégias para solucionar o problema. No Brasil não existe avaliações precisas de programas de prevenção de violência escolar. Tais avaliações consistem na realização das etapas: 1) verificar a necessidade do programa, 2) avaliar a coerência dos objetivos e estratégias do programa, 3) avaliar se as estratégias foram atraentes aos participantes, aplicadas em uma cronologia correta e adequadas aos recursos financeiros, humanos e de tempo disponíveis e 4) verificar se o programa foi capaz de reduzir o problema. Essa pesquisa descreve a avaliação de processo de um programa preventivo de violência escolar, a qual consiste na etapa 3, as outras etapas foram descritas em outros estudos. Tal programa foi aplicado em uma escola em um bairro vulnerável socialmente de uma cidade do interior de São Paulo. Participaram do programa 30 educadores, divididos em dois grupos, os quais se reuniram em 12 encontros semanais, de uma hora e meia de duração com atividades práticas semanais de uma hora. Nos encontros, apresentaram-se princípios da análise do comportamento, definiu-se violência escolar e incentivou-se o uso de estratégias de diminuição do problema. As atividades práticas envolveram exercícios com os alunos, pesquisas sobre quais serviços a crianças e adolescentes existem na comunidade para o encaminhamento de alunos em risco, atividades de auto-conhecimento e reflexões escritas sobre assuntos do cotidiano escolar. As avaliações foram feitas por meio de registros escritos a cada aula pelos participantes do programa, aplicador (Psicólogo) e estagiário. A partir da análise desses registros, constatou-se que: a) apesar de os professores terem se comprometido a participar do curso, por esse ser em horário de trabalho, alguns não realizavam as tarefas e tumultuavam as discussões, b) percebeu-se ser importante ser mais firme no início do programa, indicando que quem for participar terá que completar as atividades e ter um número máximo de faltas, c) deve-se oportunizar uma atividade alternativa ao programa para que o professor cumpra seu horário de trabalho, mesmo que não queira fazer o curso como o restante dos professores, d) o encontro semanal acaba por dificultar que os professores tenham momentos para discutir outros assuntos que não a violência escolar, pois os encontros ocorriam no horário de HTPC que eram utilizados com esse intuito, e) é importante também aumentar as atividades com filme e mais lúdicas nos encontros, pois essas foram atrativas aos participantes e ilustravam rapidamente os conceitos a serem expostos. Adicionalmente, a ordem dos conteúdos abordados deve ser alterada para: 1) maus-tratos infantis e violência escolar, 2) atividades lúdicas e motivação do aluno, 3) imposição de regras e limites, 4) o uso de reforçamento positivo e negativo, 5) conseqüências da punição, 6) intervenção em crises e 7) a saúde do professor. Percebeu-se como importante que programas preventivos de violência escolar avaliem cada encontro por meio de registros escritos pelos participantes e aplicadores e aprimorem continuamente as estratégias de intervenção, adequando ao público-alvo. Tal programa será novamente aplicado e re-avaliado.

Apoio/Financiamento: Bolsa de doutorado da FAPESP

Palavras-chave: avaliação de programas, violência escolar, bullying

D

ESC

BULLYING- UMA FONTE DE ESTRESSE DOCENTE. Cloves Amorim (Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Faculdade Evangélica do Paraná, Curitiba – PR)

A violência entre os alunos no ambiente escolar, quando repetida, intencional, dolorosa e envolvendo desequilíbrio de força, recebe o nome de bullying. Parece haver um movimento internacional em dar visibilidade a este fenômeno que ocorre geralmente na ausência de adultos, durante o intervalo ou mesmo nas proximidades da escola. Muitos estudos avaliam a incidência, a caracterização dos autores, testemunhas e vítimas. Pouca atenção tem sido dedicada às conseqüências que atingem aos professores. Esta pesquisa teve como objetivo analisar a qualidade de vida dos docentes, o nível e a presença de estresse, bem como identificar as variáveis que geram ou potencializam o estresse docente quando se defrontam com a prática do *Bullying* entre seus alunos. Participaram do estudo dez professores, sendo sete do sexo feminino e três do sexo masculino, com idades variando entre trinta a cinquenta e sete anos, todos com curso superior e quatro com pós-graduação em nível de especialização. Sendo todos docentes de uma escola estadual na cidade de Curitiba. Aplicou-se individualmente um inventário para avaliar o nível de estresse (ISSL para adultos), e realizou-se uma entrevista, no ambiente de trabalho durante os intervalos ou em aula sem atividades docentes. Todos preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após preencher o inventário, gravou-se a entrevista. Utilizou-se o manual do inventário para avaliar o nível de estresse e a metodologia de análise do discurso do sujeito coletivo (DSC) para tratar o material coletado nas entrevistas. Os resultados indicaram que seis professores apresentam estresse em nível de quase-exaustão e quatro em nível de resistência; com predominância de sintomas de natureza psicológica; o discurso coletivo indicou como fonte de estresse no âmbito da escola a indisciplina dos alunos e a falta de respeito com os professores; quando questionados sobre o *Bullying* todos tinham conhecimento de alguns casos que foram tornados públicos e afirmaram sentirem-se despreparados para lidar com o *Bullying*, complementando que os técnicos também não tinham acordo entre eles sobre o que fazer, num dos casos relatados (*bullying* físico) todos queriam chamar a polícia, mas a direção da escola não permitiu e os pais nem compareceram à escola. Foram unânimes em apontar a presença do bullying como uma variável relevante para o surgimento do estresse e do mal-estar docente. Conclui-se que o estresse docente é um fenômeno multidimensional, com muitas e diferentes fontes e que afeta de forma distinta a diferentes profissionais mas, a ocorrência de *Bullying* aumenta a sobrecarga e desafia as habilidades dos educadores em agir preventivamente e intervir pontualmente nos casos que são denunciados, sendo mais um evento estressante para os educadores.

Palavras-chave: *bullying*, estresse docente, professores.

ESC

**PROCESSOS BÁSICOS DE CONTROLE DE ESTÍMULOS II:
PROCEDIMENTOS E PARÂMETROS PARA ESTUDO DO
COMPORTAMENTO SIMBÓLICO.**

**PROCESSOS BÁSICOS DE CONTROLE DE ESTÍMULOS II:
PROCEDIMENTOS E PARÂMETROS PARA ESTUDO DE
COMPORTAMENTO SIMBÓLICO.** *Olavo de Faria Galvão (NTPC, Universidade
Federal do Pará).*

O estudo experimental dos processos pré-simbólicos em humanos e animais busca esclarecer como repertórios complexos ensinados geram desempenhos emergentes, consistentes com os ensinados, abrangendo relações derivadas. A coerência do controle de estímulos planejado e ensinado depende de análise detalhada do controle de estímulos na situação de treino, o que é fartamente demonstrado nos cinco trabalhos desta sessão de comunicação coordenada. Por outro lado, os estudos dessa sessão abrangem a aquisição de escolha de acordo com o modelo com diferentes quantidades de comparações e formação de classes de equivalência em diferentes arranjos de contingência, formação e manutenção de classes de equivalência e mudanças sucessivas de discriminação simples, em sujeitos humanos na terceira idade, macaco-prego e cães domésticos. Os processos de controle de estímulos são similares, mas os procedimentos e parâmetros adequados devem ser objeto de estudo experimental com cada repertório e tipo de sujeito.

EFEITOS DE CONSEQUÊNCIAS REFORÇADORAS E AVERSIVAS NO TREINO DE DISCRIMINAÇÃO CONDICIONAL E NA FORMAÇÃO DE CLASSES DE ESTÍMULOS EQUIVALENTES. *Alvaro Arturo Clavijo-Alvarez***, *Paulo Sérgio Dillon Soares Filho***, *Maria Rosa Trombetta*** e *Gerson Yukio Tomanari (Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo)*

Estudos com participantes humanos têm demonstrado que o treino de discriminações condicionais, em uma tarefa de escolha de acordo com o modelo (MTS), pode produzir a formação de classes de estímulos equivalentes. Tipicamente, em um treino discriminativo na tarefa de MTS, respostas corretas são reforçadas, enquanto respostas incorretas são seguidas de extinção. Teria esse par de consequências efeitos específicos sobre o treino discriminativo e a demonstração de equivalência? Que efeitos teria a aplicação de pares de consequências diferenciais que incluíssem estímulos aversivos? Vinte e quatro universitários foram divididos em três grupos (Grupo 1; Grupo 2 e Grupo 3) e submetidos à tarefa de MTS, com atraso zero e três comparações. Foram expostos ao treino das relações condicionais A1-B1, A2-B2, A3-B3, B1-C1, B2-C2 e B3-C3 seguido dos respectivos testes de formação de classes de equivalência (equivalência, simetria e transitividade, nessa ordem). Para cada grupo, foi utilizado um arranjo de contingências diferente. Para o Grupo 1, a escolha do comparação correta era seguida de ganho de pontos e a escolha dos comparações incorretos de manutenção dos pontos. Para o Grupo 2, a escolha do comparação correto era seguida de ganho de pontos e a escolha dos comparações incorretos de perda de pontos. Para o Grupo 3, a escolha do comparação correta era seguida de manutenção de pontos e a escolha dos comparações incorretos de perda de pontos. Em todos os grupos, os participantes alcançaram um desempenho preciso ao final do treino das discriminações condicionais. Comparativamente, observou-se uma aquisição média ligeiramente mais lenta para os participantes do Grupo 3 do que para os participantes dos Grupos 1 e 2. A maior parte dos sujeitos de cada grupo demonstrou a formação de formação de classes de equivalência, ainda que tenham-se registrados fracassos na formação de classes em participantes de todos os três grupos, indistintamente. Em síntese, os resultados mostram que a formação de classes de estímulos equivalentes pode se dar a partir de treinos que empregam consequências não apenas reforçadoras, mas também aversivas. Esses resultados podem ser analisados a partir dos efeitos específicos dessas consequências aos controles de estímulo produzidos ao longo da exposição dos participantes à tarefa.

Bolsa de doutorado CAPES do primeiro autor.

Palavras chave: Classes de equivalência; Arranjos de contingências; MTS.

Outros

AEC

FORMAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CLASSES DE EQUIVALÊNCIA: UM ESTUDO COM PARTICIPANTES DA TERCEIRA IDADE. *Natalia Maria Aggio** (Departamento de Psicologia; Laboratório de estudos do comportamento humano – LECH; São Carlos - SP) e Camila Domeniconi (Departamento de Psicologia; Laboratório de estudos do comportamento humano – LECH; Unversidade Federal de São Carlos; São Carlos - SP)*

O paradigma da equivalência de estímulos tem sido amplamente estudado, com diferentes populações. Diversas pesquisas têm investigado as variáveis que podem influenciar na formação e na manutenção de classes de estímulos equivalentes. Em relação à formação, autores apontam que a estrutura de treino CaN e o arranjo “do simples para o complexo” podem facilitar essa formação. Em relação à manutenção, autores propõem, por exemplo, que classes com maior número de estímulos são mais estáveis ao longo do tempo e são recuperadas mais facilmente. Apesar da diversidade de populações estudadas com procedimentos oriundos do paradigma de equivalência de estímulos, existe ainda uma carência de estudos com a população idosa. Com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a generalidade do fenômeno de formação e manutenção de classes de estímulos equivalentes, o presente estudo propôs verificar a formação de classes de estímulos equivalentes de diferentes tamanhos e o papel deste tamanho na manutenção das mesmas com participantes idosos entre 60 e 75 anos. O procedimento de emparelhamento com o modelo foi utilizado para ensinar três classes de estímulos equivalentes compostas por três ou seis estímulos (Condição 1 e Condição 2). O procedimento experimental consistiu em uma fase de treino de relações de linha de base e teste de relações emergentes seguida, seis semanas depois, de um teste com as relações aprendidas e emergentes a fim de verificar a manutenção das classes formadas. Todos os participantes mostraram a emergência de classes de equivalência. Três participantes mostraram emergência imediata e cinco, emergência atrasada. Em geral, os participantes que passaram pela Condição 1 apresentaram porcentagens de acertos abaixo de 90% no teste feito após seis semanas, enquanto os participantes que passaram pela Condição 2 apresentaram porcentagens de acerto acima de 90%. Uma vez que a maior parte dos participantes da Condição 2 apresentaram porcentagens de acertos muito altas desde o início do teste, não foi possível avaliar a recuperação das relações ao longo do teste feito após seis semanas. Esse desempenho evidenciou que o número de estímulos em um classe pode ser uma variável que influencia na estabilidade das classes ao longo do tempo, uma vez que os participantes da condição que treinaram com classes maiores tiveram resultados melhores neste teste. O trabalho apresenta contribuições para os estudos em equivalência de estímulos, uma vez que estudos com população dessa idade são escassos, para a compreensão dos fatores envolvidos na formação e manutenção das classes de estímulos equivalentes.

Bolsa de mestrado CAPES - [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior](#).

Palavras-chave: idosos, equivalência de estímulos, formação e manutenção de classes de estímulos equivalentes.

M

AEC

MUDANÇAS SUCESSIVAS DE DISCRIMINAÇÃO SIMPLES COM ESTÍMULOS OLFATIVOS EM CÃES DOMÉSTICOS. *Liane Jorge de Souza Dahás***, *Izabel Cristina da Silva Brasiliense**, *Anne Kelly Alves Gonçalves**, *Paulo Tarcísio de Sousa** e *Carlos Barbosa Alves de Souza (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento. Universidade Federal do Pará. Belém, PA).*

Cães domésticos têm sido apontados como ótimos modelos animais para a cognição humana, por terem apresentado responder adequado em tarefas comunicativas em diversos estudos. Acredita-se que em virtude de sua co-evolução com os humanos, também possam ser utilizados em estudos acerca de comportamentos mais complexos, como os de formação de classes funcionais. Estudos acerca desse fenômeno já foram realizados com seres humanos e não humanos, como macacos-prego e pombos, e é possível que cães domésticos também apresentem responder de acordo com as classes, se a metodologia for adaptada adequadamente à espécie. A utilização de estimulação adequada para a espécie é importante para se garantir que os sujeitos respondam sob controle das variáveis programadas pelo experimentador. Sabe-se que a espécie canina tem uma percepção olfativa muito superior à humana. O presente estudo objetivou ensinar um responder adequado a formação de duas classes de estímulos olfativos com cães domésticos através do treino de Mudança Sucessiva de Discriminação Simples, sendo o procedimento baseado em um estudo anterior realizado com estímulos visuais. Foram sujeitos do estudo três cães domésticos, dois que haviam participado de um estudo anterior e um ingênuo. Foram utilizados como estímulos quatro pranchas contendo substâncias com odores diferentes, sendo duas de cada classe. Tais substâncias são tidas como não prejudiciais à saúde dos cães. Também foram utilizadas seringas, algodão e luvas plásticas para a preparação dos estímulos. As substâncias eram repostas nas pranchas uma vez por semana. Três fases foram realizadas: (1) treino de Mudança Sucessiva de Discriminação Simples com dois estímulos, para se verificar se o procedimento e os estímulos eram suficientes para um desempenho adequado em Mudança Sucessiva de Discriminação Simples; (2) treino de Mudança Sucessiva de Discriminação Simples em pares com os estímulos dos dois conjuntos e (3) treino de Mudança Sucessiva de Discriminação Simples com quatro estímulos para se verificar o responder adequado a formação de classes funcionais. O procedimento se mostrou capaz de ensinar responder discriminativo a estímulos olfativos, como mostram os resultados das fases 1 e 2. Inclusive um dos sujeitos apresentou *learning-set* da tarefa logo na primeira fase. No entanto, não houve responder condizente com as classes de estímulo na fase 3, como esperado. Acredita-se que a tarefa de discriminar entre quatro estímulos na mesma tentativa da fase 3 era muito complexa e exigiria um treino mais extenso para resultar em formação de classes funcionais. Um novo estudo está em andamento buscando minimizar as dificuldades da fase 3, através de tentativas mais simples, apresentando apenas dois estímulos por vez. Bolsa de Doutorado CNPq da primeira autora. Bolsa de produtividade CNPq do último autor.

Financiamento CNPq e FAPESP (para o INCT sobre Comportamento, Cognição e Ensino)

Palavras-chave: Formação de classes, cães domésticos, estímulos olfativos.

D

AEC

O USO DO PROCEDIMENTO DE PAREAMENTO AO MODELO POR IDENTIDADE COM VINTE COMPARAÇÕES PARA A VERIFICAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE PAREAMENTO POR CATEGORIA EM MACACO-PREGO (*Cebus spp.*). Fabiane da Silva Pereira*, Ana Paula de Miranda Araújo Soares* e Olavo de Faria Galvão (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Escola Experimental de Primatas, Universidade Federal do Pará, Belém, PA).

O programa de pesquisa “Escola Experimental de Primatas” pretende, de maneira confiável e replicável, levar macacos-prego (*Cebus spp.*) a exibir repertórios considerados pré-requisitos de repertórios complexos, buscando desenvolver experimentalmente um “currículo”, ou seja, partindo do domínio de tarefas mais simples, chegar ao de tarefas mais complexas, como o ensino de discriminação condicional após o domínio de discriminação simples. A complexidade e a significância dos estímulos foram variáveis sob investigação, para verificar se o controle do responder pode se generalizar da relação de identidade para relacionar estímulos da mesma categoria natural. Neste estudo buscou-se demonstrar com um *Cebus spp.* (Louis, M15, macho, adulto, com história experimental de [1] Identidade generalizada com estímulos “simples”, [2] Pareamento ao modelo arbitrário e teste de simetria, [3] Pareamento 3D (fruta) - 2D (foto da fruta), [4] Treino de Pareamento 3D (cartão com foto de fruta) – 2D (foto de fruta na tela do computador), [5] Treino de pareamento de estímulos em perspectivas diferentes, [6] Treino de pareamento ao modelo por identidade com dezesseis estímulos visuais com dezesseis comparações e testes de generalização e [7] Pareamento Categorial com três comparações), a possibilidade de que um repertório de pareamento ao modelo por identidade com vinte comparações pode se transferir para novos estímulos sem queda de desempenho e verificar a emergência de pareamento ao modelo por pertinência à categoria, com quatro escolhas. Foram usados cinco conjuntos de quatro fotos pertencentes a cinco categorias: caras de cachorro, caras de gente (dois homens e duas mulheres), macacos inteiros, flores e pássaros. Usou-se o procedimento de pareamento ao modelo por identidade com quatro comparações com cada um dos conjuntos. Alcançado o critério realizou-se PMI com oito comparações e dois conjuntos, depois com doze comparações e três conjuntos, com dezesseis comparações e quatro conjuntos, e, finalmente, com vinte comparações, utilizando todos os cinco conjuntos. Após esta fase, realizamos um teste de identidade generalizada, retirando um conjunto da linha de base e inserindo um conjunto novo e, finalmente, o teste de pareamento categorial com quatro comparações de quatro conjuntos diferentes. Verificou-se o fenômeno de *learning-set*, com diminuição do número de erros a cada nova fase.

Financiamento: CNPq/UFGA

Palavras-chave: Identidade generalizada, vinte comparações, *Cebus spp.*

Iniciação Científica – IC

Código da área de pesquisa: AEC

COMPARAÇÃO DO DESEMPENHO DE CÃES DOMÉSTICOS EM DUAS SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM. *Izabel Cristina da Silva Brasiliense**, *Liane Jorge de Souza Dahás***, *Vinicius Kenji Souza Yonezawa**, *Ana Paula Bemerguy Assumpção** e *Carlos Barbosa Alves de Souza (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA)*

O cão doméstico (*Canis familiares*) compartilha com o ser humano o mesmo ambiente e pressões seletivas similares (co-evolução) a milhares de anos. Neste contexto, o cão doméstico se adaptou ao comportamento social humano. Considerando esse processo co-evolutivo, recentemente diversos estudos vêm demonstrando a viabilidade e a pertinência da adoção do cão doméstico como modelo animal em estudos sobre repertórios pré-simbólicos e simbólicos. Um resultado consistente tem demonstrado que cães domésticos resolvem tarefas envolvendo gestos comunicativos humanos mais facilmente que primatas não-humanos. O presente estudo se insere em um conjunto de investigações que vem procurando avaliar se o desempenho dos cães depende mais dos aspectos comunicativos ou da socialização (domesticação) na interação com os humanos. O objetivo do presente estudo foi avaliar o desempenho dos cães em uma situação social e em uma não social. Seis cães, três em cada situação, passaram por um procedimento de discriminação simples com duas escolhas, com reversão da função dos estímulos na fase de teste. Foram realizadas cinco fases: 1) familiarização com os estímulos sociais; 2) familiarização com a tarefa; 3) teste de preferência de estímulos; 4) discriminação simples; e 5) reversão. Na situação não social os estímulos foram uma cuia vermelha e outra branca. Na situação social os estímulos foram duas pessoas que passaram por uma fase de familiarização com os cães com o objetivo de estabelecer sua função social. O treino de discriminação simples foi realizado até se obter 84% de acertos ou serem realizadas 60 tentativas. Os cães que atingiam o critério de aprendizagem passavam para a fase de reversão da discriminação simples, na qual eram realizadas 20 tentativas. Um teste Mann-Whitney mostrou que não houve diferença significativa no desempenho dos cães nas duas situações tanto no treino de discriminação simples quanto na reversão. Esses resultados corroboraram aqueles de outro estudo que comparou o desempenho de cães em uma situação social e não social, mas no qual os estímulos sociais eram pessoas desconhecidas. Sugere-se que o processo de domesticação, que poderia levar a desempenhos diferentes nas situações: social e não social pode implicar em interações de maior duração ou que são estabelecidas em interações específicas tais como interações nos primeiros meses de vida, alimentação, proteção. Novos estudos devem averiguar o que constitui efetivamente uma situação social para o cão doméstico.

Bolsa de Doutorado CNPq da segunda autora.

Bolsa de produtividade CNPq do último autor.

Palavras chave: situação social; cães domésticos; reversão;

IC

AEC

ASPECTOS BIOPSIKOSSOCIAIS E QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS.

ATIVIDADE FÍSICA E QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO. *Marcelo de Almeida Buriti* ** (Universidade São Judas Tadeu, São Paulo – SP e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica de São Paulo –IF/ SP)

A preservação de identidade psicológica do indivíduo é de fundamental importância, pois é ela que ajuda ao indivíduo a adaptar - se ao mundo externo e a enfrentar com serenidade a perda progressiva das capacidades fisiológicas e todas as outras limitações. Para seu desenvolvimento ter continuidade e para superar dificuldades psicossociais inerentes a velhice, o idoso precisa estar envolvido em diversas tarefas entre as quais, explícita ou implicitamente, espera – se que busque a prática da atividade física. O ciclo de vida maior pode e deve ser vivido de maneira saudável e com qualidade; desse modo, se faz necessário criar planos e programas de prevenção. Dentre os mecanismos de prevenção a prática de atividade física deve ser levada em consideração por parte dos indivíduos e da sociedade brasileira, pois o envelhecimento está associado com a redução da força muscular, respostas motoras eficientes e declínio das capacidades funcionais de ordem geral. A prática de atividade física, regular e sistematizada aumenta ou mantém a aptidão física da população idosa, contribuindo para o bem estar funcional, diminuindo a taxa de morbidade e de mortalidade desse segmento da população. Mesmo sabendo que é necessário contar com mais pesquisas em relação ao papel da prática da atividade física no processo de envelhecimento, já se têm muitos dados que comprovam seus benefícios físicos, mentais e sociais. Com o envelhecimento surgem diversas alterações músculo esqueléticas, a coluna vertebral de maneira generalizada dificulta ou impede sua locomoção que, por sua vez, limita sua funcionalidade de participar de atividades, tais como: caminhar, ir ao baile, viajar e realizar suas atividades de vida diárias. Com a prática da atividade física aumenta o fluxo energético para que os movimentos venham fazer parte novamente da natureza do indivíduo evitando vários problemas emocionais como, por exemplo, a ansiedade e o estresse. Pelo exposto, há uma nítida relação entre o envelhecimento e perdas biológicas diversas, as quais, além dos efeitos orgânicos apresentam conseqüências sociais e psicológicas negativas. A atividade física tem potencial para reduzir o ritmo do envelhecimento e para ser coadjuvante em programas de atendimento ao idoso, melhorando vários aspectos da saúde biológica e psicológica, além dos aspectos relacionados ao viver social. Estudos recentes, têm relatado uma correlação positiva $r_o = 0,89$ e $r_c = 0,55$ entre auto - estima, ansiedade, estresse, melhora do humor, melhora a imagem corporal e da insônia; com relação a diminuição do consumo de medicamentos a melhora é de 15%, da auto - confiança e socialização em 65% após a prática de exercícios físicos. Cabe à família estimular os idosos para a prática da atividade física. À comunidade cabe a responsabilidade de propiciar condições para isto, indo além das possibilidades oferecidas nas academias, estimulando programas de baixo ou mesmo custo zero para que todo idoso possa ter espaço e orientação para o exercício físico.

Palavras- Chave – Envelhecimento, Independência funcional e Integração Social

D – Doutorado

DES – Psicologia do Desenvolvimento

DEPRESSÃO EM IDOSOS. *Carla Witter** (Coordenadora da Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP).*

A depressão é considerada como o transtorno mental mais comum que afeta cerca de 154 milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil, 65% dos afastamentos dos trabalhadores com registro formal ocorrem devido à depressão, sendo o terceiro problema de saúde mais freqüente na concessão de benefícios previdenciários, cujo custo, em 2000, foi de 495 milhões de reais para o governo. Depressão é uma desordem mental cujos sintomas principais são a tristeza profunda, perda de interesse e de prazer por todas as coisas, sentimentos de pesar e de fracasso, baixa auto-estima, distúrbio do sono e do apetite, lentificação das atividades físicas e mentais, baixa energia e dificuldades de concentração. Estes problemas podem se tornar crônicos ou recorrentes e levam a uma grande perda da capacidade de cuidar das tarefas comuns do dia a dia. O agravamento da doença pode levar ao suicídio, uma fatalidade associada à perda de mais de 850 mil vidas por ano em todo o mundo. Há algum tempo, acreditava-se que a taxa de depressão na terceira idade era inferior à da idade adulta que, por sua vez, era inferior à do adulto jovem. Esses dados foram revistos e hoje se sabe que sintomas depressivos são altamente prevalentes em fases tardias da vida, para alguns autores, distúrbios de humor podem atingir por volta de 30% da população acima de 65 anos de idade e 26% da população idosa sofre de síndrome depressiva. Os estudos sobre depressão em idosos revelam que o transtorno é subdiagnosticado e quando tratada é de forma secundária, pois as doenças crônico-degenerativas características do envelhecimento são o foco do tratamento médico. As pesquisas de metanálise destacam que a depressão é mal diagnosticada, recorrente e um sintoma cronicado; concluem que o luto, os distúrbios do sono, a incapacitação, depressão anterior e ser mulher são importantes fatores de risco para a depressão em sujeitos da terceira idade, em detrimento de outras variáveis como idade, pobre suporte social, nova doença médica, pobre status de saúde, baixa escolaridade, ser solteiro, prejuízo cognitivo e morar sozinho. A metanálise quantitativa verificou que houve associação entre depressão e algumas doenças crônicas estudadas; entre essas estavam o derrame (*stroke*), a perda da audição, a perda da visão, as doenças cardíacas e as doenças pulmonares, que foram fatores de risco para aumento de depressão; estudos de baixo autoconceito de saúde dos idosos concluíram que este fator parece ser mais fortemente associado à depressão do que doenças crônicas. É notória a necessidade de trabalhos sobre a depressão em idosos como um fenômeno multideterminado dentro de uma perspectiva interdisciplinar, tornando-se um desafio aos pesquisadores, aos profissionais de saúde, aos governos, às entidades e à comunidade em geral, descobrir, reconhecer e amenizar os fatores de risco, assim como pesquisar, desenvolver e investir pesadamente no desenvolvimento de variáveis protetoras que possam estar relacionados à depressão.

Palavras-chave: relações interpessoais; valores sociais; prevenção e promoção de saúde.

D – Doutorado

DES Psicologia do Desenvolvimento

LEITURA COMO LAZER NA VELHICE. *Elza Maria Tavares Silva***
(Universidade de Mogi das Cruzes, Mogi das Cruzes, SP)

A mudança do perfil demográfico mundial é um tema que vem suscitando discussões e investigações, pois o século XX, considerado o século da “Terceira Idade”, teve que responder de pronto, tanto qualitativamente quanto quantitativamente, às inusitadas demandas nele geradas para atendimento ao homem do século XXI. Pesquisas da ONU revelam uma tendência inédita na humanidade: a população idosa será maior que a dos menores de 15 anos; a população mundial de idosos, em 2050 chegará a dois bilhões. No Brasil, dados do IBGE revelam um país “de cabelos brancos”, que nos próximos anos poderá ultrapassar 30 milhões de pessoas (15%). São estes idosos brasileiros que formam um grupo heterogêneo, porém suas perspectivas de vida se renovaram, dando maior atenção à qualidade de vida ampliada em seus significados: educação, saúde, moradia, transporte, trabalho e lazer. Dentre a elaboração e refinamento do *saber viver* destaca-se a leitura, atividade de inegável importância na vida humana, pois ao longo da História ela tem sido uma das formas mais importantes de que dispõe o homem para fundir conhecimento e prazer. A leitura é uma forma de lazer fácil de desfrutar e mantida regularmente na velhice pode contribuir em vários aspectos tais como: a) ter informações sobre determinadas doenças e com isto prevenir e postergar Parkinson, Alzheimer, falta de atenção, perda de memória etc.; b) obter informações de como melhor conduzir sua vida para usufruí-la e obter qualidade de vida; c) ficar informado sobre tarefas de desenvolvimento que se espera que as pessoas nesta faixa etária cumpram; d) auxiliar os netos em suas tarefas escolares. Em alguns casos é preciso lembrar que, tanto quanto as crianças, jovens e adultos, os idosos devem ser atendidos em suas necessidades de leitura, porque muitos deles têm dificuldades com a língua escrita, em função da precária escolaridade, daí a importância dos centros de convivência no suporte a esta e outras atividades. Além dos livros, também contribui para esta prática da leitura a mudança de comportamento por parte do idoso em consequência do impacto causado pela internet em suas vidas. Por meio dela pode fazer a leitura dos principais jornais, escrever e responder e-mails, buscar informações sobre assuntos de interesse pessoal e sobre o que acontece ao seu redor e no mundo. Assim, no âmbito do lazer do idoso, elemento que tem vital importância pelo fato do aumento abrupto do tempo livre das obrigações trabalhistas, a leitura é, certamente, o caminho produtivo contribuindo positivamente como uma forma de intervenção, dando um significado à sua vida.

Palavras-chave: qualidade de vida, informação, idoso

D – Doutorado

DES Psicologia do Desenvolvimento

ENVELHECIMENTO E CRIATIVIDADE: META-ANÁLISE E RESOLUÇÃO CRIATIVA DE PROBLEMAS. *Adriana Aparecida Ferreira de Souza** (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP)*

O envelhecimento e a criatividade são temas enfocados na produção científica atual. Nesse sentido, faz-se necessário verificar os aspectos que vêm sendo estudados bem como identificar a capacidade dos idosos de utilização da criatividade para resolução de problemas aos quais são expostos no seu dia-a-dia. Este estudo teve por objetivo realizar uma meta-análise sobre criatividade do idoso e aplicar a Técnica de Resolução Criativa de Problemas em idosos a fim de identificar a capacidade de utilização da criatividade em problemas pertinentes ao envelhecimento. Para a meta-análise foi realizada uma busca na PsycINFO (*creativity e elderly*), resultando em amostra de 66 textos. Os dados foram tabulados por meio de uma ficha de registro. Para as análises foi feita a leitura dos resumos a partir dos quais foram extraídas as categorias apresentadas nos resultados. Observou-se que a maior parte dos estudos foi veiculada por meio de periódicos científicos. Houve predominância de estudos teóricos a pesquisa e, entre as pesquisas realizadas, apareceram em maior número as correlacionais, seguidas pelas descritivas e experimentais. Dos instrumentos utilizados, testes psicológicos, observação, entrevista e questionário predominaram. Os temas mais frequentes foram Características/ Aspectos da Criatividade, Artes, e criatividade no Tratamento/ Psicoterapia. A segunda etapa teve por participantes 30 idosos, com idade superior a 60 anos, sendo 15 que mantinham atividade laboral e 15 que não trabalhavam. Foi aplicada a Técnica Criativa de Resolução de Problemas, a partir da qual foram identificadas as características criativas dos idosos. Em relação à fluência verbal observou-se grande dispersão nos resultados (2 a 19). Verificou-se maior número de picos entre os participantes que trabalham o que pode indicar que estes tenham maior fluência. O teste de correlação de Spearman mostrou inexistência de correlação ($r_o = -0,47$, $r_c = 0,48$, $n.sig. = 0,05$ e $n = 15$). Quanto à flexibilidade, observam-se resultados inversos aos da fluência, os participantes que não trabalham (média=19,7%) tiveram resultados superiores aos dos que trabalham (média=18,9). Observou-se uma correlação negativa significativa ($r_o = -0,52$, $r_c = 0,48$, $n.sig. = 0,05$ e $n = 15$), confirmando que os idosos que não trabalham possuem maior flexibilidade de idéias, o que pode estar relacionados com a sensação de liberdade. Quanto à elaboração, observa-se que os participantes que trabalham apresentaram picos de resultados (10, 15). Apenas um participante que não trabalham não obteve elaboração, e cinco participantes que trabalham não apresentaram elaboração. Observou-se uma correlação negativa significativa ($r_o = -0,30$, $r_c = 0,48$, $n.sig. = 0,05$ e $n = 15$), o que indica que os idosos que não trabalham possuem maior elaboração para idéias. No que se refere à originalidade, observa-se que a média dos participantes que trabalham foi 2,5 e dos que não trabalham 2,0. Observou-se uma correlação negativa significativa ($r_o = -0,53$, $r_c = 0,48$, $n.sig. = 0,05$ e $n = 15$), o que indica que os idosos que trabalham possuem maior originalidade para idéias quanto aos que trabalham. Conclui-se que os idosos que não trabalham apresentaram os aspectos flexibilidade e originalidade mais desenvolvidos do que os que trabalham, e os idosos que continuam no mercado de trabalho apresentaram uma maior elaboração das idéias.

Bolsista modalidade CAPES II

Palavras-chave: idosos, estilos de criar, lazer

D – Doutorado

DES Psicologia do Desenvolvimento

LAZER E QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO. *Maria do Socorro Leite Buriti***
(*Instituto Federal de Educação Tecnológica de São Paulo, São Paulo-SP*)

Os idosos tendem, progressivamente, a sentir que há poucos anos de vida, o que os fazem sentir mais necessidade de apoio social. A preservação de identidade psicológica do indivíduo é de fundamental importância, pois é ela que ajuda ao indivíduo a adaptar - se ao mundo externo e a enfrentar com serenidade a perda progressiva da capacidade fisiológicas e todas as outras limitações. Para seu desenvolvimento ter continuidade e para superar dificuldades psicossociais inerentes a velhice, o idoso precisa estar envolvido em diversas tarefas entre as quais, explícita ou implicitamente, espera – se que busque o lazer. O lazer é uma das mais importantes dimensões da cultura, assim como o trabalho e a família. As atividades de lazer apresentam funções específicas como descanso que tem como objetivo reparar desgastes físicos e mentais decorrentes da vida diária, estresse, fadiga entre outros, a recreação é considerada também como uma atividade importante para o lazer, esta visa reparar o tédio, preencher o tempo livre e necessidade de quebra da rotina. Uma outra função é o desenvolvimento pessoal que viabiliza os aspectos sociais, cognitivos e a personalidade. Apesar do aumento do tempo livre, as pesquisas mostram a falta de preparo para usufruir dele. Esse cenário também tende a se manter porque na atualidade a maioria dos idosos menospreza atividades de lazer pela influência de uma sociedade que valoriza demasiadamente a produção e a juventude. O idoso sabe trabalhar, no entanto não aprendeu administrar o tempo livre que passou a dispor. O valor do lazer é subvertido e subestimado de forma a induzir a pessoa a sentir - se inútil e culpada, quando não está ocupada com o trabalho. Desse modo, é necessário que o idoso possa estar capacitado a participar integralmente dessas atividades de forma a aproveitar melhor seu tempo livre. Conclui – se, dessa forma, que sendo o lazer de fundamental importância para o processo de desenvolvimento humano, ao longo do seu tempo de vida, bem como, para a melhoria da qualidade de vida da população idosa é preciso cuidados especiais no envelhecer.

Palavras Chave – Tempo livre, Envelhecimento e Bem Estar

D – Doutorado

DES – Psicologia do Desenvolvimento

RELIGIOSIDADE E A SAÚDE DO IDOSO. *Vera Socci** (Universidade de Mogi das Cruzes, Mogi das Cruzes, SP)*

Nos últimos trinta anos, pesquisadores tem verificado através de um número crescente de dados, que a crença religiosa tem grande influência na vida das pessoas, principalmente em sua saúde. Mais especificamente em relação ao adulto idoso, estudos da psicogerontologia tem demonstrado que a religiosidade/espiritualidade é uma variável mediadora importante entre os eventos estressantes e as respostas dos idosos aos eventos negativos da velhice, como recurso de enfrentamento. Acredita-se que a religiosidade suavizando o impacto negativo de acontecimentos dolorosos, facilita a aceitação de perdas ligadas ao processo de envelhecimento: pessoas queridas, sociais, perdas financeiras, etc. Dentre os mecanismos explanatórios que as pesquisas procuram investigar, destacam-se: a promoção de comportamentos e estilos de vida relacionados à saúde; o suporte social e emocional que a freqüência a uma igreja provê; e, principalmente a percepção do significado da vida, ou seja, a pessoa religiosa geralmente vê um sentido positivo no sofrimento, que valoriza sua existência. Com o objetivo de verificar os mecanismos de interação entre religiosidade/espiritualidade e saúde do idoso, propõe-se, neste trabalho, um levantamento da produção científica a respeito do tema com a finalidade de verificar seus progressos, mas principalmente suas carências, com o objetivo de poder contribuir mais efetivamente para este campo de conhecimento, uma vez que a religiosidade/espiritualidade é a área de pesquisa de interesse, desde que, há aproximadamente quinze anos, tem-se uma dedicação à prática da Psicologia no campo da Saúde. Pretendeu-se verificar a literatura nacional, através das bases de dados: Scielo, Biblioteca Virtual em Saúde e entre as monografias, dissertações e teses da Capes. Foram rastreados os últimos cinco anos, todos os estudos que contivessem as palavras religiosidade e/ou espiritualidade. Dentre todos os títulos encontrados (128), apresenta-se, nesta sessão coordenada, especificamente aqueles relacionados à saúde (30%), analisados em subtítulos como promoção da saúde, prevenção da doença e das recaídas, enfrentamento da morte, adesão ao tratamento, recuperação, além dos que analisam este aspecto no processo psicoterapeutico, contribuindo para a promoção ou recuperação da saúde, dando ênfase especial à questão do idoso. Os dados são apresentados e analisados conforme os parâmetros da Metanálise e as categorias são exemplificadas com resumos dos principais trabalhos. Antecipando algum resultado: 30% dos trabalhos são de Escolas Confessionais como as Universidades Católicas (25%), a prevalência das publicações está em 2007 (36%), e a autoria única (79%) prevalece em função do grande número de Dissertações e Teses. Entre as pesquisas arroladas há um equilíbrio entre análises de dados qualitativa e mista (quali/quantitativa). Este estudo faz a análise estatística para comparação de diferenças entre os dados, além da apreciação qualitativa para complementação da compreensão dos resultados. Conclui-se que embora muitos avanços tenham sido feitos nesta área, ainda são necessários refinamentos metodológicos importantes, principalmente relacionados ao instrumental utilizado, para que os resultados encontrados sejam dignos de confiança. Importa salientar que se trata de uma área de estudo promissora, que merece a atenção do psicólogo pesquisador, de preferência em equipe multiprofissional.

Palavras-chave: Envelhecimento. Religião. Qualidade de Vida

D – Doutorado

DES Psicologia do Desenvolvimento

PROCESSOS BÁSICOS DE CONTROLE DE ESTÍMULOS II: ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA O TREINO E AVALIAÇÃO DE RELAÇÕES EMERGENTES.

PROCEDIMENTO GO/NO-GO COM ESTÍMULOS COMPOSTOS E RELAÇÕES EMERGENTES EM POMBOS. *Heloisa Cursi Campos***
(Universidade de São Paulo, São Paulo, SP) e Paula Debert (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP)

A emergência de relações não diretamente treinadas e a formação de classes de estímulos equivalentes têm sido demonstradas após treinos com o procedimento *matching-to-sample* em humanos. Entretanto, estudos com não-humanos têm encontrado dificuldades em demonstrá-las. Estudos que utilizaram procedimentos alternativos ao *matching-to-sample* com pombos sugerem a emergência de relações de identidade e simetria a partir do procedimento *go/no-go*. O presente estudo pretendeu avaliar se o procedimento *go/no-go* com estímulos compostos produziria relações emergentes de simetria, transitividade e equivalência, que atestam a formação de classes de equivalência, utilizando pombos como sujeitos. Quatro pombos passaram por um treino (AB e BC) de discriminação sucessiva, no qual responder aos compostos A1B1, A2B2, B1C1 e B2C2 foi conseqüenciado com alimento e responder aos compostos A1B2, A2B1, B1C2 e B2C1 não foi seguido de conseqüência programada. Os testes envolveram compostos formados pelas recombinações dos elementos dos compostos de treino: BA e CB (simetria), AC (transitividade) e CA (equivalência). Todos os pombos apresentaram desempenhos indicativos de emergência de simetria, mas não de transitividade e equivalência. Esses resultados sugerem que testes de simetria com o procedimento *go/no-go* com estímulos compostos podem avaliar repertórios diferentes dos testes de simetria com o procedimento *matching-to-sample*, uma vez que no caso desse último procedimento a literatura indica maiores dificuldades de se estabelecer simetria do que transitividade. Outra possibilidade é que o procedimento *go/no-go* com estímulos compostos seria mais eficaz para testar emergência de simetria. Futuros estudos poderão investigar quais parâmetros do procedimento *go/no-go* com estímulos compostos poderiam favorecer a emergência também das relações de transitividade e equivalência.

Bolsa de Mestrado CAPES para a primeira autora.

Financiamento CNPq e FAPESP (para o INCT sobre Comportamento, Cognição e Ensino).

Palavras-chave: Procedimento *go/no-go*; estímulos compostos; pombos.

M

AEC

TREINO MISTO DE RELAÇÕES DE IDENTIDADE E ARBITRÁRIAS E TESTES DE SIMETRIA VIA PROCEDIMENTO GO/NO-GO EM MACACO-PREGO (*Cebus sp.*). *Vinicius Kenji Souza Yonezawa, *Lidianne Lins de Queiroz***, *Sebastião Arlusson Ramos Moura** e *Romariz da Silva Barros (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento-Escola Experimental de Primatas. Universidade Federal do Pará. Belém, PA).***

Uma das dificuldades encontradas na pesquisa sobre a formação de classes de equivalência com animais não-humanos como sujeitos consiste na dificuldade de documentar a propriedade de simetria. Esse obstáculo pode decorrer de falhas nos procedimentos usualmente utilizados para treinar as relações de controle planejadas pelo experimentador (incoerência entre o controle de estímulos planejado e o obtido). Pesquisas recentes com pombos parecem ter contornado estes problemas e obtiveram evidências robustas de simetria após realizarem, utilizando o mesmo conjunto de estímulos, um treino misto de relações de identidade e arbitrárias *via matching-to-sample* sucessivo (*go/no-go*). Neste procedimento, os estímulos são apresentados em uma única localização e sucessivamente. Tal planejamento parece privilegiar o controle pelos aspectos programados pelo experimentador para funcionar como estímulos. O presente estudo teve como objetivo geral adequar e avaliar o procedimento de MTS sucessivo a macacos-prego (*Cebus sp.*) como sujeitos. Foi utilizado, como participante, um macaco-prego (M31) macho, infante, com histórico de discriminações simples simultâneas. O sujeito foi submetido a um treino preliminar de discriminações simples sucessivas com dois estímulos bidimensionais (Z1, com função S+ e Z2, com função S-). Ao longo dos experimentos, foram utilizados ao todo dez estímulos bidimensionais, os quais foram apresentados aos sujeitos em um monitor com tela sensível ao toque. Foram conduzidos dois experimentos. O Experimento 1 teve como objetivo obter identidade generalizada a partir de um treino de múltiplos exemplares de relações condicionais. Este foi composto por duas fases: na Fase 1 foi realizado um treino de pareamento ao modelo por identidade, inicialmente com dois estímulos (C1 e C2), acrescentando posteriormente à linha de base mais dois (C3 e C4). Tais estímulos formaram oito combinações (quatro positivas e quatro negativas): C1C1, C2C2, C3C3 e C4C4 (combinações positivas) e C1C2, C2C1, C3C4 e C4C3 (combinações negativas). Respostas emitidas na presença das combinações positivas foram seguidas de reforço. Respostas emitidas na presença das combinações negativas não foram. Na Fase 2, foram inseridas mais duas combinações negativas para cada relação condicional treinada, formando assim três combinações negativas (e.g., C3C4, C3C5, C3C6) para cada combinação positiva (e.g., C3C3). Com este procedimento, o sujeito foi exposto a 16 combinações. Dois testes de identidade generalizada foram realizados ao fim de cada fase. O sujeito respondeu por identidade generalizada em ambos os testes realizados ao fim da Fase 2. Os dados obtidos demonstraram que o procedimento da Fase 2 com mais pares inconsistentes foi bem sucedido em produzir identidade generalizada *via* MTS sucessivo. O Experimento 2 objetivou, com um mesmo conjunto de estímulos, realizar um treino misto de relações condicionais de identidade e arbitrárias, e testar a propriedade de simetria das relações condicionais treinadas. O treino das relações condicionais arbitrárias A1B1 e A2B2 foi realizado junto com o treino das relações condicionais AA e BB. Em seguida, quatro sessões de teste foram conduzidas, e o responder do sujeito não apresentou evidências de simetria. É possível que o longo treino prévio de pareamento por identidade do Experimento 1 possa ter dificultado o controle pelas relações arbitrárias e a formação de classes.

INCT-CNPq.

Bolsa de iniciação científica (PIBIC/CNPq) para o primeiro autor; Bolsa de Mestrado CAPES para a segunda autora; Bolsa de Produtividade para o último autor.
Palavras-chave: teste de simetria; identidade generalizada; go/no-go.

IC

AEC

BUSCA EMPÍRICA DE DISTINÇÃO ENTRE IDENTIDADE GENERALIZADA E REFLEXIVIDADE EM MACACO-PREGO (*Cebus spp*). Álvoro Júnior Melo e Silva*, Paulo Sérgio Dillon Soares Filho e Romariz da Silva Barros (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento-Escola Experimental de Primatas. Universidade Federal do Pará. Belém, PA).**

Identidade generalizada consiste na escolha da comparação idêntica ao modelo mesmo que os estímulos apresentados sejam novos. Reflexividade é a propriedade das relações de equivalência demonstrada pela emergência da relação entre cada estímulo e ele mesmo. Na prática, ambos os repertórios consistem em escolher a comparação idêntica ao modelo. Para muitos autores, a diferença entre esses repertórios só é possível conceitualmente, sendo inviável demonstrar, empiricamente, diferença entre identidade generalizada e reflexividade. O presente trabalho objetivou, através de um procedimento de comparação da aquisição das tarefas de treino, estabelecer empiricamente distinção entre a propriedade de Reflexividade e identidade generalizada, utilizando não-humanos como sujeitos. Foram utilizados como sujeitos dois macacos-prego (*Cebus spp*), Cotoh-M12 macho adulto e Jujuba M28 macho jovem. Ambos os sujeitos tinham experiência em treinos envolvendo discriminação simples e condicional, através do procedimento de emparelhamento ao modelo por identidade (IdMTS). M12 tinha experiência com MTS arbitrário. Ambos mostraram desempenho de identidade generalizada. Foram utilizados 12 estímulos bidimensionais (A1, A2, A3; B1, B2, B3; C1, C2, C3; D1, D2 e D3). O experimento foi dividido em duas fases, sendo utilizado o procedimento (ArbMTS) e (IdMTS) nas duas fases. Cada fase começava com um treino de ArbMTS e posteriormente havia um treino de IdMTS com estímulos da linha de base arbitrária (reflexividade) e com estímulos novos (identidade generalizada). Na Fase 1, foram treinadas as relações condicionais arbitrárias A1-B1, A2-B2 e A3-B3 para M12 e A1-B1 e A2-B2 para M28. Em seguida, foram treinadas as relações de identidade A1-A1, A2-A2, A3-A3 (com estímulos da linha de base arbitrária) e C1-C1, C2-C2 e C3-C3 (com estímulos novos) para M12 e A1A1, A2A2, C1C1 e C2C2 para M28. As relações acima mencionadas foram treinadas juntas e em igual proporção. Na Fase 2, foi retomado o treinos das relações arbitrárias da Fase 1 (A1-B1, A2-B2 e A3-B3) e, posteriormente foi feito o treino das relações B1-B1, B2-B2 e B3-B3 (estímulos da linha de base arbitrária) e D1-D1, D2-D2 e D3-D3 (estímulos novos) para M12 e B1-B1 e B2-B2 (estímulos da linha de base arbitrária) e D1-D1 e D2-D2 (estímulos novos) para M28. A comparação da curva de aquisição das relações de identidade com os estímulos que fizeram parte da linha de base arbitrária e com os estímulos completamente novos permite avaliar possível distinção entre identidade generalizada e reflexividade. Os dados obtidos com M12 mostram maior precisão das discriminações com estímulos da linha de base arbitrária do que com os estímulos completamente novos. Essa diferença pode ser entendida como a diferença entre identidade generalizada e reflexividade. A mesma diferença de desempenho não foi observada com M28. O presente estudo sugere que a presente metodologia é promissora para abordar a questão.

PIBIC-UFPA, CNPq, INCT-CNPq.

Palavras-chave: reflexividade, identidade generalizada, *Cebus spp*.

IC

AEC

DISCRIMINAÇÕES SIMPLES SUCESSIVAS A PARTIR DO PROCEDIMENTO GO/NO-GO NA FORMAÇÃO DE CLASSES FUNCIONAIS EM CRIANÇAS.

*Daniela de Souza Canovas** e Deisy das Graças de Souza (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP, INCT-ECCE)*

Classes funcionais podem ser estabelecidas a partir de procedimentos de ensino de discriminações simples (contingências de três termos) e reversões de discriminações dos quais resulta a emergência de relações arbitrárias entre estímulos. O objetivo desse estudo foi verificar a replicabilidade, com crianças pequenas, dos efeitos de um procedimento de ensino de discriminações simples, com reversões repetidas, sobre a formação de classes funcionais. Trata-se de uma replicação sistemática, uma vez que neste estudo foram ensinadas discriminações simples sucessivas (por meio do procedimento *go/no-go*), enquanto no estudo original haviam sido ensinadas discriminações simultâneas. Os objetivos específicos foram verificar (1) se crianças pequenas aprenderiam as discriminações simples sucessivas; 2) se seria observada a formação de classes funcionais; 3) se seriam observadas diferenças na aprendizagem em comparação ao estudo prévio. Cinco crianças com idade próxima a quatro anos realizaram o procedimento aplicado por computador. Os estímulos eram figuras abstratas coloridas; a tarefa da criança era responder a estímulos com função de S+ e não responder naqueles designados como S-. A resposta consistia em localizar o cursor sobre o estímulo e pressionar o botão do *mouse*. Depois de instalada uma linha de base de três discriminações simples sucessivas, ensinadas separadamente, tentativas das três discriminações eram apresentadas concorrentemente, em um mesmo bloco (inicialmente, em seqüências de tentativas consecutivas de cada discriminação e, por fim, em seqüência randômica). Estabilizada a linha de base, eram realizadas reversões com sonda, em que os estímulos S+ da linha de base passavam a funcionar como S- e *vice versa*, exceto que uma das discriminações era omitida até critério de aprendizagem das outras duas discriminações revertidas, e então era reintroduzida, como medida de sonda de formação de classes (indicada por acerto na primeira tentativa). Na etapa seguinte, uma quarta discriminação era ensinada e incorporada à linha de base. Novamente eram realizadas reversões repetidas das contingências e sondas com os quatro pares de discriminações. As cinco crianças aprenderam as discriminações simples separadas e concorrentes, com tendência decrescente na quantidade de treino até critério. Nas reversões para três e quatro pares, duas crianças formaram classes; as demais crianças apresentaram desempenhos intermediários. Duas dessas crianças apresentaram número elevado de erros. Os resultados foram relativamente similares àqueles do estudo anterior, sugerindo que, independente do procedimento de discriminação (simultâneo ou sucessivo), a reversão de contingências pode favorecer a inclusão de estímulos com mesma função (de S+ ou de S-) na classe, mas necessariamente ocasiona erros, o que pode ter um efeito deletério sobre o desempenho.

Bolsa de Mestrado Fapesp para a primeira autora.

Bolsa de produtividade CNPq para a segunda autora.

Financiamento CNPq e FAPESP (para o INCT sobre Comportamento, Cognição e Ensino)

Palavras-chave: discriminação simples, classes funcionais, crianças.

M

AEC

CONTROLE CONTEXTUAL COM PROCEDIMENTO GO/NO-GO COM ESTÍMULOS COMPOSTOS. *Rafael Diego Modenesi** (Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo) e Paula Debert (Instituto de Psicologia –Universidade de São Paulo – São Paulo, SP)*

O controle contextual tem sido descrito a partir de uma contingência de cinco termos (Sctx-Sc-Sd-R-Sr) na qual o estímulo contextual (Sctx) controla condicionalmente discriminações condicionais. O estabelecimento do controle contextual permite que um estímulo participe de mais de uma classe de equivalência sem que haja a fusão destas classes. O procedimento *matching-to-sample* (MTS) tem sido utilizado para estabelecer esse tipo de controle. O presente estudo tem o objetivo de avaliar se é possível produzir classes de estímulos equivalentes sob controle contextual a partir do procedimento *go/no-go* com estímulos compostos. Diferentemente do procedimento MTS, no *go/no-go*, não é possível identificar funções específicas para cada estímulo pela forma como são apresentados. Participaram deste experimento dois adultos. Na Fase 1, foram apresentados os estímulos compostos AC, BD e na Fase 2 os compostos XAB. A posição dos estímulos que formavam os compostos foi randomizada dentro das sessões. Os estímulos eram apresentados tanto na posição direita, central e esquerda dos compostos. Respostas aos estímulos compostos A1C1, A2C2, B1D1, B2D2, X1A1B1, X1A2B2, X2A1B2 e X2A2B1 foram seguidas de reforço e respostas aos estímulos compostos A1C2, A2C1, B1D2, B2D1, X1A1B2, X1A2B1, X2A1B1, X2A2B2 não foram. Testes em extinção avaliaram a emergência das relações XCD (Transitividade e Equivalência), que atestariam a formação de quatro classes de estímulos equivalentes: X1A1B1C1D1, X1A2B2C2D2, X2A1B2C1D2 e X2A2B1C2D1. Resultados positivos nesses testes indicariam que é possível estabelecer classes de equivalência que compartilham elementos sem que haja fusão entre elas, mesmo com procedimentos nos quais não é possível identificar funções específicas para cada estímulo. Os resultados nos testes em extinção de ambos participantes indicaram a formação de quatro classes de equivalência que compartilham estímulos. No caso de P1, houve a necessidade de repetição das fases de treino e teste (emergência atrasada) e para P2 a emergência das relações foi imediata. Entretanto a partir do relato verbal de P2 foi possível observar que o estímulo X, por ser apresentado apenas na Fase 2 (Treino XAB) pode ter adquirido um função diferenciada dos estímulos A e B (que também eram apresentados na Fase 1). A partir dessa diferenciação na apresentação dos estímulos X, poderia ser inferido que este adquiriu função contextual nas discriminações. Desta maneira os resultados sugerem necessidade de modificação no método, tais como a inclusão na Fase 1 dos compostos XY, para balancear o número de apresentações dos estímulos durante o procedimento.

Palavras - Chave: controle contextual; procedimento *go/no-go*; estímulo composto; equivalência de estímulos.

Bolsa de mestrado FAPESP para o primeiro autor.

Financiamento CNPq e FAPESP (para o INCT sobre Comportamento, Cognição e Ensino)

M

AEC

EFEITOS DA MANIPULAÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLHAS SOBRE O DESEMPENHO EM TAREFAS DE DISCRIMINAÇÃO SIMPLES EM MACACO-PREGO (*Cebus sp*). Lidianne Lins de Queiroz, Vinícius Kenji Souza Yonezawa*, Ana Leda de Faria Brino, Olavo de Faria Galvão, Valentina Truppa e Romariz da Silva Barros (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento-Escola Experimental de Primatas. Universidade Federal do Pará. Belém, PA).**

Múltiplas variáveis podem afetar a aquisição de repertórios discriminativos. Uma delas é o número de escolhas que pode ser apresentado a cada tentativa ao longo do treino. Poucos estudos, até o momento, analisaram sistematicamente essa variável, buscando verificar onde esta aprendizagem ocorre mais rapidamente e em qual dessas situações o controle discriminativo pode ser mais facilmente estabelecido. Em uma tarefa de escolha, programar arranjos onde um S^+ é apresentado em meio de vários S^- pode facilitar a aquisição de repertório discriminativo. O presente estudo apresenta como objetivo geral descrever os efeitos da manipulação do número de escolhas sobre o desempenho em tarefas de discriminação simples em macacos-prego (*Cebus sp*). Os experimentos foram realizados com um macaco-prego (M31) macho, infante e experimentalmente ingênuo. Os estímulos apresentados foram formas bidimensionais brancas de 2x2 cm. Três experimentos foram realizados: No Experimento I, foi realizado um treino discriminativo em arranjos com três tipos de tentativas: (1) com duas escolhas; (2) com quatro escolhas e (3) com nove escolhas. Assim, a cada tentativa eram apresentados o S^+ e uma, três ou oito cópias do S^- respectivamente. Os dados apontaram que não foi possível observar de maneira fidedigna diferenças na aquisição entre os três tipos de tentativas. No Experimento II, novos estímulos foram utilizados em duas etapas e em seguida foi realizado um teste de controle de estímulos com o objetivo de verificar se as relações de controle se mantinham quando apenas tentativas com duas escolhas eram apresentadas para o sujeito. Neste experimento, nas duas etapas a precisão do desempenho foi ligeiramente maior para tentativas de quatro e nove escolhas. O resultado do teste indicou a manutenção das relações de controle de todas as discriminações mesmo quando as discriminações aprendidas com quatro e nove escolhas foram apresentadas em dupla escolha. No Experimento III foi realizado um teste para observar qual tipo de relação de controle se estabeleceu durante a aquisição de repertório discriminativo em arranjos com múltiplos S^- , se por controle por seleção, por rejeição ou misto. Neste procedimento foram apresentadas máscaras que ora substituíam o S^+ e ora substituíam o S^- . Como resultado, obteve-se que o controle inicial era por seleção, tendo sido aprendido durante o Experimento III o controle por rejeição. Nos resultados finais dos testes, o sujeito apresentou controle misto do responder. Esses dados indicam que há poucas diferenças entre treinar discriminações com uma, três ou nove cópias do S^- apresentadas junto com o S^+ . Os dados também indicam que discriminações aprendidas com múltiplas cópias do S^- podem estar baseadas em controle por seleção e não apenas em responder por singularidade ou identidade.

Bolsa de Mestrado CAPES para o primeiro autor; Bolsa PIBIC/CNPq para o segundo autor; Bolsa de Produtividade CNPq para o quarto e sexto autores.

Financiamento CNPq e FAPESP (para o INCT sobre Comportamento, Cognição e Ensino).

Palavras-chave: discriminação simples, arranjos com múltiplos S^- , procedimento de máscara.

M

AEC

DIFERENTES ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA RECURSOS COGNITIVOS INFANTIS.

ESTUDO NORMATIVO DO TESTE R-2 PARA CRIANÇAS DO MUNICÍPIO DE ASSIS-SP. *Helena Rinaldi Rosa (Departamento de Psicologia Clínica - UNESP, Assis-SP)*

A preocupação com a avaliação da inteligência, em especial de crianças com problemas de aprendizagem, tem sido tema constante de pesquisas e discussões tanto no meio acadêmico como na mídia e junto à população. A necessidade de instrumentos com padronização brasileira, atualizada e com rigor científico levou à realização da presente pesquisa, que apresenta o estudo de padronização com o teste *R-2: Teste não verbal de inteligência para crianças*, elaborado por Rynaldo de Oliveira e editado pela Editora Vetor, atualmente no mercado e aprovado pelo CFP. O teste tem como objetivo avaliar o fator g (fator geral) da inteligência, proposto por Spearman. Baseado no *Teste das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven*, o R-2 apresenta o mesmo tipo de tarefa, ou seja, é apresentada uma figura à criança com uma parte faltando e a mesma deve indicar, entre as alternativas disponíveis, qual a que completa corretamente o desenho. Enquanto o teste de Raven apresenta apenas figuras geométricas e abstratas, o R-2 mostra inicialmente figuras concretas, que fazem parte da experiência das crianças, o que de certa forma torna a tarefa inicial mais fácil. O material do R-2 é composto por 30 pranchas com figuras coloridas, cabendo ao examinador apresentá-las uma de cada vez à criança. A pesquisa foi realizada no município de Assis/SP, sendo a amostra composta por 540 crianças, metade de cada sexo, de 5 a 11 anos de idade, sorteadas nas escolas do município. O sorteio baseou-se na proporção de alunos matriculados em escolas municipais e particulares, no ensino fundamental, procedimento que buscou controlar o nível socioeconômico, a fim de garantir a representatividade da amostra. Foram analisadas as variáveis idade, sexo e tipo de escola que a criança frequenta e estabelecidas as normas para a população geral e separadas por tipo de escola, uma vez que esta variável apresentou diferenças estatisticamente significantes conforme o tipo de escola, o que confirma que o nível socioeconômico interfere nos resultados do teste. As crianças foram submetidas à aplicação individual, em salas com condições adequadas de aplicação, nas próprias escolas e no horário de aula, sem prejuízo das atividades escolares conforme a orientação dos professores. São apresentadas normas para o teste por idade. É feita a comparação entre os sexos em cada faixa etária, através do teste *t*, e entre os resultados em função do tipo de escola que a criança frequenta. Os resultados para as crianças da cidade de Assis são comparados com os resultados da amostra de padronização para as crianças da cidade de São Paulo, apresentados no Manual do teste. Concluiu-se que o teste é adequado para avaliação cognitiva das crianças da cidade de Assis, podendo ser empregado na triagem e avaliação psicológica infantil.

Palavras-chave: Teste R-2; Avaliação Psicológica; Teste de Inteligência Não Verbal.

Nível do trabalho: D - Doutorado

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

A TÉCNICA PROJETIVA LUDODIAGNÓSTICA: AVALIAÇÃO COMPARATIVA COM A ESCALA WECHSLER. *Rosa Maria Lopes Affonso*
(Departamento de Psicologia Clínica UFMU e Universidade Presbiteriana Mackenzie).

Parte-se do pressuposto de que a Técnica Ludodiagnóstica consiste num instrumento projetivo e enquanto tal fornece informações sobre indicadores cognitivos e afetivos da personalidade da criança. Nosso objetivo foi o de estudar primeiramente a importância de se considerar nas avaliações psicológicas infantis, a presença ou não, no comportamento da criança e em seu discurso, as noções de espaço, tempo e causalidade, tal como entendidas por PIAGET em sua teoria do conhecimento. Outro objetivo foi estudar a possibilidade de padronizar esses mesmos indicadores a serem utilizados pelos profissionais para a avaliação do processo de representação infantil considerando a presença dessas mesmas noções. O método consistiu na análise de prontuários de avaliação psicológica de crianças de 2 a 14 anos de duas Clínicas Psicológicas, atendidas nos últimos seis anos, procurando identificar na análise das representações da criança na *hora-lúdica diagnóstica*, as noções de espaço, tempo e causalidade. Foram analisados um total de 507 prontuários de crianças entre dois e quatorze anos, sendo 101 crianças de 2 a 14 anos supervisionadas pela autora desta pesquisa; 101 crianças de 4 a 14 anos supervisionadas por vários profissionais em clínicas-escolas em atendimento de avaliação psicológica infantil; 182 prontuários do WISC-III supervisionados por vários profissionais, incluindo a própria autora, de 6 a 12 anos. Para efeito de parâmetros da pesquisa foram analisados 123 prontuários de ludodiagnóstico de crianças de 2 a 12 anos avaliadas numa escola particular da cidade de São Paulo. Os resultados demonstraram a relevância da análise dos indicadores de espaço, tempo e causalidade para a conclusão diagnóstica sobre o processo de socialização da criança, ressaltando o valor do ludodiagnóstico enquanto técnica projetiva para tais investigações cognitivas. Verificamos que o WISC-III pode fornecer informações desse comprometimento, particularmente na análise dos sub-testes: Compreensão e Arranjo de Figuras em comparação com o ludodiagnóstico. Verificamos que essa relação é encontrada, particularmente em relação à noção de espaço e Arranjo de Figuras, sendo $p = 0,094 > \alpha = 0,05$ mas não encontramos tais relações entre os resultados destes sub-testes e as noções de tempo e causalidade, considerando que tais noções pressupõem uma verbalização. A noção de espaço, perfeitamente observável no comportamento da criança sem que ela necessite verbalizá-la, pode ser relacionada no encadeamento das figuras do WISC-III. Por outro lado, segundo essa mesma análise em relação ao sub-teste Compreensão do WISC-III verificamos que há relação do seu resultado com a noção de tempo ($p = 0,157 > \alpha 0,05$), mas que não é encontrada relação desses sub-testes com a noção de espaço e causalidade. Considerando que o tempo é detectável a partir da verbalização, segundo nossa proposta, logo, a análise qualitativa deste sub-teste também pode contribuir ao profissional enquanto indicador do comprometimento dessas noções. Os resultados totais ou parciais do WISC-III *não são instrumentos para tais análises cognitivas*, pois as performances globais podem encobrir tais investigações. Concluímos que a análise do ludodiagnóstico associada à análise qualitativa do WISC-III possibilita a identificação do comprometimento cognitivo auxiliando na análise do processo de socialização da criança.

PALAVRAS CHAVES: Ludodiagnóstico; Avaliação Psicológica; WISC-III

Nível do trabalho: D – Doutorado

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

AVALIAÇÃO DE INTELIGÊNCIA E INCIDÊNCIA DE ERROS EM UM GRUPO DE CRIANÇAS AVALIADAS PELAS MATRIZES PROGRESSIVAS COLORIDAS DE RAVEN. *Paulo Francisco de Castro e Armando Rocha Júnior* (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté – SP e Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos – SP).

O objetivo do presente trabalho é apresentar os dados referentes à avaliação de inteligência em um grupo de crianças avaliadas por meio das Matrizes Progressivas Coloridas de J.C. Raven, com foco no desempenho e nos tipos de erros mais comuns observados no material do teste. A controvérsia no que se refere à definição do termo Inteligência é constante e geradora de várias discussões sobre o assunto. Maior do que o impasse para conceituação do termo inteligência, é a reflexão sobre os diferentes instrumentos disponíveis para acesso desse importante aspecto psicológico infantil e que demanda grande atenção por parte dos profissionais no processo de avaliação psicológica ou psicodiagnóstico. Dentre um conjunto de estratégias de avaliação intelectual, estão as Matrizes Progressivas Coloridas de Raven, teste não verbal com finalidade de aferição do Fator G em crianças, de acordo com idade e tipo de escola, além de oferecer importantes informações sobre os tipos de erros cometidos. Participaram do estudo 46 crianças, com idade entre seis e dez anos, de ambos os sexos, provenientes de escolas públicas e privadas, sem queixas específicas ou dificuldades escolares. No que se refere à classificação de inteligência, por meio da identificação dos percentis, observou-se que quando os dados são verificados no geral, ou seja, computando-se todas as idades investigadas, identifica-se uma distribuição com tendência a resultados mais elevados no desempenho das crianças. Os dados são os seguintes: Os maiores resultados computaram 19,6% (N=9) da amostra no Grau I, com percentil 95 ou superior, revelando característica intelectualmente superior. Com maior incidência, tem-se 36,9% (N=17) das crianças no Grau II, com percentil entre 75 e 94, indicando que os sujeitos revelaram capacidade intelectual definitivamente acima da média na comparação com outras crianças de mesma idade e tipo de escola. Na sequência, 34,8% (N=16) dos sujeitos foram enquadrados no Grau III, com percentil entre 26 e 74, demonstrando classificação intelectualmente média; vale ressaltar que a maior parte dos sujeitos com essa classificação (28,3% - N=13) obteve resultados enquadrados no Grau III+, localizados na porção médio superior quando comparados a outras crianças da amostra normativa. Com menor incidência, tem-se 8,7% (N=4) dos participantes com resultados no Grau IV, com percentil entre 6 e 25, que revela que os sujeitos estão definitivamente abaixo da média na capacidade intelectual; nenhuma criança da amostra obteve escores classificados no Grau V, com percentil 24 ou inferior. No que tange à análise dos erros cometidos pelas crianças, tem-se que a maior incidência de respostas erradas centrou-se nas escolhas categorizadas como erros do tipo g para crianças com seis, sete e oito anos e erros do tipo h para crianças com nove e dez anos, ambos os tipos de erros ocorrem por repetição da figura problema. Os dados indicam que a maior parte das crianças da amostra revelou capacidade intelectual média ou acima da média e que, nesses casos há uma constância no tipo de resposta errada. Pela relevância dos dados, outros estudos abrangendo maior quantidade de sujeitos e amostras clínicas são necessários.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Avaliação de Inteligência; Teste de Raven.

Nível do trabalho: P - Pesquisador

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

ESTUDO DE CASO COM O DFH E O MÉTODO DE RORSCHACH. *Maria Cristina Barros Maciel Pellini (Universidade Paulista, São Paulo, SP)*

O estudo de desenhos realizados pelos seres humanos tem sido objeto de investigação desde tempos remotos e, em particular, a análise dos desenhos das crianças que sempre despertou curiosidade. Isto levou a que fossem feitos estudos sistemáticos e pesquisas com rigor metodológico. A fim de lançar luz na compreensão do desenvolvimento infantil e do funcionamento mental das crianças, o objetivo do presente trabalho é, a partir de um estudo de caso, estabelecer a relação entre os resultados obtidos por meio do Desenho da Figura Humana (DFH) e o Método de Rorschach, confirmando ou não os resultados nos dois instrumentos. Trata-se de uma criança de 8 anos, sexo masculino que foi submetida aos dois testes. No Desenho da Figura Humana (DFH) apresentou desenvolvimento cognitivo e intelectual dentro da faixa da normalidade, tanto segundo avaliação pela escala original de Goodenough, na primeira figura desenhada, como pela escala revisada Goodenough-Harris tanto no desenho do homem, da mulher como do próprio eu. O mesmo ocorreu segundo a avaliação dos índices de desenvolvimento proposta por Koppitz. Segundo os indicadores emocionais propostos pela autora, no entanto, revelou algumas dificuldades emocionais da criança, que foram confirmados pelos indicadores do Método de Rorschach – tanto os que refletem o desenvolvimento maturacional e intelectual, em particular o índice RMI (Relação para com a média intelectual), que significa a maneira pela qual o indivíduo adapta-se à realidade, quanto nos índices que revelam as características emocionais. No caso em estudo a criança apresentou o RMI dentro da média (pranchas monocromáticas), entretanto, a porcentagem de A (%A) encontra-se rebaixada, indicando falta de espontaneidade, sugerindo instabilidade emocional que também foi apontada pelos indicadores emocionais de Koppitz. Nas pranchas cromáticas, o mesmo índice se apresentou sensivelmente rebaixado confirmando as dificuldades emocionais apontadas. As Respostas de Movimento Humano (M) e as Respostas de Cor (FC) são fatores indicativos de maturidade do desenvolvimento. No caso em estudo a criança apresentou a proporção $M < m+m'$ indicando sentimento de insegurança, pois demonstra estar à mercê dos outros, da realidade, passível de ser manipulado. Quanto à proporção $FC > CF + C$ demonstrou maior subjetividade com menor controle dos seus impulsos. A partir destes dados verificamos que a criança demonstrou ser sensível quanto à apreciação das nuances dos comportamentos e das variações emocionais dos outros indivíduos, o que lhe permite atuar com tato e cautela nas relações interpessoais na medida em que percebe as atitudes. Conclui-se que ambos os instrumentos foram sensíveis na avaliação da criança, seja nos aspectos cognitivos, seja nos aspectos emocionais.

Palavras-chave: Desenho da Figura Humana, Método de Rorschach, Aspectos Cognitivos.

Nível do trabalho: D - Doutorado

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

PROJEÇÃO DOS MÉTODOS DE PESQUISA EM NEUROPSICOLOGIA.

IMPACTO DO NASCIMENTO PRÉ-TERMO E COM BAIXO PESO NAS FUNÇÕES NEUROPSICOLÓGICAS DE ESCOLARES. *Tatiana Izabele Jaworski de Sá Riechi (Universidade Federal do Paraná)*

O objetivo deste estudo foi avaliar o impacto do nascimento pré-termo e com baixo peso (PT-BPN) no neurodesenvolvimento, na formação das funções mentais superiores e conseqüentemente na aprendizagem acadêmica, de crianças e adolescentes em idade escolar. A intensificação dos cuidados pré e peri natais e a evolução técnico-profissional das Unidades de Terapia Intensiva Neonatal melhorou as condições de sobrevivência dos bebês PT-BPN, gerando o aumento progressivo das taxas de sobrevivência neonatal e com elas, novas expectativas quanto às morbidades resultantes ao longo da infância, juventude e até, a fase adulta. Questões relativas a quais alterações longitudinais, cognitivo-comportamentais, poderiam ser assinaladas como possíveis efeitos da interrupção abrupta e precoce do processo gestacional. Mediante a vulnerabilidade do Sistema Nervoso Central, alterações estruturais e funcionais podem ocorrer, gerando circuitos cerebrais alternativos e/ou compensatórios, que resultam em Transtornos do Desenvolvimento como, o Distúrbio de Aprendizagem. Foi desenvolvido um estudo transversal caso controle em 120 escolares com idades entre 06 anos e 15 anos e 11 meses, regularmente matriculados no Ensino Fundamental e pareados sócio-economicamente. Todos foram submetidos ao protocolo de Avaliação Neuropsicológica, Neurológica e Escolar. O Grupo Propósito (GP) foi formado por 60 escolares nascidos no CAISM-FCM/UNICAMP com idade gestacional < 37 semanas e peso < 2.500 g. O Grupo Controle (GC) foi composto de 24 escolares irmãos dos sujeitos GP e, 36 escolares vizinhos colegas dos sujeitos GP, ambos nascidos com peso \geq 2.500g e idade gestacional \geq 37 semanas. Entre os instrumentos utilizados estão: WISC III, Teste Gestáltico Visomotor Bender, *Trail Making*, Figura Complexa de Rey, Teste Neuropsicológico Luria Nebraska-C, Escala Comportamental A2 de Rutter, Lista de Verificação Comportamental para Crianças e Adolescentes (CBCL) e Teste de Desempenho Escolar. Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre GP e GC, com resultados inferiores para GP indicando comprometimento de: Coordenação Viso-Motora (86,7%), Desenvolvimento Psicomotor Geral (75,0%), Habilidade Viso-Construtiva (73,3%), Raciocínio Matemático (66,1%), Habilidade Tátil-Cinestésica (65,0%) e Memória Visual (60,0%), todos com p-valor=0,001. O QI dos sujeitos do GP mostrou-se na média, em geral, 10 pontos abaixo do GC. Observou-se prevalência no GP de: Distúrbios de Aprendizagem (33,3%), Dificuldade Escolar (35,0%), Lateralidade Cruzada (46,6%) e problemas Psicológicos e/ou Psiquiátricos (61,7%). Os escolares brasileiros PT-BPN desta pesquisa apresentaram alterações funcionais cerebrais específicas, associadas a transtornos cognitivo-comportamentais e de aprendizagem, mais expressivos do que os sujeitos do GC e também dos resultados descritos na literatura internacional.

VALIDAÇÃO DO EXAME NEUROPSICOLÓGICO E ANÁLISE DE FUNÇÕES CORTICAIS SUPERIORES. *Maria de Lourdes Merighi Tabaquim (FOB – Universidade de São Paulo)*

Resumo: Este estudo teve por objetivo validar o exame neuropsicológico para escolares do ensino fundamental, delinear os desempenhos com base em valores de medida psicométrica e analisar a relação dos resultados obtidos com as funções corticais superiores. Participaram da pesquisa 600 sujeitos, ambos os sexos, com idades entre 7 a 12 anos, da 1ª a 4ª séries do ensino fundamental de escolas da rede pública estadual. Os sujeitos foram categorizados em dois grupos: GI-C – Grupo Controle, composto por 441 sujeitos, sem alterações no desenvolvimento neurológico e queixas escolares; e GII-A - Grupo Aprendizagem, com 159 sujeitos, sem prejuízo previamente identificado no desenvolvimento neurológico, mas com queixa na aprendizagem escolar. Os instrumentos utilizados na triagem foram as Matrizes Progressivas Coloridas Raven e o Teste de Desempenho Escolar. O instrumento de validação foi o ENP - Exame Neuropsicológico. A análise dos dados obedeceu aos procedimentos estatísticos necessários à validação do instrumento de pesquisa e ao estudo comparativo dos grupos, considerando as séries, os instrumentos e as tarefas utilizadas. Os resultados apontaram perfis de nível mental na *média* com maior incidência da classificação no GI-C para as 1ª, 2ª e 3ª séries; *acima da média* ocorreu também na 3ª série, seguida da 4ª. Somente na 1ª série houve classificação na *média inferior*, considerada limiar entre a média esperada para a população e aquela categorizada como infra-dotada. Os desempenhos acadêmicos apontaram compatibilidade com a série escolar nas provas de escrita em 85% dos sujeitos; em 83,9% nas provas de aritmética; e, 92,5% nas de leitura, caracterizando um valor amostral de referência acadêmica. Das 45 tarefas testadas no exame neuropsicológico, referente à área motora, 90% das variáveis foram significantes para o propósito da avaliação, isto é, mediram o que estava sendo proposto. Constatou-se que das 54 provas referentes à organização acústico motriz das estruturas rítmicas, às sensações superiores e funções sinestésicas, 78% foram significantes para o objetivo da tarefa. Das 36 sub-provas sobre a linguagem receptiva e expressiva, 80% foram significantes, atribuindo alto grau de validação às pontuações. Quando comparados os desempenhos entre os gêneros, não houve diferença significativa. O estudo atestou a validação do instrumento; efetivamente ocorreu, pois, foi capaz de diferenciar as séries entre si, e, das 207 variáveis testadas, 180 demonstram diferenças estatisticamente significantes entre as quatro séries, quando comparadas concomitantemente, o que equivale a 86,96% de variáveis diferenciadoras. Considerando os dados obtidos, pode-se afirmar ser viável a aplicação do instrumento proposto, nos termos expostos, posto que os resultados apresentam-se fidedignos e esperados, quanto à lógica da metodologia de uso.

Distratores: Neuropsicologia, Funções Corticais, Avaliação

PARÂMETROS PSICOMÉTRICOS DOS CUBOS DE KOHS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA-PR. *Plínio Marco de Toni (Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba-PR) e Irai Cristina Boccato Alves (Universidade de São Paulo, São Paulo-SP).*

O objetivo desta pesquisa foi estabelecer os parâmetros psicométricos dos Cubos de Kohs para crianças e adolescentes do município de Curitiba, e obter normas do instrumento para esta população, para avaliação do funcionamento executivo relacionado às áreas pré-frontais do cérebro. Assim, foi realizada a adaptação dos sistemas de pontuação e aplicação do teste e obtidos os parâmetros de validade, precisão e discriminação dos itens. A amostra foi composta por 543 participantes de 7 a 14 anos, sendo 49,7% do gênero masculino, matriculados em escolas municipais (21,2%), estaduais (39%) e particulares (39,8%) de Curitiba-PR. Os instrumentos foram os Cubos de Kohs, a cópia da Figura Complexa de Rey e o subteste Labirintos do WISC-III. Os resultados para o sistema de pontuação indicaram que o total de acertos na realização dos itens foi a variável que melhor representou o funcionamento executivo, mas o mesmo não ocorreu com os movimentos extras. Por isso, optou-se por dicotomizar os escores dos itens considerando a presença de acertos. A análise do tempo de execução dos itens mostrou a necessidade de aumentar o limite de tempo de execução dos itens. Foi estabelecido o critério de suspensão do teste após quatro erros consecutivos. Para a discriminação dos itens, obtiveram-se índices D entre 11,1 e 90,7, bem como correlações ponto-bisseriais entre 0,30 e 0,75, indicando que são suficientemente discriminativos. A validade de constructo foi investigada pela análise fatorial (método de componentes principais, rotação *promax*). Os resultados indicaram uma estrutura unidimensional para os Cubos de Kohs. O fator encontrado apresentou autovalor de 7,42 e explicou 44% da variância total dos itens, com alfa de Cronbach de 0,92. As cargas fatoriais oscilaram de 0,35 a 0,78 (70% acima de 0,60), indicando que os itens são bons representantes comportamentais do constructo medido pelo instrumento. A validade de critério para a função executiva de planejamento foi investigada utilizando-se dois instrumentos. Assim, uma comparação entre participantes com magnitudes diferentes de planejamento (analisado pela cópia da Figura de Rey) indicou uma diferença significativa nos escores dos Cubos ($t=3,9$; $gl=165$; $p<0,001$). Além disso, observou-se uma correlação entre a pontuação nos Cubos e na Figura de Rey ($r=0,50$; $p<0,001$). De forma semelhante, foi encontrada correlação entre os Cubos de Kohs e os Labirintos do WISC-III ($r=0,48$; $p=0,004$). Os resultados mostraram validade concorrente satisfatória para o instrumento. O coeficiente de precisão do teste pelo método das metades (correlação de Pearson com correção de Spearman-Brown), foi $r=0,88$ ($p<0,001$). Não foram observadas diferenças entre os gêneros ($t=1,22$; $p=0,22$). No entanto, uma diferença significativa foi verificada entre crianças de escolas públicas municipais e as demais escolas ($F=24,75$; $p<0,001$), bem como entre destros e canhotos ($t=2,03$; $p=0,04$). Por fim, foram construídas tabelas normativas considerando as diferenças encontradas entre as idades ($F=23,26$; $p<0,001$).

Palavras chaves: Avaliação Neuropsicológica. Psicometria. Cubos de Kohs.

Nível do Trabalho: D

AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA DE ADULTOS INFECTADOS COM HIV. *Ana Paula A. de Pereira (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR), Sergio Monteiro Almeida (Universidade Federal do Paraná e Faculdades Pequeno Príncipe, Curitiba, PR), Ronald Ellis (University of California, San Diego, Califórnia), Robert Heaton (University of California, San Diego, California) e Mariana Cherner (University of California, San Diego, California)*

O presente trabalho faz parte de um projeto conjunto entre a Universidade Federal do Paraná e a Universidade da Califórnia- San Diego e objetivou demonstrar a aplicabilidade de uma bateria de testes neuropsicológicos (NP) em populações culturalmente distintas. Estes testes neuropsicológicos já foram extensamente validados para detecção e caracterização de efeitos neurocomportamentais da infecção do HIV nos EUA. Outro objetivo foi determinar se há diferenças neurocognitivas entre indivíduos infectados com HIV-1 subtipo “C” quando comparado com HIV-1 subtipo “B” no sul do Brasil. A meta desse trabalho foi identificar 25 participantes infectados por HIV-1 subtipo “C” numa região do Brasil onde a prevalência estimada deste subtipo entre os pacientes HIV-1 é de 28%. Baseado em uma amostragem binomial estimamos que para atingir essa meta, será necessário analisar em torno de 160 pacientes, tendo em conta que alguns participantes não consentirão em participar ou não completarão todas as avaliações de base. Do total de pacientes iniciais, em torno de 135 têm infecção não subtipo “C”, destes foram selecionados 25 do subtipo “B” (prevalência estimada, 60%), a seleção foi realizada pareando os pacientes com infecção pelo subtipo “C” de acordo com sexo, idade, educação, raça, fator de risco para HIV, terapia anti-retroviral e co-infecções (ex. hepatite C, B, HTLV e sífilis). Em relação ao fator de risco, espera-se uma proporção maior de participantes infectados com subtipo “C” que sejam usuários de drogas injetáveis. Todos os participantes com idade entre 20 a 60 anos, fluentes em Português, tanto do sexo masculino como feminino. Teste sorológico será feito para verificar o estado de portador de HIV. Todos os participantes assinarão consentimento informado. Os resultados parciais do estudo indicam que a bateria de testes encontra-se adequada para avaliar a amostra brasileira após adaptação realizada e que, no momento, não foram observadas diferenças neurocognitivas significativas entre indivíduos infectados com HIV-1 subtipo “C” quando comparado com HIV-1 subtipo “B” no sul do Brasil. Questões metodológicas para a adaptação da bateria NP serão discutidas com ênfase da sensibilidade dos instrumentos.

PACIENTES DIFÍCEIS: CONCEITO, CRITÉRIOS E INTERVENÇÃO CLÍNICA DA PERSPECTIVA DE DIFERENTES ABORDAGENS PSICOTERÁPICAS.

PACIENTES DIFÍCEIS DA PERSPECTIVA DA TERAPIA COGNITIVA. *Ana Maria Martins Serra (Instituto de Terapia Cognitiva, São Paulo, SP)*

Embora o modelo cognitivo de instalação e manutenção das psicopatologias conte hoje com ampla validação empírica e aceitação por clínicos e pesquisadores internacionalmente, observamos que as técnicas e estratégias terapêuticas, inicialmente propostas por Aaron Beck e colaboradores como o que se convencionou chamar de “Terapia Cognitiva Padrão” (“Standard Cognitive Therapy”), nem sempre dão conta dos desafios de certos casos clínicos. Frequentemente, deparamo-nos na clínica com casos que classificamos como difíceis, casos em que a TC não parece suficientemente potente para conduzir o trabalho terapêutico a termo com sucesso. Ora os clínicos atribuem a ausência de resposta clínica a características específicas do caso, como graus de severidade e cronicidade, a presença de transtornos como os de personalidade, ou a outros fatores críticos, como resistência do paciente e processos transferenciais. Ora os clínicos apressadamente e equivocadamente concluem, diante da aparente inviabilidade do trabalho psicoterápico, que a TC tem limitações e não se presta à aplicação a casos nos quais o grau de dificuldade – em sintomas ou em entraves ao estabelecimento de uma aliança terapêutica operativa – ultrapasse um determinado limiar. Em resumo, o argumento habitual é de que ou o caso é difícil demais ou a eficácia da TC é limitada. Nessa apresentação, ao contrário, argumentaremos que a TC, através de um modelo expandido, e combinada a treinamento formal e prolongado do profissional, é adequada para a abordagem de casos clínicos qualificados como difíceis e suficientemente potente para conduzi-los a termo com sucesso. Proporemos inicialmente que, com base em estudos empíricos de eficácia, os critérios para a qualificação de casos como difíceis necessitam ser revistos, reduzindo o risco da ocorrência de falsos positivos. Argumentaremos ainda que, frequentemente, a falha em obter resultados na realidade advém de limitações do profissional, insuficientemente treinado em TC, para uma conceituação clínica adequada e funcional, fundada em fatores de desenvolvimento, fatores ambientais, dificuldades cognitivas (sistema de esquemas e crenças disfuncionais, padrões de processamento cognitivo), e comportamentais. O profissional necessita formular um planejamento de intervenção que reúna técnicas e estratégias que, de forma original e criativa, possam conduzir casos difíceis, ou que apresentem características infrequentes, ao alcance dos objetivos terapêuticos. A apresentação proporá que o modelo cognitivo teórico e aplicado pode ser adaptado para casos difíceis, para os quais a TC padrão é insuficientemente potente, através de conceituações, planejamento terapêutico e técnicas e estratégias terapêuticas competentemente selecionadas, que sejam flexivelmente ajustáveis a cada fase do processo clínico e à natureza das dificuldades, e que se fundem na promoção de uma aliança terapêutica sólida. Enfatizaremos ainda os critérios segundo os quais certos casos clínicos justificariam efetivamente a qualificação como casos difíceis. Proporemos que esses casos representam um desafio, e não um motivo de desencorajamento para o profissional bem treinado e motivado, enfatizando a relação entre grau de dificuldade do caso clínico e necessidade de proficiência do profissional no manejo da TC, que somente pode ser alcançada através de treinamento formal e prolongado.

Palavras-Chave: Terapia Cognitiva, Pacientes Difíceis, Critérios Clínicos.

P - Pesquisador

CLIN

COMPREENSÃO E ABORDAGEM DE PACIENTES DE DIFÍCIL ACESSO EM PSICOTERAPIA PSICANALÍTICA: ALCANCES E LIMITAÇÕES. *Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo (Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP).*

Nessa apresentação, abordaremos a clínica com “pacientes de difícil acesso”, assim denominados por B Joseph. Tais pacientes são, na maioria, classificados como limítrofes, ou “borderline”. Iniciamos o trabalho buscando compreender esse amplo diagnóstico, que inclui sintomas e manifestações muito distintas. Kernberg estabeleceu, como critérios para essa compreensão, três aspectos estruturais: (1) Difusão da identidade., definida como a falta de integração do conceito de self e de outros significativos; (2) Nível de organização, com predominância das defesas primitivas, usadas para proteger o ego de intensos conflitos, dissociando experiências contraditórias do self e de outros significativos; e (3) Intensas falhas na capacidade de testar a realidade ou de diferenciar entre self e não-self e entre origens intrapsíquica e externa das percepções e estímulos. O paciente borderline ainda apresenta características de organização inespecíficas, como: fraqueza do ego, como falta de controle do impulso, de tolerância à ansiedade e de canais desenvolvidos de sublimação; patologia do superego – revelada na existência de valores imaturos e exigências morais contraditórias; e relações objetais crônicas e caóticas. Esses pacientes apresentam rápidas mudanças de humor, forte tendência agressiva relacionada a todos os níveis de desenvolvimento psicosssexual (especialmente aos aspectos edipianos e pré edipianos.) e muitas vezes patologia do apego. O paciente *Borderline* freqüentemente se queixa de sentimentos crônicos de vazio, tendendo a se envolver em relacionamentos intensos mas instáveis, que podem lhes causar repetidas crises emocionais. Kernberg e outros assinalam como essas características se fazem presentes na relação terapêutica. Diz que na psicoterapia será encontrado *falso self facetado, formado por múltiplos fragmentos, que se “põem em jogo independentemente um do outro, alternando sua atualização, segundo em qual deles esteja centrado o foco da consciência nesse momento”*. Pode-se apontar que o processo psicoterapêutico objetivará “aumentar a capacidade do paciente borderline de experienciar o self e os outros como coerentes, integrados, indivíduos que possam ser percebidos realisticamente, e reduzir a necessidade de usar defesas que enfraquecem a estrutura do ego, reduzindo o repertório de respostas disponíveis. Neste processo, o terapeuta usará a clarificação e a interpretação dos componentes dissociados, ou clivados e expelidos, para desenvolver no paciente uma maior capacidade de controle dos impulsos, tolerância da ansiedade, modulação de afetos, sublimação das necessidades pulsionais, e como forma de desenvolver relações interpessoais estáveis e satisfatórias. Nessa apresentação discutiremos como a psicoterapia psicanalítica pode ser uma abordagem que traz resultados, e casos onde encontramos mais dificuldades na condução do tratamento, cujo foco se faz na relação terapêutica. Apontaremos estratégias e táticas a serem empregadas pelo terapeuta, considerando o acesso à contra transferência. Concluiremos apresentando dados de atendimentos de pacientes com essas características no Laboratório de Saúde Mental e Psicologia Clínica Social, do IP-USP, onde, com um foco no vínculo terapêutico, foi possível observar uma remissão de sintomas (como internações sucessivas) e mudanças psíquicas.

Palavras-chave: Pacientes de difícil acesso. Pacientes borderline. Psicoterapia psicanalítica.

P - Pesquisador

CLIN

A TERAPIA COMPORTAMENTAL DIALÉTICA PARA O TRATAMENTO DE PACIENTES DIFÍCEIS. *Hérika de Mesquita Sadi*** (Instituto de Psicologia Universidade de São Paulo, São Paulo, SP e Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura) e *Sonia Beatriz Meyer* (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP)

Na literatura de psicoterapia é freqüente a afirmação de que pacientes com transtorno de personalidade *borderline* são considerados difíceis, desafiadores, causando em muitos clínicos a sensação de impotência. O manejo de casos de pacientes com este transtorno requer um treinamento específico e supervisão constante. Nas décadas de 70 e 80 a Terapia Comportamental apresentou bons resultados para os transtornos de ansiedade, problemas específicos de comportamento, entre outros. Contudo, ela não atingia o mesmo êxito quando se tratava de transtornos de personalidade. No final da década de 80 e na década de 90, os terapeutas comportamentais passaram a dedicar maior atenção aos efeitos da relação terapêutica no processo psicoterápico. E nesta mesma década surgiu a Terapia Comportamental Dialética, que se apresenta como uma modalidade da Terapia Comportamental para o tratamento do transtorno de personalidade *borderline*. Desenvolvida por Marsha Linehan, a Terapia Comportamental Dialética apresenta resultados empiricamente validados, demonstrando eficácia com pacientes com Transtorno de Personalidade *Borderline*. Os estudos apresentados por Linehan (1993) mostraram que o número de internações e/ou tempo de permanência em instituição psiquiátrica diminuíram para pacientes tratados pela TCD. Além disso, diminuiu o número de pacientes que abandonavam prematuramente o tratamento, quando comparados ao grupo que recebeu tratamento usual. Em outro estudo, foram entrevistados pacientes após 18 e 24 meses, mostrando que aqueles que passaram pela TCD tiveram melhores resultados do que os pacientes que passaram por tratamento psicoterápico usual, em medidas como adaptação global, adaptação social e desempenho no trabalho. A Terapia Comportamental Dialética se fundamenta principalmente na relação terapêutica como instrumento de mudança terapêutica e na validação de sentimentos e pensamentos do paciente. Nela, o raciocínio clínico do caso se baseia no princípio dialético, no qual dois ou mais elementos conflitantes explicam uma dada situação. O método dialético, segundo Hegel, se fundamenta no surgimento de uma tese, uma antítese e uma síntese, que se transformará em uma nova tese, que será seguida de uma antítese, decorrendo destas, uma nova síntese e assim sucessivamente. A partir desta lógica dialética, é possível compreender o paradoxo da mudança e da resistência à terapia. O objetivo desta apresentação é mostrar os mecanismos básicos presentes na Terapia Comportamental Dialética e discutir questões comuns às diversas abordagens acerca do manejo terapêutico dos casos considerados difíceis.

Palavras-chave: pacientes difíceis, terapia comportamental dialética, transtorno de personalidade *borderline*, relação terapêutica.

D-Doutorado

CLIN

A PSICOTERAPIA ANALÍTICA FUNCIONAL COM PACIENTES DIFÍCEIS: ALGUNS DADOS DE PESQUISA. *Claudia Kami Bastos Oshiro** (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP) e Sonia Beatriz Meyer (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP)*

Estudos sobre psicoterapia apontam que os pacientes considerados difíceis em terapia são geralmente aqueles que apresentam algum tipo de dificuldade nos relacionamentos interpessoais. Há uma escassez de trabalhos que mostram as variáveis do processo terapêutico, ou seja, variáveis do terapeuta e do paciente que favorecem e/ou dificultam o andamento da terapia e os processos e procedimentos responsáveis por sua mudança comportamental. Diante deste cenário, a psicoterapia analítica funcional (FAP) foi criada no final da década de oitenta por Kohlenberg e Tsai, como uma tentativa de explicar, em termos analítico-comportamentais, a relação terapêutica como instrumento capaz de promover mudanças comportamentais. De acordo com esse referencial, uma das principais premissas da FAP é de que os comportamentos clinicamente relevantes ocorrerão em sessão e serão passíveis de uma intervenção clínica, com base na observação e modelagem direta por reforçamento natural. Em outras palavras, a mudança terapêutica resultará das contingências interpessoais de reforçamento que ocorrerão no contexto da relação terapeuta-paciente. Assim, os efeitos da psicoterapia serão maiores se os comportamentos problemas do paciente e suas melhoras ocorrerem na sessão de terapia, uma vez que, ao longo da sessão, terapeuta e paciente estão se comportando e um interferindo no comportamento do outro. Atualmente, este tipo de psicoterapia vem obtendo validação empírica e está se consolidando como eficaz para os casos clínicos considerados difíceis. Uma pesquisa está avaliando os efeitos de intervenções FAP sobre as seguintes categorias, criadas a partir de observações clínicas da primeira autora de alguns comportamentos em sessão que estariam dificultando o andamento da psicoterapia com pacientes difíceis: 1) a verbosidade (o paciente faz uso de quantidade excessiva de palavras e de enorme fluência para dizer coisas de pouco conteúdo, poucas idéias concretas), 2) a falta de correspondência com a fala do terapeuta (quando o terapeuta pergunta, comenta sobre algo, tenta interromper, o paciente continua falando, reage pouco aos comentários feitos pelo terapeuta ou responde rapidamente retomando o tema anterior), 3) a fala superficial (ausência de relatos sobre si mesmo, sobre situações difíceis, sobre sentimentos; dificilmente há relato de eventos importantes ou relacionados à análise da queixa) e 4) as agressões verbais (verbalizações nas quais o paciente expressa discordância, julgamento ou avaliação desfavoráveis a respeito de afirmações, sugestões, análises ou outros comportamentos emitidos pelo terapeuta). O presente trabalho tem como objetivo discutir o mecanismo de mudança comportamental envolvido nas intervenções FAP, apresentar os dados obtidos após a aplicação das intervenções FAP sobre as variáveis selecionadas para o presente estudo e discutir o impacto destas variáveis na relação terapêutica.

Palavras-chave: psicoterapia analítica funcional, pacientes difíceis, relação terapêutica.

D - Doutorado

CLIN

CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA DE SERVIÇO-ESCOLA.

PERFIL FAMILIAR DOS ADOLESCENTES OBESOS ATENDIDOS EM UM PROGRAMA DE EMAGRECIMENTO. *Teresa Helena Schoen-Ferreira (Unifesp, São Paulo - SP), Isa de Pádua Cintra (Unifesp, São Paulo - SP), Mauro Fisberg (Unifesp, São Paulo - SP) e Ana Damaso (Unifesp, São Paulo - SP).*

Segundo a Constituição brasileira (Brasil, 2008), a família é considerada base da sociedade e é constituída a partir do casamento ou união estável entre homem e mulher ou qualquer um dos pais e seus descendentes. Ela considera direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, entre outros. O presente estudo teve por objetivo observar a estrutura familiar de adolescentes obesos, observando alguns desses direitos sociais. Foram estudados 69 adolescentes obesos ($IMC \geq P 95$) que procuraram um programa de emagrecimento em universidade pública. Antes de iniciarem o programa de emagrecimento, os adolescentes passaram por consulta médica. Os dados referentes aos direitos sociais e à família foram retirados da ficha da primeira consulta médica. Alguns itens não estavam preenchidos ou não havia padronização para seu preenchimento. A idade variou de 12 a 19 anos, sendo 71% do sexo feminino. Todos estavam matriculados em escola ou haviam terminado o Ensino Médio; 21,74% dos adolescentes apresentaram uma escolaridade maior que a do pai e 33,34% maior que a da mãe. Nove adolescentes (13,04%) disseram trabalhar em empregos que não exigiam qualificação. O modelo familiar que prevaleceu foi o nuclear, com pai, mãe e dois filhos, sendo 73,91% dos pais casados ou em união conjugal estável. A provável idade da mãe, quando do nascimento deste filho, variou de 15 a 35 anos, prevalecendo o parto cesárea. Em relação ao tipo de residência, a maioria morava em residência própria, todas de alvenaria. O número de cômodos que havia na casa do adolescente variou de um a quinze. Moravam na casa uma média de 4,25 pessoas (mediana 4), mas variou de duas pessoas (mãe e adolescente) até oito, 42% dos adolescentes disseram dividir o quarto com alguém, geralmente o irmão. Embora 46 adolescentes referiram que o relacionamento familiar era bom e um que era ótimo, em algumas fichas havia anotações sobre dificuldades pontuais com um ou outro parente. Foi observado que 73,91% dos adolescentes disseram ter pelo menos um animal doméstico. Destacamos a dificuldade em pesquisar sobre o tema em função da ausência de registros padronizados, adequados e bem preenchidos. Embora constem do prontuário, alguns itens podem ter sido considerados irrelevantes pelo médico que atendeu o paciente. Importante ressaltar que alguns adolescentes mais velhos, que vieram desacompanhados, não souberam fornecer alguns dados. Embora na literatura encontremos que há mais obesidade entre adolescentes do sexo masculino, esta patologia incomoda mais as meninas que procuram em maior número ajuda para emagrecer. A atual valorização da educação favoreceu que estes adolescentes frequentassem a escola e não trabalhassem. O trabalho que nove realizam parece não afetar sua educação. Neste grupo específico encontramos que os adolescentes estão com seus direitos sociais preservados, tanto em relação à saúde, educação, moradia. Enfatizamos a importância de incluir os direitos sociais dos adolescentes e suas famílias como forma de garantir a eficácia do tratamento.

Palavras-Chave: Adolescência, Obesidade, serviço-escola

Nível do trabalho: Outro

Código da área: CLIN

A SAÚDE MASCULINA: BUSCA DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO EM UMA CLÍNICA-ESCOLA. *Margareth da Silva Oliveira, Mônica Medeiros Kother Macedo, Fernanda Cesa*, Camila Guimarães Dornelles*, Renata Freitas Ribas*, Sander Machado da Silva* (Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre - RS)*

O presente estudo verificou o perfil e os motivos de busca por atendimento psicológico da clientela masculina de adolescentes e adultos em uma clínica-escola de uma Universidade privada na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período de janeiro de 2006 a julho de 2009. Foram avaliadas 208 Fichas de Triagem da população adulta, a partir de análise quantitativa descritiva. Os resultados da população adulta mais prevalentes foram: faixa etária de 26 a 30 anos; baixo nível socioeconômico; exercício de função laboral; escolaridade de Ensino Médio Completo; solteiros; sem filhos; procura espontânea por atendimento psicológico, sendo os problemas interpessoais e a ansiedade os motivos principais. Constatou-se a relevância de ações terapêuticas que envolvam não apenas o indivíduo no espaço do atendimento psicológico individual, mas também, estimulem investimentos afetivos no campo familiar, laboral e social. Quanto à população de adolescentes a partir de 2008 foi introduzido o questionário YSR (*Youth Self Report*) no processo de triagem. O YSR (*Youth Self Report*) é um questionário que traça um perfil de comportamento e de funcionamento adaptativo do adolescente, além de levantar uma hipótese diagnóstica, sendo um material apropriado para o processo de triagem. Foram avaliados 72 jovens do sexo masculino, com idade entre 11 a 18 anos, tendo como média de idade um valor igual a 14,56 anos. Quanto à escolaridade, 32 possuíam Ensino Fundamental Incompleto, 14 com Ensino Fundamental Completo, 20 com Ensino Médio Incompleto, 4 com Ensino Médio Completo, 1 com Ensino Superior Incompleto e 1 não se obteve tal dado. Os resultados demonstram que os adolescentes se vêem com problemas em uma faixa clínica no que se referem a Problemas Somáticos, Problemas Sociais, Problemas de Pensamento, Problemas Internalizantes, Problemas Externalizantes, Total de Problemas, Atividades e Competência Social. Esses jovens também se situam em uma faixa limítrofe, ou seja, tendo problemas importantes em relação à Ansiedade e Depressão, Isolamento e Depressão, Problemas de Atenção, Quebrar Regras, Comportamentos Agressivos. Em relação às escalas associadas ao DSM foi visto que os adolescentes se encontram em uma faixa clínica na sub-escala DSM Problemas Somáticos, já nas sub-escalas DSM Problemas Afetivos, DSM Problemas de Ansiedade, DSM TDAH, DSM Desafiador de Oposição e DSM Conduta se localizam em uma faixa limítrofe. O instrumento respondido pelos próprios adolescentes foi capaz de captar os problemas psicológicos vivenciados pelos jovens tanto numa faixa limítrofe como clínica e mostra-se um indicativo dos problemas que afetam os adolescentes que são encaminhados para tratamento psicológico numa clínica escola. É imperiosa a continuidade de estudos que viabilizem a compreensão de características desta população, a fim de formular estratégias efetivas de atendimento em saúde pública.

Apoio Financeiro: CNPq, FAPERGS.

Palavras-Chaves: homens; perfil; clínica-escola.

Nível do Trabalho: P

Código da área da Pesquisa: CLIN

CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DO SERVIÇO DE NEUROPSIQUIATRIA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (NINA) DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.

*Fabiana Gauy** (Universidade de São Paulo, São Paulo-SP), Priscilla Assunção de Souza* (Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO), Deisy Emerich* (Universidade Presbiteriana Mackenzie) e Edwiges Ferreira de Mattos Silveiras (Universidade de São Paulo, São Paulo-SP).*

Um serviço-escola, independentemente da área a que se destina, tem o objetivo de promover ações e procedimentos que possibilitem o ensino e a pesquisa, formando o aluno enquanto ele atende à comunidade. O presente trabalho visou a contribuir para o conhecimento da demanda da psiquiatria infanto-juvenil, ao estudar a demanda atendida pelo Serviço de Neuropsiquiatria da Infância e Adolescência (NINA), do Hospital das Clínicas da UFG-GO. Participaram deste estudo todas as crianças e adolescentes (N=43) atendidas na psiquiatria entre junho e dezembro de 2008. Para esta análise, foram utilizados dois instrumentos: um de levantamento de dados de identificação e dados socioeconômicos (IBOPE, 2008) - *Inventário de Levantamento de Atividades das Clínicas-escola*; e outro de avaliação clínica - *Child Behavior Checklist 6-18*, que, aplicado no cuidador, avalia em 118 itens o perfil emocional e comportamental de crianças e adolescentes com idade entre 6 e 18 anos. Os dados foram classificados segundo o agrupamento do software *Assessment Data Management - ADM*, o qual diferencia as dificuldades em três escalas: Escala de Internalização, Escala de Externalização e Escala Total de Problemas Emocionais / Comportamentais. Estas escalas foram diferenciadas neste estudo em “normal” e “clínico”. Os dados foram avaliados a partir: (a) dos dados de identificação da clientela - idade, escolaridade, queixa, hipótese diagnóstica, encaminhamento e cidade de moradia; e do cuidador - relação com a criança/adolescente, escolaridade e estado civil; (b) dos dados socioeconômicos - renda familiar, classe social e tipo de trabalho do chefe de família; e (c) dos dados clínicos nas referidas escalas. Os resultados obtidos demonstram que a maioria da clientela era de meninos com idade de 6 a 10 anos (30%), cursava ensino fundamental incompleto (51%), apresentava dificuldades afetivas (27%) e/ou cognitivas (25%), com hipótese diagnóstica de TDAH (33%), seguidas por T. Humor/Ansiedade (26%) e retardo mental (16%), encaminhada por serviços de psicologia (23%), e morava em Goiânia (42%). Em relação aos cuidadores, observou-se que a maioria era a mãe biológica (84%), tinha ensino fundamental completo (36%), e era separada (51%). A análise dos dados socioeconômicos demonstra que a renda salarial familiar estava entre R\$501,00 a R\$1000,00 (63%), classe social na categoria D (33%) e E (28%), sendo o chefe de família trabalhador agropecuário (30%). Na Escala de Internalização, 90% apresentaram escore clínico; na Escala Total de Problemas Emocionais / Comportamentais, 86%; e, na Escala de Externalização, 70%. Conclui-se que esta clientela apresenta dados similares aos sugeridos pela literatura em relação à clientela atendida pelos serviços de psicologia quanto à idade, sexo e escolaridade. Contudo, houve uma maior frequência de queixas atribuídas à Escala de Internalização na clientela estudada do que nos outros serviços-escola, no qual a queixa mais comum referida está associada à externalização. Apesar de os relatos dos cuidadores serem favoráveis aos dados obtidos pelo CBCL, os mesmos não são concordantes com as hipóteses diagnósticas dos médicos, tipicamente associadas à Escala de Externalização.

Apoio Financeiro: FAPESP

Palavras-chave: serviço-escola, caracterização, saúde-mental infanto-juvenil.

Nível do trabalho: Doutorado -D

Código da área: *CLIN*

CARACTERIZANDO CRIANÇAS PORTADORAS DE MUTISMO SELETIVO.

Ana Cláudia de Azevedo Peixoto (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / Rio de Janeiro – RJ)

O presente trabalho pretende descrever as principais características de crianças e adolescentes, portadores do transtorno mutismo seletivo. A amostra desse trabalho ficou circunscrita a 27 participantes, entre quatro e quatorze anos de idade, sendo 17 do sexo feminino e 11 do sexo masculino. Para essa avaliação, foram utilizados os seguintes instrumentos: questionários comportamentais CBCL e TRF desenvolvidos por Achenbach, matrizes progressivas coloridas de Raven, matrizes progressivas escala geral, inventário de ansiedade traço-estado (formas C-I e C-II), inventário multimídia de habilidades sociais infantis, escala de avaliação do comportamento mudo para pais e professores e coletando informações para avaliação com a família e escola. As principais áreas de avaliação foram: os locais e situações em que mais ocorre o comportamento mudo, tempo de manifestação e início do mutismo, desempenho acadêmico, competência social, análise das síndromes comportamentais que acompanham o comportamento mudo e os tipos de temperamento mais prevalentes. Os critérios para o diagnóstico do mutismo seletivo definem-se, basicamente, por uma recusa persistente em falar em uma ou mais situações sociais, principalmente na escola. A criança tem habilidades e compreensão de fala preservadas, **sendo que** a ausência da fala não se deve a outros transtornos mentais ou físicos e a criança deve apresentar uma inteligência preservada. Para que ocorra o diagnóstico a criança deve exibir um comportamento de não falar por um período de dois anos. O mutismo seletivo é tido atualmente como uma expressão de fobia social e não mais como uma expressão de traumas, neuroses familiares, problemas de fala ou oposicionalidade. Surge por volta da idade pré-escolar, sendo o grau de persistência variável, podendo se estender a mais de dez anos. Os principais resultados encontrados apresentam ressonância com os trabalhos publicados fora do Brasil no mesmo gênero. Alguns dos resultados foram: 100% da amostra avaliada apresentavam comportamento verbal em casa normal, 75% da amostra relatou idade de impacto do mutismo desde os primeiros anos de vida até a entrada na escola, quanto ao local de manifestação 70,83% descreveram ser na escola a maior incidência do mutismo; 100% das crianças apresentavam timidez na visão dos professores e 78,26% na visão dos pais. Quanto aos índices de comportamento internalizante e externalizante, na visão dos pais não houve diferença significativa e na percepção dos professores os distúrbios internalizantes encontraram-se na esfera clínica. O mutismo seletivo é considerado uma doença crônica, que apresenta resistência a qualquer tipo de tratamento, que pode gerar em anos futuros prejuízos na socialização e na vida escolar, desencadeando transtornos como fobia social e transtornos de ansiedade, por isso, a importância de estudos que caracterizem essa população, bem como formas de tratamento.

Palavras-chave: avaliação; critérios diagnósticos; mutismo seletivo,

Nível do trabalho: Doutorado – D

Código da área: CLIN

CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DO SERVIÇO DE ANSIEDADE INFANTO-JUVENIL (AMBULANSIA) DO INSTITUTO DE PSIQUIATRIA – USP-SP.

*Fabiana Gauy** (Universidade de São Paulo, São Paulo-SP), Deisy Emerich* (Universidade Presbiteriana Mackenzie) e Edwiges Ferreira de Mattos Silveiras (Universidade de São Paulo, São Paulo-SP).*

O serviço-escola em saúde mental consiste em um ambiente clínico associado a uma instituição universitária. Pouco sabemos do perfil da população atendida por serviços de saúde mental infanto-juvenil de psiquiatria, de modo que este trabalho teve o objetivo de analisar as dificuldades emocionais e comportamentais da clientela encaminhada para um serviço de ansiedade infantil a partir da aplicação do CBCL 6-18. A amostra foi composta por 54 crianças e adolescentes com idade média de 12,81 anos (Desvio padrão: 3,04), sendo 46,3 % do sexo feminino e 53,7% do sexo masculino. Foi utilizado o CBCL (Child Behavior Checklist 6-18), que avalia 118 itens relativos a dificuldades emocionais e comportamentais de crianças e adolescentes com idade entre 6 a 18 anos. Os dados foram coletados entre junho e outubro de 2009 no Ambulatório de Ansiedade Infantil (AMBULANSIA), do Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Os dados foram agrupados utilizando-se o software ADM, o qual traça os perfis de cada criança, com base nas respostas no questionário respondido pelo cuidador. Os perfis são definidos a partir de dois tipos de escalas de dificuldades: “problemas emocionais”, denominados de escala de internalização, e “problemas comportamentais”, denominados de escala de externalização. A escala de internalização é composta por: ansiedade/depressão, retraimento/depressão e queixas somáticas; e a de externalização, por: comportamento agressivo e violação de regras. O somatório destes cinco agrupamentos, mais problemas de sociabilidade, problemas com o pensamento e problemas de atenção resulta em uma escala total de problemas emocionais/comportamentais. Os escores das 3 escalas foram avaliados como “normal” e “clínico”, de acordo com normas americanas. Os escores clínicos foram analisados quanto a frequência, média e correlação. Quanto à frequência, dos 54 pacientes, 85,1% apresentavam escore clínico para a escala de internalização (Média=69,9/SD= 9,70), e 57,6%, para a escala de externalização (Média=60,1/SD= 11,4). As queixas com escore clínico com maior frequência foram agrupadas em ansiedade/depressão (66,7%) e retraimento/depressão (66,7%), em problemas de sociabilidade (53,7%), com o pensamento (53,7%), em queixas somáticas (48,1%) e em comportamento agressivo (46,3%). Quanto aos escores totais, 83,3% apresentaram escore clínico (Média=66,7/SD= 8,2). Houve maior correlação entre os seguintes problemas emocionais, ordenados decendentemente - ansiedade/depressão x retraimento/depressão (0,631), ansiedade/depressão x queixas somáticas (0,625) e retraimento/depressão x queixas somáticas (0,475) -, do que entre os problemas comportamentais - comportamento agressivo x violação de regras (0,568). Observou-se uma correlação negativa entre idade x problemas de atenção (-0,314) e idade x violação de regras (-0,300). Conclui-se que, como esperado, a maior parte da amostra apresentava mais problemas emocionais do que comportamentais, o que sugere sensibilidade do instrumento para identificar as queixas da clientela do serviço estudo. Ademais, conforme indica a literatura, é alta a combinação de dificuldades na população infanto-juvenil, o que desafia profissionais da área de saúde mental, tanto no que diz respeito ao diagnóstico, como na intervenção medicamentosa e psicoterápica.

Apoio Financeiro: FAPESP

Palavras-chave: serviço-escola, caracterização, saúde-mental infanto-juvenil.

Nível do trabalho: Doutorado – D

Código da área: CLIN

TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS DA PSICOLOGIA COGNITIVA.

TRANSCENDÊNCIA DOS LIMITES INDIVIDUAIS NOS PROCESSOS INTELIGENTES DAS ATIVIDADES HUMANAS. *Maria de Lourdes Meireles Carneiro Leão* (Departamento de Educação: Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE. Recife, PE)

Os pilares teóricos desta pesquisa estão na cognição distribuída e situada. Nestas abordagens cognição é vista como sendo constituída em relações mutuamente constitutivas entre pessoas agindo, o contexto de suas atividades e a atividade ela mesma. O foco na atividade total do sujeito em lugar do pensamento, como separado do fazer, implica uma negação da divisão convencional entre mente e corpo e ressalta o caráter intrinsecamente distribuído da cognição através de sujeitos, atividade e situação implicando, portanto, que pensamento é situado em tempo e espaço social e é culturalmente estruturado. Este estudo discute alguns aspectos da atividade desenvolvida pelos operadores de uma hidroelétrica no seu trabalho diário, objetivando mostrar como processos inteligentes na atividade humana transcendem os limites do ator individual. Uma hidroelétrica é reconhecidamente uma organização complexa, um ambiente de alta densidade tecnológica, onde os recursos da tecnologia moderna são utilizados no desempenho das funções de geração e transmissão de energia. A comunicação com as subestações, concessionárias e outros órgãos do sistema, é toda realizada por meio de instrumentos, isto é, as informações cruciais que permitem a realização da atividade, chegam até aos operadores através de instrumentos tecnológicos. Os operadores estão engajados em uma interação indivíduo-máquina-indivíduo, eles estão interligados, interagindo via configuração do sistema, cujo funcionamento está sendo acompanhado por eles. A unidade de análise cognitiva selecionada: o sistema de atividade dos operadores e suas relações estruturais, englobam os operadores em ação, a atividade e os artefatos tecnológicos utilizados. Na situação de trabalho interligado o produto final não é uma construção individual, mas da coletividade, resultante da interação entre as partes envolvidas. A eficiência de um sistema desse tipo é baseada no conjunto das habilidades de todos os sujeitos envolvidos (da sala de controle, das subestações, das concessionárias) e não na capacidade de um ou dois indivíduos isoladamente. Há, portanto, uma interdependência dos processos cognitivos, as soluções encontradas não são localizadas numa mente só, mas estão distribuídas e emergem com a interação. Toda divisão de trabalho, quer seja trabalho físico ou cognitivo, requer cognição distribuída a fim de coordenar as atividades dos participantes. Um determinado tipo de organização social na qual cada um desempenha a sua parte, permite aos sujeitos combinarem seus esforços de forma a produzirem resultados que não poderiam ser produzidos por nenhum indivíduo trabalhando isoladamente. Este tipo de efeito está presente em toda parte na vida moderna, mas é largamente invisível. As propriedades de grupos de mentes em interação e as propriedades da interação entre mentes humanas e artefatos no mundo, estão freqüentemente no coração do desempenho humano inteligente. A análise desta atividade evidenciou que neste sistema cognitivo de prática de trabalho, a cognição encontra-se complexamente distribuída entre seus componentes. O que confirma o postulado de que em atividades conjuntas, colaborativas, em que as pessoas precisam umas das outras para realizarem as ações, “o peso” da cognição não é individualizado, mas é distribuído entre os participantes da prática e os instrumentos.

Palavras chaves: cognição distribuída e situada, interação entre pessoas e tecnologias, sistemas cognitivos de atividades.

Código da área da pesquisa: COG

ESTUDOS SOBRE ATENÇÃO EM PERIÓDICOS DE PSICOLOGIA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO SOBRE O TEMA. *Patrícia Maria Uchoa Simões*
(Fundação Joaquim Nabuco, Recife/PE)

O estudo reflete sobre o lugar da atenção nas pesquisas em Psicologia. Apesar de estar presente desde o surgimento dessa disciplina, a atenção continua sendo uma temática atual e alvo de acirrado debate. Outras áreas além da Psicologia, particularmente a área médica, vêm acumulando conhecimentos sobre os processos atentos, de forma que se pode registrar o aumento da difusão dos estudos sobre atenção e, especialmente, sobre os problemas de atenção. No entanto, a maioria desses estudos apresenta uma análise fragmentada que focaliza dimensões dos processos atentos, sem integração das suas diferentes funções. Não há concordância entre os autores sobre os termos utilizados em suas pesquisas, o que dificulta análises comparativas e o embate entre posições e conceitos teóricos. O foco das pesquisas vem sendo a caracterização dos sintomas de falta de atenção e suas conseqüências nas diferentes dimensões da vida cotidiana. Os resultados dessas análises tendem a busca de descrições de comportamentos e atitudes, sem uma compreensão psicodinâmica do fenômeno e sem a consideração dos contextos em que esses problemas aparecem. As conseqüências dos problemas de atenção e suas interferências na vida cotidiana requerem um olhar da Psicologia, chamada a oferecer uma abordagem explicativa do fenômeno, além do âmbito das ciências médicas. O presente estudo analisou publicações de 45 artigos em 23 periódicos de Psicologia quanto ao tipo de pesquisa (pesquisa empírica, bibliográfica, de intervenção ou revisão bibliográfica); abordagem teórica (psicanalítica, fenomenológica-existencial, cognitiva, comportamental ou sócio-construtivista), e área de aplicação da pesquisa (clínica, educacional, trabalho, trânsito). Os artigos foram encontrados através da busca por assunto utilizando-se as palavras: *atenção, atento, disperso, distração, hiperatividade e hiperativo* nas bases de dados *Scielo Brazil* e *Pepsi*. Os resultados mostraram a predominância de pesquisas empíricas, seguida de um grande número de revisões bibliográficas. Poucos estudos utilizaram da metodologia da pesquisa bibliográfica e nenhuma pesquisa de intervenção foi registrada. A grande maioria das pesquisas não revelou a abordagem teórica e as que apresentaram se distribuíram entre as diferentes abordagens, com pequena predominância da perspectiva fenomenológica-existencial quando comparada com as outras abordagens. Quase metade dos relatos de pesquisas não indica aplicações na prática profissional do psicólogo. A outra metade se divide, predominantemente, entre as áreas clínica e educacional. Duas pesquisas abordaram preocupações coma a área da Psicologia do Trânsito. A análise aponta para a escassez de estudos sobre atenção com enfoque psicológico e com bases epistemológicas definidas. Apesar do grande número de pesquisas empíricas, os resultados ainda são fragmentados, oriundos de pesquisas de avaliação psicológica e não parecem dialogar com as questões sociais e históricas nas quais a temática da atenção está inserida. Por fim, parece haver dificuldade em indicar formas de aplicação dos conhecimentos produzidos nas áreas profissionais. Como conclusão, espera-se que as reflexões desse estudo ressaltem a importância da Psicologia na discussão sobre os processos atentos e a urgência da formação de campos teóricos que dialoguem com os problemas que as mudanças impostas à vida moderna trazem para o funcionamento cognitivo dos indivíduos.

Palavras-chave: atenção, cognição, consciência

Código da área: COG

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM EM MATEMÁTICA: UM DIÁLOGO ENTRE A PSICOLOGIA COGNITIVA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. *Mônica Lins* (Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE, Recife/PE) e *Simone Queiroz* (SEDUC-PE, Recife/PE)

Por que os alunos adolescentes escolarizados ainda apresentam dificuldades em resolver operações de adição e subtração? Este estudo pretende discutir essa pergunta a partir de um diálogo entre a Psicologia Cognitiva e a Educação de Jovens e Adultos. Para tal, a Teoria dos Campos Conceituais de Gérard Vergnaud é um referencial teórico importante, no campo da psicologia cognitiva, para analisar questões relativas à aprendizagem da matemática. Segundo Vergnaud, todo processo de ensino e aprendizagem refere-se a um conteúdo específico, no caso desse estudo, são as operações aritméticas de adição e subtração. A Educação de Jovens e adultos (EJA) tem o intuito de atender uma situação de exclusão. Isto nos levou a investigar os conhecimentos adquiridos por um grupo de alunos que frequentam a modalidade EJA em uma escola pública estadual de Recife/PE, buscando identificar suas dificuldades nas operações de adição e subtração que os impedem de avançar em seus estudos e ingressar no mundo do trabalho. Participaram da pesquisa nove alunos adolescentes da 4ª fase da EJA (manhã), que corresponde ao 8º e 9º ano do ensino fundamental. Esses alunos migraram para turma de EJA por completarem 14 anos, mas anteriormente eram alunos da modalidade regular. Em sala de aula, foi aplicada coletivamente uma ficha com dez operações aritméticas (três – adição; sete – subtração), envolvendo números na ordem das centenas. Nas operações de adição os resultados indicaram quase 100% de acerto. Todavia, nas operações de subtração, os quatro erros mais cometidos foram: erro da *inversão*; da *supremacia do zero*; da *decomposição e composição*, e o erro do *zero neutro*. Constatamos que esses alunos de EJA 4ª fase estão concluindo mais uma etapa de seus estudos, e apresentam conhecimentos aquém dos exigidos nos programas curriculares. Eles ainda não têm domínio algorítmico das estruturas aditivas (adição e subtração). Apesar de não apresentarem dificuldades nas adições, não sabem operar com subtrações. Essas dificuldades mostram que esses alunos ainda não compreendem os conceitos necessários que possibilitam as operações aritméticas de estruturas aditivas. Para Vergnaud (1996) a aquisição de um conceito não é algo que ocorre rapidamente, trata-se de uma construção gradativa. Observa-se que na escola tem sido enfatizada a repetição e a memorização dos algoritmos, que mesmo possuindo sua importância, não podem se sobrepor ao desenvolvimento dos processos de reflexão e análise tão necessários à construção de conceitos. Isto é preocupante, uma vez que esses alunos estarão no ensino médio e/ou no mercado de trabalho, cometendo erros matemáticos básicos. Saber operar com números, símbolos, códigos e instrumentos com mais qualidade e agilidade, é uma exigência mínima na contemporaneidade. Diante dessa realidade, fica a questão: *o que de fato está se ensinando e está se aprendendo em relação à matemática ao longo da educação básica escola?*

Palavras chave: operações aritméticas; construção de conceitos, educação de jovens e adultos.

Código da área de pesquisa: COG

COGNIÇÃO SITUADA E DIALOGISMO: EM BUSCA DE MULTIMÍDIAS EDUCACIONAIS MAIS RESPONSIVAS. *Flávia Peres*. (Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de Educação. Recife, PE).

A partir do dialogismo bakhtiniano, estudamos a idéia de gêneros discursivos para uma metodologia de desenvolvimento de hipermídias educativas. O pressuposto central em Bakhtin, segundo o qual o modo de funcionamento da linguagem não pode ser apreendido pela observação das unidades da língua, mas somente nas relações dialógicas entre os enunciados, foi também a chave para todas as análises empreendidas nesta pesquisa. Assumimos que uma perspectiva dialógica é congruente com os trabalhos da psicologia sócio-cultural e, desse ponto de vista, concebemos a cognição como *situada e distribuída*, permitindo-nos evidenciar particularidades da configuração inerente ao processo de construção de um software educacional. De tal ponto de vista, desenvolvedores e usuários são, ambos, autores e as interfaces computacionais que eles criam, freqüentemente tomadas como código apenas, são entendidas como enunciados que disparam uma dinâmica dialógica. Estas discussões são o cenário para tratarmos a questão do engajamento de alunos e professores em fábricas de softwares especializadas no desenvolvimento de aplicações educacionais. A partir da inserção de pesquisadores ao longo do processo de desenvolvimento de artefatos dessa ordem, registramos e analisamos as atividades em fábricas de software, seguimos os artefatos ali construídos até o momento de uso e analisamos a atividade de seus usuários. Evidenciamos características particulares da configuração dialógica inerente ao processo, o que nos permitiu pensar na metáfora do diálogo para equipes de desenvolvimento de hipermídias com finalidades educacionais. Vimos o quanto o desenvolvimento de materiais didáticos hipermídias, ou as atividades de pessoas que pensam e projetam sistemas de informação com fins de aprendizagem de conceitos científicos, pode melhorar se estas práticas passarem a: entender as práticas sociais dos alunos e professores, compreendendo os gêneros discursivos que mobilizam as ações sociais nestas práticas; permitir situações de compartilhamento e troca de informações não apenas entre os integrantes das equipes de desenvolvimento, mas também entre alunos, professores e fábricas; participar dos contextos de uso dos protótipos dos softwares para capturar formas responsivas mais produtivas, considerando que alguns gêneros requerem, mais que outros, a co-participação de um outro enunciatador. Concluímos sobre as particularidades inerentes ao processo de desenvolvimento e as formas pelas quais o pólo não-humano do diálogo aluno-máquina pode tornar-se mais responsivo às ações humanas. Como conseqüência de uma visão situada distribuída de cognição, a criação de máquinas mais “responsivas” deveria considerar os ambientes em que são utilizadas. Este tipo de pressuposto já representa um truísmo na área de IHC (Interação Humano-Computador), na qual se tem argumentado em favor da interação designers-usuários e focado no modo como estes atores interagem na condução do desenvolvimento de interfaces. A abordagem *dialógica* que propomos para o fenômeno reforça, sob uma nova ótica, a meta de continuamente reduzir a distância que separa desenvolvedores e usuários, com a novidade de o design de interface não ser, para nós, um problema de simular a comunicação humana, mas uma prática de desenvolvimento com propriedades situadas de interação – regularidades sugeridas pelos contextos de ação.

Palavras chave: cognição situada e distribuída; dialogismo; hipermídias educativas

Código da área da pesquisa: COG

ANÁLISE DO CONTEÚDO, DO PROFESSOR E DO ALUNO COMO UM SISTEMA DINÂMICO. *Eveline Vieira Costa.* (Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de Educação. Recife, PE).

Uma das formas de estudar a situação didática é estabelecendo relações entre os três elementos do triângulo didático conforme a Teoria das Situações Didáticas: o conteúdo, o professor e os alunos. Sob esta visão, poderíamos partir de termos como o contrato didático, a transposição didática, etc., que dariam conta do aspecto relacional entre estes três elementos da situação didática. No entanto, a forma como cada elemento influencia o outro e vice-versa, no momento da situação em si, pode ser estudado partindo-se de uma proposta na qual estes elementos sejam analisados em transform(ação). Assim, propomos o estudo destes três elementos como constituintes de um Sistema Dinâmico. Vista como um Sistema Dinâmico, a situação didática tem uma forma própria de produção em uma sala de aula específica, na qual estes três elementos se influenciam mutuamente. Cada fragmento de aula analisado, portanto, possui sua própria particularidade dependendo da atuação destes elementos, uns sobre os outros sob a influência do tempo irreversível. O nosso estudo trata do conteúdo matemático e busca encontrar a particularidade de cada fragmento de aula analisado. Esta particularidade depende obviamente do tempo da aprendizagem, que, visto sob a perspectiva dos Sistemas Dinâmicos, propõe um intervalo de tempo mais abrangente do que o tempo cronológico. Este tempo cronológico, ou seja, o que ocorre minuto a minuto, isto é, a transcrição do diálogo relativo ao conteúdo, constitui-se na base de dados sob o qual inferimos um nível de análise mais abrangente a partir do tempo da aprendizagem. Esta é entendida aqui como a capacidade do aluno se colocar no lugar de quem sabe, tornando-se um membro legítimo da comunidade escolar. É a análise do tempo de aprendizagem no modelo dos Sistemas Dinâmicos que, no entanto, também permite a emergência de similaridades entre os diversos casos estudados, nos quais estes elementos se comportam de maneira tal que ensejam certo equilíbrio podendo ser caracterizado como um tipo de configuração ou evento de estabelecimento da questão a ser analisada; um tipo de configuração ou evento de extensão deste conteúdo, marcado predominantemente pela problematização; e um tipo de configuração ou evento de abreviação no qual há uma síntese acordada entre o professor e o aluno vistos no sentido plural. A conclusão que chegamos até agora mostrou que os episódios que podem ser caracterizados como abreviações ocorrem com maior frequência quanto maior o tempo de duração do(s) episódio(s) de problematização(ões). É só a partir de uma visão problematizadora que os assuntos acadêmicos podem desfazer-se tanto do senso comum que povoa o inconsciente cognitivo dos alunos, quanto das certezas errôneas e incompletas, constituindo-se verdadeiros obstáculos didáticos que impedem a compreensão verdadeira do conteúdo e, não raro, levam a uma memorização mecânica de fórmulas vazias de significado no ensino da matemática. Na problematização, ao contrário, o aluno é levado a pensar sobre o conteúdo programático a fim de chegar ao *fazer matemático*.

Palavras chave: ensino-aprendizagem; problematização; ensino da matemática

Código da área da pesquisa: COG

A ARGUMENTAÇÃO COMO ELEMENTO CENTRAL DAS PRÁTICAS REFLEXIVAS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL. *Angela Santa-Clara (Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de Educação. Recife, PE).*

Nas últimas décadas, diversas intervenções promissoras vêm sendo desenvolvidas, no campo da Educação Ambiental. Entretanto, ainda são numerosas as queixas entre professores quanto à dificuldade dos estudantes em transpor para o plano comportamental, aquilo que conquistam na dimensão cognitiva, pois, mesmo participando ativamente de práticas educativas que enfatizam a necessidade de proteger / conservar o meio ambiente, freqüentemente estes estudantes exibem comportamentos incompatíveis com uma atitude ecológica responsável. *O que podemos fazer, então, para superar essa dificuldade?* Urge que possamos perceber, avaliar criticamente e assim assumir nossas responsabilidades, o que implica revisão de valores, atitudes e comportamentos. Partindo desta preocupação, o objetivo do presente ensaio é refletir teoricamente sobre o papel central da argumentação nas práticas reflexivas em Educação Ambiental. Se pretendemos formar *sujeitos ecológicos*, ou seja, cidadãos conscientes de suas relações de co-pertença com a natureza, capazes, portanto, de mudar atitudes e comportamentos cotidianos, devemos redirecioná-los aos interesses da preservação do meio ambiente. A escola hoje, com o seu potencial transformador, reconhecido pelas vertentes pedagógicas mais influentes, longe de ser mero dispositivo de transmissão de informações, tal como o foi em tempos remotos, passa a ser um espaço de apropriação dos saberes, habilidades e práticas, culturalmente desenvolvidas. O seu papel é o de promover a inserção dos indivíduos na sociedade através de uma participação efetiva, onde possam encontrar, junto aos seus congêneres, soluções para os problemas que se lhes apresentam. Porém, a promoção da conscientização dos indivíduos acerca do seu papel e de suas relações com os recursos da natureza, concretizando esse seu novo papel, requer o desenvolvimento de práticas pedagógicas que levem os estudantes ao desenvolvimento do pensamento crítico. Isto porque, diferentemente das modificações mais efêmeras e superficiais de comportamento, a verdadeira mudança de atitude que implica a reorientação das ações dos indivíduos, exige a reavaliação de antigas crenças e a construção de novas concepções. Nessa direção, mais do que dar acesso a informações sobre questões ecológicas, supomos que é preciso favorecer a reconstrução do próprio entendimento sobre as relações entre o homem e o meio ambiente. Para tanto, postulamos que a argumentação seja uma estratégia fundamental, pois a possibilidade de defender pontos de vista e considerar posições alternativas cria, discursivamente, processos de negociação que facultam ao indivíduo o manejo de divergências entre concepções sobre fenômenos do mundo. Assim, qualquer que seja a proposta pedagógica que se eleja para trabalhar questões ambientais, sua possibilidade de gerar mudanças cognitivas e comportamentais efetivas estará diretamente ligada à promoção de oportunidades para a revisão de perspectivas / crenças / conhecimentos anteriores, dando lugar a reconstruções significativas dos mesmos. Para tanto, estudos têm mostrado que ações discursivas específicas podem ser implementadas visando ao estabelecimento e à manutenção da argumentação, em sala de aula. O emprego coerente de tais ações, à medida que instaura a argumentação, promove o desenvolvimento do pensamento reflexivo, ingrediente indispensável à emergência de uma consciência ambiental.

Palavras-chave: argumentação; pensamento reflexivo; educação ambiental.

DESENVOLVIMENTO HUMANO COMO DIFERENTES PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO, INSERIDOS NA COMUNICAÇÃO E NA CULTURA.

UM ESTUDO SOBRE A NOÇÃO DE CONTINUIDADE DO SELF DE ADOLESCENTES E JOVENS ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RUA. *Adriana Karla Jerônimo M. de Sá** (Laboratório de Comunicação na Primeira Infância – Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE) e Maria C. D. P. Lyra (Laboratório de Comunicação na Primeira Infância. Profa. Dra. do Departamento de Psicologia Cognitiva – Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE).*

O termo continuidade do *self* diz respeito à capacidade de as pessoas lidarem com o paradoxo de continuarem as mesmas, em face das transformações ocorridas, ao longo do tempo, de modo a estabelecerem um elo entre o passado, o presente e o futuro. Chandler e cols., ao realizarem estudos com adolescentes e jovens adultos, provenientes de comunidades aborígenes e não aborígenes do Canadá, constataram que a dificuldade de manter o senso de continuidade do *self* estava atrelada a uma maior predisposição ao suicídio. Tal dificuldade advinha das mudanças radicais, nas esferas pessoal e cultural, com as quais se depararam, ao longo da vida. Isso contribuía para que se sentissem excluídos do sistema social, a ponto de demonstrarem uma falta de perspectiva de futuro. Em confluência com os sujeitos abordados nesses estudos, os adolescentes e jovens adultos em situação de rua apresentam um contexto social, que desfavorece a manutenção do senso de continuidade do *self*. Partindo-se dessa premissa, tendo como aporte as pesquisas de Chandler e cols., investigou-se a noção de continuidade do *self* de adolescentes e jovens adultos em situação de rua. Participaram desta pesquisa dez sujeitos, de ambos os sexos, na faixa-etária de 17 a 22 anos, que freqüentavam uma Casa de Apoio de Recife-PE. Para coletar os dados, apresentou-se um documentário sobre o acidente radioativo com o Césio 137, exibido pelo programa “Linha Direta” da Rede Globo, seguido de fotos e de depoimentos de sobreviventes da tragédia. Posteriormente; efetuaram-se questões em torno dos sobreviventes do Césio 137. Tais recursos permitiram que os entrevistados abordassem a continuidade do *self*, de forma indireta. Somente após falarem sobre as vítimas do Césio, inseriram-se questões voltadas ao contexto de vida dos respondentes. O processo de coleta de dados ocorreu, individualmente, sendo as entrevistas gravadas e transcritas. A análise dos resultados transcorreu em dois momentos: No Momento I, analisaram-se as respostas (percentual) relativas aos dez entrevistados. No momento II, selecionou-se uma dessas entrevistas para se efetuar um estudo de caso, no intuito de se obter uma visão mais aprofundada do fenômeno abordado. Os resultados obtidos, no primeiro momento da análise, indicaram que os participantes consideram que nem as vítimas do acidente radioativo (70%) e nem eles próprios (100%) continuam os mesmos, tendo em vista as drásticas mudanças ocorridas em suas vidas, no decurso do tempo, seja devido à contaminação pelo Césio 137 (possibilidade de morrer / perda de entes queridos), seja em decorrência do próprio modo de vida que levam nas ruas (prática de delitos, uso de drogas), estando expostos a constantes riscos de morte. A partir do estudo de caso analisado, averiguou-se que o participante não se considera permanecendo no tempo, tendo em vista que a continuidade do *self*, corroborando os estudos de Chandler e cols., relaciona-se com o sentimento de inclusão social, que, por sua vez, implica em ter perspectivas futuras, envolvendo o acesso às condições materiais essenciais para se viver com dignidade, como casa, emprego, escola, além de confiança e respeito por parte da sociedade.

Órgãos de fomento: CNPq/ CAPES

Palavras-chave: Continuidade do *self*; Adolescentes e jovens adultos em situação de rua; desenvolvimento humano.

Doutorado - D

DES - Psicologia do Desenvolvimento.

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DOS SISTEMAS DINÂMICOS PARA A INVESTIGAÇÃO DAS RELAÇÕES DE APEGO NO INÍCIO DA VIDA: OS FRAMES DE APEGO. *Pompéia Villachan-Lyra (Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE).*

O presente estudo insere-se em um paradigma contemporâneo de pesquisa, que concebe o desenvolvimento humano como um processo de mudança, inserido em um contexto de relações interpessoais. Enquanto um sistema dinâmico, histórico e relacional, a pessoa em desenvolvimento está continuamente co-regulando suas ações em relação às ações das outras pessoas com quem interage. Tomando por base a teoria dos sistemas dinâmicos e a perspectiva histórico-relacional, temos como objetivo geral investigar a dinâmica de funcionamento das relações de apego mãe-criança. Mais especificamente, buscamos construir estratégias metodológicas que favorecessem a investigação da dinâmica relacional da co-construção, manutenção e modificação das relações de apego, do ponto de vista micro-desenvolvimental. Denominamos essas estratégias metodológicas de “frames de apego”. “Frames de apego” referem-se a situações comunicativas nas quais pelo menos um dos parceiros relacionais engaja-se em atividades de cuidado, separação ou reencontro, com o outro parceiro, ou no contexto de brincadeira simbólica com bonecos representantes das figuras parentais. Nesse estudo, esses frames foram investigados em duas díades, que apresentam diferentes padrões relacionais de segurança em suas relações de apego. Foi realizada uma análise videográfica de três sessões das relações diádica (mãe-criança), estando os participantes engajados em uma brincadeira de construção de histórias e manipulação de pequenos bonecos representando papéis na família (pais, avós e filhos). A análise aqui empreendida foi composta por uma microanálise dos frames de apego (unidade de análise do presente estudo), sendo também realizada uma macroanálise (considerando as três sessões investigadas), com o objetivo de destacar as principais características relacionais do sistema de apego das díades investigadas. Foi ainda realizada uma análise qualitativa do padrão de co-regulação dos frames de apego, assim como uma análise da frequência dos frames de apego e dos padrões de co-regulação característicos da dinâmica de funcionamento do sistema de apego destas díades. Concluímos que as díades apresentaram padrões relacionais diferentes, que favoreceram a construção e manutenção de diferentes padrões de apego (seguro e inseguro). Tais padrões relacionais foram conceptualizados como configurações atratoras do sistema de apego mãe-criança. Neste contexto, destacamos as seguintes questões: Como os comportamentos de apego se organizam em padrões de apego? Como os parceiros relacionais constroem um senso de segurança? Quais os elementos que constituem um sistema de apego mãe-criança? Como estes elementos constroem, mantêm e/ou modificam determinados padrões relacionais? Questões como estas parecem ser respondidas, pelo menos em parte, se adotado um modelo sistêmico e relacional para a investigação das relações de apego mãe-criança. Assim, defendemos que investigar as relações de apego sob esta lente paradigmática pode favorecer a compreensão do processo de construção e modificação das relações de apego, aspecto ainda pouco explorado pelos pesquisadores dessa área.

Palavras-chave: Apego, Teoria dos Sistemas Dinâmicos, Interação

DES - Psicologia do Desenvolvimento.

ELABORAÇÃO DE UMA TÉCNICA PARA IDENTIFICAR TROCAS COMUNICATIVAS MÃE-BEBÊ, SEGUNDO O MODELO EEA. *Renata Guaraná de Sousa** (Laboratório de Comunicação e Linguagem na Primeira Infância/Universidade Federal de Pernambuco) e *Maria C. D. P. Lyra* (Laboratório de Comunicação e Linguagem na Primeira Infância/Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE)

O objetivo desta pesquisa foi construir uma técnica que permitisse treinar profissionais, que se dedicam a cuidar de bebês, no propósito de averiguar se eles são capazes de identificar as alterações precoces do padrão normal de comunicação estabelecida pela díade mãe-bebê, durante os primeiros oito-nove meses de vida do bebê. O desenvolvimento da comunicação é compreendido como um processo de mudança que ocorre mediado pela relação mãe-bebê. Como o foco é na relação da díade, respaldou-se este estudo na teoria dos Sistemas Dinâmicos, no Dialogismo, principalmente na perspectiva de Bakhtin, e no modelo EEA. Este modelo descreve o processo de comunicação através de três padrões de organização de complexidade crescente, sendo denominados momentos de: estabelecimento, extensão, abreviação (EEA), que se aplicam às trocas diádicas, sem mediação do objeto, chamadas de trocas face-a-face (FF) e com a mediação do mesmo, chamadas de mãe-objeto-bebê (MOB). Cada díade segue sua própria trajetória, de acordo com sua história singular, todavia esses padrões se repetem em díades típicas e atípicas. Para construir esta técnica, foram executadas as seguintes fases: (1) Inicialmente, mães foram entrevistadas, individualmente, para se investigar como elas percebiam a evolução da comunicação estabelecida entre elas e os seus bebês; (2) Em seguida, díades foram videografadas interagindo, com e sem mediação de objeto; (3) Elaborou-se um DVD, contendo trocas de díades, em diferentes momentos do desenvolvimento da comunicação, o qual exibiu tanto períodos de estabelecimento como de extensão e de abreviação nas trocas FF e MOB; (4) Foi solicitado, então, que as mães assistissem ao DVD, construído na etapa anterior, e identificassem em que fase de desenvolvimento elas estavam com seus filhos, naquele momento; (5) Realizou-se um treinamento com alunos de graduação de Psicologia, que não tinham conhecimento do modelo EEA, solicitando-lhes, posteriormente, que reconhecessem, em um vídeo, fragmentos de cada um dos três tipos de momentos de ambas as trocas, FF e MOB, trocas estas estabelecidas pelas díades que foram gravadas, na fase dois deste estudo; (6) Pediu-se que observadores experientes, alunos de doutorado, analisassem o mesmo vídeo exibido, anteriormente, aos alunos treinados; (7) Finalmente, estabeleceu-se uma comparação entre a análise dos observadores treinados com a de observadores experientes. Este estudo comprovou que as mães que percebem a evolução na comunicação com seus bebês, descrevem características do progresso, que são congruentes com o que a teoria sinaliza, sendo ainda capazes de apontar, corretamente, em que fase do desenvolvimento eles se encontram, a partir da comparação com outras díades. A análise de vídeo dos alunos treinados se aproximou da análise feita pelos observadores experientes. Assim sendo, a análise dessas sucessivas etapas forneceu os subsídios necessários para a produção de um material que possibilita treinar profissionais da área de saúde, psicólogos, pais e educadores para o diagnóstico e acompanhamento do desenvolvimento da comunicação mãe-bebê.

Bolsa: PIBIC/FACEPE.

Palavras-chave: Comunicação mãe-bebê, Sistema Dinâmico, Modelo EEA.

IC- Iniciação Científica

DES - Psicologia do Desenvolvimento

A NOÇÃO DE CONTINUIDADE DO SELF NOS ÍNDIOS XUKURUS COM TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS. *Vanessa Cavalcanti Torres** (Laboratório de Comunicação e Linguagem na Primeira Infância/Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE – Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim/Autarquia Educacional de Belo Jardim, Belo Jardim-PE) e Anália Keila Rodrigues Ribeiro (Laboratório de Comunicação e Linguagem na Primeira Infância/Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE - Instituto Federal de Pernambuco - IFET-PE, Recife-PE).*

Segundo a perspectiva sócio-construtivista aqui adotada, o desenvolvimento humano relaciona-se com o processo de inserção do indivíduo no meio em que vive. Tal característica, conforme Vigotsky, permite que ele transforme e seja transformado pelo meio que o cerca, implicando em um processo de co-constituição ou de co-participação na cultura da qual faz parte. Baseando-se nessa idéia, objetiva-se, na presente pesquisa, compreender os índios Xukurus com transtornos psiquiátricos, a partir da noção de continuidade do *self*, que segundo Chandler e cols., diz respeito ao processo de se reconhecer a mesma pessoa ou de resolver o “paradoxo” de continuar o mesmo, apesar das mudanças inevitáveis ocorridas, no decorrer do tempo. Sob esse prisma, compreende-se que a continuidade passa a ser um aspecto constitutivo do *self* e da cultura, sendo expressa por uma conexão entre passado, presente e futuro. Quando uma perturbação tal “corrói” esta conexão, pode evoluir para extremos de descontinuidades, culminando em transtornos psiquiátricos e em suicídio. Os participantes desse estudo, índios Xukurus, passaram por intensas mudanças, ao longo de sua história, resultando em conflitos e mortes. Em conseqüência, eles foram expulsos de sua tribo, só retomando o seu território há pouco mais de duas décadas, podendo estes acontecimentos ter favorecido processos de descontinuidades. Considerando que, ao narrar, o sujeito constrói ou apresenta uma coerência sobre si mesmo, ao longo do tempo, optou-se pelo método da narrativa. Nesta perspectiva, foram analisadas duas narrativas de índias com transtornos psiquiátricos (uma com diagnóstico de depressão e outra com transtorno de ansiedade), para explorar como elas lidavam com a necessidade de se perceberem as mesmas, apesar das mudanças inerentes ao desenvolvimento do *self*, inseridos nas transformações sociais referidas. Embora aparentemente contraditórios, os dados permitiram identificar que há um sentimento por parte das índias de desligamento dos padrões/valores da sua comunidade; ao mesmo tempo em que se observa uma espécie de renascimento do orgulho da tribo. Os resultados sugerem ainda que a continuidade/descontinuidade do *self* se relaciona com o contexto no qual o indivíduo se insere, sendo a narrativa uma maneira de se ter acesso à manifestação de fatores que continuaram ou mudaram na organização dos Xukurus.

Palavras-chave: continuidade/descontinuidade do *self*; índios; narrativa
Mestrado-M

DES - Psicologia do Desenvolvimento.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ADOLESCENTE NA CULTURA HIP HOP. *Adalberto Teles Marques** (Departamento de Psicologia e Orientação Educacionais/Centro de Educação – Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE) e Anália Keila Rodrigues Ribeiro (Laboratório de Comunicação e Linguagem na Primeira Infância/Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE - Instituto Federal de Pernambuco - IFET-PE, Recife-PE).*

O presente estudo tem como foco a investigação da construção da identidade de adolescentes participantes da cultura Hip Hop, na cidade do Recife. A concepção de identidade adotada destaca os aspectos de transformação pessoal, que implicam em uma pessoa reconhecer que pertence a determinado grupo sociocultural. Neste tipo de abordagem, o indivíduo passa a desenvolver um conjunto de características comuns àquelas das pessoas do grupo cultural ao qual pertence, manifestando, assim, comportamentos semelhantes aos que são característicos do referido grupo. O reconhecimento de pertencer a determinado grupo social pode ser compreendido como um processo de autocategorização, consistindo em: (i) reconhecer características comuns que existem entre o indivíduo e os membros do grupo a que pertence; (ii) perceber diferenças entre os membros do grupo e de pessoas que estão fora dele. Neste sentido, através de (iii) comparações, o indivíduo desenvolve um conjunto de atitudes, crenças e normas, que são compartilhadas dentro de seu grupo, no intuito de ser valorizado nele. A construção da identidade no grupo cultural é uma parte significativa do desenvolvimento da transformação pessoal, especialmente durante o período da adolescência, quando o interesse do indivíduo pela identidade torna-se mais consciente e intenso. Diante disso, considerando a relevância da construção da identidade em um ambiente sociocultural, adotou-se como objeto de investigação um movimento com raízes fortes na juventude da contemporaneidade: a cultura Hip Hop. Esta tendência provê um grupo sociocultural, que oferece oportunidades de reconhecimento do adolescente como participante, bem como a possibilidade de ele se diferenciar em relação a outros grupos de jovens, além da disponibilização de oportunidades de exploração e de transformação pessoal. Tal configuração favorece a emergência de um conjunto de alternativas capazes de funcionar como um instrumento de desenvolvimento da construção da identidade. Para realização deste trabalho, utilizou-se como metodologia a análise de narrativas orais livres. A utilização da narrativa leva em conta o contexto da cultura Hip Hop como ambiente de construção da identidade dos adolescentes participantes desse grupo cultural. Além disso, essa metodologia está amparada em uma das peculiaridades dos adolescentes, a saber: de gostarem de relatar suas aventuras através de histórias. Os resultados indicaram que a identidade é um processo de mudança em movimento, em que destacamos a importância do contexto sócio-cultural para a vivência dessa transformação.

Órgão financiador: CNPq.

Palavras-chave: Identidade, adolescência, cultura Hip Hop

Doutorado-D

DES - Psicologia do Desenvolvimento.

MEMÓRIA AUTOBIOGRÁFICA EM IDOSOS SAUDÁVEIS. *Karen Meireles Varela*** (Laboratório de Comunicação e Linguagem na Primeira Infância/Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE) e *Maria C. D. P. Lyra* (Laboratório de Comunicação e Linguagem na Primeira Infância/Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE).

O desenvolvimento cognitivo na velhice vem sendo um tema bem explorado na psicologia, visto que a população idosa mundial é uma realidade em rápida e progressiva expansão, o que representa um desafio devido às demandas específicas deste novo contingente. Dentro de uma descrição dos efeitos psicológicos presentes na velhice “normal”, o declínio do funcionamento da memória é geralmente colocado em primeiro plano, porém a memória é dificilmente abordada como um processo que se estabelece na interação. Partindo-se dessa premissa, o presente trabalho considera a memória não somente como um fenômeno de capacidade individual e estritamente biológico, mas também como um fenômeno sócio-cultural. Este conceito mais amplo e mais complexo de memória exige a consideração dos aspectos sociais da recordação. Assim, as contribuições de dois grandes estudiosos são abordadas neste estudo: Frederic Bartlett e Lev S. Vygotsky. Bartlett explorou o fato de que os fatores e tendências que determinam a recordação estão organizados em esquemas (schema), enfatizando o papel das influências culturais e sociais no desenvolvimento desses esquemas. Vygotsky, em seus estudos a respeito da memória humana, destacou a memória “mediada”. Para este autor, o desenvolvimento da memória, ao longo da vida do ser humano, deve ser analisado em termos das diferentes relações que a pessoa estabelece com os signos, o que produz diferentes formas de memorizar. Dentro deste vasto tema de estudo, um recorte foi feito para se investigar a memória autobiográfica (MA), que engloba inúmeros eventos do nosso passado, estando diretamente relacionada com o reconhecimento de continuidade e de identidade. Esta pesquisa tem um enfoque na recordação das memórias autobiográficas em idosos hígidos ou saudáveis, na presença ou na ausência de um descendente, optando-se, assim, por uma investigação da memória autobiográfica como construções narrativas. Segundo Bruner, uma das formas de lembrarmos o passado se dá em termos da narrativa. Dessa forma, narrar um evento autobiográfico junto com outra pessoa que participou deste evento, pode servir como objeto de mediação para superar e atingir uma recordação plena e em detalhes do evento. Sendo assim, o objetivo geral deste estudo foi investigar narrativas autobiográficas de idosos hígidos ou saudáveis, explorando o papel do outro nessa recordação. Trata-se de um estudo empírico com seis pessoas idosas (acima de 60 anos), todas classificadas como saudáveis. Os participantes responderam a um questionário semi-estruturado, cuja finalidade foi traçar o perfil dos idosos. Além disso, relataram narrativas sobre um evento específico importante de suas vidas, que envolvia a presença de um descendente. Os dados coletados foram categorizados, a partir de características de perfil do idoso. As dezoito narrativas coletadas foram transcritas e analisadas, levando-se em conta a qualidade das memórias autobiográficas, referentes ao conteúdo narrativo. Os dados permitiram identificar as características dessas narrativas autobiográficas (quantidade de conteúdo/informações e quantidade de detalhes em cada tema relatado), assim como explorar a qualidade das recordações efetuadas a partir do uso de atitudes mais generalizadas ou mais específicas e a qualidade do “esquema” utilizado na reconstrução. Constatou-se que as recordações autobiográficas são reconstruções “esquemáticas”, que podem ser facilitadas pela presença de outra pessoa como objeto de mediação, para superar obstáculos, como momentos de incerteza, ambiguidades e lacunas de esquecimento.

Órgão financiador: CNPq

Palavras-chave: memória autobiográfica, idosos saudáveis, dimensões sociais e psicológicas da memória.
Mestrado-M

DES - Psicologia do Desenvolvimento.

PROCESSOS DE CONCEITUALIZAÇÃO EM MATEMÁTICA. CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA.

PSICOGÊNESE DA NOÇÃO DE VALOR ECONÔMICO NA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA. *Ruth Margareth Hofmann** e Maria Lucia Faria Moro (Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR)*

A preocupação com a qualidade e a eficiência do ensino de matemática tem produzido investigações de orientação psicológica acerca do desenvolvimento de conceitos e de competências matemáticas não restritas ao ambiente escolar. A valorização do conhecimento construído fora da escola tem encontrado respaldo no âmbito da psicologia da educação matemática em abordagens psicogenéticas frequentemente evocadas para a fundamentação de práticas didático-pedagógicas. Nesse quadro, a presente investigação expressa o interesse acadêmico pela psicogênese de certos conceitos das ciências sociais e que envolvem noções aparentemente elementares em jogo no cotidiano econômico das pessoas e que se entrelaçam com conceitos matemáticos básicos, algo tão frequentemente retratado nos problemas matemáticos escolares. Seu objetivo é o de identificar e descrever a psicogênese da noção de valor econômico, tendo como base arcabouço teórico-metodológico de Piaget. Dada sua natureza simultaneamente social, matemática e econômica, essa noção de valor é definida formal e operacionalmente, para o estudo, segundo aspectos pragmáticos e epistemológicos oriundos da história do pensamento econômico, tais como as noções de: propriedade, escassez, trabalho, troca, preço, equivalência, moeda e mercado. O método clínico-crítico piagetiano foi adaptado para interrogar individualmente uma amostra de 24 alunos (6 a 9 anos de idade) de primeira à terceira série de uma escola municipal, escolhida por conveniência e localizada na periferia de extensa região metropolitana. Os dados coletados, as concepções dos participantes sobre cada um dos aspectos acima citados e seu domínio de elementos da aritmética básica, foram registrados mediante gravação áudio e transcritos em protocolos individuais completos. Tendo como base certos indicadores da literatura (por exemplo, estudos de Furth e Delval), os dados coletados foram qualitativamente analisados, do que resultou a descrição de quatro níveis construção da noção de valor econômico: desde a ausência de idéias sobre as dimensões envolvidas, depois uma familiaridade progressiva com compra, venda, função do dinheiro e preços, até alguma idéia elementar de mercadoria e de idéias rudimentares sobre os elementos institucionais e fabris em jogo. Analisados quantitativamente, os dados apontaram a distribuição dos participantes pelos estágios conforme idade e série, como também elevado índice de correlação para a amostra entre as seguintes dimensões: noções aritméticas, noção de dinheiro e de valor econômico. Os resultados são discutidos, primeiro, consideradas as convergências e, sobretudo, as divergências com a literatura, algo visto como decorrente da diferente delimitação conceitual adotada (eixo epistemológico e não empírico-pragmático). Na discussão do significado psicogenético dos estágios identificados, são destacadas: a preponderância inicial de aspectos figurativos na interpretação de componentes da noção; certa consistência na progressão identificada, considerados os papéis da escolaridade e das experiências econômicas extra-escolares. Implicações para a educação matemática são apresentadas, enfatizada a necessidade de que ocorra, nesse âmbito, uma educação econômica na escola.

Palavras-chave: psicogênese de conceitos sócio-econômicos, noção de valor econômico; educação matemática e compreensão de conceitos econômicos.

Nível: M

Área: ESC

A ESCRITA DO PROBLEMA E SUA RESOLUÇÃO. *Jane Correa e Gisele Oliveira** (Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ).

A resolução de um problema não envolve somente o domínio de conceitos matemáticos, mas também a leitura e o entendimento do enunciado do problema. Pela leitura do enunciado, a criança construirá seu entendimento da natureza matemática do problema e selecionará as informações necessárias para traduzir as situações-problema em uma expressão matemática. A análise combinatória compreende métodos que permitem a contagem de agrupamentos formados em determinadas condições. Em princípio, problemas de combinatória simples podem ser resolvidos sem a necessidade de seu algoritmo. Entretanto, uma das maiores dificuldades para a resolução desses problemas é a compreensão dos diversos modos de formação dos agrupamentos: por arranjo, permutação ou combinação. Este trabalho pretende examinar a relação entre a escrita e a resolução de problemas envolvendo a noção de combinatória. Em particular, analisaremos, além da dificuldade relativa dos problemas, se a descrição dos valores das variáveis no enunciado do problema auxiliaria a resolução de problemas de combinatória, favorecendo a combinação sistemática dos elementos. Para a realização do trabalho foram apresentadas a 340 estudantes do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental listas com cinco problemas diferentes envolvendo o raciocínio de combinatória (produto cartesiano, combinação, arranjo e permutação) para serem resolvidas individualmente em sala de aula. Estes problemas foram apresentados de duas formas: a) com a especificação dos valores das variáveis descritas na situação narrada no problema, e b) com o enunciado tradicional, constando apenas o número de valores das variáveis a serem combinadas. Nos problemas que envolviam produto cartesiano a média de acertos foi bem alta e variou muito pouco do 6º ao 9º ano em relação ao tipo de enunciado do problema. A resolução destes problemas, contudo, não parece ser realizada com sucesso antes do 6º ano (92% de resoluções corretas). No 5o. ano a média de acertos foi de 57%. Problemas envolvendo produto cartesiano se mostraram menos complexos em relação aos outros problemas de combinatória, principalmente para os estudantes de escolaridade mais avançada. Nos problemas que envolviam permutação, a média de acertos foi muito baixa e apresentou pouca variação em relação ao tipo de enunciado. Esse tipo de problema se mostrou extremamente complexo para os alunos, principalmente para aqueles que realizavam a enumeração exaustiva dos casos, uma vez que os casos gerados pela permutação dos elementos eram relativamente numerosos. Nos problemas de combinação e de arranjo os acertos variaram quanto ao tipo de enunciado apresentado, observando-se um número relativamente maior de acertos para os problemas de enunciados com especificação dos valores das variáveis. Assim, variações no enunciado dos problemas, envolvendo as noções de combinação e arranjo, podem se tornar estratégias didáticas produtivas para o desenvolvimento do raciocínio combinatório em crianças e jovens.

Apoio: CNPq

Palavras-chave: resolução de problemas, raciocínio multiplicativo, psicologia da educação matemática.

*Bolsista de Iniciação Científica CNPq-Balcão

Nível: P

Área: ESC

SENTIDO NUMÉRICO EM CRIANÇAS: EXPLORANDO AS NOÇÕES INICIAIS SOBRE ADIÇÃO E SUBTRAÇÃO. *Alina Galvão Spinillo (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE)*

Números e quantidades fazem parte do nosso cotidiano desde a infância até a vida adulta, nos mais diversos contextos. Na realidade, estamos cercados por um ambiente de números e quantidades. Para funcionarmos de maneira apropriada e eficiente neste ambiente é necessário que sejamos numeralizados, que tenhamos desenvolvido um sentido numérico. Sentido numérico refere-se a uma boa intuição sobre números, seus usos e interpretações, permitindo que o indivíduo interaja de forma bem sucedida com os vários recursos do ambiente, de maneira a que se torne capaz de gerar soluções apropriadas para realizar as atividades do cotidiano que envolvem matemática. Sem requerer a realização de cálculos numéricos precisos ou o uso de algoritmos, sentido numérico está associado a uma capacidade de pensar matematicamente sobre os números e suas relações. A literatura na área aponta algumas habilidades relevantes no desenvolvimento de um sentido numérico. Uma delas é investigada neste estudo que tem por objetivo a compreensão de crianças sobre o efeito das operações sobre os números, ou seja, a compreensão do número como um operador em situações envolvendo a adição e a subtração. Individualmente, 122 crianças (6 a 8 anos de idade) de baixa renda, alunas do ensino fundamental de escolas públicas realizaram duas tarefas. A Tarefa 1 (transformações únicas) tinha por objetivo investigar se a criança era capaz de compreender que adicionar (ou retirar) aumenta (ou diminui) uma dada quantidade inicial. Tomando por base atividade apresentada em livros didáticos, a tarefa consistia em identificar qual a operação que havia sido aplicada sobre uma dada quantidade inicial: de adição ou subtração. A Tarefa 2 (transformações sucessivas) examinava a compreensão da criança de que duas operações sucessivamente aplicadas podem provocar um aumento ou uma diminuição na quantidade inicial ou que, sendo uma operação o inverso da outra, não iria alterar a quantidade inicial. Justificativas eram solicitadas após a criança responder cada item em ambas as tarefas. Os dados foram analisados em função do número de acertos e dos tipos de justificativas fornecidas. De modo geral, o desempenho foi melhor na Tarefa 1 do que na Tarefa 2, pois as transformações sucessivas requeriam da criança pensar em termos de compensações, raciocínio este complexo para as crianças na faixa etária investigada, sobretudo as de 6 e 7 anos. Já as crianças de 8 anos tendiam a compreender a necessidade desta compensação. As crianças nas três faixas etárias tiveram um bom desempenho na Tarefa 1; porém na Tarefa 2 apenas as crianças de 8 demonstraram uma compreensão mais efetiva acerca das transformações sucessivas e da idéia de compensação entre adição e subtração. Concluiu-se que, em termos de desenvolvimento, desde os 6 anos, as crianças compreendem transformações simples e diretas sobre os números; e aos 8 anos emerge uma compreensão intuitiva acerca das relações inversas entre adição e subtração e acerca da possibilidade de uma operação compensar a outra. Essa compreensão intuitiva pode estar relacionada a aquisições futuras complexas, como a compreensão sobre números negativos.

Apoio: CNPq

Palavras-chave: sentido numérico, adição e subtração, crianças.

Nível: P

Área: ESC

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR? A RELAÇÃO DE CONGRUÊNCIA E OS ERROS EM CURSOS DE MATEMÁTICA. *Elisângela de Campos** e Maria Tereza Carneiro Soares (Departamento de Matemática e Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR)*

Este trabalho foi motivado por observações dos erros cometidos por estudantes em disciplinas de um curso de graduação em Matemática. Dificuldades em lidar com conceitos matemáticos como “limite”, em Cálculo, “dependência e independência linear”, em Álgebra Linear, e “isomorfismo e grupo quociente”, em Álgebra Abstrata são descritas em pesquisas na área da Didática da Matemática e da Psicologia da Educação Matemática, como, por exemplo, as realizadas por Cornu, Sierpinska e Dias. Poucas são as investigações sobre o processo de ensino e aprendizagem da Álgebra Abstrata no caso de estudantes de ensino superior, particularmente em Álgebra Linear e Teoria de Grupos, como os encontrados em Asiala e colaboradores, bem como em Lajoie e Findell, o que foi decisivo na delimitação do objeto de estudo deste trabalho. O objetivo da investigação foi o de identificar e interpretar as dificuldades apresentadas por estudantes de Matemática na aprendizagem de conceitos da teoria de números e da teoria de anéis. Foi focalizada especialmente a aprendizagem da estrutura denominada anel quociente Z_m , para o que os fundamentos teóricos e metodológicos delimitados foram os de trabalho de Lajoie e Mura, pelo apoio ali dado à hipótese de que as dificuldades encontradas pelos estudantes estariam relacionadas à noção de congruência algébrica. Tal decisão auxiliou a identificação dos indicadores para a análise das respostas obtidas mediante a aplicação de dois questionários sobre anel quociente Z_m aplicados a 27 estudantes matriculados na disciplina de Álgebra A, de um curso de graduação em Matemática de uma universidade. A classificação e a organização das respostas foram realizadas com base no trabalho de Cury sobre análise de erros, decorrente de pesquisa no âmbito do ensino superior, na área da Educação Matemática. Dessa análise resultou a identificação de dificuldades específicas, tais como: de reconhecimento da partição induzida pela relação de congruência módulo m sobre Z , de entendimento da natureza dos elementos do anel quociente Z_m , de construir e entender o anel quociente, de reconhecer dois anéis isomorfos e de trabalhar com o representante da classe. Entre as prováveis razões para que estas dificuldades ocorram destaca-se na discussão a presença de determinados obstáculos cognitivos e didáticos, os quais acarretariam a falta de conhecimentos básicos de teoria de conjuntos, especialmente os envolvidos na noção de congruência algébrica. A busca de respostas a estas questões constitui contribuição interessante para uma reflexão sobre a natureza do ensino e da aprendizagem de Álgebra Abstrata nos cursos de Matemática. Também pode contribuir para a formação de um banco de dados sobre o tema, para que outros pesquisadores possam utilizar esses resultados em investigações relacionadas aos campos da educação matemática e da psicologia da educação matemática.

Palavras-chave: desempenho em matemática, relação de congruência e estruturas algébricas, ensino e aprendizagem em curso superior.

Nível: D

Área: ESC

VIOLÊNCIA E DANOS AO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO EM DIFERENTES CONTEXTOS.

ANÁLISE DO REPERTÓRIO DE HABILIDADES PARA DISCRIMINAÇÃO DE SITUAÇÕES POTENCIALMENTE SEXUALMENTE ABUSIVAS E PROTEÇÃO DA CRIANÇA NESTAS SITUAÇÕES, EM MÃES NEGLIGENTES. *Domitila Shizue Kawakami Gonzaga**(Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e *Rachel de Faria Brino.* (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência; Departamento de Medicina, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).

O objetivo da pesquisa foi levantar e analisar o repertório de habilidades para discriminar sinais de abuso sexual e proteger a criança em situações potencialmente abusivas, no caso de mães identificadas como negligentes. A negligência é um dos maus tratos mais praticados e de maior incidência contra as crianças. Apesar das graves consequências, pesquisas acerca da negligência e sua prevenção são ainda escassas, conceituando-se então a “negligência da negligência”. Para o alcance do objetivo proposto, foi utilizado um questionário contendo 11 situações hipotéticas, potencialmente sexualmente abusivas, nas quais a participante imaginou-se juntamente ao parceiro e ao filho e julgou as situações por níveis de 1 ao 5, como potencialmente sexualmente abusivas e depois relatava o que faria para proteger seu filho, caso julgasse como uma situação de risco. Também foi utilizado o Inventário de Estilos Parentais (IEP) para avaliar o estilo parental de mães que não foram recrutadas no Conselho Tutelar. As participantes da pesquisa foram 4 mães identificadas como negligentes a partir de notificações ao Conselho Tutelar do ano de 2009 ou que responderam ao IEP para julgar a possibilidade de serem negligentes. Todas responderam ao questionário na presença da pesquisadora, sendo que uma em sua residência e as demais em uma sala do Conselho Tutelar. Em encontro posterior, a pesquisadora deu a devolutiva para a participante, além de oferecer orientações sobre o cuidar da criança. Na análise, a pesquisadora verificou se a classificação das situações como potencialmente sexualmente abusivas dadas pelas participantes, foi correta ou não, bem como análises qualitativas a partir das justificativas dadas. Além disso, foi realizada análise das medidas de proteção referidas pelas mães nas situações apontadas como potencialmente abusivas. Os resultados obtidos pelo questionário foram que embora tenham sido notificadas como negligentes, as mães que participaram da pesquisa possuíam repertório para análise das situações, em sua maioria, como potencialmente abusivas, além de saber como reagir frente a essas situações de abuso. Em algumas situações as participantes não reconhecem a situação como potencialmente abusiva, indicando que elas não possuem repertório completo para a proteção da criança. O IEP serviu como legítimo suporte para a pesquisa, sendo que, embora hipotéticas, os resultados foram condizentes com as habilidades maternas das mães. As conclusões da pesquisa foram: 1) O repertório encontrado nas mães negligentes em relação à proteção da criança em situações potencialmente abusivas pode se dever ao fato de que essas mães já possuíam suporte e atendimento domiciliar pelo Conselho Tutelar, o que pode ter auxiliado na obtenção e melhora do repertório de habilidades parentais. De tal forma que, ao se depararem com algumas das situações hipotéticas do questionário, elas já sabiam como reagir frente a situações de abuso; 2) São necessários estudos acerca de programas de capacitação para mães visando a prevenção de comportamentos negligentes e que

auxiliem essas mães sem repertório a cuidar de seus filhos, visto que a negligência pode ser um caminho para outras violências domésticas.

Palavras-chave: Negligência, Abuso sexual Infantil, Habilidades Parentais.

IC - Iniciação Científica

FAMI Psicologia da Família e da Comunidade.

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E SUA CONCEPÇÃO SOBRE FAMÍLIA E VIOLÊNCIA. *Roselaine de Oliveira Giusto** (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Programa de Pós-graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e Rachel de Faria Brino (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência (Laprev); Departamento de Medicina, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).*

O Programa Saúde da Família (PSF) foi implantado no Brasil como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial a partir da atenção básica, tendo como foco o atendimento não apenas ao indivíduo, mas também à família de uma forma integral e contínua, com ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Dentre os profissionais que compõem a equipe, o agente comunitário de saúde (ACS), ocupa uma posição estratégica como mediador entre a comunidade e a equipe profissional, podendo funcionar tanto como facilitador, como um empecilho nessa mediação. O presente estudo teve como objetivo identificar o conhecimento e as crenças de agentes comunitários de saúde a respeito dos conceitos que envolvem a família e os fatores de risco e proteção para a violência intrafamiliar. Para isso, foram entrevistados nove Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que compõem as equipes de referência de Unidades Saúde da Família de uma cidade de médio porte localizada no interior de São Paulo. Todos os participantes responderam a quatro instrumentos: Entrevista individual com os agentes comunitários; Questionário de Avaliação de Conhecimento sobre Fatores de Risco e Proteção; Questionário sobre Crenças a respeito de Violência Intrafamiliar e Questionário sobre violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Para a análise dos dados qualitativos dos instrumentos foi utilizada a Análise de Conteúdo e os demais instrumentos foram corrigidos segundo a orientação dos autores. Os principais resultados obtidos até o momento demonstram que entre os agentes permanece o modelo tradicional familiar formado pela tríade mãe-pai-filhos. No que se refere às crenças dos profissionais em relação a violência intrafamiliar envolvendo a mulher, 77,77% dos entrevistados acreditam que o comportamento da mulher possa favorecer o comportamento agressivo do homem. Quanto a concepção dos participantes a respeito das modalidades de violência contra a criança e o adolescente, apenas um entrevistado refere à negligência como uma forma de violência. Já a violência física e a violência psicológica foram citadas por todos os respondentes. Em relação aos fatores de risco relacionados à violência intrafamiliar contra a criança e adolescentes, não saber identificar com precisão e não saber como fazer em caso de suspeita foi uma alternativa considerada em três das quatro modalidades de violência nos lares (violência física, violência sexual e violência psicológica). Apenas a negligência parece ser o tipo de violência em que os profissionais possuem menor dificuldade em sua identificação. De modo geral, os resultados ressaltam a importância do treinamento e discussões acerca do tema com os profissionais envolvidos no atendimento a família.

Palavras-chaves: Agente Comunitário de Saúde; valores e crenças; violência intrafamiliar.

M - Mestrado

AVALIAÇÃO DE UM CURSO DE CAPACITAÇÃO SOBRE MAUS-TRATOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA PROFISSIONAIS DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. *Thais Helena Bannwart*** (Laboratório de Análise e Prevenção de Violência, Programa de Pós Graduação em Psicologia Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e *Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams* (Laboratório de Análise e Prevenção de Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).

Estudos mostram que ao lidarem com casos de maus tratos os profissionais de saúde enfrentam dificuldades tanto para identificar, quanto para notificar. Estas dificuldades estão relacionadas à lacuna desse tema na formação profissional, à reprodução de padrões culturais no não envolvimento em assuntos que seriam familiares, à descrença na efetividade dos órgãos competentes como Conselhos Tutelares, às experiências negativas anteriores e aos aspectos pessoais. Outros estudos indicaram a necessidade de programas de capacitação para esses profissionais e apontam algumas sugestões sobre o que um programa deveria conter, assim como sua forma, abrangência e níveis profissionais envolvidos com esse público. Desse modo, o objetivo deste trabalho foi elaborar, propor e avaliar um curso de capacitação para identificar e notificar maus-tratos contra crianças e adolescentes para profissionais de Equipes Saúde da Família. A capacitação foi desenvolvida com base em diretrizes descritas na literatura. Os objetivos da capacitação foi que, ao final do curso, os profissionais fossem capazes de: a) descrever o fenômeno da violência; b) identificar os tipos de violência contra crianças e adolescentes; c) identificar os sinais e sintomas associados; d) identificar fatores de risco e proteção; e) analisar mito envolvendo a temática; f) analisar a forma de abordar vítimas de maus-tratos; g) identificar a rede de proteção na cidade; h) identificar e analisar os fatores que promovem resiliência; i) estabelecer diálogo entre a equipe e as entidades responsáveis pela infância e juventude e j) preencher corretamente a ficha de notificação. Participaram deste estudo duas equipes de referência de Unidades Saúde da Família distintas, sendo uma grupo experimental e outra grupo controle, de uma cidade do interior de São Paulo, composta por 1 médico da família, 1 enfermeiro, 2 auxiliares enfermagem, 1 dentista, 1 auxiliar de dentista e 6 agentes comunitários de saúde. A duração da capacitação foi de 13 horas divididas em 10 encontros, uma vez a cada quinze dias, com 1 hora e meia de duração cada. Os instrumentos de avaliação utilizados foram: Questionário sobre Maus-tratos, Exercício com vinhetas de casos de suspeita de maus-tratos e *Child Maltreatment Evaluations in Pediatric Primary Care* - Escala sobre crenças em relação aos maus-tratos - que foram aplicados antes e depois da intervenção. Os resultados apontam uma constante nas duas equipes que era a falta de formação para a temática e após a capacitação para o Grupo Experimental houve uma mudança quanto aos procedimentos adotados diante de uma situação de suspeita ou confirmação de maus-tratos considerando-se o cumprimento da legislação de comunicar ao Conselho Tutelar casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos. Ademais, segundo avaliação dos participantes, a capacitação sensibilizou-os quanto ao cuidado desses casos que antes passavam despercebidos.

Apoio: FAPESP

Palavras-chave: maus tratos, avaliação de capacitação, Programa Saúde da Família

Mestrado – M

INTERVENÇÃO PRECOCE COM CRIANÇAS COM PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO NA PRÉ-ESCOLA. *Daniela Patrícia Ado Maldonado (Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho, Campus Marília/SP)**; Maria de Lourdes Morales Horiguela (Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho, Campus Marília/SP).*

A agressividade e o comportamento anti-social em crianças é uma preocupação presente em diversos âmbitos, tanto familiar e escolar, como na comunidade em geral. Pesquisadores vêm estudando a problemática da violência escolar no Brasil, observando que tal violência se introduz no âmbito escolar tornando-se parte cada vez mais habitual das relações educativas. Existe uma série de fatores que podem contribuir para o surgimento de problemas de comportamento, envolvendo fatores de risco biológicos e ambientais. Dentre esses fatores, alguns podem estar relacionados à criança, à família e à escola. Modelos de comportamento aprendidos pela criança em suas interações durante a primeira infância são generalizados para novas situações, podendo ser encontrados na interação com seus pares, em comportamentos anti-sociais quando adolescentes e, posteriormente, em adultos violentos. Estudos têm destacado a necessidade do envolvimento de diferentes contextos nos programas preventivos de intervenção com crianças com problemas de comportamento. Eles apontam que a intervenção no início da infância, promovendo competência social antes dos comportamentos negativos, pode ser uma estratégia melhor para ajudar crianças que apresentam comportamento agressivo e são rejeitados pelos seus pares. O objetivo do presente estudo consistiu em aplicar e avaliar um programa ampliado de intervenção precoce que envolveu a família, os professores e os pares de crianças pré-escolares com problemas de relacionamento interpessoal. Participaram do estudo 20 crianças de quatro e cinco anos de idade que freqüentavam duas pré-escolas municipais. As crianças foram divididas em um grupo de atendimento infantil (GA) e um grupo que não apresentava problemas de comportamento (GV). Participaram também seus colegas de sala (CS), seus respectivos professores (GP) e pais (GR). Múltiplas medidas de avaliação foram utilizadas com os participantes na coleta de dados pré e pós-intervenção. Os instrumentos utilizados foram: *Roteiro Entrevista com Professores; Ficha de indicação para professores; Questionário de Relações Interpessoais – QR (Adaptado); Questionário de interesse, Roteiro de entrevista Responsáveis; Inventário de Estilos Parentais – IEP; Ficha de avaliação sociométrica; Questionário de Capacidades e Dificuldades – SDQ–Por Pa⁴⁻¹⁶; Questionário de Capacidades e Dificuldades – SDQ–Por Pr⁴⁻¹⁶; Questionário Final de Avaliação do Curso para pais e para professoras.* O programa de intervenção com os pais compreendeu 11 sessões de uma hora, com o objetivo de desenvolver e melhorar as práticas educativas parentais. Com as professoras foram realizadas 15 sessões de uma hora e meia, com o objetivo de sensibilizá-las a compreender o comportamento, desenvolver e fortalecer os comportamentos positivos e a competência social do aluno, assim como enfraquecer e reduzir os comportamentos problema. E com as crianças foram 15 sessões de 45 minutos aproximadamente, com o objetivo de melhorar o relacionamento interpessoal, desenvolver e fortalecer os comportamentos positivos e enfraquecer e reduzir os comportamentos problema. Os programas de intervenção se apoiaram num referencial teórico cognitivo comportamental. Os resultados iniciais são promissores, indicando uma mudança positiva no comportamento das crianças e uma melhora das práticas parentais utilizadas pelos pais participantes da intervenção. A maioria dos pais e professoras participantes do programa de intervenção avaliou o programa de forma positiva.

**Bolsista Doutorado CAPES

Palavras chave: intervenção precoce, crianças pré-escolares, problemas de comportamento.
Doutorado – D

FAMI

INTERVENÇÃO FAMILIAR COM A SITUAÇÃO DE TRANSTORNO DE CONDUTA E HIPERATIVIDADE JÁ INSTALADOS NA FAMÍLIA: POSSIBILIDADES DE PREVENÇÃO E A BUSCA DE UM TRABALHO EM REDE. *Cristiane Camargo de Oliveira** (Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, São Paulo; Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo), Sabrynna Ribeiro Bseis (Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, São Paulo) e Ulisses Herrera Chaves** (Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, São Paulo; Universidade Paulista, Bauru, São Paulo).*

A família é primordial para o desenvolvimento humano, inaugurando um espaço não só biológico, mas também psíquico e social. Em famílias funcionais os padrões e as fronteiras são guias para o crescimento grupal e individual, possibilitando que prossigam em seu ciclo de vida. Já as famílias disfuncionais, tais regras são usadas para inibir a mudança e o status quo. O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e o Transtorno de Conduta (TC) atingem um número significativo de crianças e adolescentes (sendo 3% a 6% para o TDAH na primeira infância, e o TC entre 5% e 15% na infância e 10% a 20% na adolescência). Em razão da dificuldade de compreender e lidar com esses transtornos, a família pode torna-se disfuncional. São vários os fatores de risco para o desenvolvimento de problemas de comportamento sendo dividido por alguns autores: a) fatores relacionados a criança (temperamento, dificuldades neurofisiológicas, níveis subclínicos de TC); b) fatores parentais e familiares (complicações pré-natais, monitoria pobre, irmãos com problemas de comportamento) e c) fatores relacionados à escola (pouco tempo gasto em lições, condições pobres de trabalho). Desse modo o objetivo do presente trabalho será descrever o atendimento realizado em uma clínica escola à uma família com um adolescente com o diagnóstico de TC e TDAH e seu irmão de quatro anos que já apresentava problemas de comportamento. Foram realizadas ao todo cinco sessões. Este trabalho teve como base a terapia familiar sistêmica, sendo o objetivo relatar as intervenções psicoeducacionais na questão da prevenção secundária com a criança de quatro anos e a busca de interações e estilos parentais mais assertivos. As sessões foram realizadas com a mãe e centrou-se na questão de modos adequados de interação e educação, abrangendo características de alguns estilos parentais, com atividades baseadas na apostila “Educação positiva dos seus filhos: Projeto Parceria”. Outra necessidade verificada foi o contato e ampliação da rede de atendimento na cidade desta família, situação que se encontra em processo. Os principais resultados obtidos podem ser observados em um maior estabelecimento de fronteiras e limites educacionais, a mãe desenvolveu um padrão de defesa e proteção de seu filho menor em casos de agressões causadas por seu filho mais velho, começando a delimitar e entender os diagnósticos de seu filho, e a necessidade de um tratamento permanente. De modo geral, este relato e os resultados ressaltam a importância de viabilizar o acesso a informação a respeito destes transtornos, e o desenvolvimento de um trabalho em conjunto com as famílias e a rede de serviço, provendo o tratamento e a busca de novos modelos para os diversos níveis de prevenção.

Palavras-chave: intervenção familiar, transtorno de conduta, transtorno de hiperatividade e déficit de atenção.

M – Mestrado

FAMI – Psicologia da Família e da Comunidade

MÉDICOS PEDIATRAS E MÉDICOS DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: POSSÍVEIS DIFERENÇAS NA IDENTIFICAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DOS MAUS-TRATOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. *Livia Maria Bolsoni**(Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e *Rachel de Faria Brino* (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência; Departamento de Medicina, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP).

A violência constitui atualmente um dos mais graves problemas de saúde pública e está incluída, desde 1998, na Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS) sob a denominação "Causas Externas". Os maus tratos contra crianças e adolescentes receberam uma maior atenção quando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, lei federal n.º69/90), resgatou o sentido de cidadania da criança através da doutrina da proteção integral, tornando obrigatória a notificação de casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos contra criança ou adolescente. Os profissionais de saúde passaram a ter o dever de notificação previsto em lei. Diante da dificuldade descrita pelos profissionais de saúde, principalmente por médicos pediatras, em notificar os maus tratos, o presente estudo tem por objetivos: a) fazer um levantamento, caracterizando as dificuldades enfrentadas pelo médico do Programa de Saúde da Família diante da identificação e notificação dos casos de suspeita de maus tratos; b) comparar essas dificuldades com as descritas na literatura, buscando verificar se tais médicos têm diferentes dificuldades para a identificação e notificação em comparação aos profissionais que trabalham na atenção secundária e terciária (hospitais, ambulatorios, unidades de pronto-atendimento, consultórios particulares); e c) analisar se esta dificuldade é amenizada por profissionais que trabalham de uma forma interdisciplinar, se esta nova proposta do Ministério da Saúde contribui para um melhor atendimento e diagnóstico destes casos que, de tão frequentes e expressivos, são considerados problemas de saúde pública. Participaram deste estudo, 9 profissionais da área médica do Programa de Saúde da Família da cidade de São Carlos e que possuem vínculo institucional com a Secretaria da Saúde. Foi utilizado um questionário que engloba duas partes. A primeira parte do questionário engloba duas situações fictícias e duas perguntas que correspondem: o que o profissional faria em uma situação suspeita de maus tratos e quais são as dificuldades que ele teria ao tomar providências em relação a isso. A segunda parte engloba três questões que são: as dificuldades que ele encontraria no encaminhamento de uma suspeita de maus-tratos aos órgãos competentes, qual foi o seu contato com esse tema durante a sua formação e quais as conseqüências que ele acha que podem acontecer diante de atitudes que ele venha a tomar em casos de suspeita de maus-tratos. Por meio da análise dos resultados, nenhum dos participantes apresentou dificuldade em identificar casos suspeitos de maus-tratos. Além disso, os médicos ao indicarem o que fariam diante da suspeita apontaram três categorias de respostas: atendimento técnico, atendimento assistencial e orientação da mãe. As respostas fornecidas apontam para comportamentos considerados adequados no encaminhamento e proteção da criança. A partir dos resultados, é possível apontar que os médicos do Programa Saúde da Família apresentam menor dificuldade na identificação e no encaminhamento de casos suspeitos.

Auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa - FAPESP

Palavras chave: violência, maus tratos, programa de saúde da família.

IC - Iniciação Científica

FAMI – Psicologia da Família e da Comunidade.

PROCESSOS BÁSICOS DE CONTROLE DE ESTÍMULOS IV: APRENDIZAGEM DE DISCRIMINAÇÕES EM DIFERENTES POPULAÇÕES.

AMBIENTES VIRTUAIS COMO FERRAMENTA PARA A APRENDIZAGEM DE DISCRIMINAÇÃO EM PRÉ-ESCOLARES. *Vanessa Ayres Pereira**, *Daniela de Souza Canovas***, *Deisy das Graças de Souza*, (Departamento de Psicologia, Laboratório de Estudos do Comportamento Humano, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, INCT-ECCE), *Carlos de Sousa Brito Neto*** e *Olavo de Faria Galvão* (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Escola Experimental de Primatas, Universidade Federal do Pará, Belém, PA)

Pesquisas sobre processos básicos de discriminação e formação de classes entre estímulos realizadas com crianças geralmente apresentam variabilidade entre participantes e dificuldades de manutenção dos participantes em situação experimental. Considerando a brincadeira como uma estratégia privilegiada de ensino, o presente estudo buscou verificar a viabilidade de um procedimento informatizado em formato de jogo para o ensino de discriminações em crianças pré-escolares. Os objetivos específicos foram 1) verificar se as crianças aprenderiam as discriminações simples; 2) avaliar se o processo de aquisição seria similar ou não ao de procedimentos que utilizam estímulos abstratos bidimensionais sobre fundos uniformes e 3) avaliar se a tarefa favoreceria ou não a manutenção das crianças na tarefa. Os participantes foram quatro crianças entre 4 e 5 anos. As sessões eram realizadas no computador, por meio da apresentação de um ambiente tridimensional, com um fundo que representava um ambiente arborizado e figuras de frutas (estímulos). A tarefa da criança era responder a estímulos com função de S+ (a resposta consistia em localizar o cursor sobre o estímulo e pressionar o botão do *mouse*). O procedimento consistia no ensino de discriminações simples simultâneas entre três estímulos. Inicialmente foi instalada uma linha de base de discriminação simples entre três estímulos, apresentados simultaneamente em uma mesma tentativa, e em seguida foram realizadas cinco reversões das contingências (em que os estímulos com função de S+ na etapa anterior passavam a funcionar como S- e vice versa). No início de cada bloco era empregado um procedimento de dica, em que eram apresentados apenas estímulos com função de S+. Respostas em relação a S+ eram seguidas pela apresentação do trecho de um desenho animado e respostas em estímulos com função de S- eram seguidas pelo desaparecimento e reapresentação de todos os estímulos nas mesmas posições. Todas as crianças aprenderam as discriminações, com tendência decrescente no número de blocos até critério e número de erros. Duas crianças apresentaram desempenhos acurados (com no máximo um erro ao longo de todo o procedimento), evidenciando o estabelecimento de controle discriminativo pela dica. De forma geral, os resultados sugerem a viabilidade de procedimentos em formato de jogo para o ensino de discriminações e para a manutenção dos participantes em sessão. Pesquisas futuras, entretanto, devem identificar quais aspectos do “jogo” efetivamente funcionam como reforçadores e definir medidas objetivas que funcionem como indicativo dos efeitos reforçadores da tarefa.

Bolsa de produtividade CNPq para a terceira autora.

Financiamento CNPq e FAPESP (para o INCT sobre Comportamento, Cognição e Ensino)

Palavras-chave: ambientes virtuais, crianças, discriminação simples.

IC

AEC

REFORÇAMENTO DIFERENCIAL NA APRENDIZAGEM DE DISCRIMINAÇÃO SIMPLES EM BEBÊS. *Naiara Minto de Sousa***, *Thaise Löhr***, *Lucas Tadeu Garcia***, *Maria Stella Coutinho de Alcantara Gil* (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, INCT-ECCE)

A literatura evidencia dificuldades na aprendizagem de discriminações simples visuais por bebês menores de 24 meses. Têm sido propostos estudos com procedimentos que visam minimizar estas dificuldades. Um deles investigou o efeito de dois procedimentos que variaram a ordem e a quantidade de exposição dos bebês aos estímulos discriminativos sobre a aprendizagem das discriminações. Apesar de limitações quanto ao número de participantes e da quantidade de sessões em cada procedimento, o estudo sugeriu que um procedimento que previa a exposição inicial a apenas um dos estímulos em cada tentativa, iniciada pelo S+ e intercalada ao S- (Procedimento A), teria sido mais efetivo do que um procedimento que previa a exposição simultânea dos dois estímulos ao longo de todas as tentativas de treino, no qual o estímulo escolhido pelo participante na primeira tentativa era definido como S- (Procedimento B). A presente pesquisa replicou o estudo descrito anteriormente, manteve os dois procedimentos, modificou o critério de aprendizagem da tarefa de quatro para três acertos consecutivos e aumentou o número de participantes e a quantidade de sessões de treino com cada procedimento. Seis bebês entre 10 e 20 meses foram submetidos a sucessivas sessões de treino de discriminações visuais simples simultâneas com pares de estímulos. Foram planejadas três sessões com diferentes pares de brinquedos para cada um dos procedimentos. Metade dos bebês foi exposta ao delineamento ABAB e a outra metade ao delineamento BABA. Um dos bebês participantes não atingiu critério de aprendizagem da tarefa em nenhuma sessão em quaisquer procedimentos. Três participantes atingiram o critério nos dois procedimentos e dois dos bebês aprenderam a discriminação somente quando expostos ao procedimento B. A análise da frequência acumulada de acertos dos bebês nas tarefas indicou um padrão característico para cada procedimento, condizente com o observado no estudo anterior: condição A - alternância entre acertos e erros desde o início do treino; na condição B - frequência maior de erros no desempenho inicial, seguida por acertos consecutivos. O procedimento A não demonstrou maior eficácia no ensino das discriminações simples neste estudo, a despeito dos dados originais. Os resultados dos dois estudos aproximam-se ao analisar os dados do experimento inicial considerando o critério de aprendizagem de três acertos consecutivos, adotado neste estudo. De acordo com esta análise não foi evidenciado o efeito facilitador do procedimento A. Os dados apresentados no conjunto dos estudos sugerem que a exposição ao procedimento B facilita a aprendizagem da tarefa pelos bebês em relação ao procedimento A. Permanecem questões sobre os processos que explicariam este efeito facilitador.

FAPESP/CAPES

Financiamento CNPq e FAPESP (para o INCT sobre Comportamento, Cognição e Ensino)

Palavras-chave: discriminação simples, reforçamento diferencial, bebês.

D

AEC

AVALIANDO HABILIDADES DE DISCRIMINAÇÃO AUDITIVA RELACIONAL DE SONS DE FALA EM INDIVÍDUOS COM DISTÚRBO DE LINGUAGEM FALADA. *Cristiana Ferrari (Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Departamento de Fonoaudiologia); Talita L. B. Capano Conrado** (Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP - Universidade Estadual Paulista, Pós-Graduação Latu Sensu: Especialização em Linguagem).*

Alguns estudos apontam para a correlação entre a capacidade de perceber sons de fala ouvidos e a capacidade de produzir sons de fala, mas não há consenso sobre como a correlação deva ser explicada. Indivíduos com transtornos da linguagem falada podem ou não apresentar prejuízos em habilidades de percepção auditiva de sons de fala. No presente estudo, propusemos um instrumento com o objetivo de avaliar e descrever o desempenho de crianças com idade a partir de quatro anos, com transtornos da linguagem falada, em tarefas de discriminação auditiva relacional de sons de fala. O desempenho de oito crianças com transtorno de fala (apraxia de fala de desenvolvimento, desvio fonológico e distúrbio específico de linguagem) foi comparado ao desempenho de outras oito crianças com desenvolvimento típico de linguagem falada. Tentativas de discriminação auditiva relacional foram apresentadas em contexto de tarefa de julgamento igual/diferente modificada. Pares de vogais, pares de sílabas e pares de palavras reais, diferindo em um único som, serviram como estímulos auditivos. Para ouvir os sons, o participante tocava sequencialmente cada um dos dois botões de ação correspondente aos sons de um par. Sujeitos podiam ouvir cada som mais de uma vez antes de responder (tocando o botão “igual” ou o botão “diferente”). As respostas de julgamento eram seguidas por conseqüências diferenciais e por um intervalo entre tentativas de um segundo. Pares de estímulos auditivos, envolvendo vogais, sílabas e palavras reais, que diferiam em uma ou mais propriedades fonéticas (de sonoridade, de ponto e de modo de articulação) e ou pela presença ou ausência de um segmento consonantal em início de sílaba foram empregados em quatro testes diferentes. A acurácia no desempenho foi medida em percentual de acertos como função do tipo de tentativa (pares iguais e pares diferentes) e da distância fonética entre estímulos de cada par a ser julgado. A distância fonética foi determinada pelo número de propriedades acústico-articulatórias que diferencia um som de outro. Resultados preliminares mostram diferenças entre e intragrupos de crianças, seja na curva de discriminação seja na magnitude dos índices de acertos. Nenhum participante apresentou índices de discriminação em nível de acaso em todas as condições. Scores menos acurados, igual ou abaixo do nível de acaso, foram observados em pares de estímulos com menor distância fonética. Os procedimentos e tarefas de teste permitiram identificar e caracterizar perfis de habilidades discriminativas de sons de fala. Diferenças no padrão das curvas de discriminação parecem estar relacionadas ao tipo e à gravidade do transtorno de fala.

Palavras-chave: avaliação; percepção da fala; discriminação; transtornos do desenvolvimento da linguagem falada.

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Linguagem

AEC

AQUISIÇÃO DE DISCRIMINAÇÕES CONDICIONAIS POR DEFICIENTES AUDITIVOS IMPLANTADOS COCLEARES: COMPARAÇÃO ENTRE DIFERENTES PROCEDIMENTOS DE ENSINO. *Ana Claudia Moreira Almeida Verdu* (Programa de Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP; INCT-ECCE)

Responder discriminativamente a estímulos auditivos e compreender o que se ouve requer preservação do sistema auditivo. No caso de deficientes auditivos pré-linguais, uma alternativa que permite a detecção de estímulos sonoros é o implante coclear. Pesquisas sobre processos perceptuais em implantados são particularmente recentes do ponto de vista da Análise do Comportamento. Os primeiros estudos foram norteados pela questão de se os estímulos sonoros recebidos pelo implante compartilhavam de funções simbólicas. Demonstrado que implantados, sobretudo os pré-linguais (que perderam a audição antes do estabelecimento da linguagem) formam classes envolvendo estímulos auditivos, as pesquisas se direcionaram para caracterizar o desempenho dessa população em modos ativos (tarefas que envolvem vocalizações) e receptivos (tarefas de seleção de estímulos) de linguagem com vistas a selecionar palavras que pudessem compor programas de ensino sistemático com diferentes procedimentos. Há um consenso nos resultados das pesquisas de que os desempenhos em tarefas de seleção (relações condicionais auditivo-visuais) são sempre superiores aos de vocalização (quer seja em nomeação de figuras ou em leitura de palavras). No entanto, a grande maioria é capaz de aprender novas relações condicionais entre diferentes estímulos auditivos (seja palavra convencional, seja palavra não convencional, seja pulsos elétricos com estimulação direta na cóclea) e visuais (convencionais ou não). O objetivo desse trabalho é apresentar dados comparativos de estudos que investigaram as condições de estabelecimento de discriminações auditivas novas em implantados cocleares considerando o delineamento adotado, o procedimento de ensino de discriminações condicionais, as características dos participantes e a quantidade exposição ao ensino. Em relação aos procedimentos, as relações auditivo-visuais têm sido demonstradas com diferentes procedimentos de ensino: 1) *fading out* - a partir da identidade visual, um estímulo auditivo é sobreposto ao modelo tornando-se um estímulo composto; com esmaecimento gradual do componente visual do modelo a tentativa se torna puramente auditivo-visual; 2) exclusão - com o estabelecimento de uma linha de base auditivo-visual, tanto um estímulo modelo e quanto um estímulo de comparação, ambos indefinido, são apresentados juntamente com o estímulo de comparação definido; na presença do modelo indefinido, a exclusão consiste em rejeitar o estímulo de comparação indefinido e selecionar o definido estabelecendo relação de condicionalidade entre modelo e comparação; 3) tentativas em blocos - um mesmo estímulo modelo é apresentado ao longo de um bloco de tentativas e os blocos com diferentes modelos são alternados, com o número de tentativas por bloco decrescendo gradualmente até que a apresentação do modelo seja aleatória. Independente das características dos participantes e do delineamento adotado todos os procedimentos têm sido igualmente eficazes na aquisição das discriminações condicionais com subsequente formação de classes; o procedimento menos explorado é o de tentativas em blocos, mas ainda que com resultados assistemáticos, os resultados descrevem aprendizagem. Nota-se que os estudos têm adotado um número cada vez mais reduzido de tentativas na composição das rotinas de ensino e essa característica não tem demandado maior exposição dos participantes aos blocos de ensino. No caso de repertórios ativos como a vocalização, sofreram poucas modificações e ainda requerem estudo das condições importantes para seu estabelecimento com inteligibilidade.

Fapesp, Auxílio Pesquisa

Financiamento CNPq e FAPESP (para o INCT sobre Comportamento, Cognição e Ensino)

Palavras-chave: discriminação condicional, deficientes auditivos, controle de estímulos, procedimentos de ensino.

P

AEC

AVALIANDO JULGAMENTOS NÃO-VERBAIS DE IGUALDADE/DIFERENÇA DE ESTÍMULOS AUDITIVOS EM INDIVÍDUOS COM DÉFICITS INTELLECTUAIS: UMA INVESTIGAÇÃO METODOLÓGICA.

Richard Serna, Mark Preston e Brooks Thompson (University of Massachusetts Medical School, Shriver Center, Boston, Massachusetts, Estados Unidos)

Habilidades de aprendizagens auditivas limitadas e debilitadas são amplamente descritas em indivíduos com déficits intelectuais (DI), incluindo aqueles com autismo. Esses problemas impõem limitações em uma ampla gama de oportunidades de aprendizagens, incluindo comunicação, treino de habilidades sociais e instrução acadêmica. Embora algumas pesquisas tenham documentado habilidades de discriminação auditiva em indivíduos com autismo, esses estudos têm geralmente dependido da habilidade dos participantes em relatar verbalmente suas detecções de diferenças. Essa habilidade pode excluir uma extensa porção dos indivíduos com DI que possuem habilidades verbais limitadas ou não as possuem. Esse trabalho descreve o desenvolvimento de uma tarefa de discriminação auditiva não-verbal para avaliação de julgamentos de igualdade/diferença de diversos sons. Para tanto, foi estudado um pequeno grupo de indivíduos com DI moderado. O objetivo final consiste em empregar esse método em indivíduos com baixo funcionamento que não descrevem verbalmente suas experiências. Seis indivíduos com déficits intelectuais, com idades entre 14 e 21 anos, participaram de dois estudos. As idades mentais dos participantes variaram entre 6 anos e 1 mês e 9 anos e 11 meses. No Estudo 1, cinco participantes eram expostos a uma tarefa de discriminação auditiva de igualdade/diferença e esquerda/direita em um computador com tela sensível ao toque. Os estímulos consistiam em tons puros e/ou palavras faladas. Pares de estímulos auditivos, iguais ou diferentes, eram apresentados sucessivamente em volumes na mesma frequência por meio de dois alto-falantes ou fones de ouvidos. Os participantes tocavam um círculo no centro da tela do computador que produzia as duas chaves de respostas à esquerda e à direita da tela. A tarefa consistia em pressionar uma chave de resposta se o par de sons fosse igual e a outra chave de respostas se o par de sons fosse diferente. No Estudo 2, um procedimento de superposição e *fading* foi examinado para a transferência do controle de palavras faladas para tons com um participante do Estudo 1 e um participante ingênuo com DI. No Estudo 1, dois dos cinco participantes aprenderam rapidamente por meio de ensaio e erro. Eles também demonstraram desempenhos de discriminação auditiva generalizada com estímulos formados por palavras e tons de diferentes frequências. No Estudo 2, ambos participantes demonstraram com sucesso a transferência do desempenho de discriminação de palavras para o desempenho de discriminação de tons. Essa tarefa não-verbal parece ser um método possível para avaliar a habilidade de indivíduos na discriminação de diferenças de estímulos auditivos. Futuros estudos poderão examinar o emprego desse procedimento com indivíduos com baixo funcionamento, incluindo aqueles com autismo, uma população conhecida por dificuldades de linguagem. Atualmente, a maioria dos estudos sobre discriminação auditiva tem trabalhado com participantes com “alto funcionamento” verbal. O presente método não-verbal pode estender o alcance da pesquisa sobre discriminação auditiva.

NIH Financiamento CNPq e FAPESP (para o INCT sobre Comportamento, Cognição e Ensino).

Discriminação auditiva, método não-verbal, indivíduos com déficits intelectuais.

P

AEC

SIGNIFICADOS DE GÊNERO, ESCOLARIZAÇÃO E MATEMÁTICA: UMA RELAÇÃO A SER CONSIDERADA NA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E NA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA.

SIGNIFICADOS DE GÊNERO, ESCOLARIZAÇÃO E MATEMÁTICA: UMA RELAÇÃO A SER CONSIDERADA NA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E NA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA. *Maria Helena Fávero (COGITO – Laboratório de Psicologia do Conhecimento - Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, DF.)*

Depois de anos de pesquisas focadas nas questões relacionadas às competências conceituais das áreas do conhecimento, com ênfase na Psicologia da Educação Matemática, e, ao mesmo tempo, focadas no desenvolvimento das competências particulares de futuros professores, professores em atuação e outros profissionais da educação, nos sentimos autorizados a pontuar três grandes aspectos teórico-conceituais, que fundamentam o presente projeto de pesquisa. O primeiro diz respeito à ruptura entre ciência e filosofia. O segundo diz respeito à concepção de ciência que tal ruptura engendra: a idéia equivocada de uma ciência *pronta e acabada* e que como tal deve ser *repassada* aos estudantes. Por implicação, dá-se primazia à memorização de regras em detrimento da compreensão conceitual o que dificulta o desenvolvimento de competências conceituais e o desenvolvimento do pensamento crítico em relação ao próprio conhecimento. O terceiro é que tal concepção de ciência e de suas diferentes áreas de conhecimento se relaciona com as concepções de gênero, como já havíamos salientado no início dos anos 1990. Nesta sessão coordenada articulamos a Psicologia do Desenvolvimento, a Psicologia do Conhecimento e a Psicologia do Gênero, para defender que esta relação fundamenta interações particulares de gênero na construção e na mediação do conhecimento científico e que tais interações particulares dizem respeito ao exercício da cidadania. Trata-se, de uma questão de ponta centrada no debate mais amplo sobre a equidade da participação de homens e mulheres na ciência e particularizado para a aquisição do conhecimento matemático no processo de escolarização. Defendemos que no seu papel de definir as representações da masculinidade e da feminilidade, os padrões gendrados de emoção fundamentam o processo de socialização e mediam as aquisições individuais. Assim, as crenças gendradas sobre a emoção podem atuar na interpretação dos indivíduos sobre suas próprias experiências emocionais vividas em determinadas circunstâncias. O foco dessa sessão coordenada é considerar como isso ocorre nas interações sociais particularmente relacionadas com a escolarização e o desenvolvimento de competências matemáticas e discutir por meio de relato de pesquisas, os processos psicológicos que as fundamentam. Mais especificamente esta proposta visa colocar em pauta os processos psicológicos que sustentam os processos subjetivos, desenvolvimentais e cognitivos dos processos semióticos de estudantes e profissionais, por meio da evidência de suas competências e dificuldades em tarefas relacionadas à matemática, assim como nas narrativas professores, professoras, no que se refere à construção de uma relação particular com a matemática.

Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa - AS RELAÇÕES E SIGNIFICADOS DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO E NA MEDIAÇÃO DO CONHECIMENTO MATEMÁTICO (CNPq, pr: 308849/2009-4)

Palavras-chaves: mediação escolar do conhecimento, socialização de gênero, matemática.

Pesquisador – P

ES

AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E SUAS COMPETÊNCIAS PARA RESOLVER E ANALISAR A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS MATEMÁTICOS. *Regina Pina das Neves (Instituto de Matemática e Estatística, Universidade Federal de Goiás, GO) e Maria Helena Fávero (COGITO – Laboratório de Psicologia do Conhecimento - Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, DF).*

As avaliações oficiais e as pesquisas apontam dificuldades particulares com a divisão e os números racionais e nossos estudos têm apontado que alunos e professores vêm desenvolvendo uma compreensão limitada do sistema numérico, das quatro operações e dos algoritmos formais. Também têm evidenciado, como os dados oficiais, a existência de um *gargalo* entre o quinto e o sétimo ano do Ensino Fundamental e sua relação estreita com as dificuldades dos estudantes com o número racional e a divisão. Nossa pesquisa bibliográfica sobre o assunto apontou que: 1. há um melhor desempenho dos alunos em situação de divisão partitiva com quantidades contínuas e que a noção de divisão precede o uso de procedimentos matemáticos formais; 2. os algoritmos alternativos são os mais utilizados na resolução de problemas e vistos pelos alunos como mais eficazes do que o formal; 3. que estes alunos não demonstram compreensão da lógica do algoritmo formal, o que pode explicar a preferência pelos algoritmos alternativos; 4. os alunos utilizam pouco o registro fracionário (a/b), optando pela conversão para o registro decimal ou natural; 5. observa-se um melhor desempenho nas situações que envolvem o sistema monetário; 6. os estudantes tratam os números decimais como um conjunto numérico dissociado dos fracionários. Portanto, permanece um grande impasse: os professores não consideram os registros construídos pelos alunos como instrumentos importantes para a aquisição dos registros convencionais e, os alunos não o utilizam adequadamente porque desconhecem a sua lógica. Ora, há que se salientar que a grande maioria dos docentes de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental é do sexo feminino e não licenciados em matemática. Inspirando-nos nestas questões, desenvolvemos um estudo com 32 mulheres, entre 20 e 40 anos, 26 pedagogas e 6 psicólogas, todas profissionais da educação. Dentre as pedagogas, 11 eram professoras da Educação Infantil e das Séries Iniciais do Ensino Fundamental; duas atendiam alunos em situação de dificuldade de aprendizagem; uma era professora de informática; duas eram diretoras; e três eram orientadoras. As psicólogas atuavam em clínicas para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem. Propusemos a todas duas tarefas. A primeira apresentava uma situação-problema inserida em um contexto de compra que exigia, para sua solução, a busca de um padrão numérico e domínio das quatro operações. A segunda solicitava a análise dos registros de sete alunos produzidos na resolução de três situações-problema. Os resultados evidenciaram para a primeira tarefa, a dificuldade destas profissionais em ler os números expressos na seqüência numérica e identificar neles a regularidade que os associava. Este dado pode indicar que na sua história de escolarização, não foram construídas competências conceituais relacionadas às noções pré-algébricas. Na segunda tarefa elas descreveram o erro sem levantar hipóteses; atribuindo-o ao aluno e apresentam discurso construtivista, incompatível com suas respostas. Evidenciaram-se suas dificuldades no que diz respeito à identificação de padrões numéricos e à compreensão textual do problema apresentado e à notação do algoritmo formal das operações, em especial o da divisão.

Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa - AS RELAÇÕES E SIGNIFICADOS DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO E NA MEDIAÇÃO DO CONHECIMENTO MATEMÁTICO (CNPq, pr: 308849/2009-4).

Palavras-chave: Competências matemáticas, resolução de problemas, avaliação.
Doutorado-D

ES

“AS MENINAS SE ESFORÇAM; OS MENINOS ESTÃO PRONTOS PARA O RACIOCÍNIO MATEMÁTICO”: O DISCURSO DE PROFESSORAS E PROFESSORES DE MATEMÁTICA E A MEDIAÇÃO GENDRADA DO CONHECIMENTO. *Zuila Alves* (Faculdade Jesus Maria José, DF) e *Maria Helena Fávero* (COGITO – Laboratório de Psicologia do Conhecimento - Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, DF).

A literatura nacional e internacional tem enfatizado a importância da relação entre gênero, ciência e matemática e da relação entre desenvolvimento psicológico, conhecimento e gênero. Esta ênfase tem fundamentado nossos estudos sobre a questão particular da relação entre a mulher, a ciência e a sociedade, segundo a perspectiva feminista que foca suas análises nas práticas do discurso da cultura e nas estruturas sociais que produzem e são produzidas por tais práticas. Tendo em conta esta perspectiva e a instituição escolar como foco, este estudo se desenvolveu em duas fases. Na primeira entrevistamos 5 professoras de matemática que atuam da 6ª a 9ª série do Ensino Fundamental, na faixa de 40 anos e 4 professores de matemática que atuam no ensino médio, entre 25 e 39 anos, todos de uma mesma escola da Rede Particular de Ensino de uma cidade satélite do DF. O tempo de exercício do magistério variava entre 5 a 30 anos. As entrevistas semi-estruturadas em 4 eixos – o desempenho de alunas e alunos em matemática; as possíveis explicações para as possíveis diferenças de desempenho; gênero e áreas de conhecimento; justificativas para explicar suas próprias opções pela matemática – foram registradas em áudio com o consentimento de todos. Tomando-se a proposição como unidade de análise, o conteúdo do discurso das entrevistas, revelou que: 1/ para as professoras: as meninas vão bem em matemática porque se esforçam; os meninos estão prontos para o raciocínio matemático; escolheram a matemática porque tinham mais facilidade; tiveram alguém fora ou dentro da família – uma figura masculina - que as incentivaram. 2/ para os professores: as meninas tendem naturalmente para as áreas humanas e os meninos para as exatas; as meninas se esforçam para aprender, mas não têm o raciocínio matemático desenvolvido; optaram pela matemática porque tiveram facilidade desde criança. Da segunda fase, participaram 8 alunos do sexo masculino, entre 14 e 15 anos de idade, da 9ª série da mesma escola, a quem propusemos a discussão da questão: “*na opinião de vocês quem se sai melhor em matemática, os meninos ou as meninas?*” A análise da discussão evidenciou dados contraditórios com os das professoras e professores. Segundo os estudantes: as meninas são mais inteligentes na matemática; elas são mais maduras; elas estudam mais; aprendem com mais facilidade; a maioria dos meninos só quer “vadiar”; os meninos têm ter alguém “empurrando”, senão “a gente não aprende não”. Para comprovar sua posição o grupo forneceu dados: na sua classe de 35 alunos, 15 do sexo feminino e 20 do sexo masculino, 8 alunas se destacam em matemática contra 2 alunos. O presente estudo aponta indícios sobre o chamado “*currículo oculto das escolas*”, em referência aos valores sociais gendrados que permeiam as informações, os procedimentos e as próprias atividades escolares e que se constituem em peças fundamentais da *socialização*. Ficou evidenciado que os professores e professoras têm expectativas diferentes para meninos e meninas e isso ainda permanece como um dado particularmente presente no caso do ensino da matemática.

Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa - AS RELAÇÕES E SIGNIFICADOS DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO E NA MEDIAÇÃO DO CONHECIMENTO MATEMÁTICO (CNPq, pr: 308849/2009-4)

Palavras-chave: gênero, ciência e matemática; concepções sobre a matemática; escolarização e socialização gendradas.

Outro

ES

A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS E A EVIDÊNCIA DA RELAÇÃO ENTRE DADOS COGNITIVOS E SIGNIFICADOS DE GÊNERO. *Yilton Riascos (Departamento de Matemática e Estatística da Faculdade de Ciências Naturais, Exatas e da Educação da Universidade de Cauca, Colômbia) e Maria Helena Fávero (COGITO – Laboratório de Psicologia do Conhecimento - Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, DF).*

A resolução de problemas envolvendo conceitos estatísticos tem sido apontada na literatura sobre educação estatística como um instrumento para avaliar conceitos matemáticos básicos. Como tal também se presta ao estudo da Psicologia cognitiva e fornece subsídios para a Psicologia educacional. Relatamos um estudo do qual participaram 150 alunos de ambos os sexos, de uma escola da rede pública de Brasília, DF, 70 da quinta série e 80 da oitava série do ensino fundamental, para os quais uma mesma situação problema foi proposta: a comparação do conteúdo de duas diferentes marcas de caixas de fósforos, digitada em folhas de papel A4, envolvendo medidas de posição central – média, mediana e moda – explicitadas em 3 casos fictícios de amostragens. Em cada um dos 3 casos se buscava que os estudantes determinassem, a partir de seus critérios e cálculos, a marca de fósforos que, segundo os dados apresentados teriam mais conteúdo em suas caixas, de acordo com a seguinte situação: *“As empresas X e Y, fabricam fósforos e vendem em caixinhas. Todas as caixas apresentam uma etiqueta que indica 40 fósforos de conteúdo. Sabe-se, por observação e contagem que algumas caixas nem sempre têm o mesmo número de fósforos. Algumas vezes elas apresentam uma maior ou menor quantidade de fósforos; outras vezes, apresentam efetivamente a quantidade indicada (40)”*. Os resultados evidenciam que: 1/ a maior parte dos estudantes se limitaram a somar todos os dados apresentados para cada caixinha, em cada caso; 2/ a estratégia mais usada foi somar os maiores valores de cada caixa, em cada caso; 3/ uma minoria dos estudantes de 8ª série utilizaram a soma e a divisão para encontrar uma solução; 4/ o gênero é uma variável importante neste tipo de estudo: a/ no caso dos estudantes da 5ª série, todos os do sexo feminino procuram desenvolver uma estratégia para resolver o problema, enquanto 18,42% do sexo masculino não o fazem; b/ este dado se inverte no caso dos estudantes de 8ª série: 27,91% do sexo feminino não desenvolvem uma estratégia de resolução, para 10% do sexo masculino que não o fazem. As conclusões apontam para: a importância do ensino de estatística no currículo de matemática do ensino fundamental; a importância de assegurar que os professores de matemática tenham uma idéia adequada de distribuição e conceitos relacionados para este ensino; a importância de se considerar a articulação entre o gênero e o ensino e aprendizagem das diferentes áreas do conhecimento; a importância do papel da psicologia educacional neste contexto.

Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa - AS RELAÇÕES E SIGNIFICADOS DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO E NA MEDIAÇÃO DO CONHECIMENTO MATEMÁTICO (CNPq, pr: 308849/2009-4)

Palavras-chave: resolução de problemas, desenvolvimento cognitivo; significados de gênero.

Doutorado-D

SKINNER E MALINOWSKI: DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE PRÁTICAS CULTURAIS.

KULA: CONJUNTO DE PRÁTICAS CULTURAIS COM VALOR DE SOBREVIVÊNCIA POSITIVO? *Camila Muchon de Melo e Júlio César Coelho de Rose (Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Psicologia, São Carlos, SP).*

Skinner procurou substituir por uma ciência do comportamento não apenas a psicologia tradicional, mas também as demais disciplinas em que se fragmenta a ciência do Homem. Ele não rejeitava, na psicologia como nas demais ciências humanas, as descobertas factuais, mas apenas as explicações mentalistas predominantes na maioria delas. O Behaviorismo Radical seria, de acordo com ele, um arcabouço teórico mais produtivo, que proveria uma fundamentação científica sólida para todas essas ciências. Apesar disso, a visão skinneriana parece ter tido pouco impacto nas ciências humanas, sendo em geral rejeitada como reducionista e simplista. Poderíamos esperar, em particular, que a aplicação, feita por Skinner, do modelo de “seleção pelas consequências” às práticas culturais tivesse uma ressonância na Antropologia. Porém prevalece nessa disciplina uma visão distorcida da concepção skinneriana que praticamente elimina a sua influência. Além disso, pode-se argumentar que os próprios estudiosos skinnerianos interessados em processos sociais e culturais têm dado pouca atenção às contribuições das ciências sociais. Entretanto, quando esforços desse tipo ocorrem parecem produzir um conhecimento que possibilita ao Behaviorismo Radical discutir efetivamente questões ainda controversas sobre os fenômenos humanos. De acordo com o modelo de seleção pelas consequências, algumas práticas culturais possibilitam o fortalecimento de uma cultura. Nesse contexto, Skinner defende que a sobrevivência de uma cultura dependerá do valor de sobrevivência do conjunto de suas práticas, das relações entre elas e das contingências vigentes que permeiam tais relações. Assim, práticas culturais que foram selecionadas por processos de variação e seleção apresentariam algum papel no fortalecimento de uma cultura. Portanto, operantes culturalmente estabelecidos podem apresentar contribuição com a sobrevivência da cultura. Um exemplo interessante de um conjunto de práticas culturais é o sistema de trocas recíprocas denominado Kula, descrito na obra “Os argonautas do pacífico ocidental”, do antropólogo Bronislaw Malinowski. Esse sistema investigado com primor pelo antropólogo se desenvolveu nas Ilhas Trobriand e compreende uma variedade de costumes que permeiam a prática fundamental do Kula: a troca de colares por braceletes. O Kula apresenta uma rede de relações entre indivíduos e entre comunidades inteiras. Assim, nesse contexto de investigação o presente trabalho teve o objetivo de analisar conceitualmente o conjunto de práticas culturais envolvido no Kula sob a ótica behaviorista radical. Em um primeiro momento o conceito skinneriano de sobrevivência da cultura foi investigado e posteriormente as descrições de Malinowski sobre o Kula foram confrontadas com o sistema explicativo de Skinner no que se refere a esse conceito. Este estudo apresenta as contribuições bem como incongruências do modelo explicativo skinneriano para a análise da cultura, além disso, a própria carência de estudos, como este, na literatura behaviorista radical sugere mais um elemento de justificativa. Tal investigação revelou pontos frutíferos na análise comportamental da cultura, além de possíveis controvérsias do modelo de seleção pelas consequências como base para a explicação da evolução da cultura.

Trabalho financiado pela FAPESP através de bolsa de Pós-doutorado, processo número: 2008/56801-3.

Palavras-chave: Behaviorismo Radical, Cultura, Kula.
Nível do Trabalho: Pós-Doutorado (PD)

Área: AEC Análise Experimental do Comportamento

OS ARGONAUTAS DO PACÍFICO OCIDENTAL DE MALINOWSKI. *Sandra Brocksom*** (Universidade Federal do Paraná, Departamento de Antropologia Social).

Para Antropologia, Bronislaw Kaspar Malinowski (1884 – 1942) pode ser considerado um dos representantes de uma primeira geração de investigadores de campo e do que pode ser chamada como “escola funcionalista britânica”. Grosso modo, as sistematizações teóricas do método funcionalista de Malinowski podem ser consideradas como permeadas de contradições insolúveis e generalizações apressadas. Mas desfaz-se a visão de sociedades ditas tribais como fósseis vivos do passado do homem civilizado, postulados pelo evolucionismo social. Deste período, até o fim do século XIX, a maioria dos antropólogos não tivera contato estreito com os chamados povos primitivos sobre os quais escreviam. Seus trabalhos baseavam-se em informações sobre as ditas sociedades tribais contidas em relatos de viajantes, colonos, missionários e funcionários dos governos coloniais. Malinowski transforma a tradição da disciplina ao permanecer por dois extensos períodos entre os trobriandeses (ilhas da Melanésia, Nova Guiné) de dezembro de 1914 e outubro de 1918. Viveu permanentemente na aldeia, aprendeu a língua nativa que possibilitaram a observação direta da riqueza de significados que permeia a vida social e o universo cultural. Tal trabalho de campo consistiu na prática do que hoje é conhecida como observação participante, grande inovação do Malinowski. Em *Argonautas do Pacífico Ocidental*, Malinowski apresenta novas técnicas de investigação e novos métodos de interpretação (especialmente na Introdução). A etnografia adquire a capacidade de reconstruir e transmitir uma experiência de vida diversa da nossa, mas nem por isso menos rica ou menos humana. Na mistura singular de objetividade científica e vivência pessoal, Malinowski descreve todos os aspectos da sociedade trobriandesa vistos da perspectiva do Kula: instituição que representa complexo sistema simultaneamente político, econômico e religioso de trocas recíprocas. São “prestações totais” – tributos, presentes, concessões – que podem ser vistas como “sistemas de mundo” que permeiam a vida social e cultural. O presente trabalho quer descrever um sistema de dádiva e aliança através do arcabouço teórico da Antropologia, em especial da teoria da dádiva de Marcel Mauss. O presente trabalho pretende apresentar *Argonautas do Pacífico Ocidental* ao público interessado na interface entre psicologia e antropologia. Assim, pretende-se mostrar a importância singular de Malinowski e a contribuição da Antropologia.

Palavras-chave: Antropologia, sistema de trocas, etnografia.

Nível do trabalho: Mestrado (M).

Área: Antropologia Social.

KULA, NECESSIDADES BÁSICAS E NECESSIDADES DERIVADAS NA ANTROPOLOGIA FUNCIONAL: RELENDO MALINOWSKI E ENCONTRANDO SKINNER? *Kester Carrara* (Departamento de Psicologia – UNESP- Bauru)

A longa estada de Malinowski nas Ilhas Trobriand proporcionou à Antropologia e às disciplinas que com ela se articulam, o desenvolvimento de novas estratégias de pesquisa e a proposição de um sistema explicativo renovado dos fatos culturais. A partir da descrição sistemática do complexo sistema de trocas operado pelos ilhéus da região, compilado nas várias expedições do antropólogo polonês, evidencia-se sua rejeição às explicações mentalistas do processo cultural. Desde quando se reporta ao Kula, em *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922), Malinowski coloca em dúvida a pertinência das explicações psicodinâmicas baseadas em perfis, traços, predicados imanentes de personalidade e qualquer outro constructo que implicasse idiosincrasias culturais. Em troca, aos poucos foi consolidando os rudimentos de sua Antropologia Funcional, veiculada na obra póstuma *Uma Teoria Científica da Cultura* (1944). Entre os conceitos centrais de seu funcionalismo, o autor detalha os de “necessidades primárias” e “necessidades derivadas”. O primeiro, talvez mais óbvio, apóia-se na convicção da existência de “sequências vitais permanentes” em todas as culturas e seria constituído pela tríade “impulsos-atos-satisfação” e composto por instâncias e processos biológicos naturais: respiração, fome, sede, apetite sexual, fadiga, sono e outros. O segundo conceito implica uma instrumentalização cultural de ações que constituem modos sociais próprios de uma dada população, para assegurar mediante interação complexa o suprimento das necessidades essenciais, de natureza eminentemente biológica. A lógica desse funcionalismo antropológico é defendida por Malinowski ao mostrar que as práticas culturais, por mais elaboradas, exóticas e estranhas que possam parecer, têm uma finalidade controlada pelos efeitos que produzem no ambiente para suprimento de necessidades básicas. Malinowski fundamenta suas considerações em dados etnográficos coletados longitudinalmente a partir de observações naturalísticas de costumes, análise de relatos das populações estudadas, descrição de objetos, rituais e outros eventos típicos do trabalho antropológico. Embora não use essas expressões, conclui por uma dimensão eminentemente filogenética e por outra, ontogenética e cultural, baseada nas relações necessidade-ação. Se comparada com a concepção skinneriana dos três níveis de e variação e seleção (filogenético, ontogenético e cultural), resultante de um extenso acúmulo de dados experimentais, não é difícil identificar similitudes lógicas, embora inconciliáveis as fontes de dados: ambos, a seu estilo, a seu tempo e no respectivo contexto e formação acadêmica, enxergam as práticas culturais sob uma ótica apoiada seja nas funções, seja nas consequências que as selecionam. Desse modo, embora o par antropológico de Skinner decantado na literatura behaviorista seja Marvin Harris (materialismo cultural), os instigantes e cuidadosos relatos (via observação participante) de Malinowski sobre o Kula (por exemplo) e mesmo sua análise funcionalista incipiente, parecem permitir uma interessante e auspiciosa interpretação behaviorista radical da cultura. Lê-se Skinner em Malinowski?

Palavras-chave: Malinowski, Skinner, Cultura.

Nível do Trabalho: Pesquisador (P)

Área: AEC Análise Experimental do Comportamento

O KULA SOB O PONTO DE VISTA DA INTERPRETAÇÃO SKINNERIANA DE COMPORTAMENTO VERBAL. *Paulo Roberto dos Santos Ferreira e Júlio César Coelho de Rose (Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Filosofia, São Carlos, SP).*

Propõe-se uma interpretação comportamentalista radical do sistema de trocas simbólicas, o Kula, descrito por Bronislaw Malinowski em sua obra *OS ARGONAUTAS DO PACÍFICO OCIDENTAL*. O Kula é o intercâmbio simbólico de bens entre tribos de habitantes das ilhas ao norte e leste da Nova Guiné (aborígenes das Ilhas Trobriand) estudadas por Malinowski. Essa troca envolve bens decorativos, como colares e braceletes, e funciona seguindo uma regularidade que não se difere, segundo o antropólogo, de grande parte dos sistemas sociais presentes em outras civilizações, como é o caso de sociedades européias tradicionais. Sob esse ponto de vista, é sugestivo que o Kula possa ser considerado conforme a abordagem skinneriana de estudo do comportamento humano, incluindo a interpretação do sistema social responsável pela sua origem, manutenção e modificação. A perspectiva skinneriana de investigação científica do comportamento humano concebe o objeto de estudo da psicologia como sendo constituído pelas relações funcionais estabelecidas entre eventos do ambiente e do organismo, e enfatiza o efeito das conseqüências das ações dos organismos sobre a evolução do comportamento individual. Tal proposição oferece um modo diferenciado de se interpretar os comportamentos geralmente considerados simbólicos, como é o caso das trocas do Kula, tomando-os sob a ótica das unidades funcionais constituintes do comportamento verbal. Além disso, Skinner sugere que seu modelo de análise e interpretação do comportamento humano seja estendido ao objeto de outras disciplinas científicas, como é o caso da Antropologia. A partir disso, o presente trabalho tentou responder às seguintes questões: 1) O sistema de trocas simbólicas do Kula pode ser satisfatoriamente descrito sob a perspectiva comportamentalista radical de interpretação do comportamento verbal? 2) O que mantém a efetividade das regras que governam o funcionamento do Kula? 3) As regras que governam o Kula são variáveis comportamentais ou são regularidades emergentes do comportamento coletivo em questão? 4) Os aspectos identificados por Malinowski no Kula, sendo comuns aos de trocas simbólicas em outras sociedades humanas, são atributos simbólicos irreduzíveis ou podem ser satisfatoriamente explicados em uma perspectiva skinneriana? Buscando identificar respostas satisfatórias a essas questões, o presente estudo empregou como procedimento metodológico preliminar a identificação de possibilidades interpretativas às explicações oferecidas por Malinowski na referida obra, sem perder de vista a possibilidade de se constatar, dessa forma, insuficiências no modelo explicativo skinneriano. O empreendimento é justificado como uma tentativa de aplicação do sistema explicativo skinneriano do comportamento verbal na interpretação de um objeto de estudo típico da Antropologia, visando também, desse modo, verificar a plausibilidade e a produtividade da abordagem comportamental.

Trabalho financiado pela FAPESP por meio de bolsa de pós-doc.

Palavras chave: Comportamento Verbal, kula e comportamento simbólico.

Nível do trabalho: pós-doc (PD).

Área: AEC Análise Experimental do Comportamento.

A CIÊNCIA DOS VALORES DE B. F. SKINNER COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DE UM CASO ETNOGRÁFICO. *Marina Souto Lopes Bezerra de Castro** e Júlio César Coelho de Rose (Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Filosofia, São Carlos, SP)*

Como parte dos trabalhos realizados em nosso grupo de estudos sobre cultura por meio do olhar analítico-comportamental, o presente estudo visou a testar a adequabilidade da Ciência dos Valores de B. F. Skinner enquanto instrumento conceitual de análise de uma prática cultural descrita em importante estudo etnográfico. Este trabalho é um estudo preliminar e faz parte da tentativa de abordar outros aspectos do modelo skinneriano, pouco explorados, onde há interseção com a Antropologia e com a Filosofia Ética. Nosso objeto é o Kula, prática de trocas estabelecida em um conjunto de ilhas do Pacífico Ocidental e descrita por Bronislaw Malinowski em sua obra do início do século passado. O autor relata sistematicamente o que observou durante o período em que conviveu com os nativos das ilhas da Nova Guiné. A Ciência do Comportamento, como ferramenta de análise dos valores, considera, como ponto de partida, que os valores pertencem ao mundo empírico, são fatos. O que um dado grupo de pessoas valoriza tem sua origem nas três histórias de variação e seleção e, conseqüentemente, há uma relativização dos valores. Sob esse viés, é possível analisar a generosidade, enquanto valor primordial no Kula. Os indivíduos não são generosos porque possuem generosidade, mas sim porque há contingências sociais, bem descritas por Malinowski, que estabelecem determinados comportamentos, os quais são classificados como generosos, e as condições a eles relacionadas são rotuladas como “generosidade”. Outro aspecto moral importante é o mito. Apesar de o considerarmos narrativa fantástica, ele é visto pelos nativos como verdadeiro, histórico. As narrativas mitológicas refletem as condições da sociedade, ao mesmo tempo em que explicam a origem de certos acidentes geográficos, de certas práticas culturais e as justificam; dessa forma, estabelecem normas de conduta que norteiam muitas das práticas cerimoniais do Kula. Os comportamentos dos indivíduos praticantes do Kula são norteados, em grande parte, pelos mitos contados e recontados ao longo das gerações e durante as expedições Kula. Observamos como a narrativa mitológica se torna um referencial ético a partir do qual as atitudes das pessoas são julgadas ou norteadas. Um paralelo pode ser feito com o modo como, da própria Ciência, pode surgir uma Ética normativa. Se assumirmos *descrição* enquanto *explicação*, a Ciência, enquanto narrativa (por exemplo, ao descrever como a espécie evoluiu), também pode tomar sua narrativa como fundamento para uma Ética normativa, como Skinner parece, ao menos em parte, defender. Como conclusão inicial preliminar, pudemos constatar a utilidade da Ciência dos Valores de Skinner na análise dos critérios éticos, de certos valores presentes na prática do Kula. A Ciência do Comportamento, ao explicar as relações entre o indivíduo e o ambiente, o modo como, dessas relações, podem emergir narrativas mitológicas e como tais narrativas estabelecem valores em uma Ética Normativa, se mostrou eficaz como ferramenta de análise da prática descrita nesse famoso relato etnográfico de Malinowski. Além disso, de forma um tanto provocativa, estabelecemos um paralelo entre a Ciência e o Mito, pois ambos explicam e justificam o presente e predizem e normatizam o futuro.

Trabalho financiado pela FAPESP por meio de bolsa de doutorado, processo número 2008/57160-1.

Palavras chave: Behaviorismo Radical, Kula e Ciência dos Valores.

Nível do trabalho: doutorado (D).

Área: AEC Análise Experimental do Comportamento.

O SISTEMA ECONÔMICO-SOCIAL DO KULA EM UMA PERSPECTIVA BEHAVIORISTA RADICAL DE INTERPRETAÇÃO DA CULTURA. *Guilherme Bergo Leugi** e Júlio César Coelho de Rose (Laboratório de Estudos do Comportamento Humano, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP)*

A produção de estudos de interpretação de dados culturais sob o viés do Behaviorismo Radical, mesmo estando presente desde o seu estabelecimento, tem sido intensificada nas últimas décadas. A perspectiva de um estudo cultural orientado por este corpo de conhecimento pode trazer vantagens para seu desenvolvimento e contribuições para uma melhor compreensão do homem em sua cultura, produzindo e interagindo com o ambiente que determina seu comportamento. O debate tem abrangido questões que vão desde a formulação conceitual, e suas decorrências, até diferentes métodos de apreender o dado cultural sob esta perspectiva. Uma corrente importante de proposições conceituais na área tem utilizado (e produzido, afinal ainda é um conceito não finalizado) a definição de metacontingência, sendo esta uma das unidades culturais selecionadas no processo de evolução cultural. Uma metacontingência, em linhas gerais, pode ser compreendida como a relação de seleção que um dado ambiente selecionador inflige sobre um produto específico de um entrelaçamento de contingências comportamentais. A definição de Contingências Comportamentais Entrelaçadas (CCEs) é compreendida como um dos conceitos fundamentais para uma análise comportamental da cultura. CCEs são caracterizadas por um conjunto de relações entre contingências comportamentais individuais que configura uma rede, constante e temporalmente contínua, responsável pela produção de um efeito cultural diferente daquele produzido individualmente. A identificação de CCEs pode ser um passo importante para a compreensão de um dado sistema econômico-social e das condições necessárias à sua manutenção ou extinção ao longo do tempo e, desse modo, também pode ser um estágio prévio ao da proposição tecnológica de intervenção cultural. O trabalho de Bronislaw Malinowski, na descrição rica e detalhada das relações componentes do Kula (um sistema inter-insular de trocas de bens), em seus *Argonautas do Pacífico Ocidental* (obra clássica da metodologia etnográfica em Antropologia), apresenta-se como uma apropriada e rica fonte de dados para a identificação de CCEs e seus produtos culturais. Foram objetivos deste estudo, portanto, recorrer às descrições feitas no trabalho mencionado a fim de identificar, de um ponto de vista behaviorista radical, redes de entrelaçamento de contingências comportamentais e seus produtos culturais a fim de propor uma análise funcional econômica e cultural do Kula. Foi também meta do presente estudo identificar pontos de convergência e discrepâncias das propostas behavioristas radicais de interpretação cultural com as descrições do Kula, como um caso exemplar, de reconhecida importância antropológica, feitas por Malinowski. De posse do material identificado, foi possível propor análises que são compreendidas como enriquecedoras do debate atual referente à interpretação behaviorista radical da cultura, na direção de apreender certos avanços e limites dessa proposta bem como em alguma medida pontuar encaminhamentos de investigação futuros para essa abordagem em relação à cultura.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Palavras-chave: Contingências Comportamentais Entrelaçadas, Análise Comportamental da Cultura, Kula.

Nível do trabalho: Mestrado (M)

Área: AEC

ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO CONCEITUAL NUMÉRICO.

DESEMPENHO DE IDOSOS EM TAREFAS AUDITIVAS E VISUAIS DE CÁLCULOS MATEMÁTICOS. *Rossit, R. A. S.; Ramos, L. Z.; Lopes, C. F.; Favaro, F. C. P.; Garcia, J. M. (Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista).*

O estudo do processo de envelhecimento tem sido guiado por paradigmas sociológicos e desenvolvimentistas, que levam em conta o fator biológico como uma variável causal dos déficits e do desempenho. A Análise do Comportamento, entretanto, considera que a interação entre o organismo e o ambiente em que ele se insere pode ser manipulada de forma a melhorar os comportamentos emitidos. Existem razões que suscitam o interesse pelo estudo na área de gerontologia comportamental, destacando-se a questão de atuar junto aos idosos na busca de meios e soluções para tentar devolver ou restaurar o que o tempo, gradativa ou repentinamente, os fez perder, como por exemplo, a memória, a interação social, a autonomia, a independência nas atividades do cotidiano, a comunicação e a valorização pela vida. As pesquisas apontam que o idoso tem capacidades e potenciais para desempenhar diversas atividades e para continuar aprendendo, quando se utiliza procedimentos de intervenção cuidadosamente delineados para minimizar ou solucionar os problemas comuns encontrados nessa etapa da vida. O objetivo do presente estudo foi avaliar o desempenho de idosos residentes em instituição de longa permanência e na comunidade em tarefas auditivas e visuais de cálculos matemáticos. Participaram 16 idosos, sendo oito da instituição e oito da comunidade na faixa etária de 80 anos e déficit no item cálculo do Mini-Mental. Como estímulos foram utilizados sentenças matemáticas de subtração ditadas e impressas e algarismos impressos em unidades e dezenas. As tarefas foram programadas no programa computacional Mestre® com estímulos modelo apresentados sucessiva (auditivo-visual) ou simultaneamente (visual-visual). Na avaliação do repertório de entrada, os resultados mostram um desempenho mais elevado para os idosos da comunidade em comparação aos idosos da instituição. Na avaliação do desempenho nas tarefas de cálculo matemático, os idosos da comunidade tiveram acertos variando de 3,9% a 11% maior na discriminação visual-visual em comparação às auditiva-visual e para os idosos da instituição a variação foi de 5,8% a 32%. Estes achados contrapõem a dados históricos na área da equivalência de estímulos. As dificuldades estiveram relacionadas à realização de tarefas cujos estímulos modelo e escolhas se apresentaram sucessivamente, com hipótese de déficit na capacidade de retenção do estímulo auditivo enquanto processava a operação matemática. Na apresentação simultânea, os estímulos modelo e escolha permaneciam presentes durante a resolução do problema. Os idosos da instituição parecem perder a equivalência entre estímulos auditivos e visuais em maior proporção que os da comunidade, o que pode ser atribuído a variáveis espúrias. A velocidade na resolução dos problemas foi 9,5 % maior nos idosos da comunidade. O fator idade parece não ser uma variável que interferiu no desempenho, entretanto, a variável ambiental, viver na instituição ou na comunidade, foi fator determinante nas diferenças observadas. Os dados indicam que o procedimento foi eficiente para avaliar o desempenho matemático e a equivalência de estímulos em pessoas idosas, entretanto, no Brasil, ainda não se tem uma consistência na produção de conhecimentos e pesquisas desenvolvidas com idosos na abordagem comportamental, o que demonstra a relevância científica e social da presente pesquisa.

Apoio: FAPESP

Palavras-chave: Comportamento matemático, discriminação condicional, idosos.

Código da área de Pesquisa: AEC.

ANÁLISE FUNCIONAL NO ENSINO DE MATEMÁTICA: UM CASO DE ALTO ÍNDICE DE REPROVAÇÃO. *Celso Socorro Oliveira (LEIA – Laboratório de Ensino Informatizado e Aprendizagem, Departamento de Computação, Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, UNESP – Bauru – SP, Brasil)*

Alunos sempre fizeram parte dos desafios docentes para resolver comportamentos-problema através do re-arranjo de contingências. Se a disciplina estiver relacionada à matemática, vários comportamentos problemáticos são largamente relatados na literatura, que vão de sentimentos (como ansiedade, raiva, medo) à escolha da profissão baseada em fuga, ou esquiva. A capacitação em Análise do Comportamento instrumentaliza o professor para manejar problemas identificados em sala, incluindo os didáticos, assim como intervir no repertório de comportamentos. O presente estudo fez a análise das contingências presentes em uma disciplina com história de reprovação, superior a 50%, dos alunos de um curso noturno de licenciatura de matemática. O problema apresentava algumas características singulares: 1) o novo currículo é recente (com quatro anos de existência); 2) nos anos anteriores o índice de reprovação dos alunos foi superior a 50%; 3) a disciplina é obrigatória e pertence ao primeiro termo do próprio curso; 4) houve revezamento de docentes e ambas demonstraram preocupação ante ao nível de reprova, além da disposição em participar do experimento; 5) as docentes têm a mesma formação acadêmica e desconhecem Análise do Comportamento. As atividades ocorreram em duas frentes: na primeira, foram investigadas possíveis causas para esse problema, consultando a turma. Um questionário foi elaborado para coleta de dados sobre o que os 25 alunos respondentes achavam sobre matemática, da disciplina, do método e do professor. Os resultados da pesquisa denotaram dois tópicos importantes: a falta de saber sobre a aplicação prática do principal assunto da disciplina e a falta de conhecimento em demonstração de teoremas, ambas consideradas como prováveis falhas do ensino médio. Na segunda frente foi proposta uma intervenção com voluntários da turma: Três participantes realizaram as atividades de uma aula prática (no laboratório de informática do curso), com duração de três horas, em um período diferente do de aulas. O tema da aula foi “Animação em Computação Gráfica”, conduzida por alunos veteranos, do segundo ano, do curso e cujo material continha muitos elementos gráficos em 3D. Durante a aula foi apresentado a unidade de representação do movimento da Animação (a Matriz), que era o assunto indicado como altamente teórico no questionário, e que foi caracterizada pelos alunos como uma surpresa em questionário pós-aula. Os resultados da avaliação bimestral da disciplina apontaram que os alunos participantes estavam entre os dez mais pontuados da turma de quarenta alunos, em uma faixa de notas muito superior à média da turma. Um novo questionário foi aplicado no ano seguinte, novamente as queixas dos alunos foram mantidas e 63% dos pesquisados tiveram nota inferior à média na primeira prova bimestral. Um dos elementos possíveis para esse efeito poderia ser a influência da fala dos veteranos sobre os ingressantes, já mais de 50% dos 32 respondentes indicaram ter recebido informações negativas sobre a disciplina. Novos experimentos estão sendo conduzidos para garantir que o efeito da aula seja efetivo nas notas e analisar qual o impacto da mudança de comportamento dos veteranos sobre iniciantes, já que o segundo questionário indicou tal possibilidade com alta probabilidade de ocorrência.

Apoio financeiro: PROEX-UNESP.

Palavras-chave: análise funcional; educação matemática, ansiedade.

Código da área de Pesquisa: AEC.

EQUIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS SEQUÊNCIAIS APÓS O ENSINO POR SOBREPOSIÇÃO EM CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES. *Livia Bentes de Souza**. (Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Pará, Belém, PA), *Ana Letícia de Moraes Nunes***, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA) e *Grauben José Alves de Assis ****(Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA)

O ensino de sequências por sobreposição de pares pode garantir a emergência da transitividade intra-sequência de forma inequívoca. Entretanto, a sobreposição de pares de estímulos pode induzir a erros com a reversão da função de estímulos em um mesmo conjunto: um estímulo comum exerce a função de segundo e em seguida de primeiro (por exemplo: $A1 > A2$; $A2 > A3$). Um estudo anterior demonstrou a emergência de relações transitivas e de produção de sequências completas a partir do ensino de subseqüências de três estímulos em pessoas com atraso no desenvolvimento cognitivo. O objetivo do presente estudo foi investigar se o ensino de sequências através de sobreposição de trios de estímulos numéricos pode servir de base para a emergência de relações ordinais em crianças pré-escolares. Três crianças pré-escolares participaram do estudo. As sessões experimentais foram realizadas em uma sala de uma instituição social, com relativo isolamento acústico, iluminada e climatizada. Foi utilizado, um conjunto com nove estímulos visuais (numerais cardinais de 1 a 9). Um software (REL 5.0) foi utilizado na apresentação dos estímulos e registro das respostas de tocar sobre o numeral com um cursor do mouse em um computador. Um Laptop com tela de 15' posicionado ao lado do microcomputador, também era utilizado como equipamento auxiliar à pesquisa, para a apresentação de vídeo animado contingente a cada acerto do participante. Os participantes foram selecionados conforme o desempenho apresentado após a aplicação de pré-testes de nomeação e de ordenação. A tarefa experimental era ordenar os estímulos visuais numéricos, todos apresentados simultaneamente, em trios. Após o ensino por sobreposição com sequências numéricas de três estímulos (1-2-3, 3-4-5, 5-6-7) foram apresentados os testes de transitividade (por exemplo: 2-4, 4-6) e de novas sequências (por exemplo: 1-2-3-4-5). Os mesmos testes apresentados no pré-teste de nomeação e de ordenação foram reapresentados no final do experimento aos participantes, com o objetivo de comparar seu desempenho antes de ser submetido ao procedimento de ensino. Os resultados mostraram que todos os três participantes apresentaram um número elevado de acerto (83%, 92% e 95%, respectivamente) nos testes de transitividade. Porém, os participantes 1 e 2 apresentaram baixos índices de acerto (25% e 33%, respectivamente) nos testes de sequenciação. Os resultados são discutidos em função da maior complexidade desse procedimento se comparado ao de pares sobrepostos, devido ao número de recombinações possíveis de sequências nos testes. Conclui-se ainda que esses resultados apontam na direção correta da linha de base utilizada e nas contingências programadas.

*Bolsista de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq.

***Docente e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. (processo nº301559/2009-0).

Palavras-chave: Classes Ordinais, sequências comportamentais, pré-escolares.

Nível do trabalho: Iniciação Científica.

Código da área de Pesquisa: AEC.

AQUISIÇÃO DE COMPORTAMENTO CONCEITUAL NUMÉRICO POR MEIO DE FORMAÇÃO DE REDE DE RELAÇÕES NUMÉRICAS EQUIVALENTES. *Pedro Eugênio Pereira Aloi** e *João dos Santos Carmo* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.)

A aquisição de comportamento conceitual numérico pode ser descrita em termos de uma rede de estímulos numéricos equivalentes. Estudos baseados no paradigma de equivalência têm documentado a formação do comportamento conceitual numérico em crianças pré-escolares, no entanto os dados ainda são insuficientes para a descrição de quais as variáveis cruciais envolvidas. O presente estudo objetivou ampliar os achados da área. A partir da avaliação do repertório pré-aritmético de 10 crianças pré-escolares (etapa 1), elegeu-se um participante de quatro anos de idade para as etapas 2 e 3 (treino e pós-testes). Os estímulos utilizados foram: Estímulos A: algarismos nos valores de 1 a 6; Estímulos B: bolinhas (dots) nas quantidades de 1 a 6, com distribuição espacial na tela relativamente uniforme e simétrica, mantendo sempre o mesmo padrão; Estímulos C: nomes escritos dos números de 1 a 6. Estímulos D: Nomeação oral. As tarefas de pré-teste, treino e pós-testes foram apresentadas parte em uma mesa, por meio de círculos de papelão com aproximadamente 3 cm de raio, quadrados de papel de 4 cm por 4 cm com numerais impressos, e parte via computador com slides construídos com o programa *Microsoft PowerPoint 2007*. O Pré-Teste consistiu nas seguintes tarefas: nomeação de algarismos (AD), nomeação de nomes escritos dos números (CD), contagem, comparação entre conjuntos, ordenação crescente de algarismos e as relações: AA, BB, CC, AB, AC, BA, CA, BC, CB testadas por meio de um procedimento de *matching to sample* (MTS). Na etapa de Treino foi feito o treino da nomeação de algarismos e, por meio de MTS, uma revisão com reforço da relação AB e o treino da relação AC. Se o participante escolhesse o estímulo de escolha correto o *feedback* verbal era “muito bem”, “parabéns está correto” e o computador liberava som de aplauso. Se o estímulo de escolha não fosse o correspondente ao modelo o *feedback* verbal era “não é”, “está errado”, a tela do computador escurecia e lhe era indicado qual o estímulo correto. No Pós-Teste, foram testadas a contagem, comparação entre conjuntos, ordenação de algarismos e as relações AD, CD, BA, CA, BC e CB. Os resultados do pré-teste indicaram que P1 não apresentava a nomeação de nomes escritos e ordenação e possuía um índice de acertos muito baixo nas relações CC, AC, CA, BC e CB (33%, 25%, 25%, 17% e 33% respectivamente). No pós-teste P1 apresentou 83% de acertos na nomeação de nomes escritos, 100% na ordenação e nas relações CA, BC e CB, apresentou respectivamente 83%, 100% e 67%. Os dados até o presente momento confirmam a viabilidade do modelo de relações numéricas equivalentes e indicam que todas as relações testadas e treinadas mostraram-se igualmente relevantes na configuração da rede de relações que compõe o comportamento conceitual numérico. Um *follow-up* está previsto a fim de verificar a manutenção da rede numérica estabelecida, bem como a condução de sessões com as demais crianças pré-testadas.

Apoio: Instituto Nacional de C&T sobre Comportamento, Cognição e Ensino (CNPq/FAPESP)

Palavras-chave: comportamento conceitual numérico, habilidades pré-matemáticas, equivalência de estímulos

IC

Código de área de Pesquisa: AEC - Análise Experimental do Comportamento

AVALIAÇÃO DE REPERTÓRIO DE HABILIDADES PRÉ-ARITMÉTICAS: UMA ANÁLISE EXPERIMENTAL. *Rogério Crevelenti Fioraneli** e João dos Santos Carmo (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP)*

É crescente o número de estudos que utilizam diferentes tarefas para avaliar repertórios matemáticos. Porém, ainda são poucos os trabalhos que desenvolveram tarefas de avaliação das habilidades pré-aritméticas, cujas formulações baseiam-se no conjunto de repertórios pré-requisitos à aquisição de habilidades matemáticas mais complexas. O presente estudo fundamenta-se no modelo de rede de relações equivalentes para a descrição de comportamento conceitual numérico, o qual permite compreender o conceito de número como uma rede de relações numéricas entre estímulos e respostas. O objetivo foi avaliar o repertório pré-aritmético em pré-escolares e verificar o potencial de um conjunto de tarefas que comporão uma bateria mais ampla de atividades. Participaram oito crianças, entre três a quatro anos de idade, do Ensino Fundamental da rede privada de ensino de Araraquara/SP. Aplicou-se uma bateria com dezesseis tarefas que envolveram valores de 1 a 9 e os estímulos: numerais (A); conjuntos de figuras de objetos e animais, cuja distribuição espacial era aleatória (B); número escrito (C); número ditado (D); e nomeação (F). As relações testadas, apresentadas na ordem que se segue, foram: contagem, pareamento por identidade (AA, BB, CC), relações simbólicas (AB, AC, BA, CA, BC, CB), auditivo-visual (DA, DB, DC) e nomeação (AF, BF, CF). As relações presentes, ausentes e as não bem estabelecidas nos repertórios dos participantes foram graficamente representadas. No teste de contagem, os participantes apresentaram desempenho muito semelhante, ou seja, apresentam porcentagem de acertos na faixa de 25% a 40%. Nos testes de pareamento por identidade, nas relações AA e CC, os participantes apresentam porcentagem de acertos na faixa de 90 % a 100 %. Já a relação BB mostra desempenho com acerto de 10% a 30%, indicando a dificuldade encontrada nesta relação que necessariamente envolvia o comportamento de contar as figuras. Nos testes de relações simbólicas os participantes mostram desempenhos semelhantes nas relações AB, AC, BA, CA, BC e CB, resultando até 55% de acertos. No teste de pareamento auditivo-visual apresentam um desempenho com acertos entre 0% e 40%, nas relações DA, DB e DC. Finalmente no teste de nomeação, na relação AF e BF, os participantes apresentam desempenho em torno de 22% de acertos e na relação CF, 11% de acertos. Todas as crianças apresentaram desempenho pobre em tarefas envolvendo conjuntos e leitura de número escrito, particularmente, nas de contagem de conjuntos totais. Os resultados apontam para a viabilidade das tarefas empregadas na avaliação de repertórios pré-aritméticos. Tal recurso permite o planejamento do ensino estratégico de relações ainda não presentes no repertório da criança, proporcionando a emergência das relações ausentes, assim como o fortalecimento daquelas nas quais o sujeito apresenta desempenho pobre, de modo a completar a rede. Na literatura há controvérsias sobre se a habilidade de contar deveria fazer parte da rede de relações componentes do conceito de número. A avaliação conduzida no presente estudo não foi suficiente para apoiar qualquer conclusão nesse sentido. Os dados, entretanto, servirão para selecionar crianças que farão parte de um estudo sobre o papel da contagem na aquisição do comportamento conceitual numérico.

Apoio: Instituto Nacional de C&T sobre Comportamento, Cognição e Ensino (CNPq/FAPESP)

Palavras-chave: comportamento matemático, habilidades pré-aritméticas, crianças pré-escolares.

Mestrado – M

Código de área de Pesquisa: AEC - Análise Experimental do Comportamento

DESENVOLVIMENTO DE UM JOGO DE TABULEIRO PARA O ENSINO DE MANEJO DE DINHEIRO COM BASE EM RELAÇÕES DE ESTÍMULOS EQUIVALENTES. *Stélios S. Sdoukos***, *Grazielle B. F. Rebeiro Pellizzetti***, *Thiago Valério Ruas***, *Priscila Xander***, *Sílvia Regina de Souza e Verônica Bender Haydu* (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR)

O comportamento matemático pode ser considerado como sendo uma rede de relações entre numerais, Algarismos, símbolos, operações e manipulações dos elementos que compõem os problemas aritméticos. O uso de jogos pode tornar o processo de aprendizagem mais agradável e motivador, o que levou ao planejamento e construção de um jogo de tabuleiro que visa estabelecer as relações entre os seguintes estímulos presentes no comportamento de manejar dinheiro: preço escrito, preço falado, cédulas, moedas, composição e decomposição de valores monetários (construção de resposta), possibilitando que os jogadores que não aprenderam a manejar dinheiro ou que apresentam apenas parte desse comportamento possam desenvolver essa habilidade em suas variadas formas. O procedimento do presente estudo envolveu um levantamento bibliográfico do uso de jogos no ensino e da aplicação do conceito de equivalência de estímulos ao ensino, bem como das relações condicionais envolvidas no manuseio do dinheiro. As relações condicionais descritas na bibliografia foram especificadas em cartelas do jogo e nas casas do tabuleiro. O jogo desenvolvido é composto por 49 casas, distribuídas em quatro tipos: de compra (20 casas), de venda (12 casas), de troca (5 casas), bônus (10 casas), o Início e a Chegada (Banco), por meio das quais são simuladas situações cotidianas do uso de dinheiro. Cada tipo de casa é acompanhado por um conjunto de cartões com tarefas relativas à sua função, existindo no total, 92 cartões. O jogo trabalha com valores de R\$ 0,25 até R\$ 20,00. As casas estão dispostas no tabuleiro de modo contínuo e sucessivo, formando um caminho único a ser percorrido pelos participantes, começando na casa *Início* e concluindo na casa de *Banco*, com os outros tipos de casa (compra, venda, troca e bônus) dispostos de modo intercalado por esse caminho. As casas de venda são divididas em venda com adição e venda com subtração, a primeira com o objetivo de treinar as operações de adição e a segunda com objetivo de treinar as operações de subtração. As casas de compra ensinam as relações entre preço escrito e composição de moedas e cédulas. As casas de troca ensinam as relações de preço escrito, preço falado e composição de notas e moedas. Ao cair na casa de bônus, o participante recebe um “prêmio”. É usado um dado de quatro faces para que os jogadores não fiquem muito distantes um do outro ao ser percorrido o tabuleiro e, especialmente, para que as relações trabalhadas pelo jogo possam ser repetidas com maior frequência. Cada rodada tem duração de aproximadamente 35 minutos. O jogo foi desenvolvido para ser jogado por dois jogadores, com um adulto exercendo a função de banqueiro. O jogo termina quando os dois participantes chegam ao Banco. O vencedor é aquele que possuir maior valor em dinheiro ao final do jogo. Recomenda-se que os jogadores tenham conhecimento prévio em operações de adição e subtração, de numerais inteiros e decimais. Estudos empíricos poderão ser desenvolvidos para testar a eficácia do jogo no ensino das relações condicionais que fazem parte do comportamento de manusear dinheiro.

Palavras-chave: manejo de dinheiro, equivalência de estímulos, jogo de tabuleiro.

Mestrado - M

Código de área de pesquisa: AEC

DIÁLOGOS ENTRE ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E PRAGMATISMO.

ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS DO ANTIDOGMATISMO PRAGMATISTA PARA A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO. *Carlos Eduardo Lopes*
(Departamento de Psicologia, Laboratório de Filosofia e Metodologia da Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá – PR).

Uma das características do Pragmatismo filosófico é sua atitude antidogmática: uma crítica à possibilidade de o conhecimento humano alcançar a verdade absoluta. Há diferentes expressões desse antidogmatismo na filosofia pragmatista. Uma delas encontra-se em sua teoria da verdade, a tese de que a verdade de uma proposição ou conceito deve ser aferida pelas consequências práticas que produz, e não pela sua correspondência com uma realidade imutável. Outra expressão do antidogmatismo diz respeito ao reconhecimento da coexistência de uma diversidade de propostas de interpretação sobre um dado fenômeno. Isso significa que, a rigor, não é possível haver uma teoria completa da realidade. Reconhecer o caráter irredutivelmente incompleto das teorias não deve ser confundido com a defesa de um ecletismo ou com a impossibilidade de estabelecer critérios para decidir entre propostas teóricas concorrentes. Significa admitir que a teoria defendida tem limitações e que é necessário estabelecer o diálogo com propostas alternativas. Essa atitude de respeito por abordagens diferentes fica bastante clara na obra do pragmatista William James, notadamente, em seu estilo de escrita. Por exemplo, antes de apresentar sua tese alternativa sobre o sujeito psicológico, James examina com domínio, elegância e diplomacia as discussões sobre o sujeito que serão criticadas por ele, como a substancialista, a transcendentalista e a associacionista. A apresentação de James dessas concepções é tão respeitosa que um leitor inadvertido ou pouco familiarizado com a obra jamesiana pode achar que ele está defendendo as concepções que serão alvo de crítica ulterior. Com efeito, uma atitude não dogmática não se exime da crítica, mas a faz de maneira respeitosa, pois entende que nenhuma teoria é completa. A Análise do Comportamento de B. F. Skinner apresenta afinidades com o Pragmatismo. Essa relação foi atestada pelo próprio Skinner e desenvolvida por estudiosos de sua obra. Mas quais são as consequências dessa filiação para os analistas do comportamento? O antidogmatismo da filosofia pragmatista parece reclamar da Análise do Comportamento uma atitude de respeito com relação às demais abordagens psicológicas. Isso significa admitir que a Análise do Comportamento não é “a” teoria psicológica, mas “uma” proposta de interpretação do fenômeno psicológico que coexiste ao lado de outras. Não significa, contudo, que ela não pode empreender críticas a essas outras propostas. Mas talvez o maior desafio à Análise do Comportamento seja justamente tentar estabelecer um diálogo com diferentes teorias psicológicas, por meio da identificação de pressupostos filosóficos, metodológicos e éticos semelhantes. Tendo em vista que um dos maiores desafios da contemporaneidade é o respeito pela diferença, a diversidade de abordagens teóricas pode ser a força e a fraqueza da Psicologia. A atitude antidogmática do Pragmatismo pode contribuir para que tal pluralidade seja um sinal de força, na medida em que o psicólogo tem um contexto propício para conviver de maneira respeitosa com a diferença. Pode ser um sinal de fraqueza se tal diversidade for vista como uma ameaça à hegemonia de uma abordagem psicológica específica. Se a Análise do Comportamento é um Pragmatismo espera-se que ela fomente o diálogo respeitoso pela diferença.

Palavras-chave: antidogmatismo pragmatista; respeito pela diferença; Análise do Comportamento.

Código da área: Outros

ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS DO PLURALISMO PRAGMATISTA PARA A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO. *Carolina Laurenti (Departamento de Psicologia, Laboratório de Filosofia e Metodologia da Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá – PR).*

Uma das chaves-de-leitura para entender as transformações que ocorreram no pensamento da cultura ocidental é investigar, ao longo da história da filosofia e das ciências, a relação entre permanência e mudança. Por mais de vinte e cinco séculos a concepção que prioriza a constância em detrimento da mudança dominou a maneira de o homem entender a sua relação com o mundo natural e social. Apesar das diferenças entre a visão-de-mundo da filosofia grega e da ciência moderna, o discurso da própria ciência parece ter ficado aprisionado por essa concepção dominante. Na ciência moderna, o conhecimento científico, com pretensões à certeza e à universalidade, não pode ser fundamentado em algo que muda ou varia, mas sim naquilo que permanece através das mudanças. Com efeito, a ciência moderna é o conhecimento da ordem, da regularidade, enfim, das leis da natureza. No entanto, a concepção que celebra a constância encontrou resistência na filosofia e mesmo na ciência. Na filosofia, o Pragmatismo de Peirce, James e Dewey saiu na defesa da legitimidade da mudança, declarando que o mundo não está pronto e acabado, mas está em constante transformação. Na ciência, Pierce, que também era matemático, físico e lógico ergueu-se no fim do século XIX contra o determinismo newtoniano que vigorava na ciência física da época, declarando que quanto mais a ciência avança mais ela se depara com desvios infinitesimais das leis da natureza. Entretanto, essas vozes foram abafadas durante séculos pela concepção de que conhecimento válido é aquele assentado unicamente na ordem e regularidade das coisas, e que, portanto, toda mudança é espúria. Não obstante, a ciência, desde o início do século XX, tem resgatado essas vozes aquilatando-as à luz de seus novos métodos e técnicas. Nesse processo, o discurso da ciência contemporânea parece ter se aproximado da visão-de-mundo pragmatista: o pluralismo – a tentativa de elevar a mudança ao mesmo nível que a constância na compreensão da realidade. O pluralismo não inverte a lógica dominante, exaltando a mudança e relegando a permanência a um segundo plano. Diferente disso, o pluralismo defende a coexistência da ordem e da desordem, da regularidade e da mudança. A Análise do Comportamento tem como objeto de estudo o comportamento, definido por Skinner como um processo mutável, fluido e evanescente – uma concepção de comportamento com notáveis afinidades com o pluralismo, conjugando regularidade (processo) e mudança (fluidez, mutabilidade e efemeridade) na própria definição de comportamento. Contudo, em suas formulações iniciais, a ciência skinneriana compartilhou da pretensão da ciência moderna, buscando a ordem no comportamento em detrimento de sua variabilidade. Não obstante, a aproximação com o Darwinismo e com o Pragmatismo encorajou mudanças profundas na ciência do comportamento: Skinner passou a explicar o comportamento por meio dos processos de variação e seleção. A variação explicaria a novidade; a seleção a regularidade comportamental. No limite, as afinidades do modelo de seleção pelas consequências com o pluralismo podem inserir a Análise do Comportamento no debate contemporâneo sobre os pressupostos da produção de conhecimento científico.

Palavras-chave: permanência *versus* mudança; pluralismo; seleção pelas consequências.

Código da área: Outros

ENTRE A MODERNIDADE E A PÓS-MODERNIDADE: POSSIBILIDADES E IMPOSSIBILIDADES DE INTERPRETAÇÃO DO BEHAVIORISMO RADICAL.

*Robson Nascimento da Cruz** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG).*

Em grande medida, o Behaviorismo Radical, assim como as demais vertentes do Behaviorismo, são apresentadas e concebidas na formação do psicólogo, e de outros profissionais de áreas afins, como uma abordagem vencida historicamente. Desse modo, as discussões contemporâneas acerca do que essa abordagem oferece para diversos campos de investigação e atuação quase sempre são restritas aos discursos dos próprios behavioristas. A noção de que o Behaviorismo Radical seria um pensamento vencido historicamente está fundamentada, em especial, na crítica das ciências humanas ao pensamento moderno, e na crença de que na história da psicologia o Behaviorismo seria um dos principais, senão, o principal representante de uma tradição científica moderna. Tal crítica apóia-se no discurso pós-moderno. Todavia, embora importante e necessária, observa-se que a crítica pós-moderna tem sido utilizada muitas vezes de maneira apressada e descuidada para rotular modernos e pós-modernos. Os primeiros designados de maneira negativa e os segundos de forma positiva. Do mesmo modo, nota-se o descuido em interpretar a relação entre pensamento moderno e pensamento pós-moderno como fenômeno que ocorre de maneira progressista ao longo da história da ciência. Outro problema seria a construção de uma noção de ruptura, como se o pensamento pós-moderno rompesse totalmente com o pensamento moderno, portanto, incomensurável com esse. Mas o que diversos autores têm exposto é que não se pode analisar a relação entre moderno e pós-moderno como uma transição progressiva e linear, nem muito menos como ruptura na história. Isso porque, não é impossível que autores percebidos como ultrapassados compartilhem pressupostos de perspectivas pós-modernas, assim como não é incerto que autores contemporâneos apresentem elementos modernos em suas teorias. Além disso, características modernas e pós-modernas podem ser localizadas em maior ou menor grau em diferentes períodos da obra de um mesmo autor. Atentos a esses fatos e suas implicações, diversos intérpretes do Behaviorismo Radical têm empreendido a tarefa de contextualizar essa abordagem de forma a esclarecer em que medida seu principal representante, B. F. Skinner, seria um pensador moderno ou pós-moderno. O que tais interpretações concluem é que o pensamento skinneriano alinha-se de maneira significativa com muitos dos pressupostos definidos como pós-modernos. O que não significa a supressão total de aspectos do pensamento moderno em sua filosofia e ciência. No presente trabalho, apresentaremos uma síntese das interpretações acerca dos aspectos modernos e pós-modernos que perpassam o Behaviorismo Radical. Ao mesmo tempo, tentaremos indicar em que medida tais interpretações afetam a inserção desse pensamento em discussões contemporâneas, já que tal proposta muitas vezes é tida como incapaz de abordar temas atuais por ser compreendida como uma autêntica representante da tradição científica moderna.

Palavras-chave: Behaviorismo Radical; modernidade; pós-modernidade;

Código da área: Outros

CONTROVÉRSIAS DECORRENTES DA CONSIDERAÇÃO DO CONTEXTUALISMO COMO VISÃO-DE-MUNDO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO. *Cesar Antonio Alves da Rocha** (Departamento de Psicologia, Laboratório de Filosofia e Metodologia da Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá – PR).

Diferentes interpretações dos compromissos filosóficos e da visão-de-mundo da Análise do Comportamento coexistem. Apesar dessa diversidade, é comum mencionar o Pragmatismo como influência filosófica, e o contextualismo (considerado categoria fundamental do Pragmatismo) como a visão-de-mundo dessa proposta de Psicologia. Sem buscar um posicionamento específico e definitivo, esta comunicação pretende, principalmente, apresentar algumas controvérsias resultantes da interpretação do contextualismo como visão-de-mundo da Análise do Comportamento. Alguns dos argumentos favoráveis a tal interpretação destacam aspectos concernentes à causalidade. A noção de multideterminação do comportamento, por exemplo, é indicada como um dos aspectos convergentes entre o contextualismo e a Análise do Comportamento. Além disso, afirma-se que a posição contextualista opõe-se ao mecanicismo, o que também estaria de acordo com a visão analítico-comportamental. Porém, divergindo dessa interpretação, há leituras que questionam a viabilidade do contextualismo como visão-de-mundo da Análise do Comportamento, alegando que o contextualismo não seria “produtivo”. O argumento é que o contextualismo não reconheceria a distinção entre variáveis dependentes e independentes, e que, portanto, sua adoção enquanto visão-de-mundo dificultaria o desenvolvimento de uma ciência preocupada com a possibilidade de previsão e controle do comportamento. Além disso, existe a leitura de que o contextualismo seria uma variação dissimulada de relativismo, o que poderia trazer conseqüências particularmente importantes, e eventualmente indesejáveis, para os âmbitos da Ética e da Política. Não obstante, não há concordância a respeito da identificação do contextualismo com o relativismo, pois, a noção de que os fenômenos só podem ser entendidos enquanto fenômenos-no-contexto não implica que a compreensão dos fenômenos seja necessariamente relativa. As controvérsias se estendem ainda entre aqueles que são favoráveis a uma interpretação que considera o contextualismo como visão-de-mundo. Por um lado, afirma-se que à perspectiva analítico-comportamental seria inerente um contextualismo monista e fisicalista. Entretanto, leituras possíveis do contextualismo demonstram como este parece incompatível tanto com uma posição monista, quanto com uma posição fisicalista. Ao que parece, existem interpretações divergentes no que se refere à necessidade de coerência entre as posições ontológica e epistemológica da Análise do Comportamento (cabe ressaltar que ainda há aqueles que defendem que a Análise do Comportamento seria “a-ontológica”). A importância de discutir tais controvérsias ganha relevo na medida em que a elucidação de questões de natureza ontológica e epistemológica tem conseqüências críticas para uma ciência. No que se refere aos debates travados com outras ciências, por exemplo, a possibilidade de diálogos produtivos é facilitada se uma discussão anterior referente a tais questões for estabelecida, destacando afinidades e distanciamentos. Tendo em vista esses aspectos, crê-se que uma melhor compreensão das influências filosóficas e da visão-de-mundo da Análise do Comportamento não só permite ganhos interiores a essa ciência, como também possibilita e aprimora diálogos férteis com outras ciências.

Palavras-chave: contextualismo; visão-de-mundo; Análise do Comportamento.
Iniciação Científica – IC.

Código da área: Outros

A FAMÍLIA ENQUANTO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI: ASPECTOS RELACIONAIS, SOCIAIS E CULTURAIS.

OS HOMENS E OS CUIDADOS COM OS FILHOS: UM ESTUDO PRELIMINAR. *Jôse Peixoto da Rocha Souza** e Angela Donato Oliva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ)*

O desenvolvimento humano depende das interações sociais e um dos primeiros contextos de socialização é a família. Muitos estudos se debruçaram sobre como mães cuidam dos filhos e, mais recentemente, começaram a surgir estudos sobre como os pais cuidam das crianças. O investimento paterno, quando considerado como uma característica da espécie, permite compreender características que são universais. Contudo, a maneira pela qual os pais cuidam, valorizam e encorajam a criança depende da cultura na qual eles estão inseridos. A paternidade varia de significado nas diferentes culturas e sofre forte influência do âmbito social. O sistema econômico da sociedade urbana ocidental possibilitou, no século XX que a mulher tivesse inserção no mercado de trabalho e investisse em sua qualificação profissional. As creches se tornaram uma necessidade e o pai passou a ganhar espaço na tarefa de cuidados dos filhos. Houve também uma mudança nas crenças das práticas e das metas de socialização, que os pais desenvolveram, sobre como devem ser os cuidados das crianças. As abordagens evolucionista e sociocultural embasaram teoricamente o estudo. Com o intuito de avaliar a mudança do que significa ser pai, e a repercussão disso na família, este estudo objetivou identificar, preliminarmente, como pessoas da cidade de Magé concebiam o papel do pai em duas gerações. Ao todo 100 pessoas participaram do estudo, sendo 50 homens e 50 mulheres, com idades entre 25 a 35 anos em um grupo e entre 55 a 65 anos em outro grupo, todos residentes na cidade de Magé, no estado do Rio de Janeiro. Os instrumentos do estudo incluíram: inventário sociodemográfico, questionário sobre histórico familiar, Escala sobre Crenças e Práticas Paterna (ECP) e Escala sobre Crenças e Práticas Paternas – Pretéritas (ECP-P) – estes dois últimos instrumentos foram construídos para o estudo. Os principais resultados indicaram que 64% dos homens estudados com idade entre 25 e 35 anos não consideram a mulher como a principal responsável pelos cuidados dos filhos. Das mulheres entre 25 e 35 anos 73% consideram que os homens estão mais envolvidos e investindo mais nos cuidados parentais. As mulheres e os homens entre 55 a 65 anos consideram que a principal função dos pais era ser provedor divergindo das mulheres e dos homens entre 25 e 35 anos, que atribuíram aos pais as funções de “dar afeto” e “manter a proximidade” como sendo as mais importantes. As análises de Qui-quadrado indicaram que essas diferenças foram significativas ($p < 0,05$). Houve maior semelhança entre as crenças de homens e de mulheres dentro da mesma faixa etária. Houve maior discrepância quando foram comparados os grupos entre as faixas etárias e não entre os gêneros. As análises que compararam as respostas dadas por homens e mulheres da mesma geração não deram resultados significativos. Pode-se concluir que a variável idade parece desempenhar papel importante para a constituição de valores e de crenças relacionadas à criação e às metas de desenvolvimento. Isso é coerente com a perspectiva de que o contexto cultural interfere na constituição de crenças sobre práticas de cuidados paternos.

Apoio: CAPES

Palavras-chave: pais, crenças paternas, práticas paternas.

M

DES

AUTORRECONHECIMENTO INFANTIL: INFLUÊNCIA DO LOCAL DE RESIDÊNCIA E GÊNERO DA CRIANÇA. *Ana Paula Ribeiro Kobarg* **, Mauro Luís Vieira (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Infantil, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC) e Maria Lúcia Seidl-de-Moura (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ).

A autoconsciência é provavelmente uma das questões fundamentais em psicologia, tanto do ponto de vista de desenvolvimento ontogenético como filogenético. Nesse sentido, podem surgir questões como: Quando as crianças tomam consciência de si próprias como entidade diferenciada e única no mundo? Quando e como elas se tornam autoconscientes? Quais as variáveis que interferem nesse processo? Além disso, entende-se também que é um tema relevante para se examinar a relação biologia e cultura. Pode-se estudar como essa aquisição fundamental, a partir de predisposições básicas, assume formas diversas em sua construção em trajetórias culturais distintas. Com o objetivo de investigar o aparecimento de uma das tarefas de autorreconhecimento em dois contextos distintos, o presente estudo foi planejado e executado. No total, 88 crianças participaram do estudo, sendo 50 residentes na cidade de Itajaí (SC) e 38 na cidade do Rio de Janeiro. Quanto ao sexo da criança focal, no Rio de Janeiro 52,6% da amostra era de meninos, enquanto em Itajaí esse valor foi de 58%. A média de idade das crianças em Itajaí foi 18,7 ($\pm 0,77$) e no Rio de Janeiro 19,2 ($\pm 1,1$). As crianças foram filmadas durante a tarefa de autorreconhecimento (teste do rouge no nariz e a exposição da criança diante do espelho). O material utilizado foi um espelho no qual a criança podia ver de corpo inteiro quando de pé diante dele. Primeiro foi chamada a atenção da criança para o espelho e se deixou que se familiarizasse com ele e explorasse sua imagem no mesmo. Depois de 10 minutos, disfarçadamente foi colocada uma pequena marca colorida com batom no nariz da criança. Novamente a atenção da criança foi chamada para o espelho. As reações das crianças foram codificadas nas seguintes categorias: a) A criança aponta e tenta limpar seu nariz (Ação para o self); b) A criança aponta e tenta limpar a imagem no espelho (Ação para imagem); c) A criança olha para o espelho, mas não reage (Olhar sem agir); e d) A criança tem outras reações não ligadas à tarefa. Por meio dos resultados estatísticos, constatou-se que houve relação significativa entre o local de moradia e o desempenho na tarefa de autorreconhecimento ($X_1 = 6,67, p < 0,05$). O autorreconhecimento das crianças residentes em Itajaí foi maior do que nas crianças residentes no Rio de Janeiro. Na primeira cidade, 62% das crianças se reconheceram no espelho, enquanto no Rio de Janeiro esse valor foi de 34%. Por outro lado, utilizando-se o teste de regressão logística binária, constatou-se que as variáveis local de moradia ($B=0,20; df=1; p<0,005$) e sexo da criança focal ($B=2,41; df=1; p<0,08$) foram os fatores com maior poder preditivo em relação ao autorreconhecimento. Os melhores desempenhos foram das meninas e pelas crianças residentes em Itajaí. Portanto, pode concluir que o autorreconhecimento da criança depende do lugar onde ela mora e de diferenças de gênero. Sugere-se em futuros estudos que seja investigada a relação entre as crenças parentais e o desempenho das crianças em termos de autoconsciência.

Apoio financeiro: CNPq

Palavras-chave: autorreconhecimento; autoconsciência; contextos de desenvolvimento.

D

DES

INDEPENDÊNCIA E INTERDEPENDÊNCIA: A DIVERSIDADE DA FAMÍLIA BRASILEIRA SOB UM OLHAR TRANSCULTURAL. *Mauro Luís Vieira (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Infantil – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC), Gabriela Dal Forno Martins** (Núcleo de Infância e Família – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS), Luís Giorgis Dias (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Infantil – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC) e Eulina da Rocha Lordelo (Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA).*

A família adquire características e valores específicos em cada contexto e é permeada por diferentes crenças em torno de seu papel numa dada cultura. Tais especificidades podem ser compreendidas a partir dos modelos culturais prototípicos de independência e interdependência, que variam segundo o grau de valorização da autonomia individual ou de metas grupais, e têm sido verificados, respectivamente, em contextos altamente urbanizados e com alto nível de escolarização, e em contextos tradicionalmente coletivistas e rurais. Diante disso, este estudo teve como objetivo comparar aspectos sociodemográficos, psicossociais e crenças parentais entre famílias de dois contextos distintos, que supostamente estariam mais próximos dos pólos de independência e interdependência. Para tanto, foram selecionadas famílias de duas cidades brasileiras, que faziam parte de um projeto maior. Essa escolha teve como critério o IDH (Índice do Desenvolvimento Humano), sendo selecionadas a cidade de maior IDH (capital de Santa Catarina – contexto independente) e a de menor IDH (interior da Bahia – contexto interdependente). No total, 112 mães de cada contexto (50 na capital e 62 no interior) responderam individualmente a um questionário contendo questões fechadas e escalares, que avaliavam aspectos sociodemográficos e psicossociais da infância da mãe e de sua vida atual, crenças maternas sobre o desenvolvimento da criança e metas de socialização, aloctrismo familiar (conexão com a família) e apoio social materno. Foram realizadas análises de comparação de médias (teste *t*) e de associação (Qui-quadrado). No que se refere às variáveis sociodemográficas, constatou-se as seguintes diferenças significativas: a) mães da capital apresentaram maiores médias de idade, renda, nível de escolaridade e trabalho remunerado; b) mães do interior apresentaram maior média de número de filhos. Por outro lado, houve predomínio de famílias nucleares nos dois contextos. Poucas diferenças significativas foram encontradas nas variáveis psicossociais da infância das mães e de sua vida atual: a) mães da capital afirmaram que seus pais ou cuidadores masculinos foram mais afetuosos na infância do que os pais das mães do interior; b) estas apresentaram um maior número de irmãos e afirmaram permanecer mais horas junto ao filho. No entanto, médias semelhantes foram verificadas quanto à qualidade do ambiente familiar na infância e na vida atual, bem como quanto à qualidade da relação com a mãe e com o companheiro. Por fim, os resultados indicaram que mães da capital afirmaram realizar e valorizar significativamente mais as práticas de estimulação da criança e as metas de desenvolvimento autônomas do que as mães do interior. Por sua vez, as mães deste último contexto afirmaram valorizar significativamente mais as práticas de cuidado e as metas de desenvolvimento relacionais, apresentaram significativamente um maior nível de aloctrismo familiar e de apoio material. Em conjunto, os resultados referentes a cada contexto confirmaram as expectativas no que se refere aos modelos culturais de independência e interdependência, indicando a pertinência dessas dimensões para o estudo da família e sua diversidade.

Apoio: CNPq

Palavras-chave: família, independência, interdependência

D

DES

APOIO SOCIAL E QUALIDADE DO AMBIENTE FAMILIAR: PERCEPÇÃO DE MÃES EM TRÊS CONTEXTOS CATARINENSES. *Viviane Vieira** (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC) e Alessandra Bonassoli Prado** (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP).*

A rede de apoio ou suporte social diz respeito àquelas interações que se tornam significativas e produzem efeitos benéficos para os indivíduos. Estudos indicam que a saúde mental também sofre influência do apoio. Uma rede de apoio social efetivo ajuda o indivíduo a enfrentar e lidar com eventos estressantes, como a parentalidade. Alguns dos fatores potenciais protetivos nesse momento são as relações conjugais e a qualidade do ambiente familiar, que se tornam essenciais para um bom desenvolvimento da criança. Esta pesquisa teve como objetivos: verificar as diferenças no apoio percebido em mães de três contextos de urbanização diferenciada; analisar a correlação do apoio com a qualidade do ambiente familiar; e estabelecer qual modelo de variáveis explica o apoio percebido em cada contexto. Participaram da pesquisa 150 mães com um filho até seis anos, 50 residentes em cada um dos três contextos (Capital, Interior leste e Interior oeste). O instrumento foi constituído pela caracterização sócio-demográfica, seis itens sobre a qualidade de vida familiar atual (discussões, brigas e afetividade na família) e a escala apoio social, com 19 itens e três fatores: apoio material, emocional/informação e interação social positiva/apoio afetivo. A técnica de entrevista foi utilizada, com duração média de uma hora. Os dados obtidos nos três contextos foram analisados através da análise de variância ANOVA, Correlação de Pearson e Análise de Regressão. Os resultados apontaram diferenciações estatisticamente significativas na percepção do Apoio Afetivo/ Interação Positiva ($p < 0,05$; $F = 4,95$) e no Apoio Emocional/Informação ($p < 0,05$; $F = 3,44$) na comparação entre os contextos Interior leste e Interior Oeste. A Capital apresentou médias significativamente menores que o contexto Interior Leste na dimensão Apoio Material ($p < 0,05$; $F = 6,03$). As correlações demonstraram que quanto melhor a qualidade do ambiente familiar, mais todas as dimensões da escala de apoio são percebidas. Na análise de regressão linear, a Capital apresentou o modelo com escolaridade, número de filhos e ambiente familiar atual ($p < 0,01$; $R^2 = 0,34$; $F = 9,42$). O Interior leste não apresentou nenhum modelo estatisticamente significativo. O interior oeste apresentou como modelo final as variáveis ambiente familiar atual e número de filhos ($p < 0,01$; $R^2 = 0,31$; $F = 12,08$). Com os resultados é possível avaliar a importância da qualidade do ambiente familiar atual no apoio percebido, sendo essa uma variável preditora dessa percepção. Algumas diferenças entre os contextos também foram verificadas, indicando que as características sócio-demográficas e culturais estão relacionadas com a percepção do apoio e devem ser aprofundadas quando se trabalhar em contextos diferenciados. Esse estudo reforça a importância dos investimentos serem direcionados ao fortalecimento do apoio social e do ambiente familiar, pois estes refletem no desenvolvimento infantil.

Apoio: CNPq

Palavras-chave: apoio social; relações familiares; desenvolvimento infantil.

IC

DES

INFLUÊNCIAS NA ESCOLHA DE PRÁTICAS PARENTAIS. *Maria de Fátima Minetto** e Maria Aparecida Crepaldi (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC)*

A família é um universo complexo que pode se organizar de forma bastante distinta. As relações que se estabelecem no contexto familiar influenciam diretamente o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional da criança. A tarefa de cuidar do desenvolvimento de seu filho e educá-lo num contexto social instável e sujeito às situações adversas geram estresse e criam dificuldades para que os pais possam exercer a paternidade da forma como desejariam. Esta pesquisa justifica-se uma vez que busca ampliar o conhecimento sobre as práticas educativas parentais, que podem ser entendidas como conjuntos de comportamentos singulares manifestados pelos pais no processo de educação ou socialização dos filhos. Assim, o objetivo aqui proposto inclui verificar se a idade dos filhos, e o nível de estresse parental influenciam na escolha das práticas parentais. O método utilizado tem caráter descritivo e correlacional, configurando-se como transversal por analisar um momento específico, no espaço e no tempo atual da trajetória de vida dos participantes. Participaram 120 pais ou mães com filhos com idades entre 03 e 10 anos de idade. Os instrumentos utilizados foram Inventário de Práticas Parentais, Índice de Estresse Parental e Questionário Sócio Demográfico. Os resultados foram obtidos através de análise descritiva com medidas de tendência central tais como média, mediana, valores de mínimo e máximo e medidas de dispersão como variância, desvio padrão. Práticas Parentais apresentaram aproximadamente uma distribuição Normal, sem necessidade de qualquer tipo de transformação à variável. Foram feitas análises inferenciais com testes e modelos paramétricos e um método não paramétrico (Árvore de Regressão) para análise exploratória das variáveis dependentes. Foi feita a descrição da variável dependente (práticas parentais) através da média, mediana, valores de mínimo e máximo. Foram comparadas as faixas etárias com as variáveis práticas parentais e o índice de estresse parental através do teste t-student para medidas independentes, a fim de verificar diferença entre os escores médios por faixa etária. Os sujeitos foram divididos em 2 grupos de idade (3 a 6 anos e de 7 a 10 anos), pois tínhamos a hipótese de que diferença entre as duas faixas etárias influenciariam no tipo de prática escolhida, mas essa não foi uma hipótese confirmada. Foi verificado uma influência de 22,16% do nível de estresse na escolha de práticas parentais. Conclui-se que a diferença etária não se mostrou significativa na escolha de práticas parentais. No entanto, o nível de estresse parental apresentou alguma influência, sendo que não explica de forma isolada, a escolha do tipo de prática utilizada pelos pais. Mesmo assim, ações que invistam em diminuição do nível de estresse parental certamente contribuirão para melhores práticas educativas parentais. Há necessidade de novas correlações com outros fatores a fim de que se possa obter mais subsídios para auxiliar os pais na escolhas das melhores práticas educativas. Palavras Chave: Práticas parentais, nível de estresse, idade dos filhos.

D

DES

ASPECTOS EVOLUCIONISTAS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL.

A REPUTAÇÃO EXPLICA A COOPERAÇÃO INFANTIL? UMA ANÁLISE EVOLUCIONISTA. *Anuska Irene de Alencar* (Curso de Psicologia, Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do RN), *Natália Bezerra Dutra***, *João Felipe Barros Correia de Farias** e *Maria Emília Yamamoto* (Departamento de Fisiologia. Pós-graduação em Psicobiologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN).

Cooperação entre indivíduos é um ato corriqueiro e apreciado nas sociedades humanas. A teoria da evolução apresenta algumas explicações para a manutenção deste comportamento como: seleção de parentesco (SP), altruísmo recíproco (AR), altruísmo recíproco indireto (ARI). Em jogos dos bens públicos (BP), jogados por muitos indivíduos, verifica-se que o ganho individual é maior quando todos do grupo cooperam, e no caso de um não cooperar (trapacear) o ganho do indivíduo trapaceiro passa a ser maior que os demais membros do grupo. No entanto, se a maioria trapaceia, todos ganham menos. Apesar de a lógica apontar para que todos cooperem e ganhem mais recursos, especialmente nos jogos com repetidas jogadas, a tendência no adulto e em crianças é diminuir a cooperação. Em adultos, um fator importante para cooperar com outros indivíduos em jogos do dilema do prisioneiro ou BP, é saber que o parceiro é um indivíduo de boa reputação, ou seja, um indivíduo que coopera. Este trabalho pretende verificar como as crianças expressam livremente a questão em jogos dos BP. Para isso, registramos casos particulares dos relatos de crianças de seis a 9 anos, de escolas públicas de Natal/RN, que participaram de jogos dos BP. O jogo consistia em fazer doações de chocolates para um bem comum, fator que considerávamos cooperação, ou não doar, que chamamos de trapaça. A pesquisadora sabia o número de doações de cada indivíduo, mas o grupo não. Após todos efetuarem a doação eram adicionados dois chocolates a cada um doado. O total era dividido igualmente entre os membros do grupo, independente do quanto cada um havia doado. Era solicitado que as crianças não revelassem suas doações, mas não foi possível manter a maioria das crianças em silêncio, seja reclamando ou se vangloriando do quanto ganhou, o que revelava indiretamente a doação. O registro dos comentários foi realizado e analisado neste trabalho. Foram identificados exemplos de SP e ARI, mas todos estavam intrinsecamente relacionados à reputação do indivíduo, seja com seus parentes, seja com seus colegas de sala. Identificamos SP quando crianças que não poderiam comer o chocolate, por questões médicas, participavam do jogo para presentear a irmã; ARI, quando as crianças doavam a um bem comum (sem identificação direta do receptor) e aguardavam o retorno independente de quanto haviam doado. A questão da reputação foi fortemente observada nos relatos, especialmente quando crianças divulgavam a todos que haviam sido generosas quando de fato não haviam feito doações. Também foi verificado que em caso de uma criança ser identificada como trapaceira, aumentava a vigilância dos demais sobre ela, forçando-a a se tornar cooperadora. Para as crianças investigadas, manter a boa reputação é um fator importante nos jogos do dilema do prisioneiro. Entretanto, acreditamos que fazer com que os outros indivíduos percebam esta característica não é uma atitude racionalmente calculada, mas selecionada no ambiente ancestral e sem a necessidade de uma aprendizagem longa, pois parece existir tanto em adultos quanto em criança.

Apoio Financeiro: PRONEX/FAPERNE/CNPq

P

DES

SENTIDO DE PROPRIEDADE E INVESTIMENTO PARENTAL: UMA RELAÇÃO A SER INVESTIGADA. *Angela Donato Oliva, Layse Costa Pinheiro*, Gabriela Fernandes Castanheira*, Camila Menkes**, Débora Aguiar Soares da Cunha*, Nathalia Wapke Gomes Pereira*, Cristina Fátima Gomes* e Helena Pereira dos Reis* (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ)*

A família, considerada um primeiro contexto de desenvolvimento, contribui para promover valores nas crianças. Investigações sobre as origens do desenvolvimento do sentido de propriedade, em crianças com idades entre seis e oito anos de idade, devem levar em conta a relação de aspectos familiares sobre práticas de cuidados. O tipo de cuidado que a criança recebe dos adultos, principalmente os pais, pode interferir no sentido de propriedade que a criança desenvolve. Na psicologia e na antropologia, há décadas busca-se estabelecer o princípio de que a estruturação do cuidado à infância, as práticas adotadas, as crenças e valores que presidem essas práticas variam ao longo da história humana e são moldadas pela cultura. O objetivo deste estudo foi investigar em que medida o desenvolvimento do sentido de propriedade correlaciona-se aos tipos de investimentos parentais. Ou seja, a idéia é fazer um mapeamento inicial dos aspectos relacionados à criação e correlacionar isso com o desenvolvimento do sentido de propriedade. Para isso foram executados dois estudos, com trinta pais e outro com os filhos destes pais cujas idades variam entre seis e oito anos. A pesquisa foi realizada em uma escola da prefeitura do município do Rio de Janeiro que inclui entre seus matriculados pais e filhos moradores de rua, de abrigos e de residências com apenas um cômodo, no centro da cidade. O estudo com os pais buscou descrever aspectos sociodemográficos e práticas de criação utilizando um questionário, que inclui o instrumento de Etnoteorias parentais, já validado em pesquisa anterior. Os questionários foram respondidos nas escolas em uma reunião feita pelos integrantes da pesquisa. O segundo estudo foi realizado com os filhos desses pais e seu foco foi o de identificar o sentido de propriedade dessas crianças em algumas condições narradas através de histórias nas quais dois bonecos são os protagonistas e brigam por um mesmo brinquedo. As condições foram: um dos bonecos cria o brinquedo (condição de criação), um dos bonecos é rico e o outro é pobre, um boneco vê o brinquedo primeiro e o outro pega o brinquedo primeiro; um dos bonecos mora perto. A testagem das crianças foi individual. Os resultados iniciais indicaram uma relação significativa entre metas de desenvolvimento dos pais que valorizam mais aspectos de independência e de interdependência dos filhos com as respostas das crianças, na condição de criação, que consideraram em maior percentual que o correto é dar o brinquedo para o boneco que construiu o mesmo ($X_1 = 6,87, p < 0,05$). Análises de regressão ainda serão realizadas. Preliminarmente, pode-se concluir que, os pais que valorizaram aspectos de autonomia individual e de interdependência no desenvolvimento dos filhos, ou seja, pais que sinalizam tanto para autonomia individual quanto para maior proteção aos membros da família, poderiam favorecer uma moral nas crianças de que o correto é dar a propriedade ou a posse do brinquedo para o boneco que se empenha para criar algo.

Apoio Financeiro: FAPERJ

Palavras-chave: sentido de propriedade, metas de socialização, moral para dividir

D

DES

O PAPEL DOS TRAÇOS INFANTIS NA ATRATIVIDADE A BEBÊS. *Monique Leitão** (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN), Rochele Castelo-Branco**, Catiane Dantas**, Fívia de Araújo Lopes e Maria Emilia Yamamoto (Departamento de Fisiologia. Pós-graduação em Psicobiologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN).*

A atração que os bebês exercem nas pessoas é possível de ser observada em diversas sociedades. Alguns estudos mostram que características específicas dos bebês estão relacionadas à graciosidade que atribuímos a estes. Tais caracteres incluem cabeça grande em relação ao corpo, olhos grandes em relação ao rosto e bochechas rechonchudas. Por uma perspectiva evolucionista, discutimos os processos evolutivos que moldaram as preferências por estes atributos infantis, de modo a eliciar o cuidado parental nos progenitores e em outros adultos não-aparentados. O presente estudo compreende uma revisão de literatura sobre a evolução dos traços infantis na espécie humana, além de apresentar os resultados de um experimento sobre a atração a tais caracteres em crianças e em adultos. De modo mais específico, foi avaliado se os traços infantis faciais de bebês que provocam respostas de cuidado em adultos também o fazem em crianças. A revisão de literatura baseou-se na análise das quatro questões de Tinbergen, que consideram: 1) a História Evolutiva do favoritismo pelos sinais morfológicos de filhotes de diferentes espécies; 2) a Função adaptativa da atração a caracteres infantis para o cuidado parental; 3) a Ontogênese da atratividade a bebês ao longo da vida; 4) os Mecanismos que desencadeiam essa atração neonatal. No que se refere à pesquisa experimental realizada, foram avaliados adultos e crianças entre 3 e 10 anos. Foi apresentado, individualmente, aos sujeitos um caderno com três pranchas, cada uma contendo três fotografias de bebês. Cada prancha apresentava uma foto não manipulada de um determinado bebê, uma foto graficamente manipulada com atenuação dos caracteres infantis da foto original do bebê e outra foto manipulada com exacerbação dos caracteres infantis. O experimentador perguntava as seguintes questões: “Qual é o bebê mais fofinho?”, “Por quê?” e “Que características fazem você achar este bebê o mais fofinho?”. Os resultados do experimento apontam que crianças e adultos elegem como o mais fofinho o bebê com caracteres infantis exacerbados. Além disso, quando justificam o porquê de sua escolha, ambos citam traços físicos do bebê mais do que os comportamentais ou outros tipos de respostas. Caracteres como bochecha e gordura foram os mais citados pelos sujeitos. Compreende-se, a partir de uma análise evolucionista, que crianças respondem a caracteres infantis de forma semelhante aos adultos, o que sinaliza que a atratividade a estes traços já se expressa durante a infância, período de aprendizado e desenvolvimento de papéis a serem desempenhados na fase adulta. É possível que esta atratividade, especialmente, já se apresente cedo na vida do indivíduo como parte da preparação para o futuro papel de cuidador.

Apoio Financeiro: CNPq

Palavras-chave: Traços infantis; bebês; cuidado parental.

D

DES

O DESENVOLVIMENTO DA ATRAÇÃO AOS TRAÇOS INFANTIS. *Catiane Dantas***, *Rochele Castelo-Branco***, *Monique Leitão***, *Fívia de Araújo Lopes e Maria Emilia Yamamoto* (Departamento de Fisiologia. Pós-graduação em Psicobiologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN).

Os bebês, em geral, despertam ternura nas pessoas. A aparência do infante, mais especificamente os chamados traços infantis (por exemplo, olhos grandes em relação ao rosto, cabeça grande em relação ao corpo e bochechas salientes), foi moldada pela seleção natural para exercer atração nos progenitores e eliciar o cuidado parental. Entretanto, pesquisas ontogenéticas que investigam o período em que a atração por tais características surgem ainda são escassas. As crianças, por sua vez, parecem responder a características similares aos traços infantis presentes em bichinhos de pelúcia e personagens de desenho animado. Desse modo, o objetivo do presente estudo foi avaliar experimentalmente a atração aos atributos infantis dos bebês em crianças de diferentes faixas etárias. Foi apresentada aos participantes uma prancha com imagens experimentalmente manipuladas, na qual fotos de bebês foram apresentadas em sua condição original e em condição de atenuação e exacerbação dos caracteres típicos do bebê. Os pesquisadores solicitaram que as crianças escolhessem qual era o bebê mais fofo das fotografias apresentadas e solicitaram também que justificassem a sua escolha, indicando as características que deixavam o bebê mais fofo. Os resultados indicaram que as crianças da faixa etária de 9 a 10 anos escolheram mais frequentemente os bebês com caracteres infantis exacerbados do que as crianças de 3 e 4 anos de idade. Entre as características infantis citadas com maior frequência pelas crianças mais velhas estão a bochecha e a gordura do bebê. Além disso, quando justificam o porquê de sua escolha, as crianças de 9 a 10 anos remetem-se mais às características físicas do bebê do que as comportamentais ou outros tipos de respostas em relação às crianças de 3 a 4 anos de idade. Não foi verificada diferença significativa entre os sexos, nem efeito significativo da interação sexo e faixa etária em relação à preferência por bebês com traços infantis acentuados. Sabe-se que é comum, em algumas sociedades, o cuidado dispensado por crianças a irmãos mais novos e a bebês não-aparentados, neste sentido, os resultados deste trabalho ratificam a idéia de que a atração aos caracteres infantis já está presente na infância. Esta atração, porém, se mostra mais consolidada em crianças acima dos 9 anos de idade, possivelmente a maior capacidade cognitiva destas influencia a identificação de características infantis específicas, além disso, a maior atratividade a traços infantis a partir desta idade pode ser compreendida considerando o valor adaptativo do cuidado a infantes por parte de crianças mais velhas.

Apoio Financeiro: CNPq

Palavras-chave: Traços infantis; desenvolvimento infantil; cuidado parental.

M

DES

PALAVRA ESCRITA, DISCUSSÃO E FORMAÇÃO DO PROFESSOR.

O FORUM DE TUTORES NA EAD: ANÁLISE DA CO-CONSTRUÇÃO DE NOVOS PROCEDIMENTOS DE ENSINAR E APRENDER. *Diva Albuquerque Maciel (Dptº de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – Instituto de Psicologia - Universidade de Brasília – Brasília – DF)*

No contexto das novas tecnologias de informação (TICs) vemos emergir uma nova ecologia cognitiva, nicho constituído pelas mentes e por todos os artefatos culturais que formam complexas redes de co-construção de conhecimento coletivo. De acordo com a perspectiva sociocultural construtivista, compreende-se que o sujeito se constitui por meio da interação dialética entre processos de canalização cultural e da ação do indivíduo, enquanto sujeito ativo e co-participante do seu próprio desenvolvimento. Implica que, processos de aprendizagem desenvolvem-se em contextos sociais que são mediados por atos de co-construção. A presença cada vez mais marcante dos cursos de graduação e de pós-graduação na modalidade da Educação a Distância (EAD) tem nos confrontado com desafios marcantes, especialmente no que se refere a necessidade de repensar a formação de um professor capaz de atuar nessa nova realidade. Os fóruns de tutores - salas de conversa entre tutores e entre tutores e professores supervisores de disciplina – constituem um meio privilegiado de formação, de co-construção de conhecimentos e de novos procedimentos de ensinar e aprender, em um contexto em que competências como, atenção flutuante, processamento paralelo de uma ampla gama e diversidade de informações são constantemente requeridas. O presente estudo teve como objetivo contribuir para a sistematização de princípios pedagógicos específicos da modalidade EAD que possam ser úteis para a Formação de Professores. Foram objeto de análise as discussões estabelecidas nos Fóruns de Tutores da disciplina de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem para as duas ofertas dos cursos de Licenciatura das três modalidades de Artes (Artes Visuais, Música e Teatro) pelo Instituto de Artes, UAB-UnB, sendo que da primeira oferta, participaram nove tutores das turmas de nove polos e da segunda, participaram 12 tutores das turmas de 12 polos situados em três diferentes regiões do Brasil. Por meio de uma abordagem interpretativa, foram selecionados para análise 10 tópicos de cada fórum, entre os que tiveram acima de 10 intervenções, e distribuíam-se ao longo de três principais momentos de cada uma das ofertas do curso. Em ambos os fóruns, dois entre os 10 tópicos selecionados, um referia-se a apresentação dos participantes e outro a avaliação do fórum. Dois tipos de categorias de análise foram construídas com base em procedimentos de microanálise das informações observadas e da exegese realizada com base na literatura: (1) categorias que focalizam as interações estabelecidas entre os participantes e (2) categorias que focalizam a construção colaborativa do conhecimento. Um dos temas mais recorrentes trazidos pelos participantes foi a oportunidade de participarem da própria construção do curso por meio da discussão no fórum, sendo esta apontada como um dos principais fatores de comprometimento com a qualidade do curso. Trazemos para debate alguns princípios pedagógicos construídos neste exercício de análise que consideramos uma contribuição importante para os cursos na modalidade EAD.

Palavras-chave: Co-construção do conhecimento; Formação do Professor na EAD; Fórum de Tutores.

P

Código da área da Pesquisa / Intervenção: ESC – Psicologia Escolar e da Educação

QUEM ENSINA A PALAVRA ESCRITA, TORNA-SE REFÉM DESTA NO PRÓPRIO PROCESSO DE APRENDIZAGEM POR MEIO DA TECNOLOGIA.

Silmara Carina Dornelas Munhoz (Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF)

Uma das mais fantásticas características do homem é sua capacidade de trabalhar com signos, mais especificamente, com os símbolos. Pode-se dizer que esta capacidade de compreender relações que são arbitrárias entre a realidade e sua representação funda-se, ao mesmo tempo em que se constitui, na própria linguagem humana como uma convenção. Na sociedade atual é a palavra escrita que assume primazia, vivendo-se num mundo grafocêntrico, tendo a escola como o espaço privilegiado para o ensino da palavra escrita. A partir da escrita o homem passa a ter mais domínio sobre seu mundo, por meio de registros e de novas possibilidades de criações, transitando entre passado, presente e futuro. É inegável que esta aquisição consiste num marco, que alterou suas relações com o mundo e consigo mesmo. Hoje, outra mudança que tem causado impacto na vida do homem é a presença de um aparato tecnológico. A tecnologia tem revolucionado o modo de ensinar e aprender, propondo novas modalidades para a ocorrência deste processo. Assim, observam-se alterações nos modos de pensar e agir de educadores e educandos. É neste novo comportamento que o presente trabalho foca seu olhar. A partir do contato com cursistas (todos professores da rede pública de ensino do DF) de um curso de Especialização na modalidade a distância, buscou-se estabelecer uma relação entre os aspectos: formação do professor, escrita e o uso da tecnologia. Interessante perceber, por meio das ferramentas tecnológicas, como o sujeito, neste caso aluno-professor, constrói seu conhecimento sustentado no uso da tecnologia. Observou-se algumas situações e, a partir destas, conjectura-se que o maior impacto que este aluno-professor sente numa modalidade de ensino à distância, não se refere diretamente ao uso da tecnologia, ou talvez fosse mais apropriado dizer do contato com a virtualidade. Mas sim o uso da palavra, que agora é predominantemente escrita, é que parece causar estranheza ao sujeito. Palavra esta que ele, professor, na sua prática pedagógica, apresenta (ensina) ao outro. Agora, na modalidade à distância, toda relação do sujeito com o outro (professor formador, tutor e colegas) é permeada pela escrita. Escrita que significa registro, que se descola do seu autor, o qual perde completamente o controle (se é que tenha algum sobre a palavra falada) sobre a produção dos sentidos que esta engendra. Agora, seu dizer que recebe uma autoria, ganha passos e distancia-se de si, de seu criador, passando a ser recriado pelos outros que encontra. O professor sabe que ao assinar um texto, este é oferecido a um público, como obra acabada, e aí abrem-se possibilidades inesgotáveis de produção de sentidos, de interpretações outras. Sabe ainda, que todo autor realmente corre riscos de ser mal-interpretado, uma vez que não consegue enclausurar seus sentidos pensados no ato da escrita/criação. Há momentos, que este aluno-professor parece refém de seu próprio conhecimento, de seu objeto de ensino – a escrita. Estes aspectos marcam a revolução no uso da tecnologia no processo de ensinar e aprender na formação do professor.

Palavras-chave: Ensino a Distância. Linguagem Escrita. Formação de Professores.

P

Código da área da Pesquisa / Intervenção: ESC – Psicologia Escolar e da Educação

A PSICOLOGIA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES. *Mírian Barbosa Tavares Raposo (Instituto de Psicologia – Universidade de Brasília – Brasília – DF)*

Esse trabalho tem por objetivo apresentar uma alternativa de formação continuada de professores, desenvolvida pelo Laboratório de Microgêneses das Interações Sociais, do Instituto de Psicologia da UnB, por meio do curso de extensão ‘A Psicologia e a Formação Continuada de Professores’. O curso visa atender professores da Educação Básica do DF na construção de competências relacionadas à psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem e à relação Psicologia e Educação. É um curso presencial de 60 horas que se desenvolve anualmente e que tem como princípio básico a formação do professor pesquisador na perspectiva da ação-reflexão-ação, discutida por Nóvoa e Schön. O curso se propõe a contribuir no processo de construção de duas competências essenciais ao professor: 1. Reconhecer algumas teorias do desenvolvimento humano, tais como a behaviorista, humanista, psicogenética e sócio-histórica, a fim de instrumentalizar-se para análise das questões teórico-práticas recorrentes na educação. 2. Refletir sobre a relação entre desenvolvimento e aprendizagem de forma que se possibilite uma discussão crítica de questões e problemas referentes à prática pedagógica. Nesse sentido, o curso utiliza-se da pesquisação, de maneira que o professor possa rejunta a teoria e a prática, a ação e a reflexão, a formação da consciência e a realidade material e cultural. A Psicologia, nesse processo, contribui no desenvolvimento de conhecimentos e habilidades, além de competências, atitudes e valores que o possibilitem ao professor em formação ir construindo seus saberes-fazer docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino, como prática social, lhes coloca no cotidiano. A partir desse ponto de vista, a psicologia deixa de ser vista como um conjunto de conhecimentos teóricos a serem aplicados na prática pedagógica e se reconhece como um conjunto de referenciais que, ao lado de outras áreas do conhecimento, pode subsidiar a prática, contribuindo no sentido de melhor compreender e atuar na complicada dinâmica que se desenrola dentro da escola. Nesse trabalho, especificamente, sintetizamos os trabalhos co-construídos por alunos de algumas das turmas do curso, entre eles: O Ensino de Contabilidade; Jogos e Brincadeiras na Educação; Coordenação Pedagógica e Formação Continuada; Desenho e Desenvolvimento. Os resultados construídos a partir dessas pesquisas mostraram-nos que essa estratégia de formação pode representar uma importantíssima contribuição para a área, uma vez que o professor se desenvolve ao refletir sobre a prática, ao problematizá-la e distinguir as dificuldades que ela apresenta, bem como ao pensar em alternativas de solução para sua realidade.

Palavras-chaves: Psicologia e Formação Continuada de Professores; Desenvolvimento e Aprendizagem; Pesquisa e formação docente.

P – Pesquisador

ESC – Psicologia Escolar e Educacional

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA EM CURSO DE GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA. *Norma Lucia Neris de Queiroz (Faculdade de Educação, Universidade de Brasília- DF)*

O presente estudo teve como objetivo analisar a construção da identidade profissional do futuro professor de Língua Portuguesa (LP) de um grupo de estudantes de Letras na modalidade a distância, oferecido pela UaB/UnB. Para analisar essa construção, buscamos identificar as representações sociais desse grupo de estudantes sobre o professor de Língua Portuguesa (LP); analisar o papel desse professor (LP) em diferentes perspectivas de ensino-aprendizagem e o conceito de identidade profissional que eles se identificavam. Sabemos que nos dias de hoje concepções de identidade profissional como qualidade de idêntico ou um conjunto de caracteres próprios e exclusivos da pessoa não têm sido bem aceitas, considerando que a flexibilidade é uma das características mais exigida para o professor. É comum nas salas de aula, estudantes questionarem estratégias do professor querendo ele ou não. Essa mudança de atitude comprova que não existe uma identidade fixa e imutável tanto para professor quanto para estudante. Na escola de hoje, o professor, além de mediar a construção do conhecimento, deve auxilia seus estudantes construir suas identidades. Sendo assim, o significado das palavras não é fixo: constrói-se e modifica-se sócio-historicamente. A palavra, além de ser instrumento de pensamento, é elemento ideológico presente nas situações comunicativas e de interpretação da vida cotidiana. Para fundamentar a nossa análise, optamos pela pesquisa qualitativa e como instrumento de construção de dados, utilizamos as atividades de fóruns de debates e o projeto profissional elaborado pelo grupo de participantes, no qual foi utilizado o gênero textual da carta pessoal – Coletânea de cartas na disciplina Projeto Profissional e Organização do Trabalho Pedagógico. Muitos desses estudantes já são professores. Os resultados evidenciaram que: a) a opção pelo curso de Letras era de aprender gramática, pois consideravam seus saberes nessa área muito aquém (80%); b) Para outros ter um diploma de uma universidade renomada e estudar literatura era realização de um duplo sonho (20%); esse último grupo não é professor e não tem intenção de exercer a profissão; c) o grupo que quer ser professor de LP afirma que só agora, metade do curso, está entendendo a proposta do curso. Ou seja, a universidade não como objetivo formar apenas um professor de gramática ou de literatura. Por outro lado, esse entendimento tem refletido no processo de ensino aprendizagem deixando alguns deles temerosos de não concluir o curso, uma vez que o curso tem ficado mais complexo. Outro têm se identificado com a proposta do curso e agregando saberes que vão tecendo seus saberes para mediar construção do conhecimento dos seus futuros estudantes, formação da identidade e despertar neles a capacidade de continuar estudando. Dessa forma, a identidade de um professor de Língua Portuguesa é constituída e permeada por uma ideologia predominantemente política e construída sóciohistoricamente.

Palavras-chave: identidade profissional docente, apropriação de saberes e língua portuguesa

P

Código da área da Pesquisa / Intervenção: ESC – Psicologia Escolar e da Educação

FORMAÇÃO DE LEITORES NAS SÉRIES INICIAIS: A ARTE DE OUVIR E CANTAR HISTÓRIAS. *Priscila Martins do Nascimento e Norma Lucia Neris de Queiroz (Faculdade de Educação, Universidade de Brasília – DF)*

O presente estudo de pesquisa tem como objetivo geral sensibilizar os alunos quanto à profunda relação entre a literatura e a música por meio da escuta sensível, da audição e leitura de histórias e do contato com as histórias cantadas. Como objetivos específicos, definimos: identificar os diversos gêneros musicais e literários por meio de pesquisas compartilhadas; reconhecer letras de músicas como textos poéticos e literários; estimular a participação dos alunos nas diversas atividades pedagógicas, entre elas, dramatização de músicas e histórias, recitais de textos poéticos e produção de paródias, entre outras, bem como identificar o que era real e imaginário nos textos literários. A proposta pedagógica da instituição de ensino particular do distrito federal fundamenta-se no método de expressão da interação, criado com base nos achados do educador francês freinet, e da professora brasileira maria de lourdes pereira da silva que realizou um trabalho especificamente para a alfabetização no rio de janeiro e difundido nesta instituição de ensino. A metodologia utilizada caracteriza-se como qualitativa e optamos pelos instrumentos de construção de dados: a observação participante, seguida de um projeto de intervenção conjunto com a professora regente de uma turma de 3º ano (séries iniciais) do ensino fundamental. A partir da interação com os alunos, a professora e a metodologia da escola, iniciamos o projeto de intervenção com duração de sete encontros (quatro horas cada um deles), tempo que pude exercer o papel de professora e pesquisadora. A temática surgiu do grande número de alunos dessa turma que já tinham um contato desde muito cedo com a música, especialmente, com instrumentos musicais: violão, violino, teclado e flauta. Os resultados evidenciados foram: a) os alunos participaram mais das atividades de dramatização (peças teatrais), da produção de paródias com base nos textos literários estudados e a pesquisa para escolher os textos literários e os estilos musicais; b) a construção da diferenciação entre o imaginário e o real, permeado na literatura, favoreceu a interação social dos alunos com seus pares e a professora; c) a participação direta no planejamento das atividades possibilitou aos alunos avaliar seu próprio desempenho frente às atividades; e) a interdisciplinaridade favoreceu ao fortalecimento das relações sociais do grupo, bem como facilitou a escrita, a leitura, as artes (com a música) e a matemática, quando eles calculavam o tempo necessário para organizar as apresentações. Concluímos que a aproximação com as diversas linguagens, especialmente, a literária possibilitou aos alunos trocarem informações sobre livros que os pais faziam referência em casa, tornando assim, o diálogo mais rico e os tornando leitores interessados com seus pares e a professora, quando suas atividades eram a apreciação de livros e de algumas temáticas. Com isso, esse projeto contribuiu com a formação desses alunos leitores interessados e a formação da estudante como professora-pesquisadora.

Palavras-chave: projeto de música e literatura – ensino fundamental – interdisciplinaridade.

P

Código da área da pesquisa / intervenção: esc – psicologia escolar e da educação

PREMATURIDADE E DEPRESSÃO MATERNA: FATORES DE RISCO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL.

TEMPERAMENTO, COMPORTAMENTO E GÊNERO EM CRIANÇAS NASCIDAS PRÉ-TERMO. *Luciana Cosentino Rocha***, Vivian Caroline Klein (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP), Francisco Eulógio Martinez (Departamento de Puericultura e Pediatria, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP) e Maria Beatriz Martins Linhares (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)

O nascimento prematuro pode expor a criança a riscos no seu desenvolvimento. As crianças nascidas pré-termo com experiências estressoras no início do desenvolvimento têm a chance aumentada de apresentar problemas de comportamento. Além disso, apresentam diferenças em indicadores de temperamento em relação a crianças nascidas a termo. Poucos estudos focalizam a interação entre prematuridade e gênero para a compreensão do temperamento e comportamento em crianças pré-termo. O objetivo do estudo foi avaliar indicadores de temperamento e de comportamento em crianças nascidas pré-termo, em comparação a crianças a termo, considerando-se o efeito direto ou interativo da variável gênero. A amostra foi recrutada no Serviço de Neonatologia-HCFMRP-USP e em duas creches de Ribeirão Preto com crianças de 18-36 meses. O Grupo Pré-termo (PT) foi constituído por 43 crianças (51% meninas), nascidas pré-termo (média de idade gestacional IG=31sem) com muito baixo peso (média do peso ao nascimento=1.130g), que passaram por internação em UTI-Neonatal. O Grupo A termo (AT) foi formado por 36 crianças (44% meninas), nascidas a termo com peso médio ao nascimento de 3.226g; os grupos eram comparáveis no nível sócio-econômico. Os dados foram coletados em uma entrevista com as mães, por meio do *Early Childhood Behavior Questionnaire* de Rothbarth (temperamento), e do *Child Behavior Checklist* (CBCL/ 1 ½-5) de Achenbach (comportamento). Foi realizada uma análise variância fatorial 2 X 2 (Grupo X Gênero) para testar o efeito direto ou interativo das variáveis. Os resultados mostraram que, com relação aos três fatores do *temperamento*, houve o efeito direto do Grupo em dois fatores, ou seja, o PT apresentou significativamente maiores escores em Extroversão-E e menores escores em Controle com Esforço-CE, em comparação com o AT. Por outro lado, no fator Afeto Negativo-AN houve o efeito direto do Gênero; as meninas tiveram maiores escores em AN do que os meninos. Com relação às dimensões do temperamento, o PT apresentou significativamente maiores escores em Nível de Atividade-E, Ativação Motora-AN e Prazer de Alta Intensidade-E e menores escores em Medo-AN, Desconforto-AN, Aconchego-CE e Focalização da Atenção-CE. Houve efeito direto do gênero em relação a Medo e Desconforto; as meninas apresentaram maiores escores do que os meninos. O efeito interativo entre Grupo e Gênero foi identificado apenas nas dimensões Ativação Motora-AN e Atenção-CE; as meninas PT tiveram maiores escores em Ativação Motora em comparação com as meninas AT, enquanto que os meninos PT apresentaram menores escores em Focalização da Atenção do que os meninos AT. Com relação ao *comportamento*, apenas na escala Déficit de Atenção e Hiperatividade houve diferença significativa entre os grupos em interação com gênero; os meninos PT tiveram maiores escores que os meninos AT nesta escala. A prematuridade apresentou-se como alteração na constituição do indivíduo nos fatores de agitação e autocontrole, enquanto que o gênero

influenciou os resultados na afetividade negativa. Especificamente, os meninos PT apresentaram maiores riscos no desenvolvimento do sistema de atenção, observado no temperamento e no comportamento. A compreensão dos riscos advindos do nascimento prematuro no temperamento e comportamento e o efeito do gênero devem considerados em programas de follow-up.

Apoio: CAPES; FAPESP; CNPq;

Palavras-chave: prematuridade, temperamento, gênero.

Nível: M

SAÚDE

DEPRESSÃO MATERNA E O PERFIL DE SOCIALIZAÇÃO DE MENINOS E MENINAS EM IDADE ESCOLAR. *Livia Loosli** e Sonia Regina Loureiro (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo).*

A depressão materna tem sido considerada uma condição de adversidade ao desenvolvimento infantil e estudos empíricos são pouco conclusivos quanto ao impacto diferenciado para meninos e meninas e a possibilidade de manifestações comportamentais diversas entre os gêneros. Objetivou-se caracterizar o perfil de socialização e comparar grupos diferenciados pelo gênero de crianças em idade escolar que convivem com a depressão materna recorrente, visando identificar recursos e dificuldades relativas ao desempenho escolar e ao comportamento. Foram avaliadas 40 díades mãe-filho, cujas crianças contavam com idades entre sete e 12 anos e as mães apresentavam diagnóstico confirmado de Transtorno Depressivo Recorrente, sendo distribuídas em dois grupos diferenciados pelo gênero: G1-20 meninos e G2-20 meninas. As crianças foram identificadas a partir da seleção das mães atendidas em serviços de Saúde Mental de uma cidade de médio porte do estado de São Paulo. Para a seleção dos participantes foram utilizados: a Entrevista Clínica e Estruturada para o DSM-IV (SCID), para confirmação diagnóstica das mães; e o teste das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven - Escala Especial, para avaliação cognitiva das crianças e exclusão de déficit intelectual. Procedeu-se a avaliação do comportamento infantil por meio do Questionário de Capacidades de Dificuldades (SDQ) respondido pelas mães, e do desempenho escolar por meio do Teste de Desempenho Escolar (TDE) realizado pelas crianças. Os instrumentos foram aplicados segundo as recomendações técnicas e as avaliações foram realizadas em sessões individuais, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados foram codificados segundo as proposições dos instrumentos. Para a análise procedeu-se à comparação entre os grupos diferenciados pelo gênero em relação às variáveis: desempenho escolar e comportamento por meio dos testes de Mann Whitney, do Qui-Quadrado, Exato do Qui-Quadrado e Exato de Fisher, dependendo da distribuição das variáveis e adotando-se o nível de significância $p \leq 0,05$. Em relação ao desempenho escolar, 57,5% do total de crianças apresentou dificuldades relacionadas às habilidades aritméticas; 47,5% e 35% dificuldades relativas à escrita e à leitura respectivamente, não sendo observadas diferenças significativas entre meninos e meninas. No que se refere ao comportamento, 42,5% do total de crianças apresentou dificuldades comportamentais, observando-se diferença estatisticamente significativa entre os gêneros em relação aos sintomas emocionais, com 80% das meninas apresentando mais prejuízos nesta escala em comparação a 50% de meninos. Conclui-se que as crianças expostas à depressão materna recorrente apresentam dificuldades escolares e comportamentais independentemente do gênero, sendo que as meninas parecem mais vulneráveis do que os meninos em relação aos problemas emocionais relativos a queixas somáticas e de insegurança, próprias de comportamentos internalizantes. Tais dados podem contribuir para o planejamento de intervenções terapêuticas diferenciadas para meninos e meninas que convivem com a depressão materna.

Palavras-chave: depressão materna, criança, gênero.

Nível: M.

SAÚDE

REATIVIDADE BIOCOPORTAMENTAL À DOR E REGULAÇÃO, DE ACORDO COM A GRAVIDADE CLÍNICA, EM NEONATOS PRÉ-TERMO.

*Beatriz Oliveira Valeri** e Cláudia Maria Gaspardo** (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP), Aline Caetano Fregni* (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP), Francisco Eulógio Martínez (Departamento de Puericultura e Pediatria, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP) e Maria Beatriz Martins Linhares (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP).*

A prematuridade é um fator de risco biológico relevante para o desenvolvimento da criança. As crianças que nascem prematuras são mais susceptíveis a apresentarem problemas relacionados à cognição, atenção, aprendizagem e comportamento. Os processos de ativação-regulação fisiológica, emocional e comportamental podem ser afetados pela prematuridade. A reatividade e recuperação biocomportamental à dor dos neonatos pré-termo no período neonatal pode refletir na capacidade do sistema nervoso central de regular a organização neurobiológica e comportamental. Para melhor compreender os mecanismos de reatividade à dor nos neonatos pré-termo, é necessário considerar a relação entre as variáveis do organismo vulnerável em desenvolvimento e os fatores estressores do contexto ambiental. O objetivo deste estudo transversal foi analisar a influência da gravidade clínica na reatividade biocomportamental à dor em neonatos pré-termo. A amostra foi composta por 53 neonatos (56% meninos) pré-termo (idade gestacional média = 30 semanas) de muito baixo peso (média do peso ao nascimento = 1.110 gramas), que estavam internados na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) do Hospital das Clínicas da FMRP-USP. A amostra foi separada em dois grupos de acordo com o nível de gravidade clínica neonatal medida pelo *Clinical Risk Index for Babies* (CRIB), a saber: Grupo com Baixo Risco Clínico Neonatal (BRCN), o qual incluiu 30 neonatos pré-termo com escore do CRIB < 4 e o Grupo com Alto Risco Clínico Neonatal (ARCN), o qual incluiu 23 neonatos pré-termo com escore do CRIB ≥ 4. A reatividade à dor foi avaliada durante procedimento de rotina na UTIN de punção para coleta de sangue, divididos em cinco fases de avaliação, a saber: Linha de Base, Antisepsia (manuseio para antisepsia), Punção, Recuperação Manuseio (manuseio para curativo e retorno à incubadora) e Recuperação-Repouso. A reatividade comportamental foi medida através dos instrumentos de Escala de Vigília e Sono e o *Neonatal Facial Coding System* (NFCS – Sistema de Codificação Facial Neonatal). O batimento cardíaco foi continuamente monitorado e registrado em intervalos de um minuto durante a avaliação. A reatividade biocomportamental foi analisada por meio dos escores do NFCS da Escala de Vigília e Sono e pela média do batimento cardíaco, bem como pela magnitude (mudança) das medidas entre as fases. O modelo estatístico não paramétrico de comparação entre grupos foi processado pelo teste Mann-Whitney. O nível de significância adotado no estudo foi de 5% ($p \leq 0,05$). Os resultados mostraram diferença entre os grupos no que se refere à magnitude do escore NFCS entre as fases de Linha de Base e a Antisepsia e na magnitude dos escores da Escala de Vigília e Sono entre as fases de Linha de Base e Punção. Além disso, foi encontrada diferença entre os grupos relacionada à média do batimento cardíaco durante a fase de Recuperação Repouso. Os neonatos pré-termo com alto risco clínico neonatal exibiram maior reatividade frente aos estímulos estressantes e dolorosos do que os neonatos com baixo risco clínico neonatal, afetando o processo de regulação bio-comportamental.

Esse contexto corrobora a relevância do cuidado desenvolvimental em UTIN para o suporte aos processos regulatórios de desenvolvimento.

Apoio: FAPESP; CNPq

Palavras-chave: prematuridade; gravidade clínica; auto-regulação.

Nível: M

SAÚDE

PREMATURIDADE E TRIAGEM DE INDICADORES DE RISCO PARA PROBLEMAS DE DESENVOLVIMENTO NO PRIMEIRO ANO. *Martina Estevam Brom Vieira*** (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP), *Cibelle Kayenne Martins Roberto Formiga* (Curso de Fisioterapia, Universidade Estadual de Goiás, Goiânia-GO) e *Maria Beatriz Martins Linhares* (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP).

Crianças que nasceram pré-termo e baixo peso são indivíduos mais susceptíveis a apresentarem problemas em seu desenvolvimento psicomotor devido a sua condição de imaturidade física ao nascer, a qual pode afetar aspectos físicos, psicológicos e sociais. Em vista disso, os objetivos do presente estudo foram: avaliar e classificar os indicadores de risco para problemas no desenvolvimento psicomotor global e suas áreas principais de lactentes pré-termo acompanhados no primeiro ano pós-natal e verificar a associação entre as variáveis referentes aos índices de desenvolvimento. Participaram do estudo 101 bebês de ambos os sexos, pré-termo (idade gestacional média de 33 semanas, ± 2) e baixo peso ao nascer (média de 1702g, ± 443 g), que frequentaram o Ambulatório de Alto Risco do Hospital Materno Infantil de Goiânia (GO). Essas crianças foram acompanhadas mensalmente de 0 a 8 meses de idade cronológica corrigida sendo realizadas avaliações de seu desenvolvimento psicomotor com o Teste Denver II, o qual classifica dicotomicamente o desempenho da criança em “Risco” ou “Normal”. Foi feita uma análise do desenvolvimento global e de suas principais áreas: comportamento pessoal-social, linguagem, motor fino-adaptativo e motor amplo. Realizou-se também a coleta de dados socioeconômicos e variáveis referentes aos períodos pré, peri e pós-natal. Os resultados foram tratados estatisticamente por meio da análise descritiva e do Teste de Correlação de Spearman. Em todas as análises foi adotado o nível de significância de 5% ($p \leq 0,05$). Os resultados revelaram que, além da prematuridade e do baixo peso ao nascer, as crianças apresentaram outros fatores de risco como baixo número de consultas durante o pré-natal, intercorrências clínicas maternas durante a gestação, intercorrências neonatais, necessidade de intervenções clínicas, tempo prolongado de internação e condições socioeconômicas em desvantagem. Quarenta e quatro por cento das crianças mostraram-se com risco no desenvolvimento global na faixa etária de 0 a 4 meses, 37% na faixa de 4 a 6 meses e 34% na faixa de 6 a 8 meses, sendo que a motricidade ampla foi a área com maior porcentagem de risco. O desenvolvimento global e suas áreas apresentaram várias correlações significantes entre si nas diferentes faixas etárias, demonstrando, assim, a interdependência das mesmas, pois uma criança com risco quando mais jovem apresentou uma tendência a permanecer com risco em idade mais avançada. Portanto, conclui-se que a combinação de fatores de risco pode influenciar cumulativamente de forma negativa o desenvolvimento da criança e que a motricidade ampla mostrou-se com mais risco em todas as faixas etárias, demonstrando a relevância da avaliação de tal área do desenvolvimento nessas crianças de risco no primeiro ano. O presente estudo destaca a importância do *follow-up* (seguimento) com avaliações sistemáticas e regulares do desenvolvimento das crianças nascidas pré-termo. A triagem permite o rastreamento do grupo de maior risco que necessita de uma avaliação mais específica e, caso seja necessário, o encaminhamento adequado das crianças mais vulneráveis para uma intervenção específica.

Apoio: CNPq

Palavras-chave: lactentes pré-termo; baixo peso; desenvolvimento psicomotor.

Nível: M

SAÚDE

EXPERIMENTOS EM PSICOLOGIA SOCIAL: INVESTIGANDO DILEMAS E PROCESSOS DE INFLUÊNCIA SOCIAL.

AVALIAÇÃO DE DIFERENTES INTERVENÇÕES NA PROMOÇÃO DA COLETA SELETIVA EM UM RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO. *Luiza Lins Araujo Costa**, *Camilla Lima de Araújo**, *Lavínia Maria Lima Andrade** *Juliana Soares da Silva**, *Patricia Elaine Santana Mota**, *Beatriz Andrade Oliveira Reis** *Zenith Nara Costa Delabrida (Laboratório de Avaliação e Testagem em Psicologia, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, SE).*

O lixo é costumeiramente definido como o que não nos serve mais, restos, resíduos. Para a psicologia ambiental, as conseqüências do comportamento humano têm relação significativa com o meio, a partir do momento em que as atitudes comportamentais do indivíduo afetam o ambiente físico alterando a dinâmica deste, tornando-se uma interrelação. Perceber se o descarte de lixo é feito corretamente é uma das primeiras tentativas de relacionar ambiente físico e comportamento dos usuários. Portanto, este trabalho pretendeu investigar a viabilidade de um programa de coleta seletiva em um campus universitário. Procurou-se verificar no restaurante universitário a frequência com que os usuários depositavam e separavam os resíduos. Para isso, foi feito um quase experimento investigando a separação de resíduos plásticos (copo e canudo) e de papel (guardanapo). Foi utilizada uma planilha na qual se registrava o sexo, a separação dos resíduos de forma correta nos dois coletores para esse fim e ainda observações específicas sobre cada sujeito. Foi coletada uma linha de base do uso dos coletores antes das quatro intervenções, que tiveram o intuito de alterar o comportamento de descarte, se e em que medida, houve a adesão à proposta de separação do lixo. As intervenções foram: forro (preenchimento prévio dos coletores com os resíduos corretos), orientação oral (orientação pelos pesquisadores dos usuários para a separação adequada), sem papel (retirada total da sinalização) e sinalização na parede (acréscimo de sinalização acima dos coletores). A população investigada foi composta pelos frequentadores do restaurante durante os cinco dias de observação das 11h30 às 13h45. Participaram da pesquisa 1.239 usuários, na sua maioria do sexo masculino ($n=730$; sendo 57,8%). A maioria dos usuários observados separou os resíduos ($n= 875$; sendo 70,4%) e descartou corretamente ($n=841$; sendo 67,7%) independente da condição experimental. Não foi encontrada diferença estatisticamente significativa entre a separação e o descarte em relação ao gênero. As quatro condições experimentais foram analisadas utilizando o teste não-paramétrico do qui-quadrado comparando se foi feito ou não o descarte dos resíduos. As intervenções mais efetivas foram a Orientação Oral e a Sinalização na Parede. Os resultados mostraram que nas condições Orientação Oral ($f_{obs}= 84$; $f_{esp}= 65,5$) e Sinalização na Parede ($f_{obs}=186$; $f_{esp}=171,6$) a frequência de descarte correto observada foi maior que a frequência de descarte esperada ($gl=4$; $L = 0,000$). Da mesma forma, os resultados mostraram que nas condições Orientação Oral ($f_{obs}= 84$; $f_{esp}= 67,1$) e Sinalização na Parede ($f_{obs}=201$; $f_{esp}=176,6$) a frequência de separação correta observada foi maior que a frequência de separação esperada ($gl=4$; $L = 0,000$). Pode-se concluir que os usuários reagiram positivamente à separação dos resíduos. Os resultados sugerem que tanto a orientação oral quanto uma melhor sinalização do ambiente físico podem promover o descarte adequado dos resíduos. Discute-se que diferentes formas de intervenção favorecem a coleta seletiva e que os usuários podem estar demonstrando uma noção do impacto do seu comportamento no ambiente físico.

Palavras-chave: coleta seletiva, restaurante universitário, quase-experimento.

IC

SOCIAL

COOPERAÇÃO E COMPETIÇÃO "EM JOGO": QUAL A CONSISTÊNCIA ATITUDE-COMPORTAMENTO EM DILEMAS SOCIAIS? *Marília Mesquita Resende**, *Luisa Alcântara Gomes Teixeira** e *Fabio Iglesias (Laboratório de Psicologia Social, Universidade de Brasília, DF)*.

Dilemas sociais são situações em que uma opção de comportamento que pareça mais vantajosa para cada indivíduo, se escolhida pela maioria, acaba gerando efeitos prejudiciais para o coletivo. Quando as pessoas são confrontadas, por exemplo, com uma situação em que recursos limitados, como água e energia, são consumidos rapidamente e se renovam lentamente, seria mais apropriado consumir e garantir o próprio ganho ou cooperar para que todos se beneficiem a longo prazo? Esta pesquisa teve como objetivo investigar a relação entre atitudes e comportamentos em um experimento com um dilema social. Foi utilizada uma versão do paradigma experimental do "jogo das nozes", cuja tradição de pesquisa remonta a uma série de fenômenos de interação em psicologia social. Os participantes são tipicamente apresentados a uma tigela com um certo número de nozes (ou fichas) e podem retirar quantas quiserem num certo número de rodadas, sabendo que o número de nozes restante é dobrado pelo experimentador após cada rodada, até que o jogo acabe. Participaram do experimento 68 voluntários (35 homens), divididos em 22 díades e 8 tríades, que responderam à Escala de Cooperação e Competitividade de Stapel & Koomen, validada para o contexto brasileiro em estudo anterior, e foram convidados então a participar do jogo. Ao todo foram realizados 30 experimentos, começando com 10 fichas cada. As instruções especificaram que o jogador que acumulasse mais fichas após 10 rodadas seria o vencedor, de modo a se estimular um senso mínimo de competição no jogo e aumentar sua validade externa, mas garantindo que sempre sobrassem fichas a cada rodada. Os resultados revelaram comportamentos mais cooperativos que competitivos no jogo. A escala, no entanto, mostrou que os homens se julgaram mais competitivos que as mulheres ($t=3,49$; $p=0,001$). Considerando apenas os participantes que venceram o jogo, os homens se comportaram, com uma diferença marginal, mais competitivamente do que as mulheres ($t=1,94$; $p=0,62$), confirmando os resultados previstos pela escala. As condições de jogo em díade ou tríade não geraram diferenças significativas. Concluiu-se que as medidas atitudinais não foram preditoras das medidas comportamentais, apesar de terem previsto alguns resultados relacionados ao sexo entre os que foram mais competitivos. Em que pese as dificuldades na coleta de dados e no recrutamento de participantes com uma tarefa experimental de laboratório dessa natureza, o tamanho da amostra pode ter reduzido a possibilidade de se encontrar significância estatística nas relações testadas. A discussão aponta para o fato do jogo das nozes ser um instrumento adequado para investigar as congruências entre atitudes e comportamentos no contexto das temáticas pró-sociais, em especial as que se referem a situações de disputa de recursos.

Apoio financeiro: Bolsa REUNI/CAPES

Palavras-chave: teoria dos jogos; dilemas sociais; cooperação.

IC

SOCIAL

EFEITOS DA INFLUÊNCIA POR PROVA SOCIAL NA OPINIÃO SOBRE A COPA DE 2014. *Naianne de Cássia Moura Lira**, *Táise Galdioli Paes*, *Fabio Iglesias* (Laboratório de Psicologia Social, Universidade de Brasília, Brasília – DF).

As pessoas costumam ver o outro como fonte de informação mais segura quando devem emitir julgamentos sobre questões ambíguas ou que pouco conhecem. Este fenômeno de influência é caracterizado como prova social e é o caso, por exemplo, de eventos distantes no tempo, para os quais se conhecem poucas conseqüências positivas e negativas que possam substanciar a emissão de um julgamento sobre eles. A Copa do Mundo de Futebol de 2014 será realizada no Brasil, mas a opinião pública já tem expressado uma série de preocupações quanto à viabilidade do evento e seus desdobramentos em termos de segurança pública, turismo, saúde, economia e política. O objetivo desta pesquisa foi verificar o efeito de notícias fictícias sobre a avaliação que moradores de uma das cidades-sede da Copa fazem atualmente sobre esse evento futuro. Participaram da pesquisa 156 estudantes em um campus universitário na Cidade de Brasília (78 homens), com idade média de 21,8 anos (DP=4,5). Os participantes foram primeiramente apresentados aos resultados fictícios de um estudo realizado com estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre a Copa naquela cidade. Foram criadas três condições experimentais independentes, com 52 participantes cada: *Grupo I* – recebeu informações positivas a respeito da Copa no Brasil, valorizando a melhora nas questões sociais e econômicas no Rio de Janeiro; *Grupo II* – recebeu informações negativas, destacando o aumento dos problemas sociais já existentes; *Grupo controle* - não recebeu qualquer informação manipulada. Em seguida foram convidados a responder a um questionário expressando sua avaliação a respeito da realização da Copa do Mundo em sua própria cidade, com base em uma escala de quatro categorias. O questionário incluiu itens sobre a influência direta da Copa em suas vidas, além de dados relativos a idade, sexo, curso e perfil sócio-econômico. Os resultados revelaram um efeito da manipulação experimental das informações fornecidas aos participantes, gerando respostas mais positivas e negativas nos grupos correspondentes ($F=24,58$; $p<0,001$). Um teste post hoc de Tukey revelou que as diferenças ocorreram apenas entre os grupos negativo e positivo, mas não deste último com o grupo controle. Foi verificada ainda uma associação significativa entre os grupos experimentais e o reconhecimento da influência da Copa na vida dos participantes ($\chi^2=3,13$; $p=0,007$). Não foram encontradas diferenças de sexo, idade ou nível econômico. Esta pesquisa reuniu evidências de que informações fornecidas por entrevistadores afetam significativamente a opinião de respondentes em pesquisas de opinião de pública. Considerando as polêmicas que envolvem a ocorrência da Copa no Brasil, a discussão aponta para a necessidade de se controlar aspectos metodológicos de pesquisa sobre o tema, além de examinar o efeito da prova social como base para julgamentos atitudinais. Palavras-chave: influência social informativa; prova social; Copa do Mundo de 2014. Trabalho de graduação (IC).

SOCIAL

REAÇÕES A PEDIDOS DE GUARDAR LUGAR: COMPORTAMENTOS PRÓ-SOCIAIS EM FILAS. *Hannah Santana Oivane**, *André Gouvêa de Paiva** e *Fabio Iglesias (Laboratório de Psicologia Social, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de Brasília, DF)*

As filas de espera são conseqüência direta de situações em que se disputam recursos e geralmente suscitam comportamentos que tem um caráter mais competitivo. Conflitos entre usuários geralmente se agravam conforme a natureza da urgência da demanda e a escassez do produto, serviço ou espaço, além de serem influenciados pelo tempo já decorrido de espera. No entanto, também são comumente observados em filas alguns comportamentos que expressam pró-socialidade, tais como permitir intrusões e outras quebras das normas de prioridade de atendimento por ordem de chegada. O objetivo desta pesquisa foi investigar experimentalmente as reações de usuários quando um confederado, usando diferentes justificativas, solicita que se guarde seu lugar na fila. Neste caso, a reação a uma solicitação para guardar lugar pode ser configurada como um dilema entre garantir o direito legitimamente conquistado de ocupar uma posição na fila ou ceder à uma solicitação de quem não garante presencialmente sua posição. Em termos de custos práticos, pode significar aumento ou diminuição no tempo de espera e na possibilidade de obter um produto quando ele é escasso. Participaram do experimento de campo 106 usuários de ambos os sexos, em filas de caixas de atendimento bancário na Cidade de Brasília no horário do almoço. Um confederado entrava na fila quando havia 4 ou 5 usuários e aguardava a chegada de outro que entrasse imediatamente atrás dele. Enquanto um observador discretamente anotava os dados observáveis, o confederado solicitava que “guardasse o seu lugar”, apresentando uma das seguintes condições: a) a necessidade de atender a uma ligação; b) buscar um objeto necessário; c) nenhuma justificativa. Um segundo confederado anotou as reações do participante, codificadas em escala, quando chegava à primeira posição da fila para ser atendido e o confederado não havia (intencionalmente) retornado. Os resultados mostraram apenas 30% de reações de indiferença dos usuários, sendo que a maioria apresentou comportamentos mais pró-sociais e não parece ter havido qualquer recusa imediata à solicitação verbal. As reações variaram em função do tipo de justificativa apresentada, sendo que as dissimulações com motivos plausíveis geraram maior comportamento pró-social ($F = 5,52$; $p < 0,005$). Os homens apresentaram reações mais positivas do que as mulheres, mostrando preocupação em garantir o lugar tal como solicitado e procurar visualmente pelo confederado no momento do atendimento. Com uma diferença marginal, observaram-se maiores reações pró-sociais quando o confederado e o participante eram de sexos opostos ($F = 3,25$; $p = 0,07$). Esses resultados sugerem que as diferentes justificativas geram diferentes atribuições causais, como elemento distintivo para que se observem reações mais positivas ou indiferentes a solicitação de guardar lugar na fila, compreendida tanto como algo legítimo quanto ilegítimo. O trabalho discute, portanto, suas implicações no contexto de atendimentos a usuários em diferentes ambientes, além do efeito e do estabelecimento de normas sociais compartilhadas e perpetuadas nessas situações.

Palavras-chave: comportamento pró-social; normas sociais; filas de espera.

IC

SOCIAL

SUSTENTABILIDADE EM DILEMAS SOCIAIS: TESTANDO UMA METODOLOGIA EXPERIMENTAL PARA AMBIENTES VIRTUAIS. *Lucas Soares Caldas**, *Luisa Alcântara Gomes Teixeira** e *Fabio Iglesias (Laboratório de Psicologia Social, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de Brasília, Brasília, DF).*

Dilemas sociais são situações de grupo em que a recompensa imediata por competir é superior à recompensa por cooperar, entretanto, se nenhum dos membros cooperar todos do grupo são prejudicados. Entre alguns dos paradigmas experimentais desenvolvidos em psicologia social para investigar as decisões que as pessoas tomam quando confrontadas com esses dilemas, inclui-se a simulação de situações em que se devem gerenciar recursos escassos. Este trabalho teve como objetivo comparar medidas atitudinais com medidas comportamentais num dilema social utilizando o software FISH 3.1, de modo a testar a sua viabilidade metodológica no contexto brasileiro. O software apresenta uma situação em que quatro pescadores utilizam um mesmo lago com 60 peixes e podem “pescar” quantos peixes quiserem, sendo que a quantidade restante se duplica no início de cada nova temporada. Se o consumo ultrapassar a capacidade de reprodução dos peixes, tem-se uma dinâmica de insustentabilidade que pode resultar na extinção dos recursos. Uma das vantagens de se usar esse software é que ele organiza o dilema social com uma razoável validade ecológica, registrando fidedignamente as informações sobre o consumo dos participantes em medidas de cooperação e eficácia, tanto individuais quanto grupais. Participaram do experimento 14 estudantes (57% mulheres), que responderam também à Escala de Barreiras ao Comportamento Pró-ambiental. Validada em um estudo anterior, a escala inclui 29 itens para investigar as razões pelas quais as pessoas deixam de se comportar pró-ambientalmente, e se organiza em dois fatores: “Negação dos problemas ambientais” e “Alegação de outras prioridades”. O procedimento experimental consistiu em oito temporadas de pesca, com apenas um participante que disputava os recursos com três outros pescadores simulados pelo software e configurados para se comportar de forma mais cooperativa. Os resultados revelaram que a medida de cooperação individual, que varia de 1 (sustentabilidade garantida) a -3 (insustentabilidade), apresentou média 0,21, considerada um indicativo de que os participantes adotaram comportamentos desejáveis, mas próximos do limite de possibilidade de recuperação do recurso. As medidas de eficácia grupal, que resultam do comportamento dos participantes como um todo, apresentaram médias positivas, indicando decisões de consumo que favorecem a recuperação do recurso apesar do padrão de comportamento insustentável de alguns participantes. Considerando as restrições impostas pela amostra reduzida para que se testem as variáveis com estatística inferencial, não foi possível verificar uma relação significativa entre os fatores medidos pela Escala de Barreiras ao Comportamento Pró-ambiental e os comportamentos no ambiente simulado. A adaptação desse procedimento experimental se revelou adequada para o contexto brasileiro, em que não se conhece qualquer software semelhante, configurando-se como promissora metodologia de pesquisa nas áreas da psicologia social e da psicologia ambiental para investigar dilemas sociais e padrões de sustentabilidade.

Bolsa REUNI/CAPES

Palavras-Chave: dilema social; consumo responsável; comportamento pró-social.

IC

SOCIAL

EFEITO DE CENÁRIO EXPERIMENTAL, QUEBRA DE NORMAS E ESTRATÉGIA DE INFLUÊNCIA SOCIAL NO JEITINHO BRASILEIRO.

*Marco Akira Miura** e Ronaldo Pilati (Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social – GEPS, Laboratório de Psicologia Social, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de Brasília, Brasília, DF).*

O jeitinho brasileiro é definido como uma estratégia de resolução de problemas que contorna regras, leis e convenções sociais por meio do uso de estratégias de influência social. Sua utilização nos variados contextos do dia-a-dia, e por diferentes grupos sociais, evidencia o papel fundamental da sua descrição para o entendimento do comportamento social do brasileiro. Todavia, o conceito não repousa sobre um chão uniforme e isto se evidencia pela variedade de definições e exemplos encontrados na literatura e em pesquisas empíricas sobre jeitinho realizadas em amostras de brasileiros. Este projeto, portanto, teve como objetivo explorar dimensões hipotetizadas como componentes da representação do jeitinho, a saber, (1) a burla de regras e (2) o uso de estratégias interpessoais de influência social. Além disso, buscou-se avaliar o impacto do contexto na avaliação do “jeitinho”. Para tal, foi realizado um levantamento de dados de abrangência nacional pela utilização de um programa de coleta de dados *online*. O estudo adotou um delineamento experimental fatorial 2 (quebra de normas: baixo/alto) X 2 (uso de estratégia: baixo/alto) X 4 (contexto: hospital/cartório/estacionamento/escola). Participaram do estudo 2100 pessoas que receberam o endereço do questionário por correio eletrônico, distribuído por amostragem tipo “bola de neve”. A amostra foi composta por uma maioria de mulheres (68%), com média de idade de 33,10 anos (DP=11,95), com nível de escolaridade de Ensino Fundamental Incompleto à Pós-graduação, residentes no Distrito Federal e 26 Estados brasileiros. Os participantes foram distribuídos aleatoriamente para cada uma das condições experimentais. O instrumento foi composto por um cenário no qual o participante foi solicitado a avaliar sua tipicidade com relação ao jeitinho brasileiro em uma escala tipo Likert de 11 pontos. A seguir, foram apresentadas a escala de moralidade e a escala de dominância social. Por fim, o questionário sócio-demográfico. A análise da variância (ANOVA) indicou que houve uma diferença significativa na avaliação de tipicidade do jeitinho com relação aos contextos de hospital (M=5,36; DP=1,78), escola (M=5,23; DP=1,70), cartório (M=4,84; DP=1,90) e estacionamento (M=3,92; DP=2,22) [F(3,2096) = 227,54; p<0,001]. Além disso, observou-se que os cenários na condição de alto uso de estratégia de influência social foram avaliados como mais típicos do jeitinho do que na condição de baixo uso de estratégia [F(1, 2098) = 4,03; p = 0,045]. Com base nestes resultados, pode-se afirmar que o “jeitinho” é um fenômeno atrelado à situação na qual o indivíduo se comporta, podendo ser reconhecido, também, por meio da estratégia de influência social por ele utilizada. Este estudo buscou fornecer evidências que suportem algumas das concepções adotadas na literatura sobre o jeitinho brasileiro. Pesquisas acerca do comportamento organizacional enquadram o jeitinho como um processo de influência informal, comparando-o a processos de liderança formal. Sendo, portanto, um comportamento de ampla adesão e distinto daquele prescrito, faz-se necessário o estudo de variáveis tanto situacionais quanto disposicionais que influenciam no uso do jeitinho.

Bolsa da CAPES

Palavras-chave: jeitinho brasileiro; cenários; psicologia transcultural.

M

SOCIAL

SUPERVISÃO NA FORMAÇÃO DE TERAPEUTAS.

SUPERVISÃO: O DIZER DOS SUPERVISIONANDOS. *Maria Lucia Tiellet Nunes (PPGPsicologia, Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS, Porto Alegre, RS), Nancy Ramacciotti de O. Monteiro (Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP, São Paulo, SP) e Lisiane Alvim Saraiva (Faculdade Porto-alegrense, Porto Alegre, RG).*

A supervisão, intervenção que se dá através de profissional mais experiente em relação a outro em formação, com o objetivo de aprendizagem, é uma influência positiva no desenvolvimento de futuros profissionais e é a estratégia utilizada independente de teoria. Em um estágio, sob supervisão, o supervisionado pode vivenciar seu futuro papel profissional em uma situação real e protegida pela supervisão, tornando-se essa situação especial de aprendizagem uma ligação entre o mundo acadêmico e o mundo do trabalho, o que oportuniza a integração teoria/prática. Como locais nos quais a supervisão ocorre em caráter obrigatório estão as Clínicas-Escola das faculdades de psicologia no Brasil, por força de lei, e os centros/institutos de formação terapêutica em caráter de estudos pós-graduados. Ainda que haja reconhecimento da importância da supervisão na formação do terapeuta, há poucas pesquisas empíricas sobre o tema e ela não vem sendo discutida, em especial, no tocante à visão do supervisionando. Esse trabalho teve dois objetivos: para o primeiro, foi descrever a experiência de supervisão de forma geral sob a ótica dos supervisionandos; e o segundo, foi descrever a percepção dos supervisionados sobre o supervisor, de forma específica. Para ambos os estudos foi utilizada uma escala do tipo likert, com cinco pontos, contendo questões sobre o tema. O primeiro estudo contou com 204 estagiários de psicologia clínica, trabalhando com psicoterapia psicanalítica em clínicas-escola de cursos de Psicologia no Rio Grande do Sul e com 134 psicólogos em formação terapêutica em cursos de formação em psicoterapia psicanalítica em Porto Alegre, RS; o segundo estudo contou com 56 alunos em estágio de psicologia clínica, em diversas abordagens teóricas. Para a análise das respostas ao instrumento, no primeiro estudo, foram comparados, através de análise inferencial, os grupos graduandos versus graduados e os resultados mostraram que houve diferenças estatisticamente significativas entre o conjunto de respostas dos estagiários e psicólogos no que se refere a 18 questões do instrumento ($p \leq 0,05$). As avaliações dos supervisionandos em relação aos supervisores são quase que exclusivamente positivas, independente de abordagem teórica; com isso, discute-se o processo ensino-aprendizagem no estágio, a idealização do supervisor e o momento de transição de aluno para profissional. No segundo estudo, a análise foi descritiva, através de porcentagens, e revelou que os supervisores são avaliados muito positivamente, independente de abordagem teórico/técnica e há necessidade de que se discuta idealizações e a própria atividade de supervisão.

Palavras-chave: Supervisão, Psicologia Clínica, Clínica da Criança

Nível do trabalho: P

Código da área: CLIN

SUPERVISÃO NA CLÍNICA DE CRIANÇAS PARA GRADUANDOS: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA. *Fernando Genaro Junior** (Centro de Psicologia Aplicada-Vergueiro, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Paulista –UNIP, São Paulo, SP).*

Essa proposta compõe a sessão coordenada intitulada: *supervisão na formação de terapeutas* a qual visa refletir e discutir o papel da supervisão clínica na formação do psicólogo, suas dificuldades, bem como compartilhar experiências desenvolvidas por supervisores de diferentes universidades. Nesse trabalho, busca-se destacar aspectos fundamentais no processo de ensino-aprendizagem na clínica com crianças junto aos alunos-estagiários quarto e quinto anistas do curso de Psicologia de uma universidade privada na cidade de São Paulo, Capital. Assim, recorre-se à descrição e análise da própria experiência de supervisão de estágio nas disciplinas: psicodiagnóstico compreensivo, psicodiagnóstico interventivo e psicoterapia infantil de orientação psicanalítica, a fim de apresentarmos reflexões sobre tal experiência. Ao longo desse percurso foi possível observar significativa dificuldade dos alunos-estagiários no que tange a construir e articular um raciocínio clínico a partir dos dispositivos lúdicos no contato com crianças. Inserido no contexto infantil, surgem por parte dos alunos-estagiários restrições no acesso e manejo do registro da comunicação significativa (das angústias e conflitos da criança e de sua família), do jogo, do brincar, do narrar e do próprio valor simbólico presente nas consultas psicológicas iniciais, sejam elas de cunho diagnóstico e/ou interventivo. Na atualidade nota-se a presença de transformações específicas nessa clínica como o aumento significativo de casos graves com limitações de provisões ambientais, tais como pais ausentes, pais ligados ao tráfico de drogas e prostituição, presença de violência doméstica, pais e/ou familiares pacientes psiquiátricos, e sociais: alimentação, moradia, segurança, educação, entre outros, que chegam até a clínica-escola trazendo impactos em relação às dificuldades iniciais esperadas nesse momento da formação, quanto à própria complexidade que os fenômenos clínicos advindos da infância têm apresentado na atualidade para a própria estrutura dos serviços-escolas. Neste trabalho clínico, analisando-se a experiência verifica-se que o espaço de supervisão e a própria figura do supervisor na clínica da infância esta cada vez mais ligada à necessidade de alteridade do aluno-estagiário, no estabelecimento de um espaço potencial e intersubjetivo que sustente empaticamente as experiências clínicas vividas pelos alunos em seus atendimentos. Desta forma, o trabalho conjunto supervisor/aluno-estagiário permite que o primeiro se ofereça como modelo e apoio, criando uma relação de cooperação que o aluno-estagiário aprende a transpor para relação paciente/psicólogo. A partir dessa condição no espaço de supervisão, percebemos a possibilidade de maior integração dos aspectos teórico-técnicos, bem como o desenvolvimento de atitudes clínicas específicas para a formação de futuros psicólogos terapeutas para o exercício clínico no campo da infância.

Palavras-chave: Supervisão Graduação, Psicologia Clínica, Clínica da Criança

Nível do trabalho: D – Doutorado.

Código da área: CLIN

SUPERVISÃO CLÍNICA NA ÁREA INFANTIL COM ALUNOS DO 4º ANO.

Andrés Eduardo Aguirre Antúnez, Augusta Rodrigues de Oliveira Zana, Ilana Fenjves Joveleviths*, Roberta Alice Lins Toqueiro* e Caio Mantese de Souza* (Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP)*

Observa-se que a falta de experiência e domínio teórico por parte dos alunos mostra-se como um fator positivo, pois ajuda na possibilidade de compreensão e abertura diante do diferente, do estranho e do semelhante, sem pré-concepções anteriores que possam obscurecer a essência dos fatos de acordo com a fenomenologia associada a psicoterapia psicodinâmica. As ansiedades aparecem como expectativas diante do desconhecido, de si mesmo e do outro. Atender crianças e pais impõe uma dupla transferência, uma com a criança e a outra com os pais; implica poder brincar e por meio do brincar, acessar o outro. Os pais expressam verbalmente a noção que têm do que acontece ou não acontece com seus filhos, da importância ou não do brincar. Quando algo falha, é motivo para procurarem ajuda, seja pelo relato consciente ou inconsciente de culpa dos pais ou por indicação da escola. A vinda à Clínica é um reconhecimento que necessitam do outro, pois não conseguem manter suas posturas educacionais e afetivas. Nesse sentido, por vezes os alunos são colocados em função paterna e/ou materna, educativa e terapêutica. Em quatro casos atendidos, verificaram-se mudanças significativas no modo como os alunos manejavam a situação clínica a partir do uso de um instrumento primordial, a própria personalidade, no atendimento a crianças e seus familiares, bem como mudanças gradativas em suas condutas. O aluno acompanha e participa das comunicações das necessidades apresentadas. Nos casos que apresentaremos há um denominador comum, a instabilidade emocional dos pais das crianças que gritam por serem vistas, ouvidas, sentidas e acolhidas. O aluno é colocado num lugar de quem ajuda e responde positivamente a uma relação nova na vida dessas crianças e desses pais. Os alunos têm a estabilidade emocional não encontrada por essas crianças e também pelos próprios pais em suas tensões familiares. Winnicott afirmava, na obra *Privação e Delinqüência*, a importância de selecionar bem as pessoas, mais do que treinar, em situações de separação das crianças de seus pais e lares, tendo convivência em albergues. Era preciso que os cuidadores tivessem estabilidade emocional e nenhum treino em psicoterapia, tais cuidadores, como os alunos, não são psicoterapeutas, e assim puderam, e os alunos podem, agir de modo coerente, natural, autêntico e espontâneo em suas condutas, sugeria também que tivessem habilidades para música, pintura, cerâmica, e que pudessem superar os altos e baixos da vida de um alojamento. O ambiente familiar frustrara essas crianças e elas precisavam de estabilidade ambiental, cuidados individuais, continuidade de atendimentos e pessoas capazes de suportar tensões. Crianças que não tiveram estabilidade em seus lares tendem a reproduzir na transferência e no brincar os mesmos comportamentos indesejáveis. Próximo a essas características, os alunos realizam adequadamente essas funções no momento em que estão adentrando na clínica, diagnosticando a situação problema e fornecendo referência nova às crianças e seus pais. Todo processo diagnóstico demanda tempo para a reorganização dos acontecimentos. A experiência clínica discutida e refletida em supervisão é cuidado muito importante para a formação pessoal e profissional, que ensina ao aluno e ao supervisor as fraturas éticas apresentadas pelos casos, de modo que a abertura do aluno à experiência é uma rica fonte de investigação e intervenção clínica. Mudanças sutis, tanto por parte dos pacientes quanto dos alunos, serão apresentadas.

Palavras-chave: Supervisão, Psicologia Clínica, Clínica de Crianças

Nível do trabalho: P – Pesquisador

Código da área: CLIN

O ESTILO PESSOAL DE TERAPEUTAS: REFLEXOS NA SUPERVISÃO.
*Margareth da Silva Oliveira, Martha W.B. Ludwig** e Maria Lucia Tiellet Nunes*
(PPGPsicologia, Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS, Porto Alegre, RS).

A supervisão, como experiência clínica discutida e refletida, é um trabalho conjunto entre supervisor e supervisionando, que permite ao primeiro servir de modelo e apoio ao segundo, numa relação de confiança, criando um espaço potencial, no sentido winnicottiano, de modo que ao supervisionando seja oferecida a oportunidade de sustentar empiricamente suas experiências de atendimento, integrando aspectos teórico/técnicos e éticos do processo ensino/aprendizagem. Além disso, essa modalidade de trabalho oferece a primeira experiência acerca de um modelo de ser terapeuta que vai, no futuro, gerar no atual terapeuta-supervisionando seu jeito de ser como profissional. Nesse sentido, a proposta dessa apresentação é examinar empiricamente o conceito de estilo pessoal do terapeuta. O Estilo Pessoal do Terapeuta (EPT) é definido como parte constituinte de todo processo terapêutico, uma série de funções integradas, embora nem todas tenham a mesma importância ou incidência em cada segmento da relação terapêutica; dentre elas, estão: Função Instrucional, Função Expressiva, Função Envolvimento, Função Atenção e Função Operativa. Deste estudo se examinam os dados referentes ao estilo pessoal em terapeutas de diferentes abordagens teóricas, utilizando o Questionário Estilo Pessoal do Terapeuta - EPT-Q. A amostra foi composta por 463 terapeutas, dos quais 347 são mulheres (74, 9%), 75 são homens (16,2%), sendo que 41 sujeitos não forneceram informação sobre o sexo (8,9%). A média de idades foi de 35,40 anos ($dp=0,29$), e a experiência profissional média foi de 8,07 anos ($dp=8,09$). Em relação à abordagem teórica, 5% são profissionais de orientação cognitivo-comportamental, 3% de orientação psicanalítica, 9,7% sistêmica, 5, 2% humanista, 16, 6% integram teorias, 2,6% são de outra orientação e 10,2% não responderam. Esses profissionais que atendem em psicoterapia relatam receber casos de transtornos de ansiedade e depressão (80,8%), transtornos de personalidade (51,6%), comportamentos aditivos (31,5%), transtornos graves (17,1%), problemas de comunicação (22,5%) e disfunções sexuais (20,7%). Através do teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis, foram comparadas as pontuações das abordagens Cognitiva, Psicanalítica, Humanista, Sistêmica, Integrativa e Outras em cada uma das 5 funções do EPT. Houve diferença significativa ($p=,000$) em 4 delas: Atenção, Instrucional, Expressiva e Operativa. Também foi comparada a relação entre as Funções do EPT-Q e as orientações Psicanalítica e Cognitiva, através do teste não paramétrico de Mann-Whitney. Foram encontradas diferenças significativas ($p<,005$) entre as abordagens nas 5 funções. Assim sendo, as diferenças significativas encontradas entre os grupos de terapeutas permitem compreender que o estilo pessoal do terapeuta está relacionado à abordagem teórica que o embasa. Os resultados obtidos possibilitam aos interessados discutir questões de ensino e formação de terapeutas através desse instrumento.

Palavras-chave: Psicologia Clínica, Terapia, Estilos do Terapeuta

Nível do trabalho: P

Código da área: CLIN

PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA DA SAÚDE.

PSICOLOGIA E INTERVENÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE: OFICINAS PSICOEDUCATIVAS NO PROJETO JOGO DE CINTURA. *Marília Marques da Silva, Cristina Castro Fagundes*, Karla Karina Silva de Lima* (Universidade Católica de Brasília. Brasília, DF), Simony Leite e Verônica Carneiro dos Santos Ferrer (Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal. Brasília, DF).*

O Projeto Jogo de Cintura, fruto de parceria da Universidade Católica de Brasília e Universidade de Brasília com a Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal (SES-DF), tem como objetivo contribuir para a promoção de mudanças comportamentais sustentáveis no estilo de vida, intervindo em população com alta prevalência de fatores de risco para Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) especificamente a obesidade. Em razão de dados epidemiológicos e nutricionais da população e pela estrutura de atendimento da SES-DF, a região de São Sebastião foi priorizada para a implantação do projeto. O presente trabalho visa relatar a experiência de execução do referido projeto. Participaram do projeto 210 adultos de ambos os sexos com sobrepeso ou obesidade, moradores da região escolhida e que foram convidados a integrar o projeto. As intervenções foram realizadas por equipe interdisciplinar composta de profissionais da Educação Física, Nutrição e Psicologia. O trabalho desta equipe envolveu o combate ao sedentarismo, promoção da alimentação saudável, redução de peso, suporte aos participantes nas necessárias mudanças de hábito e apoio aos sentimentos e indagações referentes a tais modificações. A participação específica da Psicologia ocorreu por meio de intervenções psicoeducativas, que incentivavam e mantinham a adesão às atividades propostas pelo projeto. Foram realizadas doze oficinas (manhã e tarde), com seis temas selecionados de acordo com as demandas e necessidades apresentadas pelos participantes. Cada oficina atendeu em média a 22 participantes. A primeira oficina teve como objetivo o estabelecimento de vínculo entre participantes da comunidade e profissionais de saúde, de modo a viabilizar a discussão de estratégias de enfrentamento sobre dificuldades de adesão às ações e mudanças propostas pelo Projeto. A segunda oficina sensibilizou os participantes sobre a relevância do autoconhecimento e autocuidado para promoção da qualidade de vida em saúde. Questões como o que é, como identificar e controlar a ansiedade foram discutidas na terceira oficina. Foi realizada também com as participantes das oficinas, uma avaliação sobre as modificações obtidas por elas nas medidas antropométricas aferidas na segunda avaliação e a atribuição de significado dos resultados para eles. Estratégias de construção de rede de apoio social e sua relevância como fator protetivo à saúde foi a temática trabalhada na quarta oficina. Na quinta oficina, foram discutidas ferramentas para manter a motivação e dar continuidade às ações que garantam e promovam as mudanças já conquistadas. Uma revisão dos principais temas das reuniões, solicitação de exemplos relativos a questões apreendidas e uma discussão destas temáticas a partir do conteúdo exposto foi realizado na sexta oficina. Coletas de dados de medidas antropométricas, laboratoriais e comportamentais foram realizadas no início, no quinto e no nono mês do projeto. Foram encontradas mudanças estatisticamente significativas em medidas como circunferência da cintura, valores de HDL, ingestão de frutas e legumes, dias da semana em prática de atividades físicas. Os beneficiários participaram de forma ativa das atividades e discussões propostas, expondo resultados positivos quanto a perda de peso, mudanças alimentares e do

vínculo afetivo e social. A expansão do projeto a outras áreas da regional de saúde está sendo realizada.

Apoio financeiro: CNPq, FEPECS.

Palavras-chave: intervenção psicoeducativa; promoção da saúde; comportamento de saúde

Pesquisador - P

Área da intervenção: SAÚDE

A PREVENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE MENTAL RETRATADA EM PERIÓDICOS DE PSICOLOGIA BRASILEIROS: UMA REVISÃO. *Sheila Giardini Murta e Samia Abreu Oliveira (Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. Brasília, DF).*

Os programas de prevenção primária em saúde mental são centrados na redução de fatores de risco e na promoção de competências associadas à saúde mental, cuja finalidade última é a prevenção de diferentes desfechos em saúde, como a depressão, o transtorno anti-social e a violência de gênero. Avanços recentes nas políticas públicas no Brasil, em direitos humanos, educação e saúde, têm criado novas demandas para as pesquisas com finalidades preventivas. Assim, torna-se crucial o fortalecimento do diálogo entre a academia e as políticas públicas em prevenção, para aprimoramento dos serviços existentes. Este trabalho tem por objetivo descrever a produção nacional relativa ao uso de tecnologias psicossociais para prevenção em saúde mental divulgadas em periódicos de Psicologia. Fez-se uma revisão de literatura, que abarcou artigos de pesquisa e de relato de experiência profissional, diretamente relacionados (a) ao uso de tecnologias psicossociais, (b) para prevenção primária e promoção de saúde mental, (c) publicados em revistas científicas de Psicologia, (d) disponíveis na base de dados *scielo*, (e) cujo foco em prevenção fosse assumido pelo autor na justificativa e objetivos do artigo. Na busca dos artigos, foram usadas as palavras-chave: programas preventivos, intervenção preventiva, atenção primária, prevenção, intervenção precoce, promoção de saúde, habilidades de vida, habilidades sociais, resiliência, fatores de risco e fatores de proteção. Foram excluídos artigos teóricos, de revisão de literatura, de pesquisa básica, de uso de tecnologias biomédicas, de prevenção a doenças físicas e de prevenção secundária e terciária. Os dados foram coletados através de uma ficha com critérios previamente estabelecidos e analisados por meio da contagem de frequência. Foram identificados 16 artigos que preenchem os critérios de inclusão, publicados em 13 revistas. Destes, 68,75% eram artigos de pesquisa e 31,25% de relato de experiência profissional. Grande parte da produção científica identificada tem suas universidades situadas, sobretudo, nas regiões Sudeste (43,8%) e Centro-oeste (31,3%). Em sua maioria, os programas preventivos adotavam a teoria Cognitiva Comportamental (50%) e foram implementados em escolas (29,4%), em hospitais (17,6%) e em programas de atenção primária a saúde (17,6%). Suas metas principais foram a promoção de habilidades sociais (35%) e habilidades de vida (20%). As populações-alvo foram, predominantemente, crianças e adolescentes (46%). Nos artigos de pesquisa, os delineamentos utilizados foram classificados como pré-experimentais (63,6%), seguidos por experimentais (27,3%) e quase experimentais (9,1%), principalmente com o uso de medidas qualitativas, sem follow-up (81,3%). Os resultados dos programas apontam uma predominância de estudos voltados ao público infanto-juvenil, conectados às intervenções no contexto educacional e comunitário, em que as habilidades sociais e de vida são os principais modelos de intervenção. Conclui-se que a produção nacional em programas preventivos em saúde mental, embora indique um perfil, ainda é incipiente, uma vez que a maior parte dos programas é pré experimental e não avaliou os impactos a médio e longo prazo de seus efeitos. Isto dificulta conclusões claras sobre modelos de prevenção com evidências de efetividade, que poderiam ser disseminados e inseridos nas políticas preventivas em psicologia. Sugere-se que estudos futuros analisem novas bases de dados, bem como teses e dissertações.

Palavras-chave: prevenção primária; saúde mental; avaliação de programas.

P - Pesquisador

Código da área de pesquisa: Saúde.

FATORES FAVORECEDORES DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL NA PERCEPÇÃO DE HOMENS IDOSOS: ELEMENTOS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE. *Lilian Maria Borges** e Eliane Maria Fleury Seidl (Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. Brasília-DF).*

Na velhice, a promoção da saúde tem estreita relação com o envelhecimento ativo ou bem sucedido. Envelhecer bem está associado à manutenção de um bom estado de saúde física, ao baixo risco de doenças, à participação na comunidade, ao bem-estar subjetivo e à manutenção da autonomia e da maior independência possível. Na investigação dos componentes do envelhecimento bem-sucedido, é importante conhecer as percepções dos próprios idosos acerca do que é necessário para adaptar-se às perdas e maximizar as capacidades remanescentes e os ganhos decorrentes do envelhecimento e, assim, envelhecer de modo saudável. É preciso considerar ainda que o gênero constitui um importante determinante da saúde, o que requer a condução de estudos capazes de abordar a complexidade social da relação entre gênero, envelhecimento e saúde. É nessa linha de investigação que se situa a presente pesquisa, de caráter exploratório e descritivo, realizada com o objetivo de abordar o processo de desenvolvimento masculino com foco na análise qualitativa das percepções de homens idosos em relação aos fatores de promoção e manutenção da saúde na velhice e aos fatores que influenciam os comportamentos preventivos de homens nessa faixa de idade. Treze homens residentes no Distrito Federal, com média de idade de 67,4 anos, em sua maioria aposentados (70%) e com níveis diversos de escolaridade aceitaram participar do estudo. Todos eles mantinham relações conjugais estáveis e referiram pelo menos um agravo à saúde, com predominância de hipertensão arterial e diabetes. Durante entrevistas semi-estruturadas, os participantes foram solicitados a responder a um grupo de perguntas abertas e os conteúdos de suas respostas foram submetidos à análise de conteúdo. A análise das respostas possibilitou a identificação de categorias relativas a três eixos temáticos. No eixo temático “saúde na velhice”, concernente aos comportamentos dos idosos em geral que favorecem ou dificultam o alcance de níveis satisfatórios de saúde, houve predomínio de respostas referentes à busca por serviços médicos e à adoção de estilo de vida saudável. No eixo temático “saúde auto-avaliada”, prevaleceu uma consideração positiva do próprio estado de saúde e houve relatos de variados comportamentos preventivos. Barreiras externas, intrapessoais e do estilo de vida foram mencionadas como comprometedoras do autocuidado, ao passo que o suporte social foi referido como um importante facilitador. No eixo temático “saúde do homem”, negligências, déficits e excessos comportamentais foram indicados como padrões masculinos usuais nos cuidados com a saúde em comparação aos cuidados adotados por mulheres. Por outro lado, fatores socioculturais, de ordem psicológica, econômicos e do cotidiano foram apontados como obstáculos a uma atenção adequada à saúde pela população masculina. Os dados evidenciaram uma visão biopsicossocial dos participantes acerca dos cuidados necessários para a preservação da saúde na velhice, mas apontaram também a necessidade de estratégias educacionais e promotoras de saúde voltadas para a adoção ou fortalecimento de práticas cotidianas mais saudáveis por parte dos homens.

Palavras-chave: Envelhecimento bem-sucedido; gênero; homens idosos

Doutorado – D

Código da área da pesquisa ou intervenção - SAÚDE

PROGRAMA DE PROMOÇÃO DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA: UM ESTUDO COM ADOLESCENTES E FAMILIARES. *Sheila Giardini Murta, Isabela de Oliveira Rosa**, Jordana Calil Lopes de Menezes, Ohary de Sousa Borges, Silvia Guimarães de Paulo, Verônica de Oliveira, Marcella Regina Silva Rieiro, Danilo Cruvinel Ribeiro (Universidade de Brasília. Brasília, DF) e Zilda A. P. Del Prette (Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP).*

O abuso sexual, a violência no namoro, o aborto em condições inseguras, a AIDS e a gravidez precoce são alguns dos problemas em saúde sexual e reprodutiva na adolescência. Programas preventivos implementados no contexto escolar constituem uma das alternativas de prevenção. O presente trabalho descreve o impacto de um programa de educação sexual para adolescentes de uma escola pública do centro-oeste do Brasil. Participaram do programa 54 adolescentes, entre 13 a 17 anos, 22 meninos e 32 meninas, dos oitavos e nonos anos escolares, e seus familiares. A intervenção ocorreu em 10 sessões de 50 minutos, semanais, em formato psicoeducativo e foi embasada na literatura sobre gênero, direitos sexuais e reprodutivos e assertividade. Os temas abordados foram autoconhecimento, projetos para o futuro, comunicação assertiva, métodos anti-conceptivos, prevenção à gravidez precoce e às doenças sexualmente transmissíveis, gênero e sexismo, diversidade sexual, direitos sexuais e direitos reprodutivos. Adicionalmente, visitas domiciliares foram feitas a sete famílias dos adolescentes, em duas sessões. Na primeira sessão, foi feita uma entrevista para identificação de fatores de risco e proteção familiares. Na segunda sessão, foi feita uma devolução à família, com ênfase nos fatores de proteção percebidos pela equipe, e encaminhamentos a serviços da comunidade para incremento da rede de apoio social. Decorridos quatro meses após o programa, os adolescentes responderam a um questionário com as questões: “O que ficou do programa de educação sexual na sua vida?”, “Em que o programa mudou seu modo de pensar ou agir?” e “O que você tem colocado em prática daquilo que foi discutido no Programa?” Os relatos acerca dos ganhos obtidos na intervenção foram categorizados por meio de análise de conteúdo e foram identificadas as seguintes categorias: informações sobre sexo seguro, respeito à diversidade sexual, diálogo com familiares e amigos sobre sexualidade, compreensão da sexualidade enquanto risco e prazer, auto-responsabilização pela própria saúde, assertividade na negociação com o parceiro, adoção de pensamento consequencial em decisões relativas à vida sexual, relação interpessoal não violenta e ganhos inespecíficos. Entrevistas individuais em profundidade foram feitas com oito adolescentes para explorar as mesmas questões do questionário. Sete dos oito entrevistados relataram fazer algum uso das informações e ferramentas oferecidas no programa. O uso relatado foi focado em prática de sexo seguro, melhoria na qualidade da comunicação com os pais, tolerância à diversidade entre as pessoas e aumento em habilidades de controle da raiva e impulsividade. Por meio de telefonemas de follow-up feitos às famílias, três meses após o término do programa, identificou-se que seis das sete famílias visitadas relataram ter buscado algum recurso da comunidade recomendado durante a intervenção. Conclui-se que a intervenção favoreceu a construção de fatores de proteção para a saúde sexual e reprodutiva do adolescente e fatores de proteção para a saúde mental do adolescente e da família. Replicações deste estudo são recomendadas, para análise do potencial desta intervenção como estratégia de prevenção à homofobia e promoção de resiliência na família. Sugere-se que estudos futuros incluam delineamentos experimentais, avaliações de pré e pós-teste e medidas quantitativas de impacto.

Apoio: CNPq - Edital Saúde da Mulher / Processo 551319/2007-0.

CNPq - Bolsa de Pós-Doutorado Júnior / Processo 150091/2009-5

Palavras-chave: saúde sexual e reprodutiva; prevenção primária; saúde do adolescente.
PD

Código da área da pesquisa: Psicologia da Saúde

MASCULINIDADES E SAÚDE.

MASCULINIDADES E PRÁTICAS DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE/MG. *Adriano Roberto Afonso do Nascimento* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG), *Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG), *Alessandra Graig Cerello*** (Programa de Pós-Graduação em Ciências Aplicadas à Saúde do Adulto/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG), *Fernanda Bicalho Pereira** (Bolsista IC/FAPEMIG, Curso de Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG) e *Sara Angélica Teixeira da Cruz Silva** (Bolsista IC/CNPq, Curso de Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG).

Investigações sobre a temática da saúde masculina têm apontado que representações e práticas hegemônicas e normativas que configuram os ideais de masculinidade favorecem o descuido com a saúde e, por conseqüência, o aumento dos riscos à mesma. Deve-se considerar que as propostas oficiais de saúde pública, neste campo, têm quase sempre um caráter educativo, considerando a informação como sua matéria-prima. Nesse sentido, parece-nos fundamental, para uma avaliação sobre a eficácia dessas propostas, analisar as representações, crenças e valores que fundamentam, cotidianamente, as práticas de saúde do grupo social alvo dessas propostas. Assim, o objetivo dessa investigação foi identificar e analisar comparativamente as representações sociais de saúde-doença e as práticas de saúde masculina junto a homens residentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG. Foram entrevistados 200 sujeitos (Grupo A: 100 sujeitos com idade entre 18 e 25 anos- 50 estudantes de escolas públicas e 50 estudantes de escolas privadas; Grupo B: 100 sujeitos entre 45 e 55 anos – 50 com ensino fundamental incompleto ou completo e 50 com ensino superior). Resultados: GRUPO A: Elementos centrais da Representação Social (RS) de saúde: “bem-estar” e “qualidade de vida”. Elementos periféricos próximos: “alimentação” e “cuidado”. Elementos centrais da RS de doença: “coisa ruim” e “sofrimento”. Elementos periféricos próximos: “tristeza” e “dor”. Definição de “cuidar da saúde”: “cuidar da alimentação” (21,86% das respostas) e “praticar atividades físicas” (18,26%). 46% dos sujeitos afirmaram cuidar da própria saúde e 41% que o fazem “às vezes”. Quem contribui para o cuidado com a própria saúde: “eu mesmo” (25,19%), “meus pais/família” (22,90%). Busca por atendimento médico: “às vezes” no Hospital (66% dos sujeitos; motivo principal: “lesões de causas externas”, 12,60% das respostas) ou nos consultórios (66% dos sujeitos; motivo principal: “exames de rotina”, 17% das respostas). GRUPO B: Elementos centrais da RS de saúde: “bem-estar”, “cuidado” e “importante”. Elementos periféricos próximos: “alegria/felicidade” e “alimentação”. Elementos centrais da RS de doença: “tristeza” e “dor”. Elementos periféricos próximos: “sofrimento” e “morte”. Definição de “cuidar da saúde”: “cuidar da alimentação” (17,25% das respostas) e “praticar atividades físicas” (11,11%). 52% dos sujeitos afirmaram que cuidam da própria saúde e 34% que o fazem “às vezes”. Quem contribui para o cuidado com a própria saúde: “eu mesmo” (29,63%), “esposa” (25,93%). Busca por atendimento médico: “às vezes” no Hospital (69% dos sujeitos; motivo principal: “dor forte/persistente”, 13,87% das respostas) ou nos consultórios (72% dos sujeitos; motivo principal: “exames de rotina”, 22,22% das respostas). Os elementos compartilhados entre os grupos indicam a percepção geral do cuidar da saúde

como um conjunto de práticas individuais objetivando o “bem estar”. Entretanto, esse conjunto deve ser conjugado com outras atividades cotidianas numa negociação de prioridades que, muitas vezes, resulta em um descompasso entre o que se sabe que deve ser feito e o que efetivamente se faz.

Apoio financeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais/FAPEMIG e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq.

Palavras-chave: masculinidades; saúde; psicologia social.

SOCIAL Psicologia Social

AIDS E PRECONCEITO: UM ESTUDO DAS THEMATAS. *Alexandre Cavalcanti Galvão (Departamento de Psicologia/Universidade Católica de Brasília/Brasília-DF) e Angela Maria de Oliveira Almeida (Departamento de Psicologia Social do Trabalho/Universidade de Brasília/Brasília-DF).*

Passados mais de 28 anos de seu diagnóstico inicial, a aids permanece como uma preocupação dominante dentre as questões sociais que afetam a saúde no Brasil e no mundo. Estudos desenvolvidos pelas ciências humanas e sociais aplicadas sobre a aids podem ser distribuídos em três períodos distintos: no primeiro, entre 1989 e 1996, a aids é abordada como uma doença aguda e fatal, de transmissão vertical e que afeta grupos específicos (homossexuais, usuários de droga, mulheres e crianças). Muito esforço foi dedicado para identificar o grau de informação sobre a doença, visando as práticas educativas de prevenção voltadas para o exogrupo. O segundo período, entre 1997 e 2001, é caracterizado pela transição entre a fatalidade da aids e sua constatação como doença crônica. O terceiro momento, que se inicia em 2002 e segue até os dias atuais, trata-se da consolidação da aids como doença crônica. É durante este último período que se assiste a um grande esforço para melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem com HIV/AIDS. Estudos focando a adesão ao tratamento, os direitos humanos, casas e grupos de apoio, emprego vs desemprego, parcerias sorodiscordantes, estigma, preconceito e identidade das pessoas que vivem com HIV/aids povoam os periódicos científicos (em revisão de literatura no Scielo Brasil foram encontrados 296 publicações desta natureza). A pesquisa aqui apresentada centra-se nas relações sociais com pessoas que vivem com HIV/aids, focando as representações sociais (RS) como elementos de ancoragem do preconceito. Apoiados em Moscovici (2009), entende-se o preconceito como fator de crença e memória coletiva, ou seja, como RS que condicionam as relações com fenômenos sociais. Nesta direção, o preconceito é entendido como uma questão ético-histórica que distingue certas categorias individuais, umas protegidas do sofrimento e da humilhação e outras sobre as quais se pode infligir hostilidade com a permissão para discriminar sem reservas. Nesta direção, foi objetivo deste estudo examinar a manifestação dos preconceitos nas relações grupais entre sorodiscordantes (que envolvam pessoas que vivem com HIV/aids e pessoas não infectadas) e identificar as RS que ancoram tais preconceitos. Participaram 169 universitários, oriundos de instituições públicas e privadas, os quais responderam a um questionário contendo questões de informação, de evocação livre e de escala de distância social em relação às pessoas que vivem HIV/aids. Os dados foram submetidos a análises estatísticas descritivas e inferências (Programa SPSS), bem como a análises estatísticas de dados textuais (Programas EVOC e ALCESTE). Encontrou-se evidências que as RS mediam as relações intergrupais entre sorodiscordantes, cujas *themas* puro-impuro, assimetria entre maioria e minoria, e proibição de contato ancoram formas históricas de preconceito e práticas discriminatórias.

Apoio: CAPES e CNPq

Palavras Chave: AIDS, Preconceito, Thematas

SOCIAL

MASCULINIDADES: REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE SAÚDE. *Zeidi Araujo Trindade, Célia Regina Rangel Nascimento, Maria Cristina Smith Menandro e Mirian Béccheri Cortez** (Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES)*

Estudos mostram que as representações sociais de masculinidades ainda são marcadas por características como: ser viril e conquistador, ter sucesso e poder, ser forte e agressivo, ter autocontrole emocional. De acordo com pesquisadores essas representações favorecem o descuido com a saúde e, por conseqüência, o aumento dos riscos a que homens jovens e adultos estão expostos. Essas considerações evidenciam a importância de estudos focalizando a masculinidade em suas articulações com os processos saúde-doença. Com este propósito esta pesquisa teve como o objetivo geral investigar, junto à população masculina, as representações sociais sobre saúde/doença, bem como suas práticas relacionadas à restauração da saúde ou prevenção de doenças. Os dados foram coletados através de um roteiro de entrevista contendo questões organizadas em cinco blocos temáticos: Representações de saúde e doença, incluindo questões de evocação; Homens e auto-cuidado; Homens e serviços de saúde; Gênero e Saúde; Serviços de Saúde. O instrumento foi aplicado individualmente e o registro das respostas foi feito manualmente pelos pesquisadores. Os dados coletados foram analisados com o auxílio dos softwares EVOC, na análise das evocações e SPHINX LÉXICA, na análise das demais questões. Participaram da pesquisa 1.095 homens, sendo 223 de Vitória – ES, 206 de Florianópolis – SC, 232 de Recife, PE, 200 de Belo Horizonte, MG e 234 de Brasília – DF. Do total, 48,9% estavam na faixa de 18 a 25 anos de idade e os demais (51,1%) tinham de 40 a 60 anos. Estudaram até o ensino médio 47,7% e 52,3% cursavam/cursaram ensino superior. A análise dos resultados das evocações aponta que as representações sociais de saúde são constituídas por significações que vão além da simples ausência de doenças e incorporam o bem-estar físico e qualidade de vida. Já as representações de doença, remetem a doenças graves além de expressões de sentimentos como tristeza, sofrimento, dor e medo. Independente de escolaridade ou faixa etária, o número de sujeitos que referem cuidar da saúde é superior aos que afirmam não cuidar. Em relação aos fatores que contribuem para que os participantes se cuidem, as respostas foram agrupadas nas categorias: Auto-atribuição; Informação; Atividades-físicas; Manter/alcançar qualidade de vida; Acesso a recursos; Medo; Estilo de vida; Alimentação; Histórico de doenças; Exames e tratamentos; Família; Estética; Trabalho; Bom ambiente social e afetivo; Formação profissional. Foram verificadas diferenças significativas ao se analisarem fatores que contribuem para os cuidados com a saúde segundo a faixa etária, classe econômica e escolaridade dos participantes. Em relação a quem contribui para que os participantes se cuidem as categorias de respostas Familiares e Eu, foram as que mais se destacaram. Os resultados permitiram conhecer aspectos dos processos representacionais de saúde/doença e atribuições presentes nas práticas masculinas. Verifica-se que a utilização da teoria das representações sociais para analisar as questões que envolvem as relações entre saúde-doença e masculinidade, possibilita a compreensão de seus significados, considerando-se o contexto e suas condições de produção, acredita-se que o conhecimento que se organiza tendo em conta esta dinâmica é capaz de contribuir para o desenvolvimento de práticas efetivas de saúde masculina.

Apoio financeiro CNPq

Palavras-chave: masculinidade, saúde, representações sociais

PD

SOCIAL

RENEGOCIANDO DIREITOS À SAÚDE: REFLEXÕES SOBRE HOMENS, GÊNERO E SERVIÇOS DE SAÚDE EM FLORIANÓPOLIS/SC. *Maria Juracy Filgueiras Toneli (Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC – Margens: núcleo de pesquisa em Modos de Vida, Família e Relações de Gênero) e Rita de C. Flores Müller (Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ – Margens)*

As análises do presente trabalho são potencializadas por duas palavras-chaves do século XX, *saúde* e *corpo*, dois dispositivos de leitura dos enunciados de homens jovens e adultos participantes desta pesquisa. Foram analisadas as respostas abertas do questionário referidas às perguntas sobre a existência ou não de diferenças no modo como homens e mulheres cuidam da saúde e reagem à doença e, em caso afirmativo, o porquê e quais são estas diferenças. No primeiro momento refletimos sobre as diferentes concepções de homens no tocante à saúde/ doença e os desdobramentos das diferenças de gênero nesta relação. O segundo se deteve à discussão do reconhecimento de homens como sujeitos de direito à saúde. O esmiuçar das diferenças entre homens e mulheres descortina o projeto biopolítico de medicalização do espaço social, com vistas à garantia da qualidade de vida da população. Este esmiuçar das diferenças nos modos de relação com a saúde/doença faz parte da repetição constituinte do performativo do gênero na linguagem. A conhecida *diferença entre os sexos* é a justificativa por excelência por parte dos entrevistados, ao acionar posições de um sujeito engendrado na lógica binária do masculino e do feminino, e que atende às exigências do gênero inteligível. É sobre a produção destas inteligibilidades que iremos nos deter para problematizar a própria noção de *diferença entre os sexos*, bem como sua eficácia na assertiva de que *os homens não cuidam da saúde*. O que esta afirmação (in)visibiliza nos termos próprios de sua negação? Nas entrevistas, atualiza-se a figura da mulher-mãe, a gestora do espaço da família. A preocupação com a saúde estava incluída neste que era o *plano diretor* da família nuclear moderna, executado e dirigido pela mulher, sujeito privilegiado para tratar destas questões. De modo geral, entre os quatro grupos de homens jovens e adultos entrevistados, a relação de homens e de mulheres com a saúde está entre o excessivo e o inexistente. Sobre as diferenças nos modos de homens e mulheres de lidar com a doença, é possível afirmar que há uma concepção geral de que nos significados relativos à saúde, a doença é um de seus elementos constituintes. A doença faz parte do aparato de cuidados com a saúde, pois tem o caráter de denúncia frente aos ditames da prevenção e da manutenção dos corpos de modo geral e do próprio conceito de saúde integral do SUS. Os argumentos que sustentam a maior familiaridade das mulheres neste campo sustentam também sua força diante do episódio da doença. Percorreremos o movimento performativo do gênero para identificar que *verdades* estão sendo inscritas (ou não) em corpos na produção de inteligibilidades em saúde. É fundamental não perder de vista o projeto biopolítico em que estes conceitos são pensados, principalmente no que se refere ao SUS e a seus princípios de universalidade, integralidade e equidade. Lançada esta reflexão, podemos em seguida explicitar uma das muitas perguntas que este capítulo abriga em suas entrelinhas: por onde circula performativamente a produção de um corpo inteligível masculino em saúde?

Apoio financeiro: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq.

Palavras-chave: masculinidades; saúde; psicologia social.

SOCIAL Psicologia Social

HISTÓRIA DA PSICOLOGIA: A QUE SERVE?

DISCUTINDO HISTÓRIA DA PSICOLOGIA. *Maria do Carmo Guedes (Grupo de Pesquisa em História da Psicologia – PUC-SP)*

A que serve a História? A que serve a História da Psicologia? São questões que os pesquisadores desta área se colocam e, para debatê-las, encontram-se – como nesta Sessão Coordenada. Apesar de objetos, objetivos, métodos diferentes, a discussão de seus projetos os aproxima. No caso, descobrindo talvez que atendem todos, de algum modo, à perspectiva segundo a qual cabe à Psicologia, portanto também à sua História, colaborar na compreensão de fenômenos sociais concretos.

PSICOLOGIA SOCIAL EM TEMPOS DE GUERRA: O CASO DO AMERICAN SOLDIER NA II GUERRA MUNDIAL. *Maria Fernanda Costa Waeny (Núcleo de Estudos em História da Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, S.P.)*

O livro *The american soldier* é uma publicação em quatro volumes da série *Studies in social psychology in World War II*. É uma publicação muito citada em diferentes áreas, porém sempre de modo genérico. Trata-se da primeira pesquisa sobre atitudes realizada em grande escala - no caso, com soldados americanos - e, portanto, torna-se um documento de relevância histórica ímpar. A primeira pesquisa ocorreu em 1942, após o ataque a Pearl Harbor; no decorrer da guerra mais de meio milhão de soldados americanos foram entrevistados em todo o mundo, em mais de duzentos tipos de questionários, alguns dos quais contendo mais de cem itens. Para levar a cabo tal tarefa o Departamento de Guerra americano contou com a colaboração de um Comitê Especial do Conselho de Pesquisa em Ciência Social - cujo objetivo é planejar e desenvolver pesquisa no campo social -, composto pelas associações americanas de Antropologia, Economia, História, Política, Psicologia, Sociologia, Estatística e disciplinas correlatas. Trata-se de um estudo conjunto no qual civis e militares, reconhecendo a importância dos problemas psicológicos e sociais nos tempos de guerra, contribuíram em todas as etapas: selecionar soldados, elaborar a campanha de desmobilização, identificar o desejo dos veteranos e o que fazer com o tempo livre, preparar e/ou orientar material de divulgação para a imprensa civil e militar, supervisionar a produção de filmes, supervisionar e preparar livros escolares, organizar escolas e colégios para o fim da guerra. O objetivo deste trabalho é apresentar a estrutura destes livros, seus princípios e objetivos, bem como o planejamento e controle envolvidos em todo esse processo, de modo a propiciar contato com um capítulo tão importante quanto atual da psicologia. Palavras-chave: História da psicologia; psicologia americana; psicologia social. Nível do trabalho: Pesquisa

Código da área da pesquisa ou intervenção: HIST

AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NA COMPREENSÃO DO PROCESSO DE PERDA DA VISÃO. *Daniela Leal** e Mitsuko Aparecida Makino Antunes (Programa de Pós-graduandos em Educação: Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo/SP)*

O trabalho, aqui apresentado, tem por objetivo explicar como se deu o processo de constituição da identidade de uma pessoa com deficiência visual, principalmente em suas relações com o processo de perda da visão, que caminhou desde a infância até chegar à fase adulta, assim como quais os sentimentos e as emoções que permearam esse processo. Partimos primeiro do pressuposto de que a identidade é um processo de socialização no qual o indivíduo se constitui do nascimento à morte, sendo assim, identidade é entendida como movimento. E, em segundo, analisamos e confrontamos os pressupostos que fundamentam os cinco estágios para aceitação da morte, colocados por Elizabeth Kübler-Ross, diante do processo pelo qual o sujeito dessa pesquisa passou durante a perda da visão. Para tanto, ao partirmos da concepção de que a fala e o pensamento são situados no mundo sócio-histórico e cultural, buscamos pela narrativa de história de vida captar as relações entre o sujeito e os outros para melhor compreender como se deu o processo de perda de sua visão. Afinal, é através da história que se ouve e lê que se constroem as histórias que se vive e com as quais se elabora e se apresenta como sujeito no mundo. Essa pesquisa tem seu início durante as aulas de um curso de pós-graduação *Lato Sensu* cursado por Dália, com o intuito de buscar aprimoramento para trabalhar com seus alunos – também com deficiência visual. Notamos durante sua história que, apesar de todo o suporte obtido – médico e escolar – desde a descoberta da retinose pigmentar até a perda de fato da visão, Dália não queria aceitar a mesma, pois a morte em si, muitas vezes, está ligada a uma ação má e, mais do que isso, o sentimento de perda que leva ao estado de luto muitas vezes é apresentado de forma tão explícita, que na própria fala do sujeito encontramos afirmações mais contundentes com relação ao medo de perder, ao momento da perda, do que o próprio fato de não ter mais a visão. Ou seja, durante todo o processo de constituição de sua identidade, Dália passa por vários momentos de aprovação, bem como de desculpas para a aceitação de que sua visão não era normal – subnormal – e que com o passar do tempo este pouco resíduo de visão que a fazia ver, se esmaeceria até chegar à perda total. O sofrimento vivenciado por saber que perderia a visão, somente ganha outra forma quando Dália consegue aceitar a realidade de sua própria perda, aprendendo a encarar menos irracionalmente e com menos temor tal situação. E, são nesses momentos de sofrimento e até mesmo nos de aceitação que conseguimos perceber quais os desafios que Dália enfrentou para aceitar tal condição, bem como os rumos que deu a sua vida após a perda total da visão; trazendo a tona seus processos de metamorfose e superação para o alcance de novos objetivos em sua forma de viver e conviver com os sujeitos a sua volta.

Apoio: CAPES

Palavras-Chave: identidade; deficiência visual; perda.

Nível do Trabalho: M

Código da área: HIST

INVESTIGAÇÃO DOS SABERES PSICOLÓGICOS PRESENTES EM MATERIAL PRODUZIDO ENTRE 1870 E 1930, NA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO E SUAS RELAÇÕES COM OS CONCEITOS DE DIREITO NATURAL VIGENTES À ÉPOCA. *Paulo Vitor Gomes Almeida***
(Departamento de Psicologia e Educação, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP).

Os elos entre Direito e Psicologia são antigos, embora sua estruturação em moldes científicos tenha se dado apenas a partir do século XIX, na interface dos estudos dos saberes psicológicos com as doutrinas da lei criminal. Desse liame pontual, a conexão interdisciplinar se desenvolveu em vários outros ramos, sendo hoje vasto o campo de pesquisa. O presente trabalho visa abordar as relações entre os saberes psicológicos, suscitados em material produzido na Faculdade de Direito de São Paulo no período crítico do nascimento da psicologia científica no Brasil e sua relação com os conceitos de Direito Natural vigentes à época. A escolha do Direito Natural deu-se em virtude deste ser mais adequado à análise psicológica, interessando ao estudo o embasamento filosófico/psicológico do Direito e não especificamente as leis. O período estudado coincide com a Primeira República no Brasil. Neste momento há alterações significantes no contexto educacional, onde várias reformas promovem a transição do ensino clássico para uma matriz pragmático-científica; e no contexto dos saberes psicológicos, tendo em vista que a psicologia filosófica está em momento de transição de pensamentos da escola sensualista francesa, do empirismo e do ecletismo espiritualista para uma tradição positivista. No contexto jurídico se apresenta a Constituição de 1891, promulgada pela constituinte após breve governo de exceção dos militares, sendo este um período de instabilidade político-jurídica. Foram encontradas como objeto três teses. Duas são de José de Alcântara de Machado D'Oliveira, sendo estas "A embriaguez e a responsabilidade civil" e "Ensaio Médico-Legal sobre o hypnotismo" e a outra de Candido Motta, denominada "Classificação dos criminosos". Os métodos utilizados na análise dos dados foram a Historiografia da Psicologia Científica e a análise conceitual dos documentos através do método da História Cultural. Os dados atuais permitem dizer que há apropriação dos principais conceitos de filosofia positivista da época, inclusive a eugenia spenceriana/lombrosiana no caso de Candido Motta, cuja tese visa ser uma manual de consulta na classificação do criminoso. Jose D'Oliveira busca lançar nova luz sobre um problema recorrente da época e relevante ainda hoje – a embriaguez e a responsabilidade civil – e sobre o hipnotismo, com um viés igualmente científico-positivista. As concepções de Direito Natural se apresentam em momento de transição entre uma visão majoritariamente tomista, em que o Direito Natural está em conexão com o divino, para uma concepção antropológico-científica, onde este deriva da vivência dos povos. É possível discutir, com base nos dados coletados e analisados, que há consonância entre as concepções de Direito Natural e os saberes psicológicos utilizados pelos autores. Predomina a transição para modelos positivistas, visando incorporar as descobertas das ciências naturais. Os modelos baseados em concepções mais humanísticas, religiosas e filosóficas, segundo o positivismo de Comte, estariam no estado 'metafísico' da humanidade, sendo necessária a adoção das teorias condizentes com o terceiro e último estado, o 'científico'. As concepções que eram predominantemente metafísicas começam a se estruturar como organicistas neste momento, antes de se configurarem como psicologizantes em momento posterior.

Apoio financeiro/Bolsa: FAPESP

Palavras-Chave: história; saberes psicológicos; direito natural.

Nível: M

HIST

A LIBERDADE COMO POSSIBILIDADE DE TRANSCENDENCIA DO CARÁTER SOCIAL. CONTRIBUIÇÃO FROMMIANA AO PENSAMENTO EDUCACIONAL DE PAULO FREIRE. *Rodrigo da Silva Borgheti*** (Departamento de Psicologia e Educação da faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, campus de Ribeirão Preto –SP)

O objetivo desta pesquisa é resgatar historicamente o conceito de liberdade na obra de Erich Fromm aprofundando seus desdobramentos na constituição da pedagogia libertadora Freireana. É um trabalho na área de História da Psicologia que procura integrar no cenário educacional brasileiro contemporâneo uma história não encontrada nos livros de História da Educação Brasileira. Justifica-se diante do problema da descontinuidade e fragmentação da memória cultural relativa aos saberes produzidos no Brasil que enfraquece a identidade do povo brasileiro. Analisando a primeira obra de Paulo Freire *A educação como prática de liberdade*, reconhecemos o conceito frommiano de liberdade que sustenta o conceito de pedagogia libertadora desenvolvido por Freire. Ao analisar suas biografias, notamos que ambos os autores viveram experiências humanas que os marcaram profundamente: o engajamento religioso que os levou ao comprometimento com a justiça social e o exílio por causa de regimes totalitários. Estas experiências tornaram possível que Fromm desenvolvesse uma psicologia relativa ao domínio das relações interpessoais, os sentimentos, as motivações, a percepção intuitiva e a capacidade de cognição, e Paulo Freire se apropriasse destes conceitos construindo um saber pedagógico, tendo em conta a inexperiência democrática do povo brasileiro em um determinado contexto histórico. Duas contribuições são determinantes na obra de Fromm para o pensamento de Paulo Freire: 1) a formação do caráter social, cuja gênese é múltipla e explica-se na interação dos fatores sócio-ideológicos, com predominância na estrutura econômica porque se impõe em longo prazo de maneira sensivelmente invariável, gerando a alienação do sujeito, adquirindo toda a sua força no fato de expressar a primazia das necessidades de sobrevivência. 2) uma definição conceitual de liberdade que é construída a partir da Idade Moderna, quando o ser humano passa efetivamente pelo processo de individuação, conquistando-se a si mesmo num longo processo de ultrapassagem de uma fase narcísica de idolatria e totemismo, atingindo a objetividade. É esta que lhe dá condições de transcender a si mesmo e, neste movimento, construir a história, que é ele próprio, alcançando a liberdade propriamente dita. Mas, como a cada passo se abre o desconhecido, o homem fica vulnerável devido ao medo confiando sua consciência à uma estrutura externa de orientação que responda ao problema fundamental da existência. Daí justifica o sucesso do totalitarismo que marcou sua época e afirma a necessidade de uma educação que forme a consciência do indivíduo, esclarecendo-o e preparando-o para lidar com as frustrações, capaz de controlar seus os impulsos que o fazem renunciar a própria individualidade. Talvez, por estas razões, Erich Fromm tenha criticado o *Medo à Liberdade*, proposto uma *Psicanálise da Sociedade Contemporânea*, sugerido uma *Revolução da Esperança*, e defendido uma *Tecnologia mais Humanizada*. Palavras-chave: liberdade, caráter social, psicanálise social.

D

HIST

RELAÇÃO TERAPÊUTICA E AVALIAÇÕES EMPÍRICAS NO CONTEXTO CLÍNICO.

AVALIAÇÃO DE PROBLEMAS PSICOLÓGICOS DE ADOLESCENTES ATENDIDOS EM SERVIÇO-ESCOLA. *Margareth da Silva Oliveira, Maisa Rigoni, Camila Guimarães Dornelles* e Marcela Bortolini* (Programa de Pós Graduação em Psicologia-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)*

O Serviço de Atendimento Psicológico e Pesquisa (SAPP) é a Clínica-Escola da Faculdade de Psicologia (FAPSI), da PUCRS, que desde 2008 vem realizando no serviço de triagem desta clínica-escola os instrumentos da família ASEBA (Achenbach System of Empirically Based Assessment), compostos de inventários que permitem verificar o perfil de funcionamento adaptativo e dos problemas de comportamentos dos adolescentes que chegam para atendimento, de modo a contribuir para o processo de avaliação dos problemas comportamentais e emocionais. Objetiva-se com este estudo realizar um estudo do perfil sócio-demográfico, e a verificação da prevalência dos transtornos psicológicos nos adolescentes atendidos, por meio da avaliação realizada pelos responsáveis utilizando o CBCL (Child Behavior Check List), e a avaliação realizada pelo próprio adolescente empregando o YSR (Youth Self Report). Foram entrevistados 213 pais ou responsáveis que responderam o CBCL e 101 adolescentes que responderam o YSR. O perfil sócio-demográfico dessa amostra caracteriza-se pela presença de 59,5% dos sujeitos do sexo masculino e 40,5% do sexo feminino, a média de idade dessa população foi de 14,47 (DP=1,83). Destes adolescentes, 52% estavam no ensino fundamental, 42,6% no ensino médio e 5,3%, no ensino superior incompleto. Quanto ao uso de álcool e drogas evidenciou-se que, segundo relato dos adolescentes, 20,7% dos sujeitos são usuários e 79,3% referiram nenhum uso. Os resultados do CBCL apontaram prevalência de sintomas na faixa limítrofe nos problemas de Ansiedade e Depressão, Isolamento e Depressão, Problemas Sociais, Problemas de Atenção, Comportamento Agressivo e na categorização de Problemas Afetivos do DSM. O instrumento ainda assinalou problemas na faixa clínica nas sub-escalas totais de Problemas Internalizantes e Problemas Externalizantes e no Total de Problemas. Os resultados apresentados no CBCL mostram que as sub-escalas Ansiedade Depressão, Isolamento e Depressão, Problemas Somáticos, Problemas Sociais, Problemas de Pensamentos, Problemas de Atenção, Comportamento Agressivo e DSM Problemas Afetivos, Problemas Internalizantes, Problemas Externalizantes e Total de Problemas se encontram em uma faixa limítrofe. Já os resultados do YSR apontam que apenas as sub-escalas de Problemas Internalizantes, Problemas Externalizantes e Total de Problemas em uma escala limítrofe. Ao comparar a avaliação realizada pelos pais por meio do CBCL com a avaliação dos próprios filhos adolescentes com o YSR, pareceu-se o número de respondentes pais com os filhos, ficando uma amostra de 101 CBCL e 101 YSR. Foi utilizado o *Teste t* para comparação dos grupos. A partir dessa análise verificou-se a presença de diferença significativa entre as percepções dos adolescentes (n=101) e dos seus respectivos avaliadores (n=101). Dentre os transtornos que houve diferença significativa entre os relatos estão Isolamento e Depressão (p=0,003), Problemas de Pensamento (p=0,001), Problemas Internalizantes (p=0,000), Total de Problemas (p=0,001), Atividades (p=0,001), Competência Social (p=0,000), DSM Problemas Afetivos (p=0,012) e DSM Problemas Somáticos (p=0,015). Os resultados indicam que os pais e responsáveis avaliam os adolescentes com mais problemas comparados à avaliação dos próprios. Também é visto que os adolescentes tendem a não se avaliar como tendo problemas clínicos.

Apoio Financeiro: CNPq, FAPERGS.
Palavras-Chaves: adolescentes, pais, perfil.
Nível do Trabalho: P

Código da área da Pesquisa: CLIN

MEDIDAS DO COMPORTAMENTO DO TERAPEUTA EM SESSÕES DE TERAPIA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL. *Jocelaine Martins da Silveira, Francielly Peron***, *Maria Cecília de Abreu e Silva***, *Sulliane Freitas***, *Patrícia Hobold Meurer*** e *Tulio Garotti ** (Universidade Federal do Paraná).

Medidas do comportamento de terapeutas são úteis para o entendimento da relação terapêutica e para avaliações empíricas no contexto clínico. O objetivo do trabalho é apresentar um estudo que visou identificar instrumentos e recursos para medida da relação terapêutica e do comportamento de terapeutas. **Resultados:** Os resultados indicaram um instrumento com possibilidades de medida e análise precisas do comportamento de terapeutas. Trata-se de um instrumento que permite classificar interações entre terapeuta e cliente para tratamentos orientados interpessoalmente. A escala em questão tem sido usada na pesquisa em clínica e é indicada para o treinamento de terapeutas analítico-comportamentais. As categorias da escala permitem a identificação de padrões de interação e de comportamentos emitidos pelo terapeuta em relação a determinados padrões comportamentais do cliente. Suas aplicações são ilustradas em dois estudos conduzidos pelos autores: um deles, no qual a escala é usada para medir os comportamentos do terapeuta de evocação e consequenciação de comportamentos relevantes do cliente e um segundo estudo em que a escala mede o comportamento do terapeuta em interações com clientes com diagnóstico de depressão. São apresentados sistemas computadorizados de dados observacionais em tempo real conciliáveis com as categorias da escala e que facilitam medidas e registros de comportamentos do terapeuta. Discute-se que instrumentos para a avaliação precisa do comportamento de terapeuta são úteis na formação profissional e nas possibilidades de investigações empíricas da relação terapêutica. Relata-se, para exemplificar, a experiência do uso da escala para o treino de graduandos estagiários em clínica para atuarem como avaliadores em pesquisas sobre a relação terapêutica. Ao serem treinados para usarem a escala, os estagiários têm se beneficiado com o aprendizado de observações mais acuradas de interações no contexto da clínica, o que, possivelmente, incrementa sua formação como terapeutas. Discutem-se ainda as limitações quanto ao idioma em que foram desenvolvidos originalmente e sugere-se que traduções para a língua portuguesa. Há instrumentos desenvolvidos recentemente para o estudo da relação terapêutica que resultam em benefícios para a formação de terapeutas e para pesquisas empíricas na clínica.

** Bolsistas de Mestrado em Psicologia (Depsi/UFPR), *** Bolsista de Iniciação Científica (Depsi/UFPR).

Palavras-chave: training clinics (clínicas-escola); clinical behavior analysis (análise comportamental clínica); client-therapist interaction (relação terapêutica).

Nível do trabalho: Pesquisador – P.

Código da área da pesquisa: AVAL

AVALIAÇÃO DA COMPETÊNCIA SOCIAL EM ESCOLARES: UM ESTUDO DE DISSEMINAÇÃO. *Márcia Helena da Silva Melo (Universidade de São Paulo – USP).*

A literatura tem consistentemente destacado a necessidade de que todos os programas preventivos, uma vez testados e demonstrada sua eficácia, sejam disseminados para as populações que deles possam se beneficiar. Cabe ao psicólogo que atua na comunidade oferecer suporte profissional para disseminação de intervenções já testadas empiricamente. Baseado nessa concepção, o presente estudo teve como objetivo avaliar um programa preventivo voltado à promoção da competência social em escolares, residentes numa comunidade de risco para a prevalência de transtornos de conduta. Ressalte-se que este trabalho é parte de um estudo mais abrangente que contemplou sete escolas localizadas nas cidades de São Paulo, Osasco, Campinas e São José dos Campos, envolvendo a orientação de sete professores, a aplicação do programa a 248 alunos, treinamento e supervisão a sete psicólogas que atuavam em escolas de ensino infantil e em consultório. Participaram do trabalho 88 pais, 105 crianças (média de 7,8 anos de idade) e sete professores. Estes ministravam aulas, em sete escolas diferentes, para turmas da segunda série do ensino fundamental (com média de 35 alunos por sala) da rede pública do estado de São Paulo. As professoras foram orientadas por psicólogas a aplicar, em suas respectivas classes, o programa preventivo – intitulado Programa de Educação Social e Afetiva –, durante o ano letivo. As mudanças comportamentais dos escolares foram avaliadas através dos questionários – CBCL e TRF –, respondidos pelos pais e professores, respectivamente, antes e depois da aplicação do programa. Da amostra de 105 crianças, os resultados do TRF refletem a opinião das professoras sobre 92% do total esperado enquanto que os resultados do CBCL refletem a percepção dos pais sobre 85% da referida amostra. Foram constatadas diferenças significativas entre as pontuações nas seguintes escalas do TRF (percepção dos professores): Desempenho Acadêmico ($Z=-3,61$, $p<0,001$), Escala Internalizante ($Z=-2,82$, $p=0,005$), Escala Externalizante ($Z=-3,02$, $p=0,003$) e Escala Total ($Z=-2,68$, $p=0,007$). Mudanças significativas não foram encontradas na comparação dos CBCLs (percepção dos pais) nas duas avaliações, sinalizando a necessidade de uma intervenção mais abrangente, no futuro, incluindo orientação parental. Este dado vai ao encontro dos achados da literatura de que a efetividade dos programas preventivos é tanto maior quanto mais elementos do universo infantil envolver, especialmente pais, pares e professores. Dentro dos limites da atuação empreendida é positiva a avaliação dos ganhos verificados ao final desta intervenção. Entre as crianças e seus professores, os resultados alcançados indicaram alternativas de conduta mais flexíveis e tolerantes, concretizando recomendações relativas aos programas de disseminação de que devem ajudar as pessoas a desenvolver respostas mais saudáveis na sua interação com o meio, especialmente em seus relacionamentos com pessoas significativas.

Apoio financeiro: FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

Palavras-chave: competência social, escolares, prevenção.

Nível do trabalho: Pós-Doutorado – PD

Código da área da pesquisa: CLIN

AVALIAÇÃO DE ADOLESCENTES QUE VIVEM EM ABRIGOS: COMPETÊNCIA, PROBLEMAS PSICOLÓGICOS E PERCEPÇÕES DA VIDA.

Nancy Ramacciotti de Oliveira-Monteiro; Amanda Oliveira Fernandes (Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP Campus Baixada Santista, Departamento Educação, Saúde e Sociedade - DESES, Laboratório de Desenvolvimento Humano LADH, Santos/SP).*

A adolescência é um período do ciclo vital no qual acontecem importantes alterações nos processos e produtos do desenvolvimento humano. O desenvolvimento de adolescentes abrigados apresenta peculiaridades próprias do cotidiano da vida fora de âmbitos familiares. A teoria ecológica de Bronfenbrenner privilegia o estudo do desenvolvimento de forma contextualizada em diferentes ambientes denominados: micro (relações face a face), meso (conjunto de micro sistemas), exo (ambiente de influência não presencial) e macro (sistemas de valores, de ideologia e de mitos). O desenvolvimento (no sentido de aquisição, ampliação e consolidação de competências) e as disfunções de desenvolvimento (no sentido de problemas psicológicos e de comportamento) de jovens abrigados acontecem nos contextos ambientais dos abrigos, que em termos de macro sistema, não é valorizado como a família o é, como contexto privilegiado para o desenvolvimento humano. Com o objetivo de avaliar competência e problemas psicológicos e de comportamento de jovens abrigados, apresenta-se este estudo, recorte de um projeto que objetivou realizar um levantamento acerca de recursos, problemas de comportamento e dados sobre estresse em adolescentes que vivem em abrigos. Foram investigados 30 adolescentes, de 11 a 18 anos, moradores de abrigos de municípios da Baixada Santista (SP), sendo 20 adolescentes meninas e 10 adolescentes meninos. Os adolescentes foram investigados através de entrevistas de discurso livre autobiográfico, seguidas de questionário de dados psicossociais, e do YSR (Youth Self Report), da Bateria ASEBA, de Achenbach e Rescorla. O YSR é um instrumento autoaplicável que categoriza comportamentos na área social e comportamental de adolescentes. As entrevistas foram tratadas nos eixos temáticos: 1) histórico e características familiares; 2) histórico institucional em abrigos e conflitos com a lei; 3) histórico escolar; 4) vínculos afetivos; 5) uso e abuso de substâncias; 6) violência; 7) trabalho; 8) referências sobre serviços de saúde; 9) percepção da adolescência e da vida; e 10) projetos de vida. Resultados do YSR apontaram escores clínicos na área de competência total (competência social e atividades) e na área de problemas sociais. Na área de problemas psicológicos e de comportamento, os adolescentes obtiveram escores do YSR dentro de faixa limítrofe e clínica para problemas psicológicos de ansiedade/depressão, isolamento/depressão, problemas externalizantes, internalizantes, e de estresse pós-traumático. Foram referidas situações de adoção, abuso sexual e abandono, principalmente pelas meninas, e situação de vivência de rua, nos os adolescentes em geral. Houve indicadores de mecanismos de negação e idealização para preservação das figuras familiares, referidas com indicadores de conflitos com a lei, histórico de alcoolismo e drogas. Os meninos referiram maior contato com os pais e as meninas com os irmãos. Referências de maus tratos e de violência estiveram mais presentes nas meninas. Instabilidades nas referências escolares foram bastante indicadas. Em geral, houve referências positivas de sonhos e projetos futuros. Em termos de micro sistema, o abrigo pareceu percebido como fator protetivo enquanto continente de referência e oportunidade de estabelecimento de vínculos em situações emergenciais de desenvolvimento.

Apoio financeiro: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP

Palavras chave: abrigamento, adolescência, avaliação.

Nível do trabalho: Graduação – IC.

Código da área da pesquisa: AVAL e DES

TRATANDO CRIANÇAS QUE SOFREM DE MUTISMO SELETIVO. *Ana Cláudia de Azevedo Peixoto (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / Rio de Janeiro – RJ)*

Este trabalho refere-se aos resultados de um tratamento cognitivo-comportamental para crianças portadoras do transtorno infantil denominado mutismo seletivo (MS). O MS se caracteriza pela recusa da criança em falar em determinados locais, principalmente na escola, e na presença de determinadas pessoas, inclusive de parentes e amigos próximos. Importante evidenciar que essas crianças possuem habilidades de fala preservada, embora algumas, não se comuniquem por anos, inclusive com os pais. O MS pode ser classificado como parcial ou total, dependendo do nível de ausência da fala. Atualmente, o MS, é reconhecido como um subtipo de fobia social, e tido como um transtorno crônico e altamente resistente a qualquer tipo de tratamento. O modelo de intervenção indicado nesse trabalho refere-se ao desdobramento de alguns atendimentos realizados a crianças portadoras do transtorno no Estado do Rio de Janeiro. O formato da intervenção indicado é misto e envolveu sessões individuais com as crianças, com os pais, entre as crianças e os pais, com os professores e as crianças e entre as crianças e amigos da classe. O tratamento incluiu algumas fases, a saber: primeira fase – avaliação cognitivo-comportamental; segunda fase – estimulação do comportamento verbal; terceira fase – treinamento de habilidades sociais e resolução de problemas; quarta-fase – planejamento de prevenção para recaídas e desligamento; quinta fase - avaliação pós-intervenção e sexta-fase – avaliação de seguimento com instrumentos utilizados na linha de base. A estrutura das sessões incluiu cinco etapas: registro do humor, revisão da tarefa de casa, estabelecimento da agenda, desenvolvimento do conteúdo principal da sessão, atribuição da tarefa para a casa e solicitação do feedback da sessão. Paralelamente à intervenção com a criança foi realizado um treinamento de pais que enfocou a: psicoeducação, treinamento e desenvolvimento de habilidades para aumentar comportamento desejável no filho e metas para o desligamento. Os principais instrumentos utilizados na fase de avaliação (linha de base) e pós-tratamento foram os questionários comportamentais child behavior checklist (CBCL) e teachers report forms (TRF). As técnicas mais utilizadas foram: gerenciamento contingencial, dessensibilização sistemática, modelagem, modelação e automodelação, procedimentos de custo de respostas, reforçamento positivo e negativo, técnicas de fuga e evitação e principalmente esmaecimento de lugares e pessoas. A combinação de algumas técnicas se mostra mais efetivas que outras. O local indicado para o tratamento ocorreu, preferencialmente, na casa da criança e no ambiente escolar. Na intervenção também foi utilizado um treinamento com os professores das crianças envolvidas e, para isso, foi utilizado a biblioterapia para professores. A principal meta desse treinamento foi dotar os professores com informações sobre o mutismo e desenvolver algumas habilidades de manejo comportamental para lidar com as características dessas crianças a fim de que elas começassem a falar na presença deles e dentro da escola.

Palavras-chave: mutismo seletivo; tratamento; terapia cognitivo-comportamental.

Nível de trabalho: Doutorado - D

Área da pesquisa: P

CLI

TIPOS DE VIOLÊNCIA.

ESTILO PARENTAL DE ORIGEM E ANSIEDADE EM HOMENS COM HISTÓRICO DE AGRESSÃO À PARCEIRA. *Ricardo da Costa Padovani* (Departamento Saúde, Educação e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo Campus Baixada Santista, Santos, SP) e *Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams* (Departamento de Psicologia, Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, LAPREV, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).

A violência contra a mulher é um fenômeno complexo que desconhece qualquer fronteira de classe social, cultura, nível de desenvolvimento econômico e que pode ocorrer tanto no domínio íntimo do lar como no domínio público, sendo considerado um problema de Saúde Pública. Em relação a seus agressores, a literatura descreve diversos fatores que estão associados ao seu comportamento violento como: o isolamento social, o ciúme excessivo, a baixa auto-estima, a baixa tolerância nas discussões de ordem íntima, a insegurança, a possessividade, o histórico de violência na infância, a dependência emocional da parceira, visões estereotipadas sobre papéis de gênero, podendo apresentar, ainda, o uso abusivo de álcool ou drogas. O presente estudo teve como objetivo investigar o estilo parental da família de origem do agressor conjugal e o nível de ansiedade de tal homem, comparando-os com dados de homens não agressores de idade, nível sócio-econômico e escolaridade semelhantes. A amostra foi constituída por 40 homens, sendo 20 agressores conjugais e 20 homens não agressores, pareados de acordo com a idade, renda e nível educacional. A coleta de dados, para os participantes agressores, foi realizada na Unidade Saúde Escola (Ambulatório de Saúde da Universidade), na Delegacia de Defesa da Mulher e em uma sala de clínica particular destinada ao atendimento psicológico. Com os participantes não agressores, a coleta foi realizada na referida clínica. Os instrumentos utilizados na coleta de dados foram: *Roteiro de Entrevista Individual Semi-Estruturada da Família de Origem do Agressor*, *Inventário de Estilos Parentais* e o *Inventário de Ansiedade*. Os dados foram coletados em uma única sessão, com duração média de 70 minutos. Procedeu-se a análise estatística - paramétrica ou não paramétrica?- dos dados. Foi adotado o nível de significância de 5%. Dentre os agressores, pode-se constatar uma predominância de participantes que se declaram separados e, entre os não agressores, de casados. Os grupos se diferiram estaticamente nas duas variáveis analisadas: estilo parental de origem, com $p\text{-valor} < 0,0002$, e ansiedade, $p\text{-valor} < 0,05$. Pode-se afirmar que o grupo de agressores tinha um estilo parental de origem de risco, sendo mais ansioso quando comparado com o grupo de não agressores. Há poucas pesquisas realizadas sobre a prevenção da ansiedade, entretanto, sabe-se que seus sintomas tipicamente emergem na infância e podem estar associados a diversos problemas de saúde mental. Pode-se sugerir que a ansiedade, quando combinada com práticas parentais inapropriadas, pode contribuir para a agressão do parceiro íntimo. Futuros estudos com amostras maiores poderiam fortalecer tal relação.

Apoio financeiro: CNPq

Palavras-chave: agressor conjugal, estilo parental de origem, ansiedade.

Nível do Trabalho: PD (Pós-Doutorado)

Código de área da pesquisa: SAÚDE

PREVENÇÃO DE ABUSO SEXUAL COM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL. *Maria da Graça Saldanha Padilha (Curso de Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná e da Faculdade Evangélica do Paraná)*

O campo da prevenção da violência, incluindo-se as diversas formas de maus-tratos contra a criança, está ainda em estágio nascente, quando comparado a outros campos de pesquisa básica e aplicada. O abuso sexual contra crianças e adolescentes é uma forma de maus-tratos e suas conseqüências são bem conhecidas e bastante divulgadas na literatura científica nacional e internacional. As possibilidades de intervenção em relação a este problema não se limitam a sanar as sequelas decorrentes da situação de abuso e das reações dos adultos responsáveis pela criança, podendo ser desenvolvidas também em outros níveis de prevenção. Os programas de prevenção do abuso sexual são um importante recurso para diminuir os riscos de exposição a situações de abuso, particularmente para crianças que já foram expostas a algum tipo de violência, como é o caso das que residem em abrigos por terem sido afastadas de suas famílias. A prevenção, neste caso destina-se a melhorar o repertório da criança para que ela aprenda a se proteger de novas situações de abuso, evitando a revitimização. O programa constou de dez encontros em grupos com 38 crianças residentes em instituições, visando à instalação de um repertório de autoproteção contra abuso sexual. Os comportamentos-alvo desta intervenção foram: discriminar o risco de abuso sexual, dizer “não” ao agressor, sair da situação e contar para um adulto confiável. Os temas trabalhados foram: direitos humanos e interpessoais, sexualidade, situações abusivas, situações sexualmente abusivas, repertório de autoproteção, com os quatro comportamentos-alvo relacionados acima. A intervenção desenvolveu-se em grupos de sete a oito crianças, conduzidos por dois estudantes de psicologia em cada grupo. O conhecimento sobre abuso sexual foi medido por meio do Questionário sobre Fatores relacionados a Abuso Sexual antes e depois da intervenção. A análise de dados foi feita por meio da descrição das médias dos escores gerais e dos escores por fator (discriminar o risco, dizer não e sair da situação, contar para um adulto confiável), com a comparação das médias do pré e do pós-teste por meio do teste não-paramétrico de amostras pareadas de Wilcoxon ($p < .05$). Os resultados desta avaliação mostram que os participantes destes grupos melhoraram seu desempenho no questionário após a intervenção, com o escore geral saltando de 28,31 para 33,27, diferença apontada como estatisticamente significativa. As implicações destes resultados são importantes para a prevenção do abuso sexual, já que indicam que crianças já vitimizadas podem ser ensinadas a se protegerem de novos abusos, diminuindo também as possibilidades de multiplicação intergeracional da violência contra crianças.

Palavras-chave: abuso sexual, prevenção, crianças abrigadas

Nível do Trabalho: P (Pesquisador)

Código de área da pesquisa: SMENTAL

VIOLÊNCIA DE MÃES COM HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA OS FILHOS. *Sabrina Mazo D’Affonseca***, *Nahara Rodrigues Laterza Lopes** e *Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams**** (Departamento de Psicologia, Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP).

Estudos apontam para uma correlação positiva entre a violência conjugal e a violência perpetrada contra a criança, sendo que crianças que vivem em famílias nas quais ocorrem a violência contra o parceiro têm uma probabilidade de duas a quatro vezes maior de serem vítimas de violência quando comparadas com crianças cujas famílias não presenciaram esse fenômeno. Além disso, a mulher vítima de violência pode apresentar dificuldades em suas práticas educativas maternas, favorecendo a possibilidade de vitimização dessa criança. O presente estudo pretendeu avaliar a interação de mães vítimas de violência pelo parceiro com seus filhos. Participaram desse estudo dez mães vítimas de violência por parte do parceiro e um de seus filhos. Múltiplas medidas avaliativas foram coletadas com as mães (*Entrevista, Inventário de Estilo Parental - IEP, Child Abuse Potential Inventory - CAP, SDQ, Inventário de Depressão de Beck – BDI e Inventário de Resolução de Problemas Sociais Revisado*) e com as crianças (*Entrevista, IEP - versão crianças, SDQ*). Adicionalmente, foram analisadas observações de seis participantes e seus filhos realizadas no Centro de Atividade Diária (CAD), em três locais e atividades distintas. A análise dos dados indicou uma grande dificuldade das participantes em reforçar o comportamento adequado dos filhos, ainda que esses estivessem engajados em interações verbais adequadas e seguimento de instruções. Em contrapartida, notou-se, em duas mães, a manifestação de atenção a todos os comportamentos inadequados dos filhos, tais como: reclamar, gritar, xingar. De acordo com o IEP, todas as mães apresentaram estilo parental de risco. Essas apresentaram no Inventário CAP um alto índice de potencial de abuso, indicando situação de risco com alta probabilidade de as crianças virem a sofrer algum tipo de abuso (por exemplo, abuso físico, negligência). Por sua vez, no SDQ, os escores de todas as mães apontam a categoria “clínica”, indicando dificuldades dos filhos quanto a problemas de hiperatividade/déficit de atenção; ansiedade e/ou depressão; problemas de conduta, problemas de relacionamento com colegas e comportamento social positivo. No BDI, seis mães apresentaram índice de depressão moderado, duas mães apresentaram índice de depressão leve, uma mãe apresentou índice mínimo de depressão e uma apresentou índice de depressão grave. Por último, no Inventário de Resolução de Problemas Sociais, quatro mães apresentaram escores abaixo da média do grupo normal, duas mães apresentaram escore extremamente abaixo da média do grupo normal e quatro mães apresentaram escores dentro da média do grupo normal, indicando que a maioria delas apresentou dificuldades na resolução de problemas da vida diária tais como: orientação positiva do problema, orientação negativa do problema, solução de problema racional, impulsividade e esquiva. Uma avaliação dos dados encontrados na pré-intervenção indica que todas as mães participantes do projeto apresentam déficits, tanto, nas suas práticas educativas, quanto nos problemas de relacionamento e comportamentais. Em relação às observações, os resultados apontaram para a eficiência do CAD como instrumento de captação das interações entre mães e filhos, possibilitando dessa forma identificar e avaliar as habilidades parentais presentes ou não nas mães, bem como os comportamentos adequados ou não dos filhos.

* Bolsista IC, CNPq

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFSCar

*** Bolsista Produtividade CNPq

Palavras-chave: violência conjugal, violência contra a criança, práticas educativas maternas

Nível do Trabalho: D (Doutorado)

Código de área da pesquisa: SAÚDE

HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA SOFRIDA POR MULHERES ENCARCERADAS

Gabriela Reyes ** (Laboratório de Análise e Prevenção de Violência, Programa de Pós Graduação em Psicologia Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e *Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams* (Laboratório de Análise e Prevenção de Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).

Poucos estudos descreveram a relação da intergeracionalidade da violência associando o histórico parental da vítima ou do agressor ao contexto sócio-cultural no qual estão inseridos. Com relação à população carcerária feminina no Brasil pouco ou quase nada se sabe sobre a intergeracionalidade da violência, já que não são encontrados estudos que descreveram o histórico familiar da presa brasileira. A literatura internacional descreve a mulher presa como sendo jovem, com filhos (80%); baixa escolaridade, afrodescendente, com histórico de maus tratos na infância, violência por parte do parceiro e usuária de drogas. O presente trabalho tem o objetivo final de caracterizar o histórico familiar de 200 mães encarceradas. No trabalho em questão serão apresentados os dados de uma cadeia pública do interior do Estado de São Paulo de forma a descrever o histórico de violência familiar da mulher encarcerada, identificando os fatores de risco presentes nas suas vidas. Participaram do estudo 14 mães o que representa 60% da população desta unidade. Para tal fim foi realizada uma entrevista semi aberta que investigou os seguintes fatores: dados pessoais e demográficos, tipo de disciplina utilizada na família de origem, histórico de violência física, sexual ou psicológica na infância, histórico de violência por parte do parceiro, saúde, uso de drogas, histórico carcerário, dentre outros aspectos. A aplicação da entrevista teve uma duração aproximada de 60 minutos e foi realizada na unidade prisional no horário do banho de sol, numa sala destinada aos advogados e oficiais de justiça. Os resultados refletem dados internacionais: com relação aos dados pessoais a média de idade foi de 27.4 anos, e de escolaridade cinco anos, 10 participantes viviam em união estável e oito participantes se descreveram com sendo afrodescendentes. Ao se referirem ao tipo de disciplina utilizada 13 delas descreveram ter sofrido maus tratos físicos e psicológicos por seus pais, como forma de disciplina, três relataram ter sido abusadas sexualmente, três relatam ter presenciado agressão física por parte do pai contra a mãe e duas agressão da mãe contra o pai. Com relação a saúde, todas se descreveram como apresentando alto nível de ansiedade e depressão na atual situação de encarceramento e três relatam ter tentativas prévias de suicídio; Ao falarem sobre o histórico de violência conjugal seis participantes sofreram violência por parte de seu parceiro. Um outro aspecto importante diz respeito à idade da saída de casa: 10 casaram com a expectativa uma vida melhor, sendo que a idade mínima foi 12 e a máxima 24. Seis participantes apontavam a mãe como sendo um fator de proteção, seis delas apresentaram histórico carcerário por parte de seus familiares. Embora o número das participantes deste estudo seja reduzido, estes dados mostram alguns dos fatores de risco aos quais as mulheres em situação de encarceramento enfrentaram no decorrer de suas vidas. Sendo assim, estes resultados podem servir de base para a implementação de futuros programas preventivos, visando diminuir os inúmeros fatores de risco e aumentar os fatores de proteção tentando romper o ciclo da intergeracionalidade da violência.

Apoio financeiro: CNPq

Palavras chave: violência, mulheres encarceradas, fatores de risco.

Nível do Trabalho: D (Doutorado)

Código de área: JUR

ABUSO FÍSICO INFANTIL: COMPARAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO DE ÁREA NO BRASIL E ESTADOS UNIDOS REFERENTES AOS FATORES DE RISCO. *Karyne de Souza Augusto Rios*** (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência-LAPREV; Universidade Federal de São Carlos-UFSCar) e *Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams* (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência-LAPREV; Universidade Federal de São Carlos-UFSCar).

O objetivo do presente estudo foi comparar o conhecimento sobre fatores de risco relacionados ao cuidador para o abuso físico infantil entre produção científica norte-americana com a produção nacional brasileira. Um estudo norte-americano que analisou 42 artigos que preenchem os seguintes critérios: 1- artigo publicado em um periódico ou livro da área de psicologia, medicina ou sociologia; 2- ter apresentado informação estatística necessária para ser analisada; 3- ter empregado uma amostra representativa ou uma amostra clínica pareada com um grupo controle apropriado; 4- ter estudado exclusivamente o abuso físico; encontrou os seguintes fatores de risco, quanto ao cuidador, para abuso físico infantil: ter sido abusado na infância; relatar ter tido menos apoio social quando criança; pouca idade quando pai/mãe; uso e bebidas alcoólicas pelo pai; família vivendo em comunidade pobre; estado emocional materno (infelicidade, sofrimento emocional, ansiedade, solidão, depressão); estresse; alta reatividade materna; estilos parentais baseados no uso de disciplina física e agressão verbal. No Brasil, foram encontrados 5 artigos de 2000 a 2010 que tratavam exclusivamente sobre fatores de risco do cuidador para abuso físico infantil. Esses artigos apontaram diferenças significativas para os seguintes fatores de risco: pouca idade do cuidador quando pai; estado emocional da mãe (infelicidade, sofrimento emocional, ansiedade, solidão, depressão); estresse; estilos parentais baseados em correção física; punição inconsistente e monitoria positiva deficitária; presença de violência conjugal; menos apoio social percebido pelo cuidador e menor satisfação com o bairro. Tais achados demonstram que os resultados de pesquisa nos dois países apontam para fatores de risco do cuidador semelhantes para o abuso físico infantil. Por outro lado, pontua-se que os estudos brasileiros ainda são em número reduzido, sendo baseados em modelos teóricos distintos, com seleções de amostras variáveis e modelos de análise estatísticas variados. Propõem-se que os estudos na área procurem sempre disponibilizar informações sobre sua amostra, a triagem da mesma, apresentar em seus resultados dados sobre o tamanho do efeito e diferenciação do abuso físico em severidade e tipologia. Acrescenta-se a necessidade de os pesquisadores identificarem quais variáveis poderiam ser consideradas causais e quais seriam consideradas marcadoras. Hipotetiza-se que os pesquisadores brasileiros estiveram mais preocupados em identificar os fatores relacionados ao abuso físico infantil independentemente de serem esses causais ou marcadores. Se por um lado, o processo de identificação geral dos fatores de risco permitiria o acúmulo de conhecimento, por outro lado, deveria ser utilizado com precaução visto que considerar todos os fatores de risco como tendo o mesmo efeito poderia enviesar o processo de análise do fenômeno e sua posterior intervenção.

Apoio financeiro: CAPES

Palavras-chave: abuso físico infantil, fatores de risco, revisão de área

Nível do Trabalho: D (doutorado)

Código de área da pesquisa: DES

(SOBRE)VIVER NAS GRANDES CIDADES: OLHARES DA PSICOLOGIA AMBIENTAL.

DESOBEDIÊNCIA DO MOTORISTA E COMPORTAMENTO DE VIOLAÇÃO EM ESTACIONAMENTO PÚBLICO. *Zuleide Oliveira Feitosa***, *Hartmut Günther e Marília Mesquita** (Laboratório de Psicologia Ambiental. Universidade de Brasília, Brasília, DF).

O trânsito é um sistema complexo que leva em conta a via, o veículo, seus participantes, as regras e as normas. Nesse contexto, os indivíduos se relacionam e as regras têm que ser cumpridas a bem de garantir a segurança no trânsito para que violações não ocorram. Violações são desvios deliberados do comportamento, que são considerados quando a questão é segurança na direção. Nesse sentido, o comportamento do motorista no trânsito tem implicações na vida diária. Muitas vezes, a desobediência das regras leva a situações mais graves do que a produção de multa, como por exemplo, colisão envolvendo os indivíduos em eventos indesejáveis com ou sem vítimas. O objetivo desse estudo foi verificar os tipos de violação cometidos pelo motorista ao utilizar o estacionamento público. Participaram da pesquisa motoristas entre 18 e 76 anos. O instrumento utilizado foi uma planilha contendo as seguintes categorias: estacionar em fila dupla, desobediências às regras pessoais e desobediência às regras gerais. Os eventos de violação foram registrados no momento em que o condutor chegava para ocupar uma vaga. Foram considerados atos infracionais comportamentos tais como: formar fila dupla, ocupar vagas especiais ou áreas proibidas, além do estado em que ambiente se encontrava no momento da observação, ou seja, existência ou não de vagas regulares disponíveis. Um total de 524 eventos foi registrado em estacionamentos de uma universidade pública. Os sujeitos observados cometeram 32% das violações no estacionamento da biblioteca central e 68% no instituto central de ciência, prédio que comporta salas de aula, centros acadêmicos, institutos e departamento de cursos. Entre os infratores, 52% (n=273) eram do sexo feminino. A relação entre condição do ambiente e ocorrência de violação foi a seguinte: quando existiam várias vagas regulares disponíveis ocorreram 175 (33%) violações, quando existiam algumas vagas regulares disponíveis ocorreram 205 (39%) e quando não existiam vagas regulares disponíveis, ocorreram 144 (28%). Os tipos de violação mais frequentes foram: (a) formação de *fila dupla* (46%); (b) *violação de regras gerais* (32%); e (c) *violação de regras pessoais* (22%). O teste qui-quadrado indicou uma relação estatisticamente significativa entre a condição do ambiente e o tipo de violação ocorrida ($\chi^2(4) = 14,070$, $p=0,001$). Infere-se que as pessoas cometem violações no estacionamento independente do estado em que o ambiente se encontra. Aponta-se que o comportamento de infringir as regras pode ser frequentemente associado à falta de policiamento que reforce a eficácia da lei e iniba o comportamento infrator.

PALAVRAS-CHAVE: Desobediência, Violação, Comportamento do Condutor.

M

AMB

ESPERA POR ATENDIMENTO EM SAÚDE E PROPENSÃO A RECLAMAR: INVESTIGANDO FENÔMENOS DE IGNORÂNCIA PLURALÍSTICA. *Lude Marieta Gonçalves dos Santos Neves ** e Fabio Iglesias. (Laboratório de Psicologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF)*

Cuidar da saúde é comumente percebido como uma atividade corriqueira e pouco prazerosa. Em geral, as pessoas não se sentem confortáveis em se consultar com um profissional de saúde e comumente relatam embaraço. Junto a esse problema, o ambiente social e físico em que os usuários (pacientes e profissionais de saúde) são inseridos não tem sido considerado apropriado. Sendo essa atividade própria da vida urbana, um aspecto marcante é a longa espera que os pacientes têm que enfrentar para serem atendidos por um profissional de saúde, posto que a demanda é quase sempre maior que a oferta. As evidências confirmam a ideia de que as pessoas em geral sentem incômodo nessas situações, mas imaginam que os outros não compartilham de seu sentimento, configurando um estado de ignorância pluralística. Esta pesquisa teve como objetivo investigar fenômenos de ignorância pluralística e propensão a reclamar em situações de atraso no atendimento em saúde. Utilizaram-se cenários em que o respondente se remetia à última vez em que foi a um consultório e o atendimento atrasou, para responder perguntas abertas e fechadas. O questionário autoaplicável conteve escalas de 0 a 10 sobre sentimentos envolvidos na situação, nível de incômodo próprio e dos outros pacientes e probabilidade própria e dos outros pacientes de dizer alguma coisa à secretária e/ou ao profissional de saúde. Incluiu também perguntas abertas sobre o que o respondente disse de fato à secretária e/ou ao profissional e o que ele observou que os outros pacientes disseram à secretária e um questionário sociodemográfico. Participaram 111 estudantes universitários (70 mulheres, idade média de 21,18 anos; DP= 5,31) em procedimentos de coleta individual e coletiva. Testes *t* para amostras independentes mostraram que dizer alguma coisa para o profissional e para a secretária tem relação com emoções relativas a raiva ($t=4.03$; $p<.0001$) e arrependimento ($t=3.36$; $p=.0001$). Mostraram também uma tendência a dizer alguma coisa à secretária à medida em que a escolaridade do respondente aumenta ($t=1.9$; $p=.06$). Não foi encontrada relação estatisticamente significativa entre os comportamentos declarados pelos respondentes e os comportamentos dos outros pacientes observados pelos respondentes, não confirmando a ocorrência de ignorância pluralística. No entanto, foi verificada uma relação do tipo “tudo ou nada”: pessoas mais escolarizadas e enraivecidas/ arrependidas tendem a reclamar sobre a demora para ser atendido, tanto para o profissional de saúde quanto para a para a secretária. Esses resultados sugerem que a ignorância pluralística não ocorre nessas situações médicas, talvez devido a limitações metodológicas deste estudo ou à característica de salas de espera de consultório possuírem tipicamente poucas pessoas. Também se discute a baixa frequência de relato de reclamação verbal aos profissionais de saúde em função da relação de hierarquia subentendida entre estes e seus pacientes. Esta pesquisa pode fundamentar ações gerenciais de baixo custo para salas de espera por atendimento em saúde, no intuito de minimizar o desconforto dos pacientes com aviso sobre a espera e melhores condições ambientais do espaço, por exemplo.

Bolsa de Mestrado da CAPES

Palavras-chave: Atendimento em Saúde; Propensão a Reclamar; Ignorância Pluralística

M

AMB

PREOCUPACOES NA ADOLESCENCIA: ESTUDO COM ALUNOS DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. *Clara Brasiliana Ribeiro Cantal***
(Laboratório de Psicologia Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, DF)

A adolescência é um período de transição entre a infância e a maturidade, apresentando uma série de tarefas desenvolvimentais importantes e específicas não só para tal período, mas para as fases subseqüentes. A adolescência também se estendeu consideravelmente, seja por seu início prematuro, ligado a melhoria nas condições de vida, seja por seu término postergado, devido à dificuldade para garantir a própria independência econômica. Investigar as preocupações de adolescentes a partir dos seus relatos, visualizando quais são as preocupações que afetam a maioria dos jovens de um determinado gênero, faixa etária e/ou local de moradia seria uma forma de acessar preocupações direcionadas a fatos reais e tangíveis, limitando a geração de ansiedade e psicopatologias. Esse estudo tem por objetivo verificar as preocupações existentes entre adolescentes moradores do Distrito Federal, buscando acrescentar itens da realidade desse contexto à escala traduzida do inglês. O instrumento a ser adaptado apresenta uma grande amplitude de preocupações pessoais e sociais e foi desenvolvido primeiramente a partir de preocupações apresentadas em auto-relatos de adolescentes. A escala possui 138 itens e é dividida em 13 categorias de preocupação: “preocupação comigo mesmo”, “com a comunicação em casa”, “com a obtenção de emprego/ vaga na faculdade”, “com eficácia social”, “em escolher um emprego/ curso”, “com o sexo oposto”, “com a comunicação verbal”, “em começar trabalho ou faculdade”, “com a busca de informação”, “com assuntos monetários”, “com trabalhos escolares”, “com relacionamentos em casa” e “com mudança e transição”. Foi utilizada escala *likert* de quatro pontos, cuja frequência de preocupação varia em cada item de (1) nunca me preocupo a (4) sempre me preocupo. A consistência interna de todas as 13 categorias foi maior que 0,80 e a validade de conteúdo foi demonstrada com 87% dos adolescentes relatando que a Escala ‘Things I Worry About’ (Coisas com as quais me preocupo) permitiu que expressassem suas preocupações. A amostra participante consistiu em adolescentes do sexo feminino e do sexo masculino com idades entre 15 e 19 anos regularmente matriculados na rede de ensino pública do Distrito Federal. O procedimento da pesquisa se dividiu em quatro etapas: a) realização de cinco grupos focais compostos por quatro a nove participantes com o objetivo de explorar as preocupações entre adolescentes; b) transcrição da gravação de áudio de cada um dos grupos; c) análise manual por dois juízes independentes das preocupações relatadas verificando os núcleos de preocupação existentes; formulação de itens ainda não existentes no instrumento original traduzido. Dentre os relatos obtidos, destacaram-se temas ligados à política, violência, estrutura escolar, relações com outros e meio-ambiente. Intervenções nesse quesito poderiam estar relacionadas a modificações no espaço onde os adolescentes vivem (iluminação pública, muros mais altos, mais áreas verdes, possibilidades de lazer, etc.) e/ou no seu ambiente emocional (programas para estruturação familiar, grupos de apoio psicológico, grupos para apoio a dependentes químicos e sua família, etc.). Nesse contexto, investigar preocupações entre adolescentes do Distrito Federal seria um primeiro passo para a instauração efetiva de políticas públicas realmente direcionadas a esse público.

Bolsa de Mestrado do CNPq

Palavras-chave: Preocupações; Adolescentes; Psicologia Ambiental

AMB

COMPORTAMENTO PRÓ-AMBIENTAL E DESCARTE INADEQUADO DE LIXO NO TRÂNSITO. *Cleide Maria de Sousa***, *André Luís Ferreira Moniz*** e *Hartmut Günther* (Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Laboratório de Psicologia Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília-DF).

O descarte inadequado de resíduos sólidos em ruas e estradas é um comportamento anti-normativo de impacto econômico, social e ambiental. Pode se configurar como delito a partir do artigo 172 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), previsto como falta média, resultando em multa em caso de autuação. O objetivo deste estudo foi descrever antecedentes para descarte de lixo no trânsito, explicitado nas seguintes questões de pesquisa: Esse comportamento é reconhecido como um delito entre motoristas e passageiros? Qual a relação entre descarte de lixo e variáveis demográficas? Além disso, utilizou-se o fator limpeza urbana, da escala de valores ambientais (Pato, 2004), como preditor para admitir ou não comportamento de descarte. Foi elaborado um questionário constituído de três seções: a) perguntas fechadas sobre descarte inadequado de lixo no trânsito; b) escala de desejabilidade social; e c) escala de limpeza urbana. O instrumento foi disponibilizado na internet por aproximadamente 60 dias, entre dezembro de 2009 e janeiro de 2010, divulgado por meio de listas eletrônicas e sites de relacionamento. A amostra (N=418) foi composta em sua maioria por mulheres (62%), residentes em Brasília-DF (50,9%), não fumantes (93,6%), com idades entre 20 e 40 anos (66,2%), nível superior completo e incompleto (47,4%), moradores de cidades com índice de desenvolvimento humano (IDH) alto (66,3%), com carteira nacional de habilitação (90,9%) e que dirige frequentemente (82,4%). Entre os participantes, 99% declarou já ter testemunhado resíduos sendo jogados pela janela de veículos no trânsito; 28,8% admitiu descartar resíduos e 19,9% não identifica descarte de lixo no trânsito como uma infração. Os itens mais comumente descartados entre aqueles que admitiram este tipo de conduta foram: papel (24,4%) e refugo, principalmente restos de comida (21,8) e chiclete (20,4%). Pessoas com maior escolaridade declararam menos descarte ($\chi^2(8)= 24,945$, $p<0,05$), assim como as moradoras de cidades com IDH mais alto ($\chi^2(2)=7,883$, $p<0,05$). Além disso, aqueles que afirmam não fazer descarte de lixo no trânsito tiveram médias significativamente mais altas na escala de limpeza urbana ($t = 8,883$, $gl = 131,40$, $p<0,001$). Não foram encontradas diferenças significativas entre descarte de lixo e as variáveis sexo e idade. Os dados indicam significativa relação entre nível sócio-econômico (escolaridade e IDH) e descarte de lixo no trânsito. Desconhecer que descarte de resíduos no trânsito configura infração não teve relação com admitir maior ou menor frequência desse comportamento. Esse dado coloca em dúvida o efeito de campanhas pró-ambientais, baseadas sobretudo no pressuposto de que a informação é suficiente para promover comportamento mais adequado socialmente. Assim, estudos futuros devem considerar variáveis como influência da norma social e pessoal, além da eficiência dos serviços de limpeza locais. Sugerem-se também delineamentos com medidas não reativas como experimentos e observação direta do comportamento.

Bolsa de Doutorado da CAPES.

Palavras-chave: Descarte Inadequado de Lixo, Trânsito, Comportamento Pró-Ambiental

D
AMB

IDOSOS NO TRÂNSITO: ESTUDOS SOBRE ESTRATÉGIAS ADAPTATIVAS E COMPORTAMENTOS. *Natália Ferreira Damião (Laboratório de Psicologia Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, DF)*

Tendência observada mundialmente, o envelhecimento da população se caracteriza como um fenômeno de impacto expressivo na vida urbana. No Brasil, especificamente, o contingente de idosos já ultrapassa a soma dos 14 milhões, ou seja, isto corresponde a 8,7% do conjunto de habitantes do país, se configurando como o grupo etário que mais cresce proporcionalmente. Neste sentido, aponta-se para a necessidade de maximizar a participação desta população nos diversos âmbitos sociais e atividades cotidianas, dentre elas, a utilização do ambiente viário. Todavia, a longevidade acarreta numa série de impactos e limitações de cunho orgânico, como a perda da acuidade visual, flexibilidade, tempo de reação, entre outros. Tais restrições podem implicar em conseqüências que afetem o desempenho do idoso neste contexto. Assim sendo, a relação entre envelhecimento e segurança no trânsito se configura como um tópico de extrema importância. O presente estudo buscou investigar o comportamento de idosos usuários do sistema de trânsito, e, de forma mais específica, caracterizar potenciais dificuldades de mobilidade dos participantes, bem como identificar suas estratégias adaptativas. A investigação contou com a participação de 30 sujeitos, sendo a maioria do sexo masculino (56,6%), com idade igual ou acima de 60 anos ($M = 68$ anos, $DP = 7,88$). Empregou-se entrevista semi-estruturada e os dados foram coletados na cidade de Brasília, administradas de forma individual e com o uso do gravador. Por sua vez, estes foram analisados por meio de análise de conteúdo. Os resultados demonstram que a maioria dos idosos utiliza o carro como meio de transporte, freqüentando locais associados ao comércio, e relatam não perceber a influência do envelhecimento no seu comportamento no trânsito. Ainda que a maioria dos discursos proferidos pelos idosos aponte para o fato de que estes não percebiam tais influências, a literatura indica uma realidade totalmente oposta. Tais déficits acarretam em limitações ligadas às mais diversas condições biofisiológicas, tais como rigidez muscular e esquelética (incluindo artrite), diminuição da flexibilidade do pescoço e da parte superior do corpo, perda da acuidade visual, aumento no tempo de reação, deficiência na atenção, no processamento de informações associadas ao tempo e a manobras necessárias, como leitura de painéis ou placas. Tal negação pode ser explicada pela transformação dos papéis sociais na velhice. Cita-se, além disso, a existência de aspectos característicos da sociedade e cultura brasileira, bem como transformações recentes no trânsito da cidade de Brasília. Mesmo assim, há a necessidade de desenvolver o conceito de segurança no trânsito e a manutenção da mobilidade de pessoas idosas, garantindo a sustentação de um estilo de vida ativo. A adequação do trânsito não deve se restringir apenas às vias de trajeto dos veículos, mas também se estender para a adaptação às necessidades dos idosos, em particular, dos transportes públicos, assim como promover uma conscientização por parte dos motoristas – tanto aqueles que possuem carro próprio, como os condutores de ônibus, no intuito de sensibilizá-los sobre as características e necessidades especiais destes sujeitos.

Bolsa de Mestrado do CNPq

Palavras-Chave: Envelhecimento, Trânsito, Mobilidade

M

AMB

COMPORTAMENTO ECOLÓGICO: COMPARAÇÃO ENTRE MORADORES DE DOIS BAIRROS, COM E SEM SANEAMENTO BÁSICO. *Renata Almeida Figueira**, *Daiane Gasparetto da Silva**, *Izabel Cristina da Silva Brasileira**, *Caroline Maciel Cavalcante de Souza** e *Hilma Tereza Tôres Khoury (Universidade Federal do Pará, Belém, PA).*

Nas últimas décadas, a área da Psicologia Ambiental vem se destacando no estudo da interação entre as pessoas e o ambiente - natural ou construído - a partir dos seus comportamentos e atitudes. Relacionada à área encontra-se a expressão “Comportamento Ecológico” que, segundo a literatura, pode ser entendido como um modo psicológico de agir, sendo, em alguns casos, considerado como um hábito; um comportamento consciente e intencional e até mesmo uma conduta forçada no que diz respeito à preservação de recursos naturais e conservação do ambiente. Autores defendem que fatores como o nível sócio-econômico podem influenciar nos valores culturais e na maneira como os indivíduos interagem com o meio ambiente. Estudos brasileiros a este respeito não foram encontrados. Assim, o objetivo deste estudo consistiu em investigar o comportamento ecológico de pessoas residentes na cidade de Belém/PA, comparando-se moradores de dois bairros, um com urbanização e saneamento básico em condições adequadas (Reduto) e outro precário com relação a estes quesitos (Tapanã). Foram entrevistadas 50 pessoas, 18 homens e 32 mulheres, sendo 25 em cada bairro. No que tange à classe sócio-econômica, de acordo com a classificação da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa (ABEP), 21 participantes eram das classes A ou B (80% no bairro do Reduto) e 28 das classes C ou D (96% no bairro do Tapanã). Os instrumentos foram a Escala de Comportamento Ecológico (ECE), com quatro fatores – ativismo-consumo (F1); economia de água e de energia (F2); limpeza urbana (F3) e reciclagem (F4) – e o questionário sócio-econômico da ABEP. Os participantes foram abordados em suas residências e responderam aos questionários após assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A comparação entre os dois grupos foi efetuada por meio do teste estatístico Mann-Whitney. Foi utilizado também o teste t pareado para comparar as médias nos fatores da ECE. Os resultados mostram que as médias de F2, F3 e do Fator Global da ECE ficaram acima do ponto médio da escala (3,5). Quando comparados os fatores da ECE, observou-se diferença significativa entre os pares: F1/F2 ($t=12,11$; $p\leq 0,001$); F1/F3 ($t=11,02$; $p\leq 0,001$); F2/F4 ($t=9,92$; $p\leq 0,001$); e F3/F4 ($t=9,37$; $p\leq 0,001$). Os dados apontam diferença estatisticamente significativa entre os bairros no Fator Global de Comportamento Ecológico ($U=179,50$; $p\leq 0,01$); F3 ($U=122,50$; $p\leq 0,001$) e F4 ($U=189,50$; $p\leq 0,05$). O bairro do Reduto obteve as maiores médias em todos os fatores citados. Ao comparar os fatores da ECE com o nível sócio-econômico dos participantes houve diferença significativa entre as classes (A/B e C/D) em F3 ($U=122,50$; $p\leq 0,001$) e F4 ($U=179,50$; $p\leq 0,05$). Observou-se que os participantes, de um modo geral, apresentam comportamento ecológico quanto à economia de água e energia, talvez porque este valor esteja relacionado ao custo de vida. A variável nível sócio-econômico parece influenciar o comportamento ecológico dos indivíduos, corroborando a hipótese de alguns autores. Isto talvez se deva ao fato de que melhores condições de urbanização e saneamento básico podem propiciar atitudes positivas para com o meio ambiente. Propõem-se investigações acerca do comportamento ecológico em amostras provenientes de diferentes regiões do Brasil.

Palavras-chave: Comportamento Ecológico; Psicologia Ambiental; Saneamento Básico.
IC

AMB

REVISÃO DE LITERATURA EM PSICOLOGIA CLÍNICA: DIVERSIDADES.

REVISÃO DE LITERATURA NA ÁREA DO ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO. *Andrés Eduardo Aguirre Antúnez (Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo)*

Observa-se que a Psicologia Clínica, ainda devedora da psicanálise tradicional e contemporânea, pouco publica em revistas indexadas ou pouco citam artigos publicados em revistas com seletiva comissão avaliadora. Geralmente os trabalhos em psicologia clínica, principalmente aqueles que se referem à área da psicanálise, citam os tradicionais psicanalistas europeus. As referências são recolhidas dos livros, das obras de conceituados autores, mas pouco se tem dialogado com pesquisas e investigações científicas publicadas em revistas indexadas nas bases de dados. Procurando atentar para esta situação, a proposta desta sessão coordenada é apresentar uma revisão de literatura de pesquisadores da área clínica nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde em quatro áreas distintas. Uma delas é o Acompanhamento Terapêutico. Em pesquisa realizada em banco de dados SciELO utilizando a palavra composta 'Acompanhamento terapêutico' encontramos 55 trabalhos completos, porém destes apenas oito se referem ao trabalho específico desta modalidade clínica. É interessante notar que destes, há quatro publicações na área de enfermagem, uma na saúde coletiva da educação, apenas um da psicologia, um na área da saúde mental - psicanálise, e uma resenha de um livro na área analítico-comportamental. Pesquisando a base de dados TESE, encontramos nove trabalhos em forma de resumos: dois na cidade de Brasília sobre intervenção psicossocial e Acompanhamento Terapêutico com crianças autistas, dois em cidade próxima a São Paulo, que discorrem sobre o Acompanhamento Terapêutico com pacientes psicóticos e pacientes com prolapso da válvula mitral; no Estado de São Paulo, há um trabalho sobre criança hospitalizada, e um na capital, com estudo sobre o Acompanhamento terapêutico com pacientes borderlines e um com pacientes psicóticos, além de dois trabalhos publicados no sul do país sobre a constituição clínica do Acompanhamento Terapêutico e, por fim, um trabalho que discorre sobre o Acompanhamento terapêutico em grupo. Em revisão na base de dados Cochrane, encontramos seis revisões sistemáticas completas, dois trabalhos nas áreas de musicoterapia, um deles com pacientes com demência, acompanhamento de mães e bebês, um sobre suporte contínuo a mulheres durante o nascimento de seus bebês, um em reumatologia e outro sobre cirurgia pediátrica. Em nosso país, o Acompanhamento Terapêutico é uma realidade social, atuante na Clínica particular e em Saúde Mental, que possui alguns livros publicados, mas carece de investigações científicas com desenhos de estudos bem delineados. Trata-se de uma área que tem muito a contribuir à psicologia de modo geral. Observa-se neste levantamento já encontramos artigos que se referem ao que propomos na América do Sul com a denominação Acompanhamento Terapêutico, que na escola independente de psicanálise podemos reconhecer como Manejo Clínico. Pelo exposto, torna-se imprescindível a publicação dos trabalhos realizados em psicologia clínica nas revistas de psicologia geral, estabelecendo assim diálogo com as outras áreas, não apenas atendo-se aos grupos restritos de clínicos de determinada área. Assim a psicologia clínica poderá alcançar um estatuto de investigação reconhecida pelos pares, mesmo que seja de outras áreas, o que implica em submeter a julgamento suas hipóteses e metodologias usadas para responder às suas inquietações.

Palavras-chave: Psicologia Clínica, Revisão de Literatura, Acompanhamento Terapêutico

Nível do trabalho: Pesquisador – P

Código da área: CLIN

TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: ANÁLISE CRÍTICA DOS TRATAMENTOS PSICOLÓGICOS NA CONTEMPORANEIDADE. *Déa E. Berttran***, *Sônia Regina Jubelini e Andrés Eduardo Aguirre Antúnez (Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP).*

Esta revisão não-sistemática teve como objetivo dimensionar o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, TDAH, em relação aos tratamentos psicológicos que são ofertados na contemporaneidade. Para tanto foram analisadas as produções eletrônicas dos últimos cinco anos (2005-2010) localizadas nas bases de dados LILACS, SciELO, PsycINFO e Cochrane, através dos identificadores 'TDAH', 'Déficit de Atenção', 'Hiperatividade', 'Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade' cruzados com 'tratamento psicológico', 'tratamento psicoterápico' e 'psicoterapia'. Os resultados encontrados revelaram a pertinência do tema, o tratamento do TDAH sob a ótica comportamental ou cognitivo comportamental, associado ou não ao uso de fármacos, amplia a discussão sobre o assunto. Transtorno psiquiátrico de grande prevalência na população escolar, com sérios prejuízos pessoais e sociais, dados os comportamentos de hiperatividade, desatenção e impulsividade em graus atípicos, comprometem as funções executivas como concentração, planejamento de ações e controle sobre impulsos, o TDAH, embora descrito desde o século passado, é conceito que gera controvérsias na comunidade científica. Primeiramente sua sintomatologia foi associada à possibilidade de existência de lesões cerebrais que, por não serem comprovadas, passaram a ser consideradas como disfunções cerebrais. Somente na década de 80, com as neuroimagens, foi possível averiguar alterações significativas no sistema dos neurotransmissores dopamina e noradrenalina, bem como déficit funcional do lobo frontal. Essas condições conduzem à compreensão da etiologia não como única, mas multifatorial. O sofrimento que atinge essas crianças revela-se principalmente nas etapas escolares, já que essas crianças têm dificuldades em acompanhar os colegas de sua idade quanto aos desempenhos acadêmicos e sociais, o que estigmatiza as famílias de forma contundente. Abordagens psicológicas foram convocadas a responder a esta demanda. Na literatura científica se sobrepõem as abordagens de caráter comportamental e cognitivo-comportamental. Ao aplicar técnicas específicas para as crianças, como a de aquisição de habilidades sociais para seus pais e ambiente escolar, e por serem pautadas em objetivos claros, bem mensurados por questionários, compatibilizam-se com os requisitos científicos necessários e atuais. O mesmo não acontece com os tratamentos que se abrem ao devir existencial da criança, pois grande número de clínicos não se inserem na academia e tampouco publicam os achados observados na clínica. Os clínicos privilegiam a singularidade, expressão subjetiva, desenvolvimento emocional, seja psicodinâmico, existencial, humanista ou fenomenológico. Os resultados intersubjetivos são dificilmente reproduzíveis e pode ser uma possível explicação para as poucas publicações encontradas. Esta situação expõe a necessidade de debate entre o fazer científico e clínico, daquele que produz conhecimento empírico com aquele que pouco produz conhecimento clínico-teórico em forma de publicações. Essa discussão pode trazer benefícios à comunidade científica e pública.

Palavras-chave: TDAH, tratamento psicológico, psicoterapia.

Nível do trabalho: M – Mestrado.

Código da área: CLIN

REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O USO DA ARTE NO TRATAMENTO PSQUIÁTRICO. *Sheila de Marchi e Andrés Eduardo Aguirre Antúnez (Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP e Universidade Federal de São Paulo).*

A partir da proposta de uma sessão coordenada sobre *revisão de literatura em psicologia clínica*, a qual visa levantar a produção de conhecimento em diferentes campos da psicologia clínica, neste estudo o objetivo foi levantar artigos sobre o uso da arte em psiquiatria. As palavras ‘arte’, ‘caps’ e ‘tratamento’ foram cruzadas em bancos de dados. Este levantamento é parte de um estudo realizado no Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica do IPUSP, nível mestrado, cujo tema se refere à ‘Arte como um instrumento de tratamento: experiência com pacientes psiquiátricos’. Pesquisou-se artigos de 1992 a 2000 que se refiram ao objeto de estudo. Utilizou-se as bases de dados Lilacs, Scielo e Cochrane, buscando pelas palavras *arte*, *caps* e *tratamento*. Em decorrência da dificuldade em obter resultado quando se buscava pelas três palavras simultaneamente, optou-se por combiná-las da seguinte forma: arte e caps, arte e tratamento, e, caps e tratamento. Outros fatores de seleção da escolha dos trabalhos foram realizados com população adulta sob cuidados psiquiátricos. Foram encontrados no total 201 trabalhos publicados, sendo 47, 3 e 131 em, Scielo, Cochrane e Lilacs, respectivamente. No entanto, apenas três deles estavam de acordo com o objetivo proposto pela pesquisa. Tavares (2003), em *O papel da arte nos centros de atenção psicossocial – CAPS* discorre sobre a abordagem artística nos cuidados desenvolvidos, a partir de atividades de base artística são utilizadas em interação positiva de profissionais com os pacientes na reabilitação social. O autor discute que os CAPS se utilizam da potencialidade criativa dos profissionais e usuários, sendo a arte tomada como uma estratégia para cuidar. Martins, Barrezzi & Ferreira (2009) descrevem em *A Inserção Social de Portadores de Transtornos Mentais através da Arte*, uma experiência empírica com pacientes de um ambulatório de saúde mental, na qual os grupos terapêuticos se utilizam dos seguintes recursos artísticos: música, desenho, pintura, literatura e teatro, como tratamentos alternativos que buscam explorar o sentido de valores humanos e potencialidades nos pacientes, promovendo inserção social, cidadania e melhora na qualidade de vida, por meio da expressão de seus sentimentos e dificuldades, de auto-conhecimento e aumento da auto-estima. Castro (1992) utiliza uma forma de arte, a dança, no tratamento em CAPS. Observou através da dança que pacientes se beneficiaram da vivência a partir de um auto-conhecimento e expressão, desencadeamento de disposição para o lúdico, para a comunicação com o outro e para o conhecimento de si. Apesar do escasso número de trabalhos publicados com a temática arte-CAPS-tratamento, faz-se importante pesquisar a importância do uso da arte e seus efeitos em tratamento psiquiátrico, para que possam ser usados pelos profissionais da área da saúde mental.

Apoio: FAPESP.

Palavras-chave: arte, CAPS, tratamento.

Nível do trabalho: M – Mestrado.

Código da área: CLIN

REVISÃO DE LITERATURA EM PSICOLOGIA CLÍNICA: A CLÍNICA DO ENVELHECIMENTO. *Fernando Genaro Junior** (Instituto de Ciências Humanas, Centro de Psicologia Aplicada-Vergueiro da Universidade Paulista –UNIP).*

Essa proposta compõe a sessão coordenada intitulada: *revisão de literatura em psicologia clínica*, a qual visa levantar a produção de conhecimento em diferentes campos da psicologia clínica nos últimos cinco anos, e inserido nessa sessão, a clínica do envelhecimento. O presente trabalho é parte do projeto de doutorado em desenvolvimento no Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Nesta revisão buscamos levantar pesquisas sobre a contribuição da psicologia clínica a pessoa idosa, tendo em vista o crescente aumento de pessoas idosas no mundo, em especial no Brasil, e conseqüente necessidade de produção científica para atender tal demanda clinicamente. Foi realizada busca de estudos realizados na área nos últimos de 2005 a 2010 inseridos nas bases de dados: Scielo, Teses, Lilacs e Cochrane no primeiro semestre de 2010. Foram analisados título, tipo de trabalho, temática e enfoque teórico. A partir desse levantamento empreendemos uma reflexão crítica qualitativa sob a produção de conhecimento nesse campo. Analisando a literatura existente, verificamos a presença expressiva de estudos psicogerontológicos com propostas de atividades de lazer, recreação e educação como os centros de convivência e programas psicossociais, os quais realizam em sua maioria pesquisas teóricas envolvendo estudo sobre qualidade de vida, envelhecimento saudável e ativo sob uma perspectiva gerontológica. Observamos também aumento de estudos no âmbito da investigação das funções neuropsicológicas e psicológicas nos quadros orgânicos funcionais próprios da velhice, utilizando pesquisas clínicas quantitativa, com recursos de instrumentos para coleta de dados como protocolos e baterias de testes psicométricos analisados sobre o enfoque das psicologias cognitivo e comportamental. Outros achados significativos foram estudos clínicos e teóricos sob o enfoque psicanalítico sobre algum aspecto do envelhecimento, em especial estudos sobre o declínio de vida psíquica, depressões, demências, finitude e morte, religiosidade e espiritualidade, psicoterapia, ou ainda estudos sobre o uso de técnicas projetivas com idosos como, por exemplo, Desenho-Estória, Rorschach e TAT. Em relação a serviços de psicologia clínica, específicos a essa população, não encontramos registros. Todavia, encontramos publicações sobre serviços hospitalares de caráter médico, psiquiátrico e/ou instituições de longa permanência, que contemplam a presença de psicólogos clínicos. Entretanto, observamos carência de ambientes especializados que contemplem necessidades de ordem clínica nessa etapa da vida, tendo em vista o aumento da longevidade e suas alterações com a passagem do tempo. Desta forma, concluímos que a psicologia clínica de forma geral tem contribuído para a produção de conhecimento envolvendo o processo de envelhecimento. Embora a área evidencie sinais de desenvolvimento nesse campo, observamos que a mesma torna-se terreno fecundo para investigações e reflexões dos diversos fenômenos e demandas clínicas que compõem essa complexa etapa da vida humana, sobretudo a necessidade de circunscrever e sistematizar eixos fundamentais da psicologia clínica no que diz respeito ao estudo da pessoa idosa rumo a uma clínica do envelhecimento e suas especificidades humanas.

Palavras-chave: Psicologia Clínica, Revisão de Literatura, Envelhecimento

Nível do trabalho: D – Doutorado.

Código da área: CLIN

PSICOLOGIA CULTURAL E DESENVOLVIMENTO INFANTIL.

OPOSIÇÃO E ARGUMENTAÇÃO INFANTIL: COMO ABORDAR ESSA RELAÇÃO? *Nadja Maria Vieira, Carine Rhodes*, Carine Valéria*, Bárbara Abreu*, Walkiria da Anunciação* e Fabíola Brandão* (Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte – Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL).*

Discute-se nesse estudo de iniciação científica o papel da oposição no desenvolvimento da argumentação oral infantil. Para alguns pesquisadores, o estudo da atividade argumentativa infantil deve ser iniciado mais tardiamente, uma vez que deve-se esperar o amadurecimento no uso da linguagem pela criança. Considerando essa observação, investiram-se nesse estudo, na possibilidade de se construir informações acerca dos processos preliminares da atividade argumentativa humana. A oposição foi concebida, como um fenômeno onde incide a emergência desses processos. Isto porque, segundo a literatura, a argumentação adulta revela-se como um processo dialógico de negociação de pontos de vista, com destaque para a presença do contrargumento e da justificativa. Por analogia, defende-se no presente, a estreita aproximação entre a argumentação e a oposição, traduzindo-se esta última também como uma experiência dialógica formatada no confronto de pontos de vista. Uma vez que a oposição é uma manifestação natural do ser humano nos seus estágios iniciais de desenvolvimento, concebeu-se que estudá-la possibilita construir os primeiros passos da atividade argumentativa humana. Partindo dessa compreensão realizou-se um estudo longitudinal com o objetivo de caracterizar a oposição de crianças na educação infantil. Participaram desse estudo vinte e cinco crianças entre três e cinco anos de idade. Os dados foram registros semanais videografados dessas crianças em interação, durante atividade em sala de aula, num período de dois anos. Na análise micro genética, focalizaram-se as mudanças na manifestação de oposição ao longo do tempo. Os resultados apontaram para variações nas características de oposição das crianças em função do tempo de desenvolvimento. Nos registros iniciais, a manifestação de oposição das crianças se constituía por visíveis apelos empíricos, como por exemplo, aumento no volume da voz, repetições de padrões de comportamento inclusive fala, uso do corpo definindo conteúdos semânticos, solicitação do apoio da professora. Nos últimos registros, observaram-se outras características na oposição. Esta não mais foi marcada necessariamente com o uso da palavra “não”, como faziam antes. Nos registros observou-se que essa manifestação poderia ser introduzida com estratégias não verbais diferenciadas, sugerindo que a interação se sustentava principalmente na intersubjetividade. Além disso, o conteúdo compartilhado na oposição estava mais circunscrito a construções no texto verbal. A oposição e a defesa do ponto de vista se faziam com a seleção e escolha no uso das palavras. Nesses últimos registros, a presença freqüente do elemento lingüístico “porque” marcou a incidência progressiva das justificativas para o ponto de vista defendido. Concluiu-se que as estratégias de convencimento no contexto da oposição evoluíram com o desenvolvimento das crianças, de um ponto em que a relação entre a fala e a ação enfatizava a reorganização do espaço físico da interação para um ponto em que essa relação enfatizava reorganizações do espaço intersubjetivo.

APOIO/CNPQ

Palavras – Chave: Oposição Infantil; Estratégias de Convencimento; Intersubjetividade Trabalho de Iniciação Científica

Código da Área: ESC

O SELF DIALÓGICO A PARTIR DO DESENHO INFANTIL: O DESENVOLVIMENTO HUMANO CONSTITUÍDO NA LINGUAGEM. *Nadja Maria Vieira e Angelina Nunes Vasconcelos** (Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte – Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL).

Discute-se nesse estudo questões acerca da emergência e desenvolvimento do *self* dialógico relacionado com as produções de desenho infantil. Na literatura, as concepções de *self* dialógico fundamentam-se em pressupostos da Psicologia Cultural. Esta abordagem discorda de concepções que relacionam o *self* com processos essencialmente internos, defendendo a linguagem como função essencialmente social constitutiva do *self*. O interesse desse estudo é explorar possibilidades metodológicas para análise do desenvolvimento do *self*. Nessa perspectiva, destaca-se aqui, a produção do desenho infantil, como atividade potencialmente favorável a configuração de processos relacionados com a emergência do *self* dialógico. Isto porque, segundo a literatura, os primeiros desenhos infantis surgem como resultado de gestos manuais. O gesto constitui a primeira representação de significados no desenho infantil. Os rabiscos feitos no papel são nomeados a partir da relação entre os gestos e a produção gráfica. Mais tarde a representação gráfica começa a designar algum objeto. O desenho revela-se como uma atividade potencial para se observar o modo como a criança começa a produzir significados através de sua fala e gestos relacionados à sua produção gráfica. Nesse pensamento, o desenho e o *self* dialógico têm como base a linguagem verbal. Considerando essas observações, realizou-se um estudo de seis casos com o objetivo de analisar os processos emergentes na manifestação do *self* dialógico a partir da produção de desenhos infantis. Participaram dessa investigação seis crianças entre dois e três anos. A construção do material analisado foi realizada na casa de cada da criança com a autorização e supervisão dos pais. Lá, a pesquisadora solicitou às crianças que desenhassem. Depois de desenhar as crianças foram estimuladas a produzirem narrativas acerca dos desenhos produzidos. Todo procedimento foi videografado. Na análise micro-genética dos dados focalizou-se a produção de significados configurados na alternância de turnos entre a criança e a pesquisadora. Nos resultados destacou-se o papel da relação de alteridade na produção de significados acerca do desenho pela criança. Nesse contexto, observou-se que as crianças regularam seu próprio comportamento, suas ações e suas produções verbais a partir da interlocução com a pesquisadora. Isto é, a produção de significados pela criança esteve em constante transformação, sendo negociada a todo o momento. Foi possível observar que as crianças responderam a fala da pesquisadora, modificando seus desenhos e suas narrativas a partir da interação. Concluiu-se que a emergência do *self* dialógico nas produções do desenho infantil revelou a inter-constituição entre fala, ação e a regulação do ambiente, fenômeno essencial no desenvolvimento humano na perspectiva Psicologia Cultural. A relação de alteridade, isto é, o endereçamento das ações e da fala foi o aspecto fundamental para essa inter-constituição.

Palavras – Chave: Desenho Infantil; *Self* Dialógico; Linguagem
Trabalho de Conclusão de Curso

Código da Área: DES

TENSÃO E (RE)ELABORAÇÃO NA COMPREENSÃO DE REGRAS NO JOGO INFANTIL: REFLETINDO A RELAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO. *Nadja Maria Vieira e Renata Baraldi Sobral** (Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte – Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL).

Discutiu-se no presente aspectos no desenvolvimento cognitivo, considerando-se pressupostos da Psicologia Cultural. Pesquisadores fundamentados nessa abordagem observam que as regras aparecem como uma constante no brincar. Num primeiro momento aparecem ocultas, enquanto a situação imaginária aparece explícita. Conforme deixam de ser elemento oculto, as regras são indicadores de desenvolvimento. Refletindo-se essas observações, realizou-se uma pesquisa com o objetivo de analisar a relação entre o conhecimento de regras do jogo e o desenvolvimento cognitivo. Participaram dessa pesquisa doze crianças que conheciam as regras dos jogos escolhidos. As crianças foram divididas em dois grupos, seis com idade entre 4-5 anos (grupo 1) e seis com idade entre 7-8 anos (grupo 2). Os jogos foram definidos a partir de observações prévias da pesquisadora durante recreio na escola de sondagem com as professoras das crianças. Com relação ao grupo 1 escolheu-se o jogo de trilha; com o grupo 2, o jogo de dominó. Os dados foram situações gravadas em vídeos onde a pesquisadora quebrou regras quando jogava com uma criança durante três partidas. Também foi gravado um momento final concebido como conversa exploratória após as três partidas, quando a criança falou como foi o jogo. Nos resultados as reações das crianças dos dois grupos foram predominantemente verbais. Na análise dessas reações foram levantadas algumas categorias: Correção: Quando a criança retrocedeu a jogada; Aceitação: Embora estranhando a jogada a criança aceitou a situação de quebra de regra; Questionamento: Quando a criança expressou não ter certeza se a jogada que correspondia à situação de quebra de regra seria válida ou não; Explicação: Diante da situação da quebra de regra, a criança explicou como deveria ser a jogada e Incorporação: A criança aderiu à quebra de regra. Na disposição dessas categorias em um gráfico de barras foi possível observar que o grupo 1 revelou maior frequência na categoria de incorporação e o grupo 2 os maiores índices foram nas categorias de correção e explicação. Durante a conversa exploratória destacou-se uma tensão que fomentava (re) elaborações na significação das regras. Outro aspecto revelado na conversa exploratória foi a relação entre a fala, a ação e a reorganização do ambiente, tópico relevante na Psicologia Cultural. Foi concluído que a imaturidade no lidar com conceitos relacionados às regras do jogo traduziu-se nas atitudes de aceitação e incorporação das jogadas irregulares presentes nas situações de quebras de regras. Por outro lado, a habilidade com esses conceitos possibilitou que as crianças explicassem as regras em questão e corrigissem as jogadas incorretas, revelando-se como um aspecto do desenvolvimento cognitivo eminentemente envolvido no conhecimento de regras. A não incorporação das quebras de regras, reveladas pelas crianças do grupo 2 sugere que elas foram capazes de abstrair generalizações que normalizam ações apropriadas e inapropriadas. Além disso, a associação entre fala e ação revelada nas construções narrativas das crianças revelou-se como uma tendência na atividade do jogo por envolver tensão e conflito. Nessa associação a criança assegurava a mudança do ambiente conflitante. No presente, essas mudanças refletiram-se na revisão do significado das regras.

Pesquisa

Palavras – Chave: Regras do Jogo, Desenvolvimento Cognitivo, Psicologia Cultural.

Código da Área: DES

O QUE É A PRODUÇÃO DE SENTIDOS? UMA REFLEXÃO A PARTIR DA NARRATIVA DE CRIANÇAS SOBRE A ÁGUA. *Carine de Almeida Arruda Rhodes** e *Nadja Maria Vieira da Silva* (Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte – Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL).

A produção de sentidos, embora bastante focalizada na Psicologia Cultural e na Lingüística, não se configura como um consenso para os pesquisadores. O interesse desse estudo foi destacar aspectos na elaboração de procedimentos metodológicos adequados para a análise da natureza dinâmica, situada e intersubjetiva dos contextos da produção de sentidos. O principal fundamento para essa investigação foi a observação de que a produção de sentidos emerge em contextos de uso da linguagem. Dentro da literatura da Psicologia Cultural buscou-se apoio conceptual nos conceitos revelados por Bakhtin e reflexões de pesquisadores que nele se baseiam. Dos conceitos revelados por Bakhtin, focalizou-se neste estudo, a função do contexto, da alteridade e a ação axiológica, todos aspectos relacionados com o uso da linguagem, e, por conseguinte, implicados na produção de sentidos. Trata-se de uma análise de seis casos, com o objetivo de analisar a produção de sentidos de crianças na educação infantil e no ensino fundamental. Para promover um contexto que incentive os participantes ao uso da linguagem e produção de sentidos, trabalhou-se com o tema o “uso da água”, que também oportunizou, em segundo plano, uma reflexão acerca da urgência ecológica relacionada com o uso da água. Participaram desse estudo três crianças entre quatro e cinco anos matriculadas na educação infantil e três crianças entre nove e dez anos matriculadas no ensino fundamental. A metodologia consistiu das seguintes etapas: Inicialmente, sessões onde as crianças assistiam a um vídeo com o tema sobre a água. Posteriormente, para as crianças entre quatro e cinco anos, foi solicitado que produzissem um desenho sobre o filme e, em seguida, falassem sobre o desenho. Para as crianças entre nove e dez anos, solicitou-se que escrevessem um texto e produzissem desenho sobre o filme e, em seguida, também falassem sobre o desenho. Essas sessões foram filmadas e transcritas. Os resultados revelaram diferentes configurações da inter-relação entre os diferentes fatores envolvidos no contexto de investigação. Todas as crianças refletiram o conteúdo do filme no desenho, no texto escrito e nas narrativas orais. Além disso, observou-se que os desenhos das crianças com menos idade tenderam a se constituir por elementos isolados. Muitas vezes esses elementos, que pareciam rabiscos sem formas pré-definidas, passaram a ter um sentido, apenas a partir do momento em que foram apresentados para o pesquisador. Os desenhos das crianças com mais idades, tenderam a complementar ou continuar as narrativas escritas. Isto é, eles se constituíram como uma composição; figuras que se inter-relacionavam, como as palavras no texto escrito. Foi concluído que, para a análise da produção de sentidos faz-se necessário métodos que capturem a multidimensionalidade do fenômeno.

Palavras – Chave: Produção de Sentidos, Desenvolvimento Infantil, Cognição.

Trabalho de Conclusão de Curso

Código da Área: DES

SELF DIALÓGICO: NARRATIVAS E INTERAÇÃO NA PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO.

A CONSTRUÇÃO DO PROFESSOR DE ENSINO A DISTÂNCIA: *SELF*, DIALOGIA E CONHECIMENTO. *Fabricia Teixeira Borges (Universidade Tiradentes, Programa de Pós-graduação em Educação, Aracaju, SE), Amauri Nunes de Souza* e Marta Raquel Batista da Silva Rolemberg* (Universidade Tiradentes de Aracaju, SE)*

O papel do docente enquanto mediador tem passado por diversas mudanças e pelo que temos observado isto ainda em muito mudará. No EAD o papel do professor passa a ser redefinido a partir do uso de ambientes virtuais de aprendizagem. O objetivo deste trabalho é de descrever e analisar, através das narrativas das histórias de vida e atividades profissionais de professores que atuam no programa de educação a distância, os impactos que os significados do Ensino a distância trazem para a construção do *ser professor* e do si mesmo. Na universidade estudada os professores que atuam no EAD atuam também no presencial. Como seria esse caminho de transição (presencial/EAD) e quais os significados que vão sendo construídos durante este processo? Já existe uma postura enquanto professor presencial ela seria re-significada na atuação no EAD? Essas são algumas de muitas questões que norteiam nosso pensar ao falarmos de EAD. Para respondê-las, nos orientamos pela abordagem teórica da psicologia histórico-cultural, segundo a qual o ser humano é construído a partir de sua interação com o meio em que vive, transformando e sendo transformado por meio das relações e contextos de significações que norteiam sua história. Neste sentido, enfocamos dois aspectos investigativos: quais os significados construídos por estes profissionais e como a interação contribuem para a construção de si mesmo, entendendo a partir da teoria do *self* dialógico. Com base nessa perspectiva realizamos entrevistas narrativas e de história de vida com 6 (professores) que atuam no EAD de uma universidade de Sergipe, todas as entrevistas foram gravadas e tiveram duração média de 20 minutos. A quantidade de entrevistas realizadas por professor variou de 1 (um) a 3 (três). A partir das transcrições (todas as entrevistas foram transcritas na íntegra) foram verificados os temas e subtemas desenvolvidos nos turnos de fala, feito isso foram construídos os mapas de significados das entrevistas de cada professor, por meio do qual analisamos os significados presentes nas entrevistas e as relações de sentidos expressos na narrativa. Os entrevistados afirmam que no contexto de EAD exige-se um esforço muito maior por parte do professor em criar instrumentos e mecanismos de motivação para os alunos, bem como desenvolver nestes a autodisciplina e autonomia. Nesta pesquisa tivemos a oportunidade de desmistificar alguns “mitos” em relação ao sistema de EAD, que é um processo de ensino aprendizagem diferente porém, com dinâmicas diferenciadas, quando comparado ao presencial e também de entender como o processo de formação destas pessoas colaboram para sua construção dialógica.

Agência Financiadora: FAPITEC-SE – Fundação de Apoio à pesquisa e à inovação Tecnológica do Estado de Sergipe através de bolsa de iniciação científica.

Palavras-chaves: Formação de professores, Educação à distância, *self* dialógico

Nível do Trabalho: D, IC

Código da Pesquisa: ESC e DES

SELF DIALÓGICO, IDENTIFICAÇÃO E NARRATIVA DE MULHERES. *Juliana Eugênia Caixeta (Faculdade UnB Planaltina, Planaltina, DF)*

A psicologia cultural compreende que os processos psicológicos são construídos no processo de mediação eu-outro, eu-mundo, propiciados pela cultura. Nesse contexto, o self dialógico e os processos de identificação só podem ser compreendidos à luz das interações sociais, que oportunizam a construção da pessoa em seus diversos posicionamentos. Assim, temos que o self dialógico é o conjunto de identificações que a pessoa constrói nas diversas relações sociais e as identificações, por sua vez, dizem respeito aos posicionamentos que a pessoa ocupa no momento da interação sócio-comunicativa e que marca quem eu sou e quem é o outro. Nesse contexto, a linguagem tem a função de mediadora das interações sociais e, portanto, das construções identitárias. Nesse trabalho, nosso objetivo foi identificar os posicionamentos que compunham a identificação feminina. Para isso, usamos as narrativas por serem um gênero discursivo privilegiado na organização das vivências humanas. O estudo foi desenvolvido com 12 mulheres, alunas de um curso de alfabetização para adultos, de uma cidade satélite do Distrito Federal. As mulheres tinham idade entre 45 e 74 anos. Os dados foram construídos, em sala de aula, durante treze sessões semanais, em que foram desenvolvidas oficinas pedagógicas sobre o tema mulher em que as alunas eram incentivadas a falar sobre si como mulheres e sobre as ideias que tinham sobre a temática. Cada oficina tinha a duração aproximada de uma hora e meia, totalizando 12 horas de gravação em áudio. A análise temática dialógica possibilitou a construção de um modelo de identificação feminina, composto por seis posicionamentos distintos, mas interligados, que foram construídos e assumidos por estas mulheres, nas diversas interações sociais que tiveram ao longo das suas histórias e ao longo do processo de construção de dados. Os posicionamentos foram: esposa, dona-de-casa, mãe/avó, filha, velha e funcionária, onde existe uma forma de execução para cada posicionamento bem como conseqüências para cada um deles e para o conjunto deles, sendo a maior consequência dos posicionamentos femininos o cansaço. As narrativas tecidas pelas mulheres entrevistadas sintetizaram a história vivida pela mulher ocidental e brasileira ao longo do tempo. O fato de serem cuidadeiras de tudo e de todos no espaço doméstico, evidenciado pelos posicionamentos de mãe/avó, esposa, dona-de-casa, mostra a força do discurso social. Por outro lado, elas também apontaram as tensões presentes na identificação feminina, no momento em que teceram o envelhecimento como uma saída para os posicionamentos tradicionalmente assumidos por elas. Posicionar-se como mulher velha trouxe uma alternativa para o processo de identificação feminina e para novas possibilidades de atuação na sociedade.

Palavras-chaves: identificação feminina, self dialógico, narrativa

Nível do trabalho: M e D

Código da Pesquisa: DES

CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: PENSANDO A FORMAÇÃO DO PROFESSOR. *Gabriela Sousa de Melo Mieto, (Secretaria de Educação do Distrito Federal/Universidade de Brasília, Brasília, DF)*

Na perspectiva dialógica a construção de significados resulta da oposição entre a construção histórico-coletiva e a construção individual dos significados. Esse jogo individual-coletivo se faz presente na construção da pessoa por meio dos posicionamentos que ela assume e constrói nas diversas interações sociais, ao qual denominamos self-dialógico. Nessas interações, a pessoa constrói significados sobre si e sobre os fenômenos da vida. Assim, o processo de formação de significados inclui a experiência e sua interpretação: o significado e está sempre encarnado nos atos de significação, indissociáveis do seu agente. Partindo desses pressupostos, o objetivo desta pesquisa foi conhecer os significados construídos por professores do ensino fundamental sobre o processo de inclusão de crianças com deficiência intelectual. Isto porque entendemos o self dialógico como o fenômeno dinâmico no qual o EU assume diferentes posições no espaço de interlocução. Para a construção de dados, realizamos diversos procedimentos para reunir um conjunto de informações que nos permitisse observar a construção de significados das pessoas envolvidas no processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual sobre esse processo educacional. Para tanto, realizamos entrevistas individuais e em grupo com professores, versando sobre temas como educação especial, deficiência intelectual e práticas educacionais em salas de aula inclusivas; observações de atividades de sala de aula e de sessões de brincadeira livre no contexto escolar; grupo focal com as crianças; entrevistas com profissionais de apoio e pais ou responsáveis de alunos. Os resultados evidenciaram que há um discurso social sobre as práticas educacionais inclusivas na atualidade, que vem sendo incorporado ao discurso dos profissionais que atuam nessa área. Esse discurso relaciona-se, por exemplo, à familiarização com as principais características de algumas síndromes, ao reconhecimento de alguns eventos e documentos políticos internacionais sobre essa prática e à divulgação sobre o respeito e valorização do aluno especial. Embora esse discurso social pareça modificar aos poucos o que está sendo defendido sobre a educação inclusiva, ainda não observamos modificações qualitativamente significantes na realização dessas práticas educacionais. Muitas vezes o planejamento pedagógico se limita à elaboração e confecção de materiais didáticos, sem o planejamento específico para o contexto do aluno incluído, sem considerar, por exemplo, possíveis adaptações curriculares. Sobre a formação continuada na docência, os professores se posicionaram sobre a insuficiência dos cursos no que tange à relação teoria-prática. Isso nos remete à importância de imprimir à formação do professor novos significados para as teorias apresentadas, de tal forma que ele possa utilizar o corpo teórico em questão como verdadeira ferramenta de trabalho, se possível, a partir da reflexão sobre a sua prática profissional, transformando-a sempre que necessário.

Financiamento: CAPES/Brasil-DGU/Espanha 154 /08 e Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal (SEEDDF, Brasil)

Palavras-chaves: dialogismo, inclusão, formação de professores

Nível do trabalho: D

Código da Pesquisa: ESC e DES

A RELAÇÃO TRABALHO-ESCOLA NA NARRATIVA DE JOVENS: UM ESTUDO SOBRE SIGNIFICADOS E POSICIONAMENTOS NA TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA. *Ana Paula Carlucci (Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento/Universidade de Brasília, Brasília/DF) e Silviane Bonaccorsi Barbato (Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento/Universidade de Brasília/Brasília/DF)*

Nesta sessão, discutiremos a transição para a vida adulta de quatro estudantes da EJA no período noturno, em que suas vidas são impactadas pelo interjogo entre trabalho-escola. Entendemos a transição como um processo das relações dialéticas do jovem com o meio, marcado pelos embates de conflitos críticos entre os modelos pessoais já existentes e as novas informações presentes nos cenários nos quais o jovem participa e pela negociação, re-significação e transformação desses momentos. Nessa tensão, a produção de significados e os posicionamentos são impactados e construídos na dialogia pelo o que é ideologicamente compartilhado no contexto sociocultural e pela emoção, possibilitando o direcionamento para o futuro. O si-mesmo é interpretado como construído por vários posicionamentos que se transformam nas mudanças de tempo e espaço. Os posicionamentos são entendidos como um processo de discurso no qual o si-mesmo se localiza na relação dialógica concreta. Nesse processo, a memória autobiográfica está sujeita a uma contínua re-construção entre os membros do grupo que têm que negociar os seus aspectos memoráveis, seus significados e o futuro. Dessa forma, o processo de desenvolvimento é visto como dinâmico, complexo e sistêmico. Pelo exposto, o trabalho teve como objetivo analisar a produção de significados e os posicionamentos dos jovens que trabalham durante o dia e estudam à noite no Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos, de uma escola pública do Distrito Federal, por meio dos significados construídos nas narrativas e argumentações mediadas pela escrita, oralidade e imagens fotográficas. Para tanto, participaram do trabalho quatro jovens em transição para a vida adulta. Como procedimentos, utilizamos: entrevista de história de vida semi-estruturada; entrevista episódica com mediação de objeto; entrevista de completar as frases; entrevista da linha do tempo; entrevista mediada por imagens. E a análise temática dialógica aplicada à Psicologia, onde as entrevistas foram transcritas, lidas e relidas várias vezes para a realização da análise temática, que corresponde a uma construção de um referencial de codificação, tendo as enunciações como unidade de análise. Os resultados indicaram três temas centrais que se inter-relacionam: independência; emprego bom; e vida dura. Além disso, podemos notar a tensão a todo o momento entre o si-mesmo e o coletivo na construção de significados e posicionamentos dos participantes em relação ao trabalho, à escola e à vida. No interjogo entre trabalho-escola, o momento de transição foi marcado pelos embates críticos, a negociação e a transformação entre o passado (eu - estudante, o eu - criança, eu - dependente, eu - curtição, eu - feliz), o presente (eu - trabalhador, eu - estudante, eu - responsável, eu - sofredor, eu - independente) e o futuro (eu - trabalhador, eu - independente, eu - autônomo, eu - incluído na sociedade, eu - feliz).

Este artigo recebeu fomento do CNPq, via bolsa n. 134091/2007-8, e o apoio de equipamento da Funpe/2006, DDP/UnB, que possibilitaram o acesso aos aparelhos digitais que viabilizaram a gravação das entrevistas para a análise e materiais de consumo. Recebeu também apoio da FINATEC, FUNPE/UnB e da CAPES por meio de bolsa de Pós-Doutorado para a segunda autora e do fomento para o Projeto “Memória, Identidade e Cultura Cidadã” do Intercâmbio Internacional CAPES-DGU LABMIS/IP/UnB e Autónoma de Madrid, Espanha.

Palavras-chave: jovem, narrativa, posicionamentos.
Nível do trabalho: Mestrado – M

A INTERAÇÃO NA UNIVERSIDADE, SELF DIALÓGICO E CONHECIMENTO. *Andreza Conceição de Souza** (Universidade Tiradentes- UNIT- Aracaju- SE) e *Geisa Nunes de Souza Mozzer* (Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO).

A construção do conhecimento por parte dos alunos do ensino superior envolve tanto sua história acadêmica nestes contextos e em outros anteriores, assim como acreditamos que os contextos acadêmicos não só se referem às salas de aulas ou à interação professor-aluno; mas englobam uma série de ambientes e atividades que fogem do olhar do professor e da sala de aula. E, ainda que o espaço formal da universidade seja o lugar primordial dos conceitos científicos eles se reorganizam e se tecem junto aos conceitos espontâneos que acontecem nas diversas situações interativas vivenciadas neste ambiente. Nos espaços de convívio, o aluno confronta com novas experiências e "visões" de mundo, constroem novos quadros de referências e paradigmas, permeados de novos sentidos. Ao mesmo tempo, as conversas de grupos nos espaços de convívio, constituem espaços intersubjetivos criativos que possibilita aos participantes, trabalhar internamente sobre o sentido, tanto das teorias e experiências de aprendizagem, quanto das realidades experimentadas por cada um em particular e, pelo grupo no seu conjunto. Este trabalho tem como objetivo principal descrever e analisar os impactos que os significados construídos a partir da entrada na universidade trazem para a construção de ser e agir dos alunos entrevistados. A construção dos dados foi feito por meio de entrevistas de grupo focais que se encontravam em alguma atividade interativa (estudo, lanche, conversas diversas, dentre outras) nos espaços não formais (mini-shopping, jardins, espaço de convivência) de uma Universidade particular de Sergipe. Neste estudo, utilizamos a metodologia qualitativa para a construção dos dados, baseada nos pressupostos teóricos da psicologia cultural e do dialogismo, envolvendo os processos de construção do conhecimento, histórias de vida, narrativas, relação do pensamento e da linguagem, usando as entrevistas com os grupos como dados. Foram participantes do estudo os grupos que se encontravam em interação nos ambientes não formais da Universidade. Encontramos como resultados que por se encontrar dentro do Universo da Faculdade, o lugar e os contextos orientam o agir e as conversas dos participantes, desta forma, organiza as amizades e o processo dialógico que é construído a partir dos significados do estar ali, permeados pelas ideologias produzidas pelos conhecimentos científicos, contribuindo para a construção de si mesmo. Podemos dizer que não só o que é transmitido enquanto informação na sala de aula se torna o mediador das relações com o espaço e com as outras pessoas nesses ambientes, mas toda a produção cultural e ideológica que permeiam tanto neste contexto quanto nas pessoas que circulam por ali. É, principalmente, um lugar de encontro com as histórias que se constroem e se contam no e deste espaço amplo de significados e conhecimentos.

Financiamento: este trabalho é resultado do projeto "A construção do conhecimento mediada pelos grupos nos espaços não-formais da Universidade", financiada pelo Cnpq, através do Edital MCT/CNPq 14/2009 – Universal e bolsa Cnpq de Iniciação científica.

Palavras chaves: universidade, conhecimento, *self* dialógico.

Nível do trabalho: D, IC.

Código da Pesquisa: DES e ESC

ADOLESCÊNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE PSICOLÓGICA, SOCIAL E CULTURAL.

ADOLESCÊNCIA E VIOLÊNCIA NA ESCOLA: ASPECTOS SOCIAIS E PSICOLÓGICOS. *Karina Soledad Maldonado Molina Pagnez, Karina Borges e João Vitor Guedes (Universidade Braz Cubas, Programa de Mestrado em Semiótica Tecnologia da Informação e Educação, Mogi das Cruzes - SP)*

A questão da violência juvenil possui múltiplas interfaces, e engloba questões de gênero, classes, etnias, culturas e até mesmo auto-agressão. Seus efeitos são muitas vezes irreparáveis, afetando o desenvolvimento físico e psíquico e acarretando danos biológicos, psicológicos, pessoais e interpessoais. Os quadros de violência envolvendo adolescentes tem sido crescentes e alarmantes, o que torna necessário o estudo e investigação para que se elaborem e implantem políticas públicas que possam modificar a situação em que nos encontramos atualmente. Faz-se necessário também acolher, direcionar e valorizar a juventude dando-lhes autonomia os orientando para que assumam seus próprios papéis. A amplitude dimensional da juventude abrange transformações biológicas, subjetivas e coletivas, ressaltando que as ações educativas, éticas e orientadoras, a autonomia e orientação do adolescente podem ser de grande valia na transformação dos comportamentos violentos. Tais modificações internas e externas são de cunho renovador e motivador, servindo muitas vezes de modelo para outros jovens. Como ator principal, o jovem torna-se mediador e, muitas vezes, modificador de suas relações afetivas, familiares e sociais. Torna-se capaz de integrar, transformar, agir e refletir diante de outros jovens e da sociedade, favorecendo seu desenvolvimento e dos demais. Os jovens, segundo suas características e experiências pessoais, apresentam determinadas condutas reativas que podem gerar neles sentimentos de impotência e que podem ser interpretados pelos professores como inutilidade, portanto, a compreensão de um mesmo episódio pode ser diferente, por parte dos jovens ou dos professores/adulto. Este olhar é proposto por Jean-François Blin em relação as perturbações escolares a partir do paradigma da violência, o trabalho deste autor fundamenta a pesquisa realizada. Este estudo quantitativo exploratório propõe uma análise do fenômeno da violência a partir do olhar dos profissionais da educação e dos alunos, por meio de dois instrumentos, que categorizam as modalidades de violência a partir da definição proposta por Blin: violência simbólica, incivilidade ou delitos e violências físicas, dentro destas grandes categorias temos sub-categorias. A coleta de dados ocorreu em seis escolas estaduais do município de Mogi das Cruzes, essa amostra foi proposta pela diretoria de ensino da cidade, a fim de mapear as diferentes regiões do município, além de duas escolas da zona rural. Os resultados obtidos nesta investigação apresentam uma configuração próxima da análise de Blin(2005), em que foram organizadas hierarquicamente: Violência Simbólica, Incivilidades e Violência Física. Nesta investigação, temos entre os alunos a Violência Simbólica com maior incidência seguida pelas Incivilidades e finalmente a Violência Física, o que valida a hierarquia proposta por Blin(2005). Quanto aos professores, temos uma inversão dos dados de Blin(2005), pois as Incivilidades foram observadas em número maior que a Violência Simbólica. A ação preventiva é determinada pelo conjunto de conhecimentos multifatoriais, necessitando de múltiplos serviços, como saúde mental, justiça da infância e adolescência, educação especial e programas sociais. Tais técnicas e práticas são utilizadas no planejamento e execução, entendendo que tais problemáticas são conseqüências da não-adaptação ou do desajustamento e que o equilíbrio de forças leva

a possíveis resoluções na adaptação, comunicação e interação entre os atores na instituição de ensino.

Bolsa de Iniciação Científica Universidade Braz Cubas

Palavras-chave: Adolescência, Desenvolvimento Infanto-Juvenil, Violência na escola

Iniciação Científica

Pesquisador – P

ESC

A NOÇÃO DO RISCO NA CONTEMPORANEIDADE E TRANSIÇÕES PARA A VIDA ADULTA: UM ESTUDO COM JOVENS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS. *Patrícia Junqueira Grandino (Docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH-USP)*

Práticas de risco na juventude, como consumo imoderado de álcool e drogas ilícitas, além de práticas relacionadas à sexualidade, têm interessado a diversas áreas do conhecimento. Entretanto, cabe destacar que a contemporaneidade revela-se ambivalente em relação aos jovens, enaltecendo alguns de seus atributos, mas mostrando-se cruel no que diz respeito ao asseguramento das condições de inserção na sociedade adulta e bastante severa no ajuizamento das condutas transgressivas dos jovens. Essa ambivalência suscita questionamentos sobre as lógicas que atuam no tecido social e é importante identificar as condições de transição para a vida adulta e os desafios colocados para cada sujeito nessa perspectiva, tendo em conta não apenas uma análise minuciosa das lógicas que operam nesse tempo histórico, mas o questionamento de alguns aspectos singulares da experiência juvenil. Acreditamos que, olhando pelo avesso, a investigação sobre os sentidos atribuídos às práticas de risco assumidas pelos jovens permite avançar não apenas na compreensão dos problemas enfrentados, mas na possibilidade de propor um além aos projetos socioeducativos e de formação em nossa sociedade. Considerando a noção do risco como possibilidade humana de pensar o futuro como algo a seu alcance, reconhecemos que na atualidade ele pode ser percebido tanto como noção que congrega valores de audácia, de desafio e ampliação de conquistas; como também um eixo de contenção, que apela à adesão às normas vigentes e está presente como ameaça nos imperativos moralizadores dos discursos sociais. P E Ss jSvens, pSde g nh E cSndiçãS de SEláliS: busc de signific dS p E vid nS enffEnt mentS d mSHe. Nossa apresentação sustenta-se na análise preliminar dos resultados de uma pesquisa que coordenamos sobre eventuais conexões entre adesão a práticas de risco e as condições de transição para a vida adulta entre jovens universitários brasileiros. O indicador mais cruel desse paradoxo está nos dados relativos aos óbitos: a violência é a principal causa de morte entre os 15 e 24 anos. Por outro lado, a participação dessa população como autores de homicídios dolosos é de cerca de 1,00% (um por cento) do total dessa modalidade de crime registrada no Estado de São Paulo, entre janeiro e outubro de 2003 (GRANDINO, 2006). Mesmo diante da imensa disparidade desses números, a juventude continua alvo dos discursos vingativos da sociedade – como atestam as campanhas pela redução da idade penal - que sugerem ser os jovens os responsáveis pela violência urbana crescente nas grandes cidades brasileiras. Os dados da pesquisa foram discutidos durante estágio de pós-doutorado, por meio de bolsa concedida pela Fundação Carolina, em parceria com o grupo de pesquisa coordenado pelo Dr. D. Francisco Revuelta Pérez, da Universidad de Huelva, Espanha.

Palavras-chave: juventude, transição para a vida adulta, noção de risco
Pesquisador – P

ESC

A RELAÇÃO ENTRE PROFESSORES DE ARTE E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE ESTADUAL PAULISTA. *Francisco Carlos Franco*
(Universidade Braz Cubas, Programa de Mestrado em *Semiótica Tecnologia da Informação e Educação, Mogi das Cruzes - SP*)

Este trabalho é parte de uma pesquisa qualitativa que investigou os sentimentos e emoções de professores de Arte, priorizando a dimensão afetiva e as mudanças nas relações entre professores e alunos. Na abordagem qualitativa de pesquisa, foi utilizada a entrevista semi-estruturada. Participaram deste estudo oito docentes que atuam com adolescentes que estudam no segundo ciclo do ensino fundamental na rede estadual paulista de ensino. As questões norteadoras da entrevista procuraram garantir o objetivo central do estudo, ou seja, os dados mais significativos da vivência dos docentes frente às mudanças nas relações interpessoais com os adolescentes no contexto escolar. Na relação com os alunos, os professores demonstraram uma postura de aproximação para com os jovens com que trabalham, entretanto fazem críticas e comentários às situações de violência na escola e de indisciplina, fatores que desencadeiam sentimentos de insegurança e insatisfação, mostram-se amedrontados e despreparados para enfrentarem este tipo de situação, salvo algumas exceções. Ao mesmo tempo em que demonstram a falta de habilidade para conviver com situações de violência e indisciplina, os professores têm uma postura de respeito para com os estudantes, o que foi constatado a partir dos relatos de situações que revelam atitudes de empatia, diálogo, parceria, entre outros posicionamentos. Revela-se assim, uma relação humanizada e educadora, pois contempla o desenvolvimento dos alunos em dimensões que transcendem o aspecto cognitivo, atendendo também suas necessidades afetivas, postura esta pautada em valores éticos e morais que permeiam as relações entre as pessoas. É importante destacar que essa aproximação de alguns professores com os alunos não se manifestou por meio de atitudes de convivência e de aceitação de comportamentos inadequados, pelo contrário, esta relação se mostrou orientada por um viés educativo, reflexivo, perante as posturas impróprias dos alunos. Também relevante é constatar que esse posicionamento em abordar a formação moral e ética dos alunos não fez com que os professores se distanciassem de seu papel principal de trabalhar a Arte em sala de aula, percebe-se que as duas dimensões foram contempladas de forma concomitante.

Palavras-chave: Adolescência, Relação professor-aluno, Ensino de Arte.

ESC

PROJETOS DE VIDA E ADOLESCÊNCIA. *Ana Maria Klein (Universidade de São Paulo – São Paulo)*

Falar sobre jovens adolescentes na sociedade atual implica na consideração de um mundo onde pouco ou quase nada está pré-determinado. Tradicionalmente considera-se que a transição para a vida adulta culmina com a saída da casa dos pais, o casamento e a entrada para o mercado de trabalho. Entre o início do século XX até final dos anos 1970 estas transições tendiam a acontecer para a grande maioria das pessoas em uma idade previsível. Nas sociedades ocidentais contemporâneas convivemos com as incertezas e as possibilidades advindas das transformações mundiais que se refletem nas mais diferentes ordens da vida cotidiana. Para os jovens adolescentes esta incerteza e multiplicidade de oportunidades são fatores extremamente importantes, pois afetam seus planos e projetos futuros. Algumas pesquisas recentes sobre sonhos e projetos vitais de jovens nos fornecem elementos para refletir sobre a importância de metas que orientam a vida dos indivíduos. Partimos do pressuposto de que projetos que orientam a vida das pessoas são elementos centrais à nossa humanidade. Acreditamos que um dos traços característicos do ser humano é a sua capacidade em traçar planos e escolher seus caminhos. Sob o ponto de vista do indivíduo, a capacidade de identificar e levar adiante projetos contribui para a satisfação pessoal e pode até ser associada ao bem estar físico. O presente estudo adota uma visão positiva da juventude, uma vez que não nos deteremos nos problemas relacionados a esta fase da vida, e sim na reflexão sobre projetos vitais e como estes podem contribuir para a realização do jovem e para a sua inserção na sociedade. Os resultados nos permitem afirmar que para os participantes os projetos de suas vidas mais importantes são *concluir uma faculdade* (23%), *ter uma boa carreira profissional* (14%) e *ganhar dinheiro* (11%), conquistar o respeito dos outros (5%), Ser bem sucedido (3%) . Todos estes projetos encontram-se na categoria econômicos, reunindo 56% dos participantes. Os projetos *divertir-me* (5%) e *viver a vida ao máximo* (8%) encontram-se na categoria hedonistas, pois relacionam-se ao próprio prazer. Ambas as categorias, econômicos (56%) e hedonistas (13%), reúnem projetos que têm como foco o auto-interesse e juntas reúnem 69% dos participantes. No grupo que reúne projetos que transcendem o auto-interesse destacam-se *servir a Deus* (12%), um projeto de natureza religiosa. Destacamos ainda os projetos de natureza social, como *fazer um mundo melhor* (5%), *cumprir minhas obrigações* (3%), *lutar contra as desigualdades* (3%), *fazer as coisas de forma correta* (5%), a soma de todos os percentuais relacionados aos projetos sociais nos leva a 16% dos participantes. Por fim, temos os projetos relacionados à família, *ajudar a minha família e amigos* (3%). Juntos estes projetos que transcendem o auto-interesse reúnem 31% dos participantes. Dentre as dezessete opções de projetos apresentados aos sujeitos cinco deles não foram escolhidos: *criar coisas novas*; *descobrir coisas novas*; *ajudar aos outros* e *mudar o jeito das pessoas pensarem*. O desenvolvimento positivo da juventude é uma nova abordagem que se desenvolve de forma afirmativa, concebendo os jovens como recursos e não como problemas para a sociedade.

Palavras-chave: Adolescentes, projetos de vida, psicologia positiva

Pesquisador – P

ESC

PAPEL DO CONHECIMENTO EM ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO PARA FORMULAÇÃO DE OBJETIVOS DE ENSINO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PSICOLOGIA: CONCEITOS E EQUÍVOCOS.

EXPRESSÕES VAGAS E AMBÍGUAS E DECLARAÇÕES DE INTENÇÃO APRESENTADAS COMO OBJETIVOS DE ENSINO COMO UM PROBLEMA PARA A FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO. *Junior Vicente Franken (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS) e Sílvia Paulo Botomé** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC).*

As relações entre conhecimento, objetivos de ensino e comportamentos profissionais a serem apresentados pelos profissionais de um campo de atuação de forma a garantir que resolvam ou diminuam os problemas relacionados a fenômenos e processos psicológicos de uma organização onde atuará o psicólogo ainda são um problema no ensino superior. As aprendizagens que serão realizadas durante a formação acadêmica do psicólogo organizacional e do trabalho precisam estar orientadas por objetivos formulados de maneira clara e precisa, que conduzam efetivamente o futuro profissional para aquilo que está sendo definido como proposta do curso e para uma efetiva contribuição social da profissão. Muitos verbos empregados em objetivos nos planos de ensino de psicologia, apesar de definirem uma ação, não caracterizam uma relação que o futuro profissional deverá apresentar em seu ambiente de trabalho como resultado do processo de ensino que recebeu na universidade. Muitos desses verbos são polissêmicos e podem ser usados de diferentes formas, dependendo das circunstâncias. Outros ainda fazem referências a metáforas ou analogias que também não explicitam aquilo que efetivamente precisa ser feito. Formular um objetivo de ensino exige selecionar verbos que nomeiem adequadamente as interações que o aluno deverá desenvolver no seu ambiente como profissional. Para verificar se e quanto isso acontece foram examinados planos de ensino de disciplinas relacionadas à formação do psicólogo organizacional e do trabalho em três universidades do Estado de Santa Catarina, sendo duas delas públicas não gratuitas, e a outra, pública e gratuita. Dentro dos critérios estabelecidos, foram identificadas 14 disciplinas que apresentavam 179 unidades, sendo que 37% desse total correspondem a expressões vagas ou ambíguas; 16% correspondem a declarações de intenção dos professores sem explicitar a aprendizagem dos alunos. A principal característica de expressões vagas e ambíguas, assim como de declarações de intenção dos professores, são verbos que não revelam interações que o futuro psicólogo organizacional e do trabalho deverá apresentar no seu ambiente profissional. Por meio dos resultados obtidos, foi possível avaliar que os “objetivos de ensino” analisados não explicitam aquilo que o futuro profissional deverá realizar depois de formado, ignorando uma produção de conhecimento científico existente sobre formulação de objetivos de ensino. Os dados possibilitam avaliar que ainda há distorções no uso do conhecimento e indicam que pode ser útil aos profissionais responsáveis pela formação de psicólogos avaliarem a importância da formulação de objetivos de ensino se orientarem pelos comportamentos profissionais socialmente significativos que caracterizam o trabalho do psicólogo organizacional e do trabalho. As decorrências desses tipos de expressões como objetivos de ensino para a formação do psicólogo organizacional e do trabalho podem ter muitas conseqüências negativas para o projeto do curso, para o próprio campo de atuação em organizações e principalmente para a

sociedade e organizações de trabalho que dependerão dos serviços realizados por egressos desses cursos.

Palavras-chave: Objetivos de ensino. Formação de psicólogo. Psicologia organizacional
Mestrado - M.

** Pesquisador do CNPq.

Código de área: FORM - Formação em Psicologia

CLASSES DE COMPORTAMENTOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO DERIVADAS A PARTIR DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA E DA FORMAÇÃO DESSE PROFISSIONAL. *Nádia Kienen (Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, SC), Juliane Viecili (Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, SC), Sílvio Paulo Botomé* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC) e Olga Mitsue Kubo (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC)*

O ensino de graduação em Psicologia tem como base norteadora da formação profissional as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia (DCNP). Nessas diretrizes, há ênfase em comportamentos profissionais ou competências a serem desenvolvidas pelos psicólogos e não mais em “conteúdos” ou informações, tal como ocorria no Currículo Mínimo. A mudança do foco de ensino de “conteúdos” ou informações para comportamentos que precisam ser desenvolvidos pelos futuros profissionais sugere o desenvolvimento de uma nova forma de ensinar a ser adotada por aqueles responsáveis pelo ensino superior de graduação no país a fim de constituírem um repertório capaz de tornar eficaz a atuação desses futuros profissionais (por isso a denominação de “competências” a esses comportamentos). As diretrizes curriculares parecem facilitar essa transformação. No entanto, é preciso estudar de modo mais sistemático as proposições das diretrizes a fim de identificar os aspectos que efetivamente contribuem para essa transformação e aqueles que eventualmente ainda dificultam a execução desse tipo de ensino. Para orientar um exame das proposições presentes nas diretrizes curriculares para a formação do psicólogo, parece útil investigar: “quais comportamentos constituem o sistema de relações entre o profissional e a sociedade como papel próprio e específico desse profissional?” Para respondê-la, foram derivadas classes de comportamentos profissionais que caracterizam a intervenção do psicólogo a partir das sentenças gramaticais constantes nas DCNP. Essa derivação teve como base o conceito de comportamento compreendido como um sistema de relações entre as situações com as quais o futuro profissional irá se deparar depois de formado, as ações que ele terá que apresentar e os resultados que terá que produzir a partir dessas ações. Posteriormente, essas classes de comportamentos foram sistematizadas num diagrama de decomposição de acordo de seus graus de abrangência. A partir das sentenças derivadas, foram identificadas 225 classes de comportamentos profissionais do psicólogo com diferentes graus de abrangência, decompostos de sete classes de comportamentos gerais: 1) projetar intervenções sobre fenômenos e processos psicológicos, de acordo com características da população-alvo; 2) intervir sobre necessidades sociais relacionadas a fenômenos e processos psicológicos; 3) intervir sobre fenômenos e processos psicológicos em diferentes contextos profissionais; 4) comunicar descobertas feitas a partir de intervenções profissionais sobre fenômenos e processos psicológicos em público; 5) intervir indiretamente por meio de ensino sobre fenômenos e processos psicológicos; 6) intervir indiretamente por meio de pesquisa sobre fenômenos e processos psicológicos e 7) empreender. A distribuição das classes de comportamentos identificadas nas DCNP é pouco homogênea na explicitação dos comportamentos e há prevalência de classes de comportamentos relativas a instrumentos e conhecimentos, o que ainda parece denotar uma formação com ênfase em informações e uso de técnicas. Embora haja limitação à indicação de classes de comportamentos específicas, nas Diretrizes Curriculares é possível identificar avanços com relação ao Currículo Mínimo, haja vista que as próprias técnicas e conhecimentos

já passam a ser explicitadas (mesmo que ainda não de forma sistêmica) como classes de comportamentos profissionais do psicólogo (ou competências próprias desse profissional) e não mais como “conteúdos”.

Palavras-chave: formação do psicólogo; diretrizes curriculares; comportamentos profissionais.

Doutorado – D.

* Pesquisador do CNPq

Código de área: FORM - Formação em Psicologia

ANÁLISE DE OBJETIVOS DE ENSINO COMO MEIO PARA CARACTERIZAR PARTE DA FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS PARA ATUAR NO SUBCAMPO SAÚDE DO TRABALHADOR. *Patrícia Consuelo Silveira Tosi** (Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC) e *Sílvio Paulo Botomé*** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC).

Qual é a função de um objetivo de ensino no processo de ensinar? Qual é a relação entre objetivo de ensino e comportamento de docentes de cursos de Psicologia? Os objetivos de ensino explicitam aquilo o que os futuros profissionais devem estar aptos a realizar ou sejam capazes de fazer em relação à realidade em que atuarão, delineando, já durante o ensino, os processos a serem realizados pelos profissionais no exercício de seu trabalho. São os objetivos de ensino que orientarão os professores a desenvolverem de maneira eficaz os comportamentos profissionais (aprendizagens) nos alunos. Por isso, a importância de propor as aprendizagens (objetivos) de maneira precisa. Identificar as características dos objetivos de ensino propostos por professores de Psicologia que lecionam disciplinas as quais apresentam em seu nome relação entre saúde e trabalho e relação com o campo do conhecimento Psicologia Organizacional e do Trabalho possibilita caracterizar em parte a formação dos psicólogos para atuarem no subcampo Saúde do Trabalhador. Informações sobre o que os professores propõem ensinar podem explicitar os comportamentos profissionais que os aprendizes precisarão ser capazes de fazer como profissionais na circunstâncias em que atuarão, como também explicitar de que maneira os futuros psicólogos de uma determinada região do país estão sendo capacitados. Do total de 241 unidades de objetivos de ensino examinadas – em cinco cursos de Psicologia do estado de Santa Catarina –, 221 (91,7%) caracterizam-se por serem “falsos objetivos de ensino” (“declarações de intenção”, “atividades ou ações de professores”, “atividades ou atuações escolares dos alunos”, “expressões ambíguas”, “expressões vagas ou genéricas”) e somente 20 (8,3%) apresentam formulações que podem ser consideradas “possíveis comportamentos-objetivos”. A análise dos dados permitiu descobrir que: a) os professores – autores dos objetivos – não explicitam o que o aluno – futuro profissional – precisa estar apto a realizar no exercício profissional; b) os professores cometem equívocos conceituais em relação ao conceito de objetivo de ensino e sua função no processo de ensinar e aprender; c) as palavras que compõem os objetivos de ensino se caracterizam pela vaguidade, generalidade e imprecisão; d) pela natureza dos erros identificados nas sentenças, os professores desconhecem algumas regras gramaticais; e) a ausência de clareza dos objetivos de ensino impossibilita identificar comportamentos profissionais caracterizadores do subcampo Saúde do Trabalhador, como também identificar aspectos nucleares, considerados importantes pelos profissionais dos cursos de Psicologia, que orientam a formação profissional de psicólogos a intervir na relação entre condições de saúde do trabalhador e as situações em que ele trabalha. Os dados mostram que é alta a probabilidade do processo de formação profissional ocorrer de maneira inadequada ou não estar ocorrendo de acordo com as necessidades ou problemas de uma realidade social na qual o futuro profissional irá atuar profissionalmente. A análise dos objetivos de disciplinas relacionadas ao subcampo Saúde do Trabalhador permite demonstrar a necessidade de serem desenvolvidos programas de capacitação docente em relação a conceitos pertinentes a ensino em nível superior – comportamento, ensinar, aprender, planejamento do ensino, objetivo de ensino, principalmente delimitando as relações entre conhecimento e comportamento profissional e seus papéis no processo de ensino, e outros. Parece haver necessidade de uma atualização ou aperfeiçoamento profissional sobre o próprio

processo de planejamento de ensino superior e suas relações com o conhecimento científico e a atuação profissional de psicólogos nesse sub-campo da Psicologia.

Palavras-chave: Objetivos de ensino. Formação de psicólogo. Saúde do trabalhador.

Doutorado – D.

* Doutoranda da Universidade Federal de Santa Catarina

.** Pesquisador do CNPq.

Código de área: FORM - Formação em Psicologia

FORMULAÇÃO DE OBJETIVOS DE ENSINO COMO UM PROBLEMA NO ENSINO SUPERIOR: DISTORÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO COMPORTAMENTO PROFISSIONAL VISTAS EM CATEGORIAS DE “FALSOS OBJETIVOS DE ENSINO” EM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA. *Sílvio Paulo Botomé** (Dep. de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina), *Olga Mitsue Kubo* (Dep. Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina), *Patrícia da Silveira Tosi* (Universidade do Oeste Catarinense) e *Júnior Vicente Franken* (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS)

Desde os anos da década de 1960 há uma razoável bibliografia no Brasil sobre o conceito de objetivos de ensino, particularmente, sobre “objetivos-comportamentais” no ensino. Tal conhecimento foi objeto de investigação em múltiplas pesquisas no país e seu exame revelou alguns problemas importantes para o uso desse conceito no planejamento de condições de ensino. Um dos problemas apontados foi o equívoco da expressão “objetivos-comportamentais”, apresentando uma inversão no que poderia ser considerado uma contribuição da Análise Experimental do Comportamento para essa expressão. Trata-se de descobrir comportamentos de valor para serem ensinados e, por isso, elege-los como objetivos de ensino. Isso faria com que a expressão mais adequada fosse “comportamentos-objetivo” em lugar de “objetivos –comportamentais” que facilita a noção de que o problema seja apenas de colocar informações sob a “forma de um comportamento”, geralmente reduzido a um verbo com um complemento. O exame de múltiplos planos de ensino, em diversas instituições de ensino superior do país e em diferentes épocas nos últimos trinta anos possibilitou a identificação de algumas categorias de “equívocos” que podem ser cometidos em relação a esse conceito com flagrantes alterações naquilo que orienta o ensino superior desses profissionais e seu exercício no respectivo campo de atuação. Os tipos mais comuns de com “objetivos” são apresentados nos planos de ensino sob a forma de “classes de informações”, “declarações de intenções dos professores”, “ações ou atividades dos próprios professores” “atividades escolares dos aprendizes”, “uso de verbos arbitrários com categorias de informações usuais como complementos”. Além disso, aparecem , “expressões vagas”, “metáforas” e “analogias” como expressões frequentemente utilizadas na formulação de objetivos de ensino, comprometendo a clareza e a precisão que deveriam ter essas expressões para orientar um efetivo trabalho de desenvolvimento de aprendizagens importantes para o exercício profissional. O exame dessas categorias e seus exemplos nos objetivos de ensino mostrou índices quase nulos de objetivos que possam ser efetivamente considerados como aqueles que devem orientar o ensino para uma efetiva capacitação profissional. Há casos de não haver, em várias disciplinas das últimas fases de cursos de graduação, uma única expressão que possa ser considerada, de acordo com o conhecimento das últimas décadas sobre esse conceito, um objetivo de ensino que possa receber a designação de um “comportamento-objetivo”.

Palavras-chave: formação do psicólogo; diretrizes curriculares; comportamentos profissionais.

Doutorado – D.

* Pesquisador do CNPq

Código de área: FORM - Formação em Psicologia

REVISITANDO AUTORES CLÁSSICOS NA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA.

A FUNÇÃO DA PSICOLOGIA NOS SISTEMAS FILOSÓFICOS DE C. WOLFF, I. KANT E W. WUNDT. *Diego Gonçalves Nogueira**, *Cíntia Fernandes Marcellos***, *Diego Azevedo Leite**, *Thiago Constâncio Ribeiro Pereira*** e *Saulo de Freitas Araujo* (Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG)

A Psicologia ocupou diferentes lugares nos sistemas filosóficos alemães dos séculos XVIII e XIX. O presente trabalho, fruto da linha de pesquisa “História e Filosofia da Psicologia”, tem como objetivo apresentar as distintas funções da psicologia nos sistemas de Christian Wolff (1679-1754), Immanuel Kant (1724-1804) e Wilhelm Wundt (1832-1920). Para isso, recorreu-se às fontes primárias, especificamente o *Discurso Preliminar sobre Filosofia em Geral*, de Wolff, a *Crítica da Razão Pura*, de Kant, o *Compêndio de Psicologia* e o *Sistema de Filosofia*, de Wundt. No sistema wolffiano, à psicologia é atribuída a função de determinar e explicar as coisas que são possíveis através da alma humana, fornecendo, assim, princípios à lógica (acerca da faculdade cognitiva da alma), à teologia natural e revelada (acerca dos atributos da alma, que quando libertados de seu limites revelam os atributos de Deus), e para a filosofia prática (acerca da faculdade apetitiva da alma). Kant, por sua vez, estabelece os limites de todo conhecimento possível, que deve restringir-se ao domínio da experiência, por sua vez organizada por categorias lógicas *a priori*, formando conceitos. Assim, Kant faz uma distinção entre psicologia empírica, referente ao conjunto de experiências do sentido interno organizadas pelas categorias, e psicologia racional, relativa ao conhecimento da alma e suas propriedades mediante raciocínios lógicos independentes da experiência. Essa psicologia racional é refutada por tratar como objetos conceitos meramente formais, cedendo lugar à psicologia transcendental, que fornece princípios lógicos do conhecimento, sem considerá-los objetos de conhecimento em si. Por fim, à metafísica, que passa a determinar os limites do conhecimento mediante uma análise transcendental, não mais poderá pertencer a psicologia empírica, restando-lhe a possibilidade de constituir um estudo descritivo dos fenômenos do sentido interno: uma antropologia pragmática, similar à física empírica. Numa tentativa de estabelecimento da autonomia da psicologia em relação à metafísica, Wundt afirma que o papel da psicologia seria encontrar as leis gerais da vida psíquica, a partir de sua dimensão individual ou coletiva. Tal função conferiria à sua psicologia científica uma tripla característica: 1) ciência complementar às ciências naturais, uma vez que cada uma dedicar-se-ia ao estudo de um dos pontos de vista possíveis da experiência unitária; 2) ciência fundamental em relação às ciências do espírito, ao estudar os fenômenos espirituais em geral e o princípio explicativo para seus produtos; 3) ciência propedêutica em relação à metafísica, já que ofereceria conhecimentos sobre as condições objetivas e subjetivas que sustentam o conhecimento tanto teórico quanto prático, assim como sua inter-relação, tornando-se assim a ciência empírica mais útil à compreensão dos problemas gerais da Teoria do Conhecimento e da Ética, as duas disciplinas fundamentais da Metafísica. Tal estudo fornece subsídios à compreensão do desenvolvimento histórico da psicologia no que se refere aos diferentes lugares conferidos a ela entre as demais disciplinas e à fundamentação da sua importância para o progresso do conhecimento humano, sobretudo nos casos de Wolff e Wundt.

Apoio Financeiro: FAPEMIG e PROPESQ/UFJF

Palavras-Chave: Psicologia; Pensamento alemão; História da Psicologia.

Nível do Trabalho: IC/M

Código da Área de Pesquisa: HIST

FENOMENOLOGIA NA PSICOLOGIA: CONSENSO HISTÓRICO? *Thiago Gomes de Castro** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Porto Alegre, RS), Gustavo Gauer (Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Porto Alegre, RS) e William Gomes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Porto Alegre, RS).*

No Brasil, a caracterização das contribuições da fenomenologia para a psicologia moderna é geralmente destacada como traço epistêmico das tradições humanistas e associada ao diálogo com a psicanálise e a Teoria da Gestalt. Contudo, tal associação em outros países nem sempre respondeu à mesma orientação, como exemplificado por Manganaro nos diferentes percursos históricos trilhados pela fenomenologia nos EUA, Grã-Bretanha e Europa continental. Até meados dos anos 2000, a vinculação teórica trabalhada em manuais brasileiros de história de psicologia registrava uma quase indissociação entre fenomenologia e perspectivas humanistas. Nesse contexto, a interpretação epistemológica usualmente atribuída à fenomenologia é a de uma combinação entre romantismo alemão, hermenêutica contemporânea, e idealismo transcendental. Ainda que não totalmente equivocada, tal compreensão é vislumbrada no horizonte de uma segunda leitura do texto fenomenológico, qual seja, a das filosofias da existência e a das teses desconstrucionistas. Nesse sentido, o ensino de história da fenomenologia na psicologia tem apresentado certa distorção por negligenciar grande parte dos escritos elaborados nas décadas de 1900 e 1910. Um contraponto desafiador às definições costumeiras de fenomenologia pode ser constatado no recente interesse das ciências cognitivas pelo tema, e que tem sido discutido em sua agenda como naturalização da fenomenologia. O debate sobre as vias da naturalização tem ampliado o escopo de leitura dos primeiros manuscritos de Husserl, especialmente o ensaio *Filosofia como Ciência de Rigor* (1910-1911) e a crítica aos psicologismos presente nas *Investigações Lógicas* (1900-1901). O anti-naturalismo Husserliano, motivado pela necessidade de distinção transcendental x empírico, é agora reavaliado tomando por base a necessária distinção entre noções de natureza presentes na assim chamada “atitude natural”, desafiada por Husserl, e nas teses contemporâneas de emergência da cognição. Nesta releitura, questionam-se concepções tradicionais, tais como a identificação de Husserl como idealista transcendental, designação baseada no entendimento controverso sobre a suposta defesa do filósofo de uma teoria egológica da consciência. Sob pretexto da aparente incompatibilidade entre modelos explicativos da mente e a primazia da experiência na compreensão do vivido, a tradicional barreira estabelecida entre ciências cognitivas e fenomenologia foi sustentada até meados dos anos 1990. A dicotomia explicação x descrição começou a ser enfrentada, de um lado, com a valorização, no âmbito cognitivista, da experiência como medida de primeira pessoa representativa do processo reflexivo consciente. Além disso, a releitura de Husserl tem evidenciado sua proximidade e afinidade com os trabalhos de William James, especialmente no que tange a *Consciência interna do tempo* (1905) de Husserl e o *Empirismo Radical* (1904) de James. O resultado dessa empreitada ainda está por se revelar, mas abre novos interesses ao texto fenomenológico, para além dos já consagrados, e indica novas posições nos estudos da cognição.

CNPq

Palavras-Chave: Fenomenologia, Naturalização, História.

D

HIST

O PROBLEMA MENTE-CORPO E AS CONTRIBUIÇÕES DA FENOMENOLOGIA PARA A PSICOLOGIA CIENTÍFICA. *Carolina de Resende Damas Cardoso*** (Departamento de Psicologia e Educação – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/SP) e Ederaldo José Lopes (Instituto de Psicologia – Universidade Federal de Uberlândia/MG)

O objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão sobre as conseqüências epistemológicas para a psicologia decorrentes das considerações sobre o problema mente-corpo e a ontologia do ser humano, considerados pela fenomenologia. Para a realização do estudo, foi utilizado o procedimento do estudo histórico, o qual buscou fontes relacionadas ao tema. Husserl ao fundar a fenomenologia, percebia a necessidade de haver uma reforma total da filosofia, com o objetivo de fazer dela uma ciência com fundamentos absolutos. Os fundamentos que a constituem são a descrição e a análise da essência dos fenômenos em sua constituição intersubjetiva. A fenomenologia se volta para o estudo da estrutura humana a partir de uma análise das vivências dos homens. Tal análise remete à existência de três dimensões constituintes da estrutura transcendental dos indivíduos, o corpo, a psique e o espírito. Edith Stein retomou o conceito aristotélico-tomista de ‘alma’ para explicitar a ontologia do ser humano. Destacou também o conceito de organismo, no qual o corpo é percebido com uma forma determinada, encerrada em si mesma e estruturada de acordo com regras provenientes de seu interior. A partir da concepção steiniana sobre a estrutura transcendental dos seres humanos que constitui uma unidade psico-física-espiritual, pode-se vislumbrar algumas implicações epistemológicas apresentadas para a psicologia científica. Caberia refletir se seria admissível a persistência de uma psicologia que, em busca de sua cientificidade, não se enquadrasse nos moldes positivistas/naturalistas de ciência, ao adotar um monismo reducionista, representado, sobretudo, pelas neurociências e pelo uso da experimentação. No entanto, o método científico tradicional não contempla a dimensão do transcendente que não é mensurável, de modo a nem mesmo considerá-la real. Neste sentido, uma possível resolução monista para o problema mente-corpo, que é fundamental para a sobrevivência da psicologia enquanto ciência, poderia, a partir de um diálogo com a fenomenologia, ser considerada sob o prisma da lógica participativa e tratar de aspectos humanos que são, por vezes, desconsiderados pelas ciências naturais, sem, contudo, abandonar seu status científico. Historicamente, os fundadores da psicologia científica, orientados pela cultura ocidental de forte distinção entre sujeito e objeto, defenderam a concepção de que esta disciplina deveria ser considerada uma ciência natural e, portanto, separada das questões metafísicas. Desta concepção, resultou a impossibilidade de resolução dos problemas fundamentais da disciplina. A fenomenologia, por sua vez, investiga a estrutura da consciência humana para assumi-la como uma etapa do processo científico. As análises filosóficas, nesse sentido, constituem uma etapa fundamental ao procedimento científico. A proposta fenomenológica da volta à concepção das coisas mesmas e aos indivíduos do conhecimento que se colocam frente a elas, poderia contribuir sobremaneira para as discussões a respeito da psicologia enquanto ciência. A psicologia que não levasse em conta os aspectos mentais enquanto tais, além de perder a sua alma (*psique*), perderia também o sentido da sua existência.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG – Proc. APQ-SHA 0152-5.06/07 e SHA – PPM-00349-09)

Palavras-chave: problema mente-corpo; psicologia; fenomenologia.

IC

HIST

POR UMA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA HISTÓRICA. *Maria Fernanda Costa Waeny* (Núcleo de Estudos em História da Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, S.P.)

Costuma-se associar psicologia histórica a Ignace Meyerson. E, de fato, ele foi o proponente mais sistemático desta abordagem: em 1948 ele defendeu a tese *As funções psicológicas e as obras*, livro no qual organizou sua proposta para depois iniciar as atividades de ensino e pesquisa no período 1951-1983. Antes e depois de Ignace Meyerson, no entanto, outros autores usaram o termo psicologia histórica e tal recorrência, portanto, remete a uma história da psicologia histórica. Há consenso entre os pesquisadores que Henri Berr foi o primeiro a usar o termo, em 1899. Porém, em pesquisa no acervo da Biblioteca Nacional da França a busca pelo termo “psychologie historique” recuperou mais de uma centena de citações, fazendo recuar a primeira menção de 1899 para 1853, e o primeiro título em psicologia histórica para 1896. Uma análise preliminar já permite perceber o seguinte processo de constituição da psicologia histórica: as primeiras menções começaram em textos a partir de 1853, e a partir de 1896 surgiram os livros com título psicologia histórica - entre os quais *Un type gallo-romain. Paulin de Pella, sa vie, son poème, essai de psychologie historique* (Rocafort, 1896) e *Moines et papes, essais de psychologie historique* (Gebhart, 1896); em 1900 ainda surgiu o livro *Les Origines de la guerre de Vendée, notes de psychologie historique* (Prouteaux, 1900). Depois parece que o termo voltou a constar apenas em textos para, após 1948, ressurgir novamente na forma de livros, a exemplo de títulos como *Metablética. Psicologia histórica* (Van den Berg, 1956), *Problemas de psicologia histórica* (Barbu, 1960), *Introdução à França moderna. Ensaio de psicologia histórica* (Mandrou, 1961), *Mito e pensamento entre os gregos. Estudos de psicologia histórica* (Vernant, 1973), *Magistrados e feiticeiros na França do século XVIII. Uma análise de psicologia histórica* (Mandrou, 1979). O objetivo deste trabalho é apresentar os dados desta pesquisa, demonstrar que a recorrência desta denominação continua à margem da história da psicologia e que esta história está ainda por fazer.

Palavras-chave: História da psicologia; psicologia histórica.

Nível do trabalho: Pós-Doutorado – PD

Código da área da pesquisa ou intervenção: HIST

COMO CONFIAR NO SUJEITO? VARIAÇÕES METODOLÓGICAS EM ESTUDOS COM AUTORRELATOS.

COMO CONFIAR NO SUJEITO? VARIAÇÕES METODOLÓGICAS EM ESTUDOS COM AUTORRELATOS. *Gustavo Gauer (Laboratório de Fenomenologia Experimental e Cognição, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS)*

A validade do autorrelato como método da psicologia empírica é tradicionalmente disputada ao longo da história da disciplina. Posições a respeito do autorrelato variam desde a sua indicação como via primordial de acesso à evidência, nas formulações introspeccionistas e fenomenológicas da psicologia que enfatizam o dado de primeira pessoa, até o desprezo ou vedação ao seu uso como método válido em psicologia, observados sobretudo em abordagens comportamentalistas. À parte posições mais radicais, a crítica ao autorrelato remete usualmente a questões melhor adequadas à mensuração, a qual nem sempre é o objetivo de estudos de autorrelato. Problemas como validade e fidedignidade referem-se à confiabilidade de medidas enquanto representações numéricas de aspectos do mundo, pessoas, objetos e fenômenos. Nem sempre o objetivo da investigação será melhor atingido pela medida pura e simples, e, mais que isso, medidas e estimativas subjetivas são a finalidade em si da pesquisa. De lado premissas ontológicas materialistas eliminativas ou idealistas, a crítica metodológica do autorrelato inclui as dificuldades impostas pela mediação da linguagem em si e das habilidades linguísticas e cognitivas do sujeito de pesquisa, os pontos cegos na auto-percepção de processos de ordem subpessoal, entre outros. Estas são questões epistemológicas, a serem enfrentadas pelo pesquisador. O ônus involuntário sobre o sujeito de pesquisa, por sua vez, trata em resumo de o quanto ele é "confiável". Da má interpretação das instruções à eventual má-fé, passando pela desejabilidade social e diferenças individuais que podem enviesar respostas, pergunta-se até que ponto é possível confiar no sujeito, como argumentado por I. Jack & A. Roepstorff e outros autores em uma série de estudos sobre o uso de dados de primeira pessoa em ciência cognitiva e estudos da consciência. Considerar essas questões como impossibilidades ou aceitá-las como desafios dependerá de outros fatores contextuais da investigação, sobretudo a desejabilidade ou dependência que algumas abordagens têm do dado de primeira pessoa, a relevância da subjetividade na compreensão/explicação, ou a própria natureza dos fenômenos estudados e da evidência acessível. Esta sessão coordenada reúne trabalhos que abordaram diversos temas clássicos da psicologia (reflexividade do self, autoconsciência, decisões de carreira, desenvolvimento na infância, adesão ao tratamento fisioterapêutico), utilizaram diferentes técnicas de investigação (entrevistas, protocolos narrativos, instrumentos psicométricos, coleta de relatos pessoais publicados online), bem como distintos critérios de análise (quantitativo-correlacional, análise de conteúdo, análise fenomenológica). Em comum, os estudos aqui reunidos encararam os desafios de com a evidência proveniente do autorrelato, em nome da constante busca da mais ampla compreensão dos fenômenos de interesse.

Palavras-chave: autorrelato, metodologia, dados de primeira pessoa.

P

Área: MET

AUTORRELATO DE CONFLITOS PESSOAIS EM BLOGS: EVIDÊNCIAS DE INTROSPECÇÃO E REFLEXIVIDADE. *Daniela Benites, Gustavo Gauer e William Barbosa Gomes (Laboratório de Fenomenologia Experimental e Cognição, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS).*

A comunicação de auto-percepções em blogs (websites pessoais de atualização rápida) é uma forma de compartilhamento de informações pessoais, ou autorrelato. A produção desses conteúdos pode ser analisada em termos de variedades de introspecção, na medida em que eles refletem estados internos. A veiculação das mensagens, por outro lado, volta-se a uma audiência que, além de externa, é virtual. Embora voltadas a uma audiência virtual, narrativas de resolução de conflitos internos, frequentemente encontradas em blogs, expressam na forma de autorrelato conteúdos potencialmente informadores de um processo autorreflexivo. A fim de descrever e avaliar aspectos de introspecção na informação de processos autorreflexivos, foram selecionados, por meio de mecanismos de busca especializados, doze textos de blogs que apresentavam um máximo de 350 palavras e conteúdo referente a resolução de conflitos internos. Seis categorias estruturais dos relatos emergiram a partir da relação entre evidência textual e critérios fenomenológicos: “comunicação”, “descrição”, “conflito”, “confusão”, “abertura” e “conclusão”. As categorias foram posteriormente reinterpretadas segundo uma abordagem de análise da transparência fenomenal, proposta por Th. Metzinger. Nesta abordagem, um self “transparente” fornece conteúdo para uma perspectiva de primeira pessoa fenomenal, que é condição para uma perspectiva de primeira pessoa cognitiva (ou subjetividade reflexiva). Adicionalmente, quatro tipos de introspecção diferenciam processos e representações de conteúdos que emergem no self transparente como fenomenológicos ou cognitivos. Na introspecção tipo 1, a metarepresentação sub-simbólica de um processo fenomenológico tem base na representação atencional de aspectos externos do estado interno; no tipo 2, a metarepresentação conceitual de um processo fenomenológico tem base na representação cognitiva de aspectos externos do estado interno do organismo; no tipo 3, a metarepresentação sub-simbólica de um processo atencional tem base na representação fenomenológica de aspectos internos do estado interno do organismo; no tipo 4, a metarepresentação conceitual de um processo cognitivo tem base na representação fenomenológica de conteúdos internos do estado interno do organismo. No uso de blogs, verificou-se que a formação de uma perspectiva em primeira pessoa cognitiva ou de uma subjetividade reflexiva resulta da presença concomitante de diferentes tipos de introspecção transparentes ao self (categorias de comunicação, descrição e conclusão), bem como de representações cognitivas e fenomenológicas opacas ao self (categorias de conflito, confusão e abertura). Os dados evidenciaram que a concentração temporal de auto-conceitos opostos e similares, que se manifesta na ampla alocação da atenção e de outros recursos cognitivos para os aspectos transparentes ao self, potencialmente promove a diminuição de aspectos opacos no sistema. Conforme novos conteúdos tornam-se transparentes, a informação abre possibilidades de emergência de novas resoluções para conflitos pessoais.

Palavras-chave: autorrelato, blog, self, fenomenologia, introspecção

Apoio: CAPES

D

Área: COG

REFLEXIVIDADE, AUTORRELATO E EXPRESSÃO ESCRITA NA INFÂNCIA. *Flávia Encarnação Motta** e Mariane Lima de Souza (Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES)*

A reflexividade é uma qualidade fundamental do pensamento e uma característica inerente ao ser humano. Por sua vez, a narrativa é a forma de o indivíduo produzir um sentido de si que seja permanente e coerente ao longo do tempo. As investigações na área do desenvolvimento sobre a reflexividade têm se concentrado na exploração da fala interna durante a resolução de problemas por meio da linguagem oral. Por outro lado, a análise de textos literários contribuiu para a investigação da reflexividade na forma escrita da linguagem. Ao escrever sobre acontecimentos ou histórias, o narrador/autor expõe idéias, mensagem e pode produzir um sentido de si, numa troca dialógica consigo e com o interlocutor/leitor. Na narrativa escrita, um conjunto de fatos é disposto, há o desenvolvimento de histórias e é possível haver uma projeção da história pessoal no discurso, que depende da forma com a qual o narrador cria as situações ao longo do texto. Assim, ele tem a possibilidade de organizar e modificar os acontecimentos em tempo real no final da narrativa. Neste momento do desenvolvimento da escrita, a criança esforça-se para sustentar um sentido coeso e constante de si mesma, sendo o autorrelato uma forma de observar sua expressão ao narrar sua vida e incluí-la numa história social e cultural. O objetivo deste estudo foi, portanto, investigar o processo de externalização da reflexividade na linguagem textual-narrativa, utilizando como dado empírico autorrelatos escritos de crianças com oito e 10 anos de idade. Solicitou-se a todos os alunos de duas turmas de, respectivamente, 3º e 5º anos de uma escola da rede pública de ensino da Grande Vitória (Espírito Santo) que escrevessem uma redação relacionada ao tema conhecimento de si (“Escreva sua história”). Foram sorteadas, então, 30 redações, sendo 15 de alunos com oito anos e 15 de alunos com 10 anos de idade. Os dados foram analisados de acordo com os critérios da fenomenologia semiótica, seguindo os passos da descrição, redução e interpretação, bem como de acordo com as categorias de análise da narrativa escrita previamente elencadas. Os resultados sugerem que os autorrelatos escritos permitem uma exploração ampla do narrador ao escrever sobre si mesmo, revelando em seu curso, fatos relacionados à história pessoal. Conclui-se que o autorrelato, como um instrumento livre de investigação da percepção de si, viabiliza a expressão da criatividade do participante e permite o acesso a este tipo de variável, a princípio de difícil alcance por um instrumento fechado de avaliação.

Palavras-chave: autorrelatos , escrita, infância.

M

DES

REFLEXIVIDADE EM DECISÕES DE CARREIRA: CONTRIBUIÇÕES DA CONVERSA INTERNA. *Manoela Ziebell de Oliveira** e William Barbosa Gomes (Laboratório de Fenomenologia Experimental e Cognição, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS).*

A tomada de decisão já foi analisada em termos econômicos, nos quais um sujeito informado pesa benefícios esperados dos resultados das opções que tem diante de si. Abordagens mais recentes da decisão enfatizaram os fatores heurísticos, demonstrando que, diante da incerteza, nem sempre as decisões respeitam cálculos probabilísticos racionalmente demonstrados. Ainda assim, por mais que se reconheça a prevalência da irracionalidade em grande número de decisões, nem sempre o potencial papel mediador da experiência subjetiva que de fato influencia as decisões é tratado de forma sistemática. O objetivo deste estudo foi conhecer como se dá a mediação da conversa interna nas deliberações do *self* no contexto de decisões relacionadas a carreira. O contexto da análise reside nos embates entre a estrutura, no caso as determinações da empresa e as exigências e perspectivas de carreira; e a agência, no caso a definição, escopo, amplitude e limites das deliberações do *self* no processo de tomada de decisão de profissionais. Foram realizadas entrevistas com sete profissionais de diferentes estados brasileiros selecionados por conveniência. Os resultados da análise fenomenológica das entrevistas evidenciaram que os participantes tiveram processos de tomada de decisão muito semelhantes e estreitamente relacionados com a capacidade reflexiva. Os três passos descritos pelos participantes tiveram início com um direcionamento para si. Através deste movimento era possível aos participantes entrar em contato com seu passado e os aprendizados, habilidades e competências decorrentes de suas experiências prévias. Estes aspectos podiam então ser considerados para avaliar o presente, o contexto do trabalho e da organização atual e as perspectivas apresentadas pelo mercado. Finalmente poderiam ser estabelecidos um projeto para o futuro, objetivos e metas a serem alcançados. Evidentemente pelo menos três posições estão envolvidas nesse momento inicial da reflexão, trazendo diferentes perspectivas e possibilitando a ocorrência de uma conversa interna sobre quem o profissional foi, é e pretende ser. Uma vez que este debate entre posições proporcionasse um objetivo e um posicionamento mais claros para o próprio profissional, iniciavam-se os diálogos com interlocutores no mundo real, além da verificação de informações sobre o mercado e as oportunidades, ou mesmo sobre a realidade da organização em que estavam inseridos. O acréscimo de novos elementos ao contexto existente anteriormente, demandava que os profissionais se posicionassem de outras formas. Para compreender plenamente seus interlocutores, por exemplo, seria necessário assumir suas posições, enriquecendo o diálogo com o outro e também o diálogo interno que não deixou de ocorrer com as definições dos profissionais. Para elaborar um plano de ação exequível, os participantes promoveriam um novo diálogo entre os elementos trazidos pelo diálogo externo com outras pessoas, e as avaliações feitas anteriormente na conversa consigo mesmos. Este debate ocorreria no presente, viabilizando a ação do sujeito. Estes achados podem subsidiar práticas inovadoras de orientação profissional e aconselhamento de carreira. Isso ocorre na medida em que se propiciam insights sobre a mediação que os processos reflexivos, agenciados por um *self* distribuído em diferentes instâncias na conversa interna, influenciam o fenômeno da decisão diante de situações de incerteza.

Palavras-chave: decisão, carreira, *self*, reflexividade

Apoio: CNPq

M

Área: ORG

A PERCEPÇÃO DA ADESÃO NOS AUTORRELATOS DE PACIENTES EM TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO. *Marina Medici Loureiro Subtil** e Mariane Lima de Souza (Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES)*

A adesão ao tratamento é um processo que tem recebido cada vez mais atenção na área médica nos últimos anos. De forma geral, a adesão pode ser definida como uma colaboração ativa entre o paciente e o profissional que o trata, num trabalho cooperativo para alcançar sucesso terapêutico. Contudo, a ênfase do debate tem recaído sobre a responsabilidade do paciente nesse processo; e a investigação dos fatores que sustentam a adesão tem focalizado o levantamento de dados como, por exemplo, a utilização correta dos medicamentos, a adequação da dieta alimentar, o comparecimento às visitas médicas e a outros especialistas. Especificamente na área da fisioterapia, na qual a frequência e continuidade das sessões é fator crucial para a reabilitação do paciente, e a interrupção do tratamento pelo paciente é uma constante, são escassos os estudos sobre os fatores que determinam a adesão. Investigar as percepções do paciente de sua adesão ao tratamento é uma forma de entender qualitativamente as variáveis que interferem nesse processo, a partir da perspectiva de um usuário do serviço de saúde oferecido. O objetivo dessa pesquisa foi, portanto, investigar os fatores relacionados ao processo de adesão ao tratamento, a partir de autorrelatos de pacientes em atendimento fisioterapêutico, descrevendo mais especificamente os motivos que levam tanto à continuidade quanto à interrupção das sessões de reabilitação. Participaram do estudo 11 pacientes adultos de 25 a 73 anos, atendidos em um centro de reabilitação física do Espírito Santo, na unidade de tratamento ambulatorial. Os procedimentos de pesquisa incluíram (a) a amostragem por conveniência dos participantes e (b) a aplicação de uma entrevista semi-estruturada a todos os participantes. Os dados foram submetidos à análise a partir dos referenciais da fenomenologia semiótica. Os autorrelatos dos pacientes sugerem que na sua percepção o processo de adesão ao tratamento fisioterapêutico está relacionado a fatores intrínsecos (persistência e disciplina), fatores extrínsecos (condições financeiras) e a uma combinação entre os dois fatores (estabelecimento de um bom vínculo com o fisioterapeuta). Desta forma, o relacionamento interpessoal entre paciente e fisioterapeuta baseado em aspectos como confiança, empatia, respeito, amizade, profissionalismo, diálogo e afeto foi visto como fundamental para o processo de adesão. Como conclusão, discutem-se as vantagens e limitações do autorrelato como evidência empírica para a investigação do processo de adesão ao tratamento.

Palavras-chave: adesão ao tratamento, autorrelatos, fisioterapia.

M

SAÚDE.

PSICOLOGIA E RELIGIÃO.

AS VIVÊNCIAS RELIGIOSAS DOS IMIGRANTES ITALIANOS NA COLÔNIA DE CASCALHO. *Márcio Luiz Fernandes* (Programa de Pós-Graduação em Teologia. Linha de Pesquisa: Teologia e Sociedade. Grupo de Pesquisa: Religiosidade e Processos de Subjetivação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba – PR).

A vida religiosa do antigo núcleo colonial de Cascvalho, município de Cordeirópolis no Estado de São Paulo, pode ser compreendida levando em consideração a atuação dos Missionários Escalabrinianos e, de modo particular, por meio das memórias da população de Cascvalho a respeito do padre Luis Stefanello (1878-1964) – líder espiritual da comunidade – e ao qual a população sempre devotou grande estima sendo considerado ‘um padre poderoso’ por suas bênçãos e exorcismos. O referido sacerdote atuou por mais de quarenta anos na localidade. O objetivo da pesquisa foi o de resgatar a figura do padre como sujeito cultural a fim de fornecer elementos para conhecer o conjunto de aspirações, de idéias, de sentimentos da comunidade de imigrantes e seus descendentes. Um dos elementos fundamentais e necessários para a existência de um povo é que dentre os seus membros tenha alguém – ou um grupo de pessoas – que mantenha viva a consciência de pertencer a um horizonte universal, aberto e, além disso, conforme ensina Edith Stein, que estes indivíduos conscientes possam influenciar a ação dos outros para a construção da comunidade. A pesquisa baseou-se em dois tipos de fontes: 1) fontes documentárias escritas referentes à história do padre Stefanello e de sua comunidade paroquial; 2) fontes de tipo oral, a saber, entrevistas abertas com testemunhas que conviveram com o referido sacerdote. Estes dois grupos de materiais foram analisados em conjunto, observando a convergência dos indícios, permitindo assim uma narrativa na qual se pode constatar como a força vital do indivíduo tomado singularmente contribui para a formação da comunidade. A leitura fenomenológica dos relatos a partir do conceito de potência proposto por Gerardus van der Leeuw nos permitiu valorizar as diferentes dimensões da experiência religiosa da comunidade. O método fenomenológico possibilita, portanto, voltar às origens das vivências e explorar os significados presentes no intuito de colher como aquelas experiências aparecem para os sujeitos envolvidos. No percurso do trabalho as lições da fenomenologia sobre a estrutura do ser humano e sobre as formas de associação nos vários níveis – família, comunidade, Estado – serviram como orientação prática para ajudar na descrição do nosso objeto. Pode-se dizer que os fenômenos das bênçãos e dos exorcismos são apenas um dos componentes significativos da relação da comunidade com a figura do padre. Além disso, outro pólo de interesse do trabalho consiste na forma como a cultura popular elabora a história e transmite estes dados às outras gerações e, desse modo, o trabalho leva-nos a perceber a relação entre a memória e a história.

Palavras-chave: Vivências religiosas; análise fenomenológica; bênçãos.

D

RELIG

EXPERIÊNCIA RELIGIOSA UDEVISTA E SUBJETIVAÇÃO CONTEMPORÂNEA. *Mary Rute Gomes Esperandio, Thiago Miguel da Silva**
(Programa de Pós-Graduação em Teologia. Linha de Pesquisa: Teologia e Sociedade. Grupo de Pesquisa: Religiosidade e Processos de Subjetivação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba – PR).

As pesquisas atuais da Subjetividade, em particular as empreendidas pela Psicologia, pouco têm contemplado o aspecto da religiosidade. Já na reflexão Teológica, a problematização da subjetividade aparece apenas de modo pontual, através dos debates fomentados pela Teologia Feminista em suas investigações voltadas às questões de gênero. Assim, foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Teologia, um projeto de pesquisa voltado ao estudo da subjetividade contemporânea no contexto das Novas Figurações Religiosas. O objetivo principal da pesquisa foi cartografar os processos de subjetivação (modos de existência) produzidos por novos grupos religiosos, buscando evidenciar as estratégias de adaptação, resistência e/ou criação adotadas pela subjetividade contemporânea, no exercício da fé. Utilizando a cartografia como método de pesquisa, buscou-se responder a questões, tais como: De que modo se apresenta essa nova figuração religiosa? Quanto/como suas crenças e rituais se misturam “com” – e/ou proporcionam sua singularização em relação a outras figurações? Quais as estratégias de adaptação, resistência e/ou criação adotadas pela subjetividade contemporânea, no exercício da fé, face aos processos de assujeitamento e controle produzidos pelo contexto cultural marcado pelo capitalismo? Que pistas essas novas figurações religiosas nos dão em relação às correntes atuais de sensibilidade? Os grupos pesquisados foram: o Santo Daime, a União do Vegetal (UDV) e a Canção Nova. Nesta comunicação, estão sendo apresentados os resultados da pesquisa feita junto ao Centro Espírita Beneficente União do Vegetal (UDV). Este grupo promove uma experiência religiosa onde a pessoa significa acontecimentos e vivências particulares durante o ritual religioso, mediatizado pela ingestão de um chá sagrado denominado Hoasca (conhecido por alguns como Ayahuasca, ou simplesmente, Vegetal para os fiéis udevistas). A ingestão deste enteógeno possibilita a expansão da consciência e maior clareza a respeito das próprias questões subjetivas. Desse modo, a experiência religiosa vai sendo traduzida num processo de transformação que se expressa como busca de maior integração consigo, com o outro e com o mundo. Esta integração é perceptível na valorização do humano, na abertura ao outro, na busca de maior conexão espiritual, na preocupação com o desenvolvimento de uma subjetividade mais rica. Pode-se afirmar que a experiência religiosa promovida pela UDV, dada suas próprias características identitárias, produz um estilo de vida simples, prima pela construção de relacionamentos intersubjetivos saudáveis, promove ações coletivas de valorização da natureza e da saúde. Se por um lado, essa forma de experiência religiosa relaciona-se ao modo contemporâneo de subjetivação no que diz respeito à importância atribuída às sensações e sentimentos na busca pelo sagrado, evidenciando (des)continuidades no campo religioso, por outro lado, essas características apontam uma produção de subjetividade que escapa ao modo dominante de subjetivação (mais voltado para a prosperidade material e promoção de um hiperindividualismo). A despeito dos traços identitários que definem o grupo, a religiosidade udevista possibilita processos de singularização subjetiva, em função da significação pessoal/particular da experiência religiosa e da própria singularidade de cada experiência como condição da produção de sentido.

Palavras-chave: Subjetivação contemporânea, Hoasca, União do Vegetal.

IC – Iniciação Científica

RELIG

FENOMENOLOGIA E PSICOLOGIA SEGUNDO EDITH STEIN: DO INDIVÍDUO À COMUNIDADE. *Clélia Peretti (Programa de Pós-Graduação em Teologia. Linha de Pesquisa: Teologia e Sociedade. Grupo de Pesquisa: Religiosidade e Processos de Subjetivação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba – PR).*

A presente contribuição faz uma reflexão epistemológica relacionando a fenomenologia às ciências humanas, com particular atenção à ciência psicológica delineada por Edith Stein. Trata da estrutura da pessoa humana em suas diversas dimensões: corpo, psique e espírito, bem como em sua intersubjetividade constitutiva, reveladas pela análise das vivências. A via psicológica e a via fenomenológica que conduzem à subjetividade não se excluem, ao contrário, são complementares, porque são pensadas tanto na visão de Edmund Husserl quanto de Edith Stein, sua discípula, para atingir a própria subjetividade a partir de vários níveis fenomenológicos. O ponto de partida da filosofia de Edith Stein é a análise husserliana da corporeidade como unidade psicofísica. O corpo vivente de cada um de nós na realidade não possui nenhuma experiência solitária e privada de intersubjetividade. O corpo representa a linha de demarcação que separa o mundo interior do mundo exterior, esse é o centro ao redor do qual se concentram todas as coisas do mundo espacial e forma o espaço “zero”, das sensações e das percepções. Na base do método fenomenológico de Edith Stein não está à experiência natural, mas sim a vivência, ou seja, a empatia. A empatia diz respeito a uma específica modalidade e qualidade de pensamento reflexo, calcada nas nossas vivências com pessoas, com animais e plantas e também com o nosso corpo. São atos que cada um de nós exercita continuamente, com a possibilidade de ilusão, de correção, de práticas, mediante os quais buscamos compreender – da percepção externa corpórea – a interioridade dos outros, suas sensações, seus sentimentos, suas motivações. Os atos de empatia são a essência da capacidade de estabelecer comunicações intersubjetivas, de se colocar no lugar do outro, até mesmo com pessoas desconhecidas e estranhas; são as condições genéticas de cada comunicação e, do início de sociedade. O objetivo da fenomenologia é, para a autora, a compreensão dos fenômenos e, por meio dela, a fundação de todo o conhecimento. Para alcançar esse objetivo, é necessário colocar entre parênteses aquilo que se apresenta, de certa forma como “duvidoso”, tudo aquilo que se deixa eliminar. A fenomenologia é um método que busca conhecer o sujeito que faz a ciência e o sujeito para quem a ciência é feita. Na fenomenologia, objetividade e subjetividade estão entrelaçadas e a assimilação do sentido de uma só é possível pela compreensão da outra. A fenomenologia além de permitir uma leitura interior das expressões culturais, nos possibilita a compreensão dessas expressões culturais, inclusive daquelas que aparentemente se apresentam sem Deus.

Palavras-Chave: Fenomenologia, Psicologia, Empatia.

D = Doutorado

RELIG Psicologia da Religião

A ESCUTA FENOMENOLÓGICA COMPROMETIDA PELA ÓTICA RELIGIOSA DE UMA GESTALT-TERAPEUTA. *Jackeline Paulla Tavares***
(*Instituto de Treinamento e Pesquisa em Gestalt-terapia de Goiânia, Goiânia-GO;*
Celana Cardoso Andrade (Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO))

A experiência religiosa, inerente ao homem, pode permear a relação terapeuta-cliente. O gestalt-terapeuta deve estar preparado para investigar, a partir de uma escuta atenta, a experiência única do cliente, atitude que pode tornar-se mais difícil em relatos de experiências muito próximas ou contrárias aos seus valores. O presente trabalho, com base na abordagem gestáltica, tem como objetivo evidenciar o *conflito* que uma terapeuta pode experimentar ante a incompatibilidade entre seu sistema de valores morais-religiosos e os valores existenciais-fenomenológicos da sua ciência, conflito que compromete sua escuta fenomenológica. Segue-se a metodologia qualitativa fenomenológica, de acordo com a proposta de Amedeo Giorgi (1985). Realizaram-se entrevistas, que foram gravadas, transcritas e analisadas, trecho a trecho, passando pelas quatro etapas propostas por Giorgi (1985). Os dados apresentados são referentes à experiência da relação clínica entre a terapeuta e três colaboradores da pesquisa com experiências religiosas diversas. A fim de elucidar a escuta comprometida da terapeuta no processo de ajuda, em virtude do conflito entre sua religiosidade e os princípios livres de *a priori* da fenomenologia, serão mostrados trechos de sessões nas quais os participantes trataram de questões que remetiam a suas crenças religiosas e a conduta correspondente da terapeuta nessas situações. Nesse trabalho, evidenciam-se algumas dificuldades enfrentadas pelo terapeuta religioso, ao abordar, em suas sessões, temas próximos às suas experiências religiosas e ao conflito experienciado por ele mesmo. Vivendo esse processo, a terapeuta deu-se conta de que, em alguns momentos, submeteu-se aos *dogmas da sua Igreja*, abandonando os *princípios fenomenológicos e dialógicos* quando as duas posições eram conflitantes na sessão. O penoso *conflito* sofrido pela psicoterapeuta entre preceitos religiosos e fenomenológicos incompatíveis paralisou o seu fazer terapêutico, encerrando o processo, muitas vezes, justamente no ponto em que o cliente já se encontrava antes da sessão. Porém, lidar com esse conflito não é uma tarefa simples! Falar em aceitar o cliente como um todo, como um ser bio-psico-socio-espiritual não implica uma mera teoria, mas uma atitude de profunda conversão epistêmica que necessariamente resultará no abandono de qualquer ideologia que aprisione o ser naquilo que é visado por esta ideologia, sem o respeito fenomenológico por aquilo que ele está sendo e pelo seu surpreendente – e não controlável – vir a ser. Conclui-se que valores incompatíveis interferem em uma escuta fenomenológica, por isso a importância da suspensão dos valores e crenças do profissional. Essa superação ideológica é realmente delicada! Exige profunda maturidade emocional, profissional e humana, que a terapeuta iniciante ainda não logrou alcançar em um patamar satisfatório e que é absolutamente compreensível. A preparação do gestalt-terapeuta para, em seu consultório, abordar temas dessa natureza, que envolvam valores conflitantes, só se dá respeitando a temporalidade da existência, que, aliada a muito estudo e vivência profissional e pessoal, pode propiciar a maturidade essencial para o confronto com essa crise ética com a qual se depara a terapeuta.

Palavras-chave: Experiência Religiosa; Gestalt-terapia; *Époché*.

IC

CLIN

UM SENTIDO ESPIRITUAL PARA A LOUCURA: A HISTÓRIA DO ESPIRITISMO NO ATENDIMENTO À DOENÇA MENTAL EM CURITIBA (1900-1950). *Andrea de Alvarenga Lima** (Programa de Pós - graduação em Psicologia. Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR).*

No processo de desenvolvimento e propagação do Espiritismo Kardecista no Brasil, tiveram papel de destaque as atividades clínico/caritativas de médiuns curadores que, de diferentes formas, ofereceram tratamentos espirituais aos necessitados de todos os tipos e, em especial, aos doentes mentais. Na inter-relação entre a doutrina de Kardec, as práticas assistenciais e a obra de médicos espíritas brasileiros, como Bezerra de Menezes (1831-1900) e Inácio Ferreira (1904-1988), constituiu-se um modelo espírita de definição e tratamento da loucura. O presente trabalho apresenta e discute resultados selecionados da pesquisa de Mestrado em Psicologia, intitulada *Psiquiatria e Espiritismo no atendimento à doença mental: a história do Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro (Curitiba 1930-1950)*. Essa investigação, inscrita no eixo teórico da pesquisa *Fenomenologia da Experiência Religiosa e Saúde Mental*, desenvolvida no Núcleo de Estudos do Desenvolvimento Humano (NEDHU), da UFPR, se volta para a história do surgimento dessa instituição psiquiátrica de cunho religioso, no intuito de trazer ao âmbito local uma compreensão histórica dos entrelaçamentos entre psicopatologia e a vivência da espiritualidade. No recorte aqui exposto, toma-se por objeto a história da organização do movimento espírita em Curitiba e dos caminhos percorridos pela Federação Espírita do Paraná (FEP), na primeira metade do século XX, com o objetivo de compreender o sentido da criação desse hospital para a comunidade espírita que subsidiou sua construção e manutenção. Tendo o método fenomenológico como pressuposto filosófico, norteador de um pensamento metódico na coleta e análise de dados, foram utilizados procedimentos da pesquisa historiográfica e pesquisados os fundos documentais do próprio hospital, os Livros de Atas e Atos da Diretoria da FEP e o acervo de periódicos da biblioteca da FEP. Através da construção de uma narrativa contextualizada na Curitiba da primeira metade do século passado, destacam-se: 1. o duplo papel da FEP na consolidação do Espiritismo em Curitiba, como centro congregador de sessões religiosas, atividades assistenciais e de propaganda doutrinária e como representante institucional dos centros espíritas do estado; 2. a forma como as práticas de cura, embasadas nos preceitos e teorias da doutrina espírita, se constituíram, durante toda a trajetória da instituição, num componente central a diversas das atividades desenvolvidas pela Federação, que exerceu, em relação a elas, funções de implementação de serviços (mediunidade receitista, farmácia homeopática, sessões de passes e sessões de desobsessões) e, também, de regulação e fiscalização dessas atividades; 3. a argumentação por parte dos dirigentes da FEP, profundamente imbuídos da visão de mundo positivista, de que as revelações do Espiritismo, conciliando ciência e religião, estavam inscritas no terreno, não da mística, mas dos fatos, e, alicerçadas em experiências científicas, abarcavam uma moral e uma filosofia social, e, 4. as alianças estabelecidas tanto com membros da classe médica quanto com o poder público da cidade.

Bolsista Reuni

Palavras chave: História da Psicologia – Religião – Saúde Mental

M

HIST

CONTROLE DO TABACO EM MULHERES.

UM ESTUDO PRELIMINAR DAS PERCEPÇÕES DE INFORMANTES-CHAVE SOBRE O TABAGISMO EM MULHERES NO PARANÁ. *Regina Celina Cruz (Grupo de Pesquisa Aspectos Psíquicos e Psicossociais do Ser Humano em Desenvolvimento do Curso de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba- PR) e Isabel Cristina Scarinci (University of Alabama at Birmingham, Birmingham- Alabama- EUA)*

O tabagismo em mulheres é um dos temas de investigação do Projeto de Pesquisa intitulado “Rede Paranaense para o Controle do Tabaco em Mulheres”, que reúne pesquisadores brasileiros e americanos, além de parceiros e demais representantes da comunidade acadêmica ou não, distribuídos em diferentes regiões do estado do Paraná, com variadas especialidades correlacionadas com o tabaco. É um projeto com duração prevista de cinco anos, dos quais dois estão sendo concluídos. Na etapa inicial das atividades foram entrevistados seis sujeitos, sendo um do sexo feminino e os demais do masculino, considerados informantes-chave sobre o tabagismo, devido ao trabalho que realizam. As entrevistas foram realizadas individualmente por uma das pesquisadoras da equipe, em quatro municípios do estado do Paraná, com objetivo de identificar as percepções desses sujeitos acerca do tabagismo. Para o registro dos dados coletados nas entrevistas foi elaborado um roteiro, no qual foram anotadas as considerações dos entrevistados. No roteiro foram identificados os temas: abordagem do problema, recursos necessários para abordar o problema, tipos de obstáculos na abordagem do problema. Sobre a abordagem do tabagismo a maioria considerou relevante investir em prevenção, cessação e no tabagismo passivo. Quanto aos tipos de intervenção, 40% das indicações destacam como relevantes as ações em grupos, enquanto 25% caracterizam estratégias de divulgação como o investimento necessário. A capacitação de profissionais aparece com 15% de indicações e 10% destacam a necessidade de intervenções a serem feitas nas escolas. A necessidade de ações que valorizem a aplicação de leis é indicada com 5% de respostas e o mesmo percentual aparece para outros tipos de intervenção. Os tipos recursos que já existiam para abordagem do tabagismo foram indicados sob a forma de quatro categorias, sendo as Políticas Públicas Municipais, as Leis, as Políticas Públicas Estaduais e os Recursos da Comunidade, os citados pelos sujeitos. Embora reconheçam os recursos existentes, também identificam outros que são necessários para abordagem do tabagismo, tais como infraestrutura, recursos humanos e a adesão de grupos e instituições. Em relação aos obstáculos possíveis para o controle do tabagismo, as indicações dos sujeitos foram correlacionadas aos produtores do tabaco e sua Associação, a indústria e comércio do tabaco e algumas lideranças políticas. Outros tipos de obstáculos foram percebidos e citados pelos sujeitos, com maior incidência na resistência das próprias fumantes. As estratégias que percebem como pertinentes para envolver aqueles que poderão criar obstáculos ao controle do tabagismo em mulheres foram categorizadas em quatro tipos: demonstrar os problemas decorrentes do cultivo (33%); abordar diretamente o usuário do cigarro (33%); demonstrar outras culturas que podem substituir o tabaco (17%) e não correlacionar o ato de fumar com vício ou com problema de saúde (17%). Os dados obtidos neste estudo contribuíram para a construção do método de condução dos Seminários da Rede, visando a identificação das linhas de investigação que ora se realizam.

Apoio financeiro: Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos da América.

Palavras-chave: tabagismo, mulheres, controle do tabagismo.
P

| Saúde

USO DE PRODUTOS DERIVADOS DO TABACO EM MULHERES NO PARANA: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E PSICOLÓGICO. *Isabel C. Scarinci (University of Alabama at Birmingham, Birmingham, AL) e Regina Celina Cruz (Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR)*

O objetivo desta pesquisa foi estabelecer a prevalência do uso de diversas formas de tabaco em mulheres em sete cidades do Paraná, assim como mapear o perfil psicológico das fumantes em termos de dependência, número de cigarros fumados, entre outros. Esta foi uma pesquisa quantitativa, descritiva, por amostragem. Os dados foram coletados por meio de entrevistas individuais de forma presencial, usando a tecnologia CAPI (*Computer Assisted Personal Interviews*). Cada entrevista foi concluída entre 15 e 20 minutos. A amostragem foi feita em quatro etapas, usando “*cluster sampling*” com uma amostragem probabilística: (1) identificação dos setores censitários na zona urbana de cada uma das cidades; (2) eliminação de setores censitários com menos de 20 domicílios permanentes; (3) seleção aleatória de 15 setores censitários (clusters) por cidade; (4) seleção do ponto geográfico central dentro de cada setor censitário, sendo este o primeiro domicílio dentro deste setor. A partir daí, foram selecionados os domicílios em sequência à direita, à esquerda, frente e atrás, até que se completassem 20 entrevistas dentro do referido setor. Foram entrevistadas 2.153 mulheres com 18 anos ou mais. A média de idade foi 45,7 ($\pm 15,8$) e 50,2% delas tem segundo grau completo. A maioria, 67,8% revelou que era casada ou amaziada. A prevalência do uso do tabaco foi de 13,4% com uma variação de 10% (Cascavel) a 19,1% (Irati); 12,3% indicou o uso do tabaco diariamente. A prevalência mais alta foi entre mulheres de 45 a 64 anos de idade (16,7%), seguida de mulheres entre 25 e 44 anos (14%). Quanto maior o grau de escolaridade e renda, menor a prevalência do uso do tabaco. A forma de tabaco mais usada foi cigarros industrializados. A média de idade em que começaram a fumar foi 17,3 (6,5), variando de 7 a 55 anos (70% antes dos 18 anos de idade; 83% antes dos 20 anos). A média de idade em que começaram a fumar diariamente foi 18,7 (7,3) variando de 7 a 59 anos (59,3% antes dos 18 anos e 72% antes dos 20 anos). As marcas de cigarro mais utilizadas foram: Free, Derby, Classic, Carlton, Palermo/Hilton. As fumantes relataram fumar em média 10,3 ($\pm 7,1$) cigarros por dia e 46,4% afirmaram fumar o primeiro cigarro dentro de 30 minutos após acordarem. 58,4% das fumantes foram atendidas por um médico ou profissional de saúde nos últimos 12 meses e, dentre essas, 76,5% revela que o profissional de saúde perguntou se elas fumavam. Para 83,1% dessas, a orientação foi parar de fumar. Das fumantes, 49% expuseram que tentaram parar de fumar nos últimos 12 meses, e 56,7% afirmaram que pretendem parar de fumar nos próximos 12 meses. Houve uma diferença significativa entre fumantes (52,2%) e não fumantes (85,5%) quanto ao fato de nunca permitirem alguém fumar dentro de suas casas. 87,4% das fumantes e 34,7% das não fumantes indicaram que alguém fuma dentro de suas casas diariamente. Em conclusão, estes resultados demonstram várias oportunidades de intervenção com mulheres paranaenses quanto ao controle do uso do tabaco seja na prevenção ou eliminação.

Apoio financeiro: Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos da América.

Palavras-chave: Mulheres, Tabaco, Prevalência.

Nível do trabalho: Pesquisador – P

Saúde

REDE SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO PARA O CONTROLE DO TABAGISMO. *Andrea Silveira (Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia, Campinas, SP)*

O tabagismo é um fenômeno historicamente estudado por diferentes disciplinas da área da saúde, sendo considerado uma dependência química que representa a maior causa de morte evitável no mundo. Porém, trata-se de uma questão que transcende a esfera da saúde pública, mostrando suas ramificações também nas áreas social/cultural, econômica, ambiental e política. Em função do seu caráter multidimensional, o controle do tabagismo demanda intervenções em diferentes níveis de atenção e segmentos da sociedade, transpondo ainda as fronteiras territoriais. Assim, reconhecendo suas interfaces e buscando colaborar com a implantação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (política de saúde definida pela OMS) no Brasil, um projeto executado pela PUCPR, em parceria com a *University of Alabama at Birmingham* (EUA), reuniu um grupo de 24 pessoas no Estado do Paraná, para criar a primeira Rede para Controle do Tabagismo em Mulheres no país. Para garantir a representatividade dos diferentes âmbitos da sociedade, o projeto preconiza a participação de: 2 pessoas, representando cidadãos em geral, considerando o status de tabagismo, gênero, faixa etária, independente de escolaridade, religião, partido político e ocupação (*âmbito individual*); 6 pessoas, representando universidades, escolas, sindicatos, associações e organizações sociais não-governamentais (*âmbito organizacional*); 1 pessoa, representando setor de políticas de saúde e outras áreas, assim como líderes políticos no nível local e estadual, independente de partido político a que possa estar filiado (*âmbito político*); 9 pessoas, representando provedores de saúde, padres/pastores, mídia, grupos/centros sócio-culturais (*âmbito agentes de mudança*). Além desses, colaboram com a Rede 3 suplentes e 3 representantes dos parceiros do projeto. No total, participam 16 mulheres e 8 homens, com faixa etária variando entre 21 e 61 anos, grau de escolaridade diversificado entre nível técnico e superior completo, classe social econômica concentrada em C e B, envolvendo os seguintes órgãos/instituições: Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Ação Social, Universidades (públicas e particulares), EMATER, Centros de Saúde como, por exemplo, Hospital, Unidades de Saúde, Distrito de Saúde. O projeto foi iniciado em 2008 e tem duração de 5 anos. Ao longo desses dois primeiros anos de trabalho, já foi possível constatar que o nível e diversidade do conhecimento dos participantes a respeito do tabagismo, suas diferentes perspectivas e experiências profissionais, contribuíram significativamente para a sustentação da Rede. A intervenção por meio da mobilização social tem se revelado uma estratégia eficiente para a elaboração de ações compreensivas, pois além de otimizar os recursos disponíveis também potencializa as decisões do grupo e amplia o envolvimento da sociedade com a questão do tabagismo.

Financiado pelo Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos da América.

Palavras-chave: tabagismo, rede social, controle do tabagismo.

P

SOCIAL

MULHERES FUMICULTORAS E SUAS REPRESENTAÇÕES: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO. *Antonio Vitorino Cardoso Neto (Pesquisador Grupo de pesquisa em Aspectos Psíquicos e Psicossociais do Ser Humano em Desenvolvimento, Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR)*

Saber o que pensam as mulheres fumicultoras a respeito da sua própria condição, de seu papel social diante do processo de produção e sobre sua própria saúde é a proposta deste trabalho. A importância do estudo desse tema, ainda que em caráter exploratório, não é apenas uma contribuição a escassa literatura sobre o mesmo, mas sobretudo uma possibilidade para reafirmar a necessidade da ampliação de políticas públicas, identificadas com a Convenção Quadro e aos propósitos da pesquisa chamada de “Rede Paranaense de Controle do Tabagismo em Mulheres”. Como decorrência desta foi estabelecido pela Rede a necessidade de se investigar as condições das mulheres que estão envolvidas no cultivo do tabaco – as fumicultoras. É conhecido que o trabalho com o tabaco acarreta em sérias conseqüências na saúde dos agricultores, tanto pelo uso de agrotóxicos quanto pela própria manipulação da planta que produz nicotina e acarreta em danos a saúde e as mulheres, na condição de agricultoras, não estão isentas dessas conseqüências. Para atingir o propósito de identificar e caracterizar as representações de mulheres envolvidas na atividade do plantio do fumo foi escolhido investigar a região de Irati, considerada a maior produtora de tabaco do Estado do Paraná. Por meio da assessoria de técnicos da EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural foi identificado 3 comunidades dessa região tendo como critério o nível de desenvolvimento sócio-econômico, uma de baixo desenvolvimento, outra de médio e outra mais elevada. Foi realizado convite aberto às mulheres dessas comunidades para participar de uma reunião com o pesquisador para “falar sobre sua realidade”. No início da reunião era informado sobre o projeto de pesquisa da REDE e obtido o termo de consentimento das participantes. Em seguida foi utilizada a metodologia de grupos de discussão e focais: um roteiro prévio de temas para discussão, um coordenador do grupo, um ou dois estagiários que efetuavam as anotações e a gravação por meio de gravador magnético e digital. As reuniões tiveram o tempo médio de 50 minutos. Após a reunião foi aplicado um questionário para a coleta de dados demográficos. As informações gravadas foram transcritas e os discursos das participantes foram categorizados por frequência, tendo como base as categorias propostas pela pesquisa (saúde, modo de produção, papel da mulher) e analisados qualitativamente. Os resultados demonstraram que as representações das mulheres foram similares nos 3 grupos. Foi constatado que o plantio de fumo é a principal fonte de renda dessas famílias, tanto pela sua alta rentabilidade quanto pela facilidade de financiamento da produção, o que não acontece para o plantio de outras culturas; é uma atividade de agricultura familiar onde o trabalho das mulheres é fundamental, muito embora não realizem algumas atividades consideradas típicas dos homens (passar veneno, por exemplo) e, embora admitam que haja risco a saúde, não percebem que isso possa atingi-las diretamente. Essas informações demonstram que as políticas públicas adotadas no Brasil com relação à Convenção Quadro não estão atingindo essas comunidades, tanto a respeito dos aspectos econômicos quanto aos de saúde pública, e necessitam de revisão. Os resultados servirão para nortear as decisões da Rede sobre as intervenções a serem feitas com mulheres fumicultoras.

Financiado pelo Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos da América.

Palavras chave: Mulheres, fumicultura, tabagismo

P

SOCIAL

AVALIAÇÕES COMPORTAMENTAIS DE CRIANÇAS E CUIDADORES EM PSICOLOGIA PEDIÁTRICA.

USO DO BRINQUEDO PARA A ADESÃO DE CRIANÇAS SUBMETIDAS A TRATAMENTOS ODONTOLÓGICOS. *Antonio Bento Alves de Moraes (Faculdade de Odontologia de Piracicaba - Universidade Estadual de Campinas, Piracicaba – SP), Gustavo Sattolo Rolim (Faculdade de Ciências Médicas - Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP) e Renata Andrea Salvitti de Sá Rocha (Faculdade de Odontologia de Piracicaba - Universidade Estadual de Campinas, Piracicaba – SP)*

A adesão é um comportamento de seguir instruções de cuidadores que provavelmente afeta a qualidade de vida e o processo saúde-doença da pessoa que recebe e segue as instruções. As respostas de adesão a tratamentos e as respostas de auto-cuidado são aprendidas e estes repertórios comportamentais saudáveis podem ser incentivados por cuidadores e profissionais da saúde desde a infância. Planejar estratégias que auxiliem as crianças a aderirem às recomendações e as exigências do atendimento odontológico é uma tarefa do clínico e do pesquisador na área de psicologia aplicada à saúde. O objetivo deste trabalho foi descrever os efeitos do uso de um procedimento com fantoche, utilizado previamente a sessões odontológicas, sobre os comportamentos de não-colaboração de crianças quando submetidas a rotinas odontológicas potencialmente dolorosas. Participaram um odontopediatra e três crianças (P1, P2 e P3). O procedimento preparatório foi realizado após a segunda sessão de atendimento odontológico e consistia na apresentação estratégias comportamentais. As categorias estudadas de respostas das crianças foram Colaboração, Protesto e Atenção e as categorias do profissional foram Estratégias, Atividade Clínica, Ameaça e Instrução. As sessões foram gravadas em vídeo digital e as respostas dos participantes foram analisadas em intervalos de quinze segundos. Para P1 e P2, pode-se inferir que o procedimento preparatório produziu respostas de Colaboração. Para o P3, a Colaboração e o Protesto impediram a realização dos atendimentos, ou seja, as respostas colaborativas não alteraram a função dos eventos aversivos. Os resultados permitem inferir que o estabelecimento de um procedimento prévio com fantoche às sessões de tratamento restaurativo odontológico, como uma situação promissora para o contexto odontopediátrico por diminuir as ocorrências de respostas de Protesto e aumentar a ocorrência de respostas de Colaboração das crianças. Deve-se considerar que a adesão envolve respostas dos pacientes de seguir instruções que apresentam conseqüências a curto e longo prazo. Neste sentido, o papel do profissional seria planejar um atendimento que envolveria o seguimento de orientações específicas (como ficar parado na cadeira) e indicações sobre os custos e benefícios do seguimento desta regra. É também, papel do profissional avaliar o repertório do paciente e as, possíveis, melhorias da terapêutica escolhida. Neste sentido, o paciente deve emitir uma ampla classe de respostas como obedecer, seguir regras e compartilhar com o profissional os benefícios e as dificuldades de apresentar comportamentos de adesão.

Área de Pesquisa: SAU

O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS EM FONOAUDIOLOGIA E ODONTOPEDIATRIA: COMPARAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA OBTENÇÃO DA COLABORAÇÃO. *Camila Lima Nascimento e Cecília Guarnieri Batista (Departamento de Desenvolvimento Humano e Reabilitação – Faculdade de Ciências Médicas - Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP), Gustavo Sátollo Rolim e Antônio Bento Alves de Moraes (Departamento de Odontologia Social – Faculdade de Odontologia de Piracicaba - Universidade Estadual de Campinas, Piracicaba – SP)*

Quando crianças são atendidas na área da saúde, nem sempre é fácil obter sua colaboração. Esse aspecto permeia a questão da relação profissional-paciente em saúde, uma vez que a qualidade da relação estabelecida pode influenciar e ser influenciada pela colaboração/participação do sujeito no seu próprio atendimento. A discussão sobre essas questões, mais especificamente sobre a questão das estratégias para obtenção de colaboração/participação do paciente, vem sendo realizada pela área de Odontopediatria, mas poucos estudos abordaram essa questão no contexto do atendimento em Fonoaudiologia. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho foi realizar um levantamento sobre conhecimentos e estratégias dos fonoaudiólogos para lidar com situações consideradas difíceis na prática clínica, e comparar essas estratégias às relatadas por estudantes de Odontologia em sua prática de atendimento. Para tanto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas compostas por três questões norteadoras com estudantes do 4º ano e docentes de um curso de graduação em Fonoaudiologia de uma universidade pública brasileira da região sudeste. As entrevistas abrangeram problemas encontrados no atendimento de crianças de 4 a 12 anos e soluções propostas para esses problemas. As respostas dos estudantes participantes foram organizadas levando em conta: a) origem da estratégia descrita pelo estudante (experiência pessoal, experiência relatada por colega ou orientações de supervisores e professores), e b) área de atuação da Fonoaudiologia, em termos das dificuldades específicas no atendimento (Audiologia, Linguagem, Motricidade Orofacial e Voz). Já as respostas dos docentes participantes foram organizadas em termos dos seguintes aspectos: a) descrição de situações difíceis no atendimento fonoaudiológico, b) soluções para lidar com essas situações e orientações dadas aos alunos durante supervisão de estágio. A partir dos dados obtidos, foi realizada a análise de conteúdo dos mesmos, e construído um sistema de categorias para análise. Este foi comparado ao sistema utilizado em um estudo semelhante na área de Odontopediatria. Foi também organizado um quadro com as situações que trazem mais dificuldades ao atendimento fonoaudiológico, e constatou-se que estas surgiram em diferentes momentos do atendimento, e nas diferentes atividades envolvidas no atendimento. Observou-se, ainda, que as dificuldades também envolveram as relações com os acompanhantes. Foram encontradas diferenças entre os sistemas de categorias do presente estudo e do estudo de Odontopediatria, no que se refere à urgência do procedimento, ao tipo de colaboração/participação esperada da criança e à periodicidade da intervenção, apontando para especificidades do atendimento de cada uma das profissões. Foi observado que as respostas dos estudantes apresentaram relação com as respostas dos docentes, indicando possível influência das situações de ensino. A partir das respostas dos participantes foi possível identificar nos entrevistados conhecimentos de estratégias para solução das situações consideradas mais difíceis na sua prática clínica, integrando tendências de humanização no atendimento.

Apoio financeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

Palavras-chave:
fonoaudiologia.
IC

relação

profissional-paciente;

colaboração/participação;

SAUDE

COMPORTAMENTOS AFETIVO-MOTIVACIONAIS DURANTE PROVA ASSISTIDA DIFERENCIAM PRÉ-ESCOLARES NASCIDOS PREMATUROS E COM BAIXO PESO E NASCIDOS A TERMO. *Flavia Almeida Turrini***
(Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES), *Sônia Regina Fiorim Enumo* (Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES), *Erika da Silva Ferrão* (Departamento de Psicologia, Centro Universitário Vila Velha- UVV, Vila Velha, ES) e *Rojane Neves Monteiro** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES).

Crianças nascidas prematuras e com baixo peso (PT-BP) podem apresentar dificuldades comportamentais, prejudiciais ao desenvolvimento afetivo-social e acadêmico. Pelo exposto, uma avaliação que considere tanto aspectos cognitivos quanto comportamentais é essencial para identificar efeitos da prematuridade no processo de desenvolvimento infantil. Nesse sentido, a avaliação assistida tem se mostrado uma abordagem promissora. A fim de investigar diferenças quanto aos comportamentos afetivo-motivacionais entre crianças nascidas pré-termo e baixo peso e crianças nascidas a termo, este estudo comparou comportamentos afetivo-motivacionais de 15 crianças PT-BP (G1) e 15 nascidas a termo (AT) (G2), aos 5 anos de idade, realizando a Prova cognitiva assistida *Children's Analogical Thinking Modifiability* – CATM, dividida em Fases Preliminar, Sem Ajuda, Assistência, Manutenção e Transferência. Para a avaliação dos fatores afetivo-motivacionais infantis, foi aplicado o “*Checklist para Avaliação do Comportamento Afetivo-Motivacional Infantil*” (Acami) aos registros digitalizados da realização da prova pela criança, aplicada por um adulto mediador. O Acami é um instrumento de registro de observação do comportamento, composto de 4 categorias (Iniciativa de Interação, Estados Emocionais, Engajamento na Tarefa e Auto Avaliação), com um total de 48 subcategorias (itens), baseadas em comportamentos observáveis de crianças em idade pré-escolar e escolar, com e sem necessidades educativas especiais (NEE), divididas em *Facilitadoras* e *Não Facilitadoras* do desempenho infantil, adaptado às peculiaridades de provas assistidas. Foi realizada a análise dos dados das crianças executando a prova assistida CATM, cujo desempenho pode ser classificado em Alto score, Ganhador, Não mantenedor, Transferidor e Não Transferidor, bem como foi preenchido pelo adulto mediador o Acami para cada criança. Foi efetuada análise estatística não paramétrica e adotou-se o nível de significância de 5%. Como resultado, houve diferenças significativas nos comportamentos *Facilitadores* de crianças: (a) com perfil *Ganhador*, nas categorias Estados Emocionais, Engajamento na Tarefa, Iniciativa de Interação e no Total das categorias do Acami; (b) G2, nas fases de Assistência e Manutenção do CATM. G1 teve mais comportamentos *Não Facilitadores* em todas as fases do CATM, especialmente quanto às categorias Engajamento na Tarefa e Estados Emocionais. Nesse sentido, percebe-se que as categorias do Acami foram sensíveis para detectar diferenças entre os grupos de crianças nascidas prematuras e a termo na área afetivo-motivacional durante a realização de uma prova cognitiva não-verbal, de forma que as primeiras tiveram seu desempenho na prova prejudicado. Os resultados corroboram a literatura relacionando fatores afetivo-motivacionais e desempenho cognitivo, a prematuridade e o baixo peso com riscos para problemas de comportamento. É possível, então, obter informações que auxiliam no processo de intervenção, uma vez que os fatores afetivo-motivacionais podem interferir no desempenho cognitivo e acadêmico, o qual, por sua vez, pode gerar dificuldades escolares.

Bolsa de doutorado – CNPq; Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq
Palavras-chave: Aspectos afetivos; Prematuro; Recém-Nascido de Baixo Peso.
Doutorado – D

SAÚDE

ANÁLISE DE ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO E FATORES DE RISCO PARA ANSIEDADE AO DIAGNÓSTICO DE CÂNCER. *Marina Kohlsdorf***, *Áderson Luiz Costa Júnior* e *Marinna Simões Mensório** (Laboratório de Desenvolvimento em Condições Adversas. Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília. Brasília, DF).

Diversos fatores caracterizam o câncer na infância como um contexto potencialmente aversivo para pacientes e familiares, entre eles, a exposição a procedimentos invasivos, os efeitos colaterais e desagradáveis da medicação e as incertezas sobre o prognóstico. A fase do diagnóstico é das mais críticas, exigindo adaptação imediata dos cuidadores às exigências do tratamento. O objetivo deste trabalho é analisar o impacto do diagnóstico para cuidadores de crianças e adolescentes, considerando manifestações de ansiedade e estratégias iniciais de enfrentamento. Participaram 44 cuidadores, com idades entre 20 e 60 anos ($M=34,25$; $DP=9,82$), sendo 32 mulheres e 12 homens, acompanhantes de crianças e adolescentes recém-diagnosticados com leucemia. Ao longo da primeira semana de tratamento, os cuidadores responderam a Escala Modos de Enfrentamento de Problemas (EMEP) e o Inventário Beck de Ansiedade (BAI). A EMEP avalia estratégias de enfrentamento focalizadas: (a) no problema; (b) em emoção; (c) em religiosidade e pensamentos fantasiosos; e (d) na busca por suporte social. O BAI investiga intensidade de manifestações indicadoras de ansiedade, em escores entre zero e 63 pontos. Os resultados apontaram que os cuidadores priorizam, inicialmente, estratégias de enfrentamento baseadas em práticas religiosas e pensamentos fantasiosos ($M=4,13$; $DP=0,53$), seguidas por estratégias focalizadas no problema ($M=3,85$; $DP=0,60$), busca por suporte social ($M=3,51$; $DP=0,79$) e estratégias focalizadas na emoção ($M=2,08$; $DP=0,56$). Correlações de Pearson, testes *t* de Student e análises de variância avaliaram associações entre dados sociodemográficos, estratégias de enfrentamento e manifestações de ansiedade. A idade do cuidador correlacionou-se, de forma positiva e moderada, às práticas religiosas e pensamentos fantasiosos ($r=0,32$; $p=0,037$). Destaca-se a correlação positiva e moderada entre manifestações de ansiedade e uso de estratégias focalizadas na emoção ($r=0,38$; $p=0,01$). O enfrentamento focalizado no problema esteve correlacionado, de forma positiva e moderada, às práticas religiosas ($r=0,64$; $p<0,001$) e à busca por suporte social ($r=0,68$; $p<0,001$). O enfrentamento baseado na religiosidade esteve correlacionado, de forma positiva e moderada, à busca por suporte social ($r=0,50$; $p=0,001$). Considerando as manifestações de ansiedade, mulheres obtiveram escores mais elevados ($M=30,66$) quando comparadas a homens ($M=20,25$) e esta diferença foi estatisticamente significativa ($t[42]=3,091$; $p=0,004$). Além disso, cuidadores de crianças menores de seis anos de idade apresentaram médias mais elevadas de ansiedade ($M=31,64$) quando comparados a acompanhantes de crianças maiores de seis anos ($M=22,79$), com diferenças estatisticamente significativas ($t[42]=2,451$; $p=0,019$). A religiosidade foi mais acentuada no grupo mais idoso, embora a diferença entre médias tenha sido apenas marginalmente significativa. As associações entre dados demográficos, estratégias de enfrentamento e manifestações de ansiedade apontam fatores de risco ou vulnerabilidade para cuidadores frente ao diagnóstico de câncer pediátrico, tais como sexo, idade do cuidador e idade do paciente. Destaca-se que a associação entre manifestações de ansiedade e enfrentamento focalizado na emoção, além das preferências pelo enfrentamento focalizado no problema e na religiosidade, como elementos fundamentais para o planejamento de intervenções psicossociais mais eficientes, que diminuam os custos comportamentais associados ao início do tratamento e ao impacto do diagnóstico para os cuidadores.

Palavras-chave: enfrentamento, câncer infantil, ansiedade.
Mestrado – M

Área de Pesquisa: SAU

A FOBIA SOCIAL: A INVESTIGAÇÃO, A PRÁTICA CLÍNICA E AS RESPECTIVAS COMORBIDADES.

ASSOCIAÇÃO ENTRE BULLYING E FOBIA SOCIAL. *Francesca Stephan Tavares** e Lélío Moura Lourenço*** (Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG)*

O presente estudo teve por objetivo a investigação na literatura específica da área acerca da associação entre Bullying e Fobia Social, como uma forma de apropriação dos estudos já realizados sob a mesma temática para permitir o diálogo entre as diferentes compreensões, verificando as características das pesquisas existentes e possibilidades de pesquisas futuras. Nos últimos anos, tem aumentado o interesse pelo estudo das implicações da violência social na vida das pessoas. Estudos relevantes têm apontado para a importante relação do Bullying ou vitimização entre pares para a idade adulta, associado ao aumento de estados depressivos, ideação suicida e estados ansiosos naquelas pessoas que foram vitimizadas na infância e adolescência. Apesar de escassas, tem havido pesquisas para melhor entender as conseqüências do Bullying ao longo da vida. Neste estudo, foi realizada busca eletrônica de artigos indexados no Portal Periódicos CAPES nas bases de dados LILACS (Literatura Latino-Americana de Ciências da Saúde), MEDLINE (Literatura Internacional em Ciências da Saúde), Web of Science, PsycINFO e SCIELO (Scientific Electronic Library Online), a partir do cruzamento das palavras-chave Bullying e Fobia Social, Bullying e Ansiedade Social, Violência Escolar e Fobia Social e Violência Escolar e Ansiedade Social, no período de 2005 a 2009. Foram encontrados 239 artigos dos quais 65 estudos foram realizados com a população adulta. Os artigos foram analisados segundo seus resumos disponíveis e categorizados segundo país de origem, primeiro autor, periódicos de publicação, metodologia utilizada e tema das pesquisas. Apenas cinco dos artigos sobre sintomas relacionaram bullying ou vitimização na infância e adolescência com sintomas na vida adulta, objetivo desta pesquisa. Um deles estudou as respostas fisiológicas ao estresse em jovens adultos expostos ao Bullying durante a adolescência. Outro estudo investigou os correlatos entre bullying e depressão ansiosa. Houve um estudo sobre os eventos traumáticos entre estudantes de graduação, relacionando com os sintomas associados e suas prevalências, enquanto outra pesquisa estudou como os traços autistas desempenham um papel na relação entre Bullying e Transtorno Obsessivo-Compulsivo e Fobia Social. Destaque para o fato de que somente este último artigo dentre os estudos com população adulta possui em seu título os descritores Bullying e Fobia social. O quinto artigo investigou a relação entre vitimização entre pares na infância e adultos perfeccionistas, questionando as conseqüências para as vítimas. A presente pesquisa mostrou a escassez de pesquisas com a temática Bullying e Fobia Social alvo de interesse de pesquisa futura e permitiu traçar um panorama das pesquisas realizadas na área, e obter informações importantes como os artigos específicos que aprofundaram os estudos sobre o tema.

Palavras-chave: Bullying, Violência Escolar, Fobia Social.

Mestrado – M

Códigos das áreas da Psicologia - SOCIAL Psicologia Social

O ESTUDO DA ASSOCIAÇÃO ENTRE FOBIA SOCIAL E DO ABUSO/DEPENDÊNCIA DE ÁLCOOL NO ÂMBITO DA ATENÇÃO TERCIÁRIA À SAÚDE DE JUIZ DE FORA- MG". *Débora Pereira Paiva*, *Sabrina Maura Pereira***, *Daniel Alexandre Gouvêa Gomes** e *Lélio Moura Lourenço**** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG).**

A pesquisa em questão teve como objetivo principal investigar a prevalência de fobia social entre pacientes internados em um Hospital de parceria pública na cidade de Juiz de Fora – MG. Os objetivos específicos consistiram em verificar prevalência de sintomas ansiosos nos sujeitos, identificar pacientes com sintomas fóbicos sociais e analisar se o nível de consumo de álcool teve relação com o nível da fobia social. Os participantes são pacientes, maiores de 18 anos, que estão internados em decorrência de problemas relacionados ao consumo de álcool. A seleção dos participantes foi realizada a partir de uma análise prévia dos prontuários, foram selecionados os pacientes que apresentaram no prontuário o diagnóstico principal de alcoolismo ou que contava no prontuário a queixa principal problemas relacionados ao consumo de álcool. Os critérios de exclusão adotados foram os seguintes, pacientes com nível de escolaridade inferior à quarta série primária, pacientes com quadros de psicose e pacientes usuários de drogas pesadas, como por exemplo, consumo de crack. Foram entrevistados 21 pacientes. Inicialmente foi realizado o contato com a gerência do Hospital, antes de iniciarmos a pesquisa, e posteriormente a pesquisa foi apresentada aos Psicólogos responsáveis pelos dois setores de internação, o setor público e o setor privado. A pesquisa obteve apoio dos profissionais responsáveis no Hospital para o seu desenvolvimento. Foram utilizados os seguintes instrumentos de pesquisa, Inventário de Ansiedade e Fobia Social (SPAI) desenvolvido por Turner, Beidel e Dancu em 1989 e validado para o português em 2006 por Patrícia Picon, outro instrumento utilizado foi o Inventário de Ansiedade de Beck (BAI), cujo objetivo é avaliar a presença de sintomas ansiosos. Além destes instrumentos, utilizamos também o AUDIT (Teste para Identificação de Problemas relacionados ao Uso de Álcool) que visa identificar padrões de consumo de risco ou nocivo de álcool. Os resultados encontrados possibilitaram uma maior compreensão da fobia social e de suas implicações na vida dos sujeitos principalmente no tocante ao consumo de álcool. Os dados apontaram que mais de 70% dos entrevistados são alcoolistas, sendo que 13% dos alcoolistas apresentaram provável fobia social e 26% dos alcoolistas apresentaram um quadro possível de fobia social. Outro dado interessante refere-se ao fato de 28% dos entrevistados apresentarem um quadro de provável agorafobia. Deste modo, a pesquisa realizada observou a importância de aprofundar os estudos relacionados ao alcoolismo e à fobia social, levantar debates e discussões acerca do tema a fim de compreender melhor o curso de tais patologias e pensar formas mais eficazes de tratamento.

Palavra- chave: Fobia social, alcoolismo e comorbidade.

Pesquisador – P

Código da área - SOCIAL Psicologia Social

COMORBIDADE FOBIA SOCIAL E ÁLCOOL: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO. *Sabrina Maura Pereira***, *Débora Pereira Paiva***, *Francesca Stephan Tavares***, *Letícia Côrtes de Souza**, *Daniel Alexandre Gouvêa Gomes**, *Auxiliatrice Caneschi Badaró**, *Cinthia Silva Gonçalves**, *Lélio Moura Lourenço**** e *Telmo Mota Ronzani**** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG).

A fobia social, conhecida também como transtorno de ansiedade social, pode ser caracterizada como uma ansiedade excessiva diante de situações sociais ou de desempenho. Ela provoca reações emocionais e fisiológicas que conduzem à esquivas social, prejudicando a vida pessoal, acadêmica e profissional do indivíduo. Consta na literatura que a prevalência desse transtorno na população seja alta, e está associado com outras morbidades, como o abuso ou dependência de álcool, depressão, transtorno do pânico e outros. Estudos indicam que a comorbidade entre fobia social e álcool pode ser explicada pela teoria da auto-medicação, onde o indivíduo faz o consumo de álcool para amenizar a ansiedade excessiva. O presente estudo teve como objetivo realizar um levantamento bibliográfico sobre a fobia social e o abuso/dependência de álcool e analisar o conteúdo da produção encontrada. Realizou-se um levantamento das publicações a partir do cruzamento das palavras-chaves Fobia Social e Álcool entre os anos de 2006 e 2009, disponíveis nas bases de dados: Pubmed, PsycInfo e Web of Science. Foram selecionados e analisados 47 artigos sobre a temática estudada. A análise preliminar dos resumos desses artigos evidenciou que há uma prevalência de metodologia quantitativa, com 43 artigos publicados. Encontrou-se também um artigo bibliométrico da base de dados PubMed, um artigo de estudo de caso da base de dados PsycInfo e duas revisões bibliográficas. No que se refere ao número de publicações pelo primeiro autor, foi verificado que vinte e nove autores produziram um artigo cada e J. D. Buckner cinco artigos. Destaca-se essa autora, pois a maior parte de seus estudos utilizou método longitudinal e investigou a relação fobia social e álcool, e também outros aspectos como a influência da família, dos pares, o apoio social, os motivos e situações que levam a beber, os aspectos psicossociais e diferença de gênero, para melhor compreender a relação do transtorno de ansiedade social e o transtorno por uso de álcool. Pode-se observar também que nos artigos encontrados há uma prevalência dos autores utilizarem em seus métodos instrumentos para avaliarem a fobia social e o nível de consumo de álcool. Verificou-se ainda que os participantes dos estudos compunham-se de uma amostra diversificada como: população em geral; pessoas com transtornos de ansiedade e/ou alcoolistas; estudantes; e usuários de álcool. Nota-se que foram encontrados artigos que evidenciam que a ansiedade social pode aumentar os riscos de problemas relacionados com o álcool. Por fim, pode-se concluir que há uma necessidade de se estudar o tema para compreender se a fobia social precede o uso/abuso de álcool e também para verificar quais outros possíveis fatores estão relacionados, para traçar formas eficazes de tratamento proporcionando uma melhor qualidade de vida.

Palavra- chave: Fobia social, alcoolismo e comorbidade.

Pesquisador – P

Código da área - SOCIAL Psicologia Social

FOBIA SOCIAL E A TERAPIA COGNITIVA. *Lélio Moura Lourenço***, Débora Pereira Paiva**, Sabrina Maura Pereira** e Francesca Stephan Tavares** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG).*

A Fobia Social, segundo o DSM-IV (1994) caracteriza-se por ansiedade clinicamente significativa provocada pela exposição a certos tipos de situações sociais ou de desempenho, frequentemente levando ao comportamento de esquiva. O fóbico social tem sua vida comprometida em diversas esferas, tanto na vida profissional quanto na vida acadêmica e emocional. Em função da ansiedade disfuncional, muitas vezes o fóbico social apresenta dificuldades relacionais, problemas interpessoais e poucas habilidades sociais. O objetivo da presente pesquisa foi fazer uma revisão bibliográfica levantando os tratamentos mais referenciados na literatura atual para a fobia social na abordagem da terapia cognitiva. Para tanto, foi realizada uma pesquisa na base de dados Scielo. Os resultados encontrados indicaram que as técnicas cognitivas, adotadas em pacientes fóbicos sociais, mencionadas na literatura são estratégias de enfrentamento e exposição; relaxamento nos moldes proposto por Jacobson e relaxamento por meio de visualização; treino de habilidades sociais e técnicas de reestruturação cognitiva. Observou-se que a terapia enfatiza ensinar o paciente fóbico social a avaliar mais realisticamente a ameaça de perigo entre as situações e a avaliar e a fortalecer a sua capacidade de enfrentar situações ameaçadoras. Nesse sentido, as estratégias de enfrentamento constituem-se em uma maneira do terapeuta instrumentalizar o paciente para que ele possa vivenciar de modo funcional as situações temidas. A técnica cognitiva baseada na exposição pode ser imaginada e/ou presencial. Um dos modelos utilizado para explicar os efeitos terapêuticos da exposição é a extinção, ou seja, a desabilitação de uma resposta condicionada através da eliminação do reforço. No que se refere à técnica de relaxamento, ela objetiva a redução dos sintomas fisiológicos em situações provocadoras de ansiedade. As técnicas de relaxamento indicadas na literatura foram: relaxamento progressivo nos moldes de Jacobson, de relaxamento através de vocalizações e de relaxamento utilizando músicas tranquilizadoras. Já o treinamento de habilidades sociais visa à aquisição de novas habilidades, deve-se perceber quais são as maiores dificuldades do paciente e procurar fortalecer as habilidades deficitárias. Alguns exemplos citados de habilidades que podem ser treinadas são: cumprimentar as pessoas e receber cumprimentos; fazer e aceitar queixas; responder negativamente a um pedido; resolver conflitos; pedir favores; perguntar “porque” e expressar sentimentos. No tocante às técnicas de reestruturação cognitiva, elas contribuem para gerar pensamentos alternativos que substituam os pensamentos automáticos disfuncionais de maneira mais realista. Essa técnica deve ensinar aos pacientes identificar os seus pensamentos distorcidos que ocorrem nas situações sociais; também o estimula a procurar evidências favoráveis que refutem seus pensamentos mal-adaptativos; e substituí-los por outros mais positivos e adaptativos. Por fim, destacamos a importância da terapia cognitiva e sua eficácia no tratamento da fobia social. No entanto, ressalta-se a necessidade de utilizar instrumentos de avaliação validados como, por exemplo, Inventário de Ansiedade Beck, Inventário de Depressão Beck e Inventário de Habilidades Sociais, a fim de contribuir na formulação do caso, para que a técnica escolhida seja adequada.

Palavra-Chave: Fobia Social, Tratamentos, Terapia Cognitiva.

Pesquisador – P

Código da área - SOCIAL

A ANÁLISE FUNCIONAL DO COMPORTAMENTO COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA E INTERVENÇÃO NA PRÁTICA CLÍNICA.

O USO DA ANÁLISE FUNCIONAL DO COMPORTAMENTO COMO FORMA DE COMPREENSÃO DOS DIAGNÓSTICOS DE TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS: O EXEMPLO DA DISTÍMIA. *Caroline Guisantes De Salvo Toni* (Docente da Faculdade Dom Bosco, psicóloga clínica IEPAC- Curitiba- PR)

O desenvolvimento das teorias e técnicas psicoterápicas tem levado psicólogos a pautar sua atuação em evidências, ou seja, o processo psicoterapêutico assume características de pesquisa, visto que cada etapa do processo gera hipóteses que são testadas empiricamente para validar o diagnóstico e as estratégias de mudanças comportamentais. Nesse processo a psicoterapia analítico-comportamental utiliza como principal instrumento a análise funcional do comportamento, que permite testar hipótese a partir da manipulação de contingências. O processo de construção de hipóteses é um contínuo na psicoterapia: quando estas são apoiadas o processo mantém a linha de análise inicial, quando refutadas, imediatamente novas hipóteses são levantadas e testadas para nortear o trabalho. Diagnósticos baseados no DSM IV são uma constante na psiquiatria servindo para nortear a terapia medicamentosa, porém para a terapia analítico-funcional, apenas fornecem pistas a respeito dos comportamentos problemáticos, visto que uma descrição topográfica colabora pouco para modificar o comportamento. Neste contexto o psicólogo analítico-comportamental deve levantar hipóteses sobre as funções dos comportamentos que compõe o quadro de transtorno mental e assim compreender e investigar as contingências de aquisição e manutenção dos problemas, além de levantar possibilidades de alteração desses comportamentos. A distímia pode ser caracterizada resumidamente com base no DSM IV por humor cronicamente deprimido que ocorre na maior parte do dia por pelo menos 2 anos. A descrição colabora para o diagnóstico, mas o que levou esse quadro a construir-se e manter-se só é logrado a partir da análise funcional. O presente estudo relata o processo de diagnóstico comportamental de uma mulher de 40 anos, diagnosticada como distímica, em tratamento medicamentoso a 3 anos. Segundo a cliente, a medicação alivia sintomas como insônia e humor deprimido, porém suas condições de vida permanecem inalteradas. A partir da análise funcional pode-se verificar que a cliente emitia baixa frequência de comportamentos que lhe davam acesso a reforçadores sociais, devido ao baixo repertório social: permanece a maior parte do tempo sozinha, visto que as pequenas tentativas de exposição foram punidas na história de vida, levando a cliente a fortalecer auto-regras sobre a necessidade de baixa exposição como forma de preservação. As relações são em gerais superficiais, tendo em vista que a cliente quase não emite tatos a respeito de si. Frente a este ambiente pobre de reforçadores, fica sob controle de estímulos privados como pequenos desconfortos físicos, pensamentos de menos valia, e avaliações distorcidas de contingências passadas e atuais. Com pouco contato social, as oportunidades de eventos que eliciam emoções positivas, bem como a manutenção de comportamentos reforçados positivamente são baixas. Assim, como consequência natural do controle aversivo que vivencia, as respostas emocionais e fisiológicas relatadas como sintomas da distímia têm permanecido constantes na vida da cliente. Frente ao levantamento de funções dos comportamentos da cliente e rotulados como distímia dentro da psiquiatria foi possível elaborar um plano terapêutico visando o desenvolvimento de repertórios, testes de realidade, bem como exposição gradual da cliente a novos contextos reforçadores. Cada etapa do tratamento sempre pautado em testes de hipóteses que levaram a uma melhora significativa do quadro.

Palavras-chave: análise funcional, distímia, diagnóstico

Nível do trabalho: outro

Código da área: CLIN

COMPORTAMENTO-PROBLEMA NA INTERAÇÃO PAIS-FILHA: IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE FUNCIONAL DESSA RELAÇÃO PARA A CONDUÇÃO DO PROCESSO TERAPÊUTICO. *Danielle Martin Pereira**, *Fernanda Raphaella Mariano César**, *Ana Priscila Batista (UNICENTRO, Irati, PR)*

Durante o processo de terapia analítico-comportamental infantil, é feita a análise funcional em relação ao comportamento da criança, à interação com seus familiares e com os diversos contextos em que está inserida. Busca-se investigar as contingências de aquisição e manutenção dos problemas comportamentais, bem como formas de alterá-los no sentido de diminuir o sofrimento da criança e/ou da sua família. O presente trabalho tem por objetivo apresentar um estudo de caso clínico infantil que demonstra a importância de uma análise funcional consistente para a devida condução do processo terapêutico. A cliente L. (8 anos) foi encaminhada pela escola em que estudava com a queixa de não prestar atenção na aula e não fazer as atividades propostas em sala, o que influenciava em seu baixo desempenho acadêmico. Os pais também relataram que L. não obedecia quando a situação se referia ao cumprimento de ordens. A queixa foi investigada por meio de entrevistas com os pais, a professora e com a madrinha de L., além da observação durante a interação com a terapeuta. A partir das informações obtidas, foi delineada a análise funcional, segundo a qual, o principal problema de L. se referia a um déficit comportamental de seguir regras e de enfrentamento de situações problemáticas. Seu repertório basicamente se constituía por comportamentos reforçados negativamente, de fuga e esquiva, dada a prevalência de situações aversivas em seu contexto. Por exemplo, quando os pais pediam para L. fazer as tarefas escolares ou domésticas, ela dizia não e saía correndo. Diante disso, eles apenas riam e nada faziam. Provavelmente a emissão dos comportamentos requeridos não foi aprendida, pois os pais não relataram situações propícias para tal aprendizado, o que dificultou a emissão dos mesmos em outros contextos em que era exigido, como na escola. Quanto ao déficit de enfrentamento de problemas, percebeu-se que, em presença de alguma situação diante da qual L. não tinha a resposta-solução, ela também emitia o comportamento de fuga, pedindo para mudar a atividade ou distraíndo-se, por exemplo. Com a análise do comportamento dos pais, pode-se perceber que ambos apresentavam um repertório deficitário quanto a estabelecer regras adequadamente, supervisionar as atividades escolares, consequenciar positivamente os comportamentos adequados de L., demonstrar carinho e afeto, brincar com a filha, dentre outros que se referem a práticas parentais positivas. A madrinha era a única que apresentava coerência e consistência no estabelecimento de regras e, ao mesmo tempo, disponibilizava atenção e afeto à menina, no entanto, na época do processo de terapia conviviam pouco. A partir do entendimento de que o problema de L. relacionava-se à baixa frequência de interações positivas entre pais-filha e ausência de contingências positivamente reforçadoras que propiciassem o aprendizado dos comportamentos requeridos, como seguir ordens e enfrentar problemas, é que foi realizada a intervenção por meio de sessões de interação pais-filha, visando propiciar tais contingências e ensinar essas habilidades aos pais. Assim, fica clara a importância de uma análise funcional consistente, baseada em diversas fontes de informação, para melhor condução do processo terapêutico, com maiores chances de obter resultados positivos.

Palavras-chave: terapia analítico-comportamental infantil; análise funcional do comportamento; interação pais-filha.

Nível do trabalho: Outro - trabalho de graduação

Código da área: CLIN

A ANÁLISE FUNCIONAL APLICADA A PSICOTERAPIA INFANTIL. *Gabriela Mello Sabbag (Docente FACEL e psicóloga clínica IEPAC- Curitiba-PR)*

Este estudo apresenta a proposta de diagnóstico e de intervenção terapêutica formulada a partir da análise funcional do comportamento. Trata-se do atendimento a uma família, na qual a mãe e o pai buscaram a psicoterapia para confirmar ou não o diagnóstico de autismo do filho de quatro anos. O objetivo inicial da psicoterapia foi investigar se os comportamentos apresentados pela criança realmente caracterizavam o transtorno de autismo, assim como verificar as contingências que mantinham esses comportamentos. Num segundo momento foram aplicadas as estratégias de mudança das contingências familiares e escolares. O início do processo psicoterapêutico se deu através de entrevistas com os pais, de observação do comportamento da criança no consultório e na escola, e entrevistas com a diretora e com duas professoras. Os pais relataram que a criança tinha comportamentos de interação social, como conversar olhando para os olhos das pessoas, cantar e brincar. No entanto, os mesmos estavam preocupados pelo fato da diretora da escola ter afirmado que o filho tinha autismo. Este diagnóstico foi dado pelo fato do menino apresentar comportamentos tais como gritar e ao mesmo tempo se contorcer, e em seguida sair correndo para fora da sua sala de aula. Outro comportamento relatado foi que ele cantava músicas inteiras em inglês, o que levou a diretora concluir que ele tinha autismo. A partir das entrevistas e da observação, as quais foram analisadas funcionalmente, isto é, considerando as interações entre a criança e os demais participantes, conclui-se que os comportamentos que levaram ao diagnóstico de autismo, eram comportamentos opostos que estavam sendo reforçados. A análise funcional mostrou que havia estímulos antecedentes ao comportamento oposto e conseqüências que mantinham este comportamento. As observações no ambiente escolar mostraram que quando a professora passava uma atividade em sala de aula (estímulo antecedente), a criança chorava e gritava (comportamento), em seguida era retirada deste ambiente e encaminhada para a outra sala, a turma dos bebês, na qual estava a sua professora do ano anterior (conseqüências). Neste outro ambiente a criança parava de chorar e auxiliava a professora. O que levou a conclusão de que os comportamentos de chorar e gritar estavam sendo reforçados. No entanto, tais comportamentos não caracterizam um transtorno autista. A partir desta constatação, foram propostas e criadas alternativas em conjunto com os pais e com os profissionais da escola para a mudança de contingências. Foram investigadas as situações que agiam como reforçadores positivos para a criança e a sua aplicação em sua sala de aula, com o intuito de estimular as habilidades sociais e acadêmicas da criança. Procedimento que se mostrou efetivo, tendo em vista que a criança passou a participar das aulas e os comportamentos opostos diminuíram de frequência. Neste sentido, pretende-se destacar a necessidade da análise funcional para a compreensão, para o planejamento e para a avaliação da intervenção em psicoterapia.

Palavras-chave: análise funcional, diagnóstico, psicoterapia infantil

Nível do trabalho: outro

Código: CLIN

INTERVENÇÃO NO PROCESSO TERAPÊUTICO INFANTIL. *Olivia Justen Brandenburg (Universidade Positivo; Faculdades de Administração Ciências, Educação e Letras – Curitiba-PR)*

De acordo com a Análise do Comportamento, ciência proposta por Skinner, comportamento se define pela interação entre o organismo e o ambiente. Assim, a única forma de modificá-lo é pela alteração das contingências que o controlam, ou seja, alterações das relações de dependência entre o organismo e as variáveis ambientais que exercem função sobre ele. Esta é a visão do terapeuta analítico-comportamental na sua prática clínica. Com base nesta concepção do ser humano, o presente trabalho visa fazer a apresentação de um caso clínico, destacando os procedimentos utilizados no processo de intervenção da terapia infantil. Primeiro, serão descritos os principais dados do caso e, na seqüência, haverá discussão sobre como foi realizado o manejo clínico para modificar o comportamento da criança. O caso é de um menino, Raú (nome fictício), de 6 anos, filho mais novo de um casal que tinha 3 filhos. Raú entrou na escola com 5 anos e desde o início não falava com ninguém neste local. Por este motivo, foi encaminhado para terapia pela pedagoga da instituição. Diante da queixa, a terapeuta coletou dados com a família e com a professora, e após algumas sessões de avaliação com o menino, realizou análise funcional do comportamento de Raú para compreender quais variáveis controlavam seu comportamento: como Raú falava e se comunicava normalmente em casa, mas não o fazia em ambientes estranhos, compreendeu-se que a ausência da fala na escola devia-se a algum evento aversivo ocorrido neste contexto, gerando medo e insegurança. Este padrão de Raú ocorria também em função da superproteção da mãe, a qual recebeu orientações durante todo o processo terapêutico. A análise funcional norteou o planejamento da seguinte intervenção clínica: 1) primeira etapa de estabelecimento de vínculo afetivo entre terapeuta e cliente, para que Raú se sentisse seguro; 2) segunda etapa com o uso de brincadeiras e jogos que exigiam algum tipo de fala para serem executados, havendo de início reforçadores artificiais para cada manifestação de fala, até que a criança discriminasse os reforçadores naturais da interação com comunicação oral; 3) terceira etapa de implementação de estratégias para generalização do comportamento adequado. Como resultado, Raú apresentou gradativamente mudanças significativas. Começou a falar com pouca frequência e a cada sessão foi aumentando a quantidade de falas. As primeiras falas eram sussurros no ouvido da terapeuta e aos poucos tiveram tom de voz aumentado. Ao final, a criança não falava apenas em situações que o exigiam, mas tinha iniciativa nas conversações. Tais resultados positivos passaram a aparecer também no cotidiano de Raú. A mãe relatou que o filho estava mais sociável com seus primos e amigos e que tinha começado a sussurrar com a professora na escola. Portanto, observou-se que a intervenção baseada em contingências reforçadoras realizada no consultório clínico facilitou o processo de modificação de comportamento da criança.

Palavras-Chave: Terapia infantil, Intervenção, Análise do comportamento.

Nível do trabalho: P

CLIN

A ANÁLISE FUNCIONAL COMO REQUISITO PARA INTERVENÇÃO EM UM CASO DE OBESIDADE. *Esther de Matos Ireno (Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Universidade Presidente Antônio Carlos - Barbacena, MG)*

Este trabalho tem como objetivo apresentar a utilização da análise funcional do comportamento como instrumento para avaliação e intervenção em um caso de compulsão alimentar e obesidade. A análise funcional tem sido vista como estratégia de avaliação e método de intervenção a ser utilizada pelos terapeutas analítico-Comportamentais. Como estratégia de avaliação busca especificar as variáveis das quais o comportamento é função, levando-se em conta três grandes conjuntos de variáveis: biológicas, ontogenéticas e culturais. Como método de intervenção tem sido utilizada para produzir autoconhecimento no cliente, a fim de que o mesmo possa identificar quais variáveis antecedentes e consequentes controlam seu comportamento, deixando-o em melhor condição para mudar seu próprio comportamento, ou seja, exercer o autocontrole. A cliente, com 34 anos, estudante universitária, morava com os pais, buscou terapia para mudar seus hábitos alimentares. Ela estava pesando 134 kg e apresentava diversos problemas de saúde devido a obesidade, tais como hipertensão arterial e osteoarticulares, além de dificuldades para relacionar-se socialmente. Relata que já havia feito terapia com profissionais de outras abordagens sem obter resultados com relação ao hábito alimentar e sobrepeso procurando, por isso, uma terapeuta comportamental. Nas primeiras sessões a cliente afirmava que comia porque sentia prazer e que não havia relação com suas emoções, apesar de sentir-se ansiosa e deprimida. A terapeuta pediu para que a mesma preenchesse, diariamente, uma folha onde deveriam ser registradas informações acerca do seu hábito alimentar: hora, alimento e quantidade, local e pessoas presentes, sentimentos, grau de ansiedade, pensamentos, se tentou parar de comer e se conseguiu fazê-lo. Em algumas semanas a cliente começou a discriminar que o hábito de comer estava funcionalmente relacionado aos seus sentimentos. Quando sentia-se ansiosa e/ou deprimida comia compulsivamente, até sentir-se aliviada. Portanto, terapeuta e cliente perceberam que o foco da terapia não seria, a princípio, o comportamento de comer e sim as situações que a deixavam ansiosa e/ou deprimida. As principais dificuldades da cliente estavam relacionadas à relação familiar, principalmente com os pais e uma irmã. Apesar de ter um bom repertório geral de habilidades sociais, tomada de decisão e resolução de problemas, no convívio familiar este repertório mostrava-se deficiente. Por outro lado, devido à obesidade, ela havia se isolado socialmente, sendo sua principal forma de relação a família. Realizaram-se intervenções a fim de promover o autoconhecimento e o desenvolvimento de habilidades para enfrentamento de situações problemas com os pais e a irmã, diminuindo, assim, sentimentos aversivos como ansiedade e depressão. Também buscou-se aumentar a variabilidade comportamental da cliente a fim de que ela obtivesse reforçadores de outras fontes que não as familiares. Após 2 anos de terapia começou-se a trabalhar, finalmente, os hábitos alimentares. A intervenção foi realizada com sucesso, alcançado uma redução significativa de peso. Este trabalho mostra a importância da avaliação funcional como pré-requisito não só para o terapeuta escolher qual (quais) técnicas utilizar, assim como para que o próprio cliente identifique as condições que levam aos comportamentos que lhe trazem sofrimento.

Palavras-chave: Análise Funcional do Comportamento, Obesidade, Terapia Analítico-Comportamental

Nível do Trabalho: Outro

Código da área: CLIN (Psicologia Clínica e da Personalidade)

CONJUGALIDADE E PARENTALIDADE NA CONTEMPORANEIDADE: DINÂMICAS INTERNAS E FATORES SOCIOCULTURAIS.

A CONJUGALIDADE DOS PAIS E A OPÇÃO PELA NÃO CONJUGALIDADE DOS FILHOS: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS. *Sandra Aparecida Serra Zanetti** (Doutoranda do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP e Laboratório Casal e Família: clínica e estudos psicossociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP) e Isabel Cristina Gomes (Professora Livre-Docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP).*

Na literatura psicanalítica de família, a conjugalidade funda-se na escolha amorosa inconsciente dos cônjuges ligada à trama inconsciente familiar dos sujeitos. Nas famílias as histórias passadas dos pais se misturam com as histórias presentes e são transmitidas aos filhos, e assim a conjugalidade dos pais reflete no desenvolvimento afetivo-sexual dos filhos e nos padrões de relacionamento que se estabelecem na família. Contudo, estudos recentes ressaltam que além desses componentes herdados através dessa transmissão psíquica geracional, o contexto sociocultural e econômico, marcado por um acelerado processo de mudanças, também interfere na constituição subjetiva dos indivíduos e em diversas esferas de suas vidas, inclusive no processo de constituição de uma escolha afetiva e constituição de conjugalidade. A instabilidade gerada pelas mudanças em nível global acarreta em perda de referências estáveis e interfere no sentimento de segurança e confiança dos indivíduos contemporâneos, que tendem a estabelecer laços frouxos, por consequência, e a manter um padrão de vida muito mais voltado para a realização individual. Nesse contexto, o presente estudo visou analisar a interferência da transmissão psíquica geracional, no que se refere à avaliação do relacionamento conjugal dos pais, e do contexto sociocultural e econômico em indivíduos heterossexuais, na faixa etária de 25 a 35 anos, cuja opção é de não ter um relacionamento amoroso compromissado. Utilizou-se metodologia clínico-qualitativa através de entrevistas semidirigidas no estudo de dois casos, de ambos os sexos, cuja análise dos dados contou com o embasamento teórico da psicanálise de família. Os resultados apontam que apesar de possuírem histórias diversas, os participantes não demonstraram aprovação com relação ao modo como seus pais construíram a conjugalidade. No primeiro caso, a participante de 25 anos relata que seus pais se casaram em função de sua mãe ter engravidado aos 18 anos e que por serem muito imaturos e pela falta de tempo para investir na carreira, acabaram tendo um relacionamento que ela não considera bom o suficiente, tanto que se separaram quando ela tinha 19 anos. No segundo caso, o participante com 34 anos relata que seu pai foi pouco presente, com problemas de alcoolismo, que eram bem pobres quando ele era criança e que sua mãe foi sempre muito rígida e agressiva, fatores que prejudicaram não somente o casamento dos pais, como o modo como educaram os filhos, segundo ele. No entanto, é notável a ênfase que ambos dão para o fator profissional: em seus relatos está muito presente a necessidade de estruturarem-se profissionalmente antes de pensar num relacionamento estável porque sentem as condições atuais de vida muito instáveis e não querem repetir o que consideram erros de seus pais. Estes dados comprovam a literatura quanto ao fato dos jovens atualmente priorizarem a realização individual, mantendo perspectivas de vida ligadas à autonomia, à independência e à satisfação pessoal, denotando a influência do contexto sociocultural e econômico na construção da conjugalidade, concomitante à interferência da transmissão psíquica.

Apoio Financeiro: CAPES e FAPESP.

Palavras-Chave: conjugalidade; laço social; relações entre gerações.

Nível do Trabalho: D

Código da área de pesquisa: FAMI.

O PAI QUE REQUER NA JUSTIÇA O DIREITO PELA OBTENÇÃO DA GUARDA DOS FILHOS. *Carlos David de Freitas (Psicólogo Judiciário do Fórum da Comarca de Marília-SP)*

Na contemporaneidade, é cada vez mais crescente o número de separações conjugais, e em geral, a guarda dos filhos é concedida à mãe. Esta pesquisa objetivou investigar a tendência do aumento das ações de modificação de guarda requerida pelo pai, entre os anos de 2002 e 2007, no Fórum da comarca de Marília-SP. Para tal investigação, utilizamos o método de análise documental, em que livros de registros e processos da natureza referida foram analisados. Por tratar-se de uma abordagem psicojurídica, consideramos importante a apresentação de um breve histórico dos aspectos legais com relação à guarda dos filhos menores. O primeiro código civil brasileiro entrou em vigor no ano de 1916 e naquela ocasião era permitido o desquite judicial. Quando os ex-cônjuges não entravam em acordo com relação à guarda dos filhos, o critério estabelecido para resolver a situação legalmente era o de conceder a guarda para o cônjuge inocente, ou seja, aquele que não provocou a separação, ficando desprovido deste direito o cônjuge considerado culpado. A culpa nessa situação era compreendida e interpretada por questões de ordem moral. No caso dos dois serem culpados, a mãe teria o direito de ficar com a guarda das filhas menores e com os filhos até os seis anos de idade, quando então os meninos passariam a ficar sob a guarda do pai. Em 1962, ficou estabelecido que sendo os ex-cônjuges culpados pela separação, e não havendo concordância com relação à guarda dos filhos, estes ficariam sob a guarda da mãe, o que favoreceu a posição da mulher. Em 1977, entrou em vigor a lei do divórcio, e nela prevaleceu que os filhos menores ficariam com o cônjuge que não deu causa a separação, e sob os cuidados da mãe quando os dois fossem considerados culpados. O código civil de 2002 trouxe modificações importantes nos critérios anteriormente estabelecidos, pois a questão da culpabilidade deixou de ser fator determinante para a escolha do guardião dos filhos, passando a guarda a ser atribuída para aquele que revelar melhores condições para exercer esta função. Uma pesquisa realizada pelo IBGE no ano de 2007 mostrou que dos 89,1% dos divórcios ocorridos, a responsabilidade da guarda pelos filhos menores foi concedida para a mãe, ou seja, apenas 10,9% foram concedidas para o pai. No tocante à pesquisa realizada no Fórum da cidade de Marília, com 250.000 habitantes, localizada há 450 km da cidade de São Paulo, obtivemos os seguintes resultados: entre os anos de 2002 e 2007, foram peticionados 332 requerimentos, dos quais 55 foram considerados procedentes. Os resultados obtidos indicaram que com o código civil vigente há uma tendência de crescimento no número de ações de modificação de guarda requerida pelo pai, que busca na justiça o direito de exercer o papel de guardião dos filhos.

Palavras chaves: separação, divórcio, modificação de guarda.

Nível de trabalho: P

Código da área de pesquisa: FAMI

UM ESTUDO SOBRE O EXERCÍCIO DA HOMOPARENTALIDADE. *Brunella Carla Rodriguez** (Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, do IPUSP, São Paulo, SP) e Maria Lucia de Souza Campos Paiva (Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP).*

A família vem sofrendo diversas transformações e tem se apresentado de inúmeras formas, questionando o modelo tradicional e nos fazendo repensar seu sentido. Entre as novas configurações familiares encontra-se o crescente número de famílias monoparentais, reconstituídas e homoparentais. A multiplicidade de formas reveladas pela família hoje exige flexibilidade e compreensão diante dos distintos laços que as estruturam. Pesquisas sobre a homoparentalidade e suas representações vêm ganhando visibilidade e apontam um momento de experimentação e construção de novas maneiras de se relacionar, perpassando questões como vivência de papéis e funções, além das influências por parte da sociedade e redes de apoio geral (família e comunidade). Este trabalho discorre sobre a configuração homoparental, que é a situação em que ao menos um adulto homossexual assume a parentalidade de uma criança. Este estudo é fruto do trabalho de conclusão de curso de graduação de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. O objetivo deste é apresentar o resultado de uma pesquisa realizada com dois casais homossexuais com filhos. Buscou-se investigar o exercício da homoparentalidade, focando as possíveis especificidades existentes no relacionamento parental homossexual, bem como compreender o olhar dos pais com relação a seus papéis parentais. Foi utilizado o método clínico-qualitativo e os dados foram coletados e registrados em campo, através de entrevista semi-dirigida e Desenhos de Família com Estórias. As análises foram feitas com base no referencial psicanalítico. Percebeu-se que as famílias homoparentais se diferenciam de outras configurações pelo preconceito sofrido, falta de apoio e aceitação das famílias de origem e círculos sociais. A ausência de redes sociais de apoio apareceu na pesquisa como fator chave, afetando e dificultando o exercício da parentalidade. De forma geral, notou-se que as famílias homoparentais possuem suas especificidades, mas, como outras configurações familiares, também passam por dificuldades e conflitos. O esclarecimento acerca da homoparentalidade visa facilitar a construção da parentalidade, permitindo o seu exercício de forma harmoniosa. A multiplicidade de formas revelada pela família hoje exige flexibilidade para assegurar que posições pré-concebidas ou preconceituosas não prejudiquem a compreensão dos distintos laços que estruturam as famílias. É urgente a necessidade de compreensão e flexibilidade diante dos novos formatos familiares, além de uma nova ética para essas novas configurações familiares, garantindo dessa forma a igualdade de direitos humanos. É de grande importância a reflexão acerca do que necessitam as famílias homoparentais e como a psicologia pode auxiliar, com seu olhar reflexivo e posturas clínicas mais flexíveis e livres de preconceitos diante de diferentes manifestações familiares.

Palavras-chave: homoparentalidade; família; papéis parentais.

Nível de trabalho: M

Código da área da pesquisa: FAMI

QUANDO CONJUGALIDADE E PARENTALIDADE PARECEM INCOMPATÍVEIS: A DECISÃO DE CASAIS POR NÃO TER FILHOS. *Maria Galvão Rios** (Laboratório Casal e Família: clínica e estudos psicossociais, Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP) e Isabel Cristina Gomes (Laboratório Casal e Família: clínica e estudos psicossociais, Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP).*

Cresce na sociedade contemporânea, o que inclui a realidade brasileira, a possibilidade de escolha e de controle sobre a reprodução. Dentre os fenômenos que se verificam, encontram-se o adiamento da maternidade para idades cada vez mais avançadas, bem como a escolha por não ter filhos. Fatores como o desenvolvimento de métodos anticoncepcionais cada vez mais seguros, a inserção das mulheres nas esferas do trabalho, conhecimento e produção, assim como as transformações nos conceitos de conjugalidade e parentalidade, tanto a partir do ponto de vista social quanto psíquico, são determinantes na configuração de tal realidade. O levantamento bibliográfico sobre o tema aponta para a conclusão de que casais sem filhos por opção tendem a apresentar uma satisfação conjugal maior do que aqueles com filhos. O objetivo desse estudo foi o de refletir sobre as motivações conscientes e inconscientes que levam casais a optar por não ter filhos. A pesquisa, de metodologia clínica-qualitativa e de abordagem psicanalítica, teve como sujeitos três casais, sem filhos por opção, com idades entre 35 e 45 anos, casados ou em união estável há pelo menos quatro anos e com escolaridade superior a oito anos, que não estivessem em processo psicoterápico. Os instrumentos utilizados foram entrevista semi-dirigida – realizada com o casal - e aplicação das pranchas 1, 2, 4, 5, 7MF, 10 e 16 do TAT – Teste de Apercepção Temática, realizada individualmente. No que diz respeito às motivações declaradas pelos casais pesquisados, dentre outras, chamou a atenção o valor dado à conjugalidade, com a crença de que filhos atrapalhariam ou impossibilitariam a manutenção de um vínculo conjugal sentido como satisfatório. A análise psicanalítica dos vínculos conjugais mostrou uma pluralidade, sendo verificadas diferentes configurações dentre os casais pesquisados, embora todos estabelecessem um casamento nos termos pós-modernos, em que a mulher possui várias possibilidades além do trabalho doméstico e da maternidade. A conclusão da pesquisa apontou para o fato de que a escolha pela não-parentalidade é multideterminada, podendo envolver diferentes níveis de ambivalência ou de conflito, assim como variadas maneiras de lidar com eles. Ao se abordar o tema específico da prioridade dada à relação conjugal em detrimento da parentalidade, declarado por todos os participantes, verificou-se que, nos casais que apresentavam vínculos pouco flexíveis tal declaração assumia um significado mais defensivo. Já nos casais com vínculos mais saudáveis e propiciadores de desenvolvimento, tal afirmação mostrou-se autêntica, havendo de fato um investimento em uma conjugalidade sentida como cada vez mais satisfatória, decorrente da opção por não ter filhos. Mais do que uma declaração ou uma escolha tomadas isoladamente, cabe uma análise em profundidade dos fatores que levam a tal decisão, e o uso mais ou menos criativo que se faz dela na construção da conjugalidade.

Apoio financeiro: CAPES

Palavras-chave: conjugalidade; não-parentalidade; psicanálise.

Nível do trabalho: M

Código da área de pesquisa: FAMI

CONJUGALIDADE E PARENTALIDADE: UM ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO SOBRE SINTOMAS DE AGRESSIVIDADE EM CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES. *Laura Fernandes Merli** (Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do IPUSP, São Paulo, SP) e Isabel Cristina Gomes (Coordenadora do Laboratório Casal e Família: Clínica e Estudos Psicossociais, IPUSP, São Paulo, SP)*

Com o avanço das pesquisas clínicas na área de Família e Casal, diversos estudos enfatizam a relação entre os sintomas dos filhos e a dinâmica familiar e/ou conjugal, questionando o encaminhamento terapêutico mais adequado a cada caso. Existem também pesquisas que comprovam grande incidência da queixa de agressividade infantil na busca por atendimentos psicológicos. Desta forma, este estudo tem por objetivo compreender a influência dos conflitos conjugais nos comportamentos agressivos de crianças pré-escolares. Atendo-se à interface da conjugalidade com a parentalidade, investiga-se a possibilidade de interferência da dinâmica conjugal na vivência parental, a partir de modelos transmitidos pelas famílias de origem, na etiologia de alguns sintomas dos filhos. Por conjugalidade entende-se um tipo de vinculação construído a partir da intimidade do casal, que sofre modificações com a chegada dos filhos, provocando o surgimento das identidades parentais. A amostra foi retirada de uma pesquisa realizada na Clínica Psicológica da Universidade Presbiteriana Mackenzie para o trabalho de conclusão do curso de graduação em Psicologia. Foram selecionados 14 prontuários de atendimento em Psicoterapia Breve Infantil, de crianças com idade entre 04 a 06 anos que continham como queixa principal a agressividade. Observou-se o histórico de vida e a compreensão psicodinâmica, tanto dos pais quanto das crianças, para análise quantitativa e qualitativa dos dados, a partir do referencial psicanalítico. Os resultados apontam seis casos de separação, sendo que quatro destes por motivos de agressividade na relação conjugal. Outros seis prontuários descrevem ausência de diálogo entre o casal, sendo que em cinco deles, as mães relatam a presença de comportamentos agressivos na relação conjugal. Estes resultados apontam, na maioria dos casos, uma dinâmica conjugal conturbada, permeada por comportamentos agressivos. Em onze prontuários, as mães relatam que os pais destas crianças são agressivos e em seis se descrevem como agressivas, denotando a presença de agressividade no exercício dos papéis parentais. Sobre a família de origem destes pais, em nove prontuários existem referências a pais (avós) agressivos: em seis casos são descritas as avós como agressivas e em cinco os avós considerados agressivos; desse modo podemos inferir a repetição de um padrão de comportamento agressivo transmitido geracionalmente. Entre os ex-casais, nos quatro prontuários em que o motivo da separação é justificado pela agressividade entre os parceiros, todas as mães se descrevem como agressivas. Conclui-se que, mesmo nos casos em que possivelmente essas mulheres tentam romper com este padrão de agressividade na relação conjugal, ele continua presente na relação parental. Constata-se com este trabalho a existência de um padrão de comportamento agressivo transmitido geracionalmente, bem como a presença deste modelo de funcionamento na conjugalidade influenciando diretamente a parentalidade. Entretanto, é necessário apontar as limitações desse tipo de estudo que não permite um maior aprofundamento na compreensão do mecanismo desta transmissão psíquica e nem nas possibilidades para romper e/ou interromper este legado geracional.

Apoio Financeiro: CAPES

Palavras-chave: Conjugalidade, parentalidade, transmissão psíquica.

Nível de trabalho: M

Código da área da pesquisa: FAMI

EVOLUÇÃO E COGNIÇÃO: IMPREVISIBILIDADE E CONTEXTOS DE VIDA.

INVESTIMENTO PARENTAL, DISPONIBILIDADE DE RECURSOS E IMPREVISIBILIDADE. *Tiago Carlos Zortéa** e Rosana Suemi Tokumaru (Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES).*

Prevê-se, a partir da teoria do investimento parental, que o investimento variará em função da relação custos/benefícios do investimento para a aptidão dos pais. Fatores como a certeza de parentesco, qualidade do filhote, disponibilidade de recursos e disponibilidade de parceiros podem afetar esta relação. A teoria da história de vida prevê que a estabilidade do ambiente afeta a programação e a duração de marcos do ciclo vital como maturação sexual, número de infantes por ninhada e investimento parental. Ambientes estáveis levariam a estratégias que privilegiassem menor número de filhos e maior investimento parental em cada um. A Psicologia Evolucionista prevê, baseada na relação acima, que a estabilidade do ambiente influencia a preferência individual pelo adiantamento da obtenção de recompensas, denominada de taxa de desconto do futuro. A taxa de desconto tende a aumentar com a instabilidade já que a incerteza sobre a obtenção destas também aumenta. A partir destas teorias hipotetizamos que a disponibilidade de recursos financeiros influenciaria o investimento parental e a taxa de desconto do futuro. Investigamos mães de crianças de até 9 anos de dois grupos de renda: 1) até R\$ 700,00 (n=39); 2) mais de R\$ 3000,00 (n=38). Perguntamos o quanto participavam de atividades de cuidado com seus filhos e o quanto julgavam que pai, irmãos, parentes e não parentes participavam. A taxa de desconto do futuro foi avaliada oferecendo-se dilemas nos quais se poderia escolher um valor x a ser ganho no dia seguinte ou um valor y (mais alto) a ser ganho após um período de tempo. As mães do grupo 2 diferiram significativamente das mães do grupo 1 apresentando menor número médio de relacionamentos com moradia comum e de filhos, maior investimento materno e paterno e menor investimento de outros parentes. Não diferiram quanto à participação dos irmãos e dos não parentes e à taxa de desconto do futuro. Houve correlação significativa positiva entre o investimento materno e paterno. Houve correlação negativa entre o investimento paterno e de parentes. O investimento materno correlacionou-se positivamente com a idade da mãe e negativamente com sua expectativa de vida. Esta se correlacionou positivamente com o grau de conflito com os filhos e, negativamente, com a qualidade da vida atual. O investimento dos irmãos correlacionou-se positivamente com a idade materna, o número de filhos e a avaliação materna da proximidade com os filhos. Os resultados indicam que houve influência da renda no investimento parental na direção prevista: a limitação de recursos correlacionou-se ao maior número de relacionamentos e de filhos e à diminuição de investimento. No entanto, não identificamos maior taxa de desconto nas mães do grupo de menor renda. Uma possível interpretação é que a menor disponibilidade de recurso não indica necessariamente instabilidade do ambiente. No entanto, a expectativa de vida parece refletir a percepção de estabilidade dada sua relação negativa com o investimento materno e à qualidade de vida e positiva com o grau de conflito materno-filial.

Bolsa CNPq para T.C.Z. Apoio financeiro CNPq Processo 420038/2005-1.

Palavras-chave: parentalidade; imprevisibilidade; renda.

M

DES

IMPREVISIBILIDADE FAMILIAR, PROPENSÃO AO RISCO E DESCONTO DO FUTURO. *Anna Beatriz Carnielli Howat-Rodrigues** (Universidade Federal do Espírito Santo), Rosana Suemi Tokumaru (Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento – Universidade Federal do Espírito Santo) e Carolina Alves Lima* (Universidade Federal do Espírito Santo).*

A decisão por ganhos imediatos em lugar de benefícios em longo prazo e a propensão a comportamentos de risco têm sido vistos como comportamentos “impulsivos”. Para a perspectiva evolucionista, todavia, o risco e o adiantamento de ganhos dependem da certeza sobre os resultados das ações e da garantia de obtenção dos recursos. O aumento da incerteza levaria à preferência pelo adiantamento dos ganhos e maior propensão ao risco como forma de garantir a obtenção dos recursos. Nosso objetivo foi investigar a relação entre dimensões de imprevisibilidade familiar na infância, propensão ao risco e desconto do futuro. Participaram deste estudo 3 grupos: a) 149 homens e 9 mulheres que respondiam a processo criminal e haviam passado pela prisão (idade média = 34,23 anos); b) 108 homens e 14 mulheres estudantes universitários (19,26 anos) e c) 114 mulheres com mais de 40 anos de idade e escolaridade a partir de ensino médio (51,19 anos). Utilizou-se como instrumentos as Escalas de Imprevisibilidade Familiar (EIF) e de Propensão ao Risco (EPR), além de procedimento de escolhas monetárias para avaliar a taxa de desconto do futuro. Das 16 correlações (Pearson) possíveis entre a EIF e a EPR, 10 foram significativas. A taxa de desconto do futuro correlacionou-se positivamente com imprevisibilidade de recursos financeiros e negativamente com risco social. Os resultados indicaram relação parcial entre os constructos de risco e imprevisibilidade, todavia, baixa relação com a taxa de desconto do futuro. Os grupos diferiram em relação ao desconto do futuro (ANOVA), propensão ao risco (retirados os efeitos da renda, MANCOVA) e imprevisibilidade familiar na infância (retirados os efeitos da idade e da renda, MANCOVA). Em relação ao desconto do futuro, os adultos em conflito com a lei apresentaram significativamente maiores médias que os outros dois grupos. Nas variáveis de risco, mulheres diferenciaram-se dos outros dois grupos no risco de saúde/segurança e no risco de abuso de substâncias apresentando as menores médias. Jovens se diferenciaram dos outros dois grupos no risco em investimentos financeiros apresentando as maiores médias enquanto no risco em relações sociais todos os grupos foram significantemente diferentes com maiores médias para os jovens e menores para os adultos em conflito com a lei. Nas variáveis de imprevisibilidade, os grupos apresentaram diferenças significativas em relação à imprevisibilidade de disciplina sendo que jovens apresentaram as maiores médias e adultos em conflito com a lei apresentaram as menores. Na imprevisibilidade de recursos financeiros todos os grupos diferenciaram-se com maiores médias para adultos em conflito com a lei e menores médias para os jovens. Apesar da baixa correlação do desconto do futuro com outras variáveis, o grupo que exibiu maiores médias de imprevisibilidade, também foi aquele com maiores taxas de desconto do futuro, indicando alguma relação entre estas variáveis, principalmente no domínio de recursos financeiros. Variáveis de risco, todavia, comportaram-se de maneira não esperada com a imprevisibilidade e o desconto confirmando a complexidade do constructo e a influência de variáveis não investigadas neste estudo.

Agência Financiadora: FAPES; Bolsas de pesquisa: FAPES e CAPES

Palavras chave: imprevisibilidade, risco, Psicologia Evolucionista.

M

DES

PROPENSÃO AO RISCO RELACIONADA A CICLO VITAL E GÊNERO.

*Eulina da Rocha Lordelo, Carla Fiaes**, Rachel Coelho Ripardo**, Samai Alcira Cunha**, Sâmia de Carliris Oliveira Barbosa**, Talita Papas (Universidade Federal da Bahia, Salvador, Ba) e Aline Campos (Fundação Baiana para Desenvolvimento das Ciências, Salvador, Ba).*

Muito da literatura sobre fenômenos como atitude ou propensão a risco sugere que esses conceitos descrevem escolhas individuais e que as pessoas variam na aversão ou propensão a assumir riscos segundo um continuum, como resultado de fatores de personalidade. Entretanto, alguns estudos têm demonstrado que os indivíduos não procuram ou evitam riscos de forma consistente ao longo de diferentes domínios, o que requer novos níveis de explicação. Na perspectiva da psicologia evolucionista, a propensão ao risco pode ser estudada a partir das seguintes hipóteses: (1) as pessoas fazem escolhas de risco em diferentes domínios de tarefas e (2) as pessoas fazem escolhas de risco em diferentes estágios de vida, com fortes diferenças entre homens e mulheres. Resultados de estudos nos Estados Unidos têm confirmado algumas dessas hipóteses mas, uma vez que as condições ambientais são um importante fator a moldar as estratégias do ciclo vital, é necessário investigar o problema em diferentes contextos, em sentido ecológico e cultural. Assim, esta pesquisa teve como objetivo verificar se gênero e circunstâncias do ciclo vital afetam a propensão ao risco nas dimensões percepção, atratividade e probabilidade de engajamento, e em diferentes domínios de relevância evolucionária. O estudo contou com a participação de 135 homens e 221 mulheres baianos, com escolaridade mínima média e idade entre 18 a 62 anos. Uma escala de propensão do risco com 15 itens foi traduzida e adaptada para as condições brasileiras. Os participantes responderam a essa escala e forneceram informações sócio-demográficas, inclusive sobre história de vida: sexo, idade, estado civil, status parental, objetivo reprodutivo, número de irmãos, ordem de nascimento e expectativa subjetiva de vida. Foram realizadas análises descritivas e comparação de médias de grupos, com teste ANOVA. Os resultados sugerem que homens e mulheres diferem em todas as dimensões investigadas – percepção, atratividade e probabilidade de engajamento em situações de risco. No entanto, a propensão geral ao risco é bastante diferenciada entre os diversos domínios, consistente com a perspectiva evolucionária e a teoria da história de vida. No que diz respeito às variáveis de história de vida, verificou-se que situação conjugal, idade e número desejado de filhos afetam modestamente percepção, atratividade e engajamento em situações de risco. Pessoas solteiras mostraram-se mais atraídas e propensas a se envolver em atividades de risco na dimensão da reprodução do que os casados. Quanto ao número máximo desejado de filhos, houve diferença em todas as dimensões investigadas. Os respondentes que não desejam ter filhos mostraram-se mais atraídos e com maior probabilidade de se engajar em riscos. Não houve diferença quanto à percepção, atratividade e propensão a riscos (em geral) entre as diferentes faixas etárias, entretanto, análises dos domínios específicos mostraram que pessoas mais jovens (faixas etárias 18-22 e 23-30) foram mais atraídas por riscos de acasalamento e riscos à reprodução. Os resultados são congruentes com a perspectiva evolucionária quanto às diferenças esperadas na propensão ao risco entre os gêneros, idade e status parental entre diferentes domínios.

Palavras chave: psicologia evolucionista, propensão ao risco, gênero, ciclo vital

P

DES

AJUSTE DAS ESTRATÉGIAS REPRODUTIVAS FRENTE À IMPREVISIBILIDADE. *José Henrique Benedetti Piccoli Ferreira** e Vera Silvia Raad Bussab (Laboratório de Psicologia Comparativa e Etologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo - SP).*

Dada a demanda de cuidado biparental durante nossa história evolutiva, humanos teriam sido selecionados para usar estratégias sexuais e reprodutivas de longo prazo e investir na prole. No entanto, também teriam sido selecionados para responder de acordo com as condições sócio-ecológicas (CSE) (imediatas e ontogenéticas), na tentativa de maximizar sua contribuição genética para as gerações seguintes, usando estratégias condicionais, investindo seus esforços em estratégias de curto prazo e na busca de parceiros extra-par. Dentro da psicologia evolucionista, teorias de estratégia reprodutiva em humanos divergem quanto ao tipo de resposta frente a CSE estáveis e instáveis. Para a Teoria Evolucionista da Socialização, em condições de instabilidade, os indivíduos estariam mais propensos a uma orientação interpessoal oportunista, de puberdade e sexualidade precoce, caracterizada por ligações instáveis de curto prazo e investimento parental limitado. Em condições estáveis, os indivíduos estariam mais propensos a investir em relacionamentos de longo prazo e pequena quantidade de filhos. A formação do estilo de apego seria fundamental para o estabelecimento dessas estratégias. Por outro lado, para a Teoria do Pluralismo Estratégico (TPE), em condições de instabilidade, os indivíduos estariam mais propensos a investir em estratégias sexuais e reprodutivas de longo prazo, devido à exigência de cuidado biparental, estabelecendo relacionamentos duradouros e iniciando-se sexualmente mais cedo, mas investindo em menor quantidade de filhos. Em condições estáveis, os indivíduos estariam mais propensos a investir em relacionamentos de curto prazo e grande quantidade de filhos, devido a menor necessidade de cuidado biparental. Nessa teoria, os dilemas evolutivos de alocação de investimento parental encontrados no ciclo de vida dos organismos seria fundamental para o estabelecimento das estratégias. Em nosso estudo buscamos investigar esses padrões em jovens brasileiros. Participaram da pesquisa 237 estudantes de graduação e pós-graduação de diversas universidades, sendo 142 mulheres (idade média=22,15 anos) e 95 homens (idade média=21,96 anos). As coletas foram realizadas em sala de aula, e o questionário foi respondido individualmente. O material era composto pelo Inventário de Orientação Sócio-sexual, para a avaliação da estratégia sexual, Questionário de Estilo de Apego, questões sócio-econômicas e sobre a vida amorosa e uma auto-avaliação de expectativa de vida. No caso feminino foi encontrada correlação positiva entre idade da primeira menstruação e da primeira relação sexual e uma propensão a relacionamentos de curto-prazo. O início tardio da menarca e o estabelecimento de um maior número de relacionamentos duradouros estavam relacionados a uma iniciação tardia da vida sexual. Quanto aos fatores derivados do estilo de apego (proximidade, confiança e ansiedade), a confiança se correlacionou negativamente com a idade da primeira relação e o número de relacionamentos de longa duração, no entanto, não apresentaram nenhuma relação com a estratégia sexual de mulheres e homens. No caso masculino, encontramos correlação positiva entre o status sócio-econômico e os fatores proximidade e confiança, e correlação negativa com o número de relacionamentos duradouros. A estratégia sexual se correlacionou positivamente com o número de relacionamentos duradouros, mas negativamente com a expectativa de vida. Nossos resultados apresentam-se em maior concordância com a TPE, refletindo resultados já encontrados em pesquisas interculturais.

Bolsa: FAPESP.

Palavras-chave: estratégia sexual, imprevisibilidade, plasticidade fenotípica.

M.

DES

EVENTOS ESTRESSORES MATERIAIS E PSICOSSOCIAIS NA INFÂNCIA E ESTILOS DE APEGO ADULTO. *Rachel C. Ripardo** e Eulina Lordelo (Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA)*

As condições de vida na infância, tanto materiais como psicossociais, têm sido relacionadas a diversos tipos de estresse presentes nas experiências individuais na infância. Alguns modelos teóricos, derivados da teoria da história de vida, propõem uma associação entre nível de estresse na infância e trajetórias reprodutivas particulares, sendo o estresse relacionado ora com pobreza material e/ou imprevisibilidade de recursos, ora com ambiente psicossocial tumultuado, ausência do pai e/ou presença de um padrasto. Isso põe em questão o problema de conceitualizar eventos estressores, especificando a natureza dos acontecimentos responsáveis pelo fenômeno e, ainda, se o nível de estresse é resultado de uma configuração material objetiva ou é moderado pela maneira como a situação é percebida. Nesse caso, trata-se de um problema relevante para a universalidade dos fenômenos em estudo, uma vez que as medidas de pobreza e estresse tomam como referência o entorno, limitando a generalidade das descobertas, uma vez que diferentes culturas e contextos ecológicos definem escassez de recursos e conflitos familiares de modo diferente. Desta forma, a presente pesquisa tem como objetivo avaliar eventos estressores materiais e psicossociais na infância, classificar o estilo de apego adulto, e relacionar eventos estressores materiais e psicossociais na infância com o estilo de apego adulto. É uma pesquisa do tipo descritiva e correlacional, buscando identificar relações entre eventos na infância (até os onze anos de idade) e na vida adulta. Participaram da pesquisa 150 mulheres, com idade entre 20 e 45 anos, com o ensino médio completo, selecionadas acidentalmente, através do método “bola de neve”. Os instrumentos utilizados foram um questionário de história de vida, com dados sócio-demográficos e perguntas sobre as condições de vida na infância; e duas escalas de apego, uma de estilo de relacionamento atual, e outra de cuidado e controle parental, essa última aplicada tanto à figura materna quanto à paterna. As hipóteses sustentadas são as de que um estilo de apego inseguro está relacionado a uma percepção dos eventos como estressores e com uma maior quantidade de eventos estressores específicos. Análises descritivas e inferenciais revelaram que condições de estresse estão associadas com a emergência do apego seguro ou inseguro e dos estilos de apego, resistência à proximidade, ansiedade e desconfiança. Análises adicionais mostraram que a atmosfera familiar tem um impacto maior nos estilos de apego do que variáveis relacionadas às condições materiais de vida da infância. No entanto, foi possível identificar algumas variáveis que, mesmo isoladamente, resultaram em correlação com os estilos de apego inseguro: morte do pai, doença grave, hospitalização de pessoas da família, convivência com alcoolismo e experiências de violência. Os dados são discutidos à luz da teoria da história de vida e da teoria do apego, que prevêm uma conexão entre experiências na infância e estilos de apego adulto, mediando estratégias reprodutivas e de investimento parental.

Palavras-chave: estresse, infância, apego.

M

DES

A APLICAÇÃO DA ANÁLISE FUNCIONAL EM DIFERENTES CONTEXTOS: SAÚDE, FAMÍLIA, CLÍNICA E ENSINO.

ANÁLISE FUNCIONAL DE UM CASO CLÍNICO: AVALIANDO PRÁTICAS PARENTAIS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DESEMPENHO ACADÊMICO DE UM ADOLESCENTE. *Ana Paula Viezzer Salvador (Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR)*

A preocupação de pesquisadores sobre o desenvolvimento de práticas educativas parentais saudáveis tem sido crescente nas últimas décadas. Na literatura observa-se grande quantidade de estudos que apontam para as consequências positivas e negativas das diversas práticas educativas parentais. Dentro deste contexto, o presente trabalho tem como objetivo apresentar a análise funcional do caso clínico de um adolescente, avaliando as práticas educativas de seus pais e seu padrão de comportamento. O caso refere-se a um adolescente, de 15 anos, sexo masculino, cursando o primeiro ano do ensino médio. Os pais procuraram ajuda terapêutica com a queixa de baixo desempenho escolar do filho, que havia reprovado no ano anterior, e estava correndo o risco de reprovar novamente. Foram realizadas entrevistas com os pais e com o adolescente para coleta de informações. Além disso, também foram realizadas sessões de jogos e atividades direcionadas (desenhos e argila) com o adolescente. O objetivo das sessões com o adolescente foi observar de forma mais acurada o seu comportamento. A partir dos dados coletados, a terapeuta fez a avaliação funcional dos comportamentos dos pais e do adolescente. Observou-se que os pais, especialmente o pai, apresentavam frequentemente comportamentos de superproteção com o filho, como por exemplo, fazer tarefas e atividades por ele. Observou-se também, que ao entrar no ensino médio, houve um aumento considerável de exigências tanto por parte dos pais quanto por parte da escola (a exigência dos pais aumentou ainda mais depois da reprovação). Quanto ao adolescente, observou-se um padrão de comportamento bastante passivo e dependente, além do alto nível de ansiedade diante das novas exigências escolares. Com tais observações, levantou-se a hipótese de que o padrão de superproteção dos pais contribuiu para o déficit no desenvolvimento de um repertório habilidoso e ativo no enfrentamento de problemas escolares. O quadro de ansiedade passou a ser desencadeado, pois considerando o déficit no repertório de enfrentamento do adolescente, este não estava conseguindo se adequar à nova situação de maior exigência da escola e dos pais. Assim, a ansiedade pode ser considerada um agravante por dificultar ainda mais o engajamento do adolescente nas atividades escolares. A avaliação funcional do caso permitiu à terapeuta fazer os direcionamentos necessários para a intervenção: 1) fazer sessões de orientação aos pais, com o objetivo de ajudá-los a refletir sobre os efeitos das práticas de superproteção e exigência excessiva (que aumentou após a reprovação) e de orientá-los sobre práticas educativas alternativas e favoráveis ao desenvolvimento do filho, como apoio e incentivo para realizar suas atividades sozinho; 2) fazer sessões com o adolescente com o objetivo de ajudá-lo a desenvolver um repertório de enfrentamento saudável e diminuir a dependência de outras pessoas para realizar suas atividades. Pode-se observar que a análise funcional realizada (do comportamento dos pais e do adolescente) foi passo fundamental e necessário para permitir o direcionamento do processo terapêutico. A partir da análise funcional é que o terapeuta analítico-comportamental tem condições de tomar decisões quanto aos procedimentos que serão adotados durante o processo terapêutico.

Palavras-chave: análise funcional do comportamento; práticas parentais; desempenho acadêmico.

P

CLIN

ANÁLISE FUNCIONAL DO COMPORTAMENTO DE DESOBEDIÊNCIA AO TRATAMENTO MÉDICO DE CRIANÇAS COM DERMATITE ATÓPICA.

*Mariana Salvadori Sartor** e Márcia Cristina Caserta Gon (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR)*

A análise funcional vem sendo descrita, em diversas pesquisas aplicadas, como um meio eficaz de identificar contingências mantenedoras de padrões de comportamento infantis considerados problemáticos. No caso da dermatite atópica (DA), uma doença crônica de pele de maior incidência na infância, estudos apontam que os pais/cuidadores queixam-se frequentemente de desobediência das crianças, em especial no momento da realização dos procedimentos médicos prescritos. A DA tem como sintomas principais, prurido, inflamação, lesões crostosas e liquenificação. Devido ao seu curso crônico, o tratamento é planejado a longo prazo e exige medidas educativas e de cuidados constantes com a pele. As recomendações médicas para a realização do tratamento envolvem o uso de medicamento tópico, cuidados com a hidratação da pele e com o contato com substâncias irritantes, que impõem condições específicas na vida das crianças e suas famílias. Dentre estas condições podem-se destacar as restrições alimentares e de atividades sociais, alterações na rotina da família, manejo de condições especiais para uso de medicamentos, dificuldades de sono (devido à coceira noturna da criança). Por exigir vários cuidados diários, o momento de executar os procedimentos necessários para o controle dos sintomas pode ser estressante para a o cuidador, em especial se a criança resiste em fazê-los. Sendo assim, este trabalho teve como objetivo identificar a funcionalidade dos comportamentos de desobediência da criança com dermatite atópica em relação ao tratamento médico na interação com o cuidador. Quatro crianças, com idades entre três e sete anos e suas mães participaram da pesquisa. O delineamento utilizado foi de caso único de multielementos. Os comportamentos dos participantes foram observados em três condições de avaliação: linha de base (A), atenção (B) e fuga (C). Estas condições foram gravadas e as respostas tanto das crianças como de seus cuidadores foram categorizadas. A análise funcional de cada uma das interações permitiu mostrar que cada uma das crianças apresenta diferentes respostas sob controle das mesmas contingências (atenção/não atenção/fuga). Este resultado é importante pois fornece subsídios para intervenções comportamentais mais efetivas e individualizadas, sobretudo para crianças com DA que apresentam queixas de desobediência ao tratamento médico, o que pode dificultar o controle dos sintomas da doença, e muitas vezes levar ao agravamento da lesões.

Palavras-chave: análise funcional, desobediência, dermatite atópica (M).

SAÚDE

A ANÁLISE FUNCIONAL DA INTERAÇÃO ENTRE MÃES E FILHOS ADOLESCENTES. *Gabriela Mello Sabbag (Mestre em psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem UNESP, docente do curso de Psicologia da FACEL e psicóloga clínica IEPAC) e Alessandra Turini Bolsoni-Silva (Pós doutora USP e docente UNESP)*

A literatura nacional e internacional, especializada no relacionamento entre pais e filhos, aponta para a importância de se investigar os estilos e as práticas parentais para o estudo das habilidades sociais e dos problemas de comportamento dos adolescentes. As práticas parentais referem-se às diferentes estratégias que os pais utilizam para educação e socialização de seus filhos. As habilidades sociais utilizadas pelos pais com o intuito educativo são denominadas de habilidades sociais educativas parentais. Essas permitem a transmissão de padrões, valores e condutas ao filho, tornando possíveis a socialização do adolescente e a competência em suas interações sociais. Com base nos estilos maternos de risco e de não risco para problemas de comportamento em adolescentes, obtidos pelo Inventário de Estilo Parental – IEP –, a presente pesquisa busca descrever o perfil de interações sociais estabelecidas entre mães e filhos adolescentes, utilizando como instrumento a análise funcional do comportamento. Foram investigadas as habilidades sociais educativas maternas, as práticas negativas, as variáveis contextuais, as habilidades sociais e os problemas de comportamento dos adolescentes. Participaram do estudo 24 mães, das quais 14 foram relatadas pelos seus filhos como tendo estilo de risco e 10, estilo de não risco, o que foi identificado pelo Inventário de Estilo Parental – IEP. Essas mães responderam o Roteiro de Entrevista de Habilidades Sociais Educativas Parentais – RE-HSE-P – e o *Child Behavior Checklist* – CBCL. As análises globais apontaram diferenças na comparação das habilidades sociais educativas maternas – HSE-P – do grupo de risco e de não risco para quase todas as categorias gerais do RE-HSE-P: habilidades sociais educativas maternas, práticas negativas maternas, situações de contexto, frequência de práticas negativas maternas, total de práticas negativas, total de práticas positivas maternas, habilidades sociais dos filhos e problemas de comportamento dos filhos. De modo geral, as mães do grupo de não risco relataram emitir com mais frequência habilidades sociais educativas e menos práticas negativas. Em consequência, seus filhos apresentaram mais habilidades sociais e menos problemas de comportamento. O contrário ocorreu no grupo de risco, no qual as mães utilizaram mais práticas negativas em detrimento das habilidades sociais educativas, e seus filhos consequentemente apresentaram maior frequência de problemas de comportamento. Os dados do CBCL confirmaram os dados obtidos pelo RE-HSE-P sobre a maior incidência de diagnósticos clínicos e *borderline* em adolescentes da amostra de risco. Os resultados apontam, então, para as relações funcionais entre as práticas, as habilidades sociais educativas maternas e os comportamentos dos adolescentes.

Bolsa de Mestrado da CAPES

Palavras-chave: Análise funcional, práticas educativas maternas, adolescência

M

DES

DIFICULDADES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA ANÁLISE FUNCIONAL DO COMPORTAMENTO. *Olivia Justen Brandenburg (Universidade Positivo; Faculdades de Administração Ciências, Educação e Letras – Curitiba-PR)*

A teoria skinneriana, por diversos motivos, continua sendo mal-compreendida e alvo de críticas infundadas. Características são equivocadamente atribuídas ao behaviorismo radical, como reducionismo, positivismo ou mecanicismo. A dificuldade em entender esta filosofia e ciência do comportamento se deve, em parte, ao fato de mudar completamente a forma de pensar sobre o ser humano. A preocupação com a formação em Psicologia, a qual muitas vezes, perpetua uma visão errada da Análise do Comportamento, levou a realização da presente pesquisa. O objetivo foi de levantar quais as dificuldades enfrentadas no processo de ensino-aprendizagem da análise funcional do comportamento (AFC). Participaram 23 acadêmicos de Psicologia de uma faculdade particular, que cursavam o 2º semestre da disciplina de AEC. Entendendo a AFC como a identificação das variáveis antecedentes e conseqüentes que controlam um comportamento, esse método de análise foi ensinado utilizando-se casos presentes em textos ou filmes. Os alunos foram ensinados a observar os comportamentos, identificar as variáveis de controle e organizar estes dados na tabela de 3 colunas (antecedente-comportamento-conseqüência). A coleta de dados se deu durante 10 encontros de 2 horas/aula (5 semanas) e a avaliação do aprendizado dos alunos foi feita de forma qualitativa por meio da correção de exercícios das análises dos casos propostos pela professora em sala. Além disso, outras duas fontes de dados foram analisadas: um trabalho final de AFC de um caso escolhido pelo aluno e um questionário respondido por cada estudante ao fim da pesquisa sobre o processo de aprendizagem. A análise de dados mostrou que durante o processo de aprendizagem os acadêmicos apresentaram dificuldades referentes à identificação do comportamento, do antecedente e da conseqüência, e relacionadas à análise de eventos privados e de eventos que estão sob controle operante e respondente ao mesmo tempo. O erro na escolha do comportamento de interesse aparece quando o foco é a topografia da resposta e não sua função. Esse erro se dá também porque normalmente há dificuldade em identificar antecedentes e conseqüentes, que mostrariam a função em comum entre diferentes topografias. Ao apontar fatores antecedentes e conseqüentes, é freqüente a citação de fatos temporalmente contíguos. Percebe-se a falta do entendimento sobre a noção de contingência. Além da confusão entre contigüidade e contingência, é comum que emoções e pensamentos sejam considerados antecedentes ou conseqüências. Disso surge a dúvida sobre como analisar funcionalmente eventos privados. Pessoas afirmam que a análise funcional fica superficial, mas na verdade elas não sabem como analisar esses eventos subjetivos. Um complicador corresponde ao fato de muitos eventos internos, como os sentimentos, envolverem controles operantes e respondentes, gerando dúvidas sobre como elaborar uma análise funcional incluindo ambos os paradigmas. Percebe-se que esses erros estão relacionados às influências culturais do mentalismo, distante do modelo interacionista de Skinner que “vira do avesso” a explicação do comportamento. Enfim, a identificação das dificuldades no aprendizado da AFC é importante por permitir aos professores que repensem estratégias de ensino, garantindo formação mais adequada do psicólogo, diminuindo a perpetuação de noções errôneas a respeito da Análise do Comportamento.

Palavras-Chave: Análise Funcional, Ensino, Comportamento.

P

FORM

PSICOLOGIA APLICADA AOS NÍVEIS DE ATENÇÃO BÁSICA, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: INTERVENÇÃO E PESQUISA EM SAÚDE.

PSICOLOGIA APLICADA AOS NÍVEIS DE ATENÇÃO BÁSICA, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: INTERVENÇÃO E PESQUISA EM SAÚDE. *Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de Araujo (Laboratório de Saúde e Desenvolvimento Humano, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF)*

Em saúde, intervenções psicológicas focais e sistemáticas datam das primeiras décadas do século passado. Contudo, é mais recente o reconhecimento da Psicologia da Saúde como campo específico de conhecimento e ação, formalmente institucionalizado. Essencialmente constituída como uma área interdisciplinar, a Psicologia da Saúde está fortemente associada ao movimento de humanização no setor da saúde e abarca duas tendências evolutivas gerais: a ampliação da compreensão das experiências e dos comportamentos de saúde a partir do desenvolvimento teórico, metodológico e técnico e uma atitude intervencionista, característica de uma abordagem ativista social, engajada na construção de uma sociedade mais saudável. Vale salientar que, na atual transição paradigmática do modelo biomédico para o modelo biopsicosocial, a inserção da Psicologia em saúde vem se expandindo progressivamente nos diversos níveis de atuação: primário, secundário, terciário e quaternário. Das emergências, catástrofes naturais e artificiais, passando pela promoção, prevenção, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos, as intervenções psicológicas revelam a diversidade das demandas formuladas pelo setor. Em resposta à multiplicidade de temas emergentes, a produção científica expressa complexidade metodológica investigativa. Assim, estudos empíricos, decorrentes da atuação psicológica junto ao paciente, sua família e sociedade, conduzem à geração de questões relevantes para o delineamento de pesquisas de caráter *quasi*-experimental, qualitativas e epidemiológicas. Como consequência desta contribuição crescente, admite-se a distinção de três subáreas, a saber: Psicologia da Saúde Clínica, Psicologia da Saúde Pública e Psicologia da Saúde Comunitária. Diante deste vasto cenário, reuniram-se quatro trabalhos do Grupo de Pesquisa, denominado Saúde e Desenvolvimento Humano, voltados para os três níveis de atenção à saúde – básica, de média complexidade e alta complexidade – visando a discussão de temas centrais como adesão terapêutica, promoção da saúde, qualidade de vida e comunicação. A primeira pesquisa focaliza a hipertensão arterial e teve por objetivo identificar e analisar o grau de adesão ao tratamento. O segundo trabalho discute a qualidade de vida e o envelhecimento a partir de uma investigação comparativa da percepção de idosos e de seus familiares. Também destinada ao incremento da qualidade de vida e à promoção da saúde, a terceira pesquisa reportada envolve a aplicação de uma técnica, elaborada com base nas orientações da terapia cognitiva, para construção e manutenção de comportamentos saudáveis. O quarto trabalho visa caracterizar e avaliar o uso da internet para a reabilitação de pessoas com lesão medular. Em suma, será apresentado um panorama de intervenções e pesquisas em Psicologia da Saúde na atualidade.

Palavras-chave: atenção básica, média complexidade, alta complexidade

P

SAÚDE

ANÁLISE DOS INDICADORES RELACIONADOS AO GRAU DE ADESÃO AO TRATAMENTO DE PORTADORES DE HIPERTENSÃO ARTERIAL. *Erivanea Garcia Ribeiro** (Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO) e Sebastião Benício da Costa Neto (Pontifícia Universidade Católica de Goiás e Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO)*

A hipertensão arterial (HA) é uma doença caracterizada pela ascensão permanente da pressão arterial (PA) sistólica e/ou diastólica, não se constituindo, muitas vezes, por uma única causa. O surgimento e o agravamento da HA envolvem fatores ligados tanto às questões genéticas, quanto aos fatores constitucionais (tais como: idade, sexo, raça, obesidade); aos fatores ambientais ligados à dieta (tais como: a ingestão de sal, cálcio e potássio, álcool, gorduras e tabagismo); aos fatores ambientais ligados ao trabalho (estresse, “inassertividade”, espaço físico, processos de interação social e seus reflexos na dinâmica interpessoal) e fatores ligados aos aspectos socioeconômico e cultural, aos quais o indivíduo pertence. Este estudo objetiva identificar e analisar o grau de adesão ao tratamento de portadores de HA. Setenta hipertensos, de ambos os sexos, com idade entre 28 e 84 anos, assistidos no Centro de Referência em Hipertensão e Diabetes, de Rio Verde/Goiás, responderam a questionários sociodemográfico e clínico, Instrumento de Avaliação da Adesão ao Tratamento da HA e Escala de Crenças em Saúde. Aos dados foram aplicadas estatísticas paramétrica (teste t de Student) e descritiva (correlação de Pearson e análise de variância) e adotados valores de significância de 5%. Todos os participantes foram classificados como limítrofes à adesão total ($X \geq 7$ e < 9). A correlação entre dados sociodemográficos e clínicos foi significativa para: ocupação ($r=0,257$, $p < 0,05$); acesso à medicação ($r=0,284$; $p < 0,05$); ausência de atividades físicas ($r=-0,362$; $p < 0,01$); abandono do tratamento ($t=-2,051$; $p < 0,05$); carência de atividades de lazer ($t=2,050$; $p < 0,05$); e presença às consultas ($t=3,443$; $p < 0,01$). Ou seja, quando se compararam os escores da adesão ao tratamento hipertensivo, observou-se que melhores resultados de adesão estavam relacionados ao tipo de ocupação profissional, à disponibilidade de acesso a medicação, à manutenção de alguma atividade física e à oferta de atividades de lazer. Pessoas que tiveram experiências anteriores com a ruptura de tratamentos clínicos tendiam a apresentar piores resultados de adesão ao tratamento no período em que foram avaliadas. A percepção dos benefícios (79,7%) foi superior às barreiras percebidas (14%). Apesar dos resultados apontarem que a população de hipertensos estudada esteve classificada como limítrofe à adesão total, percebe-se que esta é uma realidade que pode ser melhor qualificada. As maiores dificuldades mencionadas pelos pacientes estavam associadas às esferas econômica e cultural. O conhecimento acerca da HA e do tratamento pode ser ampliado por meio da realização de programas promotores e preventivos, otimizadores de conscientização, de mudança de atitudes e de “empoderamento”. Os hipertensos têm noção da influência das emoções sobre o descontrole da PA, contudo não sabem como manejá-las. Nesse sentido, ressalta-se a necessidade da atuação multidisciplinar, realçando o profissional da área de Psicologia na equipe. Os resultados obtidos permitirão a atuação nas áreas interventivas junto aos pacientes, auxiliando-os no desenvolvimento de estratégias de enfrentamento. Adicionalmente, a ação direta com a instituição de saúde e com a equipe de assistência possibilita o desenvolvimento de atividades na área de ensino (teórico-prático) sobre a forma de lidar com os hipertensos e auxiliá-los a gerenciarem os fatores dificultadores ao longo de sua terapêutica.

Palavras-chave: hipertensão arterial, crenças, fatores de risco

M

QUALIDADE DE VIDA E ENVELHECIMENTO: AS PERCEPÇÕES DO IDOSO E DA FAMÍLIA. *Fernanda Ribeiro Machado** (Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO) e Sebastião Benício da Costa Neto (Pontifícia Universidade Católica de Goiás e Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO)*

A investigação sobre as condições que permitem uma boa qualidade de vida na velhice deve acrescentar, como foco de atenção, as relações familiares, pois além da vivência familiar ser intensa neste momento do ciclo vital, os problemas de assistência ao idoso, identificados no âmbito macrossistêmico, apresentam reflexos no microssistema familiar. A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner foi utilizada como referência na presente pesquisa para estudar as pessoas idosas em seus contextos, considerando suas histórias e os processos de desenvolvimento. O estudo visou identificar, descrever e avaliar a percepção dos idosos e de seus familiares sobre a qualidade de vida do idoso. Participaram da pesquisa 30 idosos, sendo 28 (93,3%) do sexo feminino e 2 (6,7%) do sexo masculino. Destes, 15 apresentavam diagnóstico de alguma enfermidade física e 15 não apresentavam nenhum tipo de problema de saúde. Também foram constituintes da amostra 20 familiares, 90% do sexo feminino e 10% do sexo masculino. As idades dos 30 participantes idosos variaram entre 60 e 80 anos de idade, enquanto as idades dos familiares variaram entre 18 e 63 anos de idade. Após avaliação e aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, a pesquisadora entrou em contato com idosos alunos da Universidade da Terceira Idade (UNATI-PUC/GO), explicando-lhes os objetivos da pesquisa e os convidando a participar. Foram agendados horários individuais com os idosos interessados, de acordo com a disponibilidade de cada entrevistado. Neste mesmo encontro, foi solicitada ao idoso a indicação de um cuidador familiar para participar da pesquisa. O familiar indicado foi contatado por telefone. Durante o encontro individual, previamente agendado entre a pesquisadora e o familiar, informaram-se as condições do estudo e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Familiar foi assinado. Cerca de 80% dos encontros foram realizados em uma das salas da PUC/GO e os demais foram conduzidos no domicílio do familiar. Aplicaram-se os seguintes instrumentos: Ficha de Caracterização Sociodemográfica, WHOQOL-Abreviado, WHOQOL-OLD e Questionário Circular da Percepção da Qualidade de Vida. Utilizou-se estatística descritiva (correlação de Pearson e análise de variância) para análise dos dados, com valores de significância de 5%. Os resultados apontaram que os idosos sentem sua qualidade de vida mais afetada nos domínios físico e ambiental. Ou seja, além das limitações físicas impostas pelo próprio envelhecimento, as condições do ambiente doméstico, da vizinhança e do clima têm impacto sobre o idoso. Barreiras arquitetônicas podem ser percebidas tão negativas quanto à exposição a climas frios. A comparação entre as percepções de qualidade de vida indicou que o familiar percebe o idoso com um índice menor de qualidade de vida do que o próprio idoso. Verificou-se que as relações dentro do microssistema familiar consistem em um aspecto fundamental para construção da qualidade de vida do idoso. Conclui-se que o conhecimento acerca das diferenças entre as percepções do idoso e do familiar podem contribuir para uma assistência integral na área da saúde.

Palavras-chave: qualidade de vida, idoso, família

M

SAÚDE

‘PROJETO PENSE SAUDÁVEL’: CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA COGNITIVA PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE E INCREMENTO DA QUALIDADE DE VIDA. *Lia Silvia Kunzler** (Universidade de Brasília, Brasília, DF), Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de Araujo (Laboratório de Saúde e Desenvolvimento Humano, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF) e Rogério Alves Lima* (Universidade de Brasília, Brasília, DF)*

Nas últimas décadas, apesar dos avanços alcançados em saúde, ainda persistem desafios conceituais, metodológicos e técnicos acerca da promoção da saúde e do incremento da qualidade de vida da população em geral. Neste sentido, é importante investigar as contribuições de diferentes abordagens psicológicas para subsidiar ações no nível básico de assistência. Cumpre lembrar que a Terapia Cognitiva foi desenvolvida nos Estados Unidos na década de 1960 e, no Brasil, se expandiu a partir do final dos anos 1980. Suas técnicas podem ser utilizadas individualmente, ou em grupo, sendo que esta última modalidade de aplicação é vantajosa em razão dos ganhos terapêuticos atingidos em comparação com os custos exigidos. Sendo assim, realizou-se uma pesquisa com o objetivo de aplicar e avaliar uma técnica denominada “Tomada de Decisão e Qualidade de Vida”, elaborada com base nas orientações gerais da Terapia Cognitiva. Esta técnica específica propõe uma reestruturação cognitiva em nível de crença intermediária e a identificação das emoções, comportamentos e consequências. A intervenção focalizou, de um lado, a construção e a manutenção de comportamentos saudáveis, e de outro lado, a redução de comportamentos não-saudáveis. Participaram desta proposta – intitulada ‘Projeto Pense Saudável’ – 18 servidores de uma instituição de ensino superior divididos em dois grupos de oito e 10 integrantes. A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília. Nas etapas de admissão e de encerramento da atividade, foram conduzidas entrevistas semi-estruturadas individualizadas e complementadas pela aplicação dos seguintes instrumentos: Versão Abreviada de Avaliação da Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde (WHOQOL-bref), Inventário Beck de Ansiedade (BAI) e Inventário Beck de Depressão (BDI). A intervenção propriamente dita abrangeu 12 sessões grupais organizadas semanalmente. Os dados quantitativos foram analisados com auxílio do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS 16.0). Utilizou-se o *Wilcoxon Signed Ranks Test* para a comparação das etapas de admissão e de encerramento. Em relação à qualidade de vida, os dados do WHOQOL-bref apresentaram resultados estatisticamente significativos nos domínios Ambiente ($p=0,003$), Geral ($p=0,009$) e Saúde ($p=0,018$). Na análise da entrevista semi-estruturada, 89% dos participantes afirmaram que houve melhora. Quanto aos escores de ansiedade, não se verificaram mudanças significativas ao final da avaliação ($p=0,259$). Em contrapartida, os escores de depressão indicaram diferença significativa ($p=0,019$), ao se comparar as etapas de admissão e encerramento. A constatação de diminuição do indicador de depressão, entre os participantes de ambos os grupos, permite supor que a intervenção pode ser efetiva para a reestruturação cognitiva, inclusive com repercussões positivas nas esferas das emoções e dos comportamentos. Em suma, esta pesquisa sugere que a técnica proposta pode contribuir para a promoção da saúde e qualidade de vida. Porém, são necessários mais estudos sobre o tema. Recomendam-se futuras investigações com amostras maiores e com patologias diagnosticadas.

Palavras-chave: terapia cognitiva, promoção da saúde, qualidade de vida

M

SAÚDE

INTERNET E REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM LESÃO MEDULAR: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO. *Maira Pinto Cauchioli Rodrigues** (Universidade de Brasília, Brasília, DF), Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de Araujo (Laboratório de Saúde e Desenvolvimento Humano, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF) e Rodrigo Caetano Miranda* (Universidade de Brasília, Brasília, DF)*

O uso progressivo da internet caracteriza a contemporaneidade e inúmeros especialistas concordam que sua expansão tem transformado a vida econômica e social em nível mundial. No campo da saúde, é crescente o interesse pelas Tecnologias de Informação e Comunicação para divulgar o saber técnico-científico, compartilhar o saber popular e prestar serviços, superando-se distâncias geográficas e temporais. Ora, neste novo cenário da comunicação eletrônica, desencadeiam-se mudanças no relacionamento entre profissional de saúde e paciente que devem ser melhor compreendidas tendo em vista a qualidade assistencial e a satisfação dos usuários. Em Reabilitação, pesquisas internacionais vêm sendo desenvolvidas no intuito de caracterizar e avaliar este uso da internet. Considerando, portanto, a relevância atual deste tema, realizou-se um estudo exploratório e descritivo para conhecer as percepções de pessoas com lesão medular acerca do uso da internet no contexto da reabilitação, visando aprimorar instrumentos de avaliação para futuras pesquisas e o acompanhamento em saúde. Para tanto, elaborou-se um questionário *on-line*, cuja versão preliminar foi enviada para seis profissionais especializados em reabilitação (dois médicos, dois terapeutas, um enfermeiro e um psicólogo) e outros seis profissionais familiarizados com as técnicas específicas da pesquisa, os quais recomendaram atualização e adequação conceitual dos termos empregados, além de mudanças na formatação e funcionalidades da ferramenta. O instrumento gerado foi submetido a uma amostra proposital, composta por cinco pessoas com diagnóstico de lesão medular adquirida em: nível cervical (n=2), torácico (n=2) e lombar (n=1). Três participantes eram do sexo masculino e dois do sexo feminino, com idade variando de 18 a 39 anos. Em relação à escolaridade, um participante era de nível superior e os demais de nível médio, sendo que dois deles possuíam formação técnica. Dois participantes trabalhavam, dois eram aposentados e um era estudante. A renda mensal da amostra foi de um a seis salários mínimos. Os cinco participantes eram solteiros. O tempo médio de lesão variou de três a cinco anos. Todos já participaram de programa de reabilitação em contexto hospitalar. Quatro participantes avaliaram sua saúde como excelente e a qualidade de vida como boa. Ao compararem sua rotina diária, antes e depois da lesão, reconheceram diminuição global das atividades. Também perceberam aumento do convívio com familiares, em detrimento de outros contatos interpessoais. Antes da lesão, dois não possuíam acesso à internet. Porém, após sofrerem a lesão, todos passaram a contar com este recurso para: contatar amigos, trabalhar, estudar, informar-se sobre saúde, receber notícias gerais e comunicar-se com profissionais (principalmente fisioterapeutas). Os dados obtidos convergem com a concepção de que a internet é coadjuvante às metas da reabilitação. Contudo, são necessários estudos mais extensos para identificar as modalidades que merecem ser incluídas sistematicamente em programas de saúde, de modo a atender as necessidades individuais dos pacientes e facilitar o acesso a serviços de qualidade. Por fim, é importante ressaltar que a escolha por conduzir um *e-survey* revelou-se bastante apropriada e pode ser ampliada para outras pesquisas.

Palavras-chave: reabilitação, internet, lesão medular

M

SAÚDE

COMPORTAMENTOS E ATITUDES PRÓ-SOCIAIS: MOTIVAÇÕES, CONFLITOS E NORMAS SOCIAIS.

JUSTIÇA DISTRIBUTIVA NO TRÂNSITO: REAÇÕES À ULTRAPASSAGEM FORÇADA PELA DIREITA EM RETORNOS. *Kamilla Rocha Cunha** e *Fabio Iglesias (Laboratório de Psicologia Social, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de Brasília, DF)*

O trânsito é um sistema regido, de um lado, por elementos estruturais que se expressam nas características das vias, dos automóveis e das condições atmosféricas. Por outro, é regido por previsões legais, que se expressam na forma de multas, advertências, policiamento e sinalização. Ocorre, no entanto, que grande parte dos comportamentos de um motorista depende de normas sociais descritivas e injuntivas que sinalizam como ele deve proceder em situações de disputa por espaço, interações entre automóveis e prevenção de acidentes e conflitos menores. Uma cena freqüente no trânsito é a ultrapassagem indevida pela direita em retornos (conversão à esquerda) que, além de estar prevista como infração no Código de Trânsito Brasileiro, representa o rompimento de normas sociais que definem a prioridade de acesso por ordem de chegada. Tal como é feito em estudos sobre intrusões em filas de espera, o objetivo desta pesquisa foi investigar a ocorrência e as reações de motoristas nessas situações. Cinquenta motoristas (25 homens), com idade média de 22,31 anos (DP=6,19) responderam a perguntas sobre seus comportamentos e percepções relativas a ultrapassagens pela direita, além de um cenário com foto para medir reações em três situações: a) quando se é ultrapassado pela direita em um retorno, b) quando alguém à frente se deixa ultrapassar pela direita, c) quando alguém à sua frente não se deixa ultrapassar pela direita. Perguntou-se também quais as categorias de sexo, faixa etária e classe socioeconômica que os participantes mais identificam com esses comportamentos. Os resultados mostraram uma associação significativa entre o relato do comportamento de ultrapassagem e seu não-reconhecimento como um problema de justiça distributiva ou como infração ($\chi^2=12,58$; $p<0,001$). Não foi verificada a existência de uma associação entre esses julgamentos e comportamentos com o sexo dos motoristas ($\chi^2<1$; n.s.). Os participantes atribuíram esse comportamento mais aos homens, a motoristas mais jovens e de classe socioeconômica mais alta. Apenas 20% dos respondentes admitiram ultrapassar pela direita em retornos e 74% acham que esse comportamento é um problema. Os motoristas que não se deixam ultrapassar pela direita relataram reações emocionais mais negativas ($t=2,85$; $p<.01$). Entre as justificativas apresentadas pelos que relatam ultrapassar pela direita incluem-se a alegação de pressa e legitimidade por já haver uma fila paralela de carros adotando a mesma estratégia. Esses resultados evidenciam que a ultrapassagem pela direita em retornos não é percebida por muitos como uma infração, tampouco como um desrespeito a uma norma social, o que constitui um primeiro dado empírico para compreender os motivos e conseqüências de sua ocorrência na interação de motoristas no contexto brasileiro. O trabalho discute as reações emocionais e de justiça entre motoristas prejudicados e beneficiados por ultrapassagens indevidas e as implicações desses comportamentos na ocorrência de conflitos e na organização normativa do trânsito.

Palavras-chave: trânsito; normas sociais; justiça distributiva.

IC

SOCIAL

VERSÃO BRASILEIRA DO INVENTÁRIO DE FUNÇÕES DO VOLUNTARIADO. *Maria Alexandra de Rezende Gaiofatto Hees**, *Mariane Franca da Silva** e *Ronaldo Pilati* (Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social–GEPS, Laboratório de Psicologia Social, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de Brasília, Brasília, DF)

Os motivos que levam o indivíduo a iniciar e manter-se no voluntariado têm sido objeto de investigação da psicologia social desde a década de 1970. O voluntariado distingue-se de outros tipos de comportamentos prosociais por ser uma atividade planejada, sustentada e contínua. Além da importância teórica, o tema tem implicações práticas para o recrutamento de novos voluntários e para a retenção no serviço de pessoas já engajadas. O entendimento das razões que levam o indivíduo a se comprometer com o voluntariado - muitas vezes por longos períodos de tempo - pode contribuir para uma maior aproximação entre os objetivos individuais de potenciais voluntários e as exigências e benefícios associados às oportunidades concretas de ajuda que o ambiente proporciona. O presente trabalho teve como objetivo adaptar e validar para o Brasil o Inventário de Funções do Voluntariado (IFV). O instrumento original foi desenvolvido com base na abordagem funcionalista, que se preocupa com a identificação de razões, planos e metas subjacentes ao pensamento, sentimentos e comportamento do indivíduo. Segundo esse referencial teórico, as pessoas assumem atitudes e se engajam em determinados comportamentos como forma de atender certas funções psicológicas. Desse modo, é comum que indivíduos pratiquem ações que, apesar de iguais na superfície, estão a serviço de funções pessoais e sociais diferentes. Portanto, em se tratando do voluntariado, a prática do mesmo tipo de ajuda poderia refletir motivações individuais distintas. Com base na literatura, foram propostas seis funções psicológicas que seriam atendidas pelo trabalho voluntário: expressão de valores altruístas e humanitários (valores); aprendizado e desenvolvimento pessoal (entendimento); preocupação com normas, recompensas e punições sociais (social); benefícios profissionais (carreira); a proteção do *self* de sentimentos negativos (proteção); e desenvolvimento pessoal e da auto-estima (engrandecimento). Para atingir o objetivo proposto, foi elaborado e aplicado um instrumento para aferição das funções do voluntariado. Inicialmente foram realizadas entrevistas com voluntários visando à elaboração dos itens do questionário. As entrevistas foram transcritas e os dados categorizados conforme as dimensões supracitadas. Esta análise resultou na elaboração de 58 itens. Estes itens foram submetidos à análise semântica e de juízes, o que resultou na permanência de 28 itens divididos equitativamente entre as seis dimensões. Estes itens foram associados a uma escala Likert de frequência e aplicados conjuntamente com uma versão reduzida do Questionário de Perfis de Valores (QPV) e questões de caracterização sócio-demográfica. Participaram do estudo 319 voluntários (65,8% do sexo feminino) de diversas regiões do Brasil, com idade média de 37,69 anos ($DP = 13,61$) e tempo médio de voluntariado de 6,93 anos ($DP=7,05$). O convite para participar do estudo foi feito via correio eletrônico e os questionários foram preenchidos por meio de software para coleta on-line de dados. Análises fatoriais preliminares indicam que os itens se agregam em cinco fatores com valores de cargas fatoriais aceitáveis (de 0,35 a 0,91), replicando parcialmente a estrutura empírica do instrumento original. Análises principais estão sendo realizadas para a aferição da estrutura do instrumento, além da relação com o perfil de valores. Demais implicações teóricas e empíricas são discutidas.

Palavras-chave: comportamento prosocial, motivação, voluntariado

IC

SOCIAL

MENSURANDO ATITUDES EM DILEMAS SOCIAIS: VERSÃO BRASILEIRA DA ESCALA DE COOPERAÇÃO E COMPETITIVIDADE. *Luisa Alcântara Gomes Teixeira**, *Fabio Iglesias e Rodolfo Castro** (Laboratório de Psicologia Social, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de Brasília, DF).

A cooperação social cumpriu um papel fundamental na evolução de nossa espécie e garante que comportamentos pró-sociais sejam perpetuados na sociedade mesmo que não sejam prescritos em regimentos, códigos ou leis. Esta postura tende a ser contraposta a idéia de competição que caracteriza situações de disputa por recursos escassos, tendo em vista a maximização de ganhos individuais e a divisão de perdas com o coletivo. A literatura da psicologia social oferece uma considerável diversidade de trabalhos voltados para o estudo de dilemas sociais que envolvem conflitos entre cooperar e competir. No Brasil este tipo de pesquisa ainda é escasso e depende do desenvolvimento de medidas que foquem especificamente em seus comportamentos relevantes. O objetivo deste trabalho foi adaptar e traduzir uma escala de atitudes competitivas e cooperativas, como um instrumento válido e fidedigno que possa ser utilizado em experimentos com dilemas sociais. Participaram da pesquisa 130 estudantes universitários (69 mulheres) que responderam a escala individualmente. A versão original da *Competitiveness-Cooperation Scale* é um instrumento com 13 itens em sete categorias ancoradas em "discordo plenamente" e "concordo plenamente", organizado em itens de cooperação e competição. Após um procedimento de análise exploratória dos dados, eles foram submetidos a uma análise fatorial dos eixos principais com rotação oblíqua ($KMO=0,76$). Os resultados revelaram a existência de dois fatores após exclusão de um item que não apresentou carga fatorial maior do que 0,30: Competitividade ($\alpha=0,84$), com seis itens (ex: Eu quero ser uma pessoa bem sucedida, nem que seja à custa dos outros); e Cooperação ($\alpha=0,82$), com seis itens (ex: "Eu acho que trabalho em grupo é mais importante que ganhar"). Uma comparação das medias dos fatores em função do sexo revelou que mulheres são mais cooperativas ($t=2,58$; $p=0,01$) e homens, mais competitivos ($t=0,52$; $p=0,01$). A versão brasileira da escala mostrou propriedades psicométricas satisfatórias, embora deva incluir uma amostra mais abrangente e heterogênea em futuras aplicações, visando melhorias na sua validade. As diferenças de sexo encontradas corroboram pesquisas que associam elementos pró-sociais mais a mulheres do que a homens, em que pese o tipo de comportamento aqui investigado. O trabalho discute maneiras como a identificação de variáveis relacionadas à cooperação e à competitividade pode prever e promover comportamentos socialmente desejáveis em diversos contextos e em diferentes grupos populacionais. Essa medida constitui assim uma base metodológica fidedignidade para que se viabilizem comparações entre o que as pessoas relatam (atitude) e aquilo que elas efetivamente fazem (comportamento) quando confrontadas com decisões que envolvem dilemas sociais e outras situações de disputa de recursos.

Bolsa REUNI/CAPES

Palavras-chave: cooperação social; dilemas sociais; comportamento pró-social.

IC

SOCIAL

COMPETIÇÃO POR ESPAÇO: JUSTIFICATIVAS DE MOTORISTAS PARA EXPLICAR O ESTACIONAMENTO PROIBIDO. *Zuleide Oliveira Feitosa***, *Hartmut Günther e Marília Mesquita Resende** (Laboratório de Psicologia Ambiental, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de Brasília, DF).

Esta pesquisa investigou a temática de competição por espaço e as justificativas que motoristas oferecem quando utilizam o estacionamento público de modo inadequado, tal como ocorre quando estacionam em fila dupla, ocupam a vaga de idosos ou a vaga de deficientes. Investigou-se também a relação desses comportamentos com uma variável ambiental de densidade (ambiente vazio, denso ou muito denso). Participaram da pesquisa 346 condutores de utilitários e automóveis (53% de mulheres), com idades entre 18 e 76 anos, que responderam a uma entrevista breve realizada face-a-face. Foram abordados apenas os motoristas que estavam cometendo alguma infração no ato de estacionar. Explicou-se ao participante qual o objetivo da pesquisa e a seguir foi solicitado o seu consentimento antes que fosse feita qualquer pergunta. Os dados foram coletados ao longo de oito semanas, nos horários de 8:00 às 10:00 e de 14:00 às 16:00, em estacionamentos públicos de um campus universitário em Brasília. Um exame das várias justificativas fornecidas gerou a seguinte classificação: (a) a motivação para prática da violação está em algo externo (n=182) (ex: “não tem segurança por isso tenho medo de ser roubado”; “não tem vaga para estacionar e eu preciso parar meu carro”; “não atrapalha ninguém por isso vou deixar aqui mesmo”; “todo mundo estaciona aqui e ninguém é multado”; “a placa está no lugar errado, perguntei pro guarda e ele disse que não tem mais validade”; “a culpa é do governo que não faz mais vagas”; (b) a motivação para a prática da violação é da pessoa (n=88) (ex: “estou errado, sei que não deveria estacionar aqui”; “aqui é mais perto de onde eu vou ficar”; (c) a utilização de estratégias identificadas como “jeitinho brasileiro” (n=76) (ex: “é rapidinho”). As maiores freqüências ocorreram para a categoria “a motivação do ato é dirigida para um fator externo” quando o ambiente estava razoavelmente denso (n=125) do que quando o ambiente está vazio (123) ou cheio (98). O teste qui-quadrado mostrou uma associação significativa entre tipos de justificativas e o ambiente ($\chi^2=19,7$; $p=0,001$), indicando que é mais freqüente o condutor justificar sua ação responsabilizando outros, quando o ambiente está razoavelmente denso do que quando está vazio ou muito denso. O condutor utiliza a alegação de que falta espaço adequado para estacionar o veículo, entretanto deixa de considerar o fato de que, independente das condições ambientais serem ou não favoráveis, ele deve respeitar as regras estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro. Por outro lado, pode-se notar que o motorista oferece justificativas que denotam que sua motivação para infringir regras extrapola a real falta de espaço para estacionar. Assim, pesquisas posteriores devem considerar o contexto cultural em que esses comportamentos ocorrem, em especial a relação dos condutores com as normas sociais relevantes na situação.

Palavras-chave: competição por espaço, comportamento no trânsito; justificativas de motoristas.
Mestrado–M

SOCIAL

ESTUDO DE DILEMA DOS COMUNS USANDO MAPAS COGNITIVOS DO CONFLITO ENTRE RESIDENTES UNIVERSITÁRIOS. *Ana Isabel dos Santos Félix*, Bruno de Brito Silva*, Jéssica July Dantas Santos*, Juliana Santos Oliveira*, Leane Rodrigues Silva*, Sandy de Jesus Goes*, Thatianne Vasconcelos Almico* e Zenith Nara Costa Delabrida (Laboratório de Avaliação e Testagem em Psicologia, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, SE).*

O presente estudo buscou explorar a interrelação entre o indivíduo e o ambiente sócio-físico em residências universitárias. Um dos problemas destas está no relacionamento estabelecido entre os residentes, já que estes passam a compartilhar um ambiente comum com pessoas desconhecidas de diferentes culturas familiares ocasionando o surgimento do fenômeno conhecido como dilema dos comuns. O dilema dos comuns é uma situação de conflito entre o interesse coletivo e os numerosos interesses individuais. Sendo assim, utilizou-se o método dos mapas cognitivos, que consiste na representação gráfica da própria representação mental que o indivíduo tem do espaço em que o mesmo está inserido. Na presente pesquisa, esse método foi denominado de mapa cognitivo dos conflitos, pois este teve o objetivo de compreender a relação entre a organização do espaço e os conflitos existentes nas residências. O instrumento para o mapa cognitivo dos conflitos foi aplicado a 14 residentes, sete do sexo masculino e sete do feminino, com média de 21,53 anos ($dp= 3,78$). Foi solicitado que estes desenhassem a planta baixa da residência, nomeando cada cômodo. Pediu-se então que apontassem os cômodos de momentos conflituosos e agradáveis, marcando-os no mapa de modos distintos. Considerando que houve mais de uma indicação por pessoa, totalizando assim 26 indicações para locais de conflitos, os resultados mostraram que houveram (10) 38,46% indicações como sendo a cozinha o local de maior conflito, (6) 23,1% a sala, (5) 19,23% o quarto, (4) 15,38% o banheiro e (1) 3,83% a lavanderia. Já com relação aos momentos de harmonia, totalizaram-se 38 indicações, sendo assim (12) 31,58% apontaram para o quarto, (12) 31,58% a sala, (9) 23,68% a cozinha e (3) 7,89% o banheiro e (2) 5,26% a varanda. Concluídas tais demarcações, foi pedido aos residentes que descrevessem o motivo que levava ao desencadeamento dos conflitos e dos momentos agradáveis nos locais supracitados. Com relação aos conflitos, as categorias, totalizando 19 indicações, foram: a falta de limpeza (11) (57,89%), a ausência de interação entre os residentes (6) (31,58%) e a desorganização (2) (10,53%). Por conseguinte, as categorias interação entre os residentes (11) (73,33%), organização (1) (6,67%), estudo (2) (13,33%) e privacidade (1) (6,67%) foram as que mais sobressaíram quanto aos momentos agradáveis, totalizando assim 15 indicações. Finalmente, foi requerido que representassem o pólo contrastante de cada conflito ou harmonia. A solução para os conflitos foram: contribuição na faxina (6) (35,3%), cumprimento de regras (4) (23,52%), relações de amizade (2) (11,76%), fim das reuniões de resolução dos conflitos (2) (11,76%), respeito (2) (11,76%) e revide como reação ao outro (1) (5,9%). Como obstáculos à harmonia foram: brigas (2) (40%), invasão de privacidade (2) (40%) e sujeira (1) (20%). Os dados supracitados confirmam a presença do dilema entre os diversos interesses individuais e coletivos, pois os motivos indicados para o desencadeamento dos conflitos indicaram comportamentos individualistas em espaços da residência que é comum a todos. Assim sendo, o método utilizado nos permitiu mensurar os conflitos e os seus respectivos locais.

Palavras-chave: Residências Universitárias; Mapas Cognitivos; Conflitos.

IC

SOCIAL

EQUIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS: INVESTIGAÇÕES SOBRE MÉTODOS DE ENSINO DE LEITURA.

ENSINO DE LEITURA COM COMPREENSÃO: EQUIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS E CRMTS. *Verônica Bender Haydu, Edneli Natalia Ferreirada Costa**; *Graziele Bueno de Farias Rebeiro Pellizzetti***, *Juliana Barboza Caetano de Paula, Thiago Valério Ruas***, *Vanessa Peter Signorini** (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina - PR).

Analistas do comportamento propuseram e testaram uma metodologia de ensino baseada no modelo de equivalência de estímulos, que se mostrou bastante eficaz para o ensino de leitura. De forma geral, o procedimento de escolha de acordo com o modelo (MTS) é usado para estabelecer as discriminações condicionais pré-requisito, que possibilitam a emergência da leitura com compreensão. O MTS é frequentemente combinado ao CRMTS (escolha de acordo com o modelo por resposta construída), para possibilitar a emergência da leitura de palavras de generalização. Esta pesquisa classificou características do método de 29 dissertações e teses brasileiras publicadas no período de 2003 a 2007, em cujos estudos o modelo da equivalência de estímulos foi aplicado ao ensino de leitura. Para a busca e localização das dissertações/teses, foi usado um banco de dados em que foram armazenadas as produções brasileiras sobre esse tema, de 1998 a 2007. Aspectos do método dessas pesquisas foram classificados, conforme especificado a seguir, com os dados obtidos entre parênteses. Os participantes foram alunos do ensino regular (44), educação especial (2) e ensino regular conjugado com especial (2). A aplicação foi individual (27) ou em grupo (5), em laboratório (26), em sala de aula (2) e em residência (1). Como aplicadores: o experimentador (24), o professor (3), os pais (1) e o professor juntamente com experimentador (1). Os equipamentos/materiais foram: o computador (24), cartões (7), lista de exercícios (1), jogos (3) e pasta catálogo (7). Os procedimentos complementares incluíram: o CRMTS (23), a oralização (23), a cópia (15), o ditado (20), o *fading* (10), a exclusão (8). O CRMTS envolveu: sílabas (10), letras (10), ambos (2) e palavras (1). Os resultados indicaram viabilidade de aplicação do modelo de equivalência de estímulos para o ensino de leitura em contextos variados, mas não permitiram fazer uma análise comparativa da eficácia do CRMTS com letras e com sílabas devido a inúmeras diferenças metodológicas. Um estudo recente em que esse modelo aplicado em situação coletiva foi desenvolvido com oito alunos da EJA e foram analisados os erros de troca de sílabas e de letras nos testes. Foram ensinadas relações condicionais entre palavra ditada e palavra impressa, e a construção de anagrama com letras diante da palavra impressa. Após o ensino de cada palavra nova, eram testadas em sessões individuais as relações emergentes. Ao completar uma etapa que envolvia o ensino de 9 a 15 palavras, era aplicado um teste com as palavras de ensino e palavras generalização (8 a 12 dependendo da etapa). Foram ensinadas 63 palavras tendo-se verificado que todos os participantes aprenderam a relacionar as palavras ditadas com as impressas e a montar as palavras com letras diante das palavras impressas. As palavras de generalização foram 48, que foram lidas, principalmente, nas primeiras etapas. Nos testes, os participantes apresentaram leitura com compreensão e montagem de palavras diante de palavras ditadas e de figuras. Foram cometidos menos erros de troca de sílabas e omissão ou acréscimo de sílabas do que de letras, indicando que as sílabas podem ser unidades de recombinação mais apropriadas.

Apoio financeiro: Bolsa Produtividade em Pesquisa da Fundação Araucária e Bolsa de Mestrado da CAPES.

Palavras-chave: equivalência de estímulos, letras, sílabas.

ENSINO DE DISCRIMINAÇÕES DE SÍLABAS COM RECOMBINAÇÃO DE LETRAS E A EMERGÊNCIA DA LEITURA DE NOVAS SÍLABAS E DE PALAVRAS EM CRIANÇAS DA PRÉ-ESCOLA. *Olivia Misae Kato, Alfredo de Souza Maués* e Samuel do Nascimento Barros* (Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA)

Estudos fundamentados no paradigma de equivalência têm demonstrado a emergência da leitura de palavras com recombinação de sílabas, usando procedimentos adicionais de ensino de cópia, ditado e oralização. Sem esses procedimentos adicionais, tem sido documentado o controle parcial pelas sílabas, dificultando a leitura recombinativa. O ensino explícito de discriminação de sílabas pode promover prontamente a leitura recombinativa. Em três estudos, investigou-se o efeito do ensino de discriminações condicionais entre sílabas na emergência da leitura dessas sílabas e de novas sílabas com recombinação das letras das sílabas de ensino. Verificou-se, ainda, a emergência da leitura textual e com compreensão de palavras com sentido e palavras inventadas formadas pelas sílabas de ensino e recombinadas. No Estudo 3, verificou-se também a emergência do desempenho em ditado e cópia. Participaram 16 crianças da pré-escola de escolas públicas, sendo seis espanholas (Estudo 1) e dez brasileiras (Estudos 2 e 3). No Estudo 1, o procedimento de ensino e teste foi aplicado manualmente com cartelas e nos Estudos 2 e 3, esse procedimento foi informatizado. Cada estudo foi dividido em três etapas. Na Etapa 1, foram ensinadas por meio de emparelhamento com o modelo as sílabas NO, BO, NA, DO e NE, e testada a leitura dessas sílabas de ensino e das recombinadas BA, DA, DE e BE. No Estudo 3, foram adicionadas a sílaba de ensino TO e as recombinadas TA e TE. Na Etapa 2, foi verificada a emergência da leitura textual e com compreensão das palavras com sentido DADO, DEDO, BEBÊ e BOBO (Estudos 1, 2 e 3) e também BOTO, BATA, BOTA e BOTE (Estudo 3). Na Etapa 3, foi verificada a leitura textual e com compreensão de quatro palavras inventadas. Todos os participantes dos três estudos apresentaram a emergência da leitura das sílabas de ensino e recombinadas. Nas Etapas 2 e 3 dos três estudos, todos participantes apresentaram prontamente a leitura com compreensão de todas as palavras com sentido e inventadas. Quanto à emergência imediata da leitura textual, na Etapa 2, todos as crianças dos Estudos 1 e 3, e quatro crianças do Estudo 2 a demonstraram prontamente antes da emergência da leitura com compreensão. Quanto às palavras inventadas da Etapa 3, todos as crianças do Estudo 1, três do Estudo 2 e quatro do Estudo 3 a apresentaram prontamente, antes da emergência da leitura com compreensão. No Estudo 3, a emergência dos desempenhos de cópia e ditado ocorreu prontamente para todos as crianças. Portanto, após a leitura das sílabas de ensino e recombinadas na Etapa 1, ocorreu a leitura de todas as palavras com sentido (Etapa 2) e inventadas (Etapa 3), nos três estudos. O controle parcial, relatado nos estudos que iniciam com o ensino de discriminação de palavras, não foi estabelecido no presente estudo. A emergência imediata da leitura recombinativa ocorreu sem a necessidade de procedimentos especiais. Esses resultados indicam que o ensino explícito de discriminações entre sílabas poderá promover a emergência da leitura recombinativa sem estabelecer o controle parcial e sem procedimentos adicionais de ensino.

Palavras-chave: leitura recombinativa, discriminações condicionais, equivalência de estímulos.

PD e M

Análise Experimental do Comportamento (AEC)

ENSINO DE LEITURA COM EQUIVALÊNCIA: UMA ABORDAGEM DE TEORIA DE GRAFOS. *Celso Socorro Oliveira* (LEIA – Laboratório de Ensino Informatizado e Aprendizagem, Departamento de Computação, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Bauru - SP).

Muitos estudos de Análise do Comportamento tratam Ensino de Leitura com compreensão baseado no modelo de equivalência de estímulos. De acordo com esse modelo, palavras faladas, palavras impressas e figuras são estímulos relacionados condicionalmente, por meio do procedimento de escolha de acordo o modelo (MTS), o que possibilitam a emergência de classes de estímulos equivalentes. Esse trabalho apresenta uma abordagem de Teoria de Grafos a essa classe de aplicações. Assim, cada classe de estímulos equivalente formada seria um grafo, resultante da sucessiva operação de adição de um arco e um nó (uma relação de treino e um estímulo comparação a cada sessão MTS). A Teoria de Grafos trata problemas abstratos como Grafos (G), compostos de três elementos: um conjunto de nós **N**, um de arcos **A** e o de relações Psi (ψ) que associam pares de nós de **N** a um arco de **A**. A Operação MTS seria interpretada como operação que associa nó do conjunto **B** ao conjunto **A** no arco **AB**, **pela relação Psi (A, B)**. Como para formar uma classe de equivalência, constrói-se um grafo tipo árvore, então é possível assumir que o número de sessões de treino é sempre igual ao número de conjuntos de estímulos menos uma unidade (nesse caso duas sessões de treino, AB e AC, por exemplo). Tal procedimento, entretanto, apenas ensina palavra impressa como um todo e equivalente da figura ou do som correspondente. Para que a palavra seja compreendida como uma composição de letras, em uma determinada seqüência, utiliza-se principalmente o anagrama. No anagrama, uma palavra (cadeia de letras) é dada como amostra, o conjunto de letras que a compõe é dado como estímulos comparação. A cada tentativa, uma letra do conjunto de estímulos comparação é adicionada à nova cadeia. No final do conjunto de tentativas, a nova cadeia será igual àquela da amostra. Inicialmente a primeira letra do estímulo amostra é uma referência. A cada tentativa, um teste de identidade verifica se letra escolhida corresponde à letra da palavra amostra naquela posição, que, se confirmada, terá a letra adicionada à nova cadeia e deslocará a referência na amostra para a próxima posição. Tal procedimento corresponde a construir um caminho, de nós e arcos, onde os nós são letras sucessivamente escolhidas e os arcos a seqüência de escolha. A cada tentativa apenas um **nó** e um **arco** são acrescentados e pelo tipo de operação executada, um grafo tipo árvore é construído a cada tentativa. Ao final, um grafo tipo árvore resultante é obtido, onde **nós** participam de uma cadeia seqüenciada de letras (semelhante ao modelo). Resultados de ensino de alfabeto datilológico a três alunos de Psicologia, com anagrama em papel, indicaram que aprenderam a correspondência entre sinal e letra, após treino das palavras BICO, BASE, SINO, CASA e MENINO. A palavra datilológica era o estímulo-modelo, e sinais+letras eram os estímulos do anagrama. Ao final, os alunos indicam qual letra correspondia a cada sinal datilológico, entre as nove ensinadas, sem olhar as letras impressas.

Apoio financeiro: PROEX-UNESP.

Palavras-chave: equivalência, letras, grafos.

P

AEC

MULHERES, SINTOMAS E SEMBLANTES

DE AMOR E DE ÓDIO ENTRE MÃES E FILHAS: DE CLITEMNESTRA A ELECTRA. *Rita Maria Manso de Barros (Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ /Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ)*

Desde cedo sabemos o quão complexa é a relação entre mães e filhas. As histórias deste par são o que sustentam a diferença que Freud atribui ao Édipo feminino. Atribui um tempo outro, havendo para as meninas um período denominado minóico-micênico em referência às civilizações de Minos e Micenas, anteriores à civilização grega clássica. É de onde tomamos a história de Clitemnestra e Electra, mãe e filha. Clitemnestra era, na [mitologia grega](#), esposa de [Agamemnon](#), líder dos [exércitos gregos](#) em [Tróia](#), e irmã [gêmea](#) não-idêntica de [Helena](#), de [Castor e Pólux](#), e filha de [Leda](#) com [Tíndaro](#). A mitologia conta que ela era filha de Leda com um mortal, Tíndaro, enquanto Helena era filha de Leda com Zeus que lhe apareceu disfarçado em cisne. Fecundada duplamente, Leda dá a luz às duas meias irmãs, bastante diferentes em suas histórias de vida e de posição no mundo. Casada em primeiras núpcias com [Tântalo II](#), filho de [Tiestes](#), teve seu marido assassinado por Agamemnon que a desejava. Casou-se com este e teve quatro filhos: Electra, Ifigênia, Crisotemis e Orestes. Clitemnestra, revoltada com o sacrifício a deusa [Artemis](#) de sua filha [Ifigênia](#) pelo próprio pai Agamemnon, vingou-se de seu esposo unindo-se a um primo deste, [Egisto](#), para assassiná-lo e depois reinar sobre o povo de [Micenas](#). Após isso, rejeitou seus outros dois filhos, [Electra](#) e [Orestes](#). Electra continuou vivendo no [castelo](#), mas ao descobrir que Egisto tramava a morte de seu irmão, levou-o para morar na corte do rei [Estrófilo](#), seu tio, e ficou vivendo como escrava de sua própria [mãe](#). Mais tarde, quando Orestes se torna adulto, se junta a sua irmã, e vinga o assassinato do pai. Arrepentida, Clitemnestra se desculpa por ter abandonado e rejeitado os filhos, que nunca tinha deixado de pensar em Orestes nenhum momento, que tratava Electra como escrava para protegê-la de Egisto, alegando que sempre amou-os, mostrando os seios que os haviam amamentado. Orestes e Electra mataram Clitemnestra e Egisto, na trama contada por [Ésquilo](#), de nome [Oresteia](#). Tomaremos esta relação entre mãe e filha porque Clitemnestra deixa de lado a função materna, enquanto a filha, Electra, deve assumir esta função para seu irmão menor. O que ocorre é o confronto entre duas mulheres, relato comum na clínica psicanalítica, cuja hostilidade se intensifica por tantos pontos de identificação.

Palavras-chave: mãe e filha, feminilidade, mitologia, identificação.

Nível do trabalho: Outro

Código da área: CLIN

O AMOR É UM SEMBLANTE. *Heloisa Caldas (Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. Rio de Janeiro, RJ).*

Afinal o que é o amor? Ninguém jamais conseguiu definir. Em geral, são os poetas os que se arriscam a falar do amor, talvez porque saibam que ele mora no exercício da fala. ‘Eterno enquanto dura’, revirado pelo avesso em ódio e devastação, nascendo ou morrendo, o amor é enigma que ‘dá dentro da gente e não devia, não tem tamanho’. O objetivo desse trabalho é o de pensar o amor segundo a perspectiva da psicanálise. Trata-se do amor que visa o objeto da fantasia em outra pessoa. Logo a parceria, a rigor, se estabelece com o objeto *a*, e neste ponto cada sujeito esbarra no impar de seu gozo. Trata-se de sujeito e objeto. Não existe pulsão genital para guiar o encontro de Um com o Outro sexo. É preciso inventá-la, fazer com que as pulsões parciais passem pelo campo do Outro, da cultura, do Édipo, das identificações, para que seja possível construir algum semblante de homem, mulher, gay etc. Essas formas e identificações amorosas acontecem a partir do discurso. O amor que sustenta a parceria demonstra pela exigência de reciprocidade que sujeito não quer saber da solidão do seu gozo. A reciprocidade se constitui não só pela expectativa de amor que o amante demanda ao outro, mas também porque há, no outro, algo que faz com que ele seja amado. Esse traço que o amante atribui ao amado tem sua raiz no narcisismo do eu. O que se ama são as versões do objeto *a* encapadas pela imagem do eu ideal e sustentadas pelos significantes do Ideal do Outro, I(A). Logo o amado, de certa forma, é responsável pelo amor que causa. Por isso o amor não correspondido é uma ofensa ao amante. Entretanto, o semblante de amor mente a solidão do sujeito em busca do objeto. A pretensa recíproca do amor que leva a pensar em dois sujeitos encobre que temos apenas Um e *a*. Por isso o amor, assim como a fantasia, sempre fracassa, precisando ser inventado a cada vez, para fazer renascer a parceria. O amor, por estar do lado do semblante permite invenção. Já a fantasia é imutável. Com Freud diríamos que o amor é apenas repetição ‘sintomática’, como de fato se verifica na cantilena monótona de tantos casos. No entanto, quando se pode variar o semblante mantendo as condições mínimas de gozo, o amor renovado é repetição *sinthomática*. Escrever ‘*sinthomática*’ aponta à concepção lacaniana do “amor como invenção, elaboração de saber, um modo de dirigir-se ao *a*, a partir do Outro do significante”, como aponta J.-A. Miller. Segundo essa perspectiva, o amor é uma invenção a serviço do laço social.

Palavras chave: amor; objeto *a*; parceria; invenção; laço social.

Nível do trabalho: Outro

Código da área: CLIN

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A ANOREXIA E O DESEJO FEMININO. *Gilsa F. Tarré de Oliveira (Universidade Estácio de Sá, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ).*

Alguns relatos da experiência clínica é o nosso ponto de partida para refletir sobre a relação entre a anorexia e o desejo feminino. Segundo Freud, duas questões básicas habitam todo ser humano: "O que é uma mulher?" e "O que é um pai?". Enfrentando e levando adiante as descobertas de Freud, Lacan propõe que o sintoma do ser humano é fazer existir A Mulher. Ou seja, entre outras funções, o sintoma tem a ver com fazer existir a relação sexual e a Mulher. A impossibilidade de um encaixe perfeito no encontro entre sexos não se reduz apenas a presença ou à ausência do falo, mas à própria dissimetria existente entre os seres que repercute sobre as exigências de gozo absolutamente singulares. Algo falta às mulheres no que diz respeito à afirmação do ser. É através do amor que a mulher alcança na relação sexuada alguma compensação pela falta a ser, colocando-se como objeto causa de desejo. Mas a demanda de amor pode se tornar infinita e Freud compara a ameaça de perda do amor nas mulheres à ameaça de castração para os homens. No encontro com o outro sexo, o homem só tem acesso ao gozo fálico, que adquire um valor identificatório. Quanto às mulheres, devemos incluir um tipo de satisfação para além do gozo fálico; um gozo suplementar, que transborda o corpo e não se localiza no órgão; a mulher necessita do recurso do amor para se identificar. A clínica da anorexia nos permite testemunhar um sujeito em constante estado de defesa diante de um gozo que o invade corporalmente e podemos constatar que no embaraço com o objeto alimentar o que está em questão é a função paterna, um pai ainda não significantizado. É o que assistimos também na clínica da melancolia com a rejeição dos alimentos (de todos os tipos, inclusive aqueles que podem alimentar o espírito) ligada à impossibilidade de perder o objeto, de perder o pai como corpo para incorporá-lo como significante. Eterniza-se o luto pela morte do pai e ainda que as anorexias possam estar presentes em outras estruturas clínicas, essa dimensão melancólica está sempre presente. A tão severa preocupação com a imagem na anorexia fala de fenômenos no campo da percepção que apontam para um gozo que não foi extraído do corpo. Podemos dizer que na anorexia o objeto *a* não pode adquirir sua consistência lógica, condição que possibilita o despertar do desejo e a abertura ao Outro que implica o dom no amor. A extensão das anorexias hoje parece uma prova irrefutável das dificuldades de nossa época em enfrentar as duas grandes indagações básicas que tocam a cada sujeito: "O que é uma mulher?" e "O que é um pai?". Nosso paradoxo hoje: ter como 'alimento' das patologias do amor, a recusa em querer saber e tomar para si essas questões.

Palavras chave: anorexia, objeto *a*, função paterna, desejo feminino.

Nível do trabalho: Outro

Código da área: CLIN

PRÁTICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIA.

INTERVENÇÕES PREVENTIVAS EM UMA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO.

Edna Maria Marturano (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)

A avaliação de práticas psicológicas é um campo relativamente novo de investigação. Na área de prevenção, constituem quesitos úteis para o exame da qualidade das práticas: os fatores de risco e de proteção focalizados; o nível de prevenção pretendida – universal, seletiva ou indicada; a descrição do programa de intervenção; as metodologias de pesquisa empregadas para verificação de resultados; a evidência relativa à implementação; a evidência relativa aos resultados. Nesta apresentação, descreve-se o ciclo de pesquisa da intervenção preventiva, que compreende cinco etapas: identificação do problema ou distúrbio, sua extensão e importância; revisão da informação relevante sobre risco e proteção, a partir da base de conhecimentos já existente; realização de estudos empíricos preliminares e ensaios para confirmação e replicação; ensaios de campo em larga escala; ações visando à implementação do programa na comunidade. A realização de estudos preliminares requer a escolha de um modelo teórico para nortear o programa de intervenção, o planejamento da forma do programa, o recrutamento e treinamento de pessoal, a identificação dos participantes apropriados e medidas para assegurar sua cooperação. A par com a necessidade de documentação, que assegure a replicabilidade dos estudos e a possibilidade de utilização do programa, questões metodológicas, éticas, culturais e econômicas perpassam as diversas etapas, aumentando a complexidade dos desafios ao investigador. As etapas do ciclo de pesquisa da intervenção preventiva são ilustradas na apresentação por meio de um conjunto de pesquisas voltadas para a avaliação de um programa de base desenvolvimentista, para prevenção de problemas de comportamento em crianças. O programa avaliado foi a versão para escolares da intervenção seletiva “Eu posso resolver problemas” – EPRP, cujos resultados na redução de problemas de comportamento haviam sido demonstrados em pré-escolares norte-americanos, mediante a aplicação do programa pelo professor, na sala de aula. As pesquisas de verificação dos efeitos do EPRP em escolares brasileiros foram desenvolvidas em contexto de atendimento clínico e em escolas, por meio de delineamentos experimentais ou quase experimentais com linha de base múltipla. Avaliou-se o potencial do programa para atenuar problemas de comportamento presentes em nível clínico (intervenção indicada) e em grupo de risco (seletiva), assim como seu efeito em crianças da comunidade (universal). Os resultados dão suporte empírico ao programa em contexto clínico, com evidência de melhora nos indicadores de cumprimento das tarefas de desenvolvimento da fase escolar, manutenção das melhoras obtidas em seguimento de curto prazo e indícios de efeito moderador de variáveis do ambiente familiar. Em contexto escolar, o programa apresentou resultados instáveis na redução de comportamentos coercitivos quando aplicado isoladamente; quando inserido em uma proposta multimodal que incluía também o treino de autocontrole e um módulo de introdução aos valores humanos básicos, os efeitos foram consistentes e estáveis. Discute-se o estado atual da evidência empírica de apoio ao EPRP, com base nos quesitos de avaliação da qualidade dessa base empírica. Enfatiza-se o caráter cíclico da investigação voltada para a avaliação de práticas preventivas, com efeitos de retroalimentação que contribuem para o aprimoramento e a delimitação do escopo de tais práticas.

CNPQ, FAPESP

Palavras-chave: prevenção, problema de comportamento, avaliação de programa

P

DES

O TRATAMENTO DA ENURESE NOTURNA EM UM SERVIÇO-ESCOLA: EVOLUÇÕES E IMPLICAÇÕES DERIVADAS DA PRÁTICA BASEADA EM EVIDÊNCIA. *Edwiges Ferreira de Mattos Silveiras* (Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP)

O objetivo do presente trabalho é mostrar como o uso organizado de práticas clínicas baseadas em evidência permite aos serviços-escola de Psicologia cumprir seu triplice papel: atender a população, favorecer o desenvolvimento do conhecimento científico e possibilitar a aprendizagem pelo estagiário. No alcance desse objetivo, em primeiro lugar, são descritos dois protocolos (avaliação e tratamento) para Enurese Noturna (EN), rotineiramente utilizados no Laboratório de Terapia Comportamental (LTC) da Universidade de São Paulo, pelos alunos que ali estagiam. O primeiro utiliza instrumentos validados ou em validação no Brasil. Assim, além do registro diário de frequência de episódios de molhadas utiliza: 1) Inventário de Avaliação dos Comportamentos de Crianças e Adolescentes (CBCL); 2) Inventário de Auto-Avaliação para Jovens (YSR); 3) Escala de impacto; 4) Escala de tolerância dos pais. O segundo é empiricamente validado e conhecido como intervenção *full spectrum* com: 1) uso à noite, diariamente, do aparelho nacional de alarme de urina, 2) treino de limpeza, 3) treino do contenção da bexiga e orientação aos pais. São, em seguida, discutidos três conceitos relacionados com EN: **Impacto, Intolerância e Problemas de comportamento** e os dados de **estudos** sobre tais conceitos. O **primeiro estudo** comparou escores obtidos nos CBCL de 22 pais com os escores nos YSR de filhos adolescentes. O tratamento efetivo para todos os adolescentes correlacionou-se com a diminuição de escores de problemas de comportamento. Entretanto, não houve correspondência entre os relatos de pais e filhos, o que gerou nova pergunta de pesquisa. O **segundo** examinou 61 prontuários de crianças e adolescentes atendidos pelo LTC, dos quais 52 atingiram critério de sucesso no tratamento, em que sessões foram feitas por quatro terapeutas diferentes. Não houve diferenças nos resultados dos clientes atendidos por diferentes terapeutas e a comparação dos escores de problemas de comportamento (CBCL antes e após o tratamento) evidenciou uma redução significativa nos escores de problemas, independentemente de os clientes terem ou não sucesso no tratamento, o que também gerou nova questão investigativa. O **terceiro** correlacionou escores de impacto evidenciados pelos enuréticos com escores de tolerância à enurese dos pais (mãe e pai), antes do tratamento com alarme de urina. Os resultados demonstraram haver correlação positiva entre a idade do enurético e o impacto e intolerância causada sobre a mãe e também que quanto maior a intolerância da mãe, maior o impacto sofrido pelo enurético. Uma nova questão foi derivada deste estudo uma vez que os escores dos pais não correlacionaram com o impacto e idade do adolescente. Conclui-se que as dúvidas levantadas pelos estudos são comuns no processo de construção de conhecimento científico, no qual perguntas respondidas levantam outras num processo que só pode ser favorecido pelo serviço-escola orientado pelo conhecimento com base em evidência. Além de ilustrar essa função científica da instituição, espera-se, com o presente trabalho, alcançar o objetivo proposto e demonstrar a função social derivada do atendimento à população com o transtorno estudado e a função educativa, derivada da prática exercida pelos estagiários com a aplicação dos protocolos de avaliação e intervenção, devidamente organizados.

CNPQ e FAPESP

Palavras-chave: enurese, intervenção, efetividade

P

CLIN

PROGRAMAS VIVENCIAIS DE HABILIDADES SOCIAIS: CONSTRUINDO PRODUTOS PARA A PESQUISA E EVIDÊNCIAS DE EFETIVIDADE. *Zilda A.P. Del Prette e Almir Del Prette (Universidade Federal de São Carlos)*

A efetividade das práticas em Psicologia, baseada em indicadores de validade interna e externa das intervenções, interessa tanto aos profissionais quanto à clientela atendida no atual contexto de reconhecimento dos direitos do consumidor e de consolidação de uma “cultura de avaliação”. Tomando como referência o campo específico das HABILIDADES SOCIAIS (HS), serão focalizados quatro aspectos considerados fundamentais e interdependentes na produção de conhecimento sobre a efetividade dos programas VIVENCIAIS de Treinamento de Habilidades Sociais (THS). O primeiro aspecto é o refinamento das categorias conceituais e analíticas – habilidades sociais e competência social, principalmente - que sustentam os objetivos da intervenção e os indicadores de mudança no repertório dos participantes, o que tem sido feito por meio de manuais didáticos e artigos conceituais publicados. O segundo aspecto refere-se à disponibilidade de instrumentos e procedimentos válidos e confiáveis para aferir o repertório dos participantes, aqui se incluindo indicadores de validade interna e externa. Um conjunto de tais instrumentos e procedimentos, com referências normativas, tem sido disponibilizado nos últimos anos para crianças, adolescentes, adultos, casais, pais etc. O terceiro aspecto é o uso de delineamentos de pesquisa que, com base em medidas antes durante e após a intervenção e em caracterização dos ingredientes e da “integridade” desses programas, controlem o efeito de variáveis estranhas (por exemplo, história, maturação, testagem, seleção etc.). Nesse sentido cabe destacar os programas vivenciais de THS, desenvolvidos pelos autores e os diversos estudos experimentais e quase experimentais realizados pelo grupo de pesquisa para avaliar esses programas. Esses delineamentos, envolvendo grupo de controle, validação social ou placebo, são considerados altamente confiáveis na produção de evidências de efetividade e são a base dos estudos de metanálise. Nos estudos de caso coletivo (grupo único) e de caso único (sujeito como seu próprio controle), a produção de evidências de efetividade requer estratégias de verificação, tais como reversão, linha de base múltipla e replicação sistemática. Quando baseados apenas em avaliações pré e pós-intervenção, sua contribuição em termos de evidências de efetividade é mais restrita e varia amplamente, a depender do número de participantes, diversidade, regularidade e objetividade das medidas utilizadas e o tipo de tratamento de dados efetuado. O quarto aspecto refere-se exatamente aos procedimentos de tratamento de dados, que podem incluir estatística descritiva e inferencial, bem como análise da confiabilidade e significância clínica das mudanças verificadas (por exemplo, por meio do Método JT). Ilustrando as questões aqui referidas, são apresentadas evidências de efetividade para o THS vivencial em programas visando a promoção de: (a) HS de estudantes universitários (quase experimental); (b) HS de crianças com dificuldade de aprendizagem, explorando-se recursos multimídia (experimental e de linha de base múltipla); (c) HS Assertivas de idosos (quase-experimental com placebo); (d) HS Educativas de mães de crianças com TDAH (experimental com análise de confiabilidade e significância clínica). Discute-se a utilidade e viabilidade dos diferentes delineamentos e seus desafios metodológicos, o significado dos resultados já disponíveis e novos encaminhamentos de pesquisa do grupo de HS da UFSCar.

CNPq/FAPESP

Palavras-Chave: Treinamento de Habilidades Sociais, Validade interna/externa, Efetividade
PD

DES

AUTISMO: INVESTIGAÇÃO E RECONHECIMENTO DE SINAIS PRECOSES.

ANÁLISE MICROGENÉTICA PARA A INVESTIGAÇÃO DO AUTISMO. *Maria C. D. P Lyra (LABCOM - Departamento de Psicologia Universidade Federal de Pernambuco, PE) e Cleonice A. Bosa (Departamento de Psicologia Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS).*

Destacamos o conceito de microdesenvolvimento e a análise microgenética para ajudar a compreender algumas características das trocas sociais entre a criança autista e os parceiros adultos. O objeto é ilustrar como ambas as perspectivas possibilitam identificar características dessas trocas que podem ser relevantes para a investigação da origem dos transtornos do espectro autista (chamaremos apenas autismo), particularmente enquanto se manifesta em características comportamentais precoces. O microdesenvolvimento, abordado através da análise microgenética, tem despertado a atenção de pesquisadores voltados para compreender como ocorre o desenvolvimento e tem sido apontado como representado um novo paradigma para o estudo tanto do desenvolvimento como da aprendizagem desde os anos 90 do século passado. Desenvolvimento é, essencialmente, um processo de mudança e compreender como este processo ocorre tem marcado as preocupações de teóricos e pesquisadores desenvolvimentistas clássicos (Baldwin, Piaget, Vygotsky e Werner) assim como atuais. Tanto a perspectiva dos sistemas dinâmicos como novos métodos microgenéticos têm contribuído para o desenvolvimento desta área. Paralelamente, a investigação dos sinais precoces do autismo tem, cada vez mais, ocupado a preocupação de pesquisadores e clínicos. Uma das características marcantes do autismo é a dificuldade de estabelecer trocas sociais. Estabelecer e manter a atenção compartilhada é um dos sinais considerados como característicos do autismo, sobretudo quando esta atenção visa o engajamento em diálogos sobre o mundo partilhando emoções e não, apenas, como uma forma instrumental de utilizar o parceiro social. Os dados que ilustram este trabalho são relativos as trocas entre uma criança autista e parceiros adultos, analisadas microgeneticamente. Apesar de não apresentar linguagem falada e ter 5 anos e 8 meses de idade, a sutileza dos registros e a decorrente análise efetuada pode lançar alguma luz sobre formas de análise e interpretação de registros de comportamentos também de bebês que correm o risco de apresentarem, no futuro, características autistas. As análises aqui referidas são de seis sessões videografadas das quais três foram realizadas com a criança e a mãe e três outras com a criança e o psicoterapeuta. O principal aspecto tratado nos exemplos discutidos neste trabalho diz respeito ao conceito de contingência das trocas tanto entre a criança e a sua mãe como entre ela e a psicoterapeuta. Características das modalidades perceptivas e motoras utilizadas nas trocas e o conceito de um “tempo” que caracterizaria essas trocas é discutido, sobretudo é abordado o quanto os “tempos” das crianças autistas podem diferir daquele das crianças normais e, conseqüentemente, a identificação de contingências e a possibilidade de serem identificadas continuidades entre seqüências de trocas. Também, a “construção de histórias” entre os parceiros é outro aspecto explorado a partir do conceito de microdesenvolvimento e da análise microgenética.

CNPq

AUTISMO, MICRODESENVOLVIMENTO, MICROANÁLISE

D, P

CÓDIGO DA ÁREA: DES

TEMAS ATUAIS SOBRE A REGRESSÃO NO AUTISMO. *Carolina Lampreia*
(Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ).

A regressão no desenvolvimento parece ser específica dos Transtornos do Espectro do Autismo embora não universal. O tema da regressão tem ganhado importância e um número crescente de pesquisas têm sido realizadas nos últimos anos. É um tema relevante por poder indicar que não há uma forma única de surgimento do autismo. Contudo, o próprio fenômeno e o próprio conceito de regressão têm sido alvo de debates: não há consenso sobre a existência do fenômeno da regressão, assim como não há consenso sobre sua definição. A perda da fala tem sido usada como indicador de regressão por ser a perda mais frequentemente relatada pelos pais. Contudo, alguns pesquisadores consideram que as definições que exigem perda da fala subestimam problemas em outras áreas do desenvolvimento, não sendo a perda da fala o indicador mais sensível da regressão. Estudos recentes têm mostrado que muitas crianças com perda de fala também apresentam perdas em habilidades de interação social ou apresentam habilidades sociais atípicas antes da perda da fala. Dentre outras perdas, ou problemas identificados, podem ser citados: o engajamento social, o contato ocular, os gestos, o jogo de faz-de-conta, habilidades motoras, o uso funcional de objetos. Assim, como consequência da discussão sobre a definição de regressão, alguns autores questionam a sua existência argumentando que antes da perda da fala a criança já apresentava outros problemas de desenvolvimento. O objetivo é rever estudos sobre o tema da regressão no autismo para conhecer o que se sabe e o que se discute sobre ele. Serão abordados relatos de pesquisas nesta área incluindo os seguintes temas: definição de regressão e metodologia de pesquisa; tipos de surgimento e de perdas; idade, prevalência e causas da regressão; prognóstico e recuperação; regressão, epilepsia, Transtorno Desintegrativo da Infância; regressão e Transtorno Específico da Linguagem.

REGRESSÃO, AUTISMO, ESTUDOS RECENTES

D, P

CÓDIGO DA ÁREA: DES

AUTISMO, INTERAÇÃO E INTERSUBJETIVIDADE. *Cláudia Passos Ferreira*
(Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ)

A capacidade de partilhar experiências e valores é um aspecto singular da espécie humana. A imitação e os sistemas de espelhamento são importantes fundamentos da sociabilidade humana que fornecem um sentimento básico de conexão e reconhecimento mútuo da existência de outros da espécie que são “como eu”. Contudo, esses processos são necessários mas não suficientes para que as crianças desenvolvam a sociabilidade humana. O desenvolvimento da sociabilidade humana requer mais do que as experiências perceptivas de equivalência e conexão com os outros. A intersubjetividade humana se desenvolve muito mais baseada na reciprocidade e compartilhamento do que apenas na imitação ou espelhamento. Desde o nascimento, por meio da imitação e dos processos de espelhamento afetivo, o bebê se engaja num jogo interativo. A partir dos 2 meses de idade, o espelhamento, a imitação e outras respostas de ressonância afetiva devem ser ultrapassadas, e suplantadas por novas formas de interação, por um sistema aberto de reciprocidade. A imitação neonatal dá lugar aos primeiros sinais de compartilhamento de experiências manifestada nos primeiros sinais de interação face-a-face (intersubjetividade primária) e à atenção conjunta em referência aos objetos e a comunicação intencional triádica com os outros (intersubjetividade secundária). O objetivo dessa apresentação é descrever como a intersubjetividade humana parece se desenvolver do nascimento até os primeiros 4 anos de vida, propondo um tabela de desenvolvimento com 3 níveis de processos intersubjetivos; e investigar como esses processos podem estar comprometidos nos casos de autismo. Proponho que desses mecanismos biológicos inatos de espelhamento e imitação, que fundamentam os processos intersubjetivos, as crianças desenvolvem propensões que implicam reconhecimento e reciprocidade mútua. No caso das crianças autistas, a sociabilidade e os processos intersubjetivos estão comprometidos. Na criança autista, parece não haver possibilidade para o reconhecimento recíproco, para o reconhecimento mutuo do outro.

CAPES

AUTISMO, INTERSUBJETIVIDADE, DESENVOLVIMENTO

PD

CÓDIGO DA ÁREA: DES

A PSICOPATIA NO CONTEXTO FORENSE.

PSICOPATIA: CONCEITOS, RESPOSTA EMOCIONAL E RESPONSABILIDADE PENAL. *Antonio de Pádua Serafim (Programa de Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica - Instituto de Psiquiatria – Hospital das Clínicas Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo)*

O aumento da violência urbana e a conseqüente expressão de comportamentos violentos como o homicídio, tem incidido na questão da relação entre violência e doença mental. Seja na literatura científica especializada, seja nos textos jurídicos, o homicídio é descrito como o mais grave atentado contra a vida, visto que engloba um caráter doloso, no qual há uma intencionalidade, e culposo quando o agente não tem a intencionalidade de provocar a morte do outro. Os estudos têm apontado uma correlação entre transtornos da personalidade e em destaque a psicopatia com estes crimes. A ausência de sentimentos éticos e altruístas, unidos à falta de sentimentos morais, impulsiona alguns indivíduos a cometer crimes com requintes extremados de brutalidade e crueldade, porém indivíduos sem essas características, também cometem crimes bárbaros. O termo psicopatia tem sido comumente usado para classificar indivíduos que apresentam uma importante tendência à prática criminal, marcada por um elevado índice de reincidência e acentuado quadro de indiferença afetiva e conduta anti-social. O padrão de comportamento violento de alguns indivíduos se deve a um funcionamento psicológico caracterizado por uma deficiência na emissão de respostas emocionais caracterizada por uma total ausência de remorso, egocentrismo patológico, incapacidade para estabelecer laços de amor, inadequação da resposta de empatia e ausência de respostas de ansiedade. Em ambientes prisionais estima-se uma prevalência de 20% a 40% de homicidas que preenchem critérios para psicopatia em relação a outros quadros psicopatológicos e criminosos sem histórico de alterações psiquiátricas de acordo com os critérios da *Psychopath Checklist Revised* – PCL. O que se tem visto de uma maneira geral é que os profissionais das áreas de saúde e jurídica tendem a considerar psicopatia e transtorno de personalidade antissocial como sinônimos. Frente ao exposto o objetivo dessa apresentação é traçar o diferencial entre o conceito da psicopatia, processo de classificação a o papel da psicologia na confirmação do diagnóstico, bem como as implicações suas implicações jurídicas, além de apresentar os principais resultados do estudo referente à resposta emocional (psicofisiológica) e nível de ansiedade em homicidas psicopatas e não psicopatas durante a observação de estímulos visuais com diferentes conteúdos emocionais (agradável, neutro e desagradável). Os resultados demonstraram que de uma maneira geral os homicidas psicopatas tendem a expressar baixo nível de ansiedade, os quais experimentam de maneira reduzida ou indiferente às sensações subjetivas de tensão e apreensão conscientemente percebidas e uma quase ausência em perceber como ameaçadoras uma ampla faixa de situações ambientais. Em relação à resposta fisiológica - frequência cardíaca média dos homicidas psicopatas não se alterou significativamente em relação ao tipo de figura apresentada.

Palavras-chave: Psicopatia, emoção, criminalidade.

DOUTORADO

JUR

LOUCOS E CULPÁVEIS: A FRAUDE DA SEMI-IMPUTABILIDADE. *Paulo César Busato (Promotor de Justiça do Estado do Paraná e Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR)*

O Direito surge da necessidade de se estruturar parâmetros para o convívio social e para estabelecer os limites das ações e comportamentos dos indivíduos, isto é, se fundamenta pela Normatização da sociedade. *Diréctus* – que segue em linha reta, que segue regras ou ordens preestabelecidas, que segue trajetória ou procedimento predeterminado. Esta fundamentação também impõe a necessidade da intersecção do Direito com outras Ciências, uma vez que, a Ciência afeta o Direito e o Direito afeta a Ciência. Sendo assim, o Direito pressupõe o Livre arbítrio e a Racionalidade. A Determinação da racionalidade se traduz pela Ausência de loucura, pela Capacidade de entendimento e pela Capacidade de autodeterminação. Neste contexto se insere principalmente a questão da Saúde Mental e sua Interface com a Área Jurídica cuja derivação desse processo se insere a Responsabilidade Penal, o que resulta ainda na confluência dos saberes do próprio Direito com a Psicologia e a Psiquiatria. Visto isto, o que se pretende com esta apresentação é ressaltar que o emprego do termo politicamente incorreto pretende chamar a atenção para uma situação jurídica na qual se vê cotidianamente envolvido o profissional de psicologia e que conduz a uma irreparável perda para aqueles que são o foco da persecução penal. A imputabilidade, como categoria jurídica, exige que o sujeito contemporaneamente ao fato compreenda o caráter ilícito do ato praticado e se conduza conforme tal compreensão. Esta aferição, pela via pericial, nem sempre é passível de realização. Laudos inconclusivos geram a opção pela aplicação do art. 26, parágrafo único do Código Penal, com aplicação de pena diminuída. Muitas vezes, a aplicação de pena resulta voltada contra pessoas que não tem a menor condição de conhecer a ilicitude do que fizeram, pela simples inconsistência do laudo. Esta inconsistência não deriva do trabalho do psicólogo, e sim das perguntas a ele dirigidas, por vezes, irrespondíveis. Finalmente, a crise ainda faz identificar que o juiz transfere ao psicólogo – através do apoio irrestrito nas conclusões do laudo – uma decisão jurídica que não lhe compete.

Palavras-chave: Direito, imputabilidade, semi-imputabilidade.

OUTRO

JUR

ADOLESCENTES PSICOPATAS. *Giovana Veloso Munhoz da Rocha* (Departamento de Psicologia e Laboratório de Estudos Forenses/ Faculdade Evangélica do Paraná e Departamento de Psicologia/ Universidade Tuiuti do Paraná)

No contexto da violência urbana há uma crescente de crimes de grande repercussão nacional, devido à crueldade e descaso com o próximo, cometidos também por adolescentes. Embora haja uma grande reação da sociedade, que clama por uma justiça diferenciada para estes jovens, é importante ressaltar que em números, a quantidade de crimes violentos perpetrados por adolescentes não supera o cometido por adultos. No entanto, a característica e a gravidade dos crimes cometidos por garotos cada vez mais jovens é que tem chamado atenção da população. É possível supor que parte significativa destes crimes graves, cometidos por adolescentes, possa ser decorrente de um padrão comportamental pautado na indiferença emocional, na redução de respostas empáticas, na ausência de remorso e na expressão da agressividade instrumental, comum nos quadros de indivíduos considerados psicopatas. O psicopata é um criminoso diferenciado porque não sente culpa ou remorso por seus atos, além de apresentar conduta crônica, ou seja, não para de infracionar e a gravidade de seus crimes tende a aumentar, isto é, estes indivíduos apresentam uma versatilidade criminal. São casos estatisticamente raros, porém o prejuízo que causam à sociedade é enorme. Para avaliar e caracterizar a presença de psicopatia em adolescentes dois pontos são de extrema importância: o primeiro consiste em diferenciar o padrão de comportamento antissocial típico do psicopata, daquele encontrado no transtorno de conduta (DSM IV –TR 312.8/ CID 10 F91.8) e o segundo, determinar a presença e a gravidade do transtorno de personalidade antissocial (DSM IV-TR 301.7/ CID 10 F 60.2) Destes últimos, uma pequena parcela se diferenciará preenchendo os requisitos para a psicopatia. Este trabalho tem como objetivo apresentar quatro casos de adolescentes infratores graves, reincidentes e autores de múltiplos homicídios e latrocínios, que obtiveram uma avaliação positiva para psicopatia por meio da escala Hare's Psychopathy Checklist Revised (PCL-R). Estes adolescentes encontravam-se internos em um centro de socioeducação diferenciado quanto ao nível de segurança, e passavam por uma avaliação, que além da PCL-R, incluía avaliação de desempenho escolar, histórico de vida, histórico infracional individual e familiar. Diferentemente do restante da população atendida pelo mesmo centro de socioeducação, infratores de alto-risco, ou seja, aqueles adolescentes que obtiveram pontuação indicativa de psicopatia, não responderam à psicoterapia padrão e apresentavam conduta peculiar nas atividades diárias. A partir desta diferenciação, entre infratores não-psicopatas e psicopatas, minimamente é possível afirmar após a experiência que será descrita, o que não se deve fazer e o que não produz efeito no manejo de infratores adolescentes psicopatas.

Palavras-chave: infratores, adolescentes, psicopatas.

DOUTORADO

JUR

MODELOS DE INTERVENÇÃO DA PSICOLOGIA DA SAÚDE EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS.

A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA OBSTÉTRICA E PEDIÁTRICA NAS INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS INFANTIS DO HCFMRPUSP. *Renata Panico Gorayeb (Divisão de Psicologia do Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo), Yvone A.M.V.A. Vicente (Divisão de Cirurgia Pediátrica do Departamento de Cirurgia e Anatomia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo), Geraldo Duarte (Divisão de Medicina Fetal do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo)*

O atendimento à família e à criança que apresenta um problema de saúde que requeira intervenção cirúrgica pode se iniciar no pré-natal ou nos primeiros anos de vida quando ocorre uma doença ou acidente que levem à necessidade cirúrgica. Em todos os casos o adoecer infantil e a necessidade de uma intervenção invasiva levam esta e seus familiares à vivência de momentos de ansiedade e medo por muitas vezes aversivos que são relacionados aos riscos que uma cirurgia e hospitalização, com todos os procedimentos implicados na mesma. É dentro deste contexto que a Psicologia Obstétrica e Pediátrica do HCFMRPUSP acompanha as gestantes, famílias e crianças desde o ingresso nos seus atendimentos e/ou internações. As gestantes devido às modificações fisiológicas e afetivas que ocorrem durante a gravidez, período potencialmente desencadeador de ansiedades e depressões, são foco de maior atenção quando a gestação é comprometida por uma malformação fetal, devido a índices mais elevados de ansiedades e depressões que dificultam a elaboração do enfrentamento da realidade. Na Divisão de Medicina Fetal foi observado que as mães que recebem atendimento interdisciplinar e psicológico durante a gestação apresentaram comportamentos de ansiedade e depressão significativamente inferiores às mães que iniciaram seu atendimento para os cuidados pós-natais e que as mães de crianças malformadas submetidas a acompanhamento psicológico no pré-natal tiveram seus índices de ansiedade, depressão e depressão pós-parto reduzidos a valores compatíveis aos das mães de crianças sem malformação, demonstrando que estas mães se encontram em melhores condições de elaboração da situação. Baseado nos dados sobre a importância da preparação parental para o enfrentamento da malformação fetal foi criado um grupo de atendimento interdisciplinar de acolhimento e orientação que tem como objetivos promover a melhora na qualidade de vida da gestante e seus familiares, favorecendo a formação do vínculo e a adequação familiar à criança com demandas especiais, ou instrumentalizá-los para lidarem com o luto infantil. Quando a criança nasce, em muitos casos, ela é transferida para o atendimento na Divisão de Cirurgia Pediátrica, que possui um protocolo de atendimento interdisciplinar para todas as crianças que ingressam no serviço, sejam as acompanhadas desde o pré-natal, as que apresentam patologias crônicas, ou as que são inseridas no serviço de forma pontual, onde recebem informações e orientações sobre o seu problema e o tratamento proposto, onde a criança é acompanhada clinicamente ou operada. Este é complementado por uma avaliação psicológica do nível de ansiedade, compreensão e enfrentamento dos procedimentos, tanto da criança como de seus cuidadores. Sequencialmente, nos casos de cirurgia ou tratamentos em que haverá procedimentos

invasivos são realizadas sessões de dessensibilização psicológica e para os casos crônicos, acompanhamento sistemático interdisciplinar. Os atendimentos nos últimos anos neste serviço mostram que quando pais e crianças são habilitados a compreender e cuidar da saúde infantil, eles têm suas ansiedades reduzidas, tornando-se mais participativos e favorecem o tratamento e a recuperação infantil, podendo assim amenizar as alterações comportamentais e psico-afetivas que naturalmente permeiam o processo do adoecer infantil.

Palavras- Chave: Psicologia da Saúde – Cirurgia Infantil – Psicologia Obstétrica

Nível do Trabalho: Outro – Atuação Interdisciplinar em Psicologia da Saúde

Código da área da Pesquisa ou intervenção: Saúde

PSICO-ONCOLOGIA PEDIÁTRICA: UM MODELO DE INTERVENÇÃO. *Maria Rita Zoéga Soares (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, PR.), Mariana Amaral** (Mestranda em Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, PR.), Lígia Tristão Casanova (Hospital das Forças Armadas, Brasília, DF.).*

A Psico-Oncologia Pediátrica é o campo da psicologia da saúde que estuda a relação entre fatores psicológicos e o desenvolvimento e a manifestação do câncer em crianças. Esta área de conhecimento integra o atendimento, o ensino e a pesquisa de questões relacionadas à saúde e aos problemas físicos, mentais e de desenvolvimento de crianças e seus familiares, visando assegurar o seu bem-estar. Os profissionais dessa área atuam em diversos níveis e buscam uma melhor adaptação dos pacientes, maior adesão ao tratamento e diminuição do sofrimento. Adir ao tratamento significa seguir as orientações dos profissionais de saúde, adotando comportamentos de prevenção, comparecendo as consultas médicas, colaborando durante os procedimentos realizados, seguindo as instruções médicas de auto-cuidado e tomando o medicamento da maneira prescrita. A adesão é um dos problemas mais frequentes enfrentados por profissionais no tratamento do câncer, que exige cuidados a longo prazo, com necessidade de alteração no estilo de vida do paciente. O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a utilização de um material lúdico-informativo desenvolvido para fornecer informação relevante sobre o tratamento quimioterápico. Para a criança com câncer, adir ao tratamento é uma tarefa com alto custo de resposta porque envolve consequências dolorosas e incômodas. O material utilizado buscou fornecer informação preparatória e descritiva sobre o que seria realizado e de como comportar-se na situação. Fornecer informação é papel fundamental dos profissionais da saúde e, portanto, parte do trabalho do psicólogo. Este deve utilizar seu conhecimento para que esta seja compreendida. Além de ser um direito do paciente, a informação faz parte do processo terapêutico, sendo que bem informado ele evolui melhor, mais rapidamente e sofre menos. O recurso lúdico-educativo foi utilizado com crianças que freqüentaram o Ambulatório do Setor de Quimioterapia do HURNP. Tal material foi estruturado em forma de fichas e inclui informações, atividades lúdicas e estratégias que incentivam a expressão de sentimentos relacionados à doença e ao tratamento. Contém informações pertinentes sobre câncer e tumores, incluindo o conceito de célula, as rotinas e exames de forma geral, a internação e o centro cirúrgico, patologias específicas e o fim do tratamento. O material também utiliza de atividades lúdicas porque tal recurso, quando utilizado no contexto hospitalar, torna-se uma alternativa educacional (quando incentiva o desenvolvimento e aprendizagem) e terapêutica (quando ajuda a diminuir o estresse, o medo e a ansiedade). O aumento da compreensão do paciente sobre sua condição, combinando estratégias lúdicas e de expressão de sentimentos, é um fator significativo para o estabelecimento de comportamentos de adesão. Os resultados demonstram que durante o tratamento do câncer infantil é fundamental fornecer informação que auxilie no desenvolvimento de repertório comportamental, porque a criança com esta enfermidade apresenta necessidades sociais, emocionais, pedagógicas e recreativas que devem ser atendidas. Estudos devem procurar elaborar estratégias de intervenção efetivas para o melhor enfrentamento dessa condição, auxiliando no preparo do paciente para se submeter ao tratamento e adaptação ao contexto hospitalar.

Projeto com apoio financeiro e bolsa de iniciação científica - Fundação Araucária, PR.

Palavras-chave: crianças, quimioterapia, informação.

Nível do Trabalho: Outro

Código da área da pesquisa ou intervenção: SAÚDE

INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA COM ENFOQUE COGNITIVO-COMPORTAMENTAL NA UNIDADE DE MASTOLOGIA DO HOSPITAL DE BASE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP: RELATO DE EXPERIÊNCIA. *Ana Márcia S. A. Vianna; Nelson Iguimar Valerio; Maria Cristina de O. S. Miyazaki (Departamento de Psiquiatria e Psicologia da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto – FAMERP).*

O presente trabalho descreve intervenção psicológica numa Unidade de Mastologia e Oncologia Ginecológica de um hospital escola do Interior do Estado de São Paulo. A atuação consiste em oferecer prevenção, tratamento e reabilitação pessoal, familiar, social e profissional dos pacientes; desenvolver pesquisas para fortalecer o conhecimento científico; avaliar a efetividade das estratégias utilizadas e participar na formação de profissionais e acadêmicos envolvidos. Nesta Unidade os pacientes e familiares são atendidos durante todo o processo: na Sala de Espera; em Consulta Médica; no período de Internação Hospitalar e durante a Quimioterapia. O psicólogo fundamenta sua intervenção em conhecimentos comprovados por pesquisas na área, assim como em métodos e técnicas provenientes do modelo cognitivo-comportamental. Para a sistematização da prática são valorizados: 1) conhecimentos sobre aspectos psicossociais destes pacientes e familiares (história de vida, relacionamentos interpessoais, doenças associadas, medicação, habilidades de enfrentamento); 2) discussão de casos junto às equipes (diagnóstico, tratamento e prognóstico); e 3) protocolos e registros dos dados obtidos para a realização de pesquisas e ensino (modelo clínico-pesquisador). Para os pacientes têm-se como finalidades: proporcionar a compreensão dos fatos médicos, efeitos das medicações; auxiliar na adesão ao tratamento; minimizar o sofrimento e a ansiedade provocados pelo problema; orientar sobre procedimentos invasivos e fornecer condições para estratégias adequadas frente aos estressores psicossociais da doença e do sistema de saúde. Relacionados à família a intervenção objetiva esclarecer as dúvidas referentes ao tratamento; fornecer informações necessárias sobre a doença em questão e reduzir a ansiedade e culpa diante do estressor psicossocial da afecção. Resultados de avaliações sobre a efetividade do modelo utilizado demonstram: benefícios no atendimento de pacientes e familiares; interação do psicólogo com profissionais das equipes; e conhecimentos que somam a produção científica em Psicologia da Saúde. O modelo clínico-pesquisador adotado pelo Serviço tem possibilitado críticas permanentes no sentido das intervenções serem baseadas em evidências: atualmente, a atuação do psicólogo não se estabelece exclusivamente a partir de informações da literatura, também reflete a experiência profissional e investigações científicas realizadas na própria Unidade. Descrever a intervenção psicológica na Unidade de Mastologia e Ginecologia Oncológica de um hospital de ensino de uma cidade do interior, possibilita aos psicólogos da saúde elaborar estratégias de intervenção cada vez mais eficazes e uma constante avaliação dos procedimentos realizados junto a esta população e de sua própria atuação profissional. Permite ainda que novos serviços e programas de atendimentos a pacientes oncológicos sejam estruturados e aperfeiçoados, a partir da experiência já existente. Intervenções e pesquisas em Psicologia da Saúde, em especial nesta área de oncologia, podem contribuir de forma significativa para aprimorar a qualidade de vida, reduzir custos, auxiliar no delineamento de políticas de saúde, e na modificação de comportamentos que aumentam a probabilidade dos indivíduos adoecerem, fornecer alternativas ao sistema tradicional de atendimento, formar profissionais com uma

visão crítica e abrangente do sistema, desenvolver o conhecimento na interface comportamento e saúde e favorecer o trabalho interdisciplinar.

Palavras Chave: câncer, psicologia da saúde, modelo cognitivo-comportamental.

Nível do Trabalho: Outro – Atuação Interdisciplinar em Psicologia da Saúde

Código da área da Pesquisa ou intervenção: Saúde

ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS, JUVENTUDE NA INTERNET E SENTIDO DA VIDA.

GERAÇÃO Y: VIOLÊNCIA, TECNOLOGIA E BUSCA PELA AUTO-REALIZAÇÃO NA TEORIA ATOR-REDE DE BRUNO LATOUR. *Antonio Maurício Castanheira das Neves (CEFET/RJ e Universidade Católica de Petrópolis - RJ)*

O presente trabalho define “Geração Y” como aquele grupo que a partir de 1978 aprendeu a trabalhar em rede e a lidar com autoridades como se fossem colegas de turma. Sucederam a “Geração X” (1965 a 1977) que aprendeu a preocupar-se com qualidade de vida, liberdade no trabalho e nas relações. Esses dois grupos se afastam daqueles que enfrentaram as grandes guerras, a depressão econômica e que compunham países arrasados, que precisavam reconstruir o mundo e sobreviver. Longe de criar estereótipos o que se pretende é realçar aspectos que procuram vincular a idéia de violência ao comportamento de jovens em rede através da concepção de Bruno Latour. O suporte conceitual da pesquisa é resultado das reflexões sobre a relação do homem com a técnica combinado com a metodologia de observação em sítios e comunidades virtuais sobre provocações e agressões verbais com destaque para as semelhanças do comportamento de grupos humanos em situações de confronto (choque de torcidas organizadas, depredações, entre outros). Procura-se mostrar como, na internet, a geração de jovens que nasceram entre meados da década de 70 e 90, utiliza-se da ausência de uma figura física que facilita a exposição de uma outra imagem do usuário, através de um corpo subjetivo representado por palavras e imagens, ofensas e provocações. E a partir da perspectiva crítica, refletir sobre as prováveis razões que levam um número cada vez maior de “pessoas comuns” a utilizarem o espaço virtual para se comportarem de maneira cruel com “adversários”, com o intuito de fortalecer vínculos afetivos com seu próprio grupo ao mesmo tempo em que realizam suas necessidades de “auto-realização”. Constata-se que o investimento cada vez maior em estabelecer relacionamentos virtuais nas redes, tecidos e desfeitos com muita facilidade, aumenta consideravelmente o nível de insegurança da relação entre os usuários, agora dificultada por um sentimento de suspeita contra o "outro". O trabalho conclui que aproximar-se e distanciar-se utilizando recursos do computador ou o “clima” dos confrontos sociais produz o sentimento de pertencimento e a liberdade de quem consegue perder-se no meio da multidão. Quem navega na internet sente-se seguro pelo anonimato, ouvido pelos companheiros virtuais, solitário pela dificuldade de ser sincero, excluído pelos interlocutores de carne e osso e, principalmente, carente de vínculos afetivos estreitos. Quem depreda, invade, saqueia ou briga nos estádios de futebol preserva o anonimato, a solidão no meio da multidão e certo vínculo afetivo, não tão estreito, com o estranho que "luta" a seu lado. Com a vantagem talvez de ter a seu lado figuras de carne e osso. É urgente e necessário ir além das conexões e buscar argumentos que garantam que as formas tradicionais de engajamento e comprometimento, presentes nos relacionamentos, sejam preservadas na modernidade como em qualquer outro momento da história.

Palavras-chave: violência, internet, afetividade

Nível do trabalho: Doutorado – D

Código da área da pesquisa ou intervenção: SOC - Psicologia Social

DESDOBRAMENTOS DO ESTUDO DAS CRENÇAS EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS.

Lelio Moura Lourenço (Pólo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva – Universidade Federal de Juiz de Fora – Juiz de Fora-MG)

A questão da violência doméstica contra crianças, adolescentes e idosos coloca-se como importante problema para a sociedade, em função do crescimento detectado nos indicadores epidemiológicos de morbi-mortalidade. Pesquisas apontam o uso de substâncias psicoativas, principalmente o álcool, como um dos principais fatores promotores da violência doméstica infanto-juvenil. A violência ocorre quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou a várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física ou moral, em suas posses ou em suas participações simbólicas e culturais. Já a violência doméstica é a que ocorre dentro da família, praticada por pessoas que tenham algum tipo de relação afetiva com a vítima. Contrariando a ênfase midiática para as drogas ilícitas como fator gerador de violência, o uso de álcool foi predominante para quase todos os tipos de violência estudados, exceto os furtos, para os quais a associação com uso de cocaína foi freqüente. As informações sobre doenças, lesões e traumas provocadas por causas violentas em idosos ainda são pouco consistentes, fato observado também na literatura internacional que ressalta uma elevada subnotificação em todo o mundo. Pesquisadores chegam a estimar que 70% das lesões e traumas sofridos pelos velhos não comparecem às estatísticas. Sabe-se haver uma grande omissão em denúncias de casos de violência doméstica, motivo pelo qual se acredita que os dados oficiais detectados pelos órgãos jurídicos não correspondam à realidade. Uma nova pesquisa realizada em 2008, objetivou avaliar as crenças dos profissionais das Unidades Básicas de Saúde de Juiz de Fora-MG, que compunham as equipes do Programa Saúde da Família, a respeito da violência doméstica (VD) contra crianças/adolescentes e idosos, correlacionada ou não ao uso de álcool e/ou drogas. As crenças seriam organizadas em sistemas ou conjuntos logicamente estruturados, sendo capazes de ativar motivações e, portanto, condutas sociais, influenciando por essa via processos coletivos. Utilizou-se uma nova versão de um questionário semi-estruturado, individual e sigiloso, respondido por 15 médicos, 14 enfermeiros, 14 técnicos em enfermagem e 107 agentes comunitários de saúde. O principal agressor apontado no caso das crianças/adolescentes foi o padrasto (45,3%) e no caso dos idosos os filhos (70,7%). Dentre as providências tomadas, o “encaminhamento para Conselho Tutelar e Juizado de Menores” foi apontado por 64% nos casos de VD contra crianças/adolescentes e “encaminhamento ao serviço social” (45,3%), nos casos de VD contra idosos. Os resultados reforçam uma tendência destes profissionais a considerar álcool e drogas como geradores de VD contra crianças/adolescentes e idosos, sendo essa tendência maior em relação às drogas. Espera-se que esta e outras pesquisas ofereçam subsídios para implantação de políticas públicas de combate a VD.

Apoio financeiro: Fapemig

Palavras-chave: violência doméstica; crenças; profissionais de saúde

Nível do trabalho: Doutorado – D

Código da área da pesquisa ou intervenção: SOCIAL

VIOLÊNCIA E O SENTIDO DE VIDA EM ADOLESCENTES DE ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO E DE PROGRAMAS DE RESSOCIALIZAÇÃO: ESTUDO COMPARATIVO COM BASE NO LOGO-TESTE DE ELIZABETH LUKAS. *Cleia Zanatta Clavery Guarnido Duarte (Universidade Católica de Petrópolis – Petrópolis – RJ)*

Esta pesquisa tem como objeto de investigação verificar o nível de realização interior de sentido e frustração existencial, de adolescentes vinculados às instituições que integram os programas de ressocialização e combate à violência de menores do Juizado da Vara da Infância e da Juventude de Teresópolis - RJ assim como, daqueles que não tiveram nenhum histórico de passagem pelo Juizado e que frequentam escolas regulares do Ensino Médio de Petrópolis – RJ. Optou-se por utilizar o método empírico, baseado num levantamento feito a partir do Logo-Teste de Elizabeth Lukas, aplicado aos adolescentes (masculinos), na faixa etária de 16 a 18 anos, pertencentes à escolas regulares e à instituições de ressocialização para menores infratores. Objetivou-se comparar os resultados obtidos entre os dois grupos, utilizando-se a análise quantitativa e qualitativa dos resultados obtidos. O conceito de sentido de vida que está norteando esta pesquisa é proposto por Victor Frankl e pressupõe um direcionamento dado pelas pessoas as suas vidas, na busca da realização de ideais superiores, que determinam as razões para as suas existências e se concretiza nos seus contextos ambientais de vida. Fez-se um estudo prospectivo com a aplicação de sete testes em menores infratores que integram o programa de ressocialização, do Juizado da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Petrópolis, em regime de liberdade assistida para treinar a bolsista PIBIC/CNPq, que participou desta pesquisa, na aplicação e avaliação do Logo-Teste e em seguida, foram analisados os Logo-Testes aplicados a 34 adolescentes do sexo masculino, que frequentam escolas do Ensino Médio da cidade de Petrópolis. O Logo-Teste constitui um instrumento diagnóstico-terapêutico de grande valia para a Logoterapia e mesmo para outras abordagens terapêuticas que considerem o sentido de vida, conceito relevante. Propõe uma escala que se organiza em torno de cinco níveis de realização interior de sentido: excelente (indício de saúde psíquica estável); médio (não há indício de perigo com relação à saúde psíquica); moderado (indício de prudência com relação à saúde psíquica); insuficiente (indício de frustração existencial) e inferior (indício de neurose ou depressão noogênica). Até o momento, foram analisados os resultados obtidos com os Logo-Testes, aplicados aos adolescentes na faixa etária de 16 a 18 anos das escolas de Ensino Médio de Petrópolis que se apresentaram da seguinte forma: 08 adolescentes com nível excelente; 19 adolescentes com nível médio; 05 adolescentes com nível moderado e 02 adolescentes com nível insuficiente de intensidade de sentido de vida.

Órgão Financiador: CNPq/PIBIC/UCP

Palavras-chave: adolescentes, sentido de vida, Logo-Teste

Nível do trabalho: Doutorado – D

Código da área da pesquisa ou intervenção: SOC - Psicologia Social

EDUCAÇÃO, COMUNIDADE E MUNDOS DO TRABALHO.

AS MUDANÇAS NOS MERCADOS DE TRABALHO: JUVENTUDE, ESCOLA E COMUNIDADE. *Jorge Castellá Sarriera (Instituto de Psicologia-UFRGS, Porto Alegre-RS).*

O contexto atual de uma sociedade em rápida mudança, de comunidades confrontadas nos seus valores tradicionais, de avanços tecnológicos que exigem modernização empresarial, de influências do uso cotidiano da internet e dos meios de comunicação na vida pessoal e familiar, exige desafios constantes para fazer frente aos valores que a globalização transmite, assim como alerta para a necessidade de fortalecer os valores locais que alicerçam a identidade e garantem o sentido do trabalho e da vida. Entre as mudanças mais drásticas nas últimas décadas cabe salientar as relativas aos mercados de trabalho. Falamos de 'mercados' no plural no intuito de caracterizar os diferentes contextos que caracterizam necessidades, problemas, ofertas e potencialidades específicas. Entre as transformações destes mercados salientamos a redução do emprego, a perda das garantias de trabalho, o descompasso entre a formação que a escola oferece e as necessidades atuais das comunidades e do mundo de vida e de trabalho em mudança. No Brasil (IBGE/PME), o trabalho de jovens de 15 a 17 anos, com renda familiar mensal de até 1/4 do salário mínimo, está em torno de 53,7%, mas essa realidade não muda muito dos 18 e 39 anos. Desemprego estrutural mais agravado por não possuir formação específica, por ser discriminado (gênero, experiência, etnia, escolaridade, nível sócio-econômico), restando muitas vezes outros mercados informais (sub-emprego) ou ilegais. Analisadas as trajetórias dos jovens que conseguiram se manter em empregos no período de três anos, o papel da família e da escola foram fundamentais para lhes auxiliar nesse processo de transição, sem desconsiderar as redes sociais dos amigos e da comunidade graças as trocas e habilidades adquiridas. As políticas públicas voltadas a inserção dos jovens no trabalho limitam-se muitas vezes ao incentivo às empresas para o primeiro emprego do jovem aprendiz, sem uma política anterior e simultânea de formação técnica e profissional que além de facilitar o primeiro emprego, instrumentalize o jovem frente aos avanços informáticos, tecnológicos e de inovação que os mercados procuram. Mas cabe também a escola, aos pais, as comunidades e gestores públicos e privados, estratégias de ação que levem uma proposta realista e inovadora, em termos educacionais, sendo transformadores e críticos diante a avalanche da globalização, para promoção dos valores locais e atualização necessária para poder competir e se instrumentalizar para evitar a marginalização e a dependência. Promover e clarificar os papéis dos diferentes atores sociais (jovens, escola, comunidade, empresas, gestores), visando a coesão e união na assunção de responsabilidades sob um marco de referência comum, sendo o campo de ação principal a reconstituição do tecidos sociais, criando oportunidades para acesso a educação, formação e aprendizagem permanente, o que poderá equiparar as condições de acesso ao trabalho e ao exercício da cidadania

Palavras chave: Juventude, Mercados de Trabalho, Educação

P – Pesquisador

Área de pesquisa: Psicologia Social

ECONOMIA SOLIDÁRIA, DESENVOLVIMENTO E TRABALHO: AVANÇOS, LIMITES E DESAFIOS. *Marilene Zazula Beatriz (Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, Paraná).*

O objetivo desta fala é levar os participantes à reflexão em relação ao desemprego e a crescente informalidade do emprego encontrada na Economia Capitalista e a possibilidade do resgate da vida digna na Economia Solidária. Tal reflexão se justifica devido às profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, quer seja pelo avanço da tecnologia, a globalização, o acirramento da competitividade, o mercado [sociedade] de consumo por um lado e do outro a crescente exclusão de milhares de trabalhadores e trabalhadoras do mercado de trabalho, o agravamento das questões sociais como: a pobreza e misérias humanas, a violência e a criminalidade, o desrespeito com o meio ambiente. Como as pessoas, em idade economicamente ativas, não encontram mais oportunidades formais, buscam na informalidade sua subsistência, na qual as atividades terceirizadas são bastante procuradas, porém não oferecem segurança e possuem grande precariedade, tanto no nível salarial, no respeito às normas de trabalho, quanto na preservação do meio ambiente. Por outro lado, parece existir um movimento na sociedade brasileira e na América Latina, ainda que de forma subterrânea, sem real espaço na mídia dominante, da chamada Economia Solidária que envolve os empreendimentos solidários baseado em valores como: a solidariedade, a cooperação, a distribuição de renda e a autogestão. Estes empreendimentos variam desde grupos informais até cooperativas e associações, de pequenos empreendimentos até a idéia de se criar uma rede de empreendimentos solidários local, municipal, estadual, nacional e global. A recente crise econômica é apenas parte de uma crise civilizacional muito maior, que envolve o próprio modelo de desenvolvimento predominante hoje, sendo portanto necessário construir-se, um padrão alternativo de desenvolvimento que propicie sustentabilidade ambiental, justiça socioeconômica, radicalização da democracia em todas as esferas incluindo o âmbito econômico e o respeito aos diferentes recortes de raça, etnia e gênero. A Escola também tem um papel fundamental e crítico no sentido de estar educando pessoas para uma sociedade do emprego ou para o empreendedorismo sendo que este modelo não dará conta do número de pessoas em idade economicamente ativa que estão excluídas do mercado formal de trabalho e, conseqüentemente, da sociedade. A Economia Solidária tem como proposta incluir os setores excluídos do sistema de produção capitalista, tais como: mulheres, quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadores, artesões, catadores de materiais recicláveis e dos agricultores familiares, jovens primeiro emprego, pessoas sem escolaridade ou qualificação, pessoas acima dos 40 anos. É importante também refletir a respeito da contribuição do psicólogo [social] do trabalho nesse momento histórico, pois o problema moderno da opressão, exploração e alienação está vivamente presente, embora assumam diferentes configurações na contemporaneidade. Neste sentido, é necessária uma psicologia preocupada com a emancipação, uma ciência responsável e atuante no processo de desalienação do indivíduo e dos grupos sociais.

Palavras-Chave: Desemprego; Economia Solidária, Psicologia Social do Trabalho.

Nível do trabalho: Doutorado

Código da área: Social.

O TRABALHO EM REDES DE PROJETOS: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL, A CARREIRA E A QUALIDADE DE VIDA. *Sigmar Malvezzi (Universidade de São Paulo)*

Uma das mais importantes mudanças que a tecnologia da teleinformação produz no trabalho é a fragmentação. Uma vez que o espaço deixou de ser problema, devido à ubiqüidade das pessoas, a atividade pode ocorrer em qualquer lugar. Além disso, a fragmentação atende à busca de flexibilidade para adaptação "customizada" das atividades. Essa mudança tem grande impacto sobre o indivíduo porque ele se tornou um alvo à distância. Ele pode ser mais facilmente cobrado, pressionado, acompanhado, assim como tem responsabilidade pela utilização de recursos que estão distantes e dispersos. As pessoas necessitam aprender a trabalhar em tarefas que primam pela velocidade, dependência de iniciativa e de bons referenciais de julgamento e decisão. Sendo mais dependentes de si mesmas, as pessoas necessitam igualmente desenvolver e controlar aquilo que tem sido denominado de auto eficácia. Ele julga seus resultados e deve legitimá-los com as pessoas que os utilizam. Parece uma banalidade, mas esse tipo de pressão tem aumentado o individualismo e a autosuficiência, condições que põem obstáculos para a vida familiar, afetiva e comunitária. A psicologia tem contribuído para a superação desse problema através das pesquisas nos projetos pessoais de vida profissional e o fortalecimento do indivíduo como sujeito. Ainda há muito campo para aprofundar essa colaboração. O que se pode fazer para tal aprofundamento?

INTERVENÇÕES EM ASPECTOS COGNITIVOS E EMOCIONAIS DA APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA: CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E DA NEUROPSICOLOGIA.

ENSINANDO O CONCEITO DE NÚMERO: UM PROCEDIMENTO DERIVADO DA ANÁLISE COMPORTAMENTAL DA COGNIÇÃO. *Paulo Sérgio Teixeira do Prado* (Departamento de Psicologia da Educação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, SP).

Estudos sobre o conceito de número são freqüentes na literatura da psicologia cognitiva e do desenvolvimento. Na literatura comportamental são mais escassos os estudos sobre o tema. Contudo, o paradigma de rede de relações (ou de equivalência) oferece instrumental teórico e metodológico para que a aprendizagem de conceitos possa ser abordada por meio da análise de relações entre estímulos e entre estímulos e respostas. Algumas dessas relações constituem-se pré-requisitos para a aprendizagem da matemática e seu conhecimento pode fundamentar uma compreensão comportamental do conceito de número, a qual, por sua vez, pode contribuir para o entendimento dos processos de aprendizagem envolvidos e para a formulação de estratégias produtivas de ensino. Neste trabalho foram analisadas as relações entre os estímulos: número ditado (para a criança) (A), numerais (B) e conjuntos (C); e entre esses estímulos e as respostas: número falado (pela criança) (D), produção de seqüências (E) e contagem de subconjuntos (F). Os propósitos do estudo foram: 1) detectar, no repertório dos participantes, as relações entre os elementos descritos (A a F); 2) ensinar e/ou fortalecer algumas relações ausentes e/ou não bem estabelecidas; e 3) sondar a emergência de relações não diretamente ensinadas. Os participantes foram sete pré-escolares com idade entre quatro e seis anos. Por meio de um procedimento informatizado de *matching to sample* e resposta construída, foram inicialmente testadas todas as combinações possíveis (relações estímulo-estímulo e estímulo-resposta) entre os itens A a F, acima. Quatro crianças apresentaram bom desempenho em todas as relações já no pré-teste e encerraram sua participação no estudo. Dos outros três, dois saíram-se bem em tarefas que requeriam a contagem, mas apresentaram desempenho pobre em várias relações, principalmente aquelas envolvendo numerais. Eles passaram por um treino das relações AB, BD e BE. Posteriormente, testes apropriados revelaram desempenho satisfatório daqueles participantes em todas as relações, indicando que o ensino daquelas três foi suficiente para produzir a emergência das demais. Um dos participantes apresentou seu melhor desempenho, no pré-teste, nas relações CC e CD: 55,6% e 66,7% de acertos, respectivamente. Com ele, o treino das relações AB, AF, BD e BE foi produtivo com os valores um e dois, mas infrutífero com três e quatro. O ensino alternativo das relações AC, AF, BC, CD e CE, visando a integração do “3” à linha de base, mostrou-se apenas parcialmente eficiente. Os resultados replicam, pelo menos parcialmente e com estímulos e respostas numéricos, dados de outras pesquisas sobre equivalência. Eles sugerem que o arcabouço teórico-metodológico do paradigma de equivalência pode ser aplicado na detecção, ensino e avaliação de habilidades que compõem o repertório pré-aritmético e que, portanto, o paradigma de equivalência pode fundamentar uma compreensão comportamental do conceito de número, este entendido como uma rede de relações. O desempenho de um dos participantes sugere a necessidade de aprimoramentos nos procedimentos de avaliação (pré e pós-treino) e ensino.

CAPES

Palavras-chave: conceito de número; equivalência, ensino.

P

AEC

REABILITAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA DA DISCALCULIA DO DESENVOLVIMENTO. *Flávia Heloísa dos Santos (Laboratório de Neuropsicologia do Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, SP)*

Entre os Transtornos de Aprendizagem inclui-se a *Discalculia do Desenvolvimento (DD)*, também denominada Transtorno Específico da Habilidade em Aritmética (CID-10, OMS, 1993) e Transtorno da Matemática (DSM-IV-TR, APA, 2002), que se caracteriza por uma dificuldade para realizar operações elementares de adição, subtração, multiplicação e divisão, sem que isso seja resultado de um ensino inadequado ou deficiência intelectual, exclusivamente e cujo diagnóstico requer que tais operações sejam aferidas por testes cognitivos padronizados. Este transtorno pode também influenciar de maneira consistente nas atividades da vida diária da criança, particularmente as atividades acadêmicas. Os estudos realizados pelo Laboratório de Neuropsicologia da UNESP/Assis incluíram a avaliação neuropsicológica de 276 crianças de 5 a 12 anos, de ambos os sexos, provenientes de diferentes escolas e cidades, por meio das baterias Zareki-K e R, que avaliam processamento numérico e cálculo de pré-escolares e escolares, respectivamente. Eles demonstraram: i) diferenças associadas à idade no desempenho em tarefas que avaliam as habilidades matemáticas, em que crianças com mais idade apresentaram melhores escores, confirmando a hipótese de que haja um progressivo desenvolvimento destas habilidades em crianças com desenvolvimento típico, ii) equivalência no desempenho de crianças de mesma série escolar, provenientes de escolas públicas e particulares, com a ressalva de que a diferença socioeconômica entre tais grupos foi considerada mínima e que as escolas públicas eram localizadas no centro da cidade, iii) crianças de sala de reforço exibiram prejuízos em cálculo e nos sistemas numéricos verbal e arábico, contudo o sistema cardinal estava preservado; e iv) crianças estimuladas por musicalização obtiveram escores satisfatórios em todas as tarefas de processamento numérico e cálculo e ainda demonstraram capacidade superior de memória operacional. Programas de Reabilitação Neuropsicológica visam ao restauro funcional e ao estabelecimento de estratégias compensatórias para funções cognitivas afetadas em relação às demandas do ambiente familiar e escolar da criança que apresenta disfunções cognitivas. Podem ser voltados para dificuldades acadêmicas como leitura, escrita, cálculo ou para funções cognitivas como memória, atenção, percepção, etc. A reabilitação cognitiva auxilia crianças com deficiência intelectual, epilepsia, TCE, tumores, paralisia cerebral e também aquelas com transtornos de aprendizagem. As crianças com DD podem aprender aritmética se orientadas quanto às estratégias e conceitos para a resolução de problemas. Crianças que compreendem conceitos numéricos, mas possuem dificuldades para cálculos, podem ser amparadas por procedimentos necessários para resolver exercícios aritméticos. A reabilitação neuropsicológica da DD deve abordar as múltiplas características do transtorno e ser planejada com base em necessidades individuais com ênfase na percepção numérica e aritmética.

FAPESP, CNPq

Palavras-chave: Discalculia do Desenvolvimento, Reabilitação Neuropsicológica, Matemática

P

BIO

ANSIEDADE À MATEMÁTICA: ANÁLISE CONCEITUAL E DE REVERSIBILIDADE.

João dos Santos Carmo (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP)

Nos últimos cinquenta anos tem se delineado um campo de investigação bastante profícuo a respeito da aquisição de respostas emocionais negativas relacionadas à matemática. Em termos gerais, no final dos anos 1950 alguns pesquisadores cunharam a expressão *ansiedade numérica* para se referir a um conjunto de respostas emocionais apresentados por estudantes, tanto na educação básica quanto na educação universitária, diante de situações que envolviam contato com a matemática, particularmente situações de testes. No final dos anos 1970, generalizou-se a expressão *ansiedade à matemática*, e passou-se a investigar os fatores envolvidos nesse fenômeno. Recentemente, no Brasil, é que foram inaugurados estudos com o propósito de identificar graus diferenciados de respostas emocionais relacionadas à matemática em estudantes de escolas públicas e privadas. Assim, constata-se que a ansiedade à matemática ainda é um fenômeno desconhecido de muitos professores, alunos e também de pesquisadores que lidam com a aprendizagem da matemática. O objetivo do presente estudo foi revisar a literatura que trata da aquisição e da reversão de quadros de ansiedade à matemática, bem como propor uma definição que esteja balizada nos achados recentes. A pesquisa, de caráter teórico, selecionou três fontes bibliográficas de informação: relatos em periódicos na área clínica comportamental e cognitiva; relatos em periódicos na área de psicologia escolar, e relatos em periódicos na área de educação matemática. Os relatos foram agrupados em dois blocos: fatores relacionados à aquisição da ansiedade à matemática; estratégias e procedimentos que auxiliam na reversão de quadros de ansiedade à matemática. Constatou-se que os fatores mais freqüentemente apontados referem-se a uma história de repetidos fracassos na aprendizagem da matemática, caracterizada principalmente pelo acúmulo de erros, bem como a presença de um sistema de controle aversivo por parte dos professores e familiares. Quanto às estratégias e procedimentos de reversão, são apontadas: Técnicas de relaxamento progressivo; Dessensibilização sistemática e suas variantes; Técnicas de parada de pensamento; Mudanças de regras e auto-regras; Reprogramação do ambiente e das estratégias de estudo em casa; Instrumentação dos pais para acompanhamento eficiente dos filhos; Reprogramação das estratégias de ensino em sala de aula; Presença de tutores para os alunos com dificuldades; treino de assertividade para melhor interação professor-aluno. Os resultados também apontam que a associação de procedimentos clínicos e educacionais tem sido mais eficaz que a utilização de qualquer procedimento isolado. Com base na literatura, propõe-se que a ansiedade matemática é caracterizada por componentes fisiológicos e comportamentais específicos. Quanto aos aspectos fisiológicos, tem-se: Taquicardias; Sudoreses; Alterações na pressão arterial; Alterações gástricas. Dentre os aspectos comportamentais: Respostas de fuga e esquiva; Supressão condicionada; Auto-atribuições negativas; Falta de assertividade. Esses fatores, em associação, são gerados por histórias de punição durante a aprendizagem e por exposição a regras inadequadas relacionadas à matemática. Discutem-se os resultados em termos do potencial da definição proposta no auxílio ao professor na identificação de quadros de ansiedade à matemática e em termos de futuros delineamentos de intervenção que possam avaliar com mais precisão o uso de procedimentos associados de reversão de quadros de ansiedade à matemática.

INCT-ECCE - CNPq/FAPESP

Palavras-chave: Ansiedade à matemática, Estratégias de reversão, Análise do Comportamento.

P

ESC

DIFERENTES ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO DO MÉTODO DE RORSCHACH: PSICODINÂMICA, ANALÍTICA E FENÔMENO-ESTRUTURAL.

INTERPRETAÇÃO QUALITATIVA DAS RESPOSTAS DO MÉTODO DE RORSCHACH SEGUNDO A ABORDAGEM PSICODINÂMICA¹. *Paulo Francisco de Castro (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP e Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos - SP).*

A presente proposta possui como objetivo apresentar a possibilidade de interpretação qualitativa das respostas do Método de Rorschach, de acordo com uma abordagem psicodinâmica. O Método de Rorschach é um instrumento de avaliação psicológica amplamente reconhecido e de aplicabilidade variada, permitindo a verificação de importantes aspectos psicológicos de maneira única. As respostas são analisadas sob diferentes aspectos e a cada um deles é conferido um código correspondente, o que é denominado de codificação; a codificação das respostas é computada de forma quantitativa e interpretada de acordo com as normas vigentes, tais elementos caracterizam o Método de Rorschach e conferem alto grau de confiabilidade. Além dos elementos quantitativos destacados, é possível a análise qualitativa das verbalizações, a partir de diferentes referenciais teóricos. Apoiada em uma postura psicodinâmica para buscar um significado simbólico para as verbalizações apresentadas pelos sujeitos submetidos ao Método de Rorschach, a análise qualitativa das respostas possibilita uma compreensão individual dos dinamismos psicológicos apresentados pelos indivíduos, permitindo a análise de seus conteúdos internos de forma particular e contextualizada. A análise qualitativa mostra-se muito importante nas aplicações clínicas do Método de Rorschach para facilitar a compreensão dos componentes pessoais dos indivíduos, sob os diferentes aportes teóricos. Uma das alternativas de interpretação psicodinâmica compreende a análise dos componentes observados nas imagens temáticas das respostas, observadas nas verbalizações em que, por suas propriedades, há maior carga projetiva. As respostas cujo componente projetivo pode estar mais presente incluem: elaborações com forma distorcida (classificadas quantitativamente com qualidade formal menos), pois não utilizam os componentes formais e objetivos das manchas e, por isso tendem a apresentar componentes mais pessoais do que as respostas com qualidade formal comum; as respostas com elaboração de movimento de qualquer tipo (humano, animal ou inanimado), visto que o estímulo apresentado é estático e a articulação de cinestésias é própria dos conteúdos internos e próprios dos indivíduos e, por fim, as respostas com superelaborações verbais, nesses casos, incluem-se componentes verbais que são desencadeados por conteúdos que estão além do que é apresentado pelas manchas, revelando associações espontâneas entre a resposta e sua elaboração particular. As respostas são interpretadas à luz dos cartões em que foram emitidas, pois, segundo um posicionamento psicodinâmico, cada cartão possui um simbolismo próprio e, por isso, analisa um determinado aspecto da personalidade; a proposta é de que os estímulos apresentados em cada um dos cartões possuem componentes específicos que desencadeiam respostas, de acordo com demandas igualmente específicas e internas dos sujeitos. Por fim, existe a possibilidade de uma direção mais definida da análise das respostas, a partir do delineamento de categorias de temas e variações para a leitura das verbalizações, a literatura dispõe de um conjunto de categorias que norteiam a interpretação das respostas; dentre elas destaca-se: orientação de dependência e oralidade; orientação anal; orientação fálica; conflitos de superego; fragilidade geral e resistência, entre outras. Diante do exposto, destaca-se que a interpretação

¹ O presente texto é parte modificada da Tese de Doutorado “Caracterização da personalidade de pacientes com Transtorno de Pânico por meio do Método de Rorschach: contribuições do sistema compreensivo”, defendida pelo autor junto ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, sob orientação da Professora Doutora Eda Marconi Custódio.

psicodinâmica das respostas pode propiciar rico material de análise simbólica dos dinamismos internos dos sujeitos, gerando importante material clínico para diagnóstico e orientação de psicoterapia.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Teste de Rorschach; Psicodinâmica.

Nível do trabalho: D - Doutorado / Código da área: AVAL - Avaliação Psicológica.

INTRODUÇÃO

Cada vez mais se observa o emprego de técnicas projetivas na investigação psicodiagnóstica de diferentes quadros. Pautado em pesquisas ou levantamentos clínicos, nota-se a grande contribuição que os métodos projetivos de investigação psicodiagnóstica possibilitam para a compreensão dos aspectos psicodinâmicos dos pacientes, assim, proporcionam um excelente material a ser usado na análise desses casos.

Tal aspecto toma mais corpo quando o referencial teórico do psicólogo clínico pauta-se em uma abordagem psicanalítica, uma vez que o material obtido nas técnicas projetivas pode ser analisado à luz dos pressupostos psicodinâmicos.

O presente texto expõe sobre uma das estratégias para análise qualitativa das respostas emitidas no Método de Rorschach.

DESENVOLVIMENTO

Caracterização das Técnicas Projetivas

As técnicas projetivas ocupam um lugar de destaque no processo psicodiagnóstico, pois constituem um material ambíguo apresentado ao paciente, possibilitando liberdade para que responda ao instrumento oferecido e um bom material para análise e interpretação (Cunha, Minella, Werlang & Carneiro, 1993).

A ambigüidade que o material das técnicas projetivas apresenta pode proporcionar uma infinidade de material psicológico a ser interpretado, uma vez que a produção psíquica do paciente depende muito mais de seus conteúdos internos do que da estimulação que o material oferece (Cunha et al., 1993). Entende-se aqui como material do paciente as respostas que o mesmo pode emitir diante de borrões de tinta, histórias ou narrativas que expõe a partir de quadros ou figuras, desenhos que o indivíduo produz livremente ou baseado em algum tema proposto, entre outros.

Dessa forma, nas técnicas projetivas, o material para que os conteúdos sejam expressos serve como 'ponte'. Segundo Anderson e Anderson (1951/1978), os testes projetivos não fornecem apenas aspectos de projeção, mas, praticamente todos os mecanismos mentais, tanto os expressivos como os de defesa, proporcionando excelente material de análise sobre o paciente.

Em 1939, Franck² introduziu o termo método projetivo que logo se mostrou com ampla difusão e emprego, pois designa um conjunto de procedimentos técnicos, visando ao estudo da personalidade dos indivíduos por meio de estímulos pouco estruturados, nos quais a pessoa pode expressar livremente um sentido particular. Assim, suas respostas serão sempre projetivas e passíveis de uma interpretação de seus processos internos (Van Kolck, 1981).

Por suas propriedades, Anzieu (1961/1984) refere que é difícil uma caracterização específica do Teste de Rorschach. Assim, podem ser tecidas algumas considerações sobre as capacidades do sujeito que estão atuantes durante a execução da prova. Quando se submete ao instrumento, a pessoa relaxa o controle consciente de seus conteúdos, podendo expô-los por meio de suas respostas, baseadas em

² Referência original: Franck, L.K. (1939). Projective Methods for the study of personality. **Journal of Psychology**, 8, 389-413.

uma conduta oscilante entre concentração e descontração. Dessa forma, permite a avaliação de suas características mais intrínsecas, bem como o conjunto de defesas que utiliza para poder lidar com elas.

Em razão de suas características, as técnicas projetivas podem ser empregadas em atendimentos com um direcionamento psicodinâmico e visam a “um entendimento dinâmico da personalidade dos pacientes, como conflitos, mecanismos de defesa do ego, estados emocionais, fantasias, traços de caráter e aspectos sadios e patológicos dos sujeitos” (Cunha et al., 1993, p.123).

As propriedades das técnicas projetivas são caracterizadas por vários aspectos comuns a elas: estímulos pouco ou nada estruturados, respostas bastante ou totalmente livres, abordagem indireta de aplicação, origem teórica fundamentada na psicanálise e na psicometria. A avaliação e a interpretação são pautadas em pressupostos psicanalíticos e/ou psicométricos e têm como objetivo a exploração da personalidade em plano mais profundo e abrangente do que as técnicas objetivas e a exploração de dados globais e integrados da personalidade; além disso, há uma predominância da aplicação individual que possibilita uma situação transferencial positiva para melhor compreender os elementos psicológicos dos pacientes (Bell, 1948/1992; Van Kolck, 1981).

Cabe ressaltar que o espaço ocupado pelas técnicas projetivas na psicologia atual é proveniente de constantes estudos que apresentam evidências empíricas e psicométricas de sua capacidade de analisar os elementos psicológicos dos indivíduos. Não se trata de simples aplicação ou transposição da teoria psicanalítica, mas sim fruto da articulação dos pressupostos psicanalíticos com experimentos metodologicamente rigorosos e com comprovações práticas e métricas.

É importante destacar ainda que o emprego de uma técnica projetiva pressupõe um amplo conhecimento do instrumento, apoiado em uma prática constante e atualização permanente quanto às mesmas.

Os princípios de interpretação dos testes projetivos não deixam de ser, portanto, indicadores de sistematização e organização de dados, mantendo uma correspondência analógica com a integração que se realiza no processo psicodiagnóstico visto de sua forma extensa (Becker & Trinca, 1984, p.83).

É interessante ressaltar a comparação realizada por Niva (1995), quando afirma sobre a aplicação de um instrumento de avaliação psicológica que pode ser análoga ao próprio processo de psicoterapia. Assim, ao se aplicar um instrumento, sobretudo um instrumento projetivo, é importante o aplicador atentar aos aspectos comuns entre a vivência da aplicação e a vivência de um processo de psicoterapia breve.

Na maior parte das vezes, surge em mesma escala a exposição de conteúdos transferenciais e contratransferenciais na realização da tarefa proposta, no caso do Rorschach a emissão das respostas. Assim, ao se analisar o conjunto de informações obtidas em uma aplicação de um teste projetivo, é importante que o aplicador atente para estas vivências e as considere no momento de organização dos dados e da devolução de informações. O autor salienta que a experiência de se submeter à avaliação psicológica com um instrumento projetivo pode trazer benefícios por meio da elaboração dos conteúdos, que são eliciados pelas técnicas (Niva, 1995).

Pode-se dizer que os testes projetivos mostram-se como estratégias importantes para a coleta de dados psicodiagnósticos. Servem como meio de comunicação entre os aspectos psicológicos do paciente e o psicólogo com a vantagem de levar à manifestação de conteúdos sem o controle consciente do paciente que desconhece os aspectos técnicos do instrumento, possibilitando uma análise global das características inconscientes e suas conseqüências, como um interlocutor entre o mundo psíquico do paciente e o psicólogo (Grassano, 1977/1996).

O Rorschach como Técnica Projetiva

O Rorschach é um instrumento psicodiagnóstico de reconhecida validade e profundidade de investigação. Seu material de interpretação possibilita uma análise da personalidade dos indivíduos em

termos estruturais e psicodinâmicos, garantindo uma contextualização ímpar do quadro que está sendo investigado.

Por intermédio dos itens de codificação, que permitem um trabalho quantitativo, é possível uma averiguação empírica e estatística de qualquer aspecto da personalidade das pessoas, sob o enfoque estrutural. Com base na análise das verbalizações, os aspectos qualitativos da personalidade dos sujeitos podem ser analisados, compreendendo seu funcionamento e relação consigo e com o mundo.

Desde 1921 quando foi publicado o Psicodiagnóstico (Rorschach, 1921/1978), que mais tarde recebeu o nome de seu idealizador, inúmeros trabalhos foram desenvolvidos e vários autores destacaram-se num movimento constante de pesquisas e aprimoramento com o instrumento.

Desde então, o teste tem suscitado um grande interesse e foi muito utilizado e pesquisado. Pelo menos durante duas décadas, as de 1940 e 1950, seu nome foi quase sinônimo de Psicologia Clínica. Naqueles anos, a principal função do clínico consistia na avaliação, no psicodiagnóstico, principalmente quando se tratava de diagnóstico diferencial. Durante as décadas de 1960 e 1970, o Rorschach se constituiu entre os testes mais utilizados no contexto clínico e segue ocupando este lugar até hoje (Exner, 1993/1994, p.3).

Dentre um grande conjunto de instrumentos projetivos, o Psicodiagnóstico de Rorschach ocupa, realmente, uma posição de grande destaque, enfatizada quer pela prática clínica dos profissionais da área, quer pela bibliografia e eventos científicos especializados nas discussões sobre avaliação psicológica.

Aspectos Projetivos do Método de Rorschach

Van Kolck (1981) assinala critérios de classificação das provas projetivas, baseado na proposta de vários autores, designando-as, conforme suas propriedades e características. Nestes termos, o Rorschach pode ser enquadrado como uma prova:

- constitutiva, quanto ao uso funcional do material, em que o sujeito organiza suas respostas com base em um material não estruturado;
- perceptivo-estrutural, quanto aos processos e aspectos de personalidade envolvidos, no qual o sujeito utiliza recursos de percepção para a projeção de suas características baseado na organização de suas respostas e
- visual, quanto à natureza do material empregado para estímulo, pois o sujeito usa a visão como meio de entrar em contato com os borrões-estímulo.

Diante do contato visual com os estímulos organizados nas dez pranchas e utilizando os recursos perceptivos, os sujeitos organizam suas respostas que revelam importantes elementos de sua personalidade, possibilitando uma análise aprofundada desses elementos da personalidade, oferecendo bom material para encaminhamentos e ao trabalho psicoterapêutico.

Desse modo, resultados claros de comparação são oferecidos, além de possibilitar uma análise simbólica dos dados psicodinâmicos das respostas, informando a respeito da dinâmica da personalidade do paciente de forma contextualizada, oferecendo subsídios psicodiagnósticos e prognósticos para o trabalho clínico.

É importante salientar que o instrumento oferece dados por intermédio de índices de adaptação e psicopatológicos, fornecendo um parâmetro de comparação frente à realidade externa e suas vivências que, por sua vez, disponibilizam ao psicólogo uma possibilidade de um diagnóstico diferencial, adaptativo e prognóstico, entre outros.

Como citam Cunha et al. (1993), o Método de Rorschach pode ser indicado para o diagnóstico da personalidade em diferentes contextos clínicos, para o planejamento do processo terapêutico, para um

recurso na seleção profissional, para investigação psicológica na área forense e para traçar elementos prognósticos em qualquer uma dessas situações.

Embora neste estudo tenha sido enfocado o trabalho clínico, é necessário esclarecer que o instrumento é multifacetado na prática em Psicologia, subsidiando uma série de possibilidades muito maior do que possa ter sido difundido até hoje.

As técnicas de exame psicológico constituem-se em excelente instrumento para coleta de dados em pesquisas e/ou objeto direto de investigação em pesquisas, demonstrando o crescente interesse de profissionais e pesquisadores no desenvolvimento de investigações na área (Jacquemin, 1997).

Dentre outros atributos, o Método de Rorschach é sistematicamente empregado em pesquisas científicas. Seus dados possibilitam importantes perspectivas no desenvolvimento de investigações sobre avaliação psicológica (Weiner, 1986).

Há muito tempo o teste garantiu seu caráter científico, por causa de intensas pesquisas nos mais diferentes níveis, configurando-se como um importante objeto e instrumento para a investigação da personalidade dos indivíduos (Yazigi, 1997).

Pela importância do aspecto simbólico apresentado por um instrumento projetivo, sobretudo quando é realizada uma leitura psicodinâmica dos quadros apresentados (Augras, 1980), as verbalizações dos pacientes foram analisadas qualitativamente.

Para a análise qualitativa das respostas, podem ser observadas as semelhanças das respostas apresentadas pelos pacientes, destacando-se os cartões em que estas respostas surgiram. Procedeu-se uma análise das imagens temáticas destas respostas, fundamentando-se na proposta de Weiner (1998/2000). Quando do surgimento de dúvidas quanto ao material temático apresentado, pode-se recorrer aos exemplos encontrados em outros autores que também se propuseram a realizar esta análise (Lerner, 1991; Schafer, 1954).

Apoiada em uma postura psicodinâmica para buscar um significado simbólico para as verbalizações apresentadas pelos sujeitos submetidos ao Método de Rorschach, a análise qualitativa das respostas possibilita uma compreensão individual dos dinamismos psicológicos apresentados pelos pacientes, permitindo uma análise de seus conteúdos internos de forma particular e contextualizada.

A análise qualitativa mostra-se muito importante nas aplicações clínicas do Método de Rorschach para facilitar a compreensão dos componentes pessoais dos indivíduos.

Nesta reflexão, objetiva-se uma análise dos componentes comuns observados nas imagens temáticas das respostas, fundamentando-se na proposta de Weiner (1998/2000) que propõe que as imagens temáticas referem-se aos componentes psicodinâmicos das respostas, observados nas verbalizações em que, por suas propriedades, há maior carga projetiva.

Em um primeiro momento, podem ser separadas todas as respostas cujo componente projetivo pudesse estar mais presente. A orientação para a seleção das respostas para a análise qualitativa é retirada do que propõem Exner e Sendín (1998/1999) e Weiner (1998/2000), explicitados a seguir.

Os critérios utilizados incluem as respostas com forma distorcida, pois não utilizam os componentes formais e objetivos das manchas e, por isso tendem a apresentar componentes mais pessoais do que as respostas com qualidade formal comum; as respostas com elaboração de movimento de qualquer tipo, visto que o estímulo apresentado é estático e a articulação de cinestésias é própria dos conteúdos dos indivíduos e, por fim, as respostas com superelaborações verbais. Nesses casos, incluem-se componentes verbais que são desencadeados por conteúdos que estão além do que é apresentado pelas manchas (Exner & Sendín, 1998/1999; Weiner, 1998/2000).

As respostas são separadas por cartão, respeitando-se a proposta de que os estímulos apresentados em cada um dos cartões possuem componentes específicos que desencadeiam respostas, de acordo com demandas igualmente específicas (Portuondo, 1973; Vaz, 1997; Weiner, 1998/2000).

Para que haja uma direção clara da análise das respostas, podem ser delineadas categorias de temas e variações para a leitura das verbalizações. A partir das proposições de Lerner (1991) e Schafer (1954), que apresentam um conjunto de categorias que pode ser aplicado na compreensão simbólica das respostas, destacam-se os seguintes itens para a análise qualitativa:

- Orientação anal;
- Orientação de dependência e oralidade;
- Orientação sadomasoquista;
- Orientação autoritária;
- Conflitos de superego;
- Fragilidade geral e resistência;
- Atitude de medo ou rejeição diante da identidade masculina;
- Atitude de medo ou rejeição diante da identidade feminina;
- Atitude de rejeição diante de regras adultas, educacionais e parentais;
- Identidade negativa;
- Narcisismo e sensualidade;
- Aspectos de reprodução;
- Relacionado à idade ou morte; e
- Tom emocional e atmosfera interpessoal.

Considerações Finais

O Método de Rorschach, como estratégia para investigação da personalidade, constitui-se como um importante recurso de investigação de personalidade. Os componentes quantitativos são de suma importância para estudos psicométricos e de quadros psicopatológicos.

Além disso, há possibilidade de análise qualitativa das respostas, o que subsidia uma interpretação particularizada dos conteúdos dos pacientes. Uma das estratégias qualitativas é pautada em referencial psicodinâmico, a partir da leitura psicanalítica das verbalizações.

Observa-se que o uso dos recursos qualitativos pode ser muito importante para a interpretação clínica do material do Rorschach, enriquecendo e contextualizando as informações obtidas nos outros dados do teste.

Referências Bibliográficas

- Anderson, H.H. & Anderson, G.L. (1978). **Técnicas projetivas do diagnóstico psicológico**. (E. Bennett, trad.). São Paulo: Mestre Jou. (original publicado em 1951).
- Anzieu, D. (1984). **Os métodos projetivos** (4a ed.). (M. L. E. Silva, trad.). Rio de Janeiro: Campus. (original publicado em 1961).
- Augras, M. (1980). **A dimensão simbólica: O simbolismo nos testes psicológicos** (2a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Becker, E. & Trinca, A.M.T. (1984). O pensamento clínico e a integração dos dados no diagnóstico psicológico. In W. Trinca e cols., **Diagnóstico psicológico: A prática clínica**. (pp. 82-94). São Paulo: EPU.
- Bell, J.E. (1992). **Técnicas proyectivas: Exploración de la dinámica de la personalidad**. (G. A. Maci, trad.). Cidade do México: Paidós. (original publicado em 1948).
- Cunha, J.A.; Minella, D.M.L.; Werlang, B.G. & Carneiro, T.F. (1993). Alguns tipos específicos de avaliação psicológica. In J.A. Cunha e cols., **Psicodiagnóstico-R** (4a ed. rev.). (pp. 101-134). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Exner, J.E. (1994). **El Rorschach: un sistema comprehensivo** (3a ed.). (M. E. Ramírez, trad.). Madrid: Psimática. (original publicado em 1993).

- Exner, J.E. & Sendín, C. (1999). **Manual de interpretação do Rorschach para o sistema compreensivo**. (L.Y. Massuh, trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo. (original publicado em 1998).
- Grassano, E. (1996). **Indicadores psicopatológicos nas técnicas projetivas**. (L. S. L. P. C. Tardivo, trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo. (original publicado em 1977).
- Jacquemin, A. (1997). As técnicas de exame psicológico como instrumento na pesquisa e objeto de pesquisa. **Boletim de Psicologia**, **47** (107), 57-68.
- Lerner, P.M. (1991). **Psychoanalytic theory and the Rorschach**. New Jersey: The Analytic Press.
- Niva, W. (1995). Projective techniques as psychotherapy. **American Journal of Psychotherapy**, **49** (2), 244-259.
- Portuondo, A. (1973). **El Rorschach Psicoanalítico**. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Rorschach, H. (1978). **Psicodiagnóstico** (3a ed.). (M. S. V. Amaral, trad.). São Paulo: Mestre Jou. (original publicado em 1921).
- Schafer, R. (1954). **Psychoanalytic interpretation in Rorschach Testing: Theory and application**. New York: Grune & Stratton.
- Van Kolck, O.L. (1981). **Técnicas de Exame Psicológico e suas aplicações no Brasil**. 2o volume - testes de personalidade. Petrópolis: Vozes.
- Vaz, C.E. (1997). **O Rorschach: Teoria e desempenho** (3a ed.). São Paulo: Manole.
- Weiner, I.B. (1986). Conceptual and empirical perspectives on the Rorschach assessment of psychopathology. **Journal of Personality Assessment**, **50** (3), 472-479.
- Weiner, I.B. (2000). **Princípios de Interpretação do Rorschach**. (M. C. V. Silva, trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo. (original publicado em 1998).
- Yazigi, L. (1997). O Rorschach: instrumento na pesquisa e objeto de pesquisa. **Boletim de Psicologia**, **47** (107), 73-83.

ANÁLISE QUALITATIVA DO MÉTODO DE RORSCHACH, SOB A ÓTICA DA PSICOLOGIA ANALÍTICA. *Lídia Rodrigues Schwarz* (Universidade Metodista de São Paulo - São Bernardo do Campo - SP)

Introdução

A investigação científica dos conteúdos inconscientes projetados no mundo externo, iniciada por H. Rorschach, iniciou um novo ciclo dentro da psicologia clínica e seus discípulos, inicialmente, trabalharam no sentido de a técnica ser utilizada como um instrumento de pesquisa, cujos resultados pudessem receber um tratamento estatístico. Posteriormente, a avaliação psicodinâmica passou a ser considerada como essencial para um exame mais abrangente e global da estrutura da personalidade do indivíduo e do funcionamento de seus psicodinamismos.

O objetivo deste trabalho é apresentar a possibilidade de análise simbólica do Método de Rorschach, a partir do enfoque junguiano.

Nessa abordagem, o homem é considerado, em essência, um ser simbólico cuja capacidade de criar símbolos é inata. Jung (1974) afirma que os símbolos sempre fizeram parte da vida do homem primitivo enquanto que para o homem moderno não têm muito significado e importância. O desenvolvimento de idéias simbólicas independe da vontade consciente, portanto, pode produzir-se no inconsciente do homem atual da mesma forma que se desenvolvia nos rituais das sociedades primitivas.

Para Jung (1984, p.85) há correspondência direta entre a expressão simbólica e a mentalidade do homem primitivo, “cuja linguagem não possui termos abstratos, mas apenas analogias naturais e não-naturais, correspondendo às imagens míticas e conteúdos universais provenientes do inconsciente coletivo, considerado depósito de todas experiências humanas desde os tempos mais remotos, fonte dos instintos e gerador do impulso criador”.

A mente humana tem sua própria história e a psique conserva muitos rastros das etapas anteriores de seu desenvolvimento, e na sua formação sofre influência significativa dos conteúdos inconscientes, os quais, a nível consciente, podem ser rejeitados, mas cujas manifestações através das fantasias, dos sonhos e de outras produções continuam a se expressar sempre (Jung, 1974).

A capacidade de criar símbolos é inata, inerente ao ser humano, e o contato com o próprio mundo simbólico produz no indivíduo uma nova atitude frente à vida. O símbolo para Jung é conceituado como uma máquina transformadora de energia psíquica que tem caráter curativo e restaurador, isto é, à medida que os arquétipos não nos são acessíveis diretamente, o símbolo é o meio através do qual essa energia inconsciente pode se manifestar. Jung (1974, p.20) afirma que “uma palavra ou uma imagem é simbólica quando representa algo mais que seu significado imediato e óbvio. Não se pode esperar defini-lo ou explicá-lo. Quando a mente explora o símbolo, se vê levada a idéias que vão além do alcance da razão”.

Schwarz (1999, p.5) aponta que, “independente da forma como se expressa, o símbolo possui uma expressividade numinosa, isto é, implica numa experiência profunda e transcendente que tem uma eficácia prática no plano dos valores e dos sentimentos, possuindo as condições básicas para ser uma ponte entre o conhecido e o desconhecido e assumir assim uma função unificadora”.

Campbell (1990) também valoriza a condição simbólica do homem e aponta a importância dos mitos, referindo-se a eles como as histórias que revelam a sabedoria da vida e que servem para nos conduzir a um tipo de consciência que é de outra ordem, que transcende o plano material e visível. Esse autor afirma que a experiência da vida, de estar vivo, só pode ser atingida quando se entra em contato com os mitos, pois eles ensinam a como voltar para dentro e a partir daí como se pode captar a mensagem simbólica neles contida.

A relação do Teste de Rorschach com a produção de símbolos

McCully (1980), pioneiro na aplicação da teoria junguiana dos arquétipos ao teste de Rorschach, afirma que, para se compreender os processos psíquicos envolvidos no Rorschach, a análise qualitativa das respostas pode enriquecer a abordagem tradicional, sem com isto desvalorizar o tratamento formal das mesmas. Toda resposta traz em si a marca das forças psíquicas que influíram em sua formação, logo, a análise qualitativa vai propiciar uma avaliação ampla e ao mesmo tempo profunda dessas forças.

Para esse autor, a experiência do Rorschach leva o indivíduo de volta aquele ponto da consciência do homem em que os mitos eram produzidos e quando a imaginação achava-se menos presa pelos limites do racionalismo.

Para McCully, haveria uma correspondência entre as estruturas psíquicas e os perceptos das pranchas e, em cada indivíduo, as quatro funções da consciência indicadas por Jung (pensamento, sentimento, sensação e intuição) se combinariam, de formas diferentes, e interfeririam na elaboração da resposta.

As respostas aos estímulos do Rorschach podem indicar o que acontece quando a consciência entra em contato com determinados conteúdos inconscientes e nos fornecer meios para conhecer as fontes de onde emergem os símbolos. Além disso, a análise da seqüência das mesmas pode nos sinalizar como está se desenvolvendo o processo de individuação da pessoa.

Os estímulos do Teste de Rorschach, ambíguos e pouco estruturados, contém características essenciais para provocar a formação dos símbolos. A não-diretividade em relação às respostas faz com que o sujeito as procure dentro de si mesmo, a consciência ocorrendo, portanto, após o surgimento do símbolo. Schwarz (1999, p.9) assinala que “em uma técnica como o Rorschach o que se observa é como o indivíduo interage com as imagens que afloram dentro de si mesmo e como se desenvolve a relação entre seu mundo consciente e inconsciente”. Dessa forma, o símbolo assume o papel de ponte entre esses dois mundos e cada mancha, além dos complexos pessoais, pode mobilizar camadas profundas da psique de âmbito coletivo.

Portanto, as características de ambigüidade, escuridão, sombreado e a mistura de perceptos humanos com animais podem remeter o indivíduo ao mundo primitivo, e acarretar rebaixamento das funções do ego e um estado de consciência parecido com o experimentado pelos homens primitivos. Essa vivência aproxima-se muito do tipo de comunicação existente no início do desenvolvimento da consciência humana quando os critérios rígidos, próprios do funcionamento egóico, não inibiam o mundo subjetivo do homem.

É importante destacar que não é qualquer estímulo que tem essa capacidade de evocar as raízes coletivas. A maioria deles provoca respostas que revelam forte mobilização de complexos pessoais e atitudes egóicas, o que os torna valiosos, mas limitados, pois expressam que apenas áreas do inconsciente pessoal foram mobilizadas. McCully (1980) alerta, então, para a importância de se discriminar entre as produções decorrentes mais de uma atitude egóica, e aquelas imagens simbólicas fruto da atuação de forças arquetípicas.

Para esse autor, a resposta dada é conseqüência de um processo criativo e provém da interação de fontes diferentes, tanto conscientes como inconscientes, e a análise de uma determinada imagem simbólica deve levar em conta tanto o estímulo que a eliciu como a psicologia da pessoa.

Em relação às características do estímulo é fundamental que ele seja compreendido como contendo potencial para ativar o psiquismo, cada mancha dispondo de um determinado poder, dependendo das fontes psíquicas que puder despertar para deflagrar respostas resultantes da mobilização tanto de forças egóicas como, em outro extremo, de forças inconscientes.

O Teste de Rorschach no Enfoque Junguiano - Relação entre os Estímulos do Rorschach, os Arquétipos e o Desenvolvimento da Personalidade

Schwarz (1999) sintetiza as hipóteses desenvolvidas por McCully e aponta as qualidades arquetípicas de cada prancha e o que elas mobilizam no examinando. A prancha I como um todo mobilizaria material associado ao arquétipo materno e às condições de predomínio desse arquétipo sobre a psique, tanto no homem como na mulher. A área central especificamente ativaria essa energia relacionada às condições de nutrição, de sobrevivência e fecundação características do arquétipo da forma matriarcal do funcionamento feminino.

Enquanto a prancha I refletiria o poder potencializador associado à supremacia funcional da mulher e às suas esferas da vida, a prancha II revelaria como a energia psicológica ativada relaciona-se com a diferenciação do feminino e com o poder dos instintos animais, indicando, portanto, como o indivíduo se relaciona com esse feminino e com sua energia instintiva. As forças arquetípicas aqui ativadas relacionar-se-iam aos estágios iniciais do desenvolvimento individual, ao período em que o homem, frente ao poder matriarcal, buscava se diferenciar e controlar seus instintos.

A natureza dessa prancha II envolve a definição da masculinidade entendida como o poder que organiza, que cria, que fecunda, o início da transformação da unidade para a dualidade. Isto, principalmente, quando os estímulos são visualizados em sua qualidade transcendental, representando uma forma de assegurar a continuidade da vida.

Em relação à prancha III, retomando-se a teoria de Neumann (1995), pode-se observar quais fontes arquetípicas, relacionadas ao desenvolvimento da *persona* e da sombra, foram ativadas. Os efeitos da socialização, da ampliação das relações interpessoais que o desenvolvimento de uma relação primal positiva proporciona, podem ser aqui analisadas, bem como os efeitos de relações iniciais negativas.

A reação a esta prancha pode revelar a camada inconsciente que foi atingida pela estimulação, sendo que, quanto mais as reações do sujeito se afastarem da percepção popular, no caso figuras humanas, mais certeza teremos que forças arquetípicas foram ativadas.

A prancha IV nos remete ao mundo patriarcal, à paternidade e a todas as suas relações. As qualidades masculinas dessa prancha incluem, basicamente, o sentido da força e do poder que mobilizariam o arquétipo da estrutura masculina, e, independentemente do indivíduo ser homem ou mulher, suas reações a essa estimulação revelam como a energia masculina é vivenciada. No homem, apareceria a forma como ele se projeta em relação à sua estrutura masculina, enquanto na mulher, podem surgir indicações de problemas relacionados à *persona* ou a um complexo, ou ao modo como ela vivencia o lado masculino da vida.

As reações do homem a esse estímulo não refletiriam diretamente a sua identificação como homem, mas sim como a fonte de energia masculina, no seu interior, apresenta-se como fraca ou suficientemente forte para alimentar ou não uma identificação masculina positiva ou negativa.

A base psicológica dessa prancha apresenta características relacionadas às heranças masculinas, não apenas no sentido do Logos na estrutura masculina, mas na relação do homem com a sua força bruta, símbolo da autoridade.

A estimulação da prancha V exige do indivíduo uma escolha mais consciente, o que geralmente se revela nas respostas populares, e as reações mais incomuns evidenciam a eclosão de uma carga relacionada a um complexo pessoal ou a fontes arquetípicas.

A exigência aqui é de que o ego utilize seus recursos para governar a consciência, havendo indicações de que a linha central ativaria fontes arquetípicas ligadas à separação entre consciência e inconsciente. Em termos arquetípicos, o estímulo pode suscitar conteúdos bissexuais, sendo que perturbações na área da sexualidade podem dificultar a diferenciação sexual do percepto visualizado. Mitologicamente, a estimulação teria o potencial também para ativar o princípio arquetípico relacionado a polaridade bem/mal.

Quanto à prancha VI, há uma significativa relação com a prancha IV no que diz respeito à psique masculina: enquanto esta última estaria relacionada à estrutura e à energia patriarcal, aquela estaria vinculada ao modo de funcionamento do masculino, podendo também ser associada à autoridade decorrente do poder masculino, à forma como o indivíduo lida com esse poder e à introjeção do papel masculino.

Aspectos relativos à forma como o indivíduo experimenta a sexualidade podem surgir revelando se esta vivência tem um cunho subjetivo ou meramente instintivo. As qualidades bissexuais dessa prancha VI, num homem no caminho da diferenciação, podem gerar reações que refletem o modo de funcionamento e de adaptação à sua masculinidade dominante e feminilidade recessiva.

Tanto na posição correta como na contrária, a prancha VII tem contornos femininos evidentes, e mesmo o espaço branco pode suscitar respostas relacionadas a aconchego e proteção, ligados à função nutridora do feminino. Esta prancha tem relação com a condição da mulher de conter aquilo que o homem é em relação a ela e aquilo que esta potencializa nele através disso, sendo que esse aspecto “continente” do feminino, estimulado por essa lâmina, refere-se, mais especificamente, aos recursos que a mulher dispõe para desenvolver um relacionamento de parceria e de companheirismo verdadeiro com o homem.

Enquanto a prancha I relaciona-se com o arquétipo matriarcal, na sua qualidade impessoal e calculista de representar a base para a preservação da espécie (incluindo aí tanto o seu aspecto nutridor como destruidor do feminino), a prancha VII mobiliza os aspectos da psique feminina já diferenciados do poder matriarcal, ativando também os valores femininos próprios conquistados através do esforço pessoal, podendo emergirem também aspectos associados à falta de relação da mulher com a sua própria essência feminina.

Para McCully, a prancha VIII, bem como a IX e a X revelam níveis mais elevados de diferenciação psicológica; na prancha VIII podendo-se verificar, arquetipicamente falando, o funcionamento adotado pelo indivíduo, a combinação das forças resultantes do intercâmbio masculino-feminino, em todas os planos vivenciais.

Essa prancha VIII, com a definição de formas e cores fortes que lhe são peculiares, propõe a justaposição dos sentimentos e os instintos e revela como se desenvolve a vida relacional entre os sexos, segundo o princípio de Eros, condição esta que pressupõe recursos psicológicos bem desenvolvidos. O processo de diferenciação sexual, já sinalizado pela prancha II, é retomado nessa prancha focalizando de forma mais acentuada a relação entre os instintos e sentimentos.

As três últimas lâminas possibilitam que o indivíduo revele, ou pelo menos sinalize, as dificuldades que bloquearam seu processo de crescimento psicológico e impediram que passasse para etapas

seguintes, podendo-se avaliar se tendências regressivas, caso sejam observadas nas respostas a essas lâminas, estão dentro do esperado num movimento evolutivo, ou não.

As características dos estímulos da prancha IX, bem como a disposição vertical das cores, estimulam informações acerca da energia arquetípica associada a metas, entendidas como objetivos psicológicos significativos, vitais, não materiais e que fazem parte do processo de individuação.

Na prancha X, o equilíbrio entre a forma e a cor dos perceptos propicia a verificação do funcionamento integrado do indivíduo, sendo possível também observar o seu nível de abertura psíquica para com seus próprios processos internos direcionados à evolução vital.

As qualidades arquetípicas dessa prancha parecem estar associadas à fonte da vida, ao ciclo vital, ao arquétipo do círculo eterno, propiciando uma visão da *persona*, dos complexos pessoais e da força de ego, sendo possível também verificar se há condições favoráveis para uma adaptação para com o lado impessoal da natureza. Por estar relacionada às fontes ou às origens, sua essência é basicamente feminina e tem a ver com a experiência vital e à mãe natureza como fonte arquetípica impessoal, e nesse sentido é uma prancha muito importante tanto para diagnóstico como para prognóstico.

Considerações Finais

O ser humano, em função da sua própria constituição psicológica, sempre teve mais acesso ao consciente do que ao inconsciente, este não estando nem aquém, nem além da esfera consciente, mas sendo a fonte de origem dos processos conscientes e contendo recursos criativos infinitos. A análise do homem, para Jung, não pode então se restringir à avaliação de um aparato psíquico, mas deve levar em conta sua essência anímica, que tem uma totalidade e uma unicidade permanentemente ligadas com toda a natureza, e que se manifesta através dos símbolos.

“Tanto nos trabalhos de Jung quanto nos de Rorschach achava-se implícita a idéia de que nas produções conscientes existiriam processos inconscientes originários de um reservatório coletivo” (MCCULLY, 1980 p.30) e, no caso do Teste de Rorschach, os símbolos formados aparecem através das respostas frente às pranchas e representam as fontes arquetípicas que os produzem, revelando o que acontece quando os processos inconscientes e conscientes se encontram.

De forma sintética, procurou-se demonstrar que a análise qualitativa das respostas, a partir do referencial teórico junguiano, pode complementar a análise formal propiciando um conhecimento mais profundo e abrangente da estruturada personalidade do indivíduo e do funcionamento de seus psicodinamismos.

Referências Bibliográficas

- Campbell, J. (1988). *O Poder do Mito*. São Paulo: Ed. Palas Athena, 1990.
- Jung, C.G. (1974). *El Hombre y sus Símbolos*. Madrid: Aguillar. Original publ. em 1966.
- Jung, C.G. (1984). *A Natureza da Psique*. Petrópolis. Vozes. Original publ. em 1971.
- McCully, R. S. (1971). *Rorschach: Teoria e simbolismo - -uma abordagem junguiana*. Belo Horizonte: Ed. Interlivros, 1980.
- Schwarz, L.R. (1999). *Os arquétipos parentais através do Rorschach-Temático – Ilustração do Método de Amplificação de Jung*. São Paulo: Vetor.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica, Método de Rorschach, Psicologia Analítica.

Nível do trabalho: P – Pesquisador

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

ANÁLISE FENÔMENO-ESTRUTURAL DA LINGUAGEM NO RORSCHACH. *Andrés Eduardo Aguirre Antúnez (Departamento de Psicologia Clínica - Universidade de São Paulo - SP)*

O método fenômeno-estrutural analisa a linguagem no método de Rorschach de modo minucioso, pois traz em si a marca da expressão individual, do modo de ver e tomar contato com o real, com o outro e consigo mesmo; é a marca de uma maneira de se situar e de se inscrever na existência. Segundo Françoise Minkowska, a linguagem que o sujeito nos apresenta no Rorschach não é uma linguagem convencional e automatizada, mas sim espontânea e pessoal. Ao estudar a linguagem em pacientes epiléticos observou neles características sensoriais, com percepções em movimento e que envolviam as cores, enquanto os esquizofrênicos possuíam características racionais, formais, abstratas, imóveis e sólidas. Minkowska se debruça no estudo minucioso da linguagem que o criador da prova não pôde fazer, dada sua morte prematura; ela não adota a tipologia fundada na oposição entre respostas cinestésicas e coloridas, pois não consegue dar ao tipo introversivo ou extratensivo uma imagem precisa, ao contrário do que acontece com a tipologia racional e sensorial. Diferente das respostas de movimento em conteúdo humano, animal ou inanimado, na análise fenômeno-estrutural o importante é a expressão da visão em movimento, característica da série epilepto-sensorial. A ressonância íntima, segundo Eugène Minkowski - criador da análise fenômeno-estrutural - deixa de lado o “vivido” sobre o qual Hermann Rorschach apontava. Minkowska estuda o método de Rorschach do ponto de vista clínico, não como um teste, já que não se dirige a um diagnóstico diferencial, mas evidencia a análise dos mecanismos essenciais da linguagem. A triagem das respostas se mantém, mas se distancia do psicograma e das estatísticas para atribuir uma importância maior à linguagem e às expressões de base. De acordo com Eugène Minkowski, Françoise Minkowska e Hermann Rorschach seguem o mesmo caminho: o estudo do mundo das formas. Não se trata de uma mudança radical do método tradicional criado, a análise da linguagem é um prolongamento do mesmo. Verifica-se na análise aprofundada da linguagem: a apresentação da ‘visão em imagens’, a manutenção ou desaparecimento das imagens no tempo e espaço, os mecanismos essenciais de ligação e ruptura, o clima sensorial provocado pelas características das dez manchas de tinta, a sensibilidade à cor e à afetividade, o papel do movimento na visão, e as peculiares formas de estabelecer contato com o examinador. A linguagem é um sistema de referência que revela os caracteres essenciais de ordem formal da vida humana, suas manifestações normais e patológicas; é então observada em sua função expressiva, na qualidade do espaço e do tempo vividos pelos pacientes, sua capacidade de empatia e ressonância no encontro com o outro. A análise fenômeno-estrutural estuda as respostas como fruto da relação com o paciente no fenômeno intersubjetivo, compreendendo a interlocução que surge na relação humana. O método de Rorschach é compreendido nesta perspectiva como um procedimento e não apenas um instrumento de avaliação.

Apoio: CNPq.

Palavras-chave: Análise fenômeno-estrutural, Método de Rorschach, Psicopatologia.

Nível do trabalho: Pesquisador – P

AVAL – Avaliação Psicológica

MÉTODOS DE INTERVENÇÃO PARA A PROMOÇÃO DE HABILIDADES SOCIAIS.

ABORDAGENS COGNITIVAS NA INTERVENÇÃO EM HABILIDADES SOCIAIS. *Eliane Gerk (Universidade Católica de Petrópolis, Universidade Estácio de Sá)*

Uma das estratégias de intervenção mais amplamente utilizadas para tratamento de problemas psicológicos, para a melhoria interpessoal e para a melhoria geral da qualidade de vida tem sido a do Treinamento em Habilidades Sociais (THS). Trata-se de um método sistemático de ensinar estratégias capazes de melhorar as relações interpessoais. Os enfoques iniciais a respeito das habilidades sociais revelam falta de ênfase sobre os processos cognitivos tanto na avaliação como no treinamento. Pode-se constatar que as estratégias para o desenvolvimento destas habilidades eram predominantemente comportamentais. As habilidades sociais eram tratadas com ênfase nos comportamentos verbais e não verbais específicos e discretos que são adquiridos através da aprendizagem. Com efeito, muitas técnicas empregadas nestas intervenções fazem parte da Terapia Comportamental e derivaram de estudos de laboratório da chamada Análise Experimental do Comportamento. Entre estas técnicas pode-se citar: ensaio comportamental, reforçamento, modelagem, modelação, feedback, relaxamento, dessensibilização sistemática. Com a chamada “revolução cognitiva”, a partir dos anos 70, os componentes cognitivos passaram a receber cada vez mais atenção, sendo que a visão das habilidades sociais passou de uma abordagem centralizada na “aprendizagem” para uma abordagem centralizada no “pensamento”, o que caracteriza uma abordagem cognitivista. As estratégias cognitivistas englobam técnicas de reestruturação cognitiva, nas quais são focalizadas as habilidades de decodificação, de decisão e de codificação. Nesta abordagem, considera-se que, para que haja uma resposta socialmente habilidosa, é necessário que os estímulos interpessoais relevantes sejam decodificados e interpretados no processo cognitivo de percepção. Durante o processo de tomada de decisões o indivíduo deve ser capaz de gerar alternativas, discriminando entre as eficazes e as não eficazes para só então executar a ação que resultará competente socialmente. As crenças ou pensamentos sobre o que vai ocorrer numa situação interpessoal interferem no desempenho. As técnicas de reestruturação cognitiva lidam também com o aspecto afetivo associado aos pensamentos. Os processos cognitivos utilizados na interação do indivíduo com o ambiente implicam nas competências cognitivas, que estão baseadas na capacidade do indivíduo de transformar e utilizar a informação de forma ativa assim como criar pensamentos e ações. Por este motivo cabe aqui referência ao conceito de inteligência social, tratada como uma capacidade, relacionada a outras capacidades e ligado à psicologia evolutiva. Ao tratarmos aqui os métodos de intervenção para desenvolvimento de habilidades sociais numa perspectiva da Psicologia Cognitiva, enfatizaremos técnicas específicas da abordagem cognitivista de psicoterapia, que visam modificar componentes cognitivos específicos dos déficits em habilidades sociais. A presente exposição pretende discorrer sobre estas questões, apresentando exemplos de técnicas predominantemente cognitivistas empregadas em diversos programas de desenvolvimento de habilidades sociais em nosso país e no exterior. Palavras chave: habilidades sociais, estratégias cognitivas, competência social.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA EMPATIA PARA GRADUANDOS DE ENFERMAGEM. *Celia Caldeira Fonseca Kestenberg e Eliane Mary de Oliveira Falcone (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ)*

A empatia é uma habilidade socialmente aprendida e fundamental para as relações interpessoais de ajuda, especialmente em profissões como a enfermagem, cujo objeto é o cuidado ao ser humano em suas diferentes dimensões. Assim, é substancial pensar em tecnologias que potencializem esta habilidade na formação profissional do enfermeiro. Objetivando avaliar a eficácia de um Programa de Desenvolvimento da Empatia (PDE) foi desenvolvida uma pesquisa com estudantes de enfermagem, utilizando-se o método experimental. Dezesete estudantes participaram de dezesseis encontros de treinamento com três horas de duração cada enquanto dezesseis estudantes compuseram o grupo de controle. O programa foi desenvolvido na modalidade de atividade de grupo. A concepção de empatia adotada seguiu a perspectiva multidimensional: a dimensão cognitiva caracteriza-se pela capacidade de interpretar e compreender os pensamentos e sentimentos de alguém; a afetiva caracteriza-se por uma tendência a experimentar sinais de simpatia e de compaixão pelo outro, além de preocupação com o seu bem estar; a comportamental envolve a capacidade de comunicar reconhecimento explícito dos sentimentos e perspectiva da outra pessoa, de tal maneira que ela se sinta realmente compreendida. Procedimentos utilizados tiveram como foco a intensificação da capacidade de: (1) identificar sinais emocionais não-verbais no comportamento do outro; (2) ouvir e compreender sensivelmente a perspectiva e os sentimentos, sem julgar; (3) demonstrar comportamento empático através de comunicação não-verbal; (4) verbalizar de maneira sensível o entendimento da perspectiva e dos sentimentos do outro. Os procedimentos usados incluíram: relaxamento, exposição dialogada, vivência, recurso multimídia, desempenho de papéis com *videofeedback* e prática das habilidades aprendidas em ambiente natural. Os participantes dos dois grupos foram avaliados antes da intervenção, imediatamente após e com *follow-up* de 30-40 dias. Os componentes cognitivos e afetivos da empatia foram avaliados através do Inventário da Empatia. Para a avaliação do comportamento empático verbal, foram gravadas em áudio as verbalizações dos participantes eliciadas a partir das interações em situações de desempenho de papéis. Estas verbalizações foram avaliadas por três juízes treinados previamente e cegos para os dois grupos. O PDE foi avaliado pelos sujeitos através de suas verbalizações espontâneas durante o treinamento e através de um questionário respondido no final do programa. Os resultados da análise estatística evidenciaram que o PDE foi eficaz em melhorar significativamente a compreensão e a verbalização empática do grupo experimental quando comparado ao de controle. A avaliação dentro do grupo experimental também revela mudança significativa no desempenho empático verbal dos participantes nos três momentos avaliativos, permanecendo estável no *follow-up* de 40 dias. A análise qualitativa dos relatos dos participantes evidenciou alguns benefícios do programa, entre outros, a redução da angústia pessoal diante do sofrimento do paciente e a generalização das habilidades aprendidas para seus contextos relacionais, o que favoreceu a qualidade de seus relacionamentos em diferentes esferas sociais.

Palavras-chave: empatia, desenvolvimento interpessoal, cuidado de enfermagem.

DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS EM GRADUANDOS DE PSICOLOGIA. *Patrícia Maria de Azevedo Pacheco (Universidade Estácio de Sá)*

Diversos estudos na literatura têm mostrado que as habilidades sociais constituem-se em um importante ingrediente das relações interpessoais satisfatórias e que a competência social é determinada por múltiplos fatores, incluindo-se aí as crenças e normas individuais ou coletivamente assimiladas. Esta competência social é marcadamente importante na inserção no mercado de trabalho, em especial nas profissões que exigem maior contato interpessoal como é o caso da Psicologia. O ensino formal de habilidades sociais, apesar de relevante, tem sido negligenciado na formação de psicólogos. Assim, é descrito aqui um programa de treinamento de habilidades sociais conduzido, inicialmente como estudo piloto, em grupos formados por 264 universitários na fase inicial da graduação em psicologia. Os dados encontrados neste primeiro momento da intervenção, obtidos em avaliações pré e pós intervenção, sugerem que o programa desenvolvido foi eficaz principalmente em três áreas específicas, a saber: no escore geral dos respondentes; no repertório de habilidades de enfrentamento em situações com risco e nas habilidades de conversação e desenvoltura social. A partir da avaliação deste primeiro momento da pesquisa constatou-se a necessidade da modificação de alguns elementos componentes do treino de habilidades sociais. Tais redimensionamentos, aliados ao já vasto treinamento dos coordenadores do grupo surtiram efeitos favoráveis no desenvolvimento de habilidades sociais dos participantes, efeitos esses traduzidos pelos resultados expressivos da análise de variância e pelo teste t de Student nos escores identificados pelo IHS-Del Prette. Esta etapa foi realizada com um grupo de 36 universitários do curso em questão. O programa teve uma duração de trinta e seis horas, em duas sessões semanais de aproximadamente duas horas cada e foi planejado em módulos teórico e prático, que ocorriam em uma mesma sessão. Tal modificação foi uma tentativa de adaptação do programa ao calendário acadêmico que é bastante entrecortado pelas verificações semestrais que em muito alteram o cotidiano dos alunos. Apesar da condensação, o programa mostrou-se ainda mais eficaz quando da avaliação no momento de pós-intervenção. A avaliação da intervenção foi realizada por meio da aplicação de um inventário tipo auto-relato antes e depois da intervenção. Os resultados demonstram que o treinamento de habilidades sociais em graduandos de psicologia mostrou ser uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento do conjunto de habilidades sociais dos participantes, sendo promissor para o desenvolvimento pessoal e profissional da população em questão através de uma estratégia simples e barata, não impactando ou prejudicando o andamento das atividades acadêmicas.

Palavras chave: Treino de habilidades sociais; relações interpessoais no trabalho; competência social.

IDOSO E INTERGERACIONALIDADE.

IDOSO, FAMÍLIA E GERAÇÕES. *Carla Witter (Coordenadora da Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP).*

A família e o processo de envelhecimento humano constituem um campo interdisciplinar de estudos, sendo ao mesmo tempo objeto de análise e campo de intervenção. A compreensão do processo de envelhecimento e do papel da família na manutenção, proteção e promoção do bem-estar de seus velhos é assunto que merece atenção dos estudiosos e pesquisadores da área, assim como da sociedade e dos próprios familiares que se beneficiariam com o entendimento das interfaces estabelecidas na dinâmica familiar com seus confrontos, seus conflitos, seus benefícios, suas superações e adaptações constantes às necessidades de cada membro e do grupo como um todo. As pesquisas revelam que uma grande parte da população idosa, de 20 a 48% nos países desenvolvidos, vive com suas famílias. Portanto, a família e a comunidade são suportes sociais importantes nesta fase de desenvolvimento para garantir o bem-estar do idoso, uma vez que funcionam como rede de proteção, manutenção e promoção do convívio social, do recurso financeiro, de mobilidade, de atendimento médico e outras demandas conforme o grau de vulnerabilidade do idoso. No Brasil, o fenômeno é semelhante e 63% dos idosos mantêm a casa onde vivem, cuidando das despesas e da alimentação de filhos, netos e até bisnetos. No contexto atual com os avanços científicos, tecnológicos e sociais possibilitou a longevidade do ser humano o que ocasionou mudanças na própria constelação familiar, na qual a intergeracionalidade emerge como uma das características do processo de envelhecimento não apenas individual, mas familiar, em que as famílias e seus membros envelhecem juntos, se reorganizando para lidar com às demandas características do envelhecer. O estudo do idoso, da família e das gerações permite a compreensão dos aspectos positivos e negativos das relações interpessoais e da dinâmica familiar quanto ao processo de envelhecimento. Os aspectos positivos apresentados são: benefícios da seguridade social que contribuíram para melhor condição de vida das famílias; o aumento de domicílios chefiados por idosos; o contingente de idosos deixou de ser um problema e sejam parte da solução no processo produtivo, de crescimento econômico e desenvolvimento social; transmitem a história oral das famílias, os legados de cada geração; transmitem valores, cuidados e afeto aos demais membros da família, a possibilidade de cuidar dos netos permite que transmitam carinho, histórias, valores, atitudes e ações que, com frequência, são retribuídas com atenção, carinho, apoio e motivação para que a vida continue tendo significado. Em relação aos aspectos negativos destacam-se: os fatores socioeconômicos como a pobreza, a baixa escolaridade, condições de moradia e outros levam o idoso a níveis de estresse consequentes de maior exposição a sofrimentos como maus-tratos (67% dos agressores são os próprios familiares), abandono, isolamento, podendo potencializar-se, resultando em doenças crônicas como a depressão; o conflito de valores entre as gerações é maior nas famílias com menor poder econômico. As pesquisas sobre família e idosos devem observar os aspectos positivos e negativos desta relação com o objetivo de produzir conhecimentos que possibilitem o bem estar tanto dos idosos como de seus familiares e cuidadores.

Palavras-chave: relações interpessoais; valores sociais; prevenção e promoção de saúde.

DES

IDOSO E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO SUBSÍDIO PARA PREVENÇÃO. *Moacir Wuo (Professor do Curso de Psicologia da Universidade de Mogi das Cruzes-SP e de Licenciaturas da Universidade Camilo Castelo Branco-SP).*

A população brasileira experimenta desde meados do século passado um processo de transição demográfica e epidemiológica. A transição demográfica vem ocorrendo de maneira rápida e desigual com a mudança do perfil de um país de jovens em 1950 para um país de idosos no início do século XXI. A OMS considera uma população envelhecida quando esta chega a 7%. No Brasil, o censo de 2.000 indicava uma população de idosos de 8,5%. A velocidade da mudança advém das projeções da OMS nas quais a população de idosos terá crescido até 2.025 dezesseis vezes quando comparada com a população de idosos de 1950, enquanto que a população total deverá crescer cinco vezes. Essa mudança de perfil decorre do aumento da expectativa de vida que elevou de 54 para 60 anos, diminuição das taxas de mortalidade e natalidade e alguma melhoria nas condições sanitárias e de assistência à saúde. Outros aspectos importantes incluem a distribuição dos idosos entre as regiões urbanas e rurais e entre os gêneros. Embora nesta década a expectativa de vida do brasileiro tenha passado de 66 para 69 anos, não há razões para comemorar quando se analisa as condições de vida do idoso e do processo de envelhecimento. A transição epidemiológica trata das mudanças na incidência e distribuição dos tipos de doenças nas diversas populações considerando as regiões, níveis sócio-econômicos e culturais. Em diversos países essa transição ocorreu de maneira gradual com a diminuição das doenças infecto-contagiosas e aumento das doenças crônico-degenerativas. No Brasil essa mudança vem ocorrendo com a manutenção das doenças infecto-contagiosas. No envelhecimento doenças incapacitantes com perda de mobilidade e autonomia, decorrentes de exposição a riscos ao longo da vida, associam-se ao isolamento real, depressão, sentimento de perdas e de incapacidades cognitivas. Neste quadro a prevenção primária, como ação político-social, deve concentrar esforços em vários níveis e áreas incluindo a manutenção/inserção social do idoso em ocupações produtivas e desenvolvimento de novas habilidades, uma vez que o envelhecimento é o resultado de interações sociais, físicos e comportamentais. Conhecimentos adquiridos sobre as Representações Sociais do idoso e sobre o idoso devem ser utilizados para o planejamento e ações no processo preventivo. A Representações Sociais são construídas por grupos e pelas relações inter-grupos e são constituídas pelas dimensões de campo representacional, fonte e qualidade da informação e atitudes. Na área educacional, por exemplo, um número crescente de idosos ou “pré-idosos” tem ingressado ou retornado aos cursos de educação básica (EJA), técnicos e universitários porém sem uma ação pedagógica e um ambiente educacional com recursos humanos, didáticos e metodológicos que reconheça os potenciais e possibilitem inserir e integrar o idoso. Definições e orientações de atitudes sobre e para com o idoso e o envelhecimento podem ter origem nas Representações Sociais de grupos que atuam no ambiente escolar – professores, administradores e funcionários. Cursos de formação, atualização/capacitação de docentes, funcionários e administradores devem desenvolver e incluir teorias, metodologias, estratégias de ensino e procedimentos educacionais voltados para receber o idoso como aluno e preparar o aluno para ter o idoso como professor/orientador.

Palavras-chave: escola; professor; prevenção.

DES

EDUCAR PARA CONVIVÊNCIA ENTRE GERAÇÕES. *Geraldina Porto Witter*
(Coordenadora Geral da Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Universidade Camilo Castelo Branco, São Paulo, SP).

Com o desenvolvimento científico e social, hoje, as pessoas estão vivendo mais e está crescendo o percentual de idosos na população. Também graças ao controle de natalidade tem diminuído em muitos países o percentual de crianças e jovens tornando mais próximo o número de pessoas nas várias faixas etárias. Este fato por si só torna mais relevante a questão das relações intergeracionais. Implica necessariamente em aprender a conviver concomitantemente com pessoas de idades diferentes, com padrões diferentes de comportamentos ideais, valores etc. Vale dizer que estas alterações resultaram e requerem mudanças na família, na escola, na sociedade. É preciso educar a criança para atuar junto a todas as idades, inclusive com idosos com os quais partilha ou não o seu lar. A escola e a sociedade também precisam aprender a trabalhar a educação intergeracional, especialmente, no que diz respeito às relações com idosos. Cuidados tais como a representação social do idoso no livro didático, informações científicas sobre o envelhecer e as características de cada fase da vida entre outras medidas podem ser de grande valia. Programas especiais para a atuação saudável com todas as gerações precisam ser previstos, implementados e avaliados. Precisam destinar-se a pessoas de todas as idades, inclusive os idosos. Destaca-se a educação e a capacitação do idoso para interagir com as gerações mais novas. Entre programas educacionais para idosos é necessário incluir programas específicos sobre a matéria ou, pelo menos, tópicos dentre outros conteúdos. Na base MedLine foram localizados 111 resumos só no ano de 2010 até 9 de março, tendo por busca *older aged and education*, mas poucos tratam de educar o idoso para conviver bem com outras gerações ou destas para com os em idade avançada. Na PsycINFO, em relação à matéria, na mesma data, foram obtidos 203 registros, muitos comparando o desempenho entre gerações em temas variados como comportamento verbal, atenção espacial, memória. Em geral, fazem sugestões úteis para se trabalhar a educação para a convivência entre gerações e reiteram a importância desta educação mas sem realmente terem por objetivo testar programas para educar as várias gerações para que possam conviver bem e ganharem com a convivência. Provavelmente isto decorre do modelo médico predominar na área, daí os aspectos patológicos e perdas do envelhecimento serem o principal alvo dos trabalhos. Tendo em vista as sugestões e os dados da literatura são propostas linhas de pesquisa e temas que viabilizem obter evidências para a promoção da intergeracionalidade produtiva.

Palavras-chave: relações interpessoais; socialização; compromisso social

DES

A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO NA ÁREA BÁSICA.

PROCESSOS PSICOLÓGICOS BÁSICOS E SUAS IMPLICAÇÕES CLÍNICAS.

J. Landeira-Fernandez (Departamento de Psicologia PUC-Rio e Curso de Psicologia Universidade Estácio de Sá)

A psicologia ainda é uma área de conhecimento relativamente recente, cuja formação acadêmica ainda se encontra em ampla discussão. Embora a psicologia tenha surgido como uma ciência básica, relacionada com a produção de conhecimento através da aplicação de uma metodologia experimental, tal como a física e a biologia, ela tornou-se, ao longo do tempo, uma área de aplicada, tal como a engenharia, medicina, onde além da produção de conhecimento, estendeu também sua atuação na aplicação deste conhecimento através da prestação de serviço. Entretanto, observa-se ainda hoje uma certa descontinuidade entre a formação básica, principalmente com relação aos processos psicológicos e o profissionalização do psicólogo na área clínica. De fato, alguns estudos calcados no Exame Nacional de Cursos realizados entre os anos de 2000 e 2002 demonstraram que a formação do psicólogo na área básica é praticamente nula. Dentre as várias conseqüências diretas que estas deficiências podem gerar está a qualidade de serviços que o psicólogo clínico presta à sociedade. Por exemplo, todo o aprendizado de psicopatologia está associado ao estudo de processos psicológicos básicos. Mais ainda, o conhecimento na área das neurociências é fundamental para que o psicólogo clínico possa compreender a atuação de medicação psicotrópica amplamente utilizada nos dias atuais. Finalmente, inúmeras evidências apóiam a idéia de que mesmo a psicoterapia é uma prática psicobiológica, uma vez que também promove alterações funcionais cérebro. Nesta apresentação pretende-se levantar uma discussão que possa permitir uma reflexão acerca da importância do ensino da psicologia experimental na formação do psicólogo brasileiro. Dentre os pontos a serem discutidos está a ênfase no ensino de disciplinas básicas bem como a necessidade de laboratórios para o ensino e para a pesquisa.

Apoio financeiro: CNPq

Palavras-chave: Processos Psicológicos Básicos, Formação Profissional em Psicologia, Psicofísica aplicada, Psicologia Clínica

Nível do Trabalho: Outros - formação complementar em processos psicológicos básicos

Área: Formação (Formação em Psicologia)

A IMPORTÂNCIA DA TEORIA DE DETECÇÃO DE SINAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO. *Sérgio S. Fukusima (Departamento de Psicologia e Educação, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

Ao desenvolver a Teoria de Detecção de Sinal (TDS) aplicada à psicofísica nas décadas de 50 e 60 do séc. XX, Green, Swets e Tanner expuseram a possibilidade de que conhecimentos provenientes das teorias de decisão estatística aplicada à engenharia de comunicações podiam ser também utilizados para se investigar os processos sensoriais em humanos. Dessa forma, fornecia-se um interessante e promissor exemplo de como áreas aparentemente dispares da psicologia poderiam interagir para promover um novo modelo teórico, com métodos específicos, para se investigar cientificamente os processos sensoriais por meio da psicofísica. Esta abordagem teórica reformulou os conceitos clássicos de limiares, provenientes da psicofísica fechneriana, ao separar parâmetros ou indicadores de sensibilidade sensorial daqueles relacionados aos critérios de decisão de respostas dos observadores ao detectar ou discriminar estímulos, cujas intensidades percebidas pouco se destacavam dos níveis de ruído inerentes aos processos sensoriais em determinadas condições experimentais. Entretanto, o ensino deste importante modelo psicofísico nos cursos de psicologia, cujas aplicações extrapolam às diversas áreas da psicologia, além da psicofísica sensorial, depara-se com as deficiências no ministrar de conteúdos sobre métodos para investigar processos psicológicos básicos e sobre estatística na maioria das grades curriculares; o que impede que os alunos tenham formação acadêmica adequada para compreender com maior profundidade a elegância dessa abordagem teórica. Com intuito de prover alguns esclarecimentos sobre a importância da TDS para a psicologia, serão expostos nesta palestra: (1) os conceitos básicos e métodos fundamentais da TDS, de maneira que se esclareçam sobre a importância de discernir e avaliar separadamente os parâmetros de sensibilidade dos critérios de decisão de resposta dos sujeitos; (2) as relações intrínsecas da TDS com os testes de hipóteses e estatística; (3) a analogia da TDS com a análise de diagnósticos clínicos; (4) as análises da curva ROC (*Receiver Operating Characteristic*); e (5) algumas aplicações da TDS em diferentes áreas da psicologia para se investigar os processos psicológicos básicos e até mesmo para avaliar habilidades humanas e as efetividades de treinamento e aprendizagem. Supõe-se que a exposição dessas informações possa ao menos exemplificar o quão é importante a interdisciplinaridade, mesmo de áreas de conhecimento aparentemente dispares, na formação acadêmica em psicologia.

Apoio financeiro: CNPq

Palavras-chave: Teoria de Detecção de Sinal, Psicofísica aplicada, Estatística

Nível do Trabalho: Outros - formação complementar em processos psicológicos básicos

Área: Formação (Formação em Psicologia)

O IMPACTO DA NEUROSCIÊNCIA NA FORMAÇÃO PSICBIOLÓGICA DO PSICÓLOGO. *Antônio Pedro de Mello Cruz (Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, DF).*

A crescente e inevitável incorporação de conhecimentos oriundos das neurociências e da psicofarmacologia na formação acadêmica do estudante de psicologia têm suscitado reflexões sobre novas diretrizes curriculares do que se entende por processos psicológicos básicos. Com exceção do psicólogo que atua na área de avaliação neuropsicológica, a intersecção destes conhecimentos com a prática profissional do psicólogo vê-se limitada, sobretudo pelo fato de o psicólogo não poder prescrever drogas psicotrópicas ou atuar clinicamente pelos mesmos parâmetros que regulamentam o ato médico. Tais aspectos serão debatidos nesta apresentação sob três enfoques: (1) inúmeras evidências apóiam a idéia de que mesmo a psicoterapia é uma prática “psicobiológica”, uma vez que também promove alterações funcionais cérebro; (2) considerando que por definição uma droga psicotrópica é qualquer substância capaz de alterar o comportamento, justamente o psicólogo deveria ter o domínio da aplicação deste conhecimento; (3) como entender o fato de que o odontólogo, por exemplo, é habilitado para prescrever medicamentos psicotrópicos mesmo na ausência de conhecimentos adquiridos em medicina e psicologia?

Apoio financeiro: CNPq

Palavras-chave: Psicofarmacologia, Drogas Psicotrópica, Psicologia Clínica.

Nível do Trabalho: Outros - formação complementar em processos psicológicos básicos

Área: Form (Formação em Psicologia)

DESAFIOS AO PSICÓLOGO EM CASOS DE ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: AVALIAÇÃO, TRATAMENTO E TRÂMITES NO SISTEMA DE JUSTIÇA.

GRUPOTERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES. *Luísa F. Habigzang e Sílvia H. Koller (Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFRGS)*

O objetivo deste trabalho será discutir os desafios do tratamento psicológico para as vítimas de abuso sexual e apresentar um modelo de grupoterapia cognitivo-comportamental como possibilidade de tratamento para crianças e adolescentes que experienciaram essa forma de violência. O abuso sexual contra crianças e adolescentes é considerado um problema de saúde pública, devido às conseqüências negativas para o desenvolvimento emocional, cognitivo e social das vítimas. O desenvolvimento de modelos efetivos de avaliação e intervenção psicológica é um desafio para psicólogos clínicos e pesquisadores, devido à heterogeneidade de sintomas decorrentes do abuso e características desta população clínica. O impacto do abuso sexual pode variar de acordo com uma série de fatores: 1) fatores intrínsecos à criança, como temperamento, estratégias de *coping*, processos de resiliência; 2) fatores extrínsecos à criança, envolvendo sua rede de apoio social e afetiva, que inclui a reação da família, medidas protetivas adotadas frente à revelação do abuso, acesso a avaliação e tratamento médico e psicológico, e 3) fatores relacionados com o abuso sexual em si, tais como proximidade com agressor, outras formas de violência associadas, tempo de duração e freqüência dos episódios de abuso. Verifica-se que as vítimas podem desenvolver transtornos de humor, transtornos de ansiedade e transtornos disruptivos, além de importantes alterações cognitivas e comportamentais, como por exemplo: fugas do lar, conduta sexualizada, isolamento social, baixo rendimento escolar, dificuldades de concentração, abandono de hábitos lúdicos, percepção de diferença em relação aos pares, entre outras. O principal transtorno identificado como decorrente do abuso sexual é o transtorno do estresse pós-traumático (TEPT). O modelo de grupoterapia cognitivo-comportamental que será apresentado foi avaliado através de ensaio clínico com medidas repetidas e participaram deste estudo 49 meninas vítimas de abuso sexual. A grupoterapia cognitivo-comportamental teve como objetivos: compreender o que é abuso sexual e sua dinâmica, identificar emoções, cognições e comportamentos relacionados com o abuso, reestruturar esquemas cognitivo-comportamentais disfuncionais, reduzir sintomas de TEPT, depressão e ansiedade, e aprender estratégias de autoproteção para evitar revitimizações. Este modelo de grupoterapia foi composto por 16 sessões, divididas em 3 etapas, conforme objetivos e técnicas em: 1) psicoeducação e reestruturação cognitiva (6 sessões), 2) treino de inoculação de stress (4 sessões) e prevenção a recaída (6 sessões). As sessões tiveram atividades semi-estruturadas, freqüência semanal e duração de uma hora e trinta minutos. Os resultados do estudo apontaram a efetividade do modelo de grupoterapia, uma vez que identificou-se a redução significativa de sintomas de TEPT, ansiedade, depressão, crenças de culpa e percepção de diferença em relação aos pares.

Abuso sexual, Transtorno de estresse pós-traumático, Grupoterapia

CLIN

AVALIAÇÃO DE CASOS DE ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DILEMAS E POSSIBILIDADES. *Maria da Graça Saldanha Padilha* (Curso de Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná e da Faculdade Evangélica do Paraná)

O abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes é um tema que exige do psicólogo um estudo aprofundado sobre os determinantes do abuso, sejam estes em relação ao comportamento do agressor, da vítima e da família da vítima. Ao ser chamado para avaliar um caso confirmado de abuso sexual, o psicólogo precisa conhecer as implicações das possíveis intervenções sobre a saúde mental da vítima e de familiares não agressores, assim como as implicações legais de seu trabalho sobre a vida do agressor. Para isso, deve assumir uma postura igualitária, não sexista e educativa em relação aos Direitos Humanos, a fim de não pré-julgar os diversos atores implicados nas situações das quais participará. Para proceder às avaliações, o psicólogo deve conhecer detalhadamente as características do abuso sexual e da relação de poder entre agressor e vítima, as possibilidades de instilação de sentimentos como culpa e vergonha na vítima, os mecanismos de manutenção do segredo, as características da revelação do abuso, as melhores práticas para acolher uma revelação, as diferenças entre a entrevista clínica e a entrevista forense para revelação de abuso, protocolos internacionais para a entrevista forense, os indicadores gerais e específicos do abuso sexual, as possíveis reações de familiares não agressores, as reações típicas dos agressores à revelação de abuso sexual e a forma típica como os agressores se defendem das acusações de abuso. Deve também estar a par das pesquisas recentes sobre temas atuais, como funcionamento da memória infantil e possibilidades de indução de falsos relatos. Em casos suspeitos de abuso sexual, o psicólogo enfrenta dilemas éticos referentes a romper ou não o sigilo profissional, incluir ou não incluir o suspeito de cometer as agressões em sua avaliação, assim como recorrer a intervenções que promovam a proteção da criança vítima. Ao observar uma suspeita de abuso sexual em seu trabalho, particularmente na sua prática privada, o psicólogo deve cumprir a lei e acionar os órgãos competentes de proteção à criança, já que, de acordo com o ECA, profissionais de saúde e educação devem notificar casos suspeitos ou confirmados de violência contra crianças e adolescentes. Entretanto, revela-se aqui a fragilidade da proteção ao próprio profissional, que se sente vulnerável a represálias de agressores e a críticas dirigidas a ele pela própria categoria profissional. As possibilidades de solução para estes dilemas encontram-se no desenvolvimento de uma atitude participativa com os operadores do Direito, respeitando os princípios do Código de Ética do Psicólogo, e na adoção de práticas baseadas em evidências científicas. A pesquisa científica que indica os procedimentos de avaliação e encaminhamentos deste tipo de situação ainda é pouco conhecida no Brasil, e precisa ser divulgada para que os profissionais da área se assegurem da qualidade técnica e ética do seu trabalho.

Abuso sexual, avaliação psicológica, dilemas éticos.

P

JUR

ABUSO SEXUAL NO SISTEMA DE JUSTIÇA: DIFICULDADES, DILEMAS E DESAFIOS *Veleda Maria Dobke, Samara Silva dos Santos e Débora Dalbosco Dell’Aglío*
(Programa de Pós-Graduação em Psicologia/Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo e, quando ingressa no sistema de justiça, a família passa por dúvidas e incertezas. No caminho judicial percorrido, podem ser encontradas dificuldades que obstaculizam uma real proteção das vítimas. O conhecimento sobre a temática, que transcende ao técnico-jurídico, é fundamental para uma atuação adequada dos profissionais envolvidos no sistema de justiça. O objetivo deste trabalho será relatar um estudo de caso e discutir as dificuldades encontradas no caminho judicial percorrido por uma adolescente vítima de abuso sexual e por sua mãe. As dificuldades principais referem-se ao despreparo dos profissionais envolvidos no sistema de sistema de justiça, na falta de informação, orientação às vítimas e suas representantes e sobre os trâmites do processo, o que contribui para um sentimento de desamparo e falta de proteção. Nosso desafio é construir um caminho, no sistema de justiça, que proteja e não re-vitimiza.

Abuso sexual, sistema de Justiça, trâmites do processo.

P

JUR

FOTOGRAFIA E PSICOLOGIA.

A CONDIÇÃO POLIFÔNICA DAS IMAGENS E ALGUNS DESAFIOS À PESQUISA EM PSICOLOGIA. *Andréa Vieira Zanella (Universidade Federal de Santa Catarina)*

As pesquisas em psicologia tradicionalmente elegem, como ferramenta para a coleta de informações, as entrevistas. A análise de documentos, por sua vez, vem sendo nas últimas décadas reconhecida por esse campo em sua potencialidade e importância. Mas o que se observa de fato é o contraponto entre a condição imagética da contemporaneidade e o modo relativamente tímido como as imagens são utilizadas nas pesquisas psicológicas. Cenário em processo de transformação, na medida em que o campo se propõe a dialogar com outras disciplinas e reconhecer a dimensão discursiva de toda e qualquer imagem, ou seja, que esta é tão polissêmica e polifônica como os signos verbais e tantos outros. Várias são as possibilidades de utilização de imagens na pesquisa e a inclusão destas como meras ilustrações está longe do que pode significar em termos de possibilidades de análises e reflexões. A videografia vem sendo utilizada como recurso para o registro, pelo pesquisador, do campo observado, e a fotografia também. Outro uso de imagens na pesquisa parte da coleta de imagens já realizadas, que são alçadas pelo pesquisador à condição de documentos a serem analisados. Mas outro modo de uso de imagens vem sendo potencializado: a imagem não feita pelo pesquisador, mas pelo próprio sujeito da pesquisa, seja a convite deste ou não. Imagens que atendem à necessidade de um outro, mas que de certo modo revelam seus autores. Ou então imagens direcionadas a um ouvinte anônimo, estranho à própria pesquisa, mas que também se caracterizam como importantes registros do tenso debate travado entre variadas vozes sociais. Exemplo dessas últimas imagens são as fotografias anexadas por usuários ao Google Earth e que compõem uma imagem das cidades, um retrato sincrético de múltiplas imagens a explicitar a dimensão comunicativa e pulsante das metrópoles. Sejam produzidas para fins de pesquisa ou alçadas à condição de material a ser analisado, as imagens apresentam ao pesquisador desafios em razão de sua condição polifônica e polissêmica. Há enunciações ali plasmadas que muito dizem nos movimentos, no conjunto de sons, palavras, cores, intensidades e vozes sociais que ali ecoam, nos enquadramentos, nas seqüências narrativas, nas escolhas dos seus autores. Discutir algumas das vicissitudes do processo de análise de imagens em pesquisas é a proposta deste trabalho, discussão essa que será tecida com a análise de algumas imagens produzidas em contextos de pesquisas que venho desenvolvendo e orientando.

Apoio CNPq, Bolsa Produtividade

Palavras-chave: Imagem; pesquisa; polifonia

MET

PSICOLOGIA E FOTOGRAFIA: EXPERIÊNCIAS EM INTERVENÇÕES FOTOGRÁFICAS. *Jaqueline Tittoni (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)*

Esta exposição problematiza o uso da fotografia na pesquisa acadêmica, tendo como ponto de referência a proposta da intervenção fotográfica que tem como forte ponto de sustentação os pressupostos da pesquisa-intervenção. Assim, discute a fotografia como uma intervenção que se produz nos eixos de visibilidade-dizibilidade, convocando seus múltiplos de invisibilidade e de indizibilidade e inscrevendo-se nos regimes de verdade e nos jogos de poder. Assim, mostra-se como importante estratégia metodológica para a pesquisas na área da psicologia social e institucional. O uso de imagens na pesquisa em psicologia não é uma novidade e tem se intensificado nos últimos anos, e mostrando uma grande diversidade em termos de seus usos e das análises propostas através da produção de imagens no contexto de produção de conhecimento. A fotografia aparece de diversas formas: como uma forma de registro, de comprovação, de disparador (ou provocador) para a fala e a escrita ou como um recurso que tensiona a discursividade científica, trazendo elementos do campo das artes e da tecnologia para o contexto da produção do conhecimento. Em nossa proposta de trabalho, a fotografia coloca-se como uma intervenção que permite analisar regimes de verdade e jogos de poder que produzem modos e éticas de ver, permitindo identificar. Neste caso, pensar sobre as condições de possibilidade do que se vê é um importante ponto de partida para pensar modos de sensibilizar o olhar para outras visibilidades. A fotografia também pode mostrar-se como uma forma de marcar um instante ou uma situação, fazendo pensar sobre os efeitos de duração que as experiências cotidianas produzem, em termos da vontade (e até mesmo da necessidade) de fixar e produzir algumas marcas em espaços e tempos fugidios. A intervenção fotográfica propriamente dita implica diferentes procedimentos que abarcam acompanhamento de grupos, realização de oficinas de fotografia, onde todos os participantes são convidados a produzir fotografias, a construção de narrativas visuais e a montagem de exposições destas narrativas e fotografias. A fotografia é concebida como "ato fotográfico", implicando a seleção de temas a serem registrados e produzidos como fotografias, a realização de oficinas de sensibilização do olhar e de produção de um "olhar fotográfico", assim como a discussão coletivas sobre as imagens e as fotografias produzidas. Estas proposições metodológicas buscam subsídios que possam trabalhar o elemento "imagem" e a idéia de "sociedade mosaico", presente na sociedade contemporânea com grande intensidade, bem como implicar-se com as tensões entre as produções científicas e artísticas que se produzem nas visões contemporâneas sobre a ciência e o conhecimento.

Palavras-chave: psicologia, fotografia, pesquisa intervenção

Nível do trabalho: Pesquisador

MET

INVENTANDO NOSSOS SELVES: AS TECNOLOGIAS IMAGÉTICAS NA CONTRACORRENTE DAS ONTOLOGIAS REALISTAS. *Mary Jane P. Spink*
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP)

Não há como falar de fotografia de maneira genérica uma vez que o simples ato de tirar uma foto depende da disponibilidade de tecnologia. Em 1888, quando a Kodak lançou no mercado a “Brownie”, a campanha publicitária dessa pequena notável estava voltada à banalização do próprio ato de registrar acontecimentos por meio de fotos: registrar era preciso, fosse o evento extraordinário (como a escalada de uma alta montanha) ou socialmente esperado (como a presença do nenê no cotidiano da família). Saíamos, assim, do âmbito da fotografia profissional, para a do cotidiano, processo que se exacerbou à medida que a tecnologia digital foi se aprimorando. Porém, na perspectiva das ciências humanas, a fotografia ficou confinada ao campo da estética ou da semiótica. E, na Psicologia, durante muito tempo o uso de fotografias em pesquisa ficou restrito ao campo da percepção visual, seja na perspectiva dos experimentos de laboratório, seja na vertente da percepção social. Novas formas de acessibilidade de registro e de sua disponibilidade para análise trouxeram outras possibilidades de uso na Psicologia: por exemplo, a possibilidade de dar a câmara a outros para que o cotidiano fosse registrado a partir de seu ponto de vista saiu do âmbito da Etnografia para o da Psicologia, sobretudo aquela voltada ao estudo ou intervenção comunitária. Porém, não é essa a direção que nossa discussão tomará. Em diálogo com a Teoria Ator Rede, o que propomos é que a tecnologia afeta profundamente nossa maneira de estar no mundo e pensar sobre nós mesmos. Afeta, também, nossas concepções sobre o mundo: a foto deixa de ser mera representação para assumir seu papel na construção dessa realidade, processo acentuado pela facilidade de acesso a programas de edição de imagens. Essa potencial zona de turbulência tornou-se, também, foco de ação legislativa, por meio de projetos de lei que obrigariam a veicular a informação de que uma foto usada em propagandas e publicações tenha sido manipulada (Folha de São Paulo, 18 de abril de 2010). São, portanto, esses dois os prumos de nossa argumentação: que as tecnologias imagéticas contemporâneas têm a característica iconoclástica de colocar em cheque o realismo ontológico, e que essas novas maneiras de “retratar” nosso cotidiano geram modos de ser que, sendo abertos à invenção, são confluentes com as posturas pós-modernas de autorias biográficas.

Apoio CNPq, Bolsa Produtividade

Palavras-chave: fotografia; ontologias; cotidiano.

MET

INTERVENÇÕES COGNITIVO-COMPORTAMENTAIS EM CRIANÇAS EM DIFERENTES CONTEXTOS.

PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE EM CRIANÇAS: INTERVENÇÃO COGNITIVO-COMPORTAMENTAL EM ESCOLAS. *Carmem Beatriz Neufeld* (Coordenadora do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental – LaPICC, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia e Educação - DPE da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - FFCLRP da Universidade de São Paulo - USP).

A infância é o momento no qual a criança inicia a aprendizagem de convivência social com auxílio do seu primeiro grupo social, a família. Este é um período crítico para o aprendizado de habilidades sociais e no manejo de sentimentos como ansiedade, estresse, depressão e raiva. Estas habilidades colaboram para sua competência social, o estabelecimento de relacionamentos interpessoais saudáveis. Estudos apontam que tais habilidades na infância têm relação com indicadores de funcionamento adaptativo, como responsabilidade, independência, cooperação e rendimento escolar. Os déficits nestas habilidades podem gerar relações sociais conflituosas, sintomas de ansiedade e depressão, acessos de raiva e atuarem como fatores de vulnerabilidade para o desenvolvimento de transtornos ao longo de todo o desenvolvimento. Atualmente diferentes áreas de atuação tem se beneficiado dos pressupostos tanto teóricos quanto técnicos da Terapia Cognitivo-Comportamental. Considerando os aspectos educativos da Terapia Cognitivo-Comportamental, esta tem se mostrado eficiente para intervenções tanto preventivas quanto de promoção de saúde em diferentes contextos. O âmbito educacional pode ser citado como um dos contextos a ser beneficiado por ações preventivas e de psicoeducação em Terapia Cognitivo-Comportamental, por ser esse um dos palcos do desenvolvimento de diferentes habilidades na criança e no adolescente, dentre elas a sociabilidade, o manejo e a expressão emocional. A infância pode ser identificada como uma das fases do desenvolvimento em que os indivíduos são especialmente vulneráveis, dadas as mudanças biológicas, cognitivas, emocionais e sociais. No intuito de fortalecer essas habilidades, intervenções de prevenção e promoção de saúde vêm sendo estimuladas e desenvolvidas. Considerando tais aspectos, o presente trabalho relata a experiência de implantação de um programa, baseado em programas de Treinamento de Habilidades Sociais e programas de prevenção de ansiedade e depressão, em escola pública com alunos de diferentes faixas etárias, visando oferecer uma intervenção preventiva. Fazem parte das habilidades a serem desenvolvidas neste tipo de programa, que crianças sejam mais aptas a expressar seus sentimentos e a manejar a ansiedade, a tristeza, a raiva e o estresse, ouvir os colegas, iniciar e manter conversas, fazer e responder perguntas, além de comportamentos relacionados a se comunicar eficazmente com os colegas sem expressar agressividade, fazer pedidos e dar notícias a outras pessoas. As intervenções contam com o uso de diversas técnicas cognitivo-comportamentais, tais como: psicoeducação, conceitualização cognitiva, modelação, treino de empatia, treino de assertividade, manejo emocional e técnicas para a resolução de problemas. O programa tem se mostrado como recurso efetivo para a aquisição de tais habilidades podendo servir como fator de proteção ao desenvolvimento de tais adolescentes. Este tipo de intervenção é importante tanto por minimizar fatores de risco quanto por incrementar fatores de proteção ao desenvolvimento, podendo ser uma das intervenções a serem implementadas em contextos educacionais.

Palavras-chave: Terapia Cognitivo-Comportamental; Prevenção e Promoção de saúde; Escolas.

P

Código: SMENTAL

AS CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL ÀS CRIANÇAS QUE REQUEREM INTERNAÇÕES E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. *Renata Panico Gorayeb e Ricardo Gorayeb (Divisão de Psicologia do Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo)*

Em situações especiais como o adoecer infantil, muitas vezes nos deparamos com pacientes pediátricos criticamente enfermos que enfrentam dor e desconforto relacionados a situações de urgência, procedimentos invasivos, e internações prolongadas, isto pode causar um grande impacto físico e afetivo tanto para a criança como para os pais. Este contexto hospitalar encontra-se permeado de medos encobertos da doença e suas conseqüências, tais como: os do procedimento em si, da recuperação, da anestesia e da própria morte, levando muitas vezes o grupo a apresentar manifestações de estresse, ansiedade, medo e comportamentos indesejados que podem influenciar no tratamento e na recuperação infantil. É neste universo que as intervenções da psicologia hospitalar cirúrgica infantil do HCFMRP-USP estão inseridas, acolhendo e orientando pais e crianças desde o momento que se descobre o problema infantil, na infância ou mesmo no intra-útero, até o desfecho do tratamento. Estas crianças usualmente encontram-se na eminência de um procedimento invasivo (internação, procedimentos clínicos, exames, cirurgias) e precisam, junto com seus pais, de compreensão, suporte psico-afetivo, práticas terapêuticas e educativas que visem favorecer o enfrentamento da realidade, por muitas vezes dolorosa. Nestes ambulatórios são realizados como rotina para as patologias crônicas, grupos de acolhimento e orientações psico-educativas para pais e crianças sobre suas doenças, limitações, os procedimentos aos quais serão submetidas e realizadas dessensibilizações sobre os que serão invasivos, antes de todo retorno aos atendimentos médicos. Para as crianças que serão submetidas a procedimentos invasivos com sistematicidade, como sondagens e dilatações dentre outras, a preparação psicológica inclui aspectos fundamentais como a informação sobre os detalhes da experiência a ser vivida, o ensino de estratégias efetivas de enfrentamento, e a dessensibilização sistemática e progressiva aos procedimentos invasivos. Quando a patologia é aguda, ou necessita de uma cirurgia, a família é orientada pela equipe interdisciplinar e são fornecidas todas as informações disponíveis sobre o tratamento e os procedimentos a serem realizados com a criança, bem como enfatizada a importância do papel dos pais deles enquanto membros do grupo que luta pela recuperação da criança. Para a criança além do acolhimento são realizados procedimentos de orientação detalhada frente à hospitalização e procedimentos a serem vivenciados, dessensibilização aos invasivos, treinos de relaxamento e acompanhamento aos eventos que a ela forem aversivos, processo no qual os pais participam ativamente tornando-se suportes mais efetivos para as crianças. Em nossa experiência e na literatura os exemplos são ricos em mostrar que quando pais e crianças podem acessar um nível de compreensão adequada sobre o problema das crianças, eles têm suas ansiedades reduzidas, e podem se tornam participativos de forma produtiva, favorecendo o tratamento e a recuperação infantil.

Palavras- Chave: Psicologia da Saúde; Cirurgia Infantil; Equipe Interdisciplinar.

Nível do Trabalho: Outro – Atuação Interdisciplinar em Psicologia da Saúde

Código da área da Pesquisa ou intervenção: Saúde

TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL NA CLÍNICA INFANTIL. *Ana Irene Fonseca Mendes e Carmem Beatriz Neufeld (Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental — LaPICC — Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP).*

A Terapia Cognitivo-Comportamental, tendo suas bases das ciências cognitivas e nos princípios da aprendizagem, propõe que há interação entre pensamentos, emoções e comportamentos e ainda, que os problemas emocionais e comportamentais são derivados de um modo distorcido ou disfuncional de processar informações. O objetivo principal da TCC é que o paciente desenvolva habilidades para modificar ou corrigir essas distorções que geram sofrimento. A prática clínica da TCC com crianças implica duas modalidades de atendimento: o atendimento da criança e a orientação a pais. Enquanto a orientação a pais tem um caráter mais diretivo e pedagógico, o atendimento da criança é indireto, levando-se em consideração que ela possui formas próprias de pensar e se comunicar. Desta forma, no atendimento infantil faz-se uso de técnicas adaptadas ao seu estágio de desenvolvimento, como atividades lúdicas, jogos e metáforas ajustadas ao objetivo do tratamento. Para ilustrar como é feito um atendimento em TCC na clínica infantil, será apresentado o caso de um menino de 10 anos diagnosticado como portador de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade e Transtorno de Ansiedade Generalizada. Na entrevista de anamnese a mãe relatou que o paciente possui diagnóstico de TDAH desde os 3 anos e que atualmente ele faz seguimento com neurologista e uso de metilfenidato. Ela relatou também que os sintomas de ansiedade se intensificaram 3 meses antes do início do atendimento. Em uma visita à escola foram confirmadas as informações dadas pela mãe com relação as situações ansiogênicas e não houve relato de dificuldade acadêmica. No período de avaliação de 10 sessões foi observada a ansiedade do paciente em relação ao seu desempenho nas tarefas que a terapeuta propunha e uma certa inquietação e dificuldade de se manter em determinada atividade por muito tempo. Observou-se também que ele tinha dificuldade em reconhecer seus sentimentos negativos, de falar sobre seus medos e de se envolver em atividades menos estruturadas. Ele foi colaborativo na maioria das vezes, fazia as tarefas de casa e tentava negociar quando não queria fazer o que era proposto. Até o momento foram realizadas 7 sessões individuais semanais de 50 minutos de intervenção com a criança e 4 sessões de 50 minutos de intervenção com sua mãe. Nas intervenções com a criança foram utilizadas as seguintes técnicas cognitivas e comportamentais: psicoeducação sobre emoções, organização de agenda, modelação comportamental da análise da tarefa, técnica de flexibilização de regras, técnica de economia de fichas, técnica de autocontrole. As sessões com a mãe foram principalmente para propor flexibilizações na rotina do paciente e diminuir a cobrança com o desempenho escolar. No momento, a mãe relata que ele parece analisar melhor antes de tomar decisões, se mostra mais tranquilo com a realização das atividades escolares. Durante as sessões, a terapeuta observa que o paciente está mais tranquilo, tem conseguido identificar e expressar melhor suas emoções e ficar mais tempo em uma única atividade.

Palavras-chave: Terapia Cognitivo-Comportamental com Crianças, Transtorno de Ansiedade Generalizada, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

Nível da Pesquisa: P

Código da área da pesquisa: CLIN

SUBJETIVIDADE COMUNIDADE E COMPROMISSO SOCIAL.

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E AS MEDIAÇÕES SOCIAIS COMO UMA REFLEXÃO ESSENCIAL À INTERVENÇÃO TRANSFORMADORA. *Wanda Maria Junqueira de Aguiar (Pós-graduação em Psicologia da Educação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP)*

Esta apresentação tem como objetivo discutir a constituição do sujeito e as mediações sociais como uma reflexão essencial à intervenção transformadora. Pensar a atuação do psicólogo tendo como perspectiva a transformação social implica na necessidade de nos situarmos num campo epistemológico e, por que não, teórico e metodológico muito preciso. Estes aspectos (epistemológicos, teóricos e metodológicos) não podem ser vistos separadamente, tampouco podem ser dissociados da questão da intervenção transformadora, sendo, portanto, necessário que a abordagem destas questões em conjunto. A presente apresentação tem como foco central, por um lado, a discussão sobre a importância de se destacar a categoria subjetividade e com isso a busca da compreensão sobre o sujeito, e, por outro, a necessidade de fugirmos das armadilhas que tal proposta pode nos levar. Dentre estas armadilhas encontra-se a construção de um conhecimento que isola o sujeito das condições de produção de sua subjetividade, isto é, a realidade social. Assim, é necessário que nos orientemos pelo método materialista dialético. Para desenvolver tais idéias, serão debatidas algumas categorias metodológicas, entendidas como fundamentais a esta reflexão, sendo estas a historicidade e a mediação; e outras categorias teóricas, como sentido e significado. Tais categorias serão apresentadas e discutidas a partir da Psicologia Sócio-histórica. Acreditamos que a orientação metodológica assumida, permite-nos escapar das visões que criam dicotomias – entre sujeito e objeto, indivíduo e sociedade, interno e externo – e que, por esta razão, são fragmentadas, ignoram a natureza processual do real e constituem-se como a-históricas. Ao nosso ver, posturas como estas representam obstáculos à apreensão dos sentidos do sujeito. Os sentidos subjetivos são aqui entendidos como a síntese do objetivo e da experiência subjetiva, sendo, portanto, essenciais à compreensão não apenas dos sujeitos, mas das relações sociais que contribuem para sua constituição. Finalizaremos nossa apresentação destacando que não precisamos temer fazer uma ciência do singular ou sermos desviados do propósito de contribuir para a transformação da realidade social. Compreender a subjetividade não nos impede de atuarmos com o compromisso social da transformação, pois estamos resguardados por um método que não nos permite nos descolarmos da história e do social. Temos, deste modo, as condições de falar de um indivíduo social, histórico e, ao mesmo tempo, individual; que é levado a criar e a inovar, devido às contradições sociais. Ao avançarmos na apreensão da subjetividade podemos dar voz àqueles que serão os responsáveis pelas transformações sociais, o que só pode ser feito se a subjetividade for compreendida em sua relação dialética com as condições históricas e sociais em que estes sujeitos se encontram.

Palavras-chave: subjetividade, sentidos, método materialista dialético

P

SOCIAL

O PAPEL DA CATEGORIA SUBJETIVIDADE NA COMPREENSÃO DO CONTEXTO COMUNITÁRIO E DA INTERVENÇÃO TRANSFORMADORA.

Roberta Kafrouni (Curso de Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná)

Nesta apresentação procurar-se-á discutir o papel da categoria subjetividade na compreensão do contexto comunitário e na discussão das intervenções. A discussão sobre a constituição da subjetividade em determinados contextos permite analisar certas ações e esclarecer se estas se constituem como intervenções transformadoras ou se, ao contrário, contribuem para a manutenção de relações de dominação. Quanto ao papel da categoria subjetividade na compreensão do contexto comunitário, pode-se dizer que este é de fundamental importância, principalmente se considerarmos a proposta da Psicologia Comunitária Latino Americana. A Psicologia Comunitária Latino Americana surgiu no cenário acadêmico e social com uma proposta teórico-metodológica voltada à transformação social e baseada numa noção de sujeito não em oposição à sociedade, mas em uma relação dialética. As intervenções, portanto, que visam realmente à transformação social, pressupõem que os membros da comunidade possam assumir e ser reconhecidos em sua condição de sujeitos, o que só pode ser alcançado na relação com outros sujeitos. Na visão da Psicologia Comunitária Latino Americana a concepção de comunidade remete a valores que permitem o desenvolvimento das potencialidades humanas em determinados contextos e no cotidiano, o que inclui a individualidade. Neste sentido a categoria subjetividade assume grande relevância, pois, ao ser entendida como constituída nas relações sociais e ao mesmo tempo preservando a singularidade da experiência de cada pessoa, parte da perspectiva de uma relação dialética entre indivíduo e sociedade, rompendo com esta dicotomia clássica. Ao considerar a constituição social e histórica da subjetividade, somos levados a analisar que concepção de sujeito os contextos comunitários em uma dada realidade contribuem por construir e se esta concepção pressupõe uma visão de homem capaz de consciência crítica e potencial transformador da sua realidade, ou se, por outro lado, contribui para a reprodução de um modelo de subjetividade em que os indivíduos são vistos de forma a-histórica, separados de seus contextos e culpabilizados como únicos responsáveis pelo que sucede em suas vidas, o que acaba por excluir qualquer possibilidade de transformação social. A categoria subjetividade assume, assim, importância central na compreensão das realidades comunitárias e nas possibilidades de intervenção comunitária. O próprio caráter da atividade na comunidade passa a ser analisado levando em consideração a forma como os sujeitos estão implicados nela, se de forma passiva, submetidos ao poder do interventor, ou de forma ativa, desenvolvendo consciência das relações sociais nas quais estão envolvidos e construindo ações conjuntas que permitam o desenvolvimento coletivo e individual. É no espaço da comunidade que a experiência subjetiva da realidade pode ser compartilhada e assim fornecer condições para ações coletivas que visam à transformação ao mesmo tempo social e subjetiva.

Palavras-chave: subjetividade, comunidade, intervenção

P

SOCIAL

COMUNIDADE, CIDADANIA CULTURAL, E AUTOESTIMA SOCIAL COM JOVENS - CENTRO CULTURAL CARTOLA COMUNIDADE DA MANGUEIRA – RJ. *Regina Glória Nunes Andrade (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro)*

Esta apresentação tem por objetivo discutir a auto-estima social e a cidadania cultural a partir da apresentação de meu trabalho de pesquisa iniciado em 2003 no Centro Cultural Cartola, inicialmente patrocinada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico. O interesse teórico principal do trabalho foi voltado para a afirmação dos processos de cidadania cultural, cuidado de si e saúde a partir da afirmação das raízes culturais em seus processos de permanente re-elaboração. O que entendemos por cidadania cultural está, sobretudo, referido à identidade, negritude, pobreza, carências, vulnerabilidades e autonomias sociais. No que diz respeito ao cuidado de si e saúde estamos sempre vigilantes à forma física e psíquica, considerando desde produções artísticas dos jovens até os trabalhos de imagem corporal através da dança e exercícios físicos, todos estão direcionados à saúde e vitalidade. As relações entre cultura e identidade são muito estreitas, pois ambas são construções simbólicas. Enquanto a cultura e cidadania é uma estrutura de significados incorporados em formas simbólicas, no qual o papel da identidade cultural é um processo construído a partir da inter-relação do sujeito com outros e com seu meio cultural e o cuidado de si e saúde desenvolve a auto-estima e refere-se às estruturas do narcisismo dos jovens. A construção de cidadania e de identidade é então, um processo ao mesmo tempo cultural, material e social de natureza simbólica e cultural. Os resultados do trabalho foram tão surpreendentes que ao finalizarmos esta pesquisa elaboramos um Projeto Geral chamado “Construções de identidade cultural e de auto-estima com jovens do centro cultural cartola – comunidade da mangueira – RJ” e dele coordenamos vários Projetos Associados todos centralizados na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com resultados de trabalho de Bolsistas de Orientação Científica (Graduação), três Mestrados defendidos e várias apresentações em Congressos Nacionais e Internacionais. A parceria entre Comunidade e Universidade tem oferecido excelentes resultados neste trabalho. As características principais destas pesquisas são a responsabilidade social, conseqüentemente a cidadania cultural a qual desenvolvemos com os jovens e crianças evitando o caráter assistencialista, comumente associado aos trabalhos em comunidades. Todos os projetos têm por objetivo trabalhar com questões de identidade cultural e auto-estima de jovens da Comunidade da Mangueira que freqüentam atividades artísticas no Centro Cultural Cartola e moram na Comunidade local Favela da Mangueira. Os jovens discutem temas locais tais como: identidade cultural, vulnerabilidade social, autonomia e cidadania, em Grupos Operativos, caracterizados por terem objetivos específicos e tempo limitado, além de serem voltados para a tarefa do trabalho do grupo. Para a metodologia utilizamos entrevistas pessoais e familiares com base nos teóricos do sociólogo francês Pierre Bourdieu em relação a espaço social, campo social e habitus. Nossos resultados são específicos a cada projeto associado e nossa presença já cria uma dinâmica particular de trabalhos produtivos entre Universidade e Comunidade. Já apresentamos nossos resultados em cinco Estados brasileiros e 13 países e nossos resultados serão publicados em breve em livro patrocinado pela FAPERJ denominado “Território Verde e Rosa – Centro Cultural Cartola -RJ”

Palavras Chaves: cidadania cultural, autoestima, saúde e cultura.

P

SOCIAL

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO NA EDUCAÇÃO: CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES.

CAPACITAÇÃO INFORMATIZADA EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO: EDUCAÇÃO ESPECIAL E ENSINO FUNDAMENTAL. *Silvia Aparecida Fornazari (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina, PR) e Celso Socorro Oliveira (Laboratório de Ensino Informatizado e Aprendizagem - LEIA, Departamento de Computação – UNESP, Bauru, SP)*

Alunos que apresentam comportamentos-problema sempre fizeram parte dos desafios enfrentados pelos docentes, na educação especial e também na regular. Hoje, inclui-se a essa problemática a questão da inclusão. A capacitação em análise do comportamento como uma contribuição ao fazer do professor, mostra-se importante na possibilidade do manejo dos problemas comportamentais de seus alunos, assim como no aumento do repertório de comportamentos adequados dos mesmos. Tecnologias que possibilitem e facilitem essa capacitação precisam ser desenvolvidas e utilizadas para que os professores/profissionais possam aprender com o menor custo de resposta possível, de forma agradável e eficiente. O presente estudo teve por objetivo verificar a eficácia de um software, “Ensino a professores”, na capacitação de profissionais/professores da educação especial e ensino fundamental, para que possam atuar de forma a reduzir comportamentos inadequados e aumentar a frequência de adequados. Na educação especial, foram participantes da pesquisa três profissionais de uma ONG – Projeto Fênix, Assis/SP, e seus alunos autistas. No ensino fundamental, participaram do estudo, uma professora e seus alunos da 4ª. série de uma escola da periferia de Bauru/SP. O procedimento seguiu três etapas: 1) adequação do software às necessidades específicas de cada população através de observações sistemáticas realizadas nos ambientes estudados. 2) Capacitação dos profissionais/professores através do software. 3) Realização de sessões de vídeo feedback e sessão de encerramento. As interações/aulas foram filmadas para possibilitar análise e comparação entre as etapas e contextos diferenciados. O software foi programado para ensinar conceitos e procedimentos da análise do comportamento, prioritariamente análise funcional e DRA. Atua através de fases de pré-teste, treino e pós-teste, utilizando o procedimento de matching-to-sample. Os resultados indicaram que o software foi eficaz em ensinar aos profissionais os conceitos e procedimentos da análise do comportamento a que se propunha, contudo a sua utilização na prática cotidiana só ocorreu após as sessões de vídeo feedback. Com relação à professora do ensino fundamental, um dado relevante: ela conseguiu identificar os comportamentos inadequados e analisá-los funcionalmente, mas de modo geral, a frequência de reforçadores positivos dispensados aos alunos, como consequência para os comportamentos adequados, era muito baixa ou mesmo inexistente. A partir desse dado, as sessões de vídeo feedback foram direcionadas a capacitar a professora a reconhecer e reforçar comportamentos adequados. Os resultados demonstram que a professora foi capaz de reconhecer e consequenciar tais comportamentos, o que acarretou um aumento na frequência de emissão de comportamentos adequados. Esse direcionamento da capacitação foi primordial para que os objetivos relativos à utilização do procedimento de DRA fossem alcançados.

Considerando os estudos em conjunto, os profissionais relataram que sua análise das situações mudou muito, e pôde-se observar enfaticamente, um aumento de reforços positivos que os profissionais dispensaram aos comportamentos adequados apresentados por seus alunos, o que possibilitou um aumento na frequência de ocorrência desses comportamentos. Concomitantemente, houve uma redução de comportamentos inadequados, como, por exemplo, birra, indisciplina e agressão, o que se pode inferir que tenha ocorrido devido à utilização do DRA.

Apoio financeiro: PROEX-UDEL, PROEX-UNESP e Vice-Reitoria de Pós-Graduação UNIP.

Palavras-chave: Análise Funcional, DRA, software.

P

AEC

ANÁLISE FUNCIONAL NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE ALGUNS PROBLEMAS PARA DEFINIR COMPORTAMENTOS. *Celso Socorro Oliveira (Leia – Laboratório de Ensino Informatizado e Aprendizagem, Departamento de Computação, Universidade Estadual Paulista - Unesp, Bauru - SP) e Silvia Aparecida Fornazari (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina - PR).*

Analisar comportamentos é uma tarefa que exige experiência e habilidade, já que comportamentos não são facilmente mobilizados para observação. Uma vasta literatura sugere como proceder para definir, categorizar e observar comportamentos, mas mesmo seguindo integralmente tais procedimentos, foi observado que a contagem de um único comportamento pode diferir entre observadores, ou mesmo em contagens diferentes realizadas pelo mesmo observador, o que justifica esse estudo que tem por objetivo tentar identificar algumas variáveis que estejam interferindo em tal “erro” de contagem. Para uma análise mais precisa, delimitou-se ao estudo dos comportamentos verbais, e pretendendo-se um enfoque ainda mais específico foi sugerida a análise de um comportamento presente em sala de aula, “conversar”. O método consistiu em três fases, sendo que na primeira foi proposta aos alunos de um grupo de iniciação científica do curso de Psicologia de uma universidade estadual, definir o comportamento de conversar, de maneira livre, através de estudos e leituras. Devido à diversidade das definições apresentadas foi iniciada a segunda fase que consistiu na coleta de dados (por filmagem de 50 minutos de sala de aula de primeiro termo de um curso de Psicologia noturno, com a participação de 28 alunos presentes). Na última etapa, foi realizada uma análise do vídeo por dois observadores, com o intuito de registrar o número de conversas de um grupo de três alunos que engajados no comportamento de conversar durante os primeiros dez minutos de filmagem. Primeiramente, esses dois observadores analisaram juntos os primeiros dez minutos de filmagem e fizeram a contagem duas vezes, nessas duas primeiras contagens os números foram praticamente os mesmos, respeitando assim o percentual aceitável para considerar o padrão. Em seguida, cada observador realizou a contagem separadamente, também registrando os valores contados. Como resultado, se obteve contagens diferentes, não obtendo a concordância anteriormente obtida de mais de 90%, o que demonstra as diferenças de critérios considerados na observação do comportamento, mesmo tendo anteriormente feito a contagem juntos. Um dos motivos para tais diferenças está no fato de comportamento não serem estáticos ou concretos e dependem de quem o observa. Esse estudo ratifica os resultados obtidos por duas alunas da Psicologia no ano anterior ao observarem os comportamentos de “aluno ficar em pé” e “aluno conversar”, quando na análise de quatro aulas filmadas de uma sala de terceira série do Ensino Fundamental de uma Escola Estadual, os resultados diferiram em mais de 10% em todas as aulas. As contribuições de Skinner são inúmeras em relação à compreensão de comportamentos em geral, porém fica evidente que existem comportamentos, como a conversa, que carece de maiores estudos para seu melhor entendimento. A efemeridade do comportamento também pode ser fator importante para essa análise, considerando que o próprio comportamento de “observar” do experimentador pode estar sujeito a esse efeito.

Palavras-chave: definição de comportamento; análise funcional; análise do comportamento.

APOIO FINANCEIRO: PROEX-UNESP.

PALAVRAS-CHAVE: ANÁLISE FUNCIONAL, COMPORTAMENTO VERBAL,
OBSERVAÇÃO.

P

AEC

AVALIAÇÃO DO REPERTÓRIO DE EDUCADORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS. *Morgana de Fátima Agostini Martins (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados, MS)*

A inclusão escolar de crianças pequenas com deficiência é prática recente em nosso sistema educacional. As necessidades específicas e educacionais dessas crianças na educação infantil têm sido pouco discutidas e pesquisadas em nosso país, e esse tem sido um fator de dificuldade para a educação dessa clientela mais prejudicada. Por isso, a necessidade de programas que contribuam para a formação dos educadores de modo a capacitá-los nesse atendimento. Apresenta-se uma proposta de formação continuada de educadores da educação infantil, para o atendimento de crianças com dificuldades acentuadas de aprendizagem. Objetivou avaliar as contribuições de um programa de formação continuada fundamentado nas necessidades levantadas na atuação de educadores e familiares em interação com essas crianças nos Centros de Educação Infantil Municipal (CEIM) de Dourados/MS. Foi realizado um levantamento das crianças com dificuldades acentuadas de aprendizagem atendidas pelos CEIM. Para o levantamento utilizou-se o Instrumento de Identificação de Crianças com Necessidades Especiais. É composto por um manual explicativo com definições do MEC/SEESP das categorias de necessidades educacionais especiais e uma ficha de cadastro para preenchimento individual de informações das crianças identificadas em uma das categorias apresentadas (deficiências mental, física, visual, auditiva, múltipla, crianças de risco e outros). O levantamento foi efetuado com o preenchimento do instrumento pelas professoras da que atendem a crianças com necessidades especiais, com ou sem diagnósticos médicos. Foram identificadas 196 crianças com idade entre dez meses e oito anos com necessidades especiais e, portanto, necessidade de atendimento educacional especializado. Com os dados obtidos foram elencadas dificuldades de aprendizagem associadas ou não a desordens orgânicas, disfunções neurológicas, como por exemplo, autismo, desordem genética, dificuldade de comunicação, socialização, além de fatores sociais como pobreza extrema, problemas de saúde de membros da família, entre outras dificuldades. A partir dos dados foi elaborado um programa de formação composto por seis módulos abarcando as principais características apresentadas (Desenvolvimento Infantil, Síndrome de Down, Síndrome de Angelman, Deficiências Física e Visual, TDAH, Transtornos de Humor, Autismo). As educadoras foram convidadas a discutir as características de aprendizagem as necessidades de atendimento das crianças. Também foram convidadas as famílias, professores do atendimento especializado, gestores e demais profissionais que atuam nos CEIM. Participaram do programa 74 educadoras. Antes e após cada um dos módulos foram realizados testes sobre os conhecimentos das participantes em relação ao tema tratado. Foram testes escritos contendo questões que versavam sobre características das crianças e de práticas educativas que favorecessem o desenvolvimento destas. Os resultados obtidos nos pré e pós testes realizados demonstram aumento no repertório das professoras participantes em relação a características de aprendizagem das crianças, conteúdos específicos dos diagnósticos das crianças (síndromes, transtornos, etc). Ainda que não tenham sido o foco da presente investigação houve aplicação de um inventário comportamental que apontou aumento nos desempenhos das crianças, antes e após o

programa de formação, sugerindo efeitos positivos do programa na derivação de práticas pedagógicas efetivas. Discute-se a boa adesão de professoras ao programa de formação e às práticas de parceria estabelecidas com as famílias envolvidas.

Palavras-chave: formação de professores, educação infantil, educação inclusiva

Apoio financeiro: PROEX - UFGD

P

AEC

HABILIDADES SOCIAIS E COMPETÊNCIA SOCIAL EM RELACIONAMENTOS ÍNTIMOS.

A TRAJETÓRIA DO INVENTÁRIO DE HABILIDADES SOCIAIS CONJUGAIS AO LONGO DE SUA CONSTRUÇÃO E ESTUDOS RELACIONADOS. *Miriam Bratfisch Villa (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP) e Zilda Aparecida Pereira Del Prette (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP).*

Pesquisas têm mostrado a importância de repertórios adequados de habilidades sociais, bem como da competência social nos diversos relacionamentos interpessoais, trazendo impacto sobre a saúde emocional dos envolvidos e dos que estão próximos a eles. A literatura recente aponta que algumas classes de comportamentos interpessoais são especialmente relevantes no contexto conjugal, estando, inclusive, relacionadas à satisfação conjugal dos parceiros, à maximização da qualidade do relacionamento conjugal, como sua estabilidade e duração. Neste sentido, torna-se crucial obter-se ferramentas que possibilitem a avaliação do repertório de habilidades sociais específicas do contexto conjugal, auxiliando no diagnóstico de déficits e reservas comportamentais e no desenvolvimento de comportamentos adequados, bem como estudos envolvendo o tema dos relacionamentos íntimos. No sentido de preencher esta lacuna, foi desenvolvido o Inventário de Habilidades Sociais Conjugais (IHSC). O IHSC consiste num instrumento de autorelato para avaliação da emissão de comportamentos sociais descritos como habilidades sociais conjugais, sendo constituído por 32 itens que abordam situações do contexto conjugal e comportamentos diante das mesmas, nas quais o respondente avalia a frequência na qual se comporta da maneira descrita e aponta numa escala tipo *liket*, que vai de nunca ou raramente até sempre ou com muita frequência, supondo dez situações. Neste trabalho, pretende-se apresentar este instrumento e focalizar vários estudos na área de relacionamento conjugal que vem sendo desenvolvidos concomitantemente, utilizando-se deste ferramental. Na etapa de verificação das características psicométricas, validação e padronização participaram 406 respondentes de ambos os sexos (a maioria casais), com nível mínimo de escolaridade de segundo grau e idades entre 20 e 73 anos. O IHSC apresentou boa consistência interna (Alfa de Cronbach = 0,81) e uma estrutura de seis fatores. As correlações teste reteste (feitas a partir de uma amostra de 54 respondentes com as mesmas características da primeira), foram significativas e acima de 0.62 tanto para o escore geral como para os escores fatoriais, trazendo evidências adicionais sobre a precisão e confiabilidade do instrumento. Durante o processo de elaboração do instrumento, muitas solicitações para utilização do mesmo em pesquisas (TCC, dissertações, teses) foram feitas às autoras, que, na fase final de construção, disponibilizaram o material para pesquisa. O primeiro estudo no qual utilizou-se o IHSC teve como objetivo investigar a existência de relações entre habilidades sociais conjugais e satisfação conjugal. Participaram deste estudo 406 pessoas casadas, de ambos os sexos. Além do IHSC, utilizou-se a Escala de Satisfação conjugal (padronizada para o Brasil por Del Coleta, 1991) para avaliação da satisfação conjugal dos participantes e o Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette) para avaliação das habilidades sociais (gerais) dos participantes. Os resultados apontaram relação entre satisfação conjugal e habilidades sociais conjugais e gerais (mais acentuada para habilidades conjugais) próprias e do cônjuge. Este estudo permitiu um levantamento empírico com a identificação de quais habilidades sociais são cruciais para a satisfação dos cônjuges. O inventário tem possibilitado novos estudos na área de relacionamento conjugal e seus resultados e implicações serão também discutidas e apresentadas neste trabalho.

CAPES

Palavras chave: relacionamento conjugal, habilidades sociais, instrumento de avaliação.

PD

AVAL

HABILIDADES SOCIAIS, COMPETENCIA SOCIAL E AFETIVIDADE. *Zilda Aparecida Pereira Del Prette e Almir Del Prette (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP).*

A avaliação de habilidades sociais e de competência social, bem como os estudos sobre a efetividade dos programas vivenciais de Treinamento de Habilidades Sociais, conduzidos pelos autores e seu grupo de pesquisa, têm sido norteados por uma compreensão dessas categorias conceituais e analíticas que busca articular comportamentos, cognições e sentimentos e caracterizar a funcionalidade desses conceitos e desse campo em diferentes áreas de aplicação. O termo habilidades sociais descreve as classes de comportamentos sociais que contribuem para a competência social. O termo competência social se aplica à avaliação dos desempenhos que ocorrem em interações sociais, com base em critérios de funcionalidade que devem contemplar, simultaneamente, a função instrumental (conseqüências imediatas da interação, favoráveis ao emissor) e função ética (conseqüências de médio e longo prazo para a relação, favoráveis aos interlocutores) dos desempenhos que ocorrem nas relações interpessoais. Tais aspectos incluem conseqüências que garantam: (a) atingir os objetivos da interação; (b) manter ou melhorar a autoestima dos envolvidos na interação; (c) manter ou melhorar a qualidade da relação; (d) equilibrar poder entre os envolvidos na interação; (e) respeitar ou ampliar os direitos humanos interpessoais. Nesta apresentação, focalizando-se especificamente as relações íntimas, são discutidas as dificuldades e implicações de se contemplar simultaneamente esses dois aspectos, considerando-se que tais relações são marcadas pela afetividade e, portanto, pela expectativa de reciprocidade entre os interlocutores e de coerência entre comportamentos abertos e encobertos (sentimentos e pensamentos). Adicionalmente, discute-se a importância de classes específicas de habilidades sociais nessas relações quando se visa o delineamento de práticas culturais saudáveis e duradouras também no âmbito da conjugalidade. Essa questão é examinada também a partir de resultados de estudos de metanálise sobre a efetividade da terapia conjugal, onde se verificou que os processos efetivos de intervenção, independentemente da orientação teórica, foram aqueles que focalizavam um conjunto específico de habilidades sociais que poderiam caracterizar um programa de "terapia conjugal mínima", composto por habilidades de: (a) acalmar-se e identificar um estado de alteração fisiológica do outro; (b) ouvir de forma não defensiva; (c) validar o sentimento do outro; (d) reorganizar o esquema de interação baseados no ciclo queixa – crítica - comportamento defensivo - desdém ou desprezo - afastamento; (e) desenvolver estilos de persuasão. Considerando-se a prevenção primária e secundária de problemas interpessoais nas relações íntimas, discute-se a necessidade e pertinência de uma perspectiva multimodal de avaliação de habilidades sociais e de competência social que considere, simultaneamente a avaliação de ambos os parceiros de uma interação afetiva e os diferentes âmbitos da relação, enquanto base para a caracterização de práticas culturais vigentes na sociedade contemporânea e também como base para o planejamento de intervenções nessa área. Nesse sentido, são apontadas direções de pesquisa para estudos futuros visando o aperfeiçoamento dos sistemas de avaliação e de intervenção em habilidades sociais nas relações afetivas diádicas, sob a ótica do campo teórico-prático das habilidades sociais.

CNPq

Palavras chave: relações afetivas, habilidades sociais, competência social.

P

AVAL

DIÁLOGOS ENTRE PROGRAMAS DE HABILIDADES SOCIAIS E HABILIDADES DE VIDA NA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA NO NAMORO E PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO EM ADOLESCENTES. *Sheila Giardini Murta (Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF), Zilda A. P. Del Prette e Almir Del Prette (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).*

Habilidades de vida são definidas como habilidades para lidar com as demandas da vida cotidiana. Compreendem, especificamente: autoconhecimento, pensamento crítico, pensamento criativo, tomada de decisão, resolução de problemas, relacionamento interpessoal, comunicação eficaz, empatia, manejo das emoções e enfrentamento ao estresse. As habilidades sociais, por sua vez, se referem às habilidades que favorecem a convivência saudável e produtiva entre as pessoas. A análise destes dois conceitos mostra uma grande sobreposição entre eles. Tomando por base as definições de habilidades sociais e habilidades de vida, esta apresentação pretende abordar as interseções e diferenças entre estas terminologias e seu uso potencial em programas de prevenção à violência no namoro em adolescentes, à luz da literatura sobre gênero, direitos sexuais e reprodutivos e prevenção ao sexismo, ao heterossexismo e à violência entre parceiros íntimos. O uso de programas de habilidades de vida e habilidades sociais na prevenção à violência no namoro, ao sexismo e ao heterossexismo constitui uma inovação, uma vez que estudos prévios com este foco são inexistentes na literatura. Será argumentado que a violência no namoro, o sexismo e o heterossexismo podem ser enfraquecidos ou prevenidos a partir do desenvolvimento de habilidades que facilitem a adoção da perspectiva do outro (empatia), a desconstrução de estereótipos de gênero (pensamento crítico e relacionamento interpessoal), a aprendizagem de formas assertivas de negociar direitos (comunicação interpessoal), o enfrentamento saudável às emoções desagradáveis potencialmente presentes nas negociações no namoro (manejo de emoções), a análise de vantagens e desvantagens dos comportamentos de risco à saúde sexual e reprodutiva (tomada de decisão) e o uso de estratégias saudáveis para lidar com pressões pelos pares relacionadas aos papéis de gênero (resolução de problemas interpessoais). Logo, a promoção de competências para lidar com a vida, particularmente com as relações interpessoais, devem ser parte dos programas de prevenção ao sexismo, ao heterossexismo e à violência no namoro. Com fins ilustrativos, será abordado o desenvolvimento de uma intervenção piloto para adolescentes em uma escola pública de Goiânia e a construção de material educativo para facilitadores e usuários de programas preventivos, em formato de cartilha. A intervenção e a cartilha foram norteadas pelos temas: identidade, assertividade, manejo das emoções, gênero, direitos sexuais, direitos reprodutivos, sexualidade na adolescência, rede social, resiliência e empoderamento. Uma agenda para a pesquisa na área será discutida, e seus desdobramentos para o ensino em psicologia e as políticas públicas em direitos humanos, violência contra a mulher e saúde do adolescente. Espera-se que a disseminação de programas de habilidades de vida e habilidades sociais baseados na perspectiva de gênero contribua para o fortalecimento da pesquisa e da prática profissional em prevenção à violência pelo parceiro íntimo e promoção de saúde mental, sexual e reprodutiva na adolescência.

Apoio: CNPq - Edital Saúde da Mulher / Processo 551319/2007-0.

CNPq - Bolsa de Pós-Doutorado Júnior / Processo 150091/2009-5.

Palavras-Chave: prevenção; violência de gênero; treinamento em habilidades sociais.

PD

Área: Psicologia Comunitária

A ESCRITA NO CORPO.

A ESCRITA DO OLHAR NO CORPO. *Heloisa Caldas* (Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. Rio de Janeiro, RJ).

Em seu primeiro ensino, Lacan depreende a escrita da lógica significante. Ele toma a carta/letra, em seu endereçamento, articulando a escrita do significante ao discurso como um trabalho de decifração do mal-estar no corpo. A partir do seminário 17, ele se debruça sobre um paradoxo: como os discursos operam, no laço social, enlaçando pela via significante o real impossível de representar do gozo autista do corpo, expresso pelo objeto *a*? Tal pergunta o leva a nos oferece novas considerações sobre a relação entre corpo e significante. O significante deixa ser a tentativa de traduzir um gozo prévio à linguagem para passar a ser o que provoca o gozo. Lacan destaca, então, a presença de fragmentos do simbólico, fora do sistema que os regula – *lalíngua* – que dão origem e constituem o corpo como um campo de experiências de gozo. Ou seja, o corpo no sentido psicanalítico, por excelência, do termo, no qual uma falta escava o vazio para um objeto. Nesta concepção de Lacan, o significante, material simbólico, encarna, na acepção da palavra, fazendo da carne um corpo. É na leitura desse corpo que a análise vai se deixar guiar pelos signos, pelas marcas que se apresentam para alguém como signos de trauma e mal-estar. Gostaria então de considerar as tatuagens como escritas corporais contemporâneas, que marcam com relativa constância o semblante corporal. Assim como os *blogs*, *orkuts*, *face books*, *tweeters* e outras tantas manifestações atuais de escrita efêmera? Ou poderiam ser pensadas, na geração que as adotou de forma quase generalizada, como um esforço de sustentar o valor durável da escrita numa época em que tudo está em permanente mutação? Quem sabe elas seriam uma tentativa de garantir, com a escrita, o corpo próprio, a se registrar indelével e singular, na paisagem atual tão prolixa e tagarela? Uma tentativa de escrever, no semblante, o Um do traço, o *Einzigster zug* freudiano fundamental à identificação? Seria preciso verificar caso a caso, é claro. Mas chama atenção uma escrita tão duradoura, e no corpo, em tempos de tanta volubilidade. Elas parecem visar a sustentação de um corpo próprio e singular, traçando sua presença no corpo social. E para fazer com que o Um do corpo se enlace ao Outro, um objeto comparece na transmissão. Trata-se do olhar que elas convocam. O espaço das tatuagens enlaça o gozo autista do corpo ao espaço público se valendo do campo do olhar, campo primordial para a questão do desejo, do qual o sujeito fará sintoma.

Palavras chave: Corpo; escrita; *lalíngua*; objeto *a*.

Nível do trabalho: Outro

Código da área: CLIN

A LIGAÇÃO DA PULSÃO À LINGUAGEM. *Rita Maria Manso de Barros (Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ. Departamento de Fundamentos da Educação Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO).*

A partir das contribuições de Lacan para a psicanálise, sabemos que a estrutura da linguagem é aquela que permite a constituição do sujeito e a construção de sua realidade, adjetivada por Freud como psíquica. Ou seja, a realidade social é psíquica. Segundo Lacan, para que da diversidade do cultural se extraia a unidade do sujeito, duas operações lógicas são necessárias: a alienação e a separação. Operações de linguagem nas quais a identificação parte da alteridade, mas também operações de afeto na medida em que incidem sobre o corpo em seu gozo. Ao mesmo tempo em que são operações que permitem uma inscrição, elas também deixam um resto, ou um rasto. Pretendemos com esse trabalho pensar as formas de escrita que o sujeito contemporâneo vem adotando para encontrar na pluralidade crescente de significantes a especificidade de seu desejo e um sentido ao seu gozo. Para alcançarmos os objetivos traçados, nos baseamos em pesquisas bibliográficas para discutir alguns aspectos de manifestações que surgem na clínica psicanalítica contemporânea e na mídia, como tatuagens, intervenções sobre o corpo, automutilações, entre outras. Estes rastos são significantes da passagem de algo ou alguém na vida do sujeito e que podem ser “lidos” pelo outro, que lhes atribuirá um significado, como pistas para uma análise. A partir do acontecimento com a jovem brasileira na Suíça, ou de um pequeno sujeito que adotou a escrita quando sua mãe lhe bateu por algo que havia feito, escrevendo, no dia seguinte, uma carta se desculpando. Ou ainda outro sujeito que se tatuou para marcar para seus pais sua autonomia subjetiva, tatuando uma palavra: determinação. Além do texto herdado de seus pais, passou a escrever seu próprio texto. Mas por que no corpo? Para nunca esquecer, pois se corre o risco de não deixar rastos na memória. Em suma, visamos obter como resultado um aprofundamento dessas questões clínicas em torno da procura pelo sujeito de um ponto de ancoragem no qual se pode verificar, no corpo, os rastos da ligação da pulsão à linguagem. A escrita do trauma também possibilita ao sujeito uma forma de elaboração e reposicionamento do sujeito diante de sua própria história.

Palavras chave: escrita; pulsão; gozo; linguagem; corpo.

Nível do trabalho: Outro

Código da área: CLIN

CLINICA DA ADOLESCENCIA: ENTRE O REAL DO CORPO E OS IMPERATIVOS DA CULTURA ATUAL. *Gilsa F. Tarré de Oliveira (Universidade Estácio de Sá/UNESA, Rio de Janeiro, RJ).*

Desde seus primórdios, a clínica psicanalítica pode apontar para a importância decisiva do corpo no que tange à elucidação dos sintomas histéricos tanto quanto às diferentes formas de expressão da angústia. Mas de que corpo se ocupa a psicanálise? Graças à arguta escuta de Freud, a fisiologia cede lugar à escuta de um corpo que é falado pela linguagem. Como não existe um saber instintivo acerca da sexualidade e tampouco um saber instintivo sobre o corpo que oriente o ser humano quanto às possibilidades de satisfação, tudo que diz respeito à constituição e disciplina do corpo ordena-se segundo as diferentes perspectivas dos discursos e da moral vigentes. A questão que se coloca é a de como se produz para cada sujeito a recuperação de um gozo que jamais será pleno. O próprio exercício da linguagem opera no sentido de esvaziar o gozo do corpo. Na puberdade, o corpo se transforma e o discurso falha, apontando para insuficiência da linguagem para dar conta de seu ser sexuado. O adolescente tem então o sentimento de que não dispõe de nenhuma resposta já pronta e que ele deve inventar sua resposta singular face ao Outro sexo. Neste tempo que também é o da experiência de corte com seu meio familiar e de busca de um lugar singular no laço social, o sujeito adolescente é convocado a construir novos sintomas e recolher novas respostas. Seguindo nessa direção, a adolescência se apresenta como o que vem fazer sintoma da puberdade, momento de um agudo sentimento de desconformidade com o simbólico em que o corpo se transforma em enigma para o sujeito num duplo registro, do corpo como imagem e do corpo como objeto pulsional tomado pela libido. Nesse sentido, a clínica da adolescência traz à tona questões cruciais da vida atual quando nos deparamos cada vez mais com sujeitos atuando e colocando o real do corpo em cena. Seja nas diferentes formas de compulsão ao consumo desenfreado, a excessiva preocupação com a imagem como nas anorexias, as adições às drogas até outras formas de uso do corpo como lugar representacional tal como ocorre na onda crescente de tatuagem, como operar com o real fora do sentido? Ainda que inusitadas, não podemos nós, analistas deixar de reconhecer esses sintomas como diferentes tentativas de nomeação encontradas pelo sujeito. Se desde Freud tomamos ciência da estreita relação entre corpo e escrita, cabe a nós, hoje, tirar consequências daquilo que o adolescente em seu mal-estar ou sofrimento continua a nos ensinar.

Palavras chave: adolescência, corpo e clínica atual

Nível do trabalho: Outro

Código da área: CLIN

ASPECTOS CLÍNICOS E INTERVENÇÕES PSICOTERAPÊUTICAS PARA O CONSUMO DE ÁLCOOL, TABACO E OUTRAS DROGAS.

REVES PARA O CONSUMO DE ÁLCOOL, TABACO E OUTRAS DROGAS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS. *Telmo Mota Ronzani (Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Pólo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva, Juiz de Fora-MG)*

O consumo de álcool, tabaco e outras é um grande problema de saúde pública em todo o mundo. Estudos demonstram o impacto que o consumo apresenta, um impacto na vida de pessoas e populações, como problemas físicos, psicológicos e sociais. Atualmente, a literatura científica já discute e coloca em relevância que as ações voltadas para a prevenção primária e secundária apresentam uma perspectiva importante para mudança do comportamento de consumo de substâncias psicoativas. No que se refere ao tratamento, vários modelos e intervenções já foram propostas e inclusive testadas. Tais pesquisas, que apesar da importância do tratamento, os dados demonstram que o tratamento apresenta limitações nos resultados para dependentes. Apesar dessas limitações, os modelos de tratamento baseados na Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) tem-se apresentado com um corpo teórico e empírico bastante desenvolvidos na área. Uma das técnicas consagradas na área é a Entrevista Motivacional, baseada na TCC e voltada especificamente para a motivação para a mudança de comportamento de consumo de substâncias. A Entrevista Motivacional possibilita ainda ações de prevenção secundária, com uma abordagem chamada Intervenções Breves (IB). A IB é uma técnica voltada para usuários iniciais de substâncias e varia de uma a seis seções com abordagem focada no consumo e/ou problemas associados. Uma dos modelo utilizados se baseia no método FRAMES, que são iniciais dos seguintes princípios: Feedback, Responsibility, Advice, Menu of options, Emaphthy, Self-Efficacy. Em termos de evidência, existem inúmeros estudos demonstrando a eficácia da IB para diminuição do padrão de consumo, com resultados positivos para diferentes tipos de drogas e populações, inclusive na comparação com outros tratamentos mais longos. Em virtude dos resultados encontrados, a Organização Mundial de Saúde vem incentivando a implementação da IB em todo mundo, em especial em serviços de Atenção Primária à Saúde. Tal disseminação tem sido proposta a ser desenvolvida juntamente com instrumentos de triagem como o AUDIT (Alcohol Use Disorders Identification Test) ou ASSIST (Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test) que possibilitam a identificação e intervenção precoce para o consumo. Algumas experiências brasileiras já demonstram que a triagem associada a IB apresentam resultados promissores o que indica como uma técnica importante na área no nosso contexto.

Apoio financeiro: Bolsa Produtividade CNPq, Programa Pesquisador Mineiro FAPEMIG, Edital Universal FAPEMIG.

Palavras-chave: Álcool e Drogas, Intervenções Breves, Entrevista Motivacional

CLIN

APLICAÇÃO DO MODELO COGNITIVO NA PREVENÇÃO DE REINCIDÊNCIA EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA. *Ana Maria Martins Serra (ITC-Instituto de Terapia Cognitiva, São Paulo, SP).*

A Terapia Cognitiva (TC) e o [modelo cognitivo de instalação e manutenção das psicopatologias conta hoje com ampla validação empírica e aceitação por clínicos e pesquisadores ao redor do mundo](#). A TC tem aplicação comprovadamente eficaz às mais variadas áreas de transtornos, incluindo a dependência química (DQ). Nessa área, de difícil intervenção, destaca-se devido a diversos fatores, notadamente sua eficácia, em contraposição à visão tradicional do tratamento da DQ como um processo complexo e de êxito limitado e à conceituação determinista do transtorno como “doença” ou herança genética. Um aspecto particular, que preocupa clínicos, refere-se à alta reincidência no uso de substâncias por pacientes em tratamento, aspecto que será central no desenvolvimento da apresentação proposta. Objetivaremos argumentar que o modelo aplicado da TC reúne técnicas e estratégias clínicas eficazes na prevenção de recaídas e, portanto, na redução da taxa de reincidência em grande parte dos casos clínicos. Apresentaremos inicialmente o modelo da TC que explica a instalação e manutenção da DQ, destacando um aspecto clinicamente importante: a distinção entre o sistema de esquemas cognitivos, formado durante o desenvolvimento psico-social do indivíduo, e que antecede a exposição e experimentação com substâncias psicoativas; e os esquemas cognitivos que se instalam a partir da exposição e da experimentação com substâncias psicoativas e que predisõem o indivíduo à aquisição do transtorno. Proporemos que o êxito da intervenção cognitiva na redução da reincidência repousa na abordagem funcional da matriz esquemática que antecedeu a instalação do transtorno. Quando alcançamos, através do que denominamos de re-estruturação cognitiva – a substituição do sistema de esquemas disfuncionais do paciente por esquemas funcionais – alterar a matriz esquemática pregressa do paciente, especialmente no que concerne ao vértice “eu” da tríade cognitiva (auto conceito), então reduzimos gradualmente a taxa de reincidência, alcançamos os demais objetivos terapêuticos e maximizamos, dessa forma, o êxito do processo clínico. Nesse sentido, o modelo cognitivo é potente, ao propor uma intervenção ao mesmo tempo ampla – envolvendo todas as áreas de funcionamento do paciente – e profunda – atuando sobre esquemas e crenças inconscientes – o que eventualmente possibilitará ao paciente não apenas superar a DQ, mas se beneficiar do processo clínico em outros aspectos de sua experiência (satisfação intra-individual, através do fortalecimento do auto conceito; satisfação nas relações inter-individuais, através do fortalecimento do esquema de adequação, redução do esquema de vulnerabilidade e aquisição de habilidades; mudanças nas demais áreas específicas a cada caso clínico, como a profissional, acadêmica, afetiva/conjugal, paternidade/maternidade, interações com família de origem, lazer, etc.). Essa particularidade do modelo cognitivo para o tratamento da DQ – a abordagem da estrutura cognitiva que predispõe o indivíduo, através da exposição ou experimentação de substâncias psicoativas, à aquisição do transtorno – possibilita-nos propor a DQ mais como um sintoma de um transtorno do que um transtorno primário. Esse aspecto será enfatizado, objetivando encorajar clínicos, envolvidos com o tratamento da DQ, a concentrar esforço terapêutico na abordagem da estrutura esquemática do paciente que antecedeu a instalação do transtorno.

Palavras-Chave: Terapia Cognitiva, Dependência Química, Prevenção Reincidência

CLIN

**COMORBIDADE ENTRE FOBIA SOCIAL E O ABUSO/DEPENDÊNCIA DE
ÁLCOOL: UMA PERSPECTIVA CONTEMPORÂNEA.** *Lélio Moura lourenço*
(Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG).

A fobia social, também conhecida como transtorno de ansiedade social, é caracterizada pela ansiedade excessiva diante de situações sociais. Apresenta como característica marcante um padrão inadequado de comportamento, em virtude de sua intensidade e duração de sintomas específicos, em que o indivíduo evita situações nas quais possa ser observado, avaliado por outros, ou possa envolver-se em uma situação potencialmente humilhante ou embaraçosa, gerando impedimentos na sua vida profissional, acadêmica, social ou afetiva. Estudos clínicos apontam que cerca de 80% dos pacientes fóbicos sociais relatam pelo menos outra doença psiquiátrica. As morbidades mais associadas à fobia social são: depressão, abuso/dependência de álcool e transtorno de pânico. Realizando um minucioso levantamento da literatura sobre fobia social e abuso/dependência de álcool disponíveis em bases de dados nacionais e internacionais: CAPES, PsiquWeb, MedLine, Scielo, Psychinfo, Psychiatryonline, British Medical Journal, além de consulta ao acervo da Universidade Federal de Juiz de Fora, foram encontrados estudos desde 1966, data em que a fobia social foi descrita pela primeira vez. No Brasil, poucos estudos são publicados, atualmente, nessa área, tendo sido encontrados um grupo de pesquisadores em Porto Alegre e outro no Rio de Janeiro. No Canadá, EUA e Europa, o volume de estudos e publicações de artigos é muito maior. Os resultados obtidos até o momento corroboram a hipótese de que a fobia social ocorre em estreita associação com o abuso/dependência de álcool, sendo uma das comorbidades mais freqüentes. A possibilidade de uma relação causal é sustentada por relatos de que muitos pacientes com transtorno de ansiedade social que utilizam o álcool como uma automedicação para enfrentar as situações temidas; a chamada ‘Teoria da Redução da Tensão’. A hipótese da automedicação é reforçada por achados clínicos que, evidenciam o fato da fobia social ser precedente aos problemas com o álcool, pois o álcool seria usado para reduzir a ansiedade. Alguns estudos apontam para uma relação bidirecional: tanto o álcool pode favorecer o desenvolvimento de um transtorno de ansiedade social, como esta também aumenta as probabilidades do desenvolvimento de uma dependência alcoólica. Porém, boa parte dos investigadores apontam a fobia social como precedente ao abuso/dependência de álcool. Um número expressivo de pacientes com fobia social tenta controlar seus medos e tensões frente às situações temidas através do uso do álcool, estratégia que se fundamenta também nas crenças construídas pelos pacientes a respeito do uso de álcool. O tratamento mais amplamente relatado para se tratar essa comorbidade é a psicoterapia, mais especificadamente a Terapia Cognitivo-Comportamental, com a adoção de estratégias específicas. A reestruturação cognitiva nesse universo atua com o objetivo claro de reavaliar a crença de que o álcool acalmará a ansiedade social, desempenhando assim um papel significativo entre a ansiedade social e o uso/abuso de álcool. Diferenças de expectativas podem explicar porque nem todos usam o álcool para suportar seus medos

Palavras-Chave: Fobia social, abuso/dependência de álcool, comorbidade

CLIN

AMIZADE EM CONTEXTO: ASPECTOS DESENVOLVIMENTAIS E CULTURAIS.

AMIZADE E LAZER. *Luciana Karine de Souza* (Curso de Mestrado em Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG), *Marine Queiroz* (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG) e *Michelle Araújo Rocha* (Curso de Mestrado em Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG).

As atividades de lazer se caracterizam como uma das principais fontes de felicidade ou satisfação de vida. Seu caráter voluntário, com liberdade de escolha e diversidade de modalidades proporcionam emoções positivas e prazer pessoal. Atividades de lazer contribuem para autonomia, relaxamento, interações em família, fuga da rotina, desenvolvimento e uso de habilidades do sujeito, promoção de saúde, autoestima, oportunidades com desafios, dentre outros aspectos. Grande parte da satisfação com o lazer advém das relações sociais envolvidas em suas atividades. Um desses relacionamentos é o de amizade, com suas características básicas de companheirismo, compartilhamento de atitudes e atividades, e apoio instrumental e emocional. Observa-se que muitas atividades de lazer são compartilhadas por amigos que, ao dividirem estas experiências, obtêm maior satisfação com o relacionamento e com o lazer envolvido. No entanto, é escassa a análise das atividades de lazer em adultos com foco nas relações de amizade. O presente trabalho discute dados coletados com 681 adultos (426 mulheres), com idades entre 18 e 58 anos, residentes no Rio Grande do Sul. Foi destacada, de um estudo anterior sobre melhor amizade, uma questão aberta, não-analisada naquela oportunidade, que solicitou ao participante a indicação de um hobby ou lazer preferido. Estes dados foram descritos e analisados (análise de conteúdo) com base em investigações anteriores conduzidas no Brasil. Focalizou-se a relação de amizade nas atividades indicadas pelos participantes. Quatro grupos de atividades concentraram a maior parte das respostas – artísticas (294 respostas), intelectuais (170), físicas (150) e sociais (112). Embora se possa depreender que muitas atividades citadas possivelmente envolvam amigos, apenas 38 pessoas mencionaram explicitamente que seu lazer favorito é sair ou ficar com ou estar com amigos. Seis pessoas indicaram conversar com amigos como seu lazer preferido. Chamou a atenção, também, o relato do consumo de bebidas alcoólicas com amigos enquanto atividade de lazer, bem como tomar chimarrão na companhia de amigos. Os dados são discutidos com base em autores do campo de estudos do lazer, como N. Marcellino, C. Gomes e J. Dumazedier, que visualizam o lazer como manifestação cultural, e nos estudos da Psicologia Positiva e da Psicologia da Felicidade, que focalizam as forças e virtudes das pessoas, e o que as fazem felizes e promovem um desenvolvimento saudável e pleno. O presente estudo se interessa especialmente em conhecer as atividades de lazer que podem ser fomentadas a partir de um importante relacionamento social – a amizade, com a preocupação no estresse na vida adulta. Políticas públicas que envolvam, por exemplo, as relações de amizade na promoção de atividades mais saudáveis, podem funcionar mais eficientemente e com resultados mais eficazes.

Palavras-chave: amizade, lazer, saúde

P

DES

AMIZADES INTERNACIONAIS E CULTURA. *Agnaldo Garcia* (Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES).

Amizades interculturais ou internacionais têm como fator central as diferenças culturais. A literatura sobre o tema tem destacado as dificuldades que estudantes internacionais encontram para fazer amigos no país anfitrião durante sua estadia no exterior. O presente trabalho investiga amizades internacionais de estudantes universitários brasileiros residindo no Brasil. Participaram da pesquisa 120 universitários de oito estados brasileiros que responderam a um questionário com questões abertas e fechadas sobre diversos aspectos de suas amizades internacionais, definidas como amizades entre cidadãos de diferentes países. O objetivo foi investigar as diferenças culturais nos episódios marcantes das amizades internacionais, como parte do significado e como dificuldades dessas amizades. A obra de Robert Hinde serviu de referencial teórico para o trabalho. As diferenças culturais estiveram presentes em diversos episódios marcantes. Algumas festas foram lembradas em função de diferenças culturais incluindo diferentes padrões de comportamento, culinária típica do lugar e diferenças entre as festas de diversos países. As diferenças ainda diziam respeito a dificuldades com o idioma nas festas. Também foram marcantes conversas sobre as culturas nacionais e suas festas, sua culinária e costumes, além de ouvir música e aprender brincadeiras tradicionais do país do amigo. Um exemplo de diferentes culturas unindo pessoas deu-se quando uma amiga ensinou a outra a fazer trancinhas africanas. As diferenças de idioma também geraram episódios marcantes, envolvendo dificuldades com o idioma e sua superação. Outras lembranças estavam ligadas a servir como intérprete do amigo e para o amigo. Quanto a seu significado, as diferenças culturais foram vistas, predominantemente, como positivas, ligadas à curiosidade pelo diferente, pelo estrangeiro. Um fator notável relacionado às diferenças culturais foi a orientação positiva e a superação de possíveis dificuldades advindas dessas diferenças. A cultura do amigo estrangeiro, incluindo sua culinária, festas, histórias, músicas e tradições foram avaliadas de forma positiva pelos brasileiros. Neste sentido, as amizades formam pontes entre diferentes culturas. O intercâmbio cultural foi a característica mais presente nas respostas quanto ao significado das amizades internacionais, destacando os ganhos com as trocas, o enriquecimento ou a aprendizagem cultural. O intercâmbio não se limita a troca de informações entre cidadãos de diferentes países, mas inclui a troca de experiências ou visões de mundo. As conseqüências desse intercâmbio cultural foram respeitar, compreender e admirar outras culturas. A aprendizagem e treino de outro idioma também foram apontados como um ponto positivo das amizades internacionais. Finalmente, as diferenças culturais foram indicadas como dificuldades nas amizades internacionais, relacionadas a diferentes hábitos ou costumes alimentares, de vestuário, nas atividades de lazer, entre outros, impedindo uma maior intimidade ou proximidade entre os amigos. A diferença de idioma foi uma dificuldade comum, devido às limitações com o idioma estrangeiro, geralmente o inglês. Em vários casos, o idioma foi apontado como uma dificuldade maior no início do relacionamento. Pode-se concluir que as diferenças culturais representem um fator central nas amizades internacionais, incluindo diferenças de hábitos ou costumes culturais e diferenças de idioma. Essas diferenças desempenham um papel ambíguo nas amizades internacionais ou interculturais, podendo motivar ou dificultar essas amizades.

Apoio Financeiro: CNPq

Palavras-Chave: amizade, amizades internacionais, universitários

P

RELAÇÕES DE AMIZADES E PRÁTICAS EDUCATIVAS – UM ESTUDO NA REGIÃO SUL DO BRASIL. *Carolina Lisboa (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS), Tatiane de Oliveira Dias e Guilherme Ebert.*

Há relativamente poucos estudos disponíveis nos quais o relacionamento entre pais e criança e a qualidade do comportamento parental têm sido relacionados às amizades dos filhos. Além disto, a maior parte das pesquisas existentes aborda crianças na faixa etária pré-escolar. O presente estudo se propôs a examinar as associações entre a qualidade dos relacionamentos pais-criança, dimensões qualitativas dos comportamentos parentais e a qualidade das amizades dos jovens da região sul do Brasil no momento da entrada na fase da adolescência. Participaram deste estudo quatrocentos e trinta e cinco crianças, com idades variando de onze a doze anos, e duzentos e noventa e um cuidadores responsáveis (mães, pais ou um cuidador) por estas crianças. Os participantes, meninos e meninas, foram recrutados a partir da população de estudantes regularmente matriculados em três instituições de ensino públicas do primeiro ciclo do ensino fundamental de Curitiba (Paraná), Florianópolis (Santa Catarina) e Porto Alegre (Rio Grande do Sul). As crianças responderam a um questionário sobre relacionamentos e a uma escala sobre a qualidade da amizade, ao passo que os cuidadores responsáveis responderam a um instrumento sobre práticas educativas. Os instrumentos, de origem norte-americana, foram adaptados através da técnica de *back translation*. Procedimentos do tipo piloto no formato de grupos de discussão, com as crianças e adultos participantes, também foram utilizados para a melhor adaptação dos instrumentos para uso com brasileiros. Os dados coletados, inéditos no país, encontram-se em fase de análise e são discutidos à luz de conceitos da psicologia cognitiva e do desenvolvimento sócio-cognitivo infantil. São tecidas relações, a partir dos dados obtidos, entre as variáveis estudadas e as práticas educativas parentais. Busca-se, ao mesmo tempo, verificar possíveis diferenças contextuais entre os diferentes estados da região Sul do Brasil, que podem contribuir para o desenvolvimento de ações preventivas voltadas à promoção da saúde da criança.

Palavras-chave: amizade, criança, prática educativa

P

DES

VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS: PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO PRECOCE.

O IMPACTO DE UM CURSO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, NA NOTIFICAÇÃO DE CASOS SUSPEITOS À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E AO CONSELHO TUTELAR NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS. *Rachel de Faria Brino* (Departamento de Medicina, Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP), *Thais Pacheco Tanganelli** ((Departamento de Psicologia, Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e *Camila Polisello** (Departamento de Psicologia, Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).

Segundo dados da Unicef, estima-se que 18 milhões de crianças são vítimas de violência doméstica no Brasil. Nesse sentido, estudos e intervenções que possibilitem a prevenção da ocorrência de violência contra crianças são cada vez mais necessários. Estudos apontaram que programas de prevenção envolvendo pais e professores são mais eficazes em prevenir a ocorrência da violência contra crianças. No Brasil, há alguns estudos envolvendo a escola e a prevenção da violência contra crianças, com foco na identificação e notificação de casos suspeitos. O presente estudo envolveu diversas etapas, como a elaboração e realização de um curso de prevenção da violência contra crianças para profissionais da educação, o levantamento de casos suspeitos de violência contra criança, encaminhados à Secretaria de Educação do município onde foi realizado o curso, e finalmente a caracterização dos casos de violência, notificados ao Conselho Tutelar em um período anterior e ao longo da realização do curso. O objetivo do estudo foi descrever a experiência desenvolvida no curso e o impacto do mesmo na notificação de casos à Secretaria de Educação e ao Conselho Tutelar do município. O curso desenvolvido no município de São Carlos integrava um projeto maior, denominado Escola que Protege, programa financiado pelo MEC e implementado pelo Laboratório de Análise e Prevenção da Violência (Laprev), sendo realizado em diversas outras cidades do estado de São Paulo. No referido município foi desenvolvido junto a 106 profissionais da educação no ano de 2009, em seis encontros presenciais de 10 horas, além de uma parte prática de 20 horas, totalizando 80 horas de curso. Os módulos desenvolvidos referiam-se a conceituação de violência contra criança, sinais e sintomas utilizados na identificação de casos suspeitos, fatores de risco e de proteção à violência, mitos e realidade sobre a violência infantil, cuidados básicos na abordagem de crianças, legislação acerca da violência contra crianças, papel dos profissionais na identificação e notificação de casos suspeitos de violência e possíveis ações de prevenção da violência. As estratégias utilizadas no curso envolviam aulas expositivas, exercícios em grupo, discussão de casos, de filmes e vídeos. Paralelamente a realização do curso, foi levantado junto a Secretaria de Educação e ao Conselho Tutelar o número total de casos suspeitos de violência contra crianças encaminhados no ano anterior e no ano de realização do curso, buscando estabelecer uma relação com as ações desenvolvidas junto aos profissionais da educação. Os dados obtidos indicaram um aumento significativo no número de comunicações e/ou notificações de casos suspeitos de violência contra crianças, encaminhados as instituições consultadas, indicando um impacto positivo do curso na identificação e encaminhamento de casos aos órgãos competentes. Além disso, outros dados obtidos indicam a eficácia do curso, como o aumento no número de casos suspeitos envolvendo crianças mais novas, faixa etária atingida pelo curso, bem como o autor da notificação identificar-se como professor e/ou diretor. O estudo indica

a necessidade do envolvimento da instituição educacional como lugar de cuidado integral à criança, em sintonia com as leis brasileiras de proteção a infância e adolescência.

Palavras chave: Violência contra crianças,notificação,prevenção.

P- Pesquisador

JUR

CRENÇAS E ATITUDES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO COM RELAÇÃO AOS MAUS-TRATOS INFANTIS: O QUE FAZEM E POR QUE DIANTE DOS CASOS SUSPEITOS EM AMBIENTE ESCOLAR? *Marina Rezende Bazon, Juliana Martins Faleiros***, (Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial – GEPDIP, Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo).

A infância é objeto de inúmeras formas de violência, sendo a praticada em âmbito doméstico, denominada pela Organização Mundial da Saúde e pela Sociedade Internacional para a Prevenção do Abuso e da Negligência Infantil como mau-trato infantil, aquela que acontece no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder, envolvendo, geralmente, os cuidadores principais. Seu enfrentamento implica, numa primeira instância, que ele seja identificado e notificado, para que ações de intervenção judicial e, também, de ajuda à família e à criança sejam desencadeadas. Sabe-se que as chances de as intervenções serem eficazes são tanto maiores quanto mais cedo puderem acontecer. Fala-se, nesse caso, de identificação precoce do problema, com vistas à prevenção secundária, ou seja, em situações em que se detecta a manifestação de sintomas emocionais e/ou comportamentais mínimos, que funcionam como indicadores/sinais. Em termos comunitários, considera-se que os educadores/professores seriam os profissionais melhor posicionados para efetuar a identificação precoce, sendo que suas suspeitas tendem a obter uma alta taxa de confirmação. No Brasil, embora as Leis preconizem um papel ativo para esses profissionais, no tocante à proteção infantil, que incluiria a identificação e a notificação compulsória, a maior parte dos casos suspeitos nessa instância não é notificada. Dentro disso, o estudo realizado teve por objetivos conhecer (a) o que pensam os profissionais da educação com relação à notificação dos maus-tratos infantis; (b) o que fazem frente aos casos; e (c) suas alegações para não notificar. Participaram 22 diretores/coordenadores e 139 professores de escolas públicas municipais, de duas cidades de pequeno porte no interior de SP, aos quais se administrou um questionário para a identificação de suas características sócio-demográficas e a de seus conhecimentos sobre o tema, e uma questão aberta sobre os motivos alegados para deixarem de notificar. A análise de dados foi quantitativo-interpretativa, baseada na análise de conteúdo e frequência das categorias de respostas. Os resultados indicaram que a maioria dos professores lidou com casos suspeitos de maus-tratos (70%), ao longo de sua carreira. Contudo, o procedimento mais frequentemente adotado frente à situação foi o de tentar resolver o problema na própria escola, sem recorrer à notificação. A maioria repassaria a responsabilidade do que e de como fazer aos diretores/coordenadores. Esses, em seu turno, optariam por realizar uma “conversa” com os pais/responsáveis ou por encaminhar a criança/família a serviços da rede pública. Essa dinâmica denota que os preceitos legais relativos à notificação compulsória, e o significado social subjacente a essa ação, estão fracamente assimilados no contexto educacional brasileiro. As principais razões alegadas para não notificar foram o Medo e a Falta de Confiança no sistema de proteção, observando-se, também, Falta de Engajamento/Compromisso com a proteção infantil. Pesquisas futuras deverão esforçar-se para conhecer melhor as características das crianças/famílias e das escolas que podem influenciar a identificação e as decisões de notificar ou não, para que se compreenda com mais profundidade o posicionamento do setor educacional, de modo a dispor de mais elementos para embasar uma política pública efetiva nesse campo.

Palavras-chave: maus-tratos infantis; identificação/notificação; setor educacional

P – Pesquisador

JUR

A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E A PREVENÇÃO DE MAUS TRATOS. *Joviane Marcondelli Dias Maia e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).*

O índice brasileiro de gravidez na adolescência, apesar do recente decréscimo, ainda a torna um problema de saúde pública. Inúmeros estudos auxiliam na delimitação dos fatores de riscos tanto para mãe adolescente como para seu filho. Entre os fatores de risco relacionados à jovem mãe destacam-se riscos físicos e psicossociais, incluindo alguns comportamentos que podem se constituir risco para o desenvolvimento infantil, tais como: tendência a ser mais negligentes no cuidado da saúde do filho, amamentar por período menor, e atrasar o calendário vacinal. Os filhos de mães adolescentes são mais vulneráveis também a problemas como prematuridade e conseqüências negativas envolvidas. O contexto no qual muitas vezes ocorre a gravidez na adolescência maximiza os riscos envolvidos tais como: a baixa escolaridade e evasão escolar, a pobreza (como fator de risco para a ocorrência de abuso infantil crônico e negligência por incluir todo um ambiente de estresse gerando problemas situacionais que comprometam o desenvolvimento infantil), histórico de violência intrafamiliar (como fator de risco para o fenômeno da intergeracionalidade), bem como a ausência ou insuficiência de recursos de atendimento adequados. Porém apesar do conhecimento de tais riscos, observa-se lacunas no que se refere a intervenções na área, especialmente a prevenção de maus tratos. Para ilustrar a necessidade de intervir-se sobre a prevenção de maus-tratos, o presente estudo destaca dados encontrados em um estudo mais amplo com casais de pais que tiveram seus filhos na adolescência. O objetivo de tal estudo consistia em desenvolver e avaliar um programa de intervenção para maximizar habilidades parentais e conjugais. Para o presente trabalho serão apresentados dados referentes a duas mães com idade de 24 e 26 anos, sendo que seus filhos mais velhos encontravam-se na faixa etária de seis anos. Um dos instrumentos utilizados foi o Inventário CAP, utilizado para avaliar o potencial de abuso físico dos pais em relação aos filhos. Os dados de linha de base apontaram para uma dessas mães como potencialmente abusadora. Destaca-se que a outra mãe, apesar de não ter apresentado escores relacionados o abuso físico, tinha histórico de agressões físicas severas à filha, sendo que um desses episódios culminara em uma denúncia no Conselho Tutelar e na necessidade de que ela participasse de grupo de orientação para pais. Apesar de o abuso físico ter cessado, era freqüente o uso de estratégias educativas inadequadas como punição inconsistente e disciplina relaxada. O programa de intervenção teve como um dos seus objetivos aprimorar práticas parentais e minimizar o potencial de abuso. Os temas desenvolvidos referiam-se a discussão de práticas educativas, discussão sobre crenças relativas ao papel parental, entre outros. A metodologia de intervenção envolveu primordialmente atividades lúdicas. Após a intervenção, tais mães apresentaram, no geral, melhora no desempenho dos instrumentos de avaliação, bem como redução de verbalizações inadequadas sobre práticas parentais. Reitera-se a necessidade de que futuras pesquisas explorem as variáveis envolvidas em intervenções de primárias a terciárias relacionados à gravidez na adolescência direcionadas a prevenção de maus tratos, maximizando importantes fatores de proteção para o desenvolvimento infantil e o processo de resiliência. Tais pesquisas poderão assim, constituírem-se em importante subsídio para o desenvolvimento de políticas públicas na área.

Apoio: CAPES e CNPQ

Palavras-chave: gravidez na adolescência, intervenção precoce, práticas parentais

D – Doutorado

JUR

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E TÉCNICAS DA LOGOTERAPIA.

O LOGO-TESTE DA DRA. ELIZABETH LUKAS COMO INSTRUMENTO DE MEDIDA PARA A REALIZAÇÃO INTERIOR DE SENTIDO E FRUSTRAÇÃO EXISTENCIAL. *Cleia Zanatta Clavery Guarnido Duarte (Universidade Católica de Petrópolis, RJ)*

Esta pesquisa tem como problema a utilização do Logo-Teste, elaborado por Elizabeth Lukas, como técnica de mensuração da realização interior de sentido e frustração existencial em adolescentes de escolas do Ensino Médio da cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro. O teste constitui um instrumento diagnóstico-terapêutico para aferir o sentido de vida, conceito desenvolvido por Viktor Frankl. Este conceito refere uma ação consciente, direcionada a objetivos de busca de realização de ideais superiores que determinam as razões para nossa existência. O sentido de vida resulta em parte da situação do indivíduo em seu contexto ambiental, em função das experiências que vivencia. O teste de Elisabeth Lukas foi publicado comercialmente em língua original alemã em 1986. Trata-se de um instrumento de fácil aplicação, com duração média de trinta minutos, constituído de três partes, cuja correção se faz de maneira objetiva na Parte I (que pretende conhecer que conteúdos dariam sentido à vida das pessoas, partindo do pressuposto de que quanto maior o número de conteúdos de sentido de uma pessoa maior é a sua realização interior de sentido) e Parte II (que procura inferir como reagiria uma pessoa frente à frustração existencial). A correção da Parte III, que se faz de maneira subjetiva, caracteriza-se por avaliação de relato livre, interpretativo e nos permite buscar nos relatos, a diferença entre consciência de êxito e realização interior de sentido, considerando que são conceitos distintos e que não devem ser confundidos. Quanto ao seu uso para a pesquisa, este instrumento pode fornecer dados para planejar intervenções em grupos, dependendo da aplicação que se pretenda dar aos conceitos de sentido de vida e frustração existencial, na acepção de Viktor Frankl, nos campos escolar, organizacional, hospitalar e jurídico, dentre outros. A pesquisa empírica realizada com o teste procurou investigar o sentido de vida na adolescência. Nessa pesquisa foram submetidas à comprovação cinco conjecturas, relacionando adolescência, sexo, orientação confessional da escola e sentido de vida. Os participantes foram 230 alunos, cuja idade variou de 16 a 18 anos, sendo 91 do sexo masculino e 139 do sexo feminino, todos eles matriculados em escolas públicas e privadas do Ensino Médio. Foram selecionadas duas escolas públicas, uma estadual e uma municipal, além de quatro escolas privadas, sendo duas leigas e duas confessionais, que atendem alunos de classe socioeconômica diferenciada. Das cinco conjecturas testadas, duas foram corroboradas: a de que não há diferença significativa no sentido de vida entre adolescentes do sexo masculino e do sexo feminino e a de que não há diferença significativa no sentido de vida entre adolescentes de escolas públicas e particulares, leigas. Além disso, observou-se que as médias obtidas por todos os grupos de participantes situam-se na faixa da estabilidade psíquica, sem riscos de ocorrência de neurose noógena ou depressão noógena.

Pesquisa realizada com apoio de uma bolsa de Iniciação Científica do CNPq

Palavras-chave: Sentido de vida, adolescência, Logo-Teste.

MET

VALORES E LOGOTERAPIA. *Helmuth Krüger (Universidade Católica de Petrópolis, RJ).*

Valor é uma importante dimensão da personalidade. O núcleo dos valores é o sentimento, sempre positivo, dirigido a algo concreto ou abstrato, que se supõe ser dotado de elevada qualidade, tornando-se por isso referência fundamental e desejável, e, portanto, influente na vida de quem experimenta tal sentimento. Componentes cognitivos, notadamente crenças, organizados em torno dessa vivência, combinam-se a esse sentimento, formando um sistema afetivo-cognitivo de ampla influência na vida humana. Sob este ponto de vista, são os valores que indicam o caminho que cada pessoa deve preferir ao longo do percurso de seu ciclo vital. Desta maneira, admite-se que valores também estejam presentes na psicoterapia, embora possa em alguns casos suceder que, em razão do posicionamento teórico ou devido ao modelo diagnóstico e terapêutico adotado, não caiba mencioná-los ou, o que seria discutível, negar a realidade da vivência dos valores. Na visão da psicologia cognitiva, valores estão implícitos em motivações, assim como em quaisquer tomadas de decisão e manifestações de conduta. Em particular, na logoterapia de Viktor Frankl, valores são considerados explicitamente, destacando-se desde logo o sentido de vida, colocado no centro desta técnica terapêutica. De fato, é sobre este valor que se planeja e se orienta a terapia, sendo tomadas todas as iniciativas clínicas visando ao bem estar do paciente. De modo geral, há que considerar outros valores, igualmente manifestados nesta modalidade de intervenção clínica. Observando-se a seqüência lógica, aponta-se para o primeiro deles, que é a saúde, um valor influente na dinâmica da tomada de decisão do paciente de procurar um terapeuta, buscando desta maneira ajuda para a melhoria de sua condição subjetiva. Assim, o valor que precipita esse processo é o do bem estar pessoal. A ele, acrescentam-se o respeito ao próximo, que desejavelmente deve ser mútuo, e a honestidade profissional, entendida como manifestação do valor de verdade, ambos sendo essenciais, pois, sem eles, a relação terapêutica fica irremediavelmente comprometida. Estes três valores situam-se num nível fundamental, com os quais, tanto o paciente quanto o terapeuta, devem estar comprometidos para o bem da eficácia do processo terapêutico. Além destes valores, há que considerar os trazidos por ambos os partícipes do processo terapêutico, sendo de particular importância a escala de valores do paciente. Na logoterapia, os valores deste ficam subsumidos pelo sentido de vida, que os hierarquiza, concedendo a cada um deles o relevo apropriado. Na posição do terapeuta, há o pressuposto de que seus valores devem estar organizados de modo coerente com o trabalho requerido dele na prática da logoterapia. A inadequação entre o que o terapeuta sente e pensa e os valores em torno dos quais a logoterapia está sendo edificada, arruína a autenticidade necessária a qualquer atividade profissional realizada responsavelmente. .

Palavras – chave: Valores, logoterapia, relação terapêutica

MET

LOGOTERAPIA: MOTIVAÇÃO HUMANA PARA ALÉM DA NECESSIDADE.

Gustavo Arja Castañon (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Este trabalho tem como objetivo a avaliação do modelo motivacional da abordagem psicológica do psiquiatra vienense Viktor Emile Frankl: a Logoterapia. A moderna psicologia da motivação tem sido dominada nos últimos cinquenta anos fundamentalmente por três tipos de teorias diferentes. A primeira, encara a motivação como instinto, e tem longa história na filosofia e psicologia. Atualmente, é a psicologia evolucionista que interpreta desta forma a origem das motivações humanas. O segundo tipo de teoria encara a motivação como resultado de sistemas homeostáticos, e para alguns tipos de motivação (fome, sede, sono) é compatível com a primeira, e mesmo, a explica. A terceira é a mais integrativa, e nasce da obra de Abraham Maslow. Fundamentalmente defende a idéia de que há uma hierarquia nas necessidades tanto de natureza homeostática quanto de natureza aparentemente psicológica. O que há de comum entre os três modelos motivacionais é a concepção da motivação humana como necessidade e falta. A única teoria com fundamentação empírica que se dispõe a explicar porque nós buscamos o risco e o desequilíbrio é a teoria da excitação ótima, que mesmo assim é uma forma mascarada de teoria homeostática. Isso não acontece com o modelo antropológico de Viktor Frankl. Reconhecendo a ampla gama de motivações de necessidade que possuímos, Frankl defende que o que nos define é o que buscamos quando estas necessidades estão satisfeitas. Para ele, a saúde psicológica depende de uma vida orientada para os valores, e não somente para o reequilíbrio e aplacamento das necessidades. Uma vida sem necessidades e sem vivência plena de valores é uma vida que mergulha no tédio e no que ele denomina neurose noogênica, causada pela repressão da orientação natural a valores como o sagrado, a justiça, a beleza, a verdade, o amor ou o prazer. Aplicando o método fenomenológico à descrição do funcionamento da motivação humana e baseando-se na teoria dos valores de Max Scheler, a obra de Frankl nos oferece um modelo de psicologia e psicoterapia de natureza filosófica, mas com algumas implicações empíricas testáveis. Sua natureza integrativa oferece a psicólogos uma alternativa em relação aos modelos motivacionais baseados unicamente na falta e na necessidade, além de uma visão mais otimista, e portanto diria, mais realista, de ser humano em relação aos modelos psicanalítico e behaviorista.

Palavras-chave: Viktor Frankl; Logoterapia; Psicologia Filosófica.

P

MET

PSICOLOGIA PEDIÁTRICA: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS E TRANSFERÊNCIA DE EVIDÊNCIA CIENTÍFICA PARA A PRÁTICA.

DA PESQUISA À PRÁTICA: DOR EM CRIANÇAS HOSPITALIZADAS. *Maria Beatriz Martins Linhares e Cláudia Maria Gaspardo** (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo)*

A Psicologia Pediátrica é um campo interdisciplinar de atuação do psicólogo, que focaliza o conjunto de assuntos sobre desenvolvimento, saúde e doença física ou mental que afetam crianças, adolescentes e famílias. Este campo de saber visa a: a) compreensão, avaliação e intervenção de distúrbios do desenvolvimento ou de problemas comportamentais e emocionais concomitantes à doença; b) promoção da saúde e do desenvolvimento; c) prevenção de enfermidades e problemas entre crianças e adolescentes. A dor em crianças trata-se de um relevante tema no contexto hospitalar de atendimento a bebês e crianças. A dor envolve experiências diretamente relacionadas ao quadro clínico e enfermidades, assim como pode ser decorrente de procedimentos de exames e cirúrgicos. A dor, que pode ser do tipo aguda, recorrente ou crônica, apresenta diferentes dimensões de intensidade, localização, qualidade e duração, que podem ser mensuradas e avaliadas tanto em bebês quanto em crianças em diferentes fases do seu desenvolvimento. A hospitalização em enfermarias e unidades de tratamento intensivo envolve um contexto de dor, desconforto e estresse para as crianças, que pode ter efeitos tanto imediatos, quanto a médio e longo prazo no desenvolvimento e saúde. Embora a pesquisa para produção de conhecimentos na área de dor em crianças tenha avançado consideravelmente, nas práticas clínicas não tem sido observada a aplicação de tais conhecimentos de forma ágil. A transferência de conhecimentos para a prática requer a aplicação de evidências científicas, a fim de melhorar o atendimento a crianças hospitalizadas por equipes de saúde. No Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto- USP foram realizadas pesquisas visando à avaliação de indicadores de dor em bebês e crianças, assim como a implementação de estratégias de intervenção para alívio de dor no contexto hospitalar. Os estudos focalizaram bebês e crianças internadas em unidade de tratamento intensivo neonatal e enfermarias. Os resultados acerca dos estudos sobre dor mostraram a prevalência da dor em pacientes pediátricos, assim como demonstraram as reações de dor em neonatos em fase inicial do desenvolvimento. Tanto por meio de relato, quanto por observação, é possível detectar reatividade e auto-relato frente às experiências de dor no contexto hospitalar. Os estudos geraram estratégias de intervenção para a prática com o objetivo de aliviar a dor em crianças e favorecer estratégias de enfrentamento de situações dolorosas, promovendo seu desenvolvimento. A apresentação no Simpósio visa apresentar os principais resultados da pesquisa e a transferência para a prática implementada no contexto do referido hospital.

Apoio: CNPq

Palavras-chave: Psicologia Pediátrica; dor; hospitalização

P

QUALIDADE DE VIDA DE CRIANÇAS ASMÁTICAS: SUA RELAÇÃO COM IDADE, GRAVIDADE DO QUADRO E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO MATERNO. *Gimol Benzaquen Perosa, Isabel de Andrade Amato* e Maria Carolina Fontana Antunes* (Faculdade de Medicina de Botucatu-UNESP)*

A asma é a doença crônica prevalente na infância, afetando de 15% a 20% da população pediátrica brasileira. Essas crianças apresentam o triplo de hospitalizações e o dobro de passagens por serviços de emergência, quando comparadas com crianças que não têm a doença. Se os avanços da Medicina, nos últimos anos, melhoraram significativamente as chances de sobrevivência de crianças acometidas por esses quadros crônicos, há evidências consistentes mostrando que eles acarretam prejuízos físicos, comprometimento emocional, social e de aprendizagem, com repercussões, inclusive, após o controle das crises. Há indícios de que, ao lado de medicações efetivas, a mediação da família na forma de perceber e de manejar as crises é um fator de peso nos índices de qualidade de vida das crianças com quadros de asma. **Objetivo:** Esse projeto visou avaliar a qualidade de vida de crianças asmáticas, de 7 a 17 anos de idade, atendidas no Ambulatório de asma de um serviço terciário e associar esses índices com características sócio-demográficas e de saúde da criança, assim como com as estratégias de enfrentamento do cuidador. **Método:** 53 crianças, de ambos os sexos, responderam a um questionário de qualidade de vida específico, Pediatric Asthma Quality of Life Questionnaire (PAQL), com vistas a explorar como percebiam o papel da doença em diferentes domínios: limitação de atividades físicas, função emocional e sintomas. Concomitantemente seu cuidador respondeu a Escala de Modos de Enfrentamento de Problemas (EMEP) para avaliar a que estratégias recorria frente às crises do filho. **Resultados:** Houve um predomínio de crianças com 9 a 12 anos de idade (45,3%), seguida pela faixa de 5-8 anos (35,8%). A maioria dos pacientes eram portadores de Asma Persistente Grave (64,2%), vindo a seguir 22,6% de pacientes com asma persistente leve, 5,7 % com asma intermitente e 7,5% com asma persistente moderada. A doença acarretou alterações significativas na qualidade de vida da maioria das crianças. O domínio sintomas foi considerado, por elas, o mais prejudicado, especialmente a falta de ar. De forma significativa, quanto mais leve o quadro de asma e maior escolaridade do cuidador, melhor era o índice de qualidade de vida da criança. As estratégias de enfrentamento mais utilizadas pelas mães frente às limitações físicas impostas pelas crises eram focalizadas no problema: providenciavam ajudas ou sugeriam alternativas de execução. Mães cujos filhos eram portadores de quadros mais graves recorriam à busca de práticas religiosas e estratégias de enfrentamento emocionais, de pouca resolutividade, mas que aliviavam seu sofrimento. **Discussão:** Com relação à coleta, demonstrou-se que se pode avaliar diretamente, através de instrumentos padronizados, a qualidade de vida de crianças com mais de 7 anos. Os resultados também sugerem que os profissionais da saúde não devem se limitar ao controle físico da doença, mas precisam conhecer a percepção da criança sobre seu quadro, o que identificam como maiores prejuízos, assim como as estratégias de enfrentamento que as mães utilizam frente às crises, a fim de individualizar as informações e orientações, maximizando as condições de qualidade de vida da criança e seus familiares.

FAPESP

Palavras chave: asma pediátrica, qualidade de vida, estratégias de enfrentamento.

P

SAU

INSTRUÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DE CURATIVO EM ENFERMARIA COM CRIANÇA VÍTIMA DE QUEIMADURA. *Fabiana Pereira Sabino de Oliveira** e Eleonora Arnaud Pereira Ferreira* (Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA).

A literatura aponta que acidentes por queimaduras são frequentes na população pediátrica. Tais acidentes são marcados por experiências aversivas e dolorosas. A complexidade da queimadura pode se traduzir em hospitalizações por vezes prolongadas e demandando a realização de procedimentos invasivos necessários para o tratamento. Dentre estes procedimentos, destaca-se o curativo, fundamental para a melhora do prognóstico e que, de acordo com a evolução da queimadura, este passa a ser realizado em enfermaria, sem sedação. As crianças são particularmente mais vulneráveis ao estresse associado à realização de procedimentos invasivos, gerando reações condicionadas mesmo após o período de hospitalização. Dentre as técnicas utilizadas para controle da dor, a informação é uma das mais utilizadas devido a sua efetividade. A informação sobre o procedimento doloroso oferece a possibilidade de a criança ter o controle da situação e diminuir a sensação de desconforto e dor. Estudos descrevem benefícios decorrentes do uso da informação ao paciente no que se refere ao auxílio deste em enfrentar o procedimento invasivo. Fez-se um estudo descritivo e observacional com cinco crianças vítimas de queimadura, com o objetivo de caracterizar o comportamento apresentado por estas durante a realização de procedimento de curativo sem sedação em enfermaria. Utilizou-se: roteiro de entrevista semi-estruturado, Child Behavior Checklist (CBCL) e Observation Scale of Behavioral Distress (OSBD). A OSBD apresenta 13 categorias de comportamentos divididas em concorrentes e não-concorrentes; é utilizada para identificar o nível de estresse apresentado durante procedimentos invasivos. Os resultados indicaram predomínio de comportamentos concorrentes (91,39%) sobre comportamentos de colaboração (8,61%) durante a realização do procedimento de curativo. Em seguida, foi realizado um estudo de caso com uma menina de oito anos de idade, vítima de queimadura de segundo grau, classificada como não-clínica pelo CBCL, visando verificar a efetividade do uso de instrução como procedimento para a redução de comportamentos concorrentes à realização do curativo sem sedação em enfermaria. Foram utilizados: roteiro de entrevista semi-estruturado, CBCL, OSBD e uma cartilha de instrução sobre o procedimento de curativo, elaborada especificamente para o estudo. Esta cartilha continha 15 cenas que descreviam as etapas do curativo. Foram analisadas duas sessões de curativo, gravadas em vídeo, a partir da análise da OSBD, sendo uma anterior e outra posterior à intervenção. Na sessão anterior, verificou-se a ocorrência de 52 emissões de comportamentos concorrentes, com o predomínio de *chorar* e *gritar*, para 5 não concorrentes, correspondentes a *responder verbalmente*. Após a aplicação da cartilha de instrução, observou-se redução na emissão de comportamentos concorrentes (de 52 para 5), com o predomínio de *protestar*, e aumento na emissão de comportamento não concorrentes (de 5 para 28) com a presença predominante de comportamentos de *solicitar informação*, sugerindo maior colaboração da participante ao procedimento de curativo após intervenção. Sugere-se a relevância de transferência de conhecimentos produzidos em pesquisa para o atendimento com crianças vítimas de queimadura.

Trabalho parcialmente financiado pelo CNPQ (Bolsa de doutorado).

Palavras-chave: instrução, curativo sem sedação, criança vítima de queimadura.

Doutorado – D

Psicologia da Saúde

MENTE, LINGUAGEM E COGNIÇÃO: ABORDAGEM DE SISTEMAS COMPLEXOS

COGNIÇÃO, SISTEMAS COMPLEXOS E LINGUAGEM: A INTERPRETAÇÃO OBJETIVA DO AMBIENTE COMO REQUISITO PARA AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM GRAMATICAL EM SISTEMAS ARTIFICIAIS. *Ricardo Ribeiro Gudwin (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP)*

Existem vários experimentos referentes ao desenvolvimento das relações simbólicas e sobre auto-organização e emergência de vocabulários comuns e da linguagem simples (real ou virtual). No entanto, várias questões ainda estão em aberto, especialmente no tocante a processos complexos, a condições necessárias e/ou suficientes para o surgimento de relações semióticas e a pressupostos experimentais e suas conexões com evidências teóricas e empíricas. A emergência de linguagem pode ser vista como o ápice de uma sequência de processos que começam com signos mais elementares, como os ícones e os índices, e por meio de uma sequência sucessiva de signos mais complexos chega à emergência do símbolo. Diversos estudos na literatura tentam recriar sinteticamente esses processos para emergência de linguagem, muitas vezes fazendo o que se chama do "grounding" dos símbolos em sinais oriundos de sensores e atuadores, em criaturas artificiais. As criaturas artificiais, aprendendo e usando esses sinais, comportam-se coletivamente como um sistema complexo adaptativo, onde a auto-organização das interações comunicativas desempenham um papel importante no surgimento de uma comunicação baseada em símbolos. Neste trabalho, pretendemos analisar a hipótese teórica de que, para promover a associação entre sinais de sensores e atuadores a um repertório de símbolos, é necessário entretanto, a criação de uma etapa intermediária, onde esses sinais sensorio-motores precisam ser traduzidos no que poderíamos chamar de uma interpretação objetiva do ambiente ou, em outras palavras, uma segmentação e modelagem do ambiente em termos de objetos e ações envolvendo objetos. Essa etapa de tradução seria responsável por traduzir sinais de uma ontologia sensorio-motora para uma ontologia objetiva. Posteriormente, uma outra tradução seria necessária para traduzir os sinais dessa ontologia objetiva para uma ontologia simbólica. Mais do que isso, para que a comunicação simbólica possa emergir em sua plenitude, como na linguagem natural humana, nossa hipótese é a de que as criaturas envolvidas deveriam ter um processo de segmentação da realidade senão idêntico, pelo menos similar, dentro de uma variância controlada. Uma das limitações que as abordagens sintéticas de emergência de linguagem atuais possuem é sua incapacidade de ir além da emergência de significado para palavras isoladas. Estudos sobre a emergência de "linguagem gramatical", com frases completas são raros e inconclusivos. Nossa hipótese é a de que a emergência da linguagem gramatical só será possível após uma interpretação objetiva da realidade pelas criaturas artificiais. Essa interpretação objetiva serviria como um ícone intermediário da realidade, a ser posteriormente desenvolvido para a emergência de símbolos dicentes (frases completas) e argumentos (raciocínios). Nosso intuito é desenvolver essa hipótese teórica, de forma a criar protocolos e experimentos com criaturas artificiais onde o objetivo seria a emergência de linguagem gramatical.

CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

Palavras-chave: emergência, símbolo, semiótica, comunicação, auto-organização.

P

COG

COGNIÇÃO, SISTEMAS COMPLEXOS E LINGUAGEM: SEMIÓTICA, EVOLUÇÃO DE LINGUAGEM E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS INTELIGENTES. *João Queiroz (Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG)*

A pesquisa foi fundamentada na lingüística, filosofia e lógica do signo de C. S. Peirce para propor uma metodologia capaz de investigar a emergência e a evolução de complexidade semiótica em sistemas biológicos e artificiais. O projeto estabeleceu densa colaboração entre diferentes comunidades de pesquisadores interessados na área de Cognição e Sistemas Complexos, sistemas adaptativos e modelagem de sistemas inteligentes. Visou inicialmente uma ampla abertura do tema e da problemática da linguagem como um sistema complexo adaptativo, entendido assim tanto em sistemas artificiais quanto em sistemas biológicos. A compreensão da evolução e da emergência da linguagem trouxe como objetivo a simulação computacional da emergência de um léxico entre agentes artificiais a fim de simular relações semióticas onde o signo representa um objeto para um agente virtual. Simulações computacionais têm fornecido ferramentas inéditas para realização de ‘experimentos mentais’ de diversos fenômenos: como seriam tais e tais fenômenos, se as condições para a emergência e desenvolvimento fossem outras, e não estas? A enorme flexibilidade experimental, especialmente em ambientes virtuais de simulação, derivada da capacidade de manipulação de variáveis, associada a um extremo rigor quanto a manipulação de parâmetros de controle, é considerado pelas comunidades científicas uma superação às tendências de excessiva simplificação em termos explanatórios, tornando-se recentemente um dos mais freqüentados métodos de modelagem de sistemas e fenômenos complexos. Em contra-partida, isso significa, para as teorias simuladas, uma excelente oportunidade para quantificar e formalizar, em termos de linguagem de programação, suas idéias e proposições. As relações entre teorias e simulações são ‘vias de mão dupla’, acrescentando a relação das teorias e das simulações com a experimentação temos um modelo tri-polar de co-construção de ontologias. Os resultados mostram sobre gráficos um acordo social espontâneo sobre signos e objetos que representam, exprimindo ao nível do léxico relações semióticas emergentes entre agentes virtuais. O modelo aponta restrições teóricas, como aquelas recentemente derivadas dos modelos biológicos de Jakob von Uexkull e Paul Grassé, do pragmatismo do lógico-matemático Charles S. Peirce e do modelo de interação social de James Kennedy. Com efeito, esta bateria tem provido muitas estratégias computacionais com idéias e discussões sobre autonomia em sistemas incorporados e situados, com novas idéias sobre auto-organização, emergência de representações em sistemas semióticos com propriedades qualitativas emergentes. O mundo virtual implementado funciona como um laboratório para simular o aparecimento de vocabulário, de regras gramaticais ou de chamadas entre agentes virtuais. Uma utilização cuidadosa dos conceitos teóricos envolvidos também foi almejada ao incluir os conceitos de semiótica e emergência. Fazemos também uso de um modelo multi-nível para explicar o surgimento das relações semióticas como base para a interpretação das relações de nível intermediário nos processos artificiais que estamos estudando.

FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais)

Palavras-chave: intersemiose, emergência, evolução, linguagem, sistemas complexos adaptativos.

P

COG

COGNIÇÃO, SISTEMAS COMPLEXOS E LINGUAGEM: CONTRIBUIÇÕES DOS CONCEITOS DE SUPERVENIÊNCIA E SISTEMAS EMERGENTES FRENTE AO PROBLEMA MENTE-CORPO. *Leonardo Lana de Carvalho (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG), Ederaldo José Lopes (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG), Salima Hassas (Université Claude Bernard Lyon 1, Lyon, França).*

O problema mente-corpo é central em toda grande área das ciências cognitivas. Abordado de diferentes modos nas diferentes concepções psicológicas durante os cento e trinta anos de existência da psicologia, Franz Brentano se destaca no final do século XIX. Defende uma psicologia empírica e funda o que hoje chamamos de “o problema de Brentano”: como pode o mental, enquanto um sistema natural, situado no mundo físico, obedecendo a leis físicas e naturais, inverter o sentido de causalidade? Tornar-se causa (“sujeito”) e não se comportar como mero “objeto” à mercê das leis naturais universais? Para compreender como isso ocorre, o conceito de superveniência contribui amplamente no estudo de sistemas cognitivos tal como a linguagem, tanto em organismos vivos quanto em sistemas artificiais. O objetivo deste trabalho foi, com base em estudos a modelagem computacional da linguagem, evidenciar como sistemas cognitivos podem emergir de sistemas complexos artificiais. Seria assim necessário distinguir nesses modelos os diferentes tipos de superveniência. Quanto à capacidade causal, ela é classificada em fraca ou forte e quanto à origem da propriedade emergente, em global ou local. Foram utilizadas bases bibliográficas para as análises e sínteses comparativas, assim como um trabalho junto a equipes multidisciplinares no país e no exterior. Os resultados mostraram que há pelo menos três tipos de monismo: o idealismo, o materialismo e o holismo. Segundo a teoria geral dos sistemas, um sistema é composto de elementos, de uma organização destes elementos e de propriedades que podem ser atribuídas não aos elementos mas ao sistema tomado como um todo. Um sistema complexo é assim chamado quando uma estrutura (organização de seus elementos) se modifica em função de seus processos. Uma das propriedades destes sistemas é a auto-organização. Aceita-se aqui uma visão holista da linguagem, defendida aqui como um sistema complexo adaptativo: um sistema complexo que se modificando se adapta a contingências ambientais. Esse discurso ganha suporte em modelos computacionais que em máquinas exibem comunicação emergente. Por exemplo, em um cenário digital surge uma comunicação auto-organizada, baseada em símbolos trocados por criaturas artificiais que habitam um mundo virtual de eventos imprevisíveis em um contexto de presa/predador. Em outro exemplo, agentes depositam marcadores sobre imagens digitais estabelecendo uma relação semiótica onde a imagem digital é o objeto e o conjunto de marcadores é uma representação dinâmica para quem os observa exteriormente. Do primeiro exemplo, onde temos uma superveniência forte e local da linguagem, tiramos evidências da inscrição corporal da mente. Já o segundo serve de contra exemplo, pois temos aí uma superveniência franca e global. Concluimos que os tipos de superveniência sevem para tratar de diferentes níveis de emergência em sistemas complexos e estão diretamente implicados na definição de sistemas complexos de linguagem, possuindo implicações frente ao problema mente-corpo. Com efeito, a visão de sistemas complexos da cognição, da mente e da linguagem, mais especificamente, é uma tendência que orienta trabalhos multidisciplinares e o desenvolvimento do programa de pesquisa envolvendo um constante diálogo entre modelos, experimentos e simulações.

FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) (Proc. SHA 301/09)

Palavras-chave: Cognição, Sistemas Complexos Adaptativos, Linguagem, Problema Mente-Corpo, Superveniência.

PD

COG

COMPORTAMENTO PROSOCIAL: VARIÁVEIS ANTECEDENTES E ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO.

COMPORTAMENTO PRÓ-SOCIAL: INVESTIGANDO DILEMAS SOCIAIS NO MEIO URBANO. *Fabio Iglesias (Laboratório de Psicologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF)*

Nas grandes cidades as pessoas devem compartilhar espaço, produtos, serviços e outros recursos cuja oferta é muitas vezes menor que a demanda. O contexto urbano gera padrões de comportamento que são inevitavelmente interdependentes e que podem ser configurados como um dilema social: agir cooperativamente (orientação voltada para benefícios coletivos) versus agir competitivamente (orientação voltada para benefícios individuais). Este trabalho tem como objetivo discutir o uso de dilemas sociais como paradigma de estudo do comportamento pró-social, revisando seus diversos referenciais teóricos e seus aportes metodológicos. Embora o estudo de dilemas sociais tenha seu desenvolvimento mais notório em questões tipicamente ambientais, ele se estende atualmente a muitos outros fenômenos. Desta forma, será apresentado também um programa de pesquisas sob nossa coordenação que tem focado em algumas áreas de aplicação da psicologia social. Na área de consumidor temos investigado por surveys alguns determinantes situacionais da reclamação em serviços de atendimento, caracterizada como um comportamento pró-social e sujeita a viéses na percepção de normas sociais. Ainda como parte das atividades de consumo, incluem-se decisões no gerenciamento de recursos escassos, utilizando um software de simulação. Na área de trânsito temos investigado comportamentos de forçar e ceder passagem na interação de motoristas em cruzamentos, congestionamentos e retornos, utilizando técnicas de observação em campo e cenários experimentais. Na área de comportamentos pró-ambientais temos investigado comportamentos de uso de energia, de água, de escolha pelo modo de transporte e de descarte de lixo, utilizando escalas e jogos experimentais. Como conceitos transversais a esses projetos, temos pesquisado a hipótese da ignorância pluralística em diferentes contextos, cuja tradição de pesquisa origina-se nos estudos clássicos sobre apatia do observador e difusão de responsabilidade em situações emergenciais, que foram altamente relevantes no desenvolvimento da área de comportamento pró-social. Por outro lado, temos investigado o uso de justificativas psicológicas e de desengajamento moral nos dilemas. São consideradas as características relevantes de comportamentos psicossociais no contexto brasileiro e, principalmente, as possibilidades de aplicação dessas pesquisas na promoção de comportamento pró-sociais. A discussão inclui considerações metodológicas e éticas, relacionadas ao estudo de comportamentos de ocorrência natural em campo. Dada a simplicidade e relativo baixo custo de intervenções baseadas em tecnologia social, destacaremos algumas estratégias de gerenciamento de informações sobre normas sociais. O chamado marketing de normas sociais têm sido utilizado com sucesso em situações específicas de dilema social específicas e pode constituir caminho promissor em suas aplicações diretas a comportamentos socialmente desejáveis no meio urbano.

Apoio financeiro: FINATEC e FAPDF

Palavras-chave: comportamento pró-social; dilema social; comportamento urbano.

Nível do trabalho: P

SOC

CORRELATOS VALORATIVOS DE COMPORTAMENTOS PRÓ-SOCIAIS: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE UMA TEORIA FUNCIONALISTA DOS VALORES. *Valdiney V. Gouveia (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB), Taciano Lemos Milfont (Victoria University of Wellington, Nova Zelândia) e Jorge Artur Peçanha de Miranda Coelho (Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL).*

Os comportamentos pró-sociais se apresentam de formas variadas, segundo o contexto em que se inserem (por exemplo, comportamento de consumo socialmente responsável, doação de órgãos, atitudes pró-ambientais). Estes compreendem ações voluntárias, definidas em termos de suas conseqüências positivas, consistindo em beneficiar (ou não prejudicar) o outro sem influências externas, expectativas de prêmios ou recompensas materiais ou sociais. Embora se discuta se tais comportamentos são o resultado de fatores situacionais e imediatistas, parece existir um componente ou traço de personalidade inerente, comumente denominado de altruísmo. O objetivo desta comunicação é apresentar os correlatos valorativos deste traço de personalidade, porém também focar em dois construtos específicos com os quais está relacionado, embora não se limite a ele, revelando comportamentos igualmente pró-sociais: (1) preocupação ambiental (conservação de água) e (2) motivação interna para não responder preconceito frente a homossexuais. Com estes propósitos, apresenta-se brevemente a teoria funcionalista dos valores humanos, a partir da qual se oferece uma explicação para os comportamentos pró-sociais, e logo são resumidos dados de três pesquisas empíricas. A hipótese principal é que o altruísmo e os comportamentos pró-sociais específicos estão relacionados com a subfunção valorativa *suprapessoal*, isto é, pessoas altruístas ou que apresentam comportamentos pró-sociais se guiam por valores que acentuam um tipo de orientação central (não se limita à dicotomia pessoa-grupo) e um tipo de motivador idealista (representando necessidades menos deficitárias). Na primeira pesquisa, procura-se compreender que valores são definidos a partir do traço de personalidade denominado altruísta. As duas outras abordam comportamentos pró-sociais concretos; a segunda procura conhecer que valores apresentam as pessoas que se empenham a conservar água como um bem comum, participando em ações pró-ambientais, e a terceira enfoca a questão de responder sem preconceito frente a gays, não como conseqüência de pressões externas, mas por uma motivação interna (intrínseca) que leva a pessoa a não discriminar tais indivíduos. Confia-se oferecer com esta comunicação subsídios para pensar nos valores como um construto importante para compreender comportamentos pró-sociais, embora não se pode tomá-los como uma panacéia. Neste contexto, estudar os valores oferece ao menos duas vantagens: estes são modificáveis (por exemplo, com a técnica de auto-confrontação), permitindo promover comportamentos correlatos; e uma vez modificados tendem a perdurar mais do que se observa para as atitudes.

Apoio financeiro: CNPq

Palavras-chave: Valores; comportamento pró-social; altruísmo.

SOC

ANTECEDENTES INTRAINDIVIDUAIS DO COMPORTAMENTO PROSOCIAL: EMOÇÕES EMPÁTICAS, PERSONALIDADE PROSOCIAL E PROCESSOS AUTOMÁTICOS. *Ronaldo Pilati (Laboratório de Psicologia Social/GEPS, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de Brasília, Brasília, DF)*

Antecedentes intraindividuais do comportamento prosocial são processos sócio-cognitivos e afetivos que desempenham papel relevante na produção de condutas prosociais. Uma miríade de comportamentos é considerada prosocial (*e.g.* ajuda, civilidade, cooperação, voluntariado) e os modelos da cognição social, desenvolvidos nas últimas décadas, têm fornecido uma compreensão valiosa destes fatores. Este trabalho tem como objetivo discutir o impacto do desenvolvimento teórico e metodológico dos antecedentes intraindividuais no estudo do comportamento prosocial e apresentar resultados de pesquisa de projetos desenvolvidos e em andamento. No contexto da hipótese atribuição-emoção-ajuda, apresentada no início dos anos 1980, postula-se que a percepção de infortúnio de quem demanda ajuda aumenta a probabilidade de ser ajudado, devido a produção de estados afetivos empáticos no indivíduo alvo da solicitação de auxílio. Estudos de simulação experimental, realizados com diferentes amostras brasileiras, têm corroborado o modelo teórico geral, pois indivíduos na condição experimental de infortúnio experimentam maior empatia e relatam maior intenção de ajudar do que indivíduos na condição controle. Este mesmo efeito já foi observado nas cinco regiões brasileiras e com o uso de diferentes temas para os cenários experimentais. Em todos os casos o modelo de mediação atribuição-emoção-ajuda foi corroborado com excelentes indicadores de ajuste do modelo (CFI superior a 0,90 e RMSEA inferiores a 0,07). Tais resultados são importantes porque indicam o papel fundamental que a construção de significados do comportamento, por meio do processamento da informação social, possui no desenvolvimento de estados afetivos essenciais para a motivação da conduta prosocial. Nesta linha de compreensão teórica torna-se relevante a aplicação de modelos teóricos da cognição social, principalmente no concernente ao modelo duplo, para o estudo dos antecedentes da prosocialidade. Recentemente vários estudos têm logrado ativar, por meio de *priming*, metas de conduta e demonstrar a influência das metas ativadas sobre o comportamento subsequente. Com o uso de paradigmas experimentais vigentes na literatura da área, autores têm demonstrado que a ativação de metas de civilidade resulta em maiores taxas de comportamentos de gentileza. No contexto da hipótese atribuição-emoção-ajuda é fundamental se compreender os efeitos que a ativação de metas possui sobre a percepção do comportamento, a produção de estados empáticos e a intenção de ajuda. Estudos sobre esta temática estão em desenvolvimento. Neste contexto também é relevante se compreender como características disposicionais, como traços de personalidade, influenciam na conduta prosocial e se relacionam com os processos da cognição social. Em relação ao voluntariado, comportamento prosocial de longa duração e desenvolvido em contextos organizacionais, alguns estudos tem demonstrado que a personalidade prosocial possui uma relação positiva e significativa com a decisão de iniciar e manter-se no trabalho voluntário. A personalidade prosocial é uma tendência duradoura que descreve duas dimensões: (a) pensar no bem-estar e no direito de outras pessoas e (b) agir de forma a beneficiá-las. A compreensão teórica dos antecedentes intraindividuais do comportamento prosocial necessita de estudos que testem modelos de moderação entre variáveis disposicionais e processos sócio-cognitivos. Justamente nesta

intersecção de modelos compreensivos é que esta apresentação visa contribuir, discutindo perspectivas futuras da produção de conhecimento no campo.

Apoio financeiro: CNPq e FAPDF

Palavras-chave: comportamento prosocial; empatia; cognição social.

Nível do trabalho: P

SOC

CONHECIMENTOS IMPLÍCITOS E EXPLÍCITOS ENVOLVIDOS NO DESENVOLVIMENTO METALINGÜÍSTICO DA CRIANÇA.

CONHECIMENTO IMPLÍCITO E EXPLÍCITO DE CRIANÇAS SOBRE MORFOLOGIA DERIVACIONAL E FONOLOGIA. *Fraulein Vidigal de Paula e Maria Isabel da Silva Leme (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, SP)*

Aprender uma escrita é uma atividade complexa que envolve a coordenação de aprendizagens implícitas e explícitas. As aprendizagens implícitas ocorrem intuitivo e sem deliberação. Isto pode acontecer em práticas de letramento, quando a criança se depara frequentemente com uma palavra e extrai regularidades a seu respeito (pronúncia, grafia, significado, morfemas, sílabas, grafemas, fonemas). Porém, estas necessitam o complemento, substituição e atualização de aprendizagens explícitas que exigem tomada de consciência, reflexão e uso deliberado do conhecimento. A principal função do processo de alfabetização é justamente chamar a atenção e tornar compreensível as especificidades de uma língua escrita. Nesta perspectiva apresentamos dois estudos a respeito de como 157 crianças de 1ª, 3ª e 5ª série utilizam conhecimentos implícitos e explícitos sobre morfologia derivacional e fonologia. No primeiro, foram convidadas a inventar palavras por derivação, utilizando sufixos ou prefixos (Produção de neologismos: “*Chiclete. Aquele que fabrica chicletes é um... “chicleteiro”*”). Nesta constatou-se efeito crescente de série sobre a habilidade de produzir neologismos. Porém, já na 1ª série observou-se uso de conhecimento morfológico derivacional para a sua realização. No segundo, realizaram tarefas específicas para recuperação de conhecimento implícito e explícito sobre fonologia e morfologia derivacional. A versão implícita requer a escolha de um entre três itens, aquele que destoa dos outros dois, porém sem explicitar nenhum critério. (ex: *Qual é a palavra que combina menos com «casal», «metal» ou «tambor»?*) Na versão explícita essa escolha era orientada por uma regra e cabia ao participante identificar a palavra que a contrariava (ex: *Qual é a palavra que não vem de uma outra palavra, como «reconstruir», «rever» ou «remar»?*). As crianças de 1ª série apresentaram média de acerto acima do nível de acaso na versão implícita, mas não na versão explícita. Na tarefa fonológica, as crianças de 1ª e 3ª série apresentaram nível de acerto acima do acaso na versão implícita, mas se saíram ainda melhor na versão explícita. Os de 5ª série apresentaram nível de acerto próximo ao nível do acaso na versão implícita fonológica e morfológica derivacional, e desempenho muito superior ao nível do acaso na versão explícita. O resultado inferior nas tarefas implícitas a partir da 3ª série pode indicar a predominância do tipo de instrução explícita na educação formal. Para verificar se identificavam a regra subjacente à tarefa implícita, solicitamos que cada participante descrevesse o que havia feito para escolher as palavras, logo após a aplicação da tarefa fonológica implícita e antes de serem submetidos à versão explícita. Poucos identificaram efetivamente qual era a regra subjacente, mesmo com nível de acerto elevado na tarefa. Estes resultados sugerem que as crianças possuem conhecimento implícito sobre morfologia antes mesmo do seu ensino deliberado, provavelmente, derivado da fala e do contato informal com a escrita. Este conhecimento é ampliado e aperfeiçoado, nas séries posteriores. Conhecimentos fonológicos são abordados mais cedo na referida escola. Merece reflexão o papel das atividades para se desenvolver e avaliar aprendizagens e conhecimentos implícitos e explícitos na educação formal, ampliando os benefícios dessas formas de conhecer no processo da alfabetização.

Apoio: CAPES/Cofecub

Palavras-chave: consciência morfológica, conhecimento implícito e explícito, crianças

Nível do trabalho: -P

Código da área da pesquisa: COG e DES

CONHECIMENTOS IMPLÍCITOS E EXPLÍCITOS RELATIVOS À CONSCIÊNCIA METATEXTUAL EM CRIANÇAS. *Alina Galvão Spinillo e Renata Nóbrega** (Universidade Federal de Pernambuco, PE)*

A literatura sobre consciência metalinguística faz uma importante distinção entre conhecimento implícito e explícito acerca de diversas instâncias linguísticas como o fonema, a palavra e, mais recentemente, o texto. Os conhecimentos implícitos seriam aqueles que não são suficientemente abertos para a reflexão consciente, controle deliberado e explicitação verbal; estando mais relacionados a um conhecimento tácito da língua do que a um domínio consciente de suas propriedades. O conhecimento explícito envolve uma reflexão consciente e deliberada, de maneira que o indivíduo é capaz de focalizar sua atenção na linguagem, manipulando-a e referindo-se a ela. Os conhecimentos implícitos são denominados comportamentos epilinguísticos e os explícitos são denominados metalinguísticos. Esta reflexão tem norteado diversas pesquisas acerca da consciência fonológica e da consciência morfosintática em crianças; contudo, pouco se sabe a respeito da consciência sobre textos, denominada metatextual. Quais são os conhecimentos implícitos e explícitos que as crianças tem sobre textos? Como se desenvolve a consciência metatextual? Qual o papel da alfabetização neste processo? Para responder essas perguntas foram realizados dois estudos. O primeiro investigou o conhecimento sobre diferentes gêneros textuais. Sessenta e três crianças de 5 e 7 anos tinham que identificar se um texto lido era uma história, uma carta ou uma notícia de jornal; e em outro momento identificar se um texto lido (história/carta/notícia de jornal) estava completo ou incompleto. Justificativas foram solicitadas nas duas tarefas. As crianças de 5 anos tiveram dificuldades em identificar os diferentes gêneros e em fazer julgamentos acerca da incompletude dos textos. As crianças de 7 anos tiveram um bom desempenho em ambas as tarefas. Chamou atenção o fato de haver crianças que apesar de fazerem identificações corretas não explicitavam verbalmente os critérios adotados. Levantou-se a possibilidade que esses fossem comportamentos epilinguísticos relacionados a um conhecimento implícito sobre textos, e que a alfabetização teria papel importante nesse resultado. Para melhor compreender a distinção entre conhecimento implícito e explícito, realizou-se um segundo estudo com 52 crianças de 7 anos alfabetizadas e não-alfabetizadas. Os participantes realizaram duas de natureza epilinguística e duas de natureza metalinguística. Nas tarefas epilinguísticas as crianças tinham apenas que identificar gêneros textuais diversos e a incompletude de histórias. Nas tarefas metalinguísticas, além de identificar a ausência e a presença de partes de histórias, as crianças tinham que justificar suas respostas. Verificou-se que as crianças não alfabetizadas conseguiam realizar com sucesso as tarefas epilinguísticas, contudo, apresentavam dificuldades nas tarefas metalinguísticas. Nas justificativas, essas crianças adotavam critérios indefinidos ou relacionados ao conteúdo do texto, sem mencionar a estrutura do texto. As crianças alfabetizadas, por sua vez, não tiveram dificuldades na realização de nenhuma das tarefas propostas e justificaram suas respostas mediante critérios voltados para a estrutura prototípica de histórias. Concluiu-se que crianças a alfabetização é fator importante na transição de comportamentos epilinguísticos para comportamentos metalinguísticos, no que se refere ao conhecimento sobre textos. Assim, os conhecimentos implícitos estão presentes desde muito cedo e parecem ter origem em situações informais extra escolares, enquanto o conhecimento explícito parece depender da aprendizagem formal propiciada pelo contexto escolar.

Palavras-chave: consciência metatextual, conhecimento implícito e explícito, crianças

Nível do trabalho: -P

Código da área da pesquisa: COG e DES

CONHECIMENTOS IMPLÍCITOS E EXPLÍCITOS DA CRIANÇA ACERCA DA ORTOGRAFIA. *Jane Correa (Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ)*

A construção do conhecimento ortográfico pela criança implica um conjunto de saberes relacionados a diferentes aspectos lingüísticos. Escrever segundo a norma ortográfica envolve, por exemplo, o conhecimento por parte da criança da organização e funcionamento do sistema de escrita, dos padrões silábico-ortográficos da língua e da maneira como os fonemas são representados de acordo com sua natureza e posição na palavra. O emprego na pesquisa de uma atividade de natureza não-escolar pode contribuir bastante para a compreensão do conhecimento ortográfico que a criança mobiliza em situações de escrita além daquelas que quotidianamente realiza na escola. Neste estudo, interessa-nos destacar, em particular, os conhecimentos implícitos e explícitos que as crianças possuem acerca da grafia das palavras. Tal descrição é realizada pela análise da participação da criança no tradicional jogo da forca. Neste jogo, a criança deve adivinhar uma palavra oculta tendo diante de si, como informação inicial, traços representado as letras contidas na palavra. A partir de então, as crianças podem sugerir letras ou palavras para completar os traços em branco. Caso na palavra não exista a letra escolhida pela criança, ou, ainda, a palavra sugerida não seja aquela oculta, é, então, desenhada uma parte do corpo de um boneco. A palavra deveria ser descoberta em um número tal de tentativas que evitasse que o boneco fosse completamente desenhado (“enforcado”). Participaram da brincadeira 81 crianças com escolaridade entre o 3º. e 5º. ano do Ensino Fundamental com idades entre 9 e 11 anos. Após cada escolha feita pelas crianças, era pedido a elas que justificassem suas respostas. Para o jogo foram selecionadas 7 palavras dissílabas (4 palavras de 4 letras e 3 palavras com 5 letras) de padrões silábico- ortográfico variados. A importância de se considerar a posição e frequência das letras na palavra aparecia freqüentemente nas justificativas verbais das crianças. Referências à sequencias de letras legitimadas pela língua também eram presentes nas explicações das crianças. No entanto, nem sempre as crianças foram capazes de explicitar a razão das suas escolhas ou mesmo de fornecer qualquer justificativa. No entanto, isto não significou que tais escolhas fossem realizadas aleatoriamente. Muitas das escolhas revelavam a sensibilidade das crianças à ortografia da língua, particularmente no que concerne à freqüência das letras na palavra. As crianças eram capazes, por exemplo, de tirar partido da informação inicial acerca do número de letras da palavra, podendo por meio dela intuir o número de sílabas das palavras como também o seu padrão ortográfico-silábico. Desta forma, um vocábulo contendo 5 letras indicaria que a palavra teria um padrão silábico-ortográfico diferente daquele formado unicamente pela sílaba canônica consoante-vogal. Por sua vez, escolhas aleatórias só eram realizadas quando as crianças, após inúmeras tentativas, não conseguiam ter qualquer ideia produtiva acerca da palavra oculta no jogo. Evidências quantitativas e qualitativas deste estudo permitem o entendimento da heterogeneidade de escolhas feitas no jogo em função dos conhecimentos implícitos e explícitos das crianças acerca da ortografia do português brasileiro. Tal conhecimento traz implicações psicopedagógicas relevantes ao aprendizado da linguagem escrita pela criança.

Apoio: FAPERJ; CNPq

Palavras-chave: conhecimento ortográfico, conhecimento implícito e explícito, crianças

Nível do trabalho: -P

Código da área da pesquisa: COG e DES

RISCO E PROTEÇÃO ASSOCIADOS AO DESENVOLVIMENTO DA CONDUTA INFRACIONAL NA ADOLESCÊNCIA: ESTUDOS EMPÍRICOS NO CONTEXTO BRASILEIRO.

ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: ESTUDO EXPLORATÓRIO DA CAPACIDADE PREDITIVA DO RISK AND NEEDS NO CONTEXTO BRASILEIRO. *Maria Cristina Maruschi***, *Marina Rezende Bazon* (Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial – GEPDIP, Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo).

A literatura especializada indica reiteradamente fatores de risco mais fortemente associados ao surgimento e ao desenvolvimento do comportamento infracional na adolescência. Esses tem se prestado ao desenvolvimento de instrumentos de avaliação sistemáticos e padronizados, cuja proposta é avaliar a probabilidade de reincidência e identificar os déficits que precisam ser trabalhados para reduzi-la. Tais instrumentos, utilizados em vários países, têm o objetivo principal de adequar a medida judicial que será aplicada e o nível de intervenção às necessidades do adolescente. No Brasil não foi identificada referência a padrões de avaliação para auxiliar na aplicação das medidas socioeducativas, o que pode implicar em muita discricionariedade na forma e no rigor na aplicação das mesmas. O estudo aqui relatado, parte de uma pesquisa maior, teve como objetivo a investigação exploratória do Instrumento de avaliação Youth Level of Service/Case Management Inventory -YLS/CM, um checklist composto de 42 itens, divididos em oito (8) subescalas e fundamentado nos fatores de risco associados à persistência do comportamento infracional. A amostra foi composta de quarenta (40) adolescentes que praticaram ato infracional na Comarca de Jaú-SP e os responsáveis legais que os acompanhavam nessa ocasião (40). A coleta de dados deu-se por meio da realização de entrevistas semi-estruturadas, guiadas por roteiros previamente preparados, com vistas à obtenção de informações junto ao adolescente e, em seguida, junto ao seu cuidador, de modo a preencher os quesitos do YLS/CM. As entrevistas aconteceram na data em que estes se apresentavam ao Ministério Público para oitiva informal, mediante consentimento livre e esclarecido. Os dados foram codificados e pontuados de acordo com o manual, o que permitiu a identificação nível de risco para cada adolescente. Após um período de 6 a 12 meses, realizou-se um levantamento no Cartório da Infância e Juventude para verificar se havia registro de novas infrações para os adolescentes da amostra. Diante disso, realizou-se o teste de Mann-Whitney para avaliar a capacidade preditiva do instrumento e de cada subescala, além da curva ROC, com vistas a identificar os níveis de sensibilidade e especificidade. Os resultados mostraram que o instrumento possui boa capacidade preditiva ($Z = -3,31$, $p = 0,001$), sendo as subescalas “atitudes/orientações”, “uso de álcool e outras drogas” e “relação com pares” as que melhor discriminaram os adolescentes em alto e baixo risco e que, respectivamente, voltaram e não voltaram a infracionar. Adotando-se 18 como ponto de corte, chegou-se a um nível de sensibilidade de 76,9% e de especificidade de 66,7%. Os resultados convergem com pesquisas realizadas em diferentes países e mostram que o YLS/CM, apesar de não ter sofrido nenhum tipo de adaptação para o presente estudo, se aplica satisfatoriamente à realidade brasileira, uma vez que está fundamentado em literatura consolidada sobre os fatores de risco associados ao comportamento infracional. Outros

estudos são necessários para confirmar os resultados iniciais e avaliar outras propriedades psicométricas do instrumento.

Palavras-chave: fator de risco, adolescência, delinquência juvenil

Doutorado

JUR

A ESCOLA COMO FATOR DE PROTEÇÃO À CONDUTA INFRACIONAL DE ADOLESCENTES. *Alex Eduardo Gallo (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento/Universidade Estadual de Londrina e Laboratório de Análise e Prevenção da Violência/Universidade Federal de São Carlos) e Lucia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Departamento de Psicologia e Laboratório de Análise e Prevenção da Violência/Universidade Federal de São Carlos).*

Este trabalho faz parte de um estudo mais amplo, que tinha como objetivo analisar os fatores de risco e de proteção envolvidos com a prática de atos infracionais por adolescentes, assim como avaliar um programa de intervenção com as mães desses jovens. Foram caracterizados os adolescentes em medidas sócio-educativas em uma cidade do interior de São Paulo. Para tanto, foram analisados 123 prontuários de atendimento relativos ao ano de 2002. As informações contidas nos prontuários foram tabuladas e analisadas: 87,9% era do sexo masculino; a idade média foi de 15,9 anos; 60,2% dos participantes não freqüentava a escola, sendo que desses, 43,2% alegou ter saído por desinteresse; 61,8% tinha o ensino fundamental (5ª a 8ª séries); 40,7% dos adolescentes convivia com ambos os pais e 43,1% vivia somente com a mãe; quando as infrações foram praticadas com armas, 43,5% utilizou arma branca e 56,5% de fogo; a renda per capita média era de 0,25 salários mínimos. O cruzamento dos dados apontou que o fato de não freqüentar a escola foi associado ao número crescente de reincidências, ao uso de entorpecentes e uso de armas. Isto é, aqueles adolescentes que não estavam na escola tiveram um número maior de reincidências em atos infracionais, usaram com mais freqüência drogas e utilizaram armas na prática do ato infracional. Adicionalmente, os participantes com nível educacional mais alto viviam com ambos os pais, enquanto aqueles com escolaridade mais baixa viviam em famílias monoparentais, mas não é o simples fato de viver em família monoparental que implica em menor escolaridade, mas as condições de maior estresse e falta de recursos de apoio para prover financeiramente a casa e cuidar dos filhos que implicam no menor nível de escolaridade observado. Considerando que o fato de freqüentar a escola reduziu a severidade do ato infracional, da medida sócio-educativa, do uso de armas e uso de drogas, muito poderia ser feito para enfrentar os desafios e acolher tais adolescentes no sistema educacional ao invés de expulsá-los, reduzindo assim a reincidência de atos infracionais. É importante destacar que os dados se referem ao perfil de adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa em meio aberto no ano de 2002, mas estatisticamente esse mesmo dado é similar ao encontrado nas estatísticas oficiais do ano de 2009.

Apoio CNPq

Palavras-chave: ato infracional, fatores de risco, fatores de proteção.

Doutorado

JUR

O RELACIONAMENTO COM OS PARES COMO FATOR DE RISCO E PROTEÇÃO À CONDUTA INFRACIONAL DE ADOLESCENTES. *Marina Rezende Bazon e Ruth Estevão (Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial – GEPDIP, Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo).*

Introdução

Na adolescência denota-se uma maior abertura às influências de grupos sociais outros que a família. Dentro disso o relacionamento dos adolescentes com seus pares é destacado, seja como fator de proteção ou como fator de risco para o desenvolvimento psicossocial. No que se refere ao aspecto protetivo, estabelecer e manter relacionamento com pares, na adolescência, além de responder a uma necessidade intrínseca dessa fase, relativa ao desenvolvimento de um equilíbrio entre autonomia psíquica e capacidade de compartilhar intimidade (Giordano, 2003), promove o desenvolvimento de habilidades sociais importantes, como as de comunicação e a de resolução de conflitos interpessoais (Costa & Assis, 2006; Branco, Wagner & Demarchi, 2008). No que concerne aos riscos que as relações com os pares pode representar, um dos dados científicos mais consistentes, segundo estudos de revisão da literatura (Morizot & Le Blanc, 2000; Haynie & Osgood, 2005), é o da robusta associação entre o comportamento infracional de um adolescente e o de seus pares, ou seja, adolescentes que reportam ter amigos infratores tendem a apresentar eles mesmos mais altos níveis de envolvimento com atos infracionais que adolescentes que dizem ter poucos ou nenhum amigo infrator. Partindo dessa constatação, a presente pesquisa teve por objetivo conhecer aspectos da convivência com os pares em adolescentes infratores brasileiros, comparando-os a adolescentes não infratores. Especificamente, visou-se identificar de que forma os pares parecem contribuir para o desenvolvimento da conduta delituosa nos adolescentes. O referencial adotado foi o da Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta (Leblanc, 1994, 1995, 1997a, 1997b, 2003a, 2003b). De modo breve, as principais proposições dessa teoria estabelecem que a regulação da conduta se opera por meio das interações recíprocas entre mecanismos de natureza social - os vínculos com diversas as instituições e seus membros, mais particularmente os da família, da escola e os pares; o constrangimento exercido pelas instituições sociais, ou seja, as pressões sociais específicas que contribuem seja para o comportamento de conformidade às regras ou o de violação às mesmas; e o grau de exposição às diferentes influências e oportunidades, sendo essas em conformidade aos padrões convencionais/legais ou não – os quais, em seu turno, também interagem reciprocamente com um mecanismo de natureza pessoal, relativo ao nível de desenvolvimento psicológico e da personalidade do adolescente. A regulação da conduta dar-se-ia não somente por uma mecânica geral, transcendendo as instituições responsáveis pela socialização do adolescente, mas em cada um dela, de modo particular. Assim, no que concerne especificamente a regulação pelos pares, postula-se, primeiramente, que para apreender a convivência entre adolescentes é necessário avaliar: o *contexto das relações* com os pares; o *engajamento*; o *apego*; o *investimento de tempo* junto a esses; e a *afiliação*. De acordo com a Teoria, a rede de pares, sua amplitude, e a aprovação dos amigos pelos pais constituem o *contexto* no qual o *apego*, o *investimento* e o *engajamento* podem ou não florescer, constituindo o vínculo social, nesse plano. O *engajamento* (construído sobre o sentimento de lealdade, assim como sobre os esforços para exercer o papel de liderança em seu grupo) constitui uma atitude que confere mais

peso aos valores veiculados por esses que aos veiculados pelos pais/responsáveis e outras figuras de autoridade. O *apego* (construído sobre a base da comunicação mútua e a da confiança) é fonte de engajamento, sendo que essas duas dimensões – apego e engajamento – se retroalimentam e concorrem para que haja mais *investimento* na relação com os pares (referente ao tempo consagrado às atividades compartilhadas com os pares). O impacto da dinâmica existente entre essas dimensões, na conduta, seria mediado pela natureza das *afiliações*, o que remete a investigação ao tipo de par freqüentado pelo adolescente, no sentido de averiguar a exposição a modelos (incluindo aí sua ligação com pares do sexo oposto, com pares e/ou adultos com conduta ilegal/criminal e com adultos convencionais), e os constrangimentos exercidos pelos pares (referente às pressões exercidas no sentido de o adolescente se comportar de modo convencional ou não). Se as afiliações forem maciçamente a figuras convencionais, a regulação nesse nível propiciará o comportamento convencional do adolescente; ao contrário, se as afiliações forem maciçamente a figuras anti-sociais, a regulação propiciará o comportamento infracional do adolescente.

Desenvolvimento

A amostra foi constituída de 75 adolescentes do sexo masculino, sendo 32 infratores (G1), recrutados em um programa de Liberdade Assistida, e os outros 43, não infratores (G2), recrutados em um programa comunitário, dirigido a adolescentes em situação de vulnerabilidade social. As idades variaram de 13 a 18 anos, no G1 ($X=16,56$ anos; $EP=\pm 0,22$), e de 14 a 17 anos no G2 ($X=15,63$ anos; $EP=\pm 0,14$). Vale ressaltar que a presente investigação foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, tendo-se respeitado os preceitos da legislação vigente. Para a coleta de dados empregou-se uma versão em português do Questionário Estruturado - Pares, que compõem o Instrumento denominado MASPAQ - *Measuring Adolescent Social and Personal Adaptation – Quebec*, desenvolvido sob a perspectiva da Teoria da Regulação Pessoal e Social da Conduta na Adolescência. Dispondo da autorização do autor (Marc Le Blanc), o Questionário – Pares, composto de 53 questões, foi adequado semanticamente ao nosso contexto, tendo sido traduzido e retro-traduzido e, posteriormente, testado junto a uma amostra de adolescentes, com vistas à adequação dos termos empregados. A coleta de dados com os participantes dos dois grupos foi realizada individualmente, em sala reservada, cedida aos pesquisadores, nos contextos dos programas em que se recrutaram os participantes, tendo-se conseguido garantir a privacidade desse momento. Optou-se por aplicar o Questionário num formato oral, lendo-se as questões e as possibilidades de respostas aos adolescentes, de modo a padronizar a coleta, em razão das possíveis variações, entre os adolescentes, em termos das habilidades de leitura. As respostas fornecidas por cada participante foram incluídas em programa informatizado de correção do MASPAQ – o *Maspaq Général 2.0 pour Windows* (Copyright © Le Blanc, 2001), que oferece os escores de cada participante. Esses foram inseridos numa planilha devidamente preparada no programa Microsoft EXCEL de modo que pudessem ser tratados estatisticamente. A fim de verificar se as diferenças entre as médias obtidas pelos dois grupos eram significativas, para cada uma das dimensões mensuradas, aplicou-se o test *t* de Student (quando os dados apresentavam uma distribuição normal) ou por meio do *Mann-Whitney Rank Sum Test* (quando a distribuição dos dados não era normal). Os resultados obtidos são sintetizados na tabela abaixo.

Tabela – Escores médios e erros padrão obtidos para G1 e G2, nas diferentes dimensões avaliadas e comparação entre os grupos

Dimensões	G1		G2		p	
	MÉDIA	EP	MÉDIA	EP		
CON TEX TO	Tamanho da rede	32,16	5,25	70,69*	5,58	0,001
	✓ Melhores amigos sexo fem.	3,27		6,83		
	✓ Melhores amigos sexo masc.	3,37		12,63		
	Aprovação dos amigos pelos pais / Responsáveis	2,91	0,22	3,84*	0,14	0,002
V Í N C L A Ç Ã O	INVESTIMENTO					
	✓ Investimento em relação aos pares / amigos	6,69	0,51	8,93*	0,41	0,002
	APEGO					
	✓ Apego aos pares (6-24)	11,94	0,58	15,56*	0,41	0,001
	✓ Comunicação	7,91	0,46	11,19*	0,34	0,001
	✓ Trocas	2,69	0,14	2,88	0,13	0,332
	✓ Assimilação afetiva / identificação	1,34	0,12	1,49	0,10	0,257
	✓ Confiança nos amigos (1-4)	3,15	0,17	3,58	0,11	0,076
	ENGAJAMENTO/EMPENHO					
	✓ Lealdade em relação aos pares	7,78	0,38	9,53*	0,31	0,001
✓ Papel: exercer liderança	1,47	0,10	2,51*	0,13	0,001	
M O D E L O S	✓ Investimento de tempo em relação ao sexo oposto	8,78	0,76	8,28	0,88	0,987
	✓ Idade namoro: precocidade de ligação ao sexo ao oposto	11,44	0,71	10,49	0,91	0,428
	✓ Exposição a pares divergentes	7,25	0,38	6,84	0,39	0,458
	✓ Conhecer adultos criminosos	0,72	0,08	0,44*	0,08	0,041
	✓ Ter amigos adultos	1,03	0,03	1,07	0,04	0,779
CONS TRAN MEN TOS	✓ Pressão dos pares (medo de perder os amigos)	1,81	0,12	1,49*	0,11	0,050
	✓ Pressão ressentida para praticar atos delituosos	1,34	0,08	0,72*	0,08	0,001

Observando os resultados obtidos, ponto por ponto, denota-se, primeiramente, que G1 se diferencia significativamente de G2 em 10 das 17 dimensões avaliadas. No que se refere ao contexto das relações com os pares, as diferenças entre os dois grupos dar-se-iam no plano tanto do tamanho da rede como no do grau de aprovação dos colegas/amigos pelos pais/responsáveis. Em relação ao tamanho da rede, G1 teria uma rede formada por um número menor de adolescentes que G2, o que contradiz os apontamentos da literatura. É possível que a diferença encontrada se explique pela interpretação dada pelos adolescentes à pergunta feita – “Quantos jovens da sua idade você conhece pessoalmente?” – frente à qual, talvez, em ambos os grupos, tenha-se atido ao número de adolescentes conhecidos,

mas com os quais não, necessariamente, se relacionem (pessoalmente). Dentro disso, faz sentido que G2 refira conhecer, em média, 70 outros adolescentes, visto que esses se encontram inseridos em instituições de natureza educacional (escola e programa comunitário), em que compartilham o cotidiano com inúmeros outros adolescentes (que lhes são, portanto, conhecidos). A diferença entre os grupos persiste no que tange ao número de amigos íntimos referidos, sendo essa, porém, no sentido esperado, de acordo com aquilo que é posto na literatura: G2 refere ter mais amigos que G1, sendo a maioria do mesmo sexo. Ainda no âmbito do contexto das relações com os pares, a aprovação dos amigos pelos pais, de acordo com a visão dos próprios adolescentes, seria maior em meio a G2. Independentemente de quem são de fato os amigos próximos do adolescente, de como eles se comportam, os resultados indicam maior probabilidade de conflitos de opinião entre pais/responsáveis-adolescente em G1, o que abre brechas para que o adolescente se torne mais suscetível à influência dos pares, que à dos adultos-responsáveis. No âmbito da vinculação com os pares, uma das dimensões avaliadas, o investimento, indica que o tempo gasto com os amigos é significativamente maior no G2, em coerência ao maior apego experimentado por esses, baseado fundamentalmente numa maior/melhor comunicação, e ao maior engajamento em relação aos pares, baseado em um sentimento de maior lealdade e num empenho maior com relação ao exercício de liderança frente a esses. Assim, tem-se que em G1 a vinculação aos pares é menor, função de um menor investimento de tempo na relação, em coerência à existência de um menor apego e de um menor engajamento. Tais resultados confirmam a literatura que indica ser a qualidade da relação de amizade mantida pelos infratores menor (Macus, 1996), corroborando o postulado central das proposições relativas ao paradigma do vínculo social (LeBlanc, 1997a), pelo qual pressupõe-se que os jovens que exibem problemas de comportamento vivem uma ausência de relações interpessoais próximas (Haynie, 2001), denotando que os infratores talvez apresentem déficits na habilidade de comunicação, experimentando dificuldades específicas para compartilhar com o outro pensamentos e sentimentos. Tratando da exposição do adolescente a modelos, no que se refere às afiliações, diferencia G1 de G2 somente o fato de os primeiros conhecerem, em média, mais adultos criminosos. Tal dado, embora remeta a um aspecto que foge do tema específico da influência dos pares, indica a existência de uma situação preocupante, a do contato direto e/ou indireto desses adolescentes com a criminalidade adulta. Isso permite pensar que, na melhor das hipóteses, o adolescente convivi com a mensagem sobre a possibilidade de o comportamento infracional/criminal poder continuar após a adolescência; na pior das hipóteses, dependentemente do grau de proximidade existente, esse adulto envolvido com o crime pode estar exercendo um papel ativo quanto à socialização do adolescente (no que respeita valores, crenças, atitudes e comportamentos alinhados ao engajamento criminal). Esse aspecto merece atenção em investigações subseqüentes, com vistas a dispor de mais informações sobre adultos envolvidos com o crime, conhecidos dos adolescentes: seriam eles membros de sua família? Residiriam eles em suas comunidades? Qual o tipo de relacionamento mantido com o adolescente, em termos de frequência e qualidade? Qual o nível de envolvimento criminal apresentado por esses adultos? No tocante aos outros indicadores relacionados à dimensão exposição a modelos, chama a atenção o fato de ambos os grupos serem equivalentes no que se refere à exposição a outros adolescentes apresentando comportamento considerado divergente (tal como o consumo de álcool e outras drogas e a prática de atos infracionais). Sabe-se que a rede de relacionamentos da maior parte dos adolescentes é heterogênea, ou seja, é composta por pares que apresentam e que não

apresentam comportamento divergente. Entretanto, na direção do que propõe a literatura, esperava-se que o número e a proximidade de pares com comportamento divergente na rede dos infratores fossem significativamente maior, o que, todavia, não se verificou. G1 e G2 também não se distinguiram quanto ao interesse e ao investimento de tempo no relacionamento com pares do sexo oposto, denotando-se o fato de a idade média com a qual os jovens de ambos os grupos terem iniciado relações de namoro ser bastante baixa, remetendo ao período da infância (respectivamente 11,44 e 10,49 anos). Independentemente da avaliação do comportamento social das amigas/namoradas com as quais os adolescentes estejam se relacionando, Leblanc (2003b) chama a atenção para o fato desse interesse, sobretudo se precoce, poder funcionar como fator de risco na medida em que desvia o jovem de sua atividade principal que é estudar. Por fim, no que se refere à dimensão dos constrangimentos, verificou-se a existência de diferenças significativas entre os grupos, tanto no que diz respeito ao medo de perder amigos devido ao fato de ter cometido ato infracional, quanto no que diz respeito à pressão por parte dos pares, para praticar atos delituosos. Em ambas as situações, G1 pontuou mais alto, o que indica a experiência de uma contradição para esse grupo, ou seja, tais adolescentes indicam que sentem o afastamento dos pares por terem se envolvido com delitos e, ao mesmo tempo, que sofrem pressão da parte desses para praticarem delitos. Pode-se pensar que a pressão diferenciada provenha de fontes também diferentes, lembrando que os adolescentes pertencem a redes heterogêneas, ou seja, compostas por pares que apresentam e que não apresentam comportamento divergente. Tal consideração, entretanto, não encerra as dúvidas relativas à influência que pares diferentes podem exercer, na medida em que indagações novas se apresentam, referentes, por exemplo, à força de cada uma das pressões ressentidas, ou seja, qual delas impactaria mais o comportamento do adolescente e por que.

Considerações Finais

Na perspectiva da Teoria da Regulação, conhecer a natureza da regulação do comportamento dos adolescentes pelos pares requer que se busque compreender o perfil que se delineia pelo conjunto das informações obtidas nas diferentes dimensões investigadas (Leblanc, 2003). Assim, focalizando todos os resultados obtidos junto G1, pode-se dizer que eles pertencem a redes de pares menores (constituídas por um número menor de conhecidos) e, ao mesmo tempo, têm também um número menor de amigos (ou seja, de pares com os quais relacionar-se-iam de modo mais próximo). Essa rede, formada por poucos conhecidos e amigos (tomando por parâmetro os números médios obtidos junto a G2), não apresenta necessariamente uma proporção maior de adolescentes apresentando conduta divergente, o que possibilita pensar que os adolescentes infratores (do mesmo modo que os não infratores) interagem igualmente com outros infratores e com não infratores. Isso indica que a associação especialmente diferenciada entre pares infratores não se verifica (ao menos para o grupo investigado). Ao contrário, os infratores estariam associados a adolescentes de todos os “tipos” e a esses se identificaria, efetuando trocas (de objetos/coisas), baseados num sentimento de confiança (tais quais os não infratores). A especificidade desse grupo estaria no fato de que, apesar das interações assim se caracterizarem, elas produziriam um sentimento de apego menor, principalmente porque a comunicação fluiria menos, pois os infratores teriam menos conversas com outros adolescentes sobre questões pessoais e, dentro disso, pediriam menos conselhos aos amigos. Disso decorre que a qualidade do vínculo dos infratores com seus pares, de modo

geral, é menor, observando-se também menor investimento de tempo nas relações e também menor engajamento, de sua parte, em relação aos pares, considerando-se que demonstram menos lealdade aos amigos e fazem um menor esforço para desempenhar um papel de destaque no grupo de pares. Embora nada se possa inferir sobre a preponderância das influências exercidas, da parte dos pares, no sentido de deixar de infracionar ou no de infracionar novamente, tal experiência pode estar concorrendo para aumentar o isolamento emocional em tais adolescentes, na medida em que essas, vivenciadas de fato como “pressões”, podem funcionar como empecilho à aproximação do adolescente de seus pares (infratores ou não) e, daí, ao exercício da comunicação e, por conseqüência, ao incremento da vinculação aos pares. Nessa mesma direção, tem-se a percepção dos infratores de um menor nível da aprovação dos amigos pelos pais/responsáveis que pode também estar funcionando como um elemento a mais a dificultar a qualificação das relações desses com os pares, na medida em que também pode dificultar a aproximação. Ademais, a dinâmica de relacionamento dos infratores com seus pares, esboçada, se dá em um contexto em que o mesmo é exposto – diferencialmente – a adultos que apresenta comportamento criminal e que podem estar funcionando como modelo, aumentando, nesse sentido, o distanciamento do adolescente de seu grupo de referência etária. Tal conjunto de resultados corrobora parte do que foi encontrado por Woodward, Fergusson e Horwood (2002) que, ao estudarem o efeito do envolvimento de adolescentes com parceiros divergentes e não divergentes, encontraram que o relacionamento com pares apresentando comportamento infracional associou-se com aumento de risco de infração, mas que risco semelhante associava-se também ao fato de o adolescente não apresentar parceiros, ou seja, vivenciar relacionamentos pobres com pares. O retraimento do adolescente nas relações sociais com os pares pode indiretamente servir para perpetuar problemas externalizantes apresentados por meio da limitação da quantidade e da qualidade da socialização em meio a colegas/amigos que apresentam comportamento preponderantemente pró-social (Deater-Deckard, 2001).

Referências Bibliográficas

- Branco, B. de M., Wagner, A., & Demarchi, K. A. (2008). Adolescentes infratores: rede social e funcionamento familiar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 125-132
- Costa, C. R. B. S. F. da, & Assis, S. G. de. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia e Sociedade*, 18(3), 74-81.
- Giordano, P. C. (2003). Relationships in adolescence. *Annual Review of Sociology*, 29, 257-281
- Deater-Deckard, K. (2001). Recent Research Examining the Role of Peer Relationships in the Development of Psychopathology. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 42 (5), 565-579.
- Morizot, J., & Le Blanc, M. (2000). Le rôle des pairs dans l'émergence et le développement de la conduite délinquante: Une recension critique des écrits. *Revue Canadienne de Psychoéducation*, 29, 87-117.
- Haynie, D. L., & Osgood, D. W. (2005). Reconsidering Peers and Delinquency: How do Peers Matter? *Social Forces*, 84 (2), 1109-1130.
- Le Blanc, M. (1994). Family, school, delinquency and criminality, the predictive power of an elaborated social control theory for males. *Criminal Behavior and Mental Health*, 4 (2), 101-117.

- Le Blanc, M. (1995). Le développement de la conduite délictueuse chez les adolescents: de la recherche fondamentale à une science appliquée. *Présentations à la Société Royale du Canada*, 48, 147-179.
- Le Blanc, M. (1997a). Socialization or propensity: A test of an integrative control theory with adjudicated boys. *Studies in Crime and Crime Prevention*, 6 (2), 200-224.
- Le Blanc, M. (1997b). *A generic control theory of the criminal phenomenon, the structural and the dynamical statements of an integrative multilayered control theory*. Em: T. P. Thornberry (Org.). *Developmental theories of crime and delinquency: Advances in theoretical criminology*, New Brunswick : Transaction Publishers. 215-286.
- Leblanc, M. (2003a). *La conduite délinquante des adolescents : son développement et son explication*. Em : M. Leblanc, M. Ouimet & D. Szabo (Orgs). *Traité de criminologie empirique*, 3e édition, p. 367-420. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal, 779 pp.
- Leblanc, M.(2003b). *MASPAQ, mesures de l'adaptation sociale et personnelle pour les adolescents québécois: manuel et guide d'utilisation (4^e édition)*. Montréal, Ecole de psychoéducation, Groupe de recherche sur les adolescents en difficulté, Université de Montréal.
- Marcus, R. F. (1996). The friendships of delinquents. *Adolescence*, 31, 145-158.
- Morizot, J., Le Blanc, M. (2000). Le rôle des pairs dans l'émergence et le développement de la conduite délinquante : une recension critique des écrits. *Revue canadienne de psychoéducation*, 29, 87-118.
- Woodward L.J., Fergusson, D.M., & Horwood, L. J. (2002). Deviant partner involvement and offending risk in early adulthood. *Journal of Child Psychology & Psychiatry*, 43(2), 177-190.

Palavras-Chaves: conduta infracional; fatores de risco e proteção; pares

P - Pesquisador

JUR Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

A IMPORTÂNCIA DE SE INVESTIGAR A PERCEPÇÃO E O RECONHECIMENTO DE FACES.

FACES PROTOTÍPICAS, CARICATURAS, ANTICARICATURAS E O RECONHECIMENTO DE FACES. Ana Irene F. Mendes**, Kátia C. Arrais* e Sérgio S. Fukusima (Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP).

Embora abundem relatos de pesquisas científicas sobre percepção e reconhecimento de faces nos periódicos acadêmicos internacionais em psicologia e em áreas afins, pesquisas sobre este tema no Brasil ainda são escassas, esporádicas e quase um desafio. Com o intuito de promover novas pesquisas sobre esse tema, relatam-se algumas experiências e pesquisas sobre reconhecimento de faces desenvolvidas no Laboratório de Percepção Psicofísica da FFCLRP-USP. Para a realização dessas pesquisas, o primeiro desafio foi criar um banco digital de imagens faciais de amostras da população brasileira, haja vista ser questionável a adequabilidade das imagens faciais provenientes de populações estrangeiras para experimentos com participantes da população brasileira. Uma vez superado esse desafio em formar um banco digital de imagens faciais, foram elaboradas por técnica de computação gráfica denominada por “*morphing*”, as primeiras faces prototípicas de amostras de adultos jovens da população brasileira, cujos indivíduos masculinos e femininos se autodeclararam como brancas ou pardas ou pretas, conforme a classificação do IBGE. Cada face prototípica por grupamentos de sexo e por categorias de autodeclaração foi resultado da fusão de 64 imagens de faces frontais escolhidas aleatoriamente. Essas faces prototípicas podem ser tomadas como faces referenciais e aplicáveis a diversas pesquisas sobre percepção e reconhecimento de faces. E no caso específico, elas foram usadas como referências para confeccionar por computação gráfica caricaturas fotográficas (faces com seus elementos peculiares maximizados) e anticaricaturas (faces com seus elementos peculiares minimizados) de repórteres de emissoras regionais de televisão para se investigar suas eficiências no reconhecimento de faces. Esses experimentos consistiram primeiramente em mostrar aos observadores vídeos dos repórteres para que memorizassem as faces. Logo em seguida, mostravam-se as caricaturas e as anticaricaturas desses repórteres com diferentes níveis de degradação em relação às faces originais; sejam essas degradações globais ou locais. A tarefa dos observadores era escolher as faces que pareciam mais fidedignas às faces dos repórteres. Os resultados indicaram que as caricaturas foram eficazes nos reconhecimentos faciais somente nos casos em que as faces originais são atípicas em relação às faces prototípicas, ou seja, quando elas já possuem elementos faciais peculiares. Caricaturas de faces típicas, que não apresentam elementos peculiares em relação às faces prototípicas, não foram mais eficazes que as faces originais nas tarefas de reconhecimento. Conclui-se que tanto processos holísticos e analíticos são importantes no reconhecimento de faces por meio de caricaturas; entretanto, diferente dos relatos em literatura que generalizam a caricatura como um super-retrato mais eficiente que a imagem da face original nas tarefas de reconhecimento, a pesquisa sugere que essa generalização não é universal.

Apoio financeiro: CNPq e CAPES

Palavras-chave: Reconhecimento de Faces, Faces Prototípicas, Caricatura

Código da Área: PERC

ATRATIVIDADE FACIAL EM CIRURGIA ORTOGNÁTICA: PARÂMETROS FÍSICOS E EMOCIONAIS. *Luciana Maria da Silva (Faculdade de Tecnologia e Ciências, Jequié, BA) e Sérgio S. Fukusima (Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

O conceito de atratividade é muito pessoal, subjetivo, com múltiplas influências no cotidiano e vai além das características físicas. Da mesma maneira que uma face atrativa pode abrir oportunidades a um indivíduo, o contrário pode se tornar um empecilho na vida de alguém. Indivíduos com grandes distorções faciais são considerados pouco atrativos e são, até certo ponto, prejudicados por sua aparência nos relacionamentos interpessoais. Estes indivíduos apresentam deformidades dentofaciais, que são alterações nas proporções faciais normais e nas relações dentárias que afetam em graus variáveis a função e/ou de aceitabilidade social, estética ou funcionalmente. Eles podem se defrontar com empecilhos no convívio e na interação social, além de apresentarem dificuldades na relação consigo mesmos. Tais deformidades dentofaciais são tratadas por meio de intervenções cirúrgicas, denominadas cirurgias ortognáticas, que têm como consequências alterações nos traços e configurações faciais dos indivíduos. A análise facial é útil para poder verificar a situação de cada paciente e poder prever as possíveis alterações faciais que ocorrerão após cirurgia, visando a um correto plano de tratamento para o procedimento cirúrgico. Desta forma, foram analisadas amostras de faces da população de Ribeirão Preto (SP), faces prototípicas provenientes delas e faces de dez pacientes submetidos a cirurgias ortognáticas nas fases pré e pós-cirúrgicas. As faces foram analisadas de acordo parâmetros físicos e também com relação à atratividade facial, relacionando suas atratividades aos parâmetros físicos alterados pela cirurgia. Também foram avaliadas as consequências na qualidade de vida, ansiedade e auto-estima dos pacientes antes e após as cirurgias com aplicação de escalas de qualidade de vida (WHOQOL bref), de ansiedade (IDATE e Escala Analógica de Humor) e autoestima (Escala de Autoestima de Rosenberg). Os resultados apontaram que as análises das amostras das faces e dos protótipos apresentaram parâmetros físicos faciais diferentes daqueles apontados na literatura. Também foi visto que a cirurgia ortognática contribuiu para o aumento da atratividade dos pacientes, embora estes ainda tenham sido considerados menos atrativos que as faces prototípicas. Ademais, foram notadas melhorias na condição psicológica dos pacientes no pós-cirúrgico, a partir da avaliação pela WHOQOL bref, bem como diminuição da ansiedade, a partir da avaliação pela Escala Analógica de Humor. Tais resultados apontam para a importância de estudos sobre parâmetros físicos faciais relacionados à melhoria de sua estética, principalmente com o uso de protótipos faciais, e que a cirurgia ortognática utilizada no tratamento de deformidades dentofaciais pode trazer benefícios estéticos e emocionais àqueles que a procuram.

Apoio financeiro: CNPq

Palavras-Chave: Atratividade Facial, Cirurgia Ortognática, Faces Prototípicas.

Código da Área: PERC

ASSIMETRIA CEREBRAL NA PERCEPÇÃO DE EXPRESSÕES FACIAIS. *Nelson Torro-Alves (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB), Antonio Aznar-Casanova (Universidad de Barcelona, Espanha) e Sérgio S. Fukusima (Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

Nas últimas décadas, tem havido um grande debate acerca do papel dos hemisférios cerebrais no processamento das emoções. Os padrões de assimetria cerebral observados em estudos variam consideravelmente em função das características do estímulo (verbal ou visual), procedimentos de coleta de dados e tipo de emoção investigada. Com relação à percepção de expressões faciais, duas hipóteses principais se consolidaram no campo estudo das assimetrias cerebrais. A hipótese do hemisfério direito, considerada a mais antiga, postula que este hemisfério é dominante para a percepção das expressões faciais. A hipótese da valência afirma que o padrão de assimetria cerebral depende da valência emocional do estímulo, sendo o hemisfério direito especializado no processamento de emoções negativas (ex.: tristeza e medo) e o hemisfério esquerdo superior para o processamento de emoções positivas (ex.: alegria). Nessa apresentação propõe-se a oferecer um breve histórico de trabalhos que embasaram ambas as hipóteses, incluindo os relatos de estudos de lesão cerebral, dados de neuroimagem funcional e análise de respostas comportamentais. Dentre as técnicas comumente utilizadas, destaca-se o método de estudo de campo visual dividido, que consiste na apresentação lateralizada de estímulos visuais à esquerda ou à direita do ponto de fixação. Com base na análise das frequências de acertos e dos tempos de resposta foram feitas inferências a respeito da competência hemisférica no processamento das informações. Para ilustrar esse método experimental será apresentado um estudo conduzido na Universidade de Barcelona com a utilização da técnica de campo visual e o monitoramento dos movimentos oculares dos participantes com um *Eye-Tracker*. No estudo foram apresentados em pares, expressões faciais à esquerda e à direita de um ponto de fixação; e os participantes foram solicitados a indicar o lado em que havia sido apresentada a face emocional. Os resultados indicaram haver uma vantagem para a identificação de faces de alegria e medo apresentadas no campo visual esquerdo, o que sugere um maior envolvimento do hemisfério direito no processamento dessas expressões. Menores tempos de reação e erros de julgamento foram observados para as condições de pareamento em que faces emocionais foram apresentadas no campo visual esquerdo e faces neutras no campo visual direito. Os resultados deste estudo experimental se encontram em desacordo com a hipótese da valência e favorecem parcialmente a hipótese do hemisfério direito. Ao final da apresentação, serão consideradas as vantagens e desvantagens da técnica de campo visual dividido, assim como sua contribuição para o estudo dos padrões de assimetria cerebral no processamento das emoções.

Apoio financeiro: CNPq

Palavras-Chave: Assimetria Cerebral, Expressões Faciais, Percepção de Faces.

Código da Área: PERC

VIGILÂNCIA EM SAÚDE E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: AVALIAÇÃO DOS FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS ATENDIDAS EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.

AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR DE CRIANÇAS DE UM ANO ATENDIDAS EM DUAS UNIDADES DA ESF: O PAPEL DA SAÚDE MENTAL MATERNA E DAS CARACTERÍSTICAS INTERATIVAS DA DÍADE.

Gimol Benzaquen Perosa e Débora Gerardo Ribeiro (Programa de Pós graduação em saúde Coletiva-Faculdade de Medicina de Botucatu-UNESP-São Paulo).*

Peconiza-se que as avaliações de desenvolvimento neuropsicomotor devem iniciar-se desde as primeiras consultas de puericultura, para reconhecer, acompanhar e intervir precocemente em sujeitos mais vulneráveis a desordens do desenvolvimento, especialmente crianças nascidas em ambientes desfavoráveis. À medida que se conhecem os fatores de risco, pode-se oferecer orientações e planejar intervenções de acordo com o nível de risco dos sujeitos, diminuindo a possibilidade de danos futuros. Dentre os vários fatores de risco psicossocial apontados pela literatura, o contexto familiar parece agir tanto como fator de risco quanto de proteção. A baixa escolaridade e condição socioeconômica, assim como os problemas de saúde mental materna, podem influenciar na qualidade dos vínculos afetivos entre mãe-criança, assim como na qualidade dos estímulos ambientais disponíveis, podendo levar a atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor. Em contrapartida uma boa interação mãe/filho pode ajudar a criança a enfrentar situações adversas e promover a resiliência. Este projeto teve como objetivo identificar e avaliar os possíveis fatores de risco e proteção psicossociais para o desenvolvimento motor e cognitivo de crianças com um ano de vida, moradores de bairros periféricos da cidade de Botucatu, atendidas numa unidade de programa da saúde da família (ESF). Para avaliar o desenvolvimento foi utilizado o Teste de Triagem de desenvolvimento DENVER II e o Índice de Risco Psicossocial; para o rastreamento da saúde mental materna o Self Report Questionnaire (SRQ)-20, e se fez uma gravação de aproximadamente 10 min de um episódio interativo de cada díade, que foi avaliada a partir dos comportamentos maternos (sensibilidade, afeto, intrusividade, estimulação cognitiva e intrusividade) e da criança (envolvimento, interação e afeto), segundo o protocolo da avaliação da interação diádica (NUDIF). **Resultados:** 43,1% das crianças apresentaram risco para o desenvolvimento, especialmente na área da linguagem. 44,6%% das mães pontuaram para transtorno mental comum. Esses resultados foram superiores ao de outros trabalhos desenvolvidos por este grupo com crianças de risco biológico e com grávidas da mesma faixa etária. Houve uma relação altamente significativa entre saúde mental materna e risco de atraso do desenvolvimento da criança. Ao relacionar a saúde mental materna com as características do episódio interativo observou-se que as mães que pontuaram para transtorno mental comum estimulavam menos a criança que as mães sem indicadores de transtorno mental e este fator foi, inclusive, preditor de risco para o desenvolvimento. A partir dos resultados é possível sugerir aos serviços de saúde algumas ações na área de prevenção psicológica, para crianças saudáveis, atendidas em ambulatórios na comunidade. Além de programas específicos, para incrementar o desenvolvimento, especialmente da linguagem, seria preciso dar uma atenção especial à mãe, que pode estar atravessando um momento difícil de sua vida, apresentando problemas de ordem emocional, que acabam dificultando sua função de cuidadora.

Apoio: CAPES

Palavras-chave: desenvolvimento, risco, saúde mental

P, M, D

Área: SAU

FATORES DE RISCO PARA PROBLEMAS DE DESENVOLVIMENTO EM CRIANÇAS CADASTRADAS EM UNIDADES DE SAÚDE QUE TRABALHAM NA LÓGICA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF). *Maria Aparecida Crepaldi (Departamento de Psicologia, UFSC, Florianópolis, SC), Margaret Rosa Santa-Maria Mengel** (Programa de Pós-graduação em Saúde Mental, FMRP-USP, Ribeirão Preto, SP) e Maria Beatriz Martins Linhares (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, FMRP, USP, Ribeirão Preto, SP).*

O objetivo do presente estudo foi examinar os riscos para problemas de desenvolvimento em crianças nos quatro primeiros anos de idade, cadastradas em duas Unidades Locais de Saúde pertencentes à Estratégia Saúde da Família (ESF/SUS) de dois municípios do Brasil. O Programa de Saúde da Família (PSF) foi criado para atender às famílias brasileiras no âmbito do SUS. Em sua consolidação o PSF constitui-se em uma estratégia para reorganização do modelo de assistência a saúde no Brasil, baseada na lógica da Atenção Básica, denominada hoje de Estratégia de Saúde da Família (ESF). Neste âmbito a vigilância ao desenvolvimento da criança é prioridade, mas os instrumentos de avaliação são ainda precários. Com vistas a incrementar tal medida esta pesquisa foi planejada. Foram avaliadas 242 crianças (6 a 48 meses) e suas famílias, por meio dos seguintes instrumentos: Denver-II e Lista de Avaliação de Vocabulário Expressivo (LAVE), Índice de Risco Psicossocial, o Inventário Home e Questionário ABIPEME. Foram realizadas as análises de regressão linear múltipla e binária logística, considerando as faixas etárias. Verificou-se índice de 28% de risco para problemas de desenvolvimento, destacando-se o risco na área de linguagem em 34% das crianças pesquisadas. As famílias foram predominantemente dos níveis sócio-econômicos D ou E, apresentando moderado/alto escore de organização no ambiente familiar e responsividade materna. De 12 a 24 meses, o fato de ser menina aumentava a chance de apresentar risco no desenvolvimento. De 24 a 35 meses, a classificação sócio-econômica mais alta e o ambiente familiar organizado e com responsividade materna diminuía a chance de risco para problemas de desenvolvimento. Em contrapartida, a cada fator de risco psicossocial presente no ambiente da criança aumentava a chance de risco no desenvolvimento. Quanto mais alto o nível sócio-econômico, maior foi o vocabulário da criança. Na faixa de 36 a 48 meses, o fato de ser menino aumentava a chance de a criança apresentar risco no desenvolvimento, enquanto freqüentar a escola diminuía a chance de risco. Por outro lado, o risco psicossocial na família aumentava a chance de risco no desenvolvimento e piorava o desempenho da linguagem da criança. O desenvolvimento inicial de crianças pode ser influenciado por variáveis proximais e distais do contexto ambiental de desenvolvimento. Programas de intervenção preventiva visam modificar padrões de desenvolvimento com foco na pessoa e nos seus contextos de desenvolvimento, no entanto, requerem previamente um programa sensível de rastreamento de riscos para problemas de desenvolvimento com ampla cobertura na comunidade. A vigilância do desenvolvimento na ESF deve incorporar

estratégias preventivas que promovam o desenvolvimento da criança e a qualidade das interações interpessoais do seu ambiente.

Apoio: CNPq; Capes

Palavras-chave: desenvolvimento infantil, risco, proteção, Estratégia Saúde da Família (ESF).

PD

Área: SAU

RASTREAMENTO DE PROBLEMAS DE DESENVOLVIMENTO E COMPORTAMENTO EM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO. *Maria Beatriz Linhares, Fabíola Dantas Andrez Nobre de Carvalho*, Margaret Rose Santa-Maria Mengel**, Luciana Leonetti Correa** e Vivian Caroline Klein** (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo)*

O desenvolvimento da criança pode ser permeado por fatores de risco biológico, psicológico e social, que quando presentes na trajetória de vida aumentam a chance da ocorrência de problemas de desenvolvimento e comportamento. A Psicopatologia do Desenvolvimento estuda o desenvolvimento humano em condições de risco, assim como os mecanismos protetores que permitem modificar as respostas em situações estressoras e adversas e favorecer os processos de resiliência individual e familiar. Na área da Psicologia Pediátrica, com atuação na comunidade e no contexto hospitalar, observa-se a relevância do referencial teórico-conceitual da Psicopatologia do Desenvolvimento para interpretar os indicadores de risco encontrados em amostras clínicas e amostras não referidas clinicamente que se encontram nas comunidades. A apresentação neste simpósio focalizará os resultados de estudos realizados no Laboratório de Pesquisa em Prevenção de Problemas de Desenvolvimento e Comportamento da Criança (FMRP-USP), que tiveram o objetivo de rastrear problemas de desenvolvimento e de comportamento em amostras de crianças procedentes da comunidade e do contexto hospitalar. Os estudos foram desenvolvidos junto ao Hospital das Clínicas e ao Programa de Saúde da Família, ambos vinculados a FMRP-USP. Foram avaliadas crianças na fase inicial do desenvolvimento, que apresentavam risco psicossocial (baixo nível de escolaridade dos pais e baixa renda) e/ou biológico (prematuridade ou queixa de enxaqueca). Para os rastreamentos foram utilizados o teste de Triagem de Problemas de Desenvolvimento de Denver-II e o Inventário de Problemas de Comportamento em Crianças CBCL 1 ½-5 anos. Os resultados mostram as prevalências em torno de 30% de risco para problemas de desenvolvimento, avaliado pelo Denver-II, em amostras de crianças da comunidade e de crianças nascidas prematuras acompanhadas em programas de follow-up ambulatorial. Esses achados mostram semelhança com outros estudos com amostras brasileiras. Por outro lado, nas amostras estudadas foi encontrada a presença de mais crianças com indicadores de problemas de comportamento nos grupos de crianças com risco biológico, em comparação com os grupos de controle. Verificou-se a relação entre risco biológico e risco psicossocial e indicadores de desenvolvimento e comportamento das crianças. Além disso, identificaram-se fatores do contexto ambiental que atuaram como mecanismos protetores para neutralizar os efeitos negativos dos riscos em potencial. Os achados apresentam possíveis desdobramentos na área de prevenção psicológica para crianças em contextos da comunidade e hospitalar. Além disso, mostram a aplicabilidade dos instrumentos de rastreamento para problemas de desenvolvimento e comportamento em amostras de crianças da cidade de Ribeirão Preto.

Apoio: CNPq; CAPES; FAPESP

Palavras-chave: desenvolvimento, comportamento, risco, saúde

P, M, D

Área: SAU

INTERVENÇÕES COGNITIVO-COMPORTAMENTAIS EM GRUPOS.

INTERVENÇÃO COGNITIVO-COMPORTAMENTAL EM GRUPO PARA PORTADORES DE DOR OROFACIAL. *Ana Irene Fonseca Mendes, Carmem Beatriz Neufeld (Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP).*

A dor crônica é um quadro complexo, cuja percepção resulta de interações entre a atividade das vias moduladoras da dor com os elementos emocionais, cognitivos e socioculturais do indivíduo. Apesar da queixa dolorosa inicial ser frequentemente associada a agressão tecidual, nos quadros dolorosos crônicos comumente não há lesão observável, ou esta é desproporcional à dor percebida. Nessas situações, admite-se que a manutenção do quadro doloroso e modo com que o paciente percebe, expressa e lida com a dor esteja relacionada a fatores psicossociais, culturais, ambientais. A perspectiva cognitivo-comportamental para o manejo da dor crônica fundamenta-se no pressuposto que os processos cognitivos, biológicos, comportamentais, socioculturais e ambientais influenciam-se mutuamente, visando promover o melhor ajustamento entre o indivíduo e seu ambiente. Nesta perspectiva, o objetivo é auxiliar os pacientes a identificarem seus pensamentos, crenças e comportamentos disfuncionais e reconhecer o impacto destes sobre a dor. Tem-se que a dor orofacial crônica acarreta prejuízos importantes para a qualidade de vida do paciente, como alterações no sono, no humor e na alimentação; podendo gerar baixa autoestima, desesperança, distorções cognitivas, conflitos na relações sociais, prejuízos no trabalho e no lazer. Nosso objetivo é apresentar um protocolo de intervenção em grupo baseada na perspectiva cognitivo-comportamental para pacientes portadores de dor orofacial. O programa de intervenção consta de uma fase de avaliação inicial em que as queixas somáticas e os problemas a elas relacionados são levantados. Nesta fase, bem como após o período de intervenção, são aplicadas escalas para avaliação de dor, de depressão, ansiedade e questionário de qualidade de vida. O programa de intervenção conta de 15 sessões terapêuticas de 1 hora e meia, em que são aplicadas técnicas cognitivas e comportamentais para o manejo da dor, a saber: psicoeducação sobre dor e dor crônica, treino de relaxamento muscular progressivo, treino de respiração, distração, treino de auto-monitoramento, treino de autoeficácia, treino de habilidades sociais, conceitualização cognitiva, reestruturação cognitiva, prevenção de recaída. Desta forma, busca-se que os pacientes reflitam sobre suas concepções sobre dor e adquiram estratégias para lidar de forma eficaz com o quadro doloroso.

Palavras-chave: Terapia Cognitivo-Comportamental em Grupo, Dor Crônica, Dor orofacial
P

Código: SMENTAL

INTERVENÇÃO COGNITIVO-COMPORTAMENTAL EM GRUPOS DE REEDUCAÇÃO ALIMENTAR. *Carmem Beatriz Neufeld, André Luiz Moreno da Silva, Cleidimara Aparecida Martins Moreira e Ana Irene Fonseca Mendes (Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental – LaPICC, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia e Educação - DPE da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - FFCLRP da Universidade de São Paulo - USP).*

A manutenção do peso corporal tem sido um grande desafio na sociedade atual uma vez que houve um aumento da oferta e da disponibilidade do alimento e, em contrapartida, uma diminuição das atividades físicas praticadas e a instalação de um estilo de vida sedentário acarretando um desequilíbrio entre a ingestão e o gasto calórico. Apesar de ainda haver uma restrição no acesso a alimentos nutricionalmente adequados em determinadas sociedades, o aumento de peso da população mundial já é uma realidade incontestável. No entanto, apesar destes aspectos culturais, fatores ambientais, sociais e psicológicos interagem entre si para a origem e manutenção dos problemas de sobrepeso e obesidade. A Terapia Cognitivo-Comportamental vem se mostrando como eficaz para o tratamento de desordens psiquiátricas e disfunções cognitivas e comportamentais ao trabalhar pensamentos e crenças disfuncionais. Visa, assim, a reestruturação cognitiva desses pensamentos e crenças disfuncionais e uma interpretação mais adaptativa e funcional da realidade. Neste sentido, crenças disfuncionais contribuem para a etiologia e manutenção da obesidade ao desencadear pensamentos distorcidos acerca do peso, do valor pessoal e da alimentação. O presente trabalho visa apresentar os resultados de alguns grupos de intervenção em TCC para população com demanda de emagrecimento e reeducação alimentar. Os grupos ocorreram ao longo dos anos de 2008, 2009 e 2010 e tiveram como objetivo propor e testar um programa de emagrecimento baseado nos pressupostos teóricos da TCC. Os instrumentos utilizados na coleta de dados incluem uma entrevista semi-estruturada e questionários clínicos de auto-avaliação. A entrevista semi-estruturada foi composta por tópicos que investigavam o histórico de sobrepeso do participante, seu estado geral de saúde, hábitos diários e alimentares, preocupações relativas à questão do sobrepeso e fatores desencadeadores sociais e psicossociais do problema, além de fatores de resgate que possibilitariam melhor adesão ao grupo e manutenção dos resultados. Os questionários clínicos de auto-avaliação buscaram avaliar ansiedade, depressão e desesperança, compulsão alimentar, comportamento bulímico e percepção da auto-imagem corporal. O programa de emagrecimento foi composto por doze sessões, sendo duas sessões de testagem e dez sessões terapêuticas, uma sessão de prevenção de recaída e uma sessão de encorajamento. A maioria dos grupos recebeu intervenções multidisciplinares, contando com profissionais da psicologia e da nutrição no processo de execução do programa. Foram utilizadas técnicas cognitivas e comportamentais como registro alimentar, registro de pensamento disfuncional, flecha descendente, questionamento socrático, ensaio cognitivo e experimento comportamental para as crenças disfuncionais de incapacidade de autocontrole e permissividade, avaliadas como mais ativas nos grupos de participantes. Foram realizadas análises qualitativas e quantitativas dos resultados que indicaram melhora clinicamente significativa tanto nos comportamentos quanto nos pensamentos distorcidos que contribuíam para a manutenção do quadro de sobrepeso e obesidade. Aspectos sobre adesão dos pacientes e necessidade de um trabalho multidisciplinar serão discutidos.

Palavras-chave: Terapia Cognitivo-Comportamental; Intervenção em grupos; Reeducação alimentar.

P

Código: SMENTAL

TREINAMENTO EM RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS SOCIAIS EM GRUPO COM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI. *Ricardo da Costa Padovani (Universidade Federal de São Paulo-Campus Baixada Santista, Santos, SP) e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).*

O envolvimento de jovens em ações violentas e criminosas, aspecto amplamente denunciado pela população civil e extensamente explorado pelos veículos de comunicação, vem se tornando uma discussão marcante na sociedade brasileira. É importante ressaltar que a infração cometida pela população juvenil não é um fenômeno isolado, restrito às classes de menor poder aquisitivo e, tampouco, específico do Brasil. O déficit de habilidades de resolução de problemas sociais entre adolescentes em conflito com a lei vem sendo apontado como uma das características dessa população. Diante desta constatação, o presente estudo teve como objetivo avaliar uma intervenção em grupo com adolescentes em conflito com a lei com o intuito de favorecer a discriminação e a emissão de respostas socialmente competentes favorecedoras ao seu bem-estar psicossocial. Participaram do programa de intervenção seis adolescentes do sexo masculino (quatro com 16 anos e dois com 17 anos), autores de atos infracionais. A pesquisa foi realizada em uma unidade de internação da FEBEM (atual Fundação CASA). Os instrumentos utilizados foram: *Roteiro de Entrevista Individual*, *Inventário de Depressão Beck (BDI)*, *Inventário de Ansiedade Beck (BAI)*, *Inventário de Desesperança de Beck (BHS)*, *Inventário de Resolução de Problemas Sociais – Revisado: Forma Abreviada (SPSI-R:S)*. Foram necessárias três sessões com cada participante para concluir a aplicação dos instrumentos da fase inicial de pré-teste. A aplicação dos instrumentos feita individualmente. Após essa avaliação, foi introduzido o programa de intervenção em grupo fundamentado na abordagem cognitivo-comportamental que envolveu dez sessões. Além de técnicas e estratégias de resolução de problemas sociais, as principais estratégias empregadas nessa fase foram: análise de crenças e pensamentos disfuncionais, identificação dos sentimentos, relaxamento e análise funcional de comportamentos impulsos e agressivos. Foram utilizados trechos de filmes e leitura de contos para incentivar as discussões e favorecer a reflexão dos participantes. Três meses após o término do grupo, foi feita uma sessão para coleta de dados pós-intervenção. O delineamento de pesquisa utilizado foi o de pré-teste e pós-teste com grupos. Os resultados indicaram: nítido histórico de fracasso escolar; histórico de maus-tratos infantis, consumo de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas (principalmente a maconha), envolvimento em lutas corporais. Verificou-se um índice expressivo de abandono da intervenção, apenas dois participantes estiveram presentes em todas as sessões. Todos indicaram diminuição da depressão. No que se refere à ansiedade, apenas um participante apresentou diminuição do nível (de grave para leve). Quanto à desesperança, dois diminuíram e um aumento o nível. Quanto à habilidade de resolução de problemas, verificou-se que quatro participantes apresentavam repertórios na média do grupo normal e dois participantes tinham déficits de tais habilidades. A melhoria foi observada entre dois participantes. O desenvolvimento de programas de intervenção para esta população se mostra relevante dado que o número de pesquisas voltadas à intervenção, apesar dos esforços de estudiosos, ainda é reduzido no Brasil.

Apoio: CNPq

Palavras-chave: infrator, resolução de problemas sociais, intervenção.

Doutorado – D

Código de área: COG - Psicologia Cognitiva

PREVENÇÃO DE AIDS NA COMUNIDADE.

AGENTE COMUNITÁRIO DE PREVENÇÃO: PONTE ENTRE A COMUNIDADE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À PREVENÇÃO AO HIV/AIDS. *Katia Maria Braga Edmundo* *(Universidade Federal do Rio de Janeiro)*

Com o crescimento da Aids entre as camadas populares, desde o início dos anos 90, o Rio de Janeiro conta com um grupo de moradores em favelas e periferias que desenvolvem iniciativas locais de prevenção. Inspiram-se na atuação dos agentes de saúde, mas focam suas intervenções em temas relacionados à epidemia de HIV/Aids, concebidas e desenvolvidas por organizações de base comunitária: os Agentes Comunitários de Prevenção das DST/Aids. Os Agentes trabalham temas como: sexualidade (gênero, orientação sexual); direitos humanos (violações; estigma e discriminação a PVHA; racismo); impacto das condições de moradia dentre outros. Criam estratégias para atuação frente à convergência de fatores de vulnerabilidades presentes nas comunidades, a partir das redes relacionais já existentes; vizinhos, igrejas, comércio local; famílias, instituições comunitárias, manifestações culturais e etc. A camisinha é inserida na cena comunitária”; estimula-se a demanda espontânea pela busca de preservativos nos núcleos comunitários; nas casas das agentes; nos bailes e festas populares. Tem livre trânsito pela comunidade em seus diferentes segmentos sociais. Mais de 50.000 peças de preservativo/mês são distribuídas. Os Agentes atuam como ponte” entre a comunidade e os serviços públicos de saúde. Mobilizam a comunidade e disparam processos de incorporação de práticas saudáveis a partir de tomadas de decisão qualificadas e o livre acesso ao insumo. O caminho percorrido pode e vem sendo potencializado para prevenção de outros agravos como a tuberculose, a hepatite, a dengue, etc. O trabalho impacta diretamente o desenvolvimento local. A prática dos Agentes demonstra que o desenho de uma política de prevenção em territórios populares deve levar em conta a experiência voluntária e espontânea que vem sendo acumulada pelas comunidades. A atuação no território produz impacto coletivo na dinâmica comunitária, mas garante a especificidade da abordagem junto a segmentos mais vulneráveis como requer a epidemia concentrada no Brasil.

AGENTE COMUNITÁRIO, PREVENÇÃO DE AIDS, VULNERABILIDADE

SOC

COMUNIDADE E PREVENÇÃO DE HIV/AIDS. *Carlos Roberto da Castro e Silva*
(Universidade Federal de São Paulo, Santos)

O atual quadro da epidemia do HIV/Aids indica que as pessoas mais expostas à infecção são aquelas que sofrem com as conseqüências da pobreza, reforçando a associação da doença com a exclusão social, e/ou pertencem a grupos minoritários destacando as mulheres, os homossexuais e os usuários de drogas. Este perfil reforça a necessidade de ações de prevenção que atuem, principalmente, na redução de preconceitos e quebra de tabus. Isto se faz necessário não apenas em relação ao HIV/Aids, mas também em relação à outras formas de opressão social que colocam as pessoas em situações de vulnerabilidade, destacando aquelas associadas à questões de gênero, de orientação sexual, de raça/etnia e de classe social. Em parceria com o Estado e seus serviços de saúde, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) têm sido um instrumento importante no desenvolvimento de ações de prevenção em vários espaços e com grupos distintos das comunidades, como por exemplo, escolares, funcionários em empresas, juntos a trabalhadores do sexo, em locais de encontro de gays, lésbicas, bissexuais e transexuais (GLBT) entre outros, de acordo com as características peculiares das localidades e de suas populações. Todavia, se pensarmos em termos de prevenção ao HIV/Aids em comunidade, tendo em vista a complexidade do atual quadro da epidemia, as ações realizadas por meio das ONGs enfrentam problemas graves. Esses problemas são abordados neste texto de forma sucinta, como contribuição para a superação dos obstáculos e como estímulo a uma discussão sobre a busca de novos recursos e atores sociais nas comunidades. Desta forma consideramos pertinente discutir o(s) sentido(s) possível(is) de comunidade e seus princípios de organização, visto que tal noção está na base de muitas ações de promoção e prevenção em saúde pública. Além disso, indicar bases de compreensão e caracterização da dinâmica da comunidade, assim como de processos de participação social e fortalecimento psicossocial e comunitário. Destacamos alguns aspectos que ajudam na orientação para ações de prevenção em relação ao HIV/AIDS: A prevenção de HIV/Aids em comunidade sugere a percepção crítica do contexto social econômico e político neoliberal em que vivemos e ainda que a redução da vulnerabilidade ao HIV/Aids suscita estratégias que combatam a desigualdade social; A partir dos conceitos que ancoram a noção de comunidade, como de sentimento psicológico de comunidade, de fortalecimento comunitário e de amizade, devemos investigar novas ações coletivas que valorizem o espaço público como uma possibilidade efetiva de transformação pessoal e social; Na perspectiva crítica do papel das ONGs/Aids consideramos estas como um espaço de transição para o fortalecimento psicológico e comunitário dos seus participantes, soropositivos e soronegativos, isto é, elas passam a constituir um meio de promover a politização de experiências de estigmatização e discriminação em relação ao HIV/AIDS e de outras formas de opressão que sustentam esta última; A articulação entre os níveis individual, grupal, institucional e comunitário deve refletir um ciclo que se inicia na compreensão do impacto bio-psico-social do HIV/Aids na vida da pessoa, resultando na construção de diálogos democráticos no cotidiano das instituições e no fortalecimento interinstitucional e comunitário.

PREVENÇÃO DE AIDS, ONG, COMUNIDADE

SOC

COMUNIDADE, TERRITORIALIDADE E PREVENÇÃO DE AIDS ENTRE HOMENS QUE FAZEM SEXO COM HOMENS. *Maria Cristina Antunes*
(Universidade Tuiuti do Paraná)

Estudos têm demonstrado que homens que fazem sexo com homens (HSH) têm estilos de vida diferenciados e ocupam diferentes espaços sociais e culturais. Mapeando as redes sociométricas e as subculturas homoeróticas, é possível entender a disseminação do HIV e os fatores de vulnerabilidade. O objetivo geral desse trabalho é descrever como subculturas sexuais de homens que fazem sexo com homens que freqüentavam bares e boates em duas regiões de São Paulo ocupavam diferentes territórios, descrever suas subculturas e práticas sexuais. À partir dos dados qualitativos dessa pesquisa, serão discutidos os conceitos de comunidade, redes e territórios. Foi realizado um mapeamento etnográfico em dois bairros de São Paulo, onde se localizam 58 bares e boates gays. Foram aplicados questionários em 500 homens (Centro e Jardins), sobre: dados sócio-demográficos, percepção de risco, práticas sexuais, prevenção de aids e uso de drogas. Durante 12 meses foram realizadas intervenções, com distribuição de preservativos, lubrificantes e folhetos informativos. Durante o mapeamento etnográfico observamos que a região do Centro tem bares mais antigos e tradicionais, com a presença mais explícita de travestis e garotos de programa, com imagens identitárias baseadas na divisão de papéis de gênero. O Jardins tem bares requintados, com a presença mais acentuada de imagens identitárias baseadas na identidade gay. Foram encontradas diferenças nas duas regiões, observando que maior proporção de homens que freqüentavam o Centro: eram pobres, menos escolarizados, negros; tinham uma menor percepção de risco e menos confiança nos métodos preventivos para aids; tinham mais práticas de risco; concordavam que não usavam preservativo porque estavam apaixonados e porque existiam medicamentos para tratar a aids. Observamos que diferentes subculturas sexuais de HSH, redes sociométricas, imagens identitárias e performances de papéis ocupam diferentes espaços na cidade de São Paulo, configurando territórios diferentes de vulnerabilidade ao HIV. O conceito de territórios de vulnerabilidade enfatiza a importância de intervenções para prevenção da aids com foco comunitário, atuando nos componentes individuais, sociais e programáticos. Pensando em termos de desenvolvimento de estratégias de prevenção que têm como horizonte a emancipação psicossocial além do incremento do uso de camisinha, devemos levar em consideração essas redes sociométricas, que ocupam territórios dentro da cidade, criando territórios de atualização/realização de desejos e vulnerabilidade.

HOMOSSEXUALIDADE, PREVENÇÃO DA AIDS, COMUNIDADE.

SOC

ESTUDOS PSICOLÓGICOS DA INTERAÇÃO HUMANA: O PAPEL DA ANÁLISE INTERACIONAL.

TEORIA E MÉTODO DA ANÁLISE INTERACIONAL. *Luciano Meira*
(Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE).

A Análise Interacional é comumente empregada em estudos antropológicos e cognitivos nos quais se busca construir um entendimento sobre as formas de ação e comunicação entre indivíduos participantes de uma atividade qualquer. Trata-se de um modelo que combina ferramentas da Análise do Discurso e da Conversação com a investigação acerca da participação do gesto, dos artefatos e dos registros e representações na constituição da ação humana. Como pressuposto básico, assume-se que os discursos, os artefatos, os gestos e os registros que construímos e fazemos uso formam “campos semióticos” nos quais certas atividades tornam-se prováveis, outras possíveis e outras improváveis. O objetivo da Análise Interacional é, portanto, identificar as regularidades nas formas pelas quais os indivíduos utilizam recursos do mundo social e material no qual eles operam. Mais que uma técnica, a Análise Interacional envolve um conjunto complexo e coordenado de perspectivas analíticas e teóricas, inclusive a etnografia. Os aspectos pontuados a seguir resumem alguns dos principais focos da Análise Interacional: (i) Estrutura: eventos são sempre segmentados e possuem uma estrutura que é reconhecida e mantida pelos participantes. O foco repousa sobre as formas pelas quais os participantes tornam esta estrutura visível para si mesmos e para os outros, ou como “anunciam” que a fronteira de um segmento interacional se aproxima e que o próximo segmento de interação terá um novo caráter; (ii) Organização temporal, ritmo e periodicidade: seqüências repetitivas permitem o desenvolvimento de rotinas estáveis e uma infra-estrutura durável no contexto da qual quebras na ação podem ser gerenciadas, fazendo emergir certa preditibilidade na ação. A Análise Interacional busca tanto os aspectos repetitivos da ação quanto sua variabilidade, a mudança e a novidade; (iii) Estruturas de participação: processo de engajamento e afastamento da situação interacional caracterizado por alinhamento corporal, usualmente face-a-face, contato viso-ocular regular e tom de voz apropriado para a situação; (iv) Quebras e reparos: a análise de quebras no sistema de regras interacionais disponível é um dos melhores métodos para entender como o mundo se apresenta do ponto de vista do outro; (v) Organização espacial da atividade: o corpo humano, suas habilidades sensorio-motoras e suas formas compartilhadas de orientar-se para o mundo social e material permitem certos usos do espaço ao mesmo tempo em que dificultam ou impedem outros; e (vi) Artefatos e documentos: Um dos principais interesses da Análise Interacional está em compreender a emergência e manutenção de atividades e interações em função da presença de diferentes artefatos e tecnologias. A observação destes aspectos ou focos permite ao analista construir um entendimento dos modos de interação emergentes entre os participantes de uma atividade qualquer, com vistas à investigação dos seguintes tipos de questões: (a) Que limites e possibilidades um dado artefato impõe à ação?; (b) Qual o nível de engajamento dos indivíduos na atividade em curso?; (c) Que obstáculos comunicativos caracterizam a atividade?; (d) Como os indivíduos resolvem ambigüidades próprias da situação interacional?; (e) Que recursos sociais e materiais despertam a atenção dos indivíduos em interação?

Palavras-chave: Análise interacional, Campos Semióticos, Metodologia

Nível do Trabalho: Pesquisador

Código da Área da Pesquisa: COG

CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE INTERACIONAL PARA A INVESTIGAÇÃO DAS RELAÇÕES DE APEGO MÃE-CRIANÇA. *Pompéia Villachan-Lyra*
(Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE).

Este trabalho apresenta uma proposta metodológica para a investigação das relações de apego cuidador-criança, a partir de uma perspectiva relacional e dinâmica de desenvolvimento humano, com ênfase no início da vida. Destacamos também algumas contribuições da análise interacional e videográfica para a investigação dessas relações. Tradicionalmente, os estudos sobre as relações de apego destacam a sensibilidade materna como determinante das futuras competências do bebê. Entretanto, estudos recentes vêm questionando se essa sensibilidade é um elemento determinante da qualidade das relações de apego e das futuras competências da criança. Tais estudos ressaltam a importância de se empreender uma visão multifacetada e sistêmica do apego e defendem que o processo de co-construção de uma relação de apego se dá a partir da interação entre múltiplos elementos que constituem esse sistema. Esta perspectiva se apresenta como um paradigma teórico-metodológico útil à investigação do apego, sendo este concebido como um sistema aberto, composto por várias dimensões, como: (i) o uso da figura de apego como uma base segura; (ii) uso dessa figura enquanto promotora de conforto durante uma situação de medo ou tristeza; e (iii) busca de proximidade com a figura de apego. Outras influências contextuais também são destacadas, como os gestos, o tom de voz, a regulação postural entre os parceiros, e assim por diante. Segundo esta visão, todos estes elementos compõem o sistema de apego e estão intrinsecamente relacionados. Assim, tanto a criança como a mãe ou cuidador estão, simultaneamente, co-atuando e co-construindo a sua relação de apego através de processos comunicativos, caracterizados por determinadas regularidades relacionais. Para a investigação de tais regularidades apresentamos neste trabalho uma proposta metodológica baseada na análise interacional e videográfica das relações afetivas cuidador-criança, tomando por base a idéia dos *frames de apego*. *Frames* referem-se a padrões relacionais dinamicamente estáveis, segmentos recorrentes de co-ação entre os parceiros envolvidos na interação, caracterizados pela atenção e engajamento dos parceiros que co-orientam suas ações para um tópico específico. No caso dos *frames de apego*, os tópicos referem-se a cuidado, separação e reencontro. Mais especificamente, a diferentes situações comunicativas onde os parceiros relacionais exercem cuidados com o outro (ou mesmo com personagens de uma história em um contexto de brincadeira) ou demonstram segurança ou insegurança em momentos de separação e reencontro. Para a análise dos *frames de apego*, fazem-se necessárias observações minuciosas e exaustivas do fenômeno. Considerando a minúcia característica deste tipo de investigação, a análise interacional é geralmente realizada tomando por base registros videográficos. Defendemos que esse tipo de registro e posterior análise microgenética podem favorecer uma melhor compreensão da dinâmica de funcionamento das atividades humanas, visto que assim os registros poderão ser analisados pelos pesquisadores diversas vezes, de diferentes maneiras e de modo extremamente minucioso. Tal perspectiva metodológica amplia a análise da interação de indivíduos para abarcar também outros elementos, uma vez que investiga também a fala, interação não-verbal, uso de artefatos e práticas variadas, favorecendo a compreensão das relações de apego a partir de uma perspectiva dinâmica e relacional e fundamentando também diferentes possibilidades de intervenção.

Palavras-chave: Apego, Análise interacional, Desenvolvimento

Nível do Trabalho: Pesquisador

Código da Área da Pesquisa: COG

ANÁLISE INTERACIONAL E DIALOGISMO: UM ESTUDO DAS FÁBRICAS DE SOFTWARE. *Flávia Peres* (Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE).

A partir de métodos e recursos da Análise Interacional e da videografia, registramos e analisamos dois momentos do processo de desenvolvimento de software: as atividades de programadores, cientistas da computação, designers e outros profissionais na fabricação de softwares e as atividades de uso de softwares fabricados no primeiro momento. Mantivemos o pressuposto central do círculo bakhtiniano, segundo o qual o modo de funcionamento da linguagem não pode ser apreendido pelas observações das unidades da língua, mas somente nas relações dialógicas entre os enunciados. Assumimos que tal perspectiva dialógica é congruente com os trabalhos da psicologia sócio-cultural, originada no início do século XX com Vygotsky, Luria e Leontiev, e nos permite aproximar seus pressupostos centrais neste trabalho. O foco do trabalho analítico recaiu sobre recursos interacionais e sobre processos particulares que emergiram da ação situada e distribuída em variados contextos de desenvolvimento e uso de software, sabendo-se que uma suposta estrutura imanente às situações era muito mais um produto emergente da própria situação do que sua fundação. As práticas nestes contextos envolveram uma montagem intrincada de escolhas, condicionadas por um conjunto enorme de circunstâncias, quase sempre de natureza relacional e histórica. Os caminhos tomados ganharam estabilidade com o tempo, pois inscritos em arranjos sociais e gêneros discursivos específicos, implicando na emergência das regularidades que analisamos. Foi uma investigação de cunho essencialmente qualitativo e interpretativo, para a qual desempenharam papel importante as concepções de linguagem como *interação*, de interação como relação entre sujeitos *incorporados*, de gênero como *tipo histórico relativamente estável* e de enunciado como *atividade social* que foi, neste caso, gerida por desenvolvedores e usuários. Investigar a interação nesses termos implicou tomá-la como constituída por diversos relacionamentos integrados semioticamente, que não podem ser estudados de forma isolada, pois pressupõem a cognição como um fenômeno situado, coletivo e inserido em um mundo social e material compartilhado. Destacamos algumas contribuições da Análise Interacional e videográfica e algumas implicações básicas advindas dessas análises para as “fábricas de software”. Atentos para os aspectos dialógicos que puderam ser apreendidos, um dos principais pontos destacados foi a distância entre os gêneros discursivos das práticas em fábricas de software e os gêneros discursivos das práticas dos usuários. Assim, a fim de diminuirmos a distância, propomos a necessidade de engajamento mútuo entre as práticas de desenvolvedores e usuários e especificamos um caminho para este engajamento, focalizado concretamente no dialogismo bakhtiniano. O *diálogo* serviu-nos duplamente como ferramenta e resultado, pois elaboramos uma metodologia de desenvolvimento de software baseada na integração entre as práticas discursivas e, como consequência, defendemos uma possibilidade de tornar os computadores mais efetivamente “responsivos” às ações humanas.

Palavras-chave: Dialogismo, Análise Interacional, Fábrica de Software

Nível do Trabalho: Pesquisador

Código da Área da Pesquisa: COG

CONSCIÊNCIA MORFOLÓGICA E LINGUAGEM ESCRITA: DESEMPENHO ORTOGRÁFICO E COMPREENSÃO EM LEITURA.

CONSCIÊNCIA MORFOLÓGICA, CONSCIÊNCIA SINTÁTICA E HABILIDADES DE LEITURA. *Fraulein Vidigal de Paula* (Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, SP)

A habilidade de leitura é subdividida na capacidade de decodificar e compreender. Neste sentido, o ato de ler em uma língua alfabética, como o português, envolve o processamento das relações entre letras, sons e significados das palavras. A leitura contextual exige ainda a consideração das regras a respeito das possibilidades e restrições para dispor palavras na formação de sentenças com sentido numa língua, que se refere ao domínio da sintaxe. Para dar conta dessa complexidade, na leitura em contexto é necessário mobilizar conhecimentos de diferentes domínios linguísticos para a sua realização. Por exemplo, a leitura em contexto deve exigir concomitantemente a coordenação de conhecimentos sobre fonologia, morfologia e sintaxe. Neste trabalho, examinados as relações entre leitura de palavras e de sentenças com consciência morfológica derivacional e flexional além de consciência sintática. A consciência morfológica envolve vários fatores, dentre eles, o uso deliberado do conhecimento sobre os diferentes tipos de morfemas classificados conforme seu papel na palavra. Quanto à função, os morfemas do português são classificados em lexicais (base ou radical da palavra), derivacionais e flexionais. Uma palavra é chamada de simples se possui apenas um morfema, e complexa, se composta de dois ou mais morfemas. Os morfemas derivacionais permitem mudar o significado ou a classe de uma palavra já existente - exemplo, feliz; infeliz; felizardo. Os flexionais ajudam a colocar uma palavra em contexto sintático, conforme o gênero e número - em substantivos e adjetivos; conforme tempo, modo, número e pessoa - em verbos. Na leitura, este conhecimento pode ser útil para que se possa inferir a pronúncia correta das palavras e seu significado, estejam elas isoladas ou em contexto. Participaram desse estudo o total de 260 alunos, sendo 132 meninos e 128 meninas, da 1ª série, 3ª série, 5ª série e da 7ª série, de uma escola privada, na cidade de São Paulo, Brasil. Foram aplicadas quatro tarefas de consciência morfológica, uma de consciência sintática, uma de leitura de palavras isoladas e uma de compreensão de sentença. Analisando os coeficientes de correlação entre as medidas de leitura - de palavra, de compreensão de sentença - e as de conhecimento morfológico e sintático, predominaram correlações fracas, positivas e significativas. A quantidade de correlações entre essas medidas aumenta quanto mais avança a série analisada. Além disso, constatou-se maior número de correlações significativas entre as medidas de consciência morfológica com a medida de leitura de palavras isoladas, o que pode ser um indicador de que outras variáveis linguísticas não avaliadas são também importantes para a compreensão na leitura de sentenças.

Financiamento da CAPES/Cofecub

Palavras-chave: desenvolvimento metalingüístico, consciência morfológica, compreensão da leitura

Nível do trabalho:-P

Código da área da pesquisa: DES e COG

CONSCIÊNCIA MORFOSSINTÁTICA E LINGUAGEM ESCRITA: DESEMPENHO ORTOGRÁFICO E COMPREENSÃO EM LEITURA. *Sandra Regina Kirchner Guimarães (Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR).*

Nos últimos decênios, diversos estudos verificaram que as habilidades metalinguísticas têm papel essencial na aquisição da linguagem escrita e revelam-se associadas à maior ou menor eficácia dessa aquisição. Entretanto, enquanto a relação entre metafonologia e aprendizagem da leitura e da escrita está bem documentada, estudos sobre a relação entre a consciência morfofossintática e aprendizagem da linguagem escrita ainda são pouco numerosos. Destaca-se que a escrita combina dois princípios: o princípio fonográfico (associado ao processamento fonológico) e o princípio semiográfico, o qual permite que unidades gráficas (por exemplo, *casa*) correspondam também a um significado (*casa* = *edifício de moradia*). Os morfemas são os menores signos linguísticos que encerram um significado, sendo que as palavras podem ser constituídas por um único morfema (palavras simples) ou compostas por dois ou mais morfemas (palavras complexas). Por isso, a habilidade de refletir sobre essas unidades de significado é chamada consciência morfológica e pode ajudar o aprendiz a entender o princípio semiográfico. Além disso, é importante salientar que a sintaxe estuda tudo o que se relaciona com a combinação linear das palavras nas frases. Assim, tendo em vista as inter-relações entre o nível morfológico e o sintático, designa-se de consciência morfofossintática a capacidade que o sujeito possui de fazer considerações, de modo consciente, sobre a derivação e a flexão das palavras (considerações morfológicas), envolvendo a reflexão sobre as palavras como categorias gramaticais e sua posição na frase (considerações sintáticas). Os primeiros estudos que dão suporte a idéia de que a aprendizagem da leitura e da escrita é influenciada tanto pela consciência fonológica como pela consciência morfofossintática foram realizados em língua inglesa, os quais foram seguidos por estudos em outros idiomas. Neste trabalho pretende-se apresentar uma revisão de estudos que têm oferecido evidências empíricas que afirmam a importância da consciência morfofossintática para o desenvolvimento da linguagem escrita, com destaque para estudos conduzidos no português brasileiro. Tomando como referência os estudos citados, discute-se a relação entre a consciência morfofossintática e o domínio das convenções da escrita pelas crianças, especialmente no que diz respeito à segmentação convencional (e não-convencional) do texto em palavras gráficas. O trabalho também analisa as relações entre a consciência morfofossintática e a compreensão da leitura. Além disso, o trabalho destaca que a avaliação da relação entre a consciência morfofossintática e a aprendizagem da escrita é um tema complexo, que carece de novos estudos, sobretudo estudos longitudinais que possam estabelecer uma possível conexão causal entre essa habilidade metalinguística e o desenvolvimento da capacidade de leitura e de escrita. Esse tipo de estudo é necessário para explorar melhor como e quando é desenvolvida a consciência morfofossintática, ou seja, os níveis de progressão do processamento das informações morfofossintática. E, mais do que isto, enfatiza-se a necessidade de estudos de intervenção que possibilitem verificar como o ensino dessa habilidade pode auxiliar os alunos a utilizarem de forma intencional e deliberada o conhecimento dos aspectos morfofossintáticos como estratégia de leitura e de escrita.

Palavras-chave: Consciência morfofossintática, desempenho ortográfico, compreensão da leitura.

Nível do trabalho: -P

Código da área da pesquisa: DES e COG

CONSCIÊNCIA MORFOLÓGICA E LEITURA CONTEXTUAL. *Márcia Maria Peruzzi Elia da Mota (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Fundamentos de Psicologia, Rio de Janeiro e Universidade Salgado de Oliveira Niterói, RJ)*

Habilidade metalingüística é a habilidade de refletir sobre a linguagem como objeto do pensamento. Dentre as habilidades metalingüísticas duas parecem estar associadas à leitura e a escrita: a consciência morfológica e consciência fonológica. Consciência fonológica é a habilidade de refletir sobre os sons que compõem a fala e a Consciência morfológica é a habilidade de refletir sobre os morfemas que compõem as palavras. Morfemas são as menores unidades lingüísticas que têm significado próprio. A consciência morfológica parece ser particularmente importante para compreensão de texto e leitura contextual, visto que além das informações fonológicas, informações sintático-semânticas devem ser utilizadas nesse processo. Este estudo se propôs a investigar a relação entre as habilidades metalingüísticas citadas e a leitura contextual medida pelo Cloze em um estudo longitudinal. O Cloze consiste de um pequeno texto em que palavras são omitidas e as crianças precisam completá-lo. A amostra consistiu de 42 crianças, sendo 19 do 2º ano e 23 do 3º ano, todas do ensino fundamental de escolas particulares, situada no interior de Minas Gerais. A média de idade das crianças de 2º ano foi de 87,5 meses (DP 3,93) e de segundo ano 98,3 meses (DP 4,58). Um ano mais tarde as crianças foram entrevistadas novamente. Foram aplicadas duas tarefas de consciência morfológica, duas de consciência fonológica, o teste de Cloze (leitura contextual), o Teste de Desempenho Escolar (TDE) e medidas de vocabulário e memória (WISC) no primeiro ano. Todas as medidas, menos as de memória e vocabulário, foram repetidas um ano mais tarde. Na primeira parte foi explorada a relação entre as tarefas de consciência morfológica, consciência fonológica, e os escores no Cloze através de correlações simples e, na segunda, averiguou-se a especificidade desta relação utilizando-se regressões múltiplas. A relação entre o processamento da morfologia derivacional e a leitura contextual um ano mais tarde foi demonstrada através dos índices de correlação obtidos. Embora, os coeficientes de correlação tenham mostrado correlações fracas, positivas e significativas entre duas das medidas de consciência morfológica e a leitura contextual um ano mais tarde, esses resultados se mantiveram quando foram controlados os níveis iniciais de leitura e de consciência fonológica para pelo menos uma das medidas de consciência morfológica. Os resultados, assim, dão certo apoio à hipótese de que a consciência morfológica contribui independentemente da fonológica para leitura contextual no português.

Financiamento do CNPq Edital MCT/CNPq 50/2006 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

Palavras-chave: leitura, consciência morfológica, consciência fonológica

Nível do trabalho: -P

Código da área da pesquisa: DES e COG

PROBLEMAS E EXPERIÊNCIAS DE ATUALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS NO BRASIL NA GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO.

LEPE DE PSICOLOGIA COGNITIVA: ENFRENTANDO OS OBSTÁCULOS PEDAGÓGICOS E POLÍTICOS AO ENSINO DA PSICOLOGIA CIENTÍFICA.

Gustavo Arja Castañon (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Este trabalho tem como objetivo a apresentação dos tipos de obstáculos que se colocam contra o estabelecimento de uma tradição de ensino e pesquisa de psicologia experimental no Rio de Janeiro. Dividem-se estes obstáculos em dois tipos, os pedagógicos e os políticos. Entre os pedagógicos podemos destacar a ausência de cursos de pós-graduação stricto sensu em Psicologia Cognitiva e a falta de laboratórios de ensino de Psicologia Cognitiva. Quanto ao primeiro, contamos no Rio de Janeiro hoje com quatro programas de Psicologia Social, cinco programas de Clínica com orientação psicanalítica e um único programa geral, de Psicologia, na UFRJ. Além destes, ainda contamos com programas paralelos como os do IMS-UERJ e da Fiocruz que tendem a formar muitos professores que atuam nas graduações de Psicologia do Rio de Janeiro. A consequência natural deste cenário é a carência de professores habilitados em Psicologia Experimental nas graduações cariocas e a ausência de programas de pesquisa experimental nestas instituições. O segundo obstáculo pedagógico é a falta de softwares que permitam a reprodução em laboratório informatizado de experimentos clássicos de psicologia cognitiva, o que faz com que os LEPEs cariocas (e brasileiros) se assemelhem aos laboratórios de psicologia anteriores aos anos cinqüenta. Entre os obstáculos políticos à difusão da psicologia científica no Rio de Janeiro podemos destacar a oposição intelectual de psicanalistas à difusão da abordagem científica dos problemas psicológicos e igualmente à oposição institucional, centrada nas universidades públicas, dos sócio-históricos ou construcionistas sociais, que, em virtude da natureza de suas crenças epistemológicas, defendem que a luta entre idéias não é uma luta entre argumentos racionais ou evidências empíricas, mas sim uma luta política de propaganda e domínio institucional. De forma a contribuir positivamente com a melhoria este cenário desalentador, um projeto de pesquisa iniciado por mim e pelo professor Jesus Landeira, que agora conta com a coordenação da Professora Eliane Gerk, começou a desenvolver programas, baseados na plataforma e-prime, que reproduzem alguns dos experimentos mais importantes da psicologia tomando os próprios alunos como sujeitos experimentais em ambiente de laboratório de informática relativamente comum. Da mesma forma, participo de grupo de pesquisa coordenado pelo professor Helmuth Krüger que atualmente está instaurando o primeiro laboratório de ensino e pesquisa de psicologia cognitiva do Rio de Janeiro. Estes esforços, no entanto, precisam ainda ser coroados com a formação de uma tradição mesmo que modesta de pesquisa experimental no Rio de Janeiro e a criação de um programa de pós-graduação stricto sensu em Psicologia Cognitiva.

Palavras-chave: Psicologia Cognitiva; Laboratório de ensino e pesquisa de psicologia (LEPE); Psicologia Experimental.

P

FORM

O ENSINO DA PSICOLOGIA NO BRASIL E O PAPEL DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU. *Ana Maria M. Serra (Instituto de Terapia Cognitiva, São Paulo).*

O ensino da Psicologia no Brasil incita reflexões e questionamentos. O modelo atual basicamente compreende: graduação (bacharelado e profissionalizante); pós-graduação lato-sensu e stricto-sensu; e doutoramento. Graduados estão formalmente autorizados a exercer a especialidade escolhida – dentre as quais a grande maioria seleciona a especialidade clínica – embora com formação e experiência insuficientes para o exercício da especialidade. É então que entram em cena os cursos de especialização lato-sensu e stricto-sensu, sendo os primeiros alvos da preferência da grande maioria dos psicólogos graduados. Tais cursos propõem treinar o psicólogo para o exercício da especialidade oferecida, e, ao mesmo tempo, suprir falhas advindas da graduação, porém, sem oferecer garantias de que efetivamente preencherão satisfatoriamente os objetivos propostos. Note-se ainda a recente proliferação das especializações lato-sensu no Brasil, que variam enormemente com relação ao modelo de ensino, programa adotado, ênfase na aquisição de habilidades para a prática, entre outros fatores, destacando-se ainda a variação no treinamento adequado dos instrutores, freqüentemente eles próprios despreparados para o exercício da especialidade proposta, e, conseqüentemente, insuficientemente habilitados para a tarefa de treinar outros. Todavia, o profissional egresso desses cursos recebe o certificado que o habilita como especialista na área. Envolvem-se então o MEC e o CFP- Conselho Federal de Psicologia, que oferecem credenciamento a cursos que voluntariamente o requererem. Porém, esses órgãos estão efetivamente logrando, através dos processos de credenciamento, elevar a qualidade dos cursos de especialização e garantir que formem especialistas? O MEC, que vinha excepcionalmente credenciando cursos de especialização oferecidos por instituições não universitárias, recentemente suspendeu o processo, enquanto formaliza um procedimento para regularizar o que, de regime de exceção, havia se transformado em norma. O CFP, por outro lado, quase exorbitou nas exigências para o credenciamento de cursos de especialização em várias áreas da psicologia – clínica, organizacional, educacional, hospitalar, neuropsicologia e outras. Porém, na condução do processo de credenciamento, observa-se dois problemas: os critérios, embora rigorosos, não foram aplicados de forma isonômica; e do total de 106 cursos já credenciados, mais da metade hoje apresentam seu credenciamento expirado, alguns desde 2007. Isto sugere possibilidades preocupantes: no decurso de suas atividades, ou os centros de especialização consideraram o credenciamento do CFP dispensável, ou caíram abaixo dos critérios exigidos, não mais se qualificando para a obtenção do credenciamento. Ou ainda, desinteressaram-se devido ao difícil contato com o CFP e a ABEP, encarregada pelo CFP de conduzir os processos de credenciamento. Tais problemas serão discutidos, ao mesmo tempo em que serão apresentadas propostas para a regularização das distorções e dificuldades apontadas e para a elevação da qualidade do exercício da Psicologia em suas várias áreas. O objetivo destas propostas é a recuperação da reputação do profissional de Psicologia em nossa sociedade, ainda marcada por conceitos negativos e que preocupam acadêmicos e profissionais dedicados ao desenvolvimento e promoção da Psicologia e cerceiam a influência de nossa ciência e profissão.

Palavras-Chave: Ensino da Psicologia, Especialização Lato-Sensu, Credenciamento.
FORM

FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE ATUALIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS. *Cleia Zanatta Clavery Guarnido Duarte (Universidade Católica de Petrópolis – Petrópolis – RJ)*

Este estudo tem como objeto de análise o processo de construção e implementação do currículo do Curso de Psicologia da Universidade Católica de Petrópolis – RJ, avaliando as dimensões legais, científicas, pedagógicas e institucionais que foram levadas em conta para oferecer um programa de formação de psicólogos face a uma identidade profissional muitas vezes distorcida, em função de diferentes demandas externas de mercado de trabalho e direcionamentos diversos decorrentes do próprio corpo teórico da Psicologia. Optou-se por utilizar o método de estudo de caso, com base em dados recolhidos entre os anos de 2004 a 2010 e nas observações feitas pelas Coordenações de Curso que atuaram neste período, de professores(as) que participaram do processo de construção e implementação do currículo e de estudantes que estão cursando o currículo, desde a sua implantação e que, no momento, está sendo oferecido até o nono período. Estes últimos dados citados foram coletados através da aplicação de um questionário de respostas abertas e fechadas aos docentes e discentes. Objetivou-se, na construção do currículo, tentar conciliar as Diretrizes Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia, propostas na Resolução N° 8 de 7 de maio de 2004 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9394/96, Parecer CNE 583/2001 (Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação), Parecer CNE N° 329/2004 (Carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial), Lei Federal N° 4119/62 em vigor (Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo) e Projeto Pedagógico Institucional da Universidade Católica de Petrópolis. Objetivou-se, também, conciliar as contribuições docentes e discentes, no âmbito das questões científicas, acadêmicas e pedagógicas levantadas, fruto de diversas reuniões realizadas pela comissão responsável pela elaboração do currículo. Decidiu-se por adotar um modelo tradicional de currículo que garantisse a inclusão de disciplinas básicas da ciência psicológica e contemplasse três ênfases que foram consideradas obrigatórias (Psicologia e Processos Educativos, Psicologia e Processos de Gestão, Psicologia e Processos Clínicos) e duas ênfases consideradas opcionais (Psicologia e Processos de Prevenção e Promoção da Saúde e Psicologia e Processos de Investigação Científica). Até o momento, temos 316 estudantes cursando o currículo, alvo deste estudo, e vinte e oito professores que integram o corpo docente do Curso de Psicologia. Destes professores(as), dez já integram o corpo docente por mais de dez anos, sendo que alguns já atuam no curso há aproximadamente trinta anos, o que os credencia a avaliarem o currículo a partir de larga experiência docente.

Palavras-chave: Currículo, Curso de Psicologia, Universidade Católica de Petrópolis
P

FORM

BREVES CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DE APRENDIZAGENS E FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES, EXTENSIONISTAS E ESTÁGIOS: POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM E FORMAÇÃO PARA ALÉM DA SALA DE AULA. *Lilia Aparecida Kanan (Docente e pesquisadora da Universidade do Planalto Catarinense-UNIPLAC– Lages – SC).*

As Diretrizes Curriculares indicam a necessidade de uma formação generalista a perpassar os cursos de Psicologia e que seus atores devem escolher aspectos a serem enfatizados na formação, de modo a promover rápida inserção profissional. O curso de Psicologia da Uniplac/SC busca garantir atividades de aprendizagem orientadas para a aproximação do aluno à realidade da região, guardadas suas especificidades. Para que os acadêmicos desenvolvam competências para avaliar problemas humanos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva em diferentes contextos e para que sejam capazes de atuar na promoção da qualidade de vida é valorizado, dentre outros aspectos, o conhecimento articulado e contextualizado dos diferentes domínios de atuação em Psicologia. Resposta a tal necessidade, atividades complementares, extensionistas e estágios contribuem às possibilidades de aprendizagem e formação para além da sala de aula. Alguns exemplos são os projetos de extensão ‘orientação profissional’ voltado aos alunos da rede pública de ensino, o ‘Serviço de Psicologia’ conveniado ao Ministério Público da comarca e o projeto ‘Atenção à Sexualidade na Infância e Adolescência’ em convênio com a Vara da Fazenda, com o Instituto Paternidade Responsável e com a Delegacia da Mulher. Além destas possibilidades de formação, os estágios (campos) são definidos apartir do projeto do curso, da demanda da comunidade e da identificação das necessidades feita pelos próprios alunos durante suas incursões no campo de atuação profissional. Portanto, as situações vivenciadas pelo aluno durante o curso representam oportunidade de elaboração teórica, de pesquisa e de discussão sobre a prática profissional, mas principalmente de transformação processual do conhecimento em atuação.

Palavras-chave: formação em Psicologia, processos de aprendizagem em Psicologia, atuação em Psicologia.

D

FORM

Formação em Psicologia: breves considerações a respeito do que há e do que é desejável

No Brasil, a presença da Psicologia é marcante em diversas áreas de atuação, sendo esta uma das ciências mais “chamada” a contribuir com os fazeres das outras profissões. É inegável a participação da Psicologia na interface com o direito, com a saúde, educação, administração, entre várias outras possibilidades. Isto por que, ao longo do tempo, a Psicologia enquanto ciência ampliou as categorias de fenômenos estudados. Com isso,

novas subáreas emergiram, se tornaram sofisticadas, encontraram razões que as diferenciavam, fizeram surgir novas metodologias de investigação e produziram uma quantidade significativa de pesquisas. Deste processo resultou a ampliação da possibilidade de atuação profissional, que passou a se voltar principalmente para a prevenção e promoção da qualidade de vida.

Esta visível ampliação das áreas de atuação possibilita concluir que a Psicologia ocupa um espaço cada vez maior na sociedade, em razão da demonstração de competência de muitos de seus profissionais que, atuando satisfatoriamente, abrem novos campos de trabalho. Mas, exatamente neste aumento de oportunidades surgem várias questões referentes à formação acadêmica, levantadas pelos próprios profissionais da área, que ao se defrontarem com novas demandas, sentem dificuldades e percebem suas limitações e incapacidades (Carvalho & Sampaio, 1997). Algumas questões podem ser assim formuladas: quais as oportunidades que os cursos de graduação oferecem aos alunos para que a Psicologia possa ser vivenciada em diversos contextos? São favorecidas possibilidades de aprendizagens de modo que os fenômenos psicológicos possam efetivamente ser explorados? As oportunidades de aprendizagem que os cursos de graduação preconizam em seus Projetos Político-Pedagógicos resultam em análise e crítica da realidade? Ou são meras ocasiões para reprodução e repetição de modelos de atuação profissional? Em razão de tais inquietações, a formação profissional em Psicologia constitui motivo de interesse por parte da academia, o que resulta em produções importantes.

Bettoi & Simão (2000), por exemplo, destacam que a Psicologia e o papel do profissional de Psicologia que vêm sendo desempenhando junto à sociedade brasileira, têm sido estudados, discutidos e criticados a partir de ângulos/percepções diferentes, desde o pioneiro trabalho de Sylvia Leser de Mello, “Psicologia e Profissão em São Paulo”, em 1975. Calais & Pacheco (2001) argumentam que devem ser constantes as melhorias da qualidade do ensino na graduação, porque tal fato resultará em práticas profissionais críticas e atualizadas. Para Duran (1994), é importante que a formação em Psicologia seja geradora de um perfil que possibilite ao acadêmico ver o fenômeno psicológico na sua interdependência com o contexto sócio-cultural, de modo a promover atuação em equipe multidisciplinar, e ainda contribuir para o envolvimento do indivíduo nos movimentos de transformação social, promovendo e construindo conhecimento e tecnologias adequados à realidade em que atua. De modo semelhante, Brandão (2007), ao discutir sobre a formação de psicólogos, destaca que durante a graduação o aluno deve entrar em contato com uma dada realidade para poder conhecê-la e visualizar formas de intervenção. Assim, ele atuará no diagnóstico e se “debruçará” sobre uma dada realidade com a finalidade de conhecê-la de forma organizada, discriminando necessidade e recursos, contextos e conjunturas, movimentos e estagnações.

Ainda que muitos autores e articulistas sejam pródigos em prescrições sobre o que a formação em Psicologia deve fazer, promover, favorecer..., nos dias atuais constituem minoria as universidades ou cursos que oferecem experiências diferenciadas de acordo com as várias áreas de atuação profissional, bem como experiências voltadas para os diferentes contextos ou diferentes possibilidades de atuação/intervenção. Esta falta de expansão nos cursos de Psicologia contribui para que os acadêmicos busquem em locais fora da universidade outras atividades para ampliar suas experiências de atuação (Ferreira, 2005).

Persistem na formação profissional, a ênfase ao individualismo e a ausência de programas que primem pela formação crítica, o que concorre para que na formação os acadêmicos prefiram tratar os indivíduos isoladamente, sem considerar ou pouco

considerando as questões do meio ou do contexto onde vivem. Tamanha é a influência deste modelo, que a maioria dos profissionais opta por atuar na área clínica e os que atuam em outras áreas da Psicologia acabam por utilizar os conceitos clínicos em seus trabalhos e a prestar atendimento individualizado em detrimento do coletivo/grupal.

Depreende-se que persiste ainda certa exclusividade a um determinado modelo de formação, atenção e foco em abordagens e prevalência do ensino centrado no estilo biomédico desta profissão (Ferreira, 2005). Parece que o modelo tradicional explorado nos cursos superiores pretende uma formação profissional que possibilite o conhecimento das técnicas e das teorias, ainda que isto não garanta um desempenho eficaz e de qualidade. Entretanto, são pouco privilegiados os momentos ou oportunidades de formação da competência interpessoal, da criatividade, da análise crítica e da tomada de decisão.

Este fato é passível de muitas reflexões quando consideradas as mudanças ocorridas nas últimas décadas, afinal, a concepção de mundo e de homem foram alteradas sensivelmente, o que requer novas maneiras de pensar e de agir, de modo a atender as necessidades da humanidade. Neste contexto transmutativo, a formação em Psicologia precisa andar *pari passu* com a nova realidade que se configura, precisa explorar novos espaços, inventar novas formas de conhecer e orientar-se tanto pela igualdade, quanto pela diversidade. E, como o conhecimento é uma construção e não um objeto do qual as pessoas se apropriam, é por meio dele que se assegura ou se garante uma formação científica mínima - condição fundamental para que o profissional consiga atuar com competência.

Atividades complementares, extensionistas e estágios: algumas possibilidades

O modelo tradicional de ensino, ainda vigente na maioria das universidades, considera que quando o conhecimento é apresentado ao aluno ele estará capacitado a transformá-lo, se necessário, em atuação. Botomé & Kubo (2002, p.89) divergem dessa posição ao argumentarem que o conhecimento não é um objeto, mas sim um processo e “transformar o conhecimento em atuação ou em capacidade de atuar é produzir um outro conhecimento”. Os autores destacam que “o processo de transformação de informações disponíveis em capacidade de atuar coerentemente com elas nas situações com que as pessoas se defrontam é de uma ordem mais complexa do que ler, ouvir e anotar, repetir, adotar, seguir regras ou modelos” (p.89). Prosseguem afirmando, que “para o professor, o conhecimento pode ser tanto “óculos”, como “insumo” para processar a produção de novas maneiras de atuar que configurem uma capacidade de agir mais significativa para a pessoa e para a sociedade” (p.90).

Em consonância com tal entendimento, o curso de graduação em Psicologia da Uniplac foi concebido de acordo com uma estratégia que permitiu integrar várias necessidades da formação de psicólogos para a região do Planalto Serrano de Santa Catarina. As características, demandas, necessidades e especificidades da região são constantemente avaliadas e consideradas no que diz respeito às aprendizagens e às atuações dos acadêmicos no transcorrer de sua formação.

Destas avaliações decorrem as propostas de estágios, atividades complementares e de extensão. Por exemplo, as possibilidades de aprendizagem no contexto dos estágios estão distribuídas ao longo de todo o curso: na primeira fase, o estágio básico de campo compreende um plano, coleta, organização e análise de dados sobre o exercício profissional dos psicólogos na região. Na segunda fase, o estágio tem continuidade, apenas avança para a interpretação mais profunda de dados a respeito do exercício profissional de psicólogos.

Na terceira fase, o estágio pressupõe a caracterização de interações sociais como processos psicológicos. Na quarta fase, volta-se para as necessidades sociais, determinação de processos psicológicos e possibilidades de intervenção profissional. A quinta fase privilegia o planejamento de condições para o desenvolvimento de aprendizagens. Uma pesquisa com um processo de aprendizagem de um comportamento importante para a vida de um organismo é o que define a competência projetada para o estágio da sexta fase. Os quatro últimos semestres do curso são destinados ao desenvolvimento dos estágios profissionalizantes das duas ênfases do curso que pretendem desenvolver formas imediatas de inserção de seus egressos no campo de atuação dos psicólogos na região: (a) Psicologia Social, com três sub-ênfases: Processos Comunitários, Processos de Ensino e de Aprendizagem e Processos de Trabalho e (b) Psicologia da Saúde, com três sub-ênfases: Psicoterapia, Processos em Organizações de Saúde, Interações entre Saúde e Trabalho.

Nestes termos, mais do que campos ou locais de estágio, privilegiam-se as competências a serem desenvolvidas pelos alunos, as aprendizagens possíveis e às respostas às demandas identificadas. Isto por que os estágios representam um momento específico de aprendizagem, propiciando ao aluno reflexão sobre a ação profissional e visão crítica da dinâmica das relações existentes no campo institucional, apoiados na supervisão enquanto processo dinâmico e criativo, haja vista possibilitar a elaboração de novos conhecimentos (Bouso, 2000).

Como outra possibilidade de aprendizagem, as atividades de extensão são constantemente propostas tanto por professores quanto por alunos, em razão da identificação de demandas que surgem em vários contextos. O projeto é construído e coordenado por professores, mas é significativa a participação (e a procura) dos alunos. Quatro exemplos exitosos são o Projeto de Orientação Profissional para alunos de escolas públicas da região; o Serviço de Psicologia conveniado ao Ministério Público da comarca; o projeto Atenção à Sexualidade na Infância e Adolescência, em convênio com a Vara da Fazenda, com o Instituto Paternidade Responsável e com a Delegacia da Mulher e o Grupo de apoio a familiares de portadores da doença de Alzheimer. Estes projetos, desde sua primeira propositura, ano a ano vem sendo reeditados.

As atividades complementares no curso de Psicologia da Uniplac estão representadas pelo Programa de Educação Permanente em Psicologia, programa voltado para os estudantes de Psicologia, para outros interessados em estudar várias contribuições da Psicologia para suas vidas ou atuações profissionais, para a comunidade em geral, para estudantes de outros cursos, para estudantes de Psicologia de outras instituições, para profissionais de Psicologia que já exercem a profissão há algum tempo e para a própria instituição. São possibilidades de aperfeiçoamento, de atualização científica ou tecnológica, de aprofundamento do conhecimento ou da formação pessoal ou especialização em algum subcampo de atuação profissional (mesmo que não sejam psicólogos) propostas por docentes do curso, egressos ou profissionais externos à academia (Botomé et al., 2007). Mediante um projeto apresentado e aprovado pelo colegiado de curso, vários temas ou assuntos são acessados pelo público interessado. Exemplos destas atividades são os cursos de curta duração oferecidos: Psicanálise (atualização); Reich (atualização); Acupuntura para profissionais da área da saúde; Bullying nas Escolas-Estratégias de Enfrentamento; Sexualidade; Síndrome da Alienação Parental; Síndrome de Burnout, entre outros.

As situações de aprendizagem vivenciadas nos estágios, nas atividades complementares e de extensão são permanentemente avaliadas, de modo a serem aperfeiçoadas a cada semestre. Com isso objetiva-se manter o curso com a qualidade

mínima necessária para que os alunos sejam formados de maneira satisfatória para atender às necessidades da sociedade, especialmente as de âmbito regional.

À guisa de uma possível conclusão

Apesar da estrutura curricular do curso de Psicologia oferecido pela Uniplac ser consoante às Diretrizes Curriculares, a estrutura, por si só, ainda não é suficiente para garantir o desenvolvimento de competências aos acadêmicos. Resta claro entre os docentes e gestores do curso que as competências só serão desenvolvidas se houver uma articulação entre docentes para a organização de situações de aprendizagens. Para isso é necessário romper com o modelo tradicional de “ensino por conteúdos” e fazer da sala de aula, dos estágios, das atividades complementares e de extensão, oficinas nas quais o aluno possa vivenciar o que, de fato, seja necessário à sua atuação profissional.

Com esse entendimento e objetivando uma formação abrangente, na qual o conhecimento possa ser construído a partir de vivências de aproximação e intervenção em vários sistemas é que são consolidadas as possibilidades *de* e as aprendizagens dos alunos. São aprendizagens transarticuladas, ou articuladas em torno de seu próprio eixo, uma vez que o nível de complexidade é gradualmente ampliado e as intervenções e atuações também. Para todos os protagonistas da proposta de formação por competência que o projeto do curso de Psicologia enseja é evidente que os estágios, as atividades complementares e extensionistas suscitam a compreensão dos sistemas sociais, tecnológicos, organizacionais e de saúde, a partir de elementos importantes da cultura locorregional, além de oportunizarem uma visão holística - a partir da qual o sujeito e conhecimentos dele derivados sejam considerados em sua plenitude -, e de integração dos diversos contextos que caracterizam e demarcam a subjetividade do ser e do fazer humanos.

Para finalizar, é oportuno destacar que de modo a dar forma às propostas de aprendizagem dos alunos, as discussões do colegiado assentam-se no que postula Botomé (1997, p.34) “o conhecimento pode ser uma (ou a) matéria prima para geração de novas formas de agir na sociedade, mas depende da capacidade (de quem o domina) de transformar esse conhecimento em comportamentos significativos para realizar modificações sociais de valor, de interesse ou necessárias para a desejada melhoria das condições de vida existente”.

Referências

Bettoi, W. & Simão, L.M. (2000). Profissionais para si ou para outros? Algumas reflexões sobre a formação dos psicólogos. *Psicol. cienc. prof.*, 20(2), 20-31.

Botomé, S. P. (1987). *Como decidir o que ensinar: objetivos de ensino, necessidades sociais e tecnologia educacional*. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos. Documento não publicado.

Botomé, S.P. & Kubo, O.M. (2002) Responsabilidade social dos programas de Pós-Graduação e formação de novos cientistas e professores de nível superior. *Interação em Psicologia*, 6 (1), 81-110.

Botomé, S. P., Luiz, E.C., Teixeira, F.C., Gusso H.L., Kanan, L. A., Provenzano, M.A.C.B., et al. (2007). *Projeto do Curso de Psicologia da Uniplac*. Lages (SC): Universidade do Planalto Catarinense. Documento não publicado.

Bouso, R.S., Merighi, M.A.B., Rolim, M.A., Riesco, M.L.G. & Angelo, M. (2000). Estágio curricular em enfermagem: transição de identidades. *Rev. esc. enferm.* 34(2), 218-225.

Brandão, E. (2007). O ensino da avaliação psicológica para a formação graduada do psicólogo. *Aval.psic.* 6(1), 91-93.

Calais, S.L. & Pacheco, E.M.C.(2001). Formação de psicólogo: análise curricular. *Psic. esc. educ.* 5(1), 11-18.

Carvalho, M.T.M. & Sampaio, J.R. (1997). A formação do psicólogo e as áreas emergentes. *Psicol. cienc. prof.* 17(1), 14-19.

Duran, A.P. (1994). Alguns dilemas da formação do Psicólogo: buscando sugestões. In: Conselho Federal de Psicologia. *Psicólogo Brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Ferreira, V.A. (2005). *Características dos serviços-escolas dos cursos de graduação em Psicologia no meio-oeste catarinense*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

APRENDIZAGENS DOS ALUNOS EM PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL OBTIDAS EM SITUAÇÕES ALÉM DO PREVISTO NO PROJETO DO CURSO. *Silvana Regina Ampessan Marcon (Docente e pesquisadora Universidade de Caxias do Sul – UCS – Caxias do Sul – RS)*

A Lei das Diretrizes e Bases do Conselho Nacional de Educação orienta o que precisa ser planejado para um projeto de formação profissional para que não haja disparidades nos processos formativos. Na formação em Psicologia, existe flexibilidade no planejamento referente as ênfases da atuação profissional que cada instituição ira escolher. O curso de Psicologia da Universidade de Caxias do Sul oferece oportunidades de aprendizagens para os alunos alem do que estava previsto no projeto. Por ser uma universidade comunitária e por possuir um programa de regionalização que envolve 70 municípios, muitas demandas chegam ate a instituição. Algumas são encaminhadas para os cursos como local de estágio, desde que atendam aos critérios estabelecidos pelo colegiado de curso. Outras são atendidas pelos alunos, supervisionados por professores, alem da sua experiência de estagio. São possibilidades de aprendizagens que contribuirão com a formação profissional e com o desenvolvimento do comportamento de cidadania, responsabilidade social da educação superior conforme a reunião da UNESCO, 2009. Algumas experiências oferecidas para os alunos: intervenção num programa de redes de cooperação; solicitação dos gestores de uma reciclagem de lixo para os alunos de psicologia capacitarem os associados a desenvolverem um processo de seleção de pessoal; gestores de uma cidade solicitam auxilio dos alunos de psicologia para acompanharem famílias que perderam parte de seus bens devido a um vendaval; etc... Estes são alguns exemplos das experiências que os alunos do curso de psicologia tiveram e contribuíram para o desenvolvimento de aprendizagens.

Palavras Chave: Formação Profissional, Psicologia, Aprendizagens

D

FOR

Planejar um processo de formação profissional em Psicologia requer, em primeiro plano, conhecimento da legislação vigente a nível nacional para que seja possível garantir que as atividades consideradas exclusivas deste profissional sejam desenvolvidas pelos formados. Este processo é formalizado no que chamamos de “curso” e por ser uma formação profissional, caracteriza-se então como curso de ensino superior.

Um curso é considerado de Ensino Superior por significar um desenvolvimento dos processos de transformação de conhecimento em condutas de alta complexidade e abrangência para o trabalho e para a vida na sociedade. É considerado um tipo de educação e tem por função capacitar pessoas a maximizar a geração de benefícios coletivos, abrangentes, produzindo empreendimentos, resolvendo problemas, inventando soluções novas e melhores que as existentes, antes da preocupação apenas de garantia de emprego e de sobrevivência. Para ocorrer a capacitação, um conjunto de ações pedagógicas devem ser planejadas para orientar a concretização curricular do referido curso superior. E, essas ações estão concentradas no Projeto de Curso, que é um documento definidor dos princípios orientadores que expressam a direção a ser impressa ao processo de formação profissional de nível superior. Projetar, orientar, dar direção a um processo pedagógico

intencional são suas funções. A elaboração do Projeto Pedagógico exige uma reflexão aprofundada sobre o tipo de indivíduo que se quer formar, além da reflexão acerca da concepção e das finalidades da educação e da sua relação com a sociedade.

O ensino de graduação tem como um dos seus objetivos, formar profissionais aptos a compreenderem e se relacionarem com a realidade, intervindo e transformando-a por meio de ações cientificamente fundamentadas, tecnicamente adequadas e socialmente significativas (Paviani, 1986; Botomé, 1994, Kinen, 2008). Assim sendo é preciso que no processo de formação sejam oferecidas oportunidades de desenvolvimento das dimensões técnicas, filosóficas, ética e também a empreendedora. Entende-se empreendedora como a capacidade de projetar, gerenciar, desenvolver e avaliar a própria prática profissional (PUC, 2000).

O desafio do Ensino Superior está em preparar as pessoas para atuarem frente às situações com as quais irão defrontar-se no futuro, com base no conhecimento mais significativo existente. Um dos primeiros desafios gerais para um indivíduo que trabalha com o Ensino Superior é estar orientado para desenvolver processos de aprendizagens (ensino) sobre aquilo de que os alunos precisarão estar aptos a realizar nas circunstâncias com as quais se defrontarão no futuro (Botomé e Kubo, 2002). Para poder oferecer e realizar um ensino voltado para a atuação profissional na situação em que os futuros profissionais irão viver, Botomé (1981) destaca que é necessário ter claro: o que é preciso produzir como resultado das ações dos atuais aprendizes, quando estiverem “formados”; com que aspectos da realidade os futuros profissionais terão de lidar para produzir esses resultados; e o que os aprendizes necessitarão estar aptos a fazer para lidar com esses aspectos da realidade de forma a produzirem resultados significativos para si e para os demais. Essa perspectiva precisa ser contemplada no projeto do curso, pois as condições para o planejamento e a construção da relação, entre os processos de ensino e de aprendizagem, são responsabilidades dos professores e administradores das instituições de Ensino Superior. Por outro lado, existem situações novas que podem ainda não terem sido previstas no projeto de curso. Muitas destas novas situações chegam até a IES como demandas e/ou oportunidades de desenvolver aprendizagens que não estavam sendo previstas.

Definir o que realizar, a partir das demandas, pode provocar sérias distorções quando se trata de cursos de graduação, que envolvem a formação profissional dos indivíduos que atuarão na sociedade. Distorções, no que se refere às definições de mercado de trabalho, campo de atuação e área de conhecimento são exemplos de possíveis conseqüências negativas, que podem ter uma formação, quando os responsáveis e os professores do curso definem suas ações pelas demandas. Definir o que o aluno deverá ser capaz de fazer na sociedade em que irá atuar requer o planejamento de muitas ações educativas, que serão desenvolvidas no período de formação profissional, coordenadas pelo gestor do curso e que, normalmente, não são definidas pelas demandas da sociedade. Por outro lado, estar atento ao que a sociedade demanda propiciará que sejam oferecidas oportunidades além daquelas planejadas aos alunos em processo de formação.

Ter o conhecimento do perfil do egresso que se quer “formar”; ter clareza do que o aluno irá desenvolver, como produto de sua formação, assim como identificar e diferenciar os conceitos de mercado de trabalho, campo de atuação profissional e área de conhecimento, permite que o trabalho do gestor seja conduzido de maneira coerente com o que é orientado por órgãos responsáveis em garantir a qualidade da formação profissional, oferecida pelas organizações de Ensino Superior. É necessário esclarecer que, embora a

universidade atenda a imperativos do mercado de trabalho de uma determinada profissão, não deve tê-los como princípios ou por eles determinar o processo de formação profissional. Ela tem exigências que ultrapassam as urgências do mercado de trabalho. Daí a importância de o gestor distinguir claramente os conceitos de mercado de trabalho, campo de atuação profissional e área do conhecimento.

Para Franco (2006), o Projeto Pedagógico de um curso deve apresentar com clareza os fundamentos e os objetivos que dão identidade ao curso. Tem a função de estabelecer, com clareza, os fundamentos e os objetivos que dão identidade ao curso e deveria ter um vínculo com a missão, os objetivos, a vocação e os princípios do projeto institucional. Esse projeto deveria apresentar diferenciais competitivos que ofereçam alternativas para as pessoas escolherem e definirem um projeto de vida e de formação profissional, visando a atender às expectativas dos públicos interno e externo.. O projeto do curso, além de indicar o que precisa ser desenvolvido de aprendizagens em cursos de nível superior, também caracteriza o tipo de profissional que sairá da instituição e como ele deveria atuar na sociedade. Assegurar a qualidade da formação implica preparar os indivíduos para qualificações úteis não apenas a curto mas também a longo prazo.

Planejar o curso implica, entre tantas coisas, analisar, estudar, compreender o ambiente em que o profissional irá atuar para poder planejar as possíveis ações que poderão ser implementadas nesse ambiente e que poderão produzir os resultados esperados pela formação profissional, de acordo com o campo de atuação. Compete ao gestor do curso, dentre várias atribuições, sondar o ambiente interno e externo, continuamente, por meio de informações qualitativas e quantitativas relacionadas direta ou indiretamente com o desempenho do curso.

A profissão de Psicólogo, assim como outras profissões, está sob regulamentos jurídicos, sociais e estabelecidos pelo Estado. Para estes profissionais atribuem-se limites e possibilidades de atuação, assim como atividades exclusivas. Para o planejamento do processo de formação profissional em psicologia, é necessário observar as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pelo Conselho Nacional de Educação. Estas diretrizes orientam sobre princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação do curso.

De acordo com a Resolução n.8, de 7 de maio de 2004, que institui as Diretrizes, a formação em Psicologia tem por objetivos gerais dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais: a) atenção à saúde; b) tomada de decisões; c) comunicação; d) liderança; e) administração e gerenciamento; f) educação permanente. As competências são reportadas a desempenhos e atuação requeridas do formado em Psicologia e é preciso que garantam ao profissional um domínio básico de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em processos psicológicos e psicossociais e, na promoção da qualidade de vida.

No artigo 17 da Resolução n.8, de 2004, é possível verificar que.”As atividades acadêmicas devem fornecer elementos para a aquisição das competências, habilidades e conhecimentos básicos necessários ao exercício profissional”. Assim, essas atividades devem, de forma sistemática e gradual, aproximar o formando do exercício profissional correspondente às competências previstas para a formação.

Existem também outros documentos que influenciam no processo de formação de uma instituição de ensino superior que são as reuniões promovidas pela UNESCO que ocorrem em cada década. O documento da Conferência Mundial sobre Ensino Superior

(1998), apresenta em seu artigo 13, que as instituições de Ensino Superior devem adotar práticas de gestão com uma perspectiva de futuro, que atendam às necessidades dos seus contextos, que garantam uma ótima qualidade na educação, formação, pesquisa e prestação de serviços à comunidade. E, para garantir a qualidade, requer uma gestão que demonstre visão social, incluindo questões globais e habilidades gerenciais eficientes. É necessário ressaltar que, as transformações sociais, resultantes do processo de educação de nível superior, têm como proposta, a melhoria da qualidade de vida da população.

Com o objetivo de informar “As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social”, os participantes da Conferência Mundial de Ensino Superior 2009 (UNESCO) apresentam algumas pautas para reflexão. A pauta 3 informa que as Instituições de Ensino Superior, através de suas funções principais (pesquisa, ensino e serviços comunitários) estabelecidas no contexto de autonomia institucional e liberdade acadêmica, devem aumentar o foco interdisciplinar e promover o pensamento crítico e a cidadania ativa. Isso pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, a paz, o bem estar e a realização dos direitos humanos, incluindo igualdade entre os sexos. Assim, tanto a Reunião Anual da Unesco de 1998 como a de 2009, enfatizam a importância da instituição de ensino superior contribuir com o desenvolvimento das comunidades e com a promoção da cidadania ativa.

A Universidade de Caxias do Sul caracteriza-se como uma instituição regional e comunitária. Em sua filosofia institucional coloca os fazeres acadêmicos a serviços do desenvolvimento local e regional. Dando sustentação a essa forma de compreender a função das instituições de ensino, referendando o slogan da UCS “Pés na Região e Olhos no Mundo”, a formação em Psicologia possibilita aos alunos ofertarem os conhecimentos produzidos à população da cidade e região ainda no período de formação. É uma oportunidade de entrarem em contato com a realidade que o espera como profissional. A maneira como isso é feito é pela integração das funções básicas de uma Universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão. Atendendo a todas as exigências legais, o Curso de Psicologia da Universidade de Caxias do Sul, em seus 30 anos de existência, oferece todas as atividades obrigatórias para garantir a formação profissional e outras que, justamente por ser uma universidade comunitária, oportuniza aos seus alunos práticas diferenciadas.

Algumas oportunidades de desenvolvimento de aprendizagens além do que estava previsto no projeto de curso podem ser citadas, como: realização de intervenções no programa chamado “Redes de Cooperação” que reúnem empresas que possuem objetivos comuns, em uma entidade juridicamente estabelecida, mantendo sempre a independência e a individualidade de cada participante. O objetivo das práticas neste local é inserir um serviço de psicologia organizacional numa rede de cooperação, e proporcionar aos associados e fornecedores condições para o desenvolvimento pessoal através do trabalho em equipe, dar suporte ao planejamento do funcionamento da Rede, orientação ao processo participativo de tomada de decisão e definições estratégicas da Rede, envolvendo o contingente de trabalhadores envolvidos nas diversas empresas participantes do Programa. As atividades propostas foram: integração dos associados, assessoria para a coordenação das reuniões auxiliando no desenvolvimento pessoal dos líderes das organizações participantes da rede, banco de dados de colaboradores, aconselhamento e encaminhamentos, e desenvolvimento interpessoal dos funcionários dos associados na rede. Outra atividade que surgiu das demandas da sociedade foi “Seleção de Pessoas” numa organização de Reciclagem de Lixo, onde a atividade foi desenvolvida de uma maneira diferente da tradicional. A atividade surgiu da necessidade dos associados selecionarem

novos membros na Associação de recicladores de lixo, que é uma organização baseada nos princípios do cooperativismo. O objetivo da atividade foi poder contribuir com a equipe participante da associação, para que os associados tivessem condições de selecionar, de forma organizada, profissional e participativa, seus futuros colegas observando a capacidade dos candidatos em atender aos objetivos da associação. A seleção ocorria da seguinte forma: quando precisava entrar novas pessoas, chamava-se qualquer pessoa indicada por membros da associação, sem levar em consideração os requisitos para a função e nem os critérios contidos no regimento desta Associação. Tinha-se como resultado, alta rotatividade e diminuição da produtividade. A reformulação do processo seletivo ocorreu durante as assembleias, de forma participativa, recordando critérios existentes no regimento e criando outros considerados importantes pelo grupo, como exemplo: maior de 18 anos, não ser parente de um associado, disponibilidade de trabalhar aos sábados, entre outros. Após a definição dos critérios, elegeu-se alguns membros responsáveis para, juntamente com a acadêmica de psicologia envolvida na atividade, conduzirem o processo de seleção. O recrutamento foi feito de acordo com a lista de espera existente. A partir desta lista, os candidatos foram chamados para entrevista em grupo e individual, com os membros. Selecionadas as pessoas, foi socializado os nomes ao grande grupo ficando a decisão final a cargo de todos os associados. A devolução foi realizada em grupo. Como resultado, obteve-se pessoas mais comprometidas com o trabalho, tanto os selecionados como os associados. Os selecionados por perceberem a seriedade da associação no cumprimento dos requisitos do regimento e os associados por sentirem se responsáveis também pelo sucesso do novo associado, preocupando-se em “selecionar pessoas certas para o lugar certo” levando em consideração a motivação para o trabalho. Quanto aos alunos de Psicologia envolvidos, conclui-se que a contribuição com esta organização foi valiosa, pois foi possível verificar o melhor funcionamento do grupo e conseqüentemente aumento da produtividade. Para a organização de ensino superior, visualizou-se, neste tipo de organização, uma excelente oportunidade de praticar todos os ensinamentos vistos no decorrer do curso de psicologia, abrindo-se novas oportunidades de inserção do profissional. Outra prática que ocorreu devido a inserção da universidade na região, foi um pedido de um prefeito para que os alunos de psicologia realizassem intervenções em famílias que perderam partes de seus bens materiais devido a ocorrência de um vendaval. Os alunos foram orientados por professores sobre o tipo de intervenção que poderiam realizar numa situação de desastre. Foram então, encaminhados para a cidade e realizaram diferentes intervenções de acordo com as condições de enfrentamento da população atingida. Após dois dias de acompanhamento no local retornaram para a universidade relatando as aprendizagens obtidas a partir da experiência vivenciada. Dentre as competências desenvolvidas, a que mais se destacou neste tipo de situação, foi a tomada de decisão e o gerenciamento de situações imprevistas. Situação semelhante foi realizada com moradores de um determinado bairro que foi reassentado com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos mesmos. Os alunos foram chamados para realizarem acompanhamento com as famílias, com os responsáveis pelas escolas do bairro, no sentido de auxiliar o processo de integração destes moradores e também no sentido de preparar os profissionais envolvidos no processo para darem o devido acolhimento as pessoas. Este acompanhamento se estendeu por aproximadamente três meses e os alunos tiveram orientações de professores, semanalmente.

A formação em Psicologia na Universidade de Caxias do Sul, além de seguir as orientações dos órgãos regulamentadores envolvidos no processo, é realizada também com a oferta de diferentes experiências que oportunizam o desenvolvimento de aprendizagens. Muito mais do que as experiências de estágio e práticas planejadas, existem as situações que são planejadas de acordo com a ocorrência e que tem se transformado em excelentes laboratórios de aprendizagens. Desta maneira, atingimos o objetivo de realmente oferecer oportunidades de aprendizagens diversificadas além de cumprir com o fim principal da Universidade que é oferecer Ensino, Pesquisa e Extensão.

Referências:

Botomé, S. P. (1981) *Objetivos comportamentais no ensino: a contribuição da Análise Experimental do Comportamento*. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado.

Botomé, S.P. (1994) *Contemporaneidade, ciência, educação e...verbalismo!* Frederico Wetsphalen (RS): Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

Botomé, S.P, e Kubo, O (2002) Responsabilidade social dos programas de pós-graduação e formação de novos cientistas e professores de nível superior. *Interação em Psicologia*, jan/jun. (6)1. p. 81-110.

Franco, E. (2006). *Funções do coordenador de curso ou como “construir” o coordenador ideal*. Disponível em: www.abmes.org.br/publicacoes/cadernos/08/_funcoes_coordenador.htm. Acesso em julho de 2006.

Kinen, N (2008). *Classes de comportamentos profissionais do psicólogo para intervir, por meio de ensino, sobre fenômenos e processos psicológicos, derivadas a partir das diretrizes curriculares, da formação desse profissional e de um procedimento de decomposição de comportamentos complexos*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado.

Marcon, S.R. A. (2008). *Comportamentos que constituem o trabalho de um gestor de curso de graduação*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado.

Paviani, J. (1986). *Problemas de filosofia da educação* (3ª. Ed) Caxias do Sul(RS): Educus.

PUC (2000). *Diretrizes para o curso de graduação: o projeto pedagógico da Pontifícia Universidade Católica do Paraná*. Curitiba(PR): Champagnat.

UNESCO (1998). *Conferência Mundial sobre Ensino Superior. A Unesco e as Novas Perspectivas para o Desenvolvimento do Ensino Superior*. França: Paris.

UNESCO (2009). *Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social*. França: Paris.

INTERESSES PROFISSIONAIS DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA: UM ESTUDO DAS PERCEPÇÕES DE FORMANDOS. *Regina Celina Cruz (Docente e Pesquisadora da PUCPR – Curitiba – PR) e Monique Léa Mistura (Aluna PUCPR – PIBIC-V/2009)*

O processo de construção da identidade profissional é posto à prova na fase de conclusão do curso. Os desafios apresentados à educação superior apontam para a necessidade de se assegurar uma cultura avaliativa nas instituições de ensino, possibilitando o acompanhamento das incessantes mudanças que ocorrem nos âmbitos social, educacional e do trabalho, garantindo que se tenha conhecimento daquilo que pretendem os formandos quando da conclusão de seus estudos. Neste projeto foram investigadas expectativas dos estudantes de Psicologia de uma Universidade do Paraná., bem como suas percepções quanto ao seu futuro profissional. Identificar as pretensões e expectativas profissionais dos alunos formandos do curso de Psicologia; caracterizar tipos de ações que os alunos tiveram ao longo de sua formação para alcançar suas pretensões; correlacionar pretensões e expectativas dos alunos com a proposta de formação profissional prevista no Projeto Pedagógico do Curso; instrumentalizar o gestor na implementação de uma cultura avaliativa foram os objetivos da pesquisa. A investigação foi de caráter exploratório, por meio de coleta de dados realizada com um instrumento elaborado com questões que atendessem aos objetivos. A análise dos dados foi realizada de forma quantitativa e qualitativa. Foi possível caracterizar o perfil do aluno egresso do curso de graduação em Psicologia e identificar suas expectativas profissionais, suas percepções em relação ao término da graduação e sua avaliação da formação. Estes dados servirão como material de consulta, apoio e de organização de diretrizes, especialmente para o acompanhamento da proposta de formação de psicólogos no curso. Por meio dos resultados da pesquisa, é possível indicar a relevância de manter esse tipo de acompanhamento como uma prática constante do gestor de curso e da equipe responsável pela avaliação da proposta de formação do curso.

D

FORM

PERÍCIA PSICOLÓGICA NOS ÂMBITOS CIVIL, PENAL E DO TRABALHO.

PERÍCIA PSICOLÓGICA FORENSE PARA AVALIAÇÃO DO DANO PSÍQUICO NA ÁREA CÍVEL. *Sônia Liane Reichert Rovinski (Tribunal de Justiça do RS, Porto Alegre, RS)*

A avaliação do dano à pessoa pode ocorrer em vários contextos. Quando ele ocorre dentro da área forense, com o objetivo de ressarcimento financeiro, reveste-se de certas peculiaridades e necessita de certos critérios para ser determinado. As exigências mínimas dizem respeito à necessidade de se levantar as condições pré-mórbidas da pessoa, determinar a presença real ou não de “danos psíquicos” e verificar a presença de uma relação causal entre o fator traumático e os danos psíquicos apresentados. Também é necessário determinar se o dano é estável ou se as condições podem mudar com o passar do tempo ou através de tratamentos específicos. A constatação do dano deve estar relacionada ao impacto que o mesmo ocasionou às funções da vida diária e sua metodologia de avaliação exige que se inicie com uma reconstrução do estado de equilíbrio mental do periciado anterior ao momento do evento traumático. Esta reconstrução deve responder se o sujeito, após as perdas que teve, mantém a mesma habilidade de funcionar como a pessoa que era antes do trauma. A avaliação do período pré-mórbido exige uma história de vida completa, não só nos eventos envolvidos durante a alegada vitimização, mas, também, do período anterior, tão longo quanto o psicólogo achar necessário para esclarecer a ocorrência do dano. Se houver a hipótese da presença de sintomas de doença mental antes do trauma, atenção especial deve ser dada às evidências dessas condutas ou desordens emocionais, e à história clínica da doença (tratamento ou não). A coleta das informações relevantes deve valorizar a rotina de vida da pessoa, incluindo suas atividades na área do trabalho, escolar, seus vínculos familiares e sociais. Documentos que puderem comprovar desempenho – relatório escolar e avaliações psicológicas prévias – podem ser de grande utilidade. Também devem ser valorizadas as entrevistas com pessoas da família ou outras com quem o periciado mantém contato. A questão da causalidade é um problema de grande complexidade. Muitas vezes, não há possibilidade de se chegar a níveis mínimos de probabilidade de resposta, principalmente em patologias em que a causa ainda não está bem definida. Um erro seria trabalhar com a idéia da proximidade do evento, em que aquele que precedeu imediatamente o fato estudado deve ser responsabilizado pelo resultado. A causa do adoecimento psíquico pode estar mais nos fatores da personalidade, que já existiam no momento do trauma, do que nos fatos do próprio evento. Há o perigo de o trauma ser utilizado pelo periciado para encobrir ou negar evidências de doença preexistente ao trauma, seja de forma consciente ou inconsciente. Na questão da causalidade, o perito deveria, simplesmente, indicar se o evento traumático em questão demonstra ter um papel significativo na produção dos prejuízos trazidos pelo reclamante. Da mesma forma, deve incluir todos os outros fatores que puder identificar e que poderiam, também, contribuir para o problema. Deve-se lembrar que a decisão final sobre a questão da causalidade é do próprio juiz e não do perito. Assim, a tarefa do perito é acrescentar aos autos do processo conhecimentos que o juiz ou tribunal não possuem, para que estes possam alcançar a verdade e impor uma sentença mais justa.

Palavras-chave: perícia psicológica forense, avaliação para ressarcimento, dano psíquico.

JUR

PERÍCIA PSICOLÓGICA NA JUSTIÇA DO TRABALHO. *Roberto Moraes Cruz*
(Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC)

O objetivo deste trabalho é discutir os limites e níveis de abrangência da perícia psicológica na investigação de danos psicológicos resultantes de acidentes de trabalho. Nas últimas décadas, a atividade de avaliar e periciar as condições de saúde física e mental, obra destinada historicamente aos médicos, foi paulatinamente sendo redimensionada em seus fundamentos teóricos e técnicos pela ampliação da compreensão sobre a influência dos chamados fatores humanos do trabalho. O fato é que, hoje, desenvolver um diagnóstico da condição psicológicas das pessoas, em razão da complexidade dos fatores humanos no trabalho revela a necessidade de uma perícia das exigências das tarefas e dos fatores de risco no trabalho, meio através do qual se estruturam as condutas e as formas de defesa contra o sofrimento no trabalho. Do ponto de vista da ciência psicológica, o dano psicológico é evidenciado pela deterioração das funções psicológicas, de forma súbita e inesperada, surgida após uma ação deliberada ou culposa de alguém, e que traz para a vítima tanto prejuízos morais quanto materiais, face à limitação de suas atividades habituais ou laborativas. A caracterização do dano psicológico requer, necessariamente, que o evento desencadeante se revista de caráter de traumático, seja pela importância do impacto corporal e suas conseqüências, seja pela forma de ocorrência do evento, podendo envolver até a morte. O dano psicológico pode ser caracterizado pela identificação de alguns elementos ou o conjunto de aspectos comportamentais, tais como: a) presença de alteração do comportamento, emitido anteriormente (alteração do sono, alimentação, concentração, irritabilidade, hipervigilância); b) alteração nas competências cognitivas ou relacionais; c) restrição nas relações afetivas; d) aumento do grau de constrangimento e desconforto, que implica numa limitação do grau de autonomia do sujeito; e) perda ou diminuição da auto-estima, grau de insegurança, motivação com a presença de estresse prolongado; f) diminuição na qualidade de vida; g) reatividade fisiológica. As solicitações periciais resultam da necessidade de avaliar as condições de trabalho e repercussões no plano da saúde humana no que se refere aos aspectos psicológicos. As avaliações acerca de decorrências psicológicas nas relações entre indivíduos-trabalho-produtividade-eficácia e condições de saúde, normalmente são solicitadas em função de acidentes, doenças relacionadas ao trabalho, afastamentos e aposentadorias. Na convocação para exercer a atividade pericial para evidenciar danos psicológicos relacionados ao trabalho, o psicólogo deve sustentar posições que privilegiem o contexto das condutas no trabalho - os modos operativos ou regulações, reativas e adaptativas, por meio dos quais os processos subjetivos estão configurados. O problema é evidenciar, reconhecer ou demonstrar a lógica desses registros psicológicos no informe pericial, dado que, é sabido, que aspectos físicos são considerados foco privilegiado de atenção e de cuidados, em detrimento do desenvolvimento de métodos e medidas de avaliação das características psicológicas inerentes à atividade de trabalho.

Palavras-chave: Perícia psicológica, psicologia do trabalho, saúde no trabalho, laudo.

JUR

PERÍCIA PSICOLÓGICA NA ÁREA PENAL. *Cristina Maria Kurowski (FAE Centro Universitário, Curitiba – Paraná.)*

A estrutura da Execução da penal no Brasil é baseada no sistema progressivo, onde após o cumprimento de um determinado período de tempo, que depende do “mérito” e da “avaliação da personalidade”, o apenado poderá ser transferido para um regime mais “brando”, que poderá ser do regime fechado para o regime semi-aberto, e do regime semi-aberto para o regime aberto. E, a partir da Lei 7.210 de 11-07-1984, instituiu-se a Lei de Execuções Penais, que propicia todo o embasamento do trabalho do profissional de psicologia junto à área penal. A fase da execução penal, cumpre uma decisão judicial, restringindo os direitos do condenado relacionados apenas com a lei e a sentença. Além da questão da punibilidade, existe a outra parte que prevê propostas de um trabalho interdisciplinar, que procuram apurar qual a assistência mais adequada que atingiria a reintegração ou ressocialização gradual do indivíduo em sociedade, o preparo deste ambiente social para recebê-lo, a compreensão das diferenças individuais, abrangendo as dificuldades e facilidades pessoais na percepção do ambiente social, a ascensão cultural e a probabilidade de reincidência. Evidenciamos, a participação do psicólogo, junto à Comissão Técnica de Classificação (CTC), composta por uma equipe multidisciplinar, onde tem como algumas de suas atribuições, acompanhar a execução das penas privativas de liberdade; efetuar a classificação dos sentenciados quando da sua inclusão nos estabelecimentos penais; elaborar, acompanhar e avaliar os programas individualizadores de execução da pena; avaliar aos sentenciados inclusos em tais programas; propor às autoridades competentes, as progressões e regressões dos regimes, bem como as conversões de penas e regimes. Esta Comissão deverá fazer o exame criminológico, que parte do binômio delito-delinquente, observando os aspectos biopsicossociais, para uma compreensão do comportamento global do examinado, que abrange a investigação médica, psicológica e social, e, através desta observação interdisciplinar, realizar o planejamento da assistência a ser oferecida à ele. Neste contexto, o exame criminológico, passa a ser entendido como um processo onde estão inseridos o diagnóstico, a reabilitação e o prognóstico. Como se pode observar, o exame psicológico, como parte do laudo criminológico, apresenta-se mais amplo e integrado à todos os fatores envolvidos. Salientamos como objetivo do nosso trabalho, evidenciar algumas das atividades periciais do psicólogo junto à área de execução penal.

Palavras-chave: Perícia psicológica, Execução penal, laudo.

JUR

AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE/SAÚDE MENTAL, DO PONTO DE VISTA DE PACIENTES, FAMILIARES E PROFISSIONAIS.

AVALIAÇÃO DO TRABALHO E DO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE POR PARTE DA EQUIPE. *Marilia Ferreira Dela Coleta (Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, MG)*

O serviço público de saúde apresenta características peculiares relacionadas com as políticas públicas, a gestão dos serviços, a eficácia do atendimento e a prática dos profissionais da equipe de saúde. Neste sentido, uma série de estudos tem sido desenvolvidos com o objetivo de identificar este complexo sistema, suas dificuldades e seus acertos, utilizando-se diferentes métodos. Em um primeiro estudo exploratório dos Programas de Saúde da Família, participaram 76 membros do serviço, incluindo médicos, enfermeiros, agentes comunitários, dentistas e um supervisor, das equipes do PSF de quatro cidades do interior de Minas Gerais, sendo utilizado um roteiro de entrevista semi-estruturada, cujos relatos resultantes passaram por análise de conteúdo. As características positivas percebidas foram o próprio trabalho, os benefícios oferecidos à população, o sentimento de realização, ser reconhecido, a política do programa e o relacionamento com a equipe e com a comunidade. Por outro lado, foram negativamente avaliadas as condições de trabalho. Com outra perspectiva e método distinto, foram utilizadas diferentes escalas para medida do bem-estar e satisfação no trabalho de 60 psicólogos que oferecem atendimento psicoterápico à população, vinculados a prefeituras de duas cidades também do interior de Minas Gerais e a uma Instituição de Ensino Superior pública. Foram utilizados um questionário para levantamento de dados pessoais e profissionais, uma escala de bem-estar no trabalho e uma escala de satisfação da equipe em serviços de saúde mental, que avalia a satisfação com diversos aspectos do atendimento, condições de trabalho e outros. O bem-estar no trabalho de 70 enfermeiros de um hospital universitário também foi avaliado, porém através de escalas para medida do envolvimento no trabalho, do comprometimento afetivo e de satisfação no trabalho. Nestes dois estudos foi introduzida uma entrevista exploratória para identificar os fatores que promovem e os que prejudicam o bem-estar no trabalho. Os psicólogos indicaram predominantemente como fatores de bem-estar as características e o relacionamento com os colegas de trabalho, o reconhecimento, a possibilidade de atingir metas pessoais e, como fatores negativos, algumas dificuldades de relacionamento com a equipe e outras relativas ao desenvolvimento das próprias atividades, problemas com a chefia e deficiências da rede pública. Os enfermeiros relataram o bom relacionamento com a equipe multiprofissional, a ajuda ao outro e a autonomia como aspectos positivos ao bem-estar, enquanto a falta de infra-estrutura (recursos financeiros, físicos, de pessoal, de ambiente físico adequado, de equipamentos, de gerência competente, etc.) e a sobrecarga foram indicados como prejudiciais ao bem-estar e ao desempenho no trabalho. Os resultados gerais desta linha de pesquisa mostram uma constante relativa à precariedade das condições de trabalho nos serviços públicos, com algumas exceções para os setores relativamente mais novos. Observam-se, também, dificuldades relativas ao atendimento ao usuário dos serviços públicos de saúde e saúde mental, que poderiam ser minimizadas através de projetos intervencionistas focalizados na ergonomia dos sistemas de trabalho e do ambiente físico, além de estudos para implantação de planos de

capacitação, desenvolvimento na carreira e salário para a equipe, com prováveis repercussões na qualidade do atendimento ao usuário.

Palavras-Chave: bem-estar no trabalho, equipe de saúde, serviço público

SAÚDE

AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO, DA SOBRECARGA E DA PERCEPÇÃO DE MUDANÇAS COMO RESULTADO DO TRATAMENTO EM SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL. *Marina Bandeira (Laboratório de Pesquisa em Saúde Mental, Universidade Federal de São João Del Rei, MG)*

Para garantir a qualidade dos serviços de saúde mental, no atendimento aos pacientes psiquiátricos, a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que se faça a avaliação sistemática constante destes serviços, tendo em vista as dificuldades que eles têm enfrentado para atender às múltiplas necessidades dos pacientes na comunidade. A avaliação visa obter informações relevantes para a melhoria dos serviços e das intervenções utilizadas no tratamento dos pacientes, de forma a promover sua reinserção social e qualidade de vida. A avaliação dos resultados do tratamento nos serviços de saúde mental tem sido destacada na literatura da área. Recomenda-se que esta avaliação seja múltipla, para dar conta da complexidade do problema, incluindo as perspectivas dos 3 agentes envolvidos nos serviços: pacientes, familiares e profissionais. Dentre os indicadores de qualidade dos serviços, utilizados na literatura da área, nesta abordagem, destacam-se três medidas principais. Uma delas consiste na medida da satisfação com os serviços, nas suas diversas dimensões, avaliadas por estes três agentes, visando apontar os aspectos mais apreciados e os que necessitam de serem aprimorados. Em segundo lugar, a qualidade dos serviços é avaliada pela medida da percepção dos próprios pacientes e de seus familiares sobre os resultados do tratamento na vida dos pacientes. Esta medida, mais recentemente enfocada, complementa a avaliação objetiva, de sintomas e taxas de internações, tradicionalmente empregada pelos profissionais e consiste em um indicador da validade clínica dos resultados, na vida real dos pacientes, na comunidade. Uma terceira medida da qualidade dos serviços consiste na avaliação de seus custos não-monetários, que deveriam ser reduzidos para aumentar sua qualidade. Estes custos não-monetários podem ser avaliados por dois indicadores: pelo impacto do trabalho na vida e na saúde dos profissionais dos serviços e pelo grau de sobrecarga e impacto na saúde dos familiares cuidadores dos pacientes psiquiátricos. Para subsidiar estas múltiplas dimensões da avaliação da qualidade dos serviços, são recomendados instrumentos de medida padronizados e validados, que garantam a confiabilidade dos dados e a comparabilidade dos resultados dos estudos. Será apresentado e discutido um conjunto de instrumentos de medida, que foram validadas para o Brasil, visando avaliar os indicadores da qualidade dos serviços de saúde mental, nas perspectivas dos pacientes, familiares e profissionais: as escalas de avaliação elaboradas pela OMS e validadas para o Brasil, para avaliar a satisfação (SATIS-BR) e a sobrecarga (IMPACTO-BR) de pacientes, familiares e profissionais; a escala de sobrecarga dos familiares FBIS-BR e a Escala de Percepção de Mudanças (EMP), que avalia como os pacientes e seus familiares percebem o impacto real dos resultados no tratamento, nas diversas dimensões de suas vidas.

Palavras-chave: avaliação de serviços de saúde mental, instrumentos de medida, pacientes psiquiátricos, qualidade dos serviços.

Nível: P

SAÚDE

O MÉTODO DE AVALIAÇÃO DE PROCESSO DE PROGRAMAS DE SAÚDE: APLICAÇÃO NA ÁREA DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS. *Telmo Mota Ronzani*
(Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Pólo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva- POPSS, Juiz de Fora-MG)

Cada vez mais se tem considerado a importância de avaliação de intervenções na área de saúde. Tais avaliações são focadas em alguns aspectos específicos como eficácia (resultados da intervenção para a resolução do problema em questão), eficiência (relação custo-benefício) ou efetividade (aplicabilidade da intervenção na vida real), demandando diferentes abordagens ou métodos para se chegar aos objetivos propostos da avaliação. Outro tipo de foco é o grupo ou sujeitos a serem abordados, podendo a avaliação ser feita na perspectiva do usuário do serviço, profissionais de saúde ou gestores. A definição desses grupos é importante por serem heterogêneos e apresentarem muitas vezes objetivos e interpretações diferenciadas sobre a qualidade e meta a serem alcançadas pelos serviços ou intervenção. As pesquisas e debates sobre avaliação têm crescido também na Psicologia. Primeiro pela necessidade de avaliação da qualidade e impacto das intervenções psicológicas em diversos campos e em segundo pelo potencial na área na contribuição de métodos e ferramentas avaliativas adequadas do ponto de vista metodológico. No campo de álcool e outras drogas já são relativamente bem conhecidos e estudados os modelos de medida de eficácia de algumas técnicas na reabilitação de dependentes, porém ainda se coloca como grande desafio na área os estudos e métodos que avaliem a efetividade de algumas intervenções psicológicas. Nesse sentido, a Organização Mundial de Saúde tem incentivado e apoiado ações baseadas na abordagem de Avaliação de Processo com o objetivo de se avaliar como algumas intervenções de prevenção e tratamento consagradas na literatura são transferidas para a “vida real” e para os serviços. Entre os anos de 1986 e 2009 já foram publicados 51 artigos científicos em revistas científicas (indexados na PUBMED) que utilizaram a Avaliação de Processo na avaliação de serviços para prevenção e tratamento de usuários de drogas. Esta abordagem se baseia na avaliação de três objetivos: 1) se a intervenção pretende alcançar uma população específica; 2) como e se essa população foi atendida; 3) se o atendimento ocorreu de forma como foi esperado. Neste aspecto, apresentamos uma proposta de avaliação de processo da implementação de técnicas de rastreio e intervenções breves para usuários de álcool e outras drogas no contexto de Atenção Primária à Saúde. A proposta de avaliação apresenta uma perspectiva compreensiva e contextual, que contempla diversos atores envolvidos no processo como usuários, profissionais e gestores e utiliza uma abordagem integrativa dos métodos quantitativos e qualitativos. A proposta se apresenta como um método útil para identificação de barreiras e sucessos na implementação de ações na área e que pode ser uma proposta útil para outras áreas e temas em Psicologia.

Apoio financeiro: Edital Pesquisador Mineiro, Edital Universal FAPEMIG, Bolsista de Produtividade CNPq

Palavras-Chave: Avaliação de Processo, Álcool e Outras Drogas, Saúde

Nível: PD

SAÚDE

PERSPECTIVAS TEÓRICAS NO ESTUDO DE ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITOS.

A EXPRESSÃO DOS ESTEREÓTIPOS NO BRASIL E NA ESPANHA. *Marcos Emanuel Pereira (Laboratório de Estudos do Processos Psicológicos e Sociais, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Ba)*

A presente comunicação se refere ao desdobramento das discussões desenvolvidas em dois trabalhos empíricos, ambos de natureza comparativa, destinados a avaliar a expressão dos estereótipos em dois contextos culturais, o Brasil e a Espanha. O primeiro estudo, elaborado de acordo com o paradigma experimental do transplante de cérebros, evidenciou uma série de diferenças entre os participantes dos dois países no que concerne à expressão dos estereótipos acerca de diferentes categorias sociais. Comparou-se o grau de essencialização atribuído às categorias naturalistas idade (adulto e criança), sexo (homem e mulher) e raça (branco e negro) em relação às categorias entitativas política (direita e esquerda), social (policial e criminoso), religiosa (católicos e praticantes de cultos afro, no caso brasileiro), nacional (brasileiro e argentino) e econômico (rico e pobre). Conclui-se que a distinção entre categorias sociais naturalistas e entitativas é necessária e justificada, bem como são arrolados argumentos teóricos e empíricos favoráveis a esta diferenciação. Uma conclusão adicional do estudo se refere aos problemas suscitados pela adoção da dimensão estabilidade da conduta como critério para a demarcação do conceito de essencialismo, uma vez que os resultados sugerem a ocorrência de alguma forma de essencialização mesmo nas circunstâncias em que se percebe uma mudança no padrão de conduta. O segundo estudo, também de natureza experimental, procurou avaliar o impacto de duas teorias implícitas, uma de base biológica e outra de fundamentação sociológica, bem como de dois tipos de crimes, os passionais e os motivados por razões econômicas, na percepção dos estereótipos acerca de duas categorias sociais entitativas, os criminosos e defensores dos direitos humanos. Os resultados evidenciaram um maior grau de estereotipização entre os participantes brasileiros quando comparados com os espanhóis. O impacto das teorias implícitas adotadas para a explicação da conduta criminosa parece não ter exercido qualquer efeito na expressão dos estereótipos. Ademais, não foram encontradas evidências que sugerissem uma tendência dos brasileiros a adotar uma interpretação mais essencialista para os crimes econômicos e dos espanhóis para os crimes passionais. No que concerne aos estereótipos dos defensores dos direitos humanos, a quantidade de estereótipos aplicados aos membros desta categoria foram os mesmos nos dois países, identificando-se adicionalmente, uma mesma proporção de estereótipos positivos e negativos nos dois países. Em conjunto, os dois estudos acenam para a necessidade de se considerar a dimensão contextual na expressão dos estereótipos sociais. Argumenta-se, enfim, que o estudo dos estereótipos, bem como o do processo de estereotipização, pode ser beneficiado pela acolhida de uma perspectiva ontológica e epistemológica que leve em consideração os três elementos inerente ao modelo sistematista: os componentes individuais, a estrutura posicional e a dimensão contextual.

Os estudos que deram origem à presente comunicação receberam suporte financeiro das seguintes agências: CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas Científicas), FAPESB (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia) e AECID (Agencia Española de Cooperación para el Desarrollo).

Palavras-chave: estereótipos, estereotipização, essencialismo

Social

ESTEREÓTIPOS E TEORIAS COGNITIVAS DA PSICOLOGIA SOCIAL. *Helmuth Krüger (Universidade Católica de Petrópolis, RJ).*

Estereótipos são declarações sobre atributos de membros de uma coletividade humana. Na pesquisa psicológica, distinguem-se quatro importantes aspectos relacionados a declarações desta natureza: trata-se de crenças compartilhadas, quer dizer, crenças admitidas por grupos, ao se referirem à coletividade humana visada; podem ser positivas ou negativas, dependendo do valor atribuído à característica considerada; seu campo de aplicação é amplo, estendendo-se a todos os membros do conjunto abarcado, e, influenciam na percepção e cognição, na motivação, em tomadas de decisão e na conduta de todos quantos aceitem tais crenças compartilhadas. Esses processos acontecem, a despeito da falta de validade empírica dos estereótipos. A falsidade dessas crenças compartilhadas, notadamente das desfavoráveis às pessoas e aos grupos por elas alcançados, gera efeitos negativos para as relações interpessoais e intergrupais. Desta observação, decorre o entendimento da conveniência em se buscar alternativas práticas, visando ao controle e diminuição do grau de influência desses estereótipos. A desejável redução do nível social de acolhimento dos estereótipos depende, sobretudo, da implementação de duas iniciativas: incremento da educação formal, baseada na ciência; e, incentivo ao pensamento crítico, cuja maturidade pode ser alcançada na socialização, desde que ao longo desse processo condições favoráveis tornem-se disponíveis. Na perspectiva teórica, estereótipos podem inserir-se em componentes cognitivos previstos em teorias cognitivas. Assim, por exemplo, estereótipos constituem critérios decisivos na formação de primeiras impressões de pessoas, sendo atuantes na categorização de aspectos observados ou inferidos da conduta das pessoas observadas. Na teoria da aprendizagem social, essas crenças compartilhadas influenciarão na seleção de modelos sociais, que constituem a principal referência e fonte de informação neste tipo de aprendizagem. A considerar a teoria da dissonância cognitiva, estereótipos irão reduzir ou elevar, conforme sua natureza, se positiva ou negativa, a dissonância que se venha a experimentar, envolvendo pessoas. Por igual, essas crenças estarão presentes, influenciando na percepção da iniquidade em relações interpessoais, sendo de se esperar que estereótipos negativos, ao contrário dos positivos, venham a reduzir a percepção de possíveis relações iníquas. Estereótipos também influenciarão na experiência da atribuição diferencial de causalidade. Neste caso, será provavelmente considerada interna a atribuição, tratando-se do sucesso, quando os estereótipos forem positivos, mas, de outro lado, externa, na mesma ocorrência de sucesso, quando os estereótipos se caracterizarem como negativos.

Palavras-chave: Estereótipos, crenças compartilhadas, teorias cognitivas.

SOC

ANÁLISE PSICOSSOCIAL DO PRECONCEITO CONTRA MULHERES NO CAMPO PROFISSIONAL. *Ana Raquel Rosas Torres (Departamento de Psicologia – Grupo de Pesquisa em Comportamento Político- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB)*

Apesar dos grandes avanços que podem ser vistos no que diz respeito à inserção feminina nas mais diversas áreas profissionais, as diferenças salariais entre homens e mulheres continuam presentes. Por outro lado, do mesmo jeito que acontece com o preconceito racial, o preconceito contra as mulheres vem assumindo formas cada vez mais sutis. Este trabalho se propõe a apresentar o conjunto de resultados de uma linha de pesquisa que investiga o preconceito contra mulheres no campo profissional. O primeiro estudo investigou, em uma amostra de 185 estudantes de uma universidade privada, a influência da classificação de profissões em masculinas e femininas na avaliação dos docentes universitários. Dessa forma, buscou-se analisar se as avaliações que os alunos fazem sobre as disciplinas cursadas são influenciadas pelas variáveis: tipo de curso (masculino e feminino), sexo do aluno (masculino e feminino) e sexo do professor (masculino e feminino). Constatou-se que, em relação à disciplina percebida como de melhor aproveitamento, nos cursos considerados masculinos, os alunos tendem a avaliar os professores de forma mais positiva que as professoras. Já nos cursos femininos, as professoras apresentam avaliação mais positiva do que os professores. Além disso, os alunos apontam avaliações mais injustas em disciplinas ministradas por professores em cursos femininos. O segundo estudo avaliou a percepção da discriminação generalizada contra mulheres e seus efeitos no bem-estar psicológico, auto-estima e identidade social de estudantes universitárias. A amostra era composta por 229 alunas de cursos considerados masculinos e femininos, que responderam um questionário que continha uma escala de bem-estar, uma de auto-estima e uma de identidade social. No entanto, antes de respondê-las, metade das alunas lia uma estória com conteúdo de sexismo generalizado. A outra metade lia uma estória de conteúdo de sexismo raro. Após a leitura, elas deveriam responder se concordavam ou discordavam do conteúdo. Constatou-se que a manipulação dos conteúdos de sexismo generalizado e raro surtiu efeito. Os resultados também apontam que o bem-estar e a auto-estima se mostraram negativamente influenciados pelo sexismo. Entretanto, esperava-se no contexto social masculino, uma maior influência negativa sobre os referenciais emocionais do que no contexto social feminino e isto não foi observado. O terceiro estudo teve como objetivo principal investigar o preconceito contra as mulheres por meio das opiniões dos homens a respeito da inserção feminina em uma profissão considerada masculina: a tecnologia da informação. Participaram deste estudo 253 homens, dos quais 54,2% eram estudantes da área de informática e 45,8% atuavam em duas empresas de tecnologia da informação, uma federal e outra municipal. Os participantes responderam a um questionário formado por questões abertas e em formato Likert. Tomados em conjunto, os resultados indicam que tanto a adesão ao sexismo hostil quanto ao benevolente co-existem entre os participantes, no entanto, existe uma tendência ao sexismo hostil ser mais alta entre os estudantes. Tomados em conjunto, esses resultados são discutidos com base na diferenciação social dos papéis masculinos e femininos e apontam a necessidade de articulação teórica entre diversos níveis para a análise do preconceito.

preconceito; discriminação; sexismo
SOCIAL

CIDADE E SUBJETIVIDADE.

CORPOS POLÍTICOS NAS CIDADES PRIVATIZADAS: SOBRE CERCAS E PERFORMANCES. *Jardel Sander* (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Grupo Zona de Interferência – Belo Horizonte/MG; Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis/SC)

Nossas vidas, nossas formas de subjetivação, a despeito de toda a (suposta) ampliação dos espaços virtuais, têm sido estreitadas. Nossos corpos têm experimentado uma compressão política, se entendermos política como a vivência pública de nossas diferenças. Os espaços públicos-políticos têm sido suprimidos das vidas dos sujeitos, ou pelo medo, ou pelo descaso, ou por uma categoria tão vasta quanto perigosa que podemos denominar “conforto”. No entanto, os sujeitos resistem, e os espaços urbanos, através das ações daqueles, também. Neste sentido, é preciso ressaltar o papel das artes contemporâneas nesse cenário, sobretudo quando potencializam as ações de resistência. Quer dizer, frente ao que temos vivido – espaços urbanos esvaziados do significado político dos corpos-subjetividades, pois estes foram enredados numa imagética espetacular que despotencializa tudo que toca – as artes, sobretudo a performance, tem aí uma função importante, uma vez que podem tornar criticamente visíveis tais questões (e muitas vezes o fazem): o corpo, sua captura pelas imagens e os espaços da cidade. Este trabalho, pois, busca refletir sobre essa temática, problematizando as relações entre corpo, arte contemporânea e processos de subjetivação nos espaços urbanos. Para tanto, tomamos como ponto de partida duas performances do grupo Zona de Interferência (Belo Horizonte/MG); “aCerca do Espaço”, apresentada em Belo Horizonte e Salvador (2008); e “Corpos Subjetivos em Espaços Móveis”, Belo Horizonte (2009). O que se pretende é refletir sobre a privatização dos espaços da cidade – o que vem se tornando cada vez mais presente – e a forma como esse processo tem se relacionado com os corpos-subjetividades, bem como o modo com que as artes contemporâneas, especialmente a performance, têm questionado, apontando focos de resistência. Neste processo, encontramos a experiência da rua, território próprio do público e do político, como “residual” – a rua passa a ser uma fissura da cidade, o resíduo, indesejado, daquilo que não se pôde privatizar. E é justamente a rua que a arte aqui abordada vai tematizar: seja por contraste, na explicitação dos múltiplos enclausuramentos nos espaços privados e privatizados; seja pela via direta, através da ocupação provocativa dos públicos-políticos.

Apoios: “aCerca do Espaço” teve apoio da FUNCEB, através da organização do CorpoCidade (2008), e hoje tem apoio do Centro Cultural da UFMG, através do Projeto Cenário (2009-2010); “Corpos Subjetivos em Espaços Móveis” contou com o financiamento do Fundo Municipal de Cultura de Belo Horizonte (2008-2009).

Palavras-chave: corpo; política; performance.

Nível do trabalho: Outro.

Código de área: SOCIAL.

ATOS DE MEMÓRIA E IDENTIDADE NA RECONSTRUÇÃO NARRATIVA DA CIDADE POR ADOLESCENTES E JOVENS. *Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira* (Laboratório de Microgênese das Interações Sociais, Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento da Universidade de Brasília, DF).

As cidades são feitas de múltiplas tramas simbólicas, redes sociais, sentidos e significados culturais, apreendidos de modo singular por seus habitantes. Desde a infância, e particularmente na adolescência quando se dá uma apropriação mais ativa do espaço público, as representações sobre a cidade desempenham importante papel na configuração das identidades. Atos de memória são ferramentas psicológicas, que conectam a face subjetiva e social da identidade, ajudando a criar o senso de continuidade da pessoa, na linha do tempo. Sendo assim, a reconstrução narrativa das memórias sobre a cidade informa, ao mesmo tempo, sobre a cidade imaginada e sobre as identidades dos nativos. Este trabalho apresenta análises que aproximam dados de duas famílias entrevistadas como parte de um projeto de investigação mais abrangente, cujo objetivo é compreender o papel dos jovens de segunda geração de brasilienses na construção social da cultura local da capital federal. As entrevistas eram constituídas de três momentos interconectados, a saber: (a) *linha da vida*, constando do registro, em um esquema gráfico, dos cinco eventos mais significativos entre as memórias remotas do entrevistado; (b) *memória mediada por fotografias*, retratando diferentes cenários da cidade: o entrevistado era convidado a selecionar as imagens que melhor representavam sua relação com a cidade e a narrar eventos significativos associados aos contextos selecionados; (c) *relatos autobiográficos* integrando as narrativas apresentadas durante os dois momentos precedentes. O estudo-piloto envolveu duas famílias. Na família 1, intacta e de classe média alta residindo na região central da cidade, foram entrevistadas individualmente três irmãs (respectivamente 13, 17 e 21 anos). Na família 2, as entrevistas individuais foram realizadas com um filho e uma filha, respectivamente 20 e 14 anos, de classe média baixa, residente em região da periferia da cidade. Esta última é uma família reconstituída, e cada entrevistado tem um diferente progenitor. Os resultados apontam importantes diferenças entre as famílias. A necessidade de circular entre diferentes espaços da cidade, na busca de acesso à saúde, ao lazer e a outras dimensões da cidadania leva os membros da família 2 a memórias mais ativas sobre a cidade, conquanto sejam memórias que envolvem de modo principal o espaço da escola, os meios de transporte e outros serviços públicos. Já as entrevistadas da família 1, que coincidem em terem passado toda a vida escolar em um mesmo estabelecimento, situado no mesmo bairro em que habitavam, à qual acediam em automóvel próprio, evidenciaram grande dificuldade em lembrar de aspectos significativos da infância na cidade. As características semióticas da capital federal são delineadas em torno de elementos tais como: uma história social breve; uma pálida identidade social; distante de outras grandes cidades, fisicamente espalhada no espaço e marcada como local de entrecruzamento ou passagem por grande parte dos moradores. Consideramos que tais características se relacionam de modo bidirecional com aspectos geracionais e de desenvolvimento dos jovens atuais, afetando as identidades e o senso de si das novas gerações.

Apoio financeiro: CAPES (Pós-Doutorado – PD)

Palavras-chave: identidade; atos de memória; juventude; cidade

Nível do trabalho: Outro.

GRITO E ESCUTA NA CIDADE DOS LOUCOS. *Tania Mara Galli Fonseca*
(Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Brasil)

Nossa pesquisa junto ao Acervo da Oficina de Criatividade do Hospital Psiquiátrico São Pedro tem nos ensinado a escutar mortos e também velhos papéis. Durante os últimos 19 anos, neste âmbito tem sido acumuladas mais de 100.000 obras de desenhos, pinturas e bordados produzidos por pacientes psiquiátricos cronificados pelo regime de longa internação. Alguns deles, já mortos, outros, muito velhos e frágeis, convocam nosso olhar para esta estranha força de criação e resistência de que são portadores. O incrível e babélico acervo de tais obras, enquanto passa pelo processo de catalogação e armazenamento adequados, constitui-se como um arquivo, ao mesmo tempo visível e invisível. Unificado, identificado e classificado, torna-se, aos poucos um suporte estável e à disposição para pesquisas. Seu maior valor refere-se ao seu poder de reunir signos e de contrair em si características opostas – a de instituidor e conservador. Arquivo não é uma questão do passado arquivável: trata-se do futuro, de uma promessa para amanhã. Desde sua natureza espectral, o arquivo com que nos deparamos nos faz falar com fantasmas. Ali, uma cançãozinha, provinda de vidas minúsculas e desoladas, pode ser ouvida. Escutamos o grito destas vidas abatidas pela infâmia da loucura, regidas pelo delírio e queimadas pelos raios da razão. Do fundo de sua impotência, resistem pela criação e trabalham por um *pode ainda ser*. Forçam-nos, enfim, a pensar o agenciamento psiquiátrico - do qual se revelam efeitos -, como seqüestro social e cassação de seus direitos à cidadania e à alegria de viver. Talvez, daqui, se tornasse possível colocar fora do jogo vidas minúsculas até então, exclusivamente, marcadas por palavras que as subordinaram a fins práticos e corriqueiros, com função meramente designativa. E, a seguir, talvez, então, nos seria possível a experiência de apresentar o mundo ao invés de representá-lo, fundar, como afirma Blanchot (1984), “o outro dos mundos”, que não se refere a um mundo inexistente, mas sim àquele que é evocado em seu esplendor e realidade plena e que, por ter se tornado possível avisaria à linguagem da sua insuficiência frente à vida. Far-nos-ia também sair da dialética, repensar as noções de sujeito e de história, verdade e origem. Significaria uma fuga do aprisionamento posto pelos conceitos e o abandono das certezas de nossa cultura e dos princípios que regem nossa história. Tratar-se-ia de um esforço para realização de uma irrealizada história, a qual só se efetuará pela negação de todas as suas realidades particulares, por sua negação e, ao mesmo tempo, pela afirmação da mesma negação. Essa afirmação pela ausência nos levaria a uma “experiência do Fora” que viríamos a empreender em nossa saga pelos caminhos do arquivo de vidas e obras com o qual estamos implicados.

Palavras-chave: Arquivo, criação, loucura e escuta

Nível do trabalho: Outro.

Código de área: SOCIAL.

EMOÇÃO, CULTURA E SENTIMENTO DE COMUNIDADE.

EMOÇÃO, CULTURA E SENTIMENTO DE COMUNIDADE: DESAFIOS PARA A PSICOLOGIA COMUNITÁRIA. *Marcos Vieira Silva (LAPIP – Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial da Universidade Federal de São João Del-Rei, MG)*

A Psicologia Comunitária toma como pressupostos básicos algumas categorias temáticas da Psicologia Social que produzem implicações diversas para as práticas e reflexões teóricas desenvolvidas acerca dos trabalhos em comunidades. Gestão coletiva e autogestão, participação social, transformação social, movimentos sociais e políticas públicas serão abordadas na presente reflexão. O LAPIP é um laboratório que congrega pesquisadores com formação em Psicologia que desenvolvem projetos de pesquisa e extensão universitária nos campos da saúde, educação, trabalho e movimentos sociais. Várias de nossas ações envolvem grupos comunitários e institucionais. Temos percebido a riqueza de tais grupos, no que diz respeito à ocorrência de processos grupais que atuam como produtores de identidade e ativadores de consciência. Por outro lado, os grupos se caracterizam, também, como “lugar” de dificuldades e de apatia, como reflexos dos processos sociais mais amplos. Portanto, podemos dizer que eles nos mostram paradoxos permanentes. Por um lado, apatia e dificuldades de participação, por outro, uma certa “teimosia” em continuar a ser GRUPO, a ser coletivo, apesar de todas as dificuldades, construindo uma identidade plena de afetividade e solidariedade. Algumas situações e eventos que fazem parte de suas ações cotidianas produzem mudanças significativas no comportamento de seus membros. A pouca participação e o desânimo cedem lugar à cooperação e ao envolvimento com as tarefas. Nosso desafio é trabalhar com as implicações cotidianas dessas categorias no desenvolvimento de ações que se articulam com políticas públicas de educação, saúde e desenvolvimento social. Sabemos que a universidade não é um gestor de políticas públicas, mas é um parceiro privilegiado para o seu desenvolvimento e efetivação. Entre vários problemas vale levantar as diferenças entre os resultados esperados por nossa ação e pela ação dos gestores públicos. O tempo de produção das identidades coletivas emancipadas, das vivências afetivas amadurecidas, da produção cultural que contemple a diversidade e seja participativa, da educação problematizadora, que fazem parte do nosso fazer e pensar, é visto com reserva pela urgência de resultados que determinam muitas das formas de ação dos gestores públicos, sejam eles municipais, estaduais ou até mesmo, federais. As estratégias de inclusão socioeconômica não devem nos bastar. Buscamos a inclusão psicossocial. Só pode se sentir incluído plenamente alguém que se torna sujeito no espaço social que ocupa, alguém que se sente sujeito na condução do seu modo de vida, alguém que se sente sujeito no processo de produção de sua identidade. Investigar e problematizar as implicações da emoção, da cultura, dos processos grupais, do sentimento de comunidade ou do sentimento de pertença é fazer obrigatório da Psicologia, principalmente da Psicologia que se pretende crítica e comprometida eticamente com o seu objeto.

Apoio: FAPEMIG e CNPq

Processos Grupais, Emoção, Psicologia Comunitária

O CONCEITO DE "SENTIMENTO DE COMUNIDADE" NO BRASIL. *Denise de Camargo (Linha de pesquisa: Fundamentos e Intervenção em Psicologia Social Comunitária, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR)*

Este trabalho tem como objetivo analisar o conceito de “sentimento de comunidade”, do campo da Psicologia Comunitária, no contexto brasileiro. Pretende-se construir fundamentos teóricos para que se investigue a emoção na área da psicologia Social Comunitária no Brasil. O sentimento de comunidade é um conceito considerado fundamental na atual literatura da Psicologia Comunitária. Introduzido na América do Norte, nos anos setenta, hoje faz parte da referencia teórica de pesquisas e orienta trabalhos de intervenção comunitária em diversos países da Europa e do Continente Australiano. O conceito de sentimento de comunidade envolve o sentimento de pertencimento a uma rede de relações e a um grupo maior de pessoas em que se deposita confiança. É definido como o sentimento de pertença que os membros possuem, de se preocuparem uns com os outros e com o grupo. É uma fé partilhada de que as necessidades dos membros serão satisfeitas através do seu compromisso em permanecerem juntos. O conceito é formado pelos seguintes componentes: pertencimento, influência social, satisfação de necessidades comuns, vínculos emocionais e apoio compartilhado. Os autores sugerem que as ligações serão fortalecidas através dos contatos positivos e próximos entre seus membros, da partilha de experiências importantes, do investimento dos participantes na comunidade e do reconhecimento e valorização da participação deles pela comunidade. A dinâmica entre essas dimensões contribui para criar e manter o sentimento comunitário. Após a recuperação do conceito, vamos olhar para o Brasil a partir dele. A pergunta que se faz é em que medida uma sociedade, como caracterizada por Florestan Fernandes, estruturada conforme o princípio estamental e com traços autocráticos de organização do poder, cria condições de desenvolvimento de sentimentos comunitários, como o identificado na sociedade norte americana. As formas de vida social e de mentalidades, nascidas no passado, ainda estão presentes, como parte constituinte da configuração da vida comunitária no Brasil? Do ponto de vista metodológico, busca-se o conhecimento do passado para identificar as marcas do presente. Busca-se recuperar, a partir dos estudos dos intérpretes do Brasil, a história da formação social e política para compreender que marcas ela deixou na constituição subjetiva de segmentos da população brasileira. Essa formação sócio-política, apesar das profundas transformações sociais e econômicas ocorridas no país, ainda condiciona o desenvolvimento da constituição de verdadeiras comunidades? Neste estudo teórico introdutório, partiu-se do conceito de sentimento de comunidade com o objetivo de analisar se esta categoria, tida como referência para a Psicologia Comunitária, ajuda a compreender as comunidades no Brasil e a fundamentar práticas comunitárias com finalidade de gerar uma maior proatividade na direção de ações (políticas) emancipatórias. Conclui-se, provisoriamente, que o conceito de sentimento de comunidade pode não se aplicar na realidade brasileira da mesma forma que em outros países, com outra história de formação e com cultura diferente da nossa. O estudo começa a apontar que outros conceitos como, por exemplo, o de relações autoritárias e o de paternalismo, podem ser recuperados para melhor demonstrar como estamos constituindo nossas subjetividades e nossos valores comunitários ao longo da história.

Emoção, sentimento de comunidade, psicologia comunitária

O MOVIMENTO DE LUTA ANTIMANICOMIAL E A DIVERSIDADE CULTURAL. *Walter Melo Junior (Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, MG)*

O campo da saúde mental do Brasil está passando por significativas mudanças legislativas, administrativas, terapêuticas e culturais. Para isso, é de fundamental importância o movimento de luta antimanicomial, que agrega profissionais da área, familiares e usuários. A participação dos usuários possibilitou que ocorressem mudanças nos modos habituais de participação comunitária no campo da saúde. Dessa forma, temos uma significativa participação dos usuários nos debates sobre a chamada Lei Paulo Delgado, desde o projeto 3.657, de 1989, até a aprovação da lei 10.216, de 2001. A partir da aprovação da lei, institucionaliza-se um campo que já se encontrava em processo de transformação e são criadas possibilidades para descentralizar a organização dos serviços do hospital para os centros de atenção psicossocial, diminuindo gradualmente o número de leitos psiquiátricos e provocando a inserção dos usuários no campo social. A partir de então, podemos observar uma proliferação de trabalhos culturais no campo da saúde mental, que contam com a participação de usuários. A relação da arte com o campo da saúde mental no Brasil rompe, de maneira drástica, com a utilização de meios artísticos para fins diagnósticos ou para a configuração de patologias. Desde os trabalhos de Osório César e de Nise da Silveira temos uma ampliação do conceito de saúde mental, que deixa de ser simplesmente ausência de doença, centrada em aspectos biológicos, e passa a levar em consideração, também, aspectos psicológicos e sociais. A interface desses trabalhos com os de Tarsila do Amaral, Mário Pedrosa, Ferreira Gular, Almir Mavignier, Abraham Palatinik, Ivan Serpa, Belah Paes Leme, Rubens Correa, Leon Hirszman, Marcos Magalhães, dentre outros, abriu os debates acerca do hospício e dos tratamentos então preconizados para a esfera pública, fazendo com que um assunto, antes restrito a técnicos, passa-se a ser *de médico, de louco e todo mundo um pouco*. A diferença marcante desses trabalhos de interação da saúde mental com as artes plásticas, com o teatro e com o cinema, e trabalhos contemporâneos, como os que são desenvolvidos, por exemplo, pelos grupos musicais Cancioneiros do IPUB, Harmonia Enlouque, Sistema Nervoso Alterado, Trem Tã Tã, Coral Cênico, Coral Ser Sã, Black Confusion, dos grupos de teatro Ueinzz, Pirei na Cenna e Os Nômades, do grupo de cinema e de fotografia Alice Prepara o Gato, é que há, atualmente, uma participação mais ampla dos usuários na concepção dos trabalhos, na organização das atividades, na produção e divulgação do trabalho, que ganha, cada vez mais, espaço no campo das artes. A participação dos usuários possibilita que importantes mudanças ocorram a curto, médio e longo prazo, sendo que os trabalhos culturais permitem mudanças de mentalidade, inscritas na *longa duração*.

Saúde mental, luta antimanicomial, diversidade cultural
Pesquisador - P

Psicologia Social

COMBINAÇÃO E RECOMBINAÇÃO DE REPERTÓRIO: AVANÇOS NO CONHECIMENTO DE DETERMINANTES DE COMPORTAMENTO VERBAL EMERGENTE.

LEITURA RECOMBINATIVA DERIVADA DO ENSINO DE RELAÇÕES COM PSEUDOPALAVRAS DE UM MINI-SISTEMA LINGUÍSTICO. *Elenice S. Hanna* (Programa de Pós-Graduação em Ciências do Comportamento, Universidade de Brasília, Brasília, DF).

O controle discriminativo por elementos textuais é necessário para a leitura de palavras novas ou leitura recombinativa. Investigações sobre leitura em situação natural e com palavras ou textos da língua materna pode dificultar o controle de variáveis e a interpretação dos resultados. Quatro estudos, conduzidos com estudantes universitários, mostram a utilidade de um Mini-Sistema Linguístico (MSL) para controlar variáveis e identificar determinantes da leitura de palavras. Todos os estudos utilizaram pseudopalavras do tipo CVCV compostas por combinações de elementos de um pseudoalfabeto de 8 letras, sendo 4 consoantes e 4 vogais. Cada letra correspondia a apenas um fonema. Sessenta e dois estudantes universitários aprenderam a relacionar 12 pseudopalavras impressas a 12 pseudopalavras ditadas. Parte deles aprendeu também a relacionar figuras às pseudopalavras ditadas. O procedimento alternava os passos de ensino de 2 relações de cada tipo com avaliações de formação de classes de estímulos equivalentes e de leitura recombinativa de pseudopalavras. O Estudo 1 mostrou que a leitura recombinativa aumenta em função do número de palavras diferentes ensinadas, compostas pelas mesmas sílabas. O Estudo 2 mostrou que a maioria dos estudantes não desenvolve leitura recombinativa com o treino repetido das relações com as mesmas 2 palavras, indicando a importância da recombinação e sobreposição dos elementos em palavras diferentes já no treino inicial. O Estudo 3, no qual o ensino das relações com as figuras foi omitido, a leitura recombinativa se desenvolveu na mesma proporção encontrada no Estudo 1, sugerindo que o controle elementar pode se desenvolver quando as palavras treinadas são sem sentido. No Estudo 4 os universitários primeiro aprenderam a relacionar letras (nome) ou sílabas ditadas às correspondentes modalidades impressas no pseudoalfabeto e subsequentemente aprenderam as relações entre pseudopalavras ditadas e impressas. O ensino de sílabas sozinho foi superior na produção de leitura de pseudopalavras, mas a combinação do ensino de letras com o ensino de palavras acelerou o aparecimento da leitura recombinativa. Os resultados tomados em conjunto sugerem que procedimentos de ensino que combinem o uso de palavras diferentes com sobreposição de elementos e unidades de ensino menores aceleram o desenvolvimento de leitura combinatória e recombinativa de palavras. Uma análise adicional dos participantes de todos os estudos, para avaliar a influência da área do curso de origem dos participantes, indicou que os desempenhos recombinativos de leitura se desenvolveram mais rapidamente e em maior número para estudantes de cursos de ciências exatas do que para aqueles de cursos de ciências humanas. O MSL possibilitou controlar a história com palavras e letras, as regras de pronúncia, a frequência com que cada elemento apareceu em situação de treino e a configuração das palavras novas testadas e produziu resultados sistemáticos para compreender os determinantes do desenvolvimento de habilidades verbais.

Apoio financeiro: CNPq

Palavras-chave: Mini-sistema Linguístico, leitura recombinação, comportamento textual, equivalência de estímulos, universitários.

Trabalho: Pesquisador

Código: AEC

EQUIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS E GENERALIZAÇÃO RECOMBINATIVA NO SEGUIMENTO DE INSTRUÇÕES COM PSEUDOPHRASES (VERBO-OBJETO).

*Lidia Maria Marson Postalli** (Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e Deisy das Graças de Souza (Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial e Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, SP).*

O paradigma de equivalência de estímulos, como modelo do comportamento simbólico, pode contribuir para esclarecer a origem da compreensão de instruções, ao considerar que as palavras em uma instrução podem se tornar membros de classes de equivalência juntamente com elementos das contingências de reforço para o comportamento de seguir a instrução. O objetivo desse estudo foi estabelecer pseudofrases (verbo-objeto) como membros de classes de equivalência com ações, objetos e figuras abstratas e verificar: 1) se quando empregadas com função instrucional, as mesmas sentenças passam a controlar a execução das ações em relação aos objetos que fazem parte da mesma classe; 2) se as figuras abstratas adquirem as mesmas funções; e 3) se o ensino de algumas pseudofrases favorece o seguimento de novas sentenças, geradas pela recombinação de elementos das primeiras. Foram conduzidos dois experimentos. Foi empregado um procedimento padrão para ensino de discriminações condicionais entre pseudofrases ditadas e videoteipe de ações em execução (AB) e entre as mesmas frases e figuras abstratas (AC) e para sondas de formação de classes (BC e CB). O seguimento de instruções foi avaliado em sondas sucessivas, antes, durante e após as etapas de ensino e os testes de formação de classes. Depois do teste de controle instrucional foi avaliada a generalização recombinaiva em tarefas de seguimento instrucional e de *emparelhamento com o modelo*. No Experimento 1, dez participantes (com idade entre 4 e 6 anos) aprenderam as discriminações condicionais e formaram classes de equivalência. No pós-teste de controle instrucional, seis crianças seguiram as instruções orais e pictóricas. Três participantes, que não apresentaram controle instrucional, realizaram retreino da linha de base e reteste de formação de classes, após o qual seguiram as instruções orais e pictóricas. Nos testes de execução e seleção de novas instruções sob controle de novas sentenças, nenhum participante apresentou generalização recombinaiva. Na ausência de ocorrência de repertório recombinaivo, foi conduzido o Experimento 2 com o objetivo de verificar se o ensino de relações envolvendo sobreposição de elementos das sentenças possibilitaria o seguimento de novas combinações entre os verbos e substantivos. Seis de oito crianças com idade entre 3 e 6 anos aprenderam as discriminações condicionais e formaram classes de equivalência com pseudofrases, videoteipes de ações relacionadas a objetos e figuras abstratas. No pós-teste, cinco dos oito participantes seguiram as instruções orais e pictóricas, porém, nenhum participante apresentou generalização recombinaiva. Portanto, os resultados apoiam a noção de que a formação de classes de equivalência pode ser o processo (ou pelo menos um dos processos) pelo qual instruções desenvolvem controle de estímulos sob comportamentos não verbais de um ouvinte. A ausência de repertórios recombinaivos, entretanto, sugere que o desenvolvimento desses repertórios depende de outras variáveis que não apenas a compreensão das instruções.

Apoio financeiro: FAPESP e CNPq

Palavras-chave: controle instrucional, significado, equivalência de estímulos, generalização recombinaiva.

Trabalho: Doutorado

Código: AEC

CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA, NOMEAÇÃO, REGULARIDADE FONÊMICA E CONTROLE POR UNIDADES MÍNIMAS NO ENSINO DE LEITURA RUDIMENTAR EM PRÉ-ESCOLARES. *Maria Martha Costa Hübner* ** (Programa de Pós Graduação em Psicologia Experimental, Universidade de São Paulo), *Ariene Coelho Souza* (Programa de Pós Graduação em Psicologia Experimental, Universidade de São Paulo) e *Robson Faggianni* (Programa de Pós Graduação em Psicologia Experimental, Universidade de São Paulo).

O objetivo do presente trabalho é discutir implicações para o ensino de leitura dos dados produzidos em três estudos experimentais, com um total de 14 participantes (de 4 a 5 anos de idade). Tais estudos investigaram, via o paradigma de equivalência e recombinação de unidades menores do que a palavra, variáveis determinantes da aquisição do controle por unidades mínimas, durante o processo de aprendizado de leitura rudimentar em pré-escolares. O procedimento de discriminação condicional *matching - to - sample* foi utilizado, propondo-se verificar as possibilidades de emergência de novas relações a partir das que foram diretamente treinadas. Os três estudos partiam da concepção de que para que haja uma leitura proficiente é necessário que o aprendiz esteja sob controle de unidades menores do que a palavra, a fim de que o comportamento de ler sob controle das unidades mínimas possa emergir. Todos os estudos foram realizados com um delineamento Pré e Pós- Teste, com medidas repetidas do mesmo participante e foram feitas comparações informais entre os estudos. Nos três estudos, um sistema informatizado de 23 fases, em geral, era aplicado. Havia uma fase de Pré- Treino, para familiarizar o participante com a situação experimental, uma fase de Pré - Teste de Nomeação Oral das palavras e figuras (comportamento textual), Treino de palavras (denominado AC), Testes da emergência de relações de equivalência entre figura e palavra ensinada (BC e CB) e Testes do controle por unidades mínimas (tipo B'C' e C'B'). No ESTUDO 1, a variável experimental foi a realização de testes de “consciência fonológica” antes e depois das fases acima descritas. No ESTUDO 2, a variável experimental foi a solicitação do comportamento textual durante o treino. No ESTUDO 3 foi a apresentação de palavras monossilábicas com e sem regularidade fonêmica. O conjunto dos dados de cada estudo e as comparações entre eles levaram ao estabelecimento das seguintes relações: a) o comportamento textual – falar em voz alta a palavra lida (ou nomeação oral de palavras) não se mostrou crítico para a emergência de desempenhos indicativos do controle por unidades mínimas; b) o comportamento textual das palavras treinadas e das que emergiram como produto do treino e teste recombinativo, eram diferentes quanto à precisão, maior para as primeiras, que eram expostas oralmente pelo experimentador; c) após a exposição dos treinos e testes recombinativos, os participantes melhoraram desempenhos nos testes denominados de “consciência fonológica”, especificamente nos sub- testes de “transposição silábica”; d) nomear e reconhecer letras não se mostrou pré - requisito para a sua identificação posterior em palavras; e) a regularidade fonêmica das unidades menores do que a palavra mostrou-se relevante para a melhora de desempenhos que indicavam controle pelas unidades componentes das palavras (letras e sílabas). Tais conclusões foram comparadas com as de outros estudos da área e pontos comuns foram encontrados. Além disso, sugere-se que há um importante papel do aspecto fônico de sílabas no operante denominado controle por unidades mínimas, na leitura, e relações com o método fônico são discutidas.

Apoio financeiro: CAPES e CNPq

Palavras-chave: controle por unidades mínimas, leitura, equivalência de estímulos, comportamento textual, nomeação.

Código: AEC

CORPO, TRAUMA E MEMÓRIA.

A MEMÓRIA NA CARNE COMO RECURSO NA ELABORAÇÃO DO TRAUMA. *Francisco Ramos de Farias (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro).*

Pretende-se demonstrar, mediante argumentação, como as modificações corpóreas em sua gama de variedades podem apresentar dois caminhos para o sujeito: construir indícios tomando as intervenções corpóreas como signos de identidade e produzir marcas para registrar importantes acontecimentos no percurso da vida. Desse modo, as transformações corpóreas, segundo um plano que atende a vontade do sujeito, são capítulos do percurso vital tal como acontecimentos registrados numa agenda. São cortes, desenhos, implantes de objetos, queimaduras e inscrição de palavras para compor, em filigranas, a montagem da história de vida. Todo o arsenal de acontecimentos produzidos com o corpo é um tipo de rememoração das circunstâncias da vida. Se o homem recorre às possibilidades de criar ou produzir seu corpo utilizando-se de vários artefatos é para tentar se interpor à pressão do tempo que também inscreve, independente da vontade humana, as marcas do envelhecimento. Sendo assim, as cicatrizes, queimaduras, implantes, cortes e outras tantas incisões possíveis demarcam uma dimensão corpórea para diferenciar da produzida pelo tempo. É desse modo que o sujeito organiza os fatos de sua vida, construindo uma memória para deixar vestígios da ação da escolha por uma transformação, além daquela que advém da passagem do tempo. Essa memória incrustada na carne é a tentativa de “fazer” parar o tempo, pela celebração de acontecimentos realizados no corpo, para não ser simplesmente uma instância pulsante que apenas fica a mercê do tempo que passa. Assim o sujeito faz do corpo o ancoradouro de momentos de sua vida, os quais não pretende esquecer e que foram importantes na edificação de sua identidade. A memória inscrita no corpo, como recurso de elaboração de uma experiência traumática, representa a vontade de eternização de um instante referente a um ato irreversível, mas que é a prova viva de um momento vivido. Desse modo, a memória que se produz com o corpo é a ligação do homem com uma situação, com uma pessoa em particular e com um evento traduzido por marcas que têm como finalidade fazer com que os acontecimentos não caiam no esquecimento, seja para o próprio sujeito, seja para os outros. Sendo assim, os signos que as marcas corpóreas significam constituem uma modalidade de escrita, de cunho metafórico, a partir da qual na carne inscreve-se a existência para que seja acessível no contexto das relações sociais. Sob este prisma, focaliza-se o corpo o arquivo constituído pelo sujeito acerca de si mesmo, sendo por isso mesmo, o indício de uma passagem de um estado de vida a outro. É um tipo de memória privilegiada com elevadas cargas afetivas que remontam à situações prazerosas, às quais o sujeito pretende retornar. Por essa razão, as marcas corpóreas encarnam uma memória viva, ou seja, uma incitação para o sujeito produzir condições no sentido de realizar seu percurso existencial. São, também, a recorrência a um tempo que passa como um tipo de “fotografia” de si mesmo da qual o corpo é a fonte de revelação.

Palavras-chave: experiência traumática, restos indizíveis, elaboração.

Nível do trabalho: P (Pesquisador)

Código da área: CLIN – Psicologia Clínica e da Personalidade

ESCRITAS CORPÓREAS COMO INDÍCIOS DE EXISTÊNCIA. *Cristina Monteiro Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro).*

A maioria das reflexões sobre as produções artísticas se prende a esfera do prazer e da beleza. Poucas interpretações não oferecem uma pastagem ao olhar, seja pelo caráter nocivo em que encerra uma dose de masoquismo; seja pelo horror que podem provocar, como nas produções da Body Art, que não remontam aos rituais de passagem para selar e iniciação e pertencimento a comunidade. Mas, as obras de arte de qualquer estilo encerrarem um mistério. Nas artes inscritas na corporalidade, indaga-se: o que causa um artista em oferecer seu corpo, a múltiplas transformações, para criar um espetáculo que, faz irromper, no espectador, angústia e horror? Seria uma tentativa de firmar sua própria existência? Para começar, devemos situar o desejo inconsciente que expressa o lado obscuro do existir: a dor elevada ao ícone de gozo, seja pela negação da sensação dolorosa; seja, pela postura do sujeito de observá-la, conduzindo a estados de êxtase. As produções da Body Art nos introduz no umbigo do mistério que faz o artista transformar-se em seu próprio carrasco, num oferecimento do corpo como o objeto que desconhece os limites da castração, responsável pela divisão presente no homem. A ação de “destruição” do corpo resulta do excesso pulsional que abrevia o circuito reativo ao regime das representações ou se vale de um circuito extra-representável. Essa forma de expressão artística dar lugar a uma satisfação pulsional, pela crença de que o absoluto pode tomar corpo, uma vez o artista, em sua posição masoquista oferecendo seu corpo a dor, oferece também ao espectador a possibilidade de ver-se inundado de uma angústia paralisante em função do horror traduzindo pela de irrupção do objeto inapreensível e indizível. Há também a resposta do artista ao caráter utilitarista do mercado de artes de produção, pois a obra não resulta do comando do Mestre: a ordem monárquica, a ordem religiosa ou a ordem econômica expressa pelos “marchands”. Sendo assim, a Body Art representa um estranhamento ou mesmo uma ruptura com os movimentos artísticos a serviço das potências de época, refletidas na busca gratificação, de reconhecimento e de êxito social. Tais produções são um impacto que não tem esses vetores como mecanismos de regulação, ou seja, indaga-se: na Body Art quem representa o Outro social do artista? Esse movimento artístico definitivamente lança por terra a veneração e respeito à imagem idealizada do que seja o verdadeiro criador. Quer dizer a Body Art representa um tipo de “ferida narcísica” no campo das artes, traduzindo a modalidade atual de homem de exceção exibida em sessões previamente planejadas de exercícios para negar a dor ou mesmo no “talento” para suportá-la.

Palavras-chave: modificações corpóreas, Body Art, singularização.

Nível do trabalho: P (Pesquisador)

Código da área: CLIN – Psicologia Clínica e da Personalidade

CORPO: LUGAR DE VIDA E DE MORTE. *Lucia Maria de Freitas Perez*
(Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro).

O corpo como o espaço privilegiado das ocorrências vitais e a sexualidade como o mais forte aliado do sujeito à vida adquirem novo estatuto e uma nova interpretação no âmbito teórico da psicanálise, campo de saber que evidencia a discursividade decorrente de uma nova ética: a ética do desejo. Pensar o corpo como lugar de vida é situar a posição do sujeito frente às escolhas ditadas pelo desejo. Mas, o corpo também evidencia sinais que encaminham o sujeito à morte, seja pelo envelhecimento, seja pelas condutas de riscos e outras formas de ataque ao corpo, como descuidos. Trata-se de evidenciar a existência de algo além da objetividade física e dos sintomas orgânicos na perspectiva de um olhar sobre a relação do sujeito com sua corporeidade, focalizando a dimensão da vida e da morte. a sexualidade exige ser ouvida noutra dimensão tendo como referência outro saber, e não apenas no campo da reprodução que somente sugere a dinâmica do viver. O sexual inscreve-se no âmbito da existência. Nesse sentido, este estudo parte da indagação, para que serve um corpo? Pergunta delicada que já foi objeto de muitas discussões ao longo da história e que recebeu diversas interpretações dos diferentes campos de saber onde foi abordada. Para o discurso médico, o corpo atrela-se à vida, sendo compreendido como uma máquina composta de órgãos e sistemas com funções específicas integradas por intermédio de um mecanismo de reajuste. Eis um tipo de compreensão acerca do mecanismo vital. No âmbito do saber psicológico, a instância corpórea está a disposição do prazer e do gozo compreendidos como ações indicativas da satisfação da pulsão. O modo como cada um destes discursos confronta-se e também como dialogam sobre essa questão é bastante peculiar se considerarmos as prerrogativas de cada um desses campos do saber. O discurso médico e o psicológico dialogam em uma espécie de antinomia recíproca. O médico designa um lugar para o corpo e o sexual a partir da clínica do olhar-contemplação, no sentido de adequá-los a certa norma, inscrevendo numa categoria previamente estabelecida. Esse é um tipo de visada construído no âmbito do *apriori*. Mas como o sujeito busca resposta à sua incompletude, não abandona a posição de ser insatisfeito, o que deixa de fora algumas interpretações desse campo de saber. A prática médica se caracteriza pela exclusão da subjetividade e pela tentativa de legislar o sexual. Em contrapartida, o saber psicológico reconhece a dimensão das implicações psíquicas indicando que o sujeito deverá ser ouvido num lugar que faça ressonâncias aos ruídos oriundo da pulsão. Assim, pode-se pensar a singularidade e a irreduzibilidade do corpo aos parâmetros reprodutivos: nele impera o sexual impossível de ser adestrado.

Palavras-chave: força vital, pulsão de morte, sexualidade.

Nível do trabalho: P (Pesquisador)

Código da área: CLIN – Psicologia Clínica e da Personalidade

SUBJETIVIDADE E COGNIÇÃO: CONTROVÉRSIAS E POSSIBILIDADES NO USO DE AUTO-RELATOS EM PESQUISAS EXPERIMENTAIS.

O PROBLEMA DA INTROSPECÇÃO EM KANT E WUNDT: OBSERVAÇÕES SOBRE OS LIMITES DO CONHECIMENTO PSICOLÓGICO. *Saulo de Freitas Araujo* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG).

Ao se definir como ciência dos fenômenos mentais, a psicologia enfrenta de imediato o problema de determinar o método mais adequado para o estudo de seu objeto. Surge, então, a proposta do método introspectivo como contraponto à observação, nas ciências naturais, focada nos fenômenos externos da natureza. A partir daí, e durante um longo período, a introspecção vai sempre aparecer associada ao tipo específico de conhecimento gerado pelos psicólogos. No entanto, desde o início, alguns autores vêm apontando certos problemas na utilização do método introspectivo, chegando até mesmo a condená-lo por completo e a bani-lo da psicologia. O objetivo do presente trabalho é situar historicamente e analisar dois momentos decisivos neste debate sobre a introspecção e seu papel na psicologia, a saber, a crítica de Immanuel Kant no século XVIII e a defesa de Wilhelm Wundt no século XIX. Kant, na sua famosa e demolidora crítica à psicologia empírica de sua época, condenou explicitamente a validade do método introspectivo, tomando como base o argumento de que, no ato de introspecção, o observador modificaria imediatamente o objeto a ser observado, o que resultaria em uma impossibilidade de conhecimento do mesmo. Em outras palavras, o sujeito, ao pretender observar seus próprios estados mentais, interromperia o curso natural dos mesmos, não havendo, pois, o distanciamento necessário para se produzir um conhecimento genuíno. Quase um século mais tarde, Wundt vai rever a questão da introspecção e propor uma nova solução. Partindo da crítica de Kant, ele vai reconhecer os limites e restringir o uso e o alcance do método introspectivo, amarrando-o firmemente ao método experimental. Para marcar a originalidade de sua posição em relação à tradição, mas também para evitar confusão conceitual, ele lança mão de uma nova terminologia e abandona o termo 'introspecção', substituindo-o por 'auto-observação experimental'. A partir do final do século XIX, contudo, muitos psicólogos retomam e reafirmam a introspecção tradicional como método por excelência da psicologia científica, o que acaba gerando uma série de novos debates sobre o assunto, até culminar, no século XX, em uma nova onda de ataques e propostas de abandono da introspecção. O exame atento das posições de Kant e Wundt nos permite tirar ao menos duas conclusões importantes para o debate contemporâneo sobre o conhecimento psicológico: 1) o termo 'introspecção' sofre transformações semânticas ao longo do tempo, de forma que nem sempre os autores estão se referindo à mesma coisa ou fenômeno; 2) para que haja algum progresso no debate, há, portanto, a necessidade de explicitar sempre o conceito de introspecção com o qual se está trabalhando.

Apoio: FAPEMIG

Palavras-chave: introspecção; Immanuel Kant; Wilhelm Wundt; história da psicologia

Pesquisador (P)

História da Psicologia (HIS)

O CONHECIMENTO EM PRIMEIRA MÃO: EXPERIÊNCIA E COGNIÇÃO NA EPISTEMOLOGIA DA PSICOLOGIA. *Gustavo Gauer (Laboratório de Fenomenologia Experimental e Cognição, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS).*

A definição de Psicologia como ciência da vida mental, embora etimologicamente precisa, nem sempre encontrou-se livre de disputa ao longo da história da disciplina. Dois corolários dessa definição merecem especial atenção: o mental como objeto de estudo e a experiência referente àquela vida mental como via de acesso. O mental, embora submetido a altos e baixos de popularidade no desenvolvimento da psicologia científica, mantém-se historicamente como objeto crítico, mesmo perante posições que negaram a sua validade, como as comportamentalistas. Contemporaneamente, o lugar da mente tem sido assegurado num contexto de crescimento das ciências cognitivas. Ressalte-se, contudo, que mesmo tomado como objeto lícito, trata-se do mental delimitado pelas convenções de uma ciência de terceira pessoa. Uma consequência dessa limitação é a relativa negligência para com aquele outro aspecto da vida mental, o experiencial. Tal situação vem sendo identificada como um hiato explicativo nas ciências da cognição, a Psicologia incluída. A presente exposição pretende acompanhar e analisar algumas abordagens que trataram da validade do mental como objeto de estudo e do experiencial como modo de acesso. A ênfase repousa em considerações epistemológicas sobre a origem, acessibilidade, expressão e validade das aparências dos processos mentais, ou cognitivos. A problemática tem sido sintetizada numa dúvida que ocupa pesquisadores no campo emergente dos estudos da consciência, referente à possibilidade, e à deseabilidade de se “confiar no sujeito” numa ciência da vida mental. Para tanto, retoma-se três versões clássicas do estudo de manifestações mentais que levaram em conta o acesso em primeira mão, ou na primeira-pessoa: o empirismo radical de W. James, o empiricismo de C. S. Peirce, e a fenomenologia de E. Husserl. Essas abordagens são brevemente contrastadas com soluções de terceira-pessoa, especialmente a primeira psicologia experimental, o behaviorismo e a psicologia cognitiva. A análise prossegue na direção da distinção entre noético e noemático, ou os aspectos processual e experiencial da cognição, na abordagem do problema da introspecção. Na psicologia cognitiva, o argumento encontra noema e noese tradicionalmente cindidos no divórcio entre a abordagem científica de terceira pessoa e a abordagem experiencial de primeira pessoa, que frequentemente apresenta caráter paracientífico. Discute-se características da introspecção nas variedades de possibilidade de acesso ao conhecimento no diálogo entre primeira e terceira pessoas, de acordo com a taxonomia proposta por Th. Metzinger: 1) introspecção como representação atencional de certos aspectos do estado interno do sistema, representados como mundo externo; 2) referencialidade cognitiva conscientemente experienciada na forma de metarrepresentação de aspectos internos ao sistema como mundo externo; 3) atenção voltada para dentro, ou percepção interna, representando aspectos do self como mundo interno; e 4) autorreferência cognitiva conscientemente experienciada, uma metarrepresentação daquilo que é possível ser conhecido de si mesmo. Como exemplo das abordagens, examina-se proposições e resultados de programas que investigam o papel da empatia e da simulação na cognição social. Esses programas integram dados experienciais, de primeira pessoa, observações comportamentais, e técnicas de neuroimagem na explicação dos fenômenos de interesse.

Palavras-chave: Cognição, experiência, fenomenologia

Nível: P

Área: COG

O PROBLEMA MENTE-CORPO NA PSICOLOGIA COGNITIVA MODERNA: POSSIBILIDADES E LIMITES DO CONHECIMENTO PSICOLÓGICO SEM REDUACIONISMOS. *Ederaldo José Lopes e Leonardo Lana de Carvalho (Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG).*

A eclosão do movimento cognitivista, chamado psicologia cognitiva moderna ou processamento de informação, ocorreu num contexto histórico marcado por alterações na visão tradicional de ciência, permitindo a formação da identidade científica da psicologia cognitiva, bem como por falhas do behaviorismo na tarefa de ser uma ciência da cognição humana satisfatória. Esse movimento, de caráter “revolucionário” para alguns, encontrou ecos favoráveis para sua expansão, pois o *Zeitgeist* era marcado por um fervoroso debate de ideias nos terrenos científico e filosófico que redundou nas ciências cognitivas. De caráter multidisciplinar, as ciências cognitivas forneceram o campo para o debate da mente, extrapolando a própria psicologia (cognitiva). Assim, a identidade da psicologia cognitiva tornou-se escondida em meio à amplitude alcançada por esse debate que se inspirou notadamente nas ciências da computação. O efeito foi uma psicologia cognitiva marcada, sobretudo, por investigações experimentais (tempo de reação, TR), investigações baseadas em modelos computacionais e em investigações neurocientíficas. Desse modo, o objetivo deste trabalho é a busca da identidade da psicologia cognitiva de inspiração experimental e das alianças dessa psicologia com as outras duas tendências das ciências cognitivas (modelagem computacional e neurociências), tendo como *background* o problema mente-corpo. Implicações epistemológicas também são discutidas, uma vez que dessa aliança depende a identidade e sustentação da psicologia científica contemporânea. Nessa perspectiva, a psicologia cognitiva experimental identifica-se pela aplicação do método experimental, mas utiliza-se de diversos outros métodos para desvendar a mente (inclusive a introspecção). A mente é vista como um sistema que processa informações, empregando representações simbólicas construídas de eventos ambientais e internos ao sistema. Para autores como Neisser e Broadbent, não há a negação de eventos com base fisiológica, mas nos primeiros anos do movimento cognitivista importavam os aspectos funcionais; daí pode-se afirmar que o processamento da informação é de inspiração funcionalista. Ademais pode-se dizer, na linha de Baars, que muitos psicólogos cognitivos são “físicalistas de aspecto duplo”, pois tendem a acreditar que, em última instância, a realidade é física e a experiência subjetiva é uma perspectiva meramente diferente sobre o mundo físico. Como conclusão, tem-se que : 1) o conhecimento proporcionado pela psicologia cognitiva experimental continua em crescimento, com o emprego do TR como técnica básica de medida de processos mentais; 2) Há uma franca colaboração com a pesquisadores da modelagem computacional e neurociências, sem que isso implique redução da psicologia a uma ou outra área; 3) As teorias pós-processamento da informação vêm trazendo novos “insights” sobre o mental. Ideias como propriedades emergentes estão sendo empregadas como tentativa de manutenção de uma psicologia não reducionista e não dualista no sentido cartesiano; 4) A agenda de pesquisa atual da psicologia cognitiva contempla temas como processamento consciente/inconsciente e emoção, algo esquecido nos primórdios dessa psicologia.

Apoio: FAPEMIG (1 PPM3 2 Bolsista de Pós-Doutorado)

Palavras-chave: Psicologia cognitiva experimental; tempo de reação; epistemologia da psicologia; modelagem computacional da mente; neurociências.

Pesquisador (P)

História da Psicologia (HIST)

HABILIDADES SOCIAIS, ESCOLA E FAMÍLIA.

O IMPACTO DAS INTERVENÇÕES QUE FOCALIZAM AS HABILIDADES SOCIAIS EM ESCOLARES. *Márcia Helena da Silva Melo (Universidade de São Paulo, SP)*

Sabe-se que os relacionamentos estabelecidos com os pais, pares e professores, na infância, são críticos para o desenvolvimento sócio-emocional da criança. Interações positivas propiciam a aquisição de habilidades específicas e essenciais para a convivência com os demais enquanto as relações sociais negativas estão associadas a problemas como a rejeição. Esta, por sua vez, é preditora de desajustamentos como delinquência, abuso de drogas e falha acadêmica. Tais prejuízos podem ser evitados ou reduzidos quando são promovidas competências com vistas a ampliar o repertório de comportamentos pró-sociais de jovens em situação de risco, auxiliando-os a identificar situações-problemas, implementar soluções, avaliar resultados e manter ou modificar estratégias. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo discutir a abrangência dos efeitos das intervenções com foco nas habilidades sociais. Ao longo do tempo, ocorreram consideráveis variações nas intervenções destinadas ao desenvolvimento de habilidades sociais, quanto ao foco de atuação. Inicialmente essas intervenções eram conduzidas exclusivamente com pais e, a despeito da contínua construção de conhecimento dentro da própria área, foram sendo incluídas nos programas interventivos – além da própria criança – outras pessoas importantes de seu contexto (e.g. professores e pares). A variedade de fatores contextuais que contribuem para início e manutenção dos problemas da criança aliado ao fato de algumas situações serem mais resistente a mudanças, como a rejeição, exigem que as intervenções focalizem diferentes aspectos do ambiente. Os resultados de estudos controlados, há várias décadas, vêm destacando as intervenções combinadas como mais eficazes, quando comparadas aos tratamentos focais, na medida em que produzem resultados mais amplos e duradouros. Os programas multifacetados possibilitam mudança de percepção e de conduta de colegas, professores e pais em relação à criança que tem dificuldades de interação, da mesma forma que possibilitam a aquisição de novas habilidades sociais e mudanças de comportamentos inadequados dessa criança. Ao encontro das colocações acima, podemos citar, a título ilustrativo, duas intervenções implementadas pela autora no ambiente escolar: uma multifocal e outra focal. Na primeira, foram ensinados comportamentos socialmente hábeis para crianças estigmatizadas, em sessões de psicoterapia, ao mesmo tempo em que os professores foram treinados a desenvolver comportamentos pró-sociais em seus alunos e ainda os pais receberam orientação a fim de melhorar suas práticas educativas. Ao final da intervenção multifocal foram observadas alterações significativas no desempenho acadêmico e social daquelas crianças que, também passaram a ser aceitas pelo grupo. As mudanças ocorridas foram relatadas pelos professores e pelos pais e, mesmo passados nove meses sem qualquer atendimento, os ganhos se mantiveram. No estudo focal, a intervenção ocorreu somente no contexto escolar. Constatou-se melhora no desempenho escolar, os conflitos reduziram, assim como os problemas de comportamento na escola. Entretanto, em casa, os pais não perceberam mudanças nos comportamentos dos filhos, ficando evidente que a intervenção focal não possibilita a generalização dos ganhos entre ambientes. Esses dois estudos nacionais corroboram os achados da literatura, especialmente a internacional, de que os

programas multifacetados têm se mostrado os mais indicados para o treinamento e generalização dos comportamentos pró-sociais, representando, segundo alguns autores, o futuro do treinamento de habilidades sociais.

Apoio financeiro: FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo)

Palavras-chave: habilidades sociais, escolares, intervenções multifocais.

Nível do trabalho: Pós-Doutorado – PD

Código da área da pesquisa: ESC

HABILIDADES SOCIAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES. *Suzane Schmidlin Löhrr (Universidade Federal do Paraná, Departamento de Teorias e Fundamentos da Educação, Curitiba, PR)*

Os Parâmetros Curriculares Nacionais citam, dentre os eixos transversais, a ética, enfatizando a necessidade de atuação interpessoal e compreensão das relações sociais, assim como incentivo à reflexão e análise crítica de valores, atitudes, tomada de decisão e comprometimento com questões de relevância para o coletivo. Na atualidade grandes nortes da educação nacional, direta ou indiretamente, apontam para a necessidade da escola ir além da mera transmissão de conhecimentos, passando a constituir um espaço de estímulo à construção de valores. Demonstrar empatia pelos colegas, ser assertivo em suas colocações, conseguir vislumbrar soluções mediadoras em momentos de conflitos, são habilidades importantes para o convívio em sociedade e são agrupadas sob o rol de habilidades sociais. A escola, por constituir um espaço que propicia o convívio de diversas pessoas, advindas de culturas e com histórias de aprendizagem distintas, tem papel significativo no desenvolvimento das habilidades sociais dos educandos. Os professores são chamados para contribuir neste processo, que faz parte da formação integral dos alunos, mas nem sempre se sentem preparados para a tarefa, seja porque provavelmente não receberam capacitação, ou porque tais habilidades sequer estão presentes de forma apropriada no repertório deles próprios. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, Lei 9394/96) prevê a formação continuada e capacitação dos professores da educação básica, trazendo o aperfeiçoamento profissional como um compromisso do governo público. Respalhada no cumprimento da legislação e ciente da necessidade real de formação continuada dos professores, o Estado do Paraná passou a implementar, desde 2007, o Programa de Desenvolvimento da Educação. Dentre os aspectos que os professores que atuam na educação básica precisam ser capacitados, na UFPR um dos focos tem sido instrumentalizá-los para a atuação como mediadores no desenvolvimento de habilidades sociais dos seus alunos. As ações, vinculadas a uma proposta extensionista, foram registradas e analisadas quanto ao processo e os resultados atingidos. Discussões de textos, dinâmicas, exposições orais, análise de filmes, compõem as estratégias utilizadas para a implementação da proposta. Os resultados tem sido promissores, visto tanto sob a ótica da avaliação feita pelos professores ao final da atividade, como pelos desdobramentos do projeto que passou a dar origem a outras ações visando facilitação das relações interpessoais no âmbito escolar. Os avanços das ciências, as tecnologias, interferem diretamente na organização das sociedades, famílias, repercutindo também na estrutura e funcionamento das escolas. A escola precisa estar preparada para as novas exigências, que fazem dela hoje não apenas um espaço para transmissão de informações, mas especialmente, um espaço privilegiado para o aprendizado significativo, que envolva o cognitivo, afetivo e social de forma articulada. Implementar, analisar e avaliar os resultados de propostas diferenciadas, pode constituir um dos caminhos da ciência contribuir para uma educação de maior qualidade e capaz de atingir os objetivos a que se propõe.

Palavras chave: Educação continuada; Formação de professores; Habilidades sociais

P

ESC

COMPETÊNCIA INTERPESSOAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: INFLUÊNCIAS DA FAMÍLIA E DA ESCOLA. *Edna Maria Marturano (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

Família e escola são vistas como os principais agentes socializadores da infância em nossa cultura. Nesta exposição se apresenta uma resenha de estudos que investigaram a influência de variáveis da família e da escola sobre a competência interpessoal em desenvolvimento. Seis estudos focalizaram influências familiares em diferentes etapas, da fase pré-escolar à adolescência. Quatro foram realizados em escolas e três em unidades da rede de saúde. Nas pesquisas com crianças mais jovens, na educação infantil e na 1ª série do ensino fundamental, práticas parentais positivas, um relacionamento harmonioso entre pais e filhos e a presença de recursos de suporte ao desenvolvimento no ambiente familiar foram consistentemente associados a indicadores de competência interpessoal em casa e na escola. Famílias monoparentais em transição recente, quando comparadas a famílias nucleares, tinham crianças com menos habilidades sociais, avaliadas tanto pelas mães como pelas professoras da 1ª série; porém as diferenças individuais foram explicadas por variáveis proximais, como a presença de recursos promotores do desenvolvimento no lar, a qualidade das práticas educativas parentais e a qualidade do relacionamento da criança com o pai. Para crianças maiores, da 2ª à 4ª série, a estruturação do tempo livre, a presença de rotinas regulares em casa e o suporte dos pais foram associados a melhores resultados de habilidades sociais. O maior envolvimento da família com a escola foi preditor de maior aceitação pelos colegas. No estudo com amostra clínica, crianças com queixa escolar eram mais sociáveis quando os pais relatavam bom relacionamento com o filho e expectativas positivas sobre ele, ao passo que dificuldades interpessoais eram associadas ao stress materno e a dificuldades no relacionamento do casal parental. Quando vistos em seguimento na adolescência, o relacionamento positivo com os pais, avaliado no início do atendimento, continuava a predizer melhor resultado de competência interpessoal; além disso, a competência interpessoal na adolescência foi associada a variáveis contemporâneas como o monitoramento conjunto dos pais e o incentivo do pai à independência. As influências da escola foram investigadas em quatro estudos, a partir dos anos da educação infantil. Em pesquisa longitudinal que comparou as trajetórias de crianças com problemas de comportamento e crianças socialmente habilidosas, entre a educação infantil e o ensino fundamental, verificou-se expansão das habilidades sociais no grupo inicialmente identificado com problemas de comportamento. Em outro estudo, investigando efeitos da educação infantil, verificou-se que o acesso a esse nível de ensino prediz melhores resultados de habilidades sociais no final da 1ª série. Resultados semelhantes foram encontrados em pesquisa longitudinal de três anos; embora as habilidades sociais se expandam, confirmando a tendência observada em crianças mais jovens, a vantagem associada à educação infantil se mantém para algumas habilidades sociais e se acentua para outras, à medida que os alunos se movem para séries mais adiantadas. Discutem-se os resultados em uma perspectiva de desenvolvimento que considera as influências transacionais entre a criança e seu entorno, sugerindo que as habilidades sociais são promovidas quando o ambiente provê uma combinação de práticas ajustadas aos desafios da convivência em cada fase do desenvolvimento.

CNPQ, FAPESP

Palavras-chave: habilidades sociais, ambiente familiar, educação infantil, transições de vida.

O PAPEL MEDIADOR DA ARTE NA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO. CULTURA COMO RECURSO, ENSINO COMO META.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS PRODUTOS CULTURAIS COMO RECURSO PARA O ESTUDO DA SUBJETIVIDADE. *Luiz Carlos Avelino da Silva*
(Universidade Federal de Uberlândia)

O início de nossas preocupações com as representações sociais veiculadas por produtos culturais e o seu impacto na subjetividade deu-se por acaso: por meio da constatação na análise das entrevistas do sujeito/colaborador de nossa tese de doutoramento nos deparamos com construções conceituais sobre amor, amizade, masculinidade e a própria vida que se amparavam fundamentalmente em três instrumentos ao qual ele tinha acesso, a saber: os ditados populares, as frases de pára-choques de caminhão e, com mais importância, as letras de músicas tocadas em rádios de programação popular. A reflexão sobre esse fato, e a compreensão de que a subjetividade ancora-se nas produções culturais as quais se tem acesso, levou-nos a investigar como isso acontece e as formas de representações sociais que são veiculadas, particularmente nas músicas populares e no cinema. Nesse trabalho, objetiva-se discutir algumas pesquisas que se originaram dessa preocupação e o impacto que essas tiveram em alunos de uma disciplina que aborda as relações entre a Psicologia e Arte em uma Universidade Federal e as consequências que podem advir dessas reflexões para o ensino da psicologia e particularmente, a prática clínica desses alunos. Abordaremos a questão em dois momentos distintos, primeiro apresentando algumas conclusões de pesquisas e em seguida, a recepção que as mesmas tiveram em situação de ensino. Os estudos que se relatam referem-se às esculturas de arte tumular, às quais se categoriza e com apoio no método psicanalítico, busca-se um sentido. Na seqüência, apresenta-se uma análise de conteúdo sobre as canções da famosa polêmica musical entre os compositores Noel Rosa e Wilson Batista, na cidade do Rio de Janeiro, na década de 30, na qual se encontra vasto uso de representações preconceituosas para denegrir o adversário. Com a mesma metodologia, apresentam-se as constatações relativas à negritude na obra do compositor Caetano Veloso, em que o uso das palavras negro e preto se alterna sem as preocupações do politicamente correto e apontam o autor das músicas, segundo a terminologia de Goffman, como um sujeito “informado”, que promove um discurso anti-preconceitos em relação aos negros. Por fim, conclui-se a abordagem da música ressaltando como essas veicula idéias sobre sexualidade, deficiências, pobreza etc e na conclusão desse momento, faz-se apontamento sobre as questões relativas à identidade e à ética no filme “Batman, cavaleiro das trevas”. No segundo momento, aquele relativo à formação do psicólogo, discute-se o impacto que esses estudos e temas exercem em alunos de um curso de Psicologia, enfatizando-se particularmente as modificações da representação que traziam sobre a inocuidade desses produtos culturais e da percepção que passam a ter sobre o sujeito que encontrarão no exercício de sua profissão, independente da área de atuação escolhida. O aspecto mediador que se descobre na arte e produtos da indústria cultural leva-os a uma reflexão sobre o papel humanizador da arte, mas também sobre a construção social da subjetividade, despertando possibilidade para escuta em compreensão da fala de seus futuros pacientes.

Palavras chaves: arte, representações sociais, cultura e ensino da psicologia

PSICOLOGIA ESCOLAR, ARTE E FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS. *Silvia Maria Cintra da Silva (Universidade Federal de Uberlândia)*

A formação de psicólogos tem sido focalizada com mais cuidado desde a implementação nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Os princípios nelas estabelecidos enfatizam, entre outros aspectos, uma sólida formação científica, uma postura ética e uma visão abrangente e integradora dos processos psicológicos. Considerando estes pressupostos e a relevância na atenção à constituição profissional desde o início da vida acadêmica, neste Simpósio será destacada uma experiência de um trabalho com Arte junto aos ingressantes no Curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Este projeto foi desenvolvido a partir dos conhecimentos da autora em atividades de pesquisa, ensino na graduação e na pós-graduação e em projetos de extensão e iniciou-se em 2004, com o objetivo geral de acolher o calouro em sua entrada na Universidade, buscando integrá-lo ao ambiente acadêmico e oferecer apoio para as atividades no curso. Como objetivos específicos, elencamos: propiciar ao aluno ingressante uma introdução à ciência e à profissão de Psicologia; estimular debates e reflexões críticas por meio de diversas linguagens e manifestações artísticas, criar um espaço de trânsito de informação para orientar os alunos do 1º período e dirimir possíveis dúvidas quanto ao curso, à estrutura curricular, às disciplinas e ao universo acadêmico de maneira geral. É imprescindível aproveitar-se o momento da entrada do estudante na universidade para despertar a curiosidade pela profissão escolhida, lançar desafios cognitivos para o constante debate com textos e com autores e mostrar a importância da indissociação entre prática e teoria. De modo geral, verifica-se nos alunos do ensino superior uma redução em suas atividades artístico-culturais, porque muitas vezes não percebem a importância destas para a sua formação e, além disso, porque nem sempre recebem incentivo, por parte dos docentes, para se dedicarem também a outros afazeres que não somente os relativos à Psicologia. Por estes motivos escolhemos a psicologia Histórico-cultural e a Arte como mediadoras deste contato dos estudantes com a Psicologia, na medida em que atividades envolvendo Cinema, Literatura, Música e Artes Visuais podem promover a integração de experiências e de conhecimentos via aspectos subjetivos e cognitivos. Um trabalho como o aqui apresentado mostra-se como uma possibilidade diferenciada para se pensar sobre aspectos fundamentais para o desenvolvimento do psicólogo, como criatividade, imaginação, cognição e afetividade, incitando também a ousadia e a crítica. Com este projeto, apostamos na formação de melhores profissionais de Psicologia e num curso de graduação mais completo e enriquecedor, levando em consideração as novas Diretrizes, como já assinalamos. Acreditamos que, desta maneira, poderemos contribuir para os processos de ensino e aprendizagem de profissionais voltados para uma atuação crítica e socialmente comprometida.

Palavras-chave: formação de psicólogos, arte, calouros, universidade

ESTÁGIOS EM PSICOLOGIA DA ARTE: LITERATURA E ARTES PLÁSTICAS NA FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS. *Ricardo Gomides Santos (Psicólogo, mestre em Psicologia Social pelo IPUSP, doutorando no PSA-USP, membro do Laboratório de Psicanálise e Análise do Discurso – LAPSI-USP, professor da Universidade Nove de Julho- SP)*

Nesta comunicação pretendo apresentar dois estágios que têm como tema a relação entre Psicologia e Arte e são realizados com alunos do terceiro ano de Psicologia na universidade em que leciono. Essa relação é abordada em duas perspectivas distintas e complementares: como campo de pesquisa e como elemento útil na formação pessoal e profissional dos futuros psicólogos.

Como campo de pesquisa, apresento a necessária interdisciplinaridade requerida pelos estudos da Arte, em que contribuem a Estética, a História e a Filosofia, dentre outros saberes. Busco demonstrar como a Psicologia pode inserir-se com seus métodos de pesquisa, ora investigando o artista, o espectador ou a própria obra de arte.

De forma complementar a tal perspectiva, busco apresentar o estudo da Arte como oportunidade de formação pessoal e profissional dos estudantes e isto se dá por meio do contato em sala de aula com obras literárias e plásticas, o que é feito em dois semestres diferentes. No 5º semestre são trabalhadas as relações entre Psicologia e Literatura e no semestre seguinte as relações entre Psicologia e Artes Plásticas. Como forma de fundamentar este encontro, discutimos textos teóricos que tratam especificamente do tema de cada semestre, para daí passarmos à leitura/contemplação das obras investigadas.

Ao tematizarmos a literatura, são lidos contos e poemas de grandes autores dos séculos XIX e XX, produzindo junto aos alunos um cronograma de leituras que também leve em consideração suas opções literárias. Quando discutimos artes plásticas, são trabalhadas reproduções de obras levadas à sala de aula para debate e interpretação em grupo.

Oferecer tal contato aos alunos com propósitos de contribuir para sua formação profissional alicerça-se essencialmente nos trabalhos de Freud e Merleau-Ponty – autores que, de diferentes maneiras, apresentam a potência heurística da produção artística. Respectivamente na literatura e nas artes plásticas, estes autores reconhecem nestas produções uma matriz de pensamentos originais, embora versados de maneira distinta à escrita científica. Para que tal matriz possa ser reconhecida, oferecemos aos alunos o pensamento de Merleau-Ponty que contribui para a fundamentação de uma capacidade de leitura e interpretação criativas das produções artísticas. Ao explorarmos as artes plásticas é necessário ainda um empenho de sensibilização capaz de levar os alunos a um salto que conduz da “visão passiva” ao “olhar ativo”.

Ao fim de cada estágio é solicitado aos alunos que escolham uma obra literária ou plástica para que desenvolvam um trabalho interpretativo próprio. De modo geral, podemos observar reações extremamente positivas ao fim dos semestres: uma gratidão pelo desvelar do universo artístico como campo de estudos e experimentação pessoal, e uma surpresa diante da riqueza de conhecimentos contidos e passíveis de produção no encontro entre Psicologia e Arte.

Com este trabalho, mesmo não formando novos “psicólogos da arte”, fica a certeza de que teremos formado pessoas mais hábeis em reconhecer e trabalhar a multiplicidade de sentidos existentes no mundo, estejam estes expressos em linguagem plástica ou literária – algo que só pode trazer benefícios também à Psicologia.

Palavras-chave: Psicologia e Arte; estágios básicos; formação profissional

AVALIAÇÃO NA CLÍNICA FORENSE.

DESENVOLVIMENTO PSICOMÉTRICO DE INSTRUMENTOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO FORENSE. *Plínio Marco de Toni (Curso de Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná, Faculdade Dom Bosco e Faculdade Evangélica do Paraná, Curitiba-PR).*

Um dos objetivos da perícia psicológica é identificar e analisar os aspectos cognitivos e comportamentais dos envolvidos em processos judiciais. Desta forma, os resultados periciais têm a função de auxiliar na tomada de decisão, servindo muitas vezes como justificativa para a sentença judicial. Assim, a utilização de testes psicológicos na avaliação forense possibilita a obtenção de dados mais precisos sobre as características do indivíduo. Além disso, a padronização observada nos instrumentos psicológicos reduz os problemas éticos, legais e metodológicos da avaliação, contribuindo para o processo de tomada de decisão forense. Outra característica importante intrínseca ao procedimento de avaliação forense é que a utilização de diversos instrumentos para um mesmo fim dificulta as possibilidades de simulação e fraude presentes nos processos judiciais. Apesar destas constatações, verifica-se uma carência de publicações científicas sobre os parâmetros psicométricos dos instrumentos utilizados na avaliação forense, o que reflete a necessidade de pesquisas envolvendo os instrumentos psicológicos relacionados à área. Os testes psicológicos são instrumentos de medida e, desta forma, devem apresentar características que garantam sua confiabilidade. Estas características dizem respeito à objetividade, significando que, na medida do possível, um teste deve ser construído de forma que sua aplicação, avaliação e interpretação estejam isentas de julgamento subjetivo. Nesse sentido, uma das etapas fundamentais no desenvolvimento de testes psicológicos é a estimativa dos parâmetros psicométricos de unidimensionalidade, precisão e validade. O estudo da unidimensionalidade de um teste psicológico é fundamental para estimar os demais parâmetros do instrumento. Por unidimensionalidade entende-se o fato de um conjunto de itens medirem um único e mesmo constructo psicológico. Uma das principais técnicas utilizadas para isto é a análise fatorial. A precisão trata da consistência dos escores obtidos pelas mesmas pessoas, quando retestadas com o mesmo teste ou com uma forma equivalente. A precisão (também denominada fidedignidade ou confiabilidade) se refere à estabilidade do resultado de um teste e pode ser medida em termos de flutuação temporal, comparações entre grupos de itens do teste ou avaliação de diversos examinadores. Classicamente, os principais procedimentos estatísticos para avaliar a precisão de um conjunto de itens têm sido os modelos de correlação (método das metades, formas paralelas, teste-reteste) e o coeficiente alfa de Cronbach. A validade, por sua vez, constitui uma verificação direta da possibilidade de o teste satisfazer sua função e tem como propósito averiguar se ele mede o que pretende medir. Um dos procedimentos para a determinação da validade é a utilização de critérios externos, como o desempenho em outros testes psicológicos ou êxito em determinadas tarefas. Usando-se técnicas de correlação, estima-se a validade pela comparação dos resultados do teste com as variáveis externas (validade de critério). Uma outra possibilidade é, com base na estrutura fatorial do instrumento, realizar a validade de constructo, ou seja, verificar se um conjunto de itens representa o constructo psicológico em questão.

Psicometria; Testes Psicológicos; Avaliação Forense.

Pesquisador

Psicologia Jurídica (JUR)

AVALIAÇÃO NA CLÍNICA FORENSE: QUESTÕES ÉTICAS E LEGAIS. *Paula Inez Cunha Gomide (Curso de Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná e da Faculdade Evangélica do Paraná, Curitiba-PR).*

A resolução que cria a Especialidade em Psicologia do Conselho Federal de Psicologia (02/01) define ser função do psicólogo jurídico fornecer subsídios ao processo judicial. Esta resolução, não limita atuação do psicólogo jurídico a funcionários públicos, de forma que todo especialista da área, de atuação privada inclusive, pode exercer plenamente suas funções. O Código de Ética do Psicólogo, em seu artigo Art. 1º diz que são deveres fundamentais dos psicólogos, entre outros (b) Assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado teórica e tecnicamente; (f) Fornecer, a quem de direito, na prestação de serviços psicológicos, informações concernentes ao trabalho a ser realizado e ao seu objetivo profissional; (g) Informar, a quem de direito, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário ou beneficiário; (h) Orientar a quem de direito sobre os encaminhamentos apropriados, a partir da prestação de serviços psicológicos, e fornecer, sempre que solicitado, os documentos pertinentes ao bom termo do trabalho. E no seu Art. 2º diz o que é vedado ao psicólogo entre outros itens: (a) Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão, (e) Ser conivente com erros, faltas éticas, violação de direitos, crimes ou contravenções penais praticados por psicólogos na prestação de serviços profissionais. O profissional que atua na Clínica Forense rotineiramente atende pessoas vítimas de maus-tratos, sejam físicos, psicológicos ou sexuais. Na maioria dos casos, apenas um dos responsáveis procura a ajuda do profissional com queixa de que seu filho (a) esta sofrendo algum tipo de abuso por parte do parceiro (a). Na Clínica Forense, cabe ao profissional identificar o tipo de abuso sofrido pela vítima, assim como fornecer um laudo ao cliente, via de regra um dos responsáveis, sobre o que foi identificado. Este laudo deve ser feito de acordo com a resolução do CFP (007/2003) que Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica. A resolução determina que o laudo seja fundamentado teoricamente, que os procedimentos utilizados para obtenção dos dados sejam informados e reconhecidos pela comunidade científica. No entanto, quando este laudo é feito por um profissional, via de regra com doutorado no tema, as autoridades judiciais e os advogados do agressor afirmam que o laudo é unilateral. Este profissional se vê premido entre seu dever ético e as pressões decorrentes de assumir oficialmente sua posição técnica. Normalmente, a título de se defender, o agressor processa o parecerista criminalmente sob alegação de calúnia ou de venda de laudo, tanto na justiça criminal como por meio dos Conselhos de Psicologia. Conselhos de Psicologia devem ou não se posicionar sobre esta questão? O laudo psicológico, quando anexado ao processo judicial, se torna um instrumento importante, pois pode fornecer indícios da culpa do agressor. Porém se psicólogos passarem a ser processados por emitirem este documento, provavelmente deixarão de fazê-lo e as vítimas perderão um de seus mais poderosos aliados.

Psicologia Forense; Clínica Forense; Avaliação Forense.

Pesquisador

Psicologia Jurídica (JUR)

A VALIDADE JURÍDICA DA FALA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM LITÍGIOS DE FAMÍLIA. *Eroulths Cortiano Junior* (Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná)

Um dos pilares fundamentais do direito privado é a autonomia privada, que se operacionaliza por intermédio da manifestação de vontade do sujeito, que assim modela sua vida cotidiana: a vontade é o instrumento de exercício da autonomia. De uma forma geral, a validade jurídica da manifestação da vontade está vinculada ao grau de discernimento do agente (assim, por exemplo, o direito civil trabalha com a categoria da *incapacidade* e o direito penal com a categoria da *imputabilidade*). Em busca de um mínimo de segurança jurídica no mundo das relações jurídicas interpessoais, o direito mede a *validade e eficácia da vontade* com critérios impessoais e rígidos, notadamente o da idade; por isso, a noção de maioridade/menoridade torna-se um dos critérios preferidos de valoração da vontade. Na regulação do projeto parental *moderno*, a criança – entre outros fatores, por ser menor – ficava subjugada a uma posição inferior na estrutura jurídica familiar, e sua vontade jurídica era desvalorada (como também ocorria com a mulher casada, numa família cuja apreensão pelo direito foi bem traduzida pelo Prof. Orlando Gomes: “*marido tirano, mulher submissa, filhos aterrados*”). Na *contemporaneidade*, um novo direito privado é construído, o qual passa a reconhecer a criança como protagonista de sua própria história, o que exige uma nova apreensão jurídica de sua autonomia e um novo conteúdo jurídico à sua vontade. A criança é um *ser em desenvolvimento*, merecedora de um tratamento jurídico específico, no qual confluem princípios protetivos e emancipatórios, *para que não se percam biografias*. Nesta travessia entre o moderno e o contemporâneo, é imprescindível revisitar os conceitos de autonomia e capacidade conforme postos pela legislação brasileira para a infância e juventude (inclusive os tratados internacionais aos quais o Brasil aderiu). É necessário compreender que o exercício da autonomia merece tratamento diverso no ambiente patrimonial e no ambiente existencial, motivo pelo qual a valoração da vontade exige novos padrões. Entre a fenomenologia e o mundo jurídico, problematiza-se, pois, a questão da vontade infantil. Neste espaço, chama a atenção o problema da *audição da criança* (e do seu correspectivo *direito de falar*) nos litígios judiciais.

Direito de Família; Audição da Criança; Direito de Falar.

COGNIÇÃO SOCIAL: O MODELO DUPLO E SUAS APLICAÇÕES.

O EFEITO MODERADOR DE VARIÁVEIS DISPOSICIONAIS SOBRE A RELAÇÃO PROCESSOS AUTOMÁTICOS E COMPORTAMENTO SOCIAL. *Ronaldo Pilati*
(Laboratório de Psicologia Social/GEPS, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de Brasília, Brasília, DF)

O modelo duplo de processamento da informação tem sido apresentado por muitos autores como uma visão teórica integradora no campo da cognição social. Nas últimas décadas muitos estudos conduzidos sob este modelo geral de compreensão têm logrado demonstrar o efeito da ativação de determinados conteúdos sobre o comportamento em diferentes situações sociais. Mais recentemente, nos últimos dez anos, tem crescido na literatura uma discussão sobre o papel moderador que variáveis disposicionais possuem na relação processo sócio-cognitivo (automático e/ou controlado) e comportamento. Esta apresentação tem como objetivos: discutir a pesquisa na temática do efeito de variáveis disposicionais nos processos do modelo duplo da cognição social; e apresentar resultados preliminares de projetos em desenvolvimento sobre esta temática. Estudos têm demonstrado que alguns fatores disposicionais afetam o processamento de informações. Por exemplo, a capacidade da memória de trabalho (CMT), que é um traço disposicional que refere-se a habilidade do indivíduo em manter informações na memória de trabalho e evitar interferência ou distração, exerce influência na relação entre a ativação de metas e os comportamentos de expressão de sexualidade, alimentar e expressão de raiva. Indivíduos com baixa CMT tendem a ser mais influenciados por processos automáticos, enquanto indivíduos com alta CMT tendem a ser mais influenciados por processos controlados. Outros estudos têm indicado que o automonitoramento também afeta a relação processamento-comportamento, pois há indícios de que pessoas com alto automonitoramento tendem a ser mais afetadas por variáveis situacionais, como *primings* de normas sociais. Estudos sobre atitudes implícitas têm demonstrado que atitudes prévias sobre determinadas categorias sociais tendem a deixar os indivíduos mais suscetíveis a serem influenciados por *primings* coerentes com a categoria. Os resultados da pesquisa sobre o efeito moderador de variáveis disposicionais traz muitos indícios de que estes traços exercem um efeito relevante no processamento das informações sociais, bem como no impacto que este processamento exerce sobre o comportamento. No sentido de compreender melhor o efeito das variáveis disposicionais sobre os processos automáticos estão em desenvolvimento dois projetos de pesquisa. No primeiro, por meio da aplicação do paradigma experimental da ativação de metas, está sendo desenvolvido um estudo em que será testada a relação de moderação da personalidade prosocial sobre a ativação de metas de civilidade. Resultados preliminares têm indicado que pessoas com alta personalidade prosocial têm maior propensão a comportar-se de acordo com a norma de civilidade ativada via *priming*. No segundo projeto será investigado o efeito moderador da perspectiva temporal. Hipotetiza-se que indivíduos com maior perspectiva de futuro tenderão a ter maior efeito da meta de civilidade sobre o comportamento subsequente. Considera-se que, em contextos diferenciados, os traços disposicionais de personalidade prosocial e de perspectiva temporal são predisposições relevantes para o desenvolvimento de modelos teóricos integradores entre as características disposicionais e os processos do sistema duplo da cognição social. Demais implicações teóricas e metodológicas serão discutidas.

Apoio financeiro: CNPq

Palavras-chave: cognição social; variáveis disposicionais; comportamento social.

Nível do trabalho: P

SOC

AUTOMATISMOS, CONTROLE E A EXPRESSÃO DOS ESTEREÓTIPOS SOCIAIS. *Marcos Emanuel Pereira (Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA)*

A aceitação das diferenças inerentes a dois sistemas de processamento da informação, um automático e outro controlado, tem sido constante nas últimas décadas de desenvolvimento da psicologia social. No caso específico dos estereótipos, os primeiros estudos associavam a expressão dos estereótipos com os automatismos decorrentes da socialização em um ambiente francamente favorável à expressão dos preconceitos e acenavam para a possibilidade de controle da expressão automática dos estereótipos em decorrência da ação de um executor central, que mediante uma certa quantidade de esforço e motivação seria capaz de sobrepor crenças igualitárias às crenças estereotipadas que auferiam uma aura de legitimidade concedida pelo contexto social. Posteriormente, este modelo foi colocado em cheque, em particular com as reformulações teóricas introduzidas no estudo dos processos automáticos e controlados, uma vez que estes foram concebidos como sistemas que funcionam em paralelo e não como dois modos opostos e contraditórios de processar a informação. A presente comunicação se refere à influência destes modelos a respeito dos automatismos e do controle e aos seus impactos em estudos desenvolvidos usando diferentes tipos de priming. A presente comunicação retoma esta tradição de pesquisa e discute os resultados de três estudos conduzidos no Laboratório de Estudos dos Processos Básicos do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia. No primeiro deles avaliou-se o impacto do priming supraliminar numa tarefa de decisão lexical. O objetivo central deste estudo foi determinar se exemplares da categoria político exercem algum efeito na velocidade de identificação com palavras semanticamente associadas e não-associadas a esta categoria. O segundo estudo, ao adotar o priming semântico subliminar, procurou evidenciar em que medida conteúdos apresentados durante cerca de 55 milésimos de segundo influenciaram o julgamento de algumas dimensões avaliativas relacionadas com a categoria social dos políticos. O terceiro, elaborado de acordo com o modelo experimental de identificação de armas, teve por objetivo avaliar o impacto diferencial dos processos automáticos e controlados na acurácia e no tempo de resposta. A presente comunicação é destinada a discutir nos resultados destes estudos, levando em consideração as seguintes dimensões de análise: a) a influência isolada dos processos automáticos; b) a influência isolada dos processos controlados; c) o impacto dos processos controlados sobre os automáticos; d) o impacto dos processos automáticos sobre os controlados; e) de que forma o controle pode se sobrepor ao automatismo f) a possibilidade de automatização do controle e g) o impacto conjunto dos processos automáticos e controlados sobre a expressão dos estereótipos sociais.

Palavras-chave: Estereótipos, automatismos, controle, priming

Apoio: CNPq

SOC

PROCESSAMENTO DUPLO, AUTOESTIMA EXPLÍCITA E IMPLÍCITA E SUAS MENSURAÇÕES. *Bartholomeu T. Tróccoli (Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de Brasília, Brasília, DF)*

Atualmente, grande parte dos estudos na psicologia social está baseada nos chamados modelos duplos ou paralelos de processamento de informação. De acordo com estes modelos, a cognição humana é caracterizada por dois modos de processamento de informação: um é racional, deliberado e consciente, enquanto o outro é automático, intuitivo, afetivo e não consciente. O sistema afetivo/experiencial contém esquemas cognitivos compostos de sínteses de experiências emocionais significativas que levam a avaliações afetivas automáticas (não conscientes) do self – isto é, autoestima implícita (AE Implícita). Em contraste com a AE Implícita, a autoestima explícita (AE Explícita) – relacionada ao modo de processamento consciente e racional de informações ligadas ao self – tem uma longa história. No lado positivo, alta AE explícita tem sido relacionada com otimismo, satisfação com a vida, estabilidade emocional, baixos níveis de depressão e menor nível de estresse após eventos negativos. No lado negativo, alta AE explícita tem sido associada a comportamentos agressivos e defensivos, e a maiores reações defensivas frente à saliência da morte. Como consequência, vários autores têm procurado distinguir entre alta AE explícita segura (relacionada com uma saúde mental positiva) e alta AE explícita frágil (ligada a dificuldades pessoais e interpessoais). Assim como a auto-estima explícita, a auto-estima implícita promove maior proteção contra uma série de ameaças e também apresenta efeitos negativos. Comparada com a baixa AE implícita, a alta AE implícita tem sido associada a menos comportamentos defensivos em resposta a feedbacks negativos, estresses nos relacionamentos, sentimentos de incerteza, dissonância cognitiva e fracasso acadêmico, por exemplo. Como ocorrem influências de diferentes processos na formação e manutenção dos dois tipos de autoestima, as discrepâncias entre elas são inevitáveis e o estudo das suas relações torna-se, então, inevitável e imprescindível. Mas, ao contrário da AE Explícita, a mensuração da AE Implícita ainda está nos seus estágios iniciais. Por ser uma auto-avaliação não consciente, a AE Implícita só pode ser mensurada de forma indireta. Todos os métodos possuem a mesma fundamentação: (1) estímulos ligados ao self provocam automaticamente auto-avaliações; (2) as avaliações que o indivíduo faz dos objetos associados ao self, refletem suas atitudes frente a si próprios. As atitudes dos indivíduos frente a estímulos associados ao self são, portanto, interpretadas como refletindo suas atitudes implícitas em relação ao próprio self. São dois os métodos mais aceitos para este tipo de mensuração. No primeiro tipo, as pessoas avaliam o quanto gostam das letras iniciais de seus nomes e sobrenomes em contraste com suas avaliações das outras letras do alfabeto. O segundo tipo de mensuração é computadorizado e verifica as associações automáticas com palavras agradáveis ou desagradáveis ligadas ou não ao self. Embora os dois tipos de medidas tenham baixas correlações entre si, ambas têm revelado relações significativas entre as discrepâncias observadas na AE Implícita e AE Explícita.

Palavras-chave: Autoestima implícita; autoestima explícita; medidas implícitas.

Nível do trabalho: P

SOC

ESTRESSE: REFLEXÕES E PROPOSTAS DE AÇÃO.

O GERENCIAMENTO DO ESTRESSE DE PROFESSORES EM SITUAÇÕES DE INCLUSÃO ESCOLAR. *Valéria Marques de Oliveira (Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro); Juliana Andrade de Abreu (Psicóloga. Discente da pós graduação em Psicopedagogia - Uninter – Curitiba)*

A inclusão escolar já é uma realidade no panorama educacional brasileiro, pelo menos na exigência do cumprimento da lei. A escola é uma instituição aberta e dirigida a todos e tem a responsabilidade da formação do cidadão à qualidade no processo de ensino-aprendizagem. O respeito à diversidade é a tônica nesta proposta, contudo a formação de grupos heterogêneos por si só desperta a necessidade em um primeiro momento de adaptação e de um possível desconforto frente ao novo e desconhecido. Esta organização pode encontrar obstáculos que provoquem situações de estresse individual e coletivo, um exemplo é o estresse em professores de turma com alunos com necessidades educacionais especiais incluídos. Durante muito tempo a formação do magistério contemplava apenas a turma imaginária, idealizada com bens e valores burgueses. O aluno perfeito era aquele que se moldava ao modelo proposto e a classe era como um bloco. Atualmente o professor não é mais o detentor de todo o saber e poder, ele é mediador do processo de construção do conhecimento e a classe é valorizada em suas semelhanças e diferenças. A prerrogativa é partir do saber do aluno para conectá-lo ao saber acadêmico e atingir níveis mais complexos de desenvolvimento. Em uma turma heterogênea as experiências são ricas, mas os desafios também. Os alunos com necessidades educacionais especiais apontam (“denunciam”) a necessidade do olhar para o processo de aprender de cada um, ao mesmo tempo do olhar para a construção sócio-histórica do grupo. Individualidade e coletividade, diferença e semelhança, mitos/crenças e descobertas, descrédito e cobrança, realidade e idealizações são apenas algumas conexões que se entrelaçam e podem despertar estresse. Se esta situação não for bem gerenciada, as dificuldades, frutos de pressões internas e externas, podem prejudicar a relação professor-aluno e todo processo ensino-aprendizagem com frutos nocivos à comunidade acadêmica, tais como: comprometer a autoestima, reforçar o preconceito, aumentar a competição, paralisar diante do medo do novo, enrijecer o pensamento, etc. O professor como mediador lida não apenas com conteúdos, mas diversos outros aspectos, dentre estes, o desenvolvimento interpessoal e o afetivo. O professor ao refletir sobre o cotidiano, suas facilidades e dificuldades, organiza dados para sua ação, alimenta o planejamento e embasa sua tomada de decisão. Atribui-se aos erros e dificuldades do processo a oportunidade de criar novas ações e relações e distancia-se da autodefesa das lamentações como justificativas de maus resultados. O sucesso da inclusão escolar depende de um trabalho em rede, no qual todos são co-responsáveis. Ele não deve ser visto isoladamente e alcançado a qualquer preço. O gerenciamento do estresse feito pelo professor não se limita a aplicação de uma técnica a si mesmo ou a sua turma, mas envolve uma visão crítica, criativa, além da análise articulada de diferentes componentes, ou seja, sistêmica, com a presença de um bom humor. Trabalhar não deve ser enfadonho ou penoso, pode ser divertido e engrandecedor. Este artigo reflete sobre este binômio inclusão escolar-estresse, e sugere ações de gerenciamento dentro de uma visão baseada na teoria da complexidade e na teoria ecológica.

Palavras-chave: gerenciamento de estresse, inclusão escolar, visão sistêmica

Nível do trabalho: P- Pesquisador

Código da área: SOCIAL - Psicologia Social

BEM-ESTAR SUBJETIVO X ESTRESSE: A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DA PSICOLOGIA POSITIVA. *Silvia Maria Melo Gonçalves (Professora do Departamento de Psicologia e do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro); Ana Paula Todaro Taveira Leite (Universidade Federal Fluminense, Professora do Departamento de Administração); Dilson Fagundes Ribeiro (Discente do curso de Graduação em Licenciatura em Economia Doméstica, Bolsista de Iniciação Científica PROIC/DPPG-UFRRJ)***

Se pensarmos na vida atribulada das pessoas, na falta de tempo para a jornada diária, no trabalhador que sofre pressão devido à alta competitividade, superando seus próprios limites e padecendo de estresse e de doenças laborais, perceberemos que a Psicologia foi muito importante para ajudar estas pessoas. Mas, ao se preocupar com aqueles que sofriam, a Psicologia foi se ocupando com sofrimento, transformando-se em uma ciência que se direcionava para os processos psicopatológicos e para os aspectos disfuncionais do ser humano, negligenciando o florescimento individual e da comunidade. Entretanto, apesar deste cenário, na última década do século XX, a Psicologia Positiva foi lançada pela APA, propondo um desvio nos caminhos percorridos pela Psicologia, caracterizando-se como um novo campo que vem se firmando a partir de investigações científicas acerca do bem-estar subjetivo, convergindo suas investigações para compreender e construir as qualidades da vida, no âmbito subjetivo, individual e grupal. Neste sentido, a proposta deste trabalho é discutir a importância da Psicologia Positiva, evidenciando sua relevância e o ineditismo de seus estudos. Porém, ao se investigar o bem-estar subjetivo é necessário que se compreenda que aproximadamente 70% das pessoas não apresentam qualquer tipo de transtorno mental e que a ausência de desordens desta natureza não significa que a pessoa experimente bem-estar subjetivo ou felicidade. A Psicologia Positiva tem três pilares: o primeiro diz respeito ao estudo do bem-estar subjetivo (felicidade, satisfação com a vida e otimismo); o segundo refere-se ao estudo dos traços positivos de caráter (coragem, integridade, compaixão, criatividade, liderança, sabedoria, e autocontrole), e o terceiro estuda grupos, comunidades e culturas positivas (instituições positivas, como a família sólida, democracia, um amplo círculo moral que promove forças e virtudes que levam aos pensamentos positivos). Para os próximos anos, a Psicologia Positiva tem como meta conhecer melhor os pilares que a sustentam; entender como os momentos de *flow* podem ser majorados, pois, embora seja um conceito antigo, tornou-se alvo de interesse para os Psicólogos Positivos compreenderem como este é capaz de proporcionar circunstâncias favoráveis para melhorar a qualidade de vida das pessoas, aumentando os episódios de felicidade; e compreender melhor as emoções positivas, tais como gratidão, perdão, fé e solicitude, já que as pesquisas apontam que os benefícios para aqueles que as experimentam ajudam a desfazer os efeitos prolongados das emoções negativas, além de apontarem para um efeito curativo, reduzindo a tensão do sistema cardiovascular frente aos eventos negativos e inevitáveis da vida, além de terem consequências sociais benéficas, favorecendo o surgimento de comportamentos de cooperação, conduzindo a interações sociais mutuamente recompensadoras, construindo e fortalecendo laços sociais. Assim, um dos interesses da Psicologia positiva é fazer com que as pessoas utilizem estratégias voluntárias que elevem o nível de emoções positivas até o topo de sua faixa de variação de felicidade. Do mesmo modo, os inúmeros estudos em diversas culturas ao redor do mundo interessaram-se em identificar os vários fatores que conduzem ao bem-estar subjetivo, vislumbrando contribuir para um aperfeiçoamento das políticas públicas mundiais.

Palavras-chave: Psicologia Positiva; bem-estar subjetivo; estresse
Nível do trabalho: P- Pesquisador

Código da área: SOCIAL - Psicologia Social

SUGESTÕES DE AÇÕES DE AUTOGERENCIAMENTO DO ESTRESSE A CAMINHONEIROS NO PROGRAMA ESTRADA PARA A SAÚDE. *Célia Regina de Oliveira* (Universidade Estácio de Sá – Campus Resende; GEPAPIC – Grupo de Estudos Pesquisa e Assistência Psicossocial ao Idoso e ao seu Cuidador; Resende/RJ).

O Programa Estrada para a Saúde, criado pelo Grupo CCR – Nova Dutra, é um programa de promoção social, saúde e educação destinado aos motoristas profissionais de transporte de cargas que trafegam pela rodovia. Conta com a parceria de instituições de ensino, prefeituras, empresas e instituições da área de transportes. São realizadas campanhas itinerantes em postos BR às margens da via Dutra. Desde 2006, o Curso de Psicologia da Universidade Estácio de Sá – Campus Resende integra essa rede de parceiros oferecendo, gratuitamente, avaliação preliminar do nível de estresse e orientações sobre estratégias de enfrentamento visando ao bem-estar biopsicossocial dos caminhoneiros, bem como contribuir para a redução de riscos na estrada. O instrumento utilizado, de autoria da Dra. Marilda N. Lipp, propicia o levantamento de quatorze sintomas do estresse — sete relativos à mente e sete, ao corpo, através de itens com cinco alternativas de resposta (nunca a muito frequentemente). Os escores obtidos indicam estresse ausente/baixo, moderado ou elevado. Anualmente, o Curso de Psicologia participa das cinco campanhas anuais oferecidas no eixo Resende-Itatatia, realizando cerca de 100 atendimentos em cada uma. Esta atividade integra o programa de atividades acadêmicas complementares e conta com uma equipe de doze acadêmicos. Nas avaliações de 2009, prevalecem os sintomas psicológicos do estresse (62,2%); 21,2% dos motoristas reportam sintomas físicos e, apenas 12,6% assinalam equilíbrio entre estes. Dentre os 120 atendimentos realizados em fev/2010, também se constata o predomínio dos sintomas emocionais (64,2%). Preocupação excessiva, ansiedade, dificuldade de concentração, pensamentos disfuncionais e irritabilidade aguçada são os sintomas com pontuação mais alta. Além desses aspectos, as jornadas de trabalho com carga horária excessiva, os prazos de entrega, o longo período distante da família e problemas de ordem pessoal são fatores que, segundo os participantes, também contribuem para alteração de seu equilíbrio. O estresse é um processo multifacetado que influi na forma de conduzir o veículo, sendo considerado “agente causal direto ou indireto de acidentes”. Entretanto, nem todo tipo de estresse é negativo. O estresse positivo auxilia tanto no estado de alerta quanto na reação necessária ao manejo do veículo e/ou para evitar um acidente. Sob este prisma, o estresse “é uma resposta adaptativa do organismo a situações em que seja necessária uma tomada de decisão” (Hoffmann, 2003). A avaliação e o enfrentamento dos eventos estressantes são profundamente influenciados por nossas crenças. Crenças nocivas à saúde, acompanhadas de preocupação excessiva e recorrente, tendem a gerar pensamentos disfuncionais que afetam negativamente o desempenho dos caminhoneiros, além de contribuir, em alguns casos, para maior vulnerabilidade ao desenvolvimento de comportamentos de risco, tais como uso de álcool e outras substâncias. Nesta intervenção psicossocial, pautada na abordagem cognitiva da psicologia social, prioriza-se o atendimento individual aos motoristas com nível de estresse elevado ou moderado, com foco na orientação relativa à mudança de crenças e no desenvolvimento de estratégias de enfrentamento mais saudáveis.

Palavras-Chave: estresse, caminhoneiros, enfrentamento.

Nível do trabalho: P - Pesquisador

Código da área: SOCIAL - Psicologia Social

DEPOIMENTO SEM DANO: PROBLEMAS E SOLUÇÕES.

A INQUIRIÇÃO DE CRIANÇAS NO SISTEMA JUDICIAL NO SÉCULO XXI.

Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Professora Titular da Universidade Federal de São Carlos, Laboratório de Análise e Prevenção da Violência – LAPREV).

O presente trabalho irá rever a pesquisa forense recente sobre inquirição de crianças, área em que a psicologia tem dado uma contribuição considerável. Inicialmente serão apresentados dados sobre o impacto negativo da impunidade do ofensor do abuso sexual da criança para a vítima e a sociedade em geral. Dados ilustrativos de como são feitos os depoimentos em diversos países serão contrastados com os dados brasileiros em que há grande impunidade e a criança, quando é ouvida no tribunal, é inquerida de modo inadequado. Mito sobre trauma e inquirição serão discutidos e analisados. A proposta analisará ainda a vantagens da implementação do Depoimento no território brasileiro e implicações e capacitação necessária ao psicólogo para participar de tal procedimento.

IMPLEMENTANDO O DEPOIMENTO SEM DANO DO RIO GRANDE DO SUL.

César Daltoé (Juiz da 2ª vara da Infância de Porto Alegre)

Um dos problemas associados à vitimização por abuso sexual tem sido a baixa taxa de condenação pelos ofensores e a dificuldade de a criança ser inquerida no Fórum Judicial, sendo revitimizada por profissionais despreparados. O Estado do Rio Grande do Sul foi pioneiro na implementação do projeto de Depoimento sem Dano no Brasil, sistema em que a criança é inquerida em sala protegida (sem a presença do acusado) por psicólogos ou assistentes sociais. O Juiz, réu e advogados localizam-se em salas contíguas e podem fazer perguntas à criança, sendo tais perguntas mediadas pelo profissional capacitado. Tal procedimento respeita a Convenção dos Direitos da Criança do qual o Brasil é signatário e que prevê a escuta e participação apropriada da criança, portanto sem traumatização secundária, no Fórum Judicial. Dados serão apresentados sobre a implementação do projeto Depoimento sem Dano no Rio Grande do Sul, bem como pesquisa conduzida ao longo desse trabalho. Os resultados tem sido promissores e a taxa de condenação tem um aumento expressivo. A apresentação se encerrará com uma discussão sobre o panorama atual de implementação do Depoimento sem Dano em outros estados da Federação.

REFLEXÕES SOBRE O DEPOIMENTO SEM DANO. *João Batista Fortes de Oliveira*
(*Presidente do Conselho Regional de Psicologia, Paraná – CRP-08*)

O Conselho Federal de Psicologia tem manifestado por escrito e oralmente sua preocupação com o sistema intitulado Depoimento sem Dano. Discute-se a inadequação do nome, uma vez que em intervenções de tal natureza dificilmente não há a existência de dano. Uma outra questão apontada é o fato de que nem sempre a criança está preparada para falar a respeito de um tema delicado quanto o abuso sexual sofrido ou seja, o processo ignora a própria vontade da criança. Adicionalmente, argumenta-se que é problemático o psicólogo atuar como um simples intérprete do Juiz, distante de sua verdadeira função profissional. O presente trabalho procura refletir sobre essas questões, levando em conta o compromisso ético da Psicologia enquanto ciência e profissão.

UM ENFOQUE INTERDISCIPLINAR SOBRE A PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Módulo 2

1. PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (VDCA): QUE OBJETO É ESSE? *Maria Amélia Azevedo* (Professora Livre Docente, Universidade de São Paulo, USP, LACRI - Laboratório da Criança).

Partindo dos pressupostos: a) VDCA existe; b) seu perfil já é razoavelmente conhecido; c) pelo menos em tese é um fenômeno prevenível e com base numa série de pesquisas recém-concluídas, a oficina procurará focar a prevenção da VDCA enquanto um objeto científico, desvelado a partir de quatro enfoques básicos: A. enquanto objeto de pesquisa bibliográfica (2000-2007), envolvendo 374 trabalhos científicos produzidos no Ocidente e 5 no Oriente (China/Rússia); B) enquanto objeto de aprendizagem, através de pesquisa empírica qualitativa, com 30 agressores apenados no Estado de São Paulo; C) enquanto objeto de rejeição, através de pesquisas empíricas quali- quantitativas envolvendo estudantes dos últimos anos de Cursos Universitários destinados à formação de professores de 1º e 2º graus, na cidade de São Paulo; D) enquanto objeto de compromisso social, através de pesquisa empírica qualitativa, na qual foram entrevistados gestores de organizações voltadas a programas sociais na área da infância e sediadas em São Paulo Capital. O cenário emergente desse elenco de pesquisas não poderia ser mais desanimador: a) Um tema academicamente menorizado na voz dos pesquisadores; b) Um tema negado na voz dos agressores sexuais domésticos cumprindo pena; c) Um tema rejeitado na voz de futuros educadores; d) Um tema desqualificado na voz de potenciais financiadores. Daí as perguntas que não querem calar: como entender isso? como mudar isso? Perguntas essas que geraram: 1º respostas diferenciadas como as que começarão a ser experimentadas na São Paulo de 2010 – 2011; 2º um convite-desafio: Vamos acabar com a VDCA? Depende de nós.

2. A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO PRIMÁRIA DA VIOLÊNCIA: O PAPEL DE PAIS E CUIDADORES. *Júlia da Silva (Diretora do Departamento de Prevenção à Violência. American Psychological Association).*

A presente oficina visa demonstrar a aplicação concreta da psicologia na área social, em especial na área da prevenção à violência. Ela irá descrever a importância da prevenção primária da violência na vida das crianças e apresentar um estudo de caso concreto. A oficina irá focar o modelo de Saúde Pública para a prevenção e o modelo ecológico de Bronfenbrenner para identificar fatores de risco e prevenção dos diferentes tipos de violência. Irá, ainda, discutir a base científica que dá respaldo à prevenção primária e o papel da teoria do apego e do cuidador primário no desenvolvimento infantil, bem como o impacto da exposição à violência na infância. Os participantes irão conhecer o programa desenvolvido pela Divisão de Prevenção de Violência da Associação Americana de Psicologia (APA), sua base científica, metas e objetivos, audiências, modelo lógico para a implementação e avaliação, os condutores do programa, e os resultados dos estudos de avaliação já realizados. Adicionalmente, serão apresentados os planos futuros para o programa.

3. UM PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA QUE ATENDEM VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL. *Silvia Koller* (*Professora Associada. Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), CEP-RUA.*)

O objetivo da oficina consiste em apresentar a experiência de um programa de capacitação para psicólogos que desenvolvem atendimentos psicoterápicos para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual na rede pública. O desenvolvimento de programas de capacitação é fundamental devido aos altos índices epidemiológicos de abuso sexual e às consequências negativas desta experiência para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Além disto, há falta de preparo na formação de profissionais para atuar de forma efetiva nestes casos. Os objetivos do programa de capacitação foram: 1) Compreender aspectos conceituais do abuso sexual, tais como definições, dinâmica desta violência, consequências para o desenvolvimento, trabalho em rede e encaminhamentos necessários aos casos identificados; 2) Aprender a realizar avaliação psicológica de crianças vítimas de abuso sexual, utilizando protocolos de entrevista e instrumentos psicológicos; 3) Aprender o modelo de grupoterapia cognitivo-comportamental para intervenção com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual desenvolvido por Habigzang e colaboradores em 2009. A Grupoterapia Cognitivo-Comportamental refere-se a um modelo focal, estruturado em 16 sessões, que tem por intuito trabalhar sintomas de depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e crenças distorcidas em relação ao abuso sexual. Além disto, o modelo foca em estratégias de prevenção à revitimização e oficinas de psicoeducação com ênfase no desenvolvimento sexual dos participantes. O processo de capacitação passou por avaliação de efetividade em termos de processo e de impacto. Devido aos diversos fatores que podem prejudicar a efetividade de um programa de treinamento, avaliar a capacitação oferecida é tão importante quanto a capacitação em si. A avaliação de processo visou investigar a satisfação com a qualidade do curso através de uma série de aspectos, tais como: definição de objetivos e compatibilidade com a capacitação, carga horária, ordenação e adequação do conteúdo programático, quantidade, qualidade e organização do material didático, ampliação de recursos teórico-práticos e possibilidade de aplicação do conhecimento adquirido no ambiente de trabalho, percepção sobre a possível melhoria no desempenho, entre outros. Além destes aspectos foi avaliada a satisfação dos treinandos com a qualidade técnica dos instrutores, a qualidade dos procedimentos e dos processos instrucionais, a transmissão de objetivos, o nível de profundidade o qual os assuntos discutidos, a qualidade da apresentação dos conteúdos, o uso de exemplos, os instrumentos e recursos didáticos diversos. A avaliação de impacto investigou a aprendizagem de novos e efetivos recursos teórico-práticos seria benéfica ao bem-estar (subjetivo e psicológico) dos profissionais capacitados. Além disto, foi também verificado o impacto da capacitação por meio de resultados do trabalho dos profissionais capacitados.

4. CRIANÇAS EXPOSTAS À VIOLÊNCIA CONJUGAL. *George Holden (Professor Titular, Southern Methodist University, Departamento de Psicologia, Dallas, Texas)*

A presente oficina tentará determinar o motivo pelo qual certas crianças são fortemente afetadas pela violência conjugal, ao passo que outras parecem funcionar bem sob as circunstâncias. Os aspectos hostis do ambiente aos quais tais crianças reagem serão apontados, bem como as características das mesmas e de seus respectivos pais que atuam como fatores de mediação ou de risco para os problemas de comportamento. Adicionalmente, será discutido por que razão existe tanta variabilidade nos resultados e efeitos observados nas crianças e o que pode ser feito para ajudá-las. A oficina apresentará os aspectos teóricos e conceituais negligenciados pela pesquisa prévia da área, ilustrando relatos de pesquisa que fornecem inovações metodológicas para uma melhor compreensão das respostas das crianças à violência conjugal. Finalmente, implicações da pesquisa para políticas públicas e intervenções com tal população de crianças serão apontadas.

UM ENFOQUE INTERDISCIPLINAR SOBRE A PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Módulo 1

1. VIOLÊNCIA, CIDADANIA E CIÊNCIA: O DESENVOLVIMENTO DE VALORES ÉTICOS NA INFÂNCIA. *João Augusto Figueiró (médico, Instituto Zero a Seis, São Paulo, SP).*

Há uma convergência entre as ciências sociais e as neurociências nos últimos 10 anos apontando para o impacto nocivo da violência ao cérebro humano. As principais descobertas são advindas das neurociências (notadamente apoiando-se em neuroimagens funcionais), da observação de bebês, experimentação em animais estudos *de cohorte*, observações clínicas e pesquisas da psiquiatria Infantil, psicologia e etologia humana. No século atual há um aumento do reconhecimento de que fatores genéticos e neurobiológicos são igualmente importantes na modelagem do comportamento criminoso. Por exemplo, quando o córtex da área pré-frontal é lesado, o indivíduo perde o senso das suas responsabilidades sociais, bem como a capacidade de concentração e de abstração, sendo que em caso de julgamento, tais indivíduos são considerados inimputáveis. A presente oficina irá discorrer sobre o desenvolvimento do cérebro humano, em particular sobre o cérebro moral da criança, fazendo ilustrações sobre o impacto do estresse em no período de desenvolvimento da primeira infância. O trabalho fará considerações a respeito do fato da biologia não ser destino, sendo possível modular os fatores de risco neurobiológicos. Adicionalmente, considerações serão feitas sobre a importância de se intervir na primeira infância. Em conclusão é possível prevenir a violência, sendo o apego seguro é uma “vacina”, pois contribui para o desenvolvimento da empatia, da sensibilidade e da resiliência do ser humano.

2. CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA. *Lúcia Abelha Lima (médica psiquiatra e epidemiologista. Professora Adjunta do Instituto de Estudos da Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IESC-UFRJ)).*

O abuso físico e sexual em crianças e adolescentes é um assunto que vem mobilizando a sociedade civil e em especial profissionais da área de saúde mental. Algumas ações vêm sendo trabalhadas, no entanto não é fácil prevenir, identificar, tratar e evitar a impunidade do autor do abuso. Enfrentamos dificuldades importantes, como o silêncio da vítima, o silêncio da sociedade, a falta de apoio à criança e à família. Além do mais existe não só uma falta de consciência dos profissionais a respeito da dimensão do problema, mas também uma resistência ao envolvimento em um problema complexo e que envolve questões éticas e judiciais. A primeira característica a ser ressaltada é o fato de o abuso físico, sexual e psicológico contra crianças ser praticado, na maior parte das vezes, por pessoas conhecidas (familiares, amigos, vizinhos) numa estrutura de poder *assimétrica*. Com efeito, o abusador ocupa uma posição de vantagem, seja porque tem mais idade, seja porque ocupa um lugar de autoridade. A criança, vítima desse tipo de abuso, entra num estado de angústia. Quando, finalmente, consegue conversar com alguém (caso de uma minoria) muitas vezes já se transcorreu muito tempo, e conseqüências daninhas do ponto de vista emocional e de estruturação da personalidade (inclusive, em muitos casos, do ponto de vista cognitivo) já aconteceram. Em geral, o abuso termina após alguma intervenção, mas existe sempre a possibilidade da desintegração familiar ou da institucionalização, o que pode representar uma nova agressão psíquica e social contra o menor. Entre os transtornos mentais conseqüentes do abuso físico e sexual estão o estresse pós-traumático, os transtornos depressivos e o abuso de drogas. Quando a criança ou adolescente procura ou é trazida a um serviço de saúde com histórico de violência é muito importante que ela seja ouvida e que seja dada atenção não só à sintomatologia apresentada no momento, mas também aos sentimentos dela e da família em relação ao que está acontecendo. O entrosamento da equipe e a formação de uma rede interinstitucional efetiva são pontos fundamentais a serem discutidos para o para um bom resultado do tratamento.

3. LENDO LOLITA PARA COMPREENDER O ABUSO SEXUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Professora Titular, Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Psicologia, LAPREV - Laboratório de Análise e Prevenção da Violência)*

Em seu livro *Lendo Lolita em Teerã* a escritora Azar Nafisi, utiliza o livro clássico de Vladimir Nabokov (dentre outros autores) para descrever o ensino de obras proibidas da literatura ocidental no Irã e, com isso, retratar as dificuldades da revolução islâmica em seu país, notadamente em relação aos direitos da mulher. No presente trabalho, o livro *Lolita* de Nabokov será utilizado para introduzir o assunto do abuso sexual contra a criança e o adolescente. Argumenta-se que, apesar de ter sido publicado originalmente em 1955, *Lolita*, continua sendo um livro atual e muito relevante para a compreensão do fenômeno do abuso sexual contra a criança. Vários mitos e concepções errôneas são trabalhados de forma sutil e elegante por Nabokov, como: a sedução da criança/adolescente em relação ao adulto abusador e a culpabilização da vítima; a minimização de danos e seqüelas à vítima; a argumentação de que praticar sexo com a criança lhe traz vantagens; a argumentação de que o abusador sente amor pela vítima; o pedófilo como sendo um indivíduo asqueroso e incapaz de sentimentos ou gestos de grandeza ou o fato de o agressor sexual agir indiscriminadamente sem planejar e/ou escolher suas vítimas. Serão apresentadas evidências de que o livro é ainda mal compreendido até o presente, seja por críticos literários ou pela imprensa que desconhece em profundidade o fenômeno da violência sexual praticada contra a criança. A descrição do personagem Humbert Humbert servirá de exemplo para rever a literatura atual sobre pedofilia, salientando a genialidade do escritor ao fazer um “mergulho no cérebro de um pedófilo”, de forma muito apropriada. O trabalho se encerra com especulações sobre como o autor conseguiu escrever sua obra em uma época em que havia pouca literatura científica sobre o assunto. Espera-se que a apresentação sirva para acrescentar informações científicas sobre o fenômeno do abuso sexual da criança, bem como despertar na audiência a motivação para ler ou reler *Lolita*, considerada pela crítica uma dos principais obras literárias do século passado.

4. A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO CLÍNICA E MULTIDISCIPLINAR INTEGRADA NOS CASOS DE SUSPEITA DE ABUSO SEXUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Evelyn Eisenstein* (médica pediatra e clínica de adolescentes, Profa Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCM-UERJ)).

Como médicos, devemos saber que toda criança ou adolescente que é atendido ou examinado após algum acidente, intoxicação, traumas ou que apresenta ferimentos graves, cicatrizes antigas ou recentes, queimaduras ou fraturas, hematomas ou equimoses, qualquer doença sexualmente transmitida ou comportamentos emocionais dissociativos, deve ser avaliado (a) para a suspeita de violência intra ou extra familiar, maus tratos ou abuso sexual. Geralmente quando uma criança ou um adolescente é avaliado por uma suspeita de abuso ou violência pode ser que não existam sinais evidentes de abuso. Portanto, há a possibilidade de que não sejam diagnosticados sinais evidentes dos maus tratos, mesmo existindo o abuso emocional ou sexual. Muitas vezes, a ameaça é velada e a criança ou adolescente apresentam reações ou comportamentos que não são revelados objetivamente, por meio de um sinal clínico. Para sabermos sobre os sinais e sintomas do abuso é importante fazer uma entrevista, conversar e ouvir a criança, suas revelações e marcas, averiguar o que ela sente emocionalmente, avaliar suas ações e rotinas. Isso se faz avaliando a história clínica e estabelecendo o diagnóstico. Temos uma rotina de avaliação baseada em sinais e o exame clínico e ginecológico ou urológico da área genital e anal, tanto em meninas como em meninos. A importância da entrevista e do relato da história do evento traumático requer que as informações sejam obtidas com cuidado e após o estabelecimento de uma relação de confiança e apoio com o profissional de saúde. A revelação do ato em si, descrevendo detalhes desse fato, muitas vezes, é difícil para a criança ou adolescente. Isso pode ocorrer em etapas ou em várias consultas. Muitas reações e respostas emocionais da criança podem evoluir, acompanhando o quadro clínico tais como: o choro ou o silêncio. A rotina de avaliação dos casos de maus tratos deve ser realizada em todos os Hospitais de emergência e Unidades de Saúde que lidam com crianças e adolescentes e suas famílias. Às vezes existe a reação aguda do trauma e a criança chora de tristeza ou raiva, ou ainda ri, porque é uma reação dissociada emocionalmente e temos que saber perceber isso. Existe também o que chamamos de sintomas de regressão, auto-flagelação e depressão. Sempre que houver a suspeita de abuso sexual, os seguintes procedimentos devem ser implementados: investigação da história clínica, obtenção do relato da criança e do (a) adolescente; relato da família e/ou responsável e/ou amigo (a), sinais suspeitos no exame físico ou no exame clínico, genital ou ginecológico e informações obtidas após acidentes, intoxicações, abuso de drogas ou situações de emergência. Sentimentos ambivalentes, problemas de concentração, problemas nas escolas, evasão escolar, perda de memória são sinais ou queixas frequentes relatados pelos professores, mas nada se sabe sobre o abuso intrafamiliar e a violência doméstica que pode estar acontecendo. Com relação às reações do trauma sexual, podem ser identificadas três fases sequenciais: a fase de reação aguda; fase de adaptação ou de fugas e a fase de resolução ou de repercussões crônicas. O diagnóstico inicial e a avaliação integrada devem contemplar a história pregressa e as etapas do desenvolvimento corporal-emocional-social; a história da dinâmica familiar; a história do (s) evento (s) e circunstâncias; a história do contexto social (avaliar os fatores de risco e os fatores de proteção), e a história dos relacionamentos afetivo-amorosos e sexuais, bem como, a dependência sócio-econômica e

valores familiares e/ou religiosos e/ou morais. Os seguintes aspectos devem ser considerados: estabelecimento da relação médico-paciente; limites da confidencialidade e privacidade; critérios éticos e legais, adequação local; consentimento por escrito para o exame e autorização do/a responsável legal; etapas da entrevista: anamnese completa e exame físico completo, inclusive genital-ginecológico com coleta de amostras laboratoriais.

INTEGRAÇÃO MULTI E INTERDISCIPLINAR NA PESQUISA SOBRE HABILIDADES NUMÉRICAS: PANORAMA ATUAL. *Paulo Sérgio Teixeira do Prado* (Departamento de Psicologia da Educação, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Marília, SP) e *João dos Santos Carmo* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP)

Nas últimas décadas, pesquisas sobre habilidades numéricas feitas com diversas espécies animais (em laboratório ou em habitat natural) e com humanos – bebês e adultos (comportamentais, neuropsicológicas, com técnicas de neuroimagem, estimulação magnética transcraniana e outras) – têm produzido um sólido corpo de evidências que demonstram um compartilhamento de entre diversas espécies. Esse corpo de evidências também tem sido tomado para dar sustentação à tese de que tais habilidades teriam se desenvolvido antes da espécie humana, logo, antes da linguagem. Algumas habilidades numéricas rudimentares, como nossa capacidade de discriminação súbita e exata de numerosidades até 3 ou 4 e de estimativa aproximada de numerosidades maiores sem a interveniência da contagem, seriam, pois, inatas e representariam uma continuidade filogenética. Mais do que isso, elas representariam uma continuidade entre filogênese e cultura, pois constituiriam as bases biológicas sobre as quais se assenta todo o desenvolvimento da matemática, este de caráter cultural e, em grande parte, impulsionado pela linguagem. Esses avanços mostram a possibilidade e a necessidade de investigação sobre a aquisição de habilidades numéricas a partir de uma perspectiva que integra contribuições empíricas e teórico-metodológicas advindas das neurociências, da neuropsicologia, da psicologia comparada, da psicologia do desenvolvimento e da Análise Experimental do Comportamento. O acesso a conhecimentos recentes sobre habilidades numéricas, que é o objetivo principal do presente curso, possibilita estabelecer um campo profícuo de investigações sobre aspectos cruciais envolvidos na aquisição do comportamento matemático, bem como cria condições de produção de conhecimento que respondem a demandas acadêmicas e sociais relacionadas à aprendizagem da matemática e suas dificuldades. O conteúdo do curso envolverá: senso numérico, habilidades numéricas e função simbólica. Habilidades numéricas em animais: investigações experimentais em ratos, aves, macacos e a continuidade filogenética. Habilidades numéricas em bebês humanos: investigações experimentais sobre numerosidade; valor ordinal; efeitos de adição e subtração de itens a coleções. Habilidades numéricas em crianças: estudos experimentais sobre senso numérico, subitização, conceito de número, conservação de número, contagem e operações aritméticas elementares. Delineamento de estudos experimentais sobre habilidades numéricas com base na tecnologia de controle de estímulos e modelo de relações equivalentes.

Palavras-chave: Habilidades numéricas, Senso Numérico, Comportamento matemático.

P

AEC

RORSCHACH, ARTE E PSICANÁLISE. *Roberto Menezes de Oliveira (Universidade Federal de Goiás, Campus Jataí, Curso de Psicologia, Laboratório de Processos Clínicos, Jataí - GO)*

O curso aproxima as concepções de homem subjacentes ao Método de Rorschach, à Arte Moderna e à Psicanálise. No que se refere ao Método de Rorschach, a partir do conceito de ‘tipo de vivência’, destacam-se os tipos Introversivo e Extratensivo. Rorschach diferencia-os de outras tipologias, como a dos extrovertidos e introvertidos de Jung, sustentando que os tipos elaborados por seu *Psicodiagnóstico* não traduzem características fixas do homem, mas sim uma propensão móvel e não rígida para este. Se Rorschach concede ao homem certa estabilidade, o que justifica a construção de um instrumento psicodiagnóstico, também o pensa como flexível, propenso ao descentramento e ao movimento, em ressonância aos apelos afetivos e emocionais do mundo. No que concerne à Arte Moderna, esta tem sua visão de homem reformulada a partir da crítica ao ordenamento mimético. Este remonta ao Renascimento e tem seu paradigma na ‘perspectiva’, que pressupõe uma relação homogênea e simétrica entre o homem e o mundo, sendo o primeiro o ponto fixo que organiza a representação. É na Modernidade que esta ilusória simetria especular é questionada, implementando-se a desilusão do homem ocupando o centro do mundo; é a partir disso que uma nova concepção de homem emerge. Assim, questionado em seus próprios fundamentos, descentrado, o homem não pode mais se sustentar como garantia fixa da representação, que começa então a ser re-elaborada sob outras bases que não a mimética. A arte não-figurativa, com ênfase nas cores e cinestésias, e em detrimento de formas reconhecíveis, é paradigmática dessa re-elaboração. Neste sentido, as concepções de homem subjacentes ao Método de Rorschach e à Arte Moderna parecem assemelhar-se à compreensão do homem proposta pela Psicanálise. Desde o enunciado freudiano “o eu não é mais senhor em sua própria casa”, desde a compreensão de que o *eu* é um outro e que seus atos dão prova de uma determinação inconsciente, a Psicanálise é tributária de uma série de descentramentos que têm por termo a dissolução do homem e a fragmentação do saber. Com efeito, a partir de Freud, o homem não controla e não é senhor sequer de sua própria subjetividade, reconstituindo-a, modelarmente, no movimento das associações livres. O que parece ocorrer com as concepções de homem destes três campos no início do século XX é ambivalente, pois o homem vive, ao mesmo tempo, o máximo de sua qualificação subjetiva no psicodiagnóstico, na expressão artística e na terapêutica, e, da mesma forma, o início de sua dissolução: começa a desmoronar a ilusão de que ele ocupa o centro do mundo, da racionalidade e da vontade, sendo a partir desse desmoronamento que um novo homem constitui-se, com ênfase no movimento, no devir e nas possibilidades, do que em uma representação unívoca fixa. Contudo, nos três casos aqui tratados, tanto o Método de Rorschach, como a Arte Moderna e a Psicanálise parecem oferecer ao sujeito, pelos seus dispositivos terapêuticos e estéticos, possibilidades de se (re)constituir, de se (re)convocar, respeitando, contudo, o descentramento que caracteriza o homem desde o advento da Modernidade.

Palavras-chave: Rorschach, Arte, Psicanálise.

P

CLIN

MANEJO CLÍNICO DA PSICANÁLISE DE CRIANÇAS NA ATUALIDADE: ABORDAGEM KLEINIANA. *Jorge Luís Ferreira Abrão (Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e Escolar – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista – SP)*

Os fundamentos da análise de crianças surgiram na Europa durante a década de 1920, por intermédio dos trabalhos pioneiros de Melanie Klein e Anna Freud, que seguindo caminhos distintos desenvolveram os princípios da técnica da análise infantil. Os modelos teóricos e técnicas por elas propostos sofreram várias transformações, ao longo dos anos, e influenciaram a prática da análise de crianças em diferentes países, sendo adotadas como modelos de referência. Ao observarmos os registros relativos à história da psicanálise de crianças no Brasil, verificamos que as formulações psicanalíticas concernentes à infância começaram a ser divulgadas no país, a partir da década de 1930, passando pelas seguintes etapas: divulgação de conhecimentos psicanalíticos relativos à criança junto ao meio educacional, desenvolvimento de um modelo de assistência a criança com problemas escolares através de Clínicas de Orientação Infantil surgidas na década de 1940, surgimento de um modelo de psicoterapia psicanalítica em instituições de assistência à infância durante os anos de 1950 e criação de cursos de formação de analistas de crianças, seguido do reconhecimento desta especialidade pelas Sociedades de Psicanálise do país a partir da década de 1970. Desta forma, fica explicitada a grande participação do referencial psicanalítico nos modelos de assistência à infância surgidos na esfera da educação e da saúde durante o século XX. Entre os modelos teóricos adotados, o referencial kleiniano foi empregado como referência para os profissionais brasileiros que praticaram a psicanálise de crianças durante este período. Partindo das considerações apresentadas acima, o presente curso tem por objetivo introduzir os principais fundamentos que sustentam a técnica da análise de crianças na atualidade, a partir do referencial kleiniano, trazendo como diferencial a articulação destes fundamentos com a prática clínica contemporânea, uma vez que as demandas atuais requerem adaptações e modificações das formulações técnicas originais. Assim, seu oferecimento justifica-se em função das seguintes necessidades: o conhecimento dos princípios técnicos da análise infantil é vital para a prática clínica com crianças e a articulação deste conhecimento teórico-técnico, produzido ao longo de várias décadas, com as características da clínica contemporânea é relevante para uma atuação profissional consciente e eficaz. Deste modo, o curso tem por objetivo apresentar os fundamentos que sustentam a técnica da análise de crianças a partir do vértice kleiniano na atualidade. Para dar exequibilidade a este objetivo serão abordados os seguintes temas: as especificidades do conceito de infância na teoria psicanalítica, o surgimento da análise de crianças com Melanie Klein e Anna Freud, a técnica da análise de crianças através do brincar, a transferência e a contratransferência na análise de crianças, o alcance da interpretação, o lugar dos pais na análise de crianças, o tratamento de crianças autistas e psicóticas e a atualidade da análise de crianças frente às demandas da clínica contemporânea. A título de conclusão serão apresentados casos clínicos ilustrativos que permitam discutir a prática clínica com crianças nos tempos atuais.

Palavras chave: Psicanálise, Criança, Técnica

Área: CLIN

O MODELO TRANSTEÓRICO DE MUDANÇA NOS COMPORTAMENTOS ADICTIVOS. *Margareth da Silva Oliveira. (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS).*

Em decorrência dos múltiplos problemas ocasionados pelo uso de substâncias, tratamentos combinados e integrativos são considerados as abordagens de eleição. A recuperação da dependência química envolve mudanças no estilo de vida que, para serem mantidas, são alcançadas pela articulação de teorias e técnicas que abrangem diferentes dimensões do processo de mudança. A motivação, entendida como fator central, deve ser identificada e trabalhada ao longo do tratamento. Grande parte da adesão ao tratamento depende da prontidão para mudança, passível de ser modificada por fatores internos e externos. Por ser dinâmica e variar de acordo com os objetivos, a motivação do paciente é considerada no planejamento e estrutura das intervenções. Este curso se propõe a apresentar as abordagens baseadas no Modelo Transteórico de Mudança descrito por Prochaska e Diclemente (1982). O Modelo integra aspectos motivacionais, cognitivos e comportamentais na compreensão do processo de mudança intencional de comportamento. A motivação para mudança é descrita pela transição não linear entre estágios qualitativamente distintos. Estes estágios são dinâmicos e sua transição marca o *status* do indivíduo em relação à mudança, sendo que cada um dos estágios é bem definido e implica num conjunto associado de cognições e pensamentos. Cada fase do processo requer o cumprimento de determinadas tarefas cognitivas e experienciais para que se alcance o estágio seguinte. As tarefas específicas de cada fase precisam ser realizadas de forma consistente o suficiente para que se prossiga ao próximo estágio com suporte adequado para os movimentos seguintes necessários em um processo bem sucedido de estabelecimento de novos hábitos. As pessoas transitam entre os estágios inúmeras vezes para que se alcance a manutenção deste novo comportamento. Retornos a fases anteriores constituem sucessivas experiências de aprendizado que agregam ferramentas e consolidam avanços. A possibilidade de refazer as tarefas de diferentes estágios permite que o sujeito desenvolva um arsenal de recursos capazes de sustentar a mudança de estilo de vida. As recaídas constituem uma possibilidade de aprendizado e não são encaradas como fracasso. São entendidas como parte do processo e necessárias para a consolidação da mudança e a integração de novos comportamentos no estilo de vida. O trabalho com o Modelo Transteórico oferece uma estrutura de tratamento com foco definido e estabelecimento de tarefas, podendo ser aplicado a uma gama enorme de comportamentos. Este curso visa discutir aspectos teóricos e práticos envolvidos na abordagem do MTT de pacientes com abuso e dependência de drogas. A experiência com outros comportamentos aditivos, como pacientes com jogo patológico e síndrome metabólica, será apresentada em breves relatos de casos clínicos. Também serão descritos aspectos da Entrevista Motivacional de Miller (1983), Prevenção da Recaída de Marlatt e Gordon (1985) e Terapia Cognitiva de Beck (1993) em programas de tratamento no formato grupal e individual. Desta forma, se pretende apresentar as modalidades de tratamento de adições mais utilizadas e as combinações entre elas, na busca de contemplar a diversidade de fatores envolvidos na manutenção da recuperação de comportamentos aditivos.

Bolsa de Produtividade CNPq.

Palavras Chave: Modelo Transteórico, mudança de comportamento, comportamento adictivo.

Nível do trabalho: Pesquisador (P).

Código da Área de pesquisa: CLIN.

TERAPIA COMPORTAMENTAL DE CASAIS: DA TEORIA À PRÁTICA E A ESPECIFICIDADE DE ATENDIMENTO DE ALGUNS PARCEIROS. *Yara Kuperstein Ingberman (Instituto de Estudo e Psicoterapia Analítico Comportamental, Universidade Positivo, Universidade Tuiuti Curitiba, PR) e Vera Regina Lignelli Otero (Clínica ORTEC, Ribeirão Preto, SP)*

Este curso tem como objetivo oferecer um conjunto de informações sobre o atendimento psicoterápico de casais com enfoque comportamental. A terapia comportamental de casais sofreu profundas modificações na sua maneira de atuar nas últimas duas décadas. As principais alterações ocorreram na formulação de casos e nas estratégias utilizadas que são oriundas da análise do comportamento. Este novo modelo, conhecido como Terapia Integrativa de Casais é fundamentado em pesquisas e propõe formas mais abrangentes para identificar e intervir nas dificuldades apresentadas por parceiros. Tais propostas para lidar com relacionamento de casais estão baseadas nos conceitos de tolerância e aceitação. Serão abordados vários aspectos referentes às dificuldades de comunicação presentes nos relacionamentos dos parceiros que procuram ajuda psicoterápica. As dificuldades de comunicação geralmente permeiam os diferentes problemas apresentados pela díade. Serão destacados alguns dos tópicos relevantes que devem ser considerados nesse tipo de atendimento: a escolha de parceiros, o namoro, o casamento e as principais maneiras de agir que levam ao desenvolvimento dos problemas do casal. Serão enfocados também os seguintes pontos: como avaliar as queixas dos parceiros, como formular um plano de atendimento que contemple as necessidades inerentes a alguns tipos específicos de casos. Serão apresentados aspectos gerais da literatura e da prática clínica que têm sido adotadas por profissionais no atendimento de alguns casos, enfatizando-se os procedimentos que podem ser desenvolvidos. Serão discutidas neste curso algumas das especificidades do atendimento de alguns parceiros tais como: casais homossexuais, casais que vivem situações de violência, casais portador(es) de doença grave, casais em diferentes etapas da relação, casais em processo de separação e/ou recasamento, parceiros que vivem ou viveram episódios de traição, dentre outras duplas de parceiros que requerem atenção e considerações específicas. Serão discutidos os diferentes pontos que tornam essencial que cada casal seja analisado como único, com sua história própria e específica, requerendo que as estratégias para seu atendimento sejam elaboradas a partir de micro e macro análises funcionais que guiam as intervenções a serem com eles realizadas. A terapia de casais tem como particularidade ser, ao mesmo tempo, “a terapia de um, do outro e dos dois parceiros” o que acarreta dificuldade na seleção de classes de resposta a serem abordadas. Problemáticas apresentadas no contexto da relação de casal serão discutidas, descrevendo-se as características e particularidades de casais com problemas de difícil manejo. As autoras se propõem a compartilhar suas experiências, e discutir temas a partir de estudos e descrição de situações vividas na prática clínica.

Palavras chave: Terapia analítico-comportamental de casais, terapia integrativa, especificidades de diferentes parceiros.

Nível: Graduação e outros (formação profissional)

FORMAS DE PROCESSAMENTO, ESTILOS COGNITIVOS E APRENDIZAGEM: IMPLICAÇÕES DOS ESTUDOS DA PSICOLOGIA COGNITIVA PARA A EDUCAÇÃO. *Patrícia Maria Uchôa Simões (Fundação Joaquim Nabuco/Faculdade Integrada de Recife, Recife/PE)*

A origem das investigações sobre as diferentes formas de aquisição, armazenamento, transformação e aplicação do conhecimento está nos estudos de Galton (1883), James (1890), Cattell (1890) e Barlett (1932), numa perspectiva da Psicologia Diferencial. A partir da década de 50, com o surgimento das pesquisas na abordagem cognitiva, os estudos sobre temas como atenção, percepção, motivação, memória e aprendizagem também se voltaram à procura da compreensão das diferenças nas formas de processamento de informações que utilizamos para desenvolver as mais variadas tarefas do cotidiano. Em todas essas temáticas, a compreensão das diferenças de processamento se coloca como foco do debate da Psicologia Cognitiva. O presente curso apresentará estudos sobre esses temas, com ênfase na busca do entendimento de como os problemas discutidos no campo da Psicologia Cognitiva tratam das questões que lidamos no nosso cotidiano e de como o conhecimento gerado nessa disciplina pode favorecer o desempenho de tarefas e o desenvolvimento de trabalhos. Nesse sentido, serão apresentados estudos sobre tipos de atenção que explicam as formas de apreensão, seleção e focalização das informações que interferem nas etapas posteriores de processamento (Boujon & Quaireau, 2000; Guisande & colaboradores, 2009; Kastrup, 2004). A motivação, considerada enquanto estilos motivacionais, será discutida como forma de auxiliar as situações de ensino/aprendizagem nas escolas ou em situações de trabalho (Bzuneck & Guimarães, 2007; Guimarães & Boruchovitch, 2004; Guimarães, Bzuneck & Boruchovitch, 2003; Reeve, Deci & Ryan, 2004; Ryan & Deci, 2000). Os estudos sobre memória serão apresentados por também auxiliarem na explicação das diferenças na codificação da informação, no seu armazenamento e resgate que marcam formas de aprendizagem dos indivíduos e aplicação do conhecimento adquirido (Anderson, 2004; Matlin, 2004; Sternberg, 2000). Será discutida a teoria da inteligência de Sternberg (1997; 1999) que identifica as capacidades de pensamento analítico, criativo e prático e denomina inteligência plena o conjunto integrado das capacidades necessárias para o indivíduo obter sucesso. Essa concepção de inteligência pode ser utilizada para subsidiar no trabalho em sala de aula de maneira a estimular individualmente a inteligência das crianças. Será discutida a expressão “estilo cognitivo” que foi usada pela primeira vez por Allport, em 1973, e que compreende que todas as pessoas têm tendências ou predisposições cognitivas e afetivas, que determinam as formas de atuar e pensar, suas percepções e seus julgamentos (Allport, 1973). O curso discutirá esse conceito que reúne conhecimentos sobre as diversas temáticas da pesquisa em cognição e possibilita a promoção de ações de intervenção que valorize as diferenças e otimize diferentes formas de processamento das informações (Martins, Santos & Bariani, 2005). Por fim, serão discutidas as implicações dos estudos da área para a Educação, no sentido do aprimoramento da prática pedagógica pela compreensão dos processos cognitivos de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, pretende-se ressaltar as possibilidades de intervenção que focalizam, por um lado, o conhecimento sobre as diferenças individuais nas formas de processamento e, por outro, as formas como esse conhecimento pode ser utilizado nas situações de ensino/aprendizagem.

Palavras-chave: Psicologia Cognitiva, Educação, Estilos Cognitivos

NEUROPSICOLOGIA E A PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: EM BUSCA DE UM DIÁLOGO. *Pompéia Villachan-Lyra (Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE)*

Introdução

Este curso tem por objetivo apresentar alguns pontos de aproximação entre importantes aspectos da neuropsicologia e da psicologia do desenvolvimento, buscando discutir algumas contribuições que o diálogo entre estas diferentes e complementares áreas do conhecimento pode trazer para uma melhor compreensão do desenvolvimento infantil. Assumimos uma perspectiva sistêmica do desenvolvimento infantil e concebemos o ser humano e seu desenvolvimento, em particular, o neurodesenvolvimento no início da vida, como um sistema aberto, e como tal eminentemente susceptível às interações que ocorrem no contexto de relações sócio-afetivas, físicas e culturais. Neste cenário teórico, buscaremos destacar alguns impasses e desafios que o diálogo entre a neuropsicologia e a psicologia do desenvolvimento pode nos trazer. Particularmente, será discutida a relação entre a neuropsicologia e a psicologia do desenvolvimento em três aspectos específicos: 1. concepções tradicionais e contemporâneas de desenvolvimento humano; 2. desenvolvimento cognitivo, em especial aquisição da teoria da mente e 3. desenvolvimento sócio-afetivo.

Desenvolvimento

Concepções tradicionais e contemporâneas de desenvolvimento humano

Serão apresentadas as diferentes maneiras como o processo de desenvolvimento infantil e as relações pais-criança vêm sendo estudado ao longo das últimas décadas nas pesquisas na área da psicologia do desenvolvimento, mais especificamente, as abordagens unilateral, bilateral e sistêmica, e as aquisições do desenvolvimento sendo concebido como produto ou como processo contínuo.

Na primeira metade do século XX (e também durante boa parte da segunda metade), as pesquisas com foco em psicologia do desenvolvimento tinham como objetivo principal o estabelecimento de normas comportamentais para cada idade, o que era realizado a partir da investigação das diversas competências da criança, cuja aquisição deveria seguir uma ordem pré-estabelecida. Tais competências eram concebidas como resultado de um processo maturacional, sendo também influenciado por determinadas características do ambiente social e emocional no qual o indivíduo em desenvolvimento se encontrava inserido. De modo geral, Van den Boom e Hoeksma (1995) e Lewis e Granic (2000) destacam que tais estudos ilustram uma visão unidirecional do desenvolvimento e das relações pais-criança, segundo a qual determinados comportamentos e atitudes dos pais podem desempenhar um forte impacto no desenvolvimento de determinadas habilidades por parte da criança.

Em um momento posterior, em particular por volta da década de 1970, o papel ativo assumido pelo bebê e pela criança em seu processo de desenvolvimento passou a ser gradativamente considerado, e posteriormente inquestionável, sendo dado início a uma visão bidirecional do processo de desenvolvimento (Lewis & Granic, 2000, Van den Boom & Hoeksma, 1995). Neste momento, merece menção a publicação de um importante estudo

desenvolvido por Bell (1968) que propôs que pais e criança regulam seus comportamentos, sendo um influenciado pelo comportamento do outro. Neste período, dois importantes aspectos modificaram a maneira de conceber a relação mãe-bebê no início da vida, vigente até então. A primeira, diz respeito a uma mudança conceitual, e refere-se ao reconhecimento do caráter competente e comunicativo do bebê, passando este a ser concebido como um parceiro ativo na interação diádica. A segunda contribuição consiste em uma revolução metodológica para a época, e refere-se à utilização inicial de registros videográficos para a investigação das relações sociais, o que permitiu uma análise mais detalhada das interações mãe-bebê (Figueredo, 1996). Van den Boom e Hoeksma (1995) destacam os estudos realizados por Brazelton, Koslowski e Main (1974) e Lewis e Lee-Painter (1974) como exemplos de pesquisas que seguiram nesta direção, utilizando-se de análise videográfica microgenética para investigar as interações pais-criança.

Neste contexto, por volta da década de 1970 se inicia a investigação da interação mãe-bebê e mãe-criança à luz de um novo modelo; um modelo bidirecional segundo o qual os parceiros interacionais exercem uma influência recíproca um sobre o outro. Apesar de a criança ser considerada como parceiro ativo, este modelo ressalta a importância da qualidade da interação diádica no início da vida, sugerindo que a mãe apresenta-se como uma forte influência no desenvolvimento futuro do bebê. Tal influência é justificada, sobretudo, por ser o início da vida um período crucial para o desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais do ser humano e por ser a mãe, em muitos casos, a principal parceira relacional do bebê no início de sua vida. Paralelamente, como a neuropsicologia do desenvolvimento destaca hoje, este é um período também de intensa abertura do cérebro às influências do ambiente, considerando sua imensa plasticidade, em particular neste período do desenvolvimento.

A partir da década de 1980 pode-se observar um crescente movimento na literatura na área de desenvolvimento na primeira infância que passa a investigar a interação mãe-bebê como um sistema dinâmico, co-regulado e mutuamente dependente de trocas entre os parceiros relacionais. De acordo com esta visão, tais trocas constroem e ao mesmo tempo carregam a história construída pelo sistema de forma partilhada ao longo do tempo. Mais especificamente, tem sido crescente o número de estudos que propõe um olhar sistêmico ao fenômeno do desenvolvimento no início da vida, à luz da teoria dos sistemas dinâmicos (e.g., Thelen e Smith, 1994, Fogel, 2003, Fogel e Thelen, 1997, Fogel e Lyra, 1997, Lewis, 1995, 2000, Lyra, 1989, 2000, Pantoja, 1996, 1998, van Geert, 1994, entre outros). A partir de uma visão baseada na teoria dos sistemas dinâmicos, as relações entre pais e crianças são então concebidas como sistemas em constante desenvolvimento, auto-organizados em momentos de estabilidade e mudança ao longo de sua história.

Aquisição da teoria da mente: Aspectos sociais e neurais

Os seres humanos estão constantemente envolvidos em interações complexas de natureza variada: cooperam e competem entre si, comunicam-se para trocar informações e adquirem novas competências interagindo, observando e imitando as outras pessoas. Envolvidos nessas intensas trocas relacionais, saber inferir o que outras pessoas estão pensando e aprender a identificar a intencionalidade das pessoas é uma habilidade cognitiva útil do ponto de vista de adaptação ao mundo social. Assim, a capacidade de “ler” o pensamento do outro e a capacidade de atribuir às outras pessoas estados mentais para explicar o comportamento fundamentam-se na habilidade de se colocar no lugar do outro e de assumir, de alguma forma, a sua perspectiva. Através da atribuição de estados mentais

para si e para os outros, as crianças desde o início da segunda infância (por volta dos 3 ou 4 anos) desenvolvem o que a literatura denomina por “teoria da mente”. Esta é vista como a capacidade de refletir sobre as suas próprias crenças e pensamentos, como também os de outras pessoas. Ou seja, de compreender o comportamento dos outros em relação não somente àquilo que cada um de nós sente, pensa ou conhece, mas em relação àquilo que cada um de nós pensa que o outro sente, pensa e conhece. Este é um campo de estudo em pleno desenvolvimento na psicologia, que pode ser estudado ressaltando diferentes aspectos deste complexo fenômeno. Neste curso temos por objetivo focalizar o fenômeno da teoria da mente destacando dois aspectos. 1. Por um lado, a sua necessária articulação com o desenvolvimento social e afetivo, sendo este concebido tanto como um aspecto necessário para o desenvolvimento da teoria da mente como também sendo este facilitado com esta aquisição. 2. Por outro lado, temos também por objetivo destacar dados iniciais da literatura que, a partir do uso de técnicas de neuroimagens, apontam possíveis correlatos neurais ao desenvolvimento da teoria da mente. Assim, neste trabalho buscamos explorar a importância da interação social na aquisição da teoria da mente, procurando integrar argumentos e campos de investigação sobre o desenvolvimento sócio-cognitivo e das neurociências para o desenvolvimento desta habilidade. Uma idéia emergente no âmbito das neurociências cognitivas é que para gerenciar de forma adequada os complexos níveis de interação que caracterizam o seu dia-a-dia, os seres humanos desenvolveram mecanismos neurocognitivos específicos que facilitam a compreensão e manutenção de sua vida social. Somente devido ao correto funcionamento destes mecanismos é possível para os seres humanos captar e adentrar além das aparências constituídas pelos comportamentos alheios e alcançar os estados mentais que os determinam (Saxe & Kanwisher, 2003; Saxe & Baron-Cohen, 2007). Neste contexto, a hipótese de um “cérebro social” emerge. De acordo com esta hipótese, a progressiva expansão das áreas pré-frontais humanas emerge na medida em que os sistemas sociais através dos quais a nossa espécie tem evoluído se tornam mais complexos. Assim, esta expansão das áreas pré-frontais humanas reflete a evolução nestas áreas cerebrais de mecanismos neurocognitivos capazes de manipular as múltiplas informações relativas à esfera social, ilustrando assim uma dinâmica relação entre os processos neurocognitivos e sócio-afetivos. Dentre estes mecanismos neurocognitivos, uma atenção especial tem sido direcionada para a “teoria da mente” por esta possibilitar o ser humano fazer inferências sobre os estados mentais dos outros a partir de sinais e indícios comportamentais. Deste modo, técnicas de ressonância magnética têm permitido apontar a existência de um complexo sistema neuronal subjacente à teoria da mente no córtex pré-frontal (Abu-Akel, 2003, Stone, Baron-Cohen, & Knight, 1998). Seguindo nesta direção, Stone, Baron-Cohen e Knight (1998) destacam, no entanto, que a existência de um sistema neural modular isolado é pouco provável. Um circuito neural entre o sistema límbico e o córtex órbito frontal pode ser sugerido. No estudo desenvolvido por estes autores constatou-se um baixo desempenho nas tarefas de teoria da mente dos pacientes que apresentavam lesão pré-frontal dorsolateral esquerda, sendo tal desempenho similar àquele apresentado por crianças diagnosticadas com Síndrome de Asperger, que também apresentam baixo desempenho nestas tarefas. Frith (2001) destaca ainda a ativação do córtex pré-frontal medial e da região posterior dos sulcos temporais superiores durante a realização de tarefas de teoria da mente, defendendo uma intrínseca relação destas áreas cerebrais com o desenvolvimento da teoria da mente. Estes se apresentam como dados iniciais importantes na busca da articulação das dimensões sociais e neurais da teoria da mente.

Desenvolvimento sócio-cognitivo

Atualmente, é consensual na literatura pontuar a ativa participação dos indivíduos no próprio processo de construção e transformação do desenvolvimento bio-psico-social. Do ponto de vista do neurodesenvolvimento, o bebê nasce com mais de 100 bilhões de neurônios que irão conectar-se entre si através das sinapses, dando origem a trilhões de conexões que terão grande impacto na aquisição de diversas habilidades ao longo do desenvolvimento humano. É sabido que este desenvolvimento caracteriza-se por uma superprodução de neurônios nos primeiros meses de vida, dos quais apenas metade sobreviverá. No entanto, o número de sinapses que serão construídas bem como quais serão os neurônios que sobreviverão será largamente influenciado pela experiência do indivíduo, sobretudo na primeira infância. Neste curso, temos por objetivo também discutir de que maneira a qualidade das relações sócio-afetivas – em particular das relações de apego – construídas entre o bebê e a figura materna no início da vida pode estar relacionada ao neurodesenvolvimento infantil. Para tanto, nos remetemos a Bowlby (1980), segundo o qual a construção das relações de apego emerge a partir de uma interação dinâmica entre um organismo e o ambiente particular no qual está inserido, e a emergência das competências sociais, psicológicas e biológicas não podem ser compreendidas separadamente da relação estabelecida com a mãe. Uma das principais funções maternas na primeira infância consiste em promover um ambiente facilitador da construção do senso de conforto e segurança para o bebê, a partir das constantes trocas relacionais estabelecidas entre eles. Para interagir com seu meio social, e em particular com sua figura materna, o bebê usa, desde o seu nascimento, suas capacidades sensoriais, em particular o olfato, audição, paladar e toque. Por volta dos dois meses de vida ocorre uma importante mudança no cérebro do bebê, mais precisamente no córtex occipital - envolvido na percepção visual da face humana - que favorecerá um grande avanço nas capacidades sociais e emocionais do bebê. Em particular, as expressões emocionais da face da mãe se apresentam como um estímulo visual muito poderoso no ambiente da criança, e a criança, por sua vez, demonstra intenso interesse na face da sua mãe, em especial nos seus olhos, o que poderá favorecer um ambiente acolhedor e favorecedor de profundas trocas face-a-face. Assim, tais trocas são intensificadas por volta dos dois meses de vida do bebê, em um primeiro contexto de brincadeira social. Engajada neste tipo de brincadeira, a criança é introduzida à muitas informações que favorecem o seu desenvolvimento cognitivo, social e afetivo, ao mesmo tempo em que constrói a relação de apego com sua figura materna. As relações de apego mãe-bebê são acompanhadas por fortes sentimentos e emoções que podem ser evidenciadas nas expressões faciais, tom de voz, postura, modificações fisiológicas, gestos, vocalizações e movimentações corporais. Assim, mãe e bebê regulam suas emoções através destas trocas face-a-face e novas conexões sinápticas são construídas. Neste contexto interativo, mãe e criança constroem um senso de confiança que vai favorecer o uso desta figura de apego como uma base segura, uma fonte de segurança e confiança. Desta forma, o uso da figura materna como uma base segura favorece, por parte da criança, um movimento de exploração do seu ambiente físico e social, pois esta confia na disponibilidade e suporte materno. Em uma relação de apego segura a figura de apego tende a encorajar este movimento exploratório e, ao mesmo tempo, demonstra-se disponível às necessidades da criança, caso esta se sinta ameaçada e precise do suporte da mãe. Desta forma, os pais oferecem proteção a seus filhos quando estes estão sob circunstâncias por eles avaliadas como ameaçadoras e oportunidade de realização de uma exploração segura. Este

movimento exploratório, por sua vez, favorece estimulações cerebrais e o desenvolvimento de uma auto-confiança, assim como confiança tanto na figura de apego como na própria relação diádica. No entanto, quando a figura de apego não é concebida pela criança como uma fonte de proteção e segurança, ou seja, quando se constrói uma relação de apego insegura, este movimento exploratório pode se constituir como um evento bastante estressor, o que, por sua vez, levará a um aumento na liberação de cortisol. No que se refere especificamente à neurofisiologia das relações de apego, o sistema límbico tem sido apontado como particularmente relacionado às mudanças no desenvolvimento associadas ao aparecimento dos comportamentos de apego. O período específico entre 7 e 15 meses tem se mostrado um importante período de mielinização e maturação do sistema límbico e áreas corticais associadas. Schore (2003) defende também que a qualidade da relação de apego, a sincronia interacional das trocas face-a-face de sorriso e vocalizações entre o bebê e o sua figura materna está relacionada ao desenvolvimento do circuito do córtex orbital pré-frontal, uma área corticolímbica que tem o período de maior crescimento na segunda metade do segundo ano de vida (Schore, 1997, 1998, 2003). Este é o período de grande importância para o desenvolvimento das relações de apego, uma vez que será um período de importantes aquisições no desenvolvimento infantil, que irá favorecer o aumento do movimento exploratório por parte da criança. A partir do exposto, concluímos existirem evidências que sugerem que a qualidade das relações sociais e afetivas estabelecidas pelo bebê com seus principais cuidadores no início da vida apresenta-se como um importante elemento no processo de organização funcional e estrutural de partes do cérebro particularmente envolvidas com os processos emocionais e de personalidade. Desta forma, sugerimos ser possível compreender a vida emocional da criança considerando, ao mesmo tempo, os aspectos biológicos, sócio-afetivos, cognitivos e culturais.

Conclusões

Como dito anteriormente, temos por objetivo com este curso apresentar uma perspectiva sistêmica e dinâmica para a compreensão do desenvolvimento humano, destacando a inter-relação entre os diferentes domínios do desenvolvimento (físico, neural, cognitivo e sócio-afetivo). Neste sentido, o diálogo entre a neuropsicologia e a psicologia do desenvolvimento se faz não só pertinente como também necessário para uma compreensão do ser humano considerando a sua complexidade, sendo este concebido como um sistema aberto e multifacetado, composto, ao mesmo tempo, por estes diferentes domínios. Assim, com este curso, além de discutir sobre conceitos básicos destes dois campos do conhecimento psicológico, buscamos também favorecer o desenvolvimento de um pensamento reflexivo e sistêmico por parte dos participantes do curso, favorecendo uma compreensão multifacetada do desenvolvimento humano.

Referências Bibliográficas

- Abu-Akel, A. (2003). A neurobiological mapping of theory of mind. *Brain Research Reviews*, 43, 29-40.
- Bell, R. Q. (1968). A reinterpretation of the direction of effects in studies of socialization. *Psychological Review*, 75, 81-95.
- Bowlby, J. (1969/1980). *Apego e perda – volume 1: Apego*. São Paulo: Martins Fontes.
- Figueiredo, B. (1996). A interação mãe-bebê. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 1 117-132.

- Fogel, A. & Lyra, M. C. D. P. (1997). Dynamics of development in relationships. Em F. Masterpasqua e P. A. Perna (Eds.), *The psychological meaning of chaos* (pp. 75-94). Washington, DC: American Psychological Association.
- Fogel, A. (1993). *Developing through relationships*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Fogel, A., & Thelen, E. (1987). The development of early expressive and communicative action: Re-interpreting the evidence from a dynamic systems perspective. *Developmental Psychology*, 23, 747-761.
- Frith, U. (2001) Review mind blindness and the brain in autism. *Neuron* 32, 969-979
- Lewis, M. D. & Granic, I. (2000). A new approach to the study of emotional development. Em. M. D. Lewis & I. Granic. (Eds). *Emotion, development and self-organization: Dynamic systems approaches to emotional development* (pp. 1-12). Cambridge: Cambridge University Press.
- Lewis, M. D. (1995). Cognition-emotion feedback and the self-organization of developmental paths. *Human Development*, 38, 71-102.
- Lewis, M. D. (2000). The promise of dynamic systems approaches for an integrated account of human development. *Child Development*, 71 (1), 36-43
- Lyra, M. C. D. P. (2000). Desenvolvimento de um sistema de relações historicamente construído: contribuições da comunicação no início da vida. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 13, (02), 257-268.
- Lyra, M. C. D. P., & Rossetti-Ferreira, M. C. (1989). Processos dialógicos e a construção da partilha na díade mãe-bebê. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 16, 47-64.
- Pantoja, A. P. F. (1996). *Relational-historical change processes in early mother-infant communication: A qualitative investigation*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Utah, Salt Lake City.
- Pantoja, A. P. F. (1998). *Emotional life development from a relational-historical approach: The story of one mother-infant dyad*. Tese de Doutorado, apresentada ao Departamento de Psicologia da Universidade de Utah.
- Saxe R. & Kanwisher, N. (2003). People thinking about thinking people: fMRI studies of Theory of Mind. *Neuroimage*. 19(4):1835-42.
- Saxe, R., Baron-Cohen, S. (2007). *Theory of Mind: A Special Issue of Social Neuroscience*. Hove: Psychology Press.
- Schore, A. (1997). Early organization of the nonlinear right brain and development of a predisposition to psychiatric disorders. *Development and Psychopathology*, 9, 595-631.
- Schore, A. (1998). Early shame experiences and infant brain development. In Shame: Interpersonal Behaviour, Psychopathology and Culture, P. Gilbert & B. Andrews (eds.). Oxford University Press, pp. 57-77.
- Schore, A. (2003). *Affect regulation and the repair of the self*. W.W. Norton, 2003.
- Stone, V., Baron-Cohen, S. e Knight, R. (1998). Frontal lobe contributions to theory of mind. *Journal of cognitive neuroscience*, 10 (5), 640-656.
- Thelen, E. & Smith, L. B. (1994). *A dynamic systems approach to the development of cognition and action*. Massachusetts: MIT Press.
- Van den Boom, D. C. & Hoeksma, J. B. (1995). How is development conceptualized in mother-child interaction research? Em W. Koops, J. B. Hoeksma & D. C van den Boom. *Development of interaction and attachment: Tradition and non-traditional approaches*. Amsterdam: Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences.

Van Geert, P. (1994). Dynamic system of development: Change between complexity and chaos. New York: Harvester.

Palavras-chave: Neuropsicologia, Desenvolvimento, Apego
Nível do Trabalho: Pesquisador

Código da Área da Pesquisa: DES

ESTRATÉGIAS DE *COPING* DE CRIANÇAS EM SITUAÇÕES ESTRESSANTES.
Virginia Azevedo Reis Sachetti (Departamento de Psicologia - Faculdade Metropolitana de Guaramirim – Guaramirim SC)

A entrada da criança na escola envolve muito mais do que aquisição de conhecimento sistematizado e culturalmente organizado. Este momento é marcado pelo confronto com diversas culturas socialmente distintas em um mesmo ambiente, por diferentes oportunidades de interação social e por freqüentes exigências para solucionar tarefas cognitivas e interpessoais, exigindo da criança flexibilidade e adaptação em resposta às situações conflituosas. Ao estudar a criança no contexto escolar, deve-se buscar compreender o processo ensino-aprendizagem também na dimensão de promoção de saúde. Uma característica central do processo de desenvolvimento humano envolve lidar com o estresse psicossocial. Desde a infância o indivíduo participa de situações potencialmente difíceis que exigem ação e adaptação. Assim, os recursos disponíveis para lidar com o estresse e a forma pela qual o evento ou situação estressora é abordada são fatores importantes que influenciam padrões de desenvolvimento saudáveis em oposição a transtornos emocionais e comportamentais. O processo de enfrentamento ou *coping* é um dos fatores mais importantes na relação entre eventos estressantes e resultados adaptativos, como depressão, sintomas psicológicos e doenças. Estresse e o manejo de situações estressantes têm sido muito estudados na psicologia atual, especialmente na área da psicologia social, clínica e da personalidade, porém ainda é necessário investigar estes fenômenos no ambiente escolar, especificamente envolvendo crianças no Brasil. Enfrentamento ou *coping* são respostas comportamentais e cognitivas utilizadas para lidar com situações estressantes que implicam esforços para mudar as circunstâncias ou a sua interpretação para torná-las mais favoráveis e menos ameaçadoras. Também é definido como esforços cognitivos e comportamentais dinâmicos para lidar com demandas externas e internas que sobrecarregam ou excedem os recursos pessoais. Esta definição tem três pontos importantes: é orientada para o processo (focaliza o que a pessoa pensa e faz sobre um evento estressante, em contraste com abordagens que enfatizam o que a pessoa usualmente faz), é contextual (influenciada pelas avaliações das exigências atuais de uma determinada situação, assumindo que a ação da pessoa varia conforme a situação) e é definido independentemente do resultado, ou seja, não há avaliação de uma boa/má estratégia de *coping* estabelecida *a priori*, simplesmente descreve a forma como a pessoa lida com exigências sem colocar a eficácia da estratégia inerente à própria estratégia. As estratégias de *coping* têm basicamente duas funções: regular as emoções (focada na emoção) e agir sobre o estressor (focada no problema). A primeira consiste em regular as emoções resultantes do estresse, sendo esforços dirigidos para aliviar ou equilibrar o impacto emocional de uma situação estressante, mesmo que a situação em si não possa ser modificada. A segunda função envolve dar passos diretos para resolver o problema. Os comportamentos focados no problema são adotados, geralmente, quando o estressor é percebido como controlável e existe apenas um nível moderado de estresse. Há evidências de que o processo de enfrentamento inclui estratégias que envolvem ambas as funções em praticamente todos os episódios estressantes, e que, o uso de uma ou de outra varia em eficácia, dependendo do contexto.

Palavras-chave: estresse; estratégias de *coping*, desenvolvimento social.

O MAPA E O CAMINHO NO PROCESSO DE INCLUSÃO. *Maria da Piedade Resende da Costa (Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos SP) e Susana Maria Mana de Araújo (Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná, Ji-Paraná RO)*

O processo de inclusão para as pessoas com deficiência e/ou outros agravos à saúde geral ou mental é um desafio que se tem mostrado difícil de alcançar. Estudos mostram que a união das forças da família, das instituições de educação e saúde com os profissionais nela envolvidos, os amigos da família sejam parentes ou vizinhos e da comunidade em geral são necessários para alcançar a inclusão desejada. As técnicas Mapa e Caminho que inicialmente foram propostas para o auxílio às pessoas com deficiência, já utilizada por instituições de atendimento a deficientes múltiplos e que serviram de instrumento para a implementação de um programa de apoio para alunos com deficiência múltipla, realizado numa tese para demonstrar a sua validade, mostrou potencialidades de ser utilizado para facilitar a inclusão de pessoas com outros comprometimentos. A técnica Mapa é um modo participativo pelo qual são levantadas as necessidades e as potencialidades da pessoa que necessita de apoio para a inclusão. É realizada em reuniões com um grupo formado por familiares, amigos, profissionais ligados ao atendimento desta pessoa, ou seja, professores, psicólogos, terapeutas, enfermeiros ou médicos. Por meio dela são obtidos os dados necessários, características, gostos, dificuldades, temores, anseios e sonhos de todos e cada um dos participantes visando a inclusão. São levantadas também necessidades de conhecimento técnico e de relações humanas, de empoderamento das famílias que muitas vezes se encontram sem os recursos necessários para fazerem frente a situações bastante complexas. Todos estes dados servem para fazer um planejamento de ações. Com a técnica Caminho o planejamento realizado é executado e controlado, reunião a reunião, etapa por etapa, registrando tudo, revendo as dificuldades, traçando novos caminhos, indo novamente para a ação e comemorando os acertos. Nesse processo que deve contar com o envolvimento e a responsabilidade de todos e de cada um dos participantes vão acontecendo melhorias na qualidade de vida da pessoa que é o centro do programa. Ela passa a conviver melhor na sua própria família, é inserida no seu bairro e nas instituições sociais próximas de sua casa e conta com a solidariedade da comunidade geral que acompanha o processo subsidiando a obtenção dos recursos necessários a atenção das necessidades indispensáveis para a inclusão de fato.

Palavras Chave: Inclusão. Técnica Mapa. Técnica Caminho. Empoderamento.

Doutorado – D

Área – ESC e SAÚDE

DO MODISMO AO COTIDIANO: METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DA PSICOLOGIA. *Julieta Quayle e Ana Cristina Kuhn Pletsch (Universidade Anhembi Morumbi – UAM)*

O curso propõe uma reflexão sobre a apropriação pela psicologia de metodologias ativas na formação do psicólogo e uma breve introdução às técnicas mais utilizadas, seus alcances, indicações e principais limitações.

Embora exista uma associação entre a expressão *metodologia ativa* e o uso de tutoriais e PBL, deve-se observar que muitas estratégias já incorporadas no ensino da psicologia remetem à necessidade de uma postura ativa do aluno em sua formação. Destaca-se aqui, por exemplo, o *role-playing*, precursor da simulação, que demonstrou sua adequação na formação de gerações de psicólogos. Por outro lado, é inegável que muitas das metodologias ativas aproximam precocemente o estudante de situações práticas e protegidas que o preparam para as atividades de campo. Todavia, existe a necessidade de adequar essa tecnologia para a formação de um profissional ético, crítico e proativo, sem que a utilização dessas estratégias se configure como simples importação de técnicas que se mostraram produtivas em outras áreas da saúde. Deve-se ter em conta as especificidades do objeto de estudo da psicologia e sua atuação em áreas diferenciadas.

Conteúdo Programático:

Aspectos históricos

Problematização ou PBL? Proposição e ferramentas. Tutoriais.

Uso de simulações e cenários

Avaliação Contínua, Testes de Progresso e OSCE

Desafios e Limitações

O RESUMO NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA. *Carla Witter e Marcelo de Almeida Buriti (Mestrado em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu – USJT, São Paulo, SP)*

O resumo é uma ferramenta fundamental utilizada na comunicação científica, pois é por meio deste que o pesquisador apresenta, de forma sucinta e objetiva, a pesquisa que realizou, uma reflexão teórica pertinente na sua área de conhecimento, um relato de experiência, um software desenvolvido, um procedimento metodológico, etc. Enfim, o resumo é a forma utilizada pelo autor (pesquisador - produtor) para se comunicar com o seu leitor (estudantes, professores, pesquisadores, sociedade - consumidores), portanto é uma peça importante na busca e seleção de informações, permitindo que o leitor decida ou não pela leitura daquele artigo, pela participação naquela sessão de comunicações de pesquisa ou em determinada mesa-redonda apresentada em um congresso. O resumo, depois do título, é o item mais lido e consultado pelos leitores, sendo a penúltima tarefa realizada pelos autores, pois a última é a redação final do título do trabalho. Todas as bases de dados apresentam a referência e o resumo dos artigos indexados, pelos quais os pesquisadores escolhem os artigos que serão lidos na íntegra. Portanto, os resumos devem conter uma apresentação breve, mas precisa, do conteúdo do trabalho com os principais itens, na ordem que aparecem no texto. Os resumos devem apresentar os seguintes itens: objetivo da pesquisa, método (participantes, material e procedimento), resultados e conclusões. A literatura científica sobre o tema apresenta diversos critérios que devem ser observados na redação dos resumos, os quais são recomendados e orientados aos autores quanto ao estilo do resumo nos manuais de redação científica, com o objetivo de que o resumo cumpra a sua função de atingir o leitor e capturá-lo para a leitura ou não do trabalho completo. O resumo adequado e bem escrito, inclusive, economiza o tempo dos pesquisadores na medida em que apresenta às informações pertinentes do trabalho para a tomada de decisão do leitor conforme o seu interesse, área de conhecimento e pesquisadas em desenvolvimento. O resumo, ainda, precisa ser adequado conforme o suporte para o qual é enviado: revistas científicas, anais, resumos de dissertações e teses, etc. Tendo em vista o exposto, o presente mini-curso tem por objetivo geral capacitar os participantes quanto aos tipos de resumos, as partes que compõem um resumo, a importância e a elaboração dos resumos. O conteúdo do mini-curso pretende abordar a importância dos resumos na comunicação científica; as partes que compõem um resumo: título, autoria, introdução do tema, objetivo(s), método (participantes, material e procedimento), resultados e conclusão; tipos de resumo para eventos científicos, artigos de revistas científicas, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses etc. A aula será expositiva-dialogada com realização de exercícios práticos.

Palavras-chave: metodologia científica; *abstracts*, informação científica.

MET

A CULTURA ORGANIZACIONAL E SUA INTERRELAÇÃO COM OS DIVERSOS FENÔMENOS NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES. *Marcos Aguiar de Souza (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Departamento de Psicologia- Seropédica - RJ)*

Baseado em levantamento de estudos empíricos realizados no contexto organizacional na primeira década deste século, o curso visa atualizar o participante em relação às diversas definições de cultura organizacional e os modelos propostos por diferentes autores para seu estudo. Objetiva ainda apresentar como a cultura organizacional vem sendo compreendida na literatura especializada em sua relação com outros fenômenos observados no contexto das organizações, de nível macro e micro. Para tanto, serão apresentados os diferentes fenômenos abrangendo os dois níveis; as principais metodologias para coleta e análise de dados empregadas e os principais instrumentos utilizados para a mensuração dos mesmos em estudos realizados no Brasil. O curso pretende ainda promover a discussão sobre a possibilidade ou não de se criar uma cultura organizacional, tal como defendido por Schein (2009) e criticado por diversos autores. As discussões terão como pano de fundo as dificuldades enfrentadas por uma empresa de grande porte, de origem alemã, considerando o período compreendido entre a implantação da empresa no Brasil e o início de desenvolvimento de suas atividades. A justificativa para o curso é que a cultura organizacional vem sendo apontada como um dos fatores cruciais para o sucesso ou fracasso das empresas. A definição de cultura organizacional varia muito conforme o autor, mas as diversas formas de compreendê-la podem ser resumidas ao considerá-la como um conjunto de ideologias de forte carga emocional e resistente a mudanças, que auxilia os membros da organização a lidar com as incertezas e ambigüidades. É definida por meio de normas, crenças, valores e padrões centrais que estruturam a dinâmica organizacional, sendo o produto de uma trajetória que envolve um longo período de tempo, ocorrendo a incorporação de conhecimentos desenvolvidos pelo grupo e outros assimilados pela convivência com outros grupos presentes no ambiente. Assim, a cultura é ponto de partida para diversos outros fenômenos dentro do contexto organizacional, sendo considerada a partir de valores e práticas organizacionais. Considerada como variável independente ou variável dependente, a cultura está intimamente relacionada a diversos outros fenômenos micro e macro organizacionais. Assim, a forma pela qual a Cultura é compreendida por indivíduos e grupos nas organizações termina por contribuir para que diversos outros fenômenos sejam modificados. É nesse sentido que serão considerados temas relacionados ao aspecto macro (como clima, comunicação, mudança, aprendizagem e eficácia organizacional, entre outros) e de nível micro (valores relativos ao trabalho, comprometimento organizacional, diversidade cultural, uso de tecnologia de informação, compartilhamento de informações e confiança na organização, entre outros).

Palavras Chave: Cultura Organizacional; Fenômenos micro e macro organizacionais; comportamento organizacional

Pesquisador - P

ORG

AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE DOR. *José Aparecido da Silva (Laboratório de Psicofísica e Percepção, Campus da USP-Ribeirão Preto, SP)*

No fim dos anos 90, a dor veio a ser considerada “quinto sinal vital” na literatura médica. Seu registro rotineiro, após a temperatura, pulsação, pressão arterial e respiração, constitui-se numa imprescindível responsabilidade clínica para minorar, adequadamente, o sofrimento dos pacientes que estão a seu cuidado. Por causa disso, o uso de escalas de mensuração de dor, especialmente as de categoria numérica, verbal ou facial, foi incorporado aos variados contextos clínicos, tornando-se, muitas delas, populares para os diferentes profissionais da saúde que freqüentemente usam-nas para mensurar a dor. Dor esta que, registrada como “quinto sinal vital” de acordo com os registros dos pacientes, varia em severidade ao longo do tempo, pareando o fenômeno com outros parâmetros clínicos objetivos.

Por sua natureza subjetiva, a sensação de dor não pode ser objetivamente determinada por instrumentos físicos que, usualmente, mensuram diretamente o peso corporal, a temperatura, a altura, a pressão arterial e a pulsação. Apesar disso, a mensuração da dor é extremamente importante no ambiente clínico, pois se torna impossível manipular um problema desta natureza sem ter uma medida sobre a qual basear o tratamento ou a conduta terapêutica. Sem tal medida, torna-se difícil determinar se um tratamento prescrito é necessário, eficaz, ou, até mesmo, quando deve ser interrompido. Com uma mensuração da dor apropriada torna-se possível determinar se os riscos de um dado tratamento superam os danos causados pelo problema clínico e, também, permite-se escolher qual é o melhor e o mais seguro entre diferentes tipos de conduta terapêutica. Ao lado disso, pode-se fazer um melhor acompanhamento e análise dos mecanismos de ação de diferentes drogas analgésicas.

Vários métodos têm sido utilizados para mensurar a percepção/sensação de dor. Alguns métodos consideram a dor como uma qualidade simples, única e unidimensional que varia apenas em intensidade, mas outros, consideram-na como uma experiência multidimensional composta também por fatores afetivo-emocionais. Os instrumentos unidimensionais são designados para quantificar apenas a severidade ou a intensidade da dor e têm sido usados freqüentemente em hospitais e/ou clínicas para se obter informações rápidas, não invasivas e válidas sobre a dor e a analgesia. Os instrumentos multidimensionais, de outro lado, são empregados para avaliar e mensurar as diferentes dimensões da dor a partir de diferentes indicadores de respostas e suas interações. As principais dimensões avaliadas são a sensorial, a afetiva e a avaliativa. Algumas escalas multidimensionais incluem indicadores fisiológicos, comportamentais, contextuais e também os auto-registros por parte do paciente.

Referência

Da Silva, J.A., & Ribeiro-Filho, N.P. (2006). *Avaliação e Mensuração de Dor: Pesquisa, Teoria e Prática*. Ribeirão Preto: FUNPEC-Editora.

Palavras-chave: Avaliação, Dor, Escalas

Nível do trabalho: P

PSICOLOGIA DA SAÚDE NA ATENÇÃO MATERNO INFANTIL DE CRIANÇAS PORTADORAS DE MALFORMAÇÕES CONGÊNITAS NO HCFMRPUSP. *Renata Panico Gorayeb (Divisão de Psicologia do Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo)*

A gravidez em si, mesmo a mais tranqüila e harmoniosa, é um período de grandes modificações, tanto fisiológicas como afetivas para a mulher, que potencializam o desencadeamento de ansiedades e depressões. É inerente ao período gestacional a mobilização que grande parte das gestantes apresenta em relação à vida e à saúde da criança em formação, sendo natural o temor por seu desenvolvimento adequado. Quando este não é possível e ocorre uma malformação fetal, ansiedade, depressão e elaboração do enfrentamento se tornam ainda mais delicados e requerem especial dos profissionais aos aspectos psíquico-afetivos. Entrar em contato com a realidade de ter um filho malformado e os riscos que isto representa, requerem assimilação e elaboração, o que pode ocorrer de formas muito diversas entre as gestantes, variando desde a negação até a aceitação do fato e de suas implicações. Em cada um destes casos, a equipe interdisciplinar tem que estar preparada para acolher e preparar a gestante e seus familiares, para a chegada de uma criança nas condições de saúde que lhe forem possíveis, ou mesmo, para um curto período de contato com ela antes do óbito, quando este é inevitável. O atendimento psicológico sistematizado no ambulatório de gestação de alto risco deste hospital caracteriza-se como um trabalho de acolhimento e orientação interdisciplinar e tem como objetivos principais promover a melhor qualidade de vida possível a cada gestante e a seus familiares, favorecendo a formação do vínculo entre estes e a equipe, bem como facilitar a adequação parental e familiar posterior com a criança que vai nascer com demandas especiais, tanto físicas como afetivas. Nos atendimentos as gestantes e familiares são realizados acolhimentos e ações psico-educativas em relação ao problema infantil, ao trabalho de parto, à internação materno-infantil e aos possíveis procedimentos, aos quais a criança poderá ser submetida. O atendimento interdisciplinar em medicina fetal é de grande relevância para gestantes e familiares, dada a particularidade do momento, tanto para a gestante quanto para a família, na vivência de uma gestação de risco. Além disso, é de extrema importância uma equipe interdisciplinar sólida que saiba diagnosticar e lidar com os diferentes medos e fantasias que a puérpera e a família criam frente a esta realidade, e que tenha a capacidade de avaliar e desenvolver medidas e ações adequadas para cada caso. Seqüencialmente ao nascimento a criança é encaminhada ao atendimento do Grupo Interdisciplinar de Cirurgia Infantil, sendo que muitas delas serão atendidas cronicamente ao longo de suas vidas. A mesma equipe infantil que atendeu a gestante durante a descoberta da malformação, o parto, a possível cirurgia, acompanha agora a criança em seu desenvolvimento nos primeiros anos de vida até que a mesma esteja adaptada a viver com o máximo de qualidade possível ao seu quadro clínico, o que muitas vezes implica em limitações físicas e/ou sociais. O objetivo deste curso é ilustrar e descrever pesquisas e atividades de um modelo de atuação interdisciplinar para a Psicologia da Saúde no atendimento de um hospital universitário de nível terciário.

Palavras Chaves: Psicologia Obstétrica, Psicologia Pediátrica, Interdisciplinaridade

Nível do Trabalho: Outro – Atuação Interdisciplinar em Psicologia da Saúde

Código da área da Pesquisa ou intervenção: Saúde

ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPATOLOGIA FENOMENOLÓGICA E A PSICOLOGIA CLÍNICA. *Andrés Eduardo Aguirre Antúnez (Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo), Kleber Duarte Barretto (Universidade Paulista e Associação de Acompanhamento Terapêutico) e Gilberto Safra (Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo).*

O Acompanhamento Terapêutico (AT) é uma modalidade clínica de atendimento psicológico que vai ao encontro do paciente e de sua família, em um lugar distinto do consultório particular ou da instituição de saúde. O início do AT ocorreu a partir da reforma psiquiátrica italiana e brasileira, porém na atualidade transcende as mesmas. Os casos mais comuns de AT ocorrem com pessoas que sofrem com deficiências físicas, depressões, ansiedades, pânico, fobias, esquizofrenias, psicoses, inclusive em casos de neurose. É freqüente o interesse de estudantes de psicologia por esta prática e a busca de formação externa à graduação. Constata-se nas grades curriculares das universidades uma lacuna sobre esta temática, embora já começa a aparecer em alguns currículos universitários. O AT é um procedimento clínico que vem sendo pesquisado cientificamente, tanto na graduação como na pós-graduação. Este curso visa uma reflexão crítica sobre essa clínica que adentra a Universidade a partir da psicopatologia fenomenológica e da psicologia clínica. O conteúdo programático deste curso sobre Acompanhamento Terapêutico versará sobre três tópicos: (a) aspectos históricos e clínicos a partir da psicopatologia fenomenológica de Eugène Minkowski. A psicopatologia fenômeno-estrutural criada por Minkowski nos convida a compreender nosso semelhante a partir de seus aspectos estruturais, pedra angular desta psicopatologia, que busca acessar a estrutura íntima do psiquismo, a intersubjetividade, as relações de tempo e espaço vividos, o élan vital e seu debilitamento, os aspectos sádicos e alienantes do ser humano; (b) uma teorização possível para o AT a partir de uma releitura do conceito de *placement* de Donald Winnicott feita por Gilberto Safra, na qual o ser humano precisa encontrar um lugar que tenha sido oferta de outro para que se inicie o processo de constituição do *self*. O acompanhante terapêutico fornece ao paciente um lugar no mundo, a partir do qual poderá se inserir na comunidade humana para destinar-se em direção a um horizonte existencial possível; (c) apresentação do panorama de produção científica dessa modalidade clínica em nível de graduação e pós-graduação. Palavras-chave: Acompanhamento terapêutico, psicopatologia fenômeno-estrutural, teoria de Winnicott.

Nível do trabalho: Pesquisador – P

SMENTAL

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA À SAÚDE E EDUCAÇÃO. *Silvia Aparecida Fornazari (Departamento de Psicologia e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR)*

Profissionais da saúde e da educação têm nos comportamentos inadequados um grande inimigo para o desenvolvimento de suas atividades com eficiência e propriedade. A análise do comportamento é uma área do conhecimento que, através de seus princípios, descreve as relações entre os organismos e seu ambiente, possibilitando um rearranjo de contingências. É de extrema importância ao fazer de profissionais da saúde e educação que eles sejam capacitados a manejar contingências em seus ambientes de trabalho, que possibilitem a ocorrência de comportamentos considerados social e pedagogicamente adequados e a redução de comportamentos considerados inadequados. Esse fator é relevante na saúde, na educação especial, assim como na educação regular, ainda mais considerando o processo de educação inclusiva, a que a escola precisa se adequar. Cabe ressaltar ainda, que apesar da análise do comportamento ter grandes contribuições à saúde e educação, os profissionais da saúde têm pouco ou nenhum acesso as teorias da análise do comportamento, e existe um preconceito por parte dos profissionais da educação com relação a essa área do conhecimento que precisa ser desconstruído. Os objetivos do curso são: possibilitar a reflexão sobre as contribuições que a análise do comportamento tem a oferecer à saúde e educação; criar condições para que a audiência possa identificar e considerar essas possibilidades de contribuição; discutir os princípios básicos do comportamento, prioritariamente o reforço diferencial e a análise funcional como importantes contribuições ao fazer desses profissionais; ressaltar a importância do reforço positivo como uma consequência que aumenta a probabilidade e/ou mantém a ocorrência de comportamentos adequados; e estudar estratégias de manejo de comportamento. O assunto vem sendo objeto de estudo da proponente há vários anos. Durante o doutorado, desenvolveu um programa de capacitação de professores de educação especial que consistia na utilização de dois instrumentos básicos: um software que foi chamado “Ensino a professores” e sessões de treinamento ou vídeo feedback. O software apresentava basicamente três conteúdos: na primeira etapa, os princípios do comportamento; na segunda etapa, análise funcional; e na terceira, o software trazia situações específicas da realidade de sala de aula das professoras, onde a atuação deveria ocorrer utilizando o procedimento de reforçamento diferencial de comportamentos alternativos (DRA). Mais tarde, o software foi reformulado, assim como o conteúdo foi adequado para outros estudos que foram desenvolvidos envolvendo outros ambientes de saúde, educação especial e a capacitação de uma professora do ensino fundamental regular. Atualmente o software está passando por nova reformulação que pretende trazer modificações na forma de apresentação do conteúdo e possibilitar que o mesmo seja o mais auto-suficiente possível, de forma que a capacitação possa prescindir das sessões de vídeo feedback. Concluindo, é inquietante conhecer as contribuições que a Análise do Comportamento tem a oferecer à saúde e educação e ao mesmo tempo conviver com a incompreensão da área nesses meios. A discussão e reflexão sobre os assuntos abordados neste curso, têm o objetivo final de desmistificar preconceitos e contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos acerca da análise do comportamento na saúde e na educação.

Palavras-chave: análise do comportamento; saúde; educação.

Pesquisador – P.

Código de área: AEC

INTRODUÇÃO À ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO. *Deisy das Graças de Souza (Departamento de Psicologia – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos e Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino, SP)*

O curso terá caráter introdutório, destinado a principiantes pouco familiarizados com a Análise do Comportamento. Os tópicos propostos são: 1) Caracterização da AEC como ciência histórica. 2) Análise do Comportamento, Análise Experimental do Comportamento, Síntese do Comportamento e Síntese Experimental do Comportamento; 3) O modelo de seleção por consequências; 4) O conceito de contingência; 5) Princípios básicos derivados da pesquisa experimental: aquisição e manutenção do comportamento, controle de estímulos controle aversivo; 6) Aplicações na análise do comportamento humano complexo. O ensino de análise do comportamento apresenta duas ordens de exigências: a de estabelecer o domínio conceitual e a compreensão da base empírica para a construção dos conceitos e a de localizar o aluno, com clareza, no cenário mais amplo da Psicologia. Equívocos freqüentes na condução dos cursos de introdução à análise do comportamento resultam em uma visão incorreta e frequentemente preconceituosa em relação a esta abordagem ao estudo do comportamento. Congressos científicos têm o importante papel de ampliar a visão dos estudantes, apresentando a diversidade da área de conhecimento e isto é especialmente importante na Psicologia. Este curso introdutório pretende desempenhar o papel de apresentar a análise do comportamento.

Apoio: CNPq/FAPESP

Palavras-chave: análise do comportamento, conceitos básicos, metodologia de investigação, aplicações da análise do comportamento.

AEC

O DESENHO INFANTIL, ENFOQUE CLÍNICO E EVOLUTIVO. *Maria das Graças Vasconcelos Paiva (Departamento Fundamentos da Psicologia-Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ).*

O curso tem por objetivo explorar, por um lado, a psicologia do desenho infantil e do adolescente com ênfase no enfoque clínico de interpretação psicanalítica. Serão discutidas também as particularidades do conceito de projeção na situação do desenho. Por outro lado, serão consideradas as diferentes etapas da evolução do desenho na criança, cujo desenvolvimento se faz em relação evolutiva estreita e solidária com o desenvolvimento geral (aspectos cognitivo, afetivo, psicomotor e relacional). O contexto do sujeito, sociocultural e experiências escolares são outros fatores que interferem na produção gráfica e nas suas diferentes significações possíveis. Para atingir os objetivos, foi selecionado um conteúdo devidamente ilustrado com trabalhos reais que leva à compreensão fácil e intuitiva do assunto. O desenho pode ser considerado uma atividade que cobre diversos setores da psicologia, o diagnóstico, a terapia e a pesquisa. A temática do curso visa contemplar estes campos, uma vez que desta forma abrangente, nem sempre o desenho é considerado nos cursos de psicologia. Segundo minha longa experiência, aulas práticas nem sempre complementam o curso de psicologia do desenvolvimento e os professores de testes e/ou técnicas psicológicas direcionam seus ensinamentos para estes instrumentos e não especificamente para a questão ampla do desenho, que por si só é bastante complexa para um iniciante da prática psicológica.

Palavras-chave: Psicologia do desenho infantil, enfoque clínico e evolutivo.

CLIN

INTERVENÇÃO EM GRUPOS NA ABORDAGEM COGNITIVO-COMPORTAMENTAL. *Carmem Beatriz Neufeld (Coordenadora do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental – LaPICC, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia e Educação - DPE da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - FFCLRP da Universidade de São Paulo - USP).*

A Terapia Cognitivo-Comportamental é uma abordagem de intervenção psicoterápica considerada breve, com enfoque no presente e que preconiza a inter relação entre pensamento, emoção e comportamento. Neste sentido, não são os eventos que determinam nossas reações, funcionais ou disfuncionais, e sim a interpretação que fazemos dos eventos que afetam nosso humor e nosso comportamento. Proposta inicialmente por Aaron Beck como intervenção com pacientes deprimidos, esta abordagem psicoterápica tem sido vastamente aplicada atualmente em uma gama de transtornos e sintomatologias. Os resultados contundentes apontados na literatura têm contribuído para sua disseminação nos mais diversos países e para os mais diversos tipos de demanda clínica. Caracteriza-se por ser uma intervenção de prazo determinado, baseada em evidências e em resultados, bem como por privilegiar a prevenção de recaída. Apesar de sua técnica propor intervenções tanto no pensamento, quanto na emoção e no comportamento, a teoria baseia-se na premissa de que a cognição faz a mediação entre o afeto e o comportamento, preconizando, portanto, que a intervenção na cognição é a responsável pela manutenção do processo de mudança do ser humano. Esta cognição encontra-se organizada em um sistema de crenças que pode ser conhecido e acessado e que se manifesta através dos pensamentos automáticos, da emoção e do comportamento que ocorrem após determinada situação. Considerando tal premissa, o maior desafio do clínico é compreender como funciona o sistema de crenças, e quais as manifestações mais comuns que podem ser observadas no paciente. O presente curso tem como objetivo discutir a aplicação das premissas da TCC em intervenções em grupos. Atualmente, considerando nosso sistema de saúde e o acesso dificultado da população a serviços de intervenção psicológica de qualidade conhecer as ferramentas de intervenção em grupo e as premissas que subjazem o planejamento de tal forma de intervenção tem se tornado cada vez mais desafiador para os profissionais da psicologia de diferentes áreas. Serão abordados no presente curso as premissas básicas dos fatores terapêuticos das intervenções em grupo na TCC, bem como as ferramentas necessárias para organizar grupos terapêuticos, de psicoeducação e de prevenção e promoção em saúde nos diferentes contextos de intervenção. Para tanto, inicialmente, serão abordados alguns pressupostos teóricos e filosóficos da Terapia Cognitivo-Comportamental. O segundo momento do curso versará sobre a construção de programas de intervenção direcionadas para diferentes demandas abordando alguns exemplos de programas indicados na literatura, considerando suas premissas terapêuticas e sua possibilidade de generalização para a implementação de propostas tanto de prevenção quanto de intervenção.

Palavras-chave: Terapia Cognitivo-Comportamental; Intervenções em grupos; Prevenção e Promoção de saúde.

P

Código: CLIN

O SELF NARRATIVO: IDENTIDADE, HISTÓRIA DE VIDA E NEUROCIÊNCIAS. *Gustavo Gauer e Luciano da Silva Alencastro** (Laboratório de Fenomenologia Experimental e Cognição, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS).*

A ideia da narrativa como ferramenta na construção da representação do mundo decorre da concepção de Kant segundo a qual, enquanto o espaço é a forma de nossa experiência exterior, o tempo é a forma de nossa experiência interior. Bruner retomou essa vertente de pensamento, ressaltando que a representação de nossa experiência de vida assume a forma de narrativa. Essa forma organizaria nosso contato com o mundo em termos de uma experiência inteligível. Assim, as narrativas de vida assumem o poder de estruturar a experiência perceptiva, de organizar a memória, de segmentar ou unir os diversos eventos de uma vida (Bruner). As narrativas também constituem o contexto em que os sujeitos se apresentam publicamente e formam um senso de *self* sustentado intersubjetivamente. O conceito *self* tem sido tradicionalmente abordado com base em duas posições distintas. A visão do *self* como objeto ou ponto-de-vista estável, vinculado à tomada de consciência de que se é uma entidade independente e autônoma – tradição que remete a Descartes, Kant e Piaget. A outra perspectiva é a do *self* relacionado à mudança, como processo que se reorganiza na relação com seu contexto – postulado por autores como Bruner e Nelson. O objetivo deste curso é oferecer um painel de perspectivas teóricas do *self* como processo narrativo, sem perder de vista as implicações destas abordagens para a prática na clínica psicológica. São abordadas proposições filosóficas sobre a produção de sentido pela narrativa (Wilhelm Dilthey, Jerome Bruner e Paul Ricoeur), sobre as possibilidades ontológicas de um *self* central ou distribuído (Daniel Dennett), e sobre a importância do *self* como dispositivo conceitual para a explicação nas neurociências (António Damasio). No âmbito prático, são contemplados aspectos da terapia narrativa relevantes para a clínica psicológica. O *self* narrativo seria constituído de uma auto-imagem mais ou menos coerente baseada em histórias contadas pela própria pessoa e pelos outros, referentes tanto ao passado quanto ao futuro. Ele é necessariamente reflexivo e intersubjetivo, na medida em que depende da inserção do indivíduo em uma comunidade lingüística e de sua adesão a valores, ideais e objetivos referidos a uma dada tradição cultural. Ele é construído por intermédio da narrativa sendo, portanto, constantemente sujeito a revisões e mudanças de rumo. Este processo acompanha toda a trajetória de vida do sujeito no decorrer do tempo e procura oferecer um relato que dê conta de suas origens, desenvolvimento e destino. O que somos, nesta perspectiva, depende da estória contada por nós e pelos outros a nosso próprio respeito.

Palavras-chave: *self*, narrativa, neurociências

Nível: P

Área: CLIN

O SELF NARRATIVO: IDENTIDADE, HISTÓRIA DE VIDA, E NEUROCIÊNCIA.

*Gustavo Gauer & Luciano da Silva Alencastro** (Laboratório de Fenomenologia Experimental e Cognição, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS)*

A ideia da narrativa como ferramenta na construção da representação do mundo decorre da concepção de Kant (1781/1985) segundo a qual, enquanto o espaço é a forma de nossa experiência exterior, o tempo é a forma de nossa experiência interior. Bruner (1986/1997) retomou essa vertente de pensamento, ressaltando que a representação de nossa experiência de vida assume a forma de narrativa. Essa forma organizaria nosso contato com o mundo em termos de uma experiência inteligível. Assim, as narrativas de vida assumem o poder de estruturar a experiência perceptiva, de organizar a memória, de segmentar ou unir os diversos eventos de uma vida (Bruner). As narrativas também constituem o contexto em que os sujeitos se apresentam publicamente e formam um senso de *self* sustentado intersubjetivamente (Korobov & Bamberg, 2004).

O conceito *self* tem sido tradicionalmente abordado com base em duas posições distintas. A visão do *self* como objeto ou ponto-de-vista estável, vinculado à tomada de consciência de que se é uma entidade independente e autônoma – tradição que remete a Descartes, Kant e Piaget. A outra perspectiva é a do *self* relacionado à mudança, como processo que se reorganiza na relação com seu contexto – postulado por autores como Bruner (1997) e Nelson (2000).

O objetivo deste curso é oferecer um painel de perspectivas teóricas do *self* como processo narrativo, sem perder de vista as implicações destas abordagens para a prática na clínica psicológica. São abordadas proposições filosóficas sobre a produção de sentido pela narrativa (Wilhelm Dilthey, Jerome Bruner e Paul Ricoeur), sobre as possibilidades ontológicas de um *self* central ou distribuído (Daniel Dennett), e sobre a importância do *self* como dispositivo conceitual para a explicação nas neurociências (Antônio Damasio). No âmbito prático, são contemplados aspectos da terapia narrativa relevantes para a clínica psicológica.

O self e a historicidade do sujeito

Um dos problemas implicados na problemática do *self* como processo é o da possibilidade uma consciência de si mesmo que permite ao indivíduo reconhecer-se numa história de vida, diante da miríade das experiências e perspectivas que compõem essa história. Isto pode ser entendido como um processo reflexivo através do qual um indivíduo afere o sentido da multiplicidade de vivências que constituem a sua experiência, a assim compreende a posição que ocupa no presente. Essa noção de consciência de si corresponde à *Besinnung* conforme formulada por Dilthey, e que corresponde em alemão a “cair em si”, ou “lembrar-se de onde se está” (Carr, 1991). Antes de constituir uma autoconsciência absoluta, ou um conhecimento objetivo (mediato e não privilegiado) de si, a consciência de si no sentido de *Besinnung* corresponderia a um processo reflexivo de voltar-se para si mesmo. Através desse processo, essencialmente retrospectivo, um sujeito constitui sua história pessoal, a partir da lembrança do conjunto de eventos de sua vida. O fator de valência que une os eventos é a coesão da vida (*Zusammenhang des lebens*), e a história que os eventos compõem é de caráter narrativo por excelência. Articuladas à priorização da coesão entre vivências na construção de histórias de vida, têm papel central as explicações

de relações entre partes (atores, objetos, cenários, ações) e todos (histórias) na organização narrativa.

Este curso pretende reunir subsídios para abordar as seguintes questões: 1) Se o fluxo da consciência está em permanente mudança, como conservamos uma impressão de que o *self* permanece o mesmo? Ou, em outras palavras, como a consciência mediata movimenta-se entre o mesmo (similaridade de si ao longo do tempo) e o diferente (variedade, multiplicidade, evanescência, e serialidade da experiência)? e 2) De que forma os postulados teóricos e as evidências empíricas relativas a *self* e narrativa podem contribuir para o contexto da psicoterapia?

Narrativa e concepções de self

A distinção entre *self* narrativo e *self* mínimo tem sido um importante debate na literatura sobre consciência e *self* (Damasio, 1999; Gallagher, 2000 e Zahavi, 2003). O *self* mínimo trata-se de uma espécie de *self* básico, que não é uma precondição transcendental, mas uma realidade experiencial imediata da consciência. Esta modalidade de *self* é não proposicional, não conceitual, não temática. Seria o sentimento pré-reflexivo de que realizo algum movimento ou tenho uma experiência perceptiva. Estas acepções contrariam as concepções de que o *self* seria resultado da reflexão. O que temos aqui é uma presença primária (Sass, 2003; Sass & Parnas, 2003), um sentimento básico do existir como um centro vital da experiência.

O *self* narrativo seria constituído de uma auto-imagem mais ou menos coerente baseada em histórias contadas pela própria pessoa e pelos outros, referentes tanto ao passado quanto ao futuro (Gallagher, 2000). Ele é necessariamente reflexivo e intersubjetivo, na medida em que depende da inserção do indivíduo em uma comunidade linguística e de sua adesão a valores, ideais e objetivos referidos a uma dada tradição cultural. Ele é construído por intermédio da narrativa sendo, portanto, constantemente sujeito a revisões e mudanças de rumo. Este processo acompanha toda a trajetória de vida do sujeito no decorrer do tempo e procura oferecer um relato que dê conta de suas origens, desenvolvimento e destino. O que somos, nesta perspectiva, depende da estória contada por nós e pelos outros a nosso próprio respeito. Lidamos aqui com a definição que Daniel Dennett (1992) dá para a noção *self*: centro de gravidade narrativa.

As concepções de Dennett (1991, 1988) acerca do *self* pretendem coincidir com evidências do funcionamento cerebral. O processamento neurológico é, em sua maior parte, distribuído em várias partes do cérebro. Por não haver um centro “real” neurológico da experiência, não deve haver uma identidade real ao longo do tempo que poderia ser denominada o *self*. No entanto, esta noção de *self* como descentralizado não é suficiente para explicar a impressão de continuidade e coerência da experiência de um indivíduo ao longo do tempo. Para Dennett, porém, o *self* narrativo não é algo substancialmente real. Ele seria um “centro de gravidade narrativo”, aludindo à teoria de que todo objeto possuiria – virtualmente – um centro gravitacional (mesmo na física o centro de gravidade não é um objeto em si, mas um ponto no espaço que apenas pode ser calculado). O centro gravitacional narrativo consistiria no ponto abstrato e mutável em que os vetores de várias histórias (ficcionais ou biográficas, contadas pelo indivíduo ou por outros) se encontram. De onde viria então a nossa impressão de haver um “*self*”? Na medida em que essas narrativas aparecem para nós como se viessem todas de uma mesma fonte, temos a

impressão de que existe um agente unificado que tece essas histórias – sendo que talvez sejam elas que, em sua sucessão, tecem a nós mesmos.

Damasio e o Self nas neurociências

Damasio (2000) compreende o problema da consciência como vinculado tanto à dimensão biológica quanto à mental, buscando no campo intermediário entre estes dois registros o fundamento para a compreensão da mente humana. Para o autor, sentir uma emoção consiste em ter imagens mentais originadas em padrões neurais das mudanças no corpo e no cérebro. A seqüência seria: um objeto é percebido pelo organismo, essa percepção ativa circuitos cerebrais e esses estimulam mudanças no funcionamento do corpo (emoção); essa ativação e essas mudanças são percebidas por outros circuitos cerebrais (sentimento); um padrão neuronal de segunda ordem tem lugar reunindo a percepção do objeto percebido inicialmente e a percepção das mudanças na paisagem corporal (consciência) (Damasio, 2000).

A maior dificuldade enfrentada por Damásio é provar que essas são, de fato, três propriedades distintas e não-coincidentes. Inúmeros exemplos de pacientes com danos cerebrais demonstram a relativa independência desses três estágios da percepção consciente. Há aqueles que se emocionam, mas não sentem sua emoção; há outros que se emocionam, sentem sua emoção, mas não sabem que o que estão sentindo está relacionado ao seu *self* (Damasio, 2000).

Damasio está interessado em compreender de que forma o cérebro cria a sensação de um eu implicado em cada um de seus estados mentais. O autor refere que seria um conjunto de padrões neurais que cria uma sucessiva e quase ininterrupta narrativa. Esta narrativa seria responsável pela sensação de si mesmo que cada um tem, desde a hora em que acordamos até o momento em que adormecemos, e também durante o sono REM no qual sonhamos. Mesmo que não tenhamos “consciência” do sentido do *self* implicado em cada uma das imagens sensoriais percebidas e evocadas, ele está ali o tempo todo dizendo que somos nós que estamos criando essas imagens e não outros. Assim, Damásio busca descobrir os fundamentos biológicos da capacidade de construir não só os padrões mentais de um objeto – as imagens de pessoas, melodias e lugares integradas no tempo e no espaço –, mas também os padrões mentais que transmitem o sentido de um *self* no ato de conhecer.

Damasio realiza uma série de diferenciações do conceito de *self*. O autor refere que o sentido do *self* possui um precedente biológico pré-consciente: o *proto-self*, que seria um conjunto de padrões neurais que mapeiam, a cada momento, o estado da estrutura física do organismo nas suas numerosas dimensões. Ao realizar outras distinções acerca do fenômeno da consciência, Damásio procura resolver o paradoxo identificado por William James – o *self* em nosso fluxo de consciência muda continuamente conforme avança no tempo, mesmo que conservemos uma impressão de que o *self* permanece o mesmo. A solução apresentada seria concebermos que o *self* aparentemente em mudança e o *self* aparentemente permanente não são uma única entidade. O *self* sempre em mudança seria o senso de *self* central. O senso do *self* que parece permanecer o mesmo seria o *self* autobiográfico, pois se baseia em um repositório de memórias de fatos da biografia individual que podem ser parcialmente reativadas – proporcionando assim uma aparente continuidade em nossa vida.

Sem a narrativa da consciência central e o *self* central transitório que nasce nela, não teríamos nenhum conhecimento do momento, do passado memorizado ou do futuro

antevisto. Sem as memórias autobiográficas, não teríamos a noção de passado e futuro, e não haveria continuidade histórica em nossa pessoa – o self autobiográfico. Desta forma, existe uma estreita vinculação entre o self central e o self autobiográfico.

Self narrativo e neurociência

A noção de uma construção narrativa do self tem sido evidenciada pela neurociência. Segundo Gazzaniga (1998), o hemisfério esquerdo é especializado em interpretar os dados que já processou. Neste hemisfério, existiria um dispositivo especial – denominado módulo intérprete – que reconstrói os eventos processados pelo cérebro e, ao fazê-lo, pode originar erros de percepção, memória e julgamento. Desta forma, a pista que nos permite determinar como somos construídos estaria relacionada não apenas à nossa capacidade para executar funções cognitivas, mas também nos erros que ocorrem durante a reconstrução. Assim, Gazzaniga (1998) ressalta que toda biografia é uma ficção, e que a autobiografia é irremediavelmente uma invenção. Esta função interpretativa seria responsável pela tendência de formarmos crenças baseadas em influências culturais – do mesmo modo que organizamos padrões em um conjunto retinal de duas dimensões, supondo que o mundo é tridimensional e que os objetos são permanentes, integrados e sólidos.

Gazzaniga (1998) descobriu esta função – o módulo intérprete – com seu trabalho com pacientes comissurotomizados (*split-brain*), isto é, sem comunicação entre os dois hemisférios cerebrais. Nestes casos, o hemisfério esquerdo não tinha acesso às informações do direito devido à lesões do corpo caloso. Uma das tarefas utilizadas com estes pacientes era apresentar a palavra “caminhar” para o hemisfério direito, o que fazia o paciente começar a andar. Quando perguntado acerca do porquê que estava se levantando, o paciente dava respostas como: “vou pegar um copo d’água”. Estes estudos demonstraram que o módulo intérprete não tem acesso às causas e motivações reais do indivíduo, sendo especializado em criar explicações para os fatos vivenciados.

O módulo intérprete seria o responsável por integrar fatos autobiográficos e ficções, produzindo uma narrativa pessoal com senso de continuidade do *self*. No entanto Gazzaniga (1998) ressalta que o *self* não é uma ficção – pois o funcionamento normal do módulo intérprete procura extrair significados acerca dos “fatos reais” que ocorrem com a pessoa. Assim, em um caso não patológico, o *self* seria apenas ‘um pouco ficcional’ (Gazzaniga & Gallagher, 1998).

Uma condição necessária para embasar os aspectos não ficcionais do self é o papel da memória episódica. Pribram (1999) sugere que a memória episódica depende do sistema frontolímico, o qual inclui polos anteriores dos lobos temporal e frontal e elementos do sistema límbico – o qual seria responsável pelo senso de tempo. A importância da memória episódica e do senso de tempo no self narrativo foi demonstrada pelo caso de um menino com lesão congênita no hemisfério direito e no córtex frontal. Ele apresentou amnésia episódica severa. Além disso, devido à falta de habilidade de quantificar a passagem do tempo ou avaliar o significado de unidades de tempo, ele mostrou-se incapaz de formular elementos essenciais de estrutura narrativa: seqüência dos eventos e demarcações de início e fim (Pribram, 1999).

A abordagem construtivista social, Bruner e o self transacional

A abordagem construtivista social (Bruner, 1997; Harré, 1998) postula a existência de duas ontologias. Segundo esta perspectiva, a primeira ontologia seria a dotação biológica humana (cérebro, sistema nervoso). Este aparato biológico se manifestaria inicialmente em atividades mentais desordenadas e indiferenciadas, que seriam posteriormente organizadas através da aquisição de habilidades discursivas – as quais constituem o cerne da segunda ontologia. Assim, a análise da linguagem é proposta como técnica preferencial de investigação, e o uso do Eu (primeira pessoa) revelaria os diferentes modos de expressão de nosso senso de *self* (Harré, 1998).

Desta forma, ao mesmo tempo em que Harré assume uma dualidade da psicologia, elege uma ontologia como preferencial. O autor define como campo primordial da psicologia a investigação das práticas discursivas nas quais os fenômenos psicológicos são relacionalmente construídos – colocando a investigação dos processos biológicos em um plano hierarquicamente inferior. Bruner (1997) possui um viés semelhante – pois não descarta o aparato biológico na explicação da mente, mas o acha insignificante para o resultado final da experiência humana. Para o autor, a busca por significado é a mão modeladora; a biologia é a restrição, cabendo à cultura e à educação deter o poder de afrouxar essas limitações.

Bruner (1997) se contrapõe à idéia de um *self* essencialista, propondo um *self* transacional – ligado à narrativa e à cultura. Bruner define as transações como as negociações que são estabelecidas numa mútua partilha de pressupostos e convicções sobre como o mundo é, como a mente funciona e como a comunicação deveria acontecer. Para o autor, mesmo histórias simples dependem de um *self* para serem construídas, pois possuem um protagonista com objetivos e que está inserido em um contexto cultural (Bruner, 2001).

O *self* é considerado transacional em referência à dificuldade de situar os limites entre dentro e fora no processo de construção do *self*. O *self* se constitui como sendo um meio de estruturar nossos pensamentos, mas também funciona para projetá-los tanto para o receptor do nosso discurso quanto para propósitos intrapsíquicos. Para o autor, o *self* transacional é uma construção que parte tanto da cultura para a mente quanto da mente para a cultura.

Narrativa e produção de sentido em Paul Ricoeur

Paul Ricoeur propõe uma diferente abordagem que não prioriza o realismo neural, embora enfatize a poética da narrativa enquanto ferramenta de construção de significado e apreensão do “evento”. O autor concebe o *self* narrativo como algo mais rico, mais substancial e concreto que um ponto abstrato de intersecção de várias narrativas.

Para Ricoeur, o laço indissociável entre a experiência e a sua reelaboração na condição narrativa – enquanto processo de recriação do vivido – é central para a análise de relatos autobiográficos. O ensaio de Paul Ricoeur, intitulado Tempo e Narrativa (1997), expõe a função figurativa operada pela narrativa ficcional como modelo estrutural análogo a todo ato narrativo. Nesta obra, o *self* é compreendido como descentralizado, constituído pela soma de todas as narrativas de uma vida – incluindo seus equívocos, contradições e lutas. Fiel ao propósito hermenêutico de sustentação das tensões antinômicas, Ricoeur situa o espaço entrepolar da narrativa de ficção como síntese de um tempo objetivo e de um tempo vivido. Postula assim uma função narrativa pela qual se dá a inscrição da ação humana na temporalidade.

Implicações clínicas: Terapia narrativa

Uma das principais formas de intervenção baseadas na perspectiva narrativa é a terapia narrativa, a qual se originou de filósofos pós-modernos que enfatizam a importância da linguagem compartilhada na construção social da realidade (Corey, 2001; Anderson, 1995). O construtivismo social ressalta que o comportamento, as relações, as aspirações e expectativas individuais são decorrentes da construção social do *self*, formado através da linguagem compartilhada. Segundo esta visão de *self*, a seleção de certos eventos que constituem uma história de vida se baseia tanto nas crenças dominantes sobre o *self* quanto em atribuições determinadas por outros indivíduos.

Embora relativamente nova em sua concepção construtivista social, a abordagem narrativa em psicoterapia não seria fundamentalmente inédita. Carl Rogers (1973) concluiu que a compreensão (*insight*) que o consultante tem dos eventos em sua vida decorre das novas conexões que ele faz na medida em que conta suas histórias. Segundo aquele autor, o *insight*, que é parte fundamental do processo terapêutico, é a “percepção de um novo sentido na experiência do indivíduo” (p.187). A terapia narrativa é proposta como uma nova abordagem do aconselhamento e da psicologia clínica, e descrita muitas vezes como terapia de “construção de significado” (Hermans, 1999). Na medida em que eventos estressantes são contados pelos participantes, o ouvinte, terapeuta ou conselheiro os auxilia a colocá-los em perspectiva, ou a desconstruir a narrativa, no intento de produzir uma nova narrativa, colocada a partir de uma outra perspectiva, positiva, dos fatos passados (Suddaby, 1998). Ainda segundo essas abordagens, a narração de eventos de vida em um contexto social de apoio possibilita ao indivíduo reconstruir sua narrativa de forma a compreender a situação de forma mais abrangente e complexa (Ehrenfest-Steinglass, 1999).

De acordo com White & Epston (1990), narrativas pessoais são frequentemente consideradas como representações verdadeiras do *self* e trazem consequências concretas para a vida do indivíduo. Algumas histórias de vida limitam seriamente o potencial de certos indivíduos e podem gerar auto-destrutividade na tentativa de preservar uma determinada versão da realidade. Mudanças na linguagem da narrativa pessoal podem transformar o significado de uma vida, assim como mudanças na história de vida podem trazer novas possibilidades de comportamento e relacionamento interpessoal. A psicoterapia pode ser um tipo de relacionamento em que histórias de vida auto-limitantes podem ser desafiadas, fazendo com que memórias e concepções sobre si mesmo possam ser ressignificadas.

Pesquisadores (White & Epston, 1990; DeSocio, 2005) tem ressaltado a necessidade de aliar evidências desenvolvimentais à psicoterapia narrativa. O progressivo aumento de habilidades sociais e cognitivas das crianças em idade escolar permite intervir precocemente em questões relativas à auto-imagem e ao auto-conceito do indivíduo. Na adolescência, o processo psicoterapêutico permite realizar a construção de uma história de vida que dê conta dos anseios por uma identidade singular (DeSocio, 2005). Assim, a psicoterapia narrativa pode auxiliar crianças, adolescentes e adultos a construir histórias de vida positivas, às quais irão possibilitar a construção e reconstrução de suas identidades.

Referências

- Anderson, H. (1995). Collaborative language systems: Toward a postmodern therapy. In R. Mikesell, D. Lusterman, and S. McDaniel (Eds.), *Integrating family therapy* (pp. 27-44). Washington, DC: APA.
- Bruner, J. (1997). *Realidade mental, mundos possíveis*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Bruner, J. (2001). *A cultura da educação*. Porto Alegre: Artmed.
- Carr, D. (1991). *Time, narrative, and history*. Bloomington: Indiana University Press.
- Corey, G. (2001). *Theory and practice of counseling and psychotherapy*. Belmont, CA: Wadsworth/Thomson Learning.
- Damásio, A. (2000). *O Mistério da Consciência*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Dennett, D. (1992). The self as a center of narrative gravity. In F. Kessel, P. Cole, and D. Johnson (Eds.), *Self and Consciousness: Multiple Perspectives*. Hillsdale, NJ: Erlbaum
- Dennett, D. (1991). *Consciousness Explained*. Boston: Little Brown and Company.
- Dennett, D. (1988). *Why we are all novelists*. Times Literary Supplement. Sept.16-22.
- DeSocio, J. (2005). Accessing self-development through narrative approaches in child and adolescent psychotherapy. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing*, 18 (2).
- Ehrenfest-Steinglass, E. (1999). *Personal narrative, cognitive complexity, and the development of the self: A writing workshop for immigrant college students*. Dissertation Abstracts International Section A: Humanities and Social Sciences, 60(6-A), 1902.
- Gallagher, S. (2000). Philosophical conceptions of the self: Implications for cognitive science. *Trends in Cognitive Sciences*, 4, 14–21.
- Gazzaniga, M. (1998) *The Mind's Past*. Berkeley, California: University of California Press
- Gazzaniga, M. and Gallagher, S. (1998) The neuronal Platonist J. *Consciousness Studies* 5, 706-17.
- Harré, R (1998). *The singular self: An introduction to the psychology of personhood*. London: Sage.
- Hermans, H. J. M. (1999). Self-narrative as meaning construction: The dynamics of self-investigation. *Journal of Clinical Psychology*, 55(10), 1193-1211.
- Kant, I. (1985). *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (Original work published 1781).
- Korobov, N. & Bamberg, M. (2004). Positioning a 'mature' self in interactive practices. *British Journal of Developmental Psychology*, 22, 471-492.
- Nelson, K. (2000). Narrative, time and the emergence of the encultured self. *Culture & Psychology*, 6(2), 209-223.
- Pribram, K. H. (1999). Brain and the composition of conscious experience J. *Consciousness Studies* 6(5), 19-42.
- Ricoeur, P.(1997). *Tempo e narrativa* (tomos I a III). São Paulo: Papirus.
- Rogers, C. (1973). *Psicoterapia e consulta psicológica*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- Sass, L A. (2003). Self-disturbance in schizophrenia: hyperreflexivity and diminished self- affection. In: Kircher & David, A.S. (ed.). *The Self in Neuroscience and Psychiatry* (pp. 242-71). Cambridge: Cambridge University Press.
- Sass, L.A. & Parnas, J. (2003). Schizophrenia, consciousness and the self. *Schizophrenia Bulletin*, 29(3), 427-44.

- Suddaby, K. & Landau, J. (1998). Positive and negative timelines: a technique for restorying. *Family Process*, 37(3), 287-298.
- White, M., & Epston, D. (1990). *Narrative means to therapeutic ends*. New York: Norton.
- Zahavi, D. (2003). Phenomenology of self. In Kircher, T. & David, A. S. (Eds.). *The Self in Neuroscience and Psychiatry* (pp.40-55). Cambridge: Cambridge University Press.

TERAPIA COGNITIVA APLICADA A PACIENTES DIFÍCEIS. *Ana Maria Martins Serra (Instituto de Terapia Cognitiva, São Paulo, SP).*

O Curso proposto terá como tema central a aplicação da Terapia Cognitiva (TC) para a conceituação e tratamento de pacientes qualificados como difíceis. Iniciaremos apresentando o modelo cognitivo de psicopatologia, a abordagem que se convencionou chamar de Terapia Cognitiva Padrão (ou “Standard Cognitive Therapy”). Destacaremos a seguir a existência de modelos cognitivos para áreas de especialidade, que refletem adaptações teóricas e aplicadas do modelo padrão, a fim de ajustá-lo a demandas específicas de diversas classes diagnósticas e de certos grupos, dentre os quais os chamados “pacientes difíceis”. Explicaremos como o modelo padrão é modificado para a utilização no tratamento de pacientes difíceis. Em seguida, abordaremos os critérios frequentemente utilizados para a qualificação de determinados casos clínicos como difíceis, tais como: graus de severidade e cronicidade, a presença de transtornos como os transtornos de personalidade, a ocorrência de variáveis interferentes como resistência do paciente e processos transferenciais, ou a presença de outros obstáculos intrínsecos ao caso e que supostamente inviabilizariam o trabalho psicoterápico, nos moldes da TC Padrão. Argumentaremos que, embora esses critérios sejam válidos, podem, ao mesmo tempo, (1) ser excessivamente limitados; (2) ser excessivamente includentes, ou seja, sua adoção pode resultar na ocorrência de falsos positivos; (3) ser aplicados sem a flexibilidade necessária, para ajustá-los às especificidades de cada caso clínico e às diferentes fases do processo terapêutico; (4) ser adotados sem a necessária cautela a fim de evitar uma qualificação apressada, e possivelmente falsa, de casos clínicos como difíceis. Os participantes serão, ainda, orientados contra a tendência a atribuir dificuldades clínicas ou fracasso terapêutico a limitações da TC, esclarecendo que o modelo que se convencionou chamar de TC padrão pode ser modificado e expandido para a gestão de desafios clínicos; e que invocar limitações da TC para explicar falhas ou ineficácia na abordagem de desafios clínicos pode, na realidade, mascarar limitações do próprio terapeuta, seu desconhecimento do modelo e de suas possibilidades, ou sua competência limitada para a elaboração de uma conceituação cognitiva e um planejamento da intervenção adequados às especificidades do caso clínico; ou ainda, proficiência limitada para o manejo eficiente dos recursos técnicos e estratégicos da TC, de forma criativa e original. Finalmente, enfatizaremos recursos clínicos da TC que permitem conduzir casos clínicos, qualificados como difíceis, a termo com sucesso, destacando elementos relevantes do modelo aplicado e seu manejo em direção ao alcance dos objetivos terapêuticos. Todo o curso será ilustrado por exemplos de intervenção clínica em situações terapêuticas qualificadas como difíceis, através de vídeos comentados e role-plays. Concluiremos, enfatizando a associação direta entre grau de dificuldade de determinados casos clínicos e grau de proficiência necessária para a aplicação do modelo psicoterápico da TC e otimização de seu potencial, sugerindo que a proficiência necessária somente será alcançada através de treinamento formal e prolongado em TC.

Palavras-chave: Terapia Cognitiva, Pacientes Difíceis, Técnicas Terapêuticas

CLIN

AVANÇOS NO ESTUDO DO COMPORTAMENTO VERBAL E CLÍNICA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL. *Denis Roberto Zamignani (Núcleo Paradigma de Análise do Comportamento) e Roberto Alves Banaco (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Núcleo Paradigma de Análise do Comportamento)*

Na prática clínica analítico-comportamental contemporânea, o entendimento das relações complexas envolvidas nas interações verbais tem sido de fundamental importância. Os avanços teóricos trazidos pelos trabalhos desenvolvidos por M. Sidman e S. Hayes têm contribuído muito para o desenvolvimento de estratégias de intervenção, especialmente no que se refere ao entendimento de processos simbólicos. O objetivo do presente curso é explorar as contribuições destes autores e suas decorrências para a prática clínica. Propõe-se que análise de contingências relacionadas a controle de estímulos, relações de equivalência e quadros relacionais permite uma ampliação nos recursos para a construção do raciocínio clínico e a condução de estratégias de intervenção. O curso terá como ponto de partida a proposta de que a análise de contingências se dirija a relações complexas, eminentemente verbais, envolvidas na constituição do problema clínico. A partir de então, algumas das habilidades necessárias para a condução da intervenção terapêutica serão discutidas, tendo como referência o sistema multidimensional para a categorização de comportamentos na interação terapêutica, desenvolvido por Zamignani e Meyer.

Palavras-chave: clínica analítico-comportamental; comportamento verbal; teoria dos quadros relacionais; equivalência de estímulos.

CLIN

O NOVO PAPEL DA PSICOLOGIA NA PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO DOS TRANSTORNOS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL. *Tatiana Izabele Jaworski de Sá Riechi (Laboratório de Neuropsicologia- DEPSI/UFPR- Curitiba- PR)*

A psicologia ampliou o interesse e sua atuação no desenvolvimento infantil, mediante uma reconstrução da visão sistêmica biopsico-social de homem. O alargamento do conceito de homem associado às novas demandas proporcionaram ao psicólogo novos campos de atuação e com eles novos desafios práticos. Cada vez mais, cresce o interesse e o investimento no período da infância, como uma forma de, garantir melhor qualidade de vida nas fases posteriores de desenvolvimento. A infância é o alicerce de toda vida a seguir. Porém cada vez mais, se observam novas e fortes variáveis que interferem no processo de crescimento infantil, prejudicando o desenvolvimento de fatores emocionais, cognitivos, sociais, lingüísticos e biológicos. Fatores estes, que vão desde a precocidade do nascimento, com a diminuição significativa da mortalidade infantil foi verificado um aumento proporcional das morbidades, até novas propostas metodológicas de ensino, violência infantil e o surgimento de novas doenças. As recentes demandas da sociedade atual seguindo a tendência mundial em busca dos processos de inclusão social impulsionaram a psicologia a construir novas atuações. Da Psicologia, foi exigido a especialização e o desenvolvimento de novos métodos e técnicas de avaliação psicológica, diagnósticos precoces, elaboração de laudos, programas de reabilitação com sujeitos portadores de necessidade especial, programas de apoio às famílias e cuidadores, principalmente a participação ativa em equipes interdisciplinares tanto na área da saúde quanto na educação. A Neuropsicologia se caracteriza por uma área de interesse que estuda a relação entre comportamento e sistema nervoso humano. Com isto ela é capaz de subsidiar o conhecimento psicológico sobre o desenvolvimento humano desde a sua concepção até a morte. Na prática, é uma forma de interação e atuação da Psicologia nas escolas, na clínica, no hospital, entre outros locais, que pode auxiliar na definição de diagnósticos mais precoces e precisos de alterações de desenvolvimento ocorridos por intercorrências gestacionais e/ou de partos, síndromes e doenças congênitas, infecciosas, vasculares, câncer, nutricionais ou transtornos mentais, entre outras. A Neuropsicologia pode promover uma discussão mais integrada entre os múltiplos fatores de desenvolvimento, gerando dados sobre a cognição, inteligência, linguagem, desenvolvimento psicomotor que devem ser associados ao contexto histórico familiar, escolar, sócio-cultural do sujeito. Desta forma, sua contribuição é preciosa para a interação das demais informações obtidas sobre o desenvolvimento de determinada criança. A capacidade preditiva da atuação neuropsicológica é essencial para uma intervenção precisa e precoce no desenvolvimento da criança de risco. Estar presente em equipes interdisciplinares interessadas no desenvolvimento infantil, não somente comprova a importância do trabalho da psicologia, tanto de intervenção quanto de prevenção, como oportuniza a presença da psicologia dentro das políticas públicas de saúde e educação.

Neuropsicologia- Avaliação Psicológica- Reabilitação Cognitiva

DES

**PRODUÇÃO ESCRITA, ARGUMENTAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
ESCREVENDO COM O OUTRO O FUTURO DO PLANETA.** *Angela Maria Oliveira
Santa-Clara (Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife,
PE)*

No mundo de hoje, dado o alto grau de complexidade que se estabeleceu com a chamada explosão tecnológico-informacional e o aumento da população da Terra, transformaram-se, consideravelmente, as relações entre os seres humanos. A Psicologia contemporânea vem buscando responder a este fenômeno, produzindo novas abordagens teóricas que possam dar conta de um pensamento mais sofisticado e mais reflexivo, item de primeira necessidade para o 'kit de sobrevivência' dos dias atuais. Já não basta acumular informações: é preciso saber pensar criticamente, propor soluções! As questões ambientais, que já vêm figurando no topo da agenda de preocupações das principais lideranças mundiais, ilustram bem o que estamos querendo dizer. Já se percebe que para garantir uma melhor qualidade de vida aos seres humanos, bem como a possibilidade de sobrevivência no planeta aos nossos descendentes, será preciso que cada indivíduo se conscientize do seu papel na construção de um desenvolvimento sustentável. Diante desse planeta em constante transformação, cujo futuro depende da gestão responsável dos recursos naturais, é preciso trabalhar pela formação de indivíduos conscientes de suas relações de co-pertença com a natureza. Pessoas capazes de perceber, avaliar criticamente e, assim, assumir responsabilidades neste empreendimento! Isso implica revisão de valores, atitudes e comportamentos. Partindo destas preocupações, o objetivo deste curso é promover reflexões sobre o potencial da produção textual escrita na construção desse *sujeito ecológico*, consciente do seu papel nas relações com o meio ambiente, capaz, portanto, de mudar atitudes e comportamentos cotidianos, redirecionando-os aos interesses da preservação do meio ambiente. Postulamos que a escrita possui uma dimensão argumentativa, entendida como fundamental, pois a possibilidade de defender pontos de vista e considerar posições alternativas cria, discursivamente, processos de negociação que facultam ao indivíduo o manejo de divergências entre concepções sobre fenômenos do mundo. Qualquer que seja a proposta pedagógica que se eleja para trabalhar questões ambientais, sua possibilidade de gerar mudanças cognitivas e comportamentais efetivas estará diretamente ligada à promoção de oportunidades para a revisão de concepções anteriores, dando lugar a reconstruções significativas das mesmas. Mais do que ter acesso a informações sobre práticas ecológicas e/ou participar de vivências com a natureza, é preciso favorecer a reconstrução do próprio entendimento sobre as relações entre o homem e o meio ambiente. Consideramos essencial a promoção de práticas educativas que levem ao desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes. Diferentemente das modificações efêmeras e superficiais de comportamento, a verdadeira mudança de atitude que implica reorientação das ações, exige reavaliação de antigas crenças e construção de novas concepções. O presente curso busca, assim, explicitar os mecanismos de constituição do conhecimento na Escrita, promovendo de reflexões teóricas sobre estes processos de aprendizagem, bem como sobre possíveis estratégias argumentativas de mediação da construção do conhecimento no âmbito da Educação Ambiental. Tal proposta vai ao encontro das necessidades de um mundo em constante transformação, onde a possibilidade de construir conhecimentos se apresenta como principal ferramenta de inclusão social.

Palavras-chave: dimensão argumentativa da escrita, pensamento reflexivo; educação ambiental.

SIGNIFICÂNCIA CLÍNICA E ÍNDICE DE MUDANÇA CONFIÁVEL: A PROPOSTA DE JACOBSON E TRUAX PARA AVALIAÇÃO DE INTERVENÇÕES. *Adriana Augusto Raimundo de Aguiar (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP) e Miriam Bratfisch Villa (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP)*

A literatura mostra que, nos últimos quinze anos, houve um notável crescimento na área da avaliação psicológica no Brasil, principalmente tratando-se de medidas de avaliação como testes, inventários e outros (ver Revista Diálogos, nº3, 2008). Este dado se evidencia com a preocupação e estabelecimento de novas políticas pelo Conselho Regional de Psicologia com relação à criação e ao uso de testes psicológicos, inclusive construindo um sistema (SATEPSI – Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos) para avaliação dos testes em uso e para novos testes em desenvolvimento no Brasil. O rigor na criação dos testes torna-se necessário, de forma a atestar características psicométricas adequadas com relação à validade, fidedignidade e padronização dos mesmos, conforme recomendado por especialistas (Anastasi e Urbina, 2000; Pasquali, 2003).

Esta renovação da Psicologia no Brasil surge num contexto mais amplo, já que, internacionalmente, identifica-se um movimento no sentido de que os tratamentos e intervenções propostos precisam ter sua eficácia comprovada por evidências científicas, ou seja, os Tratamentos Baseados em Evidências. Muitos autores discutem sobre o tema em várias áreas da saúde, como medicina, fisioterapia, fonaudiologia, enfermagem, além da psicologia (Evans, Margison & Barkham, 1998; Levant, 2005; Margison, Barkham, Evans, McGrath, Clark, Audin & Connel, 2000). Desta forma, pode-se analisar que, o aprimoramento dos testes e da área de psicometria no Brasil vem atender uma exigência internacional de aperfeiçoamento nos métodos, possibilitando avaliações mais precisas e, conseqüentemente comprovações baseadas em evidências com relação aos tratamentos propostos.

A existência de testes com características psicométricas adequadas e o aperfeiçoamento nesta área certamente contribuem para que as pessoas sejam avaliadas e diagnosticadas com maior facilidade e precisão. Porém, a utilidade dos testes vai além disso. Eles podem servir como referenciais para avaliação da efetividade de intervenções na área de psicologia e outras. Neste caso, os testes são utilizados para coletar dados do paciente antes e após uma intervenção.

Toda intervenção deve ser avaliada em sua eficácia, eficiência e efeito, sendo de suma importância que a seleção dos procedimentos e técnicas seja fundamentada em pesquisas bem delineadas que apresentem, dentre outras características, dados objetivos sobre a eficácia dos resultados, com tratamento estatístico da significância desses resultados (Andrade, 2004), apresentando prática e procedimentos baseados em evidências (Evans, Margison & Barkham, 1998; Levant, 2005; Margison, Barkham, Evans, McGrath, Clark, Audin & Connel, 2000).

Na prática e na pesquisa aplicada com seres humanos, alguns fatores dificultam a análise da extensão e dos impactos dos efeitos que podem ser atribuídos a uma intervenção. Dentre esses fatores pode-se destacar: abandono do tratamento, pouca adesão da família, baixa confiabilidade nos relatos de terceiro, amostras pequenas por falta de população com o perfil necessário para o estudo, impossibilidade da utilização de grupo controle, ausência de dados normativos para comparação de escores com o grupo intervenção, dentre outros.

Assim, tanto na prática clínica, como nas pesquisas com poucos sujeitos e de sujeito único, é comum verificar dificuldades de se obter medidas de análise estatística inferencial (paramétrica e/ou não paramétrica) aplicáveis para o conjunto dos dados, visando aferir a amplitude e a relevância das mudanças ocorridas após a aplicação de determinada intervenção.

Técnicas usuais de reversão e linha de base múltipla nem sempre são viáveis e podem envolver diversas questões éticas. Além das dificuldades práticas e éticas envolvidas na composição de grupo controle equivalente e também de grupos placebo (Rocha, Del Prette & Del Prette, 2009), há outros questionamentos ao uso de estatística inferencial para a comparação dos resultados grupais. Na comparação de grupos por meio de técnicas inferenciais (paramétricas e não paramétricas), baseadas em indicadores de média e dispersão, por exemplo, a variabilidade dos resultados dos diferentes participantes constitui um problema do ponto de vista estatístico já que pode comprometer a significância das diferenças obtidas.

Outra questão pertinente e atual é que, embora verificar a significância estatística seja importante critério para se considerar a ocorrência de mudanças, os resultados de uma intervenção podem ser considerados estatisticamente significativos e não serem clinicamente relevantes (Jacobson & Truax, 1991). A literatura indica haver um reconhecimento crescente de que a avaliação do efeito de uma intervenção deveria focar não só a significância estatística dos resultados, mas também a relevância ou a importância destes (validade social) (Middel & van Soldere, 2002).

Com isso, do ponto de vista clínico e educacional, Jacobson e Truax (1991) questionam a relevância das diferenças obtidas entre a pré e a pós-intervenção, mesmo quando estatisticamente significativas, uma vez que elas pouco informam a respeito: (a) do significado clínico de tais diferenças; (b) do significado dessas diferenças em termos de mudanças ou melhoras ocorridas em participantes específicos do grupo.

Desta forma, quando os métodos tradicionais não são aplicáveis (por problemas de amostragem ou de dificuldade de replicação), torna-se necessário investir no desenvolvimento de métodos alternativos de análise. Esses questionamentos estão na base da proposta do Método JT (Jacobson & Truax, 1991), que se apoia em dois conceitos centrais, significância clínica (relacionada à validade externa, verifica se o paciente passou da população clínica para não clínica, não necessitando mais de intervenção) e mudança confiável (relacionada à validade interna, verifica se houve melhora ou piora que pode ser atribuída à intervenção e não a erros de medida).

Esses conceitos podem ser operacionalizados e calculados com base em critérios matemáticos que incluem indicadores de variabilidade (erro padrão, desvio padrão, principalmente) e de confiabilidade do instrumento de medida (consistência interna). Além disso, podem ser representados graficamente por meio de figuras de dispersão e delimitação de áreas para os intervalos de confiança dos resultados obtidos.

A análise da mudança confiável produz um Índice de Mudança Confiável (IMC ou RCI, em inglês), que serve para determinar se as mudanças verificadas na comparação entre a pré e a pós-intervenção podem ser atribuídas aos procedimentos utilizados ou se constituem erros de medida.

Quando as mudanças são confiáveis, resta ainda saber se são clinicamente significantes. A análise da significância clínica permite verificar o grau em que clientes ou consumidores atingiram os padrões esperados de melhora ou de recuperação de saúde (Jacobson & Truax, 1991). Para isso, Jacobson e Truax (1991) propõem três critérios, dependendo da disponibilidade de dados normativos de distribuição dos escores da população funcional e disfuncional para o atributo que está sendo tomado como indicador de mudança: Critério A – utilizado quando se dispõe de dados normativos de uma amostra disfuncional (que necessita de tratamento); Critério B – quando se dispõe de dados normativos sobre a distribuição dos escores da população funcional; e Critério C - quando se dispõe de dados normativos sobre a distribuição dos escores da população funcional e da disfuncional.

Para Jacobson e Truax (1991), a preocupação central era a de elaborar um procedimento de identificação de mudanças confiáveis e clinicamente significantes que fosse: (a) aplicável, pelo menos teoricamente, a qualquer desordem clínica; (b) consistente com as expectativas dos profissionais e pacientes quanto aos resultados da psicoterapia; (c) útil na identificação dos clientes que se recuperaram, melhoraram e não melhoraram ou pioraram após a intervenção.

O método foi eficiente para avaliar a eficácia destas intervenções, porém, os autores apontam algumas limitações que se referem ao tipo de população que passou por intervenção (excluindo populações com patologias crônicas como autistas ou esquizofrênicos) e com relação ao padrão de distribuição da população analisada em determinada variável (parece que o método se aplica somente quando a distribuição apresenta o padrão de curva normal).

O Método JT não consiste em um instrumento de avaliação psicológica, mas numa metodologia que, através do uso de testes e de cálculos estatísticos, permite avaliação de intervenções, ou seja, de tratamentos psicoterapêuticos e outros.

O Método JT tem sido muito útil para analisar resultados de intervenções principalmente na Psicologia, área em que se originou e é mais conhecido (Del Prette & Del Prette, 2009; Pereira, Silves & Del Prette, 2008; Yoshida, 2008) já que permite, diferentemente dos métodos de análise estatística tradicionais, analisar intervenções em sujeito único ou com poucos participantes. Isso é uma grande vantagem, já que em algumas áreas torna-se difícil, tanto na prática como na pesquisa, contar com vários participantes ou grupo controle (Rocha, Del Prette & Del Prette, 2008).

O método, apesar de já estar sendo utilizado por alguns pesquisadores no Brasil ainda é pouco conhecido. Neste sentido, sua divulgação é importante para proporcionar a muitos pesquisadores e mesmo clínicos a possibilidade de avaliar a efetividade de intervenções de forma prática e eficaz.

Desenvolvimento

Tendo em vista todas as vantagens e possibilidades que o Método JT (Jacobson e Truax, 1991; Aguiar, Del Prette & Aguiar, 2009) dispõe para avaliação da efetividade de intervenções, a proposta deste curso é divulgar esta metodologia de análise de dados, bem como auxiliar o profissional/pesquisador para sua operacionalização.

O profissional da psicologia, bem como outros das áreas de ciências humanas e da saúde muitas vezes não se sente preparado para lidar com questões relacionadas à estatística. Esse despreparo pode dificultar a realização de avaliações que seriam importantes para estes profissionais e/ou acaba levando o psicólogo (ou profissional de outra área) a procurar um profissional especializado em estatística para analisar seus dados. Neste caso, a comunicação entre estes profissionais, em termos técnicos, nem sempre é efetiva, acarretando prejuízos ao trabalho e uma incompreensão do psicólogo com relação à maneira que chegou até as análises elaboradas.

Utilizando uma linguagem bastante acessível e utilizando ferramentas computacionais simples e de domínio da maioria das pessoas (Aguiar, Del Prette & Aguiar, 2009), buscamos capacitar os profissionais/pesquisadores a analisar as intervenções realizadas, calculando os valores do Índice de Mudança Confiável (RCI) e da Significância Clínica e fazendo a interpretação destes resultados.

Considerações finais

Tendo em vista a necessidade crescente de se comprovar cientificamente a eficácia das intervenções e tratamentos realizados na área de Psicologia (e outras áreas da saúde), entende-se que o Método proposto por Jacobson e Truax (1991) para determinação do Índice de mudança Confiável e da Significância Clínica tem se mostrado uma ferramenta útil para profissionais de diversas áreas da saúde (Evans, Margison & Barkham, 1998; Levant, 2005; Margison, Barkham, Evans, McGrath, Clark, Audin & Connel, 2000). Neste sentido, divulgar esta ferramenta de trabalho e ensinar como utilizá-la é algo que nos parece bastante promissor.

Devido ao pouco conhecimento deste Método no meio científico de forma geral e dos benefícios que ele pode oferecer é relevante a formação de profissionais que detenham as habilidades necessárias para sua efetiva aplicação.

Desta forma, o curso pretende apresentar uma contextualização histórica do Método JT, uma breve justificativa para sua utilização, aspectos teóricos envolvidos e uma parte significativa de prática, abordando a aplicação do Método efetivamente.

Referências Bibliográficas

- Aguiar, A. A. R., Del Prette, Z. A. P. & Aguiar, R. G. (2009). *Calculando a significância clínica e o índice de mudança confiável em pesquisa-intervenção*. São Carlos: EDUFSCar.
- Anastasi, A. & Urbina, S. (2000). *Testagem psicológica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Andrade, C. R. F. de. (2004). A fonoaudiologia baseada em evidências. *Einstein*. 2(1): 61-62.
- Del Prette, Z. A. P. & Del Prette, A. (2009) Significância clínica e mudança confiável: A efetividade das intervenções em psicologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(4), 105-114.

- Evans, C., Margison, F. & Barkham, M. (1998). The contribution of reliable and clinically significant change methods to evidence-based mental health. *Evidence-Based Mental Health (EBMH Notebook)*, 1(3), 70-72.
- Jacobson, N. S & Truax, P. (1991). Clinical significance: A statistical approach to defining meaningful change in psychotherapy research. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 59(1), 12-19.
- Levant, R. F. (2005). *Report of the 2005 Presidential Task Force on Evidence-Based Practice I: American Psychological Association*. Recuperado de <http://www.apa.org/practice/ebpreport.pdf>, em dezembro de 2006.
- Margison, F. R., Barkham, M., Evans, C., McGrath, G., Clark, J. M., Audin, K. & Connel, J. (2000). Measurement and psychotherapy: Evidence-based practice and practice-based evidence. *British Journal of Psychiatry*, 177, 123-130.
- Middel, B., & van Solderen, E. (2002). Statistical significant change versus relevant or important change in (quasi) experimental design: Some conceptual and methodological problems in estimating magnitude of intervention-related change in health services research. *International Journal of Integrated Care*, 2, 1-22.
- Pasquali, L. (2003). *Psicometria: Teoria dos testes na Psicologia e na educação*. Petrópolis: Vozes.
- Pereira, R. F.; Silveiras, E. F. de M.; Del Prette, Z. A. P. (2008). Problemas de comportamento em enuréticos: Análise do índice de mudança confiável (IMC). *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 60(3), 129-141.
- Rocha, M.M, Del Prette, Z. & Del Prette, A. (2008). [Placebo na Pesquisa Psicológica: algumas questões conceituais, metodológicas e éticas](#). *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, Rio de Janeiro, 4(2), 39-55.
- Yoshida, E. M. P. (2008). Significância clínica de mudança em processo de psicoterapia psicodinâmica breve. *Paidéia*, 18(40), p.305-316.

CAPES

Palavras chave: Significância clínica, Índice de mudança confiável, Método JT.

PD

MET

SÍNDROME DE BURNOUT: DE FREUDENBERGUER AOS DIAS ATUAIS. *Ana Maria T. Benevides-Pereira* (Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Universidade Estadual de Maringá, Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estresse e Burnout – Maringá, PR)

Introdução

O trabalho possui significação pessoal que vai além do exercer uma profissão para garantir o próprio sustento. É relevante frisar que as atividades laborais estão intrinsecamente associadas à identificação pessoal, o que vem a agregar uma importância ainda maior ao labor.

Por outro lado, passa-se grande parte da vida dedicada a uma ocupação ou ofício, sendo despendido, em geral, mais de 1/3 da existência para tal. Acrescido a isto, se for considerado o tempo de preparação para o desenvolvimento dos conhecimentos necessários para exercício de uma futura profissão, tem-se 8, 11, 15 ou mais anos, se computarmos os cursos de atualização e pós-graduações.

Há que se considerar que o trabalho é visto como algo que deve ser uma fonte de auto-realização e de satisfação pessoal. No entanto, por vezes, a dedicação à carreira pode acarretar desgaste, tanto físico como mental, podendo, inclusive, levar ao desenvolvimento da denominada *síndrome de burnout*.

Desenvolvimento

A síndrome de burnout ganhou projeção internacional a partir do artigo de Hebert Freudenberger (1974) intitulado *Staff Burnout*, apesar de que, segundo Schaufeli e Enzmann (1998) o primeiro a publicar sobre esta síndrome, de forma semelhante à adotada nesta mesma acepção, tenha sido Brandley (1969).

Do idioma inglês, *burn* de “queimar” e *out* “colocar para fora” “ejetar” “extinguir”, expressa a sensação de haver atingido o limite, de haver extinguido toda a energia disponível.

No artigo de Freudenberger, assim como vários outros que surgiram a partir de então, fazia alusão à síndrome como algo de caráter mais individual, um estado de fadiga, prostração e desilusão, fruto da confluência de características pessoais e da clientela atendida, juntamente com o tipo de trabalho realizado. Esta visão influenciou um número significativo de publicações, sendo que no Brasil surge em 1987 um primeiro artigo sobre este tema, sendo ainda sob este prisma e de caráter teórico (França, 1987).

No final dos anos 70 e início dos 80, as psicólogas sociais americanas Cristina Maslach e Suzan Jackson (1981), fundamentando-se em suas pesquisas com o MBI (Maslach Burnout Inventory), imprimem um novo olhar sobre a síndrome e lançam a definição mais adotada mundialmente. Nesta vertente o burnout é uma resposta, mesmo que inadequada, à cronificação do estresse ocupacional constituído por três dimensões distintas, porém relacionadas entre si: *exaustão emocional, despersonalização e reduzida realização pessoal* no trabalho.

A exaustão emocional se refere à sensação de não dispor mais de energia, tanto física como mental, para exercer as atividades laborais. É a dimensão que se refere mais diretamente à cronificação do estresse e a mais intensa da síndrome.

A despersonalização diz respeito às posturas de distanciamento afetivo para com as pessoas, a adoção de um trato impessoal tanto com relação aos que se destina seu trabalho como com os colegas. Devido às atitudes de cinismo e ironia por parte dos que estão em burnout, na versão de 1996 do MBI esta dimensão passou a ser denominada de *Cinismo* (Maslach, Jackson & Leiter, 1996). No entanto devido à conotação psicopatológica do termo *Despersonalização* e pelo fato de que a designação de *Cinismo* evidencia apenas um aspecto, e nem sempre evidente, desta dimensão, parece mais adequada a expressão *Desumanização*.

Quanto à Realização Pessoal, característica bastante evidente no funcionário antes do desenvolvimento da síndrome, observa-se que esta vai decrescendo com o passar do tempo. O trabalho perde o seu sentido, dando lugar à desmotivação e à ineficiência.

Nesta perspectiva, os fatores organizacionais jogam um papel decisivo no desenvolvimento da síndrome, que é vista mais como um processo ao invés de um estado. Assim sendo, sentimento de inequidade, sobrecarga de trabalho, alta responsabilidade principalmente se associada a baixa autonomia, reduzido suporte social, assédio moral, excesso de burocracia, são alguns dos fatores que podem vir a desencadear o burnout. Os fatores de personalidade são tidos como facilitadores ou moduladores, podendo vir a acelerar, retardar ou minimizar este processo.

A pessoa em burnout apresenta uma série de transtorno que acabam por interferir negativamente em sua saúde, no ambiente de trabalho, em sua vida pessoal, familiar e social. No trabalho, seus efeitos se fazem sentir nos conflitos com a equipe, nos atritos e/ou falta de atenção para com as pessoas a quem atende ou presta serviços - inclusive com os familiares destas - na queda da produtividade, no aumento da rotatividade, nas faltas constantes por problemas de saúde. Enfim, a síndrome se reflete na qualidade dos serviços prestados, prejudicando as atividades da equipe, podendo vir a denegrir a imagem da instituição.

De início a maior parte das investigações sobre a síndrome tentaram divisar as características da mesma, sendo que o foco esteve predominantemente nos educadores e profissionais da saúde, isto é, naqueles que possuíam um contato mais direto com pessoas em seu trabalho. Pouco a pouco observou-se que outras ocupações também poderiam predispor ao burnout, aumentando gradativamente o leque de profissões estudadas. Nos anos 80 e parte dos anos 90 as pesquisas se intensificaram na tentativa de se verificar os níveis apresentados por diversos grupos de trabalhadores, a comparação entre estes e os fatores sócio-demográficos envolvidos, como características pessoais (sexo, idade, nível de escolaridade, personalidade), bem como no tipo de serviço executado e a organização do trabalho (tempo de serviço, remuneração, clima laboral, autonomia, etc).

Vários autores tentaram demonstrar modelos que evidenciassem a forma como cada uma das dimensões propicia o desenrolar da síndrome, sendo que os estudos, até o momento, não apresentam consenso entre si (Gil-Monte, Peiró, Valcácer, 1995; Golembiowski, Munzerider & Carter, 1983; Lee & Ashforth, 1993; Leiter & Maslach, 1988; Leiter, 1993).

Sem entrar em consideração sobre qual dimensão se manifesta primeiro e dá ensejo para ao surgimento e incremento das demais, a Figura 1 esquematiza o processo de desenvolvimento da síndrome.

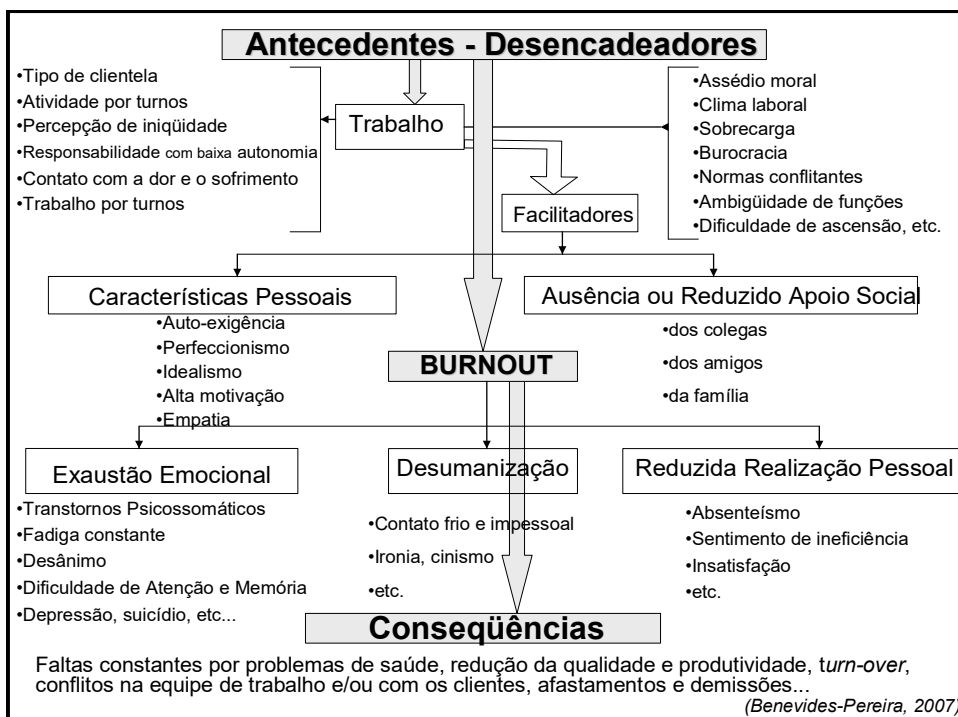


Figura 1. Modelo de desenvolvimento da síndrome de burnout - antecedentes e conseqüentes.

O número de estudos, principalmente nos Estados Unidos e Europa, é bastante extenso. No Brasil, as primeiras pesquisas se deram em forma de trabalho de conclusão de cursos de Pós-Graduação (teses e dissertações) em meados dos anos 90 (Benevides-Pereira, 2003), sendo que os estudos foram aumentando com o passar dos anos, dando lugar a vários artigos, livro e capítulos de livros. Em levantamento efetuado por Carlotto e Camara (2008), constata-se que a produção nacional ainda é incipiente. Na Tabela 1 se distingue publicações nacionais subdivididas nas categorias –Relato de Pesquisa e Revisão Teórica – bem como os profissionais envolvidos.

Tabela – Distribuição de relatos de pesquisa no Brasil por categoria estudada.

<i>Categorias</i>	N	%
Relato de pesquisa		
Profissionais da área da saúde	07	25,0
Professores	05	17,9
Estudantes	02	7,1
Bombeiros	01	3,6
Policiais	01	3,6
Servidores públicos	01	3,6
Revisão teórica		
Professores	04	14,3
Profissionais da área da saúde	02	7,1
Geral	02	7,1
Psicólogos	01	3,6
Validação de instrumentos		
Professores	02	7,1
Total	28	100,0

Fonte: Carlotto & Camara, 2008

A preocupação com as formas de prevenção e/ou intervenção vem aumentando gradativamente e observa-se um número crescente de investigações neste sentido a partir de meados dos anos 90, com maior incremento nos últimos anos desta década.

A síndrome de burnout não figura no DSM-IV ou no CID-10. Entretanto, diferentemente da situação de outros locais, no Brasil temos o Decreto 3048/99 que protege o trabalhador em caso de acidente de trabalho. Neste, no Anexo II, temos os *Agentes Patogênicos causadores de Doenças Profissionais ou do Trabalho* e divisamos a inclusão da *Síndrome de Burnout* ou *Síndrome do Esgotamento Profissional*, entre estes. Assim sendo, há a possibilidade de afastamento para tratamento de saúde devido ao burnout, sendo que durante neste período, o trabalhador terá direito ao depósito mensal de 8% em sua conta do FGTS como quando em atividade laboral, além de estabilidade no emprego no seu retorno ao trabalho. No entanto, até o momento, poucos foram os que puderam se beneficiar deste decreto, enquanto que a jurisprudência tem garantido aposentadoria e até mesmo compensações econômicas em países sem leis específicas para tal. Algumas circunstâncias favorecem este quadro como veremos mais adiante.

Vários instrumentos foram elaborados para a avaliação do burnout. Estes, em geral, são de auto-informe, ou também denominados de auto-preenchimento, isto é, constituídos por itens em forma afirmações para serem respondidos por uma escala Likert. Como exemplo destes instrumentos temos:

CBB - *Cuestionário Breve de Burnout*, (Moreno-Jiménez, Bustos, Matallana y Miralles, 1997); SBS-HP – *Staff Burnout Scale for Health Professionals*, (Jones, 1980); CDPE - *Cuestionario de Desgaste Profesional de Enfermería* (Moreno-Jiménez, Garrosa & Gonzalez, 2000); CESQT – *Cuestionario para la Evaluación del Síndrome de Quemarse por el Trabajo* (Gil-Monte, 2005)

Todavía, o inventário mais utilizado mundialmente em pesquisas é o MBI – *Maslach Burnout Inventory*.

Há três versões para o MBI:

- o HSS – *Human Services Survey*, desenvolvido para as profissões de saúde;
- o ES – *Educators Survey*, para educadores;
- e o GS – *General Survey*, para profissionais em geral.

As duas primeiras versões deste instrumento estão compostas por 22 afirmações, das quais 9 para exaustão emocional, 5 para despersonalização e 8 para realização pessoal (Maslach & Jackson, 1986). A terceira, desenvolvida posteriormente (Maslach, Jackson & Leiter, 1996), possui 16 itens, dos quais 6 para eficácia profissional, 5 para exaustão emocional e 5 para cinismo. São respondidas por uma escala *Likert* de 7 pontos, que vai de 0, como “nunca”, a 6, como “todos os dias”. Como já estabelecido na primeira versão, para que se tenha o resultado de burnout, as dimensões exaustão emocional e despersonalização devem ter pontuações acima da média, enquanto a dimensão realização pessoal deve estar abaixo. A elevação de apenas um dos fatores não caracteriza a síndrome.

No Brasil, até o momento nenhum instrumento de avaliação para a síndrome de burnout veio a ser apresentado ao Satepsi, conforme dispõe a Resolução 02/03, para que pudesse ser aprovado e utilizado em território nacional.

O GEPEB – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estresse e Burnout traduziu e adaptou CBB - *Cuestionário Breve de Burnout* de Moreno-Jiménez, Bustos, Matallana y Miralles (1997) e o CBP-R *Cuestionário de Burnout para Profesores Revisado* (Moreno-Jiménez, et al.(2002). Para a avaliação da síndrome entre psicólogos, Benevides-Pereira & Moreno-Jiménez (2000) elaboraram o IBP – *Inventário de Burnout para Psicólogos*. Ainda, com o intuito de avaliar trabalhadores em geral, independente do nível de formação e profissão, está em fase de padronização o ISB – *Inventário da Síndrome de Burnout* (Benevides-Pereira – 2007).

Conclusão

Apesar dos avanços observados em relação ao número de estudos efetuados e do esclarecimento de um número cada vez maior de profissionais de saúde (e de parte da população), nota-se que as pesquisas ainda são em número insuficiente no Brasil. A maior parte da produção está restrita a algumas áreas do território nacional, em especial nas regiões sul e sudeste.

Por outro lado, apesar de possuímos leis que venham a proteger o trabalhador em caso de burnout, ainda necessitamos de instrumentos de avaliação psicológica validados, padronizados e autorizados para seu emprego em nosso país pelo SATEPSI, órgão do Conselho Federal de Psicologia criado para este fim. Há de se frisar também que, pelo desconhecimento ou insegurança por parte de profissionais encarregados dos processos de afastamentos no âmbito trabalhista, bem como pelas implicações para a empresa, tende-se a diagnosticar estes casos, erroneamente, como sendo de estresse ou depressão, privando o funcionário de direitos trabalhistas conquistados.

Referências

- Benevides-Pereira, A.M.T. & Moreno-Jiménez, B. (2000). IBP – Inventário de Burnout para Psicólogos. GEPEB – Instrumentos. Disponível em http://www.gepeb.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=91&Itemid=133. Acesso em 03.03.2010.
- Benevides-Pereira, A.M.T. (org.) (2002). *Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador*. S.Paulo: Casa do Psicólogo.
- Benevides-Pereira, A. M. T. (2003). O Estado da Arte do Burnout no Brasil In.: *Interação Psi.*, v.1, 4-11.
- Benevides-Pereira, A.M.T. (2007) ISB – Inventário da Síndrome de Burnout. Site do GEPEB – Instrumentos. Disponível em http://www.gepeb.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=91&Itemid=133. Acesso em 03.03.2010.
- Bradley, H.B. (1969) Community-based treatment for young adult offenders. *Crime and Delinquency*, 15, 359-370.
- Brasil (1966) Decreto 3048/99 do Ministério de Previdência Social.
- Carlotto, M.S. & Camara, S. (2008) Análise da produção científica da síndrome de burnout no Brasil. *Psico*, 39, 2, 152-158.

França, H.H (1987). A síndrome de "Burnout". *Revista Brasileira de Medicina*,44, 197-199.

Freudenberger, H. J. (1974). Staff Burnout. *Journal of Social Issues*, 30, 159-165.

Gil-Monte, P.R. & Moreno, B. (2007) *El síndrome de quemarse por el trabajo*. Madrid: Pirámide.

Gil-Monte, P.R., Peiró, J.M & Valcácer, P. (1993). Estrés de rol y autoconfianza como variables antecedentes en el síndrome de burnout en profesionales de Enfermería. In.: L. Munduate & M. Barón (comp.) *Gestión de Recursos Humanos y Calidad de Vida Laboral*. Sevilla: Eudema, 231-241.

Gil-Monte, P. (2005) *El síndrome de quemarse por el trabajo (burnout)*. Madrid: Pirámide.

Golembiewski, R.T., Munzerider, R. & Carter, D. (1983). Phases of progressive burnout and their work site covariants: critical issues in OD research and praxis. *Journal of Applied Behavior Science*, 19, 461-481.

Jones, K.W. (1980). *The staff burnout scale for health professionals (SBS-HP)*. Park Ridge: London House.

Lee, R.T. & Ashford, B.E. (1993). A further examination of managerial burnout: toward an integrated model. *Journal Organizational Behavior*. 14, 3-20.

Leiter, M.P. (1993) Burnout as a development process: considerations of models. In.: Schaufeli, W.B., Maslach, C. & Marek, T. (eds.) *Professional burnout: recent developments in theory and research*. Washington: Taylor & Francis.

Leiter, P. M. & Maslach, C. (1988). The impact of interpersonal environment on burnout and organizational commitment. *Journal of Organizational Behavior*, 9, 297-308.

Moreno, B. J., Bustos, R. R., Matallana, A. A. & Mirrales, C. T. (1997). La evaluación del burnout. Problemas y alternativas. El CBB como evaluación de los elementos del proceso. *Revista de Psicología del Trabajo*, 13, 185-207.

Moreno Jimenez, B., Hernández, E. G., Gutierrez, J. G., La evaluación del estrés y el Burnout del profesorado: el CBP-R. *Revista de psicología del trabajo y de las organizaciones*, 2000 vol 16 nº 2 p. 151-171.

Moreno-Jiménez, *et al.*(2002)

Schaufeli, W., Enzmann, D. (1998). *The burnout companion to study & practice. A critical analysis*. Londres: Taylor & Francis.

Palavras chave: burnout, estresse ocupacional, síndrome de burnout

Nível do trabalho: pesquisador

Código: SAÚDE

PSICO-ONCOLOGIA PEDIÁTRICA: PESQUISA E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL - QUESTÕES AVANÇADAS. *Áderson Luiz Costa Junior (Laboratório de Desenvolvimento em Condições Adversas. Universidade de Brasília. Brasília. DF).*

Podemos caracterizar a psico-oncologia pediátrica como um campo interdisciplinar que estuda a influência de fatores psicológicos sobre o desenvolvimento, o tratamento e a reabilitação de crianças e adolescentes com câncer, incluindo o acompanhamento de pais e familiares. Entre os principais objetivos da área estão a identificação de variáveis psicossociais e contextos ambientais nos quais a intervenção psicológica possa auxiliar o processo de adesão às contingências de tratamento e de enfrentamento da doença. A psico-oncologia vem se constituindo em ferramenta indispensável à promoção de melhores condições de qualidade de vida a pacientes e familiares que enfrentam longos períodos de tratamento, terapêutica farmacológica agressiva e efeitos colaterais, exposição a procedimentos médicos invasivos e potencialmente dolorosos, alterações de rotina de vida e riscos de recidiva. Este curso dá continuidade ao curso ministrado na XXXIX Reunião Anual de Psicologia, de 2009. Pretende-se abordar questões essenciais ao planejamento sistemático de intervenções psicossociais no contexto dos cuidados em onco-hematologia pediátrica, que permitam identificar as relações funcionais entre as intervenções e os efeitos comportamentais e cognitivos obtidos, destacando-se: (a) embasamento teórico-filosófico baseado em modelos educacionais, tal como preconiza a Psicologia da Saúde, e não em modelos médicos ou clínicos que enfatizam estruturas patológicas e/ou atendimentos terapêuticos individuais; (b) treino de observação de indicadores de risco ou vulnerabilidade comportamental-cognitiva, *distress* e fatores de proteção de pacientes e familiares, antes de qualquer intervenção; (c) desenvolvimento de estratégias que promovam a aquisição e a manutenção de comportamentos relacionados à saúde de pacientes e familiares, adequadas às necessidades psicossociais já identificadas; (d) treinamento em registro sistemático de intervenções psicossociais, com uso preferencial de protocolos informatizados e bancos de dados; (e) integração de toda a equipe de profissionais de saúde a partir da análise e intervenção sobre o processo de comunicação entre profissionais de saúde e entre profissionais de saúde e usuários. Para ilustrar e exemplificar o conteúdo, o curso descreve algumas atividades de pesquisa e de intervenção profissional executadas pelo Programa de Atendimento Psicológico à Criança com Câncer no Distrito Federal, desenvolvido em parceria entre o Laboratório de Desenvolvimento em Condições Adversas, da Universidade de Brasília, e o Núcleo de Onco-hematologia Pediátrica da Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal, com destaque para: (a) análise do processo de comunicação entre médicos, familiares e pacientes, com ênfase nos episódios de pré-consulta psicológica, consulta médica de comunicação de diagnóstico e consulta médica de seguimento; (b) recreação em sala de espera e ronda de estimulação a pacientes restritos ao leito, como espaços privilegiados para identificação de necessidades psicossociais de pacientes e familiares. Espera-se que o curso capacite os participantes a perceberem que (a) a experiência de tratamento onco-hematológico pediátrico pode constituir uma condição potencial de aprendizagem sócio-comportamental e cognitiva para pacientes e familiares; (b) que os repertórios de comportamentos adquiridos no contexto do tratamento podem ser úteis em diversas situações de risco, mesmo aquelas distantes do contexto de doenças e tratamentos médicos a que o paciente e/ou familiares foram submetidos.

Palavras-chave: psico-oncologia pediátrica, intervenção em saúde, comunicação.

SAÚDE

PSICOPATHOLOGIA E GÊNERO: DIÁLOGOS E INTERVENÇÕES. *Valeska Zanello (Instituto de Educação Superior de Brasília, Departamento de Psicologia, Brasília, DF)*

O termo *psicopathologia* aponta para o estudo dos modos de funcionamento psíquico (*pathos* enquanto disposição afetiva fundamental) cujos destinos podem ser não apenas o adoecimento, mas também as grandes realizações humanas. *Pathos*, desde os gregos, é compreendido como a parte contingencial do humano, a qual sofre a influência dos aspectos socioculturais. O conceito de gênero passou a ser debatido desde o século passado, sob a influência dos movimentos feministas, e trouxe grandes contribuições para o campo das ciências humanas, possibilitando uma releitura de diversos paradigmas, inclusive a contestação da naturalização de determinados papéis sociais e valores relacionados a homens e mulheres. Dentre os aspectos socioculturais que influenciam o *pathos*, encontram-se os papéis de gênero. Dados epidemiológicos apontam diferenças estatísticas na incidência dos transtornos mentais em homens e em mulheres. Homens têm maior incidência em transtornos de dependência e comportamento anti-social, ao passo que nas mulheres predominam os transtornos depressivos e de ansiedade. Apesar destes dados, no campo da psicopatologia, os debates acerca da relação entre gênero e saúde mental são ainda incipientes e com pouco impacto sobre as políticas públicas de saúde mental. Duas correntes teóricas se firmaram, nas últimas décadas, como formas de compreensão da diferença epidemiológica de transtornos mentais em homens e em mulheres. Uma das correntes procede a uma leitura biológica como forma de explicação dessas diferenças. Por exemplo, segundo este viés, as mulheres teriam mais transtornos ansiosos devido à presença de estrógeno em seus corpos. A outra perspectiva, que vem sendo adotada pela OMS, procede a uma leitura sócio-histórica dos dados, levantando um conjunto de fatores de risco, diferentes a depender do gênero, para a saúde mental de homens e mulheres. Classe social, nível de escolaridade, ser chefe de família, dentre outros fatores, seriam aspectos importantes para a compreensão da predominância de mulheres nos quadros de transtornos de ansiedade, por exemplo. Ambas as perspectivas de interpretação dos dados epidemiológicos levam a práticas e intervenções diferenciadas. Na ótica biologizante, predomina a visão prescritiva e medicamentosa, vendo na supressão dos sintomas uma equivalência da “cura”. Na outra vertente, o sintoma é visto como dado a ser interpretado em suas causas sociais e relacionais, de modo que a supressão do sintoma não necessariamente é a cura, mas muitas vezes, a invisibilização do problema. A partir da perspectiva das relações de gênero, serão discutidos dados levantados na internação de um hospital psiquiátrico público. Dentre estes dados, destacam-se valores de virilidade relacionados aos homens, que aparecem, sobretudo, nos delírios de grandeza nos discursos masculinos; e relacionais/sexuais nas mulheres, que aparecem, sobretudo, nas queixas depressivas e nas histórias de abandono e traição. Aponta-se a necessidade de se pensar em formas específicas de intervenção, na qual o viés das relações de gênero seja levado em consideração. Serão apresentados alguns exemplos de intervenção elaborados, executados e pesquisados a partir desta perspectiva.

Palavras-chave: Psicopatologia; Relações de Gênero; Saúde Mental

D

CLI

FENOMENOLÓGICA E A REFORMA PSIQUIÁTRICA. *Daniela Ribeiro Schneider*
(Departamento de Psicologia, Núcleo de Pesquisas em psicologia Clínica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC)

Ao final do século XIX floresceu a necessidade de uma nova atitude do médico frente à questão da loucura: a atitude clínica, ou seja, a importância de observar o comportamento do paciente. Assim, no início do novo século, a psiquiatria foi exigida a ir além da mera descrição dos sintomas. Era preciso, como afirmou Jaspers, psiquiatra fenomenológico, adotar uma postura compreensiva frente ao adoecer psíquico em detrimento de uma busca por causalidades: Eis o terreno em que nasceram as críticas à lógica determinista que imperava no seio da psiquiatria. Era crucial compreender que o adoecer psíquico ocorria a partir do existir humano, ou seja, como resultado de um processo de construção de uma personalidade no meio do mundo e em meio às relações com os outros, em oposição à noção de “doença mental” – sustentada em perspectiva individualizante, mecanicista e de base neurofisiológica – que não só inviabilizava a compreensão do fenômeno sofrimento psíquico na sua totalidade, como também impedia o próprio sujeito de emancipar-se do peso de seu “rótulo”, já que ele era entendido como oriundo de problemas internos (psicológicos e/ou cerebrais). A Fenomenologia fornecerá substratos filosóficos para romper com esta lógica determinista. Para realizar essa perspectiva filosófica, Husserl propõe um método de investigação que deve ter como ponto de partida a “volta às coisas mesmas”, ou seja, a filosofia deve estabelecer seus conhecimentos e verdades sustentada na descrição da realidade circundante, como é apreendida pelo homem, enquanto ser em relação. A Psiquiatria Fenomenológica constituiu-se a partir do momento em que alguns profissionais da medicina passaram a se interessar pelas concepções defendidas por Husserl e, também, por Heidegger, pois tais filosofias forneciam elementos para se compreender o existir humano, portanto, as condições para a constituição do sujeito, e daí, para a ocorrência das dificuldades psicológicas e das psicopatologias. Os psiquiatras fenomenológicos mais conhecidos foram Jaspers, Binswanger, Minkowski, Boss, entre outros. Influenciado por esta abordagem, também teve contribuição neste processo a filosofia existencialista de Sartre, que, em conjunto com a fenomenologia, forneceram bases epistemológicas à reformulação teórica e metodológica do modelo psiquiátrico, com claros impactos no movimento antipsiquiátrico. Refletir sobre a Reforma Psiquiátrica, pensar a saúde mental enquanto saúde coletiva, postulá-la enquanto rede de atenção ao sofrimento psíquico, tomando-a numa perspectiva de saúde integral, são questões cruciais para os necessários avanços na área. Mas estes aspectos têm que estar referendados em novos horizontes epistemológicos, sob pena de reproduzirmos velhas fórmulas sob novos mecanismos terapêuticos. Este curso pretende refletir sobre as contribuições epistemológicas da psicopatologia fenomenológica para a consolidação da Reforma Psiquiátrica.

Justificativa

O momento atual do campo da saúde mental é perpassado por contradições de várias ordens: técnica, política e epistemológica. Para consolidar o novo modelo de atenção ao sofrimento psíquico tem de superar muitos impasses teórico-metodológicos em termos da conceituação e abordagem dos fenômenos psicopatológicos e das propostas de intervenção

neste campo, advindos da psiquiatria tradicional e do modelo biomédico. A psicopatologia fenomenológica, desde o início do século XX, contribuindo com aspectos epistemológica que põe em questão a tese hegemônica, contribuindo para a consolidação da Reforma neste campo. Faz-se necessário capacitar os novos profissionais para que compreendam este percurso histórico e apropriarem-se deste importante subsídio teórico-metodológico que muito pode contribuir para a consolidação da Reforma Psiquiátrica e sua perspectiva da clínica ampliada.

Objetivos:

- Descrever a história da Reforma Psiquiátrica e a contribuição da psicopatologia Fenomenológica na construção da Reforma;
- Possibilitar uma reflexão sobre as contradições presentes no campo da Reforma Psiquiátrica;
- Discutir a necessidade de buscar fundamentação teórico-metodológica que embase as mudanças de modelo que se fazem necessárias;
- Refletir sobre as proposições da psicopatologia para os novos modelos de atenção em saúde mental e para a construção de uma clínica ampliada;

Conteúdo Programático

- 1- Reforma Psiquiátrica: história e contradições presentes; necessidade de fundamentação epistemológica;
- 2- Psicopatologia Fenomenológica: História e principais concepções;
- 3- Psicologia Existencialista: contribuições para pensar o fenômeno psicopatológico;
- 4- Contribuições da Psicopatologia Fenomenológica e da Psicologia Existencialista para a Reforma Psiquiátrica e para a construção da clínica ampliada.

Metodologia

Aula expositiva dialogada

Recursos Didáticos:

- Data-show

Bibliografia Recomendada

Dartigues, A. (1992). *O Que é Fenomenologia*. São Paulo: Cortez.
Amarante, P. (2007). *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

- Delacampagne, C. (1990). De l'Existentialisme à l'Antipsychiatrie. *Les Temps Modernes*, Vol.1 e 2 (n° 531 a 533), 655-665.
- Jaspers, K. (1979). *Psicopatologia Geral*. Rio de Janeiro: Atheneu.
- Pessotti, I. (1994). *A Loucura e as Épocas*. São Paulo: Edições 34.
- Pessotti. (2006). Sobre a teoria da loucura no século XX. *Temas em Psicologia*, n° 14, 113-123.
- Sartre, J-P. (1952). *Saint Genet: Comédien et martyr*. Paris, Gallimard.
- Sartre, J-P. (2002). *Crítica da Razão Dialética: precedido por Questão de Método*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Schneider, D. (2002). *Novas Perspectivas para a Psicologia Clínica – um estudo a partir da obra “Saint Genet: comédien et martyr” de Jean Paul Sartre*. 336p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Teixeira, J. A. (1997) Introdução às abordagens fenomenológica e existencial em psicopatologia . *Análise Psicológica*, n° 2 (XV), p. 195-205.
- Van Den Berg, J. (1981). *O Paciente Psiquiátrico: esboço de psicopatologia fenomenológica*. São Paulo: Mestre Jou.

Psicopatologia fenomenológica; Psicologia Existencialista, Saúde Mental, Reforma Psiquiátrica
P

SMENTAL

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: A SOLUÇÃO PACIFIDORA DE IMPASSES. *Sílvia Maria Melo Gonçalves (Professora do Departamento de Psicologia e do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) e Ana Paula Todaro Taveira Leite (Universidade Federal Fluminense, Professora do Departamento de Administração)*

Os conflitos fazem parte da condição humana e estão cada vez mais presentes nas situações do dia a dia, nos negócios, nos governos, nas famílias e em inúmeras circunstâncias da vida das pessoas. Diante dos conflitos, as consequências podem ser benéficas, visto que estes trazem possibilidade de transformação e de mudança nos relacionamentos pessoais ou sociais, mas, também, podem ser desastrosos, representando fraqueza, fazendo com que sejam superados ao invés de elaborados, chegando a desestruturar relações entre pessoas, famílias, organizações e governos. Assim, ao se defrontar com o conflito, o modo como este será enfrentado dependerá de particularidades de cada um e de seu momento ao vivenciar tal situação. Por outro lado, o processo de negociação do conflito será fundamental para a manutenção do bem-estar subjetivo, visto que, geralmente, as pessoas ficam desgastadas e emocionalmente abaladas em estratégias de negociação. O espírito adversarial das negociações de situações de conflito desperta emoções negativas nas pessoas, contrapondo com a pacificação buscada pelo processo de mediação de conflitos, cujos sentimentos tendem a ser preservados, elevando os níveis de bem-estar subjetivo e de emoções positivas, preservando as relações interpessoais. O método da negociação baseada em princípios, desenvolvido no Projeto de Negociação de Harvard, tem como proposta básica que as questões sejam decididas a partir de seus méritos, ao invés de se basear naquilo que as partes mostram-se dispostas a fazer e a não fazer. As vantagens deste enfoque residem na imparcialidade e na impossibilidade de que alguém queira levar vantagem na situação em detrimento de outrem. É importante ressaltar que o papel desempenhado pelo mediador é fundamental, visto que, por ser uma pessoa neutra e imparcial, auxilia pessoas a resolverem situações difíceis e conflituosas de forma pacífica. Entretanto, pode-se considerar que todas as pessoas são negociadoras, pois, em seu cotidiano, não há como se conseguir algo de alguém que não seja através da negociação na medida em que, cada vez mais, os conflitos emergem em muitos setores da vida. O método da Mediação de Conflitos, desenvolvido na Universidade de Harvard, embora muito utilizado em vários países, ainda é pouco disseminado no Brasil, embora sua eficácia seja fundamental, pois estimula a reflexão e o diálogo, propiciando o estabelecimento da comunicação em situação de conflitos. Este fato é relevante porque torna possível o resgate da integridade emocional, principalmente quando as pessoas envolvidas continuarão a manter contato depois do impasse, tal como acontece com as famílias, amigos, vizinhos, organizações, dentre outras situações da vida.

Palavras-chave: mediação de conflitos; impasse; negociação

P- Pesquisador

Código da área: Psicologia Social

PSICOLOGIA CLINICA - COMUNITÁRIA: COMO TRABALHAR COM COMUNIDADES POBRES. *Maritza Montero (Central University of Venezuela)*

Na América Latina, o fenômeno da globalização e a instauração do modelo neoliberal como suporte político e ideológico trouxe como consequência um processo de rápida transformação dos modos de vida de grande parte da população e a deteriorização das identidades culturais. Esta situação coloca hoje um desafio para a psicologia na medida em que exige uma revisão na disciplina para se adaptar as novas realidades. A Psicologia Social Comunitária originada nos países americanos foi, desde o início, orientada para a mudança social. Mudança entendida como aquelas transformações nas comunidades e nos atores sociais sugerindo que eles obtenham a partir de si mesmos o fortalecimento de sua capacidade de decisão, de controle de suas próprias ações e a responsabilidade por suas consequências. Porém, não é possível sugerir as transformações significativas que as comunidades necessitam sem que se faça uma reflexão exaustiva sobre o poder e suas configurações, sobre os diversos tipos de lideranças, as formas de resistência comunitária, suas redes, assim como também sobre a articulação entre democracia, sociedade civil e ação política. A ênfase sai do enfoque individual a favor de uma análise e intervenção social. Comprometida com a justiça social, a Psicologia Clínica Comunitária orienta-se pelas seguintes ideias e princípios básicos: a) A autogestão comunitária com vias para que a comunidade tome consciência de sua situação e assuma sua própria transformação por meio da ação libertadora da opressão social e dos sentimentos de alienação e impotência, permitindo que as pessoas reconheçam suas próprias capacidades; b) O controle e a participação da comunidades nos processos de mudança que o psicólogo facilitará evitando posturas intervencionistas e autoritárias; c) a confrontação da ideologia como racionalização coletiva da dominação social; d) A prática transformadora da realidade social e a investigação-ação participante como união de teoria e práxis, sem esquecer o saber popular; e) O compromisso social e político com os mais necessitados e despossuídos. O que a Psicologia Social Comunitária propõe é, em resumo, transformar os indivíduos em sujeitos por meio da tomada de consciência e a ação coletiva, tendo em conta não só os processos psicológicos e psicossociais em uso, como, também, os processos e categorias sociais e históricos mais globais, como a identidade, a cultura e os significados sociais. Portanto, a Psicologia Clínica-Comunitária é um campo multidisciplinar que abarca uma série de estratégias de intervenção como a prevenção, educação e promoção de saúde mental, estabelecimento de relações de poder assimétricas baseadas na negociação e outras ações. Neste sentido conclui-se que toda Psicologia Comunitária é na sua base uma Psicologia Política, uma vez que trata de organização, desenvolvimento e promoção de cidadania.

FORMAS DE ESTRESSES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.

ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO: A SITUAÇÃO EMOCIONAL DE PESSOAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA. *Ricardo Kamizaki (Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Juiz de Fora - Juiz de Fora – MG)*

Assaltos, roubos, furtos, seqüestros, seqüestros-relâmpago, acidentes de trânsito, violência sexual entre tantos outros tipos de violência urbana e interpessoal estão cada vez mais freqüentes, a resposta emocional das pessoas aparece sob a forma de Transtorno por Estresse Pós-Traumático (PTSD), uma perturbação psíquica decorrente de um evento ou fator que ameaça a integridade física das pessoas, sendo ele testemunha ou vítima. Conhecida como "neurose de guerra", a doença era diagnosticada, principalmente, entre pessoas que estiveram em meio a conflitos armados e guerras. Há 30 anos, sobreviventes de guerra apresentavam esses episódios de estresse pós-traumático, quando algum acontecimento acionava a memória do terror que testemunharam. Hoje em dia, com o aumento da violência urbana e doméstica, além dos inúmeros acidentes aéreos e tragédias naturais, provocadas por enchentes, incêndios e desmoronamentos, as pessoas vêm sentindo mais dificuldade em lidar com a crueldade embutida nesses episódios. As pessoas que vivem em cidades em que a onda de violência está aumentando, têm que lidar com um problema cada vez mais freqüente, o estado das vítimas após uma situação de agressão. Em situações ideais, uma pessoa que se depara com uma situação de agressão, vivencia uma alta intensidade de estresse no momento e logo depois do evento, mas tende a ir voltando ao seu padrão de funcionamento com o passar do tempo. (Selye). Diferentes pessoas não reagem do mesmo modo a uma situação violenta. Quando duas pessoas vivem uma mesma situação de agressão, uma pode ficar traumatizada, enquanto a outra retoma a sua rotina em pouco tempo. Uma série de fatores como estes tornam alguém mais vulnerável a determinadas agressões, determinando os limites entre o assimilável e o excessivo. Apesar de muitas pessoas viverem situações violentas, uma parcela bem menor desenvolve Estresse Pós-traumático. Após uma situação de violência, uma pessoa pode permanecer em estado alterado por períodos variáveis. É classificado como estado de estresse agudo quando a pessoa apresenta sinais intensos de estresse após o evento traumático, mas volta ao seu padrão de funcionamento normal dentro do primeiro mês. Quando as reações persistem por meses e até anos, é classificado como estresse pós-traumático. Cada pessoa em situação de estresse pós-traumático necessita de uma atenção cuidadosa, pois suas reações têm relação com a sua história de vida, sua capacidade de lidar com sentimentos e emoções, o impacto que a experiência teve em sua vida e a qualidade de suas experiências de vida dali para frente. A terapia permite restaurar a capacidade de lidar com fortes emoções internas, o que pode ter ficado comprometido desde a primeira infância. Este processo precisa ocorrer num contexto vincular de cuidado e confiança com a ajuda de técnicas específicas, para então começar a ensiná-lo a manejar melhor seus estados internos e o mundo à sua volta, visando a sua recuperação e o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: estresse pós-traumático, violência, terapia para estresse pós-traumático

Código da área da pesquisa ou intervenção: SOCIAL

MUDANÇAS NAS ORGANIZAÇÕES E ESTRESSE – CAUSAS, PREVENÇÃO, SINTOMAS E INTERVENÇÕES. *Antonio Maurício Castanheira das Neves (CEFET/RJ e Universidade Católica de Petrópolis - Rio de Janeiro, RJ)*

O estudo discute o impacto das mudanças nas organizações contemporâneas que demonstram cada vez mais uma maior exposição ao estresse em seus colaboradores, causadas por situações muitas vezes atribuídas ao cotidiano organizacional, ou seja, vivência de desqualificação, frustração de projetos de carreira e de vida, esvaziamento de motivação, sensação de aprisionamento, tensões e frustrações, limitações da participação na vida familiar e na vida social. Desta forma, tanto a sociedade como as organizações procuram alternativas para racionalizar o tempo, estabelecendo prioridades, metas e jornadas de trabalhos diversificadas. Sendo o estresse uma reação do organismo a qualquer situação que represente um desafio e produza inquietude, são apontadas como causas desse fenômeno no cotidiano organizacional: perfeccionismo, déficit em assertividade, falta de planejamento e objetivos claros e dificuldade em administrar crises. Em termos contemporâneos busca-se demonstrar as causas internas e externas. Essa discussão se apresenta da seguinte forma: seria o estresse uma variável dentro do próprio indivíduo, ou teria esse fenômeno um caráter exógeno? Respeitando a classificação que aponta quatro níveis de intensidade, do mais leve ao mais grave: fase de alerta, de resistência, de quase exaustão e de exaustão, acredita-se, cada vez mais, com base em evidências, formais ou empíricas, que a prevenção se apoia em quatro pilares: alimentação, exercícios físicos, relaxamento e mudança da forma estressante de pensar. Administrar o tempo seria uma respeitável saída, ou seja, obedecer a prioridades e estabelecer o que é mais importante e mais urgente para a empresa e para a vida pessoal. Nesse quesito, a hipótese internalista encontra respaldo. A evolução da sociedade tem trazido grandes avanços técnicos e científicos que influenciam diretamente a vida do homem. Contudo, se de um lado a tecnológica e a rápida comunicação proporcionam uma sensível melhoria em certos segmentos, por outro lado, são gerados problemas relacionados ao ambiente de trabalho nas organizações. Os problemas gerados com as constantes mudanças levam os colaboradores das organizações à procura do desenvolvimento profissional e principalmente pessoal como estratégia. No entanto, mesmo nessa realidade, existem causas internas que provocam o estresse. A mesma situação que é altamente estressante para uma pessoa pode ser encarada como natural para outra. Nesse caso, essas causas internas seriam formas negativistas de interpretar e encarar os fatos, o que daria ao estresse um caráter mais endógeno, com hipóteses mais cognitivas. Além de uma boa alimentação, exercícios físicos, relaxamento e a reestruturação do modo negativo de pensar, deve-se prioritariamente racionalizar o tempo, estabelecer metas viáveis, prioridades, cuidar da saúde, administrar melhor o tempo livre e questionar alguns de seus projetos. Mesmo quando se acredita que o estresse é causado por fatores externos, aconselha-se tentar mudar o que for possível e adaptar-se aos fatores possivelmente estressantes que não puderem ser mudados.

Palavras-chave: trabalho, estresse, intervenções cognitivas.

Código da área da pesquisa ou intervenção: SOCIAL

ANOMIA, ESTRESSE E REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA SOCIEDADE: IMPLICAÇÕES PARA A CONDUTA DESVIANTE. *Marcos Aguiar de Souza*
(Departamento de Psicologia – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Seropédica – RJ)

O comportamento desviante tem sido amplamente discutido no contexto de diferentes áreas de conhecimento, sendo definido como o comportamento que não se adequa às normas vigentes e aceitas pela maioria dos indivíduos de uma determinada sociedade. A discussão proposta para explicar o comportamento desviante se estrutura em torno de um modelo explicativo que considera a anomia como ponto de partida para a vivência de elevados níveis de estresse por parte de indivíduos e grupos, dando origem a representações sociais da sociedade menos favoráveis. A anomia tem sido explicada como um processo de deterioração das normas sociais, as quais são desafiadas na função de guiar o comportamento humano em sociedade, favorecendo a adoção de condutas que podem ser contrárias inclusive às normas legais. A relação entre anomia e representação social da sociedade tem sido discutida com base na lógica de que o estado de anomia surge quando a própria sociedade passa a ser concebida como algo a ser enfrentado por indivíduos e grupos num contexto caracterizado por diferenças. A teoria das representações sociais tem como foco principal a complexidade de nosso ambiente social e a construção social da realidade. Assim, as representações sociais que um indivíduo possui em relação a um determinado objeto social estão continuamente em transformação em relação às interações sociais e ao ambiente social no qual elas são geradas. Além de funcionarem como um guia do comportamento individual. Assim, as representações sociais remodelam e reconstituem os elementos do ambiente no qual o comportamento toma lugar, dando significado a esse comportamento e integrando-o num sistema comportamental e relacional mais amplo. A instabilidade social e a incerteza decorrente de tal contexto favorecem então a busca por novas formas de atingir as metas socialmente valorizadas ou mesmo vivenciar de situações emocionalmente recompensadoras. O estresse então pode ser considerado como resultado de uma tentativa do indivíduo em lidar com um ambiente em que as várias estratégias de enfrentamento (*coping*) têm se mostrado infrutíferas e o comportamento desviante como uma resposta às contingências presentes no contexto em que ocorre. É, de fato, uma forma de adaptação dos indivíduos a circunstâncias adversas, devendo ser considerado em função dos esforços para lidar com situações estressantes. Os estudos têm evidenciado que a anomia se correlaciona positivamente com estresse; que o estresse se correlaciona positivamente com comportamento desviante e que as representações sociais da sociedade se correlacionam de forma inversa com anomia e estresse. Justifica-se, assim, a busca por formas eficazes de atenuar os problemas enfrentados por aqueles em situação menos favorável na sociedade, tem sido observada em conjunto com esforços por parte de políticos e governantes no sentido de alterar a percepção que tais grupos têm da sociedade. A consulta à literatura especializada tem permitido concluir que a representação social da sociedade é inversamente proporcional à anomia e que os grupos mais anômicos na sociedade, principalmente considerando-se o contexto da cidade do Rio de Janeiro, são as mulheres, os mais jovens, os de maior grau de escolaridade e os solteiros.

Palavras-chave: estresse; anomia; comportamento desviante; representação social da sociedade

Código da área da pesquisa ou intervenção: SOCIAL

O UNIVERSO DA SAÚDE NO TRABALHO.

TRABALHO E ESTRESSE – CAUSAS, PREVENÇÃO, SINTOMAS E A APLICABILIDADE DE INTERVENÇÕES COGNITIVO-COMPORTAMENTAIS.

Lélio Moura Lourenço (Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG)

Constantes mudanças nas organizações contemporâneas demonstram freqüentemente uma maior exposição ao estresse em seus colaboradores, causadas por situações muitas vezes atribuídas ao cotidiano organizacional, ou seja, vivência de desqualificação, frustração de projetos de carreira e de vida, esvaziamento de motivação, sensação de aprisionamento, tensões e frustrações, limitações da participação na vida familiar e social. Desta forma, tanto a sociedade como as organizações estão procurando buscar alternativas para racionalizar o tempo, cuidando da saúde e da vida pessoal, estabelecendo prioridades, metas e jornadas de trabalhos diversificadas. Sendo o estresse uma reação do organismo a qualquer situação que represente um desafio e produza inquietude, podemos apontar como principais causas desse fenômeno no cotidiano organizacional: perfeccionismo, deficit em assertividade, falta de planejamento e objetivos claros e dificuldade em administrar crises. Em termos contemporâneos busca-se demonstrar as causas internas e externas. Essa discussão se apresenta da seguinte forma: seria o estresse uma variável dentro do próprio indivíduo, ou teria esse fenômeno um caráter exógeno? Respeitando a classificação que aponta quatro níveis de intensidade, do mais leve ao mais grave: fase de alerta, de resistência, de quase exaustão e de exaustão, acredita-se, cada vez mais, com base em evidências, formais ou empíricas, que a prevenção se apoia em quatro pilares: alimentação, exercícios físicos, relaxamento e mudança da forma estressante de pensar. Administrar o tempo seria uma respeitável saída, ou seja, obedecer a prioridades e estabelecer o que é mais importante e mais urgente para a empresa e para a vida pessoal. Nesse quesito, a hipótese internalista encontra respaldo. A mesma situação que é altamente estressante para uma pessoa pode ser encarada como natural para outra. Nesse caso, essas causas internas seriam formas negativistas de interpretar e encarar os fatos, o que daria ao estresse um caráter mais endógeno, com hipóteses mais cognitivas. As organizações em várias regiões do globo desenvolvem, através de Programas de Desenvolvimento Cognitivo, segundo os princípios básicos da Terapia Cognitiva, programas que objetivam, através do desenvolvimento da flexibilidade cognitiva, o controle das emoções e comportamentos, a prevenção de quadros considerados disfuncionais, facilitando assim o aperfeiçoamento profissional, o melhor desempenho individual, a melhor qualidade nas relações interpessoais e no nível subjetivo de satisfação profissional e pessoal. O oferecimento de programas de intervenções, junto a funcionários de todos os escalões, visa a prevenção da depressão e do aumento nos níveis cotidianos de ansiedade e stress, através do uso de técnicas cognitivas. Incrementar o uso de treinos assertivos, reestruturar cognitivamente as crenças desenvolvidas pela clientela no que concerne à convivência com colegas, ou mesmo em relação à sua auto estima profissional, são algumas das possibilidades de atuação do psicólogo organizacional com base na TC. Pesquisas analisando níveis de estresse, assertividade nas relações de trabalho, ansiedade e depressão, com base em inventários já consagrados na prática clínica, podem levar ainda mais longe os anseios por uma intervenção mais segura, com níveis significativos de confiabilidade científica.

Palavras-chave: trabalho, estresse, intervenções cognitivas.

ORG - Psicologia Organizacional e do Trabalho

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, FRAGILIDADE SINDICAL E NEUTRALIZAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO COLETIVA. *Antonio Maurício Castanheira das Neves* (Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca/ Rio de Janeiro e Universidade Católica de Petrópolis - RJ)

O trabalho procurou constatar que a implantação de novas tecnologias nos portos brasileiros vem gerando dessindicalização, fragilidade sindical e neutralização da mobilização coletiva, verificável quando da privatização das operações portuárias e da mudança nas funções de uma empresa ligada ao setor de portos no Rio de Janeiro. Efetuou um levantamento sobre o uso de novas tecnologias no porto da cidade do Rio de Janeiro e o conseqüente impacto sobre a classe portuária no fator empregabilidade, diante do atual processo de automação do terminal de contêineres. Neste contexto, surgem expressões que assumem um status paradigmático, dentre as quais destacamos a flexibilização do trabalho. Entendemos, no entanto, que a flexibilização está longe de vir ao encontro das necessidades e dos interesses vitais dos trabalhadores. Ela é imposta ditatorialmente pelo capitalismo neoliberal, viabilizando de forma exclusiva sua filosofia econômica da redução de custos a todo preço. É preciso notar que a idéia de empregabilidade tem se mostrado uma expressão que desloca a responsabilidade da esfera social para o âmbito do indivíduo, que cada vez mais a entende como sendo de sua competência exclusiva, não cabendo nada às esferas superiores. A estas duas expressões, especialmente à flexibilização do trabalho, deve-se acrescentar outra, o “subemprego múltiplo”. Por outro lado, a literatura especializada sugere que os portos devem buscar definir um perfil de movimentação de carga de acordo com a capacidade operacional presente a futura. Constata-se que alguns portos devem incrementar suas atividades, buscando movimentar mais e melhor a carga portuária, mas estarão algumas vezes limitados pelo ambiente portuário. No caso da cidade do Rio de Janeiro, a existência da necessidade da baía preservada, por exemplo, dificulta a entrada de carga com alto grau de risco de poluição (isto é petróleo e derivados, química fina, alguns minérios e outras cargas poluentes). Também o fato do porto estar localizado em um centro urbano mostra dificuldade, e certamente caracteriza a carência de espaço para movimentação e armazenagem de cargas portuárias. Esse porto, por conseguinte, não deve ser um porto concentrador de carga. Para esses casos a racionalidade administrativa recomenda concentrar-se nas cargas limpas, como os contêineres por exemplo, e seu processo de automação e geração de desemprego. Conclui-se que os profissionais de todas as categorias, com grau universitário ou não, transformaram-se em subempregados de função múltipla e sem emprego fixo, fazendo algo diverso daquilo para o qual se qualificaram. Desta maneira, à oscilação entre emprego remunerado e desemprego, soma-se um permanente vaivém entre qualificações, sendo que com freqüência os cidadãos acumulam dois ou três empregos para poder manter seu padrão de vida.

Palavras-chave: inovação, fragilidade sindical e neutralização da mobilização

ORG - Psicologia Organizacional e do Trabalho

ESTRESSE E TRABALHADOR DOCENTE: O POSSÍVEL ADOECIMENTO FÍSICO E MENTAL DOS PROFESSORES. *Ricardo Kamizaki (Universidade Federal de Juiz de Fora- Juiz de Fora- MG)*

O estudo das relações entre o processo de trabalho docente, as reais condições sob as quais ele se desenvolve e o possível adoecimento físico e mental dos professores constituem um desafio e uma necessidade para se entender o processo saúde-doença do trabalhador docente. As condições de trabalho, ou seja, as circunstâncias sob as quais os docentes mobilizam as suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para atingir os objetivos da produção escolar podem gerar estresse. O estudo de Kamizaki e Faleiros Sousa consistiu da replicação do experimento de Masuda e Holmes tendo sido acrescentado a esse mais 20 eventos de vida da profissão de professor. Assim, 63 eventos de vida, tais como, morte do cônjuge, casamento, desinteresse dos alunos, indisciplina foram selecionados e escalonados pelo método de estimação de magnitudes, uma abordagem da psicofísica clínica e social, por 138 professores de seis escolas públicas situadas em Campinas, São Paulo, Orlandia e Ribeirão Preto. Os resultados apontaram para uma significativa uniformidade das amostras dos professores atuantes, a despeito das diferenças de cidades, sexo, disciplinas que lecionam ou regime de trabalho (temporário ou efetivo). Essa homogeneidade encontrada nas amostras pode ser reflexo dos problemas comuns referentes ao ensino público. Os dados também indicaram que os níveis de estresse do professor em comparação com uma amostra de estudantes universitários eram bem elevados. Pesquisas produzidas por Codo apontam para um elevado índice de estresse nos professores, inclusive com presença da Síndrome de Burnout que é definida como uma discrepância da percepção individual entre esforço e consequência, percepção esta influenciada por fatores individuais, organizacionais e sociais. O estresse do professor é relacionado com a sua formação acadêmica, que deve capacitá-lo muito bem em tópicos diversos como: tecnologia do ensino, capacidade de planejar e garantir sua educação continuada, conhecimento científico das variáveis que influem em docentes e alunos, e mesmo em conhecimento de metodologia científica para que possa trabalhar com mais segurança, assumir os riscos nas inovações, testando-as adequadamente. A sala de aula é um “laboratório”, na qual o professor pode atuar como pesquisador capaz de contribuir para que se conheça cada vez mais sobre o que nela ocorre, seus personagens, o ensino-aprendizagem, as relações interpessoais, os materiais, a organização, etc. O docente deve estar preparado para trabalhar com todos estes aspectos, esta diversidade de variáveis, usando estratégias que evitem os efeitos negativos dos estressores que estão associados a esta variedade de situações. Precisa ter consciência da realidade em que atua e avaliar o impacto de sua ação. Concluímos que o professor se encontra com altos níveis de estresse, porém poucos artigos mostram como combatê-lo de forma eficaz. Pesquisas comparativas feitas entre 1999 e 2008 mostram que não houve alterações nos resultados. Atualmente estamos desenvolvendo numa escola pública de Juiz de Fora-MG, um projeto com intervenções através de vivências, visando alterar as representações sociais dos objetos considerados estressantes pelos professores.

Palavras chaves: estresse do professor, síndrome de burnout, escola pública.

ORG - Psicologia Organizacional e do Trabalho

COGNIÇÃO E COMPORTAMENTO: DESAFIOS ATUAIS.

SELEÇÃO E ASSOCIAÇÃO EM PSICOLOGIA: DIFERENTES MODELOS CAUSAIS NOS PARADIGMAS DE CONDICIONAMENTO PAVLOVIANO E REFORÇAMENTO OPERANTE. *Marcelo Frota Lobato Benvenuti (Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF).*

Na análise do comportamento, comportamentos operantes e respondentes têm sido definidos como relações comportamentais distintas. No comportamento operante, respostas são emitidas e mantidas por reforço; no respondente, respostas são eliciadas por estímulos. A diferença entre operantes e respondentes também tem sido justificada com base nos processos comportamentais que permitem a construção de novas relações comportamentais por meio da experiência: no condicionamento respondente (também pavloviano ou clássico), estímulos de início neutros como eliciadores passam a eliciar respostas pela relação sistemática com estímulos eliciadores incondicionais; na modelagem e diferenciação de respostas, respostas novas podem ser adquiridas e aperfeiçoadas por meio de reforço diferencial. Atualmente, o estudo de operantes e respondentes tem sido feito por áreas de investigação separadas. Essa separação não é apenas didática e produto da especialização do estudo do complexo campo do comportamento. Ao contrário, essa separação tem permitido o desenvolvimento de diferentes princípios básicos para o fenômeno da aprendizagem. Condicionamento respondente tem sido explicado por um modelo causal associacionista, enquanto reforçamento, por um modelo causal de seleção pelas consequências. Para a análise de fenômenos complexos, contudo, uma perspectiva integrada é necessária. Nesse sentido, a integração de princípios operantes e respondentes por meio de uma teoria unificada do reforço pode ser um caminho para a superação de dicotomias clássicas em psicologia que separam áreas de investigação experimental. Tal parece ser o caso da dicotomia entre associação e seleção, base para muitas das divergências entre orientações comportamentais e cognitivas em psicologia.

Prodoc/Capes

Palavras-chave: operantes, respondentes, causalidade.

AEC

CONTRIBUIÇÕES RECENTES DAS NEUROCIÊNCIAS PARA O ESTUDO DO AUTOCONTROLE. *Miriam Garcia-Mijares (Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP).*

A escolha por um reforçador menor imediato em detrimento de um reforçador maior demorado tem sido denominada de impulsividade e a escolha oposta, de autocontrole. Ainda que tema de debate por não menos de 50 anos pelas ciências do comportamento, apenas recentemente as variáveis que determinam o auto-controle/impulsividade têm sido foco de intensa pesquisa pelas neurociências. Pretende-se discutir as contribuições de algumas dessas pesquisas para o entendimento dos padrões de escolha denominados de auto-controle e impulsividade. Especificamente, serão analisados os estudos que mediram as respostas em diferentes áreas do cérebro de sujeitos submetido a tarefas de escolha e as alterações na neurotransmissão dessas áreas decorrentes da história de aprendizagem e do consumo de drogas de abuso. Serão também discutidas as contribuições dessas pesquisas no desenvolvimento e estudo de tecnologias de ensino para o fortalecimento de preferências por reforçadores maiores disponíveis a longo prazo.

Palavras-chave: autocontrole; escolha; neurociência; impulsividade.

AEC

O PAPEL DOS RECURSOS ATENCIONAIS NA MANUTENÇÃO DOS TRANSTORNOS DE ANSIEDADE E A COMPREENSÃO DOS PROCESSOS DE MEMÓRIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL. *Goiara Mendonça de Castilho (Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF).*

A psicologia cognitiva encerra o estudo de uma variedade de processos que, embora, componham um sistema uno e complexo, podem ser estudados separadamente para fins didáticos. Dentre esses processos cognitivos, especial atenção é dada à memória e à atenção, com o intuito de ilustrar, nos contextos educacional e clínico, possibilidades de aplicação dos avanços na área, considerando-se a relação entre cognição e comportamento. A memória é um processo cognitivo que envolve a codificação, o armazenamento e a evocação da informação. Codificar implica na criação de um registro (informação) a ser armazenado; o armazenamento pode ser: duradouro, quer seja de informação conceitual ou episódica; ou transitório, relacionado à manipulação de uma informação pertinente num contexto espaço-temporal específico. Por fim, a evocação pode envolver mecanismos de reconhecimento e recuperação de uma informação armazenada. A memória é um processo importante para muitas funções cognitivas e tem relevância em muitos contextos de investigação, sendo de especial interesse os processos de aprendizagem. Nesse contexto, a compreensão dos processos de memória é fundamental para a preparação dos materiais didáticos, considerando-se os processos de codificação e, em sentido mais amplo, dos próprios recursos didáticos, uma vez que, ao longo de nossa educação formal, lidamos com uma gama impressionante de informações que devemos reter e utilizar. Atenção é um processo que envolve filtros de processamento da informação. Tanto no contexto educacional como clínico, os distúrbios da atenção, como o TDHA tem recebido a atenção de diversos pesquisadores (pedagogos, psicólogos, médicos etc.). Contudo, além do TDHA, outro aspecto inerente à atenção, relativamente pouco conhecido, merece consideração: os recursos atencionais transfixados. Na perspectiva da terapia cognitiva, tais recursos seriam responsáveis para a manutenção de quadros fóbicos com ataques de pânico, uma vez que pacientes assim diagnosticados parecem ater-se a aspectos muitíssimo específicos, como, por exemplo, seus próprios batimentos cardíacos, e apresentam certa dificuldade em flexibilizar seus recursos cognitivos. Assim, compreender como e onde os filtros operam é salutar para a boa condução do processo terapêutico. Embora ambos os processos supracitados tenham sido apresentados separadamente, é importante apontar que existem interessantes interfaces entre ambos: no contexto da aprendizagem, os processos atencionais são importantes para o destino da informação (se foi armazenada ou não e como foi armazenada). Já no contexto da terapia cognitiva, a organização e conteúdo da informação armazenada é relevante para se compreender como os pacientes lançam mão de seus recursos atencionais.

Palavras-chave: atenção; memória; contextos educacionais.

COG

PARADOXOS DA SEGREGAÇÃO NA ATUALIDADE.

A CLÍNICA DA DIFERENÇA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO. *Gilsa F. Tarré de Oliveira (Universidade Estácio de Sá (UNESA), Rio de Janeiro, RJ).*

Como sustentar o particular frente às pressões homogeneizantes? No cotidiano de nossas vidas esbarramos com os efeitos do discurso científico e da tecnologia que difundem a mensagem de que “tudo é possível”. Como situações exemplares, temos a avançadas técnicas de reprodução assistida e o crescimento vertiginoso da indústria dos psicotrópicos que espalham pelo mundo a ilusão de uma completude subjetiva e de garantia de um bem-estar individualista. De uma outra perspectiva, os fundamentalismos políticos e religiosos reforçam consideravelmente as diferenças, as fronteiras, logo, a recusa e a rejeição do estrangeiro. Propomos pensar que a segregação requer duas operações: a primeira, uma operação de linguagem, de cunho classificatório inspirada em parâmetros científicos; a segunda consiste numa imputação de gozo ao outro, definido como privador ativo (que me rouba o trabalho ou contágia com seu mal) ou por comparação, (o outro que goza enquanto eu reprimo), que incrementa o ódio ao estrangeiro gozador. Finalmente, baseando-nos nesses encaminhamentos trazemos como tema para discussão a dificuldade no manejo da aporia: universalidade (categorias)/particularidade (sujeito), em nossas intervenções profissionais, especialmente no campo clínico em suas diferentes possibilidades de exercício. A partir da experiência clínica, trazemos elementos que podem nos auxiliar a uma reflexão que diz respeito aos desafios atuais na sustentação de uma posição coerente com a subversão freudiana que funda uma ética da diferença no sentido mais real que possamos conferir ao termo diferença e caminha na contramão das tentativas homogeneizantes da vida globalizada.

Palavras-chave: segregação, laço social, novos sintomas

Nível do trabalho: Outro

Código da área: CLIN

MULHER E PERVERSÃO: A SEGREGAÇÃO LÓGICA. *Rita Maria Manso de Barros* (Departamento de Fundamentos da Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO. Rio de Janeiro, RJ).

A implicação da mulher na estrutura perversa tem sido tema de debate no meio psicanalítico por uma questão lógica. Quase sempre é considerada uma impossibilidade haver mulher na estrutura perversa, sendo incompatíveis os dois termos. Se, para Freud, o reconhecimento da castração no Outro (quase sempre a mãe, mas Freud concebeu seu pai como castrado no episódio do chapéu), e a concomitante negação disso no Outro para que o sujeito não se depare com o temor da perda de um bem narcisicamente valorizado, a recusa ou desmentido (*Verleugnung*), como caminho lógico e cognitivo, se processaria apenas no homem, isto é, no portador de pênis. Isto porque o menino, conhecedor das delícias que a manipulação daquele pedacinho de carne há muito lhe proporciona, vinha sendo conduzido, até aquele momento pelo caminho próximo à submissão à realidade partilhada. Segundo Freud, os meninos recusam (*leugnen*) este ‘defeito’, julgam até ver um membro, e a fim de atenuar esta contraposição entre a observação e a pré-concepção lançam a afirmação: “ele ainda é pequeno e ainda vai crescer”. Imaginariamente, o membro é tanto valorizado por seu aspecto anatômico e de boa forma, como por ser fonte de sensações poderosas por sua grande carga libidinal, além de ser fonte de angústia originada na fantasia de perdê-lo. Contudo, quando Freud destaca que os meninos recusam admite que isso não é o mesmo que eles negam, foracluem (*Verwerfung*) o membro. Se este fosse o caso teríamos o ingresso na psicose. Adentrando um pouco o significado das palavras, *Verleugnung* significa afirmar que não se tem ou não se conhece algo ou alguém, que pode ser um amigo, seu modo de pensar, seu Deus ou seus ideais. Mais ou menos como negar aquilo que de fato se é por medo de perder uma posição, ou até, e, sobretudo, a vida. Nega-se uma religião por medo de morrer na fogueira, nega-se um amigo por temer ser acusado de comunista como ele e sofrer torturas. Em outro dicionário, a palavra *Verleugnen* é traduzida como negar, mas se a ela acrescento *sich*, a tradução é “negar estar em casa”. Entendemos que à menina fica vetado o caminho que negue esta parte da realidade, a ausência do pênis (falo) porque ela sabe que não tem, nunca teve e não tem a menor possibilidade de vir a ter este órgão valorizado pela cultura e propiciador de gozo. Ela não pode *verleugnen sich*, isto é, negar estar em casa, em seu corpo. Caso o faça, somente lhe restará o caminho da *Verwerfung*, negando a realidade e substituindo-a por uma outra que a tranquilize quanto ao horror. Isto explicaria porque as mulheres foram objetos de gozo por tantos anos, sendo levadas às fogueiras e segregadas dos lugares de poder?

Palavras chave: Corpo, adolescência, gozo.

Nível do trabalho: Outro

Código da área: CLIN

SEGREGAÇÃO E GOZO EM *ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA*. *Heloisa Caldas*
(Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ).

O objetivo desse trabalho é fazer uma articulação entre o romance *Ensaio sobre a cegueira* (Saramago, 1995) e a questão da segregação, segundo uma leitura psicanalítica lacaniana. Esse romance do escritor português, recentemente bem divulgado pela sua adaptação ao cinema, sob direção de Fernando Meirelles, permite tratar os aspectos que mais se destacam no mal-estar contemporâneo da segregação e seus paradoxos, uma vez que ilustra esse paradoxo ao tratar de uma cegueira que se propaga por contaminação. Enquanto a linha de segregação é traçada para separar cegos contaminados dos demais, ficamos propensos, como leitores, a cair na armadilha de nos apiedar dos pobres cegos, deixados à mercê de sua sorte. No entanto, quando entre os próprios cegos, que a princípio começaram por formar grupos que se solidarizam na falta, surgem quadrilhas para explorar e abusar, começamos a tocar no que Freud é levado a teorizar a partir do momento em que postula a pulsão de morte - o mal-estar de estrutura que encontramos em todo o tecido cultural e que constitui a raiz da segregação.

Nesse percurso, além do referido romance, vamos nos valer das considerações de Freud em seu texto em “Mal-estar na cultura” (1932) e em “O estranho” (1919) quando ressalta o caráter paradoxal do termo alemão *Umheimlich* – o familiar enigmático – assim como o Seminário de J. Lacan dedicado à *Angústia* (1962-63) no qual Lacan situa a experiência de angústia no encontro do sujeito com o que se apresenta para além da *janela* da fantasia: ou seja, com a *castração* do Outro e sua condição de objeto *causa* de desejo ou de gozo, para esse Outro.

Essa posição original de objeto como Outro em si mesmo torna impossível, como assinalou Freud, cumprir o mandamento cristão de ‘amar ao próximo como a si mesmo’, simplesmente porque não se pode amar a si mesmo. No coração do amor reside o ódio e em ‘si mesmo’ habita o Outro. Esse Outro é experimentado como estranho e hostil em função do gozo que ultrapassa os limites da linguagem. Ainda que parte do gozo passe pelas leis da linguagem e possa ser considerada pela cultura, outra parte de gozo resta impossível de contabilizar e, conseqüentemente, enigmática e hostil.

Palavras chave: Sujeito; gozo; segregação

Nível do trabalho: Outro

Código da área: CLIN

USO DE INSTRUMENTOS NA PESQUISA QUALITATIVA: A MEDIAÇÃO DIALÓGICA NAS ENTREVISTAS NARRATIVAS.

USO DE INSTRUMENTOS NA PESQUISA QUALITATIVA: A MEDIAÇÃO DIALÓGICA NAS ENTREVISTAS NARRATIVAS. *Juliana Eugênia Caixeta (Faculdade UnB Planaltina, Planaltina, DF); Fabrícia Teixeira Borges (Universidade Tiradentes, Aracaju, SE); Geisa Nunes de Souza Mozzer (Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO)*

Introdução

O objetivo desta mesa redonda é discutir o uso de instrumentos como mediadores das entrevistas nas pesquisas qualitativas em psicologia do desenvolvimento. Estamos interessadas em estudar os fenômenos mentais socialmente construídos, especialmente, os significados que as pessoas constroem sobre si e sobre o seu cotidiano. Para isso, adotamos a pesquisa qualitativa como aquela que melhor atende ao nosso desejo de estudar a produção de significados. Isto porque na abordagem qualitativa, a produção do conhecimento se estabelece numa relação dialógica entre o/a pesquisador/a e o/a participante em que as interações entre eles/as produzem sentidos. Partimos da abordagem histórico-cultural para refletir sobre os mediadores como ferramentas indispensáveis à construção do conhecimento, por otimizarem os processos mentais das pessoas, na interação social e na interação consigo. Esse posicionamento teórico está embasado nos autores clássicos da psicologia soviética: Vigostki, Luria, Leontiev e Bakhtin; e em teóricos contemporâneos, como: Barbato, Valsiner, Rosa, Ratner, Bruner, Werstch, Harré, Gonzalez Rey, entre outros.

Considerando a entrevista como um momento privilegiado de construção de conhecimento sobre um tema específico entre participante e pesquisador/a, defendemos o uso dos instrumentos mediadores como elementos capazes de estimular a reflexão e o posicionamento das pessoas sobre as diferentes temáticas da pesquisa. Com isso, concordamos com Valsiner (1994) e Mey (2000) sobre o fato de o desenvolvimento ser transformação e envolver processos em constante transformação o que exige uma metodologia de pesquisa capaz de engendrar esforços na descrição desses processos na construção de informações. Nesse contexto, entendemos que a metodologia qualitativa nos permite descrever os processos de desenvolvimento que acontecem no momento da interação e não apenas o produto deste desenvolvimento. Essa é a natureza das informações em psicologia do desenvolvimento, elas são construídas socialmente. Na pesquisa qualitativa de desenvolvimento humano, a construção e a análise de informações devem trazer a polissemia e polifonia das situações interativas (Bakhtin, 1981;1992). Para isso, a pesquisa deve contemplar um delineamento que garanta a triangulação, referente à utilização de uma grande variedade de estratégias de construção de informações (Gaskins, Miller e Corsaro, 1992).

Desenvolvimento

O grupo de Pesquisa em Pensamento e Cultura, que congrega pesquisadores e alunos de universidades do centro-oeste, nordeste brasileiro e universidades internacionais parceiras

(UAM-Es, UNed-Es) (Rosa, González e Barbato, 2009), vem desenvolvendo nos últimos 10 anos pesquisas sobre identidade, memória, inclusão, desenvolvimento adulto, adolescente e infantil que privilegiam o uso associado de diferentes tipos de narrativas com instrumentos mediadores que vão de fotografias pessoais, desenhos, histórias infantis, filmes cinematográficos a objetos diversos guardados pelos participantes das pesquisas (Borges, 2006; Borges, 2008; Borges e Linhares, 2008; Caixeta, 2006; Carlucci, 2008; Mozzer e Maluf, 2000, Mozzer e Borges; 2008; Mozzer, 2009; Ribeiro, 2006; Santos, 2007; Sobrinho, 2009).

Os estudos iniciais do grupo foram orientados, principalmente, pelas ideias de Vigotski (1987/1999; 1984/2002) de que a relação dos seres humanos com o mundo é sempre mediada, ou seja, uma relação indireta, onde utilizamos instrumentos e símbolos para romper limitações biológicas, sociais e mentais. Assim, Vigotski (1987/1999; 1984/2002), ao estudar a história da humanidade, sistematizou duas formas de mediação que foram construídas pelos grupos humanos através do tempo:

a) instrumental: aquela em que o indivíduo usa ferramentas para lidar com suas limitações biológicas, ex: óculos, caneta etc;

b) simbólica: aquela em que o indivíduo usa símbolos, representações do mundo real, como ferramentas psicológicas, que ampliam as possibilidades de o ser humano lidar com o espaço e o tempo.

Partindo desse pressuposto do mundo mediado, nossos estudos evidenciaram que o uso de instrumentos mediadores na pesquisa em psicologia do desenvolvimento funciona como estímulo para a construção de significados sobre os próprios mediadores e sobre si e seu cotidiano na relação que se estabelece entre pesquisador/a e participante. Os instrumentos mediadores possibilitam diferentes formas de aprofundamento das narrativas, porque provocam no/a participante a ação de pensar sobre si e sobre o seu cotidiano de forma mediada por instrumentos que vão além da própria natureza concreta. O aprofundamento das narrativas diz respeito a/ao: a) aparecimento de novos personagens nas narrativas; b) construção de novas relações entre os personagens das narrativas; c) detalhamento de eventos narrados em entrevistas anteriores; d) construção de novas posições-EU no processo de identificação; e) construção de novos significados para a história de si e para os próprios instrumentos mediadores e f) construção de novas emoções, afetos e valores no processo narrativo.

Sobre o uso dos instrumentos mediadores, vale a pena ressaltar que os nossos estudos evidenciam que as imagens, desenhos, objetos diversos que são usados na mediação das narrativas são ou se tornam símbolos, cada vez mais complexos, no momento da narrativa. Eles deixam de ser o que são para ganhar novos contornos, novos significados ou se reforçam como símbolos que engendram histórias e memórias na vida de uma pessoa. Dessa forma, por exemplo, quando os participantes escolhem uma fotografia do álbum de família ou quando os próprios participantes produzem uma fotografia e são estimulados a falar sobre elas, eles são colocados num contexto de resolução de problemas porque são estimulados a falar de si, a construir significados por meio de imagens que se referem a sua própria vida e, nesse momento, não é uma simples fotografia, é uma história que se concretiza e se sintetiza na imagem impressa no papel fotográfico, mas que ganha novos contornos com a possibilidade da narrativa. O que defendemos, então, é que os instrumentos mediadores da pesquisa qualitativa são mediadores simbólicos que provocam transformações nos fenômenos mentais complexos como a memória, a criatividade e o pensamento e na própria construção da identidade, que é sempre contínua, no ato narrativo.

Esses mediadores possibilitam aprofundamentos sucessivos da narrativa, de forma que o/a pesquisador/a, na interação com o/a participante e na análise das informações construídas, pode identificar os pontos de mudança do processo de desenvolvimento que foram construídos no ato narrativo, ex: casamento, nascimento e morte de filhos (Caixeta, 2006); o direcionamento do processo de desenvolvimento, ex: escola como um instrumento para a aquisição de melhor trabalho e, conseqüentemente, de melhora de vida (Carlucci, 2008); as possibilidades de percepções de si, do tempo, do espaço e dos artefatos culturais como a mídia (Sobrinho, 2009). Os instrumentos mediadores na pesquisa qualitativa possibilitam múltiplas narrativas em diferentes níveis de complexidade. Então, nosso grupo privilegia o uso de diferentes tipos de narrativas (autobiográficas, episódicas, grupais, situacionais, por exemplo. Sobre entrevistas, ver Bauer e Gaskell, 2000) e agrega a esses diferentes tipos de narrativas, instrumentos mediadores que oportunizam uma forma bem específica o falar de si e do seu cotidiano.

O uso de diferentes narrativas contribui, também, para a inserção dos instrumentos mediadores e provocam o/a participante a resolver, aparentemente, o mesmo problema: fale-me sobre sua vida, sobre seu cotidiano, sobre a sua escola, por exemplo, mas de uma forma bem diferente, ou seja, com a presença de instrumentos mediadores, que são a concretização de muitas experiências de vida dos participantes. Assim, quando uma participante, por exemplo, traz o sapato para uma entrevista de pesquisa e fala sobre a importância dele na relação entre escola-trabalho (Carlucci, 2008), temos o sapato, não mais como instrumento que a permite caminhar, mas como símbolo que engendra em si mesmo uma narrativa sobre significado de sapato na cultura e na vida daquela participante específica. O sapato deixou de ser instrumento e passou a se tornar símbolo. Nesse contexto, a narrativa congrega um conjunto de vozes que vem de diferentes posicionamentos e que nos permite, enquanto psicólogos do desenvolvimento, construir redes complexas de significados que tecem identificações e posicionamentos de diferentes pessoas.

Nestas pesquisas, utilizamos os objetos como mediadores das narrativas. Por objetos, entendemos qualquer material, inclusive, fotografia, que o/a participante compartilhe com o/a pesquisador/a no ato da entrevista narrativa em que tenha sido provocado/a ou não a escolher e levar algum ou vários objetos. Os resultados têm evidenciado que os objetos, incluindo as fotografias e vídeos, são símbolos que possibilitam narrativas ao mesmo tempo em que podem comprovar o que está sendo dito, dependendo do instrumento mediador da fala. Consideramos que os objetos podem ser marcos, mapas que guiam, mediam e possibilitam a construção de narrativas de si. Os objetos, portanto, apareceram, ao mesmo tempo, como instrumentos e símbolos num processo dialógico de significação de si.

Considerações Finais

A narrativa é um gênero especial de discurso porque pode ser contada e re-contada, interpretada e re-interpretada (Bejamin, 1983). Barbato (2001) qualifica a atividade narrativa como uma resolução de problemas, onde o lembrar e interpretar são realizados tendo o outro-social como referência. Brockmeier e Harré (2003); Bruner (1987; 1997) e Pollak (1992) explicam que narrar é um ato de interpretação que implica em tomada de decisões: o que vou falar, para quem e como. Essas decisões ocorrem tanto em nível lingüístico quanto de conteúdo, perpassando o contexto social no qual a narração está ocorrendo e a relação de construção de significados entre narrador e ouvinte.

Partindo dessa concepção de narrativa e da proposta dos autores sócio-históricos de que as relações entre o ser humano e a natureza e entre outros seres humanos é sempre mediada (Rosa, 2007), o grupo de pesquisa Pensamento e Cultura vem desenvolvendo ao longo de 10 anos de pesquisa uma metodologia de pesquisa em psicologia do desenvolvimento que privilegia o uso de instrumentos mediadores em entrevistas narrativas, porque entende que esses instrumentos são símbolos capazes de gerar contextos provocadores para a narrativa dos participantes, na medida em que os colocam para pensar e narrar com a mediação de instrumentos escolhidos ou produzidos por eles mesmos no processo da pesquisa. Esta metodologia tem sido muito rica na construção de redes de significados e de conhecimento sobre os processos de desenvolvimento humano, na medida em que explicitam, nas histórias narradas, as mudanças percebidas pela pessoa que participa das pesquisas sobre o seu próprio desenvolvimento.

Referências Bibliográficas:

- Bakhtin, M. (1981). *Problemas da poética de Dostoiévski*. (Trad. Paulo Bezerra). Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Bakhtin, M. (1992). *Estética da criação verbal*. (Trad. Maria Hermentina G.G. Pereira) São Paulo: Martins Fontes.
- Barbato, S.B. (2001). *Desenvolvimento humano, cultura e letramento: processos sociogenéticos*. Texto não publicado. Universidade de Brasília, Brasília.
- Bauer, M.W. & Gaskell, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- Borges, F. T. (2006). *Tem tantos jeitos de ver! Os significados do Olhar nas perspectivas de quatro mulheres de Goiânia*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília. UNB: Brasília.
- Borges, F. T. (2008). *Olhares de Mulheres: um estudo a partir do filme: Janelas da Alma*. Maceió: Edufal.
- Borges, F. T. e Linhares, R. N. (2008). Imagem e narrativa: a construção dialógica da fotografia na pesquisa qualitativa em ciências humanas. *Educação em Questão*, v.33, n. 19, set/dez, 2008. Natal, UFRN.
- Benjamin, W. (1983). O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskow. Em Benjamin, W.; Horkheimer, M.; Adorno, T. W. & Habermas, J. (1983). *Textos Escolhidos* (p.57-74). (Trad. José Lino Grunewald). São Paulo: Victor Civita.
- Brockmeier, J. & Harré, R. (2003). Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16 [on-line], 3 p. 1-17. Texto disponível em: www.scielo.br. Acessado em 28.08.2004.
- Bruner, J.S. (1987). Life as narrative. *Social Research*, 54,1, p. 11-32.
- Bruner, J. S. (1997). *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Caixeta, J.E. (2006). *Guardiães da Memória: tecendo significações de si, seus objetos e suas fotografias*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília.
- Carlucci, A.P. (2008). *A relação trabalho-escola nas narrativas de jovens: um estudo sobre significados e posicionamentos na transição para a vida adulta*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- Gaskins, S.; Miller, P. J. & Corsaro, W. A. (1992). Theoretical and methodological perspectives in the interpretative study of children. Em: W. A. Corsaro e P. J. Miller (Eds), *Interpretative approaches to children's socialization (New Directions for Child Development, n° 58)* (p.5- 24). San Francisco, CA: Jossey-Bass Publishers.

Mey, G. (2000). Qualitative research and the analysis of processes. Considerations towards a “Qualitative Developmental Psychology”. *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research [On-line Journal]*, 1,1. Disponível em: www.qualitative-research.net/fqs-texte. Acessado em 28.01.05.

Mozzer, G. N. S. & [Borges, F. T.](#) (2008). A Criatividade Infantil na Perspectiva de Lev Vigotski. *Inter.Ação* v. 33, p. 297-316.

Mozzer, G. N. S. & [Maluf, M. R.](#) (2000). Operações com signos em crianças de 5 a 7 anos. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, v. 16, n. 1, p. 63-69.

Mozzer, G. N. S. (2009) Uma perspectiva histórico-cultural da subjetividade. *Inter-Ação*, v. 34, p. 440-458.

Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 10, p.200-215.

Ribeiro, J.C.C. (2006) *Significações na escola inclusiva- um estudo sobre as concepções e práticas de professores envolvidos com a inclusão escolar*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília.

Rosa, A. (2007). Acts of psyche: actuations as synthesis of semiosis and action. Em Valsiner, J. & Rosa, A. (2007). (Orgs.). *The Cambridge Handbook of sociocultural psychology*. New York: Cambridge University Press.

Rosa, A., González, F. & Barbato, S. (2009). Construyendo narraciones para dar sentido a experiencias vividas. Un estudio sobre las relaciones entre la forma de las narraciones y el posicionamiento personal. *Estudios de Psicología*, 30 (2), pp. 231-259.

Santos, P. F.(2007). *Construção de significados e processos de identificação em jovens adultos com paralisia cerebral*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília.

Sobrinho, A.B.F. (2009). *Juventude consumida: significações de comerciais sobre jovens e para jovens*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília.

Valsiner, J. (1994). Transmissão cultural bidirecional e sociogênese construtiva. Em Maier, R. & Graaf, W. de (Eds.). *Sociogenesis reexamined* (p.47-70). New York: Springer Verlag. (Trad. Maria Helena Guerra Gomes Pereira).

Vigotski, L.S. (1984/2002). *A formação social da mente*. (Trad. J. Cipolla Neto, L.S. Menna Barreto e S.C. Afecche). São Paulo: Martins Fontes.

Vigotski, L.S. (1987/1999). *Pensamento e linguagem*. (Trad. J.L. Camargo e Cipolla Neto). São Paulo: Martins Fontes.

Apoio financeiro: CNPq, Capes, Fapitec-SE

Palavras-chaves: pesquisa qualitativa, psicologia do desenvolvimento, instrumentos mediadores

Nível do trabalho: D, P e IC

Código da área: MET – Metodologia de Pesquisa e Instrumentação e DES – Psicologia do Desenvolvimento

A MEDIAÇÃO ATRAVÉS DE IMAGENS: USO DE FOTOGRAFIAS E DE FILMES NAS PESQUISAS. *Fabricsia Teixeira Borges (Universidade Tiradentes, Aracaju, SE)*

O objetivo desta proposta é discutirmos a utilização de instrumentos imagéticos, como a fotografia e os filmes cinematográficos, como recursos da mediação nas pesquisas com entrevistas. A relação tradicional das imagens com os processos de significação na psicologia é percebida nos vários testes e teorias que se apóiam na imagem mediadora dos processos internos e subjetivos. Testes como HTP, CAT, Wartteg, dentre vários outros, se baseiam na interpretação de desenhos como forma de investigar o sujeito e sua personalidade. A pesquisa também tem sofrido influência desse mundo predominantemente visual. Em relação à análise de imagens visuais, há várias possibilidades da utilização em pesquisas; tanto em um enfoque quantitativo, quanto com enfoque qualitativo. Ressaltamos que numa pesquisa qualitativa, o uso de imagens tem como objetivo resgatar aspectos explicativos e aprofundados das características apresentadas. Entendemos que estes instrumentos imagéticos são mediadores da construção do conhecimento em uma interação dialógica (Bakhtin), que envolvem o entrevistado/a e o/a entrevistador/a em contextos sociais específicos e mediados por imagens culturalmente produzidas e que participam da circularidade cultural dos grupos. Para se pensar a pesquisa através da relação com a imagem é necessário também entender qual o contexto cultural e social em que são produzidas e como contribuem para a construção de significados dos grupos e do entrevistado, em especial. Em uma pesquisa desenvolvida por Borges com o objetivo de investigar o conceito cotidiano de Olhar em mulheres, utilizamos de fotografias e do documentário “Janelas da Alma” para investigar quais os significados que as participantes tinham sobre o conceito estudado e como eles se transformavam no decorrer do estudo. Nossa opção, então, foi de focar a construção de conhecimentos relacionados ao Olhar utilizando ferramentas como a fotografia e a atividade de assistir ao filme em um local especial, numa sala específica para descrever e analisar as mudanças que podem ocorrer nas explicações e nos fazeres dessas mulheres comuns. Imagens paradas, imagens em movimento: a fotografia e o cinema. Estudamos estas mulheres através de seu mundo de imagens e de imaginação, de palavras e de significados. Como resultado da pesquisa, percebemos que a linguagem do filme e das fotografias e sua construção metafórica possibilitaram às mulheres aprender e utilizar novas metáforas sobre o Olhar, criando a relação entre os novos significados e os antigos e com aqueles canônicos inseridos em sua cultura e nos campos simbólicos que vivenciam cotidianamente. Outras pesquisas têm sido desenvolvidas sobre o impacto das imagens na construção de significados, como: os significados do ser professor mediado por fotografias e filmes; a construção de histórias de vida mediada por fotografias; a investigação sobre os significados da graduação mediados pela construção de um álbum de fotografias; dentre outras.

As pesquisas desenvolvidas pela autora tem tido financiamento através de bolsas Pibic Cnpq e Fapitec-SE, e de Editais Universais Fapitec-SE/Funtec 06/2009 e MCT/Cnpq 14/2009.

Palavras-chaves: imagens, mediação, pesquisa.

Nível do trabalho: D, P e IC

Código da Pesquisa: MET e DES

EXPRESSÃO E DESENVOLVIMENTO DA CRIATIVIDADE NA MEDIAÇÃO DAS HISTÓRIAS INFANTIS. *Geisa Nunes de Souza Mozzer (Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO)*

Nas nossas pesquisas sobre a expressão e desenvolvimento da criatividade infantil, usamos as histórias infantis, como instrumentos mediadores, porque entendemos que o ato de ouvir, contar, recontar e criar histórias é uma atividade lúdica e um recurso importante para promover o desenvolvimento geral das crianças. Nossas pesquisas têm evidenciado que as histórias infantis permitem o estudo de diferentes fenômenos mentais, além da criatividade que tem sido nosso maior foco nessa linha de pesquisa, a atenção, o pensamento, a imaginação, a memória, a fantasia, os medos e as emoções. A atividade de ouvir, contar, recontar e criar histórias é considerada como uma fonte de prazer e de estímulo à expressão e desenvolvimento da criatividade nas crianças, principalmente entre 3 e 6 anos de idade. Contrariando a crença de que a criatividade seria um privilégio de poucos, selecionados pela cultura, ou um “dom divino”, para Vigotski, a criatividade não é rara, mas está presente sempre que a imaginação humana combina, muda e cria algo novo. Ao contar, recontar e criar sua própria história, a criança, mesmo ainda não alfabetizada, constrói sentidos e significados, expressa sentimentos, cria seu próprio mundo vivenciando suas fantasias, oportunizando o conhecimento de si e do ambiente que a cerca. Nesses estudos, o enfoque teórico desenvolvido por González Rey, em seus construtos sobre a subjetividade, personalidade e sujeito, ajudou-nos a compreender a criança e suas narrativas de maneira holística. O estudo de Mozzer, por exemplo, permitiu identificar que a criatividade se expressa de forma diferente em cada participante das pesquisas. O uso das atividades mediadas pelas histórias infantis foi fundamental para criar um espaço de livre expressão e criação para e com as crianças. Este espaço permitiu evidenciar as diferentes manifestações da criatividade nas crianças pesquisadas. A pesquisadora evidenciou que a criatividade, para as crianças mais novas, se manifestava através da mirabolância de idéias, sem a preocupação com o sentido ou conexão das histórias. Já no caso de crianças de cinco anos e nove meses, a criatividade se manifestou através da elaboração de detalhes e da forma personalizada e dramatizada que contou suas histórias. No segundo caso, houve uma maior preocupação com a ordenação e sistematização das ideias e com a compreensão e sentido do seu produto criativo. Em ambos os casos foi observado que a criatividade está relacionada com as configurações subjetivas de cada um, bem como com a subjetividade social constituída nos espaços sociais nos quais as crianças atuam e nas possibilidades abertas pela mediação pelas histórias infantis.

Pesquisa de Doutorado financiada pelo CNPq

Palavras chaves: criatividade; subjetividade; histórias infantis.

Nível do trabalho: D

Código da Pesquisa: MET e DES

A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA PARA A SUSTENTABILIDADE.

A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. *Tania Barros Maciel (Programa Interdisciplinar de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro)*

A Psicologia Social Comunitária tem envolvido trabalhos interdisciplinares de modo a coletivizar e facilitar o entendimento entre a comunidade e seus diversos aliados. Propõe trabalhar com a comunidade, incorporando seus membros em todas as fases do trabalho. Um dos grandes desafios atualmente é encontrar, um trabalho conjunto com estes atores sociais, alternativas originais de desenvolvimento que visem a sustentabilidade humana e social. A presente mesa tem como objetivo discutir o papel da Psicologia Social Comunitária diante desta constante, visando apontar alternativas que busquem uma melhor qualidade de vida para a comunidade. Trata-se de uma discussão teórica na busca do entendimento e maior conhecimento para a questão. A grande validade da contribuição da Psicologia Social Comunitária num trabalho junto às comunidades é apreender e decodificar os problemas que elas apresentam, construindo e buscando soluções conjuntamente. Centramo-nos na promoção do bem-estar, da qualidade de vida, nas preocupações com o meio ambiente e a ecologia social, nas condições que facilitam a participação mais ativa dos sujeitos, atingindo a autogestão e conseqüente o amadurecimento organizativo desses grupos. Consideramos que o trabalho é bem sucedido à medida que conseguimos auxiliar a comunidade a identificar suas necessidades e aspirações, expressá-las com clareza e ser capaz de buscar as soluções. A contribuição dada pela Psicologia Social Comunitária pode ser ainda mais efetiva se esta tomar como questão as premissas do Desenvolvimento Humano Sustentável. O eixo de nossas preocupações está centrado na sustentabilidade das premissas do desenvolvimento, sendo as dimensões sociais e culturais itens essenciais deste processo. Uma visão ecológica e social que tenha o homem como centro do processo e que contribua para o estabelecimento da dimensão ética. O homem torna-se o centro de todo o processo. Não só o meio, mas o fim de todo o desenvolvimento. A valorização da cultura é essencial, de forma a permitir que o desenvolvimento se torne mais democrático e mais participativo. Dando unidade e coerência à efetivação do desenvolvimento através dos projetos dos povos. O entendimento de desenvolvimento deve, portanto, respeitar as tradições culturais, os costumes e as culturas locais. É preciso investir na busca de um modelo de desenvolvimento que seja simultaneamente desejável em termos sociais, prudente em termos ecológicos, viável em termos econômicos e respeitável em termos culturais. Um projeto de desenvolvimento que se pautar na escuta da população local, sua cultura, tradição, dinâmica sociocultural, suas necessidades e aspirações. Tendo os subsídios da Psicologia Social Comunitária como aliados. Trata-se do resgate às culturas locais, num investimento em qualidade de vida sustentada por laços sociais e fundamentada em valores éticos.

Palavras-chave: Psicologia Social Comunitária, Desenvolvimento, Sustentabilidade

A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: POSSIBILIDADES DE DIÁLOGOS E INTERDEPENDÊNCIAS DE SABERES. *Maria Sara de Lima Dias (Universidade Tuiuti do Paraná)*

Cumpre-se questionar quais os impactos e possibilidades de diálogos e atuações dos psicólogos nas transformações dos territórios comunitários, situação em que estão em jogo interesses e papéis traçados por geopolíticas globais. Na busca do desenvolvimento sustentável inúmeros projetos ambientais têm como finalidade envolver os seus habitantes/moradores de espaços privilegiados ou eleitos pela sua biodiversidade em um processo de planejamento e gestão, no qual a comunidade local apresenta-se em uma configuração espacial descentralizada da territorialidade global, mas, integra múltiplas instâncias de controle, poder e de estratégias. Esta comunidade passa a ser instrumentalizada para cuidar do seu ambiente a partir de um conceito de sustentabilidade, que exige o teste de coerência lógica em aplicações práticas e onde o discurso é transformado em realidade objetiva. O discurso teórico sobre a sustentabilidade aponta uma luta pelo poder entre diferentes atores sociais, competindo por uma posição capaz de ditar diretrizes e representações simbólicas da sustentabilidade, seja em termos de biodiversidade, sobrevivência planetária ou de comunidades autosuficientes e autônomas. Trata-se de políticas mundiais que, sob a diversidade de culturas, opções políticas e dos níveis de desenvolvimento dos países integram mecanismos solidários na intenção de delimitar ações contrárias à biodiversidade. A partir da constatação de que o homem contemporâneo vivencia um sentimento de desequilíbrio entre a mundialização e a busca de suas raízes e referências, a psicologia social comunitária contribui para o desenvolvimento de um processo no qual o homem consiga obter um maior controle sobre seu meio ambiente. O psicólogo comunitário parte de um saber em construção que em uma intersecção de saberes realiza a sua atividade consoante com a realidade da comunidade. A compreensão de um potencial de controle ambiental só é possível na interação sociocultural, no diálogo entre o conhecimento empírico e objetivo, nascidas das práticas sociais e que se fazem propiciadoras de uma cartografia da realidade local. Permite identificar os temas sócio-ambientais de relevância onde se integram saberes múltiplos com diferentes atores sociais configurando uma rede comunicativa centrada na compreensão da interdependência ambiental, sociopolítica e econômica da comunidade estudada tornado-se capaz de fomentar uma possível intervenção social. Considerando, no entanto, o controle exercido a partir de políticas públicas surgidas de um modelo globalizado, sobrepõe-se aos jogos de poderes já instituídos um clima de incertezas e apreensões que diminui a busca de soluções da comunidade sobre os seus problemas locais. Na análise do discurso dos líderes comunitários, diferentes grupos apontam aspectos da realidade local em distintas compreensões sobre o ambiente que se relacionam à tomada de decisões. A transformação da cultura local e ocupação do território forma-se sobre uma base de incertezas e indefinições entre a participação e o comprometimento com a gestão do meio ambiente. A participação do psicólogo comunitário está relacionada à integral expressão da comunidade com toda a sua riqueza e complexidade. Os projetos ambientais trazem novos processos de aprendizagem ampliando a percepção da realidade concreta que permitem à comunidade atingir um nível de desenvolvimento potencial onde novos saberes são apreendidos e postos em ação para a sustentabilidade comunitária.

Palavras-chave: Psicologia Comunitária, identidade cultural, rede social, desenvolvimento sustentável e aprendizagem.

Pesquisador – P

Código: Social

CONDIÇÕES FRONTEIRIÇAS DO COMUM E SUAS HISTÓRIAS. *Lúcia Maria Ozório Barroso* (Professora UCL, Pesquisadora: Laboratório EXPERICE - Universidades Paris 8-Paris 13, França; Laboratório LIPIS - PUC-RJ. Rio de Janeiro, RJ)

Pensamos na psicologia comunitária e suas alianças com a sociobiodiversidade. Como postura política, epistemológica, teórica e prática busca-se dar visibilidade a um pensamento-ação da convivência da/na diversidade, com o múltiplo. Nesta perspectiva refletimos sobre comunidade como práxis intercultural, que porta um devir *bricoleur* e tem na sociobiodiversidade um aliado importante. Como todo devir, produz cartografias, faz alianças entre diferentes. O devir, um constante vir a ser e o controle como forma de tentar aprisionar o devir desenham as linhas desta cartografia. Neste tema, escutam-se as vozes das margens, das minorias. As minorias são um processo. Portam um devir comunitário. A maioria, ao contrário, funciona por controle contínuo segundo modelos e representações aos quais se deve estar conforme. O devir comunitário longe das formas que cultuam o Estado, busca outras formas de expressão. São outras evoluções entre heterogêneos com potência de fazer encontros *comuns*. Problematicamos um *comum*, *experencial*, *intercultural*, que está sempre em vias de se fazer. Neste os diferentes modos de ser, estar, sentir, pensar, agir nos mundos - pois são muitos mundos - são acolhidos sem hierarquias, sem cultuações à verdade, sem indiferença às diferenças, sem qualquer interesse pela perfeição. A condição fronteiriça do *comum* expõe assim seu caráter híbrido, antropofágico, com aberturas às experiências, o que permite alcançar sua variada produção. Permite também perceber sua aversão às proposições identitárias estimulantes das fixações, do controle, da dominação. Propõe-se uma atenção às rachaduras das formas que encaram as fronteiras como muros e não como pontes - agenciamentos *entre* experiências culturais com as quais queremos alianças. É preciso ficar atento ao burburinho destes agenciamentos, que fazem pensar menos em contradições de uma sociedade e mais nas suas linhas de fuga, modo de inventar novos espaços-tempos do *comum*. Assim, valorizamos o lugar como espaço-tempo de devires, em sua confrontação com as forças da escala global que buscam transformá-lo em local, capturando o seu “espírito do lugar”. A sociobiodiversidade considera o “espírito do lugar” como potência da práxis entre-experiências-culturas, atenta para seus modos de fazer, *comumente*. Interessamo-nos por certos lugares, as comunidades pobres no Rio de Janeiro. A história oral, mais especificamente as histórias orais de vida *em comum* pode favorecer a que se tenha acesso às narrações destas minorias, ao seu “espírito do lugar”, pela via do *comum*. O Papo de Roda, como dispositivo pode mostrar a força de um *comum*, *intercultural*, *experencial* que dá condições da transmissão acontecer, favorecendo o entendimento de comunidade como práxis intercultural. Com as histórias orais de vida narradas *em comum* temos um instrumento para a práxis política do *comum* como problemática da sociobiodiversidade, com pistas para se pensar a memória como “*extensão da política*”. São artimanhas da memória expondo alianças com um tempo múltiplo que a apresenta como combate, reconstruindo o passado como ficção de um presente saturado de *ágoras*.

Palavras chaves: Comunidade; sociobiodiversidade; história oral de vida.

Pós-doutorado

Código: Social

Título da Mesa:

Resumo 01 Virgínia Cremasso

Resumo 02 Adriano Furtado Holanda

Resumo 03 Denise Teles

FILOSOFIA E PSICOPATOLOGIA.

FILOSOFIA DA LINGUAGEM, ONTOLOGIA E DIAGNÓSTICO: O QUE É A “DOENÇA MENTAL”? *Valeska Zanello (Instituto de Educação Superior de Brasília, Departamento de Psicologia, Brasília, DF)*

O fenômeno da loucura foi não apenas compreendido de maneiras diferentes no decorrer da história ocidental, mas definido de formas diversas. Desde o século XVIII houve uma crescente afirmação de uma perspectiva de cunho biologizante, que compreendia a loucura como um produto de lesões funcionais ou orgânicas, gozando o médico de grande prestígio. Tal concepção levou a práticas comuns no campo da saúde física, tais como o sistema asilar e a relação assimétrica e técnica médico-paciente. A forma privilegiada de reconhecimento e categorização da loucura passou a ser, cada vez mais, a descrição sindrômica, lógica já existente na medicina e que baseia-se em estudos correlacionais de aparecimento de sinais e sintomas. Há uma tentativa de importação da lógica semiológica indicial para o campo das psicopatologias. Isto é, uma lógica que parte dos sinais e sintomas para implicar uma causa. *Pathos*, enquanto disposição afetiva fundamental, torna-se visivelmente o equivalente a *Hybris* (doença, desvario). Firmou-se, neste sentido, uma equivalência, situada historicamente, entre loucura e doença mental. Em 1950, um fato marcou a história do pensamento psiquiátrico: a descoberta do primeiro neuroléptico, a clorpromazina. A chamada “revolução psicofarmacológica” possibilitou o controle de sintomas de determinadas síndromes e, conseqüentemente, a saída de muitos pacientes dos asilos. Por outro lado, fortaleceu paulatinamente o discurso científico da loucura e a crença numa “cura” medicamentosa. Isso incentivou o desenvolvimento progressivo da indústria farmacêutica e uma forma prevacente de compreensão da loucura, acima citada: a “doença mental”. Thomas Szasz aponta a ideologia desse conceito, ao mostrar o quanto o suposto diagnóstico biológico se dá a partir de julgamentos morais. Segundo ele, o que se percebe é a falta de distinção entre o que é da mente e o que é do cérebro/físico/corporal. Ou seja, a explicação sobre a doença mental é feita por meio de comparações com as doenças corporais. Thomas Szasz sugere assim que a idéia de “doença mental” obscurece as dificuldades existenciais do “paciente”, inerentes às relações sociais. Goffman aponta o processo de mortificação do sujeito, quando diagnosticado como “doente mental”. A leitura social deste tipo de “doença” é bastante diferente quando, por exemplo, comparada a um diagnóstico de diabetes. Partindo das contribuições dos filósofos da linguagem, Lakoff & Johnson e Searle, bem como de Thomas Szasz e Goffman, o presente trabalho teve como escopo apontar problemas no uso do termo “doença mental”, no campo da psiquiatria. Buscou-se apontar o quanto o uso deste termo é metafórico, isto é, há uma importação da utilização do termo das ditas ciências médicas para sua aplicação em um campo onde a linguagem e a mediação simbólica mostram-se essenciais, enquanto configuradoras dos modos de sofrimento especificamente humanos. Tal importação, quando se torna invisível (isto é, quando a metáfora passa a ser literalizada), leva a práticas psiquiátricas reificantes, na qual o sujeito, enquanto produtor de sentido, é esquecido.

Palavras-chave: Psicopatologia; Filosofia da Linguagem; Saúde Mental; Doença Mental

P

CLI

FENOMENOLOGIA COMO GÊNESE DO SABER PSICOPATOLÓGICO. *Adriano Holanda*
(Universidade Federal do Paraná, Departamento de Psicologia, Núcleo de Desenvolvimento Humano, Curitiba, PR)

A Fenomenologia surge num momento de “crise”: crise da subjetividade, crise do irracionalismo – como afirma Lyotard – crise das ciências e da cultura européia – nas palavras do próprio Husserl –, crise de representação do mundo e crise de objetivação. As críticas de Husserl ao objetivismo científico podem ser resumidas na questão do esquecimento do sujeito e de seu “mundo-vida”, e a conseqüente perda da dimensão ética, dado que exige esse sujeito de sua posição no mundo do dever ser, como aponta no seu *A Crise da Humanidade Européia e a Filosofia*. Nesta perspectiva de ter o homem como centro, a Fenomenologia vem propor um outro “olhar” para a relação entre ciência e humanidade, visto que – como afirma Merleau-Ponty – é em nós-mesmos que encontramos a unidade da fenomenologia e seu sentido. Nesse impacto por descobrir – ou re-descobrir – o sujeito por detrás das realizações humanas, e por detrás das ações humanas, e por recolocar o sujeito da ciência na posição de ator desta é que a Fenomenologia se encontra com a psiquiatria e constrói o edifício do que conhecemos hoje por “psicopatologia”; pois o que se afirma é que a construção de uma “ciência psicopatológica” se dá sob solo e fertilização do pensamento fenomenológico, pois no que tange ao “patológico”, o que está sob análise é o próprio sujeito. Uma “Psicopatologia Fenomenológica” se propõe a uma aproximação com a vivência, com a realidade existencial do ser humano em todas as suas manifestações. Na Fenomenologia, o ser humano é encarado como um *ser-no-mundo*, dentro de uma perspectiva filosófica que aponta os processos de subjetivação – ou de constituição de “subjetividades” – como postadas num contexto intersubjetivo. A intenção desse trabalho é fazer um panorama da construção da psicopatologia como ciência e apresentar a “virada” fenomenológica nesse contexto, apontando sua historicidade e os principais representantes dessa corrente. É nossa intenção apontar caminhos para que se compreenda que o que entendemos atualmente por “psicopatologia” se constrói a partir de fundamentos fenomenológicos e de direcionamentos existenciais, e que a maior parte das concepções atuais de saúde mental – em especial as críticas à formalização e aos tradicionalismos psiquiátricos – ali encontra apoio e estímulo. Neste sentido, o trabalho principia por um breve histórico da “idéia de loucura” – passando por aspectos relativos ao movimento alienista – para, por fim, apresentar o questionamento fenomenológico, ressaltando aspectos relevantes da contribuição de autores como Karl Jaspers, Ludwig Binswanger, Eugene Mikowsky, Henri Maldiney e Arthur Tatossian. Com isto, pretende-se apontar para os entrelaçamentos que o modelo de psicopatologia fenomenológica possui com as modernas concepções de revisão da atenção a saúde mental, em especial os movimentos da Antipsiquiatria e da Luta Antimanicomial.

Palavras-chave: Psicopatologia fenomenológica; Fenomenologia; Reforma Psiquiátrica; Husserl

P

CLI

CONTRIBUIÇÕES DE SARTRE PARA A PSICOPATOLOGIA. *Daniela Ribeiro Schneider*
(Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Psicologia, Núcleo de Pesquisas em Psicologia Clínica, Florianópolis, SC).

Introdução - A inserção de Sartre no contexto da psicopatologia

Jean-Paul Sartre esteve inserido no ambiente da psicanálise, psiquiatria e psicologia clínica francesa de seu tempo, a luz do qual forjou suas críticas e proposições para esses domínios. Para que possamos refletir sobre os desdobramentos das concepções sartrianas para a psicopatologia, devemos compreender, primeiramente, a inserção do autor no pensamento psiquiátrico e psicopatológico de sua época e, assim, deslindar as raízes de suas reflexões e formulações para a temática em discussão.

Sartre, quando ainda estudante na École Normale Supérieure, nos anos 20, colaborou na tradução, para o francês, do livro *Psicopatologia Geral*, de Karl Jaspers, que muito o irá influenciar. Esse será seu primeiro contato com a fenomenologia, perspectiva que marcou sua trajetória filosófica e seu primeiro estudo sistemático da temática psicopatológica e psiquiátrica.

A obra do psiquiatra alemão, publicada, pela primeira vez, em 1913, foi determinante para os estudos da área, tornando-se referência obrigatória para pesquisadores e psiquiatras clínicos. Jaspers irá delinear uma nova perspectiva para a psicopatologia, ao romper com sua lógica analítica, embasada na noção de “causalidade”, predominante no modelo neurofisiológico e organicista da psiquiatria, propondo novos parâmetros para essa disciplina, subordinados à noção de “compreensão” e sua lógica sintética, sustentados na fenomenologia de Husserl. Jaspers realizou, assim, uma revisão dos princípios da psicopatologia clássica, abrindo-lhe novos horizontes.

Propõe uma nova abordagem dos fenômenos psicológicos: a) a psique humana exprime-se no corpo; b) o homem vive em seu mundo; c) o homem objetiva-se na fala, no trabalho, nas idéias. Para compreender esses fatos objetivos é preciso buscar as conexões compreensivas da vida psíquica, com destaque para a noção de “situação” e de “realidade”, além do reconhecimento da “vida simbólica”. Afirma que o homem não está encerrado na cognoscibilidade, sendo, portanto, muito mais do que se sabe dele. Todas essas perspectivas levam-no a um entendimento da tensão dialética da vida psíquica, exemplificada na compreensão psicopatológica da “dialética dos contrastes” (Jaspers, 1979).

Argumenta que a questão psicopatológica fundamental é o desenvolvimento de uma personalidade, horizonte em que ela deve ser compreendida. Pode ocorrer que certa sintomatologia, a princípio específica, vá aos poucos se apoderando da existência inteira e “acorrentando” a personalidade. Dessa forma, a doença realiza-se no núcleo da existência. Assim, é preciso compreender “o homem todo em sua enfermidade”, ou seja, a doença enquanto uma dimensão da vida deste homem (Jaspers, 1979, p. 849).

Jaspers rompe, assim, com a lógica determinista do adoecer, seja ele fruto de mecanismos neurofisiológicos ou de distúrbios mentais que dominam o homem sem ele se dar conta. A psicopatologia é uma produção do homem na relação com seu mundo e em suas relações sociais e sociológicas.

Além da influência de Jaspers, Sartre, desde muito tempo, tinha seu interesse voltado para as questões psicológicas e psicopatológicas, refletindo e debatendo sobre elas sempre que possível. Simone descreve em suas memórias: “a psicanálise começava a se expandir na França e alguns de seus aspectos nos interessavam. Em psicopatologia, o ‘monismo endócrino’ de Georges Dumas parecia-nos – como à maior parte de nossos camaradas – inaceitável. Acolhíamos favoravelmente a

idéia de que as psicoses e neuroses e seus sintomas têm um significado que se remete à infância do sujeito” (Beauvoir, 1960: 28-9).

Sartre também manteve contato com psiquiatras, psicanalistas e psicólogos clínicos, com quem debatia temas dessa esfera. Amigo pessoal de Daniel Lagache foi muitas vezes visitá-lo na ala psiquiátrica do Hospital Sainte-Anne, onde, com Simone, estudaram alguns casos clínicos, conforme relato de Beauvoir (1960, p. 288). Outrossim, travou muitos debates sobre psicanálise e problemáticas psicológicas com J. B. Pontalis, psicanalista de renome e seu companheiro na revista *Les Temps Modernes*. Inclusive, foi com ele que discutiu se deveriam ou não publicar na referida revista o episódio que se intitulou “O Homem ao Gravador”, na qual o paciente de um psicanalista grava uma sessão psicoterapêutica, em que ele questiona a capacidade analítica do terapeuta, acusando-o de ter fracassado em sua proposição de cura, realizando uma inversão de papéis, onde o analista passa para o lugar de analisando. Sartre defendeu a sua publicação, não como uma forma de ridicularizar a psicanálise, como Pontalis considerava que aconteceria, mas como uma forma de provocar reflexões sobre a “irrupção do sujeito no consultório analítico” (Sartre, 1972, p. 331), bem como sobre os parâmetros da relação analista-analisando e o enquadramento do setting terapêutico. Na resposta que escreve a Sartre sobre o episódio, também publicada na revista, Pontalis fala da relação do existencialista com a psicanálise, declarando que “(...) será preciso um dia escrever sobre a relação ambígua, feita de atração e de hesitação igualmente profundas, que Sartre tem há mais de trinta anos com a psicanálise e, quem sabe mesmo, reler sua obra sob essa perspectiva” (Pontalis. In: Sartre, 1972).

Resta ainda refletirmos, a fim de concluir esta contextualização da temática psicopatológica em Sartre, sobre a apropriação da obra sartriana por parte de psiquiatras, psicanalistas e psicólogos clínicos, como a realizada pelo Movimento Antipsiquiátrico.

A Antipsiquiatria, surgida nos anos 1950, é uma contestação ao modelo da psiquiatria moderna, com sua perspectiva hospitalocêntrica e sua concepção de “doença mental” individualizante, mecanicista, de base neurofisiológica. Esse movimento é composto por diferentes vertentes, contendo em seu bojo várias perspectivas epistemológicas, antropológicas e políticas (Leone, 2000). A relação entre Sartre e o movimento antipsiquiátrico foi, na verdade, uma via de mão dupla, através da qual o existencialista viabilizou seu desejo de pôr em prática suas concepções. Discute, na entrevista que concedeu a Contat & Rybalka (Sartre, 1976), que seu livro *O Idiota da Família* pode ser considerado uma obra antipsiquiátrica, em função da abordagem que dá à neurose, considerada como uma forma de Flaubert solucionar um problema experimentado como insuportável, sendo que no livro tomou o ponto de vista de um analista.

A revolução introduzida pela antipsiquiatria em sua maneira de compreender a loucura deve muito aos postulados da psicologia existencialista e das contribuições teóricas de Sartre em direção a uma nova concepção de psicopatologia e de psicologia clínica (Delacampagne, 1990).

Desenvolvimento - A psicopatologia na concepção sartriana

Nas acepções sartrianas a psicopatologia é sempre produto da ação de um sujeito concreto no mundo, fruto de sua vida de relações e nunca uma patologia do biológico ou da consciência. Com isso, não há mais possibilidade de manutenção de noções como “conflitos de idéias”, “problemas do mundo interno”, “problemas mentais”, como aparecem na psiquiatria clássica e na psicanálise.

O primeiro passo da psicologia sartriana é a distinção fundamental entre consciência e ego, definida já em seu primeiro trabalho *A Transcendência do Ego* (Sartre, 1965). Consciência, para Sartre, é um componente indescartável da realidade, absoluto de subjetividade. Conforme a máxima da

fenomenologia, “toda consciência é sempre consciência de alguma coisa”, isto é, toda consciência é intencionalidade, o que quer dizer que ela é pura relação às coisas, pura transparência, é o nada (neant) que se insere no mundo, constituindo-o (Sartre, 1997). Dessa forma, a consciência não tem conteúdo, é vazia, já que se caracteriza por ser simplesmente “relação à”. Mas é através dela que a presença do homem se inscreve na realidade bruta, transformando-a em realidade humana. Consciência é, assim, elemento do nível ontológico – dimensão da subjetividade da realidade. Já o ego ou personalidade, característica distintiva do homem, é algo que não está dado, mas que precisa ser construído. É a unificação do corpo/consciência em direção a um fim – o projeto de ser. O ego é a subjetividade objetivada, ou seja, é um objeto como outro qualquer do mundo, resultante da relação histórica do homem com o mundo, portanto tem opacidade e não a translucidez da consciência. O ego é, assim, a dimensão do sujeito, dá-se ao nível antropológico e psicológico. Esta distinção entre subjetividade e sujeito, consciência e ego, fornece novos parâmetros para a psicopatologia.

O ponto de partida da compreensão do sujeito em Sartre é o “cogito pré-reflexivo”, ou seja, a constatação de que há consciências que são anteriores à reflexão e que lhe têm prioridade ontológica. O existencialista acaba, assim, com a primazia da reflexão, ou com a hipótese de a razão ser a instância definidora de toda a realidade vivida. Estabelece como ponto de partida o sujeito concreto, enquanto totalidade psicofísica, inserido no mundo. Faz balançar, com isso, os alicerces do edifício racionalista. O mentalismo, enquanto desdobramento da filosofia racionalista cartesiana, não tem mais razão de ser. No existencialismo sartriano não há espaço para se pensar em “mente”, em “estrutura mental”, nem em “eu interior”. Diz ele em seu ensaio sobre a intencionalidade em Husserl: “Hei-nos libertos da vida interior. (...) Por fim, tudo está fora, tudo, até nós próprios: fora, no mundo, entre os outros. Não é em nenhum refúgio que nos descobriremos: é na rua, na cidade, no meio da multidão, coisa entre as coisas, homem entre os homens” (Sartre, 1968: 31).

Essa é a condição para se pensar uma nova psicopatologia, que, por fim, rompa com o subjetivismo e o mentalismo subjacente aos modelos anteriores e que supere a concepção de “doença mental” como patologia individual, isto é, como um mal produzido na “mente” de quem a sofre, ou como distúrbios de ordem neuroquímica, desconectada das suas relações sociais. Não é possível pensar em personalidade, em sujeito, no sentido sartriano, se trabalharmos com a lógica cartesiana, subjetivista, mentalista, mecanicista.

No horizonte sartriano também não cabe pensar a loucura como o “espaço privilegiado da razão”, como se esta fosse uma saída para acabar com a discriminação da loucura, pois esta alternativa se põe como uma perspectiva tão racionalista quanto a que considera o louco um irracional. Faz uma simples inversão de termos, que não leva a nenhum lugar.

A psicopatologia não é uma complicação “existencial”, pois a existência não “adoece”, nem a consciência, como já vimos. Ela é, sim, uma complicação psicológica. Expliquemos melhor: problemas existenciais acontecem sempre - rompimento de uma relação amorosa, morte de uma pessoa significativa, problemas no trabalho, dificuldades com amigos, relações familiares tumultuadas, etc, - mas esses problemas, sejam no âmbito social ou sociológico, não necessariamente perturbam a personalidade do sujeito. Se, no entanto, eles se tornarem variáveis que interfiram ou levem a uma perturbação da personalidade, nesse caso, sim, engendram uma complicação psicológica. Esta, portanto, para acontecer, deve implicar em um enredamento da personalidade.

Mas o que é uma personalidade? No existencialismo a personalidade é corpo/consciência unificados em um projeto de ser, é a totalização das experiências singulares do sujeito com a materialidade, com o corpo, com o tempo, com os outros, enfim, com o mundo, cujo nexos é o projeto. Sabemos que ninguém nasce com personalidade, mas a constrói no processo temporal, histórico, da trama de

suas relações. É resultante, assim, de um processo de mediações sociais. É no meio dos outros, tecido e retocado nas malhas do conjunto sociológico, que o sujeito vai definindo seu ser, sua identidade. A complicação psicológica é um “acidente” nessa trajetória; está, portanto, intimamente ligada à trama das relações materiais, sociais, sociológicas, como por exemplo, as relações sociais viciadas, as famílias serializadas, que não conseguiram um tecimento efetivo entre seus membros, experimentando uma confusão afetiva (pois, em certos casos, o que define as relações são somente os afetos, sem o respeito aos projetos individuais e sem a consolidação de um projeto comum). As situações de opressão material, social, no trabalho, etc, que também podem levar o sujeito ao sofrimento psíquico (Schneider, 2002).

Dessa forma, as determinantes de uma psicopatologia estão nas ocorrências que se dão no contexto antropológico onde o sujeito está inserido, quer dizer, no conjunto das relações culturais, de uma dada época, de uma dada territorialidade, que são ativamente apropriados pelos grupos, especificando-se em um contexto sociológico, das relações de mediação mais imediatas do sujeito (familiares, de amizade, etc). São necessárias tais ocorrências objetivas para que um sujeito se complique.

A complicação psicológica é, portanto, um acontecimento concreto na vida do sujeito, que o leva a experimentar uma “contradição de ser”. A realidade lhe apresenta diferentes possibilidades, e seja qual for o lado para o qual se dirigir, seu ser está comprometido. A complicação psicológica passa, portanto, pela insegurança na realização do projeto, ou ainda, pela inviabilização do projeto e do desejo de ser.

Em Sartre, bem como em Jaspers e nos antipsiquiatras, pode-se verificar que a psicopatologia é compreendida a partir do núcleo da vida e da história concreta do sujeito. É o homem, como uma totalização em curso, ao se totalizar, destotalizar e retotalizar, em função de suas mediações sociais, materiais, que acaba por se complicar psicologicamente ou enlouquecer. Rompem, assim, com o fatalismo patológico da psiquiatria e psicanálise.

Considerações Finais

A perspectiva existencialista, ao propor a superação dos impasses epistemológicos da psicopatologia clássica, serviu de base teórico-metodológica para o movimento antipsiquiátrico, sendo referência para as experiências realizadas por Laing e Cooper na Inglaterra, nos anos 1950-60, bem como para as propostas de desinstitucionalização de Basaglia, na Itália, nos anos 1960-70. Sendo assim, a psicopatologia elaborada na perspectiva sartiana implicará numa intervenção dentro de parâmetros de ruptura com o modelo hegemônico médico-psiquiátrico e de fundamentação de novas práticas.

Neste caso, seria muito rico para a avaliação e elucidação das experiências surgidas nos novos modelos de atenção à saúde mental, construídos pela Reforma Psiquiátrica Brasileira, considerar as contribuições deste horizonte epistemológico. Desta forma, somar os esforços teórico-metodológicos do movimento antipsiquiátrico com a psicologia existencialista, traria possibilidades de construir o que se poderia denominar de uma síntese pós-psiquiátrica, visando enfrentar os impasses gerados pelas contradições entre a tese e a antítese.

Referências Bibliográficas

- Beauvoir, S. (1960). *La Force de l'âge (I e II)*. Paris: Gallimard. Col. Folio.
- Delacampagne, C. (1990). De l'Existentialisme à l'Antipsychiatrie. *Les Temps Modernes*. Vol.1 e 2, n. 531 a 533, out. a dez.
- Jaspers, K. (1979) *Psicopatologia Geral: psicologia compreensiva, explicativa e fenomenologia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu.
- Laing, R. & Cooper, D. (1982). *Razão e Violência: uma década da filosofia de Sartre (1950-1960)*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Leone, E. (2000) Balanço da Produção Acadêmica Brasileira no Campo da Saúde Mental – 1990/97. *Revista de Ciências Humanas*. UFSC. Série Especial Temática: Saúde Mental: uma perspectiva crítica.
- Sartre, J-P (1960). *Critique de la Raison Dialectique (précédé de Question de Méthode)*. Paris: Gallimard.
- Sartre, J-P (1965). *La Transcendance de L'Ego*. Esquisse d'une Description Phénoménologique. Paris: J. Vrin.
- Sartre, J-P (1968). *Situações I*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Sartre, J-P (1971). *L'Idiot de la Famille: Gustave Flaubert, de 1821 a 1857*. Paris: Gallimard.
- Sartre, J-P (1972). *Situations, IX. Mélanges*. Paris: Gallimard, 1972.
- Sartre, J-P (1976). *Situations X. Politique et Autobiographie*. Paris: Gallimard, 1976.
- Sartre, J-P (1997). *O Ser e o Nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica*. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- Sartre, J-P (2002). *Saint Genet: Ator e Mártir*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- Schneider, D. (2002). *Novas perspectivas para a psicologia clínica: um estudo a partir da obra 'Saint Genet: comédient et martyr' de Jean-Paul Sartre*. Tese de Doutorado: PUC/SP.

Palavras-chave: Psicopatologia fenomenológica; Jean-Paul Sartre, Psicologia Existencialista, Reforma Psiquiátrica

P

CLI